REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA

Atas de Comissões Permanentes e suas Subcomissões no Senado Federal

Atas da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

ANO LXVI – SUP. AO Nº 132 – QUARTA-FEIRA, 17 DE AGOSTO DE 2011 – BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE
José Sarney - (PMDB-AP)
1ª VICE-PRESIDENTE
Marta Suplicy - (PT-SP)
2º VICE-PRESIDENTE
Wilson Santiago - (PMDB-PB)
1º SECRETÁRIO
Cícero Lucena - (PSDB-PB)
2º SECRETÁRIO
João Ribeiro - (PR-TO)[2]

3º SECRETÁRIO
João Vicente Claudino - (PTB-PI)
4º SECRETÁRIO
Ciro Nogueira - (PP-PI)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO
1º - Gilvam Borges - (PMDB-AP)[1]
2º - João Durval - (PDT-BA)
3ª - Maria do Carmo Alves - (DEM-SE)
4ª - Vanessa Grazziotin - (PC DO B-AM)

Notas:
1. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
2. Em 03.05.2011, o Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

LIDERANÇAS

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PC DO B/PRB) - 24

Líder
Humberto Costa - PT

.....

Líder do PT - 13
Humberto Costa

Vice-Líderes do PT
Gleisi Hoffmann (11)
Lindbergh Farias
Walter Pinheiro
Wellington Dias

Líder do PDT - 5
Acir Gurgacz

Vice-Líder do PDT
Cristovam Buarque

Líder do PSB - 3
Antonio Carlos Valadares

Vice-Líder do PSB
Lídice da Mata

Líder do PC DO B - 2
Inácio Arruda

Líder do PRB - 1
Marcelo Crivella

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) - 28

Líder
Renan Calheiros - PMDB

.....

Líder do PMDB - 20
Renan Calheiros

Vice-Líderes do PMDB
Vital do Rêgo
Eduardo Braga
Gilvam Borges (10)
Waldemir Moka
Ricardo Ferraço
Casildo Maldaner

Líder do PP - 5
Francisco Dornelles

Vice-Líder do PP
Ana Amélia

Líder do PSC - 1
Eduardo Amorim

Líder do PMN - 1
Sérgio Petecão

Líder do PV - 1
Paulo Davim

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 15

Líder
Mário Couto - PSDB (8)

Vice-Líderes
Jayme Campos (5)
Ataídes Oliveira
Maria do Carmo Alves
Cyro Miranda

.....

Líder do PSDB - 10
Alvaro Dias

Vice-Líderes do PSDB
Aloysio Nunes Ferreira (9)
Paulo Bauer (7)
Flexa Ribeiro (6)

Líder do DEM - 5
Demóstenes Torres (3,4)

Vice-Líder do DEM
Jayme Campos (5)

PTB - 6

Líder
Gim Argello - PTB

Vice-Líderes
João Vicente Claudino
Mozarildo Cavalcanti

PSOL - 2

Líder
Marinor Brito - PSOL

Governo

Líder
Romero Jucá - PMDB

Vice-Líderes
Gim Argello
Benedito de Lira
Lídice da Mata
Jorge Viana
Vital do Rêgo

PR - 6

Líder
Magno Malta - PR (12)

Vice-Líder
Clésio Andrade

Notas:
1. Senadora Vanessa Grazziotin passou a exercer a Liderança do PCdoB entre os dias 6 e 11 de fevereiro do corrente, conforme o OF. GSINAR Nº 28/2011,lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2011.
2. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas até o dia 15 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 5/2011, lido na sessão do dia 8 de fevereiro de 2011.
3. Senador Demóstenes Torres passou a exercer a Liderança do DEM entre os dias 1º e 3 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 017/2011,lido na sessão do dia 1º de março de 2011.
4. Senador Demóstenes Torres é designado Líder do Partido, conforme o Ofício da Liderança dos Democratas, lido na sessão do dia 15 de março de 2011.
5. Senador Jayme Campos é designado Vice-Líder do DEM, conforme OF. GLDEM Nº 028/2011, lido na sessão do dia 22 de março de 2011.
6. Senador Flexa Ribeiro é designado 3º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
7. Senador Paulo Bauer é designado 2º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
8. Senador Mário Couto é designado Líder do Bloco Parlamentar Minoria (PSBD/DEM), conforme comunicação das Lideranças do PSDB e do DEM, lida na sessão do dia 23 de março de 2011.
9. Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado 1º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
10. Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme Requerimento nº 291/2011, aprovado na sessão de 29.03.11.
11. Senadora Gleisi Hoffmann comunicou, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
12. O Partido da República (PR) desliga-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 03.08.2011.

EXPEDIENTE

Doris Marize Romariz Peixoto
Diretora-Geral do Senado Federal
Florian Augusto Coutinho Madruga
Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações
José Farias Maranhão
Diretor da Subsecretaria Industrial

Claudia Lyra Nascimento
Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal
Maria Amália Figueiredo da Luz
Diretora da Secretaria de Ata
Patrícia Freitas Portella Nunes Martins
Diretora da Secretaria de Taquigrafia

ELABORADO PELA SECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – SECRETARIA-GERAL DA MESA

1.1 – ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES NO SENADO FEDERAL

1.2.1 – Comissão de Assuntos Econômicos – CAE

Ata da 32ª Reunião, Ordinária, realizada em 12 de julho de 2011 5

1.2.1.1 – Subcomissão Temporária de Avaliação da Política Fiscal

Ata da 2ª Reunião, realizada em 6 de junho de 2011..... 36

1.2.2 – Comissão de Assuntos Sociais – CAS

1.2.2.1 – Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência – CAS

Ata da 1ª Reunião, realizada em 24 de março de 2011..... 52

Ata da 2ª Reunião, realizada em 31 de março de 2011..... 57

Ata da 3ª Reunião, realizada em 14 de abril de 2011..... 75

Ata da 4ª Reunião, realizada em 28 de abril de 2011..... 79

Ata da 5ª Reunião, realizada em 5 de maio de 2011..... 110

Ata da 6ª Reunião, realizada em 19 de maio de 2011..... 132

Ata da 7ª Reunião, realizada em 16 de junho de 2011..... 148

1.2.2.2 – Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde

Ata da 1ª Reunião, realizada em 12 de abril de 2011..... 151

Ata da 2ª Reunião, realizada em 10 de maio de 2011..... 156

Ata da 3ª Reunião, realizada em 9 de junho de 2011..... 162

1.2.3 – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ

Ata da 37ª Reunião, Extraordinária, realizada em 12 de julho de 2011..... 178

Ata da 38ª Reunião, Extraordinária, realizada em 3 de agosto de 2011..... 187

Ata da 39ª Reunião, Extraordinária, realizada em 9 de agosto de 2011..... 235

1.2.4 – Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE

Ata da 34ª Reunião, Extraordinária, realizada em 12 de julho de 2011..... 257

Ata da 35ª Reunião, Ordinária, realizada em 12 de julho de 2011..... 259

1.2.5 – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA

Ata da 24ª Reunião, Conjunta, realizada em 30 de junho de 2011..... 270

Ata da 25ª Reunião, Conjunta, realizada em 5 de julho de 2011..... 293

Ata da 26ª Reunião, Extraordinária, realizada em 7 de julho de 2011..... 346

Ata da 27ª Reunião, Conjunta, realizada em 12 de julho de 2011..... 357

1.2.6 – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH

Ata da 42ª Reunião, Extraordinária, realizada em 28 de junho de 2011..... 405

Ata da 43ª Reunião, Extraordinária, realizada em 30 de junho de 2011..... 434

Ata da 44ª Reunião, Extraordinária, realizada em 4 de julho de 2011..... 454

Ata da 45ª Reunião, Extraordinária, realizada em 7 de julho de 2011..... 455

Ata da 46ª Reunião, Extraordinária, realizada em 11 de julho de 2011..... 494

Ata da 47ª Reunião, Extraordinária, realizada em 13 de julho de 2011..... 520

Ata da 48ª Reunião, Extraordinária, realizada em 1º de agosto de 2011 543

Ata da 49ª Reunião, Extraordinária, realizada em 3 de agosto de 2011..... 574

1.2.7 – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA

Ata da 19ª Reunião, Extraordinária, realizada em 29 de junho de 2011..... 585

Ata da 20ª Reunião, Conjunta, realizada em 30 de junho de 2011..... 612

1.2.8 – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT

Ata da 25ª Reunião, Extraordinária, realizada em 13 de julho de 2011 669

Ata da 26ª Reunião, Extraordinária, realizada em 3 de agosto de 2011 686

2 – Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO

Ata da 12ª Reunião Ordinária, realizada em 5 de julho de 2011. 691

Ata da 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 6 de julho de 2011. 731

Termo de Reunião nº 1, convocada para o dia 2 de agosto de 2011. 752

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

ATA DA TRIGÉSIMA SEGUNDA REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE JULHO DE 2011, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e sete minutos do dia doze de julho do ano de dois mil e onze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Delcídio do Amaral, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, José Pimentel, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, Lídice da Mata, Vanessa Grazziotin, Angela Portela, Marta Suplicy, Jorge Viana, Vicentinho Alves, Cristovam Buarque, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda, Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Lobão Filho, Francisco Dornelles, Vital do Rêgo, Romero Jucá, Ana Amélia, Waldemir Moka, Benedito de Lira, Ciro Nogueira, Ricardo Ferraço, Aloysio Nunes Ferreira, Cyro Miranda, Paulo Bauer e Armando Monteiro, e, ainda, do Senador Renan Calheiros. Deixam de comparecer os Senadores João Ribeiro, tendo falta justificada em virtude de estar licenciado, Acir Gurgacz, Roberto Requião, Eunício Oliveira, Ivo Cassol, Flexa Ribeiro, José Agripino, João Vicente Claudino e Marinor Brito. A Presidência declara aberta a Reunião, comunicando aos Membros que a Comissão recebeu os seguintes documentos para seu conhecimento, Aviso nº 64 de 2011, de 18 de maio de 2011, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do processo nº TC-022.070/2010-9, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam, referentes ao acompanhamento da operação de crédito autorizada pela Resolução do Senado Federal nº 34 de 2010; Aviso nº 875-Seses-TCU-Plenário, de 22 de junho de 2011, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do processo nº TC-014.755/2010-6, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam, referentes ao acompanhamento da operação de crédito autorizada pela Resolução do Senado Federal nº 15 de 2010; Aviso nº 65 de 2011, de 29 de junho de 2011, do Banco Central do Brasil, encaminhando, em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.069/95, o demonstrativo das emissões do real referentes ao mês de maio de 2011, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas; e Aviso nº 66 de 2011, de 4 de julho de 2011, do Ministério da Fazenda, encaminhando, em cumprimento ao art. 41 da Resolução do Senado Federal nº 43/01, relatório contendo as características das operações de crédito analisadas no âmbito daquele Ministério no mês de maio de 2011, tabela demonstrativa da Dívida Consolidada Líquida dos Estados e do Distrito Federal, e a relação entre a Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida dos Municípios. Os expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular. A Presidência dá início à apreciação das Matérias constantes da pauta. Item 1– Mensagem (SF) nº 98 de 2011, não terminativa, de autoria da Presidenta da República, que "propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$ 112,000,000.00 (cento e doze milhões de dólares dos Estados Unidos da América), entre o Estado do Rio de Janeiro e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, destinada a financiar o 'Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo – PRODETUR Nacional – Rio de Janeiro'", tendo como Relator o Senador Eunício Oliveira, que oferece relatório favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta. O Presidente da Comissão, Senador Delcídio do Amaral, designa o Senador Lobão Filho Relator *Ad Hoc* da Matéria. Após a leitura do relatório pelo Relator *Ad Hoc*, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado apresentado. Aprova, também, Requerimento de Urgência para a Matéria. Item 2– Mensagem (SF) nº 99 de 2011, não terminativa, de autoria da Presidenta da República, que "propõe ao Senado Federal, nos termos do art. 52, incisos V, VII, VIII, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$ 485,000,000.00 (quatrocentos e oitenta e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América), entre o Estado do Rio de Janeiro e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, destinada a financiar o 'Programa de Habitação e Desenvolvimento Urbano Metropolitano Sustentável – PROHDUMS'", tendo como Relator o Senador Valdir Raupp, que oferece relatório favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado apresentado. Aprova, também, Requerimento de Urgência para a Matéria. Item 3– Mensagem (SF) nº 100 de 2011, não terminativa, de autoria da Presidenta da República, que "solicita, nos termos do

art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até USD 85,672,400.00 (oitenta e cinco milhões, seiscentos e setenta e dois mil e quatrocentos dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Município de São José dos Campos, Estado de São Paulo, e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do 'Programa de Estruturação Urbana de São José dos Campos'", tendo como Relator o Senador Paulo Bauer, que oferece relatório favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta. Após a leitura do relatório, usa da palavra o Senador Eduardo Suplicy. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado apresentado. Aprova, também, Requerimento de Urgência para a Matéria. Item 4– Mensagem (SF) nº 60 de 2011, não terminativa, de autoria da Presidenta da República, que "encaminha, nos termos do § 1º do art. 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, a Programação Monetária para o segundo trimestre de 2011", tendo como Relator o Senador Romero Jucá, que oferece relatório favorável nos termos do Projeto de Decreto Legislativo (SF) que apresenta. O Presidente da Comissão, Senador Delcídio do Amaral, designa o Senador Francisco Dornelles Relator *Ad Hoc* da Matéria. Após a leitura do relatório pelo Relator *Ad Hoc*, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável nos termos do Projeto de Decreto Legislativo (SF) apresentado. Item 5– Projeto de Lei do Senado nº 117 de 2010, não terminativo, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que "altera a Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997, que dispõe sobre a segurança do tráfego aquaviário em águas sob jurisdição nacional e dá outras providências, para estimular a livre concorrência no serviço de praticagem", tendo como Relator o Senador Vital do Rêgo, que oferece relatório contrário ao Projeto. A Matéria ainda será apreciada pelas Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Serviços de Infraestrutura em decisão terminativa. A Matéria é retirada de pauta, a pedido do Relator. Item 6– Projeto de Lei do Senado nº 90 de 2010 – Complementar, não terminativo, de autoria do Senador Fernando Collor, que "altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para incluir os escritórios de engenharia e arquitetura entre os beneficiários do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – Simples Nacional", tendo como Relator o Senador Cyro Miranda, que oferece relatório favorável ao Projeto, acolhendo parcialmente a Emenda nº 3, de autoria do Senador Demóstenes Torres, na forma da Emenda nº 4 que apresenta, apresentando, ainda, as Emendas nºs 5 e 6. A Matéria é retirada de pauta, a pedido do Relator. Item 7– Projeto de Lei do Senado nº 173 de 2008, não terminativo, de autoria do Senador Paulo Paim, que "altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, para acrescentar o adicional de risco de vida", tendo como Relator o Senador Inácio Arruda, que oferece relatório favorável ao Projeto com a Emenda nº 1 que apresenta. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa. Em 21/6/2011, o Presidente da Comissão designou o Senador Benedito de Lira Relator *Ad Hoc* da Matéria, em substituição ao Senador Inácio Arruda. Em 21/6/2011, foi concedida Vista ao Senador Cyro Miranda. O Presidente da Comissão, Senador Delcídio do Amaral, devolve a relatoria do Projeto ao Senador Inácio Arruda. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CAE. Item 8– Projeto de Lei do Senado nº 324 de 2007 – Complementar, não terminativo, de autoria do Senador Pedro Simon, que "altera a Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, para criar o cargo de Vice-Presidente do Banco Central do Brasil e para proibir que egressos da autarquia ingressem na iniciativa privada do sistema financeiro em período inferior a um ano após sua exoneração ou demissão", tendo como Relator o Senador Alvaro Dias, que oferece relatório contrário ao Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com Parecer contrário ao Projeto. O Presidente da Comissão, Senador Delcídio do Amaral, designa o Senador Casildo Maldaner Relator *Ad Hoc* da Matéria. Após a leitura do relatório pelo Relator *Ad Hoc*, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, contrário ao Projeto. Item 9– Projeto de Lei do Senado nº 360 de 2007, terminativo, de autoria da Senadora Marisa Serrano, que "altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir a dedução do Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas de oitenta por cento dos valores pagos a título de Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira", tendo como Relator o Senador Jorge Viana, que oferece relatório pela prejudicialidade do Projeto. O Pre-

sidente da Comissão, Senador Delcídio do Amaral, designa o Senador Humberto Costa Relator *Ad Hoc* da Matéria. Após a leitura do relatório pelo Relator *Ad Hoc*, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova a Declaração de Prejudicialidade por quatorze votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção. Item 10– Projeto de Lei do Senado nº 77 de 2008, terminativo, de autoria do Senador Gilberto Goellner, que "dispõe sobre incentivo fiscal ao empregador para construção de habitação para o empregado", tendo como Relatora a Senadora Angela Portela, que oferece relatório pela rejeição do Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, com Parecer favorável ao Projeto nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo). O Presidente da Comissão, Senador Delcídio do Amaral, designa o Senador Lindbergh Farias Relator *Ad Hoc* da Matéria. Após a leitura do relatório pelo Relator *Ad Hoc*, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão rejeita o Projeto por treze votos contrários, um favorável e nenhuma abstenção. Item 11– Projeto de Lei do Senado nº 538 de 2007, terminativo, de autoria do Senador Adelmir Santana, que "dispõe sobre extrato de cadastro eletrônico e os procedimentos a serem observados pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil na prestação de serviços aos clientes", tendo como Relator o Senador Luiz Henrique, que oferece relatório pela prejudicialidade do Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1 e 2-CCT. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com Parecer favorável ao Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova a Declaração de Prejudicialidade por quatorze votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção. Item 12– Projeto de Lei do Senado nº 40 de 2011, terminativo, de autoria da Senadora Ana Amélia, que "altera a Lei nº 8.019, de 11 de abril de 1990, e a Lei nº 8.352, de 28 de dezembro de 1991, para autorizar o acesso dos bancos cooperativos aos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) para fins de concessão de crédito rural", tendo como Relator o Senador Casildo Maldaner, que oferece relatório pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), com a Subemenda que apresenta. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, com Parecer favorável ao Projeto nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo). A Matéria é retirada de pauta, a pedido do Relator, para reexame. Item 13– Projeto de Lei do Senado nº 319 de 2010, terminativo, de autoria do Senador Alfredo Cotait, que "amplia o limite de receita bruta total para ingresso de pessoas jurídicas no regime de lucro presumido para tributação pelo Imposto de Renda, alterando os artigos 13 e 14, da Lei nº 9.718, de 27/11/1998", tendo como Relator o Senador Cyro Miranda, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 21/6/2011, foi concedida Vista Coletiva. Anunciada a Matéria, usam da palavra os Senadores Cyro Miranda, Relator da Matéria, Francisco Dornelles, Armando Monteiro, Inácio Arruda e Lindbergh Farias. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por treze votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção. Item 14– Projeto de Lei do Senado nº 318 de 2009, terminativo, de autoria do Senador Expedito Júnior, que "altera a Lei nº 9.960, de 28 de janeiro de 2000, que institui a Taxa de Serviços Administrativos (TSA), em favor da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), para estabelecer vinculação das receitas auferidas nos Estados do Acre, Amapá, Rondônia e Roraima, e dá outras providências", tendo como Relator o Senador João Vicente Claudino, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com Parecer favorável ao Projeto. O Presidente da Comissão, Senador Delcídio do Amaral, designa o Senador Inácio Arruda Relator *Ad Hoc* da Matéria. Após a leitura do relatório pelo Relator *Ad Hoc*, iniciada a discussão, é apresentado Voto em Separado de autoria do Senador Eduardo Braga, pela rejeição do Projeto. Em seguida, usam da palavra os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Lindbergh Farias. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão rejeita o Projeto por doze votos contrários, um favorável e nenhuma abstenção. Vencido o Relator *Ad Hoc* da Matéria, o Presidente da Comissão, Senador Delcídio do Amaral, designa o Senador Eduardo Braga Relator do Vencido, nos termos do art. 128 do Regimento Interno do Senado Federal. Item 15– Requerimento nº 45 de 2011, de iniciativa do Senador Flexa Ribeiro, que "requer, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de discutir a eficácia da sistemática da cobrança da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM), em face da crescente judicialização do processo, com a presença das seguintes autoridades: Exmo. Sr. Simão Jatene, Governador do Estado do Pará; Exmo. Sr. Antonio Anastasia, Governador do Estado de Minas Gerais; Sr. Sérgio Augusto Damaso de Souza, Diretor-Geral do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM); Sr. Paulo Camillo Vargas Penna, Diretor Presidente do

Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram); Sr. Murilo Ferreira, Diretor Presidente da empresa Vale S.A.; e Sr. Anderson Costa Cabido, Presidente da Associação dos Municípios Mineradores do Brasil (Amib)". Em 21/6/2011, foi lido o Requerimento pelo Presidente da Comissão. Anunciada a Matéria, usa da palavra o Senador Lobão Filho. A Comissão aprova o Requerimento nº 45 de 2011-CAE. Item 16– Requerimento nº 46 de 2011, de iniciativa do Senador Ricardo Ferraço, que "requer, nos termos do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, seja convidado o economista Luciano Galvão Coutinho para participar de audiência pública, com vistas a apresentar exposição informativa sobre a natureza e as condições que determinarão a participação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES no processo de fusão dos ativos da Companhia Brasileira de Distribuição (CBD) com a multinacional francesa Carrefour". Em 5/7/2011, foi lido o Requerimento pelo Presidente da Comissão. Anunciada a Matéria, usam da palavra os Senadores Lindbergh Farias, Aloysio Nunes Ferreira, Eduardo Braga e Inácio Arruda. A Comissão aprova o Requerimento nº 46 de 2011-CAE. Item 17– Requerimento nº 47 de 2011, de iniciativa dos Senadores Demóstenes Torres e José Agripino, que, "nos termos do art. 58, §2º, V, da Constituição Federal, combinado com art. 90, V, do RISF, requer sejam convidados, a fim de serem ouvidos perante a Comissão de Assuntos Econômicos – CAE, o Senhor Luciano Coutinho, Presidente do BNDES, o Senhor Abílio Diniz, Presidente do Grupo Pão de Açúcar, e o Senhor Wesley Batista, Presidente do Grupo JBS, para explicar, em audiência pública, a realização de operações financeiras envolvendo o estabelecimento de crédito oficial, bem como suas subsidiárias e coligadas, inclusive a BNDESPAR". Em 5/7/2011, foi lido o Requerimento pelo Presidente da Comissão. A apreciação da Matéria é adiada. Item 18– Requerimento nº 48 de 2011, de iniciativa do Senador Lindbergh Farias, que "requer, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com a finalidade de esclarecer e discutir a Política de Desembolso, o Programa de Sustentação do Investimento (PSI) e a Política Industrial, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, com a presença do Sr. Luciano Galvão Coutinho, Presidente do BNDES". Em 5/7/2011, foi lido o Requerimento pelo Presidente da Comissão. Anunciada a Matéria, usam da palavra os Senadores Lindbergh Farias, Aloysio Nunes Ferreira, Eduardo Braga e Inácio Arruda. A Comissão aprova o Requerimento nº 48 de 2011-CAE. Item 19– Requerimento nº 49 de 2011, de iniciativa do Senador Alvaro Dias, que "requer, nos termos do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso V, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam convidados os Srs. Luciano Coutinho, Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES; Fernando Furlan, Presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – Cade; Luiz Carlos Mendonça de Barros, economista e ex-presidente do BNDES; e Abílio Diniz, Presidente do Conselho do grupo Pão de Açúcar, para que prestem esclarecimentos sobre a proposta de fusão do Pão de Açúcar com o Carrefour e sobre a participação do BNDES no negócio". Em 5/7/2011, foi lido o Requerimento pelo Presidente da Comissão. A apreciação da Matéria é adiada. Item 20– Requerimento nº 50 de 2011, de iniciativa do Senador Alvaro Dias, que "requer, nos termos do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso V, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convocada a Exma. Sra. Ideli Salvatti, Ministra da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República, para prestar os devidos esclarecimentos sobre as denúncias publicadas pela revista Veja envolvendo seu nome no chamado 'caso do dossiê dos aloprados'". Em 5/7/2011, foi lido o Requerimento pelo Presidente da Comissão. Anunciada a Matéria, usam da palavra os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Cyro Miranda, Romero Jucá, Francisco Dornelles e Antonio Carlos Valadares. A Comissão rejeita o Requerimento nº 50 de 2011. Item 21– Requerimento nº 51 de 2011, de iniciativa do Senador Alvaro Dias, que "requer, nos termos do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso V, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidada a ex-senadora Serys Slhessarenko para prestar os devidos esclarecimentos sobre a matéria intitulada 'A confissão do aloprado', publicada pela revista Veja em sua edição do dia 22 de junho de 2011". Em 5/7/2011, foi lido o Requerimento pelo Presidente da Comissão. Anunciada a Matéria, usam da palavra os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Cyro Miranda. A Comissão rejeita o Requerimento nº 51 de 2011. Item 22– Requerimento nº 52 de 2011, de iniciativa do Senador Alvaro Dias, que "requer, nos termos do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso V, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado o senhor Expedito Veloso para prestar os devidos esclarecimentos sobre as suas declarações a respeito do escândalo conhecido como "dossiê dos aloprados" publicadas pela revista Veja em sua edição do dia 22 de junho de 2011". Em 5/7/2011, foi lido o Requerimento pelo Presidente da Comissão. Anunciada a Matéria, usam da palavra os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Cyro Miranda. A Comissão rejeita o Requerimento nº 52 de 2011. É lido pela Pre-

sidência e será apreciado posteriormente o Requerimento nº 53 de 2011, de iniciativa da Senadora Vanessa Grazziotin, que requer seja convidado a comparecer a esta Comissão o senhor Fernando Damata Pimentel, Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, para debater as diretrizes da Nova Política Industrial e o Sistema de Defesa Comercial do Brasil. Antes de encerrar a reunião, a Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura das Atas das 29ª, 30ª e 31ª Reuniões, que são dadas como aprovadas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e dezenove minutos, lavrando eu, Waldir Bezerra Miranda, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Delcídio do Amaral,** Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT - MS) – Está aberta a 32ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Registrando a presença do meu Vice-Presidente, Senador Lobão Filho, em franca recuperação, comunico aos membros que esta comissão recebeu os seguintes documentos para seu conhecimento:

Avisos do Tribunal de Contas da União.

Aviso nº 64/2011, de 18 de maio de 2011, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do acórdão proferido pelo Plenário daquela corte, nos autos do Processo nº TC022070/2010-9, bem como do relatório e do voto que o fundamentam, referentes ao acompanhamento da operação de crédito autorizada pela Resolução do Senado Federal nº 34, de 2010. Item 2 – Aviso nº 875, do TCU. Plenário, de 22 de junho de 2011, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do acórdão proferido pelo Plenário daquela corte, nos autos do Processo nº TC014755/2010-6, bem como do relatório e do voto que o fundamentam, referentes ao acompanhamento da operação de crédito autorizada pela Resolução do Senado Federal nº 15, de 2010.

Aviso do Banco Central.

Aviso nº 65, de 2011, de 29 de junho de 2011, do Banco Central do Brasil, encaminhando, em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.069/95, o demonstrativo das emissões do real, referentes ao mês de maio de 2011, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas.

Aviso do Ministério da Fazenda. Aviso nº 66, de 2011, de 4 de julho de 2011, do Ministério da Fazenda, encaminhando, em cumprimento ao art. 41 da Resolução do Senado Federal nº 43/01, relatório contendo as características das operações de crédito analisadas no âmbito daquele ministério, mês de maio de 2011, tabela demonstrativa da dívida consolidada líquida dos Estados e do Distrito Federal e a relação entre a dívida consolidada líquida e a receita corrente líquida dos municípios.

Todos os expedientes serão encaminhados aos membros da comissão, por meio de ofício circular.

Quero também aqui registrar, até para ter velocidade nos nossos trabalhos, que vamos analisar os itens 1, 2 e 3, que são mensagens relativas a empréstimos: dois para o Rio de Janeiro e um para São José dos Campos, São Paulo.

Quero registrar que, de acordo com a Resolução nº 43/01, do Senado Federal, encontram-se presentes para acompanhar a apreciação da matéria o Sr. Eduardo Luiz Godard, Gerente de Responsabilidades Financeiras da Secretaria do Tesouro Nacional, do Ministério da Fazenda, representando o Tesouro Nacional; o Exmo Sr. Luiz Fernando de Souza, nosso conhecido Pezão, nosso companheiro e amigo, Vice-Governador do Estado do Rio de Janeiro; o Exmo Sr. Regis Fichtner, Secretário de Estado da Casa Civil e também Senador da República; o Exmo Sr. Renato Villela, Secretário de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro, o Sr. Hudson Braga, Subsecretário-Executivo de Obras, o Sr. Vicente de Paula Loureiro, Subsecretário de Projetos de Urbanismo, e o Sr. Jorge Santoro, que substitui o Sr. Renato Villela. Pelo jeito o Pezão trouxe uma bancada aqui para votar, se faltar Senador, a bancada do Rio vota.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, o Senador Regis Fichtner esteve aqui conosco no Senado e teve uma posição tão marcante, que ele continua como Senador para todos nós, então pergunto: ele poderia votar?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com muita honra. Pode inclusive votar se quiser.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – No item 3, que é o empréstimo de São José dos Campos, também quero registrar, de acordo com a Resolução nº 43/01, a presença do Sr. Eduardo Luiz Godard, gerente de responsabilidades financeiras da Secretaria do Tesouro Nacional, Ministério da Fazenda; o Exmº Sr. Eduardo Pedrosa Cury, Prefeito do Município de São José dos Campos – o Prefeito estava ali presente, muito bem-vindo –; o Sr. Carlos Eduardo Santana, assessor de projetos estratégicos do gabinete do Prefeito; Sr. José Liberato Júnior, também ali presente, bem-vindo, Secretário de Fazenda do Município, e o Sr. Elin Sousa Monteiro, coordenador

operacional da unidade de gerenciamento de projetos, Sugep, aqui presente também.

Portanto, vamos iniciar aqui a nossa pauta pelo item 1.

ITEM 1
MENSAGEM (SF) Nº 98 DE 2011
– Não Terminativa -

Propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$ 112,000,000.00 (cento e doze milhões de dólares americanos), entre o Estado do Rio de Janeiro e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, destinada a financiar o Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo – Prodetur Nacional – Rio de Janeiro.

Autoria: Presidenta da República.

O Senador Eunício seria o Relator, mas o Senador Eunício, hoje, mais uma vez, há um enxame de Comissões funcionando aqui no Senado Federal, inclusive invadindo a área que tradicionalmente é da Comissão de Assuntos de Econômicos, portanto eu indico aqui como Relator *ad hoc* o atarefado Senador Raupp.

Eu só quero registrar o seguinte: por que eu não coloquei um Senador do Rio, que era uma coisa natural? Mas aqui há uma praxe de não se indicar empréstimos por Estado de um ou de algum Senador ou Senadora do Estado que vai receber o empréstimo. Agora, normalmente, a gente adota como Relator algum Senador que é do Partido do Governador.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Lobão.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Já que o Senador Raupp está relatando o segundo, eu gostaria, com o beneplácito do nosso Senador, de relatar *ad hoc* este. O Senador Raupp é Relator do segundo, se não me engano.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Então, o atarefado Raupp vai ser um pouco mais aliviado. Estou nomeando o Senador Lobão Filho como Relator *ad hoc* do item 1.

O relatório é favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta.

Com a palavra, o Senador Lobão Filho.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Aqui muito me honra substituir o Senador Eunício e relatar em favor do maravilhoso Estado do Rio de Janeiro.

Da Comissão de Assuntos Econômicos sobre a Mensagem nº 98, de 2011, da Presidência da República, que solicita autorização do Senado Federal para que seja contratada operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$112 milhões americanos, entre o Estado do Rio de Janeiro e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, BID, cujos recursos serão destinados ao Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo – Prodetur Nacional – Rio de Janeiro.

Relatório.

Trata-se de pleito do Estado do Rio de Janeiro para que seja autorizada operação de crédito externo, com garantia da União, junto ao BID. Os recursos da operação destinam-se ao Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo – Prodetur

O programa em questão foi considerado como passivo de obtenção de financiamento externo pela Comissão de Financiamentos Externos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, na forma da Recomendação nº 1.030.

A Secretaria do Tesouro Nacional, do Ministério da Fazenda prestou as devidas informações sobre as finanças externas da União, bem como analisou as informações referentes ao mutuário, manifestando-se favoravelmente ao oferecimento de garantia pela União, desde que previamente a assinatura dos instrumentos contratuais, seja formalizado o respectivo contrato de contragarantia, comprovado o cumprimento das condições prévias ao primeiro desembolso e verificada a adimplência do mutuário para com a União, como atestado pelo Parecer nº 739, de 2011.

O Banco Central do Brasil efetuou o credenciamento da operação conforme Ofício nº 247, de 2010, de 30 de agosto de 2010. Já a Procuradoria da Fazenda Nacional, por intermédio do Parecer da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional nº 1.194, de 1º de julho de 2011, pronunciou-se pela legalidade das minutas contratuais e concluiu não haver óbice legal à concessão da garantia por parte da União.

Análise.

A Secretaria do Tesouro Nacional assim resume o objeto do financiamento visado.

Aumentar a oportunidade de emprego, receitas e divisas geradas pelo setor por meio da consolidação e diversificação da proposta turística do Estado do Rio de Janeiro. Está estruturada em cinco componentes:

a – produto turístico;

b – promoção e comercialização;

c – fortalecimento institucional;

d – infraestrutura de acesso a destinos e serviços básicos; e

e – gestão ambiental.

O programa contará com investimentos totais de US$187 milhões, sendo US$112 milhões financiados pelo BID e o restante na forma de contrapartida estadual.

A previsão é de que os desembolsos ocorrerão ao longo do quadriênio 2011/2014. A estimativa do custo efetivo da operação situa-se em 5,27% ao ano, flutuante, conforme a variação da taxa de juros interbancária praticada em Londres. Trata-se de custo considerado compatível com o custo atual da curva média de captação do Tesouro Nacional em dólares dos Estados Unidos da América no mercado internacional.

Sendo assim, o voto.

Em conclusão.

O pleito encaminhado pelo Estado do Rio de Janeiro encontra-se de acordo com o que preceituam as Resoluções do Senado Federal nºs 40 e 43, ambas de 2001, e nº 48, de 2007, devendo ser concedida a autorização para a contratação da operação de crédito externo pretendida.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Lobão Filho, quero parabenizá-lo pelo relatório.

A matéria está em discussão. (Pausa.)

Não havendo nenhum Senador e Senadora para discutir, porque o Governador Pezão deu todas as explicações com relação a esses investimentos, todo mundo está muito bem esclarecido aqui, em votação o relatório do Senador Lobão Filho.

Os Senadores e Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável, nos termos do PRS apresentado.

Meu caro Senador Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, eu pediria a V. Exª que colocasse aqui em exame a urgência para votação.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Em votação a apresentação do requerimento de urgência proposto pelo Senador Francisco Dornelles.

Os Senadores e Senadoras que concordam com a apresentação do requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.)*

Aprovada a apresentação do requerimento de urgência para a matéria e segue para votação hoje no Plenário do Senado Federal.

Parabéns, Senador Lobão Filho, pelo relatório.

Entramos no Item 2.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Pela ordem, Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, tendo em vista que temos a eleição do Senador Paulo Bauer, Vice-Presidente da Comissão de Educação, e lá eu relato também um projeto, eu pediria a V. Exª a inversão de pauta, para que eu pudesse relatar o Item 11 imediatamente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – O Item 11.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – O Item 11.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Luiz Henrique, se V. Exª... Nós vamos ter aqui procedimentos muito rápidos nessas operações de empréstimos. Inclusive o Senador Paulo Bauer vai ser votado lá como Vice-Presidente da Comissão de Educação e é um dos relatores também dos empréstimos. Nós faríamos agilmente os Itens 2 e 3 e aí, se todos concordarem, nós antecipamos o Item 11, ok?

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Ok.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Se todos concordarem, nós antecipamos o Item 11. Faremos muito rapidamente, Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Agradeço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) –

ITEM 2
MENSAGEM (SF) Nº 99 DE 2011
– Não Terminativa -

Propõe ao Senado Federal, nos termos do art. 52, incisos V, VII, VIII, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$ 485,000,000.00 (quatrocentos e oitenta e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América), entre o Estado do Rio de Janeiro e o Banco Internacional para Reconstrução e esenvolvimento – BIRD, destinada a financiar o "Programa de Habitação e Desenvolvimento Urbano Metropolitano Sustentável – PROHDUMS".

Autoria: Presidenta da República

Relatoria: Senador Valdir Raupp

Relatório: Favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, agradecendo à presença do ex-Senador Regis, que esteve aqui com

a gente durante um período e hoje na Casa Civil do Rio de Janeiro, do vice-Governador Pezão...

Sr. Presidente, vou abreviar o meu relatório porque é de conhecimento dos senhores Senadores, e o Estado do Rio de Janeiro é merecedor de todo esse crédito.

A Secretaria do Tesouro Nacional entendeu que o Estado do Rio de Janeiro apresenta capacidade financeira e de pagamento suficientes para contratar operação em exame, fundamentada nos parâmetros que utiliza para avaliar o risco da União na concessão da garantia solicitada, e manifestou-se favoravelmente à sua concessão.

Concluiu-se assim que estão satisfeitos os limites e as condições estabelecidas pelas referidas resoluções do Senado Federal que tratam da matéria, assim como as exigências e condições para a prestação de garantia pela União contidas no artigo 40 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Ante o exposto, Sr. Presidente, o voto é pela aprovação do pedido de autorização do Estado do Rio de Janeiro para contratar operação de crédito externo nos seguintes termos: é o Estado do Rio de Janeiro autorizado a contratar operação de crédito externo com garantia da União com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento, Bird, no valor de até US$ 485,000,000.00 (quatrocentos e oitenta e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

Voto:

Ante o exposto, somos pela aprovação do pedido de autorização do Estado do Rio de Janeiro para contratar operação de crédito externo nos termos do seguinte.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado. Parabéns pelo relatório, Senador Raupp.

A matéria está em discussão. (*Pausa.)*

Como o Vice-Governador, Pezão já deu todas as explicações necessárias aos Senadores e Senadoras, está muito bem esclarecido, coloco em votação o relatório do Senador Raupp.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (*Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE favorável nos termos do PRS apresentado.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, queria também pedir urgência para ver se votamos no plenário ainda hoje.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Em votação a apresentação do requerimento de urgência proposto pelo Senador Lindbergh Farias.(*Pausa.)*

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com a apresentação do requerimento queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovada a apresentação do requerimento de urgência para a matéria que segue para votação hoje no plenário do Senado Federal.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Sr. Presidente, pela ordem. Quero dizer que votei favorável aos quatro itens que nós votamos. Estou totalmente de acordo com os empréstimos. Mas queria lembrar uma sugestão que dei: todas as vezes que formos votar empréstimo, tivéssemos uma lista dos empréstimos anteriores que já votamos pelo menos neste ano, para saber como está se desenvolvendo o endividamento.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Na próxima reunião após o recesso, Senador Cristovam, nós faremos esse relato de todos os empréstimos aprovados por esta Comissão de Assuntos Econômicos. Muito boa a sugestão de V. Exª.

ITEM 3
MENSAGEM (SF) Nº 100 DE 2011
– Não Terminativa -

Solicita, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até USD 85,672,400.00 (oitenta e cinco milhões, seiscentos e setenta e dois mil e quatrocentos dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Município de São José dos Campos,Estado de São Paulo, e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do “Programa de Estruturação Urbana de São José dos Campos”.

Autoria: Presidenta da República

Relatoria: Senador Paulo Bauer

Relatório: Favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta.

Com a palavra, o relator Senador Paulo Bauer.

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o relatório para esta mensagem é o seguinte:

I – Relatório

A Presidente da República, nos termos da Mensagem acima ementada, submete à apreciação do Senado Federal pleito do Município de São José dos Campos, Estado de São Paulo, para que seja autoriza-

da a contratação de operação de crédito externo, com garantia da União, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Os recursos da operação, no valor de até US$ 85.672.400,00 (oitenta e cinco milhões, seiscentos e setenta e dois mil e quatrocentos dólares dos Estados Unidos da América), destinam-se ao financiamento parcial do *Programa de Estruturação Urbana de São José dos Campos.*

A Comissão de Financiamentos Externos (COFIEX), do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, considerou o programa como passível de obtenção de financiamento externo, na forma da Recomendação nº 922, de 18 de maio de 2007, e das alterações consoantes as Resoluções nºs 371, de 2008, e 503, de 2010.

A Secretaria do Tesouro Nacional (STN), do Ministério da Fazenda, prestou as devidas informações sobre as finanças externas da União, analisou as informações referentes ao mutuário e manifestou-se favoravelmente à contratação do empréstimo e ao oferecimento de garantia pela União, sob a condição de que, previamente à assinatura dos instrumentos contratuais, seja celebrado o respectivo contrato de contragarantia, além de verificação da adimplência do Município perante a União e suas entidades controladas, conforme Parecer nº 718/2011/COPEM/STN, de 13 de junho de 2011.

Consta dos autos ofício do Banco Central do Brasil, datado de 06 de junho de 2011, informando que credenciou o mutuário a negociar a operação, conforme Registro de Operações financeiras (ROF) TA 537796, de 14 de abril de 2010.

Por outro lado, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) pronunciou-se, mediante o Parecer nº PGFN/COF/1159/2011, de 28 de junho de 2011, pela legalidade das minutas contratuais, pela inexistência de óbices legais à contratação da operação de crédito, bem como pela concessão da garantia por parte da União.

II – Análise

O pedido de autorização em exame está em consonância com o art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal, e com o disposto nas Resoluções nºs 40 e 43, de 2001, e 48, de 2007, todas do Senado Federal.

Registre-se, desde logo, que relativamente ao atendimento das exigências materiais contidas nas normas acima, assim como quanto à instrução processual, a STN, a PGFN e a Procuradoria do Município manifestaram-se favoravelmente ao pleito. Ressaltem-se, também, que (i) o Poder Legislativo local autorizou o Poder Executivo a contratar a operação de crédito, (ii) as ações do Programa a ser financiado encontram-se incluídas nas leis do Plano Plurianual e Orçamentária municipais, e (iii) o Município atende aos limites de endividamento fixados pelo Senado Federal.

Conforme os pareceres acima citados, a STN e PGFN consideraram atendidos os requisitos legais e normativos para a operação, dos quais destacamos os seguintes dados contidos na instrução processual:

Mediante o Parecer nº 517/2011 – COPEM/STN, de 12/05/2011, a Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios (COPEM) concluiu que o Município de São José dos Campos – quanto aos limites e condições para a contratação da operação de crédito – cumpriu as exigências contidas nas Resoluções nºs 40 e 43, de 2001, e suas alterações, bem como os requisitos mínimos previstos no art. 32 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF);

O Programa está incluso no Plano Plurianual do Município para o período 2010-2013 (Lei Municipal nº 8.032, de 28.12.2009) e na sua lei orçamentária de 2011 (Lei Municipal nº 8.265, de 08.12.2010);

O Poder Legislativo autorizou a contratação da operação de crédito e a vinculação de receitas municipais, próprias e oriundas de transferências constitucionais, como contragarantia à garantia da União...

(O Sr. Presidente aciona a campainha.)

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Obrigado, Sr. Presidente.

Eu tenho voz boa e alta, mas confesso a V. Exª que já estou no limite. Mais do que isso não vai ser possível. Agradeço a V. Exª por ter acionado a campainha, que me ajudou muito.

...como contragarantia à garantia da União, conforme Lei Municipal nº 7.565, de 27/06/2008;

e de pagamento, o Município foi classificado em nível suficiente para o recebimento da garantia pela União; a propósito, conforme o Parecer nº517/2011 – COPEM/STN, de 12.05.2011, o montante global das operações realizadas em um exercício financeiro em relação à Receita Corrente Líquida do Município de São José dos Campos varia entre 2,82% em 2011, e 0,44% em 2016. Por outro lado, a relação Comprometimento anual com amortizações, juros e encargos/RCL estimada para o Município situa-se na média de 0,80%, para o período 2010-2031, enquanto a relação Dívida Liquida/RCL é negativo, bem próximo de zero, o que significa que o Município possui haveres financeiros superiores à sua dívida. Portanto, atende aos limites fixados pelo Senado Federal, respectivamente de 16%, 11,5% e 1,20.

Há existência de margem nos limites da União para a concessão da garantia pleiteada e de disponibili-

dade de recursos do Município em montante suficiente para que reembolse a União caso esta tenha de honrar o compromisso assumido na condição de garantidora;

A Prefeitura Municipal de São José dos Campos encontra-se adimplente com as instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional e não constam pendências referentes a financiamentos e refinanciamentos concedidos pela União ou garantias por ela honradas;

O Município não firmou contrato na modalidade de parcerias público-privadas e, portanto, não está sujeito à observância dos limites de despesas nessa categoria para a obtenção de garantia da União;

O presente empréstimo não atribui ao Tesouro Nacional riscos superiores àqueles normalmente assumidos em operações dessa natureza;

O Prefeito declarou o pleno exercício da competência tributária do Município;

Atestou-se os gastos mínimos com saúde e educação e dos limites máximos para as despesas com pessoal.

Em suma, a STN declarou-se favorável ao empréstimo e à concessão da garantia pela União, desde que, previamente à assinatura dos contratos, sejam verificados pelo Ministério da Fazenda: (i) o cumprimento, pelo Município de São José dos Campos, Estado de São Paulo, das condições prévias ao primeiro desembolso, (ii) a adimplência da administração direta municipal para com a União e suas entidades controladas e (iii) a formalização do contrato de contragarantia. Registre-se que essas ressalvas foram adequadamente reafirmadas no Parecer da PGFN.

Quanto à minuta do contrato de empréstimo, a PGFN informa que estão estipuladas as cláusulas usuais para esse tipo de operação e que foi observado o disposto no art. 8º da Resolução nº 48, de 2007, do Senado Federal. Ou seja, a minuta de contrato não contém disposição de natureza política, atentatória à soberania nacional e à ordem pública, contrária à Constituição e às leis do País, bem assim que implique compensação automática de débitos e créditos. A Procuradoria do Município também se manifestou pela legalidade das cláusulas constantes da minuta contratual.

No que diz respeito ao mérito econômico, financeiro e social do Programa objeto do financiamento sob exame, cabe destacar que ele contará com investimentos totais de US$ 178,0 milhões, sendo US$ 85,7 milhões financiados pelo BID e o restante na forma de contrapartida municipal, com desembolsos e contrapartidas previstos entre 2011 e 2016.

O custo efetivo médio da operação com o BID foi estimado em 5,34% ao ano, flutuante conforme a variação da LIBOR. A STN asseverou que a operação encontra-se em patamar aceitável, considerando-se o custo médio de captação do Tesouro em dólar no mercado internacional.

Por fim, conforme informações da STN, o Programa de Estruturação Urbana de São José dos Campos tem como objetivo *"contribuir para a estruturação e ordenamento do desenvolvimento urbano do Município, por meio de um conjunto de projetos ambientais, de infra-estrutura urbana, de gestão de transporte e de fortalecimento institucional."*

Com efeito, o Programa possui três componentes: melhorias urbano-ambientais; melhorias na mobilidade urbana e fortalecimento institucional. Para tanto, estão previstas uma série de intervenções, dentre as quais se destacam a implantação de até cinco parques urbanos, o remanejamento de aproximadamente quatrocentas famílias para melhores condições habitacionais, regularização urbanística de loteamentos clandestinos e execução de obras de canalização. No âmbito institucional, o Programa visa aumentar a eficiência e eficácia do setor público municipal, mediante aperfeiçoamentos dos serviços públicos, da administração e da gestão territorial.

Conclui-se, assim, que o pedido de autorização formulado pelo Município de São José dos Campos-SP está de acordo com a Constituição Federal, com as Resoluções do Senado Federal nºs 40 e 43, ambas de 2001, e 48, de 2007, e com as demais exigências legais.

III – Voto

Por todo o exposto, voto pela concessão da autorização pleiteada para que o Município de São José dos Campos-SP possa contratar a operação de credito externo com o BID, nos termos do seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO
Nº , DE 2011

Autoriza o Município de São José dos Campos, Estado de São Paulo, a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$ 85.672.400,00 (oitenta e cinco milhões, seiscentos e setenta e dois mil e quatrocentos dólares dos Estados Unidos da América).

O Senado Federal resolve:

Art. 1º. É o Município de São José dos Campos, Estado de São Paulo, autorizado a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até até US$ 85.672.400,00 (oitenta e cinco milhões, seiscentos e setenta e dois mil e quatrocentos dólares dos Estados Unidos da América).

Parágrafo único. Os recursos oriundos da operação destinam-se ao financiamento parcial do *Programa de Estruturação Urbana de São José dos Campos.*

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º será realizada nas seguintes condições:

I – devedor: Município de São José dos Campos, Estado de São Paulo;

II – credor: Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID);

III – garantidor: República Federativa do Brasil;

IV – valor: US$ 85.672.400,00 (oitenta e cinco milhões, seiscentos e setenta e dois mil e quatrocentos dólares dos Estados Unidos da América);

V – modalidade: empréstimo do mecanismo unimonetário, com taxa de juros baseada na taxa de juros interbancária praticada em Londres (LIBOR);

VI – prazo de desembolso: cinco anos e seis meses, contados a partir da vigência do contrato;

VII – amortização: parcelas semestrais e consecutivas, de valores tanto quanto possíveis iguais, vencendo-se a primeira cinco anos e seis meses após a da data de vigência do contrato e a última até 20 (vinte) anos após essa mesma data;

VIII – juros: exigidos semestralmente nas mesmas datas do pagamento da amortização e calculados sobre o saldo devedor periódico do empréstimo, a uma taxa anual para cada trimestre determinada pelo BID e composta pela taxa de juros LIBOR trimestral para dólar dos Estados Unidos da América, mais ou menos uma margem de custo relacionada aos empréstimos que financiam os empréstimos do mecanismo unimonetário com taxa de juros baseada na LIBOR, mais o valor líquido de qualquer custo/lucro gerado por operações para mitigar as flutuações da LIBOR e mais a margem para empréstimos do capital ordinário;

IX – opções de conversão: responsabilizando-se pelos custos decorrentes das opções de conversão, o mutuário poderá solicitar ao credor, mediante consentimento do garantidor:

conversão para uma taxa de juros fixa, de parte ou totalidade dos saldos devedores sujeitos à taxa de juros baseada na LIBOR;

uma nova conversão de parte ou da totalidade dos saldos devedores do empréstimo, calculados a uma taxa de juros fixa para a taxa de juros baseada na LIBOR;

X – comissão de compromisso: a ser estabelecida periodicamente pelo BID, não podendo exceder a 0,75% (setenta e cinco centésimos por cento) ao ano, incidente sobre o saldo não desembolsado do financiamento, exigida juntamente com os juros e entrando em vigor sessenta dias após a assinatura do contrato;

XI – despesa com inspeção e supervisão geral: não poderá, em um semestre determinado, ser superior a 1% (um por cento) do financiamento, dividido pelo número de semestres compreendido no prazo original de desembolsos.

Parágrafo único. As datas de pagamento do principal, dos encargos financeiros e dos desembolsos previstos poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato de empréstimo.

Art. 3º Fica a União autorizada a conceder garantia ao Município de São José dos Campos, Estado de São Paulo, na operação de crédito externo referida nesta Resolução.

Parágrafo único. A autorização prevista no *caput* fica condicionada ao atendimento do seguinte:

I – que o Município de São José dos Campos, Estado de São Paulo, celebre contrato com a União para a concessão de contragarantias, sob a forma de vinculação das cotas de repartição de receitas de que tratam os arts. 158 e 159, complementadas pelas receitas tributárias estabelecidas no art. 156, consoante o art. 167, § 4º, todos da Constituição Federal, e outras garantias em direito admitidas, podendo o Governo Federal reter as transferências de recursos necessários para cobertura dos compromissos honrados, diretamente das contas centralizadoras da arrecadação do Município ou das transferências Federais.

2 – Que seja comprovado o cumprimento das condições prévias ao primeiro desembolso.

3 – Que o Ministério da Fazenda verifique, ateste a adimplência do ente garantido junto à União e suas controladas.

Art. 4º – o Prazo máximo para o exercício da presente autorização é de R$540,00 (quinhentos e quarenta reais), contados a partir da sua publicação.

Art. 5º – Essa resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Sr. Presidente esse é o relatório, esse é o nosso parecer.

Agradeço a atenção de todos.

Tentei ser o mais rápido possível.

Quero destacar aqui também a presença do Prefeito Eduardo Cury, Prefeito de São José dos Campos, que acompanha com muito interesse essa matéria. Adianto a V. Exª que, tão logo votada essa matéria aqui na Comissão, já deixou apresentado requerimento de urgência para que a matéria vá ao plenário ainda na data de hoje, para ser votado, para que o Município possa dar seqüência às ações que efetivamente já vem sendo desenvolvidas e que vão contribuir para a realização dessas obras e desse programa em São José dos Campos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Paulo Bauer, parabéns pelo relatório.

A matéria está em discussão.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/ PMDB – RR) – Sr. Presidente, pela ordem, apenas enquanto discute. Peço a V. Exª que logo após a solicitação do Senador Luiz Henrique, que pediu para entrar o item, gostaria de colocar os Itens nºs 20, 21 e 22, que são requerimentos, porque eu vou ter de me ausentar para a Comissão de Constituição e Justiça e gostaria de pedir a votação desses requerimentos, o que ficou acertado na reunião anterior.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Se os Senadores e as Senadoras concordarem...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Desde que seja acompanhado pelo Item nº 7, que eu tenho que acompanhar o Jucá também, lá.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Sr. Presidente, bem como o Item nº 14.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/ PT – MS) – Item nº 14.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Bem como os Itens nºs 6 e 13.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/ PT – MS) – Para que sejamos ... se houver consenso, acataríamos a solicitação do Senador Romero, aos itens, Senador Romero, 20, 21 e 22. Aí votaríamos os terminativos, porque hoje está impossível manter quorum, e ficariam os não terminativos para concluirmos a reunião de hoje. Ok?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/ PT – MS) – Para discutir, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Foi muito bem feito o parecer do Senador Paulo Bauer. Também quero destacar o empenho do prefeito Eduardo Cury, que aqui se encontra, Prefeito de São José dos Campos. Ele informou que por quatro anos vem trabalhando na elaboração deste projeto, junto ao BID, que envolvem 85 milhões e meio de recursos, de dólares, sobretudo para obras de infraestrutura, implantação de cinco parques urbanos, remanejamento de aproximadamente 400 famílias para melhores condições habitacionais, aquelas famílias que se encontram em áreas de risco, regularização urbanística de loteamentos clandestinos e execução de obras de canalização. É importante que esteja aqui o Prefeito Eduardo Cury. Inclusive se houver a necessidade de quaisquer esclarecimentos, ele está à disposição da Comissão de Assuntos Econômicos.

Cumprimento o Prefeito Eduardo Cury e o Senador Paulo Bauer, pelo seu parecer favorável.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/ PT – MS) – Muito obrigado, Senador Suplicy.

Não havendo mais Senadores e Senadoras para discutir, em votação o relatório do Senador Paulo Bauer.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. *(Pausa)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE.

Favorável nos termos do PRS apresentado.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, peço urgência para a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/ PT – MS) – Em votação a apresentação do requerimento de urgência, proposto pelo Senador Romero Jucá e Senador Paulo Bauer, também, que solicitou.

Os Senadores que concordam com a apresentação do requerimento, permaneçam como se encontram.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, vai ser votado, já foi lido. Esses três requerimentos já foram lidos. É isso?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/ PT – MS) – Não, não requerimento de urgência.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) ( ) – Perdão, como ele havia pedido para...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/ PT – MS) – São os requerimentos de urgência para votação dos empréstimos.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO)**.** – Ah! Perfeito. Desculpe.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Os Senadores que concordam com a apresentação do requerimento permaneçam como se encontram.

Aprovada a apresentação do requerimento de urgência para a matéria.

Parabenizo o Prefeito Eduardo Cury, aqui de São José dos Campos. E a matéria segue para votação hoje no plenário do Senado.

Conforme acordado, nós passamos agora ao Item 11, por solicitação do Senador Luiz Henrique.

ITEM 11
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 538 DE 2007
– Terminativo -

Dispõe sobre extrato de cadastro eletrônico e os procedimentos a serem observados pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil na prestação de serviços aos clientes.

Autoria: Senador Adelmir Santana
Relatoria: Senador Luiz Henrique
Relatório: Pela prejudicialidade do Projeto.

A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1 e 2-CCT;

– A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com Parecer favorável ao Projeto.

Lembro que o projeto é terminativo e exige quórum qualificado.

Com a palavra o relator Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, como o parecer foi distribuído e todos os Srs. Senadores dispõem do parecer, vou fazer uma leitura sintética.

O art.1º do projeto estipula que as instituições financeiras e demais instituições autorizadas pelo Banco Central do Brasil, a contratar operações de crédito e a prestar serviços aos clientes, devem fornecer as informações cadastrais de adimplemento e de inadimplemento, por meio de sistemas eletrônicos que possibilitem ao cadastrado, de forma gratuita, a consulta a seu histórico.

Acontece, Sr. Presidente, que o Projeto de Conversão da Medida Provisória nº518, de 2010, aprovou nova norma que prejudicou o projeto, que é de 2007. Por isso, Sr. Presidente, emitimos o nosso parecer pela prejudicialidade do projeto.

Salvo melhor juízo, é o parecer.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – A matéria está em discussão.

Nós estamos com um problema de quórum. Falta um Senador para completar o quórum. Só que quero sugerir que nós sobrestejamos essa votação nominal, Senador, até também para que V. Exª tenha tranquilidade para relatar outros projetos também no Senado.

Então, falta um Senador.

Senador Luiz Henrique, eu peço só um pouco de paciência a V. Exª. Eu vou, agora, entrar nos itens sugeridos pelo Senador Romero e nós retornamos ao Item 11, se V. Exªs estiverem de acordo.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, o autor do requerimento está nesse momento inquirindo um convidado na Comissão de Fiscalização e Controle. Eu pediria a V. Exª, se fosse possível, votarmos outros itens antes, para que o autor do requerimento possa estar presente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Mas Senador Aloysio, não é necessária a presença do autor. Pelos atos que nós aprovamos, é importante só na leitura do requerimento.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Na leitura.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Na votação, não.

Portanto, vamos passar.

Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, eu queria fazer uma colocação a V. Exª. Se o Senador Alvaro Dias não está presente e eu não quero ser deselegante com o Senador Alvaro Dias, então nós tiraríamos, na data de hoje, da pauta esse requerimento.

Daqui a pouco eu vou ter que ir para a CCJ também, porque há outros requerimentos lá.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) Mas eu faço um apelo, Senador Romero, meu líder aqui. Vou encaminhar o que V. Exª determinar, mas esse assunto está aqui há muito tempo. Nós temos que resolver isso hoje. Não dá pra deixar isso pra agosto.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Se não há concordância, vamos votar o requerimento.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Eu queria apelar. Claro que eu aceito a vossa...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Qual é o item?

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Itens 20, 21 e 22.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP. *Fora do microfone.*) – Item 19 também.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Item 19 é acordo. Sobre a questão do Luciano Coutinho, nós conversamos daqui a pouco.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Item 19 é acordo.

Então, vamos colocar em votação.

ITEM 20
REQUERIMENTO Nº 50, DE 2011

> Requer, nos termos do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso V, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convocada a Exma. Sra. Ideli Salvatti, Ministra da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República, para prestar os devidos esclarecimentos sobre as denúncias publicadas pela revista Veja envolvendo seu nome no chamado "caso do dossiê dos aloprados".

Iniciativa: Senador Alvaro Dias.

Observações: *Em 5/7/2011, foi lido o Requerimento pelo Presidente da Comissão.*

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

É possível discutir o requerimento?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Não; só encaminhamento. A discussão já ocorreu.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Então eu vou encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – V. Exª pode encaminhar.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Por quanto tempo, Excelência?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Ágil o suficiente para que nós votemos os demais requerimentos e o restante da pauta. *(Risos.)*

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, esse episódio dos aloprados, no dizer do nosso ilustre colega Senador Dornelles, foi uma das coisas mais degradantes que ocorreram na política brasileira nos últimos tempos. Uma coisa horrorosa! A fabricação de um documento falso para atingir um candidato à Presidência da República; isso tudo mediante pagamento, e um pagamento vultoso: R$1,7 milhão, com prisões em flagrante, fartamente documentado. Quer dizer, um episódio da maior gravidade, embora eu tenha ficado chocado por ter lido, ainda recentemente, no jornal *Folha de S.Paulo*, uma declaração do líder do PT aqui no Senado dizendo que essa convocação equivaleria ao episódio da bolinha de papel.

Está aqui o nosso querido colega Humberto Costa, a quem acabei de me referir. O episódio da bolinha de papel por si só é de uma gravidade extraordinária. Não importa a natureza do projétil que atingiu um candidato à Presidência da República. O que houve ali foi uma organização de uma tropa de choque para impedir uma livre manifestação de um candidato à Presidência da República em sua campanha. Pouco importa o projétil.

Neste caso, o projétil é perfeitamente identificado: a dinheirama foi fotografada, foi exposta aos olhos de todos. E esse senhor, Expedito Veloso, afirmou que tudo isso, esse episódio foi tramado aqui no Senado, na presença da hoje Ministra Ideli Salvatti, então líder do governo, ao lado do atual Ministro Mercadante.

Então, estou convencido de que esta Comissão, pelo peso que tem, pela autoridade que tem na Casa, deveria ouvir a Ministra Ideli Salavatti, e que ela venha colocar tudo em pratos limpos. Isso está dentro das funções fiscalizadoras do Senado, de que a nossa Comissão, a Comissão de Assuntos Econômicos, é partícipe.

Por essa razão, Sr. Presidente, peço o voto a favor do requerimento.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Cyro.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, é bem rápido; não tomarei muito tempo.

Sr. Presidente, eu sei que aqui estão preparados para derrubar este requerimento. Mas não consigo entender por que o medo de as pessoas virem se explicar. Se há um arrazoado de coisas, a pessoa vem aqui se explicar. O Sr. Pagot veio de livre e espontânea vontade, embora tenha sido feito um requerimento.

Eu acho que simplificará se a Ministra vier e der a explicação dela. Quando se foge, quando se teme, alguma coisa há. E não sei por que a base do Governo é useira e vezeira em querer derrubar. Não é constrangedor, de maneira nenhuma. Por isso, encaminho favoravelmente a este requerimento e peço que os senhores reflitam sobre isso, senão fica sempre aquela suspeita. E a Ministra, tenho certeza, sabe como sair disso, sabe explicar, tem as explicações, e a coisa morre. Agora, há continuar assim, desculpe.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Não havendo mais nenhum Senador para encaminhar...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Quero apenas encaminha contrário ao requerimento, Sr. Presidente, tendo em vista que a Ministra Ideli não tem nada a ver com essa história e muito menos esta Comissão tem a ver com essa história.

Somos contrários ao encaminhamento.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Eu poderia encaminhar antes também?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Sim, Senador.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Eu ratifico as declarações...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Humberto Costa, eu nunca vi tanto encaminhamento num requerimento.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) –...que dei ao Senador Aloysio. Considero esse caso um dos casos mais abomináveis, vergonhosos e tristes da história política do Brasil, mas acho que é um assunto que deve ser examinado pelo Ministério Público, pela polícia. Não vejo razão para ser tratado nesta Comissão.

Por isso meu voto será contrário à convocação.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, só para uma breve consideração.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Meu caro Senador Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Um parte da mídia introduziu no noticiário especulativo insinuação de que o PSB estaria retaliando contra o Senador Mercadante. O PSB mantém com o Ministro da Ciência e Tecnologia e também com a Senadora Ideli uma relação de respeito, uma relação muito produtiva e somos aliados do Governo da Presidenta Dilma e temos o dever de respeitar os nossos companheiros do seu Governo.

Por isso queria dar essa explicação para que se tire da mente de qualquer pessoa que possa estar pensando o contrário: mantemos uma boa relação de amizade, de respeito com o Senador Mercadante, que foi um grande Senador e me tratou com a maior cortesia no tempo em que eu era Líder no PSB – e ainda continuo. Por isso não tenho nenhuma razão e nenhum motivo para fazer retaliações, até porque esse não é o costume do nosso Partido. É um Partido que age com lealdade, com eficiência e com trabalho e, acima de tudo, com respeito às pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Valadares.

Não havendo mais nenhuma Senadora ou Senador que queira fazer encaminhamento, vou colocar o requerimento em votação.

Os Senadores que concordam com o requerimento do Senador Alvaro Dias permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Portanto, rejeitado o requerimento de nº 50, de autoria do Senador Alvaro Dias.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Pela ordem, Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – O sentido é de agilizarmos os trabalhos na Comissão e existem vários requerimento, um deles de minha autoria convidando o Presidente do BNDES, Dr. Luciano Coutinho. Não poderíamos votar em bloco esses requerimentos, tendo em vista que todos eles têm o mesmo escopo?

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Eu acho uma boa, o 21 e 22. E depois a gente vota os do Luciano Coutinho, que tem acordo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Isso.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – São quatro do Luciano Coutinho.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Se puder votar o 21 e 22 em bloco e depois, em bloco os do BNDES...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – É o mesmo assunto. Portanto, nós vamos votar em bloco os itens 21 e 22. Também os requerimentos de nºs 51 e 52 de autoria do Senador Alvaro Dias.

Em votação o requerimento.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Para encaminhar, Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, esses dois requerimentos, se forem aprovados por esta Comissão, permitiriam esclarecer cabalmente – até onde as coisas são cabais nesse tipo de circunstância – esse episódio dos aloprados.

A Senadora Serys Slhessarenko foi também uma vítima dessa armação que acabou sendo conhecida como armação dos aloprados – termo suave utilizado pelo ex-Presidente Lula para designar uma quadrilha de criminosos que agiu para cometer crimes eleitorais. No caso da Senadora Serys Slhessarenko, trata-se de uma vítima dentro do próprio Partido dos Trabalhadores, o que mostra que grau, que nível de antagonismo interno, que se transborda em ódio, existe no seio deste Partido quando se trata de competição eleitoral.

Outra pessoa que o Senador Álvaro Dias pretende ouvir, o Sr. Expedito Veloso, é alguém, relembro, que foi diretor do Banco do Brasil do Governo Lula. Hoje ocupa um importante cargo no Governo do Distrito Federal, Governo do PT. Esse senhor disse, e isso está no *site* da revista *Veja* – não é uma invenção ou ilação, como disse aqui o Ministro Mercadante, quando veio falar sobre o assunto –, com todas as letras, que ele, a mando do Sr. Ministro Mercadante, armou essa história. Ele diz o seguinte, ele, Expedito: "Eu cometi um crime eleitoral. Eu sou réu confesso. Meus comparsas nesse crime foram o senhor, o então Senador Mercadante e a então Senadora ideli Salvatti."

Ora, não há nenhuma providência. O Partido dos Trabalhadores, ao qual esse senhor está filiado, do qual é um hierarca, não tomou nenhuma providência contra ele. Nenhuma! O Ministro Mercadante, em vez de reagir, como reagiu, aliás, o nosso colega o Senador Blairo Maggi, entrando imediatamente na Justiça contra o que seria o seu caluniador, disse que iria esperar o pronunciamento da Justiça. Ora, se não provoca a Justiça, como a Justiça vai se pronunciar.

No fundo, existe toda uma operação para colocar esse caso em panos quentes. Essa operação tem uma de suas etapas aqui, na Comissão de Assuntos Econômicos, exatamente na votação desse requerimento. Vamos rejeitar o requerimento, vamos votar em bloco, porque não interessa falar sobre esse assunto. Esse

assunto é espinhoso. Esse assunto envolve Ministros. Esse assunto envolve o partido do Governo. Esse assunto é escabroso demais para que o Senado possa ir lá, com sua curiosidade impertinente, verificar o que ocorre. É esse o significado do voto contrário ao requerimento, que a maioria governista está prestes a proferir.

Por isso, Sr. Presidente, por não concordar com esse estado de coisas, peço a aprovação desses dois requerimentos.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Encaminhamento, Senador

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Repito, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, quem não deve não teme. Acho que a base teme, e teme muito, porque a ex-Senadora Serys viria aqui dizer o quanto ela foi abandonada, o quanto ela ficou jogada e marginalizada do processo. Os senhores não querem ouvir a verdade. Assim como o Senador Aloizio Mercadante também foi abandonado, porque, por 0,4 ou 0,7, ele deixou de ir para o segundo turno. Se explicassem quem esqueceu a maleta no hotel, porque tenho certeza que ele estava fora desse processo, mas o Partido sim, o Partido também o abandonou, e ele perdeu a eleição.

Então, para nada mais viria aqui a Senadora a não ser dizer o que aconteceu, mas como os senhores temem por isso, a coisa vai ser...

Por esse meu encaminhamento, sou favorável.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Portanto, vamos votar o requerimento, os dois requerimentos, 21 e 22, em bloco.

Os Senadores que concordam com os requerimentos permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Rejeitados os Requerimentos nºs 21 e 22.

Estou encaminhando aos Senadores – esperei, não li isso antes até para não... Recebemos ontem uma correspondência do Sr. Expedito Afonso Veloso dizendo:

"V*enho sendo abordado, nos últimos dias, por repórteres de diversos órgãos de comunicação a respeito de provável convocação ou convite que me seria formulado para comparecer ao plenário dessa Comissão, com o propósito de esclarecer matérias veiculadas por jornais, revistas e televisão referentes ao denominado dossiê dos sanguessugas. Se convocado, estarei obrigado a comparecer; se a hipótese for de convite, o que não me obrigaria consequentemente, ainda assim comparecerei em apreço ao Senado e aos Srs. Senadores.*

Quero, entretanto, me antecipar e esclarecer respeitosamente a V. Exª para avaliação da necessidade de prestar tal depoimento, que nada acrescentarei aos inúmeros depoimentos que já prestei sobre o tema na auditoria interna do Banco do Brasil, na Comissão de Ética Pública, na Polícia Federal, no Ministério Público Federal e na própria CPMI instaurada pelo Congresso Nacional.

Com efeito, a revista Veja transcreveu o que seria uma conversa minha com interlocutor não identificado onde eu teria especulado, em conversa informal, sobre o que poderia ter ocorrido envolvendo os nomes do falecido ex-governador Orestes Quércia e o Ministro Aloizio Mercadante.

No que se refere ao ex-governador, circulavam na imprensa, à época, várias versões de sua participação. Nada poderia acrescentar sobre isso visto que apenas comentei o que a imprensa especulava, Quanto ao Ministro Aloizio Mercadante, só estive com ele nas situações já esclarecidas anteriormente. As especulações publicadas na revista Veja não foram e não serão confirmadas por mim. Não acusei, não tenho informações e lamento que tenham usado parte de uma conversa informal, dentro de outro contexto, para prejudicar o ex-Senador Aloizio Mercadante e a Ministra Ideli Salvatti. Quanto à ex-Senadora Serys Slhessarenko, como já divulguei em nota, houve uma tentativa de prejudicá-la no chamado caso sanguessuga, como já disse na Polícia Federal.

Reafirmo, pois, que não alterarei meus depoimentos anteriores, tendo esta nota inclusive o condão de desautorizar a utilização do meu nome para prejudicar pessoas que não tiveram qualquer participação no chamado caso dossiê dos sanguessugas.

Atenciosamente,

Expedito Afonso Veloso.

Então, eu vou distribuir essas cópias aos senhores.

Agora, também vamos por... Nós temos quorum suficiente? (*Pausa*.) Não; também para votação nominal?

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – O item 11, cuja votação foi...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Então, votaremos... Eu pediria aos Srs. Senadores, rapidamente... Entendo as dificuldades dos Srs. Senadores. (*Pausa*.)

Não; nós vamos votar. Senador Ricardo Ferraço, fique tranquilo.

Vamos votar o item 11, relatado pelo Senador Luiz Henrique. E nós temos ainda o item 9, o item 10, o item 11, o item 13 e o item 14, como terminativos. Então, eu pediria aos Srs. Senadores que, agilmente, a gente relatasse para tentar votar, aproveitando o

quórum, porque, assim, nós limpamos a pauta deste primeiro semestre.

A matéria relativa ao item 11 está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo nenhum Senador ou Senadora que queira discutir a matéria, declaro prejudicado o projeto, nos termos do art. 334 do Regimento Interno do Senado Federal.

Em votação a declaração de prejudicialidade do projeto.

Votação nominal.

Quem vota com o Relator vota "sim" à declaração de prejudicialidade do projeto.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente. Eu poderia declarar o meu voto, uma vez que tenho que me retirar?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senadora Marta Suplicy.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Voto sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com o Relator.

Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Lobão Filho.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Francisco Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – *(Intervenção fora do microfone.)* Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Portanto, a Comissão aprova a declaração de prejudicialidade do projeto, por 14 votos a zero.

Agora... (*Pausa*.) Está sem quorum.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Não há quórum? (*Pausa.*)

Não há quórum novamente.

Voltamos ao requerimento.

Peço às Srªs Senadoras e aos Srs. Senadores que venham à Comissão de Assuntos Econômicos, porque existem várias votações nominais.

Voltou o quórum agora? (*Pausa.*)

Agora, voltou a haver quórum. Aqui, está difícil o negócio!

Portanto, passamos ao Item 9.

ITEM 9
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 360, DE 2007
– Terminativo -

Altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir a dedução do Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas de oitenta por cento dos valores pagos a título de Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira.

Autoria: Senadora Marisa Serrano.
Relatoria: Senador Jorge Viana.
Relatório: pela prejudicialidade do Projeto.

O Relator *ad hoc* é o Senador Humberto Costa. Cabe ao Senador Humberto Costa a relatoria da matéria constante do Item 9.

Lembro que o Projeto é terminativo e exige quórum qualificado.

Concedo a palavra ao objetivo Relator, Senador Humberto Costa.

O Senador Aloysio está voltando.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – *Mui* amigo o meu Presidente!

O parecer é da Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 360, de 2007, da Senadora Marisa Serrano, que *altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir a dedução do Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas de oitenta por cento dos valores pagos a título de Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira*.

Passo ao relatório.

O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 360, de 2007, de autoria da Senadora Marisa Serrano, acrescenta dispositivos ao art. 12 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir a dedução, do Imposto de Renda devido pela pessoa física na declaração de ajuste anual, de oitenta por cento do valor da Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira (CPMF) recolhida no ano-calendário (art. 1º).

A proposição dispõe que os valores da CPMF deduzidos serão contabilizados, no âmbito do Tesouro Nacional, a crédito do Imposto de Renda e a débito da própria CPMF, conforme normas estabelecidas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil. Além disso, não reduzirão a base de cálculo das transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios na forma do art. 159, I, *a* e *b*, da Constituição, bem como a base de cálculo das destinações a que se refere o art. 159, I, *c*, da Constituição (art. 2º).

O art. 3º do PLS determina a estimativa, pelo Poder Executivo, da renúncia de receita proveniente das alterações propostas, a fim de que sejam respeitadas as normas da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF – Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000).

Diante do exposto, votamos pela declaração de prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 360, de 2007.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo Senador ou Senadora que peça a palavra, declaro prejudicado o Projeto, nos termos do art. 334 do Regimento Interno do Senado Federal.

Em votação a declaração de prejudicialidade do Projeto.

A votação é nominal. Quem vota com o Relator vota "Sim" à declaração de prejudicialidade do Projeto.

Como vota o Senador Eduardo Suplicy?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Voto de acordo com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Como vota o Senador Humberto Costa? (Pausa.)

O Senador Humberto Costa é o Relator.

Como vota o Senador Lindbergh Farias?

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Como vota a Senadora Lídice da Mata?

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Como vota o Senador Valadares?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Como vota o Senador Eduardo Braga?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Como vota o Senador Lobão Filho?

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Voto "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Como vota o Senador Dornelles?

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Como vota o Senador Moka?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Voto "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Como vota o Senador Ricardo Ferraço?

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Como vota o Senador Aloysio Nunes?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Voto "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Como vota o Senador Cyro Miranda?

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Como vota o Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Como vota o Senador Luiz Henrique?

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Quantos votos?

Votaram SIM 14 Srs. Senadores.

Não houve voto contrário.

A Comissão aprova a declaração de prejudicialidade do projeto.

Partimos agora para o item 10.

ITEM 10
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 77 DE 2008
– Terminativo -

Dispõe sobre incentivo fiscal ao empregador para construção de habitação para o empregado.

Autoria: Senador Gilberto Goellner.
Relatoria: Senadora Angela Portela.
Relatório: Pela rejeição do Projeto.
Observações: *A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais.*

Lembro que o projeto é terminativo e exige quórum qualificado.

Como a Relatora Angela Portela não se encontra presente, designo como Relator *ad hoc* o Senador Lindbergh Farias, a quem concedo a palavra para ler o voto do seu relatório.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Voto pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 77, de 2008.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Obrigado pela objetividade.

A matéria está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação o projeto.

A votação é nominal.

Em votação o projeto.

Quem vota com o relator vota "não" ao projeto.

Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Antonio Carlos Valadares. *(Pausa.)*

Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Com o relator, portanto, não.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Lobão.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Francisco Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Votaram NÃO 13 Srs. Senadores, e SIM 1.

Portanto, a Comissão rejeita o projeto.

O voto do Senador Valadares é voto "sim".

(Manifestação fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Agora já votou.

Vamos agora ao item 13.

Peço aos Srs. Senadores que permaneçam na Comissão, pois faltam somente dois projetos de votação nominal.

ITEM 13
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 319 DE 2010
– Terminativo -

Amplia o limite de receita bruta total para ingresso de pessoas jurídicas no regime de lucro presumido para tributação pelo Imposto de Renda, alterando os artigos 13 e 14 da Lei nº 9.718, de 27/11/1998.

Autoria: Senador Alfredo Cotait.
Relatoria: Senador Cyro Miranda.
Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Lembro que o projeto é terminativo e exige quórum qualificado.

O relatório já foi lido pelo relator, na 26ª reunião, realizada no dia 21 de junho, ocasião em que foi concedida vista coletiva.

Pergunto ao Relator Cyro Miranda se deseja fazer uso da palavra.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sim, Sr. Presidente.

Apenas para salientar que este relatório não recebeu emendas e está em conformidade com a Constituição, atende à juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa. Ele apenas atualiza os valores, nada mais do que isso.

Então, sou pela aprovação deste projeto.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – A matéria está em discussão.

Senador Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, eu queria trazer o meu apoio, o meu voto favorável à aprovação desta medida. Ela é altamente desburocratizante.

O instituto do lucro presumido é um grande avanço na estrutura tributária do País. E o que faz o Senador Cyro? Ele apenas atualiza o valor, estabelecendo o índice de inflação do período.

De modo que acho extremamente importante a aprovação do projeto. É desburocratizante, não implica perda de receita. Realmente é um passo em avanço.

No momento que a Presidente da República sancionou o projeto do microempresário, que é um grande avanço que o Senado fez, sou totalmente favorável à aprovação do projeto do Senador Cyro.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Obrigado, Senador Dornelles.

Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Eu queria também associar-me no sentido de poder reconhecer o mérito do projeto, já que essas faixas, esses limites estão congelados desde 2003; portanto, essa atualização era algo que se impunha. Portanto, eu me associo a todos aqueles que reconhecem o mérito desse projeto.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Armando Monteiro.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Para acompanhar e acho que é muito justa a ideia levantada pelo Senador Dornelles que veio desde o primeiro Simples até agora, com apoio aos microempreendedores do nosso País. Acho que vamos ajustando a condução nossa no sentido de incentivar – desburocratizar também é incentivar – o nosso País.

Por isso quero acompanhar o nosso relator e, sobretudo também, o pronunciamento dos Senadores Dornelles e Armando Monteiro.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Eu tenho uma tarefa ingrata aqui de pedir vista para discutir. Tem uma nota do Governo...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Não pode mais ser pedido vista, meu caro Senador. Já foi lido.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Então, para discutir novamente, retiro e acompanho o relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito bem, Senador Lindbergh.

Não havendo mais nenhum Senador que queira discutir, vamos colocar em votação o projeto. Votação nominal.

Quem vota com o relator, vota sim ao projeto.

Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – De acordo com o relator: Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Voto com o relator: Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. *Fora do microfone*.) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE. *Fora do microfone*.) – Quatro.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM. *Fora do microfone*.) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Lobão.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/DEM – MA. *Fora do microfone.)* – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ. *Fora do microfone*.) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS. *Fora do microfone*.) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES. *Fora do microfone*.) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Aloysio.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE. *Fora do microfone*.) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Foram 13 votos "sim". Treze a zero. Parabéns ao Senador Cyro. Concordo, Senador Dornelles, este que é um projeto importantíssimo aprovado hoje por treze votos a zero. Portanto, um projeto muito pertinente.

Quero registrar aqui a presença do Senador Alfredo Cotait, de São Paulo, um homem sério, um homem competente, que durante o tempo em que esteve aqui produziu matérias importantíssimas. Não podia deixar de registrar isso pelo seu trabalho. Mesmo num curto espaço de tempo, produziu muito e em temas de extrema relevância.

ITEM 14
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 318 DE 2009
– Terminativo -

Altera a Lei nº 9.960, de 28 de janeiro de 2000, que institui a Taxa de Serviços Administrativos (TSA), em favor da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), para estabelecer vinculação das receitas auferidas nos Estados do Acre, Amapá, Rondônia e Roraima, e dá outras providências.

Caiu o quórum?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador, nós estamos aguardando. Aqui são as sístoles e diástoles.

Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Enquanto V. Exª aguarda o quórum, seria importante dar a informação sobre a audiência que haveria hoje a respeito do plano de erradicação da pobreza extrema no Brasil, pois a Ministra Tereza Campelo e a Srª Ana Fonseca fariam uma exposição hoje e, conforme V. Exª me informou, ela pediu que fosse adiada para o começo de agosto.

Seria importante que V. Exª desse a informação.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito bem lembrado pelo Senador Suplicy, que já tinha me orientado aqui, peço desculpas, Senador Suplicy, por já não ter anunciado.

Hoje nós íamos fazer uma audiência pública com a Ministra Tereza Campelo e a Secretaria Extraordinária do Plano de Erradicação da Pobreza Extrema, Drª Ana Fonseca.

Por razões de agenda, inclusive com a Presidenta Dilma, nós adiamos para a primeira ou segunda semana de agosto, logo após o recesso parlamentar, esse tema que é de extrema importância, e, sem dúvida alguma, a Comissão de Assuntos Econômicos vai se debruçar sobre ele, pela importância que ele traz para os debates, não só aqui na Comissão de Assuntos Econômicos, mas no Senado e no País.

Já conseguimos... A Senadora Ana Amélia já chegou. Mais um...

Começamos de novo.

Voltando ao Item 14, a relatoria seria do Senador João Claudino, mas eu nomeio relator *ad hoc* o ágil e competente Senador Eduardo Braga. O relatório é pela aprovação do projeto. Ela já foi apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com parecer favorável. E o Senador Eduardo Braga apresenta aqui o voto em separado.

Portanto, a Mesa está me orientando, Senador Eduardo Braga, que eu nomearia um outro Senador, e V. Exª defenderia o voto em separado...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Pois não, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – ...para que votemos essa matéria que acho de extrema relevância, e V. Exª já registrou a sua preocupação logo no início da reunião.

Portanto, indico, como relator *ad hoc*, o Senador Inácio Arruda.

O Item 14 já está preparado para ser relatado pelo sempre objetivo Senador Inácio Arruda.

Com a palavra, o Senador Inácio Arruda.

Peço a paciência do Senador, pois estamos relatando o último item terminativo.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, na qualidade de relator ad hoc, nós

não poderíamos fugir a um compromisso que temos feito aqui com os nosso relatores

Então, nosso voto vai acompanhar a posição do Senador João Vicente Claudino, que é pela aprovação do Projeto de Lei nº 318, de 2009.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Inácio Arruda, pela objetividade.

Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, para encaminhar o voto em separado, peço vênia ao nosso querido Senador João Vicente Claudino para divergir, tendo em vista que a vinculação proposta pelo PL, ao contrário de ajudar os Estados, prejudica, porque a proposta estabelece que apenas os recursos arrecadados no próprio Estado possam ser aplicados naquela unidade federativa. Ora, a economia do Amazonas, somada às outras economias, são maiores. Portanto, essa receita deve, como estabelece inclusive a lei complementar que cria o organismo de desenvolvimento, a Suframa, estar disponível para investimentos em Estados como Roraima, Acre, Rondônia e outros.

Portanto, Sr. Presidente, para ser bastante sucinto, eu gostaria de dizer o seguinte: entre outros aspectos relevantes, há de se observar a aplicação de parcela dos recursos oriundos da arrecadação da TSA (Taxa de Serviços Administrativos) com diversas entidades, que os utilizam em investimentos na área de capacitação de recursos humanos, com projetos em parceria com universidades para cursos de especialização, mestrado e doutorado, e investimentos em infraestrutura que viabilizam aquela região.

Entre 2005 e 2010, 22% da arrecadação global da TSA foram aplicados nesses projetos, com resultados altamente satisfatórios para os Estados da região amazônica,demonstrando uma vinculação mais do que otimizada entre a arrecadação da TSA nos Estados do Acre, Amapá, Rondônia e Roraima, e os investimentos no desenvolvimento econômico e social e na formação de recursos humanos especializados, aplicados em cada um das unidades da Federação.

Face ao exposto, voto pela rejeição do presente Projeto de Lei nº 318, de 2009.

Este é o voto em separado, contrário ao Projeto de Lei nº 318, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, eu acrescentaria à argumentação de mérito que foi produzida pelo Senador Eduardo Braga uma argumentação de ordem constitucional, é que o projeto estabelece vinculação de receita, o que é inconstitucional, infelizmente, com exceção daquelas vinculações que são permitidas na Constituição – saúde, educação, fundações públicas de amparo à pesquisa –, não é possível.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, acompanho o Senador Eduardo Braga, e dizer que essa é a posição também do Bloco de apoio ao Governo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Portanto, nós vamos primeiro aqui, pela liturgia, votar o Relatório do Senador Inácio Arruda. Em ele caindo, designo o relator do vencido.

É um procedimento. Aqui existe uma burocracia que é difícil, fascinante a burocracia e interminável, aqui na Comissão. É só para, eventualmente, no plenário, V. Exª defender esse voto em separado em caso de recurso, o que acho muito difícil pelas razões explicitamente registradas aqui pelo Senador Aloysio Nunes.

Portanto, vamos votar o relatório do Senador Inácio Arruda.

Quem for contra o relatório do Senador Inácio Arruda vota "Não".

Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) (*Fora do microfone.)* "Não".

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) (*Fora do microfone.)* "Não".

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senadora Lídice da Mata.

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) (*Fora do microfone.)* "Não".

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Seria "Não", mas fui o relator *ad hoc.*

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Perfeito. V. Exª foi para o sacrifício.

Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – "Não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Lobão.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) (*Fora do microfone.)* "Não".

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) (*Fora do microfone.)* "Não".

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senadora Ana Amélia.

A SRª. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu voto "Não", com as argumentações dos Senadores Eduardo Braga e Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) (*Fora do microfone*.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Aloysio.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) (*Fora do microfone*.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Cyro.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) (*Fora do microfone*.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) (*Fora do microfone*.) "Não".

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – É só para a liturgia.

Se todos concordam com o voto em separado do Senador Eduardo Braga – e, portanto, isso está muito claro – ele passa a constituir o parecer da CAE.

A SRª. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Sr. Presidente, nós vamos votar o voto em separado do Senador?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Não...

A SRª. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Eu cheguei atrasada, mas queria registrar não apenas o meu voto a favor do voto em separado do Senador Eduardo Braga, mas também agradecer a todos os colegas Senadores que acompanharam o Senador nesta matéria que para nós é muito cara e importante. Então, o registro.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Portanto, a Comissão rejeita o Projeto de Lei do Senador nº 318 e acata o relatório do Senador Eduardo Braga.

Agora, vamos fechar todos os requerimentos. Depois, temos mais alguns projetos não-terminativos para limparmos a pauta.

Item 15, Requerimento nº 45 do Senador Flexa.

ITEM 15
REQUERIMENTO Nº 45 DE 2011

Requer, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de discutir a eficácia da sistemática da cobrança da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM), em face da crescente judicialização do processo, com a presença do Governador Simão Jatene; com a presença do Governador Anastasia; com a presença do Sr. Marco Antônio Valadares Moreira, do DNPM; do Dr. Paulo Camillo Vargas Penna, Diretor Presidente do Ibram; Dr. Murilo Ferreira, Presidente da Vale; Sr. Anderson Costa Cabido, Presidente da Associação dos Municípios Mineradores do Brasil.

Como o Senador Flexa não está presente, coloco em votação o requerimento.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Lobão.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer uma sugestão. Como estamos fazendo um convite a governadores, ao Presidente da Vale e a um diretor do DNPM, eu queria sugerir a substituição do diretor pelo diretor geral, que estaria mais afeito a esse universo que está sendo convidado aqui.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito coerente.

Se todos os Srs. Senadores concordam com a substituição do diretor pelo diretor presidente, queiram permanecer como estão. (*Pausa*.)

Aprovado.

E, agora, coloco em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que concordam com o requerimento apresentado pelo Senador Flexa queiram permanecer como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado o requerimento.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – O bloco de apoio ao Governo votou com o Senador tucano esse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) **–** Item 16:

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Tem a palavra, pela ordem, o Senador Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Senador Ricardo Ferraço e Senador Aloysio Nunes, nós temos 16, 17, 18 e 19, mais quatro requerimentos que falam da convocação do Presidente do BNDES. A minha proposta aqui era juntar todos esses requerimentos, fazer um apelo ao Senador Aloysio Nunes, pois tem um requerimento do Alvaro Dias aqui que convida também Abílio Diniz.

Acho que o Presidente do BNDES tem que vir só aqui, entendeu? Tem que vir só para fazer uma exposição. Mas eu acrescentaria, além da discussão do caso Carrefour, a discussão do Programa de Susten-

tação do Investimento; apresentar aqui a política do BNDES, porque, pelo que a gente tem observado, o BNDES – e já li declarações hoje nos jornais que dizem que, pelo Governo, não haverá essa fusão. Então, se a gente ficar centrado apenas nesse ponto, nós vamos perder o objeto. Acho muito importante o Presidente do BNDES vir aqui; estreita o assunto.

Então a gente poderia unificar como um convite de todos os Senadores desta CAE, para que o Presidente do BNDES venha a esta Casa no mês de agosto.

Tudo bem?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Então, a sugestão de V. Exª, Senador Lindbergh, seria votar o item 16 do Senador Ferraço...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Tem a palavra, pela ordem, o Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Eu tenho notícias, Sr. Presidente, de que o Senador Demóstenes, que é autor de um dos requerimentos, e que está lá, diante desta realidade que é o esquartejamento a que somos submetidos pela concomitância de horários, neste momento, na Comissão de Infraestrutura, Fiscalização e Controle, gostaria de manter S. Exª o seu requerimento na integralidade, em que ele solicita o comparecimento do empresário Abílio Diniz e do Wesley Batista.

Então eu estou consultando o Senador Demóstenes para ver se ele concorda.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Se V. Exª me permite, nada impede que aprovemos o requerimento, mas que eles venham em datas separadas. Que nós possamos ter a visita do Presidente do BNDES para podermos fazer um debate ampliado, em torno da questão do BNDES, e que venha um sobre o caso específico com o Sr. Wesley Batista e Abílio Diniz, porque estes sim só viriam falar sobre o assunto específico de fusão.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Tudo bem.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Senador, a gente tem que consultar o Senador Demóstenes para saber se ele topa essa separação.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Senador Braga, a gente poderia fazer o seguinte: deixar o requerimento do Senador Demóstenes para a próxima reunião e a gente aprovava aqui o convite para o...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Eu queria sugerir a V. Exªs, se esse for o entendimento...Senador Dornelles também vai falar.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – No caso do item 17, tirar o nome do Presidente do BNDS. Ficaria o representante do Pão de Açúcar, o representante... Não, aqui já está avançado um pouco, eu queria deixar para outra reunião.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Acho que seria razoável aprovarmos só o requerimento do Senador Ferraço e do Senador Lindbergh Farias que são os mesmos. Os outros nós deixamos sobrestados, fica para depois do recesso.

Então, vamos votar o item 16 do Senador Ricardo Ferraço e o item 18 do Senador Lindbergh Farias que são requerimentos semelhantes.

ITEM 16
REQUERIMENTO Nº 46 DE 2011

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, seja convidado o economista Luciano Galvão Coutinho para participar de audiência pública, com vistas a apresentar exposição informativa sobre a natureza e as condições que determinarão a participação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES no processo de fusão dos ativos da Companhia Brasileira de Distribuição (CBD) com a multinacional francesa Carrefour.

Iniciativa*: Senador Ricardo Ferraço.*

ITEM 18
REQUERIMENTO Nº 48 DE 2011

Requer, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com a finalidade de esclarecer e discutir a política de Desembolso, o Programa de Sustentação do Investimento (PSI) e a Política Industrial, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, com a presença do Sr. Luciano Galvão Coutinho, Presidente do BNDES.

Iniciativa: Senador Lindbergh Farias

Observações: *Em 5/7/2011, foi lido o Requerimento pelo Presidente da Comissão*

Em votação os dois requerimentos, item 16 e item 18.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que concordam, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados os Requerimentos de nºs 16 e 18.

O item 17 nós deixamos para depois do recesso, como também o item 19.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Sr Presidente, apresentei um requerimento à Mesa e gostaria, se possível, que V. Exª lesse para que pudéssemos votar, se não nessa, na próxima reunião.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Nós leremos o requerimento, Senadora Vanessa.

A SRª. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Portanto, só para esclarecer melhor, vamos deixar para depois do recesso o item 17 e o item 19.

Acabamos de aprovar o item 16 do Senador Ricardo Ferraço e o Item 18 do Senador Lindberg Farias.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, pela ordem. Acho que o item 12 também ficou para depois do recesso, não foi?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Perdão, o item 12, Senador Dornelles, foi retirado de pauta pelo relator para reexame. Desculpe-me foi uma falha minha.

Voltamos ao item 4 da pauta.

ITEM 4
MENSAGEM (SF) Nº 60 DE 2011
– Não Terminativa -

Encaminha, nos termos do § 1º do art. 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, a Programação Monetária para o segundo trimestre de 2011.

Autoria: Presidenta da República
Relatoria: Senador Romero Jucá
Relatório: Favorável nos termos do Projeto de Decreto Legislativo que apresenta.

Como o Senador Romero Jucá se encontra na CCJ, eu indico o Senador Dornelles como Relator do item 4.

Com a palavra, o Senador Dornelles**.**

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – A Comissão de Assuntos Econômicos recebe mensagem que encaminha ao Senado Federal a programação monetária para o segundo trimestre de 2011.

O relatório foi distribuído, amplamente examinado pelos Senadores, e o voto é pela aprovação nos termos do projeto de decreto legislativo que junto segue. É o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Os Srs. Senadores que votam com o relatório permaneçam como se encontram.

Aprovado o relatório que passa a constituir o parecer da CAE, favorável nos termos do Projeto de Decreto Legislativo apresentado.

Quanto ao item 5, o Relator solicitou a retirada de pauta, o Senador Vital do Rêgo.

O item 6

ITEM 6
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 90 DE 2010 – Complementar
– Não Terminativo -

Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para incluir os escritórios de engenharia e arquitetura entre os beneficiários do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas microempresas e Empresas de Pequeno Porte – Simples Nacional.

Autoria: Senador Fernando Collor
Relatoria: Senador Cyro Miranda
Relatório: Favorável ao Projeto, acolhendo parcialmente a Emenda nº 3, de autoria do Senador Demóstenes Torres, na forma da Emenda nº 4, 5 e 6

É só registrar o resultado da votação do item 14, a Mesa está demandando: 13 votos NÃO e 1 voto SIM.

O Senador Cyro Miranda está a caminho. Então, enquanto o Senador não chega, vamos ao item 7.

ITEM 7
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 173 DE 2008
– Não Terminativo -

Altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, para acrescentar o adicional de risco de vida.

Autoria: Senador Paulo Paim
Relatoria *ad hoc*: Senador Benedito de Lira
Relatório: Favorável ao Projeto com a Emenda nº 1 que apresenta.

Observações:

– Em 21/6/2011, o Presidente da Comissão designou o Senador Benedito de Lira Relator ad hoc da Matéria, em substituição ao Senador Inácio Arruda;

– Em 21/6/2011, foi concedida vista ao Senador Cyro Miranda;

– O relatório já foi lido pelo Relator ad hoc na 26ª reunião, realizada em 21/06/2011, ocasião em que foi concedida vista ao Senador Cyro Miranda.

Portanto, como o Senador Benedito de Lira, volta a sua origem o relatório ao Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Mantenho o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Mantém o relatório obviamente.

A matéria está em discussão.

Em votação o relatório do Senador Inácio Arruda.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao Projeto com a Emenda nº 1, da CAE.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania em decisão terminativa.

Estamos aguardo ainda o Senador Cyro Miranda.

ITEM 8
PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 324 DE 2007 – Complementar
– Não Terminativo -

Altera a Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, para criar o cargo de Vice-Presidente do Banco Central do Brasil e para proibir que egressos da autarquia ingressem na iniciativa privada do sistema financeiro em período inferior a um ano após sua exoneração ou demissão.

Autoria: Senador Pedro Simon
Relatoria: Senador Alvaro Dias
Relatório: Contrário ao Projeto.
Observações: A matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com parecer contrário ao Projeto.

Como o Senador Alvaro Dias está na Comissão de Infraestrutura, nomeio como Relator *ad hoc* o Senador Casildo Maldaner, que está bem assessorado pela Senadora Vanessa e pelo Senador Inácio Arruda.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Eu agradeço aqui a colaboração da Senadora Vanessa, que é catarinense, e do Senador Inácio Arruda, cearense; todos extraordinários na participação dessa proposta que o nobre Presidente nos incumbe relatar.

Está em pauta o Projeto de Lei do Senado nº 324, de 2007 –Complementar, de autoria do Senador Pedro Simon, que "altera a Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, para criar o cargo de Vice-Presidente do Banco Central do Brasil e para proibir que egressos da autarquia entrem na iniciativa privada do sistema financeiro em período inferior a um ano após sua exoneração ou demissão".

O projeto pretende modificar os arts. 14 e 15 da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, que, em suas normas gerais relativas à estrutura do sistema financeiro nacional, foi recepcionada pela atual Constituição Federal como lei complementar, conforme entendimento do Supremo Tribunal Federal.

O Relator da matéria é o Senador Alvaro Dias, e tenho a honra de ser Relator *ad hoc.*

E vou para a análise, então, em relação a essa proposta do Senador Pedro Simon.

II – Análise

Analisando o projeto do ponto de vista jurídico, não podemos deixar de registrar que, ao propor a criação do cargo de Vice-Presidente do Banco Central, ele incorre no vício da inconstitucionalidade. Sendo o BC uma autarquia da administração pública federal, a iniciativa do processo legislativo para a criação do cargo é competência privativa do Presidente da República. Tal mandamento está expresso no art. 61, § 1º, inciso II, *c*, da Constituição Federal:

> **Art. 61**.....
> § 1º São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:
> .....
> II – disponham sobre:
> a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;
> .....

Trata-se de um vício insanável, que, aliás, fundamentou a rejeição do projeto pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

E, aí, indo para o voto.

III – Voto

Diante do exposto, votamos pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 324, de 2007 – Complementar.

Esse é o encerramento, é o voto do Relator, o Senador Alvaro Dias, em relação à proposta do eminente Senador Pedro Simon.

Então, como Relator *ad hoc* designado por V. Exª, estou concluindo este parecer nesta direção: pela rejeição da proposta, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Casildo Maldaner, pela objetividade, pelo relatório.

A matéria está em discussão. (*Pausa*.)

O SR. LIDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Qual é o item?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Item 8.

Em votação o relatório do Senador Casildo Maldaner.

Os Senadores e Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, contrário ao projeto.

O item 6, só retornando, o Senador Cyro Miranda solicita a retirada de pauta. Portanto, vamos agendar essa votação depois do recesso parlamentar.

Eu vou...

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Pela ordem, Senador Lobão.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Antes que V. Exª encerre esta sessão, eu queria fazer o registro de que esta Comissão, com todas as dificuldades de manutenção de um quórum de quatorze Senadores, conseguiu esgotar sua pauta, graças à presença marcante e permanente dos Senadores que compõem esta Comissão e também, muito, graças à competência de V. Exª na Presidência desta Comissão.

Quero parabenizar e agradecer os Senadores pela disposição de estarem aqui, cumprindo este rito semanal, na defesa dos interesses públicos brasileiros.

Muito obrigado.

O SR. LIDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado pelas palavras, Senador Lobão, meu caro Presidente.

Senador Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Também parabenizando todos os Senadores da Comissão, nosso Presidente e nosso Vice-Presidente, que conduzem tão bem estes trabalhos. Mas acho que tínhamos de fazer uma conversa com o Presidente do Senado, Presidente José Sarney, sobre o funcionamento dessas Comissões. Hoje foi um dia terrível. A Comissão de Constituição e Justiça tem reunião ordinária às quartas-feiras, foi antecipada para terça-feira. A Comissão de Infraestrutura reúne-se às quintas-feiras. Não quis colocar nenhuma questão, porque ia parecer que a gente queria desmarcar o depoimento do Pagot, mas sou membro desta Comissão de Assuntos Econômicos, sou membro da CCJ e da Comissão de Infraestrutura e ficamos numa situação...

Então, acho que tínhamos de organizar, provocar o Presidente do Senado para que as audiências públicas – a minha defesa, inclusive, até para outros desdobramentos aqui – tenham de ser também no horário das Comissões. Tem audiências públicas muito esvaziadas.

Então, acho que, pelo dia atribulado de hoje, vale uma conversa com o Presidente do Senado, porque a gente tem de organizar melhor o trabalho das nossas Comissões.

Mas quero, assim como fez o Senador Lobão Filho, parabenizar os trabalhos, o comprometimento dos Senadores e a velocidade deste Presidente, que conduz tão bem a sessão desta Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Lindbergh.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, eu queria cumprimentar V. Exª pela competência e, mais do que competência, pela categoria como V. Exª conduziu os trabalhos desta Comissão, permitindo um debate amplo e profundo sobre todos os assuntos aqui trazidos, reconhecendo o direito dos partidos de oposição apresentarem os seus pontos de vista, organizando as votações, organizando os debates, Isso aqui é uma conseqüência da experiência que V. Exª tem do assunto.

Meus parabéns mais que pela competência, mas pela categoria com que V. Exª conduziu os trabalhos desta Comissão. E estendo meus cumprimentos também ao Senador Lobão, que sempre esteve aí trazendo seu apoio a V. Exª e, quando o substitui, a substituição se fez no mesmo nível de tudo que ele representa aqui neste Senado.

Parabéns, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Dornelles. É uma honra ouvir as palavras de V. Exª, bem como as do Senador Lindbergh Farias e do Senador Lobão Filho.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra o Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, eu fui o relator *ad hoc* dessa última proposta – só para comentar – em que o ilustre Senador Pedro Simon propunha que a Vice-Presidência do Banco Central fosse criada e que se observasse a quarentena de um ano para exercer outras funções públicas. O mérito da matéria, sem dúvida alguma, é benfazejo, pelo que quero enaltecer a proposta do Senador Pedro Simon. Entretanto, o Senador Alvaro Dias, analisando, com a Consultoria, chegou ao entendimento de que é inconstitucional, porque a autoria, no caso, tem de ser da Presidência da República. Então, só quero deixar esse registro de que não foi aceito por conta da inconstitucionalidade.

Por outro lado, também gostaria de cumprimenta-lo, eis que estamos encerrando este semestre de atividades e eu já sabia que V. Exª, ao presidir esta tão importante Comissão da Casa, levaria a bom termo as audiência públicas, a tramitação das matérias, sempre com uma condução muito equilibrada e com competência em todos os sentidos. Por extensão,

cumprimento o nosso Vice-Presidente, Senador Lobão Filho, que, apesar do acidente que sofreu com a sua família, mesmo assim, procurou dar tudo de si, mesmo com as dificuldades decorrentes do acidente, para participar dos trabalhos desta Comissão. E, ainda por extensão, parabenizo a assessoria que o nobre Presidente conseguiu eleger nesta Comissão, a começar pela Adriana, que é a chefe, e todo o corpo da assessoria, que é extraordinário. Acho que, no Senado, a assessoria que V. Exª e o Sr. Vice-Presidente escolheram é do mais alto nível. Por isso, os nossos cumprimentos. Esperamos que, no segundo semestre, seja da mesma forma.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Casildo MAldaner.

Com a palavra o Senado Francisco Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, eu queria levantar isso durante a reunião, mas o jornal *Valor*, edição de hoje, traz uma matéria dizendo que a Caixa Econômica tem de transferir para o FGTS os recebíveis da área imobiliária. Era importante dizer quem é que vai ficar com o risco da operação. Eu estou realmente pedindo essas informações, em caráter informal, à Caixa, mas, se uma resposta não for obtida, eu, logo depois do recesso, vou pedir a convocação do Presidente da Caixa, porque o FGTS não pode correr nenhum risco em operações desse tipo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito pertinente, Senador Dornelles.

E eu quero fazer um registro também em função daquilo que aqui disse o Senador Lindbergh Farias. Nós precisamos, meu caro Senador Lobão, organizar o funcionamento dessas Comissões. Às terças-feiras, sempre, ao longo de anos, a Comissão de Assuntos Econômicos funcionou às dez horas da manhã. Hoje estão agendando Comissão de Serviços de Infraestrutura, Comissão de Constituição e Justiça, audiências públicas... Não é possível nós trabalharmos nessas condições. Os Senadores e as Senadoras não conseguem produzir porque não conseguem qualificar qualquer tipo de ação. Vêm aqui e votam, vão para lá e votam, retornam para cá, vão para uma terceira comissão, ou seja: é absolutamente impossível nós trabalharmos dessa maneira. Aqui temos Senadores e Senadoras de alto gabarito, de bom nível. Costumo dizer que desempenhamos o mandato parlamentar nas Comissões, porque plenário é ditadura de líder. As coisas já vêm mais ou menos encaminhadas. Aqui, o grande debate é nas Comissões, especialmente na Comissão de Assuntos Econômicos, uma das mais importantes do Congresso.

Então, a sugestão do Senador Lindbergh Farias é muito pertinente. Nós precisamos adotar alguma disciplina para isso, porque fica absolutamente impossível trabalhar quando se atropelam as agendas que tradicionalmente o Senado Federal segue com as suas Comissões Permanentes e mesmo com as suas Subcomissões.

Hoje vai haver comissão funcionando até às 22 horas. Quer dizer, é uma coisa absolutamente fora de qualquer lógica, fora de qualquer bom senso. Então, entendo como absolutamente pertinente. Quero aqui registrar, meu caro companheiro Senador Lobão, companheiro de todas as horas, que sempre esteve presente aqui apesar de todas as dificuldades que V. Exª enfrentou – firme, consistente, objetivo, quero registrar que o desempenho da CAE neste primeiro semestre foi um desempenho extremamente relevante.

Votamos um imenso número de matérias, permeadas por audiências públicas com temas muito importantes. Entendo que o trabalho que os Senadores e Senadoras da CAE fizeram foi um trabalho excepcional neste primeiro semestre. Não tivemos, ao contrário de outras legislaturas, um dia em que a sessão tivesse caído. Em nenhum dia a reunião da CAE foi suspensa por falta de quórum. As pautas, mesmo as terminativas, com as dificuldades que o Senador Lobão indicou, foram votadas em praticamente tudo. E as audiências públicas também, nós as realizamos. E há os requerimentos, a maneira como foi organizada a votação dos requerimentos, o dia a dia da CAE, essa equipe que me assessora, que falo que é burocrática, que nos obriga a seguir o rito, mas que são nossos anjos da guarda das nossas atividades na Comissão de Assuntos Econômicos. O desempenho da CAE foi extremamente relevante.

Agora, na primeira sessão, logo após o recesso, vamos fazer um resumo de tudo aquilo que produzimos, e eu não tenho dúvidas, Senador Dornelles, de que, com a Resolução nº 72, com a desoneração de investimentos, desoneração da folha, com a negociação das dívidas dos Estados, com o pré-sal, a Comissão de Assuntos Econômicos vai ser o grande foro que vai debater essa mudança tributária que o Brasil vai discutir, vai debater e votar ao longo dos próximos meses,

Esta Comissão será a âncora desse grande debate que, como agenda econômica, Senador Dornelles, não vejo outra mais importante do que esses temas que vão passar pela CAE provavelmente já no segundo semestre. Temos, então, um longo trabalho pela frente.

Quero agradecer aos Senadores e Senadoras por todo o trabalho realizado pela equipe. No segundo semestre, teremos uma pauta extensa, uma pauta fundamental para o Brasil.

Senador Cristovam. Depois, vou ler o requerimento.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Não, Sr. Presidente, eu também estou solicitando a palavra.

É É apenas para um registro. Já que todos os Senadores estavam cumprimentando V. Exª, faço das observações que me antecederam as minhas observações.

Cumprimento V. Exª, cumprimento o Senador Lobão que, apesar de tudo o que sofreu nesses últimos tempos, está aqui de volta, fazendo questão de encerrar os trabalhos do primeiro semestre com V. Exª. Quero dizer, Presidente Delcídio, que concordo plenamente no que diz respeito à pauta do Senado Federal. É impossível, é humanamente impossível estarmos em tantas comissões ao mesmo tempo. É por isso mesmo que os horários das comissões constam do Regimento, ou seja, exatamente para evitar esse tipo de coisa. Acho que temos que exigir o cumprimento do Regimento.

Em segundo lugar, concordo com V. Exª quando disse que esta Comissão pautará os principais temas do Brasil. Preocupa-me muito o fato de que há Senadores que já tomam iniciativa de solicitar do Presidente Sarney a criação de algumas comissões especiais para tratar de algumas matérias. Já ouvi falar dos *royalties* do petróleo. Penso que essa, como todas as outras que dizem respeito à economia, é matéria que cabe a esta Comissão.

Acho que o Senado, o Presidente Sarney fez um gol quando determinou a ida do Código Florestal para as comissões afins, e não criou uma comissão especial. Senão, esvaziamos o papel das comissões permanentes.

Tenho certeza de que a sua posição, Senador Delcídio, como Presidente desta importante Comissão, como Presidente que já foi de tantas importantes comissões, pela experiência que tem, é muito importante para que a gente garanta não apenas que possamos travar debates de matérias importantes, mas todas as demais Comissões, de Ciência e Tecnologia, de Constituição e Justiça, de Desenvolvimento Regional. Então, é muito importante que busquemos – e V. Exª é o nosso Presidente, o Presidente da nossa Comissão – um entendimento com o Presidente Sarney para que as coisas continuem nesse aspecto da valorização das comissões permanentes, como estão. E rever esse calendário, que prejudica a todos nós.

Parabéns pelo trabalho, Senador Delcídio!

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senadora Vanessa Grazziotin.

Apenas para ratificar as afirmações da Senadora Vanessa Grazziotin: Regimento Interno do Senado, art. 107.

Art. 107. As reuniões das comissões permanentes realizar-se-ão:

I .....

a) Comissão de Assuntos Econômicos: às terças-feiras, dez horas;

b .....

c) Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: às quartas-feiras, dez horas;

E assim por diante. Está no Regimento, mas isso não está sendo obedecido, lamentavelmente, prejudicando o trabalho dos Senadores.

E também reiterando o que a Senadora Vanessa Grazziotin disse, o próprio Presidente Sarney, depois de conversar com os governadores, chegou à conclusão de que aquela ideia de se criar, Senador Dornelles, uma comissão especial para debater *royalties* não era pertinente. Quer dizer, o debate tem que ser nas comissões permanentes e, mais especificamente, na Comissão de Assuntos Econômicos. Eu acho que este é o centro do debate, porque é aqui que nós efetivamente conseguimos debater esses temas importantes, aprofundar a discussão, esclarecer a opinião pública e votar conscientemente.

Portanto, eu não podia deixar de registrar também a leitura que o Presidente Sarney fez dessa questão dos *royalties*, mesmo tendo conversado com os governadores. Ele manteve essa discussão nas comissões permanentes do Senado Federal, como a Senadora Vanessa Grazziotin assim o disse.

Com a palavra o Senador Cristovam.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Sr. Presidente, não vou tomar muito tempo, mas quero dizer que, nestes meus oito anos de mandato, eu nunca tinha escolhido a Comissão de Assuntos Econômicos. Sempre fui de direitos humanos, relações exteriores, educação. Nos últimos meses, vim aqui indicado pelo meu líder, o Senador Acir, e quero dizer que descobri um dos melhores fóruns do Senado Federal. Daí eu ter estado presente aqui, e quero continuar presente nos debates. Além de ser profissionalmente vinculado à economia, eu acho que, de fato, é por aqui que passa o futuro.

Eu quero, em relação à última fala do senhor, dizer que estou de acordo em que se deve ser nas comissões. E eu ouvi dizer que se está criando uma comissão para a reforma fiscal. Eu já disse ao líder do meu partido que, se for criada essa comissão, eu quero participar dela. Ma o melhor é que ela não seja criada. É aqui que temos que discutir a reforma fiscal.

E é nesse sentido que eu quero propor publicamente o que conversei com o senhor e com o Senador Dornelles, que é a ideia de criarmos um grupo aqui, porque subcomissão não cabe mais, para acompanhar a elaboração do orçamento.

O orçamento é elaborado como o casamento de receitas e gastos. É uma peça financeira, mas com impacto imenso na economia, que lá não é analisado. É aqui que podemos analisar se os gastos públicos, por exemplo, com pessoal vai dinamizar a demanda e, com isso, dinamizar a economia. É aqui que a gente pode analisar se os gastos com infraestrutura são aqueles que vão dinamizar e acabar os gargalos ou não. Lá se discute se gasta ou não numa estrada. Aqui se discute quanto essa estrada aumenta no PIB. É aqui que a gente pode saber o impacto do orçamento no PIB, o impacto do orçamento no emprego. Essa é a função da gente, não é a função da Comissão de Orçamento.

Por isso, quero sugerir que façamos um casamento, simplesmente de observação, não de influir, não de votar; esse grupo não teria o poder de votar. Não de fazer emendas. Não, não vamos fazer emendas. Mas de analisar o impacto na produção, o impacto econômico das finanças públicas como são tratadas na Comissão de Orçamento. Essa é uma proposta.

E termino dizendo que o que me atrai aqui, a satisfação de estar aqui nas reuniões é o debate. Mas esse debate não teria o impacto, a grandeza se não fosse a sua condução.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Então, eu quero dizer que foi muito gratificante, neste semestre, nos últimos meses pelo menos, estar na Comissão de Assuntos Econômicos e espero continuar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Cristovam. Nós, inclusive, conversamos hoje sobre isso e vamos encaminhar uma sugestão, porque é absolutamente pertinente a observação de V. Exª. E o orçamento tem que ser tratado como deve.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Gostaria também de cumprimentar V. Exª pelo entusiasmo com que tem conduzido a Comissão de Assuntos Econômicos e cuidado no sentido de que todos nós cumpramos os nossos deveres e responsabilidades, e também ao Senador Lobão Filho, pela maneira com que se empenhou, apesar do acidente tido neste semestre, para estar aqui presente e dando toda força a V. Exª.

Gostaria, a propósito do debate das últimas semanas sobre a questão da fusão do Pão de Açúcar/Carrefour – objeto de requerimento de diversos Senadores –, lembrar que o Senado Federal e a nossa Comissão aprovaram um novo projeto de lei em defesa da concorrência que prevê que qualquer fusão dessa natureza ou semelhante deva ser apreciada antecipadamente a sua realização num prazo de seis meses, uma vez anunciada que estar por ser feita. Ou seja, o Cade deve examinar com antecedência e esse projeto de lei aprovado pelo Senado está tramitando na Câmara e seria importante que façamos um apelo à Câmara para que logo tramite e vote essa matéria.

Gostaria de lembrar que, neste debate, avalio que nada impediria eventualmente de o BNDES, por exemplo, solicitar ao Cade para fazer o exame prévio antes da decisão final se deveria ou não ser realizada aquela fusão pelos critérios da lei e do Cade propriamente.

Então, eu queria deixar essa sugestão e finalmente fazer um apelo ao Senador Romero Jucá e à Presidência do Senado no sentido de que possamos votar em breve, no início dos trabalhos do segundo semestre, a lei relativa à modernização da lei de licitação, nº 8.666, que o Senador Francisco Dornelles e eu e tantos outros contribuíram para que estivesse pronta para ser votada, havendo apenas a necessidade de um entendimento final com Líder do Governo, Senador Romero Jucá. Ambos aqui queremos dizer e já dissemos que estamos prontos para contribuir para votação dessa matéria.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Obrigado, Senador Eduardo Suplicy.

Senador Dornelles.

O momento que o País vive hoje exige uma reavaliação da Lei nº 8.666. Não é palavrão reavaliar a Lei nº 8.666. O País avançou e esta lei já tem uma boa idade, pode ser aperfeiçoada, é indiscutível o mérito da Lei nº 8.666, mas a celeridade, a modernidade, a tecnologia e a complexidade exigem mais do que nunca expedientes mais ágeis, porque o Brasil não pode esperar.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, pela observação levantada pelo Senador Suplicy, realmente fizemos uma grande discussão, fizemos o entendimento com o Ministro Paulo Bernardo sobre a Lei nº 8.666, fizemos aqui um grande acordo com o Cade.

Agora, tudo que nós concordamos aqui com relação ao Cade, o próprio Cade está indo à Câmara para derrubar. Quer dizer, o Cade não pensa em termos nacionais, ele pensa em termos corporativistas, ele quer realmente concentrar poder e não tentar resolver problemas.

De modo que eu faria um pedido ao Senador Suplicy para que ele pudesse entrar em contato com os representantes do Governo para o Governo cumprir os acordos feitos aqui no Senado, tanto em relação à 8.666, quando à legislação do Cade.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Dornelles.

Gostaria de registrar a presença do nosso querido Senador Almeida Lima, nosso querido líder do valoroso Estado de Sergipe.

É importante registrar, Senador Dornelles, que estamos diante de várias fusões que estão tramitando no Cade. Se esse projeto já estivesse aprovado, talvez essas questões já estivessem muito mais avançadas e definidas.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, já cheguei à conclusão de que o Cade, em relação a grandes fusões, gosta de segurar. Ele gosta de trabalhar em casos médios e pequenos, que são mais rápidos e dão maiores resultados para eles.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Obrigado, Senador Dornelles.

Para encerrar, leio um requerimento da Senadora Vanessa Grazziotin.

REQUERIMENTO

Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 50 da Constituição Federal, seja convidado a comparecer a esta Comissão o Sr. Fernando Damata Pimentel, Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, para debater as diretrizes da nova política industrial.

Nós já convidamos o Ministro Pimentel, ele pediu para mudar, depois reagendou, depois pediu para alterar de novo. Vamos ver se, com mais um requerimento, nós conseguimos trazê-lo.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Uma vez que já há requerimento aprovado, Sr. Presidente, nós poderíamos reinaugurar os trabalhos no próximo semestre com a presença do Ministro Pimentel, para tratar de um assunto fundamental, que é a nova política industrial.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – E nós estamos recebendo aqui um *e-mail*...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Aliás, ele já esteve na Câmara. Há alguma problema com o Senado?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Não, não.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Mas ele já esteve na Câmara!

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Mas o bom é que ele venha ao Senado.

Eu mesmo já fiz esse convite a ele pessoalmente, em audiência, e estamos recebendo aqui um *e-mail*, sugerindo 2 de agosto para uma... Na primeira terça. Só que nós não aprovamos o requerimento. Já tem outro?

Então, dia 2 de agosto é na primeira semana. É muito difícil. Acho que é muito complexo, Senador Lobão, nós chegarmos já com uma audiência. Nós temos que ter um tempo. Acho que o Senador Dornelles tem razão. Acho que nós devemos fazer na primeira semana uma reunião deliberativa administrativa, e aí começamos a avançar nas audiências públicas.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, eu queria perguntar à Senadora Vanessa Grazziotin se, nesse requerimento por ela apresentado, não poderia ser acrescentado para ele falar sobre o sistema de defesa comercial do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Portanto, se todos estiverem de acordo, acrescentaremos a questão da defesa comercial.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – O requerimento vai ser apenas lido ou vai ser votado?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Não, ele foi só lido e será votado na próxima, já com essas observações aqui aprovadas, e vamos convidar o Ministro Pimentel para uma audiência pública nesta Comissão de Assuntos Econômicos.

Antes de encerrar, como eu abri aqui a reunião celeremente, peço a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das 29ª, 30ª e 31ª Reuniões.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Portanto, considero encerrada mais esta reunião produtiva da Comissão de Assuntos Econômicos, agradecendo ao nosso querido Senador Lobão e desejando a todos um bom recesso, e, se Deus quiser, estaremos de volta no dia 2 de agosto, às 10 horas da manhã.

Um grande abraço.

(Encerra-se a reunião às 12 horas e 19 minutos.)

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE AVALIAÇÃO DA POLÍTICA FISCAL

ATA DA SEGUNDA REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE AVALIAÇÃO DA POLÍTICA FISCAL, CRIADA POR MEIO DO RQS Nº 06/2011-CAE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 6 DE JUNHO DE 2011, ÀS 18 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dezoito horas e seis minutos do dia seis de junho do ano de dois mil e onze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Francisco Dornelles, reúne-se a Subcomissão Temporária de Avaliação da Política Fiscal, com a presença do Senador Cyro Miranda. Deixam de comparecer a Senadora Gleisi Hoffmann e os Senadores Clésio Andrade e Valdir Raupp. O Presidente declara aberta a Reunião, dispensado a leitura da ata da 1ª Reunião da Subcomissão, que é dada como aprovada. A presente reunião tem o objetivo de debater e analisar os relatórios correspondentes ao período de janeiro a abril de 2011, com a presença do Sr. Fernando Alberto Sampaio Rocha, Chefe Adjunto do Departamento Econômico do Banco Central do Brasil, convidado para fazer uma exposição acerca do "Relatório sobre Balanços de Pagamentos" e do "Relatório sobre a Política Fiscal – Resultados Fiscais"; da Sra. Tatiana Lacerda Prazeres, Secretária de Comércio Exterior do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, convidada para fazer uma exposição acerca do relatório "Balança Comercial Brasileira"; do Sr. Raimundo Eloi de Carvalho, Coordenador da Coordenação de Previsão e Análise de Arrecadação da Receita Federal do Brasil, convidado para fazer uma exposição acerca do relatório "Análise de Arrecadação"; e do Sr. Cleber Ubiratan de Oliveira, Subsecretário de Planejamento e Estatísticas Fiscais da Secretaria do Tesouro Nacional, convidado para fazer uma exposição acerca do relatório "Resultado do Tesouro Nacional". Após a exposição dos convidados, usa da palavra o Senador Cyro Miranda. O Presidente da Subcomissão, Senador Francisco Dornelles, designa o Senador Lindbergh Farias Relator da Subcomissão Temporária de Avaliação da Política Fiscal. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezenove horas e trinta e seis minutos, lavrando eu, Adriana Tavares Sobral de Vito, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Francisco Dornelles,** Presidente da Subcomissão Temporária de Avaliação da Política Fiscal.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião da Subcomissão Temporária de Avaliação da Política Fiscal da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que as aprovam queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovadas.

Gostaria de chamar para compor a Mesa o Dr. Fernando Alberto Sampaio Rocha, Chefe Adjunto do Departamento Econômico do Banco Central; a Drª Tatiana Lacerda, Secretária de Comércio Exterior do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; o Dr. Raimundo Eloi de Carvalho, Coordenador da Coordenação de Previsão e Análise de Arrecadação da Receita Federal do Brasil; e o Dr. Cleber Ubiratan de Oliveira, Subsecretário de Planejamento e Estatísticas Fiscais da Secretaria do Tesouro Nacional.

A Subcomissão de Avaliação da Política Fiscal, criada dentro do contexto da coordenadoria de assuntos econômicos, vai preparar e avaliar da política fiscal do Governo baseada em relatórios dos resultados fiscais do Banco Central, do resultado de balança de pagamento do próprio Banco Central, do documento de balança comercial do Ministério do Desenvolvimento, da Análise de Arrecadação da Receita Federal e do resultado do Tesouro Nacional.

Teremos uma reunião mensal, geralmente às segundas-feiras de cada mês, com exceção deste mês, que se realiza no dia de hoje, por razões de agenda dos Senadores.

Hoje, inicialmente, o Dr. Fernando fará uma análise do documento Resultados Fiscais e sobre o Relatório da Balança de Pagamentos, com ênfase nos quadros nºs 2, 5 e 17 do Relatório de Política Fiscal e dos quadros nºs 1, 5, 10 e 46 da Balança de Pagamentos.

Aqui gostaríamos, neste roteiro, que fosse examinada a evolução do superávit primário das despesas de juros e resultado nominal no período 2009-2011; relacionamento do Tesouro com o Banco Central; a conta única; a dívida mobiliária da Carteira do Bacen; a equalização cambial; o Banco Central; operações compromissadas; outros depósitos do Bacen; créditos concedidos a instituições financeiras, principalmente junto ao BNDES; problema das reservas; por que a base monetária e computada como dívida pública no País? A relação dívida bruta e dívida líquida.

No que refere à balança de pagamento, a evolução das despesas com serviços; reflexo sobre o resultado das transações correntes; investimento direto no exterior e no País; e análise dos investimentos em carteira.

Eu queria perguntar, Dr. Fernando, se daria 10 minutos para cada um desses documentos. Pode ser?

Em seguida, a Drª Tatiana, sobre comércio exterior, fazendo uma análise, principalmente, sobre a taxa de câmbio e influência no resultado das exportações e importações; análise da exportação e importação – participação dos básicos nos sistemas elaborados e industrializados; a diversificação de mercados e da pauta de exportação e importação; e a participação das diversas regiões do Brasil na exportação.

Em seguida, o representante do Tesouro, Dr. Cleber Ubiratan de Oliveira, que analisaria o resultado do Tesouro, o documento "Os gastos sociais correspondem a 50% dos gastos primários". Quando se fala em gastos, em cortes de gastos públicos, que setores podem ser realizados; os benefícios da Previdência Social, o crescimento de 13% no período; as despesas do PAC cresceram 39%, enquanto o investimento total apenas 4,5; conflito entre esses números; administração do Fundo Soberano, como ele tem funcionado, para que ele existe, o que ele fez até agora; relação Tesouro/Banco Central.

Em relação à Receita, o Dr. Raimundo Eloi de Carvalho não tem muito a falar, mas eu queria uma análise de como a arrecadação se comportou nesse período de janeiro, quais são as perspectivas e os pontos que acharia importante focar.

Então, o Dr. Fernando com a palavra. O senhor tem dez minutos para a análise do relatório fiscal e dez minutos para a parte da balança comercial.

O SR. FERNANDO ALBERTO SAMPAIO ROCHA – Muito obrigado, Sr. Presidente, Senador Francisco Dornelles, é uma satisfação vir a esta Casa prestar os esclarecimentos solicitados...

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Queria fazer uma saudação ao Senador Cyro Miranda, nosso Vice-Presidente, uma honra para nós. Eu soube que o senhor fez um brilhante pronunciamento. Parabéns por ele.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senador, senhoras e senhores, peço desculpa pelos onze minutos de atraso, mas é que, justamente, eu estava fazendo um pronunciamento. Perdoem-me.

O SR. FERNANDO ALBERTO SAMPAIO ROCHA – É uma satisfação vir a esta Casa para apresentar alguns comentários sobre as questões que foram solicitadas pelos Exmºs Srs. Senadores. Serei bastante objetivo, dado o tempo que me foi concedido.

Em relação à evolução das contas fiscais do Brasil, o Departamento Econômico do Banco Central calcula o resultado fiscal do País pela ótica do financiamento, ao tempo que a Secretaria do Tesouro Nacional calcula pela execução orçamentária. Cabe ao Banco Central, portanto, divulgar os resultados fiscais do País, o superávit primário, as despesas com juros e resultado nominal e, também, divulgar a dívida líquida do setor público, bem como a sua dívida bruta.

Nos três anos abrangidos pela pergunta – 2009 a 2011 –, o País viveu situações econômicas bastante diferentes. No começo de 2009, nós estávamos em plena recessão causada pela crise financeira internacional, recessão que durou até meados do primeiro semestre de 2009. Em seguida, iniciou-se uma recuperação, que foi plenamente consolidada em 2010, que apresentou um resultado bastante expressivo de crescimento do PIB real de 7,5%, e agora, em 2011, a economia brasileira permanece em crescimento. Os resultados fiscais, portanto, são afetados por essa evolução da economia brasileira. Ao final de 2008, foi tomada uma série de medidas para combater os efeitos da crise financeira no País, que foram sendo retiradas paulatinamente, à medida que a economia mostrava sinais de crescimento sólido, e essas medidas, obviamente, impactaram resultado fiscal.

Acho que a mensagem mais importante que tem que ser dada para o período de 2009 a 2011 é que o resultado primário previsto pelo Governo foi atingido em todos esses anos. Foi atingido em 2009 e em 2010, mediante o abatimento de despesas do PAC, como previsto, e, agora, para 2011, o Banco Central considera, e assim tem expressado em seus documentos de política monetária, principalmente na ata das reuniões de política monetária, que o processo de consolidação fiscal está em curso e que a meta prevista para este ano, de superávit primário de R$117,9 bilhões, será integralmente atingida.

De acordo com as estatísticas divulgadas pelo Banco Central, até abril deste ano – portanto, no primeiro quadrimestre do ano –, o resultado primário do setor público atingiu superávit de R$57,3 bilhões, o que equivale a 4,54% do PIB e significa o alcance, nos quatro primeiros meses do mês, de 48,6% da meta fixada para o ano e um crescimento de 45% em relação ao resultado primário atingido nos quatro primeiros meses do ano passado.

Em relação aos juros nominais, eles alcançaram R$78,6 bilhões, equivalendo a 6,23% do PIB. Dado esses dois resultados, o resultado nominal do setor público brasileiro apresentou déficit de R$21,3 bilhões, o equivalente a 1,69% do PIB no primeiro quadrimestre deste ano.

Em relação ao relacionamento do Tesouro Nacional com o Banco Central, alguns breves comentários dizem respeito à conta única. Definição de conta única: são todas as disponibilidades que o Tesouro Nacional mantém. É uma conta que fica no Banco Central e sobre a qual o Banco Central paga uma remuneração ao Tesouro equivalente à taxa Selic.

Ainda o questionamento sobre a dívida mobiliária na carteira do Banco Central; e, no questionamento a seguir, as operações compromissadas do Banco Central.

A dívida mobiliária na carteira do Banco Central consiste em títulos públicos que são utilizados para fins de política monetária do Banco Central. A política monetária do Banco Central se dá, fundamentalmente, principalmente, pelas ações convencionais de política monetária, com a fixação de taxas de juros de curto prazo; e, para que a taxa Selic, no caso, efetiva, esteja ao redor da meta que foi fixada pelo Copom, o Banco Central opera comprando e vendendo esses títulos de dívida imobiliária, que estão em sua carteira, mediante as operações compromissadas. A nota para imprensa de política fiscal apresenta evolução desses estoques de operações compromissadas, que aumenta ou diminui, dependendo das necessidades do Banco Central de controlar a liquidez na economia para que ela atinja os parâmetros fixados na meta.

Em seguida, há um questionamento sobre os créditos concedidos pelas instituições financeiras oficiais, basicamente os créditos junto ao BNDES. Esse é o relacionamento do Tesouro Nacional como controlador do BNDES, e as capitalizações têm ocorrido mediante a emissão de títulos públicos do Tesouro para o BNDES. Essa operação, do ponto de vista das estatísticas fiscais, é neutra, porque o aumento da dívida líquida do setor público que ocorre com a emissão de títulos é contrabalançado com o aumento de ativos do setor público; no caso, os empréstimos que o Tesouro faz ao BNDES. Ela é neutra considerando-se a dívida líquida do setor público, mas ela, obviamente, implica aumento da dívida bruta do setor público, já que os títulos são emitidos. Aproveito para relacionar com o Item 7, que é a comparação entre a dívida bruta e a dívida líquida. Nada mais é do que a dívida bruta o total dos passivos, considerados como dívida os passivos do setor público, e a dívida líquida são esses mesmos passivos abatidos do ativo que o setor público tem. Por exemplo, as reservas internacionais do País, quando se considera o setor público como um todo, o Governo central, a Previdência, o Banco Central e as outras esferas de Governo, Estados, Municípios e suas estatais, as reservas internacionais fazem parte dos ativos do setor público, e, obviamente, eles abatem a dívida. Então, isso já serve para o Item 7 dos questionamentos, entre a dívida bruta e a dívida líquida.

O relacionamento do Tesouro Nacional com o BNDES se intensificou em 2009 pela mesma razão que eu já tinha tido oportunidade de comentar anteriormente, que é a necessidade de o País fazer frente aos desafios causados pela crise internacional, e essas operações atingiram, em números redondos, R$105 bilhões em 2009 e R$105 bilhões em 2010.

Essas operações foram importantes para o BNDES executar suas atividades e conceder créditos naqueles anos, e agora, para 2011, está previsto um aporte de R$55 bilhões para o BNDES. O impacto que isso tem nas estatísticas fiscais é um aumento na dívida bruta no montante dos títulos emitidos, e na dívida líquida esse aumento é neutro porque a um aumento do passivo corresponde um aumento do ativo do setor público.

Enfim a pergunta 5, sobre o Banco Central e as reservas. As reservas, como já dito, são contabilizadas como ativo do setor público, porque elas, na verdade, são haveres do Banco Central do Brasil em moedas estrangeiras e possibilitam um seguro muito eficiente, o melhor que existe disponível contra as crises internacionais.

Antes de nós termos um montante significativo...

(Pausa.)

O SR. FERNANDO ALBERTO SAMPAIO ROCHA – As reservas internacionais do País constituem um seguro da economia contra as crises, e são o melhor seguro que existe.

Antes de o Brasil ter o aumento que se observou nos últimos anos nas suas reservas internacionais, que agora superam US$330 bilhões, esse seguro não existia, e quando as crises internacionais atingiam o Brasil, o País era obrigado a recorrer a empréstimos de instituições financeiras internacionais para fazer frente aos seus compromissos.

Então, a importância das reservas é esta, de proteger o Brasil contra os ciclos econômicos e financeiros internacionais. E, em relação às estatísticas fiscais, elas têm um impacto nas estatísticas porque as reservas estão no balanço do Banco Central, e no balanço do Banco Central elas são contabilizadas em reais. Elas são valorizadas em reais e são apuradas pela conversão da moeda estrangeira na qual elas estão aplicadas pela taxa de câmbio do último dia útil do período de referência.

Então, a variação da taxa de câmbio, mesmo que as reservas não tivessem variado, ou seja, que o Banco Central não tivesse feito intervenções de compra no mercado, que não houvesse ganhos de paridade, essas reservas, o valor delas contabilizado no balan-

ço do Banco Central variaria em função da evolução da taxa de câmbio. E como a evolução da taxa de câmbio nos últimos anos tem tido uma tendência de apreciação, o valor, em reais, da mesma quantidade de moeda estrangeira diminui. E isso significa uma redução nos ativos do Banco Central, que é apurada nas contas fiscais.

Aqui em cima, vinculando a pergunta 5 à pergunta 2, aqui em cima está perguntando sobre a equalização cambial.

A equalização cambial é um instrumento acordado entre o Banco Central e o Tesouro Nacional, regulado por uma medida provisória específica, que estabelece que o Banco Central apure diariamente os resultados da sua conta de reservas internacionais, todos os seus ativos em moeda estrangeira. E os resultados que resultam da variação da taxa de câmbio, esse resultado é transferido ao Tesouro Nacional, tanto nos casos de ser positivo, ou seja, esse ser um lucro contábil para o Banco Central, como aconteceu durante o ano de 2008 por causa da desvalorização cambial após o período mais agudo da crise internacional; como nos casos em que representaram prejuízo, que também é coberto pelo Tesouro Nacional.

Essa equalização cambial é importante porque, de uma certa forma, ela permite que o Banco Central apresente os seus resultados de uma forma mais transparente, porque os resultados publicados pelo Banco Central no seu balanço se referem exclusivamente à execução da missão do Banco Central na sua política monetária e na política de preservação da estabilidade financeira do País. Então, o resultado do Banco Central, após feita a equalização cambial, significa exatamente isso.

Por fim, nesse aspecto fiscal, por que a base monetária é computada como dívida pública no País? A base monetária é parte do passivo do Banco Central. Ela é considerada um passivo da autoridade monetária que emite aquela quantidade de dinheiro circulante e, portanto, como o conjunto de passivos do Banco Central e das outras esferas do Governo que são consolidadas no setor público também faz parte da dívida pública do País.

Em atenção ao tempo, os últimos minutos eu queria dedicar às três perguntas específicas sobre o balanço de pagamentos do País.

A primeira delas: é evolução das despesas de serviço e os resultados em transações correntes. Nós tivemos, de 2003 a 2007, um período excepcional na história do País. Durante esses cinco anos seguidos, nós tivemos superávit em transações correntes. Foi a única oportunidade em que, durante cinco anos seguidos, nós tivemos superávit nessas transações correntes desde que o Banco Central passou a divulgar as estatísticas do balanço de pagamento do País, em 1947. Isso foi causado pelo desempenho excepcional da balança comercial, dado que a conta de serviços é estruturalmente negativa do País.

O desempenho recente dessa conta tem mostrado um crescimento bastante significativo nos últimos anos, principalmente em 2010. É claro que, quando se compara com 2009, que foi um ano de diminuição das transações correntes, pelas condições econômicas do País, não é um bom indicador. Deve ser considerado o efeito da base de 2009. Mas, agora em 2011, no primeiro quadrimestre, ela apresenta um crescimento muito expressivo em relação a 2010.

Na conta de serviços, está incluída como item que tem um aumento muito grande no seu déficit a conta de transportes, que nada mais é do que o pagamento líquido de fretes ao exterior. E ela cresce em consequência do aumento da corrente de comércio do País, que tem se dado de uma forma muito expressiva. A conta de aluguel de equipamentos é uma das contas mais importantes da conta de serviço do País, e ela está ligada diretamente ao aumento de investimentos na economia brasileira, porque são feitos investimentos que são de propriedade de não residentes e em relação aos quais os residentes na economia brasileira fazem pagamentos periódicos de aluguel.

Por fim, eu diria que uma terceira conta importante é a conta de viagens internacionais, que tem tido um déficit expressivo. Ela representa nada mais nada menos do que a maior quantidade de despesas que os residentes no Brasil, de uma forma simplificada os brasileiros, fazem no exterior em relação às despesas que os estrangeiros fazem no Brasil. É de se notar que tanto as receitas, ou seja, que são aqueles estrangeiros fazendo turismo no Brasil, quanto as despesas, ou seja, os brasileiros viajando ao exterior e efetuando gastos no exterior, as duas partes da conta têm aumentado de forma expressiva. O Brasil continua recebendo uma quantidade importante de turistas, mas, dadas as condições da economia brasileira, fundamentalmente o aumento de renda que os brasileiros têm usufruído nos últimos anos, e também a apreciação cambial, que torna as despesas no exterior mais baratas, o crescimento das despesas de brasileiros no exterior tem sido ainda mais significativo do que as despesas de estrangeiros no País. Por fim, em relação aos investimentos diretos, nós temos, por um lado, os investimentos de empresas brasileiras no exterior, e, para isso, eu chamaria a atenção dos Srs. Senadores para que, nesta conta, nós observássemos a parte do investimento direto, que se chama participação no capital, que são as novas aquisições efetivas de empresas estrangeiras

por parte de empresas brasileiras, cuja evolução tem sido bastante expressiva, mostrando que as empresas brasileiras têm sido capazes de se internacionalizar, de aumentar sua participação no exterior.

No ano passado, em 2010, essa conta de participação no capital gerou, em termos líquidos, novos investimentos de empresas brasileiras no exterior de US$26,8 bilhões e, nos primeiros quatro meses deste ano, essa mesma rubrica já alcançou US$5,5 bilhões. Isso mostra a competitividade das empresas brasileiras, mostra o crescimento da economia do País.

Em relação aos investimentos estrangeiros diretos...

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Por favor, eu queria, só para acompanhar, no caso do Quadro 1 do Relatório do Balanço de Pagamentos, quando você falou em investimento direto líquido no exterior, é o investimento de brasileiros do País, investimento de brasileiros no exterior?

O SR. FERNANDO ALBERTO SAMPAIO ROCHA – Isso, de empresas brasileiras no exterior.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – E no País, do exterior no Brasil.

O SR. FERNANDO ALBERTO SAMPAIO ROCHA – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Você está falando é do aumento do investimento dos brasileiros no exterior.

O SR. FERNANDO ALBERTO SAMPAIO ROCHA – Isso. São empresas brasileiras que criam subsidiárias ou filiais no exterior, ou então são empresas brasileiras que compram suas concorrentes no exterior, ou então que compram empresas em outros setores para adensar sua própria cadeia produtiva. Os exemplos são inúmeros.

Em relação aos investimentos estrangeiros no País, aí sim, nós temos tido uma história recente de números bastante expressivos, que são decorrentes da atratividade da economia brasileira.

Nos últimos anos, no ano de 2007, nós tivemos o maior nível de investimentos estrangeiros diretos no País. Em 2008, quando eles atingiram 45 bilhões, o recorde de 2007 foi superado. Em 2009, no período da crise, eles reduziram um pouco para 27 bilhões, mas, em 2010, eles bateram o recorde de novo, atingindo 48 bilhões. Ou seja, em quatro anos, foram três recordes, quase que sucessivos. E agora, em 2011, o resultado até o primeiro trimestre já está em aproximadamente 23 bilhões e a projeção do Banco Central é de ingressos líquidos de US$55 bilhões, ou seja, seria o quinto ano no qual se bateria o quarto recorde, em cinco anos.

E só para finalizar, nos investimentos estrangeiros em carteira, temos tido uma mudança muito significativa nos fluxos líquidos para essa conta, depois de outubro de 2010. Em outubro de 2010, o Governo aumentou o Imposto sobre Operações Financeiras de 2%, que tinha sido instituído em outubro de 2009, para 4% no início daquele mês e para 6% no final do mês de outubro, incidente sobre os investimentos estrangeiros em renda fixa no País. De lá para cá, como afetou diretamente a rentabilidade dessas empresas, desse tipo de investimento, os investimentos líquidos estão sempre negativos. Para os senhores terem um exemplo, de janeiro a outubro de 2010, esses investimentos atingiram US$14,9 bilhões e, de novembro a dezembro, eles foram negativos em US$300 milhões e permanecem negativos nos primeiros quatro meses deste ano.

Os ingressos de investimentos estrangeiros para a Bovespa, que são a outra parcela dos investimentos em carteira, permanecem positivos, não tanto como os resultados recordes de 2007 e 2008, mas permanecem positivos.

Por fim, a emissão de títulos de dívida no exterior, basicamente de empresas privadas, permanecia, no primeiro trimestre, bastante positiva, mostrando que as empresas brasileiras tinham muita capacidade de realizar emissões de papéis e de fazer captações no exterior.

A partir de abril – em março, foi novamente implantado o IOF de 6% sobre as operações de empréstimo e de emissão de títulos no exterior, inicialmente para operações até 360 dias e depois para operações até 720 dias, com imposto de 6% –, as captações de curto prazo não ocorreram mais, basicamente. Então, estamos vendo uma saída líquida de recursos de curto prazo, porque os recursos de curto prazo são girados, são capitais de giro. Não havendo novas amortizações, porque ficou caro, estão tendo amortizações, mas as empresas estão sendo capazes de alongar os prazos do seu endividamento e captar no longo prazo, portanto, sem imposto, o que é muito positivo para o perfil do endividamento externo do País.

Essas eram as minhas colocações iniciais, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Dr. Fernando, agradeço imensamente a sua exposição.

Agora, passo a palavra à Drª Tatiana Lacerda Prazeres, Secretária de Comércio Exterior do Ministério de Indústria e Comércio.

A SRª TATIANA LACERDA PRAZERES – Eu gostaria de cumprimentar o Senador Francisco Dornelles, que preside esta Subcomissão Temporária de Avaliação de Política Fiscal. Eu gostaria de cumpri-

mentar os demais participantes desta reunião e os senhores e as senhoras aqui presentes.

Faço uma breve apresentação da balança comercial brasileira nesses primeiros cinco meses do ano. Começo justamente destacando a agilidade com que o Brasil divulga seus dados de balança comercial: estamos nos primeiros dias do mês de junho e já estamos com os dados consolidados dos cinco primeiros meses do ano.

Nós temos aí dados de exportação. As exportações brasileiras cresceram 30% no acumulado do ano em relação ao mesmo período do ano passado e as importações brasileiras cresceram 28,2% em relação ao mesmo período do ano passado, levando-nos a um saldo importante de US$8,5 bilhões nesses primeiros cinco meses do ano e uma corrente de comércio também muita expressiva de US$180 bilhões. Temos aí, senhores e senhoras, um volume recorde de exportações, um volume recorde de importações e também, naturalmente, recorde de corrente de comércio para os primeiros cinco meses do ano, desde que se contabiliza o comércio exterior brasileiro.

Temos aqui um gráfico que apresenta a média diária das exportações brasileiras. Notamos que 2011 está claramente num patamar muito acima nas exportações brasileiras dos anos anteriores. Então, aqui, verificamos claramente um volume muito acentuado das exportações brasileiras nesses primeiros cinco meses do ano.

O mesmo ocorre nas importações. Temos também as importações num patamar destacado em relação ao que vinha ocorrendo nos anos anteriores. De fato, em maio, em relação a abril, houve uma queda na média diária das importações brasileiras, devido basicamente a petróleo, lubrificantes etc. De toda maneira, a mensagem geral é que estamos com médias diárias bastantes altas também para importações.

Aqui, temos a evolução das exportações brasileiras nos últimos anos – aí, na parte direita do *slide*, evolução nesses cinco primeiros meses do ano em comparação com períodos anteriores. Estamos, portanto, com 94,6 bilhões de exportações nesses primeiros cinco meses de 2011.

Aí, temos a evolução das importações brasileiras nos últimos anos – e também novamente nos primeiros cinco meses do ano em comparação com o mesmo período do ano anterior. Isso demonstra também que, da mesma maneira como as exportações crescem em ritmo acelerado, as importações também crescem em ritmo acelerado. As exportações têm um ritmo um pouco mais acelerado que o crescimento das importações, mas o fato é que o comércio exterior brasileiro, neste ano, demonstra um dinamismo muito considerável, o que se reflete nos números que demonstro agora.

Aí temos também a evolução do saldo comercial. No ano passado, nós fechamos o ano com pouco mais de 20 bilhões de saldo na balança comercial. Neste ano, nós já temos 8,5 bilhões de saldo na balança comercial. O Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior não trabalha com previsão de saldos para balança comercial. Nós trabalhamos com metas de exportação, e a meta de exportação deste ano é de 245 bilhões, um aumento considerável em relação ao ano passado, que foi cerca de 202 bilhões, ou um pouco menos, mas os números até o momento demonstram justamente a tendência de um saldo positivo para a balança comercial do ano.

Evolução de corrente de comércio. Como eu comentei anteriormente, a corrente de comércio é também recorde, um recorde histórico para o Brasil. Nós temos 180 bilhões já, de corrente de comércio, para esses primeiros cinco meses do ano, num aumento significativo em relação ao mesmo período do ano passado.

Senador Dornelles, aqui nós tratamos de um dos pontos a que o senhor se refere em suas questões, que é justamente a participação dos básicos na pauta de exportação do País. Os básicos cresceram de maneira expressiva nesses primeiros cinco meses do ano, devido, sobretudo, ao minério de ferro, mas não apenas; há uma série de *commodities* cujos preços estão claramente em alta no mercado internacional. O Brasil tem aproveitado o bom momento do mercado internacional para aumentar suas exportações, especialmente de produtos básicos, mas não apenas de básicos. Como os senhores podem notar, também manufaturados e semimanufaturados tiveram aumento nas exportações nesses primeiros cinco meses do ano. Mas o fato é que os básicos, sim, puxaram as exportações brasileiras nesses primeiros meses do ano, levando a uma participação de 47,8% na pauta exportadora do Brasil. Naturalmente, manufaturados e semimanufaturados, somados, superam a participação dos básicos. No entanto, com crescimento de 44,2% em relação ao mesmo período do ano passado, os básicos tendem a ganhar espaço, e ganharam espaço, na pauta de exportações do Brasil nesses primeiros cinco meses.

Uma outra maneira de apresentar o dado. Uma participação expressiva de básicos, mas também de manufaturados na composição das exportações brasileiras, um gráfico de exportações por valor agregado.

Esses *slides* apresentam os principais produtos exportados, indicando valor, indicando variação, no sentido de aumento em relação ao mesmo período do ano passado e a participação que esses subgrupos têm na pauta de exportações do Brasil. Minérios,

como os senhores podem ver, contribuíram de maneira expressiva para as exportações brasileiras nesses primeiros meses do ano, tendo hoje uma participação de 16,7% na pauta de exportações do Brasil.

Outros produtos de destaque, petróleos e combustíveis, complexos, nos quais se incluem soja, farelo, grão, óleo, material de transporte, enfim, temos carros, diferentes veículos, chegando aviões, diferentes setores em que o Brasil se destaca no comércio exterior no que diz respeito às exportações.

Senador Dornelles, este *slide* toca uma outra questão a que o senhor se refere e que diz respeito aos mercados de destino das exportações brasileiras, quão diversificada é a pauta brasileira no que diz respeito a mercados de destino.

A Ásia tem adquirido participação crescente na pauta de exportações do Brasil, o que reflete justamente a tendência de a Ásia se tornar o polo dinâmico da economia mundial, contribuindo justamente para o crescimento das exportações brasileiras para aquele mercado. Ou seja, o crescimento da renda na região faz com que haja uma tendência de aumento das exportações brasileiras para os países do bloco.

Chamo a atenção também para crescimento de exportação para o Mercosul. Vejam, o Mercosul tem ganhado destaque na mídia recentemente, inclusive a Argentina, mas o que eu gostaria de destacar neste momento é justamente o caráter diversificado das exportações brasileiras sob o ponto de vista de destino e a emergência de novos mercados. A Ásia tem adquirido importância; temos também importância crescente da África, Oriente Médio, Europa Oriental, que, como mencionado anteriormente, tem adquirido importância justamente por se tornarem novos polos da economia mundial, puxando o crescimento das exportações brasileiras.

Aqui uma mesma maneira de mostrar os dados anteriores, participação, variação percentual da participação brasileira em termos de destino das exportações – e aí eu destaco Ásia, União Europeia, claro, como bloco, 27 países. Nós temos aí, enfim, um volume considerável de comércio e o crescimento também considerável de exportações para a região.

Mas, como eu mencionei anteriormente, a tendência é de que a Ásia ganhe destaque, a África ganhe destaque – em termos de crescimento naturalmente –, o Oriente Médio ganhe em destaque no crescimento das exportações brasileiras.

Principais países compradores. A China, como os senhores sabem, é o principal parceiro comercial do Brasil quando nós somamos exportações e importações, e a China é o principal destino das exportações brasileiras.

Os Estados Unidos e a Argentina seguem a China nos mercados prioritários para o Brasil. Enfim, a Argentina vem adquirindo importância, os Estados Unidos, por alguma medida, vêm perdendo importância relativa na pauta de exportações do Brasil ainda que, naturalmente, sob o ponto de vista de volume de comércio sejam muito expressivas as vendas brasileiras para os Estados Unidos.

Estados exportadores. Aqui, Senador, novamente mais um *slide* que destaca um dos pontos que o senhor havia mencionado no início desta reunião. De fato, ainda são muito concentradas as exportações brasileiras quando nós analisamos os Estados de onde se originam essas exportações. Os senhores podem notar que São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro respondem por 50% de tudo aquilo que o Brasil exporta. Isso, de fato, é algo que nos chama a atenção e que mobiliza o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior a favor da inclusão de novas empresas de diferentes origens, no esforço exportador do Brasil.

Vejam os senhores que não apenas chama a atenção o fato de três Estados responderem por 50% das exportações brasileiras, mas chama especial atenção o fato de 14 Estados responderem por menos de 1%. Quer dizer, 14 Estados individualmente respondem por menos de 1% daquilo que o Brasil exporta.

Este *slide* evidencia a importância do esforço do plano nacional da cultura exportadora, algo que hoje é prioritário para o Ministério do Desenvolvimento e que visa, justamente, mobilizar diferentes Estados do Brasil em prol do esforço exportador.

Este *slide* destaca as exportações brasileiras por porte de empresa, sob o ponto de vista do número de empresas que exportaram em 2010, 43,3% eram micro e pequenas empresas.

Eu tenho a impressão de que o *slide* seguinte – pode passar, por gentileza – mostra a contribuição dessas empresas para o total exportado pelo Brasil, e aí nós verificamos como as grandes empresas são, de fato, responsáveis pelo comércio exterior brasileiro e pelas exportações do nosso País. As micro, pequenas e médias empresas que no *slide* anterior tinham uma fatia muito expressiva da pizza, quando nós estávamos justamente analisando o número de empresas exportadores, agora neste *slide*, que nós analisamos o total exportado pelo Brasil, têm uma participação muito inferior, o que demonstra também a importância dos esforços de inclusão de empresas de menor porte no esforço exportador do Brasil.

Hoje, as exportações estão concentradas em poucos Estados, em poucas empresas. É necessário, e o Ministério vem empreendendo esforços nesse

sentido, que nós incluamos mais empresas no esforço exportador do País.

Aqui nós temos um *slide* de participação das exportações brasileiras nas exportações mundiais. Hoje nós temos 1,36% das exportações mundiais e, naturalmente, um esforço para que nós possamos aumentar essa participação, que, no passado, já foi menos expressiva, como os senhores podem notar.

A partir de agora eu dou um destaque às importações brasileiras. Nós temos crescimento das importações de 28,2% neste período de janeiro a maio deste ano, em comparação com o mesmo período do ano passado. As importações, então, atingindo US$86 bilhões nesse período.

Gostaria de dar destaque ao crescimento das importações de bens de capital, 29% de crescimento, respondendo por 21,7% de tudo aquilo que nós importamos.

Novamente, por categorias de uso, nós temos bens intermediários, bens de capital, bens de consumo, petróleo e combustíveis respondendo por diferentes parcelas das importações brasileiras.

Em relação ao que nós importamos, destaque para combustíveis e lubrificantes, mas também para equipamentos mecânicos, eletroeletrônicos, automóveis, partes, etc., uma pauta bastante diversificada no que diz respeito às importações do País.

Em relação às regiões das quais nós importamos, identificamos um crescimento expressivo da Ásia, já sobre uma base mais robusta, mas também, sob o ponto de vista de crescimento, nós temos a Europa Oriental, muitos fertilizantes, adubos, no início do ano. Nós também temos importações crescentes da África, mas como destaque, digamos, Ásia, União Europeia, América Latina e Caribe como origens prioritárias das importações feitas pelo Brasil.

Em termos de participação, esse *slide* dá destaque para a participação dos mercados fornecedores ao Brasil e destaca a Ásia, que vem ganhando participação também, mas em diferentes origens. Há um certo equilíbrio. Da mesma maneira como o Brasil exporta para diferentes origens, importamos de diferentes origens de uma maneira relativamente bem equilibrada.

Principais países fornecedores ao Brasil.

Aí nós temos os Estados Unidos em primeiro lugar, mas a China está muito próxima dos Estados Unidos. Vejam como países fornecedores do Brasil... Mais distantes nós temos Argentina, Alemanha, Coreia do Sul com automóveis, Nigéria com petróleo, Japão, eletroeletrônicos, automóveis, etc.

Enfim, nós importamos de diferentes origens, Estados Unidos. Enfim, vocês podem observar o crescimento das importações provenientes da China num ritmo muito mais acelerado do que as importações provenientes dos Estados Unidos, com uma tendência de que a China ultrapasse os Estados Unidos como principal fornecedor do Brasil. Hoje a China já é o principal parceiro comercial do Brasil. Tende a se tornar o primeiro destino e a primeira origem. Já é o primeiro destino hoje.

Aqui, finalmente, a participação do Brasil nas importações mundiais. O Brasil hoje tem 1,25% do total das importações mundiais. Há uma expectativa de que essa participação também cresça neste ano.

Senhores e senhoras, conclusões da balança comercial nesses primeiros cinco meses do ano.

Como mencionei anteriormente, exportações, importações e correntes de comércio recordes para o período, superando o recorde anterior, que era de 2010.

Destaque no período para a diversificação de mercados de destino, um dos pontos que o Senador Dornelles mencionou no início desta sessão. Destaque para destinos às vezes vistos como pouco tradicionais para as exportações do Brasil, mas que justamente refletem novos polos de dinamismo na economia mundial.

Crescimento das importações também. Dei destaque às importações de bens de capital.

E, finalmente, no acumulado dos 12 últimos meses, resultados de exportações, importações e correntes de comércio também históricos.

Em suma, são números bastante positivos nesses primeiros cinco meses do ano. Há alguns aspectos qualitativos que nos preocupam, Senador. Estamos empenhados para que a balança comercial brasileira tenha a qualidade que hoje se verifica no aspecto quantitativo, ou seja, que haja um incremento da qualidade, que haja um esforço em prol da agregação de valor nas exportações brasileiras, porque os números, sob o aspecto quantitativo novamente, são muito positivos.

Então, eu gostaria de encerrar esta minha apresentação e, naturalmente, estou aberta para as questões.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Muito obrigado, Drª Tatiana.

Passo a palavra agora ao Dr. Cleber Ubiratan de Oliveira, Subsecretário de Planejamento e estatísticas Fiscais da Secretaria do Tesouro.

O SR. CLEBER UBIRATAN DE OLIVEIRA – Boa noite, Presidente, Senador Dornelles, boa noite senhores membros da Mesa, Srs. Parlamentares e audiência geral, eu vou fazer alguns comentários específicos sobre o processo e a condução da política fiscal no ato do governo central no primeiro quadrimestre desse exercício, trabalhando inicialmente sob alguns aspectos mais pontuais sobre os resultados de abril, que foi o último dado divulgado, e o quadrimestre, e falar um

pouco sobre a evolução da política e sobre o processo em si da condução.

Acho que alguns elementos fundamentais nesse exercício são diferenciados daquilo que foi feito em períodos anteriores em função de decisões específicas, por exemplo, na construção e na elaboração do decreto de programação orçamentária e financeira.

Um dos aspectos que acho que é crucial se ter em mente nesse período é que o decreto de elaboração orçamentária e financeira passou a incorporar, a partir deste exercício, jogando para dentro toda a despesa do PAC sem a possibilidade de abatimento, da forma como ela está prevista na lei. Ou seja, na programação financeira já está contemplada a meta cheia que foi estabelecida na LDO de 117,9 bilhões, dos quais 81,8 seriam do Governo central e 36,1 dos Estados e Municípios.

Bom, como é que nós buscamos atingir isso? A partir da publicação da Lei Orçamentária, fizemos a primeira reavaliação bimestral, em fevereiro, com um corte de 50 bilhões nas despesas e com ajustes também específicos na receita.

Nas despesas, acho que o foco fundamental está basicamente em 13 bilhões cortados, em termos de despesas discricionárias; tivemos ajustes também em despesas de pessoal, basicamente aí concentradas em efeitos de políticas que já tinham dado seu resultado em termos de efeitos fiscais. Ou seja, entendemos que as carreiras já têm hoje um realinhamento, em termos de valores salariais, bem diferenciado do que ocorria no passado; ajustes também foram feitos no âmbito da projeção previdenciária, com uma redução de 2 bilhões; no âmbito ainda das despesas correntes, o aspecto importante também está na busca de tratar uma das despesas, que acho que é bastante significativa e tem efeitos também bastante complexos de se perceber ao longo do tempo na análise da condução da política, que são as despesas com abono e seguro-desemprego. Isso tem um compromisso sério do Governo de se trabalhar e reduzir em torno de 3 bilhões essas despesas nesse exercício.

Não se entende muito bem no País como a evolução do comportamento do mercado de trabalho, com o nível crescente de formalização e redução da taxa de desemprego e os benefícios, apontava aumentos significativos. Esse é um campo que nós estamos buscando trabalhar no sentido da eficiência.

Da mesma forma, acho que é importante dar destaque que os efeitos que tivemos em relação aos cortes passam a ter impactos mais significativos a partir do mês de março, do mês de abril. E isso se reflete nos resultados que tivemos. Acho que os resultados são bastante importantes.

Olhando para o período de dezembro e janeiro, nós tivemos ali nesse período, em dezembro, que é um mês tradicionalmente deficitário, um superávit de 14 bilhões. O mesmo superávit nós repetimos em janeiro.

Agora em abril, o dado significativo está colocado aí na tela: nós tivemos um superávit de 15,6 bilhões, contra 9 bilhões registrados no mês anterior.

Então, isso reafirma o compromisso do Governo de estar cumprindo a meta.

A meta intermediária está posta nesse Decreto de Programação nº 7.477. Nós tínhamos uma meta de 22.900. Esta meta engloba governo central e estatais federais. Os senhores podem ver 23.000 para o orçamento fiscal e um déficit de 92 milhões para as empresas estatais, respectivamente nas linhas 9 e 10.

O resultado, então, de 22.9 seria a meta para o período. Nós atingimos um resultado que superou isso em 17.8.

Aqui está a meta comparada, efetivamente, com o dado acima da linha. Tínhamos 22.9 e chegamos a 41.6. O que nos permitiu chegar a esse resultado? Acho que é importante dar o destaque de que, por um lado, a arrecadação, passado o período de crise, apresenta um comportamento bastante favorável... Acho que nós vamos ter a oportunidade de fazer alguns destaques em relação a isso. Tivemos resultado bastante positivo, tanto nas receitas compartilhadas quanto nas receitas não compartilhadas. Há um efeito positivo quando se fala em receita compartilhada em termos de transferência para Estados e Municípios. Houve um aumento de R$12 bilhões nesse período de transferências a Estados e Municípios, refletindo o comportamento de IGPI e Imposto de Renda.

O resultado acumulado, como nós temos até abril, tínhamos 95.7, em doze meses, ou seja, perfazendo 2.50 para o Governo Central. A meta para o setor público, hoje é o PIB atualizado, gira em torno de 2.9. No período passado – bem destacado aqui, anteriormente, por Fernando –, a utilização do que tivemos da prerrogativa de abatimento da meta do PAC, ela foi, exclusivamente, no ano passado, para cumprimento de metas de Estados e Municípios que ficaram algo em torno de R$10 bilhões a R$11 bilhões abaixo da meta específica. Utilizamos, então, a prerrogativa de abatimento do PAC. Isso não está contemplado em nossas projeções. A ideia que imaginamos é que Estados e Municípios cheguem até final do exercício com resultado que atenda aos 36.1 – se houver necessidade, isso será compensado, sem que nos utilizemos de abatimento.

É o resultado de abril contra março e os efeitos que, de fato, aconteceram. Nós temos um março de R$9,1 bilhão contra um abril de R$15 bilhões. Muito

disso está relacionado com comportamentos sazonais. Do lado da receita, nós temos as cotas: a primeira cota única do Imposto de Renda, da contribuição. E também temos aí o recolhimento da cota-parte de compensação financeira. E há outras receitas, como no caso de uma receita diretamente arrecadada que é a taxa de fiscalização de telecomunicações, bastante específica.

No caso da Receita Previdenciária, aí o reflexo é o nível de formalização também. No caso das transferências, o efeito que nós destacamos é, basicamente – e isso tem a ver com a movimentação da receita ao longo dos decêndios também e com efeitos específicos relacionados à complementação da União ao Fundeb.

No caso de pessoal e, também, no caso de despesas Previdenciárias, o efeito maior no mês foi o pagamento de sentenças judiciais e precatórios. Com relação a isso, há que se destacar que, no exercício passado, houve uma distribuição, um cronograma um pouquinho diferenciado em relação a esse pagamento de sentenças e precatórios. Neste ano, esteve um pouco mais concentrado em abril e, no ano passado, esteve mais concentrado em março.

No caso de despesas de custeio e capital, acho que os destaques são, basicamente...

(O próximo slide, por favor.)

Aí temos um pouco das despesas de custeio e capital, a abertura por ministérios, em que nós temos algumas oscilações específicas no período. Basicamente, Ministério de Desenvolvimento Social – um certo crescimento –, Ministério do Desenvolvimento Agrário, e uma redução também em gastos na Saúde e em despesas do Ministério da Educação.

Isso reflete movimentos sazonais dos órgãos a partir dos limites de movimentação e empenho de pagamentos de que eles dispõem e de pagamentos efetivos de cada um dos programas delineados no Orçamento.

No acumulado de janeiro a abril, acho que é relevante dar o destaque nas importantes oscilações que tivemos no Imposto de Renda e na Contribuição sobre o Lucro Líquido, mais 11 bilhões, 12 bilhões efetivamente de aumento; aumento no IPI também, relacionado com a produção industrial e também com o término das desonerações. No caso dos rendimentos do trabalho no Imposto de Renda do trabalho, o efeito é basicamente o aumento da massa salarial; e rendimentos de capital têm efeitos a ver com resgate de aplicações financeiras.

No caso da Cofins e PIS/Pasep, há o impacto sobre a atividade econômica e incremento de algumas ações de recolhimentos extraordinários, concentrados no mês de março, se não me falha a memória.

No caso da receita da contribuição previdenciária, o crescimento de 10 bilhões, com a representatividade sendo focada basicamente em mercado de trabalho.

Na parte das transferências constitucionais, temos o destaque específico, como eu havia destacado, da receita compartilhada, bastante forte nesse período. Além disso, aumentos em função de complementação de Fundeb, decorrentes de legislação específica.

Em termos de pessoal e encargos, o incremento se refere à reestruturação de carreiras. Esses são aumentos nominais.

Na despesa de custeio, temos oscilações também, na parte de discricionárias, um crescimento no PAC e também na parte de sentenças judiciárias.

Na Previdência, o aumento do salário mínimo já se reflete nos valores a serem pagos. O valor médio do benefício teve um acréscimo de 7,1%. Também houve aumento na magnitude de valores de benefícios pagos em quantidade.

Esse é um quadro para o qual acho interessante dar destaque. Temos mostrado esse quadro mensalmente no resultado, para analisar um pouco as tendências. Acho que ali dá para avaliar algumas coisas que estão acontecendo em termos de receitas e despesas.

No âmbito das receitas, permanece um crescimento relativamente forte em relação ao mesmo período de 2011 contra 2010, e de 2010 contra 2009.

Do lado da Previdência, a receita ainda evolui bastante significativamente. As receitas do Tesouro também.

Quanto às transferências, como eu havia destacado, a nota de rodapé faz referência a esses 12,1 bilhões de crescimento, que dá um crescimento de 13,5% acima da variação do PIB do período.

Os benefícios previdenciários têm caído, estão em -1,8%. Acho que esse é um aspecto interessante a se destacar, pois, se nós olhamos toda uma série para trás do resultado da Previdência Social, podemos observar uma contínua melhoria no resultado. Isso se reflete neste período de quatro meses, em termos percentuais do PIB, essa redução do resultado é basicamente 0,3% do PIB.

A tendência daquilo que nós estamos projetando no decreto de programação é que o resultado da Previdência mantenha essa trajetória de declínio no período.

Da mesma forma, o que nós estimamos em termos de despesa de pessoal deve seguir aquilo que está representado até abril, ou seja, uma redução em relação ao crescimento do PIB.

Na parte de custeio e capital, há alguns detalhes interessantes de se discutir. Em relação a custeio, já temos observado a redução efetiva dos gastos de custeio em uma série de ministérios. Um pouco para salien-

tar qual o papel do Tesouro Nacional nesse processo, eu acho que mudou um pouco em termos do que era praticado há alguns exercícios anteriores.

No início do ano, os ministérios foram chamados para conversarmos sobre o real efeito dos cortes propostos, para que se adaptassem àquelas medidas e, também, para que houvesse a sinalização clara para os órgãos de que, uma vez que se procedesse ao corte, ele ficaria ao longo do exercício e assim se cumpriria a meta de resultados. O que aconteceu foi que os órgãos passaram a ser muito mais seletivos em termos das suas despesas. Esse processo está sendo acompanhado pelo Ministério do Planejamento também e tem dado resultado efetivo até o momento.

O ponto que buscamos para fazer com que o processo siga seu curso normal é na despesa de capital. A ideia que nós temos de expectativa neste exercício é de recuperação desse nível de despesa de capital que, provavelmente, deve subir em termos do que está colocado neste quadro, ou seja, a perspectiva de que o PAC, não só o PAC, mas também as outras despesas retomem uma trajetória e cheguem até o final do exercício com crescimento real quando comparado com o PIB.

Obviamente, estamos falando de algumas sazonalidades; os dados do período também refletem algumas sazonalidades próprias da execução financeira das obras, tanto do PAC quanto de outros investimentos. Vale destacar que o ciclo do investimento é bem diferente do ciclo de custeio. Passa por um período que, os senhores sabem, vai desde o empenho até a liquidação, depois o pagamento, dependendo dos estágios das obras, que não decorrem apenas de questões relacionadas a dotações orçamentárias e financeiras, mas, sim, inerentes ao próprio processo de evolução de engenharias e outros desdobramentos. Destaco também que, da forma como foi elaborado neste exercício, permanece a política e o desenho adotados em períodos anteriores, ou seja, manter-se, dar toda a prioridade ao investimento. Não houve nenhum corte de despesa do PAC. Os resultados aqui apresentados se referem exclusivamente à própria dinâmica da execução, não tendo sido contingenciado nada de PAC nem de PPI.

Aqui está o investimento total que cresceu no período, passando de 12,8 para 13,4, uma das questões colocadas ali porque, quando falamos de investimento total, estamos falando do conjunto das obras que estão no orçamento fiscal e da seguridade, abrangendo PAC e não PAC. Então, tínhamos, até abril do ano passado, uma execução de 12,8 e, até abril deste ano, uma execução de 13,4, crescendo em torno de 5%.

Um destaque importante é que esse conceito aqui ele reflete o último estágio do pagamento da obra, ou seja, aqui já foi feita a aferição, já foi feita a liquidação, já foi feito o pagamento, e, além disso, o pagamento corresponde à emissão do cheque, mas também já foi feito o saque direto à conta única. Pela estatística fiscal que divulgamos, esse é o último estágio em que as ordens bancárias sensibilizam a conta única do Tesouro Nacional e eu tenho efetivamente despesa no seu estágio máximo.

Em relação ao PAC, esses são os números apresentados até abril, quando tínhamos 5,4 contra 7,5, um crescimento de 39%, ou seja, 2,1 bilhões, como eu já havia destacado anteriormente.

Gostaria de dar ênfase em relação ao que estamos apresentando sobre resultados. E é obvio que aqui é uma apresentação muito mais de curto prazo, mas acho importante darmos destaque para um período de mais longo prazo.

A política fiscal tem sido extremamente favorável nesse período. Se olharmos para 2008, de fato, 2008 foi um ano muito bom do ponto de vista do ponto de vista fiscal. Tivemos crescimento de receita, tivemos a oportunidade de inclusive naquele período fazer uma poupança pública com o Fundo Soberano. Em 2009, afetados pela crise, tivemos medidas de política que estimularam a economia. Graças em parte a esses estímulos que foram dados, seja do lado de desonerações, seja do lado de algumas despesas que foram colocadas; graças a isso, então, a economia voltou a um crescimento bastante expressivo recentemente. E isso tem– se refletido hoje num ciclo também bastante favorável do ponto de vista de atividade econômica e de receita.

Acho que, favoravelmente a isso, nós temos aqui todo um processo que os senhores têm acompanhado de *investiment grade*, as agências conferindo o *investiment grade* no País. Cada vez mais, nós temos aqui a certeza e seu atestado, internacionalmente, de que estamos conduzindo a política fiscal de maneira adequada e estamos partindo para discussões de mérito em termos de qualidade, porque, do ponto de vista efetivo do cumprimento de metas e de todos os mecanismos de que nós dispomos, a política tem se demonstrado bastante eficaz nesse período.

Por fim, usando ainda um pouco o período que me resta, acho que foi colocada aqui uma questão relacionada ao Fundo Soberano, como ele está sendo administrado. Eu só gostaria de dar o destaque que ele foi constituído em 2008, com R$14,2 bilhões, que corresponderam a 0,5% do PIB, que foi basicamente o excesso da meta que nós tivemos naquele período. Esses recursos do Fundo Soberano foram aportados

num fundo privado, que é FFE, Fundo Fiscal de Investimento Estratégico. Esse Fundo passou boa parte do período, até o ano passado, aplicado em títulos públicos. E a partir de agosto e setembro do ano passado, o Fundo teve um papel importante em dois processos estratégicos. Um foi relacionado ao Banco do Brasil, em que ele apoiou o processo de internacionalização do Banco do Brasil, adquirindo ações nesse processo. E o outro, que foi em setembro, também assumindo um papel importante na aquisição de oferta pública da Petrobras.

Hoje o Fundo está com 90% do seu patrimônio com esses ativos; 10% do patrimônio está em operações compromissadas. No período que vai de 2008 até 2011, o que o Fundo fez efetivamente em termos de operações refletiu exatamente a política a ser adotada nesses investimentos estratégicos. Por outro lado, o Fundo se capacitou estruturalmente e também se capacitou legalmente para as operações às quais ele está desenhado na legislação.

O que foi feito nesse período? Nós tivemos a formação do Conselho Deliberativo do Fundo. Hoje, se os senhores tiveram oportunidade, há, na página do Tesouro Nacional, toda a legislação específica em relação ao Fundo, todas as resoluções que foram emitidas pelo Conselho Deliberativo do Fundo nesse período, desde a primeira que estabeleceu seu regimento interno às seguintes, pelas quais foi estabelecida a possibilidade de que o Fundo operasse em moeda estrangeira, intermediado através de operações feitas por intermédio do Banco Central, até outras resoluções do Conselho Deliberativo, que permitiram ao Fundo, por exemplo, aplicar em depósitos especiais remunerados no exterior e em fundos de investimentos também no exterior.

Hoje o Fundo tem toda a sua estrutura capacitada e gabaritada para todas as operações que a legislação assim o definiu. Basicamente o desenho hoje é de que o Conselho tem tomado as decisões efetivas em relação às formas como o Fundo pode atuar. Eventualmente, o Conselho pode definir outro desenho, através das suas regulamentações que são resoluções. O próprio Conselho do Fundo é o espelho do Conselho Monetário Nacional. Fazem parte dele o Ministro da Fazenda, o Presidente do Banco Central, o Ministro do Planejamento. E, em termos estruturais, ele está plenamente capacitado para todas as operações que a legislação permite. Ainda não operou em câmbio, em função de decisões estratégicas que estão sendo tomadas do ponto de vista da política nesse período. Acho que os instrumentos que foram feitos e utilizados pelo Banco Central, por si só, já representam os resultados nesse período.

Bem, acho que era isso, basicamente, que eu gostaria de colocar. E eu me disponho aqui a responder questionamentos que houver.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Muito obrigado, Dr. Cleber

Eu dou a palavra agora ao Dr. Raimundo Eloi de Carvalho, Coordenador de Arrecadação da Receita Federal.

O SR. RAIMUNDO ELOI DE CARVALHO – Boa noite a todos.

Queria agradecer o convite ao Senador Dornelles, Presidente da Comissão. Para mim, isso é uma grande satisfação. O Senador Dornelles era o Secretário da Receita Federal quando eu entrei na Receita. E posso testemunhar que ele gozava, na época, e continua gozando, de um grande respeito na Receita Federal.

Bem, falaremos com mais detalhes sobre o resultado da Receita no período de janeiro a abril, mas eu queria, inicialmente, para contextualizar, apresentar alguns quadros relacionados com a estrutura de receitas e a participação de cada um dos tributos.

Inicialmente, um quadro da carga tributária do ano de 2009 – é a última que nós temos divulgada – apresentando, por base de incidência, as participações mais evidentes, as maiores que nós temos em termos dessa base. Por exemplo, nós tivemos aí, nesse ano, uma carga tributária total. E aí falando de receitas federais e receitas dos Estados e Municípios de 33,58%. A base consumo com uma carga de 15,90%, participação de 47,4%, basicamente. A base renda com uma carga de quase 7% e uma participação de 20%. E folha de salários relacionada com a receita previdenciária com carga de 8,7% e com uma participação de 26 propriedades. E as demais transações financeiras, aí uma carga menor também. Só para evidenciar que, já de algum tempo, a nossa participação do consumo, bens e serviços mantêm mais ou menos essa participação, 47%, 48% como carga tributária.

Aqui um quadro só para mostrar a estrutura das receitas federais, definindo aí os impostos sobre o comércio exterior, o IPI, os impostos sobre a renda, as contribuições, IOF, receita previdenciária, ITR, outras receitas administradas, ou seja, o desmembramento principalmente das receitas administradas pela Receita Federal e outros itens de receita.

Nós podemos ver que, no ano de 2010, os impostos sobre o comércio exterior – uma participação de 4% – tiveram uma evolução significativa, basicamente pelo crescimento das importações. Pode-se ver que, em exportação, não houve quase participação, e o IPI vinculado à importação. Esses são os dois que basicamente compõem os impostos sobre comércio

exterior, que nós queríamos destacar. O IPI com uma participação menor ainda do que os do comércio exterior, com 3,5%, no ano de 2010. O imposto sobre a renda, aí sim, uma participação maior, quase 26%, com destaques para os itens de pessoa física, pessoa jurídica e o imposto de renda retido na fonte. É claro que, no imposto de renda retido na fonte, temos aí também pessoas físicas e jurídicas, mas só queríamos destacar esses três itens.

Outro item importante são as contribuições, como a participação no ano de 2010 de 29%, com destaque principalmente para a Cofins, PIS/Pasep, contribuição sobre o lucro; um pouco menor o Cide/Combustível, IOF também, em que devemos ter este ano um crescimento até maior. Tivemos, de 2009 a 2010, um aumento da participação, IOF participando com 3,3. E houve um crescimento no ano de 2010, em relação a 2009, também expressivo de 38%. E a receita previdenciária, com participação de quase 29%, competindo com as contribuições destacadas, Cofins, PIS/Pasep, contribuição sobre o lucro. E o ITR eu só coloquei para destacar que, além de termos uma administração bastante complicada em termos desse tributo, em termos de arrecadação, em termos de receita, a participação dele não é grande; é muito pequena.

Encerrando, as receitas administradas no conjunto das receitas federais com quase 97%, e as outras receitas com 3%, cabendo destaque principalmente para os *royalties* pela extração do petróleo.

(Por favor, pode passar.)

Esse quadro mostra a importância de cada um dos tributos na estrutura das receitas federais. Aqui, principalmente para destacar um ponto, temos, ao logo dos anos, a receita federal com crescimentos em relação a iguais períodos do ano anterior, com exceção do período de final de 2008 e 2009, já conhecido por todos. Foi o período da crise financeira mundial que impactou as receitas. E tivemos, durante quase todo o ano de 2009, decréscimos de arrecadação. Em novembro de 2010, em relação a novembro de 2009, houve um decréscimo por fatores ligados à base. Tivemos, em novembro de 2009, uma arrecadação significativa e um crescimento significativo em relação a anterior por conta de algumas receitas extraordinárias que foram incorporadas naquele mês à receita.

(Por favor, pode passar.)

Esse quadro mostra melhor a evolução. Temos aí uma receita acumulada de 12 meses e podemos ver, de forma muito clara, o início da crise e o início da fase de recuperação. Podemos ver quase 12 meses. Outubro de 2008 foi quando iniciou, para nós, em termos de arrecadação, o reflexo da crise financeira e tivemos, a partir de outubro de 2009, o início da recuperação do lado das receitas federais, do lado da arrecadação, e aí um processo de evolução constante em termos de valores. Temos aí valores a preços de abril, valores fixos num determinado ponto.

(Por favor, pode passar.)

Colocando esses quadros iniciais para contextualizar, vamos falar agora sobre o período de janeiro a abril de 2011 em relação a janeiro e abril de 2010. No primeiro quadro, está demonstrado o desempenho da arrecadação das receitas federais que nós tivemos em cada um dos meses; fechamos abril, último resultado divulgado, com um crescimento acumulado de 11,5%, no mês de abril um pouco mais de 10%. E, evidentemente, esse crescimento acumulado está ainda refletindo uma situação que tivemos mais nesse início de ano, um crescimento muito maior nos meses iniciais do ano, até por efeito sazonal. Tivemos e temos, a cada início de ano, reflexo na arrecadação decorrente ainda do ano anterior. Até o mês de março, praticamente as receitas, principalmente do imposto de renda da pessoa jurídica, refletem a situação do ano anterior. E, no início do ano, tiveram crescimento significativo.

(Por favor, pode passar.)

Este gráfico mostra a evolução. Podemos já informar que essa evolução, esse quadro de 15, 13, 12, fechando com 11, já era previsto. Estamos em linha com a previsão. Isso já era previsto. A nossa previsão para o ano, já posso informar, pelo quadro já apresentado ao Congresso, deve se estabilizar em torno de 10% em termos reais. Já comparado com o ano de 2010, pode-se dizer que é um resultado expressivo, levando-se em conta que, no ano de 2010, tivemos um crescimento em torno de 10% também, 9,8%, mas considerando que o ano de 2009 foi uma base muito baixa. Então, estamos comparando agora 2010/2011 com bases equilibradas e apresentando com uma perspectiva de crescimento também elevado das receitas.

(Por favor, pode passar.)

Aí as receitas refletem o crescimento de indicadores econômicos, cada um dos tributos aderentes, de forma mais significativa a determinados indicadores. Mas temos aí os principais, por exemplo, produção industrial que afeta principalmente a arrecadação do IPI, da indústria, venda de bens e serviços, Cofins, PIS/Pasep, principalmente, têm como base esse indicador, massa salarial, receita previdenciária, Imposto de Renda sobre salários também, sobre vencimentos.

E nós tivemos esse comportamento principalmente no período de janeiro a abril, um crescimento da produção industrial comparado com o mesmo período

do ano anterior, de 2,3%, uma venda de bens e serviços. E aí se explica o crescimento da arrecadação da Cofins e do PIS também em torno desse percentual, e a massa salarial mantendo-se em 15%. Pode-se dizer que, durante o período da crise, a massa salarial de alguma forma se manteve quase que nesse patamar, e foi esse indicador que sustentou, ao longo do ano, o crescimento da receita previdenciária positivamente. Enquanto tivemos, claro, pelo lado da produção industrial, uma queda, o IPI caiu muito, outros tributos caíram, mas, no caso da receita previdenciária, tivemos, ao longo dessa crise financeira, ao longo de 2009, um crescimento significativo por conta da manutenção do crescimento positivo da massa salarial.

(Por favor, pode passar.)

No período de janeiro a abril, quais os tributos que mais impactaram o crescimento da arrecadação? Estamos vendo, desmembrando o crescimento global de 11,5% e com uma participação do Imposto de Renda e da contribuição sobre o lucro, já referido pelo Cleber, no resultado do Tesouro, foram os tributos que mais contribuíram para esse crescimento, com 27,2%, seguido da receita previdenciária, Cofins e PIS/Pasep. Pode-se chamar a atenção do IPI. Em que pese o crescimento do indicador de produção industrial de 2,3%, temos um crescimento do IPI com 23%. Isso decorre de desonerações que foram realizadas durante o período da crise, como a redução das alíquotas do IPI sobre automóveis, e essas desonerações encerraram-se no início de 2010, basicamente, final de março de 2010. Então, quando comparamos esse período, ainda temos uma base com alíquota cheia e uma base reduzida.

(Por favor, pode passar.)

E, aí, só para mostrar um quadro com os setores que mais cresceram, que mais contribuíram para o resultado.

(Por favor, pode passar.)

Podemos mostrar um quadro com setores do IPI, IRPJ, Cofins, um quadro que representa os impostos pagos por esses setores, efetivamente pagos por eles. Nesse outro quadro, temos, por exemplo, setor financeiro como intermediário e, aqui, temos o setor financeiro como pagamento dos tributos devidos por cada um deles. E, aí, temos extração de minerais como primeiro, em termos de participação no crescimento global. E, no anterior, tínhamos entidades financeiras. Agora, entidades financeiras, como terceiro. Temos, aí, dez setores representando 80% do crescimento global e com um crescimento de quase 22% no crescimento global de 11,65%.

(Por favor, pode passar.)

Aí só para mostrar, finalmente, um quadro do que está em evidência, hoje, em termos de alteração da legislação tributária, do IOF, principalmente em dois itens: a estrutura do IOF é esta aqui, constituída basicamente de operações de crédito, pessoa jurídica e pessoa física, as maiores participações. E tivemos, agora, recentemente, mudança na alíquota de pessoa física, que caiu de 1,5% para 3%, só que, nesse período que estamos apresentando, ela só teve reflexo no final de abril, no último decênio de abril. Portanto, basicamente, não temos ainda neste quadro aí incorporação do reflexo dessa alteração.

Outro item também que ainda não tem uma participação significativa de alteração na legislação é referente às operações de entrada de moeda, elevação da alíquota sobre a entrada de capital estrangeiro para aplicação em renda fixa: saiu de 2% para 4% e, depois, para 6%. Eu só queria destacar este quadro para mostrar que temos aí o IOF com crescimento neste período de 12%. Temos aí operações de crédito da pessoa jurídica com 11%, operações de crédito da pessoa física com quase 12%, e um crescimento elevado de aplicações financeiras. Isso também é pontual, é arrecadação pontual. A participação nessa arrecadação não é significativa. Tivemos, nesse período, um crescimento expressivo, mas de forma pontual; ele não deve se manter nesses níveis aí; é IOF pela incidência em aplicações financeiras de curtíssimo prazo, até 30 dias por exemplo.

(Por favor, pode passar.)

Este é um quadro mais geral da participação que temos sempre apresentado na Comissão de Finanças, o que significa crescimento, desempenho da arrecadação por Estado da Federação. Desmembrando aí região Norte, região Nordeste. A região Norte, por exemplo, com uma participação, em 2011, de 2,39%; Região Nordeste, com 7,26%, crescimento de 9%. Cabe ressaltar que, em termos de Estado, em termos de participação da receita federal nos Estados, isso é representado por empresas com matrizes sediadas em cada Estado. A forma da nossa arrecadação é centralizada. Por exemplo, temos o Banco do Brasil centralizado no Distrito Federal, então, a arrecadação dele está computada aqui.

(Por favor, pode passar.)

Este aí é para mostrar uma participação maior na região Sudeste, de 65%, com destaque para o Estado de São Paulo que, sozinho, representa 41% das receitas federais; a Região Centro-Oeste, com 9,3% de participação, com destaque para o Distrito Federal.

Então, eram esses os números, os valores que queríamos apresentar sobre a situação das receitas

federais, principalmente nesse período de janeiro a abril. Como perspectiva, entendemos, pela análise que fizemos, que estamos fazendo, principalmente até o mês de maio – o resultado está praticamente completo –, e asseguramos que ela deve manter, pelas observações de hoje, um crescimento em torno de 10% ao final do ano.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Muito obrigado, Dr. Eloi.

Senador Cyro, V. Exª tem a palavra.

O SR.CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente Francisco Dornelles, parabenizo-o mais uma vez pela iniciativa desta audiência, parabenizo os convidados pelo nível da apresentação, inclusive da presteza não só dos dados, mas pela rapidez, com a maioria dos dados entre abril e maio, uma característica muito boa para analisarmos.

É evidente que hoje recebemos aqui uma avalanche de informações, de números, e é muito difícil querer questionar alguma coisa. O propósito desta nossa Comissão, de que, com muito prazer, faço parte, junto com meu Presidente, é que depois possamos nos debruçar, até a próxima reunião, sobre esses dados, analisar as dificuldades e fazer os questionamentos.

Primeiro, à guisa mais de curiosidade, nós temos os principais setores em que foi canalizado o ingresso de capital estrangeiro? É para que tenhamos uma análise um pouco mais apurada.

Também fiz aqui uma observação, não com os dados tão atualizados como os dos senhores, mas até março, conforme vi uma nota da imprensa, em 26 de abril.

O balanço de pagamentos do mês de março apresentou um superávit de 9,5 bilhões. A balança comercial, exportação e importação, no mês de março, segundo dados do MDIC, apresentou o superávit de 1,553 bilhões, valor superior ao referido mês em 2010, de 674 milhões. Entretanto, a conta-serviço apresentou um déficit de 3,1 bilhões, ou seja, preocupantes 8,7% acima do registrado em março de 2010. Grande parte, é evidente, desse resultado, se sabe, deve-se o ao item gasto de brasileiro no exterior, que totalizou 1 bilhão. Ou seja, aumento de 47%. Preocupa, portanto, o fato de as transações correntes terem sido deficitárias em 5,7 bilhões. Esse déficit aparenta ter sido financiado em grande parte, como tem sido nos últimos anos, pelo ingresso de investimentos estrangeiros no Brasil, destacando-se investimentos diretos, que totalizam 6,8 bilhões.

Com base nessas informações, faço apenas dois questionamentos: que medidas estão sendo adotadas para reverter o déficit brasileiro em serviços? E o resultado nominal, que inclui o superávit primário e os juros nominais, foi deficitário em 6,9 bilhões em março e, no ano, o déficit nominal atingiu 19,7 bilhões. Qual a vantagem de se prosseguir buscando superávit primário quando, ao adicionarem-se os juros, os resultados nominais se tornam tão deficitários?

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – O Senador Cyro Miranda quis dizer o seguinte: realmente, os números mostram que o grande esforço do superávit primário foi, mais das vezes, engolido pelas despesas de juros que elevam o déficit nominal. Por que motivo o Brasil dá tanta prioridade ao superávit primário, deixando de lado às vezes o resultado nominal? Será que nós vamos aguentar despesa de juros tão elevadas como essas que têm ocorrido até agora? Dentro ainda da carona do Senador Cyro Miranda, essa preocupação realmente com o déficit em conta corrente. Isso realmente preocupa o Banco Central do Brasil? Acho que essas questões estão colocadas na área do Dr. Fernando Sampaio.

O SR. FERNANDO ALBERTO SAMPAIO ROCHA – Muito obrigado pelas perguntas, Srs. Senadores.

Como elas dizem respeito à parte fiscal e à parte de balança de pagamentos, eu vou começar pela segunda pergunta, que o Senador Cyro fez, sobre o resultado primário.

O resultado primário e as metas para o resultado primário, desde que eles foram instituídos, desde que houve uma alteração na política fiscal em busca de alcançar superávits primários a partir do ano de 1999, os resultados primários nada são do que o resultado das contas do governo excluindo os juros. Numa aproximação, nós podemos dizer que os juros incidem sobre a dívida já contratada. Então, permitam-me dizer assim: os juros incidem sobre a dívida velha, aquele estoque que foi herdado de tempos anteriores. Quando se começa e diz-se: agora, nós vamos olhar o resultado primário e vamos dar algum foco nesse resultado primário é para dizer que o Governo está comprometido a não ter despesas líquidas a cada exercício. Ou seja, não ter despesas, excluindo os juros, excluindo o passado, acima das receitas que ele está arrecadando. Então, isso passa uma sinalização de que o Governo está controlando suas despesas, fazendo com que elas cresçam menos do que sua arrecadação. Isso é o resultado primário, ou seja, o Governo está, do momento em que foi adotado para frente, sendo responsável, em termos fiscais, na gestão das suas contas. O resultado primário integralmente, a diferença entre a receita e a despesa, excluindo os juros, é utilizado para abater a dívida. Então, não só não se adiciona por meio de novas transações a dívida ativa, mas como também se

reduz a dívida com essa parte do primário. Aí é óbvio. Isso aí é uma sinalização que se passa. Mas ninguém pode esquecer que existe uma dívida antiga e, sobre ela, incidem juros. E dado o estoque da dívida, esses juros têm excedido o resultado primário, tornando-se, como disse o Senador Dornelles, o resultado nominal deficitário.

Mas uma coisa é importante. Não é necessário, para nós sermos consistentes na política fiscal, que não exista dívida interna, no caso. Nós temos que desenhar, para sermos capazes de fazer com que ela desenhe uma trajetória decrescente em relação ao tamanho do País, ou seja, em relação ao PIB, e isso o Governo tem conseguido. A dívida líquida do setor público em relação ao PIB é hoje abaixo de 40%. Aqui há, no quadro 17, o valor exato para abril, 39,8% do PIB, a dívida líquida do setor público. E o resultado nominal tem sido também reduzido. Eles não têm ultrapassado – tenho também os resultados aqui na frente –, pode-se dizer, nos últimos 12 meses, até abril deste ano, atingiu 2,47% do PIB, o que é um valor relativamente pequeno, tanto que ele se reflete num decréscimo na dívida líquida em relação ao PIB.

Quanto ao complemento do Senador Dornelles – se nós devemos prestar mais atenção ao resultado primário ou ao resultado nominal –, o que posso dizer é que o Banco Central, em todas as suas publicações de estatísticas, publica os dois números. Na verdade, são publicados o resultado primário, o superávit nominal e o resultado nominal. Inclusive, na tabela inicial da nota à imprensa do setor público, eles são apresentados na seguinte ordem: primeiro, o resultado nominal; em seguida, os juros nominais; e, por fim, o resultado primário. Quanto ao Banco Central, portanto, nós apresentamos os três números e acreditamos que o papel, como divulgador de estatísticas, é apresentar os números para que todo público tenha acesso integral a eles.

Quanto aos ingressos de capital, há a pergunta "a que setores se destinam esses ingressos de capital?" Na nota à imprensa do setor externo, sempre, em seguida à informação detalhada sobre uma determinada conta –, por exemplo, investimentos brasileiros diretos no exterior, investimentos estrangeiros diretos no Brasil, empréstimos, emissão de títulos – é apresentado o resultado da conta e, depois, esse resultado é desagregado em países com qual se relacionou e setores aos quais foram investidos no exterior ou aos quais eles se destinaram no país.

Por exemplo, para os investimentos estrangeiros diretos, dos ingressos que nós recebemos neste ano, 6,8% se destinaram ao setor de extração, de petróleo e gás natural; 11,8% para metalurgia; 25,6% para telecomunicações; 10,7% em eletricidade e gás; e 6,1% em comércio. Esses foram os principais setores que receberam investimentos estrangeiros diretos no primeiro quadrimestre deste ano.

Em seguida, sobre o financiamento do déficit corrente, nós temos visto que, com as condições de atratividade que a economia brasileira apresenta, que são baseadas fundamentalmente no crescimento corrente da economia brasileira, na consistência de sua política econômica – o Dr. Cleber mencionou os *upgrades* das agências de *rating* que o Brasil recebeu –, hoje, as três principais agências consideram o País com nível de investimento. Isso se deve não só ao crescimento corrente, à consistência das políticas adotadas e às perspectivas de crescimento futuro.

Esses três fatores, somados às condições de liquidez do mercado internacional, fazem com que o Brasil seja um receptor de significativos investimentos estrangeiros que superam, em muito, o déficit em transações correntes. Ou seja, somos capazes de financiar o déficit, inclusive porque, quando comparado com o PIB, esse déficit permanece em patamares que são considerados seguros. Atualmente, o déficit deste ano deve ser algo por volta ou ligeiramente abaixo dos 2,5% do PIB. Esse excesso de ingressos para financiar o déficit de transações correntes tem sido adquirido pelo Banco Central, no esforço de fortalecer a sua posição internacional, ou seja, de acumular reservas.

Déficit em conta corrente em países com a história do Brasil, mesmo com as mudanças na última década, devem ser sempre observados, analisados. O Banco Central leva isso em consideração e analisa com bastantes detalhes todas as informações relativas ao setor externo que nós temos.

Em termos gerais, o déficit está condicionado, é composto por um superávit significativo na balança comercial, que a Drª Tatiana teve condições de apresentar há pouco, por um déficit nas contas de rendas e de serviços e por um pequeno ingresso de recursos líquidos nas transferências unilaterais correntes. O déficit se situa em torno de 2,5% do PIB e tem sido facilmente financiado. Enfim, o Banco Central continua atento a isso.

Quanto às medidas para o setor de serviços, não cabe ao Banco Central tomá-las. Nós compilamos as estatísticas, mas existem inúmeras iniciativas, no Governo brasileiro, voltadas ao fortalecimento da exportação de serviços brasileiros que são desenvolvidas pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, que tem uma secretaria específica para comércio e serviços.

Penso que comentei, ainda que rapidamente, todas as perguntas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Eu tenho que agradecer ao Dr. Fernando Sampaio Rocha, à Drª Tatiana Lacerda Prazeres, ao Dr. Cleber Ubiratan de Oliveira e ao Dr. Raimundo Eloi de Carvalho a grande aula que acabaram de proferir hoje aqui no Senado Federal. Queria pedir autorização a vocês para o seguinte: com base nessa exposição que cada um dos senhores fez, nós poderíamos elencar uma série de perguntas e enviar depois por *e-mail* para que pudéssemos, na próxima reunião do mês, já entrar numa discussão sobre as questões apresentadas. Especificamente queremos explorar muito essas operações compromissadas do Banco Central com explicação bastante detalhada sobre como estão funcionando, mas o nosso objetivo agora é, com base na explanação que vocês fizeram e talvez até nos dados do mês próximo, elencar uma série de perguntas e de questionamentos e apresentar aos senhores, de modo que, na nossa próxima reunião, daqui a 30 dias ou no próximo mês de julho, no dia 11, nós possamos já abordar as questões sobre a exposição de cada um dos senhores.

Como Presidente desta Subcomissão, agradeço enormemente. Estou certo de que, com esses dados, com essas reuniões, nós temos aqui o Relator desta Subcomissão, Senador Lindbergh Farias, teremos condições de apresentar um relatório extremamente abrangente dos problemas da política fiscal do Governo.

Muito obrigado aos senhores.

Fiel à burocracia do Senado, declaro encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 19 horas e 36 minutos.)

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, CRIADA POR MEIO DO REQUERIMENTO Nº 12, DE 2005-CAS, NO ÂMBITO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 24 DE MARÇO DE 2011, QUINTA-FEIRA, ÀS 12 HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.

Às doze horas e vinte e quatro minutos, do dia vinte e quatro de março de dois mil e onze, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência Eventual do Senador **Casildo Maldaner,** reúne-se a Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência, com a presença dos Senadores Lindbergh Farias, Wellington Dias e Waldemir Moka. Justifica ausência a Senadora Marisa Serrano. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião, informando que esta se destina à instalação dos trabalhos e à eleição do Presidente e Vice-Presidente da CASDEF para o biênio 2011/2012. Distribuídas as cédulas, procede-se à votação secreta. O Presidente convida os Senadores Waldemir Moka e Wellington Dias para atuarem como escrutinadores, sendo verificado o seguinte resultado: Presidente eleito: Senador **Lindbergh Farias**, com 4 votos favoráveis, e Vice-Presidente eleita: Senadora **Marisa Serrano**, com 4 votos favoráveis, por unanimidade. Às doze horas e trinta minutos assume a Presidência o Senador Lindbergh Farias, que registra a presença da Deputada Federal Rosinha da ADEFAL, Presidente da Frente Parlamentar do Congresso Nacional em Defesa das Pessoas com Deficiência. Usam da palavra os Senadores Casildo Maldaner, Waldemir Moka, Wellington Dias e o Presidente Eleito da CASDEF, Senador Lindbergh Farias. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às doze horas e cinqüenta e seis minutos, lavrando eu, Gildete Leite de Melo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente Eventual, Senador Casildo Maldaner, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Casildo Maldaner,** Presidente Eventual da Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) - Havendo número regimental, com a presença da maioria absoluta dos membros da Comissão, declaro aberta a 1ª Reunião Extraordinária da Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência (CASDEF), da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura. A presente reunião destina-se à instalação dos trabalhos e eleição do Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência (CASDEF), para o biênio 2011/2012. Até o momento, temos dois nomes com a chapa registrada. Temos como Presidente o autor da proposta, o Senador Lindbergh Farias, e, por consenso – falta conversar com o Senador Wellington, mas acredito que ele... Senador Wellington, são cinco membros; dos cinco, a proposta inicial foi do Senador Lindbergh, de se criar esta Subcomissão, e, como entre os cinco membros há uma mulher, que é a Senadora Marisa Serrano, tomamos a liberdade de consultá-la sobre se ela aceitaria ser a Vice-Presidente.

Se os amigos concordarem... (*Pausa*.)

Esta é a chapa registrada: Senador Lindbergh Farias – Presidente; Senadora Marisa Serrano – Vice--Presidente.

Então, sobre a mesa estão as cédulas respectivas, rubricadas. Eu, como o mais experiente, estou presidindo casualmente esta reunião e convido os Srs. Senadores para a votação.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) - Constatada a votação da maioria absoluta - a Senadora Marisa Serrano, por funções outras, não pôde comparecer -, convido o Senador Wellington Dias e o Senador Moka para fazerem a escrutinação.

(Procede-se à contagem dos votos.)

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Concluída a apuração, consta-se que, por unanimidade dos votantes, que são quatro, os votos recaíram sobre os dois nomes indicados.

Portanto, Lindbergh Farias é o Presidente da Comissão e Marisa Serrano, a Vice-Presidente. Em função disso, convido o Senador Lindbergh Farias para assumir esta Presidência.

Antes, porém, eu gostaria de cumprimentar o Senador Lindbergh Farias, que vai assumir esta função, e passar a ele que a informação de que a nossa assessoria catalogou e constatou que tramita, no Congresso Nacional, um número muito grande de projetos de lei, da Câmara e do Senado, tratando sobre esta questão. Então, são propostas que já tramitam no Congresso Nacional, tanto lá como cá, de diversas maneiras. Quero passar isso ao nosso Presidente para que nós possamos trabalhar e encontrar mecanismos, maneiras, quem sabe uma legislação, que venha a ajudar os portadores de deficiência no Brasil, que venha minimizar, que venha mitigar, que venha colaborar. Nós, particularmente, temos – minha assessoria já tem – algumas propostas com relação a isso. E constatamos que, no Congresso, na Câmara e no Senado, há tramitando mais ou menos 20 propostas, projetos de lei, que, com certeza, vêm ajudar.

Gostaria de passar tudo isso às mãos de V. Exª, Presidente. Parabéns! Sucesso nessa missão. O seu sucesso será nosso também. E será, sem dúvida, dos deficientes do Brasil. *(Palmas.)*

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado. Agradeço, Sr. Presidente.

Quero agradecer, primeiro, aos meus Pares, os Senadores aqui presentes, Senador Moka, Senador Wellington, Senador Casildo. Acho que temos um grande trabalho pela frente. Além dessas proposições legislativas, nós temos um desafio agora, que é regulamentar a Convenção da ONU, que está na nossa Constituição.

E temos um desafio maior, Senador Moka, Senador Wellington, Senador Casildo. Inclusive, o Senador Wellington fez um grande trabalho no Piauí, ele trabalha nessa causa e é pai de uma criança, a Daniele, que tem autismo. No dia 2, que é considerado Dia Internacional do Autismo, deveremos ter uma sessão especial na Casa, iniciativa do Senador Wellington.

Então, temos uma outra missão, além de aperfeiçoar a legislação, que é um desafio. Mas temos que tentar fazer cumprir o que já existe na legislação. Estou convencido de que podemos, sim, jogar um papel aqui quase de Câmara de Conciliação.

Estive conversando com o meu amigo antigo, de movimento estudantil, e hoje Ministro da Saúde, Padilha. E, apenas levantando pontos ligados à Pasta da Saúde, vimos que há coisas que poderiam ser resolvidas com essa mediação. Conversamos sobre pessoas com deficiência auditiva: o problema de próteses é um problema sério no País, e o Padilha disse: “Aqui nós podemos encaminhar de alguma forma”.

Nós temos um outro em discussão. Eu, por questões pessoais, pela minha vida, estou muito próximo dos debates sobre a Síndrome de Down e vejo a angústia das mães. O grande debate, no País, hoje, é o da inclusão no mercado de trabalho. Pois bem. Sabe-se que há uma pensão por morte dos pais, mas, se o garoto, com 19 anos, conseguir incluir-se no mercado de trabalho, ele perde essa pensão. Liguei também para o Ministério da Previdência. Não creio que seja necessária uma alteração na legislação. Mas acho, Senador Moka, que temos que tentar fazer disso aqui uma espécie de... vamos tentar resolver problemas que podem ser mais fáceis porque as soluções já estão aí.

Há um projeto na pauta do Senado, que é de aposentadoria especial para pessoas com deficiência. Vai para a Comissão de Assuntos Econômicos. O Governo tem uma preocupação com os custos.

Quero aqui saudar a nossa Deputada Rosinha da Adefal, que é Presidente da Frente Parlamentar. Eu acho que nós estamos num momento muito interessante porque, na Câmara dos Deputados, nós temos três Deputados cadeirantes, nós temos também o Deputado Romário, o Deputado Eduardo Valverde, ou seja, nós temos uma turma muito interessante que quer participar de todas essas discussões.

Mas eu falava, Senador Casildo, sobre essa aposentadoria especial, que a gente tem que levantar a repercussão financeira, mas muita gente diz: “Puxa vai ser 5 bilhões!”. E eu digo que duvido porque, infelizmente, a inclusão no mercado de trabalho da pessoa com deficiência ainda é muito pequena no País. Com

deficiência intelectual são muito poucas as pessoas que estão no mercado de trabalho. Com deficiência auditiva ainda é muito pouco. Com deficiência visual ainda é muito pouco.

Então, estou convencido de que, se a gente trabalhar direitinho, essa pode ser uma outra proposta que a gente possa fazer andar, ou seja, estou muito satisfeito de estar na presidência desta Comissão. Estou nesta presidência com o coração. E acho que a gente pode ajudar a mudar a vida de muita gente. Acho – eu falo muito para o Wellington que é o desafio nosso, Moka – que este Senado está mais perto da vida das pessoas. Para gente não ficar só no debate Situação/Oposição, que a gente consome tanto tempo nisso e que é importante – tudo bem –, mas a gente tem que entrar na vida real. E se a gente conseguir ajudar a mudar a vida das pessoas...e o desafio nosso aqui é esse.

Segundo o último senso, 14% da população possui alguma deficiência. É claro que tem itens ali que eu discutiria, como a questão da deficiência visual. Talvez o critério seja amplo demais no que está estabelecendo ali. São 14 milhões com algum tipo de deficiência visual que talvez seja muito leve. Tudo bem, mas é uma parcela muito grande da população e vamos ser francos: esse tema está fora da pauta nacional, não há um grande debate nacional sobre isso. Nós temos dificuldade de ter repercussão nos eventos, na imprensa. É muito difícil.

Então, acho que a gente vai ter um trabalho e eu estou muito satisfeito com a composição da Comissão. Eu, ontem, falava com o Senador Moka, que conheço há pouco tempo quando aqui tomamos posse, mas é um Senador trabalhador, não é, Senador Wellington? Senador trabalhador, que está presente nas comissões, está presente nas discussões. O Senador Casildo, da mesma forma; o Senador Wellington; a Senadora Marisa Serrano. Inclusive, o ex-Presidente desta Comissão é uma figura fantástica, que a gente precisava chamar aqui nas primeiras reuniões nossas de trabalho, que é o nosso Senador Flávio Arns, que tem uma experiência pessoal acumulada muito grande e nós respeitamos por demais O Senador Flávio Arns.

De forma que vou abrir aqui, mas queria que pensássemos em um dia para fazermos uma primeira reunião para apresentar um plano de trabalho. Sei que aqui são muitas comissões, é uma batalha nossa diária para participar de todas, mas eu queria fazer uma reunião objetiva de trabalho para a gente organizar uma pauta de trabalhos para o próximo período.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Senador Presidente Lindbergh, eu disse que farei parte de poucas subcomissões, já temos três. Desta, especificamente, eu fiz questão de participar. Eu tenho um irmão que tem uma deficiência e, por incrível que pareça, eu ajudei a criar. Como médico que sou, acompanhei de perto. O nome dele é Sullivan. E eu, então, tenho essa coisa muito forte dentro de mim.

Então, além de tudo que V. Exª já falou, nós temos hoje – e aí eu acho que é um dos itens para o qual a gente tem que chamar aqui o Ministro das Cidades... E vou lhe explicar por que. Na nossa capital, Campo Grande, o Prefeito Nelson Trad Filho, o Nelsinho, quer transformar Campo Grande em um projeto piloto de acessibilidade. E isso talvez seja uma das coisas importantes para discutirmos aqui.

É impressionante a dificuldade, sobretudo os cadeirantes, que as pessoas com algum tipo de deficiência, têm para acessar as coisas. Você arruma trabalho, arruma transporte, mas a acessibilidade é fundamental na vida dessas pessoas. Eu acho que o Ministério das Cidades tem que ter uma política para priorizar...porque se cobra do Prefeito, do Governo de Estado, mas é preciso que a gente priorize recursos públicos. E aí, com a prioridade, se o Prefeito for usar esses recursos para melhorar a acessibilidade, nós aqui temos uma linha de financiamento, mas que isso estimula positivamente e é uma coisa que vai ao encontro do que V. Exª está defendendo, que é exatamente nós aqui discutirmos as coisas da vida real, da vida das pessoas, e essa, sem dúvida nenhuma, para não ser repetitivo, estou apenas contribuindo com um tema que me parece ser fundamental nessa discussão, que é acessibilidade de transporte, prédio, enfim, que algo fundamental. Lá, em Campo Grande, já tem um trabalho, uma associação muito forte, que nos cobra exatamente isto: recursos específicos para serem investidos nessa situação, fazer com que as cidades sejam mais humanas, que se permita realmente o acesso dessas pessoas.

Parabenizo V. Exª, sei que a Senadora Marisa não está aqui, porque tem realmente um compromisso já agendado, mas V. Exª não poderia ter ao seu lado melhor companheira, uma pessoa sensível, educadora e que, tenho certeza, ao lado de V. Exª, haverá de conduzir a Comissão com um trabalho competente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador Moka. Mais à frente, esta Comissão inclusive pode visitar Campo Grande, ver a experiência nesse debate todo sobre acessibilidade.

Passo a palavra ao Senador Wellington.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Eu quero parabenizá-lo e dizer que não poderia ser outra pessoa senão V. Exª nesta fase em que estamos, primeiro pela iniciativa, depois pela forma forte com que vem tratando desse tema. Vou estar ao seu lado aqui. Juntos, vamos estar nessa caminhada. Quero saudar

também a minha querida Rosinha, é um prazer a gente poder partilhar esse desafio. Já podemos na próxima semana. Vou aqui com o nosso querido Torquato Neto, só quero saber do que pode dar certo, não tenho tempo a perder. Então, vamos ver se, já na próxima semana, já estamos trabalhando.

Há um conjunto de áreas que podemos trabalhar, mas creio que, se tivermos a capacidade, meu querido Lindbergh, de já enviar uma sugestão... Aliás, eu estava conversando com o pessoal aqui da Comissão, na terça-feira, estaremos uma outra da Comissão Temporária... O pessoal da secretaria, na próxima semana, na terça-feira, estamos marcando para ver se montamos essa comissão temporária das políticas sobre álcool, *crack* e outras drogas. E uma sugestão que quero dar é que seja solicitado de cada um dos membros, efetivos e suplentes, sugestões de temas e de programações, de formas de atuação da Comissão que possam ser apresentados. Em seguida, na próxima semana, quem sabe, na própria quinta-feira, podermos já fazer a primeira reunião com esse objetivo.

Há um conjunto de coisas nessa linha executiva que acho que dá certo. Estive esses dias tratando de um tema lá com a Ministra do Desenvolvimento Social e com a Caixa Econômica Federal – aliás, está havendo mudanças nessa área –, e uma coisa simples, por exemplo, a legislação brasileira prevê que 5% das habitações sejam colocadas como cotas para pessoas com deficiência. Qual é o problema? O problema, e aí até que é bem andado, faz o cadastro, no qual já se identifica quem são as pessoas com deficiência. Na hora de fazer a casa, normalmente se tem um modelito padrão que a construtora faz no atacado e não se leva em conta a deficiência, ou seja, é um cadeirante, precisa ter tomadas e janelas mais baixas, portas mais largas, rampa de acesso, pia de lavar roupa, banheiro. Então, tem de entrar na norma do Ministério das Cidades, da Caixa Econômica, do MDS, do MDA, de quem faz casa, da Funasa, uma regra para poder cumprir a lei. Você compreende? Então, cito um exemplo como esse, de coisas que a gente pode fazer aqui, Lindbergh, um termo de ajuste de condutas. Chama aqui Caixa Econômica, Ministério das Cidades, quem lida aqui na Comissão e faz um termo de ajuste de conduta.

Então, cito esse exemplo e, de pronto, deixo aqui um convite para conhecer esse complexo que fizemos lá no Piauí, que, na verdade, é uma rede: é complexo que tem uma cabeça de rede na capital, uma área – vou usar um termo da saúde – de média-alta complexidade, nas áreas de educação e de saúde juntas, em que temos todas as áreas de tratamento.

Há uma coisa lá pela qual tenho um carinho especial, porque foi uma vitória, que é uma base de qualificação de profissionais para essa área, ou seja, há uma parceria com as universidades, com as faculdades, para que as pessoas possam aprender fazendo. E outra, que é a preparação das famílias e até da comunidade. Se, em uma rua em que há cadeirantes, é feito um treinamento com aquelas pessoas, dali a pouco todas as calçadas têm acesso, o comércio local tem rampa de acesso; em pouco tempo, vai se tornando aquela rua, aquele bairro, aquela cidade uma cidade acessível.

Acho que vale a pena conhecer um pouco dessa experiência. Inclusive, se for o caso até, ao conhecer em Teresina, nesse caso, há uma experiência em São Gonçalo – que fica a cerca de 120 quilômetros de Teresina –, que é a cidade que tem mais pessoas com deficiência no Brasil e que está sendo trabalhada para ser uma cidade acessível; uma cidade em que as calçadas, as ruas têm sinalização sonora, sinalização para pessoas que têm deficiência visual, auditiva, enfim.

Então, quero aqui, com essas palavras, dizer que esse caminho que V. Exª apresenta aqui é menos... Nós fazemos a lei e não nos preocupamos de fazer com que a lei seja cumprida. Acho que uma das missões é fazer a legislação ser cumprida. Isso vale para a área do trabalho; isso vale para outras áreas. E a preocupação de podermos montar, no Brasil, uma rede de atendimento.

Apenas para fechar uma outra posição, que acho que não depende de lei, é mais de boa vontade política: onde houver um centro de fisioterapia – às vezes, os Municípios não fazem por isso –, a equipe do programa Saúde da Família tem de ter o fisioterapeuta, tem de ter alguém dessa área. Assim como já tem o assistente social, assim como já tem o médico, já tem o psicólogo, ter lá a presença do fisioterapeuta para poder lidar.

Então, se você tem o mapa da deficiência, sabe onde há mais cadeirantes, onde há mais autistas, você prepara, você atua nessa direção.

Então, meu querido Presidente, estamos aqui, sob o seu comando, para trabalhar muito e ajudar a mudar a realidade do Brasil e, com certeza, dos nossos Estados e Municípios.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Agradeço, Senador Wellington.

Queria agradecer aqui a presença da Deputada – já a havia citado, mas a chamei aqui para a mesa – Rosinha da Adefal, porque ela é presidente da Frente Parlamentar que será instalada no dia 05 de abril. A que horas, Rosinha?

A SRª ROSINHA DA ADEFAL (PTdoB – AL. *Fora do microfone*.) – Às dez horas.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Às dez da manhã.

É uma comissão, e a Frente é do Congresso. Estaremos lá prestigiando-a, Rosinha.

Há uma campanha do Conade sobre acessibilidade, cuja adesão o Presidente da Câmara, Marco Maia, já se comprometeu a assinar. Vamos ao Presidente Sarney também. Com certeza, o Senado também vai assinar essa adesão.

Acho que o formato da Comissão, até por ser uma Comissão de cinco membros, ajuda muito a fazermos algo como o Senador Moka, como os Senadores Casildo e Wellington falaram aqui, de algo mais executivo; fazer cumprir. Isso ajuda muito, porque dá mais velocidade. Estamos aqui há pouco tempo, mas sabemos que, nas comissões, às vezes, perdemos muito tempo nos debates e temos muita dificuldade em fazer a coisa andar. Então, acho que isso adianta.

A pergunta...

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Permita-me, apenas, aproveitando, falar sobre os SOS.

Ontem, dentro do que conversamos sobre o Dia do Autista, que será dia 02 de abril – é um dia de sábado, na verdade –, qual é a ideia? Eles estão promovendo, no mundo, no Planeta, um ato em que vão pegar alguns prédios, algumas áreas mais conhecidas – foram escolhidos, no Brasil, o Cristo Redentor e o prédio do Senado Federal, do Congresso Nacional. Então, conversei com o Presidente Sarney, porque estava havendo uma dificuldade da equipe técnica, do tipo: "não; isso aqui é responsabilidade da empresa de energia", etc.. Então, meu querido Lindbergh, conversei com o Presidente Sarney, na sessão de ontem, e ele mostrou toda a boa vontade de encontrar uma solução pelo Senado. Então, acho que valeria a pena já o nosso Presidente estar encaminhando, com a Presidente da Frente Parlamentar.

Porque é uma coisa simples, é só uma mudança que se faz na iluminação do prédio para cumprirmos esse pleito internacional. Então, é basicamente fazer uma formalização para que o Brasil ilumine de azul os dois monumentos que foram escolhidos. O Cristo Redentor, o Governo do Rio de Janeiro já se comprometeu que estará todo azul – azul porque é a cor que mais tem relação com o autista, é a cor menos agressiva para ele e para todos nós também. Então, é a ideia: que possa ser encaminhado ao Presidente do Senado para que o outro monumento escolhido internacionalmente, o prédio do Congresso Nacional, esteja preparado para estar azul no sábado, representando simbolicamente essa luta internacional.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Vamos encaminhar imediatamente. Proponho, inclusive, quando acabar aqui, ligarmos imediatamente para o Presidente José Sarney, que tem sensibilidade para o tema. Vamos tentar encaminhar isso.

Faço uma pergunta para os senhores em relação à próxima reunião: podemos deixar para quinta-feira que vem ao meio-dia ou 11h30min? *(Pausa.)*

Vamos fazer quinta-feira, 11h30min.

Havia uma discussão, que jogarei para semana que vem, sobre formar uma comissão especial que, de início, tínhamos pensado ser com Senadores, mas está evoluindo a ideia para ser uma comissão especial de especialistas, de juristas. A ideia, inclusive, é convidar o Ministro Toffoli, que tem um irmão com Síndrome de Down e é uma pessoa que tem participado disso. Mas trata-se de formar uma comissão de juristas – da mesma forma como na reforma do Código Civil, aqui feita por uma comissão de juristas – que nos auxiliasse na regulamentação da Convenção da ONU. Esse é o grande interesse que as entidades têm no País, regulamentar. A Convenção é muito avançada, só que tem que dar efetividade. Creio que se conseguirmos... Mas vou trazer essa discussão para a próxima reunião. Montar uma comissão como essa seria muito interessante.

Vou começar, como Presidente, quebrando o protocolo: para encerrar a reunião, falará por três minutos, nossa Deputada Federal Rosinha da Adefal, que vai ser Presidente dessa Frente Parlamentar, que pode dar uma contribuição importante.

A SRª ROSINHA DA ADEFAL – Bom dia. Eu gostaria de, primeiro, parabenizá-lo pela Presidência da Comissão. Quanto a gente já está evoluindo em tão pouco tempo de atuação este ano! Coloco muita confiança nesta Comissão, não só na questão da visibilidade, mas realmente de tornar prática toda a legislação que já temos. Parabéns, Lindbergh! Tão jovem, tão atuante, e não é de agora! Parabéns, inclusive, a vocês, que estão fazendo parte desta Comissão! Eu tenho certeza de que não é só pelo envolvimento pessoal, mas pelo comprometimento com a população de pessoas com deficiência do País inteiro.

Eu conheci o Senador Wellington na I Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência e, para mim, ficou como uma referência na minha cabeça do que um gestor deve fazer quando tem vontade. E não precisa muita coisa. O Senador Wellington Dias sabe disso, e como mudou a realidade daquele Estado quando se teve um pouquinho de vontade política de fazer com que a lei saísse do papel e virasse realidade.

Com relação à Frente Parlamentar, já que quebramos o protocolo e eu tive direito à palavra, eu gostaria de explicar que a Frente não é da Câmara, é uma Frente Parlamentar do Congresso Nacional.

Nós batalhamos para a reinstalação porque ela já existe desde uma data anterior, e muitos Senadores assinaram para que a gente conseguisse reinstalar a Frente. A gente está planejando um evento para o dia 05, também juntos, Senado e Câmara Federal. O Deputado Marco Maia já se comprometeu em fazer a adesão à campanha publicitária do Conade (Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência) sobre acessibilidade. Então, há inúmeras ideias: colocar um bandeirão da campanha lá fora, estendido no gramado, trazer o embaixador da campanha, o para-atleta Clodoaldo Silva, trazer o nosso artista, músico, pianista clássico Jorge Martins – se não me engano o nome dele é esse – que tem uma deficiência muito séria nas mãos – mas que continua, que foi até tema da Escola de Samba Vai-Vai, mas, enfim, é uma história de superação que deve ser copiada por todas as pessoas, não só com deficiência. Então, tem toda uma programação.

E faço um apelo. Hoje encontrei o Senador Lindbergh no corredor, vim aqui para convencê-lo e, graças a Deus, ele já está convencido, porque ele quer que realmente essa realidade mude, não só que a gente tenha mais leis. Porque a nossa lei já é muito avançada; nessa região ibero-americana, ela é referência. Para vocês terem ideia do que a gente já tem de legislação, o Presidente Obama, os Estados Unidos nos pediram orientação com relação à legislação, Senador, pediram à Secretaria Nacional de Direitos Humanos e à Secretaria de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência que os orientássemos na legislação, que eles não têm. Então, nós somos referência; precisamos vir para a prática.

E, nesse dia também, já fazermos um grande debate com os juristas sobre a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e amadurecer muito essa ideia, que achei muito positiva, de termos juristas nos auxiliando num texto de regulamentação, para que tenhamos realmente a pessoa lá, no Município mais distante da capital do Estado do Piauí, participando, tendo uma vida inclusiva nessa sociedade que tanto nos discrimina.

Parabenizo esta Comissão.

Acompanharei lá da Câmara e o quanto eu puder estarei aqui, participando, tentando quebrar o protocolo, mas tentando contribuir com vocês.

Parabéns mesmo!

Inclusive também, mais uma atuação da Frente é que a gente crie na Câmara uma comissão permanente da pessoa com deficiência, não uma subcomissão, como tem aqui, que já é um avanço enorme, mas uma comissão permanente de defesa de direitos da pessoa com deficiência. A gente está nessa batalha muito grande, tem o estatuto lá, que está para ser votado, e a gente sabe que precisa estar adequado à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Então, o que fazer nós temos muito, este Congresso, este Senado, esta Comissão, a Frente Parlamentar, a Câmara dos Deputados têm muito o que fazer por essa população, que ainda precisa muito de ações para que realmente a inclusão aconteça.

Muito obrigada.

E, mais uma vez, parabéns, Senador Lindbergh.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Eu agradeço.

Declaro encerrada esta nossa primeira reunião.

Muito obrigado.

(Levanta-se a reunião às 12h56min.)

ATA DA SEGUNDA REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, CRIADA POR MEIO DO REQUERIMENTO Nº 12, DE 2005-CAS, NO ÂMBITO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 31 DE MARÇO DE 2011, QUINTA-FEIRA, ÀS 11 HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.

Às onze horas e quarenta minutos, do dia trinta e um de março de dois mil e onze**,** na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **Lindbergh Farias,** reúne-se a Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência, com a presença dos Senadores Wellington Dias, Waldemir Moka, Casildo Maldaner, Rodrigo Rollemberg e da Senadora Ana Amélia. Registram presença os Senadores Pedro Taques, Eduardo Suplicy, Paulo Paim e Cristovam Buarque. Deixa de comparecer a Senadora Marisa Serrano. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 1ª Reunião, que é dada por aprovada. A Presidência esclarece que a Reunião está dividida em duas partes e passa à apreciação da Pauta. **1ª PARTE**: **ITEM 1** – Apresentação do Plano de Trabalho desta Subcomissão. **Resultado**: Adiado. **ITEM 2** – **REQUERIMENTO Nº 1, DE 2011-CASDEF**. "Requeiro, nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública perante esta Subcomissão, em razão do Ato pelo Dia Mundial da Conscientização do Autismo, com a participação dos seguintes convidados: Sr. Fernando Cotta, Coordenador da Coordenadoria para Inclusão da Pessoa com Deficiência do Distrito Federal – CORDE/DF, e Sra. Adriana Alves, Presidente do Movimen-

to Orgulho Autista Brasil – MOAB". **Autoria**: Senador Lindbergh Farias. **Resultado**: Aprovado. **2ª PARTE**: **AUDIÊNCIA PÚBLICA**. A Presidência comunica que a segunda parte da presente Reunião destina-se à realização de Audiência Pública, em cumprimento ao Requerimento nº 1, de 2011-CASDEF, de iniciativa do Senador Lindbergh Farias, para tratar de demandas concretas referentes ao Transtorno do Espectro Autista. A Presidência convida para compor a mesa os seguintes oradores participantes: Fernando Cotta, Coordenador da Coordenadoria para Inclusão da Pessoa com Deficiência do Distrito Federal – CORDE/DF e Adriana Alves, Presidente do Movimento Orgulho Autista Brasil – MOAB. A Presidência registra a presença do Deputado Federal Marcelo Itagiba; da Senhora Lara Beatriz de Miranda Belmonte, Auxiliar Administrativa da CORDE/DF; do Senhor Horácio de Oliveira Campos Leitão, Presidente da Associação dos Amigos dos Autistas do Distrito Federal – AMA/DF; do Senhor Eduardo Cavalcanti Lins Notto, Diretor Tesoureiro do MOAB; do Senhor Waldemar Primo, Assessor da CORDE/DF; e da Senhora Arislene Cristina dos Santos, Assistente da CORDE/DF. Usam da palavra os Senadores Casildo Maldaner, Paulo Paim, Waldemir Moka, Wellington Dias, Cristovam Buarque, Pedro Taques, Lindbergh Farias, Presidente da CASDEF, e a Senadora Ana Amélia. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às treze horas e vinte e dois minutos, lavrando eu, Gildete Leite de Melo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Lindbergh Farias, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Lindbergh Farias,** Presidente da CASDEF.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) - Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião Extraordinária da Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência (Casdef), da Comissão de Assuntos Sociais, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 54ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da 1ª Reunião de 2011.

Os Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa*.)

Srs. Senadores, primeiro, quero agradecer a presença de todos. Estamos num momento de homenagem ao nosso ex-Vice-Presidente José Alencar, e eu tive oportunidade inclusive, há poucos minutos, de falar do que significou José Alencar para o nosso País, em especial para a luta contra o câncer. Falei isso há pouco na Comissão de Direitos Humanos, inclusive sugeri ao Presidente do Inca, Prof. Santini, que desse o nome de José Alencar ao Instituto Nacional do Câncer. Falei isso com o Ministro da Saúde também. Seria não apenas uma forma de homenageá-lo, Senadora Ana Amélia, mas também porque ele inspirou muita gente. Os testemunhos de muitas famílias que lutam contra o câncer foi de que foi importante a forma como José Alencar enfrentou a doença, com otimismo, com determinação. Então, colocar o nome no Instituto Nacional do Câncer é mais do que homenageá-lo; é dar força para muitas famílias. São milhões de brasileiros que enfrentam a luta contra o câncer no seu dia a dia.

Mas eu não quero me alongar nesse tema, até porque falei há pouco. Eu quero apresentar uma sugestão de trabalho para as próximas reuniões, mas, antes disso, não posso deixar de falar sobre o Dia Mundial de Conscientização do Autismo - Deputado Itagiba, obrigado pela presença. Na verdade, a data será no dia 2 de abril. Este Congresso Nacional, Senadora Ana Amélia, com a confirmação de vários Senadores e a presença do Presidente Sarney, será iluminado às 18 horas do dia 2 de abril, com a cor azul – e depois o Dr. Fernando e a Drª Adriana vão explicar porque a cor é azul, que é um símbolo desse movimento. Eu amanhã estarei no Rio de Janeiro às 18 horas, porque o Cristo Redentor também será iluminado com a cor azul, e o Prefeito Eduardo Paes já confirmou presença, como também vários parlamentares, a sociedade organizada, a Deputada Aspásia Camargo, que é uma Deputada Estadual do Rio de Janeiro, mãe de uma pessoa com autismo. Vamos ter a Ponte Estaiada, o Monumento às Bandeiras, o Viaduto do Chá, todos iluminados em São Paulo; o Teatro Amazonas, em Manaus; a Usina do Gasômetro, em Porto Alegre; e acho que este Senado está participando de forma muito ativa, pela própria participação do Presidente Sarney, como também do nosso Senador Wellington Dias - que está chegando aqui, que é pai da Daniele, de 12 anos, que é autista - e do nosso Senador Paulo Paim, que apresentou o projeto que veio da sociedade, que foi construído pela sociedade. O Senador Paulo Paim foi o autor do requerimento, e a Senadora Ana Rita, a Relatora. Esse projeto vai ser aprovado no dia de hoje, às 15 horas. A sessão da Comissão de Direitos Humanos foi suspensa, mas vai voltar, e esse projeto vai ser um marco.

Eu então vou apresentar aqui um requerimento – que passo a ler -, para transformar esta reunião de hoje numa reunião para discutir esse Dia Mundial da Conscientização do Autismo.

Requeiro, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada audiência pública perante esta Subcomissão, em razão do ato pelo Dia Mundial da Conscientização do Autismo, com

participação dos seguintes convidados: Sr. Fernando Cotta [que está aqui], coordenador da Coordenadoria para Inclusão da Pessoa com Deficiência do Distrito Federal (Corde-DF); Srª Adriana Alves, presidente do Movimento Orgulho Autista Brasil (Moab).

Antes de começarmos aqui, estamos esperando o Senador Wellington Dias para fazer parte desta Mesa, como pai da Daniele.

Antes de começar, eu queria apresentar um requerimento, Senadora Ana Amélia, Senador Eduardo Suplicy, Senador Casildo, Senador Paulo Paim.

A nossa ideia nesta reunião é discutir, Senador Moka, um plano de trabalho. Como nós vamos ter o Dia Mundial da Consciência do Autismo, vamos fazer esse debate hoje como forma de homenagem.

Hoje, esta Casa abriu as reuniões da Comissão de Direitos Humanos e desta Comissão com homenagem ao Dia Mundial da Consciência do Autismo.

Mas eu queria falar um pouco sobre a forma como estamos pensando – é claro que vamos nos deter nisso na próxima reunião – trabalhar nesta Comissão.

Nós sabemos que nosso trabalho aqui no Senado, a discussão das iniciativas legislativas, é fundamental. Mas eu acho, Senador Moka, que esta Comissão pode ter um papel no sentido de ajudar a resolver problemas, chamar Ministérios, funcionar como uma espécie de câmara de conciliação, para tentar resolver problemas objetivos.

O Dr. Fernando falou hoje que um dos problemas na luta do autismo é o diagnóstico. Não há disseminado entre os médicos, entre os pediatras, um conjunto de procedimentos que facilitem esse diagnóstico. Esta é uma pauta objetiva: chamar o Ministério da Saúde, a Sociedade Brasileira de Pediatria, para discutirmos um protocolo, que temos que disseminar entre os médicos, entre os pediatras. Esse é um exemplo.

Outro exemplo: pessoas com deficiência auditiva. Há muitos problemas com o Ministério da Saúde em relação a próteses. Isso é um problema concreto. Temos que chamar as partes para discutir.

Antes de entrar na discussão sobre o Dia Mundial da Consciência do Autismo, quero apresentar requerimentos que estão sendo entregues agora, porque estávamos modificando, para as três próximas reuniões.

Está havendo um grande debate no Rio de Janeiro, mas é um debate nacional, todo mundo sabe, sobre a inclusão na rede regular de ensino. Existe uma discussão no Rio sobre a possibilidade de fechamento do Instituto Benjamin Constant, de pessoas com deficiência visual. O Ministério da Educação, por intermédio do Ministro, nega o fechamento das escolas especiais, mas isso abriu o debate, que já é forte no País inteiro, sobre a inclusão na rede regular de ensino, sobre situações diferenciadas.

A minha proposta é que, em cima disso, fizéssemos, na próxima reunião, no dia 07 de abril, um convite ao Ministro da Educação; a um representante do Instituto Benjamin Constant; a um representante do Instituto Nacional de Surdos; ao Moisés Bauer, que é o Presidente do Conade, que representa também a Associação da Pessoa com Deficiência Visual, e a um representante da Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos, para nos atermos num problema concreto. Isso seria na próxima quinta-feira.

Nós temos também, no dia 08 de abril, o Dia Nacional do Sistema Braille. Por uma série de razões, temos que avançar muito nessa área. Será no dia 08 de abril. A nossa proposta é que, no dia 14 de abril – e nossas reuniões vão se dar sempre nesse período de 11h30 a 13h, e terão que ser reuniões muito objetivas –, façamos uma discussão desse Dia Nacional do Sistema Braille, com a presença do Moisés Bauer novamente, que é o Presidente do Conade; com a professora Cláudia Pereira, que é a titular da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação e com um representante do Ministério das Comunicações, porque há uma discussão sobre audiodescrição na TVs, há um debate sobre isso e seria importante ele estar nessa terça-feira.

No dia 28, depois do feriado – e no dia 1º de maio temos o Dia Mundial do Trabalho –, acho que deveríamos nos dedicar ao tema da inclusão no mercado de trabalho. Estou apresentando um outro requerimento que queria, na próxima reunião, discutir com os senhores. Acho que aqui nós temos que envolver o Governo Federal também.

Porque na inclusão, Senadora Amélia, estou vendo que as estatais estão fora, grandes estatais: Petrobras, Banco do Brasil, Caixa Econômica, Furnas, Correios... A cotta está sendo preenchida de que forma? Só no concurso, nós temos 5%; no concurso que vai abrir 5%. Só que dessa forma nós nunca vamos chegar no valor da cota mesmo. E uma parte grande dos funcionários dessas empresas estatais é de terceirizados.

Então eu queria fazer também um debate sobre a inclusão no mercado de trabalho com esse sentimento de uma coisa muito concreta, ou seja, que a gente possa apresentar sugestões, reivindicações para o Governo Federal para fazer as coisas acontecerem.

Então eu apresento aqui uma pauta para as nossas três próximas reuniões em cima de temas importantes; ou seja, na próxima reunião vamos falar sobre a questão da educação, em especial à pessoa ligada com deficiência auditiva e deficiência visual. O dia 14 está ligado à discussão do Braile, à pessoa com

deficiência visual; e no dia 28, a nossa discussão é sobre a inclusão no mercado de trabalho – e quero ir trabalhando já com algumas ideias, porque o nosso sentido é tentar convencer a Presidenta da República e apresentar, nesse período, uma série de iniciativas do Governo Federal.

Então eu quero aqui dizer que estamos estudando a matéria, eu queria procurar cada um dos Srs. Senadores para opinarem sobre a proposta e a encaminharmos para o Governo Federal.

Abro aqui a discussão para os senhores, essa ideia da pauta das próximas reuniões, esses requerimentos, antes de começarmos o debate sobre...

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Apenas, Presidente Lindbergh, eu fiquei assim, até de certo modo, sensibilizado pela ideia de V. Exª de começar a pautar. Hoje é a homenagem ao autismo; quer dizer, o dia 2 é o Dia do Autismo. Eu até vinha escutando agora de manhã, mas antes, pela Rádio Senado, eu vinha escutando o nosso Presidente da Comissão de Direitos Humanos, Senador Paulo Paim, dizer: "eu vou ficar aqui hoje nem que seja..." não sei o quê... "e ainda vou ver um Senador que está em Belo Horizonte, mas até o fim do dia, vou estar aqui para poder votar. Eu sou assim meio teimoso, no bom sentido, parece até alemão..., Mas eu vou sair daqui, precisamos votar isso, a questão do autismo... E vim escutando na Rádio; é a sua persistência. Por isso cumprimento V. Exª, Senador Paim.

E agora vejo o Senador Lindbergh da mesma forma, pautando que na próxima reunião seria para o deficiente auditivo e visual, para o dia 7, se não me engano. E no dia 14 seria o Braile?

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Exatamente.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – E depois, em seguida?

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – No dia 28, pois no dia 21 é a Semana Santa, nós estaremos discutindo a inclusão no mercado de trabalho.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Ah, a inclusão no mercado de trabalho. É interessante isso. Meus cumprimentos. Quer dizer, isso aí pauteia, porque fazer tudo de uma vez só não tem como; o negócio é fazer por etapa, por setor é ótimo. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Obrigado, Senador.

Tem a palavra o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, é apenas para cumprimentar V. Exª. Eu não faço parte desta Comissão, mas vou incomodar, vou estar sempre aqui e com direito a voz. (*Risos*.) Mas estarei aqui contribuindo, com certeza, pois V. Exª sabe o carinho que tenho por esse movimento. V. Exª esteve hoje lá na nossa Comissão, durante toda a manhã, prestigiando-a, e combinamos que às 11:30 horas nós iríamos interromper lá para vir para cá; e às 15 horas, nós retomamos lá para votar o Projeto dos Autistas, que teve uma produção e a colaboração muito grande, eu tenho que registrar, do ex-Senador Flávio Arns; foi ele quem se reuniu com os grupos de trabalho, a partir de uma audiência que fizemos, onde recebi o projeto, presidi a comissão, entreguei para o Flávio Arns; o Senador Cristovam, em seguida, assumiu no meu lugar, encaminhou de novo para o Flávio Arns, e agora passamos para a Senadora Ana Rita, que concluiu um trabalho brilhante e posso, com tranquilidade, porque já falei com os Senadores da comissão, dizer que o projeto será aprovado hoje, para que os autistas, lá no Rio de Janeiro, juntos com V. Exª, em frente ao Cristo Redentor, possam saber – e V. Exª estará lá representando o Senado – que o Projeto dos Autistas está aprovado na comissão e passa agora a tramitar. Virá provavelmente para esta subcomissão e V. Exª que vai indicar talvez o relator aqui – provavelmente, porque esta é a Comissão correspondente.

Quero só dizer que estou aqui me somando com uma enorme alegria. V. Exª sabe que eu sou o autor do Estatuto da Pessoa com Deficiência; conversamos já sobre isso, sabemos que tem pontos polêmicos; acho que a Câmara fez bem, montou uma comissão especial para tirar as últimas dúvidas que tem no Estatuto e, depois que ele estiver pronto, ele volta para cá. E quando ele vier, ele vai vir para as mãos desta subcomissão, com certeza absoluta e, aí, oxalá Deus, penso eu e torço muito que no dia 21 de setembro, Dia Nacional da Pessoa com Deficiência – e permitam-me dizer, porque tenho muito orgulho, que sou o autor desse projeto de lei que transformou o dia 21 de setembro no Dia Nacional da Pessoa com Deficiência – a gente possa ver a nossa Presidenta, quem sabe, sancionando o Estatuto e, quem sabe, com todas as correções que ele deva ter, porque ele é uma construção também da sociedade. Eu sempre digo, Senador Lindbergh, que quando apresentei o estatuto, acho que não tinha 60 artigos – vocês sabem. Hoje ele está com 300 artigos – construção da sociedade.

Então, vai ser um momento bonito e eu estou aqui para somar. Parabéns a V. Exª e a todos os membros desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Faria. Bloco/PT – RJ) – Obrigado, Senador Paulo Paim.

Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Senador Lindbergh, primeiro, quero dizer que o co-

lega médico que V. Exª citou talvez seja em relação à questão do autismo.

É muito difícil realmente o diagnóstico do autista. Não é uma coisa tão simples. Mesmo especialistas pediatras têm dificuldade – não sei se o colega concorda comigo. E essa é necessariamente uma preocupação. Quanto mais cedo se fizer o diagnóstico, melhor será para a pessoa, porque ela vai ter cuidados e vai começar a interagir. Queria colocar isso. Quero dizer que apoio isso.

Mas quero externar uma preocupação ao Presidente. Eu vi a sua proposta – não faço nenhum reparo –, mas eu gostaria...V. Exª está dizendo, claro que é uma oportunidade essa questão do autista depois do deficiente visual, mas eu gostaria que a gente pudesse ter uma proposta que fosse macro, que a gente pudesse fazer um diagnóstico disso no País. Propor exatamente como cuidar disso, os encaminhamentos disso e terminar realmente com um projeto que tenha algumas contribuições que pudessem, sobretudo no campo da legislação, contribuir para um avanço.

As entidades que cuidam disso, ouvi-las, qual o grande problema que elas têm, o que elas enfrentam no dia a dia. Eu acho que alguma coisa eu vou evidentemente votar favoravelmente à proposta que V. Exª faz, mas eu realmente gostaria que nós tivéssemos uma discussão quem sabe envolvendo todos nós aqui, uma proposta que tivesse o início, o meio e o fim. Esta subcomissão não é permanente, ela tem prazo e que a gente fosse desaguar numa proposta concreta depois de ouvir sobretudo as entidades.

Eu, por exemplo, tenho uma dificuldade muito grande nessa proposta do Ministério da Educação. A gente que tem alguma experiência, essas instituições de educação especial são necessárias. Integrar a criança, tudo bem, mas tem crianças que precisam. Imaginem colocar-se uma criança – não vou entrar em qual seria a necessidade especial dessa criança – numa sala, as crianças são cruéis! É importante que ela conviva com um grupo mais homogêneo, com especialistas.

Então, eu tenho alguma dificuldade com essa proposta. É claro que tem algumas dificuldades especiais que quando colocadas com crianças ditas especiais ela vai interagir. Mas tem crianças que não. Nós podemos, às vezes, ao tentar, nós podemos criar grandes problemas e eu defendo muito a chamada educação especial.

É fundamental e o País não pode e não deve prescindir dessa que, sem dúvida, tem contribuído às vezes sem nenhum apoio de dinheiro público, de instituição pública e tem um trabalho maravilhoso que a gente conhece.

Então, fica aqui essa minha contribuição e, se V. Exª concordar, gostaria que a gente pudesse fazer.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) **–** Eu queria, Sr. Presidente, reforçar o argumento do nosso Colega Moka a respeito dessa questão da praticidade do trabalho. Quero também reforçar essa questão da educação especial, porque no Rio Grande do Sul eu ouvi professores que tiveram que aceitar alunos portadores de necessidades especiais; o professor não está preparado para isso e aumenta a responsabilidade dele nessa atenção, porque qualquer problema que acontecer, como esse levantado pelo Moka – se fala muito no *bullying* –, então imagine com uma criança dessa que necessita de muito mais afeto, de atenção e amparo, acontecer um tipo de rejeição dessa natureza. Ao professor caberá a responsabilidade disso, e este professor não está preparado, didaticamente, para este ofício.

Então, é isso que os professores me argumentaram, que é preferível uma educação especial de qualidade a ampliar, embora a socialização, a participação para que os alunos aceitem a criança diferente seja também do ponto de vista da sociabilidade, seja uma prática extremamente valiosa do ponto de vista social.

Então, eu queria reforçar esse argumento e essa questão da educação especial.

Eu também queria lhe dizer, Sr. Presidente, que além do gasômetro de Porto Alegre, o prédio da OAB do Rio Grande do Sul estará iluminado de azul, o prédio da prefeitura municipal de Farroupilha também, também a caixa d'água de D. Pedrito e a praça central de Montenegro estão todas elas também celebrando com a cor azul esta data.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Faria. Bloco/PT – RJ) – Vou acolher a sugestão do Senador Moka. Eu acho que é mais apropriado, de fato, Senador Casildo... Quero agradecer aqui a presença do Senador Pedro Taques, do nosso Senador Wellington, que é homenageado por nós no dia de hoje. Mas, vou acolher a proposta do Senador Moka. Eu acho que é o caminho, a gente fazer, na próxima reunião, uma reunião de trabalho para organizarmos a nossa pauta definitiva. Na verdade, esse é um tema que está em discussão agora, mas dá para esperar uma semana mais, porque a nossa preocupação, nesta Comissão, é muito esta a que V. Exª se referiu. Até por eu já ter sido executivo, ter sido prefeito, a gente quer fazer as coisas acontecerem concretamente, resolver problemas, levantar a pauta, tentar ver, fazer mediações.

Eu aqui, Senador Pedro Taques, V. Exª que veio do Ministério Público, eu quero introduzir aqui em termos de ajustamentos; eu quero aqui até assinar acordos por

parte de Ministérios, reconhecendo problemas, assinar acordos, se comprometendo com datas, com prazos.

Então, eu retiro essa proposta de pauta para a gente discutir, na próxima semana, um plano de trabalho mais organizado, estruturado desta nossa Comissão. Sempre com uma coisa em mente, que estamos num mundo real, esta Comissão tem que funcionar como uma espécie de câmara de conciliação também, ou seja, nos temos que estar mirando projetos legislativos, sim, mas nos temos o poder de chamar as partes e tentar fazer as coisas acontecerem, Eu, sinceramente, pelo que tenho visto das reivindicações do movimento, estou convencido, Senador Paulo Paim, que nós vamos conseguir avançar muito, pelo simples fato de colocar na mesa os problemas postos.

Então, retiro esse requerimento de pauta e, pelo adiantado da hora, eu havia me comprometido com todos os Srs. Senadores desta Comissão, principalmente hoje, que é um dia especial. Mas as terças, quartas e quintas são sempre dias muito corridos, de a gente conseguir fazer as reuniões das 11:30 às 12:30, fazer reuniões objetivas em uma hora; sei que é difícil, mas esse vai ser um desafio nosso.

Então, retiro a discussão, a próxima reunião será somente a respeito do nosso plano de trabalho; a discussão de como vamos encaminhar os trabalhos desta Comissão.

Coloco aqui em votação o requerimento.

REQUERIMENTO

Requeiro, nos termos do art. 93, II do Regimento Interno do Senado Federal, que seja realizada audiência Pública perante esta Subcomissão, em razão do ato pelo Dia Mundial da Conscientização do Autismo, com a participação do Dr. Fernando Cotta e da Srª Adriana Alves.

Os Senadores que concordarem com este requerimento permaneçam como estão. (Pausa.)

Queria convidar para fazer parte da Mesa e também para falar, aqui, Senadora Ana Amélia, o homenageado desse dia , nosso Senador Wellington Dias que é pai da Daniele que tem 12 anos que está nessa luta sobre o autismo há muito tempo, tem suas experiências pessoais, é uma pessoa que nos inspira muito pela capacidade de trabalho e pelo que vem realizando no Piauí. Eu já disse que estou nessa luta há pouco tempo mas entrei com tanta força, com o coração envolvido. Em todos os lugares que eu participo, discuto com as

pessoas, elas falam do Piauí. Aquele Estado virou uma grande referência de políticas públicas na área de pessoa com deficiência.

Passo a palavra, inicialmente, para o Sr. Fernando Cotta.

Eu queria, Sr. Fernando Cotta, que o senhor traduzisse aqui quais as principais reivindicações, o que pode ser feito para melhorar em termos de políticas públicas por parte dos governos seria muito interessante, porque essa Comissão tem que ir pegando a pauta das diversas áreas de eficiência.

Muito obrigado pela presença e parabéns.

O SR. FERNANDO COTTA – Muito obrigado, Senador Lindbergh. Eu queria lhe dizer, Senador, em especial, que quando nós procuramos o Senador Paim e o senhor – isso é importante – é esta a resposta que esperamos do Parlamento brasileiro. É a resposta imediata. Por que? Aonde? O que nós poderemos fazer, de que forma podemos auxiliar, agregar.

Políticas Públicas nada mais é do que isso: um estacionamento específico, isenção de impostos para adquirir um veículo zero quilômetro para quem tem dificuldade de locomoção. Enfim, desde pequenas coisas até situações macro. Por isso quero lhe parabenizar por ter transformado este evento, por ter criado esta audiência pública. Ao mesmo tempo peço desculpas em nome das entidades que representam o autismo, pois hoje estamos divididos aqui em Brasília, posto que há também uma audiência pública na Câmara Legislativa do Distrito Federal. No entanto, nós não poderíamos deixar de estar aqui hoje com os senhores porque muito nós interessa o assunto, principalmente, a chamada Lei do Autismo. Aquela lei que garante o atendimento do Estado, garante tudo que nós falamos aqui, essa necessidade imediata de saber quem são essas pessoas. Se a cada cem nascimentos nasce um autista, onde estão essas pessoas? As pessoas não estão nas escolas, não estão sendo atendidas pelos centros de saúde, hospitais. Estão escondidas onde? Hoje, graças a Deus, já temos uma sociedade diferente daquela que tratava a pessoa com deficiência de forma excluída. Muitas vezes, a própria família excluía a pessoa por não ter serviço, não ter acesso. Essa é a grande acessibilidade, Senador Lindbergh, acessibilidade atitudinal. Para ter acessibilidade arquitetônica alguém tem que ter pensado nisso antes: acessibilidade atitudinal. Tivemos agora há pouco, em outra comissão, um exemplo de uma senhora que reclamava da acessibilidade, aqui, em relação à segurança, por exemplo, para uma pessoa com deficiência. E o Senador relembrou que já há todo um trabalho da Casa já voltado nesse sentido, quando estivemos aqui na luta pela aprovação da retificação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, um documento da ONU.

Mas falando sobre a questão do autismo, quero dizer que, como muita felicidade, a ONU, a partir de 2008 – esta é a 4ª edição oficial – criou o Dia Interna-

cional do Autismo, o Dia Mundial de Conscientização sobre o Autismo. Temos aqui representantes da AMA do Distrito Federal, Sr. Horácio Campos da Blitz do Autismo..., pois não Senador.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias Bloco/PT-RJ) – Eu queria aproveitar e chamar a sociedade civil, as pessoas que participam do movimento do autismo para sentarem aqui no plenário.

O SR. FERNANDO COTTA – O Sr. Eduardo Cavalcanti, comandante da Blitz do Autismo, realizada todos os anos. Pediria aos Srs. Senadores uma salva de palmas para eles, por favor.(Palmas.)

Pedi para os senhores uma salva de palmas para que essas pessoas que estão aqui. Então é quarta edição oficial. Antes de a ONU decretar o dia 2, nós comemorávamos no dia 18 de junho, ainda comemoramos, o Dia do Orgulho Autista, é uma data consagrada por pais. Vou pedir, Senador, para o senhor colocar na sua agenda aí o dia 18 de junho, que é o Dia do Orgulho Autista. Às vezes, as pessoas até perguntam: "Poxa, mas você sente orgulho do seu filho ser autista?" E nós temos esse direito, sim, Senador Welligton, de sentir orgulho. Que as políticas públicas funcionem, para que aquele sujeito que tem dificuldade às vezes de levantar a colher do prato e levar a comida à boca. Então nós temos,sim, orgulho quando essas pessoas conseguem isso; conseguem uma educação especial, como foi muito bem lembrado aqui, porque ainda há pessoas que precisam, e precisam muito, sim, da educação especial.

Nós dizemos aqui que a inclusão não pode excluir. A inclusão não pode excluir os serviços que já existem e que atende pessoas nesse sentido. Então, essa preocupação é realmente muito interessante.

O diagnóstico. O senhor me perguntou sobre esse problema. O grande problema que nós temos do autismo a princípio, Senador Lindbergh, é a questão do diagnóstico. Não há no mundo inteiro ainda nenhum exame capaz de identificar uma pessoa como autista. É um diagnóstico mais difícil, porque trouxemos até aqui, e pedimos até licença ao Movimento Orgulho Autista Brasil, um panfleto que eles distribuem todos os anos, nessa *blitz* do autismo, nos eventos que realizam, sobre os comportamentos característicos das pessoas com autismo. Por quê? Porque só depois disso, depois dessa anamnese, dessa conversa com os pais, dessa observação, é que se pode detectar aquilo que se chama de espectro autista, que é o comportamento desse sujeito. Quais os comportamentos característicos dessas pessoas? Eles variam muito e têm níveis muito...

Então é muito difícil. Um sujeito com autismo severo, como, por exemplo, meu filho, que não consegue falar, que comunica-se precariamente em detrimento da dificuldade de uso dessa linguagem verbal. Então, nós temos que procurar outros métodos, e esses métodos às vezes são importados, o ABA, o Teach, são métodos com figuras. E os mais pobres que são os que mais sofrem neste País? Como fazemos isso? Por isso é importante essa lei, que vem agora trazer a necessidade, a obrigação de os Estados participarem ativamente desses serviços, executarem esses serviços, colocarem à disposição desse público esses serviços que, lamentavelmente, não existem ou são ainda muito insuficiente.

Depois do diagnóstico, vencida a fase do diagnóstico, não raro as famílias de pessoas com autista passam por isso – eu passei isso com o meu filho, e digo isso como uma pessoa de classe média, servidor público que sou –, você passa por meia dúzia, uma dúzia de médicos até que sujeito imagine que pode ser, cogite que a pessoa pode ser autista, às vezes, por desconhecimento.

Foi feita anos atrás por essa ONG uma proposta à Sociedade de Pediatria, para que, pelo menos, o pediatra – já que ficava muito caro para todos os médicos – tivesse um DVD com as informações principais de como se detecta a pessoa autista; para aventar pelos menos a hipótese, invés de mandar a mãe, o pai para casa, que leva aquela pessoa lá no interior ou na capital aqui, porque o primeiro que a gente procura é o pediatra, para ele dizer: "Não, esse sujeito não fala, ele tem esteriotipias, ele, enfim, desenvolve toda uma situação diferenciada. Por quê? Porque esse sujeito pode ser autista, e não porque é manha e não porque a mãe tratou com muito cuidado, especial, e que todo mundo tem seu tempo. Não. Mas que ele possa pelo menos aventar a hipótese quando essa pessoa tiver esse comportamento. Agora, isso só a partir do conhecimento, Senador Lindbergh. Então é complicado.

O Dr. Walter Camargo, médico em Belo Horizonte, de Minas Gerais, especialista na questão do autismo, que nós já trouxemos nesta Casa outras vezes, desenvolveu um DVD com a Universidade Federal de Belo Horizonte que mostra exatamente uma coisa muito interessante. Ele solicitou auxílio daqueles que, depois de três, quatro anos de idade, foram diagnosticados autistas. Ele solicitou o filme dos aniversários. Por exemplo, o sujeito que depois teve diagnóstico de autismo, no primeiro ano, como ele estava?

Muito evidente, para quem conhece: o menino estava, por exemplo, no colo do pai e ia soprar a velinha, não tinha quem o fizesse soprar. Só que ninguém percebe isso na pessoa com um ano de idade, se não estiver com o olhar voltado para isso. O pai ia passar a criança para a mãe ou para outro familiar, a criança não ia, tinha que ser quase jogada. Mas só se percebe

isso vendo a situação real. Depois ele comparou isso com uma criança que não teve diagnóstico de autismo, que é a maioria das nossas crianças, e viu a diferença. A criança com um ano já assopra, com um ano ele já passa para outro familiar. São essas informações que devem estar disponíveis para os profissionais de saúde, para os profissionais de educação, profissionais de assistência social. Essas pessoas que mais trabalham. Nós ainda estamos pedindo a questão básica, questão de diagnóstico, questão de serviços básicos, o direito de essas pessoas irem para a escola, de serem bem atendidos nas escolas, de não serem excluídos na sala de aula, às vezes, com muitos alunos, como o senhor se reportou, Senador Moka. Então precisamos disto: a inclusão não pode excluir. Por isso trazemos este azul, esta paz se transforma em esperança para cada um de nós. Essa é a nossa forma de reivindicar, é uma forma pacífica, uma forma de trazer aos senhores Senadores. Como obtivemos este retorno imediato, é isso que esperamos dos senhores que estão aqui hoje.

Nós falamos sobre esta questão na Câmara. Tive oportunidade de estar numa sessão solene sobre a Síndrome de Down, em 21 de março, que foi o Dia Internacional da Síndrome de Down, e falamos sobre a possibilidade de criação de centros de referência em todo este País para orientação às pessoas. As pessoas precisam, de fato, que esses profissionais estejam qualificados para recebê-las e para indicar de que modo poderão se desenvolver melhor na sociedade. Se não estivermos isso com questões muito específicas, muito bem executadas não alcançaremos essas famílias.

Por isso, Senador, quero cumprimentá-lo. Nós precisamos desconstruir, e esta Casa é fundamental nisso, o Congresso brasileiro, o Senado Federal; precisamos desconstruir esse mito criado há muitos anos de que as pessoas com deficiência não dão conta.

Nós incluímos na Corde, só em janeiro, mais de 600 pessoas com deficiência no mercado. Eu tenho dificuldade imensa, por exemplo, com empresários, de mostrar para esses empresários que o cego, deficiente visual, o surdo, deficiente auditivo, autistas com grau mais brando, Síndrome de Asper?, pessoas com Síndrome de Down, por exemplo, essas pessoas podem ser, sim, incluídas no mercado de trabalho e trabalham tão bem quanto as pessoas sem deficiência. O empresário costuma dizer: tal pessoa é preguiçosa. Isso independe da deficiência, não tem nada a ver com deficiência. Nós precisamos passar esse conhecimento. E esta Casa tem este papel fundamental para desconstruir esse mito. Essas pessoas dão conta sim desde que tenham possibilidade, desde que tenham acesso.

Eu gostaria de dizer, Senador, mais uma vez, que estamos muito agradecidos. Este é o primeiro passo para podermos discutir e ampliar os serviços públicos para pessoas com deficiência e, no caso especial hoje, para autistas. Muitos ainda estão, sim, trancados em casa por falta de acessibilidade que os Estados oferecem. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias**.** Bloco/PT – RJ) – Agradeço ao Dr. Fernando Cotta. Antes de passar a palavra para a Srª Adriana Alves, do Movimento Orgulho Autista Brasil, passo para o Senador Wellington Dias, que é pai da Daniele e que, nesta luta aqui, vai ser um farol para nós. Quando chegar o projeto de autoria do Senador Paulo Paim nesta subcomissão, V. Exª será o relator. Então é com muita felicidade e emoção que passo a palavra a V. Exª.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Eu que agradeço. Digo que sou só um aluno da Daniele.

É um prazer saudar aqui o nosso Presidente Senador Lindbergh, quero saudar também o Fernando Cotta, a Adriana, os Senadores.

Serei breve. Eu queria apenas chamar a atenção para três coisas. A primeira é a própria história da humanidade em relação à pessoa com deficiência. Às vezes a gente esquece. Não faz muito tempo em que, ou por religião, ou por vergonha, ou por outro motivo, as pessoas com deficiência eram assassinadas ao nascer. Evoluímos, depois, para uma posição em que passavam a viver no isolamento. Isso durou até há pouco tempo. No meu Estado, não faz muito tempo, de vez em quando eram encontradas pessoas presas no fundo da casa, amarradas em tronco de árvore, etc. Esse tratamento não é muito distante.

Eu creio que também é preciso reconhecer que houve um avanço considerável nos últimos anos. Nesse avanço o mais importante é compreender porque, às vezes, as pessoas querem fazer uma política, mas não sabem como. O papel dos movimentos sociais, integrados com as comissões da Câmara e do Senado, é no sentido de municiar a forma correta de se fazer essa política. Qual é o desafio? É você lidar com várias deficiências específicas. Há pouco a gente estava aprendendo mais sobre a síndrome de Down. Agora, com certeza, com a Drª Adriana vamos aprender sobre o autismo. Sou um daqueles tantos que existem no Brasil que estão aprendendo com a prática. Eu tinha um modo de vida e tive de me adaptar, como tantas pessoas que convivem mais diretamente com alguém com alguma deficiência. No meu caso, convivo com o autismo. Vou pegar três exemplos simbólicos: minha filha Daniele, começou a andar com praticamente cinco anos e passou a andar porque fomos orientados a fazer tratamento. Aí senti o drama. Eu morava em Brasília, na época. Falamos muito do Sarah Kubstichek, que é uma unidade avançadíssima, mas alguém que tem uma

pessoa com alguma deficiência tem que sair fazendo uma coisa numa unidade, outra em outra, outra em outra, ou seja, você tem que espalhar em várias áreas. Uma das coisas importantes, fruto desse aprendizado, que fizemos no Piauí foi um complexo para inclusão das pessoas com deficiência, que envolve um conjunto de coisas: a educação, a saúde, a equoterapia, enfim, aonde você vai e tem um atendimento integrado.

Esse é um passo importante como, vamos dizer assim, um cabeça de rede. O segundo é a preparação da gente mesmo, do pai, da mãe, dos irmãos, das pessoas da família, dos que vivem ali, para lidar com o deficiente. O autista é uma pessoa que ora está muito desligada, ora muito ligada. Então daí a pouco está sorrindo e você não sabe o que é. Se vamos a uma festa de aniversário, temos de cuidar da Daniele se não ela mete a mão no bolo. Ninguém a segura. Ela tem muita força. Outro dia eu estava em casa, ela estava arrumada – íamos dar um passeio com ela –, toda pronta. A mãe descuidou alguns segundos, e ela pulou dentro da piscina com roupa e tudo.Não tem noção de perigo. Muitas vezes a família, as pessoas da comunidade, porque não é só a família, a vizinhança, aqueles que moram por ali, precisam conhecer aquela deficiência e aprender a lidar com ela. Alguns autistas ficam completamente desligados. Você pode soltar uma bomba e parece que não está acontecendo nada, mas, em geral, a pessoa com deficiência mental é muito sensível ao som, ao barulho. Se soltam um foguete é choro por todo lado. Então durante a campanha eleitoral, o período de São João, a Copa do Mundo, período em que soltam muito foguete, muitas vezes temos que levá-la para algum lugar ou colocar um tapa ouvido, para não ter grandes transtornos com ela, pois ela fica agressiva, morde, enfim, entra em desespero, se sente em perigo em momentos como esse. Não tem noção do perigo, vai andando aqui e pula, se estiver em cima de uma ponte, pula do jeito que vem. Enfim, é um aprendizado.

Então, vejam, por conta disso, eu acho que há necessidade de uma preparação. Uma coisa embrionária que fizemos lá foi: essa unidade de educação, além de qualificar os profissionais desse complexo, os profissionais da saúde e da educação, passou também a qualificar a comunidade onde vivem muitas pessoas com deficiência. Vamos imaginar aqui: eu tenho uma rua em que duas ou três pessoas são surdas e, por isso mesmo, não falam – a gente usa muito surdo-mudo. Na verdade, ele não é mudo; ele não fala porque não aprendeu a falar. Então, ali, as pessoas falam francês, inglês, espanhol, mas não conseguem falar a Libras. Então, você tem que direcionar para que a família, a vizinhança, as pessoas do comércio, da escola, enfim, possam aprender Libras.

Então, esse é um conceito também importantíssimo, assim como a acessibilidade na área do cadeirante, que a gente está avançando bem, da rampa, da largura das portas, essa coisa toda é um modelo de urbanização no mundo. Eu andando pelo mundo vejo que não é só no Brasil. Ele é completamente... Acho que, agora, nas últimas duas décadas, o mundo começa também a avançar nessa direção.

Enfim, é preciso um trabalho muito integrado, porque envolve um conjunto de áreas. Ou seja, tudo aquilo que qualquer brasileiro ou brasileira precisa, uma pessoa, por conta de uma deficiência, precisa ter também. Aí, um atendimento especial.

As unidades de saúde, invariavelmente, não têm tantos especialistas assim espalhados pelo Brasis. É preciso a gente olhar para isso.

Na área da educação, nós temos ainda poucas escolas com recursos. Às vezes, têm até os equipamentos, mas não têm as pessoas devidamente qualificadas para o seu uso. Alguns espaços que são feitos... Eu conversava esses dias aqui na Comissão com o Ministro do Esporte, às vezes você faz uma quadra e não leva em conta que vai ser utilizada também por pessoas com deficiência e que deve ser adequada a várias deficiências.

Quero encerrar aqui e dizer que estou mais para aprender...

Fico muito feliz, meu prezado Lindbergh, de você estar coordenando este trabalho aqui na Comissão de Assuntos Sociais assim como na área dos direitos humanos. O que eu quero aqui é aprender muito e me somar neste trabalho.

Dito isso, eu quero colocar duas coisas para encerrar que são fundamentais. Uma delas: temos algumas deficiências que são leves e outras que são mais graves. É preciso ter um cuidado muito grande. No Brasil, nós temos uma cultura que é deformada. Vejo em alguns países que as pessoas, muitas vezes, toda a luta é pela inclusão. E muitas vezes já na família é levado: “você já não tem alguma deficiência para se aposentar?” Às vezes, criando, inventando, para poder forçar a barra. A gente tem que ser implacável com esse tipo de coisa, porque, senão, desmoraliza toda a luta. Às vezes, uma fraude dessas, e acham que é um movimento e acham que são os defensores, como ocorre nas áreas ambientais e em outras. Isso é algo que a gente ainda precisa trabalhar bem.

Então, vejam, há algumas deficiências cuja expectativa de vida, claramente – está comprovado cientificamente –, é mais reduzida. Então, sobre essa proposta que está sendo discutida aqui da aposentadoria

especial nós precisamos travar uma discussão urgente com o Ministério da Previdência e com o Ministério da Saúde, porque o que se faz hoje é uma perversidade.

Eu tenho, para as pessoas que ingressam no mercado de trabalho, o Dr. Fernando Cotta lembra de 600, 700 que ingressaram agora e, muitas vezes, querem que sejam tratadas como as outras. Quer dizer, normalmente, no Brasil, se tem uma expectativa de vida na casa de 70, 72 anos. Ora, há algumas deficiências em que a expectativa de vida é de 40 anos, na média.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Síndrome de Down, 42 anos.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sim, 42, Síndrome de Down, para dar um exemplo

Então, como é que se vai aposentar com 60 anos ou com 65? É uma enganação. É querer que a pessoa contribua durante o trabalho, sabendo, de pronto, que dificilmente vai usufruir da aposentadoria. Então, eu acho que é preciso ter muito cuidado para poder aprovar uma coisa correta, que tenha lógica.

Nesses casos em que, cientificamente, o próprio Governo reconhece, por meio do Ministério da Saúde, por meio do Ministério da Educação, por meio, principalmente, do Ministério da Previdência – há estudos nessa área –, deve-se adequar aquelas deficiências a essa realidade. Ou seja, deve-se levar em conta por que é que se aposenta com 60, 65? Por conta do padrão de vida que se tem no mundo. É tanto que, agora, à medida em que cresce a expectativa de vida, amplia-se o tempo de contribuição, amplia-se a idade de aposentadoria. Isso é cálculo atuarial puro, e, na prática, são as pessoas com deficiências de algumas áreas que estão financiando excessivamente o sistema, em prejuízo próprio. Esse é um ponto.

E, por último, algumas deficiências exigem da família um tempo maior de dedicação.

Acho que foi um avanço no Brasil – e meu Estado, tenho orgulho de dizer, foi o primeiro que fez isso – avançarmos a licença maternidade para seis meses. O primeiro, em todo o Brasil, foi o Piauí. Já estava em discussão ampliar um pouco mais, inclusive, seguindo recomendações da área da saúde.

Por que a mãe tem o direito a seis meses? Porque é naquela fase que o bebê mais precisa de atenção. Então, você é liberado cem por cento. Se isso é verdade, é necessário que tenhamos também alguma regra para amparar um trabalhador, no setor público ou privado, que é pai ou que é mãe e que lida diretamente com uma pessoa com deficiência, que necessita de uma atenção especial como essa de levar para as fisioterapias etc.; que haja uma regra mais clara nacional de um tempo especial para essa dedicação. Considero isso algo extremamente necessário.

Repito: fizemos isso no meu Estado. Fizemos uma redução de horário, que é variável, de acordo com cada caso, com cada situação de deficiência, e acho que podemos fazer isso para o Brasil.

No mais, pretendo contribuir aqui para ajudar, modestamente, neste trabalho.

Muito obrigado.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Sr. Presidente, acrescento, quanto à questão da Previdência para os portadores de deficiência, que pedi urgência ao PLC nº 40, que trata dessa matéria, e o Ministério da Previdência, à luz do impacto que isso provocaria na Previdência, solicitou que eu retirasse a urgência de pauta, fez um exame e o está encaminhando para a Comissão de Assuntos Sociais, ou melhor, de Assuntos Econômicos, para fazer essa avaliação na Comissão já com esses dados.

Então, aceitei abrir mão da urgência, considerando que era necessário fazer essa discussão que o caro Senador Wellington propôs. Então, isso já está encaminhado.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Senadora.

Passo a palavra para Adriana Alves, representante do Movimento Orgulho Autista Brasil.

Depois, abro para os Senadores. O Senador Cristovam já está inscrito.

A SRª ADRIANA ALVES – Obrigada.

Sou mãe de um autista de 13 anos, e as dificuldades que nós enfrentamos em família nesses 13 anos confesso a todos que não foram pequenas. Sou mãe e uma das fundadoras desse Movimento, que luta para que o autismo seja desmistificado, para que paremos de ter aquela visão bonita, “hollywoodiana” do gênio autista, o que não é o que nós vivenciamos no dia a dia. Nós precisamos de voz e, para isso, em vários países começaram se formar as associações de pais para fazer a conscientização da sociedade.

Então, hoje, nós – falo em nome dos pais e das mães de autistas, todos, creio – estamos muito felizes em ter essa voz hoje aqui e muito esperançosos com relação a essa lei, que vai nos dar um avanço grande, fazendo com que o autista seja visto como um deficiente, o que realmente ele é.

Como nós temos hoje, na figura do nobre Senador aqui presente, que está vestindo a nossa camisa, queria convidá-lo a fazer literalmente. (Pausa.)

Senador, por favor, o senhor também que é pai.

Gostaria de convidá-los a dar uma lida depois neste panfleto. O nosso movimento fará amanhã, no UniCeub, às 19 horas, uma discussão sobre a lei do DF, que, infelizmente, foi vetada, na íntegra, pelo Governo do DF, embora já exista em outros Estados. Então, é

com muita felicidade, com muita alegria que a gente vê essa iniciativa continuando no Senado. Particularmente, como mãe, gostaria de agradecer a todos. (Palmas.)

Queria agradecer mais uma vez e pedir desculpas, porque tenho que me ausentar. Estão me ligando de casa, eu tenho que levar meu filho para a escola.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Tenho pedido a palavra para falar...

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Senador Cristovam, apenas eu queria, com a Srª Adriana Alves, que este projeto que está sendo votado aqui é para reconhecer o autista como pessoa portadora de deficiência. Essa é a luta. É para votar. E há Estados que já reconhecem, já há a lei...

A SRª ADRIANA ALVES – Já. Rio de Janeiro, Bahia...

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – E no DF o Governo vetou...

A SRª ADRIANA ALVES – ... a lei na íntegra.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – É sobre isso que eu queria falar.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Eu queria conhecer esse detalhe.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Eu queria aproveitar, mais uma vez, a assessoria do Senador Taques. O Governador vetou, com o argumento de vício de origem.

A SRª ADRIANA ALVES – Exatamente.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – O Fernando me informou. Eu, sinceramente, acho que o Governador deveria sancionar e deixar que o Ministério Público arguisse a inconstitucionalidade, se quisesse. Mas aí eu pergunto ao Senador Taques, que é um constitucionalista, se não seria possível o Governador assinar essa lei, sancionar, mesmo que seus assessores jurídicos tenham dito que a lei tem vício de origem. Deveria partir de quem?

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) **–** Do executivo.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Mas ele é o Executivo.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) **–** Poderia apresentar agora, aproveitar o dia 02.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Poderia aproveitar e transformar, sob esse argumento. Se o Governador tem o poder de mandar um projeto e esse projeto já passou por todas as instâncias, por que ele não pode sancionar? Eu considero isso um argumento muito falho. Eu peço a palavra, mas deixo a minha inscrição.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Senador, me permita, é rapidinho. Veja, tem lei que apenas reconhece e apenas coloca algumas diretrizes para o Executivo fazer. Há outras que colocam alguns pontos que implicam ampliação de despesa. Talvez seja isso. Foi do Executivo?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Não.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Do Legislativo? Você entende então isso.

O SR. FERNANDO COTTA – Na realidade, é muito parecida com esta lei que está sendo discutida no Senado Federal, que também é iniciativa do parlamentar, do grande Senador Paulo paim. Então, ela garante o atendimentos dos serviços públicos para os autistas. É uma lei extensa no sentido de garantir na educação, na saúde, na segurança, na assistência social, enfim, em todos os setores. Lamentavelmente, foi vetado na integralidade. Não foi vetado nem no artigo.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Então, o que eu poderia sugerir aqui – e o Senador Taques poderia explicar o que é – ,acho que o que se poderia fazer, suponhamos que o Governo tenha vetado já, é encaminhar e a gente pode fazer uma visita ao Parlamento, faz uma votação, um esforço concentrado, depois que já foi debatido. Nós podemos conversar com o Governador Agnelo, sim, nessa direção.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) **–** Sr. Presidente, Srs.Convidados, Srªs e Srs.Senadores, eu não conheço especificamente este projeto de lei. Mas o veto do Governador, obrigatoriamente, no processo legislativo, tem que seguir a Constituição Federal. Existe decisão do Supremo que o processo legislativo federal deve ser obrigado nas Constituições Estaduais e na Lei Orgânica do Distrito Federal. Ele pode ter vetado por dois motivos: um veto jurídico em razão da inconstitucionalidade desse projeto, por entendê-lo com vício de iniciativa; ou vetá-lo politicamente, porque falta oportunidade e conveniência política a este projeto de lei. Mas, se o veto for um veto jurídico em razão da ilegitimidade daquele que deu início ao processo legislativo, a sanção, Senador Cristovam, não consegue passar uma borrachinha no vício de iniciativa. Existem decisões do Supremo Tribunal Federal que inclusive cancelou uma Súmula que era da década de 70, que entende que a sanção não apaga o vício de iniciativa.

Mas seria interessante aí – e aí o senhor tem razão, Senador Wellington – que nós pudéssemos fazer gestões políticas junto à Câmara Distrital para que este veto fosse derrubado, porque o art. 66, § 4º da Constituição Federal permite a derrubada do veto, nesse mecanismo de controle entre os órgãos que exercem soberania do Estado – e aí junto aos Depu-

tados Distritais para que derrubasse esse veto. Essa derrubada do veto poderia ser feita, mas alguém poderia questionar isso. O melhor seria nós resolvermos essa questão, por fim.

O SR. FERNANDO COTTA – Inclusive, permita-me, Senador, isso que aconteceu na lei que já vigora no Rio de Janeiro e na Bahia, que foi a primeira lei, foi a derrubada do veto pela... (Interrupção do som)

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Voltando ao assunto...

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Senador Cristovam, permita-me.

Nós implantamos lá no Estado exatamente com base no entendimento, quer dizer, o número de autista, graças a Deus, pelo desafio que é tratar esse tema, ele não tem, vamos dizer assim, grande impacto nos custos do poder público. Quer dizer, não são muito os autistas. E a outra questão que a Senadora Ana Amélia colocou, que achei importante, que é a questão da Previdência, Senador Lindbergh... V. Exª veio me dizer lá que deram a informação de que o impacto poderia chegar a R$5 bilhões. Eu desconfio muito desse número, exatamente conhecendo...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – A fragilidade da inclusão no mercado de trabalho, hoje, da pessoa com deficiência não chega a R$5 bilhões mesmo, não há a menor possibilidade. Vou passar para o Senador Cristovam Buarque. Mas só para ler aqui, Senador Cristovam, a Berenice Piana, da Associação em Defesa do Autismo, diz que está muito feliz com o que está acontecendo. Envia um grande abraço azul para todos.

Estamos acompanhando emocionados o resultado de nossa mobilização: o carinho e a determinação como estão conduzindo a sessão. Muito obrigado em nome dos autistas brasileiros. Não sairemos da frente da televisão até que seja dada a última palavra sobre esse assunto.

Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Em primeiro lugar, dando continuidade a essa carta da Berenice...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – O evento, inclusive, é amanhã no Cristo.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – ...quero pedir que ela ajude a divulgar que, no dia 8 de maio, vamos fazer uma sessão solene no plenário do Senado pelo Dia do Autismo. Essa sessão, toda a manhã da sexta-feira, permitirá levar, pela televisão, o assunto a todo o País, ajudando a quebrar o preconceito, o que é uma coisa importante, ajudando a cobrar ações que sejam necessárias e, obviamente, divulgar o assunto de tal maneira que possamos dar apoio não só aos pais, mas a todos aqueles que trabalham com o assunto, inclusive os cientistas e os pedagogos.

Mas vim aqui, sem ser desta comissão, apenas para manifestar meu apoio à luta desta subcomissão pelo assunto que estão tratando.

Mas eu queria, em função do que falou o Senador Wellington, pedir o apoio de vocês, de todos os Senadores e Senadoras, para um projeto que está em andamento, de minha autoria, nesta Casa, que obriga às escolas a oferecerem cursos, obviamente optativos, de Libras. Não estamos dizendo que todas as escolas vão ter cursos de Libras, até porque lamentavelmente poucos vão querer aprender Libras.

Mas a escola que tenha um número de alunos que queiram aprender Libras tem que dar a eles o mesmo direito que eles têm de aprender outros idiomas falados, porque muitos pais, irmãos, amigos, parentes não conseguem falar com seus entes queridos por causa de deficiência auditiva.

Além disso, tenho certeza de que esse é um curso que ajudará a conseguir emprego, porque o mercado de intérpretes de Libras só tende a crescer, não – espero - pelo aumento do número de deficientes auditivos, mas pelo aumento das exigências de tratá-los com dignidade.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias (Bloco/PT - RJ) – V. Exª me concede um aparte?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT - DF) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias (Bloco/PT - RJ) – A iniciativa de V. Exª é brilhante. Eu estou estudando com a minha equipe a apresentação de outro projeto de lei sobre o mesmo tema, sobre Libras, porque estamos falando aqui de milhões de pessoas...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT - DF) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias (Bloco/PT - RJ) –...que poderiam ser incluídas. E a discussão que estamos tendo com a minha equipe de gabinete - e já vamos procurar V. Exª e sua equipe de trabalho -, é a de colocar como obrigatório o ensino de Libras em determinado ano do ensino regular, porque tenho certeza de uma coisa: as crianças iam aprender com uma facilidade....

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT - DF) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias (Bloco/PT - RJ) – Então, vou me associar a V. Exª e dizer o seguinte: o que estamos trabalhando no nosso gabinete para procurar trocar informações, porque eu acredito que seja possível até ser obrigatório, porque não

é tão... É uma coisa fantástica, e nós podemos estar salvando, pela Libras, milhões de brasileiros que estão completamente excluídos, e a Libras poderia ser aprendida pelas crianças com brincadeiras.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT - DF) – Fico muito feliz de ver alguém propondo algo mais radical do que eu. Com isso aí, só posso ficar feliz. Eu coloco o meu projeto - vamos deixar os dois -, mas, para mim, o seu é muito mais importante. Eu digo deixar os dois porque talvez o meu evite certas resistências. As resistências, por parte de muita gente, ao fato de se adotar a Libras são muito grandes – e olhe que a matéria seria optativa.

Eu gostaria de ter o apoio – estou vendo que tenho, e eu é que vou apoiar o seu projeto, Senador Lindbergh,-, mas é fundamental ver que, se a gente precisa aprender inglês, francês, etc., etc., precisa aprender Libras, para falar com aqueles que não falam nem inglês, nem francês, nem português.

E a gente está vendo como esse é um assunto problemático, e há carência até mesmo de profissionais para serem contratados graças a exigências hoje de fazer com que os portadores de deficiência, de um tipo ou de outro, sejam atendidos, desde rampas para os cadeirantes entrarem nos edifícios, até Libras, que é uma solução que já existe para um problema que nós temos.

Fora isso, contem com o meu apoio para toda essa luta.

Quero concluir, dizendo que não dá para julgar ainda o mandato da Presidenta Dilma, obviamente – faz 90 dias hoje. Mas uma coisa que ela fez já pode mudar o Brasil totalmente: foi quando ela usou o lema "País rico é país sem pobreza". Se isso for introjetado na cabeça dos brasileiros, já se justificou o mandato dela. Mas eu diria uma coisa a mais: país rico é o que não tem pobreza, mas país civilizado é o que consegue dar igualdade de oportunidades mesmo àqueles que têm deficiência.

O que nós estamos querendo fazer aqui é civilizar o Brasil. Não é só apoiar os pais, não é só apoiar as crianças; é civilizar o Brasil, compensando as deficiências que cada um de nós tem.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias (Bloco/PT - RJ) – Parabéns, Senador Cristovam Buarque, e muito obrigado pelo apoio. V. Exª vai estar sempre participando e nos apoiando aqui nesta Comissão.

Eu passo a palavra ao Senador Pedro Taques, e está inscrito também o Senador Casildo Maldaner. (*Pausa*.) Moka?

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT - MT) – Sr. Presidente, senhores convidados, senhoras e senhores que nos acompanham, eu não faço parte desta Comissão, mas faço questão de fazer parte dessa luta, e quero me ombrear com V. Exªs, Senador Lindbergh, Senador Wellington.

Eu conheço muito pouco desse tema, estou procurando aprender mais sobre ele. Mas eu queria sugerir – se isso já não foi pensado pelos senhores – ações afirmativas, discriminações positivas para esse tipo de brasileiro.

Ações afirmativas, discriminações positivas não passam de políticas, que podem ser públicas ou privadas, obrigatórias ou facultativas, que têm essa obrigação de superar essas discriminações, que são históricas, que são culturais. E nós não necessitaríamos de leis para resolvê-las. Por exemplo, alguns Estados possuem ações afirmativas para obesidade mórbida; outros Estados, para idosos. Por exemplo, um cidadão que contrata um idoso pode ter isenção no ISS ou diminuição de determinado valor deste tributo.

As ações afirmativas, as discriminações positivas têm essa finalidade, esse objetivo, de criar personalidades emblemáticas. Vou dar dois exemplos disso. No instante em que o Presidente Fernando Henrique indicou para o Supremo Tribunal Federal a Ministra Ellen, ele estava indicando para a sociedade que nós podemos superar discriminações em relação ao gênero. No instante em que o Presidente Lula indicou Joaquim Barbosa para Ministro do Supremo, pudemos superar 500 anos de cultura, a que discrimina, que é racista, por mais que nós não desejemos isso.

Então, a primeira contribuição que esta Comissão pode dar é pensar essas ações afirmativas nesse sentido, para que nós possamos fugir do processo legislativo e da demora da lei. A lei não vai mudar a cultura. Nós podemos mudar a lei. Mas essas ações são importantíssimas, e podem ser ações simples que mudam realidades.

Eu me associo a esta Subcomissão e vou pensar alguma coisa para apresentar aqui. Esse é um primeiro ponto. As ações afirmativas são importantes, existe quem as critique, mas eu as defendo em determinados momentos históricos, para que possamos superar essas desigualdades. Citarei apenas um exemplo disso, para não me alongar.

Nos Estados Unidos, Sr. Presidente, até por volta de 1860, no início da Guerra de Secessão, a Suprema Corte julgava que a escravidão era constitucional. Lá nos Estados Unidos até 1860.

Até 1950 – isto eu já falei aqui nesta Casa –, nos Estados Unidos, alguns Estados do sul diziam que o casamento inter-racial era proibido, e a Suprema Corte dizia que isso era constitucional, que os Estados poderiam proibir casamentos entre negros e brancos. Até por volta de 1960, alguns Estados do sul não davam

direito de votar para o negro. Aí, as ações afirmativas, em determinado período, na sociedade americana, permitiram que, em 2010, 2009, um negro fosse Presidente dos Estados Unidos. Em determinados momentos, elas são importantes, e eu me proponho a pensar, junto com os senhores, ações afirmativas para esses casos particulares.

Um segundo ponto – Senador Lindbergh, nós já discutimos um pouco isso –, é o papel de uma comissão, de uma subcomissão que tem que ser repensado, dentro do Congresso Nacional, dentro desta Casa mais especificamente. Por quê? Porque o Legislativo teve uma função importante no século XIX: criar leis que garantissem alguns direitos, um estado garantidor no século XIX. No século XX, o Legislativo perdeu um pouco o espaço na criação da lei, em razão de um estado social em que o Executivo precisava implementar medidas. Aí surgem medida provisória, decreto-legislativo, essas legislações. No século XXI, o Legislativo tem que ser transformador. Ele não pode ser só garantidor, como no século XIX, não pode ser só prestador, como no século XX; no século XXI, ele tem que ser transformador. E essa transformação passa pela valorização das comissões e subcomissões, para que elas não pensem só em proposições legislativas, mas resolvam o problema concretamente através de termo de ajustamento de conduta.

Penso que a Constituição não proíbe isso, e aí, sim, vamos mudar realidades nesse estado transformador, através de subcomissões como esta, pensando e mudando rumos.

Então, eu gostaria também de, humildemente, buscar a fazer essa contribuição a V. Exª. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Pedro Taques, antes de passar a palavra ao Senador Cristovam e Senador Casildo, gostaria de dizer que, nos primeiros dias de trabalho aqui no Senado, procurei o Senador Pedro Taques porque precisamos desses instrumentos.

Nós podemos, nos termos de ajustamento que são utilizados pelo Ministério Público, ter um ajustamento conduta. Então eu quero dizer que V. Exª, pela sua formação, pode ajudar muito na construção desse mecanismo. Aliás, eu já estou querendo utilizar isso aqui formalmente, Senador Cristovam Buarque; estou doido pela primeira chance que apareça aqui na frente e que fiquem claras as limitações de se colocar um termo de ajuste e colocar na mão do ministro, para ver assina ou não a questão de Angra dos Reis, de prevenção, porque ali precisa de um termo de ajuste em relação ao plano de emergência...

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Deixe eu citar um aqui, das pessoas com deficiência que eu já havia tratado, e estou apresentando aqui à comissão uma pessoa com deficiência.

A Lei estabelece uma cota de 5% no Brasil para pessoas com deficiência, na área de habitação. Ocorre que não está sendo cumprido no Brasil adequar a habitação à deficiência do mutuário: ou seja, você tem um cadeirante, a casa é feita, mas não tem a rampa, a porta não é adequada, o banheiro não é adequado, etc.

Estou citando esse exemplo, porque o que estou propondo, Senador Lindbergh, é de a gente chamar aqui o Presidente da Caixa, Jorge Hereda; chamar aqui as entidades da construção civil e fazer um pacto, o Ministério da Cidade faz um pacto. Ora, se a gente está aqui só produzindo lei, para ela não funcionar, quem é que vai cobrar na sociedade? O papel de julgar é do Judiciário, mas o papel de fazer valer é do autor, que é o Legislativo. Acho que esse é o caminho que nós temos que tomar.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Sr. Presidente, o Senador Pedro Taques me provocou a uma reflexão. Ele lembrou que até 1860, a escravidão nos Estados Unidos era constitucional. No Brasil, ela não estava escrita na constituição, nunca foi escrita, mas era tolerada, até 1888. Até 1960, a segregação racial nos Estados Unidos era tolerada. Quando a gente olha pela perspectiva do tempo para as pessoas daquela época, a gente diz: esse pessoal era bárbaro, porque tolerava a escravidão, só que a geração daquela época não percebia nenhuma maldade, nenhuma falta de ética nisso. Pois bem, quero dizer que todos nós, hoje, século 21, vivemos num País com educação desigual, e a gente acha natural. Não há segregação racial nas escolas deste País, mas há uma segregação de renda. E a gente acha natural, ninguém aqui acha isso um absurdo. Dentro de mais 50, 60, 100 anos vão dizer de nós ou pensar de nós, o que nós hoje pensamos daqueles que toleraram a escravidão e toleraram a segregação.

Há que se ter uma maneira de fazer uma lei áurea da igualdade, de direito à educação neste País. É mais complicada do ponto de vista jurídico, até porque tem que se tolerar a livre iniciativa em tudo neste País, mas nós somos bárbaros tanto quanto os escravocratas de antes ao tolerarmos a desigualdade no acesso à educação, ao convivermos com a segregação educacional no Brasil, não por raça, mas por renda. E se olhar bem, considerando que no Brasil renda e raça estão vinculados, termina que nós temos uma segregação racial-educacional talvez tão excludente quanto a dos Estados Unidos até 1960.

É só uma reflexão, Senador Taques, para nós pensarmos um pouco que somos também pecadores; que façamos a autocrítica e não apenas a crítica

daqueles do passado. Que não paremos de criticar os escravocratas, mas que percebamos que somos coniventes que uma coisa que é quase, talvez, tão injusta quanto era a escravidão, que é o impedimento de uma criança pobre deste País entrar numa escola boa. Isso é quase tão grave quando a escravidão. Enquanto não acabarmos com isso não teremos completado a verdadeira abolição neste País, que é proibir que uma pessoa seja vendida para outra, mas garantir que os filhos dela entre em todas as escolas.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Faria. Bloco/PT – RJ) – Senador Casildo Maldaner. Depois, Senador Waldemir Moka.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Vejam como as coisas caminham e a gente começa a refletir ouvindo a história de que a gente vive algum tipo de segregação nos tempos de hoje. E o reitor e Senador Cristovam ainda diz fala da segregação educacional que eu acho que a gente vive hoje ainda e, com a audiência pública desta Comissão hoje, Senador Lindbergh, Senador Wellington, como a gente sente de perto quando tratamos de 14%, mais ou menos, de brasileiros, em torno de 25 milhões de pessoas que de uma forma ou de outra vive alguma segregação, os portadores de alguma deficiência física. São cerca de 24 a 25 milhões de brasileiros, 14% mais ou menos. Alguma segregação de certo modo vive.

E aí vem aquilo que oa Senador Pedro Taques afirma de que nós precisamos de algumas atitudes afirmativas e, com diz V. Exª, o Legislativo hoje tem que agir na transformação. E o Presidente Lindbergh está a pedir um ajuste de conduta. Não é só fazer leis, é um ajuste de conduta. Pôr em prática essas questões. E a questão da legislação aqui no DF,o Governador acabou vetando por algum vício de origem e aí, nesse ponto, como diz V. Exª, se o Legislativo entender de derrubar o veto, eu acho que é um ajuste de conduta, pelo qual a sociedade clamar. O Legislativo resolveu derrubar o veto, esse trabalho se pode realizar, que o vício de origem talvez que o Procurador Geral do DF aconselhou o Governador a vetar porque fere um princípio constitucional. Podia até sancionar e deixar que alguém entre com Adin, nesse caso. Como às vezes passa lei assim, acabou vetando, mas eu acho que um ajuste de conduta o próprio Legislativo pode derrubar esse veto.

São questões em que nós não podemos ser tão bitolados no Direito positivo, devemos ter uma visão do nosso meio. O Direito também convive e eu quando fui aluno da UnB, quando era Deputado Federal quando V. Exª era reitor, Cristovam Buarque, eu aprendi essas questões. Aprendi que às vezes o Direito é mais amplo., no estado em que se vive, o que acontece em nosso meio, nós precisamos praticar aquilo. Não está escrito, não é positivo, mas ele está aí.

Eu me sinto tão feliz de participar desta reunião de hoje para sentir o que vem do Piauí, quero já espalhar em Santa Catarina, no Sul, o que se faz no Piauí na pratica, essa rede de acontecimentos, como é que vamos atender a essas pessoas portadoras de alguma deficiência ou outra, como vamos sincronizar isso. Isso é importante. O seu depoimento aí, que vive na família, acho que tudo isso fala de perto. Aquela tese da previdência, Senador Wellington, de que a média de vida é 70 a 72 anos no Brasil, as pessoas contribuem até 60, 65 anos. Essa é a regra geral. Mas as pessoas que têm alguma deficiência, como Síndrome de Down, foi declinado aqui, a média é de 40 anos e ela não pode conseguir uma aposentadoria. São coisas que nós precisamos de fato fazer um ajuste de conduta.

Eu saio daqui, como se diz, meditando, refletindo, ruminando, como se diz lá na serra em Santa Catarina, ideias em homenagem ao dia 2, Dia do Autista, e por extensão o dia 5 que, como lembra o Senador Wellington, Senador Cristovam vai haver uma sessão de homenagem...dia 8 de maio?

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Dia 5 vai ter a instalação da Frente Parlamentar.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Da Frente Parlamentar.

Então, com essas questões todas, a gente começa a meditar, cada vez mais, volto a repetir, e houve uma produção muito forte nesta reunião, hoje, aqui no Senado.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Obrigado Senador Casildo. Vou passar agora para o Senador Waldemir Moka, muito obrigado a esse nosso Senador atuante, trabalhador.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Senador Lindbergh, como irei me retirar depois da minha fala, quero dizer da minha alegria de estar aqui. Acho que faz muito bem isso daí, hoje o Congresso vai ficar todo azul, isso é uma lembrança, isso é emblemático, é uma figura. Isso é emblemático para o País. Eu quero dizer que lá no meu Estado do Mato Grosso do Sul, em Campo Grande, o símbolo principal da cidade é o obelisco, que também vai estar com a luz azul.

Mas eu sou um homem pragmático. E no início eu disse isso a V. Exª, de que se nós ouvíssemos aqui por mais meia hora nós iríamos ter tanta contribuição... E aí que eu digo a V. Exª, de que vamos ter que fazer uma programação nesta Comissão. E no final dela – ela não é permanente –, teremos que apresentar uma contribuição para ser dada.

E formos partir para os termos de conduta, essa questão também pode ser combinada. Por exemplo,

esta vai ser uma Comissão que durante três meses vai pinçar os principais problemas dentre os portadores de necessidades especiais. E aqui nós vamos funcionar como uma Comissão que vai propor ajustes Esta pode ser uma forma de nós encaminharmos, mas penso que devamos ter uma programação; tem que ter um início, meio e fim. Ao final, esta Comissão terá que apresentar à sociedade como nós fizemos avançar em todas essas dificuldades.

Temo que a gente teorize demais, discuta demais, e, ao final, a gente chegue à conclusão de que pouca coisa a gente conseguiu alcançar. Essa idéia...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Moka, V. Exª toca num ponto central e que é a minha preocupação aqui. Inclusive, sobre esse aspecto aqui, eu queria, em cada reunião que nós tivéssemos, tentar dar um encaminhamento concreto de atividades.

Nesse caso aqui, antes que V. Exª saia, eu penso duas coisas. Primeiro, a questão do diagnóstico. Uma reunião do movimento, com a nossa presença, com o Ministro da Saúde, com a Sociedade Brasileira de Pediatria, é uma proposta de encaminhamento que, se os Srs. Senadores concordarem, eu já saio para marcar a reunião com o Ministro da Saúde. E é bom que todas as pessoas do movimento, pelo Brasil afora, que estão nos assistindo pela TV Senado, já saibam dessa iniciativa, e nós ficaremos de marcar essa reunião para discutir diagnóstico; como organizar uma espécie de protocolo e disseminar isso entre os médicos.

Um outro ponto que pode funcionar bem, nessa reunião com o Ministro da Saúde, não é simples de resolver. É sobre o atendimento multidisciplinar, psiquiatra, psicólogo, fonoaudiólogo. Eu sei, pois a minha filha Beatriz tem Síndrome de Down; eu sei o que nós passamos porque tem a hora do fonoaudiólogo, tem a hora da fisioterapia, tem uma agenda toda organizada. Pois bem, a discussão que tivemos hoje aqui fica claro: atendimento multidisciplinar e diagnóstico. Que tal fazermos uma reunião... Primeiro ponto, para não darmos tiros para todos os lados, centrado no Ministério da Saúde. Ou seja, essa reunião, além de uma homenagem a essa luta pelo Dia Mundial da Conscientização do Autismo, teria essa finalidade prática.

Tem um outro ponto que quero deixar para depois, mas fiquei mal impressionado com alguns abrigos que aí pelo País afora. A gente viu ainda gente presa. A estimativa sobre o número de autistas no Brasil, o Professor do Departamento de Psiquiatria da Escola Paulista de Medicina, Marcos Mercadante, ele estimou que são dois milhões de autistas no Brasil. A gente vê pouco.

Há um estudo de um órgão do governo norte-americano que fala de uma criança para cada 110.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Senador, penso que para sermos práticos e termos um encaminhamento prático, esta subcomissão, em algum momento tem que discutir, e se for esse o encaminhamento que vamos dar, vamos pensar e, no final de cada reunião, teremos um encaminhamento prático decidido ainda nesta comissão. Do contrário, corremos o risco de discutirmos muito e essas coisas, na prática...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – O que V. Exª achou da minha proposta de encaminhamento?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – A proposta de V. Exª é perfeita e eu endosso. No entanto, gostaria de dizer que até para ser desta forma temos que decidir que na hora em que trouxermos um assunto, na mesma audiência, ele vai ser discutido e, no final, terá um encaminhamento prático. Vamos planejar isso por temas...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT-RJ) – Está acolhido na totalidade. Só quero corrigir que esta subcomissão é permanente. Mas está acolhido. A cada final de reunião, sobre o tema que formos debater, vamos fazer uma espécie de encaminhamento do trabalho. Nesse caso, aqui, falo para os nossos assessores, a decisão tomada é marcar uma reunião com o Ministério da Saúde, com a sociedade brasileira de pediatria para discutir o diagnóstico e o atendimento multidisciplinar.

Quero avisar às pessoas do movimento pelo País afora: se existir alguma correção nesse rumo, se achar que esse não é o melhor encaminhamento, estamos abertos a modificar. Mas saímos com esse encaminhamento bem objetivo dessa reunião de hoje.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Agradeço a V. Exª

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Se me permite... Como eu disse, esse tema tem que atuar integrado com várias áreas. Foi citado aqui o exemplo da Beatriz que precisa do fonoaudiólogo, da terapia ocupacional, da fisioterapia algumas vezes. Quero colocar que, se pegarmos por áreas, quisermos trabalhar na relação com o Governo teremos o seguinte: Saúde. Nesse campo, acho que vale a pena tratar com as entidades e, na comissão, qual é a pauta que devemos tratar com o Ministério da Saúde. Exemplo: em vários Municípios do Brasil foram implantados centros de reabilitação. Qual a dificuldade do Município? Eles não têm o fisioterapeuta. Por que um Município que tem um centro de fisioterapia cadastrado no Ministério da Saúde não pode ter na equipe do Programa Saúde da

Família a figura do fisioterapeuta? Ouvi isso na cidade de Batalha, no Estado do Piauí, num encontro com lideranças municipais, fisioterapeutas, e o movimento de pessoas com deficiência. Da mesma forma temos uma pauta a tratar com o Ministério das Cidades, Ministério da Educação. O Senador Cristovam coloca aqui, eu resumiria no livro dele aqui "a nova abolição..." – que é uma pérola nessa reflexão. Sou seu fã e vou estar junto, aqui, para que no futuro a nossa geração não seja olhada como estamos olhando lá com a escravocrata lá atrás. Creio que há uma pauta a ser tratada que não precisa de lei, de coisa alguma, é uma vontade política e, muitas vezes, não há nem muito custo para implementar. Essa do Ministério da Previdência, por exemplo. A rigor pode-se estabelecer uma regra igual a de outros, apenas levando em conta que há uma expectativa de vida diferente. Não muda em nada. O que é a previdência, o que é a aposentadoria como nós chamamos? É uma poupança que você faz durante um período para consumir pela média de vida que você tem após um determinado período. Se eu me aposento com 60 anos, tenho que fazer uma poupança para mais ou menos 15 anos, que é a média de vida do brasileiro. Alguns morrem antes, alguns morrem depois, mas essa é a expectativa de vida. Estou colocando de modo prático, apoiando aqui

Então, o que estou colocando aqui, de modo prático, apoiando o que está dizendo aqui o nosso Senador Lindbergh. Estou muito feliz, primeiro, porque estamos trazendo uma pauta para o Senado do mundo real, trazendo o Senado para o mundo real. Às vezes, a gente perde um tempão discutindo uma vírgula do Regimento, a gente passa lá um tempão, mas é esse o debate que o Brasil quer: das pessoas com deficiência, da habitação, das coisas do mundo real. Então conte comigo aqui, vamos estar juntos. Acho que o seu encaminhamento está correto, eu apenas estou propondo, dependendo de quando for a data em que maturar essa ideia, levar também essa discussão ao Ministro da Saúde.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Eu agradeço muito a V. Exª, Senador Wellington, que é a nossa referência nesse debate todo, que é pai da Daniele, que queremos homenagear no dia de hoje. Ela tem doze ou treze anos?

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Aliás, deixe-me citar um dado interessante. A Daniele, o pessoal da vizinhança diz que ela não pode deixar de ser convidada para os aniversários, para as festas. E agora, na eleição, o pessoal também disse que a levasse comigo. A coisa que ela mais gosta é bater palmas. Então quando alguém está falando uma coisa que não tem graça nenhuma, ela puxa palmas lá.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Você sabe, antes de me despedir, Senador Cristovam, de todos aqui, vai ser um trabalho dessa nossa comissão levantar reivindicações. Tenho tido muitas reuniões com os movimentos, associações. Sinto que, às vezes, a gente tem ajudar a organizar uma pauta concreta para que possamos lutar neste País, pois há uma dispersão de propostas. Isso eu sinto muito.

Eu acho que um pouco do nosso trabalho aqui é ir vendo, a partir dos debates, das discussões, porque tem temas gerais a todas as áreas de deficiência no central: a inclusão no mercado de trabalho, a questão da educação, da saúde, aposentadoria. Mas sinto que há especificidades em cada área de deficiência, em relação às quais, sinceramente, podemos resolver questões aqui que são razoavelmente simples. Te digo uma coisa: tem uma parte, por exemplo, inclusão no mercado de trabalho, aí é só para algumas áreas de deficiência – novamente Down, estou falando porque conheço mais, espero conhecer todas as áreas daqui um tempo com o nosso trabalho aqui. As mães estão com medo de colocar os garotos no mercado de trabalho porque com medo de perder a pensão por morte dos pais. Não tem nada que... Quando você tem uma criança, sua preocupação é com a hora da sua morte – a morte dos pais. Isso aconteceu comigo. Se a Beatriz tiver uma limitação de autonomia, como vai ser quando eu e a Maria Antonia não estivermos aqui? É essa a preocupação imediata dos pais. Então veja bem, a gente está querendo incluir no mercado de trabalho, mas tem lá no Ministério da Previdência uma pauta que podemos resolver, que pode facilitar a inclusão de muita gente no mercado de trabalho. É uma pauta concreta. Mas acho que o desafio nosso aqui é ir pescando questões em que possamos fazer as coisas andarem.

Outro ponto, Wellington, Senador Cristovam, só para encerrar porque nós estamos nos estendendo muito, é o seguinte: tem que virar uma agenda nacional esse debate sobre da pessoa com deficiência. Eu queria até dizer porque há uma confusão até nas terminologias. Eu estou aprendendo também. Em algum momento, a gente chamava pessoa portadora de deficiência; depois, pessoa com necessidades especiais; agora, estão usando, isso é decisão do movimento, pessoa com deficiência – pessoa com deficiência auditiva, pessoa com deficiência visual, pessoa com deficiência intelectual. Mas eu acho que isso tem que entrar na agenda nacional.

O último censo diz que 14% – o Senador Casildo falou esse número – das pessoas no Brasil têm algum tipo de deficiência. É claro que acho que tem que dar uma apertada nesse estudo, porque não dá para dizer, eu acho, pessoa com deficiência visual leve. Deficiência visual

leve eu tenho. Eu acho que é preciso, quando o Senador Wellington Dias fala, na discussão da aposentadoria especial, que a gente que aprovar, e nós vamos fazer aprovar aqui, tem uma discussão que apavora os Ministérios, que dizem: "Não, não temos ao certo o que é". Nós vamos deixar claro o que é certo.

Então, desses 14% eu retiraria 14 milhões que têm deficiência visual leve. Porque, neste debate, nós temos que tratar de pessoas que estão precisando mesmo! Talvez tenhamos que dar esses dados do Censo muito amplos, mas é muito difícil dizer números, Senador Cristovam. O senhor sabe que falo em 2 milhões de autistas no País, mas é uma estimativa. Quando eu falava da questão, só para passar para V. Exª e depois encerrar, quando eu falava de alguns abrigos, de gente presa, infelizmente, são 2 milhões de pessoas, e que novamente a gente vê e é um drama que eu sinto. O senhor que é funcionário público federal sabe que quando o pai tem condições de estar presente ali e estimular é uma coisa, mas nas famílias mais pobres a dificuldade aumenta.

Concedo um aparte a V. Exª, Senador Cristovam.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Essas reuniões terminam sendo muito personalizadas. Eu quero fazer um depoimento pessoal que talvez até ajude um pouco a preocupação dos pais. Meu irmão Guilherme fez 64 anos antes de ontem, dia 29. Ele tem idade mental zero; alguma devastação ocorreu no cérebro dele há uns dois anos. A minha mãe e o meu pai conseguiram resolver isso pelos irmãos dele; eu e meus irmãos o mantemos na mesma casa em que morava ele com minha mãe, com as mesmas pessoas que cuidavam deles há 20, 30 anos já. Nem todos podem fazer isso até porque o número de filhos e de irmãos é cada vez menor. Só o Estado é capaz de garantir a tranqüilidade dos pais em relação aos filhos que têm deficiência. Essa é uma obrigação óbvia do Estado. Vamos descobrir como é que se recebem recursos, vamos descobrir como é que se diferencia realmente aqueles que necessitam porque são tantos.

Outra coisa é a educação. Uma parte dos deficientes podem ter uma educação que compense a deficiência. Nem todos. Para o meu irmão seria impossível; ele não é capaz nem de reconhecer coisas, de pegar um copo de água, nem de comer, nada. Visitei escolas para Síndrome de Down na Jordânia e vi que eles formavam cozinheiros, jardineiros, uma quantidade de atividades que eles tinham ali naquela escola. Estou falando de Jordânia, que não é um país rico. Isso é possível.

Terminado isso e para continuar falando de coisas pessoais, quero que vocês resolvam um problema de deficiência minha, me incluindo nesta subcomissão mesmo sem eu pertencer a ela.

O SR PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Vamos resolver, Senador Cristovam.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente, antes de encerrar, eu queria só reforçar aqui, já que estamos falando para o Brasil, esta agenda que está colocada. Dia 2, Dia Internacional do Autista, o Senado Federal vai ser iluminado. Quero aproveitar e fazer um convite aos Senadores, inclusive a presidência encaminha aos demais Senadores também para que às 18 horas a gente esteja aqui, quem estiver em Brasília, com mais algumas entidades, porque será o momento em que o prédio do Congresso Nacional será iluminado de azul. Ao mesmo tempo, como foi lembrado aqui pela Senadora Ana Amélia, várias cidades do Rio Grande do Sul, o Cristo Redentor, no Rio de Janeiro...

O SR PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – O Cristo é a amanhã, às 18 horas.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – É amanhã, às 18 horas? A ponte estaiada lá em Teresina, Piauí, cujo Prefeito é o Mano Ferrer, que, atendendo a um pedido da Deputada Rejane, vai iluminar a ponte de azul; os três Reis Magos, lá no Rio Grande do Norte, também, só para citar alguns símbolos. No dia 5 será implantado na Câmara a frente parlamentar mista, Câmara e Senado, voltada à inclusão da pessoa com deficiência, e, dia 8, o Senador Cristovam nos lembra da sessão especial no Senado Federal que tratará desse tema.

Então, Presidente, passo esta agenda aqui, me perdoe, e agradeço a oportunidade desta agenda.

O SR PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – V. Exª aqui comanda.

Quero encerrar esta audiência, Senador Cristovam, falando da luta pelo lar terapêutico para adultos. Isso é que pode dar tranqüilidade aos pais, às mães. A angústia é essa, é quando as pessoas pensam: como é que vai estar meu filho? Então, aqui nós estamos começando. Nós vamos trabalhar muito. Mas eu queria encerrar esta reunião, dedicando-a a todas as mães e pais que são lutadores por este País afora e que estão fazendo essa mobilização, porque nós estamos aqui respondendo a uma mobilização dos senhores e das senhoras. A gente sabe o amor que está em tudo isso, e acho que este Senado Federal vai estar cada vez mais perto, vai estar discutindo.

Então eu queria acabar homenageando essas mães, esses pais, aqui na figura deste pai da Daniele, nosso Senador Wellington Dias. Vamos à luta no dia 2. Senhores pais e mães, no Dia Mundial de Consciência do Autismo, vamos mostrar a força desse movimento organizado, está bom?

Muito obrigado a todos, a todos os Senadores e a todas as Senadoras. (*Palmas.*)

(Levanta-se a reunião às 13h22min.)

ATA DA TERCEIRA REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, CRIADA POR MEIO DO REQUERIMENTO Nº 12, DE 2005-CAS, NO ÂMBITO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 14 DE ABRIL DE 2011, QUINTA-FEIRA, ÀS 11h30, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.

Às onze horas e cinquenta minutos, do dia quatorze de abril de dois mil e onze, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **Lindbergh Farias,** reúne-se a Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência, com a presença dos Senadores Wellington Dias, Waldemir Moka, Casildo Maldaner e da Senadora Ana Amélia. Deixa de comparecer a Senadora Marisa Serrano. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura da Ata da 2ª Reunião, que é dada por aprovada. O Senhor Presidente, Senador Lindbergh Farias, registra a presença do Senhor Fernando Cotta, Coordenador da Coordenadoria para Inclusão da Pessoa com Deficiência do Distrito Federal – CORDE/DF. A Presidência esclarece que a presente Reunião se destina à discussão e apresentação do plano de trabalho desta Subcomissão. **EXTRAPAUTA – ITEM ÚNICO – REQUERIMENTO Nº 2, DE 2011-CASDEF.** "Requeiro, nos termos regimentais, a realização de audiência pública, no dia 28 de abril, às 11h30, para debate sobre a inclusão no mercado de trabalho de pessoas com deficiência, entre outras questões, cumprimento de cotas, acessibilidade no ambiente de trabalho, programas de qualificação, habilitação ou reabilitação profissional e concurso público exclusivo para pessoa com deficiência. Com a participação dos convidados abaixo relacionados e outros que poderão vir a compor a lista. Representante do Ministério Público do Trabalho; Representante do Ministério do Trabalho e Emprego; Representante da CNC – Confederação Nacional do Comércio; Tereza D`Amaral – Representante do IBDD – Instituto Brasileiro dos Direitos da Pessoa com Deficiência." **Autoria:** Senador Lindbergh Farias. **Resultado:** Aprovado. Usam da palavra os Senadores Casildo Maldaner, Waldemir Moka e Wellington Dias. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às doze horas e quinze minutos, lavrando eu, Gildete Leite de Melo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Lindbergh Farias, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Lindbergh Farias,** Presidente da CASDEF.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Há número regimental. Declaro aberta a 3ª Reunião Extraordinária da Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência (Casdef) da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 2ª Reunião de 2011.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam sentados. *(Pausa.)*

Aprovada.

A presente reunião destina-se à discussão e definição de plano de trabalho da Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência.

Primeiro, agradeço a presença aos Srs. Senadores e ao meu Líder, Governador e Senador Wellington Dias.

Hoje, aqui, a discussão é sobre o nosso plano de trabalho. Esta é uma Comissão Permanente. Há pouco, eu conversava com o Senador Moka, a quem passarei logo a palavra. O que trago aqui? Vamos entrar no mês de maio, e o dia 1º é o Dia do Trabalhador. Nesse mês, eu queria centrar na discussão da inclusão no mercado de trabalho e de aposentadorias especiais. Eu queria fechar essa pauta do mês de maio.

Eu também gostaria que discutíssemos, Senador Casildo, Senador Moka, Senador Wellington, ao terminar este mês, nosso próximo ponto de ataque, de enfrentamento da Comissão. Aqui, temos uma preocupação muito clara. Desde a primeira vez, eu, bem como o Senador Moka, deixei muito transparente na minha fala que esta é uma Comissão que está perseguindo o fazer cumprir. Não queremos que esta seja uma Comissão só de debates, de audiências públicas, na qual estejamos presentes, para a qual venham os especialistas, mas na qual não se encontrem respostas concretas.

Há uma proposta de mudança do Regimento desta Casa, mas, independentemente dessa mudança, vamos tratar aqui, inclusive, da ideia em torno de termos de ajuste – já fizemos consultas –, para tentar encaminhar algumas decisões concretas. Ao final de todos esses debates, teremos de conseguir que, no mundo real ligado à vida das pessoas, esses debates tenham efeito prático.

Aqui, haverá o debate sobre a inclusão no mercado de trabalho. Eu queria marcar essa audiência pública no dia 28, já que haverá a Semana Santa. Qual o problema da inclusão no mercado de trabalho? Hoje, nossa legislação é muito avançada. Empresas com mais de cem funcionários têm de colocar de 2% a 5% de pessoas com deficiência em seus quadros. Mas essa lei, infelizmente, não é cumprida. A estrutura

do Ministério do Trabalho é muito frágil. Então, a ideia desse debate, dessa audiência pública é a de trazer aqui o Ministério Público do Trabalho, o Ministério do Trabalho. Tenho conversado com alguns pessoas do Ministério Público, mas o importante seria encaminhar, depois da audiência pública, até algumas diligências com o Senado Federal, com o Ministério Público do Trabalho, com o Ministério do Trabalho e com algumas empresas, não no sentido inicial de multar, mas no sentido de chamar a atenção para essa legislação. Isso não pode passar em branco no mês de maio.

Eu falava sobre as estatais. Estive na Petrobras, em nossas estatais. Infelizmente, nas estatais, a situação é muito pior que a das empresas privadas, porque, no caso de concurso público – estamos querendo discutir isso também –, há uma cota de 5% no concurso. Fiz alguns cálculos: para chegarmos a 5% na empresa, vamos demorar muito tempo. Então, temos de discutir concursos específicos e, principalmente, o problema da terceirização. Na maior parte das estatais, como no caso da Petrobras, a maior parte de seus trabalhadores são terceirizados. Então, temos de conseguir que o Governo Federal faça cumprir também essa questão da inclusão no mercado de trabalho nas estatais. Se houver terceirização, deve haver inclusão nas empresas terceirizadas. Devemos discutir mecanismos. Se a empresa que trabalha, por exemplo, para a Petrobras não estiver cumprindo aquilo não terá seu contrato renovado. Deve haver esse tipo de coisa.

Mas trago uma proposta para os senhores.

No dia 28, seria feita uma audiência pública, para tratar de inclusão no mercado de trabalho, em que discutiríamos acessibilidade ao mercado de trabalho, cumprimento de cotas e o fazer cumprir, já que essa lei que existe é avançada, mas o problema é fazer cumpri-la.

No dia 5 de maio, convidaríamos o Sr. Ministro da Previdência, Garibaldi Alves, para discutir aposentadoria especial, pensão por morte dos pais, benefício e prestação continuada. Por que aposentadoria especial? Porque há um projeto do Deputado Leonardo Mattos, do Partido Verde de Minas Gerais, que está no Senado e do qual sou Relator na Comissão de Assuntos Econômicos. Esse projeto trata de aposentadoria especial para pessoa com deficiência. Está havendo uma discussão com o Governo, e senti, por parte do Ministério da Previdência, que há boa vontade nesse debate. De início, setores do Governo disseram que isso poderia custar para a Previdência R$5 bilhões. Eu disse que eu duvidava muito disso, porque a inclusão no mercado de trabalho da pessoa com deficiência, infelizmente, ainda é muito pequena. Mas a ideia é discutir esse projeto aqui com o Ministro da Previdência, que traria seus técnicos.

Também nesse dia, poderíamos discutir outro ponto: pensão por morte dos pais. Liguei para o Ministério da Previdência e falei com o Secretário Executivo Eduardo Gabas. Essa é uma questão que podemos resolver. É um tipo de tema concreto que podemos tentar resolver nesta Comissão. O que acontece com a pensão por morte dos pais? Vivenciam muito esse problema os pais e as mães na área de deficiência intelectual.

Quero citar aqui a presença do nosso Presidente do Movimento Orgulho Autista Brasil de Brasília. Houve um evento, e, depois, lerei a carta dos senhores.

Na área da deficiência intelectual, qual é a luta, incluindo o mercado de trabalho? Às vezes, a pessoa consegue um emprego por um ano, por dois anos; depois, sai do emprego e volta para o emprego. Hoje, muitas mães e pais preferem que não se ocupe aquele espaço no mercado de trabalho, porque, fazendo isso, perde-se a pensão por morte dos pais mais à frente. Acho que dá para compatibilizar isso, para que a pessoa não perca o benefício.

Estou falando muito na abertura dos trabalhos.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente, vou apenas insistir na minha fala anterior.

Eu tinha a avaliação de que se tratava de uma Comissão temporária, mas esta é uma Subcomissão Permanente, dentro da Comissão de Assuntos Sociais. Então, percebo que o Senador Lindbergh quer ter uma atuação mais prática, mais pontual, fazendo com que esta Subcomissão atue pensando em problemas, com a legislação que já existe, e fazendo com que esta Subcomissão cumpra a função de propiciar que as pessoas portadoras de necessidades especiais sejam atendidas, dando visibilidade aos problemas que acontecem no dia a dia.

Então, temos de definir que esse será o nosso critério de atuação. Na Subcomissão que trata de dependentes químicos, temos o objetivo de definir uma pauta, audiências públicas. Vamos propor uma nova legislação, e os trabalhos vão terminar com um grande seminário. Mas, aqui, não é esse o caso, não é essa a proposta. A proposta é, no mês de maio, por exemplo, focar a questão da inclusão de portadores de necessidades especiais no mercado de trabalho; no mês de abril, haverá outra pauta. É isso que V. Exª está sugerindo?

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Exatamente. Senador Moka, os desafios são imensos. Há debates sobre a inclusão na rede educacional; há vários temas. Aqui, não conseguiremos atuar em todas as frentes de uma vez só. Então, estamos querendo encaminhar exatamente como V. Exª disse. Depois, veremos onde iremos atuar, qual tema é de maior interesse, inclusive de interesse dos movimentos, das associações, das entidades voltadas para as pessoas com deficiência. Mas, se, no mês de maio, conseguirmos

abrir um espaço para o debate no País sobre a inclusão da pessoa com deficiência no mercado, cumpriremos um bom trabalho no começo das nossas atividades.

Ouço o Senador Casildo.

Agradeço muitos aos dois Senadores pela constante presença nesta Subcomissão.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Obrigado, Sr. Presidente.

Quero endossar o que o Senador Moka acaba de declinar. Concordo, Senador Lindbergh, com as duas propostas. No dia 28, praticamente à véspera do dia 1º de maio, poderemos tratar da questão do trabalho, da fiscalização do Ministério Público do Trabalho, na tentativa de fazer com que haja a inclusão do portador de deficiência. Como V. Exª já mencionou, hoje, é preciso verificar se estão sendo cumpridos os percentuais de 2% a 5% de inclusão. Está sendo cumprida a vigilância, a fiscalização? No dia 28, haverá uma audiência pública para discutir esse tema. E, no dia 25 maio, a ideia é ter um encontro com o Ministro da Previdência e com seus técnicos, para discutir a questão da Previdência em relação aos portadores de deficiência.

Estes dois temas são importantes: inclusão no mercado de trabalho e também a proteção, a Previdência em relação às pessoas com deficiência. São dois temas vastos. Nessa audiência, iremos fazer questionamentos. Concordo com a sugestão. A inclusão no mercado de trabalho e a Previdência são bons temas, porque 24 milhões de pessoas têm algum tipo de deficiência, são portadores de algum tipo de deficiência no Brasil, o que representa mais ou menos 14% da população brasileira. É muita gente!

Então, trataremos da inclusão no mercado de trabalho e da Previdência para essas pessoas, cuja média de vida não chega a 70 anos. Já foi comprovado que a média de vida dessas pessoas não é essa. Assim, elas têm de ter esse benefício antes. Como iremos ajustar isso? Elas irão contribuir, mas terão esse direito antes. Como iremos fazer esse ajuste de conduta, como V. Exª costuma dizer? Como encontrar o caminho para fazer esse ajuste? Essas pessoas não podem esperar chegar aos 60 anos, aos 65 anos, para obter esse benefício. Isso tem de acontecer antes. São estes os ajustes: inclusão no mercado e Previdência para essas 24 milhões de pessoas. Essa é uma boa pauta, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Eu lhe agradeço. Vamos trabalhar em cima disso. Volto a dizer, Senador Casildo, como disse o Senador Moka, que nossa linha será a de tentar fazer acontecer no mundo real. E também há a questão do prazo.

Dessa reunião sobre inclusão no mercado de trabalho, essa tese de diligências pode ser muito importante também para o nosso trabalho. Mas conversaremos mesmo fora dessas reuniões, para organizarmos os desdobramentos dessas audiências públicas.

Eu também gostaria de dizer que planejamos fazer visitas aos Estados. Seria importante marcarmos visita a Mato Grosso, a Santa Catarina, organizando as entidades dos Estados. Há muita carência no debate com Brasília, com este Parlamento, com o Poder Executivo. Então, essa visita da Subcomissão aos Estados é muito importante. Já peço aos senhores que verifiquem se há possibilidade de agenda. Mais à frente, poderemos fazer contato com entidades locais. Seria muito importante conseguir isso. Como Presidente, eu iria aos Estados, mas seria muito importante levarmos outros Senadores para uma audiência pública nos Estados.

Hoje, encerraremos a reunião, definindo a pauta. Organizaremos o trabalho do dia 28. Vou procurar os senhores antes, para lhes mostrar os nomes, a metodologia. Vamos tentar manter conversas paralelas antes da reunião do dia 28.

Encerro, agradecendo a presença ao Dr. Fernando Cotta, Coordenador da Coordenadoria para Inclusão da Pessoa com Deficiência do Distrito Federal (Corde-DF).

Destaco essa carta do Movimento Orgulho Autista Brasil. Fizeram um movimento, Senador Moka, Senador Casildo, muito bonito em todo o País. No Rio de Janeiro, quero registrar, realizamos um evento no Cristo Redentor, que foi todo iluminado de azul. Conseguimos levar ali o nosso Prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes. O movimento dos autistas do Rio de Janeiro é bem organizado, bem estruturado.

Quero contar aqui um caso especial que me sensibilizou muito, o de um tenor que tem autismo e que é cego, o Saulo. O Saulo conversou comigo, Srs. Senadores. Os senhores precisavam ver como ele falou do Senado. Ele disse que acompanha os debates e as votações no Senado. O Saulo é um músico extremamente capacitado. Sabe qual é o sonho dele? Ele fez vestibular para Música. Na prova específica, na prova técnica, ele foi aprovado entre os primeiros, mas não passou nem irá passar na prova do vestibular. E o sonho dele é entrar numa universidade. Ele sabe música, como poucos. Tem todos os conhecimentos. É uma inteligência, um talento dirigido à música. Estou procurando as pessoas da universidade, porque é um absurdo uma pessoa com esse potencial, com essa capacidade, não poder entrar na universidade. Contei para o Senador Wellington a história do Saulo, tenor que sonha frequentar a universidade. Esse é um caso que nos sensibiliza, porque, de fato, o menino tem uma capacidade fantástica.

Então, esta Subcomissão terá mais força se trouxermos muita gente para cá, se ficarmos perto das pessoas, desses exemplos. Falo aos senhores de tudo o que tenho aprendido. Venho atuando nessa área há

pouco tempo, mas tenho enriquecido minha formação por ter conhecimento de casos maravilhosos, de gente lutadora, de mães e pais também excepcionais.

Encerro, fazendo essa referência ao Movimento Orgulho Autista Brasil.

Pergunto ao Senador Wellington se tem alguma consideração a fazer. Aqui, centramo-nos, Senador Wellington, na discussão da inclusão no mercado de trabalho e da aposentadoria especial. No mês de maio, vamos trabalhar em cima disso.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Pelo que tratamos na primeira fase, deveríamos fazer um levantamento – não sei se com o apoio da Consultoria do Senado – do que está tramitando principalmente no Senado, mas também na Câmara, para podermos ter uma visão dos projetos que regulamentam a convenção – este é um ponto importante –, para que possamos examinar quais projetos podemos priorizar. Às vezes, há projetos de importância, mas há outros cuja importância é muito maior. Assim, poderemos trabalhar nessa direção.

Quero ver se, nesse mesmo tom – também quero combinar isto com V. Exª –, a Comissão pode realizar uma espécie de audiência de conciliação, como dizíamos, de alguns temas. Naquela ocasião, citei o exemplo da habitação, sobre a qual já existe a lei, mas esta não é cumprida. Penso que podemos seguir esse caminho.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Já discutimos isso nessa linha.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Pode ser nessa linha?

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Pode. O que priorizamos agora? Primeiro, vou pedir todos os projetos que tratam da pessoa com deficiência para a CAE e distribuirei isso aos senhores. Esse encaminhamento do Senador Wellington é importante.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – A relação dos projetos e um resumo do que é.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – A gente vai trazer tudo para cá, o que tramita na Casa.

O que aprovamos aqui? Dentro dessa pauta de conciliação, de termo de ajuste...

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Hoje, aqui, o Senador Moka testemunhou, na Comissão dos Dependentes Químicos, que, pela primeira vez, no Brasil, no Ministério do Trabalho – isto é fruto do trabalho da Comissão –, haverá uma área para cuidar da reinserção do dependente químico no trabalho, na profissionalização, etc. Então, é um exemplo desse que penso que podemos fazer aqui.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Então, nós centramos no quê, Wellington? Vamos fazer uma audiência no dia 28 sobre inclusão no mercado de trabalho. Já falei isso aqui, mas estou repetindo, porque é muito importante V. Exª entender um pouco a lógica. Chamaremos também o Ministério Público do Trabalho, o Ministério do Trabalho. A legislação é boa, mas temos de fazer com que ela seja cumprida.

Estou discutindo com algumas pessoas do Ministério do Trabalho, vou procurar os senhores, individualmente, para conversar. Não descartamos, depois dessa audiência pública, neste mês de maio, a formação de alguma diligência com o Senado Federal, com o Ministério Público do Trabalho e com o Ministério do Trabalho, para chamar a atenção para esse tema, para a necessidade do cumprimento dessa lei. A gente tem de sair daqui para o mundo real, para fora.

E, no dia 5, na discussão da aposentadoria especial, chamaremos o Ministro...

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Posso fazer uma proposta?

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – É claro.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sobre isso, tratei com V. Exª. Estive com o Ministro da Previdência tratando de outra situação: a expansão dessas bases do INSS. Mas vejam: a gente poderia marcar uma ida nossa ao Ministério da Previdência ou ao Ministério dos Direitos Humanos, que são os dois que, em nome da Presidência da República, estão autorizados a dar um parecer para o Senado, para encontrar uma solução para a votação desse projeto.

A gente faz a audiência, e aí fica aqui um com medo de dizer algo, todo comedido. Acabamos de fazer uma reunião de trabalho agora, na outra Comissão de Desenvolvimento Regional, com o Ministro da Integração, com excelentes resultados.

Então, a gente poderia ir lá. A própria Comissão agenda com o Ministro da Previdência, que chama para lá também a Ministra dos Direitos Humanos, e a gente sai de lá com uma solução que permita a votação desse projeto. Queremos ouvir o lado do Governo, mas não podemos ficar empurrando isso com a barriga. Qual é a solução?

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – V. Exª propõe isso antes da audiência pública do dia 5 ou acha...

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Acho que poderíamos fazer isso antes do dia 5, porque, na audiência pública, ele já vem com a obrigação de dar aqui uma posição.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – É uma boa!

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – E já traz aqui uma resposta.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias**.** Bloco/PT – RJ) – Acolho essa proposta.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Depois da Semana Santa –posso formalizar, inclusive –, a gente já faz o agendamento dessa visita lá.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Já encaminho isso para a assessoria, para pedirmos a audiência uma semana após a Semana Santa. A gente tenta ver quais os Senadores que conseguem ir lá. Vamos, primeiro, pedir a data e o horário ao Ministro, para discutir esse tema. Isso não atrapalha, de forma alguma, a audiência pública do dia 5. A audiência será feita antes. A gente consegue, com certeza, marcar essa audiência antes. Está bom?

Então, vamos começar a trabalhar. Muito obrigado aos senhores.

O Presidente cometeu uma falha, Senador Moka, Senador Casildo. Tenho de colocar o requerimento em votação: "Requeiro, nos termos regimentais, a realização de audiência pública no dia 28 de abril, às 11h30, para debate sobre inclusão no mercado de trabalho de pessoas com deficiência, entre outras questões". Os convidados são representantes do Ministério Público do Trabalho, do Ministério do Trabalho e Emprego e da Confederação Nacional do Comércio e a Srª Teresa Amaral, representante do IBDD.

Os senhores que concordam com a aprovação do requerimento permaneçam sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

Um abraço!

Muito obrigado.

(Levanta-se a reunião às 12 horas e 15 minutos.)

ATA DA QUARTA REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, CRIADA POR MEIO DO REQUERIMENTO Nº 12, DE 2005-CAS, NO ÂMBITO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 28 DE ABRIL DE 2011, QUINTA-FEIRA, ÀS 11H30, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.

Às onze horas e quarenta e três minutos, do dia vinte e oito de abril de dois mil e onze, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **Lindbergh Farias,** reúne-se a Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência**,** com a presença dos Senadores Waldemir Moka, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim e das Senadoras Marisa Serrano e Ana Amélia. Justifica ausência o Senador Wellington Dias. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura da Ata da 3ª Reunião, que é dada por aprovada. O Senhor Presidente, Senador Lindbergh Farias, registra a presença do Deputado Federal Romário, da Deputada Federal Rosinha da Adefal, do Deputado Federal Márcio Pacheco, do Senhor Moisés Bauer, Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência e do Senhor Marco Pellegrini, Secretário-Adjunto da Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Estado de São Paulo. A Presidência comunica que a presente reunião destina-se à realização de **Audiência Pública**, atendendo ao Requerimento nº 2, de 2011 – CASDEF, para discutir a inclusão no mercado de trabalho de pessoas com deficiência, entre outras questões: cumprimento de cotas, acessibilidade no ambiente de trabalho, programas de qualificação, habilitação ou reabilitação profissional e concurso público exclusivo para pessoa com deficiência. A Presidência convida para compor a mesa os seguintes oradores: Vilma Leite Machado Amorim**,** Procuradora do Trabalho e Coordenadora Nacional de Promoção de Igualdade, Oportunidades e Eliminação da Discriminação no Trabalho do Ministério Público do Trabalho – MPT; Fernanda Maria Pessoa Di Cavalcanti, Auditora Fiscal do Trabalho e Assessora da Secretaria de Inspeção do Trabalho – SIT, do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE; Janilton Fernandes Lima, Representante Titular da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo – CNC, no Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência – CONADE; Loni Elisete Manica, Gestora Nacional do Programa SENAI de Ações Inclusivas do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, representante da Confederação Nacional da Indústria – CNI; Flávio Benatti, Presidente da Seção de Transporte de Cargas da Confederação Nacional do Transporte – CNT; Teresa Costa d'Amaral, Superintendente do Instituto Brasileiro dos Direitos da Pessoa com Deficiência – IBDD e Simone Bastos Vieira, Diretora da Biblioteca do Senado Federal. **EXTRAPAUTA – ITEM 1 – REQUERIMENTO Nº 3, DE 2011-CASDEF.** Nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, requeiro a realização de Audiência Pública para discutir, no âmbito da Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência, da Comissão de Assuntos Sociais, os temas relativos à Aposentadoria Especial, ao Benefício da Prestação Continuada – BPC

e à Pensão por morte dos pais, com os convidados abaixo relacionados e outros que poderão vir a compor a lista: Representante do Ministério da Previdência Social – MPS; Maria Aparecida Gugel, Subprocuradora-Geral do Trabalho, do Ministério Público do Trabalho – MPT; Leonardo Mattos, Vereador (Autor do PLC nº 40, de 2010, que "Dispõe sobre a concessão de aposentadoria especial à pessoa com deficiência filiada ao Regime Geral de Previdência Social"); Representante do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS; Representante da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR; Representante da Federação Nacional das Associações de Síndrome de Down; Moisés Bauer, Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CONADE." **Autoria:** Senador Lindbergh Farias. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 2 – REQUERIMENTO Nº 4, DE 2011-CASDEF.** Requeiro, nos termos regimentais, a realização de audiência pública, no dia 19 de maio, às 11h30, para debater as demandas concretas relevantes aos direitos dos surdos, com a participação dos convidados abaixo relacionados, dentre outros que poderão vir a compor a lista. Convidados: Representante da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos – FENEIS; Representante do Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES; Representante do Ministério da Saúde; Representante do Ministério da Educação; Representante do Ministério do Trabalho; Representante do Sindicato dos Intérpretes; Representante da Secretaria de Direitos Humanos – SDH. **Autoria:** Senador Lindbergh Farias. **Resultado:** Aprovado. Usam da palavra os Senadores Casildo Maldaner, Waldemir Moka, Marisa Serrano. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às quatorze horas e quarenta minutos, lavrando eu, Gildete Leite de Melo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Lindbergh Farias, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Lindbergh Farias,** Presidente da CASDEF.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Havendo número regimental, declaro aberta a 4ª Reunião Extraordinária da Subcomissão Permanente de Assunto Sociais das Pessoas com Deficiência – Casdef. – da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 3ª Reunião de 2011.

Os Senadores que a aprovam queiram permanecer como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública atendendo ao Requerimento nº 2, de 2011, Casdef, de minha autoria, para discutir inclusão no mercado de trabalho de pessoas com deficiências entre outras questões; cumprimento de quotas; acessibilidade no ambiente de trabalho; programa de qualificação; habilitação ou reabilitação profissional e concurso público exclusivo para pessoa com deficiência.

Convido para compor a Mesa a Drª Vilma Leite Machado Amorim, procuradora do trabalho e coordenadora nacional de promoção de igualdade e oportunidade e eliminação da discriminação no trabalho do Ministério Público do Trabalho; Drª Fernanda Maria Pessoa Di Cavalcanti, auditora fiscal do trabalho e assessora da Secretaria de Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho Emprego; Janilton Fernandes Lima, representante titular da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), representante também do Conade; Loni Elisete Manica, gestora nacional do Programa SENAI de Ações Inclusivas do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, representando o CNI*;* Dr. Flávio Benatti, presidente da Seção de Transportes de Carga da Confederação Nacional dos Transportes; Drª Teresa Costa d'Amaral, superintendente do Instituto Brasileiro de Direitos da Pessoa com Deficiência; Drª Simone Bastos Vieira, diretora da Biblioteca do Senado Federal.

Eu queria, primeiro, agradecer algumas presenças, como a da Senadora Marisa Serrano, vice-Presidente desta Subcomissão; do nosso Deputado Federal Romário, que é uma grande conquista e está fazendo na Câmara dos Deputados um trabalho voltado para a questão da pessoa com deficiência. Eu lhe agradeço muito a presença, Romário. Sei que daqui a pouco você terá outros compromissos, mas está aqui, e isso é um grande prestígio para a nossa Comissão; Márcio Pacheco, Deputado Estadual do Rio de Janeiro, presidente da Comissão da Pessoa com Deficiência.

Eu queria, antes de começar o nosso debate, falar rapidamente sobre a importância desta Comissão, que foi presidida pelo Senador Flávio Arns.

Dr. Moisés. Presidente do Conade. Vamos ter de dar um jeito e arrumar um lugar par o Dr. Moisés nesta mesa. Não sei como a Secretária organiza isso.

Esta Comissão, que foi presidida pelo Senador Flávio Arns – obrigado, Senado Waldemir Moka pela presença – fez um trabalho muito importante na legislatura passada. Nós estamos centrando a atuação nesta legislatura na idéia de fazer cumprir. Nós temos várias iniciativas legislativas no Senado e na Câmara dos Deputados, mas a nossa sensibilidade mostra que em muitas questões a gente tem de juntar as partes, debater e tentar resolver problemas concretos.

Na próxima reunião, na quinta-feira, no dia 5, vamos ter uma discussão aqui sobre a aposentadoria especial da pessoa com deficiência, discussão sobre BPC – benefício de prestação continuada – e sobre a pensão por morte .

Eu antecipo, porque eu estive no Ministério da Previdência e estou encaminhando essas três questões. Eu acho que temos grande chance com o Governo Federal de aprovar projeto do Deputado Leonardo Matos, que fala da aposentadoria especial para a pessoa com deficiência. Mais do que isso, Senadora Marisa Serrano, nós temos um grave problema, um grave problema em relação a estar neste debate hoje, que é o da inclusão no mercado de trabalho. Muitas pessoas, eu falo aí deputado Romário – a Fundação Síndrome de Down fala muito disso. Às vezes, a pessoa tem medo de entrar no mercado de trabalho, com medo de perder a pensão por morte dos pais.

Em relação ao BPC a mesma situação existe. E a gente vê muito. Eu, no Rio de Janeiro, ando nas ruas e vejo a quantidade de pessoas com deficiência na informalidade – como os camelôs no centro do Rio de Janeiro –, porque as pessoas não têm segurança de entrar no mercado de trabalho com risco de perder o BPC. Quero dizer que o Ministério da Previdência formou conosco um grupo de trabalho, e acho que a próxima reunião do dia 05 pode ser bem produtiva, em relação a esses temas, de forma que as pessoas não percam esses benefícios na tentativa de serem incluídas no mercado. Porque às vezes existe um risco, a pessoa fica na dúvida, fica com medo de entrar e perder esse benefício.

Então, resumindo – para não tomar muito tempo aqui e para começarmos o debate, porque acho que esse debate de hoje nosso aqui é muito importante –, a nossa ideia aqui nesta Comissão, Senador Casildo Maldaner, cuja presença agradeço, é tentar resolver problemas, ver como nós podemos aqui, pelo Senado Federal, intermediar algumas soluções. É por isso que estamos fazendo esse debate hoje sobre inclusão no mercado de trabalho.

Eu queria começar passando a palavra para a nossa representante do Ministério Público do Trabalho, a nossa procuradora do trabalho, Drª Vilma Leite, a quem agradeço muito, e agradeço à instituição como um todo pela presença aqui neste debate.

O SR. VILMA LEITE MACHADO AMORIM – Bom dia a todos. Eu gostaria de, inicialmente, cumprimentá-los na pessoa do Senador Lindbergh e dizer da satisfação do Ministério Público em se fazer presente nesta audiência. Entendemos que tem uma relevância muito grande esta audiência pública e nos interessa muito esse assunto.

O Ministério Público do Trabalho, a partir da Constituição de 1988, traçou metas prioritárias. Temos oito coordenadorias nacionais e, entre essas coordenadorias nacionais, temos uma coordenadoria que trata da inclusão da pessoa com deficiência, que é a Coordigualdade.

A bem da verdade, desde 1998 o Ministério Público tem como prioridade a inclusão de pessoas com deficiência. Estamos aqui com a pessoa que deu início a esse trabalho na instituição, a Drª Aparecida Gurgel, que permanece até hoje, não só inteirada e participando institucionalmente, mas pessoalmente tem contribuído muito para a inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho e em outros temas também relacionados à pessoa com deficiência.

O Ministério Público, a partir de 1998, passou a fazer um levantamento nas regionais das empresas que possuem a partir de cem empregados, que é o que determina a lei. Então, começamos a fiscalizar a aplicação da lei que determina a inclusão das pessoas com deficiência. Então, a lei é de 1991. A partir de 1998, o Ministério Público priorizou esse trabalho.

Começamos a notificar as empresas para que comprovassem se estavam ou não cumprindo a legislação. Para nossa surpresa, várias empresas sequer conheciam o dispositivo legal que determinava a contratação, e começamos a fazer um trabalho também de informação e sensibilização com essas empresas para que elas fizessem a contratação.

Evidentemente, muitos problemas foram colocados por parte das empresas, algumas resistiram de forma mais acentuada, outras nem tanto. Ocorre que tivemos de entrar em contato e manter uma relação permanente com entidades que cuidam dos interesses, defendem os direitos das pessoas com deficiência para que nós pudéssemos, inclusive, ter um banco de dados com uma relação dessas pessoas e de pessoas que estavam aptas, capacitadas para determinadas funções.

Temos tido, ao longo desse tempo, altos e baixos nesse trabalho. Temos avaliado e, no final do ano passado, fizemos uma comissão, a coordenadoria resolveu fazer uma comissão para identificar quais são os maiores entraves hoje na contratação da pessoa com deficiência pelas empresas e também nas questões relacionadas a concurso público. O que percebemos é que, mito ou realidade, houve uma queda no índice de contratação das pessoas com deficiência. Existem argumentos que são colocados pelas empresas. Evidentemente, o Ministério Público não pode ficar preso a esses argumentos nem pode deixar de fazer o trabalho em função de tais argumentos, mas esses argumentos existem e não só existem quando as empresas se apresentam perante o Ministério Público, através

dos procedimentos administrativos, mas também judicialmente, temos percebido alguma dificuldade na inclusão da pessoa com deficiência. Inclusive, o Poder Judiciário já tem acatado alguns desses argumentos, dispensando a empresa da contratação em função da falta de pessoas com deficiência que estejam capacitadas, habilitadas para determinadas funções. Um outro argumento, a questão do BPC, que já foi muito bem colocada aqui pelo Senador Lindbergh. As empresas dizem da dificuldade da contratação de pessoas com deficiência tendo em vista essa dificuldade em deixar o benefício e depois retornar, de num outro momento precisar retornar o benefício. Uma outra situação é a incompatibilidade de determinadas atividades com algum tipo de deficiência, seja física ou mental. Uma outra questão que o Ministério Público tem levantado a bandeira e tem se preocupado bastante é com a adaptação do meio ambiente de trabalho para a inclusão dessas pessoas com deficiência. Então, o que percebemos é que as empresas terminam fazendo a opção, quando não resta mais nenhuma possibilidade, por pessoas com deficiência, em que a adaptação ao meio ambiente seja mais fácil, digamos assim. Então, tínhamos percebido que determinadas pessoas ou grupos de pessoas com deficiência ficam excluídas dessa inclusão no mercado de trabalho. Uma outra atividade que temos tido dificuldade é em relação aos bancos de dados. Inicialmente, fizemos uma experiência de buscarmos listas com associações, instituições, e fornecermos às empresas. Depois, percebemos que teríamos de ter um banco específico. Tivemos uma experiência em Sergipe, a minha lotação é em Sergipe, e tivemos a experiência de, no NAT, que é o Núcleo de Apoio ao Trabalho, fomentar a possibilidade de um banco específico de pessoas com deficiência onde as empresas pudessem buscá-los. O que percebemos é que hoje existe um cadastro que está sendo alimentado. Entretanto, no momento do encaminhamento, a empresa termina fazendo testes, entrevistas. Temos tido dificuldade de entender, inclusive, o porquê dessas pessoas não estarem sendo contratadas. Então, é a questão do perfil, que termina sendo um tanto subjetiva. O Ministério Público tem se preocupado bastante com isso porque algumas empresas têm, inclusive, feito exigências que vão além da classificação brasileira de ocupação exatamente para prejudicar. Então, temos aí uma série de argumentos que, repito, o Judiciário já tem acatado, nós temos tido algumas decisões de primeira instância e confirmação em segunda instância no sentido de que a atividade da empresa não é compatível com a inclusão de pessoa com deficiência. Então, temos algumas áreas sensíveis, como vigilância, motoristas. Temos algumas áreas com maior dificuldade de inclusão de pessoa com deficiência. Recentemente, tivemos uma decisão que nos preocupou bastante, estamos nos movimentando, no tocante à anulação de um termo de ajuste de conduta que a empresa assinou, porque no momento em que a empresa é chamada pelo Ministério Público, notificada pelo Ministério Público, se ela não está cumprindo a determinação legal da cota, então, o Ministério Público oferece a possibilidade da firmatura de um termo de ajuste e conduta, que o próprio nome já diz.

A empresa, dentro de um prazo estipulado, vai comprovar o cumprimento da legislação, sob pena inclusive de multa pelo descumprimento.

Temos visto que algumas empresas que não estavam cumprindo firmaram o ajuste, por diversos motivos, entre estes os argumentos mencionados, e o Ministério Público, então, executa esse termo de ajuste, que é um título executivo, extra-judicial.

Agora tivemos, por um dos Tribunais do Trabalho, a declaração de nulidade desse termo de ajuste de conduta, tendo em vista que a empresa comprova a ausência de pessoa capacitada, habilitada para as funções daquela empresa.

Isso nos preocupa bastante, porque entendemos ser um retrocesso a declaração de nulidade desses termos de ajuste de conduta, mesmo porque a algumas empresas que não estavam cumprindo, ao serem chamadas para o pagamento da multa, possibilitamos a reversão dessa multa. E temos conseguido em alguns casos que a reversão seja para qualificação e capacitação e pessoa com deficiência.

Então, temos empresas que alegam que não estão cumprindo porque não tem a pessoa capacitada, treinada, então, naquele momento do termo aditivo do ajuste de conduta, nossa proposta é justamente essa: a formação de turmas de capacitação e treinamento.

Essa decisão judicial de nulidade do termo de ajuste tem nos preocupado bastante.

Na Coordenaria Nacional, na Coordigualdade, temos uma minuta de projeto, que foi elaborada no final do ano passado, a respeito de capacitação de pessoa com deficiência para inclusão no mercado de trabalho.

Esse projeto já foi apresentado aos membros da Coordenadoria, já foi aprovado, precisa agora ser encaminhado ao Conselho, ao nosso Conselho Superior do Ministério Público para aprovação.

Como estamos em uma fase de capacitação, de gestão estratégica, diante do nosso planejamento estratégico, essa minuta foi colocada, e agora estamos aguardando o encaminhamento formal, porque é um projeto que entendemos possível em parceria com o Sistema S, para a capacitação ser feita pelo Sistema S.

Teremos uma reunião na próxima semana, esse projeto deverá ser encaminhado ao Conselho, se aprovado por este, vamos trabalhar na sua execução.

Em rápidas palavras, o Ministério Público tem como meta prioritária a inclusão da pessoa com deficiência, e não é de agora, é desde 1998. Percebemos que precisamos avançar, porque há de fato uma redução nos índices de contratação de pessoa com deficiência. Temos esses dados que comprovam. E temos que verificar se os argumentos são válidos, se o forem, precisamos enfrentá-los, criar estratégias para enfrentá-lo. E se não são, se são mitos, se são desculpas, também temos, por meio de instrumentos legais, ações civis públicas, que atuar nessa área.

Muito obrigada e coloco-me à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Agradeço muito à Drª Vilma.

Registro a presença aqui da Drª Maria Aparecida Gurgel, Procuradora do Ministério Público do Trabalho, que é nossa grande aliada nessa batalha e que estará na audiência pública da próxima semana.

Secretária Municipal da Pessoa com Deficiência do Município do Rio de Janeiro, Drª Isabel Gimenes, muito obrigado pela presença.

Fernando Cotta, que é da Corde, do GDF.

E o nosso Presidente do Conade, Moisés Bauer, que vamos achar um espaço aqui.

Passo a palavra para Teresa Costa d'Amaral, Superintendente do Instituto Brasileiro de Defesa dos Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiência.

A SRª TERESA COSTA d'AMARAL – Primeiro, tenho uma responsabilidade muito grande em falar aqui hoje, porque sou única da mesa que representa as Organizações não Governamentais de Defesa das Pessoas com Deficiência.

Falar na frente do Moisés, do Luiz, do Misael e de todos que estão aqui, é uma responsabilidade muito grande, mas espero que com a minha permanente revolta, que vocês todos conhecem, eu consiga transmitir um pouquinho da revolta do segmento das pessoas com deficiência em relação ao mercado de trabalho.

Não há cidadania no mundo de hoje sem inclusão no mercado de trabalho. A atual situação das pessoas com deficiência no mercado de trabalho é de exclusão. Eu não vou dizer total exclusão porque todos os meus companheiros deficientes que estão aqui trabalham, mas se a gente pudesse ser radical, a gente diria de total exclusão porque são inúmeros os obstáculos que qualquer pessoa tem que vencer para se incluir no mercado de trabalho quando tem uma deficiência.

Vou fazer um rapidíssimo diagnóstico e dos impasses existentes. Primeiro, transporte, não há trabalho sem transporte, não há transporte acessível no Brasil. (Palmas) Segundo, existe um vácuo, e que me desculpem as pessoas representantes, e me ouçam porque não estou criticando pessoas, estou aqui analisando situações, existe um vácuo de poder criado entre o Ministério do Trabalho e o Ministério Público do Trabalho nas suas decisões sobre cumprimento da lei de cotas.

A lei de cotas tem 20 anos e mais de dez anos de regulamentação e até hoje não é cumprida. Eu conversei semana passada com um procurador regional do trabalho, no Rio de Janeiro, que me disse: é preciso que se peça um descumprimento de preceito fundamental, trabalho é um direito fundamental da pessoa humana, é preciso que a lei de cota seja cumprida, não há mais tempo para ataques nem fiscalizações que não resultem no cumprimento da lei de cota.

Eu quero me respondam, se o Presidente Franklin Roosevelt tinha capacidade ou não para ser presidente da maior potência do mundo. Então dizer que não há pessoas competentes para trabalhar em empresas é uma inverdade. Existem sim. O IBDD, instituição que eu dirijo, colocou, só em 2009, 300 pessoas trabalhando numa mineradora, colocou em minas, em todo o Brasil. Dizer, a primeira questão que falavam era: é impossível empregar pessoas em minas. E nós colocamos 300 pessoas em um ano.

Então essa impossibilidade parte de uma série de situações criadas a partir da inexistência de transporte, do vácuo de poder criado pela legislação, da falta de consciência das empresas. As empresas só querem empregar pessoas com deficiência leve. As empresas tinham que comprar uma balança para pesar pessoas e botar na porta da entrada porque deficiência leve existe. Roosevelt era cadeirante e se fosse a uma empresa hoje não conseguia emprego porque as empresas não são acessíveis.

Então é impossível que hoje a questão do mercado de trabalho continue a ser tratada sem que se faça, nesta Comissão, o começo de um novo olhar, o começo de uma nova colocação do trabalho sobre os direitos humanos, os direitos civis das pessoas com deficiência. Nós precisamos realmente nos unir para mudar a situação atual.

Vamos começar pelo básico, acesso à escola e à formação profissional. É preciso que a pessoa com deficiência tenha acesso à escola e à formação profissional, não tem; é preciso que o novo programa de governo que vem aí inclua a pessoa com deficiência, mas inclua de verdade, não é só colocar numa linha: estão incluídas neste programa as pessoas com deficiência. Porque se não houver estímulo, se não houver, como disse a Procuradora, vencimento do preconceito, nós vamos permanecer na mesma. As leis, nós temos a melhor lei das Américas, a melhor legislação das

Américas, lei de acessibilidade, lei de cotas, Lei 7.853 e outras. No entanto, nenhuma delas é obedecida na sua profundidade. É preciso que o Brasil deixe de ser o País que tem a melhor lei das Américas e a menos cumprida das legislações.

Falta de acesso à escola, falta de acesso à informação, falta de acesso ao emprego. Como já disse o Senador Lindbergh, a questão dos benefícios dificulta a entrada no mercado de emprego, e não só do BPC, do Benefício da Prestação Continuada, da aposentadoria por invalidez e da pensão. Por quê? Porque se a pessoa com deficiência requer sua aposentadoria por invalidez e volta a trabalhar, perde para sempre sua aposentadoria. Se for demitida da empresa, não conseguirá mais ter sua aposentadoria por invalidez, quando nós todos sabemos como é difícil uma pessoa que tem uma deficiência tão grande que consegue ter sua aposentadoria por invalidez ingressar no mercado de trabalho.

Se houvesse uma flexibilização para que essa pessoa pudesse, durante o tempo que ela conseguisse, trabalhar e, não conseguindo mais ou sendo demitida, voltar a receber sua aposentadoria, pensão ou seja que benefício fosse, teríamos um ingresso grande de pessoas no mercado de trabalho contribuindo para a Previdência Social e deixando de onerar o Estado.

É preciso realmente que esta questão seja revista: incompatibilidade entre aposentadoria por invalidez, benefício da prestação continuada, pensão e volta ao mercado de trabalho. É preciso estudar uma flexibilização para que, com critérios rígidos, possa haver essa modificação na lei.

Outra questão importante a que eu já me referi é o vácuo existente na fiscalização. O Ministério do Trabalho fiscaliza precariamente. No Rio de Janeiro, existem dois fiscais na Superintendência Regional do Trabalho que não conseguem multar uma empresa como a Vale, porque um fiscal que é funcionário não tem condições de multar uma empresa como essa, que tem inúmeros argumentos: é impossível empregar em minas, nós estamos numa situação difícil porque acabamos de demitir tantos empregados...

Não é essa a questão, mas o Ministério do Trabalho precisa começar a exigir que a lei seja cumprida. Já houve prazo demais para essas empresas se adaptarem à lei. A lei precisa ser cumprida hoje, ontem.

É essa a demanda das pessoas com deficiências e de todo o segmento que aqui posso representar. Sei que não represento todo o segmento, mas grande parte daqueles que têm essas demandas.

É preciso que as empresas entendam, sim, que têm que empregar em qualquer lugar. É preciso que acabem com termos de ajuste de conduta que permitam que as empresas contratem atletas. Atleta não é emprego. É preciso que sejam feitos termos de ajustes de conduta ou fiscalizações que não permitam que uma empresa, e é fato, que se prepara para pagar R$3 milhões de multa avise a sua matriz no Canadá e, quando é multada, receba uma multa de R$1,5 mil reais. Essa situação tem que acabar.

A minha revolta, todos que me conhecem sabem que eu sou uma pessoa revoltada com isso, é que essa legislação, essa fiscalização não pode permitir isso, porque está permitindo o descumprimento da legislação. Que haja fiscalização do Ministério do Trabalho ou do Ministério Público do Trabalho para que os termos de ajuste de conduta sejam feitos em outro sentido. Por exemplo: formação profissional é excelente que se faça, mas precisa ter a ver com a relação de cota a ser cumprida. Forma-se a pessoa e já sai empregada? Tantas e tantas empresas têm para pessoas que não são deficientes formação no trabalho, por que essas empresas não têm formação para o trabalho para pessoas com deficiência?

Então eu proponho, Senador Lindbergh, que fique registrada, sim, a nossa demanda: é preciso cumprir a lei. A lei precisa ser cumprida. É possível mudar decretos e é possível, através dessa mudança, aperfeiçoar e agilizar o cumprimento da lei. É necessário, sim, que esses novos decretos possibilitem que a lei seja realmente cumprida.

Por fim, acredito que deva haver também, através de um movimento que esta Comissão pode começar a lidar, a inclusão de pequenas e médias empresas para o cumprimento da cota. Elas são os grandes empregadores brasileiros e estão de fora dessa discussão. É preciso que estejam dentro dela. Se eles empregam a grande maioria dos brasileiros, que incluam a nós, que também fazemos parte da grande maioria dos brasileiros e precisamos de que a lei seja cumprida.

Esta é a minha revolta, esta é a minha demanda: que a lei seja cumprida.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Teresa Amaral.

Chamo agora a representante o Ministério do Trabalho e Emprego, a Drª Fernanda Maria Pessoa di Cavalcanti.

Drª Fernanda Maria Pessoa de Cavalcante.

A SRª MARIA FERNANDA PESSOA DI CAVALCANTE – Bom dia a todos.

Quero cumprimentar a todos em nome do Senador Lindbergh e concordar com as palavras da Teresa. Penso que realmente falta no Brasil, não é lei, acho que temos leis boas, mas temos é dificuldades de executar o que a lei prevê.

Trabalhamos nós para um lado, o Ministério da Previdência para o outro, o Ministério da Educação para outro e o grande órgão que é o Conade que deveria, talvez, deveria coordenar tudo isso – não sei porque não faço parte do Conade. O Ministério faz parte do Conade, mas na Assessoria do Ministro sou técnica, não sou política, coordenar isso.

A gente sente falta, por exemplo, de um cadastro, mas não é obrigação do Governo informar quem é deficiente para uma empresa contratar. Quando o empregador quer contratar, ele vai ao mercado de trabalho e pega o trabalhador normal, digo assim, sem ter deficiência. E por que não faz isso também com a pessoa com deficiência? Por que eles jogam o ônus da contratação para o Governo? Esta é uma coisa que não me cabe muito na cabeça.

O Ministério do Trabalho, a partir de 2005, passou a fiscalizar mais o cumprimento da lei das quotas porque antes havia uma coisa dividida de quem era a competência por conta da lei anterior que era da Previdência Social. Bom, em resumo: a partir de 2005, ficou a competência nossa e, de 2005 para cá, vemos os número de pessoas inseridas com deficiência, por ação direta da fiscalização do trabalho, aumentar anualmente, com um aumento significativo.

O Ministério do Trabalho dispõe de 2.900 Auditores Fiscais do Trabalho para as 27 regionais do Brasil. Talvez isso justifique um pouco o pequeno número de auditores, dos 2.900. Toda vez que a gente pede concurso para completar o que seria de ideal de auditores fiscais do trabalho no Brasil, levando em consideração a PEA e as diretrizes da OIT, deveríamos ter, pelo menos, 5.000 auditores fiscais do trabalho e temos só 2.900.

Cada concurso que a gente faz, não repõem nem o pessoal que se aposenta. Uma dificuldade. Não sei, acho que a fiscalização do trabalho, por ser uma fiscalização social e que não traz tributos para o Governo, recolhimento de FGTS, não interessa muito ao planejamento. Não sei porque a gente nunca recebe o número de vagas suficiente para cumprir.

De acordo com a RAIS/2009, levando em consideração as empresas que são obrigadas a contratar, há 208 mil vagas para pessoas com deficiência no mercado de trabalho. Somente 39% dessas vagas são cumpridas. Essa é uma deficiência grande. No entanto, eu discordo, tem um vácuo, tem pouca fiscalização, mas em compensação, em 2010, fizemos fiscalização em 5.713 empresas, especificamente para verificar a inclusão de pessoas com deficiência.

Dessas 5.713 ações fiscais que fizemos, 5.027 regularizaram a cota. Isso dá 87% de regularização da cota mediante ação fiscal. É pouco? É pouco porque 5.000 empresas que fiscalizamos, é muito pouco comparado com o universo de empresas no Brasil que são obrigadas a contratar, mas é muito levando em consideração que somos 2.900 auditores fiscais pra fiscalizar todas as questões trabalhistas no Brasil inteiro, não só a inserção da pessoa com deficiência.

Apesar de ser uma meta prioritária para a inspeção do trabalho, temos coordenações especificas em cada regional cuidando dessa inserção e fazendo fiscalizações com esse atributo especificamente.

Além disso, temos também a parte de qualificação profissional – o Denis está aqui, mas, infelizmente, tentamos junto com o pessoal do sistema S, fornecer vagas e destinar recursos para essa área de capacitação.

Concordo com a Teresa de que a exclusão da pessoa com deficiência não é só do trabalho, não. É da sociedade como um todo. Se você é uma pessoa que anda normalmente pelas ruas e tem dificuldades em andar pelas calçadas do Brasil, imagine uma pessoa que tem a deficiência física.

Além do transporte, além do acesso à escola, qualquer pessoa que tenha acesso á escola, está capacitada para trabalhar. Por que você precisa de uma capacitação maior do que você que teve uma escola? Por que tanta dificuldade para cumprir a regra? Eu fico chocada quando a justiça dá um ganho de causa desse, que diz que o empresário não vai contratar porque não tem pessoa capacitada para trabalhar com deficiência. A justiça deveria obrigar a empresa a capacitar pessoas para cumprirem a lei e não arrumar desculpa para deixar de cumpri-la. Fico revoltada. Gostaria muito, inclusive, de que fosse feito esse cadastro. Mesmo achando que não é obrigação do Governo procurar trabalhador para as empresas – a obrigação de contratar é da empresa –, o Governo, talvez, pudesse dar algum benefício fiscal para dividir o ônus da contratação, mas não – ônus pela capacitação e pela procura.

O SR. (*Fora do microfone.)*

A SRª FERNANDA MARIA PESSOA DE CAVALCANTI – É, concordo. Desculpe-me. É só A coisa da capacitação. Desculpe-me. Realmente eu falei errado. Foi pela emoção. Estou à disposição, inclusive, para...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Agradeço à Drª Fernanda, do Ministério do Trabalho, porque ela está falando aqui dados concretos. Eu quero agradecer muito a sua presença. Um dado concreto é a insuficiência do quadro, o número de auditores fiscais. Eu queria até formular uma pergunta, Drª Fernanda – obrigado pela presença: desses 2.900, a senhora falou que eram necessários 5 mil. A Tereza Amaral falava que no Rio há duas pessoas. Quantos hoje estão ligados diretamente à questão da fiscalização da pessoa com deficiência? Porque o outro número é interessante – veja bem: de 5.713 ações

de fiscalização, quase 90% do que foi feito de ação de fiscalização tiveram efeito. Então, há uma sinalização clara aqui de que temos que reforçar a fiscalização.

Senador Moka, só passar alguns números aqui rapidamente, antes de passarmos para as confederações. Falarão a Confederação Nacional do Comércio, a Confederação Nacional da Indústria, a Confederação Nacional dos Transportes. A inclusão é muito pouca. Hoje, segundo o censo do IBGE, nós temos 14% de pessoas com deficiência no País. Acho que esse número é menor porque colocam lá pessoas com deficiência visual leve. Presidente Moisés, acho que deveríamos tirar isso para sabermos o número exato. Mas no mundo inteiro a relação é de 10% da população com deficiência.

Pois bem. Os dados do Ministério do Trabalho são muito claros. Olha só: de 43 milhões de pessoas no mercado de trabalho, nós temos apenas 289 mil pessoas com deficiência. Então, se nós temos 10%, temos 0,67 só incluídos. Agora, olha como a lei, apesar de pouco cumprida, tem um feito muito pequeno: acima de 100 funcionários, que, com lei de cota, tem que incluir de 2 a 5% – eu concordo com a Teresa quando nos diz que é hora de ver a legislação para menos de 100 funcionários também –, porque onde tem a lei o número é muito pequeno também – 193 mil – , mas vai para 1,40%. Nas pequenas, que não têm a lei, 69 mil, 0,34%. Na administração pública, apenas 25 mil. Estive na Petrobras, uma empresa daquele tamanho, na administração pública, 0,30%. Ou seja, é um número muito... Na situação que estamos enfrentando no País de quase pleno emprego, podemos, sem medo de errar, dizer que as pessoas com deficiência estão no final da fila na discussão da inclusão no mercado de trabalho.

Eu queria, ao final desta reunião, Senador Moka, tentar tirar ações concretas. Eu acho que, talvez, uma ação do Ministério Público do Trabalho, do Ministério do Trabalho – e o Senado, o Parlamento quer entrar nisso –, uma ação de fiscalização, de divulgação dessa lei, neste mês de maio, que é o mês do trabalho, podia ser algo muito importante.

Há outros temas importantes – e as confederações vão falar – como a formação para o mercado de trabalho. A Presidente Dilma está para lançar agora o Pronatec. A formação para o mercado de trabalho tem que entrar em toda essa discussão. Desculpe-me intervir, no meio da fala, antes de passarmos a palavra para as confederações, porque queremos abrir o debate para os Srs. Senadores e Deputados aqui, mas temos que pensar nos desdobramentos: como saímos desta reunião vendo uma ação concreta do Ministério do Trabalho, do Ministério Público do Trabalho, para a gente dar força, para criarmos algumas ações de fiscalização que dêem força e as empresas saibam que têm de ser cumpridas.

Aí, Drª Wilma, a Teresa do IBDD sempre tem falado isso muito para mim: Olha, nós temos na aliança com o Ministério Público do Trabalho a maior aliada que as pessoas com deficiência têm no país. Mas os termos de ajuste de conduta, às vezes, estão virando um instrumento que acaba flexibilizando demais essa discussão da aplicação da legislação. Esse é um debate que tinha de se fazer. Eu tenho escutado muita reclamação disso. Então, os termos de ajuste de conduta são instrumentos fantásticos. Pela primeira vez, vi alguma crítica aos termos de ajuste de conduta, que, no caso, estariam flexibilizando demais o cumprimento da legislação.

Vou passar para as confederações.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB - SC) – Sr. Presidente, não sei a ordem...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT - RJ) – Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB - SC) – Eu não sei a ordem das colocações. Ouvimos aqui três representações exporem seus problemas; e, agora, V. Exª está informando que vamos passar para as confederações.

Ao ouvir as confederações, acho que, dentro dessa metodologia, dessa idéia - eu estava aqui conversando com o Senador Moka - acho que as confederações vão complementar isso muito bem. Nesse triunvirato que a gente ouviu - a Promotora Wilma; a Teresa, que representa as ONG's; e a Fernanda, que representa o Ministério do Trabalho -, vi que, se pegarmos esse triunvirato, Presidente, uma espécie de Santíssima Trindade, ouvi que alguns ajustes de conduta do Ministério do Trabalho faltam acontecer - do Ministério Público - ouvi aqui o que a Tereza levantou, de que a legislação não é cumprida, e a Fernanda, de que, na fiscalização, há falta de pessoas. Eu vi que existem aí algumas contradições. Se pegarmos as três entidades, aqui muito bem representadas, e elas tentarem se aproximar, para elencar uma solução para colocarmos em prática, acho que já teremos uma síntese. Acho que teremos algo, porque, a depender do Legislativo, de nós, da nossa parte, do Congresso, a depender de nós, ajudaremos a concretizar e a colocar em prática. Temos um grande avanço na participação das pessoas na inclusão do mercado de trabalho.

Ao lado de cumprimentá-lo, já nesse mês de maio que se aproxima, pois V. Exª consegue agregar muito. O Lindbergh tem uma facilidade de hipnotizar, de trazer. Isso aqui representa as pessoas, nesta comissão, nesta audiência pública. Eu saí há pouco da Comissão de Relações Exteriores e o tema era outro.

Era relações internacionais, Itaipu, Brasil e Paraguai, um debate pesado que tem lá, envolvendo *royalties*, um tema totalmente diferente. E neste, agora, Senador Moka, até o jogador Romário está aqui, todo mundo. Este daqui são de pessoas, envolve o direito de participar. Ele mexe, na verdade, com as famílias, com as pessoas do Brasil, mexe com as coisas mais humildes, com aquilo que, na essência, é o Brasil no seu todo. Não só nós, em Santa Catarina, convivemos com isso. Eu mesmo, como governador, convivi com isso tudo. A gente sente que isso aqui é tão importante.

Então, só fiz isso, Presidente, elogiando a maneira como traz, a sua maneira até inquieta. V. Exª é um Senador inquieto, é um Senador assim irreverente, no bom sentido, não só aqui, como no plenário e em todos os lugares. Ele atrai, mexe com tudo, é onipresente. Não sei como ele consegue conviver com isso tudo. O Lindbergh tem essa maneira de estar em tudo quanto é lugar. Mas acho que essas três pessoas, essas três entidades aqui, para concluir essa minha leve participação, ouvindo agora as confederações, acho que vamos tirar uma essência muito importante desse debate de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT - RJ) – Senador Casildo, quero primeiro agradecer a sua participação e o seu empenho. V. Exª está presente em todas as reuniões desta Subcomissão.

Eu acho que seria muito importante que os Senadores e Deputados falassem a qualquer momento. Nas intervenções, fizessem perguntas.

Eu queria aproveitar para citar aqui a presença, Senador Casildo e Senador Moka, da Deputada Rosinha da Adefal, que é Presidente da Frente Parlamentar de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência. É um grande orgulho. Nós temos três cadeirantes, agora, Deputados Federais, aqui. E a luta da pessoa com deficiência ganha um reforço.

Quero citar, também, a presença da Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência, do Governo do Estado de São Paulo. Muito obrigado ao Secretário Marco Antonio Pellegrini pela presença. Honra-nos um estado como o Estado de São Paulo participando desse debate.

Há a presença da Organização Nacional de Cegos do Brasil; da Secretaria Estadual de Cidadania e Trabalho, de Goiás; do Ministério das Cidades, com a Magda Hennes, que é uma grande aliada nossa e está aqui; da Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down; do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional; do Ministério do Turismo; da Apae; dos assessores do Deputado Walter Tosta, que é outro Deputado cadeirante, e da Deputada Federal Mara Gabrilli, que estão aqui; e dos servidores do Senado. Aqui, o Senado tem um trabalho – por isso a biblioteca está presente – de inclusão fantástico. E ao final dessa exposição, vão usar a palavra.

A oportunidade está aberta a qualquer momento, Senador Moka, para os Senadores e Deputados falarem. E antes de passar para as confederações, quero passar, Deputada, talvez pela dificuldade aqui na Mesa, para a Deputada...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Eu vou transferir a fala para a sua volta.

Eu passo para a Drª Loni, representante da Confederação Nacional da Indústria.

A SRª LONI ELISETE MANICA – Então, Rosinha, já deixe o abraço aí, antes de você sair.

Bom dia a todos e a todas. Primeiro, parabenizo o Senador Lindbergh pela oportunidade dessa discussão na qual você traz também as confederações para a Mesa. Eu acho essa parte importante, porque quem realmente emprega são as confederações.

Nós temos um papel importante na sociedade e muitas vezes se discutem algumas leis e se esquecem de que temos esse momento. Nós também fazemos muitas coisas e queremos contribuir. Penso que numa linguagem muito simples, nós queremos o que a sociedade quer, mas muitas vezes ficamos de fora. E temos um rótulo de que talvez não quiséssemos chegar tão próximos do que a sociedade quer. Isso não é verdade. A gente tem um trabalho muito bom.

Eu vou aproveitar meus poucos minutos para, primeiramente, falar rapidamente sobre um trabalho que nós já temos, na Confederação Nacional da Indústria. Mas agradeço ao Lindbergh e parabenizo os nossos Senadores. A Marisa Serrano já conheço há muito tempo. Quase estive com ela um tempo, contratada. E os nossos outros Senadores, que estão conosco. A Maria Aparecida Gugel também conheço de uma caminhada longa. Por estarem aqui, penso que esse é um grande momento de diálogo, de discussão. Desse evento realmente poderão sair grandes propostas.

Em nome do nosso Presidente da Confederação Nacional da Indústria, Dr. Robson Braga de Andrade, vou mostrar aqui um pouquinho do que estamos fazendo em todo o Brasil. Nós temos um trabalho, hoje, – e vou pedir que ele vá passando rápido, aí – uma experiência feita pela CNI e pelo Senai. E eu não digo que essa apresentação é só do Senai. Nós temos uma parceria com a Coal, que trabalha com assuntos legislativos dentro da CNI; e com a Relações do Trabalho, que também é uma unidade que trabalha com questões nessa área. Juntos construímos uma apresenta-

ção rápida, para que vocês conheçam um pouquinho o que é o trabalho.

Nós temos um programa que há mais de doze anos está implantado pela CNI. É importante dizer que ela financia e apóia esse programa, que tem como objetivo principal a inclusão das pessoas com deficiência na educação profissional e, consequentemente, no mercado de trabalho. Então, vou pedir que vá passando pra nós.

Para quem não conhece, o SENAI é extremamente conhecido e a Confederação Nacional da Indústria também. Mas hoje...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª LONI ELISETE MANICA – Oi, Pellegrini?

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª LONI ELISETE MANICA – Ok. Obrigada, Pellegrini. E é isso que estou tentando fazer. Eu estou passando os slides e exatamente o que está no slide estou resumindo em termos de fala. Obrigada pela colocação, Pellegrini.

E em 1942, nós surgimos. O SENAI está ai e é um grande polo industrial, ele apoia 298 áreas técnicas e tecnológicas para a indústria brasileira e faz parte da Confederação Nacional da Indústria. Onde nós estamos em todo o Brasil? Então, aí vem um grande ponto. Temos condições de atuar, de trabalhar com estratégias em todos os Estados. Em todos os estados nós temos uma representação do SENAI, uma representação da CNI, da Confederação Nacional da Indústria.

Pode passar.

Esse é o programa de doze anos, atende a várias vertentes entre elas pessoas com deficiência. Temos um programa muito forte nas comunidades quilombolas e atendimentos a comunidades indígenas, inserção de mulheres em cursos que são estigmatizados como masculinos e homens em curso que são estigmatizados como femininos. Também já lançamos, em 2007, um programa de idosos que objetiva a qualificação e requalificação até para a perspectiva de vida, já que o IBGE está mostrando o maior tempo de vida dos brasileiros.!

Pode passar.

Como foi esse projeto? Ele nasceu, é importante registrarmos, com uma visão de futuro. Ele nasceu em junho de 1999, antes do Decreto 3298, que obrigava a empresa a contratar. Quer dizer, ele veio com uma ação afirmativa, com uma ação positiva, e não sabíamos que iria sair o Decreto 3298. Ele saiu e fortaleceu a nossa ação. Tivemos então uma metodologia ampliada que foi implantada primeiramente nesses cinco Estados, uma empresa piloto. Coletamos os resultados e passamos a incluir em todo o Brasil.

Pode passar.

Cursos de libras. Nós já temos os nossos docentes Temos um *know how* em curso de libras inclusive à distância. Os nossos docentes são capacitados em libras para receber o aluno surdo que chega às escolas, temos de braille, de português e matemática braille, para que os nossos docentes também conheçam. Temos agora, dia 20 de abril, mais uma turma de docentes que atuam na área de informática para conhecer ainda mais os *softwares* utilizados pelos cegos que é o NVDA, que é um programa que possibilita cegos e pessoas com deficiências visuais a acessar e interagir com todas as funções do Windows. O nosso docente é cego também, é deficiente visual, o Walter Junior, que é bem reconhecido nesta área, está trabalhando com 250 docentes em todo o Brasil. Esses, depois, capacitam os alunos cegos em cursos de informáticas.

E temos cursos também de identificação de alunos com deficiência, já que é uma dificuldade o professor reconhecer quem é o aluno deficiente dentro da sala.

Ai tem alguns números. É importante que vocês vejam que nós temos feito muito, temos capacitado em torno de 70 mil deficientes, que já passaram pelos cursos do SENAI. Considero isso um número bastante elevado frente às dificuldades que temos em nosso País de capacitação profissional. Temos um número bem expressivo em deficiência visual, e eu diria que hoje, sem medo de errar, o SENAI é o maior pólo em termos de capacitação de informática para cegos.

Os nossos docentes de informática recebem as instruções necessárias para trabalhar com cegos. Os cegos estão chegando às nossas unidades para serem capacitados em informática. Nós temos os softwares, temos toda a tecnologia para colocarmos em nossas escolas.

Pode passar.

Aí é o projeto de que a nossa colega falou.

O Ministério do Trabalho criou, já em 2008/2007 – quem quiser conhecer está neste *site* – um projeto de incentivo a aprendizagem das pessoas com deficiência. Ao lado, eu já coloquei um projeto que está desenvolvido em Minas Gerais, mas não significa que é só em Minas Gerais. Nós temos 15 Estados que abraçaram esse projeto junto com a Superintendência Regional do Trabalho. Esse projeto é muito bom, porque ele senta com o empresário e diz: “Bom, nós não temos quem cumpra a quota, então, nós Ministério do Trabalho, junto com as escolas vamos capacitar, vamos incluí-lo em cursos de aprendizagem, eles vão ser alunos aprendizes, quotistas aprendizes e estão sendo preparados para o cumprimento da quota posterior. Eu acho que é uma visão nova do Ministério. E aí eu digo para a Teresa das nossas dificuldades.

Acho que o cumprimento de cotas é uma lei, ela existe; não estamos nos eximindo dela. Agora, temos dificuldades em cumpri-la e não podemos passar como se essas dificuldades não existissem. O Ministério tem que estar ciente dessas dificuldades. Como a gente faz essa inclusão? É importante dizer. Ela se faz dentro de cursos regulares, sim, para aqueles alunos que têm os pré-requisitos e que podem estar dentro de uma turma regular. A nossa ideia não é que aquele seja um aluno pesado dentro da turma, mas que ele seja mais um aluno que está ali contribuindo e incluído junto aos iguais, aos seus pares. Quando isso não é possível, que ele não é alfabetizado, que ele não tem um pré-requisito mínimo, nós não conseguimos colocá-lo numa turma regular, porque seria utopia dizer que uma pessoa analfabeta pode ir junto para uma turma já alfabetizada ou com a quinta série, num curso de formação industrial. Então, nesses casos, temos fechado turma. Chega uma demanda da indústria, no cumprimento da cota, junto com o Ministério, mas não temos as pessoas com deficiência. Quem nos apóia? As ONGs, que são elas que fazem esse pré-requisito, que trabalham esse pré-requisito com esses alunos, porque temos que dizer: esse aluno que está com maior idade, que está com uma idade avançada, que não está alfabetizado, ele não entra na educação básica da escola regular incluído. Isso é fato.

Pode passar. Esses são documentos que a gente cria para esse trabalho. Quero focar no outro.

Pode passar. São inovações tecnológicas que surgem dos próprios alunos. A gente teria muita coisa para mostrar aqui, mas o importante é focar a partir de agora, que é o cenário atual, qual a nossa dificuldade no cumprimento da cota.

Primeira questão: a gente não pode fugir. Temos aí um contingente de deficientes que não tiveram as oportunidades que estão tendo hoje, serem incluídos na escola regular. Então, esse contingente não é pequeno. São pessoas acima da idade de 30, 40, 50 anos e que são pessoas, pelo próprio IBGE, em 2000, apresentava uma taxa de 60% de analfabetos. Como é que nós vamos capacitar pessoas, na educação profissional, e colocá-las dentro de uma empresa e ainda vem a cobrança de que as colocamos em cargos baixos dentro da empresa. Mas como vamos colocar essas pessoas em cargos elevados dentro de uma empresa sem a escolaridade mínima? Isso é fato. Temos que trabalhar com esses fatos reais. A outra dificuldade são as adaptações arquitetônicas, que a Tereza colocou muito bem. Temos que ter transporte para chegar à escola e transporte para chegar à empresa, e isso eu não concordo que seja um fato de empresa, temos que pensar em Estado, o que podemos fazer para que essa pessoas chegue como as outras dignamente a uma indústria para trabalhar, seja de ônibus, seja de que maneira for para ela chegar, mas isso é papel do Estado.

Pode passar.

Uma outra dificuldade: o censo não é feito por região, não é feito por cidade; ele nos apresenta 25 milhões; apresenta 14 mil pessoas com deficiência. Sabe-se se essas pessoas com deficiência estão localizadas naquela região onde precisa ser cumprida a cota? Muitas vezes não. Essa foi uma pesquisa feita pelo SESI que mostrou que – olha a diferença do IBGE – temos uma percentagem altíssima de pessoas com deficiência e, quando fomos para uma pesquisa pontual em determinada cidade, vimos que quase não temos deficientes naquela cidade. Então, como cumprir a cota em determinadas cidades se o censo é feito geral? Ele tem que ser feito por região e a cota tem que ser uma forma de se pensar que se cumpra de acordo que eles estejam lá. Eles não vão sair, migrar do interior de Minas Gerais para ir para São Paulo porque lá eles estão precisando. É muito difícil isso. Temos que trabalhar com a realidade.

Pode passar. Aí são questões também de dificuldade que seriam: as pessoas que são enquadradas no decreto. Já pararam para pensar que essas pessoas com deficiências que não estão no Decreto nº 5.296 nem no Decreto nº 3.298, que agora foi substituído pelo 5.296 e ficou mais restrito ainda para entrar no mercado de trabalho, e essas pessoas que são deficientes e que não são cotistas, têm mercado de trabalho? Elas estarão no mercado de trabalho ou estão sendo excluídas? Será que esse decreto mesmo não excluiu essas pessoas de não existem pessoas com deficiência leve? Mas essas pessoas estão percebendo, que tinham um olho só, monocular, descobriram que eles também são deficientes e precisam entrar na cota e não foram previstos. Então, é preciso rever essa questão, quem são as pessoas que podem ser cotistas. Esse decreto restringiu enormemente as pessoas que podem ser cotistas. Então, temos empregados que são deficientes mas não são cotistas. E isso também impacta nessas pessoas que não são cotistas não terem mercado de trabalho, e são deficientes. Então, entre um que não é deficiente e um que é deficiente, mas não é cotista, vou pegar um não deficiente.

E entre um não deficiente, cotista, e um não cotista, eu vou pegar quem? O cotista. Então, pessoal, esse é o real. Temos que trabalhar com os fatos. Temos que pensar nessas pessoas que não tiveram essa cota.

Outra questão é a das pessoas com invalidez, muito bem colocada pela Tereza. Não vou falar porque realmente é um contingente significativo e que não vai

para o mercado de trabalho, e que está contando como pessoas deficientes.

O Benefício da Prestação Continuada. Vou deixar uma sugestão: tem que se pensar uma legislação na qual essa pessoa tenha condições de incorporar esse benefício, que ele não perca esse benefício, até porque justificativa ele tem de monte, ele tem que comprar aparatos tecnológicos, tem que comprar remédios, ele tem muito mais gastos que um colaborador que vai para uma indústria e que não tem uma deficiência. Quanto a isso, teria que se achar uma forma de ele conseguir ficar com esse BPC de forma que ele não tenha medo de ir para a empresa trabalhar e perder o BPC. Isso aumentaria o número de empregados deficientes.

Uma outra questão, a do ingresso de pessoas por concurso público. O concurso exige algum nível de escolaridade, algum básico para esse aluno deficiente. A privada fica com aqueles analfabetos, então me pergunto: será que não podemos fazer uma parceria e pensarmos em como solucionar esse número significativo de analfabetos no mercado de trabalho para que eles sejam efetivamente incluídos e não colocados para cumprimento de cotas? Que ele se sinta cidadão dentro de uma empresa; que ele sinta que pode crescer dentro de uma empresa; que ele possa ser um funcionário ativo dentro de uma empresa e não apenas uma pessoa para cumprimento de cotas. Essa é a maior preocupação que tenho. Será que queremos que ele cumpra cota e seja realmente colocado dentro de uma empresa para que ele fique lá, para que não se autue, ou que ele seja efetivo, que ele traga outros benefícios também para ele como pessoa?

Para terminar, entendemos que a demanda dos empregos é bem maior que o número de pessoas com o perfil exigido para entrar no mercado de trabalho. E isso tem que ser um esforço conjunto da sociedade, não pode ser jogado apenas para a empresa. Vou lá na empresa e digo que eles têm que colocar cem funcionários para dentro. E a empresa diz: "Mas onde que eu pego?" Abra o edital e não aparece. Então, tem que ser um esforço das ONGs, que eles venham para capacitação, que venham concomitante para uma empresa, mas que seja um esforço conjunto e não só da empresa.

Terminando, nossas sugestões, Lindbergh, que ficam: acreditamos que a inserção no emprego vai ocorrer naturalmente quando se der a inclusão nas escolas regulares; antes disso, tem que se pensar em alternativas. O decreto é uma alternativa? O cumprimento de cotas é uma alternativa? É, mas ela efetivamente tem que ser pensada com as considerações das dificuldades no cumprimento dela.

A outra questão, a inclusão da pessoa com deficiência no mercado do trabalho, ela é o resultado da união de esforços de uma sociedade. Isso que o Lindbergh está fazendo aqui. É uma união. As confederações, juntas, dizendo: "Nós queremos, mas não conseguimos cumprir por isso" e vocês dizendo: "Mas nós queremos que cumpram e então vamos fazer isso". É aí que se chega realmente a resultados concretos, a soluções. E para o cumprimento dessa cota será necessário que a gente entenda que eles não podem ser jogados nessas indústrias, eles têm que ter uma qualificação mínima, uma exigência mínima para poderem produzir e para realmente serem considerados cidadãos produtivos dentro daquela empresa. É isso que a empresa quer. Ela quer esse cidadão dentro da empresa útil.

E, finalmente, a inclusão no mercado de trabalho é uma conseqüência natural. O trabalho que o SENAI e o SESI fazem nas escolas é reconhecido pelo Brasil. Não preciso aqui falar da competência do SENAI nas qualificações, mas é importante dizer que ela não é apenas uma imposição. Ele está entrando na escola e, coonsequentemente, no mercado de trabalho. Se isso for feito desde a escola básica, também pelas escolas públicas, que a gente viu hoje na reportagem da tevê, as dificuldades que se encontram nas escolas públicas em fazer isso efetivamente, então acho que vai ser uma realidade mais próxima e que realmente consolida a nossa cidadania.

Pode passar. Ai está o nosso *site* para quem quiser conhecer. Não consegui falar todas as nossas ações, mas temos muitas ações que desenvolvemos e valem a pena ser conhecidas pelo Senador e por toda Casa. Mas o que é mais importante dizer, Senador, é que a indústria quer o que a sociedade quer, e temos que conversar e ver a melhor forma para que se faça o cumprimento dentro de uma realidade possível de ser fazer.

Obrigada mais uma vez e parabéns por trazer as indústrias, o comércio, o transporte para discutir nesta Mesa junto com o Governo. Parabéns pela iniciativa e obrigada a todos.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Drª Loni, muito obrigado pela exposição, pela presença da CNI.

Volto a dizer aos Senadores que a fala está aberta em qualquer momento, aos Deputados também.

Claro, Senadora Marisa.

A SRª MARISA SERRANO (Bloco/PSDB – MS) – Eu gostaria de agradecer muito. Venho de um Estado periférico, Mato Grosso do Sul, um Estado que faz fronteira com a Bolívia e com o Paraguai, um Estado com muitas dificuldades mas também um grande ce-

leiro deste país na questão da criação de gado e da plantação, principalmente, de soja. Mas queria dizer que recebi, há questão de quinze dias, um grupo de pessoas falando em nome de todas essas entidades que trabalham em Campo Grande com pessoas com deficiência. Eles tinham vindo de uma reunião na Câmara Municipal de Campo Grande, numa audiência pública na Câmara, capitaneada por um vereador do PPS que é mais ligado a essas questões, sensibilizando todos os companheiros. Foram levados também por um deputado estadual do PT, Pedro Kemp, para discutirmos como fazermos juntos e como eles poderiam ajudar esta Comissão.

Fizeram uma reunião, estão levantando todos os pontos, já me mandaram vários pontos que depois vou entregar ao Presidente para que a gente possa discutir, dizendo que legislação nós temos, o problema é o cumprimento da legislação. Então, se pudermos nesta Casa trabalharmos nesse sentido vai ser muito bom. A Assembléia Legislativa de Mato Grosso do Sul vai fazer uma audiência pública também nesse quesito para nos dar mais subsídios, vindos de todo o Estado, tendo esta Comissão como o local do desaguadouro de todas as ideias, propostas, sugestões, que tenhamos no nosso Estado, em Mato Grosso do Sul. Acho que isso nós podíamos fazer em todo o país, pedir que as Câmaras de Vereadores, que as Assembléias Legislativas trabalhem e nos enviem aquelas propostas que são do âmbito federal. O âmbito estadual eles resolvem lá, do municipal também, mas que no âmbito federal a gente possa trabalhar aqui, a questão da acessibilidade, a questão do trabalho, tantas outras questões que podemos verificar aqui. Deixo a minha proposta de continuar ajudando o meu Estado – estou fazendo isso muito de perto -, trazendo de lá para cá todas as possibilidades e sugestões que o nosso grupo, principalmente as ONGs, mas também o governo do Estado e a prefeitura municipal de Campo Grande, nas quais estamos trabalhando juntos nessa questão. Portanto, Sr. Presidente, depois encaminharei todas as sugestões enviadas por aquelas ONGs que trabalham com pessoas com deficiência para que a gente possa achar caminhos melhores. Meus parabéns a todos os que falaram. Vou pegar um vôo daqui a pouco, vou ter de deixá-los, mas não queria deixar de falar aqui, desejando sucesso a todos nós, que vamos trabalhar por aqueles que precisam do nosso trabalho e que são pessoas tão especiais que é necessário que nós nos unamos. Aí concordo com você, Leoni, é a união nossa que vai fazer com que as coisas modifiquem e melhorem neste país. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senadora Marisa Serrano, quero agradecer a presença de V. Exª, que é vice-presidente desta Comissão. Vou passar ao Senador Moka, mas a nossa ideia aqui é um pouco isso, que as comissões funcionem para tentar resolver problemas, para tentar dar encaminhamentos. Ao final daqui a gente quer tentar dar um encaminhamento concreto. Sei que o horário de funcionamento desta Comissão, começando às 11h30min, é duro, vamos até às duas da tarde, por aí, mas é um horário interessante para discutirmos com a TV Senado também. Havia uma grande discussão nesse debate sobre a pessoa com deficiência, que é a dificuldade de estar aqui, de estar conectado. Daqui a pouco vamos entrar ao vivo com a TV Senado. Tem muita gente nos Estados querendo participar desse debate. Então, foi o espaço que achamos, Senador Moka. Vamos, de 11h30min às 14 horas fazendo o nosso trabalho, tentando disseminar isso pelo país. Antes de passar para o Senador Moka, esse tema da aposentadoria por invalidez, benefício de prestação continuada e pensão por morte, Drª Aparecida, é uma questão que dá para resolver, estou convencido. Tive uma reunião com o Ministério da Previdência que foi muito produtiva. Tinha um Decreto-Lei de 2007, que não está bem construído, mas mostrou uma iniciativa do Governo Federal querendo resolver, que suspendia o recebimento do recebimento do benefício da prestação continuada, mas não funcionou aquela saída do Decreto-Lei. Estou muito confiante de que pode sair alguma coisa. Sei que, hoje, esse é um problema grande na discussão da inclusão no mercado de trabalho. Vai ser o nosso debate da próxima quinta-feira. Vou passar ao nosso Senador Waldemir Moka. Também agradeço pela...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – ... que hoje esse é um problema grande na discussão da inclusão no mercado de trabalho. Vai ser o nosso debate da próxima quinta-feira. Vou passar ao Senador Waldemir Moka. Também agradeço ao Senador Casildo, pela capacidade de trabalho. O Moka, como o Senhor, Casildo, está sempre presente em várias Comissões, mas pelo tema da pessoa com deficiência. É um tema que entrou na minha vida, Deputado Romário, por questões pessoais, estamos na luta, mas os Senhores estão dedicando grande parte do tempo da atuação parlamentar a esse tema. Então, nós nos sentimos homenageados pelo esforço, pela dedicação. Os Senhores estão sempre presentes nesses debates. Com a palavra o Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Presidente, Senador Lindbergh, eu e a Senadora Marisa somos um único caso, somos de uma cidade pequenina chamada Bela Vista, na fronteira com o Paraguai. Da mesma cidade estamos eu e a Marisa aqui.

É uma realidade. Mas vim aqui, tenho acompanhado, faço parte desta Comissão, e o Presidente Lindbergh dizia que temos de ter uma subcomissão. Eu até discuti com ele, dizendo: Lindbergh, nós temos de ter um padrão nisso, um início, um meio e um fim. E ele me disse: não, Senador, eu quero uma Comissão que vá fazer com que as coisas andem, com que as coisas aconteçam. E é pela fala – até vou fazer uma provocação depois, porque acho importante a gente fazer essa questão -, que ficou clara uma coisa: do ponto de vista da legislação, há quase uma concordância de que a legislação existe, é muito boa, mas não funciona. Seja porque falta fiscalização, seja por causa da fala da Loni, que disse que a indústria quer contratar, precisa, mas tem algumas dificuldades. Então, penso que na prática é exatamente isso que temos de fazer aqui, fazer ouvir, realmente, as confederações. Acho que a sugestão de incluir as pequenas e médias empresas é importante, só que acho que a legislação obriga, penaliza. Será que se a gente inverter isso e estimular, dar algum tipo de estímulo às empresas, sei lá, na hora do imposto de renda, na hora de participar de uma concorrência pública, para que aquelas empresas que tiverem a cota 100% concluída possam ter preferência... Às vezes, vejo a revolta, a Teresa se coloca, imagino, tanto tempo à frente desse trabalho cobrando, cobrando, e as coisas não acontecem. As pessoas se revoltam. É compreensível isso, Teresa. Ainda bem que você consegue se indignar e ter essa revolta, porque é a partir dessas indignações e dessa revolta que a gente é cutucado e vai atrás disso. Então, quero aqui, até por que, começando, não tenho a revolta, mas tenho a vontade de acertar. Então, acho que tínhamos de trabalhar nas duas pontas, meu Presidente. Uma cobrança dura, ajudar o Ministério do Trabalho nessa questão de mais contratação de fiscais. Vamos para cima na discussão do Orçamento, priorizar isso, o concurso público, mais oferta, realmente, para o pessoal do trabalho e, quem sabe, não é bem uma provocação, mas uma forma de estimular o debate, eu gostaria de ouvir como vocês enxergariam uma legislação que, ao invés de penalizar, estimulasse as empresas que realmente tivessem 100% dessa cota na disputa de concessões públicas, de obras públicas. Enfim, alguma coisa que dissesse assim: aí eu tenho a impressão... A impressão que tenho, Lindbergh, e o Sistema S, que às vezes é tão criticado, e conheço tanto o trabalho do Sistema S, um trabalho muito bem feito, tanto do SESI quanto do Senai. É importante isso, vocês têm de divulgar isso, as pessoas não conhecem esse trabalho, que é muito importante. Finalizo aqui. Quero ouvi-los mais, vou ficar até o final do debate. A minha fala é mais no sentido, Teresa, de estimular e provocar mais esse debate, porque as indignações e a revolta é que vão fazer com que a gente possa correr atrás e, aí sim, fazer com as pessoas tenham essa inclusão, essas pessoas especiais tenham inclusão ao mercado de trabalho.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Obrigado, Senador Moka, vamos dar um encaminhamento no final e ver na hora das propostas.

Eu quero passar a palavra, antes de passar à Federação Nacional do Comércio, para a Deputada Federal Rosinha da Adefal, que é a nossa Presidente da Frente Parlamentar.

Ontem os Deputados conseguiram uma grande vitória, temos que parabenizar os Deputados que conseguiram incluir na *Minha Casa Minha Vida* emendas, regras de acessibilidade, se não tivesse essa batalha nós íamos estar... nós vamos entrar nessa briga aqui no Senado, mas parabenizar vocês na Câmara.

Rosinha fala da tua experiência lá.

A SRª ROSINHA DA ADEFAL (PTdoB – AL) – Vou tentar ser breve, porque quero escutar a fala do pessoal, mas vou tentar passar o máximo de informações que eu conseguir.

Vou fazer dessa última semana um breve relatório da Frente, mas a primeira coisa da Frente Parlamentar que eu quero dizer é que eu tive uma conversar com o Senador Lindbergh, na segunda-feira à noite, foi muito boa, na intenção de trabalharmos juntos. A Frente Parlamentar na verdade é uma frente do Congresso, de Senadores e Deputados, mas trabalhar muito ligada, muito em conjunto com a CASDEF. Eu acho isso importantíssimo, porque o que se discute lá tem que estar bem afinado aqui e vice-versa. Para a gente estar realmente falando o mesma linguagem no que diz respeito à Legislação. Mesmo que a gente tenha em alguns momentos divergências, um tem que convencer o outro para termos o texto mais dentro do contexto possível. Então achei muito importante.

Também tive uma conversa com o Senador Paulo Paim, e voltei. Em cada um dos membros da Comissão, individualmente. Vocês sabemos como é difícil aqui, tantas atividades no Congresso, não dá tempo de a gente fazer tudo o que a gente deseja, como a gente planeja.

Bom, mas a primeira vitória, o primeiro relato da Frente desta semana, é como o Lindbergh falou, foi uma semana de muita negociação, muita tentativa para a gente contemplar no texto da MP 514, que trata do programa *Minha Casa Minha Vida Dois*, alguma coisa com relação à acessibilidade, as pessoas com deficiência e mobilidade reduzida. Numa MP, na antiga MP não contemplava nada, a gente só tinha uma re-

gulamentação pela portaria, a gente não ficava seguro com isso e nem era o que as pessoas com deficiência na verdade necessitam.

Então, foi uma articulação com Relator, com alguns Líderes de Bancada, inclusive eu gostaria de agradecer ao Deputado Otávio Leite, que ontem foi ao debate, foi para a briga mesmo e conseguiu garantir isso, o Deputado Walter Tosta, Mara Gabrilli, principalmente por suas assessorias, que nos instrumentalizaram da melhor maneira. Um detalhe, é que eu, o Walter e a Mara só estamos no mandato agora e o prazo para apresentar emenda já havia terminado, então, tinha que ser realmente uma negociação com o Relator, com o Governo, fizemos interlocução com a Secretaria de Direitos da Pessoa com Deficiência e com a Secretaria de Direitos Humanos. Enfim, conseguimos garantir a prioridade de atendimento, o que queríamos realmente é que fosse garantido desenho universal, mas garantimos prioridade de atendimento e as casas, 3% de casas adaptadas às pessoas com deficiência e 3% de casas adaptadas aos idosos.

Ontem, na última hora o texto estava assim, porque a gente só teve acesso ao relatório na hora em que começou a leitura. E o texto dizia 3% para pessoas com deficiência física e aí eu quase ando, ou idoso. Deficiência física ou idoso. Eu, pelo amor de deus, tive de dar uma aula ao Relator na hora, aos outros Colegas, ao Deputado Jonatas de Jesus, que também já tinha um projeto tramitando lá com o mesmo teor, que vai ser arquivado agora, porque a gente já contemplou na medida provisória, o Deputado Mandetta.

Enfim, minha gente, não é deficiência física, ponha só pessoa com deficiência. A acessibilidade é para todos. Na verdade a gente nem deveria estar discutindo isso, porque o mundo deveria ser construído para todos. Não, mas não é questão da rampa, não é só isso a acessibilidade, gente. Consegui convencer, tirou o físico e trocou ou que tinha deficiência física ou idoso. E aí, na verdade, restringia, excluía, porque ou um ou outro. E a gente tirou o idoso, uma vez que o Estatuto do Idoso já contempla prioridade e reserva de vaga ao idoso, foi uma vitória, prioridade e reserva de vagas.

A próxima briga vai ser que a gente tenha o desenho universal, para que todas as casas sejam acessíveis ou adaptáveis, portas largas, paredes que possam colocar barra, piso que possam colocar o piso direcional, a lâmpada que possa mudar para que quando ela piscar seja um sinal para o deficiência auditivo, coisas do tipo, mas que a gente vai construir e aí é um trabalho inclusive para os que fazem a Secretaria de Direito da Pessoa com Deficiência, Secretaria de Direitos Humanos, uma articulação com o Governo como um todo.

Outra coisa que eu queria falar da Frente é que a gente fez o lançamento da Campanha junto com os SIMPROLs da Campanha “Intérprete de Libras não é só Vocação, Valorize essa Profissão”, porque a gente entende a necessidade que a comunidade surda tem de que esses intérpretes não trabalhem só por vocação, que a profissão seja reconhecida, e nós, pessoas ouvintes, precisamos deles para nos comunicar com os surdos, uma vez que a LIBRAS, que está fazendo nove anos este ano, ainda não é ensinada desde a infância das nossas crianças. Creio que a gente vá conseguir isso muito em breve.

Outra questão que tenho certeza de que o Lindbergh vai trazer aqui para uma discussão na CASDEF, mas uma forma que ela seja difundida. Então, foi um evento muito interessante, com a fala do pessoal do sindicato, com uma apresentação da comunidade surda, uma apresentação artística e a Frente Parlamentar participando ativamente, contribuindo e divulgando essa Campanha.

Agora, entrando no assunto, Senador Lindbergh, eu gostaria só de falar de uma experiência do Estado de Alagoas, que eu acho que talvez possa ser um norte para que consigamos mudar essa realidade. Eu não ouvi todas as falas, ouvi mais a da Teresa e a da Fernanda, tive que sair correndo, também cheguei um pouco tarde, estava em outra audiência. Enfim, lá em Alagoas a época que a gente mais conseguiu empregar pessoas com deficiência, incluir e monitorar as empresas em quantas pessoas estavam no mercado de trabalho foi na época em que o núcleo de combate à discriminação das oportunidades de trabalho, instalado nas antigas delegacias regionais de trabalho, funcionavam ativamente em conjunto com o Ministério Público do Trabalho, com a Justiça do Trabalho, com o Sistema S, com associações, com empresas inclusive que trabalham com a questão da empregabilidade, as agências de emprego, enfim, era um grupo grande, unido, com INSS, auditores fiscais, MTP, MPT, associações, todos Sistema S e a Justiça do Trabalho. Então fazíamos uma coisa muito coordenada.

O núcleo era coordenado por um auditor fiscal, hoje, por conta da reestruturação, não é mais um auditor fiscal e, no meu entendimento, ele já não funciona como antes por conta disso, porque os auditores fiscais, nesse número pequeno, e aí eu defendo a tua fala, de que precisamos realmente ampliar essa quadro. Todos não puderam, enfim, ficar nessa coordenação e a gente teve uma grande perda, porque o núcleo hoje já não funciona da forma como funcionava. Então, eu não sei se nas superintendências ele ainda está ativo, mas em Alagoas, na época em que o auditor fiscal era o coordenador a gente tinha uma...esses núcleos

nasceram dessa unidade de fiscalização em todos os Estados, em todas as Delegacias Regionais do Trabalho, que eu saiba, todas tinham um núcleo que atendia à questão da pessoa com deficiência, mulheres, negros, homossexuais, ou seja, atendiam à diversidade.

A SRª TERESA COSTA D'AMARAL – Todos os grupos em desvantagem.

A SRª ROSINHA DA ADEFAL (PTdoB – AL) – Exatamente, em todos os Estados do Brasil.

A SRª TERESA COSTA D'AMARAL – No Rio, são núcleos do Ministério e não com participação da sociedade civil.

A SRª ROSINHA DA ADEFAL (PTdoB – AL) – É, hoje ele já funciona assim, Teresa, a época ele funcionava com toda essa estrutura. Eram onze instituições no Estado de Alagoas, representando as pessoas com deficiência: SENAC, SENAI, INSS, o Ministério Público do Trabalho, a Justiça do Trabalho, e o que se fazia? Chamavam todas as empresas com mais de cem funcionários, uma a uma, conversava, via o que estava sendo feito, não para multar, nem era uma fiscalização, era uma conversa, e aí eles representavam o quadro, que quase ninguém estava cumprindo. E aí fazia-se um termo de ajustamento de conduta, mas com a participação de todos. E mais uma vez eu quero registrar que se não fosse o Ministério Público do Trabalho, naquela época, lá em Alagoas, nada teria acontecido. Foi lá, inclusive, com o Dr. Opiniano, que eu acho que a senhora conhece muito bem, que levantou essa bandeira, numa grande guerra, quando na antiga *Telesa*, que era a Telecomunicações de Alagoas, foram dispensadas mais de 102 pessoas com deficiência, naquela época em que tínhamos aqueles convênios, alguns ainda subsistem.

Enfim, depois desse termo de ajustamento de conduta, a Justiça do Trabalho sabia do termo, o Ministério sabia do termo, o Ministério do Trabalho sabia do termo, todo mundo estava num entrosamento e era muito raro eles não cumprirem. E eles capacitavam as empresas, gastavam na capacitação quando o Sistema S não tinha aquele curso direcionado àquela atividade, e funcionou muito bem, gente. A gente tinha um visual, um raio x de quem estava empregando, que tipo de deficiência, quais eram as funções, quem estava capacitado. Depois, toda a vez que eles iam abrir vagas, eles eram obrigados, pelo termo de ajustamento de conduta, a informar ao núcleo, mas não só para que as pessoas com deficiência, que faziam parte das instituições, tivessem conhecimento, ele também era obrigado a colocar num jornal de grande circulação. Então, era uma coisa muito aberta, para que todas as pessoas com deficiência do Estado tivessem ... tinha chamada na rádio, tinha chamada no jornal, enfim, e aí aquela rede funcionava, porque um avisava ao outro.

Com essa mudança, porque o núcleo era dentro do Ministério do Trabalho, na delegacia, com essa mudança de sair o coordenador ser um fiscal do trabalho, a coisa foi se perdendo, o núcleo foi perdendo a força e hoje já não tem a mesma empregabilidade, o mesmo conhecimento de quem está empregando. Sabemos, inclusive, que o número de vagas aumentou. E é aquela velha história, que todos estão cansados de ouvir, nós, pessoas com deficiência, não estamos capacitadas, e as multas, e os termos de ajustamento de conduta.

E aí a Drª Aparecida, eu quero não concordar e, ao mesmo tempo, discordar, mas realmente existem os termos de ajustamento de conduta que são coisas feias, para não dizer outros nomes, são feias.

Vejo também que existe, não só no Ministério Público do Trabalho, mas em vários órgãos, o INSS, Ministério Público, pessoas que vivem toda essa realidade, pessoas individualizadas, não é o órgão. A gente precisa que o órgão viva essa realidade. Que haja uma capacitação com todos os procuradores, promotores, técnicos, para que todos tenham conhecimento da Legislação e saibam aplicar. Não adianta termos a Drª Aparecida, lá na Alagoas o Dr. Opiniano, que já não está mais nem lá, a Drª Virgínia, que hoje está à frente do fórum, o próprio Ministério Público criou um fórum na ideia de resgatar isso aqui, mas não estamos conseguindo. Se não tem esse envolvimento não só pessoal, mas do órgão, a coisa não acontece.

Então eu vejo, por exemplo, no Ministério Público Estadual quando a gente vai fazer um seminário, chama alguém para falar, Lindbergh, sabe o que a promotoria específica da pessoa com deficiência diz: mas a deficiência física ou mental. Primeiro que não existe só esses dois tipos de deficiência, e não tem que fazer essa diferenciação. Só se sabe falar disso? Sobre isso? Então a gente precisa realmente fazer com que o órgão participe e não a pessoa, não a Fernanda, não a Drª Aparecida, não outros que a gente sabe que carregam essa bandeira, o Dr. Waldir, lá no Pará e tantos outros que a gente sabe que carregam a bandeira, mas precisaria do envolvimento dos órgãos. Eu acho que talvez seja uma ideia para a gente trabalhar em conjunto.

Aí, agora eu trago a questão das próprias confederações, tão bem trabalhadas aqui. Acho que a gente fazendo esse chamamento, não só como uma cosia local, mas fazendo por meio das confederações... Quem muito me procura lá é o sindicato dos construtores. A gente, nessa coisa do crescimento das construções em todo o País por conta do PAC, sabe-se que não há trabalhadores para as obras e nós, pessoas com

deficiência, se capacitadas, podemos ser uma boa mão de obra.

Enfim, eu acho que já consegui falar tudo, fazer minha crítica e minha sugestão.

Agradeço muito a oportunidade. Talvez, se conseguirmos trabalhar essa ideia num conjunto, a gente consiga.

E o decreto, só por último, para terminar. O decreto que Teresa comentou, do qual você também já falou. No dia em que nós conversamos, você estava lá na Previdência. No dia seguinte você foi lá no Ministério da Previdência. A gente sabe que esse decreto existe, que ele nunca saiu do papel. Do BPC 6.214, de 2007. Se uma pessoa com deficiência for ao INSS dizendo que quer a suspensão do BPC, vai ficar todo mundo doido, com a cabeça na mão, sem saber como é que faz, porque o tal sistema não sabe – porque tudo tem que ser no sistema e tudo tem que ser no computador, tudo tem que ter uma programação e um controle – como é que vai registrar isso no sistema se nem no sistema há essa previsão? E o decreto diz – eu não lembro qual é o artigo, que pode sim ser suspenso e ele pode ser novamente concedido, desde que a pessoa com deficiência volte a ter as características de não ter mais condição para o trabalho. Então, fica uma coisa que está dúbia, a gente realmente precisa reconstruí-lo, porque acho que esse talvez seja o instrumento pelo qual a gente possa conseguir a inclusão das pessoas com deficiência no mercado de trabalho.

Agradeço a oportunidade,

Muito obrigada. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Obrigado, Deputada Rosinha.

Talvez aqui, para o encaminhamento, nos quinze minutos finais da reunião a gente tente dar encaminhamentos à reunião. Talvez essa história dos núcleos seja uma forma de a gente ter uma ação mais articulada nas fiscalizações nos estados.

Deputado Romário, quer falar agora?

Vou passar com muita alegria ao Deputado Romário, que está colocando uma pessoa com deficiência no centro do seu mandato e que, em especial para a Síndrome de Down, virou uma referência fantástica. Eu participei de uma passeata do RJDown no Rio de Janeiro e ao final, dos discursos, o Breno e a Fernanda, que são lideranças Down, disseram: “Agora nós estamos com tudo, porque nós temos o Romário do nosso lado”.

Com a palavra o Deputado Romário.

O SR. ROMÁRIO (PSB – RJ) – Quero saudar o nosso Senador, Presidente da Mesa, Lindbergh. Agradecer o convite a todos presentes da Mesa, aos Senadores, Senadoras, Deputados, todos presentes na Casa.

Eu realmente entrei na política com esse objetivo, de militar nessa área, porque entendo que é uma área em que realmente essas pessoas precisam de ajuda, essas pessoas precisam de pessoas como nós, que estamos aqui hoje reunidos nesta sala, que podemos e temos condições de realmente fazer alguma coisa por elas diferente. Nós sabemos do preconceito, da falta de respeito que existe em relação a essa parcela da sociedade. Eu vejo com olhos muito positivos essas reuniões que são feitas, essas audiências públicas, onde estão presentes vários órgãos governamentais e não governamentais. Temos no Senador Lindbergh, como nosso próprio Senador falou aqui, uma pessoa que definitivamente está de frente para uma causa que é nobre. Ele, há quase 5 meses, teve a sua filhinha e, mais do que ninguém, hoje pode dizer o que significa realmente uma criança especial na nossa vida. Eu tenho, nos últimos 6 anos, a graça de Deus e a felicidade de ter um anjo na minha casa. A partir desse momento, entendi que eu, pela pessoa que fui e dentro do que eu pratiquei no esporte e hoje, principalmente, por ser Deputado Federal, posso realmente fazer alguma coisa por essas pessoas.

Infelizmente, não posso falar muito, porque meu vôo é daqui a pouco, às duas horas da tarde. Mas eu queria só finalizar e dizer uma coisa. Que todas essas audiências, que todas essas reuniões, todas essas falas, de todos, que são muito bem colocadas, entendo e acredito 100% que todos que estão aqui realmente querem dar a sua parcela de ajuda, cada um da sua forma. Nós sabemos que para essa parcela da sociedade as leis que existem são complicadas, são difíceis. Mas, a partir do momento em que tudo que for colocado aqui, se a gente realmente se juntar e se a gente realmente colocar na cabeça que a gente pode mudar muitas coisas, eu tenho primeiro muita fé em Deus e acredito que a gente vai conseguir. É muito bonito falar várias coisas, é muito bonito demonstrar várias coisas, mas o que é mais interessante e o que é mais honrado é a gente realmente fazer o que tem que ser feito. Porque estou aqui já nesta Casa, no Congresso, há 3 meses e alguns dias e, junto com a Deputada Rosinha, faço parte dessa frente. A gente sabe que tenta de todas as maneiras conseguir fazer alguma coisa, mas as coisas são lentas. Mas, tenho certeza de que, a partir do momento em que houver definitivamente uma união, um grupo, principalmente de todos nós hoje que estamos aqui, e irmos aos locais, aos órgãos em que realmente temos que ir e que podem mudar, nós vamos conseguir. O tempo vai passando, essas pessoas cada vez precisam mais do

nosso apoio. Posso dizer, porque estou vivendo isso, sinto nas pessoas com deficiência que elas acreditam que o Romário, como Deputado Federal, pode fazer alguma coisa diferente.

Eu gostaria de parabenizar a Teresa, porque nós temos isso em comum, nós temos coragem. Acredito que, a partir do momento em que a gente tem coragem, a coragem faz com que consigamos coisas que algumas pessoas não conseguem. Então, vocês podem contar aqui com um soldado que nessa guerra vai entrar com todas as armas possíveis para que, definitivamente, a gente comece a colocar na prática o que seja importante para essas pessoas.

Muito obrigado. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Romário, obrigado. Sei que você tem que sair, mas só quero dizer que você se transforma num símbolo nacional, capacidade de agregação. Estou convencido nessa batalha nossa aqui. Há uma coisa que é transformar a pessoa com deficiência. Nós estamos falando de 10 a 14% da população brasileira num tema nacional e como está fora da agenda política nacional. Isso depende muito da mobilização. Quando falo que a gente tem que conseguir vitórias, fazer alguma coisa, Drª Aparecida, porque acho que a partir de vitórias concretas podemos começar a mobilizar muita gente. Você é um grande símbolo. Aqui é usual falar senhor. O senhor é um grande símbolo, mas pela amizade, pela forma como a gente vê o Romário, todos nós nos sentimos próximos dele, dá vontade de falar você. Você é um grande símbolo, pode ajudar a agregar muito. Então, a simples presença sua numa reunião como essa dá uma importância diferenciada à reunião. Quero que você saiba disso, para todos nós que participamos. É uma grande alegria ter sua presença, você vai marcar, vai fazer um grande mandato, porque tem uma causa no seu mandato, vai ser um grande Deputado Federal.

Antes de passar ao Secretário Pellegrini, vou passar agora para o representante da Confederação Nacional do Comércio, Dr. Janilton Fernandes. A gente tem que avançar para conseguir daqui a pouco ir para os encaminhamentos.

O SR. JANILTON FERNANDES LIMA – Boa tarde. Meu nome é Janilton Lima. Moisés, Mizael e as pessoas cegas, vou falar fora do microfone para me localizarem. Moisés e Mizael, estou bem na sua frente, embora seja à minha direita, estou vendo uma pessoa com a camisa do Icep, que também é cega, estou exatamente bem na sua frente. Isso aprendi com esses anos de Conade de falar fora do microfone, para que alguém cego consiga se localizar. E vou falar com as pessoas surdas aqui sem intérprete. (*Pausa*.)

Bem, algumas pessoas riram, porque falei uma piada para os surdos aqui. Não vou traduzir, não é para intérprete traduzir. O Michel Platini está aqui, quem quiser peça para ele traduzir depois. Eu queria que vocês sentissem como é que o surdo vive na sociedade. O que vocês passaram aqui me vendo gesticular com a mão é como os surdos vivem em sociedade, como se estivessem fora do mundo e o cego também. O Mizael ouviu, não é? Pronto. Eu queria fazer um apequena correção. O Senador Lindbergh falou que represento o Conade. Não, eu represento a CNC, que representa os empregadores como um todo no Conade. O Conade está aqui representado pelo seu Presidente. Eu tenho até uma solução para a questão do Moisés. Eu vou falar menos, cedo meu lugar para o Moisés.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – O Moisés vai falar. O Moisés aqui fala a qualquer momento. Não precisa.

O SR. JANILTON FERNANDES LIMA – Não, eu cedo meu lugar físico aqui. Quero sentar aqui depois, quero que ele sente no meu lugar, a gente não pode ficar sem a fala do Moisés aqui.

Como vocês viram e a Loni falou, acho que 90% do que eu diria também acho que nosso colega dos transportes vai dizer algo parecido. Nós passamos por uma situação parecida. O Senador falou aqui, achou estranho isso. A gente quer empregar sim, mas nós temos uns entraves. Existem umas situações na lei que dificultam ou atrapalham alguns pontos para entregar, como já foi colocado aqui. A questão de vigilância, por exemplo, que falo isso há anos na Conade, existe uma proibição da Polícia Federal de que pessoa com deficiência trabalhe na área de vigilância. Não é não acho não, é proibido pela Polícia Federal que trabalhe. Algumas pessoas pensam: "Poxa, mas poderia trabalhar naquela área de ficar olhando". Nem naquela pode, em área nenhuma da vigilância pode fazer isso. Aí pensem. A Lei do Servidor que prevê de 5% a 20% de quota de pessoas com deficiência, vem específico lá: desde que tenha compatibilidade física com aquilo. Quer dizer, para o privado não tem. Para que alguém seja servidor público, ele tem que ter aptidão física para aquilo, tanto que ninguém viu, até agora não existe a pessoa com deficiência no Exército, na Marinha, na Aeronáutica e nem na Polícia. A gente vai a uma delegacia, vai a algum lugar e vê aquele monte de gente sentada ali escrevendo. Não é possível que um cadeirante não pudesse fazer aquilo ali ou que alguém sem um membro não pudesse fazer aquilo, estar sentado diante de algum lugar fazendo aquilo ali. Então, não é só argumento, nem sempre é só desculpa não. Existem umas impossibilidades mesmo. A CNC defende o empregador como um todo. Já levamos várias vezes agora para o

Presidente Moisés essa questão dos vigilantes e dos transportes de carga também. Gente, no transporte de carga 90%, é muito operacional e não tem como fazer. E algo para vocês aqui: os surdos até 98 eram perfeitos para trabalhar no transporte. Na virada de 98 para 99, todos eles ficaram impossibilitados disso. Lembra da Drª Aparecida Gurgel lá no Conade, a gente tentando mudar isso com o Denatran. O Denatran não quis conversa. Na virada de uma resolução para outra, ficou proibido para a pessoa com deficiência ter atividade profissional como motorista. Então, a pessoa de um dia para o outro ficou desempregada. Até aquele dia, ele trabalhava como motorista de táxi, de mudança, de transporte e, de um dia para o outro, a empresa de transporte não pode mais contratar a pessoa que não tenha, algo mínimo que não tenha. É isso que espero. Estou feliz com o motivo da convocação aqui, que não é o de nos trazer a lei pronta e: "Olha, vamos discutir aqui", não. É bom que há a Drª Aparecida e a Rosinha da Adefal, de quem tive o prazer de ser conselheiro do Conade junto com ela. Como nos passavam antes? A lei nos era entregue pronta. Alguém tinha uma ideia brilhante e nos trazia uma lei que nós víamos que não funcionava. O Conade brigava antes contra as leis que vinham de baixo para cima e não funcionavam. Agora, não. Agora, há este novo horizonte: três cadeirantes como Deputados, o Senador e uma frente parlamentar cuja presidente é cadeirante também. Então, há situações que só a gente conhece. Por isso, a gente tem de vir aqui para falar.

Essa questão do banco de dados, isso de, de vez em quando, o empregador pedir, perguntar onde localizo – não vou dizer mais cidades, porque eu falava e perguntavam onde, quando, o nome – mas, em uma capital, uma empresa botou um anúncio no jornal. Eu não sabia que aquilo é muito caro. Aquele anúncio de um pedacinho no jornal custa R$5 mil no jornal de domingo. Uma empresa colocou um anúncio, e sabem quantos currículos foram enviados? Nenhum. A empresa botou um anúncio e nenhum currículo foi enviado. O que fiz? Mandei procurar o IBDD. Olha, vai procurar o IBDD. Depois, dê uma lista de entidades. Aí, começaram a conseguir. O que descobriram? Descobriram que algumas pessoas que iam não tinham formação. Na época, a Delegacia do Trabalho disse para reduzir as exigências. Gente, não dá para reduzir exigência de um cargo, por exemplo, de enfermeiro, do técnico de enfermagem. Como reduzir a exigência? Contratar sem diploma, contratar sem formação ou o que tem sido dito: a empresa deveria contratar para depois dar a formação. Ora, o serviço público não faz isso. Já contrata a pessoa pronta para alguma coisa.

O Banco Santander fez algo muito elogiado. Contratou e, durante seis meses, fez um acordo. Acho que fez um termo de ajustamento de conduta, que algumas pessoas queriam impedir, de, durante seis meses, treinar essas pessoas. Os que melhor se adaptarem a isso – durante um ano estou treinando e pagando –, depois desse ano, os melhores ou os que estivem em uma situação melhor a gente contrata, porque, em um ano, você percebe quem consegue mais aquilo ou não.

Gostei do que o Senador falou aqui. A gente brigar e impor nem sempre funciona tanto quanto você oferecer alguma coisa. Olha, eu te dou um estímulo, não que seja dar dinheiro. De repente, algo pode ser conseguido para uma coisa dessa.

Vi o IBDD reclamando contra a questão de monocular. Olha, o privado não pode contratar, mas há resoluções da AGU, se não me engano, dizendo que o monocular é pessoa com deficiência. Não estou dizendo que é ou que não é. Mas acho que isso não pode vir passando por fora da lei. Concordo com a posição do IBDD, que está criticando isso, porque não dá. Se a gente tem uma lei, e um órgão diz que discorda de algo e emite uma resolução dizendo que aquela deficiência... Sempre cito o meu exemplo, porque eu sou bastante daltônico. Meu mundo é quase em preto em branco. Se amanhã se criar uma cota para daltônico, eu iria adorar de um lado, mas eu sei que isso seria ilegal. A gente não pode, como diz a minha mãe, para fazer o certo, fazer uma coisa errada.

É o que a gente passa muito no Rio, como disse o Senador aqui. A gente encontra camelôs no Rio com uma desenvoltura, com uma articulação fora do comum. Essa pessoa poderia estar no mercado do trabalho, mas ele fala que não quer porque, com a ajuda do BPC, ele consegue ser camelô e ainda receber o BPC. Os camelôs são bem, não vou dizer perseguidos, mas não é algo muito estimulado no Rio de Janeiro quando é o camelô ilegal. Mas, claro, ninguém vai chegar prendendo e amarrando uma pessoa com deficiência que está vendendo alguma coisa na rua. Então, eles têm certa simpatia com essas pessoas, mas se vê pelo grau de desenvoltura dessas pessoas que elas poderiam estar trabalhando sim. Se você perguntar ou conhecer um parente e é sempre a mesma coisa o problema de se estar recebendo o BPC.

Sobre o que o Senador falou de licitação, há um projeto da Deputada Mara Gabrilli para que a empresa só participe de licitação se provar que está cumprindo a cota. Empresas de transporte e empresas de vigilância não vão participar de licitação nunca, porque eles não podem, são proibidas de cumprir a cota. Outra coisa seria se fosse um estímulo: quem estivesse cumprindo mais a cota teria um ponto a mais, as pessoas iriam

se virar porque licitação é uma coisa muito boa. Acho que é essa a vantagem desse encontro aqui. Vamos achar uma solução que, primeiro, não passe por cima da lei. A gente, nós empregadores não estamos querendo passar por cima da lei, mas há situações que a lei proíbe, que a lei impede, que a lei não permite.

Na questão do Minha Casa, Minha Vida, por exemplo, na lei é tudo bonitinho. Ligaram de Sergipe reclamando que, nas construções do Minha Casa, Minha Vida, talvez a cota fosse menor, porque a procura havia sido muito pequena. Ora, como a procura foi pequena? Se a procura foi pequena, eles não viram as pessoas com deficiência lá.

Estou encerrando, porque quero deixar mais espaço para o Moisés. O que a gente quis trazer foi isso. Existem os gargalos, sim. Existem situações, sim. A última coisa, fechando aqui, é que as pessoas nos procuram dizendo que foram chamadas pelo Ministério Público ou pela Superintendência do Trabalho e perguntam: "A gente assina o termo de ajustamento?" Eu digo: "Sim. Assinem sim e façam o que for possível." Depois, ligam dizendo que, apesar de terem feito um termo de ajustamento de conduta com o Ministério Público do Trabalho, foram multados por um auditor fiscal do trabalho. Essa eu vou dizer. Foi aqui em Brasília. Aqui em Brasília um supermercado fez um termo de ajustamento de conduta com o Ministério Público. Estava cumprindo-o, faltando apenas 20%, e foi multado pela auditoria. Foram à Justiça e suspenderam a multa. Então, como a gente está acompanhando, volta e meia tem saída na Justiça, vez ou outra, uma sentença dando ganho de causa para o empregador. E nós preferimos resolver isso aqui a que a coisa chegar a esse outro ponto. É só.

Obrigado, pessoal.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Nós temos de encerrar essa reunião às 14 horas. Quero gastar os quinze minutos finais para a gente tentar dar encaminhamentos.

Passo a palavra para a representante da CNT, Pelegrini, o Dr.. Flávio Benatti.

Flávio, desculpe-me. Se o senhor puder falar em cinco minutos, eu agradeço.

O SR. FÁBIO BENATTI – Não tenho muito para falar. Muita coisa já foi dita.

Em primeiro lugar, quero parabenizar o Senador Lindbergh Farias pela iniciativa de um debate como este. Acho que chamar as confederações para este debate é muito oportuno.

O amigo que me antecedeu, o Janilton, já colocou alguns pontos na área de transporte, tanto do rodoviário de cargas como o de passageiros, as dificuldades que se tem. Para que os senhores tenham uma ideia, uma empresa de transporte é, em média, 95% operacional. Se você pega um transportador de grandes massas, os que transportam a nossa safra, você tem frota de 200, 300, 500 bitrens rodando nas estradas e, operacionalmente, na área operacional há 15, 20 pessoas. São pessoas que, na realidade, administram. Mesmo no de carga fracionada, em que se emprega uma quantidade enorme de pessoas nos terminais, como podemos imaginar o cumprimento dessa cota para ajudantes ou arrumadores de caminhão, para motoristas de caminhão, quando se tem 95% operacional? A grande dificuldade não está no cumprimento, mas em não ter realmente a possibilidade de cumprir, não ter como cumprir a Lei de Cotas.

Acho que a Lei de Cotas é fantástica, é inteligente. Agora, ela precisa de flexibilização e ela precisa de entendimentos por atividades. Quero dizer, cada atividade tem a sua realidade, e nós não podemos generalizar. Não se aceita, por exemplo, em uma empresa que seja 95% operacional, que não se cumpra a Lei de Cotas. Então, o Ministério Público realmente tem feito os termos de ajustamento e conduta, porque os empresários estão se sentindo extremamente pressionados com essa questão, porque não têm como cumprir. Existem altas multas hoje no setor de transporte rodoviário e de cargas e também em empresas de ônibus, pelo fato de não conseguirem cumprir.

Foi dito aqui pelo Janilton – e é verdade – que as empresas têm colocado constantemente anúncios, têm procurado entidades, têm procurado ONGs para empregar pessoas e não têm conseguido.

Outro aspecto foi aqui levantado pela Srª Loni a respeito do grau de escolaridade do deficiente. Lamentavelmente 60% desses deficientes não têm a escolaridade necessária para que você possa prepará-los para uma atividade, prepará-los para que ele possa adentrar no mercado de trabalho.

Acho que a questão não é simplesmente fazer cumprir a lei por fazer cumprir a lei. Acho que nós temos de, em reuniões como esta, realmente partirmos para uma reflexão melhor, porque acho que a intenção do legislador no momento em que criou a Lei de Cotas não foi penalizar o setor...

Porque acho que a intenção do legislador, no momento em que criou a Lei de Cotas, não foi penalizar o setor produtivo do País, não foi, porque é aquele que sustenta o País. Acho que foi, na realidade, uma forma justa, uma forma digna de colocar acessibilidade no mercado de trabalho a pessoas deficientes. Agora, nós temos de fazê-lo com responsabilidade. Nós temos de fazê-lo com responsabilidade. Nós temos de fazê-lo não com discurso. É saber exatamente aquilo que deve ser feito. E não é dessa maneira, não é dessa forma,

pressionando com *tax*, com multas, na realidade, criando para as empresas um passivo que será impagável que vamos resolver esse problema. Acho que não é dessa maneira que se resolve uma questão. A questão tem de ser resolvida com coerência, com inteligência e sem populismo. Essa é a grande verdade.

Até entendo a sua revolta, já que trabalha dentro das ONGs. Até entendo a revolta de todos aqueles que, muitas vezes, não vêem o trabalho feito, que se dedicam com êxito que de se tem necessidade. Agora, nós temos de ter a inteligência necessária para fazer cumprir uma lei. Não é simplesmente colocando-a no papel que resolvemos todos os problemas. Foi dito aqui – e é verdade – que, no Brasil, não faltam leis. Faltam muitas leis factíveis de serem cumpridas. Há excesso de lei e, muitas vezes, as leis não são factíveis de serem cumpridas.

Era essa a minha colocação.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Depois das palavras do Dr. Flávio, da CNT, eu queria elogiar a exposição da CNI e da Confederação Nacional do Comércio, porque mostraram a preocupação deles com a inclusão no mercado de trabalho. Eu acho que a CNI e a Confederação Nacional do Comércio vieram muito com esse espírito. Disseram que há problemas, mas que querem incluir. Então, sugiro, Dr. Flávio...

O SR. FLÁVIO BENATTI – Permita-me, Senador Lindbergh.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Claro.

O SR. FLÁVIO BENATTI – Não é que não se queira cumprir. Muito pelo contrário. O setor tem feito de tudo para cumprir. O setor tem feito de tudo para cumprir. Só que, essas cotas que foram colocadas, muitas vezes, são impossíveis de cumprir. O que fala é da flexibilidade e de se colocar, na realidade, a possibilidade, como diz a própria legislação.

A própria legislação de trânsito não permite que se contratem pessoas com problemas com audição. Quero dizer, nós temos dificuldades. Ninguém mais na atividade econômica gostaria de cumprir. Hoje, há uma falta de 10% de mão de obra no nosso setor. Há uma falta de 10% de mão de obra no nosso setor. O setor, na realidade, precisa contratar. Nós temos formado, nós estamos formando motoristas gratuitamente, através do Senat, do Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte. É uma decisão. Nós estamos, gratuitamente, formando motoristas e temos dificuldades, inclusive, para que as pessoas venham se formar. Entendeu? Senador, não estou me colocando em posição contrária.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Não. Claro. Eu sei.

O SR. FLÁVIO BENATTI – Estou colocando aqui as dificuldades pela característica do setor. É só isso que estou colocando.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Eu entendo.

Elogiei a CNI, porque achei interessante que a CNI também esteja preocupada com a formação, já tendo propostas concretas e já fazendo um trabalho preocupado com a inclusão.

Antes de passar para a Simone, a nossa Diretora da Biblioteca, passar para o Secretário Pellegrini, do Estado de São Paulo. Passarei para a Simone e para o nosso Presidente do Conade. Depois, vamos encaminhar essa reunião, Senador Moka.

Secretário Pellegrini.

O SR. MARCO PELLEGRINI – Quero, primeiro, agradecer ao Presidente da Mesa, Senador Lindbergh, a oportunidade da palavra. Quero elogiar muito o seu trabalho, quero aplaudir muito isso, porque é isso que vem nos trazer, de fato, a implementação de modificações nisso.

Vou começar dizendo o que me traz aqui, que é justamente o motivo contrário do seu e do Deputado Romário. Eu não tive um filho com deficiência, mas eu tinha um filho com um ano de idade e outro que estava por chegar e me encontrei, de repente, nessa condição, por conta de um assalto que sofri, de um tiro que levei. E talvez o desafio quem me colocou foi o médico quando fez o diagnóstico dessa condição... Ele olhou para a minha esposa, grávida, fez o diagnóstico e falou: “Nossa! E agora, o que você vai fazer da vida?” O que eu fiz foi reagir a isso, e é essa a experiência que eu quero trazer e, com ela, contribuir aqui com os senhores.

Eu acho que toda essa indignação que a Tereza apresentou aqui é a minha convicção de que essa legislação, de que essa evolução é possível de ser implementada e deve acontecer para todo mundo.

No momento em que isso me aconteceu, Senador, eu trabalhava no metrô de São Paulo. Era uma empresa que dizia o seguinte: “o metrô é um transporte de massa, não é um transporte porta a porta. Deficiente tem transporte porta a porta”. Ela criava todo tipo de empecilho para ter as pessoas lá, tanto como empregados, como também como usuários do sistema.

Pois eu regressei a essa empresa. Eu também sou formado no SENAI, passei pelos bancos no SENAI. Foi lá a minha primeira formação na área de transportes, na área técnica. E tenho uma admiração muito grande pelo trabalho.

Então, todo esse empenho em fazer com que isso aconteça ele deve ser verdadeiro e deve se pautar na-

quilo que é, de fato, possível, do que as pessoas são capazes de oferecer.

Eu, Senador, voltei a trabalhar no metrô, não me aposentei e, lá progredi. Dos vinte e cinco anos de metrô, tenho cinco anos sendo um funcionário da forma convencional e vinte anos nessa condição e tetraplégico. O que me possibilitou trabalhar lá, desenvolver, progredir até chegar a estar hoje a estar emprestado nessa Secretaria e procurar implementar políticas públicas para pessoas com deficiência foi justamente o conhecimento que eu tenho. Foi graças ao conhecimento que eu acumulei enquanto pude freqüentar os bancos escolares. Isso foi possível também à flexibilização do trabalho que aconteceu dentro da empresa, graças à oportunidade que eu encontrei lá para isso e também às ajudas técnicas.

O que faz possível eu estar aqui é estar sentado em uma cadeira como essa, é ter um assento que me permite passar quatorze a dezesseis horas sentado. É uma cadeira que me permite controlar o computador, atender o telefone, interagir com o ambiente, me dá autonomia para eu desempenhar a minha função. É isso o que a empresa tem de ter, é isso o que as pessoas tem de ter para conseguir trabalhar.

Então, é o transporte público, como aqui bem colocou a Tereza. É a questão da adaptação Hoje, quando eu me refiro ao banheiro, à rampa etc., eu digo que isso é assunto do Ministério Público, é uma lei e ela tem que ser cumprida. Foi dado prazo, foi esperado, foi ensinado. Tem que cumprir. Se não cumprir tem que fechar, é incompetência. Se não conseguiu oferecer um ambiente em que uma pessoa com deficiência possa entrar, tem que fechar. Não existe alternativa dessa forma.

O que me faz estar aqui é isso. A indignação da Tereza e a minha convicção são de que é possível, sim. Então, quando o senhor Fábio coloca a impossibilidade de cumprir, não é da mesma forma, não é pelo mesmo caminho.

Então, se há uma lei, em nível de Denatran, em nível de Detran, dizendo que não é possível que essas pessoas dirijam, ela tem de ser modificada. Se há uma lei de vigilância, Janilton, que diz que as pessoas não podem trabalhar sentadas, ela tem de ser modificada.

O metrô, que tinha essa prerrogativa, dizia "ninguém aqui pode trabalhar". Diz assim: "nesse cargo não pode por isso; naquele, não pode por aquilo" Por ajuste de conduta com o Ministério Público do Trabalho, eles cumprem a cota hoje. De fato, a única vaga excluída é a vaga de agente de segurança, aquele que anda com o cacete na mão.

O restante das vagas, Senador, são sim oferecidas às pessoas com deficiência e há, sim, pessoas trabalhando lá. Há pessoas na minha condição, há cegos, há amputados, há diversas pessoas trabalhando lá hoje. São pessoas que cumpriram concurso, que entraram pelo ajuste de conduta.

A empresa teve de se adaptar, sim. O que o empresariado hoje reclama, o que dizem que estão sofrendo etc todos estão sofrendo. A única revolução pela qual este País já passou que pode ser comparada com o que estamos passando em relação às pessoas com deficiência foi a situação dos escravos. Foi a situação dos africanos que vieram para cá escravizados. Era um negócio de Estado, não eram cidadãos, não tinham a prerrogativa da vida, ele não tinha direito a isso e, hoje, atingem a condição de cidadãos.

O sujeito com deficiência era isso. A sua filha poderia ser abandona anos atrás. Eu poderia ter sido oferecido ao sacrifício dentro do hospital.

Aqui, não era permitido investir em um cidadão como eu, não era permitido investir na vida, naquele tempo. Hoje, somos cidadãos, e a vida assim é viável para nós. É viável para qualquer cidadão para nós. É viável para qualquer cidadão com deficiência, em qualquer condição de deficiência. E o trabalho é o caminho natural para isso, é o caminho melhor, o caminho mais possível.

A Secretária, Senador Moka, vem, sim, estudando com o Governador uma prerrogativa dessas de oferecer às empresas que vão concorrer em licitações do Estado estar cumprindo do cota para poder concorrer. Nós temos várias vertentes para isso, temos um site que monitora o trabalho de pessoas com deficiência no Estado. Eles sabem quantas pessoas estão trabalhando, em que situações. Nós temos várias frentes abertas nesse sentido, porque a convicção é essa, de que o caminho para a cidadania, o caminho para a inclusão social é esse caminho legal, e que não deve ser flexibilizado pelo Judiciário. É o caminho que deve ser entendido, a lei é viva. A lei pode ser modificada, pode ser adaptada e o caminho é esse aqui, é o caminho da sociedade.

V. Exªs representam a sociedade e o caminho legal para isso, e não a flexibilização através da Justiça, por meio de entendimentos parciais, tendenciosos e que podem ter outras motivações.

Era isso o que eu gostaria de ter colocado aqui. Agradeço muito, admiro muito esse trabalho desenvolvido aqui.

(*aplausos*)

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Agradeço ao Sr. Marco Pellegrini, que aqui veio representando o Estado de São Paulo. Muito obrigado pela presença de V. Exª. Peço que transmita ao

Governo o nosso agradecimento por mandar uma representação a esta Comissão.

Os dois últimos inscritos são a Drª Simone e, depois, o Presidente do Conade. Depois, vamos partir para os encaminhamentos.

A SRª SIMONE BASTOS VIEIRA – Boa tarde a todos. Eu gostaria de agradecer ao Senador Lindbergh pela oportunidade de poder apresentar um pouco do trabalho da Biblioteca do Senado nessa questão do que nós chamamos *Biblioteca do Senado Federal, informação para todos*.

Parece uma metáfora dizer *informação para todos,* mas acabamos de ver que é isso o que, de fato, acontece. Não é para todos, é para alguns que têm mais chances do que outros de ouvir e falar e poder andar.

Bem, esse projeto *Informação para Todos*, do Senado Federal, participa de um grande projeto global da Casa de acessibilidade e inclusão social. Dentre eles, podemos citar, antes de falar da Biblioteca, o projeto da Gráfica do Senado de impressão em braile, que emprega vários deficientes visuais para a correção e revisão desse material; alguns projetos de deficientes físicos para acompanhamento de visitações e o projeto *Informação para Todos* da Biblioteca, que inclui, dentro do objetivo geral da Biblioteca de apoiar o trabalho legislativo e de planejar e coordenar todas as atividades de informação inerentes ao Parlamento brasileiro...

Hoje, o nosso acervo, e é interessante eu falar em acervo, porque vocês vão entender o porquê posteriormente, está composto de, aproximadamente, somando tudo, 500 mil volumes de material impresso em papel, três milhões de recortes de jornal de doze jornais brasileiros e oito mil títulos de obras raras. Estamos falando em papel.

Todo o acervo da Biblioteca em papel necessita de limpeza, de preservação e cuidado. Essa tarefa de cuidar do papel e do material se chama higienização. Essa higienização, logicamente, depende de material apropriado para higienização e de recursos humanos capacitados para a higienização do acervo.

E por que isso? O papel é composto de vários ingredientes químicos que são afetados, no aspecto físico, pela iluminação, temperatura, umidade, poluição; nos aspectos biológicos, fungos, insetos, traças, cupins e, principalmente, pelo manuseio incorreto. O livro é emprestado, a revista é emprestada, e quando retornam, vêm com clips, com escritos a lápis ou a caneta, rasgados. Então, esse material que é emprestado volta, muitas vezes, danificado.

Isso precisa, então, ser reparado para voltar ao acervo corretamente. Para que pudéssemos fazer essa reparação e higienização, o Senado, dentro do grande projeto de inclusão social, decidiu fazer um contrato com a APAE do Distrito Federal, cuja Presidente Drª Maria Helena Alcântara de Oliveira encontra-se aqui presente, junto com a nossa equipe de servidores da APAE, um contrato para prestação de serviços de conservação, preservação do acervo, a ser realizado por pessoa portadora de deficiência.

Foi iniciado esse contrato em 15 de dezembro de 2010. São oito funcionários da APAE que foram treinados na Universidade de Brasília para restauração, higienização e pequenos reparos de conservação do papel. Ou seja, é o patrimônio do Senado Federal que está sendo tratado por esses deficientes da APAE.

Todo esse grupo é acompanhado por um tutor, que se chama Harumi Kano, que está aqui presente. Esse grupo tem um salário compatível com o mercado. Muitos desses rapazes e moças são arrimo de família, na contratação desse serviço. E como vocês vêem é um projeto de grande sucesso. Hoje, desde dezembro já foram higienizados 3.400 livros com uma produtividade de 240 livros/mês.

Esse é um trabalho essencial de preservação da história, do patrimônio e da memória nacional.

Por favor, eu gostaria de apresentar a vocês aqui para a coordenadora, na Biblioteca, bibliotecária Maria Neves. São oito, e aqui temos quatro. Eles são devidamente treinados, com as roupas adequadas para a higienização e conservação do material.

Temos aí um grupo em ação, na limpeza e reparação dos livros. Esse é um outro tipo de mesa para fungicidas, fungos e traças. E a Harumi, que aí está, representando a APAE/DF, nesse *slide.*

Como vocês podem ver, esse é um projeto bastante simples e que, na verdade é um grande sucesso para o Senado Federal. São oito pessoas com deficiência que, pela importância do seu trabalho, foram incluídas no mercado. Existem também outros projetos dentro do Senado, que, em outra oportunidade podemos mostrar. Mas, principalmente, esse grupo faz a reparação e a reconstituição da memória brasileira, por meio dos livros da Biblioteca do Senado Federal.

É um projeto muito bacana!

Eu gostaria de apresentar um outro projeto que se chama... Vamos apresentar o da sensibilidade digital. A Biblioteca do Senado desenvolveu também um outro projeto, através da Biblioteca digital do Senado Federal, que é a Coleção de Acessibilidade. São duzentos e treze documentos em áudio.

Senador, só para V. Exª ter uma idéia, a Constituição brasileira em áudio teve, no mês passado, 250 mil acessos pela Internet. Então, além do projeto da APAE/DF, a Biblioteca do Senado também desenvolveu um projeto da Biblioteca Digital acessível.

Nesse ponto, Presidente Lindbergh, eu gostaria de colocar outro tema em pauta que eu não vi ser colocado por ninguém aqui. Trata-se da questão do acesso à informação. Alguns colocaram a necessidade de formar, treinar recursos humanos para a capacitação no mercado de trabalho.

Mas como fazer isso se não há acesso à informação, à leitura?

Hoje, a Internet, Presidente Lindbergh, está sendo um grande recurso para acesso digital. Mas, veja bem, não é apenas colocar o livro no formato digital, mas livro em formato digital acessível. Nem todas as informações em PDF ou tipos de arquivo jpeg, etc são acessíveis para leitoras de Jaws ou Vox ou outra informação.

Eu acho que, já que o Presidente, há pouco, sancionou bibliotecas escolares obrigatórias em todas as escolas, que também se coloque informação acessível para as escolas. Ou seja, leitores digitalizadores de equipamentos que possam transformar a escrita em texto falado. E esse texto falado tem que ser em formato acessível, que é outro grande problema nacional. Em outros países isso já está disponível. Falta o Brasil também adotar outra questão, que é a acessibilidade digital pela Internet, que é, absolutamente, uma grande teoria, hoje, que precisa ser colocada em prática.

Esta é a nossa colaboração e gostaria de agradecer a oportunidade de apresentar, rapidamente, esse projeto da Apae, que tem feito um grande sucesso para a biblioteca do Senado e o Projeto Acessibilidade Digital, também da nossa biblioteca.

Muito obrigada.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Parabéns!

Esse tema da acessibilidade digital merece um debate, um dia exclusivo para entrarmos nisso.

O último inscrito é o nosso Presidente do Conade, Dr. Moisés.

O SR. MOISÉS BAUER – Muito boa tarde ao Presidente desta Comissão, Senador Lindbergh, e a todos os demais Parlamentares e autoridades presentes a esta audiência.

Muito brevemente, Senador, senhoras e senhores presentes, quero dizer que, na percepção minha, pessoal, porque o Conade ainda carece de aprofundar esse debate – este é um compromisso nosso, enquanto Presidente do Conade –, pautar esse tema em pauta muito brevemente, para fazer um debate mais aprofundado e tirar uma posição que eu possa dizer aqui que o Conade pensa isso ou o Conade pensa aquilo. Mas, enquanto Presidente do Conade – aqui externo minha opinião pessoal –, quero dizer que o tema da inclusão profissional das pessoas com deficiência, na minha ótica, passa por três esferas de problemas.

Penso que temos que mudar, sim, o comportamento de três atores, de três partes dessa história. Começo pelo próprio Poder Público, porque as cotas também não são respeitadas no Poder Público. Nós temos relatos freqüentes de pessoas com deficiência que são aprovadas em concursos públicos, onde há medição, sim, de conhecimento, de qualificação, e, depois, por uma junta médica ou por um médico apenas, tem declarada a sua inaptidão para o cargo. Isto é inadmissível nos dias de hoje e ocorre com muita frequência.

Outros exemplos aqui já foram citados. Dado o avançado da hora, não vou repeti-los.

Penso que o Poder Público também deve mudar – e pode passar, sim, por esta Casa Legislativa – as leis que regem, por exemplo, o BPC. Não falo no fim do BPC, mas temos que modificar, sim, e não por decreto, como se tentou. Também penso que a melhor solução não é suspender o benefício.

Nós temos, hoje, para as pessoas que são trabalhadoras e venham a sofrer um acidente, como foi o caso do nosso Secretário Pelegrini, uma grande possibilidade, que só por uma iniciativa pessoal dele não ocorreu, de se aposentar por invalidez e depois, quem sabe, se reabilitar e continuar recebendo um benefício chamado auxílio-acidente.

Esse auxílio-acidente é pago pela Previdência, não pela empresa. É um benefício que ele recebe enquanto está trabalhando, por sua reabilitação. Por que não pensarmos em algo semelhante para aquelas pessoas com deficiência que se habilitam a trabalhar. Ela não vai ter que suspender um benefício. Ela continua, acrescido ao seu salário, um benefício pago pela Previdência.

Isso vai estimular as pessoas com deficiência a trabalharem e vai render ainda contribuições previdenciárias para a Previdência. Hoje bilhões são pagos para as pessoas com deficiência serem improdutivas. Nós podemos pagar bilhões para as pessoas com deficiência serem produtivas e ainda pagarem parte dessa conta. Acho que essa é uma alternativa bem possível, a se pensar até enquanto encaminhamento no final desta audiência.

Penso que os empresários, os empregadores também devam mudar sim sua postura, porque dizer que não tem qualificação, não tem mão de obra qualificada, é fácil. Agora, por trás desse argumento tem, sim, muita atitude preconceituosa. É muito comum as pessoas de RH, ao contratar uma pessoa com deficiência visual, dizerem que uma das dificuldades é que não tem banheiro adaptado. Qual é a adaptação que

é preciso num banheiro para uma pessoa com deficiência visual? Nenhuma.

Então, há desconhecimento, há má vontade e há, sim, corpo mole para cumprir a legislação. Mas também há, é verdade, muitos dos argumentos apontados aqui, dificuldades práticas, e que se reproduzem no próprio poder público. Então, essa postura tem que mudar.

E aqui já falei de dois personagens, de duas partes dessa história que têm que mudar: o poder público, os empregadores, e, eu penso, as próprias pessoas com deficiência sim devam mudar. Porque se hoje o Secretário Pellegrini está aqui, dando o exemplo que dá, batalhando, lutando, não se conformando em ficar aposentado por invalidez, é porque partiu dele, de uma postura pessoal, e nós precisamos que essa postura pessoal seja seguida por muitas pessoas com deficiência: que também se levantem, também se inconformem com sua situação, que batalhem para ter espaço na sociedade e lutar por nossos direitos.

Então, esse debate é bastante complexo. Evidentemente que com esse breve tempo que me resta não dá para aprofundar, mas também penso desnecessário neste momento, em razão de todas as falas que me antecederam.

Agradeço muito a oportunidade, quero dizer que o Conade é parceiro nessa discussão, quer fazer e vai fazer, dentro da sua estrutura, esse debate para junto do Senado e da Câmara e de todos os órgãos interessados encontrarmos uma solução melhor para o problema da empregabilidade das pessoas com deficiência.

Parabéns pela iniciativa, Senador, e vamos seguir trabalhando.

Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Obrigado, Dr. Moisés. Vamos para os encaminhamentos. Falar logo, Senador Casildo? Vamos para os encaminhamentos agora?

Veja bem, um tema que ficou claro aqui que é fundamental neste debate é a discussão da aposentadoria por invalidez, do BPC, e da pensão por morte dos pais. Esse é um tema fundamental. Muita gente não está entrando no mercado de trabalho com medo de perder esse benefício. Até por que consegue às vezes consegue empregos temporários, transitórios.

A minha proposta de encaminhamento desse ponto é não tratar nada disso aqui, porque nós vamos ter, no próximo dia 5, uma reunião em que a Procuradora Maria Aparecida Gurgel vai estar. Se o Ministro da Previdência não vier – mas tudo indica que ele venha –, vai vir o Secretário Executivo do Ministério da Previdência, que já está estudando o tema. Eu acho que a coisa está andando bem.

Então, vai ser uma reunião – também espero que seja – muito prática. Então, a minha proposta de encaminhamento é que nesses pontos que são fundamentais, os mais importantes, nós não toquemos aqui, deixemos isso para a próxima reunião. Nós temos três questões...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Lindbergh!

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Fale, Senador.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Talvez chamar essas pessoas para a semana que vem, aí já com o Ministro da Previdência, participarem da discussão. Porque esse pessoal que discutiu... Porque às vezes as pessoas falam aqui e, por falta de conhecimento, e eu estou falando por mim, você não tem como contra-argumentar. E é fundamental que você tenha as pessoas que possam argumentar exatamente nas dificuldades.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Claro, com certeza.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Queria só que V. Exª convidasse o pessoal que esteve aqui para participar na semana que vem.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Isso. Vamos convidar a todos. Tem até um requerimento no final com outras pessoas que também vão fazer parte. Mas foi muito bem colocado.

Nós não vamos conseguir encaminhar todos os problemas. O tema é complexo mesmo, nós sabemos que são várias discussões no meio da inclusão no mercado de trabalho, mas eu queria aqui tocar em três pontos centrais: fiscalização; legislação, porque tem um trabalho nosso aqui. Em relação à legislação, algumas coisas temos que pensar, Senador Moka, e em relação a empresas com menos de cem funcionários. Esse é um ponto. O Senador Moka falou aqui representando a CNI que gostou muito da possibilidade de estímulos a empresas.

Outro ponto que é importante é questão que o Moisés falou, do setor público e a gente vê aqui pelos números do Ministério do Trabalho. A administração pública emprega 0,30%, mas grandes empresas onde há a lei de cotas, com todo esse problema do não-cumprimento, pula pra 1,40%. Nas pequenas, onde não há cota, 0.34%. Então, a lei com todos seus problemas, há uma diferença clara aqui.

Acho que esses três pontos: discutir estímulos, uma lei para menos de cem, eu não sei se cinquenta, a gente teria que discutir e, também em relação à administração pública, aí entram outras discussões. Na Petrobrás, estive lá, o problema são as terceirizações.

Como é que faz? Acho que esse é um tema que fica para nossa comissão.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – A administração pública e empresas que têm concessão pública.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Exatamente.

Esse é um ponto que pediria à Secretaria que marcasse, mas é um ponto para discutirmos em conjunto, os Senadores, para tentar haver um amadurecimento coletivo e virar projeto desta Comissão.

Em relação a dois temas: fiscalização e formação profissional vai haver agora o Pronatec. Peço ajuda de vocês em como a gente encaminhar esses dois pontos.

Em relação á fiscalização, Deputada Rosinha. A Deputada Rosinha fez uma fala que, para mim, foi muito importante. Quando ela falava que existiam esses núcleos e, em alguns lugares, esse núcleo deixou de existir e deixou de atuar.

Eu senti, pela intervenção da representante do Ministério do Trabalho, que a verdade é a seguinte: os auditores fiscais são em números insuficientes. Acho que há um outro problema e, no caso do Rio de Janeiro, acho que são dois para todo o Estado do Rio de Janeiro. Aí, tem que haver um debate nosso com o Ministro para tentar designar um número de auditores fiscais dirigidos a esse problema da inclusão no mercado de trabalho a pessoa com deficiência, mas pensava em dois encaminhamentos e estou falando aqui para escutar a Drª Vilma também, Drª Maria Aparecida Gurgel em como reestruturar esses núcleos, uma forma de integrar as ações dos vários órgãos, mas centralmente do Ministério Público do Trabalho e do Ministério do Trabalho.

Queria escutar como é que a gente poderia fazer isso, um plano para rearticular esses núcleos estaduais.

Outro ponto é o seguinte: uma ação, nesse mês de maio, do Ministério Público do Trabalho e do Ministério do Trabalho, em cima da inclusão no mercado do trabalho, uma ação que não fosse uma ação para penalizar só, mas que fosse uma ação, nesse mês de maio, que é um mês da discussão do trabalho, que desse visibilidade ao assunto e ajudasse o assunto a entrar na pauta, nos colocarmos esse tema. Então, que ação poderia ser feita de forma a integrar mais a ação do Ministério Público do Trabalho e do Ministério do Trabalho.

Em terceiro, eu achava, vontade até de colocar a Secom no meio disso, uma campanha que pudesse, por parte do Governo Federal, dar visibilidade ao sistema de inclusão no mercado de trabalho.

Eu estou falando aqui, coloquei três pontos, Senador Moka. Preciso de ajuda. A Deputada Rosinha, que tem muita experiência no assunto pode entrar e falar sobre os números.

Senador Casildo.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Isso já no encaminhamento, não é, Sr. Presidente?

Confesso que vejo bem como o tema é relevante, atrai e mexe com tudo mundo. Está comissão que teve inicio às 11h30min, são 14 horas e o Plenário está abrindo e estamos aqui.

Como ele chama, com uma demanda, ele cativa.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Agradeço muito a sua presença, Senador Casildo.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Quero dizer, Sr. Presidente, que não esperava que o debate fosse tão palpitante, que ele enseja tantos questionamentos.

Aliás, V. Exª e os Colegas, mais ou menos, discorreram sobre isso. Os sistemas, como é que vamos chegar ao entendimento na questão dos estímulos, a questão das empresas que ultrapassarem as cotas e receberem algumas vantagens, alguns estímulos para motivarem a buscar mais

Que ultrapassarem as cotas, receberem algumas vantagens, alguns estímulos para motivar a buscar mais, a maneira CNT colocou, que tem dificuldade, mas quem sabe, eu ouvi a Simone dizer que a história na Biblioteca do Senado, quer dizer que a história, pensei assim, quem sabe até na preservação da história da CNT no Brasil, do transporte, se cria uma história tão linda, eu participei disso, e a minha família. Ter a história preservada do transporte do País e poderíamos encontrar caminhos para que as pessoas com alguma deficiência possam participar.

Quer dizer, a criatividade ajuda nisso.

Depois de tudo isso, encontrando os caminhos, as maneiras dos aposentados... Eu tenho um projeto para os aposentados regulares e que possam continuar trabalhando. Eu levei uma proposta também do trabalho, ele acho que ele vai vir aqui, eu acho que é um tema... ele consegue, com deficiência, consegue uma acessibilidade ao trabalho, ele vai ganhar alguma coisa a mais, mas sem prejuízo de perder, como dizia Moisés, sem prejuízo de romper o que ele vinha conseguindo. Ele inclusive pode ir um certo tempo, é transitória, pode voltar, mas ele está com a garantia. Isso tudo ajuda.

Para culminar, eu sou Relator nesta Comissão de uma proposta que na Justiça do Trabalho hoje, vamos supor, hoje o mercado, as empresas na questão do trabalho, Fernanda, as empresas não podem participar de licitações públicas etc. se não tiverem com regularidade na questão trabalhista. Às vezes tem uma questão tra-

balhista e se não tiver com certificado de regularidade ela é impedida de participar de licitações públicas, de participar nisso e naquilo e tal, ela fica privada disso. Então a questão não está bem regularizada.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – É um projeto da Senadora Ana Rita.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Veja bem, eu sou Relator dessa proposta. As empresas estão, aí a questão de que muitas vezes transita em julgado, mas na hora da execução da pena, para poder liquidar, transitou em julgado, não há problema, está definido, mas na execução da sentença muitas vezes os valores são questionados. Aí têm dúvidas se ela consegue o certificado para poder participar ou não, porque ela está questionando os valores. Aí tem que oferecer um bem em garantia e a empresa continua a participar, aí a Justiça do Trabalho fornece um certificado e a empresa está habilitada a participar. É uma questão do certificado, quer dizer, senão muitas empresas continuam participando, devem e não pagam. Estamos conseguindo uma regularização na Legislação, sou Relator disso, deve ser votado daqui a pouco.

Quem sabe até, como existe o certificado de regularidade de débitos trabalhistas, por que não, depois de dirimirmos as dúvidas, conseguirmos conciliar, encontrar esses caminhos, de até privilegiar quem busca, quem recebe mais, quem não pode encontrar o caminho, criarmos um certificado de regularidade de débitos de cotas. Que o Ministério do Trabalho possa ... (Palmas)

Como existe e eu sou Relator dessa proposta de ter um certificado de regularidade de débitos trabalhistas, por que não, depois do consenso, buscarmos uma Legislação, Presidente, de um certificado de débito de cotas, depois de harmonizarmos isso. E nós, desta Comissão, podemos criar, originar essa proposta, esse projeto de lei, de construirmos, porque temos poder para isso, temos o poder de criar a legislação. Podemos avançar nesse sentido para a coisa prática. É um debate bonito, acho que vamos ser eficientes e buscarmos o pedigree, alguma coisa que vá avançar nesse sentido, procurando harmonizar o conjunto. Isso no debate democrático. Eu acho que é um caminho para a gente

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Sem sombra de dúvidas, Senador.

Esse é um tema muito pertinente que V. Exª levanta.

Em relação à fiscalização, Senador Casildo Maldaner, Senador Moka? Eu acho, quando eu falava de uma ação de fiscalização nacional, integrada...

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Isso seria, o certificado de débito para cotas isso não pode se restringir a empresas privadas, em absoluto. Também temos que incluir, ouvi isso muito hoje, temos que incluir entes públicos, desde os Municípios, os Governos estaduais e Federal. as concessões, porque aí não poderão participar de empréstimos externos, as prefeituras, os municípios e os Estados, nós temos de enquadrá-los se não cumprirem os certificado de cotas nos entes públicos nesse país.

Tem de ser fiscalizado e o Ministério do Trabalho é que tem de entrar em ação. Nós temos de criar condições para isso.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Maravilha, Senador Casildo.

Em relação a esse encaminhamento da fiscalização, vejam bem, às vezes encaminhar uma reunião como essa não é simples Rosinha, precisa que me ajudem.

O que nós sentimos e que é fundamental é essa integração dessa ação do Ministério Público do Trabalho e o Ministério do Trabalho.

Eu falava em duas coisas aqui, dos núcleos, remontar por estado e tentar uma ação específica agora no mês de maio. Eu pergunto e até para passar para a Rosinha para me ajudar, se nós poderíamos pelo Ministério Público do Trabalho organizar uma reunião com o Ministro Lupi para nós discutirmos essa atuação de forma integrada sobre esses dois pontos. Essa ação de fiscalização nacional e a idéia de remontar os núcleos.

Se vocês acharem que esse é um caminho, a minha idéia era marcar uma reunião para o começo da próxima semana, até para que na quinta-feira possamos dizer como foi a reunião.Neste sentido o Ministro Lupi é bem accessível, para marcarmos uma reunião de trabalho, Ministério Público do Trabalho, Ministério do Trabalho, frente parlamentar, Conade e Ministério dos Direitos Humanos.

Será que é por aí Rosinha?

A SRª ROSINHA DA ADEFAL (PTdoB – AL) – A Dra. Wilma queria falar...

Só para fazer algumas considerações e aí Fernanda me complemente, talvez Senador nós precisemos das duas ou das três coisas. A sua idéia é ótima, acho que seja boa. Acho que precisamos viabilizar. Acho que complementa inclusive o projeto de lei da Deputada Mara Gabrilli de que as empresas não podem participar das licitações públicas senão promoverem a acessibilidade, inclusive a questão do mercado de trabalho. Me complementa o assessor dela que está aqui ao meu lado.

Com isso uma coisa vai completar a outra.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Desculpe-me.

Sra. Rosinha, deixa-me ajudar em uma coisa. Nessa questão da fiscalização.

A SRª ROSINHA DA ADEFAL (PTdoB – AL) – Vou chegar aí. É só para concentrar na sua fala.

Foi seguindo o raciocínio para nós amadurecermos a idéia do que pode vir a tramitar aqui na casa.

Com relação a fiscalização, Senador, temos de lembrar de duas coisas. O núcleo, ele na verdade, quando foi instituído no Ministério do Trabalho, era para levantar dados.

Alagoas agiu de uma forma executiva, formando esse grande grupo de trabalho, mas não é o formato que o Ministério do Trabalho tinha para o grupo.

Então, nessa reunião o Ministro Lupi teríamos de estar discutindo isso para que legalmente seja constituído, não sei se através de uma portaria, nesses moldes de como foi lá, mas o que existe...

O Brasil assinou um instrumento internacional, que é o Brasil Gênero e Raça, que ele obriga a fazer todo esse levantamento de quantas mulheres estão incluídas no mercado de trabalho, quantas populações em desvantagens, fazer todo esse apanhado.

Esse núcleo foi criado justamente para coletar esse dados. Em Alagoas nós começamos a trabalhar desta forma. Então isso não é uma coisa institucional, Fernanda me confirma isso.

Então precisamos ver de que forma legal o ministério vai poder instituir.

Com relação a esse grande mês de articulação entre o Ministério Público e o Ministério do Trabalho, acho que talvez seja uma coisa interessante. A Dra. Wilma pode me complementar mais.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – – Dra. Wilma. Ajude-nos nesse encaminhamento.

A SRª WILMA – O que sinto é o seguinte. Fiscalização quando existe, quando acontece, tem resultado pelos números aqui. Nós sabemos que o número de pessoas é muito frágil, a estrutura do Ministério do Trabalho é muito frágil e de que forma nós podemos melhorar isso, agindo coordenadamente?

Eu tenho dúvidas com relação ao núcleo, podemos conversar mais sobre isso

Tenho experiência também em relação ao núcleo, que terminou centralizando e personalizando. E quando essa pessoa sai – aconteceu também em Sergipe -, personalizou muito, saiu, e o núcleo termina.

Não sei se posso falar sobre isso, porque desconheço. Mas acho que é interessante de, ao invés de existirem auditores designados para esse trabalho específico, por que não determinar que em toda fiscalização em empresas, a partir de cem empregados, seja verificado o cumprimento da cota? Então, toda ação fiscal, direta ou indireta, nessas empresas, teria uma resposta do cumprimento.

É uma sugestão em termos de fiscalização. Nós não teríamos duas, três, dez, mas que todas as ações fiscais, fossem diretas ou indiretas, verificassem esse item de cumprimento de cota legal para pessoa com deficiência. Aí eu acho que nós teríamos um mapeamento maior, a título de sugestão.

Agora, entendo que, no mês de maio - nós estamos praticamente no mês de maio -, nós temos uma reunião no dia 5 com a Coordenadoria Nacional, a CORDE Igualdade, que é a Coordenadoria do Ministério Público que cuida desse assunto de inclusão de pessoa com deficiência. Não tenho a menor dúvida de que o Procurador-Geral, o Dr. Otávio, irá apoiar qualquer idéia que venha no sentido de fortalecer não só essa questão da verificação, da fiscalização, mas também de dar visibilidade.

Então, nós hoje temos uma assessoria de comunicação que poderá nos ajudar muito em campanhas, em uma série de coisas dentro do Ministério Público. Agora, para falarmos de fiscalização, acho que têm de se sentar o Ministério Público do Trabalho e o Ministério do Trabalho. Temos de pensar juntos. Não podemos pensar separados e cada um ter o seu programa; é lógico que respeitada toda a peculiaridade e especialidade de cada instituição. Mas se queremos somar forças nesse sentido, acho que precisamos nos sentar primeiro e termos esta conversa: como poderia funcionar em relação aos procuradores que estão no Brasil inteiro e, com a interiorização, também em vários municípios, nas capitais e em vários municípios. Mas acho que necessitaria de uma reunião prévia, nossa, para ver como cada um poderia trabalhar de forma mais prolongada.

Para o mês de maio, acho que podemos pensar em alguma coisa mais rápida. A minha sugestão é esta: que seja incluída em toda ação fiscal, direta ou indireta, a verificação do cumprimento da cota, pois acho que teríamos um número maior de empresas sendo fiscalizadas e que nós nos sentássemos primeiro para fazer esse planejamento. Isso para ontem.

Está bem.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB - SC) – Pela ordem, Sr. Presidente. O Cláudio está me avisando que estão chamando, pois é a minha vez no plenário, para falar. Não é que vá sair e pedir um sanduíche para almoçar; é que está chegando a minha vez para falar.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT - RJ) – Não, eu sei disso. Muito obrigado, Sr. Senador.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB - SC) – Mas eu quero, mais uma vez, pelo que ficou

sintetizado aqui, me colocar à disposição, para que nós avancemos juntos nessa proposta.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT - RJ) – Olha, Senador Casildo, a proposta que faço aqui, e eu queria até designar a Deputada Rosinha, como Presidente da Frente Parlamentar, para nos ajudar na tarefa de coordenar este trabalho. E o que seria? Nós vamos marcar para o início da próxima semana - vamos só ver a agenda do Ministro, para segunda, terça ou quarta-feira - uma reunião com o Ministério Público do Trabalho, o Ministério do Trabalho, e vamos chamar o Ministério dos Direitos Humanos também, para discutir essa ação integrada na fiscalização, dessa proposta da Drª Vilma, que facilitaria a fiscalização. Acho que o encaminhamento concreto, neste caso, seria issoou seja, marcarmos essa reunião com o Ministro, porque o que falta aqui, Senador Moka, acho que é um trabalho mais integrado, coordenado, vai render frutos. Então, era esse o encaminhamento que eu daria para esse ponto da fiscalização. A Deputada Rosinha vai coordenador junto com a gente da Comissão...

A SRª ROSINHA DA ADEFAL (PTdoB – AL) – Queria só complementar porque, quando a gente fala nessa coisa de fiscalizar, os empregadores já ficam, como a gente fala, armados. Nesse primeiro momento vai ser uma fiscalização, mas a intenção não é daquela multa imediata.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Isso.

A SRª ROSINHA DA ADEFAL (PTdoB – AL) – O que a gente quer é que a empresa cumpra.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Exatamente.

A SRª ROSINHA DA ADEFAL (PTdoB – AL) – E a gente sabe que precisa haver toda uma preparação...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Dar visibilidade.

A SRª ROSINHA DA ADEFAL (PTdoB – AL) – ...de recursos humanos, de ambiente de trabalho. Tudo isso tem que ser trabalhado. Agora, esse prazo não precisa ser de mais 20 anos, não é?

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Deixe-me só... O Senador Casildo vai ter que falar agora. Quero colocar aqui em votação o requerimento da próxima semana, que é a discussão desse tema da aposentadoria por invalidez, BPC, e o requerimento do dia 19. Vai haver uma marcha nacional dos surdos, aqui, em Brasília, e estamos querendo fazer uma discussão com a federação.

Então, Senador Moka, para termos quorum, queria colocar em votação esses dois requerimentos.

Senadores que...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Os Senadores que concordam permaneçam como estão. *(Pausa)*

Teresa.

A SRª TERESA COSTA D'AMARAL – Só queria complementar o que a Deputada Rosinha falou sobre não termos mais 20 anos. Acho que é excelente a ideia de os dois fiscalizadores se sentarem com o Poder Executivo, com o Poder Legislativo, mas é preciso que tenha um prazo mínimo, porque não podemos mais esperar 20 anos. A vida passa e não temos mais tempo para esperar 20 anos. Acho que essa Comissão poderia pensar em um prazo para o cumprimento da cota para que a gente não fique com uma indefinição de quando a legislação brasileira vai ser cumprida.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Teresa e Presidente, 20 anos? Alguma coisa está errada! Só penalizar, só penalizar não vai funcionar. Vamos mudar, vamos inverter isso. Vamos apostar que, se vamos estimular as empresas, elas vão ter uma postura diferente. Evidentemente... Vamos deixar claro uma coisa. Não tenho dificuldade nenhuma. Acho que, quando a empresa tem condição e não está empregando, tem que ser penalizada, mas é preciso que a gente ouça também aquela questão que aqui mesmo foi colocada: dentro do Poder Público temos dificuldade. Então, no primeiro momento, vamos fiscalizar e dizer: "Gente, daqui para frente vamos mudar a postura." Vamos ouvir. Vamos estimular isso, porque, daqui para frente, nós aqui da Subcomissão, nem que nós mesmos tenhamos que nos integrar com os Procuradores, com o pessoal do Ministério Público para fiscalizar as empresas também, mas, depois de uma ação mais propositiva e que possa realmente...

A SRª TERESA COSTA D'AMARAL – Um estímulo é preciso ser feito com muito cuidado porque ele não pode ser uma nova forma de discriminar. Se fizermos um estímulo financeiro, por que o deficiente tem e a mulher não tem? Por que a mulher... Então, o estímulo não pode ser um estímulo fiscal. O estímulo tem que ser um estímulo de empoderamento do deficiente e não de discriminação do deficiente. Essa é minha opinião.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Quando digo estímulo, não tenho a menor pretensão de dizer qual estímulo. Estou dizendo que a mudança é no sentido de que, quando você diz para uma empresa que ela tem duas opções – ou ser multada, se não tiver, ou um estímulo, se fizer... Essa discussão tenho até medo de falar, Teresa, porque há um patrulhamento. Às vezes, você coloca, como foi o caso da Drª Fernanda, alguma coisa que, por desinformação, as pessoas acham que você está discriminando, quando,

na verdade, você não tem a menor... A motivação é só de ajudar. Nem todo mundo vivencia isso. Sou médico. Não sou leigo, mas tenho certa dificuldade porque percebo que as pessoas estão no dia a dia com isso, às vezes inconscientemente, patrulham isso, quando você comete, não por maldade ou por discriminação, mas por desinformação, uma fala que talvez não seja politicamente correta.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Moka, sua fala é mais do que pertinente.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Gostaria que a gente tivesse essa posição no sentido de construir, estimular e fazer com que, aí, Drª Teresa, não para esperar 20 anos, mas quem sabe nos próximos dois, três, quatro anos, com essa postura nova, que a gente venha aqui comemorar que a gente esteja crescendo nisso.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Moka. V. Exª está coberto de razão. A nossa intenção aqui, quando a gente está colocando, estamos encaminhando um dos aspectos, que é a história da fiscalização. É importante melhorar isso aí. Mas, inclusive, na sessão em que vai ser discutida no Ministério do Trabalho, a idéia é dar visibilidade. Não é chegar e só punir. Não é essa a idéia. A idéia é falar da lei, dar visibilidade, construir um caminho, inclusive com as confederações. Eu acho que esse é o caminho.

A idéia do Senador Moka é uma idéia que temos de debater em conjunto com as confederações sob uma forma de ter estímulo. Agora, está parecendo que o encaminhamento da reunião é só fiscalização. Esse é um ponto concreto em que estamos dando esse encaminhamento.

Nesse final de reunião, é difícil porque todo mundo está querendo falar, porque o tema...

A SRª LONI ELISETE MANICA – Eu vejo assim: fiscalização não pode ser isolada. É da sociedade. Então, penso que se tem de chamar para esse grupo que via pensar na fiscalização os empregadores também, porque no momento em que existe a fiscalização, nós temos de saber como isso será cumprido, se haverá condições reais de se cumprir uma fiscalização ou se se fiscaliza e, aí, não há condições...

Eu parabenizo o Senador Moka por essa iniciativa, eu acho que países desenvolvidos já fazem isso. Está na hora de pensarmos que incentivo real... Eu discordo, porque, em termos de mulheres, não é uma discriminação. O único segmento que tem cota obrigatória são os deficientes.

Então, eu acho que vale, sim, a colocação.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Dr. Maria Aparecida Gurgel, para nós encerrarmos...

A SRª MARIA APARECIDA GURGEL – Para encerrar, encerrando, Senador, parece-me apenas que está faltando um ponto nessa concepção da fiscalização.

Vejam só: nós começamos a falar da fiscalização, mas ela é muito particularizada. Ela está situada em determinados setores que não conseguem cumprir a cota, porque se formos fazer uma aferição, bater os dados do Ministério do Trabalho e Emprego com os dados do Ministério Público, nós vamos ver que em determinados setores a cota está sendo cumprida e está sendo cumprida 100%.

Onde não se está conseguindo cumprir, as empresas, o próprio setor foi atrás de uma solução, essa que o Dr. Janilton colocou aqui: foram qualificar os seu futuros empregados.

Então, digamos, para esses setores a questão da fiscalização não é problema. A questão da fiscalização e do não cumprimento da cota está efetivamente em setores sensíveis: transporte de cargas, vigilância, motoristas, atividade de risco.

Assim, temos de pensar no encaminhamento para sanar esse problema desses setores sensíveis. Mas temos que ir com a mente absolutamente aberta, porque a pessoa com deficiência, não importa qual deficiência, se recebeu escolarização ou não, se for treinada, se for qualificada pode exercer qualquer profissão, qualquer uma delas. É claro que temos as aquelas *incompatibilidades insanáveis*. Não vamos querer que o nosso presidente Moisés seja candidato a uma vaga de motorista, porque ele é cego e, nesse caso, ocorre mesmo a incompatibilidade, não é isso?

Então, parece-me que essa apreensão da fiscalização está centrada nesse ponto: áreas sensíveis, onde não é possível... Ou melhor, onde se acha que não é possível ter pessoas com deficiência qualificadas.

Esse é um problema, esse é um encaminhamento.

Agora, para juntar a isso, e eu vejo essa subcomissão como saneadora de problemas. Nós temos problemas hoje. Temos problemas na formação profissional dos vigilantes. Onde está o problema? O problema está em uma lei, em uma portaria da Polícia Federal. Ela não diz que pessoa com deficiência não pode exercer esse caso. Ela exige dos candidatos aptidão plena que na nossa visão está confundida com capacidade para exercer a função.

Então, o próprio Conade já disse para a Polícia Federal. Olha, reveja os seus procedimentos e abram as portas para que candidatos que queiram ser vigilantes, possam ser vigilantes.

Na área do setor de cargas nós temos uma má compreensão deste contingente de trabalhadores que podem sim ser pessoas com deficiência. Por que? Porque nós temos que ver essa potencialidade muito mais voltada para a função do que para a própria pessoa.

Ora se eu adaptar a função eu posso ter pessoas com deficiência como peregrine é, para a função.

Então, me parece, Senador se dissermos assim, olha vamos trabalhar a questão da fiscalização. Cai nisso que o Senador colocou. Nós vamos ter aí um termo que os próprios empresários vão se sentir acuados. Não é isso. E também temo que se falarmos aqui só em incentivo, temos que ficar no incentivo e não vejamos este lado problemático.

Então, vamos solucionar problemas, vamos solucionar problemas. Vamos chamar a Policia Federal para abrirmos os caminhos para capacitar pessoal para a vigilância. Não é. E onde não puder como é que nós vamos conseguir? Vamos chamar o CONTRAN que nós já tentamos e não conseguimos e dizer, olha como é que uma pessoa surda não pode ser motorista de caminhão, de motocicleta, de carro, porque até então todo mundo dirigia e agora não pode mais. Não é? Sem contar que nós temos uma convenção aí que diz que está aberto para pessoa com deficiência. A pessoa com deficiência se receber a instrumentalização correta poderá fazer tudo.

Então, me parece que o encaminhamento seria de solucionar esses pontos fundamentais e ai depois disto sim. Sentar ministério do trabalho e emprego e Ministério Público para dizer: Olha aqui tem um termo de ajustamento de conduta com o setor de transporte. Então, olha espera aí, não vão então, até o cumprimento da quota, até o cumprimento da reserva não se pode multar. Não é. Então, me parece que visão seria essa. Na minha concepção. Estou aqui vendo e ouvindo e essa experiência que trazermos ao longo dos anos, já tendo mapeado onde é que estão na palavra que todo mundo gosta de usar os gargalos.

Então, eu acho que esse mapeamento, Senador se me permite, tem que ser pelo lado da consertação. Consertação com "s". Acertar os gargalos da legislação para estes setores específicos, porque não são todos os setores que estão com problema.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Bom, mas não é possível, deixa eu te falar aqui. É porque eu estou até pedindo desculpas ao Senador Moka – só um segundo Senador – pelo passado adiantado que...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Não é que começou uma reforma política e nós vamos ter votação e aí o pessoal fica me chamando lá porque eu estou fazendo falta no quorum.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Eu quero liberar V. Exª para ir a essa Comissão de Reforma política.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Quero dizer o seguinte: O tempo para o encaminhamento ficou curto e a minha proposta é essa aqui. Sabe qual é a minha proposta. Ao invés de fazermos essa reunião já com o Ministério do Trabalho, a ideia aqui das conversas entre o acordo das federações, do Ministério Público, do Trabalho, isso aqui é muito importante.

Então, a minha ideia ficou difícil conseguirmos dar um encaminhamento porque tinha um outro muito importante para dar o encaminhamento, que era quanto a formação profissional, como ampliar, como discutir isso do Prolatec.

A minha proposta então, eu pergunto as confederações e aos senhores aqui que fazem parte deste debate se nós poderíamos continuar, não em uma audiência pública, mas em uma reunião em torno de uma mesa, esse debate, com essas pessoas, na próxima segunda-feira, se os senhores pudessem 18 horas, porque há outras... a quarta-feira poderia Rosinha? Porque a ideia e fazer essa mesma reunião que estamos fazendo discurso sentarmos em uma mesa para tentarmos construirmos o encaminhamento consensual. O meu medo e o que me angustia aqui no Senado é que não podemos entrar num debate como este do mercado de trabalho e, depois de acabar, não se tem nenhum encaminhamento. Temos de tentar resolver as coisas. Eu sinto que está difícil conseguirmos encaminhar, com clareza, aqui, ao final.

Marcamos para...

(Interferências fora do microfone.)

A presença da Drª Vilma para nós, aqui, era fundamental. Quarta-feira é o pior dia no Senado. É uma loucura aqui de... E na Câmara também. Sempre votações e milhares de comissões. Só poderia na quarta-feira? Dia 12?

(Interferências fora do microfone.)

Não, eu quero fazer uma reunião em uma mesa, em que possamos falar sem ter microfones. Que possamos...

(Interferências fora do microfone.)

Pode. Se a senhora estiver aqui, Drª Vilma...

A SRª VILMA AMORIM – Lindbergh, eu queria pedir desculpas, porque, na próxima quinta, eu também não vou poder estar aqui. Eu estou indo para um evento do CREA do Piauí, para uma palestra sobre acessibilidade. Nem quinta, nem sexta, eu vou estar.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Podemos marcar na terça-feira, dia 10, às 9 horas da manhã? Na outra semana.

(Interferências fora do microfone.)

Você não está? Está difícil achar uma data que em que esteja todo mundo.

(Interferências fora do microfone.)

Vamos fazer o seguinte. A secretária da Mesa, Melissa, que trabalha no meu gabinete, vai ligar para todo mundo assim que encerrar aqui e vamos fechar a data para continuar esse debate ou na próxima semana ou na outra. O ponto é o seguinte: não vamos começar o debate do começo. O encaminhamento da Drª Maria Aparecida é muito claro: quais são os pontos, qual o gargalo, o que há. E me angustia também a discussão sobre formação profissional, haja visto que vai ser anunciado o Pronatec.

A SRª MARIA FERNANDA PESSOA DI CAVALCANTE) – A capacitação, a aprendizagem. Eu acho que esse ponto é fundamental para o acesso da pessoa com deficiência ao mercado de trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Então, pessoal, vamos trabalhar. Eu só quero que as pessoas não tenham a sensação de que saíram daqui sem nada concreto. Nós vamos continuar e nós vamos fechar uma data que compatibilize para todo mundo. Eu acho que esse encaminhamento é melhor que fazer uma reunião no Ministério do Trabalho.

(Interferências fora do microfone.)

Muito obrigado, Pellegrini, pela presença.

Desculpe a todos pelo tempo, pois já são quase 14 horas e 30 minutos, mas vamos ver se conseguimos entrar nessa pauta para resolver problemas concretos, não é, Drª Maria Aparecida?

Muito obrigado. Dr. Flávio, desculpem-nos por qualquer coisa.

Está encerrada a presente reunião

(Levanta-se a reunião 14 às horas e 40 minutos.)

ATA DA QUINTA REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, CRIADA POR MEIO DO REQUERIMENTO Nº 12, DE 2005-CAS, NO ÂMBITO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 5 DE MAIO DE 2011, QUINTA-FEIRA, ÀS 11H30, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.

Às doze horas e seis minutos, do dia cinco de maio de dois mil e onze, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **Lindbergh Farias,** reúne-se a Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência**,** com a presença dos Senadores Wellington Dias e Waldemir Moka. Justificam ausência o Senador Casildo Maldaner e a Senadora Marisa Serrano. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 4ª Reunião, que é dada por aprovada. A Presidência comunica que a presente Reunião destina-se à realização de **Audiência Pública**, atendendo ao Requerimento nº 3, de 2011 – CASDEF, de iniciativa deste Presidente, para discutir temas relativos à Aposentadoria Especial, ao Benefício da Prestação Continuada – BPC e à pensão por morte dos pais. A Presidência convida para compor a mesa os oradores participantes: Leonardo José Rolim Guimarães, Secretário de Políticas da Previdência Social, representante do Ministério da Previdência Social – MPS; Maria Aparecida Gugel, Subprocuradora-Geral do Trabalho, do Ministério Público do Trabalho – MPT; Leonardo Mattos, Vereador da Câmara Municipal de Belo Horizonte, Minas Gerais (Autor do Projeto de Lei da Câmara nº 40, de 2010, que "Dispõe sobre a concessão de aposentadoria especial à pessoa com deficiência filiada ao Regime Geral de Previdência Social"); Maria José de Freitas, Diretora do Departamento de Benefícios Continuados da Secretaria Nacional de Assistência Social – SNAS do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS; Ana Paula Crosara Resende, Diretora de Políticas Temáticas da Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, representante da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR; Moisés Bauer, Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CONADE; e Fabiana Gadelha, Coordenadora do Comitê Jurídico e representante da Presidente da Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down – FBASD, Maria de Lourdes Marques Lima. Usam da palavra os Senadores Waldemir Moka e Wellington Dias. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às quatorze horas e vinte e seis minutos, lavrando eu, Gildete Leite de Melo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Lindbergh Farias, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Lindbergh Farias,** Presidente da CASDEF.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senhores e senhoras, primeiro, pedir des-

culpas, mas está havendo o depoimento do Presidente do Banco Central, Dr. Alexandre Tombini, e eu faço parte da Comissão de Assuntos Econômicos, e é um depoimento que acontece neste momento também. Eu estava inscrito e acabei de falar. Então, eu peço desculpas a todos os senhores e senhoras por esse nosso atraso. Mas nas nossas terças, quartas e quintas aqui, Dr. Moisés, nosso presidente do Conade, tem havido uma quantidade de Comissões impressionante. Nós vamos inclusive debater com a Presidência desta Casa como organizar melhor esses espaços, porque toda terça, quarta e quinta pela manhã está acontecendo isso. Os senhores encontram aí Senadores andando de um lado para outro, tentando se multiplicar para participar das Comissões.

Feito o pedido de desculpas, vamos começar. Estamos atrasados.

Havendo número regimental, declaro aberta a 5ª reunião extraordinária da Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais da Pessoa com Deficiência, da 1ª sessão legislativa ordinária da 50ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata 4ª reunião de 2011.

Os Senadores que a aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, atendendo ao Requerimento nº 3, de 2011, CASDEF, de minha autoria, para discutir temas relativos à aposentadoria especial, ao benefício da prestação continuada e à pensão por morte dos pais.

Convido para participar da Mesa os nossos ilustres oradores; Secretário Leonardo Guimarães, Secretário de Políticas de Previdência Social; Drª Filomena Bastos, Diretora de Saúde do Trabalhador do INSS; Drª Maria Aparecida Gugel, Subprocuradora-Geral do Trabalho, do Ministério Público do Trabalho; Deputado Leonardo Mattos, agora Vereador de Belo Horizonte, o autor desse projeto de aposentadoria especial para a pessoa com deficiência; muito obrigado pela presença, por ter vindo de Minas Gerais; Maria José de Freitas, Diretora do Departamento de Benefícios Continuados da Secretaria Nacional de Assistência Social; Ana Paula Resende, Diretora de Políticas Temáticas da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; Moisés Bauer, nosso presidente do Conade; Drª Fabiana Gadelha, nossa amiga, representando a Federação Nacional e Associações de Síndrome de Down;

Vocês veem que eu vim num passo apressado, porque estou aqui... Para não falar que eu vim correndo, porque ficaria dizer que eu corri por esses corredores,

Antes de iniciarmos os trabalhos, eu queria repetir o que nós temos falado nesta Comissão. Nesta Comissão nós estamos tentando muito resolver problemas, juntar partes, discutir com o governo.

A Teresa representa o IBDD.

Nós estamos dedicando este mês de maio à inclusão no mercado de trabalho, formação profissional. Tivemos audiência na semana passada; ontem tivemos reuniões, várias reuniões de trabalho e a questão da aposentadoria especial. BPC e pensão por morte estão ligados a tudo isso. Estão ligados à inclusão no mercado de trabalho. Nós todos sabemos – está aqui a Fabiana, da Federação de Down – que muita gente não entra no mercado de trabalho pela questão do Benefício da Prestação Continuada. Eu tenho dito... Quando a gente vê os números da inclusão no mercado de trabalho, a gente vê que nós temos um desemprego de menos de 7%. Estamos falando de quase pleno emprego. A gente pode dizer, sem sombra de dúvida, que as pessoas com deficiência estão na parte final dessa fila na questão do emprego.

Na formalização do trabalho também. E a gente sabe e eu vejo no Rio de Janeiro a quantidade de pessoas com deficiência que estão às vezes no mercado de informal justamente por terem este Benéfico de Prestação Continuada e terem medo, por um emprego de um ano, dois anos, medo de perder aquele benéfico.

Quero adiantar, antes de começar o debate todo aqui, que nós estamos tentando então resolver problemas. Eu estive no Ministério da Previdência várias vezes – não é, Dr. Leonardo? –, conversando no Ministério da Previdência. Nós tivemos também uma reunião sobre o seu projeto, Deputado Leonardo, com o Ministério da Previdência, e o Ministro de Relações Institucionais Luiz Sérgio.

O centro desta reunião hoje aqui é para a gente tentar criar algum grupo de trabalho para fazer avançar algumas questões em relação ao BPC e Pensão por Morte e discutir o projeto. O projeto do Deputado Leonardo está na Comissão de Assuntos Econômicos. Eu sou o Relator. Nós temos discutido com o Governo. Espero, ao final aqui, dar um encaminhamento concreto, porque eu estou muito otimista. Acho que temos todas as condições de aprovar o projeto do Deputado Leonardo, que fala da aposentadoria especial para a pessoa com deficiência e de resolvermos o problema do BPC e da pensão por morte.

Quero só dizer que houve um esforço do Governo do Presidente Lula, para você ver que já se tinha, todo mundo tinha essa constatação há muito tempo e o esforço é tentar resolver. Só que o instrumento não foi o melhor instrumento. Tem um decreto de 2007 sobre BPC que falava o seguinte: dizia que a pessoa

que conseguisse uma vaga no mercado de trabalho formal não perderia o benefício, teria suspenso aquele benefício por um prazo determinado de anos; no caso, três anos. Só que o decreto deixa em aberto uma possibilidade, ou seja, se você sai do emprego, ao voltar a requerer o benefício tem aquele ponto do BPC que é a impossibilidade do trabalho. Então, o decreto foi um esforço do Poder Executivo no sentido de tentar resolver, só que o instrumento não foi bom. Mas vejam que tinha esse sentido.

Eu quero dizer que nas conversas com o Ministério da Previdência, com a Casa Civil, com o Ministério de Relações Institucionais nós temos um sinal verde para tentar achar uma forma aqui, tentar montar um grupo de trabalho, e depois vai falar o nosso representante no Ministério da Previdência, para tentar achar uma saída.

Eu não quero me alongar.

Quero começar este debate chamando... Primeiro eu quero agradecer muito o empenho do Ministério Público do Trabalho, da Drª Aparecida. Em tudo que a gente tem feito nesta Comissão eles estão dando uma grande contribuição, contribuição a essa nossa luta.

Quero anunciar aqui a presença do Senador Wellington Dias, ex-Governador do Piauí, que tem um trabalho nessa área, participa desta Comissão e tem um trabalho fantástico no Estado do Piauí.

Então, eu vou passar inicialmente a palavra para a Drª Maria Aparecida Gugel, representante do Ministério Público do Trabalho.

A SRª MARIA APARECIDA GUGEL – Bom dia a todos. Agradeço o convite, Senador Lindbergh.

Para a gente ganhar tempo, vamos às colocações.

Eu combinei aqui com o Deputado Leonardo Mattos no final fazer só uma breve colocação a respeito da aposentadoria especial, mas me fixar na questão do BPC e da pensão por morte.

Pode continuar com a projeção, por favor.

Só para a gente se situar na questão. Hoje, com relação ao Benefício da Prestação Continuada para a inclusão da pessoa com deficiência, a gente faz a pergunta: É solução ou é problema? E como fica o direito ao trabalho?

Então, quando a gente diz "é solução ou problema", a resposta que a gente tem quase que automaticamente é de que como está é problema. E por que é problema?

Vejam que temos números estatísticos palpáveis que nos remetem à colocação das pessoas com deficiência no trabalho. Então, a gente se baseia nos números do Ministério do Trabalho e Emprego, da RAIS. E a gente percebe logo, de início, que a RAIS de 2007 fazia um registro de quase 349 mil pessoas no trabalho. E na RAIS de 2009 nós temos um decréscimo para quase 289 mil pessoas no trabalho.

Então, claro, temos várias explicações. Houve um ajuste nos procedimentos, na forma de recuperar esses dados etc. Havia uma contagem no âmbito das relações de trabalho privado com o público. Foi separado. Enfim, há várias justificativas.

E uma outra justificativa é de que o mercado se ajustou àquelas pessoas até então com qualificação profissional para serem inseridas.

Eu não disponho, me desculpem, do dado da RAIS de 2010.

Bom, com relação ao BPC, em 2009, nós tínhamos lá um número, vamos arredondar, 1,63 milhão de pessoas no BPC, aqui contados. E eu sei que a Maria José vai nos esclarecer melhor quanto a esses números atuais. Aqui neste 1,63 milhão, em 2009, eram as pessoas com deficiência e idosos. E, agora, em 2010, não sei se este número está correto, Maria José, mas lá na sua página do MDS constam 2,17 milhões no benefício da prestação continuada.

E a pergunta que também temos que fazer para discutir este problema é: Quantas são as crianças que estão no BPC hoje? Quantas estão na escola, permanecem na escola, não só matriculadas, mas permanecem, frequentam a escola? Quantos são jovens e quantos são os adultos em idade produtiva? Podem sair da assistência para o mundo do trabalho? E o mundo do trabalho aqui, o trabalho formal e o trabalho autônomo, empreendedorismo etc.

Então, Senador, para essas perguntas aqui que nós temos que encontrar respostas. Pode passar.

Vejam só, este dado é de 2009 ainda, a respeito dos beneficiários de pessoas com deficiência. Então, vejam lá os números: de zero a 15 anos nós tínhamos quase 334 mil pessoas recebendo o BPC, 20,51%. E aí voltamos à pergunta: de zero a 15 anos, quantas dessas crianças frequentam definitivamente a escola? Aí a faixa etária de 16 a 29 anos e de 30 a 45 anos é um conjunto de pessoas que, teoricamente, estariam em idade produtiva.

De 16, sem faixa etária limite, nós temos um público que poderia estar na aprendizagem. Nós temos uma lei específica no País que trata da aprendizagem do jovem. E, dentre esses jovens, os jovens com deficiência. Então, quantos desses jovens poderiam estar praticando a aprendizagem, efetivamente aprendendo um ofício para, no futuro, ser um trabalhador?

De 46 a 64 anos... Ah, sim. Desculpe, deixe-me complementar aqui. Então, vejam: esses números de 16 a 29 e de 30 a 45 anos nós temos aqui um percentual considerável, um número considerável que soma aqui quase 800 mil pessoas que poderiam – e aqui fica o

ponto de interrogação – estar no mercado de trabalho? Esta é a questão importante que temos que abordar. E se não estão, por que não estão?

Então, agora, nós vamos entrar no ponto.

Vejam, desses dados de 2009, 62,62% dessas pessoas não eram alfabetizados. Ou seja, definitivamente mais de 50% dessas pessoas não têm condições de estar no mercado de trabalho. Se não tem condições, o que é devemos fazer para essas pessoas galgarem esse espaço? Um percentual de 1,45 dos desses dados dizia que estavam com o segundo grau incompleto. Ou seja, nós temos um grupo de pessoas aqui que está fora do mercado, não só por estar no BPC com os seus procedimentos, mas por não ter condições de habilitação e qualificação.

E quando a gente coloca a questão do benefício da prestação continuada, desculpe ser insistente nessa questão, mas nós temos que ter a visão atual do mundo em relação à pessoa com deficiência. Nós temos que ter a visão da convenção sobre os direitos da pessoa com deficiência. Temos que trazer o conteúdo desta convenção para a nossa discussão. E o que ela diz em relação a trabalho/emprego? Salvaguardar e promover o direito, manter um trabalho de livre escolha da pessoa, proibir a discriminação nas diferentes etapas, dar oportunidade às pessoas para escolherem também o trabalho autônomo, o empreendedorismo, as cooperativas, o negócio próprio. Então esta é, resumidamente, a visão da convenção.

Na assistência social, quando trata especificamente da assistência social, o que a convenção nos fala? Melhoria constante das condições de vida da pessoa que está na assistência, saneamento básico, redução da pobreza, habitação para essas pessoas que estão no âmbito da assistência social.

Alcançar benefícios e alcançar aposentadoria. Quando diz que ela precisa alcançar aposentadoria, automaticamente, eu tenho que dizer esta pessoa, ainda que na assistência, ela tem que passar pelo trabalho. Olha, se ela consegue alcançar aposentadoria, ela terá que passar pelo trabalho.

E o que é que diz a nossa Constituição da República, quando tratamos da assistência social? Ela diz que será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social. E tem por objetivo – vou me fixar nos três pontos fundamentais: promoção e integração para o mercado de trabalho. A assistência não pode se dissociar deste patamar além, que é o trabalho.

A nossa Constituição, é bem verdade, diz que é incompatível os dois regimes. Ou melhor, a assistência é incompatível com qualquer regime, seja ele da Consolidação do Trabalho, seja ele da Previdência Social. Mas, ela interage com o trabalho.

Habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência e a sua promoção à integração à vida comunitária. E a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa com deficiência ou idoso que comprovem não ter meios para prover a sua manutenção ou tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei? Que lei é essa? A LOAS, a Lei 8742.

E aí nós vamos para a atribuição do MDS. E lá na página do MDS a gente vê: o BPC garante a transferência mensal de um salário mínimo ao idoso, com idade de 65 anos ou mais, à pessoa com deficiência de qualquer idade. E aqui mora o nosso grande problema: e incapacitada para a vida independente para o trabalho.

Nas três colocações anteriores, Constituição da República, convenção que trata da assistência e do trabalho: quando foi que nós ouvimos que esta pessoa está incapacitada para o trabalho? Em nenhum momento. Esse é o nosso problema: a nossa lei cria um requisito chamado incapacidade para o trabalho, que não existe nem na nossa Constituição, nem na atual convenção.

E aí sobrevieram as normas regulamentares. Os Decretos 6214, 6564 que tentaram nos dizer ou dizer para a sociedade que é possível sim a pessoa estar na assistência e ser habilitada, desenvolver as capacidades motoras, cognitivas, educacionais, realizar atividades não remuneradas de habilitação e reabilitação dentre outras, mas nós não sobrevivemos com essa norma regulamentar por quê? Ela diz exatamente aquilo que a própria lei – LOAS – remete e absolutamente contrário ao que diz e poderia dizer que ela está se encontrando com a convenção e se encontrando com a Constituição, mas ela nos deixa numa sinuca de bico, como nos colocou o Senador numa audiência anterior.

A norma regulamentar não sobrevive com esse direito e aqui espero que a gente consiga ouvir as pessoas diretamente ligadas com esse problema nos dizerem aqui claramente que pais e mães não têm coragem de enfrentar este problema, ou melhor, liberar essas pessoas, esses jovens e adultos para serem qualificados e habilitados para o trabalho porque a lei é incongruente, a norma regulamentar é incongruente, a norma regulamentar não é clara, ela não nos dá segurança, ela não nos dá garantia, ela não dá segurança jurídica ao cidadão brasileiro. Este é o problema.

Esses decretos, essas nossas normas regulamentares, permitem mesmo a pessoa beneficiária do BPC trabalhar? Ela permite mesmo ingressar no mercado de trabalho e poder retornar ao mercado de trabalho; ingressar no mercado de trabalho cessa o benefício

da prestação continuada. Isso é ponto certo, porque assistência e regime de trabalho não se bicam, não se encontram, não são compatíveis, mas não impedem, segundo a norma regulamentar, não impedem a nova concessão de benefício, desde que atendidos os requisitos do regulamento. Sim, mas esses requisitos não estão claros, não nos mostram, não nos dizem claramente que prazos são esses, que mecanismos são esses que a pessoa tem que cumprir para poder então ter uma nova concessão do benefício.

Vamos afirmar que BPC é solução sim, porque ele é um direito à assistência social a quem dele necessita, mas para este caso, para enfrentar essa passagem do mundo da assistência social para o mundo do trabalho produtivo, seja ele qual for, a gente precisa definir questões muito sérias, inclusive de compreensão da sociedade brasileira, do nosso Poder Executivo e dos nossos Parlamentares.

A assistência social e o BPC, que estamos tratando aqui, precisa ser uma passagem, precisa ser transitório. Essa passagem tem que ser por um momento na vida dessa pessoa; essa pessoa não pode nascer e morrer na assistência social. Daí que nós dizemos que essa passagem tem que ser transitória e tem que buscar efetivamente a melhoria de vida dessa pessoa. Aí para a criança, para o jovem, temos que ter mecanismos que nos digam que ele está frenquentando a escola.

Para aqueles fora da idade escolar, que essas pessoas sejam alfabetizadas quando necessário, que esses mecanismos, essas normas, essas regras, efetivamente levem à reabilitação da pessoa no que diz respeito à sua saúde, acesso a órtese e prótese etc etc; que seja permitida sim à pessoa ser habilitada ou qualificada para o trabalho; que os cursos de formação, o recurso da lei da aprendizagem sejam possíveis enquanto esta pessoa estiver sendo habilitada ou qualificada no curso de formação ou na aprendizagem, que ela possa, neste período, manter os valores recebidos. O que a gente quer dizer com isto? Que ela possa, porque é excepcional essa questão da habilitação e da formação, que só para isso ela possa acumular ou manter – não diria acumular – manter definitivamente o valor recebido do BPC, que ela possa sim cursar, fazer curso de formação, a aprendizagem temos que discutir um pouco mais, porque ela leva o aprendiz para o regime da consolidação com contrato de trabalho assinado etc etc – e lembrem que consolidação e assistência são incompatíveis. Então, temos que encontrar um mecanismo para a questão da aprendizagem.

Estamos na Casa das Leis e eliminar definitivamente da LOAS a concepção da incapacidade para o trabalho, que não pode ser requisito para o benefício da prestação continuada. Volto a registrar: a Constituição da República, Convenção dos Direitos da Pessoa com Deficiência não coloca esse requisito da incapacidade ou da capacidade para o trabalho. A LOAS está errada, está equivocada. Precisamos extirpar a incapacidade para o trabalho da LOAS e definitivamente eliminar as dúvidas no regulamento, esse regulamento e os decretos 6.214 etc, quanto à suspensão, concessão e retorno, regras claras e objetivas, educando a sociedade para isso. A sociedade precisa saber onde está pisando para poder decidir e revisar – isso aqui é um anseio do movimento de pessoas com deficiência – precisamos revisar o patamar de renda familiar *per capita* e precisamos ter uma regra clara em todas as agências que digam que mesmo que você tenha no grupo familiar uma pessoa recebendo benefício de prestação continuada porque é pessoa com deficiência ou porque é idosa, receber também o BPC. Mas para isso nós precisamos revisar esse patamar de renda familiar.

Pensão por morte. De quem nós estamos falando quando tratamos da pensão por morte do segurado da Previdência Social? Nós estamos tratando de pessoas com deficiência intelectual, antiga deficiência mental, porque a convenção sobre os direitos da pessoa com deficiência fez uma alteração extremamente importante que nós precisamos nos apoderar. Ela dividiu essas categorias, se eu puder chamar assim, essa caracterização de pessoas com deficiência. Temos a deficiência intelectual, antiga mental, e pessoas com deficiência mental, pela nova característica da convenção, são pessoas com transtorno mental, transtorno psicossocial; e um exemplo dele é o autismo.

Essas pessoas, com deficiência intelectual e com deficiência mental, não ingressam atualmente no mercado de trabalho por justo receio das famílias de perder o direito ao benefício da pensão por morte do segurado. Por que a gente diz que é justo? Porque lembrem que as pessoas com deficiência intelectual ou as pessoas com deficiência mental são, queiramos ou não – quer batamos na tecla de que temos que fazer com que as pessoas com deficiência intelectual alcancem a sua a autonomia pessoal e econômica, ainda que relativamente –, são as pessoas mais vulneráveis nesse processo. Então, é justo o receio das famílias em não quererem facilitar o ingresso de seus dependentes por receio de perder a pensão.

Trouxe aqui um caso de que tomei conhecimento. Foi numa agência de Santos, São Paulo. Vejam o que diz a Previdência: Informamos que após análise, por parte do senhor médico coordenador dessa agência da Previdência Social, da perícia realizada em fulano de tal, a mesma foi retificada, tendo em vista constar em nossos sistemas pedido de auxílio-doença indefe-

rido. Ou seja, esta pessoa estava trabalhando, sofreu um acidente ou uma doença profissional, e teve o seu auxílio-doença indeferido por não ser constatada a incapacidade para o trabalho. Existindo (está grifado aqui) vínculo de emprego no período de x a x, laborado junto à empresa x, assim como recolhimento na qualidade de contribuinte individual no período de tanto a tanto. E diz a Previdência Social: indeferido o pedido de pensão por não ter sido constatada a incapacidade anterior à data do óbito do segurado.

Então, se a pessoa com deficiência intelectual ou pessoa com deficiência mental, transtorno mental, vai para o mundo do trabalho, a pensão do pai ou da mãe, à qual ela poderia ter direito, é glosada, porque ela teve vínculo empregatício. Isso é o que diz a Lei 8.213.

Como resolver este problema? A Lei 8.213 utiliza o termo inválido. E, nesse termo inválido, ela coloca todos, inclusive a pessoa com deficiência intelectual e a pessoa com transtorno mental, pessoa com deficiência mental. Exige a interdição da pessoa. Essa interdição pode ser parcial ou total. Esta é outra exigência da Previdência Social. E vou adiantar aqui outro problema: é correta essa exigência da interdição? Entende-se que sim. Para que serve a interdição da pessoa com deficiência intelectual? Serve, sobretudo, não para lhe retirar direitos, não para reduzir sua capacidade legal, mas para prevenir os direitos dessa pessoa em relação a terceiros.

Quando falamos isso, o que queremos dizer? Previnem-se, com a interdição, os atos de negócio: vender, emprestar, alugar patrimônio que lhe seja deixado por pai ou mãe. Então, a interdição, neste caso, servirá como um mecanismo de proteção à pessoa, proteção ao seu patrimônio em relação a terceiros.

Muito bem, estamos no caminho certo. A interdição necessária para prevenir esses atos de negócio. A pessoa com deficiência que receberá a pensão previdenciária do seu pai, ou da sua mãe, ou de quem ela seja dependente, prevenindo para que estes valores, esta pecúnia não seja tratada ou malversada por terceiros. Daí correta a interdição, porque teremos aqui um curador que dará esse apoio, essa assistência com o acompanhamento do Ministério Público para os atos de negócio dessa pessoa. Mas aqui temos que desfazer um pequeno grande equívoco hoje da sociedade brasileira. A pessoa com deficiência interditada resguarda o direito ao trabalho. Para o mundo do Direito do Trabalho, a pessoa interditada pode trabalhar, tanto que o Ministério do Trabalho e Emprego concede carteira de trabalho à pessoa interditada.

Vejam que há pontos que temos de esclarecer. Então, em momento algum a pessoa interditada deixará de trabalhar. Ao contrário, lembrem novamente: ela deixará de fazer atos de negócio. Ela poderá votar, ela poder trabalhar, ela poderá se casar, ela poderá abrir conta em banco com apoio do curador.

Se estamos dizendo tudo isso, por que a nossa lei vem e impede o ato de o pai ou a mãe deixar a pensão tranquilamente para o seu dependente, e esta pessoa continuar trabalhando? Não há. O sistema nos mostra claramente que não há. E vamos propositivamente dizer: o que é preciso ser mudado na lei? E aí quero dizer que a nossa Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência – acho que é um dos maiores artigos que trata do direito ao trabalho – diz, em um dos seus artigos, que toda a pessoa com deficiência tem direito ao trabalho, igual acesso de pessoas com deficiência a programas e benefícios de aposentadoria, diz o seu artigo 28. E diz, no seu artigo 12 – quando tratamos da capacidade legal da pessoa, quando tratávamos da interdição – em preservar a pessoa com deficiência com medidas próprias e efetivas para o exercício de seus direitos e respeito à sua vontade. São vários itens neste artigo 12, preservando a capacidade legal da pessoa de viver nesta nossa sociedade com autonomia.

Parece simples, mas esta proposta que está aqui e vamos discuti-la para os senhores parlamentares, nós estamos, nada mais nada menos, há dez anos fazendo a sua discussão. Já sabemos os resultados que queremos. São dez anos tentando trazer para esta Casa parlamentar para que os senhores parlamentares comprem esta briga e digam: “Olha, é pontual, vamos resolver”.

Essa proposta começou a ser pensada e estudada em 2001, numa oficina junto à Federação Síndrome de Down e à antiga Corde. Foram dois momentos, foram duas oficinas. Vamos rever o ordenamento jurídico. Então, a nossa proposta é desde 2001, sei que alguns parlamentares propuseram projetos de lei, mas sabemos que não avançaram. Sabemos que ela foi inserida nas disposições finais do Estatuto da Pessoa com Deficiência, mas simplesmente caiu nesse “triangulo das Bermudas” e não foi discutida adequadamente. Vejam qual a nossa proposta: dar uma nova redação aos incisos I e II do art. 16 da Lei. 8.213 e acrescentar dois parágrafos aos arts. 75 e 77 dessa mesma lei. Quais sejam: “são beneficiários do regime da previdência na condição de dependentes e segurados – no artigo acrescido, vamos até deixar o inválido porque o inválido contempla outras pessoas. Mas vamos deixar claro no inciso I do art. 16: são beneficiários ou pessoa que tenha deficiência intelectual ou deficiência mental, absoluta ou relativamente incapaz. Aqui, já prevenimos as pessoas que estão interditadas ou não, deixando à vontade dos pais interditá-la ou não, assim declarado judicialmente. No inc. II, o irmão não emancipado, etc.,

ou inválidos ou que tenha deficiência intelectual ou deficiência mental absoluta ou relativamente incapaz, assim declarado judicialmente. Simples.

Depois, quero discutir mais uma questão: acarretará ônus para a Previdência Social? Não, não, porque são fatos previsíveis.

Pode passar.

No 75, olha, já estamos aqui sendo tão honestos com a Previdência, com os nossos cofres públicos, porque, afinal de contas, somos todos nós que o alimentamos, né, de dizer: olha, quem for para o trabalho, o valor mensal da pensão por morte será de 100% do valor da aposentadoria que o segurado recebia ou daquela a que teria direito, se estivesse aposentado por invalidez na data de seu falecimento, observado o disposto no art. 33. Isso está na lei.

Novidade:

§ 1º. O percentual a que se refere o *caput* será de 70% para dependente com deficiência intelectual ou mental, parcial ou totalmente interditado e que exerça a atividade remunerada com o rendimento superior a três salários mínimos, observado o disposto no artigo tal.

Então, permitir que esta pessoa vá para o trabalho, e esta pessoa com deficiência intelectual, indo para o trabalho, e com rendimento superior a três salários mínimos, ter uma redução da pensão.

§ 2º. A pensão por morte para o dependente de que trata o § 1º será suspensa, caso o seu rendimento ultrapasse o limite máximo do salário de contribuição enquanto perdurar este montante.

E, aí, a pergunta que não quer calar: sobrecarregará os cofres públicos, como disse anteriormente? De forma nenhuma, porque pensão para segurado é fato previsível, e, se esta pessoa com deficiência for para o mercado de trabalho, o que ela vai virar? Ela vai contribuir, vai ser contribuinte. Então, percebam que temos até um mecanismo de aumentar a arrecadação, permitindo que esta pessoa vá ao trabalho, mas resguarde o seu direito de recebimento da pensão. Por quê? Porque são pessoas mais vulneráveis que poderão não ter no mundo do trabalho a sua permanência garantida, o seu sustento garantido, mas a pensão de seus pais poderá lhes resguardar esse direito. Então, retomar este assunto, Senador, é fundamental.

A pensão por morte, isso aqui é só para complementar, quando é que ela será rateada e a maneira como será rateada.

E, aqui, então, os critérios, resumidamente, para a aposentadoria especial – Já estou passando outro tema.

Então, critério que gostaríamos que fossem observados, também, em discussão em vários momentos, com várias instituições de pessoas com deficiência e também produto de uma câmara técnica, realizada na antiga Corde, quando elaborou um projeto de lei complementar para aposentadoria especial para servidores.

Então, quando for pensar na aposentadoria do trabalhador com deficiência, pensar na redução do tempo de contribuição e na idade e que esta redução, este fator de redução fique entre 3 e 10 anos, que se pensem nos agravos e nos graus de limitação funcional desta pessoa, e isso poderia ser remetido ou não para o regulamento. Seria bom que ficasse na lei complementar mesmo, com previsão clara, objetiva e que a comprovação da condição de pessoa, de trabalhador com deficiência não seja feita só por um médico lá na agência do INSS, mas seja feita por profissionais da área da deficiência, dentre eles um médico. Então, ter essa previsão clara para prevenirmos vários problemas; prevenirmos o problema de o médico simplesmente glosar ou deferir aposentadoria sem que haja, efetivamente, necessidade, mas ter um corpo de profissionais da área de deficiência que diga isso.

Então, Senador, pode passar, são essas as minhas contribuições, agradeço a atenção de todos.

(*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Olha, eu queria agradecer e parabenizar a Drª Maria Aparecida Gugel pela exposição profunda.

Eu queria anunciar aos Senadores Wellington Dias e Waldemir Moka.

V. Exªs podem intervir a qualquer momento para pedir esclarecimentos. Então, vai usar desta prerrogativa na hora.

Quero anunciar a todos que esta audiência passa a ser transmitida ao vivo pela TV Senado, que é importante, porque tem muitas pessoas dos Estados querendo participar desta discussão. Então, é importante tentar formar uma rede das pessoas aí neste momento.

Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Esse negócio de oferecer microfone para político é um negócio complicado.

Mas veja, quero aproveitar aqui só para tirar uma dúvida: a Previdência trabalha com cálculo atuarial. Então, muitas vezes, a gente esquece que é uma poupança que se faz em vida durante um trabalho, para consumir numa média de cálculo, levando em conta expectativa de vida etc.

Bom, quando a senhora coloca ali que começa a trabalhar – primeiro, perfeito, aqui, o raciocínio, entendi, perfeitamente e acho que não precisamos nem pestanejar aqui, vamos ter que abraçar esta luta aqui. A prática, aliás, permita-me dizer antes, tem uma deformação cultural no Brasil em muitas áreas, uma delas é nessa relacionada à invalidez, e acho que o próprio sistema contribui para isso. Vi situações de pessoas

que dão um tiro na perna para poder conseguir um atestado de invalidez, já nem falo das fraudes e de outras coisas mais. Enquanto que, noutros países, as pessoas fazem de tudo para continuar válidas, para continuar trabalhando, enfim. Então, a pergunta é mais ou menos assim: a senhora coloca ali um limite de redução de 70%, para quando, trabalhando, se ter uma renda de três salários. Normalmente, no sistema de previdência, sempre que alguém volta para o trabalho, ele perde o direito à aposentadoria, tá certo, e, no caso da pensão, normalmente, são raras as exceções, o que se tem é, no máximo, o direito de opção pelo maior. Bom, a senhora coloca ali uma regra: quem trabalha e ganha mais, vamos dizer, R$1.600,00, tem uma pensão, vamos dizer aqui de R$4.000,00. Então, ele tem R$1.600,00 de salário mais 30%, cerca de R$1.200,00 de pensão. Então, você tem, na verdade, duas fontes de renda, enquanto perdurar o trabalho, não sei se está correto o raciocínio. Bom, ele tem uma lógica, mas a pergunta é: no momento em que ele começa a trabalhar, o trabalho, neste caso, como um direito de cidadania, perfeito e defendo, mas é como se ele, neste caso, estivesse reduzindo a renda, ou seja, os R$1.600,00, que são os três salários mínimos mais os 30% que sobram, já que 70 é reduzido, dá em torno de R$2.800, 00. Estou fazendo aqui o de advogado da causa. Na prática, em relação ao direito a trabalhar, não seria prudente que constasse o direito de opção?

A SRª MARIA APARECIDA GUGEL – Na verdade...

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Porque, desculpe-me, inicialmente estava entendendo o seu raciocínio, permita-me dizer, que, ao trabalhar, suspende a pensão. Ponto.

A SRª MARIA APARECIDA GUGEL – Não. Uma coisa é o benefício.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Suspende o benefício.

A SRª MARIA APARECIDA GUGEL – Suspende o benefício da prestação continuada.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Correto.

A SRª MARIA APARECIDA GUGEL – Esse é um ponto, porque o benefício da prestação continuada...

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Correto. Aí é provisório. Bolsa Família é uma renda provisória. Se a pessoa trabalhar e receber até determinado patamar, perdeu o Bolsa Família, passa a ter a renda.

A SRª MARIA APARECIDA GUGEL – Certo.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Isso está perfeito.

A SRª MARIA APARECIDA GUGEL – Com relação à pensão previdenciária, o raciocínio – isso os colegas da Previdência podem melhor elucidar – é o mesmo do acidente do trabalho. Passa a ser o mesmo raciocínio, exatamente o mesmo. Essa pessoa com deficiência vai ao mercado de trabalho, tem-se esse patamar porque o valor da pensão é de 100% – talvez eu não tenha sido clara aqui na minha colocação –, mas será reduzido em 70%, observado o rendimento da pessoa. Por exemplo, se ela recebe um salário mínimo, receberá 70% da pensão e não o contrário. Não sei se eu não fui clara.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) *(Fora do microfone.)*

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Moka, fale no microfone.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) *(Fora do microfone.)* passa a receber 70% do que tinha direito.

A SRª MARIA APARECIDA GUGEL – Do valor da pensão, desde que o patamar da remuneração desse trabalhador não seja superior a três salários mínimos. Fica claro assim? Talvez na hora de ler não tenha ficado claro.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Se recebesse R$1.000,00, passaria a receber R$700,00. É isso.

A SRª MARIA APARECIDA GUGEL – Pronto. Pronto. E aqui vamos ser muito claros: por que nós fixamos esse valor de três salários mínimos? Porque dificilmente você terá uma pessoa com deficiência intelectual recebendo valores acima de, no caso, três salários mínimos. O raciocínio, na verdade, é o inverso.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Drª Maria Aparecida.

Senador Wellington e Senador Moka, podem falar a qualquer momento.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Eu vim aqui duas ou três vezes, mas houve um atraso e eu acabei tendo que atender um chamamento do Líder Romero Jucá, porque estou relatando uma medida provisória e tenho que atendê-lo. Mas eu cheguei a tempo de ouvir a Drª Maria Aparecida.

Penso o seguinte: dentro da filosofia a que esta Comissão se propôs, eu acho que temos que ouvir. Mas confesso que minha expectativa é de que aqui estivesse o Ministro da Previdência. Pelo menos essa era a minha expectativa até suscitada por V. Exª.

A minha pergunta objetiva às pessoas que estão aqui é: nós temos condições de ter algum tipo de autonomia? Porque a legislação... Eu acho que a Subcomissão tem que, é isso que falta – a Subcomissão não é o Lindbergh, o Wellington ou o Moka –, a Subcomissão tem que propor e ir para cima, fazer aprovar, porque projeto tramitando tem. Por que não tramita?

Porque certamente há alguma resistência. Não estou dizendo que é por maldade ou porque não queiram. As resistências muitas vezes são até uma provocação. Já que deve haver alguma resistência, por que isso não avança e não é aprovado, criando, estabelecendo esse direito, porque aí vamos tornar objetivo o nosso debate?

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Claro. Senador Moka, quero apenas falar que quem está aqui representando o Ministério da Previdência é o Secretário de Políticas de Previdência Social, Dr. Leonardo. Antes destas reuniões, estive com o Ministro da Previdência; com o Secretário-Executivo, Dr. Gabas; com o Ministro Garibaldi; com o Ministro das Relações Institucionais, Luiz Sérgio. E por parte do Governo, está dado um sinal verde para discutirmos como resolver esse impasse, porque, hoje, o benefício BPC – Benefício de Prestação Continuada – e a Pensão por Morte se tornaram um instrumento que dificulta a inclusão no mercado de trabalho. Do Governo... Devo dizer isso, por isso veio aqui o Dr. Leonardo... Porque, ao final, o que nós vamos ter aqui: a montagem de um grupo de trabalho, porque, Drª Maria Aparecida, não é para responder agora... Mas, o ideal é, inclusive... É claro que aqui a gente pode sair com a força tarefa para fazer as mudanças legislativas. Mas o ideal é ver o que a gente pode mudar sem a necessidade de alteração por lei, por definição do próprio Ministério, por onde podemos avançar... Porque é esse o caminho que estou tentando trilhar lá também...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Ótimo! Melhor ainda!

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – ...não sei se é só por mudança legislativa. Há portarias, há instrumentos do próprio Governo que podem resolver esse problema, com a aceitação do Governo. A própria... O uso até, em último caso, de uma medida provisória. O que fazer? A discussão aqui, ao final de tudo isso, Senador Moka, a ideia é nesse espírito do Governo, desarmado, de a gente montar um grupo de trabalho para sentar para, em 20 dias, 30 dias, a gente decidir toda estratégia: vamos pôr aqui no Legislativo, vamos tomar essas medidas legislativas.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Agora, só uma observação... Não sou jurídica, sou médico – modesto médico lá de Mato Grosso do Sul, mas que quer contribuir. Eu só acho o seguinte: se pudermos mudar por portaria... Mas nós não devemos, nunca, deixar colocar isso na legislação. Por quê? Governo muda, portaria muda – a legislação não vai mudar. Por isso, que eu acho ser importante que a gente garanta isso na legislação.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – O senhor está certíssimo! Agora, se pudéssemos, ao mesmo tempo, a gente ver... A gente sabe que o processo legislativo é mais lento. Mas, até esta Comissão e todos os Senadores assinarem, irmos ao Presidente Sarney, conversarmos com o Presidente da Câmara. Mas, se a gente conseguir mudar por decisões governamentais, nós vamos ganhar muito tempo.

É com esse espírito que quero passar para Maria José de Freitas, que é Diretora do Departamento de Benefícios Continuados, da Secretaria Nacional de Assistência Social, representando o Ministério de Desenvolvimento Social. Os senhores podem intervir a qualquer momento.

Deixa-me apenas pedir desculpas à Drª Maria Aparecida Gugel, que fez uma belíssima explanação, e estava combinado que ela falaria mais tempo. Agora, nós vamos ter o tempo reduzido. Se puderem falar entre cinco e dez minutos.

A SRª MARIA JOSÉ DE FREITAS – Boa tarde, Senador Lindbergh, em nome de quem cumprimento a todos aqui da Mesa; boa tarde, Srs. Senadores e demais participantes.

Primeiro, agradeço, em nome da Ministra Teresa Campelo, pelo convite de estarmos aqui participando deste debate que é, para nós, bastante importante.

Então, já que nós temos o tempo reduzido, gostaria de ir direto a umas questões que estão aqui em pauta. Já foi colocado do que se trata obedecer. Eu gostaria de atualizar e ir direto, atualizando quais são os números atuais do BPC.

A Drª Aparecida já trouxe alguns dados. Então, a gente informa que hoje temos três milhões e quatrocentos mil beneficiários, sendo que pessoas com deficiência, temos, hoje, um milhão e oitocentos mil beneficiários. O aporte de recurso do Governo Federal, na manutenção desse benefício, no ano de 2011, alcança R$23 bilhões.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Só para chamar a atenção, Senador Wellington, Senador Moka. Veja, temos um milhão e oitocentos, com BPC, pessoas com deficiências; no mercado de trabalho, estamos com menos de trezentos mil.

A SRª MARIA JOSÉ DE FREITAS – Aí, eu gostaria de apresentar um pouco do perfil desses beneficiários. Quem são essas pessoas com deficiência que acessam esse benefício? Primeiro, são pessoas que têm de apresentar, comprovar que não têm meio de prover a si próprios – assim diz a Constituição – e vivem em famílias que também não têm condições de prover o sustento dessa pessoa.

Do ponto de vista legal, é considerado família que tem renda per capita familiar inferior a um quarto do salário mínimo. Então, são pessoas que vêm de famílias extremamente pobres. E elas apresentam, em termo

de um quadro, no que diz respeito à deficiência, uma classificação que ainda é pela CID, os termos ainda são relacionados a retardo mental, não estão dentro da conceituação mais atual. Mas há uma concentração em torno de 17% desses beneficiários com pessoa com deficiência, que apresentam uma codificação relacionada a retardo mental. Em torno de 4,4%, paralisia cerebral. Aqui a gente atinge principalmente as crianças. Se a gente considerar que temos hoje em torno de 460 mil crianças, 71 mil apresentam paralisia cerebral. Então, mostrando um pouco o perfil das deficiências que essas pessoas apresentam. Pode passar.

No que diz respeito à faixa etária é mais ou menos como a Drª Aparecida apresentou, é mais ou menos equilibrado em cada faixa etária. Até 15 anos é 20%; até 30 é 23%. Então, temos 68% dessas pessoas até 45 anos. Pode passar. A escolaridade é aquilo que já foi apresentado, 65% de analfabetos. Isso nos mostra que é um quadro de pessoas com as quais para trabalharmos qualquer situação, tendo em vista a escolaridade e o trabalho temos de superar muitas barreiras.

O aprimoramento legal desse benefício através do Decreto 6.214, como já foi colocado, tem limites, tem, de fato, e já estamos, na verdade, com uma minuta em tramitação, tentando sanar algumas limitações que esse decreto não consegue responder. Eu queria destacar aqui que esse decreto traz um conceito de incapacidade que passou a considerar não apenas os atributos das pessoas, mas também os seus fatores ambientais, definindo a incapacidade como um fenômeno multidimensional que abrange a limitação do desempenho da atividade, a restrição da participação, com redução efetiva e acentuada da capacidade de inclusão social e correspondência com a interação dessa pessoa com o seu ambiente físico-social. Ora, ao adotar isso como perspectiva, como a concepção da incapacidade para avaliarmos a legibilidade das pessoas que requerem o BPC, isso nos trouxe realmente uma mudança fundamental no processo de avaliação dessas pessoas. Passamos a introduzir um novo modelo de avaliação da deficiência e da incapacidade através do que foi instituído por esse decreto, que seria uma avaliação nos moldes que tem uma referência na Classificação Internacional de Funcionalidade, a capacidade de saúde, a CIF, que é uma publicação da Organização Mundial de Saúde. Isso significa que fazemos uma avaliação da incapacidade na interação dessa pessoa com a limitação que ela tem no seu corpo naquilo que ela encontra de apoio ou restrição ou barreira no seu meio. Isso é determinante. Isso significa que essa questão do conceito de incapacidade é absolutamente relativo e a gente absorveu, isso foi incorporado na apreciação para fins do BPC, através desses mecanismos.

Então, nós temos, desde junho de 2009, esse novo processo de avaliação. Para isso contamos com uma avaliação médica, pelo médico perito do INSS, e uma avaliação social feita pela equipe de assistentes sociais, também do INSS. Então, a Administração Pública teve de dotar o INSS de um contingente de profissionais de forma a dar concretude a esse propósito que foi definido pelo Governo.

Como eu disse, temos limites, como já foi apontado aqui, porque aquilo que o Decreto 6.214 estava apontando como possibilidade de um beneficiário que vá ao trabalho poder um outro dia, perdendo a oportunidade do trabalho, ter acesso novamente ao BPC. Isso está posto por causa do conceito hoje adotado com relação à incapacidade. O que é incapacidade? É absolutamente relativo. Então, depende, realmente, do que a pessoa encontra de oportunidade para superar aquelas limitações que ela tenha.

Essa minuta de alteração do decreto traz uma proposta de restabelecimento do BPC, um restabelecimento automático após o período de trabalho, quando esse período de trabalho não for suficiente para garantir um direito previdenciário a essa pessoa. Isso foi acordado em audiência pública feita aqui no Senado e está em tramitação, deve chegar à Casa Civil, a gente espera que não deva demorar; teve um processo longo de discussão na área jurídica para, realmente, dotar essa minuta de um formato que pudesse estar tramitando. Então, significa que há suspensão do pagamento do benefício enquanto o beneficiário se declara como oportunidade de inserir no mercado de trabalho. Se ele perde essa oportunidade de trabalho o benefício é reativado se ele não tiver direito a qualquer benefício previdenciário. Também foi adotado que ele teria reavaliadas as condições, digamos assim, de se atender ou não ao critério do BPC apenas quando ele complementa aquele período posto pela lei para uma reavaliação, o que é considerado uma reavaliação bianual. Portanto, esse temor que hoje se tem, os beneficiários, de, realmente, irem ao mercado de trabalho e depois passar por um outro processo de avaliação e não ter uma garantia da volta do benefício fica superado com esse mecanismo. Então, há um retorno automático e depois, quando completa dois anos é que vai reavaliar novamente se atende ou não aos critérios. A gente espera que com a introdução desse mecanismo seja, de alguma forma, superada essa preocupação.

Além disso, temos aí uma proposta de alteração da Lei Orgânica da Assistência Social, que está em tramitação no Senado, já foi aprovada na Câmara, que traz, incorpora na legislação do BPC, no art. 20

da LOAS, o conceito dado pela convenção do que se trata a pessoa com deficiência. Foi necessário definir. Como a convenção estabelece que pessoa com deficiência é aquela que tem impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual e sensorial, foi necessário definir, para fins do BPC, esse impedimento de longo prazo. Então, está definido em torno de dois anos. Após uma definição do ponto de vista técnico e jurídico é que se estabeleceu esse patamar. Além disso, oficializa, legaliza, traz para o âmbito da lei essa avaliação que já está em curso, feita pelo médico perito e pelo assistente social.

A política de assistência social assume que a segurança de renda que o BPC representa para os idosos, para as pessoas com deficiência, não é suficiente para atingir o objetivo de realmente prover essas pessoas de melhor atendimento às suas necessidades, no sentido de atingir um pouco mais de autonomia. Com isso, a assistência conta com uma rede não só própria de serviços socioassistenciais, para isso existem mecanismos para que o beneficiário do BPC seja atendido, acesse os serviços socioprevidenciários. Existem, portanto, protocolos junto aos gestores da assistência nos diversos níveis de Governo no sentido de haver um acompanhamento dos beneficiários pelos serviços socioassistenciais.

Além disso, em se tratando de outras políticas, como a política de educação, temos um programa BPC na escola, que visa, junto com a política de educação do MEC, direitos humanos e saúde, e assistência social, promover a identificação de quais são as barreiras que essas crianças até 18 anos enfrentam para se inserirem e permanecerem na escola. Para isso existe esse programa. Já temos, hoje, um resultado diferenciado daquele que foi encontrado em 2008, quando identificamos que 70% dessas crianças estavam fora da escola. O último pareamento, feito entre a base de dados do BPC com a do MEC, registra que temos em torno de 50% na escola.

Em termos de trabalho, o que tem sido feito e relacionado à situação de trabalho, temos uma experiência hoje no Município de Santo André, em São Paulo, que junto com a Instituição, a VAP, estamos fazendo uma experiência de colocação dessas pessoas numa situação de qualificação profissional, com vistas a uma inserção no mercado do trabalho.

Essa experiência vai ser estendida para oito capitais, ainda este ano, e ela tem mostrado a dificuldade que é, porque, primeiro, daquelas pessoas que têm condições realmente de sair, ir ao encontro de uma instituição que possa oferecer algum trabalho, qualificação para essas pessoas.

O número que torna possível isso, que consegue ter o transporte, nós encontramos, ao fazer a avaliação dessas pessoas; muitas delas precisam, na verdade, passar por um processo de reabilitação física, elas precisam primeiro desenvolver a sua autonomia da atividade de vida diária. Vemos com isso, por essa experiência, que é um processo longo e que requer muito do investimento público na área da saúde, na área da educação, de forma realmente a mudar o patamar de condição de vida dessas pessoas e termos, de fato, uma perspectiva de que essas pessoas, que hoje se beneficiam desse BPC, possam realmente acessar essas políticas. E se beneficiar desses acessos que, por ventura, venham a ter da educação, da saúde e dessas oportunidades no que diz respeito a trabalhar algum potencial de qualificação e trabalho. Na área da saúde temos também, na agenda de Governo, políticas voltadas a considerar os beneficiários do BPC como prioritários para a concessão de órtese e prótese e temos também entendimentos com o Ministério da Saúde no sentido de medicamentos.

É importante dizermos que estamos também trabalhando na perspectiva, discutido já dentro do âmbito do Ministério, de trabalhar uma proposta de lei que possa considerar como existe hoje a exemplo de benefícios previdenciários de invalidez, de quando há um retorno da aposentadoria por invalidez. Aposentado por invalidez ao trabalho há uma cessação gradativa do benefício e podemos considerar isso para o BPC, na medida em que haja uma inserção ao trabalho, a gente poder também considerar uma cessação gradativa do benefício.

Estou falando muito rápido, mas era isso, em linhas gerais que eu queria trazer para poder contribuir com esse debate aqui.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Parabéns, Drª Maria José de Freitas.

Eu acho que aqui, Senador, para passar para V. Exª tem aquela discussão que fazíamos, Moka.

A nossa Drª Maria Aparecida falava da importância de termos uma legislação que dará segurança jurídica. Nós vamos tratar da legislação. O que queríamos aqui também, antes de passar ao Senador, é entrar nos detalhes da discussão dessa minuta, queríamos participar, ajudar, discutir com a Casa Civil, ajudar a fazer com que ela sai com velocidade.

Fico muito satisfeito que já tenha uma minuta num estágio avançado como esse, porque, volto a dizer, são um milhão e oitocentos mil pessoas no BPC, pessoas com deficiência, menos de trezentos mil no mercado de trabalho e eu tenho certeza de que a gente vai destravar um problema, vai formalizar muita gente.

Nas ruas do Rio de Janeiro, Dr. Moisés, volto a dizer aqui, o que a gente encontra de pessoas no mercado informal, como camelos, muitos cadeirantes, pelo temor de ingressar no mercado formal.

Então, no momento do Governo do Presidente Lula tivemos quinze milhões de carteiras assinadas. É como se a gente dissesse hoje, quem está no final da fila, novamente esse termo, da formalização no mercado de trabalho é a pessoa com deficiência.

Então, eu acho que essa política pública, esse é um ponto decisivo. Se por um lado a gente vai tentar alterar a legislação, por outro tentar interferir nesse decreto com sugestões é fundamental.

Passo ao Senador Wellington Dias, mas antes quero avisar aqui, saudar a presença do *Movimento Orgulho Autista Brasil*, que está aqui.

A *Ama DF* que ontem conseguiu uma grande vitória, derrubaram um veto do PL dos autistas, que institui a obrigatoriedade do Poder Executivo proporcionar tratamento especializado, educação e assistência específica a todos os autistas. Uma vitória do Movimento Autista, do Dr. Cota, aqui do Distrito Federal. Parabéns! (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Wellington Dias, que também é um lutador por essa causa.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Eu também comemoro de modo especial essa bela vitória. Ela foi trazida aqui, modestamente a Comissão reforçou, fizemos contato com as bancadas no Parlamento e com o próprio Governador Agnelo.

Bem, deixe-me só colocar aqui, Drª Maria José. Primeiro, me alegra que esteja em andamento, creio que preciso... Vi um termo ali no texto, parece-me que no terceiro slide.

Veja só, o primeiro requisito, estamos vendo aí a nossa Presidente está lançando o desafio: Brasil sem miséria. O Governo Federal que considera na miséria quem tem uma renda per capita abaixo de R$70,00. Estamos falando de uma regra, de um quarto do salário mínimo. Estamos falando aí de mais ou menos 150, R$160,00 per capita. Se imaginarmos que é para uma família, vamos imaginar aqui bem por baixo, uma família, um casal com apenas um filho, a renda per capita abaixo de R$70,00. Veja, alguém que tenha uma pessoa que precisa de todo um tratamento especial, precisa, enfim, às vezes, de custas de medicamento, custas de tratamento de escolas adequadas. Enfim, é nessa pessoa que é colocado um limite de muito baixo.

O que eu queria examinar é exatamente isso, por que não tem na medida uma revisão, eu sei que ela parte de uma medida maior, não seria nem só na lei, teríamos que alterar a própria Constituição, mas por que não se busca alterar... Ela está limitada, repito, a um quarto do salário mínimo, ou seja, quem não atender a esse requisito não dá nem para tratar nem do seguinte. Como parte do Programa Brasil sem Miséria, a gente poder ver isso também. Fica incoerente, eu sou da base do Governo, do Partido da Presidente, mas eu acho que fica incoerente pelas próprias regras tratadas pelo programa a gente não fazer também uma revisão nessa área.

Creio que o objetivo aí seja socorrer exatamente pessoas que... porque quem tem renda abaixo de um quarto de salário mínimo é como se não tivesse renda, o atendimento é feito, vamos dizer, por alguns outros programas sociais, mesmo assim são todos com renda muito pequena.

Ou seja, a ideia, o objetivo é de atender com um salário mínimo aquela família é o reconhecimento de que ali tem um custo emergencial mais elevado. Então, eu acho que vale a pena que possamos nos debruçar sobre esse tema. Era isso que eu queria ouvir aqui também.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) **–** A Srª Maria José pode responder depois?

Vou passar ao Dr. Leonardo Guimarães, Secretário de Políticas da Previdência Social.

O SR. LEONARDO JOSÉ ROLIM GUIMARÃES – Boa tarde, Senador Lindbergh Farias, meu conterrâneo e ex-companheiro de movimento estudantil, em nome de quem saúdo os demais membros aqui da Mesa. Srs. Senadores, demais presentes, estamos com uma apresentação rápida.

Iniciando, alguns pontos que a ordem que coloquei foi um pouco inversa a que a Drª Maria Gugel apresentou.

Vamos começar falando da aposentadoria para pessoa com deficiência, depois entraríamos na pensão por morte e uma breve observação em relação ao BPC.

Bom, a Emenda Constitucional nº 47, de 2005, estabelece que para o regime geral é vedada a adoção de requisitos e critérios diferenciados para concessão de aposentadorias aos beneficiários do regime geral, ressalvada a situação em que ocorrer uma condição de trabalho que prejudique a saúde ou integridade física ou quando se tratar de segurados portadores de deficiência, nos termos definidos em lei complementar. Ou seja, já está previsto na nossa Constituição que a pessoa com deficiência tem direito a tratamento especial no que diz respeito à aposentadoria, porém precisamos aprovar lei complementar. Como essa lei complementar ainda não foi aprovada, isso ainda não está vigorando.

Da mesma forma ocorreu em relação ao servidor público. A diferença é que, no caso do servidor público,

há uma situação especial a mais. No regime geral, são apenas duas: a pessoa com deficiência e o trabalho em que se é exposto a agentes nocivos. No caso do servidor público, além dessas duas situações, há ainda a daqueles que exerçam atividade de risco.

Portanto, é um direito social garantido às pessoas com deficiência essa aposentadoria especial. Então, não é algo sobre o que se deve discutir aqui se deve ou não acontecer, mas como iremos fazer. É um direito que já está garantido. Então, não há que se discutir se somos favoráveis ou contrários. É um direito que está garantido. Temos de ver a forma e não se será implementado ou não.

O PLC nº 40, de 2010, de autoria do então Deputado Federal Leonardo Mattos, aqui presente, foi apresentado em 2005, pouco após a emenda constitucional. Foi aprovado na Câmara em 2010 e, desde o ano passado, está aqui no Senado como PLC nº 40. Ele trata justamente da regulamentação da aposentadoria especial da pessoa com deficiência.

Uma breve descrição dos principais pontos do projeto. O primeiro ponto é assegurar, como diz a nossa Constituição, condições diferenciadas de aposentadoria para a pessoa com deficiência, tanto em relação à aposentadoria por tempo de contribuição quanto à aposentadoria por idade. Em relação ao tempo de contribuição, define-se uma gradação em deficiência leve, moderada e grave, sendo que, na deficiência leve, a redução em relação à pessoa sem deficiência é de cinco anos; na moderada, de sete anos; e, na grave, de dez anos. Em relação à aposentadoria por idade, a redução é de cinco anos.

Além disso, estabelece que o grau de deficiência, ou seja, se a deficiência é leve, moderada ou grave, será atestado pelo INSS. Prevê também que, se houver mudança no grau depois de atestado, será um direito da pessoa com deficiência pedir revisão. Por exemplo, se ela tinha uma deficiência leve e, com o passar do tempo, foi agravada, ela terá direito a pedir revisão. Além disso, se a deficiência foi adquirida depois de a pessoa já estar no mercado de trabalho, ela terá direito à contagem proporcional desse período, similar ao que ocorre com o trabalhador exposto a agentes nocivos.

Em relação ao valor do benefício, o projeto estabelece que aqueles que se aposentarem por tempo de contribuição irão receber 100% do valor apurado do salário-benefício. A regra é similar ao que existe na Previdência como um todo. Para aqueles que se aposentarem por idade, o percentual será de 70% mais 1% para cada doze contribuições, até o máximo de trinta. A regra também é idêntica à que já existe na Previdência Social.

Há diferença em relação ao fator previdenciário, até em função de a pessoa com deficiência, em função dessa regra, se aposentar mais jovem, se se fosse aplicar o fator previdenciário, haveria uma redução considerável do benefício. Então, o projeto prevê que o fator previdenciário só será aplicado se for para aumentar o valor do benefício.

Além disso, apresenta a definição do que é a pessoa com deficiência: é aquele que apresentar restrição física, auditiva, intelectual, sensorial, mental, visual ou múltipla, de natureza permanente, que restrinja sua capacidade funcional para exercer diariamente sua atividade laboral, e estabelece que esse grau será definido na regulamentação.

Esse é um ponto importante no que diz respeito aos conceitos do projeto, às ideias. Nós não temos discordâncias. Temos algumas preocupações, de que vou falar rapidamente, que são em relação à gradação e à implementação: como definir esses conceitos e como implementá-los.

Em relação aos números e aos impactos financeiros dessa proposta, a Drª Maria Aparecida Gugel apresentou aqui alguns números que vêm da RAIS. São informações do Ministério do Trabalho de pessoas com deficiência no mercado de trabalho. Os últimos números da RAIS dão conta de que há em torno de 263 mil pessoas com deficiência com emprego formal. Esses números são muito diferentes dos números do Censo 2000. Temos receio de que a RAIS esteja subestimada. Embora seja uma informação obrigatória, na prática, só as empresas que têm obrigação de ter cotas têm uma preocupação maior em ter em seus cadastros a indicação de que seus funcionários são ou não pessoas com deficiência. Os números do Censo são bem maiores. Acreditamos que mais pessoas estão no mercado de trabalho. De acordo com o Censo 2000 – os dados do Censo 2010 ainda não estão disponíveis. Estamos trabalhando e, em breve, teremos números. –, davam conta de que tínhamos, naquele momento, 24,6 milhões de pessoas com deficiência, dos quais 7,4 milhões estavam ocupados entre 16 e 59 anos.

A renda média atualizada para 2009 seria de R$990,00 mensais, sendo que, desses 7,4 milhões, apenas 746 mil contribuíam para a Previdência. Ou seja, a grande maioria estaria na informalidade, como o Senador Lindbergh colocou aqui. Porém, de qualquer forma, é um número muito maior do que o da RAIS.

Há, ainda, uma incoerência do próprio Censo. Outra informação que aparece lá é o tipo de emprego que a pessoa tem, se é emprego com carteira, se é emprego sem carteira, se é trabalhador por conta própria, e 2,2 milhões informaram que eram empregados com

carteira assinada. Portanto, nós deveríamos ter, pelo menos, 2,2 milhões contribuindo para a Previdência.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Dr. Leonardo, só um dado. No Censo do IBGE, há um ponto chamado deficiência visual leve.

O SR. LEONARDO JOSÉ ROLIM GUIMARÃES – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Entendeu?

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Eu sou deficiente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Deficiência visual leve. Então, estou querendo dizer – para acalmar o Ministro da Previdência, Senador Moka, porque, quando eles olham 24 milhões, já dizem que não dá para fazer aposentadoria especial – que o número concreto do Ministério do Trabalho é menor de 300 mil. Então, acho que é um susto que se dá pela metodologia do Censo.

Aquele número ali é muito interessante: 746 mil declararam ter contribuído para a Previdência, dentro do critério amplo do Censo.

Desculpe-me interromper. Estou falando isso, Senador Moka, porque eu fui lá. No começo, chegaram a dizer para mim: "Puxa! Isso vai criar um rombo de R$ 5 bilhões com aposentadorias especiais." E, quando a gente verifica os números, eles mostram que, infelizmente, temos menos de 300 mil pessoas incluídas. Então, o efeito não é esse.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Perdoe-me. É exatamente isso. Eu tive a oportunidade de dialogar com o pessoal do IBGE. O IBGE tem outro objetivo, que tem mais a ver com abastecer de informações o Ministério da Saúde. Acho que é preciso haver um diálogo com o IBGE, que deve ter acontecido, porque isso foi em 2009, antes do Censo de 2010. E o objetivo era exatamente este: dentro dos dados de pessoas com deficiência, no padrão que interessa ao Ministério da Saúde, como melhorar esse ou aquele item que pudesse ajudar a ter esse parâmetro para outras áreas, como a área do benefício continuado e a área do Ministério da Previdência.

Lembro-me de que a gente esteve no Rio de Janeiro – eu era Governador à época – tratando exatamente sobre esse tema. Creio que –não sei se já foram liberados os dados de 2010, estava prevista para o mês de maio essa liberação, nele já deve ter um dado bem melhor do que esse de 2000.

Quando analisamos estudos feitos na América do Sul e na América do Norte sobre as deficiências que são alvo dessa discussão: autismo, síndrome de Down, etc., vemos que não passa em qualquer País – e não tem cabimento no Brasil ser diferente – um índice tão elevado. Nós estamos falando de um indicador completamente fora do propósito. Repito, eu tenho uma perna menor do que a outra cerca de um centímetro, uso lente, outros usam óculos, enfim, por esse critério, realmente acho que bate aí. Era isto que o Censo de 2000 buscava: se usa óculos, tem todos os dedos, tem os braços, tem isso, tem aquilo. Com essa abrangência – repito: é importante esse dado, porque interessa a outras áreas do Governo –, não pode ser parâmetro para o Ministério da Previdência. O próprio IBGE, se for consultado, vai dizer exatamente isso.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Presidente, permita-me fazer uma observação. A quantidade, se é muito ou pouco, não pode ser critério para se definir se tem direito ou não. Se for um número pequeno, nós vamos fazer; se não for um número pequeno, nós não vamos fazer? Assim fica difícil. O critério não pode ser esse. Deve ser: se tem direito, é preciso dar um jeito.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – O senhor está corretíssimo, Senador Moka. Os embates aqui caem muito, vamos falar a verdade, nessas discussões: o impacto financeiro, quebra a Previdência ou não quebra a Previdência. Estamos mostrando que não quebra. Ao contrário, é um projeto muito viável. Por isso o Ministério está nessa discussão aberta conosco. Eu acho que dá para caminhar.

Senador Wellington.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – É basicamente isso. O que digo aqui, na verdade, é que, se tivéssemos um indicador desse tamanho, seria realmente um grave problema para solucionar, porque também não temos um cofre. Temos um número limitado de contribuintes e um número limitado de receitas.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – O número oficial nós temos, Senador.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – O que estou dizendo é que esse não pode ser um argumento, repito, porque outro órgão do próprio Governo não recomenda que seja utilizado como parâmetro. É basicamente isso.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Concretamente, para passar a palavra ao Dr. Leonardo, informo que o número oficial existe. Temos hoje 289 mil, menos de 300 mil pessoas com deficiência incluídas no mercado de trabalho formal.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Aqui eu me associo à preocupação do Ministério da Previdência. Realmente a legislação da Rais coloca esse limitador. As micro e pequenas empresas têm uma série de setores que são amplamente empregadores, repito...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Mas eles têm que prestar também.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – ...pelas regras que foram estabelecidas, é uma das coisas que têm que alterar. Aliás, acho que foi alterada, mas me parece que...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Mas Senador, todos têm que prestar informações. As pequenas e micro também. A suspeita do Dr. Leonardo é que, por não ser obrigatória pela lei das cotas, ela não se preocupa em prestar.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – É isso. É exatamente por isso, por não ser obrigatório que leva a isso.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Dr. Leonardo.

O SR. LEONARDO JOSÉ ROLIM GUIMARÃES – Só esclarecendo, em momento algum, nossa análise desse projeto foi pautada em poder ou não fazer em função do custo. Está na Constituição? Se está na Constituição, é um direito que tem que ser garantido. Por outro lado, nós temos a obrigação e a responsabilidade fiscal de estimar o valor, inclusive, a nossa explicação aqui é justamente para mostrar a dificuldade de estimá-lo.

Não temos informações muito precisas e recentes para identificar o custo real. E por quê? Em primeiro lugar, porque os números são contraditórios. Esse é um ponto. Os dados do Censo 2000, embora tenha uma gradação e, nas nossas análises, excluímos tanto a deficiência auditiva leve como a deficiência visual leve, entendendo que esse nível de deficiência não daria direito ao benefício, mesmo assim trata-se de estimativas com base em dados pouco confiáveis, dados antigos que, como foi bem dito aqui, não foram concebidos com esse fim.

Como falei anteriormente, os dados da RAIS também temos uma certa preocupação em utilizar como a grande fonte. Além disso, ainda temos dois componentes que dificultam a estimativa de impacto: o primeiro é que nós não conhecemos profundamente a vida laboral da pessoa com deficiência, quanto tempo ela fica no mercado de trabalho. Seguramente ela tem uma dificuldade de inserção maior do que a da pessoa sem deficiência. E se ela tem uma dificuldade maior de inserção, vai demorar mais tempo para adquirir o tempo de contribuição. Isso, no caso, reduziria o impacto previdenciário, mas nós não temos dados para dizer em quanto. Outro ponto em que também acreditamos é que infelizmente a pessoa com deficiência tem uma expectativa de vida menor. E isso também reduziria o impacto previdenciário. Mas também não temos informações precisas para quantificar isso.

Então eu até tenho dificuldade em estimar números. Nós até fizemos alguns exercícios, mas entendo que os números são baseados em informações de pouca precisão.

E não considero esse o ponto mais relevante da discussão. Como falei anteriormente, trata-se de um direito constitucional que tem que ser regulamentado. Os pontos mais importantes são a conceituação e a implementação. São esses os problemas que nós vemos no PLC nº 40. Primeiro, em relação ao grau de deficiência, temos convicção de que tem que haver gradação. Você não pode tratar todas as pessoas com deficiência de forma igual. Há uma gradação que tem que ser observada. Quanto a isso não temos qualquer discordância, porém, como vamos conceituá-la?

Nós temos uma dificuldade grande de ter esses conceitos. Estivemos discutindo com a Secretaria de Direitos Humanos, que penso vai se pronunciar depois aqui nesta audiência pública, e não temos ainda, de forma muito transparente, um conceito a ser regulamentado para essa gradação.

Está em curso um estudo – acredito que posteriormente a Drª Filomena, do INSS, falará um pouco mais sobre isso, assim como o representante da Secretaria de Direitos Humanos – e só após esse estudo estar concluído é que nós poderemos conceituar o que é, para efeitos dessa lei, uma deficiência leve, moderada ou grave. A expectativa de conclusão desse estudo é dezembro. Esse é o nosso grande problema no momento.

Além disso, nós entendemos que, para garantir a implementação adequada, precisam ser feitos alguns ajustes no projeto. Repito: mantendo todos os conceitos previstos, não estamos discutindo os conceitos ou os principais pontos defendidos no projeto, concordamos com todos os princípios que estão lá, mas para que o projeto se torne uma lei que seja implementada adequadamente, precisam ser feitos alguns ajustes.

Discutimos no Governo, no Ministério da Previdência, no INSS, na Secretaria de Direitos Humanos e no Ministério do Planejamento por que, ao definirmos uma lei para o regime geral, temos que ter o mesmo critério para o regime próprio, pois a Constituição também prevê esse benefício diferenciado para os servidores públicos. Se vamos regulamentar para o regime geral, temos que regulamentar para o regime próprio também, assim como o Ministério da Fazenda deve fazer para que tenhamos claramente a noção do impacto orçamentário. Repito: não é por conta de impacto orçamentário que deve ser feito ou não, pois a Constituição diz que é um direito da pessoa com deficiência.

Tivemos discussões e temos uma visão, acredito que hoje conjunta, dos ajustes que precisam ser feitos.

No nosso entendimento, da forma como o PLC está, com a redação atual, teríamos dificuldade de implementação. Precisamos fazer alguns ajustes sem alterar os conceitos que estão lá.

Nossa maior preocupação é com a regulamentação, como vamos definir esses conceitos. Temos condição de tratar diferenciadamente? Temos. O INSS já tem *know-how* para trabalhar com o conceito de funcionalidade, mas precisamos, primeiro, definir os conceitos e preparar os médicos e assistentes sociais do INSS para atender adequadamente a pessoa com deficiência que for procurar o benefício.

Isso requer um tempo considerável e é essa a nossa preocupação, porque ao aprovar a lei, vamos precisar de um tempo que não será curto, para conseguir regulamentar tanto os conceitos quanto a implementação pelo INSS.

Eu queria, ainda, em relação a esse ponto...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias**.** Bloco/PT – RJ) – Só lembrando que são três assuntos diferentes que estamos debatendo, até para esclarecer as pessoas que a nós estão assistindo: Aposentadoria especial da pessoa com deficiência, projeto do Deputado Leonardo Mattos; Benefício da Prestação Continuada; e pensão por morte dos pais. São esses três pontos, só para ser bem didático.

Dr. Leonardo, nós estamos com problema no horário e temos que...

O SR. LEONARDO JOSÉ ROLIM GUIMARÃES – Esse era o principal ponto que nós tínhamos mais a falar em relação à...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias**.** Bloco/PT – RJ) – E a pensão por morte?

O SR. LEONARDO JOSÉ ROLIM GUIMARÃES – A pensão por morte também.

Então, em relação à pensão por morte, já foi muito bem exposto aqui pela Drª Maria Aparecida Gugel.

Hoje, o conceito que está na Lei nº 8.213, como foi bem colocado, é de invalidez. Pelo conceito de invalidez, realmente, quando a pessoa com deficiência começa a trabalhar, perde a condição de receber a pensão.

O que está sendo proposto é a mudança do conceito, para se trabalhar com um conceito de dependência econômica. É um conceito que, em relação à pessoa com deficiência, na Previdência Social nós não trabalhamos até hoje, mas não vejo como algo inviável. Esse conceito de dependência econômica, hoje, já existe em relação aos pais. Se uma pessoa morreu e seu pai é dependente econômico, tem direito à pensão.

Nós poderíamos discutir. Agora, é algo sobre o que ainda não temos uma análise feita. Poderíamos construir uma discussão. A princípio, não vejo como algo impossível, mas precisaríamos ainda aprofundar uma discussão sobre isso, só deixando claro que estaríamos mudando o conceito de dependência da pessoa com deficiência.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias**.** Bloco/PT – RJ) – Senador Moka e Senador Wellington, essa pensão por morte dos pais atinge muito pessoas com deficiência intelectual. Está aqui a representante da Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down, que depois vai falar. Isso acontece muito. A pessoa tem garantida aquela pensão por morte. Os empregos são muito transitórios. Existe o temor de colocá-los no mercado de trabalho. Qual o encaminhamento?

Nós estamos tentando encerrar essa reunião às 14 horas. Vou passar a palavra para as outras pessoas num prazo mais curto. Qual seria o encaminhamento aqui? Porque quero já ir dando, para fechar até o final da reunião. E o Deputado Leonardo vai falar.

Em relação ao Projeto de Emenda Constitucional de que sou relator aqui no Senado, na Comissão de Assuntos Econômicos, tivemos uma reunião com o Ministro Luiz Sérgio e com o Secretário-Executivo do Ministério da Previdência Social, Carlos Eduardo Gabas, que ficou de fazer o seguinte: o Senado Federal e o Governo Federal – ali o Ministério da Previdência, o Ministério das Relações Institucionais e a Assessoria Jurídica da Casa Civil, por meio do Dr. Ivo – montarem um grupo e irem discutindo conosco as ponderações. E a Corde e a Secretaria de Direitos, porque nós vamos passar por lá. É o maior aliado nosso dentro do Governo, nessa discussão toda. Nós vamos discutindo. Há coisas... até a possibilidade de ajustes, se for necessário, no projeto. Eu vou conversando com o autor.

O outro ponto é a regulamentação, que vou passar para a Secretaria de Direitos Humanos. Inclusive, já sei que a Secretaria de Direitos Humanos contratou um estudo de uma universidade – eu vou deixá-los falar – sobre a preocupação em definir direito áreas de deficiência, em como seriam esses critérios, que é a preocupação do Ministério da Previdência Social para depois de aprovado o projeto: a regulamentação. Mas acho que esse encaminhamento pode fazer as coisas andarem, não é, Moka? Até porque sou o Relator e posso ficar dizendo que vou colocar pra votar, apressando as negociações, de certa forma, no Governo. É uma brincadeira, porque...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Mas, Presidente, a hora em que sai uma legislação com apoio e respaldo das entidades e de uma comissão, no plenário esse trabalho fica muito mais fácil. E o Governo vai se sensibilizando com isso também. Só tem que fazer acontecer.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Exatamente, Senador. A gente vai trabalhando nesse ritmo, até porque podem ficar questões pendentes para regulamentação que serão apenas questões pendentes para regulamentação, não é?

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Deixe-me dizer, aqui, que pelo que acompanhei – estivemos juntos também, no Ministério, eu e o Senador Lindbergh – na discussão com a Secretaria de Direitos Humanos, tem uma proposta, que é essa de que a Drª Maria Aparecida lembrou aqui.

Vejamos o que ele está dizendo aqui. Primeiro, será preciso uma série de dados que serão conseguidos em dezembro. Depois disso, terão que regulamentar, enfim. Então, há uma idéia de um texto, Dr. Leonardo, onde se trabalha mais ou menos isso. Você estabelece que será de 3 a 10 anos, por exemplo, a redução do tempo; e estabelece uma comissão, como é o que está proposto, que tenha participação de profissionais da área, para definir quem de 3, quem de 4, quem de 5, quem de 8, quem de 10, enfim.

Eu creio – pelos dados que percebo que o Ministério tem, porque a Secretaria de Direitos Humanos também tem ajudado, com os cientistas e as entidades – que é uma proposta que nos permite estar votando. Se a gente tiver que dizer que tal deficiência – síndrome de Down – vai ser tanto tempo, não sei o quê vai ser tanto tempo, a gente vai demorar aqui uma vida. Eu conheço o Parlamento. Vai terminar o seu mandato de oito anos sem regulamentação. O Dr. Leonardo terminou o mandato dele e não conseguiu regulamentar.

Então, acredito que se a gente tem esse amadurecimento, se há um ambiente, nesse instante, favorável, talvez seja prudente que a gente vá por um texto possível, com o qual possamos pactuar.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – O que está aberto aqui, a partir de hoje. E é esse o anúncio que deve ser feito. Temos o Deputado Leonardo aqui no Senado Federal. O projeto está aqui. Com os diversos ministérios do Governo Federal há um processo de diálogo, de discussão, para a gente colocar em votação esse projeto. Então, é assim que está. Esse ponto está assim.

Eu quero dizer que, formalmente, quando falo que estive no Ministério é porque tive a reunião com o Ministro para dizer que estava instituído esse grupo no Governo e essa interlocução com a gente, no Senado. Então, nesse ponto a gente caminha, sim.

Vou passar para o senhor e para a Drª Ana Paula. Mas, antes, para encaminhar outros pontos também, há o BPC, que é a nossa grande preocupação. A exposição da Drª Maria Aparecida Gugel é fantástica, Senador Moka e Senador Wellington.

Aqui da nossa parte, vou pegar e colocar na forma de um projeto de lei para esta comissão apresentar, com a força política da comissão, pra gente tramitar aqui. Mas, ao mesmo tempo em que queremos discutir a minuta, poder contribuir, queremos que a nossa Drª Maria Aparecida Gugel, em quem confiamos tanto, pela sua... desse uma olhada, bem como o Presidente do Conade, Dr. Moisés Bauer. A Secretaria de Direitos Humanos eu sei que já está participando.

A gente quer dar uma olhada e sugestões, porque também sei que as coisas, no Governo, se não der um empurrão... e nós, eu sou... E a gente tem condições, dentro do Governo, até por ser da base do Governo, ser do Partido dos Trabalhadores, ter boa relação com a Presidenta e com o Ministro da Casa Civil. Então, a gente quer fazer isso andar também no Governo.

Acho que seria fundamental que também aqui, sobre o BPC... A gente tem feito, Senador Moka, – eu sei que são tantas atribuições – reuniões do dia-a-dia, no andar da semana. Eu queria marcar uma reunião, na próxima semana, na qual pudéssemos ir todos – uma pequena comissão – para discutir essa minuta do BPC. Tudo bem, Drª Maria José?

A SRª MARIA JOSÉ DE FREITAS – Fechado.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Então, é um bom encaminhamento sobre BPC.

Pensão por morte é que nós tínhamos que também... Eu queria que a Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down fizesse parte disso, porque tem acúmulo. E também o Ministério Público do Trabalho. Outro grupozinho de trabalho sobre o qual já havíamos conversado, Dr. Leonardo, para também na próxima semana. São reuniões técnicas, Moka, e a gente apresenta aqui na outra semana. Também na próxima semana na proxima semana. São reuniões técnicas, Moka. E apresentamos aqui na outra semana. Também na próxima semana fazer uma reunião sobre pensão por morte, sem esquecer a mudança de legislação, mas o que pode ser feito por alterações dentro do próprio Governo. Tudo bem, Dr. Leonardo?

O SR. LEONARDO JOSÉ ROLIM GUIMARÃES – Ok. Concordamos.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – São três pontos, Senador Moka. Eu vou passar para a Drª Ana Paula, mas antes quero dizer o seguinte sobre a audiência pública da semana passada: nós fizemos audiência pública de inclusão no mercado de trabalho, que desdobrou em duas coisas: um debate sobre a fiscalização. Ontem à tarde, houve uma reunião do Ministério do Trabalho com o Ministério Público do Trabalho. Inclusive, a Drª Vilma, do Ministério Público do Trabalho, estava aqui. E o que vai ser feito? O Ministério Público do Trabalho vai convocar

audiências públicas nos Estados e vai tentar rearticular núcleos de fiscalização que existiam nos Estados, uma medida que acho muito importante para mostrar que as coisas estão andando. Outra parte que surgiu: um problema gravíssimo na questão da profissionalização, da formação para o mercado de trabalho. Nós estamos no meio da discussão do Pronatec.

Só quero anunciar também que nós fizemos uma reunião com o Dr. Eliezer, secretário do Ministério da Educação, que vai pedir também uma reunião com o Ministério dos Direitos Humanos. Já estão estudando como incluir – eu sei que o debate do Pronatec vem para cá – no Pronatec a pessoa com deficiência. Tivemos reuniões com as confederações – CNI, CNT, CNC –, e a ideia é que, a partir da reunião sobre formação profissional, elas sejam incorporadas. Só para mostrar que as coisas estão andando.

Senador Moka, a nossa próxima reunião é sobre o plano de trabalho definitivo do ano inteiro, mas eu só queria dizer uma coisa: a nossa ideia, desta Comissão, é não avançar do tema, não sair deste ponto – mercado de trabalho, formação profissional, BPC, aposentadoria especial –, não adentrar em outro tema sem respostas concretas, porque, se adentrarmos em outros temas, vamos perdendo coisas. Então, vamos trabalhar nisso para fazer as coisas andarem um pouco. Quando tivermos resultados bem concretos, entramos nos outros debates importantes: na área da saúde, na área da inclusão educacional e em outros temas que são pertinentes.

Tem a palavra o Senador Wellington.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Eu queria só sugerir, Sr. Presidente, porque acho que, assim como o Pronatec é parte exatamente da estratégia da erradicação da miséria, vale a pena, na discussão do "Brasil sem Miséria", discutirmos este tema da pessoa com deficiência, até porque claramente, assim como o mapa da miséria está vinculado ao mapa da educação, ao mapa da baixa profissionalização, também lá tem um público especial, que precisa ser tratado de forma especial. Acho que a Drª Maria José sabe da importância de lidarmos com isso, agora, na elaboração. Foi citado aqui um exemplo como esse do BPC. Eu acho que há outros temas que poderíamos tratar com a nossa Ministra Tereza Campello, com a equipe, no sentido de já estar...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador, V. Exª, com experiência nesta área, levanta essa pauta.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Já está levantada aqui. O que nós temos que fazer agora é gol.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Ótimo. Foi uma reunião *sui generis* que encaminhamos antes. Peço, inclusive, desculpas à Drª Ana Paula e ao Dr. Leonardo. Quero passar a palavra à Drª Ana Paula, que tem a tarefa de nos ajudar na coordenação dessas ações do Governo. Eu estive, inclusive, com a Ministra Maria do Rosário também, nesta semana, discutindo essas questões.

A SRª ANA PAULA CROSARA RESENDE – Boa tarde a todos. Trago, especialmente, o abraço da Ministra Maria do Rosário a todos os Srs. Senadores, a todos os presentes. Sabemos que, na pauta dos direitos humanos, nós temos pressa, que direitos humanos violados não devem permanecer. E estamos trabalhando por uma política estruturante para que as pessoas com deficiência possam, de fato, participar, enfim, sonhar, acreditar nos sonhos e construir esses sonhos.

Nós também temos pressa, Senador Lindbergh – sabemos que estamos juntos nesta luta –, para que possamos ter, como falei, essas políticas estruturantes. Também, é claro, queremos que as políticas tenham consistência e sejam embasadas para que não precisemos ficar, daqui a dois anos, tendo que mudar tudo de novo, porque não conseguimos esperar um tempo de um estudo que já foi contratado para podermos adequar toda a legislação do Brasil aos preceitos da convenção.

Trabalhamos com a convenção como parte fundamental do nosso trabalho, do nosso dia a dia e estamos buscando com que ela seja, cada vez mais, efetivada, que o direito esteja lá, na vida da pessoa com deficiência lá do interior, que ainda nem sabe e ainda não se sente parte do povo. É isto que estamos trabalhando: para que todas as pessoas com deficiência saibam. Tenho certeza e convicção de que somos parte do povo e que, como povo, queremos, sim, que esse poder seja exercido em nosso nome, mas em nome de direitos respeitados e não de direitos efetivados. Essa é a nossa mensagem, devido ao tempo. Estamos à disposição. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Obrigado, Drª Ana Paula. Agradecemos muito. Na verdade, Senador, é o Ministério dos Direitos Humanos que vai fazer toda a coordenação desse trabalho conosco, dessas diversas articulações com os diversos órgãos do Governo.

Eu passo a palavra para o nosso Deputado que fez este projeto fantástico. Todos estamos nos mobilizando em torno do projeto do Deputado Leonardo, hoje Vereador de Belo Horizonte, Senador Moka. Quero parabenizar. Tenho certeza de que vamos aprovar este projeto aqui. V. Exª pode ter certeza disso.

O SR. LEONARDO MATTOS – Quero cumprimentar os Senadores presentes na sua pessoa, Lindbergh. Fico muito feliz em rever o Moka, que foi meu colega na Câmara Federa, e V. Exª também, por dois anos. Estivemos juntos na Câmara. Fico muito grato por poder voltar ao Congresso para discutir um tema tão importante, tão relevante – e agora mais esperançoso, porque com a relatoria de um Senador tão energético. Senti muita energia... Isso é muito interessante. Colocamos, depositamos muita expectativa. Nós temos uma rede de pessoas com deficiência. Eu até ia tratar do projeto, mas o meu xará, que me receberia lá, às 14 horas – mas vou pedir dispensa, porque estamos aqui e fazemos a reunião aqui mesmo.

Nós temos uma rede de pessoas com deficiência que estão congestionando o meu site porque esperam uma definição: "E o PLC nº 40? Como está o PLC nº 40?" Porque, a cada dia que atrasamos aqui, é uma pessoa que está entrando na aposentadoria por invalidez porque não conseguiu aposentar por tempo de serviço. O Brasil mudou muito nos últimos trinta anos. Eu sou do tempo – eu tenho trinta anos de deficiência, de paraplegia, vítima de acidente de carro – em que batia na porta. Eu era estudante de economia e batia na porta das empresas procurando emprego. E eles falavam: "olha, sinto muito, aqui não tem vaga para deficiente; não tem jeito de te colocar aqui."

Hoje nós estamos agora buscando uma alternativa para incorporar, cada vez mais, pessoas com deficiência, porque esse nosso grupo já está incorporado no mercado de trabalho. Isso é muito interessante, muito bonito. E já estamos pleiteando uma aposentadoria especial, porque identificamos... Viu, Moka? Eu não disputei eleição para Deputado Federal porque contraí um problema no meu ombro e não aguento mais pegar avião todo dia, vindo para Brasília. Eu sou um exemplo claro da necessidade, da urgência, da premência deste projeto. Estou em plenas condições, mas tem um detalhezinho, um ombro aqui que está me inviabilizando. É muito importante percebermos essas coisas. E aí eu entro numa questão fundamental. O projeto tem algumas debilidades

E aí entro numa questão fundamental. O projeto tem algumas debilidades, sim. A primeira delas é essa de falta de identificar, de materializar; ele tem esse aspecto subjetivo que, lá em 2005, quando apresentei esse projeto, já me incomodava isso. Incomodava-me muito saber quem são os deficientes leves, quem são os deficientes moderados e quem são os graves. Aí a consultoria da Câmara nos disse o seguinte: "Releve isso, porque a equipe do ministério tem acúmulo suficiente para, em regulamentação, fazer essa definição". E agora fico surpreso como as palavras do Leonardo que diz que ainda não tem esse formato de quem somos ou como somos, ou em que situação estamos. Só digo que temos uma certa urgência. Como eu disse...

A SRª ANA PAULA CROSARA RESENDE – Só uma questão de esclarecimento. É preciso deixar claro que hoje o Brasil já tem uma legislação que determina que tipo de deficiência esteja tipificado para a concessão de cada benefício. A gente tem lá, no Decreto nº 3.298, toda essa previsão. O que acontece é que, como nós aderimos a um instrumento internacional, em que saímos da CID para ir para a CIF, saímos do limite pessoal para a interação com o ambiente em que vivemos, precisamos adequar essa legislação ao que está previsto na convenção. E como tivemos um tempo, um hiato de trâmite, de 2005 até já 2011, entendemos que precisamos já trazer para o ordenamento jurídico nacional essa previsão da convenção. Então, por isso é que, nesse momento, estamos trabalhando com esse estudo, para adequar, para saber se, de repente, pode a legislação brasileira estar completamente adequada. Mas quem vai dizer isso são os técnicos, os cientistas que estão contratados para esse fim.

Era esse o esclarecimento.

O SR. LEONARDO MATTOS – Ok. Tenho só um temor, Lindbergh. Eu até estive na Câmara, antes de vir para cá, conversando na liderança do meu partido sobre se esse projeto, que ficou cinco anos na Câmara Federal, for alterado aqui no Senado – e aí essa preocupação é emergente – ele vai ter que voltar para a Câmara, e não existe um prazo na Câmara para votação dele. Imagino que, já estando há um ano no Senado, se ele ficar mais cinco anos na Câmara Federal, quer dizer, quem tinha que aposentar por tempo de serviço, ou já aposentou por invalidez ou já não existe mais. E aí a lei vai perdendo a sua energia, a sua eficácia, e vai perdendo adeptos. As pessoas vão ficando desanimadas: "Ah, voltou para a Câmara?" Por mais contribuições que nós possamos fazer aqui, eu até sugeriria que fosse apresentado um novo projeto no futuro próximo, e esse projeto fosse melhorado. Estamos vivendo aquele momento assim: hoje, o ótimo é o adversário, o inimigo mortal do bom, do razoável. E aqui parece que há certa razoabilidade neste projeto; e nem é meu, só o assinei. Ele já foi totalmente modificado. O meu projeto era muito mais rudimentar do que este. Este já tem uma evolução significativa.

Mas, o que estamos percebendo é que o Brasil mudou muito de 30 anos para cá. De 1981, que foi o ano internacional da pessoa com deficiência, o Brasil viveu momentos... Nós viramos do avesso em várias oportunidades. E muitas leis foram promulgadas nesse período, e leis pontuais. Talvez a nossa tarefa aqui fosse realmente constituir uma força-tarefa para fazer

uma revisão e coadunar. A Aparecida Gugel colocou muito bem aqui: está faltando às leis uma coadunação, e talvez pudéssemos fazer esse esforço aqui para encontrar mais harmonia na...

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Permita-me aqui, Leonardo, só colocar um Anador na sua agonia. Eu tive o privilégio de viver no Parlamento. No ponto que nós estamos em relação ao projeto que você assina e que teve essa tramitação, nós estamos próximos de um entendimento. Aprovado aqui, pelo que conheço do Parlamento, com esse entendimento com o Ministério da Previdência, dos direitos humanos, da área social, eu acho que a gente consegue aprovar rápido na Câmara. É o meu entendimento, da experiência do que acompanha o projeto. Demorou lá e teve que ser aprovado sem... Eu conheço o Parlamento: "a gente aprova aqui e, lá no Senado, a gente discute as outras coisas".

Nós chegamos num ponto agora que não dá para fazer isso, porque, se aprovar do jeito que está, pelo que percebo do diálogo, vamos para um caminho pior, que é um veto. Aí, sabe Deus o que vai acontecer. Desgasta-se o Governo, desgasta-se o Parlamento, e nada acontece.

Então, eu acho que nós temos que fazer – eu compreendi isso – a mudança em relação ao benefício continuado; vamos ter que fazer a alteração em relação ao Ministério da Previdência noutro projeto em relação à manutenção do aspecto da invalidez, enfim, que proíbe praticamente a iniciativa do trabalho, mas temos que aprovar o seu projeto. E eu estou aqui inclusive colocando do que tenho acompanhado desse diálogo. Acho que nós temos de ser inclusive flexíveis a esse ponto de reconhecer isto: reconhecer que temos de ter um texto que leve em conta essa adaptação que está colocada, mas ter a aprovação. Ter a aprovação. Acho que esse termo que foi costurado é de bom tamanho para que tenhamos a aprovação.

O SR. LEONARDO MATTOS – É isso. Agora, Lindhberg, eu visitei muitas regiões de Minas Gerais no meu mandato de Deputado e nas campanhas e sempre buscando eleitorado com deficiência. A base do meu eleitorado é de deficientes, mas muitos me procuravam para dizer que o seu benefício de prestação continuada havia sido cancelado. E eu não acreditava. A situação da pessoa era dramática, e os técnicos e a equipe do ministério encontravam um bom motivo para tirar dessa pessoa esse benefício. Então, era importante demais fazermos realmente essa discussão sobre o assunto, avançar, evoluir.

E um outro ponto que eu preciso levantar é que estou satisfeito com a votação do projeto aqui, satisfeito com sua participação, de buscar, de ter uma identidade com os Senadores esse projeto, e essa preocupação com as questões dos deficientes. Mas um ponto sempre nos chamou a atenção na nossa vida parlamentar, muito próxima do segmento das pessoas com deficiência: é a questão da renda familiar. Isso é um entrave para a autonomia e a vida livre e autossuficiente das pessoas com deficiência. Por quê?

Toda legislação municipal e estadual está vinculada nessa legislação federal que trata de renda familiar. Ora, um deficiente pode ter um irmão com uma renda de 50 salários mínimos, mas ele não tem nenhuma! E todos os benefícios ele deixa de receber porque o irmão dele, o primo dele, o tio dele tem uma renda. Agora, qual é a relação, qual é a obrigação que esse irmão tem com o outro? Nenhuma. Então, nós estamos aqui sob a tutela da renda familiar, não permitindo, ou impedindo as pessoas com deficiência de receberem um quinhão que a sociedade brasileira deseja repassar a ele, mas não o faz por conta de um critério que nós estamos equivocadamente

Mas não o faz por conta de um critério que estamos equivocadamente aplicando. Então, a minha vinda aqui é para, realmente, agradecer a preocupação de vocês.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Quero que V. Exªs saibam, Senador Moka, Senador Wellington, que consideramos esse projeto como nosso projeto. E agora é trabalhar nesse entendimento. Que bom que temos este projeto aqui no Senado, neste ponto, para conseguirmos trabalhar e aprovar. Parabéns mesmo! Obrigado pelo deslocamento.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Só uma preocupação. O que o Deputado Leonardo disse foi o seguinte: a preocupação é pelo tempo que ficou na Câmara e pelo fato de depois vir aqui, haver uma modificação e ter que retornar para aquela Casa. Então, o compromisso nosso é de, se houver a modificação, também interagir com a Câmara dos Deputados no sentido de mostrar que houve uma modificação aqui, mas uma modificação baseada em um consenso que envolveu praticamente todas as entidades. Assim, embora tenha que voltar para lá, voltará com essa força de ser realmente aprovado e sancionado.

Então, fico com o compromisso não somente com as entidades, mas também com V. Exª, até pelos 16 anos de Câmara que tenho, para voltar e rever os companheiros dando o testemunho que você esteve aqui com essa preocupação e que queremos que seja aprovado e sancionado o mais rápido possível.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Estamos no final e já estourou o tempo de todos.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Trinta segundos, Senador Lindbergh Farias.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Pois não.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – No momento, com esse entendimento e com algumas notícias boas, estou aqui com uma notícia que não é tão boa. Nessas ligações de agora, a Deputada Rosinha está no meu Estado do Piauí, tendo ido para lá para participar de eventos no dia de hoje e de amanhã, pois há uma conferência na cidade de Campo Maior exatamente tratando do tema da pessoa com deficiência. A Deputada Regiane... E eu estava falando com o governador, porque faleceu o noivo dela em Alagoas. Assim, transmiti o apoio e solidariedade de todos nós neste momento de dor.

Basicamente é isso.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Quero me associar a V. Exª neste momento. Vou ligar para a Deputada, porque ela é uma guerreira. Que dor!

Vamos passar para as duas últimas falas: Drª Fabiana Gadelha, representando a Federação da Síndrome de Down; e o Moisés Bauer, Presidente do Conade.

Fabiana, desculpe o adiantado da hora, mas temos poucos minutos. De qualquer maneira, obrigado pela sua presença.

A SRª FABIANA GADELHA – Obrigada a todos vocês. Sem me estender muito na pauta, hoje vimos aqui alguns problemas, algumas soluções em trâmite e algumas promessas de soluções futuras. Nós, enquanto representantes de uma das peças que compõem a engrenagem das pessoas com deficiência, no caso a Federação Brasileiras das Associações de Síndrome de Down, vimos trazer o relato de quem trata no dia a dia com esse problema.

A Federação representa dezenas, centenas de associações em todo o Brasil e percebe a fragilidade das atuais políticas. E nós, como mães e como pais, como irmãos e como os próprios deficientes, percebemos que buscamos unicamente uma autonomia por intermédio da concessão do benefício de pensão continuada, por intermédio da concessão da própria pensão por morte, já que os pais querem que seus filhos sobrevivam com dignidade, porque sabem que, hoje, eles não conseguem se educar quanto mais se profissionalizar a ponto de poderem buscar uma autonomia econômica.

Então, é muito importante que todos nós reflitamos não só do ponto de vista do legislador, mas do Executivo e da sociedade civil, pois ainda é necessário esses subterfúgios para que a pessoa portadora de deficiência possa efetivamente buscar a sua autonomia, e não só pela deficiência intelectual, mas também a física, enfim, todos.

Dentro do Direito, dizemos que todos são iguais perante a lei, sendo respeitadas as suas diferenças e as suas necessidades. Sendo assim, esse benefício vem a ser um degrau, vem dar a diferença que essas pessoas precisam para poder viver.

Não queremos uma bengala, não queremos uma ajuda, não queremos um apoio solidário. Não! Queremos o direito para que os nossos filhos, os nossos irmãos ou quem quer que seja que precise desse apoio possa viver com autonomia e dignidade.

Há cem anos, quem eram os deficientes? Não eram ninguém. Eram pessoas esquecidas, pessoas que viviam em sanatórios. As pessoas com Síndrome de Down tinham suas unhas arrancadas, seus dentes arrancados, eram bichos. Hoje, graças a Deus, com o avanço da legislação, eles já têm alguns direitos reconhecidos. Nós, como pais, acreditamos que, daqui a cem anos, não precisaremos mais de benefícios diferentes, porque acreditamos que todos os brasileiros devem buscar essa autonomia, independente de terem deficiência ou não.

O apelo que nós fazemos é para que as pessoas que fazem parte dessa engrenagem política, social, que buscam recuperar o tempo e o direito perdido, possam pensar nas pessoas que realmente precisam disso.

Hoje, vivendo dentro das associações que oferecem serviços de saúde, de educação para as pessoas com Síndrome de Down e com outras deficiências, percebemos o apelo dos pais. Esse pais buscam no benefício, buscam na aposentadoria um apoio familiar. Ele fala assim: eu não vou trabalhar, porque, se eu trabalhar, o meu filho vai deixar de receber o benefício, porque eu tenho um limite. Esse filho, por sua vez, vai falar: por que eu vou estudar? Se eu estudar, não vou ter onde trabalhar. Se eu trabalhar, eu vou perder a pensão do meu pai, eu vou perder a pensão da minha mãe. E essa mãe vai pensar: de que adianta eu investir em educação, de que adianta eu investir na autonomia do meu filho, se não sei se ele vai ter condições de viver sem o meu quinhão previdenciário.

Então, o que vemos é uma luta pela educação, pela inclusão, mas, no final das contas, nós temos um medo muito grande do futuro. E resguardar esses direitos dentro de uma legislação coesa, real, sem demagogia, mas buscando realmente garantir esse direito que é de todos os brasileiros que estão buscando autonomia, seja pela deficiência, seja pela ausência de renda.

Muito obrigada. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Fabiana tem também um trabalho bacana em relação à adoção de pessoas com deficiência, que, um dia, nós vamos discutir aqui, pois é um trabalho belíssimo, belíssimo.

O nosso presidente do Conade, Dr. Moisés Bauer, fez um trabalho no intervalo do jogo Flamengo x Vasco. Vocês viram a campanha da acessibilidade? Era para eu ter ido, mas, como sou vascaíno e não sou bobo, eu não fui. Eu pensei bem e disse: não vou.

Sobre a história de pensão por morte dos pais, de que a Fabiana falava, eu pensei na minha filha: se ela for incluída no mercado de trabalho, vai perder uma pensão. Eu pensei no meu caso mesmo. Eu disse: puxa! Porque a gente fica preocupado. Não tem um pai e uma mãe que não fiquem preocupados: e quando eu morrer, como vai ser a limitação? Está aqui o pessoal do Movimento Autista. Como vai ser? A história da morte fica na nossa cabeça. Não pode morrer. É isto, não tem direito de morrer. Nós ficamos apavorados. Nós queremos criar os nossos filhos com o máximo de autonomia possível, o máximo de autonomia possível, mas tem essa barreira. Mas, com certeza, quando Beatriz estiver na idade, nós já teremos resolvido isso há muito tempo. Por Beatriz e por tanta gente que precisa neste País.

Passo a palavra ao nosso presidente Moisés Bauer, para encerrar a reunião. Faça as conclusões finais, dê os encaminhamentos, pois será a última fala.

O SR. MOISÉS BAUER – Bom dia a todos e a todas, na verdade, boa tarde, pelo adiantado da hora. Eu tinha preparado uma fala de quarenta minutos, mas vou reduzir para vinte. Brincadeira.

Eu encerro esta audiência com muita tranqüilidade, Senador Lindbergh, porque percebi, na fala de todos, muita coerência.

Fiquei bastante tranquilo ao ouvir do próprio autor do PLC nº 40, o Vereador Leonardo Mattos, que realmente essa angústia pela conceituação de deficiência leve, moderada ou grave existiu desde o início.

Percebo também a vontade, o esforço, por parte do Governo Federal, hoje, nos seus diversos ministérios e instâncias, e desta Casa legislativa, em construir este entendimento de como ser aplicável essa lei quando promulgada e como fazer essa avaliação, depois, no âmbito do Executivo porque é algo que preocupa bastante. Quem vai definir qual é deficiência, leve, moderada ou grave?

Saio daqui com muita tranquilidade de que nós estamos chegando a um encaminhamento e também com muita confiança – e ressalto aqui a fala do Senador Wellington Dias – de que realmente nós vivemos um momento muito especial, tanto na Câmara dos Deputados quanto no Senado Federal. E acredito que a celeridade que o Movimento das Pessoas com Deficiência tanto pede a esse PL, porque o que o Vereador Leonardo Mattos aqui referiu é muito verdadeiro: nós que estamos na militância recebemos muitos pedidos para que esse PL seja aprovado o quanto antes.

Quanto à pensão por morte, creio que as soluções vão ser encontradas brevemente, seja com o "fazer cumprir" que o Senador Lindbergh tanto defende, seja com uma breve alteração legislativa, conforme propôs a Drª Maria Aparecida Gugel.

Quanto ao BPC – e aqui vem o principal ponto da minha fala e gostaria que vocês prestassem bem atenção a este detalhe –, penso que, mesmo alterando a legislação, nos moldes que a Drª Maria Aparecida Gugel apresenta e que tecnicamente é perfeito, ainda não atende. Por que não atende? Porque, mesmo que eu tenha toda a tranquilidade... Imaginem os Srs. que eu seja uma pessoa cega, como sou, sem um emprego e a minha família seja uma família que esteja naquele critério de que eu tenha direito ao BPC, e, aí, Senador, eu tenha a oportunidade de arrumar um emprego – cego é telefonista, muitos cegos são telefonistas. Mas o salário de telefonista é de R$600,00, R$700,00. Eu tenho R$510,00 – hoje R$545,00 – garantidos pela Previdência, e não preciso sair num dia de chuva, num dia de frio, fico em casa tranquilo e, ainda, nas horas vagas, posso vender loteria federal ali na esquina e ter um troquinho a mais, ou uma banquinha de camelô como a que o senhor se referiu lá no Rio de Janeiro. Por que eu vou deixar o BPC para ir para a formalidade, ter horário, ter um chefe ranzinza muitas vezes, sair na chuva, no frio ou no calor?

Então, eu penso que a melhor ideia, com todo o respeito às propostas aqui apresentadas, ainda é de se pensar – sei que é trabalhoso, sei que é complexo, sei que não é simples – uma alternativa em que, mesmo a pessoa com deficiência trabalhando, continue recebendo um benefício, porque isso vai estimulá-la a efetivamente trabalhar e não a ficar acomodada em casa. Agora, como vai se dar isso é para outro momento, não agora, porque, senão, eu terei de ocupar os meus 40 minutos, a que não vou ter o direito.

Muito obrigado pela atenção de todos e uma boa-tarde a todos!

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Obrigado, Dr. Moisés.

O debate está aberto. Vamos vendo, não é, Senador Moka?

Quero agradecer a presença da Drª Filomena, do Ministério da Previdência Social, que iria falar. Eu lhe agradeço muito e lhe peço desculpas.

Quero agradecer a presença do Pellegrini, que representa a Secretaria do Estado de São Paulo, pela presença e por estar sempre firme em tudo. Muito obrigado, Pellegrini.

E, em especial, a presença do Senador Moka, porque eu e o Senador Wellington estamos aqui por termos o dever, pela Daniele e pela Beatriz, de estar nessa causa, mas o senhor merece todas as homenagens por estar abraçando esta causa com a gente!

Muito obrigado, Senador Moka. Valeu! (*Palmas.*)

Procedimentos burocráticos:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 14 horas e 26minutos.)

ATA DA SEXTA REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, CRIADA POR MEIO DO REQUERIMENTO Nº 12, DE 2005-CAS, NO ÂMBITO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 19 DE MAIO DE 2011, QUINTA-FEIRA, ÀS 11H30, NA SALA SENADOR JOSAPHAT MARINHO, PLENÁRIO Nº 3, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL

Às doze horas e quinze minutos, do dia dezenove de maio de dois mil e onze**,** na Sala número três da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **Lindbergh Farias,** reúne-se a Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência, com a presença dos Senadores Wellington Dias, Waldemir Moka, Casildo Maldaner e Rodrigo Rollemberg, e da Senadora Ana Amélia. Registra presença o Senador Eduardo Suplicy. A Presidência registra a presença do Deputado Federal Otavio Leite e Nídia Regina Sá, Universidade Federal do Amazonas – UFAM. Deixa de comparecer a Senadora Marisa Serrano. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 5ª Reunião, que é dada por aprovada. A Presidência comunica que a presente Reunião destina-se à realização de **Audiência Pública**, atendendo ao Requerimento Nº 4, de 2011-CASDEF, de autoria deste Presidente, para debater as demandas concretas relevantes aos direitos dos surdos. A Presidência convida para compor a mesa os seguintes oradores: Deputada Federal Mara Gabrilli; Deputado Federal Eduardo Barbosa; Patrícia Luiza Ferreira Rezende, Diretora de Políticas Educacionais da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos – FENEIS e Professora de Libras da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC; Moisés Bauer, Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CONADE; Michel Platini, Presidente do Sindicato de Intérpretes, Guia-Intérpretes e Tradutores da Língua Brasileira de Sinais do Distrito Federal e Entorno – SINPROLS; Cristian Alexandre Strack, Professor de Libras e Delegado da Conferência Nacional de Educação do Ministério da Educação – MEC; Emiliano Aquino, Professor Doutor da Universidade Estadual do Ceará – UECE; Regina Maria de Souza, Professora Doutora da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Usam da palavra os Senadores Waldemir Moka, Wellington Dias, Casildo Maldaner e Rodrigo Rollemberg. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às quatorze horas e dois minutos, lavrando eu, Gildete Leite de Melo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Lindbergh Farias, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Lindbergh Farias,** Presidente da CASDEF.

O SR PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Havendo número regimental, declaro aberta a 6ª Reunião da Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 5ª Reunião de 2011

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Primeiro, quero parabenizá-los pela marcha que vocês estão fazendo hoje aqui em Brasília.

Apenas pediria que nós liberássemos aqui a frente do plenário. (*Pausa*.)

Podemos começar? (*Pausa*.)

Eu quero, primeiro, fazer uma saudação, em nome de todos os Srs. Senadores, do Senador Wellington Dias, que está aqui presente, Senador pelo Estado do Piauí, do Senador Casildo Maldaner, do Deputado Federal Otávio Leite, pelo Estado do Rio de Janeiro, do Deputado Eduardo Barbosa, da Deputada Mara Gabrilli, e dizer que essa marcha de hoje é uma marcha vitoriosa!

(*Palmas*.)

Isso porque vocês conseguiram mostrar a força da mobilização.

O Ministro recebeu uma comissão de representantes, e, agora, vocês vêm ao Senado Federal. No meio do caminho ainda tiveram uma declaração de apoio da Xuxa...

(*Palmas*.)

É que se comunicou por língua de sinais com as pessoas que estavam na frente.

Nós, então, vamos chamar as pessoas para comporem a Mesa.

Estamos aqui para reforçar esse movimento de vocês. Estamos apoiando o movimento e queremos

ver, aqui, a partir do Senado Federal, como reforçar a luta de vocês. Eu, em particular, que sou do Rio de Janeiro, sei da importância do Ines e do IBC.

Mas o fundamental aqui é começarmos logo esse debate, porque essa audiência pública, inclusive, está sendo transmitida pela TV Senado, o que é muito importante para ajudar a espalhar a força das reivindicações e das lutas de vocês por todo o País.

Já estão aqui o nosso Deputado Eduardo Barbosa, a nossa Deputada Mara Gabrilli, o Presidente do Conade, Dr. Moisés Bauer, que acaba de chegar aqui. Queria também chamar o Presidente do Sindicato de Intérpretes, Michel Platini; a Prof. Nídia Regina, da Universidade Federal do Amazonas; a Drª Regina de Souza, da Unicamp; e o Dr. Cristian Strack, que é professor de Libras e delegado da Conferência Nacional de Educação, do Ministério da Educação.

Eu queria, antes de mais nada, passar a palavra ao Deputado Eduardo Barbosa e registrar aqui a presença do Senador Moka, que tem acompanhado e participado permanentemente desta Comissão.

Concedo a palavra ao Deputado Eduardo Barbosa, que esteve acompanhando a marcha, esteve no Ministério da Educação.

O SR. EDUARDO BARBOSA – Boa tarde a todos.

Em primeiro lugar, eu queria agradecer ao Senador Lindbergh por ter dado a todos nós a oportunidade de estarmos no Senado, nesta subcomissão permanente que trata das questões das pessoas com deficiência, e dizer que tivemos a possibilidade, a partir da iniciativa da Feneis, de estarmos com o Ministro da Educação recebendo ali não só os representantes da comunidade surda, mas também outras organizações que se somaram à essa luta e esse esforço de colocar em pauta a discussão da educação especial e, mais precisamente, aquilo que tanto desejamos que é a coexistência do sistema de ensino que prevê também a possibilidade da escola especial e não a exclusão dessa possibilidade.

Estava conosco lá a Federação Nacional das Apaes, de que sou presidente, e outros representantes; a Federação Nacional das Pestalozzi; a Organização Nacional dos Cegos; a Feneis, representada por sete surdos que estavam lá presentes, inclusive a Patrícia, que está aqui e vai ter a oportunidade de falar, foi a interlocutora mais importante no debate com o Ministro. Entendemos que existe uma grande dificuldade do Ministro de entender a concepção do que significa para nós a educação especial. Há uma visão clara reducionista da educação especial, o atendimento educacional especializado a um conceito do contraturno, o que nós não aceitamos.

No entanto, a Patrícia vai colocar aqui o que foi defendido veementemente a cultura surda e a necessidade de haver uma política pública específica para as escolas bilíngues do Brasil. (*Palmas*.)

Além disso o Moisés, que é presidente do Conade, colocou com muita veemência os problemas que os cegos estão tendo, principalmente no que se refere à distribuição do livro didático, que não vem em consonância com aquilo que os cegos desejam, que são livros revisados, decentes e que, de fato, seja garantida a educação em braille no País.

E os representantes das pessoas com deficiência intelectual, através das organizações que estavam lá e que eu já citei, entenderam que nós não podemos reduzir a escola especial à sala multifuncional.

Com isso, o Ministro, em uma audiência prolongada, que acredito que durou quase duas horas, delibera, no final, que vai chamar o Conselho Nacional de Educação e que as organizações não governamentais aqui presentes vão propor ao Ministro temas e nomes de especialistas para fazer um seminário amplo e profundo dentro do Conselho Nacional de Educação. E, a partir disso, então, definirmos novos rumos e novos caminhos que venham ao encontro daquilo que temos interesse.

Ficou muito claro, nessa audiência, que não existe interlocução das organizações não governamentais com o Ministério da Educação. Isso foi falado com todas as letras para o Ministro, que entendeu que a Secretaria de Educação Especial, a partir da sua gestão de seus técnicos, se afastou completamente da relação de convivência com as entidades que são representativas das pessoas com deficiência no País. E o Ministro entendeu isso e colocou como interlocutor o seu próprio chefe de gabinete. E, a partir de agora, as nossas demandas serão encaminhadas pela chefia do gabinete do Ministro da Educação. (*Palmas.)*

Consideramos que essa foi uma conquista que só foi possível pela mobilização dos surdos, que vieram de todas as partes do País, e à qual outras entidades se somaram. E aqui hoje, dentro deste ambiente do Senado, tem, no mínimo, umas mil pessoas acompanhando todo esse processo. E foi o Senador Lindbergh, através do Senado, nos possibilita falar ao Brasil inteiro pela TV Senado.

Só quero encerrar minhas palavras dizendo que este ato é o início da mobilização. A partir de agora, o fórum das entidades e das organizações precisa estar se reunindo semanalmente para fazermos valer a proposta do Ministro de nós influenciarmos diretamente resoluções e deliberações expedidas pelo Conselho Nacional de Educação, que ele, como Ministro, tem que homologar.

Então, acredito que tivemos sim um tento, mas acredito que nós não ganhamos a guerra.

Obrigado. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Agradeço a participação do Deputado Eduardo Barbosa. Antes de passar a palavra à representante da Feneis, quero dizer que é uma alegria ver a força desse movimento de vocês. Quando voltarem aos seus Estados, vocês têm que dizer que conseguiram parar Brasília, serem recebidos pelo Ministério, entrar pela porta principal do Senado Federal, vir para cá... (*Palmas.)*

Eu queria só dizer que esta Casa, que é a Casa do povo, tem que estar acostumada e é importante haver manifestações, participações e audiências públicas como esta.

Quero passar a palavra à representante da Feneis, mas quero dizer que os Senadores e Deputados podem, a qualquer momento, intervir e fazer perguntas. Mas é com muita honra que passamos a palavra a essa entidade que demonstra a sua força, Patrícia Luiza Ferreira Rezende, Diretora de Políticas Educacionais da Feneis (Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos).

Prof. Patrícia. *(Palmas.)*

Precisa do intérprete no microfone.

A SRª PATRÍCIA LUÍZA FERREIRA REZENDE – Gostaria de agradecer aos Senadores, que nos permitiram estar presentes aqui e mostrar o nosso movimento de surdos, também da Feneis, das Apaes, das Pestalozzi. Agradecemos a todos os Parlamentares, ao Conade, todas as pessoas representantes e com deficiência também.

Gostaríamos de dizer por que viemos aqui. Nós viemos aqui, muito rapidamente, porque, no ano passado, houve um fato na Conae (Confederação Nacional de Educação), em que foram retiradas todas as propostas que os surdos colocaram e sugeriram. Foram ao INES e disseram que o INES ia fechar e nós nos assustamos muito com aquilo, programamos esse movimento aqui em Brasília. Nós nem sabíamos, imaginávamos que esse movimento era apenas dos surdos, porque foi marcado pelos surdos. E recebemos o apoio das Apaes e esse movimento cresceu e se fortaleceu. Então, é muito importante estarmos aqui hoje. (*Palmas.)*

Todo esse movimento tem uma grande importância para cada um, para todos que estão representados aqui, pessoas de vários Estados, de várias cidades que estão presentes aqui. Isso significa que nós precisamos mostrar ao Governo, ao Ministério da Educação o que nós, surdos, queremos, porque nós já apresentamos várias vezes isso de forma clara. Nós já mostramos, isso está em nossa camiseta: nós queremos uma escola bilíngue para surdos. (*Palmas*.)

Por que fechar um INES, um colégio de 153 anos, a primeira escola para surdos no País significa história e para todos nós, surdos. É a nossa história e sentimos que essa é a nossa escola. Há muito tempo o INES foi aberto e quantos surdos do Brasil já estudaram lá e, depois, voltaram para seus Estados. E, a partir daquela educação que tiveram no INES, também pulverizaram toda a história. Isso é cultura também e faz parte da nossa história e da nossa cultura e nós ficamos muito tristes, todo o povo surdo, todas as pessoas que estavam no MEC, inclusive a Secretária Martinha Claret que disse que os surdos não têm cultura! (*Vaias.)*

Ela disse isto: que nós não temos uma cultura surda. Isto foi dito: que a língua dos sinais não é um nada, representa nada, desmereceu, disse que não existe cultura surda. Isso nos deixou muito angustiados porque falta respeito ao povo surdo, aos direitos humanos que nós temos. E também a convenção das pessoas com deficiência disse que nós temos direitos humanos, a diversidade humana, que cada pessoa tem o seu jeito de ser. E isso foi tirado, foi apagado, por causa dessa pessoa.

Tudo bem, a gente podia deixar a fala dessa pessoa de que não existe cultura surda, mas ela é representante do MEC. Isso teve muito valor e significou quanto para a educação surda no País? A educação surda no Brasil é regulada pelo MEC e uma pessoa do MEC disse isso. Então, foi algo muito sério e nós ficamos muito surpresos. Esse episódio pareceu muito com o congresso de Milão que ocorreu em 1880, quando houve a proibição da língua de sinais na educação. Agora, vai haver novamente a proibição da cultura surda e da língua de sinais por meio da imposição da inclusão?! (*Vaias*.)

Então, essa pessoa não é surda. Quem disse isso não é surdo. É uma pessoa cega, tudo bem, mas ela não sente o que nós surdos sentimos. Nós temos uma história, nós temos uma cultura, nós temos a nossa luta, nós temos tudo isso contextualizado. Nós temos símbolos como caricaturas, charges que foram feitas, reportando ao que foi feito pelo MEC comparando ao que foi feito no congresso de Milão, porque desejou-se que os surdos fossem todos excluídos naquele momento. E o MEC disse para gente hoje que o INES não vai fechar, mas nós estamos lutando porque sentimos muito isso. Nós vamos lutar até que se acalme tudo, até que o INES realmente se mantenha, não haja mais ameaças a ele nem a outras escolas de surdos que estavam para fechar ou não. Até que elas se mantenham abertas em definitivo. Nós vamos lutar pelo bilinguismo realmente. E que se mantenham

abertas e que se abram as que foram fechadas. Porque nós, surdos, estamos interessados numa educação bilíngue de verdade. A inclusão, Ok, mas que ela seja uma inclusão social, porque nós vemos uma evolução dentro da educação bilíngue que pode propiciar uma inclusão social muito melhor. Nós não queremos uma segregação, de forma alguma, os surdos não querem uma segregação. Nós somos pessoas diferentes, temos uma história diferente, uma educação diferente, uma língua diferente. Nós temos nossos direitos humanos, o nosso direito lingüístico. Nós queremos a escola de surdos, sim. Nós precisamos lutar por isso e mostrar isso. Nós queremos isso. *(Palmas.)*

Aqui está um documento muito importante. Nós corremos muito para chegar aqui, nós estávamos numa reunião dentro do Ministério da Educação, com o Ministro Fernando Haddad e, por isso, nos atrasamos. Enviamos a ele propostas, entregamos na mão dele, conversamos bastante, e ele assinou o recebimento desta proposta que vocês estão vendo aqui. Pedi também ao Ministro que, por gentileza, aceitasse a criação de uma comissão dentro do MEC, juntamente com participantes, com pesquisadores que trabalham junto com a Federação Nacional de Surdos, que pesquisam essa área de surdez. Que seja feita essa comissão com o objetivo de pesquisar, porque as pesquisas estão avançando e a gente precisa trazê-las para a prática.

Vou solicitar às pessoas que estão atrapalhando a visualização, por gentileza. Peço desculpas porque a língua é visual e ela precisa ser vista para ser traduzida.

Foi combinado que será feita uma reunião, a criação de uma comissão pelo MEC. E eu gostaria de agradecer o apoio de todos os Senadores e desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Patrícia.

Vou passar a palavra ao Senador Casildo Maldaner, que pediu a palavra.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – É um depoimento, Presidente Lindbergh. Fico comovido – e acho que todos nós – em estarmos participando deste encontro. Eu nunca tinha participado de um encontro desse tamanho, dessa forma, com tanto sentimento. (*Palmas.)*

Eu tenho sobrinhos que são surdos e mudos, em Santa Catarina, meu Estado, onde tem uma Apae bem organizada. Mas nunca vi um movimento tão forte como este aqui em Brasília. Essa invasão – por assim dizer, no bom sentido – do Senado é para mexer com o Brasil, sem dúvida alguma.

Eu vi a Patrícia – e eu entendi pela intérprete – transmitindo, mesmo que não tenha voz, mas pelos gestos, pela mímica, pelo jeito de se expressar, é uma língua extraordinária a da Patrícia, uma fala pungente, com alma. (*Palmas*.)

Olha, ela fala para a alma das pessoas, não é verdade, Lindbergh?

É um negócio fantástico!

Quero dizer que essa questão da educação especial ter seu lugar especial tem que ter o nosso apoio.

Lindbergh, os nossos parabéns por esse movimento. Você é extraordinário em todos os sentidos ao presidir esta Comissão, principalmente esta de Assuntos Sociais que tanto mexe com as pessoas que têm alguma deficiência.

Parabéns por esse grande encontro que mexe com o Brasil!

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador Casildo.

Deputado Otavio Leite.

O SR. – *(Intervenção fora do microfone.)* Vamos intercalar um Senador e um Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Claro! E depois eu vou passar ao Presidente...

Pode falar, Deputado Otavio Leite.

O SR. OTAVIO LEITE (PSDB – RJ) – Muito bem!

Meu Senador Lindbergh, do nosso Estado do Rio de Janeiro, e eu vejo que tem muitos surdos do Rio de Janeiro, tem alguns importantes militantes surdos do Rio de Janeiro.

O Rio de Janeiro abraça todo o Brasil. "*Há males que vêm para o bem*", é um ditado popular importante e que pode, hoje, muito bem, ser mencionado. Não faz muito tempo, nós, no Rio de Janeiro, fomos surpreendidos e ficamos indignados diante de uma notícia de que uma autoridade do Ministério da Educação estabeleceu e informou aos pais, aos profissionais e aos alunos do Instituto Benjamim Constant e do Ines que, no ano seguinte, as salas iriam ser extintas e obrigatoriamente todos deveriam migrar para o ensino regular. Isso gerou uma confusão, gerou uma complicação, e eu fiquei impressionado com a insensibilidade de muitos em não perceber que quem tem que ser ouvido, em primeiro lugar, para decidir qual a melhor educação para as pessoas com deficiências, sejam surdos, cegos, em primeiro lugar, são os próprios deficientes.

(Palmas.)

E, daquele momento de indignação, que foi um mal em si, brotou o bem, que é essa mobilização formidável, essa conscientização, essa presença viva de tantos que abraçam essa bandeira aqui, no centro da República, para dizer, a plenos pulmões: nós queremos o nosso direito, nós queremos uma educação por libras. A libras é reconhecida em lei.

(Palmas.)

E mais do que isso, é preciso aproveitar essa oportunidade e lembrar que há um ingrediente fundamental nesse processo, que são os intérpretes de libras. São fundamentais e, recentemente, foram beneficiados por uma lei, mas essa lei tem que ir adiante. O poder público, ao invés de tentar fechar escolas especiais, deveria estar mais preocupado em abrir salas e oportunidades, cursos de extensão para a formação de intérpretes de línguas de sinais.

É uma alegria, meu Senador Lindbergh, Deputada Mara, meu Deputado Eduardo Barbosa, estar aqui com vocês neste momento formidável, que é um momento que será certamente um divisor de águas na nossa história, porque esse processo de mobilização organizado, maduro, inteligente, vivo, vibrante vai prosseguir e muitas serão as conquistas que nós temos à frente. Nós temos que pegar esses desafios e levar realmente a ferro e fogo os nossos desejos maiores de uma sociedade justa, humana, honesta e que respeite a pessoa com deficiência, que respeite a escola bilíngue, que respeite a Língua Brasileira de Sinais, que é da lei brasileira.

(Palmas.)

E eu quero agradecer, não merecendo aplauso, mas aplaudindo a Patrícia e o Moisés pelas intervenções muito claras, muito firmes e que certamente mexeram com as estruturas do pensamento do ministro.

Vamos em frente! Vamos fazer o seminário! Vamos colocar em discussão profunda o que é educação especial, a importância e os resultados formidáveis que ela pode trazer para o povo brasileiro.

Vamos em frente! Estamos juntos na luta! Muito obrigado, Senador!

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, ao Deputado Otavio Leite. E eu passo a palavra ao Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Meu caro Senador Lindbergh Farias, quero cumprimentar os Deputados Eduardo, meu amigo, até há pouco tempo estivemos juntos na Câmara dos Deputados, sei da sua luta, não é de hoje; cumprimentar a Deputada Mara, não me lembro, mas eu acho que deve ser o primeiro mandato da Mara, mas já se vê que começa com muito entusiasmo e com muita determinação; e Otávio Leite, que também é uma das grandes lideranças da Câmara dos Deputados.

Quero saudar ainda a presença do Moisés, da professora Patrícia, aqui dos Senadores Rodrigo Rollemberg, Casildo Maldaner e Wellington Dias.

Vou ser muito breve e muito objetivo. Eu sou Senador pelo Estado do Mato Grosso do Sul. Eu não sei se nós temos representantes neste movimento, mas eu fui, evidentemente, contatado por lideranças lá no Mato Grosso do Sul e eu acho que esse deve ser o grande trabalho, Deputado Eduardo Barbosa, Deputada Mara, Deputado Otavio: fazer com que os movimentos, as entidades, sobretudo a Apae, Pestalozzi e também a representação dos surdos, entrem em contato com todos os parlamentares do país inteiro, até para a gente poder mostrar o que está acontecendo. No final do ano passado, eu participei de uma mobilização onde fomos surpreendidos. Sou médico, conheço a realidade, acho um equívoco muito grande do MEC querer tratar alunos que têm realmente uma deficiência, mas que hoje é superada, até porque eles têm uma língua própria. E isso é fundamental!

(Palmas.)

Então, com o pretexto de fazer a chamada inclusão, na verdade, não é essa a melhor forma. Nós precisamos, cada vez mais, de mais escolas especiais, com profissionais especializados, capazes exatamente de se comunicarem. É o que eles dizem: nós temos a nossa língua própria e precisa ser reconhecida.

(Palmas.)

Então, Senador Lindbergh, eu acho que o Deputado disse que o Ministro recebeu, acredito na sensibilidade do Ministro. A coisa mais importante aqui hoje, Deputado Eduardo Barbosa, é que, daqui para a frente, os movimentos terão uma interlocução direta, não vai ter nenhuma ONG que vai falar por vocês, e isso me parece ser fundamental. Quer dizer, uma ligação direta com o chefe de gabinete do ministro e aqueles exatamente que entendem e que podem, tenho certeza, falar por cada um daqueles que, hoje, estão aqui.

Eu acho que este é o movimento do ano. A subcomissão que está aqui hoje do Senado, presidida por esse extraordinário jovem homem público da maior qualidade, que é Lindbergh Farias, nós vamos estar vigilantes no sentido de dar o apoio político desta Casa para uma das reivindicações que é a mais justa possível e nós estaremos aqui vigilantes para emprestar o nosso apoio, a nossa solidariedade. Além de fazer com que o equívoco seja reconhecido, e corrigido, fazer com que, cada vez mais, a gente possa avançar exatamente com mais escolas e com mais profissionais que possam atender, cada vez mais, esse pessoal incrível que está aqui. A gente fica muito sensibilizado.

Muito obrigado a todos vocês!

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Parabéns, Senador Moka.

Olha, antes de passar para a Deputada Mara Gabrilli, o Presidente do Conad, eu só queria falar aqui rapidamente – o Senador Rodrigo Rollemberg e o Senador Wellington vão falar logo depois –, esta

é uma comissão aqui do Senado, uma subcomissão permanente da pessoa com deficiência. O que eu acho muito importante nesse movimento de vocês é vocês poderem explicar para todo o Brasil a luta de vocês. Eu, por exemplo, sou recente, até errei no começo, quando falei linguagem e não línguas. Eu entrei nesta comissão, por uma questão própria minha. Eu sou pai da Beatriz, que tem síndrome de down, como o Senador Wellington é pai da Daniele, que tem autismo, e outros Senadores, como o Moka, como o Rodrigo Rollemberg, que estão aqui pela paixão, apesar de não terem um envolvimento familiar.

E a minha primeira percepção foi tentar entender o que está acontecendo. Eu recebi uma revista, duas revistas da Feneis, que li inteiras e falei para algumas pessoas depois, sem entender o que é cultura surda. Vocês têm a língua de vocês; a língua portuguesa é uma segunda língua. Então conseguir passar isso – eu quero dizer que eu tenho aprendido tanto aqui nesses debates –, conseguir passar isso... O que me preocupa, e eu falei isto com o Ministro: eu tenho certeza que a Presidenta Dilma não sabe do que está acontecendo. Porque, vejam bem, todos nós defendemos a inclusão – vocês, mais do que ninguém, defendem a inclusão –, só que inclusão não é só colocar a pessoa em sala de aula, ali, desconsiderando sua cultura, suas potencialidades, não é isso. O professor Paulo Freire tinha uma frase que dizia o seguinte: "*Inclusão não é imposta; amor não é imposto.*" E o mais grave de todo esse debate aqui, e esse argumento, Senador Wellington, eu falei para o ministro e vou falar sempre, e quero dizer para vocês que eu quero ajudar muito nessa movimentação. Eu, inclusive, sou Senador pelo Partido dos Trabalhadores, como o Senador Wellington Dias, que está aqui, e nós queremos ajudar a resolver esses problemas. O mais grave que eu acho é não levar em consideração a posição de todas as entidades de cegos e de surdos deste País.

(Palmas.)

Eu citei, outro dia, uma outra poesia de um poeta russo chamado Maiakovski que dizia o seguinte: "*Professor, tire seus óculos de bicicleta. Eu mesmo falarei de mim e do meu tempo.*" Então são vocês, estão falando aqui de vocês que estão neste movimento de professores, de doutores que mostram a importância, e o Ministério tem que levar isso em consideração.

Eu não quero me alongar, mas quero dizer uma coisa aqui a vocês, Eduardo, Mara, nós queremos fazer parte desse processo. Eu acho que a luta, a luta de defesa do Ines, abre possibilidade para uma discussão maior: da escola bilíngue para os surdos. E eu quero que vocês saibam que aqui nesta comissão, aqui neste Senado, nós vamos ser uns aliados de peso para vocês, vamos conversar com todo mundo, se tiver que conversar com a Presidenta Dilma, nós vamos conversar com a Presidenta Dilma...

(Palmas.)

...mas nós estamos ao lado da luta de vocês.

Eu vou passar agora para a nossa Deputada Mara Gabrilli. Eu passo para a Mara e passo para você e para o Wellington, Senador Rodrigo.

Novamente um problema aí no áudio.

A SRª MARA GABRILLI (PSDB – SP) – Bom, primeiro eu queria cumprimentar o Senador Lindbergh, os outros Senadores, pela iniciativa. Nós, Deputados que reativamos a Frente Parlamentar do Direito das Pessoas com Deficiência, e acho que este é um momento importantíssimo para a gente colocar essa frente à disposição de vocês. A gente tem que trabalhar em conjunto aqui nas Casas, tanto no Senado quanto na Câmara, para que a gente sempre construa um caminho que tenha como lema: nada sobre nós sem nós. Esta é a palavra de ordem: nada sobre nós sem nós. Vocês são muito vitoriosos hoje. Sabem por quê? Porque finalmente vocês foram ouvidos. Era isso que faltava.

Eu queria parabenizar a Patrícia pela liderança, o Moisés, sempre acompanhando o movimento, e dizer que acho que essa é uma luta por uma educação de qualidade, educação de qualidade que todo brasileiro merece.

A gente não merece ter como direito subtraído e não ter as línguas que precisamos e que, inclusive, a Língua Brasileira de Sinais foi aprovada nestas duas Casas, em 2002, e passou a ser uma língua oficial brasileira. Não pode ter um brasileiro que desmereça essa língua.

(Palmas.)

Assim como a língua portuguesa. Uma educação bilíngue tira o surdo da exclusão; ela traz informação, traz conhecimento e traz cultura. E é isto que a gente quer: educação de qualidade.

Eu parabenizo vocês, do fundo do meu coração. Eu acho que não só represento aqui São Paulo, mas um trabalho pelas pessoas com deficiência do Brasil e mais. Estou aqui falando por mim e estou falando pela Rosinha da Adefal, que é a nossa presidente da Frente, e infelizmente está doente e está com problema de audição.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Mas, Mara, ela ligou aqui, a Presidente da Frente Parlamentar, Rosinha, da Adefal, e ela está assistindo pela TV Senado.

A SRª MARA GABRILLI (PSDB – SP) – Ela está nos assistindo, está mandando aqui o abraço apertado dela, a força dela, e acho que todos nós aqui estamos

disponíveis para crescermos juntos. Como o Senador Lindbergh falou, essa é uma estrada de via dupla, e nós aprendemos com a sociedade e a sociedade aprende conosco. E a gente vai construindo o nosso mandato em cima disso. Por isso, eu só tenho que agradecer a vocês, agradecer a força desse movimento, agradecer por vocês terem vindo aqui, pessoas do Brasil inteiro, levar educação de qualidade para todo o resto do Brasil.

Então, parabéns e mais uma vez: nada sobre nós sem nós!

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado! Muito obrigado, Deputada Mara Gabrilli.

Eu vou passar agora para o Senador aqui de Brasília, Senador Rodrigo Rollemberg.

Muito obrigado pela presença!

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Eu quero cumprimentar o Senador Lindbergh Farias, Presidente desta subcomissão, cumprimentar o Moisés Bauer, a Patrícia Rezende, a Deputada Mara Gabrilli, meus queridos amigos Deputados, amigos de luta, Eduardo Barbosa e Otavio Leite. Alegria revê-los aqui nesta luta. Meu querido amigo, lutador da causa em defesa das pessoas com deficiência aqui no Distrito Federal, nosso querido Michel Platini, cumprimentar o Cristian Strack, os nossos Senadores Wellington Dias, Waldemir Moka e os demais aqui presentes.

Em primeiro lugar, eu quero cumprimentar V. Exª, Senador Lindbergh, pela iniciativa de criar esta subcomissão permanente, no âmbito desta comissão de que tenho a honra de participar. Nós temos um longo trabalho pela frente para que a gente possa garantir que a legislação brasileira já aprovada em relação às pessoas com deficiência possa ser plenamente cumprida.

Eu quero registrar que, na legislatura passada, com o trabalho feito com muito afinco por vários parlamentares, como o Deputado Eduardo Barbosa, como o Deputado Otavio Leite, eu me orgulho de ter participado também desse processo, nós aprovamos, com *status* constitucional, a convenção da ONU sobre os direitos das pessoas com deficiência, que garante um novo paradigma da relação da sociedade, do estado, da nação brasileira com as pessoas com deficiência. Portanto, temos que garantir todo o direito de acessibilidade.

Na minha opinião, nós estamos diante de um grande mal-entendido e de um grande problema de comunicação pelo fato de o MEC não ter procurado ouvir, de forma mais profunda, os surdos e as famílias dos surdos, porque conhecem a realidade, sabem as dificuldades que vivem no dia a dia e sabem o que querem. Porque eu tenho convicção absoluta de que todos querem aqui a inclusão social, o problema é que nós não estamos ainda, infelizmente, o Estado brasileiro não está preparado ainda para oferecer nas escolas regulares a inclusão social que todos nós queremos. Portanto, nós não podemos desativar escolas que desempenham um papel muito importante.

E aqui não vou falar só do Instituto Nacional de Educação de Surdos, que é uma instituição reconhecida nacionalmente e que é uma referências, mas, por exemplo, o trabalho que as Apaes, e eu sei disso, porque tive a oportunidade de apoiar fortemente a Apae no Distrito Federal, fazem e que são extremamente também importantes.

(Palmas.)

Portanto, eu quero registrar: este é um dia histórico no Senado Federal. E quero dizer que, nestes 4 meses e pouco de mandato, ainda não tinha visto nesta Casa uma manifestação tão expressiva, quando a Casa foi ocupada pela cidadania, pela vontade popular, para dizer em alto e bom som, como disse a Deputada Mara Gabrilli: nada sobre nós sem nós. Ou seja, qualquer política pública que envolva as pessoas com deficiência, que envolva os surdos, vocês têm que ser ouvidos, porque vocês sabem as dificuldades e sabem o que efetivamente é o melhor para vocês para que a gente possa garantir inclusão social completa.

Um grande abraço a vocês e contem com a gente nessa luta!

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Obrigado, Senador!

Eu quero passar a palavra ao Senador Wellington Dias e agradecer aqui a participação do Senador Moka.

Muito obrigado, Senador!

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – *(Intervenção fora do microfone.)* Desculpe eu ter que ir.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Wellington Dias!

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Muito bem!

Eu quero saudar com muita alegria este encontro, parabenizar aqui também a iniciativa dos nossos Deputados, da audiência no MEC com as entidades aqui, através da Patrícia, do Moisés, mas também aqui do Michel Platini, do Cristian, e saudar aqui também este encontro das duas Casas, na verdade.

Eu quero ressaltar o trabalho do nosso querido Senador Lindbergh Farias, que trabalha com tanto compromisso aqui na coordenação desta comissão. Somos parte da frente, tanto da frente que cuida de todas as deficiências, como algumas específicas que temos aqui.

E o que me move aqui, primeiro trago aqui também um abraço, pediu-me para fazer isto aqui, da Deputada Rejane, lá do Piauí, que está acompanhando também esse trabalho com todas as entidades no nosso Estado.

Tem piauiense aí?

OS SRS. PARTICIPANTES – Tem!

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Então, maravilha!

Veja só, primeiro, eu quero aqui dar um depoimento. O meu estado é o segundo estado brasileiro em número de pessoas com deficiências, nas mais diferentes áreas: cadeirantes, autistas, síndrome de down, enfim, surdos, cegos, de todas as definições. E criamos uma secretaria estadual, quando governador eu ajudei na criação de uma secretaria que cuida especificamente da inclusão da pessoa com deficiência, trabalhamos com isso um plano estadual que atua nas mais diferentes áreas e que foi coordenado, na época, pela hoje Deputada Rejane e que hoje é coordenado com o apoio das várias entidades pelo atual Governador Wilson Martins.

Então eu quero aqui dar um depoimento, Lindbergh. Nós fizemos a expansão do ensino de Libras, temos um plano para a implantação. Uma das deficiências, uma das dificuldades é exatamente a escassez de professores que nós tínhamos em muitos municípios, e, independente do MEC, nós fizemos uma expansão. Hoje já chegamos a cerca de 90 municípios com salas de recursos para Libras e para braile, ou seja, voltados também para os cegos, e eu creio que é possível qualquer estado brasileiro trabalhar, muito menos o MEC.

Então o que eu queria aqui era apresentar, para nortear os nossos trabalhos aqui, três propostas básicas. A primeira delas, nós estamos discutindo, na Câmara, inicialmente, mas vem em seguida para o Senado, o Plano Nacional da Educação. Então eu acho que precisamos 0ter um texto ali, claro, para não ter nenhuma dúvida de qualquer filosofia da obrigação do Governo brasileiro de implantar escolas bilíngües para surdos, para que a gente tenha essa condição. *(Palmas.)* Além, é claro, de contemplar as demais deficiências e da acessibilidade de um conjunto de outras necessidades que temos, inclusive nas escolas, mas não só nas escolas.

O segundo é que, já que o Plano Nacional de Educação tem uma meta de investimentos anual entre 2012 e 2021, são dez anos, é um plano decenal, nessa expansão de novos investimentos, possamos ter o compromisso do Governo brasileiro da implantação em todos os Municípios do Brasil de escolas bilíngües para surdos.

Quero, ainda, fazer uma outra proposta. Temos de agilizar a regulamentação, como disse o Senador Rodrigo Rollemberg, da convenção. Vários de seus itens dependem de uma regulamentação. Acho que podemos, assim como estamos fazendo em relação aos autistas, em relação a algumas áreas, trabalhar as condições de tornar urgente a regulamentação da área de surdos.

Da nossa parte, manifestamos todo o apoio, todo o entusiasmo. Acho que são mobilizações como essas que abrem a sensibilidade. É preciso compreender que esse é um movimento que, apesar de ter um número grande de pessoas, não só os surdos...Quero dizer a vocês, sempre faço este depoimento, eu me envergonho, porque, no Brasil, muitas vezes, tem a implantação obrigatória nas escolas do português, do inglês, do espanhol, mas não tem como prioridade, não apenas para os surdos, não apenas para os seus familiares, implantar para a população brasileira a opção de ter o ensino de libras nas escolas. *(Palmas.)* Para que a gente, com isso, tenha uma verdadeira inclusão. É claro que o grande desafio é exatamente ampliar o número de profissionais preparados para ministrar esse tema.

O Michel Platini, meu querido Lindbergh, conversava para ter algo dentro da própria Casa, para dentro do próprio Senado. Eu quero me colocar, para que o Presidente Lindbergh, como nosso presidente, quem sabe na Câmara, possa ter a mesma coisa. Nós temos apenas quatro intérpretes no Senado, e isso é completamente insuficiente para lidar com esse trabalho. (Palmas.) Temos de levar ao Presidente Sarney a proposta de discutir com eles para estabelecermos quais as áreas que precisamos de ampliação, desde a recepção, as comissões, até o plenário, já que há hoje a TV Senado, a Rádio Senado, enfim. Com certeza, nossos professores nesses temas são, como você disse, aqueles que vivenciam o dia a dia, ou como surdos, ou como pessoas que convivem mais diretamente.

Contem comigo, vamos estar juntos aqui neste trabalho, com essas propostas. Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador.

O Senador Wellington, como eu disse, tem um envolvimento nessa luta. Como governador do Piauí, fez um trabalho que deveria ser modelo para ser implantado em todo o País. Quero agradecê-lo pela participação ativa e militante nesta Comissão.

Deputado Eduardo Barbosa, o Senador Wellington Dias pode ajudar muito nas conversas com o Governo, nas mediações que serão necessárias.

Quero passar a palavra ao Michel Platini, presidente do Sindicato de Intérpretes, Guias Intérpretes e Tradutores de Libras do Distrito Federal.

O SR. MICHEL PLATINI – Bom dia a todos e a todas. Quero saudar a nossa eterna miss do Ceará e

tão sonhada miss Brasil, Vanessa Vidal. Peço que se levante para que todos a conheçam.

A Vanessa é um orgulho para a comunidade surda. Mostrou para o Brasil inteiro e para o mundo que a beleza também é possível para as pessoas com deficiência. Ela mostrou para o mundo inteiro que o Brasil reconhece os surdos, reconhece as pessoas com deficiência e a beleza também é possível para essas pessoas.

Quero saudar a nossa Deputada Rosinha da Adefal, que não está aqui, mas sinto a sua presença, sei que ela está nos assistindo. Quero saudar a Deputada Erika Kokay, saudar os nossos padrinhos neste Senado, os Senadores Rodrigo Rollemberg e Cristovam Buarque, que já abriram um diálogo com o Senado para a contratação dos intérpretes. Quero saudar os meus colegas de profissão, que são os intérpretes da língua de sinais, que tornam possível, Senadores, a comunicação com eles e tornam possível a comunicação entre o Senado e essa comunidade, que, hoje, veio para cá manifestar e se colocar. Quero saudar os brasileiros e brasileiras que têm alguma deficiência auditiva e que deixaram seus Estados, hoje, para dizer "não", para dizer "nós existimos e nós queremos uma educação bilingue", "nós queremos ser respeitados", "nós queremos participar de todo o processo de inclusão e não aceitamos interferência nesse processo todo".

Quero dizer, Senadores, que precisamos da ajuda de vocês para tornar possível a participação dessa comunidade nesta Casa, porque não existe democracia fatiada. O surdo vota, mas depois não pode acompanhar o mandato parlamentar dos Senadores, dos Deputados. Esta Casa possui apenas quatro profissionais de Libras e a partir do diálogo proporcionado pelo Senador Cristovam Buarque e pelo Senador Rodrigo Rollemberg, conseguimos abrir a negociação para ampliar o número para seis.

Os intérpretes de Libras, aqui, trabalham oito horas, enquanto os intérpretes da Câmara trabalham seis horas. E eles recebem, Senadores, quase três vezes mais do que os intérpretes aqui do Senado. Infelizmente, não é possível esta transmissão para os surdos que estão em casa, pois não tem o intérprete de Libras na TV Senado. A TV Câmara já transmite com o intérprete de Libras na janelinha. Mas a TV Senado, infelizmente, não faz esta transmissão.

Também quero dizer que este é o primeiro dos movimentos que os surdos e os intérpretes se "empoderaram". Estamos "empoderados". A partir de agora, ninguém mais segura a nossa luta, ninguém mais consegue amarrar as nossas mãos, ninguém mais consegue prender as nossas vozes. E vamos dizer diariamente que queremos participar de todo o processo de inclusão.

O Sindicato dos Intérpretes de Libras ajudou na realização deste movimento. Nós ajudamos com o carro de som, que vai estar hoje à tarde, ajudamos mediando com outros sindicatos a questão de banheiros que já estão no MEC, ajudamos com água, ajudamos com o carro de som que vai estar aqui amanhã, e estamos disponibilizando os nossos profissionais para acompanhar toda esta luta e para dar voz aos surdos, que falam com as mãos e falam com a alma. Então, estamos emprestando as nossas vozes e prestando o nosso serviço para essa comunidade.

Quero dizer que a Língua Brasileira de Sinais foi aprovada e reconhecida como língua, mas ainda precisamos, Senadores, estabelecer um diálogo para que se crie uma matéria da língua de sinais. Temos, hoje, profissionais formados no Letras Libras, mas que ainda não têm uma função porque não existe uma disciplina de Libras. E essa é uma luta nossa agora. É necessário entrar na pauta do Senado a criação da disciplina da Língua Brasileira de Sinais e tornar obrigatório nas escolas de todo o Brasil, como é obrigatório o português.

Por que um surdo tem que aprender português e um ouvinte não tem que aprender a língua de sinais?

O processo de inclusão só vai ser possível se ouvintes e surdos puderem aprender a língua de sinais e aprender o português. Assim, poderão interagir uns com os outros.

Para finalizar a minha fala, quero dizer que além de criar a matéria de Libras, que já tem um projeto do Senador Cristovam; mas, como se fosse o inglês, ela é complementar. Nós queríamos que se criasse uma matéria efetiva.

Precisamos também discutir a presença dos intérpretes de libras em todos os espaços, em todos os órgãos. Não é possível mais que os surdos, Senadores, vão a um hospital e não consigam dialogar com um médico. Aqui em Brasília, nós tivemos um caso de um surdo que morreu por falta de comunicação, um surdo de Recife que veio para cá. A família nem sabia que ele estava doente, porque o hospital não conseguiu estabelecer uma comunicação com esse surdo. O Ministério Público do Distrito Federal concluiu que a falta de comunicação matou esse surdo. E a falta de comunicação mata brasileiros e brasileiras todos os dias; mata brasileiros e brasileiras todas as horas. Isso porque não temos intérpretes ainda em todos os postos policiais, que não entendem.

Vocês se lembram do caso do Rio de Janeiro, onde um policial pediu a um surdo que parasse, ele não parou porque não ouviu e foi assassinado. O policial deu um tiro nele porque ele não obedeceu à voz

para parar. Então, surdos e surdas morrem por falta de comunicação.

Por isso, nós precisamos, Senadores, ampliar a presença dos intérpretes de Libras em todos os espaços, qualificar a sociedade brasileira, criar mais centrais de Libras e, por fim, ampliar a quantidade de intérpretes aqui no Senado, melhorar as condições de salário dos intérpretes aqui do Senado e também diminuir a sua carga horária, para que essa profissão não seja tão dolorosa como hoje é para os profissionais da língua de sinais.

Um abraço fraterno para cada um e para cada uma de vocês. E sejam bem-vindos à minha cidade.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Eu quero agradecer ao Emiliano Aquino. Acho que há uma pauta concreta aqui, Senador Wellington, para o Senado Federal, inclusive para a TV Senado. O avanço que houve na TV Câmara, eu tenho certeza...

Eu queria aqui organizar, Senador Rodrigo Rollemberg, uma comissão de Senadores para conversar com a TV Senado. Existe um apoio sempre muito grande a nós aqui pela TV Senado. Quero agradecer inclusive à direção da TV Senado que, pela importância do tema, está transmitindo a reunião para todo o Brasil. Mas vamos lá conversar, porque nada mais justo que haja tradução, que haja intérprete de Libras na TV Senado, como há hoje na TV Câmara.

Eu pediria agora que o Michel Platini cedesse o lugar, rapidamente, ao Emiliano Aquino, que é Professor Doutor da Universidade Estadual do Ceará – UECE. Ele é pai de surdo e vai fazer aqui um depoimento. *(Palmas.)*

O SR. EMILIANO AQUINO – Eu queria pedir licença ao companheiro Lindbergh para falar de pé, com esse microfone de movimento, porque estou mais acostumado com ele do que com esse microfone fixo.

Eu agradeço o convite da companheira Patrícia e dos companheiros da Feneis, que me deram essa oportunidade de falar aqui.

Eu sou pai. Estou falando não como professor doutor em filosofia. Eu usei esse título só naquela carta aberta para Mantoan, porque precisamos pôr limite à arrogância daquela mulher. *(Palmas.)* Ela é doutora e eu também sou doutor. *(Palmas.)* Mas a minha relação com os meus companheiros surdos, com quem tenho tanto aprendido, não é essa de professor e aluno, enfim.

A primeira coisa, Senadores e Deputados aqui presentes, companheiros surdos, ouvintes, é que é preciso esclarecer: os surdos lutam pela inclusão. Queremos inclusão educacional. Queremos estar na escola. Agora, como é possível a inclusão para o surdo? Só tem um jeito: a Libras – Língua Brasileira de Sinais. *(Palmas.)* A Língua Brasileira de Sinais!

A nossa posição, dos surdos e dos pais dos surdos, é de inclusão. Mas, nessa luta pela inclusão, temos uma determinação específica, que não é opositiva à inclusão. É uma determinação específica, nós queremos não apenas o reconhecimento legal da Língua Brasileira de Sinais, mas que tudo aquilo que está no Decreto nº 5.626 de 2005, assinado pelo então Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva e já Ministro da Educação Fernando Haddad seja respeitado. Que a insubordinação das comissionadas e comissionados da Secretaria de Educação Especial seja parado. Isso tem que parar. Não respeitam um decreto que o próprio Ministro assinou. *(Palmas.)*

Os surdos têm dito, os surdos têm insistido, explicado uma coisa simples: nós temos uma língua que é específica, Senadores, uma língua funda uma cultura. Como disse Saramago, assim falava Saramago, uma língua é um mundo, quando se acaba uma língua se acaba um mundo. A discussão se o surdo funda uma cultura ou não é, não é como a comissionada da Secretaria de Educação Especial do MEC disse na revista da Feneis, disse para a Rejane, a Comissão nada disse, a condição sensorial não funda uma cultura. É verdade! A surdez não funda uma cultura, a cegueira não funda uma cultura, mas uma língua funda uma cultura. *(Palmas.)* A língua é um mundo, dizia Saramago, e um poeta aqui mais perto de nós diz: Eu não tenho pátria, eu tenho mátria, minha língua é minha mátria, ou minha língua é minha pátria, eu não me lembro. Minha língua é minha pátria. Boa correção, Senador, minha língua é minha pátria; é assim que diz o verso do poeta.

Conversando agora com a companheira Viviane, do MEC, que é responsável pelas escolas indígenas do campo quilombolas, perguntei, por que não escola bilíngüe para surdos. Ela disse – olha que resposta, com todo o respeito – é porque o quilombola tem um território, os sem-terra têm um território ... Os sem-terra não têm, se não seriam sem terra. Aí eu disse, companheira, o território não é físico, não é um chão, o que faz com que haja um território comum dos quilombolas é a luta dos quilombolas, companheiro; o que faz com que haja uma luta comum dos sem terra é a luta dos sem terra; o que faz com que tenha um território comum dos surdos é a luta dos surdos; a luta e a língua dos surdos.

Quero dizer que o movimento de inclusão, companheiro Lindbergh, em nível internacional, nas últimas duas décadas, avançou no sentido do reconhecimento da especificidade da língua, da cultura e da identidade surda. Basta lermos a Declaração de Salamanca, a Declaração de Guatemala, a Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência, todos os documentos internacionais reconhecem que há uma especificidade,

que há um território. Que há um território que não é um chão, há um território que é político, há um território que é social, há um território que é lingüístico e cultural.

Nesse sentido, também a democracia brasileira avançou, nos últimos vinte anos, por reconhecimento das especificidades. Por isso que temos escolas de quilombolas, tivemos escolas do campo, temos escolas indígenas. É o reconhecimento de que, ao mesmo tempo, todos somos iguais e, na nossa igualdade, somos diferentes. Todos nós somos iguais! Ou seja, não apenas a igualdade formal, que fixa as pessoas como iguais, mas é um reconhecimento, um acolhimento da diferença e da especificidade. É o sentido da equidade, que não é tratar as pessoas diferentes como iguais. É a equidade.

Eu vou concluir, companheiros.

Tem uma coisa que a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva acerta. É um documento abstrato, formal, parece anteprojeto de mestrado. É um negócio assim sem vida. Mas tem uma coisa que está certa. O que Delfim dizia do PSDB podemos dizer da Política Nacional de Educação Especial do MEC; é uma tese de mestrado, não é uma política real. Mas uma coisa está certa. Lá diz a seguinte coisa: o aluno deve ser relacionar com a escola não sob critério médico. Concordamos. Todo mundo deve ter direito à escola e a entrar na escola. O critério não é médico. Portanto, que para os surdos também o critério não seja médico. Que para os surdos também o critério não seja condição sensorial. Mas que para os surdos seja a mesma condição do indígena, a mesma condição do quilombola e do companheiro da terra, ou seja, a condição cultural. *(Palmas.)*

Eu vou terminar dizendo o seguinte: a política da Secretaria de Educação Especial do MEC hoje é fora da lei. Eu gostaria de dizer por quê. Ela é não apenas contra as declarações internacionais, não apenas contra a convenção que tem *status* de emenda constitucional no Brasil, mas é contra, por exemplo... Eu não tenho nada a ver com o Direito, o meu estudo todo foi de Filosofia. Mas eu tive que ir atrás dessas coisas, porque quem é pai vai atrás. Quando ganhamos um filho, ganhamos uma causa, ganhamos uma bandeira, nós nos multiplicamos.

Lá no art. 206, diz-se que o Brasil vai garantir pluralismo pedagógico; que o Estado brasileiro vai garantir a liberdade de ensino. Mas como ter a liberdade, o pluralismo pedagógico, se uma corrente pedagógica toma conta da Secretaria de Educação Especial do MEC e tenta impor sua tese de mestrado? *(Palmas.)*

O Decreto nº 5.626 foi rasgado já. Só quem respeita o Decreto nº 5.626 é a SESu, com os cursos de Letras-Libras, com os cursos bilíngues de Pedagogia, com cursos para surdos nas universidades. O SESu respeita, mas a SEESP não respeita. Não respeita!

Eu vou concluir, companheiro Lindbergh, recorrendo a uma imagem que deve ser tão cara para você quanto é para mim. O século XX fez um pacto; as democracias do século XX fizeram um pacto; mesmo os movimentos sociais revolucionários do século XX fizeram um pacto: nunca mais queimar livros, nunca mais queimar obras de arte decadentes. Vamos, no século XXI, no Brasil, a democracia brasileira, fazer um pacto: não queimar livros, não queimar obras de arte decadentes e não fechar escolas. Não vamos repetir isso. *(Palmas.)*

Por fim, nós, surdos e pais de surdos, não queremos convencer o companheiro Lindbergh de que a nossa concepção de escola é boa. Não queremos. Nós só queremos do companheiro Lindbergh o que queremos de qualquer... De todos os Senadores. Desculpem o "qualquer", não foi desrespeitoso. Queremos de todos os Senadores e Deputados presentes só uma coisa: que tomem como princípio da democracia aquilo que Voltaire disse – "Posso discordar até a morte do que você pensa, mas morrerei defendendo o seu direito de pensar". Ou seja, que assim como o companheiro Lindbergh tem liberdade para escolher se a filha dele, que tem síndrome de Down, vai para a escola da Apae ou vai para a escola regular – essa é uma decisão dele, da companheira dele, e que tem a ver, naturalmente, com o diálogo dele com a filha dele –, do mesmo jeito, não retirem o meu direito de manter meu filho numa escola bilíngue para surdos. *(Palmas.)*

Repito com você, companheiro Lindbergh: nada para nós ou sobre nós ou com relação a nós sem "nós". Obrigado, companheiros! *(Palmas.) (Aclamação do público.)*

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Eu quero agradecer muito ao Emiliano as palavras, a força do pronunciamento dele. Eu entendo essa energia aqui, não é, Senador Rodrigo Rollemberg? Acho que vocês ficaram muito tempo engasgados, querendo mostrar as suas posições. E vocês vieram com tudo para Brasília.

Começaram hoje pela manhã. Eu não sei se vocês sabem, porque já estavam viajando, mas hoje pela manhã, quando liguei a TV, o Bom Dia Brasil já tinha uma matéria muito bacana. Este evento e vocês – é bom que se diga a todos – estarão aqui até amanhã, em um processo de mobilização... *(Aclamação do público.)* Porque não é só uma marcha em defesa do INES, muito pelo contrário, mas que discute a escola bilíngue para surdos.

Esse movimento começa com um movimento de resistência. E atenção para o que estou dizendo

a vocês: pelo que está crescendo, vai virar um movimento para conquistas. Não só para resistir, mas para avançar na discussão da escola bilíngue para surdos.

Eu queria dizer a vocês uma coisa que temos falado em todas as reuniões: no dia que houver uma mobilização, com força – vocês estão fazendo uma mobilização específica dos surdos –, de todas as pessoas com deficiência, conseguiremos colocar o tema na pauta nacional. Porque hoje, apesar de estarmos falando aqui de 14 milhões de pessoas, é como se o tema estivesse fora da agenda política nacional.

Então, vocês que estão fazendo esse movimento dos surdos saibam de uma coisa: aqui vocês estão levantando outros movimentos para engrossarem uma campanha de respeito às pessoas com deficiência no País.

Nós temos um limite de horário aqui e eu quero dizer a vocês que sei que ninguém aqui almoçou, mas estão nesta manifestação. Nós temos que encerrar este evento obrigatoriamente até as 14 horas. Então, vamos tentar apressar aqui com os últimos inscritos. Devo dizer que não passa das 14 horas. Nesse horário liberaremos todos para o almoço, porque vocês vão ter mobilização depois.

Mas quero passar a palavra a uma pessoa muito importante, que assumiu há pouco tempo a presidência do Conade (Conselho Nacional da Pessoa com Deficiência), o Dr. Moisés Bauer. Ele tem essa posição em relação a todo esse debate da educação inclusiva aqui, mas é uma pessoa que está fazendo um papel de tentar aglutinar todos os movimentos das pessoas com deficiência.

Creio que haverá um momento, espero que ainda este ano, em que vai haver uma marcha unificada aqui em Brasília, de todo mundo, para colocarmos o tema na pauta nacional.

Quero passar, com grande prazer, a palavra ao Dr. Moisés Bauer, Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Conade. *(Palmas.)*

O SR. MOISÉS BAUER – Muito boa-tarde a todos e a todas!

Quero saudar aqui, de forma muito honrosa, o Senador Lindbergh Farias e, em nome dele, cumprimento todos os Senadores que integram esta Comissão ou que visitam esta Comissão no dia hoje; e, na pessoa da Deputada Mara Gabrilli, cumprimento todos os Deputados que dedicam seu mandato também à causa das pessoas com deficiência.

Quero dizer às senhoras e aos senhores que o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência está muito atento ao debate da educação inclusiva, ao Plano Nacional de Educação. Já é procedimento dentro do Conade, no âmbito do Conade, o Plano Nacional de Educação (PNE) e também a educação inclusiva.

Quero dizer aos senhores que, por ironia do destino, os surdos se fizeram ouvir hoje. E por que ironia do destino? Porque as instituições que representam as pessoas com deficiência intelectual já tiveram oportunidade de estar com o Ministro Haddad, falar de suas dificuldades, de suas preocupações e não foram ouvidos, porque o resultado prático dessas conversas não ocorreu.

Quero dizer aos senhores que os cegos solicitaram, em diversas ocasiões, audiência com o Ministro Haddad e nem sequer foram recebidos pelo Ministro. Em uma única oportunidade, após intervenção deste Senado Federal, fomos recebidos pela Secretária de Educação Especial.

Então, realmente, é um dia muito importante na história do movimento das pessoas com deficiência a audiência e o ato público que o segmento das pessoas com deficiência auditiva, com apoio, com solidariedade e com o acompanhamento das outras instituições de pessoas com deficiência fazem no dia de hoje.

Quero dizer às senhoras e aos senhores, aos Srs. Deputados e Senadores que o tema que ora debatemos é bastante amplo e atinge não só as pessoas com deficiência auditiva, mas todas as outras deficiências, porque a política de educação inclusiva, estabelecida pelo Ministério da Educação, não está atendendo satisfatoriamente nenhuma das deficiências. Nenhuma. As pessoas com deficiência física não têm, em regra, acesso arquitetônico às escolas. As pessoas com deficiência visual não têm acesso adequado a livros em formatos acessíveis, e as pessoas com deficiência auditiva têm todas essas dificuldades que estamos debatendo no dia de hoje. As pessoas com deficiência intelectual também têm muitas dificuldades, sim, para estar numa escola regular. Algumas escolas conseguem, sim, fazer um bom atendimento, mas isso não é regra.

O que não podemos admitir é uma política que defenda a exclusão de uma outra filosofia, que, talvez, não seja a que eles defendem – talvez, não; com certeza, não é a que eles defendem –, simplesmente por não concordar com as mesmas ideias. Não conheço ninguém aqui, no movimento de pessoas com deficiência, que seja contra a inclusão. Não vi nenhuma intervenção contrária à inclusão, e somos tachados – nós, as instituições de pessoas com deficiência –, frequentemente, de anti-inclusivistas, de instituições assistencialistas, instituições que segregam as pessoas com deficiência. Isso é uma inverdade, e temos que estar unidos.

Convoco, nesta minha fala, a união de todas as deficiências pela luta do direito de essas pessoas terem uma educação verdadeiramente adequada. (*Palmas*.)

Tudo o que queremos é ser ouvidos, é participar da construção de uma política de educação verdadeiramente inclusiva.

Acho que a grande vitória do dia de hoje, além de estarmos unidos debatendo este tema, foi o compromisso do Ministro Haddad em realizar um seminário junto do Conselho Nacional de Educação, dos técnicos, dos professores de universidade, das pessoas com deficiência, das instituições que representam esses segmentos para debater com profundidade o tema "educação inclusiva". Debate esse que não houve em nenhum momento; em nenhum momento as pessoas com deficiência foram ouvidas.

Hoje, recebemos esse compromisso, e nos solicitou o Ministro Haddad que já pautássemos os temas, os palestrantes, os painelistas, e vamos nos reunir.

Informo aqui às Srªs e aos Srs. Deputados e Senadores que as instituições que hoje estavam lá representadas vão estar reunidas nos próximos dias, muito em breve, para elaborar essa proposta de temas a serem debatidos nesse seminário que o Ministro se comprometeu a realizar conosco. Então, acho que agora que vamos começar o efetivo debate e esperamos estar muito unidos não só entre nós, pessoas com deficiência, instituições de pessoas com deficiência, mas com todos Srªs e Srs. Deputados e Senadores que têm sensibilidade para esse tema. Precisamos do apoio de todos, e tenho certeza, Senador Lindbergh, que, com sua liderança, com a liderança de todos os outros Parlamentares e Líderes do movimento de pessoas com deficiência, vamos, sim, pautar, na agenda do Governo da Presidenta Dilma, que é democrático e que vai mostrar para nós que é democrático nos ouvindo, um grande tema da pessoa com deficiência para mudar a realidade desse segmento.

Muito obrigado a todos.

Vou ter que me ausentar, infelizmente. Não vou poder continuar até o final, porque, agora, às 14h, a gente vai abrir a reunião plenária do Conade, inclusive com a presença da Ministra Maria do Rosário, e todos vocês estão convidados a também acompanhar a nossa reunião plenária, na tarde de hoje e durante o dia de amanhã, no Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência.

Muito obrigado a todos e até breve! (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Moisés! Quero que você saiba que tem nosso apoio nessa luta de unificação de todas as pessoas com deficiência; e fazer essa grande marcha no final do ano, em dezembro, dia 3 de dezembro. Com certeza vocês vão se articular com a Feneis, e vamos fazer uma grande marcha aqui em Brasília.

Quero passar a palavra para o Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – É rapidinho, antes que o Moisés se ausente.

Acho que vamos ter o seminário, a Comissão vai tratar dos temas aqui colocados. Agora, acho que há, pelo menos, dois que são imediatos. Um, em relação ao Plano Nacional de Educação. Acho que é importante que as entidades que estão aqui possam nos apresentar um texto, em que a gente possa, Câmara e Senado, estar dialogando lá na Câmara com o Relator do Plano Nacional de Educação. E, ao mesmo tempo, creio que podemos também, Senador Lindbergh, se não hoje, pelo menos quarta-feira, já apresentar ao Presidente Sarney, à Vice-Presidente Marta, no caso do Senado, os temas específicos do Senado. Destaco, além da pauta aqui apresentada, para abrir a negociação...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – V. Exª, Senador Wellington, pode sintetizar tudo isso, discutir com os intérpretes também, com a Feneis e nos convocar, para a Comissão toda ir lá...

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Acho que a própria Comissão poderia elaborar um documento, em parceira com as frentes existentes, para que a gente pudesse entregar, na quarta-feira, ao Presidente Sarney.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Então, está bom.

O SR. MICHEL PLATINI – Senador, pedi ao Presidente, só para dar uma informação, porque interessa a todos e, às vezes, nem todos estão sabendo dos nossos encaminhamentos.

Tanto eu quanto Mara Gabrilli fazemos parte da Comissão Especial da Câmara que está analisando o PNE. Inclusive, vamos viajar o Brasil inteiro. A Comissão já esteve no Ceará, e vamos estar em todos os Estados, ampliando o debate sobre o Plano Nacional de Educação. No entanto, as entidades já se reuniram, e a própria Feneis já elaborou as emendas de interesse dos surdos; e já estão conosco. Estaremos apresentando os textos ao Relator das emendas que interessam aos surdos, assim como de outras áreas. (*Palmas.*)

Então, assim que tivermos protocolado todas essas emendas, Senador, vamos mandá-las para vocês também, porque temos que trabalhar numa mesma concepção. Caso a gente não consiga avançar lá, estamos sensibilizando o Relator para que ele já acate. O Senado tem como completar aquilo que não fizemos e que não conseguimos fazer; algumas questões políticas dentro da Câmara.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Faremos a correção aqui.

Então, esse processo está sendo muito coordenado por todos nós, e o Presidente da Comissão Especial, o Deputado Gastão Vieira, determinou-me como coordenador para buscar todas essas emendas, para a gente fazer um texto adequado.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Muito rapidamente, Sr. Presidente, só para dar sequência prática às questões colocadas pelo Michel Platini.

Quero dizer o seguinte: já tivemos uma audiência prévia com a representante da diretoria-geral, levando essas reivindicações em relação à contratação de mais intérpretes de Libvras para o Senado, melhoria das condições de trabalho, melhoria das condições salariais, equiparação com a Câmara. Mas quero sugerir a V. Exª, como Presidente da Subcomissão, para que a gente resolva definitivamente essa questão, que marque uma audiência com o Presidente Sarney para tratar do caso e nos convoque, os membros da Subcomissão, que faço questão de estar junto.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Está bom. Muito obrigado, Senador!

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Tenho convicção absoluta de que o Presidente Sarney terá sensibilidade, e resolveremos, definitivamente, isso, até porque o Senado inovou, na frente da Câmara, salvo engano, na contratação de intérpretes de livros. Depois, a Câmara fez isso e, hoje, está em melhores condições do que o Senado.

Precisamos garantir que essas pessoas que nos honram hoje com sua presença possam participar permanentemente da vida política do Senado Federal. Para isso, precisamos ter intérprete de Libras aqui para que seja feita essa comunicação.

Muito obrigado. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador Rollemberg.

Pessoal, só para dizer aqui o seguinte: vamos encerrar daqui a pouco com a entrega, por parte da Feneis, feita pela Patrícia, das emendas que a Feneis quer fazer ao Plano Nacional de Educação. Então, vamos encerrar daqui a pouco.

Há mais duas pessoas inscritas: a Profª Regina, da Unicamp; e o Cristian Strack...

Seria importante a gente fazer essa entrega simbólica das emendas da Feneis.

Então, vou passar a palavra rapidamente, Drª Regina. Peço desculpa pelo tempo, mas, se puder falar em três minutos, agradeço muito.

A SRª REGINA ATALLA – Agradeço a presença de vocês aqui e agradeço a plenária pela possibilidade de estar aqui.

Eu gostaria de fazer alguns pedidos. Primeiro, que a Profª Eglér Mantoan não participe mais das comissões, em que se entende surdo como minoria linguística, portador de cultura surda... (*Palmas*.)

Que ela saia dessas comissões. Ela não representa a categoria, ela é imposta, ela é indicada partidariamente, porque ela não tem formação na área da surdez, no campo de uma educação bilíngue para surdos. Ela vê os surdos como deficientes, olha a língua de sinais como se fosse braile, oferece curso de libras de 120 horas, 200 horas, que, sabemos, não é o suficiente, minimamente, para se criar, numa escola, uma educação de qualidade. Há necessidade de formarmos professores surdos em nível de graduação, pós-graduação e professores ouvintes que já estejam na rede.

A universidade de Campinas é heterogênea. Isso quer dizer o seguinte: trabalho na mesma faculdade que a Profª Eglér Mantoan e não penso como ela. (*Palmas*.)

Já temos um curso de especialização para os professores da rede pública, de qualquer escola da rede pública, de primeiro e segundo grau, e também acessível de especialização para surdos. Esse curso vai ser feito em parceira com a Universidade Federal de Santa Catariana, com professores da Universidade Federal de Santa Catarina.

Então, a formação de professores de qualidade é fundamental.

Fica o pedido aqui para que a Profª Eglér Mantoan se aplique aos assuntos que lhe são afetos, e não àqueles que ela desconhece. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Drª Regina.

Agora, o último inscrito. Sei que tem mais gente querendo falar, mas, enfim, infelizmente, não vai ser possível.

O último inscrito é o Cristian Strack, que é Professor de Libras e Delegado da Conferência Nacional de Educação do Ministério da Educação.

O Cristian vai ser o último a falar. Depois, vou chamar os Senadores para virem até a mesa, porque a Feneis vai entregar suas emendas ao Plano Nacional de Educação.

Cristian.

(O discurso em Libras será traduzido por uma intérprete.)

O SR. CRISTIAN ALEXANDRE STRACK – *(Em Libras.)* Muito bom. Agradeço a presença de vocês.

Obrigado, Senador por abrir este espaço para nós hoje. Este movimento está muito pesado e forte.

Quem eu sou? Este é meu sinal. O que aconteceu? Eu participei da Conae e meu coração teve muita dor dentro dele. Eu trouxe as dores de todos vocês para dentro do meu coração. No momento...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – A câmera aqui, se puder filmá-lo...

A SRª – É, ele. Filmá-lo. Não, filmar você.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Só fica a voz, mas filma só ele. Nós vamos resolver. Tem um telão do lado de fora, e os surdos estão assistindo pelo telão. É importante filmá-lo.

O SR. CRISTIAN ALEXANDRE STRACK – *(Em Libras.)* Então, no Rio Grande do Sul, o que aconteceu? Nós lutamos muito para que, de verdade, vocês que hoje estão aqui...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Vamos acertar. Já acertou aí? Cristian, chegue mais perto aqui, eu acho que facilita. Cristian, chegue aqui. Venha aqui. Pronto. Aqui facilita focalizar? Pode fechar nele.

O SR. CRISTIAN ALEXANDRE STRACK – *(Em Libras.)* Eu quero falar, então, hoje aqui para vocês que a Conae, o que é? Eu sou uma testemunha, a prova viva do que aconteceu. Não há mentira ou falsidade sobre isso. E não sou o único. Do Rio Grande do Sul, eu e o Cacau, de São Paulo, o Neivaldo. Havia mais delegados aqui representantes. Na Conae. Delegados da Conae.

Nosso coração é como se tivesse sido flechado naquele momento. Isso foi muito duro. As flechas entraram e nós tivemos paciência e tentamos construir um muro para nos defender. Apenas seis surdos auxiliando. E os intérpretes nos apoiando, fazendo com que conseguíssemos enxergar para tentar pular por cima desse muro. De novo temos que fazer isso? Não estou entendendo nada. Eu não entendi o que aconteceu. No momento em que aconteceu a Conae no Brasil é como se não houvesse mais nada sendo falado sobre isso. A Conae, os papéis, os documentos entregues na Conae, esse assunto, as discussões, o movimento, o futuro, tudo isso foi distribuído como se nós não soubéssemos de nada. E a nossa preocupação, o nosso foco na educação das crianças, para que construam, através desta língua, para que compreendam, e que conheçam este Brasil, ele estava acima de nós. Um surdo chamado Roger, este é o sinal dele, me avisou da Conae. O que parece? Assim como um passarinho que viesse e avisasse para nós, o Roger nos avisou que haveria a Conae. E eu não sabia, não conhecia. E vinte e quatro horas nós ainda tínhamos para nos inscrever. Apenas. E nós corremos. A Ana Paula correu, o Cacau correu, o Neivaldo também. No Paraná também, em Fortaleza também. E nós nos inscrevemos. Em vinte e quatro horas, ficamos sabendo que tinha. As últimas vinte e quatro horas. E se perdêssemos essas vinte e quatro horas de inscrição, nenhum de nós estaria lá. Nós estaríamos mortos por dez anos. Teríamos perdido por dez anos. A sorte é que conseguimos nos inscrever e pensamos: "Vamos lá. Vamos construir de novo, vamos subir esse muro que se construiu entre nós e vamos pular e ver". Na etapa estadual do Rio Grande do Sul, nós conseguimos vivenciar isso. Ok, quando chegamos em Brasília, o grande grupo, a grande maioria falou o quê? A inclusão é o quê? É a melhor coisa para essa troca, as culturas, as diferenças. E eu fiquei pensando: "Espera aí!". E perguntei: "E você?". Quatro mil ouvintes. Quatro mil ouvintes. Cem surdos. Alguns intérpretes, dez intérpretes, frente a quatro mil ouvintes, vindo contra nós. "É melhor a gente incluir. E vocês? A inclusão é o quê? É liberdade? É igual o direito do surdo de escolha? Nós podemos ter esse direito de escolher? Não, isso não é inclusão. É o limite. No máximo, oito surdos, que vão para dentro de uma escola, para dentro de uma sala, estão incluídos lá. E nós, aqueles oito, então, estaremos lá, unidos. Não, não, está limitado, não pode. No máximo dois, três por turma. Então, ficam dois em uma turma, três na outra, os outros deficientes aqui junto. Porque tem um limite, não é? De tantas pessoas por turma." "Ah, é isso? Espera aí! Isso é inclusão? E esse grupo? E a igualdade? É verdade? Vocês querem isso?" *(Manifestação da plateia.)* "Vocês querem essa distância? Vocês querem se distanciar do seu grupo? Que discussão é esta?" E os quatro mil ouvintes fizeram o quê? Tiraram, tiraram, tiraram, tiraram essas propostas. Então, onde estão? Onde estão as nossas propostas?

Nós mostramos, no MEC, na Conae. "Cristian, você vai falar essas propostas?" Tudo bem. No Rio Grande do Sul, São Paulo, Fortaleza. Três Estados passaram. Ok. E não passaram. Foram reprovadas. "Mas eu fiz, olha para cá." "Não, foi reprovado. Não está aqui." "Mas, olha, está aqui, foi importante." "Não, ahn-ahn." Naquele momento das votações das propostas, trabalhamos, suamos muito, muito suor. Não só eu. Todos. Todos que ali estavam. Buscamos informações. Todos vocês... *(Palmas.)*

Todos estavam lá conosco. Reprovamos. Fomos reprovados. De novo? De novo? De novo não. Não. Essa inclusão não. Não, já passou. E aí o bebê, até a oitava série, pode ter uma escola específica? Não. Até a quinta, então, por favor! Até a idade de seis anos, então, por favor! Não. Não. Desde bebê, ele tem que ser incluído. O surdo tem que ser jogado lá para den-

tro, como se fosse uma criança como as outras. Isso é muito triste.

Aí, depois, nosso grupo de delegados conseguiu buscar assinaturas para uma moção. Criamos uma moção, assinamos, ela foi aprovada. Esperamos, aguardamos. Em abril, no dia 1º de abril, o sistema de informática mostrou a todos o quê? Que nós somos palhaços. Dia 1º de abril foi o dia de mostrar que somos palhaços. Onde está a moção no sistema? Vocês estão entendendo? Entrou. E onde está a moção? Até agora. Eu trouxe a cópia, o documento final. Até agora. O que acontece? O resultado de tudo sendo entregue, e agora? Fomos olhar: "Oba, está aqui. Conseguimos a moção". Procuramos, nada. Nada sobre bilinguismo, sobre escola bilíngue. Nada. Procuramos, procuramos. "Espera aí! Mas e a moção, onde está? Antes, nós conseguimos, nós fizemos a proposta. Foi aprovada. E onde ela está agora? Onde?"

Pensem bem, pensem bem. Este movimento de luta tem que continuar. E vou até pedir, e a Ana vai ler.

Olha, eu aviso para vocês: o MEC divulgou, enfim, que a votação terminava até o horário específico, às sete horas, então, da manhã, tinha que entregar essa documentação, entregar, entregar para todos, entregar. E foi horrível. Por quê? Trazemos proposta da importância de que a família possa ter o direito de escolha, que a criança possa ter acesso à língua de sinais para se desenvolver, que tudo isso é próprio do surdo, a cultura visual, os movimentos, enfim, os ouvintes falaram o quê? "Não, ahn-ahn. Olhem, olhem, os surdos o que eles querem? Eles querem segregação." O quê? Estavam nos tratando como uma boiada, então, não é? Bois que iam continuar vivendo e fazendo as coisas desse jeito.

Não é isso. Não é isso. De novo, não. Não tem segregação, não existe isso. Tem que ter respeito à diversidade. E entregaram o quê? Fizeram a entrega de vários papéis e acabaram reprovando nossas propostas. E isso nos trouxe muita insatisfação. E hoje, então, agora vocês agradeçam a Deus, peçam a Deus, porque...

Vocês olhem agora um pouquinho para a intérprete. Eu vou agradecer muito.

A última proposta que foi aprovada sobre a questão dos surdos, nessa defesa, nessa discussão política, que vocês se apeguem, então, nelas. Todas as outras saíram. Que o Senado veja isso. Porque nós não estamos distantes. Nós estamos perto de vocês.

"Letra W. Garantir que a formulação e a execução da política linguística sejam realizadas com a participação dos educadores e das educadoras surdos e demais lideranças, professores e professoras, tradutores e intérpretes de Libras e comunidades surdas, para que, junto com o gestor público, possam elaborar propostas que respondam às necessidades, interesses e projetos desta comunidade."

É isso. Se tiraram tudo, conseguimos manter ainda o direito. *(Palmas.)*

Cadê as mãos? Cadê as mãos? *(Palmas.)*

Vamos, vamos, vamos! *(Palmas.)*

Muito obrigado. Força! Força! Continuem, surdos. Continuem. Nunca vai ter fim. É uma luta sem fim. Continuem! *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Ninguém aqui vai fazer discurso depois do Cristian. O Cristian foi tão forte, sintetizou todo esse dia de lutas aqui.

Quero dizer a vocês que a TV Senado, às quinze para as duas, sai, porque tem que entrar no plenário, mas já estamos conversando com a direção da TV Senado – estamos sendo gravados – para que seja retransmitido por algumas vezes. Queremos avisar a Feneis e que vocês avisem o Brasil inteiro, porque isso pode ajudar muito. Então, que o pessoal aqui da CASDef procure a TV Senado para ver se reprisa no sábado, para ver como é que faz. *(Pausa.)*

E eu queria chamar o Senador Wellington Dias, o Senador Eduardo Suplicy, de São Paulo, o Senador Rodrigo Rollemberg, que está aqui também, e a Deputada Érika Kokay, porque agora vamos receber as emendas, Cristian, da Feneis, ao Plano Nacional de Educação. Vamos pegar essas emendas e, com certeza, vamos conseguir aprová-las no Plano Nacional de Educação.

Então, chamo todos os Parlamentares. Suplicy. *(Palmas.)*

Cadê o Wellington?

A SRª KARIN STROBEL – Esta é Karin Strobel, Presidente da Feneis.

Vamos entregar a todo o Senado as propostas. É uma cópia das mesmas propostas que já entregamos na audiência com o Ministro Haddad hoje. É o histórico do que aconteceu na Conferência Nacional de Educação e conta das propostas. *(Palmas.)...*

[Interrupção do som]

... para a Comissão de Educação, responsável pela análise do PNE para a comissão especial.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado. Viva esta marcha! Viva a língua brasileira de sinais! *[Interrupção do som.]*

Declaro encerrada esta sessão.

(Levanta-se a reunião às 14 horas e 2 minutos.)

ATA DA SÉTIMA REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, CRIADA POR MEIO DO REQUERIMENTO Nº 12, DE 2005-CAS, NO ÂMBITO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 16 DE JUNHO DE 2011, QUINTA-FEIRA, ÀS 11H30, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.

Às doze horas e quinze minutos, do dia dezesseis de junho de dois mil e onze, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **Lindbergh Farias,** reúne-se a Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência, com a presença do Senador Casildo Maldaner e da Senadora Ana Amélia. Deixam de comparecer os Senadores Wellington Dias e Waldemir Moka, e a Senadora Marisa Serrano. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 6ª Reunião, que é dada por aprovada. A Presidência comunica que a presente Reunião destina-se à deliberação de requerimentos. **ITEM 1 – NÃO TERMINATIVO – REQUERIMENTO Nº 5, DE 2011-CASDEF –** Nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, requeremos a realização de Audiências Públicas para discutir, no âmbito da Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência, da Comissão de Assuntos Sociais, com os convidados que serão oportunamente indicados, os seguintes temas: 1. A pessoa com deficiência no Plano Brasil sem Miséria (junho/2011); 2. Inclusão da audiodescrição nas programações das emissoras de televisão digital (julho/2011); 3. Fomento à tecnologia assistiva e o pacote de ações do Ministério de Ciência e Tecnologia (agosto/2011); 4. A saúde da pessoa com deficiência: adoção de protocolos de saúde; acessibilidade de equipamentos médicos; formação de equipes de saúde multidisciplinares (setembro/2011); 5. A educação da pessoa com deficiência: a Meta 4 do Plano Nacional de Educação (PNE); o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico (Pronatec) e os casos concretos do INES e do IBC (outubro/2011); 6. Acessibilidade e vida independente da pessoa com deficiência: Copa, Olimpíadas, Política de Mobilidade Urbana e Programa Minha Casa, Minha Vida 2 (novembro/2011); 7. O esporte para pessoa com deficiência: do incentivo a iniciantes ao atleta de alto rendimento (dezembro/2011). **Autoria:** Senador Lindbergh Farias**. Resultado:** Aprovado**. ITEM 2 – NÃO TERMINATIVO – REQUERIMENTO Nº 6, DE 2011-CASDEF –** Nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, requeiro a realização de Audiência Pública para discutir, no âmbito da Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência, da Comissão de Assuntos Sociais, o tema da pessoa com deficiência no Plano Brasil sem Miséria, conforme Plano de Trabalho aprovado por esta Subcomissão de acordo com o Requerimento nº 5, de 2011-CASDEF, com os convidados abaixo relacionados, sem prejuízo de outros que poderão vir a compor a lista: Ana Fonseca, Secretária Extraordinária de Combate à Extrema Pobreza, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS; Moisés Bauer, Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CONADE; Regina Atalla, Presidente da Rede Latino-Americana de Organizações Não-Governamentais de Pessoas com Deficiência e suas Famílias – RIADIS. **Autoria:** Senador Lindbergh Farias. **Resultado:** Aprovado**.** Usam da palavra os Senadores Lindbergh Farias e Casildo Maldaner. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às doze horas e trinta minutos, lavrando eu, Gildete Leite de Melo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Lindbergh Farias, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. **–** Senador **Lindbergh Farias,** Presidente da CASDEF.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Havendo número regimental, declaro aberta a 7ª Reunião da Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência (Casdef), da Comissão de Assuntos Sociais, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da 6ª reunião de 2011.

Os Senadores que a aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A presente reunião destina-se à apreciação de requerimentos.

REQUERIMENTO Nº 5, DE 2011.

Nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, requeremos a realização de audiências públicas para discutir, no âmbito da Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência, da Comissão de Assuntos Sociais, com os convidados que serão oportunamente indicados, os seguintes temas: pessoa com deficiência

no Plano Brasil sem Miséria, junho de 2011; inclusão da audiodescrição nas programações das emissoras de televisão digital, julho de 2011; fomento à tecnologia assistiva e um pacote de ações do Ministério da Ciência e Tecnologia, agosto de 2011; saúde da pessoa com deficiência, adoção de protocolos de saúde, acessiblidade de equipamentos médicos, formação de equipes de saúde multidisciplinares, setembro de 2011; educação da pessoa com deficiência, Meta 4 do Plano Nacional de Educação, Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico (Pronatec) e os casos concretos do Ines e do IBC, outubro de 2011; acessibilidade e vida independente da pessoa com deficiência: copas, olimpíadas, políticas de mobilidade urbana, programa Minha Casa, Minha Vida, novembro de 2011; esporte para pessoa com deficiência, do incentivo a iniciantes ao atleta de alto rendimento, dezembro de 2011.

Senador Casildo, tudo bem?

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Tudo bem!

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Estou aprovando aqui um requerimento. Estou organizando nossa programação. Vou, inclusive, ler novamente para V. Exª: o primeiro ponto para uma audiência pública ainda em junho é a pessoa com deficiência no Plano Brasil sem Miséria. Foi lançado esse programa pela Presidenta Dilma. Tive, inclusive, uma conversa com a Ministra, e é preciso – a gente acha – reforçar a pessoa com deficiência nesse Plano Brasil sem Miséria, haja vista que, quando a gente discute índice de pobreza extrema neste País, a gente encontra, em todo o mundo, um percentual muito grande de pessoas com deficiência. Então, esse é o de junho.

O segundo ponto é a inclusão da audiodescrição nas programações das emissoras de televisão digital.

O terceiro, fomento à tecnologia assistiva e um pacote de ações do Ministério da Ciência de Tecnologia. Isso o Ministro Mercadante já está preparando, já está discutindo e vai apresentar. E a Presidenta Dilma, inclusive, tem algumas sugestões, como fazer um plano que facilite a compra de equipamentos. Vou dar o exemplo mais básico: desde cadeira de rodas até equipamentos muito mais elaborados pela pessoa com deficiência. São incentivos não só fiscais, mas também um projeto que possibilita inclusive a doação por parte do Governo. Essa é uma discussão que está havendo no Ministério da Ciência e Tecnologia.

O quarto ponto, que a gente está jogando para setembro, é a saúde da pessoa com deficiência: adoção de protocolos de saúde, acessibildiade de equipamentos médicos, formação de equipes de saúde multidisciplinares. Em relação a esses protocolos de saúde, Senador Casildo, vou dar dois exemplos: Síndrome de Down e autismo. Na Síndrome de Down, hoje, a grande mobilização é um protocolo. Por quê? Porque os profissionais de saúde, espalhados pelo Brasil afora, às vezes não sabem o que tem que ser feito. Por exemplo, uma criança com Síndrome de Down tem que fazer, na hora, um exame cardíaco. Nem todos sabem disso. No primeiro mês, no segundo mês, no terceiro mês, o que é que tem que ser feito? A fisioterapia... Todos os detalhes. Isso já está organizado pelas pessoas que estudam na área, mas não está disseminado. Então, você ter um protocolo, isso vai salvar muitas vidas. Temos certeza disso.

No autismo, a questão do protocolo é também para ajudar a identificar, porque leva tempo. Não é tão simples para os pais, para os profissionais identificarem uma criança com autismo. Às vezes, quando identificam, a criança tem quatro anos, e se perde um grande tempo. Quando se identifica antes, você começa uma série de trabalhos de estimulação. Então, esse é o ponto quatro.

O ponto cinco é a educação da pessoa com deficiência: a Meta 4 do Plano Nacional de Educação, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e casos concretos do Ines e do IBC. Esse quinto ponto é sobre educação. O senhor tem visto, como todos nós, Senadores, temos visto nos Estados, que há uma discussão grande que temos que fazer, chamar a sociedade. Porque defendemos a lógica da educação inclusiva, mas somos contra o fechamento de escolas especializadas. Recebemos aqui os surdos, vimos o que eles falaram sobre o Ines e o IBC. O pai e a mãe têm que ter o direito de decidir. Há casos que temos que analisar. Então, esse é um ponto importante.

O sexto ponto é o da acessibilidade e vida independente da pessoa com deficiência: Copa, Olimpíadas, políticas de mobilidade urbana, programa Minha Casa Minha Vida.

E o sétimo é o esporte para pessoa com deficiência, do incentivo aos iniciantes aos atletas de alto rendimento.

Esse é o primeiro requerimento que gostaria de apresentar, porque abrange um conjunto de temas que seriam os temas de discussão desse nosso primeiro ano da CASDEF.

Quero dizer também, Senador Casildo Maldaner, que viajei com a Presidenta Dilma para o Rio de Janeiro, na semana passada, e falei com calma sobre o assunto. Também fui chamado pela Ministra Gleisi, que nos pediu um conjunto de sugestões, para a Presidenta tomar algumas decisões, fazer um evento da pessoa com deficiência.

Estamos fechando isso aqui e quero conversar com cada Senador desta Comissão: quando tiverem

essas sugestões para a Presidenta tomar, inclusive em cima de debates que aconteceram aqui. E vou dar um exemplo concreto: benefício de prestação continuada. O fato de as pessoas não estarem entrando no mercado de trabalho quando recebem o benefício de prestação continuada. E o senhor tem uma posição sobre isso. Portanto, temos que sintetizar para levar para a Presidenta.

Vou abrir para o Senador Casildo Maldaner para que, depois, possamos aprovar esse requerimento.

Tem, depois, também um segundo requerimento, que já vou ler para aprovarmos logo, que diz o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 6, DE 2011.

Nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, requeiro a realização de audiência pública para discutir, no âmbito da Subcomissão Permanente de Assuntos da Pessoa com Deficiência, da Comissão de Assuntos Sociais, o tema da pessoa com deficiência no Plano Brasil sem Miséria, conforme o plano de trabalho... [que vamos aprovar agora].

E, aqui, falamos dos convidados já.

Convidamos Ana Fonseca, Secretária Extraordinária do Combate à Extrema Pobreza, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Dr. Moisés Bauer, Presidente do Conselho Nacional de Direitos da Pessoa com Deficiência; e Regina Atalla, Presidente da Rede Latino-Americana de Organizações Não Governamentais de Pessoas com Deficiência e suas Famílias (Riadis).

Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Primeiro, quero novamente cumprimentá-lo. Não é a primeira vez que tenho a honra de estar com V. Exª, Senador Lindbergh Farias, nessas questões.

Só para lembrar que está entre os itens aqui, se não me falha a memória, o fomento à inclusão de audiodescrição dos programas das emissoras de televisão digital, fomento à tecnologia assistida e ao pacote de ações... Num desses aqui cabe. Estou recebendo, hoje, um projeto para relatar na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), que visa dar condições à pessoa com deficiência visual de ir aos bancos, aos caixas, e que os bancos ofereçam condições para que ela possa acessar os caixas, em braile, para poder tirar o seu extrato e conseguir as informações. Parece que há algumas dificuldades para que os caixas e os bancos forneçam o extrato em braille, porque tem que haver um mecanismo específico. No mínimo, além das teclas – dizem que isto é mais fácil, as teclas para que possa acessar, em braille –, que deem condições para ela colocar um equipamento no ouvido para ouvir a gravação em braile. Então, ela tem deficiência visual, mas vai fazer em braile. Ela acessa e vai ouvir o resultado. E, aí, se houver muita dificuldade no campo tecnológico para fornecer o extrato por escrito, em braile, nesse parecer que vamos oferecer, sugerimos que o banco disponibilize para chegar, em braile, até a residência da pessoa que tem deficiência visual. É um dos casos em que vamos tentar avançar para dar condições a ela.

Para aproveitar também a carona, Senador Lindbergh, essa prestação continuada... Se não me engano, é até autor o Senador Paulo Paim, desse projeto, para que, quem está ganhando alguma coisa, como, por exemplo, uma aposentadoria, que tenha uma prestação continuada, ele tem um certo tempo, mas está com uma prestação continuada, que ele possa também ter acesso ao desconto do empréstimo em folha, ter acesso também a isso.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – O empréstimo consignado, não é?

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – O empréstimo consignado, justamente. Para ele ter condições.

Essa proposta, estamos recebendo na Comissão de Assuntos Sociais para relatar. Então, fico encantado. São questões em que temos que avançar.

Quero até concluir, porque estou vendo aqui e sei que, na Bíblia, há uma história que a gente aprendeu, dos sete anos das vacas magras e dos sete anos das vacas gordas. A natureza ajudou, teve o trigo, a temporada da escassez e dos bons tempos. Fala-se dos sete anos das vacas magras, no sentido figurado, e dos sete anos das vacas gordas. A própria Bíblia faz isso. Eu não sei se é por acaso, mas os sete itens que V. Exª apresentou também se resumem a sete propostas, para atendermos às pessoas com deficiência. Eu não sei se é coincidência ou não, mas, veja, são sete anos – que eu quero considerar que sejam esses itens aqui – que nós estamos procurando implementar, nesta Comissão, esse avanço, de autoria de V. Exª, que serão os sete anos de vacas gordas, conforme traz a Bíblia. Quero aproveitar essa carona.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Senador Casildo, quero agradecer. Quero dizer uma coisa, não jogando confetes, não; mas o senhor é uma das pessoas que mais surpreendem positivamente nesta casa, pela capacidade de trabalho, pela sensibilidade do tema, pela disposição.

Eu devo dizer, inclusive, que eu e o Senador Wellington estamos aqui quase como obrigação, pela vida, pelos destinos das nossas vidas, pelas posições de Deus, pelo que a gente aprendeu a viver, eu, com a minha filha, o Senador Wellington com a filha dele. O senhor e o Senador Moka são pessoas que mere-

cem da gente uma homenagem eterna, por estarem entrando nessa causa com tudo.

Eu digo o seguinte: os principais projetos desta Casa, o senhor e o Senador Moka têm que relatar, sobre esse tema. A gente quer, de alguma forma, fazer um agradecimento tão grande por vocês estarem participando deste trabalho da Comissão. Eu acho que a gente vai conseguir. O bacana, ao final de tudo, é quando a gente consegue ter resultado concreto. Se a gente não conseguir ter resultado concreto, não... Mas estou sentindo que a gente vai conseguir. Eu me animei muito com essa conversa da Presidenta Dilma, com esses trabalhos aqui. Imagina se a gente consegue melhorar a vida dessas pessoas, consegue ajudar essas mães e esses pais que se esforçam no seu dia a dia!

Então, eu quero aqui homenagear o senhor.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – E eu quero retribuir. O que sei é que V. Exª, como prefeito que foi de uma grande cidade, com um milhão de habitantes – Nova Iguaçu, no Rio –, e eu senti, inclusive, os reflexos da comunidade do Rio de Janeiro em relação a V. Exª, que é Senador pelo Rio hoje, e do carinho e da cordialidade quando nós tivemos essa diligência pública na Assembleia Legislativa na última sexta-feira. Amanhã, estaremos no Norte, mais precisamente tratando da questão da Defesa Civil. V. Exª organizou tão bem a recepção no Rio. A cordialidade das pessoas, naquele recinto da Assembleia Legislativa. Aquele auditório lotou, vieram pessoas de todos os lados. A gente sentiu que V. Exª tem um carinho todo especial, porque não consegue nem andar, porque as pessoas o seguram, querem ouvir isso, querem ouvir aquilo. É tão bom isso.

Eu tive a honra de ser Governador, numa época, no meu Estado, e a gente quando pode realizar um bem, principalmente nessa área...Eu tive parentes, alguns ligados, outros mais distantes, com deficiência, que a gente pode ajudar, ou mesmo um irmão com quem a gente possa colaborar, a gente se sente realizado. Então, poder minimizar isso, ajudar as pessoas, isso faz tão bem. É um *slogan* bonito: as pessoas em primeiro lugar. Por isso, essa coincidência com a versão... Mas são sete itens, todos eles importantes. Vamos tentar avançar para que tenha durabilidade.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador Casildo.

Em votação o Requerimento nº 5, de 2011.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação o Requerimento nº 6, de 2011.

Os Srs. Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado.

(Levanta-se a reunião às 12 horas e 30 minutos.)

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE, CRIADA POR MEIO DO REQUERIMENTO Nº 9, DE 2005-CAS, NO ÂMBITO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 12 DE ABRIL DE 2011, TERÇA-FEIRA, ÀS QUINZE HORAS.

Às quinze horas e vinte e cinco minutos, do dia doze de abril de dois mil e onze, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência Eventual da Senhora Senadora **Ana Rita,** reúne-se a Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, com a presença dos Senadores Humberto Costa, Eduardo Amorim, Waldemir Moka, Wellington Dias e da Senadora Ana Amélia. Deixa de comparecer a Senadora Lúcia Vânia. A Presidência registra a presença do Senhor Ivan Lauer, Prefeito do Município de Vila Pavão do Estado do Espírito Santo, e do Doutor Adson França, Médico Obstetra. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião, informando que esta se destina à eleição do Presidente e Vice-Presidente desta Subcomissão para o biênio 2011/2012. Após o processo de votação secreta, a Senhora Presidente Eventual, Senadora Ana Rita, convida o Senador Eduardo Amorim para atuar como escrutinador, sendo verificado o seguinte Resultado: eleito Presidente o Senador **Humberto Costa** e Vice-Presidente o Senador **Eduardo Amorim**, por unanimidade, com três (3) votos favoráveis. Às quinze horas e trinta e um minutos assume a Presidência o Senador Humberto Costa, Presidente eleito da CASSAUDE. Usam da palavra a Senadora Ana Rita e os Senadores Humberto Costa, Eduardo Amorim e Wellington Dias. A Presidência registra homenagem à data de hoje, doze de abril, em atenção ao Dia Nacional do Obstetra. Nada mais havendo a tratar encerra-se a reunião às dezesseis horas, lavrando eu, Gildete Leite de Melo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente Eventual, Senadora Ana Rita, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senadora **Ana Rita,** Presidente Eventual da CASSAUDE.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT. – ES) – Srs. Senadores, Srªs Senadoras, havendo número regimental, declaro a 1ª Reunião Extraordinária da Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura do Senado Federal.

A presente reunião destina-se à instalação dos trabalhos desta subcomissão e à eleição de seu Presidente e Vice-Presidente para o biênio de 2011/2012.

Antes de procedermos ao processo eleitoral, gostaria de, com muita alegria, fazer o registro da presença do Prefeito Ivan, de Vila Pavão, cidade do interior do Estado do Espírito Santo, que está aqui hoje trazendo as demandas do seu Município, acompanhado de um número significativo de vereadores da Câmara Municipal. Sejam bem-vindos.

Foi registrada até o presente momento a seguinte chapa: para Presidente Senador Humberto Costa, para...

Antes vamos mostrar para os todos os presentes que a urna está vazia, em condições de receber o voto.

Então nós temos uma única chapa registrada: para Presidente o Senador Humberto Costa, para Vice-Presidente o Senador Eduardo Amorim.

Sobre a mesa, encontram-se à disposição dos Srs. Senadores e das Srªs Senadoras as cédulas de votação. As cédulas estão aqui, já foram todas rubricadas por mim, que, neste momento, respondo pela Presidência desta comissão. Elas deverão ser utilizadas após a chamada nominal para a votação.

Então será procedida a chamada nominal, obedecidas as composições partidárias. *(Pausa.)*

Senador Humberto Costa.

Senador Eduardo Amorim.

Senadora Ana Rita.

Neste momento, também vou proceder à votação.

Vamos aguardar um pouquinho porque está vindo ainda um Senador.

(*Pausa*)

Para que possamos dar continuidade aos trabalhos, vou encerrar a votação. Convido o Senador Eduardo Amorim para proceder à apuração dos votos.(*Pausa*.)

Por unanimidade, declaramos então eleitos os Senadores Humberto Costa, como Presidente da Subcomissão da Cassaude, e como Vice-Presidente o Senador Eduardo Amorim.

Só para registrar, para constar em *Ata*, foram oferecidos três votos “sim”. Nenhuma abstenção.

Convido os eleitos a ocuparem seus lugares à mesa e em seguida a usarem da palavra.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco/PT – PE) – Boa tarde a todos Senadores e Senadoras. Inicialmente, quero agradecer não somente aos integrantes da Comissão de Assuntos sociais, mas também aos integrantes da Subcomissão da Cassaude pela escolha.

Gostaria de informar que – como uma contribuição à nossa discussão – apresentei um plano de trabalho para a instalação da subcomissão que vou entregar aos integrantes da comissão para que seja objeto de apreciação e depois de aprovação numa próxima reunião que venhamos a fazer. Nossa ideia é estabelecer uma série de temas que estão hoje na ordem do dia do debate sobre a saúde no Brasil não somente envolvendo o Sistema Único de Saúde, sistema público, mas também a área da saúde suplementar e propor uma agenda de trabalho, entendendo que os temas mais relevantes devam ser objeto de discussão e debate da própria Comissão de Assuntos Sociais, envolvendo número maior de Senadores. Por exemplo, temas como: responsabilidade sanitária, financiamento da saúde no Brasil, interface público-privada no sistema de saúde brasileiro; enfim, temas que devam aglutinar a discussão com vários integrantes da Comissão de Assuntos Sociais e outros temas que poderemos debater neste âmbito mais específico da Subcomissão de Saúde. Algumas ações que podem ser executadas do ponto de vista da fiscalização de um trabalho, enfim, que possamos definir. Então vou encaminhar a todos os integrantes da subcomissão e depois numa reunião que será agendada nós poderemos discutir, ouvir sugestões e fechar este plano de trabalho.

Outro registro que gostaria de fazer é que hoje é o Dia Nacional do Obstetra. Fizemos um convite ao Dr. Adson França, que foi diretor de Atenção Básica do Ministério da Saúde, e hoje é consultor do Ministério. E, depois do pronunciamento do nosso vice-Presidente, Senador Eduardo Amorim, nós pudéssemos ouvir uma mensagem dele na condição de obstetra, de profissional na área de saúde pública.

Então, dou a palavra ao Dr. Eduardo Amorim, Senador.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Boa tarde a todos. Agradeço o voto de confiança que os nobres Colegas depositaram na nossa pessoa, nesse tema que é por demais palpitante e também de muito trabalho, afinal de contas nós temos o melhor sistema do mundo, mas que ainda clama, infelizmente, por efetividade em muitos cantos da nossa nação.

Recentemente, em um artigo publicado na Inglaterra, na *British Journal*, falava exatamente do Brasil como programa de saúde da família como um modelo para o mundo. Mas, ainda há muito a ser avançado na questão do financiamento, na questão da gestão, na questão a respeito de qual verdadeiramente é a mis-

são de cada ente federado, para que fique muito bem claro para o nosso povo, para a nossa gente qual a missão do governo federal, qual a sua responsabilidade perante o SUS, qual a responsabilidade dos governos estaduais perante o SUS, e qual a responsabilidade do Município. A Emenda nº 29 é muito interessante porque além de carrear mais recursos para a saúde, ela fixa os limites, aquilo que é gasto e o que não é gasto com a saúde.

Então, sendo breve nas nossas palavras, é uma emoção muito grande, mas estamos aqui com um sonho, um sonho coletivo, para materializá-lo, para ter um dia neste País, em todos os cantos, a saúde que merecemos, a dignidade que merecemos, especialmente na área da saúde. Eu acredito nisso. E acredito também que o nosso SUS é o melhor do mundo mesmo, é agora o melhor do mundo, mas precisando de diversas e diversas correções.

Então, mais uma vez, muito obrigado aos Colegas.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco/PT – PE) – Agradeço a V. Exª e concedo a palavra à Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Neste momento, eu gostaria de parabenizar o Senador Humberto Costa, o Senador Eduardo Amorim por estarem compondo esta subcomissão da Comissão de Assuntos Sociais.

Com certeza a saúde será um tema muito batido nesta Casa, pela formação e pela experiência que os senhores acumulam, pelas vossas trajetórias profissionais, e, com certeza, muito contribuirão para o debate sobre a questão da saúde aqui.

Gostaria apenas de fazer uma ressalva. Hoje, tivemos a oportunidade, juntamente com as demais parlamentares, Senadoras e Deputadas, de ouvir o nosso Ministro dos programas de atenção à saúde da mulher. Então, os vários programas que existem e como é importante ter um governo, como o governo do Presidente Lula e o Governo da Presidenta, que priorizam a saúde da mulher. Com certeza esses programas irão contribuir muito para que as nossas mulheres, principalmente as que moram mais distantes, no interior do Brasil, nos rincões deste País, possam ter acesso a saúde, no sentido de prevenir contra determinadas doenças, e, no caso de hoje, um dos programas é o de combate ao câncer de colo de útero e o câncer de mama. E o câncer de mama é um dos que mais afeta as mulheres, é o que mais mata as mulheres. Então, é importante, realmente, termos o olhar preferencial para a saúde das mulheres, porque é cuidando da saúde das mulheres que estaremos cuidando, também, da saúde da família, porque as mulheres cumprem um papel extremamente importante na família. Tendo saúde, elas poderão exercer melhor o seu papel como cidadã, como mulher, como mãe, como trabalhadora. Então, o tema da saúde é extremamente importante, e esta Comissão, com certeza, irá cumprir um papel preponderante. Parabenizo, então,mais uma vez, nossos colegas Senadores por assumirem a Presidência e a Vice-Presidência desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco/PT – PE) – Agradeço a V. Exª.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco/PT – PE) – Pois não, Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Corri, como um trem-bala, da audiência do trem-bala. Gostaria de alterar a medida provisória e implantar um trem-bala aqui no Senado para darmos conta das várias atividades.

Primeiramente, parabenizo a escolha de V. Exª e do Senador Eduardo Amorim para presidir esta importante Comissão. Creio que, se pudéssemos listar os dez principais desafios que o Brasil tem hoje, seguramente a área da saúde seria um deles, talvez o primeiro sob o ponto de vista da população. Então, creio que a Comissão, com a experiência acumulada de um presidente que já foi ministro, que já foi deputado estadual, que já foi secretário, enfim, é algo de muito importante, além da experiência não só do Senador Eduardo Amorim como dos membros que compõem esta Comissão. Quero, enfim, manifestar todo o entusiasmo que tenho de participar deste trabalho. Temos algumas outras Comissões e Subcomissões que atuam em paralelo a temas que são afetos a esta Comissão. Queremos trabalhar juntamente com elas. Cito o exemplo da área que trata da pessoa com deficiência, área do dependente químico, para citar apenas duas. Seguramente, me sinto muito confortável em que uma área tão importante como essa esteja sob a direção de V. Exª, Senador Humberto Costa, e do Senador Eduardo Amorim, como nosso Vice-Presidente.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Apenas um aparte, Senador Wellington Dias, para lembrar que, quando o Senador Humberto Costa era Ministro, eu estava também como Secretário Estadual, para tratar das proposições do meu Estado.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Com certeza.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – E, com muito orgulho, faremos um belíssimo trabalho, uma boa parceira. Sergipe foi o primeiro Estado da Federação, com o apoio irrestrito do Humberto, a ter o Samu implantado em todas as cidades, por exemplo.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – E a experiência do cartão SUS, por exemplo. Parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco/PT – PE) – Vou convidar o Dr. Adson França para, em breves palavras, nos fazer uma saudação, falar sobre a importância do Dia do Obstetra.

O SR. ADSON FRANÇA – Boa tarde a todas e todos. Serão, de fato, breves palavras, mas não daria para não aproveitar essa oportunidade para fazer um agradecimento ao Senador Humberto Costa, ex-Ministro da Saúde, por esse convite. Fico muito à vontade e acho que o Senador e esta Casa foram de grande generosidade, especialmente esta Comissão, porque neste momento não estou ocupando funções no governo, nem em direção de entidade médica, nem em direção de sociedade científica. Assim, fico muito mais à vontade e acho que essa generosidade, como sou um colecionador de gratidões, ficará na coleção. Fica a gratidão ao Senador Humberto Costa, ao cumprimentar a Comissão, ao Senador Humberto Costa, a Senadora Ana Rita, o Senador Eduardo Amorim, o Senador Wellington Dias, ex-Governador

A obstetrícia brasileira, esse cuidado com o parto e nascimento, e a obstetrícia que hoje também comemora seu dia internacional, tem demonstrado avanços importantes em nosso País.

Afirmo, Senador Humberto Costa, que eu gostaria de estender esta homenagem – sentar nesta Comissão e ter a possibilidade de falar essas palavras é uma homenagem – à enfermagem obstétrica brasileira e estender esta homenagem também às parteiras deste País. Este é um País de dimensões continentais, é um dos mais populosos do mundo e tem uma heterogeneidade muito grande não só nos grandes centros, nas periferias das grandes capitais, mas vem merecendo dos governos, sucessivamente, de forma destacada na última década, uma atenção especial.

Também vai um cumprimento especial ao Senador Humberto Costa, que, em 2003, teve a coragem de convidar um grupo de pessoas e de convencer o Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, a lançar o Pacto Nacional pela Redução da Mortalidade Materna e Neonatal no dia 08 de março, Dia Internacional da Mulher. Naquele momento – lembro-me muito bem –, o Ministro esteve em discussão com o Presidente Lula, que perguntou se esse Pacto conseguiria reduzir a mortalidade para os níveis ideais em quatro anos. E o ex-Ministro Humberto Costa disse: "Não, Presidente, isso não é possível. A redução da mortalidade materna exige ações estratégicas em, provavelmente, uma ou duas décadas". Ou seja, para convencer o Presidente a lançar uma política nacional que não colheria resultados quantitativos em quatro anos, foi preciso coragem, como também foi preciso sensibilidade por parte do Presidente.

Esse Pacto Nacional recebeu um prêmio da Organização das Nações Unidas como modelo de mobilização e de diálogo social entre a sociedade e os gestores e profissionais de saúde, para cumprimento dos Objetivos do Milênio. Inclusive, o Senador Humberto Costa e nós tivemos a oportunidade de entregar esse prêmio, de repassá-lo quando recebemos do Ministro Celso Amorim.

A obstetrícia brasileira e quem faz parto e nascimento comemoram algumas coisas. Há necessidade de avançarmos na defesa do parto normal, de humanizarmos o parto e o nascimento, o pré-natal, o pós-parto. E a humanização não significa apenas ouvir e acolher as mulheres, chamar as mulheres pelo nome – muitas vezes, chama-se de "a mulher do leito 10 ou a mulher do leito 11" ou de "mãezinha" –, pois cada pessoa tem uma biografia, tem uma história. Muito mais do que isso, é preciso respeitar as evidências científicas e fazer com que, neste País, a gente consiga, nos quatro rincões, com o apoio do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass), do Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde (Conasems) e do Comando do Ministério da Saúde, implementar a lei que garante que a mulher saiba, no pré-natal, onde vai ter a criança, que é a chamada Lei Luiza Erundina. É preciso implementar ainda a Lei Ideli Salvatti, que busca garantir a presença do acompanhante no pré-natal, no parto, no nascimento. Também é preciso implementar outra lei importante, que é a lei que garante a ampliação da licença-maternidade de quatro meses para seis meses, o que tem evidências científicas.

É necessário ainda garantir que a mulher saiba que o parto vaginal é o melhor parto. Acredito, Srªs e Srs. Senadores, que muitos dos senhores tenham nascido com o apoio de uma parteira. Eu vim ao mundo com a ajuda de uma parteira. Sabemos que o parto vaginal tem evidências científicas. Então, não podemos permitir que a cesária, no Brasil, cresça por modismo ou por comodismo. Se há indicação técnica e científica, a cesária pode ser humanizada, e o será, porque salva mãe e recém-nascido. Mas, se a cesária for feita por indicação que não seja técnica ou científica, vamos reafirmar a humanização por meio do parto natural.

Ao concluir, Senador Humberto Costa, Senadoras e Senadores, Senador Amorim, eu queria dizer que, do ponto de vista da linha do tempo, há alguns avanços relevantes. Em 1990, Senador, no Brasil, a mortalidade materna era de 124 por 100 mil nascidos vivos. Hoje, a mortalidade materna ainda é alta, mas está na faixa 60 por 100 mil nascidos vivos. Em 1990 – nesta Casa, há vários ex-presidentes, ex-governadores, ex-ministros,

ex-prefeitos –, neste País, a média do pré-natal não chegava a uma consulta por gestante; nem tínhamos condições de avaliar, por meio de uma pesquisa nacional, a não ser por meio de pesquisas qualitativas e localizadas, a quantidade de consultas no pré-natal. Em 2010, há 65% das mulheres brasileiras com mais de seis consultas no pré-natal, o que é preconizado pela Organização Mundial de Saúde.

Do ponto de vista de métodos contraceptivos, Senador Humberto, o senhor não lembra, mas como eu trabalho na área no dia a dia, a memória fica mais fácil, mas em 2002 nós investimos 6 milhões em métodos contraceptivos de compra; em 2003, o senhor passou para dez; em 2004, passou para quinze; em 2005, passou para dezessete; e, em 2010, o Governo investiu 72 milhões na compra de métodos anticoncepcionais. E todos os Municípios brasileiros têm, hoje, métodos anticoncepcionais para a mulher decidir quantos filhos quer ter, se deseja tê-los, ou a forma que quer tê-los, e o espaçamento de tê-los, que é importante.

Do ponto de vista de mais uma ação, a redução dos partos na adolescência. Em 1994, nós tínhamos 789 mil partos de adolescentes; agora, em 2010, nós estamos com 430 mil partos de adolescentes. Não que não seja um direito de o adolescente parir, mas talvez não seja exatamente a melhor fase da vida para ser mãe.

Do ponto de vista do Samu, que ajuda a regulamentação de uma rede, dessa visão de rede SUS, articulada com leitos, e ainda longe do ideal, talvez esse dado o senhor não se lembre. Mas V. Exª quando entrou no ministério, nós tínhamos 177 ambulâncias; agora, nesse mês de março de 2011, nós temos 3.012 ambulâncias no Samu. E o Samu vem com a experiência não só do Samu francês, mas a sua experiência de Recife.

Então, nesse contexto, é muito alvissareiro ver o impacto de redução da mortalidade materno e neonatal, que avançou; o impacto de redução da mortalidade infantil na Amazônia Legal e no Nordeste, e agora o lançamento da Rede Cegonha, onde com 9 bilhões, com certeza, vai fazer avançar todo esse trabalho nesses quatro anos de qualificação do parto e nascimento no Brasil. Sobre a qualificação do parto, nós precisamos, é claro – e aí não falo como membro de entidade médica, porque não sou e não estaria aqui nessa função –, mas precisamos de um Plano de Cargos e Salários, nós precisamos de fixação de profissionais em todo o País.

Então, vejo, como obstetra – e vejo muitos colegas terem entusiasmo com essa ideia da questão civil, ou seja, de você ter um serviço civil obrigatório, ou não, mas aí a forma os senhores e as senhoras vão debater –, que nós precisamos, aqueles que recebem recursos das escolas públicas, quando formam, precisam ajudar o Estado brasileiro em todos os lugares, e não apenas naquele lugar onde ele deseja.

Vejo, também, com muito entusiasmo a possibilidade, porque lembro muito bem o senhor falando, em 2003, de que precisamos de uma lei de responsabilidade sanitária. E sei o quanto o senhor defende isso. Nós precisamos não só valorizar o gestor, mas ter transparência na aplicação dos recursos públicos. E, eventualmente, sabemos que é uma minoria, aquele gestor que não corresponder e não utilizar da melhor forma de recursos na área de saúde, naturalmente, ele deve receber algum tipo de punição.

Muito obrigado e parabéns ao Senado da República e a esta Comissão. (*Palmas*.)

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Dr. Adson França, o senhor permite um complemento?

O SR. ADSON FRANÇA – Pois não.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Quero aqui prestar o meu testemunho de que, em várias dessas ações, eu estava presente. Então eu vi, eu participei, eu pactuei, então os dados são verdadeiros. E foi possível, sim, diminuir a mortalidade infantil com a mortalidade materna.

Isso aí, no início de 2003, eu estava lá como testemunha e vi tudo isso. Vi, também, como cresceu não só o Samu, que, no meu Estado, modéstia à parte, é um exemplo, embora seja no seu Estado que começou. Ele lá funciona muito bem, está presente em todos os cantos do meu Estado, mas foi com a sua ajuda, foi com a sua permissão que Sergipe ganhou esse grau. Hoje, o Samu está presente em todas as cidades, sem restrições, sem limitações, funcionando relativamente bem e salvando, com certeza, muitas vidas.

Eu fiz a minha residência médica numa maternidade, naquele período, idos de 1990, era residência mesmo, porque eu morava na maternidade. Tenho orgulho aqui de dizer a maternidade de Campinas, eu morava lá. Então boa parte da minha vida profissional como anestesiologista aprendi numa maternidade e sei realmente de toda a necessidade. E até algum tempo atrás dava plantão na maternidade, exatamente num dia de terça-feira, coincidentemente hoje é o dia do obstetra, esse especialista que acolhe novas vidas, que abraça novas vidas e que, portanto, é um instrumento realmente de construção e de acolhimento daqueles que vêm ao mundo com muito carinho. A gente sabe que tem muito a avançar nessa área também, digo como anestesista. O parto, não gosto de usar esta expressão, porque parece que o humanizado não é humano, mas a gente precisa, é inadmissível, em pleno Séc. XXI, a gente ainda passar por algumas con-

dições, sobretudo em alguns cantos ainda do nosso país, onde não tem médicos especialistas, obstetras, anestesistas, onde a gente ainda vê coisas realmente que não deveríamos mais assistir. Mas a gente crê na evolução e a gente vê que vem evoluindo. Mas sou testemunha, reforço aqui, das ações do então Ministro Humberto Costa, que, hoje, a gente colhe os bons frutos e os bons resultados.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Presidente, eu quero aqui também saudar a comemoração e os profissionais médicos-obstetras também. Quero dizer do meu entusiasmo com os avanços que tivemos. Eu não só testemunhei como participei. O Piauí tinha o pior indicador nessa área da desnutrição do Brasil, e hoje estamos entre as melhores do Brasil, e foi uma política de saúde, e não só social. Tínhamos a pior mortalidade infantil do Brasil; hoje disputamos a melhor do Nordeste. E tínhamos a pior mortalidade, o pior indicador de mortalidade de gestante. Hoje, temos, pelo menos, 8 estados em situações, embora ainda tenhamos muitas carências lá nessa área. E sei que temos... Estive agora, esta semana, lá com o Governador Wilson Martins, o Piauí entregando, completando praticamente, inaugurando a Central de Regulação e entregando para completar toda a rede do Samu no estado, com 120 municípios que são atendidos diretamente e a partir daí as várias regiões. Não espante, não, porque tem município lá que fica a 250 km da cidade mais próxima, a 200. É um estado realmente, especialmente no sul, com grandes distâncias para as cidades que são atendidas.

Eu queria, temos muito a debater ainda. Eu sou um defensor, até por conta da carência que vamos ter ainda na área de formação de especialidades. É um problema grave que nós temos que enfrentar, esse da residência, e não se muda isso da noite para o dia. Acho que a defesa da enfermeira-obstetra, não para substituir o médico, mas como alguém mais preparado na rede, é uma alternativa que nós temos nesse trabalho e sei o quanto é duro lidar, inclusive, muitas vezes, com as entidades médicas, quando a gente vai nessa direção, mas acho que temos que avançar.

Mas eu quero encerrar aqui, Presidente, colocando... A Senadora Ana Rita fez uma proposta de que a gente pudesse abrir os trabalhos desta comissão com a presença do Ministro Alexandre Padilha. Eu acho que é importantíssimo ele estar fechando uma série de novas visões na área da saúde. Acho que seria bom que a comissão, que tem a tarefa aqui da promoção, da defesa, enfim, do sistema, a gente poder já ter... Há quem sabe, fazendo aqui hoje a sessão de abertura, eu já aprendi que não pode ter as votações, é uma sessão chamada especificamente para isso, mas acho que esse chamamento pode V. Exª, como Presidente, fazer já os contatos e a gente homologa numa próxima reunião.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. PT – PE) – Eu queria aproveitar essa oportunidade para informar que há uma solicitação e uma data marcada para a vinda do Ministro Alexandre Padilha. Parece-me que foi um requerimento de V. Exª.

Dia 04 de maio, ele estará e nós todos estaremos juntos lá.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Parabéns. Isso é muito bom.

V. Exª é um vice que trabalha demais.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. PT – PE) – Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão e marcaremos em breve a próxima.

(Levanta-se a reunião às 16 horas.)

ATA DA SEGUNDA REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE, CRIADA POR MEIO DO REQUERIMENTO Nº 9, DE 2005-CAS, NO ÂMBITO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 10 DE MAIO DE 2011, TERÇA-FEIRA, ÀS ONZE HORAS.

Às onze horas e vinte e três minutos, do dia dez de maio de dois mil e onze, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **Humberto Costa,** reúne-se a Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, com a presença dos Senadores Eduardo Amorim, Waldemir Moka, Wellington Dias, Vital do Rêgo e das Senadoras Ana Amélia e Maria do Carmo Alves. Deixam de comparecer as Senadoras Ana Rita e Lúcia Vânia. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião, propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 1ª Reunião que é dada por aprovada, informando que esta se destina à apresentação e discussão do Plano de Trabalho desta Subcomissão para o biênio 2011/2012. **Resultado:** Plano de Trabalho aprovado mediante fusão dos planos apresentados pelos Senadores Humberto Costa e Eduardo Amorim. **EXTRAPAUTA: ITEM 1 – NÃO TERMINATIVO – REQUERIMENTO Nº 1, DE 2011-CASSAUDE.** Com fundamento no disposto no art. 58, § 2º, incisos II e V, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso II e V, do Regimento Interno desta Casa, requeiro a realização de Audiência Pública pela Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde – CASSAUDE, com o objetivo de discutir as deficiências do nosso

sistema único de saúde (SUS) e apontar soluções estruturais no intuito de promover melhorias em todas as etapas do atendimento médico. Para a ocasião sugiro a presença de: Nelson Rodrigues dos Santos, Diretor Executivo do Centro Brasileiro de Estudos de Saúde – CEBES; Paulo Duarte de Carvalho Amarante, Editor Chefe da Revista ´Saúde em Debate´ do Centro Brasileiro de Estudos de Saúde – CEBES; Paulo Gadelha, Presidente da Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ; Marco Aurélio Antas Torronteguy, Analista de Gestão em Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ; Sebastião Moreira Jr, Consultor Legislativo do Senado Federal; Geraldo Lucchese, Consultor Legislativo da Câmara dos Deputados. **Autoria:** Senadores Eduardo Amorim e Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado**. ITEM 2 – NÃO TERMINATIVO – REQUERIMENTO Nº 2, DE 2011-CASSAUDE.** Com fundamento no disposto no art. 58, § 2º, incisos II e V, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso II e V, do Regimento Interno desta Casa, requeiro a realização de Audiência Pública pela Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde – CASSAUDE, com o objetivo de discutir sobre o mercado de plano de saúde no Brasil, a relação médico/plano de saúde e a relação consumidor/plano de saúde. Para a ocasião sugiro a presença da: Maurício Ceschin, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS; José Luiz Gomes do Amaral, Presidente da Associação Médica Brasileira – AMB; Arlindo de Almeida, Presidente da Associação Brasileira de Medicina de Grupo – ABRAMGE; Denise Rodrigues Eloi de Brito, Presidenta da União Nacional das Instituições de Autogestão em Saúde – UNIDAS; Marilena Lazzarini, Presidenta do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor – IDEC; José Augusto Peres Filho, Presidente da Associação Nacional do Ministério Público do Consumidor. **Autoria:** Senadores Eduardo Amorim e Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado**. ITEM 3 – NÃO TERMINATIVO – REQUERIMENTO Nº 3, DE 2011-CASSAUDE.** Com fundamento no disposto no art. 58, § 2º, incisos II e V, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso II e V, do Regimento Interno desta Casa, requeiro a realização de Audiência Pública pela Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde – CASSAUDE, com o objetivo de discutir sobre a responsabilidade sanitária. Entende-se por responsabilidade sanitária o conjunto de responsabilidades decorrentes do direito à saúde aplicando-se às atividades por ele reguladas. A legislação sanitária prevê diversos deveres que devem ser observados, sendo que a violação a esses deveres caracteriza uma infração sanitária sujeita a sanções. Para a ocasião sugiro a presença de: Sueli Gandolfi Dallari, Professora Doutora da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo; Fernando Aith, Professor Doutor da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo; Maria Célia Delduque, Coordenadora do Programa de Direito Sanitário – PRODISA, da FIOCRUZ/Brasília; Sílvia Badim Marques, Coordenadora do Programa de Direito Sanitário – PRODISA, da FIOCRUZ/Brasília; Jairo Bisol, Presidente da Associação Nacional do Ministério Público de Defesa da Saúde – AMPASA. **Autoria:** Senadores Eduardo Amorim e Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado**. ITEM 4 – NÃO TERMINATIVO – REQUERIMENTO Nº 4, DE 2011-CASSAUDE.** Com fundamento no disposto no art. 58, § 2º, incisos II e V, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso II e V, do Regimento Interno desta Casa, requeiro a realização de Audiência Pública pela Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde – CASSAUDE, com o objetivo de discutir sobre o modelo de implantação das unidades de emergência (SAMU – serviço móvel de urgência – /UPA – Unidades de pronto atendimento) e a estratégia de atendimento adotada por essas unidades, além de apresentar uma previsão para o próximo biênio de novas unidades nos diferentes Estados do Brasil. Para a ocasião sugiro a presença de: Paulo de Tarso, Coordenador-Geral de Urgência e Emergência do Departamento de Atenção Especializada da Secretaria de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde; Beatriz Figueiredo Dobashi, Presidente do Conselho Nacional de Secretários de Saúde – CONASS; Antônio Carlos Nardi, Presidente do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde – CONASEMS. **Autoria:** Senadores Eduardo Amorim, Senador Humberto Costa e Waldemir Moka. **Resultado:** Aprovado**. ITEM 5 – NÃO TERMINATIVO – REQUERIMENTO Nº 5, DE 2011-CASSAUDE.** Com fundamento no disposto no art. 58, § 2º, incisos II e V, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso II e V, do Regimento Interno desta Casa, requeiro a realização de Audiência Pública pela Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde – CASSAUDE, com o objetivo de discutir a situação das Unidades de Assistência de Alta Complexidade em Oncologia (UNACOM) e os Centros de Assistência de Alta Complexidade em Oncologia (CACON) no Brasil, bem como sobre hospitais especializados no tratamento do câncer. Para a ocasião sugiro a presença de: Coordenador-Geral de Média e Alta Complexidade do Departamento de Atenção Especializada da Secretaria de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde; Diretor das Unidades Hospitalares do Instituto Nacional de Câncer – INCA; Henrique Prata, Diretor-Geral do Hospital do Câncer de Barretos; Irlau Machado Filho,

Representante do Hospital A. C. Camargo; Antônio Carlos Guimarães, Secretário de Saúde do Estado de Sergipe. **Autoria:** Senador Eduardo Amorim. **Resultado:** Aprovado**.** Usam da palavra os Senadores Eduardo Amorim, Waldemir Moka e Wellington Dias. Nada mais havendo a tratar encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e dois minutos, lavrando eu, Gildete Leite de Melo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Humberto Costa, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Humberto Costa,** Presidente da CASSAUDE.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco/PT – PE) – Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião da Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde (CASSAUDE), da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da 1ª Reunião de 2011.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.)*

Aprovada.

A presente reunião destina-se à apresentação e discussão do plano de trabalho desta Subcomissão para o biênio 2011/2012.

Aqui temos duas propostas de plano de trabalho que não guardam entre si maiores divergências, de modo que podíamos aprovar uma fusão entre a proposta que o Senador Eduardo Amorim apresentou em seu nome, como integrante, e a proposta que apresentei na mesma condição. Elas se somam, em alguns aspectos se superpõem, mas nós podemos adequá-las num texto único para fazermos essa discussão.

Na proposta que apresentei, Senador, coloquei pontos que V. Exª , inclusive, já contemplou com alguns de seus requerimentos.

Temas: responsabilidade sanitária; organização e gestão do sistema de saúde brasileiro; financiamento do setor saúde, que chegamos à conclusão de que o ideal é que se faça na CAS; gestão do trabalho e educação em saúde; atenção à saúde; vigilância sanitária e à saúde; gestão participativa; discussão dos temas relativos aos objetivos do milênio; saúde suplementar; enfrentamento às emergências e calamidades; saúde indígena; populações especiais – mulher, idoso, homem, saúde mental, criança e adolescente.

V. Exª apresentou um programa de trabalho envolvendo o debate sobre as deficiências do SUS; o tema dos hospitais públicos; a questão da saúde suplementar, onde já temos uma intersecção; o tema da responsabilidade sanitária, onde temos também uma intersecção; o debate sobre o atendimento de urgência e de emergência, onde também temos uma intersecção; e o tema do paciente oncológico, que nós podemos agregar como mais um ponto.

E como tanto V. Exª quanto nós apresentamos alguns requerimentos – na verdade, o que apresentei foi sobre financiamento da saúde no Brasil, sobre o qual acordamos que o ideal é que essa discussão seja feita na CAS –, nós poderíamos, então, em conjunto, apresentar um requerimento solicitando a realização de uma audiência pública na CAS para tratar desse assunto.

Então, submeto à aprovação da Subcomissão os requerimentos que ora V. Exª apresenta.

Passo a ler o primeiro.

REQUERIMENTO Nº , DE 2011

Com fundamento art. 58, §º 2, II e V, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, incisos II e V, do Regimento Interno desta Casa., requeiro a realização de audiência pública pela Subcomissão Permanente de Promoção , Acompanhamento e Defesa da Saúde (CASSAUDE) com o objetivo de discutir as deficiências do nosso Sistema único de Saúde (SUS) e apontar soluções estruturais no intuito de promover melhorias em todas as etapas do atendimento médico.

Para a ocasião, sugere-se a presença do Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (Cebes), da Fundação Oswaldo Cruz; das Consultorias Legislativas com representação do Senado e da Câmara dos Deputados.

Submeto à aprovação da Comissão.

Os que concordarem permaneçam como se encontram. (*Pausa.)*

Aprovado..

Vamos ao próximo requerimento.

REQUERIMENTO Nº , DE 2011

Este solicita a realização de audiência pública para discutir o mercado de plano de saúde no Brasil, a relação médico/plano de saúde e a relação consumidor/plano de saúde.

Para esta é sugerida a presença da ANS; da Associação Médica Brasileira (AMB); da Associação Brasileira de Medicina de Grupo (Abramge); do Sindicato Nacional das Empresas de Medicina de Grupo (Sinamge); Associação dos Usuários de Saúde Suplementar do Estado de São Paulo; Associação de Defesa dos Usuários de Seguros, Planos e Sistemas de Saúde; Associação Nacional do Ministério Público do Consumidor.

Submeto à apreciação dos Srs. Senadores.

Em votação.

Os que concordarem permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Vamos ao próximo requerimento.

REQUERIMENTO Nº , DE 2011

Solicita a realização de audiência pública nesta Subcomissão com o objetivo de discutir sobre a responsabilidade sanitária.

Entende-se por responsabilidade sanitária o conjunto de responsabilidades decorrentes do direito à saúde, aplicando-se a todos os agentes públicos estatais e a todos os cidadãos que exerçam as atividades por ele reguladas. A legislação sanitária prevê diversos deveres que devem ser observados, sendo que a violação desses deveres caracterizam uma infração sanitária sujeita a sanções.

Para a ocasião, sugere a presença de Sueli Dallari, Professora Drª da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo; uma representação da Fiocruz; do Programa de Direito Sanitário; da Associação Nacional do Ministério Público de Defesa da Saúde.

Não havendo quem queira discutir, submeto à aprovação dos Senadores presentes.

Aqueles que concordam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Vamos ao próximo requerimento;

REQUERIMENTO Nº , DE 2011

Requer a realização de audiência pública com o objetivo de discutir o modelo de implantação das unidades de emergência, envolvendo aí o Serviço Móvel de Emergência (Samu); as Unidades de Pronto Atendimento (UPAs) e a estratégia de atendimento adotada por essas unidades, além de apresentar uma previsão para o próximo biênio de novas unidades nos diferentes Estados do Brasil.

Sugerida a presença do Ministério da Saúde por meio da Secretaria de Atenção à Saúde; do Departamento de Atenção Especializada; e da Coordenação Geral de Urgência e Emergência.

Não havendo quem queira discutir, submeto aos Senadores presentes a aprovação do requerimento.

Aqueles que concordarem permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Vamos ao último requerimento.

REQUERIMENTO Nº , DE 2011

Propõe a realização de audiência pública com o objetivo de discutir a situação das Unidades de Assistência de Alta Complexidade em Oncologia (Unacon) e os Centros de Assistência de Alta Complexidade em Oncologia (Cacon) no Brasil, bem como dos hospitais especializados no tratamento do câncer.

Sugestão de participantes: a Coordenação Geral de Média e Alta Complexidade do Ministério da Saúde; a Direção do Instituto Nacional do Câncer (Inca); a representação do Hospital do Câncer de Barretos. São Paulo; do Hospital A.C. Camargo, também de São Paulo; e do Secretário de Saúde do Estado de Sergipe, Sr. Antônio Carlos Guimarães.

Não havendo quem queira discutir, submeto à apreciação dos Senadores presentes o referido requerimento.

Aqueles que concordarem permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Sr. Presidente, pela ordem,

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco/PT – PE) – Pois não.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Sr. Presidente, quanto aos demais requerimentos que coincidem, concordo plenamente com sua sugestão, com sua proposta, que o senhor deve ler, para que a gente possa, em conjunto, apresentar esses outros requerimentos.

Então vamos discutir a saúde como um todo, deixando o financiamento para a Comissão de Assuntos Sociais, convidando os diversos Entes federados, para que a gente possa elaborar um projeto – acho que o senhor já tem essa sugestão –, definindo qual a missão de cada Ente federado e qual a responsabilidade no dever da saúde.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco/PT – PE) – Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente, parece-me que houve uma fusão de requerimentos acabando numa pauta. Eu não quis interrompê-lo, mas tenho uma sugestão a dar: é do meu Estado, Mato Grosso do Sul a Presidente do Fórum Nacional dos Secretários de Estado, Drª Beatriz Dobashi, minha contemporânea de faculdade, uma pessoa que dedicou a vida toda à saúde pública. É uma grande médica, é uma grande sanitarista. Tenho a impressão de que seria importante convidar a Presidente do Fórum Nacional para participar desse debate, sem dúvida nenhuma, tendo em vista que ela participa nacionalmente dessas discussões, principalmente na questão de financiamento da saúde.

Não protocolei nenhum requerimento, apenas dou essa sugestão. Se V. Exª entender...

Acho que, sempre que se coloca de um lado o Ministério, é importante ouvir também, sobretudo, aqueles operadores do sistema. No caso da Drª Beatriz, com um *plus*, porque, além de ser Secretária de Estado, ela certamente conhece mais de perto as di-

ficuldades dos outros Estados, dos seus colegas secretários de saúde.

É uma sugestão apenas, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco/PT – PE) – Com certeza, Senador Waldemir Moka. Além de convidarmos a representação dos conselhos estaduais e municipais de representação dos Secretários Estaduais e Municipais para todos os eventos, nós, de pronto, incorporamos a sugestão de V. Exª.

Como o financiamento da saúde é um tema extremamente relevante, nossa ideia é fazer o debate sobre ele na Comissão de Assuntos Sociais em vez de simplesmente fazê-lo nesta Subcomissão.

Então, poderíamos apresentar um requerimento conjunto com V. Exª, inclusive incluindo a representação dos Secretários Estaduais na pessoa da Drª Beatriz.

Outra sugestão que eu gostaria de dar, já que estamos assoberbados, apesar de esta ser uma Subcomissão que existe há mais tempo, eu sugeriria que nós fizéssemos a pauta mensalmente, uma reunião por mês – não sei se V. Exªs concordam –, porque aí poderíamos escolher um dia à tarde, talvez, para fazer um debate realmente proveitoso.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Uma vez por mês a reunião da Subcomissão?

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco/PT – PE) – É, a reunião da Subcomissão.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Acho que não, Sr. Presidente. Eu sei que nós estamos assoberbados, mas uma vez por mês é muito pouco. Entendo que existem dezenas de outras subcomissões, mas esta é diferente. A saúde, como disse o Ministro na Comissão de Assuntos Sociais, é o tema que mais preocupa o povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco/PT – PE) – Com certeza.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Eu acho que uma vez por mês é muito pouco; pode até haver outro espaçamento, mas que seja menor.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco/PT – PE) – Pode ser quinzenal?

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Pode até ser, mas acho que uma vez por mês não.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Senador Humberto Costa, Presidente, eu vou fazer uma sugestão de caráter prático. Acho que nós teríamos que, por intermédio da assessoria, perguntar aos Srs. Senadores, porque o que acontece é o seguinte: os colegas não vêm porque, às vezes, estão presidindo...

Uma coisa que funciona é a gente tirar, na semana, um horário que seja comum a todos nós. Eu tenho certeza de que, se for estabelecido um horário possível para a presença, nós poderemos funcionar com maior regularidade. Não tenho dúvida nenhuma disso. Eu fiz e conseguimos. O problema são as chamadas subcomissões, porque somo 81 Senadores e o número de subcomissões é muito grande. Mas esta...

Tenho certeza de que, acertado o horário, a disponibilidade, nós poderíamos funcionar quinzenalmente ou semanalmente com a maior tranquilidade.

O SR, PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco/PT – PE) – Então...

Pois não.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Presidente, eu concordo, plenamente com as palavras do Senador Moka.

Eu acho que se combinarmos um horário, tendo esta Subcomissão como prioritária – para mim esse tema é prioritário e vejo que também o Senador Moka e V. Exª, Sr. Presidente, assim o consideram –, dá para funcionar muito bem. Volto a dizer: é o tema que mais preocupa o nosso povo. Então, se combinarmos e tivermos aquele horário como prioritário, acho que esta Subcomissão vai contribuir, e muito, para a saúde do nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco/PT – PE) – Vou, então, submeter aos Senadores componentes da Subcomissão uma indagação de disponibilidade de tempo, de dias, e também sobre a freqüência, para saber se nos reuniremos semanalmente ou mensalmente. Está bem?

Na próxima reunião, já com a realização de uma dessas audiências, nós aprovaremos o funcionamento definitivo.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Esta Subcomissão é permanente. Então, eu pergunto: o *quorum* para deliberar são três Senadores?

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco/PT – PE) – São.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – São três. O que eu tenho percebido, Senador Humberto, é que essas subcomissões estão funcionando a partir de três e, no máximo, cinco Senadores; não mais do que isso. Então, se nós três mais dois colegas priorizarmos um horário, concordo que nós vamos ter… Até por que nós temos de aproveitar a experiência de V. Exª, que foi um grande Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco/PT – PE) – *(Intervenção fora do microfone.)*

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Não; V. Exª… Já o ouvi diversas vezes e acho que nós temos uma grande contribuição lastreada na experiência de V. Exª.

E chegou o Senador Wellington Dias.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco/PT – PE) – Pois bem.

Alguém deseja levantar alguma questão, ou podemos encerrar?

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Senador Wellington, o Presidente estava sugerindo que a reunião desta Subcomissão, tendo em conta as tantas outras que existem, fosse mensal. O Senador Moka argumentou, e eu corroborei, que esta é uma Subcomissão de extrema importância, e o Ministro da Saúde mostrou aqui – e a gente sabe disso – que, estatisticamente, o grande problema, a grande angústia do povo brasileiro é a saúde.

Então, acho que esta Subcomissão tem de funcionar semanalmente ou, no máximo, quinzenalmente. Eu ainda defendo semanalmente.

O Senador Moka foi muito feliz quando sugeriu que acordássemos um horário possível que fosse considerado prioridade, porque esta Subcomissão, com certeza, poderá dar uma contribuição enorme à saúde do nosso País e ao povo brasileiro.

Então, acho que não podemos abrir mão de um espaço como esse. Sei que existem dezenas de outras subcomissões, mas esta…

O SR.WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Eu quero aqui concordar com essa tese de a gente ter uma agenda, de preferência, semanal.

Há pouco estava tratando de um assunto que era de saúde, na Comissão de Direitos Humanos sobre a questão do câncer de mama.

Na verdade, presencio, de vez em quando, esse debate. Acho que há, na verdade, comissões diferentes tratando de temas que são específicos. O problema não é o número de comissões, na minha visão. É verdade que câncer de mama é um problema da área da Comissão de Direitos Humanos, mas ele é, genuinamente, um problema de saúde. Está certo?

Nesse dias, estou aqui… Estamos trabalhando, por coincidência, os três na área dos dependentes químicos. De repente vejo esse debate ser feito na Comissão de Constituição e Justiça. Está certo.

Gostaria de dizer que eu acho que nós podemos, sim, encontrar um horário. Eu me coloco à disposição para isso, para viabilizar as condições de *quorum*.

Infelizmente o Senador tinha me pedido para acompanhá-lo, mas eu me desloquei para cá.

Há um tema, Sr. Presidente, que eu gostaria de apresentar para tratarmos dele. Estive nesses dias com vários cientistas tratando dessa área de dependentes químicos, e eles entraram em um tema que realmente me assustou. V. Exª, que foi Ministro da Saúde, pode nos ajudar a encontrar o caminho. Refiro-me a patentes. Os cientistas brasileiros se sentem roubados nas patentes e pesquisas que são colocadas – vou usar um termo pesado – exatamente por conta do modelo brasileiro.

O modelo brasileiro, quando é feita uma pesquisa, exige a publicação dela no durante e logo no depois, antes de ter os registros, e outros espertos do mundo fazem aí um remendo qualquer e terminam registrando-a pela regra das patentes antes dos cientistas brasileiros.

Agora mesmo estou acompanhando uma pesquisa excepcional – estava tratando disso ali ainda há pouco –, que é a pesquisa de um medicamento para câncer. A Anvisa vai liberar os primeiros agora, e uma das dificuldades é a segurança na patente. Trata-se de pesquisa com uma planta de origem africana, mas fortemente brasileira, que é o avelós, ou cachorro-pelado, como a gente a conhece em algumas regiões do Nordeste. Já foi comprovado em alguns casos, ele vai ser liberado pela Anvisa. Cito esse exemplo apenas para a gente compreender que não há nenhuma região do mundo que tenha maiores possibilidades, especialmente na área da saúde, mas também em outras áreas…

Então, é preciso mudar a Lei das Patentes, as regras, enfim. Eu queria, inclusive, que V. Exª nos orientasse para travarmos esse debate aqui e contribuir para o Governo brasileiro fazer as mudanças necessárias.

Cito temas como esse, tipicamente importantes para a saúde, para que a gente possa avançar.

Conte comigo nesse trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco/PT – PE) – Bem; sugiro a V. Exª que, na próxima reunião que teremos, que será para discutir um dos temas do programa de trabalho, apresente um requerimento nesse sentido.

Acho que o tema, realmente, é muito importante, muito pertinente.

Então, nada mais havendo a tratar…

Quero apenas comunicar que amanhã, na reunião da Comissão de Assuntos Sociais, nós teremos uma audiência pública exatamente para tratar do tema "direitos dos portadores de câncer", com a presença da Drª Maria Inez Gadelha, do Ministério da Saúde, Marta Regina de Oliveira, da ANS; Luiz Antonio Santini, do Inca; Luciana Holtz, do Instituto Oncoguia; Antonieta Barbosa, autora do livro *Câncer – Direito e Cidadania;* Maira Caleffi, Presidente do Instituto de Mama do Rio Grande do Sul; e Henrique Duarte Prata, Diretor do Hospital do Câncer de Barretos.

Nada mais havendo a tratar…

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente, antes de dizer que a reunião está encerrada, permita-me.

Apresentei na Comissão de Direitos Humanos uma proposta. Aqui eu queria apresentá-la oralmen-

te, mas me comprometendo a oficializá-la e queria ver se podíamos aprová-la. É no sentido de dirigir ao Ministro da Saúde e ao Presidente da Anvisa um ofício desta Subcomissão também – a Comissão de Direitos Humanos está apresentando-o – pedindo prioridade nos procedimentos dessa pesquisa relacionada com a medicação para o tratamento do câncer a partir do avelós, que é essa planta também brasileira. Acho que é importante.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco/PT – PE) – *Ok.*

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 11 horas e 52 minutos.)

ATA DA TERCEIRA REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE, CRIADA POR MEIO DO REQUERIMENTO Nº 9, DE 2005-CAS, NO ÂMBITO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 9 DE JUNHO DE 2011, QUINTA-FEIRA, ÀS ONZE HORAS.

Às onze horas e quinze minutos, do dia nove de junho de dois mil e onze na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **Humberto Costa,** reúne-se a Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, com a presença dos Senadores Waldemir Moka e Vital do Rêgo, e da Senadora Ana Rita. Deixam de comparecer o Senador Eduardo Amorim e a Senadora Lúcia Vânia. Justifica ausência o Senador Wellington Dias. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião, propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 2ª Reunião que é dada por aprovada. O Senhor Presidente informa que a esta Reunião destina-se à realização de **Audiência Pública** para tratar do Modelo de implantação e da estratégia de atendimento das unidades de emergência (Serviço Móvel de Urgência – SAMU e Unidades de Pronto Atendimento – UPA), com a presença dos seguintes oradores: Paulo De Tarso Abrahão, Coordenador-Geral de Urgência e Emergência do Departamento de Atenção Especializada da Secretaria de Atenção à Saúde, do Ministério da Saúde – MS, e Representante do Secretário de Atenção à Saúde/MS, Senhor Helvécio Miranda Magalhães Júnior; Renilson Rehen, Assessor Técnico do Conselho Nacional de Secretários de Saúde – CONASS, Representante da Presidente do CONASS, Senhora Beatriz Figueiredo Dobashi; Nilo Brêtas Júnior, Assessor Técnico do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde – CONASEMS, Representante do Presidente do CONASEMS, Senhor Antônio Carlos Figueiredo Nardi; Sergio Timerman, Diretor da Divisão Clínica do Laboratório de Pesquisa, Treinamento e Simulação em Emergências Cardiovasculares do Instituto do Coração do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo – InCor/HCFMUSP. **EXTRAPAUTA: ITEM 1 – NÃO TERMINATIVO – REQUERIMENTO Nº 6, DE 2011-CASSAUDE.** Com fundamento no disposto no art. 58, § 2º, incisos II e V, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso II e V, do Regimento Interno desta Casa, requeiro a realização de Audiência Pública pela Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde – CASSAUDE, com o objetivo de discutir a situação dos hospitais públicos. Para a ocasião, sugiro a presença de: Dr. Roberto Luiz D´Ávila, Presidente do Conselho Federal de Medicina – CFM; Dra. Beatriz Figueiredo Dobashi, Presidente do Conselho Nacional de Secretários da Saúde – CONASS; Dr. Antonio Carlos Nardi, Presidente do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde – CONASEMS; Ana Paula Falcão, Coordenadora-Geral de Atenção Hospitalar do Departamento de Atenção Especializada da Secretaria de Atenção à Saúde, do Ministério da Saúde – MS. **Autoria:** Senadores Eduardo Amorim e Humberto Costa. Às doze horas e quarenta minutos assume a Presidência o Senador Waldemir Moka para que o Senador Humberto Costa, autor do Requerimento Extrapauta supracitado, possa encaminhá-lo. **Resultado:** Aprovado**.** Às doze horas e cinqüenta e um minutos, retoma a Presidência o Senador Humberto Costa. Usam da palavra o Senador Waldemir Moka e a Senadora Ana Rita. Nada mais havendo a tratar encerra-se a reunião às doze horas e cinqüenta e quatro minutos, lavrando eu, Gildete Leite de Melo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Humberto Costa, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Humberto Costa,** Presidente da CASSAUDE.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa (Bloco/PT – PE) – Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª Reunião da Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde (Cassaude) da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 2ª Reunião de 2011.

Os que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.)*

Aprovada.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública para debater o modelo de implantação e a estratégia de atendimento nas unidades de emergência, Serviço Móvel de Urgência (Samu) e Unidades de Pronto Atendimento (UPA), em atendimento ao Requerimento nº 4, de 2011, Cassaude, de iniciativa dos Senadores Eduardo Amorim, Waldemir Moka e desta Presidência.

Convido para fazer parte da Mesa os nossos ilustres oradores: Dr. Paulo de Tarso Abrahão, Coordenador-Geral de Urgência e Emergência do Departamento de Atenção Especializada da Secretaria de Atenção à Saúde, do Ministério da Saúde; representante do Secretário de Atenção à Saúde, Sr. Helvécio Miranda Magalhães Júnior; Dr. Renilson Rehem, Assessor Técnico do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass); representante da Presidente do Conass, Srª Beatriz Figueiredo Dobashi; Dr. Nilo Brêtas Júnior, Assessor Técnico do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems); representante do Presidente do Conasems, Sr. Antônio Carlos Figueiredo Nardi; e o Dr. Sergio Timerman, Diretor de Divisão Clínica do Laboratório de Pesquisa, Treinamento e Simulação em Emergências Cardiovasculares do Instituto do Coração do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (InCor), que ainda não chegou a esta sala – está perdido no Senado.

De acordo com o art. 94, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno do Senado Federal, a Presidência adotará as seguintes normas: os convidados farão suas exposições e, em seguida, abriremos a fase de interpelação pelos Senadores e Senadoras inscritos. A palavra será concedida aos Senadores e Senadoras na ordem de inscrição.

Devem estar chegando rapidamente aqui a Senadora Ana Rita, que está presidindo uma audiência pública da Comissão de Direitos Humanos; o Senador Eduardo Amorim, que nos telefonou – acredito que ele ainda esteja aqui.

Temos aqui um requerimento do Senador Wellington Dias, que, nos termos do art. 13 do Regimento Interno do Senado Federal, requer que consideremos missão política oficial de interesse parlamentar sua ausência à reunião deliberativa ordinária de hoje, quando, a convite da Câmara dos Deputados, estará participando da Comissão Especial C-Droga (com "c") na programação de visita aos Estados de Alagoas e do Piauí.

Vamos iniciar nossa reunião.

Informo que, quando ocorrerem as interpelações, elas deverão ser de três minutos, assegurado igual prazo para resposta do interpelado.

Concedo a palavra ao Sr. Paulo de Tarso Abrahão para sua exposição, por dez minutos. Se esse tempo não for suficiente, nós lhe daremos um prazo adicional.

O SR. PAULO DE TARSO ABRAHÃO – Bom-dia a todos e a todas!

Quero agradecer o convite para estar aqui em nome da Secretaria de Atenção à Saúde e da Coordenação de Urgência e Emergência do Ministério.

O assunto que foi colocado está descrito como modelo de implantação e estratégia de atendimento das unidades de emergência.

Minha fala será rápida sobre as urgências e emergência no Brasil. Nós passamos por algumas etapas. Acho que, para entender o cenário atual, é importante entender essas etapas.

Passamos por uma primeira etapa no começo do ano 2000, quando, graças a Deus, foi implantada a Política Nacional de Atenção às Urgências, no País como um todo, com seus eixos, diretrizes e princípios. E com quatro componentes, naquela época da política: componentes pré-hospitalar móvel, pré-hospitalar fixo, hospitalar e pós-hospitalar. No mesmo dia da implantação dessa portaria, saiu a portaria implantando o componente pré-hospitalar fixo, que, no Brasil, foi colocado com o nome de Samu 192, Serviço de Atendimento Móvel de Urgência 192.

Então, a primeira etapa que eu vejo da implantação da política de urgência foi priorizar, naquele momento, os Municípios de grande porte, acima de 100 mil habitantes, com a implantação desse componente móvel, que dá um acesso de qualidade grande. Na verdade, vemos o Samu como um serviço de ambulância, mas é importante esclarecer que o salto de qualidade que ocorre com a implantação desse serviço móvel é a central de regulação médica das urgências. A partir da implantação desses serviços, todo cidadão tem acesso ao SUS discando 192. Então, esse é o grande salto de qualidade que ocorre com a implantação desse componente da urgência. A qualquer hora, 24 horas por dia, a qualquer momento, por qualquer agravo, a pessoa, ao discar 192, tem acesso a uma central que conversa com o médico regulador, que a orienta e, se necessário, encaminha a saúde até ela, por meio de uma ambulância suporte básico ou avançado de vida. Então, essa central é que reordena todo o sistema de atenção das urgências.

Passamos, em seguida, a uma segunda etapa, como eu a chamo, que foi a regionalização do Samu no Brasil. Saímos da primeira etapa, quando implantamos em Municípios acima de 100 mil habitantes, e começamos a regionalizar, a agrupar Municípios em territórios de saúde e a ter a cobertura desse componente móvel. Nesse momento da regionalização, iniciou-se uma grande discussão da urgência como um todo, não somente no componente móvel, mas também nos componentes fixo, hospitalar e pós-hospitalar,

que gerou a terceira etapa, o momento que estamos agora, que começamos a falar de redes de urgência e não somente de alguns dos componentes da urgência.

Então, hoje temos uma cobertura do componente móvel de quase 60% no Brasil, o que provocou estrategicamente a organização de todos os serviços de saúde, desde a atenção primária, a atenção básica até a alta complexidade. Começou-se ter um movimento de organização para se trabalhar em redes. Isso estrategicamente foi muito importante.

Agora estamos no momento de discutir as redes de urgência e de emergência, redes de atenção integral, qualificando desde o eixo de promoção... Ao falar de urgência, sempre se mostra o cenário daquele serviço de urgência cheio, lotado. Mas falar de urgência e falar de saúde, principalmente urgência em saúde, é o principal eixo da política que é promoção. Então, por mais que nós organizemos todo o serviço de saúde por um atendimento adequado, o grande salto de qualidade que damos é nas ações de promoção; é não ter urgência.

Um critério muito importante que eu vejo é que, quando vemos muitas ambulâncias gritando, andando, significa que temos poucas ações de promoção em saúde. Então, se estamos controlando as diabetes, as hipertensões etc, vamos ter menos pacientes infartados ou com acidente vascular cerebral; se eu começo a fazer ações de promoção na área social, começo a diminuir a grande epidemia que temos de violência, principalmente a violência no trânsito. O acidente de moto é uma epidemia nacional, talvez até mundial, que causa morte. Ou seja, nós temos várias causas que estão interferindo na urgência e que temos de tentar fazer um grande foco de atenção no eixo da promoção.

Saindo do eixo da promoção, vamos para o eixo da assistência, organizar a rede toda, desde a atenção primária à saúde, que alguns chamam de atenção básica – eu nunca sei que termo certo verbalizar se é atenção primária ou básica –, ou seja, são as unidades básicas de saúde, e a estratégia de saúde da família, que é a grande força da saúde; é essa equipe que está lá próxima do usuário, onde ele mora, onde ele vive. Essa equipe tem que ter um grande parceiro no acolhimento das urgências.

Então, a rede agora começa a discutir desde a atenção primária, como a gente vai implantar nessa atenção primária as salas de observação, onde o paciente que tem uma crise hipertensiva pode ficar ali na atenção primária, não precisa se deslocar para outro serviço. Passa, depois, para a implantação de outro componente da urgência que é a sala de estabilização, que é o mapeamento dos vazios assistenciais no Brasil. A gente fez esse mapeamento, e temos quase 2.500 Municípios que não têm nenhum serviço de urgência. Então, a gente tem que implantar algum serviço que possa estabilizar um paciente com algum agravo crítico, até que ele possa chegar ao serviço de referência. E esse serviço é chamado “sala de estabilização”, que vai ser implantado.

E aí nós vamos para o terceiro componente de urgência, que é o componente móvel, o chamado Samu 192. Então, da implantação da expansão do Samu, agora, para todo o território nacional, passamos pelo outro componente da rede que é o componente fixo, que é a Unidade de Pronto Atendimento. Mas não pensemos só na UPA como Unidade de Pronto Atendimento da portaria que saiu e, sim, nas unidades de emergência 24h como um todo, porque, apesar de ter uma portaria de UPA, a gente tem no Brasil historicamente vários pronto-socorros, unidades de emergência que já funcionavam 24h por dia, independentemente da portaria da UPA.

Então, agora, na política de redes, a gente está pensando nessas unidades todas de saúde 24h, pensando em investimento, custeio para essas unidades com um todo.

Aí vamos para o componente hospitalar, pois é importantíssima essa discussão. No componente hospitalar, a ampliação de leitos de retaguarda clínica em cima de um cenário que nós temos epidemiológico de morte e mortalidade, principalmente pegando três linhas de cuidado: a do trauma, que é uma linha de cuidado importante; a do enfarto agudo do miocárdio, as doenças cardiológicas; e as doenças cerebrovasculares.

Então as cardiovasculares, as cerebrovasculares e o trauma são três linhas de cuidados importantes que estão entrando na organização de rede de atenção do componente hospitalar. Então, desde o atendimento adequado da urgência com o TeleSaúde, o uso de trombolítico, a rede toda de apoio e diagnóstico necessário para essas três linhas de cuidado, como os leitos necessários, tanto clínico como os leitos de UTI.

Aí, no componente hospitalar ainda, a gente está fazendo de instrução de rede dos leitos de retaguarda necessária, até porque a gente tem uma outra “epidemia”, que não é uma epidemia, mas a nossa população está com a expectativa de vida aumentando, graças a Deus. Então, a população acima de 60 anos está aumentando cada vez mais, e isso aumenta muito as doenças crônico-degenerativas. Esse aumento de doenças crônico-degenerativas faz com que nós da saúde organizemos um serviço não só de assistência, mas de cuidado. São doenças que as pessoas podem ter o seu cuidado no domicílio e não necessariamente precisam daquela assistência hospitalar.

Então, esse pedaço também a gente está pensando, no componente hospitalar desses leitos de retaguarda para essa rede hospitalar.

E, aí, saindo dessa rede hospitalar, a gente vai para o componente depois do hospital, que é importantíssimo: o cuidado desse paciente em casa, com a implantação do componente que a gente está chamando de "atenção domiciliar", que é esse paciente poder estar em casa, sendo acompanhado por uma equipe de saúde e poder assim desocupar aquele leito hospitalar, até para que esse leito hospitalar seja ocupado com paciente mais crítico.

Então, essa composição da rede, desde a promoção até o atendimento domiciliar, é a estratégia grande que a gente está, e só foi permitido para a gente chegar nessa estratégia – é importante registrar isso – porque a gente começou a discutir urgência lá em 2003, com a Política Nacional de Atenção às Urgências. Acho que a gente conseguiu evoluir tanto internamente como com a sociedade, como com os profissionais de saúde, para poder hoje discutir urgência como uma rede. Essa rede já foi discutida no Conasems, no Conass, no Conselho Nacional de Saúde, em todas as instâncias do SUS. A gente espera assim que a gente consiga... Semana que vem, provavelmente, ela entre na discussão na tripartite. E, a partir dessa discussão conceitual, isso começa a se tornar portarias para começarem a funcionar as redes.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco/PT – PE) – Bom, eu quero agradecer a intervenção ao Dr. Paulo de Tarso Abrahão.

Concedo, agora, a palavra ao Sr. Renilson Rehem, para sua exposição.

Nosso companheiro Renilson, a palavra é sua.

O SR. RENILSON REHEM – Bom-dia a todos!

Eu queria cumprimentar o Presidente, Senador Humberto Costa, ex-Ministro da Saúde; e cumprimentar os membros da Mesa.

Começo falando da relevância deste tema. Sem dúvida, é um dos temas que mais mobiliza a sociedade brasileira. Sem dúvida, contribui fortemente para o quadro de avaliação da saúde. As dificuldades que temos no atendimento da urgência e emergência têm um reflexo muito forte na avaliação que a população faz do sistema.

Este tema, então, esta relevância decorre, como o Paulo já falou, não só da violência, das causas externas que têm crescido enormemente no País. A população de 15 a 40 anos, a primeira causa de morte é a violência, causas externas, mas também das doenças crônicas, que têm um componente muito significativo na demanda por atendimento das urgências e emergências.

Eu acho que o SUS é um edifício construído a várias mãos e é um processo cumulativo. Então, tem uma história que não é de agora, há mais de uma década que se reconhece a importância deste tema e que o SUS vem discutindo. Então, na verdade, a publicação da primeira portaria foi ainda no ano de 2001, 2002, mas isso teve continuidade e aperfeiçoamento.

Eu diria que a política que o Ministério apresenta hoje, essa que vem sendo discutida de forma tripartite com o Conass e o Conasems, é, sem dúvida, a política mais completa que tem sido trabalhada.

Um ponto que o Paulo destacou muito e que é fundamental é a questão da promoção. É claro que eu acho que a possibilidade de atuação da saúde nesse campo é um tanto restrita. Na verdade, nós ficamos muito mais com as consequências e temos dificuldade em contribuir para evitar que a violência ocorra. Então, acho que a saúde tem participação nesse processo, mas eu acho que é uma daquelas áreas em que mais se manifesta a necessidade de uma ação intersetorial. Na verdade, a saúde por si só não vai conseguir grandes impactos em relação à questão da violência no nosso País, e vários tipos de violência, inclusive os acidentes de trânsito, mas com destaques para os acidentes com moto.

Quando a gente fala de urgências e emergências, todo mundo se lembra do pronto atendimento ou do ambulatório da emergência do hospital. Mas muita coisa começa na atenção básica ou na atenção primária, como o Paulo falou, que se chama de um jeito ou de outro. Porque, se não temos capacidade de diagnosticar o hipertenso, de diagnosticar o diabético e de cuidar desse paciente, nós vamos descobri-lo na emergência de um hospital, num curso de um acidente vascular cerebral ou num quadro de absoluta descompensação diabética e tal.

Então, o que estou querendo dizer é que, quanto à urgência, não podemos pensar só no hospital e na ambulância. Nós temos que pensar, primeiro, na sociedade como um todo e, depois, na área específica da saúde, na atenção básica, que tem um componente fundamental nisso. Então, esse conjunto é tão importante, ou talvez até mais importante do que o local em si do atendimento. E a política que o Ministério está apresentando tem essa abrangência e contempla todos esses aspectos.

Na questão do atendimento em si, temos, grosso modo, dois componentes. Um, que eu chamaria de insumos e de estrutura. Então, nós precisamos ter estrutura adequada para atender às pessoas e precisamos ter equipamentos adequados, precisamos ter os medicamentos necessários. E o outro é o do processo. Nós precisamos ter protocolos, precisamos

ter gente treinada para atender, principalmente, aos quadros de emergência.

Infelizmente, nós ainda temos situações de pacientes que chegam num quadro de emergência numa unidade hospitalar, numa unidade ambulatorial, e, muitas vezes, nós perdemos essas vidas porque não dispomos de pessoas qualificadas para fazer esse atendimento. Não é uma coisa apenas de atender rapidamente, mas atender rapidamente com competência, com qualidade para prestar o atendimento.

Um comentário de ordem geral sobre a questão da organização do sistema: como eu disse, o SUS é construído a várias mãos, e nós temos grandes dificuldades para a implementação dessas políticas. Como eu disse, eu acho que a política atual de urgência e emergência que o Ministério apresenta é bastante ampla, é completa, acho que contempla todos os aspectos relevantes do tema. Agora, temos grandes dificuldades na implementação, principalmente em função das dificuldades relacionadas ao financiamento do sistema. Então, nós temos dificuldades para atuar em todas essas áreas, para conseguir cobrir todas essas áreas.

É claro, como eu disse também antes, é um processo cumulativo. Então, investimentos são feitos e vão criando bases, sobre as quais são feitos novos investimentos; e essa questão vai evoluindo. Mas o meu entendimento é de que há uma grande compreensão dos gestores públicos da saúde no Brasil hoje, desde o Ministério, com os secretários estaduais e os secretários municipais de saúde, no sentido de reconhecerem a importância desse tema, a necessidade de uma ação mais pronta, mais adequada; e a complexidade, desde quando se abrangem todos esses temas que eu comentei, e Paulo de Tarso também comentou anteriormente.

Então, acho que estamos num momento favorável no sentido do avanço dessa política, mas com a clareza, que é um tema de grande complexidade, de que não tem uma solução de curtíssimo prazo. É algo em que temos que ter a consciência de que temos que trabalhar, e trabalhar dura e arduamente, para que a gente consiga enfrentar adequadamente esses problemas, que vão desde ações que envolvem a própria sociedade até o treinamento do médico, da enfermeira, dentro de uma unidade hospitalar.

Os secretários estaduais reconhecem, sem dúvida nenhuma, a importância desse tema, estão comprometidos e estão trabalhando junto ao Ministério e aos Municípios, por meio da representação do Conasems, no sentido de que a gente possa dar um passo importante no avanço do enfrentamento dessa questão.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco/PT – PE) – Eu queria agradecer aqui a exposição do Dr. Renilson Rehem.

Passo, de imediato, a palavra, ao Sr. Nilo Brêtas Júnior, para a sua exposição.

O SR. NILO BRÊTAS JÚNIOR – Bom-dia a todas as pessoas presentes!

Na pessoa do Presidente da Comissão, Humberto Costa, cumprimento todos os membros da Mesa e do Plenário. Agradeço, em nome do Presidente Antônio Carlos Figueiredo Nardi, Presidente do Conasems, o convite para estar aqui. Há hoje uma série de outros eventos acontecendo ao mesmo tempo, ele está impossibilitado de estar aqui e me pediu para representá-lo.

A gente tem uma grande confluência, eu acho, hoje, de entendimento em relação à questão de envolvimento dos três entes federados: Estados, União e o Ministério. E, como já foi colocado aqui, esse é um tema sobre o qual, há muito tempo, a gente já vem se debruçando, com a tentativa de organizar, então, essa resposta que o sistema de saúde tem que dar aos problemas. Qualquer que seja o nosso modelo, nós vamos ter sempre condições, sempre vão existir – no mundo inteiro é assim – condições agudas e condições crônicas. Então, qualquer que seja o nosso sistema, ele tem que estar preparado para essas respostas.

No nosso caso, talvez a área da urgência seja a área em que a gente mais pode acumular ou onde a gente mais desacumula em relação a uma valorização social do próprio sistema, porque ela mexe nos momentos de maior fragilidade, de maior necessidade de cuidado, inclusive, das pessoas. E ela tem aí a relevância.

Como foi colocado anteriormente, a discussão de redes de atenção é a forma de organização da nossa resposta que o sistema de saúde tem que dar. Assim está colocado na própria Constituição de 88, no art. 198, ao determinar a regionalização como a forma organizacional do processo de descentralização, e, em cima disso, então, é que a gente vem trabalhando essa discussão da rede de atenção.

Qualquer que seja a rede de atenção no mundo inteiro, nós temos uma atenção básica fortalecida. O que nós chamamos de atenção básica, no mundo inteiro, é atenção primária. No Brasil, é atenção básica; é expressão brasileira, porque no mundo inteiro se chama atenção primária em saúde. É a nossa opção. E aí, com uma capacidade resolutiva que não pode ser uma capacidade resolutiva qualquer. Capacidade resolutiva é concreta, não é uma coisa abstrata. Então, quando a gente espera, por exemplo, que ela resolva de 80% a 85% do que é o objetivamente demandado, do que

é função, do que é responsabilidade dos casos, isso tem que ser predeterminado.

No caso da urgência, acho que essa nova discussão da política de urgência dá um salto, essa que está agora, nesse momento, ela dá um salto para a gente aproximar um pouco do que é isso, do que são, concretamente, os casos agudos sob responsabilidade dessa atenção básica. Isso sem deixar de fazer um reforço necessário à promoção, como já foi colocado aqui, a organizar melhor os mecanismos de promoção, a desfragmentar essa política de promoção, que não é um olhar apenas de vigilância à saúde, mas é um olhar de atenção à saúde; não é apenas uma questão de comportamento, mas também uma questão do cuidado em saúde, para o sentido da promoção da saúde, e aí, então, hoje a atenção básica vem fortemente, inclusive, debruçando-se sobre esse processo.

Além de uma atenção básica fortalecida, a gente tem que organizar a atenção especializada em função dessa atenção básica fortalecida: desenhar os sistemas logísticos, sistemas de apoio, que incluem transporte sanitário, incluem comunicação, incluem o conjunto de linguagem que essa rede de atenção tem que falar. Quer dizer, a linguagem que a gente fala da atenção básica não pode ser diferente da linguagem do Samu ou da linguagem do hospital. Daí os protocolos, quaisquer que sejam, embora tenha que haver um protocolo único, uma língua comum, porque senão a rede não funciona. Por exemplo: na hora desse usuário seguir o seu itinerário dentro dessa rede, se falarem línguas diferentes, vai ser complicado. Então, esse é um grande esforço que a gente tem que fazer.

Além do mais, a gente tem que investir, então, como o Dr. Renilson já colocou aqui, na formação, na educação permanente dos profissionais de saúde para esse esforço.

Além disso, não tem rede se a gente não organizar regionalmente, se não fortalecermos os mecanismos de governança regional, o que, apesar de que a Constituição já continha os princípios organizativos desse processo, no caso do SUS, é uma experiência ainda incipiente, uma experiência ainda muito recente de uma tentativa de mecanismos e de formas de organização para isso. Somente depois de 2006, começamos a organizar os colegiados de gestão regional, começamos uma experiência desse desenho. Esse colegiado é um fórum de planejamento, é um fórum de desenho dessa rede regional e de gestão regional; é um exercício, portanto, de uma cogestão regional dos serviços e que não é possível na dimensão do País, numa simetria e numa heterogeneidade do conjunto dos Municípios.

Enfim, a nossa política, lá atrás, de urgência e emergência de 2001 já continha os elementos da integralidade e os elementos de financiamento, porém, só agora, conseguimos viabilizar um pouco mais esse avanço, nessa perspectiva de integralidade de urgência e emergência. Tínhamos mecanismos voltados ao Samu, como o Dr. Paulo já colocou aqui, e agora estamos ampliando não só o próprio Samu, mas os outros componentes da urgência e emergência, como o pós-hospitalar, a questão da porta hospitalar, enfim, incluindo mecanismos como a atenção domiciliar, como já foi falado aqui pelo Paulo.

O Dr. Renilson já disse claramente sobre a questão dos dilemas. O Conasems aponta, há muito tempo, os dois dilemas em que se tem de ir além do setor saúde para se resolver: ou é um dilema da sociedade ou não resolvemos as questões. Um é o subfinanciamento do sistema crônico. No caso dos Municípios, a fonte se esgota, porque a capacidade de financiamento do tesouro próprio, o Tesouro Municipal, já é muito além de ser colocado pelo que esperamos em relação aos percentuais trazidos pela EC nº 29. O outro dilema, outro limitante, é a questão de recursos humanos, particularmente médicos.

Em qualquer análise comparada com outros países que têm acesso universal no mundo, a nossa fragilidade na questão de quantitativo, de formação e de adequação de recursos humanos é enorme, em qualquer área em que formos lidar com a saúde. Particularmente, essa questão dos médicos é uma necessidade, é um dilema, é uma fragilidade.

Então, todas as nossas políticas estão aí.

Agora, o que temos discutido ultimamente são avanços, primeiro, no próprio combinado de 2011, em que tínhamos um pressuposto da divisão do bolo de financiamento, considerando-se que o componente federal, até porque é quem mais arrecada, comporia 50% do custeio da rede de urgência e emergência na sua integralidade em todos os componentes, do pré ao pós; que 25% seriam dos Estados e 25%, dos Municípios. Embora isso estivesse na política em 2001, estávamos muito longe desse patamar. O próprio Ministério reconhece que, nos últimos tempos, isso só atingia, no Samu, no máximo 30% desse custeio. Então, há um aumento agora considerável de valores, numa programação – e na lógica de desenhar a rede até 2018 – que vai de 18 bilhões a 41 bilhões até 2018, numa previsão. Em cima desses acordos, em cima dessa perspectiva de integralidade, já acordamos no tripartite o conjunto de diretrizes.

Termino aí, mas vou deixar com a Comissão duas publicações que temos no Conasems – elas estão disponíveis no *site*. Uma é “Rede de atenção à saúde”,

uma publicação de 2008, e outra é "A atenção básica que queremos", que saiu agora em 2011, em que traçamos um pouco os detalhes. Deixo com o Presidente Humberto Costa.

Enfim, essas são as colocações que queríamos fazer para vocês. Estou aberto aqui ao debate.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco/PT – PE) – Quero agradecer a exposição do Dr. Nilo Brêtas Júnior.

De imediato, concedo a palavra ao Dr. Sergio Timerman. Ele veio à Mesa e eu falei que vou fazer a sua apresentação. O Dr. Sergio Timerman é Diretor da Divisão Clínica do Laboratório de Pesquisa, Treinamento e Simulação em Emergências Cardiovasculares do Instituto do Coração do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, que tem a palavra.

O SR. SERGIO TIMERMAN – Bom-dia a todos!

Eu queria agradecer ao nosso ex-Ministro da Saúde e atual Presidente do Conselho Nacional de Saúde do Senado, Dr. Humberto Costa, e, com isso, agradecer a todos os presentes à Mesa, em particular ao Paulo de Tarso, há muito tempo nosso colega nessa luta.

Vou tentar trazer aqui uma contribuição um pouco diferente, muito mais o lado de um educador e de um médico que há trinta anos – no ano que vem, eu farei trinta anos como médico cardiologista – milita principalmente na área de urgência e emergência.

Quero concordar absolutamente com todas as falas aqui, na Mesa, e mostrar realmente a complexidade que é esse quebra-cabeça da urgência e emergência, do pré-hospitalar até pós-sala de emergência, até as unidades críticas e outras coisas mais.

Eu acho que passamos aqui por uma série de fatores importantes que devem ser discutidos e vivenciados. Uma foi aquilo que o Dr. Renilson nos colocou, que é a importância das causas externas que acometem nosso País nas idades entre 15 a 40 anos. Agora, militando na minha área, na área clínica, a atenção às causas externas, inclusive pela mídia, é muito grande, mas, quando avaliamos as causas que realmente mais matam neste País, que são as doenças cerebrovasculares acima dos 40 anos, para essas, temos uma atenção muito pouca da mídia e, muitas vezes, dos nossos gestores. Quando falo em nossos gestores, falo de gestores inclusive dentro das unidades hospitalares.

Tenho vivenciado, mesmo dentro do Instituto do Coração e em outras instituições, como é difícil o trabalho, como é difícil o entendimento das pessoas das unidades de emergência, desde a formação realmente do profissional. Hoje, existe quase que uma luta, para não dizer um debate, da formação ou não do profissional de emergência. Não temos hoje uma homogeneidade na formação do profissional de emergência. Se formos pegar a história do Samu, se formos pegar a história dos pronto-socorros, das Unidades de Primeiro Atendimento e das próprias unidades básicas, a formação... Só um aparte: eu estou com uma residente que está fazendo um trabalho interessantíssimo que é avaliar, por exemplo, o currículo médico em que se fala de emergência médica. É uma catástrofe, é um caos. O médico formado hoje, pela imensa maioria, sai absolutamente – estou falando do profissional médico, imaginem os outros profissionais – insuficiente em termos de atendimento de urgência e emergência. Eles não têm condições. Eles acabam aprendendo na luta, naquele momento da vida dele.

Então, eu acho que passa por uma reforma curricular nas escolas e exigência nas escolas dos profissionais de saúde e do profissional médico. O que vemos é que existe realmente pouca atenção a essa classe tão importante de profissional de saúde.

Trazendo para a cardiologia, se formos ver, em termos de mortalidade, hoje – corrijam-me se estou errado, eu não sou gestor nisto –, o que mais mata em nosso País hoje são as doenças cerebrovasculares. Elas matam mais, têm um imenso custo e têm um imenso problema de morbidade: quando não mata, acaba sendo um dispêndio enorme de longo tempo, muito mais dificultoso inclusive no tratamento que o câncer de mama, o câncer de pulmão, etc.

Trazendo um pouco do que o Dr. Renilson nos trouxe, acredito muito que não basta termos equipamentos, não basta termos tecnologia, não basta termos os melhores medicamentos. Eu falo que equipamento, tecnologia e medicamento não são utilizados sozinhos. Precisamos da sensibilização da população. Temos de educar e conscientizar o profissional da saúde. Temos uma modificação... Se pegarmos 30 anos atrás, quando fui aprender a tratar infarto agudo do miocárdio, tínhamos uma mortalidade em torno de 30% de infarto agudo do miocárdio. Hoje, estamos em torno de 5,5% a 6%. Mudou e muito. E isso, pela tecnologia, pelas novas medicações. Por isso, está aumentando o número de pacientes, a idade; estamos aumentando a possibilidade de essas pessoas adentrarem num hospital, mas estamos também produzindo um exército de pacientes e de pessoas mutiladas. Para mim, mutilado não é o paciente que está acidentado; é aquela pessoa que faz um atendimento de infarto agudo do miocárdio ou de um acidente vascular cerebral de maneira inadequada, no tempo inadequado. Porque, se isso acontecer, ele vai ter uma sequela que vai ser um problema de saúde pública, tanto do acidente vascular cerebral quanto do infarto agudo do miocárdio. Se pegarmos

um pós-infarto que não morreu – porque, se morreu, é o menos problemático – e se manteve com insuficiência cardíaca, vejam os custos pós desse paciente até o seu destino final, que será a morte.

Então, é fundamental que a gente treine a nossa atenção básica, que a gente faça uma conscientização... Conscientizar a população é uma faca de dois gumes. Quando conscientizamos a população, temos de conscientizar e ensinar o profissional de saúde. E aí entram muito – importante que vocês colocaram – os protocolos, que são fundamentais, aos quais, muitas vezes, as pessoas são um pouco resistentes. Acho que, no século XXI, não é mais possível se fazer medicina do "eu acho", "a minha opinião"; nós temos protocolos nacionais e protocolos internacionais muito bem trabalhados e que podem e devem homogeneizar o atendimento e a conduta em nosso País.

Eu diria que, resumindo, o que passa para nós discutirmos é fazermos realmente um currículo para o profissional de saúde na formação de emergencista, segundo a conscientização da população, conscientização desse profissional de saúde; treiná-lo, exigir dele, fazer com que as portas de pronto-socorro sejam atrativas para o profissional de saúde e que não seja simplesmente um outro local porque ele não tem outro local para trabalhar, indo para aquelas unidades; e que sejam realmente pessoas preparadas e que possamos, com isso, melhorar o atendimento das doenças clínicas agudas e das doenças de causas externas.

Acredito que, além de tudo, esse é um trabalho importante. Falo que prevenção é mais importante do que a ação, mas, para a ação, é fundamental que as pessoas estejam realmente preparadas. Eu diria para vocês que fico muito feliz em ver, nos últimos anos, o crescimento – cresceu com o senhor – do Samu, mas, ao mesmo tempo, o Samu traz um grande problema, porque vai enchendo as unidades de emergência e as pessoas precisam estar mais preparadas. Ou seja, criamos um monstro e precisamos agora fazer com que ele não seja mais monstro, mas que seja muito bem educado e trabalhado, porque é isso que nós queremos. Nós queremos fazer uma medicina de primeiro mundo com pessoas e, para isso, precisamos capacitar e informar nossos profissionais. Drogas, medicamentos, tecnologia são fundamentais, mas não se fazem sozinhas.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco/PT – PE) – Agradeço a exposição do Dr. Sergio Timerman.

Quero registrar aqui a presença do Senador Waldemir Moka, que, com o Senador Eduardo Amorim e comigo, assinou este requerimento para a realização desta audiência, e também a presença da Senadora Ana Rita.

Já tivemos a exposição dos quatro integrantes da Mesa. Teremos, agora, a abertura de prazo para as interpelações ou manifestações.

Quero iniciar, porque tive o privilégio de ouvir todas as exposições e, de certa forma, os meus questionamentos também podem ajudar os nossos Senadores Moka e Ana Rita, aqui presentes, para fazerem os seus.

Uma constatação importante é a de que, como disse o Dr. Sergio Timerman, precisamos, em primeiro lugar, valorizar o papel e a função dos que atuam nas áreas de emergência. Geralmente, os que estão especialmente na emergência hospitalar são profissionais jovens que almejam, num espaço de tempo curto, acessar uma especialização, para que possam sair daquele espaço, ou, muitas vezes, são profissionais que não conseguiram se adaptar em nenhuma outra área, ou profissionais aposentados, porque a própria área não tem a valorização importante, o reconhecimento que outras áreas têm. Na verdade, é até uma coisa de muitos países, mas muito própria do Brasil. Em outros lugares, o profissional da emergência é tido como um profissional extremamente reconhecido e valorizado. Mas também tem um pouco a ver com as próprias características do serviço.

Os profissionais do Samu, por exemplo, têm outro nível de valorização por parte da própria população, por ser um serviço que funciona com desenho de excelência, mas que tem esse aspecto ao qual o Dr. Sergio se referiu: de que o Samu permite a regulação e que se leve para a emergência hospitalar quem realmente precisa ir para lá, e não estamos, muitas vezes, adequados a realizar esse tipo de atendimento. E aí surgem vários problemas, a ação de segurar as macas para impedir que cheguem novos pacientes, etc.

Quero dirigir a minha pergunta exatamente no sentido de colocar o que, do ponto de vista dessa construção de uma visão, de uma imagem melhor para o profissional que atua na emergência hospitalar específica, propriamente dita, está sendo feito? E o que o Ministério imagina trabalhar no enfrentamento desse grave problema hoje, que é um dos grandes gargalos, ou seja, o atendimento hospitalar de emergência propriamente dito?

Quero perguntar sobre qual é a cobertura hoje do Samu? Quais as metas para 2011? Gostaria de saber, também, em termos de recursos disponíveis, o que se pensa, hoje, no sentido da constituição de uma rede de leitos de retaguarda? Esse é um grande problema também. Que estímulos estão sendo dados? Porque essa é também outra área pouco nobre do atendimento, quem fica com o paciente que está no processo de recuperação. O que está sendo feito, nesse aspecto, para ampliar?

A última coisa que quero perguntar, porque não tenho feito muitos estudos e muito menos trabalhado diretamente na atenção, mas sempre procuro acompanhar as informações, o que tem de mais recente nisso e, principalmente, o que os nossos gestores têm constatado. Mas não é preciso fazer nenhum estudo, basta ir para qualquer hospital de emergência e fazer uma observação grosseira para identificarmos que os casos de acidentes de motocicleta são de extrema gravidade e de extrema relevância no cômputo geral dos atendimentos e dos problemas de emergência. E, mais do que o volume, a quantidade, a gravidade e os grandes prejuízos que advêm daí para o sistema de saúde. É um lesionado grave, com longa permanência no hospital e a própria Previdência Social, já que isso demanda afastamento longo, prolongado do trabalho. Acho, já tive oportunidade de dizer, que uma das coisas em que erramos muito foi, primeiro, esse estímulo exagerado ao uso da motocicleta e, segundo e mais grave, a regulamentação de determinados serviços que são feitos com motocicleta. Por exemplo, os chamados mototáxis, que são uma verdadeira praga, especialmente no Nordeste, e que expõe não somente o condutor, mas também o passageiro a acidente de suma gravidade. Não seria o caso de o Ministério da Saúde estimular algum tipo de mudança na legislação, pelo menos no caso dos mototáxis, em que se obrigasse, para existir esse tipo de serviço, um tipo de veículo, como o triciclo ou coisas que a gente vê na China, na Índia, etc, que reduziriam bastante os riscos de acidente, ou simplesmente a rediscussão sobre a regulamentação dessa profissão?

Deixo aqui aberta a palavra para a Senadora Ana Rita e o Senador Waldemir para depois a gente poder falar.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Inicialmente, Presidente Humberto, eu quero me desculpar. É que aqui no Senado...

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco/PT – PE) – Nós somos 81 para...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Nós somos 81 e...

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco/PT – PE) – ...cem comissões.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Exato. Mas eu estava presidindo outra comissão e não tinha como sair.

Mas quero primeiro saudar esta audiência, porque acho que ela é muito importante. Eu havia dado a minha contribuição, no requerimento do nosso Líder Humberto Costa e nosso Presidente aqui, no sentido de trazer a Doutora Beatriz Dobashi, Presidente do Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Saúde do nosso País, minha contemporânea de faculdade: a Bia; e o Dr. Renilson. Acho que a Bia está até de férias. Mas eu acho que é uma discussão importante. Por isso eu queria dizer algumas coisas importantes, Dr. Sergio.

Eu fui um daqueles acadêmicos que aprendeu essa questão da urgência e emergência, porque fiz estágio numa clínica particular, em Campo Grande, chamada Proncor, que era a forma pela qual os acadêmicos... ou o Pronto-Socorro da Santa Casa, em Mato Grosso do Sul, ou em alguma... E acho que esse realmente é um dos grandes problemas, porque – o Dr. Renilson me ajudou no chamado protocolo – é alguma coisa impressionante.

Os médicos mais antigos são muito resistentes a essa coisa de protocolo. Isso é uma coisa impressionante. O cara quer tratar o infarto agudo do miocárdio com aquilo que aprendeu ainda, e ele tem uma resistência muito grande nisso. E isso é uma coisa que nós temos que realmente, talvez...

O cara que quer fazer, ele vai para um plantão, num pronto-socorro, Humberto... Às vezes está ali, tal, há não sei quantos anos dando aquele plantão, mas o problema é que essas coisas mudam. O colega tem que se atualizar, porque senão, realmente, é uma questão... Eu diria que entre essas questões, é fundamental essa questão. Eu acho que é. Talvez, no aprendizado, a gente precise ter uma cadeira específica mesmo.

À medida que nos estruturamos com o Samu, o que está acontecendo? As pessoas... Aí, é claro que, felizmente, elas deixam de morrer porque tem um atendimento especializado. Antigamente, essas pessoas não davam nem entrada nos pronto-socorros e acabavam ali mesmo, porque não tinha um atendimento. Agora, a pessoa vai lá e é entubada, tem todo um procedimento. E essas pessoas chegam, realmente... E quando chegam, é preciso que nessas estruturas tenha também gente especializada para receber.

Nós criamos – eu acho importante isso – uma estrutura capaz de evitar que a pessoa... o politraumatizado é entubado, tem os primeiros socorros; e isso faz com que a pessoa chegue realmente. Agora, não adianta esse esforço se lá não tivermos um atendimento à altura de fazer com que esse esforço seja realmente contemplado.

Eu queria me ater, Presidente, até por uma questão de coerência, àquilo que ouvi, que foi a fala do Dr. Sergio Timerman, com quem eu quero... E dizer que não sei se foi abordado, mas temos uma questão que é a do financiamento da saúde. É um subfinanciamento. Não tem como esconder essas questões. Essa é uma questão que incomoda a gente, porque você ouve um monte de argumento de que tem que ter... O pessoal fala que há um desperdício de dinheiro e falta de ges-

tão, etc. Eu posso concordar com tudo isso, mas na verdade temos realmente um subfinanciamento, basta a gente comparar o que se investe no Brasil com o que se investe em outros países que vamos concluir. Quer dizer, nós temos a coisa agravada. Um subfinanciamento e uma questão de gestão. Mas não dá para você querer debitar essa questão do financiamento. E aí nós precisamos realmente resolver. Essa é uma questão importante.

Eu fico por aqui, por uma questão até de coerência. Perdoem-me e me desculpem. Estou aqui desde oito e meia da manhã. Podem ter certeza disso. Só que tenho certeza de que a Senadora Rita também, e os outros colegas, estão ainda querendo terminar as outras audiências.

De qualquer forma, vocês falaram para a pessoa que tem o maior poder político nesta Casa, que é o nosso Líder Humberto Costa. E isso é fundamental.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco/PT – PE) – Quem dera!

Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Primeiramente, bom-dia! Boa-tarde quase, não é? Já é meio dia e dez.

Eu quero dizer que estava também na outra Comissão de Direitos Humanos presidindo a audiência pública, que era uma iniciativa também do Senador Humberto. Por isso, estou chegando aqui agora.

Embora eu não tenha escutado todos, o tema saúde mexe com a vida de todos nós. Quando o Senador Humberto fala da questão dos motociclistas, do transporte em moto, que hoje tem sido um dos grandes motivos de acidente no trânsito e por isso nossos hospitais estão superlotados, na verdade o Senado, pelo que recebi de informação, aprovou, disciplinou – vamos dizer assim – o transporte com motocicletas, principalmente para o interior.

Então, na verdade, é uma política pública de transporte para as pessoas que não têm acesso ao transporte coletivo, mas ao mesmo tempo aquele que usa motocicleta se não for também treinado, bem preparado, acaba provocando inúmeros acidentes.

Eu sou de um Estado, o Espírito Santo, onde o índice de acidentes por moto é muito alto. Praticamente, quase todos os dias a gente vê mortes por acidente com moto. Aí há várias questões que a gente precisa aprofundar, discutir, para que possamos trabalhar preventivamente esse tema, porque os acidentes por trânsito têm sido muito altos, não só por carros, mas também por moto.

Eu queria fazer uma breve fala, a partir de algumas informações que a gente tem do próprio Ministério da Saúde. Na verdade, quando falamos na prevenção, de um modo geral, essa estratégia de Saúde da Família, em minha opinião, é uma grande política do nosso Governo Federal, porque são os profissionais de saúde indo ao encontro da população, para fazer todo acompanhamento e orientação, cuidando daquele ou daquela paciente, para que não precise ir até o hospital ou à unidade de saúde mais próxima. São os profissionais de saúde indo até a pessoa, no sentido de acompanhar e orientar, enfim, para que essa pessoa seja bem atendida. Nós sabemos que com essa estratégia se reduziu muito o índice de mortalidade infantil, inclusive, em função desse acompanhamento mais próximo.

Aliado ao fortalecimento do Programa Saúde da Família foi criado o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência, o Samu 192. É muito legal. A gente chega à cidade e as ambulâncias não param. É impressionante como esse serviço é muito utilizado. Quando não se tinha 192, não sei o que a população fazia. Acho que morria muita gente, porque não tinha como chegar até o hospital. O 192 hoje é constantemente acionado. Eu falo isso porque também lá no meu Estado nós vemos as ambulâncias, o dia todo, se movimentando muito.

Lamentavelmente, as estruturas dos nossos hospitais ainda são deficientes e, muitas vezes, as ambulâncias têm que ceder suas macas, lá no hospital, para atender aos pacientes que chegam. Então, a gente ainda precisa fortalecer a estrutura física dos hospitais, para que eles possam acolher bem o paciente que chega.

A política do atendimento móvel por meio do Samu 192 tem sido muito importante, porque desafoga o atendimento e proporciona às pessoas o atendimento muito mais rápido

Eu gostaria de fazer um destaque, porque tenho alguns dados, inclusive com relação à Unidade de Pronto Atendimento, a UPA, que vem consolidar essa estratégia. Na verdade, são dados até 2011 de Unidades de Pronto Atendimento 24 horas. Foram construídas 500 unidades de ponto atendimento até 2011, ao custo médio unitário de dois milhões para construção, e custeio de 175 mil ao mês. É muito alto o valor. São os dados que eu tenho aqui.

Até novembro de 2010, foram habilitadas 489 UPAs, beneficiando 373 Municípios. Existiam 87 UPAs em funcionamento, em novembro de 2010, e 402 estavam em construção.

Com relação aos resultados obtidos através das UPAs, uma cobertura de cerca de 1.200 Municípios e 160 milhões de pessoas atendidas, ou seja, 85% da população brasileira atendida através das UPAs. São cerca de 13 milhões de pessoas atendidas por ano; 1.956 ambulâncias, quatro helicópteros, sete ambulan-

chas para atender às regiões possivelmente do Amazonas, 400 motolâncias, 220 centrais de regulação. Tudo isso até novembro do ano passado.

Que Estados são cobertos por essa política? O Acre, Alagoas, Amazonas, Amapá, Ceará, Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraíba, Pernambuco, a terra do nosso Senador Humberto Costa, Rio Grande do Norte, Roraima, Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina e Sergipe.

Ainda não é o País inteiro que está coberto por isso. Pelo que estou ouvindo aqui, eu gostaria de ouvir depois a opinião de vocês, se é isso mesmo.

Só para finalizar, no Samu, em 2009, o Brasil alcançou uma cobertura populacional de 105 milhões de habitantes, o que corresponde a um aumento de 19% comparado ao de 2008, atingindo um total de 1.237 Municípios para os quais foram disponibilizadas 2.158 ambulâncias. Ainda em 2009, foram habilitadas 250 UPAs, como já disse aqui anteriormente.

Então eu penso que a política na área da saúde está crescendo, está avançando, mas ainda existem muitos Estados e Municípios brasileiros que ainda não foram contemplados por essas políticas públicas.

Se vocês puderem falar um pouco sobre isso, eu gostaria de ouvir.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco/PT – PE) – Agradeço à Senadora Ana Rita e, de imediato, passo a palavra aos integrantes da Mesa, a fim de que possam prestar as suas respostas.

Começo pelo Dr. Paulo de Tarso Abrahão.

O SR. PAULO DE TARSO ABRAHÃO – Primeiro, levantando algumas questões que foram colocadas com relação à emergência hospitalar, acho que esse é um foco mesmo que agora, na rede de atenção à saúde, na rede de atenção às urgências, esse é um foco grande e passa muito pelo que o senhor falou, na questão do financiamento.

Então, na proposta de implantação das redes tem uma discussão de recurso financeiro, tanto para investimento quanto para custeio, para todos os componentes, mas especificamente para essa área hospitalar, porque é importante mesmo que a gente tenha um subfinanciamento da saúde.

Os dados, Senadora, a gente tem o Samu implantado em todos os Estados, mas não com cobertura 100%. Temos poucos Estados com cobertura 100%. O Estado de Sergipe está 100%, Mato Grosso ou Goiás vai estar... Cem por cento hoje, a gente tem só o Estado de Sergipe com cobertura do Samu 192, 100%. Mas a meta nossa é, em 2014, chegar a 90 e poucos por cento de cobertura do Samu e, até 2017 ou 2018, 100% de cobertura do componente móvel, que é o Samu.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Na hora em que isso chegar a 100%, é preciso entender o que vai acontecer exatamente nesses hospitais. Em Campo Grande, estamos colocando um hospital de trauma. Essa é outra questão. Quer dizer, os pronto-socorros têm que ter uma retaguarda, que é exatamente o acidente vascular cerebral, o politraumatizado. Ele tem que dar entrada no pronto-socorro, mas tem que ir direto para um hospital de trauma, senão nós não vamos dar conta do...

Eu fico feliz em saber que vamos ter cobertura de 100%. Mas isso tem que ter – acho que é importante colocar – proporcionalmente essa estrutura para atender, para recepcionar esses pacientes politraumatizados.

O SR. PAULO DE TARSO ABRAHÃO – Perfeito, concordo plenamente com o senhor. É por isso que estamos falando agora em rede. Não adianta pensar só num componente da urgência móvel, que é o Samu 192. Agora estamos falando de estruturação das redes de atenção à urgência, começando desde a atenção básica ou primária de saúde, que é o maior serviço e a maior estratégia que temos em saúde no Brasil, de maior qualidade. Eu tenho mais de 30 anos de formado como médico, e me incomoda profundamente quando ouço de um colega assim: ah, ele é do postinho, falando inclusive no diminutivo, como se aqueles profissionais do PSF ou da unidade básica fossem pessoas com menor qualidade. Pelo contrário, são os profissionais que mais têm que saber de saúde, porque vai desde a promoção e prevenção até a recuperação, desde o intra-útero até o idoso.

Então, os eixos estruturantes não são mais por componente, e sim por redes. Há toda uma estratégia de discussão da urgência por rede, em todos os componentes, até porque um componente sobrecarrega o outro, sem se esquecer da questão do eixo da promoção, que para a urgência é mais importante.

O meu sonho, Senadora... Trabalho na urgência desde 89. E nós, da urgência, fazemos plantão jogando baralho. Isso significa que a população está assistida, tem poucos agravos. Agravos de urgência deveriam ser pequenos. Como ela está desassistida, as ambulâncias gritam muito. Então, o meu sonho é assim: a gente conseguiu fazer promoção, os hipertensos, diabéticos; conseguimos interferir na violência na questão do parto, que é extremamente complicado. Nós temos hoje parto de urgência que não deveria ser, porque é um evento de saúde. E por aí afora. Saúde mental, etc e tal.

A gente quer evoluir agora. Graças a Deus, a gente começou em 2000 até 2002, quando desenca-

dearam todas essas discussões da urgência. E posso dizer com tranquilidade que a gente tem um terreno fértil, preparado, para discutir as urgências agora como um conjunto de componentes e eixos estruturantes importantes, como foi colocado aqui na Mesa. Se a gente não entrar a fundo no financiamento do sistema, nessa discussão, que é essa proposta que foi discutida no Conass e Conasems... Se não os Municípios...

A minha vida toda fiquei em São Paulo. Fui para a Bahia faz nove anos e foi uma experiência, para mim, a mais rica, nem se eu tivesse feito mestrado e doutorado, porque em São Paulo eu ficava lá... Não, você tem todos os recursos. Na Bahia, eu saí rodando aquele Estado todo, com Municípios de pequeno porte em que qualquer discussão técnica que a gente faça, não tem economia de escala nem de escopo. Então essa discussão é linda, mas, quando chega a um Município pequenininho, e aí? Como fazer? Então é isso que a gente está querendo encaminhar agora.

A questão da capacitação é fundamental. As nossas escolas se afastaram da urgência. Você tem, em São Paulo, as academias que estão dentro da urgência, mas, quando rodei este País, a maioria das academias se afastou da urgência. Na Bahia, a gente não tem nenhuma universidade, por exemplo, que tenha atendimento e formação em urgência, nem médica, nem enfermagem, nem serviço social, em nenhuma das áreas. E disso, sai um grupo de profissionais que vai ganhar seu dinheiro, como o Senador colocou aqui, no plantão da urgência, sem uma formação, sem uma qualificação. É nesse sentido que estamos trabalhando fortemente a capacitação, mas acho que, além de capacitar, devemos buscar uma ação para que, juntos, possamos tentar interferir nessa questão da formação curricular, o que é importantíssimo.

Vejo que outro eixo estruturante é a questão da regulação. Para que os senhores possam entender, seja qual for o serviço que a gente implante, o que dá o eixo estruturante para tudo isso é a estruturação.

Então, não é a ambulância do Samu que dá o eixo estruturante. No caso de eu ter um agravo, quem puder discar para o serviço, falar com uma equipe de saúde, ou o médico orienta os procedimentos para esse caso de agravo ou a saúde terá de vir até a mim. Essa central fala, depois, com a unidade de saúde e organiza esse sistema. Então, esse é um eixo estruturante importantíssimo.

Outro eixo estruturante é conseguirmos ter acolhimento com classificação de risco. Não dá para falar – desculpe, Senador – de urgência e emergência.

O nosso conceito técnico de urgência e emergência é maravilhoso, ele me diz quanto tempo tenho para fazer um atendimento ao paciente. Na emergência, tenho que ser rápido, porque há um risco potencial de morte; na urgência, posso esperar um pouco mais. Na minha opinião, isso é ótimo para fazer prova, porque na hora em que qualquer um de nós tiver qualquer agravo, outras coisas devem ser avaliadas. Temos vulnerabilidades diferentes, temos valências sociais diferentes, temos variáveis de intensidade de dor em horários diferentes, a mesma dor, em horários diferentes, muda a gravidade.

Um grande salto de eixo estruturante que podemos dar é mudarmos esses valores, o juízo de valor de todos nós, profissionais de saúde, para que a urgência possa ser classificada de acordo com a sua necessidade e, a partir daí, o recurso também esteja de acordo com aquela necessidade, no tempo daquela necessidade.

Uma dor de dente às 14 horas tem uma valência e vulnerabilidade totalmente diferente da mesma dor de dente às 02 horas da manhã, numa zona rural. É muito difícil falar isso para os nossos colegas médicos, porque somos informados de que a urgência é isso e a emergência aquilo.

Então, são eixos estruturantes dos quais precisamos.

Como último ponto, eu devo lembrar a necessidade de estarmos mais próximos da sociedade. Não adianta só discutir. Na gestão do Senador, ficávamos muito no Ministério plantando essa portaria toda, mas qual foi a nossa conversa junto à sociedade? A gente implanta o Samu, discute por meses, e a sociedade tem que ter uma bolinha de cristal para saber quando pega o telefone e disca 192? E, se ela liga errado, ainda acho ruim?

Então, temos que caminhar no sentido desses eixos estruturantes.

Por isso, quando me falaram desta Mesa, achei ótimo. Temos muito que crescer juntos. Acho que as ações que foram feitas do Samu, de UPA, elas deram um salto. Elas prepararam um terreno institucional, social, etc., para que agora a gente dê passos maiores no enfrentamento de tudo que foi colocado.

Temos essa dívida com a sociedade.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco/PT – PE) – Muito bem. Muito obrigado, Dr. Paulo de Tarso.

Passo a palavra ao Dr. Renilson Rehem.

O SR. RENILSON REHEM – Bem, acho que temos uma confluência muito grande com tudo que foi colocado aqui.

Quero reiterar a importância desse tema e destacar, mais uma vez, que a proposta que o Ministério trouxe para a discussão com os Secretários Estaduais do Conass e os Secretários Municipais por meio do Conasems é bastante ampla, bastante completa.

Acho que temos que ter um trabalho para conseguir realmente atuar em todas as frentes, porque temos que ter essa parceria com a sociedade, para tentar reduzir os agravos, principalmente as causas externas; nós temos que melhorar muito a atenção básica, para que se possa fazer o diagnóstico e cuidar dos pacientes, porque, se não fizermos nada, eles estarão na unidade de emergência mais adiante. Precisamos ter estrutura para atender as pessoas. Precisamos ter profissionais qualificados.

Na verdade, a minha sensação é a de que vivemos uma situação contraditória em relação à urgência e à emergência, porque tem uma grande repercussão na mídia, mas, ao mesmo tempo, não mobiliza a sociedade para uma solução. É como se a solução estivesse na mão de outros, quando, na verdade, a solução para a questão da urgência e emergência, primeiro, é que ela não é só setor saúde, não é só do médico, não é só do hospital. Ela é uma questão muito mais ampla, que tem que ter a participação de todos os setores.

Em relação aos profissionais, não só a questão da qualificação, mas a questão da própria remuneração. Porque, se remuneramos mal quem trabalha na emergência, ele fica ali mal preparado enquanto não acha outra coisa para fazer.

Entre os médicos, há o clássico comentário de que o cara que chega, o novo será o plantonista de sábado à noite. Ou seja, a pior condição que se pode dar a um médico é a de plantonista de emergência de sábado à noite. Esse está no fogo do inferno. Então, ele vai trabalhar para sair dali, para fazer alguma outra coisa.

Portanto, temos que trabalhar todas essas questões de forma completa. Vejo com muita satisfação essa audiência pública aqui no Senado. A minha expectativa é a de que haja continuidade para que isso possa repercutir. Estamos aqui na Casa do povo, na Casa que representa todo o povo brasileiro; por isso acho fundamental que o Senado continue dando desdobramento a esse tipo de iniciativa, para que possamos transformar o entendimento da questão da emergência.

Normalmente, para a população, basta que haja ambulância e hospital, e tudo estará resolvido. Na verdade, é muito mais complexo do que isso.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco/PT – PE) – Muito obrigado, Dr. Renilson.

Concedo a palavra ao Dr. Nilo Brêtas.

O SR. NILO BRÊTAS JÚNIOR – Primeiro, eu gostaria de dizer que os Secretários Municipais de Saúde do Conasems têm uma expectativa muito otimista em relação ao momento. Raramente um Presidente da República se ocupou do tema tão profundamente como temos relatos agora da equipe do Ministério, na tripartite, se ocupando com quais são os pressupostos, as metas, a indicação, enfim. Temos uma posição otimista porque há questão de saúde não só na urgência, na emergência, na própria Atenção Básica, na Rede Cegonha. Essas coisas dialogam no dia a dia e no funcionamento.

Mas isso está na agenda da Presidente, o que nos deixa com boas, excelentes expectativas.

Em segundo lugar, há essa confluência, porque não há o que fazer. Ou organizamos a rede de Atenção à Saúde como um todo, ou estabelecemos os caminhos, os fluxos desses usuários, os mecanismos para lidar com as pessoas, com o cidadão no caminho dessa rede, ou estaremos sempre faltando pedaço, faltando parte dessas questões.

Temos grandes dificuldades, até pela questão de não termos investimento público em retaguarda hospitalar, por exemplo, no País. Então, é lógico que há um déficit aí. Não sabemos a quantificação muito precisa, mas temos uma dificuldade muito grande nessas questões há vários anos e sabemos o que tem que ser feito.

Investir na promoção da saúde, na estratégia de saúde da família, na cobertura real das pessoas, poderia evitar muitas coisas. Talvez a tragédia de Realengo não tivesse acontecido se houvesse uma cobertura na região real de uma equipe de saúde na família, de agentes comunitários no domicílio visitando, acompanhando.

Realengo, no Rio de Janeiro, tem hoje uma cobertura de uma equipe para dez mil pessoas. Na verdade, é inviável fazer um acompanhamento das situações no domicílio com esse quantitativo. Esse é apenas um exemplo.

Ter leitos, ter o funcionamento da Atenção Básica, com toda a dificuldade, porque não dispomos de adequação de nossas unidades básicas... A última Pesquisa da Assistência Médico-Sanitária do IBGE, a AMS, mostra que 75% das nossas unidades básicas não estão adequadas, do ponto de vista de metragem, para a execução de coisas simples. O acolhimento com classificação de risco não acontece só na urgência, mas também acontece na Atenção Básica; o protocolo tem que ser o mesmo, porque se Atenção Básica não conversar com o Samu e com o hospital, se tiver um caso agudo, aí danou-se: instala-se o dano e não uma solução. Então, não importa: atendimento com classificação de risco, consultório médico separado do consultório de enfermagem, vacina, sala de vacinação adequada. E tem mais outra coisa. São quatro questões básicas, 75% delas não estão adequadas para isso.

Se a gente for olhar a rede hospitalar, vai ser outro tanto de necessidade, não só de estruturação e de reforma. Isso a gente está trabalhando, de alguma maneira, nessa nova política.

Os nossos mecanismos da rede complementar ao SUS, sejam filantrópicos, sejam hospitais universitários, são outros mecanismos que precisam também melhorar, porque têm uma importância enorme nessa questão da urgência, da emergência também. O hospital universitário tem de fazer atendimento, e até hoje a gente fica discutindo qual é o protocolo da urgência no hospital universitário. Urgência referenciada não é urgência. São discussões do dia a dia da gestão com toda uma complexidade, mas que estão enquadradas no eixo dessa reorientação, desse reforço na política, nessa perspectiva da integralidade que a gente vem encaminhando.

Nós não temos nenhuma dúvida de que é preciso investir em todos os pontos, em todas as modalidades, da Atenção Básica às equipes de atenção domiciliar, que têm que estar no pós-hospitalar, mas atreladas e fortemente integradas com Atenção Básica, passando pelo Samu, pela atenção hospitalar. Mas, investir nos pontos de atenção sem que os componentes se coordenem é colocar os poucos recursos que temos para pouquíssimos resultados. Com certeza, se essa rede não se falar, não conversar, é difícil. O problema não é termos macas, embora a imagem do leito maca seja ruim, enfim, o desconforto das pessoas seja ruim. O problema não é termos isso; o problema é termos leito maca, mas sem acolhimento, sem o usuário acolhido, sem o risco ser estabilizado, sem o risco classificado e sem entrar numa linha de cuidado. Essa é a maior dificuldade.

Existe progressivamente uma expansão dos serviços – eu acho que o Paulo mostrou isso aqui – ao longo de 2001 até agora, mas existe toda essa questão estrutural e que agora, com essa nova perspectiva e reorientando, readequando, recolocando essa questão do financiamento, a gente espera que haja melhores respostas ao sistema de saúde.

Estaremos realizando agora, de 8 a 12 de julho, o 27º Congresso Nacional das Secretarias Municipais de Saúde. Vai ser aqui em Brasília, no Centro de Convenções. Esse tema da rede, o tema da urgência/emergência, permeia na verdade todo o congresso. A urgência/emergência estará lá presente em oficinas, em mesas, enfim, onde a gente debaterá isso com o conjunto dos Municípios no País. É um tema importante na agenda.

A gente tem trabalhado. Agora, se não fortalecermos o próprio mecanismo de gestão do SUS, de gestão regional, de articulação entre os entes federados, porque a responsabilidade é interfederativa: ela é do Município, do Estado, da União, então a gente terá que ter os combinados de como fazer; se não apostarmos nesse aperfeiçoamento da gestão da rede interfederativa de saúde, vamos, com certeza, colocar recursos, gastar muito, mas com pouquíssimos resultados. Então, essa é aposta, é a melhoria da relação interfederativa, é a melhoria, sim, do financiamento.

A questão dos recursos humanos é dilema, é desafio estruturante do sistema, mas também, do ponto de vista da gestão, na resposta de gestão que a gente tem a dar, é preciso melhorar os nossos mecanismos de relacionamento. Estamos até discutindo contrato de atualização, contrato de ação pública, enfim, como formas de melhorar e aperfeiçoar a relação entre esferas de gestão.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco/PT – PE) – Agradeço ao Dr. Nilo Brêtas.

De imediato, concedo a palavra ao Dr. Sergio Timerman.

O SR. SERGIO TIMERMAN – Obrigado, Senador.

Eu queria trazer alguns exemplos práticos, até para ilustrar alguns pontos tocados pelo Senador Waldemir e pela Senadora Ana Rita.

Um ponto que o Paulo de Tarso trouxe é fundamental. Faço questão, depois, de encaminhar à Comissão, um trabalho que a nossa orientanda está fazendo lá em São Paulo sobre o ensino da urgência/emergência nas escolas de saúde. É realmente muito pobre. Eu vou mandar para vocês. Estamos já com uma avaliação de 70% das escolas. Realmente, existe um desserviço em relação à urgência/emergência.

A segunda coisa, antes de falar no exemplo prático, é que eu acho que nós devemos discutir... Porque existem hoje duas escolas, duas sociedades que estão lutando pela urgência/emergência: uma, acha que deve existir o profissional de saúde, da formação de urgência/emergência; e a outra, acha que é preciso certificar e não ser um profissional de saúde. Eu acho que este é um debate que o Ministério e o Senado deveriam encampar, deveriam estar trabalhando em conjunto com todos nós.

Outra coisa sobre a qual eu sempre me coloquei. Acho que um próximo passo, no futuro – agora estou falando aqui não como do Samu, do Ministério –, nós precisamos pensar se vai contribuir muito, em termos de atendimento mais rápido, a implantação do número único de urgência neste País. O número único é uma coisa que deve ser discutida. Acho que nós não temos que ter um número para bombeiro, um número para a polícia etc. Essa é uma opinião particular minha e do que vejo internacionalmente.

Trazendo os exemplos, no ano passado, especificamente dia 18 de outubro de 2010, saiu um novo consenso mundial, não um consenso brasileiro, assinado por praticamente por todas as sociedades internacionais sobre emergências cardiovasculares, ressuscitação e

primeiros socorros. Vejam a importância daquilo que foi colocado. Para quem não conhece, existe uma terminologia, desde 1992, chamada corrente da sobrevida. A corrente da sobrevida passa pelo atendimento, pela sensibilização da população em reconhecer a emergência, chamar por socorro, a chegada da ambulância. E eles incluíram, em 18 de outubro do ano passado, mais um elo dentro dessa corrente, que é o cuidado, dentro dos serviços de emergência, durante a chegada ao hospital, porque eles sabem que ali é o gargalo, que você salvou aqui, mas a corrente se quebra no momento em que a vítima chega ao pronto-socorro. Ela não vai ser atendida de maneira correta, ela vai ter um atraso no atendimento do seu acidente vascular cerebral, do seu infarto, ou do seu trauma; ou ela vai perder a hora de ouro e, aí, vai acabar morrendo no pronto-socorro. E é o que acontece. Na grande maioria das vezes, acontece isso.

Eu dou um exemplo nacional. Há cinco anos, o Instituto do Coração está treinando os seguranças do metrô de São Paulo. Segundo estatísticas, embarca por mês – eu gosto de colocar isso – uma pessoa que vai ter uma parada cardíaca no metrô de São Paulo. Noventa e sete por cento das pessoas, antes de cinco anos, morriam. E agora nós estamos com 68%, ou seja, nós tivemos um incremento de 30% a 32%. O nosso maior imbróglio, o nosso maior problema era o relacionamento com o Samu, porque o paciente sobrevivia e nós não conseguíamos. Agora, o terceiro problema é a chegada ao hospital. Então, vejam que nós temos um longo caminho a percorrer em relação a isso.

O Senador colocou e o Dr. Renildo me trouxe isto, sobre os protocolos. Eu não sei se tenho tempo para falar sobre isso. As pessoas falam sobre as instituições que são ilhas de conhecimento. Como falei, vou trazer um exemplo prático de uma instituição que é muito conhecida pelo bem, mas vou trazer alguns problemas que nós tivemos nela: o Instituto do Coração de São Paulo. Não estou falando em problemas financeiros, não. Estou falando de problemas inerentes.

Quando eu fui treinar – eu treino o nosso pessoal de saúde há muitos anos –, eu fui fazer uma simulação de atendimento em vários horários. Para essa simulação, eu tinha que fazer uma randomização nesses horários. Eu fiz umas enfermeiras colocarem alguns atendimentos e, para vocês terem uma ideia, alguns médicos acharam que nós estaríamos, médicos e outras enfermeiras – acabei entregando, mas foram os médicos principalmente –, achando talvez que eles perderiam o emprego. Então, eles foram quase que agressivos, nessa simulação, com os profissionais que estavam fazendo essa simulação. Não sabiam fazer muitas vezes o atendimento, dentro da própria instituição. O atendimento era retardado. Ou seja, para mim, era importante mostrar que essa ilha de conhecimento Instituto do Coração tinha que dar o exemplo também interno, e vimos que nós tínhamos grandes problemas em relação a isso. E nós modificamos.

Hoje eu faço treinamento em cada andar, que se chama treinamento de ilha. Faço algumas ilhas de treinamento para o profissional, quando nós sentimos que ele está fraco naquele seu atendimento.

Quando o senhor falou em protocolo, nesse dia 18 de outubro de 2010, foi proscrita – vou falar uma droga aqui, porque ela não tem nenhum problema, é conhecida de todos, que se chama atropina – a velha atropina no atendimento da parada cardíaca. Ela foi proscrita mundialmente. Nós passamos isso para alguns grupos já no Brasil. Um deles falou: – Eu sei que foi proscrito, mas vou continuar a utilização. Eu falei assim: – O que é isso, gente? Espera lá! Foi proscrito. Está se mostrando que ela mata mais do que ajuda. E ele: – Não, mas eu vou continuar utilizando.

Então eu acho que esse tipo de coisa, nós precisaríamos trabalhar em relação a esses profissionais.

Colocando aquilo que a nossa Senadora falou, sobre o programa Saúde da Família, eu diria que é um dos programas mais importantes que podemos ter no nosso País, até para acontecer aquilo que o Paulo estava colocando. Se nós quisermos ter um tempo melhor dentro dos pronto-socorros, temos que ter o programa Saúde da Família eficiente, para que nós realmente façamos a prevenção, façamos esse atendimento para que a gente evite ou diminua essa ação. Eu não tenho dúvida de que isso é fundamental.

Colocando aqui outro ponto, o dos acidentes de moto – você sabe que eu já estou me sentindo traumatizado, Senador. Em São Paulo, quando eu vou dirigir, eu vou para uma região em que eu me sinto ameaçado e ameaçando essas pessoas, que são às vezes uma arma contra a gente e contra eles próprios. Hoje nós temos um problema grave de saúde. Isso tem que ser regulado, gente. Se não for feita alguma coisa... Isso tem que ser regulado.

Para encerrar aqui, e até voltando ao Instituto do Coração, a gente fala da importância que é o Samu, mas é aquilo que nós criamos.

Na semana passada, se eu estivesse lá em São Paulo – nós da diretoria do instituto recebemos um relatório do instituto –, praticamente colapsou quinta e sexta-feira o pronto-socorro do Instituto do Coração. Nós tínhamos 200% acima da capacidade de atendimento do Instituto do Coração, sem possibilidade de internação dos pacientes. Por quê? Porque nós temos alguns, os núcleos que deveriam estar atendendo cardiologia, núcleos que não estão atendendo. Então, veja

que nós temos aí um leque, como eu falei, complexo e importante para nós trabalharmos.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Presidente Humberto, V. Exª... (*Pausa*.)

Antes de encerrar – e o Presidente Humberto fará o encerramento desta audiência pública –, eu queria colocar aqui em votação o requerimento de autoria dos Senadores Eduardo Amorim e Humberto Costa.

Leio o requerimento:

Com fundamento no art. 58, § 2º, incisos II e V, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, incisos II e V, do Regimento Interno desta Casa, requeiro a realização de audiência pública pela Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, a Cassaude, com o objetivo de discutir a situação dos hospitais públicos.

Para a ocasião, sugiro a presença do Dr. Roberto Luiz D'Ávila, Presidente do Conselho Federal de Medicina; da Drª Beatriz Dobashi, Presidente do Conselho Nacional de Secretários de Saúde; do Dr. Antônio Carlos Figueiredo Nardi, Presidente do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde; e da Drª Ana Paula Falcão, Coordenadora-Geral de Atenção Hospitalar do Departamento de Atenção Especializada da Secretaria de Atenção à Saúde, do Ministério da Saúde.

A autoria é do Senador Humberto Costa.

V. Exª tem a palavra.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Sr. Presidente, eu encaminho pela aprovação do requerimento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – A Presidência coloca em discussão o requerimento. (*Pausa*.)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado o requerimento.

Eu gostaria de passar a Presidência ao Senador Humberto Costa. (*Pausa*.)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco/PT – PE) – Senador Moka, quero agradecer-lhe... Pois não.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Eu gostaria de me lamentar por não ter ouvido a todos. Acho que essa é uma questão importante.

Quero dizer a você: estou em meu 9º mandato consecutivo, há muito tempo tive um encontro da minha turma de 35 anos. Sou um pouco mais antigo que o Dr. Sergio. E uma cobrança muito grande: Moka, você foi para lá e só discutia agricultura – sou do Mato Grosso do Sul, e tal. E é uma cobrança no sentido de que eu deveria ter uma atuação mais ligada à saúde, até pela minha formação acadêmica.

E aí, Dr. Sergio, eu começo a entender a preocupação dos meus colegas médicos. É preciso, realmente, Humberto, que a gente tenha essa coisa, que o Senado, a Comissão da Saúde aqui, tenha essa ligação, para que a gente possa discutir mais isso.

Eu tenho uma filha que está no quinto ano de Medicina, e ela me diz isso. É impressionante essa coisa, essa resistência dos colegas. Puxa, mudou, tem um outro atendimento, tem um outro procedimento. Na minha época, o pessoal dizia isso: o serviço tem uma conduta. Você, para dar plantão na cardiologia ou na pneumologia, tinha que se ater à conduta do serviço. Acho que, ao longo do tempo, não sei se isso se perdeu. Mas, hoje, há os chamados protocolos, e que deveriam ser da mesma forma: quem for atender num pronto-socorro tem que realmente se ater àquilo. Essa é que é a conduta do serviço. E isso eu acho fundamental.

O que vai acontecer, só para encerrar, é que o Samu é uma estrutura que realmente salva vida, e isso é importante, mas vamos ter que melhorar esse atendimento. Senão, vai acontecer o seguinte: as pessoas vão chegar cada vez mais, até pela habilidade e pelo procedimento que o Samu adota, elas vão dar entrada nos pronto-socorros. Agora, se não tiver um atendimento, vai ficar muito evidente a falha, cada vez maior, de que não temos estrutura para receber esses pacientes.

Paro por aqui, agradecendo aos ilustres palestrantes.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco/PT – PE) – Agradeço a V. Exª, Senador Waldemir Moka. Quero também agradecer aqui a participação do Dr. Paulo de Tarso Abrahão, que representou o Ministério da Saúde, nesta audiência pública; agradecer ao Dr. Renilson Rehem, que aqui representou o Conselho Nacional de Secretários de Saúde; ao Dr. Nilo Brêtas, que representou aqui o Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde; e ao Dr. Sergio Timerman, que é Diretor da Divisão Clínica do Laboratório de Pesquisa, Treinamento e Simulação em Emergências Cardiovasculares do Instituto do Coração do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo.

Agradeço a todos.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 12 horas e 54 minutos.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

ATA DA TRIGÉSIMA SÉTIMA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE JULHO DE 2011, TERÇA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES DA CCJ, Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às dez horas e trinta e sete minutos, do dia doze de julho de dois mil e onze, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador Eunício Oliveira, com a presença dos Senadores José Pimentel, Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda, Marcelo Crivella, Pedro Simon, Romero Jucá, Vital do Rêgo, Renan Calheiros, Francisco Dornelles, Aécio Neves, Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias, Demóstenes Torres, Armando Monteiro, Gim Argello, Eduardo Suplicy, Clésio Andrade, Lindbergh Farias, Humberto Costa, Valdir Raupp, Eduardo Braga, Ricardo Ferraço, Waldemir Moka, Benedito de Lira, Cícero Lucena, Ciro Nogueira e Mozarildo Cavalcanti e as Senadoras Marta Suplicy e Ana Rita, reúne-se a presente Comissão. Deixam de comparecer os Senadores Jorge Viana, Magno Malta, Roberto Requião e Sérgio Petecão. Havendo número regimental, o Senhor Presidente (Senador Eunício Oliveira) declara aberta a Reunião propondo a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da Pauta: **ITEM 4) Não Terminativo PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 63, DE 2011** *Altera a redação do art. 3º da Emenda Constitucional nº 62, de 9 de dezembro de 2009, para ampliar o prazo de adesão ao regime especial de precatório até a data de 31 de dezembro de 2012.* **Autoria:** Senador Valdir Raupp e outros. **Relatoria:** Senador Romero Jucá. **Relatoria *ad hoc*:** Senador Demóstenes Torres. **Relatório:** Favorável à Proposta, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta. **Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo). EXTRAPAUTA ITEM 1) Não Terminativo PROJETO DE LEI DA CÂMARA, Nº 118, DE 2007** Altera os arts. 1.052, 1.053, 1.072, 1.076, 1.078, 1.079, 1.085, 1.086 e 1.089 da Lei, nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil; revoga dispositivos do Decreto-Lei nº 1.608, de 18 de setembro de 1939; e dispõe sobre as sociedades empresariais. **Autoria:** Deputado Luiz Carlos Hauly. **Relatoria:** Senador Cícero Lucena. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Observação:** *A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos.* **Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. ITEM 2) Não Terminativo PROJETO DE LEI DA CÂMARA, Nº 37, DE 2011** Dispõe sobre a criação de Varas do Trabalho na jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região (AL) e dá outras providências. **Autoria:** Tribunal Superior do Trabalho. **Relatoria:** Senador Renan Calheiros. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. Aprovado o Requerimento nº 63, de 2011-CCJ, de URGÊNCIA para a matéria. ITEM 3) Não Terminativo PROJETO DE LEI DA CÂMARA, Nº 35, DE 2011** Dispõe sobre a criação de Varas do Trabalho na jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região (SC) e dá outras providências. **Autoria:** Tribunal Superior do Trabalho. **Relatoria:** Senador Luiz Henrique. **Relatoria *ad hoc*:** Senador Renan Calheiros. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. Aprovado o Requerimento nº 64, de 2011-CCJ, de URGÊNCIA para a matéria. REQUERIMENTOS APRECIADOS 1) REQUERIMENTO Nº 63, DE 2011-CCJ** "Nos termos do Artigo 336, inciso II, combinado com o Artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 37, de 2011." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado: Aprovado. 2) REQUERIMENTO Nº 64, DE 2011-CCJ** "Nos termos do Artigo 336, inciso II, combinado com o Artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2011." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado: Aprovado.** O Presidente, Senador Eunício Oliveira, usa da palavra para comunicar ao Plenário que ao longo do primeiro semestre de dois mil e onze foram realizadas trinta e sete Reuniões entre Ordinárias e Extraordinárias, nas quais foram aprovadas cento e noventa e nove matérias. **Usam da palavra** os Senhores Senadores Inácio Arruda, Aécio Neves, Randolfe Rodrigues, Renan Calheiros, José Pimentel, Gim Argello e o Presidente (Senador Eunício Oliveira). Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente Reunião, às onze horas e vinte e seis minutos, ficando adiados os demais itens constantes da Pauta, a saber: **ITEM 1)** EMENDAS DE PLENÁRIO Nº 2, 3 e 5 oferecidas à PEC Nº 11, DE 2011; **ITEM 2)** PLS Nº 267, DE 2011

que tramita em conjunto com o PLS Nº 29, DE 2011; ITEM 3) PLS Nº 268, DE 2011 que tramita em conjunto com o PLS Nº 373, DE 2008; ITEM 5) PLS Nº 93, DE 2011 e, para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente (Senador Eunício Oliveira) e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador Eunício Oliveira, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB - CE) – Bom dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 37ª Reunião Extraordinária da Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (Pausa.)

Aprovada a Ata da reunião anterior.

Comunico às Srªs e Srs. Senadores o recebimento do Ofício nº 15 da Presidência da Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, encaminhando cópia da Resolução nº 9, de 2011, que sugere proposta de emenda à Constituição para alterar as competências legislativas dos Estados e do Distrito Federal, no que concerne à instituição de impostos.

Expediente encaminhado em resposta ao Ofício nº 92, de 2011.

A Presidência da CCJ esclarece que, nos termos do art. 60, inciso I, da Constituição Federal, a Proposta de Emenda à Constituição pode ser formulada por um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal.

Nesse sentido, informei à Assembléia Legislativa que suas sugestões seriam levados ao conhecimento do Plenário desta Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania, o que faço, nesta oportunidade, para que, havendo interesse de um grupo de 27 Senadores, tal proposição possa ser apresentada.

Por fim, comuniquei que a correspondência permanecerá em nossos arquivos, para o caso de outras Assembléias Legislativas demonstrarem o interesse em aderir à iniciativa e, assim, atender à alternativa do inciso III do mesmo artigo 60, da Constituição Federal, que dispõe:

"Art. 60 - A constituição poderá ser emendada mediante proposta:

III – de mais da metade das Assembléias Legislativas nas unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros."

O recebimento da Moção de nº 7, de 2011, da Câmara de Vereadores de Baixa Grande, Estado da Bahia, que manifesta o seu repúdio à PEC fechada, tema tratado na Proposta de Emenda à Constituição nº 43.

Expediente encaminhado em resposta ao Ofício nº 93, de 27 do 7 de 2011, pelo qual informei que a manifestação seja levada ao conhecimento do Plenário desta Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania, o que faço nesta oportunidade.

Comunico ainda o recebimento do Ofício nº 119 da Câmara Municipal de Cordeirópolis, Estado de São Paulo, que encaminha cópia do Requerimento nº 51, de 2011, no qual manifesta o seu apoio ao PLS nº 480, de 2007, de iniciativa do Senador Cristovam Buarque, que determina a obrigatoriedade de os agentes públicos eleitos matricularem seus filhos e demais dependentes em escolas públicas até 2014.

Expediente encaminhado, em resposta, nº 94, no qual informei que o teor do requerimento seja levado ao conhecimento do Plenário desta Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania, o que faço nesta oportunidade.

A presente reunião destina-se às deliberações dos itens nºs 1 a 5.

Informo aos Srs. Senadores que, tendo em vista a pauta do dia de hoje estar com quatro itens, todos eles terminativos, e como está havendo uma audiência pública em outra Comissão, cuja discussão está bastante tumultuada neste momento, e tendo em vista que o Senador Aécio Neves esteve aqui e disse que gostaria de acatar duas ou três emendas na questão do trâmite das medidas provisórias e que precisava de um pouco mais de tempo, vou alterar a ordem dos itens da pauta para entrarmos nos itens extrapauta, tendo em vista que os demais itens são terminativos, e não vamos ter número adequado para votarmos a matéria, que é de extrema importância, e não quero votá-la com quórum reduzido na Comissão.

Primeiro item extrapauta.

EXTRAPAUTA
ITEM 1:
– Não Terminativo -
PROJETO DE LEI DA CÂMARA, Nº 118, DE 2007

Altera os arts. 1.052, 1.053, 1.072, 1.076, 1.078, 1.079, 1.085, 1.086 e 1.089 da Lei, nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil; revoga dispositivos do Decre-

to-Lei nº 1.608, de 18 de setembro de 1939; e dispõe sobre as sociedades empresariais.

Autoria: Deputado Luiz Carlos Hauly.

Relatoria: Senador Cícero Lucena.

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observação: A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos.

Concedo a palavra ao Senador Cícero Lucena para fazer a leitura do seu relatório.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Sr. Presidente, me permita, só para ter acesso à cópia do parecer... Ah, está chegando aqui.

Perdão, Senador Lucena.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Obrigado.

Sr. Presidente, agradecendo a inclusão como extra pauta, vou direto ao relatório.

O Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 2007 (PL. nº 3.667, de 2004,

na origem), originou-se de proposição de autoria do Deputado Luiz Carlos Hauly.

Composto por quinze artigos, o PLC nº 118, de 2007, possui duas finalidades.

Primeiro, reformular diversas normas que regem a sociedade limitada e algumas que regem a sociedade anônima, a fim de aproximar a sociedade limitada à natureza de sociedade híbrida e/ou de capitais, nas quais a relação entre sócios é de natureza impessoal e o sócio detentor do maior número de quotas controla a sociedade.

Com as mudanças propostas, visa o PLC nº 118, de 2007, afastar a sociedade limitada da natureza de sociedade de pessoas, pela qual os sócios são escolhidos em caráter personalíssimo e os sócios minoritários possuem poderes

quase idênticos aos do sócio majoritário. São as seguintes as mudanças propostas na sociedade limitada:

a) reduzir o quorum necessário para as deliberações de sócios, dos 75% atuais para 50% mais um voto;

b) retirar temas objeto de deliberação exclusiva de sócios e extinguir a obrigatoriedade de assembléia anual de sócios nas sociedades com menos de onze sócios, tudo com o objetivo de conferir maior autonomia aos administradores;

c) determinar a aplicação subsidiária e imediata da lei da sociedade por ações (Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ao regime legal da sociedade limitada, tornando-a mais próxima do modelo de sociedade de capitais;

d) extinguir a responsabilidade solidária (regra legal que exige que um pague pela dívida do outro) que existe entre os sócios, com ressalva apenas para o caso de falência, hipótese em que a solidariedade permanece;

e) permitir que a deliberação de sócios seja tomada sem observância de formalidades sobre legitimidade e prazos de convocação, bem como sobre quoruns mínimos de instalação;

f) permitir que, mesmo sem previsão no contrato social, possa o sócio minoritário ser excluído extrajudicialmente do quadro social, se o sócio majoritário (pessoa ou grupo de pessoas com mais de 50% do capital) provar que o minoritário esteja colocando em risco a continuidade da empresa;

g) permitir que o sócio de sociedade coligada, controladora ou de mera participação vote diretamente na sociedade controlada, como se sócio desta fosse, caso naquela haja empate na deliberação que visa decidir como a sociedade coligada, controladora ou de mera participação irá votar em tema a ser deliberado entre os sócios da sociedade controlada; essa regra será também aplicada à sociedade anônima por força da nova redação a ser dada ao art. 1.089 do CC, e não tem qualquer relação com o objetivo geral do PLC nº 118, de 2007; pela lei atual, em caso de empate, a solução é dada por arbitragem, se houver convenção por esse modelo de solução, ou pelo Poder Judiciário, em caso contrário;

h) explicitar, como já faz a regra legal em vigor, que o sócio excluído será reembolsado pelo valor real e atual de suas quotas, e nunca por valor estabelecido em balanços anteriores;

i) aplicar, ao regime das sociedades anônimas, a regra prevista no art. 1.079 do CC, com a nova redação dada pelo PLC nº 118, de 2007, pela qual fica permitido o disposto no item “g” acima.

A segunda finalidade do PLC nº 118, de 2007, é a de reformular a legislação, em vigor desde 1939, sobre dissolução de sociedades. Ao revogar dispositivos do Código de Processo Civil (CPC) de 1939, que tratam da dissolução e liquidação das sociedades (Título XXXVIII), visa o PLC nº 118, de 2007, dispor sobre as ações de dissolução da sociedade empresária e de resolução da sociedade empresária em relação a um dos sócios.

Neste ponto, as regras propostas pelo PLC nº 118, de 2007, não alteram a essência das normas em vigor sobre o tema da dissolução judicial, salvo nos seguintes aspectos, em que as alterações são evidentes:

a) o liquidante, mesmo sendo superavitária a sociedade, deve pagar os credores de acordo com a ordem da lei de falências (créditos trabalhistas, com garantia real, tributários, com privilégio especial, com privilégio geral, quirografários, multas e créditos subor-

dinados), sendo que, na regra em vigor, o liquidante deve pagar todos os credores ao mesmo tempo, indistintamente;

b) a remuneração do liquidante é tratada como crédito trabalhista, caso a sociedade dissolvida venha a falir;

c) submete toda e qualquer holding (aquela sociedade cujo objeto social é o de apenas exercer direitos de sócio, inclusive de sócio majoritário, sobre outras sociedades), também chamada sociedade de participação pura, qualquer que seja o tipo societário escolhido (sociedade limitada, sociedade anônima ou qualquer outro), ao regime de dissolução judicial estipulado pelo PLC nº 118, de 2007, com uma nova regra, qual seja, a de exigir a dissolução judicial da holding, caso ocorra empate entre os sócios na deliberação sobre esse tema;

d) na hipótese de dissolução e liquidação judicial de holding, o ativo é diretamente distribuído aos sócios, sem prévio pagamento do passivo da sociedade dissolvida (§ 2º do art. 10 do PLC nº 118, de 2007); tal passivo passará a ser de responsabilidade de seus sócios, em caráter solidário;

e) proíbe o sócio, que deixar a sociedade, de receber o valor patrimonial de suas quotas, caso não seja capaz de justificar sua saída;

f) proíbe que os herdeiros do sócio que falecer recebam o valor patrimonial de suas quotas, caso não sejam capazes de justificar as suas sucessões in natura nas quotas ou ações.

Na Câmara dos Deputados, o projeto foi analisado pelas Comissões de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (CDEIC), que o aprovou, com quatro emendas, e pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), que também o aprovou, na forma de emenda substitutiva, que agora é submetida à apreciação do Senado Federal.

A proposição foi distribuída a esta Comissão e à Comissão de Assuntos Econômicos.

Análise.

O projeto de lei analisado versa sobre direito empresarial e direito processual civil, matéria de competência da União (art. 22, I, da Constituição Federal – CF), compreendida entre as atribuições do Congresso Nacional (caput do art. 48 da Constituição). A iniciativa parlamentar é legítima, por força do caput do art. 61 da Constituição e porque a matéria não se inclui entre as reservas do § 1º do mesmo artigo. Trata-se, portanto, de proposição legislativa formalmente constitucional.

Sob o enfoque da constitucionalidade material, o projeto não apresenta vícios, porque observa o princípio da proporcionalidade em matéria econômica. Isso porque privilegia o sócio majoritário, isto é, aquele que mais investe bens, créditos e dinheiro na sociedade deve possuir poderes legítimos de controlar a sociedade, concedendo-se aos sócios minoritários, prioritariamente, o direito de fiscalizar a gestão da sociedade, o que contribui efetivamente para a função social da propriedade e da empresa (CF, art. 170, inciso III). Ademais, a tutela do investidor majoritário fomenta a busca do pleno emprego dos fatores de produção, dado que a concessão de poderes excessivos a sócios minoritários desestimula o investimento produtivo (CF, art. 170, inciso VIII).

A análise deste projeto pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania está em consonância com o art. 101 do Regimento Interno desta Casa (incisos I e II, alínea d), segundo o qual compete a esta Comissão opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade das matérias que lhe forem submetidas por deliberação do Plenário e sobre matérias de competência da União acerca de direito comercial e direito processual.

Quanto à juridicidade, observa o projeto os aspectos de:

a) inovação, dado que altera a legislação societária sobre sociedade limitada, sociedade anônima e dissolução judicial da sociedade,

b) efetividade, porque altera o conceito de controle da sociedade limitada e cria regras específicas para a dissolução judicial da sociedade,

c) coercitividade, já que vincula os sócios de todas as sociedades limitadas, anônimas e de pura participação, e

d) generalidade, porquanto as normas do projeto se aplicam, indistintamente, a toda e qualquer sociedade limitada, anônima e de pura participação.

A boa técnica legislativa foi observada: não há inclusão de matéria diversa ao objeto do Código Civil e do Decreto-Lei que regula a dissolução judicial das sociedades, e as expressões utilizadas preenchem os requisitos de redação das disposições normativas.

Quanto ao mérito, o projeto merece prosperar. Isso porque a clássica divisão doutrinária das sociedades entre sociedade de pessoas e sociedade de capitais é e sempre será um tema atual.

Para as pequenas e médias empresas, o grau de confiança e o relacionamento personalíssimo entre os sócios contribuem mais para o sucesso da empresa do que o baixo, em regra, volume de capital investido.

Daí porque o Código Civil em vigor preferiu conferir à sociedade limitada regras que a aproximam de um modelo que exige grau elevado de confiança e relacionamento personalíssimo entre os sócios. Em conseqüência, o regime legal em vigor para a sociedade limitada tornou-a obsoleta e impraticável para gerir médias e grandes empresas.

Hoje, a sociedade limitada está bem adaptada apenas para as pequenas empresas. E o PLC nº 118, de 2007, quer mudar esse enfoque.

A receita legal para conferir à sociedade limitada um grau intuito personae entre os sócios é bem simples: conferem-se quoruns elevados como necessários para a aprovação de todas (ou quase todas) as matérias de importância, tais como referendo dos atos de administração e modificação do contrato social. Nesse sistema, é fácil concluir que o sócio minoritário possui um poder enorme, de intensidade quase comparável à do sócio majoritário. Isso tudo porque a confiança que deve existir entre os sócios é mais importante e decisiva do que o efetivo valor de capital investido por cada um deles.

E o PLC nº 118, de 2007, o que objetiva fazer? A resposta também é simples: permitir que o modelo de sociedade limitada seja utilizável, com eficácia, por empresas de médio e grande porte. E como isso é feito? A resposta é clara: reduzindo-se os poderes dos sócios minoritários e aumentando o grau de autonomia dos administradores perante os sócios.

Isso faz com que a sociedade limitada adote a forma híbrida, ou seja, tanto poderá ser uma sociedade de pessoas (intuito personae), caso o contrato social da empresa assim deseje, como poderá ser uma sociedade de capitais, aquela em que o sócio majoritário possui plenos poderes, já que investiu mais capital no negócio, modelo mais adequado às médias e grandes empresas, o que contribui para incentivar investimentos e a busca do pleno emprego dos fatores de produção (CF, art. 170, inc. VIII).

Outro ponto a ser considerado reside na autorização, feita pelo PLC nº 118, de 2007, para que, nos regimes da sociedade limitada e da sociedade anônima, os sócios da sociedade controladora, coligada ou de mera participação votem como se sócios fossem da sociedade controlada, sempre que naquela sociedade houver empate na deliberação que discute como deverá o tema ser votado na sociedade controlada, o que produz aderência entre poder de controle e efetivação dos objetivos sociais da sociedade controlada.

Também são meritórias as alterações propostas para a dissolução judicial da sociedade, a saber:

a) o pagamento dos credores de acordo com a ordem estabelecida na lei de falências não prejudica o pagamento imediato de todos os credores da sociedade dissolvida superavitária;

b) a permissão para que o sócio exija a dissolução judicial da sociedade holding, em caso de empate dos sócios na deliberação, é plenamente justificável e atende o princípio constitucional da função social da propriedade; isso porque o correto é mesmo dissolver a empresa com a conseqüente demissão de empregados e paralisação da atividade, e nunca permitir, apenas, que o sócio descontente deixe a sociedade;

c) a permissão para que a sociedade holding seja dissolvida sem que pague o seu passivo contribui para a desburocratização do sistema de fechamento de empresas, medida tão desejada em nosso país; os credores da sociedade holding deixam de ser pagos no momento da dissolução da sociedade, mas poderão demandar, em um momento futuro, os sócios por seus créditos, o que já é suficiente;

d) o confisco do valor patrimonial das quotas ou ações do sócio que deseja deixar a sociedade, sem demonstrar justa causa, é medida razoável e não atenta contra o direito de propriedade privada, já que o sócio não pode deixar a sociedade sem justo motivo para tal; e

e) o confisco do valor patrimonial das quotas ou ações do sócio falecido, impedindo-se que seus herdeiros recebam tal valor, também é medida razoável e não atenta contra o direito de propriedade privada, e apenas não será aplicada se os herdeiros forem capazes de justificar o porquê da não inclusão de seus nomes na condição de sócios.

Vamos ao voto, Srs. Senadores.

Em vista do exposto, manifestamo-nos pela constitucionalidade e juridicidade do Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 2007, e, no mérito, pela sua aprovação, e também compreendendo que a votação terminativa será em outra comissão e no mérito pela sua aprovação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Muito obrigado Senador Cícero Lucena,.

Em discussão à matéria. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se acham. (Pausa.)

Aprovada a matéria.

O relatório do Senador Cícero Lucena passa a constituir o parecer desta Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

ITEM EXTRAPAUTA
– Não terminativo -
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 37, DE 2011

Dispõe sobre a criação de Varas do Trabalho na jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região (AL) e dá outras providências.

Autoria: Tribunal Superior do Trabalho.

Relatoria: Senador Renan Calheiros, a quem concedo a palavra para o seu relatório.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Sr. Presidente, trago à consideração desta Comissão o meu parecer sobre o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 37, de 2011, (nº 7.575, de 2010, na origem), de autoria do Tribunal Superior do Trabalho (TST), que tem o objetivo de criar novas Varas do Trabalho no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 19ª Região, que tem jurisdição sobre o território do Estado de Alagoas.

O aumento da movimentação processual no Estado de Alagoas é apontado como justificativa para a proposta de instalação das novas Varas e de criação dos cargos de juiz e de servidores correspondentes. De acordo com a justificativa, a demanda processual nas novas jurisdições superou dois mil processos por ano, ultrapassando o parâmetro para criação de novas Varas do Trabalho, de mil e quinhentos processos por ano, fixado nos termos da Lei nº 6.947, de 1981 e da Resolução nº 63, de 2010, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Adicionalmente, argumenta-se que a medida não implicará custos adicionais relativos a estrutura física.

O dispositivo constitucional em tela confere aos Tribunais Superiores competência privativa para dar início ao processo legislativo das proposições que alterem sua organização e divisão judiciárias, ou ainda, que disponham sobre a criação de cargos dos juízos que lhes forem vinculados. A referida norma de limitação de competência legislativa foi observada no PLC nº 37, de 2011, posto que sua apresentação foi iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho.

O projeto é, portanto, constitucional.

Diante do exposto, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do Projeto de Lei da Câmara nº 37, de 2011, e no mérito, pela sua aprovação.

Este é o parecer.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o item extrapauta.

O relatório do Senador Renan Calheiros passa a constituir o parecer desta Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai ao Plenário.

ITEM EXTRAPAUTA
– Não Terminativo -
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 35, DE 2011

Dispõe sobre a criação de Varas do Trabalho na jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região (SC) e dá outras providências.

Autoria: Tribunal Superior do Trabalho.
Relatoria: Senador Luiz Henrique.

Tendo em vista a ausência do Senador Luiz Henrique, peço ao Senador Renan Calheiros que faça a leitura do relatório do projeto de criação das Varas do Trabalho na jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região, Santa Catarina.

Concedo a palavra a V. Exª para fazer a leitura.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Sr. Presidente, o projeto de lei sob exame, oriundo do Tribunal Superior do Trabalho (TST), tem por objetivo criar, na jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 12ª Região, com sede em Florianópolis, Estado de Santa Catarina, duas Varas do Trabalho, sendo a primeira na cidade de Navegantes e a segunda na cidade de São Bento do Sul. De acordo com o art. 2º, as referidas Varas serão implantadas pelo Tribunal na medida da necessidade do serviço e da disponibilidade de recursos orçamentários, atendendo ao disposto no § 1º do art. 169 da Constituição Federal.

O art. 3º cria cargo de juiz e cargo de provimento efetivo constantes dos Anexos I e II da lei que se quer aprovar. Dessa forma, Sr. Presidente, pelo Anexo I, ficam criados quatro cargos de juiz do trabalho, sendo dois deles na condição de juízes substitutos. E o Anexo II cria 27 cargos de analista judiciário, três cargos de analista na área judiciária na especialidade Execução de Mandatos e doze cargos de técnico judiciário, totalizando, assim, 42 cargos.

O Projeto veio à Casa, acompanhado do parecer do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) pronunciando-se favoravelmente à matéria, começando por ponderar que as Varas do Trabalho de São Bento do Sul detêm competência sobre os Municípios catarinenses de Campo Alegre e de Rio Negrinho e que a jurisdição da Vara de Trabalho de Navegantes abrange cerca de cinco Municípios.

Na Câmara dos Deputados, Sr. Presidente, a medida foi aprovada, com uma emenda apresentada pela Comissão de Finanças e Tributação, que opinou pela compatibilidade, adequação financeira e orçamentária. Foi analisada e aprovada também na Comissão de Trabalho, de Administração e de Serviço Público e na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O Projeto, portanto, encontra pleno amparo nos princípios constitucionais e jurídicos, adequando-se a todos os dispositivos da Lei Maior relativos à estrutura do Poder Judiciário, em especial ao seu art. 96, que, no inciso II, estabelece que compete privativamente ao Tribunal Superior do Trabalho propor ao Poder Legislativo a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízos que lhes forem vinculados.

Cremos, Sr. Presidente, portanto, que o Projeto sob análise merece nossa acolhida pelo seu grande valor e alcance e pela sua total compatibilidade com as normas constitucionais e jurídicas.

Ante o exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 35, da Câmara dos Deputados.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Coloco a matéria em votação.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao Projeto.

A matéria vai ao plenário.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Sr. Presidente, eu queria solicitar a V. Exª urgência, para, como consequência dessa urgência, votarmos essa matéria no plenário hoje ou amanhã, quem sabe, porque, nesta semana, o nosso Senado encerrará os trabalhos, em função do recesso a partir do dia 17.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Diante da solicitação de V. Exª, Senador Renan Calheiros, submeto aos Srs. Senadores o regime de urgência que pede para essas duas matérias, tanto para a de Alagoas, quanto para a de Santa Catarina.

Em votação o requerimento de urgência.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado o requerimento de urgência feito por V. Exª, Senador Renan Calheiros.

Vamos passar ao próximo item da pauta.

Concedo a palavra ao Relator, Senador Romero Jucá. (Pausa.)

Como S. Exª está ausente, consulto o Senador Demóstenes se pode fazer a leitura da matéria. (Pausa.)

ITEM 4:
– Não Terminativo -
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 63, DE 2011

Altera a redação do art. 3º da Emenda Constitucional nº 62, de 9 de dezembro de 2009, para ampliar o prazo de adesão ao regime especial de precatório até a data de 31 de dezembro de 2012.

Autoria: Senador Valdir Raupp e outros.
Relatoria: Senador Romero Jucá.

Nomeado relator ad hoc o Senador Demóstenes Torres, a quem concedo a palavra para fazer a leitura.

Em seguida, vou apenas fazer um resumo desta Comissão e encerrar nossos trabalhos no dia de hoje.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras e Srs. Senadores, há uma proposta de emenda à Constituição relatada pelo Senador Romero Jucá. O primeiro autor é o ilustre Senador Valdir Raupp. É muito simples.

O Congresso Nacional criou um regime especial para pagamento de precatórios e deu prazo, para que os Municípios e os Estados que quisessem aderir a esse regime, de até o dia 10 de março de 2010. Estourado o prazo, o Senador Raupp e outros Srs. Senadores, com a aquiescência do Senador Romero Jucá, querem prorrogar esse prazo para 31 de dezembro de 2012, alegando que o prazo foi exíguo, que muitos não tiveram oportunidade de fazer opção por esse tipo de pagamento, Estados e Municípios. Concordo.

Meu parecer é favorável para que o prazo seja prorrogado até 31 de dezembro de 2012.

É o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Favorável.

Obrigado, Senador.

Coloco em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, coloco a matéria em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se acham. (Pausa.)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão de Constituição e Justiça, favorável à proposta, nos termos da Emenda nº 1-CCJ, Substitutivo.

A matéria vai a plenário.

Srs. Senadores, temos ainda três outras matérias. Todas elas terminativas, mas, como, no dia de hoje, existem outras Comissões, inclusive com convocação de pessoas que estão sendo ouvidas nesse momento, e é do interesse de todos os Senadores participar da elucidação dessas questões, vou apenas, para encerrar, esta última reunião dizer aos senhores da alegria de poder ter presidido essa CCJ neste primeiro semestre: eu,. Presidente, e o Senador José Pimentel, como Vice-Presidente desta Comissão.

Quero agradecer aos Srs. Senadores pela presença sempre constante aqui na Comissão. De todas as reuniões convocadas, não deixamos de fazer nenhuma delas por falta de quorum. Portanto, a presença dos Srs. Senadores foi mais do que importante para o brilho e o resultado que alcançamos. Tivemos 36 reuniões, além da ordinária marcada para hoje. Tivemos aqui várias matérias apreciadas. Concluímos 14 projetos de lei do Senado terminativos, 4 projetos de lei do Senado não terminativos, 11 propostas de

emenda à Constituição não terminativas, 6 projetos de lei da Câmara terminativos, 13 projetos de lei da Câmara não terminativos, 4 mensagens ao Senado Federal, 1 requerimento, 2 projetos de resolução do Senado Federal, 21 ofícios do Senado, 3 turnos suplementares terminativos, 2 substitutivos da Câmara dos Deputados aos PLSs, 31 emendas à CCJ, 1 emenda de plenário, 57 requerimentos da CCJ, 8 emendas do PLDO e 2 requerimentos de outras Comissões, em um total de 180 matérias discutidas e aprovadas durante o primeiro semestre, só no dia de hoje nós aprovamos mais sete. Então nós temos 187 matérias aprovadas até o dia de hoje.

E por isso eu quero aqui agradecer a todos os que compõem essa comissão, agradecer ao Senador José Pimentel, que em todos os momentos contei com sua presença e com a sua determinação e a sua ajuda para que os trabalhos pudessem ser realizados aqui nessa comissão. Mais uma vez, dizendo aos Srs., que no segundo semestre nós muitas matérias e muitos desafios.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Antes de terminar, pela ordem, concedo a palavra ao Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, para registrar e, tenho certeza que é o pensamento comum entre nós, do desempenho de V. Exª. dos trabalhos nesta comissão, tranqüilidade, compromisso – que foram respondidos – e, portanto, V. Exª teve o apoio, acho que unânime da nossa comissão. Pela maneira como desempenhou os trabalhos neste primeiro semestre, e tenho toda a confiança de que no segundo semestre nós vamos aprimorar ainda mais as atividades da nossa comissão que se teve com êxito. Por isso, quero, ao encerrar os trabalhos dessa comissão no primeiro semestre, dar os parabéns a V. Exª. pelo desempenho como dirigente da comissão mais importante do Senado Federal que é a Comissão de Justiça. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado Senador Inácio Arruda.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente...

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Pela ordem também, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem Senador Aécio Neves, Senador Randolfe Rodrigues, Senador José Pimentel e Senador Renan Calheiros.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Presidente Eunício, em primeiro lugar, da mesma forma, para cumprimentá-lo pela serenidade, pela capacidade de liderança que demonstrou ao longo desse primeiro semestre. Mas para reiterar, Sr. Presidente, a necessidade de no retorno dos trabalhos, logo no início do segundo semestre, nós tratarmos dentre tantas questões relevantes, de uma que, inclusive constava como primeiro item da pauta de hoje, mas em razão daquilo que V. Exª. aqui já expôs, e há um certo conflito hoje em razão de inúmeras outras comissões, inclusive com depoimentos de autoridades terem levado alguns dos Senadores que estariam naturalmente ou normalmente aqui para esse debate, o que é plenamente justificável, nós deixamos de analisar a PEC nº. 11 hoje. Quero comunicar a V. Exª. que estamos muito próximos de um novo entendimento, que se não é o ideal ele pelo menos avança na direção da valorização desta Casa e do resgate de suas prerrogativas. E deixo a V. Exª. solicitação para que logo no início dos trabalhos nós possamos retomar como prioridade absoluta essa matéria – seria um belo início de um segundo semestre – a regulamentação no rito de tramitação das Medidas Provisórias nesta Casa.

Portanto, ao lado dos cumprimentos a V. Exª. fica a solicitação para que esse item volte como prioridade logo no início dos trabalhos. E, quem sabe, com isso, com a aprovação de um novo entendimento nós não passemos pelos constrangimentos que estamos passando no Plenário do Senado Federal, sem o prazo adequado para discutir as Medidas Provisórias que vem, muitas delas, incorporando temas absolutamente alheios a sua motivação original além de outros vícios, que esse nosso projeto, que já não é do relator, é de toda essa comissão que busca sanar.

Portanto, fica aqui o registro em relação à disposição de V. Exª., o estímulo ao entendimento sem o qual nós não teríamos avançado, estamos muito próximo a ele e, quem sabe, poderíamos iniciar o segundo semestre, tirando da frente esse assunto, que tenho certeza, angustia a todos os Srs. Senadores da República.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Aécio Neves, muito obrigado pelas palavras carinhosas de V. Exª. E eu registro que tão logo voltemos do período de recesso, esse será o primeiro item da pauta.

Concedo a palavra ao Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, queria primeiramente cumprimentá-lo pela forma centrada como V. Exª. conduziu essa comissão nessa primeira Sessão Legislativa, nesse primeiro semestre. Garantindo, inclusive para a minoria aqui, nos momentos de debate o direito a expor suas posi-

ções, dentro não só do Regimento, mas garantindo o contraditório das posições Parlamentares, que é típico do Parlamento, o Parlamento é o espaço para "parlar", é o espaço para falar, é o espaço da divergência.

Não é à toa que V. Exª foi conduzido, no começo deste semestre, para a Presidência desta Comissão pela unanimidade dos votos dos membros dessa comissão. Era para dirigir, na condição de Magistrado da CCJ, da forma como V. Exª. dirigiu.

E no mesmo sentido, Sr. Presidente, eu quero dialogar no sentido na forma do que o Senador Aécio Neves acabou de expor. Nós temos uma urgência, me parece que para o Parlamento brasileiro, que é para a democracia que é a organização do rito de tramite das Medidas Provisórias. Nesse primeiro semestre nós perdemos um belíssimo Senador, alguém que inspirava a todos nós que é o Senador Itamar Franco. No pouco tempo em que o Senador e que convivi com o Senador Itamar Franco, nesses seis meses, a principal advertência dele para nós era sobre o rito das Medida Provisórias.

Portanto, eu creio que será uma bela homenagem que faremos no reinício do período legislativo, em agosto, ao Senador Itamar Franco, à sua memória, ao seu legado pela democracia era votarmos o quanto antes a Proposta de Emenda Constitucional nº. 11, que organiza o rito e dá ao rito das Medidas Provisórias, o trâmite republicano, democrático e, de acordo com o que de fato pensava o Legislador Constituinte de 1988.

Então, é nessa última sessão da CCJ esses dois registros. Cumprimentar V. Exª. pela condução que tem dado aqui, que tem se portado como Magistrado e não como membro de qualquer das bancadas, e é assim que um Presidente de qualquer uma das comissões desta Casa deve de fato se portar. E agradecer o anúncio de V. Exª., que o quanto antes retornarmos do recesso nós apreciaremos aqui a Proposta de Emenda Constitucional nº. 11.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Randolfe Rodrigues, as palavras de V. Exª. me enchem de alegria por saber que eu não decepcionei nem o eleitor cearense, que me consagrou três vezes como Deputado mais votado do meu partido no meu Estado e, agora nessas últimas eleições, como o cidadão mais votado da história do Ceará para qualquer cargo. No dia em que me elegi aqui, como Presidente desta Comissão, com o voto de V. Exª. e de todos os demais membros, fui eleito por unanimidade, tive o privilégio de receber a unanimidade dos votos, fiz um compromisso aqui com os Srs., que iria Presidir essa Comissão como imaginei, sempre, que um Presidente deve presidir algo que lhe é delegado. Responder pelos seus atos e cumprir com o dever que foi aqui comprometido com todos os Srs. e com todo o País.

Portanto, as palavras de VS. Exªs. me confortam, do ponto de vista de saber que estou procurando cumprir aquele papel que VS. Exªs. colocaram e delegaram nas minhas mãos para ser o Presidente dessa tão importante Comissão. Muito obrigado, e V. Exª. não terá nenhum, durante esse período em que serei Presidente, momento diferente daquilo que nós vivenciamos no primeiro semestre dessa legislatura enquanto Presidente for dessa comissão. A posição de Presidente tem que ser dessa forma. O Presidente é Magistrado. Mas Presidente tem que ter o discernimento para usar o Regimento para que todos os Srs. Senadores, não importa a coloração partidária, não importa qual o pensamento do ponto de vista ideológico que possa ter, que possa apoiar ou possa ser oposição. O Senador é um representante do Estado e por isso precisa ser respeitado no seu mandato. É o que eu tenho procurado fazer aqui na Comissão, respeitar fundamentalmente as melhorias para que VS. Exªs. que fazem parte dessas melhorias, como partidos políticos, possam participar efetivamente em condições de igualdade com todos os demais Senadores.

Passo a palavra ao Senador Renan Calheiros, agradecendo mais uma vez as palavras carinhosas do Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Senador Eunício, igualmente eu quero cumprimentar V. Exª. pelo bom senso, pelo equilíbrio, pelo espírito público com que conduziu os trabalhos desta Comissão de Constituição e Justiça no primeiro semestre. E quero dizer para todos que o nosso partido se sente, assim, muito feliz e satisfeito com o desempenho e com os resultados de V. Exª nesta Comissão. Esse é o depoimento que quero fazer em nome da nossa bancada.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Muito obrigado, Senador Renan Calheiros. Fico muito feliz em saber que a indicação de V. Exª, como Líder do meu Partido, para esta Comissão tem, ainda no dia de hoje, o completo aval pelo trabalho que aqui nós exercemos.

Concedo a palavra ao Vice-Presidente desta Comissão, que tão bem atuou durante este primeiro semestre, o Senador José Pimentel, do PT do Ceará.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Presidente Eunício Oliveira, quero parabenizá-lo pela forma como V. Exª conduziu os trabalhos desta Comissão. Para nós, que somos do mesmo Estado – para mim e para Inácio Arruda, que fazemos parceria com V. Exª na política do Estado do Ceará –, não é nenhuma novidade, por conhecê-lo na sua atuação política, seja

como Deputado Federal, por três legislaturas na Câmara Federal, seja agora, como Senador da República.

Desejo a você e a todos nós – deixe-me chamar assim V. Exª, pela liberdade que temos na política do nosso Estado, o Ceará – um bom trabalho no segundo semestre. Estaremos juntos aqui para produzir, cada vez mais, as políticas de que o Brasil necessita. Tenho clareza de que o que V. Exª faz aqui nesta Casa é exatamente o que V. Exª fazia na política do nosso Estado, o Ceará.

Portanto, com a sua Presidência, ganha o Brasil e, principalmente, o nosso Estado do Ceará.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Muito obrigado, Senador Pimentel, pelas palavras. A nossa parceria foi uma parceria que, até o dia de hoje, foi sempre correta, firme e tem obtido grandes resultados.

Passo a palavra ao Senador Gim Argello.

O SR. GIM ARGELLO (PTB – DF) – Senador Eunício, dentro da mesma linha, quero parabenizar V. Exª. O senhor e o Senador Pimentel chegaram há pouco, mas o senhor e o Senador Pimentel, como representantes do nobre Estado do Ceará, vieram se destacando de uma forma exemplar, principalmente aqui na nossa Comissão, onde o senhor vem exercendo essa Presidência com maestria.

Parabéns, Senador Eunício. Parabéns, Senador Pimentel.

Acredito que este semestre, para o Senado Federal, foi muito profícuo: todas as matérias foram votadas; toda semana, esta Comissão funcionou, o Plenário do Senado funcionou. Quer dizer, este semestre, para o Congresso Nacional, principalmente para o Senado da República, foi muito profícuo, de muito trabalho.

E como funciona bem o Plenário do Senado? Quando funciona muito bem, como tem funcionado, a CCJ. Eu me orgulho muito de ser titular desta Comissão, onde, sob a sua batuta, temos recebido orientações profundas, orientações muito boas para o País.

Parabéns, Senador Eunício, pela sua condução.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Gim Argello, que fala aqui também em nome do PTB do Brasil, como Líder aqui no Senado. Agradeço as palavras carinhosas de V. Exª, mas, sem a participação efetiva de todos os senhores, esta Comissão não teria chegado a esta posição hoje, de ser uma comissão que, de todas as sessões que foram convocadas, mesmo às segundas-feiras, nunca deixou de obter o quórum qualificado para votarmos as matérias.

Voltaremos, se Deus quiser, em agosto, a esta Comissão, com várias matérias para serem debatidas.

Agradeço a todos que fazem esta Comissão. Aos membros da Comissão, como Senadores, aos funcionários, aos que ficam naquela cabine ali, mostrando-nos para o Brasil, enfim, desde quem serve o café aos seguranças que ficam aqui na portaria, às assessorias que ficam aqui também ajudando os Parlamentares, o nosso muito obrigado. E que Deus ilumine a todos nós.

Muito obrigado.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 11 horas e 31 minutos.)

ATA DA TRIGÉSIMA OITAVA REUNIÃO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 03 DE AGOSTO DE 2011, QUARTA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES DA CCJ, Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às dez horas e dez minutos, do dia três de agosto de dois mil e onze, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador Eunício Oliveira, com a presença dos Senadores José Pimentel, Pedro Taques, Jorge Viana, Magno Malta, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda, Marcelo Crivella, Pedro Simon, Romero Jucá, Vital do Rêgo, Renan Calheiros, Roberto Requião, Sergio Petecão, Aécio Neves, Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias, Demóstenes Torres, Armando Monteiro, Gim Argello, Randolfe Rodrigues, Eduardo Suplicy, Aníbal Diniz, Clésio Andrade, Lindbergh Farias, Rodrigo Rollemberg, Humberto Costa, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Ricardo Ferraço, Lobão Filho, Waldemir Moka, Benedito de Lira, Eduardo Amorim, José Agripino e Ciro Nogueira e as Senadoras Marta Suplicy, Ana Rita e Marinor Brito, reúne-se a presente Comissão. Deixa de comparecer o Senador Francisco Dornelles. Justifica ausência o Senador Flexa Ribeiro. Usa da palavra o Senador Mário Couto. Havendo número regimental, o Senhor Presidente (Senador Eunício Oliveira) declara aberta a Reunião propondo a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da Pauta: **1ª PARTE Não Terminativo EMENDAS DE PLENÁRIO Nº 2, 3 e 5 oferecidas à**

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 11, DE 2011 Altera o procedimento de apreciação das medidas provisórias pelo Congresso Nacional. **Autoria da Proposta:** Senador José Sarney e outros. **Autoria da Emenda nº 2-PLEN**: Senador Pedro Simon e outros. **Autoria da Emenda nº 3-PLEN**: Senador Walter Pinheiro e outros. **Autoria da Emenda nº 5-PLEN**: Senador Antonio Carlos Valadares e outros. **Relatoria:** Senador Aécio Neves. **Relatório:** Pela aprovação das Emendas nºs 2, 3 e 5 de Plenário, na forma da Subemenda Substitutiva que apresenta. **Resultado: Concedida vista aos Senadores Aníbal Diniz e Ricardo Ferraço, nos termos regimentais. 2ª PARTE Não Terminativo MENSAGEM (SF) Nº 103, DE 2011**Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos dos arts. 84, inciso XIV; 52, inciso III, alínea "e"; e 128, § 1º, da Constituição Federal, o nome do Senhor ROBERTO MONTEIRO GURGEL SANTOS para ser reconduzido ao cargo de Procurador-Geral da República. **Autoria:** Presidente da República. **Relatoria:** Senador Francisco Dornelles. **Relatório:** Votação Secreta. Em 11/07/2011, a matéria foi submetida à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão, conforme disposto no art. 2º do Ato nº 1, de 2007-CCJ. **Resultado: Aprovado o Parecer favorável à escolha do nome do Senhor ROBERTO MONTEIRO GURGEL SANTOS para ser reconduzido ao cargo de Procurador-Geral da República, com 21 (vinte e um) votos favoráveis e 1 (um) contrário. REQUERIMENTO APRECIADO: 1) REQUERIMENTO Nº 65, DE 2011-CCJ** "Em aditamento ao Requerimento n° 61, de 2011-CCJ, que solicitou o comparecimento de autoridades, nesta Comissão, "para prestarem esclarecimentos acerca da matéria publicada pela revista Veja intitulada "Madraçal no Planalto"", requeiro sejam também convidados: o Professor Roberto Romano, da Unicamp – SP; o Professor Renato Janine, da Universidade de São Paulo – USP; o Professor Doutor João Luiz Martins, Reitor da Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP e Presidente da ANDIFES; o Professor Paulo Sérgio Pinheiro, da Universidade de São Paulo – USP; a Professora Ana Frazão de Azevedo Lopes, Diretora da Faculdade de Direito da UnB; a Professora Carmenísia Jacobina Aires, Diretora da Faculdade de Educação da UnB; o Professor Davi Renault da Silva, Diretor da Faculdade de Comunicação da UnB; o Professor José Manoel Morales Sanches, Diretor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UnB; e, o Professor Cícero Lopes da Silva, Diretor da Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária da UnB." **Autoria:** Senador Rodrigo Rollemberg. **Resultado: Aprovado. Usam da palavra os (as) Senadores(as):** Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias, Demóstenes Torres, Pedro Taques, Luiz Henrique, Randolfe Rodrigues, Renan Calheiros, Eduardo Suplicy, Antonio Carlos Valadares, Aécio Neves, Inácio Arruda, Humberto Costa, Pedro Simon, Mário Couto, Aníbal Diniz, Vital do Rêgo, Benedito de Lira, Sérgio Petecão, Magno Malta, Marcelo Crivella, as Senadoras Marinor Brito, Marta Suplicy e o Senador Eunício Oliveira, Presidente da CCJ. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente Reunião, às quinze horas e vinte e três minutos e, para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente (Senador Eunício Oliveira) e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Eunício Oliveira,** Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Bom dia a todos.

Havendo número regimental, declaro abertos os trabalhos da 38ª Reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Tendo declarado abertos os trabalhos da Comissão, manifesto a disposição de manter o mesmo ritmo que empreendemos no primeiro semestre. Foi aqui, nesta CCJ, com a decisiva participação e colaboração de V. Exªs, que conseguimos aprovar quase duzentos projetos no primeiro semestre, além de dezenas de sabatinas de Ministros de Tribunais Superiores, de Conselheiros da Justiça e do Ministério Público. Travamos aqui, Srªs e Srs. Senadores, debates de altíssimo nível em questões da reforma política, assunto que pretendemos concluir na próxima quarta-feira. Aliás, eu quero aproveitar aqui a oportunidade para agradecer ao nosso Líder, Senador Francisco Dornelles, que fez um trabalho exemplar na reforma eleitoral. Na próxima quarta-feira, as duas últimas matérias estarão sendo concluídas aqui em nossa Comissão.

Concluímos também aqui o relatório da Reforma Administrativa da Subcomissão que havia sido criada nesta Comissão de Constituição e Justiça. Aproveito também para agradecer ao Senador Suplicy e ao relator da matéria, o Senador Ricardo Ferraço, que, ao fazer a proposta de reforma administrativa desta Casa, racionaliza serviços e economiza quase R$150 milhões por ano para os cofres públicos. Agora vamos designar um relator de plenário para finalizarmos essa reforma.

Também tivemos aqui o debate da PEC nº 15, de autoria do Senador Ferraço, que foi muito bem relatada pelo ex-Ministro e competente Senador Aloysio Nunes Ferreira, que fez brilhante relatório, da maior profundidade. Nós vamos entrar também agora, neste

semestre, no debate dessa matéria importante para agilizar a Justiça brasileira. Aproveito a oportunidade para agradecer ao Senador Aloysio Nunes Ferreira por seu brilhante relatório.

Aqui na Comissão temos evoluído em vários assuntos. Temos aqui a questão do trâmite das medidas provisórias, que foi compartilhada por vários dos Srs. Senadores e que teve a relatoria brilhante do Senador Aécio Neves, matéria cuja apreciação esperamos concluir nesta reunião de hoje, mais uma vez começando uma pauta positiva para a Comissão de Constituição e Justiça. Portanto, cabe o registro do enorme esforço e do entendimento de construirmos aqui, com a ajuda decisiva de vários dos Srs. Senadores e das Srªs Senadoras, um substitutivo importante para a questão do trâmite das medidas provisórias, tão bem relatada, com já disse, pelo ex-Governador e excelente Senador do Estado de Minas Gerais Aécio Neves. O texto inclui mudanças nos prazos de cada Casa e na forma do exame prévio de constitucionalidade das medidas provisórias pelas Comissões de Constituição e Justiça das duas Casas.

Vamos fazer, Senadores e Senadoras, das negociações e do entendimento as práticas maiores desta Comissão. Desejo manter o mesmo ritmo que quase sempre mantivemos, de mais de uma reunião por semana, o que tem garantido uma alta produtividade nesta CCJ, Senador Pedro Simon. Vamos continuar respeitando o direito das minorias e das oposições nesta Casa, atuando aqui nesta Comissão como magistrado nos momentos do embate político.

A nossa meta aqui, como Presidente, Senador Ferraço, é o de fazer nesta Comissão um trabalho suprapartidário. É esse, Senador Armando Monteiro, o propósito desta Presidência. Como Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, quero dar prosseguimento às atividades, atacando os grandes temas nacionais, tão necessários para o aperfeiçoamento da nossa democracia.

No primeiro semestre não deixamos de fazer nenhuma reunião por falta de quórum nesta Comissão. Por isso, ao vivo, para todo o Brasil e para todo o mundo, através da *Internet*, da TV Senado e da Rádio Senado, quero agradecer publicamente a colaboração de todos os Srs. Senadores e Srªs Senadoras que integraram durante o primeiro semestre – e integrarão no segundo semestre – esta CCJ. Até o final do ano, posso garantir, o trabalho será ainda mais intenso, com novas matérias e outros grandes desafios para esta Comissão. Conto com a certeza da colaboração dos Srs. Senadores e das Srªs Senadoras para obtermos outros grandes resultados positivos.

Srªs e Srs. Senadores, eu submeto aos senhores a aprovação da ata da última reunião.

Em discussão a ata.

Os Srs. Senadores que concordam com a ata da última reunião, que foi distribuída, queiram permanecer sentados. *(Pausa)*

Aprovada a ata da última reunião.

A presente reunião está dividida em duas partes. A primeira parte destina-se à deliberação da proposta de Emenda Constitucional nº 11, de 2011, de autoria do Senador José Sarney e de outros Senadores que a assinaram, que altera o procedimento de apreciação das medidas provisórias pelo Congresso Nacional. Repito que esta é uma matéria de extrema relevância de que iremos tratar no dia de hoje.

A segunda parte desta reunião destina-se à apreciação da Mensagem do Senado Federal nº 103, de 2011, de autoria da Presidência da República, que submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 84, XIV; do art. 52, III, "e"; e art. 128, § 1º, da Constituição Federal, o nome do Dr. Roberto Monteiro Gurgel dos Santos para ser reconduzido ao cargo de Procurador Geral da República.

Item nº 1, e único, da pauta, Senador Pedro Simon – S. Exª veio com o cabelo cortado, mais magrinho, para dar um plantão de trabalho permanente nesta Comissão e no Congresso Nacional.

A primeira parte da nossa reunião de hoje destina-se a apreciar as Emendas de Plenário nºs 2, 3 e 5, oferecidas à Proposta de Emenda Constitucional nº 11, de 2011, que altera o procedimento de apreciação das medidas provisórias pelo Congresso Nacional.

Autoria: Senador José Sarney e outros Senadores.

Autoria da Emenda nº 2, de Plenário: Senador Pedro Simon e outros Senadores.

Autoria da Emenda nº 3, de Plenário: Senador Walter Pinheiro e outros Senadores.

Autoria da Emenda nº 5, de Plenário: Senador Antonio Carlos Valadares e outros Senadores.

Relatoria: Senador Aécio Neves. O relatório é pela aprovação das Emendas nºs 2, 3 e 5, de Plenário, na forma da subemenda substitutiva que apresenta.

Concedo a palavra ao Senador Aécio Neves para... Esse relatório já foi lido, relido, discutido, debatido, e havia o compromisso desta Presidência de, na primeira reunião, ao reiniciarmos nossos trabalhos, o que estamos fazendo no dia de hoje nesta Comissão, apreciarmos essa matéria como item nº 1 da pauta.

Como temos uma reunião dividida em dois tempos, concedo a palavra ao Senador Aécio Neves para, sucintamente, dar um parecer sobre a aprovação parcial ou total, como apresentar, da forma da subemenda substitutiva que apresenta.

Tem a palavra o Senador Aécio Neves.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Agradeço a V. Exª, Presidente Eunício Oliveira.

Gostaria, inicialmente, de registrar – e considero absolutamente relevante que isto seja feito – a postura absolutamente republicana de V. Exª, Presidente Eunício, desde o início da discussão dessa matéria que, por sua relevância, vem tendo a colaboração não apenas da Presidência e da Mesa desta Comissão, mas de praticamente todos os seus membros. Há muito tempo, Presidente Eunício, esse substitutivo deixou de ser o substitutivo do relator para ser o substitutivo da Comissão. V. Exª, de forma muito objetiva, fez a leitura das emendas sugeridas em plenário...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Desculpe-me interrompê-lo, Senador Aécio Neves, mas pediria às assessorias que, por favor, tivessem um pouco de compreensão, pois há um orador na tribuna, um Senador na tribuna, relatando uma matéria da maior importância para o Brasil, para os brasileiros, para esta Casa do Congresso Nacional. Por favor, eu pediria um pouco de silêncio. Devolvo a palavra ao Senador Aécio Neves.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Agradeço a V. Exª.

Eu dizia, Presidente Eunício, que esse relatório deixou, há muito, de ser um relatório do Senador Aécio e passou a ser um relatório desta Comissão e, mais do que isso, em grande parte, da Casa, já que recebemos contribuições na discussão da matéria de Senadores não membros desta Comissão.

Não tenho dúvidas em reiterar que não há outra matéria tão relevante quanto essa e de tantas conseqüências para os trabalhos desta Casa e para suas relações com o Poder Executivo, pois diz respeito ao rito de tramitação das medidas provisórias. V. Exª, eu dizia isto inicialmente, já teve oportunidade de registrar que as propostas de emendas sugeridas pelos Senadores Pedro Simon, Walter Pinheiro, Antonio Carlos Valadares foram totalmente ou em parte já incorporadas a esse relatório, assim como outras sugestões que, informalmente, ao relator também chegaram.

Nós estamos, portanto, tratando da Proposta de Emenda à Constituição nº 11, de autoria do Presidente desta Casa, Senador José Sarney. Passo apenas, para tentar, dentro do possível, ser objetivo, a ler uma análise muito sucinta das modificações que foram incorporadas. Lerei não o relatório mas o texto do substitutivo e chamarei atenção dos Srs. Senadores para as modificações que foram incorporadas ao texto.

Tenho, Presidente Eunício, Srªs e Srs. Senadores, Srs. Líderes, absoluta convicção de que o que estamos construindo aqui atende às necessidades do Governo Federal e do Poder Executivo que, eventualmente, terá editar, sim, medidas provisórias, qualquer que seja ele, mas atende também ao Congresso Nacional, no momento em que busca resgatar algumas de suas prerrogativas fundamentais.

Desde o momento em que tive a honra de ser designado por V. Exª relator da PEC nº 11, tenho deixado registrado que se trata de proposição que não deve ter a sua análise definida em função de diferenças partidárias ou mesmo entre governo e oposição.

Em 2001, eu, ainda Presidente da Câmara dos Deputados, tive a oportunidade de presidir um grande entendimento que, pela primeira vez, alterou, de forma substancial, a tramitação das medidas provisórias que, até aquele instante, não eram analisadas pelo Plenário das duas Casas do Congresso Nacional, sendo, sucessivamente, reeditadas por tempo indeterminado, o que significava o Poder Legislativo abdicar, cada vez mais, de suas prerrogativas fundamentais. Ali construímos o primeiro grande entendimento, mas ainda insuficiente, como temos constatado aqui, todos os dias, na nossa ação parlamentar que vem se restringindo, quase exclusivamente, à aprovação, sem prazos mínimos, hábeis, para discussão mais profunda das medidas provisórias encaminhadas pelo Poder Executivo.

Portanto, o tema da regulamentação da tramitação das MPs deve refletir os interesses do Senado Federal como um todo e sua definição deve buscar um consenso, como tenho buscado fazer, entre todas as correntes políticas da Casa. Não foi por outra razão que, logo após os debates preliminares feitos sobre a matéria, passamos a fazer contatos com Senadores de todos os partidos, com o Líder do Governo, na busca de se chegar a um consenso sobre essa matéria, para que pudéssemos ter uma proposta que representasse o pensamento de toda a Casa, que é o que busco apresentar hoje nesta reunião.

Nessa direção, não tivemos qualquer problema em alterar o nosso primeiro relatório, em alterar o nosso segundo relatório, quando a proposta tramitou nesta Comissão, para incorporar essas sugestões às quais me referi.

Agora, após o debate do tema já ter ocorrido inclusive no plenário do Senado Federal não há por que não agir da mesma forma, buscando um texto que possa atender ao Senado Federal e ao Poder Legislativo como um todo.

Eu antecipo, Sr. Presidente, que tivemos, também, contatos com líderes da Câmara dos Deputados buscando construir uma convergência para que a matéria aprovada no plenário do Senado Federal possa, o mais rapidamente possível, também ser aprovada,

sem modificações, na Câmara dos Deputados. Registro o meu otimismo em relação a essa possibilidade.

Assim, estamos acolhendo parcialmente as emendas de plenário na forma da subemenda que estamos apresentando. Como principal alteração – começo a chamar atenção dos nobres Senadores para o mérito daquilo que estamos aqui hoje propondo –, estamos propondo a extinção da Comissão Mista Permanente, que havia proposto, encarregada do exame da admissibilidade das medidas provisórias, estabelecendo que, após a sua edição, essa matéria será remetida imediatamente à Câmara dos Deputados, que terá 60 dias para seu exame. Após análise do tema pela Câmara Baixa, esta Casa terá 45 dias para votar a matéria, ficando os restantes 15 dias reservados para análise, pela Câmara dos Deputados, das emendas do Senado Federal.

Estabelecemos, também, que, preliminarmente ao exame das medidas provisórias pelos plenários, a proposição seja examinada, para juízo sobre o atendimento de seus pressupostos constitucionais pela respectiva Comissão competente para examinar a constitucionalidade das matérias, ou seja, pela respectiva Comissão de Constituição e Justiça, sempre prevendo – mais uma sugestão da base do Governo nesta Casa, em especial do Líder Romero Jucá – a existência de recurso para o plenário da Casa.

Apresentamos esse relatório, Sr. Presidente, na expectativa novamente de que, com essas alterações, possamos chegar a um ponto de convergência, a um ponto comum sobre essa matéria, permitindo harmonia entre as Casas Legislativas e o relacionamento adequado entre os Poderes Legislativo e Executivo.

Passo a ler, Sr. Presidente, o texto do substitutivo e, ao final, chamarei atenção apenas dos quatro pontos que me parecem as modificações mais relevantes.

Passo a lê-lo, contando, mais uma vez, com a compreensão do Plenário, para que todos os Senadores possam ter oportunidade de compreender a importância daquilo que estamos aqui votando:

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte *gf2011-05507* 3 Emenda ao texto constitucional:

> **Art. *1º*** *O art. 62 da Constituição Federal passa a vigorar com as seguintes alterações:*
>
> "**Art. 62**. .....
>
> .....
>
> § 3º As medidas provisórias, ressalvado o disposto nos §§ 11 e 12, perderão eficácia, desde o início de sua edição, devendo o Congresso Nacional disciplinar, por decreto legislativo, as relações jurídicas delas decorrentes, se forem consideradas inadmitidas na forma do § 5º ou se não forem aprovadas:
>
> *[Repito que, ao final, me permitirei clarear um pouco mais o sentido dessas modificações.]*
>
> *I – pela Câmara dos Deputados no prazo de sessenta dias contado de sua edição;*
>
> *II – pelo Senado Federal no prazo de quarenta e cinco dias contado de sua aprovação pela Câmara dos Deputados;*
>
> *III – pela Câmara dos Deputados para apreciação das emendas do Senado Federal no prazo de quinze dias contado de sua aprovação por esta Casa.*
>
> *§ 4º – Os prazos a que se referem os §§ 3º e 5º suspendem-se durante os períodos de recesso do Congresso Nacional*.
>
> *§ 5º Preliminarmente ao seu exame pelo Plenário, as medidas provisórias serão submetidas, para juízo sobre o atendimento de seus pressupostos constitucionais, à comissão competente para examinar a constitucionalidade das matérias da Câmara dos Deputados ou do Senado*
>
> *Federal, observado o seguinte:*
>
> I – a comissão terá dez dias para se manifestar;
>
> II – da decisão da comissão cabe recurso ao Plenário, assinado por um décimo dos membros da respectiva Casa, que deverá ser protocolizado até dois dias úteis após a decisão;
>
> III – o plenário examinará o recurso quando da apreciação da medida provisória, cuja vigência será mantida até a decisão, observados os prazos previstos nos incisos I e II do § 3º;
>
> IV – se a comissão não se manifestar no prazo a que se refere o inciso I, a decisão sobre a admissibilidade transfere-se para o plenário da respectiva Casa, observado o disposto no inciso III;
>
> V – se a medida provisória não for admitida, será ela transformada em projeto de lei em regime de urgência, na forma do § 1º do art. 64, com tramitação iniciada na Câmara dos Deputados.
>
> § 6º Se, no caso dos incisos I e II do § 3º, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal não se manifestarem, respectivamente, em até trinta e cinco dias, a medida provisória entrará em regime de urgência, sobrestando todas as demais deliberações legislativas da respectiva Casa, com exceção das que tenham

prazo constitucional determinado, até que se ultime a votação.

.....

§ 10. É vedada a reedição, na mesma sessão legislativa, de matéria constante de medida provisória que tenha sido inadmitida, que tenha sido rejeitada ou que tenha perdido sua eficácia por decurso de prazo.

.....

§ 13. A medida provisória e o projeto de lei de conversão não conterão matéria estranha a seu objeto ou a este não vinculada por afinidade, pertinência ou conexão." (

Art. 2º Revogam-se os §§ 7º e 9º do art. 62 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação, aplicando-se às medidas provisórias que venham a ser editadas após a sua publicação.

Quero chamar a atenção dos Srs. Senadores, lido o substitutivo, para aquelas que são as alterações fundamentais de mérito naquilo que estamos propondo. Seria redundante que eu aqui voltasse a falar sobre o processo ao qual hoje estamos submetidos, eu diria, quase vexatório, de estarmos aprovando, com algumas horas que antecedem o vencimento, medidas provisórias extremamente complexas sem que haja tempo hábil para que o Poder Legislativo cumpra com sua função constitucional de analisá-las de forma responsável.

Portanto, a primeira das modificações, Sr. Presidente, diz respeito aos prazos, sugestão inicial do Presidente José Sarney. Hoje, o prazo é global, é um prazo de 120 dias após o início da tramitação da medida provisória, que tem sido absorvido quase que na sua totalidade pela Casa iniciadora, pela Câmara dos Deputados. Essa foi uma introdução sugerida por nós no ano de 2001 para que as medidas provisórias fossem, mesmo que num prazo de 120 dias, objeto de deliberação do Congresso Nacional.

Repito. Até aquele instante, as medidas provisórias criadas na Constituição de 1988 podiam ser reeditadas a cada 30 dias sem que fossem submetidas à avaliação do Poder Legislativo. Agora, chegamos à conclusão de que é necessário que haja um tempo determinado para cada uma das Casas. O tempo proposto no nosso substitutivo é de 60 dias na Câmara dos Deputados, 45 dias no Senado Federal, compreendendo a complexidade e até mesmo a dimensão pelo número de membros daquela primeira Casa, restando 15 dias para a eventualidade de, emendada no Senado Federal, a medida provisória ter de retornar à Câmara dos Deputados.

A segunda modificação que me parece substantiva e essencial é que estamos, por sugestão de membros desta Comissão e de outros membros do Senado Federal, estabelecendo que caberá não mais àquela Comissão que havia sugerido inicialmente.

Caberá agora às Comissões de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, inicialmente pelo prazo de 10 dias e, em seguida, aprovada a matéria pelo Plenário da Câmara dos Deputados, à Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal, pelos mesmos 10 dias, a possibilidade de discutir a admissibilidade da medida provisória, cabendo – como já havia antecipado anteriormente – recurso ao plenário assinado por 10% dos membros da Casa. Isso significa, se eventualmente, Senador Simon, Senador Luiz Henrique, uma medida provisória for inadmitida na Comissão de Constituição e Justiça em qualquer uma das Casas, poderá, a partir desse recurso, ser rediscutida essa admissibilidade no plenário da Casa. Portanto, não se tira do Plenário da Câmara ou do Senado o poder soberano de dar a palavra final em relação às medidas provisórias, mas cria-se uma instância que cumpre aquilo que determina a Constituição da República, que permitirá exatamente a discussão dessa admissibilidade. Portanto, dá-se às Comissões de Constituição e Justiça o poder que ela constitucionalmente deve ter de analisar a constitucionalidade da medida provisória. Parece-me um avanço na direção do resgate das prerrogativas, não apenas das Casas, mas, em especial desta Comissão.

A terceira modificação, Sr. Presidente, temos assistido – e não apenas Senadores da oposição, porque neste instante, na discussão dessa matéria, somos todos Senadores da República – a um fato que tem causado enorme constrangimento em todos nós. Estamos discutindo e muitas vezes votando e aprovando medidas provisórias que, ao longo da sua tramitação, incorporam temas que absolutamente não têm nenhuma conexão com o tema que originou a medida provisória. O chamado contrabando tem sido não uma exceção, mas uma regra nas medidas provisórias que temos votado nos últimos meses no Senado e na Câmara dos Deputados.

Estamos, portanto, constitucionalizando a vedação ao contrabando, estabelecendo de forma clara no § 13º do art. 62 que a medida provisória e o projeto de lei de conversão não conterão matéria estranha a seu objeto e/ou a este não vinculada por afinidade, pertinência ou conexão. Portanto, no momento em que nós constitucionalizamos essa matéria, nós criamos um instrumento de defesa maior da legalidade e do próprio Congresso Nacional, quando eventualmente esses abusos ocorrerem, o que tem sido uma regra até aqui.

E, por último, Sr. Presidente, Srs. Senadores, estamos garantindo a vedação à reedição na mesma Sessão Legislativa de matéria constante de medida provisória que tenha sido rejeitada ou que tenha perdido sua eficácia por decurso de prazo.

Eu concluo, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores a leitura e a apresentação deste substitutivo, dizendo de forma também muito clara que não era o substitutivo dos meus sonhos, não está nem próximo da proposta original que busquei apresentar nesta Casa, onde as medidas provisórias – como sugeri, inclusive, ao Senador Pedro Simon – só passavam a ter eficácia a partir do momento da aprovação da sua admissibilidade. Mas esta, como disse V. Exª no início da sua explanação, é uma Casa sempre na busca do consenso e do entendimento. Se não é o projeto ou o substitutivo ideal, ele avança de forma absolutamente clara na direção daquilo que tenho chamado de resgate das prerrogativas do Congresso Nacional.

Portanto, a votação deste substitutivo significa o Senado da República dizer claramente que não aceita continuar tendo um papel absolutamente secundário em relação à discussão de matérias legislativas. Votar este texto, Sr. Presidente, significa sinalizar de forma clara que queremos ter com o Poder Executivo a relação de equilíbrio e de respeito que na democracia é absolutamente fundamental, que compreendemos que o Poder Executivo precisa ter instrumentos de emergência para serem utilizados quando a ocasião assim o justificar, mas que a medida provisória deve voltar a ser um instrumento de excepcionalidade, como prevê a Constituição, mas não deve substituir, praticamente na sua totalidade, as propostas do Poder Executivo que podem e devem tramitar nesta Casa a partir de propostas de projeto de lei, inclusive em regime de urgência.

Portanto, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, é muito fácil compreender o sentido e a inspiração dessas modificações. Repito, para concluir, que não se trata de uma discussão, repito, entre Governo e oposição. Trata-se do resgate das prerrogativas do Congresso Nacional. Dizer não a essa proposta significa subjugar esta Casa e dizer, de forma absolutamente clara, que aceitamos o papel subalterno ao qual hoje estamos confinados de sermos apenas e simplesmente homologadores de propostas que venham do Poder Executivo.

Registro ao final – e agora realmente para terminar, Sr. Presidente –, com a autoridade de quem há dez anos atrás, ex-Líder do governo do Presidente Fernando Henrique e Presidente da Câmara dos Deputados, buscou com o Presidente da República o entendimento que tirava dele poderes muito maiores do que esses que eventualmente agora possam ser alterados, porque o Poder Executivo nessa nossa proposta continua tendo a prerrogativa de editar a medida provisória quando julgá-la necessária, mas resgatamos o poder do Congresso Nacional de também admitir ou não as medidas provisórias em face da sua constitucionalidade.

Portanto, é um projeto absolutamente equilibrado. Não é mais o projeto do Relator Aécio Neves; é um projeto da Comissão de Constituição e Justiça. E gostaria muito de poder ter a compreensão dos meus pares para que pudéssemos reeditar aquele acordo inicial, para que, levando unanimemente esta proposta ao Plenário, incorporadas as propostas dos Senadores que apresentaram emendas, iniciarmos esse segundo semestre legislativo com uma agenda altamente positiva para o País.

As prerrogativas, Sr. Presidente Eunício, do Congresso Nacional não nos pertencem. Elas pertencem ao povo brasileiro, que nos delegou a responsabilidade de aqui garanti-las. É o que busquei fazer nesse relatório.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado Senador Aécio.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Sr. Presidente.

O SR. LUIZ HENRIQUE (BLOCO/PMDB – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Apenas, Senador Aécio, pergunto: isso que V. Exª falou representa um entendimento com as lideranças do Governo?

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Meu ilustre mestre, Senador Pedro Simon, espero que sim.

Incorporei no meu substitutivo...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Ainda tem um ponto que vou levantar.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Incorporei no meu substitutivo as sugestões que me chegaram e as ponderações que me foram feitas, seja em relação ao primeiro dos temas, que era aquele sugerido por V. Exª da vigência da medida provisória apenas após a sua admissibilidade, que foi o tema central do primeiro substitutivo, e que tirei na busca do entendimento pelas ponderações da base do Governo. Nessa nova negociação transformei a comissão que discutirá admissibilidade, que era uma comissão específica inicialmente, numa prerrogativa da Comissão de Constituição e Justiça, por sugestão do Senador Walter Pinheiro, do Senador Valadares, de V. Exª, do Líder Romero e de outros que contribuíram para essa proposta.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Eu agradeço a presença dos senhores assessores e dos que vieram aqui assistir a esta sessão, mas pediria, mais uma vez, gentilmente, aos assessores, às pessoas que aqui estão para que a gente escute o debate feito pelos Senadores. Esta é uma matéria de extrema relevância para o País que está sendo discutida aqui na Comissão, e, sem a audição pelos demais Senadores, nós não vamos entender o que está sendo debatido aqui na Comissão.

Portanto, faço esse apelo para que os assessores, as pessoas todas que estão aqui façam um pouco de silêncio para ouvirmos os oradores e os debatedores dessa matéria.

O Senador Pedro Simon falou, o Senador Luiz Henrique tinha pedido a palavra. Mas, em seguida, dou a palavra para o Líder do Governo, Senador Romero Jucá.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Eu gostaria de me pronunciar também.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, vou ser muito breve, até porque esta matéria deve ser, na minha opinião, aprovada sem delongas.

Ocupo a palavra para cumprimentar o Senador Aécio, mais uma vez, pelo trabalho de coordenação e pelo consenso que se produz em torno dessa matéria. Quero apenas, Senador Aécio, pedir que incorpore uma emenda de redação ao inciso I, do § 5º. É evidente, pela redação, que a decisão da Comissão de Constituição e Justiça é terminativa. Mas eu creio que seria melhor explicitá-lo, até para...

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Cabe recurso, Sr. Presidente.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Eu sei. Até para reforçar o papel desta Comissão. Por isso eu gostaria de propor a V. Exª que incorporasse a expressão "após se manifestar em caráter terminativo".

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – V. Exª está sugerindo no inciso I do § 5º?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – A Comissão terá dez dias para se manifestar em caráter terminativo. Acho que explicita melhor o texto.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Mas não é terminativo, porque se fosse terminativo... A minha proposta é exatamente esta: que não seja terminativo, que a Comissão dê o parecer e que este vá a Plenário.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Deixa eu tentar esclarecer, Presidente. Na verdade, no momento em que cabe recurso à Comissão, deixa de ter caráter terminativo. Estou ponderando ao Líder Romero Jucá que não muda absolutamente nada. No momento em que você permite... Na verdade, é um equilíbrio entre a proposta de V. Exª e o que pensa o Líder do Governo.

O que nós queremos efetivamente? Que haja uma instância que debata, discuta a admissibilidade das medidas provisórias, que ocupe o espaço das fadadas ou malfadadas comissões especiais criadas a cada medida provisória que jamais se reuniram pelo menos nesta Legislatura.

No momento em que nós garantimos à Comissão de Constituição e Justiça a possibilidade inclusive de inadmitir uma matéria, nós estamos dando a ela uma prerrogativa que não tinha até aqui, estamos permitindo que, quando houver recurso de 10% dos membros da Casa, caiba ao Plenário a palavra final em relação até mesmo à admissibilidade dentro daquele prazo global estabelecido.

Portanto, não altera efetivamente o rito de tramitação, porque ela não deixa, mesmo se houver, Senador Luiz Henrique e Senador Romero Jucá, mesmo se ela for inadmitida na Comissão, isso está especificado no relatório, continuará vigorando, vigendo, portanto, sem qualquer alteração, aguardando a palavra final do Plenário.

Portanto, o que nós estamos garantindo, com a possibilidade do recurso, é que efetivamente a posição da Comissão de Constituição e Justiça possa ter validade, porque, se não, nós vamos para o equívoco de hoje: matérias que simplesmente não vão ser pautadas, não vão ser sequer objeto de discussão na Comissão de Constituição e Justiça, retornando ao trâmite atual que não me parece o adequado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Romero, para ordenar os trabalhos, vou dar a palavra ao Senador Valadares, que está inscrito, enquanto V. Exª, como Líder do Governo, conversa um pouco com o Senador Aécio. Quem sabe... Acho que essa matéria já está tão debatida que nós deveríamos encontrar hoje, aqui nesta Casa, o entendimento para que ela vá a Plenário e não tenha mais que receber, Senador Romero, que ser submetida a emendas e a um novo debate.

Nós temos uma premissa que é resolver essa questão do trâmite das medidas provisórias. Portanto, faço um apelo aos senhores que busquem aqui o entendimento enquanto eu dou a palavra ao Senador Valadares.

Tem a palavra o Senador Valadares e, em seguida, o Senador Ferraço.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Presidente, eu apresentei um substitutivo

ao relatório do... Deixe o pessoal acabar de conversar, depois eu falo.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Tem a palavra V. Exª, Senador Valadares. Eu não posso proibir que Senadores façam aqui um entendimento, mas a palavra está assegurada a V. Exª. Darei toda a atenção, a Mesa dará toda a atenção a V. Exª.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Eu gostaria que o Relator ouvisse. V. Exª me ouvir, como Presidente, para mim é uma honra. Agora, o Relator é necessário que ouça, porque eu apresentei justamente uma proposta alternativa à regulamentação das medidas provisórias. E um dos itens fundamentais é que anteriormente o Senador Aécio propôs a criação de uma comissão permanente, uma comissão especial composta por Senadores e Deputados para apreciação, em caráter preliminar, das medidas provisórias, a admissibilidade, e eu apresentei como alternativa à Comissão de Justiça de cada Casa para dispor sobre o assunto.

Ocorre que eu coloquei como saída para o caso de a Câmara dos Deputados não se manifestar sobre a medida provisória, de ela vir diretamente ao Senado, que vai tomar a sua decisão e em seguida voltaria para a Câmara dos Deputados. Não há essa hipótese na proposta do Senador Aécio de a Câmara não se manifestando no prazo de 60 dias. O que acontece? A medida morre lá na Câmara dos Deputados. Daí estou apontando a solução de que o Senado tenha o direito de a Câmara não querendo, vamos dizer, aprovar ou não a medida provisória.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Não pode.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Aprovando, ela volta para a Câmara dos Deputados, porque aí as duas Casas, como o sistema no Brasil é bicameral, as duas Casas serão ouvidas.

Então eu perguntaria ao Senador Aécio qual alternativa neste caso, apresentada por S. Exª, no caso de a Câmara dos Deputados não se manifestar no prazo legal?

O SR. PRESIDENTE ((Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Aécio, para responder ao Senador Valadares. Já de pronto, dizendo que nós temos um sistema bicameral, então, negado na Câmara, não temos como revitalizar a matéria aqui.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – É isso. Eu quero apenas registrar que o Senador Valadares tem sido um dos que mais contribuíram para esse nosso relatório, foi um dos primeiros a levantar a possibilidade de a comissão especial ou as prerrogativas da comissão que eu criava, que eu propunha criar, fossem transferidas para essa comissão especial. Mas permitir que o Senado da República discuta qualquer matéria sobre a qual a Câmara, Casa iniciadora, não tenha se manifestado ou não tenha aprovado, me parece um retrocesso enorme e não temos qualquer condição, nem constitucional. Até porque qualquer matéria legislativa, projetos de lei, por exemplo, só podem ser admitidos ou discutidos nesta Casa se aprovados na Casa iniciadora, e nós estaremos permitindo até a leitura de que a Câmara dos Deputados foi eventualmente negligente em relação à determinada matéria porque não discutiu e o Senado absorve as prerrogativas da Câmara dos Deputados. Não! No momento em que cumprido o fim do prazo estabelecido na Câmara dos Deputados, de 60 dias, e a Câmara dos Deputados não se manifestou em torno dessa matéria, como deve ocorrer hoje, obviamente essa matéria está rejeitada, ela não pode caminhar para a Casa seguinte.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Assim como o Senado também. Se o Senado não se manifestar, não pode ...

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – É o meu sentimento. Da mesma forma.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Só que a matéria, Senador Aécio, ...

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Da mesma forma, se ao final do prazo, o Senado também não se manifestar, isso obviamente se considera rejeição da matéria porque nós não aprovamos no prazo pré-estabelecido. Como ocorre hoje.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Esse é o Regimento. Esse é o Regimento. Senador ...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Senador, eu posso pedir um aparte ao Relator?

O SR. PRESIDENTE(Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pois não.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – É que a matéria tem início na Câmara dos Deputados e o Senado Federal tem interesse em que uma matéria como é a medida provisória, que funciona em caráter especialíssimo, venha ao Senado Federal, que é a Casa do equilíbrio federativo.

Vamos supor que tem uma matéria lá que trate do interesse dos Estados, dos Municípios, e a Câmara não dê bolas a esta matéria, o Senado tem interesse em que ela venha para cá. Eu acho que é uma matéria constitucional, se a Constituição dispuser sobre isso, não existe nenhuma inconstitucionalidade.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Existe.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Acabou. Se a Constituição determinar que uma medida provisória mesmo não tendo a Câmara se manifestado, venha para o Senado, o que é que tem? É o Poder Legislativo é que dispõe sobre isso.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – É um texto constitucional ou inconstitucional

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Na palavra de V. Exª.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Senador Valadares, respeito a posição do Senador Valadares, mas não me ....

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Aécio, por favor, vamos tentar ordenar os trabalhos.

O Senador Valadares levanta uma questão que, embora pertinente, não tem amparo regimental...

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – E constitucional!

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Eu até gostaria... Seria maravilhoso se a gente pudesse fazer isso.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Não tem amparo regimental e não tem amparo constitucional, mas é legítimo que ele levante a questão. Então, o Senador Aécio Neves já esclareceu para o Senador Valadares.

Há o Senador Ferraço inscrito, mas, antes, eu pediria permissão ao Senador Ferraço para verificar, com o Líder Romero Jucá, se foi concluído o entendimento, porque eu imaginava, inclusive, que essa matéria, que já foi tão debatida – e houve uma conversa com os autores das emendas, feita pelo Senador Aécio Neves e coloquei na pauta, sabendo que a gente tem uma sabatina para ser feita agora –, estivesse sendo feita por consenso.

Portanto, peço ao Senador...

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Pela ordem, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Eu vou ter de botar a matéria em votação.

Em discussão.

Vou dar a palavra em discussão e vou botar a matéria em votação quando houver entendimento.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Acho que há como botar em votação. São pequenas dúvidas e acho que vale a pena ter tranquilidade para que os Senadores as tirem, para não haver consequências posteriores. Só isso.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Está certíssima, Senadora!

Por isso, quero não fazer apenas uma discussão paralela, mas fazer um debate aqui, na Comissão, pela ordem de inscrição.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, pela ordem. Pela ordem!

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – E o recurso, não precisa votar o recurso lá, o que se vota é o parecer, entendeu?

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente Eunício!

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Anibal, V. Exª tem a palavra.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Peço a atenção do Senador Aécio também...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, Sr. Presidente! Eu tenho...

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Senador Aécio, por favor, pela ordem!

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Gente, só um minutinho. Um minutinho de silêncio, por favor! Nós estamos fazendo o debate de uma matéria importante. Quantas vezes vai ser preciso pedir aqui?

O Senador Anibal pediu a palavra pela ordem.

O Senador Anibal tem a palavra e, depois, o Senador Aécio – o Senador Romero.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, na análise da matéria, o Relator, eminente Senador Aécio Neves, diz que o tema da regulamentação da tramitação da medida provisória deve refletir os interesses do Senado Federal como um todo e sua definição deve buscar um consenso entre todas as correntes políticas da Casa. Não foi por outra razão que, logo após os debates preliminares feitos sobre a matéria, passamos a fazer contatos com os Senadores de todos os partidos.

Eu queria, em razão disso, dizer que a Bancada do Partido dos Trabalhadores, a segunda maior bancada desta Casa, ainda está carente de um entendimento sobre essa matéria. E eu pediria vistas para que a gente possa aprofundar esse entendimento e, aí sim, fazer cumprir esse entendimento, que é uma condição *sine qua non* para a gente poder avançar nessa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Anibal...

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Peço vistas, então, Sr. Presidente, à matéria.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Anibal. Senador Anibal! Senador Anibal!

Srs. Senadores...

Senador Anibal, sobre a matéria principal, já foram dadas vistas a essa matéria. V. Exª está pedindo

vistas à matéria que se refere à emenda substitutiva do Senador Aécio?

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Exatamente.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Eu quero fazer uma... Sr. Presidente, permita-me!

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pois não.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Senador Anibal, eu acho que, enfim, nós sabemos exatamente a dimensão política daquilo que estamos discutindo aqui. Antes da formalização de qualquer solicitação, eu sugeriria e pediria a V. Exª que desse a palavra ao Líder do Governo.

Nós aqui conseguimos construir algo que me parece minimamente razoável, para que possamos dizer que queremos realmente alguma modificação. Ou, então, o gesto de pedir vista significará para mim, de forma absolutamente clara, que o Partido dos Trabalhadores, que o PT aceita ou prefere o papel que o Senado da República vem cumprindo hoje em relação às medidas provisórias, o qual não vou aqui adjetivar.

Eu gostaria apenas de solicitar a Líder Anibal que ouvisse o Líder do Governo, que trabalhou conosco essa matéria exaustivamente e foi responsável por termos abdicado de muitas posições de nosso parecer inicial. Porque, em não havendo entendimento, preferirei obviamente voltar à nossa proposta original, para que, pelo menos, fique o registro de que ela foi derrotada.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Senador Eunício!

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Tem a palavra, então, o Senador Romero e, em seguida, a Senadora.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, tenho dois pontos aqui para colocar, Sr. Presidente.

O primeiro deles diz respeito a essa questão da manifestação da Comissão de Constituição e Justiça das duas Casas. Qual é a ideia? A ideia é de que o parecer da Comissão de Constituição e Justiça emanado sobre a constitucionalidade, se for favorável, vai para o plenário como favorável, se for contrário, vai para o plenário como contrário. O Senador Aécio propõe que haja um recurso assinado por 1/10, portanto, por nove Senadores no caso do Senado, para o plenário.

O que estou discutindo é o seguinte: o que será votado no plenário não será o recurso; o que será votado no plenário será o parecer. Então, efetivamente, o parecer irá, de qualquer forma, para o plenário do Senado para ser votado. Essa é a primeira questão.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – E é assim, já é assim hoje. Já é assim hoje.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – A segunda questão diz respeito ao art. 10º, que diz: "É vedado a reedição, na mesma sessão legislativa, de matéria constante de medida provisória que tenha sido rejeitada – com isso nós concordamos – ou que tenha perdido eficácia por decurso de prazo".

Como nós vamos ter 60 dias na Câmara só no decurso de prazo da Câmara e, efetivamente, essa medida provisória pode perder a validade na Câmara, não vindo nem ao Senado, quero suprimir a impossibilidade de reedição quando for vedada a eficácia por decurso de prazo, exatamente porque dará condição de essa matéria ser novamente reeditada e apreciada pela Câmara e vir para o Senado.

Então, essa é a posição.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Não vamos começar o debate paralelo de novo!

A pergunta é a seguinte. O Senador Romero Jucá fez uma proposta, como Líder do Governo, ao Senador Relator Aécio Neves. Consulto o Senador Aécio Neves sobre a proposta feita pelo Líder do Governo.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, pela ordem!

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Eu queria entender melhor a proposta do Senador Jucá.

Pelo que entendi – posso ter entendido errado, Senador Jucá –, mas pelo que depreendo do que V. Exª diz, vamos voltar ao sistema anterior a 2001, quer dizer, a possibilidade de reedições indefinidas: basta a Câmara não votar que a medida provisória poderá ser reeditada sobre a mesma matéria, não é isso? Porque exatamente essa era a situação, esse era o *status quo*...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – A ideia não é criar um mecanismo disso, a ideia é dar a possibilidade...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Este era o *status quo que* existia antes da mudança constitucional, que foi um marco na mudança das relações entre o Poder Legislativo e o Executivo: acabar com as reedições sucessivas, indefinidas, que fizeram com que o Plano Real e outros fossem permanentemente objeto de medidas reeditadas à medida que iam perdendo a eficácia por decurso do prazo.

Pelo que entendo, V. Exª está propondo algo que nos remete à situação anterior.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Mas o meu problema agora é que eu, antes, tinha 120 dias para votar. Eu, agora, vou ter 60, com decurso de prazo na Câmara. Então, o Senado vai deixar de apre-

ciar as medidas provisórias e a Câmara vai ter 60 dias. Qualquer obstrução maior, na Câmara dos Deputados, em 60 dias, evita de votar medida provisória e evita de essa matéria voltar na sessão legislativa. Quer dizer, é um prazo muito curto. Nós estamos reduzindo pela metade o prazo da Câmara, e essa é uma situação que complica a execução do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Romero, apenas para ver se nós conseguimos um entendimento.

Senador Romero!

Senador Romero, apenas para ver se dá para se fazer um entendimento. A pergunta é a seguinte e consulto o Senador Aécio como Presidente – e vou dar a palavra à Srª, Senadora. Eu nem deveria fazer isso, mas, na busca do entendimento, eu consultaria o Senador Aécio e o Senador Romero, como Líder do Governo, se a gente não poderia suprimir esse parágrafo que diz que a medida provisória cairá se não for apreciada em 60 dias. Acho que aí se resolve a questão da não emissão de nova medida provisória com o mesmo texto e poderia resolver o entendimento aqui na Casa.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Mas aí não tem sentido ter prazo.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Aí trava.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Sr. Presidente, deixe-me esclarecer...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Só para responder, o Senador Aécio e, em seguida, dou a palavra à Senadora Marinor.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Muito bem. Entendo o sentido da proposta do Senador Jucá, mas tenho a compreensão de que todos queremos avançar, ninguém quer retroceder. Foram duas as colocações feitas pelo Senador Jucá. A primeira delas diz respeito à eventualidade de ser inadmitida a medida provisória na Comissão de Constituição e Justiça, caberá um recurso assinado por 10% dos membros da Casa – no caso do Senado Federal são 8 ou 9 membros, e aí concordo com o Senador Jucá –, que será votado em plenário o parecer.

Portanto, algo me parece adequado e razoável porque não subtrai da Comissão de Constituição e Justiça minimamente o poder de se manifestar. Nós não podemos permitir que esta Comissão sequer possa ter uma posição em que o plenário possa depois rejeitar essa posição. Mas nós estamos garantindo que esta Comissão tenha tomada uma posição.

Em relação à segunda solicitação, realmente ela nos remete, como coloca de forma absolutamente correta o Senador Aloysio, aos tempos anteriores a 2001, o que me parece absolutamente grave. Porque na hora em que nós tirarmos essa vedação à reedição, na mesma sessão legislativa, de matéria constante de medida provisória que tenha sido rejeitada, ou tenha perdido a sua eficácia por decurso de prazo, se nós tirarmos, como propôs o Senador Jucá, que tenha perdido a eficácia por decurso de prazo, nós vamos permitir que o governo, qualquer que seja ele – vamos abstrair o momento circunstancial que estamos vivendo –, opte não mais por discutir as medidas provisórias, que foi a grande conquista de 10 anos atrás, e permita que elas passem por decurso de prazo, já que passando por decurso de prazo elas podem ser eventualmente reeditadas em qualquer instante.

Então, Senador Aloysio, acho que o que nós construímos aqui é o limite do avanço. Acredito que qualquer modificação mais profunda no mérito daquilo que já foi profundamente modificado pode nos levar a fazer o inverso daquilo que estamos buscando fazer: avançar.

Portanto, o que estou garantindo ao Senador Jucá é que será votado o parecer em plenário, mas o que está constante do § 10º é exatamente o que existe hoje; não há modificação ao que existe hoje e nós não podemos aceitar, obviamente, algo que retroceda, que permita ao Governo a opção de não votar a medida provisória e permitir que ela seja aprovada por decurso de prazo.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Senador...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senadora Marinor...

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Na verdade, eu pedi para me manifestar, Senador Eunício, em relação ao pedido de vista do Senador Aníbal, porque desde de 2001 que esse debate acontece cotidianamente no Senado Federal, na Câmara dos Deputados e acho que em tão pouco espaço de tempo tamanha foi a insistência de manter esse debate na pauta que a gente conseguiu avançar no que, no meu entendimento, foi possível, na perspectiva de tomar uma decisão efetiva de alterar o curso das medidas provisórias que estão insatisfazendo não somente o Senado, mas a uma insatisfação generalizada neste País. Acho que houve concessões, houve concessão das partes, de alguma forma a maioria dos Senadores acabou se envolvendo se envolvendo nesse debate e acho que hoje isso reflete o conjunto, a síntese do que entendo ser necessária e emergente do que precisa ser votada hoje. Por isso eu quero fazer um apelo ao Senador Aníbal no sentido de nos permitir avançar, dar esse passo necessário e não manter o seu pedido de vista. E acho que a forma como está sendo negociado aqui, as tentativas de ajustes – e são pequenos os

ajustes que precisam ser feitos neste momento – dão conta de que nós possamos ainda hoje votar, aprovar e dar o passo que o Brasil está esperando de nós, que é alterar esse curso das reedições sucessivas e indefinidas das medidas provisórias.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE. *Faz soar a campainha*.) – Pela ordem de inscrição, eu deveria dar a palavra ao Senador Ferraço.

Há um pedido de vista da matéria, estou vendo que não há um consenso aqui para um entendimento, eu imaginava que houvesse...

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, eu queria fazer uma proposta ao Líder do Governo e ao Relator...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Mas eu preciso consultar o Senador Aníbal Diniz se S. Exª mantém...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Mas se houver o entendimento entre o Líder do Governo e o Relator, ele pode eventualmente retirar...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Mas eu quero ver o seguinte: se houver o entendimento entre o Líder do Governo e o Relator, eu consulto o Senador Aníbal, que pediu vista da matéria sobre se ele mantém o pedido de vista ou se ele abre mão do pedido de vista.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, tenho que fazer um reconhecimento aqui, tendo em vista que o trabalho do eminente Senador Aécio Neves avançou muito, desde o primeiro relatório. Está faltando muito pouco para termos o entendimento que está preconizado na sua análise, que é o entendimento de todas as bancadas. E o Partido dos Trabalhadores reivindica o direito de chegar ao entendimento, porque hoje nós não o temos afinado em nossa base. E a gente precisa, pelo menos, desse pedido de vista para chegarmos ao entendimento e assim podermos celebrar esse entendimento de toda a Casa.

Acho que para quem já esperou muito tempo, esperar mais uma semana não é nenhum prejuízo para esta matéria, que é da máxima importância para o Senado da República.

Então eu mantenho o pedido de vista.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Bom, eu vou dar a palavra ao Senador Ricardo Ferraço, pedindo desculpas a V. Exª que, pela ordem de inscrição, já devia ter falado há bastante tempo.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Sr. Presidente, o que cabe a essa altura, naturalmente, entendendo a legitimidade do pedido de vista, é lamentar que, mais uma vez, nós estejamos tão perto de iniciarmos os nossos trabalhos e perdermos essa oportunidade; e com a manutenção da vista, só nos cabe pedir vista coletiva, para que possamos apressar a continuidade desse debate.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, eu poderia dar uma sugestão?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – A palavra continua com o Senador Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Sr. Presidente, com a manutenção da vista do Senador Aníbal, sem qualquer valor de juízo em relação à legitimidade do seu pedido, do requerimento de S. Exª, o que nos cabe é um pedido de vista coletiva, porque vamos aqui pedir o prolongamento do debate sem qualquer sentido, tendo em vista que o Senador Anibal insiste em manter o pedido de vista.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Para deixar bem claro, havia um compromisso da Mesa, da Presidência, de que esta matéria seria a primeira a ser colocada na Comissão de Constituição e Justiça no retorno do recesso parlamentar. Coloquei como matéria única e imaginava eu que, diante de tantos debates, de tantas conversas que ouvi, inclusive com o Senador Walter Pinheiro, que havia apresentado as emendas e que concordava com o texto do Senador Aécio Neves, eu imaginava que, com pequenos ajustes aqui, nós pudéssemos fazer o entendimento. Não havendo o entendimento, eu peço desculpas aos Senadores que estão inscritos e vou conceder, porque é regimental, vista ao Senador...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Peço vista coletiva!

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente, é muito importante.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – ...e fazendo um apelo para que se faça o entendimento. Mas eu quero também deixar bem claro para os Senadores, para a opinião pública brasileira que amanhã não se diga que a Mesa da Comissão não fez todos os esforços, que amanhã ninguém venha a dizer no plenário que quem está protelando essa decisão é a Mesa por não colocar a matéria em discussão.

A matéria foi colocada em discussão, foi votada, foi a plenário, foi feito um acordo; no plenário, algum Senador resolveu, por direito, que é legítimo, que é regimental, fazer emendas. E as emendas vieram ao relator eu as redistribuí ao Senador Aécio Neves e, infelizmente, não chegamos a um consenso no dia de hoje.

Então eu vou conceder vista da matéria e, na próxima quarta-feira, Senador Jucá, a matéria será submetida à votação e aí, quem tiver voto, leva a ma-

téria, porque não dá mais para ficar aqui fazendo o debate longo.

Nós temos a segunda etapa que é uma matéria importante...

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) –Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – ..., que é a arguição do Procurador Geral da República, que está aqui na pauta, e já são 11horas e 08 minutos.

Concedo a palavra ao Senador Aécio Neves, pela ordem. Em seguida, vou entrar no segundo item da pauta.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Sr. Presidente, V. Exª talvez seja, dentre todos os Senadores, testemunha maior da busca que tenho feito em torno de um texto que seja de entendimento, mas que signifique avanço.

Respeito, obviamente, até porque é regimental o direito desse novo pedido de vista. Mas desejo aqui afirmar, de forma peremptória, a cada um dos meus nobres Pares, de que esse texto – e eu disse isso inicialmente – está longe de ser o substitutivo original que havia apresentado. É um texto do entendimento. Lamento não ter tido oportunidade de discutir com o Senador Anibal mais profundamente essas modificações, mas estou entendendo que essa vista é mais uma movimentação no sentido de procrastinar, de adiar essa discussão. Quero dizer a V. Exª que estou aberto a sugestões que ainda possam vir, tanto do Senador Aníbal, dos Líderes do PT. Mas se até quarta-feira, Presidente Eunício chamo a atenção de V. Exª, não estivermos formalizado o entendimento definitivo em torno desse texto, eu apresentarei um novo substitutivo, na verdade substitutivo original, para que fique absolutamente claro, quando submetido a votos, aqueles que querem avançar na relação com o Poder Executivo, ou aqueles que querem manter a situação atual do Congresso Nacional e do Senado da República na análise das medidas provisórias. Só apresentei esse texto com essas modificações tão profundas, porque me pareceu que ao acatar emendas dos Senadores Valadares, Walter Pinheiro e Pedro Simon, do Líder do Governo, nós estamos construindo um texto da Comissão. Portanto, na quarta-feira ou nós chegamos aqui com um entendimento definitivo que sinalize pelo menos na direção de avanço, ou eu prefiro que o meu texto original seja submetido a votos e que fique absolutamente clara a posição do Partido dos Trabalhadores em relação ao rito das medidas provisórias. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Aécio, na próxima quarta-feira, essa matéria voltará ao debate. Vou fazer um apelo para que construamos esse entendimento, como bem salientou a Senadora Marinor, para que não fiquemos apenas na disputa política e façamos o que o Brasil espera de todos nós. Como não há entendimento, foi concedido vista coletiva à matéria, e ela voltando à pauta na próxima quarta-feira, como primeiro item.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Sr. Presidente, consulto se é possível votarmos um requerimento de aditamento ao Requerimento nº 61, de 2011, de autoria do Senador Demóstenes Torres que convoca algumas autoridades para prestarem esclarecimentos sobre a matéria publicada pela revista Veja, intitulada *Madraçal no Planalto.* Perguntaria se poderíamos votar esse requerimento rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Consulto o plenário sobre a solicitação do Senador sobre a complementação de nomes ao Requerimento nº 61. Não se trata de um novo requerimento, mas o aditamento de nomes.

Os Srs. Senadores que concordam com o aditamento permaneçam sentados. *(Pausa.)*

Aprovado o aditamento.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha)

É justo e é legítima essa espera da Presidência pelo pronto restabelecimento do nosso companheiro e brilhante Senador Lobão Filho. Seja bem-vindo, meu caro Senador, agora já longe da cadeira de rodas. Deus lhe protegeu nessa caminhada.

Passamos ao item 2 da pauta.

2ª PARTE
COM INÍCIO ÀS 10 HORAS E 30 MINUTOS
– Não Terminativo -
MENSAGEM (SF) Nº 103, DE 2011

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos dos arts. 84, inciso XIV; 52, inciso III, alínea "e"; e 128, § 1º, da Constituição Federal, o nome do Senhor ROBERTO MONTEIRO GURGEL SANTOS para ser reconduzido ao cargo de Procurador-Geral da República.

Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Francisco Dornelles
Relatório: Votação Secreta
Observações: *Em 11/07/2011, a matéria foi submetida à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão, conforme disposto no art. 2º do Ato nº 1, de 2007-CCJ.*

Na presente reunião, procederemos à arguição do indicado, em cumprimento à alínea "b", do art. 2º do ato supra citado, referente à segunda etapa do processo de apreciação de escolha de autoridade desta CCJ.

Convido o Senador Renan Calheiros e a Senadora Marinor Brito para conduzirem o Sr. Procurador-Geral da República, Roberto Monteiro Gurgel Santos, ao recinto desta reunião. (*Pausa.*)

Concedo a palavra ao Dr. Roberto Monteiro Gurgel dos Santos para sua exposição.

V. Exª tem até 30 minutos, se assim o desejar, para sua exposição – o relógio ali em frente fica marcando, para orientação de V. Exª.

Tem a palavra V. Exª.

O SR. ROBERTO MONTEIRO GURGEL SANTOS – Sr. Presidente, Senador Eunício Oliveira, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, Srs. Deputados Federais, Srs. Conselheiros do Conselho Nacional do Ministério Público, que me honram com suas presenças, colegas do Ministério Público da União e dos Estados, servidores do Ministério Público da União, senhores advogados, senhores jornalistas, senhoras jornalistas, senhoras e senhores, é uma honra imensa estar novamente perante o Senado da República, agora por ocasião da indicação feita pela Senhora Presidenta da República para minha recondução ao cargo de Procurador-Geral da República.

Começo repetindo o que afirmei nesta mesma sala por ocasião da indicação anterior. É imensa a honra de estar perante o Senado da República para este cearense que nasceu embalado pela inigualável brisa do Mucuripe, Presidente. Cedeu depois aos encantos dos ares cariocas e às tradições da eterna Faculdade Nacional de Direito, abrigada há muito, aliás, no Solar do Conde dos Arcos, que foi sede desta Casa do Senado no Império e nos primeiros anos da República. E que chegou ao Planalto Central perseguindo o sonho de ser Ministério Público e fincou raízes neste apaixonante cerrado de Lúcio Costa.

Inicialmente, eu gostaria de me desculpar com as Senadoras e com os Senadores, com quem não foi possível estar devido às dificuldades da agenda parlamentar e devido, sobretudo, à exiguidade do tempo. Como V. Exªs sabem, a mensagem presidencial chegou ao Senado na quinta-feira que antecedia a última semana dos trabalhos legislativos, e, após o reinício dos trabalhos, tivemos apenas dois dias para visitar as Srªs Senadoras e os Srs. Senadores. Àqueles com que estive agradeço pela cordialidade da acolhida, que recebo como distinção feita à instituição do Ministério Público.

Ainda inicialmente, gostaria de agradecer ao Senador Dornelles, que, infelizmente, não pode estar presente aqui hoje e que, como Relator da mensagem, apresentou manifestação extremamente generosa em relação a mim.

Como eu disse, volto ao Senado da República, agora indicado para a recondução, à qual houve por bem a Senhora Presidenta da República proceder, acolhendo a manifestação dos Procuradores da República, que honraram os 29 anos de Ministério Público Federal, completados no dia 12 de julho passado. Eles honraram esses 29 anos de Ministério Público Federal e, acima de tudo, os meus dois anos como Procurador-Geral da República com quase 70% – para ser preciso, foram 68,91% – dos votos. Sem falsa modéstia, considero que foi um indiscutível reconhecimento da classe pelo trabalho desenvolvido nesses dois anos. A Excelentíssima Senhora Presidenta da República, assim, deu continuidade ao agir do Presidente Lula, nas quatro oportunidades que teve, escolhendo o mais votado pelos Procuradores da República.

Eu gostaria de assinalar para as eminentes Senadoras e para os eminentes Senadores que me animei a postular à minha classe a recondução por acreditar firmemente que o trabalho desenvolvido nesses dois anos deve ter sua continuidade assegurada, para que se consolide efetivamente e possa ser levado adiante pelos futuros Procuradores-Gerais da República. Esse trabalho consistiu, em primeiro lugar, no aprimoramento da atuação perante o Supremo Tribunal Federal, o Tribunal Superior Eleitoral e o Superior Tribunal de Justiça. Esse trabalho também consiste na busca da completa integração de todos os que fazemos a instituição, Procuradores da República, Procuradores Regionais da República e Subprocuradores-Gerais da República. Vejo essa integração com o melhor e o mais adequado aproveitamento dos notáveis valores que os colegas, nos diversos graus de jurisdição, representam.

Por outro lado, gostaria de dar continuidade ao trabalho extremamente desafiador de modernização da gestão administrativa do Ministério Público Federal, talvez a nossa mais dramática necessidade. No planejamento estratégico da instituição, jamais realizado no âmbito do Ministério Público Federal, optei pela construção coletiva, com a ampla e intensa participação dos membros e servidores, caminho sabidamente mais complexo, mas que vislumbrei como o único à altura da grandeza da instituição.

Agora temos pela frente o maior desafio: a execução da modernização da gestão e do planejamento estratégico, que, certamente, farão a etapa da elaboração parecer fácil a despeito da sua complexidade.

Observo que não vejo como ferramentas miraculosas capazes de solucionar todas as dificuldades do Ministério Público o planejamento estratégico e a

modernização da gestão. Entendo, porém, que representam iniciativas consistentes e, no âmbito da instituição, inovadoras, que contribuirão decisivamente para a construção do Ministério Público do futuro. Claro que sem afastar outras iniciativas que certamente serão necessárias, algumas das quais o próprio planejamento estratégico poderá apontar.

Destaco, sobretudo, eminentes Senadoras e eminentes Senadores, que a razão de ser e a finalidade última dessas iniciativas, o planejamento estratégico e a modernização da gestão, é precisamente aprimorar os nossos serviços e melhorar a prestação dos serviços à sociedade. Não são, evidentemente, tarefas que se fazem como objetivo em si mesmo, mas com esse objetivo de aprimorar e de melhorar os serviços que a instituição presta à sociedade.

Esses os pontos principais em relação aos quais eu gostaria de ter a oportunidade de dar continuidade ao trabalho desenvolvido nesses primeiros dois anos. E resumiria muito sinteticamente o que foi realizado nesses dois anos nos seguintes pontos: em primeiro lugar, o exercício independente e isento das atribuições institucionais, junto ao Supremo Tribunal Federal, ao Tribunal Superior Eleitoral, ao Superior Tribunal de Justiça, ao Conselho Nacional do Ministério Público, ao Conselho Nacional de Justiça e ao Conselho da Justiça Federal. Assinalo, e a mera enumeração dos tribunais e conselhos aqui referidos já dá bem uma ideia, que é tarefa impossível para o Procurador-Geral estar presente em todos esses colegiados, mas asseguro-lhes, Srªs Senadoras e Srs. Senadores, que fiz um imenso esforço para que essa presença, apesar da impossibilidade, acontecesse da forma mais integral; fiz absoluta questão de estar presente a quase totalidade das sessões, seja do Supremo Tribunal Federal, seja do Tribunal Superior Eleitoral, seja dos Conselhos, por entender que é parte fundamental do papel do Procurador-Geral da República essa presença, essa atuação direta.

Outro trabalho a que me dediquei com muito empenho, nesses dois anos, foi precisamente o trabalho da ampliação da interlocução institucional. Há dois anos, nesta mesma sala, destacara que era absolutamente fundamental que o Ministério Público, algumas vezes colocado, por vontade própria, em situação de isolamento, ampliasse a interação com as outras instituições do Estado e com a sociedade de modo geral. Cito como exemplo desse esforço as bem-sucedidas iniciativas em conjunto com o Parlamento, inicialmente na Câmara dos Deputados, quando o Presidente Michel Temer fez estabelecer, por um ato conjunto, uma comissão interinstitucional entre Ministério Público e Câmara dos Deputados como um canal de comunicação para fazer tramitar com agilidade as demandas que existem num sentido e no outro. Também ampliamos imensamente a proximidade e a interação com os órgãos de controle. Da mesma forma com as demais instituições do Estado e da sociedade.

E ampliamos também – e aí já falaria mais num plano interno – a interlocução, a interação, a integração entre os diversos ramos do Ministério Público da União e do Ministério Público dos Estados. Isso sobretudo no âmbito dos trabalhos desenvolvidos pelo Conselho Nacional do Ministério Público, que o Procurador-Geral da República tem a honra de presidir.

Nesta parte do Conselho Nacional do Ministério Público, homenageando essa instituição tão nova, mas que já prestou serviços tão relevantes à sociedade, homenageio na presença dos diversos conselheiros nacionais aqui presentes, que me honram com sua presença e que, tal como já vinha acontecendo nas composições anteriores, dedicaram os seus melhores esforços no sentido de transformar em realidade o Conselho Nacional do Ministério Público. A composição que agora encerra seus mandatos foi particularmente ativa nisso. Cito aqui – são os que estão à minha vista – o Conselheiro Bruno Dantas, o Conselheiro Achiles Siquara, a Conselheira Cláudia Chagas, o Conselheiro Mário Bonsaglia, que acabo de ver, e todos, enfim, os que não citei porque não vi, mas todos se sintam homenageados pelo trabalho exemplar que desenvolveram.

Caminhamos muito, inclusive em termos de estruturação do Conselho Nacional do Ministério Público. Crescemos muito do ponto de vista orçamentário. Tínhamos um orçamento absolutamente insignificante, e hoje, embora ainda esteja muito aquém das nossas necessidades e muito aquém daquele orçamento destinado ao Conselho Nacional de Justiça, já temos condição de, efetivamente, cumprir as nossas atribuições.

Também foi importantíssima, no âmbito do Conselho Nacional do Ministério Público, a sua estruturação administrativa. E aqui, por imperativo de justiça, devo reconhecer a contribuição imensa que esta Casa e que o Senador Demóstenes Torres deu, apoiando as iniciativas que visavam à estruturação mais adequada do Ministério Público brasileiro.

Também atuei intensamente junto ao Conselho Nacional de Justiça e junto ao Conselho da Justiça Federal. Como sabem as eminentes Senadoras, os eminentes Senadores, o Procurador-Geral da República tem assento no Conselho Nacional de Justiça. E é ouvido, manifesta-se por escrito em todos os procedimentos disciplinares ali instaurados.

E não posso deixar de trazer, nesta oportunidade, o testemunho da importância destes dois conselhos: o Conselho Nacional do Ministério Público e o Conselho

Nacional de Justiça. Andou muito bem o constituinte derivado quando criou esses dois órgãos de controle externo. Apontam-se com frequência alguns excessos, alguns equívocos desses dois órgãos. Na minha visão, Sr. Presidente, o saldo da atuação desses dois colegiados é imensamente positivo. E tem sido um privilégio essa atuação, tenho dado grande prioridade a essa atuação junto aos dois conselhos.

Já me aproximando do encerramento destas palavras, gostaria de destacar também o esforço que desenvolvi no tema das relações internacionais, das relações com ministérios públicos de outros países. Hoje, V. Exªs bem sabem, a cooperação internacional tem importância absolutamente fundamental. Afinal, o crime desconhece fronteiras. Assim, intensificamos e ampliamos a atuação junto a organismos como o Mercosul, em que tive presença assídua e consistente, em propostas, em sugestões para a integração do Ministério Público do bloco do Mercosoul.

Também trabalhamos intensificando a atuação na comunidade dos países de língua portuguesa. Essa comunidade, os procuradores-gerais já não se reuniam desde 2006, e por iniciativa da Procuradoria Geral da República do Brasil retomamos essas reuniões e fizemos já uma reunião em Brasília no primeiro semestre deste ano, com resultados extremamente profícuos, no sentido de buscar também essa integração entre esses Ministérios Públicos que têm a sua origem comum no Ministério Público português.

Também temos trabalhado intensamente junto com a Associação Ibero-americana de Ministérios Públicos, e teremos a reunião anual de 2011 realizada em Brasília, no final do segundo semestre, por convite da Procuradoria Geral brasileira.

Temos estimulado a disponibilidade dos nossos colegas para a cooperação e temos hoje colegas que participam de programas de intercâmbio, sobretudo no MERCOSUL e comunidade dos países de língua portuguesa. Assinalo aqui que é preciso cuidar da participação do Ministério Público nas negociações dos atos internacionais relacionados à cooperação internacional, assim como é preciso refletir sobre a conveniência de o Ministério Público atuar como autoridade central nos tratados de cooperação, como ocorre, aliás, em grande número de países.

Também tive a oportunidade de continuar o trabalho até inserido na tarefa de modernização da gestão administrativa, de estruturação administrativa do Ministério Público Federal. E graças ao Poder Legislativo e a compreensão do Poder Executivo, tivemos a aprovação da Lei nº 12.231 que criou 6.084 cargos para todo o Ministério Público da União, a serem providos, naturalmente – e já começaram a sê-lo, observadas as restrições orçamentárias – por meio de concurso público.

Também temos nos dedicado como prioridade – já é uma realidade em quase todas as nossas unidades do Ministério Público Federal – à questão da implantação de um sistema único de informações processuais, o que permitirá uma integração efetiva das nossas unidades espalhadas em todo o País e permitirá, sobretudo, que tenhamos um controle das iniciativas do Ministério Público Federal em todo o País.

Assinalo, finalmente, como um trabalho relevante a absoluta e completa modificação do nosso curso de iniciação para os novos membros do Ministério Público Federal. Há muito tempo já detectávamos que os colegas que chegam à instituição não estavam tendo a preparação adequada para que pudesse iniciar as suas atividades. Tínhamos um curso de iniciação que não ia além de duas ou três semanas e que agora foi estendido para três a quatro meses, para que os colegas que chegam à instituição, que chegam notavelmente bem preparados do ponto de vista acadêmico, mas que sejam também preparados para o exercício sereno, para o exercício equilibrado das suas atribuições constitucionais.

Esses os pontos essenciais do trabalho desenvolvido nestes dois anos, e também daquelas tarefas que gostaríamos de dar continuidade no novo período de dois anos no cargo de Procurador Geral da República.

São estas, Sr. Presidente, as considerações que gostaria de fazer inicialmente e que complementarei com muita satisfação ao longo da arguição desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Estou inteiramente à disposição de V. Exªs, Srªs Senadoras e Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Dr. Roberto Gurgel.

Agora, nós vamos passar à fase de arguição, pela ordem de inscrição.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito. E apenas para ordenar os trabalhos, a Mesa vai definir que, a cada três Senadores inscritos, eu vou dar a palavra ao Dr. Roberto Monteiro Gurgel dos Santos, para que ele responda as arguições e a gente não perca, no espaço de tempo, o raciocínio.

Então eu vou dar a palavra aos três primeiros oradores inscritos e, em seguida, darei a palavra ao Dr. Roberto Gurgel; depois mais três oradores inscritos e dou a palavra ao Dr. Roberto Gurgel, e assim sucessivamente.

Concedo a palavra, para fazer a sua arguição, ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Procurador Geral, cumprimento V.

Exª pela exposição e gostaria de dizer, antes da minha indagação, que considero que seus colegas fizeram justiça ao senhor, ao reconhecerem a exemplaridade da trajetória profissional de V. Exª em todas as etapas da sua carreira, inclusive na Procuradoria Geral da República.

Mas eu gostaria, para iniciar esta arguição, Dr. Gurgel, abordar com muita franqueza um tema, uma atitude de V. Exª que causou polêmica na esteira da enorme repercussão das notícias sobre o enriquecimento rápido e exuberante do ex-ministro Antonio Palocci. E V. Exª, ao longo desse episódio – e gostaria de registrar –, adotou uma atitude, uma postura, que diferiu daquela adotada por outros colegas seus, em episódios anteriores, que decidiram abrir procedimentos investigatórios a partir de uma simples notícia de jornal. E o faziam, muitas vezes, num jogo combinado com determinado partido político. V. Exª adotou uma postura diferente, uma postura de requerer documentos, antes de se decidir se seria aberto ou não procedimento investigatório.

Muito bem, essa decisão causou polêmica, houve comentários malévolos, porque a decisão foi tomada às vésperas da sua recondução ao cargo pela Presidência da República, e então eu gostaria que V. Exª me esclarecesse algumas questões que foram levantadas à época, e continuam ainda no ar.

Pergunto a V. Exª: A partir das notícias que circularam na imprensa, não havia ao menos indícios de tráfico de influência, de advocacia administrativa ou outros ilícitos que justificassem a investigação? Que informações V. Exª solicitou ao ex-ministro, se é que V. Exª pode me dizer? Essas informações tratavam apenas da relação contratual entre o ex-ministro Palocci e os seus clientes? Ou V. Exª teve também a preocupação de indagar sobre a natureza do trabalho, o tipo de serviço prestado? Esse serviço foi efetivamente produzido? Em que consistia essa miraculosa consultoria que merecesse uma remuneração de tal ordem? Quais as razões, enfim, de sua decisão? Ou seja, o fato de não ter sido instaurado o procedimento investigatório pela Procuradoria Geral da República implica dizer que o senhor não viu, em todo aquele noticiário, nenhum indício de que o ex-ministro Palocci teria praticado algum ilícito que merecesse uma apuração? Existe algum procedimento em curso, ou existia na época algum procedimento promovido por qualquer outra instância do Ministério Público sobre esses fatos?

São as indagações que eu, com toda a lealdade, gostaria de fazer a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE – Pela ordem de inscrição, concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, Sr. Procurador, quero primeiramente destacar que consideramos a indicação de V. Exª adequada por ser compatível com os pressupostos básicos que são indispensáveis para essa indicação: competência, qualificação profissional e técnica e, sobretudo, probidade. Nós o respeitamos pelas condições expostas e que preenche, exatamente, o figurino daquilo que podemos desejar para uma indicação dessa natureza.

Quero também, na esteira do que propõe o Senador Aloysio Nunes abordar questões mais delicadas, mais complexas, exatamente com o desejo de esclarecer a opinião pública do País. Reitero as indagações do Senador Aloysio sobre a questão Palocci e indago também a respeito de um grande momento de V. Exª que foi a confirmação da denúncia dos chamados mensaleiros. No entanto V. Exª absolveu, excluiu do processo o ex-Ministro Luiz Gushiken, excluiu das acusações de ter participado do esquema do mensalão que foi considerado pelo Procurador Antonio Fernando de Souza, um complexo e sofisticado esquema de corrupção que teve por objetivo um projeto de poder de longo prazo e fez referência à existência de uma organização criminosa assaltando os cofres públicos do País. E o Sr. Luiz Gushiken foi denunciado pelo ex-Procurador Antonio Fernando de Souza.

O Tribunal de Contas da União constatou que o modelo adotado por Gushiken possibilitava orçamentos forjados, dissimulação de gastos para legitimar a subcontratação de serviços e controle deficiente de veiculação nos diversos tipos de mídias entre outras irregularidades. V. Exª não considerou a análise técnica do Tribunal de Contas da União, essa é uma indagação. Por que não propôs investigação criminal nesse caso diante das conclusões do Tribunal de Contas da União, que é um Tribunal da maior respeitabilidade com um conteúdo técnico indiscutível, com auditores excepcionais do ponto de vista da qualificação profissional.

Outra questão diz respeito ao caso Battist. Nós conhecemos a posição de V. Exª exposta junto ao Supremo Tribunal Federal, mas recentemente, após este julgamento o Conselho Nacional de Imigração concedeu para Battist um visto de permanência no Brasil. Pela ordem jurídica vigente, a decisão do Conselho Nacional de Imigração foi totalmente ilegal. Ela colide com a Lei nº 6.815 de 1981, que criou o órgão e define a situação jurídica dos estrangeiros no Brasil. O inciso IV, do art. 7º dessa lei proíbe taxativamente a concessão de visto ao estrangeiro que foi condenado ou processado em outro país por crime doloso, passí-

vel de extradição, segundo a lei brasileira. É justamente esse o caso de Battisti. Ele foi condenado à prisão perpétua pela justiça italiana por quatro assassinatos cometidos na década de 70. Também foi condenado no Brasil pela primeira instância da Justiça Federal à pena de dois anos de prisão por usar passaportes franceses falsificados, encontrados quando foi preso pela Polícia Federal em 2007. De acordo com o inciso II, do art. 7º da Lei nº 6.815, *é proibida a concessão de visto a estrangeiro considerado nocivo à ordem pública.* Foi justamente o caso do italiano.

Não obstante todos esses fatos, Battisti obteve operação após 13 dias de solicitação, numa rapidez incomum, tendo em vista que o prazo chega a ser de seis meses para os estrangeiros sem qualquer irregularidade. Battisti foi privilegiado: em apenas 13 dias conseguiu o que pessoas normais, livres de qualquer suspeição não conseguem em seis meses.

Por mais que se apresente como perseguido político, Battisti, do estrito ponto de vista técnico e jurídico, não preenche os critérios previstos pela legislação para obtenção de visto de residência. Por isso, a Procuradoria-Geral da República, órgão encarregado, pela Constituição, de defender a ordem jurídica, terá que contestar ou não, dependendo do juízo de V. Exª, judicialmente a decisão do Conselho Nacional de Imigração e exigir o cumprimento do direito positivo ou não. Quais serão as providências a serem adotadas por V. Exª neste caso é a indagação.

Manifesto, ao final, já que o meu tempo se esgotou, o meu respeito e admiração pelo trabalho de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem de inscrição, concedo a palavra ao Senador Demóstenes Torres.

Tem a palavra V. Exª.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, Sr. Procurador-Geral da República, Dr. Gurgel, senhores membros do Ministério Público, magistrados que aqui se encontram, faço as mesmas perguntas já formuladas anteriormente em relação ao ex-Ministro Palloci.

O que causou estranheza foi que, para se iniciar uma investigação, bastam indícios, que são fumaças. Lembro que eu conversava com o, até outro dia, Procurador da República Pedro Taques e ele dizia: "Neste caso, não há fumaça; há fogueira". O que nós imaginávamos era que V. Exª iria abrir um processo de investigação, mas V. Exª teve documento aos quais não tivemos acesso. E documentos sigilosos.

Mas há algumas situações muito estranhas nesse caso, já levantadas aqui pelo nosso colega Aloysio Nunes. É óbvio que foi só divulgado, mas o Supremo já admitiu que se abra investigação com o que foi divulgado, embora não se possa condenar somente com matéria de jornal, pode haver investigação, foi divulgado que a consultoria do Palloci teria faturado mais do que as maiores consultorias do País, que contam com centenas de funcionários, de clientes. Ele teria uma sala com um telefone e uma funcionária. Ao mesmo tempo, muitas dessas empresas também pagaram altas somas ao Sr. Palocci; empresas que teriam contratos milionários, por exemplo, com a Previ e a Petrobras, segundo o que foi divulgado.

Também havia cláusula de sucesso, o que é incomum em consultoria. Cláusula de sucesso. Se faz uma consultoria indicando o que se deve fazer ou não. Cláusula de sucesso para consultor que é, ao mesmo tempo, Deputado Federal pode indicar, é um indício de tráfico de influência. E os milhões de reais que vieram para os bolsos do ex-Ministro Palocci também vinham de empresas que tinham contratos milionários com o Governo Federal. Naturalmente que, devido à sua *expertise*, que ele adquiriu, isso é inegável, ele estava muito mais, digamos, está melhor remunerado do que similares que detêm a mesma *expertise*.

Então eu indagaria a V. Exª, levando-se em consideração também que a improbidade e os crimes contra a administração pública quase sempre têm correspondência – é verdade que a lei de improbidade é mais ampla do que os crimes, mas um procurador do Distrito Federal instaurou um procedimento por improbidade; obviamente, isso não quer dizer que V. Exª esteja errado e que ele esteja certo –, se V. Exª poderia detalhar, dentro dos limites que tem V. Exª, em razão dos documentos obtidos, que são documentos sigilosos, as razões – V. Exª já o fez no parecer, mas poderia dar mais detalhes para todos nós, Senadores – que o levaram a pedir esse arquivamento de forma sumária ou, melhor dizendo, a não instaurar a investigação.

Segundo, quero dizer que estamos vivendo um momento difícil no Brasil. O caso Palocci poderá ir às mãos de V. Exª novamente se novas provas forem produzidas. Alguém disse – até achei muito pertinente – que a situação atual do Brasil é uma espécie de cesto de caranguejo: mete a mão no cesto, tira o primeiro caranguejo, e vem a corda em seguida. Então, veio o Ministério dos Transportes, o Ministério da Agricultura, o Ministério das Cidades, o do Desenvolvimento Agrário. Vem ali a ANP.

Hoje, numa estimativa do jornal *O Estado de S. Paulo* – até achei a matéria muito pertinente –, é dito que, só no caso do Ministério dos Transportes e de todos os seus órgãos, 27 pessoas foram demitidas supostamente por corrupção. É bem verdade que, ontem, o ex-Ministro, hoje nosso colega Senador, veio aí e disse

que a Presidente Dilma sabia de tudo, que era mais uma encenação do que propriamente uma varredura.

É óbvio que V. Exª implantou no Conselho Nacional do Ministério Público um sistema de acompanhamento, e não é o caso do Conselho. Mas V. Exª, em relação a esses episódios todos, tem noção, tanto em matéria de competência ou de atribuição originária de V. Exª e também dos colegas de V. Exª, se esses casos estão sendo investigados sob a ótica criminal ou da improbidade? Quantas dessas 27 pessoas, por exemplo, fora as dos outros Ministérios, estão sendo investigadas?

O caso Battisti, só o reitero, para lhe fazer uma pergunta. O parecer de V. Exª, afinal, foi seguido pela maioria do Supremo Tribunal Federal. Penso de forma contrária. Acho que o Supremo não pode ser órgão consultivo. Mas o Supremo decidiu, e a gente acata a decisão e o parecer de V. Exª. Mas, no caso da concessão do visto, ele também tinha um processo e uma condenação criminal, pelo que está noticiado. Então, a pergunta é: Cesare Battisti ainda sofrerá por parte da Procuradoria-Geral da República algum pedido para que esse visto seja cancelado ou não? Eu faria uma pergunta a V. Exª em relação ao andamento do processo.

O Ministro Peluso, Presidente do Supremo Tribunal Federal, apresentou uma sugestão que foi transformada em PEC pelo nosso amigo Senador Ricardo Ferraço e que propõe a antecipação do trânsito em julgado das decisões em segundo grau. Isso tem merecido comentários de bastidores de Ministros do Supremo a favor e contra: uns acham que é inconstitucional antecipar esse trânsito em julgado, e outros acham que é plenamente possível essa alteração dentro da Constituição e que o Supremo, o STJ e os Tribunais Superiores, com alguns outros mecanismos, poderiam se adaptar a isso. Eu indagaria a opinião de V. Exª acerca desse tema.

Em relação também ao processo do mensalão, V. Exª poderia dar mais detalhes sobre por que continuou considerando o Sr. José Dirceu chefe de quadrilha e, ao mesmo tempo, não viu possibilidade de pedir a condenação do Sr. Gushiken?

Eu indagaria, finalmente, a V. Exª sobre uma matéria que veio a público recentemente. Quando eu ainda presidia a Comissão de Constituição e Justiça, chamamos o Ministro Peluso aqui para discutir sobre férias do Poder Judiciário e, consequentemente, do Ministério Público. O Ministro Peluso, naquela ocasião, disse que era favorável aos sessenta dias. E, outro dia, numa entrevista, retroagiu no seu ponto de vista, dizendo que era melhor ter 30 dias com um recesso de 20 dias de fim de ano. Se V. Exª pode opinar acerca desse tema.

A revista *Carta Capital* traz um panorama, na última semana, dizendo que muitos dos subprocuradores não residem aqui em Brasília, quando deveriam residir. Se V. Exª poderia fazer um comentário acerca desse tema.

E uma outra coisa que tem gerado muita polêmica – Ministros do STJ comentam isso com freqüência – é o fato de que muitos membros da magistratura – inclusive eles têm um certo preconceito para que ascendam ao Superior Tribunal de Justiça –, eles acabam privilegiando as suas atividades paralelas e não a magistratura. Ou seja, acabam privilegiando dar aulas, acabam privilegiando fazer curso de mestrado e doutorado, que ninguém pode inibir, até... Eu indagaria a V. Exª se, no Ministério Público, tem havido o mesmo problema; se procuradores da República e outros membros do Ministério Público têm dado, em alguns casos, prioridade a atividades paralelas e não só à carreira do Ministério Público.

Agradeço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – De acordo com o que foi decidido pela Mesa, eu vou conceder a palavra a S. Exª, o Procurador Dr. Gurgel, até dez minutos, para as suas considerações.

O SR. ROBERTO MONTEIRO GURGEL SANTOS – Obrigado, Sr. Presidente.

Começo fazendo algumas considerações quanto ao caso do ex-Ministro Palocci, que foi objeto das indagações formuladas pelos três eminentes Senadores.

Começo assinalando o âmbito da decisão de arquivamento do Procurador-Geral da República, qual atribuição do Procurador-Geral da República em relação ao caso. Exclusivamente atribuição penal. Exclusivamente. O Procurador-Geral da República não detém atribuição para o exame da matéria no seu aspecto de improbidade ou qualquer outro, mas exclusivamente matéria penal.

O que sustentei no parecer, essencialmente, foi que, em primeiro lugar, a lei penal não tipifica como crime a incompatibilidade entre o patrimônio e a renda declarada. Essa é uma questão que o eminente Senador Demóstenes bem conhece. Na matéria penal, nós temos que agir do ponto de vista da legalidade estrita. Quer dizer, não há um tipo penal prevendo como crime a incompatibilidade entre o patrimônio e a renda declarada. Para que isso possa ser crime é preciso agregar outros elementos, é preciso, por exemplo, que haja indícios de que a renda teve origem ilícita, seja pela prática de algum crime, em geral crime contra a Administração Pública, peculato, corrupção, concussão, seja pela prática de outros crimes definidos no Código Penal ou em lei especial, tráfico de drogas, crimes

contra o sistema financeiro, estelionato. Então, na verdade, nesta hipótese, a conduta revelaria a ação de inserir no mercado formal recursos havidos da prática de delitos; seria a lavagem de dinheiro.

No caso específico, não havia qualquer indício. E aqui faço mais um esclarecimento: com base em que essa manifestação do Procurador-Geral foi feita. Com base nas representações formuladas pelos eminentes parlamentares. Então, os elementos que eu tinha eram apenas aqueles. No momento em que examinava, pedi, como foi esclarecido, ao ex-Ministro Palocci que me fornecesse outros elementos. E já detalharei quais foram eles essencialmente. Pois bem, não havia qualquer indício de que a renda havida pelo representado, como parlamentar ou por intermédio da empresa Projeto, tivesse advindo da prática de delitos e nem que tivesse usado do mandato de Deputado Federal para beneficiar eventuais clientes de sua empresa perante a Administração Pública.

Pois bem, algumas pessoas imediatamente disseram: "Mas cabia pedir a instauração de inquérito perante o Supremo Tribunal Federal e aí prosseguir nas investigações disso".

Nesse tipo de crime, eminentes Senadoras, eminentes Senadores, o único tipo de diligência que permitiria o prosseguimento dessas investigações seriam diligências invasivas, ou seja, seriam quebras de sigilo: quebra de sigilo fiscal, quebra de sigilo bancário, enfim, todas elas providências invasivas. Providências invasivas que o Supremo Tribunal Federal não autoriza se não houver indícios. Indícios consistentes, indícios veementes da prática de crime – e, no caso e a meu ver, respeitando as opiniões contrárias, bem fundamentadas opiniões contrárias, não tínhamos esses indícios mínimos que permitissem que prosseguíssemos na investigação com essas diligências invasivas. Esse é um aspecto relevante. Se fosse possível prosseguir com outro tipo de diligência, não haveria maior problema, porque essas diligências seriam certamente deferidas pelo Supremo Tribunal Federal. Mas não acredito – e posso estar enganado – que o Supremo Tribunal Federal viesse a deferir qualquer medida invasiva depois de um pedido de instauração de inquérito com aquela absoluta insuficiência de indícios que existiam nas representações.

Chamou a atenção também, no primeiro momento, o fato de que haveria possível ilícito fiscal, possível crime de sonegação fiscal. Pois bem, na documentação que o representado encaminhou à Procuradoria-Geral da República, fica provado – e há, inclusive, além dos documentos, das declarações apresentadas, há uma certidão da Receita Federal – que todos aqueles recebimentos, aqueles vultosos recebimentos, concordo, tinham sido regularmente declarados à Receita Federal. Então, sequer se podia cogitar, naquele momento, de crime de sonegação fiscal, já que os valores tinham sido, sim, declarados.

Entendi que a mera afirmação, a afirmação genérica, de que a Progetto, com todas as vênias devidas, não teria estrutura empresarial, que seria, como o senhor disse, apenas uma sala, uma coisa assim, por serem afirmações genéricas, elas não seriam suficientes para justificar uma conclusão – na verdade, seria uma presunção, não autorizada pelo Direito Penal –, de que a receita foi havida por meio de atos ilícitos dos representados.

Aponta-se, como fato específico – talvez esse o único fato específico – que revelaria a existência do crime, a suposta relação entre as empresas Progetto, WTorre e Engevix e o Partido dos Trabalhadores, que, segundo afirmam, seria um caso clássico de tráfico de influência operado pelo representado. Realmente, pelo que se extrai, a WTorre seria cliente da Progetto, e, nos anos de 2009 e 2010, realizou negócios envolvendo vultosos valores, com a Funcef, a Previ, a Petrobras, consistente na aquisição de imóveis e na construção de um dique seco no Estaleiro de Rio Grande, no litoral do Rio Grande do Sul. Afirmava-se, então, que esses negócios teriam sido intermediados pelo representado, e que a WTorre, como contraprestação, teria feito doações à campanha eleitoral em 2006 e à campanha da Presidente Dilma Rousseff em 2010. Não havia nos autos, entretanto, qualquer elemento sequer indiciário de que os negócios tivessem sido intermediados pelo representado, nem que essas doações eleitorais representaram uma espécie de pagamento ou compensação por eventual patrocínio da WTorre. Na verdade, os documentos que instruem a manifestação do requerido revelam que a WTorre fez doações não somente para a campanha eleitoral de candidatos do PT, mas também do PTdo B, do PMDB e do PSDB.

Portanto, o meu entendimento foi de que os fatos noticiados, com os elementos ali constantes, não se enquadravam, sequer em tese, no crime de tráfico de influência. Não havia qualquer indicação concreta das solicitações, exigências do representado.

Por outro lado, quanto à alegação de que haveria contratação com pessoa jurídica de direito público. A empresa Projeto, desde a sua constituição, em julho de 2006, até a quarta alteração contratual, em junho de 2010, não celebrou contrato com pessoa jurídica de direito público, nem gozou de favores decorrentes de contratos dessa natureza. Na verdade, então, o que se entendeu é que eu não tinha elementos mínimos que permitissem o prosseguimento dessas investigações, repito, com medidas necessariamente invasivas. Ou

seja, requerer ao Supremo Tribunal Federal a instauração de inquérito seria, a meu ver, absolutamente inútil porque jamais obteria o deferimento de diligências a partir daquela absoluta insuficiência sequer indiciário.

Agora, como destaquei na manifestação, como destaquei no parecer, o âmbito dessa decisão era estritamente o âmbito penal. Naquele momento já estava instaurado – e assinalei isso na manifestação – na Procuradoria da República no Distrito Federal procedimento, inquérito civil público para apurar a prática de atos de improbidade. Porque, como também já disse na parte inicial do parecer, essa incompatibilidade entre o patrimônio e a renda declarada na verdade, em tese, configura ato de improbidade administrativa. E os colegas, enfim, percebendo isso, instauraram de imediato esse inquérito civil por atos improbidade e esse inquérito está em curso.

O Senador Demóstenes lembra que diante de elementos novos eu fiz também essa ressalva expressa no final do parecer, as investigações poderão ser reabertas e poderão ser retomadas. Aí, Senador Demóstenes, já não sob a minha atribuição, já que o representado já não detém prerrogativa de foro e isso, portanto, ficará ao juízo dos colegas de primeiro grau.

Eu gostaria – e o meu tempo já está se esgotando – até em homenagem à franqueza das colocações postas, pela qual agradeço pela oportunidade de explicar, lamento que o tempo seja pequeno para desenvolver algo mais completo, mas o Senador Aloysio Nunes fez referência à insinuações malévolas que foram feitas; e foram muitas, Senador, até pelo momento em que aconteceram os fatos e pelo momento em que proferi a manifestação de arquivamento.

Usando da mesma franqueza de V. Exªs, eu gostaria de assinalar uma coisa: as insinuações malévolas tinham, em geral, como foco a de que eu teria promovido o arquivamento daquelas representações para facilitar, ou como diriam alguns, assegurar a minha recondução, numa atitude de gratidão do Governo da Presidenta Dilma Rousseff.

No dia em que emiti o parecer determinando o arquivamento daquelas representações, eminentes Senadores, o País inteiro, e o procurador geral também, tinha perfeito conhecimento de que o Ministro Palocci sairia em 24 ou 48 horas. Então, não faria sentido, ainda que pudesse ser movido por essa canalhice, na verdade, de promover um arquivamento para atender a esse tipo de interesse, seria uma imensa burrice. “Será? Ele está agradando o ministro mais forte do Governo”. Não, eu estaria agradando o ministro que está na porta de saída. Seria, no mínimo, uma demonstração, já colocando de lado os aspectos éticos, de imensa burrice do procurador geral da República, porque a Nação inteira e o procurador geral da República já sabiam que ele demissionário. O que me levou a fazer aquilo? Um dos pecados que não gosto de cometer é o da omissão. Eu pensei que, por mais antipática que fosse aquela manifestação, eu tinha que externá-la porque representava o meu convencimento; convencimento firmado após o exame detido dos elementos constantes da representação e dos elementos enviados pelo representado.

Eu até esclareço, em atenção ao Senador Aloysio Nunes, que a esses elementos eu realmente não tive acesso; acesso a elementos que permitissem um delineamento perfeito do tipo de serviço que era prestado. Essencialmente eram relações de pagamentos efetivados, as declarações prestadas à Secretaria da Receita Federal, com o rol – eram individualizadas, digamos – dos pagamentos feitos por cada um dos clientes, bem como a comprovação de que todos aqueles valores tinham sido declarados à Receita Federal.

Como eu disse, então, há esses outros procedimentos em curso, da improbidade, que já havia instaurado quando promovi o arquivamento; e, agora, o tema da penal também é da atribuição dos colegas do 1º Grau.

Já encerro, Sr. Presidente, observando o seguinte: em relação ao caso do chamado Inquérito do Mensalão. Efetivamente, as alegações finais elas corroboram com base na prova colhida ao longo da instrução, elas corroboram todas aquelas imputações feitas na denúncia, em relação à existência daquele esquema.

Em relação ao ex-Ministro Gushiken, o que houve é que nós não conseguimos, na instrução, prova da participação dele; nós não conseguimos absolutamente nada. Foi um juízo até muito fácil, porque em relação a ele nada havia, a despeito das colocações ressaltadas pelo eminente Senador Alvaro Dias, do TCU, do ponto de vista estritamente penal do envolvimento no esquema apontado na denúncia. Não se colheu, ao longo de toda a instrução, absolutamente qualquer elemento de prova em relação a Luiz Gushiken e, por isso, foi requerida a sua absolvição.

Em relação ao caso Battisti, o exame do ato do Conselho Nacional de Imigração foge às atribuições do Procurador Geral da República. Tenho, entretanto, conhecimento, porque, inclusive, encaminhei, a pedido de colegas da Procuradoria da República do Distrito Federal, expediente pedindo informações de que já há procedimento instaurado para examinar a legalidade dessa decisão do Conselho Nacional de Imigração.

Em relação à questão da PEC sugerida pelo Ministro Peluso, eu devo dizer que, no geral, tenho muita simpatia por ela. Eu tenho muita simpatia, porque

acho que é preciso, nos diversos âmbitos, dar maior efetividade às nossas decisões judiciais.

Há ali, talvez, alguns riscos, mas acho que é algo que merece, pelo menos, ser bem discutido, e se não ficar exatamente aquela proposta, que seja algo, digamos, próximo daquilo, porque a sucessão infinita e infindável de recursos não me parece minimamente razoável. E isso, quando nós vamos para a esfera penal é mais absurdo ainda. É muito fácil fazer com que uma decisão jamais transite em julgado, na situação em que nós hoje temos.

Na questão, Senador Demóstenes, das férias de 60 dias, é um tema que acho que precisa ser enfrentado, que precisa ser discutido. Eu lembraria, quanto a isso, umas palavras do Ministro Sepúlveda Pertence quanto Presidente do Supremo, em que ele dizia: "Eu não sei se é justo que nós tenhamos essas férias e que os outros tenham apenas férias de trinta dias. O que eu posso garantir é que, quando chega o final do semestre, eu estou extremamente necessitado dessas férias". E acrescentava o Ministro Pertence: "Evidentemente, não estou afirmando que outras categorias, que outros servidores não estejam. Eu jamais diria é que nós é que nós precisamos mais de 60 dias do que outras categorias. Eu não chego a tanto. Realmente, essa coisa de afirmar que a natureza do nosso trabalho impõe isso não vou tão longe. Acho que a entender que ela é devida para nós ela também deveria, ou alguma coisa próxima como essa sugestão dos 30 mais uns 20 dias, ela deveria alcançar outras categorias.

Quanto à questão de residência de Subprocuradores-Gerais da Repú blica este é um assunto que diz mais respeito à Corregedoria. No entanto posso assegurar, Senador Demóstenes, que nós temos adotado todas as providências para que essas situações não ocorram.

Quanto à questão de outras atividades eu sempre menciono e isso não é simpático, internamente, na carreira, que eu tenho grande preocupação com outras atividades e cito como exemplo, com todo respeito que nos merece a atividade, o magistério. Acho que muitas vezes pode haver uma dedicação excessiva à academia que acabe interferindo no trabalho do Ministério Público. Sr. Presidente, peço desculpas pelo excesso.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Só aquela da corda do caranguejo se tem...

O SR ROBERTO MONTEIRO GURGEL SANTOS – Pois não. Não tenho aqui uma relação, mas sei que há procedimentos instaurados é provável, Senador, ainda não abrangendo como o senhor diz tem acontecido um fato atrás do outro, mas são assuntos que não são da atribuição do Procurador-Geral e tenho certeza que seja no âmbito da improbidade, seja no âmbito penal que, certamente, já haverá procedimentos instaurados na Procuradoria da República, essencialmente na Procuradoria da República do Distrito Federal, enfim se a decisão do Senado for no sentido da minha recondução cuidarei de verificar com os colegas para que esses fatos todos sejam apurados. E surgindo, o que é usual no nosso trabalho, indícios do envolvimento de autoridades com prerrogativa de fórum o assunto voltará ao Procurador-Geral.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado Procurador Roberto Gurgel.

Antes de passar a palavra ao próximo orador inscrito, registro com prazer a presença das seguintes autoridades nesta manhã na Comissão de Constituição e Justiça. Drª Cláudia Maria de Freitas Chagas, Conselheira do Conselho Nacional do Ministério Público; Dr. Achiles de Jesus Siquara Filho, Conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público; Dr. Bruno Dantas, Conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público; Dr. Mário Luiz Bonsaglia, Conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público; Drª Sandra Lia Simón, Conselheira do Conselho Nacional do Ministério Público; Dr. Adilson Gurgel de Castro, Conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público; Dr. Jefferson Coelho, indicado ao cargo de Conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Púbico; Dr. Tito Souza do Amaral, indicado para o cargo de Conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Púbico, Dr. Alexandre Camanho, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República; Dr. Aristides Junqueira, ex-Procurador-Geral da República; Drª Sandra Cureau, Subprocuradora-Geral da República; Dr. José Adércio Leite Sampaio, Secretário-Geral do Conselho Nacional do Ministério Público Federal; Dr. Lauro Cardoso, Secretário-Geral do Ministério Público Federal; Dr. Marfan Martins Vieira, Presidente da Associação do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, Dr. Marcelo Weitz Rabello de Souza, Presidente da Associação Nacional do Ministério Público Militar, Dr. Wellington Cabral Saraiva, Procurador Regional da República e indicado ao Conselho Nacional de Justiça; Drª Cláudia Sampaio Marques, Subprocuradora-Geral da República; Drª Julieta Elizabeth Fajardo Cavalcanti de Albuquerque, Subprocuradora-Geral da República; Drª Maria Caetana Cintra Santos, Subprocuradora-Geral da República; Drª Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira, Subprocuradora-Geral da República, do Dr. Nicolao Dino de Castro e Costa Neto, Procurador Regional da República da 1ª Região e Diretor-Geral da Escola Superior do Ministério Público. Para darmos continuidade ao nosso trabalho, concedo a palavra, pela ordem de inscrição, à Senadora Marinor Brito.

Tem a palavra V. Exª.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Mais uma vez, bom dia ao Dr. Roberto Monteiro Gurgel. Queria declarar aqui de público a alegria com que recebi a informação da indicação, da recondução de V. Exª, pois tem sido notório o papel desempenhado por V. Exª à frente da Procuradoria-Geral da República em suas articulações e decisões em defesa do interesse público, da democracia e do zelo pela aplicabilidade das leis, a forma imparcial e sempre pautada pela legalidade e pela justiça.

Fiquei muito feliz inclusive em poder ouvir pessoalmente agora as indagações feitos pelos nossos Pares em relação a um dos temas recentes e polêmicos que badalou um pouco, usando uma expressão bem popular, o debate político no Senado Federal; refiro-me ao caso do Ministro José Dirceu.

A esse trabalho que V. Exª desenvolve à frente da Procuradoria-Geral da República, pareceu-me, pela sua exposição, que V. Exª pretende dar continuidade, acrescentando novas medidas estratégicas para o próximo período, na perspectiva de democratizar ainda mais, de criar condições de contribuir com o País, com as instituições que a Procuradoria-Geral da República faz interface, a fim de que, cada vez mais, o interesse público seja desenvolvido com celeridade e competência.

Queria também fazer algumas indagações a V. Exª, diante desse novo momento que espero venha a se concretizar e quero já antecipar e declarar o voto do Partido Socialismo e Liberdade: é pela recondução de V. Exª. Queria que V. Exª pudesse se manifestar um pouco sobre como particularmente está vendo esta questão de operar a temática da judicialização da política, ou o inverso, ou a politização do Poder Judiciário, considerando esses episódios recentes ocorridos em nosso País. Isso tem sido pauta nacional, acho que é muito importante ouvir o que pensa o Procurador-Geral da República sobre essa polêmica.

Também queria poder ouvir e conhecer um pouco mais o que planeja a Procuradoria-Geral da República no enfrentamento de questões relacionadas a uma das mazelas internacionais que afeta em grande medida o nosso País. Hoje, por pesquisas recentes da UnB, já identificamos mais de 520 pontos de tráficos de seres humanos em nosso País. O que pensa a Procuradoria, o que pode fazer a Procuradoria no próximo período para ajudar no fortalecimento das redes internacionais que interagem com as instituições públicas brasileiras responsáveis pelo enfrentamento dessa mazela social?

Queria aproveitar, porque conheço bem a posição firme que V. Exª teve diante da validação da Lei da Ficha Limpa, as posições que teve em relação a criar dificuldades para que as candidaturas de pessoas hoje intituladas fichas-sujas no Brasil não participassem do pleito de 2010. Mas, com a decisão do Supremo, preocupa-me não mais o ano de 2010, porque há muita coisa ainda para ser desenvolvida nesse período, mas, sim, o ano de 2012. Como a Procuradoria da República está se planejando para ajudar no enfrentamento dessa lacuna que, parece-me, ficou – eu gostaria de ouvir a opinião de V. Exª sobre isso – em relação à decisão do Supremo para 2012?

Por fim, para concluir, quero dizer que a imprensa tem noticiado – o próprio relatório do Ministério da Saúde apresentado recentemente o atesta – um sucessivo descumprimento da Emenda nº 29 por parte dos Estados e dos Municípios brasileiros. A aprovação dessa Emenda Constitucional foi fundamental para garantir o efetivo direito à saúde pública, que vive uma situação de calamidade pública no nosso País. Então, eu queria saber que medidas, diante das provocações que foram feitas à Procuradoria-Geral da República, podem, devem e vão ser tomadas em relação a isso.

Seria isso, por enquanto, Dr. Roberto.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Concedo a palavra ao Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Cumprimento o Sr. Presidente, as Srªs Senadoras e os Srs. Senadores e o Sr. Procurador-Geral, indicado ao cargo de Procurador-Geral.

Quero cumprimentar ainda os membros do Ministério Público Federal, os membros do Ministério Público da União como um todo e os membros do Ministério Público dos Estados que aqui se encontram.

Quero dizer que, para mim, Dr. Gurgel é uma honra sabatinar V. Exª. Fui Procurador da República durante quinze anos e nunca recebi um telefonema do Procurador-Geral da República para pedir que eu fizesse isto ou aquilo. Dentro do Ministério Público Federal e, tenho certeza, de outros ramos da instituição, um princípio é muito caro: a independência constitucional. Quero dizer que é uma honra estar diante de V. Exª.

Inicio, dizendo que essa independência que V. Exª teve ao não dar prosseguimento à investigação no caso do Ministro Palocci é respaldada pela Constituição da República. Mas, na democracia, todos os atos dos agentes públicos – e até o Procurador-Geral da República é um agente público, como o Presidente – estão passíveis de debates, de discussões. Então, faço esta preleção inicial, dizendo que a independência de V. Exª é constitucional e deve ser mantida e respeitada. Mas o Procurador-Geral da República não pode ser um esperador geral da República e também não pode ser um inventador geral da República. A Constituição diz que

ele tem de procurar. E, aqui, expresso meu respeito à manifestação de V. Exª, mas também a crítica a essa manifestação de V. Exª. Na minha humilde opinião – mas é a opinião de um Senador da República –, V. Exª poderia procurar mais do que procurou. Eu gostaria de deixar este primeiro ponto firmemente aqui.

V. Exª, como Procurador-Geral da República, tem a obrigação constitucional de acatar as determinações constitucionais. A República Federativa do Brasil é signatária de tratados internacionais. A Corte Interamericana de Direitos Humanos condenou o Brasil por várias violações à Convenção Americana de Direitos Humanos – cito o caso conhecido da Guerrilha do Araguaia –, no dia 24 de novembro de 2010. E determinou que é incumbência do Ministério Público Federal tomar providências para que essas violações graves aos direitos humanos possam encontrar responsabilização. Eu gostaria de, objetivamente, nesta primeira indagação, saber qual medida V. Exª tomou, a partir do dia 24 de novembro de 2010, para que essa decisão da Corte Interamericana de Direitos Humanos restasse objetivamente cumprida. Essa é a primeira indagação.

Faço a segunda indagação. V. Exª é o único legitimado, de acordo com a Constituição, para ajuizar o incidente de deslocamento de competência, que tem por objetivo a proteção dos direitos fundamentais e, na dicção internacional, os direitos humanos. Quais as relações e como a Procuradoria Geral da República toma conhecimento das condenações internacionais da República Federativa do Brasil para que V. Exª, como Procurador-Geral da República, e legitimado para o IDC, possa exercer a sua atribuição?

Uma terceira indagação: todos nós, na República, precisamos de controle. Eu, como Senador da República, tenho controle. Sou julgado por crime de responsabilidade e pela prática de crime comum. Os meus atos são controlados pelos Pares que aqui se encontram e são controlados pela Constituição da República. Um Procurador-Geral de Justiça, que pede o arquivamento de uma investigação, não é soberano nessa sua decisão, porque, de acordo com a Lei nº 8.625, de novembro de 1993, o Procurador-Geral de Justiça está sujeito ao controle do órgão interno colegiado do Ministério Público Estadual.

O Procurador-Geral da República é a única autoridade que não tem controle. Eu gostaria de ouvir a opinião de V. Exª a respeito disso. Porque, se V. Exª pede o arquivamento de uma investigação, contra quem quer que seja, em razão da jurisprudência do Superior Tribunal Federal, nem o Papa pode determinar o desarquivamento. Não seria muito poder para o Procurador-Geral da República? Porque não tem controle tal como ocorre junto aos Ministérios Públicos Estaduais. Isso ainda, Dr. Gurgel, levando-se em conta que a escolha do Procurador-Geral da República é um ato privativo do Presidente da República, sem a lista que é votada pela instituição. V. Exª não entende – e eu gostaria de ouvi-lo sobre isso – que é muito poder dentro de uma República um servidor público não ter controle? O exemplo é esse caso do Palocci. O recurso seria para quem? Não existe recurso no nosso sistema. E um Senador da República não pode apresentar um projeto de lei para mudar isso. Porque, na Lei Complementar nº 75, a competência legislativa é exclusiva de V. Exª, em determinados casos, de Sua Excelência a Presidente da República.

Nas alegações finais do caso mensalão, V. Exª fez referência ao seguinte (página 4, ponto10): "Trata-se da mais grave agressão aos valores democráticos que se possa conceber". Está lá no ponto 10, página 4, das alegações finais de V. Exª.

Eu gostaria de uma reflexão de V. Exª, nesta data: é possível fazer política sem ética e qual é o mal da corrupção para o Estado democrático de direito, tendo em conta o que V. Exª aqui disse? Não adianta nós debatermos aqui saúde, educação, segurança, quando o maior mal da República, a meu juízo – e eu queria ouvir o seu –, se faz na presença da corrupção, notadamente e sem querer generalizar, no meio político, no Congresso Nacional, onde nós estamos.

Uma outra indagação a V. Exª: quantas condenações de que o senhor tem notícia que o Supremo Tribunal Federal impôs a agentes políticos, notadamente Deputados Federais e Senadores depois da Constituição de 88? Quantas condenações? Quantas prescrições? E por que não ocorreram as condenações e ocorreram as prescrições? A falha está na Procuradoria Geral da República, que denuncia mal; a falha está no Supremo Tribunal Federal, que não condena, ou a falha está na legislação, que não permite a condenação?

Eu já estou encaminhando-me para o final das indagações, Sr. Presidente.

E a opinião de V. Exª, Dr. Gurgel, sobre a lista para a PGR. Existe uma PEC, a PEC 358, de 2005, que se encontra na Câmara dos Deputados que fala da necessidade de uma lista para que os membros da instituição possam escolher o seu Procurador-Geral, e o Presidente da República faça a escolha dentre essa lista com três nomes, não uma lista com quatro nomes, como sempre tem vindo do STJ. Qual é a opinião de V. Exª sobre essa PEC 358, de 2005?

A respeito dos servidores do Ministério Público da União – e V. Exª é o chefe administrativo desses servidores –, quais são as atuações de V. Exª em tramitação na Câmara dos Deputados, uma vez que, ao

que consta, até o final do mês de junho, eles se encontravam em greve ou estado de greve.

Na opinião de V. Exª, tangenciando o caso Battisti, a última palavra em relação à extradição cabe ao chefe do Poder Executivo, como chefe de Estado, e o Supremo Tribunal Federal foi transformado num órgão consultivo de sua Excelência o Presidente da República?

São essas as indagações, Sr. Presidente, Sr. Subprocurador-Geral da República indicado para o cargo de Procurador-Geral da República. Quero cumprimentá-lo por seu trabalho e dizer que, para mim, mais uma vez, foi uma honra servir ao Ministério Público Federal por 15 anos.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Pedro Taques.

O último orador desse bloco, para arguir, é o Senador Luiz Henrique.

Tem a palavra V. Exª.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Sr. Procurador, Dr. Roberto Gurgel, Srªs Senadoras e Srs. Senadores, um dos orgulhos que tenho da minha longa carreira política, dos meus cinco mandatos de Deputado Federal, foi, na condição de líder do PMDB, ajudar a articular a redação do capítulo relativo ao Ministério Público na Constituinte.

As prerrogativas que foram estabelecidas no art. 129, já está provado, têm sido fundamentais para a construção de uma verdadeira democracia, têm sido fundamentais para a defesa dos interesses dos mais fracos e desvalidos, têm sido fundamentais para a defesa do Estado, dos interesses soberanos do Estado. Eu quero dizer, mais uma vez, que tenho orgulho de ter dado uma pequena, modesta, mas uma pequena contribuição para que isso se transformasse em letra constitucional.

Todavia, ao longo dos anos que se seguiram à vigência da Constituição cidadã, muitos casos de exorbitação dessas prerrogativas, com a prática de ações midiáticas, pirotécnicas e espetaculares, como aquela que foi inclusive, em magistral sentença do Ministro Jorge Mussi, repudiada por acórdão do STJ, essas práticas, Sr. Procurador, vão custar muito aos cofres do Estado pelo provimento futuro das diversas ações de reparação de danos físicos e morais de pessoas contra as quais, ao final, apura-se que não havia nem mesmo um maior indício.

E a pergunta que quero fazer a V. Exª é a seguinte: como compatibilizar a independência funcional, que é fundamental para o exercício da função do servidor do Ministério Público, com a inibição dessas práticas de ações espetaculares, midiáticas, que pré-condenam as pessoas pela repercussão imediata na mídia, e muitas delas têm se transformado em verdadeiros mortos-vivos, até que, anos depois, veio declarada a sua inocência.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Concluiu, Senador, a sua pergunta? (*Pausa*.)

Eu concedo a palavra, de acordo com o entendimento, para que S. Exª, o Sr. Procurador Roberto Monteiro Gurgel Santos responda os três Senadores neste segundo bloco.

Lembro aos Srs. Senadores que nós ainda temos 8 Senadores inscritos.

Tem a palavra S. Exª.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Por celeridade e se não for prejudicar, eu queria sugerir que os blocos, se fosse possível e tivesse a concordância de V. Exª e do plenário, nós ampliássemos o número de Senadores.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – De acordo, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Antes de passar a palavra a S. Exª, nós temos 8 Senadores...

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente, eu gostaria de ser incluído.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Então, são 9; nós temos 9 Senadores...

Vamos, então, dividir em dois blocos: 5 e 5, temos 10 inscritos.

Passo a palavra ao Procurador Dr. Roberto Monteiro para a resposta às argüições.

O SR. ROBERTO MONTEIRO GURGEL SANTOS – Obrigado, Sr. Presidente.

Começo fazendo algumas considerações às colocações feitas pela eminente Senadora Marinor Brito.

Não há dúvida que o tema da juridicialização da política, ou, como colocou V. Exª, da politização do Judiciário é algo que preocupa a todos que fazemos parte, enfim, do sistema de justiça. Preocupa e, na verdade, pelo menos na minha visão, é algo que deveríamos tudo fazer para evitar. Entretanto, no nosso País tem acontecido, em face de circunstâncias especiais, que isso acabe se justificando em alguns casos específicos. Mas acho que devemos sempre trabalhar para que cada um dos Poderes exercite as suas competências efetivamente no âmbito das suas missões constitucionais.

A questão do tráfico de seres humanos, que V. Exª lembra, é um dos temas de maior gravidade que

se pode conceber e, como V. Exª aponta, é algo que tem uma dimensão que muitos de nós não suspeitávamos que fosse tão grande. O Ministério Público, posso assegurar a V. Exª, já tem se ocupado desse assunto e deverá intensificar a sua atuação nesse tema, sempre naquela ótica que gosto de destacar de aproximando das instituições e mantendo um trabalho conjunto, inclusive das organizações internacionais, que permita reprimir da forma mais efetiva esse tipo de criminosa e gravíssima conduta.

V. Exª lembra a Lei da Ficha Limpa. A chamada Lei da Ficha Limpa considero um dos momentos de maior beleza, nos últimos tempos, na nossa democracia, seja porque surgiu de uma iniciativa popular, seja porque mereceu no Legislativo uma tramitação extremamente rápida que permitiu que nós pudéssemos tê-la aprovada antes das eleições do ano de 2010.

A Procuradoria Geral Eleitoral, que é exercida pelo Procurador Geral da República, sustentou desde o primeiro momento a aplicação plena da chamada Lei da Ficha Limpa às eleições de 2010.

Nesse sentido, foram as suas manifestações no Tribunal Superior Eleitoral, e foram as suas manifestações no Supremo Tribunal Federal. Sempre sustentamos, inclusive, oralmente, que a lei tinha sim plena aplicação nas eleições de 2010.

Hoje temos a realidade, a decisão do Supremo, que devemos respeitar, afastando a sua aplicação das eleições de 2010. O que é importante, entretanto, como V. Exª, aliás, salientou, é que trabalhemos para preservá-la na integralidade para as eleições de 2012. E que ela não seja, de nenhum modo, podada, sofra novas podas que venham a esvaziar o diploma; e que ela não chegue às eleições de 2012 já como uma lembrança pálida do que foi na eleição de 2010. É esse um trabalho com alguns aspectos ainda submetidos à apreciação do Supremo Tribunal Federal, mas o Ministério Público Eleitoral continuará empenhado nesse trabalho, nessa tarefa de procurar preservá-la, de procurar fazer com que nós tenhamos esse instrumento fundamental para eleições cada vez mais limpas.

Aproveito para assinalar aqui o papel, que é reconhecido – estou proclamando a obviedade –, da Justiça Eleitoral nisso, do trabalho do Tribunal Superior Eleitoral, a começar do Presidente Ricardo Lewandowski, que teve um empenho muito grande no sentido de fazer prevalecer as exposições da Lei da Ficha Limpa.

O tema saúde, Senadora Marinor Brito, é um tema que há muito tempo merece uma atenção, como não poderia deixar de ser, muito especial do Ministério Público Federal. Nós temos em todo o país grupos de colegas especializados, conhecedores profundos do assunto, e no tema que a senhora traz, a emenda constitucional, nós vamos continuar atuando especificamente para exigir a máxima efetividade dessa emenda.

Senador Pedro Taques, assinalo da mesma forma que considero um privilégio, uma honra ser inquirido por V. Exª, que tantos e tão relevantes serviços prestou ao Ministério Público Federal e, por isso mesmo, prestou à própria República e ao próprio país. V. Exª, sem qualquer favor, sempre foi dos mais destacados colegas da Instituição, e nos 15 anos em que lá permaneceu a todos impressionou e deixou a lembrança de um colega exemplar na atuação como membro da Instituição.

V. Exª coloca muito bem a questão da independência. Eu, muito respeitosamente, vejo a divergência de V. Exª e digo que, efetivamente, o meu convencimento foi oposto, de que não tinha elementos para procurar mais naquele momento, e que essa procura do mais poder-se-ia fazer sim, por exemplo, na ação de improbidade, ali se colhendo elementos que poderiam, no momento subsequente, ser utilizados na persecução penal.

Quanto à decisão da Corte em relação à Guerrilha do Araguaia, nós hoje temos no âmbito da Segunda Câmara de Coordenação e Revisão um grupo constituído exatamente para analisar e verificar como dar cumprimento a essa decisão. Houve um primeiro encaminhamento de um trabalho desse grupo ao Procurador Geral; isso está com ele, que está analisando exatamente esse papel do Ministério Público Federal no cumprimento dessa decisão, porque, salvo engano de minha parte, Senador, não me parece que tenha sido tão explícita a decisão a respeito da incumbência do Ministério Público Federal. Mas isso está sendo analisado e, é claro, temos que cuidar para que as decisões das Cortes Internacionais tenham a necessária efetividade.

V. Exª traz o tema de Procurador Geral da República com autoridade sem controle. Começo dizendo, Senador que, na verdade, ele já tem o controle em primeiro lugar desta Casa. O Procurador-Geral da República está submetido ao Senado que tem a legitimidade para julgá-lo nas hipóteses de crimes de responsabilidade. Então, não vejo o Procurador-Geral da República como uma autoridade sem controle.

Quanto à consideração em relação ao caso do mensalão da política sem ética, da corrupção, concordo integralmente com tudo que V. Exª coloca. Não há como conceber, sobretudo atividade política, sem a mais rígida observância de princípios éticos, assim como não há como deixar de assinalar que poucos males serão tão terríveis para a República quanto à corrupção. O que nos resta, Senador, do ponto de vista do Ministério Público, é trabalhar sem descanso,

trabalhar intensamente no sentido de reprimir e apurar as responsabilidades pela corrupção. Infelizmente estou sendo muito breve pelo pouco tempo disponível. Mas quanto à questão das condenações, Senador, não são muitas as condenações ao Supremo Tribunal Federal, depois da Constituição de 1988. Se não estou enganado, as primeiras – e foram várias acho que estamos, em algum número, próximo a dez – aconteceram todas a partir do ano passado. Numa posição, a meu ver, extremamente positiva do Supremo Tribunal Federal, buscando uma maior efetividade nessa sua atuação na seara penal. Lembra V. Exª a questão das prescrições, da improcedência de algumas e indaga se a falha seria do Ministério Público, seria do Supremo, etc. Acho que todo o sistema de justiça, e agora estou falando desse sistema de justiça específico que atua perante o Supremo, que envolve o Supremo Tribunal Federal, todos nós precisamos nos aperfeiçoar. O Ministério Público precisa aprimorar a sua atuação e o Supremo também. O Supremo, como qualquer tribunal, tem dificuldade do processamento dessas ações originais, mas está trabalhando para contornar isso. E as iniciativas recentes, graças a modificações legislativas, da previsão de juízes e magistrados instrutores já vem dando, Senador Pedro Taques, frutos excelentes. Já se está acelerando a tramitação desses feitos com o auxílio de magistrados instrutores que, ao invés de dependerem de cartas de ordem expedidas pelo Supremo, enviadas a cada Estado o juiz instrutor viaja e vai aos diversos locais onde deve ouvir testemunhas, onde deve realizar diligências e isso já tem representado. Acho que o Supremo está no bom caminho no sentido de dar maior agilidade. E do ponto de vista do Ministério Público e da Procuradoria-Geral também nós estamos nos estruturando e nos adequando para isso. Ainda na Presidência do Ministro Gilmar Mendes, o Supremo Tribunal Federal iniciou um trabalho de criação de um verdadeiro cartório criminal que, na verdade não existia. Muitas vezes, as ações ficavam meses paralisadas, dependendo da simples expedição de um ofício.

Hoje o que eu posso garantir a V. Exª, Senador Pedro Taques, é que a Procuradoria-Geral da República está hoje rigorosamente no acompanhamento ou na atuação desses feitos criminais perante o Supremo Tribunal Federal. Agora, não está ainda adequadamente estruturada para fazer o que deve fazer: um acompanhamento mais efetivo daquilo que vai ao Supremo para que tenha realmente a tramitação o mais rápido possível. Mas acho que nós estamos, enfim, indo, o Supremo Tribunal também, num caminho que me parece extremamente adequado.

Sou inteiramente favorável a que seja formalizado, que a Constituição passe a prever a escolha do Procurador-Geral da República, mediante a formação de lista tríplice, como já ocorre desde 1988 como os procuradores-gerais de justiça. Hoje o que nós temos é uma lista informal que, como V. Exª sabe, é insuficiente; portanto, é de todo conveniente essa modificação.

Em relação aos projetos de cargos e salários relacionados aos servidores, eu sempre tive, Senador Pedro Taques, um envolvimento muito grande com os temas dos servidores, sempre fui muito próximo a isso. Gosto sempre de destacar que, no mesmo ano em que ingressei no Ministério Público, associei-me não apenas à Associação Nacional dos Procuradores da República mas também à Associação dos Servidores do Ministério Público e tenho atuado... Quer dizer, primeiro encaminhei prontamente o projeto de lei ao Congresso, tal como fez o Presidente do Supremo Tribunal Federal, e tenho adotado todas as providências, empenhado-me no sentido de que ele seja aprovado.

Há uma dificuldade muito grande do ponto de vista da área econômica, como sempre, sobretudo em relação ao impacto orçamentário causado pelos servidores do Judiciário, que é cerca de dez vezes maior do que o impacto causado pelos servidores do Ministério Público. Os servidores, até com a compreensão de que todos os esforços estão sendo desenvolvidos, estiveram realmente em greve, uma greve pequena, que não abrangeu muita gente, mas o certo é que conversando, dialogando permanentemente eles saíram da greve e estão, enfim, acompanhando esse empenho, esse trabalho que está sendo feito.

Em relação à extradição, e com a mais respeitosa divergência não apenas do Senador Pedro Taques, mas do jurista, e jurista de imensa qualidade, Pedro Taques, devo dizer que o meu entendimento é no sentido de que a última palavra cabe, sim, ao Chefe de Estado; entendimento que, aliás, Senador, sempre foi o entendimento do Supremo Tribunal Federal há muitos anos, há décadas mesmo. Claro que hoje há alguns ministros que sustentam posição em contrário.

Senador Luiz Henrique, em primeiro lugar, e como imperativo, como testemunho de justiça, devo assinalar a inteira procedência das colocações feitas por V. Exª quanto ao seu trabalho em prol do Ministério Público na Assembleia Nacional Constituinte. Digo que não foi um trabalho modesto, não. O trabalho de V. Exª foi extremamente importante para que conseguíssemos colocar no texto constitucional, esculpir no texto constitucional a instituição do Ministério Público tal como ela hoje se encontra. Lembro aqui o trabalho sempre presente – e era o seu interlocutor mais frequente naquele momento – do colega Álvaro Augusto Ribei-

ro Costa, que liderava, coordenava o nosso trabalho na Constituinte e também o trabalho da Conamp, das outras instituições do Ministério Público. V. Exª teve um trabalho extremamente relevante, extremamente importante.

Quanto às atuações pirotécnicas, concordo com V. Exª. Sou um crítico delas e acho que, quando se atua pirotecnicamente, a primeira falta de compromisso é com o cidadão, como V. Exª aponta, porque há as pré-condenações. Mas há também uma total falta de compromisso com a própria investigação. Porque, quando se faz pirotecnia, se compromete a investigação. Temos trabalhado, já em algumas administrações, no sentido de que isso seja reduzido, e acho que já reduzimos bastante, mas é preciso trabalhar – e o Conselho Nacional do Ministério Público pode ajudar – no sentido de esclarecer melhor os colegas sobre iniciativas como esta do curso de iniciação mais prolongado, para mostrar que esse não é o caminho. Os colegas fazem, às vezes, com a melhor das intenções, mas isso deve ser evitado, pois não atende ao Ministério Público e não atende à sociedade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Dr. Gurgel.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, Senador Demóstenes.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Parece-me que ficou uma pergunta sem resposta, Senador Pedro Taques, do art. 28 do CPP, no caso do pedido de arquivamento, que hoje não tem um controle colegiado como tem nos Ministérios Públicos estaduais e outros. V. Exª seria a favor de se criar esse controle também na instituição do Ministério Público Federal?

O SR. ROBERTO MONTEIRO GURGEL SANTOS – Aí, Senador, nós teríamos que refletir melhor, porque não podemos fazer uma alteração apenas tópica, porque aí é todo o sistema. Na verdade, a posição do Procurador-Geral da República não apenas como chefe do Ministério Público Federal, mas também como chefe do Ministério Público da União, além das atribuições constitucionais que lhe são reservadas, coloca-o numa situação em que não seria, digamos, razoável do ponto de vista do sistema submetê-lo ao Conselho Superior do Ministério Público Federal – no nosso caso, aliás, nem seria o Conselho, mas, sim, as Câmaras de Coordenação e Revisão. Na estrutura da nossa lei, compete a ele resolver conflitos entre as Câmaras, essa coisa toda. Então, teríamos de dar uma mexida no sistema. Não fazendo isso, fazendo-se apenas uma intervenção tópica, haveria uma incongruência do próprio sistema, ficando o Procurador-Geral da República submetido a órgãos que são submetidos a ele. Não discuto a conveniência de haver algum mecanismo de controle, mas não me parece que ele possa ser a reprodução direta daquilo que existe nos Estados.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Está satisfeito, Senador Pedro Taques?

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Em termos.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Em termos. (*Risos.*)

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Dr. Roberto Gurgel, V. Exª está sendo sabatinado por nós para assumir uma missão que considero central para a República. Ao contrário do que se pensa, costumamos falar de república apenas como antônimo de monarquia, mas república é muito mais do que isso, como nos ensina o eminente filósofo Renato Janine Ribeiro. Embora alguns utilizem em vão a santa palavra e não a praticam de acordo com o que ela representa, a república pressupõe abstração dos interesses privados em função da coisa pública e do bem comum.

Nesse sentido, o legislador constituinte de 1988 foi muito feliz ao ter elevado o Ministério Público à função de guardião da República. Quero tratar a questão nessa condição, porque considero que essa é a função do Ministério Público, que, ao ser o guardião da lei, é também o guardião das coisas públicas, para que o interesse privado por parte do agente público, que tem o múnus público, e do agente político, que tem o múnus público, não sobressaia aos interesses que eles, de fato, têm de atender.

Houve uma conquista substancial com a Constituição. Houve uma conquista com a Lei Complementar nº 75, que pressupõe as prerrogativas e a independência funcional do Ministério Público.

Quero dar um testemunho em relação ao desempenho de V. Exª. Na minha avaliação, V. Exª tem cumprido com mister as funções do cargo que tem exercido. Quero aplaudir a Presidente da República não somente por sua recondução, mas também pelo fato de ter designado, como ocorreu nos últimos anos, desde 2003 – destaco que é o que vem sendo feito desde o governo do Presidente Lula até agora –, para ser Procurador da República o Procurador mais votado entre os Procuradores. Embora isso tenha ocorrido nos últimos anos na designação de Procurador da República, isso, talvez, possa servir de inspiração para que nós, o quanto antes, possamos aprovar aqui a proposta de emenda constitucional que constitucionaliza esse feito, ou seja, que garante que basta que seja o mais

votado e depois sabatinado pelo Senado da República para alçar ao cargo de Procurador da República, sem mais necessitar da sanção por parte do Presidente ou da Presidente da República. Inclusive, o fato de os Governos do Presidente Lula e da Presidente Dilma terem nomeado o mais votado, talvez, seja um sinal para que a maioria parlamentar desta Casa, composta pelo PMDB e pelo PT, possa votar a proposta de emenda constitucional e constitucionalizar isso, visto que, de fato, é isso que tem ocorrido nas decisões do Executivo.

Reitero que considero impecável a sua condução. Permita-me dizer que, no caso envolvendo o Ministro Palocci, no meu entender, havia razões e motivos para que V. Exª pudesse oferecer a denúncia. Essa é uma opinião particular e é lógico que V. Exª agiu de acordo com as suas prerrogativas, e eu as respeito. No inteiro teor de vossa atuação, tenho somente esse destaque. Mas quero cumprimentar V. Exª pela atuação em relação ao cumprimento da Lei Complementar nº 135, de 2010, a Lei da Ficha Limpa, e pela atuação em relação a diferentes processos que têm sido de sua responsabilidade.

Entretanto, Dr. Gurgel, aqui pelo Congresso, pesam várias ações, várias medidas, muitas vezes para intimidar e diminuir as atribuições do Ministério Público. Quero só citar uma. Um projeto de lei nada republicano, que é o Projeto de Lei nº 265, de 2007, de autoria do Deputado Paulo Maluf, que, na verdade, é uma restrição completa às atribuições e ao funcionamento do Ministério Público. Eu queria uma opinião de V. Exª, não sobre o projeto de lei, obviamente, mas sobre as prerrogativas, a autonomia, a independência do Ministério Público. E gostaria de uma avaliação de V. Exª no que tange ao seguinte: primeiro, à atuação do Ministério Público no tocante à fiscalização dos atos dos agentes públicos – e o Senador Demóstenes já falou do cesto do caranguejo, ou seja, nós temos vários casos que, parece-me, pelo menos de nossa parte, serão objeto de representações e que terão de ir à apreciação de V. Exª, ao controle da atividade policial, tarefa que considero central por parte do Mistério Público –; a federalização dos crimes contra os direitos humanos; o fortalecimento da atuação do Conselho Nacional do Ministério Público, em especial em relação ao seguinte: nós tivemos uma enorme conquista também na Constituição de 88, que foi a adoção do Sistema Único de Saúde. O nosso sistema de saúde era para ser exemplar no mundo se, de fato, tivesse a efetividade do cumprimento no disposto na Constituição. Nesse sentido, nós temos tido seguidamente o descumprimento do previsto na Emenda Constitucional nº 29, por parte de Estados e Municípios. Eu mesmo, agora no período de recesso, visitei o interior do meu Estado, o Amapá, e vi o descumprimento seguido do que pressupõe a Emenda 29. Pergunto: qual a ação do Ministério Público – ação pensada por V. Exª na condução do Ministério Público – para que a Emenda nº 29 seja de fato cumprida? Parece-me que é o ponto que falta para nós termos o Sistema Único de Saúde eficiente de fato.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem de inscrição, agradecendo ao Senador Randolfe, concedo a palavra ao Senador Renan Calheiros.

Tem a palavra V. Exª, Senador Renan.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu quero, nestas poucas palavras, já que nós nos aproximamos do final da sabatina, cumprimentar o Dr. Roberto Gurgel pelo desempenho, pelas respostas convincentes e dizer, sobretudo, que a imagem que nós temos de V. Exª, nesta Casa, e com esse propósito nós nos preparamos para esta sabatina de sua recondução, é exatamente esta: de isenção, de independência, e que esta sabatina, sobretudo, reforça, tanto que o posicionamento do PMDB, que é o partido majoritário desta Casa, é pela recondução de V. Exª.

Parabéns, Dr. Gurgel!

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Renan Calheiros.

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Eunício Oliveira, prezado Dr. Roberto Monteiro Gurgel Santos, eu queria dizer que essa arguição de V. Exª outra vez aqui na Comissão de Constituição e Justiça tem sido para nós, Senadores – inclusive colegas de Senadores que pertenceram ao Ministério Público, como o Senador Demóstenes Torres e o Senador Pedro Taques –, uma lição de profundidade, pela maneira como ambos, por exemplo, mostraram a importância da independência, da autonomia do Procurador-Geral da República, e pela maneira como mostraram o respeito pelas decisões que V. Exª tomou, nem sempre do acordo de qualquer um de nós aqui, possivelmente até do Presidente Lula, que o designou, ou da própria Presidenta Dilma Rousseff. Mas o fato de a Presidenta Dilma Rousseff ter novamente confirmado a designação de V. Exª significa o respeito pelo conhecimento acumulado, pela sua formação jurídica e pela forma isenta com que procura tomar decisões, com base em estudo aprofundado de tudo o que vem ao conhecimento de V. Exª.

Um dos temas que muitas vezes tem preocupado e tem chegado ao meu gabinete, em meus anos

de parlamentar, são queixas de pessoas de todos os rincões do País sobre a morosidade da Justiça. Há um caso emblemático da lentidão apresentada pelo Conselheiro Joaquim Falcão, de um senhor de 94 anos que esperava por dez anos o julgamento de um processo de primeiro grau.

É muito positivo, no caso do Ministério Público, o planejamento da adoção, até o mês de dezembro de 2011, de tabelas unificadas, que permitirão a coleta de dados estatísticos nacionais sobre os tempos de duração dos procedimentos em tramitação no Ministério Público, apontando os gargalos e obstáculos à rápida conclusão dos processos.

Gostaria de ouvir V. Exª, como chefe do Ministério Público e presidente do Conselho Nacional do Ministério Público, um relato sobre as ações no sentido de implementar e aumentar a rapidez na tramitação dos processos.

Gostaria de ouvir sua avaliação sobre o projeto de lei que aqui apresentei, até para prevenir problemas que muitas vezes têm ocorrido, para que todas as contribuições de pessoas físicas, jurídicas e do próprio Poder Público possam ser colocadas no sítio eletrônico, em tempo real, em especial, divulgadas para o conhecimento da opinião pública, dos eleitores e da Justiça Eleitoral. Enfim, que cada partido e cada candidato tenham o registro de contribuições efetuadas tornadas transparentes, até mesmo, digamos, antes de 30 de setembro, portanto, logo antes do primeiro domingo de outubro, quando normalmente são feitas as eleições.

Meus cumprimentos a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O próximo orador inscrito, o Senador Antonio Carlos Valadares, tem a palavra.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, Sr. Procurador Dr. Roberto Gurgel, inicialmente, gostaria de afirmar, alto e bom som, que V. Exª, pela forma como se conduziu à frente do Ministério Público no Brasil e pelas respostas que aqui foram dadas, com muito brilho e precisão, merece voltar à condução do Ministério Público.

A seriedade, o equilíbrio e a moderação são essenciais ao desempenho de função tão importante que foi delegada ao Ministério Público pela Constituição Federal. Por determinação da nossa Constituição, compete ao Ministério Público zelar pela democracia, pelos direitos sociais, individuais e indisponíveis, enfim, exercer o múnus importante para o qual a Constituição conferiu independência funcional, autonomia financeira e administrativa. Logicamente que nós esperamos sempre do Ministério Público, no exercício de função tão nobilitante, quanto de sua atuação à procura da justa causa, possa apresentar provas robustas, contundentes, materiais e documentais que fundamentem a sua ação. Do contrário, será uma perda de tempo um Ministério Público apenas para atender a mídia, apenas para atender a uma contingência, a uma conjuntura, entrar com uma ação que sabe por antecipação que não vai dar bom resultado. É a mesma coisa que um advogado, na defesa do seu constituinte, teimosamente insistir em apresentar a sua defesa somente na tentativa de procrastinar a sua condenação. Assim é o Ministério Público, na tentativa de aparentemente exercer o seu múnus, entrar com uma ação temerária. Digo temerária em determinados casos porque coloca o alvo, a pessoa como vítima de uma simples pretensão sem nenhuma objetividade jurídica, porque a prova tem que ser robusta, uma vez que não é o Ministério Público que julga, quem julga em última instância é o juiz lá embaixo e o Ministro aqui encima, ou o próprio desembargador.

De modo, Sr. Procurador, acho que apesar do... Mudando já, eu gostaria de fazer a seguinte pergunta, e V. Exª já esclareceu mais ou menos, é viável a um membro do Ministério Público, ou condizente com aquilo que nós buscamos, que é a Justiça, entrar com uma ação simplesmente porque está recebendo pressão de determinados setores da opinião pública sem a prova. Porque isso vai atingir o direito humano de alguém que, por antecipação, pode ser condenado pela opinião pública e depois inocentado pelo juiz, como tem acontecido várias e várias vezes neste nosso vasto País.

A campainha já tocou. Já foram os 5 minutos?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Não, ainda não.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Apesar da repercussão geral impressa pelo Ministério Público e também do efeito vinculante, continua a preocupação em nosso País com a morosidade da Justiça e com o número ilimitado de recurso, colocando o nosso Supremo Tribunal em situação muito difícil. Eu perguntaria: mesmo que a proposta do Ministro Peluso, que foi acolhida pelo Senador Fogaça, não seja aprovada, dentro do sistema jurídico atual que V. Exª poderia propor...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE. *Fazendo soar a campainha.*)

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – ...no sentido... porque nós achamos que o Supremo Tribunal Federal deveria ser um órgão exclusivamente constitucional e deixasse, por exemplo, ao STJ como a última instância dos recursos que não dissessem respeito a questões constitucionais.

Então eu perguntaria: Dentro do sistema jurídico, do modelo que nós temos, o que poderíamos fazer no

sentido de reduzir substancialmente esse número de recursos lá no Supremo Tribunal Federal, do ponto de vista administrativo? Porque do ponto de vista legal, os recursos já existem no Código de Processo e é impossível estancá-los.

Por último, Sr. Presidente, nós sabemos que existe um descompasso entre os órgãos de controle da gestão pública, notadamente, e os Municípios, CGU, Ministério Público e Tribunal de Contas; todos estão devidamente aparelhados com técnicos da maior competência, enquanto que 90% das prefeituras não dispõem nem de recursos financeiros para pagar bons técnicos, nem para fazer as licitações que deveriam fazer de forma correta. O que fazer? O Ministério Público tem que cumprir a sua ação, o Tribunal de Contas tem que cumprir. Mas há uma, vamos dizer assim, diferença amazônica entre a competência do Ministério Público e a incompetência, eu posso dizer assim, da administração municipal para gerir os negócios públicos. O que fazer, diante dessa realidade do Brasil?

Agradeço a V. Exª. Aliás, V. Exª não me pediu o voto, mas V. Exª já conquistou o meu voto, mais uma vez.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Valadares.

Pela ordem de inscrição, concedo a palavra ao Senador Aécio Neves.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Sr. Presidente, ilustre Procurador Geral Dr. Roberto Gurgel, eu quero, em primeiro lugar, registrar que V. Exª, no momento em que vem ou que retorna a esta Casa, consolida ainda mais, de forma positiva, a imagem que todos nós já temos do Ministério Público.

V. Exª não fugiu a nenhuma das indagações que aqui foram feitas. Obviamente, as decisões de V. Exª sofrerão, como deve ser no Estado democrático, questionamentos, objeções, incompreensões – eu próprio posso ter algum sentimento em relação a algumas dessas decisões. Mas todas elas V. Exª a tomou, respeitando a Constituição.

Eu sou, Dr. Gurgel, um dos remanescentes da Constituinte de 1988, e me orgulho muito de ter participado, não com a extraordinária contribuição do Senador Luiz Henrique, mas me orgulho muito de ter participado dessa verdadeira transformação ocorrida na Constituinte de 88, e que permitiu que os cidadãos brasileiros pudessem ter um instrumento efetivo em sua defesa, que é o novo, acho que posso assim chamá-lo, Ministério Público. Mas todos os Poderes, todas as instituições demandam um aprimoramento permanente. E isso, naturalmente, não é diferente em relação ao Ministério Público.

E muitas das questões que eu traria a V. Exª foram adequadamente aqui respondidas. Eu, para não ser neste momento da reunião cansativo, vou me ater a três ou quatro questões bastante objetivas.

Falando do processo de aprimoramento do Ministério Público, parece que o mais emblemático dele, ocorrido da Constituinte para cá, foi exatamente a composição ou a criação do Conselho Nacional, ocorrida há cerca de seis anos. O Conselho Nacional, sabemos nós, é composto hoje por 14 membros, incluindo aí o Procurador Geral, que é o seu Presidente; quatro membros do Ministério Público da União; três do Ministério Público dos Estados; dois juízes indicados, um pelo STF e, outro, pelo STJ; dois advogados indicados pelo Conselho Federal da Ordem; e dois cidadãos de notável saber jurídico e de reputação ilibada, indicados, um pela Câmara e, outro, pelo Senado – algo que, inclusive, acabamos de fazer.

Na avaliação de V. Exª é essa a composição adequada? Deveremos nós Senadores, a partir da experiência de V. Exª, estar atentos para a necessidade, seja numérica ou mesmo na origem da composição do Conselho Nacional para modificações que permitiriam uma representatividade maior desse Conselho, em relação a suas próprias atribuições, são elas hoje satisfatórias ou a experiência desses seis anos sinalizam na direção de que algumas outras atribuições poderia ter o Conselho Nacional e, em especial, algumas que garantissem talvez maior celeridade a suas decisões. Essa é uma questão. Aqui me coloco, agrego a ela uma outra questão advinda de uma experiência pessoal que V.Exª se lembrará, porque nos deu o prazer de, em alguns momentos, estar conosco em Minas Gerais. Quando Governador do Estado tive a oportunidade de ter como alguns dos mais preciosos, talvez seja o termo mais adequado, colaboradores membros do Ministério Público. Houve, lá atrás, uma decisão desfavorável contrária à presença de membros do Ministério Público nas administrações estaduais, como em outros poderes, houve recentemente uma decisão na linha oposta, permitindo que haja essa cessão de membros do Ministério Público para colaborar com outros poderes, em especial com o Poder Executivo. Esse assunto foi extremamente debatido internamente e gostaria de ouvir a opinião pessoal de V. Exª em relação a essa possibilidade, antecipando que a experiência na outra ponta foi, sem qualquer prejuízo à independência, à autonomia e às prerrogativas do Ministério Público foi para o Estado de Minas Gerais extremamente positiva a possibilidade de termos membros do Ministério Público colaborando com a nossa administração.

Uma outra questão que trago a V. Exª, talvez aqui seja demais reiterar as funções institucionais do Ministério Público, obviamente conhecidas por todos, seja

em relação à promoção de inquérito civil e ação civil pública para proteção do patrimônio público social, do meio ambiente e de outros interesses coletivos, enfim gostaria de ter de V. Exª uma opinião em relação a uma questão que ainda é objeto de discussão no Supremo Tribunal Federal no que concerne a presença do Ministério Público na investigação penal propriamente dita, já que o constituinte originário lá atrás, lembro-me muito bem desse profundo debate, havia reservado a polícia, na forma do art. 144 da Constituição Federal esta prerrogativa. Qual a posição de V. Exª em relação à possibilidade de o Promotor de Justiça exercer atividade investigativa na seara criminal.

Ainda ao final indago a V. Exª qual a posição que teria em relação a alguma proposta elaborada, ou anteprojeto, se não me engano, elaborado no âmbito do Conselho Nacional do Ministério Público, que diz respeito a ampliação dos prazos prescricionais para eventuais penalidades administrativas cometidas por membros do Ministério Público, já que essa também é uma discussão algumas vezes feita de forma extremamente acalorada a que alguns compreendem que os prazos são extremamente curtos e outros pensam de forma divergente.

Pergunto ainda a V. Exª se tem informação em relação ao envio desse anteprojeto ao Congresso Nacional e, em caso negativo, de quem seria a responsabilidade para que esse assunto chegasse à discussão do Congresso Nacional.

Ao fim, Sr. Procurador, fico com esses questionamentos já que os outros já foram respondidos, apenas um pelo menos, me desculpe se foi por desatenção, espero que não, mas gostaria de saber se reconduzido, que esperamos todos, à chefia do Ministério Público V. Ex.ª pretende tomar a iniciativa de trazer à discussão, de avaliar aquilo que já foi externado pelo Líder do meu partido, Senador Alvaro Dias, nós consideramos uma ilegalidade que foi a concessão do visto de trabalho ao italiano Battisti, já que não em apenas ao prazo extremamente célere, rompendo com uma tradição inclusive do Conselho Nacional da Imigração, mas pelo descumprimento de alguns preceitos de alguns pressupostos que possibilitariam a concessão desse visto de imigração. E pretende, portanto, V. Exª – esse assunto já havia sido levantado pelo ilustre Senador Pedro Taques –, consulto a V. Exª se tem a intenção de discutir essa questão no âmbito do Ministério Público.

Ao final, digo a V. Exª que é uma honra enorme sabatiná-lo, já pelas manifestações externadas pelos meus nobres Pares claramente favoráveis à recondução de V. Exª. Queria apenas dizer que essa recondução, que espero ocorra, se dará pelos méritos de V. Exª e não pela avassaladora, inquestionável influência, nesta Comissão, dos dois mais ilustres dos seus membros também membros do Ministério Público, Senadores Demóstenes e Pedro Taques.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – É com prazer que registro entre nós a presença do Ministro Aldir Passarinho.

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, primeiro, acho que seria significativo destacarmos, uma vez mais, a conquista republicana do papel do Ministério Público no nosso País, que ganhou atribuições em todas as áreas. Não há uma área da atividade hoje em nosso País que não possa ser examinada pelo Ministério Público, entre eles, o direito difuso. Com o direito difuso, é possível entrar em qualquer questão que seja levantada para o Ministério Público examinar e se posicionar. Acho que essa foi uma conquista. É também um aprendizado da luta política no nosso País.

Os espaços de vida democrática no Brasil têm sido relativamente pequenos e esse é o mais longo que alcançamos na história republicana no Brasil. Então, consolidar instituições, fazer com que elas cumpram um papel sempre elevado – e nesse sentido não faço reparo ao Ministério Público, acho que essa instituição, embora centenária no Brasil, tem longa história –, esse papel novo do Ministério Público é um aprendizado no processo de consolidação democrática no Brasil.

Não é simples, não é fácil. Veja que os últimos procuradores indicados pelo Presidente Lula e agora pela Presidenta Dilma são procuradores que atendem à decisão de uma lista, e quem encabeça a lista é o indicado. Cria-se uma prática na decisão dos últimos procuradores indicados para dirigir o Ministério Público. Segundo, a atitude dos procuradores que estão na chefia do Ministério Público. Veja que há uma pressão gigantesca, porque nós temos polêmicas nacionais. Quando ela me favorece, eu quero que o procurador tome a minha posição e quando ela me desfavorece eu também quero que o procurador siga a minha posição. Então a atitude e a pressão que se tem em temas muito polêmicos leva a esta posição: quero que o procurador adote a minha posição, porque a polêmica está a favor da minha posição.

Ou às vezes existe a pressão midiática. Chegou ao ponto de um ministro do Supremo Tribunal Federal dizer que os colegas, os pares, votavam, ele incluso, sob a pressão dos holofotes, porque os holofotes estavam indicando uma posição que pretensamente seria da opinião pública, não era uma opinião formada a partir da impressão de tal ou qual órgão midiático, mas

era a opinião do povo, a opinião pública, que estava sendo dita através daquele órgão de comunicação, das páginas de jornais, da mídia de rádio e televisão. Quer dizer, assim iria decidir um membro do Supremo Tribunal Federal.

Ora, o mesmo pode ocorrer com o Ministério Público. E, evidentemente, esse é o processo de aprendizado. Isto, muitas vezes ocorre nos Estados, nas comarcas por aí afora: batalhas. Eu mesmo tenho enfrentado batalhas com membros do Ministério Público, mas eu vou lá e digo ao Procurador: "Olha, Procurador, tenho uma opinião diferente. Quero divergir do senhor". Nos órgãos colegiados em que o Ministério Público tem assento, como, por exemplo, os órgãos ambientais – falo do Ministério Público Federal e do Ministério Público Estadual –, há polêmicas imensas. O Ministério Público tem jogado, sim, um papel destacado, embora ele não esteja, como nenhuma outra instituição, acima do bem e do mal. Esta é uma ideia que tenho: estamos vivendo no Brasil um processo de aprendizado.

Nesse sentido, considero que o senhor também acaba de dar uma contribuição muito importante. Três matérias bastante polêmicas estiveram nas mãos de V. Exª, e penso que a atitude de V. Exª foi ajustada. Veja que houve o caso do Cesare Battisti, em que V. Exª teve uma atitude correta, tomando uma decisão correta, na minha opinião. Mas existem outras opiniões a respeito dessa posição. Esse é um processo democrático. Antes, havia somente uma opinião. E, em determinadas situações em que há uma polêmica midiática, há também só uma opinião. Por exemplo, quando apareceu aquele Fukuyama, estabeleceu-se uma opinião midiática única, a de que a história teria acabado e se encerrado ali, e alguns até acham que essa opinião continua, embora ela tenha sido desmoralizada na prática.

Então, penso que V. Exª contribui com a formação democrática do processo do Ministério Público. Independentemente do holofote, independentemente de onde estivesse a posição mais confortável midiaticamente, V. Exª decidiu de forma diferente. Isso mostra o caráter de V. Exª e o papel que deve ter um homem público na posição de Procurador-Geral da República.

Cito os três casos: o caso constituído como mensalão, em que V. Exª tomou a atitude que considerou ser a mais correta; o caso do Cesare Battisti; e o caso do Ministro Palocci. "Se há indício, eu encaminho; se não há indício..." E a mídia? E a opinião pública? Sinceramente, essa não é questão de opinião pública. Não se trata de dizer: "Como vou ficar com a opinião pública?". Trata-se de dizer: "Como vou ficar com a questão justa, correta?". Essa atitude o senhor tomou, e penso que é por isso exatamente que o senhor está sendo reconduzido ao cargo. V. Exª teve atitude, assumiu uma posição de caráter, que deve ser a de quem está com a responsabilidade de decidir no Ministério Público.

Digo isso com a ideia de que estamos num aprendizado, de que não estamos acima do bem e do mal. Não existe a razão absoluta, mas existem posições justas, como as que V. Exª tem adotado no Ministério Público. Esse foi o espírito do constituinte.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Concedo a palavra pela ordem à Senadora Marta Suplicy.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Em virtude de eu ter de abrir a sessão agora, eu gostaria de saber se eu poderia fazer um brevíssimo pronunciamento e declarar meu voto.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O próximo orador inscrito é o Senador Humberto Costa, que é Líder do seu Partido. Com a anuência dele e dos demais Senadores, eu poderia lhe conceder a palavra.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Docemente constrangido, penso que ele concorda.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Com o registro da concordância da oposição.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Com o registro da concordância da oposição, na palavra do Senador Aécio Neves, concedo a palavra a V. Exª, que dispõe de três minutos.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Eu gostaria de dizer do meu apreço pelo que aqui ouvi, pela clareza, pelo conhecimento demonstrado e pela firmeza de V. Exª. Tenho a certeza de que essas qualidades já eram do conhecimento do Presidente Lula quando o indicou e foram reiteradas e confirmadas no exercício do cargo, e, agora, dá-se a sua recondução por parte da Presidenta Dilma. Então, quero declarar aqui meu voto e apreço pelo comportamento de V. Exª. Obviamente, sou a favor.

Sr. Presidente, vou pedir a V. Exª licença para colocá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como a votação é secreta, V. Exª vem aqui para proceder à votação daqui a pouco.

Concedo a palavra, pela ordem de inscrição, ao Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, Exmº Sr. Procurador-Geral da República, na minha fala, antes de tudo, quero ressaltar o posicionamento da bancada do PT, que vai votar pela recondução de V. Exª. Tive a

oportunidade de dizer isso a V. Exª no dia de ontem, independentemente dos posicionamentos que V. Exª possa ter tomado e sobre os quais nós podemos ter concordância ou não.

Queria registrar algumas questões, algumas preocupações, que na condição que V. Exª tem, especialmente pela autoridade moral que assume na condição de Procurador-Geral da República, de problematizar a si próprio, ao Ministério Público, e acho que problematizar a todos nós.

Entendo que quando a Constituição diz que o papel do Ministério Público é a defesa da sociedade, é a defesa dos direitos, o exercício dos direitos passa pela existência, pelo crivo da Justiça, que se posiciona a partir da busca da verdade. Quero dizer a V. Exª que, lamentavelmente, não é esse o objetivo que determinados integrantes do Ministério Público tomam ao assumir uma ação. Faço aqui minhas as preocupações manifestadas pelo Senador Luiz Henrique, pelo Senador Valadares.

Conheço várias pessoas que foram vítimas disso; eu próprio fui uma vítima desse tipo de postura, da existência de uma partidarização na estrutura do Ministério Público. Esse é um dado real. Lá existe o grupo X, o grupo Y, o grupo Z, que tomam, muitas vezes, posições políticas à frente de processos em que deveria haver a busca da verdade. Acho que o papel do Ministério Público não é acusar; é buscar a verdade. Porque tão importante quanto chegar à conclusão de que alguém é culpado e deve ser punido é declarar alguém inocente, que poderia ser injustamente execrado pela sociedade, enfim. Mais ainda no nosso caso, em que o controle social é o controle do cidadão, do que vota, do que elege ou do que elegeu um governador, um prefeito ou um presidente da República, e que os seus secretários ou ministros têm essa delegação dessa legitimidade. Então, nós temos esse controle. E quando um de nós ou alguém que é agente público nessa condição é injustamente acusado ou sofre um processo injusto, os danos são absolutamente irreparáveis, porque ser denunciado pelo Ministério Público significa, na opinião pública, uma condenação. E muitas vezes o cuidado de fazer uma denúncia que tenha substância real não é o que passa pela cabeça da maioria das pessoas. Eu, por exemplo, fui vítima de um procurador federal que, no dia que me denunciou à Justiça, convocou uma entrevista coletiva, com todos os jornais do Brasil, televisão, para me denunciar. Três anos e meio depois, um outro procurador, uma procuradora, não somente pediu a minha absolvição, por absoluta inexistência de indícios sequer, como eu fui absolvido pelo TRF por quinze a zero. Agora imagine V. Exª alguém que exerce um papel público, como eu exerço, já fui parlamentar em várias condições, já fui ministro, secretário de Estado, e fui denunciado pelo Ministério Público a sete dias da realização da eleição para o governo do Estado de Pernambuco.

Imagine V. Exª o efeito devastador que tem isso. Trinta dias de propaganda dos adversários dizendo que eu ia ser preso, que ia ser não sei o quê, que iria passar oitos anos na prisão, etc., por um procurador que agiu de forma política. E eu acho que V. Exª, na condição moral que tem – porque, na verdade, nós sabemos que não há, no Ministério Público, hierarquia – não há possibilidade de recurso a uma decisão que nós venhamos a contestar, mas V. Exª tem autoridade moral para tentar trabalhar... Não que favoreça A, B ou C, mas que se procure ser justo. Essa que é a grande questão.

Então, eu entendo que nós precisamos, sem comprometer.... Porque é muito fácil aqui todo mundo falar da maravilha da autonomia, etc., etc. Vá estar na condição que estive que você vai ver que não pode existir nenhuma instituição que não tenha controle social efetivo.

Eu não sou jurista, não sou entendido de Constituição, mas eu acho que é preciso aperfeiçoar isso aí. Um Conselho de Ministério Público em que a esmagadora maioria é formada de membros do Ministério Público, como é que pode ser o controle social? Que instituição é essa em que não pode haver nenhum recurso a uma decisão, e em que cada cidadão tem o poder de destruir a vida de outro? Como pode ser assim? E qualquer tentativa que se faça – e aí eu não quero nem entrar no mérito do projeto de Paulo Maluf –, qualquer tentativa que se faça, por exemplo, de impedir que alguém vaze para a imprensa informações que estão sob segredo de Justiça ou que estão ainda na instrução de um processo, nada acontece. Nada acontece. Se alguém vai processar, se vai fazer uma ação pública, eles ainda são defendidos com o apoio da instituição.

Então, o que eu queria trazer para essa reflexão de V. Exª e acho que para uma reflexão de todos nós é: o Parlamento sofreu aperfeiçoamento, precisa sofrer mais, como também o Executivo, os órgãos de controle; é preciso discutir que aperfeiçoamento se pode fazer, para que o Ministério Público cumpra esse papel de buscar e encontrar a verdade, e ser justo.

Por último, mais uma vez, eu queria reafirmar algo a V. Exª, apesar de ter aqui uma discordância em relação às alegações finais que V. Exª apresentou em relação ao mensalão; por dever de justiça e compromisso partidário, quero fazê-lo. Acho que... Na verdade, ali é um caso, como já foi dito, de crime eleitoral. Não entendo que haja os diversos aspectos que foram co-

locados, mas respeito a posição de V. Exª, e respeito, acima de tudo, sua atitude de, à frente da Procuradoria-Geral da República, não ter cedido a essa tentação midiática de se autopromover, e aqui nos vamos apoiá-lo, com a certeza de que V. Exª estará à altura do reconhecimento do Senado Federal e do Governo, que, por intermédio da Presidenta Dilma Rousseff, trouxe a indicação de V. Exª.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Concedo a palavra ao próximo Senador inscrito, o Senador Pedro Simon.

Tem a palavra V. Exª, Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Sr. Presidente, eu quero dizer que tenho uma admiração muito grande pelo Procurador Gurgel. Aliás, eu quero fazer uma manifestação que eu venho fazendo há muito tempo: se é um setor pelo qual eu tenho o maior respeito é a Procuradoria-Geral da República na administração do PT.

Eu venho de mágoas profundas que eu tinha na administração do Procurador-Geral que, durante oito anos, ficou nas administrações anteriores. Aliás, a gente o chamava não de procurador, mas de engavetador-geral da República. Eu tinha mágoa profunda, porque ele ficava com os projetos, os processos, os projetos na gaveta, não arquivava, não denunciava, não fazia nada. Inclusive, os assuntos mais importantes de CPI, e na época em que a CPI funcionava aqui no Senado, e ela funcionou durante muito tempo, hoje é difícil, as denúncias ficaram todas paradas na gaveta do Sr. Brindeiro.

Eu sou um admirador, e sou irmão, porque o Procurador Fontelles é franciscano que nem eu, acho que ele teve uma decisão, uma capacidade fora do comum. Acho que o Antônio Fernandes seguiu no mesmo caminho, e o Procurador Gurgel está seguindo no mesmo caminho. Eu acho que se há um setor ao qual devamos respeito é o setor da Procuradoria; é tão interessante, é tão positiva a Procuradoria, que se nós repararmos os parlamentares que foram mais firmes nas perguntas foram os dois procuradores que são os dois melhores senadores que nós temos, o de Goiás e o de Mato Grosso. É uma demonstração de independência. Reparem como a coisa funciona.

Eu assisti aqui o que disse aqui o Luiz Henrique, que sai a manchete e o cidadão é denunciado, condenado e fica por isso mesmo, porque ele não tem mais como se refazer. Mas eu não vi aqui hoje, nesta reunião, uma questão de um lado que é estranho que ninguém tenha feito a pergunta ao Procurador Geral da República. Tudo isso acontece, mas a coisa mais séria que houve neste País se chama a impunidade. Eu diria que a corrupção, as imoralidades, tudo o que está acontecendo aí só tem um motivo: a impunidade. Eu disse mil vezes, e repito aqui, que no Brasil só vai para a cadeia ladrão de galinha. Quando é um banqueiro o Presidente do Supremo manda soltar; e quando o procurador vai lá e prova e mandar prender de novo, provando ali que o cara recebeu um milhão, o homem de confiança do banqueiro, o Presidente do Supremo Tribunal Federal manda soltar de novo. Em termos de impunidade, qual é o pensamento de V. Exª? Eu estou achando, agora, que o Presidente do Supremo está com uma tese realmente muito importante, que foi o que nós fizemos com o Ficha Limpa; o Ficha Limpa foi um gesto de coragem do Congresso, porque muita gente votou o Ficha Limpa à revelia do seu interesse; muitos dos que votaram o Ficha Limpa, e o Senado aprovou por unanimidade, e a Câmara por uma imensa maioria, foi a pressão popular; foi a OAB, a CNBB, com um milhão de assinaturas que levou o Congresso a votar aquilo.

Agora, vem o Presidente do Supremo e baseado nisso diz: a questão da impunidade no Brasil é que enquanto no mundo inteiro, nos grandes países, são duas instâncias e no Brasil são cinco ou seis.

Então, a prescrição chega antes; vai, vem, condena uma vez, condena duas vezes, condena três vezes, a pessoa a que o ilustre Líder do Governo se referiu, que apresentou um projeto, ele já foi condenado quarenta vezes! Mas em nenhuma vez chegou ao ponto de ser atingido pela prescrição. Então, a proposta que ele apresenta deve ser analisada com profundidade. Ele não diz, mas as pessoas estão interpretando: mas não, é condenado uma vez, uma segunda vez e pronto, não tem mais recurso? Não, continua igual, os recursos continuam iguais; um, dois, três, quatro, cinco, seis. A questão é que, na segunda vez, se se apresentar como candidato ele não pode ser candidato. Ele vai para a cadeia e responde preso. É o inverso do que está acontecendo hoje. Hoje, qualquer político importante, qualquer cidadão de colarinho branco, rico, que está sendo processado, não pega um grande advogado de defesa, competente, que vai absolver. Nenhum está pensando em ser absolvido. Ele pega um advogado competente e malandro e empurra o processo. Que ele entenda do processual, de chincana, para levar que o negócio vá adiante, vá adiante e vá adiante!

Se mudar a questão, se de repente acontece isso... Quer dizer, eu Pedro Simon condenado, processado, vou correr para exigir que eu seja julgado. Vai ser o inverso: vai ser a sociedade toda cobrando.

Então, o que diz o Luiz Henrique? Que o cidadão que aparece em manchete, que roubou, e não sei o que e não sei mais o que, e nunca mais acon-

tece nada, ele não é condenado, mas também não é absolvido. Perante a imagem da sociedade, ele já foi condenado. Agora, se ele souber que, condenado em segunda instância, ele vai para a cadeia ou não pode ser candidato, ele vai pegar um advogado que vai brigar, lutar para defendê-lo. E aí ele, como todos nós, vai cobrar de V. Exª Sr. Procurador, dos Tribunais, do Supremo, que decidam a questão. E me desculpe a sinceridade, eu não entendi por que tantos Senadores, todos melhores do que eu, com tanta competência, não tocaram neste assunto. O resto é correto. Quando o ilustre Líder do Governo conta, o que ele conta é um fato absurdo que aconteceu. E acontece todos os dias.

Mas o problema do Brasil, eu lhe digo com toda a sinceridade, é a impunidade. Pode até ser demitido, pode acontecer o que tem que acontecer, mas devolver o dinheiro, ninguém devolve. Ir para a cadeia não vai ninguém.

De resto, eu sou o seu admirador.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Pedro Simon.

Concedo a palavra, pela ordem de inscrição, ao Senador Mário Couto.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente, meu nobre Procurador Geral da República Roberto Monteiro Gurgel:

Meu nobre Procurador, eu não faço parte desta Comissão. Tenho apenas o direito, como Senador, de poder participar deste momento. Poucas vezes participei de sabatina neste Congresso Nacional.

A primeira que participei eu tive uma decepção muito grande, e então prometi a mim mesmo que eu não viria mais a nenhuma arguição. Depois, houve a arguição de uma pessoa que sou fã, que é o Ministro Gilmar. Aí eu quebrei a promessa minha de não vir mais. Agora é V. Exª, e torno a quebrar a minha promessa. Porque a vontade foi enorme de vir participar deste momento,

Existem momentos que me envergonho, neste Senado. Quando arguí o Presidente do Dnit nesta Casa, eu disse que jamais eu participaria de alguma arguição. Agora, meu nobre Procurador, pela aparência própria do homem, já se desenhava um desastre. E eu fui voto vencido, me retirei desta Comissão. E há momentos brilhantes, como a sua sabatina. É um momento brilhante para este Senado. Pela pessoa que está sendo sabatinada, pelo caráter da pessoa que está sendo sabatinada, pela brilhante atuação da pessoa que está sendo sabatinada, tudo isso me motivou para vir a esta sabatina.

Apenas vim para dizer da minha simpatia e da minha admiração por V. Exª. Mas vim, sobretudo, fazer uma observação e um pedido a V. Exª. Uma observação com um pedido: não deixe jamais que a política interfira nas decisões do Ministério Público, meu grande Procurador-Geral da República, nunca deixe.

Vou lhe contar um fato rápido, tenho pouco tempo. Sou oposição nesta Casa e faço uma dura oposição. Todos os meus pares sabem disso e me conhecem, conhecem o meu perfil. Não deixo passar um dia sem ir à tribuna deste Senado fazer as minhas considerações que acho justas. Como Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Pará, meu nobre Procurador, demiti a esposa de um Promotor, por recomendação do Ministério Público Estadual, que me recomendou não deixar na administração que presidia nenhum contratado temporário. E ela tinha um contrato temporário.

A partir daí, este Promotor comete vários gestos, tentando – vamos usar uma palavra forte – tentando a forra, se pensa ele assim por teu ter demitido a sua esposa. Recorreu à justiça, procurou uma juíza que até presa já tinha sido, que respondia por vários processos para reintegrar a sua esposa. E eu não reintegrei. E hoje ele deixa o meu nome por três meses nos jornais acusando-me de coisas que, nem ele, com tanta vontade de provar não consegue. Por isso, peço a V. Exª não deixe entrar no Ministério Público. Esse é um pedido de um Senador da República que sente na carne o que sentiu o Senador Humberto. Não na intensidade que sentiu o Senador, porque eu ainda não fui denunciado e não vou ser, porque nada tenho na minha vida. A minha vida é aberta. Eu digo todos os dias na tribuna deste Senado: a minha vida está aberta àqueles que eu critico, porque a minha crítica eu ponho no meu pensamento, são críticas honestas. Não critico ninguém, absolutamente ninguém, sem ter um conteúdo que eu possa ter certeza do que estou falando.

Mais uma vez parabenizo a atuação de V. Exª. Tenho certeza de que o Ministério Público se orgulha de ter um Procurador-Geral com V. Exª com caráter, sóbrio, honesto, sério, capaz que orgulha a nação brasileira. Meus parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Anibal Diniz.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Temos quantos Senadores inscritos, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Aníbal Diniz, Senador Vital do Rêgo.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, Exmº Sr. Procurador-Geral da República, Roberto Gurgel, a recondução de V. Exª ao posto de Procurador-Geral da República para chefiar o Ministério Público Federal e o Ministério Público da União é, para

mim, uma prova inequívoca do espírito republicano da nossa Presidente Dilma Rousseff.

A exposição de V. Exª nesta Comissão de Constituição e Justiça não deixa dúvida de sua capacidade técnica e jurídica. A sua trajetória também grande habilidade política, prova máxima foi o senhor figurar na lista apresentada à Presidenta Dilma como a pessoa mais votada entre os seus pares. O que eu quero dizer neste momento é que a decisão da Presidenta Dilma em tê-lo reconduzido é uma decisão que certamente conta com o apoio da bancada do Partido dos Trabalhadores aqui no Senado.

Hoje, pela manhã, vi, em alguns veículos de comunicação, uma informação maldosa, que dizia que havia uma rebelião da bancada do Partido dos Trabalhadores no sentido de criar dificuldade para a sua recondução. Como Senador da República e integrante do Partido dos Trabalhadores, com a mesma independência que o Ministério Público também tem para tomar as suas decisões, estou aqui para afirmar que a bancada do Partido dos Trabalhadores está absolutamente afinada com as decisões da Presidenta Dilma Rousseff. Ela a tomou democraticamente e seguindo o resultado que o apontou como o mais votado entre os membros do Ministério Público integrantes da lista. Nós também, do Partido dos Trabalhadores, assinamos embaixo do que a Presidenta Dilma assinou.

Queremos manifestar o apoio a V. Exª e dizer que ficamos na torcida para que V. Exª tenha sucesso em sua missão à frente da Procuradoria-Geral da República. Faço apenas uma observação, levando em conta principalmente a exposição do meu líder, Senador Humberto Costa: que nós também enfrentamos esse problema no Estado do Acre. O Senador Jorge Viana não está aqui presente, porque teve que viajar. Mas é muito importante que a gente faça esse reconhecimento também.

A missão de V. Exª não é não deixar que a política entre no Ministério Público, mas trabalhar para, na medida do possível, tirar a política de dentro do Ministério Público. A política é transparente, franca e aberta entre adversários. Agora, quando alguém que deve se colocar na condição de magistrado se coloca a favor de um lado ou de outro, desequilibra, fica desigual e, dessa forma, fica muito difícil fazer política. Nós somos testemunhas de que, no Estado do Acre, o Ministério Público Federal tem adotado postura partidária, tem criado dificuldades permanentemente no sentido de legitimar falsas denúncias e criar situações de dificuldade.

Eu diria que V. Exª pode prestar um grande serviço para o Brasil se somar esforços juntamente com o Conselho Nacional do Ministério Público no sentido de tentar tirar, cada vez mais, essas posturas político-partidárias de dentro do Ministério Público, para que possamos fazer política entre os agentes da política. Quem quer fazer política, deve fazer como o Procurador Pedro Taques, que se submeteu a uma eleição e hoje está aqui como Senador da República. Se tem mais procuradores da República interessados em disputar mandatos, venham para o campo aberto da política, mas ficar escondido na toga de um procurador da República fazendo política para criar dificuldade para os outros realmente é muito desleal, e o Brasil e a política perdem muito com isso.

Era isso, Sr. Procurador. Muito boa sorte em sua missão. Pode ficar certo de que a bancada do Partido dos Trabalhadores está aqui para assinar a nomeação da Presidenta Dilma e votar em V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Vital do Rêgo.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Como se diz na linguagem jurídica, por economia processual e em razão de todos os oradores que me antecederam, externadas todas as suas preocupações, falado um pouco sobre a história e a carreira desse meio potiguar meio cearense – aí perto do senhor ele está mais cearense, no caso, mas segundo o Pimentel, ele é meio potiguar meio cearense, por ter nascido na divisa entre o Ceará e o Rio Grande do Norte...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pimentel vai puxar para o Piauí.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Termina puxando para o Piauí.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Termina puxando para o Piauí.

Digo ao Dr. Procurador Roberto Gurgel, sem querer invadir seus sentimentos e o âmago de suas emoções, que, talvez, hoje seja o dia de maior realização profissional da sua brilhante carreira.

A segunda sabatina é sempre pior do que a primeira. Na primeira, o senhor vem aqui cheio de ideias, trazendo para o Congresso uma série de mensagens; na segunda, o senhor vem aqui para ser cobrado pelo que fez, pelos atos que tomou, pelas decisões e pareceres que proferiu. E, hoje, o senhor está vendo aqui uma verdadeira consagração.

Pela manhã, eu dizia ao senhor que guardo uma herança que recebi de meu pai. É uma admiração jurídica por um dos maiores juristas que conheci, Vital do Rêgo. E disse que, ao longo da minha vida pública, eu via, ouvia e lia decisões e relatos de V. Exª. Hoje, saio daqui com a convicção de que a Presidenta Dilma, dentro de um critério republicano, escolheu o certo.

E o senhor, certamente, levará daqui uma lição que marca este Parlamento.

As decisões que o senhor tomou e as posições que o senhor assumiu – três casos foram citados aqui de forma emblemática – agradam ou desagradam, mas nelas o senhor, coerentemente, defendeu suas convicções. Mas uma delas, não as três, parecia unânime. Quero chamá-las na expressão da indignação do Líder Humberto e da serenidade de Luiz Henrique. Procurador-Geral, a ser reconduzido ao cargo, com a unanimidade dos nossos votos, espero, recolha essas duas manifestações como emblemáticas para o caminhar de V. Exª nesse segundo mandato. Recolha essas manifestações, porque elas traduzem o sentimento desta Casa supra e pluripartidária.

Era o que eu tinha a dizer a V. Exª, renovando minha confiança, renovando meu respeito e honrando a herança que recebi de meu pai.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Demóstenes.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – A pedido do Partido, primeiro, quero endossar as palavras do Senador Humberto Costa e do Senador Luiz Henrique. V. Exª viu que há uma mágoa da classe política não em relação ao Ministério Público, mas em relação aos abusos do Ministério Público. Então, V. Exª, que vai continuar à frente da Procuradoria e da Presidência do Conselho, tem um papel extraordinário para evitar, inclusive, retaliações no futuro à instituição do Ministério Público, o que não pode acontecer. O Ministério Público é uma instituição republicana, é uma instituição séria, mas alguns, realmente, acabam fazendo com que a maioria seja maculada na sua imagem.

Lembro que um parlamentar extremamente respeitado, ex-Presidente da Câmara, Aldo Rebelo, andava com uma petição inicial de uma ação civil pública que teve origem numa brincadeira que fizeram com um promotor de justiça. Pegaram um jornal e falaram: "Ele denuncia com o que sair no jornal, ou ele entra com a ação". E pegaram uma manchete de jornal, dizendo "há cinquenta anos". E cortaram a manchete "há cinquenta anos", levaram para ele, e ele entrou com uma ação civil. São esses os abusos. Esse é um exemplo só.

Eu ainda pertenço aos quadros do Ministério Público, estou licenciado. Entrei lá antes de 1988, e o Pedro saiu da instituição para ser candidato. Mas fica difícil defender a instituição à medida que os abusos se avolumam. E os exemplos são cotidianos. Então, se houver um abuso, como diz o Senador Pedro Simon, não só nessa área, tem de haver uma reprimenda, porque senão o Conselho Nacional perde essa função também de incorreção – se não funcionar a corregedoria no Estado. Então, é preciso deixar claro isso. Eu venho dizendo, há muito tempo, a muitos da instituição, que não é fácil defender o Ministério Público dos seus abusos; das suas virtudes, sim, o Ministério Público que defende o consumidor, defende o meio ambiente, que propugna contra a impunidade, mas, Sr. Procurador-Geral, não é fácil quando os abusos se avolumam de uma forma tão gritante.

Em nome do partido, quero dizer a V. Exª que, ontem, nós nos reunimos, também com vários do PSDB, e nós vamos votar em V. Exª. Nós entendemos que as qualidade de V. Exª são muito maiores que os seus eventuais defeitos. Não concordamos com algumas posições; elas foram expostas honestamente, e V. Exª também respondeu a todas bravamente, segundo as suas convicções. Não nos convenceu em muitas e nos convenceu em outras; isso faz parte da democracia. Então, nós vamos votar em V. Exª. Eu, especialmente, farei...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE. *Fazendo soar a campainha.*) – Daqui a pouquinho, Senador. Daqui a pouquinho.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – só porque saiu uma nota a esse respeito. Então, estou deixando claro. Como a votação é secreta, às vezes se mente, mas não é o meu caso. V. Exª poderá contar seguramente com o meu voto...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Não terei a menor dúvida. V. Exª já expressou o seu voto, embora sendo secreto.

Ainda temos inscritos o Senador Benedito de Lira, o Senador Petecão e, por último, o Senador Magno Malta, para iniciarmos a votação. Aliás, para dar a palavra ao Procurador e, depois, iniciarmos a votação.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Sr. Presidente, pela ordem. Inscreva-me, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Com a palavra o Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Sr. Presidente, eu vou ser muito rápido.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, Senador Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Um minutinho. É apenas para pedir a minha inscrição.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O Senador Benedito de Lira tem a palavra.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Sr. Procurador, imaginava que eu fosse o último inscrito, mas serei sucinto.

Todos nós que aqui estamos somos oriundos de um processo eleitoral, assim como V. Exª, Dr. Gurgel.

Eu lhe dizia ontem que a primeira disputa tem um sabor, a segunda disputa tem uma outra vigência. E, na segunda disputa de que participou para Procurador-Geral da República, o senhor teve a maioria dos votos de seus companheiros, o que significa dizer que o seu trabalho teve a aprovação, primeiro, da sua categoria. Em segundo lugar, a aprovação da sociedade brasileira, pelo seu comportamento no exercício do cargo relevante de Procurador-Geral da República.

Queria cumprimentá-lo como Senador da República e dizer que tenho a honra e o privilégio de participar desta sabatina como membro suplente desta Comissão. Nesta oportunidade, também quero trazer a manifestação do Senador Dornelles, que se encontra viajando e que foi relator do seu processo. S. Exª mandou avisá-lo que se sente feliz, dignificado e honrado como brasileiro pela sua continuidade no Ministério Público.

Eu queria, nesta oportunidade, dizer a V. Exª que o meu partido, o PP, Partido Progressista, também manifesta o apoio incondicional a sua indicação. O senhor vai contar com o nosso apoio, o apoio do partido, para que V. Exª possa continuar à frente do Ministério Público Federal, fazendo o trabalho que tem realizado. O senhor vai levar para sua reflexão as manifestações, as mais diversificadas, do Senado Federal, dos representantes dos Estados brasileiros, daquilo que, na verdade, é o dia a dia que nós vivemos nas nossas atividades, o que o senhor ouviu do Senador Humberto, do Senador Luiz Henrique, do Senador Pedro Simon. Como disse o Senador Vital do Rêgo. E é evidente que isto é importante para que possamos amanhã ter o Ministério Público sem que ele utilize de pirotecnia para o exercício da sua atividade, porque ele não precisa disso.

Quero cumprimentá-lo, e muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Concedo a palavra ao Senador Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PMN – AC) – Presidente Eunício, eu queria saudar o Dr. Roberto Gurgel e dizer da satisfação de ter esta oportunidade de viver este momento desta sabatina. Eu tive o prazer de recebê-lo em meu gabinete, e, para mim, foi uma honra muito grande. Eu confesso que, quando falavam em Roberto Gurgel, eu tremia todinho, mas é uma pessoa de uma humildade tão grande que ontem, no meu gabinete, eu pude comprovar isso.

Mas, Dr. Gurgel, o meu depoimento é no sentido de fazer um apelo: eu acho que o Ministério Público no meu Estado – vou falar pelo meu Estado – tem cumprido um papel importante, mas muito importante mesmo. O Ministério Público Federal do meu Estado tem sido o porto seguro. É onde as pessoas menos favorecidas, seja da política, seja do meio ambiente, graças a Deus, podem dizer que têm uma garantia de que seus direitos serão respeitados. Porque às vezes é muito fácil. Esse Ministério Público que algumas pessoas criticam hoje é o mesmo Ministério Público que, há tão pouco tempo atrás, era elogiado. Estou falando pelo meu Estado.

E eu quero lhe dar um depoimento aqui. Eu estava no Projeto Moreno Maia. É um projeto de assentamento que temos lá no nosso Estado. E ouvi um depoimento de um pequeno produtor em que ele me perguntava: "Petecão, que é esse tal de Ministério Público que chegou agora no Acre e que está corrigindo e está tentando fazer valer a vontade do povo do Acre?"

Então, o meu pedido é no sentido de fortalecer mais essas estruturas que estão no Estado. E aqui, se eu errar algum nome, perdoe-me: na pessoa do Procurador Paulo Henrique, do Procurador Anselmo, do Procurador Ricardo e do Procurador Fernando Piazenski. São as pessoas que estão lá no meu Estado.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Aproveite e leve uma ficha de filiação para eles também, Senador Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PMN – AC) – Por isso é que tem essas coisas. Lá no Acre, a instituição nem respeita as pessoas. É por isso que estou aqui fazendo referência às pessoas, porque essas pessoas do Ministério Público do meu Estado, há tão pouco tempo, eram elogiadas, e hoje, porque tomam posturas corretas, posturas sinceras, aí você tem que se deparar com situações como essa.

As pessoas não respeitam, Procurador. É por isso que eu queria lhe parabenizar e queria depositar toda a minha confiança no senhor. Que o senhor continue esse trabalho, porque o Ministério Público do meu Estado é um dos poucos portos seguros que a população do Acre tem.

Obrigado, Procurador.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Concedo a palavra aos dois últimos oradores inscritos agora, o Senador Magno Malta e o Senador Marcelo Crivella. Em seguida, não vou mais fazer inscrições e vou dar a palavra ao Procurador, para responder aos questionamentos.

Tem a palavra V. Exª, Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Senador Eunício, Procurador Roberto Gurgel, todas as vezes em que tenho oportunidade de participar de um debate ou de presenciar alguém que está sendo inquirido aqui, eu me reservo tão-somente para fazer comentários ao final de tudo, até por conta de não ter pleno conhecimento jurídico, de ser indouto juridicamente e de não

ter disponibilidade para ler coisa decorada de que não tenho conhecimento, e até com medo de "pagar mico", porque sou frouxo para "pagar mico". Assim, reservo-me a fazer comentários, porque o sujeito que vem a ser sabatinado aqui pode mentir do jeito que ele quiser. Você pergunta, ele conta a lorota dele, é aprovado, vai embora e, chegando lá, faz de outro jeito. Então, o sujeito não vai mudar sentado aqui. É importante que você o conheça, para fazer considerações e dar um voto consciente a quem você conhece.

E todo mundo que vem ser sabatinado aqui, primeiro, faço uma pesquisa minha, ele já senta aí e sei quem é ele. Ele não precisa dizer que é bom, que é ruim, que vai fazer ou que não vai, porque se a gente analisa alguém, você pode não conhecer na profundidade, mas como diz o próprio Ministério Público, em havendo indícios você avalia se é bom ou não é.

Eu vim para esta Câmara de Deputados, o Procurador Geral era o Brindeiro. E quando eu vejo algumas pessoas que já tinham mandato na época de Brindeiro tentando apertar o senhor, eles se esqueceram quem era o Brindeiro. Quem conheceu da época de Brindeiro para cá o engavetador-mor da República sabe que o Ministério Público melhorou muito. De lá para cá se purificou bastante. A prova mais contundente é a sua reeleição.

A Bíblia diz que o segundo estágio é pior que o primeiro. Diziam os mais experientes aqui que o sujeito, quando vinha pela primeira vez cheio de idéias, com teses para colocar, é até meio simples para quem tem a capacidade de falar e tem o conhecimento. Mas, num segundo momento já não é. Mas já dizia a experiência que o primeiro mandato é sempre brilhante, do governador, do prefeito, está empolgado. No segundo mandato... a pior coisa que fizeram foi a reeleição, o cara afrouxa, larga para lá, começa a acordar 10 horas; o segundo mandato é sempre pior. E V. Exª... Luiz Henrique diz que não apóia não. Mas toda regra tem exceção, não é Luiz?

Então, eu queria fazer uma colocação, que é uma tese que já foi posta. Eu estou operado do joelho e estava assistindo V. Exª pela televisão e ouvi quase todos. O Ministério Público é uma instituição tão necessária, tão importante, e eu sei disso. Eu presidi duas grandes CPIs: a CPI do Narcotráfico e a CPI da Pedofilia, que tiveram resultados fortes para o País. Mas aonde fui me cercar? No Ministério Público. Na CPI do Narcotráfico, se não fosse o José Francisco, se não fosse o Santoro, Renato Albo, do meu Estado – o meu Estado deve uma estátua ao Ronaldo Albo –, que enfrentou de frente o crime organizado no meu Estado no momento mais doloroso do meu Estado. Fui atrás do Conamp, Ministério Público Estadual, que nunca me faltou nesses momentos. Eu fico pensando isso, e já discuti isso com o Presidente da Conamp, com quem eu posso discutir; já discuti isso com o Demóstenes, com o Pedro Taques; e já tive até a oportunidade de fazer esse registro a V. Exª. O Ministério Público, realmente, precisa ter muito cuidado...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – ...com aqueles que não tem natureza de Ministério Público e que são concurseiros, tipo fez concurso para os Correios e não passou; fez concurso para a Caixa, perdeu; fez concurso para a Polícia Militar, não deu; fez concurso para o Ministério Público, deu sorte, e passou. Ele nem tem coragem para ser promotor, nem tem conteúdo para ser promotor, mas se vale de promotorias do interior para atacar a honra de quem faz vida pública. Tipo: promotor na cidade do interior é o bicho; o prefeito, só de ouvir o nome dele, dá alegria nas pernas, se treme todo. Ganhou eleição com voto, mas o promotor marcou uma reunião com o secretário de turismo as 15 horas; quem marca a reunião é ele; entra porta adentro, toma documento, faz o que quer, dá entrevista para a mídia local, não tem coragem de ouvir um grito no pé do ouvido. Sabe o que acontece, abre um procedimento. Choveu, caiu o muro da creche. O promotor dá ao prefeito 24 horas para refazer. Mas não tem como refazer em 24 horas, Sr. Promotor! Pelo amor de Deus!

Então, eu lhe processo.

Aí o homem vai e faz. Ele toma o segundo processo, porque nem fez licitação e porque... Toma dois processos por cima da cara: um, porque não deu tempo para fazer; outro, porque fez sem licitação.

Então, o que acontece é que é preciso que nós tenhamos condições e comecemos a alertar. A melhor coisa que aconteceu foi o Conselho Nacional do Ministério Público, é dizer para esses homens que vão para a rua... O sujeito é um médico, o sujeito é um padre, um estudante, um jovem qualquer, que se arvora ser prefeito do seu município. Disputa uma eleição, vai para a rua, é apupado pelo povo; ganha a eleição e, depois, chega um promotorzinho, que acabou de ser promovido para a comarca, é o substituto e vira o satanás prá cima dele. Esse sujeito que era um médico respeitado, pediatra, que todo mundo ama na cidade, ou aquele farmacêutico que o povo só confia nele, lá no interior, com quatro anos é bandido. Por que ele é bandido? Porque o Ministério Público age na provocação e esses promotores não sabem separar o que é provocação politiqueira de quem quer prejudicar o outro, do que é coisa séria. Há que entender o Ministério Público que a figura do promotor é para ajudar a sociedade bem;

é sentar com o prefeito, com o governador e dizer assim: o que está acontecendo nessa área aqui? Como podemos acertar isso aqui? Antes de ir para a mídia e dizer que vai abrir um procedimento, porque procedimento dele... Ele provocado, abre um procedimento; o procedimento vira um processo e, depois de quatro anos, ele é ficha suja, sem nunca ter cometido um crime, sem nunca ter sido preso, e não pode ir para uma eleição. E, depois, vira coisa podre para os filhos, para os netos. Toda vez a televisão diz: o fulano não disputa mais não, é ficha suja, é ficha suja!

Então é o seguinte: o Ministério Público ganhou uma animosidade... E eu quero dizer uma coisa aqui: eu não sei como é que colocaram uma emenda do Paulo Maluf que eu penso que só não foi aprovada porque foi ele quem fez. Com todo o respeito, é verdade, porque o próprio Ministério Público quando vem pedir para as pessoas não serem votadas, ele evoca esse argumento. Mas nós não cederemos a isso, porque nós conhecemos a importância. Eu penso nos quadros do Ministério Público como os da Polícia Federal. Em concurso para a Polícia Federal, o cara deveria ser testado, primeiro, na vocação. Ele tem que passar seis meses na fronteira para, depois, fazer a prova teórica, para saber se ele quer ou se ele não quer; é igual no BOPE. Mas, primeiro, ele sai da faculdade. Com 23 anos de idade, com curso de Direito, faz uma prova e vira delegado e vai dar ordem a um agente que tem 20 anos que está na rua. Aí manda ele para a fronteira, então a mãe e o pai, que diz que político é tudo safado, vêm no gabinete dizer: "Senador, não dá para o senhor transferir o meu filho?" E o filho da senhora trabalha onde? "O meu filho está em Tabatinga e lá é muito perigoso". Mas o seu filho trabalha em que? "Ele é delegado federal". Mas ele não sabia que esse "trem" é perigoso? Por que ele não foi para os Correios?

Então é para saber o seguinte: o sujeito tem que ter vocação. E o que nós temos que orientar? Orientar os prefeitos, os governadores, os homens públicos de irem ao Conselho Nacional do Ministério Público contra o promotor. Se você vai constituir um advogado, faz ele constituir também; se você vai ficar sem dormir, deixa ele sem dormir também. Mas eu vou lá dizer e provar que foi você quem mandou abrir esse procedimento. Ora, o homem de bem tem que se defender dessa forma.

Sr. Presidente, por que eu estou fazendo esse argumento? Porque eu não tenho nada para lhe perguntar, pois se o senhor é um homem que pesquisa, que examina para sentenciar ou não, para denunciar ou não, antes de chegar aqui eu já sabia quem era o senhor. E eu que experimentei dias de Brindeiro, sei que o senhor é bom demais para ser reconduzido. E a Presidente Dilma, novamente, presenteia a sociedade. V. Exª viu como foi exposto por causa do caso Palocci? Mas o homem tem que ter dignidade, escopo, coragem para tomar posição, com base no que ele tem, com base no que está escrito.

Quando você pega um ministro de tribunal superior que escreve que a decisão dele é baseada na voz da rua, esse homem não serve para estar em tribunal superior. Ele tem que decidir com base no que está nos autos. Aliás, no Supremo tem que ser assim, porque eles estão lá para interpretar a Constituição: não é para acrescentar e nem para tirar, porque a Bíblia diz: seja anátema aquele que acrescenta uma vírgula ou tira uma vírgula.

Então, por isso, eu conheço o senhor, fiz a minha pesquisa particular; não vim lhe perguntar nada, porque já senti o linguajar e não tenho nada para lhe perguntar. Mas sou um homem que faz vida pública e me revolto com a injustiça – e acho que é isto que me move para a vida: ter sede de justiça! De ver homens de bem que se sacrificaram, aliás, homens que têm história. E têm alguns que eu nem morro de amores porque são tão arrogantes, mas que escreveram a história lá atrás, que pegaram em armas, que enfrentaram a ditadura para ver um país livre; para que eu, filho de faxineira lá do interior da Bahia, tivesse a condição de virar Senador e estar agora falando com o senhor, Procurador da República. Mas alguém pagou um preço lá atrás. E hoje estão saindo pela porta do fundo, porque foram, de maneira suja, vilipendiados e enlameados pela irresponsabilidade de promotores.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Para concluir, Senador.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Não, mas eu sou do Ministério Público e posso falar duas vezes também. Igual ao Demóstenes. (*Risos*.) Eu fui nomeado lá na Assembleia de Pernambuco.

Vou encerrar, Sr. Presidente.

Meu procurador, os meus respeitos. Parabéns pela sua posição! E eu não morro de amores pelo Palocci não, porque eu não gosto de gente arrogante. Salomão escreveu que "a arrogância precede a ruína". Mas o senhor foi muito certo na decisão que tomou sobre ele, porque um homem na sua posição tem que ter coragem para tomar a posição pelo certo.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Último orador inscrito. Concedo a palavra ao Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Sr. Presidente, eu não poderia deixar de vir aqui à reunião, mas quero ser muito breve para trazer uma palavra do meu partido de solidariedade.

O Sr. Procurador-Geral da República é notória, essa Comissão já se fez ouvida exerceu um mandato irreparável. Tomou V. Exª as posições que tinha que tomar, teve o aplauso da sua consciência e de nós dentro cada um de suas posições partidárias, mas nunca faltou a V Exª a coragem de decidir. Como o Senador Magno disse V. Exª não é conhecido nem chamado pelo povo como o engavetador-geral da República. V. Exª não engaveta nada, decide de acordo com os critérios de sua consciência. Agora, como todos, ao terminar, eu peço a V. Exª, embora não haja hierarquia no Ministério Público, que se atenha a esses excessos. Agora mesmo, domingo, saiu na capa da *Folha de S.Paulo* que lida por um homem da rua ou uma dona de casa desprevenida traz um desalento tremendo a todos nós, porque por esta notícia parece que há um desmoronamento moral na instituição mais sagrada, sem a qual nem haveria Brasil e que escreveu com patriotismo, jamais desmentidas, as histórias mais lindas da nossa evolução política – o Exército brasileiro – e ali dentro vê-se que o comandante do Exército e os generais que foram ali tachados como corruptos no infográfico, não tem absolutamente nenhuma culpa formada. Sem sombra de dúvida, Sr. Procurador, é necessário que os jovens no fanatismo de acusar não se tornem energúmenos, blindados aos apelos da óbvias razões e verificar que chefes supremos de uma força, pela natureza da hierarquia, e até pelo organograma, não se envolvem em decisões pequenas. Aliás, o comandante do Exército, na época em que era major fazia concorrência, mas não faz como general. E se não cometeu ilícitos na época em que tinha os processos na mão, não o fará depois como chefe supremo da força. Então, essas coisas agridem a gente. Porque os valores maiores de uma nação repousam sobre o ânimo dos cidadãos, pela esperança que eles nutrem no sucesso do seu próprio futuro. E é triste quando vemos as pessoas desalentadas dizerem que este País é feito de ladrões, até o Exército tem sete generais envolvidos em corrupção. Quem pode dimensionar o dano ao moral da Pátria ao espírito da Nação notícias como essa? É uma tristeza! Homens que passaram 45 anos numa carreira militar e só ocuparam os cargos que tiveram, porque suportaram com idealismo, com renúncias com abnegação. Os esforços foram avaliados em todas as ocasiões por todos os chefes, nos atributos morais e intelectuais para, no final da vida, sofrerem um vexame desse. Imaginem um comandante do Exército acordar, domingo pela manhã, e ver a sua fotografia no jornal envolvida em notícias desse tipo. Lamento. Peço a V. Exª com a sensibilidade que tem de um homem de bem. Tem certas coisas que clamam aos céus e aos homens de boa vontade. É óbvio! Sete generais vão fazer um conluio para assaltar o Estado, formar uma quadrilha para assaltar o País! Isso não existe.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha)

Desculpe-me, Presidente, extravasar aqui as minhas emoções.

Peço que V. Exª leve essa nossa preocupação. Quem sabe com a lucidez, com a paz, com a calma, com a temperança de V. Exª possamos ter um Ministério Público atuante, valente, bravo, mas, sobretudo, justo e humano.

Deus abençoe V. Exª e conte com o nosso voto.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado Senador Crivella.

Sr. Roberto Monteiro, V. Exª está há tanto tempo sentado, aqui, consulto a V. Exª se antes de fazer o arrazoado da resposta e depois da votação, se V. Exª não deseja ir até à sala da Presidência, fazer uma pausa.

(manifestações paralelas fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Retornando aos nossos trabalhos, concedo a palavra ao Dr. Roberto Monteiro Gurgel Santos para responder os questionamentos dos Srs. Senadores e, em seguida, sobre a mesa se encontram as cédulas devidamente rubricadas pela Presidência, daremos início à votação, tão logo S. Exª, o Procurador, conclua as respostas aos Srs. Senadores.

Tem a palavra V. Exª, Dr. Roberto Gurgel.

O SR. ROBERTO MONTEIRO GURGEL SANTOS – Muito obrigado, Presidente. Agradeço a compreensão e a sensibilidade de V. Exª.

Bom, temos aqui as indagações de diversos eminentes Senadores. Começo pela considerações feitas pelo eminente Senador Randolfe Rodrigues.

Em primeiro lugar, é comum o gosto não apenas pela instituição, que todos temos que comungar, mas o gosto pela palavra república. É extremamente feliz que os membros do Ministério Público Federal sejam chamados de procuradores da República e que o chefe da instituição seja o procurador-geral da República. Em mais de uma oportunidade, no Supremo Tribunal Federal, cito um dos episódios, no caso, a Lei Complementar nº 135, a Lei da Ficha Lima, tive a oportunidade de dizer que a atuação do procurador-geral em defesa da validade, da plena aplicação daquela lei, traduzia, antes de mais nada, o respeito e a homenagem ao próprio nome do cargo ocupado pelo procurador-geral. Então, como V. Exª, eu tenho essa coisa da república.

Realmente, o Ministério Público – V. Exª apontou muito bem – renasce com a Constituição Federal, depois com a Lei Complementar nº 75. Na escolha do Procurador-Geral da República, como eu já disse an-

tes, sem dúvida alguma, deveria ter sido formalizada, deveria ter sido introduzida na Constituição a previsão da lista tríplice, como, aliás, foi postulado durante a Assembleia Nacional Constituinte.

Senador, uma das áreas em que efetivamente atuamos com mais intensidade é precisamente a defesa do patrimônio público. Mas, no nosso País, tamanho é o volume das ofensas ao patrimônio público, que, às vezes, não conseguimos dar conta disso com a agilidade que seria necessária. Na nossa divisão de estrutura, Senador, há a 5ª Câmara, que cuida exatamente do patrimônio público e que, de longe, é a Câmara mais assoberbada. Nessa Câmara, há milhares e milhares de feitos, tamanha a necessidade de atuação nessa área.

V. Exª também aponta a questão do controle externo. O Ministério Público considera que essa é uma atribuição de fundamental importância e tem se empenhado em exercê-la adequadamente. De modo geral, conta com a compreensão da Polícia. É claro que há algumas resistências de alguns setores em relação a isso. Mas nos temos empenhado em fazer o controle por meio de verificações e de inspeções e também em fazer o controle concreto em cada feito que chega ali.

Lembra V. Exª a questão da Emenda Constitucional nº 29. Também na Saúde, temos tido uma atuação muito intensa. Mas, quanto às ponderações feitas pelo senhor ou, antes, pela Senadora Marinor Brito, vou conversar com os colegas que atuam na área, para ver o que pode ser feito no sentido de impor ações mais efetivas em relação estritamente a esse ponto de observância da Emenda Constitucional nº 29.

Quanto ao Conselho Nacional do Ministério Público, reitero aqui o que tenho falado sempre: considero, tanto quanto em relação ao Conselho Nacional de Justiça, que foram medidas extremamente felizes do constituinte derivado. Acho que os órgãos de controle externo faziam, sim, muita falta, e o saldo da atuação desses dois Conselhos tem sido extremamente positivo.

Ao Senador Renan Calheiros, agradeço as considerações generosas que foram feitas.

O Senador Suplicy toca num ponto crucial para quem vive no sistema de Justiça: a morosidade. Temos de reconhecer – quando se fala em morosidade da Justiça, naturalmente se está falando da morosidade também do sistema judiciário – que nós, do Ministério Público, temos nossa parcela de responsabilidade por essa demora. Como o senhor apontou, temos adotado, por intermédio do Conselho Nacional do Ministério Público, no trabalho em cada uma das unidades do Ministério Público brasileiro, uma série de iniciativas que permitem realmente gerar maior celeridade. Os Conselhos Nacionais deram sacudidas nesse tema, a começar pelo Conselho Nacional de Justiça, quando fixou aquela Meta 2, que impunha que os processos chegados à Justiça até determinada data tinham de sair até outra data. Aquela foi uma grande sacudida não apenas no Judiciário, mas também em todo o sistema de Justiça, e providências daquele tipo e outras análogas estão sendo adotadas.

Antes, a morosidade era dada como uma realidade inevitável; hoje, todos nós temos a percepção de que é possível resolver esse problema e de que é possível assegurar maior celeridade. Isso passa também pela questão dos recursos, isso passa também pela hoje tão lembrada aqui sugestão do Ministro Peluso em relação ao trânsito em julgado de decisões. Não há como ter uma Justiça não morosa com o infindável número de recursos que nós temos.

Quanto à sugestão de uma maior transparência das doações efetivadas, estou inteiramente de acordo. Acho que tudo que se possa fazer no que diga respeito às eleições em termos de transparência ainda é pouco. Temos que investir mais e mais nessa transparência.

O Senador Antonio Carlos Valadares faz considerações extremamente pertinentes a respeito da necessidade de um cuidadoso juízo de viabilidade da acusação. V. Exª tem inteira razão porque é preciso que a acusação seja precedida de um exame cuidadoso, é o que eu realmente chamaria de juízo de viabilidade. Quer dizer, não adianta movimentar a máquina judiciária se se percebe que aquela acusação, ao final, não será viável. De minha parte, eu posso dizer que, no Supremo Tribunal Federal – e isso já vinha sendo feito pelos meus antecessores –, nós temos feito esse juízo cuidadoso. Até no momento de pedir ao Supremo, requerer a instauração de um determinado inquérito, nós vemos se aquela prova que será necessária é viável. Se ela não é viável, nós sequer movimentamos a coisa. Se ela é viável, nós movimentamos e então vamos avaliar do que ela veio produzida. Se vemos que, na ação penal, não temos como ir além, não oferecemos a denúncia. Eu acho que é uma atitude ao Ministério Público efetivamente; o Ministério Público deve agir com a maior firmeza, mas deve agir igualmente com maior responsabilidade e para que não se diga que as iniciativas do Ministério Público são temerárias. Eu acho até que isso valoriza a atuação do Ministério Público e facilita o sucesso, o êxito daquelas ações efetivamente viáveis e bem fundamentadas. Nesse contexto até que eu coloco o início, Senador Pedro Taques, das condenações no âmbito do Supremo Tribunal Federal.

Evidentemente, não podemos ter, Senador Valadares, atuação por pressão. As pressões existem, são inevitáveis, e foi muito bem colocado aqui. Elas não são apenas em fim de setores; elas são também da mídia, de tudo mais. E se quer sempre que... Até

nesse episódio hoje tão bem lembrado aqui, do Ministro Palocci, eu dizia o seguinte: realmente, hoje não se concebe que o Procurador-Geral deixe de acusar. Então, essa é a grande pressão talvez, de que jamais podemos deixar de acusar. Infelizmente, há certos casos em que nós não temos como movimentar o sistema de justiça nessa...

V. Exª indaga quanto à sugestão do Ministro Peluso. Já disse que acho que é muito positiva. Nós precisamos debater uma forma, e uma forma corajosa. Isso foi dito aqui por algum dos eminentes Senadores. Porque, no sistema atual – V. Exª também indagou o que poderia ser feito no âmbito administrativo –, eu não vejo muito que fazer não. No sistema atual, nós vamos ter esse infindável número de recursos, processos se eternizando, e nós nunca chegaremos a lugar nenhum.

Finalmente, V. Exª aponta – e concordo plenamente – que há, sim, um descompasso entre os órgãos de controle e os gestores. Os órgãos de controle, felizmente, o que é muito bom, estão hoje muito bem estruturados e muito bem aparelhados, de modo geral, para o exercício de suas atribuições. É preciso capacitar igualmente os gestores. Porque, em muitos casos, nós temos a má-fé, nós temos o crime mesmo. Mas, em outros casos, nós temos o despreparo absoluto do administrador, sobretudo em pequenos Municípios etc. O próprio Tribunal de Contas tem percebido isso e tem se empenhado. Essa é também uma posição que defendo no Ministério Público, em ações educativas, até para que não se possa depois dizer: "Ah, isso estava sendo feito errado porque eu não sabia e não tinha condições de fazer isso". É necessário essa atuação também pedagógica.

Senador Aécio Neves, V. Exª coloca, com muita consistência, em primeiro lugar, as objeções que V. Exª tem ou que o partido de V. Exª tem a algumas decisões minhas, algumas decisões do Procurador-Geral. E, como destacou V. Exª – e concordo plenamente, eu tenho ressaltado, já disse isto nesta Casa, nesta Comissão –, o Ministério Público não pode pretender ter o monopólio dos valores republicanos. Quer dizer, o Ministério Público é um defensor desses valores, mas, como ele não tem o monopólio desses valores, evidentemente, ele tem que estar sempre aberto às críticas, e, com muito mais razão, críticas que venham, como estas aqui, do Senado da República. A contribuição dessas críticas, as ponderações feitas aqui por V. Exªs, de forma, aliás, extremamente elegante, são preciosas para o aprimoramento da nossa própria atuação.

Quanto ao Conselho Nacional do Ministério Público, a avaliação que faço, seja da sua composição, seja das suas atribuições, passei agora dois anos presidindo o Conselho Nacional do Ministério Público, sei que há propostas de modificação, de alteração, mas acho que a composição tal como se apresenta no momento é adequada. E acho até – isso foi colocado por algum dos eminentes Senadores – que ela não tem sido, de forma alguma, uma garantia de blindagem de membros do Ministério Público. Pelo contrário, as atribuições do Conselho têm sido exercidas com rigor pelos eminentes conselheiros, inclusive e sobretudo pelos conselheiros que integram o Ministério Público.

Quanto à cessão de membros para outras atividades, V. Exª tem razão: muito recentemente, o Conselho Superior do Ministério Público Federal deliberou pela possibilidade de cessão de um colega procurador-regional da República para a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Essa cessão até se efetivou recentemente. Naquela oportunidade, eu fiquei vencido. Eu presidi a sessão, mas fiquei vencido porque via dificuldades no nosso quadro normativo atual para que isso pudesse ser feito, sobretudo em se tratando de colega que ingressou na instituição já na vigência da Constituição de 1988. E também havia uma resolução do Conselho Nacional do Ministério Público que expressamente vedava esse tipo de cessão. Essa resolução acabou sofrendo, bem recentemente, uma alteração, e esse óbice foi, de certa forma, retirado. É um tema hoje muito discutido na classe, como é o da possibilidade de filiação partidária e do exercício, enfim, do mandato legislativo, do mandato parlamentar, sem a necessidade, como fez o nosso eminente Senador Pedro Taques, de se desligar da instituição. No caso de S. Exª, foi particularmente doloroso para a instituição.

Quanto à questão da investigação, Senador, essa questão, na minha visão, insere-se num quadro mais amplo. Ela se insere num quadro de que voltarei a falar ao comentar as considerações do Senador Pedro Simon sobre a efetividade da tutela penal. Eu não vejo a possibilidade de uma tutela penal efetiva sem a capacidade investigatória do Ministério Público. Ela é absolutamente indispensável. Nós não pretendemos, o Ministério Público não pretende substituir ordinariamente a polícia na investigação, esse é um trabalho da polícia, mas há uma série de casos, uma série de circunstâncias em que não haverá persecução penal adequada sem que o Ministério Público exerça atividade investigativa. E faço aqui uma observação, muito respeitosamente, de que, no entendimento do Ministério Público, a Constituição não reservou à polícia a atividade investigativa, e o que sustentamos é que é perfeitamente constitucional o exercício dessa atribuição pelo Ministério Público.

V. Exª faz também menção à proposta de ampliação dos prazos prescricionais. Na verdade, isso decorreu de uma proposta do Conselho Nacional do

Ministério Público e decorreu da constatação de uma imensa diversidade, Senador, de tratamento normativo em relação ao tema nas diversas legislações estaduais e na legislação federal. Então, houve uma conclusão, digamos, do Conselho Nacional no sentido da conveniência de uma uniformização dessa legislação. Essa proposta foi aprovada pelo Conselho Nacional e foi encaminhada ao Procurador Geral da República, com a sugestão de que ele faça o encaminhamento dessa proposta ao Congresso Nacional. Isso, no momento, está sendo analisado sob uma perspectiva de se o Procurador Geral da República, que detém sim legitimidade para encaminhar projetos relacionados ao Ministério Público da União, poderia encaminhar esse projeto que diz respeito não apenas ao Ministério Público da União, mas também ao Ministério Público dos Estados. Está sendo feito um exame de constitucionalidade se estaria o Procurador Geral legitimado a fazer esse encaminhamento.

Quanto à questão do visto concedido a Cesare Battisti, na verdade, Senador, esse tema não seria da atribuição do Procurador Geral, mas já há um procedimento instaurado na Procuradoria da República no Distrito Federal em que precisamente se apura e se questiona a legalidade da concessão desse visto. Ou seja, o Ministério Público já está atuando em relação a isso.

O Senador Inácio Arruda, primeiro, faz uma observação, que é uma das minhas grandes preocupações e também um dos grandes fascínios, eu acho, do Ministério Público. Diz V. Exª que não há área que não possa ser examinada pelo Ministério Público. É verdade. Isso é uma diversidade de atuação imensa e que nos dá uma responsabilidade também gigantesca e uma dificuldade mesmo de dar conta de tanta coisa. Um aspecto que tenho falado muito é que é inevitável que elejamos prioridades. Nós não temos como atuar em tudo em que a Constituição nos confere legitimidade.

Concordo com V. Exª quanto a esse aprendizado do papel das instituições e reitero que o Ministério Público, na minha visão, como qualquer outra instituição, não está acima do bem e do mal. Ele deve estar sempre submetido à crítica social, ao controle social e a essa necessária – digamos – discussão e debate nos mais diversos fóruns, a começar no Senado da República.

Agradeço a Senadora Marta Suplicy as referências também muito generosas e bondosas feitas. Ao Senador Humberto Costa, compreendo perfeitamente a indignação de V. Exª, que seria a indignação de qualquer pessoa. Não conheço o caso específico, mas aponto que, em primeiro lugar, isso vale a diversos Senadores que fizeram observações a respeito, sem qualquer favor eu devo dizer que os membros do Ministério Público – e aí falo membros do Ministério Público brasileiro –, de modo geral, em sua quase totalidade, têm uma atuação extremamente correta. São colegas extremamente empenhados, extremamente dedicados à instituição e com muito bom senso.

Agora, não podemos negar, numa instituição, que é muito grande, que se tornou muito grande, que haja desvios e que haja abusos. Temos que trabalhar e isso já vem sendo feito, não apenas por mim, mas em gestões anteriores e também no âmbito dos Estados. Nós temos que, cada vez mais, trabalhar para que esses fatos, em primeiro lugar, se reduzam, até que simplesmente – vamos sonhar com isso – desapareçam. Mas temos que ter mecanismos de correção disso.

O Senador Demóstenes, que é um parlamentar que sempre se empenhou, é um dos defensores, baluartes do Ministério Público aqui no Senado, no Legislativo, aponta muito bem que isso gera, às vezes, uma necessidade ou uma vontade de retaliar o Ministério Público, que é extremamente inconveniente a instituição, que prejudica a instituição, mas que é perfeitamente compreensível, apesar dos abusos.

Como disse antes, na resposta ao Senador Valadares, o juízo de acusação deve ser feito sempre com imensa prudência, imensa prudência. Nós não podemos ser acusadores. Há algum tempo, um Ministro do Supremo Tribunal Federal mostrou uma matéria na revista *The Economist* sobre a atuação do Ministério Público no Japão, em que nesse momento se questionava se eles estariam se tornando, em vez de – a expressão em inglês – *prosecutors*, *persecutors*, quer dizer, estariam se tornando perseguidores em vez de promotores. É preciso sempre refletir porque, como disse, a quase totalidade dos membros do Ministério Público tem agido com essa prudência, com esse cuidado, mas vez por outra – não estou falando no caso específico de V. Exª, que não conheço – é preciso realmente que nós tenhamos mecanismos para, de um lado, evitar que essas situações ocorram e, de outro lado, se elas ocorrerem, para que haja responsabilização do colega que eventualmente tenha se desviado da sua conduta.

Sempre digo que não podemos nos omitir diante desse tipo de conduta do mesmo modo que não podemos deixar de apoiar, e apoiar firmemente, a atuação da quase totalidade dos colegas extremamente corretas e extremamente exatas.

O Conselho Nacional do Ministério Público tem um papel importante nisso. E eu digo: antes de ser um papel de repressão, deve ser um papel de orientação. Mas, salvo engano, foi o Senador Demóstenes que tocou num ponto de uma eventual falta de atuação da Corregedoria local, que, às vezes, acontece. Acho que

isso realmente é um dos espaços de atuação do Conselho Nacional do Ministério Público. Quando disse que achei extremamente positiva a instituição desses conselhos, eu pensava, entre outras coisas, nisso. A tentação do corporativismo, Senador, é imensa. Então, em um nível local, muitas vezes, não se consegue a apuração adequada de uma responsabilidade disciplinar. E, por isso, ela deve ser feita pelo Conselho Nacional do Ministério Público quando isso não seja possível.

O senhor tocou em um ponto que é uma preocupação. Em várias oportunidades eu tenho colocado isso para os colegas. Trata-se da oportunidade de uma iniciativa. Às vezes, a iniciativa até deve ser tomada, mas não deve ser tomada em um momento em que ela tenha uma conotação totalmente diversa. Se estou oferecendo a denúncia, estou pretendendo uma ação penal. Se ofereço uma denúncia num momento, do ponto de vista eleitoral, extremamente delicado, estou indo além disso, o que não me parece uma postura adequada.

Sem dúvida, como V. Exª colocou, Senador Humberto, há uma necessidade de aperfeiçoamento, que é constante.

Senador Pedro Simon, em primeiro lugar, eu gostaria de dizer a V. Exª que a declaração feita de admiração me honra e envaidece imensamente. V. Exª toca realmente no tema maior do sistema de Justiça e do País, que é a impunidade.

Eu disse há pouco, fiz uma referência: na minha visão de Ministério Público, é extremamente importante, Senador, que nós nos preocupemos, que nós cuidemos da garantia dos direitos do cidadão. O Ministério Público não pode descuidar disso. Mas é também direito fundamental, na minha opinião pelo menos, a efetividade da tutela penal. Nós temos que ter uma tutela penal efetiva neste País. Temos que ter. Não podemos descuidar dos direitos do cidadão, da garantia dos direitos do cidadão. No entanto, não podemos viver – muitas vezes acontece hoje em nossos tribunais – um garantismo absoluto, um garantismo pelo garantismo e só o garantismo, sem que se tenha a igual preocupação com a efetividade da tutela penal. É preciso que a tutela penal seja efetiva, é preciso que o Ministério Público atue, ofereça a denúncia; é preciso que aquela denúncia seja recebida e que, ao final, seja absolvido ou condenado. Se condenado, que aquela sentença, que aquela decisão, depois de confirmada – na proposta do Ministro Peluso – no segundo grau, tenha execução. Hoje o que temos são decisões condenatórias que aguardam execução durante vinte anos, ou seja, a prescrição é absolutamente garantida.

Então, é preciso que o sistema de Justiça perceba que, tão importante quanto a garantia dos direitos do cidadão, tão importante quanto as garantias do acusado, é assegurar a efetividade de uma tutela penal, é assegurar que aquelas pessoas que cometem crimes tenham punição por esse crime cometido. Daí, mais uma vez, reafirmo a simpatia pela proposta e pela sugestão feita pelo Ministro Peluso, que poderá ter esse ou aquele aprimoramento, mas que, na verdade, parece muito razoável na medida em que ela estabelece o trânsito em julgado a partir da decisão de segundo grau.

Ora, seja hoje no recurso extraordinário, seja no recurso especial, já não se discute fato, ou seja, os fatos já estão estabelecidos. No momento em que há uma decisão de segundo grau, já não se podem discutir fatos. O que se vai discutir são outros aspectos, mas os fatos, ou ainda, que aqueles fatos ocorreram já está definitivamente estabelecido. Então, por que não dar execução a isso?

A meu ver, é esse o tema: efetividade da tutela penal. Acho que temos de caminhar nessa direção e acho que temos de encontrar caminhos corajosos nesse sentido.

Ao Senador Mário Couto, que até já se retirou, digo que, sem dúvida nenhuma, a política não deve interferir nos assuntos do Ministério Público.

O Senador Aníbal Diniz vai mais longe e diz: "Não é o caso de não deixar entrar; é o caso de tirar". E, aí, reafirmo, Senador, que a quase totalidade dos colegas tem uma atuação da melhor qualidade, correta etc. Temos que, então, trabalhar para corrigir os excessos e os desvios, e, evidentemente, o Ministério Público jamais pode se fechar num corporativismo em que, quando houver efetivamente desvios de conduta, condutas inadequadas, não haja a devida punição. A credibilidade da instituição Ministério Público depende muito da sua capacidade de afastar o corporativismo nesses casos. Tenho sempre colocado isso no Conselho Nacional do Ministério Público, que é um instrumento importantíssimo nesse sentido.

Ao Senador Vital do Rêgo eu agradeço as referência feitas e relembro emocionado do seu pai, que tive o privilégio de conhecer, um homem, um profissional do Direito que realmente sempre engrandeceu este País.

Senador Benedito de Lira, eu também acho extremamente inadequada a pirotecnia. Sou contra e sempre fui contra a pirotecnia. Acho que ela, além de ser contraproducente em termos da investigação no caso concreto, tal como lembrado em relação aos abusos pelo Senador Demóstenes, ela também prejudica – e muito – a imagem do Ministério Público, que deve agir com sobriedade e com discrição.

O Senador Petecão fala de fortalecer as estruturas nos Estados. Nós, hoje, Senador, temos, já há muito tempo, há alguns anos, no Conselho Superior

do Ministério Público Federal, quando vamos decidir sobre vagas prioritárias, uma das prioridades é sempre o fortalecimento das nossas estruturas no Norte do País. Pelas peculiaridades que a região apresenta, isso é sempre considerado por nós como de extrema importância.

Agradeço também as referências feitas pelo Senador Magno Malta.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Desculpe pelo tempo tomado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Dr. Gurgel.

Vamos dar início ao processo de votação.

Sobre a mesa, as cédulas devidamente rubricadas pelos Srs. Senadores. De modo que farei a chamada nominal.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Ordem alfabética, Sr. Presidente. (*Risos*.)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Lista de votação. Titulares do Bloco de Apoio ao Governo: PDT, PSB, PT, PCdoB, PR e PRB.

Senador José Pimentel. (*Pausa.*) Presente.

Senadora Marta Suplicy. (*Pausa.*) Presente.

Senador Pedro Taques. (*Pausa*.)

Vamos ordenar a votação!

Senador Jorge Viana. (*Pausa*.) Ausente.

Senador Magno Malta. (*Pausa.*) Ausente.

Senador Antonio Carlos Valadares. (*Pausa.*) Presente.

Senador Inácio Arruda. (*Pausa.*) Presente.

Senador Marcelo Crivella. (*Pausa.*)

Pelo Bloco Parlamentar PMDB, PP, PSC, PMN e PV.

Senador Pedro Simon. (*Pausa.*)

Senador Eunício Oliveira. (*Pausa.*)

Senador Romero Jucá. (*Pausa.*) Ausente.

Senador Vital do Rêgo. (*Pausa.*) Presente.

Senador Renan Calheiros. (*Pausa.*) Presente.

Senador Roberto Requião. (*Pausa.*) Presente.

Senador Francisco Dornelles. (*Pausa.*) Ausente.

Senador Sérgio Petecão. (*Pausa.*) Presente.

Pelo Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM).

Senador Aécio Neves. (*Pausa.*) Presente.

Senador Aloysio Nunes Ferreira. (*Pausa.*) Presente.

Senador Alvaro Dias. (*Pausa.*) Ausente.

Senador Demóstenes Torres. (*Pausa.*) Presente.

Pela titularidade do Partido Trabalhista Brasileiro.

Senador Armando Monteiro. (*Pausa.*) Presente.

Senador Gim Argello. (*Pausa.*) Presente.

Pelo PSOL, Senador Randolfe Rodrigues. (*Pausa.*) Presente.

Senador Romero Jucá. (*Pausa.*)

Pelo Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PSB, PT, PCdoB, PR e PRB), vou chamar os suplentes.

Senador Eduardo Suplicy. (*Pausa.*) Presente.

Senadora Ana Rita. (*Pausa.*) Ausente.

Senador Aníbal Diniz. (*Pausa.*) Presente.

Senador Humberto Costa, V. Exª está dispensado de votar tendo em vista que está completo aqui o quórum. (*Pausa.*)

Senador Aníbal Diniz, V. Exª tem de votar.

Pelo Bloco Parlamentar PMDB, PP, PSC, PMN, PV.

Senador Luiz Henrique. (*Pausa.*) Presente.

Pelo Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM).

Senadora Lucia Vânia. (*Pausa*.)

Senador Flexa Ribeiro. (*Pausa*.)

Senador Cícero Lucena. (*Pausa*.)

Senador José Agripino. (*Pausa*.)

Todos os Srs. Senadores já votaram? (*Pausa*.)

(O Sr. Presidente, faz soar a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Srs. Senadores, a reunião ainda não acabou. Não dizemos sequer a apuração dos votos. (*Pausa*.)

Votaram 22 Srs. Senadores.

Convido o Senador Renan Calheiros e o Senador Demóstenes Torres para fazer a apuração dos votos.

(Procede-se ao escrutínio.)

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, pela ordem. Eu gostaria de lhe fazer uma sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Com a palavra o Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Por ser uma reunião histórica e importante, seria da mais alta conveniência e da mais alta utilidade esta Comissão enviar para o Ministério Público de todo o Brasil, nas suas unidades federais e estaduais, um DVD contendo todo o debate ocorrido nesta reunião, um debate que reputo muito produtivo.

V. Exª está de parabéns ao lado de nosso Procurador, que foi muito simpático, eficiente, objetivo, abrilhantando esta reunião.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – A Mesa determina à Secretaria que providencie a sugestão feita pelo Senador Antonio Carlos Valadares, que desde já está acatada e cuja providência será enviada a todo o Ministério Público do Brasil.

Antes de proclamar o resultado da votação, eu informo também aos Srs. Senadores, para que fique registrado nos anais desta Casa, que esta reunião também se destina ao atendimento ao art. 130, “a”, da Constituição Federal.

Vou proclamar o resultado.

Foram 21 votos SIM e um único voto NÃO dos 22 votos apurados.

A escolha do nome do Sr. Roberto Monteiro Gurgel dos Santos foi aprovada pela Comissão.

A matéria vai ao Plenário ainda no encaminhamento do dia de hoje se assim concordarem os Srs. Senadores.

Aqueles Senadores que concordam com o encaminhamento permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovada, à unanimidade dos Srs. Senadores, o encaminhamento ao Plenário do Senado Federal ainda no dia de hoje.

A escolha do nome do Sr. Roberto Monteiro Gurgel dos Santos foi aprovada pela Comissão.

Parabéns, Dr. Roberto Gurgel dos Santos pela sabatina que tivemos na manhã de hoje.

Agradecendo a presença de todos, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 10 horas e 04 minutos, a reunião é encerrada ás 15 horas e 23 minutos.)

ATA DA TRIGÉSIMA NONA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE AGOSTO DE 2011, TERÇA-FEIRA, ÀS 14 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES DA CCJ, Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às quinze horas e dois minutos, do dia nove de agosto de dois mil e onze, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador Eunício Oliveira, com a presença dos Senadores José Pimentel, Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda, Pedro Simon, Romero Jucá, Vital do Rêgo, Renan Calheiros, Roberto Requião, Francisco Dornelles, Aécio Neves, Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias, Demóstenes Torres, Armando Monteiro, Eduardo Suplicy, Aníbal Diniz, Clésio Andrade, Luiz Henrique, Lobão Filho, Waldemir Moka, Benedito de Lira, Flexa Ribeiro, José Agripino e Ciro Nogueira e das Senadoras Ana Rita e Lúcia Vânia, reúne-se a presente Comissão. Deixam de comparecer os Senadores Jorge Viana, Magno Malta, Marcelo Crivella, Sérgio Petecão, Gim Argello e Randolfe Rodrigues e a Senadora Marta Suplicy. Usa da palavra o Senador Casildo Maldaner. O Presidente (Senador Eunício Oliveira) registra a presença dos Senhores Ministro JOSÉ DELGADO, do Superior Tribunal de Justiça (STJ); Ministro HAMILTON CARVALHIDO, do Superior Tribunal de Justiça (STJ); Ministro ROBERTO ROSAS, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE); Deputado Federal DÉCIO LIMA, do Partido dos Trabalhadores de Santa Catarina; Desembargador MANOEL ALBERTO REBÊLO DOS SANTOS, Presidente do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ); Desembargador ANTONIO CESAR SIQUEIRA, presidente da Associação dos Magistrados do Estado do Rio de Janeiro (AMAERJ); Desembargador BENEDITO ABICAIR, do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ); Procuradora EUNICE PEREIRA AMORIM CARVALHIDO, Procuradora-Geral de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT); Procurador de Justiça ROGÉRIO SCHIETTI, do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT); Secretário REGIS VELASCO FICHTNER PEREIRA, Ex-Senador e Secretário de Estado Chefe da Casa Civil do Estado do Rio de Janeiro; Juiz ANTONIO SBANO, presidente da Associação Nacional dos Magistrados Estaduais (ANAMAGES); CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO FILHO, Advogado; FÁBIO OLIVEIRA, Advogado; JOSÉ ANTÔNIO FICHTNER, Advogado; LUCIANO GODOY, Advogado; SÁVIO ZUQUIM, Advogado; ARY BERGHER, Advogado; RAFAEL MATOS, Advogado e da Senhora Julieta Elizabeth Fajardo Cavalcanti de Albuquerque, Subprocuradora-Geral da República. Havendo número regimental, o Senhor Presidente (Senador Eunício Oliveira) declara aberta a Reunião propondo a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da Pauta: **ITEM 1) Não Terminativo MENSAGEM (SF) Nº 101, DE 2011**Submete à consideração do Senado Federal, nos termos do inciso I do parágrafo único do art. 104 da Constituição, o nome do Senhor MARCO AURÉLIO BELLIZZE OLIVEIRA para compor o Superior Tribunal de Justiça, na vaga destinada a Desembargador decorrente da nomeação e posse do ministro Luiz Fux no cargo de ministro do Supremo Tribunal Federal. **Autoria:** Presidente da República. **Relatoria:** Senador Renan Calheiros. **Relatório:** Votação secreta. Em 11/07/2011, a matéria foi submetida à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão, conforme disposto no art. 2º do Ato nº 1, de 2007-CCJ. **Resultado: Aprovado o Parecer favorável à escolha do nome do Senhor MARCO AURÉLIO BELLIZZE OLIVEIRA para compor o Superior Tribunal de Justiça, na vaga destinada a Desembargador decorrente da nomeação e posse do ministro Luiz Fux no cargo de ministro do Supremo Tribunal Federal, por unanimidade, com 19 (dezenove) votos favoráveis. ITEM 2) Não Terminativo MENSAGEM (SF) Nº 102, DE 2011** Submete à consideração do Senado Federal, nos termos do inciso I do parágrafo único do art. 104 da Constituição, o nome do Senhor MARCO AURÉLIO GASTALDI BUZZI para compor o Superior Tribunal de Justiça, na vaga destinada a Desembargador decorrente da aposentadoria do ministro Paulo Geraldo de Oliveira Medina. **Autoria:** Presidente da República. **Relatoria:** Senador Luiz Henrique. **Relatório:** Votação secreta. Em 11/07/2011, a matéria foi submetida à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão,

conforme disposto no art. 2º do Ato nº 1, de 2007-CCJ. **Resultado: Aprovado o Parecer favorável à escolha do nome do Senhor MARCO AURÉLIO GASTALDI BUZZI para compor o Superior Tribunal de Justiça, na vaga destinada a Desembargador decorrente da aposentadoria do ministro Paulo Geraldo de Oliveira Medina, por unanimidade, com 19 (dezenove) votos favoráveis. Usam da palavra os Senadores Renan Calheiros, Casildo Maldaner, Alvaro Dias, Luiz Henrique, Lobão Filho, Demóstenes Torres, Pedro Taques, Aécio Neves, Francisco Dornelles, Antonio Carlos Valadares, Lúcia Vânia e o Senador Eunício Oliveira, Presidente da CCJ.** Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente Reunião, às dezessete horas e dezoito minutos e, para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente (Senador Eunício Oliveira) e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Eunício Oliveira,** Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Boa tarde a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 39ª Reunião Extraordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciar nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior. A Ata foi distribuída aos Srs. Senadores.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Aprovada a Ata.

A presente reunião destina-se à deliberação dos Itens 1 e 2 da pauta.

ITEM 1
– Terminativo -
MENSAGEM (SF) Nº 101, DE 2011

Submete à consideração do Senado Federal, nos termos do inciso I do parágrafo único do art. 104 da Constituição, o nome do Senhor MARCO AURÉLIO BELLIZZE OLIVEIRA para compor o Superior Tribunal de Justiça, na vaga destinada a Desembargador decorrente da nomeação e posse do Ministro Luiz Fux no cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal.

Autoria: Presidente da República.

Relatoria: Senador Renan Calheiros.

Relatório: votação secreta.

Observações: *em 11/07/2011, a matéria foi submetida à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão, conforme disposto no art. 2º do Ato nº 1, de 2007-CCJ.*

ITEM 2
– Não Terminativo –
MENSAGEM (SF) Nº 102, DE 2011

Submete à consideração do Senado Federal, nos termos do inciso I do parágrafo único do art. 104 da Constituição, o nome do Senhor MARCO AURÉLIO GASTALDI BUZZI para compor o Superior Tribunal de Justiça, na vaga destinada a Desembargador decorrente da aposentadoria do Ministro Paulo Geraldo de Oliveira Medina.

Autoria: Presidente da República.

Relatoria: Senador Luiz Henrique.

Relatório: votação secreta.

Observações: *em 11/07/2011, a matéria foi submetida à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão, conforme disposto no art. 2º do Ato nº 1, de 2007-CCJ.*

Na presente reunião, procederemos à arguição dos indicados, em cumprimento ao que determina a alínea "b" do art. 2º do Ato supracitado, referente à segunda etapa do processo de apreciação de escolhas de autoridade no âmbito da CCJ.

Convido os Senadores Pedro Simon e Alvaro Dias a, por gentileza, conduzirem os Srs. Marco Aurélio Bellizze Oliveira e Marco Aurélio Gastaldi Buzzi ao recinto desta reunião, para comporem a Mesa, para darmos início aos trabalhos. (*Pausa.*)

Antes de conceder a palavra aos indicados para sabatina, registro, com prazer, e convido a ficarem na bancada dos Srs. Senadores, a presença do Ministro José Delgado, do Superior Tribunal de Justiça; do Ministro Hamilton Carvalhido, do Superior Tribunal de Justiça; do Ministro Roberto Rosas, do Tribunal Superior Eleitoral – TSE; do Deputado Federal Décio Lima, do Partido dos Trabalhadores de Santa Catarina, que nos visita aqui; do Desembargador Manoel Rebêlo do Santos, Presidente do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro; do Desembargador Antonio Cesar Siqueira, Presidente da Associação dos Magistrados do Estado do Rio de Janeiro – Amaerj; do Desembargador Benedicto Abicair, do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro; da Procuradora Eunice Pereira Amorim Carvalhido, Procuradora-Geral de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios; do Procurador de Justiça Rogério Schietti, Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios; do Secretário Régis Velasco Fichtner Pereira, ex-Senador e Secretário de Estado Chefe da Casa Civil do Estado do Rio de Janeiro; do Juiz Antonio Sbano, Presidente da Associação Nacional do s Magistrados Estaduais – Anamages; do Dr. Carlos Alberto Menezes Direito Filho, advogado; Dr. Fábio Oliveira, advogado; Dr. José Antonio Fichtner,

advogado; do Dr. Luciano Godoy, advogado; do Dr. Sávio Zuquim, advogado; do Dr. Ari Berger, advogado; do Dr. Raphael Matos, advogado.

Concedo a palavra ao S. Exª o Desembargador Marco Aurélio Bellizze de Oliveira para a sua exposição.

V. Exª dispõe de dez minutos, e esta Presidência lhe dará mais o tempo que precisar. Tem a palavra V. Exª, Desembargador.

O SR. MARCO AURÉLIO BELLIZZE DE OLIVEIRA – Obrigado, Presidente.

Peço licença para cumprimentar todas as Srªs Senadoras e Srs. Senadores na pessoa do Presidente desta Comissão de Constituição Justiça e Cidadania, Senador Eunício Oliveira; do relator deste processo de argüição pública, Senador Renan Calheiros, e do Senador Francisco Dornelles, do meu Estado do Rio de Janeiro.

Cumprimento também o Ministro do Superior Tribunal de Justiça José Delgado, na pessoa de quem cumprimento todos os outros Ministros presentes. Cumprimento o Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, Desembargador Manoel Alberto Rebêlo dos Santos, na pessoa de quem cumprimento todos os magistrados desembargadores e juízes do meu Estado do Rio de Janeiro. Cumprimento o meu colega magistrado Desembargador de Justiça de Santa Catarina Marco Aurélio Gastaldi Buzzi, igualmente indicado para compor o egrégio Superior Tribunal de Justiça. Cumprimento a Drª Eunice Carvalhido, Procuradora-Geral do Distrito Federal, na pessoa de quem cumprimento todos os membros do Ministério Público presentes.

Registro o meu orgulho de ver presente nesta argüição o Dr. Antonio Siqueira, meu fraternal amigo, Desembargador no Estado do Rio de Janeiro e presidente da minha associação de magistrados, na pessoa de quem cumprimento todos os magistrados de todos os Estados do nosso Brasil.

Srªs e Srs. Advogados, Srªs e Srs. Jornalistas, parentes, amigos, senhoras e senhores, em primeiro lugar, quero registrar a importância deste momento no qual eu me apresento e me submeto com toda humildade à arguição pública perante esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal. Mais que simplesmente uma das fases do processo de escolha de Ministros do Superior Tribunal de Justiça, iniciado com a formação de lista pelo Tribunal, órgão do Poder Judiciário, dentre ilustres e qualificados magistrados de todos os Estados da Federação, e posterior indicação da chefia do Poder Executivo federal, a participação do Senado Federal é o ponto culminante do processo de escolha para magistrados de tribunais superiores.

A aprovação dos indicados pelo Senado Federal, Casa Legislativa dos representantes dos Estados, eleitos pelo povo, mais que mera parcela de ato administrativo complexo que envolve os três poderes da República, penso eu é o fundamento de legitimidade da investidura e atuação do magistrado de corte superior num Estado democrático de direito.

Tendo ingressado na magistratura de carreira no Estado do Rio de Janeiro em junho de 1990, no primeiro concurso público após a promulgação da Constituição cidadã, a mesma que criou o Superior Tribunal de Justiça, desde o primeiro momento, eu tive a consciência do meu papel e da minha responsabilidade na busca da realização das tarefas atribuídas ao Poder Judiciário.

A Constituição Federal de 1988 entregou ao Poder Judiciário inédita e honrosa missão outorgando aos magistrados o papel de elemento de transformação da sociedade, de corresponsável pela efetivação dos direitos fundamentais dos cidadãos.

É certo que o desafio de levar a cidadania à população é inerente a todas as esferas de poder do Estado, poder materializado, todavia, nas funções executiva, legislativa e juridicional.

A nova concepção de cidadania impregnada no Texto Constitucional, complementada com dever de garantir o acesso de toda a população ao elenco mínimo de bens e valores eleitos pelo legislador constituinte originário como indispensáveis a uma vida humana digna impõe a presença ativa do juiz na afirmação e efetivação dos direitos e na atenuação das desigualdades sociais.

Lembre-se da lição de Norberto Bobbio de que o súdito somente adquire o *status* de cidadão quando pode exercer direitos, principalmente contra o poder público. Mas é preciso muito equilíbrio e serenidade para que não ocorra e não se enxergue nessa nova dimensão da atuação do Poder Judiciário qualquer conotação de ingerência indevida nas demais esferas de poder. Fonte de tensões desnecessárias, se não é legítima a atuação supletiva do juiz na preservação da ordem constitucional vigente, respeitando-se rigidamente a divisão de poderes e competências estabelecidas na Constituição da República.

A sábia inserção pelo constituinte originário da harmonia como atributo inerente às convivências entre os poderes da República, ocupando patamar de princípio constitucional fundamental, transporta-nos para as convicções do pensador italiano Leon Battista Alberti, que manifestava sua confiança na perfeição da natureza, traduzida em uma ideia de harmonia, que serviria como princípio regulador de todas as coisas naturais. Dizia Alberti: “Tudo que se manifesta na natureza é regulado pelas leis da harmonia. A natureza não tem

desejo mais ardente do que fazer com que seus produtos sejam absolutamente perfeitos. Ora a perfeição é impossível sem harmonia, pois sem ela se perderia aquele necessário acordo superior entre as partes."

Nessa caminhada, é fundamental que o Poder Judiciário não se descuide de promover o constante aperfeiçoamento de sua estrutura e de seus serviços, adaptando-os às necessidades dos jurisdicionado, com permanente e exemplar correção de eventuais desvios e excessos.

Aqui ingresso no exame do fundamental papel do Superior Tribunal de Justiça, que pretendo integrar na qualidade de Ministro se for aprovado por esta Comissão de Constituição e Justiça e pelo Plenário do Senado Federal. A Constituição de 1988 criou o Superior Tribunal de Justiça com a função primordial de uniformizar a interpretação do direito federal e fazer valer as normas federais elaboradas pelo Parlamento. Atuação essencial à preservação da igualdade entre as regiões e, portanto, da própria unidade federativa. Mas tal tarefa não se revela simples, na verdade. O Estado democrático de direito implantado com a Carta de 88, com nova concepção de cidadania e a conscientização do princípio da dignidade da pessoa humana, ensejou a denominada explosão letigiosidade, abarrotando de processos todas as instâncias do judiciário nacional.

A mesma Constituição, com as suas emendas posteriores, também estabelece como princípios, dentre outros, a efetividade da prestação jurisdicional e a duração razoável do processo. É nesse contexto em que se acentua a importância da adoção, pelos poderes da República, das medidas necessárias para concretizar aqueles princípios, programas e direitos previstos na Constituição. Um exemplo disso é o pacto republicano firmado para tornar mais eficiente o sistema judicial brasileiro.

Todavia, destaco que tanto o Poder Legislativo, notadamente o Senado Federal, como o Superior Tribunal de Justiça não estão fugindo das suas responsabilidades.

O parlamento produzindo as reformas legislativas necessárias, como a Lei de Recursos Repetitivos e os projetos de defesa do consumidor, o Código de Processo Penal e o Código de Processo Civil, este último oriundo de comissão formada pelo Senado Federal e presidida pelo então Ministro do Superior Tribunal de Justiça, o então Ministro Luiz Fux, hoje Ministro do Supremo Tribunal Federal, magistrado brilhante, que, assim como eu, nasceu no Estado do Rio de Janeiro. Quis o destino que eu fosse indicado para ocupar a vaga aberta com a saída do Ministro Fux, claro, se assim o Senado da República deliberar.

O Superior Tribunal de Justiça, que em 2010 recebeu cerca de 230 mil processos, vem enfrentando com sucesso o desafio de buscar a celeridade sem perder a qualidade das decisões, com o emprego de tecnologia de ponta, digitalização de processos e com as novas práticas processuais e administrativas.

Para se ter uma idéia, somente no ano passado foram julgados cerca de 330 mil processos, ou seja, 100 mil a mais que os processos aforados naquela Corte, o que demonstra o esforço e o empenho dos abnegados Ministros e funcionários daquele Tribunal.

Senhoras e senhores, tenho a convicção de que, tendo a honra de ser aprovado pelo Senado Federal, vou me dedicar incansavelmente para contribuir com a minha experiência, dedicação e força de trabalho para superar os desafios atuais e os que estão por chegar ao Superior Tribunal de Justiça. Destaco, sobretudo, as inevitáveis controvérsias inerentes à uniformização da interpretação do Direito Federal, que se acentuam por ocasião da vigência de novas e importantes leis e códigos que estão atualmente em tramitação nas Casas legislativas federais, principalmente as de natureza penal e processual penal.

Creio que seja importante destacar para V. Exªs que nos últimos cinco anos venho exercendo ininterruptamente a magistratura na área penal, fato que vem ao encontro da noticiada carência de Ministros nas turmas do STJ responsáveis pelo julgamento dessa matéria que envolve o sagrado direito deiberdade.

Tenho certeza, Srªs e Srs. Senadores, que seu eu for digno de receber esse voto de confiança do Senado Federal, não me afastarei, jamais, do meu compromisso de exercer as minhas funções, como sempre exerci nesses mais de vinte anos dedicados à magistratura, com serenidade, independência e equilíbrio, sem jamais perder o foco no espírito público.

Quero dizer a V. Exªs que não poderia deixar de mencionar que somente cheguei aqui graças ao apoio fundamental e sempre presente da minha família. Primeiramente, aos meus pais, Sebastião e Ângela, que forjaram o meu caráter e estimularam os meus sonhos e projetos. Ao meu irmão, que tanto me ensinou no dia a dia.

Nesse importante momento da minha vida, tenho que registrar também todo o apoio que recebe da família que ganhei com o casamento, meu sogro Mauro, minha sogra Elisabeth, meus cunhados André, José Antônio e Régis – dois deles me honram com as suas presenças aqui hoje – e das minhas cunhadas Inês e Priscila.

Ressalto que nada do que está acontecendo hoje seria possível sem meus amigos queridos e meus colegas da magistratura fluminense, que sonharam e

sempre sonharam junto comigo. Mas, o meu agradecimento especial vai para a minha mulher, Viviane, companheira de todos os momentos, sempre me dando força quando precisei, e também aos meus amados filhos, Marco Antônio, Marcelo e Miguel, fonte de minha inspiração e razão da minha luta.

Pois bem, estou plenamente ciente das minhas responsabilidades e dos desafios do cargo que sonho exercer e para o qual fui indicado pela Senhora Presidenta da República.

Se os integrantes desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e o Plenário do Senado aprovarem a minha indicação, prometo exercer, com a benção de Deus, a sublime tarefa de distribuir justiça com zelo e comprometimento, sempre com esperança de contribuir para fazer do nosso Brasil um país mais justo e solidário, esperança que, nas palavras do sábio Padre Antônio Vieira, é a mais doce companheira da alma.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Desembargado Dr. Marco Aurélio Bellizze.

Eu concedo a palavra, por dez minutos, para o também Desembargador Dr. Marco Aurélio Gastaldi Buzzi, para a sua exposição.

Tem a palavra V. Exª.

O SR. MARCO AURÉLIO GASTALDI BUZZI – Exmº Sr. Senador Eunício Oliveira, digníssimo Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal, em nome de V. Exª cumprimento a todos os demais Senadores e Senadoras presentes, a todas as autoridades, pessoal da imprensa, funcionários da Casa, amigos e até familiares que estão aqui acompanhando esta sabatina.

Não posso deixar de destacar aqui a presença e a honra de ter como relator dos nossos processos o Senador Renan Calheiros e o Senador Luiz Henrique da Silveira, bem como aqui, também, estão os Senadores que despontam na apresentação de projetos de lei que, realmente, atendem à sensibilidade de pretensões nacionais para a melhoria das instituições e do nosso sistema como um todo.

Cumprimentando os Senadores e Senadoras presentes, e também todos os nomes já citados pelo meu eminente colega, Desembargador Marco Aurélio Bellizze, me permito dar início à minha apresentação pessoal.

Eu tenho 53 anos de idade, tenho 29 anos de carreira na magistratura estadual. Sou natural da cidade de Timbó, lá no sul do Brasil, no Estado de Santa Catarina e sou filho de dois professores, lá do interior do Estado: Angelino Buzzi e Apolônia Buzzi, ambos de origem de famílias italianas que aportaram aqui no Brasil, oriundas das guerras de unificação da Itália.

Somos imigrantes, nos instalamos como lavradores, como colonos no interior do País, e ali crescemos e nos consolidamos, rumando em seguida para os centros urbanos, para as vilas operárias, alcançando, enfim, o empresariado, a indústria e as academias, as universidades, os centros de formações das atuais gerações.

Casado há mais de 28 anos com **Kátia Waleska** de Macedo, minha fiel companheira, minha aliada, quase uma cúmplice em todos esses nosso empreendimentos de família e de sonhos profissionais, e que aqui está; temos três filhas: Catarina, Vitória e Ana Carolina, que também estão nos acompanhando, são nossos orgulhos; como a minha família toda, papai, mamãe, os meus irmãos e a todos aqueles que estão nos prestigiando e nos auxiliaram a chegar até aqui.

Eu sou formado pela Universidade do Vale do Itajaí, uma faculdade do interior do Estado e tenho muita honra de ter me formado por essa faculdade. Eu sou Mestre em Ciências Jurídicas, sou pós-graduado em Direito do Consumidor pela Universidade de Coimbra, Portugal. Sou pós-graduado em Gestão Pública, pela Udesc; sou especialista em instituições políticas; especialista em falência e recuperação de empresas; e, aos 23, fiz o concurso para ingresso na magistratura e passei em primeiro lugar e fui um dos juízes mais novos do Brasil, quando entrei na magistratura.

Há mais de 21 anos leciono nas universidades; sou professor titular de Direito Processual Civil, de Direito do Consumidor e professor convidado em várias instituições de ensino, academias judiciais, escolas superiores da magistratura, em outras universidades também.

Publicamos já, praticamente, quatro obras, algumas como autor isolado e outras como colaborador e organizador. A última delas foi agora, nesses dias, levada a público, é coordenada pelo Exmº Sr. Ministro Cezar Peluso, pelo professor Kazuo Watanabe, pela professora Ada Pellegrini Grinover. E nessa obra eu tive orgulho de ser coautor do texto Movimento pela Conciliação, Apontamentos e Históricos.

Na carreira, passei por 18 comarcas, algumas delas consideradas de difícil provimento: na fronteira com a Argentina, há mais de 25 anos atrás. E em todas as comarcas por onde passei, em todas elas, sem exceção de nenhuma sequer, eu reduzi substancialmente o número de processos em trâmite.

Fui juiz do cível, juiz do crime, juiz do cível geral, de varas da família, de varas da fazenda, de varas dos registros públicos; fui juiz do tribunal do júri, fui juiz eleitoral, fui juiz trabalhista, durante dois anos, acumulávamos competência – era uma surpresa, mas

fomos juiz trabalhista também, com muito orgulho, o que serviu para nos ilustrar imensamente. Fiz parte, também, dos juízes que instalaram as turmas recursais dos juizados especiais do interior do Estado, e conseguimos inclusive fazer parte da elaboração desses projetos. Realizamos os primeiros mutirões de conciliação no Brasil e detemos o recorde do número de conciliações até hoje.

Em 2003 fui promovido por merecimento ao cargo de desembargador; integrei e integro diversas comissões, mas um dos projetos e comissões que eu mais me orgulho de integrara é o do movimento pela conciliação. Estudávamos ali o art. 5º da Constituição, o art. 2º e 47 do Código de Defesa do Consumidor, o 475-N, III e V, do CPC, e ainda assim tínhamos pessoas que achavam que nós deveríamos, Senador Luiz Henrique, fazer uma reforma constitucional para implementar algo que já estava nos textos de lei.

Por isso que eu respeito e tenho grande acatamento por aqueles colegas operadores do Direito, juízes que se filiam ao ativismo, ao protagonismo. Mas, com todos os respeitos que tenho, eu creio que o bom estudioso, aquele que está atento aos princípios, às questões principiológicas, às fontes pluri e mais o Direito não necessitam de algo mais do que isso, do que os textos, do que os princípios que estão na Constituição, porque a nossa Constituição de 88 ela é principiológica, como também o é o Código de Defesa do Consumidor, um dos melhores Códigos do mundo.

Então não necessitamos de ir muito além do que o próprio sistema que está aí e que já nos oferece para, com segurança jurídica e agindo dentro de um Estado democrático de direito, dar toda a prestação, dar toda a paz aos desavindos, como está tanto no art. 5º e tantos outros da Constituição Federal, Srs. Senadores, como está, também, em Isaías, Capítulo 32, Versículo 17.

Eminentes Srs. Senadores, o *Senatus,* como queriam os Romanos, é responsável pelos interesses do Estado, mas também por resguardar as coisas da *Res Publica*, da República. E uma das grandes funções, dentre tantas outras que tem, sem dúvida, é fazer esta arguição, é examinar, é sabatinar, é averiguar a composição de vários cargos de interesse da República e, entre eles, o de Ministros dos Tribunais Superiores.

Essa é uma das grandes missões, dentre tantas outras, do Senado.

O Superior Tribunal de Justiça é a Corte da cidadania, como é assim chamada. Ela resguarda a serenidade e a efetividade da prestação jurisdicional; ela dá uniformidade de representação; ela resguarda no que diz respeito ao direito federal, a aplicação uniforme da Constituição acerca das súmulas e dos seus enunciados e da sua jurisprudência; ela preserva essa uniformidade de interpretação das leis.

Sem dúvida nenhuma, esta sabatina é muito importante para que o pretendente possa, uma vez aprovado, integrar essa muito elevada corte dos sistemas jurisdicional e judicial do Brasil. Dizia que os lindes dos sistemas são mais que suficientes para que o juiz restabeleça a paz e traga a resolução do conflito sociológico.

Nós nos dedicamos durante muito tempo, Senador Luiz Henrique, a essas iniciativas, que se transformaram em projetos e agora em programas de âmbito nacional, como é o Movimento pela Conciliação. E, como dizia o Prof. Ada Pellegrini Grinover, nós não estamos descobrindo nada de novo, pois o art. 161 da Constituição do Império, de 1824, já pregava – e nós tínhamos já no Brasil algo que foi perdido infelizmente – os serviços de conciliação. Não estamos agora fazendo nem mais, nem menos do que recuperar, redescobrir, como diz o Prof. Ada Pellegrini Grinover, esses meios simples de resolução de conflito, haja vista que, em vários países do mundo, não se resolvem certos tipos de conflito através da prova judicial, através do processo presidido pelo juiz, através da sentença judicial; há outros mecanismos, também supervisionados pelo Judiciário, com certeza, que permitem a resolução dos conflitos mais simples e, inclusive, dos conflitos sociológicos.

Bem; eu preparei uma fala que iria muito mais adiante do que esta, mas quero me colocar à inteira disposição de V. Exªs. Tenho 29 anos de carreira, não tenho neles nenhuma mácula do meu passado profissional ou pessoal; sempre agi com muita lisura, com muita dedicação. Por todos os lugares por onde passei baixei substancialmente o número de processos em andamento. Sou um amplo soldado dedicado às questões do Judiciário. Sempre me envolvi em projetos nacionais; sempre fui muito além dos limites do meu gabinete. E estou aqui, humildemente, apresentando-me à seleção de V. Exªs para que, caso aprovado, possa integrar um dos mais significativos tribunais do meu País, o Superior Tribunal de Justiça.

Muitíssimo obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Desembargador Marco Aurélio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, Senador Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Presidente Eunício, estou recorrendo a V. Exª porque estou vivendo uma situação assim meio que inadministrável do ponto de vista do tempo. Sou, com

muita honra, o Relator do Ministro Marco Aurélio Bellizze Oliveira, e tenho, como Líder da Bancada, de ser o anfitrião, agora, da Ministra Ideli Salvatti que está visitando a Liderança para conversar com os setores.

Assim, encareço a V. Exª designar, se for possível nesses poucos minutos, o Senador Luiz Henrique, que é o Relator do Ministro Buzzi, para, cumulativamente, responder pelas duas relatorias, enquanto eu me ausentar, ainda porque já volto em seguida.

Antes, porém, Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu queria fazer três perguntas.

Um dos maiores problemas da Justiça brasileira, como todos sabem, ainda é a demora nos processos. Tanto o Ministro Bellizze como o Ministro Buzzi, durante todo o processo de suas atuações profissionais, demonstraram preocupações com a efetividade das decisões judiciais.

O STJ, Superior Tribunal de Justiça, julgou mais de 330 mil processos em 2010 – exatamente 330.283 processos, quase, Sr. Presidente, Srs. Senadores, mil processos por dia, um número fabuloso. Do meu ponto de vista, isso é contraproducente, e, talvez, essa quantidade acabe prejudicando mesmo a qualidade dos julgamentos.

Dito isso, queria fazer essas três perguntas ao dois sabatinados.

Primeira: considerando todos os esforços que vêm sendo feitos, a exemplo da bem sucedida instauração ampla do processo eletrônico e da lei de recursos repetitivos, não seria o momento de estabelecer o mecanismo similar, repercussão geral para o Superior Tribunal de Justiça, a fim de que fosse possível selecionar e julgar apenas o que é relevante para o País e para a uniformização da jurisprudência.

A segunda, como V. Exªs veem sob a ótica da celeridade processual as mudanças nos ritos das ações civis que estão sendo propostas no projeto do Código de Processo Civil. Isso ajuda na efetividade da prestação jurisdicional? Pergunto.

A terceira e última.

No ambiente de conflito que ainda prevalece a cultura da litigância, onde cerca de 85 milhões de processos são ajuizados anualmente, não seria o caso de também estimular e aprimorar o uso dos meios alternativos da solução de conflitos?

Eram essas três perguntas que eu gostaria de fazer e, imediatamente, voltarei, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Renan Calheiros.

Pela ordem de inscrição, concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Com a palavra o Senador Casildo.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – É uma coisa sui generis.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pois não. Ouço V. Exª ressalvando que nós temos a ordem de inscrição.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Não vou fazer interpelação. Apenas como o Senador Renan Calheiros vai receber a Ministra, e ela é catarinense, e como temos dois catarinenses aqui, sendo o Senador Luiz Henrique, ele vai permanecer. Deixo os meus cumprimentos aos dois Ministros Marco Aurélio... Casualmente, é uma Ministra catarinense que vai estar, como o Senador Luiz Henrique fica, eu gostaria de ir.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Casildo.

Pela ordem de inscrição, concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Pela ordem de inscrição, concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – O Senador Luiz Henrique estava pedindo preferência pelas mesmas razões. Ficará a critério de V. Exª

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vamos fazer a sabatina, hoje, do pela ordem.

Senador Luiz Henrique, V. Exª é o relator e está com a delegação inclusive do Líder Renan Calheiros.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Que abre preferência ao relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Claro, V. Exª tem preferência.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Posso conceder prioridade ao Senador.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Não demorarei, serei rápido.

Apenas para dizer, Sr. Presidente, que ambos atendem os critérios fundamentais para a indicação. Nós não temos objeções em relação a itinerário percorrido, à qualificação técnica e profissional, às questões ligadas à ética e à probidade. Portanto, ficamos confortáveis para o voto. Apenas, fazemos algumas indagações no exercício da nossa função cumprindo tabela aqui nesta Comissão, nesta sabatina rápida.

Vou dividir as questões. Farei as indagações inicialmente ao catarinense, depois ao carioca.

O Senador Renan já falou sobre a morosidade dos processos, o acúmulo de processos, verdadeiros contêiners cheios de processos no STJ, e nós indagamos especialmente em razão da opinião do Ministro

Marco Aurélio, do Supremo Tribunal Federal, que defendeu a tese de dobrar o número de Ministros do STJ de 33 para 66, tendo em vista o número excessivo de processos que chegam àquela Corte.

Queria saber a opinião de V. Exª a respeito: se seria necessário o aumento do número de magistrados, ou se existem outras alternativas para dar celeridade aos julgamentos. Por exemplo, se a melhoria da gestão da administração judiciária seria também o caminho.

Outra indagação.

Tramita no Senado Federal uma Proposta de Emenda Constitucional de nº 15, a chamada PEC dos Recursos, que incorpora a proposta do Presidente do STF no tocante à restrição de interposição dos recursos especiais e dos recursos extraordinários.

No caso do STJ, quais são as posições de V. Exª sobre essa proposta de restringir os recursos especiais? Não seria uma mitigação do princípio constitucional da ampla defesa?

Eu gostaria de saber a opinião do Dr. Marco Aurélio sobre a atuação do Conselho Nacional de Justiça no exercício da competência fiscalizadora dos atos administrativos do Poder Judiciário.

Há outra questão. O Poder Judiciário encaminhou ao Congresso Nacional um plano de carreira de seus servidores, sob a alegação de que os salários do Poder estão defasados em relação ao Executivo e ao Legislativo. O Governo alega que não existem recursos para conceder aumento, mas, mesmo assim, mantém a máquina pública inchada, com quase quarenta Ministérios, e tem encaminhado ao Congresso Nacional projetos de lei que criam cargos para o Poder Executivo, aumentando, de maneira significativa, os gastos públicos. Isso tem sido reiterado principalmente por meio de medidas provisórias.

Indago a V. Exª se o argumento do Presidente do STF, de que os salários do Judiciário estão defasados, é um argumento correto. Qual a influência desse sucateamento salarial no dia a dia dos Tribunais?

Faço outra indagação. O Superior Tribunal de Justiça (STJ) tem a competência de processar os Governadores de Estado nos casos de crime comum. Entretanto, para dar início ao processo penal contra os Governadores, o STJ tem de pedir licença à Assembleia Legislativa. V. Exª é favorável a uma alteração constitucional que permita processar diretamente os Governadores, ou seria uma afronta ao princípio da soberania popular o fato de não consultar previamente os representantes do Poder Legislativo estadual?

Eram essas as rápidas questões que eu gostaria de abordar, para dar vez ao Senador Luiz Henrique.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Antes de conceder a palavra ao próximo orador, registro, com prazer, a presença da Dr. Julieta Elizabeth Fajardo Cavalcanti de Albuquerque, que é Subprocuradora-Geral da República.

Pela ordem de inscrição, teria a palavra o Senador Lobão Filho. Mas pede a palavra, como Relator, o Senador Luiz Henrique da Silveira. Por precedência, tem a palavra S. Exª.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, na reunião anterior, quando relatei o processo referente à nomeação do ilustre Desembargador Marco Aurélio Gastaldi Buzzi, tive a oportunidade de salientar a qualidade e a competência dos novos Ministros nomeados por Sua Excelência a Presidenta Dilma Rousseff. Por isso, vou diretamente às questões objetivas.

Se não me engano, se não estou mal informado, são duas vagas a serem preenchidas no criminal, e há uma vaga a ser preenchida no cível. E me parece que a demanda de processos no criminal vem se avolumando, e haveria necessidade de se suprirem logo essas vagas. Por isso, todas as perguntas que vou fazer dizem respeito a questões de processo penal. Vou fazê-las em seguida:

1º) Em sede de distrito processual penal, existe a possibilidade de produção antecipada de prova, sendo justificativa para tanto o mero decurso de tempo?

2º) É possível a progressão de regime de pena aos condenados por crimes hediondos?

3º) Na sentença, no que se refere à aplicação da pena, a existência de inquéritos e de ações criminais não transitados em julgado pode agravar a pena base?

4º) Com a edição da Lei nº 12.403, de 4 de maio de 2011, houve um abrandamento da prisão cautelar. Qual a opinião dos ilustres sabatinados sobre essas medidas?

5º) Nos delitos de trânsito, a prova direta é suficiente para comprovar a embriaguez ao volante.

São essas as questões que eu gostaria de ver respondidas pelos ilustres Ministros recém-nomeados.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Luiz Henrique.

Pela ordem de inscrição, concedo a palavra ao Senador Lobão Filho.

Tem a palavra V. Exª, Senador.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Obrigado, Sr. Presidente.

Antes de mais nada, eu queria parabenizar ambos os desembargadores pela biografia profissional irretocável, o que nos dá muita alegria em vermos tais figuras agora adentrando o STJ.

Sabedor que sei da angústia de V. Exªs, esperando esse recesso parlamentar, o que deve ter sido um sofrimento, preparei algumas perguntas, mas vou limitar-me a apenas uma. E queria alertar ao Presidente que nós temos um Senador a menos aqui e, dessa forma, não conseguiremos iniciar a votação e também, se não formos céleres, inicia-se a Ordem do Dia e não conseguiremos votar, mas apenas ampliar a angústia dos nossos sabatinados.

A pergunta que faço a ambos é a seguinte: a criação do Conselho Nacional de Justiça – CNJ – e do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP, foi saudada como um verdadeiro divisor de águas na atuação do Poder Judiciário. Críticos, entretanto, vêm registrando que o Colegiado algumas vezes extrapola as suas funções, invade a área de atuação dos tribunais do Poder Legislativo, chegando a inovar o ordenamento jurídico e a ter uma atuação quase jurisdicional. De outra parte, alguns analistas acham que o Colegiado tem uma composição muito corporativista, o que faz, na prática, com que não exerça efetivamente o controle administrativo do Poder Judiciário e do Ministério Público.

O que V. Exªs acham da atuação do CNJ e do CNMP e, como conseqüência, seria possível alterar a sua composição para reforçar a participação de entidades *(fora do microfone)* da sociedade civil?

Eram essas as indagações, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Lobão Filho.

Pela ordem de inscrição, concedo a palavra ao Senador Demóstenes Torres.

Tem a palavra V. Exª, Senador.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Desembargador Marco Aurélio Bellizze de Oliveira, Desembargador Marco Aurélio Gastaldi Buzzi...

Desembargador Bellizze, o Senador Luiz Henrique faz uma pergunta, que eu acho da maior importância, acerca da Lei nº 2.403, de 2011, que trouxe uma inovação extraordinária em relação às medidas cautelares no processo penal brasileiro. Parte da doutrina entendeu que é uma lei extremamente avançada e uma outra parte a apelidou de “lei da soltura”. O que V. Exª pensa acerca dessa lei?

Nós estamos comemorando agora, Desembargador Bellizze, cinco anos de vigência da chamada Lei Maria da Penha. Essa lei, naturalmente, combate a violência doméstica contra a mulher. Todavia, vários tribunais têm estendido a proteção além da mulher, especialmente a homossexuais e, em alguns casos, até a homens também que são vítimas de violência doméstica. V. Exª acha que essa lei, por ser uma ação afirmativa, deve se circunscrever à proteção da mulher ou V. Exª é favorável a essa ampliação que os tribunais têm dado a ela?

Perguntaria também a V. Exª, Desembargador Bellizze: o nosso Código Penal prevê a redução à metade dos prazos de prescrição para quem tenha 21 anos na data do fato ou mais de 70 anos na data da sentença, e nós estamos verificando dois fenômenos no Brasil: primeiro, o aumento da expectativa de vida e, segundo, o aumento da criminalidade juvenil. Indago a V. Exª se, no dia de hoje, é ainda justificável esse tipo de proteção para quem tem entre 18 e 21 de idade.

Questiono também a V. Exª se, em decorrência de inúmeros casos que vêm acontecendo no Brasil, é a favor de o Ministério Púbico fazer investigação e denunciar. E se V. Exª for favorável à investigação, se ela deveria ter limites, ter balizamentos como por exemplo do inquérito policial.

Nós verificamos também no Brasil um incremento grande da corrupção, basta verificar o que tem acontecido atualmente. Ao mesmo tempo, o Judiciário tem tentado fugir de um princípio tradicional que é chamado de inércia da jurisdição. V. Exª é a favor de certa forma de que o juiz possa tomar a iniciativa – não da ação penal, naturalmente – em determinados casos, produção de prova, ou até determinadas medidas de ofício?

Também perguntou creio que o Senador Renan Calheiros e o Senador Lobão Filho acerca de algo muito caro hoje ao brasileiro, que é a agilidade do Poder Judiciário. Algumas propostas têm aparecido. E uma delas é duplicar o número de Ministros do Superior Tribunal de Justiça. V. Exª entende que essa é uma medida cabível ou V. Exª acha que, se dermos ao STJ alguns institutos de que o Supremo dispõe, como limitação de processos repetitivos, repercussão geral, súmula com efeito vinculante, se isso poderia ser uma solução melhor.

Perguntaria ao Ministro Gastaldi Buzzi sobre um tema palpitante que tem monopolizado a mídia, inclusive há projetos aqui no Senado e na Câmara acerca dessa situação. V. Exª é a favor da internação compulsória em casos extremos de usuários de drogas? Muita gente tem confundido isso, Excelência, com juiz ou autoridade pública ver um drogado ali e pegar. As propostas que existem em tramitação no Senado dizem que o juiz depois de feita a perícia, de verificada pelos médicos a necessidade da internação, independentemente da vontade do usuário, ele pode determinar essa internação, mas sempre com critérios médicos presentes.

Também indagaria a V. Exª acerca de uma questão palpitante hoje no mundo judiciário, que é sobre a composição do Superior Tribunal de Justiça. A Ministra Eliana Calmon, que hoje integra o Conselho Nacional

de Justiça – se não me engano é corregedora –, veio aqui em uma audiência pública – acho que foi até na sabatina dela mesmo – e manifestou-se contrariamente a que desembargadores oriundos do Quinto constitucional integrassem o Superior Tribunal de Justiça, sob o entendimento de que quem deve concorrer às vagas de magistrados para os tribunais superiores são necessariamente aqueles oriundos da magistratura. Ela diz até que há um desequilíbrio em relação a isso, porque muitos que são advogados e membros do Ministério Público se tornam desembargadores e, depois, se tornam magistrados nas vagas dos desembargadores.

E qual a posição de V. EXª em relação a isso?

Também têm surgido questionamentos sobre a composição do Supremo Tribunal Federal. Há várias propostas aqui, algumas limitando, estabelecendo mandato para o Supremo Tribunal Federal, outros dizendo que ia haver uma espécie de cotas, ou V. Exªs acham que a composição ideal é a que hoje está prevista na Constituição da República.

Também foi indagado aqui e eu reforço aqui, Ministro Buzzi, acerca da proposta que foi encampada por um dos nossos colegas aqui – proposta do Ministro Peluso –, antecipando o trânsito em julgado para o segundo grau de jurisdição, fazendo com que os recursos especial e extraordinário fossem uma espécie de ação rescisória, e que subissem, eventualmente, para o Supremo e tribunais superiores. Qual a avaliação de V. Exªs, especialmente o Ministro Buzzi, acerca dessa proposta?

Também indago a V. Exª sobre o seguinte: há uma proposta que foi discutida exaustivamente aqui quando da reforma do Código de Processo Penal, que era fazer com que o *habeas corpus* voltasse ao seu espírito original, que é praticamente o que o mundo inteiro adota, ou seja, você passa a ter *habeas corpus* preventivo quando há uma ameaça ao direito constitucional de ir e vir, ameaça fundamentada, ou seria suspensivo, quando essa ameaça, quando essa violação já tivesse se concretizado. No Brasil, o *habeas corpus* é panaceia para todos os males. Tem até recurso em *habeas corpus*. A proposta que inclusive foi encampada por um dos ministros mais brilhantes que passaram pelo Superior Tribunal de Justiça, que presidiu a comissão de notáveis, o Ministro Hamilton Carvalhido – que inclusive, para nossa felicidade, aqui se encontra hoje –, na minha opinião, infelizmente, foi alterada. Qual é a opinião de V. Exª, Ministro Buzzi, sobre não a limitação, porque o *habeas corpus* sempre é possível que seja impetrado, mas que ele não seja o sucedâneo de medidas já existentes no Código de Processo Penal?

Também indagaria a V. Exª acerca da Lei 11.698, que é a lei da guarda compartilhada. O que acontece? Fizemos aqui essa lei, e demos ao juiz a possibilidade de ele determinar aos pais que a guarda deva ser compartilhada. Todavia, li uma crítica recente de que os juízes têm se limitado a somente estabelecer a composição, a avença feita pelos pais. O que V. Exª acha? Se fosse para isso, a lei já existia. Se fosse para homologar acordo entre pais, não haveria necessidade de uma nova lei. Gostaria de saber se V. Exª considera que essa lei deve ser aplicada na sua integralidade, e se o juiz, muitas vezes, deve afrontar a vontade paterna e estabelecer a guarda compartilhada.

Também acerca da Lei 12.010, de 2009, que apresentamos aqui, foi uma lei que objetivou facilitar a adoção. Todavia, o que estamos observando? Que há ainda um contingente de crianças sem lar no Brasil, e, quanto mais velhas essas crianças, menos chances têm de ser adotadas. V. Exª acha que o magistrado deveria aproveitar essa lei e flexibilizar eventuais dificuldades procedimentais para que a adoção se ultime?

Sei que V. Exª, Ministro Buzzi – desculpe-me: Desembargador Buzzi, mas já prevendo que V. Exª se tornará um Ministro –, é um especialista em conciliação. Vamos ter dois grandes eventos aqui no Brasil, Copa do Mundo e Olimpíadas, em que, naturalmente, vários estudiosos estão se debruçando sobre a composição rápida desse conflitos, inclusive por telefone, Internet. Gostaria de saber se V. Exª tem alguma ideia já acerca desses temas.

E perguntaria, finalmente, acerca de outra questão que apresentamos chamada alienação parental. A lei prevê multa. Mas eu fico achando difícil, e até não vi nenhum caso em que a multa seria aplicada nesse caso de desatenção de um dos pais, inoperância ou desídia na criação dos filhos. V. Exª vê quando essa multa pode ser aplicada? V. Exª poderia estimar um valor para que ela fosse aplicada?

Agradeço a V. Exªs pela tolerância, Sr. Presidente, e Srs. Desembargadores.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Demóstenes Torres, sempre brilhante nas suas arguições. E a Mesa não poderia deixar de ouvir V. Exª, que sempre faz perguntas e questionamentos bastante pertinentes.

Eu passo a palavra ao Senador Pedro Taques para a sua arguição. V. Exª tem a palavra, Senador Pedro Taques.

O Senador Demóstenes esgotou quase todos os temas da Constituição, mas vou tentar fazer algumas perguntas.

Vou fazer pergunta para os dois, Sr. Presidente. Srs. Senadores, antes das perguntas eu quero elogiar o currículo dos dois; analisei o currículo, a vida passada e, com certeza, estamos diante de dois indicados

para o STJ que, em sendo aprovados por esta Casa, honrarão o Superior Tribunal de Justiça.

O que os senhores entendem das férias de 60 dias para os magistrados, membros da MP, e 55 dias de recesso para parlamentares? Se isso é inconstitucional, tendo como princípio a isonomia com o trabalhador? Por óbvio, nós sabemos a diferença entre trabalhador, em sentido restrito, agente político, salário e subsídio. Essa é a primeira indagação.

Na opinião dos senhores por que o Brasil é um país assustadoramente corrupto? Isso não é primazia do Poder Legislativo, nem do Poder Executivo, mas, também, do Judiciário, basta uma leitura no relatório da corregedora-geral do Conselho Nacional, S. Exª a Ministra Eliana Calmon, que recentemente restou publicado. Quais os mecanismos que nós poderíamos criar para evitar que o Brasil seja um país tão corrupto como é, evitando-se, assim, a impunidade? Na opinião dos senhores.

Eu gostaria de perguntar agora, especificamente ao Desembargador Marco Aurélio Oliveira, qual o seu entendimento sobre o Princípio da Razoabilidade? Se o Princípio da Razoabilidade protege apenas a proibição de excesso ou a proteção insuficiente, isto tendo em conta o seguinte fato: um trabalhador que furta, em concurso de pessoas, um xampu ele recebe dois anos de reclusão; e um político que desvia 100 milhões de reais, ele também recebe dois anos de reclusão, conforme os tipos do art. 155 e 233 do Código Penal. Se isto ofende o Princípio da Razoabilidade, tendo em vista o excesso e a proteção insuficiente?

Ao Desembargador Marco Aurélio. Qual é o papel do STJ, na opinião de V. Exª, na proteção aos direitos humanos? E tendo em conta a função constitucional do STJ, se V. Exª concorda com o aumento, a majoração da legitimidade, para o incidente de deslocamento de competência? Hoje, só o PGR usa esse alargamento para os legitimados do art. 103 da Constituição, que trata dos legitimados para o ajuizamento da DIN.

Ao Desembargador Marco Aurélio Buzzi, li o material do senhor a respeito da conciliação. Gostaria que V. Exª fizesse um paralelo, uma reflexão a respeito do sistema norte-americano – é lógico que adota a cultura jurídica ango-saxônica – e o sistema brasileiro – que adotada a cultura romano-germânico – sobre a conciliação. Se o senhor tivesse números dos Estados Unidos na seara penal e na seara cível, porque, ao que consta, o número de transações que ocorrem nos Estados Unidos é assustadoramente superior ao Brasil, por que isso ocorre e por que nós não temos mecanismos para superar esta diferença.

Qual é a posição de V. Exª a respeito do ativismo judicial na chamada politização do Poder Judiciário e judicialização de políticas públicas?

Qual é a opinião de V. Exª a respeito do papel do Supremo Tribunal Federal, substituindo o Congresso Nacional, por meio da chamada legislação judicial, e resolvendo conflitos metaindividuais? (*Pausa*.)

Só um minutinho, Sr. Presidente.

Qual é a posição de V. Exª a respeito da mudança constante da jurisprudência no Superior Tribunal de Justiça? O Superior Tribunal de Justiça foi criado com o sentido de uniformizar a jurisprudência nacional e a mudança na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça frente ao Princípio da Segurança Jurídica? Se isso não traz prejuízos, inclusive econômicos, para a República Federativa do Brasil? É lógico que não estamos aqui a defender o engessamento da jurisprudência, mas o perigo que isso representa para o princípio da segurança jurídica.

E, por fim, ao Desembargador Marco Aurélio: A última lei que trata das prisões cautelares deixou de fora três crimes. Por exemplo: corrupção, formação de quadrilha e coação no curso do processo. Hoje não pode mais ter mais ter prisão preventiva. Então: Qual é a opinião de V. Exª a respeito disso?

São essas as indagações, Sr. Presidente, mais uma vez elogiando-os, e penso que os requisitos constitucionais se encontram presentes, mas a sociedade precisa saber qual é a posição dos indicados a respeito de valores constitucionais, tendo em conta que, em sendo aprovados nesta Casa, eles ali exercerão suas atribuições jurisdicionais até os 70 anos, com repercussão na vida de milhões de brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado ao Senador Pedro Taques.

Pela ordem de inscrição, nós temos ainda dois Senadores que pedira a palavra: o Senador Aécio Neves, a quem vou conceder a palavra agora, e, por último, o Senador Dornelles para darmos início ao processo de votação.

Tem a palavra o Senador Aécio Neves.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Serei, Sr. Presidente, bastante breve, até porque temos, já aqui alertado pelo Senador Lobão, que tomar cuidado para que não se inicie a Ordem do Dia e nós percamos mais uma oportunidade de dar por concluído esse processo.

Mas a minha palavra se aterá apenas à saudação, no primeiro instante, da altíssima qualidade dos sabatinados, o que nos dá, aos Senadores da Oposição, uma grande tranquilidade para podermos aqui sufragar seus nomes e levá-los ao STJ.

Eu vou, já que muitas das questões mais relevantes já foram aqui colocadas, em especial pelos Senadores Demóstenes, Pedro Taques e Luiz Henrique, que dizem respeito a preocupações que são de todos nós, presentes permanentemente nas sabatinas das quais temos participado, que dizem respeito ao papel, à composição, e atuação do Conselho Nacional de Justiça, por exemplo; a permanente preocupação em relação à celeridade na tramitação dos processos, a própria composição do STJ a partir de sugestão feita recentemente por um membro do Governo, que fala de duplicar o número de seus membros, mas eu vou me ater especificamente a duas questões: uma dirigida ao ilustre Desembargador Marco Aurélio Bellizze Oliveira – e é muito bom saber, Dr. Marco Aurélio, que teremos mais um grande penalista no STJ.

Essa questão já foi aqui, de forma talvez um pouco superficial, atacada pelo Senador Demóstenes, mas eu gostaria que V. Exª pudesse, efetivamente, com a experiência que tem, nos dizer o que pensa sobre a atual lei de drogas; quais são os pontos ainda vulneráveis da Lei nº 11.342, no que diz respeito às penas previstas e às medidas educativas adotadas pelo legislador? Na verdade, nós queremos saber que espaço ainda existe na avaliação, a partir da experiência de V. Exª, para que essa legislação seja aprimorada? E um tema bastante atual: Gostaria de saber a posição de V. Exª em relação ao papel do Estado, se o Estado pode efetivamente ter instrumentos legais para obrigar o usuário habitual de drogas a se tratar?

É um assunto que já foi trazido aqui pelo Senador Demóstenes, mas que eu gostaria que V. Exª pudesse abordá-lo de forma objetiva, já que este é um tema que nos preocupa a todos e alguns Estados vêm tomando iniciativas recentes nessa direção.

Ao ilustre Desembargador Marco Aurélio Gastaldi Buzzi, eu quero saudá-lo, dizer que respeito e tenho certeza, assim como os demais Senadores, do papel importantíssimo, de grande relevo, que V. Exª vem tendo para tornar a conciliação um processo mais conhecido e, partir daí, mais utilizado pela população. Da mesma forma, temos preocupações também com esses grandes eventos aos quais se referiu o Senador Demóstenes.

Mas temos no Brasil uma tradição, talvez até cultural, de certa irreverência ao juiz togado. Então, a partir da experiência de V. Exª, eu gostaria de saber se entende que, além do convencimento, seria necessária, eventualmente, alguma mudança legislativa que pudesse sedimentar de vez essa prática que todos concordamos essencial à própria convivência dentro de uma sociedade?

Portanto, a V. Exªs, mais uma vez, os meus cumprimentos. Será com muita alegria e com muita serenidade que estaremos nós, da oposição, sufragando os dois nomes a esta Comissão trazidos hoje, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Aécio Neves.

O próximo orador inscrito é o Senador Dornelles e, em seguida, por último, o Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, Senador Eunício Oliveira, Desembargador Marco Aurélio Bellizze, Desembargador Marco Aurélio Buzzi, eu queria, inicialmente, fazer uma saudação ao Desembargador Manoel Alberto Rebêlo dos Santos, Presidente do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, cuja presença honra a Comissão de Constituição e Justiça do Senado nesta sabatina do nosso também Desembargado do meu Estado, Marco Aurélio Bellizze.

Não vou fazer nenhum questionamento, Sr. Presidente, Os Senadores que me antecederam já fizeram vários questionamentos que serão analisados pelos sabatinados. Eu apenas quero mostrar, como Senador pelo Estado do Rio de Janeiro, a satisfação e a honra de ver aqui o Desembargador Marco Aurélio Bellizze, indicado pela Presidente da República para o STJ, pois estou certo, pelo seu currículo resumido, que é um verdadeiro livro, que honra qualquer sabatinado que venha a esta Casa, que terá o apoio integral do Senado Federal. E quero também cumprimentar o Desembargador Marco Aurélio, nosso companheiro, ilustre desembargador de Santa Catarina, que, estou certo, preenche todos os requisitos e que vai honrar muito o Superior Tribunal de Justiça.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Francisco Dornelles, pelas suas palavras sempre equilibradas aqui nesta Comissão.

Concedo a palavra ao último orador inscrito, Senador Antonio Carlos Valadares, para, depois, conceder a palavra ao Desembargador Marco Aurélio Bellizze e também ao Desembargador Marco Aurélio Buzzi. Por coincidência dois desembargadores e os dois de nome Marco Aurélio. Uma coincidência total! E, claro, ambos com currículos brilhantes.

Com a palavra o Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, Srs. Desembargadores, é um prazer participar desse debate, quando V. Exªs se habilitam a uma missão que considero da mais alta

importância; o cargo de Ministro do STJ. E o Senado Federal, conhecendo como conhece os currículos dos candidatos, haverá de fazer justiça e ratificar aquilo que a opinião pública espera do Poder Legislativo.

Eu gostaria apenas de que V. Exªs enfatizassem a questão do acúmulo de processos nos tribunais superiores, no STJ e também no Supremo Tribunal Federal. A sociedade brasileira hoje tem problemas, primeiro, pela dificuldade da contratação de advogados; segundo, pela demora no trâmite das demandas judiciais. Há um acúmulo impressionante de ações nos tribunais.

Ora, se pudéssemos reduzir essas demandas, muitas delas repetidas – e o Poder Legislativo como o próprio Supremo já adotaram medidas para reduzir esse acúmulo –, acho que a sociedade brasileira, principalmente os mais pobres, se beneficiaria mais ainda.

Sabemos que existem leis que foram criadas para promover a maior celeridade dos processos e até o acesso gratuito à Justiça, como é o caso dos Juizados Especiais da Fazenda Pública Federal, dos Juizados Especiais das Fazenda Públicas estaduais, que nós aprovamos. Fui, inclusive, o autor dessa lei dos Juizados Especiais das Fazendas Públicas estaduais.

Então, o que queria essa isso: quais os instrumentos de que hoje nós dispomos para acelerar, perante os tribunais, as demandas judiciais, reduzindo o acúmulo de ações no Poder Judiciário?

Agradeço a V. Exªs. E nós sabemos que existem os direitos difusos, coletivos, individuais, homogêneos que foram uma conquista da nossa Constituição. Gostaria que também V. Exª, Dr. Marco Aurélio, que também é um especialista, um defensor de ações que, em vez de serem propostas individualmente, sejam feitas de forma coletiva, para reduzir os custos e também o acúmulo de processos judiciais.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Valadares.

Pela ordem, Senadora Lúcia Vânia.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, gostaria de usar a palavra para cumprimentar os Exmºs Desembargadores indicados como Ministros e fazer algumas indagações que aqui já foram colocadas, mas que gostaria de enfatizá-las.

A primeira delas foi colocada pelo Senador Demóstenes, sobre a Lei Maria da Penha. Além do questionamento feito pelo Senador Demóstenes, eu gostaria de saber a avaliação de V. Exªs sobre os cinco anos da aplicação da lei e onde estão os maiores gargalos.

A segunda, também colocada pelo Senador Demóstenes e pelo Senador Aécio, sobre a internação compulsória de dependentes químicos. É uma questão que eu gostaria de ver enfatizada.

Por fim, gostaria também de saber sobre a redução da maioridade penal e a opinião de V. Exªs sobre a nova Lei de Falência.

No mais, cumprimento-os e lhes desejo muito sucesso no novo desafio que vão enfrentar.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senadora Lúcia Vânia, que engrandece a representação do Estado do Goiás aqui nesta Casa.

Passo a palavra, pela ordem de chamada, ao Dr. Marco Aurélio Bellizze de Oliveira, para responder os questionamentos. Em seguida, darei a palavra ao Dr. Gastaldi Buzzi. Peço aos senhores que, se puderem condensar as respostas, e não havendo contestação dos Srs. Senadores, que passemos, em seguida, ao processo de votação, tendo em vista que já são 16h19 e, daqui a pouco, vamos começar a Ordem do Dia, que tem precedência sobre todas as Comissões, assim como esta tem sobre as outras Comissões na questão do posicionamento devido ao Regimento desta Casa.

Tem a palavra V. Exª, Desembargador Marco Aurélio Bellizze Oliveira. V. Exª tem a palavra para fazer um resumo e responder todas as perguntas, os questionamentos dos Senadores. Da mesma forma, vou proceder com o Desembargador Marco Aurélio Gastaldi Buzzi.

Tem a palavra V. Exª.

O SR. MARCO AURÉLIO BELLIZZE OLIVEIRA – O Senador Renan Calheiros indaga sobre morosidade, problemas do STJ de 330 mil processos julgados, 230 mil distribuídos e fala sobre o mecanismo da repercussão geral utilizado para a contenção de subida de recurso no Supremo, se seria viável para o STJ.

Em tese, todos os tribunais superiores deveriam estar aparelhados para evitar, conter causas. Mas o fato é que a realidade é evidente, no sentido da impossibilidade na decisão em tempo hábil, decisão justa, decisão célere, decisão com qualidade de todas as demandas. Então é inegável que este assunto, a possível repercussão geral ou a relevância da questão federal na antiga Constituição, vai ser discutido nesse contexto, em um contexto até que se propõe a duplicação do Superior Tribunal de Justiça.

Penso que alguns mecanismos devem ser examinados antes da duplicação de tribunais, pela estrutura, pela maior onerosidade aos cofres públicos. O CPC já traz medida que, parece-me, vai dar um grande avanço nisso, que é o novo projeto do CPC, que passou aqui no Senado, de resolução de demandas repetitivas. Quer dizer, o que já fazemos em sede de

recurso, nós vamos tentar fazer na primeira instância. Isso deve dar um resultado positivo.

Depois temos um projeto de emenda constitucional de súmula impeditiva de recurso; quer dizer, são mecanismos de racionalização do trabalho que devem ser testados antes de uma mudança de estrutura, até porque depois não tem como voltar atrás, e fica ocioso. Então eu penso que é inegável que a repercussão geral ou instituto semelhante vá ser proposto estudado, é matéria que deve debatida e no Senado Federal não tem lugar mais apropriado, junto com os tribunais. A mudança de rito que o Senador perguntava no projeto CPC é fundamental é fundamental. O incidente de resolução de demandas repetitivas acho que trará resultados, a unificação do procedimento. Há discussões sobre a redução de alguns recursos, limitando a capacidade das partes de chegarem aos tribunais. Isso tem que ser melhor discutido, mas o fato é que o novo projeto do CPC, como o novo projeto do Código de Processo Penal, principalmente a versão original, traziam mecanismos que certamente ajudariam a Justiça de primeira e segunda instâncias e, por consequência, as Justiças especiais, os tribunais superiores, o STJ e o Supremo Tribunal Federal.

É evidente que a conciliação é a saída, principalmente em matéria de Direito Disponível, como já se fala e se pratica hoje a transação no Direito Penal em algumas situações em que o instituto é possível e é recomendável. O próprio Código de Processo Penal novo fala nos crimes patrimoniais sem violência, onde a composição do dano extinguiria a punibilidade. A justiça restaurativa do CPC são mecanismos alternativos que têm que ser praticados, porque o julgamento em tempo hábil de todas essas demandas não se mostra possível no momento em que vivemos.

O Senador Alvaro Dias, pergunta sobre a atuação do CNJ na fiscalização de atos administrativos.

O CNJ é uma realidade. Podemos, hoje, dizer que é uma necessidade. Claro que dentro dos limites, como falei na minha manifestação – limites de atribuição. Fiscalização de atos administrativos, estabelecimento de padrões administrativos para todos os tribunais é função do CNJ. Eventuais excessos... Em todas as funções, o sistema de freios contrapeso, o Supremo está aí para atenuar como tem feito. Então acho que a atuação do CNJ é uma necessidade, é uma realidade, não tem volta.

O Plano de Carreira dos Servidores. Recursos financeiros, o Senador Alvaro Dias perguntava se isso influi na atuação do Poder Judiciário, no funcionamento. É claro que influi. A excessiva troca, a rotatividade de funcionários porque conseguiu um emprego com remuneração melhor, é claro que atrapalha o desenvolvimento do Poder Judiciário. Mas essa questão abrange não só os servidores do Judiciário, abrange servidores do Executivo... O equacionamento disso é uma questão complexa, mas é inegável que a falta de estrutura para os funcionários atrapalha as instituições, seja do Judiciário, Executivo e do próprio Legislativo.

Processar Governador de Estado, licença à assembléia legislativa, é uma questão de fórum eminentemente político a ser debatido aqui, mas eu penso que não se justifica mais matéria criminal um poder depender do outro. A matéria criminal deve ser com as cautelas, principalmente, porque envolve agentes políticos, uma divulgação precipitada ou indevida de uma suposta conduta irregular causa prejuízo eleitoral inevitável, mas também deixar ao talante da assembléia legislativa exclusivamente variando em função de interesses políticos locais a definição do que é crime ou não, do que possa ser aventado ou não, o que proponho é responsabilidade do processamento da apuração, responsabilidade do juiz que vai receber ou não isso. Penso que não se justifica a necessidade de licença à assembléia legislativa.

Senador Luiz Henrique, fala da produção antecipada de prova por mero decurso de tempo.

O Judiciário anda tão abarrotado que procurar fazer uma produção antecipada pelo mero decurso de tempo, é perder tempo duas vezes, até por causa das limitações de aplicar censura penal a alguém que não foi encontrado. O réu não está localizado e fazer a produção antecipada de provas é gastar esforço. A produção antecipada de provas é quando a testemunha está prestes a deixar o País... Olimpíada, isso nós vamos ter que fazer dar um tratamento célere. Testemunha ameaçada, testemunha doente. Então, deixar os poucos recursos da justiça para situações em que pode efetivamente gerar uma efetividade da prestação jurisdicional.

Sobre progressão de regime como crime hediondo, isso é uma realidade que os tribunais, a jurisprudência chegou lá e a própria lei estabeleceu a progressão de regime. Saber se os percentuais, as frações com que hoje nós concedemos livramento condicional, progressão de regime em crimes hediondos ou não, isso sim é matéria que deve ser debatida. Um sexto é muito pouco, é um reclamo geral na sociedade. Então, é matéria que a formação de consenso é tarefa do próprio Legislativo, do consenso não só dos operadores do Direito, mas do consenso da população é matéria a ser trazida para ampla discussão e deliberar. O que queremos do nosso preso, quanto queremos gastar com ele, se queremos recuperar o preso ou se queremos estratificá-lo. É uma discussão que vai envolver recursos e que deve envolver toda a sociedade,

porque situações ocorrem em que o juiz, quando não defere: "Ah, aconteceu um fato, ele já tinha direito ao livramento condicional". E quando defere: "Ah, ele saiu, cometeu outro crime", como se o juiz pudesse evitar a prática de outro crime posterior. Então são matérias que devem ser debatidas, mas efetivamente, hoje, a progressão em crime hediondo é uma realidade na jurisprudência, uma lei na própria lei que alterou a lei de crimes hediondos.

A possibilidade de influir em inquéritos e ações em andamento na sentença para agravamento da pena. A matéria está sumulada no STJ, posso estar equivocado, é a Súmula 444 – se não for a 444 é a 443 – do Superior Tribunal de Justiça, em que meras anotações sem trânsito em julgado não geram agravamento de pena.

Abrandamento da prisão cautelar nessa nova lei que entrou em vigor, objeto ainda de conhecimento pelos operadores do Direito. Já existem fatos acontecendo no Rio de Janeiro. Hoje, quando um juiz recebe um auto de prisão em flagrante ou ele a relaxa, se a prisão for ilegal, ou ele a converte em preventiva, ou aplica outra medida não preventiva, medidas cautelares, ou concede a liberdade provisória sem nenhuma medida cautelar.

Um juiz, lá, como em outros lugares, recebeu e entendeu que, de ofício, não poderia sequer converter. É indiscutível que, na fase processual – e a lei estabelece isso –, o juiz não pode, de ofício, decretar prisão preventiva, mas a própria lei estabelece que, recebendo o flagrante, o juiz poderia converter. Há uma discussão doutrinária a respeito. Segundo alguns doutrinadores, nem nessa situação. Eu não me referi a esse, acho que o juiz pode converter, a prisão já foi feita, há a certeza visual de uma infração que choca, no mais das vezes, a sociedade – no caso lá, era uma quantidade de drogas. Não estou criticando decisão judicial que pode chegar ao tribunal, estou falando do aspecto doutrinário. Trata-se de uma questão nova; quem vai decidir isso é o Superior Tribunal de Justiça, responsável pela uniformização do direito federal.

Evidente que a lei abrandou. Hoje, a prisão cautelar é excepcional. Pela lei, ela é excepcional. Em alguns sentidos, em alguns tipos de ação penal, o juiz hoje tem mais liberdade. Antigamente ou prendia ou soltava. Hoje o juiz tem o intermediário: são várias medidas cautelares de proibição de aproximação de pessoas, de frequentar determinados lugares, de sair da comarca. Hoje a questão de apreensão do próprio passaporte está na lei, era uma construção jurisprudencial. Então a lei é positiva, vai merecer discussão e aprofundamento, mas o fato é que hoje, pela lei, como estabelecem os cânones do Direito Penal moderno, a prisão é efetivamente uma exceção. Isso gera algumas situações de repercussão na vida jurídica do País.

Delitos de trânsito. Prova indireta seria suficiente? Pergunta ainda do Senador... É uma discussão. A Lei Seca, a famosa Lei Seca, e eu sou um dos que, lá no Rio, mantém a conduta, eu sei que é um processo que está em discussão, se ela é um crime. Basta a confirmação de ingestão de bebidas alcoólicas pelos meios que a lei estabelece, se a lei estabelece frações, quantidades de álcool no sangue ou nos pulmões, tem que ter um critério para medir essa quantidade. Então a lei anterior falava de "embriagado". Então outros sinais, provas indiretas eram possíveis. Hoje o STJ pacificou. Como a lei estabelece a quantidade certa, ou é o exame do bafômetro ou o exame de sangue.

Agora é uma questão que tem que ser discutida, a natureza dessa infração, se seria efetivamente uma infração penal. Eu, lá no Rio, me manifesto no sentido de que é uma infração penal que não se exige... É uma direção anormal que bastaria o estado de flagrância numa situação de ingestão acima de determinado limite acima de bebida alcoólica para incidência da lei penal. É uma questão muito controvertida. Já existem doutrinadores apregoando que seria uma mera infração administrativa. Mas o fato é que o STJ já pacificou que, se não for para o exame técnico nas duas formas previstas na lei, a prova indireta não valeria, porque a prova indireta pode dizer que havia embriaguez ou sinal de embriaguez, mas não diria a quantidade para que se pudesse dizer se seria crime – acima de 0,3 – ou se seria infração administrativa, só com multa e apreensão de carteira.

O Senador Lobão Filho fala da criação do CNJ e do CNMP. Fala que, às vezes, extrapola-se a atuação. Fala de composição corporativista. Penso que, hoje, não há juiz que queira ser submetido ao CNJ, que tem sido duro com os juízes, como o CNMP tem sido duro com os promotores de justiça, razão pela qual não tenho elementos para afirmar se a questão política, se se aumenta a composição, se se colocam mais componentes da sociedade civil, é positiva ou não. A sociedade civil estaria mais bem representada com um maior número de integrantes no Conselho, mas penso que o Conselho tem dado boas respostas e tem justificado sua criação com a composição atual.

O Senador Demóstenes Torres indaga sobre as medidas cautelares e fala sobre a chamada Lei da Soltura. Já tratei disso. Hoje, manter alguém preso é um exercício que exige muita fundamentação, não uma fundamentação genérica – os Tribunais já pacificaram isso –, mas uma fundamentação concreta, não porque o crime é grave, mas porque o crime, no caso concreto, pela forma de atuação e pelas consequências do cri-

me, gera repulsa, o que evidenciaria que ele impediria a prova. Mas é difícil fundamentar o que vai acontecer. Como vamos imaginar que isso causará embaraço? Só se a testemunha for ameaçada, caberá a prisão? Não. Há situações em que, por exemplo, agem organizações criminosas, há situações em que o tipo de atitude do agente que praticou o crime ensejaria isso. Então, o caso concreto – é o juiz do caso concreto, não vai ser o legislador – é que vai dar a dimensão da atuação do Poder Judiciário e do Ministério Público, no sentido de manter ou não ou de decretar ou não uma prisão cautelar, o que, hoje, é excepcional.

O Senador fala dos cinco anos de vigência da Lei Maria da Penha, que se aplica às mulheres e também aos homens. Senador, agora, o anteprojeto do Código de Processo Penal, a própria lei da prisão preventiva e as medidas cautelares já estabelecem que essa Lei se aplica aos idosos, às crianças. Então, se havia discussão sobre isso na jurisprudência e na doutrina, a lei que alterou o rito das medidas cautelares estabelece como causa de prisão preventiva aquelas infrações relativas à violência doméstica contra a mulher, contra idosos, contra crianças. Então, a lei aprovada pelo Congresso Nacional veio resolver isso.

Pergunta ainda se a lei se aplicaria somente a homossexuais. Nesse contexto da decisão do Supremo Tribunal Federal, é evidente que a lei se aplicaria em todas aquelas relações em que a vulnerabilidade do sujeito passivo se mostrasse evidente. Então, é evidente que se aplicaria também a outros tipos de união, não só à união entre homem e mulher.

Quanto à redução à metade dos prazos de prescrição, quero dizer que, efetivamente, hoje, o jovem de 18 anos, apesar de estar em formação, não é o mesmo jovem de 1940. Penso que, em relação àquele que está em idade entre 18 anos e 21 anos, essa redução à metade é causa de impunidade e de estímulo à prática do crime. Vemos até que ocorre a utilização de menores e de adolescentes em práticas de crimes. Penso que não se justificaria mais essa redução para menores de 21 anos.

Pergunta se sou a favor da investigação. Sou a favor da investigação sempre. A investigação será tanto mais importante e efetiva quanto maior for o controle dessa investigação. Nunca anulei nada. "Ah, o Ministério Público investigou!" A investigação é um direito. Mas todo mundo responde por eventuais abusos. Por que ficou desacreditada a investigação em certos setores da Polícia? Porque o delegado abusava, a autoridade policial abusava e foi ao descrédito. Por isso, o MP assumiu essa função. Então, sou a favor da investigação; não vejo problemas quanto a isso. Mas cabe ao juiz investigar eventuais excessos. Um juiz de verdade, um promotor de verdade não vai selecionar prova. É coisa que já aconteceu: se uma prova é boa para o réu, o promotor não a coloca no processo; coloca ali só a prova ruim. O controle da admissão da prova é tarefa indelegável, e o juiz tem de ser rigoroso. "Ah, é um colega!" Não há colega. O MP tem de investigar, e o juiz tem de fazer valer sua condição de autoridade judicial, para examinar o controle, a produção e o desenvolvimento de todas as provas. Então, não vejo problema na investigação pelo Ministério Público. E eventuais excessos e vícios de juiz e do Ministério Público devem ser, como falei na minha manifestação, objeto de apuração.

Falou-se do incremento da corrupção e da inércia da jurisdição. O juiz não pode inventar a prova, buscar onde não foi, agora, trazido a debate o fato, ele tomando conhecimento, o juiz é um ser que tem que necessariamente... o juiz é neutro na partida, mas, depois, é claro que ele se influencia e, se alguém se referiu a uma prova que uma parte não está trazendo, é lícito ao juiz buscar essa prova.

O projeto de Código de Processo Penal traz uma inovação, que é o juiz das garantias. Aí sim, o juiz das garantias se manifestaria sobre essas medidas de invasão pessoal na fase pré-processual e não ficaria contaminado porque já deferiu a medida e se sente depois desconfortável de não prosseguir e até não condenar. Então, é um instituto que vai ser objeto de debate no Código de Processo Penal que vai trazer à tona essa discussão aqui.

Duplicação dos ministros do STJ. Também, Senador Demóstenes, já falei... Acho que, primeiramente, a busca da racionalização dos procedimentos, outras medidas de desburocratização e de racionalidade dos trabalhos, primeiro, repercussão geral e, depois sim, um aumento de estrutura, que é a solução mais cara e, talvez, a menos racional no momento.

Senador Pedro Taques, ilustre integrante da Procuradoria, me pergunta sobre as férias de 60 dias para o Ministério Público, juízes, e o recesso dos parlamentares. É evidente que há um tratamento desigual com os demais trabalhadores, e o próprio Senador alerta para as peculiaridades de cada situação. Eu só não sei se as peculiaridades de outras profissões, outros cargos também foram examinadas. Penso que a matéria demanda discussão, é dura, mas demanda discussão. Penso que devem ser consideradas as diversas nuanças da questão, não só o tempo de dias, o próprio atrativo do cargo, porque alguns cargos têm a remuneração, outros têm alguns outros atrativos, e algumas necessidades do cargo, até para atualização, para descanso, porque tenho receio de a simples supressão trazer conseqüências que não seriam adequa-

das à busca da efetividade que se busca na Justiça. Então, é matéria que merece ampla discussão, franca, no palco correto, que é aqui no Legislativo.

País corrupto, por quê? Mecanismos para evitar. Certeza de punição. Punição rápida. Corrupção é um fator cultural, está em todas as sociedades, em todas as carreiras, não se iludam, não é só numa carreira ou na outra. Então, a certeza da punição, a punição rápida, a punição exemplar são mecanismos para tentar conter essa corrupção, que está chegando a patamares desconcertantes em nosso País.

Princípio da razoabilidade, se abrangeria a proteção insuficiente ou só a proibição de excesso. É evidente que deve abranger a proteção insuficiente. E uma discussão que está sendo travada no Rio de Janeiro, Senador Pedro Taques, em que o Ministério Público sustenta a proteção insuficiente, é própria lei de drogas, que tem um dispositivo, no § 4º do art. 33, que permite a redução; se ele for primário, de bons antecedentes, se não for reincidente, não integrar organização criminosa, ele tem direito a redução a um terço. Então, uma pena que, originariamente, na nova lei, é de cinco anos, cai para um ano e oito meses. Isso enseja algumas discussões. Primeiro, o crime de tráfico é hediondo. Com a redução, esse crime é hediondo? Ninguém discutiu isso. O Supremo tem dado, algumas Turmas do Supremo e do STJ têm dado, inclusive, a suspensão da pena para penas abaixo de dois anos, quando a lei estabelece regime fechado. Então, são discussões que têm que ser enfrentadas. Ou o § 4º é um parágrafo que deve ser interpretado com o *caput*, o crime não deixa de ser hediondo, a meu juízo, e não caberia crime hediondo com suspensão, não é uma contradição, ou temos que o parágrafo é uma lei nova, é um dispositivo novo, é uma nova forma de.... porque senão teremos que dar a redução da pena para todos os crimes em que vale a discussão. Se nós damos para um crime hediondo uma redução de dois terços, por que não dar para o roubo, que não é um crime hediondo, uma redução de dois terços se ele é primário, de bons antecedentes, não é reincidente, não integra...? Então, é uma discussão. Ou temos que definir: é crime hediondo? É; não se aplicam algumas coisas. Não é crime hediondo, é um dispositivo, é uma espécie privilegiada de tráfico de drogas. Aí sim, você pode dar o *sursis*, mas temos que tomar posição jurisprudencial, posição doutrinária, escolhermos, porque, se é hediondo com *sursis*, parece-me uma contradição e é matéria que vai avançar em discussão ainda.

O papel do STJ na proteção dos direitos humanos é fundamental, é o tribunal da cidadania, é o tribunal que interpreta a lei federal, dos principais bens do cidadão – a vida, a saúde. Cabe ao Tribunal ser rigoroso em qualquer violação a direitos humanos de qualquer natureza, na área penal, na área da violência, na área da honra, cabe ao Tribunal uma atuação para preservar a cidadania e os direitos humanos. Eu concordo plenamente com o alargamento da legitimidade com incidente de deslocamento de competência, que hoje já é passível só ao Procurador Geral, para aqueles legitimados para ação de declaração de inconstitucionalidade.

Eu acho que não vai trazer nenhum prejuízo, só maior discussão. Não quer dizer que, toda vez que eu for pedida, vai ser concedida, mas a discussão é oportuna e o incidente deve ser possibilitado a maior número de legitimados.

Prisão cautelar deixou de fora o crime de quadrilha, o crime de associação não comporta a prisão preventiva, só na faceta quadrilha armada. Isso foi uma grande dificuldade numa investigação maior que envolva formação de quadrilha, corrupção, não poder decretar preventiva porque a pena mínima é de quatro anos. Acho que é uma falha. O legislador tinha que deixar ao juiz, confiar no juiz. O juiz tem suas falhas, mas o sistema corrige e legislador vai aperfeiçoando. Então, eu acho que ele deixou de fora, indevidamente, crimes de grave importância, grave repercussão como formação de quadrilha, coação no curso do processo, corrupção, em razão da pena mínima. Eu concordo com o senhor.

Ainda temos o Senador Aécio. A atual lei de drogas fingiu que aumentou a pena, porque na verdade a pena base hoje do crime de tráfico de drogas é um ano e oito meses; só para os condenados e reincidentes é que a pena seria maior. É uma discussão que tem que ser corajosa sobre o que nós queremos no tráfico de drogas: queremos punir, queremos tratar. Nós temos pena de advertência. Advertência é uma bronca do juiz? Então, acho que temos que discutir se essa questão da redução da pena vai trazer problemas, inclusive para os outros crimes, porque vão começar a discutir se num crime hediondo cabe redução porque ele é primário, por que não cabe nos outros crimes que não são hediondos?

Papel do Estado: pode obrigar o usuário a se internar? Em relação aos menores, eu não tenho dúvida de que o Estado tem o dever. E na questão do maior de idade, que tem seu livre arbítrio, uma das causas de decretação da preventiva na nova lei é usuário de drogas que alcança o patamar de insanidade mental – e isso não é raro –, esse sim pode ser até preso preventivamente. Está previsto na nova lei.

Senador Francisco Dornelles fez considerações e agradeço os elogios, como a todos os demais Senadores, e o Senador Antonio Carlos Valadares trouxe

preocupações com a demora no andamento do processo. Acho que os instrumentos para acelerar são: para redução de demandas, o mecanismo é o incidente de resolução de demandas repetitivas. No Código de Processo Civil, no anteprojeto do Ministro Fux, aprovado pelo Senado, a emenda constitucional tratando de súmula impeditiva de recursos, esse estudo, a possível repercussão geral da questão no próprio STJ...se as causas dos ataques aos direitos não forem cessadas, se não melhorarmos a causa do excesso de litigiosidade, a hora em que o Governo, que os poderes públicos estiverem aparelhados para deferir aqueles direitos previstos na Constituição, o número de demandas vai arrefecer. O que temos ainda hoje é uma litigiosidade contida. Quanto mais instauramos um novo juizado vem gente que nunca veio. Nós ainda estamos longe do final do poço em matéria de litigiosidade.

Senadora Lúcia Vânia, a senhora perguntou sobre os cinco anos de vigência da Lei Maria da Penha. É uma lei fundamental para a sociedade brasileira. Eu acho que agora teve seu campo ampliado com essa lei de medidas cautelares que estabelece que as próprias medidas cautelares trazidas na lei da violência doméstica são previstas hoje no anteprojeto de Código de Processo Penal para todos os crimes. É uma inovação, assim como a Lei dos juizados especiais, que trouxe inovações no processual, muitas incorporadas pelo Ministro Fux no Código de Processo Civil. A Lei Maria da Penha está inovando e está criando em termos de legislação penal instrumentos que facilitam a efetividade.

A internação compulsória dos usuários acabei de tratar, e a redução da maioridade penal é uma discussão que extravasa, acho, os limites daqui. Acho que é uma discussão que... É evidente que, nos grandes centros, o menor de 17 anos hoje... Mas, como nós legislamos para um País inteiro, é uma situação que merece um exame especial, é uma situação que, inegavelmente, merece um debate franco no Parlamento aqui.

São essas as considerações. Se deixei de responder algumas, Presidente Senador Eunício, peço desculpas, mas a correria, me fez tentar resumir.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Se não há nenhum questionamento com relação às respostas à arguição que foi feita a V. Exª, indago aos Srs. Senadores se há mais alguma arguição. Não havendo, vou passar a palavra ao Dr. Marco Aurélio Gastaldi Buzzi, para as respostas aos questionamentos dos Srs. Senadores.

Em seguida, se ainda houver tempo, faremos a votação nominal.

Tem a palavra V. Exª.

O SR. MARCO AURÉLIO GASTALDI BUZZI – Sr. Presidente, eu inicio aqui com algumas indagações que se dirigiram à questão da demora do processo. Nós temos a dizer que, com a renovação, com as modificações do projeto do novo Código de Processo Civil, uma das preocupações centrais foi modificar a demora do tempo do processo. O tempo do processo é uma categoria científica, de técnica processual, e uma das preocupações maiores foi inverter o tempo do processo com as tutelas novas que no CPC estão sendo propostas.

Temos aí a repercussão geral, temos os incidentes de resolução dos processos repetitivos. Mas, na redução do número de recursos, como o Código já prevê, não podemos esquecer também da dinamização dos atos dos cartórios, das secretarias, com os atos ordinatórios, o que é muito importante.

Aqui foram as indagações feitas pelo Senador Renan Calheiros.

Passo às indagações feitas pelo Senador Luiz Henrique. Em sede de Direito Processual Penal, existe a possibilidade de produção antecipada de provas, sendo justificativa para tanto o mero decurso do tempo? Existe. É a Súmula nº 455, do STJ. Ela permite isso, e não só na esfera do Direito Processual Civil, mas também na esfera do Direito Processual há essa preocupação. Muitas vezes, com as peculiaridades, com as circunstâncias do processo, ela está autorizada.

A outra indagação – tentei anotar aqui, confesso que não consegui direito – foi se aos condenados por crimes hediondos é dado o direito de progressão em regime penal. Sem dúvida, no início tínhamos resistência a isso, mas foi dado esse direito de progressão através, também, do entendimento sumular 471, do STJ, mas, posteriormente – Senador Pedro Taques, auxilie-me, se me puder auxiliar –, tivemos a Súmula 26, do Supremo Tribunal Federal, com efeito vinculante, inclusive. Então, creio que aqui está sepultada a questão, que gerou muita discussão.

Outra questão: se a existência de inquéritos em ações criminais podem agravar a pena do réu. Não. Outrora, alguns juízes, em sede de Direito Criminal, valiam-se dessas constatações para agravarem duas vezes, inclusive, no processo de dosimetria – ainda seguimos o processo do Nelson Hungria –, com uma quarta fase. Mas, hoje em dia, a Súmula 444, se não me engano, não permite mais que sejam reputadas, que sejam consideradas, em duas ocasiões, as mesmas causas de oneração da sanção.

Se "está a par da edição da Lei 12.403". Sim. Das medidas cautelares alternativas à custódia. E "qual a sua opinião sobre as medidas por ela previstas". Eu creio que aí, sim, há uma mudança de mentalidade.

Os senhores legisladores, atendendo a anseios nacionais, estão indo ao encontro – não de encontro – de uma mentalidade que, hoje em dia, orienta a nova concepção de recuperação e de encarceramento, ainda que provisório, daqueles que são processados. E esse entendimento, se me permitem os nossos dois Senadores representantes do Ministério Público que temos aqui, esse entendimento vai ao encontro – não de encontro – desse pensamento, não somente no que diz respeito à prisão provisória, a prisão cautelar, a prisão processual, vamos dizer. Mas ele já está alcançando também as penas definitivas. O encarceramento é uma medida medieval; ela deve ser utilizada somente em última hipótese. Hoje em dia não se admite mais que a sociedade moderna, essa sociedade com tantos benefícios que têm aí, essa sociedade de consumo, com esse novo *ethos vivendi* que está aí, ignorem essas populações imensas. Nós temos 500 mil pessoas, elementos, irmãos nossos, concidadãos nossos recolhidos aos cárceres, tanto em prisões definitivas como temporárias. E a nossa sociedade, tão moderna como é, não se admite que ela sobreviva, conviva com o mesmo *ethos vivendi*, relevando a questão carcerária aos tempos medievais.

Então, eu também acho que essa minha sobre a 12.403 ela veio em belíssimo tempo, eu parabenizo a todos os legisladores. É óbvio que tem uma ou outra questão que é discutível, como em qualquer assunto tem, mas, de um modo geral, eu creio que ela veio em belíssimo tempo e é uma...

O que nós precisamos é impor, criar meios. Mas aí é o Estado que tem que fazer a fiscalização dessas medidas, porque se não, realmente, ela vai acabar caindo em descrédito, Senador Luiz Henrique.

V. Exª, que além de um dos nossos mais dignos representantes do Estado de Santa Catarina, foi um dos advogados – junto com o meu tio – mais atuante, combativo, como sempre é até hoje. Então, essa é a minha colocação acerca dessa indagação de V. Exª.

Se a prova indireta – essa não consegui anotar direito – mas se a prova indireta é suficiente para comprovar a embriaguez ao volante?

Eu creio que não. Eu, no meu âmago, no íntimo, eu creio que sim e votaria nesse sentido, eu entenderia nesse sentido, porque a prova indireta da embriaguez é mais do que necessária para comprovar se o cidadão está ou não prá lá de embriagado e dirigindo automóvel. É simples: é só tirá-lo, pedir, convidá-lo a sair do carro e fazer com que fique de pé; ele irá dar sinais indiretos de absoluta embriaguez. Todavia, como nós tivemos uma modificação legislativa, alguns Ministros do STJ se vinculam à prova eminentemente técnica, científica; ou está ali o bafômetro, termo vulgar para medição de densidade alcoólica no sangue, ou ali está a prova técnica. E se não estiver, não configurou a embriaguez ao volante; ou está ali a prova técnica, mas nós temos, salvo engano meu, nós temos aí em duas turmas do STJ entendimentos conflitantes a esse respeito, e caminhamos para uma solução logo em breve.

Os senhores me desculpem, eu estou indo assim às pressas.

O Senador Lobão Filho fala sobre a criação do CNJ e do CNMP, e eventuais críticas que possam existir.

É óbvio que nós temos. Eu fui, quando o CNJ foi criado, alguns anos antes, presidente da Associação dos Magistrados, em Santa Catarina, o que muito me orgulho, eu tenho, no mínimo, uns três, quatro discursos atacando violentamente, criticando violentamente a criação do Conselho Nacional de Justiça, que nós chamávamos, à época, de controle externo da magistratura. Paguei com a minha língua.

Antes da criação da criação do CNJ, a convite do Ministro Jobim e depois da Ministra Ellen Gracie, passei a trabalhar no CNJ desde antes da sua criação oficial. Estou lá até hoje, não como conselheiro, estou lá como um mero membro de um dos comitês responsável pelo movimento pela conciliação.

Hoje em dia, creio que é indispensável o funcionamento e a existência do CNJ e também do mesmo órgão em relação ao Ministério Público. Eu creio que é onde a própria população, o próprio juiz, o próprio promotor, como já aconteceu várias e várias vezes, felizmente é a maioria das comunicações; eles vão ali pedir socorro, eles vão ali comunicar irregularidades graves que estão ocorrendo. E esses dois institutos, essas duas instituições estão fazendo muitíssimo bem. Se vez ou outra há algum equívoco, Santo Deus, em qualquer instituição se comete equívocos. Mas, de modo geral, em 99% das ações que lá se desenvolvem são atuações que vão na busca de um aperfeiçoamento e da melhoria das instituições. Eu sou absolutamente a favor e defensor destas duas instituições: do CNJ e o CNP.

O também aqui Ministro Lobão Filho ainda indaga das denúncias e das investigações, do juiz da inquirição e do juiz da garantia...

Bem, quanto ao fato da comunicação de fatos de algumas irregularidades, eu, evidentemente, como juiz de direito, acho que não pode haver manifestações apócrifas; devem ser todas subscritas. Agora, por outro lado, sei que estou na Casa do legislador – quiçá nem deveria dizer isso, pois isso está sendo transmitido para o Brasil inteiro –, mas como juiz de direito acho que quando há comunicação, ainda que apócrifa, ainda que anônima, mas de um fato conhecido, de um fato notório e grave, nós temos o dever, o Ministério

Público tem o dever de, ao menos, procurar saber o que está acontecendo.

Quanto ao juiz inquisitório e ao juiz da garantia, nós estamos caminhando para o juiz da garantia, o juiz criminal da garantia. E o juiz inquiritório ou inquisitório – o colega Marco Aurélio Bellizze, que é especialista na área criminal, pode confirmar – está passando, é um modelo romano que está superado.

Eu não sei se nós teremos, colega Bellizze, estrutura financeira, estrutura econômica, para garantir esse tipo de um juiz que vai até a instrução, que agora é chamado juiz da garantia, e depois um juiz que fica somente com a fase judicial do processo criminal.

O Senador Demóstenes Torres fala a favor do internamento compulsório, no caso de droga. Eu também defendo isso, eu defendo que o juiz... Agora, como V. Exª muito bem destacou, o juiz deve fazer isso baseado num estudo multidisciplinar. O Judiciário, hoje em dia, está cercado de atividades multidisciplinares. Quais são? De psicólogos, de médicos, de assistentes sociais, e ele não vai fazer isso na ponta da caneta e de um modo irresponsável. E como nós, hoje em dia, devido às penas que são atribuídas a essas infrações do usuário, a alternativa que nós temos, para que não fique aí alguém atentando constantemente contra o bem-estar da comunidade, acho importante, interessante e muito necessário o internamento, ainda que provisório, dos dependentes, daqueles que passam por um exame médico, sem dúvida, acerca desse assunto.

Sobre a composição do STJ, creio que nós temos... É um estudo delicado, eu não saberia dizer de pronto se é necessário, como há algumas propostas, a duplicar o número. Acho que temos outros mecanismos também, é um assunto interessante que temos de agilizar.

Apesar dos meus 53 anos, eu me considero um juiz da nova geração que está chegando. E nós temos muitas propostas, muitos programas; nada feito de afogadilho. É resultado de estudos que nós fazemos com muitos companheiros pelo Brasil inteiro. Eu participei do Fonaje, que é uma entidade nacional, presidi o Fonaje com muito orgulho. E lá, sim, nós temos, e em tantos outros setores, juízes que estão preocupados com essas questões institucionais do Judiciário. E creio que teremos respostas em breve tempo para isso.

A composição do STF é ideal ao modelo de hoje? Creio que sim. Só acho que nós deveríamos ter no Supremo Tribunal Federal maior número de juízes de carreira. Essa é a minha opinião. Sei que é uma opinião meio drástica, meio seca, mas essa é a minha opinião e sou muito sincero.

Sobre a proposta do Ministro Peluso, que dizem que é a PEC dos recursos, melhor dizendo, eu sei que vou angariar aqui e agora algumas antipatias, mas devo ser franco afinal, porque sou absolutamente a favor desta proposta. Ela é cem por cento boa? Claro que não é. Então vamos melhorar aquilo que não tem.

Quem aqui atuou, como o Senador Luiz Henrique, que advogou já faz um bom tempo, vejam que eu cheguei a presenciar, eu cheguei a conviver na área criminal com o recurso transitado em julgado no segundo grau de jurisdição, a execução seria imediata. Isso já foi assim no Brasil. Depois, ao longo do tempo, com duas leis de número onze mil e tanto, nós fomos retirando, com as duas leis, essa execução de pronto das decisões, no cível e no crime. Já foi assim no Brasil. Agora, sem dúvida, nós precisamos redobrar as cautelas, claro que sim. E é simples – perdoem-me a ousadia –, mas é simples: é só nós inserirmos ali, no texto da lei, algum expediente para que, quando haja decisões teratológicas, quando haja decisões absurdas, nós termos um mecanismo, quem sabe um agravo, quem sabe um embargo, quem sabe uma reclamação, dando efeitos para que, então, seja dada a suspensão, seja dado o efeito suspensivo à exceção – não à regra, mas à exceção. Então, fica essa minha observação.

A conciliação por telefone, como foi aqui indagado. Nós já a fizemos, Srs. Senadores, em alguns mutirões. Na Semana Nacional da Conciliação, nós fizemos diversos acordos lançando mão do telefone.

O Senador Pedro Taques... Primeiro, quero cumprimentar V. Exª. Tenho escrito duas crônicas, que vou remeter a V. Exª, para que não se diga que vim agora aqui falar isso, já dizendo que é necessário fazer rigorosamente aquilo que V. Exª propõe: um aumento em certas contingências, em certas penalidades, para que esses delitos, como citado pelo colega Marcos Bellizze, não caiam aqui na vala comum e acabem gerando uma impunidade. V. Exª está de parabéns por isso.

Eu tenho aqui cinco ou seis projetos que V. Exª, um Senador muito atuante, está endereçando e com cujos pensamentos ali expressos comungo integralmente.

Aqui V. Exª indaga sobre as férias. Eu sou a favor de que elas sejam de trinta dias. Vou criar uma briga com toda a Magistratura, mas acho que trinta dias está para lá de bom.

Por que o Brasil é corrupto? Ele é corrupto não por falta de leis. Nós temos corrupção? Temos, sim, como vários outros países têm – e países, inclusive, de primeiro mundo. O que nos falta aqui, como o Senador Buarque nos fala, é educação. Nós temos é que mudar a mentalidade, nós temos que investir é em 20, 30, 40 anos em uma melhoria para aperfeiçoar a mentalidade, a educação da nossa população.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sim; eu conheço corruptos que têm doutorado, pós-

-doutorado, sabem comer com os melhores talheres e sabem escolher vinhos.

O SR. MARCO AURÉLIO BUZZI – Eu também os conheço, Senador. Concordo com V. Exª. Não é essa educação meramente formal; é a educação moral, é a ética, são os valores; é aquela educação que se recebe em casa, como nós recebemos. Eu falei aqui, pena que não pude fazer todo o discurso que preparei...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Além de uma bela cadeia.

O SR. MARCO AURÉLIO BUZZI – Sim, Senador; além de uma bela cadeia, mas a formação, o berço, a família, a religião também são importantes. Isso é muito importante> A formação humanística é algo que precisa ser recuperado nessa sociedade de consumo, uma sociedade que é boa, mas onde nós precisamos recuperar os valores da formação humanística.

Senador Aécio, é uma honra estar aqui respondendo indagações de V. Exª, por quem tenho um grande apreço, bem como por toda a sua família, pela sua tradição histórica neste País. Eu digo que, no art. 161 da Constituição do Império, de 1824, nós já tínhamos os serviços de conciliação. Nós temos uma cidade, no seu Estado, Juiz de Fora, que deve seu nome ao fato de o juiz vir de fora, com data marcada, para resolver problemas, preferencialmente de modo conciliatório, sem processo.

Então, essa indagação, que é uma preocupação de V. Exª, está corretíssima. Nós precisamos, no Brasil, de intensificar os métodos de conciliação, ou melhor, os métodos alternativos de resolução de processos. Na Argentina nós já temos; em Portugal, nos Julgados de Paz; na Espanha; na Inglaterra; na Alemanha; e há muitos séculos em alguns países nós já temos métodos alternativos, outros meios. O Prof. Kazuo Watanabe chama de "meios consensuais de resolução de conflito". E é isso que nós precisamos fazer.

Com isso, Srs. Senadores, nós iremos diminuir – não resolver os problemas do Judiciário –, mas nós iremos reduzir, e muito, o número de processos que estão tramitando na Justiça.

O senhor me diga, Senador Aécio Neves, por que eu tenho de entrar com uma ação lá no fórum, lá na justiça tradicional, para cobrar um cheque de mil reais, para resolver um problema de divisa com o meu vizinho, para resolver um problema de reparação de danos? Santo Deus, isso em muitos outros países, há mais de dezenas, em alguns há mais de séculos não é resolvido mais através de um processo. É resolvido sob a supervisão da Justiça como em Portugal. É como o julgado de paz, mas não através de um processo judicial, através de uma prestação jurisdicional propriamente dita.

A Professora Ada Pellegrini Grinover fala na atividade parajudicial que é onde nós queremos chegar e um belo dia gostaria de vir aqui em outro ambiente, em outro meio, conversar com os senhores, fazer uma belíssima proposta a esse respeito.

Quero agradecer ao Senador Dornelles as palavras muito elogiosas, os senhores me perdoem estou apressando aqui, o Senador Valadares enfatiza o acúmulo dos processos no STF e no Tribunal Superior de Justiça, o problema dos processos. São meios alternativos de resolução de conflitos, mas os atos ordinatórios podem ajudar a resolver isso. O processo eletrônico, o menor número de possibilidade de recursos, como nós vamos ver no Código de Processo Civil que está aí, o Juizado Especial. E aqui nos Juizados Especiais que é um outro setor além dos meios consensuais de resolução de conflitos, sobre os Juizados Especiais nós estamos cometendo, se me permitem, algum equívoco. Nós não podemos, Srs. Legisladores, trazer todas as áreas da Justiça para dentro dos Juizados Especiais. O que temos que fazer é o contrário, é levar o rito, o procedimento dos Juizados Especiais para outras áreas da Justiça. Porque nós dos Juizados Especiais não vamos mais suportar o volume de processos. Cinco anos de aplicação. Nós temos mais de dezenas de processos instaurados, prisões em flagrantes. Domingo comemoramos os 5 anos dessa legislação. Ela veio em razão de uma seriíssima desgraça que aconteceu. Somos plenamente a favor dela, com algumas observações como nós vemos a questão das lesões leves que precisam de representação, as questões das lesões graves que se apuram através do processo de ação pública incondicionada, chegamos aí. Acho que podemos melhorar uma ou outra coisa, mas esse é o viés e nós precisamos recrudesceder esse empenho.

Temino aqui a minha fala dizendo que os senhores estão de parabéns, porque muitas das nossas leis, como por exemplo o Código de Defesa do Consumidor nosso é considerado o melhor código do mundo. Quando nós partimos para as políticas de implementação desses códigos muitas vezes nos falta amparo, aparato.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – E a Lei de Falências.

O SR. MARCO AURÉLIO GASTALDI BUZZI – Sobre a Lei de Falências, devo dizer que ela é uma lei de grande alcance social. Nós temos que estar muito mais preocupados do que em fechar a atividade falida é em manter os empregos que ali estão, porque geram imposto, geram salário, geram dignidade humana e é esse o viés que estamos dando.

Fui um dos primeiros juízes no Brasil, quase fui processado na Corregedoria-Geral de Justiça por causa disso, a manter funcionando uma empresa falida.

Então é aí que estamos chegando para chegar depois na recuperação, não necessariamente na recuperação que substituiu a antiga Lei de Concordatas, não é essa, mas que nós precisamos chegar é no restabelecimento das atividades. Preparar a empresa que está em quebra para vendê-la, com os ativos apurados, com o passivo apurado. Torná-la viável. É aí que nos queremos chegar. Temos que nos preocupar com os empregos, com os impostos, com a questão social que ela gera.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Ela tem dado bom resultado.

O SR. MARCO AURÉLIO GASTALDI BUZZI – Ela tem dado excelentes resultados, desde que escolhidos excelentes administradores, como tudo é assim.

Fico muito agradecido, peço escusas pela minha maneira rápida.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vou iniciar a votação. Os Senadores inscritos foram todos contemplados.

A ficha amarela é do Ministro Buzzi, a ficha azul é do Ministro Marco Aurélio Bellizze.

Senador José Pimentel. *(Pausa.)*

Presente.

Senadora Marta Suplicy. *(Pausa.)*

Ausente.

Senador Pedro Taques. *(Pausa.)*

Presente.

Senador Jorge Viana. *(Pausa.)*

Ausente.

Senador Magno Malta. *(Pausa.)*

Ausente.

Senador Antonio Carlos Valadares. *(Pausa.)*

Presente.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Estou aqui.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Inácio Arruda. Ausente.

Senador Marcelo Crivella. Ausente.

Senador Pedro Simon.

Senador Romero Jucá.

Senador Vital do Rêgo.

Senador Roberto Requião.

Senador Dornelles.

Senador Aécio Neves. (*Pausa.*) Está presente?

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Aqui.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Presente. Presente e alerta sempre.

Senador Aloysio Nunes.

Senador Alvaro Dias. Presente e alerta sempre.

Senador Demóstenes Torres. Presente e sempre alerta.

Senador Armando Monteiro. (*Pausa.*) Salve o Pernambuco!

Senador Randolfe Rodrigues.

Senador Suplicy.

Senadora Ana Rita.

Senador Anibal Diniz.

Senador Acir Gurgacz.

Senador Clésio Andrade.

Senador Lindbergh Farias.

Senador Rodrigo Rollemberg.

Senador Humberto Costa.

Senador Luiz Henrique da Silveira. Viva Santa Catarina!

Senador Valdir Raupp.

Senador Eduardo Braga.

Senador Ricardo Ferraço.

Senador Lobão.

Senador Waldemir Moka.

Senador Benedito de Lira.

Senador Eduardo Amorim.

Senadora Lúcia Vânia.

Senador Flexa Ribeiro.

Senador Ciro Nogueira.

Algum Senador presente que não votou? (*Pausa.*)

Consulto a Mesa,...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Não acabou ainda a votação nem a reunião.

Consulto a Secretaria se no bloco de apoio ao Governo, PDT, PSB, PT, PCdoB e PRB, ainda tem alguém que não votou. (*Pausa.*)

Senador Suplicy.

No bloco parlamentar PMDB-PP votaram todos? (*Pausa.*)

Senador Vital do Rêgo. Esse bravo representante da Paraíba, vizinho do meu Ceará.

Falta este Senador ainda.

Todos os presentes já votaram? Vou encerrar a votação.

Encerrada a votação.

Convido o Senador Lobão Filho e o Senador Demóstenes Torres para fazer a apuração dos votos. O Senador Demóstenes apura as cédulas amarelas e o Senador Lobão, as azuis.

(Procede-se à apuração das cédulas de votação.)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Votaram SIM 19 Srs. Senadores, e NÃO nenhum Sr. Senador.

Todos votaram “Sim”.

O nome do Sr. Marco Aurélio Bellizze Oliveira foi aprovado pela Comissão.

A matéria vai ao plenário.

Ainda tenho uma proposta a fazer aos Srs. Senadores.

Os nomes do Sr. Marco Aurélio Bellizze Oliveira e do Sr. Marco Aurélio Gastaldi Buzzi foram aprovados pelo Plenário desta Comissão.

As matérias vão ao plenário.

Antes de encerrar a reunião, eu queria propor aos Srs. Senadores a urgência dessa matéria, tendo em vista que, hoje, haverá a Ordem do Dia. Do contrário, teremos de esperar mais cinco sessões, perdendo o brilhantismo dos dois ilustres sabatinados nesta tarde de hoje.

A Presidência propõe aos Srs. Senadores a quebra de interstício.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com a quebra de interstício queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Aprovada a quebra de interstício de cinco sessões, proposta por esta Presidência.

Senador Dornelles, vou encerrar a reunião. V. Exª levantou o braço.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, eu ia solicitar justamente a urgência que V. Exª já apresentou.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Não foi a pressa, mas a qualidade dos nossos sabatinados que me deu o direito de me antecipar.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – V. Exª sempre atua de forma certa.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Assim, pudemos proceder, nesta Comissão, à quebra do interstício de cinco sessões ordinárias no plenário do Congresso Nacional. Portanto, está quebrado o interstício. Solicito à Secretaria que encaminhe, de ofício, ainda hoje, a matéria ao plenário do Senado Federal.

Agradecendo a todos a presença, parabenizando o Dr. Marco Aurélio Bellizze e o Dr. Marco Aurélio Gastaldi, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado.

(Iniciada às 15 horas e 02 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 18 minutos.)

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ATA DA TRIGÉSIMA QUARTA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE JULHO DE 2011. – ELEIÇÃO DA VICE-PRESIDÊNCIA.

Às dez horas e trinta e oito minutos do dia doze de julho de dois mil e onze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência Eventual do Senhor Senador Paulo Paim**, e com a presença dos Senhores Senadores Cristovam Buarque, Ângela Portela, Lídice da Mata, Inácio Arruda, Roberto Requião, Garibaldi Alves, Benedito de Lira, Ana Amélia, Cyro Miranda, Paulo Bauer, Marta Suplicy, Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Ciro Nogueira, Aloysio Nunes Ferreira e Mozarildo Cavalcanti, reúne-se a Comissão de Educação, de Cultura e Esporte. Assinam o livro de reunião, após o encerramento da votação, os Senhores Senadores Wellington Dias, Ana Rita, Geovani Borges, João Alberto Souza, Maria do Carmo Alves, Armando Monteiro, Delcídio do Amaral, Clésio Andrade, Vicentinho Alves, Vital do Rego, Sérgio Petecão e Luiz Henrique, que solicita o registro de sua manifestação favorável à indicação do nome do Senador Paulo Bauer para Vice-Presidente da Comissão. A presente reunião destina-se à eleição do Vice-Presidente da Comissão para o restante do biênio 2011/2012, em virtude da vaga da Senadora Marisa Serrano, nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul. Distribuídas as cédulas e procedida à votação, o Senhor Presidente Eventual, Senador Paulo Paim, convida os Senhores Senadores Cristovam Buarque e Ana Amélia para servirem como escrutinadores, sendo verificado o seguinte resultado: para Vice-Presidente – Senador **Paulo Bauer**, 19 (dezenove) votos. Prosseguindo, o Senhor Presidente Eventual, Senador Paulo Paim, proclama eleito e empossado o Senador **Paulo Bauer** como Vice-Presidente da Comissão. A seguir, o Senhor Presidente Eventual passa a palavra ao Vice-Presidente recém-empossado, Senador Paulo Bauer. Após o discurso, o Vice-Presidente eleito, Senador Paulo Bauer, encerra a reunião às onze horas e vinte e três minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Vice-Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal. – Senador **Paulo Bauer,** Vice-Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 34ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

A presente reunião tem por finalidade a eleição do Vice-Presidente da Comissão. Foi registrada até o momento a seguinte chapa: para Vice-Presidente, Senador Paulo Bauer, do PSDB de Santa Catarina.

Sobre a mesa, encontram-se à disposição dos Srs. Senadores e das Srªs Senadoras as cédulas de votação devidamente rubricadas, que deverão ser utilizadas após a chamada, a que dou início neste momento.

Assim, já estamos encaminhando aos Senadores a possibilidade de votar. (*Pausa.*)

Vamos aguardar os Senadores que se deslocam das outras Comissões para o recinto desta Comissão de Educação, pelo tempo que for necessário até que se conclua a devida votação da chapa única para Vice-Presidente, composta pelo Senador Paulo Bauer, em substituição à nossa querida ex-Senadora Marisa Serrano, que foi convocada para o Tribunal de Contas do seu Estado.

Já passamos, agora, neste momento, Senador Valdir Raupp, ao processo de votação.

(Procede-se à votação nominal por sobrecartas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Convidamos, neste momento, o Senador Cyro Miranda para votar.

É chapa única, Senador, para a vaga de Vice-Presidente. (*Pausa.*)

Com certeza, todos votarão com muita tranquilidade.

(Continua em processo de votação.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Está votando o Senador Inácio Arruda.

Neste momento, vamos dar um intervalo até os outros Senadores chegarem. (*Pausa.*)

Estamos encerrando a votação nominal.

Se houver algum Senador ou Senadora que não votou, que vote neste momento ou não votará mais nesta oportunidade. (*Pausa.*)

A Presidência vai encerrar a votação. (*Pausa.*)

Convido os Senadores Ana Amélia e Cristovam Buarque para que façam a devida apuração, servindo, assim, de escrutinadores. (*Pausa.*)

Reabrimos para assegurar o voto ainda do nosso Senador Aloysio Nunes. Agora, vamos encerrar definitivamente. (*Pausa*.)

Está encerrada a votação.

Senadora Ana Amélia e Senador Cristovam, se puderem ajudar como escrutinadores...

(Procede-se ao escrutínio.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência vai considerar o voto favorável do Governador Luiz Henrique.

Fim da votação.

A Presidência proclama o seguinte resultado: para Vice-Presidente, o Senador Paulo Bauer recebeu 19 votos; e ainda há declaração de voto do ex-Governador Luiz Henrique.

Convidaria o eleito a ocupar seu lugar à Mesa e, em seguida, usar a palavra. (*Pausa.*)

S. Exª foi chamado para dar uma entrevista e tirar uma foto. Já está vindo. Enquanto isso, informamos a todos que termos uma pauta extensa, que será dirigida pelo Senador Paulo Bauer.

Então, neste momento, convido o eleito, o Senador Paulo Bauer, a ocupar seu lugar à Mesa, usar a palavra e assumir a coordenação dos trabalhos.

Senador Paulo Bauer com a palavra.

O Senador Paulo Bauer, eleito, tem que ser recebido com uma salva de palmas.

(*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Muito obrigado.

Quero, inicialmente, agradecer ao Senador Paulo Paim pelo trabalho, pela condução dos trabalhos e também pela deferência. Quero agradecer a todos os Srs. Senadores e Srªs Senadoras pela confiança, pelo voto. Tentei fazer aqui um pouquinho de campanha, até para reviver os tempos da campanha que desenvolvemos no ano passado. Aliás, sou um daqueles políticos que acham que político deve pedir votos, sempre. Por isso, fiz aqueles pedidos aqui de forma muito prazerosa, principalmente porque enderecei o pedido aos colegas que trabalham aqui, na Comissão de Educação; os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que têm, comigo, a grande responsabilidade de trabalhar essa questão fundamental para o desenvolvimento do País.

No meu conceito, a educação é o único caminhão pelo qual o Brasil avançara em definitivo para um modelo, para um momento de tranquilidade social, de desenvolvimento e de felicidade para toda a sua gente.

Portanto, agradeço os votos. Assumo essa função, esse cargo com muito prazer. Estarei aqui sempre para ajudar o Senador Roberto Requião na sua missão de Presidente e também me coloco à disposição de todos os senhores e senhoras para, sempre que possível, auxiliar e contribuir nos trabalhos que vierem a ser desenvolvidos.

Principalmente agradeço ao meu Partido, que, na pessoa do Senador Alvaro Dias, proporcionou-me esta oportunidade e me deferiu a condição de exercer esse importante cargo.

Dando sequência aos trabalhos da reunião, nós vamos iniciar a discussão...

Conforme sugestão e orientação da assessoria, temos que encerrar esta reunião de eleição para, depois, darmos como iniciado os trabalhos da reunião ordinária.

Portanto, declaro encerrada a reunião, para, em um minuto, abrirmos uma nova reunião ordinária.

(Levanta-se a reunião às 11 horas e 23 minutos.)

ATA DA TRIGÉSIMA QUINTA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE JULHO DE 2011.

Às onze horas e vinte e cinco minutos do dia doze de julho de dois mil e onze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência do Senhor Senador Paulo Bauer, Vice-Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte**, e com a presença dos Senhores Senadores Wellington Dias, Ângela Portela, Ana Rita, Paulo Paim, Cristovam Buarque, Lídice da Mata, Inácio Arruda, Roberto Requião, Geovani Borges, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Benedito de Lira, Ana Amélia, Cyro Miranda, Maria do Carmo Alves, Armando Monteiro, Delcídio do Amaral, Marta Suplicy, Clésio Andrade, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rego, Sérgio Petecão, Ciro Nogueira, Alvaro Dias, Aloysio Nunes Ferreira e Mozarildo Cavalcanti, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Walter Pinheiro, Magno Malta, Eduardo Amorim, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, José Agripino, João Vicente Claudino e Marinor Brito. Neste momento, a Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, o Senhor Vice-Presidente, Senador Paulo Bauer, inicia a deliberação da Pauta pelos itens não terminativos, aguardando quórum para deliberação dos projetos terminativos. **Item 016: Requerimento nº 42/11-CE**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senhores Senadores Cristovam Buarque e Inácio Arruda, que requerem "De acordo com o que preceitua o artigo 93, inciso II, combinado com o art. 90, incisos V e XI, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos a realização de Audiência Pública, no âmbito desta Comissão, para discutir e esclarecer matéria veiculada pela Revista Veja, em sua última edição nº 2224, de 6 de julho último, intitulada 'Madraçal no Planalto', com os seguintes convidados: – Prof. José Geraldo de Souza Júnior, Reitor da Universidade de Brasília-UnB; – Mel Dleil Gallo, Coordenadora Geral do Diretório Central de Estudantes; – Prof. Roberto Romano, da Unicamp-SP; – Prof. Renato Janine, da Universidade de São Paulo-USP; e – Prof. Dr. João Luiz Martins, Reitor da Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP e Presidente da ANDIFES". **O Requerimento é aprovado. Item 017: Requerimento nº 43/11-CE**, de caráter não terminativo, de autoria do Senhor Senador Garibaldi Alves, que requer "... com base do Art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja aprovado voto de louvor à escritora e professora Naide Gouvea, pelo conjunto de sua obra em prol da cultura norte-riograndense. Solicito, ainda, que, uma vez votado e aprovado o presente Requerimento, disso seja dada notícia à homenageada". O Requerimento é aprovado**.** Neste momento, o Senhor Senador Paulo Paim requer, oralmente, a inclusão extra-pauta de Requerimento, o que é aprovado **(ver Extra-Pauta: Item 1)**. Logo após, o Senhor Senador Cristovam Buarque requer, oralmente, a inclusão extra-pauta de Requerimento, o que é aprovado **(ver Extra-Pauta: Item 2)**. **Item 005: Projeto de Lei do Senado nº 337, de 2005**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Paulo Paim, que "Acrescenta o § 5º ao art. 46 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, a fim de regular a utilização das licitações dos tipos melhor técnica' e 'técnica e preço' na contratação de serviços de propaganda e publicidade". O relator designado é o Senador Sérgio Petecão e o parecer é favorável, na forma do substitutivo oferecido. É concedida vista ao Senador Cyro Miranda pelo prazo regimental de 5 (cinco) dias. **Item 006: Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 2009**, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Neilton Mulim, que "Institui a Medalha do Mérito Cultural Roberto Marinho e dá outras providências". O relator designado é o Senador Luiz Henrique e o parecer pela prejudicialidade do projeto é aprovado. Prosseguindo, a Senhora Senadora Ana Amélia requer, oralmente, a inclusão extra-pauta de Requerimento, o que é aprovado **(ver Extra-Pauta: Item 3)**. **Item 001: Projeto de Lei do Senado nº 286, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que "Altera para Programa Bolsa Escola o nome do Programa Bolsa Família". O relator designado é o Senador Paulo Bauer e o parecer é favorável. A matéria é lida e iniciada a discussão, transferindo-se o prosseguimento da discussão e posterior deliberação para a próxima reunião, uma vez que não há quórum para a votação de projetos terminativos. **Item 015: Projeto de Lei da Câmara nº 110, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria do Deputado José Chaves, que "Denomina Sistema Metroviário do Recife Engenheiro Pelópidas Silveira o Metrô do Recife/Metrorec, operado pela Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU". O relator designado é o Senador Garibaldi Alves e o parecer é favorável. A matéria é lida e iniciada a discussão, transferindo-se o prosseguimento da discussão e posterior

deliberação para a próxima reunião, uma vez que não há quórum para a votação de projetos terminativos. Neste momento, o Senhor Senador Paulo Bauer requer, oralmente, a inclusão extra-pauta de Requerimento, o que é aprovado **(ver Extra-Pauta: Item 4)**. **Item 018: Comunicado: "**Comunico aos Senhores (as) Senadores (as) o recebimento do Aviso nº 915 Seses-TCU-Plenário do Excelentíssimo Senhor Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Benjamin Zymler, encaminhando a cópia do Acórdão nº 1738/2011– TCU – Plenário, de 29/6/2011, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam e, ainda, a cópia do Relatório de Auditoria de Monitoramento da Secretaria de Fiscalização e Avaliação de Programas de Governo – SEPROG, que trata de Auditoria Operacional realizada na "Ação de Apoio à Formação Continuada de Professores do Ensino Fundamental", vinculada ao programa de "Valorização e Formação de Professores e Trabalhadores da Educação Básica", gerenciada pela Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação – SEB/MEC. Os Senadores que desejarem uma cópia do Aviso poderão se dirigir à Secretaria desta Comissão". A Matéria vai ao arquivo. Neste momento, a Senhora Senadora Lídice da Mata usa da palavra para registrar a presença dos familiares do engenheiro Vasco Azevedo Neto, ex-Deputado Federal pelo Estado da Bahia e professor da Universidade Federal da Bahia, para acompanharem a presente reunião. Prosseguindo, a Presidência inicia à deliberação dos itens incluídos extra-pauta. **Extra-Pauta, Item 001: Requerimento nº 44/11-CE**, de caráter não terminativo, de autoria do Senhor Senador Paulo Paim, que requer "De acordo com o que preceitua os arts. 90, II e V e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos a realização de Audiência Pública, no âmbito desta Comissão, em conjunto com a Comissão de Assuntos Sociais e a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa para discutir o tema 'A mulher grávida, o bebê e a primeira infância na construção da saúde mental'". O Requerimento é aprovado. **Extra-Pauta, Item 002: Requerimento nº 45/11-CE**, de caráter não terminativo, de autoria do Senhor Senador Cristovam Buarque, que requer "... nos termos do artigo 93, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, o apoio desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte ao 'Fórum sobre capacitação de Mercados Criativos para a Copa de 2014', a ser realizado em parceria com o Governo do Distrito Federal, por intermédio da Secretaria de Cultura, no período de 29 a 31 de agosto do corrente, com a realização de Audiência Pública nesta Comissão para discutir a capacitação de empresas e trabalhadores ligados às cadeias produtivas da economia criativa para a Copa do Mundo de 2014". O Requerimento é aprovado. **Extra-Pauta, Item 003: Requerimento nº 46/11-CE**, de caráter não terminativo, de autoria da Senhora Senadora Ana Amélia, que requer "... nos termos do art. 58, § 2º, II da Constituição Federal, combinado com os arts. 90, II e V, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiências Públicas no âmbito desta Comissão, com a finalidade de realizar a '1ª Avaliação Parlamentar da Copa do Mundo de 2014', a serem divididas em quatro temas: Fiscalização; Estratégia e Planejamento; Legado e Logística. A relação dos convidados e a programação do evento serão posteriormente apresentadas". O Requerimento é aprovado. **Extra-Pauta, Item 004: Requerimento nº 47/11-CE**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senhores Senadores Alvaro Dias e Paulo Bauer, que requerem "Com fulcro nas disposições do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão, para ouvir o jornalista britânico Andrew Jennings – autor do livro 'Jogo Sujo, O mundo secreto da FIFA: compra de votos e escândalos de ingressos' no intuito de esclarecer as revelações feitas na obra". O Requerimento é aprovado. Ficam adiadas as seguintes matérias: **Item 002: Projeto de Lei do Senado nº 235, de 2010; Item 003: Projeto de Lei da Câmara nº 23, de 2007; Item 004: Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 2010; 007: Projeto de Lei da Câmara nº 195, de 2009; Item 008: Projeto de Lei da Câmara nº 269, de 2009; Item 9: Projeto de Lei do Senado nº 128, de 2010; Item 010: Projeto de Lei da Câmara nº 145, de 2010; Item 011: Projeto de Lei da Câmara nº 79, de 2010; Item 12: Projeto de Lei da Câmara nº 176, de 2010; Item 013: Projeto de Lei da Câmara nº 256, de 2009 e Item 014: Projeto de Lei do Senado nº 201, de 2011**. Logo após, o Senhor Vice-Presidente, Senador Paulo Bauer, determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às doze horas e dezessete minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Vice-Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – Senador **Paulo Bauer,** Vice-Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Havendo número regimental, declaro aberta a 35ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa e a aprovação da leitura da ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Temos, na pauta, vários assuntos para deliberação; mais precisamente são 17 itens, que deverão ser objetos de nossa deliberação.

Como não temos ainda o quórum necessário para a votação de matérias terminativas, nós iniciaremos pela apreciação de matérias não terminativas.

O item 5 é uma matéria não terminativa; porém, o Senador Sérgio Petecão ainda não se encontra presente. Então, iremos para a matéria seguinte.

O item 6, também não terminativo, está sob a relatoria do Senador Luiz Henrique. Diante de sua ausência, também momentânea, nós passaremos ao item seguinte.

Trata-se de requerimento de autoria dos Senadores Cristovam Buarque e Inácio Arruda.

ITEM 16
– Não Terminativo -
REQUERIMENTO Nº 42/2011 – CE

De acordo com o que preceitua o artigo 93, inciso II, combinado com o art. 90, incisos V e XI, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos a realização de Audiência Pública, no âmbito desta Comissão, para discutir e esclarecer matéria veiculada pela Revista Veja, em sua última edição nº 2224, de 6 de julho último, intitulada "Madraçal no Planalto", com os seguintes convidados:

– Prof. José Geraldo de Souza Júnior, Reitor da Universidade de Brasília-UnB;

– Mel Dleil Gallo, Coordenadora Geral do Diretório Central de Estudantes;

– Prof. Roberto Romano, da Unicamp-SP;

– Prof. Renato Janine, da Universidade de São Paulo-USP; e

– Prof. Dr. João Luiz Martins, Reitor da Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP e Presidente da ANDIFES".

Em discussão a matéria.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Para justificar, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Pois não, Senador Cristovam. Com a palavra, V. Exª.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Essa matéria, que saiu recentemente, coloca em dúvida a transparência e a liberdade de cátedra na Universidade de Brasília.

Eu faço essa proposta, mas absolutamente seguro de que temos transparência na Universidade de Brasília, que há liberdade e que não há, em nenhuma hipótese, qualquer restrição ao trabalho de cada um. E digo isso não por causa do reitor, mas porque a estrutura que hoje tem a Universidade de Brasília não permitiria esse tipo de coisa, mesmo que o reitor o quisesse. Eu conheço muito bem o reitor e sei que é acusado, muitas vezes, de excesso de democracia e não de falta de democracia.

Então, acho que é importante esclarecer para que a opinião pública saiba. E aí tem nomes da mais alta qualidade e que poderão informar como é que eles veem atualmente o quadro de liberdade de cátedra na Universidade de Brasília.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Muito bem...

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Pois não, Senadora. V. Exª tem a palavra.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Eu quero, neste momento, Sr. Presidente, justamente me associar à iniciativa do Senador Cristovam Buarque e parabenizá-lo pela agilidade, inclusive, com que se dirige a esta Comissão para permitir que esses fatos sejam esclarecidos em um ambiente de debate democrático.

Eu não sou de Brasília, mas sou mãe de um estudante da UnB que tem participação ativa no movimento estudantil da UnB. Tive contato com os representantes do Diretório Central dos Estudantes daquela universidade e tenho, pela experiência da convivência com os estudantes, com o que pensam sobre a universidade, com o conhecimento que tenho também do Reitor José Geraldo, com sua história de vida e, ainda mais, avalizada pela experiência democrática de reitor do Senador Cristovam Buarque, a convicção de que nós teremos uma grande oportunidade para desmistificar essa que eu creio ser uma campanha contra a administração da UnB neste momento.

Portanto, quero me associar e dizer da certeza que tenho de que esta Comissão, votando esse requerimento, estará contribuindo para o esclarecimento necessário da imagem da UnB para o Brasil.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Ouvida a Senadora Lídice da Mata, ouviremos o Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Sr. Presidente, eu quero cumprimentar o Senador Cristovam porque, realmente, uma matéria que atinge uma instituição desse porte precisa, de fato, ser esclarecida. Eu tenho certeza de que teremos aqui explicações bem claras. Eu não acredito em tudo que está lá, mas acho que nós precisamos ter essa clareza; daí

porque acho muito oportuno convidar o reitor e seus auxiliares para que realmente expliquem essa situação aqui. Isso é muito importante até para a Universidade, porque, uma vez que nós vamos ouvi-los aqui, teremos esclarecimentos muito profundos sobre a questão, de maneira que tudo ficará muito claro.

Assim, acho muito oportuno, pelo que cumprimento mais uma vez o Senador Cristovam Buarque pela iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Agradeço a V. Exª.

Mais alguém? (*Pausa.*)

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Eu também quero, se me permite, Sr. Presidente, congratular-me com o Senador Cristovam, manifestando o meu apoio. Acho que a gente precisa ter muito cuidado quando tratamos de algumas áreas do País, e a Universidade é uma delas. E a gente percebe que, do ponto de vista da UnB, parece que há algo planejado, meu querido Cristovam, que, de alguma forma, coloca para o Brasil inteiro a UnB, pela importância que tem, por estar localizada na Capital, no centro de uma situação muito ruim. E eu conheço a Universidade; é uma instituição respeitada, por isso considero importante que tratemos do tema nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Agradeço a manifestação do Senador Wellington Dias.

Consulto se mais algum Senador ou Senadora deseja se manifestar a respeito da matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discuti-la, coloco em votação.

Quem estiver de acordo permaneça como se encontra. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

ITEM 17:
– Não Terminativo -
REQUERIMENTO Nº 43/2011-CE

Requeiro, com base do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja aprovado voto de louvor à escritora e professora Naide Gouvea, pelo conjunto de sua obra em prol da cultura norte-rio-grandense. Solicito, ainda, que, uma vez votado e aprovado o presente Requerimento, disso seja dada notícia à homenageada.

Autoria: Senador Garibaldi Alves.

Justificação.

Naide Gouvea é professora universitária consagrada, membro da União Brasileira de Escritores, especializada em saúde pública. Agraciada com inúmeros títulos e autora de mais de vinte livros, é considerada a escritora norte-rio-grandense das obras mais interessantes no ano de 2005.

Assina o Senador Garibaldi Alves, a quem concedo a palavra.

O SR. GARIBALDI ALVES (Bloco/PMDB – RN) – Sr. Presidente, Srs. Membros da Comissão, tive o maior prazer em fazer essa solicitação, de vez que se trata de uma escritora que tem a sua vida dedicada a todos os... Professora universitária consagrada, membro da União Brasileira de Escritores, é especializada em saúde pública.

Creio que o requerimento será aprovado com louvor, uma vez que se trata de um problema da maior justiça.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – A matéria está em discussão. (*Pausa*.)

Certamente uma proposição apresentada por V. Exª, Senador Garibaldi Alves, merece de todos nós a acolhida.

Assim, coloco-a em votação.

Quem estiver de acordo permaneça como se encontra. (*Pausa*.)

Aprovado.

Nós temos três requerimentos extrapauta, um dos quais de autoria do Senador Paulo Paim, a quem concedo a palavra.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, eu estou assinando requerimentos com outros Senadores que me pediram, para que, de acordo com o art. 90 do Regimento Interno Senado Federal, possamos realizar uma audiência pública na Comissão, em conjunto com a Comissão de Assuntos Sociais e com a de Direitos Humanos, para discutirmos o tema "A Mulher Grávida, o Bebê e a Primeira Infância na Construção da Saúde Mental". Esse é o objetivo do requerimento, e a solicitação de audiência pública integrada com outras duas comissões.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Eu preciso, conforme prevê o Regimento, inicialmente, colocar em votação a inclusão dessa matéria como extrapauta.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovada.

EXTRAPAUTA
ITEM 1:
– Não Terminativo -
REQUERIMENTO Nº 44, DE /2011-CE

De acordo com o que preceitua os arts. 90, II e V e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos a realização de Audiência Pública, no âmbito desta Comissão, em conjunto com a Comissão de

Assuntos Sociais e a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para discutir o tema "A mulher grávida, o bebê e a primeira infância na construção da saúde mental".

Agora votaremos o requerimento propriamente dito.

Em discussão o requerimento de autoria do Senador Paulo Paim. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado.

O outro requerimento extrapauta que temos é de autoria do Senador Cristovam Buarque, a quem concedo a palavra ao Senador Cristovam Buarque, para informar a respeito do assunto.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Senador, hoje em dia, todos nós sabemos que o futuro da economia está no conhecimento, e que, lamentavelmente, o Brasil está ficando para trás. E estamos ficando para trás por falta de ciência e tecnologia, por falta de ensino superior, por falta de educação de base sobretudo.

E nós temos a possibilidade, agora, de fazermos um debate sobre isso aqui dentro. Aproveitando a Copa do Mundo, é interessante debatermos aqui o quem vem sendo chamado por aí de mercado criativo. É assim que, no jargão, está se falando. Eu gosto de dizer produtos de alta tecnologia, produtos criativos, produtos com alta inovatividade.

Então, minha ideia é um fórum sobre capacitação de mercados criativos para a Copa de 2014: como podemos aproveitar a Copa para criar produtos que sejam vendidos aos turistas que aqui vierem para assistir aos jogos da Copa.

Então, proponho uma audiência pública nesta Comissão, para discutir a capacitação de empresas e trabalhadores ligados às cadeias produtivas da economia criativa para a Copa do Mundo de 2014.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – *Ok*.

Eu submeto à apreciação dos Srs. Senadores e das Srªs Senadoras a matéria, que precisa, primeiro, da seguinte deliberação: autorização para inclusão como matéria extrapauta.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovada.

EXTRAPAUTA
ITEM 2:
– Não Terminativo -
REQUERIMENTO Nº 45, DE 2011-CE

Requeiro, nos termos do artigo 93, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, o apoio desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte ao "Fórum sobre capacitação de Mercados Criativos para a Copa de 2014", a ser realizado em parceria com o Governo do Distrito Federal, por intermédio da Secretaria de Cultura, no período de 29 a 31 de agosto do corrente, com a realização de Audiência Pública nesta Comissão para discutir a capacitação de empresas e trabalhadores ligados às cadeias produtivas da economia criativa para a Copa do Mundo de 2014.

Em discussão o requerimento. (*Pausa*.)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação o requerimento de autoria do Senador Cristovam Buarque.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado.

Temos mais um. Agora vamos aos itens não terminativos, sendo o primeiro o Item 5 da pauta.

ITEM 5:
– Não Terminativo -
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 337, DE 2005

Acrescenta o § 5º ao art. 46 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, a fim de regular a utilização das licitações dos tipos "melhor técnica" e "técnica e preço" na contratação de serviços de propaganda e publicidade.

Autoria: Senador Paulo Paim.

Relatoria: Senador Sérgio Petecão.

Relatório: favorável, na forma do substitutivo oferecido

Observações: A matéria é terminativa na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Com a palavra, o relator, Senador Sérgio Petecão, para a leitura do seu relatório.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PMN – AC) – Sr. Presidente, vou à leitura do parecer da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 337, de 2005, que acrescenta o § 5º ao art. 46 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a fim de regular a utilização das licitações dos tipos "melhor técnica" e "técnica e preço" na contratação de serviços de propaganda e publicidade.

Relatório.

Vem ao exame desta Comissão o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 337, de 2005, de autoria do ilustre Senador Paulo Paim.

O objetivo da alteração legislativa é vedar, na contratação de serviços de propaganda e publicidade, a adoção de licitações do tipo "melhor técnica", bem como do tipo "técnica e preço", sempre que o peso atribuído à valoração da proposta de preço referido no inciso II do § 2º deste artigo represente menos que 50% da média ponderada final.

Na justificação, o autor atenta para os trabalhos da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, que revelaram o universo escabroso das relações dos governos com suas agências de publicidade, que ficaram caracterizadas pela ausência de transparência e de critérios objetivos para a escolha das prestadoras dos serviços de propaganda.

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 337 (SUBSTITUTIVO), DE 2005

Acrescenta parágrafo ao art. 5º da Lei nº 12.232, de 29 de abril de 2010, que dispõe sobre as normas gerais para licitação e contratação pela administração pública de serviços de publicidade prestados por intermédio de agências de propaganda e dá outras providências, com o objetivo de vedar, nas licitações do tipo "técnica e preço" para contratação de serviços de publicidade, a adoção de critérios que tornem as propostas de preços menos relevantes que as propostas técnicas.

O Congresso Nacional *decreta:*

Art. 1º O art. 5º da Lei nº 12.232, de 29 de abril de 2010, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

"Art. 5º.....

Parágrafo único. Nas licitações do tipo 'técnica e preço', é vedado ao edital utilizar critérios de valorização que tornem as propostas de preços menos relevantes que as propostas técnicas." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Lido, Sr. Presidente.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Em discussão o relatório apresentado pelo Senador Sérgio Petecão.

Por favor, Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, pela complexidade e por algumas dúvidas que tenho, peço vistas a esse projeto.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, eu só solicito que a vista seja coletiva. Só isso. Conforme entendimento inclusive já feito com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Nos termos regimentais, fica concedida vista coletiva a pedido do Senador Cyro Miranda e do Senador Paulo Paim.

A matéria seguinte é o Item nº 6, não terminativo.

ITEM 6
– Não Terminativo -
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 003, DE 2009

Institui a Medalha do Mérito Cultural Roberto Marinho e dá outras providências.

Autoria: Deputado Neilton Mulim.
Relatoria: Senador Luiz Henrique.
Relatório: Pela prejudicialidade
Observações: Matéria terminativa no Plenário

Com a palavra S. Exª o Senador Luiz Henrique da Silveira.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, em primeiro lugar, quero destacar a ascensão de V. Exª à Vice-Presidência desta Comissão, como aliás já foi guindado também a cargos da alta direção do PSDB, seu partido, o que demonstra a qualidade pessoal, política e a competência de V. Exª.

O parecer já foi distribuído, é do conhecimento de todos os Srs. Senadores. Vou sintetizar sua leitura nos seguintes parágrafos:

Ocorre que, em 15 de abril de 2008 – e o Projeto de Lei é de 2007 –, foi publicada a Lei nº 11.655, que denomina Ordem do Mérito das Comunicações Jornalista Roberto Marinho a Ordem do Mérito das Comunicações. A honraria instituída por essa lei tem a mesma finalidade que a proposição ora em análise.

Dessa forma, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, como já existe uma lei disciplinando a matéria homenageando o comunicador Roberto Marinho, eu proponho a prejudicialidade do projeto, salvo melhor juízo.

É o parecer.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo mais quem queira discutir, coloco em votação o parecer do Senador Luiz Henrique, pela prejudicialidade. (*Pausa*.)

Não havendo manifestação em contrário, deduz-se que está aprovado o relatório apresentado pelo Senador Luiz Henrique.

Portanto, a matéria vai ao Arquivo.

E quero aproveitar para dizer que o Senador Luiz Henrique foi muito gentil em suas palavras. Eu sempre destaco e faço questão de registrar que sou Senador e estou nesta função por toda a história que construí ao longo de minha vida, mas também por tê-lo tido como

meu principal eleitor na última eleição para o Senado da República.

Muito obrigado, Senador Luiz Henrique.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Senadora Ana Amélia, com a palavra, por favor.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Aproveito para endossar as referências feitas pelo nosso ex-Governador e Senador Luiz Henrique a respeito da sua eleição, por unanimidade de votação nesta Comissão, e também desejar sucesso ao senhor e dizer que sua responsabilidade é grande porque Marisa Serrano prestou um excelente serviço ao Senado Federal e à Comissão de Educação, como professora que é.

Eu queria solicitar a V. Exª a inclusão na pauta da reunião de hoje de um requerimento de minha autoria que pretende realizar, por audiência pública, a primeira avaliação parlamentar da Copa do Mundo de 2014. É uma questão de competência desta Comissão de Esporte, Cultura e Educação e também das questões relacionadas a fiscalização, estratégia, planejamento, legado e logística desse evento, que é de interesse internacional.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Pela exposição da Senadora Ana Amélia, devo colocar à apreciação para o Plenário a condição de considerar esse requerimento para efeitos de inclusão como matéria extrapauta.

Se todos estiverem de acordo, eu considero a matéria aprovada, como inclusa na pauta de trabalhos da sessão de hoje.

EXTRAPAUTA
ITEM 3:
– Não Terminativo -
REQUERIMENTO Nº 46, DE 2011-CE

Requeremos, nos termos do art. 58, § 2º, II da Constituição Federal, combinado com os arts. 90, II e V, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiências Públicas no âmbito desta Comissão, com a finalidade de realizar a "1ª Avaliação Parlamentar da Copa do Mundo de 2014", a serem divididas em quatro temas: Fiscalização; Estratégia e Planejamento; Legado e Logística. A relação dos convidados e a programação do evento serão posteriormente apresentadas.

Autoria: Senadora Ana Amélia.

Em discussão o requerimento proposto pela Senadora Ana Amélia. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-lo, em votação.

Os que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Tendo em vista que encerramos os assuntos que não careciam de número de votos regimentais, colhidos nominalmente, portanto, as matérias não terminativas foram apreciadas, os requerimentos igualmente, entraremos agora nas matérias terminativas.

Entretanto, sendo evidente a falta de quórum para votações nominais, eu decido pelo início dos trabalhos de leitura dos relatórios das matérias para que assim possamos deixá-las em condições de voto na próxima reunião.

Temos como Item nº 1 o Projeto de Lei do Senado nº 286, de 2009.

ITEM 1:
– Terminativo -
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 286, DE 2009

Altera para Programa Bolsa Escola o nome do Programa Bolsa Família.

Autoria: Senador Cristovam Buarque.
Relatoria: Senador Paulo Bauer.
Relatório: Favorável.

Passo a ler o relatório a respeito desta matéria, para conhecimento de todos. Como já disse, não temos quórum para deliberação, mas todos terão ciência da matéria e poderão, naturalmente, tomando conhecimento dela, deliberar a respeito do assunto quando oportuno.

Relatório.

Em exame na Comissão de Educação, Cultura e Esporte, para decisão em caráter terminativo, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 286, de 2009, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que pretende alterar o nome do atual Programa Bolsa Família para Programa Bolsa Escola.

Na justificação, o autor argumenta que a transformação do Programa Bolsa Escola em Bolsa Família, por meio da Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, deixou implícito o papel educacional da iniciativa, relacionado à condicionalidade de frequência escolar para o recebimento dos benefícios. Nessa transformação, a ênfase educacional do Bolsa Escola teria sido retirada. Assim, as famílias teriam deixado de vincular automaticamente sua remuneração à escolarização de seus filhos, associando-a apenas ao quadro de pobreza em que se encontram.

Por isso, a proposição intenta retornar à nomenclatura original do programa.

Análise.

O Programa Bolsa Família, embora tenha sido alardeado como novidade no quadro das políticas sociais brasileiras, não é exatamente inovador. De fato, ele significou a unificação de diversas iniciativas de transferência de renda à população pobre que já estavam sendo implementadas pelo Governo Federal desde o início dos anos 2000, durante a gestão do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Entre elas, a mais importante era justamente o Programa Bolsa Escola, executado pelo Ministério da Educação, que alcançava cerca de cinco milhões de famílias ao final de 2002, destinando-lhes um benefício em dinheiro em troca da garantia de que matriculassem suas crianças de 6 a 15 anos de idade na escola e assegurassem a frequência a pelo menos 85% das aulas.

O Programa Bolsa Escola federal, por sua vez, inspirou-se em iniciativas implementadas pelos entes federados. Entre as pioneiras, destacam-se as experiências de Campinas e do Distrito Federal (DF), esta última concebida e executada pelo Senador Cristovam Buarque, quando exerceu o cargo de Governador do DF.

O Bolsa Escola foi reconhecido em todo o mundo como uma política pública efetivamente inovadora. Por um lado, era capaz de mitigar as condições de pobreza extrema em que se encontrava o seu público-alvo, por meio de transferências em espécie que propiciavam o aumento de seu bem-estar imediato. Por outro lado, destinava-se a romper o ciclo intergeracional da pobreza, ao assegurar que as crianças das famílias beneficiárias pudessem adquirir capital humano e, assim, enfrentar condições mais favoráveis para a futura inserção no mercado de trabalho.

Com a criação do Bolsa Família, ganhamos em escala, mas perdemos qualidade na mensagem que o programa leva aos beneficiários. Tem razão o autor ao apontar que o foco educacional da iniciativa ficou em segundo plano e que no inconsciente coletivo passou a vigorar o entendimento de que a transferência está vinculada à pobreza, e não a um incentivo à escolarização das novas gerações.

Acreditamos que a singela medida proposta pelo PLS pode contribuir para mudar esse quadro e, por isso, somos favoráveis a sua aprovação.

Voto.

Pelas razões expostas, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 286, de 2009.

Assino, como Relator da matéria.

Coloco o assunto em discussão para a análise das Srªs e dos Srs. Senadores.

Está chegando o autor, o Senador Cristovam Buarque.

A matéria se encontra em discussão. Se alguém desejar comentá-la...

V. Exª deseja?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Eu quero defender.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Pois não.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Quero começar, Sr. Presidente, dizendo que não é uma questão de semântica, não é uma questão publicitária, é uma questão de consciência que a gente quer formar. Quando uma mãe recebe um dinheiro, Senador Mozarildo, chamado Bolsa Escola, ela pensa: “Eu recebo este dinheiro porque meu filho vai à escola”. Quando ela recebe um dinheiro em que está escrito “Bolsa Família”, ela pensa: “Eu recebo este dinheiro porque minha família é pobre”.

No primeiro conceito, ela inclusive diz: eu recebo este dinheiro porque a minha criança vai à escola e, através da escola, vai sair da pobreza. No outro, ela diz: eu recebo este dinheiro porque a minha família é pobre e, se eu sair da pobreza, eu perco esse dinheiro. Então, o nome escola dá um conteúdo de consciência. Os teóricos diriam até que é uma questão de neurolinguística: é a palavra que faz a coisa, é a palavra que indica o que você, de fato, percebe naquele assunto.

É nesse sentido que eu sempre disse e repito que creio que foi um erro a mudança do nome Bolsa Escola para Bolsa Família. Foi um acerto do Presidente Lula aumentar de 4 milhões para 12 milhões o número de famílias beneficiadas. Foi um acerto na dimensão, mas foi um erro ter mudado o nome, porque gerou um retrocesso na consciência que as famílias pobres vinham criando sobre a importância da educação.

É preciso entender que, no Brasil, depois de tantos séculos de escravidão e de desigualdade brutal – somos campeões em desigualdades –, nós fizemos algo trágico. A população pobre no Brasil passou a achar que educação era uma questão dos ricos, que não era uma questão dessas famílias pobres. Hoje permeia na consciência das famílias pobres a ideia de que educação não é um direito delas. Ao pagar para que seus filhos estudem, nós criamos essa consciência, nós passamos esta mensagem: educação é tão importante que a gente paga para vocês estudarem. Com isso, é importante o nome Bolsa Escola.

O Marrocos começou agora o programa. Eles conversaram comigo, colocaram um nome diferente de Bolsa Escola, mas muito bom. É um nome árabe que significa “porta de entrada”, ou seja, é esse dinheiro que faz com que a criança entre no mundo moderno. Então, seria um bom nome. Podemos até imaginar outro nome, mas Bolsa Família não seria esse nome. E Bolsa Escola já adquiriu uma tradição. Em muitos lugares do mundo, inclusive, chama-se Bolsa Escola,

em português. Na autobiografia do Presidente Clinton, em todos os idiomas em que é traduzida, está escrito Bolsa Escola. As pessoas me perguntam se sou fã do Clinton, porque tenho diversos livros dele, a sua autobiografia em diversos idiomas. Por exemplo, eu a tenho em turco, francês, inglês, alemão, e lá está Bolsa Escola em português. É uma marca brasileira. Essa é outra razão pela qual acho que seria positivo.

Então, Senador, apresentei este projeto com o intuito de fortalecer a Bolsa Família, com o nome que a fortalece, que seria o nome com a qual ela, a Bolsa Família, foi criada, que é Bolsa Escola.

Eu peço aos Srs. Senadores que percebam a dimensão da conscientização que isso significa. Eu tenho certeza de que Paulo Freire defenderia o nome Bolsa Escola.

O SR. PRESIDENTE (Senador Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Obrigado, Senador Cristovam Buarque.

Com a palavra o Senador Mozarildo Cavalcanti, que também deseja discutir a matéria.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Bom, Presidente, quero dizer ao Senador Cristovam que concordo inteiramente com o pensamento dele. Acho, como ele disse, que não é uma questão de semântica. É muito mais de neurolinguística mesmo. Acho que é fundamental. De modo geral, vejo que até nas camadas mais pobres há aquela consciência de que o caminho para o filho é o estudo, mas, se ele recebe uma bolsa que passa a ser, em alguns casos – eu conheço muitos casos –, a única fonte de renda da família, e está amarrada à palavra família, ele vai procurar ter mais filhos, às vezes, para ter mais bolsa. Então, o importante é que a gente amarre mesmo com a palavra escola, porque aí reforça o pensamento de muitos deles – eu diria até a maioria – de que o caminho para sair da pobreza é a educação. Então, quero dizer que sou completamente a favor.

O SR. PRESIDENTE (Senador Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Agradeço a manifestação do Senador Mozarildo Cavalcanti.

Concedo a palavra à Senadora Ana Amélia Lemos.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu queria cumprimentar o relatório de V. Exª e a iniciativa do Senador Cristovam Buarque.

Poucos aqui, nesta Comissão, ou grande parte dos membros que estão dedicados ao ofício de educar sabem, como ele, do significado que tem a educação para o País. Tudo o que foi dito, não só pelo autor do projeto, o Senador Cristovam Buarque, emérito professor, pelas avaliações do Senador Mozarildo... Fui educadora, no começo da minha carreira, lá nos confins de Lagoa Vermelha. E hoje o Brasil, no século XXI, tem o grande desafio de chegar à quinta potência mundial e não chegará lá, Senador Cristovam, se não fizer um maciço investimento em educação. Educação é escola.

Na América Latina, quando visitamos o México, por exemplo, a orientação que nos é dada, quando nos pedem alguma esmola ou alguma ajuda, na rua – as crianças em geral, que são usadas por pais inescrupulosos, assim como no Brasil –, eles recomendam que digamos à criança, em espanhol: "vá à escola". Então, é uma forma, digamos, de transversalidade impor de forma educativa o conceito de que o mais importante de tudo é mesmo a educação, é a escola.

Então, eu queria parabenizar V. Exª. Não se trata de disputar, do ponto de vista de marketing, a paternidade deste ou daquele programa, mas de conscientizar, pela neurolinguística, a importância do tema para as gerações de hoje e de amanhã. O futuro para mim está muito longe, mas é de hoje para amanhã.

Eu endosso inteiramente o seu relatório e a proposta do Senador Cristovam Buarque para voltar ao nome original: Bolsa Escola.

O SR. PRESIDENTE (Senador Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Ouvida a Senadora Ana Amélia, consulto se mais algum Senador ou Senadora deseja se manifestar a respeito da matéria. *(Pausa.)*

Tendo em vista não possuirmos o quórum regimental para a deliberação e também para não prejudicarmos a continuidade da discussão da matéria, decido pelo sobrestamento da discussão e, na próxima reunião ou se ainda houver quórum suficiente na reunião de hoje, nós voltaremos ao assunto e daremos continuidade à sua discussão.

Tendo em vista a presença do Senador Garibaldi Alves, temos outro item terminativo na pauta, que é o Projeto de Lei da Câmara nº 110, de 2010.

ITEM 15:
– Terminativo -
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 110, DE 2010

Denomina Sistema Metroviário do Recife Engenheiro Pelópidas Silveira o Metrô do Recife/Metrorec, operado pela Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU.

Autoria: Deputado José Chaves.
Relatoria: Senador Garibaldi Alves.
Relatório: Favorável.

A matéria pode ser votada tão logo tenhamos o quórum regimental. Por isso, concedo a palavra ao Relator, Senador Garibaldi Alves.

O SR. GARIBALDI ALVES (Bloco/PMDB – RN) – Sr. Presidente, vou fazer a leitura de alguns trechos

do meu relatório, porque acho que este assunto, anteriormente, quando foi discutido aqui, nesta oportunidade, já foi apreciado.

O Projeto é de autoria do Deputado José Chaves e objetiva denominar "Sistema Metroviário do Recife Engenheiro Pelópidas Silveira" o Metrô do Recife, operado pela Companhia Brasileira de Trens Urbanos .

A deferência proposta ancora-se na longa e respeitável trajetória pública do homenageado. Como destaca o autor da iniciativa, o recifense Pelópidas Silveira "foi uma das figuras mais proeminentes da história de Pernambuco e do Brasil".

Portanto, Sr. Presidente, se V. Exª concorda e o Plenário também, eu apresento o meu voto pedindo a sua aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Senador Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Em discussão.

Mais alguém deseja...

Senador Cristovam Buarque, V. Exª tem a palavra.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Primeiro, quero dizer, como recifense, que fico feliz com o parecer do Senador Garibaldi. Depois, pessoalmente, conheci bem esta grande figura humana que foi Pelópidas Silveira. Eu diria mais: foi uma figura fundamental na minha formação política. Eu era muito jovem, nem jovem ainda...

O SR. PRESIDENTE (Senador Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Como ainda o é, com certeza.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Eu estava saindo da adolescência quando ele era prefeito de Recife. Recife, então, era chamada de "Moscow brasileira", pelas posições progressistas, de esquerda. Hoje, a gente, certamente, não a chamaria de Moscow. Talvez nem tenha uma cidade que simbolize uma esquerda contemporânea. Mas naquele momento Recife tinha uma tradição muito grande, e devemos isso a Pelópidas Silveira e também a Miguel Arraes. E fico emocionado ao ver a possibilidade de colocar o seu nome. Foi Prefeito, teve uma atuação muito grande. Eu estive com ele, que já estava com seus noventa e poucos anos, da última vez, e acho que é um nome muito merecido.

Parabenizo o autor do Projeto, parabenizo e agradeço ao Senador Garibaldi.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. PSDB – SC) – Agradeço também a manifestação do Senador Cristovam Buarque e consulto se mais algum Senador ou Senadora deseja se manifestar. (Pausa.)

Não havendo mais quem queira manifestar-se a respeito da matéria, também informo que ela fica sobrestada em termos de discussão, para prosseguirmos na próxima sessão, quando houver quórum para deliberação.

Apresentei e apresento um requerimento à consideração de V. Exªs solicitando que seja realizada audiência pública para ouvir o jornalista britânico Andrew Jennings, autor do livro *Jogo Sujo – O mundo secreto da Fifa*. *Compra de votos e escândalos de ingressos*, no intuito de esclarecer as revelações feitas pela obra. É co-autor desse requerimento o Senador Alvaro Dias.

Consulto V. Exªs se podemos incluir esse requerimento como matéria extrapauta.

Em discussão.

Quem estiver de acordo permaneça como se encontra. (Pausa.)

Aprovada.

ITEM 04
– Não Terminativo -
REQUERIMENTO Nº 47/ 2011 – CE

"Com fulcro nas disposições do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão, para ouvir o jornalista britânico Andrew Jennings, autor do livro "Jogo Sujo, O mundo secreto da FIFA: compra de votos e escândalos de ingressos" no intuito de esclarecer as revelações feitas na obra".

Autoria: Senadores Alvaro Dias e Paulo Bauer.

Em discussão o requerimento.

Consulto se alguém deseja discuti-lo. (*Pausa*.)

Não havendo quem queira discuti-lo, coloco-o em votação.

Quem estiver de acordo com sua aprovação permaneça como se encontra. (*Pausa*.)

Aprovado.

Comunicado.

Comunico aos Srs. Senadores e Senadoras o recebimento do Aviso nº 915 SESES-TCU-Plenário, do Exmº Sr. Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Benjamim Zymler, encaminhando a cópia do Acórdão nº 1738/2011, de 29 de junho de 2011, acompanhado do relatório e do voto que o fundamentam, e ainda a cópia do relatório de auditoria de monitoramento da Secretaria de Fiscalização e Avaliação de Programas de Governo – Seprog, que trata de auditoria operacional realizada na Ação de Apoio à Formação Continuada de Professores do Ensino Fundamental, vinculada ao Programa de Valorização e Formação de Professores e Trabalhadores de Educação Básica, gerenciado pela Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação (SEB/MEC).

Os Senadores que desejarem uma cópia do Aviso poderão se dirigir à Secretaria desta Comissão.

A matéria vai ao Arquivo.

Não havendo mais matéria...

A Senadora Lídice da Mata solicita a palavra pela ordem e eu a concedo, com muito prazer.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Muito obrigada, Presidente.

Aproveito para parabenizá-lo pela grande eleição que acabou de ter, com a unanimidade de todos os nossos companheiros aqui, dos nossos pares aqui na Comissão, e desejo um grande trabalho a V. Exª nessa Vice-Presidência e, eventualmente, na Presidência, como aqui está, e que possa dar seguimento à tradição de trabalho que a Senadora Marisa Serrano empreendeu nesta Comissão, honrando todas nós mulheres Senadoras, suas companheiras e colegas.

Sr. Presidente, eu queria, lamentando o fato de não termos aqui, hoje, quórum para votação terminativa, não deixar de registrar aqui a presença dos familiares do engenheiro Vasco Azevedo Neto, ex-Deputado Federal pela Bahia e professor da Faculdade de Engenharia, professor da Universidade Federal da Bahia, grande político baiano, grande servidor público, que tem na pauta, Item 14, um Projeto de Lei de autoria dos Senadores da nossa bancada, Walter Pinheiro, eu própria e o Senador João Durval e acrescentando a isso o apoio dos Senadores do Tocantins, para que a ferrovia Leste-Oeste ou Oeste-Leste, como alguns também intitulam, possa ser denominada ferrovia Vasco Neto.

Isso se dá, Sr. Presidente, porque, além da importante contribuição que Vasco Neto deu à infraestrutura, à engenharia brasileira, à logística brasileira, ele, muitos anos antes, pensou, formulou e sonhou com o desenvolvimento e com a integração continental do País, com uma ferrovia ligando o Atlântico ao Pacífico. E foi inspirado nessa ideia que surge a ferrovia Oeste-Leste, que vai trazer imenso beneficiamento ao povo do Estado da Bahia. Ela será, sem dúvida alguma, a maior ligação de oeste a leste do nosso Estado, com a intenção de ligar a Bahia com o Tocantins e ao Porto Sul, na cidade de Ilhéus, mas também, dessa forma, ligar a Bahia ao Brasil, através do norte, que se vinculará à Ferrovia Oeste-Leste.

Quero mostrar aqui este livro, de que certamente muitos já têm conhecimento na América do Sul, que explicita o pensamento e as idéias do nosso querido Vasco Azevedo Neto.

Quero dizer da minha alegria de ter aqui Graça Azevedo, sua filha, minha querida amiga, seu filho Paulo Azevedo, que é também funcionário da Casa, do Senado, e que vieram com a expectativa de que pudéssemos hoje aqui votar.

Espero que em breve possamos fazer isso, para dar alegria a todo o povo baiano, que deseja ardentemente homenagear Vasco Neto. Eu, que tive a oportunidade de conhecê-lo, de conviver com a família de Vasco Neto, pela grande amizade que tenho por Graça, mas também pelo conhecimento de sua vida, terminei por caminhos diversos, sendo amiga de Vasco Neto e tendo a oportunidade e a alegria de receber o seu apoio numa candidatura ao Governo do Estado da Bahia, de tê-lo na minha chapa, de tê-lo filiado ao meu partido após 80 anos de idade, o que para mim foi realmente motivo de muita honraria.

Então, quero destacar aqui a presença dos familiares de Vasco Neto, que muito engrandecem a Casa com suas presenças.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Agradeço à Senadora Lídice da Mata. As suas observações constarão da Ata desta reunião. Certamente, na próxima reunião, quando a matéria for discutida, quando o relatório for conhecido, o assunto será outra vez abordado, e o trabalho do engenheiro Vasco Azevedo Neto, que foi Deputado Federal por várias legislaturas, será enaltecido, principalmente sua ação e atuação na área dos transportes. Seus ideais serão perenizados com a homenagem que é feita, inclusive, com a participação de V. Exª, uma das autoras da proposição.

Saúdo igualmente os familiares do homenageado, Maria das Graças, Paulo Antônio e Luciene, que se fazem presentes.

E devo informar a V. Exªs que, não havendo mais o quórum regimental suficiente para a deliberação de matérias e, tendo em vista que estamos naturalmente, hoje, com dificuldades de alcançá-lo, em função do trabalho intenso de muitas comissões, inclusive de audiências públicas de pessoas e de detentores de cargos públicos que estão justificando-se, que estão prestando esclarecimentos perante outras comissões da Casa, imagino que não tenhamos condição de alcançar o quórum necessário para a deliberação.

Mas, antes de encerrar os trabalho, ouço, com muito prazer, o nobre Senador Alvaro Dias, que comparece neste momento e que já foi, inclusive, objeto de agradecimento meu, aqui, hoje, pela indicação que fez do meu nome para disputar essa eleição disputadíssima de vice-presidente desta comissão.

Por favor, Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Parabéns a V. Exª e sucesso.

Eu solicitaria a V. Exª que colocasse para deliberação um requerimento de autoria de V. Exª, que peço permissão para subscrever, que não exige quórum para votação. Peço que o coloque em votação. O requerimento convida o jornalista britânico Andrew Jennings, autor do livro *Jogo Sujo – O mundo secreto da FIFA.*

Compra de votos e escândalos de ingressos, no intuito de esclarecer as revelações feitas na obra.

Ele está à disposição para comparecer à Comissão, já foi consultado sobre isso. Considero muito interessante que ele venha, especialmente porque nós estamos num processo de organização da Copa do Mundo de 2014. Portanto, peço a V. Exª que submeta à deliberação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Senador Alvaro Dias, V. Exª é um dos grandes e brilhantes líderes desta Casa e não ia deixar de apresentar esse requerimento e sua justificativa para aprovação do mesmo. Sua assessoria, também muito diligente, já havia nos informado da sua intenção de fazê-lo e da subscrição do mesmo, e, por isso, nós já colocamos e, para não decepcioná-lo, já que V. Exª me indicou, eu já tinha feito a apresentação do requerimento, já o coloquei em votação e ele já está aprovado. Portanto...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu queria aproveitar...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – V. Exª é mais eficiente ainda do que eu já imaginava.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Senadora Ana Amélia, com a palavra, por favor.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Apenas aproveito o interesse do Senador Alvaro Dias por esse requerimento para dizer que o requerimento que ele faz, do jornalista britânico, também vai oscilar muito no requerimento que eu fiz para fazer a primeira avaliação parlamentar da Copa do Mundo de 2014. Seguramente, esta poderia ser antes dessa avaliação, que poderão servir de base muitas das informações que ele traz a respeito dessa matéria fundamental.

Era este o registro que eu gostaria de fazer, cumprimentando o autor e a sua relatoria, e nós já tínhamos aprovado o requerimento, aliás, os dois requerimentos, meu e do Senador Alvaro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – A sugestão de V. Exª é muito apropriada e a assessoria da Mesa já manteve contato com o jornalista em outra oportunidade e ele se dispõe, efetivamente, a comparecer no mês de agosto, o que me leva a crer seja possível atender à sua sugestão e solicitação.

Não havendo mais matérias para discussão, informo aos Srs. Senadores e Senadoras que, em razão do recesso legislativo, que começa a partir desta sexta-feira, teremos reunião ordinária desta Comissão no dia 2 de agosto, às 11 horas, para discussão e votação de matérias que constem da pauta.

Agradeço a presença de todos.

Muito obrigado pelos votos e pelo apoio e teremos muito trabalho pela frente, com certeza, e faremos isso com muito prazer.

Muito obrigado.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a reunião às 12 horas e 17 minutos.)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA 24ª REUNIÃO CONJUNTA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, COM A 5ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACOMPANHAMENTO DA CONFERÊNCIA DA ONU SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (RIO+20), DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 30 DE JUNHO DE 2011, QUINTA-FEIRA, ÀS 14h00.

Às quatorze horas e trinta minutos do dia trinta de junho de dois mil e onze, na sala de reuniões nº 9, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **JOÃO PEDRO,** reúnem-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA e a Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Conferência da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável RIO+20 – CMARIO20. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores **JOÃO PEDRO, PEDRO TAQUES, RODRIGO ROLLEMBERG, IVO CASSOL, DELCÍDIO DO AMARAL** e **BLAIRO MAGGI.** Deixam de comparecer os Senhores Senadores **ANIBAL DINIZ, JORGE VIANA, VITAL DO RÊGO, VICENTINHO ALVES, WILSON SANTIAGO, EUNÍCIO OLIVEIRA, SÉRGIO SOUZA, EDUARDO BRAGA, ALOYSIO NUNES FERREIRA, KÁTIA ABREU** e **PAULO DAVIM.** A Presidência declara abertos os trabalhos e submete à votação a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A Presidência informa que a presente reunião destina-se à realização de **AUDIÊNCIA PÚBLICA,** com o objetivo de debater o tema "Economia verde: Mecanismos de desenvolvimento limpo (MDL) e Redução de emissões por desmatamento e degradação (REDD)", tendo por foco as oportunidades, entraves e experiências mais significativas para inserir MDL e REDD no contexto da economia verde, conforme entendida nos debates para a Conferência, de modo a contribuir para o planejamento e a realização da Rio+20, inclusive com a formação da posição brasileira para a conferência. A audiência pública conta com os seguintes convidados: Mercedes Bustamante, Coordenadora-Geral de Gestão de Ecossistemas da Secretaria de Política e Pro-

gramas de Pesquisa e Desenvolvimento do Ministério da Ciência e Tecnologia; Dra. Thelma Krug, Pesquisadora e Dirigente do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE); Lúcia Ortiz, Amigos da Terra Brasil (Carta de Belém); e Paulo Rossato, Coordenador do Programa 3S do Instituto Sadia/ Confederação Nacional da Indústria (CNI). Após a exposição dos convidados, usam da palavra os Senhores Senadores **JOÃO PEDRO, PEDRO TAQUES, BLAIRO MAGGI** e **RODRIGO ROLLEMBERG**. Os convidados respondem aos questionamentos feitos e apresentam suas considerações finais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e quarenta e três minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia. – Senador **Rodrigo Rollemberg,** Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – Havendo número regimental, declaro aberta a 24ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e a 5ª Reunião da Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Conferência da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a dispensa da leitura das atas das reuniões anteriores permaneçam como se encontram. (*Pausa*.).

Aprovada.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública sobre o tema "Economia Verde: Mecanismos de Desenvolvimento Limpo (MDL) e Reduções de Emissões por Desmatamento e Degradação (REDD)", tendo por foco as oportunidades, entraves e experiências mais significativas para inserir MDL e REDD no contexto da economia verde, conforme entendido nos debates para a conferência, de modo a contribuir para o planejamento e a realização da Rio+20, inclusive com a formação da posição brasileira para a conferência.

A audiência conta com os seguintes convidados: a Srª Mercedes Bustamante, Coordenadora-Geral de Gestão de Ecossistemas da Secretaria de Política e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento do Ministério da Ciência e Tecnologia; Iagles Alves Muniz, da Coordenação Geral de Mudanças Climáticas da Secretaria de Política e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento do Ministério da Ciência e Tecnologia; Drª Thelma Krug, Pesquisadora e Dirigente do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE); Srª Lúcia Ortiz, Amigos da Terra Brasil, de Belém; e o Sr. Paulo Rossato, Coordenador do Programa do Instituto Sadia/ Confederação Nacional da Indústria (CNI).

Vamos compor a Mesa. Vamos chamar a Srª Mercedes Bustamante para compor a Mesa; a Srª Iagres Alves Muniz; a Drª Thelma Krug, que vai abrir esta audiência pública; a Srª Lúcia e o Sr. Paulo Rossato.

Quero registrar aqui a presença e, ao mesmo tempo, pedir desculpas por conta dos afazeres, nesse mesmo horário, do Senador Pedro Taques, que nos dá a honra de estar aqui conosco.

V. Exª quer dar uma palavra? Até porque V. Exª, daqui a pouco, vai sair. É um Senador do Brasil, de um Estado brasileiro, desse grande Estado que é o Mato Grosso.

Desde já, muito obrigado pela presença de todos e de todas.

Quero registrar que a maioria das convidadas são mulheres.

V. Exª tem a palavra, Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Senador João Pedro, Presidente desta Subcomissão, senhoras convidadas, senhores convidados, Srªs e Srs. Senadores, é uma honra recebê-los aqui.

Esse tema para o Senado é de vital importância. Diria que, mais do que para o Senado, é para o Brasil.

Hoje, na parte da manhã ainda, Senador João Pedro – V. Exª ali se encontrava –, estávamos a discutir com a Ministra do Meio Ambiente o projeto do Código Florestal, e eu iniciei a minha fala fazendo referência ao que se denomina de um Estado constitucional cooperativo. O que é esse Estado constitucional cooperativo? A República Federativa do Brasil não se encontra isolada, insulada. Nós devemos obrigações internacionais. E, na matéria ambiental, nós não podemos seccionar a questão ambiental tendo em conta o conceito medieval de soberania. Daí a importância de conferência como esta, em que esta Subcomissão busca trazer subsídios e também trazer elementos para que nós aqui possamos auxiliar em uma legislação que possa ser uma legislação não de produtores ou ambientalistas, mas uma legislação para brasileiros. E, eu diria, muito mais do que uma legislação só de brasileiros, mas uma legislação de futuras gerações, independentemente da nacionalidade dessas pessoas, porque não podemos seccionar o meio ambiente como todos sabemos.

Gostaria de cumprimentar o Senador João Pedro, uma vez que, em razão dos duzentos compromissos que cada Senador tem por hora aqui, você é levado a, muitas vezes – quase na maioria das vezes –, ser sem educação. Você acaba de falar e tem que sair: "tenho mais duas comissões", "tenho que falar", "tenho que

pegar um avião", e isso é uma conseqüência que pode deixar problemas, inclusive, ambientais.

Agradeço a presença de vocês e cumprimento o Senador João Pedro pela forma que ele se encontra a conduzir essa subcomissão.

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – Obrigado, Senador Pedro Taques.

Vamos passar imediatamente a palavra à Drª Thelma Krug que é pesquisadora e dirigente do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais para abordar o tema.

V. Sª tem a palavra.

A SRª TELMA KRUG – Muito obrigada, Senador.

Igualmente congratulo-me também por levar a cabo essa discussão nesta Subcomissão, assim como dou meu boa tarde aos Senadores presentes, aos meus colegas de mesa. Só fazendo... Para que depois o meu diretor não fique bravo, sou pesquisadora e sou chefe da Cooperação Internacional do INPE. Senão, depois, meu diretor vai me puxar a orelha.

Eu imaginei iniciar esta sessão justamente para introduzir o tema REED Plus, como a gente costuma dizer em nosso linguajar de discussão no âmbito dos acordos multilaterais. Esse tema foi introduzido dentro da Convenção-Quadro das Nações Unidas para Mudanças do Clima, foi introduzido em 2005 na COP 11 e foi introduzido com o seguinte título: Reduções de Emissão por Desmatamento em Países em Desenvolvimento e uma Abordagem para Estimular a Ação.

Naquela ocasião, dizia-se que esse tema tinha que ser incluído na agenda da convenção pela urgência em se tratar as emissões por desmatamento e a contribuição dessas emissões para as emissões totais de gases de efeito estufa para a atmosfera.

Bom, essa urgência, obviamente, quando se fala de floresta, de desmatamento, ela ainda tem uma grande incerteza relacionada. Mesmo o Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima, que é o nosso painel científico, tem uma dificuldade de associar, numericamente ou quantitativamente, a contribuição das florestas para o aquecimento global ou para a mudança do clima.

De qualquer forma, as nossas contabilidades internas, levando-se em consideração os dados da FAO e os dados do Brasil, que tem um sistema de monitoramento muito avançado e que permite com que os nossos números tenham uma confiança bastante grande, nos levam a crer que essa contribuição do desmatamento para as emissões globais é da ordem de 9% a 11%.

De qualquer forma, Senador, queria realmente levantar um problema que a gente vê. Em particular, o Brasil vê essa discussão da introdução das florestas na agenda internacional da convenção do clima como importante. A gente não omite a relevância e o papel das florestas no ciclo de carbono, mas ressalta, com enorme preocupação que, no que tem que ser atacado realmente ou ser tratado são as emissões fortes que são as grandes contribuintes para a mudança do clima atual.

Não adianta a gente imaginar o tratamento muito específico de florestas sem que a gente trate de todos os outros setores que estão contribuindo de uma forma muito mais significativa. O Brasil, na ocasião, imaginou que iria, sim, aceitar na introdução desse tema, no âmbito da convenção, justamente por entender que o texto da convenção tem provisões que permitem com que os países em desenvolvimento pudessem receber suporte, inclusive suporte financeiro, capacitação, transferência de tecnologia, clamar por essas provisões e fazer com que esse tema pudesse ser tratado sob a égide de um texto de convenção.

De certa forma, os países começaram a especular muito sobre todo o suporte financeiro que porventura viria do que se chamava, na ocasião, de RED – R E D simplesmente –, que seria a redução de emissões por desmatamento.

Muitos países clamavam por equidade e, portanto, imaginavam o que acontece com os países, por exemplo, que não têm mais desmatamento, mas têm florestas? Vamos introduzir mais um elemento: conservação. Por conservação a gente entende manutenção de estoque de carbono. Outros já diziam: mas eu não tenho desmatamento. Eu tenho degradação florestal. Portanto, vamos introduzir mais um D no inicial RED para valer pela degradação florestal. Em outros países diziam: não, mas eu tenho intenção de aumentar o meu estoque de carbono florestal.

Assim, Senador, distinta Casa, o tema REDD, que agora lê-se REDD+, na verdade engloba muito mais que o desmatamento, mas inclui também a degradação florestal, a conservação dos estoques de carbono florestal, o manejo sustentável de florestas e, finalmente, o enriquecimento dos estoques de carbono florestal.

Bom, esse é ponto em que a gente hoje entende, no âmbito das negociações multilaterais, a questão de REDD.

É importante ressaltar que toda a parte afeta às formas de financiamento para essas ações ou atividades, entendidas como atividades de mitigação da mudança do clima, ainda estão em discussão. Entre elas, imagina-se que se possa ter fundos, fundos vindos de acordos multilaterais; possa-se ter fundos avindos de cooperações bilaterais, a exemplo do que se tem hoje no fundo Amazônia. Também iniciou-se uma discussão de que, porventura, os resultados advindos desse conjunto de atividades pudessem gerar certificado

de redução de emissões, a serem transacionados no mercado de carbono, para fins de uso, por parte dos países desenvolvidos, quando do não atingimento da sua meta acordada, como forma, então, de auxiliá-los a atingir a meta acordada de redução de suas emissões.

Portanto, a gente tem que contextualizar REDD+ dentro deste mecanismo que estão introduzindo, que a gente poderia chamar, de uma forma simplista, como um mecanismo de mercado compensatório: no sentido de que os países desenvolvidos, ao não conseguirem fazer domesticamente aquilo que acordaram fazer, façam uso, então, de reduções de emissões ou outras formas, como aumento de estoque de carbono, como forma de auxiliá-los a cumprir a sua meta.

Isso foi o que deu origem ao mecanismo de desenvolvimento limpo, como uma forma, uma das três formas que os países desenvolvidos têm para auxiliá-los a cumprir as suas metas acordadas de redução de emissões.

Isso posto, Senador, quando se introduz a questão, a potencial introdução de um mercado de carbono com caráter compensatório, a gente sabe historicamente que isso passa a requerer um conjunto de metodologias e um conjunto de aspectos muito mais profundos do que aqueles que poderiam, porventura, ser gerados a partir de uma cooperação internacional – por exemplo, Fundo Amazônia –, onde, para o país que está doando – por exemplo, a Alemanha, a Noruega –, foi suficiente a demonstração de uma certa organização interna, de uma disposição de querer reduzir as suas emissões por desmatamento e degradação florestal, por conservação e outros. Isso foi suficiente e sem ter um caráter de geração de qualquer tipo de benefício que não seja o simples reconhecimento da contribuição que esses países estão dando para ajudar o Brasil nessa tratativa.

Uma das preocupações que surge é que tudo o que o Brasil advogou no início, na introdução desse item na agenda, que era uma abordagem simples, uma abordagem rápida e, portanto, com metodologias que fossem simples, porém justas e honestas, a partir de poder se demonstrar de maneira mensurável, relatável e verificável, os resultados das atividades de REDD+.

Então, não queríamos nos dirimir dessa preocupação de demonstrar resultados efetivos, mas também imaginávamos que não poderíamos simplesmente aumentar a complexidade das discussões, introduzindo uma discussão de mercado compensatório, que fará com que essas discussões se prolonguem por muitos e muitos anos ainda.

Remeto-me à discussão da introdução de atividades florestais no primeiro período de cumprimento do Protocolo de Quioto, quando foram simplesmente aprovadas ou elegíveis as atividades de reflorestamento e florestamento, com grandes ressalvas, incluindo a de que os países desenvolvidos poderiam usar somente 1% dos benefícios ou dos resultados de reflorestamento, do aumento do estoque de carbono, na justificativa para chegar à sua contabilidade de redução de emissões. Além do mais, entendendo a vulnerabilidade das florestas, inclusive a mudança do clima, uma certificação ou uma emissão de certificado de redução de emissões temporário, de tal forma que o país não ficasse refém de ter que manter florestas em pé por período indefinido de tempo. Já explico, Senador, se me permitir explicar por que, e a esta Casa também. Fazendo, então, que, depois de um certo tempo, os países compradores desses certificados de emissões tenham que substituí-los por formas mais permanentes de redução de emissões, principalmente relacionadas aos outros setores energéticos, processos industriais, e assim por diante.

Bom, então, imaginamos, passados tantos anos dessa negociação para introdução dessas atividades como elegíveis no âmbito do mecanismo de desenvolvimento limpo, mudaram significativamente as nossas preocupações para que pudéssemos hoje imaginar uma contextualização de introdução desse tipo de mecanismo nas negociações multilaterais.

Diria ao senhor que, no seu bojo maior? Não, diria que as preocupações continuam as mesmas e digo por quê. Associado àquela idéia de que eu disse, de que, se não houver um esforço global de redução de emissões global e, principalmente, nos setores mais responsáveis por essas emissões, nós seremos e, principalmente as florestas, todos serão significativamente afetados pela mudança do clima.

Isso por causa das previsões de que a mudança do clima intensificará a ocorrência de eventos extremos, a exemplo... Não diria que o evento que aconteceu, de grande seca, na Amazônia, em 2005, foi resultado de mudança do clima, mas poderia dizer que os efeitos daquela seca poderiam ser reproduzidos em grande escala no futuro. As questões das inundações, dos tsunamis, as questões das pestes... Hoje, o Canadá justifica uma preocupação com suas florestas, que foram atacadas por pestes, por causa do aquecimento médio da temperatura.

Então, são preocupações que nos fazem pensar que, se tratarmos as florestas de uma forma isolada de uma preocupação mais global com o que fazemos com os outros setores, não vai resolver a questão. Aquilo que fizermos para mantermos as florestas em pé, que fizermos de esforços para reduzirmos essas emissões e aplicação de manejo sustentável, aumento de estoque de carbono, será em vão se porventura

ações não antrópicas, mas naturais, como a mudança do clima, ou indireta, como a mudança do clima, pudessem afetar então as nossas florestas.

Temos uma preocupação muito grande, Senador, de assegurar que, sim, haja mecanismos que sejam aplicáveis, financiamento para toda as atividades relacionadas a REDD+, mas independente de um mecanismo de mercado compensatório, de tal forma que toda a contribuição que não só o Brasil, mas todos os países em desenvolvimento derem nesse sentido serão adicionais àquelas que os países desenvolvidos estão dizendo que vão fazer. De outra forma, estaremos simplesmente fazendo com que essa conta fique por igual.

Senador, eu lhe diria também, eu não sei quanto tempo ainda tenho, mas eu acho que isso contextualiza um pouco, como eu lhe disse, houve uma preocupação e há uma preocupação muito grande no bojo das negociações internacionais não só com os resultados de REDD+, mas sim com o estabelecimento também de salvaguardas e princípios que estão sendo tomados como de igual relevância aos resultados a serem alcançados.

Dentre eles inclui-se uma participação plena e efetiva dos povos indígenas nas discussões em áreas onde as atividades forem colocadas, assim como a participação das comunidades locais. Outra preocupação é com a questão da biodiversidade, que são temas que também compõem, vamos assim dizer, essa preocupação no âmbito das negociações internacionais.

Como lhe disse, as discussões, desde 2005 até agora, foram de natureza mais política do que metodológica. Permitem que nós entendamos hoje o complexo de REDD+ em um contexto mais amplo, e iniciando-se agora uma discussão muito mais profunda das questões metodológicas associadas, inclusive a da não permanência dos estoques de carbono, por conta dessa vulnerabilidade que lhe disse. Ou seja, faz-se um esforço hercúleo, mas, de repente, sem que se tenha intenção e sem que se tenha uma ação do homem, essas florestas podem ser parcial ou amplamente dizimadas ou comprometidas nas suas funções naturais por conta desses efeitos que não são controláveis pelo homem.

Com isso eu lhe diria, finalmente, Senador, que, no âmbito multilateral, entende-se REDD+ como um instrumento que ajude os países em desenvolvimento a mudar o seu modelo de desenvolvimento, fazendo com que os mesmos não tenham de trilhar o mesmo caminho que eles trilharam ao ter que acabar com as suas florestas nativas e naturais.

Então, esse é o entendimento.

Por isso, uma iniciativa de atividades que permitam uma visão de país, uma visão em nível nacional, com estratégias claras na forma como o país vai fazer isso, articuladamente, com os Estados, com os Municípios e com as comunidades da sociedade civil.

Então, trata-se de uma responsabilidade muito maior do que simplesmente considerar os benefícios, mas é olhar para a REDD+ com uma visão de mudança de modelo de desenvolvimento, estruturada em plataformas, incluindo a estratégia de uso e o papel das florestas dentro dessa temática.

Então, com isso, Senador, espero ter ficado dentro dos 15 minutos que V. Exª me permitiu.

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – Obrigado, Drª Thelma.

Quero dizer que V. Exª foi rigorosa, passou alguns segundos e não tem nenhum problema.

V. Exª foi filmada e gravada.

A SRA. THELMA KRUG – Com toda essa emoção que eu tenho ao defender... Não só defender as nossas florestas, mas defender, realmente, uma preocupação de uma visão muito mais global e não simplesmente focada em florestas, que é o que eu acho que a gente tem de ter. Não é só uma estratégia...

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – Não basta cuidar só da floresta.

A SRA. THELMA KRUG – Não.

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – É do todo.

A SRA. THELMA KRUG – É do todo. E não só no Brasil. É do todo fora também.

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – Eu observei, V. Sª chamou a atenção.

A SRA. THELMA KRUG – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – Muito obrigado, Dra. Thelma Krug, pela contribuição.

Nós vamos ouvir o Paulo Rossato, que é Coordenador do programa da Confederação Nacional da Indústria.

Tem 15 minutos, Paulo.

O SR. PAULO ROSSATO – Em primeiro lugar, quero agradecer, em nome do Presidente da Confederação Nacional da Indústria, o convite formulado e espero corresponder à proposta deste encontro.

Venho relatar aqui um exemplo do que nós, dentro da indústria, podemos fazer em prol dessa causa tão importante para a sociedade.

Por gentileza.

A minha proposta, nesses pequenos tópicos, é trazer para o conhecimento dos senhores o Programa 3S, do qual nós chamados de Programa de Suinocultura Sustentável Sadia.

Onde tudo começou.

Historicamente, os senhores sabem que suinocultura sempre foi taxado como um potencial contaminante, especialmente pelo seu dejeto. Para quem

imagina uma criação de suínos há 50 anos atrás, não imagina o que nós temos hoje. Há 50 anos, o dejeto era disposto na natureza, como hoje qualquer animal silvestre faz. Hoje, em função da cadeia, trabalhar com grande soma de animais, nós temos de ter cuidados a esse respeito.

Em 2002, muitas indagações se faziam a respeito, especialmente no Estado de Santa Catarina, um dos Estados que mais produz suínos no Brasil, e, também, porque lá nós temos entidades de pesquisa, como a Embrapa, que alertam a sociedade a respeito dos impactos criados por essa atividade.

Ela foi se desenvolvendo, especialmente nos pequenos produtores, e, quando a indústria se deu conta, estava com um problema na mão. Algo tinha de ser feito. Foi quando a sociedade de lá, motivada por todos os entes mais preocupados, como a própria Embrapa, a FATMA, que é a Fundação Estadual de Meio Ambiente, o Ministério Público, as indústrias, sentaram e começaram a discutir alternativas. Foi quando surgiu, então, a possibilidade de somar algumas atitudes que buscavam sanar, ou minimizar, os impactos ambientais, as questões de aproveitamento do gás, para minimizar também os efeitos na atmosfera.

Para isso, precisava-se pesquisar. Foi quando a Sadia, então, colocou à disposição – na verdade, dos pesquisadores internos – algumas granjas nas quais se fez o diagnóstico e as suas experiências.

Claro, vendo os resultados que poderia ter nós criamos o Instituto Sadia, sem fins lucrativos, que na verdade fomentou, comprou essa prática, que nós denominamos de Programa de Suinocultura Sustentável, e, em parceria com a companhia, se implantou, se procurou implantar na cadeia de produção de suínos em todo o País.

A partir da experiência da própria empresa é que nós procuramos externalizar para o programa.

Por gentileza.

O Instituto Sadia foi criado em dezembro de 2004, é sem fins lucrativos. O próprio programa não visa rentabilidade.

A missão é de contribuir para o desenvolvimento sustentável através do desenvolvimento e apoio aos projetos de preservação de recursos naturais, fomento à pesquisa tecnológica e educação. E nós focamos o Instituto em dois programas. Um é o da Suinocultura Sustentável e o outro é o um programa de investimento social, que até então a companhia não tinha foco.

O Programa de Suinocultura Sustentável foi criado com adesão voluntária. Nós fizemos um diagnóstico para todos os nossos produtores de suínos, expondo qual era a nossa iniciativa, qual seria a contribuição deles, qual seria a contribuição da empresa, como funcionaria. E 99,9, senão 100%, manifestaram interesse em adotar e aderir o programa.

Inicialmente, nós idealizamos esse programa para 100% da nossa integração de suínos.

Implicava na instalação de biodigestores, em regime de comodato. Ou seja, de um modo ou de outro nós financiaríamos esses biodigestores, colocaríamos nas propriedades dos produtores, para fins de armazenar os dejetos, não só isolando-o do solo, mas também permitindo que nós retivéssemos os gases produzidos e desse os seus devidos tratamentos.

Investimento pago, através dos créditos de carbono. Foi uma idéia que surgiu a partir do Protocolo de Quioto, como uma das possibilidades de se custear esse investimento e a disseminação de novas tecnologias para fins de melhoria ambientais, melhorias do próprio meio onde essa comunidade vive.

Eu falei bastante da questão do meio, como se vivia há cinqüenta anos, quando tínhamos dois ou três porquinhos – permitam-me falar assim – perto da propriedade. Imaginem vocês com mil, 1.200 suínos próximos da propriedade! O odor não é dos mais agradáveis. Uma das soluções foi realmente enclausurar o gás. E isso melhorou substancialmente, se não totalmente.

O objetivo do programa, então, foi reduzir os impactos, promover a sustentabilidade desses produtores – foi uma forma de mantê-los, porque aqueles estudos da Embrapa e companhia limitada, em 2000, davam conta de que, se não fizéssemos algo, aqueles produtores estariam fadados a parar a sua atividade naqueles Estados onde já havia concentração – e reduzir as emissões de gás no efeito estufa que, claro, possibilitava, em armazenando, a sua comercialização.

Como funciona? Na verdade, o Instituto serviu como uma base, que buscou os recursos. O BNDES nos apoiou nesse programa. O Instituto, então, adquiriu e forneceu a tecnologia necessária aos produtores, entregando um patrimônio em comodato, que é nada mais – vocês vão ver na próxima figura – do que uma cobertura da esterqueira – permitam-me a palavra –, e também o isolamento do solo. E, óbvio, com um sistema de queima.

Uma vez somado esse volume de carbono, o qual a gente deixa de emitir para a atmosfera, esse volume, então, é comercializado. É o que se espera fazer. E, por sua vez, com retorno 100% para esse integrado. É assim que nós montamos a sistemática do Programa 3S.

Por gentileza.

Em tese, é uma granja, a qual armazena os seus dejetos, como vocês podem ver na figura central. Deles saem alguns influentes, que são materiais sólidos e líquidos, que são dispostos em lavouras, como de irrigação, e também para a geração de energia.

Por gentileza.

O escopo do programa foi esse. Nós idealizamos para cinco unidades, onde temos produção de suínos, que são em Concórdia, Três Passos, Toledo, Uberlândia e Lucas. Isso no Estado de Santa Catarina. No Rio Grande do Sul, Paraná, Minas Gerais e Mato Grosso, com uma totalidade de 1.086 produtores. Temos mais produtores, mas, devido à viabilidade econômica, ele não pôde ser estendido.

Houve uma participação do BNDES nesse aumento em R$60,5 milhões para o programa, os quatro primeiros, e R$28,3 milhões para Lucas do Rio Verde. Ainda há um recurso a ser aplicado, porque estamos finalizando a última fase.

Para justificar a possibilidade da obtenção do recurso, nós tivemos que também pré-contratar a venda desses créditos. E temos tido respaldo, como o Fundo Europeu, do qual, embora vencida a primeira etapa e não termos disponibilizado a tempo os carbonos, eles, acreditando no nosso programa, renovaram a sua intenção de comprar, inclusive, até 2021.

Dois marcos importantes para o Programa são: no dia 29 de novembro de 2009, nós obtivemos o registro na ONU, e, a partir de agosto de 2010, nós conseguimos registrar propriedades na ONU. Ou seja, a partir desse momento, nós estamos creditando carbono em prol do programa.

Por gentileza.

Uma distinção interessante que tenho de estabelecer para o Programa 3S é que já existiam programas do qual nós denominávamos PDDs, inclusive, no protótipo que tínhamos na própria companhia, nós utilizamos como modelo tecnológico a metodologia a ser usada perante a ONU. Mas nós não tínhamos, e não temos, no mundo o POA, com o qual, através de várias parcerias, inclusive do próprio Governo Brasileiro, a gente conseguiu então que, num grande guarda-chuva, tivéssemos postos todos os nossos produtores, facilitando não só pela viabilidade econômica, mas pela manutenção do programa por mais tempo, com mais segurança.

Por gentileza.

Para vocês verem a complexidade que se tem do programa, nós tentamos colocar aqui todas as fases pelas quais passamos e onde nós nos encontramos hoje. Vejam que nós estamos – digamos assim – nos penúltimos indicadores na verificação dos créditos pela empresa. E estamos, na penúltima linha, na última fase em que a atribuição é competida à empresa. A partir dali, é com a ONU. Ou seja, todas as fases que competia à empresa cumprir, nós estamos cumprindo.

Por gentileza.

Para vocês terem uma idéia de como funciona, o gás é armazenado naqueles grandes balões, que nós chamamos de biodigestores. Ele é canalizado para um flare, ou para um equipamento que possa queimar esse gás de uma forma controlada e medida, a uma temperatura prefixada de, no mínimo, 500º Celsius. Esses dados são coletados. A gente desenvolveu, em parceria com uma empresa de São Paulo, uma metodologia de apuração desses dados. Eles estão disponíveis *on-line*, para quem quiser acessá-los – produtor a produtor –, e ele vai contabilizando, em determinados segundos, quanto de gás passou por aquele sistema e quanto de gás conseguiu queimar naquela temperatura e naquelas condições que possam ser aproveitadas como crédito.

Por gentileza.

Para vocês terem uma idéia de como é feita a impermeabilização no solo e também a retenção dos gases com a lona por cima. O equipamento de queima, com as válvulas. No outro quadrado, na outra fotografia, temos um sistema eletrônico, do qual falei que é *on-line.* E aqui, por último, uma imagem mais generalizada de como posto geralmente na propriedade do suinocultor.

Uma imagem ainda do balão, do queimador; uma imagem onde prestamos assistência. Isso é por conta da companhia. É educação mesmo, educação para a manutenção do biodigestor, e a gente aproveita para passar mensagens em prol do meio ambiente. Ou seja, a preservação da mata ciliar, a preservação das lagoas, a preservação das nascentes. Enfim, aqui é feito um programa de educação mesmo.

Uma imagem mais geral, onde podemos ver o que esse produtor ocupa na sua lavoura. Então, é essa a matéria-prima, do qual ele dispõe de uma forma muito disponível para ele, economizando, inclusive, com produtos químicos.

Quais seriam, então, os benefícios que nós temos no projeto? Primeiro, a redução de odor, de vetores, como mosca. Não se tem mais aquela proliferação de moscas, de ratos; melhora a qualidade de vida ambiental na propriedade. As pessoas podem caminhar por perto que não tem onde cheirar ruim, o que antes não era possível. Obviamente, a gente pretende com isso aumentar a renda da propriedade. E aí vamos ter oportunidade de fixar o homem no campo. A gente já percebe isso. Os produtores descobriram uma grande fonte de energia elétrica. Eles estão gerando energia elétrica. Propriedades grandes já abastecem com energia elétrica toda a sua propriedade. Para nós, R$20 mil não representa muito; mas, para a propriedade, R$20 mil é toda a energia que ela gasta, além de oportunizar a sua diversificação econômica. Além de oportunidade de diversificação econômica nas propriedades.

Por gentileza.

Nós temos também produtos alternativos, como o biofertilizante e o próprio biogás, o qual alguns já pretendem vender como fonte de energia, não só utilizando na sua propriedade, mas o excedente. E, claro, nós podemos gerar crédito de carbono, o qual nós idealizamos como viabilizador econômico desse programa.

Nós temos algumas limitações que pretendemos trazer aos senhores – 30 segundos, Excelência.

Nós tivemos grande dificuldade na demonstração da adicionalidade, ou seja, em nível do POA e do CPA nas metodologias. Isso nos retardou todo o programa; nos fez, inclusive, recalcular todo o programa.

Nós temos tido dificuldade nas responsabilidades das certificadoras. Elas tinham e têm sempre um compromisso com a ONU de bem relatar todos os fatos, de fazer com que isso seja transparente e correto. E eles duvidavam ou colocavam em xeque todos esses processos. Nós tínhamos que entrar de cabeça para demonstrar que isso realmente pode ser medido. Então, junto com eles, buscamos alternativas para isso.

Realmente, nós tivemos várias oportunidades em que organismos pudessem participar. E não foi fácil chamá-los para dentro do programa. Dificuldade na gestão, monitoramento, controle, isso não é fácil você trabalhar lá na propriedade que desconhece o sistema, ou que não tenha logo percebido as suas vantagens.

E, por fim, a burocracia interna, seja desde a própria ONU, seja dos nossos organismos internos, banco e a própria companhia. Nós tivemos que aprender juntos. Tudo isso aí foi criado e houve um aprendizado comum. Esse programa é inovador na ONU. Então, todas as metodologias estão sendo acompanhadas e criadas à medida que o processo vai avançando.

Mais uma vez, muito obrigado pela oportunidade e me coloco à disposição.

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – Obrigado, Paulo.

Essa experiência se dá em um único Estado ou em vários Estados?

O SR. PAULO ROSSATO – Não, hoje nós temos em todo o País onde nós temos plantas que criam suínos. Por exemplo, no Estado do Mato Grosso, 100% dos produtores detêm essa metodologia e essa forma de cuidar do dejeto e dos gases. No Sul, como é mais pulverizado e temos pequenos, para os pequenos ainda não é viável economicamente. Então, não atende a todos.

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – O.k.! Obrigado.

Lúcia Ortiz, Amigos da Terra Brasil (Carta de Belém), 15 minutos.

A SRª LÚCIA ORTIZ – Uma boa-tarde a todos e a todas. Queria agradecer imensamente o convite.

Antes de colocar a minha exposição, eu gostaria de apresentar a organização de onde eu falo. Amigos da Terra Brasil é uma entidade ecologista que já tem 40 anos e é um membro nacional da Federação de Amigos da Terra, uma federação já com representantes em 80 países. E, através dessa rede internacional, nós fazemos seguimentos às negociações sobre mudanças climáticas e também da Convenção da Biodiversidade. Nós fazemos parte também do Comitê Facilitador da Sociedade Civil para a Rio+20. Inclusive, nesses dois dias, estamos com redes internacionais e organizações coletivas, movimentos sociais brasileiros debatendo o nosso caminho de mobilização e as pautas de maior preocupação frente ao processo da Rio+20. Então, bastante oportuno este diálogo promovido por esta Comissão.

E nós fazemos parte também, no nível nacional, do grupo da Carta de Belém, que é um grupo que tem se preocupado com o reflexo dessas políticas nas negociações internacionais muito voltadas aos mercados ou àqueles mecanismos que hoje nós entendemos como parte desse processo da economia verde, sendo refletidos de forma muito acelerada nas políticas públicas nacionais, em projetos de lei em tramitação.

Nós tínhamos em um momento, como a Drª Thelma explicou, todo um histórico das negociações internacionais na busca de um consenso, na busca de metodologias também robustas para a definição de algumas formas, métodos e caminhos para que a gente tivesse tanto a sustentabilidade que buscamos como a redução das emissões.

O que nós estamos vendo hoje, com a Rio+20, é ainda que o próprio termo, o próprio conteúdo ou os mecanismos já sendo validados como parte dessa chamada economia verde, estão em discussão. Nós temos agora um processo, de um ano para frente, onde não existe um consenso entre os países sobre o próprio conteúdo do que seria a economia verdade; mas um entendimento, cada vez mais ampliado, dessa base desses mecanismos de mercado.

Então, o que a gente realmente tem de concreto nesses mecanismos para avaliar o seu resultado ou avaliar que eles realmente sejam a melhor saída? Acho que foi colocado muito bem que um mecanismo de desenvolvimento limpo foi esse laboratório dos mecanismos de mercado, mecanismos compensatórios, que deram origem não só a esse mecanismo de troca e compensação no âmbito da convenção, mas também abriu as portas para os mercados voluntários. Por exemplo, para a venda de crédito de carbono em bolsas de valores e em outras instâncias não reguladas pelos governos, e que isso tem se tornado bastante comum, sendo, enfim, colocado na letra, na

interpretação dos próprios projetos da legislação, que estão em curso hoje.

Então, o que a gente tem? No nível global, um resultado muito claro é que as emissões não foram reduzidas nem mesmo nos níveis ínfimos previstos pelo Protocolo de Quioto, que seriam 5% com relação aos níveis de 90. E a gente teve, no nível nacional, uma série de negócios privados ampliando o seu lucro com a aquisição de créditos e, muitas vezes, com impactos negativos também nas comunidades.

O caso, por exemplo, das hidrelétricas, da venda de créditos de carbono sendo inclusive validada pelo sistema da ONU para a obtenção de créditos, ela não mostra nenhuma adicionalidade, porque são projetos que a gente já sabe que estão na pauta do país – PCHs ou, mesmo agora, grandes hidrelétricas –, que sairiam, de qualquer forma, com impactos sobre as comunidades, com impacto ao acesso dessas comunidades também à água. Enfim, que vão se proliferando e não é considerada inclusive a própria contribuição desses projetos para o efeito estufa. Porque, como a gente sabe, as hidrelétricas também representam contribuições de gases, como o gás metano na sua constituição.

Mas existem também uma série de outros projetos que circularam dentro desse espaço do MDL bastante emblemáticos e que nos dão margem para interpretações ou para especulações, que acabam tirando, muitas vezes, a credibilidade desses mecanismos. Por exemplo, a gente tem uma projeção de emissões de um determinado curso de um processo, e a gente faz uma metáfora dizendo de uma certa chantagem ou extorsão que é feita ao apresentar esses processos, do tipo: eu poderia estar roubando, eu poderia estar matando, mas eu vou fazer um pouco menos e isso vai ser considerado a minha contabilidade de redução de emissões.

Então, a gente tem projetos, por exemplo, que incluem a expansão de monoculturas, não no caso de recomposição florestal, mas como substituição de fontes energéticas por uma empresa que nunca utilizou, por exemplo, um carvão mineral como fonte energética. Mas ela diz: se eu não conseguir créditos para continuar produzindo e aumentar a minha produção de carvão vegetal, eu poderia estar substituindo por carvão. E assim eu vou gerar uma comparação das hipóteses e gerar créditos de carbono, sem de fato estar promovendo reduções reais, efetivas, de emissões.

Então, o que a gente está vendo é mais do que impactos positivos ou impactos concretos sobre o clima. A gente está, de uma forma geral, reduzindo as emissões globais ou reduzindo as emissões do País. E, realmente, fazendo com que essa redução fosse o rumo para um desenvolvimento sustentável, que, como a Drª Thelma falou, incluísse os diversos setores. O que a gente está vendo é abrir um espaço para um mercado que, muitas vezes, é especulativo, tem muitas falhas, tanto técnicas e metodológicas, quanto de entendimento, de enganação. Como dar um preço a uma nova *commodity*, que é a *commodity* do carbono? É preciso criar uma credibilidade que ainda não existe.

Então, estamos baseando-nos em que vamos ter os recursos para implementar políticas públicas baseadas num mercado que ainda nem tem credibilidade. Está-se criando uma nova bolha especulativa que poderá cair logo em seguida, porque realmente a sociedade está acordando para essa lógica de mercado sendo o centro das políticas públicas que deveriam estar privilegiando os bens comuns, privilegiando o interesse público.

Nós temos isso na nossa política de mudanças climáticas, com uma série de metas de redução. Alguns setores têm medidas pouco aprofundadas de educação ambiental, resíduos, mas no centro dessa política está a criação dos direitos de funcionamento de um mercado de certificações, onde reproduzimos a lógica Norte/Sul, dos países industrializados, para a lógica nacional, ou seja, as corporações petrolíferas, usinas a carvão, podendo compensar suas emissões dentro do próprio país, sem de fato reduzir, sem de fato fazer essa transição do que seria uma economia, talvez não verde, mas uma economia que fosse solidária, sustentável, justa, equitativa.

Além desses mecanismos do clima, essa mesma lógica tem sido reproduzida com cada vez mais frequência e já incorporada na Convenção da Diversidade Biológica, além do REDD, outros mecanismos, como a economia dos ecossistemas e da biodiversidade, ou o mecanismo de desenvolvimento verde, ou seja, a possibilidade dessas compensações, que, na lógica da dinâmica da atmosfera, podiam ter sentido: você está emitindo aqui, mas você reduz a emissão ali, isso tem uma lógica na circulação da atmosfera global. Mas, no caso da biodiversidade, isso não acontece, não se pode dizer: vou desmatar aqui, e assim vou criar um mercado, uma demanda por uma biodiversidade preservada em outro lugar e vou compensar isso. E essa lógica que está nas negociações internacionais é reproduzida, por exemplo, nas discussões do Código Florestal: vamos fazer compensações em outros biomas, em outras bacias.

Para a lógica da biodiversidade, tanto para reprodução dos modos de vida das pessoas que estão no campo e que precisam daquela diversidade para manter sua produção, como na lógica da própria taxa de extinção da biodiversidade ou da preservação da água daquele ecossistema que precisa daquela APP

naquela microbacia ou naquele bioma, são lógicas que realmente não são reproduzíveis, a menos que o interesse seja não o meio ambiente, não a questão climática, mas a criação desses mercados. E, para criação dos mercados, precisamos de uma indução de escassez para precificar aquilo que vai ser comodificado, ou seja o ar, o direito de poluir, seja a água, sejam as espécies mesmo da biodiversidade.

Então, a economia verde, muitas vezes, não está sendo tratada como uma transição para uma outra coisa e, sim, uma economia espelho, ela precisa gerar uma escassez, ela precisa continuar uma economia poluidora para gerar os compradores de uma biodiversidade, de um ar puro, porque senão isso não se torna precificável.

A nossa preocupação é muito grande de essa lógica estar sendo incorporada dentro das políticas públicas mesmo dentro do Código Florestal que previa e sempre previu e o Brasil sempre teve essa previsão de políticas públicas, seja de financiamento, seja de fomento, seja de assistência técnica, que permitisse o cumprimento do Código Florestal com o uso sustentável dos recursos.

Do que a gente precisa? A gente precisa criar uma chantagem para ver se alguém paga por aquilo, para então dar um direito que deveria ser assegurado, porque existe o reconhecimento de que os agricultores estão preservando, de que as populações tradicionais, de que as populações indígenas há tantos vêm preservando esses ecossistemas, essa biodiversidade, essa floresta, ou realmente precisamos colocar tudo isso que ainda não estava no acesso ao mercado ou não iremos ter outra fonte, ou mesmo outro controle ou controle social público, que é também o dever da sociedade? Mas o Estado deve dar as condições para assegurar o controle público da sociedade sobre os bens comuns e não simplesmente assegurar os interesses de mercados.

Então, coloco nossa preocupação. Temos defendido que não existam compensações nem mecanismos do mercado dentro das negociações globais, mas isso se dá também no âmbito dos Estados, do Brasil, e muitas vezes das pessoas, porque, hoje em dia, a mídia naturaliza essa discussão para cada consumidor. Diz-se: você pode continuar abastecendo o seu carro com gasolina, mas compre um cartão que alguém vai plantar uma árvore.

Então, essa ideia de compensação, inclusive nas relações individuais, de que tudo pode ser pago, de que tudo pode ser mercantilizável, naturaliza a nossa relação com a própria natureza. Isso, em vez de valorizar, digamos assim, o pequeno agricultor ou as comunidades tradicionais, está de fato simplificando, reduzindo a sua importância, que deveria ser central para as políticas públicas, além do olhar daquelas formas de vida como também centrais dentro de um modelo de desenvolvimento mais amplo.

É isso que temos defendido dentro do grupo da Carta de Belém e também uma discussão que tem sido feita com relação à disputa dos conceitos de economia verde que estão sendo levados para a reunião da Rio+20. Esperamos que a Rio+20 não seja uma desculpa para atropelar a aprovação de propostas para que o Brasil ganhe na corrida por estar pronto para um desenvolvimento verde que ainda não foi acordado, que ainda não foi discutido, que ainda não foi contextualizado, que ainda não lhe foi dado um real significado não só por setores técnicos, por setores do Legislativo, mas por toda a sociedade.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – Obrigado, Lúcia, pela exposição.

Em seguida, passo a palavra para a Srª Mercedes Bustamante, que representa o Ministério da Ciência e Tecnologia.

A SRª MERCEDES BUSTAMANTE – Vou pedir licença para falar em pé. Tenho o vício de professora e tenho dificuldade enorme de falar sentada.

A minha ideia é apresentar um pouquinho o panorama do que temos hoje no Brasil em termos de mecanismos de desenvolvimento limpo, dos projetos, e também um pouco da discussão sobre os mecanismos envolvidos na redução de emissões por desmatamento e degradação.

Próximo, por favor.

Foi colocada pela Lúcia a questão do conceito do que seria economia verde. Achei interessante começar trazendo a definição do órgão das Nações Unidas que lida com meio ambiente, como eles a definem. Eles têm uma definição de trabalho do que seria uma economia verde. Seria aquela que resulta em melhoria do bem-estar humano, em equidade social, reduzindo significativamente os riscos ambientais e a escassez ecológica. Numa expressão mais simples, a economia verde poderia ser pensada como uma economia de baixo carbono, eficiente no uso dos recursos e socialmente inclusiva.

Próximo, por favor.

A economia verde é aquela cujo crescimento de renda e empregos são impulsionados tanto por investimentos públicos como privados, reduzindo as emissões de carbono e a poluição, melhorando eficiência energética e dos recursos, evitando a perda da biodiversidade e dos serviços dos ecossistemas.

Esses investimentos devem ser catalisados e apoiados por reformas políticas e mudanças na re-

gulamentação. Então, acho que este é um aspecto fundamental: como vamos construir a base legislativa regulamentar, política para essa economia verde; como vamos pavimentar esse caminho até uma economia verde.

Esse caminho de desenvolvimento deve manter, melhorar e, se necessário, reconstruir esse capital natural como um ativo econômico crítico e uma fonte de benefícios públicos. Em particular, para as pessoas mais pobres, cuja subsistência e segurança dependem fortemente dos recursos naturais.

É importante trazer para este contexto as metas que o Brasil assumiu no final de 2009, na reunião de Copenhague, que incluíam a redução entre 36% e quase 40% das emissões projetadas para 2020, por meio de ações de caráter voluntário e também através do uso de mecanismos de desenvolvimento limpo. Algumas dessas ações envolvidas no alcance dessas metas incluem a redução do desmatamento na Amazônia, das taxas de desmatamento de 80% em 40% para o cerrado, recuperação de florestas a partir de áreas de pasto, aumento da eficiência energética, aumento do uso de biocombustíveis e de energia gerada por hidroelétricas e o uso de fontes alternativas de energia, incluindo a substituição do carbono proveniente de matas nativas por florestas plantadas.

Bom, entrando um pouquinho agora na questão do mecanismo do desenvolvimento limpo, a Telma fez uma bela introdução ao tema e ao contexto histórico, lembrando que a base do mecanismo foi inicialmente proposta pela delegação brasileira, como forma de um fundo de desenvolvimento limpo já em 1997, no âmbito das negociações da construção do protocolo. E essa idéia já modificada foi adotada em Quioto em 1998.

O próximo, por favor.

Então, o Brasil foi um dos primeiros países a estabelecer localmente as bases jurídicas que eram necessárias para o desenvolvimento de projetos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo e criou a sua Autoridade Nacional Designada já em 1999, através de um decreto presidencial. Então, foi também a primeira nação a formalizar essa inscrição da Autoridade Nacional Designada junto ao Conselho Executivo do MDL, em 2002.

Lembrando que essa Autoridade Nacional Designada é constituída pela Comissão Interministerial sobre mudança global do clima, é um colegiado com 11 ministérios, presidida pelo Ministro de Ciência e Tecnologia e com a Vice-Presidência do Ministro do Meio Ambiente. E é responsável, entre outras ações pelas analises os projetos referentes ao MDL, pela emissão da Carta de Aprovação que atenda aos critérios de desenvolvimento sustentável e voluntariedade e também pela definição de normas e critérios mais específicos.

Hoje, em termos de panoramas de projetos de MDL no mundo são 7.684 projetos, sendo que, desses, cerca de 41% estão registrados pelo Conselho Executivo. E o primeiro país no *ranking* dos países com projetos de MDL seria a China, com 39% dos projetos; a Índia em segundo lugar, com cerca de 27% dos projetos; e o Brasil em terceiro lugar, com 6% dos projetos.

Em termos de potencial, o potencial anual de redução anual de emissões, o Brasil contribui ali – é o segundo gráfico – com cerca de 5%.

O próximo, por favor.

Bom, esse gráfico mostra a evolução dos projetos de MDL no Brasil, tanto em termos – nas barras em cor roxa – de validação quanto – na coloração vinho, bordô, eu diria – os processos em registro. Então, mostram a evolução desde 2004 até maio, agora, de 2011, que é o levantamento mais recente. Então, nós temos, ali, em torno de 400 a quase 500 projetos.

Bom, em termos da distribuição da redução dos gases de efeito estufa em função da distribuição dos projetos, a maior parte dos gases, na verdade, trabalham com a redução de CO^2 e metano, e uma pequena fração, com o óxido nitroso.

Próximo, por favor.

Em termos de escala desses projetos, seguindo nessa caracterização, a maior parte dos projetos hoje são projetos de larga escala, cerca de 58%; 42% só são projetos considerados de pequena larga escala. A maior parte está concentrada na Região Sudeste, são cerca de 49% dos projetos, sendo o Estado de São Paulo aquele que tem a participação mais expressiva em termos de projetos de MDL.

Quando consideramos agora a distribuição dos projetos por setor, vemos que, no caso, a energia renovável responde por um pouco mais da metade dos projetos. Então, a maior parte das atividades está no setor energético. A suinocultura, que foi apresentada aqui muito bem pelo Paulo, com 15,6%; troca de combustíveis fósseis e aterro sanitário, com 7,5%.

O próximo, por favor.

Só que chamo a atenção aqui nesta tabela, porque no gráfico anterior a representação é muito pequena, para a contribuição dos projetos que envolvem reflorestamento. No caso do Brasil, no levantamento mais atual, são somente três projetos, o que corresponde ali, em termos de números de projetos, a 0.6%.

Próximo.

Como foi colocado ali também pela Thelma, essa dificuldade de projetos no setor florestal em termos de MDL está apenas relacionado que florestamento e reflorestamento são atualmente elegíveis como projetos

dentro do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo e isso justifica então que o MDL tenha sido relativamente mais bem sucedido no setor energético, com um valor de mercado primário de US$7,4 bilhões em 2007.

Bom, essa questão florestal, embora seja, como já foi colocado aqui, uma fração em relação a todas as outras fontes de emissão de gases de efeito estufa em escala global, ela tem um papel extremamente relevante para o Brasil. Esta tabela mostra os dez países com maiores áreas de florestas primárias no mundo, segundo o levantamento da FAO. Então, o Brasil aparece em primeiro lugar como o país com maior extensão de florestas primárias no mundo.

Então, isso traz um pouco de novo foco para a questão florestal do Brasil e daí todo esse contexto das negociações internacionais que já foi colocado aqui.

O próximo, por favor.

Bom,quando estamos falando aqui em distribuição dos sistemas florestais brasileiros, novamente esse é o mapa do IBGE que distribui os biomas brasileiros, se consideramos a Amazônia e o Cerrado, que são dois dos biomas onde nós temos os processos mais intensos de conversão de mudanças no uso da terra, eles correspondem aproximadamente a 70% do território brasileiro.

Próximo, por favor.

E, novamente, esse tópico é relevante. Esse é o quadro da segunda comunicação nacional das emissões de gases de efeito estufa, que coloca ainda uma contribuição, em termos nacionais, de 77% das emissões em dióxido de carbono, que estão relacionadas a mudanças do uso da terra e florestas.

Bom, então, dentro desse contexto de desmatamento e degradação florestal, que foi colocado aqui, e as várias dificuldades de que o MDL atuasse nesses setores, foi introduzida a questão dos mecanismos associados à Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação florestal, que seria também mecanismo financeiro que ofereceria incentivos aos esforços para reduzir as emissões no setor florestal dos países em desenvolvimento.

Lembrando um pouquinho o histórico, o mecanismo foi proposto na 13ª COP, mas já havia discussões sobre o escopo do REDD desde 2005. E na COP em Cancún, em 2010, as políticas de mecanismos de implementação foram então ainda mais especificados e acordados em um processo de longo prazo de ações corporativas.

Então, um pouquinho do contexto histórico lembrando que ele começa com um RED, só com um D, que é foco no desmatamento; ele se expande depois para desmatamento e degradação florestal, que é o segundo D, como foi colocado aqui pela Thelma, acrescido depois de um Mais, o processo do REDD+, porque ele já entra ampliado para incluir conservação florestal, manejo sustentável e valorização dos estoques de carbono florestal; e a uma visão de longo prazo de inclusão da agricultura de florestas e outros usos da terra, que já seria o REDD++. Então, a gente já acrescenta mais um símbolo.

Só um pouquinho em termos da visão conceitual, o que nós estamos... Qual é a dificuldade e a complexidade que foi colocada aqui quando falamos em termos de estoque de carbono, permanência dos estoques de carbono, formas de verificação. Esse quadro traz, no eixo vertical, o estoque de carbono; na linha horizontal, o tempo e os vários mecanismos; em vermelho, o que desce rapidamente ali, seria o desmatamento pura e simplesmente.

Então, ali de uma tacada só, temos a redução desses estoques de carbono. Quando eu tenho, por exemplo, a conservação, a floresta intacta, é a linha verde reta ali, onde tenho a manutenção desses estoques de carbono.

Eu posso ter o manejo da floresta em que os estoques são reduzidos, mas retornam ao seu patamar inicial, que seria o manejo sustentável; ou eu posso ter uma extração de madeira de forma não sustentável, em que os estoques vão caindo gradualmente ao longo do tempo; ou, no meio do caminho, eu posso ter o desmatamento e, a partir daí, fazer um reflorestamento. Então, eu começo, gradualmente, no temo, a aumentar esses estoques de carbono.

Então, o que falamos quando lidamos com a questão florestal é exatamente essa complexidade, que foi colocada aqui pela Thelma, é esse quadro que está colocado aqui. Esse conjunto, essa diversidade de situações e como elas se refletem em termos dos estoques de carbono do sistema florestal e da relação desses estoques ao longo do tempo, ou seja, estamos falando qual é a escala de tempo que vai aparecer no eixo horizontal ali.

O próximo, por favor.

Bom, quais são os requisitos das atividades de REDD? Eles têm que ser baseados em estimativas de emissões cientificamente robustas, se eles quiserem ser eficazes. Então, esse é um ponto central, e isso exige metodologias de monitoramento, relatório e verificação dos sistemas nacionais de emissões, seguindo os princípios da convenção do clima.

Próximo.

Vou passar rapidamente. Eles incluem transparência, ou seja, os mecanismos todos de inventários e metodologias, eles têm que ser explicados, claramente documentado para que se possa verificar a sua exatidão; de consistência, ou seja, o inventário tem que

ser internamente consistente ao longo do tempo, ao longo dos anos.

Próximo, por favor.

Comparabilidade, ou seja, essas estimativas de emissão e remoção têm que ser comparáveis entre as partes. Então, todos esses critérios têm que ser seguidos. Então, nós precisamos ter metodologias, formatos, padronizados, fornecidos pelo PCC, acordados no âmbito das convenções internacionais; abrangências, ou seja, essas estimativas elas devem incluir toda a cobertura geográfica relevante, as categorias, todos os gráficos ou todos os reservatórios que seriam acordados.

O próximo.

E acurácia, ou seja, essas estimativas não devem ser sistematicamente nem superiores nem inferiores ao valor verdadeiro. Ou seja, é preciso reduzir as incertezas o quanto seja possível. Caso haja um compartimento que seja mais incerto – é o que gente vem discutindo, por exemplo, o estoque do carbono no solo –, adota-se então uma perspectiva mais conservativa e se considera somente os reservatório onde há uma maior acurácia.

O próximo, por favor.

Esse quadro, então, traz um pouco desse contexto do que temos em termos opção de mitigação. É aquele que reduz as emissões de CO_2, ou aqueles que aumentam o seqüestro do CO_2. E o que está associado aí em termos de objetivo de mitigação ao reduzir o desmatamento ou, por exemplo, ao criar novas áreas de floresta ou aumentar a cobertura de árvores? Quais são os instrumentos políticos envolvidos nessas duas opções?

Então, eu posso ter na primeira opção de reduzir as emissões, os mecanismos de REDD, lá no primeiro D; ou eu posso ter, no outro extremo, os Mecanismos de Desenvolvimento Limpo, de florestamento e de reflorestamento; e, na etapa intermediária, aqueles que envolvem, então, a conservação e a redução da degradação florestal.

E isso implica novamente o quê? Diferentes conjuntos de opções de manejo florestal.

O próximo, por favor.

Então, temos aí diferentes tipos de uso da terra, com um potencial diferente dentro de um programa nacional de REDD ou de RED+, e as diferentes tarefas que vão estar associadas aos mecanismos de verificação de relatório, de monitoramento.

Então, é muito importante novamente entender que cada uma dessas etapas vai implicar na institucionalização e consolidação dessas metodologias nos sistemas de monitoramento diferentes.

O próximo, por favor.

Fazendo um levantamento rápido, da mesma forma como vimos os projetos relacionados a MDL, o que temos hoje em termos de REDD no Brasil? Isto está baseado em um levantamento que foi feito pelo Ministério do Meio Ambiente em 2010 – em particular, pelo Serviço Florestal Brasileiro. O que existe hoje são 21 projetos, mais uma iniciativa nacional, que é o Fundo Amazônia. Em termos de *status* desses projetos, cerca de 64% estão em fase de elaboração; 27% em fase de implementação e 9% – seriam 2 projetos – implementados.

Eles envolvem cerca de 33,5 milhões de hectares, que seriam então objeto desses projetos de proteção e conservação, com base nos mecanismos de rad. Esse mapa mostra só a distribuição desses projetos, as localidades com projetos de REDD, a maioria deles localizados na Amazônia, nos Estados do Amazonas, Pará, Mato Grosso, Rondônia e Acre. Fora desse bioma, temos projetos no Paraná, na Mata Atlântica, e um projeto no cerrado, no Estado de Tocantins.

E quais são as abordagens desses projetos REDD? A maior parte deles trabalha com o REDD simples, que seria 45%; já há no sistema 46% com sistema do REDD+ e uma fração pequena com o REDD++. O que eles envolveriam em termos de mitigação? Todos esses projetos foram apresentados por organizações não governamentais, mas as instituições públicas e empresas privadas são parceiras em alguns desses projetos.

Aí vem a grande questão: qual é a escala hoje correta para um mecanismo ou para a aplicação do sistema de REDD? Essa é uma questão chave, porque, como eu coloquei anteriormente, ela tem a ver com a questão da contabilidade. Como essa contabilidade será feita, quais serão os incentivos oferecidos e quem vai ser responsável por esse sistema de monitoramento.

Então, a escolha do nível geográfico ou da escala de contabilidade e dos créditos de REDD tem profundas implicações para a eficácia, eficiência e para a equidade desses mecanismos de REDD.

O próximo.

Só lembrando que, quanto à eficácia, há três dimensões que são importantes: a capacidade de lidar com os vazamentos, ou seja, eu reduzo as emissões aqui, mas amplio as emissões mais à frente. Então, eu tive um efeito de fuga, de vazamento. Como isso será caracterizado, contabilizado. Qual é o nível geral de participação que vai influenciar no nível das emissões globais alcançadas? Então, se vamos trabalhar na escala de projeto esse nível é um; em um sistema nacional, esse nível de participação é bastante diferente. E, sobretudo, quais serão as reformas políticas gerais que serão necessárias e que vão afetar e in-

fluenciar a profundidade, o custo e a permanência dessas reduções. Ou seja, novamente a escala de tempo é extremamente importante. Se estamos falando em redução de emissões, o que é isso? Cinco anos, dez anos, vinte anos, trinta anos. Como isso será garantido, qual é a eficácia do sistema?

Em termos de eficiência, o custo de eficiência das abordagens das diferentes escalas também é extremamente importante, porque uma escala de projeto envolve um custo de monitoramento, relatório e verificação; um sistema nacional já envolve outra escala de custos, custo de implementação das políticas e a eficiência dos pagamentos dos custos de oportunidades vai variar com a escala do projeto.

O próximo, por favor.

A questão da acuidade. É muito discutido entre países, mas pode ser talvez – e isso já foi colocado aqui também – em um nível mais subnacional. Ou seja, um regime que permite apenas abordagens nacionais de REDD poderia, e essa é a queixa de alguns países, excluir aqueles países que têm um sistema de governança menos eficientes, e fazer com que esses recursos drenem para aqueles países que tenham um sistema melhor de governança. Isso pode acontecer nacionalmente também.

Então, qual seria a escala correta de REDD? Se a gente pudesse colocar isso em um gráfico, poderíamos ter uma abordagem nacional ou poderíamos ter uma abordagem subnacional, na escala dos projetos, que são aquelas imagens coloridas isoladas, ou poderíamos ter o que se chama hoje de uma abordagem "aninhada", em que você traz os projetos para dentro de um sistema nacional de REDD.

O próximo.

Abordagem subnacional, o que seria na base dos projetos. Ela prevê o envolvimento mais precoce, uma participação mais ampla, é atraente para investidores privados. Mas há problemas graves, entre eles a questão do vazamento, isto é, o aumento das emissões fora dos limites do projeto. E, na verdade, ela não vai conseguir abordar aquelas forças mais amplas relacionadas ao desmatamento e à degradação florestal.

O próximo.

Aqui, só colocando um pouquinho... Vou pular por causa do tempo, mas, na verdade, aí, em termos de transações hoje de mecanismos de RED, corresponde a algo inferior a 5% do que é o mercado primário de MDL, só para a gente colocar na escala em termos financeiros.

O próximo, por favor.

Já a abordagem nacional permite um amplo conjunto de políticas, resolve a questão de vazamento interno e cria apropriação pelo País. De curto para médio prazo, no entanto, essa abordagem nacional vai só ser viável para alguns países, e aí a questão da governança é fundamental, em termos da pavimentação desse caminho, que nós vamos chegar até um sistema nacional de REDD.

A abordagem "aninhada", que seria provavelmente a mais flexível, porque ela permite que os países comecem na escala subnacional, mas traz depois para uma abordagem nacional, fazendo com que haja a incorporação desses projetos em escala nacional. A grande dificuldade aí, depois, é harmonizar esses dois níveis.

O próximo.

Em considerações finais, todas essas três abordagens em termos de escala – e é a mensagem que eu gostaria de deixar aqui –, para creditar as atividades de REDD, elas exigem regras que são internacionalmente acordadas, para comunicação, monitoramento e verificação. É preciso pensar em um sistema de pagamento, e é preciso pensar nos arranjos institucionais. Tanto em nível nacional, ou seja, uma Autoridade Nacional Designada ou similar para aprovar todos esses projetos, como em nível internacional. Ou seja, como vamos lidar com a questão de um órgão fiscalização de um projeto centralizado de um sistema de crédito.

O próximo, por favor.

Em termos de MDL, eu gostaria de colocar, em termos de perspectivas, o que temos pela frente. Existe um trabalho muito interessante, foi um relatório do Banco Mundial junto com a BMF&Bovespa, que foi uma primeira tentativa de inventário do potencial de projetos de desenvolvimento de baixo carbono no Brasil, que poderiam contribuir para alcançar os compromissos voluntários, mas também contribuir para um futuro abastecimento de energia no País.

O próximo.

Eles tiveram uma metodologia interessante. Eles avaliaram as mais de 7.500 propostas hoje de MDL no Conselho Executivo e viram as 130 metodologias que são hoje aprovadas dentro do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, tentando identificar as entidades que podem implementar atividades de mitigação.

O próximo.

Então, usando o que eles chamaram de essa lente de CDMs, olharam o caso do Brasil para fazer uma estimativa do número de projetos similares de desenvolvimento de baixo carbono que poderiam ser implementados aqui.

Então, eles chegaram à conclusão, vendo 61 tipos de tecnologias, atividade de cinco setores diferentes da economia, eles identificaram mais de 18 mil potenciais projetos de redução de emissões, que corresponderiam a uma redução potencial de carbono ao longo

dos próximos dez anos, mas também a capacidade de geração adicional de energia.

Ou seja, há um caminho a ser traçado, mas também um enorme potencial de desenvolvimento associado a esses dois mecanismos. Mas o que é preciso é pensar rápida e coerentemente em uma estrutura institucional que permita que isso seja feito com segurança jurídica para as partes envolvidas, mas, sobretudo, que garanta que esses processos gerem os benefícios climáticos que deles são esperados e também de desenvolvimento.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT AM) – Obrigado, Mercedes.

O nosso Senador Blairo Maggi vai fazer algum comentário? (*Pausa*.)

Já ouvimos os nossos convidados. O MTC, que acaba de fazer a exposição, mais o setor privado, o Instituto Sadia...

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Está concluindo, Senador?

SRª MERCEDES BUSTAMANTE – O MCT.

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – Só a... O MCT, à mesa, está atento aqui. Só a Mercedes, não é isso? (*Pausa.*)

V. Exª quer fazer um comentário?

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Estão concluindo?

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – Não, vai haver uma segunda rodada aqui e queríamos ter um debate mais denso, por conta da...

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Não, eu vou só fazer uma colocação, se V. Exª permitir.

Desculpe-me, cheguei atrasado porque hoje a nossa vida complicou-se: desde cedo aqui, com várias reuniões, várias audiências públicas. Acabei de sair de uma agora, da Defesa Civil também.

Mas eu só queria deixar para a Mesa que eu, quando fui Governador do Estado de Mato Grosso, procurei, no segundo mandato, ter um programa de REDD no Estado. Trabalhamos muito e nos envolvemos com vários organismos, com muito afinco, realmente, para estabelecer alguma coisa lá no Estado.

Chegamos a separar uma área que estaria apta a esse tipo de projeto. Tivemos a oportunidade também, depois, em Copenhague, de conversar com vários possíveis parceiros e empreendedores. Infelizmente, na época, isso foi frustrado em função da crise econômica. Enfim, todos vocês conhecem bem a história. Mas como também, depois, no início de 2009 – em abril, saí do governo –, também não acompanhei muito mais como estão essas questões de REDD.

Seria uma pergunta: nós estamos ainda naquele grau de dificuldade de buscar parceiros? Quer dizer, temos a mercadoria para entregar e não temos comprador para essa mercadoria. Como é que vocês estão enxergando isso? Porque a questão do REDD, para mim, separa-se assim: você tem a reserva legal, que é obrigatória – há uma lei, inclusive, que estamos discutindo novamente, a lei de florestas, o Código Florestal, que pede que, na Amazônia, 80% das florestas sejam preservadas. Você teria a oportunidade de uso de 20% dessa floresta.

Sei o pensamento do Governador Eduardo Braga, lá do Amazonas, hoje meu colega Senador, de que, quanto ao Amazonas – enquanto discutíamos, viajamos e fizemos alguns eventos juntos –, sempre teve a ideia de que 100% das áreas deveriam ir para REDD.

Eu já tenho um pensamento um pouco mais conservador, porque acho que, enquanto a nossa lei nos obrigar a preservar 80%, ninguém vai pagar nada para nós sobre aquilo que já temos a obrigação de pagar. Então, restam os 20% que, no caso, o proprietário teria a opção de converter para fazer qualquer atividade econômica ou transformar a floresta em uma atividade econômica, nos 20%. Mas, mesmo colocando isso claramente para o mercado internacional, a gente não consegue fazer com que eles entendam isso. E me parece sempre que fica o pensamento de que o Brasil tem a obrigação de preservar a integralidade das suas florestas em 100%, sem receber nada.

Então, acho que esse é o grande confronto que temos. Sempre que discuti REDD, entendo o mecanismo, sei que é possível, sei que podemos garantir que temos controle sobre isto, de dar transparência, mas, infelizmente, não conseguimos captar os recursos necessários.

Ouvi alguma coisa, lá pelo Mato Grosso, de que estariam fazendo alguns projetos pontuais, mas, sinceramente, nunca consegui confirmar nenhum desses. Sempre brinco com o Daniel Nepstad que, nessa questão do crédito de carbono, do dinheiro de carbono, Senador, é como o espírito santo: todo mundo sabe que existe, mas nunca ninguém viu. Quer dizer, o grande negócio está em transformar isso em coisas reais.

E, como Governador, como eu já disse antes, cheguei a propor, inclusive dentro de áreas nobres do Estado do Mato Grosso, para que servissem de exemplo, porque são áreas que não foram convertidas para a agricultura e têm alto valor, que fossem convertidas para a agricultura. O proprietário se dispunha a não fazer nenhuma conversão e transformar aquilo em um exemplo. Mas, mesmo assim, nós não conseguimos.

Então, só para contar um pouquinho do que a gente tentou fazer lá e para saber se esse grau de dificuldade ainda é real, se ainda existe.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – É uma boa contribuição, que vai dar uma segunda rodada aqui.

Também o ex-Governador do Amazonas não definiu áreas, melhor dizendo, o Estado criou uma série de unidades de conservação no Amazonas e montou uma fundação, que é a Fundação Amazonas Sustentável, com sede, mas também acho que não chegou a aprofundar por conta de...

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Ele dava 80% de desconto para vender só 20, ele queria vender 100, e ninguém conseguiu vender nada!

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – Vamos fazer uma rodada aqui? Com as questões colocadas pelo Senador Blairo Maggi, já dá para...

A SRª THELMA KRUG – Com certeza, dá um gostinho...

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – Vamos lá, Thelma? Você pode começar.

A SRª THELMA KRUG – Vamos, vamos, Excelência!

Senador Maggi, obrigada. Venho acompanhando, é claro, seus esforços de longa data, inclusive a própria participação do senhor, quando era ainda governador, na criação do Fundo Amazônia, na discussão com a Ministra Marina Silva. Então, temos boas lembranças daquele tempo.

Obviamente, o senhor faz uma pergunta contundente: ainda continua o grau de complexidade ou as coisas estão mais facilitadas? Acho que – se me permitem o achismo –, acredito que o grau de complexidade continua e continuará por muito tempo. E lhe explico por que, na minha visão, isso aconteceria. Toda vez que o senhor clamar por um mercado de carbono, precisa haver uma demanda, quer dizer, o mercado é condicionado pela demanda. Hoje, não sabemos de onde essa demanda vem, dentro das negociações multilaterais formais e, não, por exemplo, no mercado voluntário, que é o mercado especulativo, que esperará que, no futuro, o que ele está comprando hoje tenha valor no mercado formal. Então, não estou falando de um mercado voluntário; estou falando no âmbito, por exemplo, de um MDL, uma vez que o senhor se remeteu a Copenhague e, portanto, o senhor estava buscando parceiros ou potenciais investidores em um fórum formal de negociação.

Hoje, se eu lhe disser que, surpreendentemente, a maior parte dos países em desenvolvimento nem pensa em ter REDD+ dentro de um mecanismo de MDL, por causa da sua natureza e do caráter da escala, o caráter da necessidade da integração desses potenciais projetos – o MDL é projeto. Quer dizer, qual é a escala? Não é um projetinho! Deve ser um projetão, mesmo que seja em nível subnacional e que esteja integrado dentro de uma política federal harmonizada com as políticas estaduais. Ou seja, há a necessidade de uma demonstração muito mais do que simplesmente de um esforço singular, estadual, mas a harmonização disso em um contexto mais federal.

Não bastasse isso, quer dizer, hoje, se o senhor me perguntar: existe a demanda? Não existe, Excelência, não existe! Aliás, estamos, o Brasil, fazendo um esforço hercúleo no ambiente de negociações internacionais da Convenção do Clima, para manter viva a chama do Protocolo de Quioto, que é a única que hoje asseguraria a continuidade do MDL como mecanismo. É a única forma!

É claro que, nas discussões do regime internacional futuro, poderão surgir outras alternativas de financiamento, correlatas ou não, mas, primeiro, há a necessidade de se assegurar que o próprio Protocolo de Quioto tenha continuidade depois de 2012. Hoje, questiona-se muito isso. Portanto, questiono a própria demanda.

Segundo, o nível de ambição demonstrado pelos países desenvolvidos em reduzir as suas emissões de gases de efeito estufa é pífio – pífio, para dizer o mínimo! Portanto, muito daquilo que, potencialmente, estarão dizendo que vão fazer, de redução de emissões, poderá ser feito domesticamente. Portanto, onde está o mercado? Eu lhe direi: eu não sei. Eu não sei.

Terceiro. Duvido que, na demonstração de adicionalidade, que o nosso colega colocou com a questão de suinocultura, hoje, dentro de um ambiente onde o Brasil se comprometeu, com metas voluntárias de redução de suas emissões, particularmente as do desmatamento, tanto na Amazônia quanto no cerrado, como fica a questão da demonstração de adicionalidade?

Então, eu espero que essas três respostas... E o senhor me entende. O senhor sabe que eu sou uma emocionada com esse tema. Por isso, o Brasil sempre buscou outras formas, que não a de um mercado, nem o formal, nem o especulativo, para justificar que recursos fossem trazidos não só para o Brasil, mas para todos os países em desenvolvimento detentores de florestas, para que eles mudassem o seu modelo de desenvolvimento. Não buscar o mercado, não buscar uma forma escusa de não trazer recursos, que seria o comprometimento desses países no esforço de uma mudança de modelo de desenvolvimento. Eu não jogaria, enquanto cidadã, uma mudança de modelo de desenvolvimento no mercado. Eu acho que isso é com-

promisso entre países. Há provisões na Convenção e há formas de viabilizá-lo.

Quando eu falo em mecanismos de mercado, existem mecanismos de mercado, Excelência, que podem ser utilizados, como, por exemplo, os próprios países desenvolvidos venderem o excedente daquilo que eles fizerem, tributações, taxações, leilões... Há várias formas que a gente caracteriza como de mercado para poder apoiar recursos para países em desenvolvimento, Senador Maggi.

Lamento que a minha resposta ao senhor seja que acho que o grau de complexidade aumentou, pela significativa visão de que o Protocolo de Quioto não continuará e, portanto, seu mecanismo de desenvolvimento limpo associado também não continuará.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – Paulo, quer comentar?

O SR. PAULO ROSSATO – Não sei o quanto eu poderia contribuir com a fala e com o conhecimento já tido, mas o que eu posso resumir a respeito da nossa experiência de que, independentemente do mercado, nós temos uma outra razão social, nós temos outros objetivos quando temos uma empresa situada numa comunidade como, por exemplo, Mato Grosso.

É do conhecimento de V. Exª que, no Estado de Mato Grosso, todas as propriedades – já me referi aqui antes da sua estada – de suinocultura lá, no Mato Grosso, estarão com nosso Programa 3S. Muito embora se espere que com o mercado se viabilize o custeio dessas instalações, não foi só por isso que se fez dessa forma.

Então, minha mensagem a respeito desse tema é a seguinte: temos que ter algumas atitudes independentemente de como caminhará o mercado. Agora, tenho dúvida: se não buscarmos o que a colega da Mesa falou, não acreditamos que vamos conseguir mudar isso. São pequenas atitudes, como essa que exemplifiquei, mas que sei que não estarei mudando o mundo. Eu preciso de algo mais. Já caminhamos muito sobre isso e seria uma lástima retroceder. E o que se colocou aqui é que existem riscos.

Era o que eu tinha a contribuir neste momento.

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – Mercedes.

A SRª MERCEDES BUSTAMANTE – Bom, eu gostaria de dividir em alguns aspectos, porque foram colocadas várias questões interessantes na sua fala, Senador.

A primeira delas, que eu gostaria de ressaltar, como já foi mencionado aqui, é que se trata de um problema complexo. Dificilmente vai haver uma solução simples para um problema como esse e uma solução que venha por um único mecanismo. Ela envolve diferentes setores, como já foi colocado aqui, diferentes escalas, e as soluções também vão ter que envolver diferentes atores e escalas.

Com relação à questão do Brasil, especificamente, eu acho que, especificamente, precisa ser trabalhada – e isso já vem sendo discutido em algumas reuniões – a preparação do Brasil, enquanto país, Estado, para o mercado de carbono. Como é que vamos trabalhar isso já foi colocado aqui em termos de regulamentação, em termos das instituições, e considerando a possibilidade de um mercado internacional de carbono, mas também de um mercado nacional de carbono, como é previsto aí pelo Plano Nacional de Mudanças Climáticas.

Então, acho que esse é um dever de casa nosso também, não esperar somente pela oportunidade, mas nos prepararmos para essas oportunidades. Acho que é preciso aí que haja uma discussão bastante profunda com os diferentes setores para que possam ser avaliadas todas as implicações que hoje essas diferentes alternativas, esse quadro complexo nos apresenta enquanto Estado.

Acho que esse é um aspecto, essa preparação para o mercado de carbono, o que isso vai significar para a economia brasileira, o que vai significar para as instituições brasileiras, como é que isso impacta novamente os diferentes entes da Federação, Municípios, Estados, União, como isso vai ser consolidado, e isso realmente demanda um debate bastante grande.

Eu gostaria de mencionar aqui que acho que o esforço que o MMA vem fazendo no sentido da discussão de um sistema nacional de REDD, que eu acho que vai um pouco já encaminhando todas essas discussões, mas a gente, obviamente, precisa avançar em várias outras direções.

Aí, eu gostaria de colocar aqui outro fator. Quando a gente discute florestas, no caso do Brasil, e eu mencionei isto na minha apresentação, tem uma relevância grande para a questão climática exatamente por serem as mudanças de uso da terra e das florestas a maior contribuição brasileira em termos das emissões de gases de efeito estufa.

Agora, a conservação de florestas extrapola, e muito, a questão climática. Existem vários outros aspectos que asseguram não só o bem-estar do Planeta, mas em primeira instância o bem-estar dos brasileiros, que está associado à conservação de florestas.

Então, quando o senhor coloca o alto valor da conversão para a agricultura, sim, e qual é o peso que estamos dando ao outro lado, qual o valor que se atribui à conservação de florestas. É preciso que, para que uma comparação seja justa, que essa equação tenha os dois lados balanceados. Então, o que ganhamos

com a conservação de florestas tem que estar explicitamente colocado, porque, senão, é sempre uma comparação, eu diria, até injusta.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Permite-me?

A SRª MERCEDES BUSTAMANTE – Sim, claro.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Eu só estava me referindo...

A SRª MERCEDES BUSTAMANTE – Eu entendi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – ... aos 20% disponíveis hoje.

A SRª MERCEDES BUSTAMANTE – Certo.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Isso é o que teríamos que negociar aí.

A SRª MERCEDES BUSTAMANTE – Eu entendo. Eu só quero trazer um pouquinho mais da discussão, efetivamente, da valoração e da conservação das florestas. Muitas vezes é colocada a conservação florestal como um processo estático. E, na verdade, eu até mostrei dentro do quadro dos estoques de carbono, um manejo floresta sustentável consegue manter esses estoques de carbono, ou seja, a função climática é mantida, a função de conservação de biodiversidade, a manutenção dos recursos hídricos é mantida e, ao mesmo tempo, isso gera renda e se fixam as populações às suas atividades culturais, como já foi colocado aqui, e a manutenção também da própria diversidade social dentro do País.

Então, eu acho que é bastante importante que a gente trate essa questão da conservação florestal associada também ao manejo florestal. O Brasil é um país de florestas, mas é também um país de savanas... O próprio cerrado, pela definição da FAO, cai como um sistema florestal por ter a maior parte do cerrado com mais de 30% de cobertura.

Então, é preciso que a gente realmente incorpore esse patrimônio não só como um patrimônio natural, mas também como um patrimônio econômico nosso, acho que crítico para o País.

Quando a gente pensa em outras formas de desenvolvimento, quer dizer, tem todos os compromissos internacionais também, mas uma exploração sustentável do nosso patrimônio florestal é, em primeira instância, um grande benefício para o Brasil.

Eu acho que esse é o lado da equação que a gente precisa desenvolver para equalizar como outras formas de uso. O ideal seria – é a minha posição sempre – que a nossa paisagem fosse realmente aquela paisagem diversificada e multifuncional, onde nós pudéssemos conciliar as diferentes vocações dentro dos diferentes biomas de uso. Nossa vocação de produção de energia, de produção de alimentos, de conservação dos recursos naturais com uma perspectiva de longo prazo. A gente tem que colocar – eu falo isto sempre – um prêmio na posteridade. Foi colocado aqui pelo Senador Pedro, que estava aqui no início da reunião, que é muito interessante essa perspectiva de onde nós queremos estar nos próximos cinquenta ou cem anos, do que vamos deixar para as próximas gerações.

Então, eu acho que o clima foi que motivou, talvez, a nossa reunião hoje aqui, mas quando a gente está falando de conservação de florestas, é preciso que o nosso foco também olhe o que está associado a isso.

Então, novamente, acho que há um dever de casa que tem que ser feito. Efetivamente, quando a gente vê a colocação aqui do setor privado, das dificuldades, do esforço que a empresa faz para mitigar as emissões, para melhorar as condições de vida locais, as condições do ambiente, para os produtores, para os pequenos e médios produtores, não deveria existir essa dificuldade. Esse é que é o ponto.

O que precisamos fazer para retirar essa dificuldade, para que o setor privado veja isso como um atrativo, para que, realmente, quando ele incorporar a sua responsabilidade social e ambiental, ele encontre os mecanismos para expressar essa responsabilidade social e ambiental. Essa é a dificuldade que a gente tem.

Então, é importante essa preparação. O Brasil precisa se preparar urgentemente para isso, o que significa que a urgência não deve substituir a profundidade. Nós temos que ter o senso de urgência, mas também ter a percepção da complexidade e da profundidade das alterações que serão necessárias, para que a gente não esteja mudando a legislação no ano que vem e que possa fazer isso de forma mais duradoura.

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – Muito bem, Mercedes.

Lúcia Ortiz.

A SRª LÚCIA ORTIZ – Obrigada, Excelência.

Eu queria aproveitar esta oportunidade e o privilégio de poder estar problematizando, talvez até devolvendo a questão para a gente também poder esclarecer o quanto esse senso de urgência está relacionado – e é a nossa preocupação – com os processos da economia verde, com a Rio+10 e com as questões que a gente vê, assim, um ajuste das políticas ambientais tramitando com bastante rapidez.

Então, tentando trazer uma perspectiva que seja, claro, cultural também diferente de outra região, a gente vê, no sul do País – eu sou do Rio Grande do Sul –, a gente tem o contrário da proporção. A gente tem os 20% da reserva legal e essa obrigatoriedade de APP. E o que a gente vê, conversando com as comunidades e assentamentos nos quais a gente trabalha, é que, apesar de o Código atual permitir esse uso sustentável desses recursos, isso é colocado para as populações,

talvez também por uma deficiência que venha de toda a construção dessa lei ou do próprio movimento ambiental, de separar o homem da natureza, é visto pelos assentamentos como "esta aqui é a área do Incra", "esta aqui é a área do Ibama", "esta área podia estar cercada; não é minha, não nos pertence, a gente não pode fazer uso dela".

Então, talvez, nesse caso, ao invés de buscar uma medida de mudar essa lei para criar uma adicionalidade, para alguém pagar para aquela área continuar intocada, a gente não poderia considerar que a adicionalidade, ou que essa cooperação internacional, que esse entendimento de um fundo, como o Fundo da Amazônia, fosse justamente o Governo dar as condições, através de recursos do BNDES ou do Fundo da Amazônia, para que esse uso sustentável dessa propriedade pudesse ser feito com assistência técnica, com fomento, com equipamentos, com conhecimentos, troca de conhecimentos, sistemas florestais, agroflorestais e agroecologia? Isso não poderia ser considerado uma adicionalidade?

A gente vê que, se um raciocínio vai para um lado, o outro raciocínio pode ser o seguinte: se, do lado da Amazônia, 80% têm que ser preservados, preservar isso não é nenhuma adicionalidade. Então, talvez seja melhor mudar a lei para criar um pouco de... Pode ser custo de oportunidade, mas também pode ser quase uma chantagem: agora eu posso preservar ou consigo um pagamento.

Então quem sabe a gente não conseguisse juntar realmente essa mentalidade e cobrar aquilo do Estado, porque o Brasil está crescendo, sua economia está forte, os recursos públicos para o setor privado e para as grandes corporações, através do BNDES, e créditos para o setor agropecuário estão fluindo, inclusive relacionando com a sua perspectiva de baixo carbono. Enfim, essas projeções no ABC do baixo carbono, por que não a gente tentar realmente fazer essa inclusão de que as políticas públicas sejam a forma de viabilizar tanto o uso quanto a preservação, quanto o bem-estar, quanto essa diferença cultural e os modos de vida.

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – E aí, Blairo?

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Muito bom! Dá para ficar o dia inteiro aqui, o resto do dia.

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – Mas já estão nos chamando para lá.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Já estão nos chamando lá.

Só para finalizar aqui, Senador João Pedro.

(Interrupção do som.)

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – ...um assunto aqui que é muito importante. A gente sabe que mercado é oferta e procura. Se ofertar muito, ele não vale nada. E o que ela acabou de dizer é o seguinte: daqui a pouco vou ter que dizer "olha, eu não tenho essa oferta disponível; portanto, se você quiser comprar, nós vamos ter que negociar". É claro que seria uma coisa bastante, muito ousada, arriscada. Acho uma volta quase impossível no País tirar a reserva legal, não ter mais essas travas, vamos chamar assim. Muitos países não têm, como a Costa Rica, se não me engano – corrija-me se eu estiver errado –, a Costa Rica não tem um mecanismo de reserva legal, e, no entanto, eles têm conseguido recursos para a manutenção das florestas deles mais do que nós. Meia verdade ou não, mas é mais ou menos por aí. Só para fazer essa constatação que foi colocada.

De fato, o Brasil tem muita coisa a oferecer e eu acho que, se não acontecer, por mecanismos como a questão de Quioto ou outros protocolos, uma obrigatoriedade para isso, nós vamos ter sempre um ativo e esse ativo não vai valer muito a não ser uma coisa empírica, apostar no futuro e coisa parecida.

Hoje, na nossa discussão, vocês do Amazonas passaram por isso. Vocês fizeram essa constatação de que a Região Amazônica tem as maiores florestas, tem o menor PIB, tem a menor receita *per capita* e tem o menor IDH.

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – Com pobreza...

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – É, é uma pobreza com uma coisa que a gente diz que é uma riqueza. Na verdade, nós não estamos conseguindo auferir lucro, renda com isso. Então, quando eu, pelo menos enquanto estava discutindo, como Governador, a questão do REDD, eu dizia sempre: "Olha, um componente que tem que entrar nessa questão não é só..." Vamos imaginar se a gente conseguisse receber e o proprietário da área recebesse dinheiro. Mas só isso não seria suficiente, porque o Município, a municipalidade precisa participar também. O Estado precisa participar. Caso contrário, eu, como proprietário de uma área, por exemplo, poderia morar no Rio de Janeiro, receber por ter uma área na Amazônia, e as pessoas que vivem no Município de Apuí, de Humaitá ou em qualquer lugar do seu Estado vão ficar na eterna pobreza.

Então, é complicado isso. Você precisa distribuir. Não dá para deixar só para quem detém o título da terra, por exemplo.

Daria para a gente passar o resto do dia aqui conversando. É um assunto agradável, um assunto interessante, mas nós temos a Ordem do Dia e precisamos nos deslocar para lá.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – Obrigado, Blairo.

Nós vamos fazer assim: agora é vapt-vupt. Todos que estão aqui podem fazer as considerações finais, fechando esse debate...

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Senador, permita-me... Eu esqueci do Paulo. Ele falou um negócio interessante. Eles têm um programa, da questão da suinocultura, muito interessante. Cem por cento das propriedades que trabalham com isso lá têm essa questão, e, no entanto, a gente vê o pessoal da suinocultura sofrer. Mas sofre... Agora, novamente, embargo na Rússia. Por mais esforço que esse setor faça para estar absolutamente legal, absolutamente tranquilo na questão ambiental, não há um país no mundo que diga assim: "preço por preço, tu me compre lá do Brasil ou tu me compre do Mato Grosso porque os caras fazem a coisa certa". Quer dizer, nem isso, nem isso a população ou os países... Não é a população. A população vai no... Nem isso eles conseguem reconhecer. Então, é muito difícil você levar isso adiante se não houver, mais uma vez, uma questão de governo por trás, porque o mercado, sozinho, não consegue reconhecer. O que o mercado quer? O mais barato. Se um quilo de carne de suíno, no mercado, na gôndola, na Inglaterra ou em qualquer lugar, custa um dólar sem cuidados ambientais e um dólar e meio com cuidados ambientais, o de cuidados ambientais vai ficar na prateleira.

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – Obrigado.

Thelma Krug.

Um minuto.

A SRª THELMA KRUG – Eu acho que a complexidade... *(Interrupção do som.)*

Ou seja, as florestas sempre são consideradas como altamente vulneráveis, como eu coloquei na minha fala inicial, inclusive devido à questão da mudança do clima, que a gente não sabe para onde vai.

Ou seja, se depender das negociações hoje, estamos preocupadíssimos, porque nem há uma ambição grande por parte daqueles que historicamente foram os maiores emissores e há uma grande visão de contribuição dos países em desenvolvimento para ajudar a mitigar a mudança do clima. Isto é, as coisas não estão se falando em pé de igualdade, vamos assim dizer, e não deveria ser em pé de igualdade. Os países desenvolvidos deveriam estar fazendo muito mais ou sendo muito mais ambiciosos.

Então, a questão das florestas é vista como uma oportunidade rápida, barata, para dar tempo, porque a grande esperança é que grandes inovações tecnológicas surjam, algumas questionáveis, como toda essa discussão de geoengenharia, essa questão de captura e armazenamento de CO_2, mas a aposta está em que vamos investir naquilo que é mais rápido, talvez por isso todo esse clamor, esse investimento na área florestal no âmbito da convenção para dar aos países desenvolvidos uma oportunidade de poder desenvolver em 20 anos, 30 anos, talvez para 2050, uma base mais tecnológica, que permita, então, reverter o que talvez já tenha se tornado irreversível.

Então, é um pouco dessa lógica que eu trago, e preocupação também. E só lhe asseguro, se V. Exª me permitir, Senador João Pedro, quanto à questão de que o Brasil defende, com todas as letras e com toda a sua força, que o REDD seja o mecanismo que tenha contribuição, sim, financeira, para assegurar não só o leque de redução de emissões, mas a questão de conservação, que é um pouco mais delicada, e essa daria uma outra conversa muito mais longa.

Excelência, o senhor não vai me permitir dizer sobre os 20% do Senador Maggi?

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – V. Exª tem liberdade para...

A SRª THELMA KRUG – Eu poderia responder rapidamente sobre a questão dos 20%?

Em termos legais, eu acho que sim, seria uma defesa. Se por lei o senhor poderia desmatar 20%, por que não emitir títulos ou transacionar certificados de redução de emissões por algo que o senhor acha que o senhor ia fazer, mas não fará se for recompensado financeiramente?

Existem dois aspectos aqui. Um é a demonstração, que é contrafactual. Jamais seremos capazes de dizer se iriam ou não iriam acontecer os desmatamentos dos 20%. Então, essa coisa é contrafactual.

E a segunda é a questão mais sensível, da demonstração da permanência daquele carbono por um tempo muito grande, 50% por no mínimo 30, 40 anos; os outros 40%, por mais ou menos centenas de anos; e alguns 20% daquilo que o senhor está imaginando compensar com os certificados transacionados, se fosse esse o caso, milhares de anos.

Então, essa é uma questão, uma análise... É muito tempo. Infelizmente é assim, são esses os números que estão sendo dados para a gente. Então, é uma preocupação que a gente tem.

Por isso, a busca por outras formas, outros mecanismos que não sejam puramente os mecanismos de transacionar certificados de redução de emissões. Eu acho que a complexidade é muito maior.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – Mercedes.

A SRª MERCEDES BUSTAMANTE – Eu não vou resistir a falar da Costa Rica, Senador, se o senhor

me permitir. É um país extremamente interessante, só acho que talvez não seja o melhor exemplo para o Brasil, novamente, eu digo, pela questão da escala. A extensão territorial da Costa Rica realmente é muito reduzida se a gente comparar com a extensão do Brasil. Os mecanismos de governança têm que ser outros.

Cito o exemplo de que Costa Rica também não tem exército. Seria uma situação inadmissível para o Brasil hoje, com os problemas todos de fronteira que temos etc., que o Brasil abrisse mão de seus exércitos.

Então, é tudo uma questão também de escala, e a gente precisa pensar exatamente nessa extensão territorial e nessa heterogeneidade toda que temos dentro do Brasil.

Acho que o senhor levanta alguns pontos que são interessantes. Acho que toda essa relação entre proprietário, escala local, escala municipal, escala do Estado, tenho uma preocupação muito grande com a escala do Município, porque eu falo que o prefeito é quem está na ponta do processo, é quem ouve a queixa, é quem sabe que o hospital não funciona, é quem sabe que a escola tem problemas. É um pouco diferente da escala do Estado e a escala da...

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – No Brasil, o módulo fiscal diferencia-se de Município para Município, não digo nem de região para região.

A SRª MERCEDES BUSTAMANTE – É, então acho que são todas essas questões, a questão da...

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Há Municípios do Amazonas maiores que a Costa Rica.

A SRª MERCEDES BUSTAMANTE – Exato, para o senhor ver como a Costa Rica é interessante, mas com restrições.

Mas exatamente é o que a gente fala: a hora de pegar o touro a unha é esta. Concordo que os mecanismos de mercado são uma das alternativas válidas para algumas situações, mas não é a solução exatamente para todos os problemas.

Então, é exatamente como é que vamos olhar esses diferentes ângulos, isso é extremamente relevante.

Agora, falando pelo lado de ciência e tecnologia, acho que existe também um grande papel aí, em termos de inovação tecnológica, não só em termos de fontes de energia, mas na própria exploração dos nossos recursos naturais. Nós somos o País da megadiversidade, e os nossos principais produtos de exportação estão relacionados à soja, que é de origem asiática, ao gado, que é de origem também asiática, que é o zebu, e que é alimentado...

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – Arroz.

A SRª MERCEDES BUSTAMANTE – Exatamente. E é alimentado por gramíneas que são africanas. Então, para um País que detém a megadiversidade, estamos usando muito pouco, economicamente, da nossa diversidade. Acho que isso também abre uma outra porta, dentro da própria economia verde, que a gente está discutindo, de inovação tecnológica, e aí sim, um patrimônio realmente que deve ser explorado, e espero que realmente seja. Aí são mais as iniciativas do Ministério de abrir parques tecnológicos relacionados à biodiversidade como uma porta para a gente começar a olhar essa questão da valoração dos nossos recursos naturais, nativos, por assim dizer.

Então, novamente, acho que a questão do clima está inserida em toda a questão do que a gente chama hoje das mudanças ambientais globais. É importante trazer isso também dentro desse contexto mais geral.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – Paulo.

O SR. PAULO ROSSATO – Primeiramente, eu quero deixar claro que a Confederação Nacional da Indústria realmente acredita num desenvolvimento sustentável, seja por pequenas ou por médias iniciativas, mas ela está imbuída em permanecer produzindo de forma sustentável.

Em nome do Presidente Robson Braga de Andrade, da Confederação, Excelência, quero lhe passar três compêndios. O primeiro, demonstrando os 150 primeiros projetos do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, de uma forma concentrada; um guia de referência das Estratégias Corporativas de Baixo Carbono; e também um sumário executivo de Oportunidades de Negócios para a Indústria de Projetos de Eficiência Energética com MDL Programático.

A assessoria da Mesa está de posse de outros exemplares, que serão disponibilizados aos demais membros e também aos demais Senadores.

Por fim, só quero destacar, ex-Governador, Senador Blairo Maggi, que, se nós hoje não estamos sendo reconhecidos pelo esforço que se faz, esperamos que, no futuro, as pessoas reconheçam, por isso vamos continuar. O esforço é válido.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – V. Exª perdeu um grande debate. Mas V. Exª terá a palavra.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Ainda bem que existem notas taquigráficas.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – E eu agradeço a sua ausência, porque eu me fartei aqui.

A SRª LÚCIA ORTIZ – Quero agradecer mais uma vez a oportunidade, saudar a iniciativa no âmbito das discussões, que embasam tanto a participação do Brasil, da sociedade, desta Casa e amplia os

debates de forma mais democrática e inclusiva em torno do processo todo da Rio+20, lembrando que é uma conferência que tem como um dos focos não só a economia verde, como a governança. E a gente entende também a governança como respeito a esses processos democráticos, seja dentro da ONU, seja também no nosso País. E o que estamos vendo, ao contrário do que já foi visto na lógica ou na dinâmica das conferências, é que, mesmo antes que se tenha qualquer acordo, qualquer acesso a documento, qualquer conhecimento, seja da posição do Brasil, seja da de outros países, o que a gente tem já é um compêndio de recomendações sendo dadas para os países em desenvolvimento, e não para os países historicamente responsáveis pela questão climática e tal. São recomendações para os países em desenvolvimento, para medidas domésticas, ou seja, políticas públicas para sua transição para a economia verde. Ou seja, não é para o mundo todo.

Então, é esse alerta de que as coisas realmente caem do céu de repente, e temos que fazer um ajuste estrutural das nossas políticas ambientais e sociais em prol dessa economia sem que haja realmente um entendimento do que é isso ou sem que isso seja, no mínimo, democrático, as condições garantidas de democracia no Brasil para isso.

Então, é o alerta que a gente faz a esta Casa também, aos Senadores. E lembrando também, quanto à discussão do Código Florestal, como o último tem quase 50 anos, ou mais de 50 anos, pensando num Código para daqui a 50 anos, tem-se que ver realmente a necessidade e a responsabilidade do aprofundamento desse debate que agora vai estar no Senado.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – Obrigado, Lúcia.

Eu quero dizer a todos os convidados que, para esse trabalho da Rio+20, da Subcomissão – aqui, no Senado, temos duas Subcomissões que tratam da Rio+20, tanto na Comissão de Relações Exteriores, como na Comissão de Meio Ambiente –, está aqui o nosso Presidente, Senador Rollemberg. E nós temos uma agenda de trabalhos que vai culminar com a sistematização das contribuições. Mais uma vez, muito obrigado. São contribuições sobre as quais nós vamos dialogar com o Ministério de Relações Exteriores para que seja a proposta do Governo brasileiro.

Então, as falas, as reflexões, as críticas, as preocupações serão contempladas nessa proposta de ser um instrumento do Brasil para o mundo.

Com a palavra, o nosso Presidente Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Quero cumprimentar nosso Presidente da Subcomissão da Rio+20, Senador João Pedro, e todos os convidados e me desculpar, mas, realmente, o acúmulo de agenda nesta Casa não nos permite estar em todos os compromissos ao mesmo tempo. Eu gostaria muito de estar aqui desde o início. Já tivemos hoje um grande debate sobre o Código Florestal, com a presença da Ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira.

Quero dizer que concordo com a afirmação hoje feita pelo Senador Eduardo Braga, salvo engano, de que a primeira grande conquista é o clima em que está acontecendo este debate, um clima de serenidade, de equilíbrio neste Senado, buscando construir um grande entendimento sobre o Código Florestal.

Eu dividiria esse debate do Código Florestal, que vai ter impacto muito grande nesse debate sobre economia verde, na questão para trás e no que nós devemos nos preocupar para frente.

Para trás, refiro-me à ocupação e uso do solo, à regularização, para dar tranquilidade jurídica aos nossos produtores rurais. Quanto mais a gente discute e ouve a opinião dos Senadores de forma enfática, mais a convicção íntima que eu formo é de que as convergências são muito maiores do que as divergências. E, portanto, nós devemos continuar apostando nesse entendimento.

Mas o grande desafio, que não está colocado no texto que veio da Câmara, e este debate traz – e vou ler as notas taquigráficas em seguida para conhecer a opinião dos nobres palestrantes, todos com grande experiência na área – é como incorporar a esse texto instrumentos econômicos que estimulem a preservação.

Estou vendo com muita alegria aqui a presença da Mercedes Bustamante, da Thelma Krug e de diversos outros, mas a Mercedes Bustamante é professora da Universidade de Brasília e uma das maiores conhecedoras do nosso cerrado brasileiro. E eu quero aqui, Senador Blairo Maggi, manifestar uma preocupação que tenho em relação a este debate, especificamente em relação ao cerrado.

O cerrado é um dos maiores biomas e detém uma das maiores biodiversidades do planeta. Estima-se em torno de 12 mil espécies de plantas no cerrado, sendo que 4.400 são endêmicas, plantas que só existem no cerrado brasileiro.

E aprendi, com a Profª Mercedes Bustamante que o nosso bioma, a nossa região é a caixa-d'água do Brasil: 70% das águas da bacia do Paraná, do Tocantins e do São Francisco nascem nessa região.

Então, imaginem a importância estratégica que o cerrado tem para o Brasil do ponto de vista da biodiversidade, da utilização inteligente dessa biodiversidade e do ponto de vista dos nossos recursos hídricos.

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – E a Amazônia é a rede de distribuição dessa caixa-d'água.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Perfeito.

Agora, em relação à Amazônia, por competência certamente dos representantes da região, conseguiu-se mobilizar a opinião pública nacional e internacional em defesa da Amazônia. O mesmo não aconteceu ainda em relação ao cerrado. Eu me lembro de que, em uma discussão na Liderança do PMDB, salvo engano, na Câmara dos Deputados, com o então Ministro da Agricultura Reinhold Stephanes, discutiu-se um pacto do desmatamento zero no Brasil. Eu disse: "Nós aceitamos o desmatamento zero em todas as regiões do Brasil com exceção do cerrado. Alto lá! Por que o cerrado é tratado dessa forma?".

E a minha preocupação de criar instrumentos econômicos é que, com todas essas características importantes que o cerrado tem, seja pela biodiversidade, seja pela questão dos recursos hídricos, hoje poderemos, legalmente, sem infringir a lei, desmatar 80% do cerrado brasileiro. Imaginem o que isso significará para o futuro do País!

Portanto, é muito importante...

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Vamos passar para 65% aqui. É igual lá no Mato Grosso: passa-se para 65% e fica tudo igual.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Defendo essa proposta com muito entusiasmo.

Mas, vejam bem, o que acontece? Precisamos criar instrumentos econômicos que valorizem a preservação. Acho que esse exercício devemos fazer. Entendo e repito – como defendi hoje na presença da Ministra – que, por exemplo, quem utiliza práticas agrícolas adequadas – e o Senador Blairo Maggi, mais do que ninguém, conhece isso –, como práticas de integração lavoura–pecuária ou de plantio direto, que poupam o solo e reduzem a erosão, o assoreamento, no meu entendimento, deve haver, por parte dos bancos oficiais, um tratamento diferente do de quem ainda utiliza práticas tradicionais, que têm um impacto ambiental negativo muito maior.

Essa é uma questão importante, até porque, por exemplo, hoje, quem está praticando a integração lavoura-pecuária-silvicultura está reduzindo a pressão sobre as áreas de biomas preservados.

E temos de criar outros instrumentos, como a questão, esta discussão de como regulamentar o REDD+ aqui, no Brasil, para que a gente possa também ser remunerado pelo desmatamento evitado. E acredito, para que a gente possa dar efetividade à decisão do Código Florestal de recuperar as Áreas de Preservação Permanente, ou seja, 15 metros, como está previsto no relatório do Deputado Aldo Rebelo, vamos precisar dar incentivos econômicos para que os pequenos produtores rurais possam fazer isso; senão, não daremos eficácia a esse Código.

Eu, particularmente, estou defendendo – como temos, por exemplo, na FINEP, uma linha de juro zero para inovação tecnológica – que tenhamos, se possível, uma linha de juro zero para o agricultor familiar, para o pequeno agricultor fazer a recuperação da sua Área de Preservação Permanente, porque ele estará promovendo um bem coletivo, para o conjunto da sociedade. Portanto, acho que é merecido fazer isso.

Além do quê, temos que preparar as nossas instituições de pesquisa e de assistência técnica para desenvolver novas tecnologias porque, como a Embrapa vem alertando, hoje se tivermos, imediatamente após a aprovação do Código Florestal, de recuperar as áreas de reserva legal, fazer as recomposições, as áreas de preservação permanente, nós vamos ter dificuldades de ter acesso a sementes, de ter acesso a mudas e de ter acesso a tecnologias de recuperação dessa biodiversidade, porque avançamos muito na pesquisa, no desenvolvimento científico-tecnológico para a produção agrícola – o Brasil hoje é reconhecido como o grande país da agricultura tropical do mundo – mas não avançamos da mesma forma no que se refere à economia florestal.

Hoje foi dito que o Brasil, embora tenha 15% da biodiversidade do mundo, somos responsáveis por apenas 4%...

(Interrupção do som.)

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – ...do mundo. Portanto, são preocupações que certamente devem ter sido levantadas aqui pelos especialistas.

Acredito que este debate sobre pagamento de serviços ambientais, sobre instrumentos econômicos que estimulem a preservação talvez seja o debate mais importante que se tem hoje no Congresso em relação ao Código Florestal e em relação à contribuição que o Brasil pode e deve dar na transição de uma economia tradicional para uma economia verde.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – Obrigado, Senador Rollemberg, pela contribuição.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Sr. Presidente, antes de encerrar, vou fazer uma provocação ao Presidente. Ele faz a emenda de 65% no cerrado no resto do Brasil, e eu assino junto contigo. Vamos conservar mais o cerrado.

Eu queria apenas anunciar a presença do Prefeito da cidade de Sapezal, Sr. Cesar Borges Maggi, meu primo, e sua esposa Odete, um dos melhores prefeitos de Mato Grosso.

Já o convidei, Rodrigo, e vou convidar o Senador João Pedro para a gente visitar Sapezal e vocês conhecerem um pouco da agricultura que se faz em Mato Grosso, principalmente naquela região, com alta tecnologia de plantio direto, conservação de solo, de águas. O Presidente Lula foi lá uma vez e me disse muitos anos depois: "Foi a coisa mais bonita que eu já vi na minha vida, andando de helicóptero: ver a plantação de soja, as matas ciliares preservadas e o fundo do rio das águas cristalinas daquela região". Quer dizer, é onde se produz não diria com perfeição, mas com todos os cuidados necessários. Gostaria que vocês fossem meus hóspedes lá para a gente conhecer um pouco daquilo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – Obrigado. Quero saudar o prefeito que participa e assiste a nossa audiência pública. O cerrado está unido aí.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Sr. Presidente, só para registrar e não perder a oportunidade. Eu tenho convicção de que o Senador Blairo Maggi é um dos Senadores que terá papel muito importante na construção desse entendimento sobre o Código Florestal, primeiro, porque é uma pessoa que tem o respeito dos produtores rurais do Brasil de forma geral, teve uma experiência muito grande como grande produtor rural de grãos que é e como Governador do Estado e viveu todo esse processo de transição e de mobilização mundial em relação à soja brasileira quando houve uma preocupação mundial de que a soja brasileira prejudicasse o meio ambiente. Inclusive, foi o primeiro, foi o inovador empresário brasileiro a participar desse grande acordo internacional de boas práticas não apenas agrícolas, de boas práticas de sustentabilidade ambiental, de boas práticas de responsabilidade social, o que faz com que a soja brasileira das pessoas que participaram desse acordo internacional tenha um preço diferenciado em relação às outras. Isso demonstra que o maior diferencial de competitividade da agricultura brasileira é exatamente poder ostentar o título de agricultura mais sustentável do planeta. Tenho certeza de que o Senador Blairo Maggi, pela sua experiência, por todo o processo conflituoso que viveu e de reconhecimento posterior das próprias organizações não-governamentais, tem uma enorme contribuição a dar na construção de um entendimento sobre o Código Florestal.

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – Eu não tenho nenhuma dúvida.

Agradecemos a todos e a todas, aos nossos convidados, aos assessores, à imprensa e ao Prefeito que está nos visitando.

A participação do Senador Blairo Maggi foi uma grande contribuição, e também a do Senador Rollemberg. O Senador Pedro Taques passou por aqui no início da nossa reunião. Enfim, muito obrigado.

(Levanta-se a reunião às 16 horas 43 minutos.)

ATA DA 25ª REUNIÃO CONJUNTA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, COM A 21ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 05 DE JULHO DE 2011, TERÇA-FEIRA, ÀS 08H30.

Às oito horas e quarenta e sete minutos do dia cinco de julho de dois mil e onze, na sala de reuniões nº 3, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência dos Senhores Senadores **RODRIGO ROLLEMBERG** e **CASILDO MALDANER**, reúnem-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA e a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores **ALOYSIO NUNES FERREIRA, ANA AMÉLIA, ANA RITA, ANIBAL DINIZ, ANTONIO RUSSO, BLAIRO MAGGI, CASILDO MALDANER, CLÉSIO ANDRADE, DELCÍDIO DO AMARAL, EDUARDO BRAGA, JAYME CAMPOS, JOÃO PEDRO, JORGE VIANA, KÁTIA ABREU, LUIZ HENRIQUE, PEDRO TAQUES, RANDOLFE RODRIGUES, SÉRGIO SOUZA**, **VANESSA GRAZZIOTIN, VICENTINHO ALVES, VITAL DO RÊGO** e **WALDEMIR MOKA**. Deixam de comparecer os Senhores Senadores **WILSON SANTIAGO, EUNÍCIO OLIVEIRA, PAULO DAVIM, ACIR GURGACZ, EDUARDO AMORIM, BENEDITO DE LIRA, FLEXA RIBEIRO** e **CYRO MIRANDA**. O Senador IVO CASSOL justifica sua ausência por meio do Ofício nº 487/2011-GSICAS, devido à sua participação em evento da Presidência da República em Porto Velho, Rondônia. O Presidente **RODRIGO ROLLEMBERG** declara abertos os trabalhos e submete à votação a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A Presidência informa que a presente reunião destina-se à realização de **AUDIÊNCIA PÚBLICA,** em cumprimento ao Requerimento nº 4, de 2011-CRA, aprovado em 23/02/2011, de autoria do Senador Acir Gurgacz; ao Requerimento nº 43, de 2011-CMA, aprovado em 14/06/2011, de autoria dos Senadores Jorge Viana

e Rodrigo Rollemberg; e ao Requerimento nº 2, de 2011-CMA, aprovado em 01/03/2011, de autoria do Senador Rodrigo Rollemberg. A audiência destina-se a coletar subsídios técnico-jurídicos para aperfeiçoamento da reforma do Código Florestal (Lei 4.771, de 1965) e conta com a presença do Senhor Dr. Elíbio Leopoldo Rech Filho, da Academia Brasileira de Ciências (ABC); da Senhora Professora Helena Bonciani Nader, presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência(SBPC); do Sr. Antônio Donato Nobre (Grupo de Trabalho SBPC/ABC); do Sr. José Antônio Aleixo (Grupo de Trabalho SBPC/ABC); do Sr. Celso Manzato (SBPC/ Embrapa); e Sr. Ricardo Rodrigues (SBPC/ USP). O Presidente pela CRA, Senador **CELSO MALDANER**, foi substituído pelo Senhor Senador **WALDEMIR MOKA**. Após a exposição dos convidados, usam da palavra os Senhores Senadores **RODRIGO ROLLEMBERG, ANA AMÉLIA, BLAIRO MAGGI, KÁTIA ABREU, LUIZ HENRIQUE, JOÃO PEDRO, PEDRO TAQUES, JORGE VIANA, CASILDO MALDANER, VANESSA GRA, WALDEMIR MOKA, ANIBAL DINIZ, ALOYSIO NUNES FERREIRA, ANA RITA** e **RANDOLFE RODRIGUES**. Os convidados respondem aos questionamentos feitos e apresentam suas considerações finais. É aprovada a inclusão **EXTRAPAUTA** das seguintes matérias: **1) REQUERIMENTO Nº 49, DE 2011-CMA**, que, com fundamento no Regimento Interno do Senado Federal, art. 90, II, requer a realização de audiência pública conjunta desta Comissão com a Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI, com a participação do Ministro dos Transportes, Senador Alfredo Nascimento para prestar informações e esclarecimentos sobre denúncias da revista Veja (Edição 2224, desta semana), relativas a possível esquema de corrupção no Ministério dos Transportes. Autoria: Senadores Blairo Maggi e Rodrigo Rollemberg. Colocado em votação, o Requerimento é aprovado. **2) REQUERIMENTO Nº 50, DE 2011-CMA**, que requer, nos termos regimentais e em aditamento ao Requerimento nº 02/2011-CMA, de autoria do Senador Rodrigo Rollemberg, propondo um Ciclo de Debates destinado a coletar subsídios técnico-jurídicos para aperfeiçoamento da reforma do Código Florestal (Lei 4.771, de 1965), seja acrescentado à lista de convidados para participar dos debates o seguinte nome: Evaristo Eduardo de Miranda, Doutor em Ecologia e pesquisador Embrapa Monitoramento por Satélite em Campinas – SP. Autoria: Senadora Kátia Abreu. Colocado em votação, o Requerimento é aprovado. **3) REQUERIMENTO Nº 51, DE 2011-CMA**, que requer, nos termos do art. 58, § 2º, inciso III, da Constituição Federal, c/c o art. 90, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal, que o Ministro dos Transportes, Senhor Alfredo Nascimento, seja convocado a prestar informações, no plenário da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle desta Casa, sobre as denúncias publicadas na imprensa, Revista VEJA (Edição nº 2224), acerca da existência de esquema de corrupção em diversos órgãos daquele Ministério. Autoria: Senadores Randolfe Rodrigues e Pedro Taques. Resultado: Colocado em votação, o Requerimento é aprovado como convite ao Ministro. **4) REQUERIMENTO Nº 52, DE 2011-CMA**, que requer, nos termos do art. 58, § 2º, inciso V, da Constituição Federal, c/c o art. 90, inciso V, do Regimento Interno do Senado Federal, e considerando as denúncias publicadas na imprensa, Revista Veja (Edição nº2244) acerca da existência de esquema de corrupção em diversos órgãos do Ministério do Transportes, sejam convidados os senhores listados abaixo, para que compareçam ao plenário da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle desta Casa para prestar os devidos esclarecimentos: Luiz Antônio Pagot; José Francisco das Neves; Mauro Barbosa Silva e Luis Tito Bonvini. Autoria: Senadores Randolfe Rodrigues e Pedro Taques. Colocado em votação, o Requerimento é aprovado. Ao final da reunião, houve a assinatura de um Termo de Ajustes ao Relatório Final da Comissão Temporária Externa criada por meio do Requerimento nº 237, de 2011 (Diligência à Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto em Angra dos Reis – RJ), com a presença do Sr. Othon Luiz Pinheiro da Silva, Diretor Presidente da ELETRONUCLEAR. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e cinquenta e um minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia. – Senador **Rodrigo Rollemberg,** Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. – Senador **Waldemir Moka,** Vice-Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Havendo número regimental, declaro aberta a 25ª Reunião Conjunta da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle com a 21ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Os senhores que estiverem de acordo com a dispensa da leitura das Atas das reuniões anteriores permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

PAUTA DE 05/07/2011

Audiência Pública Conjunta, em cumprimento ao **Requerimento nº 43, de 2011– CMA**, aprovado em 14/06/2011, de autoria dos Senadores Jorge Viana e Rodrigo Rollemberg, ao **Requerimento nº 9, de 2011-CRA**, aprovado em 24/03/2011, de autoria das Senadoras Ana Amélia e Gleisi Hoffmann, e ao **Requerimento nº 2, de 2011-CMA**, aprovado em 01/03/2011, de autoria do Senador Rodrigo Rollemberg, com a presença do Senhor Dr. Elíbio Leopoldo Rech Filho, da Academia Brasileira de Ciências (**ABC**) e da Senhora Professora Helena Bonciani Nader, presidenta da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (**SBPC**), destinado a coletar subsídios técnico-jurídicos para aperfeiçoamento da reforma do Código Florestal (**Lei 4.771, de 1965**).

Estamos aguardando a chegada dos nossos demais convidados.

Saúdo, com muita alegria, a presença da Drª Helena Nader, Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, que já se encontra aqui conosco. Saúdo as presenças da Senadora Ana Amélia e do Senador Blairo Maggi, informando que, conforme anunciei na reunião passada, em virtude das reivindicações das senhoras e senhores Senadores, a ordem de inscrição da reunião será por ordem de chegada. Portanto, a Senadora Ana Amélia é a primeira inscrita e o Senador Blairo Maggi, o segundo.

Rapidamente, quero fazer um breve relatório das audiências públicas realizadas pela Comissão de Meio Ambiente, neste primeiro semestre.

No primeiro semestre de 2011, a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle realizou, até o momento, 24 reuniões. Destacam-se as reuniões destinadas a audiências públicas: três Audiências Públicas Conjuntas e um Seminário entre a Comissão de Meio Ambiente e a Comissão de Reforma Agrária, para debater a reforma do Código Florestal, que contaram, entre outros, com a presença da Ministra do Meio Ambiente, senhora Izabella Teixeira, do Deputado Aldo Rebelo e de representantes da Embrapa, da SBPC e da Academia Brasileira de Ciências; duas Audiências Conjuntas entre Comissão de Meio Ambiente, Comissão de Infraestrutura e Comissão de Ciência e Tecnologia, para debater a segurança do sistema nuclear brasileiro, em que participaram os principais atores brasileiros nessa temática; Audiência Conjunta entre Comissão de Meio Ambiente, Comissão de Ciência e Tecnologia, Comissão de Assuntos Econômicos, Comissão de Educação e Comissão de Ciência e Tecnologia, para debater o Projeto de Lei da Câmara nº 116, de 2010, que cria novas regras para o setor de TV por assinatura; Audiência Pública que debateu as perspectivas da economia verde no Brasil e no mundo, com a participação do senhor Achim Steiner, Subsecretário-Geral das Nações Unidas, e do senhor Luiz Figueiredo, Embaixador e Diretor do Departamento do Meio Ambiente do Ministério das Relações Exteriores, além do Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente; Audiência Pública para debater a implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Ainda neste semestre, a Comissão instalou quatro subcomissões, que tratam de temas de extrema relevância para o País, com destaque para as audiências públicas realizadas por estas subcomissões: Ciclo de Audiências da Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa de 2014 e das Olimpíadas de 2016, que coleta informações de cada um dos Estados e Municípios envolvidos com a preparação das cidades-sede para a Copa do Mundo de 2014; Ciclo de Audiências da Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Conferência da ONU sobre desenvolvimento sustentável – Rio+20 –, com debate sobre economia verde, em relação aos temas agropecuária, serviços ambientais, mecanismo e desenvolvimento limpo e redução das emissões por desmatamento e degradação; Audiência Pública da Subcomissão Temporária para acompanhar as obras da Usina de Belo Monte, que debateu o relatório de impacto ambiental da obra; finalmente, a Comissão realizou diligência externa às obras das Usinas Hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio, em Rondônia, e ao Parque Nacional da Serra da Canastra, em Minas Gerais.

Como membro da Comissão externa, visitamos as Usinas Nucleares de Angra dos Reis e, ainda hoje, assinaremos termo de ajuste ao relatório final dessa diligência.

Dessa forma resumida, este é o relatório das atividades das Audiências Públicas desta Comissão, para o primeiro semestre de 2011, no esforço incessante de imprimir aperfeiçoamento da legislação brasileira, nos termos pertinentes a esta Comissão.

Quero registrar aqui a presença do Senador Russo e da vice-Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Senadora Kátia Abreu. Quero também aqui agradecer a presença do senhor Antônio Nobre, que nos honra com sua presença.

Como já tive a oportunidade de ressaltar aqui, a nossa Comissão de Meio Ambiente, juntamente com a Comissão de Agricultura, iniciou as atividades este ano com a discussão do Código Florestal, mesmo antes do Projeto chegar ao Senado Federal. Começamos ouvindo o Relator da proposta na Câmara, Deputado Aldo Rebelo, em uma audiência bastante concorrida e, na

semana seguinte, ouvimos representantes da Academia Brasileira de Ciência e da SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. Com a chegada do Projeto ao Senado, retomamos esses debates e tivemos a oportunidade de termos uma longa audiência Pública com a Ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, na última quinta-feira. Na sexta-feira à tarde, tivemos mais uma Reunião Conjunta onde ouvimos representantes da Confederação Nacional da Agricultura, da Contag e de diversas outras instituições, e hoje retomamos esse debate, mais uma vez ouvindo representantes da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência e da Academia Brasileira de Ciências.

Por solicitação da senhora Helena Nader, teremos alguns representantes da comunidade científica representando as duas instituições, que farão apresentações, cada um enfocando um tema específico. Estamos aguardando a relação dos nomes que farão as suas apresentações e registro aqui, com muita alegria, a presença do Senador Luiz Henrique, Relator nas Comissões de Constituição e Justiça e Agricultura e Reforma Agrária. Também registro a presença do Senador Aloysio Nunes Ferreira, relembrando que a ordem de inscrição será pela ordem de chegada a esta Comissão. Peço atenção aos secretários desta Comissão para observarem a ordem de chegada, para promover a inscrição dos nobres Senadores e Senadoras desta Casa, registrando também, com muita alegria, a chegada do Presidente eventual da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Senador Casildo Maldaner.

Consultando os palestrantes e os Senadores, a minha sugestão é que tenhamos um tempo de 15 minutos para cada palestrante, em seguida abriremos para as Senadoras e Senadores fazerem suas intervenções de cinco minutos e, a cada conjunto de cinco intervenções, passaríamos para a Mesa fazer as suas considerações. Se no curso, por sugestão de algum Senador, entendermos que para o melhor andamento dos trabalhos devemos adotar um procedimento diferente, submeteremos ao Plenário.

Registro a presença do Senador João Pedro e parece que a Senadora Kátia quer falar.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco/DEM – TO) – Não, não.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Já está inscrita, Senadora Kátia.

Portanto, dando boas vindas a todos e desejando um bom dia e um bom debate, passo a palavra à Drª Helena Nader, Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência.

A SRª HELENA BONCIANI NADER – Bom dia a todos, bom dia, Senador Rodrigo, é um prazer estarmos aqui hoje com os senhores, agradecemos profundamente esta oportunidade, porque acreditamos que há necessidade de termos um marco legal moderno e que olhe para o futuro. Um marco legal que englobe tudo o que temos hoje na ciência mundial, mas, em especial, na ciência brasileira.

Não quero tomar muito tempo dos senhores, só quero introduzir rapidamente o Professor José Antônio Aleixo, sentado ali na segunda fila, que é o Professor Titular da Universidade Federal Rural de Pernambuco e foi quem coordenou esses trabalhos na SBPC. Começamos esse trabalho na SBPC e, como também sou membro da Academia, entramos em contato com o Professor Jacob Palis. A SBPC e a ABC tem feito muita coisa conjunta e, com isso, multiplicamos por uma potência de 10, pelo menos, os trabalhos, porque se juntam forças de diferentes áreas e que se complementam.

Esse trabalho que fizemos que foi apresentado na Câmara, em fevereiro ou março, agora não me lembro, e traz – os senhores também receberam – um trabalho do levantamento da área científica. Hoje, o que traremos para os senhores, de uma forma também sucinta, serão algumas apresentações de onde a ciência pode contribuir e, depois, o que seria a nossa proposta, porque entendemos que existe uma necessidade de discussão e de aprovação de um Código.

O que continuamos insistindo é que esse Código não seja aprovado às pressas, que ele leve em consideração o século XXI, que leve em consideração o que a ciência brasileira tem para ajudar uma economia sustentável, para ajudar uma agricultura perfeita – ou, pelo menos, perfeita dentro do que temos de conhecimento hoje –, uma pecuária, e que leve em consideração o meio ambiente.

Como o Senador Rollemberg colocou, o Brasil será sede, ano que vem, da Rio+20. Existem acordos mundiais a serem cumpridos e também quero deixar claro que não temos partido, não temos cor, não temos crença, temos só uma obrigação: a verdade com a ciência. Aqui quero reiterar, novamente, que em nenhum momento o grupo recebeu qualquer subvenção, seja de um lado ou de outro, do grupo ruralista ou do grupo ambientalista. Isso tem que ficar muito claro. Quero que o senhores saibam que todos os que participaram o fizeram de forma voluntária, trabalhando noites e fins de semana, porque estou Presidente da SBPC, mas quem paga o meu salário é o Governo Federal, porque sou Professora Titular da Escola Paulista de Medicina. Nenhum de nós ganhou para fazer isso, é um dever com a sociedade brasileira que nos levou a realizar esse trabalho.

Agradeço realmente a oportunidade de estarmos aqui, porque vamos trazer dados que podem ou não

ser considerados. Quero deixar bem claro, porque houve algumas denúncias infundadas e que não foram à frente dizendo que tínhamos sido pagos por ONGs e outras entidades. Para quem quiser, tenho prova documental de tudo isso, dentro dos arquivos da SBPC. Todas as passagens foram pagas com recursos próprios da SBPC, onde fazemos as reuniões anuais – até convido os senhores –, que têm início agora dia 10, domingo, em Goiânia, comemorando os 50 anos da Universidade Federal de Goiás, 60 anos da Capes, 60 anos do CNPq e 25 anos da Associação Nacional dos Pós-Graduandos.

Então, para nós é um privilégio estar aqui. Agradeço, efusivamente, esta oportunidade.

Obrigada, Senador; obrigada demais membros da Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Convido o Prof. Aleixo para fazer parte da Mesa. Ele fará a primeira exposição.

Vamos ouvir, então, agora, o Prof. Aleixo.

V. Exª tem quinze minutos.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO ALEIXO DA SILVA – Muito bom-dia, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, para nós, que representamos a Sociedade Brasileira para Progresso da Ciência e a Academia Brasileira de Ciências, é um grande prazer estar aqui com vocês, porque é uma reivindicação da comunidade científica de ser escutada. E isso está acontecendo. Não podemos reclamar.

Bem, primeiramente, vou ser, de certa forma, breve, para que meus colegas que vão apresentar dados mais concretos tenham mais tempo. E quero dizer que estamos com pequeno problema, porque o Dr. Celso Manzatto e Ricardo Rodrigues, que são os próximos a apresentar... A Azul cancelou o voo deles ontem; eles chegaram em Brasília e estão vindo de táxi para cá. Talvez, a gente tenha uma pequena alteração na ordem de apresentação, mas isso não vai alterar.

Bem, fui encarregado de fazer um breve histórico do que aconteceu com esse nosso grupo de trabalho, porque, na realidade, começamos a trabalhar em maio de 2010, quando, por algumas demandas da própria comunidade científica, somos, de certa forma, questionados sobre por que não participar. Então, começamos a trabalhar nesse grupo de trabalho exatamente em maio de 2010.

Achamos que essa questão do Código Florestal é uma questão que antecede datas que conhecíamos. Então, nosso primeiro grande desafio – digamos, não desafio; desafio se ganha ou se perde, nós temos missões a serem cumpridas –, em vez de pegarmos essas peças jurídicas e confrontar uma com a outra, o que está bom, o que não está, nós, como cientistas, pensamos: vamos ver o estado da arte, da ciência florestal no Páis, do Código Florestal. E, para nossa surpresa, encontramos coisas que desconhecíamos. Por exemplo, possivelmente, muitas pessoas podem dizer: "Mas isso é a primeira declaração do uso dos recursos ambientais no Brasil." Eu não gosto de ler, mas vou ter que ler, para os que estão atrás entenderem:

E, assim, mando que todo o povo se sirva e logre dos ditos matos, lenhas e madeiras para as casas, tirando fazer roças que não farão e, assim, árvores de palmo e meio de cesta [deveria ser a medida de unidade da época]. E daí pra riba não cortarão sem minha licença e dos meus oficiais que por mim tiverem, porque tais árvores são para outras coisas de maior substância especial. E assim resguardarão todas as madeiras e matos que estão ao redor dos ribeiros e fontes.

Isso, gente, é Carta Foral de Olinda, de 1537. Duarte Coelho.

Então, a questão ambiental no País não é de hoje. É muito antiga. Se vocês, por acaso, acompanharem ao longo da história, vocês vão ver que José Bonifácio, em 1821, deu a primeira declaração em termos de reserva legal.

Então, o Brasil vem discutindo há muito tempo, e acho que o momento atual é o momento mais preciso, mais importante para que a Nação construa um instrumento legal que não prejudique a agricultura do País, nem tampouco prejudique o meio ambiente. Esse é o nosso objetivo. Isso é o que nós pensamos.

(Próximo, por favor.)

Bem, quando nosso grupo de trabalho começou, tivemos o cuidado de convidar uma série de instituições que achávamos que poderiam colaborar nesse trabalho. É claro que nem todas compareceram, mas grande parte dela compareceu, e aí está a relação. Acho que os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras já devem ter lido, porque, nosso livro, resultado do nosso trabalho, foi distribuído para todos vocês.

(Próximo, por favor.)

Esses são os componentes do nosso grupo, primamos em não convidar ONGs. Não que sejamos contra ONGs, absolutamente nada contra, mas foi para que nosso trabalho fosse visto de forma independente, porque, se convidássemos algumas instituições ligadas ao agronegócio e aos ambientalistas, possivelmente seríamos taxados de tendenciosos. Como a ciência tem que ter voo livre e independência, não convidamos. Convidamos pessoas. Aí estão os membros do grupo: Antônio Donato Nobre, do INP; Carlos Alfredo Joly, da Unicamp; Carlos Nobre; Celso Manzatto, que deve estar chegando em minutos; o Elíbio, que está aqui ao meu lado; eu, que sou Professor da Universidade Federal

de Pernambuco; Mateus Batistella, da Embrapa; Maria Manuela, da Universidade de Chicago – tivemos o cuidado de convidar alguém ligado à área de Antropologia e Sociologia, porque acreditamos que um Código tem que perpassar por todas as ciências, não podemos trabalhar de forma setorial –; Peter Herman May, Professor da Universidade do Rio de Janeiro, *expert* na chamada "economia verde", Ricardo Rodrigues, que deveria estar aqui, se seu vôo não tivesse atrasado, mas certamente vai chegar; Sérgio Ahrens, da Embrapa, engenheiro florestal e advogado; e Tatiana Deane Sá, que era Diretora da Embrapa. Esse grupo de trabalho continua ativo, não encerramos e temos certeza de que vamos continuar trabalhando com vocês, porque acreditamos que o Brasil precisa de um trabalho em que a Ciência e a Tecnologia têm que ser envolvidas com a ajuda de vocês, porque vocês são as pessoas que decidem, vocês são importantes nesse processo.

(Próximo, por favor.)

A nossa primeira visão de trabalho, desse GT, foi evitar as situações setoriais. Esse é um *slide* que mostra que a visão setorial distorce a percepção do mundo e é reduzida. Não poderíamos, de forma alguma, tomar partido de lado A ou de lado B. Temos que trabalhar em conjunto porque acreditamos, desde o início, e continuamos acreditando, que um acordo é possível. Se a briga continua, todos têm razão, em certo ponto, e todos não têm razão, em outros pontos.

Sou professor de Estatística, então sempre uso um plano cartesiano de *x* e *y* onde sempre digo que, se pensarmos no rigor da lei, quanto mais rigorosa for a lei, é claro que menores serão os danos ambientais. Se, em um eixo de *x* e *y,* traçarmos isso, será uma exponencial, uma reta decrescente. Quanto mais forte a lei, menor a degradação ambiental.

Por outro lado, se pensarmos na expansão agrícola – porque precisamos da expansão agrícola, o mundo precisa da produção de alimentos –, a situação é inversa. À medida em que se começa a aumentar a expansão de nossos territórios em áreas agrícolas, logicamente, por mais que seja conservacionista a nossa agricultura, haverá, de certa forma, degradação ambiental. Isso é normal, faz parte do progresso. Mas se vocês cruzam essas duas retas ou curvas, seja lá o que for, existe um ponto de equilíbrio onde elas se cruzam.

Nós, da Ciência e Tecnologia, acreditamos que podemos ajudá-los a trabalhar nesse ponto. Ontem saiu um artigo muito bom do Humberto Costa, na *Folha de S.Paulo*, mostrando que o acordo é possível. Não adianta para o País uma briga em que uma das partes vá ganhar. Se a parte ambientalista ganha sozinha, vai haver problema com a produção de alimentos; se a parte da agricultura ganha, por outro lado haverá problema com o ambientalismo, o Brasil perde. E os senhores e senhoras Senadoras têm uma grande responsabilidade para que esse ponto de equilíbrio seja encontrado. Ele existe, podemos encontrá-lo e, se for encontrado e se observarmos aquela declaração final na matéria do Senador Humberto Costa, ele diz que "nossos objetivos podem ser atingidos, desde que haja entendimento". Chegou a hora do entendimento. Nós, SBPC e ABC, acreditamos nesse entendimento, não tornamos partido.

(Próximo, por favor.)

Como Ciência e Tecnologia, achamos que temos todo o direito e podemos interferir nesse processo.

Esse aí é um *slide* que nós conseguimos, que mostra que a interferência pode ser positiva. Isso aí são crianças no rio Negro, que estão salvando tartarugas. Sem a intervenção delas, essas tartarugazinhas jamais chegariam ao rio e morreriam.

Então, é uma intervenção positiva. Isso pode haver.

(Próximo, por favor.)

E ficamos de olhos abertos. A ciência tem de estar sempre acima das paixões e dos interesses pessoais. Nós não temos interesses pessoais, muito embora, é claro, ninguém é ingênuo de dizer que cada um, por si só, não tem suas posições, mas quando nós construímos esse grupo de trabalho, o nosso principal objetivo foi deixar lá fora as posições pessoais.

Nós precisamos ajudar o País, tanto é que, durante este ano, nessa fase de dez meses de trabalho, nós convidamos várias pessoas.

O nosso primeiro convidado, como não poderia deixar de ser, foi o ilustre Deputado Aldo Rebelo. Ele foi debater conosco.

Convidamos o Toninho da Contag e o professor Aziz Ab'Saber. É uma relação imensa de convidados. Convidamos, da mesma forma, o Deputado Ivan Valente.

Então, durante esse período, nós trabalhamos, gente, e não foi fácil. Foram dez meses de trabalho, pessoas superocupadas, em que todo mês nós tínhamos reuniões de dois dias na SBPC, sem direito a almoço. Era lanche na SBPC.

Nós fomos convidados por um grupo, se não me engano, da CNA, para fazer uma apresentação em novembro. Isso criou alguns motivos de denúncias, porque disseram que nós não viemos. Mas nós não poderíamos vir, nosso trabalho não estava concluído. Nós concluímos o trabalho, gente, em fevereiro.

Quando nós o concluímos, fomos convidados por um grupo ligado ao setor de meio ambiente, nós viemos, mas nós avisamos para eles: "Convidem a bancada do agronegócio." E foram convidados.

Então, nós estamos muito à vontade para dizer, como a professora Helena falou, que o nosso trabalho não tem tendência. Nós pensamos, nós acreditamos que os senhores podem colaborar conosco.

Nós estamos à disposição de vocês. Nós queremos continuar trabalhando com vocês.

Eu acredito que a próxima apresentação...

(Próximo, por favor.)

Esse é o último *slide* de minha parte.

Todos conhecem este imenso País, cheio de biomas com características completamente diferentes, e fica uma pergunta para todos nós – não é para vocês, mas é para a gente também –: é possível ter um único Código Florestal para uma imensidão territorial dessas, com tantos biomas diferentes, gente?

Então, existem fontes e existem pessoas que defendem um Código Ambiental, ou um Código da Biodiversidade, do qual o Código Florestal seria uma parte. Agora, essa pergunta nós temos de responder. Essa pergunta, gente, exige tempo. Talvez não dois anos, mas vocês têm de pensar com a gente. Exige tempo.

Olha, gente, a nossa sequência de trabalho, agora, seria o Celso Vainer Manzatto, que é da Embrapa e que iria falar sobre agricultura e meio ambiente. Ele, eu tenho certeza absoluta – ele já ligou para mim –, está no táxi, está a caminho.

Então, a gente pode alterar, não é, Antônio, alterar a ordem de apresentação? Eu acho que não vai perder a sequência.

Então, quem seria o próximo?

Então, o próximo, o Antônio Nonato Nobre, assume.

Eu gostaria de agradecer a vocês e reforçar: nós acreditamos que, juntos, podemos construir o instrumento legal de que o País necessita, um instrumento considerando o passado, mas pensando, fundamentalmente, no futuro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, professor Aleixo.

Eu, antes de passar a palavra ao Dr. Antônio Nonato Nobre, quero sugerir, se possível, aos membros da comunidade científica, que apontem no texto do Código Florestal questões que considerem importante que sejam modificadas. Acho que dariam uma contribuição maior, especialmente aos nossos relatores.

Passo a palavra ao Dr. Antônio Nonato Nobre.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Eu gostaria de convidar...

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Eu gostaria, com a sua permissão, Senador Rollemberg... Como o Senador Acir está viajando, que é o Presidente da Comissão de Agricultura, e o nosso Senador Waldemir Moka não se encontrava, eventualmente, me convocaram para substituir, na Mesa, pela Comissão de Agricultura, porque é uma audiência pública conjunta entre a de Meio Ambiente e a de Agricultura. Como o nosso vice-Presidente da Comissão chegou, então, com a permissão do Rollemberg, ele viria para cá para assumir as funções, porque, na verdade, é nosso vice-Presidente.

Muito obrigado.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – A Comissão estava mais bem representada por V. Exª.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Mandei avisar o Cláudio. Já passaram por Deputados, agora são Senadores, e nós já fomos também. Isso faz parte.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Prezado amigo, Senador Waldemir Moka, é uma honra poder compartilhar esta Mesa com V. Exª, representando aqui a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, lembrando que esta é uma audiência pública conjunta. Desde o início dos trabalhos, procuramos debater o Código Florestal conjuntamente, buscando superar as divergências entre produção agrícola e pecuária e meio ambiente.

Portanto, agora passo a palavra ao Professor Antônio Donato Nobre.

O SR. ANTÔNIO DONATO NOBRE – Bom dia a todos. É um prazer estar de volta. Estive aqui no início de abril, quando ainda estava em discussão na Câmara, os senhores se recordam, e foi uma experiência muito construtiva, primeiro, pela oportunidade de trazer a visão da SBPC e da ABC – o Professor Elíbio esteve aqui comigo também – e também de escutar as Srªs e os Srs. Senadores com as ponderações que me impressionaram muito. Principalmente, saí daqui com a percepção de que o conflito é algo não real, é artificial, ele não tem fundamento. Especialmente depois de poder apresentar alguns pontos de vista, ficou mais evidente ainda a possibilidade de conversa, de diálogo.

Muito bem. Vamos dando este salto aqui. Vou ter que fazer uma pequena introdução, porque vinha na sequência esta apresentação, mostrando como a tecnologia moderna, a tecnologia do século XXI, vamos dizer assim, pode iluminar esta discussão – estou

chamando de paisagens inteligentes –, através do uso dessas tecnologias, grande parte delas desenvolvidas no Brasil, para termos...

Eu ainda não me acostumei com o barulho do Senado. Então, vocês me perdoem se eu der umas rateadas aqui. Mas tudo bem.

Vou falar primeiro sobre um estudo feito no Inpe, de áreas ripárias. Discutimos quanto por cento das propriedades privadas estão imobilizadas em APP. Nós fomos lá tirar a teima. Fomos medir isso, usando geotecnologias. Então, nosso trabalho começa com um modelo digital de terreno. Esse aí é do Município de São José dos Campos, tem um mil quilômetros quadrados. É produzido com um radar – esse radar aí voou no ônibus espacial – que reproduz a superfície rugosa da... Uma representação da superfície da terra. Dessa representação, você tira a altimetria, que é um dado básico. Dessa altimetria, você gera um produto intermediário, que é a área acumulada, e aí você chega nos rios, riachos, igarapés, ribeirões. E é uma coisa surpreendente que no Brasil não saibsmos onde estão os rios nem os riachos. E vou dizer por quê. Por uma questão legal. A Agência Nacional de Águas, que faz as outorgas de direitos de água, usa o mapa da hidrografia do Brasil do IBGE, que é de um para um milhão, e é extremamente impreciso. Exatamente. Isso daí produz um monte de problemas. Se eu tenho uma fazenda lá e quero fazer uso de água, etc., e tenho que conseguir uma permissão da ANA, eu tenho que ter a toponímia, ou seja, eu preciso ter o nome do rio. Aí eu vou lá, tem um ribeirão na minha propriedade, e não tem nome, não está mapeado aquele ribeirão. Por quê? Porque quando foram feitos esses mapas, há muito tempo, a escala era muito grosseira, então não dava para ver. Com a tecnologia nova, nós chegamos à nascente dos rios.

E aí estão definidas em cores as diferentes ordens. Rios de primeira ordem estão na cor azul; depois, de segunda ordem, verde. Ordem é quando os rios vão se juntando e se tornando maiores, eles vão adquirindo maior volume, e assim sucessivamente.

Muito bem.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ANTÔNIO DONATO NOBRE – Não. Então, isso daí já foi feito. Para o Brasil todo. Aliás, a própria Agência Nacional de Águas tem, internamente.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ANTÔNIO DONATO NOBRE – Não, essa daí, a gente já não fala mais em escala de mapa, mas a gente fala em resolução de *pixel*. Nesse caso aí, a gente usou *pixels* de 90 metros, 90x90 metros. Mas a gente já tem, e eu vou mostrar daqui a pouco, o que está disponível e o que é simplesmente fantástico. Perdoem-me, assim, o meu entusiasmo: acho que nós precisamos de um novo RadamBrasil. Nós precisamos saber onde estão os rios do Brasil, porque isso tem uma importância enorme. É um recurso que está distribuído pelo País inteiro e a gente não sabe onde ele está. E uma grande parte dos conflitos entre fiscal do Ibama, proprietário rural, grupo que defende as áreas de conservação está exatamente em não saber onde estão os rios, onde buscar o documento cartográfico. E, lá, no documento cartográfico, não está representado direito o rio, está mal representado.

Para vocês terem uma ideia, nesse Município de São José dos Campos, a extensão linear de rios mapeados pelo IBGE, nessa escala de 1 para 1 milhão, é de 300Km. Quando extraímos a drenagem usando essas tecnologias modernas, 1.600Km. Ou seja, nós não sabemos nem qual é a riqueza que temos em termos de rios.

Muito bem. Tendo os rios, a gente coloca as faixas prescritas pelo Código Florestal em volta deles, usando técnicas vetoriais. E, aí, a gente pode calcular: em função do tamanho do rio, o tamanho da faixa é prescrito, tanto no Código vigente quanto no que está em análise pelos senhores. E a gente chega a esses números.

Nós fizemos um estudo bem extenso, em quatro Regiões do Brasil – Nordeste, Norte, Sudeste e Sul – e encontramos que, em média, nas propriedades privadas, 7% da área está imobilizada como APP ripária, imobilizada ou que deveria estar, de acordo com o Código atual. Com o novo Código, cai por volta de 30% esse valor. Isso antes dessas últimas alterações sofridas na Câmara para a aprovação e não considerando a Emenda nº 164, só considerando o original. Nós trabalhamos nisso quando ainda o substitutivo não tinha sofrido essas alterações.

Aqui simulamos o estudo feito anteriormente por um colega da Embrapa, que usou uma faixa de 500 metros e usou a hidrografia da ANA, e vocês veem que as áreas imobilizadas em APP são muito maiores: quase 2,5 vezes maiores.

Por quê? Porque aqui é técnica o método. Ele usou a própria hidrografia da ANA, uma hidrografia que tem menor extensão, e eu acredito que, por isso, tenha utilizado essa faixa de 500 metros, em vez de usar as faixas normas do Código Florestal, que são até 30, até 50, até 100, até 200 e até 500 metros. Então, isso aqui acho era uma forma de compensação. E fizemos o tira-teima e vimos que essa forma aqui superestima áreas de APP ripária em 300%, em relação ao que é realmente. E, aí... Ao que deveria ser aqui. Ao que deveria ser.

Isso aqui, obviamente, tem o passivo e vou mostrar algumas coisas interessantes daqui para a frente.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Só uma observação rápida.

O SR. ANTÔNIO DONATO NOBRE – Pois não.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Só para esclarecer esse ponto que o Senador Aloysio trouxe, mas há uma outra questão. Se ele se prendeu à da ANA, e a da ANA está vinculada ao do IBGE, que é menos precisa, ou seja, mascara um pouco a presença de muitos rios, deveria o dele ter dado menos...

O SR. ANTÔNIO DONATO NOBRE – Menos, isso. Mas, aí, Senador, olha só: o Código Florestal tem várias classes, dependendo da largura do rio. Então, se o rio vai – tem de 0 a 30 metros; de 50 metros; de 100; de 200 e, aí, de 500. E eles usaram só 500 aqui na Amazônia. Eles usaram, para todos os rios, só 500 metros, para compensar a menor extensão, imagino. Ele deveria explicar isso. Eu não encontrei uma explicação sobre isso.

Então, mas isso aqui foi feito na Amazônia. Não conheço como eles fizeram no resto do Brasil. Isso seria uma matéria a se esclarecer.

Mas o mais interessante – e aqui eu queria chamar a atenção dos senhores de maneira muito crítica – é saber onde estão os brejos do Brasil. Quem é que não sabe o que é um brejo? Nós desenvolvemos uma tecnologia, que se chama *Hand*, uma tecnologia de modelagem de terrenos, sobre a qual vou falar um pouquinho mais daqui a pouco, que consegue detectar onde está o lençol freático remotamente só através de modelagem de terrenos. E aqui estão os brejos dessa mesma área. O que vocês estão vendo lá? Vocês estão vendo que as faixas contínuas tanto no Código atual quanto no substitutivo que está em análise não pegam. Olhem: há uma área de brejo que está fora; há outra área que pega mais do que o brejo. Enfim, já vem sendo dito por vários colegas, colegas da Embrapa, mesmo na nossa área, que o Código Florestal atual era bom para 1965. A gente não tinha satélites, não tinha essas tecnologias aqui computacionais. Hoje nós precisamos de alguma coisa diferente. Os terrenos que estão aqui em azul são terrenos frágeis, são terrenos hidromórficos. Em algumas condições, como na produção de arroz, você investe, você faz os terraços, etc., que custa caro, e você consegue produzir ali, mas, fora essas condições – talvez com o açaí, no sul da Bahia, etc. –, de modo geral não são áreas propícias. Essas áreas são propícias para serviços ambientais, para você...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ANTÔNIO DONATO NOBRE – Não. Então, aqui, olha aqui as faixas pelo Código Florestal. Olha o brejo aqui. Não, não protege.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ANTÔNIO DONATO NOBRE – A lei ignora o brejo porque ela prescreve faixa. Ela está dizendo: são 30 metros. Agora, 30 metros é uma denominação burocrática em relação à natureza. Não é uma denominação orgânica que leva em consideração a paisagem. A paisagem está lá. Olha os brejos aqui. A mesma coisa quando você...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ANTÔNIO DONATO NOBRE – Exato. Por que não 29, 32, como está dizendo o Senador? Então, essa questão nós percebemos, logo de cara... Nós não fomos os primeiros a perceber. Nós temos um colega na Embrapa Florestas que já vinha falando isto quando participou do nosso grupo: que a gente precisa de um Código Florestal que respeite. É como um sapato. Você não calça um sapato quadrado. O sapato tem que ter as curvas para acompanhar o seu pé. No começo, quando começamos a mostrar esses problemas, disseram-nos: ah, mas você vai ter problema, porque um produtor vai ter mais brejo no terreno dele e o outro, menos. Certo? Isso vai gerar um problema jurídico. Ele vai falar: eu vou perder mais área da minha propriedade com APP e o outro, menos.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ANTÔNIO DONATO NOBRE – Várzea, pelo menos no sentido que eu entendo, é área inundável...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ANTÔNIO DONATO NOBRE – Do rio. Brejo é água superficial no solo. Chavascal, pântano, brejo, "chilof, chilof, chilof", quando você anda dentro... Então, isso vai muito mais além da área inundável. Quando o lençol freático encosta na superfície e fica ali, você tem...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ANTÔNIO DONATO NOBRE – Não, não. Não são temporais.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ANTÔNIO DONATO NOBRE – Não. Sabe como a gente sabe quando a água é temporária ou não? A gente olha a condição de hidromorfia do solo. Quando você tem água muito tempo no lugar, o ferro fica reduzido, ele não é oxidado. Aí o solo fica *gray*. Ele fica numa cor cinza ou meio esverdeada.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ANTÔNIO DONATO NOBRE – Acabou o meu tempo?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Não, não.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco/DEM – TO) – Sr. Presidente, pela ordem.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Pela ordem, Senadora Kátia Abreu.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco/DEM – TO) – Já que está havendo uma participação, que acho até construtiva, eu gostaria que o pesquisador Donato Nobre pudesse nos dar a bibliografia da diferença entre brejo e várzea, porque eu gosto muito de aprender. É a primeira vez que ouço falar nessa diferença. E, como eu não quero contestá-lo gratuitamente, eu gostaria aqui, objetivamente, da bibliografia da diferença entre esses dois termos, por favor.

O SR. ANTÔNIO DONATO NOBRE – Será fornecida. O que nós colocamos aqui em questão é a definição... Eu queria saber como vou conduzir a discussão, porque eu tinha...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – V. Exª está com a palavra.

O SR. ANTÔNIO DONATO NOBRE – Eu tinha uma apresentação para fazer.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Eu gostaria que V. Exª a fizesse, porque a gente decidiu aqui 15 minutos, e já foram 12 minutos e meio. Nós vamos ampliar o tempo.

O SR. ANTÔNIO DONATO NOBRE – Temos materiais, inclusive para responder à Senadora Kátia Abreu...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – V. Exª tem a palavra.

O SR. ANTÔNIO DONATO NOBRE – Está bom. Eu pediria, por favor, se me permitissem, que eu terminasse a apresentação porque há coisas bem interessantes. Eu já comecei apresentar aqui, no dia 5 de abril. Apresentamos na Câmara também. Quando você olha um mapa de ambientes daquele mesmo Município, você tem isto daqui citei da última vez que estive aqui. O agronegócio e as ONGs fizeram uma associação para estudar quanto valem os serviços ambientais das áreas de proteção das suas propriedades para as cidades – US$37 bilhões por ano. As áreas privadas nas propriedades privadas, as áreas de conservação no Estado da Georgia produzem esse valor de serviços para as cidades e não são remuneradas por isso. Então, essa é uma questão que também analisamos e que tem muitas coisas.

Vou falar um pouquinho do que é... Vamos saber o que tem embaixo da terra, digamos assim, embaixo das árvores. Essas tecnologias são realmente revolucionárias, estão começando a ser usadas no mundo. Nós começamos aqui, pioneiramente, nos anos 70, dentro ainda do governo militar, com o Projeto Radam, que nos deu grande conhecimento sobre a região amazônica, que não tínhamos na época. Agora, estamos chegando a um ponto em que você entra no Google Earth e vê mapas, em centímetros, da superfície lunar ou da superfície de Marte. Nós temos muita informação da Terra, mas, em alguns casos, menos do que deveríamos ter. Por exemplo, neste caso, nós temos o problema de ver através das nuvens. Existe essa tecnologia de radar chamada banda P, que atravessa as nuvens, com a qual você pode ver a superfície.

Normalmente, o radar emite um sinal que bate na superfície e volta. E se olhar aqui, você vai ver a topografia. Quando eu fizer a minha maquete digital do terreno, ela vai estar com a superfície das árvores ali representada.

Existe agora essa outra tecnologia que atravessa a copa das árvores e que tem duas formas mais usadas normalmente. Com ela você vê a superfície do solo. Isso é muito importante para poder derivar a hidrologia e a hidrografia e saber as propriedades do solo.

Aqui vocês estão vendo uma imagem de um platô grande, com floresta ali no topo. Não sei se dá para ver. Tem como apagar as luzes? Não. Vocês estão conseguindo ver ali? Melhorou. Com esse aqui, banda X, você vê a superfície da superfície, e com esse aqui você vê o solo. Tirou a floresta, estão vendo? Não desmatei, não, é só o dado do radar.

Essa informação aqui que nós usamos para tirar várias camadas de outras informações, por exemplo, biomassa, para saber qual a densidade de vegetação que há naquela região, além de ver onde estão os ribeirões, os rios, igarapés, etc, que estão por baixo da floresta, às vezes, ou da vegetação. Você pode saber o que tem ali. Você pode fazer monitoramento, por exemplo, de crescimento de cultura agrícola. Têm infinitas aplicações essas tecnologias. E você gera um produto que é...

Isso aí não é simplesmente uma foto, é uma imagem que tem uma informação de densidade de biomassa. Quando se geram esses produtos, nós temos essa maquete digital do terreno e podemos aplicar algoritmos matemáticos e extrair dali informações objetivas sobre propriedades dos terrenos, as declividades, como mostrei no início, rapidamente, a profundidade do lençol freático, e com isso definir os terrenos e suas potencialidades, fragilidades e riscos.

Eu já mostrei isso aqui e vou mostrar de novo. A gente pega, então, aquela maquete digital do terreno que vocês viram, a gente a processa e a normaliza de acordo com a drenagem, para poder fazer as medidas de distância local da drenagem. Quando a gente faz uma cessão transversal, vocês veem que lá embaixo está o igarapé. Vocês conseguem ver lá? Está o igarapé aqui e em volta estão os terrenos brejosos. Depois há uma área de transição, as encostas e os platôs em cima. Isso aí é clássico. Aqui embaixo está o lençol freático, que estamos vendo, tem o terreno drenado. Esse aqui permite produzirmos esse tipo de mapa. E esse mapa, como mostrei para São José dos Campos, identifica onde estão os terrenos frágeis, onde estão os terrenos com potencial, onde estão os terrenos seguros. E nós estamos colocando isso em termos de protótipo.

Eu vou mostrar para vocês daqui a um segundo, e está terminando já a minha apresentação. Ele permite a universalização do conhecimento sobre os terrenos, com potenciais, fragilidades e risco. Permite a democratização do acesso e elimina os conflitos, porque, no momento em que você tem esses mapas disponíveis na Internet, o proprietário rural pode ir lá, olhar e falar "Qual é a área da minha propriedade?" – até falei isso, da última vez em que estive aqui –, mas isso está tirando o emprego daquele cara da forquilha, que vai achar onde está a água para furar o poço, porque agora se tem condição de ver onde estão os territórios.

Deixe-me mostrar aqui para vocês alguns exemplos do Google Worse. Vou pegar, por exemplo, aqui, no Sudeste, a região de Ribeirão Preto. Vamos dar um *zoom* lá. Esse aqui é o Google Worse: não sei se os senhores conhecem, é uma base de imagem de satélite disponível na Internet, em que se pode navegar. Quando você vai à casa de alguém, pode olhar pelo Google Worse, para saber como chegar lá, que rua tomar, etc.

E o que se vê aqui? Essa é a imagem de satélite. Você está vendo lá o terreno. Você vê que há um resto de vegetação ali, nos rios, nos igarapés e tal, mas não sabe dizer, quantitativa e objetivamente, onde estão os terrenos. Quando você coloca o mapa em cima, vê exatamente onde estão os terrenos.

Então, eu queria só terminar com o último eslaide, para seguir na sequência também, que é este – o Celso vai falar agora. Este eslaide aqui é uma matéria que saiu na National Geografic, Nossa Boa Terra, uma região de Wisconsin, que, no Dust Bowl dos anos 30, tinha muita erosão, muitos problemas, e hoje ela é uma região que tem esse aspecto. O meu sonho – sou agrônomo – é que um dia tenhamos em todo o País essas paisagens.

Vivo no Vale de Paraíba, uma região antiga, desde o tempo do café, e a quantidade de terra degradada naquela região... Estive agora, recentemente, no Alagoas, também, e vi muita região degradada. Quem anda pelo Brasil sabe que a gente pode melhorar nesse aspecto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg Bloco/PSB – MS) – Agradeço ao Professor Antônio Donato Nobre.

Já chegaram a esta Comissão os nossos próximos palestrantes, Dr. Celso Manzatto, da Embrapa, e Dr. Ricardo Rodrigues, da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz.

Convido o Dr. Celso Manzatto para a próxima apresentação.

Quero agradecer a presença do Celso Manzatto e dar um esclarecimento. Nós tivemos aqui a presença, no início deste semestre, do Presidente da Embrapa, Pedro Arrais, trazendo a manifestação oficial da instituição.

O pesquisador Dr. Celso Manzatto está aqui na condição de membro do grupo formado pela Sociedade Brasileira pelo Progresso da Ciência.

Com a palavra – é uma alegria tê-lo aqui –, o Dr. Celso Manzatto.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco/DEM – TO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Pela ordem, Senadora Kátia Abreu.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco/DEM – TO) – Eu só não compreendi: o senhor disse que o Presidente da Embrapa já trouxe a posição da Embrapa sobre o Código ou trará? Desculpe-me, não ouvi.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Ele esteve aqui na primeira audiência...

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco/DEM – TO) – E trouxe a posição da Embrapa?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – ... e trouxe naquela ocasião, o que não impede que o Presidente da Embrapa volte aqui, como outros já estão voltando, para apresentar suas opiniões sobre o substitutivo, sobre o projeto aprovado na Câmara dos Deputados, que propõe a reforma do Código Florestal.

Nós estamos abertos a qualquer sugestão de qualquer Senador ou Senadora que queira sugerir nomes para participar das nossas audiências públicas.

Com a palavra, o Dr. Celso Manzatto. Prazer em revê-lo, Dr. Celso.

O SR. CELSO VAINER MANZATTO – Bom-dia. Gostaria de agradecer o convite de estar aqui, nesta Comissão, de agradecer o convite da SBPC. Nós, da Embrapa, como um braço tecnológico da agricultura,

não poderíamos furtar-nos a dar contribuições à ciência, numa discussão extremamente relevante, importante para o nosso País, como é a questão da revisão do Código Florestal.

Gostaria também de agradecer ao Senador Rollemberg o convite pessoal. Eu não podia vir aqui, mas ele fez questão que viéssemos aqui falar um pouquinho sobre nossa a agricultura nessa questão da revisão do Código Florestal.

A primeira questão que eu gostaria de chamar a atenção dos Senadores é de que, nessa discussão do Código Florestal, nós estamos, na verdade, fazendo uma grande discussão sobre o uso e ocupação do nosso território. Ao longo dos anos, por motivos diversos, a agricultura no nosso País se expandiu por motivos históricos e depois, mais recentemente, graças ao empreendedorismo e à tecnologia gerada no sistema nacional de pesquisa agrícola, nós temos hoje uma potência agrícola do mundo emergente com a nossa agricultura tropical e, ao mesmo tempo também, uma potência ambiental, dado que nós ocupamos ainda parte apenas do nosso território e, Senadores, vejam, nós temos aí algumas estimativas. E é bom – conversei bastante com o Senador Rollemberg sobre isso – que são muitas as estimativas que temos sobre território, infelizmente, como o Prof. Donato falou, temos poucas informações em escalas compatíveis para processo de tomar decisão, por exemplo, como essas questões relacionadas ao Código Florestal. Qual o estoque disponível de terras no País? Qual o impacto de uma mudança mais ou menos rígida do ponto de vista ambiental? Qual o reflexo disso no território?

Vimos aí estimativas as mais diversas aparecerem, mas gostaria de ressaltar, Senadores, são estimativas. Estimativas, num País continental como o nosso, têm uma margem de incerteza muito grande. Por quê? Alguns errinhos de uma casinha podem dar um estoque de carbono maior ou menor, um potencial agrícola maior ou menor. Mas é importante dizer o seguinte: nós hoje temos mais provavelmente, dependendo da base de dados, mais de 60% do nosso território já ocupados por algum tipo de uso, algum tipo de destinação, quer seja agrícola, quer seja unidade de conservação, mas entre 50% e 60%, depende da estimativa, Senador. Por exemplo, se a gente olhar a base de dados do INCRA, tem pouco mais de 500 milhões de hectares de área de imóveis rurais. A gente tem que olhar isso com certo critério. Mas esse talvez seja o ponto que eu gostaria de reforçar com vocês, a necessidade de o nosso País investir para qualificar o seu território. Quais são os tipos de vegetação nos diversos biomas. Isso tem implicação direta em temas relacionados, por exemplo, à questão do Código Florestal, que é a questão de estoque de carbono, a questão do potencial agrícola e a questão, inclusive, de dizer nos fóruns nacionais e internacionais que temos, sim, estoques de terras disponíveis para expansão futura da nossa agricultura e precisamos qualificá-las, porque inclusive queremos ocupá-las. Isso, por exemplo, Estados Unidos e outros países já fizeram há muito mais tempo. Os Estados Unidos, por exemplo, têm formação de solos na escala um para vinte e cinco mil. Nós sequer temos um milhão. Então, as bases de informações são muito diversas.

Estou vendo aqui o Senador Blairo. Lá no Mato Grosso há um esforço muito grande, talvez um dos poucos Estados que têm uma base de dados tão qualificada por ocasião do zoneamento.

(Próximo, por favor.)

Eu gostaria de chamar aqui a atenção. São dados históricos do censo agropecuário brasileiro, desde 1920 – são grandes números. É interessante no nosso País que, ao longo desses últimos anos, décadas, a evolução dos principais usos. A gente vê que a questão das pastagens, em azul, já tem algum tempo. Ela vai crescendo. Todas elas têm uma tendência de expansão. Embora tenhamos no País um processo acelerado de tecnificação, como mostra a curva de baixo, ou seja, a população ativa no meio rural tende a decrescer ao longo do tempo pelo processo de tecnificação, nós temos tendências, em maior ou menor grau, que são aquelas linhazinhas ali, de crescimento das principais formas de uso no País.

Então, chamo novamente a atenção de que é necessário que tenhamos uma política que minimamente dê indicadores, vamos dizer assim, grandes indicações sobre o uso e ocupação do que nos resta ainda do território, e, principalmente, como a gente observa na agricultura, também sobre a reorganização do espaço produtivo.

O caso da cana-de-açúcar é mais recente e dá bem essa questão, ou seja, de onde nós vamos expandir cana-de-açúcar, como é que isso vai ser expandido sem afetar, de forma significativa, outros usos, outros tipos de produção agrícola no nosso País.

(Próximo, por favor.)

Aí, quando a gente olha aqueles números relativizados, em termos médios, da nossa propriedade rural, a gente observa que, ao longo da história do Brasil, as áreas de pastagens se mantêm oscilando entre 45 e 50%, em torno disso, em relação à área média dos imóveis.

É lógico que não é isso tudo em qualquer uma das propriedades, mas de forma geral.

As matas, dentro das áreas dos imóveis rurais, também têm uma tendência de estabilização em torno de 30%, e isso, é lógico, é no País todo, então, há diferenças de 20, 30, 80%, por exemplo, em relação à questão da reserva legal. Mas o que mostra isso, porque a parte de baixo é em relação às lavouras, é que há um crescente, quer dizer, elas estão sempre crescendo, há uma expansão – graças a Deus, a nossa produção agrícola aumenta –, e as áreas de pastagem se mantêm, o que significa dizer, então, que as áreas de pastagem são, tradicionalmente, aquelas terras que fornecem áreas, logo depois da supressão da mata, para as áreas de produção de lavouras.

Aqui, o lado de baixo mostra que, por exemplo, no início do século, a gente precisava de 2,8 hectares para ter uma cabeça e, agora, a gente precisa de menos, embora haja espaço enorme para isso.

Então, uma das grandes questões que já estão elencadas aí é o esforço, hoje, do Governo brasileiro da intensificação dessas áreas de produção de pastagem como forma de liberar, aumentar e garantir a produção futura de alimentos, fibras e energia – não vamos esquecer a cana-de-açúcar e outras atividades – para esse fim, sem que, necessariamente, a gente necessite expandir a área de uso agrícola do nosso País, isso dentro de uma nova conjuntura de oportunidades de negócios que se aparenta, embora de forma inicial, em relação à economia verde.

Nós temos, então, de pensar nesse ativo que nós temos, sob o ponto de vista ambiental, dentro de uma perspectiva também econômica de uso, e dentro, lógico, de uma competição em nível de mercados internacionais, que, cada vez, os nossos produtos agrícolas sofrem no exterior.

(Próximo, por favor.)

Então, esse é um exemplo de agricultura tropical de sucesso. Esses gráficos, sempre mostrados, são do nosso colega Eliseu Resende, tem outros do Dr. Contini. Mostram, então, a evolução da produção e produtividade de grãos do nosso País, dos principais grãos, que cresceram 270%, enquanto a área, 45%, ou seja, dá uma dimensão de que a nossa agricultura, além de extremamente competitiva, também é poupadora de recursos naturais, na medida em que necessitou de menos áreas para expandir do que se tivesse mantido a sua produtividade. E olhem que nós tivemos períodos de grande produtividade, com média de 4,5%, que são números fantásticos, que causam inveja a qualquer outro setor da economia brasileira.

Então, esse é o modelo que se persegue e esse é o modelo que a gente está olhando para o futuro, com estimativas do próprio Ministério da Agricultura, que dão conta de que a agricultura brasileira ainda vai continuar ganhando produtividade e aumentando a produção via produtividade. Mas vejam que esse é um grande desafio, porque nossa produtividade média já é bastante elevada. Então, o desafio da pesquisa, o desafio dos agricultores, hoje, é maior do que foi no passado, ou seja, sair de uma baixa produção para uma produtividade média, razoável é uma coisa, agora, sair de uma produtividade média para uma alta produtividade, Senador, não é coisa fácil, não é?

Aí, implica o quê? Um investimento, que o Governo vai ter de fazer, muito forte, na nossa agropecuária.

(Próximo, por favor.)

Por outro lado, todo esse esforço de ganho de produtividade – todo ou parte desse esforço de ganho de produtividade – na agropecuária brasileira resultou numa forte transferência dessa renda para outros setores da sociedade, que não propriamente, e principalmente, os nossos agricultores na área primária. Essa é uma questão extremamente importante.

Então, vem aqui um estudo da Esalq, recente, do ano passado, mostrando que há um aumento da produção e, consequentemente, da diminuição de preço, ciclos de preços na agricultura, transferiram para a sociedade como um todo algo como R$837 bilhões, no período 1995/2008. E apenas um segmento... Aí está envolvido o segmento primário, a distribuição a agroindústria e insumos. Apenas insumos teve, em alguns períodos, um ganho positivo da ordem de R$90 bilhões, o que significa dizer para vocês que nós temos que pensar, dentro dessa reformulação da questão do Código Florestal, que custos adicionais de produção para o nosso agricultor é um fardo pesado, já que grande parte da sua produtividade não foi repassada. Então, a sociedade tem, vamos dizer, uma dívida com a agricultura e principalmente com os agricultores brasileiros, dado que temos hoje mantido uma oferta segura de alimentos para todos nós brasileiros e também para exportação e para a balança comercial, além de termos, ainda, estabilidade nos preços agrícolas, o que é extremamente importante para qualquer governo e para qualquer sociedade contemporânea.

Vamos lembrar que, em 2008, houve problema de abastecimento no mundo, e nós passamos, de certa forma, incólumes nisso. Então, do ponto de vista da agricultura e da segurança alimentar, temos sim que ter um pensamento e um cuidado redobrado quando vamos trabalhar com políticas que se rebatem no território e que possam, de alguma forma, fazer uma reconfiguração desse espaço produtivo.

(Próximo, por favor.)

E nós temos dado sim exemplos, não é? Eu acho que temos inclusive que valorizar mais as tecnologias em uso na nossa agricultura tropical. Temos problemas? Sim, temos problemas. Mas temos, na verdade, muito mais soluções e muito mais preocupações, do ponto de vista da sustentabilidade da produção na agropecuária brasileira, do que outros países.

Um exemplo apenas, desse que é o nosso principal vilão, que é a erosão. A erosão dos solos no Brasil, um país tropical de chuvas intensas, é sempre o principal impacto decorrente da agricultura. E aí as consequências que pode ocasionar, os senhores estão vendo uma. A primeira e mais importante é perder esse patrimônio natural de todos os brasileiros, que é o solo, ou seja, a base de sustentação da produção, e, consequentemente, a erosão, contaminando riachos, podendo carrear alguns fertilizantes e mesmo defensivos, e contaminando outro bem precioso para nós, que é a água. Então, solo e água têm que andar juntos. São duas coisas indissociáveis na agropecuária, e há um cuidado redobrado que nós temos.

Nosso País, de forma geral, possui solos com suscetibilidade de média a alta erosão. Está aqui um mapinha mostrando. E mostrando, aqui em baixo, um trabalho recente também, lá do Rio Grande do Sul. São casos médios. Aqui, a adoção de plantio direto, que, por exemplo, diminuiu a carga de sedimentos nos principais rios, mantendo, mais ou menos, se tivéssemos uma pastagem de boa formação e cobertura do terreno. Então, esse agricultor, que, além de preservar e usar adequadamente seus recursos naturais, solo e água, ainda assim, está ajudando a sequestar carbono, da ordem de 500 quilogramas por hectare. Então, esse sujeito, que é um guardião dos recursos naturais, tem que, de alguma forma, ser retribuído pela sociedade, porque, além de manter segurança alimentar, além de transferir renda para a sociedade, ainda sequestra carbono e produz água.

E aí então nós começamos a falar de outra questão, que é a questão dos serviços ambientais na agricultura, que deve entrar, Srs. Senadores, na discussão em relação ao Código, e em que podemos ajudar nosso agricultor na adoção dessas tecnologias.

(Próximo, por favor.)

E está aí uma alternativa, que é a agricultura de baixo carbono, um programa já estabelecido pelo Governo Federal. O Ministro da Agricultura lançou o Plano Safra, em Ribeirão Preto, com todo um esforço adicional em relação à agricultura de baixo carbono. E eu gostaria, nessa questão, de chamar a atenção, então, Srs. Senadores: nesse estudo que foi encomendado pelo Banco Mundial, de que participaram diversos cientistas do Brasil e do exterior, inclusive da própria Embrapa, eles fizeram uma modelagem que dá mais ou menos o número que precisamos discutir. São 17 milhões de hectares e um cenário tendencial de ganho de produção e produtividade mantendo os níveis atuais.

Coloquei esse gráfico aqui embaixo, para chamar a atenção para o seguinte: nós precisamos claramente inflexionar mais essa curva de pastagem, como estratégia de ganho de produção, alimento, energia e fibras, sem que se impacte de forma mais contundente a questão das matas, podendo ter inclusive áreas para fazer a recomposição de eventuais passivos ambientais.

Então, eu estava falando de 17 bilhões e, num cenário absoluto, inclusive com resgate do passivo do atual Código Florestal, do ponto de vista de reserva legal, nós estaríamos falando aí de uma reorganização de 70 milhões de hectares, uma demanda de 70 milhões. E as projeções? Baseado em ganho de produção e produtividade, nós poderíamos então promover a recuperação dessas áreas, estimular sistemas produtivos, envolvendo, por exemplo, a questão de confinamento e a questão de sistema lavoura/pecuária/floresta, abatendo aquele passivo sem necessariamente suprimir novas áreas para produção.

Evidentemente, esse é um plano que demanda uma quantidade de recursos de que talvez o País não disponha no momento para realizar, porque estamos falando de um reordenamento da produção agrícola no País, com todas as implicações que pode haver do ponto de vista de infraestrutura, de logística, e mesmo de indução de políticas públicas para que isso ocorra. Mas é uma saída a se pensar num futuro próximo, dado que os mercados e as oportunidades de negócio dentro de uma visão de futuro de economia verde possam fomentar essa questão.

E aí voltamos, Senadores, àquela questão inicial da renda na agricultura, não é? Quer dizer, adotar tecnologia tem custo; tem custos adicionais. Então, dependendo da situação, é mais barato até, em alguns biomas, em algumas situações, o agricultor fazer a supressão da vegetação nativa, que é um direito do uso desse território, mas temos então de ter essa consciência de uma forma mais integrada.

(Próximo, por favor.)

E aí volto à questão original; ou seja, o nosso País terá de fazer, sim, um esforço além da questão da revisão do Código Florestal, que todos concordam que é absolutamente necessária, mas vamos ter de fazer um esforço também de ordenamento do território. E nós temos instrumentos para isso – mostrou o Professor Leonardo algumas ferramentas.

Por exemplo, fizemos aqui a questão do zoneamento da cana-de-açúcar, apenas com políticas de indução, porque o projeto de lei ainda não foi votado no Congresso. E foi possível, então, dar grandes diretrizes para o setor sucroalcooleiro, para que essa expansão da produção de etanol, um exemplo para o mundo, possa ser realizada sem pressionar a Amazônia, sem pressionar a questão do Pantanal e sem que isso implique a competição por terras entre a produção de alimentos e produção de energia.

Então, instrumentos, competências, instituições estão à disposição do Governo. Basta que a gente, de fato, tenha uma prioridade – e acredito sinceramente que a Presidenta Dilma... Que nós possamos fazer um esforço, porém ressaltando... Tenho discutido aqui com o Senador Rollemberg a necessidade que temos então de investir na qualificação do nosso território, ter informações disponíveis, para que a gente possa fazer isso de uma forma consistente e, de fato, com dados e informações concretas sobre o território.

(Próximo, por favor.)

Aí, nós vemos esta questão: o que nós vamos fazer aqui? É a discussão, a grande questão democrática de discussão do Código Florestal – o que nós vamos fazer? O que nós, instituições como Embrapa, nos dispomos a fazer?

Nós trabalhamos para gerar tecnologia, o que chamamos de área de uso alternativo ou área agrícola, para as áreas de APP, para as áreas de reserva legal, inclusive com possibilidades econômicas. Agora, a confirmação disso também depende de que tenhamos um olhar um pouco mais macro, de que esses serviços em especial de regulação vão jogar num futuro muito próximo. Estamos falando num momento de mudança de clima. A regulação do clima, a regulação da precipitação, a regulação de temperatura, os impactos que essas mudanças climáticas terão, por exemplo, na incidência de novas pragas e doenças, como estamos vendo, na questão da reconfiguração climática e das áreas de produção.

É necessário que tenhamos uma visão territorial para que não afetemos significativamente esse serviço, para que ele não se torne um complicador no futuro da própria sustentabilidade da agricultura brasileira. É isso que estamos trabalhando hoje na Embrapa, com visão de futuro, em relação às mudanças climáticas, e o que isso irá implicar na agricultura brasileira. Por exemplo, em relação ao bioma amazônico, até onde podemos utilizá-lo sem que implique necessariamente uma questão adicional do ponto de vista da regulação e da precipitação das regiões do centro-sul do Brasil. Como podemos ocupar uma bacia hidrográfica sem afetar significativamente a regulação da produção de água com qualidade e com quantidade. São esses os desafios. São desafios porque não temos as informações ainda.

(Próximo, por favor.)

Este talvez seja o nosso grande desafio: a pegada hídrica. Temos aquífero do guarani, aquífero do bauru, mas estamos falando de água que infiltrou no solo, às vezes, há milhões e milhões de anos e que estamos explorando quando estamos fazendo um poçozinho aqui. Nós precisamos pensar em algumas áreas importantes que temos no País, onde tenha recarga desses aquíferos, aqui representados de forma bastante esquemática. Nós temos e nós sabemos quais são as áreas sensíveis que temos de olhar de modo territorial não apenas florestal, para que essas funções hídricas não se percam e, no futuro próximo, não tenhamos problemas no abastecimento hídrico para as populações urbanas.

(Próximo, por favor.)

Esta é a questão dos senhores: como podemos, dentro do Código, de uma forma indutiva ou restritiva – aí a decisão é em relação à legislação –, induzir essas faixas e áreas importantes que temos no território e que isso seja um reconhecimento da sociedade que possa, de alguma forma, recompensar nosso agricultor guardião de recursos naturais. Essa é a estratégia da cenoura ao invés do chicotinho, ou seja, como podemos fazer para que nosso agricultor, de fato, perceba essa realidade, que ele já percebe, mas que ele possa, de uma forma satisfatória, preservar e produzir alimentos em nosso País.

(Próximo, por favor.)

Este é apenas um exemplo. Temos que ver que nossa própria agricultura necessita dessas áreas de cobertura nativa dentro da própria paisagem. Então, paisagens sustentáveis, minimamente planejadas, aquelas áreas que de fato não têm potencial agrícola, aquelas terras que não têm potencial agrícola, que deveriam ser preservadas. E temos “n” exemplos no País dessas regiões onde, na história de ocupação do Brasil, por exemplo o ciclo do café, tivemos ocupação e essas áreas são degradadas, que poderiam ser hoje um vetor de reflorestamento ou um vetor de desenvolvimento econômico de áreas, inclusive, que estão com problemas de desenvolvimento econômico. E a própria agricultura se beneficia disso. As pragas e as doenças e os polinizadores nos preocupam em cenários de mudança de clima.

Então, senhores, essa foi, de uma forma bastante breve, a mensagem que quis trazer aqui para auxiliá-los

neste processo de discussão e de tomada de decisão sobre a revisão do nosso Código Florestal Brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Nós é quem agradecemos, Dr. Celso, pela sua exposição que traz elementos importantes para conhecimento desta Comissão.

Convido, na sequência, o Dr. Ricardo Rodrigues, da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz.

Quero dar uma explicação às Srªs e aos Srs. Senadores. Quando aprovamos esta audiência conjunta das Comissões de Meio Ambiente e de Agricultura, foi para convidar a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência e a Academia Brasileira de Ciências, as duas instituições, que nos solicitaram a indicação de algumas pessoas para que cada um dos pesquisadores abordassem determinados temas. Então, concordamos com isso, em função de que o nosso objetivo aqui é recolher o máximo de informações.

Nós temos dois palestrantes ainda: o Dr. Ricardo Rodrigues e o Dr. Elíbio Rech Filho, da Academia Brasileira de Ciências.

Em seguida, vamos abrir para as intervenções dos Senadores, como anunciamos aqui na última reunião conjunta, pela ordem de chegada, começando pela nobre Senadora Ana Amélia.

Convido, então, o Dr. Ricardo Rodrigues, da Esalq.

O SR. RICARDO RIBEIRO RODRIGUES – Bom-dia a todos. Bom-dia ao Senador Rollemberg. Bom-dia aos demais Senadores.

Eu vou aqui tentar contribuir, então, com esta discussão que estamos fazendo desde julho do ano passado sobre o Código Florestal, dentro do grupo da SBPC, no qual um dos produtos é o livro recentemente produzido.

Vou reforçar algumas questões já levantadas pelo Donato e pelo Celso. Nós da Academia consideramos, efetivamente, que o Código Florestal de 1965 precisa ser atualizado, deve ser atualizado, já que se baseia no conhecimento de 1965. Mas não consideramos que isso efetivamente foi feito da forma como deveria ser feita no substitutivo. Então, vou mostrar alguns aspectos disso.

(Próximo, por favor.)

Uma das questões em que temos batido muito, uma das pessoas do grupo é o Prof. Carlos Joly, que está aqui também, o coordenador do Programa Biota da Fapesp e hoje está no Ministério do Meio Ambiente. A gente tem a clareza da importância das Áreas de Preservação Permanente e da reserva legal para a conservação da biodiversidade remanescente na paisagem.

(Próximo, por favor.)

Nisso, o Brasil, no *ranking* dos 17 países de maior biodiversidade, é o B1, é o principal em termos de biodiversidade, nos chamados países megadiversos.

(Próximo, por favor.)

E uma questão que é muito clara: essa diversidade não está nas Unidades de Conservação. Nós não conseguimos, nas Unidades de Conservação, conservar toda a biodiversidade remanescente. Ela está, sim, na propriedade privada. Então, temos de ter instrumentos legais efetivos para a conservação dessa biodiversidade remanescente, dentro desse planejamento da paisagem que o Celso comentou.

(Próximo, por favor.)

Isto são alguns números: anfíbios, 870 espécies; aves, 1.820 espécies; mamíferos, 650 espécies, e assim por diante; plantas, 55 mil espécies.

(Próximo, por favor.)

A questão das Áreas de Preservação Permanente é muito clara na ciência, a importância dessas áreas por tudo o que já foi comentado, pela questão de controle de erosão e de assoreamento, pela questão de proteção dos recursos naturais.

(Próximo, por favor.)

Se consideramos como áreas insubstituíveis, há uma questão que não está nem no Código de 1965 e também não está muito clara no substitutivo, que é o papel dessas Áreas de Preservação Permanente como corredores biológicos. Então, na paisagem, ela é um grande integrador da paisagem, podendo interligar toda a paisagem, os fragmentos remanescentes, o que é fundamental para a manutenção da biodiversidade.

(Próximo, por favor.)

Isto já está demonstrado em vários trabalhos científicos, o papel das matas ciliares como corredor ecológico para a fauna, para a grande fauna, para as aves. Isso já está extremamente investigado em termos de ciência.

(Próximo, por favor.)

Logicamente, a efetividade do corredor depende da largura, da qualidade desse *habitat* e da conectividade. Com isso, teremos a efetividade. Então, é isto que tem sido debatido: um corredor de 7,5 metros ou um corredor de 15 metros não vai fazer o papel. Nós estamos discutindo como conseguimos com corredores de 30, considerando 60, fazer efetivamente esse papel, mas todos os dados apontam que isso seria a metragem mínima para um corredor, considerando um corredor ripário para esse papel de corredor ecológico.

(Próximo, por favor.)

Essa é uma situação de aparência, uma APP, plantada com cana-de-açúcar, em São Paulo, em 1986.

(Próximo, por favor.)

E, hoje, nós temos tecnologia. Essa mesma APP, já restaurada, numa foto de dez anos depois. Temos, hoje, tecnologia para uma restauração dessas APPs e também da reserva legal com alta diversidade e com sustentabilidade, com a qual elas vão se perpetuar no tempo.

(Próximo, por favor.)

Sobre a reserva legal, temos clareza da importância desse instrumento. Ela se refere a um ecossistema distinto do ecossistema ripário. Isso é importante a gente entender. Quando falamos dessas coisas serem juntadas, estamos juntando coisas muito distintas. Então, esses dois instrumentos precisam ser, efetivamente, entendidos como situações separadas. A vegetação que ocorre na condição ribeirinha não é a mesma vegetação que ocorre na situação fora da condição ribeirinha. Então, isso tem uma importância muito grande na paisagem.

(Próximo, por favor.)

Então, essa é a condição desses fragmentos fora da APP.

(Próximo, por favor.)

E a constituição desses fragmentos na paisagem tem um papel importante de grandes e pequenos fragmentos, como trampolins ecológicos exatamente na manutenção dessa biodiversidade. Então, isso está já cientificamente demonstrado em vários trabalhos, o papel desses pequenos fragmentos na conservação dessa biodiversidade remanescente, mesmo daqueles fragmentos de dois, três hectares, mas que, na paisagem, acabam estando interligados, com fragmentos maiores, às vezes até como unidade de conservação.

(Próximo, por favor.)

Isso já foi demonstrado em vários trabalhos, bem demonstrado o papel dos pequenos fragmentos na manutenção de populações de anta.

(Próximo, por favor.)

Isso para a importância do palmito.

(Próximo, por favor.)

Então, toda a redução desse papel dos corredores com as mudanças climáticas. Então, isso é uma modelagem feita por palmito, mostrando a área de ocorrência hoje, como é que ela pode estar em 2100, com aumento de três graus. Isso só vai ser possível – não vamos perder essas espécies – se tivermos os corredores ecológicos, porque a espécie não tem como sair andando e pulando para um outro fragmento que não vai ser extinto com essa redução das áreas, com a possível mudança climática.

(Próximo, por favor.)

Isso tudo está extensamente publicado, traduzido. Esse é o *site* da Biota Neutrópica, que é a revista do Programa Biota, da Fapesp, em que há um número ali, específico, sobre o Código Florestal Brasileiro, que foi discutido.

(Próximo, por favor.)

São vários capítulos tratando desse impacto da mudança do substitutivo nesses grupos da biodiversidade, com peixes, com anfíbios, com répteis, com fauna, com avifauna, com mamíferos, com borboletas, abelhas, uma relação com a produção canavieira sobre a qual vou falar com vocês, com recursos hídricos, com a vegetação de campo rupestre para APP de topo de morro e assim por diante; de pessoas como Aziz Ab'Saber, Tundisi, o próprio Joly e outros autores. Isso está em PDF, disponível nesse *site.*

(Próximo, por favor.)

Considerando a propriedade rural, definida pelo Código de 1965, como tendo área agrícola, área de preservação permanente e reserva legal, são várias as publicações que demonstram, hoje, trabalhando com modelagem de algumas culturas, quando discutimos os 20% de reserva legal, por exemplo, como restritivo, hoje já há várias situações na propriedade que já compõem a reserva legal e que não são usadas para produção agrícola. Por quê? Porque são áreas de baixa aptidão agrícola. Não teria sentido continuar usando ou usá-las, porque acabam sendo áreas abandonadas.

Então, esse é um exercício feito para 612 mil hectares de cana-de-açúcar – representa 10% da cana-de-açúcar –, duas mil propriedades. A APP representa em torno de 10% da propriedade, metade disso está sem florestas e metade com florestas. Temos 5% de fragmentos fora de APP, que comporiam, já, a reserva legal; temos 0,5% daquele corredor ecológico, do qual falamos para vocês. Então, usaríamos 0,5% da paisagem para interligar os fragmentos na APP e temos 8% de áreas que já foram abandonas pela atividade de produção, porque são áreas de baixa aptidão agrícola.

(Próximo, por favor.)

Isso resulta, na verdade, em um déficit para a cana de açúcar, considerando a cana de açúcar como altamente impactante, historicamente, em termos de uso de área agrícola, de 7,5%. E ninguém da acade-

mia, ninguém propõe que estes 7,5% sejam em cima de área agrícola de grande aptidão agrícola. É essa a possibilidade que temos de compensação fora da matrícula nessas áreas de menor aptidão agrícola.

Por isso estamos discutindo que o Código Florestal não é um só ambiental. É um Código de planejamento agrícola e ambiental da paisagem.

(Próximo, por favor.)

Dentro dessa perspectiva, fizemos esse estudo para o Estado de São Paulo.

(Próximo, por favor.)

E, reforçando aquilo que eu falei para vocês, São Paulo tem quatro milhões, trezentos e quarenta mil hectares de remanescentes naturais, isso só representa 17% da área do Estado – o que foi já 80 –, e, destes quatro milhões, trezentos e quarenta, só oitocentos e sessenta e quatro mil hectares estão dentro de unidades de conservação. Ou seja, a grande maioria está na propriedade privada. E é essa propriedade privada que faz a conservação da biodiversidade remanescente. Isto para São Paulo e para todos os Estados brasileiros. Então, temos de ter um instrumento para viabilizarmos essa conservação e, logicamente, o Código Florestal é o melhor instrumento para isso.

(Próximo, por favor.)

Isso está publicado. Nessa publicação, em que fizemos o exercício para São Paulo, apresentamos as áreas que poderiam ser compensadas fora da matrícula, fora da propriedade e daqueles 7,5%. Então, indicando na paisagem, por meio desses mecanismos que o Donato falou de sensoriamento, as áreas que são mais propícias para a compensação daqueles 7,5% fora da matrícula.

(Próximo, por favor.)

Esse é o caso. Por exemplo, todas as áreas que estão em vermelho ou em amarelo foram indicadas para a composição de reserva legal, as melhores áreas como RPPN, e a ligação desses fragmentos na paisagem, por meio dos corredores ecológicos e da restauração da APP. Do que estamos falando? De uma usina de cana de açúcar em Ribeirão Preto, Sertãozinho, pode compensar os 7,5% dela que falta de reserva legal aqui na região de Franca, nesse topo aqui, considerando dentro da mesma bacia hidrográfica ou da mesma unidade de gerenciamento dos recursos hídricos, que foi a proposta desse trabalho.

(Próximo, por favor.)

Isso também está publicado.

(Próximo, por favor.)

Tem uma iniciativa muito interessante do pacto da Mata Atlântica, isso foi recente, há dois anos. É, na verdade, uma junção de todos aqueles que trabalham na Mata Atlântica com restauração, e, pela não efetividade das ações de restauração, foi feito esse pacto da Mata Atlântida, que tem dados bastante interessantes.

(Próximo, por favor.)

Um dos dados que apresenta é esse mapa de áreas potenciais para restauração florestal na Mata Atlântica.

(Próximo, por favor.)

Se a gente olhar esse gráfico, nós concordaríamos com o substitutivo, porque a área da Mata Atlântica está aqui. Quanto tem de vegetação nativa na Mata Atlântica? Quanto que dessa vegetação não está protegida como unidade de conservação e APP? Nós temos 23 milhões de hectares que não estão protegidos como unidade de conservação e APP. E o único instrumento que temos de proteção hoje, legalmente, é a reserva legal. E aí temos o que comporia a reserva legal Estado por Estado. E aí dão números bastante interessantes: o déficit de vegetação nativa para a composição da reserva legal nos Estados. Então, temos Estados como o de Minas Gerais que tem um déficit de 319 mil hectares. Faltam 319 mil hectares para composição da reserva legal em Minas Gerais. No entanto, Santa Catarina tem uma sobra de 835 mil hectares para a composição da reserva legal. Isto soma, no total, para a Mata Atlântica, dois milhões e setecentos mil hectares. Ou seja, com dois milhões e setecentos mil hectares regularíamos ou regularizaríamos todas as propriedades da Mata Atlântica.

Agora, a pergunta que foi feita aqui, e que está discutida no Código Florestal e no substitutivo, é que nós só estamos pensando em florestas para a compensação da reserva legal. Faltam florestas para regularizar a propriedade, no que se refere à reserva legal.

Mas, tudo que o Celso falou, e que foi comentado aqui, historicamente, nós abrimos muitas áreas para agricultura que são consideradas inaptas para a prática agrícola, e que hoje estão abandonadas, ou estão mal utilizadas, ou estão subutilizadas, que poderiam compor essa conta da reserva legal. E foi isso que nós fizemos.

(Próximo, por favor.)

Nós somamos uma conta simples: pegamos pasto na mata atlântica, na declividade de 25 a 45 graus. Quem conhece um pouquinho de área agrícola sabe do que estamos falando; estamos falando de pasto em morro mesmo. Se a vaca bobear, ela rola até lá embaixo. E estamos falando desse pasto por Estado.

Olha a quantidade que nós temos na mata atlântica: 6,5 milhões de hectares. Ou seja, três vezes o déficit da reserva legal. E aí é que está a proposta. Nós vamos continuar com esses pastos, que rendem em média R$200,00 por hectare/ano? Isso sendo otimista. Quem trabalha com pecuária sabe disso. Sendo otimista, num pasto como esse, se ganha R$200,00 por hectare ao ano.

(Próximo, por favor.)

É disso que estamos falando.

(Próximo, por favor.)

Ou isso.

(Próximo, por favor.)

Ou isso. Ou isso. Ou isso. Ou isso.

É lógico que o eucalipto está entrando nessa área, porque é a área que tem menor competitividade. Não vai entrar na área de soja, não vai entrar na área de milho, vai entrar na área de maior aptidão florestal e menor aptidão agrícola. Lógico, competindo com pastagem, que rende R$200,00 por hectare/ano.

(Próximo, por favor.)

É essa situação.

(Próximo, por favor.)

É essa situação. Essa foto é de novembro do ano passado. Nós estamos hoje, em 2011, em um Brasil que se considera altamente vocacionado para a produção agrícola, produzindo nesse ambiente.

Somente como um parêntese, esse menino foi me fotografar e quase caiu, porque ele está apoiado na enxada.

(Próximo, por favor.)

Essa é uma plantação de chuchu na região de Teresópolis, que inclusive não existe mais, porque já escorregou. Essa é a realidade que nós temos hoje na nossa agricultura, nessas regiões marginais.

(Próximo, por favor.)

Fizemos esse desafio na pecuária, em Paragominas. Considerando que hoje a pastagem é o grande desafio nosso, como o Celso comentou, é a maior área da nossa agricultura, que foi aberta para a agricultura, e é a área que tem o menor pacote tecnológico, que poderia ser ampliado – certamente nós conseguiríamos ampliar toda a nossa agricultura ocupando áreas de pastagem –, fizemos essa experiência em Paragominas como um exercício. Essa é uma propriedade de pecuária em Paragominas.

(Próximo, por favor.)

Paragominas está dentro de uma proposta de município verde, depois de ter sido incluído como município maior desmatador, etc. Saiu da lista e agora está nessa proposta de município verde.

(Próximo, por favor.)

O que criamos em Paragominas é produzir um mapa, esse que o Donato comentou, com todas as regularidades e irregularidades ambientais da propriedade.

(Próximo, por favor.)

Esse mapa gera um mapa das áreas agrícolas que podem ser utilizadas para a agricultura, tirando as APPs e a reserva legal.

(Próximo, por favor.)

Geramos um mapa daquele que o Donato comentou, das restrições para a produção agrícola, e ao que sobra se aplica um pacote tecnológico para aumento da produtividade da pecuária. Ou seja, nós vamos ter uma pecuária de alta produtividade com uma propriedade regular em termos ambientais.

(Próximo, por favor.)

É disso que estamos falando. Essa é uma propriedade em Paragominas. Aquilo é pasto e isso é pasto.

(Próximo, por favor.)

Na nossa definição, isso vai para a compensação da reserva legal.

(Próximo, por favor.)

Isso é aplicação da tecnificação da pecuária.

(Próximo, por favor.)

Essa é outra situação, uma fazenda de pecuária que foi desmatada há menos de dez anos. Olha a situação em que houve o desmatamento. Isso não tem nenhuma aptidão para tecnificar a pecuária. É por isso que nós falamos que pecuária dá uma cabeça por hectare, porque é esse tipo de pasto que estamos usando.

(Próximo, por favor.)

O que nós fazemos? Essa área volta para a composição da reserva legal.

(Próximo, por favor.)

E essa área tecnifica a pecuária, aumentando de uma para três cabeças por hectare, três unidades animal por hectare.

(Próximo, por favor.)

Olha que belíssima fazenda de pecuária, também na região de Paragominas.

(Próximo, por favor.)

Nessa fazenda há uma situação dessas. Foi retirada da área agrícola, revertida para a reserva legal.

(Próximo, por favor.)

E ali em cima, no plano, a tecnificação da pecuária.

(Próximo, por favor.)

Essa é uma situação em Minas.

Essa é a nossa realidade. Será que é de Código Florestal que estamos falando, ou é de política agrícola? Essa fazenda não tem reserva legal. Olha a situação. Porque foi desmatada e foi incorporada à área de produção.

Aqui, felizmente, não tem casa, porque se tivesse teria escorregado. Então, essa é a nossa realidade. Essa propriedade tem que ter um planejamento agrícola aqui, para tecnificar e ter alta produtividade, e um planejamento ambiental para essas áreas que não têm aptidão agrícola.

(Próximo, por favor.).

Essa é uma propriedade em que já fizemos isso. Olhem que interessante. Com três anos, vizinha daquela.

(Próximo, por favor.)

Essa é a área de complementação da reserva legal.

(Próximo, por favor.)

E aquela, a área de tecnificação da pecuária.

(Próximo, por favor.)

Ainda estamos trabalhando nesse projeto de Paragominas, com o enriquecimento da reserva legal. Por quê? A reserva legal permite o enriquecimento. E o que estamos fazendo é plantar nessas matas que foram exploradas historicamente – com a exploração de madeira, com queimadas, etc –, que hoje não são usadas para nada e que são um empecilho naquela propriedade. Nós estamos entrando na área, abrindo trilhas e plantando madeiras de lei nativas, medicinais e frutíferas como uma alternativa de renda para esse agricultor.

(Próximo, por favor.)

Essa é a situação lá, nessa fazenda de pecuária.

(Próximo, por favor.)

Esse é o proprietário dessa soja, que está enriquecendo as florestas.

(Próximo, por favor.)

Isso está publicado também.

Nós temos três modelos de enriquecimento, usando só nativas; quando não há florestas, usando, inclusive, eucaliptos como temporário.

(Próximo, por favor.)

Esse é um exemplo feito na região da Mantiqueira. Esse é o pasto que foi restaurado.

(Próximo, por favor.)

Esse pasto foi restaurado com três princípios: madeira, medicinais, frutíferas e melíferas.

(Próximo, por favor.)

Dentro do conceito de reserva legal, ou seja, temos um pasto degradado, plantamos árvores nativas para explorar. Como é isso? A cada 10 anos exploramos.

(Próximo, por favor.)

E plantamos. É o sistema de produção de espécies nativas e florestais.

(Próximo, por favor.)

E não extrativismo, como estamos acostumados historicamente, no Brasil.

(Próximo, por favor.)

Sobre isso, há uma tese de doutorado feita por uma funcionária da Embrapa, com orientação do Ademar Romeiro, um economista da Unicamp, que mostra dados interessantíssimos. Ela comparou sete ciclos de produção, com laranja, com milho e com essa reserva legal manejada.

Olhem que interessante: laranja, R$1,5 mil por hectare/ano; milho, R$563,00 por hectare/ano, com picos de R$1,5 mil e negativos de R$64,00. E olhem a madeira. Isso aqui é só para madeira em pé. O proprietário, vendendo a madeira em pé, na propriedade, sem nenhuma agregação de valor, saiu de R$188 e chegou a R$470,00 por hectare/ano.

Quatrocentos e setenta reais por hectare/ano é pelo menos duas vezes a média de rendimento da nossa pecuária brasileira. Isso, produzindo-se madeira nativa.

(Próximo, por favor.)

Esse, na reserva legal, vai ter esses R$470,00 por hectare/ano. Então, estamos falando de um agricultor num morro, lá em Minas Gerais. Na reserva legal, ele vai ganhar R$470,00 por hectare/ano, restaurando o pasto dele na reserva legal.

(Próximo, por favor.)

Se ele restaurar a área agrícola dele, com essa floresta também, em vez de ganhar os R$200,00 por hectare/ano, que está ganhando com aquela pecuária atual, vai ganhar os R$470,00, explorando aquela flo-

resta, e algo em torno de R$300,00 por hectare/ano, usando aquela área para a compensação da reserva legal de uma outra propriedade, naquela bacia, que não tem reserva legal. Então, aqueles 7,5% da cana que está faltando na usina de cana podem ser obtidos exatamente nessa condição, em que a usina de cana vai complementar no sistema de servidão e pagar R$300,00 por hectare/ano a esse agricultor, para ele cumprir o papel dos 7,5% de reserva legal que aquela usina não tem.

(Próximo, por favor.)

Com isso, esse agricultor vai ter R$770,00 por hectare/ano numa área em que ganhava algo em torno de R$200,00 por hectare/ano. Isso não só é uma questão econômica, mas também uma distribuição de renda, etc., porque a usina está pagando a um agricultor, para a compensação de sua reserva legal. Isso está no Código, inclusive, de 1965.

(Próximo, por favor.)

A cadeia produtiva da restauração mostra números interessantíssimos, e não podemos perder isso de vista.

(Próximo, por favor.)

Há um levantamento desse impacto feito. Estamos falando, nessa meta de 15 milhões de hectares até 2050, de US$ 77 bilhões nas próximas quatro décadas; estamos falando de gerar três milhões de postos de trabalho, isso já quantificado; de sequestrar 200 milhões de toneladas de CO2 por ano, num total de dois bilhões de toneladas até 2010, logicamente, contribuindo-se, com isso, com todos os compromissos que foram assumidos pelo Governo Federal, para a questão das metas de emissões.

(Próximo, por favor.)

Do que estamos falando? Estamos falando em treinar essas pessoas para o preparo da área, para a coleta de sementes e para a produção de mudas, para plantio e manutenção dessas mudas.

(Próximo, por favor.)

Há um exemplo, uma história de sucesso interessantíssima, que vocês podem conhecer. Chama-se Cooperativa Cooplantar. Isso já foi criado há três ou quatro anos em Caraíva, na Bahia – quem não conhece Caraíva, é um lugar maravilhoso. O que essa cooperativa faz é restaurar APP e reserva legal para as empresas florestais Veracel, Suzano e Fíbria. E hoje, depois de quatro anos, a cooperativa é a que traz maior recurso para o Município. É uma cooperativa de restauradores.

Isso tudo está nesse livro do código que a SBPC produziu.

(Próximo, por favor.)

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Agradeço ao Prof. Ricardo Rodrigues, da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, que também traz informações bastante interessantes para enriquecer o nosso debate.

Agora, passo a palavra ao Dr. Elíbio Leopoldo Rech Filho, representando a Academia Brasileira de Ciências.

O SR. ELÍBIO LEOPOLDO RECH FILHO – Senador Rodrigo Rollemberg, muito obrigado pelo convite; demais membros da Mesa, Senadores e Senadoras presentes, é importante notar que as apresentações precedentes suportam, é uma conclusão sobre a importância do Código Florestal, que vai muito além de proteção de florestas e de plantio agrícola.

(Próximo, por favor.)

Se olharmos o nosso Planeta, hoje, podemos afirmar que o Código Florestal que estamos propondo e estamos discutindo hoje tem uma profunda implicação nesse cenário, não somente uma implicação para o Brasil, mas uma implicação para o Planeta, inclusive como um exemplo, uma oportunidade que o Brasil está tendo de sair à frente nessa relação do que chamamos da intensificação sustentável da produção de alimentos.

Existe um consenso mundial de que temos, necessariamente, de duplicar ou talvez triplicar a produção de alimentos nos próximos 40 anos. E alguns países vão ser responsáveis, os principais responsáveis por isso. E o Brasil vai ser um deles. Não é uma escolha nossa. É uma escolha logística e uma escolha pela própria economia desenvolvida pelo País ao longo do tempo.

(Próximo, por favor.)

Existe um dilema entre combustíveis fósseis e combustíveis não fósseis.

(Próximo, por favor.)

Esta é uma fotografia do nosso Planeta à noite. Vocês podem ver onde tem energia e onde não tem energia.

Sabemos que combustíveis fósseis fornecem grandes benefícios para a nossa sociedade.

Sabemos também que combustíveis fósseis causam um crescente impacto sobre o meio ambiente. Isso é um paradigma que nós sabemos hoje – temos mecanismos na parte de baixo. Vocês sabem, inclusive o Brasil tem sido protagonista de uma ação muito importante, a possibilidade de termos a cana-de-açúcar como a fonte de carbono mais barata existente no Planeta hoje nos possibilita o desenvolvimento de um combustível sintético, que está sendo produzido na

região de São Paulo por duas empresas a partir de uma bactéria, a partir de uma alga. Quer dizer, se nós vislumbrarmos que hoje não existisse mais petróleo disponível, nós podemos produzir biodiesel e gasolina para avião, produzido em uma bactéria. Isso é fabuloso. E o Brasil tem estado envolvido nisso, como eu disse, ele é protagonista. Essas empresas estão fazendo isso aqui, em São Paulo, porque temos uma fonte de carbono muito barata que é a cana-de-açúcar.

Então, isso é exemplo de que esse paradigma, com a utilização do conhecimento e tecnologia, nós podemos solucionar.

(Próximo, por favor.)

Segurança alimentar é um dos principais desafios deste século.

(Próximo, por favor.)

Eu não preciso mostrar, todos vocês sabem que o crescimento populacional nos próximos 30 anos vai ocorrer, principalmente nos países em desenvolvimento; praticamente estável nos países industrializados.

(Próximo, por favor.)

Mas a próxima mostra a vocês os países, ou as regiões do Planeta, incluindo também os Estados Unidos, que vão ser os responsáveis pela duplicação de alimentos.

Agora, falando do Brasil, o nosso agronegócio é responsável por aproximadamente 40% do nosso PIB; gera milhões de empregos, e rende bilhões de dólares de exportação.

Nós temos, hoje, 0,9% de exportação de produtos manufaturados. Em 2030, provavelmente, vai-se elevar para 1,9%. Isso aí é um dado muito forte. Nos próximos 30, 40 anos, nós continuaremos a gerar riqueza para o nosso povo, vindo do agronegócio. Queiramos ou não – é claro que deveremos envidar esforços no sentido de matrizes produtivas de alto valor agregado, que venham certamente desenvolver paralelamente ao agronegócio. Mas não vislumbrem qualquer viabilidade (opção viável do desenvolvimento) para que isso venha a ser substituído, em curto prazo.

Qual a estrutura... É importante, quando a gente fala de agronegócio, ter a estrutura da agropecuária brasileira – dados do censo agropecuário. Esses dados foram baseados, enquadráveis no Pronaf e não enquadráveis no Pronaf. Eles podem diferir pela definição que você tem de pequeno agricultor ou de médio agricultor. Mas os dados, a numerologia não é tão importante quanto à tendência.

Nós temos aproximadamente 3 milhões de estabelecimentos que envolvem 64% do número total, que produzem cerca de 30% do valor bruto da produção.

Nós temos 1 milhão de estabelecimentos, que correspondem a 30%, que produzem 76%. Nós temos, sim, agricultura moderna, do futuro, disponível, incrementada, em desenvolvimento do Brasil. Mas vocês imaginem se nós conseguirmos somente através de políticas públicas – e nós sabemos da questão dos pequenos agricultores e a falta de acesso, inclusive, de enxadas, animais para arar a terra. Então nós poderíamos transformar e, quem sabe, duplicar a produção por simples inclusão social, dos pequenos agricultores, para que eles passem a produzir até com índices de alta produtividade.

Nós temos instrumentos para isso, e instrumentos antigos, não são instrumentos modernos; e os instrumentos modernos vão permitir muito mais do que isso.

Então, o que vislumbramos no futuro? É uma fusão operacional de tecnologias que envolvem, como falei até agora, rotações de culturas e tecnologias desenvolvidas, até hoje no país, com tecnologias completamente inovadoras, que vêm caminhando para a redução efetiva de emissão de CO^2 em nossa atmosfera. Isso envolve o uso de transgênicos, o uso de biologia sintética, engenharia metabólica, e outras tecnologias disponíveis e que estão em uso no Brasil.

E quem sustenta tudo isso? É a nossa biodiversidade. A biodiversidade... Nós temos vários ecossistemas. E só falando do primeiro: a proteção dos recursos aquíferos. Eles são imperativos para que a nossa agricultura possa ser intensificada, tecnificada, e que nós façamos isso de uma forma sustentável.

(Próximo, por favor.)

Sinceramente aqui... Esta é uma foto da Índia que poderia ser tirada no Brasil também. É aí que vislumbramos a oportunidade de transformar esse segmento, não somente associado à produção e ao ganho de produtividade, mas, sim, talvez ao estabelecimento de uma nova métrica para a agricultura, onde esteja incluída também a porcentagem de criança na escola, em que a educação teria assim um papel muito importante, onde o Código também permearia isso, conhecimento ecológico local, sustentabilidade em termos de pequeno agricultor, utilizando alta tecnologia e produzindo mais com redução de emissão de gás carbônico na atmosfera. Se você vislumbrar que nós não podemos fazer uma reserva legal para um pequeno agricultor porque ele vai morrer de fome, nós não queremos um futuro de pequenos agricultores que estejam envolvidos em subsistência. Se nós dermos a eles ferramentas mínimas que possam duplicar a produtividade, e isso é muito pouco, eles podem ter uma reserva. Então, é só uma quebra de paradigma e uma diferente forma de visão da nova métrica da agricultura, que vai

incluir todo um cenário, até o próprio cidadão. Isso é uma verdadeira inclusão social. A isso eu chamaria de inclusão social que está nas nossas mãos e que nós temos oportunidade de viabilizar.

Só enfatizando o que eu disse antes, para completar, nós temos, sim, ciência de que os sistemas agrícolas causam impactos ao meio ambiente, mas nós temos consciência da existência de tecnologias do sistema produtivo que possam minimizar esses impactos ao meio ambiente.

Nós acreditamos que esse cenário de convivência é extremamente harmônico e extremamente desejável e uma opção viável de desenvolvimento para o Brasil.

Isso vai compor o que é a esperança para nós que trabalhamos na área de Ciência: a educação. É a educação das nossas crianças que vai gerar conhecimento e tecnologia e que vai ser responsável por sustentar o nosso planeta.

E como proposta aqui – vocês podem perguntar para que falamos tudo isso – seria viável a Casa estabelecer uma prioridade, Senador Rollemberg e demais Senadores, para que nós próximos seis meses, pudéssemos montar uma força-tarefa dedicada praticamente o dia todo no estabelecimento e na demonstração da potencialidade que essas tecnologias mostradas, que antecederam a minha apresentação, possam subsidiar, então, uma tomada de decisão final da Casa. Mas nós precisamos intensificar a ação do nosso grupo. Nós subsidiamos essa Casa com o livro que não é conclusivo; ele precisa de estudos e, como foi mencionado pela Drª Helena, a dedicação nossa não foi suficiente, nós temos várias outras ocupações, o nosso tempo dedicado não foi suficiente e nós gostaríamos que, se fosse possível, montar uma equipe que estivesse empenhada na efetiva demonstração de ampliação dos subsídios para que os senhores tomem decisão nos próximos meses sobre a matéria.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Dr. Elíbio.

Quero registrar que, de parte desta Comissão de Meio Ambiente, e certamente também da Comissão de Agricultura, temos todo o interesse em conhecer os avanços dos debates da comunidade científica sobre o tema. Tenho convicção de que esse é o interesse também de todos os Senadores.

Quero registrar aqui, com muita alegria, a presença entre nós do Deputado Reinhold Stephanes, ex-Ministro da Agricultura.

E vamos, então, começar a ouvir os nossos Senadores. Quero sugerir...inicialmente tínhamos sugerido um bloco de cinco Senadores depois das perguntas. Como são muitos debatedores, pode ser que isso leve um tempo muito grande. Nós temos 20 Senadores inscritos, alguns já não estão mais aqui. Talvez se a gente repartisse de dez em dez, pudéssemos dar uma melhor produtividade ao nosso trabalho.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco/DEM – TO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Pela ordem, Senadora Kátia Abreu.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco/DEM – TO) – Acho que pode ficar bastante longo o debate de dez em dez, mesmo porque vai desocupando também os Senadores para as outras Comissões. Eu acredito que de cinco em cinco, ficariam as respostas mais concisas e mais produtivo para nós, Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Perfeita. Acatada a sugestão da vice-Presidente da Comissão de Meio Ambiente.

Com a palavra a Senadora Ana Amélia, por cinco minutos.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Sr. Presidente Rodrigo Rollemberg, eu queria cumprimentar porque no pedido de informação nós tínhamos recebido o requerimento de que estariam presentes apenas a ABC e a SBPC. Por isso que solicitei, porque havia o representante da Embrapa que aliás foi enriquecedor o debate em torno desse tema e também da Esalq. Foi oportuno o esclarecimento feito por V. Exª, já que os Senadores que integram a Comissão de Agricultura e o Meio Ambiente não receberam, previamente, a informação dessa alteração do requerimento original sobre a audiência pública de hoje.

Prestei muita atenção e queria cumprimentar todos os expositores, porque esse é um tema extremamente relevante.

Eu começaria com uma curiosidade, porque o Dr. Aleixo fez uma referência sobre quem está trabalhando, como foi feito o trabalho no ano passado e citou duas pessoas, um Parlamentar, Ivan Valente, e Toninho da Contag. Queria saber do senhor se o representante, por exemplo, no Congresso dos Produtores Rurais, eventualmente, participou desse debate.

O senhor citou bem a expressão multidisciplinar, que não é um tema exclusivo de ambientalista ou produtores. É um tema muito mais amplo que o nosso Professor Elíbio fala em nova métrica na agricultura que eu acho que é um tema muito adequado. Aí vem a transversalidade, temas econômicos, ambientais, sociais, todos. Por isso que faço a primeira pergunta, porque no tópico da apresentação desse trabalho da ABC e da SBPC entre os especialistas que trabalharam, apenas um tem vínculo com a economia. Não há geógrafos, administradores de empresas, economistas, analistas de mercado. Por ser uma questão multidis-

ciplinar não teria que haver uma consideração desse aspecto, desse viés, da necessidade disso.

O Professor Donato Nobre, falou com muita... Até abrimos o debate sobre os brejos. E ele mostrou uma cena muito bonita que o impressionou, e qualquer um se impressionaria, sobre a erosão combatida em Wisconsin, nos Estados Unidos.

Como o senhor se concentrou muito sobre as questões dos rios, eu perguntaria sobre as questões relacionadas às APPs. Sobre a vinculação hidrológica.

Qual é a razão de não propor imediata cobrança da água pelos comitês de bacias hidrográficas em reversão desses valores para a recomposição dessas áreas e a remuneração dos produtores rurais para a manutenção das mesmas, considerando que isso é possível desde 1997, com a Lei 9.433. A propósito, como o senhor apresentou o caso dos Estados Unidos, queria saber do senhor, na questão específica das APPs, como é o regime, nos Estados Unidos, na Austrália, na Finlândia, na Espanha e na Suécia, em relação a essa matéria.

E ainda nessa questão, o estudo apresentado pelos senhores, tanto da SBPC quanto da ABC menciona as áreas urbanas (pág. 14). Pergunto se as duas entidades concordam com a exclusão da obrigação da reserva legal na área urbanas que propõe o art. 20 do projeto sem qualquer compensação. Qual é o critério, considerando também o que abordou o Professor Elíbio sobre a questão dos combustíveis fósseis na área urbana.

Às folhas 9, tem uma afirmação que parte dos ganhos da produtividade alcançados pelo agronegócio tem sido repassados em benefício de diversos segmentos da sociedade, com a queda de preços relativos do produto agrícola e o aumento da produção. Alguns estudos, como foi mostrado pelo Professor Manzatto de 95 a 2008, o montante repassado foi da ordem de R$837bilhões.

Por outro lado, um trabalho da ESALQ, que foi referendado pela SBPC e pela ABC indica a necessidade de dois PIBs do agronegócio para a recomposição ambiental. O PIB de 2010 foi de R$821bilhões, ou seja, 1 trilhão e 160 bilhões de reais para recomposição de áreas produtivas.

Queria saber, considerando a atual manutenção da política agrícola, como é que as duas entidades estruturaram o cronograma físico-financeiro para que isso ocorra sem problemas de desabastecimento e inflação, até porque o Professor falou muito das necessidades mundiais de comida para o Planeta.

Na página 34 desse trabalho, informa-se que a redução de preço da qual se beneficiou a sociedade, o setor que mais contribuiu foi a pecuária, com uma redução de 54% do preço praticado. Os dados do Cepea/USP demonstraram que a pecuária está com um custo de produção acima do preço pago pelo produto há oito anos. Como é que a SBPC e ABC sugerem liberar 61 milhões de hectares da pecuária se os ganhos do setor não equivalem sequer aos preços de custo? De onde virá o orçamento e qual o cronograma físico-financeiro dessa proposta?

Já na página 36, o trabalho estabelece três medidas para liberação de 61 milhões de hectares: recuperação de áreas degradadas, confinamento de gado, integração lavoura-pecuária. A SBPC e a ABC já fizeram a planilha de custos para informar se haverá ou não aumento do preço da carne e de outros produtos também? Em caso positivo, de quanto seria esse aumento? Qual é o preço a ser praticado pelo mercado para que essas mudanças sejam economicamente viáveis, aí também dentro da lógica do Prof. Elíbio, sobre as necessidades de alimento?

Também na página 11, quanto à afirmação de que "liberados os 61 milhões de hectares para a produção de alimentos, a produção agrícola estaria garantida", eu perguntaria: carne e leite não são considerados como alimentos para a SBPC e a ABC? Também pelo fato de que a cadeia produtiva, especialmente do leite, é a que mais emprega no País.

Então são essas as minhas questões. Só queria também... Aí mais uma provação ao Dr. Aleixo. Ele fez menção ao artigo do Senador Humberto Costa e mencionou também a necessidade de um diálogo sobre a matéria. Na área científica, é fundamental a discordância, ela faz parte do processo. Mas há uma palavra inadequada para quem busca o diálogo: irracionalidade. Não se pode imaginar que 410 pessoas foram irracionais para examinar, acredito que houve o convencimento. Para abrir o diálogo, temos que começar respeitando uma decisão que foi majoritária na Câmara Federal.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Obrigado, Senadora Ana Amélia.

O próximo inscrito é o Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Cumprimento o nosso Presidente, Senador Rodrigo Rollemberg, nossos convidados desta reunião, desta audiência pública, também as Srªs Senadoras e o Srs. Senadores aqui presentes.

Na realidade, de todos os que falam e a quem eu ouço, sempre fico com uma dúvida no final: o que as pessoas que estão explanando, que estão se posicionando, querem no final? Sinceramente, não consegui ter uma ideia precisa do que a bancada da ciência – se podemos chamar assim – vai deixar nesta reunião,

nesta audiência pública de hoje. "Nosso posicionamento é esse", bem claro. Porque, quando falamos em questões do meio ambiente, e ficou bem claro por todos que falaram, que as interações e a forma como você mexe com o segmento, altera outros segmentos. Você tem gente no meio, tem costumes, uma série de coisas que serão alteradas se você exigir um tipo de situação.

A realidade é que também conseguimos perceber hoje, nessa fala, que a questão ambiental está ligada também à questão da infraestrutura. O Dr. Celso colocou bem, e aí quero remeter esse assunto para reflexão, a questão do Estado do Mato Grosso, do qual venho e represento junto com o Senador Pedro Taques, que está nesta reunião. Nós, no Estado de Mato Grosso, ocupamos 7,8% do território para fazer agricultura. E, nesses 7,8%, nós somos o maior produtor de soja, o maior produtor de algodão, temos a segunda maior produção de milho e uma indústria de etanol de 1 bilhão de litros por ano, enfim, e toda atividade agrícola familiar. Estão todos envolvidos nesses 7,8%. E nós conseguimos tirar desses 7,8%, em grãos, 30 milhões de toneladas de lá. Mas nós poderíamos, nesse mesmo espaço, tirar 60 milhões de toneladas de grãos, só que nós não somos competitivos, porque nós não temos um sistema modal que seja compensador e que faça com que os produtores tenham uma opção, por exemplo, de deixar de fazer só soja, na época do verão, e que possam fazer milho. Nós não temos um sistema de armazenagem que permita que as duas safras fiquem regulando no interior, até que o consumidor final precise, no centro-sul do País, ou que tenhamos que mandar essa produção para o exterior, exportando-a.

Então, a questão ambiental que estamos discutindo transpassa muito mais do que só a ciência, a minha vontade, a necessidade do produtor, mas a política que o Brasil precisa colocar para regular tudo isso. Cito como exemplo – não tem ninguém do Amazonas hoje aqui – o Senador João Pedro está aqui, se não fora a presença da Zona Franca de Manaus, naquele território, nós não teríamos hoje, passados já 50 anos de ocupação da Amazônia Legal, 98 ou 92, não sei o número exato, de conservação naquele território. Então, atividades econômicas ligadas com infraestrutura e políticas públicas podem e vão direcionar o que queremos do nosso País em termos de área ambiental e de conservação. Mas, uma coisa – e aqui, também, foi discutido e fica claro – assim como nós Senadores estamos buscando um entendimento, temos divergências de pensamentos pontuais, mas todos nós queremos o mesmo caminho, o que embora eu não tenha sentido, como disse no início, uma questão firme e pontual dos senhores nesta Mesa, mas também consigo entender que os senhores querem um entendimento, também querem e estão de acordo que o setor agrícola não pode ser abandonado, ele tem que se adequar ao novo momento, e temos que criar as condições para que isso aconteça.

Então, temos aqui uma tarefa bastante grande a ser realizada. A única coisa que não podemos, pelo menos eu acho que não podemos, aqui é dizer que o tempo é pouco para nós discutirmos a matéria. Talvez seja pouco para discutirmos a matéria. Mas essa matéria vem sendo discutida no Congresso há 11 anos, e o setor produtivo não pode mais ficar esperando, não tem condições de fazer o enfrentamento com aqueles que são os fiscais da lei; e eles devem fiscalizar a lei. Mas, como a lei está desatualizada, se esse é o termo correto, e ela não foi observada, nós precisamos trazê-los à atualidade, e dar paz ao campo para que possamos continuar a produzir, colocar alimento barato na mesa do brasileiro e daqueles para quem exportamos também.

Agora, os *slides* aqui trazidos pelo Dr. Nobre nos levam a uma situação de que realmente temos que refletir, temos ferramentas diferentes, modernas, que podem nos dar uma interpretação diferente do que é o meio ambiente. Mas aí, e foi feita uma proposta aqui, acho que pelo Professor Rech, no final, de adiarmos para discutirmos. Eu digo: não temos condições de fazer isso.

Agora, o que podemos fazer, logo depois de votar, e vencida essa etapa, é criar aqui uma comissão, neste Senado, Senador Rollemberg, para que, ao longo do tempo, dos anos pela frente, possamos discutir. E, ali na frente, a sociedade vai exigir uma nova postura. E quando chegar esse momento, todos os Senadores, aqueles que se interessam pelo assunto e a sociedade, conheçam essas ferramentas. Confesso que já ouvi falar das ferramentas, mas não as conheço. Se, talvez, eu as conhecesse, assim como V. Exª conhece, eu teria uma outra posição nesse momento. Mas nós não podemos, de fato, postergar essa nossa votação, que a sociedade espera, a Câmara fez o trabalho que tinha que ser feito, o Deputado Aldo Rebelo ouviu a sociedade, e o que veio da Câmara, quero crer, é a vontade dos setores produtivos e de boa parte dos ambientalistas, também. Cabe ao Senado aplainar isso e levar à votação: aquilo que for consenso, sai no consenso; o que não for, legitimamente, democraticamente, vai a voto no plenário para decidirmos.

Quero cumprimentar a todos pela participação e dizer que, embora, mais uma vez, eu não tenha conseguido claramente entender a posição, mas contribuiu, e muito, com o nosso debate.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Blairo Maggi.

Nosso próximo inscrito é o Senador Antonio Russo. *(Pausa.)*

Senadora Kátia Abreu.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco/DEM – TO) – Obrigada, Sr. Presidente.

Eu gostaria de agradecer também a presença de todos aqui para colaborar neste assunto tão importante para o País.

Vou fazer algumas considerações rápidas de cada um, se o senhor me permitir, Sr. Presidente.

Primeiro, a Drª Prof. Helena Nader. Sinceramente, apenas citou algumas questões políticas sobre como a ciência pode ajudar. Disso ninguém tem dúvidas, no Brasil, e acho que nem no mundo. Mas disse que o Código Florestal está sendo aprovado às pressas.

Eu quero apenas lembrar à Prof. Helena que nós estamos há 15 anos, desde 1996, quando se editou pela primeira vez a medida provisória que transformou o Código Florestal brasileiro, tentando aprovar uma mudança no Código Florestal. Quinze anos! Desde 1996. E se nós o estamos aprovando às pressas, eu não consigo entender, realmente, qual é o tempo que vocês acham necessário para que cheguemos a um consenso.

Agora, eu devo confessar o erro, talvez dos parlamentares ou da própria instituição de defesa dos produtores, a própria CNA que eu presido, por não ter convidado os cientistas, mas eu acho que vocês poderiam ter tido, nesses 15 anos, a proatividade e participado dos debates.

Nós estamos contando, por todo esse período, com muitos pesquisadores da Embrapa, no sentido de transformar a agricultura brasileira numa das mais formidáveis do Planeta.

Hoje a agricultura brasileira não é a mais eficiente nem a mais produtiva, mas é a que mais cresce no mundo em termos de eficiência e em termos de produtividade. Logo, logo, nós vamos chegar a ser os mais do mundo em eficiência e produtividade.

O Prof. Antônio Aleixo disse que o Código não pode prejudicar a agricultura. Eu só concordo com o termo equivocado. O Código de hoje, o atual, que está em validade, prejudica, sim, a agricultura brasileira, porque criminaliza 95% dos produtores do País e de toda a produção agropecuária.

E concordo com a Ana Amélia Lemos: o senhor chamou os antropólogos, os socialistas, mas não chamou quem entende de economia. Acho que discutir meio ambiente de forma dissociada não é inteligente para o País, mesmo porque nós estamos tratando do setor mais importante da economia nacional. Então, eu concordo plenamente que todos os setores devem contribuir nesta discussão, porque não é apenas a questão ambiental, a questão econômica ou a exportação ou o emprego ou o PIB; eu acho que é o conjunto de tudo isso é que vai fazer com que o nosso Código possa ficar mais eficiente. Então, a visão não pode ser setorial. Mas, do ponto de vista técnico, pontual, o senhor e a Prof. Helena não fizeram nenhum esclarecimento nesta oportunidade. Tenho certeza de que, em outras oportunidades, poderão fazê-lo, pontuar especificamente o que tem de errado no que estamos tratando.

Prof. Donato Nobre, irmão do Carlos Nobre, que foi presidente do Inpe: as paisagens inteligentes.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco/DEM – TO) – É seu irmão, não?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Pesquisador do Inpe.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco/DEM – TO) – Ah, sim. É porque eu o conheço bastante.

Paisagens inteligentes. Eu gostaria de convidá-lo para participar na CNA, se o senhor entender que pode ir, para nós lhe apresentarmos o projeto Biomas, que é o maior projeto em parceria com a Embrapa, e que ninguém mencionou conhecer. *(Pausa.)*

Fico feliz pelo seu conhecimento do projeto Biomas, mas o projeto se resume, se restringe às paisagens inteligentes. Nós estamos criando as vitrines tecnológicas, estamos investindo US$20 milhões nesse projeto, junto com a Embrapa, que foi que criou esse projeto. E ele é maravilhoso porque é simples. É justamente unificar toda a pesquisa nacional nas vitrines tecnológicas, uma em cada bioma do País, para que os produtores possam copiar essas técnicas que já estão disponibilizadas pelos cientistas e pesquisadores do País. Então, o projeto Biomas é exatamente o que nós estamos procurando: fazer a coisa certa, usando a tecnologia, usando a ciência, propriedade por propriedade.

Com relação a brejo e várzea, nós vamos deixar para uma outra discussão, se o senhor me permite.

Com relação ao que o Prof. Celso Manzano disse, eu gostaria apenas de lembrar uma continha rápida: se nós analisarmos o Censo Agropecuário desde 1960 até o último, que foi o de 2006, a propriedade privada, que está na mão dos agricultores do País, aumentou em 32%, mas a área de floresta dentro dessas propriedades privadas saiu de 55 milhões de hectares para 94 milhões de hectares! Foi um crescimento de 68%!

Então, eu repito: a propriedade privada, entre altos e baixos, entre aumentos e descidas, teve uma evolução em 32%, e as áreas de floresta, dentro das

propriedades, que são reserva legal e APPs, tiveram um crescimento de 68%, o que significa que, na verdade, no próximo Censo Agropecuário, senão modificarmos o Código Florestal, teremos um aumento de floresta dentro das fazendas em torno de mais de 50 milhões de hectares. Então, se algum dia as florestas já se sentiram emparedadas, hoje quem está emparedada é a produção agropecuária, porque, como ele mostrou ali agora há pouco – e os números são idênticos aos que temos, porque, claro, estamos olhando o mesmo que a Embrapa olha, que é o IBGE –, na verdade, temos 329 milhões de hectares na mão dos produtores rurais, mas, se tirarmos os 94 milhões de hectares, na verdade, temos apenas 230 milhões de hectares com arroz, com feijão, com carne. Apenas 27% do País! Se nós somarmos os 94 milhões de hectares de florestas dentro das fazendas com 400 milhões de hectares de terras indígenas, de unidades de conservação municipal ou estadual, de terras devolutas do Incra, de áreas da Aeronáutica, de áreas do Exército, somamos 61% de bioma original, contra 27%. Se é contra ou a favor, não sei.

Então, estamos falando de 62% a 27%! E ainda o Prof. Ricardo Ribeiro dizer que é insuficiente para a preservação da biodiversidade e que o complemento mais importante da preservação dessa biodiversidade está dentro das propriedades privadas?! Já estão, sim, com quase 100 milhões de hectares! Com quase 100 milhões de hectares dentro dos 330 milhões de hectares!

Estamos fazendo a nossa parte! Mas, mais do que isso, é decretar a sentença de morte do Brasil e transformar o Brasil na reserva legal do mundo. E nós, brasileiros – não são os Senadores, não –, não podemos permitir que isso aconteça.

Por que estamos lutando aqui, como fez o Senador Luiz Henrique, quando governador de Santa Catarina? Ele teve a coragem, a hombridade de obedecer a Constituição, o art. 24, e puxou para sua responsabilidade, para os seus deputados, o Código Florestal de Santa Catarina, pela competência concorrente. Ora, matéria de meio ambiente não é exclusividade da União, nem de Senador, nem de Deputado. Em matéria de competência concorrente, a União tem que legislar sobre as regras gerais, e os Estados, sobre as suas peculiaridades.

E concordo com o que a maioria disse aí: os instrumentos que temos hoje são maravilhosos. Eu concordo plenamente, para que os Estados apliquem as suas peculiaridades por lá. Estamos falando de 850 milhões de hectares. Não estamos falando de 10 milhões de hectares não. É o Brasil inteiro!

Permitir e querer que 513 Deputados e 81 Senadores legislem, esperando mais seis meses, desculpe, professor: seis meses não são suficientes não. Esse código não é definitivo! A ciência não é definitiva. Muito pelo contrário, a ciência refuta hipóteses, e não afirma. Portanto, ela tem um árduo caminho pela frente. Queremos continuar debatendo.

O que nós estamos trabalhando aqui hoje, com desespero total e absoluto, é tirar os agricultores da criminalidade. Que isso fique muito bem compreendido. Nós não queremos aqui discutir reserva legal e APP, o conceito técnico-científico. Isso não cabe a nós. Cabe a nós a responsabilidade de colocar nos eixos o setor mais importante da economia nacional, e estamos dispostos e abertos.

Com relação às várzeas, por exemplo: são 33 milhões de hectares de várzeas neste País; sabem quanto nós estamos usando? Quatro por irrigação! Quatro por cento! Se nós usarmos 20 milhões de hectares dessas várzeas apenas, vamos aumentar a produção de grãos no País em 40%! Sessenta milhões de hectares e não poder usar várzeas?! Eu concordo: há alguns tipos de várzeas que não devem ser usadas, como aquelas argilosas, por exemplo, que são responsáveis pela impermeabilização do solo e que protegem os rios. Mas dizer que, em regra geral, não se pode usar APP em várzea é condenar, Senadora Ana Amélia, o arroz do Rio Grande do Sul, que alimenta 70% do consumo nacional, a zero. O Tocantins tem 2,5 milhões de áreas irrigáveis; assim como o Mato Grosso, o Mato Grosso do Sul. Vários Estados do Brasil têm esse potencial, e nós não vamos entregar, nós não podemos entregar. Agora, a fazer uma análise caso a caso, procurar identificar os erros cometidos, usar todos os instrumentos aqui citados, nós estamos dispostos. O Projeto Biomas é isso! Nós queremos corrigir os erros cometidos.

Para finalizar, Sr. Presidente, eu quero lembrar ao Sr. Ricardo, utilizando aqui o que disse o Prof. Elíbio Rech, ou seja, que são 3,3 milhões de produtores, que produzem 20% do PIB – e é um pouco pior do que isso, os meus números são piores –, e que apenas 26% dos agricultores produzem 80% do VBP. Assim, digo ao senhor o seguinte: nós temos dividido a produção em classe A e B, a classe C, e a classe D e E. O senhor sugere que quem está produzindo R$100,00, R$200,00 por hectare poderia ser transformado em reserva legal. Eu quero anunciar aos Srs. Senadores que mais de 3,5 milhões de agricultores estão nessas condições, produzindo, Senador Jorge Viana, R$116,00 por hectare. E todos esses produtores têm, em média, 32 hectares cada um. Os que estão conseguindo produzir R$1.023,00 por hectare constituem apenas 5% dos agricultores do País. A classe C está produzindo

R$370,00 por hectare, num contingente que se resume apenas a 700 mil agricultores. Então, nós vamos ter que dar fim a 3,5 milhões de agricultores que estão produzindo R$116,00.

A questão não é ambiental; a questão é de política agrícola, é de recursos para financiar o projeto ABC, que foi mencionado aqui, lançado no Governo anterior e que a Presidente Dilma, que quero aplaudir, implementou.

Nós temos que transformar a questão do aquecimento global em uma oportunidade para os agricultores, porque nós não queremos terra degradada, nós não queremos produzir em área que não serve. A sustentabilidade ambiental na nossa propriedade nos traz dinheiro, valoriza a nossa propriedade. Agora, para adiar a aprovação de um Código Florestal que criminaliza todo o País, o que há de mais sustentável na economia deste País, não nos peçam isso Nós precisamos voltar para casa com a cabeça erguida. A ciência tem que continuar fazendo o seu papel, e, tenho certeza, de que, em cinco anos, nós liquidamos muitas dúvidas com a ajuda de todos vocês.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) –Muito obrigado, Senadora Kátia Abreu.

A Mesa está sendo tolerante com o tempo. Tenho avisado a cada minuto porque fui tolerante com todos, em favor do debate.

Passo a palavra ao Senador Luiz Henrique, que é relator da matéria na Comissão de Constituição e Justiça e na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Senador Rodrigo Rollemberg, senhores expositores, Srªs e Srs. Senadores, a orientação que estamos dando à tramitação dessa matéria no Senado – o Senador Jorge Viana e eu, que somos relatores – é baseada em um cronograma segundo o qual nós desejamos oferecer ao País condições de ter essa matéria legislada por um processo que, retornando à Câmara, chegue ao Palácio do Planalto e possa ser sancionado até dezembro. Este é o nosso *dead line*; essa é a nossa programação.

Em que nos baseamos? Nós nos baseamos em um projeto que veio da Câmara com o apoio de 410 dos Srs. Deputados Federais,. Entendemos que essa votação maciça resultou de uma interpretação da vontade da Nação. Acho que os Srs. Deputados não votaram a favor ou contra o Governo ou a favor ou contra qualquer outra instituição corporativa, mas votaram baseados nas pressões que receberam nas suas bases, ou seja, interpretaram a vontade das suas bases.

Eu quero dizer aos senhores expositores que este debate está enriquecendo muito a discussão dessa matéria. Certamente, o Senador Jorge Viana e eu vamos levar muito em consideração muitas questões aqui levantadas, principalmente aquelas que têm forte embasamento científico, aquelas que apropriam as mais modernas ferramentas da tecnologia.

Portanto, eu quero – e me atenda ao tempo estabelecido, tendo em vista que os nossos Senadores, que me antecederam, já foram muito abrangentes na análise de mérito dessa matéria – lançar uma questão objetiva, porque o professor José Antônio Aleixo lançou uma pergunta: É possível ter um só Código Ambiental para biomas tão diversos? Mais ou menos isso, não é professor?

A Ministra Izabella esteve aqui, na semana passada, e ela reconheceu essa dificuldade, exaltando a biodiversidade nacional, exaltando as diversidades territoriais do nosso país.

Foi exatamente por essa razão que nós, Constituintes – e participei inclusive da Comissão de Redação Final –, demos uma diretriz descentralizadora para essa matéria. Ao redigirmos o art. 24 com seus incisos e parágrafos, nos baseamos no art. 72 da Constituição alemã, e estabelecemos duas regras básicas, sem as quais não podemos fazer nenhuma outra discussão nessa matéria. E quais são as regras básicas? Primeiro, que nessa matéria a União limitar-se-á – a expressão é esta: limitar-se-á – a estabelecer normas gerais. A segunda regra fundamental é a de que os Estados e o Distrito Federal têm competência concorrente. E competência concorrente não é competência subsidiária, supletiva.

Mas eu gostaria de perguntar se nesse grupo de trabalho foram incorporados Membros da OAB, do IAB para análise dessa disposição constitucional, a fim de que se possa ter, efetivamente, o limite exato, a exegese exata do que significa norma geral e do que significa competência concorrente. Eu gostaria de saber se os advogados, os lustros da doutrina jurídica, foram chamados para oferecer subsídios a respeito disso?

Porque é fundamental no exame dessa matéria.

Nós vamos ter um Código que trace as normas gerais, deixando aos Estados a competência concorrente para estabelecer o disciplinamento das suas diversidades territoriais ou não?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, prezado Senador Luiz Henrique, a quem agradeço inclusive pela objetividade.

Passo a palavra ao Senador João Pedro. V. Exª dispõe de cinco minutos.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Sr. Presidente Rodrigo Rollemberg; Srs. convidados das várias instituições, acho que a contribuição das várias

instituições como: SBPC, da ABC, da Embrapa estão postas, estão colocadas.

A minha compreensão é a de que nós temos contribuições da ciência importantes para fazermos um Código Florestal para o século 21. Nós já temos esses elementos.

Acho que a vinda de vocês aqui é mais um passo no sentido de chamar a atenção do Congresso, do Senado, em particular. Vocês estão fazendo observações. Mas cabe a nós, que representamos os Estados, pois estou aqui para fazer política de Estado, não para esse ou aquele setor. Essa é a minha compreensão. Por isso eu quero parabenizar a contribuição de vocês, da SBPC, o livro chamando a atenção, que já recebi há algum tempo, está aqui. Os estudiosos estão chamando a atenção, mas cabe ao Senado, evidentemente, e vamos pagar ônus e bônus. Eu vou fazer um esforço para fazer o bom combate aqui, olhando a ciência. Eu não sou daqueles que... "Ah, porque a Europa fez isso e nós?". Não isso aqui é um Estado, é um País, é uma Nação que pode, nesta discussão, chamar a atenção do mundo.

Agora, nós não podemos desconhecer a relevância da questão ambiental. Não podemos. Nós temos que ter nesta discussão a preocupação com produção, com a ciência, mas temos que ter um padrão ético para discutirmos e definirmos o Código Florestal Brasileiro. Conosco e com as gerações futuras.

Nós não podemos fazer como já foi feito na história econômica, na história social, política de terra arrasada. E quantas políticas nós já não erramos? E quantas nós já não acertamos?

Percebe-se, sim, nos discursos – essa é a minha opinião – que ainda temos – porque é um processo que não está separado – da cabeça do século 19, de como tratar a terra, de como tratar a floresta, de como tratar os povos indígenas, de como tratar os negros, de como tratar os quilombolas, de como tratar a história.

Então a contribuição vinda de vocês marca um momento importante de pesquisadores da ciência. O Celso Manzatto chamou a atenção aqui: água e terra têm que estar juntos; água e terra caminham juntos. Ele mostrou isso aqui. Então vamos fazer, é a Embrapa que está falando.

Eu li a contribuição da Ana para o debate sobre o Código Florestal. É muito interessante, porque é uma lógica que trabalha o Código Florestal a partir da água.

É uma equação que não é simples: fazer o Código Florestal com os biomas que nós temos aí, que se apresentam aí, com seis grandes biomas. É um desafio para nós, legisladores: Como fazer isso?

Então eu penso que a ciência pode ir contribuindo. Como é que nós, aqui no Congresso, poderemos fazer uma lei para o Estado Brasileiro? O que nós poderemos transferir para os nossos Estados, para os nossos Municípios? Como é que é feito isso sem causar uma incerteza jurídica?

Então Presidente Rollemberg, quero dizer da grande contribuição. Mais tarde, no popular, vão dizer: não se queixem daquilo do que chamei atenção, mas que vocês estão chamando a atenção do Congresso, sobre o papel da ciência. Daqui a seis meses, sete meses, não sei. Acho que nós já temos ferramentas e contribuições políticas, sociais e econômicas para fazer um bom Código Florestal, comprometido com o planeta. Parece que é uma coisa do outro mundo dizer que nós temos que ter um Código Florestal comprometido com o Planeta. Por quê? Porque nós temos tanta água doce, tanta floresta, tamanho território que o que se fizer por bem ou por mal tem consequências para o Planeta. É com esse espírito que não tenho nenhum mas tenho essa reflexão e esse reconhecimento do esforço que as instituições estão dando no sentido de nós combinarmos o presente, mas fundamentalmente o futuro com qualidade de vida para as pessoas que vivem no Brasil. Quero chamar a atenção para o fato de que vocês não estão levantando questões que possam comprometer essa liderança importante do Brasil na produção. Vocês estão chamando a atenção de que nós precisamos combinar, mas não é contra a produção de grãos, não é contra a produção da pecuária. A contribuição de vocês é de alertar, não é contra.

As contribuições estão postas e quero agradecer e evidentemente vou fazer o debate olhando esse chamamento, contribuições de anos e anos de pessoas que estudam nos laboratórios das nossas instituições. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Agradeço, Senador João Pedro.

Vou consultar o plenário para modificar o encaminhamento. Como só temos mais quatro Senadores inscritos presentes, para que possamos encerrar a participação dos Senadores, depois retornamos aos membros da Mesa.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Com a palavra o Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Está havendo outro debate muito importante com o Presidente do Banco Central, na Comissão de Assuntos Econômicos, e eu precisaria ir para lá. Pediria a V. Exª que mantivesse o encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Com a observação do Senador Luiz Henrique, vamos manter o procedimento anterior.

Passo a palavra aos membros da Mesa. A Drª Helena Nader tinha pedido para falar, então passo a palavra a S. Exª

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, pela ordem, gostaria de me inscrever.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – V. Exª é o próximo inscrito. Em função da decisão da reunião anterior a inscrição foi por ordem de chegada. À medida em que os Senadores foram chegando, nós fomos os inscrevendo automaticamente.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Obrigado pela deferência.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Com a palavra a Drª Helena Nader.

A SRª HELENA BONCIANI NADER – Novamente quero agradecer todas as intervenções das Senadoras Ana Amélia e Kátia Abreu e dos Senadores e gostaria de, bem rápido

(falha na gravação)

que a Senadora Kátia Abreu fez questão de frisar que realmente eu não trouxe nada. Eu não trouxe, Senadora, para não agir como um papagaio de pirata e falar sobre o trabalho que foi feito pelos meus colegas. Eu vivo numa democracia, assumi a Presidência da SBPC quando esse trabalho foi realizado. Não era a ciência que queria realmente que saísse um estudo no nível em que esse foi feito. Não é a minha especialidade, eu aprende. Sei que sou extremamente capaz de falar sobre tudo isso, mas não teria a propriedade nem o currículo que embasasse o meu discurso. Então, foi por isso que não falei.

A outra coisa que quero que fique bem clara mais uma vez: por que não chamamos a OAB, por que não chamamos a economia? Porque, no momento que nós resolvemos avaliar, como poderíamos trazer para o discurso ciência de solo, hidrologia, alimentos etc., que temos dentro do rol da nossa SBPC e ABC. Foi nesse sentido. Foram somente essas áreas. Em todos os momentos, até escrevemos em um livro que não estamos contemplando tudo o que seria necessário frente ao tempo que assumi para fazer esse trabalho.

Então o que eu quis dizer com "às pressas", Senador, quero que fique bem claro, foi de não rapidamente, sem ouvir mais uma vez onde o Brasil pode estar à frente com dados – e isso foi dito na Câmara para o Presidente da Câmara, foi dito ao Deputado Aldo Rebelo, foi tido a todos os ministros. Nós entendemos que cabe aos senhores legislar. Nós não queremos – e isso está em todas as gravações, se a senhora for atrás e todos os ilustres Senadores aqui –, nós não queremos agricultores na marginalidade. E isso compete aos senhores fazer – nem sei como isso pode ser feito –, somente aos senhores, a quem nós delegamos pelo voto o dever de fazê-lo. Porém, como cidadãos, pagos pelo Erário, nós temos a obrigação de trazer à luz da melhor ciência brasileira para ajudar.

Nós pedimos o tempo todo que esse Código não fosse restritivo, com números de que a gente pudesse se arrepender amanhã. É isso que estamos trazendo. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Drª Helena, Presidente da SBPC.

Quero fazer uma consulta aos nossos convidados, se três minutos para cada um, para fazer os comentários a respeito das intervenções dos Parlamentares, são suficientes. (*Pausa.*)

Bem, então vamos começar com o Prof. Aleixo.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO ALEIXO DA SILVA – Eu acho que o diálogo está sendo fantástico. Primeiro, o diálogo, porque não viemos para debate. Em debate, alguém tem que ganhar. Diálogo é o que está ocorrendo aqui.

Senadora Ana Amélia, Senadora Kátia Abreu, Senador Blairo Maggi, Senador Luiz Henrique, Senador João Pedro, quando montamos esse grupo de trabalho tínhamos a certeza de que não seria conclusivo, e essa é uma das conclusões do nosso livro. Nós não temos o poder da verdade, nós não dominamos a ciência 100% para chegar aqui e falar para vocês o que vocês devem fazer. Só um esclarecimento, Senadora Ana. Todos aqui fazem parte do grupo. É tudo da Embrapa, Esalq, Universidade Rural, mas todos nós fazemos parte do grupo, nós trabalhamos juntos.

Então, partindo desse princípio, entendemos, desde o início, que nós não teríamos condições suficientes de pegar o Código de 65, pegar o substitutivo e dizer: olha, esse artigo presta, esse não presta, tira esse, bota aquele. Nós começamos com a História da Arte e descobrimos que a questão no Brasil, como eu falei no início, começou em 1537. Existe um livro fantástico denominado *Um sopro de destruição*, de José Augusto de Pádua, um advogado que fez uma tese sobre a questão ambiental no Império. A questão é muito antiga, não é de15 anos. A ciência, ilustre Senadora, não entrou há 15 anos porque são várias administrações de SBPC, a senhora sabe muito bem disso. E nós, de certa forma, entramos agora por conta de uma convocação da própria comunidade científica. Os senhores têm que admitir que nós não fomos convidados pelo Congresso para entrar na discussão. Esse é um fato que não precisamos discutir; é uma realidade. Se nós tentássemos entrar sem um convite, talvez, nós fôssemos tachados de penetra; talvez tenhamos demorado um pouco, não resta dúvida. Os erros existem. A ciência, já dizia Karl Popper, em outras palavras, evolui com

a derrubada de hipóteses. Então, o que Antônio fala hoje aqui, o que eu falo hoje aqui, o que os senhores falam hoje aqui, pode ser que, amanhã, não seja verdade científica. Então, nós acreditamos que o nosso trabalho, como o próprio título diz, é um trabalho de contribuição. A riqueza de perguntas da Senadora Ana vai nos fomentar com uma série de questões, Senadora. São pontos que, talvez, não vislumbramos, mas que são necessários nesse estudo. Essa é uma das razões pela qual acreditamos que precisamos de mais tempo. Em momento algum, criminalizamos produtores, prova tanto é que, uma das decisões do grupo, foi não entrar nas questões jurídicas que os senhores tão bem sabem fazer. Nós, mesmo tendo posição oficial, jamais falamos que deveria punir ou não punir. Código punitivo não funciona; código tem que ser educativo. Nós não tratamos a questão da anistia porque não é o nosso dever; o dever é dos Srs. Senadores. Nós estamos aqui, não temos um trabalho completo e no prontificamos a colaborar. A decisão do Brasil está nas mãos dos senhores. Se houver necessidade, podem ficar tranquilos, nós vamos colaborar, na medida do possível, sem uma resposta final e definitiva, porque a ciência de hoje pode não ser a de amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Professor Aleixo, só quero fazer um pequeno reparo, para dizer que, aqui no Senado, já fizemos cinco audiências públicas sobre Código Florestal. Duas foram para ouvir a comunidade científica e ouviremos quantas outras forem necessárias.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO ALEIXO DA SILVA – No início, falei que nós entramos sem sermos chamados. Agora não, agora está tudo ótimo.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – E quero registrar, ouviremos quantas vezes forem necessárias.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente, só pela oportunidade.

Estou aqui, Sr. Presidente, e vou deixar a mesa, com convite do Deputado Federal Paulo Piau, e tem um documento dos senhores de que foram convidados em novembro, e não foram porque o documento ainda não estava pronto. Então, como temos que entender isso, porque afinal de contas, os senhores ... Porque tenho aqui, até então era do Deputado Federal, na Comissão de Agricultura, tenho aqui a ata, inclusive em que os Parlamentares reclamaram que os senhores não compareceram e não mandaram representantes. Estou aqui com a ata. Tenho aqui o ofício endereçado. Então, não sei, ou há um grande mal entendido, ou é algo de que preciso, para mim mesmo, ter uma resposta. Porque, como a Câmara tem um ofício endereçado à SBPC e às entidades e teve a audiência e há uma ata dizendo que lamentavelmente os senhores não puderam comparecer. Como entendo isso, só para que fique claro, até para que possamos estabelecer aqui, Presidente, uma relação. Eu, como até então, Deputado Federal, ouvi que os senhores não foram convidados para participar do debate, Sr. Presidente, aí fico numa situação muito delicada.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO ALEIXO DA SILVA – Sr. Presidente, só para um esclarecimento, na minha primeira fala, me referi a esse convite; talvez o senhor não estivesse na Casa.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – O senhor acabou de dizer que nunca foram convidados.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO ALEIXO DA SILVA – Falei que, quando nós entramos, em maio de 2010, nós não havíamos sido convidados por ninguém. E aqui falei que fomos convidados pelo CNA e não poderíamos comparecer. Os Senadores que estavam presentes sabem disso.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – É de novembro.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO ALEIXO DA SILVA – Nós terminamos o livro, ilustre Senador, no final de fevereiro, nós não tínhamos conclusão. Nós avisamos e nós viremos aqui. E nós recusamos participar de outros eventos, também, porque nós não tínhamos ...

Só um esclarecimento, na semana passada, fiz três palestras sobre o Código Florestal, na TV Universitária, no Clube de Engenharia e para os Usineiros, lá em Carpina. O assunto, agora, no Brasil tomou vulto; e isso é muito bom, isso é muito bom.

Agora, na minha primeira fala aqui, Senador, eu expliquei por que nós não viemos em novembro; nós não tínhamos conclusões. Hoje que, teoricamente, temos poucas conclusões ...

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco/DEM – TO) – Presidente, pela ordem.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, quero sugerir que, se houve ou não convite, isso não é relevante. O que é relevante. O relevante é que os senhores estão aqui e vamos debater tantas vezes quantas forem necessárias.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Agradeço a sabedoria do encaminhamento do nobre Senador Luiz Henrique e passo a palavra ao Prof. Antonio Donato Nobre. Três minutos para o senhor.

O SR. ANTONIO DONATO NOBRE – Eu vou aproveitar o meu tempo da forma mais produtiva possível, não entrando em debate. O diálogo é muito mais virtuoso que o debate, porque o diálogo permite que eu perca, o debate não. No outro, tem-se que perder ou ganhar. É como num jogo de futebol: se você ga-

nha, está bem; mas, quando dá empate, todo mundo fica triste. Mas, no nosso caso, precisamos realmente de um diálogo, e eu tenho aprendido muito desde o começo desse processo, pelo aporte... E já elogiei diretamente o Deputado Aldo Rebelo pelo papel de trazer à consciência da sociedade uma demanda legítima, que hoje eu reconheço que não estávamos vendo, de que 85% dos brasileiros vivem em áreas urbanas. A Datafolha mostra a opinião do povo brasileiro. Isso é interessante, inclusive colocar em perspectiva esses 410 votos da Câmara dos Deputados que contrastam com a opinião brasileira em muitos pontos.

Mas eu queria colocar aqui respostas específicas. A Senadora Ana Amélia fez algumas perguntas. Quando nós começamos este trabalho, eu tinha a impressão de que nós íamos ou defender um lado ou defender o outro, achar os defeitos etc. E qual não foi nossa surpresa, ao consultar mais de 300 trabalhos científicos na área, com essas pessoas que se agregaram para fazer esse estudo, em constatar que isso não tinha efetivamente razão!

Várias coisas foram mostradas hoje aqui para um embate. Tinha razão, na realidade, para sinergia.

Vimos alguns exemplos pontuais. O caso da Geórgia é um exemplo pontual. A senhora listou outros aí, e eu vou fazer a lição de casa e vou encaminhar-lhe as respostas, porque acho que são muito auspiciosas. Exemplo: dez mil metros cúbicos de água contaminada, para ser tratada gasta-se de R$300 a R$400. Para você tratar a água que sai de uma floresta, de uma bacia hidrográfica reservada, você gasta de R$3 a R$4; é 100 a ordem de magnitude.

Então, lá na Geórgia, eles fizeram esses cálculos para poder estimar quanto vale a água limpa que chega à cidade.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ANTONIO DONATO NOBRE – Mas não deu três minutos ainda, deu?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – É porque a campainha avisa quando falta um minuto.

O SR. ANTONIO DONATO NOBRE – E o que vemos? Se o urbano pudesse pagar a sua conta de água para o agricultor, ou uma parte dela, não vamos dizer toda, todo mundo ia sair no lucro. Na realidade, não é gasto; é investimento. Porque eu terei uma água melhor, terei saúde melhor, então, haverá menor queda de produtividade por problema de doença etc. E o agricultor tem uma nova fonte de renda, que é totalmente justificável. Nós vimos isso ao longo de quase todos os trabalhos que nós tivemos a oportunidade de verificar.

O meu tempo está acabando, mas eu preciso responder a Senadora Kátia Abreu sobre o projeto Biomas, que é um projeto, inclusive, que nos inspirou, a mim pessoalmente. Inclusive um dos membros do projeto Biomas participava do nosso grupo a uma certa altura e nós fizemos essa proposta...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ANTONIO DONATO NOBRE – Eu peço mais 30 segundos, *data venia.*

Essa proposta que nós trouxemos aqui, na realidade, tem duas geomorfologias. Uma é aquela semântica do Ab'Saber, do Bigarella, que você descreve a paisagem etc. E peço à Senadora Kátia Abreu para, por favor, prestar atenção porque estou respondendo a sua pergunta.

Há uma nova semântica, uma nova geomorfologia que é quantitativa, que eu chamo de geomorfologia turbinada. Eu vi, no projeto Biomas, que a previsão de se definir onde estavam os territórios estava em torno de nove anos. Nós precisamos fazer isso em muito menos tempo. E o que eu trouxe aqui foram essas tecnologias. O convite feito, eu vou aceitar sim, para ajudar a CNA, se for o caso. O instituto, certamente, está à disposição para fazer as coisas com radar, com satélite, e nós termos isso no tempo justo e não em nove anos, dez anos, porque isso é um tempo demasiado.

Essa era a resposta.

Há outros pontos, mas não dá tempo.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado.

Passo a palavra ao Dr. Celso Manzatto.

O SR. CELSO VAINER MANZATTO – Vou tentar falar nestes três minutos, Senador.

Senadora, a senhora me fez uma série de questionamentos sobre alguns números, e a Senadora Kátia Abreu também.

Eu gostaria de dizer assim: existem algumas projeções, posso lhe mandar referência, o livro da agricultura de baixo carbono no Brasil, que tem um modelo de simulação. São estimativas. E chamo atenção novamente, Senadoras, para o fato de que nós precisamos investir em dados e informações no País. Nós não temos. As senhoras, certamente, quando procurarem suas assessorias, vão sentir falta disso. Qual é o número? Qual é o impacto? Nós temos estimativas. Quando a gente diz "qual é a dimensão do País?" – eu trabalho e trabalhei bastante com zoneamento, e gostaria de ver isso espacializado no meu País. Eu só consegui ver o nosso País espacializado do ponto de vista de uso e de potencial há dois ou três anos, quando começamos a fazer o zoneamento da cana-de-açúcar, e nos deparamos com uma questão. Levamos oito meses,

Senadores, para buscar informação, e dois meses apenas... O ex-Ministro Stephanes não está aqui, mas ele nos deu exatos nove meses. E eu disse: "Ministro, nove meses é um número interessante!" E nós tivemos que fazê-lo em dois meses apenas.

Essa questão remete a outra questão, Senador Luiz Henrique – e, em relação à questão jurídica, não posso lhe dar a resposta: na verdade, o que ocorre é que estamos remetendo essa discussão, originalmente uma questão essencialmente florestal, para uma questão territorial. Na verdade, grandes dos componentes relacionados à questão do Código Florestal que são tratados são formas de tentar tratar o território de forma linear, o que é extremamente difícil.

Lembro da discussão com o então Governador Blairo Maggi sobre a questão do zoneamento. Os interesses postos são muito grandes, e, se não tivermos um olhar mais territorial, de fato temos algumas limitações em estabelecer regras do ponto de vista simplesmente linear.

Acredito, sinceramente, que, após o Código Florestal, temos uma agenda ambiental e uma agenda da agricultura extremamente complexa, para que possamos, de fato, responder às demandas e aos questionamentos que, cada vez mais, a nossa agropecuária vai demandar, principalmente porque resolvemos ser grandes e competir nos mercados internacionais. Assim, com certeza, essa competição é mais forte.

Senador João Pedro, gostaria de agradecer os seus elogios. E queria dizer: dessa turma toda da ciência, é comum sermos chamados para participar de bancas, para participar de comitês, e fazemos isso com alegria, porque essa é a praxe da ciência. Todos que participaram aqui doaram grande parte do seu tempo de suas atividades normais. E, mais do que isso, sujeitos a virarem telhado de vidro, tanto para a comunidade científica, quanto para a sociedade como um todo, o que é mais difícil ainda.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Passo a palavra, então, ao Sr. Ricardo Rodrigues.

O SR. RICARDO RIBEIRO RODRIGUES – Obrigado, Senador.

Eu só gostaria de reforçar o que já foi comentado pelos meus colegas.

Quando nós nos sentarmos para votar o Código Florestal, o substitutivo, estamos perdendo uma oportunidade enorme de efetivamente discutirmos a agricultura, discutirmos o meio ambiente, discutirmos essa integração de agricultura e meio ambiente. Então, essa é a grande questão que estamos colocando muito claramente aqui.

Se colocamos redução das APPs para 15 metros, há várias situações em que o planejamento ambiental, o planejamento da paisagem vai dizer que é mais de 15 metros, porque são áreas que não têm aptidão agrícola. E o que vamos fazer com essas áreas que não vão ser usadas adequadamente para produção agrícola com alta produtividade? Vão ficar áreas marginais da atividade de produção. E é isso que está acontecendo. Então, é isso que temos que efetivamente discutir nisso que estamos chamando de ordenamento agrícola e ambiental da paisagem. Temos que ter muito cuidado na votação desse Código, porque vamos votar números pelos quais vamos condicionar áreas agrícolas abandonadas ou área agrícolas de baixa produtividade, porque não têm aptidão agrícola.

Para a questão levantada pela Senadora Ana Amélia, da pastagem, se não ficou claro na nossa proposta, a nossa proposta é com aplicação de pacote tecnológico para a pecuária, efetivamente, para conseguirmos duplicar ou triplicar a quantidade de unidades animais em menos área. Ou seja, estamos aumentando a produtividade desses agricultores, e, logicamente, aumentando o rendimento econômico, tanto de carne, quanto de leite. Isso com um pacote tecnológico que tem de ser viabilizado para não manter uma agricultura com essa condição de rendimento de a maioria ganhar R$200,00/hectare/ano.

O Senador Blairo comenta bem: eu participei do zoneamento do Mato Grosso. Mato Grosso é um exemplo interessantíssimo. Mato Grosso pegou um momento muito interessante, porque o zoneamento foi felizmente um pouquinho antes da grande expansão da agricultura no Mato Grosso. Houve grandes acertos, exatamente por isso que nós estamos falando, por essa possibilidade desse ordenamento que aconteceu no Mato Grosso. Houve erros, vários erros, que são normais, mas que hoje se tenta corrigir. Mas eu considero que o Mato Grosso é um exemplo muito claro disso, porque foi exatamente precedido por um momento favorável de um zoneamento, cobrado pelo PNUD naquela época, e que aconteceu. E a ocupação ou a expansão agrícola aconteceu logo depois, já num ordenamento muito claro de áreas com alta aptidão agrícola etc. De forma que acho que esse é um exemplo muito interessante.

Quanto ao que a Senadora Kátia comenta sobre o que foi falado, nós estamos falando exatamente isso. Nós não podemos desvincular a política ambiental da política agrícola. Acho que não podemos condicionar a questão de desmatamento com a permanência de agricultores ganhando R$200,00/há/ano numa propriedade rural. Então, efetivamente, é uma questão de discutir política ambiental e política agrícola dentro do

planejamento, do ordenamento da propriedade dentro dessa possibilidade.

Quanto à questão de que a ciência estava esquecida, digo que não estava. Esses dados que mostramos aqui não foram gerados nos últimos seis meses ou um ano. Isso deve ficar muito claro. Eles não estavam organizados em uma política de discussão do Código, ordenada pelo Governo Federal para que efetivamente fizéssemos isso, mas os conhecimentos científicos estavam sendo gerados. E o que estamos fazendo aqui, através da SBPC/ABC, é só colocando esse conhecimento científico que foi gerado nas últimas décadas, que sustentam essa discussão do Código Florestal.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – Vamos prosseguir no segundo bloco de falas... Ainda falta? (*Pausa*.)

Com a palavra o Sr. Elíbio Leopoldo, por cinco minutos.

O SR. ELÍBIO LEOPOLDO RECH FILHO – Sr. Presidente, rapidamente, talvez menos tempo que isso.

Agradeço as oportunas intervenções e comentários.

Terminei a minha breve explanação com uma pergunta e até mencionei talvez seis meses. Então, talvez, eu vá até reformular e colocar... Houve, inclusive, um consenso entre nós. Foram colocados pelas eminentes Senadoras Ana Amélia, Kátia Abreu e pelos demais Senadores: não seria mais conveniente ou mais produtivo termos outros membros dentro desse GT? Sim. Então, retomo a pergunta a V. Exªs. Em quatro meses não seria possível montar um trabalho integrado e intensivo envolvendo vários autores, com os subsídios das tecnologias aqui apresentadas, para que se pudesse talvez incrementar ainda mais os subsídios para quando da futura votação, que talvez seja daqui a três meses?

Mas nós temos uma proposta de tentar intensificar – e a colocação foi muito procedente. Nós deveríamos ter talvez mais advogados, principalmente, mais economistas, para que pudéssemos fazer um trabalho integrado. Porém, a dificuldade que nós tivemos é o pouco tempo que dispomos nas nossas atividades para compor esse GT e fazer algo mais conclusivo. Então, retorno a V. Exªs: seria viável ou seria de interesse da Casa montar uma estrutura mais ativa nesse contexto?

Obrigado.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco/DEM – TO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Professor Elíbio Rech.

Com a palavra, pela ordem, a Senador Kátia Abreu

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco/DEM – TO) – É só porque, como encerrou o bloco da minha participação, eu gostaria de aqui fazer um registro, até porque preciso me retirar.

Na verdade, uma coisa precisa ficar muito clara aqui também: a SBPC e a ABC são instituições, associações importantes para o País. Ninguém está aqui criticando a intenção do associativismo e da sua organização; só que não é unanimidade. Não é unanimidade entre os cientistas do País. Mesmo porque o professor Gustavo Curcio, da Embrapa/Floresta, e o ex-Ministro Allyson Paulineli se retiraram desse grupo, endereçando uma carta ao Presidente Marco Raupp. E se retiraram do grupo pela dureza do documento.

Allyson Paulineli, inclusive, chama a atenção – a carta está aqui nas nossa mãos e podemos distribuir cópias para quem quiser – que é uma temeridade o primeiro documento com relação à agricultura. Ele ainda cita a expressão “entregar o ouro ao bandido”.

Fico preocupada quando leio no documento básico, no seu terceiro parágrafo, que a legislação atual e as alterações subsequentes levaram em consideração os conhecimentos científicos até então disponíveis. Isso é tentar convalidar todo um amontoado de regras, as mais estapafúrdias que se tem conhecimento, de um código absolutamente inexequível, que até a própria existência, até os dias de hoje, demonstra a incapacidade que dele se obtenha bons resultados.

Pergunto aqui: quem conhece o bioma amazônico? Mas afirmar-se como está no seu parágrafo sexto que a agricultura tropical provoca um aumento na pressão sobre o meio ambiente é confessar um completo desconhecimento do que é a nossa agricultura tropical, que é a mais sustentável e conservadora hoje reconhecida pelo mundo. Uma afirmação dessa natureza, originária das duas instituições mais credenciadas que temos perante o mundo, é entregar o ouro ao bandido. Nossos concorrentes, que até agora só estão conseguindo fazer frente a nossa capacidade competitiva, com recursos dos seus tesouros, em subsídios aos seus produtores, que alegam não conseguir concorrer conosco, penso que não será com esse tipo de afirmação que iremos corrigir o que é necessário. Foi assim que o Ministro Alisson Paulinelli se retirou desse grupo, assim como Gustavo Cursio também se retirou. Apenas para dizer que a SBPC não tem a unanimidade de todos os cientistas a respeito desta consideração.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg**.** Bloco/PSB – DF) – Eu peço licença aos Senadores para passar rapidamente a palavra à Drª Helena, na condição de Presidente da SBPC.

A SRª HELENA BONCIANI NADER – É uma pena que o professor...

(falha na gravação.)

...porque ele que poderia responder melhor à senhora, Senadora. No entanto, eu gostaria que a senhora soubesse e me dissesse onde está no documento oficial da SBPC a frase a que se refere o ex-Ministro Alisson Paulinelli. Ele está falando com o professor a respeito de um documento sigiloso que estava em discussão no GP e ele manda essa carta. A senhora me desculpe. Mostre...

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco/DEM – TO) – Sr. Presidente, foi exatamente a reação de alguns cientistas que se retiraram do grupo que o grupo...

A SRª HELENA BONCIANI NADER – Não, não...

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco/DEM – TO) – ...mais. O grupo amenizou, segundo o documento, depois da contestação de alguns cientistas...

A SRª HELENA BONCIANI NADER – Não, não foi. A senhora me desculpe, mas aqui vou ficar batendo boca com a senhora, não é o meu estilo. A senhora trouxe para cá uma inverdade e vou provar isso mandando documentos para esta Casa. A senhora me desculpe...

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco/DEM – TO) – Sr. Presidente, ela me fez uma acusação de que estou...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg**.** Bloco/PSB – DF) – Foi feito aqui um registro...

A SRª. KÁTIA ABREU (Bloco/DEM – TO) – ...dizendo uma inverdade. Eu liguei para Alisson...

A SRª HELENA BONCIANI NADER – Não...

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco/DEM – TO) – Por gentileza, minha senhora. Contenha-se, pois cada um aqui tem a hora para falar.

Eu pedi autorização ao Ministro Alisson Paulinelli, agora, há dez minutos, por telefone, antes de ler a carta dele. Eu jamais cometeria essa indelicadeza com o Ministro, e ele pode ler a carta inteira, se você quiser. Eu li apenas dois trechos. São três laudas de indignação com relação ao primeiro documento posto. Portanto, a renúncia dos dois cientistas desse grupo, porque foi justamente a reação deles que fez o grupo amenizar...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg**.** Bloco/PSB – DF) – Eu agradeço a Senadora Kátia Abreu e faço um apelo e faço um apelo à Senadora Kátia Abreu e a Drª Helena para que não transformemos o debate em um debate paralelo.

Foi feito um registro, foi dada uma explicação. E todos os Senadores estão abertos para receber tanto o documento do ex-Ministro Alisson Paulinelli, como também os esclarecimentos da Drª Helena, da SBPC.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco/DEM – TO) – Sr. Presidente, ainda com relação ainda ao comentário, por favor, para terminar o meu foco, por favor...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg**.** Bloco/PSB – DF) – Eu faço um apelo, Senadora Kátia Abreu, para a gente retomar o...

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco/DEM – TO) – Mas, Sr. Presidente, o pesquisador fez uma crítica com relação ao Projeto Bioma, por ter nove anos. Eu preciso responder isso, porque há um equívoco. As árvores demoram um pouco para crescer Professor Nobre; não significa que terminará as vitrines em nove anos, mas em nove anos temos que reintroduzir espécies nativas; nós vamos ver a convivência dessas árvores, que precisa ver o impacto delas na preservação ambiental. Então, quem sou eu para dizer isso. Eu aprendi isso com Gustavo Cursio e Élton, que é o chefe da Embrapa Florestas no Brasil. Eu também questionei: nove anos? Claro, Senadora, as árvores demoram para crescer. Ah, bem lembrado.

Então, toda essa pesquisa ela será implementada nas seis vitrines. Pode até ultrapassar nove anos, mas, no mínimo nove anos para ver os resultados, Professor.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg**.** Bloco/PSB – DF) – Eu faço um apelo...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg**.** Bloco/PSB – DF) – Drª Helena, agradeço.

E vamos retomar então as nossas intervenções dos nobres Senadores.

Com a palavra o Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, convidados desta Casa, penso que um Senador não deva ser representante de setores; um Senador deve ser representante do povo do seu Estado e da República Federativa do Brasil.

Assim, a minha intervenção vai ser bem curta para agradecer a presença dos cientistas aqui. Não há que se falar aqui em democracia sem ciência. Eu como Senador da República, vou louvar-me na ciência. É lógico que desde a teoria, ou princípio da imprecisão, incerteza, não existe certeza também na ciência, pois ela é dinâmica. Agora, nós como Senadores da República não podemos, aqui no Senado, estar de um lado; nós temos que estar ao lado do povo brasileiro.

Na verdade, nós não podemos fazer um código que seja um código de produtores ou código de ambientalistas. Temos que fazer um código de brasileiros. E olha que eu falo isso vindo de um Estado em que a sua economia se fundamenta no setor produtivo, um

setor que deve ser elogiado, um setor que deve ser respeitado.

Agora, se nós vamos trazer para o Senado aquelas batalhas que ocorreram na Câmara dos Deputados, o Senado não vai cumprir o seu papel. A ciência precisa ser ouvida sim. Nós precisamos tirar a emoção deste debate. Temos que ouvir a ciência – é lógico que existem posições científicas de todos os lados, como posições jurídicas existem de todos os lados. Qualquer jurista de primeiro ano do Direito fundamenta pena de morte e a tortura, de acordo com a Constituição da República; como qualquer cientista pode fundamentar que determinada lei física não existe.

Nós aqui vamos ter que chegar a uma conclusão sem emoção. Eu não posso ser um Senador da República de ambientalistas e nem de produtores. Eu tenho que ser um Senador da República que defenda os interesses do Brasil, desta e das futuras gerações.

Parabéns pela fala dos senhores. Li o relatório, o trabalho da SBPC, do Ipea, consultei o setor produtivo do Estado e vou votar de acordo com a minha consciência. Agora, a minha consciência tem um limite, e o limite é o que está dito na Constituição da República. Nós não podemos, com a atual Constituição, firmarmos um retrocesso na preservação ambiental. Isto está ali bem dito.

Eu quero duas perguntas de ordem objetiva aos senhores. Primeiro: Eu perguntei ao Deputado Federal Aldo Rebelo se a ciência foi ouvida, no tempo que a ciência exige? Porque o tempo da ciência, senhores, é diferente do tempo do processo legislativo.

Este projeto ficou em debate na Câmara dos Deputados por 11 anos!

A ciência não foi ouvida, esses dados já existiam, ou eles foram criados a partir do mês de novembro? É uma indagação que eu gostaria de ouvir a resposta objetiva dos senhores.

Segunda questão objetiva: Os senhores não estão aqui para trazer argumentos jurídicos; os senhores não são advogados. Quem vai tratar do jurídico são os advogados, são os Tribunais e somos nós aqui, no momento da votação deste projeto. Portanto, não vou fazer indagações jurídicas.

Eu gostaria de saber, se fosse possível, de uma forma objetiva: O que veio da Câmara trará prejuízo ambiental ao povo brasileiro? Eu não quero saber se a questão é do setor produtivo, eu não sou ambientalista e nem sou do setor produtivo. Objetivamente é isso que nós vamos discutir.

Existem posições jurídicas e posições científicas para todos os lados. Eu quero saber a posição dos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Pedro Taques. V. Exª economizou tempo, pela sua objetividade.

Passo a palavra ao Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente Rodrigo Rollemberg, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, Srª Convidada, todos que aqui estão, como falei na audiência com a Ministra Izabella, eu tenho uma missão de procurar relatar, levando em conta, com objetividade, as opiniões colhidas aqui, a posição dos colegas Senadores e Senadoras, e colaborar com o meu País num tema tão complexo, que envolve tantos interesses, mas que tem uma importância estratégica para o Brasil.

Estou mais do que convencido, depois dessa audiência, de que também do ponto de vista da ciência é necessário que façamos essa atualização ou essa mudança na legislação ambiental no Brasil, principalmente no Código Florestal. Isso também era uma dúvida. É óbvio, como a própria Senadora Kátia Abreu e eu já mencionei, em outras ocasiões, como também outros Senadores, nós temos uma situação de uso do solo no Brasil que estava incompatível com a legislação e tinha um problema que já exigia uma decisão sobre essa legislação ou sobre o uso do solo.

Isso vem se arrastando há quase 10 anos, como bem colocou o meu colega Pedro Taques. Mas o fato é que não é por conta só do problema. O problema é real, existe, e acho que é a oportunidade que Congresso tem de encontrar uma solução. Dar o que eu tenho chamado de segurança jurídica, para esse setor tão importante na vida do Brasil. Mas é bom que a gente vá limpando um pouco esse debate. Hoje, ouvi, aqui, que a base de conhecimento que nós tínhamos em 65 era absolutamente diferente da que temos hoje: os recursos, as possibilidades que podemos usar para adequar a legislação do Brasil, se o Brasil quer ser – como estamos trabalhando para isso – uma referência. Seja uma espécie de G1 da biodiversidade, um G1 da produção de alimentos, da segurança alimentar. Acho que são absolutamente compatíveis esses dois grandes propósitos.

Queria agradecer, porque eu fui um dos signatários desse requerimento. Penso que uma matéria como essa não pode ser levada adiante, apesar de entender que estamos frente a uma decisão política... O Brasil tomará uma decisão política sobre o que pretende fazer com seus recursos naturais, com um dos principais ativos que tem, que é a força de trabalho dos produtores, que é a produção da agropecuária, o agronegócio que está aí tão bem colocado nas exposições, na nossa balança comercial, agora e no futuro. Mas nós vamos tomar uma decisão política e quanto mais em-

basamento técnico e científico tivermos, melhor para tomarmos essa decisão política. Muito melhor.

Quero agradecer à Srª Helena e a todos os convidados pela objetividade com que colocaram – se é que posso usar esse termo que é tão importante. Não tem problema que tenhamos pessoas com posições já bem claras, mas no caso da ciência, a busca da imparcialidade eu consegui identificar aqui nos depoimentos, que foram muito ricos. Digo isso por duas razões: os depoimentos estão presos no conhecimento técnico-científico e também os senhores conseguiram fazer algo que entendo ser fundamental para esse debate, ou seja, a busca de estar em contato permanente com a realidade. O fato é que ninguém maneja mais água, solo, recursos naturais do que quem produz, quem cria. São as pessoas que estão mais próximas. Qualquer geração de brasileiros, segunda ou terceira, já chega imediatamente numa geração rural em qualquer família nossa.

Não quero me estender, mas queria ouvir de V. Sª, se pudesse,um breve comentário. Primeiro, porque entendemos que há alguns pontos que estão gerando um debate no Código. Particularmente, entendo que nós temos que dar uma solução para um passivo ambiental, uma segurança para quem trabalha e produz. Temos que encontrar melhor solução e, ao mesmo tempo, apontar, fazer um bom uso desse conhecimento técnico-científico que nós desenvolvemos, uma inteligência nacional que o mundo não tem e que nós temos, a serviço da legislação e de uma atividade sustentável.

Gostaria de ter um comentário de V. Sª. Primeiro, acredito que ainda há tempo para nós definirmos um pouco melhor e o Senado é o ambiente político que está mais adequado, com todo respeito à Câmara, gostaria de saber que princípios deveriam estar colocados na hora em que se discute essa legislação, e que objetivos deveria ter, do ponto de vista técnico-científico, uma legislação como essa. Porque eu entendo que o nosso Brasil, hoje, no fundo, se nós encontrássemos uma maneira de dialogarmos, como estamos buscando aqui nessa reunião, apesar de um certo desentendimento, mas entendo que de certa forma faz parte de ajustarmos os pontos. Mas aqui estamos querendo objetivar as posições em cima da proposta apresentada, o que pode ser mudado, o que deve ser mantido e o que pode estar faltando. Nesse propósito, do que está faltando, no fundo, eu entendo, pelas apresentações aqui, que há um caminho novo ou um novo jeito de caminhar, como diz um poeta da Amazônia, que é a discussão: nós vamos seguir com o modelo de agricultura que tem dado bons resultados, que tem nos firmado, mas que tem problemas do ponto de vista da sustentabilidade no geral e que, nela mesma, tem excepcionais exemplos, graças à Embrapa e outras instituições de pesquisa, de universidades, belos exemplos de produção sustentável? Ou seja, vamos dirigir toda a estratégia política do Brasil para um modelo de produção e criação sustentável? É isso que nós queremos? É isso que tem que balizar a nova lei? Se for isso, mais fácil, vamos todos trabalhar com esse propósito, com o nosso conhecimento. Se não for isso, se queremos trabalhar com dois modelos, o sustentável e o insustentável, isso tem que estar preso nos objetivos e princípios que o novo Código precisa e deve trazer.

Então, dentro desse propósito, eu gostaria de contar com alguns comentários, especialmente sobre temas que eu entendo que estão faltando ficar ainda melhor colocados para atender alguns princípios e objetivos. Por exemplo, não tínhamos o tema, o conhecimento que o mundo tem hoje sobre o clima. Esse é um tema novo para o mundo e que tem consequências em toda parte do mundo. Gostaria de um pouco de comentário sobre clima.

Outro ponto polêmico também. Se os senhores têm alguma base maior que pudessem comentar nesta audiência de hoje, sobre o problema das cidades. Nós temos a expansão econômica do Brasil. Oitenta e cinco por cento das populações estão nas cidades, estão aumentando, isso deve crescer e muitas áreas de APPs estão nas cidades, com consequências de perda de vidas humanas. Inclusive um certo comentário: quanto que o Código deveria ou não deveria tratar deste tema das cidades?

Basicamente, para concluir, queria só fazer um registro. Drª Helena, gostei muito. Eu estava com o propósito de que não viesse aqui uma posição política da SBPC ou da Academia Brasileira de Ciências, mas que viéssemos objetivamente tratar de alguns temas que a SBPC e a Academia conseguiram desenvolver, porque aí dá a objetividade que eu vi hoje aqui. Então, parabenizo a todos e agradeço. Os senhores e as senhoras estão nos ajudando a, quem sabe, fazer o melhor para o Brasil, especialmente por aqueles que trabalham e produzem e por aquele que está presente e que é fundamental para a produção, que é o meio ambiente, que é a biodiversidade. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Jorge Viana, relator dessa matéria pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

Passo agora a palavra ao Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Nobre Presidente Rollemberg, senhores convidados e caros colegas, serei breve.

Eu notei, logo no início da exposição do Prof. Duarte Coelho, que em 1527, se não estou equivocado, começou a se discutir APPs ao redor de riachos, córregos. Já naquela época. Também, se não me engano, afirmou o Prof. Nobre que mudaram o bordo de referência. Ouvi agora o Senador Jorge Viana falar que estamos com oitenta e poucos por cento da população vivendo em perímetros urbanos. Por que não pensarmos também em algo que questionei na presença da Ministra Izabella, naquela audiência pública da semana passada: em urbanizarmos as APPs? Quem sabe se deveria levar-se em consideração também isto, a urbanização das APPs! Querendo ou não, hoje, oitenta e poucos por cento da população vivem em perímetros urbanos, vão avançando, avançando, e a gente não sabe como é que se conduz isso.

Então, dentro desse comentário, dá para notar também, pela exposição que se fez aqui, pelos mapas etc., que nós temos, no Brasil, e mesmo nesses córregos, nesses rios – a ciência, para essa finalidade, não é exata –, que os 30m, 50m, 100m, 200m, 300m, esses números estanques não podem prevalecer. Hoje temos conhecimento, pela ciência, pelo que os senhores expuseram aqui, que não há como aplicarmos uma ciência exata para isso. Eu até pego o meu Estado, que é Santa Catarina, se aplicar a ciência exata lá, acho que é impossível, até porque se discutiu, aqui, em áreas alagadas, várzeas, banhados, os desenhos; de um lado do rio ele avança mais do que no outro. E aí precisamos, de acordo com a situação do terreno, precisamos aplicar ali uma legislação mais flexível para protegermos o meio ambiente, e também aproveitarmos, quem sabe, que do outro lado do riacho tenha condições com uma reserva menor de metragens poder produzir alimentos com segurança, com sustentabilidade e assim por diante.

Então, tendo um raio X dos nossos terrenos, do Brasil, tendo um mapeamento, podemos aplicar... Não podemos ficar com aquela ciência exata dos 30 metros, dos 50, dos 100, dos 200 ou dos 300 metros. Acho que essa flexibilização é possível. Temos uns colegas dos senhores de Santa Catarina que defendem essa tese que podemos já mudar. Em alguns lugares, alguns riachos, não precisam ser os 30 metros. Em outros, caso o terreno seja íngreme, de acordo com a posição dele, de ter que avançar, por ser menor, ou pode até diminuir. Vejo que deve haver essa flexibilização e a ciência já caminha para isso. Acho que é o melhor para todos nós. E sei, também, de antemão, que os nossos dois relatores aqui, o Senador Jorge Viana, na Comissão de Meio Ambiente, que também foi autor de uma nova proposta de defesa civil no Brasil, porque tem muito a ver com isso, em função dos desastres e dos sinistros, tem muito a ver com isso, e coube ao Relator dessa matéria, e tem muito a ver, também com a posição do outro Relator da Comissão de Constituição e Justiça e de Agricultura, que é o Senador Luiz Henrique. Os dois têm que trabalhar para concluir e chegar a um grande entendimento.

Vou terminar, Sr. Presidente. E esse debate que houve aqui com a Drª Helena e com a Senadora Kátia Abreu é normal. Até pode haver esse debate entre os Senadores Luiz Henrique e Jorge Viana para buscarmos o melhor; e vamos buscar. E a Senadora Kátia Abreu, pelo seu jeito de lutar, é psicóloga de formação, e a Drª Helena faz parte para tirarmos o melhor do debate. Sei que os dois Senadores Luiz Henrique e Jorge Viana já estão até a noite, muitas vezes, de madrugada, fora de hora, trabalhando para trazer algo consensual. Nós não vamos chegar a uma ciência exata nesta legislação do Código Florestal, nem se pode. Temos que ser flexíveis, temos que ter um *rebolation, (Risos.)* no bom sentido, para chegarmos ao que é melhor para a sustentabilidade, para a produtividade, mas é. Não tem jeito, ser exato nesse caso não tem jeito, não tem jeito.

Então, são os comentários que trago, são algumas observações, Senador Rollemberg, que trago aqui e precisamos buscar o que seja o melhor para todos nós, para o futuro do Brasil, o melhor de todos nós. Queremos aqueles desenhos que os senhores terminaram, ficamos desejando um negócio sustentável, lindo, tudo verde, tudo regulado. Chegarmos a esse ponto é o desejável, mas não tem como ser uma ciência exata, nesse ponto não tem.

Então, cumprimentando a todos, trago aqui os argumentos para expor meus pontos de vista diante dessa empreitada.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Casildo Maldaner pela sua contribuição a esse debate e pela descontração do ambiente.

A próxima inscrita é a Senadora Vanessa Grazziotin, em seguida, o Senador Waldemir Moka.

Senadora Vanessa Grazziotin, nobre representante do Estado do Amazonas.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – O Senador Taques, que está aqui, diz que está querendo cortar a minha palavra, Presidente, diz que não tenho mais que perguntar.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – A Presidência assegurará a sua palavra.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Desculpe, Sr. Presidente, estou dizendo a ela que o Chaves está bem vivo, estou discutindo com ela aqui.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Mas a viagem para a Venezuela é mais tarde, é depois desse debate do Código Florestal.

Presidente, quero pedir mil desculpas, não só a V. Exª, mas aos nossos convidados, porque tive que me retirar durante boa parte das intervenções de V. Sªs para participar de uma reunião em outra comissão com a presença do Presidente do Banco Central.

Mas, perguntei, como questionei meus colegas, companheiros, senadores que aqui estão, inclusive algumas pessoas que estão participando do debate desde o início, tem um assunto que considero importante e que parece que não foi tocado e sequer questionado. Inclusive, o Relator, Senador Jorge Viana pediu-me que fizesse e eu falei: Senador, eu voltei exatamente para fazer essa pergunta.

E no que diz respeito ao tema Código Florestal, eu criei um prefácio para mim mesma. E o prefácio diz o seguinte: eu comemoro muito esse debate; eu comemoro, inclusive, a divergência do debate, a contradição das opiniões, os conflitos, porque acho que isso é importante. Na minha opinião, a situação anterior a esse debate era pior do que essa, porque era silenciosa. Era uma lei maravilhosa, duríssima e inaplicável. Inaplicável! Ninguém obedecia, porque não tinha condições.

Então, eu comemoro.

O Presidente me olha ali com um sorriso estampado, porque ele comemora também. Nós estivemos em uma viagem fora do Brasil e ele lá expôs, com muita propriedade, o tema do Código Florestal e mostrando a responsabilidade brasileira quanto à votação e aprovação desse tema. Então, quero dizer que comemoro e cumprimento por isso mesmo o Deputado Aldo Rebelo, a quem me reporto dizendo o seguinte: não fosse o empenho do Deputado Aldo Rebelo, suas andanças pelo Brasil todo, talvez nós não tivéssemos chegado ao estágio que chegamos. E eu conheço o Deputado Aldo Rebelo, sei do compromisso dele com o Brasil. E ter compromisso com o Brasil não é somente ter compromisso com o pequeno, o médio e o grande produtor, é ter compromisso com o Brasil. E o que é o Brasil? O que somos nós? Parte do meio ambiente. Então, sei da preocupação que teve sempre o Deputado Aldo Rebelo.

Mas, a pergunta que faço para os senhores é o que tenho feito. E aí é um dos pontos que debati muito com o Deputado Aldo Rebelo; não tive a capacidade de convencê-lo, Senadora Kátia, não tive a capacidade de convencê-lo de um ponto que divergi desde o primeiro momento, que é essa liberação pura e simples da recomposição para áreas até quatro módulos. Inclusive uma dúvida, se é para todos, até o limite de quatro, ou só para quem tem até quatro. Eu entendo que é para todos até...

(intervenção fora do microfone.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – É só até quatro? É só até quatro. No novo texto está claro que é até quatro módulos.

Eu tenho dúvida, eu sei, mas quem tem até quatro módulos, pode ser 20 hectares ou 400 hectares na Amazônia, na nossa região, na região do Senador e ex-governador Jorge Viana, na minha região 400 hectares, grande parte dos Municípios é o que representam quatro módulos. Mas, para lá, é considerado o pequeno produtor; e que nós temos que determinar a lei e pensar no ato da determinação da lei nas condições que esse agricultor, essa família vai ter para recompor e propor prever na própria lei. Porque eu não posso, pura e simplesmente, dizer que essa é a concepção. Vamos liberar da recomposição porque são pequenos produtores que não têm condições de promover, mas vamos dizer na lei qual será a forma que ocorrerá a recomposição, porque acho isso muito importante; até que ponto é aceitável e como se dará isso.

Então eu queria, ao fazer esse questionamento, ouvir a opinião de V. Sªs a respeito do assunto.

O segundo assunto, também muito objetivo, nós estamos tratando do Código Florestal. As florestas prestam um serviço ambiental fantástico, mas isso não é tratado no Código Florestal, sequer é remetido esse aspecto, nem citado para que fosse remetido à outra lei. Eu gostaria de ouvir a opinião dos senhores e da senhora também, Drª Helena, a respeito desse assunto. Muito obrigada, Sr. Presidente. Procurei ser a mais breve possível.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – A senhora foi exemplar no respeito ao tempo, Senadora Vanessa Grazziotin.

E vamos ao próximo inscrito, Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente, longe de querer polemizar, eu quero até me referir ao Sr. José Antônio Aleixo, é que acho que essa questão tem que ficar muito clara, até em respeito aos meus colegas na Câmara e da Comissão da qual eu fiz parte.

Eu tenho aqui o ofício aprovado na Comissão em que foi convidado o Sr. Marco Antônio Raupp, enfim, todos os membros. E não houve possibilidade de comparecer. O requerimento está datado de 10 de novembro de 2010. Então, houve um convite. Eu não quero mérito, o senhor disse que não está com o documento pronto, mas é correto então dizer: na época em que a Comissão nos chamou nós não tínhamos condições

de comparecer porque não tínhamos ainda. Isso seria o correto. Mas, claro que eu entendo que os senhores foram convidados para participar; naquele momento foram. Talvez não fosse, mas era final do ano, e é um ano inteiro de debate.

Então, eu queria deixar isso claro, até para não... Mas que ficasse isso claro, para que a gente pudesse... A partir daqui vou me relacionar com os senhores. Eu quero dizer para os senhores que venho de uma formação também em que a pesquisa é muito importante, eu sou médico de formação, durante quinze anos dei aula de Física e Química. Então, evidentemente, a gente tem uma formação nessa área, e que vai me ajudar a compreender. Então, eu vejo da seguinte forma: a contribuição que a ciência pode dar é exatamente essa que o Senador Jorge Viana disse. É importante que a ciência se manifeste. Olhe, nós pensamos isso, isso e isso. A par do que os senhores colocarem, isso será importante quando da definição, que sempre será uma definição política. E nós não temos como não ter, até porque o País em algum momento vai ter que dizer: muito bem, isso aqui seria o ideal. Mas o País precisa produzir. São coisas... Ah, mas não pode ser a custo...

Então, se a gente pensasse isso, a gente podia ter aqui o Brasil como começou, as pessoas desmatando com machado. Claro que o impacto era muito pequeno, mas as pessoas podiam produzir. Se você vai produzir alimento em alguma área, o impacto ambiental vai ter, Senador Pedro Taques. Não tem como não ter. Agora, evidentemente, temos que reduzir o impacto o máximo possível; e essa é a contribuição da tecnologia.

Mas eu quero também colocar aqui, e aí, Senador Pedro Taques, evidentemente que o Código não será nem de produtor, nem de ambientalista. Não será, com certeza, porque 70% do Congresso é urbano.

Então, o que nós temos que fazer agora? É importante que os segmentos estejam representados e não me envergonho, em momento algum, de defender um segmento que acho legítimo. Exatamente esse embate de posições e idéias é que fará com que esta Casa seja esclarecida e tenha um meio termo, dentro do possível, para que a gente possa votar. Na minha avaliação, um terço que tenha como condição fundamental preservar o meio ambiente, mas que também não engesse o setor produtivo. Esse é o ideal. Se conseguirmos esse terço, os senhores, os produtores rurais querem isso. E como querem! Porque hoje, se vogar o decreto aqui, meu caro Presidente, 70, 80% dos produtores estariam na clandestinidade. Vou dar um exemplo: o Pantanal, eu levei a Comissão lá e fiz questão de mostrar. Ora, durante a cheia, no Pantanal, meu Deus do céu, tudo tem riacho, tudo tem, não há como. É uma planície que é inundada. Agora, há 250 anos se pratica a pecuária extensiva no Pantanal e o Pantanal é um “bioma” dos mais preservados que temos no País. E quem preservou isso? O pantaneiro, o produtor rural. Só para dar um exemplo das coisas.

Por isso que nós defendemos também que biomas específicos, como o Pantanal, é claro que tem que ter uma legislação específica. Como é que o Congresso... Tem dois Estados: o Mato Grosso e o Mato Grosso do Sul e nem mais nenhum. Será que no Mato Grosso e no Mato Grosso do Sul o Pantanal não vai ser bem debatido, com esse conhecimento? É claro que nós temos que ter uma legislação maior e assegurando realmente, dando os pontos importantes.

O Senador Blairo Maggi colocou aqui que muitas vezes o produtor produz, mas nem sempre ele pode fazer alternativa de cultura. Por quê? Porque nós não temos infraestrutura, nós não temos logística. Então, há uma série de coisas além da visão dos senhores, da ciência, que é o aspecto prático de quem produz no campo e que precisa ter renda. Porque, ao longo do tempo, a renda do produtor foi cada vez diminuindo mais, e nós estamos vendo o percentual. E a própria ciência diz o seguinte: nós precisamos ter...

Rodrigo, eu acho que esse é o ponto importante que não foi colocado na Câmara e que, talvez, nós devêssemos colocar aqui no Senado. Até aproveitando o que diz o Senador Eduardo Braga, o pessoal da Amazônia, que é exatamente compensar o produtor que tem a sua reserva legal, que faz com que a qualidade de vida no Planeta seja coletivamente melhor. Só que hoje ele não ganha nada por isso. Se você for a outros países e perguntar, por exemplo, para os americanos, verá que, na propriedade dele, ele pode ocupar 100%. Então, quem faz a reserva legal lá? O governo. O governo é que tem a área; agora, o produtor rural americano usa 100% da área dele. E tudo isso eu quero debater com o senhor, com muita tranquilidade.

Às vezes, eu falo com uma certa emoção porque eu sou de um Estado, Mato Grosso do Sul, cuja economia depende fundamentalmente da agricultura, da pecuária. Mas se você falar para um sul-mato-grossense que vai acabar com o Pantanal ou vai criar qualquer problema com o Pantanal, evidentemente que o sul-mato-grossense e o mato-grossense vão reagir violentamente.

Nós não queremos isso. Nós queremos uma legislação que estimule a preservação, mas, pelo amor de Deus, chega de criminalizar o produtor. Chega de criminalizar aquele que, nos últimos tempos, produziu R$60 bilhões contra R$40 bilhões, que foi o déficit de todos os outros setores. Cobriu todo o déficit e ainda deu R$20 bilhões de superávit para este País. É deste setor que estamos tratando aqui, senhores. E, por

isso, a questão econômica tem que ser levada em consideração.

Ouço aqui, só para terminar, recuperação de pastagens degradadas; isso é tudo que o pecuarista quer ouvir. Por quê? Porque isso é uma coisa cara. E por quê? Porque hoje é mais barato abrir uma nova área do que recuperar a pastagem degradada. Agora, se nós tivermos dinheiro no orçamento, com um projeto, com uma fonte de financiamento, os senhores verão que os produtores rurais, os pecuaristas vão financiar a recuperação das suas pastagens degradadas com grande ganho na questão ambiental, porque as plantas, as gramíneas, ao nascerem, vão capturar o carbono, que é tudo o que nós queremos.

Falei demais, Sr. Presidente. Mas eu acho que este é um debate importante. Agradeço a presença de todos os senhores aqui e acho que este debate é realmente oportuno.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Waldemir Moka. Saiba que a sua contribuição é sempre muito importante neste debate.

Passo a palavra ao Senador Anibal Diniz, em seguida, ao Senador Aloysio Nunes Ferreira e à Senadora Ana Rita.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Senador Rodrigo Rollemberg, demais Senadores aqui presentes e debatedores, a cada debate que acontece nessa agenda proposta pelos nossos Relatores do Código Florestal, Senador Luiz Henrique e Senador Jorge Viana, e as Comissões de Meio Ambiente e a Comissão de Agricultura, eu me sinto um pouco mais fortalecido porque acho que estamos cumprindo com algo muito bom para o Brasil, que é fazer com que este tema seja exaustivamente debatido. E nós vamos ter que manter este ritmo de audiências públicas para, cada vez mais, municiar os Senadores das informações que se fazem necessárias para uma tomada de decisão consciente, uma decisão que não venha, amanhã ou depois, servir de peso de consciência para nós.

Então, os números apresentados, os dados científicos, as observações feitas por cada um dos debatedores nos dão a dimensão da responsabilidade que temos. Temos unanimidade no que diz respeito à necessidade de aumentar a produção, porque o Brasil é um grande contribuinte para a alimentação do mundo, e não podemos imaginar o Brasil diminuindo a sua produção, mas, sim, aumentando. Só que todo o trabalho desenvolvido pela Embrapa nos mostra que é possível, sim, aumentar a produção, aumentar a produtividade, sem degradação do meio ambiente, sem pressão sobre as nossas florestas, e fazendo com que o Brasil continue sendo o país que consegue produzir com sustentabilidade.

E eu, sinceramente, não entendo o porquê do incômodo de alguns dos nossos nobres Senadores no que diz respeito a isso. Eu acho que a ciência só vem para contribuir. Ela não nos ameaça. Pelo contrário, ela nos dá luz! Ela traz luz na obscuridade! Nós estamos vivendo um debate em que, em determinados momentos, parece que o obscurantismo medieval volta: "Ou temos aumento de produção, ou estamos sob ameaça". Nós não estamos sob ameaça, porque a ciência está a favor do aumento da produção! É isso que estou entendendo. Aliás, todo o esforço da Embrapa no sentido de desenvolver novas tecnologias é para isso.

Então, estamos diante de um Brasil que tem todas as possibilidades de continuar crescendo e aumentando sua produtividade, e continuar sendo um país que respeita o meio ambiente. E, quanto a provocação que se coloca "Ah, mas nos Estados Unidos não tem APP!", "Ah, nos demais países não se pratica isso!", eu acho que nós estamos maduros o suficiente para construirmos o nosso próprio caminho. Nós estamos maduros o suficiente para dar a resposta que o planeta está pedindo. Nós estamos diante de situações absolutamente ameaçadoras, e esse assunto tem que ser debatido com total tranquilidade.

Há situações e situações a serem apreciadas. Na Amazônia, por exemplo, a reserva se faz absolutamente imprescindível, e há áreas já antropizadas, que podem aumentar, tranquilamente, sua produtividade, que não chegaram ainda a sua exaustão. Nós temos possibilidade, sim, de produzir muito mais com as áreas que temos já abertas. Por que se coloca que, se não mantivermos essa escalada de desmatamento, não aumentamos a produtividade?

Então, eu acho que temos, sim, todas as possibilidades para construir um consenso, juntando a ciência, a necessidade de produzir e a boa vontade de todos. Acho que o Senado vai pôr o ponto de equilíbrio nesse debate, e eu insisto: acho que, quanto mais claro nos fizermos neste debate, quanto mais nos fizermos entender pelas crianças... Pelas crianças, porque, no nosso pacto de gerações, temos que levar em conta o futuro. E as futuras gerações têm que ser levadas em conta neste nosso debate, porque, se não nos fizermos entender pelas crianças, se elas não dominarem este assunto ao longo dos quatro, cinco, seis meses que forem necessários...

E nós não estamos sob ameaça, porque a Presidente Dilma suspendeu, a Presidente Dilma reeditou o decreto, permitindo que ninguém seja penalizado daqui até dezembro. Então, temos tempo de sobra para discutir este assunto, sem que o produtor seja penalizado

até lá. E, daqui para lá, acredito que vamos encontrar uma saída elevada para este assunto, e vamos ter um Código Florestal e uma política para a agricultura no Brasil que vai, sim, dar resposta ao que o Brasil necessita e espera de nós Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Anibal Diniz.

Com a palavra, o Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, senhores convidados, eu queria, em primeiro lugar, dizer que lamento não ter podido ficar aqui o tempo todo. Não sei se os nossos convidados sabem, mas somos esquartejados, porque pertencemos a diferentes Comissões, e, às vezes, como foi meu caso, tive que relatar uma matéria na Comissão de Educação, havia uma audiência em que eu precisava intervir, com o presidente do Banco Central, na Comissão de Assuntos Econômicos. Assim, só pude aproveitar do aperitivo – e, aliás, foi muito tentador ouvir as primeiras exposições. Então, corro o risco de chover no molhado se perguntar sobre assuntos que já foram respondidos.

Eu não vou tratar de questões jurídicas – anistia ou não anistia, qual é a data de corte, qual não é a data de corte –, porque não creio que seja o campo temático dos nossos convidados. Eu queria fazer algumas perguntas sobre o projeto de lei da Câmara e sobre a sua repercussão.

Primeiro, a possibilidade de compensação de reserva legal no mesmo bioma. Eu desmato em São Paulo e compenso na Bahia. Isso faz sentido do ponto de vista da função ecológica da reserva legal na opinião dos senhores?

Segundo, há um artigo do projeto que veio da Câmara que dispensa os proprietários que possuam até quatro módulos fiscais de recompor a sua área de preservação permanente, especialmente a mata ciliar. Tenho uma pequena propriedade, conservo a minha mata ciliar, como manda a lei, mas quem está acima de mim no córrego não o faz. Eu recebo a enxurrada dele a erosão dele, e ele tem mais área aproveitável que a minha, embora eu considere que manter mata é muito bom para o próprio produtor.

No caso, o projeto da Câmara mistura dois critérios: o ecológico e o social. Acho que são coisas que não podem ser misturadas; daí porque concorde com uma linha sugerida pelo nobre Senador Moka, apenas esboçada no projeto de lei da Câmara, qual seja, o pagamento por serviços ambientais do pequeno proprietário que não tenha condições de bancar o seu passivo ambiental ou de resgatá-lo.

A terceira pergunta diz respeito à questão federativa. Não quero discuti-la juridicamente. Os Estados têm competência concorrente com a União para legislar sobre meio ambiente, e alguns Estados têm aproveitado essa competência para elaborar uma legislação própria. Minas Gerais tem isso; o Estado de Santa Catarina foi muito mencionado. Mesmo no Estado de São Paulo, recentemente, foi aprovada uma lei que permite a recomposição da reserva legal com espécies exóticas desde que combinadas com espécies nativas. Eu venho de uma região do Estado de São Paulo que é a maior produtora de látex do Brasil – eu mesmo sou um modesto produtor de borracha. Então, existe essa possibilidade.

A Comissão chegou a fazer um balanço de qual foi o resultado dessa possibilidade constitucional de os Estados legislarem/ Há sempre um argumento *ad terrorem* de que, se abrir a competência aos Estados, vai ser uma devastação geral. Então, pergunto: há um balanço, fizeram alguma análise de qual foi o resultado dessa ocupação do espaço legislativo pelos Estados?

Eram essas as perguntas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg; Bloco/PSB – DF) – Obrigado, Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Com a palavra a Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Eu gostaria de direcionar duas perguntas especialmente aos representantes da SBPC e também da ABC.

A primeira pergunta se refere ao inciso III do §3º, em que o texto aprovado pela Câmara adota o dia 22 de julho de 2008 como marco temporal para as áreas consolidadas. Então, até essa data os desmatamentos ficariam consolidados e, daí para frente, os desmatamentos seriam penalizados. Qual é a minha pergunta? O atual sistema de satélites brasileiros permite a indicação precisa de quais áreas estavam desmatadas nessa data? Ou seja, a minha pergunta é: os satélites brasileiros permitem a indicação das áreas desmatadas até 2008 realmente, para que a gente possa ter esse marco temporal de fato assegurado?

Pergunto porque o que percebemos é que está havendo muito desmatamento recentemente. Então, gostaríamos de saber se os satélites conseguem, de fato, garantir esse desmatamento até 2008.

Uma outra pergunta é com relação às APPs. O estudo avaliou a versão em que se propôs a redução de 30 para 15 metros de APP ripária para os rios com até 5 metros de largura. A versão aprovada retomou os limites originais de APP, conforme a Lei nº 4.771, de 1965, mas abre a possibilidade de recomposição de apenas 15 metros para as áreas consolidadas.

Como a SBPC e a ABC avaliam essa alteração? Qual é a avaliação de vocês com relação a isso?

Então, são essas duas perguntas que eu gostaria de fazer.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Obrigado, Senadora Ana Rita.

Não havendo mais nenhum dos inscritos presentes, antes de passar a palavra para os nossos convidados fazerem suas observações e respostas aos questionamentos, eu quero agradecer a presença de todos e fazer uma homenagem à ciência brasileira. Eu entendo que a ciência tem uma enorme contribuição a dar a esse debate e basta vermos os dados que foram apresentados – salvo engano pelo Dr. Celso Manzatto – que mostram que, nos últimos 30 anos, o Brasil aumentou sua área agrícola em 45,6% e aumentou a sua produção em 268%. Se conseguiu fazer isso foi graças à ciência, foi graças ao desenvolvimento científico e tecnológico, às inovações no setor agrícola e pecuário.

Vou fazer algumas observações aqui, reitero e tenho defendido que para que efetivamente a gente consiga recuperar, dê efetividade ao Código de recuperação, especialmente das áreas de preservação permanente, entendo que precisamos criar instrumentos econômicos que incentivem especialmente o pequeno proprietário, o pequeno produtor, o agricultor familiar a recuperar a sua área de preservação permanente.

Então, nós corremos o risco de aprovarmos um código que não se efetivará. Entendo que isso é absolutamente justo porque, ao fazê-lo, ele estará prestando também um bem, que é coletivo, um benefício coletivo. E, ao mesmo tempo, estaremos abrindo uma janela de oportunidade no nosso País, especialmente para o setor florestal brasileiro, na área de produção de sementes, na área de produção de mudas. E, ao ver a apresentação do Dr. Celso Manzatto, com quem já tive oportunidade de conversar algumas vezes – e aí quero dizer, Prof. Elíbio, que nós aceitamos, a Comissão aceita a disponibilidade da comunidade científica de fazer um esforço concentrado para ver que tipo de contribuição pode dar a esse debate. Mas tem um gráfico ali que é extremamente interessante, que mostra como o plantio direto reduziu os processos de erosão e assoreamento. Para mim está claro, é absolutamente claro que, do ponto de vista de política pública, quem utiliza uma técnica dessa, deve ter um financiamento diferenciado em relação a quem não usa – ou seja, a política pública.

Quero aqui mais uma vez lembrar o exemplo dado pelo Senador Blairo Maggi, se referindo ao seu pai, agricultor no Paraná, que tinha resistência a utilizar as curvas de nível na produção agrícola. A partir do momento que o Banco do Brasil condicionou o financiamento à elaboração de curvas de nível – mais uma contribuição da ciência –, ele resistiu dois, três anos e, a partir disso, passou a fazer e nunca mais deixou de fazer. Saiu ganhando com isso. O Banco exigia.

Portanto, nesse debate, estou muito animado com a mobilização da sociedade brasileira em torno desse debate e consciente que nós temos uma agenda fantástica para o Brasil, não apenas na discussão do Código Florestal, mas na agenda pós-Código Florestal. E aqui eu quero alertar que a Comissão de Meio Ambiente do Senado, por uma resolução – salvo engano, a Resolução nº 1, da Comissão Mista de Orçamento –, nós não podemos, por exemplo, colocar na emenda orçamentária recursos para o Ministério da Agricultura, para a Embrapa, por exemplo. É claro que o que nós precisamos fazer aqui – e estamos fazendo um grande esforço de entendimento em torno do Código Florestal, e esse esforço de entendimento deve continuar posteriormente a aprovação do Código Florestal – é acabar com a dicotomia entre a agricultura e meio ambiente, e para isso nós vamos precisar investir cada vez mais em conhecimento, porque o conhecimento foi o maior responsável para que nós não avançássemos mais nos nossos biomas em uma quantidade muito menor de áreas, aumentando a nossa produtividade.

Agora, está claro para mim também nas apresentações, especialmente, salvo engano também nesse caso específico do Celso Manzatto, de que um dos grandes desafios da agricultura e da pecuária brasileira hoje é aumentar a produtividade da pecuária. Porque nós aumentamos muito a produtividade da agricultura nos últimos anos, mas aumentamos muito pouco a produtividade da pecuária brasileira. E se o nosso grande desafio é fazer avançar a produção de alimentos e a produção de energia nas áreas de pastagem degradadas que nós temos no nosso País, para que a gente mantenha a atividade pecuária nós precisamos, para aliar as duas, aumentar muito a produtividade da pecuária brasileira, que vai abrir áreas de pastagens – para a produção familiar também, é verdade – para a agricultura e isso vai reduzir a pressão sobre novos biomas.

Então, eu queria aqui registrar que nós temos uma agenda que nós já devemos começar a construir conjuntamente como um pacto dos senadores da Comissão de Meio Ambiente e da Comissão de Agricultura, é dessa atuação conjunta pós Código Florestal. Por exemplo: a questão do zoneamento ecológico e econômico, e a questão do zoneamento agrícola, que é fundamental para que a gente possa... e essa informação é do interesse de todos. É claro que o agricultor quer saber qual a cultura mais propícia para aquele tipo de solo que ele tem e que vai impactar menos.

Portanto, a questão do zoneamento é fundamental. A questão do mapa de solo. Ora, se para a ciência o fundamental seria definir as áreas de preservação permanente pela declividade, pela textura, pela espessura do solo, pelos recursos genéticos previstos ali naquela área de preservação permanente, nós precisamos ter mapa de solos. E para implementar esse desafio colocado pelo Dr. Ricardo, de extrema importância, de buscar construir, simular onde deveriam estar as áreas de reserva legal, onde ela seriam preservadas, qual a área menos nobre – digamos assim – da propriedade e guardar as áreas mais nobres para a produção agrícola, nós temos que investir nesse conhecimento. Acho muito interessante esse desafio que se coloca de criar os instrumentos de zoneamento, de pesquisa para apontar essas simulações de onde deveriam ser feitas as compensações. Agora, percebo também que outro pacto, digamos assim, que deveríamos fazer das diversas Comissões desta Casa, do Senado, do Congresso Nacional, é em torno da necessidade – que está muito presente na exposição do Dr. Ricardo – de intensificarmos, aparelharmos a assistência técnica e a extensão rural no nosso País, porque grande parte dessas questões colocadas, tanto do ponto de vista da orientação quanto do ponto de vista, depois, da correção, nós só conseguiremos fazer se tivermos, efetivamente, uma assistência técnica, uma extensão rural mobilizada para aproveitar o conhecimento produzido nas universidades, nos institutos de pesquisa, na Embrapa para fazer chegar ao produtor rural. São todas contribuições extremamente significativas que eu percebo que a ciência pode dar a esse debate, não apenas em relação à atualização do Código Florestal, mas a um debate posterior a aprovação do Código Florestal.

Eram essas as colocações e consulto o Senador Randolfe se quer fazer alguma colocação antes de passarmos à palavra aos membros da Mesa, agradecendo, mais uma vez, aos representantes da comunidade científica por essa enorme contribuição que trazem a esse debate.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Senador Moka com a palavra.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente, eu tenho de me ausentar, porque me comprometi de participar de um debate agora, às 13 horas. É um compromisso assumido e achei que até 1 hora da tarde seria o tempo que nós levaríamos aqui. Eu peço desculpas, porque acabei fazendo algumas colocações e, pela minha educação, teria que ouvi-los.

Então, peço desculpas, porque assumi esse compromisso e preciso me retirar, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO ALEIXO DA SILVA – Só uma intervenção, é muito bom saber que o senhor foi professor por 15 anos. Então o senhor sabe que desmatamento zero pode ser difícil, mas ressentimento zero, entre nós, está garantido.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Eu não tinha a menor dúvida, porque eu sei que o homem de ciência tem a mente e o cérebro abertos.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO ALEIXO DA SILVA – É claro.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Moka, pela sua contribuição. Nós ouviremos por V. Exª. Mas agradecemos a contribuição, sempre valiosa, de V. Exª.

Com a palavra o Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente Rodrigo, estou satisfeito em especial com os questionamentos feitos pelo Senador Aloysio. Sinto-me contemplado. Mas o Senador Aloysio toca em dois pontos que considero importantes ouvirmos da Comissão e dos Membros que estão à Mesa.

Um é questão se existe... Eu quero só reforçar esse questionamento, mas se existe alguma pesquisa, algum estudo, alguma informação sobre a possibilidade da flexibilização da legislação para os Estados? Se existe algum estudo sobre o impacto que isso poderia concretamente trazer ao meio ambiente?

O segundo, também em relação à questão da reserva legal, nos mesmos termos que aqui foi questionado pelo Senador Aloysio, no sentido de: O que a ciência tem dito, tem estudado sobre esta possibilidade de compensação de biomas de reserva legal? Reiterando o termo de desmatamento no Rio Grande do Sul compensar com bioma idêntico ou igual em Goiás ou em outra Unidade Federada.

Esses dois questionamentos eu considero importantes para a construção de uma opinião, aqui por parte da Comissão de Meio Ambiente.

No mais, Sr. Presidente, aí é um questionamento, em virtude não ao tema aqui propício, mas a V. Exª, como Presidente da Comissão, se nós teremos, ainda nesta semana, outra reunião desta Comissão? E visto que a outra semana é a última antes do recesso, quantas... Enfim, estamos aqui paralelamente, a nossa Comissão é de Meio Ambiente; Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle. Eu tenho um tema que é referente à última parte, fiscalização e controle.

Nós temos dois requerimentos que estamos protocolando nesta Comissão, de minha lavra e do Senador Pedro Taques. O primeiro é para convidar os membros da direção do Dnit, que foram afastados esta sema-

na pela Presidente Dilma; e o outro é para convocar o Ministro dos Transportes para vir a esta Comissão.

É um requerimento assinado por mim e pelo Senador Pedro Taques e, por isso, quero comunicar a esta Comissão. É lógico que esses requerimentos se referem à última parte da definição da nossa Comissão, que é a parte que trata da fiscalização e do controle.

Mas eu queria só uma informação de V. Exª, Sr. Presidente: quantas reuniões ainda teremos para, nelas, poder fazer a leitura do requerimento e termos a apreciação de ambos?

Eram essas as considerações. Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Obrigado, Senador Randolfe.

Nós ainda não definimos quantas reuniões ainda teremos até o recesso, certamente mais uma na semana que vem. Mas a nossa ideia é tentar, nesta semana ainda, talvez na quinta-feira, fazer uma reunião deliberativa para tentar limpar a pauta dos projetos que estão na Comissão.

Quero registrar que já se encontra aqui na mesa o requerimento, de autoria do Senador Blairo Maggi, assinado por mim, solicitando um convite para que o Ministro dos Transportes, Senador Alfredo Nascimento, preste esclarecimentos nesta Comissão. Se houver concordância, nós vamos submetê-lo extrapauta no final.

Passo a palavra ao professor Aleixo.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO ALEIXO DA SILVA – Sr. Presidente Rollemberg, acho que, em nome do GT – a professora Ana já agradeceu –, nós gostaríamos muito de agradecer pela convocação. Podem ficar tranquilos, nós aprendemos muito com vocês. Não viemos para ensinar, viemos para trocar informações com vocês. Realmente foi muito informativo e eu até gostaria de fazer uma solicitação ao Senador que nos mande a gravação da reunião porque, certamente, há muita coisa importante que vai ser possível ser respondida em pouco tempo e temos que fazer alguma consulta.

Com relação ao Senador Jorge Viana, com relação às cidades, o Carlos Nobre faz parte desse GT e amanhã ele falará na Comissão de Ciência e Tecnologia e vai se encarregar dessa parte específica.

Gostaria de fazer um pequeno esclarecimento, e que a Senador Kátia Abreu estivesse aqui, mas como vai ficar gravado ela ouvira depois. O esclarecimento é sobre o que aconteceu no GT. Gente, o GT foi extremamente democrático, a questão com o Senador Alysson Paulinelli foi uma questão pontual, ele simplesmente não gostou de uma palavra posta num documento e saiu do GT sem nos dizer o porquê. Porque se ele tivesse voltado nós teríamos dialogado. Temos carta dele muito elogiosa, muito educada. Isso aconteceu ele infelizmente foi para a imprensa, é um direito que lhe assiste. Quanto ao pesquisador da Embrapa, Gustavo Cursio, como a Senadora falou que ele saiu do GT, na realidade ele foi convocado uma vez para o GT como convidado. Se ele quisesse participar que, obviamente, ele participaria, seria um prazer nosso. Oficialmente, ele ao fazia parte do GT. Inclusive enviou uma carta muito delicada, para mim, dizendo que não poderia voltar porque iria a um encontro em Cancun.

Não estou querendo rebate o que a Senador falou, mas são informações que vocês têm que ficar cientes. Todas as nossas reuniões foram gravadas, como está sendo feito aqui. O objetivo não era tutelar as conversas de “a”ou ‘b”, mas porque foram mais de 10 reuniões, por dois dias, foram mais de 80 horas de gravação, que certamente vamos precisar delas.

O Presidente já me avisa sobre o tempo, vou ser tão breve quanto Fidel Castro.

Gostaria de mais uma vez agradecer e dizer que existe um ditado de D. Pedro II que admiro muito Eu sei que os senhores sabem dosar a velocidade da vocação do Código, mas D. Pedro II, quando o cocheiro queria corre muito, ele dizia: “Devagar que eu tenho pressa”.

Então, a decisão está nas mãos dos senhores. Tenho certeza de que os senhores vão dosar a velocidade que seja necessária. Quero agradecer em particular ao Professor Joly que não está aqui conosco, porque o avião não chegou na hora. Joly, muito obrigado, e aos membros do GT muito obrigado em nome da SBPC e ABC.

Agradeço a todos a oportunidade. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Professor Aleixo.

Passo a palavra ao Professor Antonio Donato Nobre.

O SR. ANTÔNIO DONATO NOBRE – Vou tentar ser breve em relação às perguntas colocadas.

O Senador Pedro Taques perguntou se o substitutivo prejudicará, o texto que chegou da Câmara. Só tenho a responder que o seguinte. Esse documento aqui tem a resposta. Ou seja, o que nós analisamos é um pouco diferente do que foi aprovado e que no nosso entendimento preliminar, o que foi aprovado piora várias coisas daquilo que nós já havíamos analisado criticamente. Então a gente não estaria aqui se aquele texto estivesse e citando o próprio Deputado Aldo Rebelo com quem nos entrevistamos, ele reconhece que o texto não é ideal, e que poderia ser uma coisa melhor. Lamentou que a ciência não participou. Vamos esquecer o passado e conversar sobre as questões que o Senador Jorge Viana colocou sobre o caminho novo e os princípios a seguir.

Na seção III do nosso a gente coloca como proposta de encaminhamentos futuros vários pontos que são os princípios gerais que entendemos. Vou ler apenas dois, que no meu entender, são críticos, que devem ser fundamentados numa construção participativa de consenso que é óbvio.

"deverá estar embasado numa visão plural e propositiva que integre o meio rural com o urbano – como a Senadora Ana Amélia estava preocupada – respeitando as particularidades ambientais de cada bioma, dentro de um conceito de ordenamento territorial e planejamento da paisagem".

Nós até criamos expressão chamada: paisagens produtivas sustentáveis. Ao invés de falarmos paisagens agrícolas ou paisagens naturais, devemos pensar no integração. Então isso daí já mostra esses princípios.

Há uma questão que eu me proponho a pincelar: a questão do clima.

O Senador Gurgacz, na última vez que estivemos aqui, nos consultou muito interessado sobre a questão dos 80% na Amazônia, de reserva legal, e da dificuldade dos proprietários lá. E a resposta que eu dei a ele foi que a floresta, na Amazônia, tem um papel fundamental na circulação de água na América do Sul. Isso são resultados de pesquisas, existem muitos estudos publicados sobre isso, que são os Rios Voadores. O quadrilátero que vai de Cuiabá a Buenos Aires e de São Paulo aos Andes, que produz 70% do PIB da América do Sul, depende da água que vem da Amazônia.

Então, quando a gente fala de floresta, nós estamos falando das árvores, são gêiseres, transferem umidade para a atmosfera. São 20 bilhões de tonelada de água evaporada por dia na Amazônia. Para vocês terem uma ideia, a energia envolvida nesse processo consumiria 50 mil itaipus. Esse é o motor, o motor hidrológico. Quando a gente fala de propriedade na Amazônia, não quero culpar o pobre do fazendeiro de gado que só sabe criar gado e que foi para lá e está com 80% da propriedade inviabilizada. Eu entendo a demanda, entendemos a demanda. Porém, temos que encontrar um caminho que contemple essa realidade. É uma realidade inescapável.

Obrigado. Agradeço a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Nós que agradecemos, Prof. Dr. Antonio Donato Nobre. V. Sª traz uma grande contribuição a este debate.

Com a palavra o Dr. Celso Manzatto, da Embrapa.

O SR. CELSO VAINER MANZATTO – Senador Rollemberg, obrigado. Três minutos, não dá para olhar tudo aqui, então vou tentar aquelas que me são mais afetas: a questão do princípio, Senadores Pedro Taques e Jorge Viana, e a questão da própria ciência.

De fato, tivemos um período, em nosso País, em que pouco se fez do ponto de vista de zoneamento – vários Estados o fizeram – e planejamento. Isso teve reflexo na nossa ciência na medida em que despertamos tarde para a questão até da própria tramitação do Código Florestal. É uma mea-culpa que podemos fazer em relação a ter mais informações, por exemplo, informações prementes sobre a questão da quantificação de serviços ambientais que a Embrapa e toda a Academia está tendo que fazer; a quantificação não é algo muito simples.

Mas, no tocante às questões do Código Florestal, o entendimento maior como princípio, Senador Jorge e Senador Pedro, é que estamos trabalhando ou lidando com conflitos de interesses todos legítimos e que temos, então, de uma forma – e o Congresso Nacional é a casa apropriada –, que lidar com esses conflitos. Nós entendemos, Embrapa e instituições que compõem o GT, que as nossas contribuições servem apenas para embasá-los na tomada de decisão, que certamente é política. Não há outro entendimento que não esse em relação ao que estamos aqui fazendo.

A questão da flexibilização, Senador, sinceramente, só posso dizer que há que se pensar em como, na legislação, ela pode ser aplicada no futuro, como vai se compensar algo em outro Estado, com outra legislação ambiental, com a outra Secretaria de Meio Ambiente a questão de como fazer a fiscalização disso e mesmo a própria política de cada Estado em relação à sua agenda ambiental. Por exemplo, Estados que hoje já têm compromissos com a redução do gás carbônico, como São Paulo, onde a questão do próprio reflorestamento é uma agenda positiva colocada dentro do Estado. Então, há que se pensar que não se vá criar algum problema em relação às políticas de cada um dos Estados. Não é apenas a questão de uma eventual compensação focada no preço da terra, mas é algo que tem que ser, de fato, pensado.

De uma forma geral, gostaria de agradecer a nossa participação e colocar-nos, a Embrapa, a Embrapa Meio Ambiente, à disposição dos Srs. Senadores, inclusive para um convite, mais adiante, na questão do clima, para o senhores conheceram o que nós, na Embrapa, já estamos nos preocupando em relação à mudança climática, a questão das doenças, das pragas e da influência que essa questão terá no futuro. Entendemos que toda a discussão do Código e a agenda ambiental pós-Código, vai se dar em relação a como vamos encarar esses custos ou oportunidades dentro de uma economia verde. E quanto poderemos, então, do ponto de vista de investimentos e de aplicação nessas áreas, desenvolver novos negócios como alavanca de desenvolvimento da nossa economia.

Vamos lembrar da retomada da produção de etanol no Brasil, como um vetor de desenvolvimento econômico, dentro de uma filosofia de uma economia verde, e também, olhar toda a questão de oportunidade que hoje vemos na indústria, e vou citar apenas uma, uma revendedora de pneu que usa a questão da economia verde como mote para alavancar as suas vendas e revendas. Essas são as novas oportunidades, as novas possibilidades que se abrem dentro de uma visão, dentro de mundo que, certamente, terá que fazer um esforço de descarbonizar a sua economia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado Dr. Celso Manzatto, pela contribuição que V. Srª traz a esse debate e passo a palavra ao Dr. Ricardo Rodrigues.

O SR. RICARDO RIBEIRO RODRIGUES – Obrigado Senador Rollemberg, fico muito contente aqui com a nossa participação, pela síntese que foi feita pelo Senador Rollemberg. Acho que S. Exª pegou exatamente a essência do que viemos falar aqui e fico muito feliz, porque realmente acho que V. Exª conseguiu traduzir e certamente vai conseguir levar isso para os trabalhos futuros deste tema nesta Comissão.

Com relação a uma questão que foi colocada muito claramente pelo Senador Pedro, se há prejuízo; há prejuízo. Com certeza tem prejuízo e está explícito na nossa apresentação e os prejuízos são, em alguns momentos, bastante intensos. Então, isso precisa ficar esclarecido. O Senador Jorge coloca a questão dos princípios, que acho que é muito interessante.

Além daquilo que está no livro que o Donato já leu, temos um princípio, para a discussão do Código, que é o contexto; 55% da nossa área agrícola, já disponível para a agricultura, está ocupada com pastagem, em cima dessa produtividade que comentamos.

Então, essa é a nossa realidade, 55% está com pastagem com baixa produtividade, onde não foi, historicamente, aplicado um pacote tecnológico. E a maioria das nossas florestas não estão protegidas, não têm instrumento de proteção.

Então, fica claro que vamos usar adequadamente as nossas áreas agrícolas antes de qualquer possibilidade de novos desmatamentos ou de políticas que levem a novos desmatamentos. Temos que tratar os pequenos produtores, a agricultura familiar de forma diferenciada; temos que tratar algumas culturas de forma diferenciada. E vejo, por exemplo, o Deputado falar da questão da viticultura, da questão do café, das encostas. Se formos computar, em termos de área para a agricultura, estaremos falando de 3%, 4% da área agrícola, que está disponível. Então, não vamos mudar 97% da agricultura por causa de 3% da área agrícola. Esses casos têm que ser tratados diferencialmente, lógico. Temos que tratar a questão da viticultura de forma diferenciada, temos que tratar a questão do arroz de forma diferenciada, mas isso representa 3% da nossa atividade de produção agrícola. Não é por isso que vamos mudar os 97%. Então, essa é uma questão de princípio que acho que tem que estar, porque colocando essas pequenas exceções foi mudado tudo.

Então, isso precisa ficar muito claro. Alguns ambientes e algumas culturas também têm que ser tratados de forma diferenciada, como é a questão do Pantanal, sem problema nenhum. Então, isso é consenso, inclusive da academia.

A questão que foi colocada pelo Senador Aloysio e reforçada pelo Senador Randolfe, a questão do bioma, fica muito claro para a ciência que a proposta de bioma, em termos ambientais, é muito ruim. Por quê? Porque no bioma mata atlântica você tem muitos ecossistemas que, no seu conjunto, fazem a conservação da biodiversidade. Então, não dá para São Paulo compensar o seu déficit de reserva legal numa floresta no sertão de Pernambuco, porque conservará uma coisa muito diferente do que deveria conservar em São Paulo. Ambientalmente, isso não é aceito, e nem deveria ser aceito em termos de mercado. Logicamente, se abrirmos o mercado, isso é mercado podre da compensação, porque uma usina de cana compensará, em Recife, Pernambuco, num preço de terra muito diferente do que daqui. Acho que isso não tem vantagem nem de mercado. Então, nós não defendemos isso.

Um paradigma foi colocado pela Senadora; precisa ficar claro que restauração no Brasil não se dá nesses termos que tem sido colocada nas falas. Por exemplo, para a Amazônia – e estamos falando de toda a Amazônia –, a restauração é basicamente abandono e condução da regeneração natural, com baixíssimo investimento. Essa é uma questão que precisa ficar clara. Hoje essa questão não é colocada como custo.

E a Senadora Ana Rita coloca a questão das áreas consolidadas. Eu nem discutiria se há instrumento de imagem ou não.

Veio da Câmara para cá um avanço interessantíssimo, voltando os 30 metros de APP. Entendo que, nessa volta, considerou-se a importância das áreas de preservação permanente para todos os serviços ambientais, de conservação de água, de solo, de corredor ecológico etc. Se se trata daquelas áreas consolidadas que já estão usadas, a APP já foi desmatada e não precisa restaurar, você jogou fora todo o serviço, a importância da APP. E mais que isso: se só se restauram 15 metros, então traz a APP para 15 metros,

que é, pelo menos, mais honesto. Essa é a discussão que eu faria.

Gostaria de agradecer novamente ao Senador Rollemberg, porque acho que ele pegou muito a essência da nossa apresentação.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Dr. Ricardo.

Passo a palavra ao Dr. Elíbio, da Academia Brasileira de Ciências.

O SR. ELÍBIO LEOPOLDO RECH FILHO – Antes de mais nada, gostaria de parabenizar e agradecer a intervenção do Senador Rodrigo Rollemberg, muito apropriada, oportuna, focada, que certamente sumarizou bem o nosso interesse sobre o Código Florestal.

O que eu tenho a dizer, enfatizando o que eu já disse, é que a nova métrica da agricultura, que envolve muito mais do que floresta e produção agrícola, é importante, é fundamental, é uma oportunidade para o Brasil, e nós devemos usá-la da melhor forma. Então, a palavra é intensificação sustentável da produção de alimentos em nosso País.

E eu fico muito feliz pelo entendimento e pela oportunidade de, mais uma vez, esta Casa trazer a ciência como subsídio para tomar a decisão. Nós estamos à disposição.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Dr. Elíbio, V. Sª também trouxe uma grande contribuição a este debate. E nós agradecemos, mais uma vez, a disposição de participar, num esforço concentrado, do debate sobre o Código Florestal.

Passo a palavra à Drª Helena Nader, Presidente da SBPC, à véspera da realização do Congresso, mais um encontro nacional da SBPC, que se realizará em Goiânia a partir do próximo dia 10. Agradeço a sua presença.

A SRª HELENA BONCIANI NADER – Eu quero, mais uma vez, agradecer ao Senador Rodrigo Rollemberg e aos senhores que estão aqui, desde 8h30 da manhã, participando deste debate, e reiterar, mais uma vez, que a ciência brasileira reconhece publicamente – e tem dito isso inúmeras vezes – a força econômica da agropecuária brasileira, que nos levou ao ponto que chegamos na economia.

Apesar de eu ser da área da saúde, sei que isso começou, na verdade, com a escola de agronomia mais antiga deste País, que está no recôncavo baiano. Ela foi criada por D. Pedro I e hoje é a Universidade Federal do Recôncavo Baiano. É a escola mais antiga das Américas. O senhor está vendo que eu conheço alguma coisinha. Eu tenho muito orgulho da nossa história, e eu estudo muito. Não sei se o ano foi 1824 ou 1825, não sei o número exato, mas foi D. Pedro I quem a criou, e ela fica em Cruz das Almas. É espetacular a história ali. Depois vem a criação de outras escolas, vem a Esalq e a nossa Embrapa.

Quem não tem orgulho da Embrapa? Talvez o brasileiro que ainda não aprendeu a falar e a ouvir, o recém-nascido, mas que já tem alimentação garantida via agropecuária brasileira.

Ao mesmo tempo, pouco conhecemos da biodiversidade brasileira. Somos um continente, na verdade. Se vocês olharem o nosso País, ele é um continente. Então, o que nós, como ciência, estamos trazendo é: qual é o ponto de equilíbrio que teremos de ter para fazer uma legislação – e aí são os senhores – moderna, do séc. XXI, que leve em consideração essa história da agropecuária brasileira e a biodiversidade, o meio ambiente?

Só para encerrar, alguém comentou, e já foram vários, que o Código Florestal – e também temos dito isso o tempo todo –, na verdade, deveria ser muito mais um código de ocupação de terra. Eu sempre brinco: a floresta da Tijuca acho que não mostra um passaporte para estar dentro da cidade do Rio de Janeiro. Então, com a ocupação urbana, as cidades estão sofrendo hoje. A minha cidade de São Paulo sofre hoje por não ter tido uma legislação que impedisse que as margens do rio Pinheiros, que eram uma várzea, fossem ocupadas da maneira como foram.

Então, temos que ser sábios, e acho que o ser humano é isto: ele aprende com os próprios erros. E quero agradecer realmente o privilégio de ter aprendido com meus colegas durante todo esse tempo em que ficaram discutindo, e agradeço aos senhores pelo privilégio de nos ouvirem e de tê-los ouvido.

Muito obrigada, mais uma vez.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Drª Helena.

Quero agradecer a todos os nossos convidados

Tenho convicção de que o Senado viveu mais um grande momento de debate sobre a revisão do Código Florestal, com a contribuição da academia brasileira. E quero dizer que nós queremos, ao longo deste trabalho, ouvir os senhores permanentemente, para que possamos oferecer o melhor texto para o Brasil.

Eu vou suspender a reunião por dois minutos, para podermos nos despedir de nossos convidados. Em seguida, votaremos alguns requerimentos extrapauta e um termo de compromisso da Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal com a Eletronuclear.

(Suspende-se a reunião às 13 horas 24 minutos.)

(Reabre-se a reunião às 13 horas e 27 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Dando continuidade a nossa reunião,

quero registrar que temos alguns requerimentos, em pauta extra, de autoria do Senador Blairo Maggi, que também subscrevo, bem como de autoria da Senadora Kátia Abreu, de autoria dos Senadores Randolfe Rodrigues e Pedro Taques.

São, pois, quatro os requerimentos cuja inclusão em pauta extra submeto ao Plenário para uma decisão conjunta

Lembro que estamos em uma reunião conjunta com a Comissão de Agricultura.

Aqueles que concordam com a inclusão extrapauta dos requerimentos permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovada.

Primeiro requerimento, de autoria do Senador Blairo Maggi.

– Não Terminativo -

REQUERIMENTO Nº 49, DE 2011-CMA

Com fundamento no Regimento Interno do Senado Federal, art. 90, II, requeiro a realização de audiência pública conjunta desta Comissão com a Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), com a participação do Ministro dos Transportes, Senador Alfredo Nascimento para prestar informações e esclarecimentos sobre denúncias da revista Veja (Edição 2224, desta semana), relativas a possível esquema de corrupção no Ministério dos Transportes.

Autoria: Senadores Blairo Maggi e Rodrigo Rollemberg.

Em votação.

Aqueles que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado.

– Não Terminativo -
REQUERIMENTO Nº 50, DE 2011-CMA

Requeiro, nos termos regimentais, e, em aditamento ao Requerimento nº 02/2011-CMA, de autoria do Senador Rodrigo Rollemberg, propondo um Ciclo de Debates destinado a coletar subsídios técnico-jurídicos para aperfeiçoamento da reforma do Código Florestal (Lei nº 4.771, de 1965), seja acrescentado à lista de convidados para participar dos debates o seguinte nome:

– Evaristo Eduardo de Miranda, Doutor em Ecologia e pesquisador Embrapa Monitoramento por Satélite em Campinas/SP;

Autoria: Senadora Kátia Abreu.

Em votação.

Aqueles que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado.

– Não Terminativo -
REQUERIMENTO Nº 51, DE 2011-CMA

Requeremos, nos termos do art. 58, § 2º, inciso III, da Constituição Federal, c/c o art. 90, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal, que o Ministro dos Transportes, Sr. Alfredo Nascimento, seja convocado a prestar informações, no plenário da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle desta Casa, sobre as denúncias publicadas na imprensa, Revista Veja (Edição nº 2224), acerca da existência de esquema de corrupção em diversos órgãos daquele Ministério.

Autoria: Senadores Randolfe Rodrigues e Pedro Taques.

O mesmo teor do requerimento do Senador Blairo Maggi.

Em votação.

Aqueles que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado.

Quero esclarecer, antes de ler o próximo requerimento, que recebemos correspondência do Sr. Luiz Antônio Pagot, que diz:

Cumprimentando-o cordialmente, coloco-me à disposição do Senado Federal para prestar esclarecimentos desejáveis ao pleno afastamento de quaisquer suspeitas que possam pairar sobre a atuação desta autarquia.

Sem mais para o momento, reitero que continuo à disposição para o atendimento às demandas concernentes ao cargo que ocupo com toda a dedicação e compromisso.

Luiz Anrtonio Pagot, Diretor-Geral do Dnit

– Não Terminativo -
REQUERIMENTO Nº 52, DE 2011-CMA

Requeremos, nos termos do art. 58, § 2º, inciso V, da Constituição Federal, c/c o art. 90, inciso V, do Regimento Interno do Senado Federal, e considerando as denúncias publicadas na imprensa, Revista Veja (Edição nº 2244) acerca da existência de esquema de corrupção em diversos órgãos do Ministério dos Transportes, sejam convidados os senhores listados abaixo, para que compareçam ao plenário da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle desta Casa para prestar os devidos esclarecimentos:

– Luiz Antônio Pagot;

– José Francisco das Neves;

– Mauro Barbosa Silva; e

– Luis Tito Bonvini.

Autoria: Senadores Randolfe Rodrigues e Pedro Taques.

Em votação.

Aqueles que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado.

Eu quero registrar que, a partir da criação da subcomissão externa, uma subcomissão da Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal, para visitar as obras de Angra I, Angra II e Angra III, uma visita à empresa Eletrobrás Termonuclear, e nós temos aqui à disposição das Srªs e dos Srs. Senadores o relatório daquela viagem, decidimos propor um termo de ajuste anexo ao relatório final da Comissão temporária externa a ser assinado pelos Srs. e Srªs Senadores e pelo Diretor-Presidente da Eletronuclear, Dr. Othon Luiz Pinheiro da Silva, a quem convido a fazer parte da Mesa. Convido também o Senador Lindbergh Farias.

Primeiro, vou ler o termo de ajuste anexo ao relatório final da Comissão temporária externa, submeterei à apreciação do plenário e, em seguida, à assinatura das Srªs e Srs. Senadores.

Quero dizer que essa é uma inovação que está sendo proposta aqui pelo Senador Lindbergh Farias e acho que é um avanço, em que, nos resultados das audiências públicas e das diligências promovidas pelo Senado através das suas diversas comissões temáticas, nós tenhamos ao final um termo de compromisso, de ajuste assinado entre os Srs. e Srsªs Senadores, quando formalizado às comissões, com os representantes das instituições visitadas ou diligenciadas.

TERMO DE AJUSTES ANEXO AO RELATÓRIO FINAL DA COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA

(RQS nº 237, de 2011)

Visita à Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto Angra dos Reis, RJ

COMPROMISSÁRIOS:

PRIMEIRA COMPROMISSÁRIA

Comissão Temporária Externa para Visita *in loco* à Eletrobras Termonuclear (ELETRONUCLEAR S.A.), constituída nos termos do Requerimento nº 237, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Lindbergh Farias, aprovado em 22.03.2011, neste termo representada pelos Senadores e Senadoras signatários infra

SEGUNDA COMPROMISSÁRIA

Eletrobras Termonuclear (ELETRONUCLEAR S.A.)

Aos cinco dias do mês de julho de 2011, na Sala de Reuniões da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA do Senado Federal os COMPROMISSÁRIOS firmam os seguintes entendimentos:

Considerando que a utilização de energia nuclear, pelo potencial econômico envolvido, mas principalmente pela questão sócio-ambiental que o tema agrega, necessita do mais atencioso acompanhamento deste Senado;

Considerando os termos do Relatório Final da visita in loco realizada, às instalações da Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto, Angra dos Reis, RJ em 08 de abril de 2011 e outras informações fornecidas aos compromissários em suas reuniões e diálogos;

Considerando que cumpre ao Poder Legislativo, além da função típica de legislar representar o interesse público, exigir o cumprimento das leis, detendo, no caso, legitimidade tanto para a propositura normativa quanto para a adoção das providências pertinentes na Constituição Federal e no Regimento Interno da Casa;

Considerando, por fim, a disposição dos compromissários em obter soluções adequadas e objetivas para a melhoria das condições de segurança à população e ao Programa Nuclear Brasileiro resolvem celebrar o presente **TERMO DE AJUSTES**, mediante as cláusulas seguintes:

CLÁUSULA 01.

Os Compromissários reconhecem que no interior das Instalações da Central Nuclear, a preocupação com a segurança é permanente, inclusive com a adoção de sistemática de aprimoramento contínuo e de uma cultura de segurança. No seu entorno, contudo, o plano de emergência é passível de melhorias, a infraestrutura requer correções e a população não recebe treinamento suficiente, havendo razões para a adoção de medidas de aprimoramento.

CLÁUSULA 02.

A ELETRONUCLEAR S.A. compromete-se a:

1) adotar as providências necessárias para prevenir eventual alagamento dos compartimentos onde estão instalados os geradores diesel de emergência;

2) construir Pequena Central Hidrelétrica ou outra solução técnica equivalente para fornecimento de energia elétrica em situações de emergência;

3) construir píeres para a evacuação complementar por via marítima das áreas de risco previstas pelo Plano de Emergência Externo (PEE/RJ);

4) utilizar os meios que estiverem dentro de seu alcance e competência legal, com os órgãos públicos responsáveis para a realização de outros compromissos ajustados neste termos e em seus eventuais aditivos, para o treinamento e capacitação de 100% (cem por cento) dos professores e estudantes da educação fundamental e ensino médio das escolas situadas em um raio de até 5 Km da CNAAA para situações de emergência, incluindo-as ainda nos exercícios de simulação;

5) cooperar com a Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) para a implantação depósito definitivo de rejeitos radioativos de baixa e média atividade até 2018;

6) estudar alternativas para a implantação de depósito intermediário de longo prazo para combustível usado (que contem rejeitos de alta atividade) e cooperar com a CNEN para sua implantação até 2026.

CLÁUSULA 03.

A Comissão Temporária Externa se compromete a oficiar os órgãos públicos competentes para, se desejarem, aderir voluntariamente ao presente TERMO e, em todo caso, adotarem as seguintes providências:

Ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte – DNIT:

7) Executar a duplicação da BR-101 (Rio-Santos) no trecho que passa pelo município de Angra dos Reis e serve de rota de evacuação das áreas de risco dentro da Zona de Planejamento de Emergência (ZPE) ao redor da CNAAA, conforme o PEE/RJ.

Ao Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Rio de Janeiro – DER/RJ:

8) Executar a pavimentação da Rodovia Paraty-Cunha.

À **Comissão Nacional de Energia Nuclear – CNEN:**

9) reavaliar a adequação do Plano de Emergência, inclusive no que tange aos meios disponíveis para sua implementação;

10) Agilizar o processo de licenciamento definitivo de operação de Angra 2, com a emissão da respectiva Autorização para Operação Permanente (AOP);

À **Prefeitura Municipal de Angra dos Reis:**

11) Estudar a ampliação do aeroporto de Angra dos Reis.

12) Avaliar soluções para a solução dos problemas financeiros enfrentados pela Santa Casa de Misericórdia no município de Angra dos Reis.

13) Concluir a construção do Hospital da Japuíba, no município de Angra dos Reis.

14) Promover a legalização das rádios comunitárias existentes na área de risco em volta da CNAAA.

15) Avaliar a qualidade do serviço de telefonia celular prestado na região.

CLÁUSULA 04.

Os Senadores integrantes da Comissão Temporária Externa se comprometem a empenhar esforços na tramitação célere do PLC nº 191, de 2010, que reestrutura o Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro (SIPRON), de modo a evitar a dispersão de responsabilidades nesse sistema.

CLÁUSULA 05.

A documentação técnica prévia pertinente à demonstração de viabilidade no desempenho dos compromissos firmados, bem como aquela pertinente à demonstração de conclusão dos compromissos constarão de Anexos específicos deste TERMO, visados pelas partes.

CLÁUSULA 06.

O não cumprimento dos prazos e obrigações assumidos no presente compromisso, por parte dos Compromissários, implicará a adoção das ações políticas e eventualmente jurídicas cabíveis.

CLÁUSULA 07.

Este compromisso não inibe ou restringe, de forma alguma, as ações de controle, fiscalização e monitoramento de qualquer órgão público.

CLÁUSULA 08.

Este instrumento produzirá os efeitos legais cabíveis a partir de sua celebração e terá publicidade com devido registro e protocolo no Senado Federal

E, por estarem de acordo, firmam o presente instrumento de compromisso.

Passo a palavra ao Presidente da Comissão, Sr. Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, vou ser breve, garanto. Estamos às 13h38.

Eu acho o seguinte, Senador Pedro Taques, Senador Randolfe, Senador Rollemberg, Dr. Othon, que possibilitou esse instrumento aqui.

Acredito eu que possamos estar aqui num momento histórico para o Senado, Senadora Ana Rita. Eu me preocupava muito, desde o começo dos debates, com a nossa distância do mundo real e de como alguns debates, ao final de tudo e de nossas ações, ficam no nada, sem encaminhamentos concretos. O que estamos criando aqui é um instrumento em muito inovador. Tem uma PEC do Senador Pedro Taques, tem um Projeto de Resolução nº 14, de minha autoria no Senado, falando desse termo de ajustes. Esse é um debate que nós temos que fazer, mas que poderia ser utilizado em outras ocasiões. O que nós fizemos? Uma comissão externa que foi a Angra. Tivemos também um debate aqui na Comissão de Meio Ambiente e Fiscalização e Controle.

Geralmente, o que acontece? Sai apenas um relatório e o relatório fica aqui nos Anais do Senado. Nesse caso concreto, eu agradeço muito ao Dr. Othon por ter topado esse encaminhamento. Nós estamos saindo daqui com compromissos concretos. Eu destacaria aqui várias recomendações a vários órgãos. O que é mais importante aqui é essa Cláusula 01 e Cláusula 02, em que a Eletronuclear se compromete com um conjunto de ações bem concretas. Das seis ações, eu destacaria que o núcleo mais importante são as

três primeiras, porque são muito concretas, uma obra para sanar a possibilidade de alagamento onde ficam os geradores a diesel – esse era um problema, porque em caso de interrupção de fornecimento de energia elétrica, se alagasse, ali teríamos um problema grave. Esse é um primeiro.

Segundo, construir uma PCH ou outra solução técnica para dar uma segurança a mais. Além do fornecimento de energia elétrica por geradores a diesel, nós teríamos uma PCH. E está aqui o compromisso estabelecido da Eletronuclear.

A construção de píeres para a evacuação complementar por via marítima das áreas de risco previstas pelo Plano de Emergência Externo, na possibilidade de interrupção das vias.

Eu queria destacar, agradecer novamente o Presidente da Eletronuclear, Dr. Othon Luiz Pinheiro da Silva, por ter aceito a construção desse termo de ajuste. Volto a dizer, que é um tema mais do que importante, concreto, pois estamos saindo aqui com um documento muito especial, Senador Rodrigo Rollemberg, é a possibilidade de adotarmos isso em várias outras audiências públicas, envolvendo autoridades, Ministérios. Acho que o resultado de tudo isso vai ser a aproximação do mundo real.

Acabo dizendo o seguinte, Senador Pedro Taques. O Tribunal de Contas é um órgão auxiliar nosso, ele pode dar prazos. Por que o Senado não pode, porque o Senado não pode trabalhar em cima de propostas concretas com prazos concretos.

Quero agradecer muito ao meu Presidente, Senador Rodrigo Rollemberg, que tem tudo a ver com isso aqui. Pensar medidas inovadoras que aproximem esta Casa da sociedade brasileira, do povo brasileiro.

Muito obrigado a todos os Senadores que estiveram lá presentes, que fizeram parte desta Comissão.

O SR PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado.

Pela ordem com a palavra o Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Senador Presidente, Senador antenado, eu diria que é um Senador atômico, nuclear. *(Risos)*

Eu queria cumprimentar o Senador Lindbergh por esta iniciativa porque ele está indo contra Aristóteles que em 340 antes de Cristo disse que aquele que exerce o poder, desempenha três atribuições: cria norma, aplica norma e julga. E quase 1500 anos, John Locke, na Inglaterra, por volta de 1668, também disse que Aristóteles estava correto: legislar, aplicar e julgar. Mais à frente, em 1748, Montesquieu, no famoso livro *Espírito das Leis*, disse a mesma coisa. Só que nós temos que entender que essa divisão orgânica é histórica e não científica. O que isso quer dizer? Que a realidade social é cambiante, ela muda. E nós temos que entender a Constituição, de acordo com a realidade social. Se você fizer uma análise formal da Constituição, o Legislativo tem a função de criar a norma, fiscalizar e buscar recursos para o seu Estado. Os legisladores, Deputados Federais e Senadores. No entanto, como bem disse o Senador Lindbergh, o art. 70 e 75 da Constituição afirma que cabe ao Tribunal de Contas, como órgão que auxilia o Legislativo, dar prazos, estabelecer regras de conduta concretas como essa. Portanto percebo, Senador Lindbergh, que essa atuação é uma atuação firme, que vem dar novo espaço ao Poder Legislativo. Percebamos que as constituições mais modernas da América Latina elas não falam mais em Legislativo, Executivo e Judiciário. Falam na existência de cinco órgãos que exercem parcela da soberania do Estado. Eu apresentei uma PEC, como V. Exª fez referência, para que nós possamos ofertar às Comissões, notadamente modificando o art. 58 § 2º, as Comissões temáticas ou materiais, uma nova composição, uma nova atribuição. Por que isso? Porque hoje nós vivemos numa sociedade denominada de risco. Tudo é muito rápido. E o processo Legislativo é do início do século XIX e nós estamos discutindo aqui energia nuclear com um processo legislativo com uma função parlamentar que é do início do século XIX.

Portanto, quero cumprimentar V. Exª por este momento que reputo como histórico e dar o meu apoio a esta inovação. Hoje, interpretar que eram divindades, na época de Roma, que retiravam das entranhas das pessoas o seu passado e o seu futuro. Daí a intérprete retira o sentido. Só que hoje interpretar é muito mais do que retirar sentido, é dar sentido à norma Constitucional. E V. Exª está dando sentido a esta norma. Parabéns.

O SR PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Obrigado, Pedro. Quero relatar este projeto, essa PEC.

Isso vindo de V. Exª, Senador Pedro Taques, tem um significado ainda maior.

Quero passar a palavra ao Diretor Presidente da Eletronuclear, Dr. Othon Luiz Pinheiro da Silva.

O SR. OTHON LUIZ PINHEIRO DA SILVA – Sr. Presidente Rodrigo Rollemberg, Senador Lindbergh Farias, estou aqui hoje por duas condições: uma é aquela que a gente nasceu. Nasci cidadão. Como cidadão, sinto-me extremamente orgulhoso de viver neste País que tem esta Casa, porque eu achei a ação desta Casa muito rápida e eficiente. Houve um acidente do outro lado do Planeta, no Japão, esta Casa teve a preocupação de ir aonde nós geramos energia da fonte

nuclear para ver quais eram as condições. Ou seja, vi nisso um zelo desta Casa em acautelar a população brasileira e para que não houvesse os mesmos problemas ocorridos no Japão. Então, como cidadão, eu me sinto muito orgulhoso.

E quanto às medidas que o Senador Lindbergh citou, se houvesse qualquer uma delas no Japão, não teria havido aquele problema lá, que foi em menor proporção do que a imprensa noticiou. Na realidade, no Japão, lá na central, ocorreram apenas duas mortes perto de vinte e sete mil mortes por outras causas. Mas, de qualquer maneira, é preocupante e não há razão nenhuma para vivermos o mesmo problema. Então, as medidas que foram exigidas aqui, no meu entendimento, se elas existissem no Japão, aquele problema não teria ocorrido lá. De modo que a ação rápida do Parlamento deixa-me, como cidadão, muito orgulhoso. É bom termos Senadores como nós temos neste País.

Como Presidente da Eletronuclear, falo em nome dos funcionários da empresa. Quem trabalha numa atividade vive aquela atividade e, no caso da Eletronuclear mais ainda, porque a maior parte dos funcionários vive a menos de 3 km da central. Ou seja, eles compartilham, eles vivem com a família deles, com os filhos deles, e alguns até com os netos. Então, há uma sinergia muito grande com a central. E os funcionários viram muito bem a ação desta Comissão, viram um carinho não só com a população, mas com eles também. Foi muito bem aceita por parte dos funcionários da Eletronuclear. E, em nome desses funcionários, eu quero agradecer essa atitude. Eu diria que é um momento feliz para a empresa, e Deus quis que eu vivesse esse momento muito feliz. Esse ato para nós, para a empresa, tem um significado muito grande. Agradeço muito aos senhores, Senadores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Os Srs. Senadores têm alguma observação a fazer?

Eu quero, antes de passar às assinaturas, registrar que eu me sinto muito honrado, Senador Lindbergh, por estar na condição de Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, participando dessa inovação.

Tive a honra de participar, junto com V. Exª, com o Senador Jorge Viana, Senador Aloysio Nunes, Senador Cyro Miranda, dessa visita às obras de Angra e percebo que nós estamos, efetivamente, fazendo uma inovação na interpretação correta, moderna, da Constituição Federal, como bem anunciou aqui o Senador Pedro Taques, que é um profundo conhecedor da Constituição. Em todas as intervenções do Senador Pedro Taques, ele coloca que toda a sua ação aqui no Senado tem um limite, e esse limite é a Constituição Federal. E quando vejo uma manifestação do Senador Pedro Taques, tão zeloso no cumprimento da Constituição Federal, apoiando esta iniciativa, percebo que estamos inovando e estamos avançando no papel fiscalizador do Senado Federal, como previsto na Constituição Federal.

Cumprimento o Senador Lindbergh pela inovação, cumprimento o Presidente da Eletronuclear, Dr. Othon Luiz, pelo espírito público demonstrado nessa atitude. E agradeço aos demais Senadores presentes nesta reunião.

Então, vamos às assinaturas. Em primeiro lugar, o Dr. Othon. *(Pausa.)*

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Apenas para dizer que o Senador Delcídio está presidindo a CAE e pediu desculpas; queria estar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – O Senador Delcídio também esteve presente na nossa visita.

Senador Lindbergh. *(Pausa.)*

Eu quero registrar os Senadores e Senadoras que fazem parte desta Comissão: Senador Lindbergh, Senador Rodrigo Rollemberg, Senador Jorge Viana, Senador Delcídio do Amaral, Senador Lobão Filho, Senador Marcelo Crivella, Senador Cyro Miranda, Senador Aloysio Nunes e Senadora Lúcia Vânia. (*Pausa*.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, antes que V. Exª conclua, somente uma sugestão para a Presidência.

Nós aprovamos, além do convite ao Ministro dos Transportes, o convite, de autoria minha e do Senador Pedro Taques, para convidar também os dirigentes do Dnit, que foram exonerados recentemente: o Sr. Luiz Pagot, o Sr. José das Neves, o Sr. Mauro Silva, e o Sr. Luiz Bonvini.

É só uma sugestão à Comissão, já que vamos na quinta-feira ouvir o Ministro dos Transportes, que pudéssemos, o quanto antes, na semana que vem, também ouvir na Comissão essas demais autoridades.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Vamos examinar com toda a atenção que V. Exª merece.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Muito obrigado, Sr. Presidente. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 13 horas e 51 minutos.)

ATA DA 26ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 07 DE JULHO DE 2011, QUINTA-FEIRA, ÀS 9H, NA SALA DE REUNIÕES Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II.

Às nove horas e vinte e seis minutos do dia sete de julho de dois mil e onze, na Sala nº 3, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a presidência do Senhor Senador **RODRIGO ROLLEMBERG**, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores **VANESSA GRAZZIOTIN, BLAIRO MAGGI, ANTONIO CARLOS VALADARES, VALDIR RAUPP, CÍCERO LUCENA, FLEXA RIBEIRO, JAYME CAMPOS, LINDBERGH FARIAS, ANIBAL DINIZ, JORGE VIANA, PEDRO TAQUES, RODRIGO ROLLEMBERG, VITAL DO RÊGO, SÉRGIO SOUZA, IVO CASSOL E ALOYSIO NUNES FERREIRA.** Deixam de comparecer os Senhores Senadores **JOÃO PEDRO, VICENTINHO ALVES, WILSON SANTIAGO, EUNÍCIO OLIVEIRA, EDUARDO BRAGA, KÁTIA ABREU, PAULO DAVIM E RANDOLFE RODRIGUES.** Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos e submete à votação a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir, passa-se à deliberação da **PAUTA**. **ITEM 1) REQUERIMENTO Nº 53, DE 2011-CMA**, que requer, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA para discutir o anúncio de repasse de até R$ 4,5 bilhões do BNDES para viabilizar a megafusão entre os supermercados Pão de Açúcar com a parte brasileira do Carrefour, com os seguintes convidados: Carlos Lessa, ex-Presidente do BNDES; Gesner de Oliveira ex-Presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE; Luciano Coutinho, Presidente do BNDES; Mansueto Almeida, Técnico de Planejamento do IPEA; Roberto Pfeiffer, ex-Diretor Executivo da Fundação PROCON, do Estado de São Paulo; e Sussumu Honda, Presidente da Associação Brasileira de Supermercados – ABRAS. Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira. Colocado em votação, a comissão aprova o Requerimento. **ITEM 2) REQUERIMENTO Nº 54, DE 2011-CMA,** que requer, nos termos regimentais, aditamento ao requerimento de 02/2011, com o objetivo de incluir as presenças da senhora Nádia Ferreira, Secretária de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas, do Senhor Eronildo Braga Bezerra, Secretário de Estado da Produção Rural do Amazonas, Senhora Shirley Abreu do Nascimento, Coordenadora do Programa Terra Legal do Ministério do Desenvolvimento Agrário e o senhor Rubens Gomes Coordenador do Grupo de Trabalho Amazônico para debater o Código Florestal.Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin. Colocado em votação, a comissão aprova o Requerimento. **ITEM 3) REQUERIMENTO Nº 55, DE 2011-CMA,** que requer nos termos do art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja realizada, no âmbito desta Comissão, audiência pública com a finalidade de discutir os problemas que tem ocasionado demora de até 3 (três) meses para agendamento de entrevistas para emissão de passaportes, inclusive sobre o recente recall de 11,6 mil passaportes por erro em chip, com o objetivo de diagnosticarmos soluções em possíveis iniciativas legislativas que possam contribuir para a prestação desse serviço de forma mais eficiente ao cidadão. Para tanto sugiro seja convidado o Sr. LEANDRO DAIELLO COIMBRA, Diretor-Geral da Polícia Federal. Autoria: Senador Sérgio Souza. Colocado em votação, a comissão aprova o Requerimento. **ITEM 4) REQUERIMENTO Nº 56, DE 2011-CMA**, que requer nos termos do art. 93, II do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja realizada, no âmbito desta comissão, audiência pública com a finalidade de discutir o funcionamento do setor de aviação civil nacional, com foco especial no atendimento dos direitos do consumidor brasileiro na utilização de serviços de transporte aéreo no país. Para tanto sugiro o convite das seguintes entidades da sociedade civil: Secretaria de Aviação Civil; Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC; Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária – INFRAERO; Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor da Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça; Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias – SNEA; e Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor – IDEC. Autoria: Senador Sérgio Souza. Colocado em votação, a comissão aprova o Requerimento. **ITEM 5) REQUERIMENTO Nº 57, DE 2011-CMA,** que requer a esta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle providenciar nos termos do art. 102-A, a efetivação de perícias e solicitar ao Tribunal de Contas da União a realização das inspeções e auditorias pertinentes no Ministério dos Transportes e no Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT tendo em vista as denúncias da Revista Veja que sugerem o superfaturamento de obras em rodovias e ferrovias para a manutenção de esquema de corrupção. Autoria: Senador Pedro Taques. Colocado em votação, a comissão aprova o Requerimento. **ITEM 6) REQUERIMENTO Nº 58, DE 2011-CMA**, que requer a realização, por parte da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, do "1º Seminário Internacional:

Água e Transdisciplinariedade – para uma Ecologia de Saberes", de 10 a 12 de novembro de 2011, em parceria com a Universidade de Brasília (UnB) e diversas entidades, incluindo a UNESCO e a Agência Nacional de Águas (ANA), conforme programação a seguir listada. Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg. Colocado em votação, a comissão aprova o Requerimento. **ITEM 13) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 35, DE 2009 – TERMINATIVO,** que obriga o fornecedor de produto cultural pela internet a tornar disponível a venda de meia-entrada por esse veículo. Autoria: Deputado Felipe Bornier. Relatoria "ad hoc": Senador Aníbal Diniz. Relatório: Pela aprovação do projeto, com duas emendas que apresenta, e com uma subemenda à emenda de autoria do Sen. Antônio Carlos Valadares. **Resultado:** Aprovado com as Emendas nºs 1, 2 e 3-CMA, por 8 votos favoráveis. **ITEM 14) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 64, DE 2010 – TERMINATIVO,** que altera a Lei nº 10.962, de 11 de outubro de 2004, que "dispõe sobre a oferta e as formas de afixação de preços de produtos e serviços para o consumidor", para obrigar a informação do preço por unidade de medida na comercialização de produtos fracionados em pequenas quantidades. Autoria: Senador Marcelo Crivella. Relatoria: Senador Ivo Cassol. Relatório: Pela aprovação do projeto. **ITEM 15) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 147, DE 2009,** que dá nova redação ao § 1º do art. 25 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (dispõe que os animais silvestres apreendido devem ser libertados em seu habitat). Autoria: Deputado Antonio Carlos Mendes Thame; que tramita em conjunto com o **PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 180, DE 2009,** que altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, no que diz respeito à proteção aos animais silvestres apreendidos. Autoria: Deputado Felipe Bornier. Relatoria: Senador Jorge Viana. Relatório: Pela prejudicialidade do PLC n° 180, de 2009; e pela aprovação do PLC n° 147, de 2009, com a emenda (substitutivo) que apresenta. Resultado: Aprovado o Projeto de Lei da Câmara nº 147, de 2009, na forma da Emenda nº 1-CMA (Substitutivo), por 8 votos favoráveis. Fica prejudicado o PLC 180, de 2009. Observações: A matéria será examinada em turno suplementar (art. 282). Não sendo oferecidas emendas, o substitutivo será dado como definitivamente adotado sem votação (art. 284). **ITEM 17) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 536, DE 2009 – TERMINATIVO**, que acrescenta art. 18-A à Lei n° 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, para obrigar os fabricantes a credenciar pelo menos um serviço de assistência técnica autorizada em municípios com população superior a cem mil habitantes, e dá outras providências. Autoria: Senador Paulo Paim. Relatoria: Senador Anibal Diniz. Relatório: Pela aprovação do projeto, com duas emendas que apresenta. Resultado: Aprovado o Projeto de Lei do Senado nº 536, de 2009, com as Emendas nºs 1 e 2-CMA, por 8 votos favoráveis. **ITEM 18) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 76, DE 2009 – TERMINATIVO,** que acrescenta art. 49-A à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências. (Obriga o fornecedor de serviços a manter atendimento telefônico automático para cancelamento da prestação de serviço). Autoria: Deputado Vinicius Carvalho. Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin. Relatório: Pela rejeição do projeto. Resultado: Rejeitado o Projeto de Lei da Câmara nº 76, de 2009, por 9 votos contrários. **ITEM 19) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 167, DE 2007 – TERMINATIVO**, que altera a Lei nº 8.313, de 1991, que institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), para tornar obrigatória a previsão da emissão de carbono e o respectivo cálculo de sua neutralização nos projetos culturais beneficiados pelo Poder Público. Autoria: Senador Expedito Júnior. Relatoria: Senador Cícero Lucena. Relatório: Pela rejeição do projeto. Resultado: Rejeitado o Projeto de Lei do Senado nº 167, de 2007, por 8 votos contrários. **ITEM 22) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 326, DE 2009 – TERMINATIVO,** que dispõe sobre a Política Nacional de Incentivo ao Manejo Sustentado e ao Cultivo do Bambu e dá outras providências. Autoria: Deputado Rodovalho. Relatoria: Senador Rodrigo Rollemberg. Relatório: Pela aprovação do projeto. Resultado: Aprovado o Projeto de Lei da Câmara nº 326, de 2009, por 9 votos favoráveis. Ficam adiadas as seguintes matérias: **Item 7) PDS (SF) Nº 90, DE 2007; Item 8) PFS n° 01, de 2008; Item 9) PLS n° 489, de 2008; Item 10) PLC n° 141, de 2010; Item 11) PLS n° 21, de 2011; Item 12) PLC n° 194, de 2008; Item 14) PLS Nº 64, DE 2010 Item 16) PLS n° 259, de 2007; Item 20) PLS n° 38, de 2011; e Item 21) PLS n° 190, de 2008. Item 23) PLC nº 139, de 2010; Item 24) PLS nº 438, de 2007; Item 25) PLC nº 258, de 2009.** Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e doze minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia. – Senador **Rodrigo Rollemberg,** Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Havendo número regimental, declaro aberta a 26ª Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

A presente reunião destina-se à deliberação de matérias constantes da pauta.

Comunicado da Presidência.

Comunico ao Colegiado que o Governo de Santa Catarina encaminhou ofício informando sobre a instalação da Secretaria de Estado da Defesa Civil.

No ofício, o Secretário da nova Pasta, Sr. Geraldo Althoff, reforça a importância do amplo debate no sentido da construção de uma cultura de prevenção contra eventos climáticos extremos.

Essa matéria interessa, diretamente, ao Senador Jorge Viana, Presidente da Subcomissão encarregada de tratar de modificações na legislação sobre Defesa Civil.

Item 1 da pauta:

ITEM 1
– Não Terminativo -
REQUERIMENTO Nº 53, DE 2011-CMA

Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) para discutir o anúncio de repasse de até R$4,5 bilhões do BNDES para viabilizar a megafusão entre os supermercados Pão de Açúcar com a parte brasileira do Carrefour, com os seguintes convidados:

– Carlos Lessa, ex-Presidente do BNDES;

– Gesner de Oliveira ex-Presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE);

– Luciano Coutinho, Presidente do BNDES;

– Mansueto Almeida, Técnico de Planejamento do IPEA;

– Roberto Pfeiffer, ex-Diretor Executivo da Fundação PROCON, do Estado de São Paulo;

– Sussumu Honda, Presidente da Associação Brasileira de Supermercados (ABRAS).

Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Em votação.

Aqueles que concordam com a aprovação do requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado.

ITEM 2:
– Não Terminativo -
REQUERIMENTO Nº 54, DE 2011-CMA

Requer, nos termos regimentais, aditamento ao Requerimento de 02/2011, com o objetivo de incluir as presenças da senhora Nádia Ferreira, Secretária de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas, do Senhor Eronildo Braga Bezerra, Secretário de Estado da Produção Rural do Amazonas, Senhora Shirley Abreu do Nascimento, Coordenadora do Programa Terra Legal do Ministério do Desenvolvimento Agrário e o senhor Rubens Gomes Coordenador do Grupo de Trabalho Amazônico, para debater o Código Florestal.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin**.**

Em votação.

Aqueles que concordam com a aprovação do requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado.

ITEM 3:
– Não Terminativo -
REQUERIMENTO Nº 55, DE 2011-CMA

Nos termos do art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja realizada, no âmbito desta Comissão, audiência pública com a finalidade de discutir os problemas que tem ocasionado demora de até 3 (três) meses para agendamento de entrevistas para emissão de passaportes, inclusive sobre o recente recall de 11,6 mil passaportes por erro em chip, com o objetivo de diagnosticarmos soluções em possíveis iniciativas legislativas que possam contribuir para a prestação desse serviço de forma mais eficiente ao cidadão.

Para tanto sugiro seja convidado o Sr. LEANDRO DAIELLO COIMBRA, Diretor-Geral da Polícia Federal.

Autoria: Senador Sérgio Souza.

Em votação.

Aqueles que concordam com a aprovação do requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado.

ITEM 4:
– Não Terminativo -
REQUERIMENTO Nº 56, DE 2011-CMA

Nos termos do art. 93, II do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja realizada, no âmbito desta comissão, audiência pública com a finalidade de discutir o funcionamento do setor de aviação civil nacional, com foco especial no atendimento dos direitos do consumidor brasileiro na utilização de serviços de transporte aéreo no País.

Para tanto sugiro o convite das seguintes entidades da sociedade civil:

– Secretaria de Aviação Civil;

– Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC);

– Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (INFRAERO);

– Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor da Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça;

– Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias (SNEA); e

– Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC).

Autoria: Senador Sérgio Souza.

Em votação.

Aqueles que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

ITEM 5:
– Não Terminativo -
REQUERIMENTO Nº 57, DE 2011-CMA

Requeiro a esta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle providenciar, nos termos do art. 102-A, a efetivação de perícias e solicitar ao Tribunal de Contas da União a realização das inspeções e auditorias pertinentes no Ministério dos Transportes e no Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), tendo em vista as denúncias da Revista Veja que sugerem o superfaturamento de obras em rodovias e ferrovias para a manutenção de esquema de corrupção.

Autoria: Senador Pedro Taques.

Alguém pediu a palavra? *(Pausa.)*

Em votação.

Aqueles que concordam com a aprovação do requerimento, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Peço aos Senadores para permaneceram na Comissão por alguns momentos, porque temos alguns projetos terminativos para serem apreciados, portanto, precisamos de quórum especial.

Solicito ao Senador Lindbergh que nos honre com a sua presença.

Estou muito honrado com a sua presença, Senador Lindbergh. V. Exª é muito bem-vindo.

ITEM 6:
– Não Terminativo -
REQUERIMENTO Nº 58, DE 2011-CMA

Requeiro a realização, por parte da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, do "1º Seminário Internacional: Água e Transdisciplinariedade – para uma Ecologia de Saberes", de 10 a 12 de novembro de 2011, em parceria com a Universidade de Brasília (UnB) e diversas entidades, incluindo a UNESCO e a Agência Nacional de Águas (ANA), conforme programação a seguir listada.

Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg.

Está anexa a programação.

Em votação.

Aqueles que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado.

O Item 7 foi retirado de pauta a pedido da autora.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – *(Intervenção fora do microfone.)*

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Senador Ivo Cassol, ele foi retirado de pauta a pedido da autora. Na próxima V. Exª apresenta o parecer em separado.

Vamos dar início às leituras dos relatórios das matérias terminativas para adiantar, até porque só falta um Senador para termos quórum para votarmos os terminativos.

ITEM 14:
– Terminativo -
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 64, DE 2010

Altera a Lei nº 10.962, de 11 de outubro de 2004, que "dispõe sobre a oferta e as formas de afixação de preços de produtos e serviços para o consumidor", para obrigar a informação do preço por unidade de medida na comercialização de produtos fracionados em pequenas quantidades.

Autoria: Senador Marcelo Crivella.

Relatoria: Senador Ivo Cassol.

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações: *1) A matéria constou nas pautas dos dias 12/04/2011, 19/04/2011, 03/05/2011, 17/05/2011, 24/05/2011, 31/05/2011, 14/06/2011 e 28/06/2011.*

Com a palavra o Relator, Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Obrigado, Sr. Presidente, Srs. Senadores.

Eu quero retirar o item de pauta, a pedido do Partido.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – A pedido do relator, estamos retirando de pauta a matéria. Item retirado de pauta.

ITEM 15:
– Terminativo -
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 147, DE 2009

Dá nova redação ao § 1º do art. 25 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (dispõe que os animais silvestres apreendido devem ser libertados em seu habitat).

Autoria: Deputado Antonio Carlos Mendes Thame.

Relatoria: Senador Jorge Viana.

Tramita em conjunto com o Projeto de Lei da Câmara nº 180, de 2009, de autoria do Deputado Felipe Bornier.

Com a palavra o Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, como V. Exª falou, à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle vem agora a apreciação do Projeto de Lei da Câmara nº 147, de 2009 (PL nº 2.162, de 2007, na origem), do Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, que dá nova redação ao § 1º do art. 25 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e o Projeto de Lei da Câmara nº 180, de 2009 (PL nº 3.626, de 2008, na origem), do Deputado Felipe Bornier, que altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, no que diz respeito à proteção dos animais silvestres apreendidos.

Relatório.

O PLC nº 147, de 2009, de autoria do Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, altera o § 1º do art. 25 da Lei nº 9.605, para dispor que os animais silvestres apreendidos devem ser libertados, preferencialmente, em seu *habitat*. A alteração substancial é neste ponto. A lei diz que preferencialmente devem ser soltos em seu *habitat* natural. Estabelece ainda que se tal medida for inviável, ou não recomendável por razões sanitárias, os animais apreendidos deverão ser entregues a jardins zoológicos, fundações ou entidades assemelhadas para guarda e cuidados, sob a responsabilidade de técnicos habilitados.

Outro projeto, O PLC nº 180, de 2009, de autoria do Deputado Felipe Bornier, acrescenta § 5º ao art. 25 da mesma Lei nº 9.605, de 1998, para determinar que o órgão autuante zelará para que os animais sejam mantidos em condições adequadas de acondicionamento e transporte, que garantam o seu bem-estar físico até que eles sejam entregues às instituições mencionadas no § 1º daquele artigo.

As cláusulas de vigência de ambas as proposições determinam que as leis geradas entrem em vigor nas respectivas datas de publicação.

No Senado Federal, ambos os projetos foram enviados à Comissão de Meio Ambiente, hoje apreciados, para decisão terminativa e, em razão do Requerimento nº 59, de 2010, da Senadora Marina Silva, passaram a tramitar em conjunto. Não foram apresentadas emendas às proposições.

Análise.

Conforme estabelecido, compete à CMA, nos termos do art. 102-A, II, *a* e *c*, do Regimento Interno do Senado Federal, apreciar o mérito das matérias relativas à proteção da fauna e à preservação e conservação da biodiversidade.

Relativamente ao mérito, o PLC nº 147, de 2009, determina que os animais sadios apreendidos em operações de repressão ao tráfico de animais silvestres sejam prioritariamente devolvidos ao seu *habitat* natural.

De acordo com o autor, a lei vigente não estabelece uma ordem de prioridade quanto ao destino a ser dado a esses animais, deixando sob o poder discricionário da autoridade competente a decisão sobre essa destinação – se os animais serão devolvidos ao seu *habitat* ou mantidos em cativeiro.

Já o PLC nº 180, de 2009, busca assegurar que os animais apreendidos sejam mantidos em condições adequadas ao seu bem-estar físico enquanto aguardam sua entrega à destinação final.

O objetivo, portanto, de ambas as proposições é manter intactas, tanto quanto possível, as populações nativas desses animais, contribuindo, dessa forma, para a preservação da biodiversidade brasileira. Entretanto, cumpre observar que, no presente caso, em que ambas as proposições merecem aprovação, deve ser acatado o PLC nº 147, de 2009, por força do art. 260, inciso II, alínea *b*, do Regimento Interno do Senado Federal, que concede precedência ao projeto mais antigo sobre o mais recente.

Então, por esse aspecto do Regimento Interno, fica prejudicado o Projeto nº 180, de 2009, e, por precedência, ambos têm a aprovação, no seu mérito, o Projeto nº 147.

Vou para o voto, Sr. Presidente.

Diante do exposto, votamos pela prejudicilidade do Projeto de Lei da Câmara nº 180, de 2009, obviamente ressalvando que seu mérito está acolhido na outra proposta, e pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 147, de 2009, na forma do seguinte substitutivo:

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Esta Lei determina que os animais apreendidos em decorrência de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente sejam libertados prioritariamente em seu habitat natural e estabelece condições necessárias ao bem-estar desses animais.

Art. 2º. O § 1º do art. 25 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

> *"Art. 25. .....*
>
> .....
>
> § 1º Os animais serão prioritariamente libertados em seu habitat ou, sendo tal medida inviável ou não recomendável por questões sanitárias, entregues a jardins zoológicos, fundações ou entidades assemelhadas, para guarda e cuidados sob a responsabilidade de técnicos habilitados.
>
> .....” (NR)

Art. 3º. O art. 25 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, passa a vigorar acrescido do seguinte § 2º, renumerando-se os demais:

"Art. 25. .....

.....

§ 2º Até que os animais sejam entregues às instituições mencionadas no § 1º deste artigo, o órgão autuante zelará para que eles sejam mantidos em condições adequadas de acondicionamento e transporte que garantam o seu bem-estar físico.

......" (NR)

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

É esse o meu parecer e o meu voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Sr. Relator.

Em discussão.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – SP) – Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – O projeto, Sr. Presidente, embora óbvio, é meritório. Uma vez convertido em lei, impedirá que, por exemplo, uma foca apreendida em Santos seja liberada na Caatinga. Ao contrário do projeto que foi aprovado ontem pelo Senado sobre o Regime de Contratação Diferenciada para a Copa, que permite que raposas sejam liberadas em galinheiros.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Vou fazer a chamada nominal dos Srs. Senadores.

Senador Jorge Viana, favorável na forma do parecer.

Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sim, Excelência. Espero que o urso polar também não seja deixado em Mato Grosso, não é? Porque lá é muito quente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Senador Pedro Taques, "Sim".

Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Voto sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Senador Blairo Maggi, "Sim".

Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Acompanho o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Voto sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Senador Aloysio Nunes Ferreira. *(Pausa.)*

Senador Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Sim; com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – O Projeto foi aprovado por oito votos favoráveis.

ITEM 18
– Terminativo -
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 76, DE 2009

Acrescenta art. 49-A à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências. (Obriga o fornecedor de serviços a manter atendimento telefônico automático para cancelamento da prestação de serviço).

Autoria: Deputado Vinicius Carvalho.

Relatora: Senadora Vanessa Grazziotin.

Com a palavra a Relatora.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – O projeto, como V. Exª já nominou, é composto de três artigos: o art. 1º estabelece que o disciplinamento da rescisão contratual dos serviços, por via telefônica, constitui o objetivo da lei em que porventura se converter o projeto. O *caput* do art. 2º propõe o acréscimo do art. 49-A, §§ 1º a 4º, à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que é o Código de Defesa do Consumidor. E o art. 49-A, acrescentado pelo projeto, obriga o fornecedor que comercializa serviço por telefone a oferecer ao consumidor um serviço de atendimento automático de ligações telefônicas que lhe permita determinar com segurança a cessão da prestação de serviço ou a rescisão do contrato sem intervenção pessoal.

De acordo com o § 1º, o serviço de atendimento que também funcionará em postos comerciais para receber solicitações por escrito informará, discriminadamente, no prazo máximo de sete dias, ao consumidor, a existência e o valor de eventuais débitos pendentes, assim como a vigência de cláusula de fidelização e o valor de eventuais multas oriundas da respectiva rescisão contratual.

Também o § 2º ao art. 49-A determina a geração de um número de protocolo para que o processo todo

possa ser acompanhado. E o § 3º fixa que a regulamentação se dará no prazo de 90 dias. E, ao justificar a proposição, o autor ressalta o crescimento expressivo das reclamações perante os Procons, referentes às dificuldades dos consumidores no momento de cancelar o contrato de prestação de serviço.

Entretanto, Sr. Presidente, no tocante ao serviço de atendimento ao consumidor, apesar do difícil acesso verificado das inúmeras reclamações, preciso aqui registrar o advento do Decreto nº 6.523, de 31 de julho de 2008, posterior, portanto, ao projeto de lei oriundo da Câmara de 2007. Esse projeto fixa normas gerais para o serviço de atendimento ao consumidor por telefone, no âmbito dos servidores e dos serviços regulados pelo Poder Público. Esse decreto já estabelece, Sr. Presidente, basicamente tudo; esse decreto, posterior à data da apresentação do projeto, estabelece tudo o que prevê o projeto.

Então, diante disso, Sr. Presidente, é que consideramos que ele não é mais meritório. Não pelo seu conteúdo. Seu conteúdo é relevante, importante, fundamental, mas, em decorrência da atualização da lei com edição do decreto que acabo de citar aqui, não há mais necessidade.

Por isso, opino pela rejeição do Projeto de Lei da Câmara nº 76.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Em discussão. (*Pausa*.)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Alerto que quem votar com a Relatora estará votando pela rejeição do projeto.

Como vota o Senador Anibal Diniz?

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Voto com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Como vota o Senador Jorge Viana?

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Com a Relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Como vota o Senador Pedro Taques?

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Como vota o Senador Sérgio Souza?

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Com a Relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Como vota o Senador Ivo Cassol?

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Com a Relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Como vota o Senador Aloysio Nunes Ferreira?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Como vota o Senador Valdir Raupp?

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Algum Senador não votou ainda? (*Pausa*.)

Como vota o Senador Lindbergh?

O SR. LINDBERGH FARIA (Bloco/PT – RJ) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – O projeto foi rejeitado nos termos do relatório.

Se todos concordarem, vou propor a inversão da pauta para relatar o Item 22.

ITEM 22:
– Terminativo -
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 326, DE 2009

Dispõe sobre a Política Nacional de Incentivo ao Manejo Sustentado e ao Cultivo do Bambu e dá outras providências.

Autoria: Deputado Rodovalho.
Relatoria: Senador Rodrigo Rollemberg.
Relatório: Pela aprovação do projeto.
Observações:
1) Matéria já apreciada pela CRA e CAE, com parecer favorável à matéria em ambas as Comissões;
2) A matéria constou na pauta do dia 28/06/2011

Peço ao Senador Ivo Cassol que assuma a Presidência...

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco/PP – RO) – Com a palavra V. Exª

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Trata-se do Projeto de Lei da Câmara nº 326, de 2009, que constitui o substitutivo aprovado por aquela Casa do Congresso Nacional ao Projeto de Lei nº 1.180, de autoria do Deputado Rodovalho. O referido PLC institui a Política Nacional de Incentivo ao Manejo Sustentável e ao Cultivo do Bambu, com objetivo de promover o desenvolvimento da cultura dessa espécie em nosso País por meio de ações governamentais e de empreendimentos privados, e determina que os incentivos nela previstos destinem-se ao manejo sustentável das formações nativas e ao cultivo de bambu voltados para a produção de colmos, a extração de brotos e a valorização desse ativo ambiental como

instrumento de promoção do desenvolvimento socioeconômico regional.

A proposição contempla também

– as diretrizes da política nacional do bambu, entre as quais o desenvolvimento de polo de manejo sustentável, cultivo e beneficiamento de bambu, especialmente nas regiões de maior ocorrência de estoques naturais da espécie e em regiões cuja produção agrícola está baseada em unidades familiares de produção;

– instrumentos da Política Nacional de Incentivo ao Manejo Sustentável do Bambu: crédito rural, assistência técnica e certificado de origem e de qualidade dos produtos destinados à comercialização;

– atribuições dos órgãos competentes: incentivo à pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico voltados para o cultivo e para as aplicações dos produtos e subprodutos do bambu; orientação sobre cultivo para a produção e a extração de brotos de bambu; incentivos à adoção da cultura e do processamento do bambu pela agricultura familiar; estabelecimento de parcerias com entidades públicas e privadas para maximizar a produção e a comercialização dos produtos derivados do bambu; estímulo ao comércio interno e externo do bambu.

Nesta Casa do Congresso Nacional, o PLC nº 326, de 2009, foi distribuído inicialmente à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e, em termos de decisão terminativa, à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Em decorrência da aprovação do Requerimento nº 443, de 2010, do Senador Romero Jucá, o PLC em pauta foi também encaminhado à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Depois de aprovado pela CRA e pela CAE, o projeto é submetido, nesta oportunidade, ao exame da CMA, tendo em vista que a matéria, nos termos do Regimento Interno e do Ato nº 4, de 2010, da Mesa do Senado Federal, continua a tramitar.

Não foram apresentadas emendas à matéria.

Análise.

Nos termos do art. 102, "a", do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão... Como a análise está à disposição de todos no material, se houver permissão do Plenário, vou direto ao voto.

Pelo exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 326, de 2009.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco/PP - RO) – Está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, vamos para a votação.

Senador Anibal Diniz, como vota?

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT - AC) – Voto com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco/PP - RO) – Sr. Jorge Viana, como vota?

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT - AC) – Voto com o Sr. Relator.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco/PP - RO) – Pedro Taques, como vota?

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT - MT) – Senador Ivo, voto com o Relator do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco/PP - RO) – Senador Rodrigo Rollemberg . O voto é conhecido.

Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB - PR) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco/PP - RO) – Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB - SP) – Voto sim.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco/PP - RO) – Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB - AM) – A favor, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco/PP - RO) – O Senador Cícero Lucena.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB - PB) – Com o Relator, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco/PP - RO) – O Senador Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT - RJ) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco/PP - RO) – Aprovado o projeto.

Devolvo os trabalhos ao Presidente Rollemberg.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Item...

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB - PB) – Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Pela ordem, Senador Cícero Lucena.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB - PB) – Presidente, eu queria uma permissão de V. Exª, regimentalmente, se for possível. Sou relator do item 25, de que o Senador Pedro Taques havia pedido vista. Ele veio me falar que ainda não concluiu o seu processo de consulta a quem ele desejava consultar, em parte de um debate, de uma discussão. Se, regimentalmente, for possível, eu concordo com o pedido dele de adiar a votação desse item.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Nós vamos retirar de pauta. O Senador Pedro Taques já nos havia comunicado do interesse em fazer uma audiência pública. Como é um o tema bastante importante, que reúne vários interesses, vamos retirar de pauta, concordando...

Já foi formalizado o pedido de audiência pública?

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Não. Se V. Exª me permite...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Pois não.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, a Serra do Cachimbo fica distante de Cuiabá em mais de mil quilômetros. A sociedade de lá já me procurou, e eu os atendi no escritório de representação lá, em Mato Grosso. Eles pediram que eu analisasse mais esse projeto, e fiz isso.

Vou fazer um requerimento, para que possamos fazer uma audiência sobre esse tema e me comprometo a, na primeira semana do mês de agosto, na primeira semana do segundo período legislativo desta sessão, apresentar o voto.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Pedro Taques.

Vamos ao item 17.

ITEM 17:
– Terminativo -
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 536, DE 2009

Acrescenta o art. 18-A à Lei n° 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, para obrigar os fabricantes a credenciarem pelo menos um serviço de assistência técnica autorizada em Municípios com população superior a cem mil habitantes, e dá outras providências.

Autoria: Senador Paulo Paim.

Relatoria: Senador Anibal Diniz, a quem concedo a palavra.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, vamos simplificar esse relatório, uma vez que já o fizemos numa reunião em que não houve quórum regimental para aprová-lo terminativamente. (*Pausa.*)

Tenho a permissão?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Pois não. Com a permissão, V Exª pode ir direto ao voto.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – o Projeto de Lei do Senado nº 536, de 2009, de iniciativa do Senador Paim, obriga o fabricante a credenciar pelo menos um serviço de assistência técnica autorizada para toda a linha de produtos ofertados nos Municípios de sua área de atuação, com população superior a 100 mil habitantes.

Para tanto, a proposição acrescenta o art. 18-A à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, contendo no seu *caput* a obrigatoriedade de credenciamento de serviço de assistência técnica.

O § 1º do art. 18-A propõe que o fornecedor de produtos fique obrigado a receber o produto defeituoso, caso ele esteja dentro do prazo de garantia legal ou complementar e não haja serviço de assistência técnica autorizada em Município de sua área de atuação.

O § 2º dispõe que, nessa hipótese, o fornecedor deverá providenciar a remessa do produto à assistência técnica de outra localidade e sua devolução sem defeito ao consumidor.

E o § 3º determina que, se o vício não for sanado em 30 dias, o consumidor terá direito a exigir um novo produto, o abatimento do preço ou a devolução do dinheiro.

O autor da proposta, em sua justificação, pondera que o projeto propiciará ao consumidor assistência técnica efetivamente satisfatória, conferindo-lhe um tratamento de melhor qualidade.

Em razão de concordarmos com o relatório sobre o Projeto de Lei do Senado nº 536, de 2009, apresentado pelo Senado Valdir Raupp nesta Comissão, transcrevemos os termos com algumas alterações de mérito.

A emenda proposta pelo Senador Paim vai justamente ponderar no sentido de que onde não houver assistência técnica na área de atendimento da empresa que fornecer o produto, ela será obrigada a fazer a remessa do produto para um local onde haja assistência técnica.

Do voto.

Diante do exposto, manifestamo-nos pela constitucionalidade, pela juridicidade e pela boa técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 536, de 2009, com as emendas a seguir indicadas.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Vamos, em primeiro lugar, colocar o projeto em votação e, em seguida, as emendas.

Então, vamos lá.

Senador Anibal Diniz, na forma do relatório.

Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Também, Sr. Presidente, com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Senador Cícero Lucena.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Senador Lindbergh.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Alguém não votou? (*Pausa*.)

O projeto foi aprovado com oito votos.

Vamos repetir a votação? (*Pausa.*)

Todos os Senadores que concordam com a aprovação das emendas queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovado com as emendas.

Nós vamos votar rapidamente o item 13 da pauta que já havia sido aprovado pela Comissão há duas semanas, mas, por um erro da Secretaria da Comissão, foi dado como não terminativo. No entanto, é um projeto terminativo e teria de ter votação nominal. O Relator *ad hoc* foi o Senador Anibal Diniz.

Tendo em vista que o relatório já foi lido e aprovado, consulto os nobres Senadores se é necessário ler novamente o relatório ou se o Relator pode ir direto ao voto. (*Pausa*.)

Trata-se do item 13, que obriga o fornecedor de produtor cultural pela Internet a tornar disponível a venda de meia-entrada por esse veículo. A autoria é do Deputado Felipe Bornier e a Relatoria *ad hoc* é do Senador Anibal Diniz, pela aprovação do projeto, com duas emendas que apresenta e com a subemenda à emenda de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares.

ITEM 13
– Terminativo -
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 35, DE 2009

Obriga o fornecedor de produto cultural pela internet a tornar disponível a venda de meia-entrada por esse veículo.

Autoria: Deputado Felipe Bornier.

Relatoria "ad hoc": Senador Aníbal Diniz.

Assim, se todos concordam, em função de que já foi lido e aprovado por este Plenário, passo a palavra ao Senador Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Vamos ao voto, Sr. Presidente.

É o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2009 (PL nº 2.125, de 2007, na origem), do Deputado Felipe Bornier e relatado pelo Senador Jayme Campos.

Pelo exposto, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2009 e, no mérito, pela sua aprovação com as emendas e subemendas a seguir indicadas.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Em votação.

Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Senador Cícero Lucena.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Senador Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – O projeto foi aprovado com oito votos favoráveis.

Consulto se as Srªs e os Srs. Senadores repetem a votação das emendas e da subemenda. (Pausa.)

As Srªs e dos Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados*. (Pausa.)*

Aprovadas.

ITEM 19
– Terminativo -
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 167, DE 2007

Altera a Lei nº 8.313, de 1991, que institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), para tornar obrigatória a previsão da emissão de carbono e o respectivo cálcu-

lo de sua neutralização nos projetos culturais beneficiados pelo Poder Público.

Autoria: Senador Expedito Júnior.
Relatoria: Senador Cícero Lucena.

Com a palavra o Relator.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Sr. Presidente, esse projeto já foi pautado em outras reuniões desta Comissão.

Não cabem reparos à proposição quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

A despeito dessas considerações, cremos que, no tocante ao mérito, as razões apresentadas a seguir desaconselham a aprovação do projeto de lei em pauta.

Não há razão lógica para que a neutralização de carbono, proposta por esse projeto de lei seja obrigatória apenas para projetos culturais apoiados pelo Poder Público no âmbito do PRONAC. Essa exigência deveria, indubitavelmente, ser aplicada a qualquer empreendimento beneficiado com recursos públicos, inclusive empreendimentos agrícolas ou industriais beneficiados com linhas oficiais de crédito. Todos esses agentes, provavelmente em número de milhares, deveriam apresentar o cálculo da neutralização do carbono, ao submeterem suas solicitações de recursos ao Poder Público.

Ocorre que, no Brasil, as emissões de gases de efeito estufa resultam essencialmente da queima de combustíveis fósseis e do desmatamento, sendo que a participação de outros segmentos no total das emissões não chega a 5%. Por isso, resultados relevantes na mitigação das referidas emissões só poderão ser alcançados mediante intervenções nesses dois setores, evidenciando que a neutralização das emissões resultantes da implementação de projetos culturais seria pouco significativa, em termos quantitativos, e dificilmente justificaria os custos associados a uma tramitação burocrática mais longa e complexa para esses projetos, que já pagam um preço muito caro pela sua tramitação.

Com a introdução dessa variável ambiental, os projetos culturais, além de avaliados pelo Ministério da Cultura, teriam de ser submetidos aos órgãos ambientais ou, alternativamente, o exame da questão ambiental teria de ser realizado, mediante convênio, pelo próprio Ministério da Cultura, atividades evidentemente estranhas às atribuições da instituição.

Pode-se concluir, portanto, que a proposição em análise gera benefícios ambientais pouco relevantes, não justificando os encargos adicionais impostos ao Poder Público, bem como os beneficiários, com o inevitável sacrifício da eficiência da ação governamental.

Voto.

Sr. Presidente, com base nesse exposto, votamos pela rejeição do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

Nós vamos iniciar a votação embora falte apenas um Senador para o quórum. Se, ao longo da votação, chegar algum Senador para dar o quórum, nós vamos concluir a votação; senão, vamos tornar inválida, nula a votação.

Como vota o Senador Anibal Diniz?

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Voto com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Como vota o Senador...

Quero lembrar que quem vota com o Relator está votando "não"; está votando pela rejeição ao projeto.

Como vota o Senador Jorge Viana?

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Eu voto com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Como vota o Senador Pedro Taques?

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Com o Relator, Excelência, cumprimentando-o pela sensibilidade de entender que o meio ambiente é importante, mas, nesse caso aí... Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Pedro Taques.

Como vota a Senadora Vanessa Grazziotin?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – *(Intervenção fora do microfone.)* Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Como vota o Senador Sérgio Souza?

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Como vota o Senador Ivo Cassol?

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Sr. Presidente, o projeto em discussão e em votação é importante, mas, da maneira que está sendo proposto, infelizmente, não temos como poder aferir. Ao mesmo tempo, não temos condições de delegar esses poderes. Por mais importantes que sejam esses projetos culturais que beneficiam tanto o Poder Público, nós vemos com dificuldade e, ao mesmo tempo, legitimidade para podermos adotar todo o sistema de governo, uma vez que vêm com desencontro as suas atividades.

O projeto é fundamental. A exemplo disso, já propus que, na Copa do Mundo e nos Jogos Olímpicos, tenhamos uma sobretaxa para aqueles que utilizam aeronaves, veículos, para virem participar dessas

duas grandes festas esportivas que vamos ter no Rio de Janeiro e no Brasil.

Portanto, voto com o Relator, rejeitando esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Ivo Cassol.

Como vota o Senador Cícero Lucena? (*Pausa*.) Já votou.

Como vota o Senador Jayme Campos?

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – O projeto foi rejeitado, conforme o parecer do Relator, por oito votos favoráveis ao relatório do Senador Cícero Lucena.

Nós não temos mais quórum para projetos terminativos, mas temos ainda alguns itens não terminativos na pauta. (*Pausa.*)

Eu iria solicitar, Senador Anibal, que V. Exª lesse um relatório como Relator *ad hoc*, mas estou sendo informado pela Secretaria da Comissão que é a primeira vez que esse projeto entra em pauta.

Assim, não havendo em pauta mais nenhum projeto não terminativo cujos Relatores estejam presentes, quero agradecer a presença de todos os Srs. Senadores e declaro encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 10 horas e 12 minutos.)

ATA DA 27ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE – CMA, CONJUNTA COM A 27º REUNIÃO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA – CI, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE JULHO DE 2011, TERÇA-FEIRA ÀS 9H, NO PLENÁRIO Nº 02, ALA SENADOR NILO COELHO.

Às nove horas e quatro minutos do dia doze de julho de dois mil e onze, na sala de reuniões nº 02, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência da Senadora **LÚCIA VÂNIA** e do **SENADOR RODRIGO ROLLEMBERG,** reúnem-se conjuntamente a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA e a Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI, com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores: **ACIR GURGACZ, AÉCIO NEVES, ALOYSIO NUNES FERREIRA, ÁLVARO DIAS, ANA RITA, ANTONIO CARLOS VALADARES, BLAIRO MAGGI, CÍCERO LUCENA, CRISTOVAM BUARQUE, CYRO MIRANDA, DELCÍDIO DO AMARAL, DEMÓSTENES TORRES, EDUARDO BRAGA, FRANCISCO DORNELLES, GEONAVI BORGES, HUMBERTO COSTA, INÁCIO ARRUDA, JAYME CAMPOS, JOÃO ALBERTO SOUZA, JORGE VIANA, KÁTIA ABREU, LINDBERGH FARIAS, LOBÃO FILHO, MOZARILDO CAVALCANTI, PEDRO TAQUES, RANDOLFE RODRIGUES, ROBERTO REQUIÃO, ROMERO JUCÁ, VALDIR RAUPP, VANESSA GRAZZIOTIN, VICENTINHO ALVES, VITAL DO RÊGO, WALDEMIR MOKA, WALTER PINHEIRO, WELLINGTON DIAS e WILSON SANTIAGO.** Também estiveram presentes as Senhoras Senadoras e os Senhores Senadores não-membros das Comissões **JOSÉ AGRIPINO, EDUARDO SUPLICY, PEDRO SIMON, RENAN CALHEIROS, CLÉSIO ANDRADE, GIM ARGELLO, SÉRGIO PETECÃO, ANA AMÉLIA e LÍDICE DA MATA**. Deixam de comparecer os demais Senadores. A Presidente comunica a presença do ex-Senador **ADELMIR SANTANA**. Registra-se ainda, a presença dos Senhores Deputados **FRANCISCO PRACIANO, JOÃO CARLOS BACELAR, VANDERLEI MACRIS, VAZ DE LIMA, NERI GELLER, RICARTE DE FREITAS, FRANCISCO ARAÚJO, VALTENIR PEREIRA, RONALDO FONSECA, LUÍS CARLOS HEINZE, PAUDERNEY AVELINO**, e da Senhora Deputada **ÍRIS DE ARAÚJO**. **ITEM ÚNICO – EXTRA PAUTA– Requerimento nº 59, de 2011 – CMA**, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira, que "Com fundamento no Regimento Interno do Senado Federal, art. 90, II, requeiro a realização de audiência pública conjunta desta Comissão com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA, com a participação do Senhor LUIZ ANTONIO PAGOT, Diretor Geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT, para prestar informações e esclarecimentos sobre denúncias da revista Veja (Edição 2224, desta semana), relativas a possível esquema de corrupção no Ministério dos Transportes." É aprovado o Requerimento. A Presidente convida o Senhor Luiz Antonio Pagot a tomar assento à mesa. A Presidente informa que a presente reunião destina-se à realização da Audiência Pública, em cumprimento aos Requerimentos nº 39 de 2011-CI e nº 59, de 2011-CMA, de autoria dos Senadores Blairo Maggi e Aloysio Nunes Ferreira, para prestar os devidos esclarecimentos sobre as denúncias publicadas pela revista Veja, em sua edição de 6 de julho do corrente, sobre a existência de esquema de superfaturamento de obras e recebimento de propina por parte de funcionários do Ministério dos Transportes e de órgãos vinculados à Pasta, com a presença do seguinte participante: Sr. Luiz Antonio Pagot – Diretor Geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT. Usam da palavra os Senadores Rodrigo Rollemberg, Álvaro Dias e Humberto Costa**.** A seguir, a Presidente concede a palavra ao participante. Após a apresentação deste, usam da palavra

os Senadores **ALOYSIO NUNES FERREIRA, BLAIRO MAGGI, ÁLVARO DIAS, ROBERTO REQUIÃO, PEDRO SIMON, CYRO MIRANDA, JORGE VIANA, JOSÉ AGRIPINO, PEDRO TAQUES, EDUARDO SUPLICY, RANDOLFE RODRIGUES, WELLINGTON DIAS e ACIR GURGACZ**. O Senador Rodrigo Rollemberg assume a presidência às doze horas minutos. O convidado responde às perguntas, conforme ordem de apresentação, e faz suas considerações finais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e vinte e quatro minutos, lavrando nós, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário da Comissão de Serviços de Infraestrutura, e José Francisco Bernardes de Carvalho, Secretário da Comissão de Meio Ambiente, Direito do Consumidor e Fiscalização e Controle, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia. – Senadora **Lúcia Vânia,** Presidente da CI. – Senador **Rodrigo Rollemberg,** Presidente da CMA.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Bom dia a todos e a todas aqui presentes.

Havendo número regimental, declaro aberta a 27ª Reunião conjunta da Comissão de Serviços de Infraestrutura com a 27ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação das Atas das reuniões anteriores dessas Comissões. (*Pausa.*)

Antes de colocar em votação a Ata, vamos aguardar a composição do quórum.

Gostaria de ler aqui um requerimento.

REQUERIMENTO Nº , DE 2011

Requeiro, nos termos do inciso V, § 2º, art. 58 da Constituição Federal, e no que dispõe o inciso V do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado o Sr. Luiz Antonio Pagot, Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), para, em audiência conjunta com a Comissão de Serviço de Infraestrutura e Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, prestar os devidos esclarecimentos sobre as denúncias publicadas pela revista Veja, em sua edição de 06 de junho do corrente, sobre a existência de esquema de superfaturamento de obras e recebimento de propina por parte dos funcionários do Ministério dos Transportes e de órgãos vinculados à Pasta.

Assina o requerimento o Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Em discussão o Requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Srªs e Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Convido o Sr. Luiz Antonio Pagot, Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, para tomar assento à Mesa. (*Pausa*.)

Cumprimento o Sr. Luiz Antonio Pagot, Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes. Quero dizer, Dr. Pagot, que é um prazer recebê-lo aqui nesta reunião conjunta das Comissões de Serviços de Infraestrutura e de Meio Ambiente do Senado Federal.

Damos início à 27ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura, em conjunto com a 27ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em que realizaremos uma Audiência Pública em cumprimento aos Requerimentos nº 39, de 2011-CI, aprovado em 07 de julho último, de autoria dos Senadores Blairo Maggi e Aloysio Nunes Ferreira; e nº 59, de 2011-CMA, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira.

A presente reunião tem por objetivo ouvir os esclarecimentos do Sr. Luiz Antonio Pagot, Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, com relação às denúncias publicadas pela revista *Veja*, em sua edição de 06 de julho do corrente, sobre a existência de esquema de superfaturamento de obras por parte de funcionários do Ministério dos Transportes e de órgãos vinculados à Pasta.

As denúncias que motivaram a realização desta Audiência Pública, amplamente divulgadas pela imprensa nacional, são de natureza grave e devem ser esclarecidas a contento.

O Senado Federal, por intermédio da sua Comissão de Fiscalização e Controle e desta Comissão de Serviços de Infraestrutura, tem a prerrogativa e o dever de esclarecer as denúncias, na qualidade de órgão fiscalizador dos interesses públicos direta ou indiretamente envolvidos na área de competência do Ministério dos Transportes.

Foi aqui nesta Comissão que, há cerca de quatro anos, o Sr. Luiz Antonio Pagot foi sabatinado para assumir o cargo de Diretor-Geral do Dnit, em uma votação que resultou em sua aprovação para o cargo. Havia, portanto, uma obrigação e um dever institucional deste Colegiado em convidar o Sr. Pagot a comparecer para prestar os esclarecimentos sobre as denúncias que dizem respeito à sua atuação à frente daquela autarquia. Nesse sentido, cumprimento o Vice-Presidente desta Comissão, Senador Blairo Maggi, e o Senador Aloysio Nunes pela iniciativa salutar.

Registro, também, a pronta disposição do convidado aqui presente em comunicar esta Presidência, através de carta lida na última reunião, sua intenção em comparecer ao chamado desta Comissão antes mesmo que tivesse sido formalizado o convite, segundo os inafastáveis e necessários ritos regimentais. Esse gesto é digno de nota e uma demonstração de respeito não somente a esta Casa, mas a toda a sociedade brasileira.

Não é nosso dever servir ao papel de acusadores, menos ainda de defensores de envolvidos em denúncias dessa natureza, assim como o Senado Federal não é o foro adequado para processar ou julgar agentes públicos pela suposta prática de crimes comuns – para isto, existem as instâncias competentes. No entanto, temos a responsabilidade institucional de exercer o nosso papel fiscalizador dos interesses da sociedade brasileira e na defesa da coisa pública, e esta Audiência Pública que ora realizamos representa o fiel cumprimento dessa missão constitucional.

Com essas preocupações em mente, iniciamos a nossa Reunião Conjunta da Comissão de Serviços de Infraestrutura com a Comissão de Fiscalização e Controle. No curso dos debates, muito poderá ser esclarecido. Comunico a todos que encaminharemos cópia da gravação desta Reunião, em áudio e vídeo, e das notas taquigráficas ao Ministério Público Federal.

Antes de passar a palavra ao nosso convidado, gostaria de passar a palavra ao Senador Rollemberg, para que possa falar em nome da Comissão de Fiscalização e Controle.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado.

Muito rapidamente, só para desejar um bom dia à Presidente Lúcia Vânia, desejar-lhe sucesso na condução dos trabalhos, cumprimentar as Srªs e Srs. Senadores, o convidado de hoje, Dr. Luiz Antonio Pagot, Diretor-Geral do Dnit, e fazer também o registro de que, no dia seguinte à publicação, pela *Veja*, das denúncias de supostos casos de corrupção envolvendo o Ministério dos Transportes e órgãos vinculados, recebemos uma carta do Diretor-Geral do Dnit, colocando-se à disposição da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle para prestar os esclarecimentos que o Senado e a Comissão considerarem necessários. Imediatamente colocamos o requerimento de convite em pauta para a realização desta audiência pública conjunta com a Comissão de Infraestrutura. É uma oportunidade de esclarecermos todas as questões e darmos transparência total à utilização dos gastos públicos.

Portanto, desejo um bom dia a todos e que tenhamos uma reunião proveitosa na manhã desta terça-feira.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Pela ordem, Senadora Lúcia Vânia.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Pela ordem, Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Presidente, Srªs. e Srs. Senadores, é evidente que há, já em curso, uma investigação judiciária, por isso faço essa questão de ordem, para um registro de natureza pedagógica, porque, quem sabe, seria desnecessário diante do depoente de hoje. Eu o conheço e sei da sua responsabilidade forte, certamente responderá a todas as questões e dirá a verdade. É o que imaginamos.

De qualquer maneira, faço o seguinte registro: existe a crença de que a falta de compromisso do depoente o isenta de prestar contas à justiça, se seu depoimento for falso. Esta crença não é verdadeira. O STF tem jurisprudência pacífica de que o crime de falso testemunho se aplica a quem, tendo obrigação de dizer a verdade, falta com ela ou se cala.

Leio o HC nº 66.511, do Rio Grande do Sul, do Ministro Néri da Silveira:

"O Código Penal não exclui da prática do crime de falso testemunho a pessoa que, embora impedida, venha falsear em depoimento que preste, negando, afirmando, ou calando a verdade. Tampouco o direito de dizer a verdade foi condicionado pelo legislador à prestação de compromisso."

Portanto, em uma reunião como esta, onde não há prestação de compromisso, uma reunião onde o depoente é convidado, e não convocado, mesmo nessas circunstâncias não há como isentar o depoente da obrigação de dizer a verdade e não se calar diante das indagações, sob pena de prestar contas à justiça.

Esta é a questão de ordem ao registro que gostaria de fazer no início dos trabalhos.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Agradeço o Senador Alvaro Dias e informo que, para o melhor andamento dos trabalhos, concederei um tempo de 20 minutos para o convidado.

Concedo a palavra ao Sr. Luiz Antonio Pagot, Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit).

O SR. LUIZ ANTONIO PAGOT – Senadora Lúcia Vânia, Presidente da Comissão, muito obrigado por aceitar este meu depoimento. Também muito obrigado ao Senador Rollemberg, aos Srs. e Srªs Senadoras aqui presentes e a todos os que participam desta Comissão.

Inicialmente, quero refutar todas as acusações que são feitas contra a minha pessoa, e fiz questão absoluta de vir, tanto ao Senado como à Câmara, para fazer uma defesa do Dnit – Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes.

Também preciso fazer uma manifestação inicial sobre matérias vinculadas na imprensa. A maioria absoluta dessas matérias que citaram meu nome não foram matérias em que me pronunciei e sequer estive nos lugares onde as matérias me colocaram.

Inicialmente, quero fazer uma pequena apresentação do Dnit, muito rápida, até porque temos um tempo limitado e precisaria de muito tempo para dizer tudo o que o Dnit faz. Mas precisaria fixar algumas questões.

O Dnit tem um Regimento Interno que, em seu Capítulo II, art. 4º, está escrito e sacramentado que ao Dnit compete:

"Implementar as políticas formuladas pelo Ministério dos Transportes e pelo Conselho Nacional de Integração de Transportes, para administração, manutenção, melhoramento, expansão e operação da infraestrutura do Sistema Federal de Viação, seguindo os princípios e diretrizes fixados na Lei nº 10.233, de 2001."

No seu capítulo III, art. 5º, o Dnit tem a seguinte estrutura organizacional – e isso é importante se fixar, também: o órgão superior de deliberação – que é acima do Colegiado do Dnit –, é o Conselho de Administração, formado por representantes de diversos Ministérios, entre eles o Secretário Executivo do Ministério dos Transportes, o Diretor-Geral do Dnit, dois outros representantes do Ministério dos Transportes e também por um representante do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão e um representante do Ministério da Fazenda. Esse é o órgão superior de deliberação.

No seu item II, diz que o órgão executivo é a Diretoria Colegiada, formada pelo Diretor-Geral do Dnit e seis outros diretores: Diretor Executivo, Diretor Administrativo e Financeiro, Diretor de Infraestrutura Rodoviária, Diretor de Infraestrutura Ferroviária, Diretor de Infraestrutura Aquaviária e Diretor de Pesquisa e Planejamento. Além disso, como participantes seccionais, fazem parte desse Colegiado: pela Procuradoria Federal Especializada, um Procurador da AGU; pela Auditoria Interna, um Auditor da CGU; pela Corregedoria, um Auditor da CGU; e a Ouvidoria.

No seu Capítulo VI, art. 11, ao Conselho de Administração, órgão de deliberação colegiada, compete exercer a administração superior do Dnit, e, em especial no item III, definir parâmetros e critérios para elaboração dos planos e programas de trabalho e de investimentos do Dnit, em conformidade com as diretrizes e prioridades estabelecidas pelo Ministério dos Transportes. E, no item XI, claramente, aprovar o Plano Anual de Atividades da Auditoria Interna.

O Capítulo VI, seção V, art. 69, trata do orçamento anual e plurianual – que cabe à Coordenadoria-Geral de Planejamento da Diretoria de Pesquisa e Planejamento –, que deve ser, normalmente, até maio de cada ano, formulado e apresentado para discussões com o Ministério dos Transportes.

Além disso, com o advento do PAC, passamos a ter a gestão de investimentos através de um comitê gestor do PAC, que vem formulando decisões. Nesse comitê gestor, diversos Ministérios da área econômica estão assentados, mais Ministério do Meio Ambiente, mais a Auditoria-Geral da União e o próprio Ministério dos Transportes.

O Dnit tem uma estrutura com uma sede aqui, em Brasília, no Distrito Federal, e 23 superintendências. Ele tem somente 23 e deveria ter 27, mas tem 23 superintendências, porque Goiás abriga as responsabilidades do Distrito Federal; o Estado do Amazonas, as responsabilidades de Roraima; o Estado do Pará, as responsabilidades sobre o Amapá; o Estado de Rondônia, as responsabilidades sobre o Acre. Além disso, temos espalhados por todo o Brasil 123 unidades locais nas regiões mais estratégicas, obviamente em função da malha rodoviária. Temos 8 administrações hidroviárias que são vinculadas à Companhia Docas do Maranhão, ou seja, o nosso sistema de manutenção hidroviária ou de investimentos hidroviários se faz vinculado à Companhia Docas do Maranhão. Temos 3 administrações ferroviárias, porque recebemos o espólio da rede: uma no Nordeste e duas no Sudeste. Há o Instituto de Pesquisas Rodoviárias, que fica no Rio de Janeiro. Além disso, o Dnit é responsável, neste momento, por 56 mil quilômetros de rodovias pavimentadas e por mais 13 mil quilômetros de rodovias não pavimentadas em todo o Brasil. São 12 mil quilômetros de vias navegáveis de um potencial de 44 mil e 11 mil quilômetros de vias férreas remanescentes da Rede Ferroviária Federal.

Quanto à composição do pessoal do Dnit, o lotacionograma de criação, no ano de 2002, estabeleceu 4.980 postos funcionais, que estavam completos na ocasião em que sucedemos ao DNER e que recebemos as tarefas hidroviárias e ferroviárias. Na data de hoje, desses 4.980 postos, temos apenas 2.830 preenchidos por funcionários. Por quê? Porque ou se aposentaram ou saíram, tendo em vista a questão de salários baixos, com o que convivemos por muito tempo. E mais 1.600 funcionários terceirizados, incluídos os 420 funcionários que trabalham exclusivamente nas questões socioambientais ligadas à Coordenadoria-Geral de Meio Ambiente. Podemos destacar que conseguimos manter esses 2.830 funcionários graças à aprovação, em 2009, de um bônus que permitiu a reestruturação da questão de pagamentos.

Apresentamos, por determinação do Presidente Lula, um programa de reestruturação do Dnit, que foi

apresentado inicialmente ao Conselho de Administração, ao Ministério dos Transportes e à área de recursos humanos do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão. Nesse plano, demonstramos claramente a necessidade de um novo lotacionograma, tendo em vista nossas imensas tarefas, e que precisamos, para funcionar adequadamente, mais de 6.200 funcionários.

Quanto à formulação de obras, a formulação de obras no Dnit é uma ação integrada da Diretoria de Pesquisa e Planejamento e das diretorias especializadas, como a Diretoria de Infraestrutura Rodoviária, a Ferroviária e a Aquaviária. Só para dar a exemplificação, cabem à DPP – Diretoria de Pesquisa e Planejamento, inicialmente, os estudos e os levantamentos da malha. Nós temos um sistema de gerenciamento de transporte. Esse sistema de gerenciamento de transporte passa pelas rodovias nacionais uma vez a cada trimestre e faz o levantamento de todas as rodovias. Ele sabe exatamente o estado de funcionamento dessas rodovias, se é um estado insatisfatório, satisfatório ou bom. É em função desse levantamento que a Diretoria de Pesquisa, através da Cgplan – Coordenadoria de Planejamento, faz o planejamento necessário para o investimento, tanto na parte do PNLT – Programa Nacional de Logística e Transporte como na parte do Programa Plurianual e como dos orçamentos anuais. Mas apenas sugerimos, não decidimos.

E são exatamente esses levantamentos que definem o escopo que deve ser aplicado numa rodovia. Se você vai fazer um investimento em implantação, em adequação com melhoramentos ou em duplicação, em função de fluxo e volume é determinado esse escopo.

No Brasil, nos últimos anos, notadamente nos últimos oito anos, praticamente dobramos a frota rodoviária nacional, dobramos o volume de transporte por toneladas. Só para dar um dado do agronegócio brasileiro, em 2002, o agronegócio transportava pelas rodovias brasileiras 500 milhões de toneladas e em 2010 estávamos transportando 900 milhões de toneladas, rigorosamente na mesma malha rodoviária implantada no Plano Nacional de Viação, de 1972. Rigorosamente nessa malha rodoviária, vez por outra aperfeiçoada com duplicação, vez por outra aperfeiçoada por adequação em melhoramentos.

A maioria absoluta das nossas rodovias tem mais de vinte anos e foi projetada, foi programada quando a maior carreta que andava pelo Brasil era uma carreta de 16 metros e o maior eixo transportava cerca de 4,5 toneladas. Hoje, só se veem nas estradas brasileiras os bitrens, os treminhões, oito eixos, nove eixos, dez eixos, com a possibilidade de transporte de dez toneladas por eixo, inclusive utilizando as mesmas curvas de giro que estavam previstas nas rodovias implantadas ao longo do tempo.

Então, o que muda em muitos projetos, na realidade, é em função de fluxo e volume você tem que ampliar o escopo dos projetos. Muitos lugares em que nós tínhamos uma pequena cidade, em que nós tínhamos um distrito, hoje nós temos uma cidade maior, um distrito industrial e zonas de produção que, qualquer uma delas, jogam em cima das rodovias quinhentas, seiscentas, mil toneladas por ano, com enormes exigências. E a manutenção rodoviária está sendo feita dentro de escopos baseados nesses levantamentos.

Depois dos estudos, é obrigação da Diretoria de Pesquisa e Planejamento fazer o termo de referência para os estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental e também para o projeto, que se divide em duas fases, do projeto básico e do projeto executivo.

Vem a orçamentação. Na orçamentação, nós utilizamos a tabela Sicro, que é uma tabela de referência de preços. Essa tabela, nós temos um contrato com a Fundação Getúlio Vargas e fazemos levantamentos em todas as regiões brasileiras bimestralmente para saber o que está mudando em termos de preço de insumos, preço de maquinários, a modernização dos maquinários e o custo que isso tem. Esse levantamento é feito e disponibilizado em *sites* específicos para todas as empresas de consultoria de projetos, empresas de obras, para os órgãos de controle e para quem quiser consultar. A tabela Sicro é permanentemente aperfeiçoada.

Depois da parte de orçamentação, vem a questão do licenciamento socioambiental, de responsabilidade de uma coordenadoria.

O licenciamento, no Brasil, não é licenciamento ambiental. A estrada é entendida como indutora de desenvolvimento. Então, na nossa legislação, o licenciamento é socioambiental. Quem licencia, efetivamente, é o Ibama, mas o Ibama, antes de dar o licenciamento, tem que obter a anuência da Fundação Palmares, que são quilombolas, tem que ter a anuência da Funai, que são, obviamente, as etnias indígenas, tem que ter a anuência do ICM-Bio, que é o instituto de florestas, o Instituto Chico Mendes, tem que ter a anuência do Iphan, Instituto do Patrimônio Histórico.

Depois dessas quatro autarquias darem anuência, remete-se isso ao Ibama, que analisa todos esses dados e estabelece primeiro a licença prévia com suas condicionantes intermináveis, depois a licença de instalação, quando já temos o projeto executivo e a obra para ser iniciada. Promove a licença de instalação também com exigências intermináveis. E isso não só atrasa muito as obras e muitas vezes atrapalha o licenciamento inicial... O licenciamento inicial, não.

Você fez o levantamento inicial para colocar aquela obra em funcionamento, e às vezes, dois anos depois, três anos depois, numa situação completamente diferente do leito estradal é que você vai ter que começar a trabalhar com aquela obra.

Isso exige modificações de escopo, ampliação de escopo, exige novas diretivas com relação até à formulação do pavimento a ser utilizado naquela rodovia. E muitas vezes, quando se faz o licenciamento, vêm as exigências de mudança do escopo da obra, como, por exemplo, eu posso citar o caso da 101 Santa Catarina, em que nós tínhamos uma rodovia sobre a qual por décadas se passava. Essa rodovia passava por cidades, passava por maciços montanhosos, e foram feitas mudanças de escopo de tal ordem que só as mudanças de escopo ambiental exigem investimentos de mais de R$1,5 bilhão na 101 Santa Catarina. Só as mudanças de escopo ambiental!

Depois vem a aprovação do projeto com a responsabilidade, obviamente, de diretores e dos analistas de projeto. Aí vêm as execuções das condicionantes, que também são de responsabilidade da Diretoria de Pesquisa e Planejamento.

Ou seja, só para se concluir essa fase da Diretoria de Pesquisa e Planejamento, um projeto de uma rodovia iniciada do zero demora no mínimo dois anos. São dois anos de trabalho e trabalho árduo.

Depois vai para a diretoria especializada. Vamos dar o caso da Diretoria de Infraestrutura Rodoviária, que faz a avaliação do projeto, a ratificação das soluções, a verificação do orçamento, porque aquele orçamento já foi feito um ano atrás, dois anos atrás. Tem que se fazer a verificação do orçamento, porque para se licitar tem que ser com o último orçamento existente. Depois vem a revisão do escopo, exatamente para atender às condicionantes ambientais ou a outras condicionantes, depois vai para a aprovação do colegiado. E a aprovação tem sido por unanimidade.

Qualquer diretor e qualquer questionamento do projeto, com a retirada de pauta, volta para a diretoria e posteriormente vem de novo ao colegiado para novos esclarecimentos.

Faz-se a fase de licitação, a contratação da obra, a ordem de serviço e, durante a execução da obra, vem o cumprimento das intermináveis condicionantes com medidas mitigadoras.

Lamentavelmente, na faixa de domínio, preconizada para fazermos as obras rodoviárias ao longo do tempo, nós temos graves problemas com relação a desapropriações, relocações das invasões na faixa de domínio e toda a sorte de serviços que estão instalados ao longo da faixa de domínio, como por exemplo a questão de fornecimento de água, a distribuição de gás, a distribuição de energia elétrica, de fibra ótica e outras coisas mais. Tudo isso interagindo com a Direx, que é a Diretoria Executiva, responsável pela comissão geral de licitação, e sob supervisão, gerenciamento e fiscalização dos órgãos de controle. E aí nós temos o Dnit, além da auditoria interna, a CGU e o TCU, sobre o qual oportunamente eu vou falar.

Da execução.

Nós temos três tipos de modais em que operamos.

No modal ferroviário, nós recebemos o remanescente da Rede Ferroviária Federal e, ao recebermos o remanescente da Rede Ferroviária Federal, recebemos 11 mil quilômetros de ferrovias abandonadas pelo Brasil, 47 armazéns, oficinas abarrotadas de equipamentos, e uma quantidade extraordinária de vagões, locomotivas e outros tipos de equipamentos que a Rede Ferroviária Federal utilizava. Estamos fazendo a recepção e a destinação disso.

E licitamos um programa denominado Prosefer. Esse programa denominado Prosefer é o Programa de Segurança Ferroviária, porque ficamos responsáveis, no Dnit, mesmo nas rodovias que foram licitadas para concessão, pelos contornos ferroviários pelas travessias urbanas. É o grande conflito entre o transporte ferroviário com a mobilidade urbana.

A maioria absoluta das nossas ferrovias transita dentro de médias e grandes cidades e, obviamente, esse conflito é um conflito explosivo, em que acontecem muitos acidentes. Esse Programa de Segurança Ferroviária já identificou, no Brasil, como um todo, mais de 900 pontos necessários para intervenção. Obviamente que o orçamento do setor ferroviário é um orçamento extremamente limitado e precisamos imediatamente encontrar uma nova solução para resolvermos e colocarmos em funcionamento esse Programa de Segurança Ferroviária.

Junto com o Iphan, junto com o Ministério do Turismo, junto com a Secretaria de Patrimônio da União, desenvolvemos um programa de turismo de trem, que é exatamente para dar destinação, pelo menos em alguns trechos ferroviários, às estações ferroviárias das velhas locomotivas e dos velhos vagões, para fazer com que essas regiões tenham a possibilidade de ter, na área tanto turística como econômica, alguma nova possibilidade.

Desenvolvemos projetos ferroviários, como a Litorânea Sul e a integração de Santa Catarina, e algumas obras que estão previstas no PAC, como o contorno de Araraquara e o contorno de Barra Mansa, só para exemplificar.

E apoio, as desapropriações, principalmente da Transnordestina, fazendo também o papel de fiscalização. É uma área modal importantíssima para o Bra-

sil e que, dentro do Dnit, recebe orçamentos que não superam 1 bilhão por ano.

A parte hidroviária. Nessa parte, apresentamos ao Governo o Plano Nacional Aquaviário, que são intervenções para as quais estão previstas, no PAC 2, 2,7 bilhões nas principais hidrovias brasileiras, tanto na Tietê-Paraná como na Tocantins, na Teles Pires-Tapajós, na Madeira-Amazonas e outras hidrovias. Esses programas pretendem estabelecer uma maior possibilidade de navegação o ano inteiro para comboios de alta performance.

Também se constrói, nesse momento, principalmente na Amazônia Legal, nos Estados da Amazônia Legal, 47 terminais de pequeno porte para diminuir o sofrimento das populações que estão lindeiras aos rios e que, na época das grandes cheias, têm dificuldades para acessar as embarcações que chegam e, principalmente, na época que os rios têm o seu menor volume de água, têm que atravessar lodaçais imensos para se chegar às embarcações de transportes, tanto de carga quanto de passageiros.

E esses portos estão sendo construídos basicamente com convênios com prefeituras municipais, com a Companhia Docas do Maranhão e com a Secretaria de Estado de Infraestrutura do Estado do Amazonas.

Nós temos, para monitorar, para colaborar com a Codomar, até porque são espécies de subsidiárias da Codomar, as administrações hidroviárias, que fazem a fiscalização e também a parte de sinalização e balizamento das hidrovias.

Na parte rodoviária. Na parte rodoviária, nós trabalhamos com dois grandes núcleos de atuação: o núcleo da manutenção rodoviária, que obviamente é responsável pela conservação e pela manutenção desses 56 mil quilômetros, através de uma série de programas. A conservação rodoviária é o que se faz de mais simples numa rodovia, é o tapa-buraco, é a limpeza das pistas, é a descida d'água, é a limpeza das canaletas, é o desflorestamento ao longo da rodovia na parte de 1,5 metro a 2 metros além do acostamento. E os programas novos, especialmente os que foram aprovados no novo Plano Nacional de Manutenção Rodoviária, em 15 de julho de 2008, que é um programa extremamente ambicioso, que tem um valor superior a 20 bilhões e que nele temos, como destaque, o Crema 1ª Etapa, em execução em todo o Brasil, em cerca de 32 mil quilômetros, que é um programa que não é o velho tapa-buraco, é um programa que faz alterações no pavimento, sobrevida aos pavimentos, que reforma acostamentos e que, principalmente, melhora os acessos às cidades.

Este programa denominado Crema 1ª Etapa é um programa que tem um ano de restaura e, posteriormente a esse ano de restaura, mais um ano de conservação. É um programa, neste momento, que está sendo concluído, para a entrada em funcionamento do Crema 2ª Etapa, que é uma nova modalidade; um programa de cinco anos, com aplicação de R$550 mil por quilômetro; um programa que nasce de projetos, projetos que foram licitados, contratados, e as empresas de consultoria, embora com atraso, estão entregando; um programa que vem sendo discutido inclusive com as secretarias do TCU, e foi criado até um comitê no próprio TCU, coordenado pelo Ministro José Múcio, em que nós temos feito reuniões sucessivas, até porque é um programa que vai investir mais de 15 bilhões no Brasil, durante cinco anos, de longa duração, e que precisa ser corretamente implantado.

Como destaque dos investimentos que têm sido feito nos últimos anos, eu posso dizer que nós evoluímos de uma malha rodoviária de 2003 – em 2003, nós tínhamos que seguir a seguinte situação: 65% das nossas rodovias em estado insatisfatório – 65% insatisfatório – e apenas 35% das rodovias em estado satisfatório. Em 2010, no último levantamento, inclusive corroborado pelo levantamento da Confederação Nacional de Transporte, nós concluímos com 35% de rodovias em bom estado, 50% em estado ainda satisfatório e 35% em estado insatisfatório, sendo que, principalmente, essas rodovias que estão em estado insatisfatório são rodovias notadamente em três Estados: no Pará, na Bahia e no Ceará.

É preciso destacar a agilidade que o Dnit tem nas obras emergenciais. Primeiro, tratamos as emergências extremamente pontuais, não aceitamos qualquer obra como emergência e seguimos a determinação da legislação existente, mas as intempéries, a situação principalmente das grandes chuvas no Brasil e principalmente a concentração dessas grandes chuvas em algumas áreas tem produzido enormes estragos, e temos, com certeza, sido extremamente importantes na resolução dessas situações.

Quanto a essas obras emergenciais, o Dnit, nos últimos anos, tem gasto uma média de 250 milhões por ano, exceto no ano de 2010, em que tivemos que destinar, especialmente para o Estado de Alagoas e para o Estado de Pernambuco, além dos 250 milhões, mais 50 milhões para cada um desses Estados, até porque tivemos uma grande quantidade de rodovias e acessos atingidos e, principalmente, 57 cidades desses Estados foram atingidas duramente por aquela enorme enchente ocorrida em junho de 2010.

A nossa participação nesses episódios emergenciais tem produzido recuperações imediatas das rodovias, desobstrução de acesso a cidades e, principalmente, restabelecimento da trafegabilidade.

Fizemos, ao longo do tempo, um convênio com o Departamento de Engenharia e Construção (DEC) e destinamos cerca de 80 milhões para a compra de pontes que são utilizadas em todo o Brasil. São pontes metálicas, que foram compradas pelo DEC na Inglaterra, com possibilidade de, em 15 dias, estarem montadas. São pontes de 60 metros, que podem ser complementadas e que, obviamente, permitem restabelecer a trafegabilidade.

Além dessa área de manutenção rodoviária, temos a área de obras, implantação, adequação com melhoramentos de duplicação.

Quanto à implantação, são rodovias de todo o Brasil que aguardam há muitos e muitos anos pavimentação. Por exemplo, a 364, no Acre, que liga a Capital do Acre a Cruzeiro do Sul. Outro exemplo é a BR-163, que ainda não tinha pavimentação entre Guarantã do Norte até Santarém; a BR-230, a Transamazônica, que não está pavimentada em grande parte de sua extensão. Neste momento, há um esforço para pavimentá-la, pelo menos nos Estados do Maranhão e do Pará, com obras de mais de 1,500 mil quilômetros nesses dois Estados.

Esses projetos de implantação, muitos deles ocorrem em regiões inóspitas, como, por exemplo, a BR-317 e a BR-319, ambas no Estado do Amazonas.

Adequação com melhoramentos, o que significa? Faz-se um estudo de fluxo e volume. Há lugares onde se faz apenas a reestruturação do pavimento, a ampliação do acostamento e a introdução de uma terceira via. Em lugares em que o fluxo exige, principalmente onde há mais de 50 mil veículos por dia, se faz duplicação. Às vezes, em um trecho de 500 quilômetros, são duplicados 100 e faz-se 400 de adequação. Esse é apenas um pequeno exemplo.

A parte de duplicação, principalmente nos grandes eixos estruturantes, como a BR-101 Nordeste, a BR-101 Sul e outras tantas rodovias brasileiras, como a BR-060, em Goiás – onde estamos iniciando a duplicação no trecho Goiânia/Jataí -, tudo isso se prende a estudos e exatamente à identificação de fluxo e volume.

No Mato Grosso, devemos iniciar, finalmente, após o licenciamento, a duplicação da BR-161, entre Rondonópolis e Posto Gil, em uma primeira etapa, e, em uma segunda, entre Posto Gil e Sinop. Essas obras são importantíssimas para essas regiões e para reduzir o custo do frete em todo o Brasil.

As obras de duplicação, também em função de fluxo e volume e, principalmente, em função das serras, do tipo de terreno que enfrentamos, a fazemos em pavimento rígido, ou seja, em concreto ou com material betuminoso.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Pela ordem, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Pela ordem, Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Há um objetivo específico para o convite ao Sr. Luiz Antonio Pagot: responder sobre denúncias de irregularidades.

Acho que já perdemos um bom tempo ouvindo uma exposição sobre o Dnit. Imagino que a oportunidade para essa exposição já se foi há algum tempo. Hoje estamos aqui dispostos a ouvi-lo, mas sobre outras questões, aquelas que permeiam a preocupação dos brasileiros no que diz respeito à aplicação dos recursos públicos através do Ministério dos Transportes.

Imagino que seria hora de começarmos essa parte, a parte oficial que determinou esta reunião.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Cumprimento o Senador Alvaro Dias. Nós deliberamos por 20 minutos, com uma tolerância de cinco minutos.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Srª Presidente.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Nós tivemos quantos minutos, Srª Presidente?

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Vinte minutos a exposição, com tolerância de cinco minutos.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra o Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Srª Presidente, para contestar a colocação do Senador Alvaro Dias.

Antes de mais nada, é importante repetir que o depoente vem aqui praticamente por sua livre e espontânea vontade, já que foi dele próprio a iniciativa de pedir a essas comissões que o recebessem aqui. Segundo, eu entendo que ele deve ter o tempo necessário para situar as questões administrativas que ele julgar necessárias, até porque, provavelmente, as explicações que ele dará às indagações aqui guardam relação direta com as questões as quais ele estás e referindo.

Portanto, eu quero aqui reiterar a V. Exª que dê o tempo necessário, V. Exª já fixou, e que o Senador Alvaro Dias aguarde o momento adequado para fazer as suas indagações.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Senador Humberto Costa, foi discutido com o expositor os 20 minutos, e estamos dando uma to-

lerância de mais cinco minutos. Ele terá tempo para concluir seu trabalho.

O SR. LUIZ ANTONIO PAGOT – É especialmente interessante salientar que a Coordenadoria Geral de Meio Ambiente tem uma responsabilidade muito grande no Brasil com relação ao licenciamento socioambiental. E esse licenciamento muitas vezes, nas determinações que nós recebemos nas condicionantes, nós temos que produzir mudança de escopos, estudos ético-ecológicos, estudos de ictiofauna e ictioflora, recuperação dos passivos e principalmente estudos antropológicos – que isso é um retardo e acrescenta um custo às obras. As desapropriações também, os processos são muitas vezes sem previsão de tempo, principalmente pela judicialização de muitas questões. E as realocações têm tido um sucesso absoluto, até porque nós temos conseguido a colaboração dos Estados.

Na questão de fiscalização e controle, que é importante salientar, o TCU tem, além de seus engenheiros nas unidades locais que fazem a fiscalização das obras, tem as supervisoras contratadas e as gerenciadoras contratadas. Também temos como fiscalização e controle os órgãos de controle interno e externo. A auditoria que recebe e tem que apresentar... A auditoria interna que recebe a determinação do conselho de administração e, no início do ano, tem que apresentar um plano de trabalho e, ao final do ano, os resultados. Normalmente, abre 40 processos identificando algumas áreas.

A questão do CGU. Normalmente, a Controladoria-Geral da União abre no Dnit... Desde que eu estou no Dnit, nunca abriu menos de 300 processos. Então, a Controladoria-Geral da União abre no Dnit mais de 300 processos por ano. A média dos últimos dois anos foi de 350 processos. E a Controladoria-Geral da União mantém um gabinete o tempo todo no Dnit, com um coordenador-chefe, que, até o ano passado, foi o Dr. Júnior e agora é o Dr. Tarcísio – que até espero eles estejam nesta audiência. E a Controladoria-Geral da União exerce o papel de controle interno. Ela nos exige relatórios permanentes e faz conosco reuniões permanentes.

Além disso, temos o TCU, que tem sua rede de controle espalhada por todos os Estados, através das Secretarias de Controle Externo nos Estados, nos 27 Estados. E também temos as obras que são inerentes às secretarias da sede do Tribunal de Contas da União, em Brasília.

Então, temos: auditoria interna, com mais de 40 processos; o CGU, que já abre mais de 300 processos por ano; e também o TCU que abre, em média, mais de 50 processos por ano.

Então, só para respondermos esse processo, temos que ter uma boa equipe para poder fazer frente a essa necessidade de respostas a esses processos.

Do ano de 2009 para cá, foi estabelecida uma rede de controle. O que é que é essa rede controle? A rede de controle une a Polícia Federal, o Ministério Público Federal, a Controladoria-Geral da União e o TCU, que vão fazer não mais a auditoria das obras, mas a investigação sobre as obras. Então, eu posso dizer a todos os senhores que o Dnit é um órgão extremamente fiscalizado e extremamente controlado.

Para fazer frente a toda essa fiscalização e controle, nós criamos o núcleo sistêmico, onde estão auditores, corregedores, mais advogados que foram contratados para isso. E nós, obviamente, temos que responder a todos os processos, especialmente as questões que se transformam em acórdãos no TC.

O sistema de preços – já falei rapidamente para ele – é um sistema bem complexo, que é a tabela ciclo dois. É um sistema referencial de preços e em função dele nós fazemos as licitações. Trabalhamos com eles orçamentariamente, atualizamos esse sistema de preços, que tem preços extremamente flutuantes. Em algumas regiões brasileiras, hoje, temos um diferencial enorme, principalmente pela quantidade muito grande de obras que acontecem nesses Estados. E eu poderia citar dois Estados: o Estado de Rondônia, onde se está produzindo neste momento um diferencial em relação a mão de obra e insumos, e o Estado de Pernambuco, que também tem um grande diferencial em relação à mão de obra e aos insumos, tal é a ordem de investimento que tem nesses Estados.

Não se pode fazer comparação de obras, então, licitadas nesses Estados e não se pode fazer referência de preços dessas com outras, como também no próprio Estado do Acre, onde a componente de transporte é uma componente muito pesada. O Estado do Acre tem sérios problemas com relação, obviamente, à formatação de preços.

Só para concluir essa primeira etapa, Senador, eu queria falar sobre as licitações. Quando entrei no Dnit, nós tínhamos graves problemas com relação às licitações. Eram intermináveis, porque os editais eram totalmente díspares, ou seja, cada licitação praticamente tinha um edital. Discutimos esse assunto amiúde com as secretarias do TCU e do CGU, principalmente com um núcleo que foi criado no TCU e dentro do Ministério dos Transportes, do Dnit, para criação do edital padrão. O edital padrão nos permitiu uma grande agilização dos processos licitatórios. Nós praticamente saímos de doze meses num processo licitatório para quatro meses num processo licitatório, e isso muito contribuiu para que muitas obras do PAC estivessem

hoje já em fase final de conclusão. Então, graças a esse edital padrão, que é continuamente aperfeiçoado, vez por outra, o próprio CGU faz alguma manifestação, o TCU também faz.

Esses trabalhos que nós realizamos junto com o TCU e com o CGU fizeram com que, por exemplo, na área de consultoria de projetos, 94% das obras de consultoria de projetos eram dominadas por nove empresas. Hoje, são mais de 50 que atuam dentro do Dnit. As obras propriamente ditas, 90% delas não passavam de 60 empresas que faziam 90% das obras, Hoje são mais de 300 empresas que atuam dentro do... Foram reduzidos atestados, foram modificados atestados e, muitas vezes, os atestados que nós colocamos na praça estão até abaixo da exigência do TCU, até para permitir uma maior participação das empresas.

Eu também quero esclarecer que as licitações são feitas por menor preço, exceto de consultoria de projeto, que o processo se dá por técnica e preço.

Então, aqui ficam as minhas observações iniciais.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Agradeço ao Dr. Luiz Antonio Pagot.

Quero registrar aqui a presença do Deputado Neri Geller, Deputado Ricarte de Freitas, Deputado Francisco Araújo, Deputado Valtenir Pereira, Deputado Ronaldo Fonseca, Deputado Luis Carlos Heinze, Deputado Pauderney Avelino. Sejam bem-vindos!

Comunico aos senhores Senadores que temos 18 inscritos.

Passo a palavra neste momento para o autor do requerimento, Senador Aloysio Nunes Ferreira.

V. Exª terá cinco minutos, com tolerância de mais cinco minutos, se necessário for, como autor do requerimento.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Obrigado, Srª Presidente.

Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Sr. Luiz Antonio Pagot, bom dia.

Começo, Dr. Pagot, com um pedido de esclarecimento sobre a sua situação funcional. A Presidente Lucia Vânia falou inicialmente como ex-diretor e depois como Diretor-Geral do Dnit. O senhor estaria de férias; há uma notícia de que o senhor teria pedido férias, aconselhado pela Ministra Gleisi Hoffmann, que depois de uma nota do Ministério dos Transportes teria ficado irritada, pedido para abortar a nota, e eu gostaria de saber qual é a sua situação funcional.

Eu vou fazer algumas perguntas e depois o senhor me responde.

Sobre a sua exposição, Dr. Pagot, o senhor nos dá uma visão geral sobre a estrutura do Dnit e suas principais atribuições. Agora, eu gostaria de entrar em alguns aspectos de funcionamento do Dnit como órgão vivo. O senhor se referiu a diretoria colegiada. O ex-Ministro José Dirceu recentemente disse que defendeu o critério das indicações políticas para as diretorias. Um dos diretores, o Sr. Hideraldo Luiz Caron, que, segundo consta, foi indicado pelo PT. Quais são as indicações políticas, a quem devem os seus cargos, se o senhor pode dizer, os demais diretores?

Ainda na vida real. Esta audiência foi provocada por reportagem da revista *Veja* que tem por título O mensalão do PR. Segundo a reportagem, a Presidente da República teria tido uma reunião duríssima com a cúpula do Ministério dos Transportes, excetuado o ministro, que estava ausente. Mas o senhor participou. Nessa reunião, a Presidente Dilma Rousseff, em que pese a toda a existência desse mecanismo de controle, direção colegiada, etc., ela chegou a dizer que "vocês precisam de babá, e terão três a partir de agora, a Miriam, a Gleisi e eu." Ela teria dito na reunião que o Ministério estaria descontrolado e que estaria inviabilizando o Governo em razão do que ela chamava de preços insuflados. Imagino que ela tenha querido dizer preços inflados, e dá como exemplo algumas obras, especialmente uma parte da BR-116, entre Eldorado do Sul e Pelotas, no Rio Grande do Sul, que teria preço insuflado, para usar o termo que teria sido usado pela Presidente. Ainda hoje, o jornal *O Estado de S.Paulo* tem declarações do Ministro da Justiça que diz que o ministério há muito tempo está sendo investigado pela Polícia Federal. Diz ele. *O Estado de S.Paulo*, melhor dizendo. Há muito tempo está sendo investigado. Se houver fatos novos, abriremos novos inquéritos, mas existem inquéritos em andamento.

O mesmo Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, diz que a Controladoria-Geral da União está realizando, a mando da Presidente, uma auditoria no Ministério dos Transportes. Pergunto a V. Sª o seguinte: essa reunião no Palácio do Planalto, com uma diatribe com tamanha violência que por si só, na minha opinião, suscitaria imediato pedido de demissão de todos aqueles que foram apontados servidores públicos a necessitarem de babás, essa reunião ocorreu assim subitamente? Não houve antes dessa reunião não diria uma admoestação, mas algum pedido de esclarecimento sobre esse ministério que estaria descontrolado, inviabilizando o Governo. Ninguém falou com ninguém sobre isso, o Ministro da Justiça, ninguém. Foi um raio de sol num céu sereno. De repente, são chamados lá e levam essa descompostura. Essa é uma pergunta que me intriga.

O jornal *O Globo* do dia 6 de julho disse que o TCU tem acórdãos esclarecendo que algumas empreiteiras que têm contrato com o Dnit doaram recursos ao Diretório Nacional do PR na ordem de R$6 milhões –

Queiroz Galvão, Sanches Tripoloni e Andrade Gutierrez. Ora, o PR não tinha candidato próprio a Presidente da República. Como explicar tamanha generosidade, sendo que 83% desses recurso foram procedentes do Dnit?

No mesmo sentido, o Tribunal de Contas da União apontou sobrepreço de R$9,2 milhões na construção do contorno norte de Maringá, executado pela Sanches Tripoloni, que também foi generosa doadora. Foram tomadas providências a respeito dessa advertência do TCU? O senhor conhece os diretores dessa empresa Sanches Tripoloni? O senhor saberia me dizer se esses senhores têm alguma relação com os Ministros Paulo Bernardo e Gleisi Hoffmann?

Faço essas perguntas por que em determinado momento o senhor disse que o Ministro Paulo Bernardo era o grande... Digamos assim, o senhor se reportava a ele nas decisões. Eu perguntaria se houve alguma interferência do Ministro Paulo Bernardo na liberação dos recursos para a realização dessas obras.

Eu perguntaria, ainda, em relação a outra entrevista, a outra reportagem da revista *Veja,* que nos dá conta de que o Ministro Alfredo Nascimento teria ligado para o senhor mandando abrir uma sindicância em relação à construção de um trecho de nove quilômetros da BR-0440, obra em que até aquele momento haviam sido executados apenas dois quilômetros a um custo de R$35 milhões. Essa denúncia teria sido levada ao Ministro por um Deputado durante uma audiência, e, de acordo, com a revista, o Ministro teria dito que isso dá cadeia – está na revista *Veja.*

Foi aberta uma sindicância? Que providências o senhor tomou para averiguar se havia alguma irregularidade nessa obra? Perguntaria também se o senhor saberia explicar como andam as obras da BR-010, travessia entre Imperatriz até Davinópolis.

São essas as perguntas iniciais.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra o Dr. Luiz Pagot.

O SR. LUIZ ANTONIO PAGOT – Exmº Senador, primeiro sobre minha situação funcional. Nós, todo mês de novembro, recebemos uma determinação para fazer uma programação de férias. Minha programação de férias para 2011 previa dois períodos: de 4 de julho a 21 de julho de 2011 e outro em novembro, complementando o período de férias inerente a 2010. Então, já existia a programação.

No mês de março, o Siap, que é o sistema que controla isso, pergunta se você está de acordo com esse período de férias, e, novamente, eu ratifiquei o período de férias. No dia 2 de junho, fiz uma correspondência ao Ministro Alfredo Nascimento, tendo em vista eu estar com a saúde debilitada, tanto que estive cinco dias internado no Einstein, solicitando-lhe que me concedesse esse período de férias, que já estava pré-determinado. E ele, numa audiência com a Presidente Dilma Rousseff, ao retornar, disse que "a Presidente concordou com você tirar férias, então, de 4 a 21 de julho". Então, minhas férias já estavam programadas e não teve nenhuma alteração com relação a isso; certo?

Obviamente, eu nem iria na segunda-feira, dia 4, ao Dnit, porque no dia 4, segunda-feira, eu estaria de férias. No sábado, à tarde, o Ministro Alfredo Nascimento me comunicou da reportagem da revista *Veja* e disse que tinha que tomar algumas providências e pediu que eu aguardasse em Brasília. Isso foi num sábado. No domingo, à noite, ele me chamou para uma conversa e me disse que a Presidente tinha determinado o afastamento de todos os citados na revista.

Obviamente, eu debati com ele esse assunto e ele me disse: "Então, amanhã, de manhã, você me aguarde no Dnit às nove horas, que eu vou convidar algumas pessoas e vou te chamar ao meu gabinete no Ministério para nós discutirmos o assunto. Aguarde no Dnit". E eu só fui ao Dnit na segunda-feira por causa disso.

Obviamente, vários enunciados sobre esse assunto foram ditos. Primeiro, eu não desrespeitei ninguém. Segundo, não descumpri nenhuma ordem, e só fui ao Dnit porque o Ministro dos Transportes assim me determinou para aguardar a reunião que deveria ter com ele.

A minha situação funcional, portanto, é uma situação de férias

Sobre a segunda pergunta que o senhor fez, com relação à Diretoria-Geral e aos diretores do Dnit. Obviamente, eu sei informações que circulam também, que vários diretores são indicações políticas. Circulam essas informações que vários diretores são indicações políticas. Agora, eu não sei, especificamente, dizer para o senhor... Obviamente, eu sei que o Hideraldo é filiado ao PT, certo? Eu sei, por exemplo, que diretores nossos são ligados ao Partido da República, e há outros que não têm ligação e não têm vinculação partidária.

Quando eu entrei no Dnit, por exemplo, o Diretor Administrativo e Financeiro era o Heraldo Cosentino, que não tinha vinculação partidária. O novo Diretor Administrativo e Financeiro, que vai ser sabatinado pela Comissão de Infraestrutura, não tem vinculação partidária. Então, tem alguns diretores que têm e outros que não têm. Eu, especificamente, tenho vinculação partidária ao Partido da República.

Agora, tudo no Dnit é aprovado no colegiado. Apesar de nós podermos aprovar por maioria absoluta, nós temos o entendimento de aprovar por unanimidade. Qualquer obra que tiver, por parte de algum diretor, procurador, corregedor ou ouvidor, uma manifestação em contrário é retirada da pauta para reavaliação.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – E como se dá a relação com o Ministro e com o Secretário Executivo do Ministério?

O SR. LUIZ ANTONIO PAGOT – A relação sempre foi uma relação de companheirismo e de auxílio total, de apoio total, em todas as reuniões.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Inclusive com o Secretário Executivo?

O SR. LUIZ ANTONIO PAGOT – Tanto para o Ministro Alfredo Nascimento como para o Ministro Paulo Sérgio, que, aliás, no período que eu estou no Dnit, se alteraram, porque houve um período em que o Ministro Alfredo Nascimento saiu para disputar uma eleição e depois voltou a ser Ministro e, obviamente, nessas duas ocasiões ele foi substituído pelo Ministro Paulo Sérgio Passos. Então, o Ministro atual já foi, obviamente, Ministro do Ministério dos Transportes. É a quarta vez que ele assume o Ministério dos Transportes. Eu só estou no Dnit a partir de outubro de 2007, mas peguei vários períodos dele como Ministro e outras vezes como Secretário Executivo.

Também com relação à pergunta que o senhor faz sobre a questão da reunião com a Presidente, nós tivemos uma reunião com a Presidente quando ela era Ministra Chefe da Casa Civil e coordenadora do Comitê do PAC. Isso foi em outubro de 2009. Posteriormente, ela teve problema, foi acometida por uma doença, teve um período de convalescença dessa doença, e praticamente retornou numa reunião de fevereiro de 2010. E, nesse período de outubro de 2009 até essa reunião que fizemos em julho de 2011, as reuniões foram todas elas coordenadas pela Ministra Miriam Belchior, obviamente junto com os outros Ministros que compareciam às reuniões, não só o Ministro dos Transportes, que, por um longo período, foi o Paulo Sérgio Passos, principalmente de março de 2010 até dezembro de 2010, e também pelo Ministro Paulo Bernardo, pelo Ministro da Fazenda, Guido Mantega, pelo Ministro da Auditoria-Geral da União, pela Ministra Izabella, que substituiu o Ministro Minc. Então, as reuniões do Comitê Gestor do PAC são reuniões bastante completas, com Ministro, Presidentes de autarquias e assessores.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Em nenhum momento o senhor foi advertido, houve qualquer reparo ao seu trabalho, nada?

O SR. LUIZ ANTONIO PAGOT – Não, ao longo do tempo, por diversas vezes, nós tivemos várias obras em que foram determinados um novo escopo para elas ou foi pedido que reavaliássemos as obras que foram apresentadas.

E aqui quero salientar: se nós temos um estudo de viabilidade técnica, econômica e ambiental, que determina que aquela obra seja feita dentro de um determinado escopo, obviamente que nós apresentamos como resultado isso. E, muitas vezes, tendo em vista a questão financeira, é mandado reduzir esse escopo. E, obviamente, como fazia bastante tempo que a própria Presidente não comparecia a uma reunião daquele tamanho que foi feito, eu não me surpreendi que ela tenha se admirado que algumas obras estivessem com o escopo bem superior aos registros iniciais que constavam dos balanços do PAC.

Havia obra, por exemplo, que constava no balanço do PAC por 450 milhões, e nesse processo licitatório agora está por 850 milhões. Mas a diferença não é superfaturamento, a diferença não é sobrepreço, até porque eu quero salientar para os senhores o seguinte: o TCU e a CGU são muito ágeis. Eles, hoje, quando o processo licitatório está em andamento, se eles têm algum achado, se eles têm alguma coisa efetivamente para se pronunciar contra aquilo, eles imediatamente emitem um relato e exigem que a gente responda a esse relato. E obviamente isso tem uma correção.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Só para mantermos, o senhor confirma ou não essa diatribe, "Ministério descontrolado", "precisa de babá"?

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Senador Aloysio, eu solicitaria a V. Exª que o deixasse responder, posteriormente eu daria a palavra a V. Exª, se ficar alguma dúvida.

O SR. LUIZ ANTÔNIO PAGOT – Primeiro, eu não acredito que o Ministério esteja descontrolado. Sempre foram feitas as reuniões necessárias, e toda vez que houve as intervenções, o Dnit soube responder tanto às intervenções para os órgãos de controle como, obviamente, para aqueles com quem nós temos responsabilidade direta, que é o Planejamento e o Transporte.

Sobre a questão da Polícia Rodoviária Federal... Especialmente na rodovia que o senhor citou, a BR-116, a BR-116 teve aumento de escopo em função de fluxo e volume e em função da necessidade que apresentavam os estudos de viabilidade técnica e econômica.

Com relação à Polícia Federal, quando entrei no Dnit, já tínhamos vários inquéritos em andamento, e entraram outros inquéritos em andamento, porque, com a montagem da rede de controle da Polícia Rodoviária Federal, Ministério Público Federal, Controladoria-Geral da União e Tribunal de Contas da União, com a montagem dessa rede de controle, algumas obras saíram da fase de auditoria para investigação. E o que significa isso quando você tem uma rede de controle como essa montada? Quer dizer, a Polícia Federal passa a fazer campana, escuta telefônica, começa a seguir, obviamente, empreiteiros, consultores, fiscais e, obviamente, faz todo um trabalho já de inves-

tigação. E esse trabalho de investigação resultou em alguns casos, como, por exemplo, no Ceará, em que foram afastados oito servidores. Esses oito servidores foram inclusive presos e afastados. No Rio Grande do Norte também houve um caso semelhante. Tivemos um caso no Pará, no Paraná... São investigações que foram desenvolvidas por essa rede de controle, não mais na fase de auditoria, mas na fase de investigação. E toda vez que nós tomamos conhecimento disso imediatamente tomamos providências.

Aí o senhor vai dizer: só tomaram providência depois da porta arrombada. Não. Por isso eu preciso fazer um esclarecimento.

Depois de um ano que eu estava no Dnit, constatando que por vários meses, mesmo abrindo um PAD, que é um processo administrativo – e tenho inúmeros processos administrativos que abri –, mesmo fazendo isso eu notei, obviamente pelas denúncias que acabaram surgindo, que eu precisava de algo mais contundente. Então estabeleci um núcleo itinerante. Esse núcleo itinerante era composto por auditores da própria coordenação da CGU, Controladoria-Geral da União, que trabalham no Dnit, por mais outros funcionários que foram deslocados para essa auditoria interna e mais um reforço que foi dado para a Corregedoria, para serem verdadeiros caixeiros viajantes pelo Brasil.

Nós estabelecemos um plano de trabalho e, nos últimos dois anos, fomos a todas as regiões brasileiras, chamamos todas as superintendências. E não conformado com isso, principalmente pela inobservância de algumas instruções, passei a convocar reuniões bimestrais ou combinando com o Ministro, trimestrais, para que nós chamássemos principalmente quem? Os superintendentes, os chefes de engenharia para dar o padrão necessário, as instruções específicas.

Para ser mais preciso nas questões e para que as pessoas não se esquecessem do que foi falado nas reuniões, além daquilo que os corregedores e auditores faziam em cada reunião, mandei gravar as reuniões. Existe a gravação dessas reuniões com todas as afirmações que foram feitas, com todas as recomendações que foram feitas, com toda a responsabilidade que cada um devia ter. E mandei passar essas gravações nas unidades locais, nas superintendências e especialmente que os corregedores se reunissem por regiões. Então, por exemplo, vou citar o caso do Ceará: foi um corregedor para o Cera, reuniu os cinco Estados ao redor e falou para todos os que tinham que ouvir. E esses CDs foram obviamente passados... Então ninguém pode dizer, nenhum funcionário do Dnit pode dizer que desconhecia as instruções ou que desconhecia as informações que foram mandadas.

E fiz mais. Ainda sendo reprimido por algumas pessoas, fiz mais: disse a eles, aos superintendentes e aos chefes de engenharia, principalmente com a proximidade da campanha política, se eles tivessem algum problema com os agentes políticos que remetessem esses problemas à Diretoria-Geral do Dnit. Assumi uma responsabilidade que não podia ter assumido. E até alguns parlamentares entenderam isso como um confronto aos parlamentares. Mas não, foi para dar um alerta aos superintendentes e aos nossos engenheiros fiscais, principalmente chefes de engenharia, que tinham o respaldo da Diretoria-Geral, especialmente do Diretor-Geral quanto a essas questões.

Também o senhor pergunta sobre as doações de partido.

Eu não me manifesto sobre isso. Essa é uma pergunta que tem que ser remetida ao partido. Cada partido sabe o que faz, como faz, como conduz. Eu posso dizer que o Partido da República não utilizou o Dnit para cooptar, para buscar, utilizando qualquer tipo de mecanismo para buscar dinheiro para os seus cofres. Obviamente, a direção do partido, através de seus parlamentares, deve ter tomado suas providências para obter essas doações.

Quanto à questão do contorno de Maringá, especificamente, trata-se de uma obra que estava sendo reivindicada há muitos e muitos anos. Quando entrei no Dnit, ela já estava no processo de conclusão da parte inicial do projeto, pronto para licitação. Tendo em vista a questão orçamentária, essa obra foi feita em duas etapas. A inicial de cerca de 176 milhões, sendo que desse valor cerca de 40 e pouco milhões foram destinados a desapropriações, e o restante foi para a parte inicial da obra. Essa obra foi disputada, licitada, corretamente contratada, em boa performance de execução. Aí, o senhor pergunta se o TCU fez alguma manifestação.

O TCU fez três achados nessa obra. Os três achados foram respondidos, e foi corrigido. Mas o principal achado nessa obra foi em relação à questão do cimento. Se o cimento teria que ser comprado em saco, da praça de Maringá, ou cimento a granel transportado de alguma indústria, principalmente da região de Araucária, que pudesse fornecer em maior quantidade para a obra, tendo em vista que é uma obra que tem muitos viadutos, passagens inferiores, galerias, etc.

Então, a obra só pôde andar depois de respondidos todos os questionamentos e de o TCU aceitá-los. Daqueles que ele não aceitou, mandou reduzir os percentuais e os índices.

V. Exª pergunta se eu conheço os diretores da Sanches Tripoloni, posso afirmar para o senhor que conheço basicamente os diretores de todas as grande

companhias do Brasil. Das 300 e tantas companhias que operam no Dnit, conheço praticamente todos os diretores ou seus principais diretores, porque faço, sistematicamente, reuniões de gerenciamento. Dessas reuniões, constam as empresas de consultoria de projetos, as empresas de supervisão, as empresas de gerenciamento. Nelas, obviamente, constam as empresas executoras das obras. Se a obra é conveniada com os Estados, constam os agentes do DER local ou das secretarias de infraestrutura locais. São grande reuniões, às vezes há na sala 60, 70, 80 pessoas, porque, normalmente, não trato de um canteiro de obras, mas da rodovia como um todo. Por exemplo, quando reúno a 101 de Santa Catarina, são mais de 30 lotes de obras e, obviamente, muitos diretores, muitos coordenadores participam dessa reunião. Quando se trata, por exemplo, de obras menores, há um número menor de diretores.

Estou desde outubro de 2007 no Dnit e fiz inúmeras reuniões. Todas elas estão colocadas na minha agenda, que é distribuída e fica à disposição. Tem hora para começar a audiência. Tem hora para terminar a audiência. Para muitas dessas reuniões, a gente convida o CGU, a auditoria interna, para participar, quando há algum problema que exija a natureza e a intervenção deles.

Portanto, tenho conhecimento não só com eles, mas com a grande maioria dos diretores.

Também me manifesto nos sindicatos. Tenho procurado mostrar a política de obras de qualidade por preços competitivos seja no Sinaenco, na Associação Brasileira de Consultores de Engenharia, na ABC Trans, na Abifer, na Aneor. Não tenho me furtado a ir, para deixar claro qual a posição do Dnit, como o Dnit pretende que sejam feitas as obras e, muitas vezes, incitando as empresas a melhorar o seu trabalho. Este é um grande problemas que vivemos: a grande maioria das empresas está com muito mais obras do que a sua capacidade de realizá-las. Aí precisaríamos ter uma modificação, precisaríamos agir da mesma maneira que a Caixa Econômica age quando faz obras, ou seja, estabelecer um limite para o empreiteiro. Na Caixa Econômica Federal, o empreiteiro só pode fazer obras até aquele limite.

Nós devíamos ter no Dnit uma espécie de uma gerência de cadastro que passasse pelo Banco do Brasil ou Caixa Econômica Federal, para se saber o tamanho das empresas, para se saber o quanto aquelas empresas podem desenvolver de obras, e até em função da quantidade de equipamentos e da quantidade de pessoas que as empresas têm nos seus quadros técnicos. Por quê? Com a facilidade que elas encontram na 8.666, obviamente, muitas empresas têm uma carteira de obras muito superior e a qualidade da arte está muito ruim, que envolve pessoas executando obras, máquinas e equipamentos muitas vezes não condizentes com a qualidade daquela obra, a questão dos próprios insumos que não chegam à obra. Então, isso tem dificultado extraordinariamente a execução e tem atrasado extraordinariamente a execução das obras. E nós não temos nos poupado de afirmar, em todas essas associações e também nas reuniões que nós fazemos, de mandar refazer o que tem que ser feito e tomar as providências necessárias. Tudo isso tem processo dentro do Dnit.

Também com relação à pergunta específica sobre o Ministro Paulo Bernardo, principalmente, primeiro, não tem uma palavra dita sobre mim sobre o Ministro Paulo Bernardo. Não tem uma palavra dita. O *off* de não sei quem, o *bis off* de não sei quem, quer dizer, os enunciados inventados aos quatro ventos, que, aliás, a imprensa é pródiga na formação desses enunciados, certo? Eu não preciso... todos os senhores sabem do que estou falando, certo? Dessa invencionice e desses factóides que são gerados interminavelmente. Tenho o maior respeito pelo Ministro Paulo Bernardo, como tenho o maior respeito por todos os Ministros.

Pela Ministra Gleisi, tenho a maior admiração, pela sua capacidade de trabalho e combatividade. E são ministros extremamente exigentes, principalmente o Paulo Bernardo, com quem tive a possibilidade de trabalhar um longo tempo. Extremamente exigente, ele e a diretoria com que ele trabalhava. Eu me lembro de Afonso Almeida, eu me lembro de Carrara, eu me lembro de Denis. Não davam folga para ninguém, exigiam explicações até a última, entendeu? Eram extremamente exigentes na execução orçamentária.

O Ministro Paulo Bernardo, obviamente, era um ministro que também fazia parte do comitê gestor. Então, periodicamente, nós nos encontrávamos, tanto Paulo Bernardo, como Guido Mantega, como a atual Ministra Miriam, como o Ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, quando era Paulo Sérgio Passos, como o Minc, como a Izabella, e assim por diante. Então, eu tenho conhecimento com ele dessas reuniões.

Especificamente sobre o Paulo Bernardo, ele nunca me exigiu e nunca me pediu nada. Nem obra. A própria obra de Maringá, que era obra da cidade dele, quem eventualmente vinha falar comigo era o Prefeito Sílvio Barros, que era o responsável pelas desapropriações, e muitas vezes vinha o irmão dele, que era Deputado Federal e vinha exigir pressa na licitação, conclusão do segundo lote de obras, licitação do segundo lote de obras, obviamente uma coisa inerente às atividades que representam uma região.

Sobre a questão da BR–440, essa é uma obra de longuíssimo prazo. Essa obra se arrasta há muitos e muitos anos. Ela foi iniciada praticamente oito anos atrás. Qual é a situação dela na minha gestão? Ela tinha um acórdão do TCU que impedia o desenvolvimento da obra, que exigia a paralisação dessa obra. Essa obra nasceu dentro da Prefeitura de Juiz de Fora. Nós herdamos, num determinado momento, a partir desse momento, o convênio, que é com a Prefeitura de Juiz de Fora, tem de ser rescindido e o Dnit tem que assumir essa obra. Faz um ano e meio que nós assumimos essa obra. Ao assumi-la, procuramos o TCU e fizemos as perguntas necessárias de como nós devíamos... se era interesse do TCU simplesmente que nós encerrássemos a obra naquele momento ou se era interesse do TCU que nós continuássemos a obra. A obra tem um custo gerencial extremamente competitivo. Vale a pena, sim, continuar nesse custo gerencial, porque se eu for parar a obra, relicitá-la, com certeza ela vai para a praça num novo custo. Então, o ideal é que a empresa que esteja desenvolvendo a obra continue com essa obra.

Nós fomos a várias audiências no TCU, apresentamos, inclusive, isso ao Ministro Relator, e o Ministro, olhando os preços, que seriam preços atuais, e o preço pelo qual ela está contratada, determinou: "Então, esses trechos que já estão sendo mexidos, de agora para frente, vamos dar autorização para vocês continuarem com essa obra".

Então, nesse caso da 440, a questão... Outro detalhe: quando nós assumimos a obra, o contrato da obra era um contrato de R$137 milhões. Nós trouxemos os preços para a tabela Sicro, e o contrato virou um contrato de R$103 milhões.

Então, quero dizer ao senhor que nós fizemos o dever de casa, e essa obra se arrasta indefinidamente pela, vamos falar assim, *performance* dessa empresa, que não é uma boa *performance*, infelizmente. Para mim, teria sido muito melhor, igual a outros casos que fiz, simplesmente ter encerrado esse contrato e ter feito uma nova licitação. Como, por exemplo, com toda a pressão que sofri no Lote 29 da BR-101, em Santa Catarina, eu resolvi, pelos problemas que tinham com aquela empreiteira, encerrar aquela obra, fazer um levantamento total sobre ela, as novas exigências que tínhamos, principalmente de escopo socioambiental, e colocar essa obra no prazo de novo processo licitatório. Demora, mas fica de acordo com os órgãos de controle.

Também o senhor perguntou sobre a BR-010, lá no Maranhão. A BR-010, a única determinação que recebemos foi de fazer o projeto da travessia urbana de Imperatriz. Ponto. Não tem autorização para licitação, não tem recursos em orçamento, e essa obra não está contemplada para execuções de obras no Dnit.

Então, espero ter respondido a essas novas perguntas que me fazem.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – O senhor me perdoe, Sr. Pagot. A senhora me perdoe, Srª Presidente....

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Eu só pediria, Senador Aloysio, que o senhor fosse bem breve, para dar oportunidade a outros. Temos vinte inscritos.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Muito breve, mas muito breve.

Há uma pergunta que V. Sª não respondeu: foi sobre a tal descompostura – é esse o termo; não há outro termo – que o senhor e seus companheiros de trabalho receberam daquela que tem por missão ser a sua superior hierárquica, que é a Presidente da República. "Precisam de babá. Terão três babás. O Ministério está descontrolado. O Ministério vai inviabilizar o meu Governo. Os preços estão inflados."

Essa foi uma descompostura, segundo os termos da revista *Veja*, que o senhor e outros membros da cúpula do Ministério receberam. Eu pergunto ao senhor: isso é verdade? Essa reunião ocorreu? A cobrança foi feita dessa forma? E não houve nenhuma cobrança anterior?

Essa é a pergunta que eu gostaria de fazer e que me parece V. Sª não respondeu.

O SR. LUIZ ANTONIO PAGOT – Primeiro, a manifestação que quero fazer é que foi uma reunião semelhante a todas as reuniões que temos no Comitê Gestor do PAC. São reuniões de intenso debate. São reuniões de intenso debate. São reuniões respeitosas. São reuniões respeitosas, de... A própria revista disse que ouvimos tudo absolutamente calados. Primeiro que as frases, obviamente, estão carregadas de conceitos que não foram emitidos e de palavras que foram colocadas na boca da Presidenta que não foram exatamente essas palavras.

Obviamente que a Presidenta tem o estilo de sempre cobrar, de maneira veemente, o que ela pretende ver realizado. Esse é o estilo dela. Eu nunca participei de uma reunião em que ela não cobrasse tudo de forma enérgica e veemente, em que o Presidente Lula não cobrasse de forma enérgica e veemente, e principalmente exigissem de nós o cumprimento fiel dos prazos, e que nós, ao longo do tempo, não conseguimos cumprir, por uma série de questões.

Mas não é verdade que nós não respondemos. Respondemos ponto por ponto, e, principalmente no aumento dos escopos, que obviamente era uma grande indignação – era não, é –, é uma grande indignação da

Presidente, dissemos como foram formulados esses aumentos de escopo e até onde era a responsabilidade do Dnit e as determinações que tínhamos recebido obviamente do Comitê Gestor e também do Ministério dos Transportes.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra o segundo autor do requerimento, Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Cumprimento a nossa Presidente da Comissão de Infraestrutura, Senadora Lúcia Vânia; o Presidente da Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Senador Rodrigo Rollemberg; as colegas Senadoras, os colegas Senadores, cumprimento também o Sr. Luiz Antonio Pagot, que está nesta audiência pública conosco.

Quero, Luiz Antonio Pagot, primeiro agradecer a sua disposição de vir até aqui e prestar todos os esclarecimentos necessários que estão e que serão feitos pelos demais Senadores e Senadoras nesta Comissão, porque eu o conheço de há muitos anos, acompanho a sua trajetória na vida privada, desde o tempo em que o senhor foi estudar na Marinha e se formou, ficou lá por muitos anos e depois veio a trabalhar na iniciativa privada. Posteriormente, tivemos o privilégio, o meu pai o convidou para participar de um movimento de desenvolvimento na região de Mato Grosso que culminou, mais tarde, não somente na criação do Município Sapezal, mas todo o desenvolvimento da região do Parecis, inclusive onde você foi o responsável pela implantação do Projeto da Hermasa, que foi, nos últimos 50 anos, o único projeto de infraestrutura neste País que mudou algo na questão dos transportes; que fez com que a soja produzida fizesse uma inversão, ao invés de ir para o sul, para o porto de Paranaguá, que fosse para o porto de Porto Velho e depois para o porto de Itacoatiara, fazendo com que mil quilômetros de rodovia desaparecesse entre aqueles produtores da soja de Rondônia e produtores do noroeste do Estado de Mato Grosso. Portanto, o senhor tem um conhecimento vasto na questão de infraestrutura e por isso foi convidado pelo Presidente Lula a vir participar do Dnit, e lembro-me muito bem o que era o Dnit. Era um órgão em que não existia nenhum tipo de projeto, não existia um direcionamento, não existia uma meta a ser atingida. É claro que as coisas mudaram nesse sentido também, porque o próprio governo criou um programa, o PAC, que deu direcionamento e que deu a todos aqueles que trabalham na infraestrutura responsabilidades e metas a serem cumpridas.

Portanto, eu sou reconhecedor do trabalho que você fez não somente aqui no Dnit, mas como Secretário de Infraestrutura em Mato Grosso. Aliás, no primeiro governo do Presidente Lula e no meu primeiro governo você era Secretário de Infraestrutura e nós criamos naquele Estado o maior programa de pavimentação feito no Brasil até aquele momento. Aliás, o que o Estado de Mato Grosso fez de rodovias asfaltadas foi maior do que o Governo Federal inteiro fez no período de 2003/2006. Fizemos lá parceria com os produtores, consórcios rodoviários, PPPs Caipiras. Enfim, movimentamos e conseguimos fazer uma mudança que foi muito importante para que o Estado de Mato Grosso pudesse fazer da sua grande produção algo melhor para a população, deixando não só o dinheiro no transporte, mas para a população e as pessoas que lá vivem.

Portanto, conheço muito bem o seu trabalho e fazer aqui o reconhecimento de público.

Mas também quero aproveitar, Luiz Antonio Pagot, a oportunidade, porque durante esta semana em que houve toda essa confusão...

(A Srª Presidente faz soar a campainha.)

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Já?

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Vou dar 5 minutos de tolerância.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Tudo muito rápido. Duro é esperar aqui. Mas, quando a gente fala, é muito rápido.

Mas esta semana eu fiquei participando desse meio, em função de estar militando no partido político de que faz parte o Ministro Alfredo Nascimento, e portanto discutimos muito. Mas eu percebi que há uma grande confusão nas informações que são colocadas. As coisas nascem praticamente do nada, ou alguém diz alguma coisa e isso vira uma verdade, e depois você tem que se defender daquilo que acham que é uma verdade, e que nem foi dito. É uma situação muito complicada. Por isso lhe apoiei para que o senhor viesse aqui hoje e esclarecesse os fatos; dizer como funciona esse Dnit, como funciona o Governo na questão das obras. E a impressão que fica para a sociedade é de que qualquer político, qualquer agente pode chegar num órgão desse e substituir a obra: tira uma, põe a outra, muda o preço, muda o escopo; faz isso e faz aquilo, como se tudo fosse uma grande confusão.

Não, o Governo é uma instituição bem organizada. Nós, as pessoas, às vezes, é que não somos organizados, mas o Governo tem regras, tem procedimentos. Então, quero crer que lá, no Dnit, vocês seguiram as regras que foram colocadas.

Então, diante do testemunho de que lhe conheço e que fui um dos que avalizaram V. Sª, para que chegasse até esse cargo, quando o Presidente Lula lhe convidou – não fui eu que ofereci, tem que deixar claro isso também – e teve o meu apoio. E vendo o

trabalho que foi feito em Mato Grosso, o Presidente achou, ele tinha a certeza, que você poderia ajudar a mudar os destinos e os rumos da questão das rodovias em nosso País.

Mas eu gostaria que na resposta, da pergunta que eu vou fazer, o senhor deixasse bem claro: O que é a mudança de escopo de uma obra? E o que é o superfaturamento de uma obra? Para mim, as coisas são muito diferentes: superfaturamento é uma coisa que é feita de forma ilegal, de forma que você convence alguém que mesmo não tendo aquela necessidade, aquele valor, você acaba aceitando.

E o que é a questão do escopo de obra? Porque uma obra começa – e, se não me engano, foi uma obra realizada em Santa Catarina, citada pela revista *Veja* –, a obra começou em 700 milhões, se é este o número, e virou 1 bilhão e qualquer coisa. Por que isso acontece? Quais são os pontos que levam uma obra a nascer com um preço x, e ao terminar ela, o preço é x+y, e as pessoas acabam não entendendo? Nem nós, muitas vezes, também não entendemos.

Eu já ouvi muitas histórias de rodovias que custam 50 milhões de reais o quilômetro. Não sei se é verdade ou não. Mas se isso é colocado numa revista, ela vira verdade. Noutro dia precisa ser explicada.

Então eu gostaria que V. Sª pudesse responder de forma concreta, para que o público que nos assiste, e também os Parlamentares – e quero crer que todos aqui conheçam, porque são pessoas experientes, a grande maioria já foi governador, já foi gestor público e tem conhecimento disso –, compreendessem bem, porque o cidadão e, muitas vezes, os jornalistas que cobrem os fatos no dia a dia não têm esse conhecimento. Eu gostaria que V. Sª aproveitasse e fizesse essas considerações.

Para finalizar, dizer que desejo agradecer, em nome de todos os mato-grossenses, o trabalho que você prestou, não só em Mato Grosso, mas pelo Mato Grosso, quando você assumiu o Dnit. Nós lá reclamávamos de várias obras que, quando o senhor chegou no Dnit, nós fomos ver por que as obras não saíam. Sequer projetos tinham. Quer dizer, a continuar do jeito que estava não ia sair obra nunca.

Então nós precisamos ter um país que saiba projetar, que a população saiba pedir, que o Governo saiba ouvir, programar, projetar, fazer projetos; e depois licitar e tocar as obras pela frente.

Sei que muitas modificações, Senador Requião, nós precisamos fazer em nossa legislação, muitas mudanças. Não é possível que empresas que não tenham o mínimo gabarito, que não tenham a mínima possibilidade de fazer uma obra, porque têm no seu rol os documentos necessários, sejam habilitadas para fazer uma obra que nunca darão conta.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra o Sr. Luiz Antonio Pagot.

O SR. LUIZ ANTONIO PAGOT – Senador Blairo Maggi, as nossas obras têm parâmetros definidos, e esses parâmetros são definidos nos orçamentos. Quando elas sofrem mudança de escopo, elas têm dois momentos que são fundamentais para essa mudança de escopo, que eu considero: um é na conclusão dos estudos de viabilidade técnico-econômico-ambiental, em que ao fazer o estudo, em função de fluxo e volume, se tem a necessidade, era uma rotatória de fazer um viaduto, ou de fazer uma passagem interior, se o terreno permite, e se a integração dessa obra com as obras urbanas, porque isso acontece muito em regiões próximas a regiões metropolitanas ou em regiões metropolitanas.

Para melhorar a performance daquela estrada e diminuir a quantidade de acidentes, para se diminuir o risco e para evitar trechos críticos e pontos perigosos que têm nas estradas e são identificados no desenvolvimento de projeto se faz essas alterações necessárias. Que muitas vezes, como eu disse, é uma passagem inferior, é um viaduto, um alargamento, uma terceira faixa. Elas têm o seu momento em que são colocados os órgãos superiores, no caso o Conselho de Administração, Ministério dos Transportes, e Comitê Gestor do PAC para que sejam discutidas essas mudanças.

A questão do sobrepreço já é malversação. Na execução do projeto muitas vezes os próprios funcionários do Dnit já identificam determinadas distâncias médias de transporte superiores às jazidas mais próximas, ou determinados insumos por um preço irreal, com relação ao mercado local. E se na aprovação daquele projeto isso não consegue ser identificado, ou "não quis ser identificado" (entre aspas) quando vai para a licitação, com certeza, o TCU não deixa passar. Inclusive o TCU faz imensos relatórios sobre isso, a própria CGU tem feito manifestações ao acompanhar a coordenação geral de licitações sobre asse assunto. Enfim, acredito que a questão de sobrepreço é muito menor do que a questão de superfaturamento que vem sendo divulgada.

Mas nós temos um fato real que acontece, que é a questão da fiscalização. Infelizmente, o número de fiscais que o Dnit tem é muito aquém da sua necessidade. E a maioria absoluta são fiscais que já têm mais de 25 anos de serviço, que andam por esse Brasil afora. Não estou dizendo que são irresponsáveis, que andam por esse Brasil afora nas unidades locais e, muitas vezes, têm fiscais que cuidam de 600, 800

e até 1.000km de rodovias. Humanamente impossível para fazer um trabalho correto. E, obviamente, há coisas que passam despercebidas da fiscalização e outras coisas não passam despercebidas, e aí são conluios. E sempre que há conluios pode ter ser certeza que lá na frente estarão o TCU, o CGU, para descobrir esse conluio, está a própria auditoria interna do Dnit, para estornar, fazer o processo e fazer com que as coisas aconteçam.

Existe muita conversa que é irreal e existe muita coisa que é real. Tudo que é real está nos relatórios do CGU e do TCU. Se olharem, por exemplo, os gráficos de atuação do próprio Dnit com relação a isso e a criação de modelo de núcleo sistêmico, é difícil de olhar mas, nos últimos anos, nós saímos de 21 obra que tínhamos no anexo 6, que são as obras que têm graves irregularidades e determinação de paralisação para não receber mais dinheiro e quem paralisa é a Comissão Mista de Orçamento por indicação do Tribunal de Contas da União. Pulamos de 21, 2007, 19, 2008, 4 em 2009 e zero em 2010. Isso aconteceu por causa da pró-atividade do Dnit, isso aconteceu por causa de tudo aquilo que acabei de relatar sobre as corregedorias, caixeiro-viajante, das auditorias mais intensas e da própria intensificação do trabalho do TCU, CGU e da rede de controle.

O Governo tem controle dessas obras e muitas manifestações que são feitas são baseadas em manifestações de julgados. Eu ouvi, sem ter como responder, muitas e muitas denúncias de casos que já estão até arquivados pelo TCU, de casos que as empresas já estão respondendo na Justiça comum e que ainda são citados como casos pendentes e casos atuais.

Na questão dos aditivos, temos um problema. O ideal para a diretoria do Dnit, mesmo com o Governo tendo pressa das obras, o ideal é que só fossem licitadas obras com projetos executivos. Mas não é a realidade do que acontece, não. Muitas obras são licitadas com o projeto básico. O projeto básico não é um projeto completo. O projeto básico se baseia em estudos preliminares. Por que se licita com o projeto básico? Para ganhar o prazo de 120 dias do processo licitatório, mas a obra começa, então, com o projeto executivo. E, muitas vezes, entre o projeto básico e o projeto executivo são identificados alguns problemas, como interferências com outras obras públicas, problemas com serviços públicos.

Na sondagem que se faz do projeto básico, exige-se muito menos furos de sondagem que no projeto executivo. E, depois, na elaboração final do projeto executivo, aquele pelo qual se vai executar a obra, existem muitas diferenças. Não se pode exceder a 25%, que é o que está determinado pela 8.666. Então tem que se fazer os aditivos de obra. E os aditivos de obra são feitos basicamente, no caso dessas obras, em cima do resultado obtido entre o projeto básico e o projeto executivo.

Que outros tipos de aditivos existem? Foi feito o levantamento de uma obra que demorou três, quatro anos para ser licitada. Por quê? Porque não tinha licenciamento ambiental, porque a obra não tinha recebido ainda a autorização do Ibama para a sua licitação.

No caso específico, o que precisamos esclarecer? Que muitos aditivos se dão porque o levantamento que foi feito naquela obra, na hora da execução, não é mais aquele leito estradal, sofreu assoreamento. Se é um pavimento que já tinha sido pavimentado anteriormente, o desgaste está muito maior do que aquele feito no levantamento inicial. A jazida que estava identificada no projeto e que estava confirmada e que foi até investigada pelo próprio TCU se exauriu por ser utilizada jazida para outras obras e é preciso buscar esse material em outra jazida. Então existem os aditivos necessários para as obras.

Tudo isso, obviamente, começa onde? Começa com o fiscal que cuida da obra, o engenheiro fiscal que cuida da obra, passa por uma supervisora de obra, que tem que dar a sua anuência, depois vem para o engenheiro chefe da superintendência, onde é aprovado, depois vem para a Coordenadoria de Obras ou para a Coordenadoria de Pesquisas e Planejamento do Dnit, depois passa pela Diretoria de Pesquisa e Planejamento, depois, pela Diretoria de Infraestrutura Rodoviária e, finalmente, vem para o colegiado. É uma verdadeira corrida de obstáculos até poder se autorizar aquele aditivo. E muitos aditivos, quando chegam no colegiado, ainda são recusados, volta tudo para trás para refazer os cálculos, para se avaliar.

Então não tem nada feito de forma irresponsável. O senhor pode ficar absolutamente tranquilo, Senador Blairo Maggi, quanto à nossa atuação. Toda vez que percebermos o malfeito ou identificamos alguma coisa, imediatamente corremos atrás para responder, a ponto, Senador Blairo Maggi, de, nos últimos tempos, e eu diria que desde que eu entrei no Dnit, mas intensificamos ultimamente, eu ter ido primeiro ao Ministro Aldo, que era o Ministro Presidente do Tribunal de Contas da União, e dizer: estou me apresentando para o serviço, estou me apresentando como Diretor-Geral do Dnit. Ele disse: “Eu tenho 56 processos contra o Dnit que não estão respondidos”. Eu lhe disse: Ministro, me dê 90 dias de prazo que eu vou responder aos 56 processos”, e assim eu o fiz, criando o Núcleo Sistêmico.

Depois, quando fomos lançar o grande programa Crema 1ª Etapa, fui discutir com o novo Ministro Presidente do Tribunal de Contas, Ubiratan Aguiar,

mostrando para ele as necessidades de termos um projeto que tivesse não menos interferência possível com o TCU, mas afinado com o TCU, pela grandiosidade de um projeto de 32 mil quilômetros. Também disse para ele: preciso de sua ajuda para poder licitar os outros 32 mil quilômetros de projetos na questão do Crema 2ª Etapa. Eu preciso que a Secretaria de Controle trabalhe conosco na questão dos escopos, e assim o fizemos. Tanto que o edital padrão ajudou e licitamos sem problemas 32 mil quilômetros de projetos de obras de manutenção rodoviária, obviamente monitorados pelo TCU.

E, agora, antes de licitar as obras, e numa matéria que está aí, com a falta de verdade na revista *Veja*, e que o Senador Aloysio sequer citou, mas está com falta de verdade. Fui ao Ministro Benjamin Zymler, falei sobre a minha preocupação sobre a licitação desses 32 mil km, 17 bilhões de investimento em cinco anos. E o Ministro chamou o Ministro Relator do TCU, referente ao Dnit. Fizemos uma reunião na sala do Ministro Benjamin Zymler com todas as Secretarias e decidimos criar, então, o núcleo do Comitê de Trabalho, o Núcleo de Trabalhos ou qualquer coisa que o valha, e que está sendo coordenado, até hoje, pelo Ministro José Múcio. Exatamente para discutir como colocaríamos na praça essas obras, se a Secretaria de Controle de Obras do TCU tem apontamentos para fazer, tem achados para fazer.

E ainda nos disseram: Coloquem e corrijam depois. Nós falamos: não, vamos corrigir tudo, vamos chamar as empresas de consultoria de projetos e vamos fazer corrigir tudo, vamos colocar nos índices que vocês estão desejando, nos índices que vocês estão determinando e vamos depois colocar na praça. Ah, vai atrasar um pouco! É melhor atrasar um pouco do que sair com correções para fazer lá na frente. E voltei ao Ministro Múcio, junto com o Ministro Alfredo Nascimento e fizemos uma nova reunião para tratar desses assuntos. E os assuntos apontados eram cinco e tomamos a decisão. O Ministro Alfredo então, falou: reúna as empresas de projeto, reúna imediatamente as empresas de projeto, faça uma reunião com elas e determine que elas revisem seus projetos. São cinco achados, e elas tinham que revisar os cinco achados.

E eu tinha outras críticas a fazer às empresas de projeto; o atraso delas nas entregas dos projetos, a má qualidade dos projetos, entregar, por exemplo, todos os volumes com cálculos orçamentários diferentes em cada volume, o que depois exigiu que os nossos engenheiros, que a Sofi Property tivessem que devolver tudo isso. Então elas, para não perder o prazo entregam os cinco volumes necessários, mas os cinco volumes incorretos. Então, recebem de volta para ganhar mais algum tempo para fazer.

E as empresas de consultoria de projetos têm um sério problema, o Brasil tem um sério problema com elas, não é o Dnit, não, é a Petrobrás que tem, é a Companhia Vale do Rio Doce, nas suas obras, é a Valec nas suas obras, que tem um sério problema. Em 1988, as empresas de consultoria de projeto tinham 48 mil funcionários registrados. Em 2003, por causa dessa *dêbácle* que aconteceu com a infraestrutura nacional, esse número de funcionários caiu para 14 mil. Saímos, em 1988, de 48 mil funcionários para 14 mil, no início de 2003. Hoje são 44 mil funcionários, mas muitos deles ainda não têm o preparo, não têm tirocínio, não têm a expertise necessária. E produzem projetos de qualidade duvidosa, que faz com que o Dnit tenha um retrabalho e, inclusive, atrase as suas obras. Então, essa reunião foi para se colocar, vamos dizer, os pingos nos is. Primeiro, a determinação dos cinco itens que o TCU determinou de revisão. Segundo, para dizer em que as empresas precisariam melhorar. Terceiro, para falar especificamente sobre questões técnicas operacionais que, inclusive, vamos modificar no edital padrão a exigência com relação às empresas e, também, vamos implantar algumas exigências com relação ao material que as empresas têm que trabalhar, as equipes de campo e muito mais exigências.

Então, foi esse o objetivo de uma reunião de duas horas e não foi o objetivo de chamar as empresas para achacar as empresas, para fazer qualquer tipo de admoestação às empresas.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Quero apenas registrar a presença honrosa aqui do ex-Senador Adelmir Santana. Seja bem-vindo!

Passo a palavra ao próximo orador inscrito Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Srª Presidente, Srs.Senadores, convidado, quero primeiro destacar que, o que ocorreu no âmbito do Ministério dos Transportes, é uma afronta ao País, é um escárnio, é uma violência contra os valores essenciais da ética. E nós não estamos aqui para investigar se houve corrupção ou não no Ministério dos Transportes. Essa investigação está ocorrendo. O Tribunal de Contas da União atesta. A Corregedoria-Geral da União confirma. O Ministério Público inicia as investigações. O Ministro da Justiça afirma que a Polícia Federal vai investigar. Nós estamos aqui essencialmente para tentar revelar quem são os responsáveis por esse modelo promíscuo que se instalou na esfera do Ministério dos Transportes.

Perdoe-me, Luiz Antonio Pagot, a contundência das afirmações, mas não há hoje no Brasil nenhum cidadão de bem que não esteja indignado com o no-

ticiário dos últimos dias. E nós temos que ecoar aqui exatamente essa indignação.

As perguntas que faço a V. Sª podem ser até em sua defesa, porque há – pelo menos se percebe isso – uma tentativa de transformá-lo em bode expiatório, o único responsável por tudo o que ocorreu. Tanto é que o jornal hoje mostra: "*Site* tira do ar foto de Pagot com o Ministro Paulo Bernardo". O *site* da Prefeitura de Maringá tira a foto de V. Sª ao lado do Ministro. "Pagot disse que recebia ordens de Bernardo para fazer aditivos em obras." É o que diz o jornal.

V. Sª já disse, e a Imprensa destacou, e aliás não ficará bem afirmar que a Imprensa é responsável por tudo o que está ocorrendo, porque há uma prática também comum de se responsabilizar a Imprensa.

Aqui diz: "Petista responsável por 90% das obras do Dnit, filiado ao PR, um dos pivôs da crise, Pagot afirma que o PT manda tanto no órgão quanto o seu partido."

O que nós pretendemos indagar de V. Sª é exatamente: quem determinava, a voz de comando partia de onde para que os aditivos fossem concedidos?

Peço também que explique esta coincidência: as empresas beneficiadas com aditivos eram as empresas que mais doavam para a campanha eleitoral. E emendo a indagação: a Imprensa divulgou que V. Sª teria afirmado que os aditivos eram concedidos para que recursos fossem destinados à campanha da Presidente Dilma. Esta é uma indagação cuja resposta é fundamental, não só da Presidente Dilma, mas de outras candidaturas.

Além de saber de onde provinha a voz de comando, é importante saber quem participou dessa operação, quais foram os partícipes desse modelo, e os seus beneficiados.

Eu tenho aqui 54 perguntas, Presidente, mas eu sei que não posso fazer todas elas. Vou apenas fazer as perguntas gerais.

Portanto, há uma convicção de que há corrupção no âmbito do Ministério dos Transportes. Essa convicção está arraigada. As investigações ocorrerão. E V. Sª não pode ficar como único responsável. É preciso que distribua as responsabilidades de conformidade com o mérito dos responsáveis.

Faço referência especificamente... Quando se fala na participação do Ministro Paulo Bernardo, V. Sª teria afirmado que, antes que os empreiteiros chegassem ao Dnit, passavam pelo Ministro do Planejamento.

Faço referência pontual a um fato. Tivemos, há algum tempo, uma operação tapa-buracos muito questionada. Consta que houve um *pool* de empreiteiras do País. Cerca de 170 empreiteiras teriam participado. E há empreiteiros que afirmam que obras de restauração, obras de reparos são as preferidas para que se efetuem desvios. A fiscalização é mais complexa.

Eu indago se na composição deste quadro de empreiteiras que realizaram a operação tapa buracos – aliás, o asfalto foi um asfalto casca de ovo, que derreteu nas primeiras chuvas; o dinheiro foi pelo ralo nessa operação tapa buracos – se realmente houve uma participação do Ministro na composição desse pool de empreiteiras que realizou esta operação tapa buracos? Não há como não afirmar que obras são superfaturadas. Quem tem alguma experiência, quem exerceu cargo no executivo, quem trabalhou com isso sabe que uma obra como aquela de Maringá, aqui referida pelo Senador Aloysio, de apenas 17 km não pode custar mais de R$300 milhões, tanto é assim que a primeira licitação chegou a 160 ou R$170 milhões. Depois, houve uma nova licitação e ainda mais aditivos. Portanto, o dinheiro vai pelo ralo, não há como aceitar que não houve superfaturamento, como em outras obras.

A BR-10, aqui também focalizada, que diz respeito à travessia entre Imperatriz e Davinópolis, que é a obra focalizada naquele vídeo veiculado pela revista *IstoÉ*, em que o Ministro Nascimento conversava com um deputado, que se transferiria posteriormente para o PR. Esta é a obra que aqui foi focalizada pelo Senador Aloysio Nunes.

A própria Presidente Dilma fez referência, com espanto, ao superfaturamento de uma obra no Rio Grande do Sul. Há uma outra coincidência; aditivos excessivos na região sul do País, sobretudo durante o período da campanha eleitoral. Uma indagação de natureza mais política a V. Sª. A sua relação era muito mais estreitada com o partido, quando tratava de assuntos do Ministério, ou com o Ministro e a Presidência da República? A Presidente Dilma afirmou que estava impressionada com o preço das obras – isto foi veiculado – embora ela tenha sido gestora no período compreendido em que as denúncias foram veiculadas. Exatamente no governo anterior a Ministra Dilma era a gestora, responsável, inclusive, pela administração das obras do PAC, conforme a imprensa veiculava. De qualquer maneira, ela demonstrou espanto, agora como Presidente, ao verificar o preço das obras. São indagações que devem ser respondidas por V. Sª.

O TCU aponta que em cada dez contratos do Dnit, quatro têm valores inflados. São 926 contratos vigentes ao fim de 2009, sendo que destes 43% sofreram aditivos de valor e 39% tiveram alterações para data de entrega das obras. No dia 6/7 foram suspensos dois contratos relativos à BR-101. Enfim, o Tribunal de Contas da União aponta prática de se inflar orçamentos de obras no âmbito do Ministério dos Transportes.

Em respeito aos demais inscritos para indagações, vou concluir e faço a última indagação.

V. Sª afirmou que alertou o superintendente do Dnit sobre eventuais irregularidades. O fez porque constatou a prática de corrupção, de desvio de recursos públicos, ou foi convocado a chamar a atenção deles por algum superior, ou Ministro, ou a Presidência da República?

São essas as indagações, Srª Presidente. Muito obrigado pela concessão do tempo.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra o Sr. Luiz Antonio Pagot.

O SR. LUIZ ANTONIO PAGOT – Primeiro, voltando ao assunto da reunião trimestral ou bimestral que eu fazia com o superintendente e chefe de engenharia.

No início de 2008, ao se iniciarem os trabalhos da CGU, pois todo ano a CGU elabora um plano de trabalho, nós conversamos bastante com o coordenador-geral do trabalho, que é o Júnior, que nos disse: Olha, Pagot, nós estamos verificando que algumas obras de manutenção rodoviária, vocês estão tendo problemas recorrentes nela. E exatamente, em função dessa observação da CGU, eu tomei obviamente imediatas providências no sentido de chamar os superintendentes, os chefes de engenharia, para que eles... E colocamos uma nova Instrução Normativa claríssima sobre a questão de medições e, especificamente, sobre a questão da avaliação das obras de manutenção rodoviárias, que se dividem em: conservação, primeira etapa, segunda etapa, PIR IV, e restauração rodoviária. Estabelecendo, inclusive, limite para valor dessas obras: um crema, primeira etapa, não pode exceder a 250 mil reais por quilômetro; um crema, segunda etapa, não pode exceder a 550 mil reais por quilômetro e, também, com relação aos programas de restauração.

O Dnit não toca meia dúzia de obras, de contratos de obras; neste momento, o Dnit executa em todo o Brasil 1.156 contratos de obras! E esses contratos de obras, como eu disse, muitos são auditados dentro de processos que eu já citei anteriormente. Dos 1.156 – este ano, praticamente, vão receber alguma forma de fiscalização, de auditoria –, o TCU deve ter mais de 300 para investigar; o Fiscobras, do TCU, 50 a 60 para investigar; e também a própria Auditoria Interna, cerca de uns 40.

Então, estamos falando de 400 obras dos 1.156 contratos. Pelo menos, 400 contratos vão ser auditados.

A questão dos preços, Senador Alvaro Dias – de novo, saliento isso –, são preços unitários. Se algum malfeito ocorre, obrigatoriamente, depois da licitação feita, da disputa que é feita na licitação, do contrato que é feito, não é o preço unitário que é alterado, porque o preço unitário ele é checado, ele é discutido, e o próprio TCU e o CGU se não concordam com aquele preço unitário, imediatamente eles fazem uma representação no Dnit.

Então os preços unitários são preços justos. Eventualmente existe algum desequilíbrio. E nós tivemos em 2008 um desequilíbrio com relação ao preço do aço; foi corrigido. Nós tivemos em 2008 uma questão de preço de fornecimento de cimento. Quer dizer, se você tem um mercado muito aquecido, obviamente, não existirá um preço fixo para o cimento; em função do aquecimento do mercado tem regiões que pegam um preço maior.

Enfim, nós buscamos a correção ao longo das obras. Eu digo que os órgãos de controle estão sempre atentos a isso.

Nós temos um conflito, por exemplo, entre a utilização da pá carregadeira e da escavadeira hidráulica. Estamos eliminando isso. Nós temos um conflito entre o material que é produzido na jazida e o material que é comprado na jazida comercial: muitas vezes, a quantidade de material, da pedra que é utilizada na obra, não vale a pena você montar uma exploração de jazida para isso; é por isso que você vai para uma jazida comercial. Quer dizer, sairia mais caro, inclusive, você fazer a pedra produzida.

E, muitas vezes, Senador Alvaro Dias, tem apontamentos de sobrepreço, ou de superfaturamento, que, na própria indagação que o TCU faz, na própria representação que o TCU faz, nós respondemos e o TCU admite a nossa resposta. Nós provamos, e o TCU concorda com a nossa resposta. E quando ele não concorda, transforma num acórdão, para que, imediatamente, seja cumprido.

Senador, muitas palavras foram colocadas na minha boca nesses 14 dias, palavras que eu não disse. Muitas afirmações que foram atribuídas a minha pessoa e que sequer eu pensei nelas. Outros fatos, por exemplo: encontros com ministros, com a cúpula do partido, com isso, com aquilo. E me colocaram em locais que eu não estive. Agora, se apareceu em um *site* uma foto minha com o Ministro Paulo Bernardo, essa foto pode ser em Maringá, como pode ser uma foto das obras de inauguração que ele participou junto com o Presidente Lula, como pode ser uma foto de uma reunião ministerial que nós fizemos no grupo do PAC que, antes de começar, se tira foto de todos. E lá em Maringá participei de duas visitas a obras.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – A referência não é a existência da foto, é a retirada da foto.

O SR. LUIZ ANTONIO PAGOT – Não é responsabilidade minha. Nem da colocação, nem da retirada. Mas a questão é a seguinte. No caso de Maringá participei de duas visitas a obras. As duas visitas foram

acompanhadas pelo Secretário Executivo Sérgio Passos, que vistoriou e fiscalizou a obra. Fizemos reunião na prefeitura, tínhamos um problema com relação às desapropriações, pedimos o apoio das procuradorias, tanto da prefeitura, como da Auditoria-Geral da União, através do contencioso do Estado do Paraná para melhorarmos as desapropriações. Nós não estivemos lá para discutir com o Ministro Paulo Bernardo o escopo da obra. Por acaso, na visita, nós encontramos com o Ministro.

No caso específico da BR-010, Imperatriz/Davinópolis, quero salientar que nós recebemos uma determinação do Ministro Alfredo Nascimento para faze o projeto da obra. Da travessia urbana de Imperatriz, que é a BR-230 que nasce em Cabedelo, cruza o Maranhão e vai até Boca do Acre, no Estado do Amazonas, e no caso da travessia urbana Imperatriz já deveria ter sido implantada há muito tempo é uma obra mais que necessária. Mas ela ainda está na fase de aprovação de projeto e não tem orçamento para ela. Portanto é uma obra não implantada.

Com referência ao tapa-buraco do ano de 2006/2007, ou seja, do final do ano de 2006 para o início de 2007, era caótico o estado das rodovias brasileiras. Elas precisavam de investimento, precisavam pelo menos de uma manutenção mínima e foi feito um programa denominado PETSR. Foi um programa que abrangeu mais de 20 mil quilômetros de tapa-buracos nas rodovias brasileiras. Esse programa foi acompanhado por diversas auditorias, inclusive CGU e TCU. Nem tem todas as rodovias foi feita má aplicação. E no caso das rodovias onde foi feita má aplicação tem muitas empresas respondendo por essa má aplicação. O Ministro não tem interferência nisso, nem o Ministro é que faz o conluio das empresas, nem também o Dnit para ver quem vai ganhar o processo licitatório. O mercado disputa o processo licitatório.

Com relação às doações de campanha, não posso responder, porque as doações de campanha são feitas para todos os partidos. Se o senhor consultar o Tribunal Regional Eleitoral dos Estados...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Só para facilitar sua resposta, eu fiz referência à coincidência de que os maiores doadores são os maiores beneficiados pelos aditivos. Houve essa constatação de coincidência, apenas isso.

O SR. LUIZ ANTONIO PAGOT – Mas eu discordo veementemente disso, porque posso provar matematicamente. Agora, é claro que empresas que têm um maior volume de obras... Temos empresas que têm um maior volume de obras. Tanto no caso do Dnit, como no caso de vários Estados. Obviamente, empresas que têm mais obras, pode ser que tenham mais aditivos. Outra coisa que se faz uma confusão total é sobre o que é aditivo e o que é reajuste. Eu pessoalmente, tenho a convicção de as obras contratadas e que você tem um prazo para executá-las, seja de 12, 24, 36 meses, você colocou a licitação na praça e a obra tem o prazo para executá-la , nessa execução não cabe reajuste. Porque se você colocou a obra em licitação e ela tem que ser executada naquele prazo, acredito que essa obra não tenha que ter reajuste. Mas o reajuste anual, está na lei.

Então, há uma confusão muito grande: o que é mudança de escopo, o que é superfaturamento, o que é sobrepreço, o que é aditivo, o que é reajuste. Obviamente quem muitas vezes escreve mistura tudo isso ou, às vezes, não tem informação sobre tudo isso.

Muitas vezes eu recebo um jornalista para conversar sobre obras no Dnit, jornalistas que trabalham muito ligados ao TCU e às autarquias que fazem obras no Brasil. A primeira coisa que eu tenho que explicar é isto: o que é reajuste, o que é aditivo, o que é mudança de escopo e o que significa tudo isso. Esse esclarecimento seria interessante que fosse feito de maneira até educacional. O senhor tem razão, Senador Alvaro Dias, quando se refere à questão do superfaturamento. Nós não escondemos. O Dnit não esconde os problemas que têm. Aliás, são transparentes, porque são imediatamente divulgados.

Nós percebemos uma prática que vem do Ministério Público Federal e até de muitos auditores: antes mesmo de nós recebermos a notificação, já está na imprensa. Quem vazou aquilo? Quem deu essa informação à imprensa? Obviamente vamos responder a isso da maneira que a adequação exige. Então não vejo esta relação entre doadores de campanha e aditivos, até porque não tem. Eu posso lhe dizer que, no Dnit, não tem esta relação entre doadores de campanha e aditivos.

A questão de “alguém disse que o Pagot disse que as doações foram para a campanha da Presidenta Dilma Rousseff”, mentira! Mentira! Veementemente mentira! Não fiz qualquer alusão nem à campanha da Presidenta Dilma nem à campanha de qualquer governador nem à campanha do meu partido. Agora, produzem fatos contínuos. Por quê? Parece-me que esse caso inclusive virou uma guerra de vaidades. A *Veja* estabeleceu o que, no mercado, pareceu um furo. Imediatamente os outros mecanismos de imprensa saíram alucinados atrás disso. Há 14 dias, só se fala nesse assunto, certo? Estão requentando assunto de quatro anos atrás, de dois anos atrás, assuntos até julgados, assuntos investigados pela Polícia Federal, assuntos investigados pelo próprio TCU e assuntos que já tem acusado pagando o que deve. Notícias fo-

ram requentadas e trazidas novamente à mídia. Coisas estapafúrdias que já se passaram e que estão colocadas novamente como verdades absolutas e atuais, coisas de dois anos atrás, quatro anos atrás, de seis anos atrás. Essa obra de Minas Gerais começou a oito ano atrás, quer dizer, eu até expliquei como eu recebi essa obra no Dnit, quanto eu reduzi de preço e qual a *perfomance* da obra. Então, desculpe-me se eu não consegui ser suficientemente claro, Senador.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Rapidamente, só para a réplica.

Eu quero indagar ainda, faltou, sobre o atual Ministro Passos. V. Sª disse que ele foi ministro quatro vezes, portanto, ele deve ter conhecimento de tudo o que ocorreu no âmbito do Ministério e, provavelmente, participou do que ocorreu. Parece-me ser contraditório: se a Presidente desbanca todos os principais coadjuvantes do Ministério, não só o coadjuvante, mas o ator principal – o Ministro foi desalojado do cargo –, mas assume o Ministério alguém que participava do grupo e, portanto, tem pleno conhecimento de tudo o que ocorreu, isso me parece contraditório.

Para concluir, Presidente. Acho que é subestimar a inteligência das pessoas afirmar que não há superfaturamento nas obras do Ministério dos Transportes, que os aditivos não foram exagero. Portanto, o que posso sugerir é que se compare preços; que se estabeleça um comparativo dos preços praticados pelo Ministério dos Transportes com os preços praticados em alguns Estados ou, quem sabe, até em outros países. Aí nós veremos que há uma diferença abissal. É subestimar a inteligência das pessoas, é exigir demais da nossa ingenuidade afirmar que tudo o que se fez, se fez corretamente e que não há superfaturamento. Há, sim, um brutal superfaturamento. Os preços estão inflados, mas inflados demais e, exatamente, provocam irritação. Quem tem alguma experiência sabe disso. Uma obra de 17 km não pode custar mais do que R$300 milhões.

O SR. LUIZ ANTONIO PAGOT – Senador Alvaro Dias, eu que já concordei com o senhor em muitos pontos, principalmente...

(Interrupção na gravação.)

O SR. LUIZ ANTONIO PAGOT – (...) vou me permitir, com todo o respeito, discordar veementemente. Nós podemos discutir obra por obra, não tem problema algum. Aliás, é o que a CGU está fazendo. Quando houve essa manifestação de um novo tipo de trabalho que a CGU ia fazer lá no Dnit, chamei imediatamente o Dr. Tarcísio e disse: Dr. Tarcísio, eu gostaria que o senhor explicasse porque a equipe da CGU já vem trabalhando no Dnit há muitos anos. O senhor tem, inclusive, escritório aqui. O seu colega anterior, o Júnior, com mais cinco auditores fizeram auditoria permanente do Dnit nesse tempo. E, agora, gostaria de saber se o senhor vem com nova orientação de trabalho, porque é muito importante saber em que grau vai ser preciso fazer esses levantamentos. E a questão do Ministro Paulo Sérgio Passos que o senhor coloca, o Ministro, obviamente, participou como Secretário Executivo e como Ministro e nos deu as orientações precisas. Ele é um técnico de ilibada reputação, renomado, que sempre esteve atento. Mas, obviamente, muitas ordens e muitas portarias foram emanadas por ocasião da sua gestão.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra o Senador Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Em primeiro lugar, quero cumprimentar o Sr. Luiz Antonio Pagot por dois motivos. O primeiro por ter se disposto a vir ao Senador Federal dar explicações e conversar com os Senadores. Isso não tem ocorrido com muita frequência, nesse período em que assumimos o mandato.

E, em segundo lugar, cumprimentá-lo pelo veemente protesto que fez em Cascavel, em relação à inadimplência das concessionárias de pedágio que não cumprem os seus compromissos e cobram uma tarifa rigorosamente absurda. Sem sombra de dúvida, foi uma atitude corajosa.

Mas a questão que quero colocar é a seguinte: no Paraná, há muito tempo, nós pleiteávamos junto ao Governo Federal, algumas modificações na Ferroeste, uma ferrovia que foi feita no meu primeiro governo, numa parceria com o Exército Brasileiro, com custo extraordinariamente barato, à época US$380 milhões, ligando Cascavel a Guarapuava. O Governo Federal pleiteava uma retificação de um trecho dessa ferrovia, entre Guarapuava e Ipiranga. E no *site* dos Ministérios, do Planejamento, inclusive, havia um preço avançado, era de R$220 milhões, preço com o qual, tendo em vista o custo da estrada que o Governo havia construído anteriormente, nós não concordávamos. Mas, era o preço que constava dos documentos dos Ministérios, Ministério do Planejamento, inclusive, e confirmado por entrevistas do Diretor Presidente da LL América Latina Logística, R$220 milhões. A minha assessoria no governo do Estado acreditava que essa estrada podia ser feita, da forma que fizemos a Ferroeste, anteriormente, em parceria com o Exército por R$150 milhões, R$160 milhões.

Mas o Estado do Paraná não concordava com esse trecho, Guarapava-Ipiranga. Nós queríamos uma obra diversa, inclusive pleiteávamos junto ao Governo Federal uma quantia bem superior, que se destinava a uma intervenção, inclusive Curitiba-Paranaguá, na serra, 362, 363 km. Pois muito bem, em determinado momento recebi um pedido de audiência – governador

que era – do Ministro do Planejamento Paulo Bernardo. Ele não me disse qual era o assunto a ser tratado, e eu pensava que o assunto a ser tratado seria aquela pendência do Governo do Estado do Paraná com o Banco Itaú, que tentava ficar com a nossa companhia de energia elétrica, irregularmente dada em garantia a uma negociação pelo governo anterior. Recebi o Ministro na minha casa no fim de semana e ele foi acompanhado do Sr. Bernardo Figueiredo, que hoje é o diretor-geral da ANTT. E eles estão me disseram que havia um novo orçamento para essa estrada, não era mais R$220 milhões, mas R$540 milhões. E agora, com essa conversa toda de escopo, Sr. Pagot, eu fico me perguntando se a mudança do escopo não foi a troca de trilhos de aços por trilhos de prata; 220 para 540 é um preço enorme.

Pois bem, era uma PPP – Parceria Público Privada. O Governo Federal incentivaria a LL, que construiria o trecho, uma vez que ela já é a concessionária de todo o ramal sul do País, com recursos do BNDES e com a supressão do pagamento de R$52 milhões por ano, que era o que ela pagava pela concessão do seu ramal. Ela faria a estrada e, posteriormente, poderia cobrar pedágio no trecho, o que, segundo cálculo da assessoria da própria Ferroeste, significaria US$6 por tonelada. Eu achei a mudança absurda; não entendi como sai uma obra de 220 para 540, e dei a reunião com o ministro e com o Bernardo Figueiredo por encerrada, e disse que não teria nada mais a discutir com eles, porque o Estado do Paraná não concordava com o trecho, não era o ideal para a nossa economia, que o pedágio cobrado pela LL, posteriormente, oneraria a nossa agricultura. E comuniquei isso ao Governo Federal, a minha não concordância. Eu já havia mandado algumas correspondências pros Ministérios, dizendo que o Paraná não concordava com a estrada e muito menos com o preço, que havia sido elevado para 540 milhões. Eu até tenho cópia dessas correspondências todas.

Pois muito bem, não se falou mais nessa obra; comuniquei ao Governo Federal e não se falou mais nessa obra. Um ano e meio depois, o Ministro Paulo Bernardo, em uma entrevista a um jornal do Paraná, declarou que o governo do Paraná, ou especificamente o Governador Roberto Requião, estava impedindo investimentos privados no Estado. Eu não havia mais falado no assunto porque o assunto estava encerrado após o nosso contato com a Presidência da República, com o Governo Federal. Então, eu tomei a liberdade de na Escola de Governo, que era uma escola televisada que nós fazíamos toda terça-feira, prestando contas, o primeiro e o segundo escalão prestando contas à sociedade, eu expliquei porque eu não havia concordado com esse investimento privado, que era para mim rigorosamente absurdo.

A minha pergunta: como é que um projeto de 220 pode passar para 540? E o que rigorosamente tinha a ver o Ministro do Planejamento junto com o então assessor da Casa Civil Bernardo Figueiredo me procurar, se eu não teria nada a ver com aquilo, era uma obra direta do Governo Federal? Depois que eu fiz a declaração, eu passei a ser processo por crime contra a honra pelo Ministro Paulo Bernardo. Não sei onde atingi a sua honra ao discordar com o aumento de preço numa obra pública. Qual é o mecanismo que permite que espécie de mudança de escopo ou variação de mercado que permite um acréscimo de 220 para 540 milhões, quando uma obra que deveria ser pública e se transforma em uma PPP, a ser financiada pelo BNDES e paga com a isenção, o estímulo e incentivo da supressão do pagamento da concessão do Ramal Sul do Brasil.

Eu gostaria que o Sr. Luiz Antonio Pagot me explicasse, sob a perspectiva do Ministério dos Transportes, como se dá uma mudança de preço dessa natureza? E que responsabilidade direta teriam o Sr. Bernardo Figueiredo, Assessor da Casa Civil, e o Ministro Paulo Bernardo, para me procurarem a fim de que eu anuísse, concordasse com essa perspectiva e essa mudança que, absolutamente, não era razoável?

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra o Sr. Luiz Pagot.

O SR. LUIZ ANTONIO PAGOT – *(Início da intervenção fora do microfone.) Inaudível.)* Senador Roberto Requião, o Dnit, na parte ferroviária, é extremamente limitado. O Dnit, na parte ferroviária, ele é extremamente limitado. Nós temos a responsabilidade de algumas travessias urbanas para evitar o conflito entre o tráfico urbano e, obviamente, o tráfico ferroviário, mas precisaríamos ter um orçamento bem dilatado, pois o nosso orçamento é muito pequeno.

Nós fizemos um levantamento em todo o Brasil: nós temos mais de 900 pontos de conflito. Porque, Senador Requião, na concessão que se deu através de licitação de ferrovia, no Brasil, os 28 mil quilômetros que foram adquiridos pelas concessionárias, foram por intermédio de uma cláusula que dizia que as travessias urbanas e os contornos ferroviários, apesar deles receberem as ferrovias, estariam sob a responsabilidade do Ministério dos Transportes. Então essa responsabilidade acabou sendo destinada ao Dnit, que nunca tem o orçamento para fazer frente ao tamanho das necessidades do Brasil.

E mais, que nós recebemos da extinta rede, a partir do ano de 2009, o patrimônio da extinta rede, mas não o patrimônio imobiliário, pois este está vin-

culado à SPU – Secretaria de Patrimônio da União; na verdade, nós recebemos 11 mil quilômetros de trilhos, que eu não falei no começo, trilhos abandonados; as estações que estão deterioradas; 47 armazéns com oficinas, com estoques de materiais, como tem lá em Curitiba, no Paraná.

Eu estive várias vezes com o Presidente da Ferroeste, o Samuel Gomes, que, na sua gestão, era o Presidente da Ferroeste, para colocar à disposição dele justamente esses materiais que tínhamos disponíveis, pois ele tinha muita vontade de ampliar a operação de Cascavel até Guarapuava, e lhe faltavam vagões e locomotivas; vagões e locomotivas que temos, até hoje, em estoque, só que no estado em que se encontram. E aí eu sugeri para ele que a reforma desses vagões e dessas locomotivas não tem um custo alto, mas que ele poderia efetivamente utilizar para transporte de carga.

Recentemente, naquela reunião de Cascavel, manifestei para o Maurício a mesma coisa: que nós temos vagões e locomotivas que são do mesmo tipo que percorre o trecho de 200 km entre Cascavel e Guarapuava, e que a Ferroeste poderia utilizar para fazer o transporte de cargas.

Agora, com referência a essa informação que V. Exª está dando aqui neste plenário, eu só tomei conhecimento vago pela imprensa, e não posso responder pela ANTT, obviamente, porque é uma agência que responde pela regulamentação, é quem faz as concessões de transporte ferroviário e, obviamente, também na questão das rodovias concessionadas e...

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Mas, Sr. Luiz Pagot, eu não falei da ANTT; eu falei no Ministro do Planejamento e no então Assessor da Casa Civil Bernardo Figueiredo.

O SR. LUIZ ANTONIO PAGOT – Mas eu não tenho como responder sobre esses atos, Senador. Eu quero que V. Exª me entenda que eu não tenho como responder sobre esses atos. Desejo afirmar que qualquer assunto referente ao Dnit eu estou pronto a responder, a assumir responsabilidades. Mas, por atos de terceiros, mesmo sendo do Ministro, acho que esses Ministros saberão responder melhor, saberão encaminhar essas questões.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – V. Sª me permite?

Embora V. Exª tenha dito à imprensa que o Ministro Bernardo tinha tanta influência quanto V. Exª em seu trabalho.

O SR. LUIZ ANTONIO PAGOT – Senador Pedro Simon, primeiro que eu não falei com a imprensa. No entanto, falei nesse plenário que o Ministro Paulo Bernardo faz parte do Comitê Gestor do PAC. Não me manifestei na imprensa sobre isso nem sobre o Ministro Paulo Bernardo. Mas, nesse plenário, falei que o Ministro Paulo Bernardo, como Ministro do Planejamento, fazia parte do Comitê Gestor do PAC e eu o encontrava regularmente nas reuniões do Comitê.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra o Senador Roberto Requião. Solicito que seja rápido porque temos 20 oradores inscritos.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – É a minha réplica.

Nessa questão, essa mudança de 220 para 540 milhões seria responsabilidade do Comitê Gestor do PAC, daí a presença do Ministro Paulo Bernardo na residência oficial do Governador para me propor a alteração.

Para complementar eu gostaria que, se fosse possível essa resposta, V. Sª me informasse quantas locomotivas zero quilômetro existem na rede, no acervo da LL, e que estariam sendo colocadas à venda como sucata? Existem locomotivas em excelente estado, zero quilômetro que a LL pretendia vender em leilão privado?

O SR. LUIZ ANTONIO PAGOT – Isso é uma questão que precisa ser esclarecida. A LL não administra esse patrimônio. A LL é uma concessionária que tem seus trechos de trilho e nesses trechos tem seus vagões, suas locomotivas, suas oficinas. Muitos trechos ela já fez duplicação. Esse assunto das concessionárias é diretamente vinculado ao Bernardo da ANTT. Nós temos um grande acervo sob a responsabilidade atual do Dnit de peças rodoviárias e nesse acervo também se encontra uma grande quantidade de locomotivas. Grande parte dessas locomotivas são antigas e pode ser dado um bom uso para elas. Além das locomotivas antigas temos no depósito de São Carlos 56 locomotivas zero quilômetro que nunca saíram da caixa e que foram compradas antes de 2000. São locomotivas elétricas que faziam parte de um programa Transurb, ou seja transporte urbano, e que utilizaria trilhos ferroviários já implantados. Essas locomotivas elétricas e mais vagões que seriam comprados, adaptados, ou construídos aqui no Brasil e, obviamente, serviriam para transporte de passageiros, principalmente em algumas regiões metropolitanas. Não sei o porquê, mas em determinado momento esse programa não foi adiante e até hoje essas locomotivas estão encaixotadas. Estão bem preservadas, mas estão encaixotadas.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Mas havia uma ação para vendê-las como sucata?

O SR. LUIZ ANTONIO PAGOT – Não, posso lhe dizer que não. O que existe, até hoje, só tem um projeto de sucata que, cuidadosamente, está sendo conduzido

no Dnit. Só tem um processo um único processo de venda de sucatas.

Primeiro fizemos o levantamento e identificamos, ao longo desses 11 mil quilômetros que citei, muitos pedaços de trens, pedaços de locomotivas, completamente canibalizados e que, obviamente, foram fotografados e identificados como sucatas. Esse registro foi colocado à disposição da CGU, do TCU e do Ministério Público Federal. Foi encaminhado, inclusive, para vários Ministérios Públicos Federais, como o do Rio de Janeiro e, até hoje, não se fez nenhuma licitação porque essa única licitação de venda de sucata ainda está em avaliação.

Mas posso lhe garantir, Senador Requião, que é sucata. Quanto aos demais equipamentos, o que estamos querendo fazer? Por exemplo, o Estado do Piauí está querendo implementar uma ferrovia, que vai da sua capital até o porto; certo? Essa ferrovia hoje precisa receber uma reestruturação. Nós temos trilhos para fornecer para a reestruturação e temos equipamentos que podem andar nessa ferrovia de maneira competitiva. Esse material que existe hoje, sob a responsabilidade do Dnit, nós estamos tentando encaminhar dessa forma, como também naquele programa que eu já citei, do turismo de trem, pegar trecho de 40km, 50km, existem velhas marias-fumaças e há prefeituras que se interessam por isso. Em vez de deixar aquele material para ser vendido a R$1,00 o quilo, colocar para gerar um ambiente econômico, um ambiente cultural, um ambiente de turismo.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Presidente, quero só esclarecer que o pedido do Piauí foi feito e esperamos que ande aceleradamente.

O SR. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra o Senador José Agripino.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Senadora, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Senador José Agripino, o Sr. Luiz Pagot pede um instantinho para ele ir ao toalete.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Senadora, acho que sou o próximo inscrito, não?

O SR. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Era V. Exª. Como V. Exª não estava, eu passei...

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Eu não era depois do Senador Requião?

O SR. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Era logo em seguida. Como V. Exª não estava presente, eu coloquei o Senador José Agripino.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Mas o Senador Requião não acabou de fazer as perguntas?

O SR. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Sim, mas é porque V. Exª chegou agora. Mas eu posso voltar novamente a inscrição.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Eu agradeço.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Presidente Lúcia Vânia, só para esclarecer: falo eu ou o Senador Cyro?

O SR. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – O Senador Cyro estava inscrito, Senador Agripino. Eu peço desculpas, mas vou conceder a palavra a S. Exª.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Obrigado.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Srª Presidente, pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Pela ordem V. Exª.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Senadora Lúcia Vânia, na ordem de inscrição, quantos Senadores já tiveram a sua participação?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – E quem falta, Presidente?

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Quem falta? Para ser mais claro.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Apenas cinco Senadores falaram.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Muito obrigado, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra o Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Srª Presidente desta Comissão, Senador Rodrigo Rollemberg, Presidente da CMA, Sr. Luiz Antonio Pagot, Srªs e Srs. Senadores, nós estamos aqui diante de um mar de denúncias no Ministério dos Transportes, que envolvem implicitamente várias pessoas, inclusive todos do Partido Republicano. Temos aqui denúncias de que funcionários ligados a empresas de engenharia e do ramo de construtoras despacham direto nas instalações do Dnit. O Diretor da autarquia não vê irregularidades. A imprensa também se refere aos 2km que custaram 35 milhões. A imprensa também diz que o Diretor do Dnit recebia entregas em um hotel, “entregas” – entre aspas. O quarto era uma bagunça, ele marcava uma reunião lá e a gente chegava. Falava sobre a obra e deixava o envelope com o acerto em cima da mesa e ia embora como se nada tivesse acontecido. Isso e várias coisas estão aqui na imprensa.

Só quero fazer duas perguntas ao senhor, vou ser muito rápido. O senhor acha que a Presidente Dilma está sendo injusta com o senhor e com os demais, por tê-los demitido do cargo? Qual o motivo que levou

a Presidente a demiti-lo, e se o que está na revista for injúria, se o senhor está disposto a processar a revista *Veja*. Somente isso.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra o Sr. Luiz Pagot.

O SR. LUIZ ANTONIO PAGOT – Senador Cyro Miranda, é o seguinte. Primeiro, identifico nessas matérias uma falsidade total. Por duas vezes na minha vida, já fiz processos contra empresas jornalísticas, certo? Tenho um advogado, as empresas jornalísticas têm departamento jurídico. Eu não tenho como sustentar anos e anos e anos e anos, um advogado numa causa. Uma causa do Paraná já tem 25 anos, e até hoje não chegou ao final. Com certeza, se eu for tomar uma providência dessas com a revista *Veja*, eu já estarei cremado, e não chega uma solução desse episódio. Então, tenho que me manifestar nos fóruns em que tenho condições. Hoje é um fórum em que tenho condições e eu rebato veementemente isso. Mas, a única possibilidade que tenho é a de rebater veementemente.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – O senhor me permite?

O senhor representa um partido, o senhor está lá colocado pelo partido. O partido teria, por obrigação, defendê-lo, e o partido, também, tem um departamento jurídico.

O SR. LUIZ ANTONIO PAGOT – O partido tem que fazer a parte dele como partido e como legenda partidária e procurar conduzir as bandeiras. Nunca vi um partido ter preocupação com o dirigente que ele indica, ou fazer a defesa de um dirigente que ele indica. Aliás, quero dizer para o senhor, todas essas reivindicações, todos esses processos que estão em trâmite na Polícia Federal, na Receita Federal, no Ministério Público Federal, enfim, na Controladoria-Geral da União, eu, como gestor do Dnit respondo por eles. E tenho a convicção de que vou ter que responder por muitos e muitos anos, mesmo sendo inocente na maioria absoluta dos casos. Talvez, Senador, em algum item desses, eles vão dizer assim: Você não tomou providências a tempo e a hora. Até estive pensando e examinando muitos processos que nós temos e pode ser até que eu seja acusado de não ter tomado providência a tempo e a hora, tendo em vista a quantidade extraordinária de serviço que tem o Dnit, e a pouca quantidade de pessoas que tem para trabalhar. Tem coisas que deviam estar prontas há três meses e que não estão prontas porque quem está conduzindo os processos são pessoas que têm outras atribuições e, eventualmente, têm que dividir essas atribuições com seus processos. Quer dizer, eu não me vejo em condições.

O outro assunto, com relação à Presidenta Dilma, se o senhor pudesse fazer a pergunta de novo, porque eu não entendi...

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Eu queria saber se o senhor acha que a Presidente Dilma foi sendo injusta ao proceder à demissão do senhor, dos outros companheiros e do próprio Ministra, se foi injusta. E, qual o motivo que levou a Presidente a fazer isso.

O SR. LUIZ ANTONIO PAGOT – Na realidade, a Presidente Dilma determinou ao Ministro Alfredo Nascimento que nos afastássemos. Não teve a figura da demissão; certo? E eu disse ao Ministro Alfredo Nascimento que o meu cargo não permitiria o afastamento. Então...

Deixe-me repetir.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Mas eu pergunto: por que ela pediu afastamento? Demissão ou afastamento.

O SR. LUIZ ANTONIO PAGOT – Não; ela fez um pedido para que todas as pessoas que estavam citadas pela revista fossem afastadas. E eu disse ao Ministro Alfredo Nascimento que do meu cargo eu não posso ser afastado. Ou eu sou demitido, ou eu continuo no cargo e vou responder, vou assumir as responsabilidades que já tenho e vou continuar respondendo pelo Dnit.

Agora, quero deixar bem claro também, Senador Cyro, que eu respondo pelo Dnit e ponto. Eu assumo as responsabilidades pelo Dnit. O Ministério dos Transportes é muito grande. O Ministério dos Transportes tem o Fundo de Marinha Mercante; o Ministério dos Transportes tem a Antaq; o Ministério dos Transportes tem a ANTT; o Ministério dos Transportes tem a Valec. Ou seja, o Ministério dos Transportes é um ministério muito grande; ele não tem só o Dnit. O Dnit é uma das autarquias do Ministério dos Transportes. E eu sou diretor-geral...

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – o senhor continua respondendo pelo Dnit? É isso?

O SR. LUIZ ANTONIO PAGOT – Não; neste momento estou de férias.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Bom; mas, mesmo de férias, o senhor continua respondendo pelo Dnit.

O SR. LUIZ ANTONIO PAGOT – Exatamente; respondendo pelo Dnit. Eu tenho um substituto, chamado Dr. Sadoc, o Diretor Executivo, e que, regulamentarmente, isto é, de acordo com o que está no nosso regulamento, me substitui. Então, agora estou de férias, continuo como gestor do Dnit, continuo como responsável pela gestão do Dnit, mas, obviamente, quem está respondendo por mim neste momento é o Dr. Sadoc.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra o Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Srª Presidente Lúcia Vânia, Sr. Presidente Rodrigo Rollemberg, queria parabenizá-los por esta audiência conjunta. Queria também cumprimentar os signatários do requerimento, sem, no entanto, deixar de fazer o registro de que foi também tomada uma iniciativa pelo Sr. Luiz Antonio Pagot de, voluntariamente, se colocar à disposição do Senado Federal para responder sobre seus atos e também sobre o Dnit.

Devo dizer, Sr. Depoente, Srªs e Srs. Senadores, que estamos falando talvez de uma das áreas mais complexas do Brasil. Eu não conheço – e fui Governador por oito anos –, quero ser apresentado a um governador ou que me coloquem, porque quero aprofundar os meus conhecimentos, que não tenha tido problemas com a execução de obras rodoviárias em sua gestão, independentemente de ter alguma culpa ou de não ter alguma culpa. É complexo; envolve muitos interesses e envolve, inclusive, um despreparo do País para o desafio que essa área requer.

Digo isso para cumprimentar, já de antemão, V. Sª pela maneira clara, eficiente e objetiva com que respondeu os questionamentos até aqui e, tenho certeza, responderá até o final desta audiência.

Eu queria dizer que é importante lembrarmos, neste começo, que há dez anos foi criado o Dnit– há dez anos, frise-se – no Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso. E não foi criado o Dnit porque as coisas estavam às mil maravilhas no Ministério dos Transportes, não. O Ministério dos Transportes passava por vários problemas. Eu era Governador nessa época. Endossei e renovei a minha confiança no Presidente Fernando Henrique Cardoso quando ele se dispôs a mudar a estrutura do Ministério dos Transportes no Brasil. Naquela época, 90% dos projetos do Ministério dos Transportes, como muito bem lembrou V. Sª, eram feitos por nove empresas de consultoria – nove! Hoje, esse número mudou bastante: são mais de cinqüenta empresas que concorrem para a elaboração de projetos.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – V. Exª me permite um aparte?

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Só um minuto, Senador...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Agora que está às mil maravilhas? Então, parabéns! Honra ao mérito!

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Eu já lhe permito... É que o problema é político aqui. Enquanto ele for técnico, eu acho que está indo muito bem. E V. Sª trouxe questões técnicas para cá que acho da maior importância. Quero colocar ainda que sessenta empreiteiras tomavam de conta das obras rodoviárias no Brasil; hoje, são mais de trezentas.

Sr. Pagot, meus colegas Senadores, não estou dizendo isso aqui para fazer nenhuma acusação a governo passado ou a outros colegas. Eu também tive e tenho de me explicar. Especialmente meu sucessor, o Governador Binho, uma pessoa honesta e decente, exatamente por ser honesto e decente, passa dificuldades até para ser ex-Governador e está respondendo a uma série de processos, por conta de uma obra no Acre, a BR-364, que V. Sª citou. Mas a obra da BR-364 só está saindo – nós a começamos ainda no governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, que nos confiou, que nos delegou essa obra; depois, o Presidente Lula a assumiu, bem como agora a Presidente Dilma – por conta do envolvimento direto do Estado e da intenção de romper com a situação gritante para todos nós. A pedra usada no Acre vem da Colômbia; o cimento tem de ser importado, para ser jogado num solo que não tem qualquer resistência. E o custo do quilômetro é e deve ser questionado.

Já que o tempo é nosso adversário, eu queria dizer que, nesta audiência, temos de separar aquilo que é problema e tem resposta daquilo que é problema, mas não tem resposta. Há muito tempo, o Brasil está procurando promover mudanças na aplicação dos recursos na área de transportes, especificamente por conta do volume de recursos envolvidos. Eu gostaria que V. Sª, se pudesse, fizesse um paralelo sobre os custos de grandes obras no Brasil e fora do Brasil, porque há empresas que fazem obras aqui e que fazem obras fora daqui. Esta é uma coisa importante: a resposta. E é muito importante que o Senado cumpra seu papel, inclusive os colegas da oposição.

Um convite foi feito pelo meu companheiro Blairo Maggi e também pelo meu colega e companheiro Aloysio Nunes. E, prontamente, V. Sª os atendeu. Quem sabe dessa maneira enfrentaremos melhor os problemas existentes ainda no Brasil?

Falo isso porque, há dez anos, 65% das estradas brasileiras estavam em situação insatisfatória do ponto de vista técnico, matando gente e inviabilizando o País. Hoje, esse número caiu para 35%, o que ainda é muito. Há ainda muito a ser feito.

O questionamento que faço a V. Sª, sem deixar nada fora, é o seguinte: o que encarece as obras no nosso País hoje? Licenciamento ambiental? Qual é o peso disso? A demora na anuência de órgãos diretamente envolvidos? V. Sª já citou pelo menos quatro órgãos. O que significa essa mudança num País que, em dez anos, transportava quinhentos milhões de toneladas e que, hoje, transporta quase um bilhão de toneladas, para citar o setor do agronegócio, por

exemplo? Em dez anos, dobrou o número de veículos nas estradas; em dez anos, dobrou o número de cargas transportadas nas mesmas estradas.

Sr. Pagot, peço que, por favor, V. Sª diga com mais detalhe quanto tempo demora, de fato, para uma obra sair. O senhor falou em dois anos. Mas acho que, em dois anos, saem aquelas obras que têm melhor sorte. Em dois anos, o preço original vira quanto? O preço muda.

Aqui, eu só queria dizer que é muito importante que o Senado, antes do recesso, entre nesse tema, procure esclarecer esse tema, e acho que V. Sª está colaborando.

Tenho de dar um testemunho aqui: V. Sª tem alguns defeitos que conheço e deve ter outros que não conheço, mas o defeito que conheço é o de ser duro, firme, como foi com meu Estado. Tive de fazer uma audiência com V. Sª, porque também somos duros, até para lhe pedir desculpas, por conta de alguns termos que alguns colegas usaram no trato com V. Sª. Sei da dureza e do grau de exigência que nós sofremos no Acre por conta da execução de obras. E acho essa uma qualidade, não um defeito. Essa é uma qualidade.

Aqui, não estou autorizado por ninguém a fazer a defesa de ninguém. Só quero aprofundar essa questão e esclarecer isso.

Acho que o Presidente Fernando Henrique – aqui, Senador Aloysio, não há paralelo, nem comparativo – agiu de forma correta quando criou o Dnit. O Presidente pensou na reestruturação do Dnit. Eu queria que V. Sª também respondesse por que o Presidente Lula, antes de completar dez anos de Dnit, estava propondo uma reestruturação desse órgão, que é tão importante para a infraestrutura do País, quando a nossa Presidente está decidida a dar um passo importante e histórico no sentido de consolidar a infraestrutura do nosso País. O senhor acha que, com a estrutura existente hoje, vamos atender a um país que cresce e se desenvolve?

Por último, Srª Presidente – sei que a senhora já me deu a tolerância dos cinco minutos; estou vendo ali que há mais um minuto e vinte segundos –, eu queria dizer que também acho que devemos separar as questões que podem estar em volta de um tema tão delicado e tão importante como esse para o País de ilações ou tentativas de atingir pessoas que não deveriam ser atingidas por não haver razão para isso. Eu me refiro ao Ministro Paulo Bernardo e à Ministra Gleisi. São pessoas rigorosas, que cumprem um papel importante de gestores nesta República, na nossa República. V. Sª já esclareceu sobre isso.

Encerrando, eu queria agradecer a V. Sª por ter vindo aqui.

Srª Presidente, encerro, dizendo que, aqui, pelo menos mais 20 Senadores vão fazer arguições e questionamentos e levantar alguns pontos que ainda não foram lembrados pela imprensa, nem por nós, Senadores que já falamos.

Penso que a imprensa tem um papel importantíssimo a cumprir, neste momento, no País. Não me associo àqueles que a satanizam. Também sofro com isso, mas é muito importante a imprensa livre. Mas não podemos incorrer no grave erro no País e no nosso Senado de, às vezes, por conta de alguma suspeita ou de alguns questionamentos, julgarmos e condenarmos as pessoas, sem que elas tenham o direito de dizer pelo menos a sua versão. E a vinda de V. Sª aqui foi muito importante. A sua versão foi posta de maneira clara, objetiva e corajosa. Obviamente, depois da apuração que o Ministério Público Federal certamente fará, bem como outros órgãos competentes, como o Tribunal de Contas e a própria CGU, será esclarecido definitivamente esse tema tão complexo que, há uma década, está na agenda do nosso País, que é a aplicação de recursos no Ministério dos Transportes e a execução de obras no Ministério dos Transportes.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Concedo a palavra ao Sr. Luiz Pagot.

O SR. LUIZ ANTONIO PAGOT – Primeiro, respondo à questão referente aos custos de obras. É muito difícil, Senador, fazer comparativos. Tratamos a questão de obras de maneira muito diferente, digamos assim, da tratada pelos dez maiores países do mundo que executam obras. É muito diferente, por conta da nossa falta de recursos, da escassez ou da insuficiência de recursos.

Se o senhor olhar o nosso Plano Nacional de Logística e Transporte, que é formulado pelo Ministério dos Transportes, mas que conta com a orientação do Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte (Conint) e também com a participação de todos os Estados brasileiros, o senhor vai identificar um número, que é o seguinte: para recuperarmos as rodovias brasileiras e darmos a elas condições totais, deixando-as num excelente nível de trafegabilidade, e para atendermos ao constante aumento de fluxo e volume, temos de investir, durante oito anos, R$30 bilhões por ano só na área rodoviária. Além disso, devem ser feitos investimentos no setor hidroviário. Não começamos sequer os investimentos necessários. Temos um potencial extraordinário, mas não começamos sequer esses investimentos. É onde se pretende mudar a matriz de transporte no Brasil. É preciso complementar os investimentos ferroviários, que são fundamentais

para a Nação brasileira, para a mudança da matriz de transporte e até para a questão da redução de CO_2.

O Dnit classifica de 0 a 4 as suas rodovias, em função de fluxo e volume e, principalmente, em função dos locais em que estão implantadas essas rodovias, se estão em regiões metropolitanas ou em regiões ermas, se estão em regiões de serra ou em regiões de planalto. Então, o custo de nossas obras tem uma variação bastante grande. A própria tabela Sicro traz isso.

Posso encaminhar à Casa, sem problema algum, os custos gerenciais, rodovia por rodovia, tabela por tabela, e o custo por metro quadrado de obras, se a ponte é protendida, se a ponte é estaiada. Temos tudo isso. Tudo está registrado. Certo?

Então, qual a grande diferença entre as obras que executamos aqui e as obras que os outros executam lá fora? Primeiro, há o seguinte: a nossa referência são custos unitários. Nós trabalhamos com a referência de custos unitários; os países, a grande maioria, a maioria absoluta, com custos globais. Eles têm um termo de referência para aquela obra, uma especificação para aquela obra; colocam na praça e recebem a melhor proposta, e isso não quer dizer que a melhor proposta seja o menor preço. A melhor proposta é a que envolve a geometria da rodovia; a melhor proposta é a que envolve a parte de trafegabilidade da rodovia, alguns tipos de melhoria para o usuário que está trafegando, faixas específicas para trens-tipos ou para esses caminhões maiores. Então, em função da proposta que aquela empresa apresenta, eles não julgam o menor preço nem o preço unitário; eles querem saber a empreitada global. E aí há duas coisas que eles fazem: uma grande exigência na caução e, segundo, na caução que você tem que fazer... Hoje também, para você pegar um contrato no Brasil, você tem que fazer caução. Lá eles fazem uma exigência grande na caução e um seguro, porque, se num momento qualquer daqueles, aquela empresa que ganhou não der conta de fazer a obra, eles executam o seguro e põem uma outra empresa para fazer. Certo?

Então, é um processo completamente diferente das obras que são feitas no Brasil. Nós, com certeza, poderíamos adotar esse processo no Brasil. Nós poderíamos adotar. Eu vejo que é um processo... É claro que tem que dar um tempo para o TCU se preparar para tudo isso, a CGU se preparar, mas acabaria com uma discussão infinita sobre o tipo de máquina e equipamento que se vai utilizar, que tipo de vibro acabadora que se vai usar, que tipo de pó de pedra que se vai utilizar, que é o *filler;* acabaria com tudo isso. Ele tem que fornecer uma estrada naquela especificação, com resistência para cinco anos, para dez anos, para vinte anos. Aí o seguro pesado, para, se por acaso der alguma coisa errada, o seguro responder. Então, essa seria...

Olha, se nós tivéssemos um programa como esse no Brasil, com certeza, nós não estaríamos discutindo isso e muito menos corrupção na área rodoviária ou ferroviária ou hidroviária, assim por diante.

A segunda questão que o senhor colocou: tempo. Olha, o tempo realmente é incerto, Senador. Por mais que a gente organize organograma, por mais que a gente faça programa, por mais que a gente tenha reuniões nos GTs, nos comitês, o tempo é incerto. Porque os licenciadores são verdadeiros potentados, que fazem o que querem, quando querem, na hora que querem. Aí você nunca sabe o que vai haver no licenciamento, na licença prévia ou na licença de instalação. E essa legislação que está aí não foi uma legislação formada nos últimos anos; é uma legislação que se arrasta nos últimos vinte anos. E esses licenciadores fazem tantas exigências que, muitas vezes, as exigências até influem no traçado da rodovia, influem na maneira de você construir aquela rodovia, acrescentam preço às obras. Fora o custo de todos esses estudos.

Este ano, por exemplo, o ano da graça de 2011, o Brasil vai consumir R$500 milhões em condicionantes ambientais, seja por mudança de corpo, seja por contratação de serviços, de consultorias, de antropólogos, de sociólogos, de educadores. Por que educadores? Porque muitas das exigências são educação ambiental, de reflorestamento, de condicionantes que tratam, por exemplo, na área de medidas mitigadoras, por onde passam as rodovias. Então, esses custos são custos pesados. Em algumas rodovias nossas, esse custo está significando 22% do custo da obra.

Eu poderia fazer aqui uma lista de 20 itens e, de qualquer dos 20 itens, todos os senhores e senhoras que estão aqui dariam risada, mas eles estão nas condicionantes ambientais.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Só um instante. V. Sª está dizendo que hoje mais de 20% dos custos das obras estão vinculados a exigências novas, que começaram a surgir no Brasil nos últimos anos; é isso?

O SR. LUIZ ANTONIO PAGOT – Exatamente. Não estou me referindo a todas as obras, mas, em algumas obras, notadamente na Amazônia Legal, esses custos estão se verificando pesadíssimos. E agora até no Nordeste. Por exemplo, eu estou com uma obra parada no contorno de Fortaleza, não consigo tocá-la por causa de uma tribo indígena que está ali secularmente, colocada ali ao lado da rodovia e não consigo duplicar porque há exigências, querem que faça ciclovia, querem que faça isso e aquilo. Isso para dar um pequeno exemplo, eu podia dar vários exemplos aqui

para mostrar o quanto esses custos podem acrescer ao valor final de uma obra.

Outra questão que o senhor falou é sobre a reestruturação que o Presidente Lula determinou já em 2009. Fizemos todo o trabalho, esse trabalho foi apresentado para o Conselho de Administração, que é algo superior ao DNIT, foi aprovado no Conselho de Administração, foi remetido, então, ao Ministério dos Transportes e ao Ministério do Planejamento. Sinceramente, espero que nós possamos implantar no próximo ano, rapidamente, esse trabalho de reestruturação, de que o Dnit precisa. O Dnit foi criado com lotacionograma de 4.980 funcionários e tinha um orçamento de R$2,5 milhões, sempre contingenciado. No máximo o que fazia era R$1,5 milhão de obras. Por isso que praticamente se acabaram as rodovias no Brasil.

Agora, esse Dnit novo, que está aqui hoje – não vou chamar de novo, mas este Dnit que está aqui hoje –, os 4.980 funcionários não são 4.980, são só 2.800, porque, por questões de salários e aposentadorias, nós já perdemos essa massa de 2.000 funcionários. E mais: não tivemos autorização para novos concursos, um novo concurso de 150 funcionários, que não resolve nada.

Então, nós precisamos ter os 6.200 e poucos funcionários para poder tocar R$12 bilhões de orçamento. Então, pulamos de R$2,5 milhões para R$ 12 bilhões, com aquelas pessoas que estão sendo extraordinariamente exigidas nas suas unidades locais, exigidas nas rodovias, exigidas na superintendência, exigidas na própria sede. Tem gente que vira o fim de semana trabalhando. E aí a identificação desse cidadão que vira o fim de semana trabalhando é de corrupto, não é de gente de bem.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra o Senador Acir Gurgacz. (*Pausa*.) S. Exª não está presente.

Com a palavra o Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Srª. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Dr. Pagot, eu queria louvar a iniciativa de V. Exª de vir a esta Comissão, evidentemente para esclarecer. Esclarecer, suponho eu, denúncias de que V. Sª é alvo e denúncias de que o PR – Partido que o indicou – é também objeto.

Veja V. Sª: nos últimos dois meses, o atual Governo foi envolvido em vários casos que tratam de corrupção – o caso Palocci, que terminou com a saída do Ministro, que não teve explicações e, por isso, foi exonerado; o caso dos aloprados voltou à cena pela denúncia de um dos citados, que voltou a reafirmar fatos que trouxeram o assunto a lume; recentemente o Procurador Geral da República confirmou a denúncia do mensalão, reiterando a culpa da quase totalidade dos envolvidos denunciados; e o caso do Ministério dos Transportes – e nenhum deles teve ou está tendo a notoriedade ou a divulgação de imprensa, quer seja pelas televisões pelas rádios, pelos jornais que o caso do Ministério dos Transportes.

Dr. Pagot, esta é a sua grande oportunidade de desfazer, se tiver argumentos, o fato que está sendo posto, de forma clara, de que o Ministério dos Transportes é um feudo do PR. E que desse feudo são sugados e extraídos recursos de campanha, desse feudo produz-se enriquecimento ilícito de muitas pessoas. O nome do PR e de pessoas envolvidas com o Partido estão enxovalhados e, talvez motivado por isso, V. Sª esteja vindo voluntariamente aqui para ter a grande oportunidade de esclarecer esses fatos que possam isentar o partido, isentar V. Sª da culpa, tendo em vista que a Imprensa não se ocupa de fato que não tenha procedência.

A edição de um jornal importante do domingo, eu fiquei abismado, Senador Jorge Viana. O jornal *O Globo* do domingo, da primeira à última página do primeiro caderno, o mais importante, só não tratava do assunto Ministério dos Transportes nas páginas dedicadas a publicidade. Fora isso, era só Ministério dos Transportes. A revista *Veja*, o jornal *Folha de S.Paulo*, enfim, todos os jornais. Então, esse assunto merece investigação, merece esclarecimento, porque ele está ocupando a opinião pública do Brasil.

Ficou claro que... Eu sou engenheiro, Dr. Pagot, e participei, como engenheiro, da construção de obras durante 11 anos da minha vida, no começo da minha vida profissional. Eu conheço construção de estrada, sei como é que é feita, com era feita lá atrás concorrência pública. Lembro do livrão, dos livrões que eram o projeto de uma estrada, a concorrência pública como era feita. Se o projeto está definido e se a concorrência é lícita, não há como discutir a legitimidade ou a licitude de um processo. A menos que ocorram fatos como os que V. Sª colocou: mudança de escopo, motivada por várias razões.

O que estão colocando é que toda a culpa é do PR, é de V. Sª. V. Sª disse que o Dnit é um órgão colegiado e que muitas pessoas opinam ou definem procedimentos. Quem é que, na estrutura do Dnit– que, no meu tempo, era DNER –, tem a condição de rever escopos? Quem é que convence, no órgão colegiado, que a mudança de escopo proposta está correta ou não está correta? A decisão é do colegiado, mas alguém defende uma causa; quem é? Quem era essa estrutura? É o PR? É V. Sª? É o Ministro Alfredo Nascimento? Quem é? Acho importante que isso seja esclarecido. Quem é que dá a palavra de esclarecimento sobre a mudança de escopo?

O segundo ponto que está intrigando o País é o seguinte: a então Ministra Dilma era a mãe do PAC; ela, durante muitas oportunidades, anunciou ao Brasil os percentuais de andamento das obras do PAC, para que o Brasil fizesse uma avaliação de desempenho do Governo; muitas vezes, ela foi criticada, porque esta ou aquela obra andava claudicante, mas nunca ficou muito claro, por exemplo, que o PAC é, em grande medida, produto de recursos da iniciativa privada, junto com alguns recursos públicos; muitos; o caso da Petrobras é típico; mas, no caso das obras de transporte e de infraestrutura, não; aí são recursos públicos 100%; então, a responsabilidade da então Ministra deveria ser completa, porque eram recursos públicos, totalmente; ela deveria colocar uma lupa em cima desse assunto; como ela anunciou diversas vezes o andamento das obras do PAC, eu suponho que ela deve ter reunido, Presidente Lúcia Vânia, as estrutura de Governo para dar informações sobre o andamento ou sobre problemas; ou andamento ou problemas! O caso do Ministério dos Transportes só está ocorrendo agora por denúncias da Imprensa. A Ministra Dilma, transformada ou eleita Presidente, só está tomando as providências por conta de denúncias na Imprensa. Eu gostaria de saber se, em oportunidades anteriores, quando ela fazia as avaliações como Ministra, ocorreram reuniões de correção de rumo, de cobrança, de determinação de posições, tendo em vista que só agora ela determinou a saída do Ministro e a suspensão de atividades de pessoas como V. Sª.

Aliás, aproveite bem, Dr. Pagot, esta oportunidade, porque, se V. Sª amanhã for demitido, vão dizer que V. Sª foi demitido porque não conseguiu provar a sua correção, e, em assim tendo sido, a Presidente da República teria determinado a sua exoneração. Então, acho que esta é uma grande oportunidade, até para que V. Sª obtenha o salvo-conduto de sua vida pessoal e profissional, tendo em vista que V. Sª está de férias, não está demitido. O Ministro Alfredo Nascimento foi afastado, mas os outros, não.

Então, eu gostaria de saber se a então Ministra Dilma, em outras oportunidades, teria cobrado do Dnit ou do Ministério dos Transportes providências, como agora estão sendo cobradas; se se referiu a insuflação de preços no passado ou se só agora, pelo fato de a imprensa ter denunciado os fatos que estão denunciados, para que o Brasil possa saber, na verdade, como se comporta esse Governo, se por pressão de denúncias da imprensa ou se por comportamento normal, é por padrão ético que o Governo queira resguardar?

Um ponto importante que gostaria que V. Sª esclarecesse: V. Sª tem apartamento no Meliá Tryp Convention, aqui em Brasília, ou se freqüenta? Porque a revista *Veja* menciona este assunto e eu gostaria de ter uma palavra sua; se V. Sª tem apartamento? Se freqüenta o Meliá Tryp Convention, aqui em Brasília, o hotel?

E último ponto. Não sei quem é que revê o escopo dos projetos, mas eu tenho a informação de que o Sr. Newton de Brito, que é proprietário de 95% das ações de uma empresa chamada Engepoint, foi coordenador de projeto do Dnit e atualmente é o diretor geral, não sei qual a nomenclatura correta, chefe do distrito do Dnit em Mato Grosso. Ele tem 95% de uma empresa, a Engepoint, portanto ele é quase o dono de uma empresa, ele tem perto de 20 milhões em contratos, pagos já, em 2009, 2010 e 2011 em Mato Grosso. Ou seja, ele é chefe do distrito, chefe do órgão e contrata obras para uma empresa da qual é 95% proprietário. Gostaria de ter a informação sobre se procede ou não?

É isso, Sr. Presidente.

O SR. LUIZ ANTONIO PAGOT – Vou começar pela última pergunta.

O Dr. Newton de Brito é um funcionário do Estado do Mato Grosso, ele é funcionário de carreira da Secretaria de Transportes, Secretaria de Infraestrutura, ou seja, é funcionário de carreira do Governo do Estado. Pela sua competência, pela sua determinação, ele foi cedido pelo Estado do Mato Grosso para ser o superintendente do Dnit no Estado do Mato Grosso.

A família dele, não ele, empresas que trabalham no ramo da construção civil. Fabricam prédios, casas e a família dele também fabrica pontes. Quem é o dono da empresa, quem toca a empresa, quem exercita essa empresa, enfim, quem é o responsável pela empresa – pode ser constado na junta comercial do Estado do Mato Grosso – é o irmão dele, que se chama Milton de Brito. É uma pessoa da minha confiança, é um dos engenheiros mais dedicados que conheço no Brasil; as obras especificamente no Mato Grosso, em frase citada pela própria Presidenta Dilma, são as mais competitivas que têm neste Brasil e estão exatamente sob a gerência direta do Newton de Brito, que não é dono da Engepoint.

O caso do Meliá Tryp Convention. Eu moro no Meliá Tryp Convention desde 2009, no apartamento 304. E nesse apartamento raramente recebo alguma pessoa. Quando recebo, recebo amigos ou amigas, recebo familiares; não recebo lobistas, não recebo diretores de empresas, não recebo proprietários de empresas. Eventualmente, eu encontro com algum diretor, com algum proprietário, eu encontro casualmente no café da manhã, que raramente eu vou, ou no almoço. Eu até mudei de hotel – antigamente eu morava no Naoun – porque no Naoun havia muitos empreiteiros que se hospedavam no Naoun, havia muitos consultores de

engenharia que se hospedavam no Naoun. Eu mudei do Naoum, exatamente para o Tryp, porque é um lugar assim mais... que o pessoal não tinha o costume de freqüentar. Certo? Até para evitar aquilo que o senhor fala, de ilações; ou seja, para evitar Senador as ilações.

V. Exª não estava presente na sala quando eu fiz a explicação, e já rebati veementemente não só o conteúdo dessa reportagem, como de muitas e muitas outras reportagens, com todo o respeito que se possa ter pela imprensa, mas que, ao invés de apresentar, falam *off* de não sei de quem, e não sei de quem mais; é só esse tipo de conversa, que é conversa mole para boi dormir.

E tem mais, sobre as questões que o senhor colocou como a de escopo, eu comecei exatamente a minha fala, de 20 minutos, mais 5 minutos, e infelizmente o senhor não estava aqui,...

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Não. Eu estava sim.

O SR. LUIZ ANTONIO PAGOT – (...) explicando a atuação do Dnit, ponto por ponto, quais as diretorias responsáveis. E especificamente sobre essa questão das obras, eu expliquei que tem duas diretorias que são fundamentais para se colocar uma obra para trabalhar. São duas diretorias. É claro que nós temos outras diretorias. Por exemplo, a Diretoria Aquaviária, que é fundamental para as obras aquaviárias; a Diretoria Ferroviária, que é fundamental para as obras ferroviárias. Mas a Diretoria de Infraestrutura Rodoviária, que inclusive é a Diretoria que tem um grande orçamento no Dnit, juntamente com a Diretoria de Pesquisa e Planejamento são os responsáveis diretos para a formulação do escopo das obras.

Elas começam lá atrás; elas começam por um levantamento que é feito trimestralmente no Brasil, em que você tem... Essa é a regra, Senador, que está disponível no *site* do Dnit, que é o sistema de gerenciamento de pavimento, e exatamente em cima disso é que se fazem os levantamentos visuais contínuos, se faz a leitura das rodovias – existem empresas contratadas para fazer isso, são acompanhadas por nossos fiscais, por nossos engenheiros – e se tem um levantamento. Em cima disso você sabe se vai fazer uma obra classe 0 ou uma obra classe 4; em cima disso você sabe se vai fazer com pavimento rígido ou com pavimento flexível; em cima disso você sabe se num entroncamento ou numa rotatória você vai fazer um viaduto ou uma passagem inferior. E em cima disso você sabe exatamente definir o escopo da obra.

Muitas vezes, Senador, o escopo da obra está aquém da necessidade daquela obra; não é sempre que está além do que estava previsto orçamentariamente. Muitas vezes está aquém, por quê? Algumas obras dessas são postergadas ao longo do tempo. O cobertor é curto, nós não temos recursos necessários, suficientes para fazer frente a todas as obras que precisamos. Passamos muitos e muitos anos, Senador – e aqui não vai crítica a ninguém, a partido A, a partido B; era uma situação brasileira, nacional –, sem recursos para fazer frente à infraestrutura nacional. O Brasil cresce mais rapidamente do que a capacidade que o Governo tem de investir. E têm regiões em que não havia exigência nenhuma, mas que hoje apresentam grandes exigências.

Então o escopo da obra é em função dessas análises, é em função da telemetria que você faz ao longo das rodovias para constatar que tipo de veículo passa por ela: se é veículo pesado, se é veículo leve, se é ônibus. E exatamente em cima disso é feita a definição do escopo. Quem define? Primeiro, o Departamento de Pesquisa e Planejamento. Define. Quando você formula o Orçamento do Dnit, nele você coloca as necessidades que tem para fazer o enfrentamento das condições da malha. Ou seja, você estuda a malha e apresenta-a para o Ministério dos Transportes como sugestão, o que precisa ser feito. Isso é responsabilidade da CGPLAN, do Departamento de Pesquisa e Planejamento, que entrega isso ao Conselho de Administração, que, por sua vez, entrega isso ao Ministério dos Transportes. Também tem a sede do Ministério dos Transportes que fica fazendo, junto conosco, uma constante avaliação; também tem uma diretoria no Ministério dos Transportes que especificamente trata do Plano Nacional de Logística e Transporte. Em cima disso, ou após isso, vem o plano plurianual e os orçamentos.

Então essa Diretoria de Pesquisa e Planejamento formula projetos e orçamentos. Posteriormente, encaminha processos de licenciamento. Muitas obras, Senador, elas mudam o escopo delas no processo de licenciamento. Outras obras, mudam por iniciativa político-administrativa. Governadores que reivindicam, Bancadas inteiras que reivindicam. Não é o Partido da República que reivindica, também reivindica, mas Bancadas inteiras. Recentemente, tivemos um episódio, por exemplo, Goiás, e a Senador Lúcia Vânia sabe muito bem, se uniu integralmente para pedir a duplicação da BR-060, Goiânia/Jataí, porque estava insuportável a situação. E a obra entrou no PAC em 2009, foi determinada a execução dos projetos, posteriormente a aprovação e finalmente a licitação da obra. Duplicação de uma rodovia que passa por várias cidades, por vários distritos industriais e por uma região que hoje... O entroncamento nacional de cargas, antigamente qualquer mineiro batia no peito e dizia que todo mundo tem que passar por Minas. Hoje, o eixo de entroncamento de cargas mudou de Minas – Minas

ainda é forte – para Goiás, principalmente por conta do Noroeste brasileiro e do Centro-Oeste brasileiro. Grande fluxo e volume. E não é só o agronegócio que está produzindo e proporcionando e proporcionando isso. Temos grandes projetos florestais e projetos minerosiderúrgicos instalados na região.

Quem define o escopo é a Diretoria de Pesquisa e Planejamento. O diretor de pesquisa e planejamento não tem vinculação partidária é um engenheiro do órgão que se destacou pela sua capacidade de trabalho que se destacou até como líder na sua categoria e foi alçado para diretor pela sua capacidade de trabalho, pela sua veemência em tocar os projetos para frente. Posteriormente, isso é remetido para três setores do Dnit: Diretoria de Infraestrutura Rodoviária, Diretoria Executiva, que já vai começar com as tratativas da licitação, e para a Procuradoria-Geral Federal, que tem que fazer a manifestação das questões jurídicas, se os cronogramas estão sendo seguidos, se estão sendo seguidos tudo que determina a nossa regulamentação, as instruções normativas específicas sobre as obras. Você não licita uma obra classe 4 com escopo classe 2, de maneira nenhuma. Então, ainda a Procuradoria Federal especializada faz esse tipo de avaliação.

Depois de tudo isso, obviamente vai para o colegiado para que ele se manifeste sobre a realização da obra. Mas, antes de chegar nisso, temos aquilo que falei no início: temos que respeitar os orçamentos plurianuais. Nenhuma obra executada pelo Dnit está fora do orçamento plurianual, nem uma obra executada pelo Dnit está fora do orçamento anual.

Outro assunto que o senhor se referiu é que o Dnit ou o Ministério dos Transportes é um feudo do Partido da República. Eu entendo o que é a palavra feudo. Então, o senhor me permite, com toda a amizade que nós temos, rebater isso. O Dnit não é um feudo do Partido da República, inclusive os nossos funcionários e mesmo coordenadores e até superintendentes não têm qualquer indicação política. Aí o senhor pode me dizer: mas alguns têm. Com certeza, alguns têm, mas talvez não chegue a 1% dos que trabalham no Dnit. Precisaria fazer um bom cálculo para dizer que chega a 1%. Porque a maioria absoluta dos nossos coordenadores são funcionários de carreira, não têm vinculação partidária. E, se chegaram a coordenador, é porque têm qualidade para isso.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Senador Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Sr. Pagot, quem contextualiza o fato de o Ministério dos Transportes ser um feudo do PR não sou eu. Longe de mim! São os fatos, a notícia, as circunstâncias que contextualizam nesse sentido. O meu desejo é que V. Sª encontre argumentos e oportunidade de mostrar que não procede. É o meu desejo. Como o meu desejo é que quem falou que estaria havendo insuflação de preços e que o Ministério dos Transportes, com a sua política, estaria inviabilizando o meu governo, ao que eu li, foi a Presidente Dilma. Foi ela. Por essa razão é que ela teria feito a exoneração de uma série de pessoas.

V. Sª colocou de forma didática como é que se chega à mudança de escopo de uma obra. Eu desejo, e desejo mesmo, que o processo de investigação a cargo da CGU, da Polícia Federal, investigação que está posta pelos órgãos do Governo, cheguem a evidências que mostrem que não é V. Sª como Diretor-Geral do Dnit que é o responsável, e sim escalões intermediários.

Agora, a definição da prática do dolo foi feita pela própria Presidente da República, aqui está relatado. Em reuniões com elementos do Ministério dos Transportes, teria relatado claramente, de forma irritada, que estariam inviabilizando o governo dela. Então a mudança de escopo de obras estaria inviabilizando o governo dela. Quem é que está? Quem é o responsável pela mudança de escopo que está inviabilizando o governo dela, mediante reconhecimento pessoal dela? O que eu desejo é que as investigações em curso pela CGU, pelo Tribunal de Contas da União, pela Polícia Federal mostrem que não é ação de V. Sª. Desejo honestamente que não seja ação de V. Sª nem do Ministro Alfredo Nascimento. Até porque se chegar a Presidente a demitir V. Sª, o que não desejo, será uma antecipação de culpa que ela fará ao indicado do PR do partido da República, um partido que, na minha opinião, merece o nosso respeito.

De modo que eu quero dizer a V. Sª que esta – terão muitas perguntas e muitas repostas ainda – é a grande oportunidade que V. Sª tem de deixar esses assuntos esclarecidos e não permitir que se coloque sobre o PR ou sobre V. Sª a culpa ou a culpa exclusiva das denúncias que estão sendo massificadas por todos os órgãos de imprensa deste País.

O SR. LUIZ ANTONIO PAGOT – Posso responder? (*Pausa.*)

Eu não estou lhe retrucando, não. É que agora eu que deixei de dar uma resposta ao senhor. O senhor fez uma pergunta que... A Presidente, na época, era Ministra da Casa Civil, certo? E a Ministra da Casa Civil foi designada pelo Presidente Lula para fazer o gerenciamento do Comitê Gestor do PAC. Ela era responsável, era coordenadora, ela comandava o Comitê Gestor do PAC. Obviamente que não comandava sozinha. Comandava com outros Ministros, certo?, que dividiam igualmente as responsabilidades em cada área. Se fosse área orçamentária ou financeira, esta-

vam envolvidos o Planejamento e a Fazenda. Se fosse área ambiental, estavam envolvidos, além do Ministro ou a Ministra da área, todos os órgãos de licenciamento. No caso do Ministério dos Transportes, o Ministério e suas autarquias vinculadas, sejam a ANTT, no caso da concessões, a Valec, no caso das ferrovias, ou o Dnit, no caso que nos cabe.

Então, obviamente, que, lá atrás, como coordenadora, ela inúmeras vezes questionou a questão do valor das obras. Por quê? O PAC veio em uma sequência de investimentos que eram fundamentais e necessários para a Nação. No ano de 2003, estava corretamente identificado pela sociedade o tamanho descalabro que vivia a infraestrutura nacional, principalmente o setor rodoviário, que é o setor mais relevante de transportes no Brasil. Não estou dizendo que é o mais importante, porque deveríamos ter outros modais na frente do rodoviário, mas na época, no ano de 2003, era o mais relevante. E a situação das nossas rodovias, naquela oportunidade, era uma situação caótica. E aí começaram a surgir alguns instrumentos, instrumentos que foram discutidos pelo Executivo, muitos deles com o próprio Parlamento, o próprio Congresso Nacional. Por exemplo, a regulamentação da Cide, embora toda a Cide não entre no Ministério dos Transportes, apenas um quinhão da Cide entre no Ministério dos Transportes, desse quinhão, o Dnit passou a receber uma parte. Foi o primeiro grande alento, o primeiro grande sopro financeiro que nos permitiu planejar alguma coisa no Dnit.

Posteriormente, os senhores aprovaram, fizeram algumas restrições, e também aprovaram aqui, o programa piloto de investimentos que foi, digamos assim, o instrumento fundamental para a criação do PAC. Através do programa piloto de investimentos, 5% do superávit primário entraram onde? Quer dizer, um quinhão disso foi para o Ministério dos Transportes, e uma parte disso foi para o Dnit. Então, passamos a ter um recurso que não disponibilizávamos, um recurso sempre disputado no Orçamento Geral da União, passamos a ter esse recurso para começar a execução da malha rodoviária federal. E que passou a se tornar consistente.

O orçamento, por exemplo, antes do advento do PAC, em 2004, já tivemos dois bilhões e meio não contingenciados. E dez anos antes, era tudo contingenciado, foi a primeira vez, em 2004, não contingenciado. Em 2005, pulamos para quatro bilhões; em 2006, repetimos os quatro bilhões; em 2007, já com o advento do PAC, tivemos sete bilhões disponíveis. Em 2008, 2009 e 2010, cada ano, nove bilhões disponíveis. E aí por que pulou de quatro para nove? Porque aí entrou o PAC, e o PAC acrescentou no Dnit 27 bilhões de investimento. Só que acrescentou 27 bilhões de investimento e, infelizmente, tínhamos um problema, quer dizer, nós não tínhamos projeto. O Dnit não tinha projetos. Então, quando foi criado o PAC, quer dizer, as obras que entraram no PAC que eram obras prioritárias, foi feito um levantamento em base de um custo chamado custo gerencial. Esse custo gerencial, ano após ano, é atualizado e se atualiza em função de pesquisa que se faz de insumos, de pesquisa que se faz de hora/máquina, homem/máquina.

Hoje, por exemplo, se eu for verificar um homem/máquina, uma hora/ máquina de 2004, de 2005 para 2011 existe uma enorme diferença de preço, até porque os trabalhadores brasileiros viram uma possibilidade de, obviamente, auferir um melhor salário. Quer dizer, a demanda está aquecida. Um operador de máquina que trabalhava por R$400,00, R$500,00, R$600,00, lá atrás, hoje ganha R$2.000,00. Então, esse homem/máquina, essa hora/máquina tem uma outra conformação nisso. Tudo, nessa formatação orçamentária, está previsto dentro das tabelas cinco, que são as tabelas que evoluem. E, obviamente, isso vai sendo discutido. E a questão da mudança de escopo, de novo eu falo. Quer dizer, você tem mudanças de escopo por questões ambientais, você tem mudanças de escopo por questão de que, na hora de se fazer o projeto estrutural é melhor se fazer de uma outra maneira e que, obviamente, acrescente uma obra que vai dar menos risco para aquela rodovia, que vai melhor contribuir para a trafegabilidade.

Vou, por exemplo, mostrar para o senhor uma obra em Santa Catarina, apenas uma. A nossa rodovia 101, todo ano era alagada. Se nos fizéssemos a duplicação, quer dizer, no mesmo nível daquela rodovia, o que ia acontecer? Nós iríamos continuar com a rodovia, todos os anos, sendo alagada pelo rio Araranguá. Qual foi a mudança de escopo? Uma ponte de 4 Km. Mas uma ponte de 4km? Uma ponte de 4km que foi calculada porque senão iríamos deixar uma obra pronta e inadequada; certo?

Eu quero dizer ao senhor que a Presidenta Dilma sempre agiu e interagiu com os Ministros com veemência, com cobrança, com determinação e, muitas vezes, exigiu dos Ministros que tomassem providências em relação aos seus Ministérios. Eu posso dizer ao senhor que ela não foi omissa em momento algum.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Srª Presidente, apenas mais trinta segundos.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Pois não.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Apenas sobre uma última colocação que o Dr. Pagot faz, dando explicação sobre escopo. A mudança de escopo é uma coisa que se aceita, agora o valor da

mudança de escopo, a definição, quem assume a responsabilidade é o fato que está em questão.

Agora, aqui foi dito algo muito importante: na questão do Ministério dos Transportes, os 27 bilhões que o Governo incorporou como meta do PAC, foram incorporados de forma claríssima, ficou claro, como uma mera expectativa, porque não havia projeto, ou seja, uma peça de *marketing* colocada para a opinião pública como uma intenção que ficou, em muitos dos casos, no campo das expectativas, porque foram incluídos sem projeto em cima de elementos que apenas poderiam levar a um orçamento minimamente confiável. Então, esse deve ser mais ou menos o espírito do PAC em todos os segmentos que ele existe.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra o Senado Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Srª Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, Sr. Pagot, eu não entendi –e é a minha primeira pergunta – qual é a situação jurídica de V. Sª hoje. O senhor está de férias mas, ao final desse período de férias, o senhor volta para a direção do Dnit? Essa é a primeira indagação.

A segunda indagação, de forma bem objetiva, Srª Presidente. Levando como certas as denúncias que saíram na imprensa nesses últimos dias, notadamente a partir da denúncia da revista *Veja*, com todo respeito aos parlamentares do PR, aos militantes do PR, a quem aqui quero expressar o meu respeito, que é verdadeiro, nós temos um partido político que se adona, que se assenhora de um Ministério. Isso equipara-se ao que ocorre na Itália com a máfia. Muito bem. E quero expressar o meu respeito aos Senadores, aos Deputados, aos militantes do PR, que repito, é verdadeiro. Em sendo verdadeiras as notícias, objetivamente é isso.

V. Sª vem aqui – e fui um dos signatários do requerimento para que V. Sª aqui estivesse na Comissão de Meio Ambiente e Fiscalização – e demonstra que nada existe ali de irregular, de ilícito. Muito bem. A segunda pergunta: por que V. Sª foi afastado então? Se competente V. Sª demonstrou aqui que é, e reconheço isso porque o conheço. Reconheço a sua competência e nós todos aqui acompanhamos os seus conhecimentos técnicos da área. V. Sª conhece tecnicamente a área, eu diria, como poucos no Brasil – e quero ressaltar isso.

Tendo em conta esses dois pontos – o que foi noticiado pela imprensa e o que V. Sª disse aqui... Eu tenho vários defeitos, entre eles o de ler relatórios. E, lendo relatórios do Tribunal de Contas, eu identifiquei vários pontos que gostaria de citar para que, se fosse possível, V. Sª nos esclarecesse a respeito deles.

Nós poderíamos ficar dias lendo esses relatórios, mas nós encontramos várias falhas, irregularidades, ilícitos em obras levadas a cabo pelo Dnit. Cito: projetos básicos executivos deficientes, sobrepreço, duplicidade ou quantificação errada de itens contratados, pagamento por serviços não realizados, ausência de fiscalização, obstrução à fiscalização do Tribunal de Contas da União entre outros. Para que não fique ao vento isso, vou citar os relatórios e eu gostaria, se fosse possível, se V. Sª assim recordar, ou não, tenho aqui os relatórios do Tribunal de Contas. Por exemplo: com relação à adequação das obras da BR-060, que V. Sª já citou. O Tribunal de Contas, no Relatório nº 2.501, de 2010, diz o seguinte: "(...) tendo sido estimado potencial dano ao Erário de pelo menos R$95 milhões numa obra de 316 quilômetros". Isso foi consertado depois, foi resolvido? Li os relatórios. Esse caso inclui sobrepreço decorrente de preços excessivos frente ao mercado.

Há outro exemplo disso, e vou citar o relatório. Que medidas o Dnit tem utilizado, Sr. Pagot, para amenizar um grave problema relatado pela auditoria do Tribunal de Contas, que é a obstrução ao livre exercício da fiscalização pelo Tribunal de Contas? Isso está nos Relatórios nºs 2.501, de 2010, e 2.135, de 2010. Ou esses relatórios foram modificados? Era isso que eu gostaria de saber.

No Acórdão nº 763, de 2011, relativo às obras de construção de trechos rodoviários no Corredor Oeste-Norte – V. Sª sabe qual é –, o Tribunal fez referência à contratação de serviços que não serão necessários ou que não seriam necessários. O Tribunal de Contas apontou um potencial de dano ao Erário de R$2,2 milhões. Isso está escrito em razão dos editais. Aqui, tenho os editais também. São os Editais nºs 213, de 2008; 755, de 2009; e 472, de 2009. Tenho os acórdãos e também os editais.

Há outro caso que cito aqui, para, se puder, V. Sª anotar. Na implantação do Contorno Rodoviário Oeste em Boa Vista, o Tribunal levantou um sobrepreço de R$1,8 milhão – isso está no Acórdão nº 1.952, de 2008 –, tendo em conta que a memória de cálculo do Dnit da área de pintura e sinalização era de 34 mil metros quadrados e que a quantidade medida pelo Tribunal de Contas chegou a 17 mil metros quadrados.

Por fim, o Acórdão nº 2.135, de 2010, diz respeito à duplicação e restauração, com melhoramentos na rodovia BR-101, com sobrepreço em itens relevantes dos contratos de execução compostos por 44 itens. O sobrepreço identificado foi de R$6,6 milhões.

O Acórdão nº 763, a que já fiz referência, diz respeito à construção de trechos rodoviários do Corredor

Oeste-Norte. O sobrepreço apontado pelo Tribunal de Contas é de R$29 milhões.

Tenho esses acórdãos e esses relatórios.

Aqui, há um dilema: as notícias da imprensa revelam um fato, e V. Sª veio aqui com toda a competência e revelou outros fatos, dizendo que a fiscalização funciona, que está tudo muito bonito, que há a fiscalização do Tribunal de Contas, do Ministério Público e da Polícia Federal, que tudo está funcionando. Mas o Tribunal de Contas, nesses relatórios, faz afirmações de forma diversa. Quem está errado? Ou isso foi mudado depois? Eu gostaria de saber isso.

Era isso, Srª Presidente. Eu me reservo a fazer outras perguntas, tendo em conta a resposta do Dr. Pagot.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Concedo a palavra ao Dr. Luiz Pagot.

O SR. LUIZ ANTONIO PAGOT – Senador Pedro Taques, do meu Estado de Mato Grosso, eu muito me orgulho de ver o senhor sentado nessa tribuna, bem como os Senadores Jayme Campos e Blairo Maggi.

Primeiro, vou responder sobre minha situação funcional. Sou Diretor-Geral do Dnit nomeado e estou de férias. Parece-me que o senhor estava aqui desde o início, quando expliquei que, no programa anual de férias, coloquei o período que eu desfrutaria, de 04 de julho a 21 de julho; posteriormente, haverá um segundo período de férias, em novembro deste ano. Se serei exonerado ao completar esse período ou se vou continuar como Diretor-Geral do Dnit, obviamente, essa é uma questão que depende da Presidente Dilma Rousseff. Posso lhe afiançar, posso lhe assegurar que tenho consciência tanto das minhas virtudes, quanto das minhas falhas. E tenho consciência da quantidade de horas que trabalho e do entusiasmo com que trabalho no Dnit para cumprir o que chamo de obras de qualidade por preços competitivos.

O senhor me conhece, e não sou de tapar o sol com a peneira, de maneira nenhuma. Já em vários fóruns, em vários lugares, nesta Casa, na Câmara Federal, na Procuradoria-Geral federal, já tive oportunidade de me manifestar sobre os problemas que o Dnit tem. Em nenhum lugar eu deixei de reconhecer os nossos problemas. Tanto reconheci os nossos problemas que fui buscar, nos órgãos de controle, respaldo, auxílio e, diversas vezes – e está na imprensa isso –, disse que os órgãos de controle são verdadeiros anjos da guarda para gestores públicos. Afirmei isso.

Com relação à questão dos ilícitos, eu não afirmo que não existem ilícitos; eu afirmo que nós trabalhamos para corrigir os ilícitos. Também eu quero fazer menção, no caso específico, aos dados do próprio Tribunal de Contas. Vamos pegar aqui o ano de 2007. Em 2007, o Tribunal de Contas fez a investigação de 112 obras. Das 112 obras, 34 obras ele declarou que tinham irregularidades. Nós corrigimos as irregularidades das 34 obras, corrigimos as irregularidades e, mesmo assim, ele encaminhou 21 delas à Comissão Mista de Orçamento dizendo que o resultado, a resolução que o Dnit tinha dado não era satisfatória e, portanto, 21 obras deviam ser incluídas no Anexo VI da LOA. Ou seja, de obras paralisadas. E que são obras que só podem ser retiradas de paralisação depois de resolvidos todos os problemas. Se é a questão do funcionário que deu causa, se é a questão da empreiteira que deu causa, se é a questão da supervisora que deu causa, enfim, quem deu causa que responda.

No ano de 2008, o total de obras caiu de 112 para 61, até porque o Tribunal de Contas da União tem um universo, não é só o Dnit que ele investiga, ou melhor dizendo, que ele audita. Das 61 obras, 25 também entraram no rol de obras com irregularidades, das quais 19 obras foram para o Anexo.

No ano de 2009, 63 obras foram auditadas, 15 com irregularidades. E como nós conseguimos demonstrar que as obras não tinham essas irregularidades ou que nós corrigimos essas irregularidades, apenas 4 foram para o Anexo.

E no ano de 2010, 70 obras foram auditadas, 18 foram ditas como obras que ainda tinham algum tipo de coisa para resolver, achados de irregularidades, e zero foi para o Anexo, porque nós conseguimos resolver os problemas de todas.

Então, eu não estou dizendo que não haja questão de algum ilícito, mas eu estou dizendo que o ilícito é combatido, com veemência, com determinação. Certo?

A questão da 060, que o senhor perguntou se nós corrigimos, ela só está em execução e só está na praça porque os defeitos que ela tinha foram corrigidos.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, permite-me?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Com a palavra o Senador Pedro Taques, para réplica.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Eu gostaria de saber como nós chegamos a erros, irregularidades, ilícitos dessa ordem, um sobrepreço de R$95 milhões, R$2,8 milhões, sem que o Dnit visse isso antes do Tribunal de Contas?

O SR. LUIZ ANTONIO PAGOT – O TCU funciona da seguinte maneira: ele faz os relatórios locais através da Secretaria de Controle. Certo? Faz os relatórios locais. Depois que ele faz esses relatórios, nós temos cinco dias de oportunidade para nos defender. Se o agente local achar, se o auditor local achar que as respostas estão suficientes, está elidido o feito. Na maioria absoluta dos casos, o feito se elide ali; em

outros casos, sobe para a Secretaria de Controle de Obras, então, sobe para Brasília, para a sede do TCU. O TCU prepara um relatório e tem a designação de um Ministro Relator. A partir daquele momento, nós temos um prazo para responder à Secretaria de Controle de Obras. E, posteriormente, depois das nossas respostas, depois da nossa defesa vai para o Ministro relator, que faz o seu relato, leva a plenário e sai o acórdão.

Eu quero dizer que nem tudo nós concordamos. Primeiro que nem tudo é ilícito e nem tudo nós concordamos com o TCU. O TCU tem sua capacidade de trabalho, o TCU tem sua capacidade de formulação, mas nem tudo que o TCU escreve nós corroboramos. Tem muita coisa que nós debatemos com o TCU, tem muita coisa que nós contestamos, principalmente quando lá na CESEC local o auditor quer interferir na forma de se fazer a obra, na solução que foi dada, na discussão da solução, porque a solução que foi dada para aquele pavimento que tem que ser restaurado ou de uma implantação de rodovia tem uma área técnica que avalia isso. E avalia em função da qualidade do terreno, se o terreno é acidentado ou não, em função de drenagem, em função de material de transporte e sua resistência, em função de fluxo e volume. E muitas vezes, como os auditores da Secretaria de Controle têm um prazo muito curto para fazer a auditagem e muitas obras para fazer, eles não se apercebem de alguns fatos, que, posteriormente, nós colocamos com clareza, defendemos com veemência. E não é tudo que concordamos com o TCU.

E muitas vezes, mesmo depois do acórdão, ainda a gente faz pedido de reexame e apresenta justificativas e mostra tecnicamente por que foi adotada aquela solução.

Então, eu precisava, para responder a cada relatório do senhor, eu teria que pegar o seu relatório, levar ao nosso núcleo sistêmico, avaliar a forma como respondemos, o que saiu no acórdão e o que defendemos até depois do que saiu no acórdão. Quero dizer ao senhor que, infelizmente, muita coisa nós temos errado, mas na grande maioria, na maioria absoluta das coisas nós temos acertado.

Refiro-me de novo a que o Dnit não faz meia dúzia de obras, o Dnit em todo o Brasil tem, neste momento, 1.156 contratos de obras. Se nós não tivéssemos paralisado agora, por determinação do Ministro dos Transportes, os processos licitatórios, provavelmente no final do mês nós vamos para 1.200 e tantos contratos de obras a serem realizadas em todo o Brasil – obras rodoviárias, ferroviárias e hidroviárias.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Só faltou uma, Srª Presidente, a respeito da obstrução à fiscalização...

(Interrupção na gravação.).

O SR. LUIZ ANTONIO PAGOT – Isso eu nego veementemente. Desculpe...eu sei, o senhor pode citar, mas eu nego veementemente, até porque o entendimento que nós temos com os Ministros da Casa, com o Ministro Presidente, com os diretores das Secretarias...eu não sei nem o que pode ser. Eu precisava até avaliar essa questão, porque eu não posso admitir uma coisa dessa. Aliás nós estendemos tapete vermelho para CGU e TCU e, desde que eu entrei no DNIT, eu tenho dito que nós temos que trabalhar de acordo com orientações e determinações, porque um detalhe, Senador Pedro Taques: os gestores respondem com seu patrimônio. Quem quer perder o pequeno patrimônio que tem? Quem quer perder o pequeno patrimônio da família?

Nós respondemos com o nosso patrimônio, Senador Pedro Taques. Quem quer obstruir a justiça? Quem quer ser apenado por obstruir a justiça? Então, eu fico até revoltado com uma observação dessa que eu considero muito pouco verdadeira. Eu sei que está escrito, mas...

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Essa observação, Srª Presidente, não é minha, mas de relatórios do Tribunal de Contas. Eu vou citar novamente aqui, tenho os relatórios que citam isso. Tenho a cópia aqui dos relatórios.

Só isso, Srª Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Srª Presidente, Sr. Luiz Antonio Pagot, tendo em conta que muitas perguntas já foram formuladas e respondidas, gostaria de perguntar o seguinte: o senhor, na sua exposição inicial, falou das responsabilidades do Dnit(**Departamento** Nacional de Infraestrutura de Transportes), mas eu agradeço se puder nos informar que tipo de relação há entre o Dnit e a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), e se V. Sª, de alguma maneira, interagiu com ela dentro do Ministério dos Transportes, e que análise faz e recomendações a respeito do que aconteceu na data de ontem, uma vez que a licitação sobre o trem-bala, que é também da área de transportes, acabou não tendo comparecimento por parte de empresas, o que levou, então, a ANTT a fazer uma divisão e anunciar uma nova forma de licitação, uma parte para a área de tecnologia e operação, e outra parte para a construção. Então, se puder nos transmitir que análise faz e se, de alguma forma, interagiu, dentro do Ministério dos Transportes, com o projeto do trem de alta velocidade.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ ANTONIO PAGOT – Nós temos, eu diria, uma boa convivência e uma interação com a Agência Nacional de Transportes Terrestres, até porque temos que interagir notadamente em dois pontos: na questão das rodovias concessionadas e na questão das ferrovias concessionadas. O Dnit produz relatórios periódicos para a Agência Nacional de Transportes Terrestres com relação ao leito estradal. Nós não temos a responsabilidade sobre a questão econômica da concessão; nós temos responsabilidade... Porque, em algum momento, aquela rodovia vai voltar ao abrigo do Governo Federal, porque, ao final dos contratos de concessão, ou se faz uma nova concessão por licitação, ou aquela rodovia ou aquela ferrovia vai ter que voltar ao abrigo do Governo Federal.

Então, o Governo Federal tem uma preocupação. Eles têm o sistema de fiscalização deles, mas, especialmente no caso das rodovias, temos que emitir relatórios periódicos sobre o estado da via, que são entregues à Agência Nacional de Transportes Terrestres, que toma suas providências com relação às concessionárias, principalmente com relação ao cumprimento dos contratos, de manter em boas condições o estado da via.

Também quando vai ser licitada uma concessão, é feito um estudo pela ANTT, e essa planilha de cálculos que compõe a TIR (T**axa Interna** de **Retorno) vem para o Dnit. O Dnit tem um bom programa de cálculos sobre isso, e essas planilhas são todas revisadas e checadas pelo Dnit. Então, a nossa Diretoria de Planejamento e Pesquisa não é que refaz os cálculos, mas checa os cálculos, vistoria os cálculos e entrega-os de volta à Agência Nacional de Transportes Terrestres.**

Enfim, na questão do trem-bala, foi criado um comitê especial, um comitê gestor. Desse comitê gestor o Dnit não faz parte. Apenas nós interagimos no tocante à parte não operacional das ferrovias, que está sob a responsabilidade do Dnit. E, como existe um traçado prévio, um traçado previsto para esse trem-bala, em alguns lugares, esse traçado prévio, esse traçado previsto cruza por trechos ferroviários que hoje estão sob a nossa responsabilidade, que é essa parte das ferrovias não operacionais. Então, nós tivemos que emitir alguns laudos, alguns pareceres, mas apenas sobre esse trechos, a situação deles, se têm oficina, se têm trilhos, se têm túneis, qual é a situação deles. São relatórios meramente preliminares e não são relatórios, digamos assim, essenciais ou importantes, Senador, para... São mais coisas técnicas, mas não são essenciais ou importantes na questão do julgamento ou principalmente para a formulação dos termos de referência desse trem-bala, até porque mais de 95% do percurso do trem-bala, evidentemente, não vai passar por nenhuma estação, por nenhum trecho ou por nenhuma parte não operacional. Mais de 95%!

Então, a questão do trem-bala eu não posso responder, eu apenas sei que no Ministério dos Transportes quem coordenava esse grupo de trabalho era o Secretário Executivo e depois Ministro Paulo Sérgio Passos, que interagia, evidentemente, com a ANTT.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra o Senador Randolfe. Eu perguntaria se V. Exª permite fazer as perguntas e logo em seguida o Senador Wellington...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Perfeitamente. Sinto-me honrado por estar bem acompanhado pelo Senador Wellington.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – (...) porque serão os dois últimos oradores inscritos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Pagot, primeiramente, em relação a resposta agora ao Senador Pedro Taques, o senhor disse que ficava revoltado com qualquer denúncia sobre se houve obstrução ao livre exercício da fiscalização por parte do Tribunal de Contas da União. Mas, somente para colocar as questões no devido lugar, quem diz o contrário é o próprio Tribunal de Contas da União, conforme está no relatório que já foi citado pelo Senador Pedro Taques, e está precisamente na página 40 do relatório do Tribunal de Contas da União, item 3.4: "obstrução ao livre exercício da fiscalização do Tribunal de Contas da União."

É o relatório do TCU que aponta, e aqui vou destacar, "graves irregularidades na obra de adequação do trecho rodoviário da BR-060, no trecho Goiânia-Jataí". Então, quem fala em obstrução é de fato o Tribunal de Contas da União, não é nenhum de nós daqui do Senado. E parece-me que o que está sendo dito pelo Tribunal de Contas e o que o senhor fala aqui, há uma grave discrepância, que me parece claramente ser necessário, por parte dessas comissões, um esclarecimento sobre se houve ou não obstrução, que está dita no relatório do Tribunal de Contas da União.

Eu ainda não entendi, Sr. Luiz Antonio, a sua situação funcional. Porque o senhor – desculpe a minha lerdeza em tentar compreender, mas não consegui – porque o senhor diz que está de férias. Entretanto, em vários momento da sua exposição aqui o senhor falou no futuro, falou de ações a fazer no Ministério dos Transportes. Na sua expectativa, o senhor, ao terminar as suas férias, retornará ao Dnit, reassumirá o posto,

continuará a conduzir o Dnit da mesma forma? No seu entender, não há nenhum tipo de denúncia que implique em razão alguma para o seu afastamento do Dnit? Essa é uma pergunta para qual gostaria da sua resposta. Repito, desculpe-me pela lerdeza em não entender, porque o senhor disse que está de férias; não ficou claro se o senhor retorna, mas fala sobre atos a fazer, o senhor coloca o verbo sempre no futuro. Então, me dá a entender que em agosto, assim que terminar as suas férias, o senhor retornará para o Dnit e tudo o que aconteceu, tudo o que foi noticiado pela revista *Veja*, tudo o que saiu na imprensa deve ter sido uma obra de ficção ou alguma coisa com uma dimensão paralela a essa, que de fato não ocorreu. Eu quero aqui pegar uma declaração sua; o senhor fez uma declaração ao jornal *O Globo*, dizendo o seguinte: "Sou da velha escola, manda quem pode e obedece quem tem juízo. Tudo o que foi feito no Dnit foi dentro da legalidade e de acordo com as instruções recebidas". Essa frase é atribuída ao senhor pelo jornal *O Globo.* A pergunta que faço é a quem o senhor obedecia? Ou melhor, como o senhor mesmo disse, manda quem pode e obedece quem tem juízo, então, quem mandava?

A outra questão é: segundo as denúncias, também veiculadas, houve um aumento no orçamento de obras em ferrovias de 38%; teria sido de 11,9 bilhões para 16,4 bilhões. Embora o senhor já tenha se referido a esse tema, eu queria... O senhor não precisa discorrer com maiores detalhes sobre essa questão, basta o senhor dizer: não, esse aumento não ocorreu, embora os números apontem o contrário; ou esse aumento, de fato, ocorreu.

Ainda de acordo com a reportagem que foi publicada pela revista *Veja*, que é causa inclusive de todas as denúncias que resultaram, pelo menos até onde sei, na demissão do Ministro dos Transportes – estou dizendo "até onde sei", porque, até agora, em virtude da incerteza sobre a sua situação funcional, fiquei em dúvida se, de fato, o Ministro dos Transportes é ou não é mais o Ministro dos Transportes. Mas, enfim, de acordo com a reportagem publicada pela revista *Veja,* foi apurado que o PR cobra propina de seus fornecedores em troca de sucesso nas licitações.

O que o senhor sabe dessa chamada "propina de 4%" que foi veiculado pela revista *Veja*?

Na mesma denúncia, Sr. Pagot, foi dado conta de que o Deputado Valdemar da Costa Neto transitava à vontade pelo Ministério dos Transportes; dá conta inclusive que ele teria presidido uma reunião com empreiteiras, com prestadoras de serviços na sua sala. O senhor já encontrou, alguma vez, o Sr. Valdemar da Costa Neto por lá, pelo Ministério dos Transportes? É verdade que ele transitava com liberdade pelos corredores do Ministério? Essa reunião que teria sido atribuída a ele, presidida por ele na sua sala, ela de fato ocorreu?

E, por último, o senhor, em outra declaração, disse que, afirmou que 90% das obras da sua autarquia, do Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes, são de responsabilidade do Sr. Hideraldo Caron. O senhor afirma que esse servidor tem responsabilidade. Então, se ele é responsável por 90% das obras, as denúncias de superfaturamento também são de responsabilidade dele? Se, de fato, são nós vamos ter que ouvir aqui, também, em reunião igual a esta, Sr. Presidente, o Sr. Hideraldo Caron.

São as minhas perguntas.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra o Senador Wellington Dias, último orador inscrito.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Srª Presidente, em primeiro lugar, eu quero louvar a iniciativa de V. Sª de vir à Comissão, também do Senador Blairo e de outros Senadores que fizeram o requerimento, para que tivéssemos a iniciativa para este momento aqui, unindo as duas Comissões...

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Senador Wellington Dias, V. Exª pode aguardar um instante?

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Pois não. (*Pausa*.)

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Gostaria de registrar a presença dos Deputados Francisco Praciano, do PT do Amazonas; João Carlos Bacelar; Vanderlei Macris; e Vaz de Lima. (*Pausa*.)

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Primeiro, como eu disse, louvando aqui a iniciativa quero começar fazendo alguns esclarecimentos de alguns colegas que fizeram uso da palavra.

Primeiro lembrar que o Ministro Palocci não deixou o Governo, afastado, nem por decisão judicial. Na verdade, ele pediu demissão inclusive num momento em que a própria Procuradoria-Geral tinha exposto uma posição no sentido de que não havia razão para as denúncias. Digo isso porque se tentou passar aqui uma ideia de que a denúncia já e condenação. Esse é o primeiro ponto sobre o qual quero fazer uma reflexão. Aliás, muitas vezes, nos Senadores e acho estranho que pessoas com experiência de ter passado pelo Executivo, por tantas áreas, basta uma denúncia, pronto. O Senador Randolfe acaba de achar estranho... Na verdade, o Diretor Presidente do Dnit pediu férias para ter tempo para fazer a sua defesa, para ter alguém tocando o dia a dia para exatamente não atrapalhar a parte fundamental. E acham estranho. Coisa normalíssima. Aliás, tenho defendido a tese de que o Brasil

precisa estar muito atento a isso. Quando se tem uma situação de denúncia, você tem duas alternativas: ou você se convence de que precisa se afastar para não atrapalhar o dia a dia do trabalho, ou se mantém no cargo. Sou da tese de que muitas vezes a gente cede a chantagem. E o País não pode viver sob chantagem que, muitas vezes, tem viés político e isso lista uma quantidade gigantesca de pessoas de diversos Governos – do Presidente Sarney, do Presidente Collor, do Presidente Fernando Henrique, do Presidente Lula, da Presidenta Dilma – que tem, muitas vezes, que pedir afastamento, que pedir demissão. Depois comprova a sua inocência, ou seja, basta ter uma denúncia... E isso cria um ambiente que basta ter uma denúncia de quem quer que seja e isso já é fato. Denúncia é denúncia. Denúncia feita por qualquer pessoa, denúncia feita com uma investigação. Enfim, acho que essa é uma situação que, muitas vezes, as lideranças políticas, os Partidos, quando se trata de pessoas ligadas ao seu Partido fazem as suas limitações. No entanto, muitas vezes, as próprias lideranças fortalecem essa tese: basta ter uma denúncia para ser classificada como uma condenação.

E aqui quero pela minha experiência acompanhando do Parlamento ou do Executivo, colocar três momentos importantes. O primeiro, Dr. Luiz Pagot, quero lhe dizer que conheci a realidade deste País, nessa área de transporte. Vou pegar só a parte rodoviária. Como foi dito aqui pelo Senador Jorge Viana, nós tínhamos nada menos que mais de 2/3 das rodovias deste País um caos. No meu Estado, como exemplo, era uma buraqueira só. Não havia estradas com buraco, havia só buraco. Você saía de Teresina em direção à Parnaíba ou ao Ceará, ou em direção ao Sul do Estado era uma bagaceira só. Basta ver pelos dados colocados. Você tinha de execução um bilhão e meio por ano de orçamento. Então, uma mudança como a que tivemos que permitiu reduzir à metade, aproximadamente, esta situação ainda nos remete para o grande desafio: o cumprimento de um conjunto de normas. Eu estive ontem no meu Estado com o Governador Wilson Martins e o Ministro Fernando Bezerra fazendo o acompanhamento dos problemas para a ferrovia Transnordestina, ou seja, é um juiz que não consegue homologar o valor de uma terra a ser indenizada, é o Iphan, o Ibama, o Instituto Chico Mendes, enfim, você tem não sei quantos atores para poder realizar uma obra. Tem lá o dinheiro, tem lá as condições. Uma obra que era para ter começado em 2006, nós estamos em 2011, e na qual existem trechos em que sequer teve início, na hora que começa a obra, tem que atualizar. Aí, houve superfaturamento, porque se pega como referência o preço lá do projeto em 2006 para começar uma obra em 2011. Se um quilômetro, naquela época, custava R$2 milhões, R$3 milhões, vai ser agora R$4 milhões ou sei lá quanto. Então, foi o dobro. É um escândalo!

São situações como essa que a gente precisa olhar em um país em que boa parte dos produtos circulantes ocorre em cima de rodovias. Se quer, muitas vezes, fazer uma comparação – ouvi há pouco o Senador Requião – do quilômetro de uma rodovia com o quilômetro de outra rodovia. Aliás, nem dentro do mesmo Estado, muitas vezes, há parâmetros; varia de trecho a trecho. Um trecho passar por uma serra, outro atravessa rio, outro é pantanoso, enfim, há uma variedade muito grande para ter a mesma avaliação. Estive agora no Acre e constatei isto que dizia o Senador Jorge Viana: o que é fazer uma estrada asfaltada no Acre trazendo pedra, cascalho da Colômbia, da Venezuela, da Bolívia, sei lá da onde.

Então, quero colocar aqui que o Brasil não só ampliou investimentos no Dnit, mas também em um conjunto de outras áreas, para que a gente pudesse ampliar a capacidade de escoamento nos portos, em aeroportos, em rodovias, em ferrovias, em hidrovias, enfim. Estamos ainda muito atrasados na área de hidrovia, quero aqui louvar a sua posição.

A outra é a acusação feita em relação ao Ministro Paulo Bernardo. Estava, aqui há pouco, o ex-Governador e Senador Requião estranhando por que o Ministro do Planejamento, que é do Paraná, tinha que pedir uma audiência a ele para tratar de uma rodovia. Primeiro, porque ele é uma pessoa do Paraná, da equipe da coordenação do PAC, enfim. "Eu sou Senador da República, não posso tratar com o governador do meu Estado, tratar com o ministro sobre alguma obra." Se não tivermos cuidado, daqui a pouco, enveredamos por um caminho que, daqui a pouco, quem está fazendo as coisas que o povo precisa se transforma em uma vítima, em um criminoso, em um bandido. Acho que isso precisa ser alterado completamente.

Quero aqui dizer, meu querido Pagot, que eu o conheci nesse período em que governei o Estado e quero louvar a forma corajosa com que V. Sª atua no Dnit, na sua equipe. Reconheço a escassez de pessoal que tem esse órgão, reconheço a escassez de pessoal em todos os Estados do Brasil, praticamente, e também no Dnit de forma geral. Isso tem que ser mudado. Basta olhar o que era o Dnit com o quadro de pessoal que tinha para executar R$1,5 bilhão/ano em obra para agora executar R$10 bilhões, R$12 bilhões em obra. Isso, por si só, já diz a necessidade de uma mudança muito grande que temos que fazer.

Quero ainda parabenizar pela forma com que acompanha a execução. Quero aqui dar o meu testemunho do que acompanhei quando era Governador

do meu Estado. Eu vi uma pessoa dedicada, dia e noite, sábado e domingo, muitas vezes, trabalhando para que as coisas acontecessem no meu Estado e, tenho certeza, neste País. Então, quero apenas dar um depoimento: este é o Luiz Pagot que eu conheço. Quero aqui lhe dizer que sou daqueles que acredita que a verdade sempre vence. E essa atitude de vir aqui ao Parlamento, a forma precisa, correta com que esclarece todas as informações...

Nós, como políticos, como Senadores, temos que separar a futrica, a política, a política, da parte técnica. E é isso que tem que acontecer. E V. Exª é uma pessoa que cuida da parte técnica e com muita competência. Era isso.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra o Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Srª Presidente, Senador Blairo Maggi, Dr. Pagot, vou pedir desculpas porque tive que sair, Srª Presidente, porque tive uma reunião da bancada de Rondônia com o Ministério, mas fiz questão de voltar aqui e dizer, Pagot, que você fez muito bem em vir aqui com essa sua tranquilidade e responder a todas as perguntas, todos os questionamentos. Isso traz a transparência para o serviço público, de que nós precisamos. Se toda a vez que houvesse esse tipo de notícia, as pessoas viessem aqui e esclarecessem, seria muito mais fácil para nós.

Então quero cumprimentá-lo pelo desprendimento, pela disposição de vir aqui conversar, debater com todos os Senadores desta Casa.

Quero lembrar a diferença do Dnit de hoje para o Dnit do passado. Eu o conheci pessoalmente naquela audiência pública em Vilhena, quando tratávamos o Crema para a 364, Vilhena-Porto Velho, e a chegada da ferrovia até Porto Velho, onde nós ainda estamos debatendo e continuaremos debatendo, porque é uma obra importantíssima para Rondônia. É evidente que ainda temos que conversar sobre esse assunto, no sentido de fazer com que a ferrovia se estenda até Porto Velho, mas que ela comece, vindo de Porto Velho ao encontro de Lucas para que possamos aos poucos, Senador Blairo, utilizar. Quando a ferrovia chegar em Ariquemes, já dá para utilizar um pedaço dela; quando chegar em Ji-Paraná, já vai dar para utilizar. Enfim, vamos debater muito esse assunto. Mas o Dnit de hoje é diferente de anos atrás. Por muitos anos as obras ficaram paralisadas, ficaram sem acontecer. Hoje, temos uma BR 364 sem buraco. No passado, de quatro anos para trás, isso era impossível. Hoje, não, hoje a 364 está toda ela consolidada. E estamos aguardando a reconstrução. Quero perguntar a V. Sª como anda esse projeto de reconstrução da BR 364, que é uma das preocupações de toda a população do Estado.

Estamos com a BR 429 quase concluída; no que vem ela deverá estar concluída. E a diferença de uma obra, Senador Blairo, que é feita pelo Dnit da de uma obra feita pelo Estado é muito grande. É evidente que ela é muito mais cara, a obra é muito superior. Não denegrindo as obras do Estado, não é isso, mas a diferença é muito grande. Portanto, Rondônia está muito bem servida pelo Governo atual. Nós temos a ponte de Porto Velho-Humaitá, que está no meio do caminho, mas está em ritmo acelerado, a 319 já foi feito o tapa-buraco até a Porto Velho/Humaitá. Há uma expectativa grande de que chegue até Manaus o mais rápido possível. São obras importantes.

De modo que vim aqui lhe cumprimentar pelo trabalho de toda a sua equipe, não só do senhor, mas dos Ministros, tanto do Paulo que reassume, do Ministro Alfredo que deixou o Ministério, junto com o nosso ex-Presidente Lula e com a nossa Presidente Dilma, tem feito a diferença no investimento de infraestrutura em nosso País.

Vou só fazer uma pergunta. Essa questão já foi falada várias vezes, mas apenas para deixar mais claro, Pagot, o TCU e a CGU, em que momento começam a acompanhar as licitações, ou o processo de... Em que momento há esse acompanhamento; desde o nascimento do processo ou depois da obra pronta. Esse é uma questão que as pessoas não sabem. De repente, as pessoas podem estar pensando que o TCU e a CGU passam a acompanhar o processo depois que a obra está concluída, foi paga e tudo mais. Mas é bom, se possível, fazer essa explanação, embora já tenha feito, estava ouvindo pelo rádio. Mas, quanto mais pudermos deixar claro para a população, melhor.

No mais, quero cumprimentar a nossa Presidente Lúcia pela audiência pública. Tenho certeza de que foi muito importante para a população brasileira, foi importante para nós, Senadores, e também para a imprensa.

Muito obrigado, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Registro aqui a honrosa presença da Deputada Ìris de Araújo.

Sr. Pagot, eu gostaria, para finalizar, de fazer uma observação. V. Sª colocou aqui que um dos grandes gargalos que existem na área de transporte é a questão do projeto executivo, que muitas vezes não é feito na sua plenitude. Assim, gostaria de saber de V. Sª o que acha do regime diferenciado de contratação, onde é dispensado o projeto básico e é apenas apresentado um anteprojeto de engenharia.

Era esse o questionamento que queria fazer.

Passo a palavra a V. Sª.

O SR. LUIZ ANTONIO PAGOT – Vou começar pelas mais fáceis, depois vou para...

Senador Acir, o senhor tocou em um assunto importante e que eu devia até fazer um apelo ao Ministro dos Transportes, se não for mais como Diretor-Geral do Dnit, faço-o mesmo como cidadão. Foram paralisadas todas as contratações e licitações de obras do Dnit; certo? Ocorre que temos regiões brasileiras onde se trabalha sazonalmente e muito pouco, principalmente na região da Amazônia Legal. Se você perder o período de seca, você perdeu o ano. E, se você perder o ano, sabe o que acontece? Aquela rodovia vai se deteriorar, vai ter problemas e nós vamos gastar muito mais depois para conserta-la.

E o senhor tocou em uma BR importantíssima, a BR-364, de Rondônia. Dois megaprojetos na área de energia elétrica estão sendo lançados, com imensos canteiros de obras. Só a parte do trânsito de cimento ou de preparo do cimento envolve mais de mil carretas por dia, afora todas as safras, todo o material que passa, todos os produtos que vão para Rondônia e para o Acre. Além disso, o Brasil está construindo, junto com o Peru, a rodovia pan-americana.. Não é a pan-americana; é a rodovia que vai até o Pacífico, até o Porto de Ilo, e já começam as cargas a circular por essa rodovia. Então, aquilo que era lá atrás, Senador Blairo Maggi, quinhentas carretas por dia, nos longínquos anos de 2003, 2004, hoje são cinco mil carretas por dia. Isso numa rodovia que já não suporta mais.

Nós programamos um Crema 2ª Etapa, e o senhor teve oportunidade de escutar a minha manifestação na frente do Ministro, com toda a bancada de Rondônia, que não era o ideal o Crema 2ª Etapa, porque é até um projeto de cinco anos, enquanto ali nós precisamos fazer uma intervenção imediata, de um ano, fazendo com que se melhore definitivamente a BR-364, que, do contrário, não vai suportar ficar aguardando obras até o próximo verão. E, neste momento, a licitação, que estava na praça, foi suspensa. E é uma obra que não tem nenhum problema, já passou pelo crivo do TCU.

Nós precisamos fazer com que essas obras que não têm problemas voltem imediatamente para a praça. Aquelas sobre as quais ainda se têm dúvidas, que fiquem até que se esclareçam as dúvidas. Esse seria o meu apelo ao Ministro dos Transportes para que imediatamente revisse essa portaria e as obras que não têm problemas voltassem a praça para cumprir o processo licitatório e a contratação.

Com relação ao TCU, normalmente o TCU cumpre agendas que são previstas no FISCOBRAS. Para este ano, ele já está com a agende de trabalho. As SECECs, que são as Secretaria de Controle Estaduais já estão em campo, junto com as instruções da SECOB, e o rol de obras que estão enunciadas como obras para serem auditadas já estão no processo de auditoria.

Então, ele interfere tanto na execução da obra, como na licitação da obra e, muitas vezes, até na própria aprovação do projeto. Ele tem notícia de um projeto aprovado e começa a investigar a aprovação desse projeto. São metodologias, são aperfeiçoamentos que o TCU tem desenvolvido ao longo do tempo.

Temos elucidado muitas questões junto ao TCU. Recentemente, saiu um acórdão balizador sobre a questão do transporte de material betuminoso, material que vem das usinas, das geradoras, das produtoras de asfalto, material que vamos buscar nesses complexos. Esses materiais são transportados para todo o Brasil. Havia uma discrepância. Havia uma metodologia de dez anos. No último ano, o TCU contestou essa metodologia, achou que os referenciais deveriam ser revistos, fez um acórdão sobre isso e deu um prazo para o Dnit fazer uma revisão sobre isso e apresentá-la ao TCU. Então, há muitos assuntos que, muitas vezes, são recorrentes, e o TCU toma uma atitude como essa, produz um acórdão.

Uma questão relevante foi abordada pela Senadora Presidente Lúcia Vânia com referência aos projetos executivos.

A minha referência, Senadora, é que, para o bem de todos, de agora para frente, só sejam licitadas obras com projeto executivo. Sei que isso pode parecer um contrassenso para as obras da Copa do Mundo. Talvez, algumas obras da Copa do Mundo possam ter uma nova sistemática. Mas imagino, para essas obras de trabalho de longo prazo, para essas obras feitas pelo Dnit, principalmente em regiões metropolitanas, que têm interferência enorme numa quantidade de serviços, que fazer obras com projeto básico, é claro, vai ensejar a necessidade de aditivos. E, se estamos querendo combater a necessidade de aditivos, temos de fazer obras com projetos executivos. E mais: temos de fazer obras dentro de uma nova metodologia. E defendo a metodologia de empreitada global. O Governo, por meio do Ministério do Planejamento, do Ministério dos Transportes e do Conint, precisa definir termos de referência para obras rodoviárias, com suas classes determinadas com base em fluxo e volume tecnicamente, e para obras de travessia urbana, notadamente viadutos, rotatórias especiais, passagens inferiores, para que, efetivamente, haja parâmetros e limites para serem produzidas e estabelecidas essas obras.

Pessoalmente, tenho grandes dúvidas sobre a questão do RDC. Obviamente, o Dnit não foi consultado a respeito disso e não fez nenhuma manifestação.

Especificamente sobre processos licitatórios, o que vejo é que poderíamos ganhar muito tempo não

se estabelecêssemos uma nova modalidade, mas se reduzíssemos os prazos dos processos licitatórios. Isso é possível. Hoje, ninguém mais trabalha com montanhas de papel. Hoje, trabalha-se com planilhas, com Excel, com o mais moderno sistema de informática. As empresas de consultoria de projetos, pelos menos as boas, têm grandes programas em seus computadores que desenvolvem propostas, que desenvolvem complementos e levantamentos de campo para levantar as propostas. Desde o primeiro dia em que uma licitação é colocada na praça, isso fica à disposição, seja num projeto que tem técnica e preço, seja numa obra de menor preço. Então, podíamos reduzir, por exemplo, uma licitação de menor preço para 21 dias e estabelecer como prazo máximo de todas as reivindicações o prazo de nove dias, porque, em nove dias, os escritórios jurídicos, as assessorias jurídicas das empresas, as consultorias têm qualquer documento na mão e sabem exatamente o que precisam reivindicar, e nós também sabemos o que é preciso resolver. Então, poderíamos rapidamente encerrar aqueles processos licitatórios.

E mais: poderia haver uma pré-qualificação. A própria lei admite a pré-qualificação regulamentada, para que as empresas tenham um cadastro. A empresa é cadastrada, e, no cadastro, consta que a empresa é ilibada, não deve para o Fisco, tem suas certidões em dia, da mesma maneira que a Caixa Econômica faz com o Geric, que é gerência de cadastro, e só admite licitações de empresas aprovadas, o Dnit podia ter um mecanismo semelhante e só permitir... e também por tamanho.

Há empresas que não têm condições e, numa tomada de preço, pegam obras porque têm atestados, porque se unem com outras e pegam obras gigantescas. E depois não fazem, só causam problemas para a administração. Tem que ser encerrado aquele contrato, têm que ser tomadas providências; eles têm departamento jurídico, eles apelam. A nossa procuradoria é atulhada de serviço, tem poucos procuradores. Quer dizer, nós poderíamos simplificar tudo através de uma série de metodologias.

E isso que estou falando agora, Senador, que o senhor está me cobrando, que a senhora está me cobrando, são assuntos que eu venho discutindo há três anos nesta Casa, no Senado, na Câmara, nos fóruns.

Os jornalistas que eventualmente acompanham – há vários jornalistas que nos acompanham –, que vão ao Dnit, que fazem perguntas, que se interessam seriamente pelas questões e que escrevem suas matérias sabem o quanto eu tenho defendido algumas posições, algumas mudanças de metodologia, que são fundamentais para a sociedade brasileira. Não são fundamentais para o Dnit, para o Pagot; são fundamentais para a sociedade brasileira, para o próprio Governo atual e para o governo futuro.

Essa metodologia atual emperra; nós temos de estabelecer limites para os licenciadores. Não é possível se arrastar por dois, três anos um processo de licenciamento. Quer dizer, pode ser feita muito bem aquela obra com licenciamento único do Ibama. E que as medidas mitigadoras que normalmente são as exigências de Funai, que são as exigências de Iphan, que são as exigências da Fundação Palmares, do ICM-Bio, sejam cumpridas como medidas mitigadoras concomitantemente com a execução da obra. O quanto mais rápido nós seríamos! Não precisaríamos ficar revisando aquela obra, reajustando preço daquela obra. Então, há muitas coisas que eu me admiro de não terem sido colocadas na praça nesse período todo.

O Congresso, por várias vezes, ensaiou de fazer essa mudança de legislação, até escreveu alguma coisa na LOA, mas não prosperou. Então, eu me sinto assim, muitas vezes, desesperado no meu lugar de trabalho pelo excesso de burocracia e, principalmente por toda uma série de normas que nós temos que cumprir, que eu vejo que não dá em nada. Muitas vezes, enriquecem organizações não governamentais, escondidas atrás de universidades, escondidas atrás de institutos, e prejudicam demais a execução das obras no nosso Brasil como um todo.

E respondendo ao ilustre Senador. Primeiro, nem tudo que está escrito nos relatórios do TCU são verdades absolutas, porque nós contestamos o que está escrito. Certo? E agora eu me lembrei especificamente desse assunto da 060. Não houve obstrução, Senador. Pode acreditar que não houve obstrução. Aconteceu o seguinte: eles pediram a seção transversal da 060. Era uma exigência – e até que não é comum pegar uma rodovia de grande porte e exigir a seção transversal para investigá-la. Mas, provavelmente, o secretário local, aliás, o auditor local da Cesec teve dúvida de alguma coisa e pediu uma seção transversal. E o que fez a engenheira? Mandou o processo, mandou o disquete ou mandou sei lá o que para uma gráfica para fazer a impressão, e isso passou dos cinco dias que nós tínhamos para responder aquilo. Ela devia, imediatamente, ter mandado arquivo eletrônico. E não era desrespeito nenhum mandar arquivo eletrônico. Quando o arquivo eletrônico chegou às mãos desse auditor, ele disse que estava sendo um desaforo com ele, que ele não tinha pedido arquivo eletrônico; ele queria as pilhas de papel referentes à seção transversal dessa rodovia, que tem centenas e centenas de quilômetros e que geram centenas e centenas de documentos. Eu inclusive conversei não na secretaria-geral, mas conversei com o Dr. Ulisses da Secob – eu

me lembro muito bem desse caso – e disse a ele: "Dr. Ulisses, isso é um absurdo! Nós, de maneira nenhuma... Nós queremos é ajudar. O TCU pode pedir que nós vamos responder". E fiz questão, na semana seguinte, de encaminhar esses documentos. Eu, pessoalmente, cuidei desse assunto. Mas ficou lá escrito a questão da obstrução. Por isso que eu estou rebatendo com tanta veemência. Porque nós acompanhamos isso, Senador. Como é que eu vou querer ser apenado por obstrução de Justiça, por obstrução do TCU, por obstrução da CGU? De maneira nenhuma. Não concordo com isso, não tenho orientação para isso. E se algum funcionário, em algum momento, em alguma obra, fez isso, ou porque estava nervoso, ou porque estava numa situação, descumprindo uma ordem nossa, obviamente, eu chamo esse funcionário à responsabilidade, muitas vezes com suspensão, com abertura de um procedimento administrativo. Nós podemos ser culpados de uma série de coisas, mas não de obstrução da justiça e não de obstrução do trabalho do TCU e da CGU, de maneira nenhuma.

Até porque nós convivemos com eles diuturnamente, discutimos esse assunto nos diversos fóruns, que não são poucos. E eles têm as posições dele. Recentemente, na Procuradoria Geral foi feita uma discussão ampla, estava lá a Polícia Federal com seus relatórios, estava lá o TCU e a CGU com seus relatórios e fizemos uma discussão ampla, porque queremos melhorar os procedimentos. Até porque nós, gestores, não queremos ser apenados e responder com o nosso pouco patrimônio. Peguem minha declaração de imposto de renda e vejam meu patrimônio. Aliás, Senadora Lúcia Vânia, o meu sigilo fiscal, telefônico, bancário, da minha vida estão abertos, não precisa ninguém fazer requerimento, pode ir lá e consultar. O gerente da minha conta, por favor, está autorizado a entregar, para quem for autoridade competente, todos os meus extratos nos últimos 20 anos, certo? As minhas declarações de imposto de renda estão abertas, podem ser consultadas. A evolução do meu patrimônio, sem problema nenhum.

Então, eu não posso admitir esse assunto de obstrução de justiça.

Outro assunto que o senhor perguntou e que é relevante: a quem eu obedecia. E o senhor citou uma frase, uma frase minha. É que o senhor não me conhece. O Senador Blairo Maggi, que trabalhou comigo, já escutou essa frase várias vezes de mim: "Manda quem pode, obedece quem tem juízo." – é uma frase minha, certo? Essa frase me foi feita no escopo de uma pergunta. E eu respondi com essa frase, sem querer ser deselegante, sem nada.

Várias pessoas, não esse jornalista especificamente que foi absolutamente correto em sua reportagem, mas outros aproveitaram essa frase para dizer: "Ele está ameaçando o Governo." De maneira nenhuma. É um governo que eu admiro e para o qual trabalho alucinadamente, e que faço o maior empenho para que vá para frente, para que ele coloque as obras, para que atenda à sociedade, para que responda aos recursos do contribuinte que estão sendo colocados. Eu trabalho desesperadamente para que isso aconteça.

De forma nenhuma eu quero desobedecer a alguém, ameaçar alguém com essa frase. Eu quero dizer o seguinte: existe uma regra, existe um padrão, eu li aqui no começo as minhas responsabilidades e a quem eu devo respeito e responsabilidade e obediência. Eu coloquei lá: os meus pares da colegiada, eu não devo obediência, mas devo respeito a eles. A lei diz que eu posso aprovar por maioria absoluta. Eu não aprovo por maioria absoluta. Nós temos um acordo que é por unanimidade ou o projeto não é aprovado. Ou é unanimidade ou a licitação não vai para a praça. Ou é unanimidade ou aquele assunto não prospera no DNIT.

Outro detalhe que eu considero importante é essa questão da obediência. Eu devo, sim, obediência ao Conselho de Administração do DNIT, que é órgão superior do DNIT. Toda vez a gente reúne e tem vários assuntos a serem tratados, uma pauta extensa. E eu devo obediência. Lá se fazem as deliberações, são dadas as ordens para o DNIT. Eu tenho como obrigação forjar um orçamento e tenho um prazo e esse orçamento é forjado em cima dos levantamentos que são feitos. Posteriormente, são encaminhados ao Conselho de Administração, que remete ao Ministério dos Transportes. Isso é cumprido. Agora, se existem modificações nesse orçamento e existem modificações no orçamento, muitas dessas modificações são aprovadas no Congresso Nacional.

Hoje de manhã mesmo, eu estava fazendo um comentário com o Senador Rollemberg aqui que nós precisamos resolver definitivamente um problema. Já que estamos passando a limpo o DNIT, nós temos que resolver um problema: não é mais possível se começar uma obra e não se terminar a obra. São obras que começaram de emendas parlamentares, de investimentos chamados "demais investimentos". Não é da rubrica do PAC, porque a rubrica do PAC tem recursos para projeto, para início, meio e fim das obras. São obras que começaram com emendas parlamentares e que tinham que ter, nos anos subsequentes, os recursos necessários para serem concluídas. Eu tenho mais de 100 obras no Dnit que começaram com emendas parlamentares e que estão paralisadas. Isso é um desperdício de dinheiro público.

Então, nós temos que resolver essa situação. O próprio Congresso separar, no orçamento, um recurso para terminar essas obras. Porque são todas obras importantes, reivindicadas por bancadas parlamentares. E digo para os senhores que a maioria delas não tem nada a ver com o PR, tem a ver com o PMDB, tem a ver com partidos de oposição, tem a ver com vários partidos, em que o Senador, num determinado momento, fez uma emenda, as vezes, individual, as vezes, sacrificando a emenda individual inteira. Conseguiu o limite, colocou a obra na praça e agora não consegue continuar, porque nos anos subsequentes ele não consegue tocar aquela obra. Então, são coisas nas quais precisamos intervir e fazer modificações e vejo que é um trabalho conjunto, coletivo, e o próprio TCU pode trabalhar muito nisso. E por que falo no TCU, porque vejo no TCU uma belíssima organização, com auditórios preparados, com assessoria, com todo o sistema de informática que precisa, não igual ao Dnit. Faz três anos que o Dnit está buscando, tentando conseguir recursos para investimento no nosso sistema de informática e sair do jugo do Serpro, porque não aguento mais trabalhar com o Serpro, não responde às necessidades que tem o Dnit. E se os senhores forem nas nossas unidades locais, se forem na superintendência, enquanto lá estão os engenheiros das companhias de engenharia com *palm top*, *notebook*, sete, catorze, quinze, com *iPad*, com o não sei o quê. O nosso está com computador da outra geração, com uma vaga lembrança, nem memória tem. Então, são situações terríveis que se vive no dia a dia, você olha o veículo em que as empreiteiras transitam nas obras e olha os Santanas velhos em que transitamos, os Gols velhos em que transitamos. Quer dizer, não estou dizendo que isso vá ensejar a corrupção, que por isso o cara tem que ceder à vontade do empreiteiro, não. Estou dizendo que nós precisamos ser respeitados no nível em que o Dnit está atuando; que nós precisamos dessa reestruturação para poder cumprir com o povo brasileiro, cumprir com as nossas responsabilidades e com as responsabilidades do Dnit.

Agora, o Dnit não é o Ministério dos Transportes, o Dnit é o Dnit; Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte, com todas as suas responsabilidades. E tanto eu, como o senhor perguntou, Senador, os outros diretores têm responsabilidades equivalentes a cada pasta. O Diretor de Infraestrutura Rodoviária, é claro que tem um orçamento maior do que a Diretoria de Infraestrutura Ferroviária, até porque o nosso País é rodoviarista, o Diretor de Infraestrutura Rodoviária, é claro que tem um orçamento maior do que o Setor Aquaviário, porque sequer começamos a trabalhar com o Setor Aquaviário no Brasil, e precisávamos começar a trabalhar imediatamente. Passei, nos últimos anos aí, quase caixeiro viajante, aproveitando as minhas visitas às obras, fazendo reuniões com o governo de Goiás, com o governo de Minas Gerais, com o governo de São Paulo, com o governo do Paraná, com o governo de Mato Grosso do Sul, porque considero extremamente importante colocar para funcionar a hidrovia do Tietê Paraná. Não daquele jeito que ela está funcionando, transportando 5 milhões de toneladas de carga, uma hidrovia que tem um potencial de 110 milhões de toneladas de carga. Poderia tirar todas essas carretas da estrada, está transportando 5 milhões de toneladas de carga, por quê? Porque não tem investimentos, precisa de investimentos.

Agora, o PAC 2 traz um alento, pelo menos, 600 milhões de obras para a hidrovia do Tietê-Paraná e mais 400 que o Governo de São Paulo vai colocar. Então, essas parcerias, também, são fundamentais e necessárias. E uma nova legislação sobre convênios. Precisamos ter uma nova legislação sobre convênios. Não sou contra fazer convênios, só que o ente que está sendo conveniado, o Estado que está sendo conveniado, a prefeitura tem que ser responsabilizada 100% por aquela obra; não da maneira como se toca hoje.

Quer dizer, tem fiscalização do TCU, porque é dinheiro do Governo Federal, tem fiscalização da CGU, dentro do Dnit para ver o que está fazendo, mas a prefeitura ou o governo do Estado que está recebendo aquele recurso tem que ser responsabilizado 100% pelo valor daquela obra. Eu lhe garanto que muitas coisas que acontecem nos convênios mudariam de figura, e muitas obras que estamos cancelando hoje, muitas obras que estamos relicitando hoje, nasceram de convênios e convênios que não prosperaram ou convênios que estão aí há 20, 30 anos andando.

Então, vejo que há situações ... E quando falo do futuro, não sei o meu futuro. Senador, quero lhe falar que não sei do meu futuro. Eu sei que, no Dnit ou fora dela, uma coisa ninguém vai tirar: a minha capacidade de trabalho. Se eu vou estar trabalhando...eu vim da iniciativa privada e estou doido para voltar para a iniciativa privada. Eu já falei isso para o Senador Blairo Maggi, eu tenho projetos para o rio Madeira, eu tenho projetos para uma navegação de cabotagem, são projetos que no futuro eu vou trabalhar.

Então, se eu vou continuar no Dnit eu não sei, só depende de uma pessoa: da Presidente Dilma Rousseff. Ela sabe se eu vou ou não continuar no Dnit. Agora, eu não podia deixar de vir me manifestar aqui, fazer a defesa do DNIT, porque o DNIT... e aí me desculpe Ministro Hage, mas eu não concordo com o senhor em um ponto. Eu concordo com as suas investigações, eu concordo com as suas auditorias, eu concordo com

seu grupo de trabalho, eu concordo com o Agapito, com o Wagner, como Tarcísio, com o Júnior, mas eu não concordo que o Dnit tem DNA de corrupto. O Dnit pode ter, em alguns momentos, situações de ilicitudes e de corrupção, todas elas nas barras dos tribunais, todas elas com PAD, todas elas com inquéritos, em todas elas quem deu causa está respondendo, até com patrimônio.

O Dnit, eu digo aos senhores, é o Dnit do bem, é o Dnit dos trabalhadores, é o Dnit dos abnegados, é o Dnit que na hora das emergências chega na comoção e continua no ranger de dentes, porque tem muita gente que chega na hora da comoção e some do canteiro dos desabrigados. E o Dnit continua no canteiro dos desabrigados. O Dnit é de gente que trabalha muito em prol do Brasil.

Eu espero ter conseguido responder ao senhor.

Desculpe, faltou a questão da Valec, das ferrovias. Eu não posso falar pela Valec. Eu acredito que, no momento adequado, o próprio Congresso Nacional deve chamar a Valec.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Passo a palavra ao Senador Aloysio Nunes, para a última pergunta. E quero dizer ao Senador que já estamos na Ordem do Dia e sou obrigada a encerrar a reunião.

Tem a palavra V. Exª.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Srª Presidente, uma vez que tive a honra, junto com o Senador Blairo Maggi, de ser o autor deste requerimento.

As explicações e as respostas que o Sr. Luiz Pagot deu serão evidentemente examinadas por cada um dos Senadores, serão esquadrinhadas, tem aí os órgãos de controle, inclusive o controle externo, o Tribunal de Contas, as investigações que foram hoje referidas pelo Ministro da Justiça...eu volto à primeira pergunta que fiz e cuja resposta muito é ilustrativa sobre o modo de funcionamento dessa nossa República de hoje. Eu perguntei ao Sr. Luiz Pagot qual era a sua situação funcional. Ele me disse e depois reiterou essa resposta que ele era o Diretor do Dnit e que estava apenas de férias. Ora, toda esta audiência pública e a demissão do Ministro dos Transportes não se originou não de uma denúncia da oposição, mas de uma reportagem em que é relatada uma conversa, uma diatribe, um cobrança rigorosíssima da Presidente da República aos seus subordinados que integram e integravam a cúpula do Ministério dos Transportes.

Quem vazou essa notícia evidentemente não foi nenhum dos senhores que estavam presentes na reunião. Evidentemente, ninguém vai produzir um fato negativo contra si mesmo. É óbvio que o vazamento da notícia foi por responsabilidade do próprio Palácio do Planalto. Não há outra explicação.

E segundo o relato que a revista *Veja* transcreve, a Presidente Dilma foi muito além do tom que ela – segundo dizem seus subordinados, os atuais e ex-subordinados – costuma adotar. Ela fala em viabilização do governo, ela fala em preços insuflados – um termo que ela teria usado –, ela fala em necessidade de três babás para o Ministério dos Transportes, para cada um dos senhores. Feito isso tudo, o que acontece? O Ministro dos Transportes recebe uma nota no dia seguinte em que o Governo reitera a sua total confiança nele, apenas depois ele pede demissão diante do vazamento de uma reportagem do jornal *O Globo* de que a empresa do seu filho teria aumentado o seu patrimônio em 84 mil por cento. E aí o braço direito do Ministro, que é o Secretário Executivo, quem toca a máquina do Ministério é nomeado no lugar desse Ministro, para continuar tocando o Ministério, já que era ele que fazia parte da cúpula do Ministério como Secretário Executivo, o que contribuiu a que o Ministério tivesse uma imagem tão ruim aos olhos da Presidente da República. E ele é nomeado Ministro.

O Controlador Geral da União vem e diz que o Dnit tem o DNA da corrupção e ele não é demitido! Ele diz isso de um órgão subordinado a um colega dele, também Ministro: "O Dnit tem o DNA da corrupção." E ele não é demitido. O senhor aqui toma as dores do órgão que o senhor dirige, continua dirigindo, embora de férias, mas ninguém repreendeu o Ministro por ter dito que um órgão do Governo da importância do Dnit tem o DNA da corrupção.

O senhor está no pelourinho, mas a Diretoria do Dnit, como o senhor disse e lembrou, é um órgão colegiado e as decisões são tomadas por unanimidade. Os demais diretores estão lá quietinhos, acomodados, ninguém fala deles. Se o senhor não dissesse aqui, até respondendo a uma pergunta minha, quem são, não seriam seus nomes sequer mencionados pela imprensa, com exceção de um deles que seria membro do PT.

Então, Dr. Pagot, tudo indica – não tenho bola de cristal – que o senhor será uma vítima imolada no altar da deusa das boas aparências. Quando terminar o seu período de férias, o senhor será exonerado ou pedirá exoneração. Mas, pelo andar da carruagem, pelo tom das coisas, pelas práticas correntes nesse governo e que são as mesmas correntes do governo anterior, tudo continuará como dantes no quartel de Abrantes.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Pergunto ao Dr. Pagot se ele tem alguma observação a fazer. (*Pausa.*)

Senador Blairo.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Quero cumprimentar V. Exª pela condução dos trabalhos. Afinal, foi uma audiência bastante longa, mas também todos os colegas Senadores que aqui se manifestaram fizeram de forma respeitosa, não houve aqui nenhum ataque pessoa a ninguém.

E quero também aqui cumprimentar o Dr. Luiz Antonio Pagot pela forma clara, pela forma precisa como colocou os temas e as respostas que foram feitas através das perguntas.

Portanto, eu quero crer que um dos objetivos, ou o maior objetivo que nós queríamos com a sua vinda aqui nós atingimos, que foi o de dar as devidas explicações de como funciona o DNIT, como funcionam as estruturas de governo. E, em nenhum momento aconteceu como foi preanunciado ou especulado de que se faria uma audiência pública para execrar o governo ou para falar disso ou daquilo. Não. O objetivo sempre foi no sentido de buscar o entendimento, de buscar a verdade. Acho que o Dr. Luiz Antonio Pagot conseguiu colocar aqui com bastante propriedade o seu conhecimento não só sobre como funciona o DNIT, mas sobre como é a infraestrutura brasileira, das suas necessidades, das suas mazelas.

Enfim, espero que esta audiência pública, Senadora Lúcia Vânia, possa ajudar a própria Presidente da República, a nossa Presidente Dilma, a buscar um caminho mais tranquilo, a fazer com que as obras públicas possam de fato acontecer.

Eu vou aguardar, como já disse a alguns jornalistas que me perguntaram, não é segredo para ninguém, que o meu pleito na Casa Civil, junto ao Governo, de que, no final dos 30 dias de férias do Luiz Antonio Pagot, se houver qualquer levantamento, qualquer confirmação, qualquer tipo de problema dos que foram aventados nessas matérias veiculadas nos últimos dias, não há dúvida nenhuma de que eu serei o primeiro a pedir para que o Dr. Luiz Antonio Pagot se afaste do cargo do qual está à frente neste momento. Mas também, se não houver nenhum empecilho, se não houver nenhuma comprovação, se não se comprovar absolutamente nada, claro que os cargos da Nação sempre pertencem à Presidente, é ela que tem o comando, é a ela que cabe a definição das coisas que se devem fazer.

Eu me referi em alguns momentos, em todo esse episódio, eu mostrei minha contrariedade com a forma como tudo isso se desenrolou, com a forma como foi feito, sem que as pessoas tivessem a oportunidade sequer de falar, sequer de se defender. E acho que aqui demos a oportunidade a alguém que presta serviço ao Governo, a alguém que tem o conhecimento do Governo, a alguém que trabalha, como disse aqui, diuturnamente para que este País possa dar certo. Então, da minha parte, eu me sinto absolutamente à vontade e tranquilo hoje aqui nesta reunião.

E também quero dizer a V. Exª, Srª Presidente, já que sou Vice-Presidente da sua Comissão de Infraestrutura, e quero dizer também aos demais colegas que, na tarde de ontem, agradeci à Presidente Dilma. Na quarta-feira, ela me fez o convite para que eu aceitasse dirigir o Ministério dos Transportes, e eu expliquei ontem a ela os motivos pelos quais eu não tenho a condição de aceitar, ou não tinha condição de aceitar esse convite, em função de questões empresariais que são legais, e muitos acham que não é legal, mas eu diria que, no mínimo, é ético, já que temos negócios, sou sócio de empresas. Não é que tenho negócios com o Governo; o Governo regula negócios de que eu faço parte. Portanto, não acho justo, não é correto, não é ético, não é moral eu sentar de um lado da mesa para pedir e mudar a cadeira para o outro lado para depois receber.

Portanto, lamento não poder ajudar. Creio eu que, com o conhecimento que tenho, com dois mandatos de governador, tendo feito o maior programa rodoviário deste País em quatro anos, poderia, e muito, ajudar a conduzir essas questões da rede de transportes. Mas, infelizmente, as coisas são incompatíveis, e, portanto, Senadora Lúcia Vânia, a senhora terá que me suportar aqui como seu Vice-Presidente até o final da nossa gestão.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra, o Dr. Pagot.

O SR. LUIZ ANTONIO PAGOT – Inicialmente, eu queria...

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Por favor, permita-me.

Apenas para agradecer também ao Senador Aloysio Nunes, que, junto comigo, fez este requerimento para que esta audiência pública pudesse acontecer.

Muito obrigado, Senador.

O SR. LUIZ ANTONIO PAGOT – Senadora Lúcia Vânia, agradeço demais a sua paciência. Eu tomei aqui demasiado o seu tempo. Havia respostas que não poderiam ser dadas em tempo mais breve, porque são assuntos complexos. Então, agradeço demais à senhora.

Agradeço também aos autores do requerimento, Senadores Blairo Maggi e Aloysio Nunes Ferreira. Muito obrigado.

Agradeço pela forma cavalheiresca como todos se comportaram. Acho que foi uma coisa importante. Eu passo um momento difícil, os senhores tiveram muito respeito, e, obviamente, tenho muito que agradecer por isso, porque poderiam ter usado a tribuna de forma

veemente e ter me colocado numa situação ainda mais constrangedora do que a situação que eu vivo hoje.

Também agradeço a paciência dos jornalistas comigo, porque tenho um rol de jornalistas que, seguidamente, frequentam o Dnit, com temas, com matérias, com interrogações, com pautas, a quem, nesses últimos dias, não pude atender de maneira alguma, até porque fiz um compromisso de que só vou me manifestar aos jornalistas depois das audiências do Senado, que é hoje, e da Câmara, que é amanhã.

Então, agradeço a compreensão.

Muito obrigado a todos, e que Deus abençoe a todos.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia Bloco/PSDB – GO) – Quero dizer, Dr. Pagot, da nossa satisfação em recebê-lo aqui nesta Comissão. Gostaria de cumprimentá-lo pela forma didática com que V. Sª colocou todos os problemas que foram aqui levantados.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente audiência pública.

(Levanta-se a reunião às 14 horas e 24 minutos.)

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

ATA DA 42ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 28 DE JUNHO DE 2011, TERÇA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, NA SALA Nº 02, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e cinco minutos do dia vinte e oito de junho de dois mil e onze, na sala 02, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador **(Paulo Paim)**, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Assinam o livro de presença os seguintes Senhores Senadores: **Ana Rita, Paulo Paim, Wellington Dias, Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Cyro Miranda e Mozarildo Cavalcante**. A presente reunião destina-se a apreciação da seguinte **PAUTA**. Audiência Pública, nos termos do Requerimento nº 53, de 2011 – CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, aprovado em 19/04/11, **"para debater a integração entre o desenvolvimento do país e os Direitos Humanos e Sociais"**. Convidados: José Carlos de Assis, Economista e Professor; Rodrigo Sabbatini, Professor, Coordenador do Curso de Economia da FACAMP; Hamilton Dias de Moura, Diretor Nacional de Organização da Nova Central Sindical de Trabalhadores – NCST; Maylle Alves Benício, Estudante de Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB; Renato Rabelo, Presidente do PC do B, em representação a senhora Jandira Feghali, Deputada Federal do PC do B/RJ; Samuel Gomes Dos Santos, Ex-Presidente da Estrada de Ferro Paraná Oeste S/A – Ferroeste, Coordenador do Movimento Ferrosul. O Senhor Presidente franqueia a palavra a diversas lideranças presentes no plenário da Comissão. Faz uso da Palavra o Senador Paulo Paim. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, às doze horas e dezenove minutos, lavrando eu, ***Altair Gonçalves Soares***, a presente ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Paulo Paim,** Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Declaro aberta a 42ª Reunião Extraordinária da 1ª Sessão Legislativa da 54ª Legislatura.

Solicito a dispensa da leitura da ata da reunião e a coloco em votação.

Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

PAUTA
(AUDIÊNCIA PÚBLICA)

Audiência Pública, nos termos do Requerimento nº 53, de 2011 – CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, aprovado em 19/04/11, **"para debater a integração entre o desenvolvimento do país e os Direitos Humanos e Sociais".**

Esta é a primeira de uma série de audiências públicas que faremos sobre esse tema, da importância dos direitos humanos, assuntos sociais, Mercosul e, naturalmente, também, a integração da América do Sul.

Nesse sentido, esta primeira reunião nós faremos com os seguintes convidados. Foram convidados para este primeiro debate – depois vou explicar, na sequência, quais serão os outros – Ricardo Abreu, Secretário de Relações Internacionais do PCdoB, representando a SrªJandira Feghali, Deputada Federal do PCdoB, que, a partir do momento em que lançarmos a Frente Parlamentar pelo Desenvolvimento Integrado da América do Sul, objetivo daqueles que estão trabalhando na formulação desse importante evento, desse importante encaminhamento para o desenvolvimento da nossa América do Sul, foi convidada para coordenar a Frente na Câmara e eu fui convidado para coordenar a Frente aqui no Senado. Enfim, vamos debatendo o tema.

Além de Jandira Feghali, foi convidado para este evento um dos formuladores de uma série de documentos que tratam sobre a integração e o desenvolvimento sustentável da América do Sul o economista e professor, que esteve comigo diversas vezes tratando

sobre essa questão, o Sr. José Carlos de Assis, que vai fazer parte também, hoje, do debate aqui na nossa Comissão.

Foi convidado também Rodrigo Sabbatini, que é professor e coordenador do curso de Economia da Facamp.

Foi convidado ainda o Diretor Nacional de Organização da Nova Central Sindical dos Trabalhadores, Hamilton Dias de Moura.

Também vai estar conosco o Maylle Alves Benício, estudante de Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba, que também está se dedicando a esse tema junto, principalmente, à juventude, aos nossos estudantes.

Quero ainda, antes de iniciarmos nossos trabalho especificamente sobre o tema, e o tema é "Integração da América do Sul", sempre com o olhar natural, naturalmente, para o Mercosul, anunciar a todos que nós, na nossa sequência de atividades, teremos o seguinte roteiro a partir da próxima segunda-feira.

Segunda-feira teremos aqui um debate sobre a situação dos funcionários das Relações Exteriores lotados em consulados brasileiros e representações diplomáticas.

Eu recebi uma série de documentos, de diversos países, em que os funcionários que estão no exterior alegam que não recebem o mesmo direito dos trabalhadores brasileiros. Outros dizem até que, muitas vezes, é assegurado a eles a legislação que lhe é menos benéfica, ou seja, que lhe traz mais prejuízo. Se eles estão no exterior, digamos, se estão na África, num paisinho da África, se a relação empregado-empregador lá, ou seja, entre Estado e funcionário, é pior do que a legislação brasileira, adota-se aquela legislação. E em outros países onde a legislação do Brasil não alcança a legislação daquele país, adota-se a brasileira.

Então, queremos fazer um debate franco, tranqüilo, transparente, com os nossos representantes do Ministério das Relações Exteriores, para que se resolva essa questão e vamos ver onde está exatamente a verdade e onde há algum desvio de conduta, se for o caso.

Quero lembrar também que, na terça-feira, dia 5, vamos debater a situação das fábricas que são administradas por trabalhadores numa política de gestão. Temos inúmeros casos no Brasil. Qual a participação do Estado? Enfim, como a gente ajuda para o desenvolvimento, aí também o desenvolvimento integrado entre Estado, a gestão dessas empresas e o desenvolvimento sustentável, sempre com a ótica dos direitos humanos e da questão social.

Esse debate de terça-feira será uma reunião conjunta da Comissão de Direitos Humanos e da Subcomissão de Trabalho e Previdência, que eu coordeno na Comissão de Assuntos Sociais.

Na quinta-feira, dia 7, nós teremos, então, o lançamento da Frente Parlamentar de Erradicação do Trabalho Escravo. Faremos uma audiência pública para debater o combate ao trabalho escravo e, ao mesmo tempo, lançar a Frente Parlamentar de Erradicação do Trabalho Escravo.

Lembro que aqui existe uma subcomissão que, para orgulho de todos nós, quem preside é o Senador Cristovam Buarque.

Nesse dia, o Senador também vai dar posse... Eu darei posse ao Senador Cristovam como Presidente dessa Comissão Especial de Combate ao Trabalho Escravo, que será, então, coordenada pelo Senador Cristovam Buarque.

Lembramos ainda que, segundo o calendário do mês, no dia 11 vamos debater o cumprimento do papel das agências reguladoras na aplicação de leis que promovam a dignidade do consumidor.

Nós tivemos, aqui, uma audiência pública em que ficou comprovado que há o que eu poderia chamar, sendo bem respeitoso, de desvio de conduta em inúmeros postos de combustível, onde se fala em sonegação nas notas, mistura de água com gasolina, manipulação da bomba... Foi dito aqui que até com celular são alterados os valores e o número de litros que efetivamente são colocados nos carros.

Devido a isso, eu chamei para outra audiência pública, nesse dia 11, em defesa do consumidor, e a ótica, naturalmente, é a dos direitos humanos, a Polícia Federal, o Ministério da Justiça, a Agência Nacional do Petróleo, e a Agência Nacional de Transportes Terrestres, além, como eu disse antes, do Ministério da Justiça, para apontarmos caminhos, porque é inadmissível que o cidadão pague para ter, sei lá, vinte litros de combustível no seu carro e receba, na verdade, quinze ou dezoito litros. Isto é da maior gravidade e por isto faremos essa audiência no próximo dia 11.

No dia 13, teremos uma audiência pública para debater a aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente. Eu considero que ele e o Estatuto do Idoso são as duas principais leis em defesa da nossa gente, do nosso povo, porque a criança de hoje é o idoso de amanhã.

Então, a aplicação na íntegra do Estatuto da Criança e do Adolescente é uma obrigação da sociedade brasileira, e nós aqui na Comissão de Direitos Humanos queremos saber como está a aplicação desse estatuto e também dos outros, no futuro. Vamos caminhar também para o debate do Estatuto do Idoso, casualmente de nossa autoria, tanto o Estatuto do Idoso quanto o Estatuto da Igualdade Racial. Ambos os

projetos apresentei, aprovamos e foram sancionados pelo Presidente Lula, tanto o Estatuto do Idoso quanto o da Igualdade Racial.

Na quinta, dia 14, teremos, então, uma sessão deliberativa e, depois, teremos o recesso nesse período de 15 a 29. Já dia 2 do próximo mês, teremos, então, o debate sobre a redução da jornada de trabalho. Dia 2 de agosto, terça-feira, em cima desse ciclo de debates pela integração da América do Sul, nós vamos ter a defesa do emprego no contexto da crise mundial – dia 2 de agosto, que é uma terça-feira.

No dia 1º de agosto, vamos ter o debate sobre a redução de jornada, já com a presença confirmada das centrais sindicais – isso no dia 1º de agosto. No dia 2 de agosto, já que as centrais estarão em Brasília, elas participarão – aquilo que eu falava na abertura – do ciclo de debates sobre a integração da América do Sul na óptica do emprego, no contexto da crise mundial.

Dia 6 de setembro, terça-feira, teremos também outro debate, sobre o tema de hoje, integração da América do Sul na defesa do mercado interno no contexto da crise mundial, sempre olhando a questão dos direitos humanos.

No dia 4 de outubro, Integração da América do Sul – Perspectivas das mulheres e da juventude nesse contexto, na ótica do social e também do emprego.

A intenção nossa é de, no mês de novembro, termos uma sessão no plenário do Senado sobre esse tema, Integração da América do Sul sempre na óptica do desenvolvimento sustentável, dos direitos humanos e da questão social.

Lembramos a todos que, na próxima sessão deliberativa, além de inúmeros projetos terminativos – vamos fazer um esforço concentrado nesse sentido –, teremos também alguns projetos não terminativos, mas todos de suma importância para a sociedade brasileira.

A partir desse momento, eu gostaria de entrar no tema que vamos debater, a partir do momento em que todos os nossos convidados já estiverem no Plenário.

Eu gostaria já de fazer a primeira apresentação, apresentação de um tema de suma importância. Peço aos convidados que sentem na primeira fila, porque, em seguida, vamos passar a fazer o trabalho aqui com a presença dos senhores já na Mesa. No momento, sentem na primeira fila e, depois, nós os chamaremos aqui.

Vou fazer aqui a primeira apresentação, porque esta Comissão pretende, com esse debate – e eu falava aqui na abertura –, aprofundar a questão dos direitos humanos e a questão social não só no Mercosul, mas também, com certeza absoluta, em toda política sobre a importância da integração da América do Sul.

Nesse sentido – chegam os outros convidados –, vou apresentar o primeiro documento, que leva como título a “Integração da América do Sul e o Mercosul”.

Desde a formação do Mercosul, Mercado Comum do Sul, os acordos estabelecidos buscam estimular a integração comercial, política e social da América do Sul, possibilitando assim, sob a ótica da expansão comercial, um crescimento mais equilibrado entre os países membros. É a união aduaneira, o livre comércio, apontando aí para a política comercial comum de países da América do Sul.

Em sua formação original, o bloco era composto por 4 países: Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. Desde 2006, a Venezuela depende da aprovação dos congressos nacionais para que sua entrada seja de uma vez por todas aprovada.

Embora a integração comercial do Mercado Comum do Sul, Mercosul, desde a criação do bloco econômico em 91, tenha se deparado com conflitos políticos e comerciais, principalmente entre Brasil e Argentina, Uruguai e Paraguai, é difícil negar a importância, para os países que compõem o bloco, que essas questões burocráticas – porque na verdade o viés é econômico e social na questão do fundo – sejam superadas.

Recentemente, a Argentina bloqueou mais de 600 produtos brasileiros quando estavam a adentrar naquele país. Passado um tempo, corretamente, a Presidente Dilma baixou também um decreto criando os mesmos obstáculos que a Argentina estava criando para os produtos brasileiros. A partir daí, passou-se a dialogar no sentido de se resolver essa questão que parece burocrática, mas é econômica e social, devido ao impacto nas empresas do Brasil, e, a partir da reação brasileira, das empresas da Argentina.

Enfim, um dos desafios do Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai ainda é o de minimizar as diferenças estruturais presentes no decorrer do processo de integração regional promovido pelo Mercado Comum do Sul, o nosso Mercosul.

Desde 2004, foi criado o Fundo para a Convergência Estrutural e Fortalecimento Institucional do Mercosul, Focem, com o objetivo de financiar programas para promover a convergência estrutural, desenvolver a competitividade e promover a coesão social, em particular, das economias menores e das regiões menos desenvolvidas, saindo da esfera meramente comercial e considerando também como relevantes as esferas institucional, política e social. Aí a gente entra também com o debate da questão dos direitos humanos.

No que tange às questões sociais, principalmente as que têm impacto no nível de emprego, a integração econômica dos países leva a uma maior especialização produtiva por parte dos mesmos, fazendo com que

cada país busque competitividade no mercado externo, visando a aumentar o seu PIB.

Portanto, é necessário que os países, regiões e setores econômicos que ainda se encontram pouco competitivos, ou seja, que não acompanharam os avanços da tecnologia, não oportunizaram o investimento em infraestrutura em logística visando à comercialização dos produtos, busquem fazê-los. Dessa forma, vamos diminuir essas disparidades tanto campo social, quanto no campo das políticas humanas. Assim, avançaremos no âmbito do Mercosul e vamos tornar uma das prioridades o debate e a aplicação com viés nos direitos humanos e social do Fundo para a Convergência Estrutural e Fortalecimento Institucional do Mercosul, Focem, que tem clara toda a questão estrutural.

Com intuito de reduzir essas diferenças estruturais que só prejudicam a relação comercial, as políticas social e dos direitos humanos que compões os países do bloco, eu apresentei um projeto, e vai ser palco desse debate, que está tramitando aqui no Senado, o PLS 232, de 2011, que concede benefícios para projetos que fortaleçam a integração regional da América do Sul.

Esta Comissão vai trabalhar, naturalmente, nesse viés, também junto ao Mercosul, já que nós fomos pré-indicados – ainda pré-indicados, porque não está oficializado – para representar o Partido dos Trabalhadores no Parlasul.

Apresentei outro projeto também aqui no Senado que vai para o debate no bloco do Mercosul, o PLS nº 17, de 2007, que autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade do Mercosul, com sede no Estado do Rio Grande do Sul. Esse projeto está para ser apreciado na Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul.

Com relação à representação brasileira no Mercosul, o Parlasul, desde o mês passado, o Congresso Nacional autorizou o Brasil a ter mais parlamentares representando o País, sendo que o número de titulares subiu de 18 para 37, 27 Deputados e 10 Senadores. Esse aumento no número de integrantes da representação destina-se a cumprir um acordo celebrado com os demais países do bloco, o chamado critério de representação cidadã. Nós somos um dos poucos países em que a indicação ainda é indireta; no caso do Senado, 10 Senadores, da Câmara, 27, mas a intenção é que o Brasil também, a partir das eleições do ano que vem, eleja os seus representantes para o Parlasul de forma direta. Mas como, nesse período de hoje, desta semana, e até 2012, a indicação será indireta, faremos parte, então, desse debate no Mercosul.

Aí, Walcênio e outros companheiros, depois é que nosso período vai começar; depois das 9 horas e 30 minutos, nós vamos levar também o debate sobre a questão do Estatuto do Motorista, numa visão internacional, e principalmente lembrando aqui a questão de Jaguarão, a questão das fronteiras. Qual é o papel do motorista, quais são os direitos e deveres, e o período que eles ficam muitas vezes, conforme os exemplos que você poderá dar, até três, quatro dias esperando na fila para ter acesso para poder descarregar a mercadoria no país a que ela se destina.

Mas permitam que, neste momento, eu entre falando especificamente sobre a importância da integração da América do Sul, já com a presença, agora, do nosso querido amigo e convidado José Carlos de Assis, economista e professor.

José Carlos, se você permitir, eu gostaria que você sentasse aqui à Mesa neste momento. Em seguida, vamos convidar, após a introdução que farei, os nossos painelistas nesse debate para vir à Mesa.

Apenas vou deixar o José Carlos, neste momento, aqui. José Carlos, todos sabem, é um dos mentores deste debate sobre a integração da América do Sul. E esse documento que vou ler – e José Carlos sabe que ajo sempre assim – foi muito construído com a assessoria dele. Então, vou ler esse documento para fazer uma introdução ao debate. Em seguida, convido nossos debatedores para virem à Mesa.

Durante anos e até décadas nos acostumamos a falar da integração sul-americana como um objetivo, sobretudo, romântico, tendo em vista afinidades históricas, culturais entre os povos e a própria língua da América do Sul.

O marco importante nessa política de integração dos países foi, com certeza, como aqui apresentei antes, a constituição do Mercosul, sem dúvida uma experiência que está sendo penosa, mas vitoriosa no campo comercial, mas ainda muito limitada no campo da integração produtiva dos direitos sociais e humanos, por isso o debate aqui, na Comissão de Direitos Humanos.

Outra conquista importante ocorreu em 2008, com a assinatura do Tratado Constitutivo da União de Nações Sul-Americanas, a Unasul, responsável pela fusão do Mercosul com a Comunidade Andina de Nações. Apesar disso, ainda há restritas implicações no campo da integração econômica.

No âmbito da Unasul, como vocês sabem, o Brasil tem representado um papel de destaque, que representa a defesa dos direitos humanos de todo cidadão, independente de raça, gênero, etnia, nacionalidade, enfim, combatendo todo tipo de preconceito.

O Governo garante, sem nenhuma distinção, o acesso à vida, à alimentação, saúde, moradia, educação, afeto e à livre expressão de sexualidade. Isso, uma visão ampla do que nós, no Brasil, pensamos, do

combate a todo tipo de preconceito, como eu dizia, por raça, por origem, por sexo, por idade, por procedência, por religião. Enfim, que a gente possa varrer, de uma vez por todas, os preconceitos do Planeta. Aqui, estamos tratando da América do Sul.

Amigos, é hora de mudar. É hora de a nossa estratégia de integração sul-americana efetivamente avançar. O contexto internacional nos impõe isso acima de qualquer tipo de divergência política interna ou internacional. O mundo industrializado, avançado está em profunda crise econômica, quase todo ele lutando contra a estagnação produtiva e, por decisão de suas lideranças políticas, entrou pelo caminho dos ajustes fiscais e da contração do consumo interno com o intuito de gerar excedente para que a gente possa avançar – é assim que eles pensam – na linha da exportação.

Nós, os países em desenvolvimento ou emergentes, somos os destinatários naturais dessa avalanche exportadora. Isso significa alto risco para nossas estruturas industriais na América do Sul em face da ameaça do *dumping* manufatureiro, que não só vem dos países ricos, mas também da China e de outros exportadores asiáticos.

Temos a favor desse *dumping* a questão dos juros e do câmbio. Contudo, no momento, não estamos falando disso. Estamos falando de questões estruturais que subsistirão, mesmo se tivermos uma correta política monetária e cambial. É fato, é real.

É claro que nem todos os países da América do Sul correm o mesmo risco. Países como o Brasil, que detêm uma estrutura industrial relativamente mais avançada, correm risco menor. Contudo, não conheço nenhum país sul-americano, por menor que seja, que não tenha o objetivo de instalar ou ampliar sua base industrial. Trata-se de uma pretensão natural e justa, legítima, pois todos sabem que a indústria e os serviços, não o setor primário, são os setores que geram mais e melhores empregos na economia.

Isso demonstra que, se for para fazer um projeto de integração sério, ele tem que contemplar a defesa da estrutura industrial dos países avançados e favorecer a industrialização e a especialização industrial dos menos desenvolvidos, sempre com o olhar para o direito e a garantia dos trabalhadores, para o desenvolvimento sustentável e para a política de direitos humanos.

Não há como fazer isso fora de um bloco econômico. Se tentarmos levantar barreiras protecionistas individualmente, seremos condenados pela Organização Mundial do Comércio como nação a ser excluída do comércio mundial, correndo o risco de vermos nossas exportações de manufaturados ou o que resta delas discriminadas no mercado internacional.

Contudo, se tivermos um projeto estruturado com um conjunto de aliados, buscando desenvolvimento, a partir de investimentos cruzados no âmbito da América do Sul, não precisaremos dar satisfação a ninguém. Estamos apenas estimulando investimentos essenciais para o nosso chamado desenvolvimento sustentável. Essa é a nossa nova meta do projeto de integração que queremos desenvolver, promovendo investimentos produtivos em toda a região.

Estamos cansados de saber que a América do Sul detém as maiores reservas mundiais disponíveis, principalmente de recursos naturais, da água ao minério de ferro. A questão é desenvolver esses recursos em favor de seus povos e não apenas como um objetivo em si. Por isso, precisamos de um planejamento comum, o que só se consegue dentro de um bloco econômico de definição objetiva dos projetos a desenvolver.

Dinheiro, tenho certeza, para isso não vai faltar, porque a causa é justa. Estamos numa época de farta liquidez internacional, talvez a maior já experimentada na história do capitalismo. Isso vai durar por longo tempo. Se fizermos bons projetos, haverá naturalmente o interesse dos investidores, inclusive dos chamados fundos soberanos.

O essencial, portanto, é transcender a ênfase do comércio - que, até aqui, tem sido a espinha da integração - para o investimento produtivo, que trará mais resultados positivos para todos os países, com menores fricções de interesses.

Enfim, concluímos dizendo que queremos estimular essa virada. Estamos aqui, no dia de hoje, com objetivo de dar o pontapé inicial, criando no Congresso a chamada Frente Parlamentar pela Integração da América do Sul, a fim de levar adiante, no plano do Legislativo, um projeto estratégico não só para o Brasil, mas, naturalmente, falando-se em integração da América do Sul, para toda a América do Sul.

Quero dizer que fiz essa introdução, porque, aqui, meu amigo José Carlos de Assis, na assessoria que tem nos dado nas reuniões preliminares que fizemos, foi fundamental o assessoramento pela Intersul – Instituto de Estudos Estratégicos para a Integração da América do Sul, que está organizando uma rede de entidades, como institutos e universidades de todos os países da região, para uma atuação conjunta pela integração produtiva. Os líderes desse processo estão corretamente convencidos de que a integração não pode limitar-se a um projeto das elites. Temos de fazer aqui um projeto integrado realmente, olhando o social, a política de direitos humanos, a questão do capital, dos empresários, a participação das centrais, das confederações, dos estudantes, da juventude. Tudo isso é que vai fazer com que esse projeto dos povos

sul-americanos seja, de fato, vitorioso. Em razão disso, estão em marcha iniciativas de mobilização em defesa desse projeto de empresários, de trabalhadores, como eu dizia antes, de centrais sindicais, da juventude, enfim, de homens e mulheres comprometidos com aquela frase que ficou muito marcada no Fórum Social Mundial: um novo mundo é possível. Uma nova América do Sul é possível.

No plano institucional, talvez o mais poderoso instrumento de integração em processo de instituição aqui no Parlamento é o Banco do Sul, como uma forte base de capital para financiar e garantir grandes investimentos na região. Por isso, é importante que o Parlamento dê todo o apoio à instituição do chamado Banco do Sul.

Está presentes aqui hoje para começarmos esse debate, repito, Ricardo Abreu, Secretário das Relações Internacionais do PCdoB, se já estiver presente. O Sr. Albano Franco, ex-Senador e empresário que incentiva também esse debate, fez contato comigo no dia de ontem dizendo que a esta primeira audiência, infelizmente, por compromissos assumidos já no seu Estado, não estaria presente, mas que dá todo o apoio, incentiva essa iniciativa e que, nas outras audiências, com certeza, vai estar aqui conosco.

Eu queria convidar, para fazer parte da Mesa, e já está conosco, aqui, o José Carlos de Assis, economista e professor. Convido agora o Rodrigo Sabatini, professor, coordenador do curso de Economia da Facamp, e também o Hamilton Dias de Moura, Diretor Nacional de Organização da Nova Central Sindical de Trabalhadores.

Com a presença aqui dos nossos convidados, que vão iniciar o debate, antes de passar a palavra a eles, quero destacar também o apoio e compromisso da Presidenta Dilma com a promoção dos direitos humanos e com a integração da América do Sul. Recentemente, em discurso no Itamaraty, a Presidenta Dilma assegurou que a integração dos países da América do Sul é prioridade na política externa do nosso Governo, ou seja, do Governo da Presidenta Dilma, do Governo de todos nós. Quero destacar uma frase da nossa Presidenta. Disse ela: "Nós sabemos que os destinos da América do Sul e os nossos estão indelevelmente ligados. Nossa região, com crescimento médio de 7,2%, em 2010, transformou-se em um pólo dinâmico do crescimento mundial."

Então, essa iniciativa que hoje a Comissão está fazendo ao convidar especialistas para o debate de um tema tão importante tem todo o apoio do nosso Governo e da nossa querida Presidenta Dilma.

Eu queria convidar também para a Mesa, porque já está conosco, a Maylle Alves Benício, que aqui representa os estudantes, a nossa juventude. Ela é estudante do curso internacional da Universidade Estadual da Paraíba.

Bom, meus amigos, depois desta introdução longa, mas eu acho importante – falei um pouco do Mercosul, fiz a leitura do documento que construímos juntos e, ao final, demonstrei que essa iniciativa tem todo o apoio também do nosso Governo, pelas palavras da Presidenta Dilma –, de pronto, quero passar a palavra ao José Carlos de Assis, economista e professor, um entusiasta, um homem que está dedicando grande parte da sua vida para que efetivamente a gente tenha a integração de toda a América do Sul, respeitando os blocos que já existem, mas olhando, como a gente fala, além do horizonte. Como disse na abertura, que a gente saia do romancismo, da emoção, do sentimento e do aspecto cultural para uma integração efetivamente econômica, política e social de toda nossa América do Sul!

Por favor, Professor José Carlos de Assis,

O SR. JOSÉ CARLOS DE ASSIS – Presidente Paim, é para mim uma grande honra estar participando deste evento sob a sua presidência, pela sua integridade, pelo seu espírito público, pela sua bravura na defesa de direitos humanos e de direitos sociais do povo brasileiro. Estamos muito honrados com isso. Nós vamos esperar que esse processo em torno da integração vai se prolongar durante algum tempo. Até a gente conseguir os objetivos colocados, que é o avanço institucional do processo de integração, será uma batalha que, em grande parte, está ganha pela certeza da sua determinação em torno dela. Fico muito honrado com isso.

Meus demais companheiros de Mesa, vou passar a ler um texto que acho que é para situar o nosso debate.

O aprofundamento da integração econômica da América do Sul, a meu ver, é o único caminho para evitarmos que, na nova configuração da divisão internacional do trabalho que está-se estabelecendo no mundo, a partir da crise financeira de 2008, não nos fique reservada a posição de simples produtores e exportadores de *commodities* minerais e agrícolas. Não que tenha algo contra esse segmento importante da economia. Entretanto, para uma sociedade complexa como a brasileira ou a argentina, que já avançou razoavelmente no rumo da industrialização, um recuo para a situação dominante de primário-produtora e exportadora representaria um estrangulamento do mercado de trabalho interno, com efeitos humanos, sociais e políticos terríveis.

O que nos leva a antecipar esse risco são as consequências materiais de uma crise financeira mundial

que ainda persiste, sobretudo nos países industrializados avançados. E não se trata apenas da crise, em si, mas da forma de combatê-la. É que o consenso inicial pelo recurso a um conjunto de estímulos monetários e fiscais, alcançado nas primeiras reuniões do G-20, esvaiu-se a partir do encontro de Toronto, no ano passado. Políticas de estímulo fiscal, hoje, só se vêem na China e no seu entorno, e em alguns dos países emergentes. Os países centrais, sobretudo a União Européia, assim como os próprios Estados Unidos e o Japão, estão todos sob ajustes fiscais ou sob pressão política e de mercado forte para empreender tais ajustes.

O que significa exatamente ajuste fiscal, dentro da doutrina consagrada do FMI? Significa a contração do mercado interno, através de cortes de gastos públicos e pressão baixista sobre os salários, para gerar excedentes exportáveis, como disse aqui o Senador Paim. O Governo Obama colocou-se como objetivo estratégico dobrar as exportações em cinco anos; está conseguindo. A Europa Ocidental, sob forte contração interna, só tem como possibilidade de estimular a economia o aumento de exportações. O Governo japonês sugeriu a suas corporações para reorientarem as exportações para os mercados emergentes, reconhecendo que os países ricos estão estagnados. Portanto, a tendência é de uma pressão avassaladora de exportações para países como Brasil, Argentina, Colômbia e outros sul-americanos.

Esse quadro tende a tornar-se estrutural. Note-se que a ilusão de que a Ásia, e sobretudo a China, sozinhas, podem compensar a demanda mundial perdida em face da situação dos países ricos não resiste aos fatos. A China cresce muito, mas ainda é uma economia de pouco mais de US$5 trilhões; não pode contrabalançar a perda de dinamismo resultante da estagnação de Estados Unidos, União Européia e Japão, que juntos representam mais de US$37 trilhões. O que tende a ocorrer muito provavelmente é um *dumping* generalizado proveniente de exportações dos países ricos, em geral disfarçados, como aconteceu com o programa alemão de pagar metade dos salários de empresas privadas para que não fossem demitidos. Isso, a rigor, é *dumping* salarial, mesmo que seja economicamente inteligente e socialmente justo.

Isso, Senador Paim, é uma coisa curiosa e ninguém percebeu muito. A Alemanha enfrenta parte da crise com o Governo pagando metade dos salários dos trabalhadores para que as empresas não os demita. Isso é muito bonito do ponto de vista social, importante para segurar o mercado de trabalho, quer dizer, não se demitem os trabalhadores e a economia continua funcionando. Acontece que isso é *dumping* do ponto de vista de quem vai receber. Não é isso que falam da China?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A minha preocupação, Professor, já está aqui conosco o Senador Eduardo Amorim, sempre presente, o debate que estamos fazendo hoje é sobre a integração da América do Sul, direitos humanos e a questão social. Se a moda pega, de diminuir – não é, Faustino, meus amigos aí das centrais? –, de reduzir o salário do trabalhador pela metade, como se faz na Alemanha e, de repente, mandam aqui para o Brasil, nós sabemos quem fatura. É *dumping*, sim, porque eles acabam faturando no final.

O SR. JOSÉ CARLOS DE ASSIS – São detalhes, Senador. Na verdade, eles mantêm os salários, mas metade deles é pago pelo Governo. Isso significa que a empresa compete mundialmente, como é o caso alemão, segundo maior exportador do mundo, e da China, na base de salário baixo – no caso da Alemanha, pago pelo governo; no caso da China, não é pago pelo governo; é um salário de mercado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meu medo é este, quer dizer, vem com a história no Brasil e eu quero ver o Governo pagar. Nós temos dificuldade até em pagar o salário dos aposentados, vê lá pagar o salário do trabalhador.

Daqui a um pouco o meu amigo da Central vai falar sobre isso, estou apenas suscitando o debate, porque é bom avançar nesse sentido, mas daqui a um pouco vem a história de reduzir salário aqui também. E eu quero ver se vai haver compensação por parte do setor financeiro.

Então a preocupação é justa. Estou destacando sua preocupação com o *dumping*.

O SR. JOSÉ CARLOS DE ASSIS – Está certo. Essa situação representaria um risco menor se fosse passageira, isto é, se a economia dos países industrializados entrasse num ritmo firme de recuperação. Infelizmente não há sinais disso. Ao contrário. O carro-chefe, que é a economia norte-americana, deu forte sinal de desaceleração no primeiro trimestre deste ano e continua assim no segundo trimestre. A Europa, como observado acima, luta de forma equívoca contra déficits fiscais gigantescos que jamais poderão ser revertidos com mais recessão. É o caso da Grécia, de Portugal, da Espanha, da Irlanda. Todos esses países estão mais ou menos no mesmo barco. O Japão é uma economia doente. Vai para a terceira década perdida, agora sob o impacto do terrível terremoto.

A pergunta chave é: há perspectiva de recuperação da economia norte-americana no curto e médio prazo? Infelizmente a resposta é negativa. Os Estados Unidos estão longe disso. É importante saber isso,

porque é o que vai dar parâmetros a nós, o que vai acontecer na economia americana e o que vai acontecer na economia europeia. É nesse ambiente que nós vamos atuar.

Os Estados Unidos estão longe de ter digerido a maior crise financeira da história, o que bloqueia a disponibilidade de financiamento, sobretudo para pequenas e médias empresas que respondem pela geração de 65% dos empregos no País. Existem, em circulação nos Estados Unidos, US$6 trilhões em hipotecas imobiliárias. Foram essas hipotecas que deram origem à crise. Desses US$6 trilhões, US$3,5 trilhões são de recepção duvidosa, são títulos duvidosos. De US$1,5 a US$2 trilhões, são perda certa. Isso está travando o sistema bancário americano, porque, para tentar enfrentar os cortes que eles terão nesses títulos, nesses *write-off*, como se diz tecnicamente, eles vão ter que gerar lucro a curtíssimo prazo. É isso que estão tentando fazer.

Ao tentar fazer lucro a curtíssimo prazo no mercado cambial – só o mercado cambial no mundo hoje representa US$4 trilhões por dia –, então, é muito fácil para os bancos ganhar dinheiro nesse mercado. Agora, não tem qualquer ligação com a economia produtiva, não tem qualquer ligação com a esfera real da economia. Isso significa a geração de lucro a partir da obra financeira estritamente sem relação com a economia produtiva.

Eles estão também ganhando dinheiro no que se chama fazer arbitragem com títulos públicos. Isso significa o seguinte: eles tomam dinheiro emprestado do governo a taxas baixíssimas, que é o banco central, próximas de zero, e empresta a taxas um pouco maiores, de 3,5% dos títulos públicos. Então, toma dinheiro do Governo e empresta ao Governo e ganha o diferencial de taxa de juros de 3,5%, que, para os volumes negociados, não é coisa banal. É muito dinheiro.

Diante dessa perspectiva, o Brasil, assim como qualquer outro país da América do Sul que tenha ou que aspire a ter uma estrutura industrial própria, não tem alternativa mais viável do que o aprofundamento da integração econômica ou produtiva.

Note-se que não estou falando em acordo comercial ou de livre mercado. Sabemos que livre mercado sozinho não gera desenvolvimento. O que gera desenvolvimento econômico e social é investimento. Por outro lado, diante do potencial de *dumping* comercial previsto, não podemos unilateralmente levantar barreiras comerciais contra produtos de países, pois seríamos discriminados pela OMC e colocados numa situação de párias do mundo. Entretanto, e isso é que é importante, como bloco econômico, podemos ter um sistema tarifário defensivo.

A sugestão que o Intersul submete à sociedade, aqui por meio da comissão presidida pelo Senador Paim, e sobretudo ao Parlamento brasileiro consiste numa iniciativa de facilitação dos investimentos cruzados regionais, de tal forma a estimular o surgimento de cadeias produtivas supranacionais, a especialização industrial, a indústria básica a partir do aproveitamento do maior celeiro de matérias-primas do mundo, o cruzamento de capitais, a preferência por equipamentos e insumos regionais etc. Em contrapartida, os incentivos para esse processo de industrialização sobre planejamento público e privado seriam associados aos investimentos e obrigações trabalhistas sociais e ambientais, garantindo um desenvolvimento social efetivo paralelamente ao desenvolvimento econômico.

Isso é que importante nessa proposta. Quer dizer, ao lado do investimento já seria puxado o investimento social. Quer dizer, um investimento estritamente econômico puxaria o investimento social no próprio ato de sua realização.

É para definir claramente, no plano legal, os investimentos de integração que estamos propondo sua tipificação em lei. Isso pode ser feito por cada país individualmente, a partir de uma decisão interna, sem necessidade de aprovação simultânea ou de prévio acordo no campo diplomático em todos os países, o que certamente demoraria muito.

É certo que se o Brasil assumir a liderança no processo pode criar uma atmosfera de emulação com outros países da América do Sul. O fato é que não temos muito tempo. Estamos sob pressão de circunstâncias e temos que definir nossa estratégia. Estou certo que os demais países da região nos acompanharão. O Brasil será um grande beneficiário do aprofundamento da integração, mas eles também.

É uma nova agenda que se coloca para toda a América do Sul em termos de uma avalanche de investimentos que poderão ser atraídos para a região –alguém mencionou um PAC para a América do Sul inteira –, mesmo porque hoje dinheiro barato é o que não falta, não é, Senador Paim? O senhor mesmo disse hoje aí há pouco: não falta dinheiro barato. Tem-se uma disponibilidade de dinheiro no mercado mundial, a taxas básicas próximas de zero. E isso vai continuar por longo tempo.

O que faltam são bons projetos e nós poderemos oferecê-los.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos ao Professor José Carlos de Assis, que aqui fortaleceu a idéia da importância da integração da América do Sul, naturalmente com o olhar

não só no econômicos, mas no social e nas políticas dos direitos humanos, que é o eixo dessa comissão.

Registro a presença aqui do Senador Cyro Miranda, Eduardo Amorim e, agora, do Senador Wellington Dias. Os Senadores podem usar da palavra no momento que entenderem mais adequado.

Passamos a palavra neste momento ao nosso professor, coordenador do Curso de Economia da Facamp, Professor Rodrigo Sabbatini.

O SR. RODRIGO SABBATINI – Bom-dia a todos, bom-dia, Senador Paim. Obviamente gostaria de agradecer o convite. É motivo de orgulho para qualquer brasileiro estar na Casa do povo para debater temas tão importantes.

Sinto-me honrado com esse convite e procurarei falar aqui rapidamente sobre algumas questões centrais que motivaram toda minha carreira e que, parece-me, são absolutamente adequadas para enfrentar essa dura realidade econômica que cairá sobre os países da América do Sul.

Sem dúvida, a integração econômica e o desenvolvimento industrial do Brasil deveriam estar na preocupação de grande parte dos *policymakers*, dos formadores de opinião. O desenvolvimento industrial me parece óbvio. Aqui o Prof. José Carlos de Assis falou muito que a nossa indústria encontra na América do Sul um mercado de grande expressão. Em alguns setores econômicos brasileiros como, por exemplo, o de bens de capital, que eu poderia citar aqui, a América do sul foi de crucial importância para a sobrevivência desses setores nesses últimos anos de expressivo aumento da concorrência internacional.

Portanto, nós não podemos deixar de olhar esse mercado como algo fundamental. Para continuarmos tendo esse mercado como algo fundamental, é preciso levar a integração a fundo, é preciso...

Se há alguma coisa que podemos copiar da Alemanha, não no *dumping* social, mas no apoio que a Alemanha lá atrás deu aos países mais pobres da União Européia, conduzindo-os a um desenvolvimento e a um crescimento sem precedentes. Eles abandonaram isso, e um dos resultados estamos vendo agora, estamos vendo a Grécia abandonada, estamos vendo a Irlanda, a Espanha, brevemente, abandonadas pelo seu parceiro mais rico que não apenas fez isso como interesse para o desenvolvimento social dos países periféricos da Europa, mas também porque isso garantiu o mercado para suas exportações.

Nós não podemos fingir que vamos fazer apenas uma integração que nos beneficie nas exportações. É preciso que tenhamos isso, mas que isso seja também conseqüência de uma integração profunda, uma integração que leve desenvolvimento social, econômico a esses países porque uma vez que eles tenham isso, podem ter certeza, o Brasil será sempre o seu principal parceiro comercial.

O desenvolvimento econômico dessas regiões nos beneficiará não apenas economicamente, mas também politicamente como uma forma de louvar a iniciativa brasileira de promover o desenvolvimento nessas regiões, ou seja, defender a integração na América do Sul não é apenas um interesse político e social dos mais legítimos que deve ser perseguido independemente de qualquer coisa. Ele certamente provocará benefícios econômicos para a economia brasileira e para todos os países desenvolvidos, porque o desenvolvimento econômico não é apenas um direito de todos que deve ser obviamente perseguido politicamente por todos esses países, mas sobretudo porque é algo que beneficia economicamente a região como um todo, em especial o Brasil, que é o líder econômico dessa região.

Dinheiro não falta para fazer isso, e o Brasil tem uma obrigação fundamental de contribuir para o financiamento do desenvolvimento, mas de maneira inteligente. Por exemplo, recursos para a infaestrutura na América do sul, nós podemos contribuir com o Banco do Sul. O BNDES pode e deve contribuir para o financiamento da infrestrutura no Brasil e, obviamente, em vários países da América do Sul, mas isso tem de ser feito de maneira tal que compras que serão realizadas com esse dinheiro beneficiem a industria nacional, a indústria regional. Não faz sentido o dinheiro público e o dinheiro que vem de fundos do mercado de trabalho brasileiro financiarem obras de grande porte que acabem comprando equipamentos na China, que acabem comprando equipamentos na União Européia. Podemos comprar de empresas européias, podemos comprar de empresas chinesas, mas empresas européias, empresas chinesas que estejam aqui na nossa região, produzindo aqui, gerando emprego aqui. Isso pode ser feito através de lei, isso pode ser feito através de regras.

A integração econômica, nos termos das leis internacionais, permite esse tipo de apoio regional. Isso não é uma violação das regras da OMC, pelo contrário, pois as regras da OMC permitem acordos de integração verdadeiramente profundos. O incentivo à produção regional, o incentivo ao desenvolvimento tecnológico, o incentivo ao desenvolvimento social são contemplados nas regras da OMC para aqueles acordos de integração regional que abraçam essa idéia.

Então, nós, como disse o Professor José Carlos de Assis, como disse o Senador Paulo Paim, não podemos perder tempo. Temos que, rapidamente, mobilizar a sociedade, por intermédio dos seus Parlamentares,

num primeiro momento, por intermédio dos seus formadores de opinião, para avançar nessa real e verdadeira integração, aquela que vai conduzir o desenvolvimento conjunto dos países da região, beneficiando-nos economicamente, socialmente, e defendendo-nos de uma conjuntura econômica em que a concorrência internacional no Brasil e nos nossos países vizinhos vai ser cada vez mais forte, cada vez mais acirrada, e que ameaça fortemente o desenvolvimento industrial da nossa região.

Insisto, para encerrar: sem uma indústria muito competitiva, forte, criadora de empregos, motora do desenvolvimento social do País e da região, nós estaremos correndo um risco imenso, um risco que vai estar inebriado por condições externas favoráveis – esse ciclo de *commodities* nos é muito favorável para o momento. Mas essa situação, em alguns anos, vai significar a morte da indústria brasileira, da indústria regional, e nós não podemos aceitar isso, porque sem a indústria, sem uma indústria forte regionalmente, nós não vamos poder ter o desenvolvimento social que Comissões como esta lutam para que tenhamos.

Com isso, agradeço e desejo sorte nos debates. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos ao Professor Rodrigo Sabbatini, que reforça a importância da integração da América do Sul e mostra caminhos para que isso aconteça.

Passamos, de imediato, a palavra...

Primeiro, registro a presença conosco do nosso querido Senador Mozarildo Cavalcanti, sempre presente em todas as comissões. *(Palmas.)* É uma alegria recebê-lo aqui, Senador Mozarildo.

Passamos a palavra ao Diretor Nacional de Organização da Nova Central Sindical, Sr. Hamilton Dias de Moura.

O SR. HAMILTON DIAS DE MOURA – Senador Paim, nós também nos sentimos muito honrados e queremos agradecer o convite para participar desses debates extremamente importantes e acompanhar o início dos trabalhos. O senhor, que é conhecedor e oriundo do movimento sindical, sabe que, em outros tempos, nós chegaríamos atrasados, bem lá na traseira do caminhão – nós que somos do transporte.

Queremos agradecer também ao nosso Professor Mestre, Sr. José Carlos de Assis, que também já esteve conosco lá na Central, debatendo esse assunto. Ele também é uma pessoa que está aí buscando incentivar e estimular.

Queremos também dar as nossas boas-vindas aos companheiros da Mesa, aos Senadores, aos Parlamentares presentes, e aos nossos companheiros dirigentes sindicais presentes.

Nós estamos tratando dessa questão já há quase um ano, debatendo o assunto na Central e participando de alguns eventos. Nós achamos, em primeiro lugar, que é importante o movimento sindical, o movimento trabalhista debater a integração como uma forma, uma ferramenta nova de preservar e de garantir os direitos.

Eu queria ler aqui um textozinho rápido que vimos debatendo e que traduz um pouco o que nós pensamos na Central e tentamos estimular para fora.

As lideranças trabalhistas brasileiras e sul-americanas começam a se despertar para a importância estratégica da integração do continente como uma plataforma de defesa do emprego, da renda, do trabalho na região. O tema veio à baila – e tem vindo – em encontros recentes, a exemplo daquele de que pudemos participar e em que debatemos junto com a Confederação Sindical dos Trabalhadores e das Trabalhadoras das Américas, que resultou numa agenda de mobilização, resumida no texto da Unasul: o processo de integração sul-americano como elemento para uma estratégia sindical. E também encontro intitulado Nossa América, que terá a segunda versão em setembro, na Nicarágua.

A validade desse posicionamento, como está, na identificação de objetivos de caráter geral, serviu de parâmetro para uma ação concreta. Acontece que precisamos, a curto prazo, de mais do que isso. Temos que definir uma estratégia de ação para que parta de uma análise objetiva da realidade e dos desafios com que defrontamos no momento e nos próximos anos, a fim de que possamos articular uma resposta apropriada.

O que está em jogo, a curto, médio e longo prazo, é o nosso emprego. Se não defendermos esse nosso mercado de trabalho, estaremos liquidados.

É importante fazer um parêntese, porque quando a gente falava, há uma década, em defender o nosso mercado de trabalho soava muito mais como defender também o patrão, no nosso jargão sindical. Então, hoje, defender o nosso mercado de trabalho é defender o nosso emprego, a nossa mão de obra.

Entretanto, não temos como defender o nosso mercado de trabalho, nossos empregos, se nos situarmos passivamente diante do conjunto dos países desenvolvidos – China e outros países asiáticos – que se encontram empenhados numa estratégia de ampliação da exportação a qualquer custo. Com isso, querem recuperar ou sustentar, eles próprios, seus mercados de trabalho mediante uma política sistemática de redução do consumo interno e de corte dos gastos públicos.

Na verdade, nós vimos, há uns três meses, um debate interno aqui no Brasil sobre o problema têxtil. Houve até uma audiência aqui no Senado discutindo essa questão.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. HAMILTON DIAS DE MOURA – Exatamente! E o que o empresariado brasileiro começa a fazer? Ele vai basear-se na globalização para debater o seguinte: vamos também tornar mais precária a mão de obra aqui para garantir a concorrência ao invés de qualificar e garantir a defesa do nosso mercado.

O que chamam de ajuste fiscal é imposto a quase todos os países da Europa Ocidental pelo FMI e à União Europeia, a pretexto de reduzir o seu déficit e a sua dívida pública. Em outras palavras, em lugar de se estimular a economia para gerar emprego e reduzir a relação déficit público/PIB pela via do crescimento econômico e da expansão das receitas públicas, impuseram uma política que tem o efeito oposto de, em nome de uma falsa austeridade fiscal, contrair a economia e a receita pública, agravando o déficit. A consequência estamos vendo na Grécia e em outros países europeus: uma profunda crise social sem solução à vista, exceto a solução de exportá-la para os países emergentes na forma de um aumento brutal de exportações que expõem a nossa estrutura produtiva ao *dumping* comercial – como disse aqui o Professor José Carlos. Ou seja, não há outra forma. O que eles vão exportar depois, além dos seus produtos, é a crise. Têm que exportar para cá os países que estão com a mão de obra mais precária, para que a gente continue exportando apenas as nossas *commodities*, e garantir que o dinheiro entre lá – ou o governo vai repassar, como se disse aqui, ou vai ser pelas chamadas garantias sociais. Nos Estados Unidos, enquanto se discute aqui como vai ficar o nosso FAT, o nosso Fundo de Amparo ao Trabalhador, eles vão aumentando isso. Na verdade, quem paga as contas somos nós.

O que nós trabalhadores temos a ver com isso? Parece que não temos nada a ver. Temos tudo a ver. O ajuste fiscal dos ricos – insistimos – é uma forma de gerar excedentes exportáveis. Esses excedentes, a preço do chamado *dumping* social, cedo ou tarde – talvez mais cedo do que se espera –, chegarão ao mercado brasileiro, inibindo nossas exportações de manufaturados – como diz o Senador Paulo Paim – e nos entupindo de importações industriais. Perderemos os melhores empregos nas áreas da indústria, do serviço, em favor da produção e da exportação de primários, até que a China, em situação de superinvestimento, pare de crescer aceleradamente – em qualquer hipótese, não é uma troca inteligente –, praticando inclusive política de triangulação, como estamos vendo no jornal de hoje. Ou seja, a China, agora, pega alguns países, porque ela ainda não tem uma legislação que permita mandar diretamente, e passa pela fronteira. O produto dela, que é feito sob escravidão lá, entra por outro país, e nós mandamos para ela minério de ferro...

(Interrupção da gravação)

O SR. HAMILTON DIAS DE MOURA – Exatamente, que ainda não acabamos de trabalhar.

Há dois meses estivemos na Grécia, e chama a atenção por uma coisa que pode acontecer no Brasil: falam das Olimpíadas. Criaram lá dois ou três anos de superempregos, mas tudo artificial. Acabaram as Olimpíadas. Dez anos depois o que você vê de desemprego, principalmente dos africanos e dos indianos nas ruas da Grécia, e acelerando. Atenas tem hoje quatro milhões e oitocentos mil habitantes e dois milhões e novecentos mil imigrantes à toa na rua, aumentando o problema social... *(falha na gravação)* que é o problema das imigrações também, que nós precisamos debater. Foi debatido aqui também como questão dos direitos humanos.

É nesse contexto que a integração sul-americana surge como uma alternativa viável. Certamente é a mais eficaz para o desenvolvimento sustentável brasileiro e dos demais países sul-americanos.

Como estamos todos no mesmo barco, podemos constituir um bloco econômico que nos permita ter uma política alfandegária comum, protegendo o sistema produtivo interno, que já existe nos países mais adiantados industrialmente e que pode ser construído para a frente nos demais. É que individualmente não temos essa alternativa, em razão das regras da Organização Mundial do Comércio, a quem nos submetemos.

É importante dizer de novo: vemos aí as convenções que o Brasil ratifica e não aplica. Vamos começar pela 158, da garantia de emprego, da 151, que é do funcionalismo público, e nós temos uma grande questão, e outras convenções.

Na questão da OMC, o Brasil ratifica algumas questões. E você tem dumping comercial, atitudes dos países em desenvolvimento contra o Brasil, degenerando as nossas condições de trabalho. E às vezes o nosso Parlamento não se atina, nem o nosso Governo, o nosso Executivo, para proteger as nossas condições sociais. Nós saímos de bom moço, mas os trabalhadores brasileiros sofrem todo o resultado disso.

A América do Sul é uma das maiores, senão a maior, reservas de recursos naturais do mundo, falou aqui o Senador Paim no seu pronunciamento. Talvez nós tenhamos hoje... E hoje vimos no jornal de novo, em Minas Gerais, Uberlândia, Uberaba e Araxá, que estão descobrindo terras férteis, com capacidade de produzir insumos dos mais raros no mundo. A Vale está descobrindo.

Será que não vamos começar agora a colocar a nossa terra... É o minério. Daqui a pouco nós vamos

fazer buracos, pegar a nossa terra e mandar como commodity para que outros países desenvolvidos mandem para cá alguns produtos da nossa terra.

O que estamos dizendo é que essa integração, e dizemos como sindicalistas para o empresariado – é uma pena que o Senador Albano Franco não esteja aqui, mas certamente ele terá em mãos o nosso pronunciamento...

O empresariado precisa entender o que nós queremos com essa integração, nós do mundo trabalhista, nós sindicalistas, nós dirigentes sindicais, é que esse debate da integração não passe pela precarização, como a China e outros países vêm fazendo, mas que ele passe para que na América do Sul a gente possa criar política dentro de cada país que esteja integrado nesse bloco, que essas políticas prevejam a garantia do meio ambiente e da natureza, mas o meio ambiente do trabalho, da qualificação, que garanta que quaisquer outras empresas multinacionais ou transnacionais que venham para a América do Sul tenham que dar garantias trabalhistas, garantias e condições de trabalho do meio ambiente, da preservação do meio ambiente. Ou seja, não há uma disputa que vá sobrepor a OMC, mas em cada país, nesse bloco da integração sul-americana, os trabalhadores, as condições de trabalho, a qualificação, o meio ambiente a que as empresas da América do Sul estarão submetidas, as outras também possam estar submetidas.

Nesse sentido, evidentemente, a criação da frente parlamentar, que é a nossa integração, se o nosso Parlamento influenciar os demais parlamentos da América do Sul para criar legislações próprias dentro dos seus países, com a sua soberania, mas integrada ao bloco junto com os trabalhadores, para que possamos garantir as conquistas que já temos, as condições de trabalho que temos, as melhores que estejam na América do Sul, e não regredir para as priores condições, para precarizar mais as condições de trabalho da América do Sul e fazer concorrência com a China, onde não temos mais como precarizar as condições de trabalho.

Portanto, se o Brasil e outros países não têm condições de fazer o que a Alemanha está fazendo, ao pagar parte do salário dos trabalhadores como subsídio para garantir que o empresariado de lá produza e exporte a preço baixo, para esse dinheiro voltar e o Estado garantir, se o nosso País não garante o fator previdenciário, não garante o pagamento dos aposentados, não garante para nós benefícios sociais para os quais estamos contribuindo há anos, que ele pelo menos garanta, através do Parlamento, nessa integração da América do Sul, melhores condições de trabalho; que garanta que a nossa produção, o desenvolvimento tecnológico, o desenvolvimento das condições de trabalho para a gente...

Então é nesse sentido que a Nova Central está buscando estimular o movimento sindical brasileiro a participar desses debates no âmbito da América do Sul e até fora da América do Sul, porque entendemos que nas próximas décadas, talvez nas duas décadas – e nós não temos dúvida do que foi colocado pelo Professor José Carlos de Assis –, quando o aprofundamento da crise ainda vai ser maior, e ela vai bater à nossa porta, a gente possa estar integrado não só do ponto de vista dos países da América do Sul, mas do ponto de vista do empresariado para compreender que se se garantem melhores condições de trabalho, de salário, qualidade e meio ambiente poderemos criar um bloco capaz de proteger os trabalhadores, as condições de trabalho, a produtividade e um bloco capaz de exportar com qualidade, com capacidade e com direitos humanos.

Esse é o nosso posicionamento.

Mais uma vez, agradeço ao Senador Paulo Paim por esta participação.

A Nova Central conclama os demais movimentos sindicais brasileiros para que a gente possa realmente, junto com o Senado, com o Parlamento brasileiro e com essa integração, fazer garantir os direitos e as conquistas dos trabalhadores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Cumprimento a exposição do Hamilton, que é Diretor da Nova Central, que com muita clareza defende o interesse do trabalhador, defende a integração, demonstra a sua preocupação com o dumping e aponta o caminho da defesa do emprego e que haja o desenvolvimento sustentável com a ótica do social, dos direitos humanos, preocupação com a Previdência, enfim.

Parabéns, Hamilton, pela sua exposição.

Queremos agora registrar a presença conosco do líder Sebastião José, Presidente da Nova Central do Rio de Janeiro, do Luiz Festino, que é Diretor da Nova Central, mas é um dos líderes do movimento nacional dos trabalhadores em transporte terrestre, que está fazendo um belo trabalho no debate da regulamentação da profissão do nosso motorista e também da aprovação do estatuto do motorista, de nossa autoria, mas estamos construindo juntos a redação final.

Meus cumprimentos aos empresários que estão presentes: representantes da Queiroz Galvão, Sr. Cristiano Becker e Frederico Marchiori; representantes da Abimaq, Associação Brasileira de Máquinas e Equipamentos, Sr. Eduardo Galvão; também do UniCeub – é isso? *(Pausa.)*

Meus cumprimentos. Também o Movimento Ferrosul, Samuel Gomes, está aqui conosco também. E chegaram aqui estudantes da UnB, bem na hora em que vai falar a representante da nossa juventude estudante, Maylle Alves Benício. Ao mesmo tempo em que a convido para usar a palavra, ela, que que é estudante de Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba, cumprimento os estudantes da UnB. Uma salva de palmas para os estudantes da UnB, que vieram aqui prestigiar o evento. *(Palmas.)*

Maylle com a palavra.

A SRª MAYLLE ALVES BENÍCIO – Bom-dia a todos os presentes.

Inicialmente, gostaria de agradecer a oportunidade e também dizer que me sinto completamente honrada de estar representando os jovens nesta audiência pública de hoje, relacionada à integração produtiva da América do Sul, que, aliás, é uma iniciativa fantástica, de extrema importância e que condiz diretamente com todos os interesses dos jovens sul-americanos, justamente em relação aos números que serão apresentados a nós, como cidadãos e futuros profissionais, já que, a partir de uma integração produtiva, dentre os inúmeros fatores produtivos que serão observados, haverá uma tendência ao aumento qualitativo na oferta de empregos.

A integração sul-americana se mostrou hoje como um dos principais eixos estratégicos para o desenvolvimento da região. Diante do turbulento quadro político-econômico no cenário internacional, torna-se imperativa a integração produtiva da América do Sul nos mais diversos campos, especialmente como geração de emprego e renda.

O progresso integracionista sul-americano depende, principalmente, da consciência cívica da sociedade sul-americana de que esse projeto interesse fundamentalmente a todos, em especial aos jovens, que terão incluídas aí as perspectivas de futuro.

Em uma área em que a cooperação se faz extremamente presente nas relações entre as nações, é inconcebível imaginar a prosperidade do Brasil sem levar em consideração o desenvolvimento e o crescimento dos nossos países vizinhos. Nesse sentido, a integração atua como ponto de partida para enfrentarmos, em conjunto, os desafios e os constrangimentos internacionais que nos estão sendo impostos, prementemente após a crise financeira, em 2008, como já foi muito bem exposto por todos os componentes da mesa.

Há quase três anos se iniciou, nos Estados Unidos, a referida crise, que, a partir do sistema de hipotecas, se expandiu pela economia e afetou todo o sistema financeiro mundial.

Como mostram os dados econômicos mais recentes, essa crise continua em andamento, especialmente nos países mais desenvolvidos. Em decorrência disso, tais países, com a justificativa de equilibrar suas economias, optaram por políticas de arrocho interno, priorizando os ajustes fiscais e os estímulos a superávits exportáveis.

Dessa forma, os excedentes exportáveis estão direcionados, sem dúvida, aos países emergentes, pelo fato de que, se todos os países industrializados estão com a mesma política de ajuste fiscal, redução do gasto público e intenção de exportação, os mercados que sobram, para que eles exportem, são justamente os países emergentes. O fato que se configura diante dos nossos olhos é que nossos mercados estão correndo o risco de serem esmagados pelo exorbitante número de exportações de produtos industrializados a nós destinados; ao passo que é uma ameaça direta ao nosso parque industrial, minimizando nossas possibilidades de desenvolvimento.

Toda essa conjuntura constitui um grande risco, porque estamos sendo encurralados para uma posição perene de primário-exportadores. Essa situação afeta, de forma indireta e incisiva, a todos os jovens, porque ela deprime, debilita a qualidade de nosso mercado de trabalho.

Nos moldes neocolonialistas de uma nova divisão internacional do trabalho, é notório que nos está sendo reservada a função de eternos produtores e exportadores de *commodities.*

O aumento da venda de matérias-primas minerais e agrícolas podem, em certa medida, ter beneficiado alguns países emergentes, como foi o caso do Brasil, mas somente a curto prazo. É que, em médio prazo, cairemos de novo no padrão clássico segundo o qual, havendo uma desaceleração da economia, a tendência é a de que a exportação de manufaturado decline catastroficamente, ameaçando nossa base industrial.

Essa é uma realidade que vem fortemente se delineando, basta que observemos o caso do Brasil, que já obteve 60% de suas vendas voltadas para exportação de manufaturados e serviços, e atualmente essa pauta não atinge nem 40%. É exatamente aí que surge uma preocupação relacionada ao futuro profissional do jovens sul-americanos, porque os países que se baseiam prioritariamente na exportação de produtos primários têm uma baixa dinâmica econômica, por ser uma produção de pouco de valor agregado e, assim, gerando poucos empregos.

É fato comprovado também que a produção e exportação de primários concedem escassos empregos de qualidade, se comparado à geração de emprego e

renda mediante a produção e exportação de manufaturados e serviços.

Sendo assim, o que está em jogo não é somente a quantidade de empregos a serem ofertados, mas também sua qualidade. Daí decorre a necessidade e a urgência de revertermos o quadro que, aos poucos, está firmando suas bases relativa à nossa locação na divisão internacional do trabalho.

O ponto crucial para que isso se efetive é a consciência de que deve existir um esforço conjunto dos países da América do Sul, na medida em que, para enfrentarmos o verdadeiro *dumping* mundial a que estamos submetidos, como falaram todos os expositores, de nada valeriam atitudes protecionistas, como o levantamento individual de barreiras, como já foi exposto, porque isso só implicaria sanções estipuladas pela OMC.

Enquadra-se aí o pensamento do filósofo Tácito, que fala: "enquanto lutam separados são vencidos juntos", ou seja, para que revertamos a supracitada conjuntura que está tomando forma, devemos agir em uma idéia cooperativa de integração sul-americana, integração essa que deve abarcar a perspectiva de produção e não meramente no âmbito comercial.

Faz-se imperativo, em defesa de nossos mercados, a formulação de estratégias voltadas para a integração efetiva da América do Sul, fomentando a criação de cadeias produtivas integradas e entrelaçando investimentos.

Essa será a base, com certeza, sobre a qual florescerá, indubitavelmente, um eficaz desenvolvimento regional.

Todo esse processo de integração produtiva da América do Sul, planejado, dentre outros, pelo Instituto Intersul implica a ampliação substancial da geração de emprego e renda, atentando-se aí para o real aspecto qualitativo dos empregos.

Dessa feita, os jovens, futuros profissionais, serão os grandes beneficiados. Cabe ainda assinalar que o movimento da juventude política pela integração sul-americana, no Brasil, está se estruturando a partir do Nordeste. Isso ocorre como uma forma estratégica de não deixar essa região fique a parte do processo por questões geográficas, por não fazer fronteira com nenhum país da América do Sul, na medida que, para suplantar possíveis empecilhos, há a necessidade de uma forte atuação política.

É necessário ainda reiterar que todos os jovens sul-americanos devem estar envolvidos no processo de integração, porque é fundamental, como cidadãos que somos, que lutemos pela causa em defesa de interesses nacionais e regionais, que não deixam de estar diretamente correlacionados com nossos direitos individuais.

É que a integração produtiva sul-americana é o nosso principal e melhor perspectiva de progresso em seu mais amplo sentido.

É interessante que fique bem claro que essa integração produtiva da América do Sul está longe de ser um idealismo romantizado. A verdade é que se faz urgente a concretização de tal iniciativa.

Como já foi dito anteriormente, a situação pela qual estamos passando no cenário internacional, principalmente após a crise, exige uma reação de forma que consigamos mudar os rumos que nos estão sendo impostos.

Acontece que toda essa avalanche de exportações vinda dos países industrializados só tende a crescer. Se não tomarmos a iniciativa de formação de um bloco econômico de iniciativa produtiva, a consequência será justamente a diminuição de emprego de qualidade, de forma que estaremos condicionados a ficar na posição de exportadores de *commodities.*

Dessa forma, é necessário que os jovens entendam o quanto é importante e necessário se engajar nessa causa.

Como diria Che Guevara: "a argila fundamental da nossa obra é a juventude. Nela depositamos todas as nossas esperanças e a preparamos para receber idéias para moldar nosso futuro".

Então, é isso.

Agradeço, mais uma vez, a oportunidade e obrigada a todos pela atenção. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos à Maylle Alves Benício, estudante da Universidade Estadual da Paraíba de Assuntos Internacionais, que faz a defesa...

Senador Mozarildo Cavalcanti e demais Senadores se fizeram presentes, mas a concorrência aqui, como sempre, é grande. Senador Mercadante também está depondo, é convidado na Comissão de Economia para fazer um depoimento. Mas eu cumprimento os que estiveram aqui: Cyro Mirando, Eduardo Amorim, Wellington Dias, Mozarildo Cavalcanti e a Senador Ana Rita, que esteve presente e disse que volta aqui para o nosso debate.

Parabéns a Maylle, que defendeu com muita convicção aqui a importância para a nossa juventude de avançar na integração da América do Sul de forma sustentável e com preocupação, naturalmente, com o emprego, com o social e com o próprio direitos humanos.

Queria cumprimentar aqui os líderes da nova central, que estão aqui conosco, prestigiando sempre esta comissão.

Sejam bem vindos! *(Palmas.)*

A partir deste momento a gente deixa então à vontade aqui da Mesa o uso da palavra, mas eu pergunto se o Presidente da Nova Central do Rio de Janeiro, Sebastião José, quer fazer alguma consideração. É só apertar o botão verde e fazer uso da palavra.

O SR. SEBASTIÃO JOSÉ – Bom dia, Senador Paim, demais membros da Mesa, Senadores, dirigentes aqui presentes:

Queria dizer, Senador, da importância dos trabalhadores, dos dirigentes sindicais terem entendido a importância de debater esses temas que até então só o empresariado brasileiro se preocupou em debater, em discutir essas questões da integração, de mercado em si. Ficamos, ao longo dos últimos anos, à margem desse processo e, por isso, independentemente de termos mantido aí os direitos previstos na CLT, sofremos as conseqüências desta concorrência desleal do mercado que com a integração, inevitavelmente, está acontecendo e tende a se ampliar.

Então eu quero crer que foi boa a iniciativa. Faço parte do Instituto do Intersul. Fui convidado e aceitei, porque que os trabalhadores não deverão... Nós, dirigentes, temos a obrigação de discutir esse tema, com muita propriedade, sabendo que é desta integração que nós podemos, não diria blindar, mas pelo menos discutir em outro nível um desenvolvimento do Intersul que possa nos assegurar melhores condições de trabalho do que tem acontecido nos países da Índia e, principalmente, da China. Não é justo que nós, já tendo, sabendo, sendo conhecedores de que, mesmo com a precarização desses países, eles conseguem exportar seus produtos para o Brasil, gerando aqui, neste momento, muito desemprego, nos atentemos e passemos a discutir com mais profundidade essa questão da integração como um fator de proteção e garantia do mercado de trabalho brasileiro.

É muito importante essa iniciativa e vemos aqui também uma estudante, um jovem se integrar a esse projeto também. Eu acho isso da maior importância. Acho que a nossa obrigação é buscar força na sociedade organizada para que saibam da importância dessa iniciativa.

Queria, mais uma vez, parabenizar o Senador por fazer parte dessa frente.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT–RS) – Meus cumprimentos ao Presidente da Nova Central do Rio de Janeiro.

Registro a presença conosco aqui da Líder Sindical, Vera, que é Presidente da Nova Central Sindical de Brasília. E também, se quiser, pode fazer uso da palavra neste momento. *(Pausa.)*

Depois vou também fazer umas perguntas para a Mesa, ao Luis Faustino que é um líder sindical respeitadíssimo não só no Brasil, mas junto àqueles que atuam no MERCOSUL.

Luiz Faustino com a palavra.

O SR. LUIZ ANTÔNIO FESTINO – Pediram que eu falasse Luiz Festino. *(Risos.)*

Bom dia! A Nova Central agradece mais uma vez poder estar participando.

O Hamilton colocou a nossa posição, que tem sido discutida e amplamente debatida. Inclusive, na semana passada, na reunião do seu conselho, foi discutida a questão da integração. Estou participando especificamente na integração da questão do transporte, que tem tudo a ver com o MERCOSUL. Estamos realizando audiências públicas regionais. Já realizamos em Curitiba e São Paulo. Depois de amanhã, vai ser em Cuiabá. A próxima, no Rio Grande do Sul, especificamente na questão do transporte da região Sul e na questão da integração do MERCOSUL.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Se me permitir, vai ser na Fiergs, em Porto Alegre. Vamos ter representantes de todo o Brasil. Vamos discutir o transporte terrestre e, naturalmente, debater, o que você agora reafirma, o MERCOSUL.

O SR. LUIZ ANTÔNIO FESTINO – O movimento sindical vem discutindo essa questão especificamente. Estou falando mais do transporte porque é o que tenho mais participado devido às condições de trabalho e às garantias trabalhistas que o Hamilton colocou.

Nós acreditamos que está tendo um avanço. Apesar das divergências com os empresários, nas suas pautas trabalhistas, no grupo pró-estatuto do motorista, hoje, estão sentando à mesa empresários e autônomos – grande parte dos cinco milhões de trabalhadores no setor de transporte, pelo menos dois milhões de meio, são autônomos e totalmente desprotegidos, em relação a quem está com seu vinculo empregatício. Hoje em dia conseguimos sentar a nossa Confederação, Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Terrestres, a CNT, Confederação Nacional dos Transportes, e os autônomos, através das suas entidades representativas. Esse debate tem sido muito produtivo. Há muita divergência e dificuldade de se chegar a um consenso entre o que é um trabalho autônomo e o que é um trabalho com vinculo, mas todos têm a sua importância.

Estamos na luta também pela regulamentação da profissão de motorista, que, no País, até hoje, não é regulamentada. Como é que você faz uma integração entre profissões, como ferroviários e motoristas, que não são regulamentadas? Na integração dos transportes, você não tem esses trabalhadores com a sua

condição de trabalho regulamentada. Por isso, a importância dessa participação no grupo criado pelo Senador Paim, aqui, na Comissão de Direitos Humanos, que é pró-estatuto motorista. Não está se discutindo só o estatuto, mas sim os demais projetos, os trinta projetos que estão em tramitação sobre a regulamentação da profissão e que também são palcos de debate, quer dizer, também estão sendo debatidos.

Então, a importância dessa realização. Vamos realizar, está quase acertado, em Belém. Estamos acertando Rio de Janeiro, Salvador. Acredito que a gente vá conseguir fazer essa discussão, levando essa discussão do MERCOSUL para o Norte e o Nordeste também. O MERCOSUL não pode ficar sendo discutido somente na região Sul. Estamos indo para a Venezuela na semana que vem, eu e o Hamilton. Vai ser discutida também a integração da America Latina com a America do Norte. Quem vai organizar, quem vai participar é o sindicato da Venezuela junto com o sindicato de transportes dos Estados Unidos. Então, a importância que hoje, apesar das restrições... No seminário que aconteceu em Nova Iorque, o representante da Venezuela não foi nem autorizado a entrar nos Estados Unidos. Agora, os representantes dos trabalhadores, nos Estados Unidos, estão indo à Venezuela para fazer esse debate. Então, vamos estar presentes daqui a duas semanas. E, também, a importância da Venezuela nesse bloco do MERCOSUL, que está sendo discutindo aqui no Senado.

Então, agradeço mais uma vez. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O líder Luiz Festino.

Passo a palavra aqui, porque ele já pediu, ao Prof. José Carlos de Assis.

O SR. JOSÉ CARLOS DE ASSIS – Eu queria fazer uma deferência especial ao diretor da Nova Central e fazer um resumo do resumo do que a gente está discutindo. Porque eles ficaram presos no trânsito – ouviu, Senador? –, não puderam chegar logo no início.

Qual é o problema que a gente está enfrentando? Nós estamos enfrentando o seguinte: você tem uma crise mundial que afetou todos os países industrializados e avançados. Essa crise está sendo enfrentada por arrocho salarial, por arrocho do consumo interno, para liberar excedentes exportáveis. Quer dizer, os países estão querendo se equilibrar, vendendo para fora. É a forma de conseguir dinheiro e resolver os seus problemas fiscais, orçamentários e seus problemas de déficit comercial.

Então, os países industriais avançados, que são Estados Unidos, Europa Ocidental e Japão, todos eles estão fazendo mais ou menos a mesma política: aumentar as exportações. Aumentar para quem? Aumentar em cima da gente. Isso significa o quê? Significa o risco de destruírem o nosso parque industrial e destruírem os melhores empregos que a gente tem.

Então, a integração significa o quê? Nós temos vários países da América do Sul na mesma situação: ou são países que já são industrializados, como é o caso da Argentina, ou países que têm aspiração a serem industrializados. Então, esses países têm o interesse comum de proteger o seu mercado de trabalho e seu mercado industrial. Então, a integração é uma forma de integrar esses mercados, proteger esses mercados e crescermos juntos a partir do investimento, e não simplesmente de trocas comerciais.

Esse foi o tema central – não é, Senador? –, que a gente discutiu aqui – para vocês que chegaram um pouco atrasado. Nós estamos discutindo isso.

Agora, uma questão adicional, que não mencionei antes com clareza, é a seguinte: nós criamos um instituto para articular o processo de integração, ajudar a articular o processo de integração. Esse instituto se chama Intersul. Ele é o núcleo de uma rede de instituições similares, em que essa rede está em todos os países da América do Sul. Então, à medida que a gente avançar no Brasil, por intermédio da rede, a gente vai avançar paralelamente nos outros países da América do Sul.

Vamos tentar um projeto para estimular os investimentos. É o primeiro projeto que a gente vai propor, e que a Frente Parlamentar leve à frente aqui no Congresso Nacional. É um projeto de estímulo à integração produtiva, e a gente espera levá-lo aos Congressos também dos outros países, para dar um pontapé inicial, para valer, no processo de integração.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, mais uma vez, Prof. José Carlos de Assis.

Deixa-me fazer uma observação aqui – não sei se cabe ao professor ou ao nosso coordenador do curso de Economia da Facamp: É intenção, pelo que percebo, além do lançamento da Frente Parlamentar – que estamos dando aqui o primeiro passo –, apresentarmos também um projeto que garanta essa integração a partir do Legislativo, com incentivos para aqueles que investirem efetivamente nessa parceria.

Acho que seria importante que o José Carlos comentasse rapidamente a ideia do projeto, para podermos dialogar um pouco com ele.

Temos a presença aqui já do nosso representante do PCdoB, Renato Rabelo. Sabe por que eu estava na dúvida, Ricardo? Eu conheço o Ricardo há muitos anos. Aqui está Ricardo Abreu. Quem é o Ricardo Abreu? Ah, é outro Ricardo. Então, tudo bem.

Então, vamos deixar o José Carlos responder, se puder, nesse primeiro momento, e depois eu passo ao nosso Presidente do PCdoB, Renato Rabelo.

O SR. JOSÉ CARLOS DE ASSIS – É o seguinte, Senador: o objetivo nosso é desenvolvimento. Criar condições de bem-estar social, a partir do desenvolvimento econômico e social da América do Sul.

Para ter desenvolvimento, tem que ter investimento. Portanto, você tem de criar incentivos ao investimento. Mas, se você criar a ideia de incentivo genericamente, não tem uma articulação com o projeto de integração em si. Então, a nossa proposta é a seguinte: vamos tipificar o que é investimento de integração, tipificar legalmente. Quer dizer, você estabelece, numa lei, o que é um projeto de integração produtiva na América do Sul. A partir disso tipificado... Por exemplo: é projeto de integração empreendimentos que tenham capitais cruzados na América do Sul – quer dizer, capitais de mais de um país; é projeto de integração empreendimentos que gerem cadeias produtivas em mais de um país. Nós vamos definir, legalmente, o que é projeto de integração. E atribuir ao projeto de integração determinados incentivos. Esses incentivos é que vão estimular o desenvolvimento industrial e, com isso, o desenvolvimento econômico e de bem-estar social na região. Essa é que é a ideia.

Então, essa é a nossa proposta, Senador, e espero – a gente já conversou e acho que o senhor está de acordo – que esse seja o primeiro grande objetivo da Frente Parlamentar pela Integração da América do Sul: fazer passar no Brasil esse projeto e, a partir do Brasil, a gente levar – nós já estamos discutindo na rede Intersul – esse projeto para todos os demais países da América do Sul.

É isso, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Olha, quero dizer a gente tem aqui, na nossa Comissão de Direitos Humanos, o presidente nacional de um grande partido – porque é um grande partido, tenho tido uma parceria ao longo da minha vida com o PCdoB.

Com enorme satisfação, eu gostaria de passar a palavra, neste momento, ao Renato Rabelo, presidente nacional do PCdoB, para que ele faça suas considerações sobre a importância desta proposta que estamos debatendo aqui e da criação da Frente Parlamentar pela Integração da América do Sul.

O SR. RENATO RABELO – Bom dia, meu caro Senador Paim, de quem tenho assim uma recordação já desde o Rio Grande do Sul, naqueles primeiros comícios, quando você estava saindo exatamente do sindicato para atuar na área legislativa e, de lá para cá, essa trajetória importante, marcada pela defesa do interesse dos trabalhadores, respondendo aos anseios dos trabalhadores.

Eu vim aqui a convite também do Prof. José Carlos de Assis, que eu muito prezo, um homem de ideias.

Eu acho que essa iniciativa de criar uma frente parlamentar em prol da integração continental é uma iniciativa muito importante. Eu considero, inclusive, Senador Paim, que é uma iniciativa que tem um sentido estratégico, porque a integração com os nossos vizinhos faz parte, no modo de entender do PCdoB, de um processo que compreende o desenvolvimento nacional desses países aqui na América Latina e o próprio desenvolvimento nacional nosso brasileiro. Eu acho muito difícil e incompreensível um desenvolvimento nosso brasileiro em que os nossos vizinhos não se desenvolvam, não cresçam. A gente pode até contribuir para superar muito das assimetrias que existem ainda no nosso continente. O Brasil, pelo papel político e econômico que tem no continente, pode ter um papel fundamental na integração, enfrentando, ajudando também a resolver esses problemas das assimetrias, das desigualdades existentes aqui.

As iniciativas que o Governo Lula tomou, no primeiro e segundo governos, no sentido de integração latino-americana e sul-americana, eu considero que foi um passo importante da marca do Governo Lula, porque os governos anteriores deram início ou pouco fizeram nesse sentido. Acho que entre as marcas importantes do Governo Lula, que é pouco situada, está esse esforço de integração com os nossos vizinhos. E veja que a relação comercial, que praticamente era simbólica, hoje é uma relação comercial de grande dimensão já, se considerarmos a Argentina, Venezuela, Colômbia entre outros. Mostrando, portanto, que tínhamos um grande espaço para essa integração comercial, levando em conta também o bem-estar dos povos do nosso continente. Daí a importância que tem.

Nós defendemos, Senador, no caso do Brasil – aliás, o PCdoB tem isso como referência –, a construção de um projeto nacional de desenvolvimento. Essa é uma referência para o PCdoB. Aliás, o nosso programa defende que o nosso caminho seria o esforço de construção de um projeto como esse, um projeto nacional de desenvolvimento. Como questão fundamental desse projeto nacional de desenvolvimento, está a questão da integração continental, um fundamento desse projeto para nós. Além, evidentemente, da defesa da nossa soberania, democratização da sociedade, o avanço social, o progresso social, tudo como fundamentos de um projeto como esse. Mas a integração faz parte desse fundamento.

A Unasul foi uma iniciativa muito importante, uma tentativa de integrar todos os países da América do Sul. Isso é histórico. Ou seja, romper com aquela fase do pan-americanismo, digamos assim. Ou seja, a gente sempre ao sabor e ao ditame de uma grande potência, no caso os Estados Unidos. Acho que tudo isso vai revelando um processo histórico novo de independência na América Latina.

Esse esforço de a gente industrializar a América Latina, uma indústria moderna, porque, sem indústria moderna não tem salários dignos, compatíveis com as necessidades do nosso povo. Se a gente fica sempre como um país essencialmente agrícola, exportador de *commodities*, sem ter uma indústria moderna, indústria do conhecimento, abrangendo alguns nichos de alta tecnologia, é evidente que o Brasil ficaria sempre marcando passo.

Eu sempre tenho dito que, se a gente não conseguir construir uma indústria moderna em nosso País, não vamos deixar de ser, mesmo crescendo, uma grande fazenda, um grande minério e uma indústria média que monta algumas coisas etc. Acho que esse não é o nosso projeto.

Nós temos que ter uma indústria moderna porque, assim, nós podemos ter empregos e salários dignos. Esse é o nosso grande esforço. Não podemos passar de governo a governo e continuarmos sendo uma grande fazenda, digamos assim, sendo um país exportador, o que é importante, claro. Já começamos a ser exportador de grãos de alimentos de uma maneira geral; exportador até de energia. Mas isso só não basta. Nós temos que ter uma indústria avançada, moderna. Então esse é um aspecto importante da nossa integração, e os vizinhos têm que crescer conosco.

Então essa frente parlamentar é fundamental porque ela procura atingir um aspecto importante do desenvolvimento nacional, do desenvolvimento dos vizinhos e responder a um grande anseio do nosso povo, que é ter uma indústria moderna, uma indústria avançada e salários dignos. Ou seja, a gente procura responder com isso necessidades e anseios importantes para a construção dessa nova nação, de uma nação, portanto, avançada, solidária e moderna.

Isso é exatamente o que nós pensamos. É assim que o PCdoB vê essa questão hoje da integração hoje do nosso continente...

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Permita-me, Presidente Renato Rabelo, dizer que, ao longo da minha vida – entre sindicato e Parlamento, estou há 31 anos –, eu sempre tive uma parceria muito forte com o PCdoB, muito respeito com o PCdoB. Inclusive, na primeira disputa ao Senado, o meu primeiro suplente era do PCdoB, e foi fundamental todo o trabalho que ele fez naquela região do Estado.

Agora, nessa última disputa para o Senado, nós sabíamos que tínhamos que lançar dois candidatos, Renato. Fiz contato com o Guiomar: "Guiomar, precisa ser uma mulher, e a Abgail, uma grande líder sindical, tem tudo para ser a minha companheira de chapa". Com isso, a gente deixava os dois votos no nosso campo. Eles se reuniram, ela ia assessorá-lo como candidato a Deputado, e foi, abriram mão dela, e ela foi candidata ao Senado para ajudar a nossa campanha. Ela fez uma belíssima campanha, obteve mais de dois milhões de votos. Nos ajudou muito, e, hoje, ela é secretaria de Turismo do Governo do Tarso. Uma bela liderança. Quero aqui deixar meus agradecimentos ao PCdoB, ao Guiomar e à Abgail. Foi uma parceira que travamos ao longo da vida, no movimento sindical... *(Palmas.)*

Lembro dessas duas campanhas para o Senado. Nas campanhas para Deputado Federal, por quatro vezes, sempre caminhamos juntos e queremos continuar juntos, tanto no Estado quando no âmbito nacional, por ter o mesmo entendimento.

A sua presença hoje aqui no Congresso no momento em que a gente inicia a formação da frente parlamentar pela integração da América do Sul dá um brilho especial. Tenho a certeza de que esse processo vai dar certo.

Nós queremos dizer, o Assis e todos os nossos convidados, que pode ter certeza de que, no dia do lançamento da frente, vamos ter centenas de parlamentares presentes. Hoje é o primeiro passo. A partir daqui, vamos começar a coletar as assinaturas. A Jandira Feghali é que vai coordenar lá na Câmara. Eu vou coordenar aqui no Senado. Já fizemos essa mediação porque queremos que a frente dê certo.

Parabéns por sua exposição aqui, brilhante, tranquila, apontando caminho tanto para o desenvolvimento do Brasil, quanto para os países da América do Sul e porque não dizer da América Latina, numa visão universal do interesse do emprego, do social, do trabalho e dos empreendedores também.

Vai falar agora, Renato, o representante aqui dos empresários, que é o Cristiano Becker. Ele representa aqui nesse debate a Queiroz Galvão.

Cristiano com a palavra.

O SR. CRISTIANO BECKER – Bom-dia a todos.

Como representante do empresariado aqui, primeiramente, gostaria de agradecer pela concessão da palavra e também parabenizar a Mesa, o José Carlos de Assis por essa iniciativa do Intersul, que é o Instituto de Estudos Estratégicos para a Integração da América do Sul. Como representante do empresariado, acho que é muito importante aqui definir a tipificação do projeto

de integração. Já foi comentado aqui que existe liquidez hoje no mundo, existem incentivos para se realizar investimentos. Só que não existe uma definição bem clara do que é o investimento produtivo hoje e do que são esses vínculos estratégicos entre países, entre diferentes entes como um todo.

Acho que a definição desse projeto é fundamental para reforçarmos esses vínculos. Fala-se muito em integração econômica, integração social, integração produtiva, só que não existe uma definição bem clara do que pode ser caracterizado como tal e do que deveria receber incentivos para ser estimulado.

Eu acho que há uma discrepância muito grande entre os países da região hoje. Existem países na América do Sul que são esquecidos, como se não existissem, e com os quais existem oportunidades de integração. Hoje em dia há uma discrepância muito grande em questões sociais, em questões ambientais, em questões de legislação. Todas essas questões devem ser muito bem delimitadas, muito bem delineadas para serem superadas e para que a gente possa chegar numa conclusão exata do que é poder possibilitar que grandes empresas, grandes conglomerados industriais possam realizar seus investimentos. Delimitando isso e criando oportunidade para que se possa exportar tecnologia, exportar condições e aprendizados e também receber é a forma mais clara e mais direta que a gente tem hoje em dia para iniciar esse processo. Se eu fosse dizer há cinco, dez anos seria algo que estaria totalmente esquecido.

Fala-se muito em Mercosul, mas muitas vezes se esquece que a América do Sul é muito maior do que o próprio Mercosul em si. Citaram o caso, agora há pouco, da Venezuela, onde nós temos um grande projeto hoje que se encaixa perfeitamente em termos de integração econômica, exportação de tecnologia, principalmente de construção de condições para a população de um vale no local poder sobreviver mediante uma possibilidade de produção agrária.

Então eu acho que a delimitação do projeto e a tipificação do que estaria previsto na lei para que se pudesse incentivar esse tipo de investimento é algo fundamental para termos um ponto de partida. Acho que só assim poderemos realmente reforçar os vínculos que queremos reforçar, reforçar parcerias, possibilitar maior concorrência da América do Sul como um todo frente a dificuldades no mundo e também, principalmente, poder desenvolver essas condições sociais porque estão diretamente atreladas, o ramo econômico com o ramo social. Então a tipificação hoje, do ponto de vista do empresariado, é o que tem que ser bastante definido, ser bem claro para que possamos ter esse ponto de partida e poder ingressar cada vez mais na parte do investimento produtivo, nesta lógica de integração econômica e social.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Cristiano Becker, que falou em nome do empresariado, fortalecendo essa iniciativa da integração da América do sul.

Pediu a palavra o Sr. Samuel Gomes dos Santos, que é coordenador do movimento Ferrosul.

O SR. SAMUEL GOMES DOS SANTOS – Meus amigos, Senador Paim, José Carlos de Assis, Presidente Rabelo, todos os senhores, professora Mairile, Hamilton.

Vou usar rapidamente da palavra, Senador. Vim de Curitiba especialmente para estar aqui onde estou, então estou muito a vontade. Vim por algumas razões. Já havia recebido por *e-mail* – nas nossas várias redes chegam boas notícias – e já havia me interessado. Aí recebi, três dias atrás, do Gustavo, do BNDES. Temos na rede desenvolvimentistas; está aí o pessoal do BNDES, do Ministério do Planejamento, o economista Ceci Juruá; é uma turma que debate as questões do ponto de vista econômico. E aí somos aliados num projeto da Ferrosul, vamos fazer lá em Chapecó, o Sr. Carlos Lessa vai abrir e nós vamos tratar, juntamente com os governadores e parlamentares lá do Sul, esta questão do projeto da Ferrosul, que é um projeto de integração não só de infraestrutura, a construção de empresa ferroviária a partir da Ferroeste, que é empresa do Estado do Paraná, que, já por determinação dos governadores do Codesul e por lei aprovada no Paraná, em Santa Catarina e Rio Grande do Sul, será uma ferrovia pública, integrada, de propriedade dos quatro Estados do sul que terá planejamento, gestão e operação de mais de 3.300 quilômetros de ferrovia ligando os portos do sul ao interior, à hidrovia do rio Paraná em Guaíra, à hidrovia do rio Paraguai em Porto Mortinho. Portanto, dando condições ao Paraguai, ao norte da Argentina, a Santa Cruz de La Sierra, Corumbá, de ter saída pelo sul; não é mais que um eixo de desenvolvimento no interior do Brasil. Nós temos uma situação grave. Então, mais que um projeto de infraestrutura é um projeto de integração econômica.

A região, por exemplo, do oeste de Santa Catarina, Chapecó – e por isto os empresários estão lá, jogando firme neste projeto da Ferrosul –, está com o risco, toda aquela região do oeste de Santa Catarina hoje, de se desindustrializar. Já investimentos começam a não ser feitos lá. Eles dependem do milho que vinha antes do oeste do Paraná, do sudoeste do Paraná; e hoje começa a vir da Amazônia legal, do Mato Grosso do Sul, a 14, 15 reais a saca de milho, que ali chega a 29, 30 reais. É uma região que está com ris-

co evidente, depois do sacrifício de gerações para se constituir uma rede de desenvolvimento.

Temos alí 70%, 80% da população brasileira concentrada em 300 quilômetros de litoral. Somos um País enorme, "chilenizado"; somos um grande Chile com a cadeia industrial, as grandes metrópoles, serviços, tudo concentrado no litoral. E o nosso grande território precisando ser ocupado produtivamente. Energia é fundamental, e sem dúvida nenhuma a mudança da matriz de transportes é crucial.

Portanto, Senador Paim, pela sua importância para o País, para o Governo, já temos conversado longamente com o PCdoB sobre isso, vim especialmente uma vez para conversar com o Presidente da Ferroeste, com o Presidente do PCdoB, embora eu não seja do PCdoB, mas o PCdoB tem uma linha nacional nesse sentido e por isso o vice-presidente da Frente Parlamentar para as Ferrovias que constituímos aqui é o Senador Inácio Arruda, e isso fruto de uma conversa institucional com o partido.

Para concluir, queria dizer assim: o Brasil nesse momento, como não tem um plano nacional, não terá um plano ferroviário. O País está a deriva neste campo da ferrovia. Por um lado, temos a agenda da destruição, da depredação, a agenda terrível que já virou caso de polícia, e o Ministério Público Federal criou um grupo de trabalho nacional para tratar deste assunto que é a depredação das ferrovias brasileiras. O senhor, que é do sul do Brasil, sabe bem do que estamos falando. Abandono, depredação, regressão no desenvolvimento de várias regiões, e assim por diante. Empresa financeirizada, a LL, pegou, recebeu todos os ativos e fez deles o que quis fazer, extraindo lucro rápido e alto e abandonando as ferrovias brasileiras. Nós tínhamos 28 mil quilômetros de ferrovias em 1997, quando começou a privatização. A ANTT diz que temos 10 mil operando. Não é verdade, temos menos, porque 10 mil é o critério de um trem por dia, mas o Brasil merece mais que um trem por dia. Se nós apertarmos o critério nós chegaremos a cinco, seis, sete mil quilômetros de ferrovias e com monopólios privados: a Vale de um lado e do outro lado a LL. É uma destruição, é como se tivéssemos sido atacados em uma guerra militar.

Agora novas ferrovias estão sendo construídas. Nós vimos com alegria o investimento do Presidente Lula na Valec; a Presidente Dilma também. Mas para que nós vamos construir essas novas ferrovias? Qual é o modelo? Quem vai gerir? A Valec diz que agora não vai mais, embora tenha entregado para a Vale do Rio Doce o único trecho construído, de 720 quilômetros entre Açailândia e Palmas. Ela subconcedeu, quer dizer, vendeu para a Vale por 30 anos. A Valec é empresa federal, do Governo Federal, construiu a linha e vendeu para a Vale do Rio Doce para uso exclusivo por 30 anos. Quer dizer, há o monopólio da Vale entre Açailândia e Palmas. E as novas ferrovias? Nós lutamos para levar até o porto do Rio Grande. Conseguimos. Aprovamos na Câmara, o relator foi o Beto Albuquerque. E está aqui no Senado para ser aprovado. E como serão geridas essas ferrovias? Diz o Governo Federal agora, a Valec e a ANTT, que serão baseadas no modelo espanhol; quer dizer, o Estado vai construir a infraestrutura, vai fazer a manutenção e vai liberar para operação privada.

Mas ferrovia não é como rodovia; não tem competição em ferrovia. Ferrovia é monopólio natural, não vai haver milhares e milhares de pequenos operadores ferroviários; haverá oligopólios controladores das ferrovias brasileiras. E quem controla ferrovia e porto controla o território, controla a terra, controla a água. Deixo esta questão como um ponto que me parece fundamental.

Os governadores, no dia 4 de abril, assinaram em Porto Alegre uma carta à Presidente Dilma dizendo que querem a continuação do projeto Ferrosul, criaram uma comissão permanente. E, a Ferrosul, meus amigos, para concluir, é fundamental para o Paraguai. O Paraguai, por exemplo, depois da privatização das ferrovias, ele foi cercado por uma logística de grandes grupos graneleiros do mundo e é fundamental para todo o interior do Brasil. Então, saúdo o evento, sinto-me feliz em estar aqui e me coloco à disposição para a continuidade das discussões.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. (Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos ao Samuel, coordenador do movimento Ferrosul. Pode ter certeza, Samuel, que eu concordo inteiramente com você. Esses dias fiz uma audiência pública para discutir o Fundo de Pensão dos Ferroviários, que também está indo para sucata. Se não houver, de imediato, um investimento de 80 milhões por parte do Governo, milhares de famílias dos ferroviários que ficarão sem seu fundo de pensão. Por quê? Porque foi sucateada totalmente a ferrovia, como você lembra muito bem.

Eu lembro, Renato, voltando ao meu tempo de sindicalista, quando fui dirigente da Central, que eu fui à Europa – há trinta anos – e atravessei a Europa de trem,enquanto no Brasil estavam sendo sucateadas, cada vez mais, as nossas ferrovias.

Que bom que o Presidente Lula, como você lembrou, retomou esse movimento e que bom que os Governadores do sul – tenho certeza de que o Tarso Genro incentiva muito essa idéia – também queiram retomar o sistema de ferrovia. Nós, que estamos aqui com Luiz Festino, temos discutido muito a questão do transporte terrestre, percebemos que em uma reunião

nossa para discutir a situação dos motoristas de ônibus e de caminhão se fizeram presentes também os nossos ferroviários. Incentivando, pedimos àquele movimento que também falasse da importância dos ferroviários.

Luiz Festino, pode complementar.

O SR. LUIZ ANTÔNIO FESTINO – Complementando, a ALL vem sendo denunciada na questão de carga de caminhão também. Lá em Mato Grosso, a denúncia que está no Ministério Público, processos e tudo mais, é da ALL. Ela foi denunciada no Congresso da ITF (Federação Internacional do Transporte) no México. Entre a Mark e as grandes transportadoras, estava a denúncia da ALL também. Então internacionalmente ela também vem sendo denunciada. Nessa questão da ferrovia, o Senador tem sido importante na questão da segurança ferroviária, que esqueceram totalmente; os acidentes estão acontecendo. Não temos ainda a polícia ferroviária. Está aqui o projeto. O governo, apesar de estar na Constituição, sucateou totalmente a Polícia Ferroviária. Com a privatização, privatizou a operação, mas a Constituição não permite que se privatize a segurança ferroviária. Então, essa integração... Podem ver os acidentes que estão acontecendo aí em pontos de travessia com caminhão, com ônibus .– há vários acidentes – e a própria segurança na questão de contrabando e tudo o mais. Tranquilamente você traz qualquer coisa de fora pelo trem, que não é fiscalizado. Também há essa questão da segurança dos trabalhadores na questão da ferrovia e a atuação da ALL também no transporte rodoviário.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem!

Eu quero dizer que meus convidados que estão na mesa podem usar da palavra a qualquer momento. Todos os quatro – estamos fazendo o debate – me pediram a palavra.

Agora, com muita satisfação, quero passar a palavra ao Beto Almeida, que é parceiro nosso há muitos anos. É diretor, no Brasil, da Telesur, jornalista e integrante do Conselho da Intersul. O Beto sabe do respeito que tenho por ele, enfim, ao longo de meus trinta anos de vida pública... O Beto, Renato, é do nosso tempo. Tem essa carinha de mais novo, mas ele tem a nossa idade.

Com a palavra o Beto, por favor.

O SR. BETO ALMEIDA – Muito obrigado, Senador. Muito obrigado pela possibilidade de cumprimentá-los, de dizer algumas palavras e de saudar os presentes, como o Prof. José Carlos de Assis e todos os demais que compõem a Mesa e os presentes a esta reunião.

Eu queria tratar de outro ângulo dessa questão para contribuir com esse debate. Aqui estamos vendo a grande importância da integração sul-americana. É algo estratégico, decisivo, nesse mundo cheio de sombras, cheio de interrogações. cheio de perigos para os países em desenvolvimento porque há ameaças concretas contra os países que têm um projeto, que têm potencial, como é o caso do Brasil e como é o caso da América do Sul.

Eu queria trazer aqui o ângulo da informação.

Agradeço a oportunidade de dizer algumas palavras em nome da Telesur, porque nós levamos a integração no plano das idéias, no plano da cultura, no plano da informação como um bem central, estratégico, decisivo para o mundo de hoje porque mesmo as guerras que temos observado são precedidas de um processo de preparação de manipulações informativas para permitir as agressões que estamos vendo acontecer em nome das indústrias bélicas, em nome de impedir os países que têm potencial de terem o seu desenvolvimento e desse projeto de integração sul-americana, que é fundamental.

Eu lembro o ex-Presidente Juan Domingos Perón, presidente da Argentina, que uma vez disse: “Ou o século XXI nos encontrará unidos, ou escravizados”. Ou unidos ou escravizados. Essa profecia está mais do que evidente. É muito importante que vejamos hoje em curso um processo de construção dessa integração.

Os projetos que estão em andamento integração aí está no plano da infraestrutura sobretudo mas precisamos verificar que essas lacunas, como foi observada aqui uma delas no campo das ferrovias, por exemplo só podem ser sanadas se o grande debate fluir .

E esse debate, para fluir, precisa que os meios de comunicação deixem de ser ferramentas do neocolonialismo e passem a ser ferramentas da integração, ferramentas da solidariedade, ferramentas da construção cooperativa dos nossos países. Podemos, sim, fazer um processo muito decisivo para o mundo encontrar um novo equilíbrio, com a América do Sul unida.

Nesse sentido, a TeleSur vê com muita alegria, por exemplo, que, na semana passada, se constituiu, Senador Paim, na Venezuela, a União das Agências de Notícias Públicas da América Latina. Não é América do Sul, é América Latina, mais inclui todas da América do Sul. Este é o processo, fortalecer as TVs, as rádios, os meios do campo público, porque eles não competem, eles tendem a uma cooperação.

E nós podemos fomentar essa cooperação, porque essa integração tem de ser da infraestrutura, mas deve ser também informativo-cultural, pagando a enorme dívida informativo-cultural que se acumulou contra os nossos povos sul-americanos. Isso nós começamos a fazer, na medida em que se constitui, por exemplo, quando nasce a TV Brasil, quando nasce a TeleSur,

quando nasce a nova TV na Argentina, a nova TV na Bolívia, a nova TV no Equador, todas do campo público e voltadas para sustentar esse processo da nova independência indispensável.

Com a informação fluindo, os nossos povos poderão encontrar não só o caminho de enamorar-se um do outro, porque isso é fundamental. Por meio da cultura, os povos devem enamorar-se para fluir num projeto comum soberano de construção cooperativa solidária. E aí, sim, encontrar a nova independência que estamos construindo. Mas esse processo de integração informativa precisa avançar muito mais para que nós conheçamos não apenas quem foi Tupac Amaru, quem foi Martin Fierro, na Argentina. Não devemos ficar apenas na agenda do Mickey Mouse, do Superman. Temos que valorizar os nossos heróis, um Sepé Tiaraju, um Tiradentes, quem foram os bolívaros, o próprio Zumbi dos Palmares. Isso depende de descolonizar os meios de comunicação, a começar por descolonizar certo modo de fazer jornalismo, que muitas vezes é apenas a prática das ideias velhas para seguir colonizando o nosso povo, mantendo os nossos povos separados.

O processo é a integração. O processo é a cooperação. O processo é a solidariedade. Para isso, rádio, TV, Internet, todos os meios de comunicação podem contribuir muito para essa nova independência.

Muito obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Beto Almeida. Eu tive a alegria de ser entrevistado por você inúmeras vezes. Mais do que um entrevistador, pela importância dos momentos, era quase um colaborador, pois tem um grande conhecimento do campo internacional e, muitas e muitas vezes, jogava-me a bola e dizia: Paim, está no penalty, faça o gol, por favor.

Obrigado, Beto, por tudo. É uma alegria ouvi-lo aqui. Sei do belíssimo trabalho que está fazendo -– e na sua fala deixou isso muito claro –, da importância da integração da América Latina, enfim, nesse caso específico, da América do Sul.

Agora, vai falar o Hamilton, que pediu para fazer algumas considerações.

O SR. HAMILTON DIAS DE MOURA – Primeiro, quero dizer da importância, da felicidade de ver o presidente Renato Rabelo. Temos um companheiro nosso trabalhador em transporte que é Deputado Estadual por Minas Gerais, Celinho do Sinttrocel. Também temos um trabalho que é acompanhado por nossos companheiros do PCdoB. Já tivemos a felicidade de ter o Beto conosco fazendo uma brilhante palestra na direção nacional da Nova Central.

Agradeço a companheira Vera e a diretoria da Nova Central do DF pela participação.

Senador Paim, não é uma coincidência a Nova Central estar participando, já há quase um ano, desse debate sobre integração. Hoje, especialmente a questão da Intersul, acompanhando internacionalmente, na América Latina, na América do Sul, os debates, a diferença nesses debates, e que o movimento sindical tem de se atinar, é que temos tido um debate na própria Unasul, no encontro Nossa América, um debate extremamente importante do ponto de vista da politização dessa inter-relação, ou seja, manter os conceitos de organização do movimento sindical para confrontar na luta de campo, para garantir os direitos. Isso é extremamente importante e fundamental. Aliás, muito mais fundamental do que basicamente no processo institucional.

Agora, por que queremos trazer a importância do processo institucional? No caso particularmente da Nova Central, por ela ter nas suas entidades filiadas uma preponderância no setor de transporte terrestre e nos setores de hotelaria, do turismo, chegam-nos com grande rapidez os problemas dessa integração ou dessa falta de integração dos trabalhadores. Ou seja, os problemas que os trabalhadores têm nos setores de turismo, de hotelaria, que são o cotidiano desses trabalhadores e que eles vivem as dificuldades tanto do ponto de vista da situação das condições de trabalho. Os problemas que chegam dos trabalhadores do setor de transportes de soja, de grãos, trabalhadores que passam de um país para o outro e que vivem uma angústia nas aduanas, nas fronteiras, com a falta de integração das condições de trabalho, é fácil porque conseguimos enxergar todo o processo.

E o problema do transporte é muito interessante, porque há duas décadas já debatíamos, particularmente no Paraná, em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, o problema das aduanas, como o problema do futuro. Há vinte anos, debatíamos o problema do futuro, o transporte como problema da comunicação. Quando não havia avançado significativamente a tecnologia da comunicação, então discutíamos como o setor de transporte viveria o problema da comunicação. Nós fazíamos transporte de malotes, transporte físico de questões bancárias de um país para o outro. Vivíamos, particularmente na Argentina, no Paraguai, no Uruguai e na Colômbia, problemas grandes nesse transporte, porque vivíamos as contradições dos sindicatos dos trabalhadores que viam, nas suas condições de trabalho, esse problema.

Então, estarmos vivenciando isso e podermos estar debatendo a importância de ter também na legislação e nos marcos regulatórios a importância de o tra-

balhador estar sendo contemplado em suas condições do meio ambiente do trabalho e das condições sociais é importante. E eu digo por que é mais importante ao Estado. Lá na Unasul, no encontro Nossa América, onde se debatem a organização e a mobilização política para confrontar com o desenvolvimento que vem, é fundamental debater aqui porque estamos vivendo um momento da desregulamentação do processo da representação sindical dos trabalhadores.

Então, toda aquela falácia que dizia que o movimento sindical na Europa estava avançado, com toda sua organização dentro das fábricas, tudo já foi desmontado. Outro dia, ouvi mais um episódio, vindo de Portugal, e no avião conversava com cinco microempresários da construção civil que vinham trabalhar no Mato Grosso, porque o Brasil, com a onda da Copa, das Olimpíadas, tem sazonalidades na construção civil, no setor de serviços, gerando emprego.

Depois, como não estamos forçando o Governo com o problema da qualificação e da capacitação da mão-de-obra daqueles desempregados que estão aqui, o nosso grande problema é o emprego sem qualidade. Há uma onda de muito emprego, mas tem desemprego todo dia, porque não há qualificação.

Então, em relação a essa imigração no problema da integração, é mais uma vez importante frisar aqui que a Nova Central... E nós estimulamos e convocamos todas as outras centrais, que estão, em relação ao debate sindical, um pouco mais avançadas do que nós, a tratar essa questão como de suma importância, principalmente junto à Frente Parlamentar.

Vejo, com muita alegria, a presença do presidente Renato Rabelo, porque os partidos, mais do que os seus parlamentares, têm de se integrar nesse debate. O problema da governabilidade, o problema da relação do Executivo com o Legislativo, muitas vezes, por uma questão macro, tanto do ponto de vista econômico como do social, subestima problemas sociais dessa natureza que precisam de uma intervenção do partido e, às vezes, não das bancadas parlamentares. Então, estamos buscando trabalhar para que os partidos percebam isso. A consolidação dos partidos, do ponto de vista de uma nova era, nesta década, vai se dar dentro daquela atenção que os partidos têm ao desenvolvimento da relação social, que é a relação sindical.

Mais uma vez, a fala do Samuel e a fala do Beto Albuquerque trazem-nos essa reflexão. Buscamos fazer com que a Nova Central, as outras centrais e o movimento sindical em geral entreguem-se a esse debate, para que, no marco regulatório, possamos aprofundá-lo.

Iremos para a Venezuela agora e levaremos esse debate. Vamos à Nicarágua em setembro, quando também levaremos esse debate. Faremos com que isso se fortaleça.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Parabenizo o Hamilton pela defesa que faz, com muita clareza, dos trabalhadores além da fronteira, mas com um olhar muito forte aqui para a nossa América e, especialmente, para o Brasil.

Vamos agora para as considerações finais. Não sei se alguém tem problema de vôo. O Renato tem problema de voo? Eu começaria pelo Renato para fazer suas considerações finais. José Carlos, você é nosso convidado especial. Ele quer fazer antes que você saia.

O SR. JOSÉ CARLOS DE ASSIS – Tem referência com a exposição dele, que foi excelente. Só um pouco para trazer o foco.

A questão da integração está em três níveis hoje: nível do Mercosul, que é o mais tradicional para nós brasileiros, que se institucionalizou. O Mercosul é o nível comercial, é sobretudo mercado livre. Está no nível da Unasul, que abrange a América do Sul inteira, mas que é o nível essencialmente político mas que incorporou a Irsa, um plano de desenvolvimento da infraestrura logística da América do Sul. Está nos primórdios essa articulação. Tem-se uma ideia antiga, que estamos retomando, da integração produtiva da América do Sul. Só queria deixar isso claro para ter a relação entre uma coisa e a outra. Na nossa concepção, o Mercosul teria que evoluir para a integração produtiva debaixo da cobertura da Unasul, que é um acordo político de presidentes da república. Estamos trabalhando nesse conceito.

Por que a Unasul? Porque é o marco da América do Sul. E por que não América Latina? Porque seria praticamente inviável neste estágio inicial nosso tentar fazer a integração da América Latina inteira, até por causa da influência americana na América Central. Então, a ideia é o foco da América do Sul debaixo da cobertura política da Unasul e contando com a experiência do Mercosul em termos de integração. Essa é a ideia.

A outra questão é com o Samuel. Samuel, depois, se você quiser, poderemos, talvez em nível de Intersul, criar um grupo de trabalho para essa questão ferroviária, em termos de integração ferroviária. Depois, tentaremos ver como viabilizar isso.

Obrigado, Senador, mais uma vez.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, José Carlos de Assis. Meus cumprimentos, mais uma vez, pela sua fala.

Vou passar a palavra ao presidente do PCdoB, nosso amigo Renato Rabelo, que terá de se deslocar para outra atividade.

O SR. RENATO RABELO – Senador Paim, demais presentes, insisto em dizer que é uma iniciativa

muito importante – fiz um esforço para estar presente –, porque tem um sentido estratégico toda iniciativa que aborde essa integração. Recentemente, o ex-Ministro de Relações Exteriores Celso Amorim acentuou uma questão que, para nós, é importante na compreensão da integração.

O mundo hoje é conformado de blocos. A geopolítica, digamos assim, daqueles que têm o poder político mundial também leva em conta esses blocos. Os Estados Unidos, por si só, já são um bloco; a China, por si só, já é um bloco. Por isso que têm essa referência mundial hoje China, Estados Unidos etc.

Mas os Estados Unidos procuram construir seus blocos, aliás tentou construir um grande bloco que seria juntar todas as Américas em função de seus interesses e de seu ditame, digamos assim, a Alca. Foi um esforço muito grande que acabou derrotando essa proposta dos Estados Unidos que é uma tentativa de recolonização moderna dos nossos continentes.

O que diz o Celso Amorim? O nosso esforço é juntar a América Latina, mas o esforço imediato, como disse o professor José Carlos, é juntar a América do Sul, formar um bloco na América do Sul. Se não tivermos a capacidade de ter esse bloco, nas disputas hegemônicas mundiais nós vamos ser sempre trucidados. O bloco funciona como uma forma de união dos povos da América do Sul, em que o Brasil tem um papel-chave nisso tudo. É um bloco para tentar sobreviver a esses blocos que se formam no mundo. Se não vamos ficar sem um bloco onde possamos ter um papel de defesa da nossa soberania, de integração com os nossos vizinhos, ficaremos ao sabor de algumas potências mundiais.

Temos de ficar sob o guarda-chuva de uma grande potência? Não. Vamos criar o nosso bloco. Com isso, podemos ter o papel importante da construção da nossa geopolítica no quadro mundial. Então, considero esse aspecto importante pois tem um sentido estratégico.

A discussão mostrou a importância dessa integração, porque tem integração em todos os aspectos. Aqui, o professor José Carlos acentuou o problema da produção, esse aspecto do Mercosul, da sua ampliação, da sua extensão. O Mercosul tem de compreender toda a América do Sul, não só o Cone Sul. Isso é fundamental. A Unasul seria esse teto político. Tudo isso são passos iniciais. Historicamente, é muito pouco tempo. Mas são passos gigantescos que estamos dando.

Como também no sentido dos trabalhadores, como coloca o Hamilton. Tenho referências importantes, Hamilton, de todos os trabalhos dos encontros da Nossa América, que é uma tentativa de dar aos trabalhadores essa compreensão. Eles precisam levar em conta essa integração. Esse lado dos trabalhadores é fundamental.

E essa integração física, através da integração do próprio Brasil com a integração sul-americana. Nós temos que nos integrar com grandes ferrovias. Hoje mesmo se divulga com grande estardalhaço que a China inaugura – já chegou a este nível – o trem-bala, ou seja, o trem de alta velocidade, de Pequim a Xangai. De Pequim a Xangai, de avião, leva-se por volta de 1 hora e 50 minutos, quase 2 horas, seria mais ou menos Brasília-São Paulo. Um trem de alta velocidade, inaugurado agora. Eles já estão nesse estágio. Nós nem conseguimos tirar do papel o nosso trem bala Rio-São Paulo.

E as ferrovias, a importância que têm! A ferrovia do sul a oeste, tudo é fundamental, além de toda essa coluna vertebral que precisa ser construída no Brasil, que são as ferrovias norte-sul, leste-oeste, o diabo! É isso que tem de ser feito. É uma integração nacional, fundamental para a integração com a América do Sul.

E tem o aspecto da comunicação, que o Beto levantou muito bem. A comunicação é outra frente estratégica para nós. Não é por acaso que os setores dominantes, conservadores têm, na comunicação, sua pilastra mais importante, porque é a forma de domínio ideológico, político etc. E se conseguirmos a integração do continente também no terreno da comunicação, se houver possibilidade de termos essa associação, essa integração em todos os terrenos, será um passo muito importante da integração.

Por isso, Paim, quero, mais uma vez, justificar e fundamentar essa iniciativa. Você está de parabéns. É uma iniciativa de grande valor. Nós valorizamos muito essa Frente Parlamentar. Tem de se tornar realidade essa integração. Essa integração tem de ir adiante. Acho que a Presidenta Dilma tem essa compreensão. Vai depender de um esforço que dê continuidade a isso e eleve a um patamar superior.

Portanto, mais uma vez, parabenizo-o e desejo êxito. De nossa parte, conte conosco.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Parabéns ao Renato Rabelo, presidente do PCdoB, que deu um brilho especial a esta nossa primeira reunião de debates, aqui na Comissão de Direitos Humanos, e vamos fazer um debate integrado com a outra comissão que eu presido, a Subcomissão de Trabalho e Previdência, que tem tudo a ver com a questão social, de direitos humanos e com a questão econômica. O Renato deu praticamente uma aula. Quanto mais eu trato desse tema, mais eu me empolgo. E ele fica bem faceiro, porque ele que me trouxe esta ideia de eu me

integrar a essa proposta integradora – isso é do Olívio Dutra – da América do Sul.

Renato, sei que você tem de se retirar. Quero dar uma salva de palmas a você. Parabéns.

(Palmas.)

Vou passar a palavra para as considerações finais primeiro para os colegas do plenário e depois para a Mesa, mas começo com você, Moisés.

O SR. MOISÉS CORREIA – Sou secretário executivo do Intersul e eu queria dar alguns dados sobre o instituto.

Nós temos um *site* na Internet WWW.rumosdobrasil.org.br, que era inicialmente focado só no Brasil e, com essa transformação para o Intersul, ele está sendo redefinido. Mas as informações todas, a documentação, toda a parte teórica da integração, para quem nos assiste na TV Senado ou na TV Comunitária... Estamos filmando aqui e vamos pegar as imagens do Senado para a TV Comunitária do Rio de Janeiro e de Brasília, para, com o Beto Almeida, divulgarmos este evento aqui da integração. É importante que quem queira mais informações sobre o instituto, acesse o *site* que tem uma parte específica da integração, com toda documentação, fotografias e vídeos sobre os eventos da integração.

Eu queria destacar também aqui, todo mundo já falou isso e o Prof. José Carlos de Assis destacou bem, que o Intersul que procura trazer o debate para um foco que é uma integração pela base produtiva de forma estimulada, diferentemente do que normalmente se faz. Como o Professor Rodrigo falou, há muito tempo se trabalha a questão da integração e naturalmente esta vai-se desenvolvendo, mas, pela urgência e pela crise que nós estamos vivendo, conforme o José Carlos de Assis destacou bem, é importante uma estimulação para que esse desenvolvimento possa se dar transformando a base econômica.

Como falou o Cristiano, da Queiroz Galvão, essa questão do projeto que o senhor apresentou, destaco a importância disso e agradeço o seu empenho em ter um projeto que tipifique quais elementos vão ser estimulados em nível de impostos e outros para que os empresários e os investidores possam sentir que aquele projeto tem a marca da integração específica e tal.

Para finalizar, o Intersul está procurando fazer uma articulação na base da sociedade, porque a integração apenas pelo movimento dos Governos tem um ritmo, mas se for aprofundada com a participação da sociedade terá outro. E aí eu queria destacar isso aqui e solicitar, com sua permissão, uma salva de palmas para essa presença marcante dos trabalhadores e das trabalhadoras que vieram pela Central Sindical, o que é muito importante. *(Palmas.)* Então, existe uma articulação para integrar as mulheres, para integrar os trabalhadores, o que já ficou claro aqui pela participação do Hamilton, para integrar os empresários – o Albano Franco vai coordenar essa frente de empresários e aqui nós temos alguns representantes que nós queríamos agradecer também – e a universidade. A Academia é fundamental e obviamente os estudantes – não poderíamos deixar de ter da participação juventude, porque o futuro depende da presença mais forte dela para que a gente possa ampliar o mercado de trabalho inclusive para ela própria. Então a gente queria só registrar isso para que possamos ter mais informações e ter uma integração mais firme no próprio instituto, que é uma questão da sociedade e não é uma questão de Governo, por isso é fundamental a presença Parlamentar, com o senhor aqui no Senado e a Jandira na Câmara dos Deputados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Moisés. Agradecemos as suas considerações.

Vamos às considerações finais de todos os nossos convidados.

Passo a palavra, neste momento, pela ordem, ao Luís Festino para suas considerações finais.

Só peço que todos sejam breves, se possível, para a gente ver se consegue terminar às 12h30. Teremos mais quarenta minutos se todos forem breves.

O SR. LUÍS ANTÔNIO FESTINO – Mais uma vez, eu agradeço o convite, dada a importância da integração, o que foi ressaltado aqui por todos. Que essa integração não fique somente lá no Cone Sul, como o Rabelo falou e a gente está discutindo, mas seja com a América do Sul, tendo em vista sua importância, e envolva todos os setores, não somente um: transportes ou hotelaria, mas todos.

Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pergunto também se, para sua saudação final, o Cristiano Becker quer usar a palavra?

O SR. CRISTIANO BECKER – Quero aproveitar esta oportunidade para parabenizar vocês mais uma vez. Acho que, se não é a primeira, esta é uma das primeiras vezes que se está formando uma frente forte, uma frente direta para buscar essa tipificação, buscar essa questão da integração, como a gente citou aqui novamente, não só em termos de Mercosul, mas da América do Sul como um todo.

Então, queria parabenizar a todos e dizer que isso é de fundamental importância principalmente para nós, que somos o empresariado, para termos uma definição melhor do que é que a gente pode ou não estar apoiando e estar junto em termos de investimento produtivo

que vai, por sua vez, gerar capacitação, gerar renda, gerar integração social e econômica e vínculos fortes entre os países.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Cristiano. Foi objetivo e ajuda no encaminhamento.

Passo a palavra agora para o Sebastião José, Presidente da Nova Central.

Antes de você, como o Beto vai ter que se retirar e mandei pegá-lo no corredor – ele é nosso companheiro de todos os momentos –, como ele não vai querer usar da palavra agora, peço uma salva de palmas para o Beto em sua saída. *(Palmas.)*

O SR. BETO ALMEIDA – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Por favor, Sebastião José, para suas considerações.

O SR. SEBASTIÃO JOSÉ – Obrigado, Senador.

Queria, mais uma vez, agradecer. Tive que sair para atender um telefonema agora da Assembléia Legislativa do Rio e é exatamente para confirmar aquela nossa audiência pública sobre a regulamentação da profissão de motorista. *(Palmas.)*

Queria aproveitar, em nome dos cidadãos cariocas, dizendo que sei que o senhor não poderá ir a todos os Estados, para deixar registrado aqui o pedido para que o senhor compareça a essa no Rio de Janeiro.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O Rio é campeão em me levar para o Rio. Foi muito bom ali o bloco dos aposentados. Vocês estavam lá. Inspirados nisso, haverá em Porto Alegre. A escola Imperadores do Samba vai fazer um samba enredo com um pouco da minha vida, aliás, um pouco das nossas vidas. Há 29 compositores inscritos, porque há uma disputa do samba, mas tudo nasceu no Rio. Por isso, lembrei disso agora.

O SR. SEBASTIÃO JOSÉ – Na verdade, Senador, queria só dizer aqui que o senhor é um Senador do Brasil, não é um Senador do Rio Grande do Sul. *(Palmas.)*

E quero dizer que no Rio de Janeiro, o senhor, talvez tenha a mesma popularidade que têm os nossos três Senadores cariocas. Se transferir o título, se elege Senador com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Incomodo os outros três?

O SR. SEBASTIÃO JOSÉ – Com certeza. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Mas os três são...

O SR. SEBASTIÃO JOSÉ – Parabéns e obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Com certeza, ficamos no Rio Grande.

Passo a palavra, para suas considerações finais, ao Samuel.

Uma salva de palmas para o nosso Presidente da Central, que usou da palavra agora. *(Palmas.)*

Parabéns ao Presidente Sebastião José.

O SR. SAMUEL GOMES DOS SANTOS – Senador Paim, quero aproveitar essas considerações finais para fazer uma referência que esqueci de fazer.

A gente fala em matriz de transporte. É uma coisa muito teórica. Matriz de transporte brasileira dá para dizer que é o caminhoneiro transportando o Brasil nas costas. O trabalhador caminhoneiro no Brasil passa por um processo brutal de exploração em razão dessa matriz inadequada. Portanto, a construção de novas ferrovias vai fazer com que o caminhoneiro cumpra o seu papel.

O caminhão faz tiro curto, 200, 300 km, gira o seu ativo, ganha mais, dorme em casa, vê seus filhos crescerem, reduz o número de acidentes nas estradas porque, quando as famílias cruzarem com um caminhão na estrada, o caminhoneiro estará descansado, alimentado. Às vezes, três horas da tarde, a gente vê um caminhão que acabou de tombar em uma reta em uma estrada e se pergunta: "Como é que tombou o caminhão?" É que, antes de tombar o caminhão, tombou o caminhoneiro. Ele está há quanto? Ninguém sabe há quanto tempo, há quantos dias buscando carga não sei onde. Então, é uma vida que não tem cabimento o País admitir.

Então, essas medidas que os trabalhadores, os sindicatos, o Senador Paim estão tomando, junto com a construção de ferrovias no Brasil, são medidas que se somam. O trabalhador caminhoneiro vai cumprir o seu papel, o papel do caminhão; o trem, o seu papel, e, assim, vamos melhorar o País.

Uma questão que se falou foi sobre a China, e quero só contar uma experiência. Quando Presidente da Ferrobrás, depois de um ano, fizemos uma negociação, que era conclusiva, para iniciar uma nova fase, com a *China Railway Construction Company,* a CRCC, que é a grande empresa ferroviária da China, que faz todas as ferrovias na China e está autorizada pelo Governo a fazer ferrovias no Brasil – está disputando alta velocidade e assim por diante. Durante a reunião, eu disse educadamente: "Primeiramente, nós não vamos virar *plantation* da China. Não queremos no nosso projeto no País. Por um lado e, por outro lado, nós queremos que o Exército brasileiro seja o engenheiro do proprietário."

Isso porque o Exército do Brasil construiu a Ferroeste. Foi o Batalhão de Lages e o Batalhão de Araguari. É uma obra de engenharia excepcional para o começo da década de 90. O nosso plano de trabalho

com o Exército brasileiro, Senador Paim, para a Ferrosul é o Exército brasileiro, a engenharia militar brasileira ser o engenheiro do proprietário. É claro que serão os empreiteiros, que queremos tecnologia da China, etc., mas quem vai fazer a inteligência da construção será o Exército. Esse é o projeto.

Falei isso e um dos chineses, no caminho para o hotel, o mais graduado deles, que veio de São Francisco, me disse o seguinte: "O senhor falou sobre o Exército. Não quis falar na reunião, mas quero lhe dizer o seguinte: tínhamos quatro forças militares na China: Exército, Marinha, Aeronáutica e Corpo de Engenheiros Militares, que não era uma força subordinada às demais. Era uma força separada. Há vinte e cinco anos, essa força se transformou numa empresa e é essa empresa com a qual o senhor está conversando. A CRCC é o corpo de engenheiros militares da China transformado, em vinte e cinco anos, em empresa. O hino da nossa empresa ainda é o hino do corpo de engenheiros militares. Nós, com os trens de alta velocidade e outros, ganhamos uma capacidade de mobilização de tropas impressionante. Podemos chegar a qualquer ponto do país com uma rapidez enorme."

Então, ferrovia é muito mais do que transporta *commodities* certamente.

Grato a todos. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Que bom que a gente agora está pensando nessa integração em todos os sentidos!

Nosso José Carlos de Assis me convidava para integrar esse projeto que vai, na verdade, consagrar, a partir do projeto que vou apresentar ao final, que é uma sugestão que me foi apresentada pelo Moisés e pelo José Carlos de Assis... O Moisés também ajudou na elaboração do projeto. Não é, Moisés? Viu como estou falando a verdade – Moisés ajudou na elaboração do projeto. O projeto é praticamente uma minuta que registramos, mas a nossa intenção é, naquele mesmo espírito do estatuto do motorista, uma vez que seja trabalhado, modificado e se construa até um substitutivo, registrar aqui na Comissão e que ele passe a tramitar como projeto da Comissão de Direitos Humanos.

Passo a palavra neste momento à Maylle Alves Benício, que fala pelos nossos estudantes?

A SRª MAYLLE ALVES BENÍCIO – Acredito que o debate hoje foi muito produtivo e de fundamental importância para mostrar como a integração produtiva deve ser concretizada e como é abrangente. Ficou claro que vários setores da sociedade, aliás, todos os setores estão envolvidos, como foi exposto, a comunicação, a integração física. Isso é uma forma de mostrar como essa integração vai abarcar de maneira geral a America do Sul.

Acho que foi uma iniciativa extremamente importante essa audiência pública para deixar isso claro para a população como um todo. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos à Maylle, que falou e nome dos estudantes, da nossa juventude.

De imediato, passo para o Hamilton, seguindo a seqüência, que é Diretor da Nova Central.

O SR. HAMILTON DIAS DE MOURA – Senador Paulo Paim, falamos várias vezes da importância. Queria só deixar registrado, até vi os companheiros da Rede Comunitária aqui, essa editoração.

O movimento sindical precisa compreender esse processo. Estamos trabalhando junto à Intersul, buscando fazer com que essa integração produtiva realmente se consolide, porque já passamos por todos os padrões na busca de uma integração da luta dos trabalhadores para garantir conquistas, para garantir o seu espaço e para garantir, mais do que isso, que a sua mercadoria, que é a mão de obra, seja reconhecida e lhe dê as condições de vida. Perdemos o tempo da bola no momento da globalização do mundo, da globalização comercial. Os trabalhadores, há cinquenta anos, ficaram a ver navios.

Evidentemente, o nosso combustível para fazer com que a nossa participação se torne realidade é a nossa mobilização. Deve haver a conscientização de que, eternamente, até que se emancipe o trabalho assalariado, o combustível para que a gente garanta as nossas condições é a mobilização, é a organização dos trabalhadores por si só. O combustível do empresariado é a sua empresa, a sua força tecnológica; o combustível do Governo, da política é o seu Parlamento, é o seu poder de coesão.

Portanto, essa nossa integração junto à Intersul, com a Frente Parlamentar, para todos os trabalhadores, para todos os dirigentes sindicais é fazer com que a sua mobilização esteja presente em todos os debates daqui para a frente. Nós debatendo, buscando aprimorar nossa integração, a gente vai levar lá.

Agradecer, mais uma vez, à Nova Central do Distrito Federal, com os companheiros motociclistas, com todos os dirigentes sindicais aqui. Que isso sirva de exemplo também para as centrais de outros Estados, quando estivermos em franco debate, para garantirmos a integração nacional e acumular forças para sermos os protagonistas da integração da América do Sul.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Hamilton, parabéns.

Passo, de imediato, ao Professor Coordenador do curso de Economia da Facamp, Professor Rodrigo Sabbatini.

O SR. RODRIGO SABBATINI – Obrigado, Senador Paulo Paim.

Quero parabenizar a todos pelo excelente debate que fizemos aqui hoje e quero concluir reforçando a importância de um Projeto de Lei como esse, que está aqui começando a tramitar agora. É fundamental por uma razão muito simples, durante anos a integração esteve na cabeça e mente de muita gente, dos empresários, trabalhadores. Os trabalhadores sempre estiveram muito mais engajados do que os empresários, por uma razão muito simples, durante os anos 90, sob a égide do neoliberalismo, acreditou-se que o próprio jogo do livre mercado seria suficiente para promover essa integração. Isso, infelizmente, não foi verdadeiro, com raríssimas exceções, talvez no campo da construção civil, alguma coisa na indústria automobilística, não houve integração produtiva, de fato, na América do Sul; razão pela qual uma legislação consistente, debatida, como estamos fazendo aqui hoje, por toda a sociedade, é crucial para justamente identificarmos quais são os projetos que merecem a alcunha, de fato, de programas de integração, que merecem receber apoio público, tanto do ponto de vista da renúncia fiscal quanto de financiamento público. E que tem que ser, isso é muito importante e a lei tem que deixar muito claro, é um instrumento fundamental para isso. Que sejam investimentos cruzados de integração, que favoreçam o encadeamento produtivo da região e que, sobretudo, garantam, justamente para evitarmos as mazelas que estão cometendo os países centrais hoje, China e outros, que garantam a negação da precarização do trabalho, que garantam de grande força a emancipação dos trabalhadores, que vão fazer parte desse encadeamento produtivo, comandado por investimentos cruzados, garantidos por lei e financiados, em grande medida, pelo dinheiro público, portanto, dinheiro de todos nós.

Agradeço novamente o convite e enalteço, novamente, a iniciativa.

Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Cumprimento o Professor Rodrigo Sabbatini, pela sua exposição, que deixa clara a importância de investimento cruzado, que, na verdade, é o dinheiro público em geral e que atenda ao interesse de todos.

Para encerrar a Mesa de painelistas, depois vou apresentar o projeto, resultado, na verdade, dessas conversas e dessa audiência pública.

Passo a palavra ao Professor economista José Carlos de Assis.

O SR. JOSÉ CARLOS DE ASSIS – Só uma pequena observação inicial, não é para propriamente dinheiro público, é dinheiro garantido pelo setor público. Pode ser dinheiro privado, pode ser...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Por isso que ele é professor, ele corrige ali, é garantido pelo setor público. *(Risos.)*

O SR. JOSÉ CARLOS DE ASSIS – No fundo é a mesma coisa.

Bom, em primeiro lugar é o seguinte, a Vera, que é a Presidente da Nova Central está aí? Da Central de Brasília?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Está. *(Palmas.)*

O SR. JOSÉ CARLOS DE ASSIS – Uma outra pessoa que foi mencionada aqui é um representante da Abimac. Tem um representante da Abimac? *(Pausa.)*

Já esteve aqui. Abimac, Senador, é Associação Brasileira da Indústria de Máquinas, que está muito envolvida nesse projeto, acha esse projeto extremamente importante e nós achamos extremamente importante a participação deles nessa mobilização.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Posso dizer que, em um conflito, pois me disseram que estavam chegando máquinas a preços aviltantes, eu tive uma relação com eles e nós mediamos o procedimento. Conheço mais ou menos isso.

O SR. JOSÉ CARLOS DE ASSIS – Bom, gostaria só de agradecer a presença do pessoal da Nova Central; espero que vocês continuem conosco nessa luta extremamente importante.

Quero agradecer a presença da minha filha, que está aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Levanta aí. Como é o nome dela?

O SR. JOSÉ CARLOS DE ASSIS – Maria Clara.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Maria Clara. *(Palmas.)*

O SR. JOSÉ CARLOS DE ASSIS – A mãe dela, a Tânia.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. *(Palmas.)*

O SR. JOSÉ CARLOS DE ASSIS – Bem, os estudantes da Universidade de Brasília: o André, pode levantar, o Vitor e eu esqueci o seu nome, Guilherme, os três da Universidade de Brasília. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Deixa eu me meter aqui, só a sua esposa não levantou. A gente quer que ela levante. *(Palmas.)*

Agora sim. Muito bem.

O SR. JOSÉ CARLOS DE ASSIS – Só um esclarecimento em cima da hora. Ela não é minha esposa. Já foi minha esposa, mas não é mais.

Bom, deixe-me ver quem mais eu tinha pensado aqui.

Agradecer essa infraestrutura espetacular aqui do Senado, o Thiago e o seu assessor, que é espetacular, um grupo de alta eficiência. *(Palmas.)*

Eu sei que vamos trabalhar juntos na questão da Frente, num tema importante, em colaboração com eles.

Agradeço especialmente ao senhor, à sua dedicação a causas públicas, essa sua capacidade de articulação, de liderar, trazer e unir pessoas. Eu acho um privilégio poder trabalhar com o senhor aqui nesta Comissão.

Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu vou encerrar, mas acho que essas palmas devem ser dirigidas a quem está no centro dessa articulação, que é o Professor José Carlos de Assis, uma grande salva de palmas para ele. *(Palmas.)*

E estendo aos seus familiares, aqui presentes.

Deixa eu falar rapidamente a vocês, a partir do momento em que o professor me procurou, começamos a dialogar sobre a ideia de um projeto que apontasse, efetivamente, à integração da América do Sul. Depois de muita conversa, o projeto chegou a nós, registramos o projeto naquela ideia de que, Luiz Faustino, se começasse o debate do tema. Quero dizer que quem não tem cópia do projeto, é o Projeto de Lei do Senado nº 232, entre na minha página, paulopaim@senador.gov.br. E também na página da Intersul. Pode dizer a página?

O SR. MOISÉS CORREIA – www.rumosdobrasil.org.br.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Ok, deixa-me explicar a ideia do projeto. Esse projeto ainda é uma minuta, que estamos respaldando nessa audiência pública. Nós só apresentamos para iniciar o debate, uma vez que vocês todos aqui, aqueles que estão assistindo à TV Senado e os Senadores tomarem conhecimento do projeto e entenderem que deva ser melhorado, alterado, modificado, terão total liberdade de assim o fazer. Se entendermos que o melhor caminho é que um Relator faça o substitutivo será feito.

Depois das modificações todas apresentadas, principalmente para a Intersul, nós podemos apresentar o projeto aqui, em nome das entidades, da Comissão de Direitos Humanos, eu indico um Relator, ele aprovado, começa a tramitar em nome dessa comissão. Mas era preciso uma minuta para começarmos o debate, para que eu pudesse oficialmente inclusive poder usar a própria estrutura do Senado, pela estrutura remeto a todas as centrais, a todas as confederações, posso inclusive remeter a outros países, para que as pessoas possam tomar conhecimento da ideia. Vou ler aqui rapidamente o que diz o projeto.

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 232, DE 2011

Concede benefícios para projetos que favoreçam a integração regional na América do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei concede incentivos para empreendimentos que favoreçam a integração econômica de, no mínimo, dois países da América do Sul, de acordo com as seguintes diretrizes e objetivos:

I – responsabilidade fiscal

II – desenvolvimento integrado do continente Sul Americano;

III – aumento da competitividade das economias sul americanas;

IV – uso racional e sustentável dos recursos naturais

V – estímulo à qualificação da mão-de-obra;

VI – responsabilidade social e promoção do desenvolvimento social das comunidades situadas na região dos empreendimentos;

VII – proteção do meio ambiente.

Art. 2º Apenas poderão ser considerados empreendimentos de integração, para fins desta Lei:

I – atividades realizadas por empresas formadas ou financiadas por capitais de, ao menos, dois países da América do Sul, devendo a participação de cada país ser de no mínimo 10%.

II – atividades econômicas realizadas em alguma das seguintes áreas:

a) infraestrutura de transportes, energia e telecomunicações;

b) estudos e desenvolvimento de energia limpa;

c) exploração e industrialização de recursos minerais.

Parágrafo único. Também poderão ser considerados empreendimentos de integração as atividades que atendam ao mercado de bens e serviços das atividades previstas no inciso II deste artigo.

Art. 3º Os empreendimentos deverão ser realizados por meio de sociedade de propósito específico constituída no Brasil.

Art. 4º Obedecidos os parâmetros desta Lei, os empreendimentos aprovados de acordo com critérios definidos em regulamento gozarão dos benefícios previstos a partir do dia seguinte ao da publicação do ato de aprovação.

Parágrafo único. Não poderão ser aprovados empreendimentos que reduzam ou tendam a reduzir a arrecadação fiscal.

Art. 5º Os benefícios fiscais para os projetos poderão consistir no seguinte:

I – isenção da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica;

II – isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados relativo aos bens de capital.

III – isenção de Imposto de Importação, nas seguintes hipóteses:

a) insumos oriundos dos países do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL);

b) insumos oriundos de demais países, após prévia autorização do órgão competente do MERCOSUL.

Art. 5º Os projetos deverão especificar quais são os benefícios pretendidos, o prazo de duração, que não poderá ser superior a cinco anos, e a contrapartida social que será executada no âmbito do empreendimento que receber os benefícios.

§ 1º O projeto de contrapartida social deverá ser materializado em um plano de trabalho detalhado e será realizada para consecução de objetivos previstos nos incisos V a VII do art. 1º desta Lei.

§ 2º Não serão sequer avaliados projetos que não contenham previsão numérica em moeda nacional dos benefícios pretendidos e planilhas de custos da contrapartida social.

Art. 6º O processamento do pedido será efetuado perante o órgão competente do Poder Executivo, conforme estabelecido em regulamento.

Art. 7º A efetiva aplicação dos recursos previstos no projeto de contrapartida social é requisito para o direito aos benefícios pleiteados e deverá ser comprovada na forma do regulamento.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Eu ainda vou me dar o direito, rapidamente, para que todos saibam o objetivo do projeto, a justificativa que é bem curta.

Justificação

É necessário estimular a integração econômica da América do Sul. Além de mecanismos comprovadamente eficientes, como a constituição de blocos regionais, é preciso buscar soluções mais ágeis, como incentivos a empreendimentos de caráter econômico que estejam diretamente relacionados à integração regional.

Muito se aponta, com razão, que o percentual do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro destinado aos investimentos é baixo. Também se afirma que a tributação excessiva é um entrave ao desenvolvimento produtivo.

Por outro lado, é sabido que o art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF) restringe a possibilidade de concessão de incentivos ou benefícios de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita.

Como, então, facilitar o investimento produtivo mediante alteração legislativa sem ocasionar perda de receita fiscal? Esta proposição apresenta uma solução: em vez de conceder benesses fiscais para setores específicos da economia – o que só poderia ser feito caso atendidos os requisitos do art. 14 da LRF – propomos conceder algum tipo de benefício fiscal para novos projetos a serem apresentados e aprovados pelo órgão competente do Poder Executivo.

Ao restringir aplicação da proposição a novos projetos, que deverão ser previamente aprovados para a concessão dos benefícios, não teremos qualquer impacto negativo à arrecadação fiscal, de modo a não violar o art. 14 da LRF.

Além disso, propomos que os projetos, como requisito para o recebimento dos incentivos, contemplem a execução de contrapartidas sociais, tais como qualificação da mão-de-obra e desenvolvimento socioeconômico das comunidades situadas na região dos empreendimentos.

Desse modo, estamos conjugando, em um mesmo projeto, três importantes objetivos: integração sul americana, incentivo ao desenvolvimento econômico sem perda de receitas tributárias e desenvolvimento social de pessoas carentes.

Esse é o projeto. *(Palmas.)*

Essa é apenas uma minuta. Poderá ser aperfeiçoado a partir do debate que faremos com toda a sociedade brasileira. Tenho certeza, pela minha experiência no Parlamento, que esse projeto terá inúmeras alterações. Estou convicto de que, no momento da aprovação final, aqui, na Comissão de Direitos Humanos, ele representará, efetivamente, o que pensam os brasileiros sobre a importância da integração da nossa América do Sul.

Vamos em frente! A luta de todos nós não tem fronteira, sempre com o olhar para os homens e para as mulheres!

Viva a América do Sul integrada! Viva o planeta! Viva a humanidade!

Entre nós não há fronteiras.

Está encerrada a audiência pública.

(Levanta-se a reunião às 12 horas e 19 minutos.)

ATA DA 43ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 30 DE JUNHO DE 2011, QUINTA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, NA SALA Nº 02, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às nove horas do dia trinta de junho de dois mil e onze, na sala 02, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador **(Paulo Paim)**, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Partici-

pativa. Assinam o livro de presença os Senadores **Ana Rita, Marta Suplicy, Paulo Paim, Cristovam Buarque, Ângela Portela, João Pedro, Humberto Costa, Eduardo Amorim, Garibaldi Alves, Ataídes Oliveira, Cyro Miranda e Mozarildo Cavalcanti**. Participa da reunião o não membro **Senador Eduardo Suplicy**. A presente reunião destina-se a apreciação da seguinte **PAUTA DELIBERATIVA: Item 1. Requerimento nº 85-CDH, de 2011,** que "com fundamento no art. 50, da Constituição Federal, combinado com o art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, requer que, seja convidado o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Saúde, para que compareça à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa a fim de prestar informações a respeito da política do governo para atenção às comunidades indígenas e sobre as denúncias publicadas em matéria "Dos índios para o cacique" constante da edição de 15/05/2011 da Revista Época. Versa a mencionada matéria sobre as investigações realizadas pela Polícia Federal, nos últimos três anos, a respeito da falta de atendimento médico para a população indígena dos Estados do Amapá e do Pará, que resultou na morte de crianças e adultos. Segundo a reportagem, a Polícia Federal e a Controladoria-Geral da União concluíram que as razões para tal descaso com a população indígena são decorrentes de ingerências na FUNASA que resultaram em fraudes em licitações, compras de remédios e outros produtos com preço acima dos praticados no mercado, além de pagamentos indevidos por serviços prestados. Em números, a Controladoria-Geral da União calculou que o prejuízo é da ordem de R$ 6,2 milhões e que a FUNASA gastou entre 2005 e 2009 R$ 34 milhões com a saúde indígena. Nada obstante, a frase "Nunca vi algo parecido. Senti um vazio enorme ao ver tanta tragédia", do indigenista Edmar Mata, funcionário da FUNAI que trabalha há 23 anos no Amapá e que acompanhou as investigações da Polícia Federal – retratando o que presenciou nas comunidades indígenas visitadas – por si só justifica o presente requerimento". Autoria: Senador Randolfe Rodrigues. Resultado: **Aprovado**. **Item 2. Requerimento nº 86-CDH, de 2011**, que requer "a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), para promover consulta às entidades representativas dos povos indígenas do Brasil a respeito do Projeto de Lei do Senado nº 9, de 2008, que "institui o Programa de Preservação de Idiomas Indígenas Brasileiros, e dá outras providências", em respeito ao disposto no art. 6º da Convenção nº 169, de 1989, da Organização Internacional do Trabalho (OIT)." Autoria: Senador João Pedro. Resultado: **aprovado.** O Senhor Presidente agenda para a 1º semana de agosto a Audiência Pública supracitada. **Item 3**. **Requerimento nº 87-CDH, de 2011**, que requer "a realização de audiência pública, a fim de debatermos as doenças reumáticas que atingem um elevado número de pessoas no Brasil". Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: **Aprovado**. **Item 4**. Não Terminativo. **Projeto de Lei do Senado Nº 173, de 2011**, que autoriza o Poder Executivo a criar a Secretaria Nacional dos Povos Indígenas. Autoria: Senador Vicentinho Alves. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação da matéria. Resultado: **aprovado**. **Item 5**. Não Terminativo. **Projeto de Lei do Senado Nº 176, de 2007**, que "cria o Fundo Nacional de proteção aos trabalhadores da Fumicultura (FNF), com a finalidade de proteger os trabalhadores do setor e estimular a diversificação de atividades econômicas nas áreas cultivadas com tabaco, e institui a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a importação e a comercialização de sucedâneos manufaturados do fumo (Cide-Fumo) e dá outras providências. Autoria: Senador Sérgio Zambiasi. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto de lei do Senado nº 176, de 2007, na forma da Emenda Substitutiva que apresenta, e pela rejeição dos Projetos de Lei do Senado nº 314, de 2008 e nº 233, de 2010, que tramitam em conjunto. **Tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado Nº 314, de 2008**, que altera a Lei 11.196, de 18 de agosto de 2005, para elevar a incidência da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins sobre cigarros. Autoria: Senador Tião Viana. **Tramita em conjunto com Projeto de Lei do Senado nº 233, de 2010**, que altera a Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988, para aumentar a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido incidente sobre as pessoas jurídicas industriais produtoras de cigarros, cigarrilhas e charutos de tabaco ou de seus sucedâneos. Autoria: Senador Jorge Yanai. Resultado: **pedido vista coletiva**. **Item 6**. Não Terminativo. **Projeto de Lei do Senado nº 219, de 2011**, que altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para determinar que o termo de guarda disponha sobre as viagens do menor ao exterior. Autoria: Senador Itamar Franco. Relatoria: Senador Ataídes Oliveira. Relatório: Pela aprovação do Projeto de lei do Senado nº 219, de 2011, com a Emenda que apresenta. Resultado: **aprovado**. **Item 7**. Não Terminativo. **Projeto de Lei do Senado nº 238, de 2011**, que dispõe sobre a imunização de mulheres na faixa etária de nove a quarenta anos com a vacina antipapilomavírus humano (HPV), na rede pública do Sistema Único de Saúde de todos os Estados e Municípios brasileiros. Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin. Relatoria: Senadora Ângela Portela.

Relatório: Pela Aprovação da matéria. Resultado: **aprovado**. **Item 8**. Não Terminativo. **Projeto de Lei do Senado Nº 243, de 2010**, que altera a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para classificar como hediondo o crime de exploração sexual de criança ou adolescente. Autoria: Senador Alfredo Nascimento. Relatoria: Senador João Alberto Souza. Relatório: Pela aprovação da matéria. Resultado: **adiado**. **Item 09**. Terminativo. **Projeto de Lei do Senado Nº 9, de 2008**, que institui o Programa de Preservação de Idiomas Indígenas Brasileiros, e dá outras providências. Autoria: Senador Cristovam Buarque. Relatoria: Senador João Pedro. Relatório: Pela aprovação da matéria, na forma da Emenda Substitutiva que apresenta. Resultado: **sobrestado devido a aprovação do Requerimento nº86-CDH, de 2011, para instrução da matéria**. **Item 10.** Terminativo. Projeto de Lei do Senado nº 27, de 2010, que acrescenta dispositivo à Lei nº 8.899, de 1994, para estender a concessão do passe livre interestadual ao acompanhante de pessoa com deficiência que dele necessite. Autoria: Senador Flávio Arns. Relatoria: Senador Mozarildo Cavalcanti. Relatório: Pela aprovação da matéria, com duas Emendas que apresenta. Resultado: **adiado**. **Item 11**. Terminativo. **Projeto de Lei do Senado Nº 142**, de 2010, que altera a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, que dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência e sua integração social, para tratar do direito à moradia e introduzir o uso da expressão "pessoa com deficiência". Autoria: Senadora Marisa Serrano. Relatoria: Senadora Marinor Brito. Relatoria *ad hoc*: Senador João Alberto Souza. Relatório: Pela aprovação da matéria, com a Emenda que apresenta. Resultado: **adiado**. **Item 12**. Terminativo. **Projeto de Lei do Senado nº 216, de 2004**, que altera o art. 2º da Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dando prioridade de tramitação às causas judiciais em que seja parte pessoa portadora de deficiência. Autoria: Senador Alvaro Dias. Relatoria: Senador Eduardo Amorim. Relatório: Pela aprovação da matéria, na forma da Emenda Substitutiva da CCJ, com a Subemenda que apresenta. Resultado**: Retirado de pauta para reexame pelo relator**. **Item 13**. Terminativo. **Projeto de Lei do Senado nº 224, de 2004**, que altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso, para acrescentar dispositivos ao art. 39 e dá nova redação ao caput do art. 40, que tratam da gratuidade no transporte coletivo. Autoria: Senador Álvaro Dias. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação da matéria, na forma da Emenda Substitutiva que apresenta. Resultado: **adiado**. **Item 14**. Terminativo. **Projeto de Lei do Senado nº 241, de 2008**, que altera a Lei nº 11.692, de 10 de junho de 2008, para incluir os jovens de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos, em situação de morador de rua, entre os beneficiários do Projovem Adolescente – Serviço Socioeducativo. Autoria: Senador Expedito Júnior. Relatoria: Senador Cristovam Buarque. Relatoria *ad hoc*: Senadora Ana Rita. Relatório: Pela aprovação da matéria, com a Emenda que apresenta. Resultado: **adiado**. **Item 15**. Terminativo. **Projeto de Lei do Senado Nº 305, de 2008**, dispõe sobre a instalação de carteiras escolares para alunos canhotos. Autoria: Senador Marconi Perillo. Relatoria: Senador Cícero Lucena. Relatoria ad hoc: Senador Ataídes Oliveira. Relatório: Pela aprovação da matéria, na forma do Substitutivo que apresenta. Resultado: **adiado**. **Item 16**. Terminativo. **Projeto de Lei do Senado Nº 387, DE 2009**, que altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para determinar a reserva de assentos para pessoas com deficiência em locais de espetáculo, conferências, aulas e outros de natureza similar. Autoria: Senador Eliseu Resende. Relatoria: Senador Cícero Lucena. Relatório: Pela Aprovação da matéria, com duas Emendas que apresenta e pelo acatamento da Emenda nº 01-CE. Resultado: **adiado**. **Item 17**. Terminativo. **Projeto de Lei do Senado nº 415, de 2009**, que acrescenta os §§ 6º e 7º ao art. 2º da Lei nº 8.560, de 29 de dezembro de 1992, para possibilitar o exame de código genético – DNA em ação de investigação de paternidade, nos casos que especifica. Autoria: Senadora Marisa Serrano. Relatoria: Senador Eduardo Amorim. Relatório: Pela aprovação da matéria, com duas Emendas que apresenta. Resultado: **adiado**. **Item 18**. Terminativo. **Projeto de Lei do Senado Nº 504, de 2009**, que estende os benefícios financeiros do "Programa Bolsa Família" para os casos de adoção de criança desvalida, asilada ou abrigada, e dá outras providências. Autoria: Senador Marcelo Crivella. Relatoria: Senador Humberto Costa. Relatório: Pela rejeição da matéria. Resultado: **adiado**. **Item 19**. Terminativo. **Projeto de Lei do Senado nº 578, de 2009**, que altera a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências, para determinar a reserva de assentos especiais nos sistemas de transporte para as pessoas com obesidade mórbida. Autoria: Senadora Serys Slhessarenko. Relatoria: Senador Eduardo Amorim. Relatoria *ad hoc*: Senadora Ana Rita. Relatório: Pela aprovação da matéria, com a rejeição da Emenda nº 01-CI, e com uma Emenda que apresenta. Resultado: **adiado**. **Item 20**. Terminativo. **Projeto de Lei do Senado Nº 700, de 2007**, que modifica a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) para caracterizar o abandono moral como ilícito civil e penal, e dá outras providências. Autoria: Senador Marcelo

Crivella. Relatoria: Senador Demóstenes Torres. Relatório: Pela aprovação da matéria, e com as Emendas nº 01-CCJ, nº 2-CCJ, nº 3-CCJ, nº 4-CCJ, nº5-CCJ e nº 6-CCJ, aprovadas na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Resultado: **adiado**. Fazem uso da Palavra os Senhores Senadores Paulo Paim, Eduardo Suplicy, Ângela Portela, Ataídes Oliveira, Marta Suplicy, Cristovam Buarque e João Pedro. O Senador Eduardo Suplicy e Marta Suplicy, encaminham Ofício nº 00543/2011, de 29 de junho de 2011, apresentando o caso da Senhora Jacy Raduan-Berger, que trata da perda de guarda de seus filhos por decisão da justiça alemã. Solicitam ainda que a CDH encaminhe o caso ao Ministério das Relações Exteriores e ao Ministério da Justiça com a finalidade de assegurar o direito de mãe e fazer valer a decisão da justiça brasileira. O Senador Eduardo Suplicy requer ao Senhor Presidente que a Senhora Jacy Raduan-Berger faça uso da palavra. O Senhor Presidente concede a palavra a depoente. O Senador Eduardo Suplicy requer ainda que seja encaminhado, anexo, aos documentos para Ministério das Relações Exteriores e ao Ministério da Justiça fragmentos das notas taquigráficas acerca do depoimento da Senhora Jacy Raduan-Berger. O Senhor Presidente acata os encaminhamentos e informa que os documentos serão entregues aos representantes do Itamaraty, por ocasião da Audiência Pública, que ocorrerá no dia 04/07/2011, nos termos do Requerimento nº 90, de 2011 – CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, aprovado em 22/06/11, "para debater a situação de funcionários do Ministério das Relações Exteriores – MRE, lotados em consulados brasileiros e representações diplomáticas". Às dez horas e trinta e sete minutos O Senhor Presidente passa a presidência ao Sen. João Pedro. Às dez horas e trinta e oito minutos o Senhor Presidente, João Pedro, devolve a presidência ao Senador Paulo Paim. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, dez horas e cinquenta e um minutos, lavrando eu, ***Altair Gonçalves Soares***, a presente ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Paulo Paim,** Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Declaro aberta a 43ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Solicito a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e a coloco em votação.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovada.

Nós temos hoje uma reunião deliberativa, com uma série de requerimentos e projetos de lei, mas, Senador Suplicy, eu aguardo a presença do Senador Randolfe Rodrigues, autor de um dos projetos; do Senador João Pedro, autor de um requerimento; do Senador Paulo Paim, este que está aqui, que vai fazer a defesa do seu projeto em um segundo momento; do Senador Vicentinho Alves, autor de um projeto importantíssimo também; do Senador Ataídes Oliveira, relator de um projeto muito, muito interessante, do Senador Itamar Franco, até numa homenagem ao nosso querido Senador Itamar Franco, que se encontra hospitalizado, mas todos estamos rezando e torcendo para que ele se recupere e volte ao convívio dos seus familiares, dos amigos e aqui do Senado da República. Então, para nós é muito importante aprovarmos hoje – e tenho certeza de que o Senador Ataídes Oliveira estará aqui em seguida – o projeto do nosso querido Senador Itamar Franco, que trata dos interesses da criança e do adolescente.

Também já está conosco aqui a Senadora Ângela Portela, relatora de um projeto também importantíssimo, da Senadora Vanessa Grazziotin.

Senadora Ângela, só vamos dar oportunidade ao Senador Suplicy, e, em seguida, vamos passar a palavra a V. Exª.

Enquanto aguardamos também a presença do relator de um outro projeto, que trata do interesse da criança e do adolescente, inclusive do combate à exploração sexual de crianças e de adolescentes, que é do nosso querido amigo e Ministro – e tive ontem que receber uma delegação de ferroviários aposentados – Alfredo Nascimento.

Meus cumprimentos ao Ministro Alfredo Nascimento pelo belíssimo trabalho que vem fazendo no Ministério dos Transportes. E ele fez aqui um trabalho de muita qualidade, como Senador da República. Só vou esperar chegar aqui o Senador João Alberto, pois também votaremos esse projeto do nosso Senador e Ministro Alfredo Nascimento.

Outro projeto é do Senador Cristovam, cujo relator é o Senador João Pedro.

O Senador Mozarildo Cavalcanti é relator de um projeto do Senador Flávio Arns.

Há projeto da Senadora Marisa Serrano, que não está mais conosco, porque assumiu o cargo de Ministra do Tribunal de Contas do seu Estado, mas a Senadora Marinor Brito é a relatora, junto com o Senador João Alberto Souza.

Há outro projeto, do Senador Alvaro Dias, cujo relator é o Senador Eduardo Amorim.

Outro projeto do Senador Alvaro Dias eu vou relatar.

Outro projeto do Senador Cristovam tem como relatora a Senadora Ana Rita.

Há um projeto do ex-Senador Marconi Perillo, governador de Goiás, cujo relator é o Senador Ataídes Oliveira.

Ainda há um projeto do inesquecível Senador Eliseu Resende, relatado pelo Senador Cícero Lucena.

A Senador Marisa Serrano é autora de um projeto cujo relator é o Senador Eduardo Amorim.

O Senador Marcelo Crivella tem um projeto relatado pelo Senador Humberto Costa.

Ainda há um projeto da Senador Serys Slhessarenko, que será relatado pela Senadora Ana Rita.

O projeto do Senador Marcelo Crivella será relatado pelo Senador Demóstenes Torres.

Neste momento, antes de iniciarmos a Ordem do Dia, numa atenção especial, passamos a palavra ao nosso Senador do Brasil, Senador Eduardo Suplicy, que me procurou ontem no plenário para falar sobre uma situação que tem tudo a ver com a política de direitos humanos e sobre a qual ele pretende falar.

O Senador Eduardo Suplicy – e só vou fazer a introdução – encaminhou a esta Presidência da Comissão de Direitos Humanos o seguinte requerimento:

REQUERIMENTO

Sr. Presidente, ao cumprimentá-lo cordialmente, apresento-lhe o caso que me foi trazido pela Srª Jacy *Raduan*-Berger*, para o qual solicitamos sua especial atenção. A Srª Jacy se casou com o Sr. Georg Peter Josef Berger, cidadão alemão, e com ele teve dois filhos na Alemanha. No final de 2008, não prosperando o casamento, ela se mudou para o Brasil, e, depois de processo judicial transitado em julgado, obteve a guarda das crianças, antes mesmo do julgamento do processo de separação.*

O marido voltou para a Alemanha e, após perder a guarda dos filhos, solicitou à Srª Jacy que os levasse à Alemanha para visitá-lo, oportunidade em que ajuizou processo judicial para evitar que ela levasse os filhos, ambos, embora [estou simplificando aqui]. O Tribunal de Baden-Baden acatou o pedido de Georg e, inicialmente, estabeleceu o regime de permanência de 50% do tempo das crianças em cada país. Mais tarde, volta atrás e determina que Jacy ficaria com as crianças apenas duas horas por semana.

Dessa forma, estando a Srª Jacy alijada do convívio de seus filhos, por conta da decisão do Juizado de Menores de Baden-Baden, solicitamos a oportunidade de expor seu caso aqui na Comissão de Direitos Humanos, para obtenção do apoio necessário na busca de uma solução que atenda aos interesses da mãe das crianças e do pai [o interesse aqui é de todos].

Desde já, agradecemos pela atenção dispensada.

Autoria: Senador Eduardo Suplicy e Senadora Marta Suplicy.

O Senador Suplicy tem a palavra.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Prezado Presidente Paulo Paim, a Srª Jacy Raduan-Berger procurou a Senadora Marta Suplicy, que avaliou que, tendo eu, em algumas ocasiões, tratado de casos que guardam alguma semelhança, seria bom que pudéssemos atuar juntos.

Por isso, tivemos a ideia de trazer aqui a Srª Jacy Raduan-Berger, para que ela nos relatasse o que está acontecendo, e, assim, pudéssemos, com apoio da Comissão de Direitos Humanos, solicitar ao Ministério das Relações Exteriores, ao Ministério da Justiça e, quem sabe, até à Embaixada da Alemanha no Brasil, como também à Embaixada do Brasil na Alemanha, o apoio, sobretudo levando-se em conta o bem-estar das crianças, de 3 anos e 4 anos, que são alemãs e brasileiras, filhas de um casal formado por um alemão e uma brasileira.

Eu gostaria de informar que até tentei telefonar hoje cedo para o Sr. Georg Peter Josef Berger, para dizer que a Srª Jacy está aqui e que vai transmitir este apelo às autoridades alemãs e brasileiras, para que haja o melhor entendimento possível entre a mãe a o pai, com vistas ao melhor para os filhos, de 3 anos e de 4 anos.

Assim, se V. Exª e os membros da Comissão concordarem, talvez ela possa fazer um breve relato, que ela preparou, sobre o histórico, e assim poderemos encaminhar alguma sugestão que a Comissão venha a tomar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Suplicy, não é de praxe desta Comissão adotar esse procedimento, mas, como é um caso especial, de uma mãe desesperada, enfim, que está sendo inibida, coibida, proibida de manter os filhos sob sua guarda, acho mais do que justo que ela possa usar da palavra. Vamos conceder a ela dez minutos, cinco minutos com mais cinco minutos, para expor a situação, para que a Comissão de Direitos Humanos, em parceria, naturalmente, com os Senadores que propuseram esse requerimento, possa se somar na busca de uma solução. E que a senhora, em resumo, possa conviver com seus filhos...

A senhora está com a palavra, Srª Jacy.

A SRª JACY RADUAN-BERGER – Eu quero agradecer aos Senadores presentes, que estão dispostos a ouvir meu depoimento de mãe brasileira que sou e que tive meus filhos tirados de mim, de forma surpreendente, pela Justiça alemã, assim que coloquei os pés na Alemanha, ao levar meus filhos para visitar o pai.

A Justiça alemã me tortura psicologicamente, ao exigir que eu desista do meu divórcio no Brasil, divórcio que pedi depois de constatar que meu marido abandonou a família e agora, na Alemanha, trabalha como cobrador de *sex shop*, trabalho que ele exerce dentro de sua própria casa, ao lado dos meus filhos.

Eu sou brasileira, tenho dupla nacionalidade, assim como meus filhos, e fui casada com um homem alemão.

Eu e meus filhos viemos morar no Brasil no final de 2008. Depois veio meu ex-marido, em princípio de 2009, mas, por razões inúmeras, dentre elas a não adaptação a qualquer tipo de emprego no Brasil, ele acabou voltando para a Alemanha, e eu pedi a separação judicial.

Aqui no Brasil, sempre tive boas condições financeiras, através do meu trabalho, para dar a melhor educação para os meu filhos e tudo o que necessitavam que o dinheiro pudesse pagar, além do amor materno incondicional, que não tem dinheiro que pague.

Sempre fomos uma família harmoniosa – eu, meus filhos, meu pai e minha mãe. Eu tinha a garantia da guarda a meu favor aqui no Brasil, e levei meus filhos para a Alemanha a pedido do pai, que queria vê-los. Acreditei inclusive que seria uma boa oportunidade para as crianças reverem os avós alemães.

Viajei de boa-fé com os meus filhos, mas, quando pisei no solo alemão, vi que, para meu desespero, tinha caído numa armadilha. Armadilha essa montada pelo meu ex-marido e a Justiça alemã.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Poderia informar a idade de seus filhos, por favor?

A SRª JACY RADUAN-BERGER – Meu filho pequeno fez ontem 3 anos, e o mais velho vai fazer 5 na semana que vem.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Os nomes deles?

A SRª JACY RADUAN-BERGER – Os nomes não...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Para preservar. Tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Para preservar o nome das crianças.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Muito bem.

A SRª JACY RADUAN-BERGER – O pai conseguiu, com a Justiça...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O Senador Ataídes Oliveira está conosco aqui já, para prestigiar o seu depoimento, e depois vai relatar um projeto.

A SRª JACY RADUAN-BERGER – O pai conseguiu, com a Justiça alemã, a apreensão dos passaportes dos meus filhos. Meu ex-marido alegou para a Justiça alemã que eu queria fugir com os meus filhos para o Brasil, como se eu morasse na Alemanha. Começou aí a verdadeira fraude nos fatos. Senti nesse momento, nitidamente, o alto grau de preconceito da Justiça alemã, que me tem apenas como brasileira, e sem direito sobre os meus filhos. Direitos garantidos pela Justiça brasileira.

O grau da tortura psicológica da Justiça alemã é tão grande que ameaçam tirar as crianças de mim e do pai, para entregá-las a família desconhecida, como se meus filhos fossem crianças abandonadas de rua.

E, ao saberem sobre meu processo de divórcio, exigiram que desistisse desse, para voltar com meu ex-marido, como se meus sentimentos e direitos de mulher fossem parte de um jogo alemão, machista e segregador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A senhora tem mais cinco minutos.

A SRª JACY RADUAN-BERGER – A Justiça alemã deu a guarda para o pai, mas, logo depois, o Juizado de Menores de Baden-Baden assumiu a guarda. E, para que eu pudesse ver meus filhos, me foi imposto encontrá-los em uma sala do governo, como se tivesse sendo visitada por eles numa prisão. E ainda foi exigido que, enquanto estivesse na presença dos meus filhos, não demonstrasse emoção.

Além da agressão psicológica contra esta mãe, que tem que visitar os filhos em uma sala que mais parece uma prisão, esta mãe é proibida de exercer o seu direito de ser mãe, do sentimento de ser mãe, e de chorar pelos seus filhos, de 2 e 4 anos. Nem nos campos de concentração da 2ª Guerra era impedido que as mães chorassem pelos seus filhos. Eu fui separada de meus filhos da forma mais cruel possível, igual separavam pais e filhos nos campos de concentração. Meus filhos foram impedidos da falar "tchau" para a mãe. Nos campos de concentração, os filhos eram tirados de forma tão brutal quanto. Senti a maior impotência que uma mãe pode sentir. Senti, na minha pele, o que as mães judias sentiram na 2ª guerra Mundial.

Quero que seja respeitado o meu direito de mulher brasileira, de trabalhadora brasileira e de mãe brasileira, que teve a guarda de seus filhos concedida pela Justiça brasileira. E, para isso, estou aqui, pedindo a ajuda dos Senadores, para repatriar meus filhos para o Brasil.

Vou concluir, citando parte da introdução da Convenção de Haia:

Os Estados signatários da presente Convenção, firmemente convictos de que os interesses da criança são de primordial importância em todas as questões relativas à sua guarda; desejando proteger a criança,

no plano internacional, dos efeitos prejudiciais resultantes de mudança de domicílio ou de retenção ilícitas e estabelecer procedimentos que garantam o retorno imediato da criança ao Estado de sua residência habitual, bem como assegurar a proteção do direito de visita; decidiram concluir uma Convenção para esse efeito e acordaram nas seguintes disposições:

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Srª Jacy.

O Senador Eduardo Suplicy tem a palavra neste momento, a partir da exposição feita pela Srª Jacy sobre a questão da guarda de seus dois filhos.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, acho que poderia ou pode a Comissão de Direitos Humanos, a partir do depoimento e do apelo da Srª Jacy Raduan-Berger, encaminhar o tema ao Ministério das Relações Exteriores e ao Ministério da Justiça, para que possa a nossa Embaixada na Alemanha tomar os passos necessários para se assegurar o direito dela como mãe, e, sobretudo, com vistas ao bem-estar e felicidade dos seus dois filhos. Quando um casal se separa, sempre é uma situação bastante difícil para as crianças, mas é muito importante que possa haver um bom entendimento entre o pai e a mãe, com vistas ao bem-estar dos filhos.

Então, acredito que poderemos ter este caminho: que a Comissão de Direitos Humanos possa encaminhar um pedido, por resolução dela, em ofício encaminhado por V. Exª, que pode ser assinado pelos demais membros e sobretudo por mim e pela Senadora Marta também, pois fizemos o apelo no sentido de que esta Comissão pudesse colaborar para o propósito.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Suplicy, esta Presidência acata seu encaminhamento, faremos um requerimento, e, em meu nome, como Presidente da Comissão, não há necessidade de colocar em votação. Ao mesmo tempo, os Senadores que quiserem assinarão também o documento, com este objetivo.

Quero dizer também que, na segunda-feira, teremos aqui uma audiência pública em que estarão presentes representantes do Ministério das Relações Exteriores, para discutir uma decisão específica dos trabalhadores brasileiros no exterior, nas embaixadas e representações. E aproveitaremos aquele momento para entregar em mãos dos representantes do Ministério das Relações Exteriores o documento com o pleito justo da Srª Jacy em relação a seus dois filhos. O.k., Senador?

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Senadora Angela Portela está com a palavra sobre o tema.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Eu também gostaria de me solidarizar com o Senador Eduardo Suplicy e com a Senadora Marta Suplicy, por terem trazido até a Comissão de Direitos Humanos do Senado o caso dessa mãe que está agoniada. A gente que é mãe sabe da importância de se estar perto dos nossos filhos.

E eu queria neste momento, Jacy, Senador Eduardo Suplicy, também me somar a essa luta da Comissão de Direitos Humanos para ajudar no que for necessário, no que for possível, para resolver essa questão e manter essa mãe perto de seus filhos.

Muito obrigada

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senadora Angela Portela.

Está com a palavra o meu Senador.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Bom dia, meu Presidente, bom dia meu ilustre Senador, minha Senadora e todos aqui presentes. Eu também acabo de chegar, meu Presidente, e coaduno com meus nobres companheiros em relação a esse tema tão sensível a todos nós.

Meu Presidente, hoje, neste momento, está ocorrendo – já se iniciou – a homenagem ao nosso ex-Presidente da República Fernando Henrique Cardoso, e eu gostaria muito de participar; mas tenho aqui dois projetos de que sou relator, o Projeto de Lei do Senado 319 e o Projeto de Lei do Senado 305, e eu perguntaria a V. Exª se poderíamos fazer uma inversão de pauta, o que me permitiria retirar-me mais cedo, para participar dessa referência ao nosso ex-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Vamos atender ao relator? Vocês podem me conceder que os dois projetos que ele relata sejam os primeiros?

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Para ele fazer o relatório. Se vocês não alcançarem, ele pode fazer o relatório.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Eu também gostaria de...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Eu gostaria de solicitar à Secretaria da Comissão que pudéssemos ter as notas taquigráficas da reunião até este momento, para que possam ser encaminhadas na correspondência ao Ministro.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Pela ordem, Sr. Presidente. Eu também gostaria de pedir inversão de pauta do Item 7.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senadora Angela, pois não.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Eu gostaria de pedir inversão de pauta do Item 7, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Do Item 7?

Então, por favor, o Item 7...

Senadora Marta Suplicy, queria fazer alguma fala sobre o pleito da Srª Jacy?

O Senador Suplicy já explicou sobre o documento, ela já falou, e nós vamos encaminhá-lo, como solicitado, ao Itamaraty e ao Ministério da Justiça, e eu entregaria em mãos, na segunda-feira, aos representantes do Ministério das Relações Exteriores nesta Comissão.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Eu acredito – desculpem-me, vou falar pouco, porque estou afônica – que, mais uma vez, essa é uma das manifestações que muitas mulheres no mundo e especialmente no Brasil também têm sofrido desse comportamento de homens que acreditam que têm mais direito em relação a seus filhos do que as suas mulheres, mesmo quando a Justiça já lhes deu a guarda.

Então, trouxemos essa abordagem de hoje em virtude de a Srª Jacy ter me procurado no gabinete. Também coloquei o Senador Suplicy junto, pois ele tem sido um campeão dessas causas – eu tenho acompanhado, nesses últimos anos, o quanto ele tem se dedicado a questões semelhantes. E trouxemos o assunto aqui, Senador Paim, pela competência de V. Exª também, nos últimos anos, à frente desta Comissão de Direitos Humanos no tratamento de casos semelhantes.

Nós não podemos ficar quietos, não podemos deixar de nos indignar, e não podemos deixar de agir, principalmente, porque o que importa aqui não são palavras, mas trazer os filhos dessa mãe para o Brasil, que é direito dela.

Então, estamos juntos nessa luta, e vamos até o fim para conseguirmos a volta dessas crianças.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senadora Marta Suplicy, que reforça o requerimento, que já recebi em mãos. Vamos tomar todos os procedimentos solicitados juntos aos dois Ministérios. E aqui, na segunda-feira, vou entregar em mãos aos representantes do Ministério.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Inclusive as notas taquigráficas da reunião até este momento?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Faremos esse encaminhamento. O.k., Senador?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Então, atendendo agora ao pedido do Senador Ataídes Oliveira, quero dizer, Senador Ataídes, que fiz aqui, de público, um apelo para que os Senadores viessem à Comissão, porque V. Exª é relator de um projeto de nosso querido Senador e ex-Presidente da República Itamar Franco. É até uma homenagem a ele, que está no hospital em uma situação não muito agradável, eu diria, numa situação difícil, e, se ele estiver neste momento assistindo à TV Senado, ele ouvirá o seu relatório, e, tenho certeza, vamos aprovar por unanimidade o projeto do nosso querido ex-Presidente e Senador Itamar Franco.

V. Exª está com a palavra para fazer o relatório.

Em seguida, terá a palavra a Senadora Angela Portela.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Sr. Presidente, eu tive o prazer e a honra de ter estado ao lado do nosso ex-Presidente Itamar Franco, uma pessoa por quem tenho uma admiração especial, e aproveito este momento para pedir a Deus que ele retorne a esta Casa, porque sabemos que ele é de grande valia para o nosso Parlamento.

Pois bem.

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 219, DE 2011

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para determinar que o termo de guarda disponha sobre as viagens do menor ao exterior.

Autoria: Senador Itamar Franco

Relatoria: Senador Ataídes Oliveira

Relatório: Pela aprovação do Projeto de lei do Senado nº 219, de 2011, com a Emenda que apresenta.

Vamos então ao relatório, meu Presidente.

I – Relatório

Vem ao exame da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 219, de 2011, de autoria do Senador Itamar Franco, que altera o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) para determinar que a decisão judicial que conceder guarda, a qualquer título, disponha expressamente sobre a possibilidade de viagens do menor ao exterior.

A proposição acrescenta, ainda, parágrafo ao art. 84 do ECA, para dispor que o detentor da guarda somente poderá viajar com o menor ao exterior ou autorizar que terceiros o façam caso tenha esse direito expressamente declarado no termo de guarda.

Ao justificar a iniciativa, o ilustre autor menciona a hipótese de expatriação de crianças e adolescentes, inclusive para fins de tráfico humano. Dado que a guarda judicial pode ser concedida liminar ou inci-

dentalmente, inclusive para suprir falta eventual dos pais ou responsáveis, é importante que a autoridade judicial disponha sobre a possibilidade de viagens ao exterior.O PLS nº 219, de 2011, foi distribuído à CDH e à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que a apreciará em decisão terminativa.

Não foram apresentadas emendas à proposição.

II – Análise

Nos termos do art. 102-E, incisos III, V e VI, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CDH opinar sobre proposições que tenham por objeto a garantia e promoção dos direitos humanos, a proteção à família e a proteção à infância e à juventude. Identificamos claramente essa pertinência temática no PLS nº 219, de 2011.

A proposição que ora examinamos traz importante contribuição para prevenir o tráfico de crianças e adolescentes. Sabemos, como consta na justificação do projeto, que há pessoas inescrupulosas que buscam obter a guarda de crianças e adolescentes sem família, ou em situação familiar conturbada, com o único objetivo de apoderar-se deles com o intuito criminoso de assassiná-los para traficar seus órgãos ou submetê-los à escravidão laboral ou sexual. São crimes horríveis, e devemos fazer o possível para proteger as crianças e os adolescentes, bem como suas famílias e seus amigos, contra essas práticas atrozes.

As medidas veiculadas no PLS nº 219, de 2011, são simples e não representam qualquer ônus para parte alguma. Reconhecemos, portanto, o elevado mérito da iniciativa na proteção aos direitos fundamentais de crianças e adolescentes, bem como de suas famílias.

Reconhecemos, portanto, o elevado mérito da iniciativa na proteção aos direitos fundamentais de crianças e adolescentes, bem como de suas famílias.

Notamos apenas a necessidade de harmonizar a terminologia adotada na proposição com a empregada no ECA, sendo necessário substituir "menor" por "criança e adolescente".

III – Voto

Em razão do que foi exposto, o voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei do Senado nº 219, de 2011, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº – CDH

> Substitua-se, no Projeto de Lei do Senado nº 219, de 2011, o uso das expressões "do menor" e "o menor" por "da criança ou do adolescente" e "a criança ou o adolescente", respectivamente.

Esse é o voto, meu Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador Ataídes Oliveira. O relatório está lido, nós deixamos aberto à discussão e colocaremos em votação, já garantindo naturalmente o relatório apresentado e a possibilidade de votação favorável tenho certeza de que é grande, mas esperando que os demais Senadores...a Senadora Marta saiu neste momento, mas voltará também para fazer um depoimento.

Colocaremos em votação, mesmo que V. Exª tenha que sair devido à homenagem ao nosso ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso. Quero registrar que o Governador Tarso Genro remeteu uma mensagem para ele; se V. Exª aguardar um minuto, lerei a mensagem daqui – porque não posso ir lá – e quero que V. Exª seja porta-voz da mensagem do Governador lá no protocolo do evento. É possível? V. Exª me ajudaria muito.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Com todo o prazer, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Estou cumprindo uma missão do Governador Tarso Genro.

Com a palavra, para comentar o projeto, a Senadora Marta Suplicy.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, eu quero parabenizar o projeto porque acabamos de ver aqui, há uns dez minutos, um dos problemas familiares que existem quando certos cuidados na lei não são respeitados. Então, essa preocupação do Senador Itamar Franco é muito própria porque a mãe pode ter a guarda das crianças mas ela não tem a guarda para levar para o exterior. Ela tem a guarda para morar naquele país, naquele Estado onde ela se encontra.

Então, pode parecer uma coisa muito pequena, mas é um algo extremamente importante, principalmente hoje quando há tantas separações, divórcios, crianças envolvidas e tantas disputas – algumas aparecem mais na mídia, porque são disputas que se tornam muito violentas e geralmente contra a parte mais fraca que é a mulher e a criança. Então, acredito que é uma grande satisfação a todos nós podermos votar favoravelmente a esse projeto de lei relatado pelo Senador Ataídes Oliveira.

Parabéns pela relatoria, Senador. E parabenizo o Senador Itamar Franco, a quem eu aproveito para mandar um beijo e dizer que estamos todos aqui esperando a sua volta.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Obrigado, Senadora Marta Suplicy, pode saber que V. Exª está mandando esse beijo, esse gesto de carinho, em nome de todo o Senado e tenho certeza de que até em nome de todo o povo brasileiro. Todos

estão torcendo pela recuperação do nosso querido Itamar Franco, ex-Presidente e Senador.

Senador Ataídes, o segundo projeto V. Exª já leu o relatório, já apresentou, vamos só esperar para votar no momento adequado, porque é terminativo.

Neste momento, passo a palavra à Senadora Angela Portela para apresentar seu relatório sobre o projeto da Senadora Vanessa Grazziotin, que dispõe sobre a imunização de mulheres na faixa etária de 9 a 40 anos com a vacina antipapilomavírus humano na rede pública de saúde em todos os Estados e Municípios brasileiros.

Com a palavra a relatora.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Sr. Presidente Paulo Paim, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, me sinto muito honrada de relatar esse projeto da Senadora Vanessa Grazziotin, uma vez que temos uma luta intensa aqui no Senado as Senadoras Ana Rita, Senadora Marta Suplicy

Senadora Ana Rita, Senadora Marta Suplicy, as outras Senadoras do Partido dos Trabalhadores e de outros Partidos aqui no Senado na luta em defesa da saúde da mulher brasileira.

Este projeto de lei significa um avanço significativo para assegurar que as mulheres mais pobres deste País tenham assegurado pelo SUS o direito a fazer exames que possam evitar ou diminuir a incidência de câncer de mama e de colo de útero.

Vamos ao relatório, Sr. Presidente.

I – Relatório

O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 238, de 2011, da Senadora

Vanessa Grazziotin, *dispõe sobre a imunização de mulheres na faixa etária de nove a quarenta anos com a vacina antipapilomavírus humano (HPV), na rede pública do Sistema Único de Saúde de todos os Estados e Municípios brasileiros*.

O art. 1º do projeto assegura às mulheres na faixa etária de nove a quarenta anos o direito de receber gratuitamente a vacina para imunização contra o papilomavírus humano (HPV).

O art. 2º define quais são os direitos da mulher durante o atendimento de profilaxia do câncer de colo de útero: acesso ao melhor atendimento para imunização contra o HPV no âmbito do Sistema Único de Saúde; acolhimento humanizado, respeitoso e esclarecedor; proteção contra qualquer forma de discriminação; informações sobre o câncer do colo do útero e a importância da vacina para a prevenção; atendimento em ambiente adequado, que resguarde a privacidade; e acesso a todo e qualquer atendimento complementar necessário.

O art. 3º do PLS atribui à União a responsabilidade por desenvolver políticas públicas de saúde da mulher com ações que contemplem a prevenção e o controle do câncer de colo de útero, devendo também destinar recursos orçamentários para a estruturação e manutenção efetiva, eficiente e eficaz de uma rede de serviços que atenda à saúde da mulher no que se refere à prevenção e ao controle da doença (art. 4º).

As pesquisas científicas para fins diagnósticos ou terapêuticos são disciplinadas pela art. 5º da proposição, que estabelece que elas não poderão ser realizadas sem o consentimento expresso da mulher, ou de seu representante legal, e sem a devida comunicação aos conselhos profissionais competentes e aos Conselhos Estaduais e Municipais de Saúde. Esses conselhos deverão, ainda, criar comissões para acompanhar a implantação das medidas previstas no projeto (art. 6º).

O art. 7º – cláusula de vigência – determina que a lei eventualmente originada pelo projeto entre em vigor na data de sua publicação.

Por fim, a autora do projeto argumenta que o câncer de colo uterino é doença maligna responsável pela morte de milhares de brasileiras todos os anos, a despeito dos programas de rastreamento implementados no País. Dessa forma, a oferta gratuita, para a população feminina, da vacina antipapilomavírus humano constitui importante estratégia de enfrentamento da doença.

A proposição foi distribuída para a análise desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), mas cabe à Comissão de Assuntos Sociais (CAS) a decisão em caráter terminativo. Esgotado o prazo regimental, não foram oferecidas emendas.

II – Análise

Nos termos do inciso IV do art. 102-E do Regimento Interno do

Senado Federal (RISF), compete à CDH opinar sobre matéria atinente aos direitos da mulher. Ainda de acordo com o RISF, caberá à CAS deliberar sobre os aspectos do PLS nº 238, de 2011, relacionados à saúde (inciso II do art. 100).

Desconsiderando-se as neoplasias de pele, o câncer de colo uterino é o segundo tumor maligno de maior incidência entre as mulheres brasileiras, com incidência estimada em 18 por 100.000 mulheres, por ano.

Nas diferentes regiões do País, a incidência é heterogênea. É o câncer mais incidente na região Norte (23/100.000 mulheres), ocupa a segunda posição nas regiões Centro-Oeste (20/100.000) e Nordeste (18/100.000) e a terceira nas regiões Sul (21/100.000) e Sudeste (16/100.000).

Esses dados, extraídos de trabalho dos pesquisadores Carmen Gamarra, Joaquim Valente e Gulnar Silva, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, ilustram a correlação negativa existente entre o nível de desenvolvimento sócio-econômico e a incidência do carcinoma cérvico-uterino, uma característica marcante da doença. Esses pesquisadores expuseram, ainda, a diferença de mortalidade pela doença entre as capitais nordestinas – onde a população tem maior renda e acesso aos serviços de saúde – e as cidades do interior do Nordeste, nas quais a pobreza e a dificuldade de acesso aos serviços públicos são maiores.

Com efeito, o câncer cérvico-uterino representa exceção à regra de que nas regiões mais desenvolvidas há um aumento proporcional da mortalidade por câncer, em detrimento das doenças infectoparasitárias. Em função de suas características peculiares, notadamente a relação com a infecção pelo HPV, essa doença é verdadeira chaga nas regiões mais pobres do planeta.

Outrossim, a medida proposta pela ilustre Senadora Vanessa Grazziotin assume relevância muito maior do que apenas a questão médica envolvida – que, ressalte-se, já seria suficiente para justificar a aprovação do projeto. O programa de prevenção e controle do câncer cérvico-uterino, nos moldes previstos pelo PLS nº 238, de 2011, beneficiará a todas as mulheres brasileiras, mas terá impacto mais significativo exatamente sobre a parcela da população mais necessitada: mulheres de baixa renda e baixa escolaridade do interior das regiões Norte e Nordeste.

É certo que os custos envolvidos na implementação das medidas previstas no projeto serão significativos, porém os avanços sociais e sanitários decorrentes suplantarão, com ampla margem, os gastos.

III – Voto

Ante o exposto, nosso voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei do Senado nº 238, de 2011.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Obrigado, Senadora Angela Portela.

Para discutir a matéria, já estava inscrita a Senadora Marta Suplicy.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Esse é um projeto extremamente importante da Senadora Vanessa Grazziotin, que vem de uma região do Brasil onde há a maior incidência de câncer de colo de útero.

Fico muito satisfeita de estarmos aqui, com o brilhante relatório da Senadora...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Da Senadora Angela Portela. Por favor, uma água. Água, para mim, ajuda quando me dá tosse...

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Ajuda um pouco. Estou afônica total. Acho que foi aquela sessão ontem das 2h às 8h da noite, que acaba com a voz de qualquer um.

Mas desculpe-me, Senadora Angela. A Senadora Angela fez um relatório contundente sobre a importância do projeto. Eu sei que, no Brasil, sendo um país de dimensão continental, é muito difícil que consigamos de imediato prestar esse serviço. Isso não deverá impedir, todavia, que nós comecemos.

Eu acho que, inclusive, o relatório diz com clareza que nós não vamos implantar nem em uma semana nem em um ano; essa é uma meta, uma expectativa que as mulheres brasileiras têm que ter. Se há uma doença que pode ser evitada é o câncer de colo de útero e não tem por que nós mantermos no Brasil como a segunda em incidência de mortalidade materna essa doença de que ninguém mais precisa morrer.

Então, parabéns às duas Senadoras, Vanessa e nossa querida Angela.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Meus cumprimentos à autora, à relatora, à Senadora Marta Suplicy.

Senador Ataídes.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Meu Presidente, em primeiro lugar, quero parabenizá-lo e parabenizar as nossas notáveis Senadoras, Vanessa e Angela Portela por esse projeto louvável. Assim, contemplo *ipsis litteris* o projeto.

Era o que queria colocar, meu Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Senador Ataídes, antes de V. Exª se retirar, vou passar a palavra ao Senador Cristovam.

Mas permita-me, Senador Cristovam, porque assumi um compromisso com o Senador Tarso Genro de ler uma pequena mensagem pelos 80 anos do Presidente Fernando Henrique Cardoso. E como estou presidindo e a solenidade está acontecendo agora no auditório Petrônio Portella, eu acertei com o Senador Ataídes que ele fará lá a nossa representação.

Diz aqui o Governador Tarso Genro – leio aqui para que V. Exª possa novamente apresentar lá:

Estimado Presidente Fernando Henrique Cardoso,

Somente terça-feira, soube da homenagem que será prestada pelo Senado Federal nessa quinta-feira, o que torna impossível a minha presença, face a compromissos já assumidos aqui no nosso Estado, o Rio Grande do Sul. Transmito-lhe meu abraço fraterno e registro meu reconhecimento de que na sua gestão consolidou-se plenamente no País o projeto democrático da Constituição de 1988.

Gostaria de transmitir-lhe também, como cidadão brasileiro e gaúcho, a admiração que tenho pela sua trajetória de homem público e pela magnitude da sua capacidade política e intelectual.

Abraço fraterno

Governador do Estado do Rio Grande do Sul Tarso Genro.

V. Exª, então, será nosso porta-voz lá. Só não estou lendo lá, mas já li aqui, porque estou presidindo esta reunião.

Senador Cristovam Buarque, com a palavra, para discutir a matéria.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Sr. Presidente, quero parabenizar a autora e a relatora, porque este projeto vem na direção de algo em que o País precisa caminhar, que é uma questão ética e tem tudo a ver com esta Comissão. A ética de que duas coisas não podem ser desiguais em uma sociedade decente: educação e saúde.

Uma sociedade pode ser plenamente decente se uma pessoa se veste de uma maneira mais elegante que outra; se um anda de ônibus e outro anda de carro; se um come em restaurante fino e outro come em casa; essas desigualdades são desigualdades sociais que não devemos desejar, devemos lutar para rever, para superar, mas são desigualdades que não ferem a ética. A própria renda: a desigualdade da renda não pode ser tão desigual como o Brasil – aí já fere um pouco a ética. Mas é aceitável, do ponto de vista ético. É uma questão social.

Mas duas desigualdades são éticas ou antiéticas: educação e saúde. Não é ético a pessoa comprar a vida porque tem direito e outra não poder comprar porque não tem dinheiro para pagar um hospital de qualidade. Não é ético.

Não é ético uma pessoa não poder desenvolver a seu potencial intelectual desde criança porque não tem dinheiro para pagar uma boa escola. Esta é uma questão ética que a gente vai ter que resolver não só no Brasil, como em muitos países: a igualdade plena, absoluta, total no que se refere à educação e saúde.

Não é ético que uma sociedade deixe que alguém passe fome. Mas a desigualdade na qualidade da comida de um restaurante para outro não tem nenhum problema ético. Mas educação e saúde, não. Educação e saúde não podem ser desiguais.

Esse projeto caminha na direção de buscar essa igualdade, pelo menos nesse pequeno aspecto da saúde das mulheres. Por isso parabenizo e fico feliz que esteja aqui nesta Comissão e por aqui passe a sua aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador Cristovam Buarque.

Em discussão ainda a matéria.

Alguém mais para discutir?

Então, colocaremos em votação no momento adequado, no encerramento da reunião, com a presença dos Srs. Senadores.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Sr. Presidente, eu queria...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pois não, Senador Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Eu queria retirar de pauta, para reexame, o item 12 da pauta.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O item 12, o Projeto de Lei do Senado nº 216, de 2004, terminativo, está retirado de pauta para reexame.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Cristovam, V. Exª tinha conversado comigo ontem que queria fazer o encaminhamento de dois requerimentos. Eu gostaria que V. Exª pudesse fazer nesse momento porque, depois, nós podemos votar os projetos não terminativos e os requerimentos.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Eu vou me limitar a um, Senador Paim. É uma denúncia que recebi por *e-mail* e que preciso até checar, mas talvez esta Comissão pudesse ajudar a ir atrás e checar.

Trata-se, mais uma vez, da denúncia de que há cobaias humanas sendo usadas na Amazônia. Nós já tivemos uma reunião sobre cobaias humanas no Amapá. Agora, a informação é de que seria na Amazônia. E mais grave é que estariam sendo vendidas amostras de patrimônio genético de pessoas – não apenas de árvores e animais – inclusive ao exterior e vendidas pela Internet.

Eu fiquei sem as informações, mas me comprometi de que traria o assunto aqui, enquanto vou atrás de informações mais detalhadas. Prefiro apresentar o requerimento quando tiver mais detalhes. De qualquer maneira, se a Comissão pudesse ajudar a fazer uma pesquisa na Internet para localizar essa denúncia, eu creio que seria muito positivo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Faremos esse encaminhamento, Senador Cristovam.

A partir deste momento, passo à leitura dos requerimentos, para que possamos colocar em votação os requerimentos apresentados à Mesa, como também os projetos não terminativos.

ITEM 1

REQUERIMENTO Nº 85-CDH, DE 2011

Com fundamento no art. 50, da Constituição Federal, combinado com o art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que, seja convidado o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Saúde,

para que compareça à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa a fim de prestar informações a respeito da política do governo para atenção às comunidades indígenas e sobre as denúncias publicadas em matéria "Dos índios para o cacique" constante da edição de 15/05/2011da revista Época. Versa a mencionada matéria sobre as investigações realizadas pela Polícia Federal, nos últimos três anos, a respeito da falta de atendimento médico para a população indígena dos Estados do Amapá e do Pará, que resultou na morte de crianças e adultos. Segundo a reportagem, a Polícia Federal e a Controladoria-Geral da União concluíram que as razões para tal descaso com a população indígena são decorrentes de ingerências na FUNASA que resultaram em fraudes em licitações, compras de remédios e outros produtos com preço acima dos praticados no mercado, além de pagamentos indevidos por serviços prestados. Em números, a Controladoria-Geral da União calculou que o prejuízo é da ordem de R$ 6,2 milhões e que a FUNASA gastou entre 2005 e 2009 R$ 34 milhões com a saúde indígena. Nada obstante, a frase "Nunca vi algo parecido. Senti um vazio enorme ao ver tanta tragédia", do indigenista Edmar Mata, funcionário da FUNAI que trabalha há 23 anos no Amapá e que acompanhou as investigações da Polícia Federal – retratando o que presenciou nas comunidades indígenas visitadas – por si só justifica o presente requerimento.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues.

Se outros Senadores quiserem assinar. Não sei se V. Exª quer assinar também. Trata da questão indígena e alguns desvios de encaminhamento feitos pela Funasa. O Senador Mozarildo Cavalcanti assina. Eu também assinarei. Com isso podemos colocar o requerimento em votação.

Em discussão o requerimento.

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

O item 2 tem como principal articulador o Senador João Pedro. Vou fazer a leitura do requerimento e vou assinar, mas a autoria fica sendo do Senador João Pedro e é importante que ele venha aqui por causa da presença no livro. Com a presença no livro, ele fica sendo o signatário do requerimento.

ITEM 2
REQUERIMENTO Nº 86-CDH, DE 2011

"Requeiro, na forma do disposto no art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, e nos arts. 90, II, e 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), para promover consulta às entidades representativas dos povos indígenas do Brasil a respeito do Projeto de Lei do Senado nº 9, de 2008, que "institui o Programa de Preservação de Idiomas Indígenas Brasileiros, e dá outras providências", em respeito ao disposto no art. 6º da Convenção nº 169, de 1989, da Organização Internacional do Trabalho (OIT)."

Autoria: Senador João Pedro e este Senador.

Como o Senador João Pedro não está presente, pergunto se alguém gostaria de discutir o requerimento.

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Senador Cristovam, com a palavra.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Só uma pergunta: é um requerimento sobre a preservação de idiomas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Exatamente: "Institui o Programa de Preservação de Idiomas Indígenas Brasileiros."

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Eu queria pedir que me desse uns dias para tentar conversar com o Senador, porque este é um projeto meu, para ver quais são as razões, porque uma audiência como esta vai adiar por muito tempo o projeto. Então, eu queria ver as razões; em alguns casos, mesmo projeto meu, eu defendo audiência antes; acho que audiência é importante...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Então, faríamos o seguinte encaminhamento...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Mas eu só gostaria de conversar com ele antes.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Se V. Exª puder ficar um pouco mais, o Senador João Pedro está vindo para cá...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Ele está vindo? Então, eu espero um pouco mais.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Isso. E daí os senhores conversam e, se chegarem a um entendimento...se não chegarem...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Não tem problema. Audiência é sempre bom...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Ou tiramos de pauta para outro dia ou aprovamos. Mas como ele está vindo...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Esta Comissão tem recorde de audiência pelo seu próprio propósito e pela maneira como o senhor a conduz tão bem e permanentemente ativa, de repente, uma audiência vai adiar por muito tempo. Mas não

tenho nada contra audiência; ao contrário, em geral eu defendo audiência antes da votação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu confesso que a preocupação que V. Exª tem eu comungo, inúmeras audiências públicas são marcadas para não serem realizadas. Creio eu, porque conheço o Senador João Pedro, que não é o caso.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Não é o caso, porque é um tema que merece.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – E por isso aqui nós faremos, com certeza, a audiência pública, se os senhores assim entenderem necessário.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Eu só não vou poder ficar muito tempo porque tem a Comissão de Relações Exteriores, onde tenho processos a relatar e tem essa homenagem ao ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, por onde quero pelo menos passar e dar um abraço.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Então, vamos acelerar aqui, torcendo para que o João Pedro chegue logo.

Peço a assessoria que nos ajude para que o João Pedro...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Estou tentando falar com ele pelo telefone.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Vamos ao item 3.

ITEM 3
REQUERIMENTO Nº 87-CDH, DE 2011

"Com fundamento no disposto no Art. 93, inciso II, do RISF, requeiro a realização de audiência pública, a fim de debatermos as doenças reumáticas que atingem um elevado número de pessoas no Brasil."

Autoria: Senador Paulo Paim

Serão convidados o Ministério da Saúde e outros especialistas no tema.

Em discussão a matéria.

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs. e Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Nesse momento, temos aqui um outro projeto de lei.

ITEM 4
– Não Terminativo -
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 173, DE 2011

Autoriza o Poder Executivo a criar a Secretaria Nacional dos Povos Indígenas.

Autoria: Senador Vicentinho Alves

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório**:** Pela aprovação da matéria.

Vou passar a fazer a leitura do relatório, com a presença agora do número suficiente para votação. Senador Garibaldi, é uma alegria enorme vê-lo aqui. Sei do seu esforço para estar aqui conosco para que possamos votar os projetos não terminativos.

I – Relatório

Vem ao exame da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 173, de 2011, de autoria do Senador Vicentinho Alves, que autoriza o Poder Executivo a criar a Secretaria Nacional dos Povos Indígenas.

Ele propõe que a nova Secretaria seja criada na estrutura da Presidência da República e absorva as competências legais e os recursos humanos e materiais atualmente atribuídos à Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e à Secretaria Especial de Saúde Indígena. As despesas decorrentes dessa reestruturação, de acordo com o projeto, correrão à conta de dotações constantes do Orçamento da União. Se for convertida em lei, a proposição entra em vigor na data de sua publicação.

Ao justificar a iniciativa, o autor argumenta que a dispersão de competências legais e de recursos humanos e materiais tem provocado confusão entre os órgãos envolvidos na política indigenista, com graves prejuízos para os índios. Sugere, ainda, que a Secretaria tenha *status* de ministério, para que possa articular melhor a atuação dos órgãos envolvidos nas questões indígenas, além de contar com quadro técnico mais numeroso e capacitado e maior orçamento.

O PLS nº 173, de 2011, foi distribuído também à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que o examinará em caráter terminativo após a manifestação da CDH.

Não foram oferecidas emendas ao projeto.

II – Análise

Nos termos do art. 102-E, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CDH opinar sobre garantia e promoção dos direitos humanos. É notório que os órgãos atualmente responsáveis pela política indigenista brasileira têm tido desempenho pior do que o esperado e necessário. Já há muitos anos temos nos deparado com a mortandade elevada entre os índios, com a violência dos conflitos fundiários, com a indigência nas aldeias e com a falta de recursos humanos e materiais dos órgãos indigenistas, que parecem contemplar, impotentes, a trágica situação daqueles a quem devem atender.

É possível que a falta de coordenação entre os diversos órgãos responsáveis por áreas específicas da política indigenista e a falta de recursos humanos e materiais adequados sejam parte relevante desses problemas. Por isso, entendemos que a reestruturação desses órgãos sob a nova Secretaria Nacional dos Povos Indígenas pode ajudar a superar as dificuldades existentes e garantir mais eficazmente os direitos fundamentais dos índios brasileiros.

III – Voto

Em razão do exposto, o voto é pela **aprovação** do PLS nº 173, de 2011.

Já dialoguei com inúmeros setores dos povos indígenas, em princípio ninguém é contra que tenha status de Secretaria, como foi assegurado por exemplo para a própria comunidade negra, como a SEPIR, inclusive o Secretário passando a ter status por projeto que eu mesmo relatei de Ministro. Por isso, não tenho nenhuma dúvida. E como o projeto é autorizativo não vejo problema nenhuma que esta Casa aprove ele e o Governo é que vai decidir sobre a sua implantação ou não. Esse é o voto.

Portanto, somos pela aprovação do PLS nº 173, de 2011.

Voltamos à nossa pauta. Está lido o projeto que autoriza o Poder Executivo a Secretaria Nacional dos Povos Indígenas.

Em discussão. *(Pausa.)*

Se ninguém deseja discutir o projeto, faremos a votação, conforme o combinado, no final dos trabalhos.

ITEM 5
– Não Terminativo -
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 176, DE 2007

Cria o Fundo Nacional de proteção aos trabalhadores da Fumicultura (FNF), com a finalidade de proteger os trabalhadores do setor e estimular a diversificação de atividades econômicas nas áreas cultivadas com tabaco, e institui a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a importação e a comercialização de sucedâneos manufaturados do fumo (Cide-Fumo) e dá outras providências.

Autoria: Senador Sérgio Zambiasi

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Pela aprovação do Projeto de lei do Senado nº 176, de 2007, na forma da Emenda Substitutiva que apresenta, e pela rejeição dos Projetos de Lei do Senado nº 314, de 2008 e nº 233, de 2010, que tramitam em conjunto. Tramita em conjunto com:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 314, DE 2008

Altera a Lei 11.196, de 18 de agosto de 2005, para elevar a incidência da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins sobre cigarros.

Autoria: Senador Tião Viana

TRAMITA EM CONJUNTO COM
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 233, DE 2010

Altera a Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988, para aumentar a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido incidente sobre as pessoas jurídicas industriais produtoras de cigarros, cigarrilhas e charutos de tabaco ou de seus sucedâneos.

Autoria: Senador Jorge Yanai

Passo nesse momento a fazer a leitura da matéria, já que sou relator do projeto.

I – Relatório

Vêm ao exame da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) três proposições que tratam de assuntos relacionados à indústria do tabaco: Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 176, de 2007, do Senador Sérgio Zambiasi, [Explico à Casa que o Deputado Federal Sérgio Moraes apresentou o mesmo projeto na Câmara dos Deputados e que dialogamos com ele e com o Senador Sérgio Zambiasi, com as entidades dos trabalhadores], que cria o Fundo Nacional da Fumicultura (FNF), com a finalidade de proteger os trabalhadores do setor e estimular a diversificação de atividades econômicas nas áreas cultivadas com tabaco;

PLS nº 314, de 2008, do Senador Tião Viana, que eleva a incidência da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/PASEP) e da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) sobre cigarros;

PLS nº 233, de 2010, do Senador Jorge Yanai, que eleva a incidência da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) sobre a produção de cigarros.

O PLS nº 176, de 2007, dispõe sobre a criação do Fundo Nacional da Fumicultura (FNF), destinado a proteger os trabalhadores desse setor, e institui Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico, incidente sobre a importação e a comercialização de sucedâneos manufaturados do fumo (Cide-Fumo), que financiará o Fundo.

Na justificação da proposta, o nobre Senador Presidente do PTB, no meu Estado e o Senador Sérgio Zambiasi informam que o Decreto Legislativo nº 1.012, de 27 de outubro de 2005, que aprovou a Convenção-Quadro sobre Controle do Uso do Tabaco [que

passou também por essa Comissão, fizemos diversas audiências públicas, inclusive no Rio Grande do Sul, onde estive presente, em Santa Cruz e Venâncio Aires], pretende reduzir de forma significativa o tabagismo no País, seguindo tendência mundial. Aponta, em seguida, para a necessidade de que sejam empenhados "esforços no sentido de estabelecer mecanismos apropriados para enfrentar as consequências sociais e econômicas que, em longo prazo, surgirão com o êxito das estratégias de redução da demanda de tabaco".

Ressalta, ainda, que a sua iniciativa reforça diretriz constante da referida Convenção-Quadro, que propugna a necessidade de que o Estado auxilie os agricultores na migração para outras culturas rentáveis e viáveis social e economicamente.

Já o PLS nº 314, de 2008, altera a Lei nº 11.196, de 18 de agosto de 2005, para elevar a incidência da Contribuição para PIS/PASEP e da COFINS sobre cigarros.

As modificações propostas objetivam, conforme a justificação do então Senador Tião Viana, promover um acréscimo da ordem de 10% no preço de venda a varejo dos cigarros, medida que é justificada como mecanismo indutor de redução do consumo daqueles produtos, com repercussões positivas sobre a prevenção de doenças e de mortes associadas ao consumo do tabaco.

O PLS nº 233, de 2010, por sua vez, onera os fabricantes de cigarros por meio da elevação da incidência da CSLL incidente sobre a produção de cigarros, visando com essa medida reduzir o consumo do produto.

Seu autor, o Senador Jorge Yanai, afirma na justificação que tornar ainda mais gravosa a política fiscal sobre a produção de cigarros irá contribuir, entre outros, para a elevação de recursos destinados às áreas da Saúde, Assistência e Previdência Social, vinculadas constitucionalmente à arrecadação da CSLL, reduzindo o ônus sobre o Estado no socorro àqueles que sofrem pelos malefícios oriundos do vício em tabaco.

O requerimento nº 315, de 2011, aprovado em 7 de abril de 2011, subscrito pelo Senador Ciro Nogueira, impôs a tramitação conjunta dos três projetos, por versarem sobre temas semelhantes.

As autuações inicialmente estabelecidas para cada uma das proposições foram alteradas, de maneira que as matérias serão examinadas, além da CDH, também pelas Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ); de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), de Assuntos Sociais (CAS) e, por fim, em decisão terminativa, pela de Assuntos Econômicos (CAE).

Durante a tramitação das proposições em separado, foi apresentada emenda ao PLS nº 176, de 2007, para solicitar que a CCJ se pronunciasse sobre a matéria, apresentando dúvidas sobre a constitucionalidade da matéria. Tal solicitação já está contemplada pela designação das comissões que irão se pronunciar sobre o tema.

Nesta Comissão não foram apresentadas emendas.

II – Análise

Nos termos do inciso III do *caput* do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, este Colegiado tem competência para opinar sobre iniciativas que tratam da "promoção dos direitos humanos".

As matérias ora em exame tratam de assuntos correlatos aos direitos humanos, em função de versarem sobre iniciativas do Estado voltadas para inibir a proliferação do uso de substâncias que comprovadamente viciam e prejudicam a saúde de seus usuários – caso do PLS nº 314, de 2008 e do PLS nº 233, de 2010 – e para prover proteção aos trabalhadores das indústrias desse setor, cuja atividade se pretende reduzir – caso do PLS nº 176, de 2007.

Ressalvamos que, na sequência da tramitação das matérias, caberá às demais Comissões arroladas na distribuição, notadamente CCJ e CAE, avaliar com mais propriedade as questões atinentes à constitucionalidade e aos demais aspectos legais e financeiros envolvidos nas disposições dos projetos.

Quanto ao mérito, tanto do PLS nº 314, de 2008, quanto do PLS nº 233, de 2010, concordamos com os autores quando afirmam que o aumento do preço dos produtos de tabaco é uma das medidas mais efetivas para a redução do consumo daqueles produtos e da prevalência do tabagismo, com efeitos sobre a diminuição da carga de doenças a ele atribuídas.

Reduzir o consumo do tabaco, aliás, constitui recomendação da Organização Mundial da Saúde, e compõe o conjunto de medidas que o País comprometeu-se a adotar quando aprovou, em 2005, a Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco já mencionada [e relatada por mim que realizamos, naquela oportuniade, diversas audiências públicas pelo Brasil].

Os estudos disponíveis sobre esse assunto corroboram as assertivas dos autores, presentes nas justificações de suas proposições, segundo as quais o aumento do preço do cigarro reduz a demanda por esses produtos em escala proporcional, efeito que é maior nos países de média e baixa renda, como é o nosso caso, e entre os segmentos mais pobres da população e os jovens.

Também é sabido que o preço do cigarro brasileiro é um dos mais baratos do mundo. Interferir na tributação a ele associada constitui a forma mais justa

de aumentar o preço do produto, pois permite carrear recursos para o Estado, que poderá direcioná-los para as ações de controle do tabagismo e de atenção aos doentes vitimados pelo hábito de fumar.

A respeito do PLS nº 176, de 2007, faz-se necessária uma série de observações sobre o propósito da iniciativa, considerando que, em vez de punir a fabricação de produtos viciantes, o projeto cuida de incentivar produtores e trabalhadores ligados à indústria do setor a migrarem para outra atividade, inclusive por meio da criação de um fundo fiscal específico. Notese, porém, que se trata de incentivar a mudança de ramo sem que isso deixe em situação de desamparo famílias que dependem da produção de derivados do tabaco e que devem ser apoiadas na mudança de suas atividades laborativas, redirecionando-as para outros setores socialmente mais desejáveis [mais justo, eu diria até politicamente correto e economicamente correto, que não deixará no desamparo aqueles que hoje estão na produção do fumo, ou seja, na área do tabaco].

A análise da matéria por esta Comissão ganhou relevantes contribuições durante audiência pública destinada a discutir o assunto, realizada no dia 16 de junho de 2009. Na ocasião, estiveram presentes representantes do Ministério da Saúde; da Receita Federal; do Sinditabaco do Rio Grande do Sul; do Instituto Ética Concorrencial (ETCO); do Sindicato da Indústria do Fumo do Estado de São Paulo; da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação (CNTA); e do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

Durante o debate, foram apresentadas sugestões importantes acerca do assunto, bem como todos os lados envolvidos na questão tiveram a oportunidade de manifestar o que pensam sobre as vantagens ou desvantagens das medidas propostas. Em virtude desse debate, decidimos acatar sugestões apresentadas principalmente pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, que, em nosso entendimento, aprimoram o texto original e pacificam as divergências eventualmente apontadas pelos debatedores [nas audiências públicas].

Assim, apresentamos modificações que visam:

1º) explicitar que os agricultores familiares estão entre os beneficiados pelo fundo proposto (Fundo Nacional da Fumicultura – FNF);

2º) reunir os percentuais previstos nos incisos I, II e III do § 3º do art. 1º, por compreendermos que as ações ali propostas são integradas, pois todas se destinam a qualificar os integrantes do sistema produtivo que se pretende construir a partir da diversificação das áreas hoje plantadas com tabaco, incluindo produtores, seus sócios ou meeiros, e trabalhadores temporários;

e 3º) incluir, no item que destina verbas para estudos e tratamento das doenças decorrentes do uso do tabaco, a possibilidade de que usuários de drogas lícitas e ilícitas também sejam alcançados pelas ações a serem desenvolvidas [que o Fundo também seja um instrumento de combate a todo tipo de drogas lícitas e ilícitas. Quando falo lícitas e ilícitas, para mim estou lembrando não só do cigarro mas, também, do álcool, além do *crack*, maconha, e dos derivados os quais não gosto nem de falar, mas temos que lembrar que existem e atacam o nosso povo quase que diariamente].

4º– destinarmos recursos para a estruturação e equipamento das policias de fronteiras. [Fortalecer a nossa força policial no sentido de combater naturalmente todo contrabando, seja de droga lícita ou ilícita.

Retiramos da proposição as atribuições de responsabilidades a órgãos do Poder Executivo, a fim de sanar impropriedades constitucionais, obedecendo ao disposto no art. 61 da Carta Magna.

Ressaltamos que, durante as discussões, evidenciou-se o quadro de produção de tabaco e sua importância social para o estado do Rio Grande do Sul [e também do próprio PIB Nacional. Ninguém desconhece, por isso temos que olhar com muito respeito aqueles que forem incentivados também a plantar o fumo ao longo de suas vidas. Lembro-me de situações de situações dizendo que era dado incentivo para aqueles que plantavam fumo].

De acordo com dados do Sindifumo, na safra 2004/05, foram 99.253 famílias envolvidas com a atividade, distribuídas em uma área plantada de 215.887 hectares. O Estado destaca-se, assim, como o principal produtor do tabaco no país, tendo colhido na referida safra, 421.601 toneladas, o que representa 50,2% da produção total do país.

Outro aspecto importante a ser lembrado, é que o plantio do fumo é caracterizado por ser produzido majoritariamente pelo pequeno produtor, sendo que as áreas dedicadas à cultura, perfazem, em média, 2,6 hectares por propriedade no Estado. Por isso mesmo, se torna a principal fonte de renda a viabilizar pequenas propriedades nas regiões em que é plantada a cultura.[Por isso, esse Fundo tem esse objetivo: não deixar desamparado os pequenos produtores que vivem desta cultura].

A despeito desses dados, contudo, não há sombra de dúvida de que a saúde pública e a população como um todo só têm a ganhar com a redução do consumo do tabaco. Dada a preocupação com os efeitos nocivos do fumo, o Fundo proposto destinará 38% de seus recursos ao estudo e tratamento das doenças decorrentes de seu uso.

Por isso mesmo, os agricultores dedicados à cultura do fumo precisam ser estimulados a diversificar as atividades econômicas, e os trabalhadores das indústrias fumageiras, diante da provável redução no número de postos de trabalho, necessitam ser protegidos e preparados para exercer outras profissões.

Protegidos e preparados para exercer outras profissões. [Aí vem toda a importância e o fortalecimento que nós todos damos nesta Comissão, o Governo Dilma, o Congresso Nacional, tenho certeza, toda a sociedade brasileira para o ensino técnico. Mais uma vez faço um apelo para que o Congresso vote o nosso Fundep – Fundo Nacional do Ensino Profissionalizante – que geraria R$9bilhões para formação técnica dos nossos trabalhadores].

Cremos que a iniciativa promove uma distribuição equilibrada dos recursos e que a instituição da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a importação, fabricação e comercialização, no território nacional, de charutos, cigarrilhas, cigarros de tabaco ou seus sucedâneos (Cide-Fumo) representa uma alternativa viável para o financiamento do FNF.

Considerando, portanto, o mérito das três proposições em análise – e a complementaridade dos seus propósitos – decidimos apresentar uma emenda substitutiva que, na essência, reúne [o que há no nosso entendimento e fruto também daqueles que contribuíram nas audiências públicas o que há de mais positivo, de mais amplo e equilibrado nos projetos] objetivos dos projetos, com as alterações que consideramos necessárias ao aprimoramento das proposições.

A essência das matérias é, portanto, a de adotar medidas severas para inibir a produção desembaraçada de produtos tão prejudiciais à saúde de seus consumidores, enquanto, por outro lado, adota medidas de proteção aos trabalhadores da área, de modo a facilitar seu trânsito para outros setores da economia.

Esclarecemos que, embora a emenda substitutiva que apresentamos a seguir mantenha a essência das matérias em análise, nosso voto, por força regimental, propugna a aprovação do PLS nº 176, de 2007 – que, sendo o mais antigo entre os projetos, tem prioridade sobre o mais recente, conforme estabelece o Regimento Interno do Senado Federal em seu art. 260, inciso II, *b.*

Vou fazer a decisão final, conforme esta Presidência, no caso eu estou relatando o projeto.

Em vista do exposto, sou pela aprovação do projeto mais antigo, na forma substitutiva e pela aprovação, em parte, dos Projetos de Lei do Senado nºs 314 e o 233.

Peço que a assessoria faça a correção, conforme estou fazendo neste momento, como relator da matéria.

Sou pela aprovação do Projeto de Lei 176, de 2007 e pela aprovação, pela contribuição que deram em parte, dos Projetos de Lei nºs 314 e 233 dos devidos autores, mediante a Emenda Substitutiva.

Quero, com isso, fazer justiça aos três autores que, embora eu construa um substitutivo, eu aproveitei parte do projeto do Senador Tião Viana, parte do projeto do Senador Jorge Yanai e prevaleceu como carro-chefe do meu substitutivo o projeto do Senador Sérgio Zambiasi.

Obriguei-me, por força regimental, a apresentar o substitutivo. Particularmente, não gosto muito de substitutivo, porque o relator pega a matéria, às vezes muda uma vírgula – estou fazendo um comentário aqui de minha total responsabilidade – e apresenta um substitutivo. Não é o caso aqui, fundi os três projetos. Então o autor desse projeto é o Senador Zambiasi, e a coautoria é do Senador Tião Viana e, também, do outro Senador, Senador João Pedro que chegou aqui, que poderá, depois, aprofundar a discussão sobre o requerimento em debate. E quero destacar aqui, não posso esquecer, do Senador Jorge Yanai.

Mediante o fato, li o meu relatório, Senador João Pedro, e fiz a fusão contemplando, aqui, o Senador Sérgio Zambiasi, também o Senador Jorge Yanai, passo à leitura do requerimento.

Antes, porém, pergunto à minha assessoria, pois preciso dessa informação, se já temos o número de assinaturas que, até o momento, não me foi passado. Então, completado o número de assinaturas presentes, passaremos à votação dos projetos, conforme os relatórios lidos, inclusive esse do Senador Zambiasi, que foi uma fusão dos projetos. Informo aqui que todos esses projetos não são terminativos. Aqui na Comissão, terão que ser votados, hoje ou amanhã; ninguém escapa da votação. E quero também dar a informação de que quem pegou um projeto e sentou em cima, esse requerimento, vou adotar um procedimento aqui na Comissão, para que ele volte. Não admito que ninguém pegue um projeto e fique como o seu dono, como vejo em algumas comissões. O pessoal pega o projeto, senta em cima – esse é o termo que estou usando aqui na TV Senado – e há projeto que está na mão de um parlamentar há anos. Isso, não vou admitir em hipótese alguma. Baseado no Regimento, vamos requerer para que os projetos voltem a essa comissão dentro de um prazo que seja da razoabilidade. Não sou contra audiências públicas; sou um dos Senadores que mais faz audiências públicas. Nesse caso, por exemplo, fizemos aqui audiências públicas, inclusive fora do Congresso Nacional, fizemos aqui dentro do Congresso Nacional. Esse projeto ainda vai passar por meia dúzia de comissões. E vou fazer um apelo aqui

no sentido de que se alguém pedir vista de qualquer projeto, que seja vista coletiva. A vista coletiva é que nos permite que não haja essa posição de alguns, da qual discordo, Senador João Pedro, e sou muito claro, depois de quase 30 anos de Congresso, pois as matérias têm que ser votadas. Um dia terão que ser votadas. Então, o que acontece? Há algumas comissões, Senador, que acabam tendo 10, 12 projetos de um único Senador, porque foram enrolando, enrolado. Um dia vão ter que votar, pois não se tem como fugir desse debate e da votação. Então, nós respeitaremos aqui, se alguém quiser pedir vista, farei o apelo para que seja vista coletiva. E aqui, nesta Comissão, faço muita audiência pública. Então, na próxima reunião da comissão que for deliberativa, nós votaremos aqueles que, porventura, tenham tido pedido de vista, mas há, inclusive, um requerimento de V. Exª que passou pela apreciação.

Senador João Pedro com a palavra.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Presidente, primeiro para dizer que a minha vontade é me dividir em três. Está acontecendo a primeira audiência pública sobre Código Florestal numa reunião conjunta da CRA, Comissão de Agricultura e de Meio Ambiente e sou titular nas duas comissões. Tenho que estar aqui e, ao mesmo tempo, na Comissão de Relações Exteriores, da qual sou membro, também, titular, na qual as coisas estão acontecendo.

Primeiro, quero concordar com V. Exª, no que diz respeito ao pedido de vista, que se transforma em propriedade do Parlamentar. Agora, nesse caso das matérias que tratam sobre o fumo, se entendi, V. Exª está fundindo outras proposituras e, com muito carinho, vou pedir vista do projeto, só para formar um juízo.

Quero lhe dizer que, no final de semana, não dispenso um charuto. Mas quero olhar esse projeto porque conheço a realidade do Rio Grande do Sul e conheço a matéria do ex-Senador Tião Viana.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Tião Viana e Sérgio Zambiasi.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Não conheço o do Sérgio Zambiasi, ex-Senador, e por isso que estou pedindo vista, para formar um juízo e, com certeza, não tratarei o projeto como propriedade do Senador. E concordo com o pedido de vista coletivo que fica mais saudável para todos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Fica assegurada a vista coletiva desse projeto de autoria do Senador Sérgio Zambiasi.

Então vamos, aqui, dar o encaminhamento para esse, em primeiro lugar, aproveitando aqui a presença do nosso Senador.

Projeto de Lei do Senado nº 176, de 2007, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi e, eu diria, com coautoria do Senador Tião Viana e do Senador Jorge Yanai.

Vista coletiva, ou seja, ele volta para a próxima reunião e será votado de qualquer jeito, ou a favor ou contra; que se decida no voto, se for o caso. *(Intervenção fora do microfone.)*

Não, estou entendendo, acho até que é um projeto amplo, polêmico, deve ter até uns 20 artigos. Mas faz parte, faz parte.

Então, vamos agora ao próximo. Esse, tenho certeza, ninguém vai pedir vista, não é, Senador Garibaldi; nem o Senador João Pedro.

Senador João Pedro, esse projeto, cujo relatório já foi lido pelo Senador Ataídes Oliveira, também não terminativo, altera o Estatuto da Criança Adolescente, para determinar que o termo de guarda disponha sobre as viagens do menor ao exterior. Foi defendido aqui pela Senadora Marta Suplicy e por todos os Senadores presentes. E eu, particularmente, disse que esse projeto é uma homenagem ao nosso querido ex-Presidente e Senador da República Itamar Franco, que está hospitalizado. Como a matéria ainda está em discussão, repito o encaminhamento. Já foi lido o relatório.

Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-lo encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Aprovado o projeto em homenagem ao Senador Itamar Franco.

Próximo projeto que já foi lido, também. É o Projeto de Lei do Senado nº 238, de 2011, não terminativo, dispõe sobre a imunização de mulheres na faixa etária de nove a quarenta anos, com a vacina antipapilomavírus humano (HPV), na rede pública do Sistema Único de Saúde de todos os Estados e Municípios brasileiros.

De autoria da Senadora Vanessa Grazziotin e relatoria da Senadora Angela Portela, que já deu seu parecer pela aprovação da matéria.

Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-la encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o projeto por unanimidade.

Passamos a palavra, neste momento, ao Senador João Pedro, que vai presidir a reunião.

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – Projeto de Lei do Senado nº 173, DE 2011, não terminativo.

Vamos passar em frente.

Não havendo mais quem queira discutir, coloco o relatório em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o PLS de autoria do Senador Vicentinho Alves e relatoria do Senador Paulo Paim, já lido, que autoriza o Poder Executivo a criar a Secretaria Nacional dos povos indígenas.

Meritório o projeto.

V. Exª assume a presidência.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador João Pedro, obrigado.

Faço um apelo, agora, para o requerimento do Senador João Pedro, que é o item 2, que já foi lido.

Senador João Pedro, o Senador Cristovam gostaria de saber os motivos do seu requerimento. Eu disse: então, vamos colocar em votação, no momento em que o Senador João Pedro.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – É sobre a preservação de idiomas indígenas brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Exatamente.

Posso ler aqui rapidamente o requerimento de autoria do Senador João Pedro.

REQUERIMENTO Nº 86-CDH, DE 2011

Requeiro, na forma do disposto no art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, e nos arts. 90, II, e 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), para promover consulta às entidades representativas dos povos indígenas do Brasil a respeito do Projeto de Lei do Senado nº 9, de 2008, [que é do Senador Cristovam] que "institui o Programa de Preservação de Idiomas Indígenas Brasileiros, e dá outras providências".

V. Exª está pedindo uma audiência pública para debater esse projeto. E o Senador Cristovam diz que gostaria de saber os argumentos de V. Exª para que haja a audiência pública.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Sr. Presidente, o requerimento é no sentido de trazer lideranças indígenas. V. Exª já fez, neste ano, várias audiências públicas com a presença de várias etnias, lideranças indígenas, no sentido de nos aprofundarmos na matéria.

Faço a defesa do ensino indígena, do respeito que devemos ter com as culturas dos povos indígenas. Moro numa região em que o Estado tem a maior população indígena. São processos que vão construindo o projeto do Senador Cirstovam que vão consolidando a estratégia de nós reconhecermos as etnias, suas línguas, e nós termos uma lei que possa sair com consistência. O objetivo é esse; é ouvirmos as lideranças no sentido de reafirmar a necessidade do ensino indígena.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Vou acompanhar o Senador João Pedro nesse tema, porque , veja bem, aqui mesmo na criação da Secretaria dos Povos Indígenas, à qual sou favorável, acho que tem que haver no mesmo *status* em que há a Secretaria de Política de Promoção da Igualdade Racial, no caso a Seppir, é autorizativo e eu, de pronto, concordei e fiz o meu relatório favorável. Nós, inclusive, fizemos debate aqui sobre esse tema com os povos indígenas.

E acho justo que façamos, também, sobre um tema de enorme grandeza como esse, que vai instituir o Programa de Preservação dos Idiomas Indígenas Brasileiros e dá outras providências.

O Senador Cristovam, pelo que entendi, não é contra a audiência pública, só que S. Exª quer que ela aconteça com rapidez. E eu mesmo disse, naquele momento, e repito aqui agora, que naquelas críticas que faço a nós mesmos, a nós mesmos, que, às vezes, pedem audiência pública para evitar a votação dos projetos. O que não é esse caso, porque aqui inclusive realizamos, e V. Exª é testemunha, inúmeras audiências públicas.

Então, vou encaminhar, também, pela aprovação do requerimento e se V. Exª concordar, agora naturalmente teríamos um período, estamos entrando em recesso, que na primeira semana de agosto realizemos essa audiência pública. Eu faço um ajuste aqui na agenda da comissão.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – De acordo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Ok.

Em votação o requerimento do Senador João Pedro.

O Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Fica ajustado que, na primeira semana de agosto, faremos essa audiência pública.

Está terminada a Ordem do Dia e é importante a presença aqui, a assinatura, do Líder Humberto Costa sobre esses temas.

Por uma questão de justiça, nós realizamos aqui um debate longo sobre a importância da integração da América do Sul. E aqui foram feitas inclusive algumas críticas, ao longo do debate, sobre o Mercosul. E recebi uma série de informações da Embaixada, sobre

o Mercosul. E faço questão de ler, então, esse documento, e com isso, então, depois vou encerrar a nossa reunião desta manhã.

O Mercosul, Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai, está dando, conforme informações que recebi, um extraordinário passo, Líder Humberto Costa, para que a Bolívia e o Equador sejam, efetivamente, membros do Bloco.

Esses países andinos são, atualmente, membros associados do Mercosul, e como membros plenos poderiam, também, participar da União Aduaneira. Por isso, quero saudar aqui a decisão tomada pelos chanceleres dos países integrantes do Bloco, de uma maior aproximação com os governos da Bolívia e do Equador.

As informações que me chegaram dão conta que o alto representante do Mercosul, Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães estará, em breve, na Bolívia, acompanhado por Diplomata dos quatro países-membros, para iniciar essa negociação. Em seguida, vai também ao Equador, cujo Presidente Rafael Correa, participará da cúpula como convidado.

Destacamos, ainda, declaração do Chanceler brasileiro Antônio Patriota que rebateu críticas da imprensa de que o Mercosul perdeu força e não conseguiu transformar-se em um verdadeiro projeto de integração política, econômica e comercial.

Segundo Antônio Patriota, somente em 2010, a economia do Mercosul cresceu 8%. Foi o crescimento mais elevado que o registrado por qualquer outra união aduaneira ou associação de livre comércio.

Em entrevista coletiva realizada recentemente, disse também Antônio Patriota, quando rebateu as críticas de empresários paraguaios sobre as travas comerciais do Brasil e da Argentina. Patriota lembrou que, em 2010, a economia paraguaia cresceu 15%, o maior crescimento no continente americano e que o crescimento do bloco econômico foi acompanhado, como ele disse, por uma distribuição de renda.

Ainda palavras do Chanceler brasileiro: no passado, o Brasil cresceu, mas não havia igualdade social. Hoje, do grupo dos Brics, países emergentes, Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, o Brasil é o único com crescimento e distribuição de renda. Já o Embaixador Antônio José Simões também afirma, com muita competência, que o mesmo ocorreu na Argentina, no Paraguai e no Uruguai. Essa melhoria, segundo ele, não deve e não pode ser dissociada do Mercosul.

Sr. Presidente, lembramos ainda, para exemplificar, que o Mercosul está dando certo, mesmo que tenha problemas. E claro que tem problemas, e nós reconhecemos isso, mas em 20 anos o intercâmbio comercial passou de US$4,5 bilhões, em 1991, para US$45 bilhões no ano passado, e a expectativa para 2011é de que vai superar os US$50 bilhões.

Mais uma vez cumprimentamos a decisão dos chanceleres do Bloco de incorporar definitivamente a Bolívia e o Equador.

Enfim, haveremos de avançar num futuro próximo, quando vamos contar também com o Chile, Peru e Colômbia, e assim possamos ter um bloco mais forte que represente

E assim possamos ter um bloco mais forte que represente, efetivamente, o Mercosul.

Para finalizar queremos aqui, meus Amigos e minhas Amigas, homenagear todos os americanos e destaco aqui que, naquela audiência pública, entre todos houve uma fala muito importante do meu amigo jornalista Beto Almeida, da TV Senado. E foi dele que recebi esse poema, do poeta chileno Rolando Alarcón, e com ele vou encerrar para que fique nos Anais da Casa:

Se somos americanos
somos irmãos, meus senhores
temos as mesmas flores
temos as mesmas mãos.
Seremos bons vizinhos,
repartiremos o trigo,
seremos bons irmãos.
Se somos americanos
não temos fronteiras
cuidaremos das sementes
seremos todos iguais
brancos, negros, índios, mestiços

Se somos americanos
dançaremos o samba, o forró, o tango
a miranga, a marinera, a resbalosa
se somos americanos
somos uma única canção.

Com esse poema estou fazendo uma homenagem ao Mercosul e assim encerro a reunião do dia de hoje.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 10 horas e 51 minutos.)

Ata da 44ª Reunião (Extraordinária) da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura, convocada para o dia 04 de julho de 2011, segunda-feira, às 9 horas, na sala nº 02, da ala Senador Nilo Coelho, Senado Federal.

Às nove horas e três minutos do dia quatro de julho de dois mil e onze, na sala 02, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador **(Paulo Paim)**, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e

Legislação Participativa. Assina o livro de presença o Senador **Paulo Paim.** O Senhor Senador Cyro Miranda justifica sua ausência. A presente reunião destina-se a apreciação da seguinte **PAUTA**. Audiência Pública, nos termos do **Requerimento nº 90, de 2011 – CDH**, de autoria do Senador Paulo Paim, aprovado em 22/06/11, **"para debater a situação de funcionários do Ministério das Relações Exteriores – MRE, lotados em consulados brasileiros e representações diplomáticas".** Convidados: Otavio Brito Lopes, Procurador Geral do Trabalho; Raimundo Luis de Oliveira, Presidente do Sindicato Nacional dos Trabalhadores em Embaixadas, Consulados, Organismos Internacionais e Empregados que laboram para Estado Estrangeiro ou para Membros do Corpo Diplomático Estrangeiro no Brasil – SINDNAÇÕES; Soraya Castilho, Presidente da Associação Nacional dos Oficiais de Chancelaria do Serviço Exterior Brasileiro; Sebastião de Oliveira, Presidente da Associação dos Servidores do Ministério das Relações Exteriores (ASMRE); Guy M. Brandão de Castro, Presidente da Associação dos Diplomatas Brasileiros; Alexey Van Der Broocke, Presidente do Sindicato Nacional dos Servidores do Ministério das Relações Exteriores, SINDITAMARATY; e Jorge Luiz Dias Filho, Presidente da Associação dos Servidores do Ministério das Relações Exteriores. Faz uso da Palavra o Senador Paulo Paim. O Senhor Presidente suspende a reunião às nove horas e dezoito minutos e convoca reunião para reabertura no dia sete de julho de dois mil e onze, às nove horas. O Senhor Presidente reabre os trabalhos no dia sete de julho de 2011, às nove horas, faz suas considerações acerca do tema e informa os motivos da interrupção dos trabalhos, ou seja, o falecimento do Senador Itamar Franco e encerra a reunião. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, às nove horas e seis minutos, lavrando eu, ***Altair Gonçalves Soares***, a presente ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 44ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 1ª Sessão da Legislatura Ordinária da 54ª Legislatura.

A presente audiência pública ocorre nos termos do Requerimento nº 90, de 2011-CDH, de autoria deste Senador e de outros, aprovada em 22/06/2011, para debater a situação de funcionários do Ministério das Relações Exteriores, lotados em consulados brasileiros e representações diplomáticas.

Isso aqui se refere à denúncia que recebemos da situação quase que análoga, como alguns dizem, a trabalho escravo de funcionários brasileiros nas representações e também nos consulados e embaixadas no exterior, como, principalmente, aqui, no Brasil. Lá fora não é tanto. O mais forte é aqui, ou seja, a situação de como as embaixadas tratam os trabalhadores brasileiros.

Fizemos, já, uma abertura, no início da semana, sendo esta reunião aberta no dia 4 de julho de 2011, às 9 horas, mas foi suspensa, devido à morte do nosso querido ex-Presidente e ex-Senador Itamar Franco. Porém, naquele mesmo momento, fizemos um entendimento e realizamos aqui uma reunião interna de trabalho. E, nessa reunião de trabalho, ficou acertado que teríamos outras reuniões para discutir a situação dos trabalhadores nas embaixadas, no Brasil e no exterior, no próprio Ministério das Relações Exteriores.

A primeira reunião será nessa sexta, e haverá, se necessário, outras reuniões, e poderemos voltar, se necessário, a ter aqui também audiência pública, quantas forem necessárias.

Sendo assim, encerro esta audiência pública, que havia sido suspensa, para que a gente possa retomá-la no momento adequado.

Antes, porém, para manter o procedimento, vamos aprovar, agora, um requerimento extrapauta, se os senhores concordarem.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado.

Vamos, então, abrir uma nova reunião neste momento.

(Levanta-se a reunião às 9 horas e 06 minutos.)

ATA DA 45ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 07 DE JULHO DE 2011, QUINTA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, NA SALA Nº 02, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e três minutos do dia sete de julho de dois mil e onze, na sala 02, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador **(Paulo Paim)**, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Assinam o livro de presença os seguintes Senhores Senadores **Ana Rita, Paulo Paim, Cristovam Buarque, Eduardo Amorim, Ataídes de Oliveira e Marinor Brito.** A presente reunião destina-se a apreciação da seguinte **PAUTA**. Audiência

Pública, nos termos do **Requerimento nº 89, de 2011 – CDH**, de autoria do Senador Paulo Paim, aprovado em 22/06/11, **"debater a erradicação do trabalho escravo no Brasil"**. Convidados: Vera Lúcia Albuquerque, Secretária de Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE; Frei Xavier Plassat, em representação ao Padre Dirceu Fumagalli, Coordenador da Comissão Pastoral da Terra (CPT); Rosângela Silva Rassy, Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (SINAIT); Erlan José Peixoto do Prado, Procurador do Trabalho da 10ª Região; José Guerra, Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR); Renato Henry Sant'Anna, Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho; Luiz Machado, Coordenador do Projeto de Combate ao Trabalho Escravo da OIT; Carlos Eduardo Silva, Assessor da Secretaria de Assalariados (as) Rurais, em representação ao Senhor Alberto Ercílio Broch, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG; Fabrício Fernandes Juiz Federal, Vice-Presidente da Associação dos juízes Federais do Brasil – AJUFE; Deputado Federal Domingos Dutra, Coordenador da Frente Parlamentar Mista pela Erradicação do Trabalho Escravo; Deputado Federal Amauri Teixeira; Deputado Federal Valmir Assunção; José Nery, Ex-Senador da República; e Deputado Federal Claudio Puty. A Senadora Ana Rita faz o encaminhamento no sentido de reforçar, junto a Casa civil, a necessidade de aumentar as multas do trabalho escravo e apoiar o envio de projeto de lei nesse sentido. O Senhor Presidente informa aos senhores convidados que encaminhará a Frente Parlamentar de Erradicação do Trabalho Escravo os encaminhamentos apresentados durante a Audiência Pública. Às nove horas e quatorze minutos o Senhor Presidente passa a presidência para a Senhora Vice-Presidente Senadora Ana Rita. Às dez horas e trinta e nove minutos a Senhora Presidente, Ana Rita, passa a presidência para o Senador Cristovam Buarque. Às dez horas e cinquenta e quatro minutos o Senhor Presidente Senador, Cristovam Buarque, passa a presidência para a Vice-Presidente Senadora Ana Rita. Às onze hora e quatorze minutos a Senhora Vice-Presidente Senadora, Ana Rita, passa a presidência para o Senador Paulo Paim. O Senhor Presidente franqueia a palavra para diversas lideranças presentes no Plenário da CDH. Faz uso da Palavra os seguintes senhores Senadores Paulo Paim, Ana Rita, Eduardo Amorim, Marinor Brito, Eduardo Suplicy, Ex-Senadora Ana Júlia Carepa, Ex-Senadora Fátima Cleide. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, às treze horas e dezoito minutos, lavrando eu, ***Altair Gonçalves Soares***, a presente ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Paulo Paim,** Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Declaro aberta a 45ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Solicito a dispensa da leitura da ata da reunião anterior e coloco-a em votação.

Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovada.

Antes de tratarmos especificamente da audiência pública de hoje, já que abri uma e fechei, vou tratar agora do requerimento que anunciei, que leria nesta audiência pública, visando garantir uma nova audiência pública para discutir a situação dos trabalhadores nas embaixadas – leia-se: no Brasil e no exterior.

Então, repito, aqui, a votação.

Aqueles que concordam, neste momento, com este requerimento extrapauta permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado.

Vamos ao teor do requerimento.

REQUERIMENTO Nº 90, DE 2011-CDH

Com fundamento no disposto no art. 93, requeiro realização de audiência pública para debater a situação dos funcionários do Ministério das Relações Exteriores, lotados em consulados brasileiros e representações diplomáticas, e a situação dos funcionários brasileiros que trabalham em embaixadas e organismos internacionais aqui, no Brasil.

Ou seja, audiência pública para discutir a situação dos trabalhadores tanto no exterior como aqui, nas embaixadas e representações.

Repito: temos que fazer uma série de reuniões internas no Ministério, convidando os embaixadores de outros países. Não havendo solução adequada para a situação e pelas denúncias que chegaram, faremos, então, audiência pública.

Aqueles que concordam com a audiência pública, nos termos do requerimento que acabo de ler, permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado.

Então, a audiência pública fica na expectativa da reunião. Se as reuniões forem produtivas, não precisa de audiência pública. Se não forem, vamos ter que enfrentar as audiências públicas com a maior tranquilidade.

Bom, vamos à nossa audiência pública de hoje.

Audiência pública, nos termos do Requerimento nº 89, de 2011-CDH, de autoria deste Senador e de

outros Senadores, aprovada no dia 22/06/2011, para debater a erradicação do trabalho escravo no Brasil. Inclusive, além dos nossos convidados, que vão falar sobre o tema, também vamos lançar a Frente Parlamentar Mista Contra o Trabalho Escravo. E também, se for possível – o Senador Cristovam está muito gripado, mas vai chegar com um pouco de atraso, porque foi ao médico –, pretendemos também lançar, no dia de hoje, a Subcomissão Permanente desta Comissão de combate ao trabalho escravo.

A Senadora Ana Rita, depois, vai assumir; vai formatar a Mesa e vai iniciar o debate, porque tenho dois compromissos lá na Câmara dos Deputados. Falarei, na Comissão de Orçamento, com o Relator sobre a situação dos benefícios dos aposentados que ganham mais que um salário mínimo.

Trata-se de uma emenda que apresentei que garante aos aposentados o mesmo percentual concedido ao mínimo. Também falo no seminário da Anfip, também na Câmara, sobre a desoneração da folha de pagamento das contribuições do empregador para a Previdência.

Faço questão de estar lá, porque, se for como está sendo anunciado pela imprensa, que vão desonerar a folha em 20% daquilo que compete ao empregador, estamos abrindo mão de R$100 bilhões no mínimo. No mínimo! Se for bem cobrado e bem fiscalizado, dá mais de R$100 bilhões. Daí, sim, no meu entendimento, vamos ter problema de déficit na Previdência, que não temos hoje. Comprovadamente, não há déficit na Previdência. Tanto que, no Regime Geral, está aí o próprio Siafi dizendo que o superávit vai na ordem de 15 bilhões por ano.

Então, convidamos para este evento, para discutirmos a questão do trabalho escravo mais uma vez – claro, com o alvo sendo a aprovação da PEC do Trabalho Escravo –, o Deputado Federal Domingos Dutra, Coordenador da Frente Parlamentar Mista pela Erradicação do Trabalho Escravo; Vera Lúcia Albuquerque, Secretária de Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego; José Nery, ex-Senador da República e foi o grande Presidente da Comissão Permanente de Combate ao Trabalho Escravo, na época em que ele era Senador; Rosângela Silva Rassy, Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho; Frei Xavier Plassat, Representante da Comissão Pastoral da Terra; Renato Henry Sant'Anna, Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho; Carlos Eduardo Silva, Assessor da Secretaria de Assalariados Rurais, em representação ao Sr. Alberto Ercílio Broch, Presidente da Contag; Fabrício Fernandes, Juiz de Direito, Vice-Presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe); e ainda Luiz Machado, Coordenador do Projeto de Combate ao Trabalho Escravo da OIT; Erlan José Peixoto do Prado, Procurador do Trabalho da Procuradoria Regional da 10ª Região/DF.

Permitam-me que eu faça aqui, antes de ir para a minha outra atividade, uma pequena introdução sobre esse tema, que é tão caro para todos nós.

Abri esta reunião lembrando que, hoje, debateremos a situação do trabalho escravo no Brasil.

Sabemos que, embora a escravidão tenha sido extinta – em tese –, em 13 de maio de 1888, pela Princesa Isabel, através da promulgação da Lei Áurea, o regime de servidão, de escravidão, em lavouras de cana-de-açúcar, fazendas, obras de engenharia, siderurgia, entre outros, ainda existe no Brasil e no mundo, infelizmente. A violação à liberdade, o ato de ir e vir não se restringe à população negra, como no período imperial. Poderíamos dizer que, infelizmente, hoje, negros, brancos, índios, pardos estão sujeitos ao trabalho forçado, desumano, que viola, com certeza, o direito à vida, à liberdade, à igualdade, à fraternidade. Ninguém tem dúvida: isso está presente em qualquer lembrança que a gente possa ter na linha dos direitos humanos.

São jornadas de trabalho excessivas, remuneração salarial que, muitas vezes, não alcança sequer o salário mínimo, violência física, apropriação de bens, de documentos daqueles que se rebelam e que não cumprem o que exige aquele que o está, naquele momento, empregando – que eu não gostaria nem de chamar de empregador –, aquele que o está escravizando.

Enfim, as denúncias que nos chegam são de acampamentos. Os fatos são, de fato, inacreditáveis, inclusive até hoje estamos debatendo isso.

É preciso criar meios que combatam atos de trabalho escravo, atos perversos, cruéis, que atentam contra os princípios da degradação universal dos direitos humanos, programada ainda em 1948 pela Assembleia Geral das Nações Unidas. E que garante: "Ninguém será mantido em escravidão ou servidão; a escravidão ou o tráfico de escravos serão proibidos em todas as suas formas."

O número de trabalhadores que vive em regime de escravidão moderno no Brasil não é ainda conhecido e definido com segurança. Mas o Ministério do Trabalho e Emprego nos assegura que há, no mínimo, 20 mil pessoas vivendo ainda em situação semelhante à de escravos. Aí, entramos no campo da agricultura, da pecuária, do desmatamento. Aí estão 3/4 das incidências do trabalho escravo. Temos ainda áreas extrativistas de madeiras, as que produzem carvão. São frequentes as denúncias sobre o trabalho forçado; trabalho análogo ao escravo.

Enfim, temos que construir políticas públicas que garantam a fiscalização, a punição eficaz e esse abuso. Não podemos admitir, em hipótese alguma, que haja ameaça à liberdade, à vida. Todos somos humanos e devemos ter acesso à democracia e ao bem-estar. Mesmo àqueles que não são humanos, o trabalho escravo, a tortura, o abate indevido, a crueldade têm que ser combatidos. Calculem com homens e mulheres!

Termino dizendo que o objetivo desta nossa audiência pública é lutar contra todas as injustiças e denunciar as irregularidades. Mas, muito mais do que isto: nós, aqui, no Congresso Nacional, temos que, de uma vez por todas, aprovar a PEC nº 438, de 2001, a PEC do Trabalho Escravo, que estabelece o confisco de terra onde for constatada a exploração do trabalho escravo, revertendo-se a área ao assentamento dos colonos, que trabalham na expectativa da terra.

A PEC está parada na Câmara dos Deputados, embora tenha sido aprovada aqui, há muitos anos. Eu me lembro ainda. Foi o Senador Ademir Andrade que apresentou essa PEC. O Senado aprovou, e a resistência para a aprovação na Câmara é muito forte. Por isso, uma grande mobilização nacional é que vai assegurar isso, que, para mim, é mais do que correto, é mais do que direito, é mais do que honesto, é mais do que sério, é mais do que responsável. É inadmissível que alguém mantenha as pessoas sob escravidão sob seu teto ou sob sua terra e fique por isso mesmo. Ele tem que saber que, se continuar fazendo isso ou se tiver feito isso, ele vai perder o que é dele. É a única forma de nós, no meu entendimento, sermos duros nessa questão.

Meus amigos, neste momento – fiz questão de deixar esta introdução sobre o tema –, quero convidar a Senadora Ana Rita para que passe a presidir, a formar a Mesa e a organizar o debate. Vou para esses dois eventos na Câmara e retorno, creio, entre 10h30 e 11h, para continuar com vocês.

Muito obrigado.

Senadora, assuma, por favor!

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Agradeço ao Senador Paim por ter feito esta introdução de nos convidar para presidir esta reunião de hoje.

Quero também desejar um bom dia para todos e para todas que aqui estão. Esperamos que esta audiência pública, realmente, seja um espaço importante de debate; que possamos, através desta audiência, tirar alguns encaminhamentos que possam vir a contribuir no combate ao trabalho escravo.

Quero, então, iniciar, convidando, para compor a Mesa, a Srª Vera Lúcia Albuquerque, Secretária de Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego, para que faça parte, conosco, da Mesa.

Só para esclarecer, nós vamos compor uma primeira Mesa, vamos fazer o debate e, em seguida, vamos convidar as demais pessoas que foram contactadas para fazer parte desta audiência pública.

Bom dia, Drª Vera, seja bem-vinda.

Queremos convidar, também, a Srª Rosângela Silva Rassy, Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho. Já tivemos a grata alegria de recebê-la em outros momentos aqui na Comissão de Direitos Humanos.

Seja bem-vinda, Rosângela. Bom-dia.

Convido, também, o Frei Xavier Plassat, representante da Comissão Pastoral da Terra.

Frei Xavier, seja bem-vindo. É um prazer recebê-lo aqui.

Convido, também, o Renato Henry Sant'Anna, Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho.

Bom-dia, Dr. Renato, seja bem-vindo.

Também convido, para compor a nossa Mesa, o Erlan José Peixoto do Prado, Procurador do Trabalho da 10ª Região.

Dr. Erlan, 10ª Região de qual Estado?

O SR. ERLAN JOSÉ PEIXOTO DO PRADO – *(Intervenção fora do microfone.)* Brasília.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Aqui de Brasília.

Seja bem-vindo, Dr. Erlan.

O SR. ERLAN JOSÉ PEIXOTO DO PRADO – *(Intervenção fora do microfone.)* Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Vamos colocar, aqui, mais uma cadeira.

Também convido o Sr. José Guerra, Representante da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República.

Dr. José Guerra, seja bem-vindo.

Mais uma cadeira aqui.

Só para informar aos demais participantes, o Deputado Federal Domingos Dutra já se encontra presente entre nós. Também, o ex-Senador da República José Nery já se encontra em nosso meio.

Quero dizer a vocês que, posteriormente, faremos uma segunda Mesa, com a participação de vocês. Pode ser assim?

Então, vamos iniciar o nosso debate.

Queremos que este debate seja o mais proveitoso possível, por isso, vamos combinar, aqui, um horário, um tempo para que cada um possa falar.

É possível que sejam 10 minutos para cada um? Para que possamos, depois, abrir o debate e, em seguida, formar a segunda Mesa.

Então, nós vamos começar com a Drª Vera Lúcia Albuquerque.

Drª Vera, V. Sª tem a palavra por dez minutos. Em seguida, se for necessário, nós ampliaremos por mais alguns minutos. Está bem?

A SRª VERA LÚCIA ALBUQUERQUE – Muito obrigada.

Senhoras e senhores, eu agradeço a presença e a honra de estar aqui, representando o Ministro do Trabalho e Emprego num assunto que é um ponto focal da nossa Inspeção do Trabalho e algo que eu devo partilhar com vocês, que nos dá muito orgulho.

Na Conferência Internacional do Trabalho, nós tivemos, também, o prazer da presença do nosso sindicato nacional, participando das comissões e, principalmente, de um ponto que foi um dos itens principais da pauta dessa conferência, que foi a administração em inspeção do trabalho.

Desde o início, desde a palavra do Juan Somavia, Diretor-Geral, o tempo todo a Inspeção do Trabalho no Brasil foi elogiada, principalmente o grupo móvel.

Eu estou com uma faringite forte, então, eu trouxe, até para falar menos, porque uma imagem vale por mil palavras, imagens do que a Inspeção do Trabalho encontra na inspeção do trabalho, quando nós estamos combatendo o trabalho escravo.

Todos sabem, nós temos grupos especiais para isso. Nós fizemos, agora, uma remodelação desses grupos e temos um planejamento. No início do ano, nós éramos cinco grupos. Até o final do ano, nós vamos ter sete grupos.

Nós trabalhamos em parceria, trabalhamos em conjunto não só com o Conatrae, que está a par de tudo que nós fazemos. É um trabalho, realmente, de diálogo social e interinstitucional.

Isso é uma chaga, é um problema que, no Brasil, nós estamos atacando de uma forma completa. É toda a sociedade que se mobiliza.

O Ministério do Trabalho tem esse grupo que seria, digamos assim, a ponta inicial da parte de combate direto, mas também tem uma parte importantíssima de prevenção, de qualificação, porque não podemos permitir que o círculo vicioso do trabalhador volte ao trabalho escravo.

A realidade, mostrando a vocês como acontece: o grupo móvel vai acompanhado do Ministério Público do Trabalho, às vezes do Ministério Público Federal, de Juízes do Trabalho. As situações são muito difíceis, os lugares são complicados. Encontramos mais trabalhadores... Inicialmente, eram mais no desmatamento. Hoje em dia, mais no preparo do pasto para pecuária e na carvoaria.

Por favor, o senhor pode ir passando.

As pessoas que nos ajudam. Nós sempre procuramos levar um informante do local de trabalho. É difícil encontrar a frente de trabalho. Não há endereço fixo. É sempre muito complicado.

O grupo móvel sempre tem acompanhamento da Polícia Federal. Acho que todos sabem que, numa fiscalização rural regional, houve uma tragédia – foram assassinados, simplesmente –, uma tragédia nacional: quatro pessoas do Ministério do Trabalho, três inspetores e um motorista, foram assassinadas.

Nós entrevistamos trabalhadores, nós procuramos tirar as informações deles para configurar todos os requisitos do trabalho escravo.

Os trabalhadores, em geral, são, realmente, humilhados, são submetidos a situações degradantes, têm desrespeitados os seus direitos humanos, por isso, essa cooperação, essa parceria com a Secretaria de Direitos Humanos é indispensável e reforça muito o nosso trabalho.

Acho que todos sabem que agora, em 13 de maio, foi publicada uma portaria interministerial em que se mostra que a empresa que está no cadastro de empresas onde foi encontrado trabalho escravo, hoje em dia, não é mais só do Ministério do Trabalho. Ela foi uma portaria assinada pela Ministra Maria do Rosário, que é uma outra defensora desse combate, junto com o nosso Ministro Carlos Lupi, mostrando que se você fez aquelas infrações, que obrigou a empresa a estar no cadastro, você também feriu direitos humanos.

As trabalhadoras resgatadas, os trabalhadores são quase sempre pessoas sem esperança, pessoas que estão precisando de uma qualificação, de um trabalho também de prevenção. Então, eu acho que a sociedade tem de se movimentar para isso também. É claro, não têm os direitos respeitados, muito menos proteção e EPIs. Os acidentes de trabalho são muito comuns nessa faina tão perigosa.

Isso nos mobiliza. As imagens são chocantes, eu sei, mas é isso que a fiscalização encontra, tanto na parte de carvoaria, tanto na parte, como eu disse, de roçado de juquira, anteriormente no desmatamento, e agora, mais comumente, estamos encontrando, também, no trabalho urbano. Está sendo um foco que está crescendo mais. As condições de água são piores que as condições do gado, nós todos sabemos disso. Sabemos que é um trabalho degradante, realmente.

Outro foco em que estamos trabalhando é o transporte, trabalhando em conjunto com a Polícia Rodoviária Federal, evitando esse transporte como se fossem animais e, aproveitando essa oportunidade, para evitar que eles cheguem até a fazenda e sejam iludidos pelo “gato”.

Estamos desincentivando o aliciamento irregular e procurando fazer a contratação desses trabalhadores pelo Sine, do Ministério do Trabalho.

Mostrando como as condições são, praticamente, de gado, não é?

Por favor, pode ir passando.

Agora, outro foco tem sido este. Tem havido trabalho escravo, aqui, do trabalhador, do imigrante estrangeiro. O imigrante estrangeiro, principalmente o boliviano, vem para cá iludido por um "gato", que quase sempre é um boliviano também, ele fica confinado nessas confecções, muitas vezes dormindo entre as máquinas e assustadíssimo, com medo porque está irregularmente aqui.

É importante dizer que o Ministério do Trabalho, por sua Coordenação-Geral de Imigração, tem uma preocupação humanística com esses trabalhadores explorados. Não é simplesmente chegar e mandá-los de volta porque eles estão ilegalmente no Brasil. É protegê-los também, também lembrando – eu já vi, aqui, o Luiz Machado – um capítulo, um parágrafo do preâmbulo da Constituição da OIT, que diz que se um país procura proteger os seus trabalhadores, essa procura, esse trabalho se encontra minimizado se os trabalhadores dos países vizinhos continuam em condições degradantes.

Então, os países, hoje em dia, não podem mais trabalhar isoladamente, como se fossem uma ilha.

Nós temos essa preocupação no Brasil e temos convênios de cooperação técnica com a Bolívia, com o Haiti, com diversos países, e nós aceitamos e regularizamos, muitas vezes, a situação desses trabalhadores.

Então, essa parte do resgate é uma parte muito importante, também, em que o trabalhador recebe os seus direitos, ele recebe a sua carteira de trabalho, ele é orientado para procurar a qualificação, para evitar voltar a esse círculo vicioso.

Eles ficam satisfeitos. Muitas vezes, nunca viram tanto dinheiro na sua própria mão. O lamentável é que, muitas vezes, a equipe encontra o mesmo trabalhador duas, três, quatro vezes. Então, é algo de que nós temos de mudar a base também, no Estado de onde ele sai.

Então, não é um trabalho, simplesmente, de repressão. Nesse trabalho de repressão, desde 1995, muito antes de o Brasil reconhecer que havia trabalho escravo, a Drª Ruth Beatriz Vilela, a quem eu vim substituir, já fazia esse trabalho com uma garra, com uma paixão incrível.

Então, pode-se ver como tem aumentado o número de inspeções.

Parece que o número diminuiu, mas o operativo é uma saída do grupo móvel. Nessa saída, ele verifica diversas fazendas e quanto maior a fazenda, mais demorado é o ponto.

Agora em 2011, também, nós estamos com menos trabalhadores resgatados, já estamos quase no meio do ano, porque está sendo conhecida a nossa forma de trabalhar. Ao mesmo tempo em que isso impede, diminui, há um efeito dominó, diminuindo, digamos assim, a permissão, os empregadores estão procurando mais evitar as condições degradantes. Ao mesmo tempo em que querem fraudar a legislação, encontram subterfúgios, porque conhecem a nossa forma de trabalhar. Então, a cada vez, está mais difícil conseguirmos encontrar o trabalhador escravizado e aquela frente de trabalho, mas nós estamos fazendo.

O Frei Xavier Plassat, aqui, é um grande parceiro, eu posso até dizer que eu o encontro, muitas vezes, dentro da SIT, mais vezes que auditores que trabalham lá, não é? Com muito prazer. E ele trabalha constantemente, e, assim, eu acho que todos nós da Conatrae trabalhamos, para procurar eliminar, diminuir essa chaga no Brasil.

Por favor.

A fiscalização móvel, como se vê... Esse gráfico do lado direito mostra que a maior incidência é na pecuária, depois na agricultura, também, e também na carvoaria, agora crescendo o trabalho escravo urbano.

Por favor.

Os resgatados recebem o seguro desemprego. De 2003 a 2010, resgatamos 33.784, e recebendo o seguro-desemprego, completo, dos meses, foram 70% deles, quase 24 mil.

O planejamento da operação sempre é por denúncia. Nós procuramos, apesar de termos um planejamento, atender todas as denúncias. Também planejamos em certos setores em que nós sabemos que pode acontecer esse trabalho escravo.

Então, há análise das denúncias, há definição do local, procuramos ter um informante e, principalmente, procuramos evitar a banalização do trabalho escravo.

Eu mesma já recebi denúncia de trabalho escravo no Rio de Janeiro, denúncia que foi ao Presidente da República, que foi a todos os tribunais superiores, e eram três vídeolocadoras – uma em Ipanema, uma no Catete e uma em Copacabana.

Então, há a banalização, às vezes, dessa denúncia.

Há pouco tempo, também, houve uma denúncia de trabalho escravo. Lá fomos, uma procuradora do Ministério Público do Trabalho e uma auditora, Bárbara Rigo, chefe no Rio de Janeiro. Denúncia de trabalho escravo em Paquetá, na ilha de Paquetá.

Então, procuramos evitar essa banalização. É, realmente, simplesmente jornada excessiva, não é trabalho escravo.

É uma configuração que tem de ser uniformizada, para que haja o respeito. Nós temos, junto com o Ministério Público do Trabalho, uma uniformização e

uma definição de cada item, que definem o trabalho escravo, e é preciso que todos nós tenhamos conhecimento disso.

O Cadastro de Empregadores vocês conhecem bem. Nós já comentamos que, agora, está com a Secretaria de Direitos Humanos, e as multas são impostas, as infrações analisadas, e depois de dois anos, eles são liberados. É muito comum recebermos uma pressão enorme de empregadores, até de ex-delegados, até de políticos, pedindo para tirar pessoas do cadastro. Não tiramos! É algo que é obrigatório, e nós temos de seguir a lei.

Então, trabalhamos em conjunto – por favor –, e é assim que devemos fazer o combate ao trabalho escravo: em forma de diálogo social, envolvendo toda a sociedade e todos os órgãos, porque não pode ser missão de só um órgão. Quanto ao Ministério do Trabalho, estamos fazendo todos os esforços para combater, prevenir e qualificar também.

Contem conosco para o trabalho em conjunto.

Muito obrigada.

(Palmas.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Agradecemos à Drª Vera Lúcia Albuquerque, Secretária de Inspeção do Trabalho, do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Vamos, agora, passar a palavra ao Frei Xavier Plassat, que é representante da Comissão Pastoral da Terra (CPT).

Porém, antes de conceder a palavra ao Frei Xavier, quero fazer o registro de dois convidados nossos, o Dr. Fabrício Fernandes, Juiz de Direito e Vice-Presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe); também do Sr. Luiz Machado, Coordenador do Projeto de Combate ao Trabalho Escravo da OIT. Muito obrigada, Dr. Luiz, pela presença; também quero, aqui, registrar a presença do Deputado Amaury Teixeira, Deputado pela Bahia, que está participando e prestigiando esta audiência pública.

Há mais alguém cuja presença nós não registramos? *(Pausa.)*

Carlos Eduardo Silva, também presente, Assessor da Secretaria de Assalariados Rurais, em representação ao Sr. Alberto Hercílio Broch, que é o Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag). Obrigada, Carlos Eduardo.

Para aqueles que chegaram posteriormente à primeira composição da Mesa, quero comunicar que os senhores farão parte da segunda Mesa, dando sequência ao debate.

Passo a palavra ao Frei Xavier Plassat.

O SR. FREI XAVIER PLASSAT – Muito obrigado. Bom dia.

Ao mesmo tempo em que eu parabenizo esta audiência pelo tema, eu lamento que a gente esteja de novo aqui para repetir pela enésima vez coisas que todos nós já estamos cansados de saber e estamos cansados de esperar, ou seja, uma iniciativa, enfim, que ponha fim a essa situação.

Uma herança maldita nós temos. Inclusive este ano de 2011, a América Latina pode celebrar os 500 anos de um grito profético de denúncia ao trabalho escravo, o grito do Frei dominicano, António de Montesinos, na hoje Ilha de São Domingos, que denunciou, de forma extremamente brutal, inclusive excomungando os *hacienderos* daquela época, com o grito famoso: "Estes não são eles acaso homens!" É lamentável que esse grito tenha de ser hoje de novo repetido.

O trabalho escravo é uma realidade atual. Esta foto é da semana retrasada e ela não é de uma região perdida na Amazônia, ela é de Concórdia, Santa Catarina.

O grupo móvel fiscalizou uma área de colheita de erva mate, em que a temperatura, medida às 8 horas, estava um grau abaixo de zero, e esses trabalhadores se revezavam para manter acesso o fogo, enquanto os outros passavam a noite tentando dormir.

Esta outra é da semana retrasada também, em Tocantins. Eu tive o privilégio de acompanhar os fiscais do Ministério Público do Trabalho nessa operação, que foi realizada à noite, situação constatada por policiais, que detectaram anormalidades e avisaram ao Ministério Público. Quando chegamos lá, os alojamentos haviam sido destruídos quatro horas depois de terem sido fotografados por policiais.

Este o Brasil esquizofrênico que temos: um Brasil com a economia pujante, uma agricultura que invade os mercados mundiais e, ao mesmo tempo, mantém essas lamentáveis condições de trabalho, que não são meramente irregularidades trabalhistas, mas que configuram crime de trabalho escravo.

Este Brasil, portanto, tem de ser questionado quanto aos modelos de desenvolvimento, às políticas públicas que ele mantém ou não mantém para enfrentar realmente a raiz do problema.

Desde 2003 temos um Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo que, em tese, deveria atacar as raízes do problema: a ganância, a miséria, a impunidade, que, entre si, formam aquele ciclo vicioso que se mantém há anos, há séculos. Ganância, que garante e geram novas vulnerabilidades, novas misérias, novas concentrações, novas exclusões; impunidade, que garante que isso vale a pena continuar, porque o custo é irrisório. Ciclo vicioso, porque nos confirma uma estatística, ainda não publicada, de uma pesquisa feita pelo GPTEC e a URFJ, que nos informa que, dos trabalhadores entrevistados, além de uma série de fis-

calizações, 59,7% informam que já estiveram naquela situação, da situação de hoje da qual são libertados. E, quando interrogados se foram libertados daquela situação nas outras vezes, 87% disseram: "Não, não fomos!" Ou seja, quando falamos de 20 mil, 40 mil, de 100 mil trabalhadores em situação de escravidão, na verdade, falamos de algo que não sabemos; não sabemos. Quando falamos da reincidência, sim, sabemos que existe, e nós sabemos isso de uma forma quase que matemática, porque as mesmas causas produzem os mesmos efeitos. Os trabalhadores são devolvidos na mesma situação. Portanto, voltam para os mesmos destinos.

Talvez seja importante dar rapidamente algumas indicações de onde estão esses trabalhadores.

A localização tradicional do trabalho escravo é no arco de desmatamento, na Amazônia. Mas é evidente que o trabalho escravo se espalhou em quase todo o território nacional. Temos focos importantes, por exemplo, no sudoeste da Bahia. Tivemos, recentemente, focos importantes no Sul do Brasil.

O trabalho escravo é um fenômeno de migração forçada, de migração em busca de uma alternativa para a falta de sustento na região de origem, como mostra este mapa do lugar de nascimento. Os resgatados se distribuem, praticamente, entre todas as regiões, culminando o Norte e o Centro-Oeste. Agora o número de casos identificados, sem dúvida, é na região Norte que predomina.

Estes são os números de 2010; aqui temos os períodos anteriores. Todos os Estados da Amazônia praticamente são atingidos. O Pará e o Mato Grosso dominam. Todos eles representam 57% dos libertados desde 1995, embora, ultimamente, tenha representado uma percentagem menor do total anual de libertados, devido à ampliação da fiscalização a outras regiões, à descoberta de casos de trabalho escravo, em particular no setor de lavouras e de canaviais.

Esses são os números por grandes regiões dos últimos três anos e meio, até a semana passada. Em 2011, 125 casos; 878 libertados; 27% na região Norte; 22% no Sudeste; 21% no Centro-Oeste; 17% no Nordeste. A gente verifica uma distribuição quase em todas as regiões. A disseminação territorial é mais importante que a gente imagina.

Aqui, em vermelho, são os Municípios que já tiveram casos de trabalho escravo, Estado por Estado.

Aqui são os mesmos Estados com os Municípios com trabalho escravo e sem trabalho escravo. Verifica-se que, no Mato Grosso e no Pará, a metade ou mais dos Municípios já tiveram ocorrências. No Tocantins, 2/3; no Maranhão, 1/3; em Goiás, 1/5; e, no total do Brasil, 546 Municípios já tiveram ocorrência de trabalho escravo.

E nós estamos cansados de saber também que libertar escravos não erradica a escravidão. Se o Brasil libertou 42 mil escravos desde 1995, não pôs fim ao problema. Por que não pôs fim ao problema? Estamos com a faca e o queijo na mão e não conseguimos realizar ainda a erradicação do trabalho escravo. É que o trabalho escravo atingiu setores importantes da nossa pauta agrícola e da nossa pauta de exportações.

Isso aqui é um documento do Senado, publicado depois da última audiência pública de fevereiro. A pecuária domina, mas a lavoura pujante e o canavial estão também muito bem representados, como é a carvoaria, que gera o ferro gusa, um item importante da pauta de exportações.

Ou seja, nós estamos mexendo com interesses importantes na economia, na política econômica e, daí, nós encontramos oposições ferrenhas à erradicação efetiva dos fatores que produzem e reproduzem o trabalho escravo.

Casos recentes têm mostrado atitudes contraditórias. Eu falava de um Brasil esquizofrênico. Nós temos também um Estado esquizofrênico. O mesmo Estado que libertou 42 mil escravos está oferecendo a possibilidade de ficar fora da lista suja, oferecendo ao setor canavieiro a possibilidade de escapar da fiscalização legal em troca de uma auditoria particular para ganhar um selo de qualidade. De qualidade? Ou seja, nós estamos criando uma lista limpa para contrapor a uma lista suja – o próprio Governo! Que esquizofrenia é essa? Esquizofrenia do modelo de desenvolvimento incentivado, apoiado.

Um Código Florestal sob medida, para garantir que o modelo continue e se agrave. E, na mesma semana, no mesmo mês, já as estatísticas de desmatamento nos confirmam que o cheque em branco, a porta aberta já está bem entendido por quem tem que se aproveitar disso.

Então, sair desse ciclo da escravidão implica vencer gargalos importantes. O primeiro gargalo é a contestação mesmo do trabalho escravo. Estamos ainda com políticos, neste Senado, nesta Casa, nesta Câmara dos Deputados, contestando a existência mesmo do problema. Como vamos resolver um problema que contestamos? Estamos, ainda, com um sistema judiciário que demora a considerar isso como...

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Mais um minutinho, tá?

O SR. FREI XAVIER PLASSAT – *Ok*.

Ou seja, por ser punido principalmente, quase exclusivamente na esfera trabalhista, o crime de trabalho escravo é banalizado como uma soma de irregulari-

dade trabalhista que ele não é. O Trabalho escravo é uma situação, como a Drª Vera bem o demonstrou, é um conjunto de condições degradantes que atinge não somente a liberdade do trabalhador, mas sua dignidade. E assim reza nossa lei penal que conceitua o trabalho escravo, de forma avançada, como o cerceamento da dignidade e da liberdade.

Nós temos de combater, a cada dia, contra essa banalização, essa normalização do trabalho escravo. Nós temos, sobretudo, de interromper o ciclo vicioso e, para isso, nós precisamos de uma reforma agrária efetiva, um combate às vulnerabilidades e às novas vulnerabilidades provocadas por nosso modelo de desenvolvimento e a colocação em prática de políticas públicas que realmente tratem o problema dos egressos do trabalho escravo e daqueles que estão na mesma situação de vulnerabilidade e ofereçam um caminho de trabalho decente, um caminho de inserção, um caminho de qualificação, um caminho de acesso a terra, para que essas imagens fiquem definitivamente no passado.

Muito obrigado.

(Palmas.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Agradecemos ao Frei Xavier Plassat pela apresentação. Realmente, é uma situação muito triste ver essas imagens que nos chocam muito. Lamentavelmente, existem situações como essa, em pleno século XXI, em um País como o nosso, tão rico, que ainda se depara com situações tão tristes e tão dramáticas. Queremos agradecer, então, ao Frei Xavier.

Antes de passar a palavra para a próxima palestrante, eu quero aqui fazer um registro de que já está em nosso meio o Senador Eduardo Amorim, por Sergipe, que muito nos honra e é membro desta Comissão.

Quero dizer também aos demais de que o Senador Cristovam Buarque daqui a pouco estará no meio de nós. Fomos informados de que ele não está muito bem de saúde hoje cedo, mas que vai chegar daqui a pouco. Ele preside a Frente Parlamentar de Combate ao Trabalho Escravo. Então, daqui a pouco, ele estará aqui no meio de nós.

Vou passar a palavra, então, para Rosângela Silva Rassy, Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais do Trabalho.

Rosângela, por dez minutos. Se possível, prorrogaremos por mais dois, assim como o fizemos com os demais palestrantes.

A SRª ROSÂNGELA SILVA RASSY – Obrigada. Bom dia a todos.

Obrigada, Senadora Ana Rita, por esta oportunidade de, mais uma vez, debatermos a questão do trabalho escravo e sempre em busca de soluções para esta questão.

Na condição de representante do Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais do Trabalho, nós pretendemos, nesta oportunidade, apontar alguns fatos, algumas circunstâncias, algumas regras – hoje em vigor – que, a nosso ver, prejudicam o papel de combate do trabalho escravo.

Os auditores-fiscais abraçaram essa missão desde 1995 e nosso trabalho vem sendo reconhecido internacionalmente, mas é necessário que se diga que no exterior talvez não se tenha a exata noção das dificuldades pelas quais os Auditores-Fiscais do Trabalho passam para executar suas tarefas. É nesse ponto que eu gostaria de contribuir neste debate.

Nós entendemos que, para que o Ministério do Trabalho – e como bem colocou nossa Secretária, Drª Vera –, para que nós possamos bem executar essa tarefa que tanto nos honra e tanto nos engrandece como agentes públicos é preciso nos dar condições para tal. E essa condição começa por manter um grupo de auditores-fiscais do trabalho em número suficiente para o exercício dessa tarefa.

Nós estamos em uma luta séria para conseguirmos aumentar o número de auditores-fiscais do trabalho no Brasil. Estivemos aqui mesmo nesta Casa, aqui mesmo nesta Comissão, acerca de dois meses atrás e o número de auditores que nós informamos naquela época já mudou bastante e isso significa diminuir as condições de combate ao trabalho escravo, diminuir a autuação da auditoria-fiscal do trabalho.

Nós tivemos... Em maio, nós tínhamos 2.938 auditores-fiscais; hoje, nós temos 2.893 auditores-fiscais. Então, de maio para cá – menos de dois meses –, 45 auditores-fiscais se aposentaram. Então, é preciso que nós reconstituamos esse grupo. Tivemos aqui uma boa notícia, dada pela Drª Vera, de que vai ser aumentado o grupo de equipes (o número de equipes), porque o Brasil já teve doze equipes e caímos para cinco equipes e, em um esforço, Drª Vera nos anuncia que, até final do ano, Oxalá consigamos ter sete equipes combatendo o trabalho escravo. Então, isso, para a categoria dos auditores, significa uma consequência do número exíguo de auditores-fiscais, porque a auditoria tem uma gama de competências, de atribuições a fazer além do combate ao trabalho escravo. Então, se diminui o grupo maior, consequentemente há um reflexo direto no número de auditores disponíveis para o combate ao trabalho escravo. Então, essa questão do número de auditores é um fator que compromete o combate ao trabalho escravo no Brasil.

A questão das condições de trabalho da Auditoria-Fiscal.

É preciso mais recursos para a Auditoria-Fiscal. Os recursos que estão vindo cumprem o papel na ponta

do lápis, mas é preciso mais recursos, é preciso veículos, é preciso manutenção, é preciso equipamento de logística: carros com tração, *notebooks*, rádios comunicadores, gravadores, filmadoras, máquinas fotográficas... Isto é: equipamentos de trabalho para que a inspeção de trabalho possa registrar a realidade do que acontece em nosso País.

A questão da segurança dos auditores-fiscais do trabalho.

Dependemos de a Polícia Federal ter disponibilidade para nos acompanhar. Sabemos que os agentes da Polícia Federal também lutam com dificuldade em relação ao número de agentes. Então, é uma bola de neve! Número insuficiente de agentes federais, algumas ações fiscais ficam dependendo da disponibilidade de a Polícia Federal nos acompanhar ou não. Então, o trabalho dos colegas da Secretaria de Inspeção do Trabalho para montar essas operações tem uma dificuldade com relação a essa questão da segurança face ao acompanhamento.

Além dessas questões colocadas, alguns pontos merecem destaque.

A questão do valor das multas hoje cobradas. O valor das multas no Ministério do Trabalho é baixo – o valor é baixo. Então, isso funciona como um estímulo para o mau empregador. Muitas vezes ele se mantém durante meses, durante anos com trabalhadores em situações irregulares porque ele já sabe que o número de auditores é pequeno, que a fiscalização vai demorar a passar e, quando a fiscalização passa e autua, o valor daquela multa chega, em algumas situações, a ser irrisória. Então, é um grande negócio escravizar no Brasil. Então, é preciso que o Estado atente para isso. Então, quando o Frei aqui diz: "Há quantos anos estamos batendo nessa tecla...", vamos continuar batendo, porque haveremos de sensibilizar. Haveremos de sensibilizar para a necessidade de tomada de providências.

Multas baixas. Julgamento das ações na Justiça.

Acreditamos que é preciso acelerar esses julgamentos. Muitas vezes as ações fiscais aconteceram quatro, cinco anos atrás e só aí vai haver o julgamento daquela ação. O auditor-fiscal, ao ser chamado – ele, como agente que estava naquela operação –, depois de quatro, cinco anos é natural que a memória já falhe. Então, isso compromete o andamento do processo, porque as informações que são trazidas já perdem um pouco, até mesmo sua força.

É preciso que a Justiça olhe com mais atenção, dê bastante atenção aos relatórios fiscais. Os relatórios fiscais trazem minúcias do que aconteceu em uma operação. Então, o conteúdo daqueles relatórios é fundamental para a boa apreciação, para a boa condução dessa ação judicial. Então, acelerar esses julgamentos.

A questão da lista suja.

A lista suja precisa ser mantida. Defendemos... Por que não transformar a portaria, que hoje já é uma portaria interministerial, ganhou fôlego, ganhou força, transformá-la em uma lei? Por que não termos uma lei prevendo a "lista suja", que é necessária e uma forma de intimidar esses maus empregadores.

Estamos no Legislativo e nós temos aqui que bradar pela necessidade de aprovação, na Câmara, da PEC 438. É preciso aprovar essa PEC, é preciso expropriar as terras daqueles empregadores onde foram encontrados trabalhadores em condições de escravidão.

Nós queremos aqui apontar uma situação que vem nos preocupando muito e que é a questão da possibilidade – como apontou aqui o Frei Plassat – do surgimento de uma chamada "lista limpa". É dessa forma que nós estamos entendendo a possibilidade de algumas empresas virem a receber um selo de qualidade por estarem mantendo a regularidade das obrigações trabalhistas. Nós entendemos que a legislação trabalhista é cogente, ela deve ser cumprida e ninguém precisa ser premiado por isso, além do que é um risco muito grande, porque cabe ao Estado a fiscalização das normas trabalhistas. A criação de um selo, a criação de uma "lista limpa", isso vai confundir a sociedade, isso vai confundir os empregados: o que é isso? Quem fiscaliza, pelas normas internacionais... Temos uma Convenção Internacional do Trabalho, a de nº 81, que é a auditoria-fiscal do trabalho. A categoria dos auditores-fiscais entende que não há por que se criar uma lista dos bons empregadores nesse sentido. Isso – repito – vai confundir, porque, em algum momento, a auditoria, que é a autoridade competente, vai chegar ao local e esse empregador vai dizer: "Mas eu tenho aqui um selo que garante que eu sou cumpridor de minhas obrigações." Nós não temos que ficar preocupados com selos e nem tem de haver a criação de selo nenhum.

Então, fica aqui nosso registro, porque essa é uma situação sobre a qual todos, Executivo, Legislativo e Judiciário, no futuro, certamente, deveremos nos debruçar para evitar uma infiltração, uma interferência na auditoria fiscal do trabalho. Então, com esses pontos que indicamos aqui, esperamos ter contribuído para uma reflexão e para que as autoridades competentes abracem realmente essa questão em busca de uma solução.

Obrigada pela atenção.

(Palmas.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Agradecemos à Srª Rosângela Silva, Presidente do

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais, pelas suas informações.

Eu quero antes registrar a presença também da nossa Senadora Marinor, que também é membro desta Comissão e que muito contribui com as discussões, com os debates, com as reflexões feitas não só nesta Comissão, mas também no Plenário do nosso Senado.

Então, seja bem-vinda, Senadora.

Eu quero aproveitar a oportunidade porque a nossa assessoria nos passou algumas informações. Eu acho que o momento é propício para que possamos dar o retorno não só para os Senadores e Senadora presentes, mas também para as demais pessoas que estão aqui nos acompanhando.

Conforme disse a Rosângela, tivemos a oportunidade, em outros momentos, de fazer esse debate sobre a questão do trabalho escravo. E esta Comissão, na pessoa do nosso Presidente, Senador Paulo Paim, fez alguns encaminhamentos, e estou sendo informada pela nossa assessoria de que esta Comissão enviou vários ofícios para o Ministério do Trabalho, para o Ministério do Planejamento, para a Casa Civil, solicitando, Rosângela, o aumento do número de auditores fiscais. E estou recebendo a informação aqui de que o Ministro Interino de Estado do Trabalho e Emprego, Paulo Roberto dos Santos Pinto, nos encaminhou o Ofício nº 1.297, de 2011, em resposta a outro ofício, encaminhado por esta Comissão, que solicitou aumento de auditores fiscais. Então, em sua resposta, o Sr. Ministro Interino informa que aquele Ministério tem envidado esforços no sentido de recompor o quadro de auditores fiscais do trabalho e que prorrogou por oito meses a validade do último concurso para a carreira. Com essa medida, há expectativa de nomear pelo menos mais 117 candidatos aprovados no concurso público, conforme autorizado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. E também informa aos Srs. Senadores que encaminhou ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e para a Casa Civil, ofício de igual teor. Na verdade o nosso Presidente também nos informa isto.

Conversando aqui há pouco, rapidamente, com a Drª Vera, ela também nos disse que há um concurso em andamento para o próximo período, para o próximo ano. Há um planejamento para 2012. Então, eu vou passar a palavra para a Drª Vera, para fazer alguns esclarecimentos que eu acho importantes, porque vão nos ajudando nesse debate.

Então, Drª Vera, a senhora dispõe de um minuto para fazer os devidos esclarecimentos. Acho importante, porque as questões estão sendo postas, as denúncias estão sendo colocadas. Se já existe alguma coisa em andamento, é importante já estar...

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Nós vamos continuar cobrando, não é, Senadora?

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – E vamos continuar cobrando, com certeza. Mas é importante ouvirmos as respostas que já temos.

Então, Drª Vera, por favor.

A SRª VERA LÚCIA ALBUQUERQUE – Obrigada.

A minha preocupação é despreocupar os senhores. Há uma falta de informação, na verdade. Essa preocupação do Frei Xavier Plassat e da Rosângela valeria se houvesse essa possibilidade de precarizar a inspeção do trabalho. O que há é algo que já é aplicado no combate ao trabalho escravo há seis anos. O José Guerra provavelmente vai falar também no assunto. Há seis anos existe um pacto de as empresas livremente aderirem a um compromisso. E há já um selo, um combate ao trabalho escravo.

O que a Presidência da República está fazendo, e com o acompanhamento do Ministério, desde o início – inclusive, a Drª Ruth Beatriz Vilela, que foi quem iniciou o combate ao trabalho escravo muito antes de haver frente, muito antes de haver até grupo móvel, muito antes de o Governo reconhecer; ela participa dessa comissão desde o início –, é algo de prevenção, porque o Ministério do Trabalho, os auditores não estão preocupados somente com a repressão. Estamos preocupados com a prevenção. E o que existe é uma lista positiva, que daria um selo. E não há possibilidade de ninguém parar fiscalização do trabalho.

A fiscalização do trabalho, eu vou ser sincera com os senhores, não respeita o papel; nós respeitamos a realidade. É em cima do contrato realidade que nós trabalhamos. Então, nada impede tanto esse pacto do combate ao trabalho escravo, que já existe há seis anos, como esse outro que a Presidência da República está tratando, para que as empresas que quiserem assinem um compromisso de fazer algo além da legislação, e que vai ser auditado por empresas, porque não são artigos da legislação normatizada. Nós continuamos a fiscalizar e ninguém vai conseguir nos impedir. Nós temos direito de entrar com a Polícia Federal em qualquer lugar onde haja indícios de infração.

Então, estou preocupada em desmontar essa ideia de que está sendo precarizada a fiscalização. Jamais! Jamais vamos deixar alguém impedir a fiscalização e nenhum fiscal vai parar por causa de algum selo, por causa de algum papel. Havendo infração, estaremos presentes.

Depois o José Guerra pode falar mais sobre isso que é algo já conhecido não só por nós, mas pelo mundo inteiro, e que nós estamos usando como prevenção. É uma ferramenta de prevenção, jamais vai

precarizar fiscalização do trabalho. É só para tranquilizar os senhores.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Obrigada, Drª Vera.

Nós também recebemos aqui informação, Senadora Marinor, Senador Cristovam Buarque, que já se encontra em nosso meio... O Senador é quem preside na verdade a Subcomissão de Combate ao Trabalho Escravo. Já está bem, já está aqui no nosso meio.

Está bem de saúde, Senador? (*Pausa*.)

Que bom termos a sua presença!

Mas recebemos a informação de que há uma minuta de projeto de lei, na Casa Civil, para aumentar o valor das multas. Então, acho que fica aqui também uma sugestão, uma proposta de encaminhamento desta Comissão que reforce junto à Casa Civil o encaminhamento do projeto de lei para que possa aumentar o valor das multas, conforme solicitado pelo Sindicado dos Auditores Fiscais.

Eu vou passar a palavra agora para o Dr. **Erlan José Peixoto** do **Prado**, Procurador do **Trabalho** (PRT da **10ª Região-DF**), que dispõe também de dez minutos. Havendo necessidade, vamos prorrogar por mais dois minutos.

O SR. ERLAN JOSÉ PEIXOTO DO PRADO – Senadora Ana Rita, caros colegas da Mesa, Srs. Senadores e Deputados, senhoras e senhores, eu acho que não estamos aqui, pelo menos o Ministério Público, para trazer nenhuma novidade. Estamos aqui mais para manter vivo esse compromisso que todos temos de erradicar o trabalho análogo ao de escravo no nosso País.

Então, eu gostaria de, brevemente, apenas compartilhar com os senhores uma ou duas preocupações que o Ministério Público do Trabalho tem. A primeira delas diz respeito ao fato de que esse discurso da banalização que eventualmente nós estejamos promovendo em torno do trabalho análogo ao de escravo, seja o grupo móvel, seja a sociedade como um todo, e até mesmo de que essa realidade já não mais existe tem chegado ao Judiciário. Isso nos tem preocupado bastante. E qual é a repercussão dessa chegada ao Judiciário? Isso tem afetado, muitas vezes, as condenações relativas ao dano moral coletivo, que, nós todos sabemos, vem sendo até então uma das nossas grandes vitórias nesse combate ao trabalho análogo ao de escravo.

Nós temos relatos de colegas do Pará, do Tocantins, no sentido de que o valor dessas condenações tem sido, muitas vezes, diminuído drasticamente, ou seja, é como se nós estivéssemos nos acostumando a essa realidade e como se talvez aquele dano já não fosse tão grande à dignidade dos trabalhadores resgatados. Isso nos tem preocupado sensivelmente.

De maneira geral, uma preocupação bem recente que temos tido é que, enfim, de pouco tempo para cá, os proprietários rurais flagrados nessa situação têm muitas vezes optado pela judicialização das questões. Isso nos preocupa muito porque era uma grande vitória de todos nós que participamos do grupo móvel, das operações, o fato de, durante a própria operação, esses trabalhadores resgatados terem os seus direitos trabalhistas respeitados ali mesmo. Isso sempre foi uma vitória para nós, e para eles, obviamente, um motivo de alegria. Mas tem chegado esse momento em que os fazendeiros já não têm querido, ou com a mesma facilidade, ou em hipótese alguma, quitar os direitos desses trabalhadores. E com essa judicialização, nós temos aí alguns complicadores, porque sabemos que esses trabalhadores muitas vezes não são daquela região, sabemos que o Ministério do Trabalho terá uma limitação para prover moradia e alimentação para esses trabalhadores. Enfim, há uma complicação aí.

É muito bom ver aqui o Dr. Mário, da AGU, porque ontem tivemos a notícia de que – eu tenho a cópia dessa liminar –, aqui em Brasília, foi deferida uma liminar por uma juíza do trabalho suspendendo uma operação do grupo móvel em Mato Grosso do Sul, onde foram encontrados 800 trabalhadores numa usina de cana-de-açúcar. Então, essa liminar nos preocupa bastante porque foi suspenso o termo de interdição, foi suspensa inclusive a possibilidade de que a empresa seja incluída no cadastro de empregadores, na lista suja. A empresa inclusive se recusou, no ato da inspeção, a assinar uma mera ata de audiência. Vejam os senhores que o espírito é de total animosidade. É de confrontação mesmo.

Então, vejam que precisamos estar realmente todos unidos em todos os flancos, seja no âmbito do Judiciário, seja no âmbito político, seja no âmbito da sociedade civil, porque, por mais que estejamos aqui, repito, entre amigos e todos que conhecemos a matéria, o tema tem que estar, sim, na pauta do dia.

Eu gostaria de, em nome do Ministério Público, trabalhar apenas, reiterar esse nosso desejo, esse nosso compromisso com a aprovação da PEC, porque, quanto mais tardar a aprovação da PEC, pode ser que os seus efeitos já não sejam tão bem vistos e tão importantes como atualmente eles seriam.

Muito obrigado.

(Palmas.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Eu agradeço ao Dr. Erlan José Peixoto do Prado. O Dr. Erlan foi bastante sucinto, mas nos colocou uma preocupação muito grande.

Acho que é preciso, Dr. Erlan, pensar como nós, do Poder Legislativo, podemos contribuir melhor para essas questões. Eu gostaria inclusive de receber sugestões de vocês, para que possamos também oferecer, como Senadores da República, a nossa contribuição no combate a esse trabalho.

Antes de passarmos a palavra para o Dr. José Guerra, eu vou passar a palavra para a Senadora Marinor, que tem outro compromisso agora, não vai poder ficar até o final, mas gostaria também de se posicionar e fazer a sua fala.

Senadora Marinor.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Bom dia a todos e a todas.

Senadora Ana Rita, muito obrigada pela deferência. Eu queria dizer aos nossos parceiros na luta contra o trabalho escravo que cada passo que nós dermos será importante. Por isso, eu acho que mesmo que repetidamente nós tenhamos aqui nesta Casa realizado várias audiências públicas... Eu mesma, com pouco tempo de mandato, já estou na quarta audiência pública sobre trabalho escravo na Comissão de Direitos Humanos. Mas quero dizer a vocês que acabei de aceitar, na semana passada, o convite do Senador Cristovam, mesmo com muitas tarefas, mesmo estando à frente de algumas comissões. Eu estou na Comissão de Educação coordenando, junto com o Senador Cristovam, o Plano Nacional de Educação, estou na Presidência da Subcomissão da Infância e da Adolescência, aqui na Comissão de Direitos Humanos, na Comissão de Economia da Casa e em muitas outras tarefas que são importantes para o enfrentamento da falta de direitos de muitos setores da sociedade. Eu resolvi aceitar o convite porque temos uma referência muito forte no Pará, neste trabalho.

A nossa trajetória política, os que estão hoje no PSOL, sempre foi de atuar somando esforços com as entidades para ajudar no enfrentamento do trabalho escravo. E um dos nossos parceiros nessa luta, reconhecido nacionalmente e inclusive convidado para esta audiência, está aqui conosco, é o Senador José Nery, que teve um papel fundamental na legislatura anterior para tornar este debate parte da pauta permanente do Senado Federal. E tenho certeza de que algumas contribuições significativas foram dadas nesse enfrentamento, a partir do belíssimo trabalho do Senador José Nery, que me honra por hoje estar em nossa assessoria, atuando e ajudando o nosso mandato a trilhar esse caminho também.

Quero dizer a vocês que estou hoje respondendo pela relatoria da CPI do Tráfico Humano. Fui autora da proposição. Já fizemos muitas audiências aqui no Senado, recebendo autoridades, ONGs e núcleos de enfrentamento. E começamos agora, na sexta-feira passada, por Manaus, as diligências, as audiências públicas, as oitivas pelos Estados brasileiros. Temos um calendário que vamos fechar agora. Por isso não vou poder ficar muito tempo, pois temos que aprovar um requerimento para organizar essa nova etapa de enfrentamento.

Todos vocês sabem que o trabalho escravo está inserido em uma das modalidades do tráfico humano. Estamos debatendo a questão da migração, estamos debatendo a questão do enfrentamento do tráfico também na CPI. E desde já quero anunciar e pedir o apoio de todas as entidades que atuam no enfrentamento, para que nos auxiliem, porque uma das demandas da CPI, solicitada pelos movimentos sociais que atuam no enfrentamento do tráfico humano, é criar uma nova referência nesse debate, que é ouvir as vítimas. Há poucos relatos de vítimas acumulados em relação ao tráfico humano. Então, eu queria pedir o auxílio de vocês, que vocês se integrassem nessa discussão, acompanhassem nossos calendários pelos Estados e nos auxiliassem nessa tarefa.

Registrando isso, eu queria reiterar alguns pedidos que já foram feitos – já foi feito pela Comissão, já foi feito pelo Senador Cristovam, foi feito, reiteradas vezes, pelo Senador José Nery – em relação à PEC. Não daremos um passo mais significativo no enfrentamento do tráfico humano se essa PEC não for aprovada. Não é possível que o Governo brasileiro não tenha movido uma única palha – não tenho outra expressão para usar –, desde que chegamos aqui, para fazer com que essa PEC pudesse sair da gaveta do Congresso Nacional.

Quero aqui apelar, mais uma vez, ao Governo brasileiro, à Presidenta Dilma, aos que aqui representam o Governo brasileiro, para que essa PEC saia do papel. Os juízes que atuam no tráfico humano estão sendo ameaçados, estão sendo obrigados a conceder liminares e sentenças com revólver na cabeça de seus familiares. Isso não pode continuar acontecendo. Essa é a realidade da situação do enfrentamento do trabalho escravo no Brasil. Enquanto não houver sanções que mexam com os bolsos dos responsáveis pelo trabalho escravo, não se vai alterar esse quadro significativamente. São esforços, é verdade que há avanços, é bom que o Governo tenha anunciado que vai contratar os 117 auditores, é preciso devolver os recursos que foram contingenciados agora, junto com os cinquenta bilhões que dizem respeito às passagens, às diárias, porque se isso não retornar para os ministérios não vai haver um trabalho de fiscalização nos moldes que o movimento tem cobrado e que acha necessário para fazer o enfrentamento do trabalho escravo.

Quero me solidarizar com os lutadores dessa frente, dizer da alegria de ter aqui o Deputado Domingos Dutra, do Maranhão, e anunciar que declarei a ele que eu acho que ele deve ser o coordenador político da Frente Parlamentar Mista do Enfrentamento do Trabalho Escravo não só por sua trajetória de luta e de combatividade, mas pelo simbolismo que tem um representante negro, que vem de um quilombo, que vem de uma região que ainda sofre as mazelas do trabalho escravo.

Muito obrigada. Peço desculpas por não poder ficar, mas preciso dar andamento nessa tarefa que para nós é fundamental.

Bom dia, obrigada a todos e a todas.

(Palmas.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Obrigada, Senadora.

Quero aproveitar a oportunidade para registrar a presença do nosso Deputado Federal Valmir Assunção, que é da Bahia e está aqui participando e acompanhando este debate; também registrar com alegria a presença da nossa ex-Senadora Serys, que muito nos honra em estar aqui hoje, participando conosco deste importante debate.

Vou passar a palavra agora, então, ao Dr. José Guerra, representante da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, por dez minutos. Em seguida, ao Dr. Renato Henry Sant'Anna.

O SR. JOSÉ GUERRA – Obrigado, Senadora Ana Rita.

Colegas de Mesa, gostaria de saudar os presentes e os Parlamentares presentes – e peço licença para ser um pouco bairrista –, em nome dos Deputados Amauri Teixeira e Valmir Assunção, da minha terra natal, a Bahia, que, mesmo sendo novatos na Câmara dos Deputados, têm uma desenvoltura de veteranos na luta pelos Direitos Humanos.

Creio que estamos aqui para reforçar o compromisso, como foi falado pelo colega do Ministério Público do Trabalho, do Governo Federal no combate ao trabalho escravo. Compromisso esse assumido em 95, o que nos prova que o combate ao trabalho escravo no Governo Federal não é uma política de governo, não é uma política partidária, é uma política de Estado, nacional, e uma política que teve avanço a partir de 2003, a partir da noção de que o combate ao trabalho escravo, embora seja muito bem construída no Ministério do Trabalho, é uma pauta muito mais ampla.

O trabalho escravo é uma violação dos Direitos Humanos. E por isso a criação, há oito anos, da Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo, da qual tenho a honra de ser hoje Secretário Executivo. E a partir da noção do trabalho escravo como violação dos Direitos Humanos e da criação da Conatrae, entidade paritária com representações governamentais, de diversos ministérios e da sociedade civil, analisamos que houve um grande avanço na luta contra o trabalho escravo no Brasil. Apenas para citar um ou dois, foi criado o pacto – já citado pela Dr. Vera e que talvez o Luiz Machado, da OIT, entidade gestora do pacto, possa fazer uma apresentação mais aprofundada –; foi aprovada a Lei nº 10.803, de 2003, o aumento da pena para o crime de trabalho escravo (art. 149 do Código Penal); e, a partir de proposição do Senador José Nery, foi criado o Dia e a Semana Nacional de Combate ao Trabalho Escravo.

Mas, ao mesmo tempo, esses avanços nos levam à reflexão que não são completos. Por mais que avancemos, o trabalho escravo necessita de mais avanço no combate à sua erradicação. E, a partir dessa reflexão, a Conatrae, em 2008, lançou o 2º Plano Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo, que está à disposição dos presentes, plano esse que avança, além da questão da repressão trabalhista, feita, como já coloquei, de forma brilhante pelo Ministério do Trabalho, pelo Ministério Público do Trabalho, pela Polícia Rodoviária Federal e pela Polícia Federal, nos grupos móveis de fiscalização, há também a necessidade de repressão econômica e de prevenção e reinserção dos trabalhadores resgatados ou vulneráveis aliciáveis, como bem colocou o representante da CPT, Frei Xavier.

Então, nisto – e eu gostaria de ser breve – é que está a nossa pauta: acreditamos, já que o trabalho escravo é uma atividade que busca a vantagem econômica, que a repressão econômica talvez seja a melhor forma de combatê-lo. E temos, aqui no Congresso Nacional, em nossa pauta legislativa, como grande estrela da nossa pauta legislativa, a PEC 438, de 2001, do Senador Ademir Andrade, que prevê o confisco das terras em que for encontrada exploração de trabalho escravo. Mas nossa pauta legislativa, apesar de ter a PEC 438 como carro-chefe, é muito maior. Rapidamente citando, temos, por exemplo, o PLS 2.016, de 2005, apresentado pelo Senador Tasso Jereissati, que prevê o perdimento dos bens utilizados na exploração do trabalho escravo (repressão econômica); temos, por exemplo, o Projeto de Lei nº 487, de 2003, apresentado pelo Presidente desta Comissão, o Senador Paulo Paim, que prevê a modificação da Lei de Licitações, a Lei nº 8.666, para que entre os requisitos para participar de licitações e receber financiamentos esteja a regularidade trabalhista, a não-presença na lista suja, que, como a Drª Vera colocou, está fortalecida pela portaria interministerial; temos também o PL 169, apresentado pelo então Deputado e hoje Senador representante da Bahia, Walter Pinheiro, que proíbe o contrato entre

grupos nacionais e grupos estrangeiros que exploram o trabalho escravo. Portanto, na verdade, nossa pauta legislativa – quero aqui reforçar esse compromisso – é muito maior do que a PEC do Trabalho Escravo, a PEC 438. E contamos com o Poder Legislativo para esses avanços. Acreditamos que, a partir do reforço da repressão econômica, teremos uma efetividade muito maior no combate ao trabalho escravo.

Sem mais me alongar, para que haja uma participação maior, era o que gostaríamos de colocar, reforçando o compromisso da Ministra Maria do Rosário e da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

Muito obrigado.

(Palmas.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Queremos agradecer ao Dr. José Guerra por sua exposição. O Dr. José Guerra muito nos ajuda, porque recupera inclusive alguns projetos de lei, algumas PECs que estão em tramitação nesta Casa e também na Câmara dos Deputados. Temos de ficar mais atentos para que esses projetos sejam agilizados e tragam, assim, os benefícios de que a população necessita, particularmente a população que ainda sofre com o regime de escravidão. Acho que é uma responsabilidade, uma obrigação nossa fazer com que nossos colegas Parlamentares, Deputados e Senadores, tenham sensibilidade para agilizar o andamento desses projetos de lei em suas respectivas comissões.

Quero aproveitar a oportunidade para registrar a presença do Deputado Claudio Puty, do Pará. Muito obrigada pela presença, Deputado. Que bom que o senhor está aqui conosco também.

Vamos passar, então, a palavra para o Dr. Renato Henry Sant'Anna, que é Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho.

O SR. RENATO HENRY SANT'ANNA – Senadora Ana Rita, Senador Cristovam Buarque, Senador José Nery, Deputado Amauri Teixeira, Deputado Valmir Assunção, Deputado Cláudio Puty, demais Parlamentares presentes, meus colegas de Mesa, em primeiro lugar, a Anamatra agradece a oportunidade de estar aqui presente e reafirma seu compromisso de auxiliar o Congresso Nacional. Sempre que chamada, estaremos aqui colaborando, trazendo as experiências dos juízes do trabalho, enfim, cumprindo o nosso papel.

Vou focar minha breve participação na questão, obviamente, atinente à Justiça do Trabalho. Eu sei que todos aqui já reafirmaram a nossa perplexidade de estarmos discutindo o trabalho escravo ainda no século XXI, num País que cresce, num País que fica rico, fica cada vez mais rico, mas acho que essa parte já é incontroversa. Eu quero focar no que a Justiça do Trabalho pode fazer para ajudar a enfrentar o problema e no que estamos fazendo.

A Justiça do Trabalho e o juiz do trabalho estão lutando, estão conseguindo, com o apoio do Congresso, cada vez mais se aparelhar. Essa é a nossa luta. A Justiça do Trabalho capilarizada, presente em grande parte do Brasil, cada vez mais próxima desses locais onde acontece o trabalho escravo, ela é um fator de inibição ao trabalho escravo.

É claro que, infelizmente, assim como em todo tipo de relação de trabalho, a Justiça do Trabalho acaba participando dessa relação quando ela já acabou. Sabemos que a Justiça do Trabalho é a justiça dos desempregados, infelizmente, mas não é porque é a justiça dos desempregados que ela vai deixar de existir. Nós somos o hospital. Só quando o doente chega lá que nós atuamos, mas, neste caso, ao contrário do hospital, a Justiça do Trabalho inibe a doença. Só a presença da Justiça do Trabalho já é um fator de inibição.

Quero dizer também que Justiça do Trabalho e o juiz do trabalho estão fazendo enormes esforços, com varas itinerantes, com a criação de postos avançados. Enfim, estamos fazendo o nosso papel de nos aproximarmos cada vez mais dos locais onde ocorre ou pode ocorrer o trabalho escravo, mesmo fugindo do mito de que o trabalho escravo só acontece na fronteira, lugar distante. Hoje mesmo tivemos aqui vários exemplos de que não é bem assim. Às vezes, o trabalho escravo está muito próximo da gente, e a gente nem percebe. Mas é claro que nas regiões mais distantes a situação é mais difícil.

Eu quero tocar em alguns aspectos, como a Senadora acabou de falar para o representante do Ministério Público do Trabalho: onde a gente pode ajudar? Onde o Congresso ode ajudar? E trago ao debate... Estou vendo na primeira fileira o meu colega Fabrício, juiz federal, Vice-Presidente da Ajufe. Eu sei que não é um tema simples; é uma questão que preocupa a Anamatra. E é uma sugestão nossa: que o Congresso pense na competência penal da Justiça do Trabalho para esse tipo de situação: a situação do trabalho escravo, os crimes contra a organização do trabalho. Não que os juízes do trabalho serão melhores juízes do que os juízes federais, de forma alguma. Não vamos tratar como uma competição de quem é a melhor justiça, mas, pela particularidade do tema e pela capilarização da Justiça do Trabalho, ela está hoje mais espalhada pelo País que a Justiça Federal. E a Justiça Federal tem outras atribuições igualmente importantes na persecução de outros crimes. Que o Congresso pense – aqui é a Casa de se pensarem soluções – na possibilidade de estender a competência penal para esse tipo de situação.

Sabemos que, pelo tipo de pena e pelo que foi trazido aqui, muitas situações de trabalho escravo acabam sendo decididas com certa demora na parte penal. Sabemos que isso é um problema não apenas da parte penal relativa ao trabalho escravo, mas um problema geral do País. Mas que fique essa reflexão para os Srs. Deputados, os Srs. Senadores, que pensemos um pouco nesse aspecto.

O outro aspecto que o colega procurador do trabalho levantou é sobre o valor do dano moral. Ele levantou uma preocupação de que esse valor está sendo diminuído, enfim, não está sendo devidamente valorizado. Eu quero dizer que essa é uma preocupação que acontece no processo. É um problema do processo. Não existe nenhum tipo, por parte do juiz do trabalho, pela sua própria formação, de banalização à situação do trabalho escravo. Se existe sim algum tipo de diminuição dos valores, é caso de se discutir e, talvez, de se apresentarem melhor os argumentos no sentido de que aquele valor não está cumprindo o seu papel de inibição. Porque, realmente, o dano moral na questão do trabalho escravo, de fato, na linha do que o colega José Guerra aqui falou, é na linha de você tentar repreender pelo bolso, pelo perdimento da propriedade e também pela fixação de dano moral.

Então, de parte do juiz do trabalho da Anamatra, posso dizer que não há nenhuma tentativa de minimizar. Pelo contrário, a nossa formação é toda no sentido contrário: de valorização do trabalho humano, de se evitar que o trabalho humano seja visto como mercadoria, etc.

E, por fim, na questão da liminar que o colega procurador do trabalho mencionou aqui, eu desconheço o caso, mas o fato é que foi dito aqui que as empresas começam agora a questionar judicialmente as fiscalizações. Enfim, acho que todos nós, como sociedade e também como agentes do poder, temos que respeitar a utilização do processo como forma de defesa.

Posso dizer, com tranquilidade, que os juízes do trabalho estão aptos a enfrentar a questão também no âmbito do processo, ainda que não resolvida apenas na fiscalização.

Senadora, são essas as breves considerações que gostaria de fazer, reafirmando o desejo da Anamatra de participar deste debate e da solução dessa chaga social, que é o trabalho escravo.

Obrigado.

(Palmas.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Agradecemos ao Dr. Renato Henry Sant'Anna, Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho.

Queremos agradecer, neste momento, toda a mesa. Nós vamos compor a segunda mesa. Isso não quer dizer que não haverá debate, mas é para que também possamos ouvir as demais pessoas que aqui foram convidadas. Em seguida, vamos abrir para o debate com todas as pessoas. Podemos proceder dessa forma? *(Pausa.)*

Então, agradecemos a todos que aqui participaram. Quero fazer um registro novamente à Drª Vera Lúcia Albuquerque, à Rosângela Silva Rassy, ao Frei Xavier Plassat, ao Dr. Renato Henry Sant'Anna, ao Dr. Erlan José Peixoto e ao Dr. José Guerra. Agradecemos muitíssimo a presença e a colaboração de vocês. Vocês deixaram aqui algumas sugestões de encaminhamento, fizeram colocações que nos provocam enquanto legisladores. Precisamos agilizar, inclusive, alguns projetos, como a PEC que está em andamento nas duas Casas – no Senado e na Câmara. E isso, com certeza, vai contribuir para que possamos efetivamente combater o trabalho escravo no nosso País. Obrigada.

Quero convidar as pessoas para comporem a segunda mesa e, logo em seguida, solicitar ao Senador Cristovam Buarque que possa presidir essa segunda mesa, como Presidente da Subcomissão de Combate ao Trabalho Escravo da Comissão de Direitos Humanos do Senado. Enquanto ele conclui a tarefa que está executando, vou convidar as demais pessoas.

Quero convidar para compor a mesa o Deputado Domingos Dutra, coordenador da Frente Parlamentar Mista pela Erradicação do Trabalho Escravo – Deputado, V. Exª e o Senador Cristovam Buarque vão conduzir os trabalhos aqui da segunda mesa –; o ex-Senador da República José Nery; o Carlos Eduardo Silva, assessor da Secretaria de Assalariados e Assalariadas Rurais, em representação ao Sr. Alberto Ercílio Broch, Presidente da Contag. Muito obrigada pela presença. Também convido o Dr. Fabrício Fernandes, juiz federal e Vice-Presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil – é com prazer que recebemos o Dr. Fabrício –, e também o Dr. Luiz Machado, coordenador do Projeto de Combate ao Trabalho Escravo da OIT. Dr. Luiz Machado, por favor.

Passo a condução dos trabalhos da Mesa ao Senador Cristovam Buarque, que vai presidir esta segunda etapa da nossa audiência pública.

Senador, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Bom-dia. Bom-dia a cada um e a cada uma. Quero dizer que, ao mesmo tempo, fico satisfeito e muito triste: triste, porque, em pleno século XXI, estamos fazendo uma audiência sobre trabalho escravo no Brasil – um ano depois do centenário da morte de Joaquim Nabuco, estamos aqui falando em trabalho

escravo; imagino como ele ficaria triste de saber isso –; e, ao mesmo tempo, alegre, porque ainda temos um grupo que resiste na luta, como José Nery, como Domingos Dutra, para falar como Parlamentares, e outros, como vocês, que lutam para que essa chaga seja definitivamente apagada da realidade social brasileira.

Eu quero aproveitar para dizer que estamos instalando uma subcomissão da Comissão de Direitos Humanos dedicada ao assunto do trabalho escravo. Ela foi dirigida pelo Senador José Nery. E a inspiração é dele para que continuemos. Vamos fazer a instalação dessa subcomissão, na próxima quinta-feira, neste mesmo horário, para deixar acesa a chama da luta contra o trabalho escravo no Brasil.

Dando continuidade a esta manhã, vou passar a palavra... Não sei a ordem. Vou começar de lá para cá, está bem? E guardar o Nery para a última e o Domingos Dutra para a penúltima. Vocês têm problema de agenda?

Então, o Luiz Machado, por favor, está com a palavra. Vocês viram como se comportou até aqui o tempo. O Luiz Machado é coordenador do Projeto de Combate ao Trabalho Escravo da OIT.

Com a palavra V. Sª.

O SR. LUIZ MACHADO – Obrigado, Senador. Bom dia.

Em nome do Senador Cristovam, cumprimento toda a mesa, os parlamentares presentes, todas as senhoras e senhores aqui nesta audiência, a segunda em um semestre. Como foi dito aqui, é uma pena estarmos discutindo este tema, mas o consideramos sempre importante, principalmente no nosso Parlamento. O Legislativo tem um papel fundamental no combate e na erradicação dessa chaga que assola o nosso País.

Gostaria de começar reforçando aqui a ideia de que a OIT reconhece os avanços legislativos no Brasil, principalmente referente ao Código Penal, no art. 149. Há alguns rumores de que a legislação vai além das convenções da OIT, o que não é reconhecido por nós, porque as convenções da OIT dão um piso mínimo, aquele patamar mínimo que o Estado membro que a ratifica tem que cumprir, tem que adequar no seu ordenamento jurídico, o que já foi feito no Brasil há muitas décadas. E a sua alteração, em 2003, não prejudicou os trabalhadores. Houve um avanço no reconhecimento desses direitos, o que a OIT entende como um avanço legislativo com base nas suas convenções.

Vou aqui fazer algumas considerações até em cima das falas anteriores. Vou começar puxando o tema que o Frei Xavier colocou, que nós já ouvirmos diversas vezes: o trabalho escravo é um bom negócio. É um bom negócio escravizar. Aí colocaram os motivos: as multas são baixas, os julgamentos criminais são poucos. Temos aí os avanços da justiça do trabalho, as condenações por danos rurais, mais de 40 mil trabalhadores resgatados, mas a prática continua e parece estar piorando. Vimos um aumento considerável do trabalho escravo em zonas urbanas, em grandes construções civis, na indústria da confecção, na servidão doméstica. Quer dizer, o trabalho escravo está em todos os lugares, em todos os setores, em todas as economias. Então, quem procura acha. Onde procurarmos vamos encontrá-lo.

Isso é um grande absurdo. Um país que a própria OIT reconhece como sendo uma referência, porque implementou esses mecanismos muito importantes, não está conseguindo avançar nessa erradicação. Parece que cada vez encontramos mais problemas. E aí puxo o gancho para a questão da imigração. Com o avanço econômico, com a chegada, num futuro breve, dos jogos tanto da Copa do Mundo como das Olimpíadas, estamos vendo um grande número de pessoas imigrando para o Brasil, principalmente sul-americanos, que são – é uma pena a Senadora Marinor não estar aqui – vítimas de um processo também do tráfico de pessoas, que está embutido no crime.

São crimes correlatos. Essas vítimas, apesar de terem a vontade de imigrar, em algum momento são traficadas, são enganadas na fronteira, têm livre acesso ao Brasil. Todavia, já sabemos que são cobrados falsos vistos para elas entrarem, valores altíssimos de agenciadores, esses agenciadores privados, os chamados gatos e coiotes. Esses de fronteira são mais conhecidos como os coiotes. As vítimas acabam – nós sabemos, há uma grande concentração na cidade de São Paulo – na indústria da confecção.

Mas esse crime está-se pulverizando. A Jaqueline mesmo trouxe a informação de um resgate recente em Goiás, de trabalhadores bolivianos, que vieram nesse mesmo processo. Sabemos, tivemos notícia dos trabalhadores haitianos, que adentraram o País lá pelo Norte. Então, é uma dificuldade tremenda para todos que têm o poder de fiscalizar esses crimes.

E aqui se falou... O José Guerra deixou para eu explicar um pouco melhor o que é o Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo. Através do Pacto, a gente tenta fazer com que o trabalho escravo não seja um bom negócio. Por quê? O que é o Pacto? O Pacto não é um selo. Por favor, não é um selo, não é uma lista de bons empregadores também. O Pacto é uma lista de empresas que têm um compromisso de responsabilidade social e empresarial de tentar limpar a sua cadeia produtiva. É uma intenção. Aí temos uma carta-compromisso, que é voluntária, então qualquer empresa pode assinar, comprometendo-se com esta

causa: com a limpeza na sua cadeia produtiva. Por quê? E qual é o objetivo do Pacto?

Nós focamos e, como representantes do comitê gestor do Pacto, temos a estratégia de atingir os grandes grupos, as grandes empresas que estão na outra ponta dessa cadeia produtiva. Há montadoras de veículos, grandes empresas do varejo, supermercados, distribuidoras de combustíveis, que têm códigos de conduta baseado nos princípios fundamentais do Direito do trabalho, que são totalmente contra o trabalho escravo, o trabalho infantil, o tráfico de pessoas e que não estão cobrando isso dos seus fornecedores.

Então, o que a gente diz é: se o senhor ou a senhora empresária são contra isso, que isso seja repassado em todos os elos dessa cadeia, até atingir aquele trabalhador que está sendo escravizado, que está sendo explorado.

Então, esse é o trabalho do Pacto, a limpeza nas cadeias produtivas. Acho que tem surtido um bom efeito. O Pacto só é possível, porque há a lista suja. E aí já entro em outro assunto: a importância dessa lista. Sabemos que ela tem de ganhar mais vida, mais corpo. Ela já avançou neste semestre, em maio, sendo uma lista interministerial, não só do Ministério do Trabalho, mas também da Secretaria de Direitos Humanos.

Vou trazer aqui talvez até uma sugestão, uma proposta para esta Casa: por que não criar – sei que já existem alguns projetos – a proibição de comprar daqueles que foram flagrados? A ideia é a de que qualquer pessoa, qualquer empresam seja proibidas de comprar da lista suja.

E aí fazemos uma analogia ao crime de receptação. Não é proibido comprar um produto roubado? O trabalho escravo rouba a dignidade da pessoa humana. É um absurdo! Como representante de um organismo internacional, quando vou ao exterior, para apresentar, por exemplo, o Pacto, como fizemos há duas semanas, as pessoas falam: mas não é proibido comprar do trabalho escravo?

Quer dizer, aquele flagrado pode continuar vendendo. Então, não podemos aceitar esse tipo de conduta. E o Pacto, através desse compromisso voluntário, tenta promover isto: a restrição comercial desses produtos.

O José Guerra também lembrou aqui o ano de 2003. Para nós, foi um marco; é um ano histórico no combate ao trabalho escravo. Parece que as pessoas estão acomodando-se nessa luta. Queria lembrar isso, para ver se conseguimos, não sei se neste ano, mas no ano que vem, um novo 2003.

Só para lembrar, em 2003 houve o lançamento do Plano Nacional; a criação da Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo; a alteração do art. 149 do Código Penal; o lançamento na Câmara dos Deputados da Frente Parlamentar e, nessa mesma ocasião, de uma campanha nacional de conscientização; a criação na Justiça do Trabalho das varas itinerantes, que têm uma extrema importância para atingir aquele trabalhador que está lá isolado; a divulgação da primeira lista suja e a criação da Coordenação Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo dentro do Ministério Público do Trabalho, entre outros. São só alguns que lembrei aqui.

Olhem quanta coisa conseguimos naquele ano. E precisamos mexer, colocar fogo, lenha nessa fogueira, para acender essa chama e, com toda a força, tentar erradicar esse problema.

Eu queria lembrar aqui, também, que recebi um *e-mail* recentemente da relatora da ONU, a relatora que esteve aqui, no ano passado, a Srª Gulnara Shahinian, Relatora Especial do Alto Comissariado de Direitos Humanos, da entidade, que vai vir ao Brasil, ainda este ano, no segundo semestre – quer dizer, mais para frente, no segundo semestre –, para fazer um evento cobrando a implementação das recomendações do seu relatório.

Então, é importante também nos debruçarmos sobre essas recomendações, ver o que já foi implementado e o que pode ser feito, porque vai vir a cobrança internacional.

Bem, são essas as minhas considerações. Quero lembrar apenas – como a Jaqueline me puxou ao lado e falou: "Luiz, por favor, lembre o problema da criação desses selos" – que compromissos e selos devem ser muito bem pensados. Fazer a lista dourada dos empregadores é complicado.

Qualquer processo de certificação de selo deve vir acompanhado de um monitoramento muito bem estruturado. E esse monitoramento não pode recair apenas na União. É isso, muito obrigado e bom-dia. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Agradeço ao Dr. Luiz Machado, que representa aqui a OIT.

Passo a palavra agora ao Carlos Eduardo, que é Assessor da Secretaria de Assalariados e Assalariadas Rurais, em representação ao Sr. Alberto Ercílio Broch, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, Contag.

Antes disso, consulto a Senadora Ana Rita sobre se poderia assumir a Presidência, enquanto vou ler meu parecer na Comissão de Relações Exteriores, sem o que vamos ficar sem embaixador na Índia.

O SR. CARLOS EDUARDO CHAVES SILVA – Bom dia a todos.

Quero saudar toda a Mesa em nome da Senadora Ana Rita; quero saudar os presentes, agradecer

desde já, em nome da Contag, a oportunidade de estar participando deste debate, desta audiência pública, e solidarizar-me com a tristeza de muitos aqui de estarmos, em pleno século XXI, discutindo o trabalho escravo.

Mas quero reforçar também que é o papel que nos cabe. É um desafio muito grande fazer com que esse debate ultrapasse esse limite de audiências públicas e de entidades e vá para a sociedade. Esse é o nosso grande desafio.

Queria começar, dizendo que não vou alongar-me muito. Não quero repetir as falas, que foram muito boas. Então, na verdade, é só para fazer algumas considerações com relação ao que ouvimos aqui e a alguns posicionamentos da Contag sobre o trabalho escravo.

Precisamos reconhecer que, nos últimos anos, houve muitos avanços. Isso é inquestionável, mas sabemos que esses avanços não representam ainda uma solução definitiva, para conseguirmos erradicar o trabalho escravo em nosso País.

Uma pergunta que sempre nos fazemos nos encontros internos da Contag e do MSTTR é: como o Brasil quer tornar-se o maior fornecedor de alimentos do mundo, como quer tornar-se a grande matriz de alimentos do mundo, aceitando a existência do trabalho escravo no campo? Essa pergunta precisa ser posta tanto para a classe patronal, como para o Governo, porque ele é o grande fomentador disso, incentiva isso.

Então, vamos alcançar esse *status* de maior fornecedor de alimentos do mundo – e já somos um dos maiores –, vamos conquistar esse *status* com um problema gravíssimo na nossa sociedade. Esse é um ponto.

Mesmo com esses avanços, o posicionamento da Contag é no sentido de que o Governo precisa fazer, de que nós precisamos fazer – e acho que o Governo é o ator principal disso – o que falei no início da minha fala: fazer com que esse debate ultrapasse essa limitação das entidades, do próprio Senado, da Câmara federal e vá para a sociedade.

A erradicação do trabalho escravo não é uma demanda social, não é uma demanda da sociedade. Não podemos afirmar que a sociedade como todo está lutando pela erradicação do trabalho escravo. Nós temos atuações fortes, importantes, mas não é uma demanda social.

Então, acho que esse é o ponto principal. Nós precisamos saber como envolver a sociedade, como fazer com que as pessoas deixem de comprar, deixem de abastecer nos postos em que há empresas envolvidas com trabalho escravo, e são muitas. Precisamos fazer a sociedade começar a punir também, sem precisar que apenas a Justiça e os auditores façam isso.

A coisa que mais me assusta, quando no convívio diário com alguns colegas, é perceber que alguns acreditam ainda que não existe trabalho escravo, que é um mero descumprimento de lei. E muitos acreditam por ignorância; outros, porque já caíram neste discurso da classe patronal de que há uma banalização dos casos, de que não existe trabalho escravo. E acho que o Governo tem o papel de mostrar para a sociedade e de reconhecer que existe essa chaga em nosso País, para que pelo menos reconheçamos que o problema existe, pelo menos para que a sociedade reconheça que o problema existe. Então, esse é um ponto primordial.

Uma outra questão que precisamos deixar claro: pensem comigo que o Estado, para fiscalizar, precisa do apoio da Polícia Federal; como o cidadão comum vai sentir-se confortável para denunciar, para fiscalizar? Então, é preciso que o Estado tenha uma ação pró-ativa nos sentido de não apenas aguardar que as denúncias cheguem. É preciso que haja um efetivo plano de combate, fiscalizando. A gente não pode aguardar as denúncias chegarem, por quê? O que acontece? Hoje, esses 20 mil, ou 40 mil, esse número é irreal. A gente não consegue precisar hoje quantos estão submetidos à condição de escravo. Então, como exigir que o cidadão – e aí falando em nome do movimento sindical – como exigir que o sindicalista fiscalize? Vivenciei três experiências nos últimos seis meses em cursos estaduais que a Contag vem realizando para discutir informalidade, para discutir trabalho escravo, para discutir a construção de instrumentos corretivos de trabalho.

Vou citar os nomes dos Estados: Maranhão, Rondônia e, no meu Estado, Bahia, a gente fazendo a discussão para mostrar como um sindicalista deveria atuar, como ele poderia ajudar, como ele deveria fiscalizar, denunciar. Ouvi três afirmações, e foi numa conversa escondida de dirigentes sindicais, que me deixaram assustado e, ao mesmo tempo, triste: “Doutor, o que o senhor está pedindo é que a gente morra”; nesses três Estados. E aí eu: “Por quê?” “Porque se eu fizer metade das coisas que o senhor está falando, vou ser assassinado no meu Município”.

Então, essa questão da fiscalização, das denúncias, esse número de 20 mil, de 40 mil, por que ele é irreal? Porque o Estado não tem esse banco de dados, não tem esse efetivo controle e a sociedade não tem. A questão do trabalho escravo tem uma ligação muito forte com a informalidade, que também a gente tem números, mas não são números precisos. É preciso que – e aí é uma sugestão, a gente tem uma relação muito boa com o Ministério do Trabalho, temos ações conjuntas; a gente reconhece a importância, defende o fortalecimento do Ministério do Trabalho com a con-

tratação de novos auditores, com a reestruturação; não adiante ter auditor e não ter carro – mas é preciso pensar numa ação maior. Isso perpassa por uma decisão política do governo para efetivamente colocar isso na pauta da sociedade.

Como eu disse anteriormente, mais um ponto que eu acho importante destacar, é essa ligação que o trabalho escravo tem com a informalidade. Ninguém se submete à condição de escravo porque quer. São reincidentes porque têm necessidade. E a Contag enxerga, no combate à informalidade, uma saída importante e eficaz para evitar até o regresso desses trabalhadores para a condição de escravo. Hoje, para se ter uma ideia, 60% dos trabalhadores e trabalhadoras rurais estão na informalidade, não têm seus contratos de trabalho reconhecidos, têm violações de direitos e muitos não estão submetidos à condição análoga à de escravo, mas estão em situação tão grave quanto.

É outro desafio que é colocado para o País. Vamos nos tornar o maior fornecedor de alimentos com a informalidade tão alta no campo? Com o Estado não conseguindo sequer garantir a formalização de contratos? Isso também exige uma fiscalização eficaz, exige uma comunicação muito boa com a sociedade, para explicar ao trabalhador que ele tem direito, quais são os tipos de contrato. Hoje, se for feita uma consulta na base, os trabalhadores não têm conhecimento de que tipo de contrato. Há contratos de parceria que são, na verdade, contratos de trabalho fraudados.

Então, o trabalho escravo tem uma ligação muito forte com a informalidade. E as soluções que são postas para resolver a questão da informalidade são servir para o trabalho escravo também.

Além das inúmeras sugestões, a Contag tem trabalhado isso. Dentro do próprio governo, há um grupo interministerial discutindo a questão da informalidade nos contratos de curta duração. Inclusive a maior parte dos contratos que existe, das relações de trabalho no campo, é de curta duração, são contratos temporários. Há um grupo tentando desburocratizar isso, para facilitar essa formalização de contrato.

Precisamos discutir qualificação, precisamos discutir escolarização, precisamos discutir reinserção produtiva, recolocação, inclusive através da reforma agrária. É um desafio muito grande. Não é fiscalização só, não é punição só que vai resolver.

Eu só queria pedir licença só para fazer uma colocação com relação ao compromisso nacional, porque acho que há uma falha de informação aqui.

Não há exclusão, não há limitação à fiscalização. O que o compromisso está prevendo é uma auditoria para verificar o cumprimento dos termos do compromisso, somente, ao selo. E aí trago o posicionamento nosso. Acho que aqui é o espaço para a gente discordar e precisa ser dito. Se fiscalização e multa resolvessem os problemas do mundo somente, a gente não estaria aqui hoje. A gente educa um filho: se fiscalização e punição também resolvessem, filho não cresceria mal-educado. A gente precisa pensar incentivar boas práticas, precisa incentiva boas práticas.

Uso aqui para citar uma experiência pessoal, sozinho, nas duas últimas semanas com a minha filha de dois anos e seis meses, tirando as férias da babá, e a casa bagunçada, brinquedos espalhados; dei bronca, dei bronca, dei bronca e ela nada. Quando achei um chocolate, ofereci a ela; ela organizou tudo.

Para vocês não dizerem que estou sendo bonzinho demais com a classe patronal, um bom adestrador ele educa o cachorro sem bater. Então, a gente precisa refletir sobre essa questão, se esse modelo nosso, fiscalizatório e punitivo, por si só, é eficaz. Se não é importante incentivar as boas práticas. E a gente incentiva as boas práticas dentro de casa, com os colegas, a gente elogia. É preciso pensar, porque eu, particularmente, acredito que a fiscalização e a punição, por si só... Qual é o incentivo? Não ser punido? É somente isso? É lei, tem que ser cumprida? É. Na condição de assessor de uma entidade que representa talvez a categoria mais – talvez não, com certeza – os trabalhadores rurais são a categoria mais sofrida deste País, ouso dizer isso: a punição só ela não vai resolver. Então, a gente precisa incentivar as boas práticas.

Por último, acho que a gente precisa cobrar. E aí o governo tem papel fundamental, quando ele financia, quando ele divulga, quando ele promove a classe patronal, sobretudo na área rural, quando ele tenta colocar o País nesse *status* de maior produtor de alimentos do mundo, tenta vender o seu etanol. A classe patronal precisa se posicionar com relação ao trabalho escravo. É inadmissível que entidades de classe, como sindicatos rurais, como federações da agricultura e pecuária, é inadmissível que elas continuem negando a existência, que a própria CNA continue negando a existência, continue não se posicionando, não punindo seus membros, não punindo seus representados, não pensando em qualquer tipo de ação para punir esses representados que exploram a mão-de-obra escrava.

Quero agradecer a oportunidade, parabenizar a todos os presentes – acho que as falas se complementam – e deixar essa reflexão de um posicionamento do governo mais pró-ativo, tentando envolver a sociedade. Sem a sociedade não vamos vencer essa batalha. Não pode ser uma luta nossa, tem que ser da sociedade como um todo. E deixar também essa reflexão de que talvez a gente precise pensar em incentivar as boas práticas, sim, porque a punição, por si só, não

vai resolver esse problema e inúmeros outros problemas que a gente tem no campo. Esse é o mais grave, mas inúmeros outros problemas também demandam a mesma atenção.

Obrigado. Um bom-dia a todos.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Agradecemos ao Dr. Carlos Eduardo Silva, assessor da Secretaria de Assalariados e Assalariadas Rurais da Contag, que está aqui representando o presidente da Confederação.

Antes de passar a palavra para o Dr. Fabrício Fernandes, quero aqui registrar a presença do Senador Ataídes Oliveira – o Senador já esteve aqui – assim como a presença de outros Senadores. O Senador Paim retornou.

Quero agora passar a presidência desta Mesa para V. Exª, Senador Paulo Paim.

Ao passar a presidência para V. Exª, quero também já convidar o Dr. Fabrício Fernandes, que é Juiz Federal, Vice-Presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil, para que faça a sua fala.

Dr. Fabrício, esteja à vontade.

O SR. FABRÍCIO FERNANDES – Muito obrigado, Senadora Ana Rita, na pessoa de quem cumprimento todos os presentes; Senador Paulo Paim, a quem igualmente parabenizo pela iniciativa desta audiência; agradeço, sobretudo em nome da Associação dos Juízes Federais do Brasil, da Ajufe, poder estar aqui hoje trazendo as considerações dos juízes federais para esta subcomissão, dentro da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, tema que, já há alguns anos muito preocupa os juízes federais, que é a defesa dos direitos humanos em nosso País, no que nos concerne, na esfera judicial criminal, que, todos nós sabemos, é, sim, bastante deficiente ainda hoje, bastante aquém da expectativa do cidadão brasileiro no que concerne à aplicação da lei penal nesse tipo de criminalidade contra os direitos humanos.

Muitos aqui hoje lamentaram estarmos no século XXI debatendo ainda um tema tão – podemos dizer – pré-histórico como o trabalho escravo. Por outro lado, fico satisfeito de que hoje esse tema volte a ser debatido, porque durante muitos anos foi um tema que ficou escondido, ficou nas sombras. Ninguém mais sequer tinha conhecimento do drama que vivem os trabalhadores escravos ainda no Brasil. Esse tema fiou por muito tempo nas sombras. A Ajufe, há alguns anos, vem se empenhando na conscientização da importância do combate a esse tipo de criminalidade. E é, sim, da competência da Justiça Federal a aplicação da lei penal, da lei criminal nesse tipo de delito. Com o apoio, claro, do Ministério Público, com o apoio da Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal, dos agentes de fiscalização, nós estamos conseguindo pelo menos retomar a repressão e a condenação em muitos casos desse tipo de criminalidade.

A Ajufe, há alguns anos, fez uma campanha nacional de conscientização da importância do trabalho escravo e, com efeito, ajudou, contribuiu para que esse tema voltasse a lume, voltasse a ser debatido pela sociedade e muito bem posto pelo Senador Paulo Paim, também aqui no Senado Federal, no Senado da República.

Contudo, existe um ponto que muito preocupa a nós juízes federais, que estamos na linha de frente, na ponta desse combate a essa criminalidade tão crescente em nosso País, que é justamente a questão da segurança de nós, magistrados. Estamos vivendo um momento de verdadeira proliferação de tentativas de intimidação do Poder Judiciário no Brasil inteiro, não é só no interior do Amazonas, não é só lá no interior do Tocantins, ou no Pará. É no Sudeste, no Rio de Janeiro, é no Mato Grosso, nas fronteiras, no Sul, os juízes federais estão cada vez mais, sofrendo ameaças à sua integridade física e à integridade física de suas famílias, e muitas vezes têm vivenciado situações inusitadas, como a que tivemos no Mato Grosso do Sul, onde o colega Odilon teve de morar dentro do fórum, cercado por tropas do Exército, para que não fosse assassinado pela criminalidade organizada.

Por que estou trazendo este tema à Comissão? Porque nós temos aqui, ainda aguardando votação no Senado Federal, o PLC nº 3 de 2010, que cuida da criação da nossa Polícia Judiciária. Trata-se de projeto que foi trazido por nós, pela Associação de Juízes Federais, para que os nossos agentes... Vejam, nós já temos o pessoal, não é algo que vai trazer ônus para o Estado, é uma verba que já existe, um pessoal que já é pago, sem, contudo, competência, sem atribuição para prestar o serviço de segurança judiciária para que os juízes possam ter a necessária tranquilidade para julgar somente conforme a lei e conforme a sua consciência esse tipo de crime e tantos outros. Se o juiz não tiver esse respaldo estatal para se sentir protegido contra as intimidações, contra esses ataques à República, à soberania nacional – é assim que nós enxergamos, é assim que nós encaramos esse tipo de ameaça –, esses grupos vão, cada vez mais, ousar nessas intimidações.

E vejam que esse é um fenômeno que já ocorreu em outras partes do mundo, até mesmo na Europa, como na Itália dos anos 80-90, quando tivemos diversos juízes e promotores assassinados – diversos, dezenas, foram quase trinta juízes e promotores assassinados pela máfia na Itália. E nós temos muito receio que esse fenômeno venha a se repetir aqui no território brasilei-

ro, o que, acredito, seria péssimo para as instituições, seria péssimo para o desenvolvimento da democracia no Brasil, para o desenvolvimento da nossa República e da consciência cidadã do nosso povo.

Hoje, o nosso povo deposita em nós, agentes públicos, a esperança de ter uma verdadeira cidadania, uma verdadeira atenção aos seus direitos cidadãos, ao cumprimento de tudo aquilo que foi dito na Constituição de 1988. É nossa responsabilidade, enquanto Poderes da República, trabalharmos em harmonia nessa questão. Por isso, é quase um apelo... O Senador Paulo Paim tem nos ajudado muito, já organizamos uma audiência pública no Senado para tratar do PLC nº 3 de 2010, com a presença de presidentes de associações de juízes da Itália, de Portugal e da Espanha, que vieram dar o seu testemunho aqui no Senado da República após um dia de paralisação que os juízes federais organizaram, aliás, de forma muito ordeira, sem qualquer problema na prestação das atividades judiciais. Foi um dia de paralisação para chamar a atenção da sociedade não só para questões corporativas, mas para temas como esse da segurança, que, no fim da linha, no fim do raciocínio, não dizem respeito a um privilégio dos magistrados, dizem respeito ao interesse de todos os cidadãos de terem os seus processos julgados com isenção, com imparcialidade, com tranquilidade, de acordo unicamente com a lei e com a consciência do magistrado, sem qualquer tipo de medo, porque um juiz com medo é um dos piores quadros que uma sociedade que se pretende democrática pode enfrentar. Um juiz com medo não vai poder garantir ao cidadão a igualdade na aplicação das leis, a igualdade na aplicação da Constituição. Um juiz com medo não serve para nada, nós sabemos disso.

Nós, juízes federais, temos esse compromisso com o nosso juramento. Quando nós ingressamos no Poder Judiciário, no dia da nossa posse, nós prestamos um juramento, que é o de cumprir e fazer cumprir a Constituição e as leis do Brasil. Então, se nós temos estas leis, se nós temos esta Constituição, temos de fazer com que sejam cumpridas.

Hoje, em muitos casos, temos prejuízos à segurança e ao convívio familiar dos magistrados. Temos também os exemplos da colega Raquel Domingues, lá no Mato Grosso do Sul, que teve de pernoitar cada dia em um endereço diferente durante um mês porque estava sendo ameaçada, era perseguida por grupos criminosos; da colega Ana Paula Vieira de Carvalho, do Rio de Janeiro; esta semana, do colega André Lenart, de Niterói, ameaçado pelas máfias de contrabando, de caça-níqueis, de bicheiros. Enfim, todos os tipos de criminalidade organizada hoje estão tentando intimidar os juízes – quanto ao trabalho escravo, é da mesma forma.

Nós, juízes federais, estamos sendo firmes na prestação do nosso papel, no cumprimento do nosso dever, mas precisamos ter também esse apoio do Estado, esse apoio da República. Que a República perceba o nosso problema e tenha essa sensibilidade. Temos muita esperança de que esse projeto ande aqui no Senado Federal, apenas para que os nossos agentes, um pessoal que já existe – não estamos pedindo contratação de agentes, nós já temos os agentes – possa ter porte de arma, possa ter atribuição legal para prestar esse tipo de atividade, para proteger pelo menos as instalações da Justiça. Hoje não há obstáculos para que qualquer criminoso entre lá – Deus me livre! – e dê um tiro na cara de um magistrado – em mim por exemplo, que estou lá no interior do Rio de Janeiro, em Magé, local com histórico considerável de criminalidade violenta contra, inclusive, autoridade públicas, várias autoridades foram já assassinadas naquela localidade. Eu não tenho quem me proteja, eu só tenho Deus. Rezo todo dia, acredito muito nele, mas nós também devemos trabalhar e ter consciência da importância da votação desse projeto.

Concluo mais uma vez destacando o trabalho que os juízes federais têm desempenhado nessa área criminal. Nós também estamos capilarizando a Justiça, como comentou o colega Renato da Justiça do Trabalho, estamos chegando aos locais mais distantes do Brasil, estamos no interior do Amazonas, do Tocantins e de Rondônia com juizados itinerantes. Nas caravanas da cidadania, o juiz pega a jangada e viaja pelo rio, vai para onde a população está. No Rio de Janeiro, fizemos trabalhos nas favelas já pacificadas pelas UPPs. Quer dizer, é o juiz indo atrás do jurisdicionado. Talvez o Brasil seja o único país do mundo onde isto seja feito: o juiz é que vai buscar a demanda do jurisdicionado. Em muitos outros países, é o contrário: evita-se a demanda, dificulta-se o acesso à Justiça. Nós não, nós estamos buscando facilitar cada vez mais o acesso à Justiça, indo atrás do jurisdicionado de jangada, lá no interior do Amazonas, do Tocantins, de Mato Grosso e de Mato Grosso do Sul. Enfim, é um trabalho que nós, da Ajufe, temos muito orgulho de estar desempenhando.

Concluo agradecendo pelo convite desta Comissão, ao Senador Paulo Paim, à Senadora Ana Rita e a todos os presentes.

Um bom-dia a todos e muito obrigado.

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos ao Dr. Fabrício Fernandes, Juiz Federal e Vice-Presidente da Ajufe que mais uma vez traz ao debate tema tão importante. Nessa peleia

do combate ao trabalho escravo e pela garantia dos direitos humanos, como ele relatou aqui, nós fizemos uma audiência pública que eu diria até que foi assustadora em função do desespero dos juízes, que deram depoimentos, aqui desta mesa, de que estavam praticamente se escondendo em seus estados e que muitos colegas tinham receio de recebê-los em suas casas, porque os bandidos estavam a persegui-los. Às vezes eu digo que parece que a gente não vive no mundo real. O mundo real é esse que o senhor relator aqui e que nós sabemos que existe nas ruas e principalmente no campo.

Com muita satisfação, passamos agora a palavra àquele que tem sido um marco nessa luta, que é o nosso querido amigo e Deputado Federal Domingos Dutra – tive a alegria de ser Deputado ao seu lado. Dos livros que consegui escrever, uma das poesias mais bonitas foi ele que escreveu – ele se baseou um pouco na nossa história. Está lá, Domingos Dutra, a quem passo a palavra com alegria.

O SR. DOMINGOS DUTRA (PT – MA) – Bom dia a todos e a todas.

Quero saudar o Senador Paulo Paim, que dispensa qualquer tipo de referência positiva porque não se conseguiria alcançar tudo o que S. Exª representa para este País; o Senador Nery, que é um Senador de fato, que vale, com certeza, mais do que o fato de muitos que ainda estão por aqui. Saúdo também os conferencistas – Dr. Luís Machado, Dr. Carlos Eduardo, Dr. Fabrício – a Mesa anterior, que foi muito positiva, e os presentes.

Vou tentar ser breve porque o grito dessa sirene me incomoda muito, não quero levar uma buzinada dela!

Quero saudar também o nosso companheiro Valmir Assunção, que é do PT da Bahia, comprometido com os sem-terra, com os índios pataxós, com os índios tupinambás e com o povo da Bahia; o companheiro Amauri Teixeira, Deputado novo que já ocupou um espaço maior do que o seu corpo lá na Câmara Federal, presente na bancada. Quero saudar a Deputada Luci, que já esteve aqui, e o Deputado Puty – a bancada do "i" do PT – e saudar também a Senadora Ana Rita.

Vou ser bem breve, vou dar mais sugestões.

As fotos mostradas aqui deixam claro que nós ainda não somos uma democracia. O Brasil ainda está lutando para, um dia, ter democracia, porque enquanto houver pessoas morando em mocambos e em palafitas, não pode haver democracia neste País. Enquanto houver crianças de rua, engraxando sapatos e vendendo picolés para sustentar a casa de seus pais, também não pode haver democracia. Enquanto houver gente sendo morta por lutar por um pedaço de terra, da mesma forma. Enquanto houver juízes escondidos, amocambados dentro de seus fóruns, não pode haver democracia. Enquanto houver juízes praticando o trabalho escravo, como no Maranhão, onde infelizmente há alguns que fazem isso, também não pode haver democracia. Enquanto houver parlamentares neste Congresso praticando o trabalho escravo, da mesma forma. Portanto, a democracia em nosso País ainda é uma construção. Avançamos, mas estamos longe de poder bater no peito e dizer que o Brasil é uma democracia.

Do mesmo jeito, não podemos medir desenvolvimento pela quantidade de ferro que se exporta, pela gordura do boi que está no pasto. Também não pode ser medido desenvolvimento desse jeito.

Senador Paim, eu queria dar sugestões objetivas. A primeira é a composição da executiva da nossa Frente. E aqui passo uma proposta, constituída de uma composição da Frente, já que o Senador Nery, que era o nosso ponta de lança, infelizmente não está aqui conosco. Ele é o nosso Presidente de Honra, o que nos ajuda muito, mas, aqui dentro, é preciso que haja essa composição. Há uma proposta de compor os cargos vagos para que essa executiva possa ter uma agenda e possa fazer com que esse trabalho aqui na Câmara e fora da Câmara possa ocorrer.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – *(Intervenção fora do microfone.)* Pode ler a sugestão, a proposta.

O SR. DOMINGOS DUTRA (PT – MA) – A sugestão, a proposta, eu não gostaria de ler porque o Senador Cristovam me obrigou a ocupar a vaga que era do Senador do Nery, na Presidência, o que é um desafio que não atingirei nunca. *(Palmas.)* Mas a proposta é que o Deputado Dutra assuma a Presidência, o Deputado Amauri Teixeira seja o 1º Vice-Presidente *(Palmas.)*; o Senador Cristovam seja o 2º Vice-Presidente. *(Palmas.)*; a Senadora Ana Rita seja a 3ª Vice-Presidente *(Palmas)*. Há uma indicação, a ser consultado o Senador, para que o Senador Pedro Taques seja o Secretário Executivo. *(Palmas.)* Vamos ter que consultá-lo. O Senador Paim fica na 1ª Suplência. *(Palmas.)* A Deputada Luci Choinacki – lá no Maranhão colocamos logo o nome José, porque esses nomes são complicados – seria a 2ª Suplente *(Palmas)*. O nosso companheiro Valmir seria o 3º Suplente *(Palmas.)*. Dois baianos numa comissão, não tem quem segure. E o Deputado Ivan Valente, do PSOL, seria o 4º Suplente *(Palmas.)*. Pode ser? *(Palmas.)* É isso? Aprovado por aclamação?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pelas palmas, então, a gente pode já consagrar aí que as indicações foram aceitas.

Então, esse primeiro encaminhamento está resolvido já.

O SR. DOMINGOS DUTRA (PT – MA) – A segunda, acho que nossa prioridade é fazer com que a PEC 438 seja votada em segundo turno. Ela tem um poder simbólico muito grande e um poder jurídico. Nesse sentido, sugiro, um: que a gente marque uma audiência urgentemente com o Ministro Gilberto Carvalho, que é quem concentra todas as ações do Governo nas questões sociais. Se o Governo não encampar isso, vamos ficar aqui nesse jogo de gato e rato. Vai ser onde o Presidente Marco Maia, mas os Líderes, inclusive do Governo, que apoiam o Governo, não pautem... Eu quero sugerir que a gente solicite brevemente uma audiência com o Ministro Gilberto Carvalho para que o Poder Executivo encampe essa proposta. A Presidente Dilma colocou como bandeira do seu Governo o combate à pobreza, e não tem nada mais emblemático no combate à pobreza do que a gente erradicar o trabalho escravo.

Então essa é a sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Vamos encaminhar logo, porque se ficar para o final, esquece-se de algumas sugestões.

Então, eu proporia, fazendo o encaminhamento por você proposto, que quem fique encarregado de pedir essa audiência seja o Presidente da Comissão de Direitos Humanos, o Presidente da Frente Parlamentar e vamos colocar também a Presidenta da Comissão de Direitos Humanos da Câmara, já que é mista, e, quando encaminharmos o pedido, mandamos junto, em nome de toda a coordenação da nossa Frente Parlamentar contra o Trabalho Escravo.

O SR. DOMINGOS DUTRA (PT – MA) – Exatamente.

A segunda sugestão...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Terceira.

O SR. DOMINGOS DUTRA (PT – MA) – Terceira: dia 17, devem estar aqui em Brasília cerca de 10 mil mulheres na Marcha das Margaridas. A Deputada Luci... Tenho uma agenda, na Câmara, de homenagem a todos os meios de comunicação da Câmara...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Dia 17 de agosto?

O SR. DOMINGOS DUTRA (PT – MA) – Sim; 17 de agosto. E vou, talvez, abrir mão, nessa data, de uma sessão solene para homenagear todos os meios de comunicação da Casa para que a gente faça uma grande comissão geral em homenagem às mulheres. E que a gente negocie para que a pauta principal na Marcha das Margaridas, no plenário da Câmara, seja a PEC 300, para forçar o Deputado Marco Maia a marcar, a pautar. A PEC 438.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – À PEC 300, também eu sou simpático, já vou dizendo.

O SR. DOMINGOS DUTRA (PT – MA) – E aí coloco a terceira sugestão: que a gente peça uma audiência com o Presidente Marco Maia, de preferência que ele reúna o Colégio de Líderes e que a gente bote na porta do Presidente Marco Maia o maior número de mulheres que couber naquele espaço, no dia 17, com a Marcha das Margaridas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Então, outra sugestão. Essa é mais lá para a Câmara, mas aqui o Plenário todo, como é misto, acata. Daí, o coordenador toma a frente desse encaminhamento.

O SR. DOMINGOS DUTRA (PT – MA) – E a última. Se não pautar essa PEC no mês de agosto, sugiro que a gente faça uma comissão geral. Aí, nós temos de mobilizar o povo no Brasil, porque, enquanto ficarmos só nós aqui, conversando internamente, parece-me que, diante do poder daqueles que praticam o trabalho escravo, principalmente na área urbana, vamos ter dificuldade de pautar essa PEC.

Portanto, se a gente não conseguir com a Marcha das Margaridas e com essa articulação com o Poder Executivo, vamos fazer uma comissão geral só sobre o trabalho escravo. Isso implica mobilizar os Estados de tal forma que o mundo inteiro saiba que no Brasil esse desenvolvimento de que se fala tanto ainda convive com esta miséria social, que é o trabalho escravo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Então, seriam duas...

O SR. DOMINGOS DUTRA (PT – MA) – Portanto, para não pegar a sirene nas costas, são essas as sugestões, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Que nada! Há mais cinco ainda. Há mais cinco!

O SR. DOMINGOS DUTRA (PT – MA) – Fico satisfeito para dar espaço para os outros colegas. Já está bom.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Então, seriam duas comissões gerais. Uma, aproveitando a data da Marcha das Margaridas. Se não resolver, faríamos outra antes do fim do ano.

O SR. DOMINGOS DUTRA (PT – MA) – Específica. Específica!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Específica.

O SR. DOMINGOS DUTRA (PT – MA) – Implica mobilização.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – *Ok*. Os encaminhamos propostos foram todos acatados.

Agora, vamos passar a palavra aos nossos Deputados.

Vou lendo os Deputados presentes.

Deputado Amauri Teixeira.

O SR. AMAURI TEIXEIRA (PT – BA) – Bom dia!

Cumprimento o Senador Paulo Paim, que, como disse Domingos Dutra, dispensa qualquer referência. O seu nome, por si só, faz-se respeitar pelo histórico de luta. Cumprimento meu colega. Digo, Paim – e você está nesta lista –, que existem Parlamentares imprescindíveis nesta Casa. Valmir é um; Domingos Dutra eu considero um Deputado imprescindível, pela persistência, pela insistência em algumas lutas que pouca gente tem se disposto a fazer. E ele é imprescindível exatamente pelos segmentos sociais que ele tem se empenhado em defender e representar.

Cumprimento Carlos Eduardo, Luiz Machado – que tem tido um papel importante nessa luta –, o nosso representante do Judiciário, Fabrício, Nery e todos os demais.

Digo que vivemos um momento, no Brasil, extremamente contraditório. Temos propiciado avanços muito grandes, inclusive no aspecto da democracia, da liberdade, mas, ao mesmo tempo em que avançamos, há uma reação, o que é dialético, pois se avança nas liberdades e há uma reação a esses avanços. E alguns segmentos são radicais, contrários. Vemos aí a reação à liberdade de opção sexual, uma reação absurda. Temos a reação dos grupos ruralistas, e essa reação talvez seja a maior. Os grupos mais reacionários que temos no Brasil hoje são os ruralistas, os mesmos que coagem magistrados, os mesmos que tentam amedrontar os membros do Judiciário, os mesmos que assassinam, numa altura dessas, líderes camponeses. E nós precisamos não ficar pautados pelo recuo. Inclusive, esses grupos querem fazer com que fiquemos na defensiva: têm apresentado peças legislativas que são verdadeiros retrocessos.

Luiz Machado colocou aqui que, para o ano, teríamos que transformar 2012 em 2013, no sentido do avanço e da luta por que estamos aqui especificamente empenhados, mas eu acho que não temos tempo, Luiz. A gente pode esperar por 2013 e talvez essa reação ganhe um corpo maior do que se deve. No Brasil, há hoje uma reação que nos preocupa e acho que assusta os democráticos, assusta os comprometidos com os movimentos sociais, que precisam mobilizar-se mais e partir para a ofensiva, garantindo que seja assegurado o pleno exercício da magistratura. Aí, meu caro Fabrício, nós estamos lutando para que a Justiça Federal seja mais difusa, capilarizada. Estamos lutando pela criação do Tribunal Federal da Bahia, de Minas e do Paraná. Precisamos capilarizar, eu sendo da Bahia.

E, aí, concluindo, Dutra, acho que a gente tem de ter uma audiência com Ideli, pedir uma audiência com Ideli Salvatti imediatamente, para também tratar da questão da PEC do Trabalho Escravo, para tratar das nossas questões. Acho fundamental a gente ter uma audiência também com a Ministra das Relações Institucionais para envolver a Presidenta Dilma.

Acho que temos uma discussão aqui. O Frei Xavier tem colocado isso e colocou em uma audiência que foi feita em Barreiras em que estivemos presentes, está insistindo nisso e está correto: além de buscar a repressão e fortalecer o Ministério do Trabalho, é fundamental também que nós busquemos. O Ministério do Trabalho está aqui programando um concurso para 2012. Não é só garantir a contratação dos 117, mas garantir a contratação das duas turmas que ainda são remanescentes desse concurso, para que não tenhamos apenas sete volantes, mas tenhamos as doze originárias.

A queda no número de autuações, além dos fatores colocados aqui por Vera, e a gente reconhece o comprometimento da inspeção do trabalho do Ministério do Trabalho, reconhece o comprometimento do Ministério do Trabalho, mas nós temos de dar força a eles. Eles são executivos, então, ficam meio no melindre. Nós temos de botar o pé na porta do Ministério do Planejamento, da Secretaria de Relações Institucionais e garantir efetivas condições de trabalho aos membros do Ministério do Trabalho, garantir que haja um aumento substancial e não apenas uma recomposição pela insuficiência dos auditores do trabalho.

Nós temos esse papel, nós parlamentares. Nós temos mais independência para fazer isso do que quem está dentro do próprio Executivo, apesar do compromisso, apesar do comprometimento, porque, quando você está em um cargo executivo, há alguns melindres, alguns limites nos seus pleitos que nós não temos. Como parlamentares, nós temos independência para pleitear isso.

Eu acho também que é necessário a gente fazer uma audiência. Apesar de o Ministro do Trabalho ter compromissos, é simbólico que nós façamos uma audiência específica também imediata com o Ministro do Trabalho para tratar desses temas.

(*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O Deputado Amauri Teixeira, que entra nos encaminhamentos e faz mais duas sugestões, na mesma linha do que o Dutra fez, as palmas apontam já que este Plenário concorda que a gente leve o tema para debate com o Ministro do Trabalho e com a Ministra Ideli.

Então, passamos a palavra, neste momento, ao Deputado Valmir Assunção.

O SR. VALMIR ASSUNÇÃO (PT – BA) – Eu só quero, aqui, em poucas palavras, até por causa tam-

bém do tempo, primeiro, parabenizar o Senador Paulo Paim pelo seu trabalho, pela sua dedicação, pela referência que é em todo o Brasil, e, ao mesmo tempo, parabenizar o Domingos Dutra, que é um companheiro também de muita história e muita combatividade e, ao mesmo tempo, de muita afirmação das suas convicções, o que serve de estímulo para os novos Deputados que estão aqui nesta Casa. Quero saudar todos que estão nesta Mesa.

Mas eu quero falar aqui, com muita tranquilidade, que estou há seis ou sete meses Deputado Federal. Sou do PT e, ao mesmo tempo, sou do Movimento dos Sem Terra. Oito anos de dois mandatos do Presidente Lula, agora iniciando o mandato da Presidenta Dilma, uma série de ações que repercutem na sociedade na área social.

Mas quando a gente chega aqui na Câmara dos Deputados, vindos de uma luta social e convictos daquilo que sempre defendemos e se depara com uma base aliada que tem todo o espaço no Governo, todos os espaços possíveis e você vê que aquilo que originou as nossas lutas, nossas convicções muitas vezes não tem espaço nem no Governo, nem no Parlamento. Isso muitas vezes dá um pouco de tristeza.

Mas, ao mesmo tempo, quando se participa de um momento como este, isso estimula você a continuar com suas convicções, lutando e reafirmando aquilo em que você acredita.

Eu estou dizendo isto porque a Presidenta Dilma lançou o programa de erradicação da miséria no País. Aí, quando você olha quem são as pessoas mais pobres do País, quando você vai olhar, você identifica os indígenas, você identifica os acampamentos sem terra, as marisqueiras, os ribeirinhos, os pescadores artesanais, os trabalhadores assalariados que há em todo este País. Mas quando você vai ver o que tem de fato para essa população, aí é muito pouco, aí os órgãos e a estrutura de Governo estão todas destruídas. Por exemplo, você vai para o Incra, o Incra não dá conta da sua responsabilidade, você vai para o Ibama, a mesma coisa... Onde você chega para a política social, é muito pouco para poder pagar essa dívida que tem para com essa população. Esse é o dilema que vivemos aqui no dia a dia.

Aí, quando você vai para uma PEC como essa, que é importante para todos nós, que aprovamos no segundo turno, mesmo tendo 370 Deputados na base do Governo, você não consegue viabilizar sua base para poder aprovar uma PEC como essa do combate ao trabalho escravo. Ou seja, por mais que seja difícil para todos nós, em pleno século XXI, estarmos aqui discutindo o trabalho escravo, é necessário não só estarmos discutindo aqui, mas também fazendo com que a sociedade entenda que há muitas bandeiras, nessa sociedade, de que nós, enquanto Parlamentares, sozinhos, não damos conta. Ou nós conseguimos envolver essa sociedade para poder fazer com que possamos executar essas política, ou, do contrário, vão continuar as nossas disputas, como o Domingos Dutra tem no Maranhão, uma disputa política. Muitas vezes as pessoas acham que é pessoal, mas não é; é uma disputa de projeto político, é uma disputa da sociedade, uma disputa para romper um ciclo na história, como nós rompemos na Presidência da República. É preciso também romper dentro do Parlamento muitos ciclos.

Enfim, quero encerrar dizendo que esse período de experiência remete para nós que é preciso cada vez mais democratizar as instituições. Agora temos muito trabalho pela frente e essa questão do trabalho escravo é algo fundamental para a gente enfrentar, dando para a sociedade cada vez mais sinais de convicção de que vale a pena a gente insistir, lutar, defender e acreditar nas nossas convicções.

Muito obrigado.

(*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos ao Deputado Valmir Assunção, que faz uma fala muito tranquila. É prazeroso para a gente ouvi-lo, porque com a situação que você relata nós que estamos no Parlamento, eu diria, e mesmo, muitas vezes, no Executivo convivemos diariamente. As pessoas confundem você fazer um movimento em defesa... Enfim, acham que ser a favor dos movimentos sociais organizados é ser contra alguém. Não é contra ninguém. É a defesa de um projeto em que nós acreditamos.

Bom, se às vezes temos que apertar o Executivo, é nosso papel também. Tem razão de a gente ficar aqui só... Então, você faz um depoimento... Eu entendi muito bem o depoimento. Meus cumprimentos! Está muito claro o depoimento. E eu insisto muitas vezes naquela frase do Nelson Mandela. Insisto nela e a repito. Repito, repito e repito para eu nunca me esquecer dela também. Ele a disse quando assumiu a Presidência da África do Sul. Reuniu os movimentos sociais num estádio de futebol, lotado, e disse: "Continuem mobilizados e continuem pressionando a mim – no caso, o Nelson Mandela Presidente –, o Executivo, o Legislativo e o Judiciário, senão nada vai acontecer. Vocês me ajudam se continuarem questionando, exigindo, cobrando..." Agora, se ficarem todos em casa olhando, como diz o outro, o trem passar, o trem vai continuar passando e vocês vão ficar na beira da estrada esperando para passar do outro lado. Não vai acontecer nada. Não vai acontecer nada.

Então, parabéns pela sua fala! Eu entendi muito bem e me sinto mais ou menos assim como você fala. Acho que muita gente que está aqui, que vai assistir ou está assistindo, pela TV Senado, este debate entendeu muito bem o que você falou. Não é contra ninguém; é a favor dos que mais precisam. Esse é o nosso papel, senão não há razão nenhuma de nós estarmos aqui dentro do Parlamento.

As pessoas têm que entender. Eu não consigo entrar no time dos que só batem palma. Não tem jeito. É tanto que vim agora da Câmara, onde fiz um discurso sobre a desoneração da folha, em 20%, da Previdência sem mostrar de onde vem a contrapartida... Aí sim, aí quebra a Previdência. Digo que isso é loucura total. Alguém brincou dizendo que é coisa do crioulo doido. É do crioulo doido, é do branco doido, é do índio... É de todos que estão com essa loucura, branco, negro, índio, quilombola... Eu não quero saber, é loucura total. Você diz que vai desonerar a folha em 20% e não diz de onde vai sair o dinheiro para mais de cem bilhões, enquanto que são os mesmos que dizem, na hora em que a gente faz o debate para valorizar os idosos e os aposentados, os que mais precisam, que não há dinheiro e que está quebrada. Como está quebrada e eu retiro cem bilhões do dia para a noite? Enfim, são coisas que não nos deixam quietos e eu acabo falando, e aí sou mal entendido, ou muito bem entendido.

Mas eu queria, agora, dar a palavra para esse que... Eu estava aqui pensando, Dutra, se nós não podíamos criar a figura... Eu sei que não é regimental, mas, para nós, ficaria na imagem e na sociedade... Eu acho que seria uma homenagem justa para ele... O que esse camarada fez aqui na Comissão e na sociedade em defesa dos trabalhadores e no combate principalmente, porque ele presidiu aqui, durante todo o seu mandato, a Comissão de Combate ao Trabalho Escravo, se nós não podíamos criar, nem que fique entre nós, entre nós e o movimento social, a figura – Dutra, se me permitir – também do Presidente de Honra dessa Frente Parlamentar de Combate ao Trabalho Escravo.

(*Palmas*.)

O SR. DOMINGOS DUTRA (PT – MA) – Presidente de Honra, Professor José Nery.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Você não leu, estava chegando. Então eu fui em busca. Fui em teu socorro. "Isso aqui é tudo combinado. Ele só não leu para eu ler". Para quem está ouvindo em casa, o Dutra é meu amigo. Eu não li para você ler, porque aí você afirma que...

Eu fiquei muito feliz de saber que essa já é a visão que o Dutra e todos vocês tinham, porque eu sei que, embora não seja regimental, para nós é. Isso é o que importa. E para o movimento social é o Presidente de Honra desta nossa Comissão.

Enfim, com essas palmas e essa homenagem que o Brasil faz neste momento, você está com a palavra pelo tempo que for necessário. Eu vou te dar dez, mais cinco, mais cinco, mais cinco, e se você pedir mais cinco, mais cinco.

O SR. JOSÉ NERY – Senador Paulo Paim, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, V. Exª, companheiro, amigo e combatente de tantas causas, das lutas do povo brasileiro, me receber aqui, nesta audiência, com essa saudação, com palavras tão importantes que homenageiam, de certa forma, a nossa luta e a nossa trajetória, posso dizer que me deixa aqui bastante... Chamo-o de você porque somos camaradas, parceiros na luta. Fico muito emocionado, porque aqui, nesta Comissão, vivenciamos muitos debates, muitos embates da luta dos aposentados, da luta pela valorização do salário mínimo, da luta em defesa das pessoas com deficiência, da luta em defesa da educação, da luta em defesa dos trabalhadores, dos injustiçados, dos trabalhadores sem terra, dos povos indígenas, ou não foi muitas vezes que tantas vezes lhe demos a voz para denunciar a violência dos grandes projetos que se instalam pelo País, especialmente na Amazônia brasileira, destruindo a história dos nossos ancestrais? Então, nesta Comissão de Direitos Humanos, aqui, vivenciamos muitos combates.

O Senador Paulo Paim, autor do requerimento para esta audiência pública, também é o autor da criação, através de uma proposição sua, da Subcomissão de Combate ao Trabalho Escravo, depois tornada, em 2009, Comissão Permanente para Erradicação do Trabalho Escravo.

Então, quem trouxe, de forma afirmativa, esse debate e a colocação desse tema num patamar em que deveria estar de forma muito mais ampla, envolvendo maior número de partidos, representações partidárias, foi V. Exª, que propôs aqui... Foi o Senador Paim, junto com os demais pares da Comissão de Direitos Humanos, quem nos deu a tarefa, quem nos conduziu à tarefa de presidir a Subcomissão. Eu só tentei seguir o caminho de V. Exª, símbolo da defesa dos interesses mais legítimos dos trabalhadores e do povo brasileiro, nesta Comissão e em todas de que o senhor participa, destacando-se sempre.

Então, eu quero fazer, na verdade, uma homenagem, um agradecimento, porque estou aqui' hoje a convite da Comissão e a convite de V. Exªs e com muita alegria venho, não com alegria para debater esse tema, que nos entristece muito, Dr. Fabrício. Não há satisfação em debater essa questão, meu caro Carlos

Eduardo, da Contag; estimado companheiro Deputado Domingos Dutra; Deputado Amauri e Deputado Valmir; ambos da Bahia; Senadora Ana Rita e demais Senadores; representações da sociedade civil, dos sindicatos, do Sinait; Drª Rosângela; Frei Xavier, da Comissão Pastoral da Terra; do Ministério do Trabalho, Drª Vera Lúcia Albuquerque; Dr. Renato Henry Sant'Anna, Presidente da Anamatra; Procurador do Trabalho, Dr. Erlan José Peixoto do Prado; Secretário da Comissão, Conatrae, da Secretaria de Direitos Humanos, Dr. José Guerra.

Esse tema do trabalho escravo, de certa forma, começou a ser retirado das gavetas do Parlamento a partir, sobretudo, aqui no Senado, de 2007, com a instalação da Subcomissão de Combate ao Trabalho Escravo, que vai ser, pelo anúncio feito há pouco pelo Senador Cristovam Buarque, reinstalada, recomposta, na verdade, na próxima quinta-feira, aqui, na Comissão de Direitos Humanos, o que é uma sinalização clara da continuidade desse trabalho.

Concordando com as mais diversas intervenções que aqui foram feitas durante esta audiência, na avaliação do que significa a existência de trabalho escravo no Brasil em pleno século XXI, dos desafios dos que têm a tarefa de combatê-lo, sejam os que estão na esfera governamental dos diversos órgãos do Poder Executivo, sejam os parlamentares verdadeiramente comprometidos com causas, com os interesses da sociedade, fazer desse tema presença permanente na agenda do Congresso Nacional é tarefa realmente dos que têm compromisso com a vida, dos que têm compromisso com a dignidade humana, dos que têm compromisso com os direitos humanos.

Portanto, quando ouvi aqui – e escuto muito – há muito tempo, o Deputado Domingos Dutra clamar, denunciar e cobrar ações de todos em favor da erradicação do trabalho escravo e em favor da erradicação da miséria no País, fiquei, confesso, muito bem impressionado, desde o primeiro contato aqui com o Deputado Amauri Teixeira quando, na audiência pública da Frente Parlamentar Mista pela Erradicação do Trabalho Escravo, realizada no dia 03 de fevereiro último, aqui ouvi as considerações lúcidas e, ao mesmo tempo, as exigências muito firmes do Deputado Valmir Assunção, da Bahia, falando sobre as enormes contradições que vivemos: um País com um grau de desenvolvimento que vive o Brasil, que, cada vez mais, notabiliza-se, na comunidade internacional, por seus feitos, mas, contraditoriamente, ainda vive situações que nos dizem que falta ainda muito caminho a percorrer para que, de fato, como disse o Deputado Domingos Dutra, sejamos uma verdadeira democracia.

Por isso que adquire sentido, a cada dia, a cada momento, iniciativas como essa. Talvez alguns sempre digam: "Mas, puxa vida, mais uma reunião, mais uma audiência pública!". Sempre será necessário, enquanto não estiverem plenamente atendidas todas as condições de bem-estar. Serão necessárias muitas audiências, muito diálogo, muita pressão, muita insistência, muita determinação para não se curvar aos interesses dos grandes grupos econômicos, da mídia conservadora, dos latifundiários desmatadores, criminosos, que matam, assassinam pessoas. Inclusive, nos últimos dois meses, foram mais seis assassinatos no campo, por conta da violência dos latifundiários, daqueles que não aceitam que o combate ao desmatamento no Brasil é uma questão de vida ou morte, dos que não compreendem que o que nós queremos não é, para nós que somos, a maioria, trabalhadores, os lucros que eles auferem a cada dia, enricando uma parcela da sociedade. O que nós queremos é muito simples: nós queremos a dignidade, o respeito para todos e para todas no campo e na cidade, na periferia ou no centro da cidade. Todos têm direito à saúde, à educação, à Previdência, que, vez por outra, querem destruir, como agora, acabando essa questão de desonerar folha de pagamentos em 20% sem dizer de onde vem. Isso é um crime contra a Previdência pública, contra os direitos dos trabalhadores, que não pode ser aceito em hipótese alguma.

Então, o que nos move nesta luta? As entidades, as instituições públicas do Parlamento, do Governo, do Judiciário, do Ministério Público, o que nos move? O sentimento de que não é possível se conformar, que não é possível, simplesmente, fazer de conta que o trabalho escravo, que revelaram mais uma vez nessas imagens das últimas fiscalizações... Em 2011 já foram libertados 618 trabalhadores. Vendo aquelas imagens há pouco mostradas aqui, de fiscalizações não só lá no Pará, o meu Estado, que infelizmente ainda é campeão de trabalho escravo, mas lá em Concórdia, parece-me, em Santa Catarina, aquelas mostradas há pouco na fiscalização, ou recentemente no Tocantins, como mostrou o Frei Xavier, como se acomodar, como fechar os olhos para isso? Somente com a honrosa tarefa de cada um, de cada uma, procurando fazer a sua parte nesse combate a essa chaga social, que, sob a forma do trabalho escravo contemporâneo, começou a ser denunciado com mais veemência a partir de 1975, pela voz do combativo Bispo de São Félix do Araguaia, no Mato Grosso, Dom Pedro Casaudáliga.

Bem, nesse sentido, concordando com o que foi aqui expresso, queria registrar a importância do trabalho da Secretaria de Comunicação do Senado, em especial da Secretaria do Jornal do Senado Federal, que está publicando, na revista *Em Discussão*, alguns temas importantes e, no sétimo número dessa revista,

o tema é a questão do trabalho escravo. É um trabalho muito bem realizado, muito completo, dando as informações, os diversos atores, os diversos problemas que nós temos nessa luta. Eu queria parabenizar a Secretaria de Comunicação do Senado e o *Jornal do Senado*, em especial, os editores da revista, os jornalistas João Carlos Teixeira e Thâmara Brasil, que fizeram um trabalho brilhante. E foi aqui lançada essa revista, parece-me que na Comissão de Direitos Humanos, no dia 12 ou 13 de maio, quando o Brasil completou 123 anos da abolição oficial da escravidão.

Então, na verdade, Senador Paim, agora concordando com todos os itens que o senhor já submeteu à aprovação aqui para que sejam de fato encaminhados nessa luta, eu queria sugerir passar aqui algumas questões que considero fundamentais.

Primeiro, há uma desinformação mais real do número de pessoas que, no Brasil, anualmente, são submetidas à condição análoga à de escravo.

Todos os dados, sejam da sociedade civil, através, principalmente, da CPT, sejam do Ministério do Trabalho, falam, há pelo menos 10 anos, que são de 25 a 40 mil pessoas submetidas a essa condição no Brasil, mas sempre sublinham: essa é uma informação que não tem caráter oficial nem é uma confirmação.

Por isso, considero imperativo que a Comissão de Direitos Humanos do Senado, a Subcomissão de Combate ao Trabalho Escravo e a Frente Parlamentar Mista pela Erradicação do Trabalho Escravo realizem um diálogo com setores do Governo, especialmente, creio, com o IBGE, Ipea e Ministério do Trabalho, no sentido de elaborar um mapeamento, uma pesquisa nacional para a exata identificação quanto à extensão e profundidade dessa problemática, dirigindo-se, efetivamente, a pesquisar condições análogas à de escravo. Não poderíamos aqui incluir, nessa pesquisa, para que ela dê a exata dimensão do problema, outras variantes de situações de desrespeito à legislação trabalhista e de ilegalidade trabalhista. Seria uma pesquisa focada mesmo na problemática do trabalho análogo ao de escravo, naquelas quatro condições previstas no art. 149 do nosso Código Penal, aprovado em 2003. Essa é uma questão imprescindível porque, senão, estaremos falando... Porque, para nós, combatendo a luta pelos direitos humanos, pela erradicação do trabalho escravo, se fosse apenas um escravo, valeria a pena lutar para a erradicação completa dessa chaga social, mas são milhares. Agora, nós precisamos ter a exata noção de que milhares são esses. Então, é essa realização, e eu diria de forma pioneira, porque não existiu ainda um trabalho mais centrado nessa questão de um levantamento completo, consistente, que nos dê a exata dimensão do tamanho dessa tragédia que envergonha o Brasil, que envergonha a todos nós que nos dedicamos a essa luta.

Uma outra proposta: creio que a Comissão de Direitos Humanos e a Frente Parlamentar especialmente, e aqui, com certeza, a Ajufe, a Procuradoria ou os Procuradores do Trabalho, creio que essas instituições poderiam realizar um levantamento completo das ações penais ingressadas na Justiça Federal desde 2003, desde o advento do art. 149 do Código Penal, um levantamento completo para que, daqui a 90 dias – eu proponho assim – pudéssemos, aqui mesmo, nesta Comissão, e no âmbito da Frente Parlamentar, publicar para a sociedade brasileira a quantas anda a punição a esses crimes hediondos, a esses crimes inomináveis que se repetem a cada dia neste imenso Brasil.

Em relação a questões orçamentárias, não haverá recursos para contratar novos auditores, para realizar novos concursos para fortalecer a fiscalização das relações de trabalho no Brasil, entre elas, o trabalho escravo, porque a fiscalização do trabalho compreende o conjunto das relações de trabalho. Nós queremos apenas o fortalecimento dos grupos móveis, que já foram quinze equipes e que foram reduzidos a sete; queremos não só que tenham novamente aquelas quinze equipes, mas que tenhamos mais equipes para, de fato, alavancar, de uma vez por todas, a fiscalização. Por isso, na questão orçamentária, será necessário e importante, Srs. Deputados, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, Srªs Deputadas, que proponham efetivamente, quando da apresentação do Plano Plurianual para os próximos quatro anos, que sejam previstos ações, que também têm de ser contempladas nas diretrizes orçamentárias anuais e, consequentemente, no plano orçamentário anual do Governo Federal, e os recursos para o combate ao trabalho de escravo, para contratação e realização de novos concursos e para, claro, aquisição dos equipamentos necessários à ação de fiscalização. O PPA deve chegar ao Congresso até 31 de agosto e, a partir dali, creio que se tem uma tarefa muito concreta que é garantir a previsão desses recursos.

Em relação à mobilização política, parlamentar e da sociedade civil para aprovar a PEC 438, concordando com a proposta das audiências com os Ministros Gilberto Carvalho, Ideli Salvatti, a ex-Senadora Ideli Salvatti, e Carlos Lupi, creio que poderíamos fazer algo que daria um pouco mais de trabalho, mas que, no entanto, poderia apressar mais o caminho desse diálogo com setores do Governo que têm vontade, que têm compromisso e que querem que essas tarefas sejam realizadas. Então, creio que poderíamos fazer uma proposta, Senador Paulo Paim e Deputado Domingos Dutra, de uma audiência conjunta com os Ministros Gilberto Carvalho, Ideli Salvatti e Carlos

Lupi, com o Ministro da Justiça, com o Ministro Afonso Florence, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, e com a Secretária Especial, a Ministra Maria do Rosário. Poderíamos fazer talvez um primeiro encontro no mês de agosto...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT - RS) – Senador, para encaminhar e para ajudar, eu proporia o seguinte, porque isso depende naturalmente de uma articulação do Governo... Vou transferir para o Dutra? Claro, vou transferir para o Dutra, mas, na seguinte linha, Dutra, só para já ajudar no encaminhamento, porque esse é um dos fatos novos – os outros, eu tomei nota -: marcamos a audiência com o Gilberto e levamos essa solicitação ao Gilberto, que teria condição de construir uma reunião com todos esses Ministros, para, então, falarmos sobre o tema. Se nós só ligarmos para um e outro Ministro...

Ana Júlia, grande Senadora, grande ex-Governadora do Pará, seja bem-vinda. *(Palmas.)* Sente-se conosco aqui. Vai ser um orgulho enorme.

O SR. JOSÉ NERY – A Senadora Fátima Cleide.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT - RS) – A Fátima Cleide. Eu não a vi daqui.

O SR. JOSÉ NERY – A Fátima Cleide está tão jovem que o Paim, daqui, não conseguiu enxergar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT - RS) – Eu só vi a Ana Júlia. Senadora Fátima Cleide, sou seu fã, seu admirador. Uma lutadora. *(Palmas.)* Por favor, sentem-se conosco aqui as duas. Sentem-se aqui, na primeira fila, para podermos ver as duas de mais perto. E poderão usar a palavra aqui. As duas dominam o tema com a maior tranquilidade. Elas sabem tudo e podem fazer um aparte.

Como o José Nery é nosso Presidente de Honra da Frente Parlamentar de Combate ao Trabalho Escravo, eu estou dizendo que as duas farão um aparte a ele agora.

Ana Júlia, quer fazer uma saudação? O momento é este. Faça, faça, faça. Para ter uma ideia, esta é a Comissão de Direitos Humanos junto com a Frente Parlamentar de Combate ao Trabalho Escravo.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA – Primeiro, quero parabenizar a Comissão de Direitos Humanos por esta subcomissão. É um tema que, infelizmente, ainda temos de discutir no Brasil, em pleno século XXI. Eu sei o que é isso, porque sou de um Estado onde essa situação é recorrente ainda.

Senador Nery, Senador Paim, Deputado Domingos Dutra, representando a Contag, Vice-Presidente da Associação dos Juízes Federais, cumprimento-os e cumprimento os Deputados Federais, os convidados e aqueles que nos assistem e nos ouvem.

Quando no governo, Paim, nós criamos uma comissão estadual – foi a primeira vez que se criou uma comissão estadual para isto – de combate ao trabalho escravo, com a presença da OAB. É claro que essa comissão estadual tem uma limitação na atuação, porque ela tem de atuar junto com o próprio Governo Federal. Como também transformamos a Secretaria de Justiça do Estado em Secretaria de Justiça e Direitos Humanos, fizemos várias parcerias com órgãos do Governo Federal, não só na área fiscalizadora – realmente, na área fiscalizadora, o máximo que podíamos era dar apoio institucional de segurança -, mas especialmente quando se tratava de dar uma solução para aqueles trabalhadores que estavam na condição de trabalho análogo ao escravo, no sentido de ter uma alternativa para esses trabalhadores. Começamos um trabalho em parceria com o Incra também, para tentar recolocar esses trabalhadores em condições dignas de trabalho.

Esse é um tema em que ainda necessitamos trabalhar muito. Eu acho que essa parceria que se pode fazer com os órgãos locais em termos de governos estaduais e governos municipais é um caminho que deve ser seguido, porque é lá no Município que acontece; é lá no Estado que acontece. Então, é impossível ter um combate e uma solução para essa situação se ela não for vista de forma conjunta.

Então, eu só queria aproveitar e fazer um saudação. Sei da atenção que esta Comissão de Direitos Humanos do Congresso - porque estou vendo também Deputados Federais - tem para extirpar esse mal do nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT - RS) – Muito bem, Ana Júlia, ex-Governadora, ex-Senadora. É uma alegria enorme vê-la aqui, na Casa, de novo. Espero que volte com rapidez.

O José Nery vai me perdoar, mas eu vou dar a palavra, neste momento – depois, eu a passo de volta para ele concluir -, à minha querida amiga e também ex-Senadora Fátima Cleide. Ambas fazem uma falta enorme aqui.

A SRª FÁTIMA CLEIDE – Senador Paim, meu muito obrigado pelo carinho. É uma alegria e uma satisfação visitar o Senado Federal e a Comissão de Direitos Humanos.

Quero saudar aqui a minha companheira Senadora Ana Rita, Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos; com muito carinho e alegria, saudar o nosso companheiro José Nery, ex-Senador também, na mesma condição que eu; e saudar os participantes desta audiência, como o Deputado Domingos Dutra.

Nós estamos aqui acompanhando o Deputado Cláudio Puty, que nos convidou para vir até aqui, até porque o tema...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT - RS) – Uma salva de palmas para ele agora.

(Palmas.)

A SRª FÁTIMA CLEIDE – O tema que está sendo tratado aqui realmente nos interessa. Na região amazônica, de onde somos os três e mais o Nery, vivenciamos isso cotidianamente. Queria só dizer, claro, da nossa vivência, que hoje o trabalho escravo adquire também outras características. Está avançando. Não é mais só no campo. E, com o advento do crescimento econômico proporcionado pelo Governo Federal, também estamos tristemente assistindo, infelizmente, à ocorrência dessa situação em empreendimentos urbanos, em empreendimentos industriais.

Nós tivemos no Estado de Rondônia, anteontem, no dia 05 de julho, a visita da Presidente Dilma, a primeira visita da primeira mulher Presidenta, em seis meses de Governo. Houve um momento, em particular, em que ela recebeu – quero parabenizá-la por isso – os representantes do movimento dos atingidos por barragem e os trabalhadores da construção civil, representantes dos trabalhadores da Hidrelétrica de Jirau, que fizeram relatos a ela, os quais nós conhecemos no dia a dia.

Então, é muito interessante que a Comissão de Direitos Humanos se debruce sobre esses temas e continue. Eu tenho certeza de que, tendo o Senador Paulo Paim e a Senadora Ana Rita à frente, esses temas não serão esquecidos nesta Casa. Meus parabéns à Comissão! Parabéns também ao nosso lutador Domingos Dutra, que lá na Câmara também não deixa que o tema caia no esquecimento. Precisamos fazer, de fato, uma corrente para que onde quer que seja estejamos sempre de mãos dadas na luta contra o trabalho escravo. É um prazer muito grande ter essa oportunidade de falar aqui.

Obrigada.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, minha sempre querida Senadora Fátima Cleide. Nós só temos saudades. Isso você não vai poder resolver, mas um dia você volta para o nosso convívio, com a minha querida Ana Júlia, as duas grandes amigas. Não sei por que eu sempre tinha em vocês também uma referência para o meu trabalho aqui na Casa. Sempre estivemos juntos – não houve, em nenhum momento, uma discordância –, inclusive com esse outro Senador que não está aqui agora – e quem sabe uma dia ele volte também, não é, José Nery?

Passo a palavra, agora, ao Deputado Cláudio Puty, porque quero que o José Nery, que é o Presidente de honra de todo esse movimento, encerre os trabalhos.

Por favor, Deputado Cláudio Puty.

O SR. CLÁUDIO PUTY (PT – PA) – Boa tarde a todos.

Senador Nery, por quem nutro um profundo respeito, representantes da Ajufe, Senador Paim, Senadora Ana Rita, Senadoras Ana Júlia e Fátima Cleide – a quem convidei, aproveitando e lembrando que, durante um período, a PEC do trabalho escravo foi reapresentada pela Senadora Ana Júlia –, Deputado Domingos Dutra e Carlos Eduardo, da Contag, saúdo todos vocês.

Acho que o diagnóstico em relação ao trabalho escravo está feito. Isso inclusive é parte do trabalho da Frente Parlamentar Mista, na presença de todos vocês aqui, um trabalho esplêndido. O que cabe agora é um trabalho de articulação para votarmos a PEC. Acho que esta é a principal sinalização que podemos dar: votar a PEC.

Estivemos com o Presidente da Câmara, Senador Paulo Paim, na presença do Secretário-Geral da CNBB, articulado por alguns parlamentares, particularmente – eu gostaria de mencionar – o Deputado Alessandro Molon, do Rio de Janeiro, que também tem tido um trabalho importante na luta contra o trabalho escravo.

E há um compromisso da parte do Presidente Marco Maia em colocar a PEC para ser votada. Acho que temos que colocar essa PEC para ser votada. Não temos que ter medo de perder a votação. Nós temos que fazer um trabalho obviamente de articulação política, mas temos que colocá-la na pauta. Há uma agenda muito ruim para os trabalhadores e trabalhadoras deste País em andamento na Câmara. Eu acho que colocar essa PEC na pauta será, talvez, um divisor de águas da maneira como nós, obviamente, articularmos. Acho que o momento político atual exige isto, que nós façamos este embate, embate com aqueles que veem nas árvores, no meio ambiente um problema, produção, um embate com aqueles que ainda acham que, para baratear custo de produção, é necessário recorrer a práticas desumanas.

Portanto, vamos aos votos. Eu acho que é fundamental e esse tem que ser o eixo principal da Frente neste momento, até o início do trabalho legislativo. Este semestre, obviamente, não conseguimos nem votar o Supersimples, mas acho que, no início do próximo semestre, conseguiremos votar a PEC e termos uma data, fazermos uma grande mobilização nacional para encher as galerias da Câmara no sentido de promover essa segunda liberação dos escravos no País.

Muito obrigado.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/ PT – RS) – Meus cumprimentos ao Deputado Cláudio Puty pela sua fala. Eu acho que é isso mesmo, Deputado. Eu tenho dito, às vezes, que vamos votar, não há acordo,

não há nada, mas vamos lotar essas galerias e vamos votar! Se perdermos, vamos apresentar outra. Apresentamos outra PEC em seguida, e a peleia continua. Tem é que votar.

Eu noto que, muitas vezes, as pessoas jogam para cá, jogam para lá, e sempre há desculpas para não votarem. Normalmente, quando não votam, são coisas que nos interessam, interessam aos trabalhadores.

O SR. CLÁUDIO PUTY (PT – PA) – E, às vezes, o medo de perder faz com que a gente nem consiga ganhar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/ PT – RS) – Exatamente.

Esses dias me disseram uma frase e é uma frase que eu vou dizer aqui: "O diabo só aparece para quem tem medo dele". Eu ouvi essa frase. Eu não gosto muito de falar nessa figura... Então, se não houver medo, vamos...

Antes de o Senador José Nery falar, a Senadora Ana Rita, com a palavra, nossa querida Vice-Presidente, que presidiu a reunião durante um período em que eu tive que ir à Câmara.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Quero, primeiramente, Sr. Presidente, saudar as duas companheiras, a Governadora Ana Júlia, a Senadora Fátima Cleide, que muito contribuíram com esta Casa inclusive, e dizer que é uma satisfação muito grande poder recebê-las aqui hoje.

Eu gostaria, Sr. Presidente, de colocar duas coisas, até porque preciso sair, porque tenho compromissos agora, mas eu penso que uma sugestão que eu gostaria de deixar, com o reforço da Frente Parlamentar de Combate ao Trabalho Escravo, é que talvez pudéssemos, Senador José Nery, ter como pauta prioritária desta Frente, a partir das discussões que nós fizemos hoje aqui e também há um tempo, numa audiência pública aqui... Porque existe uma pauta legislativa. Além da PEC nº 438, existem outros projetos de lei que estão em andamento, não só nesta Casa, mas também na Câmara dos Deputados. Talvez pudéssemos tirar essa pauta legislativa como a principal tarefa da Frente Parlamentar, para que a gente possa agilizar o andamento desses projetos de lei.

Acho que nós já constatamos qual é, de fato, a real situação dos trabalhadores escravos, nós precisamos realmente tomar decisões e agir de forma mais consistente. Acho que nos cabe aqui, Senado e Câmara dos Deputados, assegurar que os projetos que estão em andamento realmente possam vir à votação.

Então, acho que essa talvez seja a nossa principal tarefa, a nossa principal pauta, tanto da Frente Parlamentar quanto da Subcomissão de Combate ao Trabalho Escravo, aqui, desta Comissão.

Quero pedir licença a vocês, porque não quero gostaria de deixar para outro dia esta tarefa. Como Comissão de Direitos Humanos, nós tivemos a oportunidade de estarmos presentes na Universidade de Brasília, UnB, realizando uma audiência pública para discutir a questão das cotas raciais. Agora, no dia de ontem, por exemplo, saíram algumas denúncias com relação ao reitor da Universidade. E eu quero aqui fazer um manifesto em apoio, em solidariedade ao reitor, que me parece ser uma pessoa bastante comprometida com a educação. Pelo menos eu pude perceber isso pessoalmente, durante a audiência pública que realizamos lá, e inclusive uma pessoa que se fez presente o tempo todo, para discutir a questão das cotas raciais.

A audiência pública foi realizada na UnB, porque a UnB tem uma experiência positiva de aplicação das cotas raciais, e não é justo o que está sendo feito com relação às denúncias que aqui foram colocadas.

Eu gostaria de fazer a leitura de um documento que eu escrevi e quero aqui fazê-lo como Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos:

Quero aproveitar esta reunião da Comissão de Direitos Humanos para manifestar o meu apoio ao Reitor da Universidade de Brasília, UnB, o Professor José Geraldo, que está sofrendo duros ataques por parte de setores da imprensa que não condizem com a sua prática e com a sua história em defesa da democracia neste País.

Como defensora dos direitos humanos – e aqui, a nossa Comissão, na pessoa também do nosso Presidente Senador Paim, que, com certeza, comunga também desta opinião –, não posso aceitar que tais acusações sejam colocadas de forma tão leviana sem ouvir a comunidade acadêmica e mesmo o próprio Reitor. Aliás, como prima a prática do bom jornalismo.

Ora, em um ambiente universitário, é natural que haja intensa disputa política e ideológica de posições conflitantes. É justamente lá que o livre pensar é exercido de forma mais intensa, como parte dos processos de elaboração e produção de ideias, tão essencial ao fortalecimento da instituição.

Tive a oportunidade de participar recentemente de um encontro na reitoria, que, na verdade, foi uma audiência pública, e pude observar de perto um pouco de como o Reitor está exercendo o seu mandato de forma serena, aberta e participativa.

Durante toda a reunião, ele esteve presente e ouviu os alunos, com suas críticas e suas demandas, e, em nenhum momento, se furtou em dialogar com os estudantes sobre os problemas da Universidade.

Através de nota do diretório central dos estudantes, da reitoria e da livre manifestação de inúmeros docentes e personalidades do meio acadêmico, como

o ex-Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Gilmar Mendes, e os nossos colegas, Senador Cristovam Buarque, que é ex-Reitor da UnB, e Senador Rodrigo Rollemberg, todas as acusações foram contundentemente rechaçadas, demonstrando que as mesmas não estavam amplamente explicadas no texto da revista; que alguns fatores foram negligenciados e distorcidos junto aos eleitores.

O Reitor José Geraldo tem um histórico de combate ao desrespeito aos direitos humanos, de luta pela liberdade e pela democracia, atuando no período de chumbo da ditadura, para libertar os perseguidos políticos, aqueles que se levantaram contra a repressão do livre pensar.

Sua eleição foi comemorada pela comunidade acadêmica após a crise que se abateu sobre a UnB, com denúncias de corrupção, de desvios de verbas, enfim um rosário de irregularidades que assolou uma das conceituadas universidades do Brasil e da América Latina.

José Geraldo representa a superação desse período negativo e contra isso o corpo docente e discente da UnB, democraticamente, elegeu o Professor José Geraldo como Reitor.

O modo mais convincente de educar é com exemplos. A trajetória do Professor José Geraldo une duas grandes virtudes, hoje, raras: a excelência acadêmica e o compromisso com a educação emancipadora do povo brasileiro.

Infelizmente, esses atributos não foram levados em conta na reportagem publicada pela revista. Não é de hoje que certos veículos de comunicação usam do seu espaço para divulgar interpretações particulares de fatos em benefício de objetivos outros não declarados na matéria e que não coincidem com aqueles de informar.

Espero que a verdade sobressaia às inverdades e justiça seja feita. Não podemos admitir qualquer forma de cerceamento à livre manifestação de pensamento, à existência das mais diferentes ideologias, da mesma forma que não podemos admitir o denuncismo e acusações infundadas.

Minha solidariedade ao Magnífico Reitor, cuja trajetória é exemplar e inspiradora, e à comunidade acadêmica da UnB.

Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, eu não poderia deixar de me manifestar aqui, até porque foi em nome desta Comissão e em nome de V. Exª que estivemos na UnB realizando essa audiência pública e fomos muito bem recebidos não só pelo Reitor, mas pela comunidade acadêmica, pelos alunos cotistas daquela Universidade, e a audiência pública foi bastante positiva, porque tivemos a oportunidade de ouvir todos e todas e ali poder nos manifestar favorável ao sistema de cotas, um exemplo que está sendo seguido por outras universidades, como é caso da Universidade do Rio de Janeiro.

Quero aqui colocar essas minhas palavras e dizer que nós estamos solidários com o Reitor e, ao mesmo tempo, tristes por acusações caluniosas, porque a revista não coloca nenhuma informação, que, na verdade, possa confirmar essas denúncias.

Então, é isso que eu gostaria de dizer, Sr. Presidente, e agradecer o espaço que eu considero, neste momento, necessário para poder fazer essa manifestação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/ PT – RS) – Senadora Ana Rita, primeiro nossos cumprimentos pela iniciativa da leitura da carta feita pela Senadora, e eu faria o seguinte encaminhamento: nós vamos mandar a carta – sei que V. Exª também poderá mandar pelo gabinete –, mas acolhemos a sua carta e, neste momento, eu colocaria em votação uma moção de solidariedade ao Reitor. Vai a moção, espelhada na sua carta, e a sua carta, anexa como uma posição da Comissão de Direitos Humanos.

Se V. Exª concordar com esse encaminhamento, eu vou colocar em votação. *(Pausa.)*

Aqueles que concordam com o encaminhamento a partir da leitura aqui feita pela Senadora Vice-Presidente desta Comissão, Senadora Ana Rita, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Parabéns, Senadora.

(Palmas.)

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/ PT – RS) – Neste momento, a palavra volta ao Senador José Nery.

O SR. DOMINGOS DUTRA (PT – MA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/ PT – RS) – Pois não.

O SR. DOMINGOS DUTRA (PT – MA) – Antes de passar para o nosso Presidente de honra encerrar, eu queria fazer dois encaminhamentos: um, marcar uma reunião da Frente Parlamentar da Comissão Executiva, que foi composta hoje, para terça-feira, às 16 horas, na Liderança do PT, para a gente discutir a agenda.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/ PT – RS) – O informe está dado.

O SR. DOMINGOS DUTRA (PT – MA) – Segundo, pedir aos expositores para deixarem aqui o material da exposição, CPT e outros, porque é muito positivo o material.

Por último, não posso deixar aqui de saudar aqui a nossa companheira Ana Júlia, como Deputada Federal que foi, nossa colega, Senadora, Governadora, militante das causas da humanidade, portanto, ao revê-la aqui, bate no meu coração uma grande saudade da nossa convivência. Estamos ali pertinho, eu, no Maranhão, e você, no Pará.

Estive recentemente em Nova Ipixuna, estive em Marabá e, até me deu uma vontade, diante da crise que eu passo com o PT, no Maranhão, pois quando cheguei a Marabá, 60% dos que eu vi são maranhenses, de transferir meu título para o novo Estado do Marabá, porque só assim a gente faz uma saída negociada do PT.

E à companheira Fátima Cleide, que, todas as vezes em que vim ao Senado, o gabinete dela era meu porto seguro com o companheiro Antônio Soares, que era do Maranhão e que trabalhava com ela. Portanto, uma grande saudade das duas mulheres batalhadoras da região Norte – e o Maranhão tem esse privilégio de pertencer ao Centro-Oeste, ao Nordeste e ao Norte, à Amazônia. Portanto, também quero deixar registrado aqui minha satisfação, a saudade que tenho das companheiras, e aprecio, de vez em quando, a gente se encontrar...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/ PT – RS) – Com certeza.

O SR. DOMINGOS DUTRA (PT – MA) – Para a gente poder se alimentar da experiência que já passou por aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/ PT – RS) – E das energias positivas.

O SR. DOMINGOS DUTRA (PT – MA) – Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/ PT – RS) – Muito bem, por isso que você é coordenador da nossa Frente Parlamentar Mista pela Erradicação do Trabalho Escravo.

Só para informação daqueles que assistem à TV Senado, participaram desta reunião: o Senador José Aníbal, Senadora Ana Rita, nossa Vice-Presidente, Senador Eduardo Amorim, Senador Cristovam Buarque, Senador Ataídes Oliveira, Senadora Marinor Brito, Deputado Amauri Teixeira, Deputado Valmir Assunção, Deputado Cláudio Puty, Deputado Domingos Dutra, a ex-Senadora Ana Júlia, a ex-Senadora Fátima Cleide e a ex-Senadora Serys Slhessarenko – lembro aqui.

Agora, eu passo a palavra ao ex-Senador José Nery, para as suas considerações finais.

O SR. JOSÉ NERY – Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, quero também registrar a honra – quando fazia aqui a minha intervenção – da chegada a este plenário da Comissão de Direitos Humanos da ex-Deputada, ex-Governadora e sempre Senadora Ana Júlia Carepa, do Estado do Pará, que eu tive a honra de substituir aqui no Senado quando da sua eleição para o Governo do Estado do Pará, fato que sempre fiz questão de mencionar em razão de que, por dois momentos sucessivos, em 1998...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Chegou o nosso Senador Eduardo Suplicy. Não há como não fazermos esse registro aqui.

(Palmas.)

O SR. JOSÉ NERY – Exato.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Continue, continue.

O SR. JOSÉ NERY – Sem dúvida, para mim, grande Suplicy, Senador Suplicy, é mais um motivo de satisfação quando falo na tribuna desta Comissão de Direitos Humanos... Falava da Senadora Ana Júlia e, agora, de Eduardo Suplicy, que acaba de chegar. Sem dúvida, foram tantas lutas, tantas batalhas, tantos enfrentamentos em tantas causas que fizemos e compartilhamos no Senado Federal,...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Juntos.

O SR. JOSÉ NERY – (...) juntos, que eu não poderia... Nessa questão mesmo do trabalho escravo, fomos membros da Subcomissão no período de 2007 a 2009. Com certeza, em muitas das iniciativas que a Subcomissão realizou, além do apoio do Presidente Paulo Paim – passamos também por um período em que esteve à frente da Comissão o Senador Cristovam Buarque – lembro-me aqui do apoio da Senadora Fátima Cleide, do Senador Suplicy, da Senadora Serys Slhessarenko, enfim dos Senadores e das Senadoras que têm compromisso com a causa da justiça e da liberdade. Foi muito importante compartilhar muitos esforços nessa luta.

Quando aqui saudava a Senadora Ana Júlia, a Senadora Fátima Cleide, que chegaram acompanhadas do Deputado Federal Cláudio Puty, do PT do Pará, eu queria fazer uma sugestão em termos de encaminhamentos em relação às iniciativas da Comissão de Direitos Humanos da Subcomissão de Combate ao Trabalho Escravo, que será reinstalada e recomposta na sessão...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Quinta, às 9 horas.

O SR. JOSÉ NERY – (...) da próxima quinta-feira, às 9 horas, aqui na Comissão de Direitos Humanos, com a recomposição da Executiva da Frente Parlamentar Mista pela Erradicação do Trabalho Escravo feita hoje durante esta sessão. Quero propor aqui, acatando, evidentemente, a sugestão do Senador Paim, antes proposta pelo Deputado Domingos Dutra, uma audiência

com o Secretário-Geral da Presidência, Gilberto Carvalho, que, a meu ver, teria dois objetivos. O primeiro seria reunir, programar e realizar uma reunião com as demais áreas do Governo que também tratam dessa problemática e dessa questão para um encontro com a Ministra das Relações Institucionais, Ministra Ideli Salvatti; Ministro Carlos Lupi, do Trabalho; Ministro da Justiça; Ministro do Desenvolvimento Agrário, Afonso Florence; Ministra da Secretaria de Direitos Humanos, Maria do Rosário.

A meu ver, essa reunião com os Ministros teria, por objetivo, preparar a reunião que eu considero tão importante quanto esta, mas a reunião maior, que é o encontro das entidades, dos Parlamentares, do Congresso Nacional, das instituições com a Presidenta Dilma Rousseff, porque essa é uma questão, dada a sua gravidade e a sua complexidade, que precisa ser assumida pelo coração do Governo.

A Presidenta lançou o Programa da Erradicação da Miséria Absoluta no País. Entre as atitudes e as tarefas imprescindíveis a toda essa erradicação, ao lado de todas aquelas áreas e dos setores que citou aqui o Deputado Domingos Dutra, não pode haver erradicação da miséria no Brasil sem a total e completa erradicação das formas análogas de trabalho escravo no País. E essa decisão pode, sim, ser tomada pela Presidenta não em resposta... Porque não há uma demanda social coletiva pela erradicação do trabalho escravo no Brasil, mas um sentimento pela erradicação do trabalho escravo no País, na medida em que uma pesquisa realizada em 2009 apontou que 95% dos brasileiros consultados são a favor de medidas fortes para erradicar as formas contemporâneas de trabalho escravo em nosso País.

Portanto, eu creio que a audiência com o Ministro Gilberto Carvalho deve preparar dois encontros: talvez uma audiência com uma representação menor para não demandar muito trabalho – menor em termos quantitativos, porque, quanto à qualidade, contará com o Presidente da Comissão de Direitos Humanos, Senador Paim, e com o Presidente da nova Frente Parlamentar, Deputado Domingos Dutra – e ali acertar a participação com os Ministros, preparando o que deve ser uma pauta positiva para a sociedade brasileira e por que não dizer para o Governo também, para o Parlamento, porque a causa da erradicação do trabalho escravo é uma pauta que, mesmo que não esteja no topo das preocupações da pauta política do País, das instituições, é uma pauta que envolve, de certa forma, as pessoas, que sensibiliza as pessoas, que sensibiliza a sociedade. E, no momento em que temos tantas pautas negativas – nós sabemos quais são –, eu não tenho dúvidas daquilo que o Congresso, o Governo e a sociedade podem conferir a essa questão neste segundo semestre.

Por isso, a reunião da Frente Parlamentar na próxima terça-feira, às 16 horas, no gabinete da Liderança do PT na Câmara dos Deputados, agora convocada pelo Deputado Domingos Dutra, adquire uma tarefa fundamental que é elaborar o calendário de mobilização e de articulações políticas necessárias à construção da vitória para a aprovação da PEC 438, porque o meu sentimento, Senador Paim, é de que não podemos ir para a aprovação da PEC sem ter a certeza de que o povo brasileiro, sobretudo os escravizados, será vitorioso.

Nesse sentido, queria fazer mais uma proposta: que a Comissão de Direitos Humanos e a Frente Parlamentar façam um diálogo com o Diap – Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar – e que o Diap nos ajude a fazer um levantamento, neste momento, de cada voto dos 513 Deputados Federais na Câmara dos Deputados, a fim de que, com isso, tenhamos um levantamento mais consistente para saber se já temos um número suficiente ou em que bancada devemos trabalhar para poder tornar... Inclusive isso não serve apenas a nós, serve principalmente ao Governo, se realmente manifestar o interesse necessário em aprovar essa medida.

Por último, queria fazer um comentário e mais uma proposta.

Fiquei satisfeito com as considerações aqui apresentadas pelos expositores nas duas Mesas de exposição, mas a reflexão que nos trouxe o Dr. Fabrício Fernandes, aqui representando a Ajufe, deve causar muita preocupação e muita atitude de todos que podem fazer algo para melhorar a aplicação da Justiça e a atuação do Poder Judiciário em todas as esferas: dos juízes, da Justiça comum, da Justiça Federal, da Justiça do Trabalho. Porém, é importante refletirmos sobre o que foi dito.

E eu acrescentaria essa perplexidade, imaginando o seguinte: se o Judiciário está sendo intimidado pela violência e pela criminalidade, imaginem o que deve pensar e sentir o trabalhador brasileiro escravizado em pleno século XXI! Essa é uma questão que merece muitas respostas, porque, se o Estado, constituído na sua legalidade, nas suas estruturas jurídicas e constitucionais, se sente amedrontado, intimidado, violentado, imaginem os trabalhadores desprotegidos dos canaviais, das empresas madeireiras, das carvoarias, das grandes fazendas no interior da Amazônia, em especial no meu querido Estado do Pará, como eu disse há pouco e também a Senadora Ana Júlia repetiu! Ainda somos tristemente campeões do trabalho escravo.

E, por último mesmo, queria propor, Senador Paim – peço só um minutinho da paciência de V. Exª, que já teve demais.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Tranquilo.

O SR. JOSÉ NERY – Queria reafirmar aqui a proposta que talvez pudesse ser liderada pela Comissão Parlamentar e pela Comissão de Direitos Humanos de que o Brasil, apesar de todas essas tragédias... Nós já dissemos, em várias oportunidades, que reconhecemos os avanços e já os citamos – não vou aqui repetir. Creio que, com todas as tragédias e com todas as dificuldades e lacunas da própria atuação do Poder Público no Brasil, incluídas todas as esferas do Poder, nós poderemos e deveremos, a meu ver, sugerir à Organização Internacional do Trabalho das Nações Unidas, inclusive no contato com a Relatora da ONU para os Direitos Humanos que visitará o Brasil neste segundo semestre, o início de um grande movimento, Senador Paim. E esta Comissão assim como a Frente Parlamentar, as entidades podem liderar este movimento, qual seja: a realização da primeira conferência internacional sobre as formas contemporâneas de escravidão, inclusive porque, no Brasil, além das nossas dificuldades, lacunas, Deputado Puty, Senador Suplicy, nós temos bons exemplos também para mostrar, e um dos maiores exemplos é o trabalho dedicado, o trabalho de muita responsabilidade do Estado brasileiro realizado pelas mãos dos auditores fiscais do trabalho, realizado pela Polícia Federal, realizado pela Polícia Rodoviária Federal, realizado pelo Ministério Público do Trabalho, realizado pelos juízes do trabalho que julgam as ações, que punem os criminosos de trabalho escravo no Brasil.

Então, deixo aqui reafirmado aquilo que nós discutimos na audiência pública de 3 de fevereiro e que redundou, a partir dessa audiência, na publicação do VII volume da revista *Em Discussão* do Senado Federal, que retrata audiências públicas aqui realizadas. Queria sugerir à Secretaria Especial de Comunicação Social do Senado e ao *Jornal do Senado* a publicação da uma segunda edição da revista. Foram 1.800 exemplares na primeira edição, porém militantes, lutadores, Congressistas...

Falei com dois Deputados que não receberam a revista e creio que alguns Senadores talvez não a tenham recebido. E os ex-Senadores, combatentes aqui – a Senadora Ana Júlia recebeu? –, a Senadora Ana Júlia, a Senadora Fátima Cleide, creio que todos nós... Seria importante que esse instrumento, um instrumento que eu diria pedagógico fundamental para alimentar a luta e o sonho de ver de uma vez por todas extintas as formas de trabalho escravo, seja no Brasil ou em qualquer parte do planeta.

Muito obrigado, Presidente e a todos que promovem mais esta importante audiência pública.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, sempre brilhante Senador José Nery.

Antes de passar a palavra para o Senador Suplicy, só vou fazer esse encaminhamento, esse último agora, da conferência internacional – não sei se essa é a intenção – que seja precedida de conferências nacionais nos respectivos países que vão participar da conferência internacional. Pode ser?

Então o encaminhamento com esse adendo. Eu só vou pedir para a Secretaria da Comissão... Como foram inúmeras sugestões, todas elas foram apresentadas e aplaudidas pelo plenário, que a gente coloque num documento e remeta depois para o nosso coordenador da Frente Parlamentar Mista pela Erradicação do Trabalho Escravo. Naturalmente um ficará aqui na Comissão.

Antes de encerrar, vou passar a palavra para o nosso querido Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Prezado Presidente, Senador Paulo Paim, infelizmente não pude estar hoje aqui por estar na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e depois na Comissão de Relações Exteriores, que acabou há pouco. Então a gente precisa ser três ou quatro pessoas simultaneamente.

Quero cumprimentar muito o Sr. Fabrício Fernandes, Vice-Presidente da Ajufe, entidade tão importante na luta por justiça neste País, meu querido Deputado Federal Domingos Dutra, do PT do Maranhão, as minhas queridas colegas Ana Júlia, do PT do Pará, e Fátima Cleide, do PT de Rondônia, e também o Deputado Cláudio Puty, do PT do Pará, que está inclusive com uma missão especial. Além de ser Presidente da Comissão de Finanças e Tributação é o relator do projeto de lei que institui o Fundo Brasil de Cidadania, sobre o qual tenho conversado com ele, porque poderá, um dia, em breve, tornar mais factível a realização do que foi aprovado pelo Congresso Nacional – também cumprimento o Sr. Carlos Eduardo Silva – para instituir de fato a renda básica de cidadania.

Lembro que na próxima terça-feira, Presidente Paulo Paim, teremos, na Comissão de Assuntos Econômicos, uma audiência pública importante, porque a Ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Tereza Campelo, juntamente com a Ana Fonseca, Secretária Extraordinária do Programa Brasil sem Miséria, ambas virão falar a respeito desse programa prioritário

para a Presidenta Dilma Rousseff, que tem bastante a ver com o tema da erradicação do trabalho escravo.

Acho importante que tenha sido convidado o Ministro Secretário de Governo Gilberto Carvalho, inclusive porque, ainda esta semana, tivemos a notícia da prorrogação e da melhoria do acordo firmado entre o Governo Federal e todas as usinas de açúcar e álcool relativamente à melhoria de condição e a prevenção de situações de exploração indevida de trabalhadores em toda a cultura da cana-de-açúcar. E acho muito importante ouvi-lo aqui. Essa será uma boa oportunidade.

Quero dizer ao Senador José Nery que estarei sempre pronto para continuarmos juntos por nossas batalhas comuns, inclusive a erradicação do trabalho escravo.

Meus cumprimentos à Comissão de Direitos Humanos e a V. Exª, Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos, Senador Eduardo Suplicy, brilhante como sempre.

Eu faria o seguinte encaminhamento ainda: eu daria dois minutos para todos os nossos convidados, para que eles façam uma pequena consideração final, digamos, porque não dá nem para dizer as considerações finais. Tem que ser uma pequena consideração final.

Vou começar a chamar de acordo com uma lista que tenho comigo. Usariam a palavra os que estão no plenário. Apertem o botão para acender uma luz verde.

José Guerra.*(Pausa.)*

Não está mais?

Erlan José Peixoto do Prado.*(Pausa.)*

Luiz Machado.*(Pausa.)*

Fabrício Fernandes.

Então, vamos seguir a lista. Vamos lá então.

O SR. FABRÍCIO FERNANDES – Senador Paulo Paim, na pessoa de quem novamente saúdo todos os parlamentares presentes, Senador Suplicy, nossa Governadora do Pará...

Foi uma manhã muito feliz para a Ajufe em poder participar desta audiência pública e trazer também as nossas preocupações.

Não vou me estender. Numa saudação final, agradeço mais uma vez, em nome dos juízes federais do Brasil, o gentil convite do Senador Paulo Paim e parabenizo esta Comissão pela iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – *(Falha na gravação)* ...ao mesmo tempo eu faço uma saudação, porque todos usaram a palavra e tudo o que foi dito aqui com certeza será inserido na nossa ata, inclusive com as sugestões.

Carlos Eduardo Silva.*(Pausa.)*

O SR. CARLOS EDUARDO SILVA – Queria agradecer em nome da Contag e mais uma vez parabenizar pela iniciativa da audiência pública. Apesar da tristeza de ser obrigado a tratar desse tema, é nossa obrigação, é um dever como cidadão discuti-la. Chamar a atenção também para a perplexidade com a situação dos juízes e traçar só um paralelo: imaginem como está a situação dos auditores, a situação dos dirigentes sindicais, a situação dos trabalhadores nesse cenário de violência. Acho que todos aqui têm uma ideia.

E, por fim, só reforçar que a gente precisar ampliar bastante essa luta, entender que existem bons e maus empregadores e que a gente precisa, sim, estimular boas práticas, fazer com que os bons tenham pelo menos algum benefício em relação aos maus, porque punir só os maus não vai resolver.

Muito obrigado e parabéns mais uma vez, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos ao Carlos.

Passo a palavra ao Renato Henry. Está conosco?

Frei Xavier Plassat, por favor.

O SR. FREI XAVIER PLASSAT – Agradeço pela oportunidade de mais uma vez trazer à tona os principais desafios do trabalho escravo na perspectiva de real erradicação e colocar mais uma vez a preocupação profunda como membro da Conatrae. Assim como muitos dos nossos colegas na Conatrae, enxergamos algumas iniciativas atuais, inclusive aquela nesse instante citada pelo Senador Eduardo Suplicy, relacionada ao compromisso nacional por melhoria das condições de trabalho no setor sucroalcooleiro... Nós estamos extremamente preocupados que essas iniciativas conduzidas pela Casa Civil, pela Secretaria-Geral do Governo, venham a colocar em xeque, fragilizar instrumentos extremamente importantes de combate ao trabalho escravo, tais como a lista suja e a fiscalização do trabalho.

Não podemos aceitar a ideia de que como essa iniciativa aponta e como outras iniciativas já apontaram, inclusive da AGU, recentemente, no caso da Cosan, possa ser criado um sistema parajudicial, parafiscal que venha a conceder aos que praticam condições degradantes e trabalho escravo na sua propriedade um selo de qualidade que não teria nenhum valor e que desqualificaria qualquer pretensão do Brasil de ser um modelo no trabalho escravo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos ao Frei.

Passamos de imediato para a Rosângela Silva Rassy, Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho.

A SRª ROSÂNGELA SILVA RASSY – O Sinait quer, mais uma vez, agradecer o envolvimento desta Casa na questão da erradicação do trabalho escravo.

Os auditores fiscais do trabalho esperam que os pleitos que nós levamos a esta Casa e que os Senadores estão levando adiante, como leu a Senadora Ana Rita, sobre as providências tomadas pela presidência da Comissão, no sentido de aumentar o número de auditores fiscais do trabalho.

Nós podemos estar nos tornando um pouco cansativos para alguns ao tocarmos sempre nessa questão, mas é realmente uma questão de urgência, é urgente. Se não houver uma reposição no quadro de auditores fiscais do trabalho está sendo comprometido todo o trabalho da inspeção do trabalho em nosso País.

Então nós reforçamos esse pleito e agradecemos mais uma vez a atenção dispensada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Rosângela, mais uma vez contribuindo com esta Comissão.

Senador José Nery, para a sua mensagem final.

O SR. JOSÉ NERY – A mensagem, Presidente Paim, é de agradecimento pelo convite para estar aqui em mais esta audiência pública que mantém viva, de forma muito expressiva, essa luta no âmbito da Comissão de Direitos Humanos, no âmbito do Parlamento brasileiro, na medida em que temos aqui a representação da Câmara dos Deputados e do Senado.

Enfim, dizer que estaremos sempre à disposição de V. Exª, da Comissão de Direitos Humanos, da nossa Frente Parlamentar Mista, Deputado Domingos Dutra.

E sobretudo aquelas sugestões que aqui fizemos em relação a um melhor esclarecimento sobre a situação real do trabalho escravo no Brasil, até do ponto de vista quantitativo dos setores econômicos que estão envolvidos com essa prática criminosa, além da necessidade de fazer e de levar a cabo todas as iniciativas que aqui foram discutidas, desejando que nas próximas reuniões possamos avaliar os encaminhamentos aqui tomados e que possamos, enfim, ir avançando, combatendo, jamais renunciando à tarefa irrenunciável para todo democrata, cidadão e lutador: a tarefa de erradicar a miséria e de erradicar o trabalho escravo como expressão dessa mesma miséria.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador José Nery.

Vera Lúcia Albuquerque.*(Pausa.)*

Muito bem. Agora o Deputado Domingos Dutra como último convidado a fazer as suas considerações finais.

O SR. DOMINGOS DUTRA (PT – MA) – Quero agradecer aos Deputados e Senadores que me confiaram essa responsabilidade enorme de substituir formalmente o nosso Senador José Nery na presidência dessa comissão, mas dizer ao Senador Nery que S. Exª como presidente de honra dessa comissão vai continuar sendo o nosso comandante.

Quero pedir o apoio de todos, porque nós vivemos numa maratona. Lá na Câmara, nós estamos tratando dos atingidos por barragens, que é um drama deste País. Nós temos que conciliar a produção de energia, mas tem que ser efetivamente limpa, porque energia elétrica no Brasil é talvez a energia mais suja deste País.

Eu tenho dito e repetido: no Governo do PT, no nosso governo, nós não podemos, Senador Suplicy... O Estado está abrindo mão de suas prerrogativas, transferindo para grandes grupos econômicos a construção de barragens. Desapropriação, assentamento não podem ser tarefa de grandes grupos econômicos. Nós estamos tratando dos quilombos na Câmara, e eu, como remanescente de quilombo – nasci num quilombo-, estou tratando da questão dos pescadores, dos agricultores familiares, dos encarcerados – outra miséria neste País. Portanto, tenho uma série de tarefas, como todos, mas quero pedir apoio para priorizarmos essa tarefa.

Esperamos que, este ano, a Câmara consiga tirar desse gancho infeliz a PEC nº 438. Que possamos arrebentar esse gancho, levá-la para o plenário e consigamos aprovar. Talvez seja a maior conquista deste começo de século se conseguirmos aprovar, em segundo turno, essa PEC.

Portanto, estou aqui pedindo o apoio de todos para que eu possa dar conta dessa tarefa.

Obrigado.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Deputado Federal Domingos Dutra.

Recebi do Plenário, de um gaudério. Um gaúcho, não é? Ele ficou, diria, emocionado com a peleia, o combate ao trabalho escravo e me manda a seguinte mensagem, em resumo:

Senadores, é melhor ser derrotado competindo ou se acovardando com a realidade de nosso cotidiano? Ou seja, do enfretamento do dia a dia?

Não existe derrota que derrote a mente convicta de um cidadão. Sonhos existem. Acreditem e defendam sempre os seus ideais.

Parabéns, meu amigo, Pedrinho de Oliveira, radialista e líder comunitário cultural de Nova Hamburgo, Rio Grande do Sul. Parabéns.

Tenho certeza de que você escreveu isso inspirado nos ideais farroupilhas.

Vamos para os encaminhamentos finais.

Já anunciei que teremos aqui, por parte da secretaria, uma ata da reunião com todas as propostas. Todas foram acatadas e vamos encaminhá-las ao Presidente da nossa Frente Parlamentar. Uma ficaria na Comissão e, se for possível, eu dividirei inclusive com a Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara, a nossa querida Manuela, que, sei, será parceira nesse encaminhamento.

Antes de concluir, tenho que encaminhar os seguintes requerimentos da Comissão:

REQUERIMENTO Nº , DE 2011-CDH

Com fundamento no disposto no art. 93, requeiro a realização de audiência pública para debater os dez anos da Associação Brasileira de Rádios e Canais Comunitários, aqui na Comissão de Direitos Humanos.

Aqueles que concordam com esse requerimento extra pauta queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

Aqueles que concordam com o mérito, queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

Segundo requerimento

REQUERIMENTO Nº , DE 2011-CDH

Com fundamento no disposto no art. 93, requeiro a realização de audiência pública para debater as leis trabalhistas, a CLT e os direitos humanos.

Autoria: Senador Paulo Paim e outros Srs. Senadores.

Estamos percebendo que há uma série de ameaças aos direitos – olhem bem – garantidos pela nossa CLT.

A proposta do Movimento Sindical Brasileiro é a de que realizemos a audiência no Petrônio Portella – já está reservado, inclusive o dia está acertado -, para que façamos um debate sobre a defesa da CLT.

Aqueles que concordam com a entrada desse requerimento extra pauta queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

Aqueles que concordam com o mérito queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

Aprovado o requerimento extra pauta e também seu mérito.

REQUERIMENTO Nº , DE 2011-CDH

Com fundamento no disposto no art. 93, Inciso II, requeiro a realização de audiência pública para debater as denúncia de venda de sangue de índio na Amazônia.

É uma matéria longa, foi o Senador Cristovam que me trouxe a denúncia. É da maior gravidade o que estão fazendo com os nossos índios na Amazônia. Esse sangue vai para o exterior.

Aqueles que concordam com a entrada desse requerimento extra pauta queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

Aqueles que concordam com o mérito queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

Aprovado o requerimento extra pauta e também seu mérito.

REQUERIMENTO Nº , DE 2011-CDH

Com fundamento no disposto no art. 93, Inciso II, requeiro a realização de audiência pública para debater os vinte e três anos da Fundação Cultural Palmares e o ano internacional dos afrodescendentes.

Tem tudo a ver com o trabalho escravo, a nossa Fundação Cultural Palmares. Já fizemos essa homenagem à Seppir, como instrumento de fortalecimento da regulamentação do Estatuto da Igualdade Racial, cujo devido encaminhamento, infelizmente, até este momento, não ocorreu. Portanto, faremos aqui esse debate.

Aqueles que concordam com a entrada desse requerimento extra pauta queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

Aqueles que concordam com o mérito queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

Aprovado o requerimento extra pauta e também seu mérito.

REQUERIMENTO Nº , DE 2011-CDH

Com fundamento no disposto no art. 93, Inciso II, requeiro a realização de audiência pública para debater a situação dos movimentos sociais e os direitos humanos no olhar histórico de um grande líder de todo nosso povo, de toda nossa gente, o sociólogo Florestan Fernandes.

Aqueles que concordam com a entrada desse requerimento extra pauta queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

Aqueles que concordam com o mérito queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

Com esses encaminhamentos, agradeço a todos.

Vamos todos nós continuar peleiando, homens e mulheres do Brasil e do mundo.

Vi a proposta da Conferência Internacional de Combate ao Trabalho Escravo. Quem sabe um dia possamos dizer aqui dizer que não existe mais trabalho escravo no mundo, principalmente no Brasil.

Parabéns a todos!

Está encerra a nossa audiência pública.

(Levanta-se a reunião às 13 horas e 18 minutos.)

Ata da 46ª Reunião (Extraordinária) da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura, Convocada Para o dia 11 de julho de 2011, segunda-feira, às 9 horas, na sala nº 02, da ala Senador Nilo Coelho, Senado Federal.

Às nove horas do dia onze de julho de dois mil e onze, na sala 02, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador **(Paulo Paim)**, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Assinam o livro de presença os seguintes Senhores Senadores **Paulo Paim, Cristovam Buarque e Ataídes Oliveira.** A presente reunião destina-se a apreciação da seguinte **PAUTA**. Audiência Pública, nos termos do **Requerimento nº 14, de 2011 – CDH**, de autoria do Senador Paulo Paim, aprovado em 17/03/11, **"para debater o cumprimento do papel das Agências Reguladoras na aplicação das leis que promovem a dignidade do consumidor"**. Convidados: Rosilete dos Santos, campeã mundial de boxe feminino da Associação Internacional de Boxe, pela categoria supermoscas; Raimundo Nonato dos Santos, Diretor da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio – CNTC, em representação ao Senhor Levi Fernandes Pinto, Presidente da CNTC; Antônio Porcino Sobrinho, Presidente da Federação Nacional dos Empregados em Postos de Serviços de Combustíveis e Derivados de Petróleo – FENEPOSPETRO; Marcos Lopes Coelho, Diretor Jurídico do IDC/PROCON-DF, em representação ao Senhor Oswaldo de Morais, Diretor Geral do PROCON/DF; Luiz de Souza Arraes, Presidente da Federação dos Empregados em Postos de Serviços de Combustíveis e Derivados de Petróleo – FEPOSPETRO; e Ângelo Martins, Diretor do SINDPOSTOS – RS. O Senhor Presidente franqueia a palavra para diversas lideranças presentes no Plenário da CDH. O Senhor Presidente faz o encaminhamento para que as notas taquigráficas sejam enviadas para o Ministério da Justiça, Agência Nacional do Petróleo, Petrobras e para o Ministério Público Federal. Faz uso da Palavra os seguintes senhores Senadores Paulo Paim, Cristovam Buarque e Ataídes Oliveira. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, às onze horas e quarenta e cinco minutos, lavrando eu, ***Altair Gonçalves Soares***, a presente ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador **Paulo Paim**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Declaro aberta a 46ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Solicito a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e a coloco em votação.

Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovada.

Nos termos do Requerimento nº 14, de 2011, deste Senador e de outros, aprovamos requerimento com o objetivo de debater o cumprimento do papel das agências reguladoras na aplicação das leis que promovam a dignidade do consumidor e, naturalmente, aqui, o direito dos trabalhadores que atuam nesse setor.

Foram convidados para a audiência de hoje, que é a continuação de outra que fizemos porque entendemos, pela gravidade das denúncias, que deveríamos dar continuidade, para que a gente possa avançar no debate, inclusive do piso salarial unificado já, como diz uma série de placas levantadas aqui neste momento. (*Palmas*.)

Então, convidamos, de imediato, para a Mesa, o Sr. Raimundo Nonato dos Santos, Diretor da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio – CNTC, em representação aos Sr. Levy Fernandes Pinto, Presidente da CNTC. Seja bem-vindo, meu parceiro, sindicalista de longas jornadas. (*Palmas*.) Convido, também, o Sr. Antônio Porcino Sobrinho, Presidente da Federação Nacional dos Empregados em Postos de Serviços e Combustíveis e Derivados de Petróleo, Fenepospetro. (*Palmas*.) Convidamos também o Sr. Marcos Lopes Coelho, Diretor Jurídico do IDC Procon-DF, em representação ao Sr. Oswaldo Morais, Diretor Geral do Procon-DF. (*Palmas*.) Convidamos o Sr. Luiz de Souza Arraes, Presidente da Federação dos Empregados em Postos de Serviços e Combustíveis e Derivados de Petróleo, Fepospetro. (*Palmas*.)

Lembramos aqui que foi convidado o Diretor da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis. Ele mandou um *fax*, que vou resumir, no qual informa que, infelizmente, não poderá comparecer por compromisso assumido na mesma data – no caso aqui, é o Haroldo Borges Rodrigues de Lima –, mas se coloca à disposição para participar das próximas audiências ou reuniões. Na mesma linha, vai o Sr. Marco Antônio Martins, que é Secretário de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis e Renováveis do Ministério de Minas e Energia. Na mesma linha também vai o Paulo Roberto Costa, que também diz que, neste dia, infelizmente, por assuntos, por agendas já previamente assumidas,

não poderá estar presente, mas que não se nega a participar de outros eventos ou mesmo de reuniões para discutir o tema.

Bem, eu sempre digo que quem não vem é que perde. Quem está aqui fala para o Brasil, diz o que pensa. Que eles nos ouçam do lado de lá e, pelo menos, atendam ao que aqui for solicitado.

Vocês é que estão de parabéns! Que fique aqui o nosso pesar a quem não veio. Com certeza, o Brasil todo vai ficar sabendo que os trabalhadores, os líderes e, naturalmente, a defesa do consumidor estão presentes.

Uma salva de palmas para quem veio. (*Palmas*.)

Recebi, também, documentos que comprovam que os senhores estão com a razão: "Fazenda fecha postos que vendiam etanol adulterado na região de Ribeirão Preto e São Simão". Outro jornal, que vai na mesma linha: "Fazenda de São Paulo fecha postos. Com essas interdições, sobe para 865 o número de postos que tiveram a inscrição estadual cassada". Vejam como vocês estão corretos. E a denúncia não vem de vocês. A própria Secretaria da Fazenda de São Paulo diz que, com essas duas – vejam esse dado –, com essas interdições, sobe para 865 o número de postos que tiveram a inscrição estadual cassada, só no Estado de São Paulo. Vejam o que está acontecendo em todo o Brasil. Eu, naturalmente, lamento que a Petrobras não esteja aqui, assim como a Agência, para discutir isso. Se só em São Paulo são 865, vamos analisar aí, isso passa, tranquilamente, de três mil, quatro mil, cinco mil postos que estão nessa situação.

Aqui também o jornal diz: "Operação De Olho na Bomba fecha postos..." Olha bem. Eu achei que era a mesma notícia, e não é, né? A primeira aqui, que a moçada me passou aqui, era de Ribeirão Preto e São Simão; essa aqui é de Diadema e São Bernardo. "Operação De Olho na Bomba fecha postos em Diadema e São Bernardo". Diz aqui que "as amostras coletadas nos três postos [eu li duas cidades] indicaram teor de álcool misturado à gasolina superior a 25%, que é o permitido pela Agência Nacional de Petróleo (ANP). A amostra do Posto Imperial Diadema teve 55% de álcool; o Posto Alumnus registrou 35%; e o Auto Posto Carijós 30% de álcool misturado à gasolina vendida".

Então, quem está marchando é o consumidor. Tenho, infelizmente, que dizer que deve estar acontecendo isso em todo o Brasil.

Tenho outra notícia aqui, do posto de Araçatuba: "Desde o início da Operação foram cassados 818 postos de combustíveis em todo o Estado". Depois já ampliou para 865.

Aqui mostra a fotografia do primeiro posto cassado em 2010. Diz o delegado tributário da Secretária da Fazenda: "De Olho na Bomba!"

Enfim, registro também que recebi aqui convenção coletiva do trabalho (...) do Sinpospetro do DF. Agradeço aqui pelo exemplo que recebi. Recebi aqui *Momentos de Reflexão*, de Alejandro Soares... Esse aqui é frentista de Curitiba. É muito bonito o que ele manda. "Dedico a esse Senador, pela luta (...) Estamos juntos e trabalhamos pela justiça". Fala alguma coisa sobre a Bíblia, fala de Charles Chaplin, Israel, William Shakespeare, Fernando Pessoa... Um belo trabalho. Vou ficar com ele com muita alegria. Uma salva de palmas para os dois. (*Palmas*.)

Informam-me que está conosco Rosilete dos Santos, campeã mundial de boxe, que gostaria de vir aqui na frente neste momento. Peço a ela que venha. Ela é patrocinada pelos empregados frentistas. Que venha aqui na frente! Dê a volta, por favor!

Meus parabéns! Isto mostra que os frentistas, os sindicalistas estão preocupados com a fiscalização, o atendimento de forma correta ao consumidor, e também com o esporte. Parabéns! (*Palmas*.)

Um abraço a você. Permita que a gente mostre ao Brasil... Os prêmios que vocês estão olhando são dela, não são meus, viu? Eu não sou campeão de boxe. Se eu fosse, ia sobrar para muita gente aí que faz corrupção.

Parabéns por esse belo presente! Só não vou ler porque está tudo em inglês, viu?

A SRª ROSILETE DOS SANTOS (*Fora do microfone*.) – Essa é a maior entidade de boxe feminino do mundo, eu conquistei agora, recentemente. Sou a primeira brasileira a se tornar campeã mundial. Um presente para o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Está bom. Diga isso aqui, diga o que você disse no microfone. Repita o que você disse, para as pessoas que estão vendo a TV Senado.

A SRª ROSILETE DOS SANTOS – É um prazer imenso estar falando para todo o Brasil. Para aqueles que não me conhecem ainda, hoje estão me conhecendo, é um orgulho muito grande, Senador. Agradeço a todos vocês. Mostro para o Brasil as minhas conquistas. Este aqui é o cinturão mais importante do boxe feminino no mundo, da maior entidade do boxe mundial. Conquistei agora, recentemente, em São José dos Pinhais, no dia 2 de julho. Estamos aí mostrando para o Brasil a força da mulher, o esporte, o boxe feminino. (*Palmas*.)

O boxe, Senador, é um esporte olímpico. E a gente também trabalha com um centro de excelência para crianças carentes que já está funcionando no Paraná.

É um orgulho muito grande estar resgatando aqueles pequenos. E só com a nossa ajuda, com a nossa força é que a gente pode transformar uma criança que está tão abaixo do que a gente espera para o futuro deles. Então, vamos fazer um pouco pelas nossas crianças, que precisam tanto. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem! Um abraço!

A Rosilete eu fiz questão de receber aqui, porque no mesmo momento em que a gente assiste no Brasil – no mundo, mas vamos falar do Brasil – a tanta violência, é crack, é droga para todo lado, também vemos que os frentistas se dedicaram a patrocinar a Rosilete, que acabou sendo campeã mundial na categoria de boxe. Eu dizia que, se tivesse mais pessoas se dedicando ao esporte, instruindo a nossa gurizada, a nossa moçada, com certeza o mundo seria outro. Quem sabe os corruptos se assustariam mais, não é? O pessoal aqui diria: olha, o pessoal do boxe está na área, como diz o outro.

Bem, deixem-me só fazer uma introdução para esta nossa audiência pública, só para dizer que nós teremos duas mesas; depois teremos outra mesa e outros quatro convidados virão também para a mesa.

Esta reunião, só para lembrar, é a continuação de uma audiência que fizemos ainda pouco tempo atrás, foi no dia 20 de junho, que tratou da questão dos combustíveis e biocombustíveis no Brasil e o mundo do trabalho.

Na oportunidade e após ouvir o relato dos presentes, tanto do lado dos empregadores como dos trabalhadores, entendemos que, devido ao que os jornais estão confirmando: a fraude, o desvio de conduta, o verdadeiro assalto ao bolso do consumidor, que deveríamos fazer outra audiência pública para aprofundar o debate. Por isso, resolvemos fazer esta audiência no dia de hoje. Lamentamos que, infelizmente, alguns dos convidados não puderam vir, mas o importante é fortalecer os que estão aqui presentes, reafirmando as denúncias que fizeram e apontando caminhos.

Nós, com certeza, no término da reunião, vamos tomar alguns procedimentos para que essas denúncias, da maior gravidade, não caiam simplesmente no vazio, fique o dito pelo não dito e que a gente saia daqui com alguns encaminhamentos, principalmente fortificando essa luta, que eu acho mais do que justa, que é a luta de vocês que querem, pelo menos, pelo menos, ter o piso salarial unificado já.

Parabéns a todos vocês e vamos a nossa audiência pública, ouvindo os nossos convidados!

Só dizer que o Vivaldo Vieira Barbosa, que é Assessor do Presidente da Petrobras, disse que está à disposição, fez questão de mandar um cartão para nós, que eu vou deixar com vocês, disposto a colaborar na mediação das negociações de interesse dos trabalhadores. Vivaldo Vieira Barbosa, Assessor do Presidente da Petrobras, foi Deputado Federal comigo aqui, durante grande período, quando eu estava na Câmara, isso há dez anos. Eu estou no Senado já no segundo mandato, então estou indo para o nono ano, tive oito com mais um. E o Vivaldo foi Deputado Federal comigo durante a Constituinte, e no ano posterior também. É do PDT. Nota 10! Vivaldo foi nota 10! Uma salva de palmas para o Vivaldo, que se bota à disposição. Eu acho bonito isso. (*Palmas.*) O Vivaldo mandou aqui um companheiro me entregar, inclusive na mediação junto à Petrobras e achei também que o Haroldo, que não está presente, mas ele diz aqui no documento – e ficou registrado nos Anais – que hoje não poderia, mas está aberto ao diálogo, à discussão e a participar em outro momento, inclusive, se for necessário, de outra audiência pública.

Então vamos aos nossos trabalhos.

Passo, de imediato, a palavra, pela ordem que está aqui, para o Raimundo Nonato dos Santos, Diretor da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio, CNTC, que aqui representa o Levi, que é o Presidente da CNTC, que tem sempre me recebido com muito carinho. Lembro-me, inclusive, do Schultz, que, doente, está afastado, mas que está voltando devagar às atividades...

O SR. RAIMUNDO NONATO DOS SANTOS – Está agora como Assessor da Federação dos Comerciários do Rio Grande do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Isso. Está lá com o Guiomar, no Rio Grande do Sul, na Federação dos Trabalhadores no Comércio do Rio Grande do Sul. E o Levi, atual presidente, pediu então que o Nonato, que é Diretor da Confederação, aqui o representasse.

Com a palavra o Nonato.

O SR. RAIMUNDO NONATO DOS SANTOS – Bom-dia, Senador! Bom-dia, companheiros e companheiras frentistas do Brasil! Demonstração de união e de garra que vocês vieram aqui para essa audiência pública é uma demonstração de que os trabalhadores estão acordados, discutindo os problemas do Brasil e nada mais justo do que estar discutindo a questão do petróleo, a distribuição do petróleo, dos derivados de combustíveis do petróleo no Brasil e demonstrando que vocês têm uma capacidade muito grande de organização. Isso é que é importante.

O momento que estamos passando, as denúncias que estão se dando estão servindo por quê? Porque nós, trabalhadores, que atendemos de imediato a sociedade, demonstramos a capacidade de não fazer a

denúncia vazia, mas denúncia com comprovação de que há cartel no Brasil, de que esse setor é um setor extremamente predador e que extremamente prejudica a classe trabalhadora, especialmente os frentistas.

Apesar do Código de Defesa do Consumidor nos garantir proteção ao consumidor e nós, enquanto trabalhadores, somos consumidores, acho que precisa, inclusive, o Governo ser mais austero nessa política de fiscalização, nessa política da busca de melhoria da qualidade dos produtos fornecidos ao povo brasileiro.

É óbvio que o petróleo é a energia que move nosso País, mas, se não for também a força motriz dos trabalhadores, esse produto não chegaria à bomba, esse produto não chegaria nos tanques de combustíveis, esse produto não chegaria nos caminhões que transportam o desenvolvimento do nosso Brasil, esse produto é uma energia que nós precisamos mostrar para o mundo que nós, brasileiros, somos nacionalistas e temos que defender o que é nosso. Agora, temos que defender o petróleo brasileiro com condições de vida para o trabalhador frentista, discutindo um piso salarial digno para que os trabalhadores consigam viver com sua família, discutir educação, saúde, melhoria e condições de trabalho para os trabalhadores frentistas.

Observamos que no Brasil existe esse cartel predador – igual a uma erva daninha numa fazenda, que mata a produção –, e nada mais justo que esteja sendo denunciado; os trabalhadores estão denunciando. Eu acho que a Federação Nacional dos Empregados em Postos de Serviços de Combustíveis está fazendo um belo trabalho, pois não está fazendo denúncia vazia, em primeiro lugar; está mostrando para a sociedade que existe o problema; está mostrando para o Governo que existe o problema; está mostrando para o Governo que está exigindo providências que devem ser tomadas em relação a esse setor.

Não podemos também deixar a sociedade desinformada, e vocês estão fazendo esse trabalho que é... E quem deveria estar fazendo esse trabalho eram as próprias Agências Reguladoras, que não fazem. Eu acho que o Governo também precisa acordar para isso, colocar essas agências não só a serviço do capital, mas também a serviço dos trabalhadores. Olha a informação que vocês trouxeram para cá, para esta mesa, e o Senador acabou de ler todas as denúncias que vocês trouxeram para esta mesa, que é uma realidade. Quer dizer, antigamente se ouvia falar que tinha cartel, mas não se tinha prova. Hoje se diz que tem cartel e está aqui a prova. A prova está aí, na matéria de jornal que faz a denúncia, que não é denúncia vazia, repito; e o fechamento de mais de 800 postos por estarem trabalhando de forma irregular, como querem trabalhar. E isso só no Estado de São Paulo.

Agora você imagina: se você pega aí a Região Nordeste, como é que está essa situação? Pega aí a Região Norte, a Região Sul. Quer dizer, nós estamos colocando só o Estado de São Paulo, que já tem mais de 800 postos, se o espírito não me engana, a matéria está colocada e uma denúncia feita demonstrou que existe e que o Governo tem que tomar as providências.

Então é dessa forma que a gente começa a exercer a nossa cidadania, companheirada! É dessa forma que a gente começa a mostrar para a sociedade que os trabalhadores não estão só na luta economicista de aumento de salário. Estamos mostrando que nós estamos atuando na fiscalização, que estamos atuando na área social; e a prova maior foi a nossa campeã de boxe que, quando coloca que já tiraram mais de duzentas crianças, está fazendo um trabalho belíssimo. Quero parabenizar isso, a Federação que deu apoio a essa guerreira, mulher, que hoje (*Palmas*). Obrigado. E que hoje se torna campeã de uma luta que os homens praticamente praticam, e está aqui uma mulher demonstrando que é uma campeã mundial, demonstrando que é campeã não só na luta do ringue, mas na luta do dia a dia, quando busca tirar essas crianças da rua, mostrando cidadania, mostrando que o esporte é o caminho viável para salvarmos as nossas crianças que, diga-se de passagem, serão o nosso futuro, que vão tomar de conta deste País. Nós não vamos ver o resultado. Temos que criar condições para que essas crianças tomem conta do nosso País.

Sejamos brasileiros. Acho que vocês estão de parabéns. Quero parabenizar a federação. A luta por um piso salarial unificado é importante. A luta pelas condições de saúde é importante. A luta da organização de vocês é importante.

E esta Casa, não falo como Senador, mas falo como sindicalista, Senador, que me permita, esta Casa é que vai escutar o eco da rua. São vocês que estão trazendo essa reivindicação para cá para dentro. E o os nossos nobres Senadores têm obrigação e o dever de buscar o que é melhor para a sociedade. Não buscar o que é melhor para mim, não buscar o que é melhor para o capital, mas buscar essa junção entre capital e trabalho. Sabemos que capital e trabalho jamais vão se unir, mas podemos caminhar lado a lado. Não podemos chamar de amigo, mas também não podemos chamar de companheiro, porque não somos nem amigos e nem companheiros. Somos adversários, dentro de lutas diversas, temos várias lutas. E essa luta vai se afunilar a partir do momento em que nós, trabalhadores, tomamos consciência de que o nosso papel na sociedade é muito importante, como isso traz melhoria quando tenho aumento salarial.

Quando venho discutir com Deputados e Senadores que estamos querendo uma lei que venha beneficiar não só a categoria de frentista, mas a categoria de trabalhadores em postos de gasolina, é uma demonstração de uma capacidade política que vocês têm de aglomerar e juntar numa mesa, discutindo o que é melhor para o Brasil, o que é melhor para o consumidor. Vocês não estão aqui só buscando aumento salarial, isso é que é importante, mas vocês estão discutindo, nesta audiência pública, o que é melhor para os trabalhadores e o que é melhor para a sociedade enquanto consumidora deste produto.

Então, isso para nós, que somos sindicalistas, que alguns acham que sindicalista vive só na luta imediatista, economicista, é uma demonstração clara que vocês frentistas estão no caminho certo, no caminho correto. Não fazendo denúncia vazia, mas mostrando a prova de que existe, trazendo a luta social na qualificação. Tem muita federação aqui, sindicato que, inclusive, já está trabalhando na qualificação e requalificação dos trabalhadores frentistas – isso é importante também –, para depois a imprensa, que me desculpe, não sair dizendo: "não, emprego tem, o que não tem é mão de obra qualificada". Mas os trabalhadores frentistas vêm dando essa demonstração dessa prática de formação, de qualificação desses trabalhadores.

Por isso eu quero agradecer, Senador, a oportunidade, porque sei que tenho outros companheiros para falar. Quero parabenizar os frentistas do Brasil, quero parabenizar a Federação no nome do companheiro Porcino, dizer: "Porcino, vocês são o baluarte da luta da classe trabalhadora no serviço de postos. E nós temos que aprender com isso. Nós, que somos comerciários também, temos que aprender com vocês. Imagino que não tenha só frentista, tem artista, tem cantor, tem lutador, tem pessoa fazendo trabalho social, têm outros preocupados com a formação e qualificação profissional.

Então, companheirada, a nossa Confederação Nacional dos Trabalhadores do Comércio, em nome do nosso Presidente companheiro Levi Fernandes, que não pôde estar aqui com vocês, mas trago por ele o abraço, trago o abraço também do nosso Estado do Piauí, eu quero dizer para vocês que a Confederação Nacional dos Trabalhadores do Comércio está com vocês para o que der e vier, de mãos dadas, e vamos à luta que nós vamos conquistar aquilo que a classe trabalhadora merece.

Muito obrigado. (*Palmas*).

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Cumprimento o Raimundo Nonato, pela sua fala muito precisa, ficou exatamente no tempo, dez minutos, com mais cinco minutos, se for necessário. Se cada um falar dez minutos, vai dar para eu abrir espaço para mais três companheiros do plenário.

O Ângelo Martins, que é do Sintraposto do Rio Grande do Sul, estava na segunda mesa. Então eu peço que você venha para esta mesa e que fiquemos todos na mesa para todo o debate. Assumam o lugar aqui e ficamos todos nesta mesa.

Eu queria também fazer, neste momento, uma saudação ao Antônio Alves Almeida, o Almeidinha, que a gente conheceu durante anos e anos. Sei que ele está num momento muito difícil. Ele está hospitalizado, está na UTI, é grave a situação dele. Foi alguém que dedicou a vida ao movimento sindical e principalmente pela Confederação dos Trabalhadores no Comércio.

Vamos dar uma salva de palmas bem forte e torcer para que ele se recupere. (*Palmas*.)

Neste momento, passo a palavra ao Antônio Porcino Sobrinho, que é Presidente da Federação Nacional dos Empregados em Postos de Serviços e Combustíveis e Derivados de Petróleo – Fenepospetro.

Está com a palavra, por dez minutos, com mais cinco, se necessário.

O SR. ANTÔNIO PORCINO SOBRINHO – Bom-dia, Senador Paulo Paim! Oxalá que tivéssemos 20 Paulo Paim neste Senado. Bom-dia companheiros, dirigentes, trabalhadores aqui presentes de todo o Brasil! Bom-dia, Diretor da CNTC, Raimundo Nonato; meu companheiro Luiz Arraes, Presidente da Federação Estadual; Secretário-Geral da Fenepospetro e Diretor de Patrimônio da CNTC, Marcos Lopes. O companheiro Ângelo Martins, um bravo lutador também pela causa dos trabalhadores de postos de serviços lá do Rio Grande do Sul. Senhoras e senhores, que pena realmente que os convidados não puderam estar presentes aqui hoje, mas bem que o Senador Paim tentou, fez de tudo. E vai fazer, tenho certeza, muito no plenário do Senado para fazer valer a nossa luta, buscando o que estamos pleiteando.

Senador, nós que percorremos o Brasil inteiro nos defrontamos com cada situação que nem Deus acredita. Para você ter uma ideia, naqueles postos volantes do rio Amazonas, as pessoas trabalham 24 por 12, é o inverso, não é 12 por 24; eles trabalham 24 por 12. Se isso não for trabalho escravo, não sei como definir escravidão.

Precisamos que a máquina do Ministério do Trabalho passe a funcionar com mais rigidez. Estão faltando funcionários. Sabemos do esforço da Diretoria do Ministério do Trabalho, sabemos do esforço dos superintendentes, mas a máquina precisa ser ampliada em número. Falta material humano para realizar as fiscalizações no Brasil inteiro, não só para a nossa categoria, mas para o conjunto dos trabalhadores. Es-

peramos, às vezes, oito meses para realizar uma fiscalização. A gente pede uma fiscalização e aguardamos oito meses para aquela fiscalização ser realizada. Até lá o trabalhador já foi sacrificado demais.

É preciso que o Senado cobre do governo mais recursos destinados a esta pasta para que se realizem mais concursos e se amplie o número de fiscais, para que possa fazer um trabalho...

O SR. PRESIDENTE(Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Vou dar uma informação: nós tivemos aqui uma audiência pública exatamente com os fiscais do trabalho que estavam na expectativa, dos 220 que já fizeram o concurso e estavam aptos para entrar no mercado, ou seja, assumir o seu posto, eu recebi a notícia, na quarta-feira ou na quinta-feira, que depois do movimento que fizemos aqui na Comissão, pelo menos, mais 120 vão ser contratados agora. Eles esperam que a segunda leva contrate os outros do time, que seriam mais 100, e que abram novos concursos. Então, fruto desse movimento em que, além da audiência pública, nós remetemos documentos e, agora, de imediato, vão ser contratados cerca de 120; depois a obrigação deles ficou de contratar mais 100, abrindo novos concursos. Foi um primeiro passo, fruto da pressão popular feita a partir desta Comissão (*Palmas*). Sei que é preciso muito mais, deveriam contratar mais mil.

O SR. ANTÔNIO PORCINO SOBRINHO – Muito bem, Senador, já nos dá um alento. Essa notícia já nos dá um alento de que as reivindicações estão sendo bem encaminhadas. Por isso eu disse: oxalá nós tivéssemos uns 20 Paulo Paim aqui. Senador, há um detalhe: nesses casos de postos em que são constatadas as irregularidades, o primeiro que vai preso é o trabalhador, o dono do posto nem aparece. Quer dizer, além de sermos vítimas como trabalhadores, somos os primeiros a ser presos. Muitas vezes o trabalhador sequer tem conhecimento das fraudes do produto que ele está vendendo ali. É uma coisa fechada e, quando se constata a irregularidade quem vai preso é o gerente, o caixa, o frentista ou quem tiver a responsabilidade do posto. Isso é um absurdo! Por isso, precisamos aprovar nesta Casa o Estatuto dos Trabalhadores dos Postos e Serviços (*Palmas*). Essa será uma das medidas que ajudarão a coibir esse tipo de situação. Para que o Senhor tenha uma ideia, nas informações que temos a Petróleo Brasileiro não aumenta o preço do seu produto há mais de cinco anos, não aumentou um centavo no preço do seu produto. Nós temos postos de combustíveis no Ceará, na Paraíba... O posto da Paraíba vende a gasolina a R$ 2,69 e quando você atravessa a fronteira custa R$ 2,90. Não tem explicação. Por isso que a gente queria a presença da Agência Nacional de Petróleo, da Petróleo Brasileiro para ajudar a regularizar essa situação. Enquanto o salário de um trabalhador de São Paulo é em torno de R$ 1.500,00, no Nordeste ele ganha a metade e o lucro do patrão de lá é duas vezes maior do que o daqui. Não dá para entender. Outra situação que precisa ser corrigida urgentemente é que nós, no Estado de São Paulo, como o Senhor verificou aqui, fazemos essas denúncias diariamente, mas há uma força tarefa. No Nordeste não há fiscal, a Agência Nacional de Petróleo não tem fiscal. Tem um fiscal para a Paraíba inteira, para Pernambuco, três fiscais para fiscalizar uma imensidão daquelas... Então, é para não fiscalizar. O Governo precisa investir nesse processo de fiscalização. É preciso chamar a sociedade como um todo para participar dessa força tarefa como é feito em São Paulo. Veja que mais de 12% dos postos de São Paulo foram fechados. Esse número significa mais de 12% dos postos de combustível no Estado de São Paulo. Infelizmente, com isso retiraram do mercado cerca de 10 mil trabalhadores, mas aqueles que trabalham honestamente absorvem essa mão de obra porque passam a trabalhar com mais independência, livre desses trambolhos.

Para que V. Exª tenha uma ideia, no Estado de São Paulo o narcotráfico tem mais de cem postos de combustível, pesquisa feita pelo companheiro Francisco. Isso é um absurdo! O Governo sabe disso, a polícia sabe disso, mas tem medo. Acho que tem de fazer com esse pessoal a mesma coisa que se fez na Favela da Rocinha, porque nós não podemos continuar pagando o pato. Eles enganam o Governo Federal, enganam o Governo Estadual, o Governo Municipal, enganam os sindicatos, enganam os trabalhadores e não acontece nada. O pessoal tem medo, inclusive, de fazer uma reclamação porque eles ameaçam de morte. Nós descobrimos um posto de combustível em São Paulo em que o gerente, o frentista, foi chamado, já se aposentou e depois foi chamado para trabalhar nesse posto a pedido de um colega, para testemunhar a favor dele porque ele trabalhou seis meses sem registro. Quando ele chegou à audiência o juiz pediu a identidade dele para qualificá-lo e disse: mas o senhor é o dono do posto... E ele perguntou: eu? O contrato social do posto estava no nome dele, ele era o dono do posto e não sabia.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Ele era o dono do posto e não sabia?

O SR. ANTÔNIO PORCINO SOBRINHO – Ele era o dono do posto e não sabia. Sabe o que se verificou depois? A verdadeira dona do posto tinha feito um seguro de 2 milhões de reais. Ele ia ser assassinado e ela era a beneficiária, tinha um seguro de vida de 2 milhões de reais.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Em que cidade?

O SR. ANTÔNIO PORCINO SOBRINHO – Em São Paulo, capital. Imagine uma coisa dessas... Ele descobriu. Depois foram averiguar, ele contou para um contador amigo da gente a situação, que fez um levantamento e descobriu que tinham feito um seguro de vida para ele no valor de 2 milhões de reais e a beneficiária era a dona do posto, a verdadeira dona do posto. Quer dizer, ela ia matá-lo, assassiná-lo e pegar esses 2 milhões de reais ainda.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Quer dizer, não morreu e ficou com o posto para ele?

O SR. ANTÔNIO PORCINO SOBRINHO – Ele foi embora, ele sumiu, foi até ficar fora um tempo fora do Brasil, com medo. A situação é essa. Então, precisamos que o Senado exija do Governo...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Essa ideia que você coloca e que vocês trouxeram na outra audiência está ganhando corpo mesmo, do Estatuto do Frentista, que resolveria em parte questões como essa.

O SR. ANTÔNIO PORCINO SOBRINHO – Exatamente, Senador. Nós temos muitos e muitos problemas a enfrentar no país inteiro. Temos problemas de funcionários sem registro, de funcionários trabalhando, como eu disse a V. Exª, são 24 horas por dia, folgando 12, e recebendo quinhentos e poucos reais por mês, principalmente na Região Norte do País.

Então, é preciso que haja fiscalização, é preciso que o Governo forme uma força tarefa para transformar essa situação, porque não podemos ficar à mercê dos bandidos, tanto os bandidos que operam em postos como os bandidos propriamente ditos, que assassinam frentistas porque eles só tinham R$ 100,00 no bolso. Os donos dos postos exigem que eles coloquem o dinheiro no cofre, que eles não fiquem com mais de R$ 100,00 no bolso. Aí o bandido chega e quando encontra só R$ 100,00 dá um tiro na cabeça do funcionário. São coisas absurdas para as quais precisamos encontrar um equacionador. Por isso estamos aqui peregrinando. Contamos com a vossa benevolência, com o vosso trabalho. Ficamos muitos agradecidos pelo seu empenho, por tudo que já tem feito pelo trabalhador brasileiro, e agora nessa luta, encampando a batalha dos trabalhadores de postos de serviços de combustível no nosso país inteiro.

Nós nos orgulhamos de ter um Senador do seu porte. Queremos que o Senhor convença os seus colegas, os seus pares, para que aprovem o mais rápido possível, para que encontremos um denominador junto com a Petrobrás, com as companhias de petróleo, porque o preço do petróleo, repito, há cinco nos não foi aumentado. Então, debaixo desse angu tem carne. Alguém tem de explicar essa situação, porque não é possível um posto vender combustível lá na Paraíba por R$ 2,50 e atravessar a fronteira para o Ceará e pagar R$3,00. Alguém está faturando demais, sem contar com esse processo de adulteração. Compram solvente de petróleo na Bolívia a R$ 0,15, trazem aqui e misturam com a gasolina para vender a R$ 2,70. Isso é um absurdo! Queremos ter o papel como estamos tendo, de cidadania. Queremos os nossos direitos e queremos preservar o direito da sociedade, o direito dos consumidores, conforme as exposições do nosso companheiro Nonato.

Estamos aqui buscando isso. Agradecemos de forma muito encarecida tudo que V. Exª tem feito e vamos agradecer mais ainda pelo que haverá de fazer até consolidarmos os nossos pleitos, a unificação do piso salarial e o Estatuto do Trabalhador de Postos de Serviços, com outros benefícios que ampliem e se iguale ao trabalhador do Brasil no mesmo nível. Não podemos ser tratados como cidadãos de terceira categoria... porque já lutamos bastante. Traz aqui o panfleto. "O trabalho é nosso, o lucro é deles". O frentista vai carregando essa máquina toda, a ALE, a Castrol, a BP, a Chevron, a Ipiranga, a BR, a Petrobras Distribuidora, a Repsol, a Cosan, a Raizen... E a gente carregando um peso nas costas e ainda sermos ameaçados de morte. Ameaçados de extinção já fomos, mas, graças a Deus, conseguimos aprovar essa lei aqui e, por isso, acreditamos piamente que vamos conseguir com a sua força, com o seu empenho e de seus Pares, tirar o frentista dessa situação humilhante, porque não é justo que o trabalhador em São Paulo tenha uma situação e o patrão importe trabalhador do Nordeste para vir trabalhar sem registro, para vir trabalhar com um piso salarial inferior e ele fica calado porque a situação dele é pior ainda lá no Nordeste.

Então, precisamos de igualdade social e contamos com seu apoio.

Muito obrigado. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem!

Meus cumprimentos ao Presidente da Federação Nacional dos Empregados em Postos de Serviços de Combustíveis e Derivados de Petróleo – Fenepospetro, o sindicalista Antônio Porcino Sobrinho, que enfatiza a importância da fiscalização de fortalecer os fiscais do trabalho, de termos um piso unificado nacional, porque é inadmissível que em São Paulo R$1.500, no Norte e Nordeste, em muitos casos, salário mínimo, R$545,00, R$550,00. Isso é algo que nós vamos ter que construir. Eu acho que se não houver entendimento com os donos de postos de gasolina, com a participação

das agências por parte do Governo e a colaboração do Ministério do Trabalho, nós vamos tentar, via Congresso Nacional, que de muitas categorias o piso foi aprovado mediante lei pelo Congresso, algumas têm piso pelo Congresso. Nós podíamos, quero enfatizar de novo, vir ao Estatuto e colocar o piso unificado no próprio Estatuto, sendo uma das questões importantes, como nós temos discutindo o Estatuto do motorista, que vai nessa linha, de assegurar um piso mínimo nacional para que eles possam receber.

Parabéns pela sua fala, pela cobrança e pelas denúncias que traz da maior gravidade, até de o frentista descobrir que ele é o dono do posto e ter um seguro, como você denunciou, só quero repetir aqui, de R$2 milhões no nome da verdadeira dona. Quer dizer, isso é brincadeira, é inadmissível, muito, muito sério.

Passo a palavra, agora, ao Diretor Jurídico do IDC-Procon/DF, em representação ao Sr. Oswaldo de Moraes, Diretor-Geral do Procon/DF, Dr. Marcos Lopes Coelho.

V. Sª tem a palavra.

O SR. MARCOS LOPES COELHO – Cumprimento a todos na pessoa do Senador Paulo Paim.

Senador, é uma honra muito grande para o Procon do Distrito Federal, na condição de defensor do consumidor, ser convidado para de participar de uma Comissão para tratar de um tema tão importante.

Infelizmente, a gente está aqui para tratar do papel da agência, também na aplicação da lei para defender o consumidor, e a agência não está presente.

Tenho certeza de que não é surpresa para vocês, mas esse problema a gente não vive somente com a Agência Nacional do Petróleo. Muitas das agências reguladoras que foram criadas para regularizar os setores não vêm agindo da maneira que deveriam para defender o consumidor e fiscalizarem da maneira que deveriam.

Mas, especificamente, Senador, sobre o tema, o Procon do Distrito Federal tem agido e nós sabemos que os postos de combustível hoje em dia não comercializam somente combustível em si, mas existem lojas de conveniência e diversos produtos são comercializados. As reclamações que nós recebemos não são somente sobre o combustível, mas sobre os diversos produtos e serviços que são comercializados ali, no estabelecimento do posto de combustível.

O Procon do Distrito Federal há alguns anos travou uma batalha judicial contra os donos de combustível, porque o consumidor chegava no posto para abastecer o seu carro e, no momento de realizar o pagamento, existia uma cobrança diferenciada. Se ele fosse pagar à vista, em dinheiro, era um valor, se ele fosse pagar com o cartão de crédito ou débito, era cobrado do consumidor, além do valor que ele iria pagar pelo combustível, era cobrada também a taxa de administração da empresa de cartão de crédito, que era repassada ao consumidor.

O Procon do Distrito Federal, juntamente com o Ministério Público do Distrito Federal, travou uma batalha judicial contra os donos de postos de combustível e o Tribunal de Justiça entendeu que esse tipo de cobrança é ilegal e abusiva. Então, se hoje nós podemos ir ao posto de combustível abastecer o carro e pagar com cartão de crédito ou débito o valor que está ali na bomba, graças à atuação do Procon e do Ministério Público, que fizeram de tudo para poder coibir esse abuso dos donos de postos. (*Palmas*.)

Além disso, nós sabemos que a cartelização é um ponto muito visado hoje em dia. O Procon do Distrito Federal tem trabalhado, juntamente com o Ministério Público, com as delegacias do consumidor e com o Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério de Justiça para tentar de alguma forma coibir esse abuso que vem sendo praticado, inclusive, com relação aos preços de combustíveis. Eu recebi uma informação hoje – não sei se é verídica, mas os colegas podem confirmar – de que na Bolívia você enche o tanque do seu carro com menos de R$10,00, o que é um absurdo. Vindo, a caminho para a Comissão, um posto de combustível vendendo a gasolina a R$2,92. Então, a diferença é muito grande de um posto para o outro, mesmo aqui dentro da cidade. Alguns comercializam o combustível a R$2,80, R$2,67 e outros a R$2,90, R$2,92, como eu vi.

Então, o Procon do Distrito Federal vem atuando nessa área também, fiscalizando no que for preciso e apurando as denúncias que vêm sendo registradas, não só com relação ao combustível, mas com relação a todo tipo de produto e serviço que são comercializados nos postos.

Encerrando, para ser breve para dar mais tempo para os demais participantes da Mesa, novamente eu só queria agradecer ao convite e nos colocamos, o Procon do Distrito Federal se coloca à disposição desta Comissão e de todos os presentes que, como o Raimundo falou, todos nós somos consumidores, desde quando a gente adquire uma balinha numa padaria, até quando a gente adquire um veículo, algum outro produto ou serviço, nós somos consumidores e o Procon do Distrito Federal se coloca à disposição de todos vocês para receber e apurar as denúncias que vierem a ser repassadas a nós. Agradeço a oportunidade. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos ao Dr. Luiz de Souza Heinz, ao Dr. Marcos Lopes Coelho – em seguida vou chamar o

Heinz – que é Diretor Jurídico do Procon. O papel do Procon para mim é fundamental. Para mim, o Procon tinha que estar instalado em todos os Municípios, por menores que fossem.

O SR. MARCOS LOPES COELHO – Inclusive, Senador, Há um projeto de lei que tramita nesta Casa sobre a instalação de postos de atendimento do Procon do Distrito Federal, inclusive, em supermercados, em aeroportos e estabelecimentos que tenham um certo tamanho, acima de 10 mil metros.

Está tramitando aqui, inclusive, foi encaminhado um ofício ao Procon do Distrito Federal para que se manifestasse sobre esse projeto. O Procon se mostra favorável, mas aí teriam que ser analisadas as condições de instalação, de funcionários. Tudo isso abrangeria o projeto também.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Acho que quanto mais o Procon tiver estrutura, vai estar trabalhando com o atividade-fim desse órgão, que é a defesa do consumidor. Parabéns pelo que vem fazendo. Percebo que é fundamental nós ampliarmos as estruturas do Procon.

Neste momento, então, passo a palavra ao Sr. Luiz de Souza Arraes, Presidente da Federação dos Empregados em Postos de Serviços de Combustíveis e Derivados de Petróleo – Fepospetro.

O SR. LUIZ DE SOUZA ARRAES – Quero cumprimentar todas as companheiras e companheiros que vieram de longe, todos nossos dirigentes sindicais; cumprimentar o Ângelo, nosso grande companheiro de lá do Rio Grande do Sul; o Dr. Marcos Lopes; o meu parceiro que é companheiro lá da CNTC, o Raimundo Nonato; o Presidente da nossa Federação, Antônio Porcino Sobrinho; e cumprimentar o Senador do Brasil. O Senador Paim já deixou há muito tempo de ser o Senador do Rio Grande para passar a ser o Senador do Brasil. Oxalá que nós tivéssemos no Congresso um pouco mais de Parlamentares iguais a V. Exª.

Só para informar o meu companheiro Marcos Lopes, nós temos o preço de combustível mais caro da América Latina e o sétimo do mundo. Nós só ficamos atrás de países em que a massa salarial tem um salário infinitamente superior à massa salarial do Brasil.

O SR. MARCOS LOPES COELHO – E isso porque o Brasil alcançou a auto-suficiência em petróleo, não é? Se a gente tivesse que exportar petróleo, tenho certeza que o valor seria muito maior do que a gente paga hoje.

O SR. LUIZ DE SOUZA ARRAES – Bom, mas pouco mais de um ano, numa plenária, lá em São Paulo, na Federação dos Comerciários, rabisquei num papel um pouquinho do que estava acontecendo com os postos de gasolina ao Senador Paulo Paim, e na época estávamos discutindo sobre o fator previdenciário. E ele disse: olha, vamos trabalhar o assunto e vamos procurar fazer uma audiência pública e ver o que fazemos. E quis Deus que essas audiências públicas, Senador, fossem marcadas num momento em que o nosso setor foi manchete de jornal em todo o país.

Na entressafra da cana, as indústrias das usinas, que sempre têm esse alto índice de patriotismo, que, quando realmente o Brasil precisa do álcool, eles vão fazer o açúcar para vender, para ganhar mais dinheiro, e, quando precisam se reestruturar, vão buscar o dinheiro do trabalhador lá no BNDES; eles não têm nada de patriotismo, eles só pensam, única e exclusivamente, no lucro.

Então, Senador, o assunto dessa audiência pública é da maior gravidade possível. Trata-se de um setor importantíssimo da nossa economia, um setor que realmente move o país. Quando você tem uma geada e não produz um determinado tipo de hortaliça, o preço vai lá em cima, mas volta à normalidade.

Quando se tem um aumento de combustível sobe absolutamente tudo no país e, quando se normaliza, nada mais do preço é reduzido. Então, estamos num setor importantíssimo.

Daí a nossa revolta, a nossa tristeza, pelo descaso, mais uma vez, que órgãos importantes do governo deixem de vir para o debate, deixem de vir discutir, deixem de vir dizer aqui na mesa o que está acontecendo.

Queria perguntar, deixar aqui já que você vai passar para o nosso companheiro Haroldo Lima, da Agência Nacional do Petróleo, se ele sabe que na ponta desse setor tem trabalhador de posto de gasolina? Acho que ele deve saber disso só quando ele vai abastecer o carro, porque, nunca, em nenhum momento, a Agência Nacional de Petróleo chamou os trabalhadores para decidir absolutamente nada do que eles fazem lá. Eles regulamentam o posto de escola, não convidam os trabalhadores; eles regulamentam os TRs, os PAs, não convidam os trabalhadores. Não somos consultados para absolutamente nada, não existimos, nem para a Agência Nacional de Petróleo, nem para a Petrobras.

Lamento profundamente a ausência deles aqui. Acho que as justificativas deles já estão manjadas. Essa é a terceira audiência pública no Congresso Nacional. Teve uma na Câmara e duas aqui, a desculpa é a mesma. Não sei que tipo de estratégia eles usam para se omitirem do debate. Isso é lamentável, estamos num setor – repito – de muita importância e a gente precisava debater a fundo esse setor.

Tem todo tipo de maracutaia que se possa imaginar nesse setor, desde as farras das notas fiscais de álcool, que saem da usina e que têm nota que roda 50.000 km, porque vai e vem, vai e vem sem datas e

não sei o quê, que precisa ser denunciado, lesando os cofres públicos através da sonegação do imposto, desde as adulterações de combustíveis.

Hoje nos temos, lá em Osasco, só para ilustrar, um depósito de combustível onde tinha engenheiro químico fazendo gasolina adulterada. Esse depósito explodiu, morreram dois trabalhadores e nunca teve nenhum tipo de providência.

A Agência Nacional de Petróleo é inoperante, ou por falta de condições de trabalhar, ou por falta de vontade, ou por falta de não sei o quê, mas é inoperante, ela não tem condições atualmente de operar.

Por isso, precisamos que esta Casa, o Congresso Nacional, pois é aqui que a coisa acontece, faça leis duras. Vi os números do Estado de São Paulo. Sabem por que está citado aí somente o Estado de São Paulo? Por que foi o único Estado da Federação que tomou providência, foi o único Estado que fez leis que, embora ainda precisem ser mais duras, que fez leis que o cara que adultera combustível, o combustível é confiscado, reciclado e passado para operações das ambulâncias, do Governo, da Polícia Militar, etc.

Foi o único Estado que o cara que é pego adulterando, tem a inscrição cassada por cinco anos. E não precisamos só disso, precisamos que esses bandidos sejam eliminados do setor, que eles não possam mais operar. Tem que endurecer a regra, pois, do jeito que está, não funciona.

A Agência Nacional do Petróleo regulamenta os TRs. O TRs são os que vendem para grandes consumidores, que são os PAs. Então, o cara tem uma transportadora, se cadastra na Agência Nacional como um grande consumidor, compra o combustível e vende aquele combustível sem nota fiscal. Só para se ter uma idéia, tem transportadora que não tem um caminhão e é dona de um PA – Ponto de Apoio de abastecimento. Essas coisas é que precisam... E tirando nosso emprego, e contra o revendedor honestíssimo que está lá.

Dizíamos, em São Paulo, nas nossas negociações, que um dia iríamos ter saudade daqueles portugueses, donos daqueles postos de gasolinas que, quando a gente ia lá fazer a negociação, ele dava a palavra e era aquilo mesmo. Hoje, repetindo o que falei na audiência passada, criamos no setor três tipos de revendedores: nós temos os oportunistas, os bandidos e os honestos, aqueles que são tradicionais, aquele que o posto passou de pai para filho. E é justamente para esses terceiros que estamos aqui. Não estamos aqui fazendo a reivindicação só para nós. Queremos que o setor de venda de combustíveis seja fortalecido para podermos fazer nossas reivindicações.

Queremos que o setor seja purificado, tirem esses bandidos do setor que está sendo usado para o narcotráfico, para a sonegação do imposto, para todo o tipo. Temos hoje gasolina de fim de semana, porque a fiscalização no meio da semana já não funciona e, no fim de semana é pior. Aí se faz “a gasolina do fim de semana”. Temos adulteração hoje na quantidade e na qualidade. Temos adulteração hoje que o dono do posto está em Miami e, pelo celular, ele adultera a quantidade do combustível. E, quando a polícia chega, que ele está em Miami, fazem como o Porcino falou: eles levam o trabalhador. Quantas vezes já vimos aqui o trabalhador sair de camburão por conta da adulteração, do patrão, que hoje não precisa mais do trabalhador para fazer, ele faz pelo celular. E isso não é denúncia vazia, está em todas as manchetes de jornais.

Cartel é coisa de oportunista. O revendedor tradicional não carteliza; o revendedor tradicional... E muitos deles saíram do mercado, porque foram expulsos por esses outros setores.

Então, Senador, o que queremos é regulamentar esse setor, regulamentar esse setor para torná-lo um setor forte, um setor importante, para que possamos cobrar nossas reivindicações, para que possamos ter um piso nacional, para que possamos ter um plano de saúde decente, para que possamos ter o lazer da nossa família. Só podemos reivindicar se tiver um setor organizado, um setor forte. Da forma que está esse setor é impossível você reivindicar.

Eu participei de novembro para cá, de negociações aproximadamente com quinze sindicatos patronais, quase todos do Nordeste, Minas Gerais, Brasília, São Paulo, todos os revendedores, inclusive eles clamam até por uma regulamentação no preço, por um tabelamento do preço.

Sabemos que o mercado hoje pode não comportar um tabelamento de preço, mas é um clamor dos próprios revendedores. Eles querem que isso aconteça, porque eles não aguentam mais. A briga de preço começa nas distribuidoras. Uma distribuidora, para aquele hipermercado que compra dez milhões de litros é um preço; para aquele tradicional que tem um posto que foi do avô dele é outro preço, e ele não pode competir com o mercado que faz até *dumping*, vende pelo preço... Tem avenida que o dono do posto chega lá e diz: olha, está aqui a nota fiscal que comprei, vê o preço daquele posto lá. O preço do posto está inferior à nota fiscal que o outro comprou. É uma coisa que não dá para entender!

Nós precisamos, Senador, urgentemente, saber onde está o lucro desse setor. Nós precisamos urgentemente abrir essa caixa preta para dizer o seguinte: com quem está o lucro? Por que, quando você vai discutir com os revendedores, eles estão todos enforcados, com a corda no pescoço, dizendo que não tem lucro.

A distribuidora fica quietinha na dela, porque elas fazem a política delas.

Na Petrobras, nos balancetes semestrais, é um absurdo o lucro da Petrobras, o que a Petrobras cresceu, o que ela representa hoje para o mundo do petróleo. Outras falam da carga tributária em cima do combustível. Sabemos que é alta. Mas, onde está o lucro? Recorde atrás de recorde. Todo mês, de seis anos para cá, vem se batendo recorde de venda de carro. O volume de venda de combustível todo mês bate recorde. E porque esse setor não tem lucro? Onde está o lucro? Com quem está? Nós já fizemos tudo o que podíamos e não temos condições de aferir esse lucro.

Aprovar uma PLR, uma participação nos lucros, é impossível, porque não tem lucro o setor. É o único setor que cresce e não tem lucro. Você não vê um carro abastecendo no Lago Paranoá ou no rio Tietê em São Paulo. Eles abastecem nos postos. E não têm esse lucro. Nós precisamos abrir essa caixa preta.

Nós precisamos que, desta Casa, surja a ideia de um grande projeto que regulamente esse setor. Antigamente posto era uma concessão. Hoje qualquer bandido abre um posto em qualquer esquina, em qualquer lugar. Não tem regulamentação para isso. O posto abre sem licença ambiental, sem licença da Agência Nacional. Tiram um alvará da prefeitura, uma inscrição, e, seis ou oito meses depois, é que você vai encontrar o registro desse posto na Agência Nacional de Petróleo.

Nós não podemos deixar que isso aconteça. Tinha antigamente um distanciamento mínimo. Um posto, para existir, tinha que ter uma distância de outro determinado posto. Lá em Osasco, há um hospital psiquiátrico e nos arredores três postos. Dentro de 150 metros, há três postos de gasolina. Há um hipermercado no ABC em que o cara fez o posto debaixo da loja. Em cima é o piso e o posto é embaixo. Não tem critério. Não há critério que respeite o meio ambiente, que respeite o trabalhador. Os hipermercados abrem postos para fazer concorrência desleal. É um sacrifício enorme fazer com que eles cumpram a nossa convenção coletiva.

Nós vemos tudo isso, Senador, e clamamos. O que nós queremos? Nós não estamos aqui atrás de brigar só pelo nosso piso. Nós queremos o setor fortalecido, defender aquele revendedor tradicional com quem a gente tinha como negociar. Hoje nós não temos. Aqui há companheiros que entraram em corredor polonês de escritório de posto em São Paulo, passando por segurança de posto de bandido, de posto do narcotráfico. Nós absolutamente não podemos conviver com isso.

Nós queremos, Senador, e confiamos no senhor, que desta Casa saia um projeto. Pode-se chamar a Agência Nacional de Petróleo, porque lá eles regulamentam muita coisa, mas o fazem com interesse. Quem vai lá discutir diz: “Olha, assim não dá”. E eles fazem aquilo. Acho que o projeto de lei tem que sair daqui: a partir de agora, posto tem que ter um distanciamento mínimo para ser aberto; a partir de agora o posto não pode funcionar sem antes ter a licença ambiental, sem antes ter a licença da Agência Nacional de Petróleo, sem antes ter toda a sua regulamentação. Os bandidos que estão aí têm que ser retirados desse setor, Senador.

Eu me alonguei um pouco na fala, porque essa agonia não é minha, é de todos os setores. Nós não temos como negociar. Nós andamos no Norte, Nordeste, no Sul do País. É um absurdo um Estado como o Rio Grande do Sul pagar o que paga para um frentista. É um absurdo você chegar ao Amazonas e ver o cara trabalhar 24 por 12. Trabalha 24 horas seguidas dentro daqueles rios abastecendo os barcos naqueles postos flutuantes e folgam doze horas. Isso é trabalho escravo. Você encontra trabalho escravo no Nordeste de todo jeito.

Um grande volume de postos do Norte, Nordeste e de algumas regiões do Centro-Oeste não pagam a periculosidade aos trabalhadores. O sindicado, para se estruturar, tem a maior dificuldade. É boicotado em todos os aspectos, ameaçado com capangas, com tudo. É uma coisa absurda!

Nós não queremos, Senador, repito, só que regulamentem esse setor, mas que o Governo se sensibilize, porque é um setor de fundamental importância para o País.

Então era isso que nós queríamos. O que nós queremos? É o piso nacional? *(Gritos da plateia.)*

Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Luiz de Souza Arraes, Presidente da Federação dos Empregados em Postos de Serviço de Combustíveis e Derivados de Petróleo, que reafirma aqui denúncias da maior gravidade.

Como eu disse na outra audiência pública, denúncias como essas, para mim, deveriam ser chamadas as pessoas de imediato pelas agências, pela Petrobras, para dizerem o que está acontecendo. A impressão que passa para nós aqui é que a denúncia feita fica por isso mesmo. É como se nem fosse feita. Isso é o mais grave!

Às vezes, eu digo que este é o País do faz-de-conta. Faz de conta que está tudo bem e não está bem por tudo o que vocês estão dizendo aqui da área. Só me resta caminhar na linha de construir um estatuto que seja um tipo de regulamentação das atividades nesse setor, olhando a situação do trabalhador e também a sonegação, a fraude, a roubalheira, como

você está colocando muito bem aqui, em relação aos interesses do consumidor.

Passo a palavra, neste momento, ao Ângelo Matins, Diretor do Sintrapostos – RS.

O SR. ÂNGELO MARTINS – Bem, companheiro Paim, cumprimento você e todos da Mesa, principalmente a companheirada que está presente.

Eu gostaria de, primeiro, lamentar a ausência da ANP. Falei com o próprio Edson Silva que havia uma preocupação grande de que, na próxima reunião, estivessem presentes. Falei também com o Lima Neto, que me disse que ia falar com o Gabrielli, que ia mandar o Costa aqui para que desse as explicações devidas e esclarecimentos nesse sentido. Infelizmente não vieram e, como disse você, Paim: quem não vem perde, porque esta é a Comissão dos Direitos Humanos.

Parece que a ANP, a Petróleo Brasileiro, a Petrobras Distribuidora e os demais órgãos não estão interessados nos direitos humanos, ainda mais agora, pois 14 de julho é o Dia dos Direitos Humanos, da queda da Bastilha, quando o povo se emancipou, parece que isso é só realmente retórica.

Então eu gostaria também de colocar, Paim, que tu não estás mais sozinho na questão do Carnaval 2012. Os Imperadores do Samba vão fazer um samba-enredo em homenagem a ti, mas a Gaviões da Fiel, de São Paulo, vai fazer o tema: Lula, o filho do Brasil. Então tu estás em boa companhia agora. Lula e o companheiro Paim serão tema do maior espetáculo da Terra.

Voltando à questão, companheiros, estou estarrecido diante de tudo que está sendo colocado aqui, mas queria colocar mais ainda, já que estamos falando da gasolina, do álcool e do diesel. Pois pasmem: o lubrificante está sendo adulterado. De cada cinco litros de lubrificantes vendidos neste País, um é adulterado. Então esse prejuízo existe para todos: para aquele dono de veículo, pois já colocam o produto adulterado, batizado e agora tratam bem a questão do lubrificante adulterado.

A Agência Nacional tem a fiscalização, que eu conheço. São pessoas honradas, corretas. Mas quando eles não vêm a um local como este para poder também explicar e colocar – porque é lamentável que isso esteja ocorrendo, principalmente com... Já corria com a questão do próprio combustível, agora com os lubrificantes.

Paim, a gente está falando muito da gasolina e, digamos, da cadeia energética do País, que começa com a Petróleo Brasileiro, depois vêm as distribuidoras, os revendedores, frentistas e o consumidor. Só que, nessa cadeia produtiva, está falando alguma coisa que nós não estamos falando ainda, mas vai-se começar, nesta audiência, a falar: dos famosos usineiros, dos que produzem o álcool hidratado e também o álcool anidro.

Quando se diz que a gasolina não sobe há cinco anos, é verdade. Da Petróleo Brasileiro para as distribuidoras não sobe há mais de cinco anos. O que sobe então? O álcool anidro, o antidetonante que vai misturado à gasolina, para que não exploda dentro do motor. Então, o álcool anidro subiu. Hoje 25% estão adicionados à gasolina. Subiu uma monstruosidade, porque isso não é regulado.

Onde é produzido o álcool anidro? É produzido nas usinas. Eu faria uma pergunta: Quem é que fiscaliza as usinas? Quem é que fiscaliza o preço das usinas para as distribuidoras? Até 15 a 20 dias atrás o álcool anidro, o álcool hidratado, era tratado como uma questão da agricultura.

Há pouco tempo, está aqui o Lobão que não me deixa mentir, que a Agência Nacional de Petróleo, com a decisão do produto, passou a ser tratado como combustível estratégico e não mais como mero derivado da produção agrícola. Até o fim de julho, a ANP deve publicar a regulação do setor de etanol.

Só agora Paim? Há quanto tempo estamos com álcool hidratado e álcool anidro? Há quanto tempo o anidro substituiu o chumbo tetra-etila? Que era antidetonante que saiu por ser cancerígeno.

Agora, num passe de mágica, descobriram a roda.

Quem é que fiscaliza essa outra cadeia, que já chamei na audiência passada, da lavoura ao posto, quem é que discute isso? Quem é que regulamenta isso? Quem é que fiscaliza isso? Ninguém.

Agora que vai passar a ANP a fiscalizar. Se ela fiscalizar tanto quanto ela fiscaliza a questão da gasolina, nós já sabemos o que vai acontecer.

Lá no meu Estado do Rio Grande do Sul, onde teve o fiscal do Ministério da Fazenda, chegou e disse que agora nós iremos olhar como é que é essa sonegação, o passeio da nota.

O caminhão descarrega em São Leopoldo, mas a nota sai para Uruguaiana. E o frete? Isso é um absurdo.

Agora, Paim, isso não é novo.

Já estou quase sem cabelos, em outra parte branca, e eu já dizia que misturar gasolina com água é a mesma coisa do tempo em que misturavam água no leite. Isso é antigo. Isso é um dinheiro que sai. É velho.

As questões do próprio setor não querem regulamentar. Alguém ganha com isso.

Ai é o que disse o companheiro Arraes: quem é que ganha com isso? Nós sabemos que nós frentistas não estamos ganhando.

Eu estava colocando, Paim, sei da sua luta, que estamos voltando ao ciclo da cana de açúcar. Só que naquela oportunidade, do ciclo da cana de açúcar, lá

por 1520, o trabalho era escravo. Depois veio o ciclo do ouro, caiu o ciclo da cana de açúcar e veio o ciclo do ouro, só que o trabalho era escravo. E agora meu povo? Agora, veio um novo ciclo da cana de açúcar e um novo ciclo do ouro negro que é o petróleo ou o Pré-Sal.

Nós continuamos como escravos, como trabalhadores de carteira assinada.

O que está dizendo a faixa de que o etanol entrou na matriz energética, mas os usineiros ainda não saíram da casa grande.

Eu diria mais, Paim: os capitalistas brasileiros ainda não saíram da casa grande. Ainda, todos nós, estamos sofrendo aquelas questões de escravatura. Um país que passou 300 anos de escravidão, o trabalho é tratado dessa forma e com esse descaso dos órgãos que fazem a lei. Para que nós possamos fazer.

Nós queremos piso salarial nacional e o Estatuto do Frentista.

Para a questão de se fazer mais etanol nós precisamos de dinheiro. Sabe de onde é que vai sair o dinheiro? Vamos no BNDES, vamos no Banco do Brasil. Agora, o Lobão está dizendo que vamos restringir essa questão desse pessoal aí. Não vamos dar aumento. Mas quem é que fiscaliza?

Qualquer usineiro chega lá e diz que nós temos de fazer, mas preciso de dinheiro.

A Raizen é uma *joint venture* da Cosan e da Shell.

A Shell de onde é que é? Da Holanda. Então, vamos fazer como no tempo de 1500, onde nós exportávamos rapadura para eles venderem o açúcar lá para os europeus.

Agora, meu companheiro, como disse da outra vez, o acordo nos Estados Unidos acaba com o subsídio do metanol. Isso é agora.

Imaginem quando nós formos exportar etanol, quanto que vai ser o preço aqui, para nós consumidores? E o Pré-Sal? E nessa cadeia, onde está o frentista, o nosso trabalho?

Nós estamos nos preparando, Paim, para os dois eventos mais importantes do Planeta Terra: um é a Copa do Mundo, que vai ser aqui no Brasil; e o outro será as Olimpíadas. Aqui está a companheira que é uma lutadora.

O frentista desses 38.143 postos é um amigo do turista. Não olham dessa maneira, nos olham com desdenho. Frentista parece aquele velho escravo da casa grande que está ali para servir. Não nos olham como um profissional, uma pessoa qualificada. O que nós queremos é respeito e dignidade, porque nós estamos fazendo o nosso papel. Nós estamos fazendo o papel do serviço público de informação. Qualquer um dos senhores, quando vão nessas estradas, por esse Brasil afora, onde é que vão procurar uma informação? É no posto de gasolina.

O próprio Brasil que era para qualificar, que era para ter interesse, pois vamos fazer os maiores eventos do Planeta Terra e a onde está a nossa questão? Salário miserável, um salário que não tem a menor consistência, uma precarização total.

Eu queria falar, Paim, por exemplo, a questão da Raizen, que é a questão da Cosan e da Shell. Toda a questão do preço da gasolina passa pela questão dos usineiros, e a Distribuidora Raizen, hoje, tem quase que o monopólio dessa questão aí.

Então, é preciso apertar nessa ferida.

Onde é que está o lucro? Nós sabemos onde está o lucro. O lucro está nas distribuidoras que é mais uma atravessadora, não é uma distribuidora é uma atravessadora, porque desde 1990 está liberada a questão do petróleo e eles não fizeram uma refinaria neste país. Agora, recebem o produto e vai ser outra questão, Paim.

Por que será que as distribuidoras multinacionais estão migrando, saindo dos derivados, podem ver, quase todas a não ser a Shell e Cosan; o resto são todas nacionais. Estão fundindo com a Petróleo Brasileiro, que é o Pré-Sal.

Nós vamos voltar aquele tempo, Paim, que o nosso ouro que tirávamos aqui e era mandado para a Europa. Agora é o nosso etanol, é o nosso petróleo, que vai sair daqui e eles vão consumir lá. Então, é da maior gravidade para a Nação!

Nós trabalhadores, frentistas, queremos ter vez de falar, de poder ter essa condição de chegar em uma audiência pública, como esta, e dizer: Paim, brasileiros que somos, queremos ter na matriz energética o poder da força de mais de 4 milhões de trabalhadores de postos de gasolina. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim – Bloco/PT – RS) – Muito bem, Ângelo Martins, que é do Sintraposto do Rio Grande do Sul, quee mostra e conhece, de fato, o setor, pois fala com tranquilidade; ele que é da área, pelos dados que aqui mostrou, e lamenta. Eu vi que você lamentou mesmo. Sei que o Ângelo fez força, inclusive, para vê se vinha alguém da Agência, alguém da Petrobras; e ninguém veio. E é aquilo que você fala Ângelo, eu falei aqui na abertura; quem não vem, na terceira audiência publica, queira ou não queira o brasileiro não é bobo, não é preciso eu dizer isso, a impressão que passa para quem está assistindo a TV Senado é que essa versão é a pura verdade. Porque não tem contraponto – não estou dizendo que vocês estão faltando com a verdade. É que se houvesse dúvida quanto àquilo que vocês estão falando, eles viriam aqui e diziam: Não é bem assim. Espera aí Paim,

isso, isso, aquilo não é bem assim. Eles não vêm, não dizem nada e quem cala consente. Quem cala e não argumenta... É isso mesmo, vamos fazer o quê? E é lamentável a gente ter que dizer isso para milhões de brasileiros que estão assistindo a TV Senado, porque sabem que, na segunda-feira de manhã, os temas que são aqui debatidos, são todos temas de interesse direto do povo brasileiro, direto das pessoas. E aqui é do consumidor, como é também dos frentistas que estão em todo o Brasil. E essa desconsideração – é o termo que estou usando aqui, com muito controle –, essa desconsideração com os fatos que estão, não só dito na Mesa, como também aqui ditos nos principais jornais, estão todos colocados aqui como uma verdadeira esculhambação nessa aérea do setor, e um desrespeito aos profissionais, que são vocês que estão aqui, fazendo o papel de vocês, trazendo as devidas denúncias.

Vou passar a palavra, neste momento, aos três inscritos do plenário, conforme indicação que já foram feitas. Os três que foram aqui indicados para usar a palavra: o Sr. Euzébio Luiz Pinto Neto, que é Presidente do Sindicato do Rio de Janeiro.

Euzébio com a palavra, por cinco minutos.

O SR. EUZÉBIO LUIZ PINTO NETO – Senador Paulo Piam, em nome do qual cumprimento esta Casa, companheiros da Mesa, Srs. dirigentes sindical que, em nome do quais eu cumprimento aqui, através do companheiro Presidente da Federação Nacional, Fenepospetro, o companheiro Antônio Porcino; senhoras e senhores, venho aqui, Senador Paim, trazendo também o abraço de todos os trabalhadores de postos de combustíveis do Estado do Rio de Janeiro, os quais tenho a honra de representá-los na qualidade de Presidente.

Nós, trabalhadores daquele Estado, não somos diferentes do restante deste País, talvez lá ainda soframos mais com esse descalabro que existe no setor de combustíveis. Mas, primeiramente, quero registrar, nesta Casa, para que todo o Brasil saiba, que nós não representamos só o frentista. O frentista é apenas a nomenclatura. Nós representamos todos os trabalhadores em postos de combustíveis, loja de conveniência e todo o comércio que existe dentro do posto de combustível. E quero dizer, Senador Paulo Paim, que existe uma NR que diz que a área de risco do posto de gasolina é apenas de 7,5 metros. Na realidade, quando acontece um acidente no posto de combustíveis, nós sabemos que pode ir para os ares todo o quarteirão.

Então, nós também estamos nesta Casa aqui reivindicando que essa situação seja modificada. E querermos também que existe outra situação no posto combustível, que são as cooperativas: As chamadas Coopergatos. Que, no Estado do Rio de Janeiro, quando nós fundamos o sindicato naquele Estado, há seis anos, representava 30% da mão-de-obra dos trabalhadores de postos de combustíveis. E nós fizemos um trabalho intenso junto com o Ministério Público, e com o Ministério do Trabalho, denunciamos em várias instâncias e conseguimos proibir que essa prática acontecesse no Estado do Rio de Janeiro, mas acontece em várias partes do Brasil.

Hoje, ainda não conseguimos zerar, mas estamos no máximo com 5%, mas tem a dificuldade registrada aqui pelos companheiros. Falta elemento humano no Ministério do Trabalho, no Ministério Público para fiscalizar, haja vista que a nossa categoria tem uma característica, Sr. Presidente, que ela é pulverizada. Nós temos, aproximadamente, 38 mil postos de combustível no Brasil, fora os PAs. Acho que só no Rio de Janeiro nós temos quase três mil postos de combustíveis; imaginem a dificuldade que é para fiscalizar esse segmento.

Então nós clamamos aqui para que haja um investimento nessas fiscalizações e como os companheiros aqui já disseram, é urgente que esse setor seja regulamentado, porque nós queremos trazer o melhor para essa categoria e aqui, Sr. Presidente, está representando todo o Brasil e aqui tem companheiros e vários deles está desde o inicio quando nós começamos a organizar essa categoria, quando fundamos o primeiro sindicato de frentistas lá no Estado de São Paulo, em 1990. Fundamos a Federação Nacional e a Federação Estadual do Estado de São Paulo, e organizamos toda a categoria no Brasil. E estamos até hoje lutando para que esse categoria seja uma categoria respeitada e que o seu trabalhador tenha dignidade e cidadania. Por isso conseguimos proibir o *self service* através aqui desta Casa, com um projeto do nosso companheiro Aldo Rebele e também com o apóio de V. Exª.

E hoje estamos aqui cobrando o estatuto do trabalhador de posto de combustível, que é a categoria preponderante no posto e um piso unificado. Estamos em outra etapa da nossa organização. Conseguimos mais de 50 sindicatos organizados neste País, somos uma categoria respeitada, que levamos a todos os clientes e consumidores a informação, todos que se perdem numa cidade vai para o posto de gasolina pedir informação a nós trabalhadores de posto.

Queremos ser respeitados. Por isso viemos a esta Casa solicitar de V. Exªs.

Muito obrigado, Senador Paulo Paim, o Senador do Brasil. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT–RS) – Cumprimento o Euzébio, inclusive porque além de ser preciso ele ficou de tempo, de forma resumida e muito contundente ele mostrou essa realidade.

Também estou convencido, Euzébio, quando a gente fala no estatuto – e você destacou isso – não é só o frentista. É buscar direitos e deveres que regulamente esse setor, que sai em defesa do consumidor e de todos aqueles que operam na área. Estou trabalhando muito no estatuto do motorista, onde a gente fala: direito e deveres de todos aqueles que atuam no transporte terrestre – que eles são profissionais do volante. Esse estatuto que aqui foi levantado, por vocês, não por mim, por vocês, na última audiência pública, viria nesse sentido, buscar uma regulamentação nesse setor e direito e deveres de todos aqueles que atuam na área. Por isso meus cumprimentos pela fala.

Passo a palavra, agora, ao Sr. Francisco Soares de Souza, Vice-Presidente da Fenepospetro. É Presidente do Sindicato de Campinas.

O SR. FRANCISO SOARES DE SOUZA – Bom-dia a todos! Bom-dia Senador! Quero cumprimentar a todos os trabalhadores aqui presentes, companheiros, em nome do Senador do Brasil, dos trabalhadores, do povo brasileiro, Senador Paulo Paim. E quero cumprimentar as companheiros que vieram de longe, em nome da nossa lutadora Rosinete, que nós estamos ajudando, nós e o GT Nacional, essa companheira vitoriosa.

Senador, eu estou satisfeito, porque já fui contemplado com pelas palavras de outros companheiros, como o Porcino, o Arraes e o companheiro Euzébio. Só lamento a ausência da Agência Nacional do Petróleo, da Petrobras, da Fecombustíveis e do Sindicom.

Aqui nós estamos representados por mais de 38 mil pequenas e médias empresas, envolvendo 500 mil trabalhadores em todo o Território Nacional, diretos; e, indiretamente, 2 milhões de pessoas.

Lamento, porque poderia ter um debate mais franco, um debate que a gente pudesse questionar, porque nós estamos pedindo, simplesmente, uma regulamentação do nosso setor. Estamos pedindo a regulamentação de todos os empregados de postos e serviços.

Nós queremos contribuir com a Nação. Nós queremos contribuir com este País. Nós queremos que este País seja não a quinta, mas a primeira potência mundial e só pode ser assim se nós respeitarmos o Parlamento brasileiro.

Com os meus 70 anos, eu acho que a coisa mais importante da democracia é o Parlamento, é a Casa do povo, onde a gente pode discutir e questionar os assuntos do povo. Infelizmente, essas pessoas não compareceram. Mas, como o Senador disse, nós não perdemos, nós estamos aqui. Eles que perderam, porque não vieram.

Nós – federação e sindicato – trabalhamos e fazemos peregrinação por todo o País. Nós investimos em esporte, cultura, educação e também participamos de vários eventos que envolvam a sociedade e queremos participar mais.

Eu só quero complementar algumas pequenas coisas que os companheiros, talvez pelo tempo, não chegaram a lembrar. Por exemplo, nós temos aí a distribuição da gasolina, e, na gasolina, há dezenas de produtos químicos desconhecidos até dos laboratórios. Existe uma gasolina simulada que nem os melhores laboratórios do País conseguem identificar. Nós temos também o metanol. Recentemente foi fechado um posto com 97% de metanol, que é rigorosamente proibido, porque prejudica a saúde dos trabalhadores, prejudica a saúde da população e daquela vizinhança que está ali ao redor.

Nós temos também o benzeno, que todos sabem que causa câncer, provoca doenças, como dor de cabeça, problemas nos olhos, úlcera e câncer. E hoje há uma luta da federação de todos os nossos sindicatos para que haja uma regulamentação do benzeno. E mais, o benzeno é volátil. Não está ao nosso alcance. Nós não podemos perceber. No supermercado, em que há pelo menos 100 mil litros de gasolina estocada, no mínimo, esse benzeno é transmitido pelo ar, contaminando a mercadoria, como laticínios, peixes, carnes, verduras e outros produtos. E a população paga o preço. O supermercado tem dezenas de crianças, senhores e senhoras, que pagam o preço.

O que nós queremos com isso, Senador? Nós queremos que a regulamentação nos proteja, que nós participemos desse evento.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

Peço mais um minuto, só para terminar.

Nós não lutamos simplesmente pelo aumento. Nós não lutamos simplesmente pelos 2% ou 3%. Hoje, com a inflação controlada, as categorias realmente recebem 1%, 2%. Nós lutamos pelo lazer também. Nós lutamos para saber o que nós temos do trabalho para fora, como é que a gente caminha para as nossas casas, como é que nossas famílias ficam em casa, como é que nossos filhos ficam em casa, como é a nossa participação nesse sentido. O que nós temos que fazer? Lutamos também pelas 40 horas de trabalho. Nós queremos um pouco de lazer. São 500 mil trabalhadores. Nós queremos saber como é que esse transporte funciona neste País. Nós queremos saber a requalificação e a qualificação para que, daqui a dez anos, não haja um apagão no País. Nós queremos contribuir com esta Nação, entendendo que esta é uma das nações...

Eu só queria avisar aos companheiros que chegou aqui outro Senador do PDT, o Senador Cristovam, uma figura simpática e querida de todos nós.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – SP) – Se você puder concluir, que o tempo urge. Já se passaram cinco minutos.

O SR. FRANCISCO SOARES DE SOUZA – Então, nós queremos participar. O nosso interesse é participar, ajudar este País a crescer, a desenvolver-se, ser um dos países mais organizados e poderosos do mundo. Mas só pode se assim se houver o avanço do trabalhador, o avanço do povo, a responsabilidade. E o lugar mais importante para fazer isso é o Congresso Nacional. Eu acho que a Casa mais importante do povo, da Nação brasileira é o nosso Congresso, é o nosso Senado, é a nossa Câmara Federal.

Parabéns pelo trabalho, Senador Paim! Muito obrigado. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Meus cumprimentos ao Francisco Soares de Souza, Vice-Presidente da Fenepospetro, que fez aqui uma fala contundente, indignada em relação a tudo o que vem acontecendo nesse setor.

E, agora, quero registrar, com alegria, a presença conosco do Senador Cristovam Buarque, que foi Presidente desta Comissão, está sempre aqui presente, em defesa do interesse de todo o povo brasileiro. Parabéns, Senador Cristovam! (*Palmas*.)

O Senador Cristovam vai usar a palavra no momento em que ele entender mais adequado.

Neste momento, eu passo a palavra ao Sr. Vanderlei Roberto dos Santos, Secretário-Geral do Sindicato de São Paulo do setor.

O SR. VANDERLEI ROBERTO DOS SANTOS – Em primeiro lugar, eu gostaria de desejar um bom-dia a todos; agradecer a oportunidade que me dá o Senador Paim; agradecer a oportunidade de falar ao lado do nosso Senador Cristovam Buarque, que foi um defensor inclusive do piso salarial unificado nacional dos professores.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – E que foi aprovado, aprovado, aprovado, e vão ter que pagar. (*Palmas*.)

O SR. VANDERLEI ROBERTO DOS SANTOS – Ele sabe muito bem que a barriga do professor de São Paulo é a mesma do professor do Piauí. Por quê? Ambos precisam comer e merecem ter isonomia, ter igualdade. Assim como o professor, Senadores e companheiros, o mesmo se aplica ao frentista, ao trabalhador em postos de gasolina, ao empregado em postos de combustíveis.

Aliás, a nomenclatura frentista atinge uma parte dos trabalhadores, Senador. O correto é o Estatuto dos Empregados em Postos de Combustíveis. (*Palmas*.) Isso é o correto.

E a gente solicita um estatuto nesse sentido, porque posto de gasolina não é só o trabalhador frentista; são todos os trabalhadores que estão empregados na mesma razão social.

Outra coisa muito importante, Senador Buarque, Senador Paim, é que, contra fatos, não há argumento. Mais do que solicitar um salário unificado, mais do que valorizar, de forma igualitária, os trabalhadores por todo o Brasil, nós devemos saber das habilidades e competências naturais e adquiridas pelos profissionais que estão no setor.

Hoje, o trabalhador frentista, o trabalhador e o empregado de postos de combustíveis derivados do petróleo prestam à sociedade um serviço muito grande. Qual é, Senador Buarque e Senador Paim, o cidadão brasileiro que não chega a uma cidade, está perdido, quer saber o endereço e não pergunta para o frentista onde é o endereço de tal lugar? E o frentista, sem ganhar nada, apenas pelo prazer de servir a sociedade, presta essa informação. Quando é que ele – trabalhando em um posto de gasolina perto de um museu, de um parque da cidade, de algum monumento importante da cidade – não informa, com muito orgulho, para aquele turista que está chegando à cidade, as benfeitorias da cidade, aqueles parques da cidade, os museus? E nós estamos numa época Pré-Copa do Mundo, numa época Pré-Olimpíadas no Rio de Janeiro.

Os trabalhadores frentistas, os trabalhadores em postos de combustíveis são o cartão de visita para todo o turismo aqui chegar a todas as cidades do Brasil. E ele vai prestar esse serviço de forma natural. E essa habilidade, essa competência precisa ser certificada. Ela precisa ser certificada através, Senador Paim, das entidades de classe. O frentista, amigo do turista, que vai ter sua habilidade reconhecida, certificada... O senhor lembra que a gente sempre discutiu com relação à certificação de habilidades e competências de muitos trabalhadores brasileiros. E, hoje, com muita propriedade, a gente fala dos trabalhadores em postos de combustíveis. Vamos valorizar essa habilidade de competência! Por que esta Casa, através... Através dos Ministérios Públicos, não se procure registrar, certificar essa habilidade de competência, através das entidades sindicais dos empregados em posto de gasolina. Para quê? Para que nós não fiquemos de pires na mão pedindo salário unificado no País, para que a gente exija aquilo que nos é de direito: isonomia, igualdade e, por que não dizer, fraternidade a todos.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos ao Vanderlei Roberto dos Santos, Secretário-Geral do Sindicato dos Frentistas de São Paulo, que fortalece a ideia de que nós temos

de construir um grande guarda-chuva que crie todo o aspecto legal da situação do setor, com olhar, naturalmente, fundamental para os trabalhadores.

Mas eu passo a palavra (tinha mostrado já no início aqui a Convenção Coletiva, aqui de Brasília) ao Carlinhos, que é o Presidente do Sindipetro, aqui de Brasília.

Tem a palavra o Carlinhos, pelos mesmos cinco minutos que os outros tiveram.

O SR. CARLINHOS – Bom-dia, Senador Paulo Paim! Bom-dia, Senador Cristovam Buarque! Cumprimento a Mesa, cumprimento todos os presentes, meus coirmãos de outros Estados. Sejam bem-vindos a Brasília, mais uma vez, na luta de nossos interesses, da nossa classe trabalhadora.

Primeiramente, Senador Paim, ouvi as falas do companheiro Chico, do companheiro Martins, de todos aqui... Nós temos de bater bastante nessa questão, inclusive, do Estatuto do Frentista, para que a gente criasse um guarda-chuva, como o Senador mesmo acabou... Porque a gente, em posto de gasolina, a gente paga tudo: a gente paga o assalto, quando a gente é assaltado. Existe empresa, hoje no setor, que, quando o trabalhador é assaltado, ele paga todo o assalto. Existe empresa que coloca uma norma para o trabalhador (que não existe isso) ficar com R$50,00 no bolso. Se o ladrão chegar... Acima daquele valor, o trabalhador tem de pagar. Qual é o carro que hoje você abastece e não fica com R$50,00?

A gente paga cartão de crédito quando o cartão volta clonado; a gente leva coronhada nos postos de combustíveis e a gente não tem o direito de ligar para a polícia, porque a gente não tem um celular no posto à disposição dos trabalhadores. A classe trabalhadora... Nós, de postos de gasolina, somos muito sofridos. A gente tem que dar as mãos mesmo, criar um guarda-chuva para poder se proteger... Você disse a questão do imposto do cartão... Eu acho até engraçado o empresário, de posto de combustível, querer cobrar uma taxinha de cartão de crédito... Ele não tem prejuízo! O prejuízo é sempre do trabalhador! Ele não tem risco. O risco da atividade é todo transportado pra gente. Nós pagamos quando há assalto... Além do mais, só para o Senador ter uma ideia, em 2009, nós perdemos dois trabalhadores em postos de gasolina aqui, em Brasília, no pé da bomba, em assalto. Hoje em dia, o trabalhador em posto de gasolina, na madrugada, você pode passar no posto, às duas horas da manhã, que ele está sozinho no posto de gasolina. Quando o posto não está fechado, ele está trabalhando de frentista e de vigia. Sem as mínimas condições! Sem as mínimas condições...

Então, a gente tem de chamar a atenção disso aí. Nós fizemos grandes manifestações aqui, em Brasília, chamando atenção da sociedade a respeito desse tema, inclusive da mídia. Fizemos carreata para a questão disso aí. Só que nós temos de buscar mais: nós temos de buscar responsabilidade para os empresários. Nós, trabalhador, não podemos ser responsabilizados pelas empresas deles. Nós estamos aqui para defender o patrimônio deles. Nós estamos ali... Eles estão matando a gente de trabalhar. Quando você chega para receber o salário no final do mês, você não recebe a metade. Se seu piso é R$800,00 ou R$700,00, você não recebe R$400,00 no final do mês.

Então, não podemos esquecer essa situação. Temos de prestar bastante atenção... Nós temos as NRs para serem seguidas. Vários postos de combustíveis não seguem, contratam alguns médicos de saúde e de segurança do trabalhador e que, muitas vezes, quando você vai fazer uma homologação, o trabalhador está lá com as plaquetas baixíssimas... Chegam a 100 e 98... E chega a ser até caso de polícia, porque o próprio médico atesta que o funcionário está apto a ser demitido.

Então, a gente tem que tomar bastante cuidado nessa questão também. E essa questão do Estatuto do Frentista vai servir, sim, como um guarda-chuva para resguardar nossos direitos. Muito obrigado a todos. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Carlinhos, Presidente do Sindicato de Brasília, que fortalece inclusive o nosso debate, demonstrando que quem paga a conta, por qualquer situação, no posto é o frentista. Assalto, cartão clonado, cheque sem fundo, tudo acaba estourando no frentista. E, na outra audiência, ainda, a falta de estrutura e condições de o frentista ficar lá, às vezes por horas e horas, servindo até de segurança como você falou.

Mas nós vamos dar o seguinte encaminhamento agora.

Olha, pessoal, nós temos de tentar manter aqui certo critério. Eu já abri para quatro no plenário... Mas me fazem um pedido aqui para que o representante da UGT que, inclusive, diz que a UGT é a central, segundo diz aqui, que patrocinou a nossa pugilista Rosilete. Ele queria um minutinho só para dar a mensagem... Como é o nome dele? (*Pausa*.) Bartolomeu. Um minuto para o Bartolomeu.

O SR. BARTOLOMEU – O senhor já recebeu tantos títulos nesta Casa: Senador do Brasil, Senador dos trabalhadores... E também é o Senador dos companheiros aposentados, não é? Nós não podemos nos esquecer disso. E nós tivemos a oportunidade de estarmos juntos na entrega da Medalha Tiradentes, o título mais honrado de nosso Estado do Rio de Janei-

ro, em reconhecimento do Estado do Rio de Janeiro ao trabalho que faz pelo país afora.

A razão de minha fala é a seguinte, Senador: nós falamos hoje aqui de etanol, metanol, gasolina, diesel e lubrificante. Mas tem um setor de combustível que mais cresce neste País que é o GLP, o gás, não é? E nesse setor está acontecendo também muitos acidentes. Nós não temos assim critérios de homologações... O Inmetro, no Rio de Janeiro (não sei como funciona em outros Estados), não tem uma fiscalização firme. Então, também está acontecendo muito acidente com gás. Hoje, a frota do Rio de Janeiro é praticamente 70% desse novo combustível que está em nosso País.

Então, eu gostaria que se desse atenção à questão do gás que está sendo usado, o gás natural.

Outra questão, Senador: na sexta-feira nós tivemos regulamentada a profissão de *sommelier*, o trabalhador especialista em vinhos. E nós só temos neste País 46 profissões regulamentadas. Nós temos 176, aguardando a devida regulamentação, conforme o senhor acabou de falar aí: a dos rodoviários, também a dos comerciários.

Então, se nós queremos um piso nacional de salário para o trabalhador frentista, nós temos de regulamentar a profissão do frentista. É fundamental a regulamentação para que nós tenhamos um piso nacional. Muito obrigado, Senador Paim. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Obrigado pela sua fala, amigo Bartolomeu.

Pessoal, se eu abrir a palavra, eu vou ter que abrir para todos agora...

A Mesa fez um apelo para mim, que eu abrisse para três, que eu abrisse para quatro... Agora, foi o quinto. É chegado o momento de nós encaminharmos aqui as propostas que surgiram até o momento. Nós temos as considerações finais aqui da Mesa. O Senador Cristovam usará da palavra no momento em que ele entender mais adequado.

Senador, o que me pediu a Mesa, também, que nossa pugilista, financiada pelas entidades – e que é campeã mundial –, tenha uso da palavra. Ela está dando entrevista lá fora. Mas me pediram também que eu permitisse que o nosso Alexandre Soares, que também é financiado pelas entidades e tem um belo trabalho na área da cultura, que declamasse pelo menos uma das poesias. E ele vai, então, declamar agora...

Ele vai declamar agora, pessoal. Ele vai declamar agora. É surpresa. Alguém está dizendo que ele não veio, e tem uma surpresa aqui.

Ele vai declamar agora uma do Charles Chaplin. Pode botar no ar que ele vai declamar. Ele está, mas não está. Ele vai declamar. Vamos lá.

(Exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Na nossa poesia, ele tem... São quatro aqui. Cinco: a do Charles Chaplin, *Quando me Amei de Verdade*; a outra, o autor é Israel ???; *Pedras no Caminho*, de Fernando Pessoa; depois, tem uma do William Shakespeare.

(Continua a exibição de vídeo.)

Primeiramente a Deus; aos familiares e a todos aqueles que o incentivaram a recitar e a todos aqueles que o patrocinaram, de uma forma ou de outra.

Se houve problema, nós vamos... Toda vez eu peço: "Vamos testar antes", mas esta aqui foi na última hora. O pedido foi agora e não foi testado.

O SR. LAIRSON SENA – Senador, uma questão de ordem. Curitiba. Porque ele solta só a música e depois ele solta recitando. Então, tem que pular para mostrar o recital, para ele poder falar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Viu? A orientação vem da base. Tem que pular toda essa música e entrar direto na voz.

Antes, eu pedi para o nosso amigo que testasse lá dentro. Ele foi lá testar e eu acho que não deu essa orientação que o meu amigo de Curitiba deu. E conquistou um minuto agora. Usa a palavra aí. Usa o minuto que tu tinhas pedido aí. Tu conquistaste porque tu orientaste a Mesa.

O SR. LAIRSON SENA – Eu queria ser rápido. Primeiro, eu queria parabenizar o Senador Paim...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Dá o seu nome aí.

O SR. LAIRSON SENA – Lairson, Presidente do Sindicato de Curitiba, região metropolitana litoral do Paraná. Parabenizar o Senador Buarque, o Presidente da Federação, em nome de todos os trabalhadores, a companheira Rosilete, que tem um trabalho bonito lá, que é o da UGT-Paraná com o Sinpospetro. Eu queria ser rápido. Porque, quando somos assaltados nos postos, e o trabalhador sofre e sofre muito – eu queria só dar o encaminhamento às palavras do companheiro Carlinhos –, a primeira coisa que o patrão pergunta é sobre o dinheiro, e não sobre a vida do frentista, que é quem toma coronhada e quem sofre no posto. *(Palmas.)*

Era isso que eu queria colocar. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Completou e completou bem. Deixou bem claro. Muito bem. Parabéns pela fala, bem rápida, em menos que um minuto. Menos que um minuto.

O Senador Cristovam está com a palavra.

Quando o Senador Cristovam concluir é que entra, então, a declamação.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Em primeiro lugar, Presidente Paim, eu quero dizer da satisfação de estar aqui ao lado de compa-

nheiros frentistas. E eu digo companheiros porque são trabalhadores. No meu governo aqui, nós compramos uma briga, naquele momento, com o Presidente Fernando Henrique Cardoso, que queria adotar o sistema automático, o *self service* nos postos. E eu disse, na época, que, aqui, a gente não teria *self service*. Porque embora possa ser vantajoso para baixar o preço, se é que os donos de postos baixariam o preço para o consumidor, geraria um desemprego em massa de uma categoria que hoje tem um número muito grande de trabalhadores. Eu comprei essa briga e, felizmente, creio que o próprio Presidente recuou em todo o País. Não sei como é que está nas outras cidades, mas aqui não temos. Foi criada uma lei federal que proíbe. Essa foi uma luta que eu tive ao lado dos trabalhadores e fico muito feliz.

Certas modernidades que são contra o povo devem ser evitadas. Não é modernidade.

Segundo, eu gostaria de ouvir a categoria sobre um ponto em debate. Eu tenho a minha posição – e digo logo de saída –, mas estou pronto para ouvir posições contrárias. Eu temo muito essa ideia de vender gasolina nos supermercados e *shoppings,* porque eles terminam açambarcando todo o mercado. Eles terminam baixando a gasolina um pouco para atrair consumidores de alimentos de que eles aumentam o preço, de tal maneira que, no fim do mês, sua fatura seja maior, e à custa de muitos empregos.

Mas eu gostaria de ouvir a posição dos companheiros, para que eu esteja sintonizado com a posição da base, para que eu esteja sintonizado com a posição dos trabalhadores, com a posição de gerar emprego. Pode ser que eu esteja errado nisso.

Terceiro, quanto ao piso, quero dizer que sou francamente favorável. (*Palmas.)*

Eu, sinceramente, fico surpreso que isso justifique aplauso, porque eu acho que essa deveria ser uma posição tão óbvia, tão aceita por todos, que não deveria nem mais estar se falando em piso. Eu fui autor da lei do piso do professor, que não tinha, até pouco tempo. E, lamentavelmente, ainda tem governador e prefeito que não está cumprindo, o que deixa esses caras fora da lei. Eu não sei por que o sindicato não pediu a cassação deles no Ministério Público, porque não estão cumprindo a lei.

Então, eu fui o autor.

Eu acho que toda categoria deve ter seu piso. Outras categorias já têm piso. Categorias como as de engenheiros e economistas têm seus pisos. Está na hora de os frentistas terem. Já deveriam ter, há muito tempo.

E quero sugerir, Senador Paim, que esta audiência não acabe pura e simplesmente. Que se crie uma comissão, de que eu gostaria de fazer parte, junto com o senhor e junto com representantes dos sindicatos ou da federação, para que, juntos, mantenhamos esta audiência permanentemente ativa, procurando superar as dificuldades para que o piso vire uma realidade. Porque nós fazemos muitas audiências aqui que têm um papel muito importante: o de conscientizar. Porque depois passa na televisão, porque depois os outros Senadores tomam conhecimento, porque o *Jornal do Senado* divulga, às vezes a imprensa divulga. Só isso já justifica as audiências.

Mas, neste caso, eu acho que a gente tem que ir além. Esta audiência não pode terminar aí por onze, meio dia. Ela deve continuar até que todos os frentistas deste País tenham um piso salarial. Eu quero estar junto nessa luta. E espero que a gente tenha uma comissão. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu quero já dizer que a Mesa acata a sugestão do Senador Cristovam, até porque uma das bandeiras deles é o Estatuto do Frentista, e recomendei, Senador, que eles apresentem uma minuta aqui na Comissão de Direitos Humanos. A minuta apresentada nós encaminhamos para a consultoria a fim de redigir a versão final da proposta. E essa comissão que o senhor propôs, então, passa a debater de forma permanente com eles, como estamos fazendo inclusive com o Estatuto do Motorista, inclusive nos Estados, percebendo e recebendo as denúncias como as que vocês colocaram aqui.

Então, a proposta do Senador Cristovam está acatada não só por mim, mas pelas palmas do Plenário. *(Palmas.)*

Agora, vou passar para as considerações finais da Mesa. E a própria Mesa já responde o questionamento feito pelo Senador Cristovam.

Vou começar, agora, pelo inverso do que foi a abertura.

Começo com o Ângelo Martins, do Sintraposto. Pessoal, peço que a gente fique no tempo. Vou dar cinco minutos para cada um.

O SR. ÂNGELO MARTINS – Gostaria de dizer ao Senador Cristovam Buarque que tem todo o nosso apoio e somos contra realmente essa questão de hipermercado vendendo gasolina, porque é só para superfaturar e fazer a questão. Está de parabéns o Senador. Estamos em conjunto, estamos firmes nessa luta.

Senador Paim, eu só queria colocar para ti e para a sociedade brasileira que o anidro subiu mais de 180% nas usinas entre junho de 2010 e abril de 2011, excluindo fretes ou impostos, segundo dados do Centro de Estudos Avançados em Economia. Só essa alta provocou uma elevação média de 19% no

custo da gasolina, sem levar em conta outros possíveis impactos tributários ou de margem. No mesmo período, as distribuidoras venderam gasolina numa média de 14,5 mais caro aos postos que repassaram a majoração média.

Então, pessoal, todos eles nessa cadeia aumentaram os seus preços, e os nossos salários ainda continuam na miserabilidade. E mais: nem no Oiapoque e nem no Chuí. Há Estados que estão um pouquinho a mais, mas ainda aviltados.

Então eu gostaria de colocar principalmente para as agências: as agências foram criadas para realmente fiscalizar. Por que a ANP não fiscaliza também essa questão dos usineiros, da lavoura, usineiros e postos de gasolina? É da maior gravidade isso a que estamos assistindo.

Outra questão, Paim – e tu sabes como nós, gaúchos, gostamos de desafio: nós tivemos aqui o Presidente da Fecombustíveis. Nós temos aqui, com toda responsabilidade – peço permissão para o meu Presidente Porcino, que é o Presidente da Fenepospetro –, capital e trabalho. E tu me ensinaste muito neste sentido: se capital e trabalho, se estão os responsáveis aqui presentes, por que essas pessoas não se sentam, mediadas pela Comissão de Direitos Humanos? Quando um Senador como o Cristovam nos coloca isso, Paim, dá-nos uma firmeza de que a nossa luta está tendo eco.

Por isso, Paim, esse desafio, esta Casa, meu Senador guerreiro, eu gostaria de fazer esse pacto, que não é um Pacto de Moncloa, entre capital e trabalho, para que não seja tão explorado e, principalmente, que as agências tenham a sua questão específica regulamentada para fiscalizar, porque, ao fim e ao cabo, Paim, é a sociedade brasileira que está pagando essas questões aí. Senão, nós vamos voltar ao ciclo do ouro, ao ciclo da cana-de-açúcar, em que as nossas riquezas são exportadas e nós, brasileiros, continuamos escravos. Não queremos neoescravidão no Brasil. Estamos aí com o pré-sal. Estamos aí fazendo combustíveis de cana, de tudo.

Eu queria registrar ao Marcelo Guimarães, que há 20 anos dizia assim: “Martins, do etanol ou do álcool nós podemos fazer tudo possível, tudo o que queremos”. Hoje nós temos essa tecnologia. Por que a gente não cria a alcoolbras? Por que a gente tem que deixar para os usineiros fazerem isso? E o meu companheiro Miguel Rossetto, Presidente da Petrobras Biocombustível, eu sei por que já está investido nessa questão.

Por isso, liberdade para todos nós e salário justo para os frentistas e para todos, companheiros! *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Ângelo, firme como sempre, apontando caminhos.

Eu vou passar a palavra, neste momento, para o Luiz de Souza Arraes, Presidente da Federação dos Empregados em Postos de Serviços de Combustíveis e Derivados de Petróleo.

O SR. LUIZ DE SOUZA ARRAES – Muito bem, Senador Cristovam, tentando responder um pouco as suas perguntas, tivemos hoje no Brasil uma lei federal que proíbe o *self-service*. Portanto, estamos, por lei, por iniciativa de alguns Estados, inclusive o Distrito Federal, com V. Exª. E conseguimos aprovar essa lei nacional, que hoje garante a sobrevivência de 38 mil empresas no País e de 500 mil trabalhadores. Essa lei foi importante. É o único País do mundo que tem uma lei que proíbe isso. Foi uma grande vitória, inclusive, do movimento sindical e da nossa federação nacional.

Com relação aos hipermercados, o senhor tem total razão. Tem hipermercado que vende gasolina abaixo do preço, para servir como um atrativo para o mercado, e eles ainda usam, em quase todos os Estados da Federação, aquela engenharia tributária de credenciar o ICMS. Isso em São Paulo não ocorre porque nós, com muito esforço, conseguimos fazer o seguinte: São Paulo não se opera em hipermercado se não for com CNPJ diferente. Mas, mesmo com CNPJ diferente, eles usam dessa artimanha que o posto é um atrativo para o mercado, para ele explorar o consumidor lá dentro. E eles não têm interesse nenhum a não ser o lucro, e matar os postos tradicionais que ficam em volta desses hipermercados.

Mas, Senador, nós, trabalhadores de postos, através dessa audiência, não viemos aqui reivindicar somente o nosso piso nacional e somente as nossas condições de trabalho, viemos aqui tentar regulamentar esse setor que, a partir da desregulamentação em meados dos anos 90, virou uma bagunça, é um samba de crioulo doido, não tem ninguém que resolva absolutamente nada nesse setor. Então, estamos aqui reivindicando que esse setor seja regulamentado, pela importância que tem para a economia brasileira e para o Brasil. Queremos que a revenda de combustível seja forte, para que nós possamos reivindicar dentro dos nossos diretos.

Queremos, sim, o nosso piso nacional para o trabalhador do posto de gasolina, mas queremos que os revendedores tradicionais, aqueles bandeirantes que abriam aqueles postos nas rodovias quando ninguém queria; agora, que o setor desregulamentou, apareceram os oportunistas, apareceram os bandidos, apareceram os narcotraficantes para lavar dinheiro em posto de gasolina, apareceu tudo que é coisa que

acontece neste País. Ninguém sabe onde está o lucro desse setor. Ninguém. Participei de negociações em 15 Estados da Federação este ano, nenhum revendedor está satisfeito com o que está acontecendo. Todos eles falam inclusive em voltar tabelamento de preço, que a gente sabe que não acontece e que acontece nas distribuidoras. As distribuidoras impõem aos seus filiados que tabelem os preços. Ela diz: "Eu passo para você por tanto, mas você tem que vender por tanto". Então, é uma verdadeira bagunça. E nós queremos que esse setor seja regulamentado para poder fazer as nossas reivindicações.

Não conheço país no mundo que seja grande se não investir pesado na educação e na massa trabalhadora. Com a massa trabalhadora sem salário, não existe país.

Não quero que a Petrobras seja a maior empresa do mundo e nós, frentistas, não tenhamos dignidade com a nossa família. Hoje, o salário de um frentista em São Paulo é quase três vezes mais do que o de algumas regiões do Nordeste, sem contar a precariedade das condições de trabalho. Então, tem trabalho escravo nesse setor, tem o que o Carlinhos falou, trabalhador pagando assalto: o posto é assaltado e o dono do posto desconta o assalto dos trabalhadores, rateia entre todos os trabalhadores; o cartão de crédito é clonado, ele rateia entre os trabalhadores; acontecem assaltos nas lojas de conveniências, eles fazem o balanço no final do mês e o que falta eles cobram dos trabalhadores. É uma coisa absurda o que está acontecendo.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Cheque sem fundo também.

O SR. LUIZ DE SOUZA ARRAES – É. E eles descontavam da gente. Tem mais outro detalhe: eles impõem um limite para que o trabalhador fique só com um troquinho. Em São Paulo, a menina levou um tiro na cabeça porque só tinha R$80,00 no bolso, que é o que o posto impõe.

Então, queremos condições de trabalho, mas queremos que o setor seja regulamentado, que as empresas sejam saudáveis, que tenha lucratividade para poder a gente ter esse setor verdadeiramente organizado.

É essa a nossa reivindicação. Queremos o nosso estatuto do empregado em posto de combustível, queremos o nosso piso nacional, mas queremos a volta da revenda forte, saber onde está o lucro. Tem farra com nota fiscal que o senhor nem acredita, tem nota fiscal que anda 100 mil quilômetros no País, sem data, as usinas vendendo para posto sem passar por ninguém. Só agora o etanol virou combustível; antes, era tratado só como produto agrícola, e a Presidente Dilma regulamentou isso. Em Minas Gerais temos um ICMS; São Paulo, um ICMS menor. O cara compra o combustível em São Paulo para vender em Minas Gerais. Tudo o que o senhor imaginar de barbárie, de bagunça tem nesse setor. E a Agência Nacional de Petróleo é inoperante.

Queremos, sim, que esse setor seja regulamentado. A Agência não tem condições de regulamentar. Quem tem que regulamentar, eu acho, é esta Casa, tem que sair daqui uma lei dura. Lá, em São Paulo – conversamos aqui antes de o senhor chegar –, foi mostrado que se fechou um monte de posto, mais de oitocentos postos. Mas, por quê?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Só em São Paulo, 865 postos fechados pela Secretaria da Fazenda de São Paulo.

O SR. LUIZ DE SOUZA ARRAES – Porque é o único Estado que cassa a inscrição estadual quando pega o posto adulterando, quando pega o posto sonegando. É o único Estado que tem uma lei que cassa. Mas cassa só por cinco anos. Queremos lei dura, que mande banir o cara do mercado quando ele estiver adulterando na qualidade, na quantidade, sonegando imposto. É isto que nós queremos, Senador, é isto o que queremos desta Casa: queremos o apoio. E contem com os 500 mil trabalhadores do Brasil. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pessoal, enfim, o Alexandro chegou.

O Alexandro Soares é frentista e queria declamar uma pequena poesia. Ela chama para uma reflexão. Que a gente ouça, mostrando que nós não somos donos da verdade, mas eles também não são.

Alexandro, por favor.

O SR. ALEXANDRO SOARES – *Quando me amei de verdade, compreendi que em qualquer circunstância, eu estava no lugar certo, na hora certa, no momento exato. E então eu pude relaxar. Hoje eu sei que isso tem nome... Autoestima.*

Quando me amei de verdade, pude perceber que minha angústia e meu sofrimento emocional, não passam de um sinal de que estou indo contra minhas verdades. Hoje sei que isso é... Autenticidade.

Quando me amei de verdade, parei de desejar que minha vida fosse diferente, e comecei a ver que tudo que acontece contribui para o meu crescimento. Hoje, chamo isso de... Amadurecimento.

Quando me amei de verdade, comecei a perceber como é ofensivo tentar forçar alguma situação ou alguém, apenas para realizar aquilo que desejo, mesmo sabendo que não é o momento ou a pessoa não está preparada, inclusive eu mesmo. Hoje sei que o nome disso é... Respeito.

Quando me amei de verdade, comecei a me livrar de tudo que não fosse saudável: pessoas, tarefas,

tudo e qualquer coisa que me pusesse para baixo. De início, minha razão chamou essa atitude de egoísmo. Hoje sei que se chama... Amor-próprio.

Quando me amei de verdade, deixei de temer meu tempo livre, desisti de fazer grandes planos; abandonei os projetos megalômanos de futuro. Hoje faço o que acho certo, o que gosto, quando quero, no meu próprio ritmo. Hoje sei que isso é... Simplicidade.

Quando me amei de verdade, desisti de querer sempre ter razão e, com isso, errei muito menos vezes. Hoje descobri a... Humildade.

Quando me amei de verdade, desisti de ficar revivendo o passado e de me preocupar com o futuro. Agora me mantenho no presente, que é onde a vida acontece. Hoje, vivo um dia de cada vez. Isso é... Plenitude.

Quando me amei de verdade, percebi que minha mente pode me atormentar e me decepcionar. Mas quando a coloco a serviço do meu coração, ela se torna uma grande e valiosa aliada. Tudo isso é... Saber viver.

Não devemos ter medo dos confrontos da vida. De um amor nasce um ser humano, e isso é Deus!

Charles Chaplin.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem! Muito bem! (*Palmas.*) É de Charlie Chaplin, não é? Começou bem e terminou muito bem. Meus cumprimentos ao Alexandre, que veio de Curitiba para declamar para nós aqui. Parabéns, Alexandre, uma alegria enorme para quem está assistindo a TV Senado neste momento. Na verdade, vocês viram o DVD dele. Eu o cumprimento pela forma, e mostra a importância da humildade, da autoestima, do respeito, da simplicidade, mas também da coragem, da plenitude. Saber viver, saber enfrentar e não ter medo dos desafios. Esse é o papel de todos vocês. Parabéns a todos vocês! (*Palmas.*) Eu diria de todos nós.

Eu passo a palavra, neste momento, ao Marcos Lopes Coelho, diretor jurídico do Procon.

O SR. MARCOS LOPES COELHO – Primeiramente, eu quero parabenizar os sindicatos presentes pelo movimento e pela organização; dizer que o Procon do Distrito Federal continuará atuando na defesa do consumidor. E nos colocamos à disposição desta Casa e de todos aqui presentes para o que for preciso, nobre Senador Paim.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Marcos. Falou pelo Procon, da importância que é o Procon em todo o Brasil. E ele aqui destacou bem que há um projeto na Casa que quer que o Procon, no mínimo, se multiplique por dez. Eu diria por 100 até, pela proposta de estar em todas as regiões da cidade, e não só na cidade ou no Estado.

Vou deixar o Antônio Porcino Sobrinho, que é o Presidente da Federação Nacional dos Empregados em Postos e Serviços de Combustível por último e, agora, passo a palavra ao Raimundo Nonato dos Santos, que veio aqui representando a CNTC.

O SR. RAIMUNDO NONATO DOS SANTOS – Muito bem. Eu acho que o Senador Cristovam Buarque – muito prazer em ouvi-lo – colocou uma situação interessante. Acho que esta bandeira que ele abraça, não só os frentistas, mas a sociedade brasileira que nos escuta deve abraçar: a questão dos postos de gasolina nos supermercados. É um perigo para a sociedade, porque contamina os alimentos e contamina o próprio consumidor que está fazendo as compras.

Mas, como estamos finalizando, quero propor, na linha de raciocínio do Senador Cristovam Buarque, quando coloca a questão de que esta Comissão deve ser permanente. Tenho uma proposta, que não sei se vai ser de bom grado ou se vai de encontro aos interesses dos meus nobres, guerreiros companheiros e companheiras frentistas de todo o Brasil.

Nós precisamos, Senador Paim, criar uma comissão para elaborar um projeto de regulamentação – tanto que o companheiro Arraes levantou isso. Que se estude a regulamentação desse setor, que se estude a questão dos estatutos e, dentro dos estatutos, se discuta a questão da unificação dos salários. Mas essa comissão não deveria ser só comissão entre patrão e empregado. Eu coloco uma proposta mais abrangente: esta Comissão deve ser formada por trabalhadores, representantes do Governo, representantes do Parlamento, tanto do Senado como da Câmara Federal; deve estar representada pelo Ministério Público e deve estar representada pelos Procons. Senta-se na mesa, elabora-se um projeto, discute-se, e os trabalhadores serão ouvidos.

As denúncias que foram feitas aqui são muito graves. Acho que o Governo brasileiro tem de se preocupar com as denúncias feitas aqui: trabalhadores se matando, trabalhadores sendo vigias de postos, enquanto esse setor da classe patronal está ganhando muito dinheiro, e, diga-se de passagem, sonegando muitos impostos. A partir do momento que a Nação sonega impostos, a Nação sonega a dignidade do povo brasileiro. Uma nação que sonega impostos não quer ver o crescimento na educação, não quer ver saúde, não quer ver emprego decente, transporte decente. Isso é muito... Para nós, as denúncias que vocês trouxeram, continuo dizendo, não foram denúncias vazias. As denúncias que vocês fizeram aqui trouxeram provas concretas. O próprio Decon daqui de Brasília confirma, inclusive, que já foram feitas as fiscalizações e a prática

de fechamento de postos. Isso está acontecendo no Brasil inteiro, e em São Paulo com muita força.

Por isso, estou propondo essa comissão, porque essa comissão vai saber a verdadeira realidade desse setor. Os trabalhadores já conhecem. Estão denunciando nesta Comissão de Direitos Humanos, que é de suma importância. Se não cuidarmos do nosso povo brasileiro, quem é que vai cuidar? Se não cuidarmos dos nossos futuros, que são as crianças, pela educação, quem é que vai cuidar? Por que a educação está nessa situação? A sonegação de impostos neste País é muito grande. E aí não é só no setor de postos, não, companheiros, mas todos os setores da economia são sonegadores de impostos. Todos. Digo isso sem pedir segredo. Se fizermos uma auditoria em cada setor desses, vamos ver quantas divisas são sonegadas neste País.

Portanto, estou levando essa proposta aos companheiros frentistas, de tirar esta comissão, que seja formada pelos trabalhadores, pelo governo, pelos representantes do parlamento, pelo Ministério Público, pelos Decons e elaborar um estatuto para regulamentar esse setor, Arraes. Acho que só assim nós, trabalhadores, vamos dizer tudo o que temos a dizer na mesa e aí sentarmos, tentando elaborar o mínimo do mínimo para poder ter o estatuto da categoria e unificar o salário de vocês.

Muito obrigado, Senador, pela oportunidade que me deu. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Agradeço ao Raimundo Nonato pelas suas considerações, que vão se afunilando naquela posição que aqui estamos comungando: temos de regulamentar o setor, o estatuto seria o grande guarda-chuva, e esta Comissão, de posse da minuta, começa a debater com todo o setor envolvido.

Passamos a palavra, agora, ao Antônio Porcino Sobrinho, que é o Presidente da Federação Nacional dos Empregados em Postos e Serviços de Combustíveis e Derivados de Petróleo.

O SR. ANTÔNIO PORCINO SOBRINHO – Senador Paim, eu fiquei muito feliz com a chegada aqui do Senador Cristovam Buarque, a quem quero agradecer. De certa feita, o Paulinho o convidou para conversarmos, e isso deu uma grande ajuda para a consolidação dos nossos sindicatos aqui de Brasília. Meus agradecimentos. (*Palmas.*)

O senhor sempre foi um baluarte na defesa do trabalhador brasileiro, assim como o Paulo Paim, que é o Senador do Brasil. Eu disse, há poucos instantes, que oxalá nós tivéssemos 20 Senadores Paim aqui e 20 Senadores Cristovam. Aí, estaríamos com a vitória consolidada, mas vamos trabalhar. Confio no poder de persuasão do senhor e do Paulo Paim.

Acredito que vamos concluir por fazer o estatuto do trabalhador de postos de serviço de combustível e nesse estatuto estarão contempladas todas as nossas reivindicações. Acredito nessa possibilidade porque sou um otimista inato; sou o fundador do primeiro sindicato de frentistas do Brasil e, dois anos depois, fundamos uma federação. Ficamos lutando 16 anos, mas consolidamos a nossa vitória. Hoje, representamos 56 sindicatos espalhados no Brasil inteiro, 47 dos quais já regularizados, registrados e nove em processo de reconhecimento.

Nós representamos esses 500 mil trabalhadores no Brasil e estamos nessa batalha para que o cidadão do Piauí não seja um cidadão de terceira categoria em relação ao de São Paulo; para que os de Minas Gerais... Para o senhor ter uma ideia, basta atravessar a fronteira, e há uma diferença absurda no ganho dos trabalhadores. Quer dizer, Estados ricos como Minas Gerais e Rio Grande do Sul... Este ano, deu uma alavancada muito boa graças ao trabalho do Ângelo, mas era um Estado que discriminava; havia uma discrepância muito grande, e há ainda.

Por isso, temos de recorrer ao Legislativo. Temos de vir aqui para buscar uma forma de equacionar essa situação. Para se ter uma ideia...

...para buscar uma forma de equacionar essa situação. Para o senhor ter uma ideia... Eu citei alguns exemplos aqui, e é verdade... Até, em João Pessoa, me perguntaram se não haveria cartel lá. Eu falei: "Não, aqui não tem cartel. Podem estar vendendo gato por lebre, aqui podem estar vendendo metanol por etanol e podem estar vendendo solvente por gasolina, mas não tem preço alto não". Chega a R$ 3,45; a Petróleo Distribuidora vende a R$2,27 – quem vende a R$2,47 está ganhando vinte centavos, o que é muito pouco, eu concordo. Eu quero um setor forte para poder remunerar bem a minha categoria. Agora, se o senhor atravessar a fronteira e for para o Ceará, verá que lá é R$3,00. Não dá para entender! Alguém está metendo a mão, alguém está levando uma vantagem absurda, e o trabalhador não pode ficar nessa situação.

Veja isto aqui, que foi muito bem bolado pelo Ângelo Martins. Quer dizer, nós aqui, a Federação e o trabalhador, carregando esse mundão de empresas com a remuneração... Em alguns lugares, Senador Cristovam, não chega a R$600,00. O caso do Amazonas, por exemplo, já denunciei em outras ocasiões, e hoje aqueles postos que estão lá nos rios chegam a operacionalizar... A mão-de-obra trabalha 24 horas e dão 12 de folga, quando é o inverso: 12 por 24. Lá é 24 por 12, o que é trabalho escravo, e pagando uma

remuneração miserável, uma remuneração vergonhosa. Quando a gente vai defender o trabalhador... Eles me ameaçaram de pistolar, mas fui salvo... Eu estava junto com o Felipe...

Então, esses absurdos têm de acabar. Eu acredito no poder de persuasão do Senador Paulo Paim, acredito no senhor e acredito que nós vamos lograr o nosso objetivo, porque nós estamos lutando por uma causa justa. Nós produzimos a cana... Os usineiros produzem a cana com o dinheiro do BNDES e depois, quando o mercado de açúcar está bom lá fora, eles deixam de fabricar o álcool para vender açúcar e nós ficamos nessa situação. Falta álcool e, aí, eles trazem metanol para envenenar a minha categoria.

Foi uma briga muito grande que nós enfrentamos aqui anos atrás, mas até hoje continuam. Recentemente fechou-se um posto em Campinas com 97% de metanol, que tem efeito cancerígeno de profunda gravidade. O organismo vai retendo o que você vai inalando e, de repente, você tem um enfarte do miocárdio em função do que você inalou de metanol.

A situação do benzeno é outra que continua. Nós já achamos posto na Bahia com 13% de benzeno. 13% de benzeno! Quer dizer, é um produto altamente cancerígeno e que está proibido – a Agência admite até 1%. E chega a 13%!

E assim por diante. Nós temos o biodiesel, que hoje também é uma das fontes energéticas do País. Essas questões todas, nós precisamos debater, mas o setor foge: a Agência Nacional de Petróleo não compareceu, Senador Cristovam; a Petrobras, a Petróleo Distribuidora, que foi convocada, não compareceu. Quer dizer, fugir do debate é fácil. Agora, continuam explorando a gente.

Recentemente, em São Paulo, nós invadimos uns terminais em São José dos Campos com 1.500 trabalhadores para fechar aqueles PAs. Fomos em frente, nós temos coragem, mas nós precisamos de suporte, e nós vemos esse suporte aqui no Congresso, através da benevolência do Senador Paulo Paim, esse incansável Senador que luta intransigentemente em defesa do trabalhador brasileiro.

Quero contar com o apoio de V. Exª. Eu vou trazer para esta discussão também a Bancada da Paraíba – o Senador Wilson Santiago, que deveria estar aqui hoje, mas teve problemas e não pôde chegar; o Senador Cícero Lucena e o Senador Vital do Rêgo Filho. Queremos nos somar aos senhores para ganhar mais corpo e só parar essa batalha quando tivermos consolidadas as nossas conquistas, pelas quais temos trabalhado noite e dia. Nós somos o cartão de visita de todos os postos de gasolina do Brasil. Em qualquer lugar em que a pessoa se perca, a primeira coisa que faz é se dirigir a um frentista num posto de gasolina para pedir uma orientação; e a pessoa é orientada.

Nós precisamos de recursos. Que este Senado possa pressionar o Ministério do Trabalho ou o Ministério do Turismo para liberar cursos para a gente preparar a categoria. Nós já tínhamos trabalhado isso numa época anterior, o Ministro Lupi foi muito generoso com a gente, mas caiu na mão de um monte de picaretas e nós ficamos à parte. Não realizaram cursos, mas levaram o dinheiro.

Então, o senhor pode conversar com o Ministro para refazer isso aí, para rever essa situação. Nós precisamos preparar a nossa categoria para mostrar que somos bem-educados, que somos preparados e que somos e seremos ainda a lanterna do mundo, como alguém sonhou.

Quero contar com o apoio dos senhores aqui e agradecer aos meus companheiros que vieram de vários lugares do Norte e do Nordeste do Brasil, assim como da Região Sul. Quero agradecer a presença do professor da Universidade de Santa Catarina, o Sr. Ernesto Heinz, que tem feito um trabalho muito importante relativamente à saúde nos postos lá naquele Estado, onde, aliás, a categoria recebe um dos melhores salários no Brasil – isso acontece por conta do salário mínimo do Governo do Estado, não é por conta do que foi conquistado pelo trabalhador; foi por conta do piso regional que o Governador sancionou e aplicou à categoria.

Hoje, para o senhor ter uma ideia, Senador, o nosso setor é responsável por 23%...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O maior piso regional é o do Paraná, se não me engano.

O SR. ANTÔNIO PORCINO SOBRINHO – Não, é o de Santa Catarina, por causa do piso regional.

O setor é responsável, Senador Buarque, por 23% do PIB nacional. Então, não podemos tratar a ponta da forma que estamos tratando. Quer dizer, um setor como esse, com essa importância, tem de ter reconhecido o seu valor. Quero contar com a generosidade dos senhores, com o apoio ostensivo a esta causa para lograrmos o nosso objetivo, se Deus quiser!

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Chegou aqui, neste momento, o Senador Ataídes, que também está sempre na linha de frente e com certeza vai ser um defensor das propostas que aqui hoje foram encaminhadas. (*Palmas*.)

Senador Ataídes, seja bem-vindo! Não vou encerrar antes de perguntar se o Senador Ataídes quer fazer uso da palavra.

Enquanto o Senador Ataídes se dirige à cadeira, concedo a palavra ao Senador Cristovam.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Senador Paim, eu pedi a palavra só para dizer o seguinte. As coisas nossas aqui, já sabemos que vamos fazer, estamos juntos. Mas eu gostaria de ressaltar a felicidade do ponto de vista da mensagem desse cartaz, que diz: "Senzala nunca mais".

Não sei se vocês prestaram atenção, mas é perfeito isso. Antigamente, a senzala era para os escravos que cortavam cana. Agora foram transferidos os baixos salários – não vou falar em escravos – para a ponta. De fato, é uma senzala, é uma senzala descentralizada e na ponta.

Ainda há a senzala dos bóias-frias. Os bóias-frias são verdadeiros escravos lá, mas a maior parte deles já foi substituída por máquinas – há colheitadeiras mecânicas que colhem cana, cada vez mais eles estão desempregando lá.

Estão transformando vocês em verdadeiros escravos modernos, com baixos salários e morando em periferias de cidades que não são diferentes do que eram as senzalas. Naquela época, os escravos não recebiam salário, mas recebiam comida, atendimento médico e a senzala onde moravam. Hoje, o atendimento médico é por conta da família, por conta do frentista; a habitação é por conta do frentista; e o salário mal dá para cobrir as necessidades básicas. Ganharam liberdade do ponto de vista de poder ir e vir, de não ficar preso, de não ser vendido, mas não ganharam a liberdade de um bom sistema de saúde, uma boa educação para os filhos, que o Estado deveria assegurar, e um bom salário, que a empresa deveria pagar.

Quero parabenizar quem bolou essa ideia, lembrando que os usineiros não saíram da casa grande e jogaram os "senzalados" – estou criando esse termo – para as favelas e para as pontas na distribuição do produto lá no setor urbano.

Parabéns para quem bolou essa ideia, que mostra muito claramente que este Brasil não mudou como deveria. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem!

Senador Cristovam, só para dizer que esse eixo da fala e do cartaz é do Ângelo, que é lá do Rio Grande do Sul. O Ângelo, nesta e na outra audiência, fez toda uma análise exatamente vinculando a escravidão e a senzala.

Agora, com a palavra o Senador Ataídes.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Bom-dia, meu Presidente Paim! Bom-dia a todos os presentes!

Falar depois do nosso professor Cristovam Buarque não é fácil. Tenho uma admiração extrema por sua sabedoria, por sua coerência, por sua equanimidade, ouviu meu Senador?

Presidente Paim, eu estava despachando em meu gabinete, e queria tanto estar aqui mais cedo, mas pude ouvir algumas falas. Também tive oportunidade, na audiência anterior, de estar aqui e lembro-me de alguns companheiros aqui presentes.

O meu conceito não mudou. Permanece o mesmo.

A questão do piso salarial para frentista, isso é uma barbaridade. Por que um frentista do Norte ganha X e o do Sul ganha X mais Y? *(Palmas.)* Isso é uma barbaridade. Em nosso País isso não acontece só com o segmento dos frentistas, mas de professores, policiais, médicos etc. Temos que olhar essa questão com muito carinho, professor e Senador Cristovam.

Percebo que aqui hoje, dentre os nossos convidados, ainda faltou convidado. Enquanto essas audiências forem tocadas dessa forma, com a ausência de representes, principalmente da Petrobras, da ANP, fico imaginando a sua condição, meu Presidente Paim, o quanto fica difícil para V. Exª.

Diante de uma audiência como essa, em que cada um foi ouvido, não sei como o meu Presidente Paim pode depois decidir. Sei que ele é um homem, a quem admiro muito como Senador, muito proativo, aqui nada se faz e fica em vão, mas percebo que parece que a coisa está quebrada, que a perna está quebrada.

Se eu tivesse a oportunidade de estar em seu lugar, com essa perna quebrada, só vejo uma saída para essa situação: convocar por meio de uma CPI. Meter uma CPI e pronto. Acabou! *(Palmas.)* Está certo? Porque o sistema, meu Presidente Paim, está todo errado.

O dia em que eu estive aqui eu ouvi o distribuidor fazendo as suas reclamações, os varejistas fazendo as suas reclamações, os representantes dos frentistas fazendo suas reclamações, ou seja, o sistema está todo errado. Não se sabe o que se vai colocar no tanque de seu carro.

Está tudo errado. Tem que ter uma CPI, meu Senador, para esclarecer tudo isso, senão vamos ficar aqui nesse bate-papo, hoje, amanhã e depois, sem sair do lugar.

Se quiserem abrir CPI eu assino com todo o prazer do mundo.

Era o que eu queria dizer. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O Senador Ataídes está mantendo sua coerência. Na outra audiência pública, ele já tinha levantado esse debate. Está sendo muito firme aqui ao defender seu ponto de

Eu só gostaria de fazer uma pergunta, que não sei se a Mesa pode responder. Eu não sei se foi o Ângelo. É porque alguém me disse que, sobre o etanol, há postos que colocam 97% dele na gasolina. Qual é o limite do etanol? Acho que foi o Chico que disse.

O SR. FRANCISCO SOARES DE SOUZA – Perfeito, Senador Presidente. Em Campinas, nós fizemos um trabalho, uma averiguação. Levamos para o laboratório e nela havia 97% de metanol, que é rigorosamente proibido em posto. Levamos isso ao Secretário da Fazenda, junto com o Ministério Público, e foram fechadas as bombas...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu só faço a pergunta que é para a população entender, independente da denúncia, porque aqui me dizem que não podia ter nada.

O SR. FRANCISCO SOARES DE SOUZA – Não devia ter nada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – E tem 97%!.

O SR. FRANCISCO SOARES DE SOUZA – Isso, 97%, só de metanol.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Mas que barbaridade!

O SR. FRANCISCO SOARES DE SOUZA – Quer dizer, estão vendendo um verdadeiro veneno para o consumidor. E os trabalhadores, consequentemente, ficam doentes. Há um trabalho muito sério em todo o País...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Mas isso é gravíssimo! Se não podia ter nada e tem 97%, estão vendendo só metanol. O Luiz quer complementar aqui.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ DE SOUZA ARRAES – A ANP já encontrou gasolina que se dizia ser gasolina, mas de gasolina não tinha 1%. Nada! Não tinha nada. Em algumas regiões de São Paulo, existe a gasolina flex, 50% gasolina e 50% álcool, quando deveria ser 25%. Nós temos a gasolina batizada, que á a gasolina de fim de semana. Nós temos laboratórios clandestinos em várias regiões do País, com engenheiros químicos produzindo combustível que não é gasolina. Só para os senhores terem uma ideia, o benzeno, nacional e mundialmente, é permitido que seja adicionado, no máximo, 1% aos combustíveis. Já se encontrou em São Paulo, próximo daquelas petroquímicas, 18%, 15%, 13% de benzeno. Hoje, absolutamente, ninguém pode dizer a composição da gasolina no País, ressalvados aqueles revendedores tradicionais que nós conhecemos. A bandidagem tomou conta de verdade. É uma indústria para valer de adulteração de combustível.

E aí tem aquela outra indústria que adultera a quantidade. Essa é terrível, está sofisticadíssima. O dono do posto, como nós já falamos antes aqui, adultera a quantidade do combustível estando lá em Nova York, através do celular, da Internet. Ele tem uma parafernália que põe lá e ele diz: hoje no meu posto o litro só vai dar 870 ml. Ele faz de lá, como nós denunciamos aqui. Quando a polícia chega e flagra, prende o frentista que está lá no posto. O dono do posto está adulterando, às vezes, do Guarujá, às vezes da região dos Lagos, e o trabalhador vai preso. Isso acontece de verdade. E tem um detalhe: estiveram aqui dois representantes do setor patronal: o Presidente do Sindicato de São Paulo, que atende 35% do mercado, e o representante da Fecombustível. E todos eles afirmaram isso que estamos falando. Não é uma história mal contada. Todos os jornais falam. Isso é causa de polícia! (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Luiz. Então, está esclarecido.

O encaminhamento que nós vamos tomar, conforme havíamos já anunciado... Ah, mas se começarmos agora não terminamos mais. Estou com problema. Estou com medo de que retome tudo de novo.

O Ângelo está com a palavra. Eu sei que as denúncias são tão graves que todos vocês gostariam de usar a palavra, a Mesa de novo. Mas, Ângelo, pode falar.

O SR. ÂNGELO MARTINS – Sabe-se que o solvente é dos polos petroquímicos. Dos polos petroquímicos, sai como exportação. Se o Paraguai recebesse todos os solventes que são exportados para o Paraguai, os paraguaios estariam tomando solvente em pé. Ele não sai e fica rodando nessa questão aqui. E aí é que vem todo esse batismo na questão do solvente. O solvente é muito mais barato que qualquer outro produto da gasolina.

Então, Senador Paim, infelizmente, vender gasolina adulterada no Brasil dá mais que vender cocaína. Esta é a verdade! (*Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – SP) – Pessoal, então vamos para os encaminhamentos.

Nós já havíamos dito no início que, com a não presença aqui da ANP e da Petrobras, nós faríamos o seguinte encaminhamento: esta audiência e também a outra, vou remeter ao Ministério da Justiça, à Petrobras, à ANP e ao Ministério Público – já havíamos combinado. E vamos esperar a resposta, vamos exigir que eles se posicionem. Esse é o encaminhamento que nós vamos fazer. Mediante a resposta deles, nós vamos dar o encaminhamento e vamos dar um tempo para a resposta. Que ninguém pense que a resposta é infinita, que fique aqui um mês, dois meses, três meses, quatro meses. Vamos dar os próximos passos mediante uma reunião com vocês.

Segundo, como havíamos já acertado, vamos trabalhar na linha da construção do estatuto do setor. Ele é amplo e vai na linha de vocês mostrarem e apontarem caminhos para combater essa esculhambação e essa roubalheira que está aqui sendo colocada de forma muito clara por todos.

Terceiro, o Senador Cristovam já havia levantado isso, a partir da minuta elaborada – já conversamos aqui com a federação –, que a federação vai registrar a proposta aqui, em nome dela, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Essa proposta não é de autoria deste ou daquele Senador. Daí, Senador Cristovam, nós reunimos a Comissão para, em cima dessa minuta apresentada, aprofundar o debate, envolvendo, por sugestão da Mesa – foi o Nonato quem levantou –, esta Comissão, além do Parlamento, para que estejam representantes do Governo, do Ministério Público, dos trabalhadores, dos empresários, do Procon e, naturalmente, a CDH. Essa é a ideia de formatar a Comissão, não descartando – foi colocado aqui por duas vezes pelo nosso Senador – a ideia da CPI. Mas daremos esses passos com esse objetivo.

E nesse debate do estatuto, vai a regulamentação da profissão, a regulamentação do setor e, naturalmente, o piso salarial unificado. É isso, pessoal? (*Palmas*.)

E vejo todo mundo aqui, os meus amigos, com as plaquetas levantadas. E gostei, porque até os dois Senadores também estão com as plaquetas levantadas.

Muito bem, mediante esse quadro e com esse encaminhamento, porque todas as sugestões foram recebidas pela Mesa e acatadas, nós vamos encerrar a audiência pública de hoje.

Está encerrada a reunião.

(levanta-se a reunião às 11 horas e 45 minutos.)

ATA DA 47ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 13 DE JULHO DE 2011, QUARTA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, NA SALA Nº 02, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e onze minutos do dia treze de julho de dois mil e onze, na sala 02, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador **(Paulo Paim)**, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Assinam o livro de presença os seguintes Senhores Senadores **Ana Rita, Paulo Paim, Wellington Dias, Cristovam Buarque, Sérgio Petecão, e Ataídes Oliveira.** A presente reunião destina-se a apreciação da seguinte **PAUTA**. Audiência Pública, nos termos do Requerimento nº 88, de 2011 – CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, aprovado em 22/06/11, "**para debater o Estatuto da Criança e do Adolescente"**. Convidados: Ministra Maria do Rosário, Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República; Jair Meneguelli, Presidente do Conselho Nacional do SESI; Carmen Silveira de Oliveira, Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente; Vinício Motta Balbino, Conselheiro Tutelar, representante do Conselho Tutelar do Gama I DF; e Ludmila Palazzo, UNICEF. **EXTRAPAUTA**. **Item 01**. Requerimento nº , de 2011-CDH, que requer a realização de **Audiência Pública para ouvir o Alto Comissário das Nações Unidas para refugiados, Senhor Antônio Guterres**. Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: **Aprovado**. É exibido vídeo produzido pelo SESI. Faz uso da Palavra os seguintes senhores Senadores Paulo Paim, Wellington Dias, Cristovam Buarque, Ana Rita, Ataídes Oliveira e Sérgio Petecão. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, às onze horas e cinquenta e dois minutos, lavrando eu, ***Altair Gonçalves Soares***, a presente ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – **Senador Paulo Paim,** Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Declaro aberta a 47ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente e Direitos Humanos e Legislação Participativa da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Solicito a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e a coloco em votação.

Aqueles que a aprovam queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Esta audiência pública tem o objetivo de, nos termos do Requerimento nº 88, de 2011-CDH, de autoria deste Senador e de outros, aprovado no dia 22/06, debater o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Foram convidados para esse evento a Ministra Maria do Rosário, da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, que já está conosco; o Presidente do Conselho Nacional do Sesi, meu colega e ex-presidente da Central Única dos Trabalhadores em nível nacional, fui seu vice e seu secretário-geral, Jair Meneguelli, que também está conosco; Carmen Silveira de Oliveira, Secretária Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente; Rodrigo Batista Figueiredo, Gerente do Centro de Referência da Criança e do Adolescente; Vinício Motta Balbino, representante do Conselho Tutelar do Gama I DF; e Maria das Neves Nunes Costa, Conselheira do Conselho Tutelar.

Antes de dar início à audiência pública, daremos alguns avisos, alguns comunicados.

O Juiz Federal Roberto Schuman, da 3ª Vara Federal Criminal da seção judiciária do Rio de Janeiro, encaminhou a esta Comissão ofício para informar que realizou inspeção no Presídio Ary Franco, onde se encontram custodiados presos provisórios federais e estaduais. O escopo do ofício é dar ciência para eventual adoção de medidas institucionais que entendemos pertinentes quanto ao relato da inspeção. S. Exª o Juiz Federal Roberto relata diversas irregularidades que ocorrem no referido presídio, entre elas a denúncia de que em cada cela, contendo entre 10 e 25 presos, possui de 1 a 2 aparelhos de barbear do tipo Prestobarba e quando qualquer detento tem que sair do presídio para participar de alguma audiência na Justiça... E aí ele relata a forma como eles sofrem castigos. Enfim, ele dá um resumo da situação degradante em que vivem esses presos.

Está feito o comunicado e nós daremos o encaminhamento devido.

O Exmº Sr. Procurador-Geral da República, Roberto Gurgel, encaminhou ofício acusando recebimento de ofício desta Comissão que encaminhou os registros da audiência pública que discutiu o relatório de diligência promovida pela Comissão, no dia 16 de abril, na cidade de Altamira, Estado do Pará, com a incumbência de ouvir as populações que poderão ser atingidas pela construção da usina hidrelétrica de Belo Monte. Informa, ainda, o Exmº Sr. Procurador-Geral da República que o material está sob consideração do Subprocurador-Geral da República Sr. Mário Gisi, Coordenador da 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal.

Recebemos, ainda, do Sr. Prefeito Municipal de Aracruz, Estado do Espírito Santo, ofício encaminhado em resposta a ofício desta Comissão dando explicações acerca de fatos ocorridos por ocasião da desocupação ocorrida em área pública na localidade de Barra do Riacho, daquele Município. O Sr. Prefeito Municipal informa que a área pública, objeto da desapropriação, é destinada à construção de casas para a população carente do Município. Informou, ainda, que já foram construídas 915 casas populares na localidade de Barra do Riacho. Há previsão de construírem mais 200 casas em atendimento ao programa Minha Casa, Minha Vida.

Chegou ainda: o Ministério da Justiça encaminhou ofício em resposta a ofício desta Comissão que solicita o aumento do número de defensores públicos. Em resposta, o Ministério da Justiça informa que encaminhou o pleito da CDH para a Defensoria Pública da União para análise e adoção das medidas pertinentes.

Ofício do Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, Desembargador Leo Lima, em resposta a ofício desta Comissão que solicita dessa corte a solução para o caso da Srª Claudia Simone Kronbauer, bacharel em Direito, aprovada em concurso público na condição de pessoa com deficiência mas preterida em face de sua deficiência. Em sua resposta, o Desembargador Leo Lima informa que a interessada apresentou nova peça recursal dirigida ao Conselho de Recurso Administrativo, a qual está pendente de julgamento, atendendo a nossa solicitação para que essa senhora deficiente seja incorporada aos quadros.

Bem, meus amigos, o objetivo da nossa audiência pública do dia de hoje é dialogarmos sobre a importância do nosso Estatuto da Criança e do Adolescente.

Já estão conosco e eu convido para a Mesa tanto a nossa querida Ministra Maria do Rosário como também o Presidente do Sesi, o nosso companheiro Jair Meneguelli. (*Palmas*) Peço aos dois que venham aqui para que a gente possa dar início a essa nossa conversa via a nossa TV Senado, explicando esse momento tão importante.

Nós convidamos também para assentar à Mesa a Drª Carmen Silveira de Oliveira, Secretária Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Se me permitem, antes de iniciarmos os trabalhos sobre o nosso Estatuto, quero dizer, de forma muito carinhosa – e assim eu farei à Maria do Rosário e a Jair Meneguelli, e aqui é o Paim, viu Ministra, viu Presidente do Sesi? Agora eu voltei para o mundo real, não é? –, que, ao longo da minha vida, eu convivi muito com essas duas lideranças, tanto no Rio Grande do Sul como em nível nacional, tanto lá no Cpers, quando você era liderança lá, como depois, como deputada federal e como presidente, inclusive, da Comissão de Direitos Humanos, Comissão de Educação, e agora está fazendo esse belíssimo trabalho como Ministra dos Direitos Humanos do nosso País. Aqui, nesta Comissão, Meneguelli, inúmeros Senadores, no momento que a ministra voltava de uma palestra que tinha feito na OEA, não é?

A SRª MARIA DO ROSÁRIO – Na ONU.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Na ONU, aqui foram os unânimes os elogios. Eu me lembro que o Senador Simon fez um elogio aqui e pediu até palmas de pé pelo seu pronunciamento lá na ONU. Então, é com alegria muito grande, Ministra, que nós estamos mais uma vez recebendo V. Exª aqui. V. Exª não recusa um convite, e eu sei que o Brasil todo lhe convida. Não sei como é que você consegue atender a todos, coloca na agenda de uma forma ou de outra, claro, não no mesmo dia, não é?, mas vai encaixando.

Parabéns, Ministra, pelo excelente trabalho que vem fazendo. É uma alegria enorme, hoje, 21 anos do nosso Estatuto da Criança e do Adolescente, tê-la aqui na Comissão dos Direitos Humanos.

Vou me dirigir rapidamente ao Meneguelli. Um dia, quero ser o Meneguelli, porque eu fui vice do Meneguelli na Central Única dos Trabalhadores na fundação da CUT. Não fui presidente; só fui vice, viu? Depois, como me elegi deputado federal, acabei sendo também secretário-geral. Não sei qual foi o primeiro dos dois. Mas uma vez fui secretário-geral da Central e ele, presidente; depois eu passei para vice, não é? Quando eu vim para a Constituinte, fui vice. E hoje o Meneguelli está fazendo excelente trabalho, belíssimo trabalho no Sesi.

Anos atrás – eu acho que você também, não é, Meneguelli? –, nós olhávamos o Sesi como algo organizado pelos empresários; nós não nos aproximávamos muito. Isso lá atrás, há uns vinte anos. E, a partir do momento em que o Meneguelli assumiu a presidência do Sesi, cada vez mais o Sesi – não é que não tenha feito um trabalho bom e não mereça elogios nossos antes de você chegar lá –, se aproximou da nossa visão, dessa visão que nós todos que viemos do movimento sindical temos de uma política de direitos humanos.

Não faço nenhuma crítica aos ex-presidentes; estou apenas falando que eu acompanhei mais o seu trabalho devido até a nossa aproximação. Com certeza, Meneguelli, pela preliminar da conversa que tivemos, você fará aqui uma exposição que mostra a importância do Sesi. Até eu tomei a liberdade, Ministra, eu propus, ele não pediu, eu propus, de marcarmos uma data, a ser discutida entre nós, para fazermos uma homenagem ao Sesi. Vamos torcer para que, nesse dia, você possa também estar presente, para analisarmos um pouco a importância do Sesi na ótica, eu diria, inclusive, dos direitos humanos, até porque esse vai ser um pouco do eixo da sua palestra no dia de hoje.

Eu tinha aqui preparado um pronunciamento sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, cuja formulação eu ajudei no início dos seus debates. Eu me lembro muito da participação da Benedita, da Rita Camata, fomos deputados federais juntos, participamos também desse debate com Meneguelli e, posteriormente, com a Maria do Rosário.

Mas eu vou dar como lido, como a gente fala aqui, o meu pronunciamento sobre a importância do Estatuto da Criança e do Adolescente. Eu acho que esta Comissão tem, eu diria, a responsabilidade de, cada vez mais, dar palco, via TV Senado principalmente – nós estamos falando aqui em torno de 1 milhão de pessoas –, ao Estatuto da Criança e do Adolescente, tal a sua importância. É nesse sentido que eu, de imediato, passarei a palavra para a nossa Ministra Maria do Rosário para fazer a sua exposição sobre como ela vê o Estatuto e, naturalmente, falar do nosso Ministério, eu diria, dos Direitos Humanos, que V. Exª dirige com tanta competência. Em seguida, o Meneguelli vai falar sobre o Sesi e os direitos humanos.

Por favor, Ministra. V. Exª tem a palavra.

A SRª MARIA DO ROSÁRIO – Muito obrigada, querido Senador Paulo Paim, pelo convite para estarmos novamente aqui na Comissão de Direitos Humanos.

Cumprimento e manifesto também a alegria de estar ao lado do Jair Meneguelli, na pessoa de quem agradeço ao Sesi pelo trabalho desenvolvido com o ViraVida e pelo compromisso com os direitos humanos no Brasil, que foi tomando mais e mais corpo, mais e mais densidade sob a direção também do conselho do Jair Meneguelli, que vem com toda a sua bagagem, aqui relatada pelo Senador Paim, de contato direto com a sociedade, de escuta das suas necessidades e que escutou também as lutas das crianças e dos jovens brasileiros. Então, meus cumprimentos ao Jair Meneguelli. A matriz de onde veio o Jair Meneguelli e o Paulo Paim é uma matriz que atende as lutas e a melhor história do povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – É a mesma matriz sua.

A SRª MARIA DO ROSÁRIO – Muito obrigada, Senador. Com muita honra.

Quero cumprimentar também a Drª Carmen Oliveira, Secretária Nacional da Secretaria de Defesa de Direitos da Criança e do Adolescente, na nossa Secretaria de Direitos Humanos, ela que coordena todas as ações e as políticas de direitos humanos.

Eu me dirijo a vocês hoje, talvez, com a tarefa, Senador Paulo Paim, ao mesmo tempo honrosa e de muita responsabilidade que me foi conferida pela Presidenta Dilma de estar à frente da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Mas também me sinto extremamente honrada de ter assumido a presidência do Conanda (Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente). E acredito que sempre é importante ressaltar essa condição, tendo em vista o lugar que ocupa o Conanda, o lugar que ocupam os conselhos no Brasil. Esses conselhos receberam, não é, professora Carmen Oliveira?, um lugar no ordenamento legal brasileiro a partir do Estatuto da Criança e do Adolescente. A partir daí, passaram a ser estruturas de formulação, de definição e monitoramento das políticas de garantia de direitos das crianças e adolescentes do Brasil, tanto o conselho nacional, o Conanda, como os conselhos estaduais, hoje em todo o Brasil, bem como os conselhos municipais, que provavelmente muitos nos escutam agora através

também da TV Senado, dos instrumentos democráticos de contato com a população que esta Casa tem.

Senador Paim, nós estamos aqui comemorando o Estatuto da Criança e do Adolescente. E por que comemorar o Estatuto? Porque o Estatuto – e o senhor foi – é uma lei nascida da interação da sociedade com o Parlamento. Nasceu das necessidades da infância brasileira, da observação dos segmentos acadêmicos, dos pesquisadores, dos movimentos sociais, dos ativistas, de diferentes áreas que, no período constituinte, dirigiram-se à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal para afirmar a cidadania das crianças e dos adolescentes e a necessidade de modificarmos a legislação anterior. O rompimento com a legislação e com os conceitos anteriores no qual a criança e o adolescente eram observados a partir do que nós genericamente chamamos hoje, ao longo desses anos, de situação irregular, aqueles que estavam em conflito com a lei, aqueles que não estavam com as suas famílias de origem, aqueles em situação de pobreza extrema.

A legislação não dialogava com todas as crianças detentoras de direitos. O antigo código de menores trabalhava a partir da situação da doutrina de situação irregular. E os legisladores, atentos à necessidade de democratização do país, compreenderam, mais até precisamente nos artigos 226 e 227 da Constituição Federal, que era necessário modificar fortemente o conceito sobre a responsabilidade do Estado, da sociedade e da família com as crianças.

A origem do Estatuto, não apenas o desdobramento é o Estatuto, mas a origem é o movimento democrático da Constituição de 88, é o movimento de direitos da Constituição de 88, e as crianças não ficaram fora disso. Na democratização do Brasil, as crianças e os adolescentes também tiveram o seu lugar.

O centro, portanto, da Constituição é esta responsabilidade compartilhada: família, sociedade, Estado. E é isso que nós perseguimos cada dia quando tratamos dos direitos das crianças e dos adolescentes. É claro que o Estatuto, posteriormente, trouxe novidades importantes; trouxe, como referi aqui, os conselhos de direitos e também os conselhos tutelares, instrumentos para garantias de direitos que não existiam previamente ao Estatuto.

Erroneamente alguns segmentos apresentaram, ao longo desses anos, o estatuto como uma legislação que trata exclusivamente dos direitos. Mas o Estatuto trata dos direitos das crianças e adolescentes, trata das responsabilidades que nós, sociedade, Estado, família, do ponto de vista ético e geracional, também, adultos temos com as crianças e adolescentes do Brasil, e trata também das responsabilidades dos adolescentes, do que é ser criança, do que é ser adolescente num mundo contemporâneo. O Brasil, portanto, é o primeiro país a ter um marco legal em sintonia com a convenção sobre os direitos da criança, que é a Convenção das Nações Unidas.

O Brasil passou a tratar, portanto, com alguns conceitos fundamentais: prioridade absoluta é um dos conceitos fundamentais. Prioridade absoluta é mais que prioridade, prioridade absoluta, primeiro desafio da Nação é com as suas crianças e adolescentes, é o compromisso com essa parcela populacional.

O Brasil também passou a considerar nesta legislação que crianças e adolescentes são sujeitos de direitos. Isso significa: sujeitos dos direitos que todos nós temos como cidadãos, mas sujeitos de direitos especiais também, como pessoas em condição peculiar de desenvolvimento.

Há direitos específicos em ser criança, em ser adolescente. Mas também o Estatuto inaugurou uma nova fase do ponto de vista legal. A criança e o adolescente não são mais um vir a ser. Durante muito tempo na história humana, e no Brasil não foi diferente, a expectativa com a criança e com o adolescente era: o que será no futuro? Um metalúrgico, uma professora? Invariavelmente também ligado à profissão, sempre com o mundo do trabalho como referência. A criança e o adolescente viriam a ser cidadãos no futuro, viriam a ser adultos, viriam a ser profissionais.

Com o Estatuto, inaugura-se o conceito de a criança é criança hoje, é adolescente hoje. Isso, portanto, com a prioridade absoluta, determina que é preciso agir no hoje, porque amanhã não será mais à criança a quem nós vamos nos dirigir, não será mais ao adolescente a quem nós vamos nos dirigir. Essa fase terá passado. E aí, a partir desses conceitos gerais, vêm todos os compromissos que temos, porque ele desdobra-se em direitos.

O Brasil de 1990, o Brasil da primeira década dos anos 2000, o Brasil de hoje, 2011, é um Brasil com muitas mudanças. Em 21 anos, o Brasil é um país muito diverso daquela democracia inicial, incipiente, do período de redemocratização. É um Brasil que assumiu o lugar de potência mundial. Talvez o Brasil, assim como as crianças, possa dizer cada vez mais que ele não é, ele não pode ser percebido no mundo como um país que virá a ser. Aliás, os conceitos sobre juventude e os conceitos sobre o nosso país sempre estiveram muito associados. O Brasil era visto como um país de jovens, um país onde, no futuro, seriam assegurados direitos. Assim como para as crianças e adolescentes, o próprio Brasil precisa ter assegurado para a sua gente os direitos hoje, porque amanhã nós não nos dirigiremos da mesma forma a essa parcela populacional que teve negado os seus direitos. Portanto, o Estatuto foi movido

por sonhos, foi movido por lutas, e nós o comemoramos pelas indicações que hoje podemos ter.

Hoje, Senador Paim, podemos dizer que temos 98% dos Municípios brasileiros com conselhos tutelares implantados. E isso é uma grande vitória para a articulação de um sistema de direitos, de um sistema de garantias. As propostas de direitos que a legislação traz e que a Constituição e o Estatuto da Criança trazem não serão efetivas – isso desde o início da sua implantação esteve muito claro – sem um sistema de garantias. Sem um sistema de garantias, os direitos humanos apresentam-se como propostas filosóficas, importantes para o sentimento de que somos parte de uma família humana. Mas é fundamental aos governos, orientados pela legislação e pelo sentimento de que todos são parte de uma mesma família humana e com direitos iguais, inclusive o direito à diversidade, o direito à diferença assegurado, criar sistemas de garantias. E os conselhos tutelares são, na política dos direitos da criança e do adolescente, o coração de um sistema de garantias.

Hoje nós temos 98% dos Municípios brasileiros, pelo menos, com cinco conselheiros ou conselheiras tutelares em atividade neste local. Porque cada conselho tutelar é composto por cinco conselheiros ou conselheiras, segundo a própria legislação, escolhidos pela comunidade.

Atualmente podemos dizer também que, em termos de conselhos de direitos, conselhos municipais, estaduais e o Conanda, mas no plano dos Municípios, nós temos 91% dos Municípios que têm conselhos municipais de direitos da criança e do adolescente, onde as pessoas se reúnem, as pessoas de uma mesma comunidade, no Município, para determinar qual a prioridade, como o prefeito deve agir, o que ele deve fazer, hierarquizando ações para prioridade das crianças e dos adolescentes, acompanhando a execução orçamentária e pautando no orçamento os recursos necessários para a proteção dos direitos da criança.

Inclusive vale a pena referir que, no âmbito dos conselhos tutelares, assim como no âmbito dos conselhos de direitos, nos últimos cinco anos, nós criamos 600, o Brasil criou 600 conselhos tutelares, nos últimos cinco anos, o que é um avanço muito rápido e muito significativo.

Vou falar primeiro dos avanços; em seguida, dos desafios. Porque termos um conselho tutelar também implantado não significa a sua efetividade, a sua capacidade plena de dar respostas que lhe são esperadas. Mas já é o primeiro passo para um sistema de garantias. Além disso, tivemos uma redução importante também no âmbito da pobreza. Em que pese no lançamento e as indicações que referenciam o programa recentemente lançado pela Presidenta Dilma, *Brasil sem Miséria,* essas indicações serem de que entre os mais pobres estão as crianças – e nós queremos sublinhar este aspecto –, em termos de seguridade social nós avançamos significativamente no Brasil, com sistemas públicos e com a presença do Estado.

Mas, observando e analisando o amplo e diverso contingente populacional do País, a criança e o adolescente brasileiro estão entre os mais pobres. Ainda assim, o índice de 2010 indica comparativamente aos anos anteriores os índices mais baixos de pobreza para essa faixa etária desde 1987, com a menor desigualdade de renda dos últimos 25 anos. O que não nos faz nos acomodarmos diante disso, e por isso no lançamento do *Brasil sem Miséria* que, reitero, é um importantíssimo programa também voltado às crianças brasileiras, a Presidente Dilma lança com a Ministra Tereza Campello um projeto, um conceito de busca ativa, especialmente voltado a crianças e adolescentes vivendo nas ruas, a crianças e adolescentes atingidos pela drogadição, pelo trabalho infantil e nas situações mais perversas do trabalho infantil, entre elas aquilo que a OIT nos recomenda com atenção mais especial que é o combate à exploração sexual.

Tivemos o aumento da expectativa de vida nestes últimos anos de 7 anos para os meninos e de 11 anos para as meninas. Isso também tem a ver com a elevação da qualidade de vida, uma maior atenção aos blocos e às operações voltadas à saúde, à vacinação, às campanhas, às movimentações de vacinação, uma série de ações combinadas que elevam qualidade e expectativa de vida no Brasil para homens e mulheres desde a primeira infância.

Além disso, podemos registrar também, numa atividade que inclusive destaco, Drª Carmen, coordenada pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, com parceiros dos Estados e dos Municípios, que, em 1993, nós tínhamos 27% da população brasileira em condição de sub-registro civil de nascimento. Mais de um quarto da população brasileira não tinha registro civil, em 1993. Hoje, nos dias atuais, em referência para nós, são números ainda do final de 2009, chegamos a 8,3%. A nossa meta é chegarmos a níveis residuais de sub-registro com trabalhos que são desenvolvidos pela SDH, pelo Ministério da Justiça, pelo Ministério da Saúde, pelo Ministério da Defesa e que, numa política nacional, que está em franca implantação, adiantada implantação, prevê que as crianças, ao saírem dos hospitais e das maternidades, já saiam desses lugares com o seu registro civil de nascimento. E, nos lugares onde as crianças nascem com o apoio de parteiras reconhecidas pelo SUS, as próprias parteiras participam do sistema de

forma a que a indicação, o documento de nascido vivo seja o documento fundamental para que, em seguida, aquela criança, aquela família, receba o registro civil de nascimento. Isso em toda a população brasileira, com maior desafio focado hoje no Norte do País, nas comunidades indígenas e quilombolas, de modo geral.

Em 1992, o Brasil teve o seu mais alto nível histórico de trabalho infantil, aquele que é desenvolvido pelas crianças para sustentar a si próprias e às suas famílias, crianças e adolescentes com 15 anos ou menos. O Brasil passou a ser signatário das convenções da OIT sobre combate ao trabalho infantil, e o Brasil, que tinha, em 1992, 9,6 milhões crianças e adolescentes trabalhadores, naquele período chegava a 22% da faixa etária entre crianças e adolescentes, conseguiu avançar de forma muito significativa para a redução também do trabalho infantil, principalmente através do PET, posteriormente através do Bolsa Família, como políticas que valorizam a criança na escola e que abrem lugar no mercado de trabalho para os adultos, para os pais, recuperando o fundamento e o ordenamento da própria família.

Temos, hoje, em curso, cinco políticas temáticas novas, inauguradas em 2000: combate à violência sexual, combate ao trabalho infantil, convivência familiar e comunitária, todas elas com legislação específica como, por exemplo, a nova lei sobre o direito à convivência familiar e comunitária, que trata também da adoção e do acolhimento institucional, o Sinase, que, num parênteses, quero defender que seja votado pelo Senado Federal. A matéria ainda está parada no Senado Federal aguardando votação e é uma política específica, de caráter socioeducativo, para os jovens em conflito com a lei, tanto os adolescentes cuja determinação dos juízes da infância, dos juízes, de modo geral, é de que cumpram medidas socioeducativas em meio aberto, que tenham responsabilidade de recuperar o dano que causaram, que tenham medidas educativas, socioeducativas, determinadas pela justiça juvenil, seja aqueles que estão com privação de liberdade determinada. Dependemos, Senador Paim, para ampliar essa política e criarmos um sistema nacional socioeducativo, da votação dessa matéria pelo Senado Federal.

Mais recentemente, em 2010, o Conanda também aprovou uma medida nacional sobre a primeira infância, de 0 a 3 anos: a educação, a saúde, o direito à família, o direito ao desenvolvimento, considerando as amplas possibilidades de desenvolvimento e os amplos desafios sociais, econômicos e políticos que temos também com as crianças pequenas, com as crianças no período da primeira infância. Precisamos, fortemente, melhorar as condições de trabalho e a atenção aos conselhos tutelares. O nosso desafio, Senador Paim, é criarmos conselhos tutelares de referência.

Hoje, o Brasil conta com um importante instrumento, que é o Disque Denúncia Nacional, o Disque 100, que é um Disque Direitos Humanos, mas que, até o final de 2010, chegou, entre maio de 2003 e junho de 2011 – um dado mais recente ainda –, a receber 2,818 milhões de telefonemas sobre violações de direitos humanos no Brasil, significativamente o maior número de telefonemas sobre a área da infância, porque a origem do Disque 100, ainda que ele atenda a módulos hoje como idosos, como comunidade LGVT, pessoas com deficiência... Até tenho um trabalho importantíssimo do que significa o Disque 100 para as crianças, para a população de rua, para as pessoas com deficiência. Então, hoje, o Disque 100 atende de forma qualificada e diferenciada a cada uma dessas denúncias, mas ele nasceu da necessidade de contato, em 2003, das pessoas com o Governo, com o Poder Público, sobre as denúncias de violação sexual de crianças e adolescentes. Nós, portanto, temos aqui milhares de ligações.

Somente este ano recebemos 35 mil denúncias e realizamos 261 mil atendimentos no Disque 100 sobre a violência contra crianças e adolescentes. Duzentos e sessenta e um mil atendimentos. Quando as pessoas telefonam para o Disque 100, isso move uma rede. Senador Paim, a gente tem de pegar esses telefonemas e, com essa equipe, retornarmos essa ligação para o Município de onde veio o telefonema para buscarmos salvar uma vida. Por isso que a nossa prioridade para o próximo período são os conselhos tutelares.

A nossa prioridade de ação é cumprirmos as metas dos planos nacionais para combatermos a exploração sexual. Posso assegurar que não descansaremos, porque queremos realizar os grandes eventos que o Brasil sediará em 2014 e 2016 como um país livre da exploração sexual comercial de crianças e adolescentes. Nós não queremos que essa seja a marca do Brasil. Por isso estamos trabalhando para criarmos conselhos tutelares de referência capazes de atender 24 horas. Nós, no Disque 100, já atendemos 24 horas. Queremos criar no cenário nacional polícias cada vez mais especializadas no atendimento à criança e repressão a redes criminosas. Queremos produzir, estamos num trabalho integrado ao Sesi, a quem cumprimento mais uma vez pelo programa ViraVida, numa política de lugar de saída para a violação sexual das crianças e adolescentes e inserção na vida escolar e no mercado de trabalho de forma qualificada, como cidadãos e cidadãs brasileiros valorizados no seu desenvolvimento.

Temos, portanto, como desafio, avançarmos e erradicarmos com a miséria absoluta e a exploração

sexual das crianças e dos adolescentes brasileiros, porque a miséria absoluta e a exploração sexual de crianças e de adolescentes brasileiros se confundem, ainda que no âmbito da sexualidade, muitas e muitas vezes, Senador Paim, os valores midiáticos da era atual também promovam violações que devemos estar abertos a debater com os setores das comunicações, de modo geral, porque as questões relacionadas à sexualidade movem relações de poder. Encontramos, muitas vezes, meninas puxadas para as redes de exploração sexual com a promessa da roupa de marca, dos produtos de consumo da nossa época.

Então, não se trata apenas da miséria absoluta como conceito de empobrecimento, de pobreza econômica extrema. Mas a miséria absoluta, compreendida a degradação absoluta humana, do nosso ponto de vista, da SDH, da Secretaria de Direitos Humanos, e do Conanda, compreende também as circunstâncias do combate sem trégua à exploração comercial das crianças e dos adolescentes, a utilização de seus corpos como caminho de sobrevivência ora por um prato de comida, ora para o acesso a bens de consumo e desejos produzidos nessa sociedade de mercado e consumo, que também consome e transforma em mercadoria a menina na quadra, a menina numa boate, numa casa noturna, estabelecimentos que a legislação já nos possibilita fechar.

Vamos agir com toda a determinação para que, no próximo período, tudo o que foi planejado competentemente com a sociedade civil, com os conselhos de direitos, com os conselhos tutelares, pela Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, seja aplicado com vários eixos. Combate ao crime, porque exploração sexual é crime; prevenção dessa violência nas escolas, nos equipamentos públicos, de um modo geral, nas redes de proteção, unidades de saúde, Cress, no atendimento, de modo geral, que os Municípios têm com o apoio do Governo Federal; mudança da cultura para a proteção da sexualidade como um direito de desenvolvimento das crianças, que não devem ter a violência e a intervenção dos adultos com o seu desejo e as suas questões sobre as crianças – isso demanda também os diálogos necessários com a publicidade e a mídia; e o apoio total às crianças e adolescentes que estão nessa condição, retirando-os dessa condição, apoiando suas famílias e oferecendo a elas condições de escolaridade, condições de empregabilidade, de uma vida com dignidade, de direitos, como o ViraVida, inclusive, que é o nosso parceiro preferencial de trabalho para o desenvolvimento dessa política.

Eu centro aqui, ao comemorar os 21 anos do ECA, no tema do combate à exploração sexual, ainda que identificando as questões referentes às crianças que vivem nos abrigos, os jovens que estão sem atendimento adequado nas unidades de internação para adolescentes, dos programas socioeducativos, a situação da adoção, que é um dos grandes desafios, para que sejam agilizadas, analisadas, para que as crianças não cresçam nos abrigos tendo a porta fechada a uma família justamente pela morosidade do sistema de justiça. Nós estamos atentos a isso e trabalhamos com estes planos, como citei aqui: o Combate à Exploração Sexual e ao Trabalho Infantil, dois deles, Convivência Familiar e Comunitária e Adoção, Sinase, que é socioeducativo, e Primeira Infância.

Trabalhamos hoje com um plano decenal que, em breve, apresentaremos ao Brasil, um plano para dez anos, mas de todos os desafios do próximo período eu destacaria dois. O primeiro, em termos de estrutura de ação, no Brasil, para cumprirmos as nossas metas, os conselhos tutelares. Esse é o centro da nossa política. Estamos em 98% dos Municípios com conselhos tutelares e queremos estar em 100% dos Municípios com conselhos tutelares qualificados. Isso nós sabemos que ainda não temos. Os conselheiros são nossos parceiros para isso e o Brasil vai investir nesses conselhos. Em termos de estrutura é isso.

O segundo desafio, um desafio nacional que quero lançar para mim mesma, para a Drª Carmen, para o Senador Paim, para o Meneguelli, para o Senado Federal, para o País. Ao erradicarmos a miséria extrema, que foi a meta lançada pela Presidenta Dilma, nós vamos erradicar a exploração sexual comercial das crianças, aquela em que a criança é vendida, aquela em que ela é colocada na rua para dar lucro para um cafetão. Nós vamos erradicar, junto com a meta da Presidenta Dilma de erradicar a miséria extrema.

Era isso o que eu queria dizer a vocês.

Muito obrigada. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – MS) – Ministra Maria do Rosário, com o brilhantismo de sempre mostra ao Brasil o trabalho que o Governo da Presidenta Dilma vem fazendo em defesa dos direitos humanos, em defesa das crianças, dos adolescentes e do combate à exploração sexual.

São dados animadores, que eu particularmente não tinha e vou usar nos meus depoimentos se você me permitir, a partir de alguns que eu tomei nota e outros, naturalmente, você vai deixar um documento para a gente, 98% dos Municípios já estão com os conselhos tutelares instalados com, no mínimo, cinco eleitos em cada um deles. Os dados todos aqui vamos usar com certeza absoluta mas, de imediato, passo a palavra agora ao Presidente do Conselho Nacional do Sesi, digo, Presidente do Sesi, companheiro Jair Meneguelli.

O SR. JAIR MENEGUELLI – Bom dia. Em primeiro lugar, eu queria agradecer ao Senador Paulo Paim, não só agradecer, mas também relembrar em 15 segundos um pouco a nossa história. Fomos fundadores de uma central de trabalhadores, a Central Única dos Trabalhadores, uma das maiores centrais da América Latina. Foi um privilégio poder participar ativamente por todo este País implantando essa central junto com o hoje Senador Paulo Paim, se me permite, meu amigo Paulo Paim.

Senador, não haveria nem necessidade de eu dizer absolutamente nada, nós já poderíamos encerrar esta audiência aqui, porque a justa homenagem ao Estatuto da Criança, que completa hoje 21 anos, já foi feita com esse brilhantismo por nossa também companheira, a Ministra Maria do Rosário, que, felizmente, assim que tomou posse – recordo-me, num pronunciamento feito pela Ministra – priorizou a criança e o adolescente como uma meta do seu trabalho à frente desse Ministério.

Então, eu apenas vou rapidamente somar um pouquinho ao que a Ministra disse. Para mim, também é uma satisfação e um privilégio poder estar trabalhando com a Ministra Maria do Rosário. Eu agradeço muito essa oportunidade. Assim que nós apresentamos o projeto do Sesi, eu via nos olhos da Ministra o interesse, a empolgação por aquele programa que nós estávamos apresentando.

Ministra, agora, recentemente, começamos as tratativas com o governo do Rio Grande do Sul e com a Prefeitura de Porto Alegre, porque vai ser o 14º Estado onde nós vamos implantar o projeto ViraVida e, aliás, até por sugestão do Governador, diferentemente dos outros Estados, nós vamos implantar junto com o Uruguai esse programa, porque este projeto prevê um pouco da intimidação aos turistas internacionais que vêm aqui explorar as nossas meninas e nós vamos aproveitar, lá no Rio Grande do Sul, com o Uruguai, tentar também inibir os turistas brasileiros que vão a Punta del Este, no Uruguai. Ou seja, eu, pelo menos, Senador e companheiro Paulo Paim, eu, agora no dia 16 completo meus 64 anos e, nesses 64 anos, nunca fui chamado para discutir instalação de fronteiras na América Latina ou no mundo. Portanto, a gente não tem fronteiras no trabalho, principalmente quando a gente está falando de crianças e de adolescentes.

Nós implantamos já o projeto em Foz do Iguaçu, na tríplice fronteira, e ali nós verificamos a existência de meninas na mesma situação de exploração sexual de meninas brasileiras; meninas paraguaias. E nós orientamos que essas meninas também tivessem oportunidade de participar do nosso programa do mesmo modo que as meninas brasileiras, porque estão sendo exploradas aqui dentro do nosso País por brasileiros e, portanto, elas têm o mesmo direito da atenção desse programa.

Vou rapidamente só explicar esse programa. É um programa que já está, como disse agora, no 14º Estado, mas a meta é implantar esse programa em todo o País. É um programa em que está unificando todo o Sistema S – Sesi, Senai, Sesc, Senac, Sest Senat, Sebrae, Senar. Estamos absolutamente unificados neste programa. Chegamos no Estado, conversamos com o governo do Estado, conversamos com a prefeitura local que, normalmente, geralmente, nesse início, temos implantado nas capitais. Isso não impede que no Estado se decida a implantação desse projeto em qualquer outro Município que tenha prioridade; isso depende, evidentemente, da discussão feita no Estado. A gente não chega com o projeto pronto, a gente chega para montar o projeto de acordo com a realidade do Estado. Então, conversado com o governador, conversado com o prefeito, nós buscamos toda a rede de enfrentamento existente no Estado.

Nós não estamos inventando a roda, Ministra, nós estamos apenas procurando alcançar dois objetivos importantíssimos. Um deles é unificar a rede –conselhos tutelares, ONGs, igrejas etc. Em vários Estados, os sindicatos das profissionais do sexo têm nos ajudado barbaramente nesse programa. Ou seja, o objetivo é unificar a rede em torno desse projeto. O outro, igualmente importante, na minha opinião, é trazer o mundo empresarial para dentro desse tema, para além dos muros das suas empresas, para que eles saibam que, fora do portão da empresa, existe um mundo que pertence a eles também, empresários, pertence a eles, trabalhadores das empresas. Então, eu acho que esse também é um ponto importante do projeto.

Feito isso, oferecemos então oportunidade a essas meninas e a esses meninos que, segundo as nossas pesquisas, em sua maioria, foram abusados sexualmente por suas próprias famílias. Depois disso, eles ganham as ruas depois, são explorados por todo mundo e, possivelmente, encontram a morte precocemente, porque aí vêm as drogas, a violência, e a gente sabe perfeitamente o que ocorre.

Então, a gente oferece uma oportunidade a esses jovens, meninas e meninos, de 15 a 21 anos, pode ter 22, pode ter 23, pode ter 24, a gente oferece uma oportunidade. Cursos de formação profissional dentro do Sistema S, cursos de 9 a 12 meses, com uma carga horária de 700 a 900 horas, com atendimento psicossocial, atendimento à família, atendimento médico e odontológico e uma ajuda de custo de aproximadamente um salário mínimo para eles sobreviverem durante esse curso; uma partezinha dessa ajuda

a gente guarda numa poupançazinha, eles resgatam ao final do curso.

Mas outro diferencial desse projeto é que nós vamos pessoalmente, Estado por Estado – com ajuda, evidentemente, de toda a equipe dos Sesis regionais, do Sistema S regional, do Senac e do Sesc –, nós vamos pessoalmente buscar empresas públicas e privadas, porque o Sistema S garante financeiramente esse projeto, tem a possibilidade de garantir financeiramente esse projeto no Brasil todo. Agora, nós precisamos de parceria, nós precisamos dos governos dos Estados, nós precisamos das prefeituras e das empresas públicas e privadas, porque nós precisamos de emprego. Nós resgatamos a autoestima dessas crianças e as preparamos para o mundo do trabalho com carteira assinada ou fazendo seu próprio negócio, como há muitas crianças fazendo seu próprio negócio, montado sua lojinha, montado um salão de beleza, evidentemente, montado cooperativas, como no Ceará, uma cooperativa na área de confecção, ou seja, fica livre a escolha desses jovens. Nós os preparamos e depois eles escolhem seus caminhos; nós ajudamos. Nossa ajuda continua mesmo depois de eles estarem trabalhando numa empresa. Durante um ano, nós continuamos atendendo essas crianças junto com as empresas. E aqueles jovens que quiserem fazer cursos mais avançados dentro do Sistema S, que são cursos pagos e que são cursos caros, nós garantimos a bolsa para eles continuem estudando, estudando e estudando, ou seja, recuperando o tempo que foi roubado deles, o tempo que não permitiram que essas crianças tivessem na infância.

Eu às vezes me pergunto: o que é ser criança? Qual é a idade de uma criança? Uma menina de 20 anos, que não teve infância, que foi abusada sexualmente dentro da sua família, que ganhou as ruas e vive da exploração sexual comercial, ela, com 20 anos, é adulta? Ela teve infância? Ela foi criança? Eu acho que não. Eu acho que, nesses cursos, ela volta a ser criança. Ela volta a sonhar com a possibilidade – e nós temos declarações nesse sentido – de ter um quarto, um quarto pequeno, cheio de bichinhos de pelúcia que ela nunca teve. Então, ela volta, com 20 anos, a ter vontade de ser a criança que não permitiram que ela fosse.

Bem, o nosso curso atende a essas crianças. Nós as preparamos, gastamos o dinheiro que a empresa precisava gastar para profissionalizar, e as apresentamos para as empresas prontinhas para o mundo do trabalho, não para serem explorados no trabalho, porque também já fui dirigente sindical, nós somos dirigentes sindicais, e sempre fomos contra a exploração no trabalho. O que queremos é que essas crianças tenham o direito de ser crianças, de ser jovens e de se tornarem adultos com dignidade. Esse é o nosso projeto.

Junto com esse projeto, estamos fazendo uma campanha e, com a permissão do Senador Paulo Paim, vamos apresentá-la agora. É um minuto e meio de campanha, que já foi veiculada na Rede Globo de Televisão gratuitamente, com a participação gratuita dos artistas, e está sendo veiculada ainda nas televisões dos aeroportos e em várias redes sociais. Agora, nós já conversamos com representantes da Rede Globo de Televisão, nós produzimos, ainda não vamos mostrar, porque ainda tem que ser uma apresentação inédita, um lançamento inédito, mas nós já produzimos um clipe com mais de 20 cantores: Xuxa, Ivete Sangalo, Sandra de Sá, Toni Garrido, Vitor e Léo, Daniel, há vários cantores que fizeram um vídeo nos moldes daquele vídeo que foi feito pelo Michael Jackson em homenagem aos países da África, de combate à fome. Então, nós vamos lançar esse vídeo – estamos aguardando o lançamento na Globo –, depois vai ser liberado, mas eu queria mostrar um pedacinho da campanha. Não vamos ainda apresentar o clipe, mas vamos mostrar um pedacinho da campanha e o lançamento que nós fizemos numa projeção, no Rio de Janeiro, aos pés do Cristo Redentor.

Agradeço mais uma vez a oportunidade e fico feliz, fico muito feliz, e conto para todo mundo: eu sou amigo da Ministra Maria do Rosário.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Meus cumprimentos.

O SR. JAIR MENEGUELLI – Trata-se de uma projeção que contou, inclusive, com a presença da primeira-dama na ocasião, da Marisa Letícia, e que foi filmada no Cristo Redentor. Fico imaginando, como não foi anunciado que seria feito, que quem estava no Rio de Janeiro à noite, lá embaixo, na cidade e, porventura, tenha olhado para o Cristo iluminado dando esse abraço, deve ter se impressionado, deve ter se emocionado, como nós nos emocionamos lá em cima.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Mais uma vez, parabéns, Meneguelli. Como é bom, Meneguelli, ver o nosso Sesi! Eu me lembro de que, quando moleque, eu via os filmes do Sesi. Essa é a lembrança que eu tenho do Sesi. Eu vi filmes na rua do Sesi.

Pode falar.

O SR. JAIR MENEGUELLI – Permita-me. Eu estou desacostumado.

Na Ação Global, feita pelo Sesi no mês passado, nós acabamos “assaltando” o Ministério dos Direitos

Humanos. Eles tinham duas mil cartilhas, e nós assaltamos todas as duas mil cartilhas, como essas, neste formato, que falavam do Estatuto da Criança, falavam dos direitos da criança de uma forma didática com a historinha da Mônica e do Cebolinha. Pegamos urgentemente e distribuímos na Ação Global. Foi o maior sucesso da Ação Global essa cartilha.

Eu levei, Ministra, cem para minha casa dessas revistinhas. Dei cinquenta para um neto e cinquenta para outro neto, e eles levaram para suas escolas. Para minha felicidade, no outro dia, voltaram com os cadernos escritos pelas professoras agradecendo a mim por terem enviado aquelas cartilhas. Diante disso, Ministro, estou propondo ao Sesi, de forma nacional, que a gente produza, com o mesmo conteúdo, mas usando os personagens do Sesinho, que é tradicional no Sesi, milhões e milhões dessas cartilhas, não para os adultos, mas para as crianças saberem os seus direitos e os seus deveres.

A SRª MARIA DO ROSÁRIO – Quero, se me permitem, apenas fazer esse cumprimento, porque é realmente a integração que nós sempre precisamos ter com o setor empresarial brasileiro. O Sesi, que é serviço social, está cumprindo o seu papel. Mas as instituições cumprem seu papel quando pessoas que têm esse compromisso estão diante delas e à frente delas. O Jair Meneguelli tem sido esse parceiro de todos os momentos. Particularmente neste momento em que nós nos preparamos para, no ano que vem, realizarmos mais uma importante Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, que, queremos, Meneguelli, que seja uma conferência com a participação das crianças e dos adolescentes, dizendo qual é o Brasil que eles querem, com o protagonismo dessa meninada, acho que essa iniciativa sua vai reforçar muito esse caminho, iniciativa tanto do Conanda quanto da Presidência da República, da própria Presidenta Dilma. Agradeço de pronto.

Hoje é um dia importante para comemorarmos os 21 anos ao seu lado e ao do Senador Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, minha Ministra.

Quero cumprimentar o Presidente do Sesi, Jair Meneguelli, pela sua fala e por esse belíssimo espetáculo. Você me disse: “Olhe bem!” O Cristo abraçando e aquele movimento do coração brilhando, enfim, é um momento lindo.

Eu quero dizer que aqui, na Comissão de Direitos Humanos, há momentos em que fico orgulhoso de estar aqui. Não precisa ser como Presidente, nem que seja no Plenário. E são momentos como este em que estou com vocês aqui.

Vamos ouvir agora a Carmen Silveira de Oliveira, mas convido para a Mesa também o Vinício Motta Balbino, que é do Conselho Tutelar aqui Brasília.

Passo a palavra, de imediato, à Carmen Silveira de Oliveira, Secretária Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente.

A SRª CARMEN SILVEIRA DE OLIVEIRA – Bom dia a todos e a todos.

Quero saudar a Ministra Rosário, nossa grande liderança não apenas na Secretaria de Direitos Humanos, mas no movimento da infância e da adolescência, pelo seu papel fundamental na construção do Estatuto da Criança e do Adolescente e, agora, na sua concretização, na sua implementação.

Na linha dos números que agradam ou que nos sacodem, gostaria só de evocar dois números que são importantes de ser analisados neste contexto dos 21 anos do ECA. De um lado, um número que tem sido reiterado nos últimos anos, muito embora, talvez, a mídia não tenha prestado atenção nesses números ou até não tenha dado a devida visibilidade. Talvez, se os números fossem ao revés, números alarmantes, preocupantes, teria dado esse destaque.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Concordo. Daria destaque, manchete.

A SRª CARMEN SILVEIRA DE OLIVEIRA – Pronto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Estão mostrando o outro lado.

A SRª CARMEN SILVEIRA DE OLIVEIRA – Vou mostrar o outro lado.

O Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo: a taxa de internação de adolescentes em conflito com a lei no Brasil, desde a implementação do Estatuto, vem numa crescente, a tal ponto de alguns gestores, como eu já fui no Rio Grande do Sul, iniciarem a gestão com um número e, ao terminarem a gestão, quatro anos depois, terem o dobro de adolescentes internos nas unidades de atendimento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Drª Carmen, permita-me.

Estamos recebendo aqui o Senador Wellington Dias, lutador incansável pelas causas que todos nós defendemos.

Eu queria dar uma salva de palmas para o Senador Wellington Dias por tudo que ele vem fazendo aqui no Senado, pelo que fez no Piauí e pelo que fez ao longo da sua vida. Permita que eu diga.

O SR. JAIR MENEGUELLI – Mais um ex-dirigente sindical.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O Jair Meneguelli está dizendo que é mais um ex-dirigente que trabalhou com ele.

A SRª CARMEN SILVEIRA DE OLIVEIRA – Então, dizia dessa crescente taxa de internação que tínhamos no sistema socioeducativo, a ponto de que, entre 1996 a 2004, ou seja, no intervalo de duas gestões, de oito anos, o sistema ter crescido 231. O que é um sistema socioeducativo que cresce dessa forma desordenada? É um sistema que, via de regra, é superlotado, que concorre com o atendimento desumanizado, porque não se dá conta da quantidade necessária de funcionários e de programas existentes. Ou seja, um sistema socioeducativo superlotado é um sistema violador dos direitos desse adolescente. Ele chega lá e ele não consegue melhorar a escolaridade, melhorar a sua saúde. Muito pelo contrário, ele acaba convivendo com situações que concorrem para o agravamento do seu perfil.

Então, qual o dado que nós temos? A taxa de internação, desde 2006, e até mesmo um pouquinho antes disso, com a implementação do Sinase, vem decaindo gradativamente, a tal ponto que a gente pode dizer que, hoje, o sistema socioeducativo, na internação, está estabilizado. O crescimento dos últimos seis anos foi de 31%. Então, em relação a esse dado, no ano passado, o sistema cresceu 4%, ou seja, praticamente nada. Isso não significa que o sistema de justiça não está responsabilizando os adolescentes; significa apenas que há um investimento maior nas medidas de meio aberto, ali, onde o adolescente pratica o primeiro ato infracional e recebe uma medida de liberdade assistida, de prestação de serviço à comunidade. E isso concorre para que ele não precise, por exemplo, ser interno, muitas vezes numa unidade da capital, distante da sua família e todas essas situações. Esse é um número a comemorar. Eu dizia que, infelizmente, se esse número fosse pior, se fosse uma elevação constante, talvez, se constituísse em manchete de jornal.

Mas outro número que não temos nada a comemorar diz respeito aos assassinatos de adolescentes no Brasil. Esse é um número estarrecedor e, de novo, a mídia não tem dado a devida visibilidade, até para que a opinião pública possa se sensibilizar e pressionar no sentido de melhoria nas políticas públicas destinadas ao adolescente. Qual o número que nós temos? Nós temos hoje o número que equivale a uma tragédia de escola de Realengo por dia, por dia. Quero dizer, o Brasil todo paralisou, ficou chocado, transtornado com aquela tragédia da escola de Realengo, onde nós tivemos uma dúzia de assassinatos. No entanto, morrem diariamente no Brasil 15 adolescentes assassinados. Isso significa que, a cada mil adolescentes, dois não completarão dezoito anos de idade. A estimativa é que, nesses seis anos de adolescência, 33 mil adolescentes serão assassinados no Brasil.

Então, esse é um número com o qual o Brasil não pode conviver mais. Esse é um número que não depende apenas de um programa de proteção àqueles que são ameaçados de morte e que nós temos na Secretaria, com a parceria de Governos estaduais, onde esse programa está implantado; mas ele é quase que enxugar gelo. Nós não podemos colocar todos os adolescentes ameaçados de morte em programa de proteção. É preciso evitar que essas ameaças ganhem esse agravamento.

Em segundo lugar, talvez até por modéstia, a Ministra não evoque o seu legado parlamentar, solicitando que o Parlamento atual se debruce sobre algumas das suas propostas construídas com o amplo apoio do Executivo, na época, e também do Movimento da Infância e da Adolescência. Refiro-me aqui especificamente à retomada de um projeto de lei que proíbe os castigos corporais e humilhantes a crianças e adolescentes.

Na época, a Ministra Rosário foi uma batalhadora incansável ao propor esse projeto de lei, equivocadamente chamado de “lei da palmadinha”, talvez até para minimizar o que significam hoje as dezenas, centenas de crianças que chegam, neste momento, a ambulatórios, hospitais de emergência com lesões corporais gravíssimas, queimaduras, fraturas, o que concorre muitas vezes para o desaparecimento, para a fuga Do lar ou até, às vezes, para a busca de outras formas de reconhecimento como a exploração sexual.

Então pediríamos, em nome da Secretaria de Direitos Humanos, sensibilidade dos Parlamentares na avaliação desse PL de castigos corporais que começa a sua tramitação aqui no Congresso por uma Comissão Especial.

Por último, quero chamar a atenção para o fato de que, por um trabalho também de liderança da Ministra Rosário, a Presidenta Dilma convocou a Secretaria de Direitos Humanos e um grupo de trabalho interministerial para pensar formas de proteção de crianças e adolescentes em situação de desastres naturais motivados pela tragédia da região serrana, mas procurando se antecipar a outras possíveis tragédias num protocolo de proteção que vai servir como parâmetro de trabalho para a Defesa Civil, para os órgãos de defesa de criança e adolescente nos Municípios atingidos por essa tragédia.

Queria fazer referência à participação do Unicef nesse processo, que foi fundamental. Através dele, Senador, constatamos que o Brasil será pioneiro ao ter esse protocolo de proteção de crianças e adolescentes em situação de desastres.

Então, nesse momento em que o Brasil comemora seu pioneirismo de 21 anos de Estatuto, primeiro País a ter um marco legal, seremos também o primeiro

país a ter esse protocolo e quem sabe esse poderá, esse é o desejo do Unicef, ser disseminado como contribuição do Brasil a países, uma vez que desastres naturais hoje, infelizmente, são uma possibilidade de qualquer lugar do Planeta.

Por último, quero lembrar que, pela primeira vez, como diria o nosso ex-Presidente Lula: "Nunca antes neste País" uma Ministra de Direitos Humanos estará em diálogo aberto, no aniversário do Estatuto, num *chat* e também via Twitter agora à tarde. Pediria a ajuda do Diretor de Comunicação da Secretaria. Então, para os adolescentes do Brasil que quiserem fazer esse diálogo com a Ministra, ela estará nessa roda-viva na mídia eletrônica.

Passo a palavra ao Bruno, por favor.

O SR. BRUNO GOMES MONTEIRO – A partir das 14 horas, através do Twitter @DHumanosBrasil é o endereço. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Parabéns. Só quero cumprimentar a Drª Carmen antes que saia, pois ela irá dar uma entrevista. A Drª Carmen Silveira de Oliveira mostrou o lado positivo e o negativo. Mostrou o lado positivo e lembrou as iniciativas da atual Ministra Maria do Rosário ainda como Deputada. Que esse projeto a gente possa retomar na Casa. Foi uma boa lembrança.

Vou passar, em seguida, a palavra, enquanto a senhora vai dar uma entrevista – vai dar uma entrevista, Ministra? –, ao Vinício Motta Balbino. Depois passo a palavra ao Wellington.

E agora não poderia ser diferente: se o Senador Cristovam não viesse aqui, eu ficaria triste, pois é um Senador comprometido com essa luta nesses 21 dias do Estatuto da Criança e do Adolescente. Todos sabem da sua história de batalha na educação. Está lá na parede sua foto. É um ex-Presidente desta Comissão. É com alegria que o vemos aqui neste momento. A gente sabe que todas as Comissões, na quarta-feira, funcionam. Estamos num período de pré-recesso parlamentar. É um prazer recebê-lo aqui.

Enquanto isso, passo a palavra ao Vinício.

O SR. VINÍCIO MOTTA BALBINO – Bom dia a todos. O meu nome é Vinício. Sou Conselheiro Tutelar do Gama. Eu queria cumprimentar a Mesa na pessoa do Presidente Paulo Paim.

Eu fui agraciado hoje pela palavra da nossa Ministra. E fui contemplado com esse belo exemplo que está sendo dado pelo nosso Presidente do Sesi, Sr. Jair Meneguelli.

Gostaria de dizer para vocês que nós, ali na ponta, temos um sofrimento muito grande, Senador, em relação a crianças e adolescentes que chegam já ceifados de sua vida, de seu dia a dia, de seus direitos.

O Conselho Tutelar, o conselheiro tutelar é requisitador de serviço. Na visão da maioria da população, o Conselho Tutelar seria o bicho papão. Quando se fala: vou levar você ao Conselho Tutelar, o filho já se esconde debaixo da cama, mas, na verdade, não é isso. Somos requisitadores de serviço.

Quando um adolescente, na sua irresponsabilidade ou responsabilidade, dizendo de um ato infracional, quando o juiz determina que ele seja recolhido ou cumpra uma medida socioeducativa e ele volta para nós, esse adolescente que ainda não tinha passado por um ato infracional, volta para a gente completamente ceifado, completamente destruído daquela sua adolescência. Então é muito difícil quando você tem que aplicar nele a medida determinada pelo juiz. A gente sabe que não vai conseguir, diante daquelas medidas, trazer aquele adolescente novamente, porque o crime já o levou. A sociedade bane esse adolescente. A gente tem esse sofrimento, fica só com a caneta na mão sem direito a muito o que fazer.

Então, Senador, eu queria que esta Casa, na pessoa do senhor, tivesse essa sensibilidade de olhar para essas crianças, para esses adolescentes. Hoje crianças com doze anos estão sendo violadas, usadas sexualmente. A gente tem convivido com isso quase diariamente na rede do Conselho Tutelar e fica meio sem o que fazer, porque, quando você vê uma situação como essa, tem que voltar lá atrás, na família. E a família, por sua vez, quando chega a essa ocasião, também já está toda banida, toda destruída.

Tem coisas que acontecem que fazem a gente se sentir privilegiado. Tenho o maior orgulho de poder dizer que hoje, Presidente Jair, tenho uma criança, uma adolescente que é usuária de crack, de óxi – maconha hoje para ela é uma coisa do passado – que hoje, graças a Deus, a gente conseguiu inserir nesse programa ViraViva. Graças a Deus, a gente vê que hoje ela se transformou.

Não é fácil tirar uma criança de quatorze anos, doze anos, quinze anos, treze anos das drogas. Não é fácil. É difícil. Primeiro essa criança precisa querer, porque é uma doença. Se ela admitir que é doente, desses 50% ela já estará curada. Nos outros 50%, entra a rede. Porque não adianta... O alcoólatra diz: eu não sou alcoólatra; eu bebo esporadicamente. O maconheiro diz a mesma coisa: eu não sou maconheiro, eu fumo esporadicamente. Eles não assumem a gravidade do fato.

Quando essa criança chegou para mim chorando, relatou na minha mesa que já não aguentava mais se prostituir, não aguentava apanhar na rua, tinha perdido o vínculo familiar. A família também, por sua vez, quando não tem possibilidade, quando não tem con-

dições, às vezes, se entrega, deixa, como se diz, ao deus-dará. Quando isso volta para o Conselho, porque o trabalho do conselheiro é contínuo com aquela pessoa: vai e volta, vai e volta, encaminha para o Cras, encaminha para o Creas, leva para o Conpe, traz aqui incansavelmente ocorre isso aí.

Fico muito satisfeito de o Estatuto da Criança hoje estar nessa condição. Uma coisa que eu fico reparando, Senador, Senador Cristovam Buarque e Wellington – obrigado pela presença –, é que hoje temos que fazer um trabalho na escola, a gente vem dando muitas palestras lá. Essas crianças que têm a formação de caráter de quatro a doze anos nós estamos perdendo também. A gente não consegue...

Antigamente, há quinze, vinte anos, se fazia tráfico na porta da escola. Há dez, doze anos, se fazia tráfico no recreio. Hoje se faz em cima da carteira e nós não podemos punir o professor ou o diretor. Não tem como punir, porque eles também são ameaçados. Eu sou ameaçado. Como conselheiro, qualquer coisa que venha a fazer para tirar uma criança de uma situação de risco, quando se chega a uma classe mais desfavorecida para tirar aquela criança da situação de risco, descobre-se que o pai, a mãe, o tio e o primo já estão todos envolvidos naquilo. Como você chega e tira de uma situação de risco? Quando você tira, leva a polícia, a primeira coisa que o traficante faz é lhe ameaçar. É a primeira coisa. Eu tenho duas, três ameaças de morte devido a isso, a esse tipo de situação de querer tirar a criança de uma situação de risco. Eu não consigo, tenho que fechar os olhos e ser conivente com uma situação dessa. Não foi para isso...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Vinício, permita que eu registre aqui a presença do Sérgio Petecão, nosso Senador. É uma alegria recebê-lo aqui neste debate dos 21 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente.

O SR. VINÍCIO MOTTA BALBINO – A gente é que agradece, Senador.

Então essa situação deixa a gente meio ceifado.

Eu já fui agraciado hoje pelas palavras da Ministra, fui agraciado pelo trabalho do Presidente Jair, pela nossa chefe, Drª Carmen. Não tenho muito a falar, não, mas queria agradecer a vocês todos e pedir que, pelo amor de Deus, não deixem de dar a mão diante dessa situação, porque nós estamos aí com a Copa do Mundo.

Eu vi uma matéria, nem sei se é verdade, que dizia que nós já ultrapassamos a Tailândia em termos de crianças molestadas. Isso aí me entristece muito, mesmo porque tenho duas filhas. Então é uma coisa que dói demais da conta.

Eu queria agradecer, Senador, a todos os presentes.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Parabéns ao Vinício, que é Conselheiro Tutelar aqui do DF, Senador Cristovam.

Vou permitir a palavra, neste momento, para uma saudação. Quer falar agora, Senador?

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Serei bem rápido, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Fique à disposição. Iria aguardar a Ministra chegar, ela já está vindo, para você falar com ela presente. Só falta falar a Ludmila Palazzo pelo Unicef. Ludmila, seu sobrenome é?

A SRª LUDMILA PALAZZO – Palazzo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Palazzo.

A SRª LUDMILA PALAZZO – Bom dia.

Eu gostaria, primeiramente, de pedir desculpas, pois a nossa representante Marie-Pierri Poirier teve um problema de visto na Embaixada americana, teve que resolver um problema pessoal e me pediu que eu viesse aqui. Eu gostaria de cumprimentar a Mesa na pessoa do Senador Paulo Paim.

Também fiquei muito feliz com as falas da Ministra Rosário, da Drª Carmen, do Presidente Jair Meneguelli, do Conselheiro Tutelar, porque acho que o Estatuto, na sua juventude já, chama o Brasil para um olhar, para uma fase, para reconhecer esses avanços que foram mencionados aqui na infância, chama o Brasil agora para um fase que foi tão mencionada aqui que é a adolescência, que é uma fase que realmente merece uma atenção, com políticas específicas, setoriais. A questão dos homicídios, porque nós estamos trabalhando muito próximos à Secretaria de Direitos Humanos e gostaríamos que outros setores, inclusive esta Casa, o Parlamento, também nos ajudasse.

O Brasil foi, como disse a Drª Carmen, o primeiro país em muitas coisas. Foi o primeiro país a traduzir a convenção, na legislação nacional, com o Estatuto da Criança e do Adolescente. É agora o primeiro país a fazer um protocolo para proteger crianças e adolescentes em situação de desastres, que têm sido recorrentes no Brasil.

Eu queria também chamar atenção aqui para uma coisa mais positiva, que acho que é uma chamada para a qual o Unicef tem insistido muito. Sempre que a gente escuta essa coisa, principalmente em relação à adolescência, às medidas socioeducativas, ao sistema socioeducativo, às drogas, pensemos que a adolescência, na maioria dos casos, é vivida de uma forma positiva. Essa transição é feita, pela maioria dos adolescentes, sem cometer crimes e fazer uso de álcool e drogas.

A adolescência é uma transição, uma fase de oportunidade e precisamos ter uma visão mais positiva da adolescência, para fazer com eles – como disse a Ministra Rosário – dando aos adolescentes e às crianças a oportunidade de construirmos juntos, por meio das conferências nacionais do direito da criança e do adolescente; por meio de várias outras formas de participação, um país melhor para as crianças e adolescentes. Então, vamos pensar que não é a maioria dos adolescentes que faz uma transição tumultuada para essa fase da vida tão importante.

Essa é a mensagem que eu queria deixar aqui pra vocês, cumprimentando pela iniciativa. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem à Ludmila, que falou pelo Unicef

E já aproveito para registrar a presença da nossa querida Vice-Presidente, Senadora Ana Rita.

O Senador Wellington com a palavra. E permitam-me que eu diga que o meu Presidente da Centra Única dos Trabalhadores, quando eu era vice e secretário-geral, – ele é o eterno Presidente; foi o primeiro – disse que o ViraVida foi instalado quando seu pai era governador lá no seu estado. Parabéns.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – É verdade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Está com a palavra o Senador Wellington.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Bom, primeiro para dar esse testemunho.

Eu quero aqui louvar primeiro este trabalho aqui da Comissão e o belo trabalho da nossa Ministra Rosário. Todos nós acompanhamos, com muito carinho, os desafios que temos nessa área dos direitos humanos. E quero parabenizar tanto a Comissão como a Ministra Rosário pela abrangência do entendimento do que seja direitos humanos, indo muito além de determinados paradigmas que nós temos sobre essa área dos direitos. E, logicamente, o trabalho feito naquilo que merece certamente a maior proteção de todos nós, seres humanos, que é exatamente essa fase da criança e do adolescente.

Quero dar um testemunho, aqui, do trabalho do meu querido Jair Meneguelli. Eu tive o privilégio de conviver com ele também ainda como sindicalista. Acumulou muita sensibilidade e agora, no Sesi, inova com esse trabalho que é exatamente o ViraVida, um trabalho que tem preocupação com meninas, enfim, com adolescentes, em que se faz um resgate.

Eu quero dar um testemunho de que, no meu Estado, já são centenas e milhares de crianças, adolescentes, jovens, enfim, que se reencontraram com a vida a partir desse trabalho, Jair. Esses dias eu estive participando, com nosso atual Vice-Governador, que é o Presidente da Federação das Indústrias, o Zé Filho, de um evento em que eles recebiam ali diplomas já com garantias de emprego. Enfim, é um trabalho, no meu estado, fortemente abraçado pelo setor empresarial, que é algo fundamental. E também tem uma participação do estado, que recebe uma parte dessas pessoas em diferentes áreas, para esse trabalho.

Então, quero aqui, na verdade, apenas falar da alegria desse debate que nos traz reflexões e o amadurecimento para nortear inclusive um conjunto de projetos que tramitam aqui nesta Casa. E é claro, sempre elogiando aqui o nosso Presidente, que é incansável. É alguém que durante a semana inteira firma uma pauta arrojada para esta Comissão e a torna, certamente, a mais atuante aqui do Parlamento, do Senado Federal. Parabéns, Presidente. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Obrigado, Wellington Dias.

Eu quero registrar que está conosco já, aqui, o Senador Ataídes Oliveira, sempre aqui presente. E seja recebido aqui com uma salva de palmas, Ataídes. *(Palmas.)*

A palavra está com os Senadores, agora. Quem vai usar a palavra? O Senador Cristovam? O Senador Cristovam.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Primeiro, eu quero fazer uma observação. O Senador Paim trata esta Comissão de uma maneira tal que dá inveja como ele consegue fazer bem. Nesta sala, é raro o dia da semana em que não tem uma audiência. Mas a minha observação é que quando a gente faz uma audiência para discutir assunto de categoria de trabalhadores, fica totalmente cheia. Quando a gente trata de criança, fica vazia.

A última – nem sei se foi realmente a última ou a penúltima – para os frentistas, os trabalhadores de postos de gasolina, a fim de discutir um piso salarial para eles, não tinha lugar; para eu me sentar teve que um sair. Fiquei até encabulado dizendo que não precisava ele sair. Mas para criança não tem quórum. Daí é mais importante ainda fazer audiências como esta e fazer um trabalho constante de cuidar das crianças.

Em relação a cuidar da criança, quero dizer que fiquei impressionado com o que disse o Vinício, que estamos chegando ao ponto de sermos comparados com Tailândia, que tem uma fama horrível no mundo em relação a turismo sexual com crianças, trabalho infantil e outras coisas desse tipo. Não é possível que a sétima economia do mundo, com uma democracia já consolidada, passe por essa vergonha.

O Estatuto está completando 21 anos. Eu fiz a conta aqui: se uma criança tivesse 15 anos nesse momento, fosse adolescente, hoje estaria com 36 anos.

Já seria quase avó ou avô. E nesses anos continuamos tendo – foi a Carmen quem falou – 15 mortos por dia, não é isso? Assassinados. Se a gente inclui, além dos assassinados, Jair, os que foram mortos por falta de hospital; crianças que foram mortas por trânsito... Eu não sei se aqui inclui overdose de droga nesses quinze? É possível. Então, vamos deixar de lado. O número é muito maior. A gente não pode deixar que isso continue acontecendo no Brasil.

Eu tenho a impressão de que a maneira de acontecer é primeiro termos pessoas como nós, aqui, como o Unicef, tratando de buscar apoio, como o da Secretaria de Direitos Humanos, continuando esse trabalho. Mas creio que a gente precisava avançar ainda mais, radicalizar isso.

A radicalização eu vejo por dois lados: um na proteção da criança e outro na educação. Enquanto não tivermos todas as crianças na escola o dia inteiro, com as crianças ficando na rua vamos continuar tendo coisas desse tipo, por mais esforço que faça a Secretaria ou o Conanda. Não são protegidas suficientemente.

Na verdade, nós entramos depois do assassinato, da tragédia. Nós temos dificuldades de entrar antes, como procuram fazer os conselhos tutelares, com as dificuldades que a gente vê, como greve para poder receber um salário razoável.

E aí eu queria colocar em discussão a proposta que venho defendendo há anos de tratarmos as crianças como já tratamos – do ponto de vista político-administrativo – as mulheres, os negros, os jovens, em que há uma secretaria ao lado do Presidente, atualmente da Presidenta, com status ministerial.

A Ministra Maria do Rosário não vou dizer que é a minha Ministra preferida, porque pode ser que alguns reclamem de mim. Mas está aí entre aquelas pessoas por quem tenho respeito e confio no trabalho dela. Mas eu tenho a impressão que o Conselho da Criança e do Adolescente deveria subir de status e se tornar ministério ou secretaria, como já têm as mulheres, os negros, os jovens e os índios com a Funai. Mesmo assim os índios não estão satisfeitos e reivindicam uma secretaria com nível ministerial. Eu já discuti com o Conanda muitas vezes. Esse é um projeto meu que já tem aqui seis anos. Eles temem que isso gere uma perda do Conanda. Não, porque dentro do meu projeto diz que a secretaria funcionaria com o Conanda. Está escrito no projeto de lei. O Conanda seria uma espécie de conselheiro do Ministro ou da Ministra, permanentemente. Agora eu quero dizer que não é tirando nada, é querendo levar a criança para um status maior.

Em relação à Secretaria de Direitos Humanos, quero dizer que hoje, quando for fazer um discurso, irei sugerir onde usar os 4,5 bilhões que o BNDES não vai mais usar para o varejo. E para 4,5 bilhões vou oferecer diversas alternativas. Mas uma é quase o valor necessário... aliás, é mais do que o valor necessário para erradicar o analfabetismo em quatro ou cinco anos. O BNDES ainda poderia ganhar os juros enquanto não aplica, porque bastava aplicar um por ano.

Aí, eu defendo, a tempo, inclusive em fóruns internacionais, que alfabetização de adultos deveria ser uma coisa, meu caro amigo Jair, da Secretaria de Direitos Humanos e não do Ministério da Educação, que é responsável pela educação das crianças; mas adulto é uma questão de direitos humanos. Deixar a alfabetização de adultos para o Ministério da Educação é o mesmo que tratar tortura como um problema de saúde pública.

Tortura não é um problema de saúde pública, embora também seja. O torturador precisa ser cuidado. O torturado, aliás. O torturador, psiquiatricamente. É uma questão de saúde pública psiquiátrica.

Temos que tratar analfabetismo como uma questão de direitos humanos. O analfabeto está sendo torturado todos os dias, por não saber ler. Uma tortura que não queima, não aleija fisicamente, mas é uma tortura, pela incapacidade de viver plenamente e pela impossibilidade de ser livre plenamente.

Então, ao mesmo tempo em que estou dizendo que a Secretaria da Criança deveria sair do Ministério e ser promovida, estou propondo dar mais uma tarefa para a Ministra Maria do Rosário. E vou dizer hoje isso, quando falar sobre para onde deveriam enviar os 4,5 bilhões.

Está aqui o Jair. Isso poderia formar quantas centenas de milhares de jovens em cursos técnicos? Em ótimos cursos técnicos? E o retorno seria alto economicamente. Pois bem, essa é uma proposta.

E a outra – parece que eu tenho uma prevenção contra ministérios e quero dividi-los – é de que o Ministério da Educação cuide só de criança, só da educação de base: da criança e do adolescente.

Universidade tem que ir para um ministério próprio. Ou como dizem que tem muitos, para o Ministério de Ciência e Tecnologia, como é na maioria dos países. A universidade está mais próxima da ciência e tecnologia do que da educação de base. Além disso, eu acho que o Ministério vai cuidar mais da universidade com ele de fora, por meio de convênios entre os dois ministérios, do que como é hoje.

Nós precisamos ter uma espécie de Ministério da Criança, como eu criei no meu Governo, aqui, que tinha a Secretaria da Criança. Os governadores que vieram depois acabaram com isso, mas o Governador Agnelo criou. Um dos primeiros atos dele foi criar a Secretaria da Criança. Eu até pensava que o Dr. De-

oclécio iria estar aqui, que é o Secretário. Ele é uma figura formidável. Além de pediatra, é comprometido pra valer com criança.

Pois bem, essas são duas ideias que eu gostaria de debater com essa Mesa. Aí peço que a minha Ministra preferida tire o chapéu de ser a Ministra de hoje e pense em termos de Brasil, de futuro, pelos próximos 21 anos. Num instante passaram os 21 anos. Então, pense nesse sentido. Não se justificaria –não precisa falar em alfabetização, para não dizerem que está puxando para o Ministério mais atribuições –, não se justificaria ter uma área de proteção da criança nem dos direitos apenas. Proteção, ponto. Proteção na saúde, proteção na educação, proteção no tratamento que recebe em casa. Tudo. E, ao mesmo tempo, essa ideia de que o Ministério da Educação deveria cuidar da educação de base. Enquanto cuidar dos dois, a gente vai continuar como está, porque o dinheiro vai todo para a universidade. E jogaram para os pobres Municípios a responsabilidade de educar as crianças. Os Municípios são pobres!

Eu vi, um dia desses, um grupo de professores em greve pedindo 13% de aumento. É ridículo! Eu disse pra eles: vocês deveriam pedir 1.000% de aumento, vocês deviam multiplicar por dez. Agora, o prefeito não tem condições de pagar nem os 13%. O prefeito não conseguia dar o aumento. Não era maldade não, não era prevenção contra professor, ele não tinha de onde tirar dinheiro para dar um aumento de 13% aos professores. Os professores se contentam com pouco, e os prefeitos não podem pagar nem mesmo o pouco que eles querem. Só federalizando a educação que a gente vai conseguir ter uma boa educação de base.

Por que os cursos do Senai, de tantas instituições são tão bons? Porque são federalizados com a gerência privada. São federalizados. Por que as escolas técnicas são boas? São federalizadas.

A Presidente, num almoço que tivemos lá, estava entusiasmada com o sucesso das Olimpíadas da Matemática – que realmente é uma coisa fenomenal. E ela estava impressionada como os Colégios Militares ganham todas. Não é porque são militares. É porque são federais. E depois deles, o Colégio Pedro II; depois os colégios de aplicação, depois as escolas técnicas e lá em baixo vem as municipais e as estaduais. As 300 federais no Brasil tem média acima das particulares. É possível que a melhor das particulares esteja acima da melhor das federais, com um custo altíssimo, como Escola Americana, Escola das Nações. Mas na média, as federais – são 300 certinho – estão acima das Particulares e que estão acima, longe, das municipais e que estão acima das estaduais. As estaduais são piores do que as municipais.

O caminho é federalizar a educação de base, claro que não pode ser de repente. Não é chegar aí dizer, hoje, os dois milhões de professores, vem para cá; não. Tem que se criar uma carreira diferente, federal, como tem o Banco do Brasil, como tem a Caixa Econômica, como têm os professores do Colégio Dom Pedro II. Cria uma carreira paralela. Vamos ter duas carreiras, duas escolas. Enquanto essa melhora um pouco, essa aqui revoluciona.

A Presidenta me pediu um estudo sobre isso, e eu já entreguei. Já entreguei. Pelo estudo, que leva 20 anos para aplicar, no final, a gente gastaria a mais de hoje 3,4% do PIB em educação de base. Hoje gasta 3,2%. Dobrava. Não é tanto assim. Sabe que é o salário do professor que eu coloquei para chegar a esses 3,4% do PIB, R$ 9 mil; hoje é R$ 1.500,00. Agora, não é para os de hoje e nem é de repente: 20, 25 até 30 anos até chegar ao Brasil inteiro, mas começando agora.

Então, são as duas coisas que eu queria ouvir. Na ótica da criança – que é o que a gente está fazendo aqui –, além do Estatuto com 21 anos – coisa formidável –, o que a gente faz concretamente para transformar a realidade do Brasil em relação às crianças? Eu acho que é uma Secretaria Presidencial e o MEC concentrado na educação de base e a federalização, através disso, da educação de base.

É isso que tinha para colocar.

Gostaria de ouvir vocês nessa provocação que estou fazendo. Fiquem à vontade para ser contra. Até porque estou acostumado com muita gente ser contra sobre isso. Fiquem à vontade. É uma boa maneira de policiar os erros que a gente pensa em cometer. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem Senador Cristovam.

Vamos fazer o seguinte, vamos deixar os Srs. Senadores fazerem a suas considerações, a Ministra, em seguida, responde; e daí a Mesa encerra.

Senadora Ana Rita e, em seguida, passamos para o nosso querido Senador, sempre presente aqui, Senador Ataídes.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Bom dia Ministra, é uma alegria poder tê-la aqui, novamente, conosco, participando desta audiência pública. Quero fazer uma saudação a todas as pessoas da Mesa, ao Jair Meneguelli, que é o Presidente do Sesi, há muito tempo que eu não o via, Jair. Que bom vê-lo aqui hoje participando conosco desta audiência pública. Também cumprimento a Srª Carmen Silveira, da Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente; e também cumprimento o Vinício Motta que está aqui, hoje, participando conosco.

Quando a gente começa a falar sobre criança e adolescente nos dá uma energia muito positiva. Confesso que me sinto energizada quando a gente discute esse tema.

Primeiro...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu não falei, mas V. Exª é Vice-Presidente desta Comissão.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sim. Obrigada, Senador.

Primeiro, eu fui do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e Adolescente, por um período de oito anos, em períodos diferentes. Eu fui vereadora, e aí eu tive a oportunidade de representar a Câmara de Vereadores da minha cidade no Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente. Então eu tive a alegria de poder acompanhar um pouco mais de perto as políticas públicas. Sabemos que muito pouco se fez em alguns anos da história deste País. Acho que conseguimos construir uma legislação, que hoje estamos comemorando 20 anos, que é o Estatuto da Criança e do Adolescente. O Estatuto vem realmente coroar toda uma discussão que se faz e que se fez em entorno da criança e do adolescente mas, na prática, tivemos muitas dificuldades em implementar muitas políticas, principalmente nos Municípios, como por exemplo, os conselhos tutelares. Passamos por muitas dificuldades com relação a isso.

Mas muito me anima poder estar aqui, embora não tenha tido a oportunidade de ouvir a Ministra e nem ouvir toda a Mesa, e saber que hoje se fala no sistema nacional e também num plano decenal de atendimento à criança e o adolescente. Quer dizer, traduz num plano e numa política que universaliza o atendimento à criança e adolescente do nosso País que vem fazer com que o Estatuto da Criança e do Adolescente de fato, possa ser aplicado universalmente no País como um todo.

Senhora Ministra, com certeza, me colocar à disposição do Ministério e poder contribuir, através do nosso mandato e desta Casa, com esse tema. Eu gostaria muito. Acho que estamos em dívida. Nós criamos aqui a Frente Parlamentar em Defesa da Criança e do Adolescente, só que, na prática, a Frente ainda não está funcionando; não é verdade? Fica aqui um puxão de orelha para nós Parlamentares: fazer com que essa Frente funcione, porque é um espaço importante de debate. Também pensar como nós Senadores e Deputados Federais podemos contribuir, para avançar neste debate das políticas.

Quando o Ministério nos fala que está criando o plano decenal, a política nacional da defesa da criança e do adolescente isso é muito bom, porque dá um tratamento universal, dá um tratamento intersetorial à política. Não se trabalha mais temas, mas sim uma política integrada, universalizada de atendimento à criança. O debate vai além dos temas, como nós discutimos: a violência contra a criança, enfim, você pensa a política de uma maneira mais integrada – pelo menos é assim que estou entendendo. E, dessa forma, nós vamos avançando dentro das metas do desenvolvimento do milênio, uma delas é a erradicação da pobreza e combate à fome, que está intimamente ligada ao Brasil Sem Miséria, lançado pela Presidenta Dilma recentemente.

Então, acho que em muitas questões no governo do Presidente Lula e no Governo da Presidenta Dilma demos passos importantes. E, recentemente, aprovamos aqui o Sistema Único de Assistência Social, sancionado semana passada pela Presidenta, que também é um importante instrumento de atendimento à população carente, de combate à miséria neste País e que institucionaliza de fato uma política que tem que ser universalizada, tem que chegar a todos e sobre a qual todos os entes da Federação têm uma responsabilidade.

Nesse sentido, faço aqui o reforço com relação à criança e ao adolescente. Então, pensar política de assistência social, pensar a família, trabalhar a família, trabalhar a família, nós estaremos, também, trabalhando, com certeza, as crianças, adolescentes e os nossos jovens.

Senhora Ministra, acho que esta Casa e os nossos Senadores estão aqui inteiramente à disposição, mas eu, particularmente, como profissional da área, embora com o tempo bastante restrito, que a gente tem, porque as demandas são muitas, quero me colocar à disposição para contribuir com o Ministério e também com a Secretaria Nacional de Políticas de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Então, parabenizo vocês e me coloco também à disposição. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos, Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Quero também parabenizar os 21 anos do ECA, que é uma glória. Na verdade, ele conseguiu também a sua maior idade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senadora Ana Rita.

Passo a palavra, de imediato, ao Senador Ataídes Oliveira, companheiro nosso aqui de toda jornada.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Bom dia a todos, meu Presidente Paim, não me canso de parabenizá-lo, e não cansarei nunca enquanto estiver nesta Casa, por esta bela atuação diante desta extraordinária Comissão, que V. Exª Presidente com muita sabedoria.

Lamentavelmente não pude estar aqui no início desta audiência de hoje. Há poucos dias me perguntaram se eu estava contente no nosso Parlamento. E eu disse a essa pessoa que estava muito contente, porque eu era membro titular da CDH.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Gostei dessa. *(Palmas.)*

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Esta é a verdade. O que me deixa mais contente nesta Casa é saber que eu participo desta audiência.

Estou muito contente em vir aqui hoje, a nossa Ministra, estou vendo aqui também o nosso querido Jair Meneguelli, que tem um serviço prestado imenso a este País. Hoje, Presidente do Sesi – e eu quero falar sobre o Sesi – e os demais palestrantes. Depois que o nosso professor – que eu chamo de professor – Cristovam Buarque fala, fica difícil você falar, porque você tem que puxar o que ela fala para você falar em cima, não tem jeito, viu professor!

Mas o interessante é que o problema da criança, no Brasil, principalmente eu que vim lá do Norte, lá da pobreza mesmo, lá da miséria mesmo... Só que hoje estou com 50 anos de idade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Hoje é um empresário bem-sucedido, um empresário conceituado.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Graças a Deus.

Então, naquela nossa época, nós não tínhamos o que temos hoje: a droga, o computador; em especial a droga, na nossa época, não existia. Tinha que dormir cedo para trabalhar no dia seguinte.

Pois bem, o nosso querido Senador colocou o problema da escola integral. O problema da escola integral é fundamental, Ministro; não temos dúvida nenhuma. Se se ocupar a criança, está resolvido o problema, eu chego a pensar dessa forma. Pega essa criança e leva para a escola integral e deixa ela o dia todo ali dentro. E tem outra coisa, custa muito mais barato para a União, para o Estado e para os Municípios; vai custar muito mais barato do que deixar esta criança na rua.

Percebo que os nossos Estados, hoje, não têm condições de implantar esse sistema, meu ilustre Senador Buarque, esse sistema integral de educação. Eu percebo que eles estão atolados até o pescoço com dívida interna; ou seja, um percentual imenso do seu PIB é para pagar dívida com a União. Então eu vejo que não tem condições. Nós temos que federalizar o nosso estudo. Concordo plenamente com o nosso Senador.

É interessante também, minha Ministra, meu Presidente, o problema da família, o problema está lá na raiz da família, nós temos que trabalhar essa família também. No Norte, Nordeste, vi e acompanhei pais, mães pegando garotos de oito anos de idade e pedindo para elas irem para as ruas para pedir, para assaltar, para prostituir e trazer o dinheirinho no final do dia para casa. Isso é verdadeiro em nosso País. Tem um punhado de pessoas de má índole que vem lá de fora para estar com as nossas crianças aqui no Brasil, as nossas crianças de oito anos, nove anos, de dez anos. Todos nós sabemos disso, a imprensa joga isso dia e noite na mídia. Isso é um fato verdadeiro, nós temos que acabar com isso, é uma vergonha, é um crime extraordinário. A família, então, é a base que nós temos que trabalhar nesse Estatuto.

Gente, é sabido por todos nós, em todo o mundo, que o professor é a base de uma nação. Nós sabemos disso. Vide a história do piso, meu Presidente Paim. Um professor no Sul ganha 10 salários mínimos, numa hipótese. O nosso professor, lá no Norte, não ganha R$100 por mês. Como é que esse professor vai sair de casa, deixar a família em necessidade para ir prestar um bom serviço? Como? Isso está errado. Isso tem que ser consertado. Esse professor, que é a base – volto a repetir – tem que ser valorizado, tem que ser respeitado, tem que ser reciclado.

Também há o problema da droga, hoje, no norte do nosso País. Eu pensava que a droga era em São Paulo, no Rio e até mesmo aqui na nossa capital. Mas, na verdade, hoje o *crack* tomou conta das nossas crianças, mas tomou conta literalmente. Com R$2,00, eles compram uma pedrinha de *crack*. Eles não têm hoje alternativa nenhuma. Eles não têm oportunidade nenhuma na vida lá. Principalmente no Tocantins, eu vejo que, à noite, eles compram uma pedrinha de *crack*, vão para a praça e está resolvido o problema deles. Só que eles não sabem que estão se matando, se suicidando. Essa nossa futura nação está comprometida, se nós não tomarmos medidas emergentes, urgentes, Ministra.

Como o Senador disse, daqui a 15 anos, 20 anos, vamos perder nossos garotos hoje de cinco, oito, dez anos, vamos perder essa mão de obra, nós vamos perder essa vida. É grave, mas é muito grave o problema do *crack* no Brasil, hoje. E todo o mundo está falando do *crack*. Agora resta saber o que é que se está fazendo para acabar com esse *crack*. Eu andei bulindo, Sr. Jair, no Sistema S no Brasil, e vou bulir, mas vou bulir mesmo. Já busquei informações. Já estou com informações em mão. Sou um defensor incansável do Sistema S, como empresário que sou. O Sistema S, hoje, tem prestado um serviço de uma relevância extraordinária no nosso País. Sou sabedor disso. Eu tenho diretor na minha empresa que passou pelo Sesi, pelo Senac, pelo Senai, pelo Sesc. Que passou pelo Sesi, em especial, eu tenho dois.

Repito: sou um defensor, porém eu acho que o Sistema S pode fazer muito mais às nossas crianças, hoje, no Brasil. Eu estou dizendo isso porque é de responsabilidade de todos. O Sistema S, hoje, meu Presidente, tem uma arrecadação extraordinária: pagam-se 2,5% sobre a folha de pagamento no Brasil. Todos os empresários pagam 2,5% ao Sistema S. Isso representa 2,5% do PIB brasileiro. É muito dinheiro.

Mas eu não quero entrar muito nesse detalhe. Eu só pediria algo, meu Presidente, em especial, ao nosso Presidente do Conselho Nacional do Sesi. Eu acredito que o Sesi pode pegar essas crianças, trazê-las para dentro dessas nossas entidades tão conceituadas e competentes, reciclar e capacitar essas crianças, ocupar o espaço dessas crianças e colocá-las no mercado de trabalho. Eu acho que o Sistema S está aqui representado. Eu fiquei feliz na hora em que eu vi o Sistema S do Sesi. E eu vou trabalhar em cima disso, meu Presidente. Nós vamos cobrar um pouco mais do Sistema S.

Por final, eu só queria dizer o seguinte, já que o nosso Senador Cristovam mencionou: "Eu lamento quando eu vejo, por exemplo, esse rio de dinheiro, essa avalanche de dinheiro que é emprestado ao BNDES a juros de 6% ao ano, para beneficiar várias fusões em compra de diversas ações. Por exemplo, R$127 bilhões, o BNDES, meu ilustre Senador, já foram emprestados a mais de 150 empresas no Brasil, comprando ações, comprando ações e emprestando a juro subsidiado. Imagine, meu Senador, se esse dinheiro fosse, então, para recuperar as nossas crianças! Já pensou se esse dinheiro fosse para preparar a nossa juventude para o amanhã?! Você já pensou? Eu fico indignado – sabe, meu Presidente? E aqui estou fazendo um desabafo em relação ao BNDES.

E a impunidade finalmente. Um dos problemas graves, hoje, das nossas crianças é a impunidade. Você vê magnatas, você vê pessoas, você vê pessoas da classe mais alta da nossa sociedade envolvidas com crianças, com pedofilia, etc., etc., e não acontece nada a essas pessoas.

Então, a impunidade no Brasil, hoje, para mim, é um grande câncer, que atinge não só toda a nossa associação, mas, em especial, as nossas crianças. Então, a impunidade tem que acabar no nosso País, porque ela vai acabar com um punhado de coisas, entre elas a corrupção.

Obrigado, meu Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador Ataídes. Suas ponderações sempre contribuem para o debate.

Senador Sérgio Petecão, com a palavra, para a satisfação de todos nós.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PMN – AC) – Bom dia, Paim, nosso Presidente! Bom dia, Ministra Maria do Rosário! Na sua pessoa eu queria saudar todas as autoridades que compõem esta Mesa.

Na verdade, vou ser muito breve, até porque já me sinto contemplado na fala dos colegas. Mas uma fala que me chamou a atenção foi da Ludmila, que fez uma abordagem interessante. Às vezes se foca muito nas crianças, nos adolescentes que estão aí em situações difíceis. Mas nós temos que ver que a maioria dos adolescentes têm uma vida normal, têm uma vida tranquila. Então, eu penso que o foco tem que ser exatamente nesta linha: nós criarmos políticas no sentido de prevenir que esses adolescentes não venham a ter essa vida tão difícil que uma minoria tem.

Esta semana, um jornalista me abordou aqui nos corredores, Paim, e ele dizia assim: "Olhe, Senador Sérgio Petecão, há uma denúncia de um jornal americano segundo o qual o índice de prostituição na Amazônia é muito grande".

Ora, nós moramos na Amazônia. Nós temos a Comissão da Amazônia, lá na Câmara, que é um fórum de debate de temas da região. E esses jornais, esses jornalistas, principalmente americanos, plantam essas notícias lá que, às vezes, nós aqui não sabemos. Nós sabemos que temos problemas. Mas, quando uma notícia é plantada... E eu não sei por que uma notícia, quando é plantada fora do País, tem uma repercussão muito maior do que quando nós aqui a transmitimos. Eu vejo o Paim fazendo um esforço grande para trazer alguns temas que são de fundamental importância e eu não vejo essa divulgação. E aí um jornalista irresponsável vai a um jornal americano e diz que, na Amazônia, há um alto índice de prostituição infantil.

Ora, temos problemas, mas temos muitas coisas boas também acontecendo na Amazônia. Entendeu? E uma das situações que me preocupa muito, Ministra Maria do Rosário, é a situação da nossa fronteira. Eu moro no Acre. Eu acredito que é muito mais fácil nós combatermos a entrada da droga nas fronteiras do que lá nos morros do Rio de Janeiro, lá nas favelas de São Paulo. É muito mais fácil. Agora é preciso que haja uma política do Governo Federal no sentido de coibir a entrada dessa droga.

Hoje, lá na nossa fronteira – e é muito triste dizer isso, esse é um dos problemas –, as crianças, os adolescentes são muito usados como mulas. Por quê? Os traficantes usam os jovens porque as penas brasileiras para os nossos jovens são brandas. Infelizmente, isso está acontecendo muito naquela região do meu Estado, o Acre.

Eu vou dar um exemplo, Paim. Semana passada, há 15 dias, para ser mais preciso, eu inaugurei

– uma emenda parlamentar minha de R$195 mil – a primeira quadra de grama sintética pública do Estado do Acre, e, de repente, eu vejo as pessoas falando de projetos que gastam uma fortuna de dinheiro. Se nós não criarmos esses espaços de lazer para ocupar o tempo dessa juventude... Eu penso que essa, Ministra, é uma sugestão para que os Ministérios possam interagir. Eu aloquei lá recursos para construção de dez quadras de grama sintética. Eu estou cansado de ir ao Ministério tentar liberação desse recurso e fiz questão, Paim, porque as quadras de grama sintética lá no meu Estado são todas particulares. As pessoas têm que pagar tipo R$100,00 a hora para terem acesso. Ora, quem vai ter acesso? Vão ter acesso as pessoas que têm certa condição financeira. Aquelas pessoas mais humildes, que são as que têm ser o nosso alvo, o nosso foco, não têm acesso. Eu aloquei dez quadras.

Eu estou falando por mim, mas tenho certeza de que os colegas devem também estar criando políticas nesse sentido. Até hoje, eu só consegui – isso é do mandato todinho de Deputado Federal: quatro anos – liberar uma emenda para construir essa quadra lá na fronteira, no Município de Epitaciolândia, exatamente preocupado em ocupar o tempo dessa juventude, pois, se você não criar essas políticas nesse sentido, é muito difícil, porque ficar só no discurso, só na fala, e faz reuniões, e mais reuniões, e mais reuniões, e, se não for objetivo... Eu estou falando de quadra de grama sintética – o futebol é que move a juventude do nosso País –, mas nós temos outros mecanismos também de ocupar esse espaço aqui, como já foi citado por outros colegas Senadores.

Então, penso que existem coisas pequenas que nós poderemos fazer no sentido de prevenir. Eu me preocupo muito quando só se fala desse percentual muito pequeno de jovens, de adolescentes que realmente trilharam por outros caminhos. Mas eu quero me preocupar é com a maioria dos nossos jovens, dos nossos adolescentes, que têm saúde e que estão vivendo essa fase bonita da vida que é a adolescência.

Quero parabenizá-lo, Paim, e também pedir-lhe desculpas. Eu faço parte da CCJ e, ainda agora, conversava com um assessor nosso que disse: "Você está sumido, Senador". Não, eu gosto muito de estar nesta Comissão, mas o problema é que a CCJ me toma tempo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – São muitas comissões para poucos Senadores.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PMN – AC) – E, para acompanhar esse seu pique aqui, Paim... O Paim consegue fazer reunião na 2ª e na 6ª. O difícil é conseguir o quórum. Mas eu passei a admirá-lo. Eu já o admirava muito, mas principalmente quando comecei a conviver com S. Exª, por seu empenho e por sua vontade de dar sua contribuição para este nosso País.

Então, é isso, Paim. Fica aqui o nosso registro.

Agradeço à Ministra Maria do Rosário. Semana retrasada, eu tive uma audiência lá no Ministério, para tratar da situação dos nossos guardas da Funasa, Sucam, antigamente, essas pessoas que foram contaminadas por DTT. Fizemos um relato da situação e ela foi muito sensível e nos recebeu muito bem. Então, quero agradecer-lhe de público. Foi minha colega Deputada Federal, e hoje eu tenho muito orgulho de tê-la à frente dessa Pasta tão importante para o nosso País. Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos pela mensagem, Petecão. O respeito que V. Exª tem por nosso trabalho pode saber que é o mesmo que eu tenho pelo trabalho de V. Exª. V. Exª sabe disso.

Então, neste momento, eu passo a palavra à Ministra Maria do Rosário para que ela responda aos Senadores e, ao mesmo tempo, faça as suas considerações finais.

A SRª MARIA DO ROSÁRIO – Senador Paim, mais uma vez agradecendo, quero cumprimentar também a Mesa, o Vinício Motta, que representa os conselheiros tutelares, e fazer uma saudação aos Senadores e Senadoras que utilizaram da palavra, comparecendo a esta reunião, mesmo num período de pré-recesso, como disse o Senador Paim. Eu tomo e colho todas as questões apresentadas como sugestões importantes para o nosso trabalho, o acompanhamento do Senado Federal, através da Comissão de Direitos Humanos e dos mandatos dos senhores e das senhoras, é importantíssimo para a atuação em todas as áreas de direitos humanos, mas destaco, principalmente, entre todas elas, a área dos direitos da criança e do adolescente, o desafio é cotidiano.

A Senadora Ana Rita aqui apresentou um pouco da trajetória que é chegarmos até os 21 anos, ela que foi conselheira de um conselho municipal dos direitos da criança e do adolescente, construir na base políticas públicas, enfrentar as dificuldades porque a diretriz principal do Estatuto é que a política pública tem que acontecer no Município. Durante muito tempo isso foi visto como desresponsabilização dos Estados e da própria União e nós não podemos continuar com essa lógica. É preciso, e a União quer, junto com os Senadores aqui, que o orçamento para as crianças e os adolescentes brasileiros, chamado Orçamento Criança, seja um orçamento adequado. Daqui a alguns dias, agora, há o debate sobre a LDO, nós vamos ter o debate sobre o Plano Plurianual, sobre a Lei Orçamentária, e ali também, por aí passa a prioridade mes-

mo para as questões, Senador Sérgio Petecão, mais simples, do cotidiano, da vida das pessoas.

É preciso que recursos sejam disponibilizados, na União, nos Estados, nos Municípios, e essa cooperação com o setor privado, como destacou também o Senador Ataídes Oliveira, pode, já está dando frutos aqui com o Sesi, já existem frutos também com outros segmentos que têm assumido uma perspectiva de responsabilidade social importante.

E é importante também que essa responsabilidade social, das empresas, ocorra também no diálogo com os conselhos, com o Fundo Nacional, os fundos estaduais e os fundos municipais de direitos da criança e do adolescente, mas é importante que essa disposição do setor empresarial se dê dentro das diretrizes que os planos nacionais, estaduais e municipais apresentam.

Não é só o empresário, muitas vezes com uma visão importante, e na visão se dispõe a oferecer uma contribuição, mas esta contribuição, se for articulada com as políticas que estão em curso no Brasil, dá mais frutos porque se somam a iniciativas que estão em curso. Por exemplo, com o próprio ViraVida, agora, através do Sesi, mas há no Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente e nos conselhos estaduais e municipais, Senador Cristovam, programas a que é importante que o empresário também se some, verificando até a sua responsabilidade primeira com os seus trabalhadores, cumprindo as metas de creche dos seus trabalhadores, da mulher trabalhadora, dos filhos dos trabalhadores, que é fundamental também para o País, assegurando que esse setor privado esteja associado e plenamente cumpridor da legislação. Isso é importantíssimo para assegurarmos direitos das crianças, dos adolescentes e da família.

Portanto todas as propostas eu colho, particularmente aquelas que foram apresentadas pelo Senador Cristovam, que é um Senador estudioso dessas matérias, tem também, como a senhora, Senadora Ana Ria, priorizado o seu mandato na proteção dos direitos da criança e do adolescente através da educação e dos demais direitos. S. Exª nos faz, aqui, propostas criativas, criadoras, inovadoras e que precisam ser analisadas.

Analisar as propostas não significa ficarmos eternamente pensando sobre as propostas do Senador Cristovam, mas analisarmos, de fato, as estruturas de que precisamos para colocar o Brasil onde ele tem que ser colocado. Da outra vez que estive aqui nesta Comissão, o senhor disse: "O Brasil que é uma grande economia mundial tem que ser um país campeão dos direitos da criança, pelo menos idêntico. Se somos o quinto País em termos econômicos, nós queremos ser o quinto, se ainda não almejamos ser o primeiro, mas pelo menos uma equivalência entre aquilo que asseguramos na nossa economia e aquilo que nós asseguramos nos direitos sociais".

O que ocorreu no último período, que eu considero bastante importante, o senhor também, Senador Cristovam, participou dessa construção, o Presidente Lula e a Presidenta Dilma não colocam mais um sinal opositor entre a economia e os direitos sociais, até porque nós temos clareza hoje de que o que sustenta uma grande economia é uma grande população. Nós nos demos conta da virtude que significa termos uma grande população, quando se inclui essa população, nós movemos a roda econômica. E nos encontramos em um novo patamar diante de nações antes tidas como mais desenvolvidas e que permanecem com modelos econômicos restritivos do desenvolvimento econômico e que, portanto, crescem em patamares inferiores aos do nosso Brasil.

Por outro lado, quais os desafios para uma grande nação, diante até mesmo da mudança demográfica que nós hoje temos, um País que em poucos anos inverterá a lógica e terá menos crianças e mais idosos? O significado disso é que nós temos pressa. O Estatuto da Criança e do Adolescente não é algo para ser cumprido nos próximos 20 anos, é para ser cumprido já. Quem trabalha com criança, quem trabalha com direitos humanos de um modo geral, mas particularmente com crianças, trabalha o hoje, a emergência, o agora. E esse é nosso desafio. Que todas as políticas de governo, que todos os ministérios, que, no âmbito de todos os Estados, todas as secretarias, no âmbito dos Municípios, também todas as pastas, sejam também para as crianças e adolescentes, realizando, no âmbito das suas iniciativas, um plano de ação.

A nossa pasta de Direitos Humanos não dá conta de assumir tudo que diz respeito às crianças brasileiras, mas eu não quero ser uma Ministra dos direitos humanos, eu quero que o Governo inteiro esteja pelos direitos humanos. *(Palmas.)*

Da mesma forma, quando o senhor nos provoca a inovarmos o Governo e pensarmos as especificidades de uma pasta para as crianças no âmbito ministerial ou várias mudanças que o senhor propõe, Senador, e que devem ser estudadas por nós e, particularmente, pela própria Presidenta Dilma, nós queremos que todos os ministérios sejam ministérios da criança. Por isso temos que ter um plano de ação, que todos cumpram a sua parte. E quem nos cobra? O Senado Federal, a Câmara dos Deputados e a população de um modo geral.

Agora, a quem cabe monitorar cada ação? Ao Parlamento. Isso é indelegável, isso é irrenunciável. E nós precisamos reconhecer isso. Valorizar o Parlamento porque o Parlamento nos move. Quando a gente

fica muito quieto em uma área, o Parlamento nos diz: vamos mover mais essa área.

Hoje eu estou saindo daqui com propostas muito positivas e, ao mesmo tempo, renovo entre nós o desafio que fiz na primeira etapa do meu pronunciamento, porque junto a gente vai chegar lá. O Brasil sem Miséria, que a Presidente Dilma lançou, é um grande mutirão do País, o Governo Federal tem que fazer a sua parte, os Entes Federados têm que fazer a sua parte e cada cidadão e cidadã também. Um Brasil sem Miséria para as crianças brasileiras o que é? Do meu ponto de vista, sinceramente, meu irmão Jair Meneguelli, Senador Paulo Paim, queridos Carmen Oliveira e Vinício, que compõem esta Mesa, é um Brasil sem exploração sexual contra as crianças e adolescentes.

Poderíamos colocar neste rol muitas outras questões, devemos colocá-las no nosso plano de ação, mas eu acredito que podemos cumprir essa meta. Ao mesmo tempo em que vamos extirpar a miséria extrema, nós vamos colocar um ponto final na exploração sexual das crianças e adolescentes brasileiros, porque isso nos envergonha, isso é uma marca para as crianças de morte, e para nós, de morte moral. E isso não podemos admitir. Acho que juntos nós podemos chegar lá.

Colhi suas propostas, vou conversar sobre elas com a Presidenta, com o Conanda e vamos pensar sobre o conjunto de questões que esta audiência trouxe, para comemorarmos os 21 anos do ECA, para também nos desafiarmos, que o ECA seja verdade plena na vida de todas as crianças e adolescentes do Brasil.

Muito obrigada, bom trabalho a todos. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos a nossa querida Ministra Maria do Rosário, que, ao mesmo tempo, respondeu aos Senadores e fez as suas considerações finais, e como dizia antes, com competência, com sensibilidade e de forma muito fraternal aponta que esta é mais uma audiência pública em que surgiram outras ideias e que ela humildemente recebe, permita que eu diga isso, que eu sempre digo que a humildade é um dom dos grandes líderes, e considero V. Exª uma grande líder, vai discutir com a Ministra e fará tudo aquilo que for possível para atender as propostas que foram encaminhadas a ela neste momento.

Eu passo a palavra ao Vinício, para fazer as considerações finais. A Ministra falou primeiro porque ela, além de responder aos Senadores, fez as considerações finais e está com um problema também de agenda.

Vamos dar uma salva de palmas para a Ministra. *(Palmas.)*

A SRª MARIA DO ROSÁRIO – Peço licença, porque vou participar de uma exposição.

Um grande abraço a todos e todas, parabéns. Vinício.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Estamos liberando-a neste momento. Valeu, Ministra!

Então passamos a palavra, neste momento, para o Vinício, para as suas considerações finais.

O SR. VINÍCIO MOTTA BALBINO – Já fui bem contemplado na palavra da nossa Ministra e gostaria, Senador, que realmente tivesse esse engajamento junto com a Ministra, para que nós pudéssemos obter um sucesso lá na ponta, porque lá nós estamos bem sofridos, bem sofrido, nós temos sofrido bastante, Senador.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Vinício.

Passo a palavra, neste momento, à Carmen Silveira de Oliveira, Secretária Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, para as suas considerações, e daí vamos para o encerramento.

A SRª CARMEN SILVEIRA DE OLIVEIRA – Eu concluo a nossa participação nesse processo dizendo da importância deste ano para todos nós, e pela primeira vez, Senador Paulo Paim, a etapa das conferências municipais dos direitos da criança e adolescente está acontecendo no ano inteiro, antecipando a conferência nacional, as conferências estaduais que estarão acontecendo no próximo ano.

Então nós estamos já construindo a 9ª Conferência, com a etapa municipal agora neste semestre nos Municípios, que é justamente ali onde a criança e o adolescente vivem, onde desejam que seus direitos sejam concretizados. E o grande tema desta 9ª Conferência é o plano decenal. Este plano foi reconhecido por todos que estão aqui como um grande avanço na medida em que ele chama, na esfera do Governo Federal, por exemplo, que vários ministérios possam prever como vão realizar as metas, os objetivos estratégicos que o Conanda estabeleceu nesse plano decenal.

Então, o Governo Federal já está numa fase, quase em vias de ser concluída, de formulação do PPA, desse plano plurianual, em que os primeiros quatro anos do plano decenal já foram praticamente desenhados.

E desejamos que o Parlamento possa apreciar, com muita sensibilidade, as propostas que aqui chegarão, especialmente do ponto de vista orçamentário, porque a concretização vai depender de orçamentos que sejam consistentes não apenas no volume de recursos, mas também para poder fazer chegar na ponta, onde se deseja que as equidades possam ser melhor resolvidas para a infância e a adolescência no Brasil.

Então, cabe a nós, gestores, formular, e cabe a vocês, Parlamentares, analisar e validar e melhorar

essa proposta. Com isso, desejo um bom ano de trabalho para todos nós. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Drª Carmen Silveira de Oliveira, pela sua exposição, apontando caminhos aí para nossa moçada, crianças e adolescentes.

E, neste momento, eu vou passar a palavra ao Presidente do Sesi, o companheiro Jair Meneguelli, para que faça suas considerações finais.

Eu combinei aqui com o Jair, ele faz as considerações, o filme, o vídeo que ele trouxe vai passar na tela, e se ele autorizar, nós vamos pedir também que a TV Senado, dentro do possível, use.

Achei que ficou muito interessante, ficou lindo, e nós vamos usá-lo aqui para o encerramento.

Fica então a autorização para que a TV Senado possa reproduzir, nos seus programas, o vídeo que você trouxe aqui, como contribuição, pela sensibilidade, a grandeza e a forma criativa da mensagem que ali passa.

Jair com a palavra.

O SR. JAIR MENEGUELLI – Muito rapidamente também.

Senador Sérgio Petecão, eu, sempre que saio do nosso País, e sempre a trabalho, fico contando os minutos que faltam para eu voltar para o País, porque realmente nós temos muitas coisas boas. Mas também é verdade, Senador, que falta muito a fazer. Tem muita criança ainda realmente na rua, tem muita criança em situação de risco, e tem muita criança em situação de exploração sexual e comercial neste País. Ainda tem muita, não são poucas não.

É pena que o Senador Ataídes tenha se ausentado, mas sabe, Paim, se fosse eu, quando Deputado, ou você agora, como Senador, que estivesse falando o que o Senador Ataídes falou, possivelmente nós seríamos interpretados como alguém querendo talvez derrubar o Sistema S.

Mas, como foi um empresário, ótimo que fosse, e se ele tiver sugestões para que nós possamos melhorar todo o Sistema S, eu vou convidá-lo para expor numa reunião do Conselho Nacional do Sesi. Como empresário, ele tem todo acesso, a hora que quiser, para trazer as suas ideias.

Também a Senadora Ana Rita, depois eu falo com ela, porque eu vou querer a ajuda da Senadora. Quando nós chegarmos com o projeto ViraVida, lá no Espírito Santo, tenho certeza de que nós vamos poder contar com a ajuda dela.

Governador, Senador, companheiro Cristovam, eu não vou aqui, até porque a provocação não foi feita para mim, mas eu vou dar só um "petecozinho", eu não tenho dúvida nenhuma da importância das universidades brasileiras. Não tenho dúvida nenhuma, até porque eu acredito que país deseducado dificilmente chega à liderança do primeiro mundo. Agora, é bem verdade, Senador, que em nenhum país do mundo, pelo menos que eu conheça, toda a população teve acesso ao curso universitário. Acho que não existe nenhum país do mundo, e não vai ser também no Brasil. Agora, Senador, que todo cidadão, toda criança tinha que ter acesso à educação básica, isso, com certeza, teria que ter. Sem dúvida nenhuma.

No projeto ViraVida, quando vamos às aulas inaugurais, eu digo para esses jovens: agora é estudar, estudar e estudar. E digo para eles: quem estuda tem dificuldade no mercado de trabalho; quem não estuda está fora do mercado de trabalho.

Portanto, só um dado da *IstoÉ* desta semana: nós temos aproximadamente um milhão de crianças, de 10 a 19 anos – quer dizer, na estatística isso nem sempre é exato, eu acredito que tenha até mais –, que estão ou pedindo ou trabalhando de flanelinha ou vendendo alguma coisinha na rua, e todas fora da escola. Isso não podemos mais permitir em nosso País.

Muito obrigado pela ideia. Se bem que não estou mais no Parlamento, mas eu, de lá de fora, também posso gritar um pouquinho. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Jair Meneguelli. E, com muito orgulho, eu fui vice-presidente dele, secretário-geral da CUT nacional.

O SR. JAIR MENEGUELLI – A Senadora voltou. Senadora, nós vamos chegar brevemente com o Projeto ViraVida no Espírito Santo e gostaria imensamente de poder contar com a sua ajuda na implantação desse projeto lá no Espírito Santo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Antes de encerrar, se o Plenário permitir, vou aprovar um requerimento extrapauta.

Eu pergunto ao Plenário se é favorável a que eu coloque em votação um requerimento extrapauta, com o seguinte conteúdo:

REQUERIMENTO Nº ..., DE 2011

Com fundamento no art. 93, requeiro a realização de audiência pública [o Senador Cristovam cuida muito dessa área também] para ouvir o alto comissário das Nações Unidas para refugiados, Sr. António Guterres.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam que o requerimento seja colocado extrapauta, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Vamos ao mérito.

Já li o teor, para que ouçamos aqui, e foi uma provocação positiva dele, que eu aceitei. Ele esteve

em outras comissões, e nós, naturalmente, aceitamos fazer aqui essa audiência pública.

Os que concordam com o requerimento que acabei lendo aqui no momento que fiz como extrapauta, permaneçam como se encontram. Mas vou repetir.

Com fundamento no art. 93, requeiro a realização de audiência pública para ouvir o alto comissário das Nações Unidas para refugiados, o Sr. Antonio Guterres.

Os que concordam, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Agora, no encerramento, Jair, eu só vou dizer rápidas palavras, e vamos passar o filme. No encerramento desta reunião, pela importância, vamos passar vídeo de um minuto e meio, para que os Senadores assistam, pois não estavam aqui naquele momento.

Eu encerro, antes do vídeo, apenas lendo uma poesia que foi remetida a esta Comissão, que foi escrita pelos alunos da terceira série B da Escola Municipal Neiva Ewald, de Cascavel, Paraná, e que foi publicada na edição impressa nº 4 do jornal O Brasileirinho, intitulada – vejam o título – Prece aos direitos da crianças e do adolescente. Diz a poesia da meninada:

Autoridades que estais aí no poder,

Santificadas sejam as famílias

Que amam e valorizam as crianças.

Venha a nós o direito à saúde, moradia digna,

Escola de qualidade e o respeito da sociedade.

Que seja respeitado o estatuto da criança e do adolescente

Assim no Brasil como no mundo.

Amor, carinho, respeito e dignidade [é o que nós queremos]

Dai-nos hoje e sempre.

Perdoai todos aqueles que nos violentam das mais variadas formas

Assim como exaltas todos os que nos amam, valorizam e compreendem.

E não nos deixem abandonados à própria sorte.

Livrai-nos da discriminação, exploração, violência e opressão.

Deixai-nos conhecer a beleza e a pureza das flores, mares, cachoeiras, brincadeiras inocentes [aqui deu uma trancadinha, aquela trancada que às vezes dá, porque eles estão pedindo só para brincar],

Amizades sinceras e a família amorosa.

E que as famílias vivam em condições dignas de sua existência.

Amém."

Palmas aos estudantes. (*Palmas.*)

Meus cumprimentos à assessoria, que me deu a poesia pronta aqui para eu encerrar.

Então, antes de encerrar, eu peço que o vídeo, muito bem apresentado pelo Meneguelli, seja colocado mais uma vez neste momento.

(Procede-se à apresentação de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Lindo, lindo, lindo. (*Palmas*.)

Que a "barboleta" que tocou o coração de Cristo toque o coração de toda a humanidade.

Muito obrigado a todos.

Está encerrada a audiência pública.

(Levanta-se a reunião às 11 horas e 52 minutos.)

ATA DA 48ª REUNIÃO CONJUNTA DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA CONJUNTA COM A 9ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL, NO ÂMBITO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 1º DE AGOSTO DE 2011, SEGUNDA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, NA SALA Nº 02, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e dez minutos do dia primeiro de agosto de dois mil e onze, na sala 02, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador **(Paulo Paim)**, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Assinam o livro de presença os seguintes Senhores Senadores **Paulo Paim, Cristovam Buarque, Marcelo Crivella e Ataídes Oliveira.** A presente reunião destina-se a apreciação da seguinte **PAUTA**. Audiência Pública, nos termos do Requerimento nº 91, de 2011–CDH, aprovado em 22/06/11 e o Requerimento nº 01, de 2011-CASEMP, aprovado no dia 05/04/2011, ambos de autoria do Senador Paulo Paim, ***"para debater a redução da jornada de trabalho e dos encargos na folha de pagamento"***. Convidados: Tadeu Moraes de Sousa, Primeiro Vice-Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, em representação ao Deputado Paulo Pereira da Silva, Presidente da Força Sindical; Lourenço Ferreira do Prado, Presidente do Fórum Sindical dos Trabalhadores; Hamilton Dias de Moura, Diretor de Organização de Relações Sindicais e Institucional, em representação ao Senhor José Calixto Ramos, Presidente da Nova Central Sindical de Trabalhadores – NCST; Antônio Lisboa Amâncio do Vale, Diretor Executivo da Central Única dos Trabalhadores, em representação ao Senhor Artur Henrique da Silva, Presidente da CUT; Álvaro Sólon de França, Presidente da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil – ANFIP; Luiz Gonzaga de Negreiros, em representação ao Se-

nhor Ubiraci Dantas de Oliveira, Presidente da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil – CTB. Faz uso da Palavra os seguintes senhores Senadores Paulo Paim, Ataídes Oliveira, Cristovam Buarque, Marcelo Crivela. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, às doze horas e vinte e três minutos, lavrando eu, ***Altair Gonçalves Soares***, a presente ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Paulo Paim,** Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Declaro aberta a 48ª Reunião da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, em conjunto com a 9ª Reunião da Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social da Comissão de Assuntos Sociais da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Solicito a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e a coloco em votação.

Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovada.

PAUTA

(Audiência Pública Conjunta)

Audiência Pública conjunta, nos termos do Requerimento nº 91, de 2011–CDH, aprovado em 22/06/11 e o Requerimento nº 01, de 2011-CASEMP, aprovado no dia 05/04/2011, ambos de autoria do Senador Paulo Paim, ***"para debater a redução da jornada de trabalho e dos encargos na folha de pagamento".***

Nós convidamos para este debate, representando a Força Sindical e o seu presidente, Deputado Paulo Pereira da Silva, o 1º Vice-Presidente, Sr. Tadeu Moraes de Sousa, já aqui conosco.

Convidamos, também, o Sr. Lourenço Ferreira do Prado, que é Presidente do Fórum Sindical dos Trabalhadores, que reúne centrais e confederações, não é, Lourenço?

Também convidamos o representante da Nova Central Sindical.

Convidamos, também, o representante da Central Única dos Trabalhadores.

Também, representando a Anfip, o Sr. Álvaro Sólon de França.

Convidamos, ainda, os representantes da CGTB, da UGT e, também, da CTB.

Nós vamos iniciar o nosso debate, aqui, a nossa conversa sobre esse tema tão importante, com a presença, já à mesa, do Tadeu, representando a Força Sindical, e do Lourenço, representando o Fórum Sindical dos Trabalhadores.

Já está conosco, também, e convido-o para a mesa, o Sr. Hamilton Dias de Moura, Diretor de Organização de Relações Sindicais e Institucional, aqui representando o Presidente, o Sr. Calixto Ramos, da Nova Central Sindical dos Trabalhadores.

Bom, esse tema de que vamos tratar no dia de hoje está na pauta, com certeza, de toda a sociedade brasileira.

Eu mesmo informo a todos, aqui – ao meu amigo Hamilton, ao Lourenço e ao Tadeu –, que na quarta-feira passada eu estive em Caxias do Sul, Rio Grande do Sul, debatendo esse tema com os trabalhadores, durante a tarde, e com os empresários, à noite. Debatemos a questão da redução de jornada, dialogamos sobre a redução dos encargos sobre a folha de pagamento e debatemos também, porque eu sei que é pauta – e que bom que é pauta – das centrais sindicais, a questão do fim do fator previdenciário.

Eu quero dizer que, aqui, vocês terão toda liberdade para falar sobre a redução dos encargos. Poderão falar naturalmente, se assim entenderem, sobre o fim do fator e, também, nessa discussão toda, naturalmente, sobre a redução dos encargos sobre a folha de pagamento.

Eu sei das preocupações que existem, principalmente no que tange à Previdência.

A nós, que lutamos tanto para que os aposentados e pensionistas tenham reajuste integral, acompanhando o valor do mínimo, e que queremos acabar com o fator, preocupa-nos, e, naturalmente, vamos aprofundar o debate, quando você reduz os encargos, principalmente sobre a questão da Previdência.

Para mim, o mínimo que poderíamos, e é claro que o debate vai apontar os caminhos... Se houver algum tipo de redução, que esse percentual, via cálculo atuarial, se transfira para o faturamento, e que vá para a Previdência. O que não pode é só quererem reduzir.

Vou dar um exemplo: se reduzissem os 20% do que hoje é pago sobre a folha para a Previdência, isso significaria algo em torno de R$100 bilhões. Quem vai sustentar esses 100 bi para a Previdência, já que sempre dizem que ela não tem condição de dar os reajustes reais para os aposentados, como vocês buscam e eu também busco?

Aprovei aqui, já no Congresso, um projeto nesse sentido – no Senado –, que está na Câmara dos Deputados, para garantir os aumentos reais.

No ano passado, nós conseguimos 80%. Foi uma luta enorme das centrais, das confederações, para que a gente aprovasse aquela proposta, que o Presidente Lula, na época, sancionou, e o reajuste foi a inflação mais 80% para todos os aposentados e pensionistas do regime geral da Previdência.

Eu só vou tomar a liberdade... Esse é um tema que vocês dominam como ninguém, um tema de que trato muito também, porque sou autor, junto com o Inácio Arruda, da PEC da redução de jornada de 44 para 40, que apresentamos, eu e ele, em 95, ainda quando éramos Deputados. Somos autores, eu diria, porque, embora de minha autoria, ele votou comigo e nós aprovamos o fim do fator, e está na Câmara.

Também discutimos a proposta de uma nova política salarial, que, depois, as centrais acordaram com o Presidente Lula e nós aprovamos agora, no Governo da Presidenta Dilma, por unanimidade, da inflação mais o PIB, mas naquele período, em 2006, 2008, nós viajamos pelo Brasil todo e construímos uma proposta nessa linha de vincular os benefícios e também o salário mínimo à inflação mais PIB, mas já apontávamos essa possibilidade, porque sabíamos, pelo debate, que se houvesse redução de encargos sobre a folha, no que tange à Previdência – nós deixamos escrito, lá, num livro chamado Política de Salário Mínimo –, teria de ser transferido para o faturamento, fossem 1, 2 ou 3%, de acordo com a realidade.

É com alegria que eu quero, aqui, destacar... Eu mesmo confesso a vocês que, por inúmeras vezes – vocês são líderes do movimento –, eu disse aqui, tanto desta mesa, como da tribuna do Senado, que eu gostaria muito de ver uma pauta mais forte do movimento sindical. Falo com tranquilidade, porque eu venho da área sindical e sou, também, responsável, no meu entendimento, como vocês são responsáveis, pelo meu trabalho aqui dentro. Se eu for bem ou for mal, a escola foi a escola sindical. Eu tenho visto que, cada vez mais, as centrais e as confederações estão se mobilizando nessa linha.

Então, essa agenda unitária da classe trabalhadora, de que eu recebi uma cópia hoje pela manhã, diz: jornada de trabalho de 40 horas, sem redução do salário; fim do fator previdenciário; nova legislação para terceirização; regulamentação da Convenção 158 da OIT, que garanta a negociação coletiva também para os servidores públicos; ratificação da Convenção 158 da OIT, contra demissões imotivadas; mudança na política econômica do Governo, com redução dos juros, indo na linha do desenvolvimento com valorização do trabalho, distribuição de renda e fortalecimento do mercado interno; reforma agrária e urbana; 10% do PIB para a educação; salário igual para trabalho igual; combate a todas as formas de discriminação e violência; por fim, pela soberania nacional e autodeterminação dos povos.

Já houve manifestações neste ano: em 06 de julho, na região Centro-Oeste; em 14 de julho, na região Norte; em 21 de julho, a mobilização foi na região Nordeste; em 28 de julho, a mobilização foi na região Sul. Eu estava no Sul e acompanhei uma grande mobilização, inclusive em frente ao palácio. Depois, fomos reunidos, os líderes, pelo Governador do Estado, Governador Tasso Genro.

Em 03 de agosto, mobilização na região Sudeste, enfim, em São Paulo, vai ser no dia 03 de agosto, e aí fecha. A expectativa é de se reunirem mais de 100 mil pessoas, com concentração a partir das sete horas, em frente ao estádio do Pacaembu. Aí, irão em passeata pela Avenida Paulista, até a Assembleia Legislativa, na região do Parque do Ibirapuera.

Então, meus cumprimentos ao movimento sindical por essas mobilizações. Nós queremos muito caminhar com vocês e temos certeza de que, a partir de setembro, outubro e novembro, já que em agosto haverá a última em São Paulo, teremos grandes mobilizações no Congresso.

Eu falaria aqui, como informação, que nós teremos, no mês de outubro, o congresso nacional da Cobap, que vai ser em Goiás. Vai ser um grande congresso nacional, para o qual vão ser convidadas, naturalmente, todas as centrais, pelas informações que recebi, e todas as outras entidades, também, de aposentados e pensionistas, das centrais sindicais, para, a partir dali, articular uma mobilização, também no Congresso, sobre a derrubada do fator e o reajuste real para os aposentados. Quero dizer que já confirmei presença, estarei, em outubro, em Goiás, participando dessa discussão e mostrando como está o quadro aqui no Congresso e a importância de uma grande mobilização para que a gente consiga, até o fim do ano, ver o Congresso aprovar o fim do fator, como também essa proposta, que é o centro do debate, que é a redução da jornada de 44 para 40 horas semanais.

Está aqui o Senador Ataídes, sempre presente, de segunda a sexta, aqui no Congresso acompanhando todos os debates.

De pronto, vou passar a palavra aos nossos convidados.

Estamos iniciando agora a nossa audiência, mas V. Exª pode usar a palavra no momento que entender adequado. Se entender que é agora para fazer a sua saudação, já com alegria, porque eu já fiz a minha saudação, inclusive falei da minha agenda no Sul, que foi eixo desse tema – redução de jornada e desoneração da folha de pagamento, como também fim do fator e reajuste real para os aposentados –, então, eu iria passar a palavra para os nossos convidados, mas V. Exª tem a palavra nesse momento para a sua saudação.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Bom-dia a todos.

Peço desculpas aos nossos convidados por utilizar da palavra nesse momento.

Presidente Paim, eu estava ouvindo, por isso tive que vir aqui urgentemente, porque tenho um compromisso daqui a pouco, mas o tema desta audiência, deste debate é de uma importância, aliás, como todas que V. Exª tem feito nesta Casa, magnífica, extraordinária, e eu tenho informações sobre este tema de hoje, por isso fiz questão de vir aqui. Penso que estou atrapalhando a palavra inicial dos nossos convidados.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) –Está colaborando e muito, Senador, fique tranquilo.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – A redução da carga de trabalho já feita uma PEC por V. Exª, que é a PEC nº 231, eu coaduno plenamente com V. Exª, e espero estar nesta Casa para ajudar aprová-la, por ser de muita valia. Eu sei os resultados que trarão à nossa economia: mais empregos, enfim, uma série de outras vantagens que o senhor já nos colocou.

Mas, Presidente Paim, quando se fala em redução de carga tributária, previdenciária neste País isso me chama muito a atenção. Este é o motivo de eu participar desta audiência sempre.

Quero dizer o seguinte: quanto ao Sistema S, V. Exª já sabe, eu estou fazendo um estudo extremamente minucioso, inclusive cheguei aos estudos finais do Sistema S, com muita dificuldade, porque é um Sistema que não tem transparência alguma, apesar de ter uma LDO que determina, em seu art. 6º, § 3º, Presidente, que as empresas do Sistema S teriam ou terão, melhor dizendo, de publicar na Internet os seus números, os seus balanços, mas, na verdade não o fazem. Somente o Sesi foi quem demonstrou, no exercício de 2010, os seus números. E os esses números, Presidente Paim, são monstruosos. Hoje, começarei com as informações que o povo brasileiro e os empresários brasileiros precisam ter, já que poucos as têm. E aí vem a nossa intenção aqui nesta Casa, nesta Comissão.

O Sistema S arrecadou, em 2008, R$8,2 bilhões; em 2009, R$9,9 bilhões; em 2012, R$12,4 bilhões; e para 2015, eu já tive informação do quadritrimestre do SESI e cheguei ao número de R$15 bilhões. Sem um pingo de fiscalização, Presidente. Fala-se em redução; hoje, protocolo, neste Parlamento, um PLS pedindo redução de 50% nas alíquotas do Sistema S. Para se ter uma ideia, Presidente, além desse montante enorme, quando você coloca o pé no Sistema S, quer seja Sesc, Sesi, Senai ou qualquer outro, o empregado ou o empregador não sai sem fazer um cheque ou sem deixar dinheiro.

Vinte e três por cento da arrecadação do Sistema S, hoje, são de serviços prestados, sendo que ele não tem de cobrar um centavo sequer do empresário, e muito menos do trabalhador. Ou seja, é uma "farra do boi". Portanto, pretendo, juntamente com os meus Pares, juntamente com o senhor, e é a intenção também do Governo, a redução em 50% dessas alíquotas. Ou seja, isso já vai dar aos nossos empresários um fôlego.

Também quero dizer, acerca do Sistema S...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Só para que eu possa confirmar, porque fiquei perplexo, eu não tinha esses dados: R$15 bilhões estão previstos para o ano de ...

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Para 2011. Ou seja, poucos são os Ministérios que, hoje, têm essa alocação de receitas; são poucos. O Ministério da Tecnologia, por exemplo, tem em torno de R$6 bilhões e poucos. Então, é o dobro. O TCU tem como alocação de recurso R$1.4. Portanto, são dez vezes mais do que o próprio TCU. E o bom de tudo isso, Presidente Paim, é que não há fiscalização, não há transparência alguma.

Hoje, então, começo a esclarecer e a informar ao povo brasileiro o que é o Sistema, porque, realmente, é um ninho de Guacho, não é uma caixa preta, é um ninho de Guacho, ou seja, é aonde ninguém chega, mas eu consegui chegar, porque eu fui contador por 15 anos.

Então, eu estou aqui, Presidente Paim, a respeito do Sistema S, para pedir várias providências. Vou protocolar um requerimento à Presidência do nosso Parlamento, solicitando que notifique o Sistema S para o cumprimento da nossa LDO de 2008, 2009 e 2010, que é a publicação dos seus balanços na Internet. Estou solicitando também, por meio de outro requerimento, que o TCU proceda à fiscalização periódica no Sistema, porque não há, e aí os dinheiros deles darão para tudo. Requerimento ao Coaf pedindo a disponibilidade – esqueci de dizer a V. Exª que só o Sesi, hoje, tem quase R$3 bi aplicados. O Sistema tem quase R$8 bilhões aplicados no sistema financeiro hoje. Para quê essa alíquota de 3.1 cobrada dos empresários? Por que essa alíquota de 3.1? Porque a alíquota é de 3.1, Presidente! Eu vou pedir redução hoje – e já está pronto – de 50% dessa alíquota.

Outro fator importante aqui, que é o fator mais importante hoje, e que será discutido pelos nossos nobres convidados, é a redução das alíquotas da contribuição patronal que, hoje, é de 20%. Além destes 20%, paga-se mais 8% de FGTS, mais 2.5 de salário educação, e o empresário ainda paga mais 11%.

A colocação que o senhor fez há pouco a respeito da preocupação com a Previdência Social é mais do que preocupante só lutar. Mas a Previdência Social, eu também conheço um pouco da Previdência Social, que teve uma arrecadação, no ano passado, de R$243 bilhões, a Previdência Social, bem administrada, é possível, sim, fazer a redução dessa alíquota. E digo mais,

Presidente: o nosso Ministro Mantega, há poucos dias, disse o seguinte: que há espaço, sim, para a redução dessa alíquota de 20% da contribuição patronal. Ele disse isto. E eu já estou com um projeto pronto...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – E eu quero dizer que ouvi, também, essa declaração dele.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – É... Eu já estou com um projeto pronto, pedindo a redução de 6%: 2% a cada ano. Eu devo dar entrada hoje, ainda, meu Presidente Paim. Se eu vou ter êxito, não sei; mas eu vou fazer. E acredito que a Previdência Social, com sua preocupação, ela não vai sofrer, nossos aposentados não vão ter perda, porque basta – eu repito – administrar direitinho. O que não pode é deixar nossos empresários, nossos trabalhadores sufocados como estão. Então, além da estória do Sistema "S", eu estou protocolando – também – hoje um PLS, pedindo uma redução de 20% para 14%, isso em três anos, descontando-se 2% a cada ano. Então, hoje também eu protocolo.

Então, eu vim aqui para dizer destas minhas proposituras e destas minhas intenções. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Senador Ataídes Oliveira, do PSDB. Para que todos se situem, Senador Ataídes é um grande empresário, bem sucedido, e, quando ele levanta esses dados do Sistema "S", alguns se surpreendem. Ele levanta que o Sistema "S", agora nestes últimos dados, em 2011, a previsão é arrecadar R$15 bilhões...

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Sem fiscalização...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Ele, então, levanta os dados e quer debater, quer transparência e quer saber por quê. E, naturalmente, vocês poderão também aprofundar os debates.

Eu queria convidar à Mesa, porque já chegou também, o Presidente da ANFIPE (Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil), Sr. Álvaro Sólon de França.

Então, eu o convido à Mesa.

Chegou, também, o representante da Central Geral dos Trabalhadores – CGTb, nosso amigo e líder sindical, Luiz Gonzaga de Negreiro. Peço que venha à Mesa, também, para que a gente comece, de imediato, nossa audiência com a palavra de nossos convidados.

Vou seguir a ordem dos convidados. Então, de imediato, vou passar a palavra para Tadeu Moraes de Sousa. Que fique bem à vontade, Tadeu, para falar sobre 40 horas, fator, Sistema "S"... O objetivo aqui é falar do mundo do trabalho. E, quando nós falamos em 40 horas, desoneração da folha, fator previdenciário é o mundo do trabalho e a agenda em que vocês estão fazendo essa grande mobilização.

Fiquem à vontade. Você tem 10 minutos e mais cinco, se necessário.

O SR. LUIZ GONZAGA DE NEGREIRO – Obrigado. Bom-dia a todos. Obrigado, Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, e demais companheiros que compõem a Mesa, das centrais sindicais. Agradecer por este convite para discutir, em audiência pública, um tema...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Permita-me... Só que eu informo a todos que estamos ao vivo para todo o Brasil. Muitos Senadores já afirmaram a mim que estarão assistindo, em seus estados, porque estarão em Brasília a partir da tarde. Estão falando, na verdade, para todo o Brasil pela TV Senado e também rádio Senado.

O SR. LUIZ GONZAGA DE NEGREIRO – E é importante que a população assista e comece a discutir também essas questões que, na realidade, é a pauta do movimento sindical. Nossa pauta é extensa... Depois que nós fizemos a II Conclat, no Estádio do Pacaembu... Antes, fizemos uma pauta da classe trabalhadora e, a partir daí, começamos uma ação aqui dentro do Congresso Nacional pela redução da jornada, pelo fim do fator previdenciário, pelo trabalho decente, regulamentação dos terceirizados, a Convenção 158, que são as demissões imotivadas – a rotatividade é muito alta aqui no Brasil. Em 2009, para vocês terem uma ideia, segundo levantamento do DIEESE, o Brasil contratou 17 milhões de pessoas, mas demitiu 16 milhões. Segundo o DIEESE, desse total, 70% com menos de um ano de empresa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Repita esse dado... A gente só fala em emprego, emprego e emprego...

O SR. LUÍZ GONZAGA DE NEGREIRO – Contratou 17 milhões e demitiu, em 2009, 16 milhões. Deste total, 70% com menos de um ano de empresa. Então, a demissão é muito imotivada. Por isso, a gente está lutando para conquistar a Convenção 158 ou um dispositivo que substitua a Convenção, mas que iniba as demissões. Agora, a pauta principal, nós temos... E a discussão... Já faz algum tempo que nós reduzimos a jornada – foi em 88. E, por lei do Senador Inácio Arruda, nós retomamos aqui a discussão das 40h. É uma luta. Acredito que neste ano possa vir para a pauta aqui na Câmara dos Deputados. Nós estamos fazendo uma luta em todo o Brasil com os trabalhadores para que nós possamos conquistar a redução da jornada. Reduzir a jornada não é sermos preguiçosos e queremos trabalhar menos. Não! Isso têm explicações técnicas também... De 1988, quando se reduziu para 44h – nós temos um levantamento –, até 2008, a

produtividade cresceu 84%. A produtividade, mesmo com a redução de quatro horas, cresceu 84%. E lembrando que essa produtividade, esse ganho não foram repassados nem para a redução dos preços nem para o salário dos trabalhadores. Não foram passados para nós... E hoje nós estamos reivindicando essa redução, primeiro porque houve mudanças tecnológicas dentro das empresas; segundo, nós precisamos também que nosso trabalhador se qualifique mais. Essa pauta nossa inclui também investimento na área de qualificação profissional, o que está faltando um pouco. Inclusive, deveria ser responsabilidade do Sistema "S" por conta desse dinheiro público... Porque a contribuição do Sistema "S" é pública! É um dinheiro que é nosso. E não são feitos a termo (?), porque muitos pagam hoje para estudar no SENAI, não é?

Então, nós queremos que o trabalhador... Aí, prova-se isso – e já foi mostrado – que cresce a produtividade. E, segundo estudos do DIEESE, se isso acontecer, nós vamos gerar dois milhões e meio de novos empregos que vão colocar novas pessoas no mercado de trabalho e podendo reduzir nosso desemprego (estou falando do Brasil).

Além disso, está comprovado, porque, principalmente no setor de metalurgia, na indústria, algumas negociações diretas e coletivas com as empresas, se mostrou isso: onde se reduziu a jornada, você aumentou a produtividade, você reduziu as doenças profissionais, você deu mais tempo a que o trabalhador pudesse estudar, para ele curtir a família e também pudesse usufruir aquilo que ele produziu. Então, as empresas que reduziram a jornada, sem redução do salário, as empresas não caíram, não perderam produtividade, não perderam competitividade. O que aumenta a competitividade não é a jornada exagerada, até porque, se nós pensarmos aqui, a gente luta pela redução da jornada, mas também tem de estar incluída nessa redução a diminuição das horas extras que estão sendo feitas no Brasil. Se faz muita hora extra! Nós trabalhamos mais que todo o mundo no mundo! Na indústria já se faz muito, imagine no setor de comércio e serviço. É, em média, 55 horas a 60 horas por semana que esses setores trabalham. E essas horas extras, ou banco de horas – que alguns fazem também – é tudo desordenado, não tem o controle. Então, nós trabalhamos até demais! O que nós queremos, então, o que é? É trabalhar o adequado, é produzir o que vai ser produzido, por que produz... Já foi constatado que, na redução da jornada, você consegue melhorar a produtividade, porque se trabalha menos cansado, você evita até pressão alta, diabetes, doenças... Tudo isso é causado por pressão de trabalho. Nós temos estudos sobre isso. Essa luta é uma luta de todo o mundo: é bom para os empresários, é bom para o Brasil e é bom para os trabalhadores. Alguns ficam pregando, na mídia poderosa, dizendo que não, que a redução de jornada gera desemprego. Isso é mentira! Isso é mentira! Isso não é verdade! Nós temos estudos comprovando que isso não é verdade, não gera desemprego, gera emprego e emprego de qualidade. Agora, o que precisa também ser feito, além de se reduzir a jornada, é o Governo também reduzir a taxa de juro, investir em tecnologia e investir nas universidades federais para que possam fazer pesquisas. Nós não podemos ser competitivos com produtos que não vai competir lá fora! Para que esse produto se torne competitivo, não será o trabalhador trabalhando mais, é investimento em tecnologia. Nós não temos tanto investimento. A taxa de juro para investimento é muito alta! Por isso também nós estamos defendendo o emprego nacional e nós estamos defendendo a indústria! Nós estamos contra a desindustrialização nesse ato do dia 3 também. Está entrando produto no Brasil que está arrebentando nosso parque industrial. Então, essa luta nossa é intensa e a redução da jornada é um ponto dos trabalhadores. Nós reduzimos em 43, reduzimos em 88 e estamos tentando reduzir agora em 2011. Lembro que vários países do mundo trabalham menos de 40 horas sem que caia a produtividade; foi melhorada a produtividade.

Outro ponto também polêmico é a desoneração da folha. Existem dois pensamentos sobre a desoneração da folha de pagamento. Há o pensamento do pastor, do lado empresarial e de alguns economistas, segundo o qual o trabalhador custa o dobro. Mas também temos estudos do Dieese e de alguns intelectuais, acadêmicos, da Unicamp que mostram o contrário – a folha de pagamento custa 25%. Há uma discussão muito grande quando se fala em reduzir a contribuição previdenciária para 14%. Temos que ter a preocupação de ter outra fonte de financiamento, se vai ser pública ou sobre o faturamento, mas tem que haver, porque não podemos perder o dinheiro da Previdência Social; temos que discutir isso com tranquilidade.

O Sistema S, como o Senador falou aqui, de fato, é dessa forma. Eu diria, pelos números, salvo engano, que hoje o orçamento do Sistema S é de 15 bilhões. Estou falando da arrecadação. Mas, quando se fala de orçamento, é a arrecadação e mais o serviço que eles vendem, porque hoje você paga o Senai na folha, obrigatoriamente, para formarem o seu funcionário. Ele também paga, e não deveria pagar. Se a verba é pública, tem que ser feito gratuitamente, para termos profissionais com qualificação.

Então, esta é a introdução que vamos fazer. A nossa luta do movimento sindical é grande, nós sabemos disso. No ano passado, não tivemos êxito, mas

retomamos este ano. E a unidade das centrais foi um fator determinante para que nós pudéssemos avançar mais. Estamos aqui na Mesa, as centrais sindicais, fazendo os atos conjuntamente. E com essa unidade das centrais dos trabalhadores e de empresários que pensam no Brasil, que pensam no crescimento, tenho certeza, nós vamos conseguir a redução da jornada e fazer uma boa discussão em relação à desoneração da folha. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. O Tadeu falou aqui pela Força Sindical.

Quando toca a campainha, o orador tem mais cinco minutos se necessário, ou encerra.

Então, de imediato, passo a palavra ao presidente do Fórum Sindical dos Trabalhadores, Lourenço Ferreira do Prado.

O SR. LOURENÇO FERREIRA DO PRADO – Bom dia, eminente Senador Paulo Paim, Presidente desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa; estimados companheiros representantes das centrais sindicais e também o representante da Anfip, aqui presentes; eminente Senador Ataídes Oliveira, que fez um depoimento corajoso, oportuno e necessário sobre o Sistema S; senhoras e senhores.

Eu considero os dois temas que o Senador traz para debate nesta manhã o melhor dos mundos – redução da jornada de trabalho e redução dos encargos sobre a folha de pagamento. Redução dos encargos sobre a folha de pagamento, evidentemente, sem impactar negativamente os direitos dos trabalhadores, das trabalhadoras, dos aposentados, dos pensionistas.

O primeiro ponto, redução da jornada de trabalho, é um tema que merece toda a atenção e que é prioridade nº 001 do movimento sindical de trabalhadores e da sociedade brasileira como um todo. Nós tivemos, até 1888, uma escravatura, o trabalho escravo no Brasil. Há apenas 123 anos nós saímos do trabalho escravo.

O Senador Paim, quando disse que apresentou, juntamente com o eminente Senador Inácio Arruda, em 1995... Se não me engano, o Senador Arruda ainda era deputado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Éramos ambos deputados.

O SR. LOURENÇO FERREIRA DO PRADO – Tanto V. Exª quanto o eminente Senador Inácio Arruda eram deputados. Então, já medeiam 16 anos desde aquele longínquo 1995 até agora. É um tema que sinceramente não sei por que demora tanto para ser debatido, para ser resolvido. Aqui no Senado, achamos que até andou, de certa forma, num passo adequado, numa marcha até razoável; entretanto, nós estaremos com essa matéria na Câmara dos Deputados, após ser aprovada aqui no Senado da República a redução da jornada de 44 para 40 horas semanais.

O nosso Presidente da Câmara dos Deputados, Marco Maia, tem colocado que pretende que essa matéria seja debatida, votada na Câmara dos Deputados agora no segundo semestre. Fazemos votos de que realmente isso aconteça.

Se analisarmos bem, a redução da jornada de trabalho não é necessária apenas para o trabalhador ficar em casa, como já colocou aqui o eminente e caro companheiro da Força Sindical. Na verdade há fatores de natureza técnica, de natureza científica, que envolvem a questão do lazer, do descanso e que têm que ser ponderados para se reduzir a jornada do trabalho em 10%, isto é, de 44 para 40 horas.

Se analisarmos os países colegas da América do Sul, o Brasil é o que tem a jornada de trabalho mais extensa – Argentina, Paraguai, Uruguai, todos eles têm jornada de trabalho inferior à do Brasil. Se formos estabelecer uma comparação com os demais países de outros continentes, nós também vamos ver que, com exceção de um país aqui ou outro acolá que possa ter uma economia mais planificada, mais centralizada, etc., todos eles trabalham menos que o Brasil.

Então, acho que é mais que necessário, mais que oportuno, mais que justo aprovarmos na Câmara dos Deputados agora essa redução da jornada de trabalho para 40 horas. Não é possível esperarmos mais, Senador Paim, eminente Senador Ataídes, companheiros, senhoras e senhores, que haja outra constituinte ou outra reforma constitucional de grande amplitude para termos essa jornada de trabalho reduzida.

Eu acho que essa PEC veio na hora certa, ela é oportuna. E é necessário e justo que a Câmara dos Deputados aprove a redução da jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais.

Outro ponto que justamente envolve o debate nesta manhã é a questão da desoneração da folha de pagamento. É claro, quando se fala de desoneração da folha de pagamento, em todas as matérias nos jornais só se fala da questão dos 20% que são arcados pelas empresas para compor a receita da Previdência Social. Não se fala em diversos outros fatores como, por exemplo, a questão do Sistema S, que foi abordada de forma corajosa e oportuna pelo Senador Ataídes aqui, nesta manhã.

Muitas vezes a imprensa fala e depois se esquece. Certamente, o representante da Anfip aqui tem dados mais apurados e mais segmentados do que eu. Entretanto, eu vou arriscar dar alguns palpites nesta matéria. Por exemplo, foi aprovada no Supremo Tribunal Federal a Súmula Vinculante nº 8, que declarou e determinou que tanto a decadência quanto a prescrição das con-

tribuições previdenciárias eram de dez anos. Então, a Súmula Vinculante nº 8 decidiu o seguinte: por estarem as contribuições previdenciárias no mesmo nível de tributo, de imposto, essa prescrição e essa decadência seriam de cinco anos e não mais de dez anos. Isso representou o quê? Representou algo como que as empresas não poderão, não deverão pagar mais, não pagarão mais, e a Previdência Social, quer dizer, o Estado não poderá cobrar mais também essas contribuições sindicais, essas contribuições previdenciárias atrasadas. Isso representou, senhoras e senhores, algo como um impacto de R$100 bilhões que as empresas não pagarão. E não há mais condição de se cobrar. Então, R$100 bilhões é dinheiro demais, é muito dinheiro!

E agora, novamente, quanto a essa questão da desoneração da folha de pagamento, o que se comenta também nos jornais é que isso representará para a Previdência Social mais R$100 bilhões. Então, desoneração da folha de pagamento é importante, não tenha dúvida nenhuma, gera mais empregos, estabelece uma adequação nos dados que podem realmente compatibilizar a geração de emprego com outros fatores importantes para as empresas. Mas temos que prever também que a Previdência Social não pode realmente se descapitalizar em nome da desoneração da folha de pagamento.

Eu acho que teríamos que combinar a desoneração da folha de pagamento com uma contrapartida das empresas também. Pelo que se nota, o Tesouro não tem tanto dinheiro assim para estar investindo em outras rubricas, em outras atividades que não sejam aquelas próprias. Pelo que se comenta todo ano, tem que se fazer uma ginástica grande para acertar a questão tributária no Brasil.

Então, eu acho que a contrapartida das empresas nessa questão da redução do percentual do pagamento que as empresas fazem, da desoneração da folha de pagamento, é fundamental, é importante. Acho também que tem que combinar um pouco a questão da reforma tributária, ou não. Se nós entendemos que contribuição previdenciária tem natureza tributária, ela também tem que ser combinada com a questão da reforma tributária. E nós sabemos que a reforma tributária neste País não anda, é muito difícil andar. O governo do Presidente Lula, quando iniciou seu mandato, em 2003, um dos pontos trazidos, além da reforma previdenciária, foi também a reforma tributária. E, na verdade, aquela reforma tributária que veio – para usar uma expressão não muito técnica – foi realmente de meio pano, uma reforma tributária muito, vamos dizer, mitigada, muito pequena. Então, eu acho que a reforma tributária tem que ser considerada também nessa questão da desoneração da folha de pagamento.

O Sistema S. Por que o Sistema S não participa disso? Representa ônus para as empresas? Representa. Mas podem argumentar: "Não, o Sistema S, na verdade, representa ônus para as empresas, mas as empresas mesmo, através de suas entidades patronais, é que administram esses recursos, etc.,...". De maneira que estaria colocado dessa forma. Eu acho que não. Eu acho que tem que trazer para cá para discutir todas essas questões.

Bom, feitas essas considerações, o que é que se tem? O que se tem hoje é que a imprensa declara que, por exemplo, o Secretário da Receita Federal, Dr. Carlos Alberto Barreto, informa que, em nível técnico, os estudos estão realizados. Já foram realizados estudos técnicos que permitem, que autorizam realmente a haver uma desoneração da folha de pagamento. Agora, esses estudos, pelo que a imprensa também informa, encontram-se em poder do Ministro da Fazenda. Já que esses estudos estão elaborados e concluídos, eu acho que é época de serem adotados todos os procedimentos para a desoneração da folha de pagamento. E, feito isso, chegando aqui ao Congresso Nacional essa medida que desonera a folha de pagamento, então, vai haver uma grande discussão. E, na verdade, aqui no Congresso Nacional, todos sabem que, na época dos decretos-lei, eles eram modificados; com as medidas provisórias atuais, todo e qualquer documento que chegue ao Congresso Nacional, todo e qualquer projeto, na verdade, passa pelo crivo democrático da apresentação de emendas. Então, estará aqui o Movimento Sindical dos Trabalhadores, estarão aqui as empresas, estarão os técnicos que estudam toda essa questão tributária, toda essa questão que envolve a Previdência Social, e não tenha dúvida nenhuma de que daqui teremos condições de ter um projeto equilibrado, um projeto bem compensado, em que não haja prejuízo na arrecadação da Previdência Social, em que não haja qualquer prejuízo para os trabalhadores e trabalhadoras, em que não haja nenhum prejuízo para os aposentados e pensionistas do Brasil.

De forma que, eminente Senador Paulo Paim, eminente Senador Ataídes e demais Senadores, companheiros de Mesa, senhoras e senhores, era esse o nosso modesto depoimento e a nossa contribuição para o debate desta importante matéria. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem,...

O SR. LOURENÇO FERREIRA DO PRADO – Senador Paim, sei que estou quebrando um pouco o protocolo, mas realizaremos agora, no Rio Grande do Sul, nos dias 4 e 5 de...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Não tem problema, fale.

O SR. LOURENÇO FERREIRA DO PRADO – É o seguinte: teremos agora, nos dias 4 e 5 de agosto, no Rio Grande do Sul, a realização do XL Encontro Nacional de Dirigentes Sindicais Bancários e Securitários. Vai ser na cidade de Gramado, no Rio Grande do Sul, próximo à sua terra. De forma que temos a honra de entregar o convite, nesta oportunidade, e de contar com sua presença lá, no dia 5 de agosto, pois vamos modestamente prestar uma homenagem não ao tanto que V. Exª merece, mas pelo menos é o mínimo que podemos oferecer, como forma de contrapartida aos relevantíssimos serviços prestados à classe trabalhadora e à sociedade brasileira, Senador Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Eu agradeço ao Lourenço. É no dia 5, não é?

O SR. LOURENÇO FERREIRA DO PRADO – No dia 5, exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu posso... No dia 6, estarei no Rio Grande do Sul, porque será a disputa final daqueles 35 sambas da Imperadores do Samba, que vai contar a nossa história na avenida, já que a Imperadores tem como tema contar a história deste Senador. Então, como eu lá estarei no dia 6, no dia 5 vou participar com vocês. Pelo que vejo aqui, estão confirmadas as presenças de Paulo Pereira, Presidente da Força Sindical; Wagner, Presidente da CTB; Antônio Neto, da CGTB; Artur Henrique, da CUT; Calixto, da Nova Central Sindical; Patah, da UGT; e Lourenço Prado, naturalmente. Álvaro Sólon de França também estará presente. Todos estão convidados. E eu estarei, dentro do possível, com vocês, nesse dia, para que possamos fazer uma manifestação da importância do movimento sindical e desse importante evento que vocês vão realizar em Gramado, ok?

O SR. LOURENÇO FERREIRA DO PRADO – Bom, Senador, eu agradeço muito. E também gostaria de fazer um registro. A minha programação era chegar ao Rio Grande do Sul no dia 2 de agosto, amanhã, e retornar no dia 6, sábado, no período da manhã. Porque termino meus ofícios lá na sexta-feira, e eu teria que voltar no sábado. Entretanto, ciente da homenagem que será prestada a V. Exª, nós também vamos adiar nosso retorno e ficar um pouquinho para ter um pouco mais de coisas agradáveis...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Todos na quadra da Imperadores então. Todo o movimento sindical estará lá. Está aqui o convite oficial. Está ok. Muito obrigado. Está confirmada minha presença, então, no evento.

Eu só queria aqui fazer um pequeno esclarecimento. A jornada de oito horas semanais a OIT aprovou em 1919, e só agora, avançando rapidamente no tempo, nós aqui, na Constituição de 88, aprovamos a redução de 48 para 44, e depois, em 1995, eu e o Inácio Arruda coletamos assinaturas de forma conjunta e apresentamos a PEC que o movimento sindical está apoiando. Aqui no Senado, em 2003, apresentei uma proposta; em 2005, outra. Porque tem a questão da hora extra, não é? As duas estão tramitando aqui na Casa. Estão andando bem, mas estão tramitando. Então, é importante. Qualquer uma das Casas que aprovar primeiro a redução da jornada, vai para a outra Casa, e a Casa então aprova. Era esse o esclarecimento que teria que ser dado aqui.

Senador Ataídes com a palavra.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Presidente Paim, eu acho que, devido ao problema do recesso e ao fato de que nossa assessora teve que se retirar por duas semanas, não tive informação sobre a audiência de hoje. Gostaria tanto de continuar aqui ouvindo cada um dos senhores! Tenho um compromisso, vou ter que me retirar, mas do meu gabinete quero continuar ouvindo os senhores.

Permita-me fazer aqui dois comentários ao que o Sr. Tadeu colocou. Eu, como empresário,... Com relação à redução da carga horária, o empresário não terá, eu afirmo, prejuízo algum. O senhor disse duas coisas de extrema importância. Primeiro, ele vai produzir mais. Ponto. Isso é o que o empresário quer. Segundo, a tal da hora extra. Todas as empresas pagam hora extra. Se você pagar um novo empregado, um novo funcionário, você estará contribuindo para dar mais um emprego e terá mais produção. Disso não temos dúvida nenhuma, empresário algum, salvo melhor juízo de alguns, está certo? Parabéns. Sou a favor, ratifica minhas palavras. Vamos ter ganho com essa redução, sem sombra de dúvida.

A respeito do Sr. Lourenço, quando fala da redução, o senhor colocou, de forma muito prudente e muito equânime, a situação dos nossos aposentados e pensionistas. Porque quando se fala de redução de assistência, de índice de pagamento, de percentual da contribuição patronal, é de se preocupar muito com os nossos aposentados e com os nossos pensionistas. É uma causa que o nosso Presidente defende há longa data, e eu coaduno plenamente com ele também.

Mas veja só, Sr. Lourenço: o senhor colocou essa decisão do tribunal em que essa vinculante, há dez anos, perdoaria os débitos, né? Dez anos, ok. Lamentavelmente, concordo que o senhor está correto. Eu vejo que uma fiscalização em uma empresa para levantar valores devidos depois de dez anos é uma dificuldade

imensa – e aqui nós temos um representante. Mas vejo que a coisa pode ser resolvida de forma muito melhor. Nós temos na Previdência muitos problemas, e nós podemos reduzir esses 6% que vou propor.

Por exemplo: fraudes. A fraude na Previdência Social é soberana, eu disse isso ao Ministro. A antiga CLPS – Consolidação das Leis da Previdência Social patrocinava, consolidava, permitia fraudes, fraudes, fraudes e fraudes. Então, nós temos dois problemas. Fraudes. Uma vez combatida a fraude, a situação da nossa Previdência começa a mudar. E o Ministro está fazendo isso aí, mas tem que ser arrojado. Segundo, essas aposentadorias especiais, Presidente Paim. Por que o nosso trabalhador tem que trabalhar x anos, tem que pagar sobre tantos salários e, depois, há um fator previdenciário e se aposenta com uma ninharia, sendo que há a especial, em que o cidadão aposenta com valor integral. Isso nós temos que ver, porque é outro buraco também que o Tesouro Nacional banca a Previdência Social. Esse é outro.

Voltando à história da cobrança, a nossa Previdência Social é ineficiente na cobrança. Vamos esquecer os dez anos. Vamos pensar nos dez anos para cá, com todo respeito aos nossos auditores, etc. É ineficiente também. Só para se ter ideia, as dez maiores devedoras deste País devem quase R$100 bilhões, conforme o senhor colocou. Entre elas está a Varig, a Vasp, que está aí voando tranquila, e tantas outras empresas não falidas que estão aí no mercado. Então, se tomarmos providências quanto à fraude, à aposentadoria previdência e fizermos as cobranças rigorosas, nós podemos, sim, desonerar essa folha de pagamento.

Vou continuar ouvindo os senhores. Peço licença e desculpa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O Tadeu gostaria de fazer uma rápida fala antes que V. Exª saísse.

O SR. TADEU MORAES DE SOUSA – Em relação à hora extra, no Brasil nós temos uma lei que limita, no máximo, dez horas trabalhadas por dia, mas não existe nenhuma fiscalização e nenhum controle, e os trabalhadores acabam trabalhando muito mais do que isso. Em alguns países, no caso da Argentina, Uruguai, Alemanha, França, existe uma limitação de 280 horas extras por ano, o que dá em torno de 40 por semana. Segundo cálculo, se a gente eliminasse essa hora extra no Brasil, nós criaríamos um bilhão de novos empregos, lembrando que o custo do trabalhador hoje para a empresa está em torno de 22%, segundo dados da CNI. A redução de quatro horas dá um acréscimo em torno de 1,99. Então, o custo é baixíssimo para a empresa do trabalhador brasileiro. Então, não tenho argumento para ir contrário à redução da jornada. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Passamos a palavra, de imediato, ao Sr. Hamilton Dias de Moura, Diretor da Nova Central Sindical de Trabalhadores, representando aqui o Presidente, o Sr. José Calixto Ramos.

O SR. HAMILTON DIAS DE MOURA – Muito bem. Senador Paulo Paim, nós agradecemos mais uma vez por nos convidar e nos dar o privilégio de estar presente aqui, desculpando a ausência do Presidente Calixto, que já está em São Paulo, com os outros Presidentes, na organização do evento que haverá no dia 03 lá. Também queremos cumprimentar os nossos companheiros de mesa e também o plenário.

Mais uma vez quero dizer da importância deste debate. Queria tomar a liberdade para colocar algumas questões do ponto de vista de entendimento da Nova Central, como o elemento que falta para a sociedade se organizar e avançar nesses dois debates importantes, corroborando, evidentemente, o que disseram os meus pares aqui, os companheiros Tadeu e Lourenço, até porque nesses dois pontos já não existe nenhum contrassenso entre as centrais, entre os segmentos dos trabalhadores, inclusive entre vários segmentos da sociedade.

No nosso entendimento, esse processo que está se aflorando com mais veemência no debate sobre a desoneração da folha e no debate sobre a redução da jornada... Vejam bem que estou expressando de trás para frente, quando um sindicalista deveria expressar primeiro a redução da jornada e depois a desoneração da folha. São debates que, na nossa visão, começam a tomar corpo agora nos últimos dois anos, do ponto de vista de avançar para que se tenha uma solução.

Primeiro, o nosso Senador Paulo Paim já colocou aqui como foi essa evolução cronológica da redução da jornada. O Tadeu colocou todo o processo do desenvolvimento, da produtividade que houve. Então, por si só, isso já nos evita de tratar de assuntos mais científicos desse desenvolvimento. Certamente, o nosso companheiro Álvaro vai dar dados mais técnicos aqui. E nós, o movimento sindical, já estamos convencidos de que não existe nenhum problema, não vai haver um problema de bancarrota no Brasil em relação a isso.

Em primeiro lugar, dizer por quê. Porque o processo de desenvolvimento das forças produtivas no mundo, e aí não é só no Brasil... E, com isso, naturalmente, o desenvolvimento do poder econômico, do capitalismo é um processo muito mais político-ideológico do que um processo de construção de uma questão social, desenvolvimento para um todo. É um processo

de angariar cada vez mais, de acumulação de riqueza, num processo de debate ideológico daqueles que se dizem mais adiantados ou mais atrasados. E é aí, nesse aspecto, que as centrais começam a discutir. Há meio século, mais ou menos, nós estamos debatendo um processo que, na década de 20, no século XVIII, acabou levando a uma revolução com a redução da jornada, que levou trabalhadores a serem queimados nas fábricas, a se enforcarem.

Por que será que agora nós não debatemos que o problema da precarização das condições de trabalho, da vida, que tanto constrange as organizações internacionais, como a ONU, a OIT, ao falar de trabalho decente, terceirização, excesso de jornada, trabalho escravo na indústria sucroalcooleira, que está levando a nossa juventude a ter uma relação de trabalho de cinco anos...

Nós estamos falando que temos que debater fator previdenciário. No Brasil, temos trabalhadores do campo morrendo com cinco anos de trabalho. São dados. A pessoa trabalha tanto que morre de estafa. E nós estamos discutindo um trabalho escravo. O Governo, algumas medidas: não, não vamos dar para esse segmento dinheiro público. Nada tem acontecido que impede a ganância do capital. Então, evidentemente, o trabalho que o Senador Paulo Paim vem desenvolvendo com vários outros parlamentares – que não vamos dizer que são do segmento dos trabalhadores, mas estão comprometidos com os trabalhadores – demonstra também que há outro debate que o movimento sindical precisa fazer, que é exatamente a mobilização. Nós estamos debatendo aqui, nesta Casa, no Senado, na Câmara, "n" ações favoráveis aos trabalhadores.

Se nós fizermos uma pesquisa – aliás, já temos uma pesquisa junto ao Diap e ao Dieese –, nesses últimos vinte anos, o setor econômico deste País, as transnacionais e as grandes empresas e o monopólio das internacionais deram um salto, coisa estrondosa que a gente não se preocupa. Vamos pegar nesse próprio Governo Lula, o Eike Batista, setores da Vale do Rio Doce, as privatizações, que acabaram com milhares de empregos – os dados fornecidos pelo Lourenço – que agora não teve mais como o governo assumir; 17 milhões de empregos criados, 16 milhões de demissões; e quanto informalidade! E a qualidade desse emprego? Porque nesses últimos 20 anos também as pessoas que continuaram empregadas estão morrendo à míngua, porque elas também tiveram sua condição de vida diminuída, principalmente de 94 para cá, quando houve a mini reforma da Previdência – mini para o governo e macro para nós que somos afetados por ela – quando muitas pessoas deixaram de se aposentar ou se aposentaram e não têm condições de sobreviver com a aposentadoria.

Na verdade, quando se fala em qualidade de vida e desemprego e qualidade de emprego, temos que falar também do problema da nossa juventude, o problema da prostituição infantil, o problema da droga que, todo mundo sabe, afeta primeiro aquele grupo de jovens que precisa ser alienado para não se contrapor. É por isso que a gente não vê o movimento estudantil, como vimos nas décadas de 40 e 50, que a juventude, de uma forma ou de outra, através da música, da cultura, através de seus levantes nas universidades participava muito das mudanças sociais, estruturais e políticas do País. Por que não vemos agora? Porque estão todos sendo alienados principalmente pelo problema da droga, que não é coisa nova. Se pegarmos todos os processos de transformações no mundo inteiro, uma das questões colocadas primeiro é a da alienação através da droga ou através da religião, que também é uma forma de cultura.

Então, o debate que precisamos aprofundar... Entendemos que vários parlamentares, na vanguarda do Senador Paulo Paim, têm feito e cumprido o seu papel. O que temos feito nos últimos anos é perdido parlamentares que não se reelegeram, que faziam parte desses grupos. Então, evidentemente, é muito importante ver o Senador Ataídes colocar essa questão do ponto de vista do debate da desoneração da folha, principalmente. Mas é preciso que a sociedade, que o governo se atenha um pouco para o papel do movimento sindical. Felizmente ou infelizmente, o principal papel do movimento sindical não será aqui na tribuna, mesmo vindo ai as reformas políticas, com outras formas de financiamento das eleições. Vimos falar aqui que 11 bilhões foram repassados efetivamente para o Sistema S em 2010. Isso demonstra a capacidade das pessoas de terem mais representantes nesta Casa. Quando se vê falar que o movimento sindical tem que ter contribuição compulsória, e o governo cada vez mais se apoderando das contribuições. O Sistema S, os empresários, todas as suas organizações e institutos se apoderam de um dinheiro que vai diretamente descontado na folha, a contribuição é compulsória. A Cide (Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico) é compulsória, e vemos nos jornais de todo o País a situação das estradas, a crise que estamos vivendo e que não é o governo. Esse é um problema da privatização do Estado, o nosso Estado está privatizado. Então, por mais que você tenha um governo bem intencionado, com setores dele querendo avançar, vamos debater o problema da privatização do Estado. Ou seja, entra todo o empresariado para dentro do Estado e ele define o que vai fazer.

A discussão que vamos fazer está sendo elevada e foi elevada a um problema de direitos humanos. Por isso a importância, mais do que os dados técnicos e os dados científicos apresentados pelo Senador Paulo Paim nesta Casa e nesta Comissão, acredito que o que pode e deve repercutir mais, e deve chamar a atenção da sociedade organizada é a questão dos direitos humanos.

A relação de emprego, a relação social de qualidade de vida que se está dando no nosso País hoje é um problema de direitos humanos. As pessoas que estão empregadas trabalham jornadas excessivas estressantes. Hoje, o nível de investimento em tecnologia, automação, ele se dá muito maior do que o investimento na vida, nas condições de vida, que é a saúde, a educação, a qualidade do lazer, o tempo em que o ser humano precisa pelo menos para reproduzir. Hoje, as máquinas – são dados da CNI, da CNT – têm um custo de manutenção trinta vezes mais elevado do que a manutenção de um cidadão. Um computador gasta mais para manutenção do que quem trabalha com ele, que ganha R$600,00, R$700,00 em média no País.

Então, a redução da jornada é um problema de direitos humanos, um problema que temos que perseguir de forma ideológica mesmo, ou seja, de preservação do ser humano enquanto agente social civilizado, não enquanto animal como querem nos tratar, fechando cada vez mais os guetos, as favelas, as periferias, excluindo essas pessoas e maquiando o que essas pessoas, o que o cidadão faz; só consegue enxergar isso quando a grande mídia faz, quando ele consegue pular o muro das favelas para os grandes centros. Como agora estamos vendo nos grandes centros, os assaltos, os trombadinhas, os meios de sobrevivência, aí é preciso ver. Não vamos ter cadeia, não vamos ter nada se não investirmos na educação, e para investir na educação e em mais emprego é preciso ter também qualidade de vida. E qualidade de vida é redução de jornada.

Do ponto de vista da compreensão para a desoneração da folha, é um problema que foi colocado pelo Senador Paim, pelo Tadeu, pelo Lourenço, e que nós vamos abordar sempre. Estamos discutindo encargos e salários. O que são encargos e o que são salários. Nosso problema de salário, nossa participação na renda brasileira de salário já chegou ao patamar mínimo. Então, se pegarmos o que o salário médio hoje representa em termos da renda nacional, ele está abaixo de vários índices.

Agora, os encargos. O que são os encargos? Aí é preciso ter um debate grande. Os empresários acham que têm que desonerar a Previdência e tirar logo dali. Nós achamos que não, porque poucas coisas estavam assegurando a sobrevivência é o processo da Previdência. O governo acha que ele tem que tirar também dos trabalhadores achatando a massa salarial porque a máquina do Estado também precisa funcionar. E nós entendemos que a transferência de renda se dá na produtividade. Aí não temos dúvida nenhuma de que o processo da desoneração da folha de pagamento tem que ser visto nesses pontos. E aí o Senador Ataídes, com a sua habilidade, pontuou bem. E nós apoiamos, sem nenhum problema ideológico, partidário, o problema de que é um dos caminhos de "cortar" (entre aspas) na própria carne, porque aí é um debate que se dará entre ex-empresários. Agora, o governo precisa entender que não tendo qualidade de emprego, não tendo as condições sociais, efetivamente, quem paga a conta somos nós através da Previdência. Então, é preciso manter esse dinheiro da Previdência, porque quando o trabalhador se acidenta, quando ele se torna incapaz para produzir, ele vem para a mão do governo, ele vem para ser tratado pelo governo. Então, se a gente tira a mínima condição, vamos seguir o caminho inverso que até os próprios Estados Unidos estão fazendo agora, o governo quer se apoderar pelo menos dos impostos para dar conta de atender á sociedade. A política dos Estados Unidos vai na contramão. Nós queremos ir na contramão. Então, é preciso fazer um debate aprofundado sobre esse aspecto. Mas, como os companheiros já falaram sobre esse assunto, nós, enquanto norma central, corroborando com a palavra dos companheiros, queremos dizer o seguinte: chamar a atenção dos movimentos sociais organizados, e aí com a vanguarda das centrais sindicais que estão já em ação, ampliar essas ações, porque no nosso ponto de vista somente falta agora uma grande mobilização nacional para que a gente faça com que o Congresso Nacional, que o Senado compreenda que agora é necessário algum lado abrir mão, e nós não temos condições mais de abrir mão de nada para a desoneração da folha, para a redução da jornada.

Esse é um pouco da nossa opinião, Senador Paulo Paim, e quero agradecer mais uma vez por estar presente nesta audiência. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Hamilton.

Agradecemos ao Hamilton, que falou pela Nova Central Sindical dos Trabalhadores, representando o presidente Calixto.

Então, vamos de imediato passar a palavra para o Antonio Lisboa Amâncio do Vale, diretor-executivo da Central Única dos Trabalhadores e que aqui representa o presidente daquela central, Sr. Arthur Henrique da Silva.

Com a palavra o Antonio por 10 minutos com mais 5 e com a tolerância da Mesa, se necessário for.

O SR. ANTÔNIO LISBOA AMÂNCIO DO VALE – Bom dia, Senador. A CUT agradece pelo convite. Quero cumprimentar também os companheiros aqui da Mesa, todos os presentes aqui nesta audiência. Acho que tem se há um tema ou dois temas sobre o que temos total acordo no movimento sindical brasileiro são esses dois temas que o Senador nos convida para debater aqui: a questão da redução da jornada e também a desoneração da folha.

Os companheiros já levantaram os pontos aqui nos quais temos nos batido, e há a questão da geração de emprego. O próprio levantamento é feito pelo Dieese, já citado aqui há poucos instantes, e mostra que é possível gerar em torno de dois milhões e quinhentos mil empregos com a redução da jornada de trabalho.

Agora, eu queria reforçar também algumas questões já abordadas aqui e o debate ideológico que parte da sociedade brasileira insiste em fazer quando diz que a redução da jornada é como um Deputado já falou para as pessoas: "para o trabalhador ir para o bar beber".

Primeiro, ele não tem nenhuma preocupação, nenhuma responsabilidade com o trabalhador ir para onde quiser; ele tem o direito, como cidadão que paga impostos, de ir para onde quiser. Aí, quero abordar essa questão.

Quer dizer, a redução da jornada de trabalho, além de gerar mais empregos, e evidentemente têm de ser empregos de qualidade, como também já foi abordado pelos companheiros, é também para o trabalhador se qualificar, ir para o cinema, ir para o restaurante. Quer dizer: empresário pode ir para o restaurante e beber o seu uísque, e o trabalhador não pode ir tomar uma pinguinha no bar? Se ele quiser, ele pode, da mesma forma que os ricos podem ir aos restaurantes ricos e tomar o seu uísque. Por que não?

Mas a redução da jornada é para isso também, para o trabalhador ter tempo para o lazer, para sua família, para estudar, para se qualificar.

Não quero de forma alguma fazer aqui uma mensagem com segundas intenções, mas, se formos buscar do ponto de vista da História, durante a escravidão? Qual era o argumento principal daqueles que eram contra o fim da escravidão? O de que, se acabassem com a escravidão, o País ia quebrar porque não tinha mão de obra. Ou seja, com esse argumento de que não se pode diminuir a jornada de trabalho porque o País vai sofrer, as empresas podem quebrar, então, estaremos lá na segunda metade do séc. XIX. Depois, já no início do séc. XX, no processo de industrialização brasileiro, em São Paulo especialmente, no ABC e na capital, nas primeiras manifestações dos trabalhadores, as primeiras greves, eram para quê? Eram para diminuir a jornada absurda de trabalho, de 14, 16 horas diárias. E qual era o argumento daqueles que combatiam a redução e que inclusive assassinaram trabalhadores nas ruas? Botaram a polícia para assassinar trabalhadores nas ruas. O argumento era de que, se diminuísse a jornada de trabalho, o País ia quebrar.

Depois, agora em 88, durante a discussão da Constituinte, havia, e o senhor sabe bem disso, uma articulação dentro da Constituinte, chamada Centrão, que disputava essas posições mais avançadas que a nossa Constituição trouxe. E com relação à redução da jornada, qual era o argumento? "Nós não podemos diminuir a jornada, senão isso vai prejudicar a economia".

Ou seja, o discurso de hoje, de reduzir para 40 horas semanais, é o mesmo do séc. XIX, o mesmo do início do século passado, o mesmo de 1988. E ninguém discute ou, pelo menos, boa parte das pessoas não discutem, o que foi colocado aqui agora: aumento da produtividade. Para onde foi o resultado do aumento da produtividade? Não foi para nós, trabalhadores.

E um outro argumento: o uso das novas tecnologias nos faz trabalhar fora do local de trabalho. Em boa parte do mundo do trabalho, o trabalhador deixa a sua linha de montagem, deixa enfim o seu posto de trabalho e vai continuar trabalhando. Por exemplo, recebi aqui quatro ou cinco telefonemas. Pode ter certeza de que é trabalho.

Então, e vai continuar trabalhando fora do ambiente de trabalho. Quer dizer, você aumenta a produtividade por conta do uso das novas tecnologias, e o trabalhador é obrigado a trabalhar mais em razão do uso dessas novas tecnologias, mas não pode diminuir a jornada lá no ambiente de trabalho, senão o País quebra. O mesmo argumento foi utilizado em 88, nos anos 10, anos 20 no Brasil, e no séc. XIX, quando se discutia o fim da escravidão no País.

Portanto, o nosso papel aqui, do movimento sindical e também do senhor, que é um trabalhador que está nesta posição de Senador, é fazer esse debate com a sociedade. Debater com a sociedade e mostrar que isso, na verdade, é um ganho do ponto de vista econômico para o crescimento do País, mas é um ganho do ponto de vista da vida das pessoas; afinal de contas, trabalhamos para viver bem. Nós trabalhamos para isso. Então, acho que esse debate é fundamental nesse sentido.

Estou vendo meu tempo ali, e queria apenas citar mais uma questão. Nós todos aqui já devemos ter participado de debates com os setores empresariais, em que alguns dizem que aceitam a redução da jornada de trabalho, mas que isso tem de ser fruto de acordo ou convenção coletiva. É claro que, para os sindicatos onde estamos representando, que são categorias organizadas, com sindicatos fortes e capacidade de

mobilização, isso é possível. Mas e quantos trabalhadores neste País ainda não têm um sindicato capaz de organizá-los, de ter uma central sindical, e garantir para eles a conquista? Por isso, nós lutamos pela redução da jornada de trabalho para todos os trabalhadores e todas as trabalhadoras.

Acabamos de aprovar em Genebra – o companheiro Lourenço estava lá – a Convenção 189, que regulamenta o trabalho decente para os trabalhadores e as trabalhadoras domésticas. Esse é um exemplo claro de uma profissão, de um ramo do trabalho – existem pouco mais de 7 milhões no Brasil – e que, em função da inexistência de sindicato organizado, inclusive da capacidade de fiscalização do Estado, as pessoas trabalham não só 44, 48, 52, 60 horas por semana.

Então, a questão da redução da jornada de trabalho na lei é em função disto: precisamos garantir a todos os trabalhadores e trabalhadoras esse benefício que quero, concluindo, repetir: não é um problema apenas econômico. É um problema de dar direito de qualidade de vida, direito humano, conforme o companheiro levantou, aos trabalhadores e trabalhadoras.

Queria rapidamente abordar essa questão da desoneração da folha. O que nós achamos é que, primeiro, ninguém é contra desonerar a folha de pagamento desde que seja para, primeiro, garantir; ou seja, que não se coloquem nas costas de quem mais precisa os custos dessa desoneração.

Em segundo, é preciso que a gente discuta desoneração da folha de pagamento. A nosso ver, o momento correto é discutir junto com a reforma tributária, que precisa ser feita. Nós, no Brasil, ouvimos diariamente na grande imprensa, dos articulistas dos grandes meios de comunicação, televisão, rádio e jornais, que o Brasil é um país no qual as pessoas pagam muito imposto. O próprio levantamento feito recentemente mostra que não é isso: na verdade, nós temos um processo injusto de cobrança dos tributos, pelo qual quem ganha pouco paga muito e quem ganha muito paga pouco.

Eu costumo perguntar aos meus alunos – eu sou professor – o seguinte: todo mundo que tem carro paga IPVA, mas por que quem tem iate não paga? Quer dizer, quem tem veículo, seja ele novo, velho ou mais ou menos, paga imposto, mas quem tem iate não paga; quem tem helicóptero, pelo que me consta, não paga; quem tem jatinho também não paga. Então, há alguma coisa errada nisso. Como justificar uma situação na qual eu, como diretor ou contratado da empresa X, pago imposto no meu holerite ou no meu contracheque todos os meses, mas o dono da empresa não paga, com o argumento de que a empresa já paga e, então, o dono não tem de pagar? Um trabalhador que ganha R$ 3 mil por mês paga imposto, mas o diretor que retira R$ 100 mil não paga! Há alguma coisa errada.

Não vemos problema em discutir a desoneração da folha, mas queremos fazer isso, como diria um ex-Ministro, no bojo da discussão da reforma tributária, para que possamos ter, de fato, um imposto progressivo e não regressivo, como temos no Brasil. O trabalhador que ganha salário mínimo paga um absurdo, mas quem ganha cinquenta salários mínimos não paga quase nada.

Quero concluir agradecendo mais uma vez ao Senador pela iniciativa. O gabinete do Senador é uma espécie de porto seguro nosso e do movimento sindical no Senado. Todas as vezes que o Senador convida as centrais sindicais para discutir essas coisas, nós sabemos que temos de vir, sabendo que temos na pessoa do Senador, de seu gabinete e de sua equipe, um porto seguro para a luta dos trabalhadores aqui no Senado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Cumprimento o Professor Antônio Lisboa Amâncio do Vale, que é da Executiva da CUT e representou o Artur Henrique aqui e, com muita tranquilidade, fez aqui a defesa de seus pontos de vista, em relação aos quais, pelo que percebi, há concordância de toda a Mesa.

Neste momento passo a palavra para o Luiz Gonzaga de Negreiros, que representa aqui o Ubiraci Dantas de Oliveira, que é o presidente da CGTB.

O SR. LUIZ GONZAGA DE NEGREIROS – Antônio Neto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Antônio Neto, aqui estava o Ubiraci. Deixei para o final o Álvaro Sólon de França, que vai falar pela Anfip, é o presidente da Anfip, que vai entrar mais nesses detalhes das preocupações que todos temos quanto à arrecadação. Participei, inclusive, de uma audiência que o Álvaro presidiu, mostrando toda a preocupação da Anfip com essa história da desoneração, principalmente da folha de pagamento, em relação à seguridade social. Agora fala o Luiz Gonzaga representando aqui o Antônio Neto.

O SR. LUIZ GONZAGA DE NEGREIROS – Bom-dia, nobre Senador Paulo Paim. Parabenizo o senhor pela iniciativa desta audiência pública tão importante.

Estou aqui representando o nosso Presidente da CGTB Antônio Neto, reeleito agora, nos dias 5 e 6, por ocasião do VI Congresso lá em São Paulo. Em função da confusão havida, quero esclarecer que o presidente de fato e de direito da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil é o Antônio Neto, que foi reeleito – os problemas internos estão sendo equacionados, resolvidos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Nós sabemos da realidade. O que vale é o que você disse.

O SR. LUIZ GONZAGA DE NEGREIROS – Muito bem.

Senador, nós queremos parabenizá-lo por seu trabalho. O senhor tem sido incansável nesta Casa, trabalhando em favor dos movimentos sociais e dos trabalhadores. O senhor desempenhou um grande trabalho nesta Casa no momento em que estava na Comissão de Direitos Humanos, foi um grande trabalho que o senhor prestou à nação brasileira. Certamente o senhor está prestando um trabalho de qualidade para os trabalhadores brasileiros, trazendo este tema para discussão em audiência pública. Nós, como representantes dos trabalhadores, temos a maior satisfação de estar discutindo, participando, debatendo um tema tão relevante para o país. Muitas pessoas, muitos segmentos da sociedade ainda não entenderam a importância do salto de qualidade que o nosso país dará quando consolidar a redução da jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais. Muitos ainda acreditam no mito de que a redução da jornada de trabalho vai gerar desemprego e problemas para o sistema empresarial, não alcançam o que foi bem colocado pelo nosso nobre Senador Ataídes, que compreende bem o que se está propondo, o que se está buscando.

Está chegando o nosso Senador Cristovam Buarque, do Distrito Federal. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Bem-vindo, Senador!

O SR. LUIZ GONZAGA DE NEGREIROS – Somos também do Distrito Federal, representamos a Central Geral dos Trabalhadores do Brasil. Quero parabenizar também o Senador Cristovam por sua luta a favor desses temas sociais.

Nós estamos aqui debatendo, discutindo nesta Comissão a redução da jornada de trabalho para o trabalhador brasileiro. O trabalhador brasileiro, ao longo da história, tem sido massacrado, tem sido esquecido no que diz respeito aos investimentos em nível de país no sistema empresarial.

A riqueza de um país está no trabalhador, é o trabalhador que constrói a nação, que constrói o país. O sistema empresarial ainda não entendeu que o grande tesouro do seu capital está no trabalho, e é necessário fazer os grandes investimentos. Agora chegou o momento de sair do discurso, chegou o momento de nós, verdadeiramente, consolidarmos a vida do trabalhador brasileiro.

E na contrapartida da desoneração da folha, acho que o empresário tem de fazer uma parceria, entender, compreender e investir no trabalhador, que é quem vai produzir, o trabalhador é quem vai dar qualidade. Se o trabalhador estiver mais bem preparado, se o trabalhador tiver um investimento maior em sua vida profissional, certamente vai ter um trabalho de qualidade e as empresas funcionarão melhor.

Sabemos que, em outros países, o investimento no trabalhador é muito grande, mas aqui no Brasil nós sabemos que isso ainda acontece muito lentamente. No entanto, com essas discussões nesta Casa, com esses momentos que o país está vivendo, acredito que iremos virar essa página da história. E a nova página significa valorizar o trabalhador, dar-lhe qualidade de vida.

Vemos muitos empresários que não têm a preocupação de dar um plano de saúde para seus trabalhadores. Nós vemos muitos empresários que não têm a preocupação de fazer um plano habitacional para seus trabalhadores. Vemos muitos empresários que não têm a mínima preocupação com seus trabalhadores. Acho que chegou o momento de se trabalhar, de se discutir com os movimentos, com esta Casa, com os responsáveis pelo sistema político, e mostrar que o momento é oportuno.

Nós sabemos que, com a redução da jornada de trabalho, há condições de se gerar dois milhões de empregos. Isso representa um salto de qualidade para o nosso país. Nós estamos buscando fazer o melhor, e é o momento de se fazer história. Senador Paim, o senhor está fazendo história. Frente a esses grandes debates, o senhor está fazendo história, participando da história. O seu nome já está na história em razão do grande trabalho realizado perante a nação brasileira em favor dos grandes movimentos. Nesse tema da redução da jornada de trabalho, o senhor também vai ficar na história. E quem for favorável, quem estiver buscando o avanço no sentido dessa mudança, vai ficar na história, porque isso vai mudar o país. Nós vamos sair do discurso para entrar na verdadeira realidade, que é a melhoria da qualidade de vida do trabalhador brasileiro.

Nós começamos aqui com escravos, o Brasil começou com os escravos – eu sou oriundo dos navios negreiros que vieram para o Brasil. Vejam a evolução que representa o que estamos debatendo hoje, o que estamos buscando. Isso acontece em passos lentos, mas acreditar em um amanhã melhor é a nossa missão como sindicalista.

A Central Geral dos Trabalhadores do Brasil tem sido uma central incansavelmente defensora dos trabalhadores brasileiros e dos seus direitos. Estamos aqui parabenizando esta Casa, o Senador Paulo Paim, as centrais sindicais e todos os movimentos, pois, neste momento, estamos buscando, debatendo e querendo o melhor para a nossa classe trabalhadora.

Como bem colocou os nossos colegas, em muitos lugares ainda não há um sindicato, não há uma representação dos trabalhadores, mas desde que nós, esta Casa, estes representantes estiverem defendendo, lutando, buscando o melhor, na outra ponta os trabalhadores vão receber o benefício. No interior do meu Piauí, por exemplo, sei que receberão os benefícios, mas temos que buscar conquistar e fiscalizar. O grande problema do nosso País está na fiscalização de como as leis vão atingir, vão beneficiar até aqueles menorezinhos. Para o grande capital, para o grande empresário, tudo está à disposição. Mas para o trabalhador nada está à disposição, existem apenas dificuldades, lutas. Mas, se necessário, estamos dispostos a dar as nossas vidas por eles.

Assim como o Senador Cristovam Buarque é um defensor incansável da educação – sabemos das suas lutas, Senador –, nós, sindicalistas, somos defensores incansáveis dos trabalhadores. Não podemos parar, não podemos nos intimidar e não podemos achar que há dificuldades, pois as nossas vidas sempre foram de muitas dificuldades. Mas vamos vencer, vamos conquistar e vamos dizer: parabéns ao povo brasileiro, parabéns ao Senador Paulo Paim, parabéns a nossa Presidenta que, com certeza, será sensível para avançar neste ponto.

Obrigado, Senador. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos ao Sr. Luiz Gonzaga de Negreiro. Achei bonito você dizer que os seus antepassados vieram nos navios negreiros, reconhecendo a nossa história, de onde nós viemos. Com certeza, somo-me a você. E falo isso, neste momento, só porque, seguidamente, nas salas de aula – o senhor que é professor sabe disso –, sempre se pergunta: qual é a sua origem? Meus pais são italianos, alemães, polacos, português, e o teu eu dizia: os meus vieram da África, do continente africano, com muito orgulho também. Então, a nossa história tem muito a ver com o seu sobrenome.

Vou passar ao Álvaro, Senador Cristovam Buarque, que é o Presidente da Anfip e o último da Mesa. Em seguida, V. Exª fará uso da palavra, para alegria de todos nós e do povo brasileiro que está assistindo a nossa TV Senado, sobre um tema tão importante.

Antes, porém, quero repassar o recado que me deu o Lourenço: tanto o Ricardo Pataro quanto o Wagner Montes – o Wagner é Presidente da CTB, e o Ricardo da UGT – mandaram justificativas pelo Lourenço, que se sente contemplado em sua fala, já que eles fazem parte do fórum.

Com a palavra agora o Presidente da Anfip, o Sr. Álvaro Sólon de França. Em outro momento participei de um debate que eles provocaram e que foi muito bem articulado sobre o tema “desoneração da folha”.

Com a palavra o Sr. Álvaro.

O SR. ÁLVARO SÓLON DE FRANÇA – Vou-me colocar mais à frente para que o companheiro fique com mais espaço.

Primeiro quero agradecer a minha participação neste evento e dizer que só o Senador Paulo Paim para fazer o que fiz hoje. Hoje de manhã, tive um problema de voo em Goiânia, mas pensei que não podia deixá-lo na mão, Senador, e nem os companheiros. Aí peguei um táxi e vim para cá a fim de participar deste debate.

Também quero dizer que nós, da Anfip, confiamos no debate, na persuasão e no convencimento, porque é assim que se constrói uma nação mais justa, mais solidária. Além disso, quero dizer que em julho fizemos um debate sobre a desoneração da folha de pagamento com experiência nacional e internacional. E logo na segunda quinzena de agosto teremos esse livreto para distribuir ao Parlamento e a toda a sociedade brasileira.

Gosto de conversar sobre a seguridade social. Sou um apaixonado pelo tema. Tenho a sensibilidade epidérmica sobre as questões da seguridade social, principalmente pela Previdência Social. E gosto de dizer que devemos sempre começar os debates olhando a Constituição e os princípios fundamentais que fazem a Nação brasileira. E um dos fundamentos, art. 1º, inciso IV, é sobre os valores sociais do trabalho e também sobre os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil. Temos que ter isso sempre em mente, art. 3º, inciso I, que diz que todos os objetivos devem ser direcionados para a construção de uma sociedade livre, justa e solidária. E no inciso III diz que devemos centrar os nossos esforços para erradicar a pobreza, a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais.

Creio que este tema da redução da jornada de trabalho e a desoneração da folha de pagamento nos leva a construirmos a sociedade que almejamos tanto – livre, justa e solidária – e erradicar a pobreza, a marginalização e as desigualdades sociais e regionais.

Em 2004, editei a quinta edição desta publicação chamada *Previdência Social e a Economia dos Municípios*, onde ficou registrado que em quase 70% dos Municípios brasileiros o pagamento de benefícios supera...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pode mostrar a capa, pois se alguém quiser cópia sabe...

O SR. ÁLVARO SÓLON DE FRANÇA – É só solicitar à Anfip, está no *site* da Anfip e eu estou fazendo a atualização com os dados de 2009, 2010, que vão

nesta direção, chegando a quase 80% dos Municípios brasileiros.

Isso é bom porque devemos dimensionar o tema. Temos cerca de 25 milhões de beneficiários do sistema previdenciário brasileiro e, segundo dados, cerca de 2,5 de benefícios indiretos. Isso significa que quase 80 milhões de pessoas dependem de alguma forma do sistema previdenciário brasileiro.

Isso dá a magnitude para que o tema não possa ser discorrido ou debatido, às vezes, com a superficialidade que se quer, principalmente quando se trata da desoneração da folha de pagamento, que, na realidade, não é desoneração, o que se propõe é uma substituição. Não é a desoneração, mas a substituição. E aí vamos ver, a cada ponto percentual, o que significa isso.

Na realidade, a seguridade social brasileira é um dos mais avançados ideais que se tem para se tratar de saúde, assistência e previdência social no mundo. Participei, aqui no Congresso Nacional, por ocasião da Constituinte e, depois, na promulgação da Constituição de 1988... Muitos daqueles que eram contra diziam que estávamos prometendo o céu sem prover os meios. Estavam redondamente enganados. Era realmente a guerra da discussão e do debate. E aqui os companheiros da Mesa têm total razão: hoje, o que precisa ganhar na sociedade brasileira é o debate. E aqui os trabalhadores e o conjunto da sociedade brasileira estão em desvantagem, porque não têm os meios de comunicação, não têm como chegar à população, isso depende fundamentalmente de educação e não temos condições. Sendo assim, o debate fica desigual, fica uma concorrência desleal, para se usar o jargão econômico.

Então, essas questões são importantes para que a sociedade brasileira saiba o que se está discutindo. Antes de entrar em questões numéricas é bom saber se por que, primeiro, se fala hoje em desoneração da folha de pagamento quando a Previdência Social suplantou, graças ao trabalho de Parlamentares como do Deputado à época Paulo Paim, hoje Senador, e outros, o debate da privatização da Previdência Social por ocasião da discussão da sua reforma em 1995. Eu era Presidente da Anfip naquela época.

Portanto, quando se consegue ganhar o debate e a Previdência Social consegue ter um certo equilíbrio, e hoje há um equilíbrio das contribuições somente sobre folha de pagamento e o sistema urbano, sem levar em consideração as outras fontes de pagamento; quando, na linguagem dos nossos jovens, a Previdência Social e a arrecadação sobre folha de pagamento estão “bombando”, vem a discussão. Perderam o debate da privatização, agora há que se ter o debate para que possam trazer dificuldades para o regime previdenciário público brasileiro. Há que se ter muito cuidado com isso, Na realidade, muitas vezes, a discussão não é nem de eficiência nem de ganho de eficiência, mas é uma discussão ideológica sobre o tipo de Estado que se quer. Hoje, a discussão é esta: que tipo de Estado que se quer. Querem um Estado atuante que tenha condições de enfrentar as grandes dificuldades ou um Estado mínimo, que foi uma guerra aqui bastante grande na época das privatizações, que também foi suplantado. Isso é importante porque hoje a grande nação do Planeta enfrenta dificuldades graças a essa questão. Todo mundo pensava que o mercado era o dono de todas as coisas. Ele se auto-regulava e as nações não precisavam ter nenhuma atividade regulamentadora. E o que vimos foi a crise, principalmente a crise bancária, a crise financeira, onde todos os Estados que não tinham regulamentação suficiente tiveram dificuldades. É preciso que o Estado tenha, sim, atuação em setores fundamentais, para que possa ser uma nação organizada e seu povo possa ter qualidade de vida. Isso é o que se discute aqui.

Então, no conjunto da seguridade social, essas questões começam a ser ganhas também na sociedade, porque havia também o chamado déficit da Previdência Social. Quando se começa a ganhar o debate, porque os dados começam a chegar à população, que fica mais atenta...No ano passado, o superávit da seguridade social foi R$58 bilhões. Em 2009, R$32 bilhões. Foi um superávit menor por causa da crise de 2009. É bom que se faça um registro, Senador Paulo Paim, extremamente importante. Em 2009, se o Presidente Lula tivesse ido pelo receituário do FMI, o Brasil não tinha suplantado a crise. E aqui um dado extremamente importante: enquanto todas as receitas tiveram, em média, um decréscimo de 3%, a contribuição previdenciária incidente sobre a folha teve um crescimento real de mais de 6%. Em plena crise de 2009. Isso demonstra que a contribuição previdenciária sobre folha de pagamento é mais estável do que todas as outras cestas de tributos. Então, como vai se trocar uma contribuição que, em época de crise, teve todos os seus ganhos, enquanto todos os outros tributos tiveram queda, quer dizer, uma contribuição estável, por outra? E aqui também vamos discutir, porque o que se propõe, o que se lê é que se quer trocar a contribuição sobre folha de pagamento, porque, na realidade, não é desoneração, é substituição, por uma sobre o consumo. E aqui é que vamos entrar em uma situação extremamente importante do regime tributário brasileiro. Nós não temos hoje, no Brasil, como muitos querem alardear, uma carga tributária excessiva. Nós temos uma carga tributária injusta, perversa. Isso, sim! Porque, em vez de se tributar patrimônio e renda,

tributa-se consumo. E essa contribuição que se quer e que se alardeia é uma contribuição que sai de folha de pagamento para consumo. E é regressiva, porque atinge todas as questões das pessoas mais pobres que vão ao consumo e deixa de lado patrimônio e renda. Então, há que se discutir essas questões, como disse bem o companheiro, no conjunto das coisas, não de forma isolada, não discutir a desoneração e a Previdência Social fora do conjunto da seguridade social.

Os dados e as notícias que temos indicam, Senador Paulo Paim, uma questão extremamente perigosa que está acontecendo no Brasil hoje, que é a desconstrução da seguridade social, a desconstrução do conjunto que trata de previdência, saúde e assistência social. É incrível como, no Brasil, quando se trata de questões para reduzir a pobreza e as desigualdades sociais, há um certo clamor, uma certa inquietude. Na realidade, todo o conjunto da sociedade brasileira deveria estar satisfeito, pois estamos caminhando no sentido de diminuirmos a pobreza e as desigualdades sociais, fazermos com que as pessoas possam usufruir da cidadania plena. Todos deveriam estar com um sorriso largo nos lábios, mas existem setores no Brasil que ficam extremamente agitados quando as pessoas começam a sair da pobreza e a ter uma vida melhor. Por quê? Porque isso traz conhecimento, traz cidadania, as pessoas começam a ter um horizonte mais largo das coisas.

Essas questões todas são importantes porque, na verdade, o debate não é sobre eficiência tributária, sobre eficiência do sistema de seguridade social. É um debate que tem outras origens.

A desoneração da folha de pagamento, sim. Desoneração nós defendemos, mas é desoneração sobre as contribuições incidentes sobre folha, que não tem nada a ver com o conjunto da sociedade brasileira nem com os trabalhadores, por causa do Sistema S. Isso, sim, deveria ser desonerado, nem deveria ser substituído por outra fonte, mas desonerado, porque isso significa quase R$12 bilhões para que se tenha uma certa gestão. E muitas vezes não querem que os órgãos de fiscalização tenham acesso a essas contas. Já há brigas jurídicas grandes. O TCU tem condições ou não de fiscalizar as arrecadações do Sistema S? Acaba se transformando em uma caixa preta que a sociedade brasileira não tem nenhum tipo de acesso sobre essas informações.

Tenho dito sempre nos debates que envolvem a seguridade social que, assim como as pessoas, a nação tem alma. E a alma da Nação brasileira é a seguridade social. A não ser que queiramos transformar o Brasil em um zumbi, em algo sem alma.

Outra questão importante de ser debatida. Alguns falam que a contribuição é só sobre folha. Não! O art. 195 da Constituição brasileira diz que as contribuições sobre a seguridade social são incidentes sobre folha de pagamento, sobre faturamento, sobre o lucro líquido das empresas e sobre o lucro também. Na realidade, quando se fala sobre este mix faturamento, folha, já está contemplado na Constituição brasileira e no Regime Geral da Previdência Social. Isso porque as empresas optantes pelo Simples não têm contribuição sobre folha, já está na contribuição seu faturamento. As empresas que tratam do chamado *agrobusiness* também. Isso tudo, ao longo do tempo, e com dados recentes do ano passado, significa que houve uma renúncia previdenciária em torno de R$18 bilhões com esses segmentos todos. Então, já há contribuição sobre folha e contribuição sobre faturamento no próprio Regime Geral. Existem segmentos, como os clubes de futebol e outros. Todos têm contribuição sobre faturamento.

A desoneração ou substituição da folha de pagamento para a competitividade das empresas nacionais deve levar em consideração também outras questões, que é o custo da mão de obra brasileira em relação ao PIB. Isso não se discute, é um dos mais baixos do Planeta. Não se discute o custo de captação dos recursos, a questão cambial, a questão do chamado desemprego tecnológico. Então, essas questões também devem ser discutidas, sim, o chamado conjunto da discussão das coisas.

Outra falácia que, às vezes, causa até uma certa situação hilária é quando os empresários dizem: "Não, mas o custo sobre a mão de obra no Brasil é de 102%". Aí, colocam décimo terceiro, férias, descanso semanal remunerado, conquistas históricas dos trabalhadores que vão direto para os trabalhadores, quando, na realidade, estamos falando hoje em torno de 25%.

Eu brinco muito: em um debate, uma certa ocasião, com um grupo de empresários – não estou aqui generalizando, porque existem grandes empresários no Brasil –, aqueles empresários que não sabem conviver com o ganho do salário, com a melhoria da qualidade de vida, aqueles que dizem que só querem o que é deles, dos outros só querem a metade, a chamada pirataria social. Eu estava falando aqui dos navios negreiros, dessa questão toda, e na realidade essa questão toda, quando se discute aqui, é pirataria social.

Querem retirar, então, décimo terceiro, férias, descanso semanal remunerado, e como não têm coragem de dizer isso, mas pensam, chegam a dizer: "Não, mas o custo é extremamente elevado. Extremamente elevado!" Na realidade, é uma falácia. Uma falácia!

Vamos pegar, então, e ver o custo horário no Brasil. Muito bem: na Alemanha é de US$40.00; no Brasil, de US$6.00. A não ser que o Brasil também queira tratar aqui como se aqui fosse a China, onde é de US$2.00. Então, queremos dizer o seguinte: queremos ser um país onde os trabalhadores tenham sua qualidade de vida como país de porte ou queremos copiar modelos de semiescravidão? Que tipo de país que se quer? Essa é uma boa discussão para se verificar.

Então, essa carga horária, no Brasil, é extremamente pequena, muito pequena, comparada com os outros países. E uma questão também que acho extremamente importante para se discutir é que, na realidade, quando se trata das grandes empresas, a folha salarial não é levada em consideração, como *top* dos dez mais, para a questão do investimento. Aí, está-se falando de custo de captação de recursos, de competitividade, de qual é o lucro, dessas questões todas.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ÁLVARO SÓLON DE FRANÇA – Peço um pouco de tolerância, dada a minha empolgação...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Fique tranquilo. Se estivesse mal, eu tinha notado aqui.

O SR. ÁLVARO SÓLON DE FRANÇA – Então, essas questões todas são importantes para se discutir. Qual é o modelo de empresa que temos no Brasil? É uma questão para se discutir a folha de pagamento. Em 2010, 4 milhões de empresas entregaram a GFIP; 2,3 milhões eram optantes do Simples; 2 milhões tinham entre um e cinco empregados; apenas 17,4 mil empresas tinham mais de 251 empregados.

Então, o que quero dizer? A desoneração tanto apregoada já atingiu todo aquele segmento. Por que digo isso? Digo isso – e os companheiros aqui da Mesa têm experiência como líderes sindicais – porque a grande informalidade está nas pequenas empresas. Dizem: "Vou ganhar com a desoneração porque muitos que estavam na informalidade vão vir para a formalidade." Não vão, pois já deveriam estar na do Simples. Não vão vir. Não vão vir!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Então, quem ganha é o grande.

O SR. ÁLVARO SÓLON DE FRANÇA – Justamente, quem ganha é o grande nessa questão toda. E para o grande não é importante a questão da folha de pagamento, porque ele tem a questão da expectativa de lucro dele, a questão cambial hoje, que está sendo discutida e nós vamos ver aqui mais à frente. Então, essa questão dos juros deve ser enfrentada porque essa é candente.

Quando se fala de desoneração de folha de pagamento é bom que se deixe bem claro: para se ter uma outra substituição de folha... Não creio que o Governo vá abrir mão de uma receita dessas – nem deve! Dados de pesquisa do próprio Ministério da Previdência indicam que se precisaria, para cada ponto percentual de desoneração em 2011, de R$5,6 bilhões; em 2012, de R$6,2 bilhões; em 2013, de R$6,9 bilhões e, em 2014, de R$7,6 bilhões. Então, há que se arrumar uma outra contribuição que talvez venha sobre o consumo – e nós já dissemos aqui que é extremamente regressiva, porque vai penalizar os mais pobres, que compram um quilo de arroz, um quilo de farinha, um quilo de feijão, que precisam, e desses você pega o salário e vê qual é o item deles que vai para o consumo, porque eles não fazem poupança, vai tudo para o consumo; então, vai tudo ser tributado, porque o sistema brasileiro leva em consideração o consumo e não a renda.

Aí dizem: "Não, mas acontece que a folha de pagamento no Brasil, os custos da contribuição patronal no Brasil em relação ao mercado internacional é muito pesada." É outra falácia. Outra falácia! Aqui também, como dizem os advogados – sou advogado também –, não assiste melhor sorte aos defensores dessa matéria. Por quê? Porque, segundo os dados do Ipea, na União Europeia, em 2000, as contribuições patronais representavam 38,5%; no Brasil, 38,7%, mais ou menos equivalente. E aqui, sem levar em consideração que o salário lá, em relação ao PIB, é extremamente diferente do do Brasil. Aqui nós temos uma relação PIB/salário muito pequena. E esta é uma discussão extremamente forte que deveria ser feita: a participação dos salários em relação ao PIB, porque isso demonstra qual é o tipo de distribuição de renda que estamos tendo no País.

Então, na questão da desoneração, sem levar em consideração essa questão dos índices sobre o ganho de emprego, aqui também eles não têm melhor sorte. Não têm! Por quê? Porque se você pegar aqui, na própria América do Sul, os países que fizeram, com a privatização ou com a diminuição do sistema previdenciário em relação à contribuição sobre folha, não houve esse ganho de emprego alardeado. Todos lembram da privatização do Chile: de 30 para 5, um nível de emprego na economia pífio. O que houve foi um pouco de aumento de salário àqueles que já estavam trabalhando, pouco ainda. E, mesmo assim, o sistema previdenciário chileno, como nós vimos hoje, da chamada desoneração da folha, está numa situação extremamente difícil, porque os trabalhadores foram alijados de um sistema de seguro, passaram a ter uma espécie de LOAS, e tudo isso recaiu nas costas do Estado. Tudo nas costas do Estado! No fundo, no fundo, fazem todas essas questões, e lá à frente quem arca com tudo é o conjunto da sociedade brasileira, principalmente os mais pobres, via tributo.

Então, essa questão toda, de que a desoneração da folha vai ter ganho, é falácia. Não vai haver esse ganho porque, como nós dissemos, já estava contemplada em outras questões todas dessa natureza.

Mas aí, Senador Paulo Paim, eu gostaria de trazer aqui à discussão, à reflexão esse modelo que temos dos juros no Brasil. Esse, sim, traz problemas sérios para quem quer investir. Há diferença do chamado *spread* bancário, que todo mundo conhece aqui, do risco aqui, no Brasil: em maio, o da pessoa física estava em 34,3%; da pessoa jurídica, 19,4%. A China, recentemente, que tinha uma inflação igual à nossa e tem sido alardeada como paradigma, elevou de 3,5% para 6,5% ao ano, com *spread* de 3,1%. Então, o nosso *spread,* em relação ao da China, é de onze vezes mais. Então, essa taxa de risco que é embutida para cobrança da captação de recursos, do chamado crédito, é que faz o sistema financeiro brasileiro estar "bombando", como dizem os adolescentes, tendo um ganho excepcional dessa situação. E, aí, nós vamos verificar que aqui há companheiros que certamente participaram e têm a experiência do sistema brasileiro depois das privatizações. Qual o peso da folha de pagamento do sistema financeiro brasileiro, da sua automação? É quase nulo. Ela é paga somente com as taxas cobradas. As taxas cobradas hoje pagam toda a folha de pagamento e seus encargos. Pagam uma folha e meia. Então, hoje, a folha de pagamento e seus encargos, todos, alardeados, são pagos com taxa. O resto é lucro. E nos últimos doze meses, 220 bilhões de juros.

Então, Senador, só para finalizar – e eu acho que essa discussão deve caminhar nessa direção, para que nós tenhamos uma direção holística da situação –, é bom colocar o sol do meio-dia sobre essas questões, para não ficar na penumbra. "Ah, vou discutir...". Discute-se tudo. Coloca-se a situação às claras e aí vamos ver, no conjunto da sociedade brasileira, quem ganha o debate, mas em condições iguais.

Outras questões de agenda já foram colocadas aqui. É bom que continue essa situação, que é a do fator previdenciário. Acho que já há consenso aqui. Eu acho que tem propostas para avançar nessa direção, para que nós tenhamos esse sistema previdenciário brasileiro cada vez melhor, mais respeitado. O crescimento real do salário mínimo... Quando se fala em crescimento real do salário mínimo, todo mundo fala que a Previdência vai quebrar. Desde 90, "vai quebrar! Vai quebrar!". "Não pode. Todo mundo vai quebrar. Vai ser o caos. O cometa de Halley vai passar aí e vai arrebentar tudo!"

Então, todas essas questões são boas para que nós possamos ter esse debate. Eu gostaria que tivesse alguns outros Parlamentares vinculados a outros setores para que o debate... O debate é que é importante para a situação.

Eu agradeço a tolerância dos colegas e estou à disposição.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Cumprimento o Presidente da Anfip, o Álvaro.

Essa última parte, Álvaro, que você fala de fato é verdadeira. Eu sou testemunha da história. Quantas e quantas vezes, Álvaro, eu pegava os dados da Anfip, ia para a tribuna e dizia "pode aumentar o salário mínimo que não dá problema na Previdência nem na sociedade". Os dados eram da Anfip. Felizmente, o tempo mostrou que a Anfip estava com a razão e hoje o salário mínimo está quase a US$350.00, sem problema nenhum. Ninguém diz que o salário mínimo é culpado por qualquer questão. Pelo contrário, o salário mínimo tem que ser elogiado, porque está ajudando muito no mercado interno.

Parabéns pela fala! Pode saber que teremos outras oportunidades. Vocês serão convidados novamente ao debate. E quero lembrar que amanhã, às nove horas, teremos o debate lá na Comissão de Seguridade Social, na Comissão que eu coordeno, que é de Trabalho e Previdência, sobre o desemprego na América do Sul.

Tenho aqui, só para lembrar aqui... A assessoria de um líder de uma central sempre é bom. Ele lembra que já recebeu aqui "A Integração da América do Sul", mas com uma ótica, principalmente, na questão do desemprego. Aí nós temos toda essa questão aí, "A Defesa do Emprego no Contexto da Crise Mundial". Vai ser amanhã pela manhã. Todos estão convidados. Todos que estão aqui na Mesa estão convidados. Está aqui a relação para esse debate que teremos amanhã pela manhã, onde falam muito na tal de triangulação que existe, da China, que vem pelo Mercosul e os produtos chegam aqui a preços, numa concorrência desleal.

Neste momento, depois de agradecer ao Álvaro, passo a palavra ao Senador Cristovam, sempre presente aqui no Congresso, em todas as Comissões e no Plenário.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Presidente Paim e demais membros da Mesa, essa mesa é tão importante, Senador Paim, que eu acho que a gente deveria repetir muitas vezes para poder colocar o debate das quarenta horas na agenda nacional não apenas como reivindicação, mas como parte de uma agenda, como outras agendas que não foram apenas reivindicações, como a anistia, como as diretas... Nós precisamos colocar essa ideia das quarenta horas como algo na cabeça dos brasileiros

inteiros. E a gente, para isso, precisa debater muito, para as pessoas entenderem que esse precisa ser o propósito de uma sociedade.

Até muito recentemente prevalecia a ideia de que um país rico é um país que produz muito. A Presidenta Dilma trouxe uma imensa contribuição ao pensamento ao dizer que um país rico é um país sem pobreza. Esse foi o primeiro passo para a gente redefinir o conceito de riqueza. Riqueza precisa de produção. Mas riqueza não é só produção. Um país pode produzir mais e ficar mais pobre. Basta a gente aumentar duas vezes a atual produção de automóveis. O PIB vai crescer muito, mas imaginem o engarrafamento que vai existir neste País, arrasando a vida das pessoas, que ficariam ali presas, porque cada hora presa no trânsito você está perdendo uma hora de vida. Alguns mais, outros menos. O que está em pé no ônibus, mais do que quem está sentado no carro. O que está sentado com ar-condicionado, menos do que o que está sendo sem ar-condicionado. Por aí vai. Mas é uma perda de vida. Você está indo de um lugar para outro. Você não queria estar ali.

Nós precisamos reformular o conceito de riqueza de um país. A primeira coisa, como eu disse, foi a Presidenta Dilma trazer a dimensão de que não é rico o país onde há pobreza. Pode ter um PIB grade, mas não é rico. O segundo é o tempo livre. País rico é aquele capaz de reduzir o tempo de trabalho necessário para sobrevivência do trabalhador. Não é rico um país, com o Brasil parecia nos 1500 e tanto, quando Olinda era a segunda maior cidade do mundo em renda, mas tinha escravidão. E escravidão não é só uma característica de pobreza, mas é uma característica do trabalho forçado, do trabalho sem um limite de tempo.

Quando conseguimos a tal da semana inglesa no Brasil, nós demos um avanço. Mas não basta. É claro que tem que se reduzir para 40 horas já. É claro que, daqui a dez, quinze, vinte anos, tem-se que reduzir para 36 horas, como a França já faz. É claro que vai chegar um dia em que a gente vai trabalhar digamos 20 horas por semana. Isso seria um indicador de riqueza, ao lado da erradicação da pobreza. Isto seria um indicador da riqueza: trabalhar menos para sobreviver, ao lado da erradicação da pobreza, como foi da escravidão, que é um indicador de riqueza. Ao lado, obviamente, daquilo que a gente já aceita e todo mundo fala, que é o crescimento da produção, porque, sem uma produção que atenda às necessidades, fica inclusive impedido de a gente reduzir a jornada de trabalho.

Além desses três itens de riqueza, a produção, que todo mundo fala, a redução e eliminação da pobreza, como a Presidenta Dilma fala, e a redução do tempo de trabalho para sobreviver, que as centrais sindicais e alguns de nós falamos, há o quarto item: é usar o tempo livre para as atividades de prazer, as atividades que por aí se chamam de lúdicas, e especialmente as atividades da cultura. Aumentar o tempo dos nossos jovens nos botecos bebendo, para mim, não é sinônimo de riqueza. Sinônimo de riqueza é aumentar o tempo livre dos nossos jovens e adultos indo ao teatro, indo ao cinema, lendo estudando, aprendendo e até também tomando a sua cervejinha de vez em quando.

E essa dimensão da quarta característica da riqueza, que é um país onde o tempo livre é usado para atividades do espírito, incluindo ir a igreja, quem quiser, isso tem uma coisa especial: se gente colocar isso na pauta, a atividades da educação, as atividades da cultura, vai ser difícil fazer as 40 horas.

Sabem por quê? Hoje existe uma resistência grande dos empresários contra as 40 horas. Essa resistência a gente ganha no debate. Mas há uma outra que eu penso que as centrais sindicais não estão percebendo: os dois milhões a mais de emprego a gente só vai conseguir ser houver mão de obra preparada para substituir aqueles que deixarão de trabalhar quatro horas por semana. Se cada trabalhador, em vez de trabalhar 44 horas trabalhar 40 horas, então quatro horas a menos, não tiver um substituto, o que vai acontecer é que deve cair a produção um pouco. Se cair a produção um pouco, caiu a riqueza. Eu não vou nem dizer se é o lucro que é reduzido ou se é o salário que é reduzido, mas caiu um pouquinho, em quatro horas por semana, a riqueza.

Nós temos que fazer com que, neste País, para cada pessoa que trabalhe um pouco menos, haja outra que não esteja trabalhando para ocupar o lugar. Algum tempo atrás, isso não era difícil porque não precisava de muita formação para substituir um trabalhador, não precisava de muita experiência para substituir um trabalhador, tinha fila na porta das fábricas. Abria-se o portão, e os primeiros que entravam começavam a trabalhar.

Hoje, não é a porta que é aberta, é o currículo que é aberto para ver se a pessoa está preparada. É o passado da pessoa que vai demonstrar se a pessoa está ou não apta para substituir aquele que teve uma redução na sua jornada de trabalho. E aí eu queria pedir às centrais sindicais que lutem pelas 40 horas, lutando por uma boa formação para todos aqueles que não estão trabalhando porque estão desempregados ou aqueles que não estão trabalhando porque ainda não têm idade para trabalhar. Se as centrais sindicais não colocarem na pauta delas, além de salário, além dos benefícios diretos dos filiados ao sindicato, se não colocarem, além disso, educação de qualidade para todos, as 40 horas fracassam.

A França reduziu para 36 porque lá eles têm um desempregado apto a substituir o empregado. Nós não temos hoje. Ou, se temos para 40 horas, não vamos poder lutar pelas 36, porque aí já vamos precisar de duas vezes mais, em vez de dois milhões, quatro. Eu queria vincular aqui a luta pela redução da jornada – sem reduzir o ímpeto por ela, já a redução da jornada, já, mesmo que se crie um problema, que a gente vai resolver – acrescentar a ideia da luta das centrais sindicais pela melhoria da educação.

No último programa do PDT, o Paulinho tocou nisso, e para mim foi uma grata surpresa quando ele falou que o tempo livre era também para estudar, ele tocou nisso. Eu achei muito positivo quando o Paulinho se lembrou de colocar o estudo como uma das razões da redução da jornada de trabalho. Mas não basta ficar aí, na instrução para aqueles que reduzirem a jornada de trabalho, até porque acho que não deve ficar vinculado na lei, reduz-se quatro horas para que eles fiquem estudando quatro horas. Não, não deve ser isso. Mas eu queria ver mais do que a educação no sentido necessário para viabilizar a substituição dos que vão trabalhar menos, até porque eu temo que, se amanhã a gente tiver uma redução rápida para 40 no lugar de 44, o que vai acontecer é aumentar um pouquinho a renda do trabalhador com horas extras; as pessoas vão continuar trabalhando 44 horas, mas vão ganhar quatro horas a mais de salário, o que não é ruim, obviamente, mas é um artifício. Aí é um artifício, aí a gente está enganando a ideia da redução.

Pois bem, eu volto a falar: eu estou aqui para brigar pelas 40 horas porque acho que é corretíssimo, isso indica um país rico. A redução do tempo de trabalho indica riqueza. Ainda que levasse a uma queda na produção – se levasse, e isso não precisa acontecer porque podemos aumentar a produtividade e, além disso, podemos substituir o trabalhador –, se levasse a uma redução da produção, aumentou o tempo livre, então não diminuiu a riqueza. Pode até ter diminuído o produto, pode até ter diminuído o PIB, mas não diminuiu a riqueza naquele item que é o aumento do tempo livre.

Mas não é só por isso. É que o País está caminhando para uma situação dramática. A economia brasileira está bem, mas ela vai mal. Se a gente não acordar para isso, nós vamos ser surpreendidos daqui a cinco, dez, quinze anos, como uma nova Grécia, só muito maior. Porque daqui para frente, uma economia só vai ter um crescimento sustentável se ela for capaz de ter alto poder de inovação, de ter criação de novos produtos. Se não formos capazes de criar novos produtos, a nossa economia cairá.

Na competitividade, dava, até pouco tempo atrás, para reduzir número de trabalhadores, porque aí reduz-se o custo e o país fica competitivo. Primeiro, essa é uma competitividade que vai contra a riqueza do tempo livre, que vai contra a riqueza da não pobreza. Hoje, o que faz um país competitivo não é reduzir o número de trabalhadores; o que faz hoje um país ser competitivo é ele ser capaz de inventar coisas novas, como, por exemplo, esse telefone que está tocando aqui – isso deu competitividade à Finlândia. A Nokia fabricava papel higiênico. Não se tem grande competitividade fabricando papel higiênico, a não ser diminuindo o número de trabalhadores que trabalham para produzir e aumentando o número dos que usam, obviamente, para vender mais. Agora, quando a Nokia saiu da condição de exportadora de papel higiênico e passou a exportar um produto novo, que foi o telefone, ela ganhou competitividade. Ela agora está se atrapalhando, porque outra empresa inventou um novo tipo de celular. Competitividade. A Nokia hoje é uma empresa em grande crise, porque essa tal de Apple inventou o chamado iPhone. Foi a criatividade que deu competitividade à Apple; não foi a redução do número de trabalhadores.

O Brasil hoje é um país pobre em capacidade de inovar. Não temos um automóvel com nome brasileiro, porque todos eles foram inventados e desenhados lá fora. Não temos um telefone celular cuja marca seja brasileira. Raros produtos eletrônicos têm marca brasileira. Os computadores que usamos e que são montados aqui foram inventados fora. Essa caneta foi desenhada fora. Essa incapacidade de inventar produtos novos para ganhar novos mercados levará a economia brasileira a entrar numa gravíssima crise.

Somem-se a isso os juros altos. Some-se a isso a nossa balança comercial ainda dando algum resultado, mas caindo, sendo que é baseada sobretudo em produtos primários, como ferro e agricultura. O que ainda mantêm hoje os dólares no Brasil é o capital especulativo que vem graças aos juros altos. Se a gente baixar os juros no Brasil, o capital não vem mais para especular aqui dentro e enganar a gente durante algum tempo. Há também os gastos altos. Tudo isso faz com que a gente tenha uma crise muito profunda adiante. A saída para ela é o aumento da capacidade de inovação.

Eu estou indo hoje almoçar com o Ministro Mercadante. A discussão que quero fazer é sobre a criação do Sistema Nacional do Conhecimento. Este País foi infernizado durante vinte anos por um tal de SNI. Nós seremos infernizados, nos próximos vinte anos, se não criarmos o SNC – Sistema Nacional do Conhecimento, que começa fazendo com que as empresas usem capacidade inovativa, que elas sejam capazes de inovar. Isso passa por centros importantes de ciência e tecnologia. Qual o melhor exemplo de capacidade de

competição? São os aviões da Embraer. Quem é que fez aqueles aviões? Foi o Instituto Tecnológico da Aeronáutica. Foi uma escola. Pensamos que os aviões da Embraer nasceram numa fábrica. Não! Eles nasceram numa escola! Essa escola se transformou numa fábrica e essa fábrica inventou os aviões. Então, começa-se nas indústrias, nos centros de ciência e tecnologia, que passam pelas universidades, que não tem futuro sem uma educação de base de qualidade para todos.

Não tem jeito. Cada cérebro que não termina o 2º Grau é um cérebro que não entra na capacidade de inovação científica e tecnológica. Então, é um recurso que jogamos fora. Jogamos cérebros fora neste País, do ponto de vista científico e tecnológico, não do ponto de vista da capacidade de viver, da capacidade de inventar. Tem muita gente que não tem 2º Grau, mas que é brilhante. O melhor exemplo é um dos grandes gênios deste País que se chama Presidente Lula. Mas só dá um Lula uma vez a cada cem ou duzentos anos – e no passado. Se Lula chegasse de Garanhuns a São Paulo agora, com quatro anos de escolaridade, ele provavelmente não entraria no Senai, porque hoje, para entrar no Senai, precisa-se ter o Ensino Fundamental completo, precisa saber noções de computador, precisa não ter medo de ler algumas palavras em inglês. O Lula é o resultado de sua própria genialidade e do seu tempo. Chegou nos anos 50 a São Paulo e não no século XXI. Pois bem, nós, que estamos ao lado dos trabalhadores, temos que estar ao lado da luta para que o filho do trabalhador estude na mesma escola do filho do patrão. Para mim, o socialismo hoje não é tomar o capital do capitalista e dar para o trabalhador; é pegar o filho do trabalhador e colocar na escola do filho do patrão. E aí a gente vai ver quais são os que se destacam, como se faz no futebol. Filho de trabalhador e filho de patrão jogam bola, se não no mesmo lugarzinho, mas jogam com as mesmas regras e com bola redonda.

Felizmente, a elite brasileira ainda não inventou de obrigar filho de trabalhador a usar bola quadrada, para que só os filhos dos ricos entrassem na Seleção, mas já foi assim. Muita gente não lembra, mas, até 1920, negro não jogava futebol. Vou confessar aqui uma coisa que me dá até vergonha: o meu time, o Clube Náutico Capibaribe, só teve jogador negro depois dos anos 70 ou 60. Nos anos 60, teve um técnico de futebol chamado Gentil Cardoso, e houve muita resistência para que ele pudesse ser técnico sendo negro. Então, já houve isso no passado. Acabou no futebol. Foi aí que surgiram os grandes craques. Imaginem se os negros fossem proibidos de jogar futebol no Brasil. Quantos craques a gente perderia? Acho que 90%. Quantos países... Mas foi permitido. Mas a gente continua sem permitir que os filhos dos pobres entrem nas escolas boas, e não fazemos quase nada. Ao contrário, nos enganamos, Presidente Paim, a quem eu peço desculpas por mais um pouquinho de fala, porque aqui está a liderança dos trabalhadores e, se os trabalhadores não comprarem essa bandeira, não pensem que os doutores vão comprar.

Nós não estamos colocando isso na pauta. E pior, estamos nos enganando. Ainda hoje vi no jornal, Lisboa, que o Brasil tem 98% das crianças na escola. Gente, até quando vamos acreditar nisso? Nós temos, vamos supor, 98%, acho que não chega a tanto, matriculadas, mas matriculadas nas primeiras séries. Elas se matriculam e não frequentam todos os dias, ou frequentam, mas não ficam. No Brasil, não sei quanto, mas pelo menos 60% das crianças vão para casa depois da merenda. É triste dizer, mas nós aceitamos estar no País onde a escola é um restaurante mirim, e olhe que tem que ter merenda, sim; aliás, tem que ter umas quatro merendas por dia na escola para a criança: café, lanche, almoço e outro lanche. Mas a criança não pode ir para lá por causa disso; ela tem que ir para lá por causa dos livros, não por causa dos pratos. Mais: as crianças se matriculam, mas elas não ficam, não frequentam, elas não assistem às aulas e elas não permanecem, tanto é que são menos de 40% que terminam o segundo grau. Como é que este País pode dizer que tem 98% das crianças na escola, se menos de 40% terminam o segundo grau? E, dessas, metade com um ensino de segundo grau deficiente. Metade, metade. Então, temos 18% recebendo educação razoável no ensino médio.

Quero ver essa luta pelas 40 horas complementada, mas não condicionada. Não. Por 40 horas a gente tem de brigar de qualquer jeito, mas complementada pela idéia de que, neste País, filho de trabalhador tem que estudar na mesma escola de filho de patrão. Quando digo mesma escola não é o mesmo prédio, não, mas é a mesma qualidade, passando os mesmos conhecimentos, mesmo que use métodos diferentes, o prédio seja outro e os professores sejam outros. Essa é a grande luta que seria a realização do que a gente quer, que é uma riqueza onde não haja pobreza, onde haja produção, onde haja tempo livre e esse tempo livre seja usado para as atividades do espírito, da cultura, do prazer das pessoas.

Fico feliz, Senador Paim, por o senhor ter-me dado este espaço, porque a gente, com isso, pode fazer o que eu creio que foi o Álvaro que falou: ver todo o quadro – juros, contribuições. Não pode ver o quadro só pequeno. Então, tem de ver todo o quadro ao lado da reivindicação de 40 horas, da reivindicação de sa-

lários menores e também da reivindicação de uma escola melhor para os filhos dos trabalhadores no Brasil.

A desigualdade social não vale para falar no caso da escola. No caso do carro, da casa, da roupa, pode existir uma desigualdade de uns para outros, mas, no caso da escola e da saúde, não é desigualdade, é imoralidade. Não é desigual uma pessoa ter um bom sistema de saúde e o outro ter um sistema de saúde ruim. Isso não é desigualdade, isso é imoralidade. Desigualdade é ter um carro ou não; é ter uma casa grande e uma casa pequena. Agora, ter saúde diferente é imoral. E o mesmo vale para a escola.

Então, vamos lutar pela ética da escola igual para todos, pela ética de matar a imoralidade, porque, neste País, ainda existe escola do filho trabalhador e escola do filho do patrão.

Era isso que eu queria dizer, parabenizando, mais uma vez, esta Mesa. Esta Mesa tem de ficar permanente até o dia em que a gente tenha conseguido 40 horas por semana, aí a gente começa outra para 36. E até o dia em que a gente tenha escola, educação e saúde, hospital, etc, igual para todo mundo. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador Cristovam. V. Exª, brilhante como sempre, pode ter certeza de que não usou o tempo de forma exagerada. Por nós, falaria mais inclusive. Eu acho que fez uma bela análise e quem ganha com essa sua análise não é só a Mesa, mas todos aqueles que estão assistindo à TV Senado, nesta segunda-feira, pela manhã.

Neste momento, vamos para as considerações finais dos nossos convidados. No mínimo – no mínimo não, se entender que precisa de mais, usará mais –, cinco minutos cada um, eu passo a palavra para o Luiz Gonzaga de Negreiros, representando a CGTB. Depois vamos na sequência.

O SR. LUIZ GONZAGA DE NEGREIROS – Demais componentes da Mesa, ilustríssimo Senador Cristovam Buarque, brilhantemente participando da nossa Comissão e acrescentando sempre. O Senador Cristovam sempre acrescenta muito à qualidade do que participa devido à sua experiência e à sua seriedade.

Quero dizer ao Senador que nós temos orgulho de tê-lo aqui no Distrito Federal como representante político. Somos servidores aqui do Distrito Federal também.

Este tema da redução de jornada de trabalho de 44 para 40 horas é um tema importantíssimo, e acho que o nosso País está ganhando muito com esses debates. E o Senador Paim está de parabéns por, neste momento...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O Senador Crivella. *(Palmas.)*

O SR. LUIZ GONZAGA DE NEGREIROS – Senador Marcelo Crivella, parabéns por se fazer presente aqui na nossa Comissão.

O nosso País tem-se debruçado em grandes debates, debates importantíssimos. O debate da redução da jornada de 44 horas para 40 horas é importantíssimo para o País. Eu creio que a nossa Presidente da República, Presidente Dilma, tem todo o interesse também neste debate, tem todo o interesse em ver os trabalhadores do seu País, neste momento, recebendo esse benefício de qualidade de vida, porque isso é um benefício de qualidade de vida para o trabalhador. Ele pode, sim, qualificar-se, capacitar-se; ele pode, sim, ir ao cinema; ele pode, sim, estar mais com a sua família e ele pode, sim, ter mais um tempo de descanso, porque o nosso trabalhador... Imaginem um trabalhador que sai de casa às 4 horas da manhã, Senador Paim, todo dia naquele mesmo ritmo e volta oito, dez horas da noite, devido o sistema de transporte, porque hoje está um caos o sistema de transporte no nosso País, e quem sofre com isso é o trabalhador brasileiro. Então, ele vai poder chegar até mais cedo em casa, até para desafogar o sistema de transporte público. Isso vai trazer um grande benefício se nós formos analisar.

Com a jornada de trabalho reduzida, imaginem o sistema metroviário do Estado de São Paul; imaginem aqui no Distrito Federal mesmo, no sistema metroviário, que possui uns horários de fluxo, de pico, nos horários de trabalho. Então, isso aí muda tudo, para melhor, e é um momento de centrais sindicais, de movimentos sindicais, de bancadas políticas do Congresso Nacional realmente fazer este grande debate, discutir com todos e mostrar que não existe nenhum prejuízo nisso. Só existem vantagens para todos os segmentos, tanto para o lado empresarial quanto para o lado dos trabalhadores.

Obrigado ao Senador Paim e a todos os participantes.

Era essa a nossa participação em nome da CGTB.

Um abraço ao nosso Presidente Antonio Neto. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. O Luiz Gonzaga de Negreiros falou pela CGTB. Meus cumprimentos. Obrigado.

Amanhã teremos outro debate sobre a integração da América do Sul.

Neste momento, passo a palavra, na sequência, ao Antonio Lisboa Amâncio do Vale, que falará pela Central Única dos Trabalhadores e é membro da sua Executiva.

O SR. ANTÔNIO LISBOA AMÂNCIO DO VALE – Nós queríamos agradecer o convite, mais uma vez,

e dizer que a nossa agenda do segundo semestre nos fará estarmos presentes aqui mais vezes.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Com certeza.

O SR. ANTÔNIO LISBOA AMÂNCIO DO VALE – Nós esperamos... O movimento sindical espera ter sucesso nessa disputa que faremos agora, tanto com relação à questão da redução da jornada quanto também com relação à discussão da desoneração da folha que nós entendemos que tem que ser feita no conjunto, como disse o Álvaro, debatendo inclusive a reforma tributária.

Há outras questões que nos interessam neste momento aqui no Congresso. A reforma política, por exemplo, é uma das questões em que estamos empenhados. O movimento sindical está empenhado na discussão da reforma política que nós sabemos que é um dos grandes ralos para onde vão os recursos públicos no Brasil, inclusive os recursos da educação – não é, Senador Cristovam? Há também outro tema muitíssimo importante para nós que é a aprovação do Plano Nacional de Educação. Esses temas, embora não sejam diretamente ligados ao mundo do trabalho, são fundamentais para que a gente construa a Nação, aliás, para que o Brasil assuma o papel que deseja assumir no mundo e que o mundo exige do Brasil neste momento. Então, nós precisamos discutir essas questões, e o movimento sindical está aqui para isso.

Até peço desculpas e licença ao Senador, porque tenho que pegar um voo agora. Quero agradecer e dizer que nós estaremos aqui sempre discutindo todos esses temas que são importantes para a classe trabalhadora e também para a sociedade como um todo. Do movimento sindical, hoje, exige-se uma postura mais ampla a respeito das suas lutas. Nós não podemos ficar... O sindicado, hoje, não pode mais ficar apenas discutindo salário, porque o trabalhador quer ser visto pelo sindicato também como ser humano e quer que o sindicato também discuta outros temas, como foi colocado inclusive pelo Senador Cristovam há pouco.

Obrigado. A gente espera ser chamado outras vezes para esse debate permanente proposto aqui. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Será chamado, Prof. Antonio Lisboa Amâncio do Vale, da Executiva da CUT, que já me avisou que está indo para o aeroporto.

Passo a palavra ao Tadeu Moraes de Souza, que fala pela Força Sindical.

O SR. TADEU MORAES DE SOUZA – Bom, eu quero agradecer, mais uma vez, o convite para participar e representar a Força Sindical nesta audiência pública. Estarei aqui amanhã também representando o Deputado Paulinho, que está organizando, junto com as demais centrais, a manifestação do dia 3 de agosto, para a qual quero também convidar as pessoas que nos estão assistindo agora. No dia 3, em São Paulo, haverá grande manifestação com as centrais...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Marcha dos Cem Mil?

O SR. TADEU MORAES DE SOUZA – Ou mais de cem mil.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Cem mil ou mais.

O SR. TADEU MORAES DE SOUZA – Sou dos metalúrgicos. Nós fizemos um trabalho bem amplo com os metalúrgicos e vamos levar muita gente.

Nós já fizemos, Senador, uma manifestação na Anchieta com o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, da CUT, e com os metalúrgicos de São Paulo da Força contra a desindustrialização. É um tema que nos está preocupando muito, principalmente em São Paulo.

A discussão aqui sobre as 40 horas é de grande importância, é a pauta do movimento sindical, mas não é fácil. Nós sabemos que reduzir jornada no Brasil não é fácil, porque envolve muitos interesses, mas temos que, nesta luta, estar com a bandeira fincada e lutar, como conseguimos conquistar, primeiro, algumas categorias, em 83, 84, 85, metalúrgicos principalmente, o que se concretizou depois em 88. Tenho certeza de que, no segundo semestre deste ano, no retorno do recesso, vamos estar plantados aqui em Brasília, de plantão nos gabinetes, visitando cada parlamentar, principalmente os da Câmara do Deputados, para que votem e...

(Interrupção da gravação.)

O SR. TADEU MORAES DE SOUZA – Devo dizer ao Senador Cristovam que temos essa preocupação também. A nossa pauta do Movimento Sindical também inclui educação, não só profissional, a dos trabalhadores, mas também a dos filhos dos trabalhadores. Isso discutimos inclusive nas convenções coletivas. Nossa luta é para que os nossos filhos tenham acesso à universidade pública, não só à privada.

Hoje estudamos em escolas públicas de ensino fundamental e ensino médio de péssima qualidade e fazemos faculdade em uma escola particular, privada, quando deveria ser o contrário. O filho do empresário estuda em escola particular e na faculdade pública. Queremos que isso aconteça conosco também. Não queremos ser diferentes. Queremos direitos iguais. Essa luta pela melhoria da educação é uma luta nossa.

Sou casado com uma professora da rede estadual que também luta. Ela não é professora pelo salá-

rio, mas porque gosta da educação, pois o salário do professor é um absurdo.

Eu estou aproveitando aqui para dizer tudo isso, Senador Crivella, porque, na nossa luta, contamos com cada parlamentar aqui do Senado e da Câmara dos Deputados. Essa é uma luta da classe trabalhadora. O Brasil não ficará menos competitivo e não cairá a produtividade. Já temos estudos que mostram que a redução da jornada, que é nossa luta, não acarreta queda. Essa é a nossa luta.

Também queremos discutir a desoneração da folha. Quando se fala na redução da participação da Previdência Social para 14%, imaginamos que tem de haver uma outra fonte de financiamento, porque, se não houver outra fonte, não vamos admitir perder algo que conquistamos até hoje.

Muito obrigado a todos. Estaremos sempre disponíveis quando formos convocados.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito obrigado ao Tadeu Moraes de Souza, que falou pela Força Sindical e já confirmou sua presença no debate de amanhã sobre a América do Sul e a questão do desemprego na concepção da crise, principalmente da Europa e dos Estados Unidos.

Passamos a palavra, neste momento, ao Lourenço Ferreira do Prado, Presidente do Fórum Sindical dos Trabalhadores, que já se comprometeu, Senador Crivella, a desfilar na avenida, em Porto Alegre, quando o tema será o Senador Paulo Paim.

O SR. LOURENÇO FERREIRA DO PRADO – Muito obrigado, Senador Paim, companheiros de mesa, companheiro Hamilton, Luiz Gonzaga, da CGTB, companheiro Tadeu, da Força Sindical, que também é Vice-Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, companheiro Hamilton Dias de Moura, da Nova Central Sindical e o companheiro Dr. Álvaro Sólon de França, Presidente da nossa Anfip, também os eminentes Senadores aqui presentes, Senador Crivella, do Rio de Janeiro, Senador Cristovam, aqui do Distrito Federal, devo dizer que foi um prazer muito grande participar aqui nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa desse debate sobre esses dois temas fundamentais para a sociedade brasileira e, em caráter especial, para a classe trabalhadora.

A redução de jornada de 44 para 40 é uma tema muito importante, muito caro para o Movimento Sindical. Acho que agora a Câmara cumpre o seu papel de debater e votar, neste segundo semestre. Pelo que temos lido na imprensa, o Presidente da Câmara dos Deputados Marco Maia está comprometido com a colocação dessa matéria para votação agora no segundo semestre.

Relativamente à questão da desoneração da folha de pagamento, nosso Presidente da Anfip trouxe aqui o termo próprio para estabelecer uma desmistificação, quebrar um tabu a respeito disso, o que não é novidade, pois não seria uma desoneração, mas uma substituição.

Entendemos que há espaço para debater, dentro da sociedade, essa questão de desonerar folha ou substituir essa questão tributária que incide sobre a folha de pagamento. O Movimento Sindical debate isso, evidentemente, sem que haja prejuízo para trabalhadores, trabalhadoras, para os aposentados e pensionistas. Também entendemos que essa matéria deve ser debatida de uma forma global, de uma forma conjunta, sem esquecer a questão da reforma tributária, sem esquecermos também das contribuições, e que devem ser objeto de contrapartida dos patrões, da questão do Sistema S. Acho que o Sistema S também tem que ser chamado para esta discussão aqui, porque tem uma forma de arrecadação muito importante dentro desse bolo financeiro das receitas tributárias ou quase tributárias, mas que são importantes para a Previdência Social.

Acho que a questão dos juros também podia ser debatida aqui. Quem falava permanentemente, dia e noite, sobre juros, sobre a necessidade de reduzir juros era o ex-Senador e depois ex-vice-Presidente da República José Alencar. Ele se foi, mas o tema continua pendente aqui e carente de obter aqui uma justa solução adequada.

Quero, mais uma vez, agradecer aqui a lembrança do Senador Paim em convidar o Fórum Sindical dos Trabalhadores. Eu também trago a justificativa de não estarem aqui presente o companheiros Ricardo Patah, Presidente da UGT, que está envolvido na questão relativa à movimentação dos trabalhadores para esse grande movimento do dia 03 de agosto, em São Paulo; também do companheiro Wagner Gomes, da CTB, também envolvido. As Centrais ficam muito assediadas em São Paulo, então os companheiros têm de ficar, em grande parte do seu tempo, em São Paulo.

Na verdade, está havendo essa discussão conjunta, global da desoneração ou substituição de contribuições previdenciárias na folha de pagamento que envolva todo esse segmento, inclusive a reforma tributária. Eu acho que a gente aplicaria aquilo, como se diz, onde todos contribuem, onde todos pagam justamente, todos vão, com toda certeza, contribuir menos e contribuir de forma justa.

Era isso. Mais uma vez, parabéns ao Senador Paim. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT – RS) – Muito bem, Lourenço Ferreira do Prado, Presidente

do Fórum Sindical dos Trabalhadores e que tem uma atividade no Rio Grande do Sul nos próximos dias 4, 5 e 6. Mas eu também estarei lá no dia 5, no evento lá em Gramado, na atividade dos bancários.

Agora, passo a palavra ao Hamilton Dias de Moura, diretor da Nova Central Sindical dos Trabalhadores.

O SR. HAMILTON DIAS DE MOURA – Senador Paim, antes de agradecer e me despedir, eu queria fazer uns comentários rápidos e afirmar a posição da Nova Central sobre esse aspecto geral do debate que ocorre e que tem sido relevante, sobre a redução da jornada e a própria desoneração da folha.

Primeiro, quero afirmar que esse debate se aflora cada vez, com mais força, porque é o ápice do processo que exige uma transformação social e estrutural imediata no País, sob pena, evidentemente, de virmos o contrassenso do debate de oito anos, a partir do governo Lula, do desenvolvimento, do crescimento do País, do crescimento do emprego e o desmascaramento de um processo também de crescimento social, em face dos fatos que estamos vivendo no dia a dia do País.

A Nova Central reafirma essa posição junto com todas as Centrais, do ponto de vista do debate, mas é preciso ter a coragem de dizer que o processo que vai resultar num processo de solução – e aí não vamos dizer se é positivo ou negativo – dessa situação será político-ideológico.

Vejamos alguns fatos importantes. O País, se não avançar para consolidar o processo de um plano de educação nacional, como diz o Senador Cristovam, nós não teremos como resolver o problema da droga, da marginalidade, da prostituição infantil. Um país que não resolveu o problema da inserção, da qualificação, da capacitação como complemento do estudo médio básico da população jovem, para que ele entre no mercado de trabalho, mesmo sem antes chegar à formação superior, ele não conseguirá dar passos importantes do ponto de vista de uma sociedade que realmente esteja se desenvolvendo e crescendo junto com a economia.

E, nesse aspecto, nós temos um processo em que o senhor é parte, em termos do movimento sindical todo aqui, que não pode ficar de fora também, que é o debate da própria reforma sindical. O movimento sindical está preso, está amordaçado. Nós fazemos um debate bonito – e às vezes com dirigentes com mais capacidade de discursar do que às vezes com mais capacidade técnica, capacidade de entrar em um debate técnico –, e nós não conseguimos que esse debate ecoe nas nossas bases. Eu disse lá em São Paulo, no evento da Força Sindical, semana passada, o seguinte: quem assinou o banco de horas? Fomos nós. Então, essa história de que veio a Medida Provisória nº 94, que veio a reforma da Previdência, a flexibilização, o negociado sobre o legislado, temos que combater isso. Isso está na reforma trabalhista. Só que a reforma trabalhista e a reforma sindical estão paradas. Por quê? Porque não conseguiram ainda todo o esfacelamento do movimento sindical. Mas, de certa forma, quando o movimento sindical mobiliza setores – seja de forma ideológica, de forma organizacional –, você tem uma série de artifícios, com base na falta de regulamentação do art. 8º, que impede o movimento sindical de se mobilizar.

Então, nós estamos, como diz o Senador Cristovam, brincando de ser dirigentes sindicais apenas no discurso, apenas nas mesas dos debates aqui na Câmara e no Senado e alguns fóruns coletivos mais de cúpula. Mas, quando nós vamos para a base, mobilizar de fato os trabalhadores, nós temos toda sorte de empecilhos, que está nesse debate de autonomia e liberdade sindical.

Então, para o fato importante que o Senador Ataídes colocou, temos que atentar. Tem a Adin, contra as centrais sindicais, e o TCU dizendo se fiscaliza ou não fiscaliza as centrais sindicais. Nós temos a Constituição, que já nos deu liberdade de autonomia sindical. Mas nós temos 15 bilhões do dinheiro dos trabalhadores que vão vir, é o Cofins, que vai direto para o Sistema S, que não é fiscalizado, que não é tentado. E esses 15 bilhões são parte do dinheiro que capacita, através do seu instituto, o setor patronal, através das suas federações, confederações, que estão vinculadas diretamente ao dinheiro nosso, para contrapor a nossa organização. Então, também, essa é uma questão geral. Nós não vamos alcançá-la, porque, se o movimento social, particularmente o movimento sindical, não tiver força para se organizar lá fora... Nós todos estamos convencidos de que aqui dentro nós não temos força. A cada ano, diminui a nossa força. Mesmo a reforma política, que também é uma questão macro, ela não vai resolver o problema da nossa mobilização.

Portanto, também, o movimento sindical precisa se organizar de forma autônoma, por fora. E aqui a Nova Central – não podemos dizer em nome das outras centrais – quer também deixar o convite, a convocação e a mobilização do Parlamento para que ele também nos ajude a mobilizar de dentro para fora. Aqui dentro nós temos o Senador Paim, o Cristovam, vários Parlamentares que estão comprometidos e certamente condenados a perder seu mandato nas próximas eleições cada vez que eles são mais arrojados em defesa dos nossos direitos. Agora, lá fora, eles podem nos ajudar muito, porque nós podemos nos organizar e nos mobilizar.

Então, nesse sentido, também concordo com todos aqueles que disseram aqui: se nós não colocarmos nesse debate as questões que querem subdividir, como a questão da educação, da cultura, da saúde, nós não vamos avançar.

Para terminar, quero dizer que sou oriundo de um setor – sou motorista de profissão, sou de Minas Gerais, fui presidente do sindicato de lá, sou diretor da Federação, com 37 sindicatos – que mais tem sido atingido, passou na frente da construção civil, do ponto de vista da precariedade das condições de trabalho, do excesso de jornada e que passou a matar não só os motoristas, os trabalhadores que usam hoje drogas, cocaína, para conseguir vencer o excesso de jornada e a falta de regulamentação do setor, mas também os usuários das estradas.

Então, esse é um problema de responsabilidade de todos os atores sociais e com uma grande particularidade: o Congresso Nacional, o Senado Federal. Nós temos aqui o PLC 319, com relação ao qual o Senador Paim, o Senador Crivella têm nos ajudado muito aqui. Nós gostaríamos de pedir uma atenção ao movimento sindical, à sociedade organizada, às outras centrais e uma particularidade para o Senado da República. Este PLC precisa ser olhado com a atenção merecida, está sendo olhado pelo setor patronal aqui dentro, a gente tem debatido, de forma democrática, é claro, mas eles têm vencido, porque o outro lado não tem dado atenção. Isso pode resultar num processo grave lá fora que é o problema da mobilidade, do transporte como o processo de desenvolvimento social desta década, que é o transporte. Muito obrigado por este momento, por este espaço. Estamos juntos. Amanhã vamos estar aqui também discutindo outro assunto importante que é a integração América do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito obrigado ao Hamilton, parabéns por trazer a este debate o transporte. Você é da área. Nós teremos audiência pública lá em Minas no dia 19 para aprofundarmos o debate tanto do estatuto quanto do projeto que já está aqui no Senado e que trata desse tema.

Vou passar a palavra ao Álvaro e então o Senador Marcelo Crivella encerrará em nome dos Senadores. Então Álvaro, Presidente da Anfip, com a palavra.

O SR. ÁLVARO SÓLON DE FRANÇA – Agradeço a oportunidade da discussão e mais uma vez quero fazer um alerta sobre os movimentos que existem quanto a desconstrução da seguridade social. Essa é uma preocupação nossa. Nós vimos que todas essas questões da reforma tributária, de forma fatiada, outros projetos de lei, isso tem trazido problemas para a seguridade social brasileira. Demonstramos por meio de análise que a seguridade social em 2010 é superavitária em mais de 58 bilhões de reais. Então a luta pelo orçamento da seguridade social, pelo fortalecimento da seguridade social é uma luta de toda a sociedade brasileira, dos movimentos sindicais, associativas e do Parlamento.

Gostaria também, Senador Paim, de dizer algumas palavras sobre a redução da jornada de trabalho, que não debatemos aqui de forma bastante profunda, que é uma preocupação nossa a substituição da redução pelas horas extras. Há que se ter mecanismo forte para que não haja a substituição da redução pelas horas extras, em vez da contratação de novos trabalhadores. Outra questão importante é aquela que diz respeito a segurança e medicina do trabalho, quanto às chamadas doenças ocupacionais dos trabalhadores. Há dados sobre isso na Previdência Social que precisam ser aprofundados e discutidos pelo Parlamento, sobre o volume de doenças ocupacionais dos trabalhadores, o excesso de jornada de trabalho levando a doenças ocupacionais, e isso traz aposentadoria por invalidez e auxilio-doença. Certamente, muitos ficarão preocupados com o volume de auxilio-doença concedidos, fruto também do péssimo sistema de saúde pública, que muitas vezes não oferece tratamento preventivo e acaba desaguando nesta questão do auxilio-doença e nas aposentadorias por invalidez.

Há que se ter a redução da jornada de trabalho sim; nós já demonstramos aqui que a hora brasileira é muito baixa em relação a outros países. A carga tributária brasileira não é grande, ela é injusta porque recai sobre o consumo, é regressiva, não incide sobre patrimônio e renda. E também a discussão sobre a qualificação da mão de obra, muito bem levantada aqui pelo senador Cristovam Buarque.

Recentemente, nós tivemos uma discussão com um grupo de empresários sobre desoneração da folha. Depois de levantar alguns dados de um debate extremamente forte, contundente, eu tive contato com um grande empresário brasileiro, cuja preocupação não era a desoneração da folha, era a qualificação da mão de obra. Ele me falou: "Não estou investindo mais porque não tem mão de obra qualificada no Brasil!" Então há que se louvar aqui a iniciativa do governo, principalmente do governo Lula na questão dos Cefets, das escolas técnicas, da preparação da mão de obra brasileira para enfrentar esse momento, que é chamado de ganho de inovação, para enfrentar o desemprego tecnológico. Precisamos ter mão de obra qualificada porque hoje o problema não é o chamado encargo, que nós dizemos aqui, que não é 102, mas é 25% porque os outros são conquistas do trabalhadores – 13º, descanso remunerado, férias –, mas a qualificação da mão de obra brasileira para enfrentar esses novos momen-

tos. Essa é uma preocupação que devemos enfrentar, porque hoje não vejo essa preocupação no empresário. Dizem que são os encargos que estão pesando. No entanto, muitos estão querendo investir, mas não há mão de obra especializada e, por isso, têm de refrear o desejo. Muitos não estão investindo também – nós já dissemos isso aqui – por uma questão que precisa ser analisada mais detidamente pela sociedade brasileira, que é o custo da captação dos recursos no Brasil. É uma coisa que é escorchante! Digo imoral para não dizer uma palavra mais contundente sobre esse assunto. Um *spread* de 33% não há ninguém que suporte, e todos nós sabemos que o crédito é que fomenta o investimento, haja vista o chamado crédito consignado, que, num valor extremamente alto, acabou endividando muitos trabalhadores aposentados, que voltaram a trabalhar porque têm crédito facilitado, mas extremamente elevado. A discussão do crédito também precisa ser feita.

É necessária a regulamentação, no Brasil, da questão financeira para que não sejamos como grandes países atingidos pela crise, que perderam sua condição de nação e ficaram reféns do sistema financeiro internacional.

Essas são nossas considerações.

Espero sucesso na redução da jornada de trabalho para o bem da sociedade brasileira. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Álvaro Sólon de França, Presidente da Anfip.

Permitam-me, antes de passar a palavra ao Senador Marcelo Crivella, pôr em votação esse requerimento.

Os senhores concordam que eu coloque o requerimento extra pauta que trata desse mesmo debate, convidando o setor empresarial? (Pausa.)

Como os senhores concordam que eu coloque o requerimento na pauta de nossos encontros, vamos à votação dele. Ele vai nos mesmos moldes desta audiência. Seria uma audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e da Subcomissão Permanente de Defesa do Emprego e da Previdência para discutir a redução de jornada e os encargos sobre a folha de pagamento.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Com a palavra o Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Sr. Presidente, Sr. Senador Cristovam Buarque, eu gostaria de saudar o Sr. Luiz Gonzaga de Negreiros, representante da CGTB, também meu companheiro Tadeu Moraes, Primeiro Vice-Presidente, assim como Sr. Lourenço, Sr. Hamilton e Sr. Álvaro.

Eu queria trazer à consideração de vocês – nós estamos falando sobre a redução da jornada de trabalho – uma palavra: triunfar. Essa palavra – triunfar –, que é o que desejamos para o Brasil, para nossas famílias, para nosso povo, traz implícito um conceito de triplicidade, de três forças conjugadas, harmônicas, para chegar a um objetivo. Se você pensar sobre a maior força que existe na sociedade, que é a família, verá que ela se compõe do pai, da mãe e dos filhos. Quando está harmônica, é invencível. Forma uma sociedade, um país, uma nação.

Se olharmos a natureza, veremos que a principal matéria razão da vida, a água, veremos que ela é formada por duas moléculas de hidrogênio e uma de oxigênio. Deus se manifesta para nós como um Deus trino: Pai, Filho e Espírito Santo. Daí vem a noção de triunfar.

Nós sofremos muito no Brasil com o excesso de trabalho. Estou entre aqueles que acreditam no aperfeiçoamento espiritual do nosso povo. Nós queremos um país rico, poderoso, influente, mas também humano e justo, e isso só será possível se nós tivermos tempo para ir à igreja, para conviver com a família, para que haja esse aperfeiçoamento espiritual necessário a nós todos. Os senhores não imaginam como isso é importante. Se nós formos verificar na história da humanidade os grandes avanços, nós vamos ver que havia homens que tinham família e que tinham um relacionamento com Deus. A primeira hegemonia mundial da Inglaterra, que se faz no século XVIII e século XIX, tem uma Inglaterra com uma igreja missionária, com uma igreja presente, uma igreja atuante. Os Estados Unidos, no século XX, eu conversei com pessoas que foram pastores lá, na época dos anos 40, 50, 60, e eles me diziam que as igrejas de Manhattan, na hora do almoço, não tinham espaço. Isso porque os empresários, as pessoas desciam para a igreja e faziam as suas orações. Conviviam em família, o domingo era sagrado.

Essa grande bolha que nós sofremos agora é porque tivemos um capitalismo sem a ética protestante, um capitalismo que morreu por overdose. Se nós queremos ter um País, um Brasil que possa explorar a potencialidade da sua trindade... Nós sabemos o sacrifício que custou aos nossos antepassados hoje nós termos a honra de termos, no nosso DNA, o sangue negro, o sangue branco e o sangue vermelho, o sangue índio. Isso não custou pouco aos nossos antepassados. Nós somos a única raça do mundo mestiça. Nós não somos africanos, nós não somos ibéricos, nós não somos american índios. Nós somos brasileiros. Nosso DNA é assim...Eu mostrei para o Paim esses dias um estudo da Universidade Federal de Belo Horizonte o mapa genético brasileiro. Um negro do Rio Grande

do Sul tem 45% de genes africanos, mas tem 44% de genes europeus; o resto é índio. Quer dizer, no Brasil é completamente diferente dos Estados Unidos, completamente diferente da África do Sul, completamente diferente de outro povo. E essa idiossincrasia nossa, essa nossa índole pacífica, tolerante, esse nosso esforço vem de muito tempo. Quer dizer, para romper as nossas matas os nossos antepassados sofreram todas as febres tropicais. É diferente dos Estados Unidos. As pessoas vão para Miami, vão para Nova York, vão para Los Angeles, mas encontram cidades planas, com rios calmos. Os nossos são caudalosos, derrubam as nossas pontes, transbordam, nossas encostas caem, nossos verões têm precipitações enormes. As nossas matas são cheias de fungos, de vírus que o tempo todo comiam os dedos dos nossos pés, o branco dos olhos, nossos vasos linfáticos da virilha e das axilas. Custou muito e ninguém acreditava que nós pudéssemos construir uma civilização nos trópicos e não há um exemplo anglo-saxão que tenha feito isso.

Agora fizemos isso sempre com uma estrutura familiar. Eu acho que nós devemos preservá-la. Eu que sou pastor, pastor há trinta e tantos anos, no domingo as igrejas hoje lutam, lutam... O culto principal das igrejas era no domingo de manhã. Eu digo igreja evangélica porque a igreja católica tem a maioria no País, mas não tem a maioria de praticantes. O católico é mais das missas, das festas, da Páscoa, do Natal. Mas o evangélico é mais praticante, ele está mais na igreja. Mas o hoje o culto principal não é mais no domingo de manhã. No domingo de manhã não tem o povo na igreja. É no domingo à noite. E o culto está cada vez mais à noite. Era às 6 horas da tarde, passou para as 7 horas e agora a Assembleia de Deus adotou às 8:30 horas. Isso porque o pessoal está saindo do supermercado, numa hora dessas, cansado. Não dá! Mas vai aumentar o custo Brasil. O que aumenta o custo Brasil é a desvalorização do nosso real.

Veja como é um país que cuida dos seus interesses. Os americanos aumentaram a sua base monetária de US$850 bilhões para US$ 2.400 trilhões em menos de dois anos, na época do Obama, dois, três anos; Ben Bernanke, o presidente do Banco Central deles. Como é que você aumenta uma base monetária de US$850 bilhões para US$ 2.400 trilhões e não tem inflação no país, rodando a máquina 24x7? Nunca se fabricou tanto dólar. No mundo circulam US$ 4 trilhões. Mas eles não param de fabricar papel. Agora, não tem inflação. Mas não tem inflação por quê? Porque os bancos não repassam essa liquidez para o povo. As pessoas não têm... Eles são muito exigentes agora no crédito por causa da bolha. Descobriram que o mercado morre de *overdose*. Tem que ter regulamentação. Não pode ser essa coisa de neoliberalismo. Então para aonde vai essa liquidez, Paim? Essa liquidez vem para o mundo, vem para o Brasil. Eles querem um dólar fraco. Para quê? Para terem um real forte, uma rúpia forte, um yen forte, um euro forte e poderem se levantar, porque possuem um déficit colossal. É isso ai que faz com que o Brasil seja inviável. Não é permitir que o nosso povo trabalhador possa conviver com a família e ter condições de estudar. Conviver com a família é tão importante! É fundamental os filhos terem a presença dos pais em qualquer idade, dos avós. Nós temos países cuja educação é avançada, mas que estão vivendo uma decadência pesada, a Europa e os Estados Unidos. Mas a família foi desprestigiada.

Então se nós queremos, repito, um País rico, influente, culto e poderoso, mas também justo e humano, nós precisamos, todos nos, fortalecer a família. Família eu digo no aspecto bíblico, Paim. Eu sou contra a união, o casamento, a união homoafetiva ser levada ao casamento, por causa dessa coisa dos pais, da mãe, dos filhos; pai, mãe e filhos. Isso que eu acho que é a maior força. Quer dizer, o sujeito se apaixona por uma mulher e ele então quer casar com ela; essa mulher o sonho dela é casar de grinalda e tal. Então ele vence as ondas com o peito, ele supera tudo pelo sonho do seu amor e assim que ele casa, a mulher muda de sonhos: ela quer ter filhos. O sonho muda completamente. E aí ele vai ter que trabalhar dobrado. E essa força de um sujeito apaixonado por sua mulher e por seus filhos constrói o mundo. Qual da dúvida disso? Se nós não tivermos isso, nós não vamos ter ambição. Vamos ter o quê, meu Deus? Isso é uma coisa óbvia. Olha a sua vida, olha a minha, olha a nossa. O que a nossa família representa para nós? Você morre por ela. E o homem que não tem uma causa para morrer por ela é um pirata.

Então eu acho que 48 horas é o correto. Vamos permitir... Perdão, 40 horas é o correto. Foi o que nós votamos aqui. Foi a luta nossa.

Essas eram as minhas palavras, Paim. Eu acho que lá na Câmara o PRB, são 12 Deputados e a bancada evangélica que são 72 Deputados, todos eles pensam como eu. Nós nos reunimos todas as quartas-feiras de manhã, às 8:30 horas estão lá os 70 Deputados e 2 Senadores. O Magno não tem podido ir porque ela faz tratamento de manhã, mas eu e o Walter estamos sempre. E aí cada um fala lá num dia. E você vê que a mensagem de todo mundo é esta: nós temos que vigiar aqui no Congresso, é a família, os filhos.

Eu tenho um projeto de lei que infelizmente não pegou. Era aquela coisa do primeiro emprego. Ele proibia o pai de arrumar emprego para o filho. Mas eu acho que aquilo é a figura mais bonita do Antigo

Testamento, quando Moisés escreve dizendo: Ensina a lei para o teu filho, quando você vai para o campo plantar e na volta do pôr do sol. Põe no coração do teu filho pelo exemplo e pelas palavras e pelo ensinamento as palavras dessa lei. Que figura bonita o pai e o filho trabalhando juntos e que o primeiro emprego não deixava! Eu acho fantástico o pai poder dizer: olha, eu sou um técnico aqui nesta metalúrgica e eu queria arrumar para o meu filho ser meu aprendiz. Ele vai conhecer aqui e tal.

Paim, parabéns para você, parabéns para essa constelação de nossos líderes e a importância de lutarmos juntos aqui para que nós possamos trabalhar não menos, porque vamos trabalhar em qualidade até mais, mas também termos espaço para o aperfeiçoamento espiritual do nosso povo, que é a convivência na família e no lar da alma, que é a igreja.

Obrigado. *(Palmas.)*

(Interrupção da gravação.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – ...para esse debate, que é o da fé. Parabéns a V. Exª.

Senador Cristovam com a palavra.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Senador Paim, eu não pensava em falar e não vou falar muito, mas o Senador Crivella com sua fala muito bem articulada me trouxe uma ideia. É que o Senador Crivella defendeu, e realmente é uma das riquezas que a gente falou aqui, a miscigenação, mas a miscigenação que nós construímos foi a biológica. Ainda não construímos a miscigenação social. No social ainda temos a casa grande e a senzala. E aí, Senador Crivella, pode parecer brincadeira, mas não é: a miscigenação biológica a gente construiu na alcova; a miscigenação social, na escola. Foi misturando brancas e negros, negros e brancas que a gente fez a miscigenação biológica. Vai ser colocando o filho do pobre na mesma escola do filho do rico que a gente vai fazer a miscigenação social no Brasil. (*Palmas.*)

E isso vai acabar de vez com a casa grande e a senzala separadas. Quebramos essa separação do ponto de vista racial, biológico, mas continua ainda o preconceito contra negros, e continua, sobretudo, a imensa imoralidade da escola boa para uns e escola ruim para outros, conforme o dinheiro que tem a família.

Vamos fazer a miscigenação social! A miscigenação social é na escola que a gente faz.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Queria agradecer a presença, aqui, dos nossos convidados e dizer a vocês todos o que me passou aqui, agora, a minha assessoria: o Governo pode desonerar a folha de alguns setores em nova política industrial, que poderá ser anunciada esta semana, provavelmente amanhã. A mesma matéria diz que, em 2009, o governo baixou de 20% para 10% o percentual de contribuição ao INSS por parte do setor exportador na linha da informática. Como baixou lá de 20% para 10%, podemos aqui já acreditar que vai baixar de novo. Não é linear, mas aqui diz: Governo pode desonerar folha de alguns setores em nova política industrial.

A minha preocupação é que não seja desonerado algum setor exatamente na questão da Previdência. A gente briga tanto aqui para que os aposentados tenham um reajuste acompanhando o crescimento do salário mínimo e para que consigamos derrubar o fator, mas o que eu ouço sempre é que a Previdência não tem dinheiro, está falida, está deficitária e pode quebrar. Eu espero que não seja nesta área, que não retirem o dinheiro que a Seguridade, enfim, que a Previdência arrecada. E, consequentemente, o discurso fica mais forte ainda, porque não dá para assegurar os benefícios dos aposentados e também dos pensionistas.

O debate praticamente continua amanhã, quando teremos outra audiência pública: um ciclo de debates sobre a integração da América do Sul. Para esse ciclo de debates estão convidadas centrais e lideranças dos trabalhadores na ótica da preocupação do desemprego frente à economia global. Então, amanhã todos estão convidados para esse debate.

Quero agradecer muito, aqui, aos nossos convidados pela forma como atenderam ao nosso convite.

Muito obrigado Tadeu Moraes de Sousa, 1º Vice–Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, que aqui representou Paulo Pereira da Silva, Presidente da Força Sindical.

Meus cumprimentos e obrigado, Lourenço Ferreira do Prado, Presidente do Fórum Social dos Trabalhadores.

Muito obrigado a Hamilton Dias de Moura, Diretor da Nova Central Sindical, que aqui representou o Sr. José Calixto Ramos.

Muito obrigado a Antônio Lisboa Amâncio do Vale, que saiu da CUT, que aqui representou o Sr. Artur Henrique da Silva.

Muito obrigado, como sempre, ao Álvaro Sólon de França, Presidente da Anfip. Estive em outro evento semelhante, onde ele colocou, com o mesmo brilhantismo, a sua posição e a sua preocupação sobre a questão da desoneração e, ao mesmo tempo, fortaleceu a questão da redução de jornada.

Muito obrigado ao Luiz Gonzaga De Negreiro, que aqui representou o Antonio Neto, Presidente da CGTB.

E também quero dizer que o nosso Lourenço representou aqui o Ricardo Patá, da UGT, e o Wagner Gomes, da CTB.

Muito obrigado a todos.

O debate continua.

Meus cumprimentos, principalmente, ao movimento sindical no seu conjunto, pela mobilização que está fazendo. Sei das mobilizações que aconteceram, li aqui na abertura, em todas as regiões do País e que culminarão em um grande evento em São Paulo, no dia 03, em uma caminhada na Avenida Paulista onde se esperam mais de 100 mil trabalhadores. Tinha feito aqui a leitura quando abri os trabalhos. O eixo é a jornada de 40 horas, o fim do fator, a discussão sobre a terceirização. E aqui vão todos os outros itens do movimento sindical. Mas o importante é que começa exatamente com as 40 horas e o fim do fator previdenciário esse debate.

Por outro lado, também fico feliz em perceber que o movimento sindical está entendendo, há um bom tempo, a importância desse debate aqui no Congresso Nacional. Queiramos ou não, a gente ficou das 9h até as 12h22min, ao vivo, para todo o Brasil, falando sobre os temas que interessam a toda nossa gente, a todo nosso povo. Faremos o mesmo amanhã de manhã, a partir das 9h, com essa visão maior sobre a integração da América do Sul.

Sei que vocês vão falar inclusive do Mercosul, porque estou acompanhando esse debate sobre os direitos dos trabalhadores no Mercosul e na própria América do Sul, e também da própria questão da Previdência e da triangulação, que sei que passa hoje pelo Mercosul, criando o desemprego aqui dentro do nosso País.

Está encerrada a audiência pública.

Até mais. Um abraço a todos.

Muito obrigado.

(Levanta-se a reunião às 12 horas e 23 minutos.)

ATA DA 49ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIO) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 3 DE AGOSTO DE 2011, QUARTA-FEIRA, ÀS 13 HORAS, NA SALA Nº 02, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às doze horas e quinze minutos do dia três de agosto de dois mil e onze, na sala 02, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador **(Paulo Paim)**, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Assinam o livro de presença os seguintes Senhores Senadores **Paulo Paim, Cristovam Buarque e Marinor Brito.** A presente reunião destina-se a apreciação da seguinte **PAUTA**. Audiência Pública, nos termos do Requerimento nº 100, de 2011–CDH, aprovado em 13/07/11 de autoria do Senador Paulo Paim, "para ouvir o Alto Comissário das Nações Unidas para refugiados, senhor António Guterres". Convidados: António Guterres, Alto Comissário da Organização das Nações Unidas para Refugiados e Idalbert Pierre-Jean, Embaixador do Haiti. Faz uso da Palavra os seguintes senhores Senadores Paulo Paim, Cristovam Buarque e Marinor Brito. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, às treze horas e cinquenta e oito minutos, lavrando eu, ***Altair Gonçalves Soares***, a presente ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. –Senador **Paulo Paim,** Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Declaro aberta a 49ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Solicito a dispensa da leitura da ata da Reunião anterior e a coloco em votação.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Audiência pública de hoje foi requerida por este Senador. Apresentei o Requerimento nº 100, de 2011, aqui na CDH, aprovada em 13/7/2011, para ouvir o Alto Comissário das Nações Unidas para Refugiados, Sr. António Guterres.

Aproveitaria este momento enquanto o nosso convidado está concedendo uma entrevista, para que também nossos convidados, que estão aqui no plenário, possam se apresentar.

Peço que cada um se apresente.

O SR. WARLEY MARTINS GONÇALLES – Presidente da Confederação Brasileira de Aposentado – Cobap.

A SRª ROSANE KAINGANG – Representante da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil.

O SR. ALEXANDRE DE OXALÁ – Alexandre de Oxalá, babalorixá, Presidente dos Afro-brasileiros.

A SRª ROSITA MILESI – Sou a Irmã Rosita Milesi, sou Diretora do Instituto Migrações e Direitos Humanos, trabalho com refugiados, por isto estou aqui. Estou representando, neste momento, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.

O SR. ROBSON DE SOUZA BITTENCOURT – Presidente da Federação dos Aposentados e Pensionistas do Estado de Minas Gerais.

O SR. LUIZ ADALBERTO DA SILVA – Cobap.

O SR. MOACIR MEIRELES – Secretário Geral da Cobap, Condefedração Brasileira dos Trabalhadores Aposentados e Pensionistas do Estado do Rio Grande do Sul.

O SR. MARCO AURÉLIO – Sou representante do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho.

A SRª MÁRCIA MARQUES – Assessora Parlamentar do Sinait.

O SR. RUI LEANDRO DA SILVA SANTOS – Trabalho no Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. E a gente trabalha com a Política Nacional de Saúde Integral à População Negra.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Aproveito o momento para dizer a todos que a visita do Alto Comissário da Organização das Nações Unidas para Refugiados, aqui no Brasil, onde fez uma série de visitas. Aqui no Congresso ele visita o Presidente do Senado, Presidente José Sarney, visita o Presidente da Câmara, Deputado Marco Maia, visita também o Presidente da Comissão de Relações Exteriores, o ex-Presidente Collor de Mello, e fez questão também de estar nesta Comissão de Direitos Humanos, porque o tema que ele irá abordar aqui para nós todos, por meio dos órgãos de comunicação do Senado para todo o Brasil, tem como essência a luta de todos nós, ou seja, a política de direitos humanos, porque esta é uma política que não tem fronteira.

Enquanto ele chega, aproveito este momento para que a gente possa encaminhar alguns avisos.

Aproveito a presença do companheiro Rui, que trata, no Ministério da Saúde, da questão da saúde do povo quilombola, do povo negro. Ele veio aqui nos fazer um convite para que a gente faça uma audiência pública para debater este tema não somente aqui, no Senado, como também nos Estados. Já apontou a possibilidade de uma audiência pública no Rio Grande do Sul.

Hoje mesmo, na Comissão de Direitos Humanos, a Senadora Lídice da Mata, e teve nosso total apoio, ela quer fazer uma audiência pública para discutir a anemia falciforme. Tem tudo a ver com o tema. Talvez a gente faça essa audiência conjunta, Comissão de Assuntos Sociais e Comissão de Direitos Humanos, envolvendo naturalmente a Subcomissão de Saúde, que coordenada, presidida pelo líder Humberto Costa.

Digo também que recebi aqui o convite da nossa Kaingang, para que eu esteja em setembro, no Rio Grande do Sul, numa conferencia dos três Estados, 1ª Assembleia Nacional dos Povos Indígenas dos Três Estados do Sul. Farei de tudo para estar lá presente, porque entendemos que este tema dos povos indígenas é um tema tão importante na defesa dos direitos humanos. Todos nós sabemos o quanto os povos indígenas foram massacrados no Brasil e no mundo, poderia dizer.

Também está aqui conosco o Warley, Presidente da Cobap, que reafirma o compromisso de todos nós na luta em defesa dos aposentados e pensionistas. E ele comentava comigo, há pouco tempo, uma vez que agora a folha de quatro setores importantes da economia foi desonerada em 20%, e no lugar veio uma contribuição sobre faturamento de 1,5, que sabemos que não corresponde com o que a Previdência vai perder. Mas isso também, Warley, como tenho dito, é uma prova de que tínhamos razão, de que a Previdência é superavitária e, consequentemente, depois, como foi dito inclusive pela Presidenta, e entendo que foi um gesto generoso, que com esse movimento ela fortalece nossa economia, o nosso parque industrial. Mas, ao mesmo tempo, também entendo que abriu as portas para uma negociação com a Cobap, enfim, com os movimentos sociais, sindicais, para que a gente possa, de uma vez por todas, este ano ainda, esse é o objetivo, resolver essa questão do Fator Previdenciário. Recebi o jornal que você me mandou da Cobap que mostra que, em pesquisa realizada, 95%, para não dizer 99%, do povo brasileiro são contra o Fator Previdenciário. Eu não encontrei ninguém até hoje a favor do famigerado Fator. E se isso é verdade, confisca o salário dos mais pobres, as Centrais que hoje estão fazendo um grande movimento em São Paulo, estão na Avenida Paulista fazendo uma grande caminhada pelas 40 horas e pela derrubada do Fator e também pela regularização da chamada, uma nova legislação no setor de terceirização. E claro que entra aí o combate aos preconceitos, entra a questão da reforma agrária, entra também o reajuste dos aposentados.

Entendo que a Cobap, neste encontro que vai fazer agora em Goiás, em outubro, eu recebi o convite, e estarei lá e acredito que fazendo grandes mobilizações. Você me falava aqui, não vou dizer o mês, a hora, nem o dia, que a Cobap vai encaminhar aqui em Brasília, isso vai ajudar sim, porque as questões, como a gente diz sempre, não se resolvem diretamente aqui numa conversa com esse ou aquele Deputado ou esse ou aquele Senador. As questões se resolvem com grandes mobilizações e fazendo a pressão popular, que é legítima, para sensibilizar, a partir daí, tanto o Congresso como o Executivo, no atendimento às reivindicações básicas dos trabalhadores e dos aposentados. E, no caso da Cobapl sei que é, pelo menos, a derrubada do Fator, mas a proposta nº 1 é ter uma política de reajuste do salário dos aposentados que acompanha o crescimento do PIB, seria a inflação mais PIB.

Frente à mobilização forte que os senhores fizeram e eu tive a alegria de acompanhar no ano passado, nós conseguimos, pelo menos, a inflação mais 80% do PIB. Como a gente diz, ali a gente abriu as comportas

para que a gente pudesse avançar mais para ter uma política definitiva nesse sentido.

Então, parabéns à Cobap pela mobilização que estão fazendo em todos os Estados, que culmina com esse grande encontro em outubro, de 20 a 23 de outubro lá em Caldas Novas. Será, tenho certeza, um grande evento.

Quero também aproveitar para falar ali da nossa líder sindical dos Fiscais do Trabalho, Drª Rosane, que também esteve aqui conosco em uma audiência pública. Senador Cristovam já está chegando para também receber o nosso Alto Comissário António Guterres que falará sobre a situação do refugiados. Ele está chegando para dar alguns avisos e informar também, e a Mesa já nos passou as informações, que na segunda-feira teremos uma audiência que tratará da questão do Cantando as Diferenças. Na próxima semana, teremos um roteiro tanto de projetos que serão votados, os chamados terminativos, como também aqueles que tratam de audiências públicas importantíssimas, como aquela que fizemos no dia de ontem, que é a integração da América do Sul, com as devidas preocupações que todos estão vendo aí.

O Senador Cristovam fez uma bela fala aqui anteontem, na segunda-feira, sobre a situação de diversos países, como é o caso da Grécia, agora da Espanha, Portugal e, por que não dizer, principalmente a situação dos Estados Unidos.

O Senador Cristovam, tem dito que a situação agora não está ruim, está boa, mas temos de nos preparar para o que pode vir. E, nesse sentido, S. Exª tem colaborado muito com o debate tanto nesta Comissão de Direitos Humanos quanto na Comissão de Assuntos Sociais, mais precisamente na Comissão de Trabalho e Previdência.

Mesmo no debate que tivemos aqui, meu amigo Warley, sobre as 40 horas, sobre a desoneração da folha, o Senador Cristovam fez uma bela fala. Em seguida, Senador Cristovam, eu recebi alguns telefonemas, assim como o Senhor, cumprimentando-nos pela audiência pública e cumprimentando-o pela forma com que V. Exª colaborou com o debate, em estavam presentes as centrais sindicais e confederações, fortalecendo a linha de que a redução de jornada é importante e que temos de olhar no aspecto mais global possível. V. Exª deu um destaque muito grande na educação, no Ensino Técnico, que esse, digamos, é o caminho do futuro.

Senador Cristovam, quer usar da palavra neste momento? Então, como o Senador Cristovam quer usar da palavra quando o Alto Comissário chegar, ele avisou que iria chegar um pouco adiantado em relação às 13 horas e, por isso, fiz a introdução, acredito que ele esteja chegando.

Vou tomar a liberdade, Senador, para situar o plenário, de fazer uma pequena introdução sobre a vinda dele aqui.

Visita do Alto Comissário das Nações Unidas para Refugiados, o Sr. António Guterres.

É com alegria que esta Comissão recebe no dia de hoje a visita do Alto Comissário das Nações Unidas para Refugiados, o Sr. António Guterres.

António Guterres tornou-se Alto Comissário...

Chegaram outros convidados nossos. A assessoria pediu que eu os registrasse antes de fazer a abertura. Os convidados estão registrando a presença, o Senador Cristovam já está aqui. Eu gostaria que vocês, que agora chegaram, usassem o microfone. Apertem o botão preto, irá se acender uma luz verde, e se identifiquem, para efeito de registro nos Anais da Comissão. Depois eu continuo com a exposição.

A SRª ROSÂNGELA RASSY – Boa tarde. Rosângela Rassy, Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho. É uma satisfação estar aqui participando desta audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu falava antes, minha líder, da importância dos Auditores Fiscais do Trabalho, do papel que estão fazendo, da importância de multiplicarmos o número de Auditores Fiscais do Trabalho, darmos a estrutura, porque vocês têm um papel fundamental na linha dos direitos humanos em defesa dos trabalhadores. Por isso vocês são Fiscais do Trabalho. Sei que a preocupação de vocês é a mesma desta Comissão em relação ao trabalho digno, ao chamado trabalho decente. Por favor.

O SR. FÁBIO – Fábio. É um prazer estar aqui, Senador. Sou Auditor Fiscal do Trabalho, diretor do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Ao seu lado?

O SR. ORLANDO VILANOVA – Orlando Vilanova, sou Auditor Fiscal do Trabalho aposentado, sou advogado. Também é uma honra e uma satisfação muito grande participar desta audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Seja bem-vindo.

O SR. CARLOS ALBERTO NUNES – Carlos Alberto Nunes, Auditor Fiscal do Trabalho aposentado, vice-presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Deixem-me dar uma informação que me chegou agora. Depois continuamos falando um pouco sobre a importância do nosso nobre convidado.

Eu dizia da programação rápida da Comissão.

Na segunda-feira, dia 1º, tivemos aqui o debate sobre a redução da jornada do trabalho e a questão

dos encargos sobre a folha de pagamento, quando demonstrei as minhas preocupações na redução de 20% sobre a folha com 1,5% sobre o faturamento. Informações precisas que temos são de que 1,5% não cobrirão o que a Previdência vai deixar de arrecadar. O próprio Governo tem reconhecido isso.

Eu falava há pouco tempo com o ex-ministro Pimentel, hoje Senador, que me dizia das suas preocupações com o 1,5%, que teria de ser no mínimo 2,5%, incluindo as empresas que faturam muito, porque foram incluídas, para atender à dificuldade do setor, as empresas que estão faturando pouco. Eu lembrei ontem na tribuna, embora tenha ficado um pouco truncada a matéria que saiu, que o mínimo seria de 2,5% sobre o faturamento, mas devia pegar os bancos. Eu queria 2,5% sobre os bancos. O banco paga sobre a folha, e a folha do banco, nós sabemos, emprega muito pouca gente, porque é tudo automatizado hoje em dia, e o faturamento é enorme. Agora, se tivéssemos assegurado 2,5% sobre a folha, sobre o que lucra um banco, aí sim estaríamos assegurando, efetivamente, que o caixa da Previdência não seria prejudicado.

Vamos ter na quinta-feira uma audiência pública para debater o PL 09, de 2011, do Senador Cristovam, que institui o Programa de Prevenção de Idiomas Indígenas Brasileiros.

Por favor, gostaria que recebesse neste momento com uma grande salva de palmas o Alto Comissário das Nações Unidas para Refugiados, Sr. António Guterres. (*Palmas*)

Já falei com o nosso convidado, que me disse que eu continuasse, pois depois ele falaria.

Então, na quinta-feira, quero reafirmar, teremos aqui um debate sobre o Programa de Prevenção dos Idiomas Indígenas Brasileiros.

Na segunda-feira teremos os movimentos sociais e os direitos humanos, no olhar do nosso querido e falecido sociólogo Florestan Fernandes.

Depois, na outra segunda-feira, teremos um debate sobre aviso prévio proporcional.

Na quinta-feira teremos, na Subcomissão da Mulher, direitos sexuais das mulheres.

Depois teremos também, na segunda, dia 22, um debate sobre a CLT, ou seja, direitos dos trabalhadores e os direitos humanos.

No dia 23, os vinte e três anos da Fundação Cultural Palmares e o Ano Internacional dos Afrodescendentes. Não sei se a Fundação Cultural Palmares já chegou, ia chegar o seu Presidente, está para chegar.

Tem alguém representando a Seppir?(*Pausa*.)

Então, eu convidaria, simbolicamente, o representante da Seppir para ficar na mesa com a gente.

Quem vai falar é o Alto Comissário das Nações Unidas. Quero dizer que também teremos um belo debate sobre a integração da América do Sul. Eu vou me dar ao direito, nosso querido – sou muito informal, é meu querido, é meu amigo, esteja em casa, aqui é a Comissão de Direitos Humanos. Enfim, meus amigos, vou retomar aqui.

É com alegria que recebemos neste momento na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa a visita do Alto Comissário das Nações Unidas para Refugiados, Sr. António Guterres.

António Guterres tornou-se Alto Comissário das Nações Unidas para Refugiados em 15 de junho de 2005, sucedendo *Ruud Lubbers*, dos Países-Baixos.

Ex-Primeiro Ministro de Portugal, foi eleito pela Assembléia Geral das Nações Unidas para um mandato de cinco anos e é o décimo Alto Comissário da Agência da ONU para refugiados.

António Guterres dirige uma das principais agências humanitárias do mundo, a ACNUR, recebeu duas vezes o Prêmio Nobel da Paz e possui uma equipe de 6.600 funcionários em mais de 110 países, fornecendo proteção e assistência a cerca de 34 milhões de refugiados e outras pessoas sob o seu mandato.

Antes de se tornar Alto Comissário da ACNUR, António Guterres trabalhou por mais de vinte anos para o Governo e o serviço público de Portugal. Foi Primeiro Ministro do país de 1996 a 2002 e, durante seu mandato, liderou o esforço internacional para resolver a crise do Timor Leste.

Como Presidente do Conselho Europeu, em 2000, copresidiu a primeira Cúpula Europa-África e conduziu a adoção da chamada Agenda de Lisboa. Fundou também o Conselho Português para os Refugiados, em 1991, e integrou o Conselho de Estado de 1991 a 2002.

O trabalho do Alto Comissário tem sido intenso: apoio à repatriação voluntária, defesa da inserção social, econômica e cultural no país do refúgio e garantia de direitos individuais são algumas das ações da ACNUR no Brasil e ao redor do mundo.

Recebo, neste momento, o Sr...

Quando veio conversar comigo e recebi em meu gabinete o Sr. André Ramires, representante do Escritório do Alto Comissário das Nações Unidas para Refugiados no Brasil, e ele me comunicou a visita oficial do Alto Comissário ao Brasil, logo propus, sugeri, e ele aceitou, que se desse em audiência pública. Eu não queria que S. Exª falasse só para mim no meu gabinete, mas que S. Exª falasse para os nossos convidados e falasse para o Brasil, ao vivo, aqui, pela nossa TV Senado e pela Rádio Senado, e que será reproduzido também pelo *Jornal do Senado.*

Quero lembrá-los de que, no cenário internacional, o Brasil tem assumido, cada vez mais, um papel de destaque na defesa dos direitos humanos e da democracia. O Governo brasileiro reconhece, pela da Lei nº 9.474, de 1977, mecanismos para implementação do Estatuto dos Refugiados, de 1951. Segundo dados do Comitê Nacional para Refugiados, ligado ao Ministério da Justiça, o Brasil abriga 4.432 refugiados, de 77 nacionalidades.

Antes de ouvir o Alto Comissário, gostaria de partilhar com o Comissário que a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado trabalha no sentido de dar palco a quem não tem palco e de promover dignidade a quem não tem direitos sociais e individuais assegurados de fato. À CDH compete, entre outras atribuições, a garantia de promoção de direitos humanos, direitos da mulher, proteção à família, proteção e integração social das pessoas com deficiência, a luta pela igualdade racial, a proteção à infância, à juventude e aos idosos, a fiscalização, o acompanhamento, a avaliação e o controle das políticas de governo relativa aos direitos humanos.

Aqui ampliamos, como já repeti antes, o direito da mulher, das crianças, dos idosos, a liberdade e orientação sexual, a liberdade religiosa, enfim, todos os princípios que norteiam a democracia. Temos a satisfação de dizer também que lutamos muito aqui pelos direitos das chamadas minorias e também das maiorias – muitas vezes, quando se fala em minoria, não lembramos que a maioria é discriminada, se somarmos negros, índios, mulheres, crianças, idosos, refugiados e tantos outros –, pelo direito dos estrangeiros, pela proteção da integração das pessoas com deficiência e pela proteção da infância, da juventude e de todos.

Enfim, com essa pequena introdução – que pareceu longa. Quando a gente lê parece longa –, é com muita alegria que, neste momento, aqui, na Comissão de Direitos Humanos do Senado, com a presença, permita-me, do Senador Cristovam.

V. Exª, meu convidado, está lá, na parede. O Senador Cristovam, com muito brilhantismo, também foi Presidente desta Comissão. E eu tive a alegria de também, durante um período estar também na Presidência; por isso a minha está lá. Sou Presidente agora, mas lá atrás eu fui também Presidente. E sempre o Senador Cristovam trabalha aqui junto com a gente, com a sua competência. V. Exª conhece muito bem. É um lutador pelos direitos humanos, pelos direitos sociais, eu diria – permita-me dizer isso – é um símbolo da educação não só no Brasil, mas, eu diria – permita-me a expressão –, no mundo, pela sua forma, a sua conduta. Para nós nesta Comissão, Senador Cristovam, antes de passar para o nosso convidado, é uma alegria enorme tê-lo sempre aqui com a gente em todos os debates.

Enfim, nosso convidado. A palavra está com o Alto Comissário da ONU, António Guterres.

O SR. ANTÓNIO GUTERRES – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Senadora Marinor também fez questão. Estava no hospital, mas disse que iria dar baixa para vir ouvi-lo hoje aqui.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Estou melhor.

O SR. ANTÓNIO GUTERRES – Sr. Presidente, minhas senhoras, meus senhores, tenho um enorme prazer em estar aqui. Eu vivi 25 anos da minha vida como Parlamentar, quer no governo, que na oposição e, por isso, sinto-me, sempre que estou em um Congresso, num Senado ou numa Câmara dos Representantes, como se estivesse em casa. E tenho o maior prazer de estar aqui, imediatamente num quadro de audiência pública, com personalidades tão envolvidas na defesa e na promoção dos direitos humanos no Brasil.

Aliás, estar no Brasil é muito refrescante em matéria de direitos humanos, porque o Brasil tem uma visão abrangente e inclusiva dos direitos humanos. Muitas vezes, quando falamos com europeus ou com norte-americanos sobre direitos humanos, eles têm uma visão restritiva aos direitos civis e políticos, mas há direitos econômicos e sociais que são tão importantes como os direitos civis e políticos. Diria mesmo mais: se esses direitos econômicos e sociais não forem respeitados, não há condições para o exercício dos direitos civis e políticos. E, por isso, como disse, é muito refrescante estar num país como o Brasil, que tem uma visão abrangente e inclusiva dos direitos humanos, baseada no princípio do respeito da dignidade da pessoa humana, e que, em matéria de direitos dos refugiados, tem uma das legislações mais avançadas do mundo. Isso é particularmente importante no momento em que o Brasil também como sociedade de diversidade e tolerância.

Tivemos hoje uma conferência muito importante na Universidade de Brasília, em que o Professor Mário Theodoro dizia que o Brasil é uma sociedade de diversidade, de tolerância, mas ainda não é uma democracia racial, embora para lá caminhe. Mas a verdade é que é uma sociedade de diversidade e de tolerância, ainda com um caminho a percorrer no plano da inclusão, da garantia dos direitos para todos, da plena igualdade, não apenas igualdade perante a lei; mas é uma sociedade de diversidade e tolerância no mundo onde hoje a diversidade e a tolerância estão postas em causa.

Nós tivemos, no dia 22 passado, um atentado na Noruega que arrepiou, que horrorizou o mundo. E esse

atentado foi dirigido contra um governo e contra uma juventude partidária, recusando esse governo e essa juventude partidária de serem promotores dos valores da diversidade, de serem defensores de políticas de imigração e de refúgio abertas na Noruega. E por isso a bomba junto ao escritório do 1º Ministro e por isso o bárbaro assassinato de dezenas de jovens.

Para além desse atentado horrível, não quero estabelecer necessariamente uma ligação direta com a atividade de outras forças políticas ou de certos média; mas a verdade é que esse atentado só foi possível no quadro de uma sociedade europeia em que se tem desenvolvido um caldo de cultura de intolerância, um caldo de cultura de recusa de diversidade, em nome de falsas identidades do passado que não são possíveis de reproduzir, porque todas as sociedades tendem a ser multiétnicas, multireligiosas e multiculturais. E isso tem que ser aceito e tem que ser valorizado como uma riqueza e não, como um problema, como, infelizmente, ainda hoje acontece no discurso político presente em vários países europeus, pela emergência de formas de populismo político de responsabilidade dos média, fazendo apelo à emoção e ao medo, promovendo a intolerância, o racismo e a xenofobia e, com isso, o ódio ao estrangeiro, ao imigrante e ao refugiado, tornando mais difícil o acolhimento dos refugiados e a sua integração harmoniosa na sociedade, em diversos pontos do mundo.

Poder vir ao Brasil e usar o Brasil como um exemplo positivo da aceitação de que os refugiados devem ser protegidos, que lhes devem ser dadas as condições de integração na sociedade brasileira é algo que é, para nós, é muito importante.

Neste momento o Congresso federal tem, em cima da Mesa ou vai ter em cima da mesa, alguns diplomas que têm para nós um valor complementar muito importante na consolidação dos direitos dos refugiados. A lei de proteção aos refugiados existe e é uma lei, como disse, das mais avançadas do mundo, mas, neste momento, o Congresso federal prepara-se para ratificar a Convenção dos Direitos dos Trabalhadores Imigrantes e de suas Famílias. Não se aplica diretamente aos refugiados, mas, naturalmente, num quadro em que os direitos dos imigrantes são reconhecidos, é mais fácil o refúgio, é mais fácil a proteção daqueles que, em face da lei internacional, se recolhem e quem os possa defender de perseguição ou do conflito de que fogem.

Por outro lado, no Congresso Federal, está também o Instituto dos Estrangeiros. Penso que o Instituto dos Estrangeiros que ainda hoje existe no Brasil vem do tempo da ditadura e as alterações que, penso, estão previstas se introduzir, atualizam-no e tornam-no, uma vez mais, um instrumento extremamente importante de não discriminação, de valorização de direitos que, não sendo diretamente para os refugiados, consolidará a política de deportação deles.

Uma outra área do nosso mandato que é menos conhecida é a de promoção dos direitos dos apátridas, que não têm nacionalidade, da redução da apatridia. O Brasil ratificou as duas convenções, mas ainda não internalizou na legislação brasileira a forma de determinar o instituto da apatridia e a consagração dos respectivos direitos. Disseram que o Ministério da Justiça está em preparação de um diploma que enviará ao Congresso Federal exatamente com esse objetivo. Irá entrar numa fase de consulta pública e depois de aperfeiçoamento, em nível de Governo, para chegar ao Congresso.

E todo esse conjunto de diplomas vem, de alguma forma, terminar a construção do edifício dos direitos, já não em relação aos brasileiros, mas em relação aos estrangeiros no Brasil, de que, naturalmente, os refugiados são uma componente fundamental, muito importante, na base de um princípio muito generoso de não discriminação, mas de afirmação e promoção do exercício desses mesmos direitos.

Por outro lado, eu gostaria também de dizer que encaramos com muito interesse a possibilidade de o Congresso Federal, no seu poder orçamentário, vir a aumentar significativamente o orçamento do Conare. A Comissão Nacional de Refugiados é não apenas a organização que reconhece os refugiados à face do direito brasileiro, mas também é uma organização que apoia as diversas organizações não governamentais que lutam para garantir uma integração harmoniosa dos refugiados no sistema brasileiro.

Os refugiados são, porventura, os mais vulneráveis. Obviamente a sociedade brasileira tem ainda um conjunto de problemas sociais complexos e por isso a integração dos refugiados, no plano legislativo e no plano jurídico, está plenamente garantida e no plano prático enfrenta muitas dificuldades. E essas dificuldades exigem um conjunto de ações que, naturalmente, têm um custo.

É com o maior interesse que nós vemos a possibilidade – e apelamos a que esta se concretize e, se possível, tão generosamente quanto possível – de ver o Estado brasileiro atribuir ao seu órgão de gestão da problemática dos refugiados as verbas indispensáveis para que o apoio da sociedade civil se possa fazer em termos que garantam uma integração ainda mais harmoniosa e uma garantia de que, na prática, os direitos reconhecidos na lei se traduzam em realidade.

Por isso estar aqui é estar com companheiros de luta pela mesma causa, pelo mesmo ideal. E na-

turalmente tenho o maior gosto em participar desta audiência pública e em estar à disposição para o debate se assim o entender Sr. Presidente que eu possa promover. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Meus cumprimentos ao Alto Comissário da Organização das Nações Unidas para Refugiados António Guterres, que, além de fazer uma fala brilhante para todos nós acerca da situação dos refugiados, abriu a possibilidade de que os nossos Senadores e convidados possam também interagir com ele neste momento.

De pronto, vou passar a palavra ao Senador Cristovam, em seguida, à Senadora Marinor.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Meu caro Presidente Senador Paim, quero agradecer, em primeiro lugar, por ter aberto... Em vez de, como o senhor disse, receber na sua sala – embora, se eu soubesse que o senhor iria receber na sua sala eu iria estar lá, porque eu não iria perder a oportunidade de dar um abraço nessa figura tão importante não apenas para as relações Brasil-Portugal, mas hoje no mundo inteiro...

Sr. Guterres, eu estava aqui pensando, posso estar errado, mas o senhor é presidente talvez do décimo segundo maior país em população. São 52 milhões, se não me engano.

(Manifestação fora do microfone.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Pois é. Não são muitos países que têm uma população desse porte. Só que o senhor é certamente, o senhor tinha dúvida sobre a posição, mas certamente é o Presidente do mais difícil país do mundo, um país que não tem território, aliás, que é criado pela falta de território, um país onde, se formos medir a renda *per capita*, veremos que é uma das mais baixas do mundo, porque são pessoas não apenas refugiadas, como muitos de nós fomos por razões políticas, mas refugiadas com a total desapropriação de tudo o que têm do ponto de vista material.

Tenho uma profunda admiração, o senhor sabe disso, pelo seu trabalho por Portugal, pela relação com o Brasil, mas hoje é ainda maior, porque caso a admiração pelo senhor com a admiração que tenho pela entidade. Tenho uma admiração muito grande pela entidade que o senhor dirige.

E é nessa qualidade que venho fazer uma proposta, um desafio que talvez seja desnecessário. Nós vamos ter, em junho do próximo ano, no Rio de Janeiro, a Rio+20, reunião de cúpula dos Chefes de Estado, dos Chefes de Governo que vão debater o futuro da humanidade – pelo menos espero que façam isso.

Hoje temo que, em vez disso, eles façam uma reunião esvaziada, porque não sei se o Presidente Obama virá e, se ele não vier, talvez o Presidente da China não venha, porque vai estar em eleição o Obama e, do ponto de vista político-eleitoral é uma temeridade vir a uma reunião como essa, porque ou esse povo fica muito restrito aos interesses dos seus eleitores e abandona os interesses da terra ou perde votos. O Presidente da França também vai estar em eleição, a Primeira Ministra da Alemanha creio que vai estar em período eleitoral e nós poderemos ter uma reunião esvaziada.

Além disso, poderemos ter uma reunião esvaziada intelectualmente em termos de propostas, que termine elaborando um documento burocrático. Sou o Presidente de uma Subcomissão da Comissão de Relações Exteriores dedicada à reunião Rio+20. A Subcomissão se reúne toda semana para discutir temas, elabora propostas, debate, querendo provocar que a Presidenta Dilma leve uma proposta que eu não diria mais radical, mas até mais poética do ponto de vista de assinar por um caminho para o futuro da humanidade.

Se a Organização das Nações Unidas para Refugiados não estiver presente, vamos deixar de debater um dos problemas mais fundamentais, que não está na pauta: o problema dos refugiados por razões políticas, dos refugiados por razões do expansionismo territorial de algumas nações e o que eu até considero mais grave: os refugiados pelo desenvolvimentismo, os refugiados por causa de grandes represas, por causa do desemprego, por causa das usinas nucleares.

Fui recentemente visitar a Chernobyl e saí de lá com uma sensação de desespero em relação à energia nuclear. Mas Fukushima é um exemplo mais completo. Todas as noites nós vemos, quase todas as noites, refugiados japoneses dentro do próprio Japão, como os índios brasileiros ficam dentro do Brasil quando são expulsos, aqui está uma pessoa que conhece muito bem o assunto, por causa de uma represa absolutamente necessária para produzir energia, o que é absolutamente necessário para aumentar o Produto Interno Bruto. Mas será que aumentar o Produto Interno Bruto é necessário ou a gente pode encontrar caminhos diferentes para que o País seja feliz? Falo também dos refugiados pela pobreza, que não ocorre exatamente pelo desenvolvimentismo. Pois bem. Todas essas razões e mais outras nós temos que trazer para a reunião Rio+20.

O senhor precisa ter uma cadeira entre os Chefes de Estado, entre os Chefes de Governo, obviamente ao lado do Secretário-Geral das Nações Unidas, porque não pode ficar um pouco atrás, não pode ficar no mesmo nível, fazendo com que ele traga essa preocupação.

Aqui está minha manifestação. Quero estar ao seu lado nessa luta, afinal de contas, o País que hospeda a reunião tem um pouco mais de influência que os outros, ou pelo menos deveria ter. Quero me colocar à sua disposição para que esse tema entre na pauta. Eu quero, ao mesmo tempo, sugerir que, nas suas conversas aqui no Brasil, sobretudo se estiver com a Presidenta Dilma, defenda que a Organização das Nações Unidas para refugiados tem uma posição em destaque. Aí, eu não sei como resolver o problema político de falar com o seu Secretário-Geral, mas que o tema esteja presente. É uma luta em Nova York. Em Brasília, pode me ter como um soldado a sua disposição.

Nós estamos trabalhando esse assunto e eu quero me colocar à sua disposição para dizer mais um detalhe. Dentro disso, estamos fazendo muitas coisas, inclusive em outros lugares. E vamos publicar um livro. Eu fiz 42 temas, com 171 perguntas sobre o futuro e escolhemos algumas. Eu trouxe, até, aqui e depois posso lhe entregar. Vamos publicar um livro cujo padrinho central é o Edgar Morin. Eu sou Vice-Presidente de um instituto de estudos de políticas civilizatórias do qual ele é o Presidente. E eu gostaria que tivéssemos um texto seu, um texto da Organização.

Cada um dos nossos temas é em torno de perguntas; dos 42. Por exemplo, Governança: como administrar as soluções? Retórica: como propor a via de um novo humanismo? Modelos de consumo: como modificá-los? Metamorfose da civilização: como fazer? Nós não estamos usando a palavra "revolução", que é pequena; é mais do que uma revolução que a gente precisa. Pobreza: como vencer? Economia verde: quais são seus limites? Desenvolvimento durável: o que é o desenvolvimento durável e como realizá-lo? Energia: por que fazer e como produzir? De crescimento: por que e como construir? Modelos de produção e distribuição: como chegar a eles com eficácia, inteligência e justiça? Mudanças climáticas: como evitar e adaptar-se a elas no que não tem mais jeito? Biodiversidade: como conservar? Água: como conservar a água? Alimentos: como produzir pra satisfazer as necessidades, ao mesmo tempo em que asseguramos o equilíbrio ecológico? Felicidade: como facilitar o acesso a ela? Cultura: como preservar a diversidade? E aqui seria acrescentado: Refugiados: como dar-lhes esperança, uma bandeira e sobrevivência?

É isso, meu caro – permita-me chamar de amigo e co-conterrâneo. Do ponto de vista de Portugal, há uma co-cidadania brasileira. Eu quero dizer que estou querendo participar ao seu lado, como pequeno soldado dessa imensa nação que o senhor preside. Imensa e difícil nação de mais de 50 milhões de habitantes, quase todos eles despossuídos de tudo.

Era isso, Sr. Presidente.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu combinei aqui com o nosso convidado especial que a Senadora Marinor também falará agora nesse momento, porque me diz a sua assessoria que ele tem de sair daqui no máximo às 10 para as 14 horas. É isso? Eu peguei mais cinco para mim, já. Então, a Senadora Marinor e depois ele responde.

A SRA. MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Boa tarde a todos e a todas. Eu queria pedir licença, antes de me pronunciar sobre o tema, aos nossos convidados, para agradecer a gentileza, o carinho do Senador Paulo Paim e do Senador Cristovam Buarque no dia de ontem, quando eu estive ausente em função de uma cirurgia que realizei no domingo e já, teimosamente, estou de volta hoje aqui ao plenário e às comissões, para participar das atividades no dia de hoje. Então, os dois fizeram referência à minha ausência e inclusive ajudaram na defesa das nossas posições, como foi o caso do Senador Cristovam num projeto de lei que estava em debate ontem na Comissão de Educação. Então, o meu carinho e os meus agradecimentos aos dois.

Bom, eu fiz esse esforço, obviamente, para estar aqui porque acho importante o papel que o Sr. António Guterres tem desenvolvido no enfrentamento desse grave problema desse imenso país, que majoritariamente tem povos que vivem o flagelo do refúgio, como nos países árabes, na Palestina; os povos africanos e em especial aqui na América Latina. E sabemos o quanto é difícil. Imaginamos que é muito difícil fazer isso. É uma missão que precisaria de um engajamento muito grande dos povos, das organizações governamentais e não governamentais; e de recursos volumosos, para que a gente conseguisse vislumbrar, a médio e longo prazo, alternativas melhores.

Mas eu sei que existe empenho por parte de V. Sª. É reconhecido esse papel que V. Sª desempenha nesse trabalho pelo mundo. E eu fiz questão, hoje, de vir aqui em nome do Partido Socialismo e Liberdade, PSOL, e da nossa pequena bancada.

O nosso Senador Randolfe está numa outra agenda recebendo o Procurador da República que deve ser reconduzido ao cargo e a nossa bancada tem que se dividir. Nós somos dois apenas, aqui, e ficamos fazendo um pouco esse movimento de tentar dar conta de colaborar e aprender também com as atividades que são realizadas aqui.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Nós dois somos meio. Eu sou meio também.

A SRA. MARINOR BRITO (PSOL – PA) – É. O senhor é meio também: 50% da bancada. É verdade.

Então, eu queria ressaltar um aspecto que acho que tem uma relação bem importante com o debate que vocês estão realizando quanto aos refugiados, que tem a ver com o processo de imigração também.

Eu estou hoje tendo a oportunidade de ser autora e relatora da CPI do Tráfico Humano, aqui no Senado Federal, que começou uma missão de deslocamento pelos estados brasileiros e tentativas de relacionamentos com organismos internacionais, para que a gente vá encontrando formas de enfrentar esse problema. Só aqui no Brasil, hoje, temos cerca de 520 rotas, já catalogadas oficialmente, de tráfico de seres humanos envolvendo trabalho escravo, comercialização de órgãos, enfim, exploração sexual de crianças e adolescentes e outras formas de violações de direitos.

E a gente precisa ter uma dedicação muito grande para entender o que tem sido preponderante para que esse fluxo migratório aconteça no nosso País e nos demais países do mundo, deixando essas populações vulneráveis.

Aqui na Amazônia, temos um ciclo já longo vinculado aos grandes projetos. Vou colocar umas aspas por minha conta nos "projetos de desenvolvimento na Amazônia brasileira", cujo potencial energético e hídrico é muito grande e hoje se desenvolve por meio dos programas de instalação de hidroelétricas.

Nessas áreas como Belo Monte, por exemplo, que tem uma projeção de implementação de uma hidroelétrica a curto prazo, se depender da vontade do Governo, nós temos um foco migratório muito grande, que acaba criando populações de refugiados por conta dessa situação de "miserabilização", de exploração, enfim. Só sobra a parte ruim para o povo.

Então, eu queria, por intermédio da nossa CPI, também me colocar à disposição, porque assim como vamos circular no Brasil, também vamos circular em alguns países – espero – com esse trabalho. E posso, na medida do possível, apropriar-me um pouco mais desse debate que V. Sª tem conduzido nesse grande país, para ver em que medida a gente pode interagir com isso, ajudando no que for necessário.

Eu concordo que não tem como enfrentar isso sem ter recursos para viabilizar, na prática, a garantia de direitos no enfrentamento da intolerância e de outras mazelas que são consequência dessa falta de consciência social e política para o enfrentamento desse problema.

Parabéns, Senador Paim, pela iniciativa. É sempre um privilégio estar aqui com vocês.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Eu cumprimento a Senadora Marinor Brito, que fez um esforço enorme para estar aqui para recebê-lo. Eu queria só registrar, não posso registrar todos, mas todos antes de sua chegada fizeram o seu registro ao telefone. Está aqui na mesa conosco o Embaixador do Haiti, o Sr. Idalbert Pierre-Jean, e representa aqui, permita que eu diga neste momento, no mínimo todo o Continente africano, a gente sabe da situação do nosso querido Continente africano.

Eu também fiz questão de que estivesse à mesa o Warley, que é o Presidente da nossa Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas, que representa aqui todos os idosos, temos uma luta permanente aqui pela valorização dos idosos, mas já aprovamos o Estatuto do Idoso, e tudo começou com a Cobap.

Está aqui também o Renato, que representa a Seppir, e a Fundação Palmares também está chegando, acho que chega daqui um pouco.

Eu quero passar para V. Exª, devido ao tempo, sua assessoria me lhe olha com um sorriso carinhoso, mas dizendo: "está aqui". Eu sei dos seus compromissos, mas da alegria enorme de tê-lo recebido aqui, V. Exª fará o encerramento dessa nossa pequena atividade. Aqui no plenário estão líderes sindicais, estudantes, enfim, da área pública, da área privada, fizeram questão de acompanhá-lo.

E dizer que eu olho com muito carinho, com muito respeito e, me permita dizer, com muito amor o seu trabalho, por tudo o que representa. Olha, eu digo isso com muito carinho. Entendo vocês da TV Senado, estamos ao vivo agora para todo o Brasil, e quando ligo a televisão e vejo como ontem jovens negros que morreram asfixiados no porão de um navio, querendo chegar a um outro país, faz com que eu lembre a história dos navios negreiros, ainda no tempo da escravidão aqui no Brasil, foi o último País do mundo a abolir a escravatura.

Quando ouço e vejo na TV, aqui mesmo dentro do Congresso, relatos do quanto o preconceito é forte, não só contra os negros, estou falando mais neste momento dos negros porque aqui no Brasil nós conseguimos aprovar, foi de nossa autoria, inclusive o Estatuto da Igualdade Racial, como uma forma de sustentar políticas públicas de combate ao racismo contra o povo negro.

Aí quando eu vejo o quanto no mundo ainda o preconceito é contundente, é forte pela cor da pele da pessoa, o quanto isso é desumano, o quanto é desumano.

Então, para nós, recebê-lo aqui porque V. Exª representa o combate a todo tipo de preconceito, V. Exª representa os direitos humanos, V. Exª representa o direito à vida, a viver, como eu digo, e envelhecer com dignidade, então é com muita alegria, e fiz questão de recebê-lo aqui, quero que V. Exª faça neste momento a

sua fala de encerramento desta audiência de Comissão de Direitos Humanos.

Por favor, Alto Comissário da ONU, António Gutierres.

O SR. ANTÓNIO GUTERRES – Muito obrigado, Sr. Presidente, eu agradeço muito as suas palavras muito gentis e muito simpáticas, alguns dos elogios não sei se são verdadeiros, mas peço-lhe que retire o excelência.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pode ter certeza de que são.

O SR. ANTÓNIO GUTERRES – Pode retirar o excelência, e falamos como amigos e como companheiros de luta pelos mesmos valores. É sempre, para mim, um prazer estar com o Senador Cristovam, desde há muitos anos um amigo que muito prezo.

Eu acho que o esvaziamento da semana do Rio+20 tem algumas razões. Não estou tão preocupado com o esvaziamento em termos da presença dos chefes de Estado. Na semana de Copenhagen estavam todos e não resultou. Eu acho que a questão fundamental é o esvaziamento do conteúdo. E é risco de, uma vez mais, da falta de liderança política em escala global para enfrentar os problemas da humanidade levaram a um impasse em que se redija um texto nessa língua, que é a língua dos burocratas, que tem essa vantagem, é ...., coloca uma série de palavras que não significam nada, mas todos ficamos satisfeitos no fim porque pelo menos não dizem aquilo que não queriam lá ver, mas não dizem nada, quer dizer, e por isso estão todos satisfeitos porque como não está lá nada que os ofendam, acham que ganharam na discussão.

E esse é o risco que infelizmente nós temos hoje em muitas reuniões internacionais, de se aprovarem textos vazios de conteúdo como forma de compatibilizar as contradições que existem com o nosso sistema de governo em escala mundial, que é um sistema insipiente, talvez porventura hoje mais enfraquecido do que há algum tempo no passado.

Agora, para nós é vital que a comunidade internacional dê uma atenção forte aos problemas daqueles que são forçados a mover-se, que já não são mais imigrantes econômicos, no sentido tradicional do termo, que seguiam livremente, ir de um país a outro para melhorar as suas condições de vida. Tenho um grande respeito por isso, tantos portugueses que vieram para o Brasil, tantos brasileiros que foram para outras partes do mundo, mas que são aqueles que não têm outra alternativa senão mover-se, mas não pelas condições definidas pela Convenção de 51. E aquilo a que estamos a assistir é uma interligação de um conjunto de megatendências definidas em grande por si, eu acrescentaria o aumento da população, a urbanização, as alterações climáticas, a insegurança alimentar, a escassez d'água, a extrema pobreza e a agudização da extrema pobreza no contexto da globalização.

Todos esses fatores estão cada vez mais interligados e são também uma ameaça à segurança e à escala global porque geram conflitos. Mas, em muitas circunstâncias, forçam pessoas a mover-se.

Há 15 dias eu estava na fronteira entre a Somália e o Quênia, entre a Somália e a Etiópia e a falava com as pessoas que vinham em condições deploráveis da Somália, como dizia uma: eu fugi da minha aldeia por causa do conflito; e outra dizia: eu fugi da minha aldeia ou morria de fome. E assisti a situações impensáveis, estive com uma senhora que tinha andado a pé durante duas semanas e tinha perdido três filhos no caminho.

Portanto, nós estamos num mundo onde essas coisas ainda acontecem e onde essas coisas ainda acontecem muitas vezes frente à indiferença da comunidade internacional. Há cada vez mais gente forçada a mover-se, que não pode mais viver no seu país de origem, infelizmente as condições de vida desapareceram, mas que não estavam abrangidas por nenhum dos instrumentos internacionais nomeadamente pela Convenção dos Refugiados. E nós gostaríamos muito, embora o clima não seja favorável, gostaríamos muito de ver a comunidade internacional olhar com uma perspectiva de reconhecimento de direitos e não apenas com uma perspectiva, digamos, de preservação da segurança ou defesa das fronteiras, olhar para essa problemática do deslocamento forçado, que não cabe no âmbito dos quadros legais hoje existentes, mas com problemas de proteção dramáticos para os quais ainda não há resposta da comunidade internacional.

E gostaríamos muito de que no Rio+20 este tema estivesse muito em cima da mesa e estamos muito, totalmente disponível para colaborar em tudo quanto propôs porque para nós é vital, eu acho que é vital para a humanidade.

A questão das migrações, em minha opinião, é a questão mais dramática e lacunar em relação ao quadro de governança global. Os Estados têm recusado sistematicamente uma aproximação multilateral ao debate sobre as migrações, e o Estado tem continuado a considerar as migrações como uma questão de soberania nacional e não querem que existam regras à escala internacional que se imponham aos respectivos Estados.

Não é por acaso que a Convenção dos Direitos dos Trabalhadores Migrantes, que o Brasil vai ratificar, não foi ratificado por nenhum país do chamado primeiro mundo, os países tradicionalmente desenvolvidos. Nós sabemos que essas classificações estão em crise, mas, enfim, nenhum país do chamado primeiro mundo.

E eu penso que não há resposta aos problemas do tráfico que não passe pela existência de mecanismos organizados de migração legal. Porque naturalmente elas não impedirão totalmente as formas de tráfico e de contrabando – como nós dizemos em Portugal, penso que no Brasil o termo tráfico se aplica aos dois casos –, mas é verdade que não há processo de combater essas atividades, que são atividades criminosas, se simultaneamente não se criarem oportunidades para que algo que é necessário no mundo de hoje porque as migrações são uma componente necessária da globalização.

Eu, agora, não posso ter atividade política, mas eu sou um socialista que se habituou a compreender que os mercados têm que ser respeitados. Nós verificamos que no mercado financeiro tudo circula a uma velocidade gigantesca, os mercados de bens e de serviços, apesar de tudo, há uma certa liberdade. O único mercado em que há não liberdade de circulação é o mercado global de trabalho, mas há um mercado global de trabalho, mas esse mercado, os liberais entendem que esse mercado não tem que ser respeitado, é como se não existisse. Digamos, tem a mesma atitude em relação a esse mercado que a União Soviética tinha em relação aos mercados financeiros ou aos mercados econômicos. E digamos que também aprendi que a procura e a oferta tendem a encontrar-se. Encontram-se, legalmente, se possível; mas, se não for possível, encontram-se de qualquer maneira. E isso tem se transformado em uma enorme oportunidade para traficantes, porque os traficantes aproveitam um quadro internacional em que, muitas vezes, a pessoa, para poder mover-se, não tem outro caminho, não tem outro mecanismo.

E, por isso, parece-me que o combate ao tráfico passa por dois princípios fundamentais: é preciso criar um conjunto de oportunidades de imigração legal, geridas em cooperação internacional entre os Estados. E hoje a imigração é necessária.

O meu pai faleceu há dois anos, com 95 anos. O último ano foi um ano dramático. Ele esteve paralisado em circunstâncias muito difíceis. Eu ia ao hospital de vez em quando, mas tinha de estar em casa. E, para ajudar a minha mãe, estava sempre uma pessoa, 24 horas por dia, em turnos. Não era propriamente uma enfermeira ou um enfermeiro especializado, mas uma pessoa que apoiasse nas circunstâncias. E eu fui visitando o meu pai nos fins de semana, quando podia, indo a Lisboa, e vi sete pessoas lá. Só duas eram portuguesas e cinco eram estrangeiras a tratar do meu pai. E se fosse neve, onde estou agora, todas seriam estrangeiras. Não haveria nenhum suíço ou nenhuma suíça. Na melhor parte dos países europeus assim seria. No entanto, hoje, na Europa, há muitas pessoas que têm uma atitude negativa em relação à imigração, sem perceberem que a imigração é necessária até para tomar conta de um conjunto crescente de pessoas idosas em sociedades cada vez mais envelhecidas e que é altamente de mão de obra intensiva. Tratar os idosos, sobretudo, quando chegam aos 85, aos 90, aos 95, é altamente mão de obra intensiva. E não é para engenheiros astrofísicos, é para pessoas que ajudem em coisas mais elementares.

Portanto, a imigração não é só a imigração escolhida, que alguns falam de alta tecnologia. A imigração é uma componente essencial para a resolução dos problemas internacionais. E, por isso, temos de organizar, como se organiza a circulação do dinheiro ou a circulação das mercadorias que hoje são indispensáveis no quadro internacional. É a oportunidade de imigração legal.

E depois, outro aspecto que me parece essencial, é distinguir o traficante da vítima. E é verdade que hoje há muitos países que prendem as vítimas sem prender os traficantes. Nós vemos situações em que um conjunto de vítimas do tráfico chega a um país; o traficante não está lá, pois faz parte de uma rede criminosa internacional, que hoje são multinacionais do crime, com enorme poder, com capacidade de corromper inclusive as polícias e os outros órgãos. Mas as vítimas são presas. E há casos em que se criminaliza a imigração clandestina. O fato de a pessoa imigrar clandestinamente é considerado um crime, é criminalizado. E isso afeta, aliás, as possibilidades de outorga do Estatuto dos Refugiados em muitas circunstâncias.

Portanto, primeiro princípio: organizemos canais de imigração legal. O segundo princípio: combatemos os criminosos, mas temos de proteger as vítimas. Se esses dois princípios fossem aceitos, no plano internacional, eu acho que daríamos um passo gigantesco.

Infelizmente, estamos muito longe de ver esses princípios reconhecidos. E acho que o Brasil tem aqui um papel muito importante. O Brasil vai precisar de imigrantes. O Brasil tem muitos pobres, o Brasil tem muitos problemas, mas a economia brasileira está a crescer muito. A taxa de desemprego, segundo sei, é na volta dos 3%. Dizem que, em certos setores, já não há mão de obra. E eu verifico que o Brasil vai precisar de imigrantes.

Então, é melhor se preparar para isso, organizar esse processo, em vez de sofrer de uma forma desorganizada, como infelizmente está a acontecer na maior parte dos países da Europa que tem uma atitude, francamente, no meu ponto de vista, negativa, e sem qualquer probabilidade de êxito na gestão

dos fenômenos migratórios e no reconhecimento dos direitos dos imigrantes.

E não é por acaso que, no fórum criado por Kofi Annan, em que os Estados participam, não no plano multilateral, no plano intergovernamental, para discutir desenvolvimento e imigrações, tem sido fácil discutir as questões econômicas e tem sido muito difícil discutir a questão dos direitos, porque quando se entra nos direitos, muitos Estados retraem-se, porque o reconhecimento dos direitos é uma limitação, de alguma forma, à sua soberania, embora seja uma limitação bem vinda, porque é aquela que é consentânea com os valores humanistas que nos unem.

Quero agradecer muito esta oportunidade e dizer que todos contamos muito com o Brasil, que é hoje um país com uma influência crescente na ordem internacional. É um país que não tem telhados de vidro, porque tem uma política de direitos humanos inclusiva; porque não tem dramas fronteiriços; porque não tem – digamos – interesses estratégicos que ponham em confronto com outros Estados ou que o levem a oprimir ou a intervir em circunstâncias – digamos – não positivas. Por isso, creio que o Brasil pode ter um papel decisivo em uma nova agenda de direitos humanos, mais inclusiva e mais abrangente na escala internacional.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT - RS) - Eu falei com o Embaixador do Haiti, embora, claro, ele aqui, sem problema nenhum, trata de toda a questão do próprio continente africano, mas também da América Central, onde fica o Haiti. Ele disse que gostaria de fazer uma pequena saudação ao nosso convidado. Essa pequena saudação, faço questão que ele faça agora. Então, feito o meu assessor-mor, V. Exª, Idalbert Pierre-Jean, Embaixador do Haiti, pode fazer a saudação.

O SR. IDALBERT PIERRE-JEAN – Bom, desculpem-me o meu português, o meu portunhol, pois vivo há pouco tempo aqui. Eu queria agradecer e cumprimentar o Alto Comissário da ONU para os refugiados, ao Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa pelo convite e a todos os amigos Senadores.

Evidentemente, o Embaixador do Haiti é para agradecer o Governo do Brasil e as instituições brasileiras por tudo o que está fazendo, em cooperação bilateral, multilateral, com o Haiti. O Haiti, como muitos países, tem problemas com refugiados, tem problemas com imigrantes. Hoje, no Brasil, os haitianos estão entrando. Essa é uma situação difícil. Mas, como acabou dizendo o Alto Comissário, o problema é dos refugiados, não é um problema de legislação. Há muita legislação muito bem feita em todas as perspectivas. Os direitos humanos, os direitos dos refugiados, geralmente, são um problema de realidade. E a situação pode se classificar como uma situação de ficção ou de realidade. É ficção, porque, se não fosse assim, o Alto Comissário não teria de ser escrito e definido para resolver um problema. Quando se trata disso é porque há uma situação real a uma situação fictícia. E, por isso, criam-se instituições, fundamentalmente, o Alto Comissário da ONU para os Refugiados.

O trabalho que está se fazendo é um trabalho excepcional; não somente a instituição, mas também as instituições que estão ligadas ao Alto Comissariado. Mas os problemas seguem desbordando todas as capacidades da ONU e da própria instituição.

Acho que, desde a tribuna, pediu precisamente para o Alto Comissariado todo o apoio do Brasil, todo o apoio das instituições, para que essas instituições possam resolver os problemas dos refugiados; e, sobretudo, um problema que é muito mais grave, que é o traficante transnacional e mundial das crianças.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim.) – Muito bem, Embaixador do Haiti, Sr. Idalbert.

Nós ficamos dentro do tempo, pois às duas horas se inicia a sessão do Senado; e são 13 horas e 55 minutos. Acho que a melhor forma de encerrar esta sessão, recebendo essa figura, que – eu diria – é um poeta, é um líder sem fronteira, é um líder do Planeta, é dando uma salva de palmas, de pé, a Antônio Gutierres, Alto Comissário das Nações Unidas para Refugiados.

Parabéns pelo trabalho! Bom saber que, no mundo, existem outras pessoas iguais a você! (*Palmas.*)

(Iniciada as 12 horas e 15 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 58 minutos.)

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

ATA DA 19ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 29 DE JUNHO DE 2011.

Às oito horas e trinta e oito minutos do dia vinte nove de junho de dois mil e onze, na Sala 7, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **ACIR GURGACZ**, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos seguintes senadores(as): **JOÃO PEDRO, WALDEMIR MOKA, CASILDO MALDANER, EDUARDO AMORIM, ANA AMÉLIA, IVO CASSOL, FLEXA RIBEIRO, CYRO MIRANDA, SÉRGIO SOUZA, EDUARDO SUPLICY e MOZARILDO CAVALCANTI.** Deixam de comparecer os Senhores(as) Senadores(as): Delcídio do Amaral,

Clésio Andrade, Rodrigo Rollemberg, Benedito de Lira e Jayme Campos. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, Senador Acir Gurgacz, informa que a presente reunião se destina à realização de **Audiência Pública**, em cumprimento ao **Requerimento nº 12, de 2011-CRA**, aprovado em 24/03/2011, de autoria da Senadora Marisa Serrano e dos Senadores Eduardo Suplicy e Marcelo Crivella, com a finalidade de instruir a discussão do Projeto de Lei do Senado nº 51, de 2008, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que "institui a Política Nacional de Abastecimento", com a presença dos seguintes convidados: Sra. **Marília Leão**, Conselheira da Sociedade Civil do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA; Dra. **Maria Emília Lisboa Pacheco**, Representante do Fórum Brasileiro de Soberania, Segurança Alimentar e Nutricional – FBSAN; Dr. **Silvio Isopo Porto**, Diretor de Política Agrícola e Informações da Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB; e Dra. **Maya Takagi**, Secretária Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS/SESAN. Após a exposição dos Senhores convidados, fazem uso da palavra para tecerem comentários sobre os assuntos abordados, os Senadores Eduardo Suplicy, Sérgio Souza, João Pedro, Acir Gurgacz, Presidente da CRA, e o Deputado Federal Nazareno Fonteles (PT/PI). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta e dois minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Acir Gurgacz,** Presidente da CRA.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Declaro aberta a 19ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que, com a anuência do Plenário, é dada como aprovada.

Comunico à Comissão o recebimento do Aviso nº 869, do TCU, datado de 22 de junho de 2011, subscrito pelo Exmº Sr. Benjamin Zymler, Presidente do Tribunal de Contas da União, o qual encaminha cópia do acórdão proferido nos autos do Processo nº 025.221/2009-5 do TCU, que trata de levantamento de auditoria realizada no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, bem como nas entidades da administração indireta a ele vinculadas, com o objetivo de aprimorar o grau de conhecimento sistêmico do Tribunal sobre as três grandes áreas de atuação daquela pasta ministerial, incluindo os respectivos macroprocessos para, enfim, identificar as principais áreas de risco para efeito de controle externo.

Os Ministros daquela Corte, reunidos em sessão ordinária, no plenário, acordaram, em resumo, recomendar ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que elabore cronogramas de ações voltadas aos seguintes objetivos: desenvolvimento e implantação de ações de mapeamento e automação de seus principais processos internos, de acordo com as prioridades definidas pela administração do Ministério, e implantação de sistemática e rotinas de controle interno condizentes com seu orçamento anual e a complexidade de seus processos.

Informo que a cópia do acórdão, acompanhada do relatório e do voto, estão à disposição de V. Exªs na secretaria desta Comissão, e nós nomearemos um relator para analisar amiúde essa comunicação e fazer o seu relatório.

No momento em que o esforço brasileiro de promover a segurança alimentar é reconhecido internacionalmente, com a eleição de José Graziano Neto, Ministro Extraordinário de Segurança Alimentar do Governo Lula, para a direção geral da FAO, Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação, vamos debater hoje, nesta audiência pública da Comissão de Agricultura do Senado Federal, a proposta, apresentada pelo Senador Marcelo Crivella, na forma do Projeto de Lei do Senado nº 51, de 2008, que propõe a instituição da política nacional de abastecimento.

Entendemos que esse projeto poderá contribuir para ampliar a discussão sobre o armazenamento, o fluxo e a distribuição de alimentos em todo o nosso País, com a formação de uma estrutura mínima de abastecimento, de formação de estoques estratégicos, elementos fundamentais para nossa segurança alimentar.

O Brasil tem adotado políticas de ampliação do acesso aos alimentos, combinando programas de ações de apoio à agricultura tradicional e familiar de base agroecológica e cooperativa, além da implantação de uma ampla rede de segurança alimentar e nutricional, que inclui restaurantes populares, cozinhas comunitárias, bancos de alimentos e feiras e mercados populares, que contribuem para o combate à fome e a superação da pobreza extrema.

Dentro desse propósito, o Governo tem estimulado políticas públicas que garantam o acesso regular e permanente a alimentos, inclusive a água de qualidade e em quantidade suficiente para uma vida saudável.

Essas políticas, tais como os programas Bolsa Família e Brasil sem Miséria, estão voltadas particu-

larmente para a população em situação de vulnerabilidade social, os povos e comunidades tradicionais.

Esses programas que fazem parte da estratégia denominada Fome Zero são compostos por políticas emergenciais transversais e estruturantes, que estimulam a produção, a circulação e o consumo de alimentos, e creio que poderiam ter o apoio de alguns elementos constantes de uma política nacional de abastecimento, como a proposta apresentada pelo nobre Senador Marcelo Crivella.

O atual modelo brasileiro de formação mínima de estoque transferiu para o mercado, para o comércio interno e internacional, a função de amenizar os efeitos de choques de oferta ou de demanda internas. Esse modelo, apesar do propagado êxito, tem trazido, segundo alguns analistas, certa insegurança para os produtores rurais e supostas influências negativas na formação de seus preços.

Os produtores de grãos, de leite, de etanol e de outras *commodities* agrícolas passíveis de estocagem reclamam da precária estrutura de armazenagem do País e da pouca influência dos estoques reguladores na formação dos preços desses produtos.

Por outro lado, a opção de regulação dos estoques através de mecanismos de mercado tem dado uma dinâmica maior para a circulação de produtos da agropecuária nacional e se mostrado também uma boa estratégia para limitar o risco de inflação no preço dos alimentos.

Essa dicotomia tem pautado o debate sobre o preço dos alimentos e a segurança alimentar em todo o mundo. Os países do G-20, incluindo o Brasil, consideram a manutenção de estoques estratégicos uma medida cara e ineficaz e argumentam que as iniciativas de mercado são mais eficientes para conter o preço dos alimentos e aumentar a segurança alimentar nos países em desenvolvimento.

Por outro lado, alguns organismos internacionais, como a própria FAO, indicam que os custos de não ter reservas estratégicas são maiores e com graves conseqüências sociais. Notadamente, não existe um consenso sobre o assunto e, por isso, o debate de hoje, que se reveste de grande importância para a agricultura brasileira e para a promoção da segurança alimentar do País.

Cabem, portanto, alguns questionamentos. Qual o déficit de armazenagem existente no Brasil hoje? Qual o custo para a criação de uma estrutura mínima para armazenagem e formação de estoques de alimentos? Qual o volume de alimentos movimentados pelos programas de segurança alimentar do nosso Governo que sai dos estoques estratégicos existentes e qual o impacto na agricultura familiar? Considerando que o consumo de combustíveis no Brasil no ano passado foi de 118 bilhões de litros, com o consumo mensal de 10 bilhões de litros, qual seria a estrutura para manter o estoque estratégico pelo menos por um período mínimo de 15 dias?

Para nós iniciarmos a nossa audiência pública efetivamente, eu convido para compor a Mesa a Drª Marília Leão, Conselheira da Sociedade Civil do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea); a Drª Maria Emília Lisboa Pacheco, representante do Fórum Brasileiro de Soberania, Segurança Alimentar e Nutricional; o Dr. Sílvio Isopo Porto, Diretor de Política Agrícola e Informações da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab); e a Drª Maya Takagi, Secretária Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS/Sesan).

Lembro a Comissão que, em função de a Senadora Marisa Serrano ter assumido o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Mato Grosso do Sul esta Presidência terá que, oportunamente, designar outro relator para a CRA, para relatar a presente matéria, que já foi debatida em várias outras comissões. Já houve audiências públicas no ano de 2010 e queremos avançar no sentido de podermos também votar essa matéria aqui na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária o mais rápido possível.

Boas vindas à Drª Maya, à Drª Maria Emília, à Drª Marília Leão.

Vamos iniciar as nossas palestras. Eu convido, então, a Drª Marília Leão para iniciar as palestras nesta manhã. Seja bem-vinda, Drª Marília.

A SRª MARÍLIA LEÃO – Muito obrigada.

Bom dia a todos e a todas. Eu represento aqui o Renato Maluf, que é o Presidente do Consea. Eu sou Conselheira representando a sociedade civil e também sou Presidente de uma ONG, que se chama Abrandh (Ação Brasileira pela Nutrição e Direitos Humanos).

Bom, o meu papel aqui hoje é representar o Consea e trazer para os senhores e as senhoras algumas visões e recomendações deste Conselho para uma política de abastecimento alimentar no Brasil.

O Consea foi reconstruído, reconduzido no primeiro ano do Governo Lula, em 2003; e vem, desde então, discutindo e fazendo proposições ao Poder Executivo, diretamente ao Presidente e agora à Presidenta da República, sobre questões ligadas a esse campo. Então, acho que essa tem sido, para nós e a sociedade civil, uma conquista importante, um espaço importante de exercício da democracia, da cidadania e de poder influenciar esse campo no Brasil. Realmente, entre as experiências positivas do Brasil nesse campo, acho que o Consea tem sido um exemplo importante.

Se a gente pesquisar hoje no site do Consea, desde 2003, temos pelo menos 28 documentos que se referem a essa temática de abastecimento alimentar. Então, a produção tem sido grande e o esforço tem sido grande para discutir e levar especialistas e dirigentes para discutir o assunto.

Bom, eu trouxe uns *slides* só para ajudar a orientar a minha fala.

Pode passar, por favor, o próximo. Quais são os paradigmas com que trabalhamos no Consea? E também quando falamos em abastecimento e política de abastecimento não conseguimos olhar para uma proposta sem considerar esses paradigmas?

Nós trabalhamos sob o paradigma da busca pela soberania e segurança alimentar e nutricional. Entendemos que a alimentação é um direito humano, é um direito dos povos. Entendemos que a democracia em uma sociedade só é desenvolvida se permitir a participação e o controle social. Acreditamos que as políticas públicas são os meios adequados ideais para se garantir os direitos e a alimentação a todos que precisam e querem acessá-la e acessar todas as políticas. E entendemos, também, que tudo isso é dever do Estado, que deve se organizar e organizar a sociedade para que essas políticas e todos esses direitos sejam garantidos.

Eu trouxe aqui – pode ser um pouco repetitivo – qual é a noção, o conceito hoje, brasileiro, de segurança alimentar e nutricional. Acho que é importante enfatizar isso. Nem todos os países têm essa noção, essa visão. Esse é um conceito pactuado, construído ao longo dos anos no Brasil e vocês podem ver que é integrado, complexo e, enfim, envolve vários campos da sociedade.

Então, para nós, segurança alimentar envolve direito; acesso regular e permanente; alimentos de qualidade, não só em quantidade, mas em qualidade e suficientes, sem comprometer outros direitos, outras necessidades; produzidos em condições sustentáveis e práticas promotoras da saúde e ainda se respeitando a diversidade cultural e a sustentabilidade. O nosso conceito é amplo, complexo e isso é importante, porque é um caso bem brasileiro essa visão.

Quando falamos e defendemos o que é uma alimentação adequada e saudável, estamos falando de vários campos, de várias questões que estão interligadas e integradas. Nós falamos da diversidade, da adequação nutricional. Alimentação para uma criança, uma gestante, um idoso, uma pessoa que vive no campo, para uma pessoa que trabalha no chão da fábrica, para uma pessoa que trabalha no escritório é totalmente diferente. E uma alimentação livre de resíduos químicos, agrotóxicos, transgênicos. A possibilidade de a produção ter acesso a recursos naturais, como terra e água.

Próximo, por favor.

Acesso à informação: nós precisamos saber o que estamos comendo, o que queremos comer. Às vezes você pode comprar alimentos industrializados e não saber exatamente o que está comendo.

A questão do respeito e valorização da cultura alimentar implica também em poder se alimentar e realizar outros direitos e a questão da segurança do alimento e a qualidade.

Então, quando a gente fala em alimentação adequada e saudável, estamos considerando todos esses aspectos.

Bom, nós hoje trabalhamos com marcos legais importantes e são os que nos guiam. Quanto aos marcos, estamos hoje organizando e defendendo sua implementação. Um deles, que para nós foi uma conquista muito importante, aprovada pelo Congresso Nacional, é a Emenda Constitucional nº 64, que incluiu alimentação entre os direitos sociais no Brasil. Para nós, isso foi uma coisa muito importante.

Hoje, no Brasil, alimentação é um direito social garantido pela Constituição Federal. Nós aprovamos uma lei orgânica de segurança alimentar, em 2006. Essa lei está ainda em fase de implementação e tem como objetivo principal assegurar o direito humano à alimentação no Brasil.

Temos, mais recentemente, a regulamentação dessa lei, o Decreto nº 7.272, que propõe exatamente a criação e a organização de um sistema público de segurança alimentar e nutricional. A exemplo do Sistema Único de Saúde, do Sistema Único de Assistência Social, do Sistema Nacional de Trânsito, do Sistema Nacional do Meio Ambiente, estamos propondo e implementando o que chamamos de Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

Próximo.

Por que achamos que é muito importante ter uma política nacional de abastecimento alimentar? Primeiro, temos o nosso paradoxo brasileiro. Somos um dos maiores produtores de alimentos do mundo, somos um dos maiores exportadores e ainda convivemos com grupos, segmentos da população que vivem na insegurança alimentar. Temos, em muitos lugares, a persistência da pobreza e a distribuição dos alimentos é irregular, não é democrática e em muitas localidades do Brasil as pessoas não conseguem acessar os alimentos que precisam. Então, produzimos muito, temos excedentes, exportamos, mas muitas pessoas no Brasil não conseguem, ou pagam muito caro por esses alimentos.

Bom, temos um fenômeno importantíssimo acontecendo há mais de vinte anos no Brasil, que é o fenômeno da transição nutricional. Uma mudança grande do modo de vida, dos hábitos faz com que a população, quase como um todo, apresente índices alarmantes de excesso de peso e obesidade. Isso é uma realidade.

A notícia boa é que reduzimos quase a zero a desnutrição infantil. Esta e a desnutrição entre adultos praticamente inexiste. É virtual hoje; existe em alguns poucos segmentos. Mas, em contrapartida, temos, hoje, índices crescentes e alarmantes de excesso de peso e obesidade.

Temos um mercado que é concentrador, concentra terra, renda. Isso repercute na produção agrícola, nos mercados, na forma de distribuir, de vender e de comercializar os alimentos. Hoje, sabemos que a rede de abastecimento e comercialização de alimentos está cada vez mais dependente dos hipermercados e grandes redes varejistas de alimentos.

Ontem, eu estava lendo sobre a fusão do Pão de Açúcar com o Carrefour. Enfim, fiquei um pouco assustada com o controle de uma grande parte do comércio de alimentos no Brasil.

Bom, no perfil alimentar, só entrando um pouco na importância de que precisamos ter alimentos saudáveis, alimentos locais, alimentos disponíveis para todos no Brasil, eu queria chamar atenção para a questão do consumo: como o consumo mudou muito no Brasil e que repercussões esse consumo tem hoje no perfil alimentar e nutricional da população.

Nós ainda temos, principalmente entre mulheres e crianças, altas taxas de prevalência de anemia, o que indica uma alimentação pobre em ferro, deficiente em termos nutricionais. Temos índices alarmantes de desnutrição, de déficits nutricionais em algumas populações indígenas aldeadas. Em todos os locais que eu tenho ido, que eu tenho feito palestras, tenho dito isso: nós realmente temos que olhar com muito cuidado, porque os índices de desnutrição entre indígenas do Brasil ainda são aqueles que tínhamos da população geral na década de 70. Então é importante trazer essas populações para o século XXI, no que se refere à alimentação e nutrição.

Nós temos diferenças, desigualdades regionais, muito importantes no acesso à alimentação, nós temos um consumo crescente de alimentos não saudáveis – nos últimos anos nós tivermos um aumento de 400% no consumo de refrigerantes e bebidas adoçadas – e um baixo consumo de alimentos saudáveis, como frutas e hortaliças. Brasileiro, na média, come muito pouco frutas e verduras. É preciso aumentar muito esse consumo, porque sabemos que isso é indicador de saúde e é muito importante. Temos um crescimento muito acelerado da obesidade, em especial entre mulheres de baixa renda. O crescimento do excesso de peso, obesidade, em mulheres mais pobres é alarmante, é muito preocupante.

Próximo.

Quais seriam os objetivos de uma política nacional de abastecimento alimentar? Para nós, então, dados os paradigmas que eu apresentei para os senhores e para as senhoras, nós gostaríamos de uma política que promovesse e valorizasse a biodiversidade brasileira, os modos tradicionais de produção de alimentos e a agroecologia.

Queria lembrar que um dos nossos maiores patrimônio nacional é a nossa alimentação, é a diversidade da alimentação do brasileiro. Muito de vocês aqui vêm de várias regiões e nós sabemos a riqueza de alimentos que sequer todos os brasileiros conhecem e utilizam no País. Então nosso patrimônio alimentar precisa ser preservado, conservado e feito dele uma produção sustentável.

Nós precisamos promover igualdade de oportunidade entre as pessoas, entre as regiões e os biomas. Nós precisamos promover o consumo saudável, por todas as questões que eu apresentei, anteriormente. Nós queremos assegurar alimentos seguros e de qualidade, livres de veneno, de agrotóxicos, de resíduos químicos. Nós queremos participar desse processo da produção, influenciar, fazer o controle das políticas desse campo, e valorizar formas equitativas e sustentáveis de produção agrícola e comercialização de alimentos. Esses seriam, para nós, os objetivos de uma política de abastecimento alimentar.

Quais seriam as diretrizes que nós propomos? E existe um documento e propostas sendo discutidas com bastante objetividade nesse sentido. Nós achamos que o Estado precisa recuperar, precisa ter claro e exercer o seu papel regulador da política de abastecimento. As diretrizes de uma política alimentar precisam priorizar agricultura familiar, os pequenos produtores, os pequenos e médios empreendedores rurais e urbanos. É preciso fortalecer e facilitar o crédito aos agricultores familiares. Nós sabemos que, historicamente, os créditos dos planos safras, os créditos agrícolas são preferencialmente acessados pelas grandes propriedades, pelos grandes produtores. Nós precisamos fortalecer e facilitar o acesso dos agricultores familiares ao crédito.

Uma política de abastecimento alimentar precisa se integrar às outras ações de Governo, às outras políticas públicas pelas razões também que coloquei, da forma como a gente vê hoje, como a gente concebe a segurança alimentar e nutricional no Brasil. Essa política precisa responsabilizar as diferentes esferas de Governo para fazer cumprir toda essa proposta.

A gente sabe que não é de um dia para noite que se constroem políticas, que se constroem ações de Estado, e temos muitos desafios pela frente.

Só trazendo aqui para reflexão, a gente tem clareza que efetivar o direito à alimentação no Brasil, de uma maneira autônoma, soberana, é muito difícil porque esta lógica, a lógica do abastecimento, do acesso ao alimento, precisa sobrepor a lógica estritamente mercantil. O mercado não pode ditar sozinho, a seu prazer, o que vamos comer, como vamos comer. Nós temos que ter políticas fortes, o Estado tem que se organizar, para que realmente possamos conseguir acessar alimentos saudáveis e seguros no Brasil. Não podemos deixar que o mercado sozinho controle e sobreponha essa lógica que nós entendemos como soberania e segurança alimentar.

Nós precisamos de regulação pública do mercado de alimento, isso é muito importante, inclusive da publicidade de alimentos. O que se faz hoje, a liberdade que se tem hoje no Brasil de publicidade para alimentos, de modo geral e em especial para crianças, é uma coisa que realmente, se a gente considerar o quanto é nocivo o consumo de certos alimentos, isso realmente é uma questão alarmante no País.

Por fim, realmente é uma tarefa para os brasileiros, mas acreditamos que é possível construir um modelo de produção agrícola socialmente justo e sustentável. Acho que é isso que, no fundo, todos queremos.

As reflexões que eu gostaria de trazer são essas. Esses são os princípios, os paradigmas que nós temos discutido no Consea. Nós continuaremos a discutir essa questão. Estaremos à disposição desta Casa, do Congresso Nacional quando for necessário. O Consea é representado por vários segmentos da sociedade, povos tradicionais, povos indígenas, comunidades tradicionais, várias entidades da sociedade civil. E nós oferecemos a nossa capacidade de articulação e de proposição para discutir esse tema aqui no Congresso.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigada, Drª Maria Leão.

Sugiro que nós ouçamos todos os palestrantes, Senador Suplicy, para que depois possamos debater.

Passo a palavra à Drª Maria Emília Pacheco, representante do Fórum Brasileiro de Soberania, Segurança Alimentar e Nutricional.

A SRª MARIA EMÍLIA PACHECO – Muito obrigada, bom dia. Sou também de uma organização não governamental chamada Fase, Solidariedade e Educação. E, na qualidade de representante do Fórum Brasileiro de Soberania, Segurança Alimentar e Nutricional, também integro o Consea, junto com Marília Leão.

Em primeiro lugar, um bom dia. Muito obrigada por esse convite tão importante.

Queria saudar a iniciativa do Senador Crivella em apresentar uma proposta de política de abastecimento. Nossa missão aqui é fazer essa reflexão, mas, já de início, dizer que o nosso foco, a nossa abordagem, dando continuidade ao que Marília disse, é a partir da visão de soberania alimentar, de segurança alimentar e nutricional. Faço logo essa observação, porque a proposta do Senador é um pouco ampla, ela incorpora outros aspectos, inclusive o Sr. Presidente fez até uma pergunta em relação a combustível, a estoque de combustíveis. O nosso foco aqui é a partir da visão de abastecimento alimentar, entendendo que outros marcos legais incorporam essas preocupações que foram assimiladas num projeto de lei inicial do Senador Crivella.

Queria também dizer, de início, que nós estamos aqui vivendo uma história por demais importante no País, porque estamos realizando esta audiência sob a égide de uma lei, que é a Lei Orgânica de Segurança Alimentar, que nós temos desde 2006, bem lembrada pelo Sr. Presidente da Comissão, mas também com uma novidade. Desde o ano passado, com outro marco legal, o Decreto 7272, de agosto de 2010, que regulamenta a lei orgânica, a política e estabelece as bases de um plano nacional de segurança alimentar que está neste momento sendo elaborado.

Sr. Presidente, caminhamos para a 4ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar, que se realizará este ano, na Bahia – e aproveitamos para convidar a todos –, com um lema por demais importante e que se relaciona com o objeto do nosso debate aqui. Faremos uma conferência com o lema: Por uma alimentação adequada e saudável.

Também, neste momento histórico, já lembrado pelo Sr. Presidente, temos um representante brasileiro à frente da FAO. De maneira que é um contexto bastante apropriado para se discutir uma política de abastecimento tão necessária para este País.

Quero relembrar que, em 2005, no Consea, nós já dizíamos, muito preocupados em estabelecer as bases de uma proposta de política de abastecimento, que uma política nacional de abastecimento formulada com enfoque à segurança alimentar deve ter o objetivo geral de ampliar o acesso dos segmentos da população a alimentos de qualidade, promover uma alimentação adequada e saudável e a diversidade dos hábitos alimentares, em simultâneo à valorização das formas socialmente equitativas e ambientalmente sustentáveis de produção e comercialização de alimentos, com destaque para o reconhecimento da agricultura familiar e pequenos empreendimentos urbanos.

Quero lembrar que, na proposta original do Senador Crivella, ele também inclui, como princípio da política de abastecimento o estímulo às atividades da agricultura familiar e do associativismo. Mas, na nossa compreensão, é preciso ousar, ampliar e resignificar esse sentido do apoio à agricultura familiar, porque nós estamos, de fato, redefinindo o próprio conceito de abastecimento. Esse é um ponto bastante importante para nossa reflexão, porque nós estamos entendendo que o abastecimento não é uma questão que se reduz, de fato, à armazenagem, ao transporte, à distribuição atacadista e varejista, mas deve ser visto como um sistema integrado, que se estende da produção ao consumo, onde o Estado e a sociedade cumprem, então, uma função extremamente importante.

E, nessa definição mais ampliada de abastecimento, inclui-se, portanto, a produção. Nós sabemos e percebemos, de forma crescente, nos últimos anos no Brasil, que há mudanças radicais nos padrões de consumo e no perfil nutricional da população, sobre o qual Marília já teceu alguns comentários. Do nosso ponto de vista, essa mudança nos padrões de consumo, que tem significado uma simplificação, uma homogeneização, a perda da adversidade alimentar está muito associada às transformações ocorridas na estrutura do abastecimento agroalimentar do País, porque há uma crescente integração da produção de alimentos às dinâmicas do capital industrial, comercial, financeira, e isso associado, tendo como base, um padrão tecnológico disseminado nos últimos tempos da chamada Revolução Verde. Nós sabemos do impacto dessa chamada Revolução Verde não só nos padrões de consumo, mas também nos impactos socioambientais.

Lamentavelmente, podemos dizer que, associado a esse processo, o Brasil ostenta hoje o que, do nosso ponto de vista, é um título vergonhoso: o título de principal consumidor de agrotóxicos. Esse alto consumo de agrotóxicos com implicações para a qualidade do nosso alimento, na contramão da visão de uma alimentação adequada e saudável, está associado a esse padrão de produção.

Então, do nosso ponto de vista, pensar uma política nacional de abastecimento significa analisar de forma crítica, rever padrões de produção e padrões de consumo. E o Consea e, particularmente, o Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar têm manifestado recorrentemente a preocupação com a concentração da produção no Brasil, um leque muito reduzido de produtos, o que aumenta a vulnerabilidade do País, tanto interna como externamente. E nós sabemos o quanto o impacto das mudanças climáticas pode afetar e gerar maior vulnerabilidade. Nós sabemos que cerca de mais 80% da nossa produção de grãos está concentrada em pouquíssimos produtos, especialmente soja, milho e arroz. Ao mesmo tempo, nós sabemos que 70% da diversificação dos produtos vêm da chamada agricultura familiar e do agroextrativismo.

Portanto, temos um desafio porque vivemos num país megadiverso. É fundamental que relembremos também as conquistas da nossa chamada Constituição Cidadã, que reconhece a plurietnicidade deste País, que reconhece que o ambiente é um bem público. Com essa diversidade de biomas e de ecossistemas que temos, que são manejados e existem na sua diversidade, porque nós temos muitas populações, a nossa sociobiodiversidade é a variação de populações que temos na nossa história, constituída de indígenas e também de denominações muito distintas, que foram acolhidas pelo Estado e aqui debatidas seguramente nesta Casa, a Lei nº 6.040 nos fala de extrativistas, faxinalenses, comunidades de fundo de passo, geraizeiros e tantos outros. É essa sociobiodiversidade que pode garantir um futuro também de soberania e segurança alimentar, porque ela é cultivada, manejada por essas populações.

Por isso que, para nós, é muito importante que, na política nacional de abastecimento alimentar que tenha lugar o reconhecimento da promoção, do respeito, da valorização por meio de instrumentos específicos muito claros, de políticas muito claras de valorização desses produtos da biodiversidade, dos modos tradicionais de produção e manejo, das formas sustentáveis agroecológicas de produção, que podem garantir a sustentabilidade, o uso e a conservação e a recuperação ambiental.

Entendemos, no Fórum, que há avanços no País, há políticas estruturantes e programas de caráter muito democráticos e que acolhem e reconhecem o papel dessas populações. Eu exemplifico alguns desses programas: o Programa de Aquisição de Alimentos, o Programa Nacional de Alimentação Escolar, a PGPM da Sociobiodiversidade. São caminhos muito concretos para uma política nacional de abastecimento e comercialização.

Nós entendemos que o chamado mercado institucional... Nós valorizamos muito o papel do Estado como regulador de preços, mas também vemos como sendo do Estado o papel de assumir esse mercado institucional. Pois temos visto, na prática, que essas possibilidades concretas de política e programas contribuem para a organização da produção, diversificação da produção, consumo, manejo da agrobiodiversidade, revalorização de produtos regionais e mudanças de hábitos alimentares.

Se me permitem, vou dar um exemplo: o umbu, em regiões do Nordeste, até bem pouco tempo atrás, era o alimento associado à fome, à ausência do que comer. Muitas famílias se envergonhavam, inclusive, de dizer que consumiam umbu. E o que nós vemos hoje, com a abertura da possibilidade do mercado institucional e a polpa do umbu incorporada à dieta da alimentação escolar, são as famílias se reconhecendo como sujeitas de uma prática histórica do agroextrativismo e, ao mesmo tempo, esse alimento ganhando outro estatuto, outro significado, inclusive com a sabedoria de ver que é um alimento que também tem várias características nutricionais que precisam ser valorizadas. Isso muda hábitos alimentares, faz uma aproximação maior de uma dinâmica econômica, cultural com a vida na escola. É apenas um exemplo dentre muitos outros que a gente poderia dar.

Além disso, essas possibilidades do mercado institucional estão hoje reconhecendo o papel produtivo das mulheres, porque são elas que, muitas vezes, praticam o agroextrativismo e participam ativamente da produção. Esses programas, ao valorizarem o papel das mulheres, retiram-na daquele lugar apenas da ajuda, como historicamente uma sociedade marcada pelo padrão patriarcal no campo leva a que as mulheres sejam reconhecidas com outro significado, como sujeito econômico também.

Em resumo, esses programas e políticas são capazes de apoiar processos não apenas econômicos da economia local e regional, mas também social, cultural. Contribuem, em última análise, para que populações esquecidas, como dizem os geraizeiros, por exemplo, na minha Minas Gerais, esquecidos, sejam reconhecidos na sua identidade, na sua capacidade de construir a história e de contribuir para a segurança alimentar no País.

Portanto, nós estamos entendendo que a dinamização dessa produção requer, sim, do Estado várias iniciativas. É preciso que haja estruturas de abastecimento que garantam essa aproximação entre o produtor e o consumidor. Isso é muito importante. É importante do ponto de vista econômico, é importante porque essa aproximação faz valorizar esses alimentos regionais e enriquecer e diversificar nossa dieta e também porque isso contribui para descentralizar. É preciso incluir entre os princípios de uma política de abastecimento essa descentralização do abastecimento e articulação em vários planos.

Nós queremos dizer que um programa de abastecimento pode também valorizar as iniciativas que se espalham pelo Brasil de empreendimentos urbanos. A agricultura urbana tem lugar hoje, no Brasil, e contribui para cidades do futuro. Aliás, nome de interessante programa internacional do qual alguns Municípios brasileiros participam e que têm nessa prática, nessa dinâmica também uma reconfiguração da utilização, de forma apropriada, do espaço urbano.

Outro aspecto que eu quero assinalar é que, neste momento da história, podemos entender que uma política de abastecimento contribui para a construção de mercados, porque nós temos uma oportunidade histórica de valorizar a produção dos produtos orgânicos, agroecológicos, os produtos de denominação de origem, os produtos que fazem parte do nosso patrimônio cultural – vou lembrar novamente a minha Minas Gerais com o queijo do Serro. Esses processos são estimuladores da produção, de um consumo de qualidade e devem ser vistos como parte do sistema agroalimentar e dessa visão mais sistêmica do abastecimento.

Também quero salientar que, nesta política, é preciso reforçar as iniciativas associativas e também da economia solidária. Lembro de novo que no PL do Senador Crivella ele também chama a atenção para a importância de valorizar o associativismo. Há uma demanda nessa história recente do movimento agroecológico no Brasil. Que haja, portanto, preços diferenciais para os produtos agroecológicos, orgânicos etc.

Já finalizando, nesta perspectiva de descentralizar, de pensar de forma mais descentralizada o sistema de abastecimento, é preciso reconhecer que há iniciativas da sociedade civil espalhadas pelo Brasil, a exemplo de feiras agroecológicas, de compras coletivas, de feiras de troca solidárias, que precisam ser reconhecidas pelo Estado e transformadas em partes constitutivas dessa política de abastecimento. É preciso apoio para essas iniciativas.

Quem anda pelo interior do Brasil, como eu faço tantas vezes, percebe que às vezes há dificuldades nos Municípios para que os prefeitos entendam a importância de uma feira e concedam espaço público para este bem público, que é a existência de uma feira. Quero dizer que uma feira não é apenas o lugar em que circulam mercadorias, em que estão os produtos de qualidade. Nós, do movimento agroecológico, costumamos dizer que é o lugar onde circulam sabores e saberes. Isso é muito importante, porque é o lugar em que os agricultores trocam com consumidores até mesmo receitas. Eu já tive oportunidade de fazer a etnografia de uma feira no Nordeste e percebi a troca de receitas, a troca de informação sobre sistemas de produção.

Então, nós precisamos ultrapassar uma visão pela qual às vezes somos tomados meio economicista de pensar apenas na renda, que é fundamental. Quero sinalizar que uma feira dessa natureza é muito

importante para melhorar a condição de vida desses agricultores, mas é muito importante também acolher e entender essas outras dimensões dessas iniciativas como feiras, no exemplo que dei.

Por último, quero apenas reforçar a importância dessa estratégia da política de abastecimento, que, penso, envolve o sistema descentralizado e que aproxime o agricultor do consumidor, o produtor, quer seja da área urbana, rural, porque isso nos colocará seguramente na história como responsáveis por uma visão atual, contemporânea e, vamos dizer, bem coerente com as políticas que o Brasil pretender afirmar nacional e internacionalmente em defesa de países com soberania e segurança alimentar e nutricional.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Drª Maria Emília, pela sua exposição.

Passo a palavra agora ao Dr. Sílvio Porto, Diretor de Política Agrícola e Informação da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

O SR. SÍLVIO PORTO – Bom dia. Muito obrigado, Senador Acir, Presidente desta importante Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado. Quero cumprimentar a Maya, nossa Secretária Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; Marília Leão, aqui representando o Consea; e Maria Emília, representando o Fórum Brasileiro. Da mesma forma, cumprimento o Senador Suplicy, nosso Deputado Nazareno, sempre defensor da causa da segurança alimentar e nutricional, que aqui nos dá a honra de sua presença.

Senhoras e senhores, vou trazer alguns elementos aqui para discussão desse tema e já, inicialmente, parabenizo o Senador Crivella pela iniciativa de trazer para esta Casa um projeto de lei que vem discutir um tema dessa relevância, que é a preocupação do abastecimento e, sobretudo, do abastecimento alimentar, já que o projeto de lei trata de outras perspectivas e a nossa intenção aqui é nos focarmos de fato nessa discussão mais relacionada à questão alimentar, que hoje é o tema premente, o tema crucial, em face, inclusive, do momento que a gente vem vivendo, principalmente, neste primeiro semestre e no final do ano passado, o fato da importância que os alimentos tiveram no impacto sobre a inflação. Então, nesse sentido, retoma-se, assim como em 2008, o tema alimentar como questão estratégica e essa iniciativa e a importância de estarmos discutindo hoje no Senado esse projeto de lei de extrema relevância.

São seis pontos que vou tratar, tentando ser o mais conciso possível dentro dessa apresentação, em relação aos fatores críticos para o abastecimento em nosso País e certamente isso se rebate de alguma maneira para outras regiões no mundo. A crescente demanda que temos tido em nível mundial; a volatilidade dos preços, que é uma grande preocupação e inclusive foi pauta da reunião do G-20 na semana passada; os problemas climáticos, sobretudo no momento que estamos vivendo nesse último período os problemas relacionados às mudanças climáticas, portanto mudanças estruturais das questões ambientais; a especulação do mercado, que, na verdade, tem rebatimento sobre o segundo item; a volatilidade dos preços; a infraestrutura no nosso País; a questão de logística e a concentração econômica; e o modelo agrícola.

Em relação à demanda, seja por iniciativa ou capacidade própria das populações, seja por políticas públicas, há efetivamente crescente demanda que tem se relacionado principalmente na China e Índia, porque são países muito populosos, e a China, principalmente, que vem conseguindo incorporar uma série de pessoas na sua população, dando melhores condições de vida e de renda e, portanto, tendo maior capacidade de se alimentar, tem gerado um processo de demanda crescente, embora demandas que, efetivamente, estão concentradas também em alguns produtos.

Então, percebe-se, em nível mundial, em todos os continentes, inclusive na África, onde temos o maior problema ainda na questão da desnutrição, mesmo ali, temos tido uma elevação ou, no mínimo, um compromisso assumido pelos países, pelas nações, de que a erradicação da fome e da miséria está colocada como meta, embora a pretensão seria, até 2015, erradicar a metade desse problema. Infelizmente, de 2008 para cá, tivemos um crescimento e não uma involução dessa situação.

Pode ir passando.

Aqui é só para mostrar exatamente a questão da subnutrição no mundo. De 1995 a 2005, tivemos um decréscimo, praticamente uma estabilização. Mas como a população mundial cresceu, então tivemos um decréscimo proporcional em relação à subnutrição. Só que de, 2000 até 2010, sobretudo de 2008 a 2010, tivemos uma elevação para mais de um bilhão de pessoas que estão nessa situação de miséria ou de subnutrição. Portanto, ampliamos – aquilo que era expectativa chegar a 2015 erradicando no mínimo a metade, embora isso seja bastante perverso, porque a outra metade continuaria passando fome –, aqui, e, portanto, essa é uma situação que se agrava e não se minimiza em nível mundial.

Por isso mesmo a importância do Programa Brasil sem Miséria, para que consigamos – uma determinação da Presidenta Dilma –, até 2014, erradicar efetivamente a miséria em nosso País.

Pode passar, por favor.

Aqui, para mostrar um elemento importante: que é a questão dos estoques mundiais, a relação dos estoques mundiais. Ou seja, temos, ao longo dessa última década, diminuído o volume de estoques, estamos produzindo menos do que se consome, ou estamos tendo um desequilíbrio, vamos dizer assim, na relação que se tinha aqui no início do ano 2000. A exceção é o produto soja. Ou seja, a soja tem sido o produto que tem sido mais demandado, não é de graça que no Brasil, hoje, estamos produzindo quase metade dos 156 milhões de toneladas que colhemos nessa última safra, quase 45% são de soja. Nós temos uma enorme concentração. Historicamente, aqui, três produtos representam 90% daquilo que colhemos em termos de grãos: soja, milho e arroz compõem estes 90%, sendo que milho e soja são 80% do que produzimos.

Exatamente nessa relação de um modelo agroexportador que se coloca um ponto de interrogação ou uma preocupação em relação a uma concentração em poucos produtos. Este é um debate, que a Maria Emília estava colocando, que se tem rebatido numa redução dos nossos hábitos alimentares.

Pode passar, por favor.

Da mesma forma, a questão da evolução das exportações. A soja é o produto que, disparado nesses últimos anos 20 anos, sobretudo na última década, tem evoluído significativamente como a principal vedete, como o principal produto em termos de crescimento das exportações, embora o trigo seja o produto, em termos de volume absoluto, de maior comércio mundial, e o arroz um dos produtos de menor comércio mundial. Ou seja, o arroz ainda é encarado como um produto estratégico, como um produto que, de fato, é de segurança alimentar em nível dos países, e se comercializa, em nível mundial, aproximadamente 5% daquilo que é produzido globalmente.

Pode ir passando.

Aqui é só para mostrar também o quanto a América é importante no sentido do provimento dessas principais *commodities*, sobretudo milho e soja, principalmente aqui, Estados Unidos e Canadá, também Brasil e Argentina são os três principais *players* que disponibilizam, que colocam, que fornecem produtos para o mundo. Então, temos aqui essa relação, embora o trigo seja também bastante produzido em outras regiões, mas esse é o fluxo internacional. E isso aqui, na verdade, traz também, se formos colocar em termos de energia, um balanço energético bastante negativo, pelo fato de que são longas distâncias entre a produção e o consumo desses alimentos, eles precisam se deslocar muito. Portanto, vejam que esse produto passa por rotas. Na verdade, o continente africano está bastante distante também do acesso a essa alimentação, e esses produtos vão para outros países que, efetivamente, têm capacidade de pagar por esse mercado.

Pode ir passando, por favor.

A questão dos problemas climáticos – pode ir passando.Tivemos aqui, nos últimos dois, três anos, e agora este ano está se repetindo já nos Estados Unidos problemas sérios em relação a questões climáticas. Tivemos, nos Estados Unidos, seca prolongada, e agora tivemos essa chuva novamente na região do Mississipi. Chuvas torrenciais também no Canadá. Tivemos problemas na Colômbia, na Argentina e no Brasil. Aqui, no Brasil, tivemos seca no Sul e, no Norte e Nordeste, chuvas torrenciais acima da média. Tivemos problemas nessa região. Aqui, tivemos chuvas e secas; da mesma forma, chuvas torrenciais. Então, vejam que chuva ou seca têm sido um problema.

Na Rússia, tivemos um problema seriíssimo em 2010, que inclusive afetou muito a produção de trigo forrageiro, que fez com que houvesse uma demanda muito grande pelo milho brasileiro para a alimentação animal. Nós, no ano passado, exportamos um pouco mais de 11 milhões de toneladas de milho, exatamente para suprir essa demanda nessa região, tanto na Rússia como na União Europeia, que dependem também do trigo forrageiro que é produzido aqui.

Esses desequilíbrios ou esses problemas que acontecem em função das questões climáticas vão abrindo brechas e demandas, enfim, vão desequilibrando, vão trazendo a possibilidade inclusive de se relacionar com especulações que vêm acontecendo que, mais à frente, vou mostrar na questão das bolsas.

Pode ir passando, por favor.

A volatilidade dos preços – pode passar. Aqui o índice da FAO: a evolução que tivemos aí, sobretudo ainda em 2010. Mas se pegarmos de 2008 para cá, vamos perceber que tem tido uma elevação bastante significativa quando comparado com a segunda metade da década de 2000. Em 2008, teve um pico, depois baixou um pouco. Em 2010 novamente sobe, tendo, aqui, um pequeno declínio nesse início de 2011. Ou seja, há uma tendência altista de preço.

Pode passar, por favor.

Aqui há variação, pegando esse período de 1995 até 2011. Esta aqui é uma apresentação feita recentemente no Consea, pelo Aloísio, do Ministério da Fazenda. Aqui, conseguimos ver que, em 2006, tivemos menos de 3,5% de inflação; em 2008, fomos quase a 6%; em 2010, idem, e há uma expectativa, anualizado aqui para 2011, que estejamos em torno de 6%, um pouquinho mais possivelmente no fechamento do ano.

Portanto, embora ainda obviamente comparando a 2012, estamos na metade, mas é uma preocupação que está colocada para o Governo, principalmente por-

que essa inflação tem tido uma relação muito direta com a questão alimentar.

Pode passar, por favor.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Em junho já diminuiu o índice de preço?

O SR. SÍLVIO PORTO – Já, significativamente. Mas, de qualquer forma, Senador Suplicy, é importante mostrar que, enquanto a volatilidade da indústria ou do IPCA teve esse comportamento, essa curva, na dos alimentos, ele se desloca, ele oscila muito mais, inclusive para baixo. Ou seja, então, essa ciclotimia da questão agrícola sempre é um problema, porque ela tanto estimula a produção como ela também a desestimula. Nós, por exemplo, neste momento, estamos enfrentando uma situação de preços altos no milho e de preços muito baixos no arroz. Ontem, inclusive tivemos uma audiência pública na Câmara, tratando desse assunto.

A Senadora Ana Amélia é quem acompanha muito o tema do arroz lá, no Rio Grande do Sul.

(Interferências fora do microfone.)

O SR. SÍLVIO PORTO – *Ok*.

Aqui, pegando a questão do IPCA, percebe-se que, ao retirar o tema dos alimentos, temos uma inflação que é menos da metade que 5,04% analisados aqui, em abril de 2008. Isso, em 2008. Eu vou pegar 2008 e 2010.

Pode passar, por favor.

Em 2010, os alimentos não tiveram a mesma... Vejam que, em 2008, a questão alimentar teve um impacto muito forte na inflação. Expurgando a questão dos alimentos, ela sai de 5% para 2,4%. Neste ano, sai de 6,36% para 4,26%, ou seja, mais ou menos 2% de diferença. Mesmo assim, é importante, mas com um impacto já bem inferior ao que foi em 2008.

A questão da possibilidade de especulação que tem aberto essa volatilidade dos preços. No tema do algodão, pego o que aconteceu, no último período, na Bolsa de Nova York. Aqui, são contratos comercializados – a linha vermelha são as posições compradas na Bolsa e a linha em preto, em negro, são os contratos vendidos. O correto seria que essas duas linhas se encontrassem – tudo aquilo que é vendido é comprado –, mas, na verdade, isso tem sido bastante discutido por vários especialistas, pois essa linha azul que mostra exatamente a diferença entre o que é vendido e o que é comprado mostra que há um descompasso entre aquilo que se dá em termos de negociação na Bolsa e a realidade física da produção.

Essa é uma demonstração clara de que, na verdade, os contratos que são comercializados são muito superiores à realidade física. Então, não há uma coerência entre aquilo que se produz e aquilo que se comercializa em termos de Bolsa de Valores e isso, obviamente – porque aqui é onde se dá a formação de preços no âmbito internacional –, ajuda a empurrar o preço para cima de uma forma artificial. Esse é um elemento muito preocupante que precisa, sem sombra de dúvida, ser bastante debatido internacionalmente, inclusive no âmbito das Nações Unidas. É uma discussão que foi levantada pela França na reunião do G-20, com relação à preocupação da especulação de preço, com a questão de ter ou não ter controle de preços no âmbito mundial.

Aqui, a questão do açúcar. Esse preço é preço ao produtor e, aqui, o índice na Bolsa, a comercialização. Aí, percebe-se que, quando esses dois se encontram, quando se aproximam, essa linha vem aqui para baixo, porque exatamente quem tinha posição de contratos em aberto, contratos comprados, ao não ter mais a possibilidade de especulação, muda de posição, passando a vender esses contratos e a buscar outro produto que seja mais interessante nesse período, como o milho. Então, essa é uma relação – e aqui os dados mostram claramente como vem sendo manipulado esse mercado no âmbito mundial.

Aqui, da mesma forma, a questão da soja. Temos aqui, em verde, exatamente o que se pode chamar de especulação. Aqui, são os contratos físicos, os contratos comerciais, um fundo feito por *tradings*. Aqui, são fundos de investidores que não têm relação com a produção. Vejam que essa linha vem numa ascendência bastante significativa. A linha verde, por consequência, também vem ampliando, vem aumentando, exatamente por causa desse diferencial entre físico e o que efetivamente está sendo comercializado. Chegou-se a ter aqui o absurdo de 80% de contratos em aberto que não tinham relação com o físico, ou seja, essa, de fato, é uma demonstração muito preocupante do que tem acontecido por meio desse capital volátil hoje, que se coloca sempre onde é mais interessante.

A questão da logística no nosso País. Tivemos esse processo de interiorização, vamos chamar assim, de ocupação do espaço agrário do País, que sai do litoral e vem em direção ao Centro-Oeste e, mais recentemente, ao Norte. Não que aqui não tivéssemos produção ou extrativismo, isso é muito mais antigo que os anos 60, obviamente, mas, em termos de grandes volumes de áreas ou grandes terras sendo transformadas em agricultura ou pecuária, esse é um processo que se deu a partir dos anos 60 até os anos 90, em parte ainda na década de 2000, sobretudo a partir dos anos 70, com a entrada da soja, com o direcionamento que houve da soja para o cerrado. Essa ocupação vem se dando nesse processo crescente, ocupando

significativamente essa região, com os conflitos que temos acompanhado, inclusive problemas de desmatamento, com a pressão e os conflitos da questão agrícola e pecuária com a questão das florestas e dos biomas naturais.

Ao mesmo tempo em que se amplia e se cresce para essa região, temos aqui uma demonstração de como esse produto acaba retornando, ou seja, vindo para ser consumido onde temos o maior volume populacional, o maior número populacional, a região Sudeste, sobretudo, ou vindo mesmo em função da logística, que é a saída pelos portos de Santos e Paranaguá, principalmente, como os principais portos brasileiros, embora outros portos tenham assumido, já no último período, importância também, mas ainda temos aqui uma dependência. Hoje, ainda temos uma dependência muito grande em termos de rodovias, embora os investimentos estejam sendo feitos para uma retomada da questão férrea no País, que é extremamente importante. Mas essa é uma realidade que enfrentamos muito pelo fato de termos um fluxo de mercadorias muito expressivo, muito significativo e uma malha viária muito grande no País, o que se torna inclusive bastante difícil de mantê-las em condição de rodagem.

Há situações que ainda persistem, embora, por meio do PAC, tenham sido feitos grandes investimentos nessa área, situações semelhantes a essas que estão sendo colocadas.

Aí, a situação estoura em termos de custos, ou seja, o que aconteceu de 2000 para 2010, com uma elevação de 185%, por exemplo, num frete saindo de Goiás para Recife. Isso é muito comum. Por exemplo, no período de pós-colheita, começa-se a levar milho dessa região para abastecer a necessidade do Nordeste. Esse foi o impacto que tivemos nesse último período, exatamente por essa grande dependência do uso de veículos, de caminhões, do sistema de rodovias para transportar cargas em nosso País.

A questão da concentração econômica e modelo agrícola é outro tema importante.

Só para mostrar que, enquanto o dólar teve uma involução, embora ele tenha tido alguns picos de retomada no período de 2008/2009, mas ele já baixa – ontem, a cotação estava abaixo de R$1,60, a R$1,57 -– houve o pico que acontece em termos de fertilizantes. Aqui, o dólar cai 44%, mas, em reais, cai 36%, ou seja, geralmente quando há justificativa, seja pela elevação do petróleo, seja, geralmente quando há justificativa, seja pela elevação do petróleo, seja pela elevação do dólar, embora o dólar, no último período, não seja mais um elemento de desculpa, mas o petróleo, neste momento, o é pela elevação que teve nos últimos meses, embora a questão de fertilizantes – a uréia tem uma relação direta com o petróleo; o potássio e o fósforo não têm absolutamente nada a ver, a não ser na questão do transporte –, mesmo assim nós temos um impacto muito significativo dos preços. E esses impactos, quando se elevam, custam a cair ou o tempo de redução é muito mais lento. Na verdade, isso impacta o custo de produção em função de um modelo insumista, ou seja, uma dependência muito grande de insumos que nós temos no âmbito da nossa agricultura.

Pode passar, por favor.

Aqui, só para mostrar o que aconteceu também, corroborando com o que a Maria Emília falou sobre o alto índice de agrotóxicos em nosso País – somos hoje, infelizmente, o maior consumidor de agrotóxicos no âmbito mundial –, vejam que a área de soja cresceu, de 2000 para 2010, 73% em nosso País, só que o uso de herbicidas no mesmo período foi de 219%. Não estou falando aqui em termos de produção. Estou falando em termos de área, já que a relação do uso de fertilizantes ou agrotóxicos é por área. Portanto, há uma incoerência ou há um crescimento.

E aqui é importante relacionar que 2005 coincide exatamente com a liberação ou a legalização da liberação da soja *Roundup Ready*, que é a soja transgênica. E vejam, a partir da liberação da soja transgênica – hoje a grande maioria da área plantada no País é de soja transgênica –, o quanto cresceu, porque esse herbicida que está aqui é glifosato principalmente, ou seja, exatamente o produto que é utilizado para a produção de soja transgênica. Então, essa é uma grande preocupação e uma tecnologia que, na verdade, torna os agricultores ainda mais dependentes nesse processo de concentração econômica.

Pode passar.

Aqui, da mesma forma, é o crescimento de área. Quando nós comparamos o crescimento da área com o crescimento, vejam o quanto cresceu o uso de agrotóxicos em nosso País. Tínhamos aqui 49 milhões de hectares, em 2004, usando 4,5 bilhões de toneladas. Aqui, 48 milhões de hectares, em 2010, 7,2 bilhões de toneladas. Essa é uma preocupação que, sem sombra de dúvida, precisa ser muito discutida por todos nós, por toda a sociedade e, sobretudo, por esta Casa.

Pode passar, por favor.

Aqui é a questão do tema das fusões e incorporações. Inclusive tivemos aí uma grande preocupação com a notícia de ontem: a possibilidade de compra do Pão de Açúcar pelo Carrefour. Já tínhamos um problema sério em relação a isso porque Carrefour e Pão de Açúcar ou Pão de Açúcar, Carrefour e Walmart já representavam quase 50% da comercialização de alimentos em nosso País. Se for efetivada essa fusão, essa compra do Pão de Açúcar pelo Carrefour, isso significa que

ficaremos com duas únicas empresas multinacionais sendo responsáveis por quase 50% do que é comercializado em nosso País. Nesse processo de fusões e incorporações, vejam que o tema dos alimentos só perdeu para a tecnologia da informação. Nós tivemos aqui 305 fusões ou incorporações na última década apenas. Então, esse é um tema muito, muito relevante.

Ainda há a questão dos fertilizantes, dos agroquímicos aqui, que obviamente tem a relação direta, em função do nosso modelo agrícola, com a questão ambiental. Portanto, isso aqui é um processo muito preocupante. De fato, da mesma forma que se está discutindo a questão de criar regras e limites para aquisição de terras em nosso País por estrangeiros, sem sombra de dúvidas também a compra de indústrias e a compra de empresas precisam ser debatidas porque é um tema que tem a ver diretamente com a nossa soberania nacional.

Por favor.

Aqui também, da mesma forma, alguns grupos, e aqui está o Pão de Açúcar, inclusive associado ao Ponto Frio e às Casas Bahia. Então, não é só na questão alimentar, Sadia e Perdigão; a questão da Brasil Foods, a questão do Marfrig, a questão relacionada a carnes; da mesma forma, a JBS, enfim, todos esses grandes conglomerados que se vêm criando. E a questão da Brasil Foods é uma preocupação muito grande, porque, de fato... E isso está sendo questionado, inclusive agora, no Cade, e esse tema, talvez, sofra um revés, mas essa uma questão que tem tido, inclusive, impacto muito grande sobre o leite, porque a Brasil Foods entrou na questão também não só de aves e suínos, mas também na questão do leite. E, no Sul do País, isso já tem tido impacto muito grande, no sentido da desfrutação das cooperativas, principalmente das pequenas cooperativas leiteiras.

Pode passar.

Então, aqui, só para finalizar, pensando conceitos e relacionando o abastecimento alimentar a uma alimentação adequada e saudável, como a Marília já colocou aqui, trazendo princípios e consistência dos discutidos e acumulados no âmbito do Consea, entendemos que é fundamental e crucial que trabalhemos numa linha em que busquemos sustentabilidade agrícola a partir de uma relação de valorização da agrobiodiversidade e que usemos efetivamente um conceito em que a agroecologia pode ser um dos elementos que nos possibilite ter uma alimentação efetivamente saudável, uma produção ambientalmente sustentável, e que consigamos trazer alimentos de maior qualidade, inclusive biológica para nossa população.

Pode ir passando, por favor,

Aqui, nesse sentido, então, essa dicotomia em que a gente vive em nosso País, entre dois modelos, o agronegócio e a agricultura familiar. Aqui, há uma pesada participação na questão da balança comercial, aqui, efetivamente, onde temos uma enorme contribuição para a preservação da nossa agrobiodiversidade e, principalmente, para assegurar a alimentação de nossa população. Ou seja, boa parte, segundo o censo do IBGE, cerca de 70% daquilo que se produz e que alimenta a nossa população são oriundos da agricultura familiar.

Pode ir passando, por favor.

Então, para finalizar essa última lâmina, a importante relação que tem esse projeto de lei ou a necessidade da reinstituição de uma política nacional de abastecimento se relacionando tanto com as políticas hoje ou com programas já existentes em nível de Governo Federal; a política de garantia de preços mínimos, o programa de aquisição de alimentos, a política de garantia de preços da agricultura familiar, a sociobiodeviversidade, relacionada aqui também a preços mínimos para produtos extrativistas, a alimentação escolar.

Certamente, eu diria que, nesse contexto, é fundamental que avancemos, principalmente pelos dados que vêm sendo demonstrados, que precisamos ter uma estratégia de apoio ao micro e ao pequeno varejo e, sobretudo também, às indústrias nacionais, para que consigamos fazer um processo mais equilibrado nessa distribuição da renda, na distribuição da economia e, principalmente, um crescimento que seja para todos, um crescimento que se divida entre a população brasileira, em que tenhamos não só a resolução do problema da miséria e da fome, mas que, efetivamente, nossa população tenha maior igualdade social e econômica.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Dr. Sílvio Porto, pela sua explanação.

Passo a palavra agora à Drª Maya Takagi.

A SRª MAYA TAKAGI – Bom dia a todos e a todas! Quero cumprimentar o Presidente da Comissão, Senador Acir. Agradeço o convite. Cumprimento os colegas da Mesa: Sílvio Porto; Marília Leão, do Consea; Maria Emília; o Senador Suplicy e colegas Senadores; demais presentes; Deputado Nazareno.

Temos vários colegas aqui, do Governo Federal, que estão discutindo com a gente esse tema tão importante, como ficou bem claro pelas explanações anteriores. É um tema do momento, é um tema do dia. E aproveito, exatamente, para parabenizar também os demais colegas, parabenizar o Senador Crivella pela proposição do Projeto de Lei nº 51. É uma oportunida-

de, realmente, importante estarmos aqui, fazendo essa discussão. E também agradecer ao Senador Crivella, ao Senador Suplicy, à Senadora Marisa Serrano, pela proposição desta audiência pública.

Acreditamos que seja um momento muito importante estarmos aqui visando a contribuir para a discussão. Sabemos que esse projeto de lei está em fase de relatoria. Estamos aqui no sentido de trazer elementos que possam contribuir.

Vou tentar fazer uma apresentação breve, mas, fazendo uma introdução e já tentando fazer uma ponte entre as colocações que foram expostas na mesa sobre qual a oportunidade que temos com esse projeto de lei no momento atual.

Enfim, nas falas anteriores, sempre quando a gente fala de política de abastecimento... Eu, também como pesquisadora, sempre pesquisei o tema, atuei sobre o tema do abastecimento, do desenvolvimento rural, do desenvolvimento agrícola e também atuei em prefeitura municipal, na área de abastecimento municipal. E o primeiro estudo que nos vêm, obviamente, é o da pesquisadora Yedda Linhares, que fez um estudo do abastecimento alimentar no Brasil desde o período colonial até o século passado, até 1950. E, recuperando, a gente tem um pouco o panorama sobre como, historicamente, esse tema do abastecimento esteve colocado no País. Acho que essa é uma discussão importante para a gente chegar ao momento atual e ver qual a oportunidade que temos hoje, quais os instrumentos e quais as ausências importantes que temos para dar conta exatamente de todos os desafios que foram levantados.

Então, acredito que a maioria de vocês saiba, mas esse estudo da pesquisadora Yedda mostra, obviamente, como se iniciou uma política de abastecimento, qual a necessidade de uma política de abastecimento no Brasil. Ela começou com a carestia. O tema da carestia no passado, um País que estava sendo colonizado com a vinda de milhares de imigrantes, de colonizadores, associado a uma falta física de alimentos para garantir, obviamente, a sobrevivência. Isso, nos séculos anteriores, gerava crises, movimentos claros. Há a famosa crise do sal. A ausência do sal foi um dos estopins para se começar a discutir no Brasil uma política de abastecimento. Então, na época, colocava-se a necessidade de se ordenar a necessidade de consumo com a ausência de produtos que garantissem esse consumo. Na época, isso estava associado à importação e a um estímulo à produção interna. Para isso, foram criadas diversas instituições, superintendências, empresas. Aqui, temos o Eledil, que é um dos especialistas; o Sílvio Porto é outro grande especialista no tema e que pode trazer isso.

Suplantado esse período de ausência de produção interna, de dependência de importação forte, acreditamos, já no século passado, em especial, que houve, como todos vocês sabem, o problema dos preços, da inflação. Então, a política de abastecimento esteve muito centrada no problema de controle de preços, fixação de preços. Então, foram criadas diversas estruturas; também a Superintendência de abastecimento, as próprias centrais de abastecimento, no sentido de regular, controlar preço.

Não estamos mais, como todos sabem, nesse período. De lá para cá, obviamente, foram criadas as políticas de garantia de preço, a política agrícola – o Sílvio colocou alguns desses instrumentos. As estruturas foram evoluindo. Na verdade, a maioria delas – as grandes estruturas – foi sendo desmontada, exatamente porque esses grandes problemas foram sendo solucionados, mas, hoje, claro, ainda temos vários problemas, antigos e novos, como foi colocado, que trazem a necessidade de mostrarmos a importância de uma política de abastecimento alimentar.

Só retomando alguns dos elementos que já foram colocados aqui. Quais são esses desafios? Primeiro que o mundo, como os senhores sabem, ainda está sujeito a crises alimentares, como tivemos em 2008. Não acreditamos que estamos nesse período novamente, agora em 2011. Em 2008, estivemos, realmente, muito próximos disso. O Brasil, felizmente, esteve mais protegido exatamente porque tem alguns instrumentos de proteção, de regulação muito melhor construídos, mas, muitos países, em especial os da América Latina, sofreram e ainda estão sofrendo muito com o problema do descasamento entre a produção e o consumo dos alimentos.

Em relação a esse descasamento, não estamos falando que é uma simples equação de oferta e demanda. Não é isso. Estamos falando que há uma concentração de produção de determinados produtos em determinadas regiões do mundo e do País; há uma concentração do consumo também em determinadas regiões; há uma concentração do consumo em poucos produtos. Então, a questão da dieta, que foi colocada: hoje, a dieta está cada vez mais concentrada em arroz, feijão, carnes, farinhas e também, cada vez mais, indo em direção a produtos industrializados. Isso gera uma concentração que agudiza o problema dos preços de alguns desses produtos.

Temos novos mecanismos de formação de preços, como também foi colocado pelo Sílvio, que distanciam a equação da necessidade do alimento com a produção. Se o mercado dá sinais diferentes, como o que tem acontecido recentemente, exatamente pelo crescimento do alimento no meio da especulação, da

formação de preços fora do âmbito do real, isso agudiza a questão das crises alimentares. Então, o mundo ainda está sujeito a isso, e temos condições de ter instrumentos para proteger. É muito difícil isso. Claro, tem que ser no âmbito internacional de acompanhamento e regulação desse processo, mas cada país tem condição de fortalecer suas políticas que ampliem a proteção para essa situação.

Também temos o que eu chamaria de crise, eu acho, que é a crise dos hábitos alimentares, que foi colocado – coloquei antes, mas, reforçando. Daqui a vinte anos, a tendência é a de que estejamos num padrão físico similar ao dos Estados Unidos. Isso é muito preocupante. E acho que, hoje, temos que tomar decisões políticas agora para prevenir esse crescimento vertiginoso da obesidade, do sobrepeso, especialmente nas crianças, associadas também a esse processo de concentração de consumo em poucos alimentos e cada vez mais de aumento do consumo de produtos industrializados.

Temos também uma discussão ainda no campo das oportunidades, que foram colocadas, do modelo de produção. A oportunidade de estarmos estimulando a produção sustentável, agroecológica, voltada para resgate de culturas e produtos que, historicamente, foram perdendo espaço na dieta alimentar e na produção. Então, essa é uma oportunidade que nós temos. E ainda temos um conjunto de famílias que não tem acesso regular aos alimentos, que depende, como todos sabem, de políticas governamentais e, em especial, concentradas, hoje, em algumas regiões graças ao sucesso, claro, de todas as políticas empreendidas pelos governos, pelo Governo Federal, com nossa política de segurança alimentar, com o programa de transferência de renda, o Bolsa Família, e várias outras políticas.

Como foi colocado também pela Conselheira Marília Leão, a taxa de desnutrição infantil, praticamente, é mínima, mas ainda há uma concentração. Por exemplo, comunidades indígenas, comunidades quilombolas, nas regiões Norte e Nordeste.

Então, há ainda grupos populacionais que necessitam de uma política de acesso a alimentos bastante clara, além das políticas sociais já, hoje, colocadas; que já tenham sido atendidas por programas de transferência de renda.

Acho que isso dá um panorama de qual oportunidade que nós temos ao estar propondo. Estamos nos colocando como contribuidores aqui, no Senado, para uma política de abastecimento. Todos nos focamos na política de abastecimento alimentar. Ao final, vamos colocar por que achamos importante focar no abastecimento alimentar. Esse é o tema no qual todos nós temos atuado.

O último ponto que quero fazer a ligação para a minha apresentação é que a política de segurança alimentar, ao longo desses anos, está sendo institucionalizada. Teve início no governo Lula, em 2003, a partir do programa Fome Zero, com a recriação do Consea, com a criação do Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar, com a criação de uma série de políticas e programas voltados para isso e com a criação da lei da institucionalidade, da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar, das conferências – a Marília Leão falou que já estamos na quarta conferência.

Então, essa é uma oportunidade também importante. Por quê? A política de abastecimento é um dos eixos estruturantes da política de segurança alimentar. Ao longo desses oito, nove anos, ela evoluiu. Agora, está sendo institucionalizada. Já estamos na fase de elaborar o plano, como foi colocado. Temos aqui um conjunto de pessoas que trabalha, que executa, monitora, sendo do Governo ou da sociedade civil essa política.

Este é o momento. E é por isso que estamos aqui, juntos com os senhores, para discutir esse projeto de lei.

Só para fazer o gancho ainda: o que temos hoje? Temos, de fato, como foi colocado, um conjunto de instrumentos de política agrícola, de política de abastecimento, herdado do passado, ou mais recente, que poderia ser direcionado, canalizado, fortalecido para esse objetivo da segurança alimentar; ordenado, estruturado. E, no escopo do quê? Estímulo à produção, uma produção sustentável, produção local, mais regional, nesse sentido do casamento da produção com o consumo, que faça a ponte entre a produção e o consumo por meio de uma política de abastecimento.

Então, esse é o aspecto da política de abastecimento. Faço a ligação entre a produção e o consumo, quem ensina com informações e regulação, estoques, política de armazenagem, política de distribuição, sobre um consumo saudável, um consumo diversificado, que gere uma autonomia da família na decisão da sua compra e também que possibilite menor dependência ou menor impacto em relação às maiores oscilações de preço, que é a questão da volatilidade, que foi colocada. Então, ela pode incidir sobre tudo isso em nossa opinião.

Agora, vou pedir para começar. Desculpem, é muito rápido. É que eu não queria perder a oportunidade de fazer a ligação entre as falas anteriores. Vou passar rápido, porque, muito do que coloquei, já foi colocado pelos palestrantes anteriores.

Bom, só para retomar, porque a Marília já apresentou. Quanto à institucionalização dessa política de segurança monetária, ela é recente. Então, contando com a participação aqui de todos os senhores da Casa,

da aprovação, a Lei Orgânica de Segurança Alimentar, de 2006, que define o escopo...

Por favor. Vou falar muito rápido porque isso já foi colocado.

Coloquei já da institucionalização do tema da segurança alimentar. Sobre o marco legal, que também já foi colocado, só vou trazer um aspecto importante: essa Lei Orgânica criou o Sistema de Segurança Alimentar e, dentro desse sistema, que estabelece os componentes com a participação da sociedade civil organizada, no sentido de garantir os direitos humanos, estão: a Conferência, que define as diretrizes da política e o plano; o Consea, do qual nós temos representantes aqui, a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional, que é do âmbito do Governo; algumas entidades de segurança alimentar da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, que é um componente importante também; e instituições privadas com e sem fins lucrativos.

O que eu quero colocar aqui? Primeiro, esse Fórum, o Conselho. São dois terços da sociedade civil e um terço do Estado. Esse um terço do Estado se organiza nessa Câmara Interministerial, que, como eu disse, tem vários representantes aqui presentes, como Ministério do Meio Ambiente, Ministério da Educação, FNDE, Ministério da Pesca e a Conab, que está aqui na Mesa também.

Qual é a importância do Sisan? Sabemos que o Governo Federal sozinho não consegue garantir a segurança alimentar. É importante a adesão de Estados e Municípios tanto à Política Nacional de Segurança Alimentar quanto... Nós acreditamos que é importante a participação desses entes que gerem instituições, gerenciam e organizam estruturas de abastecimento no âmbito subnacional.

Na Câmara Interministerial, que é composta por 19 Ministérios, nós criamos três comissões temáticas. Só para os senhores terem conhecimento, a pré-elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar, o Plano de Combate e Redução da Obesidade Infantil e propostas para a construção de uma Política Nacional de Abastecimento Alimentar, que incide diretamente sobre o tema que nós estamos discutindo, exatamente pela ausência que nós sentimos de ordenação desse tema do abastecimento dentro de uma política de segurança alimentar.

No âmbito dessa Comissão Temática, nós temos levantado a importância dos princípios, o que não quero repetir, porque já foi apresentado pela Conselheira Marília Leão. Muitos desses princípios já estão nesse projeto de lei do Senador Crivella. Só trazemos aqui alguns outros elementos no sentido de contribuir com os senhores. Por exemplo: participação e controle social, educação e incentivo de hábitos alimentares, qualidade e segurança dos alimentos da produção ao consumo, a questão dos produtos da biodiversidade, que está bem colocado no projeto de lei. Enfim, estamos trazendo também, como eu disse, algumas contribuições de temas que consideramos importante constar desse projeto de lei.

Em relação aos objetivos, vários já estão colocados também, mas queremos chamar a atenção, além da questão do acesso regular e permanente da população brasileira – como falei, tem um contingente de população que ainda não tem esse acesso regular garantido –; observar as práticas alimentares promotoras de saúde e respeitados os aspectos culturais e ambientais; aperfeiçoar os mecanismos de compras governamentais e ampliar o acesso ao mercado da produção de agricultores familiares e pequenos produtores, aí incluindo também comunidades extrativistas, ribeirinhas, quilombolas e indígenas ao mercado.

Nós temos hoje políticas que promovem essa compra, como o Programa de Aquisição de Alimentos, e acreditamos que seja possível ampliar ainda mais esse acesso ao mercado por meio de uma política de abastecimento.

A questão da valorização dos circuitos locais e regionais de produção e consumo, por todos os motivos já colocados aqui – só reforçando.

A questão da minimização de formas abusivas de intermediação. Essa é uma questão também importante sobre a qual uma política de abastecimento pode incidir.

O que nós estamos colocando? É importante uma política que propicie que o produto chegue ao consumidor com o menor espaço de intermediação possível. Isso promove uma série de vantagens não só em termos de preço, mas em termos de valorização da cultura e da produção local e regional e também minimiza o risco de uma dependência maior de mecanismos de formação de preços que estão além da possibilidade de o consumidor incidir sobre isso. Quer dizer, quanto menor esse caminho, mais saudável, porque propicia maior renda para a produção e um consumo de melhor qualidade.

Há outros objetivos que consideramos importante constar de um projeto como esse. Tais como: a questão do desperdício de alimentos – como todos sabem, as estimativas são de que desperdiçamos um volume de alimentos que equivale ao de um país como a Argentina. Esse é um problema muito sério e incide sobre toda a cadeia de produção; a questão da informação – é importante ter um sistema de informação –; a questão de monitoramento dos preços, que não evita, mas pelo menos propicia a atuação do Poder Público, de forma

a evitar a volatilidade; o direito à informação ao consumidor, de onde vem o produto, a sua origem, quais os componentes – isso já está definido em lei, mas consideramos que pode ser reforçado num projeto de lei como esse; a questão dos transgênicos, como foi dito pelo Sílvio; e a questão do incentivo à distribuição e ao consumo de alimentos frescos, frutas e hortaliças preferencialmente de origem local e agroecológica. Esse é um tema importante que incide sobre aqueles desafios que eu citei anteriormente.

Nós acreditamos que um projeto de lei pode avançar um pouco mais e definir que ações devem ser incluídas, fomentadas, fortalecidas por meio de um projeto de lei como esse. Por exemplo: apoiar a inserção de organizações da sociedade civil nos circuitos locais e regionais da produção e consumo; promover e incentivar a produção orgânica e agroecológica; promover o desenvolvimento de tecnologias apropriadas ao setor produtivo agrícola no sentido dessa promoção, dessa produção; promover orientação sobre a produção e o consumo de alimentos com práticas alimentares conscientes e articulação com ações de educação alimentar.

Como dissemos, há necessidade de se ter um conjunto de orientações para a população sobre as opções que as famílias têm para a sua própria saúde e, ao mesmo tempo, fortalecer os laços da localidade em relação ao produto que ela consome.

Formar, manter e comercializar estoques públicos, que foi colocado bem claramente no projeto de lei, mas acreditamos que é importante trabalhar com uma política de estoques públicos que propicie também uma maior participação da agricultura familiar e uma regionalização desses estoques. Hoje nós temos uma dependência muito grande, por exemplo, do arroz da região Sul, que é consumido em todo o Brasil. Nós podemos dirigir uma política de estoques nessa linha de desconcentração. E uma política de compras públicas destinada ao atendimento a programas de distribuição de alimentos.

Hoje o Governo faz compras públicas para distribuir alimentos, mas ainda há uma demanda não atendida, porque, para garantir o direito humano à alimentação adequada, as famílias ou as comunidades que têm o seu direito não garantido podem pedir ao Estado, que tem a obrigação de atender. E hoje nós estamos limitados à definição orçamentária. Se tem um orçamento x, atende-se a x mil famílias. Então, esse conjunto de famílias que altera a sua condição de insegurança alimentar... Por exemplo: assalariados rurais que têm emprego em um determinado período do ano e, em outro, simplesmente não têm emprego, não têm carteira assinada, eles ficam sem um atendimento regular, exatamente pela limitação da definição dos recursos que são destinados a essa distribuição de alimentos que são previamente definidos.

Isso incide também sobre a questão das emergências. Por exemplo: numa situação de emergência e calamidade, o Governo Federal solicita, por meio de medida provisória, recursos adicionais para atender a essas famílias com alimentos ou com outros produtos que podem até sofrer demora no atendimento e isso ocasiona uma insegurança alimentar num determinado período e uma irregularidade no atendimento.

Outras ações que estão aqui colocadas: uma rede pública de unidades armazenadoras estrategicamente localizadas, na linha do que nós colocamos aqui, da desconcentração e de estar mais próximo dos locais de consumo, e também que ela funcione articulada entre si e com as unidades. Por exemplo: as Ceasas também têm unidades armazenadoras, mas hoje nós não conseguimos trabalhar de forma articulada com as unidades da Conab ou mesmo com unidades privadas de armazéns, o que também está colocado no projeto de lei do Senador. É importante que se conheça também onde estão os alimentos estocados e que volume se tem para poder incidir em caso de necessidade.

Estruturar e revitalizar redes de equipamento público de alimentação e nutrição. Nós temos hoje uma política de financiamento e de apoio para os Municípios para construir, por exemplo, banco de alimentos e unidades de apoio à comercialização e distribuição de alimentos. Nós procuramos fazer a ponte, por exemplo, com o Programa Nacional de Alimentação Escolar, que necessita de alimentos também e tem certa dificuldade de recebê-los, porque depende do cardápio da escola. Isso foi colocado pelo FNDE. De repente, aquele produto que consta do cardápio da semana não está disponível ou vice-versa, há uma disponibilidade enorme de um produto que não está naquele cardápio. Então é importante ter uma rede de equipamentos públicos que consiga fazer essa ponte entre a produção, os armazéns e as escolas.

Promover a atuação integrada do abastecimento no nível local; a importância de se fazer a articulação entre a produção, o armazenamento, o processamento e a distribuição nos diversos níveis de consumo. Estamos falando de escolas, de entidades socioassistenciais que recebem o alimento, das próprias famílias que necessitam do alimento e do próprio consumo via mercado de produtos *in natura*. E apoiar a modernização das centrais de abastecimento e incentivar a implantação de equipamentos estaduais e municipais.

Para complementar, foi colocada a formação de redes solidárias de produção, comercialização, distribuição e consumo de alimentos. Hoje existe um conjunto de redes solidárias, mas estão dispersas. Essas

iniciativas podem ser estimuladas. Por exemplo: agricultores ou associações de agricultores que possam formar redes de consumo local. Hoje nós temos essa rede de entrega, mas ainda é bastante irregular, ou a própria feira. Isso foi colocado pela Maria Emília: feiras de produtores com uma incidência local de consumidores que sabem de onde vem o produto que é consumido.

Apoiar a construção de unidades armazenadoras privadas; apoiar a estruturação e modernização do comércio varejista de pequeno porte, que foi colocado pelo Sílvio; estruturar e manter um sistema de informações agrícolas de abastecimento; e, por último, nessa linha, a importância de conjugar os esforços entre órgãos e entidades da administração pública federal, estadual, municipal, do Distrito Federal com controle social em suas respectivas esferas de competência.

Eram essas as contribuições que nós queríamos apresentar aqui no plenário para os senhores. Sr. Presidente, espero que tenhamos contribuído nesse sentido. Agora vamos ouvir os senhores e ver como conseguiremos prosseguir com a tramitação desse importante projeto de lei.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Obrigado, Drª Maya.

Dando sequência, concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy, que é o autor do requerimento desta audiência pública.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Prezado Senador Acir Gurgacz, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, telefonei para o Senador Marcelo Crivella, que me informou que infelizmente não pode estar aqui porque está em viagem em tratamento de saúde nos Estados Unidos e me pediu que justificasse sua ausência. Inclusive ele observou que nos Estados Unidos, nos países em desenvolvimento, sobretudo com respeito aos desastres climáticos e aos problemas que às vezes ocorrem, como secas e inundações, praticamente todos os países têm uma política de abastecimento. E seria importante que nós viéssemos a tê-la.

Queria cumprimentar a Srª Maya Takagi, a Srª Maria Emília Pacheco, a Srª Marília Leão e o Sr. Sílvio Isopo Porto pela contribuição dos quatro convidados para hoje enriquecer o debate sobre o projeto de lei do Senador Marcelo Crivella que define a Política Nacional de Abastecimento.

O que eu notei é que as quatro pessoas convidadas, a maioria feminina, enalteceram, elogiaram a Política Nacional de Abastecimento proposta pelo Senador Crivella e fizeram exposições que respondem a muitas das minhas questões. Dentre elas, em que medida, afinal de contas, os diversos instrumentos de lei que foram mencionados e aprovados em anos recentes, inclusive de segurança alimentar, estariam já cumprindo aquilo que o Senador Crivella coloca.

O que observei, pela opinião consensual das quatro pessoas que aqui contribuíram, é que se trata de um projeto que vem a calhar, porque de alguma forma complementa, harmoniza aquilo que está definido, por exemplo, nos diversos instrumentos legais de se prover segurança alimentar e melhor qualidade de alimentos e mesmo dos demais itens propostos, como a questão da água potável, a questão de suprimentos médicos preventivos e emergenciais, que não foi tanto a ênfase aqui.

O Presidente Acir Gurgacz sabe com muita clareza, ainda mais sendo Presidente da Comissão de Agricultura, de onde vem uma das primeiras lições da história da humanidade sobre o tema aqui proposto do abastecimento.

V. Exª lembra bem quem foi um dos primeiros que colocaram essa necessidade? Vamos ver se empata comigo. Pode falar.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Abastecimento.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Não, mas eu queria saber, na história da humanidade, onde está uma das primeiras lições que certamente os quatro convidados aqui...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – José do Egito.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – No Egito, olhe aqui. José do Egito, porque, quando o faraó se sentiu incomodado com a repetição de seus sonhos com sete espigas frondosas seguidas de sete espigas totalmente estragadas e, depois, com sete vacas gordas saindo do rio e, posteriormente, com sete vacas magras, ele quis saber o que era aquilo. Soube que ali estava preso, por ordem sua, uma pessoa que sabia interpretar bem os sonhos, que era o José. Então, ele chamou José para interpretar seu sonho e José transmitiu a ele que haveria no Egito sete anos de boa safra, mas sete de má safra e de problemas climáticos, e que não haveria quase ofertas de alimentos. Disse-lhe que ele precisava, nos sete anos de safras gordas, preparar os estoques para suprir o país durante os sete anos de safra magras.

V. Exª conhece bem essa história, mas é sempre bom lembrá-la. Sempre lembro esses ensinamentos tão antigos para os meus alunos de economia, quando falo de como regular os preços dos alimentos. Esses ensinamentos me vêm à mente quando ouço essas exposições, porque há sempre essa preocupação nessa lição da antiguidade.

Observo que, nas diversas sugestões formuladas, quase tudo, de alguma forma, está previsto nos artigos propostos pelo projeto de lei do Senador Marcelo Crivella, que é relativamente simples. Pelo que pude observar, há proposições para definir a melhor regulamentação dos princípios aqui adotados. Por exemplo, há pouco, quando a Srª Maya Takagi explicitou os aperfeiçoamentos que poderiam estar aqui colocados para cada um dos temas, percebi que todos eles interagem com os 12 objetivos da Política Nacional de Abastecimento.

Acredito que diante da contribuição dos quatro convidados, poderíamos, depois, propor a nossa assessoria, à secretaria da Comissão, que examine em que medida será o caso de melhorar a redação, à luz da contribuição dos oradores e oradoras, para que algumas das finalidades aqui propostas, quem sabe, possam ser aperfeiçoadas em sua redação.

Percebi que os objetivos estão, de alguma maneira, previstos, mas um melhor cuidado redacional poderá ocorrer para a apresentação de emendas de aperfeiçoamento.

Parece-me que a proposta do Senador Marcelo Crivella foi respaldada pelos quatro oradores e, sobretudo, com a vantagem, do ponto de vista da proposição do Senador, de que são contribuições de pessoas que aqui mostraram conhecimento profundo de segurança alimentar, de abastecimento.

Gostaria, então, apenas de colocar algumas questões de natureza geral. Em que medida avaliam que o Plano Brasil sem Miséria corresponde muito aos objetivos desse plano da Política Nacional de Abastecimento do Senador Crivella? Em que medida esse objetivo maior de erradicar a pobreza extrema do Governo da Presidente Dilma Rousseff, até o ano de 2014, será combinado com essa política de segurança alimentar? E quanto a prover o abastecimento necessário? Quanto à qualidade nutricional?

Os quatro convidados falaram da importância de que não apenas se possa aumentar a produção agrícola brasileira de todos os tipos de alimentos, mas também que possa haver diversidade de alimentação. Falaram também de não apenas pensarmos na expansão dos bens agrícolas que contribuem para as nossas exportações, mas, sobretudo, assegurar a boa qualidade de alimentação de nosso povo. Daí a ênfase na qualidade do que é produzido pela agricultura familiar.

Em relação ao tema Brasil sem Miséria, eu gostaria de oferecer aos quatro conferencistas algo que está relacionado aos objetivos desse programa, ou seja, meus trabalhos sobre renda básica e cidadania, que – os quatro convidados conhecem muito bem – se refere à lei já aprovada pelo Congresso Nacional. e também por todos os partidos, e sancionada pelo Presidente Lula. Só espero que o Ministério de Desenvolvimento Social coloque, em sua perspectiva, aquilo que foi definido pelo Congresso Nacional.

Srs. Conferencistas, Srª Maya TaKagi, Secretária Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do MDS, que recomendação fazem para persuadir a Ministra Tereza Campello, a Secretária extraordinária Ana Fonseca, do programa Brasil sem Miséria, e, em especial, a Presidente Dilma Rousseff, a determinar qual será o dia em que tornaremos o renda básica e cidadania uma realidade? Será até 2014? Se puderem me informar a data, acho que é de interesse de todos os brasileiros.

Muito obrigado e meus cumprimentos aos conferencistas.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgaz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Eduardo Suplicy.

Agradeço a presença do Deputado Nazareno, do PT do Piauí, a quem cumprimento, que nos acompanha nesta manhã, quando discutimos temas tão importantes.

Passo a palavra a Drª Maya, para que faça considerações quanto ao questionamento do nosso Senador Eduardo Suplicy.

V. Sª gostaria de respondê-lo?

A SRª MAYA TAKAGI – Senador, tenho e já li esse livro, que é excelente. Agradeço novamente a V. Exª e também o parabenizo pelo trabalho de militância, pois V. Exª, a todo momento, reforça a importância desse seu projeto.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgaz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem, só ficou faltando o Presidente. O Presidente não ganhou, Senador.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Não ganhou, Presidente? (*Fora do microfone.*) ... o Presidente e o Deputado Nazareno, há muitos anos somos companheiros, sempre o acompanho em sua batalha.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgaz. Bloco/PDT – RO) – Pois já agradeço antecipadamente. Tenho certeza de que chegará até nós esse livro, que é realmente muito importante.

Pois não, Drª Maya.

A SRª MAYA TAKAGI – Inicialmente, gostaria de agradecer o entendimento de que nossas contribuições possam ser consideradas no projeto de lei. Acreditamos que há tempo para isso.

Queremos nos colocar à disposição, para contribuir no que for possível, numa comissão informal, num grupo informal, para que possamos contribuir com esses princípios, objetivos, princípios e ações. Colocamo-nos à disposição, pois acreditamos que é uma forma de melhor contribuir

Mas há uma questão que não foi colocada – na verdade, ela me escapou –, que é questão da gestão da política.

Achamos que é importante definir os mecanismos de gestão e de funcionamento no projeto de lei, porque cabe ao Poder Público federal, estadual e municipal, criar seus mecanismos de gestão. Já temos instituições, empresas, como, por exemplo, os Ministérios, que fazem a gestão dessa política. Então, é importante constar esse capítulo.

Quanto ao que não ficou bastante claro, acreditamos que – isso para ser apresentado para discussão dos Srs. Senadores, do Senador Crivella, em especial – seja mais interessante que essa política esteja focada no abastecimento alimentar, mas essa é uma questão a ser discutida. No ponto de vista da gestão, por exemplo, colocar alimento junto a medicamentos, isso dificulta a gestão, porque já existe uma política de gestão de abastecimento de medicamentos. O mesmo ocorre com os combustíveis. Acredito, inclusive, que já foi retirado. Achamos que, para um melhor funcionamento do projeto de lei, o escopo alimentar dá mais força, mais consistência, do que abranger um conjunto de temas bastante variados, inclusive a água, por exemplo, que tratada por uma política de saneamento, outro escopo. O Governo Federal, junto com os senhores, aprovou uma Política de Nacional de Saneamento Básico que inclui a questão do abastecimento de água. Acredito que se trata de um outro tema.

Em primeiro lugar, achamos que seria interessante definir esse escopo, tanto que todas as falas aqui foram nesse sentido. Estamos focando o abastecimento alimentar; em segundo lugar, na questão da gestão; e, em terceiro lugar, queremos nos colocar à disposição para, nesta Comissão, num grupo informal, dar a nossa contribuição.

Em relação ao Plano Brasil sem Miséria, Senador, como o próprio nome diz, é um plano, não é uma política ou um programa novo, é uma estratégia para alcançar as famílias, o conjunto de pessoas do País extremamente pobres, que estão hoje desprovidas da maioria dos seus direitos. Essa estratégia tem uma meta clara: atender 16,2 milhões de pessoas, que estão distribuídas em todo o Brasil, para que as políticas públicas alcancem essas pessoas, para que elas sejam inseridas, tanto tenham acesso a seus direitos e a serviços, quanto à transferência de renda, porque todas ou parte delas têm direito ao Bolsa Família, têm direito ao benefício da assistência continuada, como também podem ser inseridas num sistema de previdência urbana ou rural. Como ainda não dispõem, porque não têm documentação, ou não estão formalizadas.

A meta do plano é atingir esses 16 milhões de pessoas, que foram identificadas e serão nominadas no Brasil todo e também identificado seu conjunto de carências. O Governo Federal colocou muito claro aos Governadores que para essa meta seja alcançada é preciso identificar, saber onde essas pessoas estão, para inseri-las em seus direitos. O Estado precisa chegar a elas e não esperar que elas cheguem aos Estados. Essa meta foi colocada de forma muito clara. Isso associado à transferência de renda, uma universalização do Bolsa Família para essas famílias, porque todas elas, pela sua condição de renda, têm direito. Também levar ações de assistência social, educação, saúde, alimentação, que é o conjunto de serviços, e realizar a parte mais difícil e que garante essa sustentação: a inclusão produtiva. Trata-se de um conjunto de ações que está sendo desenhada para que essas famílias possam se inserir produtivamente, possam conseguir um emprego digno ou ter acesso a uma renda que garanta essa sustentação, para que, no futuro, elas não precisem depender das políticas de transferência de renda.

Quanto à política de abastecimento, Senador, como ela tem instrumentos para fomentar a produção local e metade desses 16 milhões de pessoas está na área rural, a Ministra Tereza falou várias vezes que, se pensarmos em âmbito nacional, 15% da população está no meio rural. Se olharmos só os extremamente pobres, verificaremos que metade reside na área rural.

Então, esse eixo da inclusão produtiva pode ser direcionado para os moradores da área rural, para que seja incentivada a produção de alimentos e que isso seja canalizado para políticas de distribuição de alimentos, de compras governamentais, para, na sequência, compor estoques, compor política de distribuição de alimento direta.

Então, há uma incidência sobre o plano na linha da inclusão produtiva para a parte rural. Há uma incidência, também, na parte de acesso à alimentação.

Na linha do que falei, ainda há comunidades que não têm acesso a alimentos. Então, é importante que esses estoques sejam canalizados para doação, não todos, mas que possam se canalizados mais facilmente para essa população.

Então, há incidência, mas elas não se confundem, porque o plano Brasil sem Miséria tem um período de início, meio e fim, que é exatamente encontrar esses 16 milhões de pessoas e trazê-las para esse conjunto de ações e de políticas.

Quanto à terceira questão levantada por V. Exª, a meta do plano, Senador, hoje temos a estimativa de que 800 mil pessoas ainda não têm acesso ao Bolsa Família, embora mereçam e tenham condições, este-

jam dentro dos critérios de elegibilidade. Ainda há um conjunto de famílias que recebe o Bolsa Família, mas ainda estão na condição de extrema pobreza.

Então, a meta, até 2014, é encontrá-las todas, o conjunto de famílias extremamente pobres, para que recebam o Bolsa Família. Esse é o primeiro passo.

Como foi colocado na época do programa do senhor – lembro-me muito bem, e que foi aprovado pelo Congresso –, temos que trabalhar muito fortemente para reduzir a desigualdade social, tendo como foco esse conjunto de famílias mais pobres, o que irá contribuir para redução da desigualdade social e de renda no País.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – V. Exª me permite?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgaz. Bloco/PDT – RO) – Pois não, Senador.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Uma breve informação a todos.

V. Exª sabe que há um Município no Brasil que resolveu ir à frente e aprovou um projeto de lei para instituir uma renda básica, tal como no projeto nacional, por etapas, a critério do conselho que será formado, até que – isso em Santo Antônio do Pinhal – os seus 6.500 a 7 mil habitantes venham a receber uma renda básica como um direito igual para todos.

Há duas semanas, acompanhei o prefeito da cidade, José Augusto de Guarnieri Pereira, junto ao Secretário de Desenvolvimento Social, Rômulo Paes de Sousa, e a Srª Ana Fonseca, Secretária Extraordinária do programa Brasil sem Miséria. Ali dialogamos e o que foi recomendado, numa atitude muito positiva do MDS, é que, como primeira etapa e levando em conta a recomendação da Presidenta Dilma Rousseff e da Ministra Tereza Campello, deem-se todos os passos, o mais rapidamente possível, para aplicar todos os objetivos do Brasil sem Miséria nos próximos meses, algo que possa ser feito, quem sabe, nos três ou quatro meses. Portanto, de maneira consistente com o que a senhora falou.

Gostaria apenas de dar essa informação. Quero até estimular os prefeitos de todos os Municípios do Paraná a seguirem o exemplo de Santo Antônio do Pinhal. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Eduardo Suplicy.

Com a palavra o Senador Sérgio Souza, do Paraná.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Presidente Acir Gurgacz, meu conterrâneo do Paraná, o senhor que é da região de Cascavel e foi para Rondônia ajudar a desbravar aquele Estado maravilhoso, pelo qual tenho um carinho muito grande porque lá também vivem alguns familiares por parte do meu pai.

Dentro dessa questão do Plano Nacional de Abastecimento, acho que há dois pontos importantes, um deles um regulador de preços. Por conta disso, a Conab tem participado nisso, Sílvio, com relação ao arroz. No sul, tem tido alguns leilões. Há uma expectativa de que o preço chegue em torno de R$25,00 a saca, mas ainda está em torno de R$19,00 a R$20,00. Há também a questão da regulação dos estoques. Dentro disso, até o Sílvio apresentava, na sua demonstração, que o Brasil é um importador de trigo dos Estados Unidos e da Argentina.

Nós tivemos, ontem e hoje, no sul, especialmente no Paraná, que é o maior produtor de trigo do Brasil, geadas fortíssimas. Inclusive minha família é produtora. Ontem eu falei com meu pai e ele acha que perdeu toda a produção deste ano, por conta das geadas, porque o trigo dele já estava num momento mais avançado, já cacheado e florido. Neste momento da formação do grão, a geada atinge. E não só com relação ao trigo, como também ao milho safrinha, no Paraná, há uma expectativa em torno de 30% da perda por conta das geadas.

Então, nós temos essa questão das intempéries relacionadas às chuvas e às secas. No sul do País, que talvez seja o grande celeiro do mundo, o nosso Estado, incluindo Mato Grosso, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, produz sozinho mais da metade da produção nacional. Mas produtos como arroz, feijão, café, trigo e o milhão são necessários à cesta básica. Eu acho que, dentro desse Plano Nacional de Segurança Alimentar e dentro do Brasil sem Miséria, isso é o início, isso é para dar uma condição de alimentação a essas pessoas mais carentes. Isso é palpável tanto em Rondônia quanto no Paraná, mas principalmente no Nordeste, onde acompanhamos, Senador Suplicy, principalmente pela imprensa, a dificuldade do acesso a alimentos.

Mas eu também acho que, atrelado a isso, nós temos que pensar uma forma de as pessoas começarem a ganhar o seu próprio alimento. Tenho me preocupado, Senador Acir, que ocorram, igualmente como na década de 80, grandes êxodos rurais, ou do interior para grandes centros e também de Estados para Estados, principalmente para Rondônia e Estados como Mato Grosso e Pará. Aconteceram, na década de 40 e 50, êxodos do Rio Grande do Sul para o Paraná e de Santa Catarina para o Paraná. Minha família veio de Santa Catarina na década de 40, começo da década de 50. Mas eu tenho me preocupado porque acho que vai haver um grande êxodo por conta da falta de emprego e geração de renda em pequenos e médios

centros. Não há nenhuma expectativa por parte das pessoas que moram em pequenas e médias cidades de que os seus filhos, netos, sobrinhos, bisnetos, consigam um emprego que gere renda para suas famílias. Então, a tendência é que todos os filhos desses vão para grandes centros, até mesmo por conta de que não têm como ganhar o seu próprio alimento.

Então, temos que fazer uma atividade conjunta. O Brasil é enorme, as necessidades são enormes. Cada coisa a seu tempo. Eu acho que, primeiro, nós temos que dar uma condição de alimentação decente ao nosso povo brasileiro. Alinhado a isso, temos que cuidar da saúde, da educação, mas temos que cuidar também para que esses brasileiros ganhem o seu próprio sustento. Porque você ganhar o seu sustento é o mínimo, é uma instituição de cidadania. O cidadão se valoriza e se sente realmente cidadão no momento em que ele pode comprar e adquirir o seu próprio alimento.

Presidente Acir Gurgacz, também quero dizer que estou muito contente de fazer parte desta Comissão de Agricultura. Cheguei ao Senado há 15 dias, por conta da nomeação da Ministra Gleisi para a Casa Civil, sou o seu primeiro suplente lá no Paraná, e espero contribuir muito para a agricultura, para a reforma agrária, nesta Comissão. Um bom-dia a todos.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Sérgio. Seja bem-vindo ao Senado – já conversamos outro dia sobre este assunto – e também seja bem-vindo à nossa Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Nós temos aqui grandes parceiros, na tentativa de discutir e debater este tema tão importante que é agricultura brasileira, neste momento em que iniciamos, junto com a Presidenta, o programa Brasil sem Miséria. Tive oportunidade de, ontem, Drª Maya, conversar com a Presidenta e poder me expressar na forma que eu entendo que é o grande projeto para o nosso País. O Brasil será outro a partir da conclusão ou da prática desse programa ou desse projeto, sempre com uma preocupação, que é a quantidade de técnicos agrícolas que nós temos no nosso Brasil, já que o grande problema está na zona rural.

O grande investimento, pelo que ouvi da Ministra Tereza, será realmente na zona rural. E uma coisa interessante: na zona rural não deveria faltar alimentos, não é, Deputado? Eu diria que é um contrassenso muito grande na área rural termos terras férteis, toda a tecnologia e termos pessoas passando fome. Então, realmente, é a ação do Governo. Entendo que esse programa vai realmente mudar a história do nosso País em pouco tempo, não até o final da sua execução, mas já no início nós vamos ter reflexos importantes, Senador Eduardo Suplicy. Entendo que é um programa completo que vem realmente ajudar a população brasileira.

Eu ouvi, tanto da Drª Marília quanto do Dr. Sílvio, essa preocupação das notícias, de ontem e de hoje, dessa fusão, dessa união do Carrefour com o Pão de Açúcar, ou com o Abílio Diniz, não sabemos bem. É evidente que temos que aguardar, saber exatamente qual é a profundidade dessa questão, mas temos que lembrar que quem está proporcionando isso tudo é o BNDES, como fez também com relação aos frigoríficos, à concentração em torno de poucos comerciantes, que são os frigoríficos brasileiros, e agora também atua na área de supermercados. É uma preocupação grande.

Vamos aguardar. Não podemos fazer nenhum juízo porque não sabemos ainda qual é a participação do BNDES e qual é a intenção do BNDES em fazer essa fusão. Preocupa-me porque o BNDES precisa atuar no desenvolvimento do nosso País, no aumento da produção, no aumento da industrialização do nosso País. E o BNDES, quando atua de outra forma, preocupa-nos bastante. É evidente que vamos aguardar.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Permite-me, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pois não, Senador Eduardo.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Acho que, inclusive, órgãos como o Cade e a Secretaria da Fazenda, responsáveis por essa área, vão precisar acompanhar com muita atenção, conforme V. Exª está sugerindo.

Gostaria também de encorajá-lo a convidar o Deputado Nazareno Fonteles, por ele ser o Coordenador-Geral da Frente Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do Congresso, para que ele possa também dar uma contribuição, quem sabe formular perguntas às convidadas e aos convidados.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Com certeza, Senador Eduardo. Concedo a palavra ao Deputado Nazareno Fonteles, do PT do Piauí. É um prazer tê-lo conosco e é uma honra também receber as suas informações e os seus questionamentos.

O SR. NAZARENO FONTELES (PT – PI) – Bom dia. É um prazer estar aqui nesta audiência pública. Eu queria fazer alguns comentários.

Eu sinto falta, no projeto, da concepção do direito humano à alimentação adequada. A gente sabe que o Brasil é signatário de vários tratados internacionais. O próprio Pidesc, que inclui os direitos sociais e culturais, no seu artigo 11 deixa isso bem claro, e no comentário sobre o artigo 11, que o Brasil respalda, a importância desta visão do direito que deve permear desde a produção, comercialização, até o consumo.

Eu vi que ele botou nos princípios “segurança alimentar”. Claro que, dentro da lei que nós aprovamos em 2006, quando a gente vê “segurança alimentar e

nutricional", que aqui está incompleto, a lei que nós aprovamos em 2006 inclui o direito humano à alimentação e a soberania alimentar nesse conceito.

Mas, internacionalmente, isso não é visto assim. Eu estive agora na Colômbia, participei de dois eventos. Um, foi o 2º Fórum da Frente Parlamentar de Combate à Fome na América Latina e Caribe, que eu ajudei a fundar, junto com o Graziano, atuando na FAO da América latina – fizemos o primeiro fórum aqui –, e lá a gente vê a disputa dos conceitos. Quando a gente fala no "direito humano à alimentação", aí não tem problema. Eu participei de outro evento com o próprio relator da ONU pelo Direito Humano à Alimentação, o **Olivier** de Schutter, e com a Bárbara, que é a chefa da equipe de Direito Humano à Alimentação da FAO, e a gente vê a busca desse consenso cada vez mais.

Quando a gente pensa em direito humano à alimentação, aí a política de abastecimento ou a política agrícola passam a ter outro enfoque. Ter acesso ao alimento não pode depender de outro direito, por exemplo, o direito ao trabalho. Por isso, uma política como o Bolsa Família só tem porta de entrada. É um discurso errado, do ponto de vista do direito humano, falar em porta de saúde. Eu fico triste quando vejo autoridades públicas falando nisso, porque é direito. Se eu recebo a bolsa família para, parcialmente, ter acesso ao direito humano à alimentação, exatamente porque não tive acesso a outros direitos, não tem sentido eu ficar preocupado com a porta de saída.

Estive com Ana Fonseca propondo uma modificação no programa Brasil sem Miséria, baseado nessa experiência que tenho, desde 2007, na Frente de Segurança Alimentar. Defendi que o programa Bolsa Família fizesse uma transição – e vou aproveitar a presença do Senador Suplicy para ouvir esta minha proposta, que até botei em vídeo e está no meu *site.*

Ao regulamentar-se parcialmente a lei da Renda Básica da Cidadania, far-se-ia uma transição e um avanço do Bolsa Família para a Renda Básica da Cidadania com os seguintes pré-requisitos: quem está no Bolsa Família não sai, nem quando tem acesso a outro direito, como o trabalho, a educação, a saúde, porque isso é direito. Se ele quiser, voluntariamente, ele se desliga.

Dentro do Nordeste, por exemplo, eu acompanho problemas sérios. Pessoas não assinam a carteira, ficam trabalhando ilegalmente, com medo da denúncia perante o Tribunal do Trabalho, porque não quer perder aquele mínimo. Às vezes, os empregos são temporários. Por isso minha defesa de que o Bolsa Família seja direito, e aí, você não toma.

Segundo ponto: quando as condicionalidades não são satisfeitas, qual é a punição que a gente deve dar? Reduz-se o valor, por exemplo, 50% do valor, mas não mexe no cadastro, para evitar a politicagem, como a gente observa no período da campanha eleitoral municipal, em que os agentes que estão de plantão na gestão usam os Cras para manipular quem sai e quem entra no cadastro.

Então, se a visão de direito permeia, nós fazemos isso. Se a visão de direito permeia, a agricultura familiar vai ser a prioridade no programa de garantia de preço mínimo, que no Brasil hoje não é; é a agricultura da exportação, que não nos alimenta. Alimenta boi na China, através da soja e outros, mas não é prioridade para o nosso alimento.

Então, sinto falta dessa consistência na proposta na visão do direito humano à alimentação, que é o que deve nos nortear, porque o Brasil é signatário disso e a gente precisa fazer com que as políticas públicas se orientem nessa direção. Eu citei o caso do Bolsa Família porque ele tem uma relação direta. Mas se a gente não for, na agricultura familiar, alterar política de preço mínimo, que hoje é ruim no Brasil, para dar diversidade da produção, aí é importante porque eu descentralizo.

Tem de haver uma política de armazéns populares, e aqui não tem nada disso. O que sinto é que há um projeto que está superficial. Não seria o caso de o Executivo mandar um projeto, baseado na sua experiência, para ser apensado a esse, para ter um projeto com mais consistência? É preciso envolver gastos. Qual é a política de armazéns que a Conab precisa ter para ajudar as feiras dos pequenos agricultores, para eles produzirem mais alimentos, para diminuir aqueles gastos de transporte, que pesa quando há um problema de aumento de preço, por exemplo, no caso do petróleo, que pesa pelas estradas que faltam, pela falta de ferrovias, de infraestrutura que facilitaria isso, essas grandes distâncias que nós percorremos?

Então, eu acho que esta audiência clareia isso. Eu não pude ouvir tudo. Mas, ouvindo os dados, as estatísticas apresentadas pelo próprio Sílvio, parte da argumentação da Maria Emília e da Maya, que já ouvi em outras audiências públicas e conheço o pensamento, esses dados justificam tudo isso que nós estamos falando. É preciso ser mais contundente na prioridade para a agricultura familiar, preço mínimo para a agricultura familiar, sistema de armazéns para facilitar a agricultura familiar.

Hoje, por exemplo, nós temos a lei da alimentação escolar, que é uma coisa importantíssima, criou uma demanda para o agricultor familiar com aquele artigo 14, dos 30%. Eu fui relator da matéria, por isso tenho certa precisão ao lembrar alguns fatos da lei, só por isso.

Nós vimos que hoje eles não conseguem dar conta em alguns municípios porque não têm organi-

zação, o cooperativismo, o associativismo, não têm a capacitação técnica comercial, e é preciso o Estado ajudar. Nós aprovamos a lei de Ater, mas ela ainda não está na prática direito. Então, é preciso ter essa capacitação da assistência técnica.

Faltam matadouros, nos pequenos Municípios, para pequenos animais. No Piauí, a maioria dos Municípios não tem. Se for para Alagoas e para os outros, tudo do mesmo jeito. Então, é preciso ter uma política – vou usar a expressão bem popular, do matadouro, que é como povo lá diz, para a pessoa entender, para poder ficar aqui bem familiar, entender assim no popular. Mas, no fundo, falta isso que demonstra que não tem prioridade para o pequeno. Faltam as estruturas das feiras populares, integrando a economia solidária com agricultura familiar. Faltam políticas para as estradas vicinais, que a gente sabe que temos um problema sério, talvez a gente tenha que mudar. Na hora em que um Senador, ou até um Deputado, quiser colocar uma emenda para ajudar, já cria um problema: não, tem que priorizar as federais. Então, a gente não leva em conta que os pequenos Municípios não têm condição sequer de fazer estradas de rodagem, imagina com estrutura melhor.

Então, é o que eu digo: focar na agricultura familiar que leva à diversidade, que preserva o meio ambiente, que diminui custos de distância, que diminui a pobreza e a miséria no campo automaticamente, porque ele melhora a renda, come mais, produz mais, autoestima, começa a pensar mais nos estudos, coloca os filhos para estudar. Porque, quando ele está naquela miséria, nem para os filhos ele acredita em educação, porque não tem consciência disso – a gente percebe muito isso. Então, eu sinto falta disso.

Estou aqui colocando esses comentários, porque, como venho acompanhando essa política nesses oito anos, ajudando na aprovação dessas leis e procurando ver a coerência delas – e é essa a nossa preocupação, de juntar isso – acredito até que, quando os palestrantes colocam, parabenizam o Senador pela iniciativa, é uma coisa. Mas eu não captei nos discursos deles – e aí eu discordo um pouquinho do Senador Suplicy – que o conteúdo de suas falas ratifique isso aqui. Não. É uma delicadeza de tratamento, mas, como eu já conheço a matéria e nós somos Parlamentares, temos que abrir o jogo, que é para a coisa avançar.

Então, precisa realmente melhorar bastante esse projeto no seu conteúdo, no seu detalhamento. A minha sugestão é de que, de fato, houvesse uma provocação ao Executivo – e aí aproveito a sua presença, e valeria para o Mapa e para o MDA –, que fizesse a Conab, nisso aí, o projeto com maior detalhamento, envolvendo realmente os gastos, para que, ao chegar à Comissão de Constituição e Justiça daqui ou da Câmara, não se diga simplesmente que tem vício de iniciativa, que é inconstitucional. Ou, então, fica superficial, não fala em gasto, deixa tudo para decreto. É ruim.

O Parlamento precisa ter mais soberania no seu exercício de saber dialogar, a meu ver, com o Executivo, para que as nossas iniciativas nos valorizem como Poder Legislativo. Eu acho que não seria nenhum demérito, pelo contrário, para o Senador que teve a iniciativa, se o Executivo mandasse uma iniciativa mais detalhada para ser apensada à dele. Daria muito mais respaldo à iniciativa.

Eu iria nessa direção. Seria a principal sugestão minha para poder ter mais acúmulo do debate, ter um desenho maior, porque a gente teve, vamos dizer, uma queda muito grande na visão de abastecimento no País em anos anteriores – não é o caso aqui de dar detalhes – e a recuperação está lenta. A própria Conab, tem muita coisa que ela deveria evoluir, eu acho, na direção da agricultura familiar, por causa desta visão do direito, assim como a Embrapa.

Eu sinto uma ausência muito grande da Embrapa – em audiências públicas, já comentei isso, e essa minha fala eu diria que representa um coletivo de pessoas que pensam e meditam sobre a questão –, para a agricultura familiar. Nós temos, por exemplo, a Embrapa Hortaliça, nós temos a parte de fruticultura, que tem um trabalho belíssimo de diversidade, mas o enfoque não tem sido para proteger o direito à alimentação que este País é signatário. A Embrapa tem sido muito voltada à área de agroexportação, para prestigiar *commodities*, que como nós vimos nos gráficos, qualquer mexidazinha, especulação grave lá, junto com alguns fenômenos climáticos, aumenta a fome no mundo de milhões e milhões de pessoas. Então, não é justo que a gente não proteja pela produção local.

No mais, é dizer que nós, pela Frente, estamos nos somando a isso e temos alguns Senadores que são signatários da Frente, por isso estamos aqui representando tanto a Câmara como o Senado...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – V. Exª me permite?

O SR. NAZARENO FONTELES (PT – PI) – Bom, se for possível, estou aqui na Casa e o Senado tem outras regras.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Nós estamos aqui para debater o assunto. Quanto mais debatermos, mais claro será o entendimento.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Acho que a proposição do Deputado Nazareno Fonteles, de alguma forma, se case inclusive com o que há pouco estava a Srª Maya Takagi propondo. Quem sabe V. Exª, Senador Acir Gurgacz, possa formalizar aquilo

que foi aqui proposto, no sentido de que as pessoas convidadas que já participaram do debate – esse é o segundo debate, é a segunda audiência –, que possa envolver os que primeiro aqui estiveram, sobretudo os que agora nos visitam, pudessem formar um grupo que V. Exª, como Presidente da Comissão, poderia coordenar, para formalizar as sugestões de aperfeiçoamento. E daí a própria comissão poderia examinar essas sugestões que as quatro conferencistas puderam encaminhar, em que medida elas teriam qualquer aspecto que ferisse a constitucionalidade. Porque, com o aperfeiçoamento de todos que aqui puderam contribuir, atingiríamos o objetivo que é comum, que é o aperfeiçoamento do projeto.

No que diz respeito à observação do Deputado Nazareno Fonteles, da sua proposta, em verdade, o Deputado Nazareno Fonteles colocou a análise de por que será bom passarmos do programa Bolsa Família para o Renda Básica de Cidadania, para evitar todos os problemas que ele aqui mencionou, ou seja, da burocracia envolvida, das armadilhas do desemprego e da pobreza, do fato de, às vezes, as pessoas não quererem se formalizar para não perderem o Bolsa Família e, sobretudo, a vantagem maior que a Renda Básica de Cidadania dará a cada um do ponto de vista da sua dignidade e liberdade maior de ter a sua renda assegurada para prover sua alimentação e outras necessidades básicas, como o direito de sermos brasileiros e brasileiras.

Então, V. Exª fez a defesa da renda básica. Na verdade, à medida que a Renda Básica se constituir em um valor maior que o Bolsa Família, será sempre melhor para quem recebe. Até o Deputado Nazareno e o Senador Acir vão receber e, claro, eu também. Só que todos nós contribuiremos para que nós mesmos e todos os demais brasileiros e brasileiras recebam. Essa é uma solução de bom senso. Por isso que o livro se chama *A Saída é pela Porta*. É tão de bom senso quanto você sair de casa pela porta, como dizia o mestre Confúcio.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador.

Muito obrigado, Deputado Nazareno.

V. Exª traduziu o sentimento, acredito, dos palestrantes em relação a esse projeto. O que temos sugerido é que o relator faça esse trabalho de aproximação com o Executivo. Entendo que todos os... Só um minutinho, já lhe...

O SR. NAZARENO FONTELES (PT – PI) – É só uma sugestão, desculpe-me por interromper assim.

Quando vimos que teve um problema, porque a Senadora Relatora renunciou.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. *Fora do microfone*.) – Será designado um outro..

O SR. NAZARENO FONTELES (PT – PI) – Tivemos contato com alguns membros aqui da Comissão, e estou tomando a liberdade de sugestão – que teve uma Senadora, que por acaso vai ser de mulher para mulher, para não ter problema de gênero –, que é a Senadora Angela Portela, que é desta Comissão, que aceitaria, caso V. Exª a indicasse como substituta. Acabei de saber isso há pouco tempo. O Presidente pode escolher outra pessoa, mas, pelo menos, foi uma maneira de consultar quem teria interesse, para tocar avante. É uma maneira de ter...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Agradeço ao Deputado Nazareno, pela sua participação. Nós vamos realmente fazer aquilo que tem que ser feito da melhor maneira possível.

A pedido, nós vamos atender ao nosso Senador João Pedro, que se comprometeu conosco de debater esse assunto com o Executivo, na intenção de produzir um projeto que venha a atender a sociedade brasileira. Muitas vezes nós aqui colocamos um projeto, mas ele não está de acordo com a possibilidade de ser implementado, Senador Sérgio. Então, é necessário que o relator tenha condições de conversar, tenha essa liberdade de conversar com o Executivo, para deixar, como se diz, redondo na intenção de fazer.

Então, a pedido, vou designar o Senador João Pedro para fazer esse trabalho de aproximação do projeto com o Executivo, com a intenção, com a possibilidade de execução, para que se possa fazer realmente um projeto redondo, para que possamos votar aqui e que não tenha vetos lá na frente, para que não haja nenhum problema de constitucionalidade. Por isso, essa troca de figurinhas com o Executivo é importante.

Antes de passar a palavra ao João Pedro, quero fazer umas colocações, porque o Dr. Sílvio não estava, quando eu as fiz no início.

Qual é o déficit de armazenagem que temos no Brasil hoje? Essa é uma pergunta que eu gostaria de saber. Exatamente, nós não temos como dizer. Mas, mais ou menos, qual é o tamanho desse déficit e quanto custaria, para o nosso País, a implementação de armazéns em todo o nosso País, para que venha a dar realmente segurança para a população – não segurança para o produtor, mas para a população, de que haverá um armazenamento de alimentos que realmente faz parte da nossa cesta básica. E se temos hoje e qual é a armazenagem de alimentos existente em nosso País pelo Governo.

Dr. Sílvio, por favor.

O SR. SÍLVIO PORTO – Senador Acir, em termos de capacidade estática, temos aí em torno de 120

a 130 milhões de toneladas, e a nossa produção de grãos, este ano, ultrapassou 150 milhões. Só que, na verdade, nós temos um processo: por exemplo, a soja é colhida – que é um produto hoje que mais absorve em termos de necessidade de armazenagem –, só que, ao mesmo tempo em que é colhida, começa também seu fluxo de saída. Então, quando entra o milho safrinha no Mato Grosso, parte da soja já saiu. Como esse processo de comercialização se dá dentro de um prazo de 12 meses, de 10 a 12 meses, sendo mais intensificado nos oito primeiros meses pós-colheita, tem sido muito mais utilizado também algumas alternativas, como os tais chamados silos-*bag*, que são estruturas muito mais simplificadas, embora de uso anual, que tem resolvido em parte a nossa questão de armazenagem.

Eu diria que, hoje, nós temos um problema que é muito mais no sentido de um reposicionamento, o problema talvez seja muito mais de localização dos armazéns do que necessariamente de um déficit de armazenagem. Agora, nós temos um problema de fato: do ponto de vista do Governo Federal, sobretudo, no caso específico, da Conab, nós temos um enorme déficit, porque, infelizmente, naquilo que o Deputado Nazareno fez referência, de uma visão que foi implementada na década de 90, sobretudo – e lembrando aqui que a nossa empresa estava na lista das empresas privatizáveis em 2002; ou seja, no dia 30 de dezembro de 2002, por uma negociação do governo de transição, pós-eleição, com a vitória do Presidente Lula, foi solicitado que ela fosse retirada da lista de privatização; no dia 30 de dezembro, ela foi retirada, e, portanto, nós começamos um processo de reconstrução, na verdade, dessa empresa pública –, recebemos, naquele período, apenas uma rede armazenadora, lembrando que a Cibrazem é uma das empresas que deu origem à Conab.

A Cibrazem chegou a ter mais de 600 armazéns no Brasil, e nós recebemos a rede estratégica da Conab própria com 36 armazéns. Hoje nós estamos reconstituindo isso, estamos aí com torno de 100 a 120 armazéns que estão em funcionamento, vamos dizer assim. Só que, de fato, precisamos avançar em termos de investimentos. Eu diria que, nesse sentido, a Conab precisaria fazer pelo menos em torno de R$100 milhões a R$150 milhões de investimentos em termos de armazenagem, sobretudo nessas regiões mais distantes, nas regiões onde existe uma presença maior da agricultura familiar, nas regiões onde, de fato, não é a região da soja, não é a região mais classicamente falando do milho, do arroz, enfim, mas de outros produtos, inclusive estruturas de armazenagem que não necessariamente precisam ser só silos tradicionais. Quer dizer, há outros tipos de armazenagem que efetivamente permitem que nós possamos trabalhar com outros produtos, como a castanha, enfim, como produtos extrativistas, que também estão sendo, já foram, incorporados na nossa política pública.

Então, nesse sentido, tentando responder sua pergunta, aproveito para dizer que, em 31 de dezembro de 2002, o estoque de passagem de 2002 para 2003 era inferior a 400 mil toneladas. Nós voltamos a fazer o estoque no País. Chegamos, em 2009/2010, a um pouco mais de sete milhões, 7,2 milhões de toneladas. Reduzimos o ano passado, em função das vendas de milho, nosso maior estoque, e acredito que, até o final deste ano, possivelmente, com as compras do arroz que estamos fazendo no Rio Grande do Sul e Santa Catarina neste momento, devemos fechar o ano entre cinco milhões a 5,5 milhões de toneladas.

Portanto, a questão dos estoques públicos é uma questão fundamental, estratégica e, sem sombra de dúvida, o aspecto da armazenagem tem uma relação muito direta para que nós possamos fazer uma boa gestão desses estoques.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem, Dr. Sílvio.

O senhor colocou que nós estamos com uma ligeira alta dos preços dos alimentos, não só no Brasil, mas no mundo inteiro. Há uma tendência de aumento de preço dos alimentos. Qual seria a principal causa desse aumento dos preços dos alimentos neste momento?

O SR. SÍLVIO PORTO – Nós temos, eu diria, pelo menos três elementos que estão levando a essa alta de preços. O primeiro deles, o aumento de demanda, o aumento de consumo. Isso, de fato, vem acontecendo. Só que, relacionado ao aumento de consumo, há um problema: a concentração em cima de alguns produtos. Na verdade, falar em aumento de preços de alimentos, de certa forma, é até equivocado, porque temos aumento de alguns tipos de produtos, dentre eles: o milho; a soja, que se mantém aí numa tendência altíssima nos últimos três anos; o trigo, que teve uma recuperação de preço no ano passado; o arroz, por exemplo, caiu drasticamente o preço – se nós olharmos a situação de março do ano passado, nós tínhamos aí em trono de R$29,00 a saca e, hoje, está sendo comercializado a R$20,00, chegou a ser R$18,00, no início da safra. Então, é essa ciclotimia que nós temos.

Aliada à demanda, sobretudo a China sempre puxando muito – porque a China, por exemplo, não importava milho e, de repente, começa a importar parte de sua necessidade. Não é gratuitamente que a China começa a comprar terras na África e no Brasil; inclusive para produzir e alimentar a sua necessidade. Hoje, boa parte das exportações brasileiras de soja está indo para a China, e historicamente ia para a União Europeia. Mas a China tem sido, de fato, um

dos grandes mercados que está que está sugando parte dessas *commodities* que são comercializadas –, junto a isso, nós tivemos problemas, como mostrei ali, alguns problemas climáticos, que trouxeram de fato desequilíbrios de oferta.

Só que, com essa questão do desequilíbrio, sem sombra de dúvida, o aspecto da relação direta na formação dos preços ou o descompasso daquilo que é a venda de contratos, em nível de bolsa de valores, com a relação ou sem a relação efetivamente com o físico, ou seja, especulação financeira de fato. Nós tivemos o problema do *subprime* em 2008, e muitos desses fundos – em que mais de um trilhão de dólares circulam aí em função exatamente das melhores opções – têm se dedicado ou têm direcionado parte dos seus investimentos exatamente à questão das *commodities*, e isso, sem sombra de dúvida, tem gerado distorções de mercado, e quem paga por isso é o consumidor.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Dr. Sílvio.

Eu coloco aqui e faço um alerta sobre esse assunto: o aumento do consumo nos leva a produzir mais, a termos que produzir mais, Senador João Pedro. Esse é o grande desafio que nós temos. E daí a importância de nós debatermos, com toda a tranquilidade e clareza, a reforma do Código Florestal. Ele vai influenciar diretamente na questão do aumento de produção de alimentos no nosso País. Nós não podemos engessar a produção de alimentos do Brasil, como também não podemos avançar, criando um problema para o meio ambiente. Mas nós precisamos ter – como colocamos sempre aqui – como principal objetivo de reforma do Código Florestal a população brasileira, o ser humano. Esse é o nosso desafio, e é assim que nós queremos, assim como foi feito também na Câmara dos Deputados, fazer aqui esse debate. Nós queremos um Brasil produzindo conservando, ou conservando, mas produzindo cada vez mais.

É um alerta que faço com relação a esse aumento do consumo. Temos um programa de fim da miséria no nosso Brasil, no nosso País, e isso está sendo feito não só no Brasil, mas no mundo inteiro. Portanto, faz-se necessário o aumento da produção agrícola brasileira.

Senador João Pedro...

O SR. SÍLVIO PORTO – Permita-me...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Claro, o debate é importante. Por favor, Dr. Sílvio.

O SR. SÍLVIO PORTO – Eu diria assim: historicamente, sempre foi colocada essa dicotomia entre disponibilidade alimentar ou produzir para alimentar o mundo, vamos colocar assim.

Nos anos 70, quando veio a Revolução Verde, ela veio exatamente assentada nesse princípio de que era fundamental e que precisávamos aumentar, e, de certa forma, foi utilizada até a Teoria de Malthus, no desequilíbrio entre a forma exponencial com que crescia a população e a forma com que vinha se dando o crescimento, esse descompasso, vamos dizer assim. Só que, na verdade, se pegarmos, historicamente, população *versus* disponibilidade alimentar, percebe-se claramente que a miséria ou a fome não existem por um problema de disponibilidade. Sempre tivemos alimento para abastecer o mundo e continuamos tendo. É claro que aqui é importante salientar que tipo de alimento nós temos.

E volto a dizer: o fato de o País colher 150 milhões de toneladas e, desses 156 milhões de toneladas, 90% estar representada em apenas três produtos, acho que isso também é um alerta que dialoga com o Código Florestal, dialoga com a necessidade de termos um melhor planejamento sobre uso e ocupação do espaço agrário. A questão florestal é estratégica. Ela nos oferece ou poderia nos oferecer infinitamente mais do que nós efetivamente estamos aproveitando hoje, seja por falta de transformação dessas possibilidades em política pública, sobretudo a inclusão que nós fizemos, por exemplo – que ainda é pouco, mas acho que foi muito relevante –, da possibilidade de os produtos extrativistas também estarem incorporados à política pública. Acho que é um elemento que se traduz na possibilidade de que a floresta também é capaz de fornecer tão ou mais renda do que, necessariamente, a questão, por exemplo, da soja.

Nós temos exemplos aqui em Goiás, onde famílias extrativistas que trabalham com o baru têm conseguido uma rentabilidade, não no patamar de hoje, em que a soja está colocada, mas, se nós pegarmos pelo preço histórico da soja, o baru foi capaz de ser competitivo com a soja. Portanto, essa também é uma necessidade para esse debate, de uma forma mais ampla, porque a nossa biodiversidade sempre foi a nossa fortaleza.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Dr. Sílvio.

Nós temos, realmente, que colher todas essas informações para que possamos, de fato, fazer um Código Florestal que atenda a toda a população brasileira, seja ambientalista, seja de produtores. É por isso que estamos debatendo aqui, Deputado, sempre em sintonia, a Comissão de Agricultura com a Comissão de Meio Ambiente. Teremos, amanhã, uma audiência pública com a Ministra Izabella, mas uma audiência pública em conjunto, Meio Ambiente e Agricultura, porque entendemos que fazemos parte da mesma sociedade e temos o mesmo interesse, o mesmo objetivo: colher essas informações todas e transformar, fazer com que o

Brasil seja um país que produza conservando, e é assim que deve ser, ou que nós entendemos que deva ser.

Senador João Pedro, V. Exª tem a palavra.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AC) – Presidente Acir, senhoras convidadas para esta audiência pública, Sílvio, primeiro, quero dizer do meu agradecimento à designação. Vou trabalhar e relatar... Estava sendo muito bem relatado esse projeto. Vemos que o projeto é meritório. A própria audiência pública suscita isso. Há pelo menos dois grandes Ministérios aqui: Agricultura, na figura da Conab, e o MDS estão aqui, e os demais convidados interagindo. Isso é uma boa iniciativa para aprofundar, melhorar o projeto de lei do Senador Crivella.

Quero lembrar aqui para os Deputados e para o Senador Suplicy que nós estamos discutindo esse projeto de lei que institui a Política Nacional de Abastecimento e quero lembrar duas questões importantes nesse contexto de discussão do projeto.

Primeiro, um internacional, que é a vitória do Brasil, na figura do Prof. Graziano, na FAO. Ela contribui com esse debate nacional e com esse objetivo da principalidade da FAO em encarar esse debate no combate à fome, em reverter essa chaga não só nacional, mas principalmente internacional. Então, penso que esse é um debate que se dá dentro de um contexto favorável, em um grande momento, um bom momento internacional e nacional.

Segundo, na questão nacional, o projeto da Presidenta Dilma no combate à miséria. Então, estamos discutindo aqui o projeto dentro de um contexto que suscita um debate, um cuidado, um compromisso de construirmos políticas públicas com um olhar nacional, com um olhar de justiça social, com um olhar de valorizar a produção, principalmente a agricultura familiar. Não é uma dicotomia, mas é um segmento estratégico, aqui no Brasil, para atender, gerar renda, gerar emprego na agricultura familiar, valorizando essa mão de obra do homem, da mulher, do filho no campo.

E, por fim, o debate sobre o Código Florestal. É muito importante um documento que a ANA (Agência Nacional de Águas) produziu para o debate do Código Florestal. Na visão da ANA, que é uma Agência que considero das mais importantes aqui no Brasil, nós vamos discutir o Código Florestal a partir da água. Vamos do riacho, do lago, do rio, do oceano para a terra, para a floresta. Essa relação.

Então, temos de fazer um Código com uma visão perene e estratégica nesse sentido. Temos de ter preocupações com produção hoje, em aumentar a produção, mas garantir a produção daqui a 20, daqui a 30 anos, daqui a 50 anos. Então, essa é uma exigência de construirmos um Código Florestal comprometido com o agora, mas, fundamentalmente, com as gerações futuras. Exige, inclusive, um padrão ético de como fazê-lo, de como construir o Código Florestal.

Então, Sr. Presidente, o projeto de lei do Senador Crivella é meritório. A audiência pública ajuda, está ajudando, o debate, as contribuições, e ele vai tramitar. Penso que nós podemos fazê-lo, concluí-lo rapidamente, mas fazendo com que o projeto seja uma ferramenta de orgulho para todos os brasileiros e, principalmente, para a agricultura familiar e para a produção no campo.

Era isso que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador João Pedro.

Senador Eduardo, por gentileza.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sou autor de um projeto de lei que vai tramitar agora na Comissão de Justiça. Vou precisar pedir licença, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Nós já estamos encerrando, Senador Eduardo.

Agradeço, mais uma vez...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Quero agradecer muito a atenção de todos.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem.

Agradeço à Drª Maria Emília Pacheco, à Drª Maya Takagi, à Drª Marília Leão, ao Dr. Sílvio Porto, pela brilhante explanação e pela brilhante manhã que nós tivemos hoje aqui na nossa Comissão de Agricultura.

Agradeço ao Deputado Nazareno a sua presença, a sua participação junto conosco, e aos demais Senadores, lembrando que amanhã teremos audiência pública conjunta a realizar-se às 8h30 da manhã com a presença da Exmª Srª Ministra de Estado do Meio Ambiente, Ministra Izabella Mônica Vieira Teixeira, que tem por objetivo debater acerca da aplicação do Decreto nº 7.029, de 2009, que institui o Programa Federal de Apoio à Regularização Ambiental de Imóveis Rurais, denominado Programa Mais Ambiente, bem como o debate destinado a coletar subsídios técnicos e jurídicos para o aperfeiçoamento da reforma do Código Florestal, Lei nº 4.771, de 1965.

Amanhã, portanto, às 8h30, teremos essa audiência pública muito importante. Espero contar com os Srs. Senadores para que possamos produzir um debate para a sociedade brasileira.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta reunião.

(Levanta-se a reunião às 11 horas e 42 minutos.)

ATA DA 20ª REUNIÃO (CONJUNTA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA COM A 23ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 30 DE JUNHO DE 2011.

Às oito horas e trinta e quatro minutos do dia trinta de junho de dois mil e onze, na Sala 3, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência dos Senadores **ACIR GURGACZ e RODRIGO ROLLEMBERG**, reúnem-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a presença dos seguintes senadores(as): **ANA AMÉLIA, ANA RITA, ANÍBAL DINIZ, ANTONIO CARLOS VALADARES, BLAIRO MAGGI, CASILDO MALDANER, CLÉSIO ANDRADE, CYRO MIRANDA, DELCÍDIO DO AMARAL, EDUARDO BRAGA, EDUARDO SUPLICY, FLEXA RIBEIRO, IVO CASSOL, JAYME CAMPOS, JOÃO PEDRO, JORGE VIANA, LUIZ HENRIQUE, PEDRO TAQUES, RANDOLFE RODRIGUES, SÉRGIO SOUZA, VALDIR RAUPP, VANESSA GRAZZIOTIN, VITAL DO REGO e WALDEMIR MOKA.** Deixam de comparecer os demais senadores titulares das referidas Comissões. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura das Atas das reuniões anteriores das respectivas Comissões, que são dadas como aprovadas. O Senhor Presidente da CMA, Senador Rodrigo Rollemberg, informa que a presente reunião se destina à realização de **Audiência Pública Conjunta,** em cumprimento ao Requerimento nº 4, de 2011-CRA, aprovado em 23/02/2011, de autoria do Senador Acir Gurgacz e ao Requerimento nº 2, de 2011-CMA, aprovado em 1/03/2011, de autoria do Senador Rodrigo Rollemberg, com a presença da **Excelentíssima Senhora Ministra de Estado do Meio Ambiente** – MMA, **Izabella Mônica Vieira Teixeira**, com o objetivo de debater acerca da aplicação do Decreto nº 7.029/2009, que institui o Programa Federal de Apoio à Regularização Ambiental de Imóveis Rurais, denominado "Programa Mais Ambiente", bem como o debate destinado a coletar subsídios técnico-jurídicos para aperfeiçoamento da reforma do Código Florestal (Lei 4.771, de 1965). Após as exposições dos Senhores convidados, fazem uso da palavra para tecerem comentários sobre os assuntos abordados, os seguintes Senadores(as): Rodrigo Rollemberg, Antonio Carlos Valadares, Ana Amélia, Luiz Henrique, Jorge Viana, Eduardo Suplicy, Casildo Maldaner, Pedro Taques, Blairo Maggi, Jayme Campos, Waldemir Moka, Vanessa Grazziotin, Aníbal Diniz, Sérgio Souza, Ivo Cassol, Eduardo Braga e João Pedro. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e vinte e um minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Acir Gurgacz** , Presidente da CRA. **–** Senador **Rodrigo Rollemberg,** Presidente da CMA.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Declaro aberta a 20ª Reunião Conjunta da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e 23ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Requeiro a dispensa das leituras das Atas das reuniões anteriores que, com a anuência do Plenário, são dadas como aprovadas.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A presente reunião destina-se à audiência pública conjunta, em cumprimento ao Requerimento nº 4, de 2011 – CRA, aprovado em 23/02/2011, de autoria do Senador Acir Gurgacz, e ao Requerimento nº 2, de 2001, aprovado em 1º/03/2011, de autoria do Senador Rodrigo Rollemberg, com a presença da Exª Srª Ministra de Estado do Meio Ambiente – MMA, Izabella Mônica Vieira Teixeira, com o objetivo de debater acerca da aplicação do Decreto nº 7.029/ 2009, que instituiu o Programa Federal de Apoio à Regularização Ambiental de Imóveis Rurais, denominado "Programa Mais Ambiente", bem como o debate destinado a coletar subsídios técnico-jurídicos para aperfeiçoamento da reforma do Código Florestal (Lei nº 4.771, de 1965).

Estamos aguardando a chegada da Ministra, temos informação de que já está vindo.

Quero aqui cumprimentar os Senadores, de forma muito especial o Presidente da Comissão de Agricultura, Senador Acir Gurgacz, os dois relatores, Senador Jorge Viana e Senador Luiz Henrique, a Senadora Ana Amélia e dizer da nossa expectativa, a partir da chegada do projeto, porque, efetivamente, a Comissão de Meio Ambiente já iniciou os debates sobre a revisão do Código Florestal desde o início desta Legislatura, antes mesmo da chegada do Projeto de Código Florestal. Quero dizer, também, desse nosso esforço conjunto de buscarmos construir um ambiente de entendimento que permita oferecermos ao Brasil um Código Florestal que dê tranqüilidade e segurança jurídica aos nossos produtores rurais, mas que também possa garantir a preservação ambiental e a utilização sustentável dos nossos recursos naturais.

Tenho dito, Presidente Acir Gurgacz, que um dos grandes diferenciais da competitividade da agricultura brasileira no cenário internacional é exatamente o fato de podermos ostentar o título de termos uma agricultura sustentável, diria até a agricultura mais sustentável do Planeta.

Entendo que temos todos os elementos para fazer com que o Brasil continue sendo um grande produtor de alimentos e de agroenergia, mas também possa ser, cada vez mais, uma grande potência ambiental, sabendo utilizar com inteligência e sustentabilidade todos os nossos recursos naturais, especialmente toda a nossa biodiversidade.

Quero cumprimentar os Senadores desta Casa pela forma como, até este momento, estamos conduzindo este debate: de forma serena, equilibrada e conjunta, o que demonstra que, no entendimento das Comissões de Meio Ambiente, de Agricultura, como também de Constituição e Justiça, não temos uma agricultura em contraposição ao meio ambiente, ou vice-versa. É absolutamente possível compatibilizar as duas questões. Sabemos que estamos tratando de um tema complexo, até em função da imensa diversidade brasileira, tanto diversidade dos biomas como das formas e dos processos de ocupação, mas tenho convicção de que o Senado estará à altura das suas responsabilidades e oferecerá ao Brasil um Código moderno. Penso que devemos fazer um esforço na implementação de alguns instrumentos econômicos neste novo Código que incentivem a preservação, como pagamento de serviços ambientais e diversos outros instrumentos que possam apontar nessa direção.

Portanto, dou as boas vindas a todos e passo a palavra ao Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Bom dia, Senador Rodrigo Rollemberg, Presidente da Comissão de Meio Ambiente. Cumprimento

Cumprimento os nossos Senadores, em especial o Relator da Comissão de Agricultura, Senador Luiz Henrique, e o Senador Jorge Viana, Relator desse tema na nossa Comissão de Meio Ambiente.

Hoje, uma das principais expectativas dos brasileiros é exatamente a reforma do Código Florestal, e estamos fazendo um trabalho de uma maneira muito tranquila aqui no Senado, no sentido de debatermos esse assunto com muita responsabilidade, trazendo à população brasileira todas as informações necessárias e levando as informações também aos nossos Senadores, para que possamos produzir um Código Florestal dentro daquilo que todos os brasileiros esperam, não os ambientalistas e nem a questão dos produtores rurais, mas da população brasileira como um todo.

Hoje, há uma expectativa nacional com relação a esse tema e temos a responsabilidade de conduzir os trabalhos de uma maneira imparcial e que seja produtiva, valorizando sempre o nosso produtor rural, que tem um papel muito importante na economia brasileira, seja o produtor do Sul, do Norte, do Nordeste ou do Centro-Oeste do País. É uma categoria que precisa do apoio do Governo e a nova agricultura brasileira tem um perfil de uma agricultura consorciada, é uma agricultura que produz com uma responsabilidade ambiental. É assim que vemos o novo Código Florestal, tendo uma característica ímpar entre os países do Planeta. Queremos produzir conservando, e o meio ambiente quer conservar produzindo. É dessa forma que entendemos que deva ser esse novo Código Florestal brasileiro.

Há essa expectativa dos nossos produtores rurais de todos os cantos do País, principalmente do meu Estado de Rondônia, que significa praticamente uma reforma agrária brasileira. Lá, foi feita uma reforma agrária, nos anos 60, 70 e 80, onde as pessoas deixaram as suas regiões, as mais variadas do País, e foram para aquele Estado desenvolver a Amazônia. Obtiveram uma produção e fizeram o seu desmatamento, à sua época, dentro da lei.

Tive a oportunidade e a honra de conversar com a Presidenta Dilma esta semana, durante um almoço com os partidos, e colocamos essa nossa preocupação em relação ao Estado de Rondônia, onde entendemos que deva ser respeitado o que foi feito dentro da lei, à sua época. A Presidenta concorda conosco e entendo que isso é um grande avanço para que consigamos chegar ao fim dos nossos trabalhos, priorizando os nossos produtores rurais e também as questões ambientais. Essa é a nossa expectativa e tenho plena convicção de que este também é o pensamento do nosso Presidente, Rodrigo Rollemberg, da mesma forma é o pensamento dos nossos relatores e do Executivo, desde a Presidenta Dilma, com a nossa Ministra Izabella, que chega nesse momento. Agradeço a sua presença, é um prazer tê-la conosco e tenho certeza de que faremos um grande trabalho para os nossos produtores brasileiros.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Presidente Acir Gurgacz.

Quero aqui, mais uma vez, registrar o espírito público do Presidente, Senador Acir, essa busca permanente do entendimento em torno de um tema tão importante para o País. Quero cumprimentar a Ministra Izabella Teixeira, Ministra de Estado do Meio Ambiente, dar as boas vindas a esta Casa e dizer da nossa alegria de poder recebê-la, para reiniciar, com o Governo, a discussão dessa reforma do Código Florestal.

Havia dito há pouco, prezada Ministra, quando abri esta reunião, da nossa expectativa de construção de um grande entendimento que possa oferecer ao País um Código moderno que dê tranqüilidade e segurança jurídica aos nossos produtores rurais, mas que possa também garantir sustentabilidade ambiental, reiterando que considero que um dos maiores diferenciais da competitividade da agricultura brasileira é exatamente de ser uma agricultura sustentável. Portanto, esse Código, no nosso entendimento, deve buscar não apenas regularizar o uso e ocupação do solo, mas ter olhos para o futuro, criando, talvez, instrumentos econômicos que incentivem a preservação.

Para nós, é muito importante ouvir a opinião do Governo. Reconhecemos o trabalho desenvolvido pelo Deputado Aldo Rebelo, sou testemunha do esforço e das diversas reuniões que fez País afora, discutindo com diversos setores. É um tema muito complexo, mas tenho convicção, também, de que o Senado tem todas as condições de aperfeiçoar esse projeto e, para isso, também é muito importante ouvir a opinião do Governo, especialmente porque o Governo terá uma responsabilidade muito grande na implementação desse Código Florestal.

Portanto, se todos os Senadores concordarem, passarei a palavra à Ministra Izabella Teixeira, para que possa fazer a sua exposição.

Com a palavra a Ministra Izabella Teixeira.

A SRª IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA – Bom dia a todos, meu caro Senador Rodrigo Rollemberg, meu caro Senador Acir Gurgacz, Senadores aqui presentes, quero, inicialmente agradecer o convite dos senhores para aqui estar, em nome do diálogo aberto, franco e construtivo que temos procurado manter no Governo, em particular entre o Ministério do Meio Ambiente e esta Casa.

É com muita alegria que retorno ao Senado. Lembro-me de, no ano passado, como Ministra, estive nesta Casa e, com o apoio dos senhores, conseguimos aprovar a Política Nacional de Resíduos Sólidos, que hoje apresenta, então, um grande desafio para o Brasil em torno da implementação da gestão estratégica de resíduos, em um contexto de economia sustentável, de justiça social e de proteção do meio ambiente.

Vamos conversar um pouco sobre o Código Florestal, que é um tema que mobiliza todos nós, e considero importante sinalizar um pouco o processo que vivemos no Governo, para que os senhores possam, de interlocução com a Câmara dos Deputados... Em seguida, gostaria de colocar alguns pontos que acredito que devam contribuir para o debate que esta Casa pretende encaminhar, conforme os dois Senadores sinalizaram aqui.

Todo o debate do Código Florestal, que foi modelado na Câmara, foi precedido no Executivo de uma ampla discussão entre os Ministérios diretamente envolvidos, seguindo orientação da Presidente da República, que solicitou que tivéssemos uma postura – os Ministros do Meio Ambiente, da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário – de construção de um processo forte de diálogo e uma proposta que pudesse tratar de duas coisas muito objetivas: uma, um olhar para o passado, ou seja, buscarmos a coerência da legislação ambiental em função das outras legislações que existem e buscar meios de reconhecimento do que seria uma formulação de uma lei que pudesse colocar aqueles que praticaram a lei com toda segurança jurídica e aqueles que, eventualmente, dentro da agricultura brasileira, tiveram problemas no cumprimento da lei, em função de várias situações colocadas ao longo do tempo, que criássemos as condições para a sua regularização ambiental.

A segunda orientação é absolutamente importante, porque não é só olhar para o passado, é olhar para o futuro. Esse olhar para o futuro significa, basicamente, não só reconhecer os compromissos assumidos em políticas públicas neste País. Vou dar um exemplo objetivo, que é a questão da Política Nacional de Mudanças Climáticas, aprovada por esta Casa. Portanto, um conjunto de compromissos a serem implementados e cumpridos pelo País, e tínhamos que assegurar mecanismos que possibilitassem o cumprimento desses compromissos, como também uma coerência com aquilo que chamamos, na área ambiental, do legado da Conferência Rio-92, em particular a conversão da diversidade biológica e a proteção aos recursos hídricos.

O desafio colocado ao Executivo foi de que pudéssemos avaliar e discutir conjuntamente quais eram as perspectivas de modificação, com vista ao diálogo com o Congresso Nacional, do Código Florestal em vigência. E assim foi feito. Fizemos um trabalho dos três Ministérios, conduzido pelos três Ministros, depois isso foi oferecido à Casa Civil e, com base nesse processo de convergência, construímos a nossa base de negociação política com a Câmara dos Deputados, em particular com o Deputado Aldo Rebelo, relator do processo.

Estou fazendo essa sinalização para, primeiro, mostrar aos senhores que existe todo um processo de interlocução construtiva e de convergência no Executivo, sem – vou usar uma expressão que ouvi, muitas vezes, na imprensa e nos debates na Câmara dos Deputados – "sem exageros e sem fundamentalismos", com o olhar sobre a soberania nacional, sobre os interesses estratégicos do País, em particular no que diz respeito à agricultura, à economia florestal e à conservação da

biodiversidade, e com uma visão muito objetiva de que, para produzir, é preciso ter meio ambiente. Meio ambiente é uma riqueza que possibilita geração de novas riquezas, e a agricultura é a política que oferece isso com maior visibilidade, porque é interdependente, de maneira muito objetiva, dos recursos naturais.

Esse processo foi feito e reputo a ele e à capacidade de diálogo com a Câmara dos Deputados, com os vários partidos e com o relator, termos tido condições de alguns ganhos na proposta, que relatarei mais à frente. Coisas que já foram reconhecidas e que foram colocadas no Projeto de Lei do Deputado Aldo Rebelo, como o Senador Acir fez referência aqui, com a questão do direito intertemporal.

Vou apontar algumas questões que não estavam modeladas desse jeito no primeiro debate na Câmara e que foram objeto de aprimoramento. Isso é do processo democrático, da política e de uma riqueza técnica que acredito que deva ser observada e, onde e se couber aperfeiçoamentos, creio que esta Casa tem toda uma possibilidade de oferecer debate em novos patamares.

Uma outra questão que considero importante colocar aqui para os senhores é que, na realidade, temos no Governo uma leitura de que biodiversidade é um ativo. Por que falamos que é um ativo? O que significa biodiversidade? Significam produtos – a questão de madeiras, pescados –, significam produtos ambientais – a questão da qualidade do ar, da água, do solo, dos polinizadores... Serviços ambientais, serviços ecossistêmicos que são desempenhados pela biodiversidade brasileira. E acesso a recursos genéticos, isso é a base para a agricultura, para a medicina, para a indústria de cosméticos. Tudo isso está no guarda-chuva de biodiversidade. É importante ter esse entendimento para que possamos entender qual é a visão de natureza estratégica que o Código Florestal deveria ou deverá acolher na sua formulação, em particular, no caso, o debate aqui no Senado.

O Brasil detém, já identificados, 15% de toda a biodiversidade do Planeta. E, provavelmente – os dados são dados oficiais, oferecemos um relatório nacional às Nações Unidas –, podemos deter 25% de toda a biodiversidade do Planeta. Somos o país mais importante em biodiversidade do Planeta. E é uma riqueza, não é um empecilho ao desenvolvimento, ao contrário, é uma oportunidade a mais para o desenvolvimento deste País, que dá um fator de competitividade à agricultura brasileira que poucos países têm, no porte que o Brasil tem. Aliás, ninguém tem na magnitude que o Brasil tem. Aqueles que competem conosco não têm a oferta de recursos naturais que temos, com a qualificação, abundância e diversidade que temos. Mais do que isso, e que é absolutamente importante dizer: não estamos discutindo – e não é esse o nosso entendimento – uma lei para tratar exclusivamente da regularização do uso do solo. Estamos discutindo uma proposta de lei que também trata de uma visão estratégica de uso dos recursos da biodiversidade – e aí as novas fronteiras econômicas e sociais que estão associadas ao uso sustentável dessa riqueza. Por isso que sempre digo que é a partir de uma riqueza que podemos gerar mais riqueza ao país. Não é a partir do comprometimento dessa riqueza que se espera mais riqueza. Temos, ao longo do tempo no Brasil, claras situações que demonstram onde se respeitou a biodiversidade, os ganhos de produtividade e, onde não se respeitou a perda de produtividade e comprometimento. Senão, não teríamos 44 milhões de hectares de áreas degradadas neste País.

Também é importante – isto foi uma coisa por demais frisada no debate na Câmara dos Deputados – registrar que, para produzir, a agricultura brasileira não precisa desmatar ou ser baseada em novos desmatamentos de natureza ilegal. Isso é verdade, porque a própria agricultura brasileira – isto são dados que temos no próprio Mapa, dentro da agricultura de baixo carbono, que é um plano setorial da Política Nacional de Mudanças Climáticas -, pelo seu desenvolvimento tecnológico nos últimos cinquenta anos, foi responsável por não ter desmatamento em mais de quatrocentos milhões de hectares neste País.

Então, é importante que consigamos entender a envergadura dos avanços e a envergadura dos desafios, mas também que tenhamos um aprendizado sobre a leitura de um passado dos últimos cinquenta anos, pois não precisamos repetir os erros onde tivemos perdas. Precisamos ter uma visão estratégica de ganhos. Isso foi o que modelou ou pelo menos tem colocado com muita objetividade toda interlocução no âmbito do Executivo e a interlocução que aconteceu na Câmara dos Deputados.

Também é importante ressaltar que o uso predatório – meu pessoal no Ministério insiste muito nisto – dos recursos naturais não deve ser visto como uma questão estritamente ecológica. Isso é outro preconceito. Essa é outra questão que temos de remover, quando se colocam situações em que as pessoas gostam de titular: ou ruralistas ou fundamentalistas ecológicos. Eu não acredito nisso. Eu acho que temos de ter a serenidade para um debate sobre as pessoas que querem produzir de maneira séria e sobre as pessoas que querem conservar com racionalidade ambiental, com uma visão estratégica de desenvolvimento sustentável deste País.

Então, a questão não é só ecológica. Ela é uma questão que também trata da distribuição dos recursos

naturais e que afeta diretamente os fatores de produção da agropecuária. Estamos falando de questões econômicas e questões sociais, além de questões que afetam a qualidade de vida em cidades, o que vou comentar mais à frente.

É importante que tenhamos um debate sobre visão de futuro, para, de fato, entender como as questões ecológicas podem ser compreendidas como fatores estratégicos de produção da agricultura brasileira. Esse é o debate que se coloca, obviamente não penalizando e não buscando punir quem cumpriu a lei. Eu acho, sim, que existem situações que devem ser corrigidas e que o Deputado Aldo Rebelo acolheu, em algumas partes do seu texto, que é objeto de apreciação desta Casa.

É importante também fazermos uma referência a algo que eu ouvi muito no debate nacional. Quando tivemos a Conferência Rio 92, sendo que, no ano que vem, teremos a Conferência Rio+20, e que se afirmou o paradigma do desenvolvimento sustentável, o Brasil foi protagonista de três grandes Convenções: Desertificação, Biodiversidade e de Mudanças Climáticas. E houve um quarto instrumento importante, que foi a Declaração de Florestas. Quando as convenções foram assinaram – e esta Casa reconheceu as convenções -, o que foi dito internacionalmente? Que toda discussão sobre biodiversidade era de soberania nacional, ou seja, as nações definiriam como iam conduzir o seu processo de biodiversidade. Então, discutir as questões de soberania tem a ver com cumprir a Convenção da Diversidade Biológica e isso está posto há vinte anos pela discussão mundial e reconhecido pelo Congresso Nacional brasileiro.

Então, é importante não sairmos dos trilhos. Eu estou apontando essas coisas, Senadores, para dar foco ao debate e para sermos objetivos nas colocações que vou apresentar em seguida.

Também é importante que entendamos que precisamos aperfeiçoar a legislação sobre acesso ao conhecimento da biodiversidade. Não dá para querer proteger, conservar e oferecer bases econômicas se não se consegue conhecer. A legislação que temos hoje no País é muito conservadora e leva a grandes dificuldades, inclusive para a pesquisa científica. Então, hoje, têm situações em que o pesquisador da universidade é equiparado a um pirata ou a um biopirata

Mesmo que a gente tenha aperfeiçoado os processos – e nós o fizemos nos últimos três anos –, na legislação ainda há situações que nós chamamos de zonas cinzentas, zonas que levam à incerteza e que impedem o investimento, a prática da pesquisa científica e o desdobramento tecnológico associado a isso.

Então, é importante ter esse olhar. Refiro-me àquilo que chamo de fronteira do futuro. Se não fosse talvez essa pesquisa, nós não tivéssemos condições de avançar, como avançamos com a Embrapa, em relação à soja, em relação a algumas outras culturas que são estratégicas para este País.

Segundo: a questão da regulamentação *versus* fomento. É importante haver instrumentos claros em relação à regulamentação do uso da biodiversidade para que se possam, de fato, estabelecer novas bases para o fomento quanto a essas políticas de biodiversidade. Caso contrário, certamente se vai continuar ressaltando algo que não é estratégico para o País: um falso conflito entre conservação do meio ambiente e produção sustentável deste País. Isso é falso. Quem explora isso está querendo pequenas coisas. Nós temos que ter a serenidade para discutir e buscar o aperfeiçoamento daquilo que deve ser aperfeiçoado para incrementar a produção sustentável de alimentos neste País e para incrementar o *status* de pesquisa sobre biodiversidade, o conhecimento sobre a biodiversidade e incrementar o *status* de conservação. É importante gerar riqueza a partir dessa riqueza, coisa que nós não estamos fazendo hoje na magnitude que temos condições de fazer.

Também é importante ressaltar o papel da conservação da biodiversidade na erradicação da pobreza. E aí há um aspecto estratégico que pouco tem sido debatido. Recentemente, o Governo lançou o Programa Brasil Sem Miséria, no qual há a iniciativa do Bolsa Verde, que é mais um passo para remunerar as populações que vivem nas florestas, de tal maneira que elas possam ter renda e não sejam, obviamente, exploradas, como muitas vezes temos visto por causa do desmatamento, não por quem produz de maneira séria, mas por quem quer explorar e avançar na ilegalidade. Parte do ciclo ruim do desmatamento ilegal, em particular na Amazônia, tem a ver com a exploração social e está aí refletido nas violências no campo. Então, é importante que a gente tenha uma visão crítica sobre quais são os avanços que a legislação pode oferecer para se ampliar a ação de erradicação da miséria. Aqueles que moram nas florestas devem ter condições diferenciadas e ímpares de qualidade de vida e direito à remuneração.

É muito complicado a gente avançar em cadeias de produtos da biodiversidade e não ter infraestrutura para retirar essa produção, colocá-la no mercado e, com isso, viabilizar renda. Então, nós temos que ter uma discussão de natureza estratégica: o que a gente quer com o uso sustentável da biodiversidade deste País?

É importante também evitar a contradição do modelo de desenvolvimento – e eu estou falando de desmatamento. Aí há uma questão importante. Eu não posso... O que eu chamo de contradição do modelo de desenvolvimento? Expandir uma agricultura em torno

de florestas primárias quando há áreas degradadas, com uma oferta imensa neste País, e não há uma visão estratégica de fomentar, de recuperar, de criar incentivos, de criar infraestrutura para deixar essas áreas com custo competitivo e direcionar, com instrumento de planejamento, a expansão da produção naquilo que couber. É possível conciliar? É. É possível planejar? É. É possível trabalhar com novos instrumentos além de comando e controle? É. A discussão tem que ser feita do passado, olhando para o futuro. Por isso, no projeto que vem da Câmara essa discussão está desbalanceada, e é importante que a gente possa ressaltar, em particular, o papel da agricultura brasileira nos caminhos da sustentabilidade.

Vou dar aqui três exemplos. Acabei de chegar de Nova Iorque. Fui a convite do Secretário Geral das Nações Unidas e fiz um discurso, uma fala, na abertura de um evento com todos os representantes das Nações Unidas no Planeta, sobre a questão da economia verde, sobre a questão da Rio+20 e sobre a questão do Brasil, que tem um papel protagonista de natureza política em relação aos próximos vinte anos no que diz respeito à sustentabilidade do Planeta.

Aí há duas questões importantes a serem ressaltadas. Primeira: dependendo de como a gente aborde a questão das Áreas de Preservação Permanente no texto final que sai das APPs, eu poderei ter um aumento – esses são dados de várias instituições – um aumento das emissões associadas de toneladas de CO_2 equivalente e mais de 1,2 bilhão, que são os nossos limites, comprometendo a política de clima aprovada por esta Casa.

Então, não houve uma discussão, pelo menos eu não tive conhecimento, sobre as implicações de como o Código Florestal se coloca frente a outras políticas públicas em particular em relação à questão climática. É importante que a gente guarde coerência entre essas políticas. É absolutamente estratégico, porque o País chega nos fóruns internacionais públicos e privados, porque essa discussão também está nos fóruns privados, e eu participo agora da Iniciativa do Crescimento Verde, Green Growth Initiative, que reúne ex-primeiros ministros, ex-ministros da fazenda de vários países sobre o crescimento econômico e o desenvolvimento sustentável. E aí você vê a discussão de natureza econômica. E participo, por exemplo, da moratória da soja. E vou, anualmente, com a Abiove e junto com outras instituições, atestar e verificar que não houve novos desmatamentos na Amazônia associados à soja. E a discussão é com a bolsa de valores em Londres.

O Senador Blairo Maggi está aqui na minha frente e sabe muito bem o que significa isso do ponto de vista do debate. Estive, essa semana que passou também, no encontro da Sociedade Nacional de Agricultura, com o ex-ministro Roberto Rodrigues, e debatemos exatamente como a agricultura brasileira pode estar à frente em relação à economia verde.

Então, nós temos que saber debater as oportunidades do Brasil e não ficarmos em situações que, na realidade, colocam aquém a agricultura brasileira ou colocam a aquém a conservação do meio ambiente. Além da questão climática, nós temos desafios em relação à conversão da diversidade biológica, em relação à própria questão das florestas, que eu vou comentar já já.

Em termos globais, por isso fiz a referencia à minha visita às Nações Unidas, segunda-feira, em Nova York, o que o século vai discutir economicamente falando, isso está na pauta dos grandes debates do Planeta, passa por cinco, por seis grandes temas. Primeiro: segurança alimentar. Então, esse tema é estratégico para o Planeta neste século. Segundo: segurança energética. Terceiro; erradicação da miséria. Quarto: segurança hídrica. Quinto: justiça socioambiental. Sexto: segurança climática. Todos esses temas são os temas globais, e quem tem centralidade nisso é o Brasil.

Então, isso aqui é a agenda internacional dos próximos 50 anos. É por aqui que estão se debatendo as questões econômicas. Não são as questões ambientais somente. São as questões econômicas. Isso aqui foi discutido no fórum de Davos, este ano. Isso aqui está sendo discutido em outros fóruns de natureza econômica e social, porque nós estamos falando de pobreza, nós estamos falando de segurança energética.

Segurança energética, segurança alimentar, segurança hídrica, segurança climática, tudo passa pela conservação da biodiversidade e por este País. O Brasil tem protagonismo econômico, social e ambiental em todos esses temas.

Para os senhores terem uma ideia do que estamos falando em termos de conservação, o assoreamento que temos hoje dá uma perda de solo agrícola da ordem de 822 milhões de toneladas por ano e uma perda anual de 0,5% do volume de reservatórios. Se a gente muda a maneira de olhar isso e praticar, esses itens todos estão assegurados, e eu não tenho perda em produção. Pelo contrário, o Brasil é competitivo e vai ficar cada vez mais competitivo em segurança, por exemplo, alimentar.

E eu sei do papel que nós temos para poder atender aos nove bilhões de habitantes, que é o cenário que o Planeta tem nos próximos 30 anos. Aliás, todo o pessoal da agricultura, a CNA, a câmara de agribusiness, todo mundo insiste nisso, e nós temos condição de produzir certamente com bases sustentáveis desde que a gente faça uso dos instrumentos

de maneira correta de planejamento de uso do solo e de conservação da biodiversidade.

Em relação à proposta da Câmara, eu acho que há alguns temas aqui que merecem ser ressaltados. Eu não vou esgotá-los, obviamente, porque há um debate, mas há ganhos importantes. A primeira coisa que eu conversei com os senhores quando fizeram a visita ao meu gabinete: o tempo foi nosso adversário. Acho que segmentos que não foram ouvidos na sua envergadura poderiam ser objeto de consulta ou de audiência nesta Casa. Por exemplo, a questão da ciência, a questão do setor privado não só da agricultura. Existem outros setores associados a isso. Eu acho que tem aí a uma envergadura de grupos de interesse, *stakeholders,* que podem ser parte de uma conversa, de um diálogo, para enriquecer a avaliação a ser feita por esta Casa. Digo também os próprios Estados, os governos estaduais. O Brasil tem situações diferenciadas. Eu não posso tratar a Amazônia do mesmo jeito que eu trato a Mata Atlântica, ou o Pantanal. A produção que acontece que acontece na Amazônia não é a mesma que acontece, consolidada, no Rio Grande do Sul ou no Mato Grosso do Sul ou no Mato Grosso.

E nós temos que entender quais são os limites ou quais são as oportunidades das novas fronteiras agrícolas deste País. Então, é importante ter a acessibilidade de um debate e um tempo para isso. Esse foi um dos argumentos que certamente sensibilizou a Presidenta, quando ela acolheu o pedido desta Casa para que tivéssemos uma prorrogação de prazo daquele artigo do decreto, a fim de possibilitar o melhor debate. Esse foi um dos entendimentos que nós tivemos no Executivo em relação ao pleito desta Casa.

Ganhos da proposta. É importante reconhecer que o relatório do Deputado Aldo Rebelo reconhece o interesse público das florestas e o função social da propriedade. Isso não estava definido na proposta anterior, não tinha a objetividade como veio agora nessa proposta. Consolida o vínculo da pequena propriedade com a agricultura familiar. Esses são aprimoramentos que foram feitos. Retoma tipologias importantes de APPs, de Áreas de Preservação Permanente, como topo de morros acima de 1.800 metros.

O debate foi intenso sobre isso, mostrando o que existia acima de 1.800 metros, a importância da conservação da biodiversidade, excepcionalizando eventuais práticas que estão lá existindo, que têm baixo impacto ou são de interesse social. Quer dizer, não precisa perder o ativo de conservação porque é importante para a conservação da biodiversidade e para a questão de risco ambiental e vulnerabilidade dessas áreas.

Critérios para viabilizar a regularização fundiária de interesse social e específico em áreas urbanas. Esse foi outro debate que veio da Câmara. Áreas onde hoje a gente tem dificuldade de fazer, por exemplo, implantação de adutoras ou de redes de saneamento, porque há 300 anos era uma área de preservação permanente degradada, sem função ecológica. Hoje, a discussão enxergou a necessidade de regularizar, de dar argumentos, para você poder agir com a questão de interesse social nas áreas urbanas.

Também regulariza a questão das culturas lenhosas perenes. Toda aquela questão que envolve áreas de café, uva entraram. Eu me lembro de que foram mais de vinte reuniões só discutindo culturas, no Executivo, caso a caso. No café, eu mapeei município por município em Minas Gerais, um a um, para dizer onde estava, onde é que não estava. Tudo foi trabalhado pelo Executivo, em parceria com o Ministério da Agricultura – eu ressalto isso. O Ministro Rossi foi um parceiro desde o primeiro momento, e também o Ministro Florêncio, em relação à agricultura familiar, buscando as alternativas para que a gente pudesse conciliar a regularização do uso do solo com uma visão estratégica produção sustentável.

Além disso – outros ganhos que são importantes –, mantém a figura de reserva legal para todos os imóveis rurais e trata as exceções, traz previsão mais objetiva para o uso da vegetação e reserva legal. Essa é outra coisa importante. O Código nunca impediu o uso da reserva legal. Só não tinha os mecanismos nem os critérios para o uso dessa reserva legal. E é lido por alguns como algo improdutivo, algo em que não se pode mexer. Não, você pode manejar, não só você pode recompor como pode manejar, e gerando renda, com critérios que o próprio Deputado Aldo Rebelo acolhe na sua proposta. Facilita a regularização ambiental da reserva legal.

Um dos aspectos importantes da proposta é que, no texto, há uma situação que nós vamos que ler. Eu sugeriria que vocês tivessem um debate mais específico sobre isso, em particular os relatores, para entenderem como no texto pode haver contradições, você anula os ganhos.

Então, a regularização ambiental de reserva legal e o cadastramento ambiental deve ser feito para quem desmatou e não para quem vem induzindo a novos desmatamentos. Isso é importante ser observado. A redação não pode permitir brechas para novos desmatamentos porque isso foi o que orientou o debate na Câmara. O tempo inteiro foi dito que não era para ter novos desmatamentos.

Eu quero, a gente deseja a regularização e a gente deseje a recomposição da reserva legal e trabalhe as exceções em situações consolidadas, em particular no que diz respeito à agricultura familiar e aos peque-

nos proprietários, que é um desejo do Governo, e o Governo se pautou o tempo inteiro por esse debate, reconhecendo também as diferenças entre o que é o pequeno proprietário na Amazônia e o que é o pequeno proprietário em Santa Catarina, entre o que é a pequena propriedade em São Paulo e o que é a pequena propriedade no Nordeste. Há diferenças. E isso foi tudo debatido e acolhido. Em parte, acho que a legislação carece de alguns aperfeiçoamentos, mas isso é uma questão técnica que o meu *staff* está à disposição para o diálogo com os Relatores, com esta Comissão, na medida em que os senhores demandarem.

Agora, há desafios que precisam ser modelados, que precisam ser modificados. E aqui vou tocar alguns pontos.

A proposta enseja o fim das áreas de preservação permanente nas áreas rurais. Isso é inaceitável. Por que uso essa palavra tão dura, tão difícil? Porque é a APP que assegura a água, assegura o solo, assegura a proteção da fauna. E sem isso, eu não tenho serviços ambientais que são estratégicos para a produção sustentável da agricultura brasileira.

APP é vida, e nós temos que ter uma visão estratégica sobre isso. Da forma como está redigido, leva ao fim das APPs. Então, é importante... Não quero dizer que isso não tenha acontecido, o debate, Senadora, como nós já conversamos anteriormente, de maneira objetiva, mas apenas que, como foi escrito, poderá levar, levará a um entendimento, e esse entendimento levará a uma situação indesejável para todos: insegurança jurídica.

Segundo: qualquer entendimento sobre anistia a desmatamentos, sobrevalorizando a área consolidada, ao invés do interesse social, utilidade pública e baixo impacto, a gente, no Ministério, no Governo, nós não concordamos.

Nós temos que reconhecer duas situações distintas: quem cumpriu a lei e quem não cumpriu a lei. Quem não cumpriu a lei tem que ter os caminhos para se regularizar. Agora, quem cumpriu a lei não pode ser colocado no mesmo patamar de que não a cumpriu, e o texto, em alguns momentos, sugere isso. Sugere. Estou usando essa palavra porque é entendimento jurídico. E eu já aprendi que, dependendo da leitura, você pode gerar uma decisão de um jeito e uma decisão de outro jeito. Aí eu fui conversar com a Justiça, fui conversar com juízes, fui entender a complexidade sobre a jurisprudência adotada em relação à legislação ambiental neste País. Nós poderíamos ter retrocessos em decisões. É por isso que falo tanto no termo "insegurança jurídica".

Esta é outra questão importante: admite o uso de compensação da área de reserva legal independentemente da data em que houve a supressão da vegetação, podendo induzir a novos desmatamentos. Não dá. Compensação tem a ver com a data, como, aliás, o próprio Código hoje define, 98, que você estabelece os mecanismos para fazer essa compensação. Nesse caso, os mecanismos trazem resultados, permitindo, inclusive, que você possa compensar no mesmo bioma em outro Estado, desde que – isto foi uma solicitação do Executivo – você possa ter áreas prioritárias de conservação ou – uma discussão que já aconteceu e que não está traduzida no texto – que você também possa estimular a recuperação de áreas degradadas.

Então, você poderia buscar mecanismos de natureza, instrumentos econômicos, Senador – como o senhor fez referência aqui –, estimulando a recuperação de áreas degradadas, compatibilizando com os usos prioritários de conservação da biodiversidade.

Então, há oportunidades que não foram por total consolidadas ou acolhidas e que eu acho, na nossa opinião, que seria importante esta Casa acolher o debate e observar essas oportunidades.

Redução através da reserva legal, através do zoneamento, para fins de regularização, desvinculando a recomposição. Isso é outro erro. Isso induzirá a novos desmatamentos e contradiz o debate que foi colocado na Câmara.

É importante ainda: compromete avanços na proteção de ecossistemas como manguezais e veredas. Isso é de uma sensibilidade absoluta. É equivocado achar que ecossistema – isto quem está falando é a Universidade de São Paulo, é a pesquisa, são os pesquisadores, é o conhecimento científico –, que você separa ecossistemas. Isso é um equívoco. Não é assim. "Vai matar os mangues". É isto que os pesquisadores dizem. Esse assunto não foi discutido. Esse assunto entrou com uma emenda, estava colocado como área de preservação permanente e, de repente, apareceu saindo e gerando uma situação de plena incerteza.

Então, é importante debater qual é a demanda e entender se temos saídas a serem construídas sem comprometer esses ecossistemas.

Tenho convicção de que o bom diálogo permitirá a construção de todas as saídas necessárias. Tenho convicção técnica disso, porque foi esse o motivo, essa foi a motivação que nos levou ao entendimento amplo dentro do Governo. Onde existiam divergências, passou-se a ter convergências, e sem comprometer nada. Ao contrário, valorizando, tendo essa visão estratégica de futuro.

A questão de segurança jurídica está exposta em várias situações no texto. Vou dar aqui dois exemplos.

Primeiro, no que dizer respeito ao reconhecimento do direito intertemporal, que é algo extremamente

importante, o que está colocado no texto diz textualmente que se deve fazê-lo a partir não da propriedade, mas, sim, de uma menção histórica a uma região, ou permite essa leitura. Isso vai gerar uma completa confusão, para que o proprietário possa dizer que estava lá, que o próprio Ministro Hoffmann é da família dele, de um mil oitocentos e tanto ou de 1900, ou estava lá em 1975, na época em que se permitia ir para a Amazônia, quando se estimulava ir para a Amazônia fazer o desmatamento e casar. Tinha-se que fazer as duas coisas: casar e desmatar para poder ter o título da terra. Essa era a política.

Então, na realidade, temos que ter critérios objetivos, para que o proprietário possa comprovar efetivamente o reconhecimento do seu direito intertemporal, e para que ele não seja jogado em uma situação de insegurança jurídica.

Outro exemplo de insegurança jurídica é aquele que determina que a vegetação em APP deverá ser mantida, porém o texto também prevê, no art. 7º, que toda a ocupação em APP será mantida e legitimada.

Isso é uma contradição. Tem-se que trabalhar com objetividade. Tivemos o trabalho de conversar com toda a área jurídica para entender como podemos avançar e aperfeiçoar isso.

Há desafios também em relação às APPs em área urbano. Há uma possibilidade de melhor trabalhar a questão de utilidade pública. Esse foi um debate muito dividido.

Há ainda situações que merecem um menção, mas rápida, por causa do meu tempo. Sobre a questão dos modos fiscais, em que não se precisa regularizar a reserva legal, como se vai trabalhar isso em agricultura familiar e pequenos proprietários? Isso não ficou objetivamente claro.

Já fiz referência à questão dos fatores históricos.

Quanto à autorização de supressão de vegetação – isso é importante -, há uma leitura de que se pode abrir a brecha para a autorização de supressão de vegetação em nível municipal. Para isso, é preciso haver uma sensibilidade absoluta. O controle de supressão de vegetação, em particular na Amazônia, é algo que precisamos discutir, quanto à natureza estratégica, pois isso poderá ser traduzido, depois, em perdas econômicas para o País.

Então, como trabalhar? Se é uma descentralização para os municípios, qual é o debate? Isso não foi feito, e a redação sugere isso.

Finalmente, também é importante assegurar ao agente público todas as condições de atuar. Há situações que ele deverá, poderá embargar. Esse conceito de embargar deverá voltar, porque, senão, estarei cometendo um crime. Não posso dar discricionariedade se estou vendo a ilegalidade.

Segundo, eu tenho que trazer punições. Quem cumpriu a lei tem de ter seus benefícios. Quem não cumpriu tem de ter uma posição clara, para evitar a discricionariedade e haver objetividade na aplicação da lei.

Existem outras situações de maior detalhe, mas me coloco à disposição, porque falta de tempo.

Para finalizar, é importante que tenhamos um olhar para o futuro. Esse olhar traz novas potencialidades para o País.

Primeiro, a economia florestal. É um código florestal, mas o texto não inova a questão das florestas. Aliás, fala de tudo, menos de floresta. Fala de uso da terra.

O Brasil participa só com 4% do PIB mundial em relação a produtos e subprodutos florestais. É uma riqueza imensa, da qual não estamos fazendo o uso devido. No Governo, estamos trabalhando com propostas inovadoras quanto a isso, que vão desde a modernização do serviço florestal brasileiro, a questão de áreas degradadas, florestas plantadas.

O texto não traz nada, ou seja, é muito fundamentando em instrumentos de comando e controle, e não traz, objetivamente – coisas de caráter mandatório -, questões de instrumentos econômicos, instrumentos estratégicos para fomentar essas novas fronteiras.

Quanto ao pagamento de serviços ambientais, o texto faz uma referência, mas discussão com REDD *plus*, com a medida provisória do Bolsa Verde, que estão acontecendo, não estão colocadas no que esta Casa está discutindo para viabilizar a ligação entre as políticas públicas, ou seja, a integração, a coordenação.

Tecnologia, investimento, exploração sustentável de recursos da biodiversidade.

Nós temos uma serie de agendas bilaterais com o Mdic, MCT, etc. O texto não fala nada, ou seja, esse olhar de você fomentar novas tecnologias, dar espaço para você ter o uso sustentável das florestas também não é dito.

Promover a partilha dos benefícios associados ou sustentar recursos genéticos em função dos ganhos do Protocolo de Nagoya, inclusive principalmente para a agricultura brasileira, também não é feita nenhuma referência à necessidade de você aprimorar essa legislação.

Diretrizes coerentes com as políticas de biodiversidade, clima, agricultura e energia.

O biodiesel está na base disso. Eu não posso...

Lembro aos senhores que a recomposição de reserva legal aparece pela primeira vez, como prioridade em 91 na política nacional agrícola deste País. Foi votada por esta Casa; não foi medida provisória que fez isso.

Senhores, temos de ter coerência. Quem vai para o Executivo é que lida, depois, com todas essas incoerências. Aí o Executivo Federal... Estou olhando o Senador ex-Governador. Há dois ex-governadores, que sabem muito bem o que significa isso na prática, claramente o que significa isso. Perdão. Há três, quatro, cinco, seis. Só tem ex-governador.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª IZABELLA TEIXEIRA – Então ótimo. Melhor, então. Ex e futuro é ótimo.

Estão vendo que importância? Estou aqui no meio de novos... Ótimo. Torço por todos.

Então, vamos lá, para finalizar.

O teto legal deve ser objetivo, deve ser simples, deve ser claro, deve facilitar sua apuração e deve reduzir a discricionariedade dos agentes púbicos, deve viabilizar a aplicação imediata.

Necessário ouvir a sociedade.

Lembro que a pesquisa de opinião publicada recentemente neste País mostra que 80% da população brasileira não aprova a redução da proteção de florestas.

Eu não acho que a intenção seja reduzir a proteção de floresta, porque o debate na Câmara foi marcado, sempre, pela expressão de que não queríamos novos desmatamentos para associá-los á agricultura. Isso era quase um mantra, era uma diretriz política do Deputado Aldo Rebelo, em que ele insistiu o tempo inteiro.

Importante, além de agricultores, ouvir cientistas, setor florestal, os jovens...

Chamo atenção para o que está acontecendo nos debates nas redes sociais para os futuros governadores.

Além disso, a lei deve tratar de um patrimônio florestal do País. Ela não está tratando de uma riqueza ecológica segmentada não; é um patrimônio do país. Por isso as florestas são de interesse público. A lei não é só para hoje. Deve ter uma visão intergeracional e deve ter um olhar para o futuro, como já ressaltei.

Finalmente, a lei deve, necessariamente, explorar todos os fomentos. Fortalecer os fomentos de controle, aqueles que estão mal colocados, mas fundamentalmente definir novos instrumentos de natureza econômica, instrumentos de fomento que possibilitem a mudança de patamar.

A lei deve criar mecanismos para coibir novos desmatamentos legais, estimular a recuperação de áreas degradadas. Isso é fundamental. O Código, como norma geral, deve orientar a atuação harmônica, integrada dos entes da Federação. Ele não deve fomentar conflitos entre os Estados, ou seja, absolutamente estratégico e, mais do que nunca, deve aperfeiçoar o que está colocado no termo de cadastramento ambiental rural.

O texto o reconhece, mas a forma como está colocada não permite que a gente faça o monitoramento do que existe de ativo de florestas nessa propriedades e possa reconhecer com outros instrumentos novas maneiras de gerar renda. Acho que é importante que a gente incremente o mecanismo de geração de renda no campo, e a proteção ambiental é um fator estratégico para isso.

Finalmente, deve reconhecer a coordenação, a integração entre políticas públicas.

Obviamente tenho várias notas, mas eu procurei fazer aqui um apanhado do que foram as discussões, dos pontos que enxergamos com mais sensibilidade. Existem outros tantos, mas acho que isso será fruto, obviamente, do debate, da interlocução que esta Casa conduzirá nos próximos meses.

Muito obrigada pela atenção.

Desculpem ter me estendido no tempo. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. (Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Ministra Izabella Teixeira, pela sua apresentação, pela sua contribuição a esse debate.

Quero aqui agradecer a presença de todos os Senadores, mas, de forma especial, eu quero agradecer a presença do Senador Russo, que está estreando conosco na Comissão de Meio Ambiente e na Comissão de Agricultura, e do Senador Sérgio Souza, que são os novatos, que recentemente assumiram o mandato de Senador.

Sejam muito bem-vindos!

Quero aproveitar também para registrar a presença, entre nós, agradecendo, pois é muita honra para nós, do Diretor-Presidente da Ana, Vicente Andreu; da Secretária da Saic, Srª Samyra Crespo; do Secretário de Biodiversidade e Florestas, Bráulio Dias, do Presidente do ICMBio, Rômulo Mello; do Presidente do Ibama, **Curt** Trennepohl; do Presidente do Serviço Florestal Brasileiro, Antônio Carlos Hummel; do Diretor de Florestas, João de Deus Medeiros; do Chefe de Gabinete da ANA, Horácio Figueiredo; do Gerente da Acip , Devanir Ribeiro, do Assessor da Ministra, Luiz Antônio, Luizão; do também Assessor da Ministra, Geraldo Siqueira. É uma alegria poder recebê-los aqui.

Estão abertas as inscrições.

Passo a palavra, inicialmente, ao Presidente da Comissão de Agricultura, Acir Gurgacz. Em seguida, à Senadora Ana Amélia.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Srª Ministra, agradeço sua presença aqui conosco e a parabenizo pelo seu debate.

Quando a senhora coloca a visão de futuro, mostra que o Governo está antenado com a situação brasileira e com a situação do Planeta. Mas essa visão de

futuro, realmente, passa a ser mais importante quando analisamos o passado, aquilo que foi feito, reconhecendo o que foi feito no passado, passado que trouxe o Brasil até onde estamos hoje, por meio da agricultura, do desenvolvimento. E, durante muito tempo, nós todos da agricultura fomos bombardeados pelos atores do meio ambiente, e com os ex-Ministros do meio ambiente também. E V. Exª coloca de uma maneira muito responsável e corajosa que precisamos avançar olhando para o futuro, utilizando, inclusive, as florestas para melhorar a renda das famílias, que podem e devem cuidar das florestas brasileiras.

Então, entendo que é um momento importante, um momento ímpar na história do nosso País.

Eu a parabenizo pela sua conduta, pelo seu pensamento. Entendo que dessa forma vamos avançar. Não tem como fazermos com que o Brasil cresça, continue crescendo sem investir em infraestrutura. E toda vez que vamos investir em infraestrutura, precisamos do apoio do meio ambiente. E V. Exª colocou muito bem: precisamos das estradas para escoar nossas produções, precisamos de estradas ao lado das florestas para que possamos também utilizar delas como turismo ecológico, que é uma ferramenta muito importante, para a qual o Brasil ainda não despertou, e não só para o turismo ecológico. A Amazônia quer ser vista pelo mundo. O mundo inteiro fala da Amazônia e não tem a possibilidade de conhecer a Amazônia por via terrestre.

Nós assistimos a europeus e americanos vindo até a divisa do Brasil com a Venezuela pela Venezuela, mas não atravessam para o Brasil porque não há estrada. Eles não conseguem chegar até o sul do País pelas nossas estradas. Por isso V. Exª coloca a importância do investimento com relação à infraestrutura, que não é só para o escoamento da produção, mas também para o turismo ecológico, o turismo amazônico, que não tenho dúvida que será uma das grandes receitas, uma das grandes rendas que teremos num futuro bem próximo se continuarmos com essa visão, tanto os agricultores quanto os ambientalistas.

Quero colocar duas questões apenas, Ministra, muito rapidamente. Como é que o Ministério vai fazer com a regularização ambiental? Temos essa questão que está sendo debatida, está sendo construída dentro do Ministério, mas esse programa de regularização ambiental é uma preocupação. Eu gostaria que a senhora pudesse colocar para a gente.

E quais serão os critérios que o Governo utilizará para aferir a existência dos quatro módulos fiscais na data base de 23 de julho de 2008, que desobriga a averbação da reserva legal, conforme texto em análise pelo Senado Federal, que já chegou aqui dessa forma? Como é que vamos avaliar isso?

No mais, quero cumprimentar V. Exª pela desenvoltura e pela sua objetividade em defender o meio ambiente sem prejudicar a produção. É a nova agricultura brasileira que tem que ser consorciada, é a agricultura em que vamos ter produção de alimentos, produção da bacia leiteira, o nosso gado de corte e também utilizando as reservas florestais, as nossas florestas, para que possamos ter renda para os nossos agricultores.

Era isso que eu tinha para colocar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Acir.

Eu recebi uma sugestão aqui. Vou sugerir um procedimento. Já anunciei a palavra para a Senadora Ana Amélia e gostaria de garantir a Senadora como a primeira inscrita, mas, em seguida, gostaria de sugerir passar a palavra aos relatores, Senador Luiz Henrique e Senador Jorge Viana, e em seguida, as demais inscrições.

Consulto o plenário se considera adequado o tempo de cinco minutos para cada Senador fazer as suas ponderações e os seus questionamentos. Eu sei que V. Exª tem muito para falar, Senador Pedro Taques, mas não propus vinte minutos.

Senador Valadares, pela ordem.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Presidente, algumas comissões têm adotado o critério de revezamento da palavra por partido político. É claro que isso tem que ter o apoio do plenário. É uma sugestão que estou dando a V. Exª. Algumas comissões têm adotado esse critério.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Vamos receber a sugestão, analisar, mas já temos uma ordem de inscritos que eu gostaria de anunciar para ser bem transparente e para que aqueles que não se inscreveram ainda possam fazê-lo.

Vamos ouvir a Senadora Ana Amélia, em seguida o Senador Luiz Henrique, depois o Senador Jorge Viana, o Senador Valadares, o Senador Suplicy, o Senador Casildo Maldaner, o Senador Cyro e o Senador Blairo Maggi.

Pedro Taques, Moka, Jayme Campos...

Vou até recomendar à Secretaria da Comissão que a partir das próximas audiências já distribua a lista de inscrições no início da sessão, porque assim os primeiros que chegarem serão os primeiros inscritos.

Pela ordem, Senador Anibal.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Eu queria sugerir, já que está sob a responsabilidade do Senador Luiz Henrique e do Senador Jorge Viana a relatoria, se seria possível ouvi-los primeiro, porque eles já estão com o trabalho encadeado, daí sim, fazer a ordem das inscrições.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Eu só gostaria de pedir a sua compreensão, Senador Anibal.

Eu já havia anunciado a palavra para a Senadora Ana Amélia. Vou garantir a palavra a ela, em seguida vamos aos relatores.

Com a palavra a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Sugiro que a Ministra responda às duas questões que fez o Presidente da Comissão de Agricultura e depois farei as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Eu queria sugerir também – submeto à consideração do plenário – que nós ouvíssemos algo em torno de cinco Senadores, em seguida a Ministra faria as suas considerações e retornaríamos às perguntas.

Com a palavra a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Cara Ministra Izabella Teixeira. Eu queria também saudar o nosso Presidente Rodrigo Rollemberg, da Comissão de Meio Ambiente, o Senador Acir Gurgacz e cumprimentá-la pela exposição. Já tive a oportunidade de conversar com a senhora. E cumprimentá-la pela clareza com que expõe um tema de tanta complexidade, mas de tanta importância e relevância para o País.

Srª Ministra, o tema que provocou o uso de uma palavra forte pela senhora, inaceitável, diz respeito à Emenda 164.

Apesar da relativa dificuldade de interpretação, o art. 8º do PLC nº 30, de 2011, do Código Florestal, determina que as futuras intervenções em áreas de APP somente ocorram nos casos de interesse social, utilidade pública ou impacto ambiental e que as atividades consolidadas até 22 de julho de 2008 fiquem mantidas, exceto no caso em que ocorra risco de integridade humana.

O texto aprovado, Srª Ministra, pelo Plenário da Câmara dos Deputados, não permite qualquer desmatamento em área de preservação permanente. No dispositivo que trata do tema, o art. 8º, a redação conferida pelo destaque aprovado na Emenda nº 164 expressamente determina que "é vedada a expansão das áreas ocupadas" (§ 4º), ou seja, não poderá haver qualquer supressão de vegetação em área de preservação permanente para implantação de novas atividades agrícolas.

Essa é a primeira questão sobre essa polêmica em torno dessa interpretação da tal Emenda nº 164.

Eu quero também colocar à senhora que o relatório do Serviço Florestal Brasileiro apresentado na gestão da senhora no Ministério do Meio Ambiente mostra que o Brasil possui 60,7% do território nacional com vegetação nativa. Eu queria saber se isso não é suficiente e, em caso negativo, o porquê, Srª Ministra, para a senhora responder.

Outra questão é a seguinte: o art. 20 do PLC nº 30 extingue a reserva legal em área urbana sem qualquer compensação. A senhora concorda com isso?

O art. 20 do Código Florestal extingue a reserva legal em área urbana sem qualquer compensação. A senhora concorda com isso? Estaria, se a senhora concordar com isso, apenas o produtor rural penalizado.

Um estudo da ESALQ, Ministra, apoiado pela WWF, SOS Mata Atlântica, demonstra que, apenas com a reposição de APP e a reserva legal, serão gastos mais de dois PIBs do setor agropecuário nacional, algo em torno de R$1,12 trilhão. A senhora tem ciência desse impacto? Qual é a sua opinião?

O mesmo estudo da ESALQ lembra que isso terá impacto em emprego e arrecadação. Eu gostaria de saber se a senhora tem dados sobre essa questão e se a Ministra tem a estimativa da perda da arrecadação da União, Estados e Municípios pelos próximos 30 anos, que é prazo atual da recomposição.

Qual é a solução prática para a situação macroimpactante da recomposição? Qual é a solução prática da situação macroimpactante das finanças públicas?

E eu queria, na última pergunta, saber qual é a medida de APP na Suécia, na Finlândia, em Portugal, na Espanha, nos Estados Unidos e na Austrália e também saber qual é a sua opinião sobre a comparação entre esses países em relação às APPs e a proposta brasileira ou a legislação brasileira em vigor.

Muito obrigada, Ministra.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Agradeço a participação da Senadora Ana Amélia. Agradeço, especialmente, o respeito em relação ao tempo, que só facilita o trabalho do Presidente.

Muito obrigado, Senadora Ana Amélia.

Passo, agora, a palavra ao Senador Luiz Henrique, que é o Relator na Comissão de Constituição e Justiça e na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Srs. Presidentes, Senador Rodrigo Rollemberg e Senador Acir Gurgacz, Srª Ministra Izabella Teixeira, Srªs Senadores e Srs. Senadores, eu quero assinalar, inicialmente, que, em matéria de meio ambiente, em matéria de proteção dos nossos ativos da biodiversidade, a Constituição Federal traçou uma diretriz muito clara no art. 24, incisos e §§, a Constituição estabeleceu que, nessas matérias, a União limitar-se-á a estabelecer normas gerais, enquanto os Estados têm competência concorrente – e concorrente não quer dizer subsidiária, complementar, supletiva, para legislar sobre a matéria.

A nobre Ministra Izabella Teixeira fez uma exposição magnífica a respeito do tema. Colocou um ponto que acho essencial na discussão e na deliberação sobre essa matéria, que é a questão da segurança jurídica. Nós não podemos gerar uma lei que não atenda às normas constitucionais, sob pena de mantermos a insegurança jurídica que vigora sobre esse tema há tantos anos em nosso País.

Nós precisamos ter uma lei que, além de atender a esses objetivos, a essa visão estratégica de futuro, mencionados pela nobre Ministra, nós temos que ter uma lei que atende ao dispositivo constitucional e que não possa ser atacada nos foros judiciários deste País.

Este é o primeiro princípio: nosso consenso terá que respeitar, primeiro, o limite constitucional para que a União estabeleça normas gerais; segundo, a competência concorrente dos Estados, ou seja, nós temos que consagrar no texto legal essa competência concorrente de forma harmônica e não conflituosa, a fim de que possamos ter efetivamente uma lei não para o próximo ano, mas para o próximo século.

Essa é a primeira observação que eu gostaria de fazer, porque, nesse ponto, um país que tem uma estrutura legal centralista, que, aliás, é a matriz dos nossos grandes problemas... Os problemas da miséria e do subdesenvolvimento decorrem da centralização dos recursos. Eles decorrem da falta de uma Federação efetivamente estatuída. Nesse caso de lei ambiental, como o fez na questão da saúde, ao criar o SUS, a Constituição traçou uma norma federativa descentralizadora.

Esse é o primeiro ponto que quero assinalar. E assinalo para que as Srªs e os Srs. Senadores saibam que temos de fazer uma lei que, além de ambiental, além de desenvolvimentista, além de agrícola, que tenha consistência jurídica.

Quero citar aqui uma decisão do Supremo Tribunal Federal, numa ação direta de inconstitucionalidade, em que era relator o Ministro Carlos Veloso. Assim decidiu o Supremo com base no relatório do Ministro Veloso:

"Penso que a norma geral, tal como posta na Constituição, tenha o sentido de diretriz, de princípio geral. A norma geral federal – melhor será dizer nacional – seria a moldura do quadro a ser pintado pelos Estados e Municípios no âmbito de suas competências. Não são normas gerais as que se ocupem de detalhamentos, pormenores, minúcias, de modo que nada deixam à criação própria do legislador a que se destinam, exaurindo assunto de que tratam.

Quero assinalar aqui afirmação da nossa ministra Izabella Teixeira no sentido de exaltar as diferenças regionais do nosso País continente, as diversidades locais, regionais. Por isso que a Constituição estabeleceu esta metodologia de dar à União arcabouço geral e chamar a competência concorrente dos Estados para complementá-la.

Entendemos que o projeto que veio da Câmara dos Deputados, aprovado por 410 Deputados, tem o arcabouço de normas gerais sobre a matéria. Entendemos também que não podemos, de maneira nenhuma, descartar este projeto que tem o respaldo de maioria mais que absoluta da Câmara Federal. Por isso, nosso papel aqui no Senado deve ser o de aprimorar o texto que veio da Câmara, naqueles objetivos inclusive traçados pela Ministra, de não deixar lacunas para interpretações, para exegeses, para dúvidas; dar à Nação lei clara e objetiva. E é neste sentido que vamos trabalhar, exatamente na diretriz de, elaborando um texto absolutamente coerente com a norma constitucional, fazê-lo de forma o mais clara e objetiva possível para que ele não possa ser atacada na esfera judiciária.

Por outro lado, fazer com que aqueles 69 artigos distribuídos em 12 capítulos e 3 seções possam expressar este objetivo nacional de proteção do nosso ativo florestal; não apenas proteger, mas estabelecer formas de transformar esse acervo em dispositivos de desenvolvimento, impedir o avanço do desmatamento, ser coerente com o decreto presidencial que estabeleceu normas a respeito da recuperação.

Não tem sentido absolutamente nenhum anistiar quem quer que seja, principalmente quem praticou delitos ambientais, conscientemente ou inconscientemente, para obter vantagens ilícitas, ilegais. Isso é um princípio fundamental, separando esses agentes delituosos de agricultores honestos, principalmente os agricultores familiares, e mais, respeitando situações consolidadas ao longo do tempo, devem-se buscar, na elaboração dessa lei, de um lado, a proteção desse ativo; de outro lado, a exploração econômica racional desse ativo, como já afirmou a nobre Ministra; estabelecer formas para que o Brasil possa ser o grande supridor de alimentos de uma população malthusianamente crescente.

Todos os estudos macroeconômicos, todos os estudos sobre a evolução populacional indicam que, em 2050, seremos 9 bilhões de habitantes no Planeta e que, desses 9 bilhões, 8,2 bilhões viverão em cidades, e que, desses 8,2 bilhões que viverão em cidades, 7 bilhões viverão em grandes, mega e médias cidades. Nós temos que ter, nessa visão de futuro, de conciliação da segurança energética, da segurança hídrica, da redução da pobreza, com a segurança alimentar, o Brasil tem uma grande vocação para fazê-lo e é preciso que nós tenhamos essa visão macro na elaboração desse projeto.

Vamos trabalhar, Sr. Presidente – já vou encerrar –, com essa visão, com esse objetivo de, em conciliar interesses os mais diversos, estabelecer sobre todos eles o supremo interesse da Nação.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, prezado Senador Luiz Henrique. Eu quero dizer que, conjuntamente com o nosso Presidente Acir Gurgacz, decidimos ser absolutamente tolerantes em relação ao tempo, em função da importância do tema e de ser um dos relatores do tema o nobre Senador Luiz Henrique.

Passo agora a palavra ao Relator pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Senador Jorge Viana.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Pois não.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sou o primeiro relator de projetos importantes na Comissão de Relações Exteriores. Se eu tiver de me afastar, eu o farei e voltarei em seguida.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Certamente, sentiremos muito a sua falta e estaremos ansiosos para recebê-lo novamente.

Com a palavra o Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, Rodrigo Rollemberg; Sr. Presidente, Acir Gurgacz, eu queria, antes de mais nada, fazer um registro da importância que o próprio Senado, as Senadoras e os Senadores estão dando a esse tema. Quando da chegada dessa matéria aqui, imediatamente propuseram uma audiência conjunta, para ouvirmos, aproveitando o tempo, transformando o tempo não em um problema, como, devemos registrar, ocorreu, e a própria Ministra reconhece, no final da votação na Câmara dos Deputados. E aqui acho da maior importância que essa primeira audiência aconteça conjuntamente.

Quero cumprimentar a Ministra Izabella pela sua exposição clara, objetiva, eu diria, com um posicionamento que ajuda no debate aqui no Senado, porque o melhor que poderia acontecer está acontecendo: o Governo ter uma avaliação sobre o texto votado na Câmara, ter a compreensão da complexidade desse tema e, ao mesmo tempo, se expor no debate já, de antemão, colocando suas preocupações. Penso que a Ministra fez isso com eficiência.

Senadoras, Senadores, nós estamos lidando, iniciando o debate aqui, no Senado, talvez, do tema mais importante deste ano, que o Senado aprecia. É um projeto complexo, que envolve muitos interesses, que trata do passado, do presente e do futuro. É uma lei longa. Nessa proposta que veio da Câmara, nós temos 69 artigos. São 48 páginas, 12 capítulos, sete seções, 131 parágrafos, 149 incisos. Do meu lado está um colega que tem sua vida dedicada ao estudo da Constituição, das leis, e à luta pelo cumprimento dela e sabe o que significa uma lei que trata de conceitos, de limites de regras, que estabelece uma substituição alterando três leis, revogando duas outras e uma medida provisória.

Temos a responsabilidade de, na hora em que estamos apreciando aqui, iniciando essa apreciação e esse debate sobre o Código Florestal, estar lidando com a sucessão de uma lei de 1934, uma lei que, graças à ação de pessoas preocupadas com o futuro, com nossa geração, que estabeleceram, a partir de uma compreensão de que o Brasil – é bom resgatar um pouco isso na hora em que a proposta de revisão do Código Florestal chega ao Senado – leva o nome de uma árvore. Um dos argumentos, usado ainda nos anos de 1800, que, especialmente, levou à preocupação de elaborar uma lei ambiental foi quando se viu que, quando da ocupação do solo brasileiro, principalmente no litoral, estava se dando com grandes danos ao meio ambiente.

Aí, nós tivemos, pela primeira vez, uma das exemplares legislações no mundo com preocupação com os recursos ambientais, o acesso aos recursos ambientais. Era uma lei de proteção à floresta. Era o reconhecimento de um potencial ainda não usado pelo Brasil.

Essa lei sofreu muitas alterações em 1965. Com a entrada em vigor da Lei nº 4.771, de 1965, nós tivemos, então, o Código Florestal que está em vigor hoje.

Obviamente, desde então o Brasil vem se firmando como uma grande potência de produção de alimentos. Seja através de criação, seja através do cultivo, o Brasil se firma e hoje é, reconhecidamente, uma grande potência de produção da agropecuária.

Muitas foram as alterações sofridas desde a aprovação da segunda versão do Código Florestal de 1965. Eu queria registrar que, em 1996, ainda no Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, o Brasil vivia uma pressão internacional muito forte – o desmatamento crescia, especialmente na Amazônia, os problemas ambientais se agravavam, os problemas sociais dos conflitos agrários tinham chegado a um extremo – e houve, naquele período, uma alteração significativa, que vale o registro, quando se estabeleceu uma alteração na área de reserva legal nas propriedades, especialmente na Amazônia, saindo de 50% para 80%.

Também em 1986, se estabeleceram os limites para as Áreas de Preservação Permanentes – a Ministra tem uma pergunta feita pela querida colega Ana Amélia – que alteraram e aumentaram a largura das matas ciliares. E foi nesse período de 1986. E por que

ocorreu isso? Porque, naquele período, o Brasil vivia um drama dos desastres naturais, ou seja, uma nova realidade com a perda de vidas humanas, com os desastres naturais se repetindo, se entendeu que estava havendo uma relação incompatível da presença e da ocupação humana com a conservação e a preservação de recursos naturais.

Então, a partir daí, nós tivemos a Lei 7.830, de 1989, que alterou outra vez a largura das APPs em mata ciliar.

Bem, vale ressaltar também... Aí, quanto a esse aspecto, eu gostaria de ter um comentário da Srª Ministra Izabella.

Em 2001, foi editada a Medida Provisória nº 2.166/67, de 2001, que promoveu várias alterações, entre elas incluiu o conceito de utilidade pública e interesse social na legislação, que nós não tínhamos. Definiu regras para a delimitação de registro de reserva legal.

Estabeleceu-se regra para recomposição, e, logo em seguida, nós tivemos – vale o registro aqui na Comissão – a edição da Resolução do Banco Central nº 3.545, de 2008, que passou a exigir documentação para comprovar a regularização ambiental para fins de financiamento agropecuário no bioma amazônico.

E também, com a edição do Decreto 6.514, de 2008, que sucedeu a Lei de Crimes Ambientais, foi estabelecida também a exigência de regularização da reserva legal e se definiram multas para o caso da não efetivação da averbação.

Esse ambiente se encontrou com um debate que já vinha acontecendo aqui no Congresso havia oito anos procurando fazer uma revisão no Código Florestal.

Eu estou falando isso porque eu gostaria de ter o comentário da Ministra Izabella, porque houve uma série de mudanças, obviamente procurando se adaptar à realidade nova do nosso País. Eu queria ouvir o comentário da Ministra porque foi estabelecida, em 2008, por meio de decreto, a regulamentação de crimes ambientais.

Com a regulamentação dessa lei, e aí eu entendo que houve certo desencontro com uma situação real que o País vivia, e a proposta da Lei de Crimes Ambientais era no sentido de fazer um reforço à legislação no sentido de estancar os danos à biodiversidade, ao meio ambiente que o Brasil experimentava. Foi editado também o Decreto nº 7.029, de 2009, o Mais Ambiente, que já foi um passo importante no sentido de equalizar a situação que a Lei de Crime Ambiental, que o Decreto de Crime Ambiental trazia, isso pressionado com a questão de exigência, aí sim, já para financiamento da agropecuária, da atividade agrícola de modo geral feita pela Resolução do Banco Central. Daí, tivemos, então, um limite para termos a decisão sobre a revisão do Código Florestal.

Eu gostaria que a Ministra fizesse uma análise destes três últimos processos: a Lei de Crime Ambiental, a Lei Mais Ambiente e essa proposta que nós temos do Código Florestal. E aí me apresento, porque estou na condição de Relator, e meu papel é mais ouvir. Não vou tomar nenhum posicionamento, até porque, senão, eu já estaria perdendo a serenidade que devo manter de mais ouvir nessa fase, mais anotar, mais registrar, mais estudar do que agora apresentar minhas impressões, porque a minha missão é de tentar colher, dentro do Senado Federal, a impressão do Senado Federal, as atitudes, as opiniões sobre uma lei tão complexa como essa, que é de tanto interesse para o nosso País, para o setor produtivo, de modo geral, para o presente e para o futuro.

Mas eu gostaria de dizer que a chegada dessa matéria aqui nos impõe um desafio tremendo. Não é o desafio apenas de olharmos para a nossa cultura tão bonita, tão relacionada à atividade produtiva rural. Qualquer um dos Senadores e Senadoras aqui, se for até a terceira geração de sua família, alguns na atual geração de sua família, outros na segunda, vai ter um encontro com o rural, com a nossa relação com a terra, com o uso da terra, com o acesso à terra, com a história do nosso próprio País.

Hoje o Brasil é uma potência do ponto de vista da produção de alimentos, da segurança alimentar, o Brasil é uma possibilidade. O Senador Luiz Henrique, talvez só com a sabedoria que ele tem por ter vivido, por ter tido uma atuação tão importante em tantos espaços da vida pública, especialmente como governador duas vezes de um Estado importante como Santa Catarina, trouxe a visão do mundo que vamos ter daqui a pouco, o mundo de nove bilhões de habitantes, e a importância que nosso País tem nesse momento.

Então, Srª Ministra, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, uma das questões fundamentais é que todo esse processo de alteração na legislação que nós vivemos até aqui, importante de ter acontecido – vale o registro –, de certa forma trouxe uma constatação. Vivemos hoje uma insegurança jurídica. Um por cento das multas aplicadas foi paga. Tem alguma coisa errada nisso. Um por cento das multas aplicadas foram recolhidas, ou próximo disso. Outro dado: com a exigência de averbação de reserva legal das propriedades, as informações que alguns estudos apontam é de que 70% das propriedades cairiam na ilegalidade ou estariam fora de uma situação regular caso esse critério fosse adotado imediatamente. Então, nós temos sim um passivo de uma lei que estabeleceu... E acho até que o Brasil avançou com ela, o desmatamento dimi-

nuiu fortemente, a produção aumentou, a produtividade aumentou, mas nós temos um problema sério, uma insegurança jurídica para quem trabalha na criação e na produção e também para aqueles que defendem a aplicação da lei.

Existe uma situação de mão dupla, e é nesse sentido que eu acho que o Congresso busca hoje uma solução para esse passivo, que é real. Obviamente que é um passivo de uso do solo, e aí as observações que a Srª Ministra trouxe são muito importantes. Nós temos sim que estabelecer um debate aqui no Senado que possa, talvez, fazer alguns ajustes na matéria como ela veio da Câmara. Nós sabemos que o tempo foi um adversário das Srªs e dos Srs. Deputados. No final, houve uma precipitação por conta do tempo, e eles mesmos reconhecem que o Senado pode fazer alguns ajustes e deve fazer alguns ajustes.

Então, há um passado, e temos que encontrar uma solução sem deseducar, sem ser antipedagógico, porque não podemos dificultar a vida daqueles – não importa a quantidade – que agiram sempre dentro da lei, separando a pequena produção, a produção familiar, da produção empresarial, mas sem ter preconceito nisso, apenas fazendo um tratamento adequado para aqueles que fazem agricultura de subsistência ou produção familiar. Mas não pode ter, na minha compreensão, nenhum tipo de preconceito, nenhum tipo de enfrentamento.

Fui governador e entendi e compreendi e aprendi a importância dessa ação conjunta da produção empresarial e da produção familiar. Sentamos todos juntos, estabelecemos um zoneamento, pactuamos, e o Acre saiu do impasse.

Fiquei muito feliz de ver, outro dia, lamentando as mortes que ocorreram e ocorrem no nosso País, que foi feito um mapa por um jornal de circulação nacional, *O Globo*, apontando onde estavam pessoas ameaçadas de morte por conta de conflitos agrários ou disputas agrárias ou questões ligadas à produção, e que o Acre não tinha nenhum registro. Era um dos poucos Estados que não tinham nenhum registro de pessoas se sentindo ameaçadas do ponto de vista da vida, que é o que temos de mais precioso.

Então, fazendo esse registro, eu queria dizer que acho que vão conduzir esse debate a serenidade e a busca do entendimento. Vou trabalhar sempre e já temos conversado bastante com o Senador Luiz Henrique.

Agora, o Brasil tem de ter a coragem de fazer o dever de casa. O Brasil é um país que conseguiu resgatar o respeito da comunidade internacional pelas medidas que adotou em defesa do meio ambiente. Isso é um fato. Nós conquistamos esse respeito. E nós temos de seguir sendo uma potência na produção de alimentos, buscando uma segurança alimentar para o mundo, mas também temos de nos firmar como uma potência ambiental no Planeta. Esse é o desafio que está posto.

Então, concluindo aqui as minhas observações e os meus comentários – e são comentários, pois, como eu disse, estou mais a ouvir -, quero dizer que como pode se explicar um país que tem quase meio bilhão de hectares de florestas hoje, que maneja, ou plantando ou manejando, um pouco menos de vinte milhões de hectares, que tem a maior área do mundo de floresta tropical, que tem 12% da água doce do Planeta, que somos o segundo em área de cobertura florestal do mundo, participar com apenas 4% do PIB vinculado à atividade florestal? Daí a importância. Temos de resolver o uso do solo, sim; temos de encontrar solução para dar segurança jurídica para quem trabalha e produz, sim; mas o Brasil tem de aproveitar esta oportunidade, em 2011, na véspera da Rio+20, no Ano Internacional das Florestas, para consolidar a sua política de incentivo, de estímulo para que possamos nos firmar como uma potência ambiental, uma potência florestal no mundo.

Eu acho que esse desafio também que vejo que não está colocado, como o tema da mudança climática, no que veio da Câmara dos Deputados e que o Senado pode incluir. Também há ciência e tecnologia e a questão das cidades, como bem colocou a Ministra.

Então, Srª Ministra, eu gostaria que a senhora comentasse um pouco também sobre esse histórico de mudanças e sobre a legislação especialmente, porque a questão do crime ambiental está presente na pequena produção e na sociedade e houve a aplicação das multas, mas não o recolhimento das multas, ou seja, a lei não pegou. As leis foram importantes, mas não pegaram. O Senador Luiz Henrique colocou muito bem: temos de fazer algo que possa pegar. Para isso, tem de haver clareza, tem de haver figuras como o Senador Pedro Taques, auxiliando-nos a dar essa segurança jurídica também.

São esses os meus comentários. Quero dizer que vou procurar cumprir um papel de, nessa relatoria, respeitar a vontade do Senado Federal, tendo um posicionamento muito firme de respeito aos produtores, mas fazendo um trabalho para que o meio ambiente não saia perdendo na hora em que fazemos a revisão da lei ambiental mais importante do País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB - DF) – Sou eu que agradeço, Senador Jorge Viana. Tenho convicção absoluta de que, com a experiência e o espírito público dos nossos dois relatores – todos os dois são ex-Governadores de Estados

importantes -, saberemos oferecer ao Brasil o melhor Código Florestal possível.

Eu passo agora a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares. Em seguida, vamos ouvir a Ministra sobre as cinco intervenções e, depois, reabriremos.

Antes, agradeço a presença honrosa para nós do ex-Senador e ex-Governador Leonel Pavan. Cumprimento, agradecendo pela presença, o Deputado Federal Valdir Colatto, Vice-Presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária, e o Deputado Federal Celso Maldaner, Vice-Presidente da Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados, dois colegas, amigos, todos dois do PMDB, de Santa Catarina.

Passo agora a palavra...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB - AM) – Presidente, quantos Senadores já falaram?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB - DF) – Já falaram quatro Senadores e falará o quinto agora, que é o Senador Valadares. Em seguida, vamos ouvir...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB - AM) – Senadora Ana Amélia...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB - DF) – Senador Acir, Senadora Ana Amélia, os dois relatores e agora será o Senador Valadares.

A lista de inscritos é: Senador Suplicy, Senador Casildo Maldaner, Senador Ciro, Senador Blairo, Senador Pedro Taques, Senador Jayme Campos, Senador Moka, Senadora Vanessa Grazziotin, Senador Aníbal Diniz, Senador Sérgio Souza...

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT - AC) – Uma ordem aí, Senador. Eu estava há bem mais tempo aqui, na Casa, que a Senadora Vanessa.

Não, pelo contrário, eu estava inscrito aqui

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Peço desculpas a todos os senadores.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT - AC) – A não ser que seja presente de aniversário. Aí, todos concordamos.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Peço que assim seja feito. Porque, na verdade, a Presidência não adotou, desde o início, a ordem de chegada, mas já orientei nossa secretaria para que, a partir da nossa próxima reunião, seja feita a inscrição por ordem de chegada; seja distribuída a lista a todos.

Senador Antonio Carlos Valadares, V. Exª tem cinco minutos.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Srs. Presidentes das Comissões de Meio Ambiente e da Agricultura, Srª Ministra Drª Izabella Teixeira, Srs. Relatores Senador Luiz Henrique e Senador Jorge Viana, senhoras e senhores Senadores, o Brasil, pelo menos por meio de suas legislações, tem manifestado, desde 1934, quando foi editado o primeiro código florestal brasileiro, uma preocupação com o manejo das florestas, considerando-as de interesse social e patrimônio vivo do interesse comum do povo brasileiro. Com a edição do código de 1965, a que se referiu o nobre Senador Jorge Viana, que fez um histórico importante, dois conceitos foram edificados: o da reserva legal e o das APPs. A reserva legal é área que deve ser coberta por vegetação natural e que pode ser explorada com o manejo florestal sustentável. As APPs são áreas de preservação permanente, áreas destinadas a proteger solos, águas, matas ciliares; são de uso limitado, que depende de autorização do Poder Público.

Em 1996, o governo baixou a Medida Provisória 1.511, reeditada varias vezes, que fixou o percentual de cobertura vegetal na composição da reserva legal: 80% na Amazônia, 35% no Cerrado, 20% no restante do País; isso porque o governo entendeu que estava havendo desmatamento exagerado que deveria ser contido; então baixou essa medida provisória. Esses percentuais foram repetidos no projeto do novo código florestal.

Conforme já amplamente esclarecido pela ministra, há pontos críticos no projeto aprovado pela Câmara dos Deputados. Durante o processo, a discussão foi colocada basicamente entre ambientalistas e ruralistas. Isso, a meu ver não foi bom porque a discussão do código está inserida no campo da ciência, das mudanças climáticas, das cidades, do papel do Governo brasileiro nas últimas convenções sobre o clima e convenções sobre biodiversidade na Conferência Rio +20 na estratégia de desenvolvimento do Brasil. É, portanto, discussão complexa que está relacionada com vários e diversos setores da sociedade e não deve ser discutida, esta questão, dentro de um ambiente emocional, mas pensando no Brasil de amanhã.

Tenho certeza de que estes nobres relatores escolhidos Luiz Henrique e Jorge Viana irão desencadear processo de ampla discussão, visando a atender a esses pressupostos.

Srª Ministra,...

Já está terminando meu tempo? (*Pausa.)*

Falei demais.

A anistia aos desmatadores.

Tem-se chamado de anistia a previsão de estabelecer que se o produtor cumprir as exigências do programa de regularização ambiental, suas multas serão convertidas em preservação e suas atividades legitimadas.

Assim, Srª Ministra, uma incongruência. Como recuperar áreas desmatadas e, simultaneamente, le-

gitimar o desmate? É claro que com essa opção vai prevalecer o desmate.

Programa de Regularização Ambiental.

O projeto propõe que deixe a esfera exclusiva do Governo Federal e passe também à dos Estados e Municípios.

Esse programa define as regras para que o proprietário de terra que praticou o desmatamento ilegal recupere sua condição legal.

Teríamos, então, uma versão ambiental do que ocorre na área tributária, com a chamada guerra fiscal. Logicamente, tenho certeza de que essa questão vai ser esclarecida e resolvida a contento pelo Senado Federal.

Emenda 164.

A questão é extremamente delicada já que envolve pequenos e médios agricultores em áreas plantadas há décadas. O Governo, na Câmara dos Deputados, teve que aceitar, mas no Senado a proposta da Emenda 164 tem de ser revista. Sem dúvida alguma, isso vai acontecer.

Na definição da área rural consolidada – art. 3º, III...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. (Bloco/PSB – DF) – Conclua, Senador, por favor.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/ PSB – SE) – ... já estou terminando, define-se a data – eu tinha dez perguntas, só estou fazendo três – 22 de julho de 2008 como marco temporal da preexistência de ocupação

Pergunto: qual o fundamento ou o critério para a escolha desse limite temporal?

Foi escolhido 22 de julho de 2008. Preste atenção, Senador Jorge Viana!

Por que não a data do primeiro decreto que dispõe sobre os crimes ambientais, que é 21 de setembro de 1999 ? Ou, ainda, por que não a data da própria lei dos crimes ambientais, que é 12 de fevereiro de 1998?

As demais perguntas, eu as entregarei pessoalmente á Ministra. Posso fazer isso, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. (Bloco/PSB – DF) – Pode, claro, Senador.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/ PSB – SE) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. (Bloco/PSB – DF) – Senadores sobre o tempo, mas essa é uma obrigação regimental, até para que todos os Senadores tenham a oportunidade de fazer suas perguntas.

Passo a palavra à Ministra Izabella, para tecer os comentários que considerar necessários em resposta aos cinco Senadores que tiveram oportunidade de falar.

A SRª IZABELLA TEIXEIRA – Obrigada, Senador Rollemberg.

Vou procurar ser o mais objetiva possível por causa do tempo e do número de inscritos.

Senador Acir, há três coisas que eu gostaria de mencionar em função de seu questionamento.

Eu mencionei a necessidade de infraestrutura. É importante que a gente entenda duas coisas. Primeira, nenhum país renuncia a desenvolvimento. O Brasil não pode renunciar ao desenvolvimento, mas deve praticar um desenvolvimento com sustentabilidade.

Temos o dever de fazê-lo pela riqueza que temos. Fazer isso, conciliando meio ambiente com desenvolvimento significa incrementar a riqueza deste País, não é perder a riqueza. Então, acho que é importante, quando faço referência a infraestrutura, que a gente faça uso de um planejamento mais estratégico para conciliar o desenvolvimento e da infraestrutura com a proteção do meio ambiente, quer dizer, como é que, na realidade, eu ganho escala.

Em algumas regiões do País em eu tenho necessidade de uso de estradas, em outras regiões, eu posso ir para outros intermodais, outros modais de transporte, como, por exemplo, as hidrovias ou de ferrovias.

Então, temos de ter uma visão mais ampla sobre o potencial de uso desses modais e como isso, na realidade, agrega valor e competitividade à nossa produção agrícola, ao uso do território e a outras produções, quer dizer, não é só agricultura, mas também o próprio desenvolvimento das cidades. Lembro que na Amazônia há 25 milhões de pessoas que vivem em áreas urbanas. Então esse debate é importante ser colocado. Eu defendo que se tenha desenvolvimento com sustentabilidade, defendo um planejamento estratégico sobre isso e defendo, claramente, que é preciso dotar de competitividade os produtos das cadeias de sociobiodiversidade, sair da escala demonstrativa e viabilizar de fato os negócios, viabilizar renda para essas populações.

Eu tive um encontro com o Presidente de uma grande rede mundial de supermercados que me disse que gostaria de colocar esses produtos em mercados no centro-sul ou no exterior, mas não tem preço competitivo para isso.

Então, é importante ter essa visão mais estratégica, mas sempre conciliando. Eu acho que todos... Não só o transporte, mas a questão de energia, a questão de portos, o Brasil precisa tratar disso em outro patamar, num desenho de sustentabilidade, e isso é condição para outra questão que foi apontada, que é a do turismo. Quer dizer, é absolutamente estratégico que a gente possa fazer uso das nossas áreas protegidas, não só as federais, mas também as estaduais e as municipais, dentro de uma visão mais ampla sobre turismo sustentável. Não só sobre turismo ecológico, mas

sobre turismo sustentável. O Brasil é rico em atrativos turísticos e pobre em negócios turísticos, do ponto de vista dos ativos ambientais.

Essa discussão precisa ser colocada em outro patamar. Não é simplesmente pensarmos que precisamos apenas ter acesso a uma área protegida; nós temos que discutir o modelo de gestão dessas áreas protegidas. Temos que discutir voluntariado, temos que discutir como eu faço a proteção dessas áreas, como eu evito as queimadas e como eu faço um turismo, um acesso a isso para todos os perfis de camadas sociais deste País. Então, essa discussão é de natureza estratégica. A visão de que proteger gera barreira para o desenvolvimento é absolutamente anacrônica e extemporânea frente ao desafio de sustentabilidade deste País.

Eu sou uma pessoa que defende o desenvolvimento de infraestrutura com sustentabilidade, mas numa visão estratégica que este País precisa ganhar escala em relação a meio ambiente como condicionante de desenvolvimento e não como uma restrição. Por isso eu fiz esta manifestação. Defendo mesmo. Acho que temos que ter um debate diferenciado sobre os próximos cinquenta anos de desenvolvimento deste País em relação, em particular, aos seis itens que elenquei aqui, que eu elegi, que, na realidade, são temas que estamos discutindo, fazendo um painel, de alto nível de sustentabilidade, nas Nações Unidas, de que faço parte, a convite do Secretário Geral.

Não dá para discutir mudança climática, segurança alimentar, como foi bem colocado aqui, sem uma visão estratégica. Eu também acho que você não pode impor ao agricultor brasileiro custo de 50% ou 60% em função de ausência de infraestrutura. Quer dizer, para produzir hoje, ele paga muito mais, porque ele poderia estar ganhando mais. Mas também temos que ter investimento em tecnologia para dar eficiência à produtividade agrícola. Ou vamos continuar com uma pecuária que, em média, tem 1,14 cabeças de gado por hectare?

O SR. LUIZ HENRIQUE (Blooc/PMDB – SC) – Produzir mais em menos hectares.

A SRª IZABELLA TEIXEIRA – Em menos hectares. Isso fez o sucesso de várias culturas brasileiras e deverá marcar a produção e o sucesso da agricultura sustentável deste País, que é o que está preconizado no Plano Agricultura de Baixo Carbono, lançado no ano passado, pelo Ministério do Meio Ambiente e o Ministério da Agricultura.

Temos aí um desafio enorme de discutir a agricultura sustentável em novos patamares e discutir infraestrutura em novos patamares. Agora, não é de maneira reativa e a área ambiental é estratégica, é condicionante para a qualidade desse desenvolvimento. Nós não somos contra o desenvolvimento. Ao contrário, nós entendemos que, com nosso aprendizado, nós temos que ter uma visão estratégica sobre desenvolvimento e fazer o uso sustentável. Há opções diferenciadas, há opções importantes que devem ser colocadas, e eu acho que este País tem, hoje, maturidade política, social, econômica e ambiental para enfrentar esse debate de uma maneira muito serena.

A segunda questão que o senhor colocou diz respeito à regularização ambiental, como vamos fazer isso.

O senhor sabe que nós temos o programa Mais Ambiente, que já foi citado aqui por alguns Senadores, e o senhor sabe que já temos concluídos todos os instrumentos do ponto de vista do Governo Federal de como vamos trabalhar para fazer essa regularização. Poderíamos estar mais avançados, só que a discussão do Código Florestal – pelo menos isto é dito por vários representantes e vários segmentos da agricultura com que conversamos e negociamos politicamente –, na realidade, engessou a mobilização, a velocidade de regularização. Estados e Municípios que tiveram esse engajamento têm resultados práticos hoje colocados na mesa. Por exemplo, o Município de Paragominas, no Pará, saiu da lista de desmatamento porque avançou no processo de regularização ambiental.

Então, temos que trabalhar não só com o Mais Ambiente, mas também numa articulação estreita com os órgãos estaduais, porque eu lembro que a competência de regularização ambiental primeira em relação à reserva legal, regularização e reconhecimento, é dos Estados. O Código diz isso.

Então, temos que ter o esforço, ter instrumentos de satélite, avançamos com o Inpe, temos um *software* já colocado, já testado pelo Ministério do Meio Ambiente, de auto declaratório, que você preenche, o agricultor vai lá e preenche com as cooperativas, e aí vai, progressivamente, num acordo de um ano, que foi dado, que é a proposta que está no PL em discussão, para estimular que todos se inscrevam para a regularização ambiental.

Eu sempre faço a comparação do Estado com a Receita Federal: temos que estimular que as pessoas possam aderir com transparência e que se sintam seguros e protegidos e, com isso, não sejam objeto de situações impróprias do ponto de vista de estar cumprindo a lei e ser colocado ou confundido com aquele que não cumpre a lei.

Em relação a uma questão que o senhor falou sobre a existência de módulo fiscal, é importante que a gente destaque um aspecto. No texto original, quando se fala de módulo fiscal, o texto que vem da Câmara faz uma menção à data em que ocorreu o desmata-

mento, à última, que é o limite de 22/07/2008, mas não vincula essa data também à data em que você estabelece o módulo fiscal, e tem que vincular. Você tem que dar clareza. A segurança jurídica passa por aí. Sem uma referência para essa data do módulo fiscal, realmente fica uma coisa subjetiva. Por isso que eu disse que existem questões técnicas, questões jurídicas, e coloco à disposição todo o nosso *staff* aqui para o Senado, para os Relatores das Comissões para que a gente possa discutir e mostrar as incoerências, porque realmente a gente precisa passar um pente fino e assegurar quando você vai trabalhar na ponta, quando vai aplicar a lei.

Quer dizer, a nossa proposta é manter a indicação do módulo fiscal, mas com uma data de referência, que deve ser a mesma. Esse é um esclarecimento que eu gostaria de fazer porque fica mais fácil de operarmos todos esses aspectos.

Agora vou falar com minha querida Senadora Ana Amélia. Novamente, prazer em revê-la. Vou fazer algumas considerações, Senadora, a partir do que a senhora me provocou.

A SRª ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – No bom sentido.

A SRª IZABELLA TEIXEIRA – Sempre no bom sentido e com sustentabilidade.

A SRª ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – É a nossa dupla preocupação, Ministra.

A SRª IZABELLA TEIXEIRA – É a nossa dupla preocupação.

Achei extremamente interessante que a senhora tivesse me provocado, no bom sentido, e que a gente possa amadurecer isso. E vou colocar alguns dados para a senhora para uma reflexão conjunta, que, obviamente, não se limita a este nosso encontro. Mais uma vez, reitero meu interesse e o convite para a senhora estar comigo no meu gabinete, junto com nossa equipe, para discutirmos tudo que eventualmente a senhora precise de esclarecimentos.

Mas a senhora nos provoca em relação, primeiro, à Emenda 164, art. 8º. Se a gente ler o texto... Vou ler o *caput*, aí tem os detalhes:

A intervenção ou supressão de vegetação em Área de Preservação Permanente e a manutenção de atividades consolidadas até 22 de julho de 2008 ocorrerá nas hipóteses de utilidade pública, de interesse social ou de baixo impacto ambiental previstas em lei, bem como nas atividades agrossilvopastoris, de ecoturismo e turismo rural, observado o disposto no § 3º.

Isso aqui, esse "bem como" é que sinaliza a abertura ou dá a sinalização de uma possível abertura para novos desmatamentos. Isso...

A SRª ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – Muda-se o texto.

A SRª IZABELLA TEIXEIRA – Sim, a senhora deu o entendimento que é o nosso entendimento, por isso era bom sentarmos e conversarmos.

Tem outras questões aqui, mas, por causa do tempo, coloco-me à sua disposição. Tenho o maior interesse que a gente possa ler e discutir isso com toda a profundidade que a matéria requer.

Outra coisa que a senhora coloca é sobre a questão de dados de florestas, se é suficiente ou se não é suficiente. Aí vou pegar os dados de estudos da Esalq, da USP, estudos publicados recentemente. Como é isso? Uso da terra no Brasil. Agropecuária, entre lavouras e pastagens, o Brasil tem 275 milhões de hectares, ou seja, 32% do território brasileiro, sendo que 211 milhões de hectares são dedicados a pastagens. De vegetação natural, temos 63% do Território nacional, sendo 33% no Sul do País e 80% na região Norte. Então, na hora que a gente vai olhar por dentro, você vai ver que na Mata Atlântica tem apenas 28%. E quero dizer o seguinte: terra indígena em área de preservação, que a gente chama de áreas protegidas, no Sul é praticamente inexistente, proporcionalmente às áreas existentes de florestas, porque a maior parte está em áreas privadas. É vegetação nativa existente sem *status* de conservação. Estou excetuando APP e reserva legal, que é da ordem de 103 milhões de hectares. Então, estamos falando de um ativo que estou dizendo com todas as palavras que devemos proteger permitindo a geração de renda, permitindo o uso sustentável daquilo que não é APP e reserva legal, permitindo o uso como está previsto no atual Código, em que faltou a regulamentação disso.

Então, o que o Serviço Florestal Brasileiro aponta, com muita propriedade, é que nós temos uma extensão de florestas, parte protegida, outra área em floresta pública, em que podemos fazer manejo florestal – e é isso que estamos fazendo com as concessões -, e uma instância de área de floresta deste País que está sob o domínio do setor privado.

Eu vou dar um dado novo para a senhora. No Estado de Mato Grosso e no Estado do Amazonas - do meu querido amigo e Senador Blairo Maggi e do Senador Eduardo Braga, também outro ex-Governador –, o perfil de desmatamento no Mato Grosso, em dados do Deter, em quilômetros quadrados, de 1º de agosto de 2010 a 31 de maio de 2011, foi, em Mato Grosso, de 824 quilômetros quadrados, dos quais 112 quilômetros quadrados são autorizados. Isso são dados da base do Governo. São dados do Deter, são polígonos, vamos ao campo etc. Há 112 quilômetros quadrados que são autorizados pelo Estado, ou seja,

é supressão de vegetação legal. Nós não estamos dizendo que não tem de...

Que não é proibido. É legal. Pode haver desmatamento legalizado. A lei permite isso. O nosso foco aqui é o debate sobre o ilegal.

Se eu for para o Amazonas, o comportamento, nesse período, é de 193 quilômetros quadrados, dos quais 11 quilômetros quadrados foram autorizados.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Total de quanto no Amazonas?

A SRª IZABELLA TEIXEIRA – 193 quilômetros quadrados. Isso é da base de dados dos Estados.

Então, o que estamos discutindo aqui que é importante, quando falamos do Código Florestal? Nós queremos estimular a conservação e o não desmatamento ilegal e queremos estimular a produção legalizada. É possível ter supressão de vegetação? É. A lei acolhe e dá os critérios de como fazê-lo. Com o que não concordo e o que acho inaceitável – daí a minha expressão – é que há propriedades hoje licenciadas, produzindo da melhor maneira possível e que pratiquem o desmatamento legal... Isso gera uma contradição para o Brasil na hora de vender a sua produção nacional e internacionalmente com que eu não preciso lidar. Quando eu falo do inaceitável, no sentido do impróprio, é que temos de ter toda a segurança jurídica para assegurar que a produção seja de maneira sustentável.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Ministra, concordo plenamente com V. Exª nesse aspecto. Tem de botar na cadeia até quem desmate ilegalmente nessa região. Não há outro recurso.

A SRª IZABELLA TEIXEIRA – Por isso, quando eu falo...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Não tem desmatamento ilegal no Rio Grande.

A SRª IZABELLA TEIXEIRA – Eu vou chegar lá. Calma, calma. Eu estou descendo.

Vamos lá, gente, por causa do tempo.

Cara Senadora, outra questão importante que a senhora colocou é a reserva legal em área urbana. O Código Florestal não trata de reserva legal em área urbana. Nunca existiu isso.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Mas não é o caso, Ministra?

A SRª IZABELLA TEIXEIRA – Não é o caso. Na área urbana, tenho planos diretores. O uso do solo é regido por outros instrumentos. Então, o que tem em área urbana é área de preservação permanente.

Aí, lembro à senhora - eu acho que a senhora recebeu, mas, se não recebeu, vou fazer chegar às suas mãos – o relatório que produzimos no Ministério do Meio Ambiente, a partir da tragédia do Rio de Janeiro, em janeiro deste ano. Parte disso é área urbana, parte disso é área rural. Ele mostra realmente a ocupação das áreas de preservação permanente e o fenômeno natural iniciando exatamente das áreas ripárias e das áreas de risco.

Então, a discussão sobre áreas urbanas merece um foco estratégico. Minha sugestão é que o Senado acolhesse esse debate e ouvisse os interlocutores sobre isso, porque é importante reconhecer a questão das áreas de preservação permanente em áreas urbanas. Agora, a reserva legal nunca foi objeto do Código Florestal em área urbana.

Em relação à questão de recuperação e custos, nós avaliamos isso e, por isso, o debate que o Executivo fez de reconhecer situações em que se têm baixo impacto, utilidade pública, interesse social e direito intertemporal, para, na realidade, aplicar com correção o que é restauração de APP e de RL. Então, isso foi largamente discutido, inclusive na Câmara de Agronegócios da FIESP, em que tem um trabalho da instituição chamado Ícone, que apresenta isso com muita clareza. É o debate que fizemos inclusive com os cientistas.

A outra questão que a senhora nos coloca – e essa eu adorei, confesso – é sobre...

(Intervenção fora do microfone)

A SRª IZABELLA TEIXEIRA – Nas outras eu vibrei, mas essa eu adorei.

É sobre a questão dos países, como é que os outros países se comportam. Isso é recorrente no debate. E é importante que a gente observe algumas questões que eu gostaria de compartilhar com a senhora.

Primeiro, muitos dos países que a senhora citou são países envolvidos que praticaram remoção das suas florestas, das suas áreas, sem observar qualquer critério ambiental ou ecológico, até porque na época em que fizeram isso não existia, não tinham nem conhecimento científico para fazê-lo.

Segundo, muitos desses países têm práticas de legislação que asseguram o que nós estamos defendendo em relação à APP. É o caso, por exemplo, dos Estados Unidos. O cidadão em Nova York bebe água da torneira, sem tratamento, etc., graças ao trabalho feito na bacia de recuperação dessas áreas e de descontaminação de agrotóxicos com os produtores rurais daquela região.

Então, se a gente olhar com cuidado esses países que a senhora citou, eu posso não ter neste formato, mas tenho intervenções tanto em relação à água quanto de controle de produção agrícola às vezes muito mais restritivas do que nós temos no Brasil. E são feitas por órgãos competentes, não só órgão ambiental como órgãos ligados à agricultura.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Nesses países, a informação que eu tenho é de que são dez metros com licenciamento permitido pela legislação a cada mês, mas em média.

A SRª IZABELLA TEIXEIRA – Sim, mas nem todo país tem rios como nós temos, não tem riqueza de biodiversidade como nós temos e não são países em desenvolvimento de área tropical.

Esse é um debate que eu fiz, por exemplo, com alguns ministros, meus amigos, de meio ambiente e alguns são de meio ambiente e agricultura. E a gente debate isso em relação à conservação da biodiversidade.

Então acho que a comparação é para ilustrar os desafios de conservação e os mecanismos que são adotados, e não divagar: porque lá não tem desse jeito, aqui não tem que ter. Esse não é um debate que o Brasil acolha, por uma razão muito simples: APP é vida. Nós sabemos disso.

Eu disse aqui: segurança para a proteção da fauna, segurança para a proteção do solo, segurança para a oferta de água. Exatamente os rios menores têm a maior demanda de proteção de APP. Os rios maiores têm uma resiliência maior, porque as áreas de preservação são maiores e você pode administrar isso.

Nem todo país tem rios com a extensão que nós temos, nem todo país, aliás, nenhum país tem a diversidade de ecossistema que nós temos.

Então o debate sobre recursos hídricos, território, clima, processo histórico, base econômica, papel da agricultura é completamente diferenciado entre o Brasil e esses outros países, embora eu reconheça que nós temos que aprender também com alguns mecanismos inovadores que são colocados por esses países como proteção, como a questão dos instrumentos econômicos. E nós fazemos pouco uso no Brasil.

Eu me senti...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Nesse caso, Ministra, dentro dessa sua lógica, por que organismos internacionais vêm trazer ou impor em alguma medida algumas práticas em relação à questão ambiental?

A SRª IZABELLA TEIXEIRA – Bom, eu não vejo que organismo internacional me imponha nada no Brasil, porque eu cumpro a legislação brasileira. E o que eu cumpro de acordo internacional é confirmado, ratificado por esta Casa. Por isso eu disse, no início da minha fala, que a própria discussão sobre biodiversidade, o acordo de 92 remeteu à soberania dos países definir o seu uso. Então, por mim, podem dizer, questionar. Eu respondo, escrevo e assino como Ministra de Estado e ofereço à Presidente do País e ao Congresso Nacional os dados concretos e relatórios nacionais que faço às Nações Unidas, cumprindo as regras das convenções internacionais. O resto pode ser especulação de um lado, especulação de outro. Mas a senhora tenha absoluta convicção: do meu ponto de vista, eu cumpro a lei brasileira. E a lei brasileira é sólida, importante, inovadora e nós temos que ter a coragem de dizer que nenhum país pode nos impor barreiras não tarifárias por descumprir legislação ambiental. Ao contrário, nós temos que fazer uma legislação ambiental objetiva, transparente, que seja cumprível e aplicável para que o Brasil use isso como fator de competitividade, e não para fazerem uso disso contra nós.

Nós temos práticas neste País que são exemplos e temos outras que não são. E a expectativa que eu tenho do Código Florestal é de que a gente faça do Código Florestal realmente uma legislação moderna e que não coloque meio ambiente conflitando com agricultura nem agricultura conflitando com meio ambiente. Isso é falso, errado. Isso é extemporâneo e anacrônico. Nós vamos entregar de bandeja para quem quer impor barreiras ao País situações que podemos evitar nesta Casa.

Então, acho que o debate aberto leva a essa objetividade, que sei que é o seu desejo e o meu.

Tanto o pequeno quanto o grande agricultor devem ter regras claras de como cumprir a legislação ambiental. E a legislação ambiental deve reconhecer claramente, nos seus instrumentos de planejamento, de licenciamento, de regularização, os ganhos associados a isso.

Temos que acabar com essa falsa dicotomia. Isso é uma bobagem já feita neste País. Eu, particularmente, acho que não precisamos perder tempo com isso.

Então, a responsabilidade está aqui num debate sereno, objetivo, sabendo reconhecer os erros do passado, mas sabendo acertar no futuro.

É esse o desafio que temos sobre a mesa.

Sobre o debate internacional, vou a qualquer fórum... Se eu tiver uma legislação boa – que, espero, tenho certeza e convicção de que o Congresso Nacional nos oferecerá -, nós iremos corrigir as imperfeições e introduzir coisas inovadoras, aquilo que couber, e tenho absoluta certeza de que defenderemos isso em qualquer fórum no mundo, qualquer um, como defendemos a política climática e o Brasil foi aplaudido de pé.

Acho que, quanto a essa coerência, precisamos ter uma visão mais estratégica e mais abrangentes sobre o que está colocado.

Por isso vibrei tanto com suas inquietações e seus questionamentos, e desculpe-me...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Adorei o seu entusiasmo com esse tema, porque, da mesma forma, para mim, também é essa a idéia.

A SRª IZABELLA TEIXEIRA – É com ansiedade. Desculpe-me, mas, enfim...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – A seguridade jurídica que a senhora define é também o que desejamos.

A SRª IZABELLA TEIXEIRA – Então, ótimo, Senadora, estamos juntas e estou à sua disposição para os esclarecimentos necessários.

Senador Luiz Henrique, eu gostei também muito das suas colocações, da sua apreciação do ponto de vista de norma geral.

Por que eu digo que o Código Florestal é uma norma geral? Porque uma questão muito simples: o ecossistema não respeita os limites dos estados nem dos municípios, que são limites geopolíticos. É uma competência da União, que dá uma regra geral. Eu vou trabalhar com estados naquilo que o senhor apontou com especificidade.

Devemos evitar que se possa ter briga – vou usar esse termo, desculpem-me –, um conflito entre estados por conta de quem regula mais ou menos restritivo. Lembro que, no passado, já tivemos isso na legislação ambiental em relação à licenciamento.

Então, é importante que União dê as regras gerais, que esta Casa defina critérios e parâmetros objetivos e as exceções, naquilo que couber. Temos instrumentos, como zoneamento e outros, que possibilitam trabalhar as especificidades na instância estadual. Agora, nunca gerando conflito entre estados ou entre estado e União. Isso é inapropriado e vai complicar a vida do agricultor e a nossa vida.

Pelo que entendi da sua fala, é exatamente isto que o senhor não quer: uma guerra ambiental entre os entes da Federação.

Também estou à sua disposição naquilo que eu possa ajudar. Concordo com o senhor, como já disse antes, que o desafio deste País de fazer parte do desafio global da segurança alimentar em torno dos nove bilhões que estarão povoando o mundo a partir de 2050.

Uma outra questão que foi apresentada aqui... Estou tentando ser bem rápida, por uma questão de tempo. Se eu esquecer alguma coisa, cobrem-me, por gentileza.

O Senador Jorge Viana, além da apreciação que ele fez sobre o histórico do processo, pediu que eu fizesse uma apreciação quanto a como essas coisas são colocadas.

Eu acho que há três coisas importantes. Todas essas decisões foram marcadas por um fato preponderante: o desmatamento legal.

O Brasil experimentou patamares de 27 mil quilômetros quadrados de desmatamento, com isso, pobreza, violência no campo, degradação, etc. e chegou, no ano passado, a 6 mil quilômetros quadrados.

Hoje lido com uma realidade muito complexa, porque esses instrumentos estão em vigor e estou tendo aumento de desmatamento, como citei aqui, em alguns estados. Ou seja, temos que propiciar condições para que as pessoas possam se regularizar e para que haja coordenação entre as políticas públicas. Se não o fizermos, vamos gerar uma situação muito complicada e contraditória, qual seja, punir qualquer um, quem comete o crime e quem cometeu no passado, que quer, na realidade, se regularizar.

Outra questão importante, que não foi objeto de debate, pelo menos não tive conhecimento, é sobre o que de fato é crime e o que de fato é infração, e o que estamos fazendo com o processo de regularização.

Quando falamos de adesão ao programa de regularização ambiental, nós estamos suspendendo a multa – ninguém está anistiando – para permitir o serviço de recuperação e a restauração dos serviços ecossistêmicos. Isso é o que a gente precisa resgatar no Código. Acho que o debate na Câmara perdeu um pouco essa objetividade. E você está misturando os programas de regularização ambiental, permitindo, inclusive, leituras, e você, *ad eternum*, emendando e prorrogando prazos e, com isso, esquentando e legitimando os desmatamentos que vão acontecendo depois de 2008.

Isso está errado. Nós temos que dar importância aos instrumentos normativos de comando e de controle adotados nos últimos anos, como foi citado aqui, inclusive a questão do Banco Central, pois esses instrumentos levaram à redução do desmatamento, são determinantes para a redução do desmatamento ilegal na Amazônia e nós não precisamos, de maneira nenhuma, afrouxá-los. Ao contrário, nós devemos mantê-los e dar saídas, para possibilitar a regularização e a eliminação do desmatamento ilegal na Amazônia e em outros ecossistemas.

O Ministério do Meio Ambiente fez um trabalho, de 2009 para cá, de monitoramento de todos os biomas. A Amazônia, supostamente conseguindo controlar o desmatamento; o Cerrado, com uma frente enorme de desmatamento ilegal; a Caatinga, com uma perda de área expressiva. Nós temos que ter o olhar diferenciado para esses biomas, senão estaremos continuando o ciclo do empobrecimento, que é um ciclo desnecessário para o País – o empobrecimento ambiental, o empobrecimento da agricultura, o empobrecimento social e econômico. Quer dizer, tudo que este País não precisa praticar em função de seu aprendizado.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Ministra, só um aparte. Nesse ponto que a senhora está falando

– acho que não me fiz claro –, parece-me que houve também uma alteração em uma das versões, entre a votada na Câmara e a anterior, no sentido de remeter para outra legislação penalidades sobre eventuais atos ilegais. Eu gostaria que também, dentro desse contexto, a senhor pudesse comentasse.

A SRª IZABELLA TEIXEIRA – Eu comentei isso rapidamente na minha apresentação. O texto do Código Florestal deve trazer as punições. Da mesma maneira que eu trago os estímulos, eu tenho que trazer a punição, com objetividade. Senão eu dou uma discricionariedade, eu posso remeter a uma situação de insegurança desnecessária. Tem que se dizer o que se quer efetivamente, como é que se quer aplicar isso. E isso o texto trazia com muita objetividade e foi removido.

Finalmente, um comentário sobre multas Um por cento das multas foram pagas, ou seja, aproximadamente 50% dos autos de infração foram pagos. Estou falando de valor com quantidade de autos.

O Decreto 3.179/99 previa cinco instâncias de recurso para as multas de valor elevado, tem um corte de valor. Depois de exauridas, as multas eram judicializadas. Este é a o ciclo perverso: eu vou no recurso e depois judicializo. Era absolutamente injusto porque só permitia recurso para valor alto, ou seja, multas superiores a 50 mil reais. Para baixo, você estava no sal.

O Decreto 6514 tratou disso, reduziu para duas instâncias. Estamos trabalhando com isso para poder acelerar o pagamento e sair dessa situação, ir além de 1% de arrecadação, embora tenha 50% dos autos de infração e reduzir a judicialização.

Isso é um vício que este País tem de criar instâncias de recursos e o próprio 6514 reduziu isso para poder facilitar. Então, acho que nós estamos no caminho certo, embora muita coisa tenha que ser feita ainda, Senador.

Eu acho que o Congresso, em particular o Senado, vai ter oportunidade de trabalhar isso em várias perspectivas nos debates que vocês vão certamente recepcionar.

Quem é que mais falta? Jorge Viana? Não, eu acho que falei tudo. Quem está faltando é o Senador Valadares. Ele foi embora?

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Eu só queria justificar que o Senador Valadares está na Comissão de Relações Exteriores sabatinando os dois embaixadores. Ele deve voltar logo.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSD – DF) – Pode ser da forma como a senhora preferir, Ministra. Se a senhora já quiser comentar, ele terá acesso às notas taquigráficas, ou também pode aguardar para responder no momento que voltar.

A SRª IZABELLA TEIXEIRA – Eu vou responder rapidamente ao que ele perguntou: o que é a data 22/07/2008. A discussão que houve na Câmara é para guardar coerência com o Decreto que foi editado e, depois, o 6514 e o que se desdobra disso. Então, essa é a razão pela qual a Câmara estabeleceu essa data e, politicamente, é o que foi encaminhado. As outras questões dele, como são dez, eu talvez converse com ele em particular porque fica mais fácil responder. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Obrigado, Ministra.

Vou passar a presidência para o Senador Acir, mas antes peço autorização do Plenário para fazer uma única pergunta e me comprometo a não me demorar mais que dez minutos.

Ministra, temos três tipos de ocupação que se deram ao longo do tempo. Uma muito antiga, diria até cultural, quando essa preocupação ambiental ainda não estava na pauta, quando os produtores rurais utilizavam, por exemplo, as margens dos rios como áreas mais férteis para plantar e ter ali uma série de culturas consolidadas, além de pastagens. Temos outro tipo, aquelas pessoas que foram incentivadas por programas governamentais e que respeitaram a lei quando da ocasião das suas ocupações. É o caso das pessoas que desmataram 50% da Amazônia quando a lei assim o permitia. E temos o terceiro tipo, já recentemente, quando a questão ambiental já estava colocada, quando já tínhamos essa MP aprovada e são pessoas que desmataram de forma criminosa. No meu entendimento, o tema é complexo, mas as pessoas mereciam tratamentos diferenciados nessa questão.

A minha grande preocupação é que se não tivermos a capacidade de construirmos incentivos econômicos que estimulem a preservação, daqui a dez anos nós, o País, estejamos de novo debatendo o código florestal, à luz daqueles que estão ou permaneceram ou entraram na ilegalidade. Diante disso, eu gostaria de saber a opinião do governo em relação a incentivos econômicos. A Embrapa, ao longo desses anos, desenvolveu duas tecnologias reconhecidas mundialmente como tecnologias de boas práticas agrícolas; eu me refiro, primeiro, à integração lavoura-pecuária-silvicultura, que permite o plantio e a utilização do mesmo espaço intensivamente por atividades agrícolas, atividades pecuárias e atividades de silvicultura, com isso reduzindo a pressão sobre áreas preservadas dos biomas, seja cerrado, sejam outros biomas, mas especialmente do cerrado, e outra que é o plantio direto, que reduziu muito o processo de assoreamento e erosão do solo, que é patrimônio fundamental para o sucesso da nossa agricultura.

Pergunto se a senhora entende que os programas de crédito, por exemplo, do Governo Federal, do Banco do Brasil, por meio de suas diversas linhas de crédito, primeiro, aquele produtor rural que ao longo dos anos averbou a reserva legal, respeitou área de preservação permanente como previa a lei, ele não deve ter tratamento diferenciado daquele que não respeitou essas questões, mesmo essa pessoa agora tendo o direito de entrar no programa de regularização ambiental? Outra questão: não seria adequado, até para estimular outros produtores a fazerem o mesmo, que os produtores rurais que estão utilizando essas técnicas de integração lavoura-pecuária de plantio direto também tenham financiamentos melhores, com juros menores do que os produtores que utilizam técnicas tradicionais?

A outra questão é a seguinte: a Embrapa tem demonstrado a preocupação que a partir da aprovação desse código florestal, com a obrigatoriedade de recomposição da reserva legal e de área de preservação permanente isso vai enorme oportunidade para o setor florestal brasileiro, mas hoje há dificuldade na disponibilidade de sementes, de mudas e de tecnologia par recuperação dessas áreas. A gente sabe da dificuldade que vive especialmente o pequeno produtor rural, que é um número muito elevado. Esses produtores rurais estão em muitas áreas de pequenos rios, em muitas áreas - digamos assim - consolidadas, onde a ocupação, nas áreas de preservação permanente, se consolidou por vários motivos, ao longo de muitos anos.

A Senhora não acha que nós deveríamos também ter incentivos econômicos bastante expressivos para que esses produtores rurais, especialmente os pequenos produtores rurais, tenham condições de recuperar essas áreas de preservação permanente, criando um benefício para o conjunto da população?

São esses os questionamentos que eu gostaria de fazer, passando a Presidência ao Senador Acir, agradecendo a compreensão do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT - RO) – Muito obrigado, Senador Rodrigo Rollemberg.

Seguindo a nossa lista de inscrição, passo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy, para que faça os seus questionamentos, em cinco minutos.

Na seqüência, nós teremos o Senador Casildo Maldaner, o Senador Ciro, o Senador Blairo, o Senador Pedro Taques, o Senador Moka e o Senador Jayme Campos.

Agora, com a palavra, o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT - SP) – Quero, Sr. Presidente, Senador Acir Gurgacz, cumprimentar V. Exª, a Ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, sobretudo pela maneira como está explicando todas as modificações que considera tão significativas para como combinar a preservação de nosso meio ambiente, as áreas florestais, com a produção agropecuária no Brasil.

Tenho duas questões, em especial.

A primeira é com respeito à alteração do art. 8º, pela Emenda nº 164, que estabelece a supressão ou intervenção da vegetação em área de preservação permanente, retira a competência do Conama e deixa a cargo da lei, que pode ser, portanto, federal ou estadual, para que isso ocorra.

Esse é um dos temas em que muitos cientistas da SBPC, o Professor Aziz Ab'saber e outros, alertaram que não será o melhor, dada a responsabilidade do Conama, de o Governo Federal ter essa competência.

Então, agradeço se V. Exª puder avaliar como fica essa transferência de competência aos Estados; se recomenda ao Senado Federal que mantenha a competência do Conama.

A segunda questão que quero formular refere-se a uma preocupação, sobretudo dos prefeitos do Vale do Ribeira, que ontem me visitaram, alertando para a questão relativa à possibilidade de proprietários rurais de outras áreas virem a compensar, digamos, a possível utilização de suas áreas, com o desmatamento havido em suas áreas, como, por exemplo, no Estado de São Paulo; mas daí poderem utilizar áreas de reflorestamento justamente na área dos municípios do Vale do Ribeira, mas, com isso prejudicando a produção agrícola, sobretudo de bananas, mas de muitos outros produtos, no Vale do Ribeira.

Então, ponderaram a mim que gostariam que essa parte possa ser revista. Eu agradeço se V. Exª puder esclarecer bem esse ponto e se propõe uma modificação com respeito a isso.

Muitas das outras perguntas que eu teria para fazer estão sendo feitas ou já o foram, sobretudo, pelos relatores e pelos que me precederam.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Nós é que o agradecemos, Senador Eduardo, por sua precisão com relação ao tempo.

Agora, com a palavra, o Senador Casildo Maldaner. V. Exª tem cinco minutos, Senador Casildo.

Muito obrigado.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Vamos tentar sintetizar.

Quero cumprimentar a Ministra Izabella, os nossos Presidentes das duas Comissões – o Acir, da Agricultura, e o Rodrigo, do Meio Ambiente – e os colegas.

Sem dúvida alguma, eu já estou notando que irá dar muito trabalho aos dois relatores. Estou sentindo aqui pelas coisas colocadas. Os Senadores Luiz

Henrique e Jorge Viana irão mergulhar com a nossa Ministra Izabella, sem dúvida alguma.

Quanto ao tema levantado – vejo até nas colocações, aqui ao meu lado, do próprio Senador Suplicy –, podemos delegar ou não podemos delegar aos Estados? Até aonde vai? Até onde é possível? Levaram a ele esse questionamento. Eu vi antes ainda, no levantamento da Senadora Ana Amélia, um questionamento de como é feito em países como a Finlândia, aqui e acolá e no Brasil. E a Ministra disse: "As questões, às vezes, em função de matas tropicais, do clima, são diferentes, e não podemos seguir orientações desta ou daquela. São coisas diferentes nos países". Imaginem, então, como é no Brasil, que também é uma espécie de continente com divergências de solo, clima, temperaturas. Temos diversidades enormes e também as divergências.

Muitas vezes sei que não devem interferir no Brasil as questões internacionais, como temos de fazer, como não fazer. A independência é nossa. Mas existe, queiramos ou não queiramos, uma nódoa de que há interferência internacional nessas questões. Isso, de certo modo, existe. É uma cultura de "não, mas os países exigem isso e mais aquilo". Claro que é bom em função até do selo verde, nas questões orgânicas e assim por diante, o que é fundamental.

Outra questão foi levantada, até pela Senadora Ana Amélia, e sobre a que fiquei me questionando foi sobre a reserva legal e a questão urbana. Sei que isso é muito difícil. Agora, pensarmos em urbanizar APPs. Acho que essa questão não pode ser descuidada, a urbanização de APPs não pode ser descuidada. Acho que temos de pensar muito em, hoje, urbanizar. Acho que a questão do Código Florestal... Também tem de ser urbanizado, porque é uma questão de vivência geral. Temos de ter esse cuidado.

Senti que há também, na questão da Emenda nº 164, conforme levantou o Senador Suplicy, a questão da multa, do crime ambiental é mais branda do que no próprio decreto que veio do Governo. Na questão dos prazos, na questão das multas, há divergência. Então, com relação a isso, até o Senador Luiz Henrique me colocava antes de se analisar onde existe alguma divergência.

O que eu gostaria também de levantar – aí é uma preocupação. Houve época – eu vi o Senador Jorge Viana levantar – em que era permitido utilizar até 80%. Hoje, é permitido até 20% em algumas regiões do Brasil. Mas quando era permitido até 80%, a questão da culpabilidade, a questão da responsabilidade, do crime tem de ser diferenciada. Nós temos de ter esse cuidado também, sem dúvida alguma.

Eu gostaria de... E ouvi o Senador Rodrigo levantar: a recuperação das florestas, o incentivo da recuperação. Se é uma região degrada, a recuperação, Ministra, dessa área. Acho que o incentivo a isso é fundamental. Houve em uma época o incentivo, e o Governo dava para reflorestar. Agora, quanto à permissão de usar a floresta, como se vai recuperar isso?

Vou encerrando.

Para recuperar isso, há um estímulo. Acho que tem de haver isso. E quem também mantém a reserva – e o Senador Rodrigo tocou firme nisso – como irá receber o incentivo? Em vários países há uma motivação para isso. Quem preserva ganha estímulos. Assim, ele não degrada, ele preserva. Há um fomento até financeiramente para isso. Eu acho que vale a pena, até para termos uma posição do meio ambiente melhor.

Por fim, eu acho que a convergência entre os dois relatores, o Senador Luiz Henrique e o Senador Jorge Viana, deverá ser grande. Buscar essa convergência para encontrarmos o que? Para encontrarmos aquele tripé que eu sempre batizo. Desde a época em que fui governador no meu Estado de Santa Catarina, Ministra, eu batizava muito. Depois eu presidi um banco de fomento dos três Estados do Sul, o BRDE (Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul), na questão de florestas em pequenas cooperativas, as pequenas propriedades. Aquilo que não pode usar para isso ou para aquilo, deixa um pedaço para reflorestar, vamos criar um meio ambiente. Então, é aquele tripé que diz: "economicamente viável, socialmente justo e ambientalmente correto". Esse tripé é fundamental. E aí é uma grande responsabilidade, sei que vamos chegar a isso, os Senadores Luiz Henrique, que é o relator da Comissão da Agricultura, e o Senador Jorge Viana, relator da Comissão do Meio Ambiente. Os dois naturalmente vão ficar alguns fins de semana se encontrando, trabalhando, não indo aos seus Estados, aqui em Brasília, com a participação da Ministra.

Para nós é importante encontrarmos aquilo que disse o Senador Jorge Viana. É uma legislação longa, como longa deverá ser a vigência dessa lei. Deverá durar, para haver segurança jurídica, como muito se diz aqui na Comissão. Precisa haver segurança na questão da produção e da sustentabilidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Casildo.

Agora, com a palavra, o Senador Pedro Taques, por cinco minutos.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Srs. Presidentes, Srª Ministra, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, bom dia.

Srª Ministra, vou ser bem objetivo. Pegando uma parte da fala de V. Exª, o primeiro ponto que temos que fazer aqui no Senado é superar as diferenças.

Nós temos o vezo de entender que o setor produtivo – muitos têm esse vezo – só comete ilegalidades, e aqueles que são tidos por ambientalistas são bancados por sentimentos e muitas vezes por outras coisas não republicanas, americanas ou europeias, para que nossos produtos não possam chegar ao mercado internacional.

Temos que construir essa ponte. Este código não pode ser um código de produtores, nem pode ser um código de ambientalistas. Tem que ser um código de brasileiros. A superação dessa diferença tem que ser feita.

Agora, a superação dessas diferenças – e cada grupo desses tem as suas verdades –, as verdades desses dois grupos possuem um limite. Esse limite é a Constituição. O setor produtivo no Brasil é valorizado na Constituição. A Constituição estabelece a iniciativa privada, nós vivemos num Estado que é capitalista, nós precisamos da chamada segurança alimentar, nós precisamos produzir. Isso está na Constituição, e sou do Estado de Mato Grosso, em que 70% da economia vem do setor produtivo. Nós seguramos a balança comercial, nós sabemos de tudo isso.

Agora, de outro lado, temos compromissos internacionais que precisam ser respeitados. O Brasil não está isolado no mundo, e esses compromissos internacionais foram trazidos para a nossa ordem jurídica e precisam ser respeitados. Tratados internacionais, protocolos, inclusive do Mercosul, a respeito disso.

Muito bem. Esses compromissos internacionais nos trazem obrigações. A Constituição da República estabelece, em seu art. 225, a preservação ambiental. Nós todos conhecemos isso. Esse código, penso, o projeto que veio da Câmara precisa sofrer uma análise para que possamos encontrar o que todos aqui estamos a buscar, que é a chamada segurança jurídica. Nós não temos segurança jurídica com o atual Código Florestal e com este projeto que aqui está.

Vou citar alguns exemplos de futuras demandas que serão levadas ao Poder Judiciário. E você levar demandas ao Poder Judiciário hoje é prejuízo. Existem relatórios do Banco Mundial que identificam o quanto o Brasil está perdendo em razão da demora dos processos judiciais. Temos 12 anos de média de um processo judicial no Brasil, enquanto, no Chile, 8 meses.

Muito bem. Vamos levar as demandas ao Poder Judiciário. Inicio a busca desta segurança jurídica, sempre lembrando que nós não podemos, em qualquer lei hoje, buscar um retrocesso.

Na proteção ambiental,

A Constituição estabelece um marco regulatório, e este marco não pode sofrer retrocesso. Existem decisões do Supremo Tribunal Federal a respeito disso. Temos que buscar essa segurança jurídica, respeitando o setor produtivo e identificando o que é um setor produtivo. Não são só os grandes produtores, nós temos que tirar a ideologia dessa discussão, tratar o setor produtivo como algo que é econômico, sem ideologia, sem politizar este tema e partidarizar este tema. Daí uma crítica que faço é a existência de um Ministério do Meio Ambiente, um Ministério da Agricultura, um Ministério da Reforma Agrária, quando deveríamos tratar esse tema como algo que seja econômico.

Muito bem. O art. 2º, ele fala que as disposições desta lei ao projeto serão – a violação a este projeto – são consideradas uso anormal da propriedade. O que é uso anormal da propriedade? Isso aqui nós vamos ter duzentos mil mandados de segurança discutindo o que é uso anormal da propriedade. Nós temos que conceituar aqui se este uso é regular ou irregular, de acordo com os ditames legais. "Uso anormal da propriedade" é um termo muito aberto, uma expressão muito aberta, que vai resultar em milhares de ações judiciais.

Eu vou encaminhar pontos, Sr. Presidente. Me permita.

O art. 3º, no Inciso II, ele fala o seguinte: *a área de preservação permanente tem, dentre outros objetivos, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora.*

"Facilitar". Nós temos que entender o que é facilitar.

Se nós temos um código voltado para a proteção, essa facilitação não pode estar aqui; deve ser "preservação", como se encontra, inclusive, em decisões judiciais nesse sentido.

Próximo ponto. Art. 3º, Inciso X. *Assegurar o uso econômico.*

Este código não pode só assegurar o uso econômico da propriedade. Nós temos que ter um compromisso aqui também da preservação ambiental e isso vai ser discutido judicialmente em vários mandados de seguranças, ações ordinárias pelo Brasil.

Art. 3º, Inciso III. Quando o projeto é todo norteado pelo conceito de área rural consolidada. Área rural consolidada, nós temos que definir bem isso. Eu vou dar um único caso que irá resultar em várias ações judiciais.

Diz o Inciso III: *a área rural consolidada, área de imóvel rural com ocupação antrópica, preexistente a 22 de julho de 2008, com edificações, benfeitorias, atividades*. E, ao final, assim: *a adoção do regime de pousio.*

Qual é a temporalidade disso? A partir de que momento nós vamos considerar isso aqui? Várias ações judiciais!

Eu poderia aqui citar, não vou falar do famoso art. 8º, que veio ao mundo pela emenda lá da Câmara, a 164, que eu respeito. Temos que respeitar...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – ...a vontade da Câmara dos Deputados, mas aqui nós vamos também ter discussões judiciais. E nós estamos partindo de um ponto, da necessidade de segurança jurídica. A Constituição estabelece um tipo de Federação, e este tipo de Federação é bem definido na divisão de competência a partir do art. 21. E o art. 24, com todo o respeito, eu não entendo no art. 24 toda essa largueza que aqui se encontra, com a possibilidade de legislação nesse sentido.

Caminho, ainda, e já vou encerrar, Sr. Presidente, as perguntas de forma objetiva. Gostaria de um comentário de V. Exª a respeito desse ponto.

Mais um ponto. O art. 38. § 3º, combinado com o Inciso IV, ao permitir a compensação em outro bioma, nós teremos aqui possibilidades de que uma área do norte de Pernambuco a reserva legal possa ser compensada na divisa do Rio Grande do Sul com Santa Catarina. Esse é um ponto que gostaria de ouvir se existe prejuízo, tendo em conta a natureza e a razão da existência da reserva legal. Para isso aqui nós teremos também teremos discussões judiciais. E já encaminho para o final, Sr. Presidente.

Por fim, o curso d'água, a proteção, a APP, nós não diminuímos a extensão, mas diminuímos o marco inicial da contagem: borda da calha do leito regular, tendo em conta que, agora, será este marco territorial e não o nível mais alto. Isso foge, inclusive, a tratados internacionais que o Brasil firma a respeito – vamos fazer aqui uma analogia com o que é mar territorial: existe o Tratado da Jamaica, que estabelece isso; e a Lei nº 8.617, que estabelece de forma diferente. Então haverá um prejuízo aqui, notadamente aos manguezais.

Gostaria que V. Exª respondesse sobre isso.

E já terminando, Sr. Presidente: topos de morro. Nós passamos a contar a partir da sela – sela com "s", como todos sabem –, e não mais a partir do mar. Isto vai resultar em repercussões, inclusive em apossamento administrativo, em desapropriações indiretas, que hoje, com a jurisprudência do Supremo consolidada, a APP não conta para indenização. Mas nós vamos diminuir a APP; ao diminuirmos a APP, aqueles que tiveram desapropriações indiretas já julgadas, inclusive com trânsito em julgado, eles poderão agora discutir a possibilidade em ação rescisória de aumentar o valor da indenização, porque agora vão diminuir... Isto tem um valor absurdo.

Este ponto eu gostaria que V. Exª, se pudesse, fizesse uma consideração.

Para encerrar, ao tratarmos do Pantanal – e sou de um Estado que, com respeito àqueles de Mato Grosso do Sul, é a parte do Pantanal mais bonita, não é isso Moka? (*Risos*.)

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS. Fora do microfone.) – Começa lá.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Começa lá e termina lá, também.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – É menor e mais feio. (*Risos*.)

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Ali nós temos uma disposição absolutamente genérica a respeito da proteção.

Eu gostaria de encerrar, Srª Ministra e Srs. Presidentes destas Comissões, e dizer que nós temos que afastar os fundamentalistas de todos os lados, como V. Exª disse, para que nós possamos buscar essa segurança jurídica. Se não for por uma questão de consciência ambiental, necessariamente, tem que ser para conquistas de mercado, porque nós precisamos fazer com que o setor produtivo possa crescer no Brasil. Agora, ele só pode crescer se conhecer as regras do jogo. Deste jeito aqui nós vamos trazer insegurança jurídica.

Eu queria que V. Exª resolvesse essas questões. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Pedro Taques.

Agora, pela ordem de inscrição, tem a palavra o Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Cumprimento os nossos Presidentes, Senador Rodrigo Rollemberg e Senador Acir Gurgacz; também dar as boas-vindas à nossa Ministra do Meio Ambiente Izabella Teixeira. E teve uma hora em que a sua plaquinha caiu Ministra, mas não foi a senhora. E vi que a senhora ficou preocupada, bateu na madeira, mas está tudo bem. (*Risos*.)

Mas eu quero cumprimentá-la pela exposição.

A primeira consideração que eu gostaria de fazer, Srª Ministra, e se possível, ainda no andamento da nossa audiência, é que a senhora pudesse deixar claro quais são os pontos nos quais o Governo diverge do que veio da Câmara dos Deputados. Inicialmente, falava-se em onze pontos, mas eu não consegui juntar esses onze pontos aqui na sua explicação.

Acho que é importante que eles venham a ser colocados claramente, para que a gente, a partir deles, consiga fazer uma discussão aqui, no Senado.

Eu também não vislumbro, mas se convencido for e tivermos que fazer mudanças para isso, não há problema nenhum. É essa questão de dizer que essa lei está... A lei não, mas o projeto que veio para cá, ele está abrindo possibilidades novas de desmatamentos. Ninguém deseja isso. Portanto, se houver essa pos-

sibilidade, nós devemos tratar isso aqui, no Senado, para que não venha a acontecer.

Acho que a grande maioria dos pontos está consolidada; e uma das questões, aqui já colocadas por vários Colegas, é a questão do art. 8º ou da Emenda nº 164, que devemos discuti-la aqui, no Senado.

Eu quero deixar uma proposta para depois discuti-la nas Comissões. Tenho muito receio quando nós generalizamos uma situação como se ela fosse igual para todos e em todos os lugares.

Na questão da APP consolidada, devo confessar que também tenho restrições de que ela seja aceita ou colocada da forma como está. Mas, também, devo colocar aqui a minha preocupação com respeito aos pequenos agricultores, ou à pequena agricultura, ou até aos quatro módulos fiscais. Assim como foi dado tratamento a eles na questão da reserva legal, também defendo que nós devemos dar um tratamento a eles na questão das APPs.

Tento explicar rapidamente o seguinte.

Na semana passada, só para ilustrar, vi na televisão um programa sobre o Jalapão. Muito bonito, mostrando a natureza, etc. Mas, dentro desse programa, foi mostrado um cidadão que sempre morou lá, vive lá e acha que é o melhor lugar do mundo e que ninguém vai tirá-lo de lá. Acontece que a casa dele, o rancho dele, se posso chamar assim, está a dois metros da água. Se bobear ela está passando por dentro do rancho dele. Como é que nós vamos tirar esse cidadão de lá? Como vamos dar, com todo respeito ao Ministério Público... O Senador Pedro fica sempre brigando comigo dizendo que vamos acabar com o Ministério Público. Não é isso. O Ministério Público tem a obrigação e é o fiscal da lei. Sei deixarmos assim, algum promotor vai passar lá algum dia, no Jalapão, e tirar esse cara de lá. Ao tirá-lo de lá, vai tirar a vida dele.

Então, essas questões é que nós devemos observar, não podemos generalizar.

Defendo que, até os quatro módulos, nós podemos fazer a consolidação, a exemplo do que a lei fez na questão da reserva legal.

Outra situação, Srª Ministra, o Estado brasileiro, e aí incluo os Estados da Federação, não têm condições, vamos ser honestos, de recepcionar 100% desses pequenos agricultores, pequenas propriedades, e dar a eles o certificado ou qualquer documento de regularidade ambiental, mesmo que seja declaratório no prazo que a lei está prevendo. Então, correríamos o risco de termos toda agricultura legalizada, a situação no campo legalizada, por dois anos e logo depois nós teríamos a ilegalidade total e absoluta talvez de 60, 70% das propriedades rurais brasileiras.

Essa é uma preocupação e acho que deveríamos tratá-la de forma diferente, porque é diferente. Mas mesmo assim, Srª Ministra, acho que nós podemos propor e o relator Jorge Viana tem colocado essa preocupação de estímulos...

(O Sr Presidente faz soar a campainha)

Não adianta ficar batendo, porque eu esperei duas horas, aqui. Agora vou falar um pouquinho mais. É automático, vamos desligar a automático.

O Senador Jorge Viana tem colocado a preocupação de incentivos fiscais para fazermos a questão da regularização. Acredito que nesses quatro módulos que estou aqui colocando para trabalharmos e deixá-los consolidados, poderíamos propor alguns programas que, ao longo do tempo, esses agricultores que hoje ocupam essas APPs possam sair da APP com um incentivo financeiro, por meio de financiamentos, redução de taxas de juros, isenção de algumas outras taxas que o Poder Público pode dar a eles.

Vou dar um exemplo de que isso é possível.

O passar dos anos, para o meio-ambiente, dois anos, cinco anos, dez anos, cinqüenta anos, não é muito relevante. Nós falamos que vamos deixar um País melhor para as futuras gerações. Para essas futuras gerações, o tempo não significa muito, se cinco, dez anos. Então, podemos criar esses programas de incentivos... Vou dar um exemplo que aconteceu em minha casa. Meu pai, quando abriu a primeira terra, lá no Paraná, para plantar, ele não queria saber de curva de nível. Alguém disse a ele que tinha que fazer a curva de nível. E ele disse que não iria estragar a terra fazendo uma curva de nível. O que aconteceu? Ao inverso do que estou tentando propor, o banco foi quem propôs a ele, dizendo que se não fizesse curva de nível, não teria financiamento. E passaram-se um ano, dois anos, ele tentando não fazer, mas no terceiro ano ele teve que fazer. Fez, gostou e está até hoje lá, e a gente deixou de mandar terra e água suja para dentro dos córregos que tinha lá. Então é possível, através de mecanismos, fazer essa mudança ao longo do tempo sem incomodar muito as pessoas, sem mudar a forma e a vida das pessoas na questão de, um dia para o outro, elas terem de sair da posição que elas se encontram.

Então, Srª Ministra, sei que a nossa responsabilidade aqui no Senado é grande, a preocupação que o Senador Pedro Taques colocou e os demais que passaram aqui, o Luiz Henrique e todos que já falaram, é real. Nós temos que fazer aqui as adequações necessárias para que tudo isso não acabe novamente em ações judiciais. O que nós queremos e precisamos é dar paz ao campo, para que ele possa produzir e le-

var adiante a grande vocação brasileira de produtor de alimentos para o mundo como um todo.

Quando nós nos referimos a outros países, que eles não fizeram, que deixaram de fazer, tenho viajado – semana passada estava fora do país – e percebo claramente: eles lá não têm as mesmas condições que nós. Eles não têm a mesma condição que temos de produzir. Tanto é que, se nós aqui no Congresso Nacional, no Senado, propuséssemos uma lei e deixássemos claro, Presidente Rodrigo Rollemberg, que o Brasil só poderá importar alimentos de outros países que tenham similaridade ambiental, nós não íamos importar absolutamente nada, de ninguém. Nem dos Estados Unidos, nem da Argentina, nem do Chile. Nada. Ninguém ia poder mandar nada para dentro do Brasil. Nós ficaríamos ilhados, isolados do resto do mundo.

Então esse é um ativo nosso. A Ministra tem toda a razão quando diz que nós vamos fazer uma lei, que é uma lei nossa, sem ouvir os demais de fora, mas, uma vez chegado ao consenso aqui dentro, nós vamos sair e dizer para eles: agora eu quero ver se vocês têm as mesmas condições que nós. E vamos tentar economicamente buscar alguma coisa de volta.

E, para finalizar, Ministra, há leis que pegam e leis que não pegam. Eu discuti isso semana passada na Europa, quando estava lá. E me perguntaram: "Quem garante que essa nova lei que vocês estão propondo e que hoje tem a concordância do setor produtivo, amanhã ou depois, não será mudada novamente?". E a minha resposta é bastante clara e simples. A 2166, quando veio, e vários Senadores fizeram referência a ela, veio em forma de medida provisória; nunca foi discutida no Congresso Nacional, nunca foi votada e aprovada. Ela vale porque vale como medida provisória que ficou naquele limbo. Não foi discutida com a sociedade. A sociedade foi pega de surpresa, colocada na canga e teve que valer até hoje.

Diferente desta lei que estamos fazendo agora, em que o relator Aldo Rebelo andou pelo Brasil inteiro ouvindo desde os ribeirinhos da Amazônia que plantam arroz e feijão nas várzeas, passando pelo Centro-Oeste, na grande agricultura, e indo para o Paraná, na pequena agricultura, e até os banhados do Rio Grande do Sul, nas várzeas. Ele ouviu e trouxe para a Câmara o sentimento nacional. Foi por isso, Ministra, que, em determinado momento, o Governo perdeu o controle da situação. Ali os Deputados estavam agindo e demonstrando o que a sociedade brasileira gostaria de ter naquele momento. Então houve ali uma queda de braço e a gente perdeu um pouco o controle da situação, que será retomada aqui no Senado Federal.

A diferença do que foi feito no passado, na 2166, para o que se pretende fazer nesse Código Florestal agora é muito grande, porque a sociedade foi ouvida, está sendo ouvida, será ouvida e vamos discutir com todos. Então eu posso, e disse ali atrás, quando na semana passada estava fora do Brasil, que estamos fazendo uma lei que está sendo discutida com a sociedade que, se aceita for, vai obedecer, vai atender a essa legislação, diferentemente do que foi no passado.

Então, Srª Ministra, Srs. Presidentes, nossos relatores, a nossa tarifa aqui não é uma tarefa fácil, mas também não é impossível, porque temos que fazer uma lei que seja aceita pelo Governo, para sancioná-la, que não façamos o enfrentamento com a Câmara, que já fez uma discussão nacional, que seja aceita pelos setores produtivos, por aqueles que querem a conservação, e que possamos dar, sem a obrigação de dar, mas mostrar ao mundo afora que nós somos o único país do mundo que tem as condições ambientais de preservação de produção e fazer com que as coisas andem da forma como está.

Eram essas as minhas considerações. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Blairo Maggi.

A Ministra vai se ausentar por dois minutos.

Enquanto isso, quero cumprimentar os Senadores e dizer Senador Blairo Maggi que, realmente, o novo Código Florestal, da forma como estamos fazendo, assim como fez a Câmara, debatendo da forma como estamos debatendo ... *(Intervenção fora do microfone.)*

Pois não, a Ministra já vem para concluir as perguntas dos Senadores.

Conforme o combinado, Senador Moka, a cada cinco Senadores a Ministra vai fazer os seus esclarecimentos e responder aos cinco Senadores.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Presidente, quantos Senadores ainda estão inscritos.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Nós temos aqui na sequência: Senador Jayme Campos, Senador Moka, Senadora Vanessa Grazziotin, Senador Anibal Diniz, Senador Sérgio Souza, Senador Ivo Cassol, Senador Eduardo Braga, Senador Randolfe e Senador João Pedro.

Nós ouviremos, na sequência, o Senador Jayme Campos, até para que o Mato Grosso seja todo ouvido, Senador Moka, para que possamos ampliar essa discussão de qual área, qual pantanal é mais belo, mais bonito. Não sei se o Senador Jayme Campos também tem essa pretensão.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – O Mato Grosso do Sul é maior e mais bonito, mas o Mato Grosso também é importante, Presidente, também é importante.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Nós vamos aqui, segundo o Senador Rollemberg, montar uma comissão, Senador Eduardo, para ver qual dos dois pantanais são mais importantes e mais bonitos para o nosso País.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Ambos.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Nós vamos verificar *in loco* para saber.

Agora, a pedido do Senador Jayme Campos, se V.Exª quiser fazer as suas colocações, pode fazê-lo a partir de agora. Muito obrigado, Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Sr. Presidente, Senador Acir Gurgacz, Sr. Presidente Senador Rodrigo Rollemberg, ilustre Ministra Izabella Teixeira, demais Senadores e Senadoras aqui presentes.

Antes de mais nada, Ministra, quero confessar aqui, de público, que V. Exª me impressionou muito pela capacidade e conhecimento da matéria, sobretudo na medida em que o viés de V. Exª não é um viés da questão ambientalista. Parece-me que V. Exª está fazendo aqui uma política de clarividência em relação à política ambiental, econômica, social do Brasil. E é dessa forma que queremos, com certeza, ter Ministros e pessoas ocupando um cargo tão importante como esse que V. Exª está exercendo.

Ministra Izabella, estamos discutindo, na minha visão, o projeto mais importante. Lamentavelmente, aqui somos meros carimbadores de papel. Somos aqui um cartório, toda tarde aqui, carimbando as medidas provisórias que chegam a esta Casa.

E quando chega aqui o projeto do Código Florestal, entendo que estamos mexendo aqui com milhões de vidas de pessoas, não só do campo, mas também da cidade. O campo faz parte de uma cadeia tanto na economia como na questão social.

E V. Exª traz aqui uma proposta que certamente vamos discutir de forma dura, responsável, independente de sigla partidária ou interesses pessoais.

Vejo que é importante o novo Código Florestal para o Brasil, porque já se exauriu o Código Ambiental editado nos idos de 1964. O mundo cresceu; hoje estamos no mundo avançado da tecnologia e, sobretudo, da economia macro. Temos que, naturalmente, também evoluir. Todavia, entendo que o Código Florestal que foi aprovado na Câmara teve participação efetiva de toda a sociedade brasileira, diante das setenta, ou setenta e tantas, audiências públicas promovidas pelo Deputado Aldo Rabelo, que visitou praticamente todo o Brasil e teve oportunidade ímpar – imagino que tenha sido um momento ímpar da sua vida pública – de ouvir, nessas oitivas que fez pelo imenso País, a sociedade de um modo geral. Entretanto, discutem-se aqui algumas mudanças que, eventualmente, tenham que ser feitas.

Eu tenho minhas dúvidas... O Senador Eduardo está apressadinho, não é? Essa é quase uma prática dele aqui, mas é um homem de bem. Tenho certeza de que ele veio aqui para proteger V. Exª, Ministra.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Peço desculpas. É que fui votar correndo e queria ouvi-la, então...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Eu gostaria de fazer várias indagações, mas, pelo adiantado da hora, vejo que já está cansada, e temos que poupá-la o máximo possível.

Mas aqui V. Exª disse – e vou falar em relação ao meu Estado de Mato Grosso – que foi desmatado algo parecido a 824 Km, 112 km autorizados pelos órgãos competentes. Eu tenho um questionamento a fazer. Primeiro, o Deter e o Prodes, por incrível que pareça, não têm, de forma precisa, dados sobre esses números. Ou seja, há aquelas ponderações, aquelas alegações de que, muitas vezes, o céu está com bastantes nuvens, que o céu está encoberto, e não se consegue aproximar mais para dar os números. Ou que choveu muito, ou que está prestes a chover também, então, as informações não são muito precisas. E pelo que me consta, imagino que aqueles números que V. Exª tirou lá são em função das informações que eles lhe deram. Acho que o próprio Ministério não tinha condições de dar-lhe essa informação de forma precisa, até porque o Deter, como bem disse, não tem capacidade suficiente para dar esses números.

Em Mato Grosso, particularmente, Ministra, temos que ter uma política clara, sobretudo sobre segurança jurídica. O Senador Luiz Henrique disse aqui que aqueles que estão fora ou à margem da lei teriam que ser punidos de forma exemplar. Eu concordo com o Senador Luiz Henrique. Todavia, meu caro Senador, se não fosse reeditado o decreto da Ministra Dilma Roussef, eu posso afiançar, com muita confiança e certeza, de que 70% a 80% dos nossos produtores estariam na marginalidade. Ou seja, estariam sendo tachados de bandidos. Lamentavelmente, nos últimos tempos, o produtor, neste País aqui, é visto de forma errônea, está sendo classificado como marginais, e não são marginais. O que nós precisamos é de regras claras, segurança jurídica. Caso contrário, o Brasil vai continuar nesse mesmo marasmo.

Vou dar um exemplo para V. Exª, que deve ter conhecimento. Eu estive visitando alguns países. Fui ao Texas, nos Estados Unidos da América, a uma exposição agropecuária, que é uma das maiores do mundo. Lá, o produtor é tratado de forma diferenciada. Além de terem os incentivos, os créditos subsidiados pelo

governo federal, o produtor rural tem a placa do seu carro diferenciada das dos demais cidadãos comuns, aqueles que não são produtores rurais. Perguntei por que aquela placa era diferente das outras, e informaram-me que era placa de produtor rural, para que, sendo abordado por policiais nas estradas, fosse tratado de forma diferenciada. Ou seja, ele é trabalhador, não é marginal, não é bandido. Aqui há uma inversão de valor.

Lamentavelmente, nós temos sido vítimas. Falo que acabei...

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – V. Exª me permite um rápido aparte?

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Com muito prazer, Senador.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – O que eu disse é exatamente o que V. Exª está dizendo. Temos que separar o depredador do produtor. Concordo com V. Exª. Eu não disse nada diferente.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Exatamente. Eu estou dizendo que, na verdade, esse decreto, se não fosse reeditado, 70% estavam na marginalidade como se fossem bandidos.

Por outro lado, Ministra, nós temos que ter políticas públicas condizentes.

Há poucos dias, ontem mesmo, nós aprovamos uma medida provisória de R$55 bilhões, que será encaminhada para o BNDES. Eu tenho a sensação, e quase certeza, de que R$4 bilhões desses R$55 bilhões vão para a fusão entre Carrefour e o Grupo Abílio Diniz. Diniz. Porque não – a Ministra Isabela é uma mulher bem-intencionada e uma grande brasileira – por que não este recurso? Vai ser canalizado para que as pessoas possam recuperar não só as áreas de APP, que muitos não têm condições financeiras, mas sobretudo para permitir que eles possam recuperar as áreas degradadas com juros subsidiados.

Eu não posso concordar, Governador Luiz Henrique, que nós brasileiros que pagamos a maior carga tributária deste Planeta... Todos os dias há aportes de recursos do Tesouro Nacional para o BNDES e, este BNDES que tinha que ser o banco de fato, porque é o Banco de Desenvolvimento Social do Brasil ele não faz nada, nenhuma atitude, nenhuma ação em relação às políticas sociais do Brasil. Por que não, esses R$4 bilhões que são apenas para fazer a fusão de dois grupos que não têm interesse nenhum...Por que razão a fusão? Não vai trazer nada em benefício para o Brasil, não vai gerar emprego para o povo brasileiro, muito pelo contrário, vai haver desemprego com certeza. Por que não, parte desse dinheiro Ministra Isabella, vai para fazer o quê? Destinar para os pequenos, para os médios, juros subsidiados para que ele possa recuperar as áreas de APP, para que ele possa recuperar as áreas degradas. Quero crer que o Mato Grosso tem mais de 20 milhões em áreas que não estão produzindo quando teria capacidade de produzir. Falta do quê? De capacidade financeira, o cidadão não tem capacidade, estão querendo sair da dificuldade agora, mas infelizmente se forma cartel da carne, estão formando o cartel do biodiesel e assim por diante – cartel até de supermercado estão formando no Brasil. É uma vergonha. Eu fico, às vezes, aqui indignado, como brasileiro que sou, fui Governador do meu Estado com muita honra, fui prefeito por três mandatos na minha cidade, hoje sou Senador da República. Estou aqui muitas vezes perguntando para mim mesmo, Governador Blairo Maggi, o que é que estou fazendo aqui nesta Casa. Não estou fazendo nada de bom para o meu povo, sobretudo para o povo mato-grossense, povo sofrido, povo que lamentavelmente hoje está debaixo da taca lá Ministra.

Não pode esse povo ser tratado como marginal. Brasileiros que foram pela vasta região do Brasil próspera e rica por incentivo do próprio Governo Federal. Todavia, hoje, são tratados como se fossem marginais. Marginal, depredador tem que ser punido exemplarmente, é a tese que defendo. Todavia, muitos têm sido vítimas de política destorcida e, sobretudo, de uma política que permitamos trabalhar com segurança em nosso País, sobretudo no Estado de Mato Grosso.

De maneira Ministra, eu estou apostando em V.Exª, que vamos ter um canal democrático, não de imposição goela abaixo, todos aqui somos maduros, mulheres bem-intencionadas que querem ver o Brasil produzindo de forma sustentável, sobretudo respeitando o nosso ecossistema. Mas não podemos perder de vista também as nossas particularidades. Cada região deste Brasil tem suas particularidades, nós particularmente, em Mato Grosso, temos três ecossistemas – que acho uma dádiva de Deus -, que é o bioma da floresta Amazônica, do Cerrado e do Pantanal.

De maneira Ministra Isabella, V. Exª tenha certeza absoluta que este é o debate mais importante que fazemos, e espero que façamos uma lei condizente acima de tudo, uma lei que possamos respeitar sobretudo os direitos adquiridos de milhões de brasileiros que certamente quer e espera que o Governo Federal, através do Poder Executivo faça com que o respeito seja dado para que ele possa ser respeitado. Muito obrigado Ministra.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado Senador Jayme Campos.

Conforme acordamos, a cada cinco Senadores a Ministra fará suas colocações. Portanto, passo a palavra para a Ministra Isabela Teixeira para responder aos questionamentos dos últimos seis Senadores que

utilizaram da palavra. E na seqüência o Senador Moka iniciará os debates assim que a Ministra concluir as suas colocações.

Com a palavra a Ministra Isabela Teixeira.

A SRª ISABELA TEIXEIRA – Vamos lá gente.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – O que diz o Senador Jayme Campos, viu Ministra Isabela...

A SRª ISABELA TEIXEIRA – Desculpe.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – O Senador Jayme Campos torceu tanto, embora, que já tínhamos uma Lei Áurea da outra Isabel, que tenhamos agora uma outra lei que também se torne áurea. Mais ou menos nessa linha. Vamos torcer para isso.

A SRª IZABELLA TEIXEIRA – Pelo menos, há um grau elevado de entropia aqui.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Tivemos, no Brasil, uma Lei Áurea da outra Isabel, não tivemos? E agora vamos torcer para que tenhamos uma Lei Áurea do meio ambiente, da questão...

A SRª IZABELLA TEIXEIRA – Eu vou ter que procurar o Conde d'Eu, então, nesta questão atual. (*Risos*.) Tudo bem. Vou falar isso na minha família.

Vamos lá. Vou procurar responder às colocações feitas pelos Srs. Senadores. Vou falar aqui claramente sobre duas questões importantes que foram colocadas pelo Senador Eduardo Suplicy.

A questão do art. 8º, Senador, da Emenda 164, tem problemas, sim. Como eu já disse antes, não só de induzir desmatamentos, como também o problema colocado pelo Senador Pedro Taques de conceitos, por exemplo, de "áreas consolidadas", de insegurança jurídica. Ou seja, como é uma matéria muito complexa, temos que nos sentar e discutir linha a linha. Foi por isso que coloquei todo o *staff* à disposição. Estamos aqui para dialogar no que for possível, para esclarecer, para eliminar a insegurança jurídica e dar um texto que seja aceito por todos.

Como nós discutimos no Governo – e isso foi suprimido no texto da Câmara –, no debate, nosso entendimento é que a lei deverá trazer, ou deveria trazer, critérios e parâmetros, dizendo com objetividade o que é "utilidade pública", "interesse social" e "baixo impacto". Não precisa ser uma lista extensa, mas é preciso deixar limites, e, a partir daí, tratar o restante numa regulamentação.

Da maneira como está colocado no art. 8º, isso remete a nova lei. Não só não se definem os parâmetros, como é explicitado que será objeto de uma nova lei, que deverá ser feita, ou seja, vai-se gerar uma situação de paralisação, exatamente para a agricultura familiar, exatamente para o pequeno proprietário.

Então, essas incoerências precisam ser resolvidas no Senado, obviamente reconhecendo-se todo o esforço do debate na Câmara. Em nenhum momento eu quero dizer que houve uma situação de eu estar contrário a isso ou aquilo. Estou apenas olhando o texto, politicamente falando, jurídica e tecnicamente falando, e dizendo o seguinte: é inexequível. E você remete exatamente o agricultor familiar e o pequeno proprietário a uma nova lei, sem dar clareza de como as coisas vão acontecer. Por isso, usei a expressão "inaceitável", depois usei "impróprio", "induz desmatamento". Ou seja, precisamos ter a serenidade para o debate da proposição, olhando a diversidade deste País.

Então, quando vejo aqui o Senador Moka brincando sobre o pantanal, com o Senador Pedro Taques ou com o Senador Blairo, só olhando a situação desses dois Estados, vemos que há muitas especificidades que precisam ser entendidas numa regra geral, e realmente é preciso saber o que é especificidade, o que é fora da Amazônia, o que é dentro da Amazônia.

Vou pegar o Estado do Mato Grosso: uma parte é fora da Amazônia, outra parte é dentro da Amazônia. O Estado está submetido a dois regulamentos distintos. Qual é a segurança jurídica se você produz mais ao sul, se você produz mais ao norte? Como é que você trabalha isso?

Por isso é que tínhamos discutido no Executivo e proposto à Câmara que tivéssemos esses critérios da objetividade para a agricultura familiar e para o pequeno proprietário e dar a regra geral também para o grande produtor, deixando para o regulamento aquilo que for exceção, aquilo que, na realidade, tem que ser trabalhado naquelas especificidades que cabem em normas específicas, e não em norma geral.

Então, essa é uma questão que é ruim como está colocada hoje, porque se retira, na realidade, a autonomia da Federação. E o efeito prático é que se vai depender da aprovação de uma nova lei, ou seja, é o pior dos mundos, do ponto de vista da gestão do meio ambiente e do ponto de vista de quem usa os recursos naturais. O pior dos mundos é a incerteza a que se pode estar submetido.

E essa avaliação não é só minha. Conversei com alguns juristas, conversei com membros de tribunais superiores sobre a aplicação da lei e sobre a jurisprudência criada sobre ela. E o entendimento é esse também.

Então, eu acho que é bom que coloquemos esses pontos no debate. E, mais um vez, Senador, entendo que temos de ampliar e entender a envergadura dessa insegurança jurídica e quais os papéis que poderão ser resolvidos na lei. E, obviamente, naquilo que couber regulamentação dos Estados ou da União e até mes-

mo do Conama, que tem um texto no terceiro nível. A resolução do Conama é abaixo de uma lei, abaixo de um decreto. É importante guardar essa coerência da formulação de normas e de legislação. E no passado nós já tivemos situações que sugeriram conflito entre resoluções do Conama e o papel de legislação em Estados, de governos estaduais e do governo federal.

Então, nós devemos evitar valorizar sempre o Conama, mas no seu papel – que a lei define – de estabelecer normas ambientais a partir de um quadro legal definido pelo Congresso Nacional e por uma regulamentação que é do Poder Executivo, porque assim o nosso sistema federativo e constitucional estabelece.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Srª Ministra. Sr. Presidente, me permita. Só nesse ponto que V. Exª levantou. Se nós fizermos o levantamento de leis, decretos, portarias, resoluções ambientais pelo Brasil todo chegaremos a quase 15 mil, se contarmos.

O ponto que V. Exª tocou é importantíssimo no sentido de nós consolidarmos isso numa lei de responsabilidade ambiental, ou o nome que se dê, para evitarmos essa insegurança. Desculpe interrompê-la, mas essa é uma questão importantíssima.

A SRª IZABELLA TEIXEIRA – Obrigada, Senador.

Então, eu reitero a minha visão de total prioridade e importância do Conama, mas também entendo que nós devemos ter segurança jurídica no quadro definido por lei, que é o que a Constituição estabelece. Então, quanto mais essa lei for objetiva e reduzir a excepcionalidade, melhor acontecerá a regulamentação na instância do Executivo, tanto do ponto de vista de norma geral quanto de normas específicas, no caso dos Estados, quanto no próprio papel do Conama naquilo que for sua competência. O.k.? Acho que esse entendimento não está tão lastreado em vários interlocutores que têm se manifestado sobre a questão do Código Florestal.

O segundo aspecto que o senhor trata é uma colocação feita pelo pessoal do Vale do Ribeira...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Os prefeitos do Vale do Ribeira estiveram ontem aqui no Senado, visitaram inúmeros senadores e colocaram a preocupação relativa à utilização de áreas normalmente produtivas lá para reflorestamento de propriedades em outras áreas...

A SRª. IZABELLA TEIXEIRA – Deixe-me compartilhar com os senhores o meu entendimento e como Governo encaminhou esse debate em interlocução com a Câmara.

A compensação de reserva legal tem uma lógica. É a lógica de que o que você não pode restaurar na propriedade, restaurar na mesma microbacia, no mesmo Estado, no mesmo bioma. Quem vai regular todo esse processo é o órgão ambiental. Essa é a primeira questão argumental do Estado, ele vai definir as áreas prioritárias de conservação, ou, na sua ausência, um decreto presidencial que já estabelece isso.

Você tem situações em que você não tem áreas em quantidade necessária para compensar o passivo existente nos Estados ou em determinada bacia. Isso está mapeado, está dito em publicações científicas. Por isso a discussão de você compensar em áreas contíguas ou no mesmo Estado que não seja naquela bacia, mas no mesmo bioma ou fora do Estado, a partir da autorização do órgão ambiental competente, ou seja, o órgão estadual, porque ele é o responsável por isso.

Então, chegou ao meu conhecimento...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. IZABELLA TEIXEIRA – Sempre no mesmo bioma. O sentido é você compensar no mesmo bioma, porque você está querendo restaurar as funções e manter os serviços ambientais e dar integridade àquele bioma. Então, não é uma questão de achismo ecológico, achismo ambiental; é uma questão sólida, técnica, científica de você dar coerência aos serviços ambientais, dar coerência àquilo que você quer do ponto de vista de proteção.

Houve um cuidado no debate, por parte do Executivo, Senador, de que nós evitássemos alguma situação perversa, que algum outro senador aqui – que não me lembro – fez referência, porque poderia ser injusto. Você, na realidade, ao comprovar que não tem áreas para isso – e você pode fazê-los em unidades de conservação –, há uma série de regras que derivam disso; você ir compensar, por exemplo, em um Estado do Nordeste onde a terra é mais barata, ou pode ser entendida como mais barata. O Sul, Sudeste, São Paulo, vou pegar o seu Estado, vai compensar lá em cima. E você levaria a uma situação de engessar áreas que não necessariamente são... Engessar, porque vai averbar reserva, aquilo ali fica como cota, que não são áreas, por exemplo, de interesse de conservação da biodiversidade, ou áreas que,, eventualmente, tenham outros usos planejados, que não seja o interesse de conservação da biodiversidade e que os governos estaduais têm como progressão de ocupação áreas que levam a novos conflitos.

Então, o debate do Executivo, que foi encaminhado à Câmara prevê que se tenham critérios muito objetivos para que se possam estabelecer os processos de compensação de reserva legal. Sempre controlados pelos órgãos estaduais, tanto do Estado que detém o passivo e, eventualmente, do Estado que vai recepcionar essa compra.

Houve uma discussão, que mencionei rapidamente, que não foi recepcionada pela Câmara, que é a possibilidade de se usar, também, no mesmo bioma, áreas degradadas. Então isso não foi recepcionado.

O receio dos prefeitos do Vale do Ribeira tem uma justificativa: eles têm uma dificuldade de se verem prejudicados. É uma área linda de preservação remanescente de mata atlântica, conhecida, acho que de maneira equivocada, como a área mais pobre do Estado de São Paulo. Para mim, é a área mais rica, porque detém a maior biodiversidade do Estado de São Paulo e que os órgãos estaduais, ou se definirmos critérios mais objetivos, poderão recepcionar compensações prioritárias, e assim deve ser nos Estados, e só depois se exportar para outros Estados no mesmo bioma. Porque o interesse é de se manter os ecossistemas, os serviços ambientais e as funções ecológicas o mais próximo possível da produção onde se tem o passivo, sem, obviamente, criar engessamento do processo.

Então, toda a discussão que o Executivo teve com a Câmara foi uma discussão de permitir essa avaliação de situações, que são diferenciadas nacionalmente, e dar alternativas para que o gestor público, com base em critérios técnicos e objetividade, possa encaminhar soluções sem excluir situações de justiça ambiental e justiça social.

Eu, particularmente, defendo a compensação na área do Vale do Ribeira, eu Izabella, particularmente, é uma maneira de gerar renda para aquela população que lá defende os ativos de biodiversidade de mata atlântica e, mais do que isso, promover o desenvolvimento sustentável naquela região que carece de novas alternativas. Eles não podem ser vistos como pessoas – entre aspas – "pobres". Ao contrário, devemos valorizar e dar solidez à agricultura que tem, em São Paulo, passivos em relação à reserva legal.

Então, a nossa discussão no Executivo foi encaminhada nessa direção. Acho que o texto deve ser revisto ou aperfeiçoado no sentido de acolher essa diversidade de situações e resgatar os princípios de conservação da biodiversidade, de funções ecológicas que estão associados a uma leitura econômica e social de compensação de reserva legal. Está Ok.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Muito obrigado.

A SRª IZABELLA TEIXEIRA – Espero que eu tenha sido clara. Então, a questão do Senador Suplicy está respondida.

Foi colocada aqui, também, uma questão sobre soberania nacional, e sobre acordos.

Quero lembrar que os acordos internacionais são todos ratificados por esta Casa, todos. É uma obrigação constitucional. Então, o Governo brasileiro não age sem que esta Casa possa dizer que está Ok, reconheça e vamos cumprir. E temos mecanismos de informar a esta Casa sobre o cumprimento de tudo que estamos fazendo por intermédio dos relatórios nacionais.

O Brasil, hoje, exerce uma liderança internacional em relação a vários acordos multilaterais na área de meio ambiente. Nós fomos, no ano passado, na Convenção de Diversidade Biológica, reconhecidos como o país que mais cumpriu a convenção. Isso é importante destacar. E acho que temos uma liderança mundial na questão de sustentabilidade. Eu me coloco como uma pessoa que defende a sustentabilidade. E acho que um exemplo claro, na semana passada, foi a eleição do nosso Graziano para o cargo da FAO. Esse é um reconhecimento internacional para o País. Estive com vários presidentes, na África, fazendo, ajudando em um debate sobre florestas, e as pessoas discutindo a questão de produção agrícola e como era o avanço do biodiesel, como se trabalhava. A discussão era o Brasil fortalecendo o papel da Cooperação Sul-Sul.

Então, não tenho esse receio. Acho que, ao contrário, devemos é potencializar os ganhos que temos da ação do Governo brasileiro nos acordos multilaterais de meio ambiente, e traduzir isso como uma vantagem competitiva na nossa ação econômica e social nos fóruns que são colocados internacionalmente. Acho que não se trabalha os ganhos da questão ambiental de maneira adequada na competitividade econômica e social deste País, nos outros fóruns internacionais. Acho que esse é um desafio que temos. Se removemos preconceitos, foi falado isso aqui e acho correto, vamos olhar,sim, um país com uma visão de desenvolvimento sustentável, vamos olhar, sim, um país que é o G1, fala-se tanto em G – inclusive o ponto G. Enfim, fala-se tanto em G que o Brasil é o G1 em biodiversidade. Acho que devemos valorizar isso como um ativo de competitividade e desenvolvimento sustentável deste País.

Então, é hora de entender o que estamos fazendo em meio ambiente. Concordo que, com fundamentalistas dos dois lados, ninguém leva a nada, mas tenho certeza de que - e vou dar um exemplo concreto, pois acabei de passar isso na Europa numa pergunta sobre a questão do etanol, da cana -, quando eu coloco na mesa o argumento do zoneamento agroecológico da cana feito e mostro como é que foi tudo mapeado, todo mundo cala a boca e todo mundo diz "Bem, está certo". Então, acho que temos de valorizar esses mecanismos que temos e as conquistas dos acordos multilaterais de meio ambiente. O Brasil pouco conhece os esforços que este País tem e o reconhecimento internacional que este País tem na área ambiental. Não minimizem isso. É muita coisa. E devemos traduzir isso em riqueza

e em reconhecimento social e político para este País. Trabalhamos duramente com isso. Então, eu não temo essa discussão internacional. Ao contrário. Acho que devemos que devemos trabalhar com ela numa outra perspectiva.

Senador Pedro, o senhor abordou vários pontos e eu gostaria de conversar com o senhor com mais detalhes, mas concordo plenamente com duas coisas: a insegurança jurídica e a questão da jurisprudência. Nós não podemos errar nisso. Cada vez que converso com os Ministros de Tribunais Superiores, com juízes, ou seja, quando se vai para a ponta, vê-se a delicadeza do que é mexer sem entender a envergadura do que está se mexendo. Então, posso ter, sim, segundo alguns juristas, alguns juízes me dizem, como o senhor afirmou aqui, situações de retrocesso e, na realidade, novas indenizações. Então, essas nuvens de incertezas devem ser removidas no debate nesta Casa. É a minha opinião. Acho que, do ponto de vista do que colocamos, de topo de morro, de APP, de mudança de critérios de medidas, podemos discutir, porque têm justificativas técnicas e debate jurídico sobre isso - o que motivou, o que acolheu essa proposta de tal maneira que corrija erros que foram colocados em normas ambientais no passado. Então, eu não tenho nenhum problema. Convido o senhor para estar conosco, para podermos discutir com mais propriedade, com mais especificidade.

Em relação à questão da dívida agrícola, que também foi colocada aqui, eu diria que o texto é ruim. O texto que está colocado, na minha opinião, dá a entender – ouçam a expressão que estou usando: dá a entender – que se vai dar um benefício financeiro adicional só para quem agiu irregularmente, na medida em que a pessoa vai para a regularização. Quem agiu dentro da lei - é um pouco do que os senhores colocam aqui em relação a incentivar que as pessoas possam produzir cada vez mais de maneira sustentável -, quem não tem passivo ambiental acaba por não ser beneficiado, ou seja, quem cumpriu a lei é colocado, muitas vezes, na mesma cesta com quem descumpriu a lei. Eu acho isso errado. Eu acho que temos de ter um debate. Eu não sei o formato dos incentivos, se são incentivos, se são estímulos, se são estímulos administrativos - por exemplo, facilitar as licenças ambientais, renovar as licenças de maneira mais eficiente. Têm várias maneiras de se discutir isso, além do pagamento de serviços ambientais, em que o Governo avançou e sobre o que o Congresso traz um debate, além das próprias discussões que este Congresso acolhe sobre a questão de Redd, sobre se ter coerência no mecanismo de emissões evitadas por redução de desmatamento. Então, tem uma envergadura de possibilidades, que, no meu entendimento, foram pouco discutidas na Câmara e, portanto, o texto não reflete essas possibilidades, o que inclusive o Senador Rollemberg aponta.

Acho, Senador Rollemberg, em relação à questão do direito intertemporal, que também o texto não está bom. Eu já fiz menção a isso, que remete a uma insegurança jurídica enlouquecedora. Mais que isso: quem, na realidade, praticou sem ter a lei ambiental, que é o primeiro grupo, precisa ter condições de estar regular, ou seja, precisa objetivamente dizer que ele não descumpriu lei nenhuma, ele simplesmente plantou.

Em relação aos 50% de reserva legal, temos de ter cuidado na Amazônia com o que está colocado sobre o zoneamento. Da maneira como está colocado no texto, eu vou abrindo outras possibilidades, além da de quem desmata além de 2008. Eu não firmo a relação de tempo. Eu não dou objetividade ao texto. Cuidado, porque quem está antes de 2008 pode ser confundido depois com quem praticar desmatamento além de 2008, como, aliás, recentemente, é o caso novamente do Estado de Mato Grosso, com a lei estadual de Mato Grosso, que traz até a publicação da lei em 20 de abril de 2011, o que é uma situação absolutamente incoerente e que, segundo declarações do próprio Governo do Estado, tem estimulado o desmatamento ilegal. Então, aí é uma questão de debate.

E a terceira questão é a forma criminosa, porque tem gente que vai descumprir sempre a lei. E aqui vem uma observação importante. Quando o Sr. Governador e Senador Jayme Campos falou sobre os dados, sobre o Deter e Prodes. Vou explicar um pouco sobre isso, mas quero dizer ao senhor o seguinte: o Deter é um instrumento que auxilia a fiscalização. Dos dados que coloquei aqui, que são do Deter, 80% dos polios foram checados em campo, pelo Ibama. E tenho condições de dizer, desses 80%, e estou fazendo uma comparação deste ano com o ano passado, foram checados este ano, o que é desmatamento, o que é degradação florestal, ou seja, futuro desmatamento, o que é erro de leitura. Erro, infelizmente, é menos de 1%. Eu adoraria que fosse o contrário.

Então, na realidade, estamos, sim, enfrentando frentes novas de desmatamento não autorizado. Essa é a minha preocupação. E a sociedade brasileira terá de aprender a discutir a questão de desmatamento autorizado. Porque, na medida em que formos reduzindo esse desmatamento ilegal, vamos fazer frente com o desmatamento legal, e aí temos de otimizar o uso exatamente dessas novas áreas, porque entendo, particularmente, que não precisamos desmatar floresta para produzir de maneira sustentável. O Brasil pode e deve ampliar a agricultura e tem maneiras de fazê-lo,

certamente, além da eficiência de sua produtividade, usar áreas degradadas e desmatar aquilo que é autorizado pela lei.

Quer dizer, a pior situação que temos hoje é uma situação que, infelizmente, estou encontrando, e não gostaria de estar encontrando, de gente que pratica a competitividade, que tem licença ambiental, que faz um esforço, e esse é um esforço do Governo do Estado, a gente tem que reconhecer aqui o esforço do governo do Estado. Estou olhando para o Senador Blairo Maggi, e sei, porque nós discutimos para ter o MT Legal, eu sei o que nós sofremos de maneira sustentável para encontrar o ponto de equilíbrio. E esse esforço, de repente, fica em xeque, não todo o esforço, porque você vai ter um produtor que tem licença, que tem regularização e que, de repente, está praticando ilícitos. E eu embargo tudo, eu embargo a área, e o resultado da lei é cassar a licença dele. Fica uma história que não faz muito sentido. Claro que são situações específicas porque tenho certeza de que a parceria com os governos estaduais vai levar a soluções sólidas e que vamos evitar isso, mas esses dados que estou citando são dados que estão acontecendo de fato hoje. E acho importante que o debate do Código Florestal tenha sempre em vista uma situação que o Brasil, nesta Casa, votou, nesta Casa, que é a política de clima e os novos caminhos em relação ao combate ao desmatamento ilegal e a produção sustentável, como a agricultura de baixo carbono.

Estou vendo aqui o ex-Ministro Stephanes e me lembro de quando conversávamos exatamente sobre o início de termos agricultura de baixo carbono, depois consolidada pelo próprio Ministério da Agricultura no passado. Ou seja, temos caminhos, não é antagonismo. É simplesmente abandonar as más práticas e colocarmos as boas práticas que a agricultura brasileira também tem. Então, temos que tirar a vilania da mesa. Eu não gosto dessa situação de calma, Cassol. Está aí o Governador. E, na realidade, nós temos uma ação de privilegiar e destacar as boas práticas e a competitividade da agricultura brasileira.

Por fim...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Ministra...

A SRª IZABELLA TEIXEIRA – Pois não. Fala para o Blairo.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Se V. Exª me permite, Sr. Presidente, gostaria de fazer um aparte à Ministra. A senhora está concluindo essa bateria de ações, quero apenas fazer uma indagação. V. Exª sabe perfeitamente em relação ao Decreto nº 6.961, faço só uma indagação. V. Exª concorda que as que foram antropizadas há 150 anos, 200 anos, durante o ciclo do ouro, do ciclo de diamante, elas podem ser inviabilizadas para uma nova atividade econômica, sobretudo, V. Exª conhece o decreto, que é em relação à bacia do Alto Paraguai, que inviabilizou algo em torno de 121 Municípios, que não poderão plantar a cana. Ou seja, nessa região, Ministra, já tem essa atividade econômica há 30, 40 anos, por sinal com algumas usinas funcionando em pleno vapor, não só para o etanol, como açúcar. Entretanto, o Governo, no dia 17 de setembro de 2009, baixou esse decreto, inviabilizando uma vasta região do Brasil que, certamente, é propícia para essa atividade e que permitiria, com certeza, melhorarmos não só os milhões de litros de etanol que se produzem, como também até melhorar a contribuição com a balança comercial na exportação do açúcar.

A senhora não acha que tem que ser revista, diante do fato de que essas áreas já foram antropizadas há muitos anos? E esse decreto, lamentavelmente, foi pernicioso a algumas centenas de milhares de famílias que já estavam produzindo e que iriam apenas ampliar, não desmatariam sequer um pé de árvore. Iam apenas aproveitar as áreas degradadas que poderiam produzir e, certamente, de forma autossustentável, e isso gerando, com certeza, não só riqueza, empregos, políticas sociais, que por meio deles viriam. Enfim, acho que seria de bom alvitre V. Exª, competente, sábia, inteligente, brasileira como é, reestudar esse decreto para não penalizar 120 Municípios do Mato Grosso, Senador Rodrigo, que foram penalizados, dizendo que podem plantar cana e, nessa mesma região, já tem várias usinas funcionando há 20 anos, 30 anos. É só essa a minha participação. Agradeço a V. Exª.

A SRª IZABELLA TEIXEIRA – Daqui a pouco comento.

O Senador Blairo Maggi fez alguns questionamentos... *(intervenções fora do microfone.)* Ele chegou tarde... Vou entregá-lo. *(Risos.)*

Senador Blairo Maggi, vou dar aqui um exemplo do que a gente entende que pode induzir a novos desmatamentos e termos tantos outros. Tanto no art. 8º, como já fiz comentário aqui com a Senadora Ana Amélia, quanto a mudança do zoneamento econômico, podem reduzir a RL para fins de regularização no lugar exclusivamente de fins de recomposição. Isso admite ou pode levar à prática de que você desmata e se regulariza de uma maneira ao longo do tempo e não recompõe, porque você não define, não está definido no texto que é até 2008. Então, você, na realidade, tem uma leitura cinzenta que leva, pode levar à interpretação de que se você colocar uma trava e dar coerência em outros artigos, porque o texto tem situações em que você afirma aqui; aí você lê dez artigos

mais à frente e vê uma contradição em relação ao que você afirmou. Então, além da insegurança jurídica, isso vai criando vazios com que você pode, na realidade, tentar viabilizar novos desmatamentos de natureza ilegal. Então, acho que, mais uma vez, estou à sua disposição, a gente pode ler, passar os critérios etc.

Sobre os pontos do Governo, vamos fazer chegar aqui todos, de maneira colocada direitinho pelas lideranças, mas eu também vou tornar disponível para os relatores a minha apresentação. Quando eu falei aqui, tenho uns pontos que falei e que vou tornar disponíveis para os relatores sem nenhuma dificuldade.

A questão de margem de rio precisa incorporar orientações objetivas para o limite da regularização de ocupação em rios superiores a dez metros. Fala até cinco metros; depois de dez metros, perdeu-se a objetividade, e tenho situações de direito intertemporal de que tenho que tratar. Então, é mais questão em que o texto está capenga – posso usar esse termo mais popular.

Tem uma coisa importante também colocada. Quando a gente falou de APP em área consolidada, isso sugere um tratamento de APP em área consolidada, etc, nós discutimos isso quanto ao baixo impacto ambiental, utilidade pública e interesse social, que é por onde a gente resolve a questão desse agricultor, por exemplo, que está aí há anos ou tem o direito intertemporal dele, porque essa APP dele, possivelmente, se ele está lá há muitos anos, é anterior à legislação que estabelece a faixa de trinta metros para ocupação de APP.

Então, essas questões todos devem ser vistas. Por isso defendo um diálogo de norma geral com os Estados para olhar as questões específicas. Quando discutimos a questão de utilidade pública, por exemplo, no Governo, nós tínhamos toda a preocupação com a questão da irrigação no São Francisco. Em nenhum momento, discutiu-se a questão da irrigação pública nem teve o cuidado de olhar isso com toda objetividade, como também não se teve, muitas vezes, o cuidado de olhar as questões dos governadores com as áreas de compensação de reserva legal e engessamento dos territórios.

Então, isso é fruto do debate, por isso acho que na Câmara nós ficamos reféns do debate. Eu acho que o Senado tem o tempo para olhar essas questões, a partir daquilo, como eu já sinalizei, que foram também ganhos que nós tivemos no texto aprovado na Câmara.

Eu já iniciei falando de pontos que entendi, embora alguns ganhos precisem de aperfeiçoamento da redação para evitar esse sentido dúbio ou, então, a insegurança jurídica.

Aí, um exemplo claro: o uso do cadastramento ambiental, que é excepcional sob o ponto de vista de instrumento, e como foi definido é insuficiente para dar segurança para o produtor rural, com monitoramento, etc.

Então, é aperfeiçoar a redação, dar um contorno mais específico sobre o cadastramento ambiental rural. Aí, o Senador apontou algumas questões de conceitos. É importante colocar isso nos conceitos.

Concordo, o que é propriedade anormal? É mais ou menos como refrigerante normal. O cara pede: "Me dê um refrigerante normal." Eu fico, assim, querendo entender o que é um refrigerante anormal.

Então, tem uma discussão que precisa passar por um refinamento e isso vai dar coerência e evitar isso que a sociedade está apontando, a insatisfação nas pesquisas, etc, nos comentários, a despeito da envergadura de consulta política que foi feita, de colocar outros atores para debater, aqui no Senado, e ouvir os argumentos que vão dar esses caminhos, como o senhor mesmo sugere, de alternativas para que a gente possa acolher a agricultura familiar e o pequeno agricultor.

Nós, no Governo, também entendemos isso, que devemos buscar os caminhos sem ferir jurisprudência, sem ferir conhecimento técnico-científico, mas dando alternativas para a produção sustentável neste País.

O Código, no nosso entendimento, deve ser um código único. Ele não trata todo o território de forma igual. Ele vai tratar nas suas especificidades, mas ele é único. Eu acho que nós temos de tratar essas regionalidades com um olhar específico, um olhar que dê condições para remeter às notas específicas, mas a regra geral tem de ser mantida, para evitar a chamada "guerra ambiental".

A gente, que é um pouco mais velha na área ambiental, sabe dos momentos que nós vivemos, inclusive, com os Estados, com a questão do licenciamento, por exemplo, e de você usar isso para competição entre os Estados. Isso não serve à natureza e a natureza não está vinculada aos limites geopolíticos.

Então, acho que a lei tem de pegar, concordo com o senhor, e, para ela pegar, ela tem de ser objetiva, transparente e aplicável. Reta, sem gordura, e permitir, obviamente, na excepcionalidade, as saídas para que as pessoas possam acolher todos. Esse é o nosso desejo.

O Senador Jayme Campos, finalmente...

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Ministra, antes do finalmente, dentro desse mesmo bloco – Casildo Maldaner, de Santa Catarina –, a questão da dúvida que paira na cabeça de muita gente, da urbanização de APPs.

Muitas vezes, as pessoas colocam, claro, que a reserva legal, na questão urbana, é diferente, aí não tem jeito, mas a urbanização de APPs, para se evitar, depois... Fala-se muito na questão das APPs no campo, rural, mas se planeja uma cidade, etc, mas esse cuidado da urbanização de APPs eu acho que é fundamental. Senão, constrói-se, constrói-se, constrói-se até a margem, até junto e, depois, mais tarde, o saneamento é um problema muito sério.

Então, eu acho que essa questão tem de estar na pauta.

A SRª IZABELLA TEIXEIRA – Senador, eu acho que o senhor tem razão. Nós fizemos uma discussão com o Ministério das Cidades, com o Conselho Nacional das Cidades. Tivemos um texto inicial de debate com a Câmara. Da maneira como ficou, isso não está suficiente, no nosso entendimento. Agora, é uma questão de a gente poder... Se o Senado Federal vai recepcionar também um debate sobre as questões urbanas.

Na Câmara, tem dois grupos. Tem gente que acha que você pode tratar sob o ponto de vista de regularização, que foi o nosso esforço, e gente que acha que a matéria é específica de outra lei.

Eu, inclusive, conversei com o pessoal da Comissão de Desenvolvimento Urbano. Então, topam a regularização, mas a ampliação, o debate mais estratégico sobre APP em área urbana entendem alguns que deve ser objeto de uma lei específica.

Então, essa discussão não foi consensuada na Câmara.

Um outro aspecto para o qual chamo a atenção é que quando se discute APP em área urbana ou rural duas questões devem estar na mesa: uma é risco, a questão de risco de ocupação dessas áreas. Aí, o que citei, aqui, para a Senadora, sobre a questão de APPs da zona do Rio de Janeiro.

No levantamento, nós fizemos área por área, imagens de satélite de 2009, 2010 e 2011, comparando as ocupações e comparando depois, em função das inundações, o que aconteceu, inclusive nas áreas agrícolas. E, ali, era rural ou área de segunda residência, e área urbana. Eu ouvi prefeito falando: "A chuva não caiu na área mais crítica."

Uma questão importante é preservar as áreas urbanas, APPs de áreas urbanas, também para os serviços ambientais, para evitar a degradação, quer dizer, você tem situações em áreas urbanas que são pouco discutidas neste País.

Então, a minha sugestão é, primeiro, nós estamos à disposição, nós temos uma área de qualidade ambiental urbana, no Ministério, que se debruçou sobre esse assunto, a área de recursos hídricos em áreas urbanas também, e, eventualmente, é uma avaliação do Senado ouvir atores dessa área para poder entender a envergadura do Código Florestal a respeito disso.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Muito obrigado, Ministra.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO. *Fora do microfone*.) – Ele não está, Ministra. O Jayme Campos saiu. Então, sugiro que, se ele voltar...

A SRª IZABELLA TEIXEIRA – Eu falo, então, quando ele voltar e seguimos com os próximos. Está bem.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Se ele voltar, nós voltaremos ao assunto.

Eu registro e agradeço a presença do ex-Ministro e Deputado Federal Reinhold Stephanes e, também, do Dr. Victor Bicca, Presidente do Cempre, Compromisso Empresarial com a Reciclagem.

Seja bem-vindo. É um prazer tê-lo conosco, Sr. Ministro.

Na sequência, passo a palavra ao Senador Moka e transfiro os trabalhos ao nosso Presidente do Meio Ambiente.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Srª Ministra Izabella Teixeira, Srs. Presidentes da Comissão de Meio Ambiente, Rodrigo Rollemberg e Senador Acir Gurgacz.

Srª Ministra, eu, primeiro quero saudar... Eu participei na Câmara, e me orgulho de ter ajudado, com os Deputados Federais – alguns deles aqui presentes, inclusive o ex-Ministro Reinhold Stephanes –, a construir um texto que, se não foi o melhor, podem ter certeza V. Exªs que estão nos ouvindo, resultou de um esforço muito grande da Câmara dos Deputados.

Eu quero que as minhas primeiras palavras sejam para enaltecer o trabalho desse grande brasileiro que é Aldo Rebelo.

Aldo, com uma biografia que todos conhecem, se expôs muito no debate, colocando exatamente, até porque teve oportunidade de ouvir, na prática, o que acontece em relação a essas questões ambientais.

Eu começaria dizendo, Rodrigo Rollemberg, que quanto a esse Código Florestal, na verdade, houve um projeto para alterá-lo. Aí, ele foi vetado e o veto permanece, como todos os outros. Durante esse tempo todo, quem legislou foi o Conama, inclusive em cima do Congresso Nacional.

Então, com essa quantidade de legislação que existe aí – eu não estou criticando –, a cada problema que surgia, tinha uma norma e tinha alguma coisa, sempre restringindo, criando maior dificuldade.

A Ministra diz que a gente precisa de um código com nenhuma insegurança, ou quase nenhuma insegurança jurídica, se isso for possível. Quando, a partir daí, o Brasil se colocar nos mercados internacionais

como um país que tem uma agricultura sustentável, em que o produtor rural, o agricultor e o pecuarista seguem a legislação, a partir desse momento, nós não vamos estar, realmente, à mercê de nenhum daqueles que, através de barreiras fitossanitárias ou ambientais, dificultam a nossa competitividade lá fora.

Atrás dessas discussões, não vamos nos iludir, há sempre um interesse comercial muito, muito grande, ou alguém, aqui, desconhece que na Europa, por exemplo, eles produzem açúcar a partir da beterraba, com um custo altíssimo, e ficam muito preocupados quando nós aumentamos a nossa fronteira agrícola, sobretudo para produzir álcool e açúcar?

Cada vez que chega açúcar de melhor qualidade e com preço menor, o Tesouro europeu – e, hoje, nós estamos vendo o que está acontecendo lá – tem de aportar cada vez mais dinheiro para subsidiar os seus produtores rurais, que são altamente subsidiados.

Então, nós temos de ter aqui uma discussão que coloque essas questões muito claramente. Eu quero citar alguns dados aqui que acho são interessantes.

Por exemplo, Ministra, nós somos – estatística com base no ano de 2009: população total, já em 2010, 191 milhões de brasileiros. Área total do País: 850 milhões de hectares. Área de floresta total: 516 milhões de hectares. Vou repetir: 516 milhões de hectares. Proporção da floresta em relação à área total do País: 60,7%, quase 61%. E um dado que acho muito importante dizer aqui: área de floresta por habitante, área de floresta por cada habitante: 2,7 hectares por cada habitante.

O Brasil tem quase 3 hectares de floresta para cada brasileiro. Pergunto: será que há algum país no mundo que tem isso?

Então, acho que o discurso do Governo brasileiro deveria ser, meu caro Rodrigo Rollemberg: nós somos, sim, um país que, nos últimos tempos, aumentou em quarenta e poucos por cento a área plantada e teve 260% de aumento de produção. Isso se chama competência do produtor brasileiro, produtividade! Ninguém consegue sextuplicar, ter seis vezes mais de produção, aumentando em 40% a área que plantamos.

A Região Norte, Srª Ministra – estão aqui os dados –, a Região Norte inteirinha, onde há as maiores denúncias dessas questões de desmatamento e tudo, são 385 milhões de hectares...

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Não, não é denúncia, Senador, é fato!

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Não, não estou dizendo que é fato ou é denúncia. Estou dizendo que essas coisas acontecem lá!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Peço para não haver interrupção ao orador e apelo ao Senador Moka para que conclua – já foram sete minutos – se possível.

Mais um minuto.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Desculpe-me, estou me estendendo. Mas eu não quero, Senador João Pedro, provocar V. Exª em momento algum. Só estou tentando aqui contribuir para o debate e espero que V. Exª entenda desse jeito também.

Na Região Norte, dos 385 milhões de hectares, apenas 54,8 milhões são ocupados. Para a área produtiva, isso representa 14,22%.

Então, fico assim... Porque não é uma questão que... Nós tínhamos de reagir no debate. Gente, 85% da Amazônia é preservada! Está aqui o ex-Governador, está aqui o grande Governador do Acre. Isso é ponto positivo!

Agora, a senhora vai dizer: "Tudo bem. Por isso mesmo é que nós temos de montar um Código Florestal." E, aí, concordo, Ministra, vou ser parceiro, é alguma coisa que vamos colocar, mas que seja exequível. Que seja exequível! Porque, senão, nós vamos colocar um Código Florestal, para amanhã ou depois estar correndo atrás. E, quando digo exequível, não estou aqui estimulando anistia e desmatamento. Longe de mim! Essa questão da anistia, que estão tentando rotular de anistia, nasceu. Está aqui o Ministro Stephanes e o Ministro Minc, estimulado pelo Presidente Lula. Era julho de 2009. Foi feito praticamente um TAC e para os produtores que fossem lá assinar um termo de regularização, criar um cadastro da área rural e se comprometessem em recuperar aquilo que tinha sido degradado, as multas seriam suspensas, mas depois da recuperação. Em momento algum, falou-se em anistia. Anistia é quando você perdoa sem o produtor fazer nada em troca.

Então, é esta questão que quero debater aqui. E quero dizer para cada um que aqui está que, ao contrário, às vezes sou veemente ao falar, mas não me traz um pingo em nenhum momento... Sou capaz de ouvir, e aquilo que for de bom senso, que traga equilíbrio e que seja o melhor para o meu País, eu estou junto para que a gente possa debater. Mas pelo amor de Deus, vamos reagir a esse discurso! O Brasil é, de longe, o País que tem a melhor agricultura, a mais produtiva e que preserva, tanto que preservou até hoje, 60.7 de suas florestas, contra o quê da Europa? Zero ponto três por cento! Estamos falando disto! Temos de nos orgulhar dos produtores brasileiros que conseguem produzir, com tamanha produtividade, sem degradar o meio ambiente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg.Bloco/PSB – DF) – Eu quem agradeço, Senador Waldemir Moka.

Faço um apelo aos nobres Colegas Senadores, para que possamos ser disciplinados em relação ao tempo. Ainda temos oito inscritos, e estamos aqui desde às 8:30 da manhã.

Passo, rapidamente, a palavra, para a agilidade dos trabalhos, à Senadora Vanessa Grazziotin, reiterando o apelo em relação ao tempo de cinco minutos.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Vou fazer um grande esforço, Sr. Presidente, mas eu começo logo pedindo isonomia em relação aos demais companheiros Senadores que aqui falaram.

Srª Ministra, comentava aqui com os Senadores Eduardo e Jayme Campos de como fico muito impressionada, muitas vezes, com a emoção que V. Exª coloca no debate, e que é importante. Agora, seria errado se fosse uma emoção que tirasse o equilíbrio, que tirasse o bom senso. Agora, quando a emoção chega ao bom senso, ela é fundamental. O Senador Moka é assim também, ele fala com muita intensidade a respeito do tema. Eu acho importante isso.

Mas, sem querer repetir o que falou o Senador Moka, também quero fazer uma referência ao Deputado Aldo Rebelo. Penso que o Deputado Aldo Rebelo talvez tenha sido um dos grandes responsáveis para o debate chegar ao ponto que chegou. Eu não sei se não fosse a presença do Deputado Aldo Rebelo, o envolvimento do Deputado Aldo Rebelo, com essa exata emoção demonstrada pelo Senador Moka e pela Ministra Izabella, se nós estaríamos aqui hoje, não só debatendo em uma audiência pública a mais, mas debatendo com prazo, no nosso horizonte, para votarmos a matéria. Isto é muito importante.

Srª Ministra, inicio repetindo as suas palavras. Acho que o pior dos mundos não é o que pode vir a ser o Código Florestal, porque eu confio que a gente vai fazer uma excelente lei para o Brasil, como a senhora confia, mas o pior dos mundos é o que nós vivemos hoje. Este é o pior. Aqui fala quem vive na Amazônia. E a gente vem tentando e fazendo um esforço muito grande, Senador Luiz Henrique, para fazer com que as coisas entrem na normalidade e na regularidade. Ouço dizerem: "Não, porque os países podem embargar, porque os nossos produtos podem ser barrados, são barreiras". Mas vejam em que mundo nós vivemos: Cuba sofre um bloqueio há 52 anos. E qual é a razão para o bloqueio de Cuba, Ministra? Nenhuma razão; é meramente política. Nenhuma razão! Porque o capitalismo internacional, quando quiser, ele barra, sem ter razão, sem ter justificativa, sem ter nada.

Olhem a nossa realidade: as leis ambientais são rigorosíssimas, elas são rigorosíssimas. No entanto, elas são aplicadas, Ministra Izabella? Fica aqui a primeira pergunta. Rigorosíssima. Estamos tratando de uma delas: o Código Florestal, mas quantas têm por aí, quantos decretos além da lei, Senadores Jorge Viana e Eduardo Braga, elas são aplicadas? Então, acho que o caminho é este. Está correto. Vamos discutir, vamos resolver as pendências, vamos resolver as polêmicas, não é Senador Rollemberg, e vamos aprovar uma boa lei para o Brasil. Mas, no meu entendimento, a boa lei é aquela que pode ser aplicada. E nós – concordo plenamente – não precisamos ficar na disputa. O Brasil é, sim, uma potência na produção de alimentos. Dias desses, ao ler uma matéria oficial do Governo sobre a Embrapa que mostrava que daqui até 2020 ampliaremos nossa produtividade enormemente. Este tem de ser o nosso esforço: produzir mais em menor espaço físico. Este é o grande esforço. Somos uma potência alimentar, mas temos de ser, e somos também, uma potência ambiental. Este é o foco de tudo, Ministra.

Para não me alongar, eu gostaria de me deter a um ponto aqui já citado. Refiro-me à anistia. Pergunto a V. Exª: o projeto, como veio da Câmara, é um projeto que anistia? Se V. Exª me permitir, quero dar as minhas impressões, que podem não estar corretas, Senador Jorge Viana, o senhor que é um dos relatores da matéria, Senador Luiz Henrique.

A anistia pode ser analisada tanto no art. 33 como no art.13. No art. 33, não tenho dúvida alguma de que ali não há anistia; ali há uma repetição do Decreto nº 7.029, que foi prorrogado, no último dia 10, pela Presidenta Dilma e por V. Exª, que permite o ingresso...

(O Presidente faz soar a campainha.)

A SRª. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – ...do agricultor – estou concluindo, Sr. Presidente –, seja pequeno, médio ou grande, para que recupere a área. E, uma vez recuperada a área, a multa finda. E por que a multa finda? Porque ele já pagou. Ele não pagou em espécie, ele pagou com a árvore, aliás, acho muito mais importante do que pagar em espécie, não é Ministra? Muito mais importante. Por exemplo, os pardais, no trânsito, não são para pegar dinheiro dos motoristas não, os pardais é para evitar mortes. Então, é a mesma coisa. A multa é o pagamento de árvore plantada.

Vamos ao art. 13, §7º. E aí, a Ministra sabe que eu mesma sempre discordei do Deputado Aldo Rebelo, no ponto da liberação da recomposição até quatro módulos. O Ipea mostrou isto em um estudo. Isto, para a Amazônia, pode representar, Senador Jayme, 50 milhões de hectares desmatados! E aí, qual seria a alternativa, Ministra? Acho que o importante desta

audiência é trabalharmos alternativas. Qual seria a alternativa? Porque também é um princípio que temos de ter: diferentes se tratam de forma desigual. Eu acho que, neste aspecto, o grande e o pequeno estão sendo tratados de forma diferente, porque, até quatro módulos fiscais, mesmo o grande estará – eu não vejo sentido nisto – dispensado da recuperação. Sinceramente, eu não vejo... Infelizmente veio de lá assim, e não era um dos pontos mais polêmicos.

Por fim, o último questionamento diz respeito à questão do encaminhamento. Repito: quero concluir como eu iniciei. Acho que, lá no Estado do Amazonas, a gente tem sido um exemplo, ainda inicial, para o Brasil. Lá, o Senador Eduardo Braga, quando Governador, institui o Bolsa Floresta, que agora está sendo ampliada pelo Governo Federal. Por que isso? Por que essas iniciativas? Porque não adiante ter leis rigorosas e achar que isso é um problema de polícia. Isto não é um problema de polícia. Isto é um problema de desenvolvimento no Brasil, por que são agricultores que vivem no interior, por isso não adianta botar aqui no papel como está: "É proibido queimar". Está aqui. Mas lá, eles sequer sabem ler direito, não tem acesso a nada. Eles vão queimar. Eles não têm a ferramenta para arar, para limpar a terra. Então, junto com a lei tem de vir o instrumento. Eu pergunto a V. Exª, Ministra, qual a estrutura do Ibama, e de outros órgãos ambientais, para atender a demanda da regularização, que não vem só a partir do Código Florestal, já está nas leis do Terra Legal e do Mais Ambiente? A Ministra sabe, e tem sido fantástica com o meu Estado, e tenho certeza de que com o Brasil, mas o Terra Legal, no Amazonas, ainda não expediu sequer 29 títulos. Então, qual a estrutura que tem o Ibama para fazer com que as leis sejam aplicadas e a gente tenha aquele clima de segurança jurídica que a gente tanto precisa e tanto quer?

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigada, Senadora.

A SRª. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Quantos minutos, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Perdi a conta.

Quero cumprimentar a Senadora Vanessa Grazziotin pela sua intervenção e, mais uma vez, fazer o apelo no sentido de – sei que é um tema da maior importância, tenho evitado inclusive interromper as falas dos nobres Senadores e Senadoras – que, na medida do possível, S. Exªs atentem para o tempo, para o bom andamento dos nossos trabalhos.

Peço desculpas pela insistência.

Com a palavra o Senador Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, Srª Ministra, em primeiro lugar, quero dizer que faço votos para que esta nossa audiência pública seja mais uma de muitas que a gente faça daqui até a aprovação desta matéria, porque acho fundamental que este tema seja debatido exaustivamente, tão exaustivamente ao ponto de as crianças compreenderem. Acho que temos de fazer muitas transmissões ao vivo, com um debate completamente transparente, para que as crianças compreendam, porque estamos aqui discutindo sobre as futuras gerações. E a nossa responsabilidade com o pacto de gerações nos impõe cuidar das futuras gerações. E elas serão diretamente impactadas com a decisão que tomaremos aqui com a votação deste Código Florestal em debate.

O primeiro aspecto, Srª Ministra, que eu gostaria de refletir, diz respeito exatamente aos quatro módulos de isenção de recomposição.

Sabemos que os módulos têm variação de extensão nas várias regiões do Brasil. Por exemplo, na Amazônia, especificamente, quatro módulos podem chegar até 400 hectares; em Santa Catarina talvez não chegue a 100 a soma de quatro módulos. Então, neste sentido, quero refletir sobre a possibilidade de, ao invés de deixar um número que não é autoexplicativo, se não é o caso, estabelecermos um número X de hectares, considerando exatamente os pequenos. Porque a gente sabe que pequeno no Brasil, seja no Norte seja no Sul, eles não têm extensão maior que 100 hectares, por exemplo. E a gente poderia estabelecer um corte que, ao mesmo tempo, pudesse atender a todos. Por quê? Porque essa preocupação para com os quatro módulos a gente pode estar falando da possibilidade de 30 milhões de hectares a mais que vão ficar suscetíveis à devastação. Estes 30 milhões de hectares podem até chegar a 50 milhões de hectares. O que estamos falando? Isto está exatamente na contramão dos compromissos que o Brasil assumiu em Copenhague no Cop 15. Assumimos o compromisso de redução de emissões. E, pela redação dada aqui, nós não estamos contribuindo para que o Brasil cumpra com a meta estabelecida. E mais: se cumprirmos a meta estabelecida em Copenhague, vamos gerar 1,01 gigatoneladas de CO_2, vamos sequestrar, vamos diminuir essa emissão. Agora, só com esses hectares a mais que estamos permitindo com estes quatro módulos, vamos gerar pelo menos 18,04 gigatoneladas de CO_2, ou seja, pelo menos 18 vezes mais emissão de gases a partir dessa permissão a mais para esses módulos.

Outro aspecto que eu queria reforçar, que diz respeito diretamente à Amazônia, é que, hoje, na Amazônia, temos uma atividade que está gerando grande impacto econômico, grandes possibilidades de ascen-

são social do pequeno, e que tem também restrições. Por exemplo: a piscicultura. Hoje, para se fazer um açude tem-se liberdade de até um hectare. E vejam que, em se tratando de água na Amazônia, o impacto é mínimo. Então, acho que poderíamos estudar – para beneficiar os pequenos, porque os pequenos estão altamente interessados em piscicultura –, para ampliar isso para pelo menos cinco hectares, para utilização em área degradada. Fazer cinco hectares de lamina d'água não é agressivo ao meio ambiente. Então, acho que poderíamos pensar em alguma coisa aqui, uma emenda que permitisse a produção de até cinco hectares de lâmina d'água e a gente ter a liberação, desde que seja em áreas já degradadas, áreas já antropizada. Isso não vai implicar em impacto negativo ao meio ambiente.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha)

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Para finalizar, Sr. Presidente – eu ainda tenho alguns segundos –, eu quero dizer que, quando Chico Mendes promoveu o "Empate", ele não tinha ainda a proposta exata do que ele queria no futuro, mas ele sabia que o modelo de desenvolvimento que estava sendo executado na Amazônia não era adequado. Ele falou: bom, se não temos ainda o adequado, pelo menos vamos promover um "Empate": vamos parar e vamos pensar. Tem determinados momentos que o melhor que a gente tem de fazer é empatar o jogo e adiar um pouquinho a discussão. Então, acho que a gente não tem de aprovar esta matéria aqui a toque de caixa. Nós temos de refleti-la, profundamente, em todos os seus aspectos. E nós temos, sim, todas as possibilidades de fazer um Código Florestal á altura da exigência do povo brasileiro. O povo brasileiro está muito preocupado com nossas florestas, sim! Por que esse é nosso diferencial e é nosso passaporte para o respeito internacional. Nós temos possibilidade, sim, de continuar produzindo muito alimento e mantendo essa nossa marca de sermos, sim, o G-1 da sustentabilidade. Acho que essa responsabilidade está nas mãos de nossos eminentes Senadores Luiz Henrique e Jorge Viana. Eu torço para que as biografias de V. Exªs sejam eternizadas como as dos que assinaram o melhor Código Florestal para o Brasil e para o planeta, para a atual geração e, fundamentalmente, para as futuras gerações.

Eu, sinceramente, estou confiante de que nós Senadores vamos nos orgulhar muito dos relatórios que V. Exªs vão submeter ao Plenário e nós vamos fazer o melhor trabalho para o bem do Brasil, para a geração atual e, fundamentalmente, para as gerações futuras.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Aníbal Diniz. Acho que a Mesa vai instituir incentivos legislativos para quem cumprir o tempo. A fome acelera...

Com a palavra, Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Sr. Presidente. Vou me esforçar bastante para cumprir o tempo.

Sabemos que o debate é necessário e longo e as questões são muitas, Ministra Izabella. E a ansiedade de ter V. Exª em nossa Casa é que faz a gente extrapolar, eventualmente, o tempo.

Srªs Senadoras e Srs. Senadores, como já colocaram, o Brasil realmente é um País com dimensões continentais com diferentes solos, topografias, climas, vegetação e assim por diante. O Código Florestal, pelo que estou vendo, Srª Ministra, ele é colocado a partir das águas e começando por suas nascentes, delimitando 50m, depois a 30m e vai até 600m, salvo engano... Até 500m para rios acima de 600m. Eu acho que é uma incoerência, neste primeiro ponto, porque, vejam só, nós temos, com rios até 10m de largura, a exigência mínima de 30m por margem; até 50m de largura vai até 50m de margem. As nascentes, elas começam com centímetros: de um a dois centímetros e assim vão crescendo.

Eu acho que o Brasil – eu sou do Paraná que tem uns cinco grandes rios – tem de levar em consideração um aumento gradativo. Eu acho que se nós tivéssemos uma proposta de, pelo menos, 15m de início, até 10m, Ministro Stephanes, de largura e se nós diminuirmos para 15m a mata ciliar, eu acho que seria de grande prudência. E há uma incoerência, porque, como disse o Senador Pedro Taques, essa lei tem algumas falhas e a gente tem de corrigir aqui no Senado, Senador Cassol. Mas se nós olharmos os §§ 2º e 4º do art. 4º, ele vai dizer o seguinte: que, para os reservatórios artificiais, até cinco hectares, por exemplo, é liberado. E os reservatórios artificiais, isso na zona rural, eles são feitos a partir de onde? A partir de nascentes. Então, como é que você libera zero mata ciliar para reservatórios artificiais. Então, há alguma situação... Lógico que nós entendemos que, em áreas já utilizadas, parece-me que está liberada a continuidade de atividades agro-silvo-pastoris, Então, a gente tem de olhar isso com bastante calma, porque realmente pode trazer alguns constrangimentos. E, também, como colocou o Senador Suplicy sobre a questão do Vale da Ribeira – e o Paraná também é atingido por regiões como essa... É um problema... Eu acho que a gente tem de ver uma compensação, até mesmo financeira para esses proprietários que, talvez, não vão conseguir mais desmatar, porque aquele que desmatou 80% ou mais de suas propriedades no passado, eles vão poder continuar utilizando... E aqueles

que nunca utilizaram sua propriedade para finalidade agrícola, como é que vai ficar isso? Acho que a gente tem de cuidar muito com relação a isso.

E, para finalizar, Sr. Presidente, eu acho que essa questão dos módulos, – até quatro módulos fiscais, ele tem... Uma situação que foi colocada em um... Está lá no art. 8º, o polêmico art. 8º, que ele é por propriedade. Então, se um proprietário tiver o equivalente a 10 módulos e divididos em três ou quatro propriedades, ele pode ser um grande proprietário ou um médio proprietário, mas pode ficar restrito a módulos e não vai precisar recuperar.

Então, acho que são questões, Ministra, que nós vamos ter realmente de conversar. Era o que tinha... Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Obrigado, Senador Sérgio. Quero dizer que sua conduta foi exemplar.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Passo a palavra ao Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Obrigado. Com alegria, quero cumprimentar o Presidente, nossa Ministra Izabella Teixeira, toda sua equipe o nosso abraço e o nosso obrigado.

A maioria das perguntas que eu iria fazer já foi respondida pela senhora e que já foram feitas pelos meus Pares. Mas eu queria aproveitar aqui... Os decretos que foram reeditados: 6514, 7029 e o 4794, infelizmente, mais uma vez, tratam a região amazônica com uma grande diferença. Continua exigindo (ficou de fora nesse decreto) averbação permanente das áreas até que se discuta o Código Florestal, Srª Ministra.

Nós não podemos mais aceitar... E olha tem muitas vezes... Olha o que aconteceu no passado aqui: criava-se uma política agrícola para o centro-oeste e o sul, e o norte sempre ficava de fora. Então, nós sempre fomos cobrados por tudo e, infelizmente, na verdade, nós tínhamos de ter a igualdade para todos. Além disso, eu vejo muito as pessoas discutirem que, se não nos adequarmos à questão ambiental, os países consumidores não vão adquirir nosso produto. Até hoje não conheço um caso! Eu falava com o ex-Ministro – e falava ainda agora há pouquinho também – que não conheço um caso de um país deixar de comprar de outro país porque não tinha regularização ambiental. Até hoje não existe! O que nós temos de ter, na verdade, é compensação por aquilo que a gente preserva e que a gente cuida.

Eu queria aqui levantar um problema no Estado de Rondônia, e a senhora é testemunha disso, porque a senhora acompanhou na época da ex-Ministra, hoje Presidente Dilma, quando nós fizemos uma permuta com a Flona do Bom Futuro. E houve um acordo assinado entre o Ministério do Meio Ambiente, entre Chico Mendes, IBAMA, com o Palácio do Planalto e com o Governo do Estado de Rondônia quando fui Governador. E, infelizmente, funcionários do IBAMA e Chico Mendes iam dentro da Flona do Bom Futura e colocaram multas exorbitantes, colocaram multas impagáveis, quando houve o acordo da permuta de 180 mil hectares de terra por 144 mil hectares de terra. Então, estou aqui, Ministra, defendendo esses produtores quando houve um acordo com o Palácio do Planalto e, infelizmente, a equipe e e todo o pessoal iam com a caneta e tratavam os produtores como bandidos.

Eu tenho defendido na tribuna e muitas vezes as pessoas pensam que, Ivo Cassol, Senador, está legislando em causa própria. Eu quero aqui deixar bem claro: sou proprietário de terra, e a minha propriedade eu tenho 50% preservada. Eu tenho 50% preservado! Se a senhora me perguntar: você tem multa no seu CPF? Eu tenho várias! Sabe por quê, Ministra?... Só queria pedir aos colegas para falarem mais baixo, por gentileza, porque agora é minha vez.

Por que eu quero me referir a isso, Srª Ministra? Eu fui Governador e fui autuado várias vezes pelo IBAMA porque o Estado estava abrindo uma estrada. Olha o que fizeram? O meu CPF tem muitas. No meu CPF há multa de quando o Estado foi abrir estrada e nem sequer o fiscal do IBAMA foi lá para ver se o Estado tinha autorização para fazer aquela estrada. Fui multado, em meu CPF – de novo –, em propriedade dos outros, em uma usina de álcool próxima da minha propriedade. E eu tenho 50% de preservação ambiental... Eu falo isso em todos os locais, falo isso na tribuna, em tudo quanto é lugar. Então, não estou legislando por causa própria. Eu sou exemplo como produtor brasileiro.

Agora, o que eu defendo? Que o setor produtivo seja tratado com respeito pelos organismos ambientais, pelos ambientalistas. Eu quero até parabenizar a senhora e sua equipe. Eu sou muito franco: pela primeira vez (pela primeira vez), o Ministério do Meio Ambiente é ocupado por técnicos, porque até há pouco tempo atrás era ocupado, infelizmente, por pessoas que só queriam aparecer na televisão, aparecer com o microfone. Só aparecer para a mídia... Se nós formos prender, botar na cadeia, Srª Ministra, quem cometeu crime ambiental, com certeza, os ex-ministros do passado iriam para a cadeia, porque eles não cumpriram a legislação que estava aí. Deixaram, no Rio Grande do Sul, plantar uvas nas encostas, deixaram plantar maçã no sul de Santa Catarina, nos morros. E, infeliz-

mente, isso vinha acontecendo. Tinha lei e, décadas após décadas, essas leis não foram cumpridas.

Na Amazônia, em nossa região, Ministra, eu vou contar um fato que aconteceu na década de 80, de um senhor, que mora na linha 45, cujo nome é Taboca. Ele, Srª Ministra, o Sr. Taboca, desmatou 100 hectares de terra, Sr. Presidente. E o Governo Federal o premiou com 500 hectares de terra porque ele derrubou 100 hectares. Ele derrubou! O Governo Federal – e já havia uma legislação de que tinha de preservar 50% – premiou ele porque ele derrubou 100 por cento. Premiou e deu mais 500 hectares de terra a ele. Foi o Governo Federal que fez isso.

Então, o que eu estou defendendo aqui? Estou defendendo nossos produtores brasileiros. Da maneira como a senhora falou aqui de São Francisco, quando a gente fala da APP, como é que vai ficar a situação lá dos produtores de frutas de Petrolina, das encostas do rio São Francisco? Dessas pessoas que, no passado e no presente – pouco tempo atrás – foram incentivadas a ocupar aqueles espaços. Eu ouvia de nossa Senadora, Gleisi Hoffmann, agora nossa Ministra, quando nós debatíamos aqui no Senado, ela dizia que, no passado, os produtores do Paraná, para terem direito ao crédito bancário, eram obrigados a desmatar. Então, nós não podemos, de maneira nenhuma, a aceitar que esses produtores, que foram incentivados pelo próprio Governo, simplesmente passem a tratar esses produtores como bandidos.

Outro passo importante por que tenho lutado – e foi também no passado como Governador e, agora, como sugestão – é que vejo os ministérios gastando milhões de reais com Força Nacional, com força não sei do quê, com força não sei do quê, com armas em punho para tentar diminuir o desmatamento e invasões em áreas de preservação. Eu tenho sempre dado uma sugestão: por que não criar uma bolsa, um salário para que essas pessoas, em torno dessas áreas de parque estadual (área biológica), fiquem nesse entorno, porque um salário mínimo é mais barato do que uma diária de um policial federal que sai daqui para ir à Amazônia. Em 2009, foi gasto cento e oitenta e seis milhões com diárias. Se tivéssemos feito isso, com certeza, Ministra, nós vamos conseguir cuidar e conseguir cuidar de todas essas áreas de florestas que temos na Amazônia e no Brasil inteiro. Então, agradeço a oportunidade e quero dizer a senhora que vou continuar a defender os produtos do Brasil. E, infelizmente (infelizmente), eu tenho meu CPF sujo, porque nós temos alguns fiscais que, infelizmente, para atender aos QI, aos "quem indica" esses fiscais na região, e para poder amedrontar e tentar diminuir a ação do governador, mandavam aplicar a multa para ver se conseguiam me calar. E quero dizer que não me calo, porque respeito a lei e, ao mesmo tempo, cobro de todo mundo. É por isso que tenho que dar o exemplo.

Só para encerrar, Sr. Presidente, quero parabenizar os governadores, tanto o do Amazonas, como o do Mato Grosso e o do Acre. Se houve redução de desmatamento na Amazônia, com certeza, 80%, 90% foi por ação nossa. Porque, no passado, infelizmente, a senhora sabe, nos seis anos em que Marina Silva foi Ministra do Meio Ambiente, ela não me deu um carrinho de mão para ajudar a preservar a Amazônia, para ajudar a cuidar de Rondônia, ela não me deu uma cibalena, ela não me deu uma bala para ajudar a cuidar da nossa Amazônia. Só mandou a polícia para me prender. Quem conseguiu fazer esse trabalho de diminuição foi a parceria dos governadores.

Então, eu queria aqui deixar como sugestão: tragam os governadores, tragam os prefeitos, tragam a sociedade para a responsabilidade, porque eles são as molas propulsoras na ponta, onde está o problema ambiental.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Ivo Cassol.

Nós temos mais dois inscritos apenas. Seriam três, mas um não está presente. Dos presentes, o Senador Eduardo Braga e o Senador João Pedro.

Vou sugerir o seguinte encaminhamento: vamos ouvir os inscritos e, em seguida, passamos a palavra à Ministra para fazer as considerações, os comentários a respeito das falas dos Senadores e o encerramento.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Rodrigo, o Dr. Eduardo Braga, nosso Senador, disse que vai ser uma indagação do tamanho do Estado do Amazonas. Então, por volta das 16 horas é que vamos terminar.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – O Senador Eduardo Braga é conhecido...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – O Senador Eduardo Braga é conhecido pela sua objetividade.

O SR. EUDARUDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Questão de ordem, Sr. Presidente. Qual é o critério da proporcionalidade de tempo para cada Senador?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – O tempo é o do bom senso.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – O tempo é o do bom senso? Porque, aqui, é o seguinte: eu ouvi o Blairo por dezessete minutos. E como tenho razoável boa memória, posso pedir, pela tradição da

Casa, como há precedentes, o critério da proporcionalidade territorial, está certo?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – V. Exª não vai precisar disso.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Como colocado...

Ainda estou na questão de ordem. Ainda estou na questão de ordem. Na questão de ordem, Sr. Presidente. Na questão de ordem.

Um milhão quinhentos e vinte e oito mil quilômetros quadrados.

Então, pronto.

Sr. Presidente, não abusarei da paciência não só de V. Exª, bem como da nossa querida Ministra que aqui está.

O SR. PRESIDENTE (Bloco/PSB – DF) – Embora seja um privilégio para todos nós poder ouvi-lo.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Quero apenas, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, dizer que me alegra muito ver que esta reunião está sendo realizada de uma forma absolutamente descontraída e distensionada. Eu acho que o primeiro grande mérito desta reunião é podermos ouvir Senadores que são de Estados produtores, que têm base agrícola e no agronegócio, e Estados que têm base na área florestal, na área do extrativismo, etc., e fazer isso com a descontração e o distensioamento que está acontecendo.

Quero cumprimentar e parabenizar a conduta e o posicionamento da Ministra Izabella Teixeira. Aqueles que conviveram comigo nos últimos dez anos sabem que, ao longo da nossa passagem pelo governo, etc., e como militante nessa área que discute a sustentabilidade, raras vezes tivemos a oportunidade de ter um interlocutor no Ministério do Meio Ambiente com espaço democrático para o diálogo como a Ministra Izabella Teixeira. Quero, portanto, começar cumprimentando e parabenizando V. Exª por esse comportamento. Esta Casa precisa reconhecer isso.

Em segundo lugar, quero dizer que ouvimos muitos produtores aqui representados por Senadores, e produtores que são importantíssimos para um país que tem a sua economia fundamentada no agronegócio, na mineração, no semielaborado, e que têm nas *commodities* algo extremamente importante para o fortalecimento da nossa economia.

No entanto, o Brasil também é o país que detém a maior área de floresta em pé do Planeta. E o Brasil também é aquele que detém a segunda maior floresta em pé do Planeta. Porque se formos levar em consideração as florestas como unidade nacional e se formos levar em consideração as florestas por bioma, nós também temos essas colocações. No entanto, toda a discussão que vemos sobre um código florestal é sempre colocada sob a ótica daqueles que produzem, sob a ótica daqueles que fazem a economia brasileira avançar. No entanto, se somos um grande produtor de soja e se 75%, segundo as conclusões do relatório do Ipea, da nossa área de lavoura temporária é de soja, milho e cana-de-açúcar, significa dizer que essas atividades dão uma renda *per capita*/ano de produção valorada média da ordem de R$1.923,00 por hectare/ano.

Senhores, este País tem um equilíbrio que nós dá uma vantagem comparativa e que nós dá ritmos hidrológicos e que nos dá índices de produtividade que não são apenas em função da *expertise* e da competência do agricultor ou da empresa ou da agricultura brasileira. É também em função do clima, do ecossistema e do sistema ecológico que o Brasil criou. Não é porque outros países cometeram erros que vamos repetir os mesmos erros no Brasil. Não é porque os outros destruíram tudo que tinham que destruir que nós também temos que destruir. E não é porque o amazônida que nasceu num beiradão e que está sofrendo hoje com o fenômeno das terras caídas, como acabamos de acompanhar pela Defesa Civil, numa comissão especial temporária desta Casa, que vamos simplesmente ignorar que precisamos proteger as matas ciliares e as áreas de reserva legal deste País. E não há como querer tratar desiguais de forma igual. A grande discussão que permeia esta Casa é saber se seremos capazes de construir um futuro inteligente no Código Florestal ou se seremos incapazes de legar às futuras gerações um país que esteja equilibrado entre a potência do agronegócio e a nova economia verde que se implanta para o futuro milênio que se inicia.

Este relatório do Ipea, Sr. Presidente, merece ser lido e relido por esta Casa. E eu gostaria de citar alguns números do relatório do Ipea, para que não fique nenhuma dúvida.

Com relação às áreas menores do que quatro módulos fiscais, o número impactado de áreas de passivo de reserva legal na Amazônia é de 18 milhões de hectares. O número ainda há pouco citado pela nossa Senadora Vanessa Grazziotin, da ordem de 30 milhões de hectares, refere-se aos biomas nacionais – à Caatinga, ao Cerrado à Mata Atlântica, ao Pampa, ao Pantanal –, todos somados, Blairo. E aí, esse número é factível, é sustentável, do ponto de vista técnico, acadêmico e tecnológico. Não há como se discutir.

Outra questão, Senador Luiz Henrique: nas áreas maiores do que quatro módulos fiscais, mas atendendo o que diz a proposta da Câmara, estaremos, na Amazônia, também com relação ao passivo de reservas legais, acrescentando mais 12 milhões de hectares, o que fariam os 30 milhões de hectares ditos pela Senadora Vanessa.

Agora, o mais interessante de tudo é que o passivo nos imóveis com até quatro módulos fiscais isentos de recuperação na proposta do PL nº 1.876, de 1999, em relação ao passivo atual por bioma, na Amazônia, é de apenas de 14%. Se formos ver renda *per capita* neste País, a menor renda *per capita* está na Amazônia, o menor IDH do País está exatamente nas regiões mais excluídas da fronteira. Será que queremos também aqui, no momento em que discutimos a questão do Código Florestal, mais uma vez penalizar os brasileiros que vivem na Amazônia ou em áreas excluídas do sertão?

Eu quero aqui me solidarizar com o ex-Governador, Senador Ivo Cassol. V. Exª chegou à Amazônia antes da mudança da Lei do Bioma para 80%. Portanto, quando V. Exª diz que sua propriedade tem 50%, e eu creio na sua boa-fé, o senhor o fez diante de um determinado padrão legal. Agora, o que nós não podemos fazer é continuar sinalizando os equívocos para o futuro. Meu ponto de discordância, e não quero entrar aqui no tecnicismo em que ouvi vários Senadores adentrarem, porque isso nós faremos no tempo próprio e no momento correto, é se o termo legal, se a referência legal... Não, quero dizer apenas o seguinte: nós podemos transformar a reserva legal num ganho para o proprietário rural ou podemos transformá-la numa obrigação que penalize o proprietário rural. Para transformá-la num ganho, os incentivos econômicos podem e devem ser usados. Não se pode achar que vamos encontrar o equilíbrio nessa questão florestal sem dar valor econômico também para o carbono florestal, para o ritmo hidrológico que as florestas produzem, e sem remunerar isso.

Ouvi o Senador dizer que os quatro bilhões que estão sendo destinados pelo BPar para a compra do Carrefour deveriam ser colocados para financiamento da reserva florestal. Quero dizer que todo incentivo fiscal e financeiro para a recomposição da reserva legal e da Área de Proteção Permanente pode advir dos incentivos financeiros dos serviços ambientais. O relatório do Ipea diz isso na sua conclusão. Mas não podemos confundir quatro módulos fiscais de agricultura familiar com quatro módulos fiscais de produtores rurais. São coisas distintas, são coisas distintas. Não dá para fazer de conta. Temos que tratar a agricultura familiar como agricultura familiar e agricultura extensiva como agricultura extensiva, e não dá para querer fazer de conta. O impacto da redução da APP na Amazônia significa desbarrancamento, significa prejuízos enormes para o País e para a população que lá vive. E aqueles que fizeram esses desmatamentos, muitas vezes, já não estão lá na Amazônia, Senador Jorge Viana, como V. Exª sabe. No entanto, os caboclos que lá ficaram, os ribeirinhos que lá ficaram – aquela imagem bonita naquela região lá do Centro-Oeste, a que o Blairo ainda há pouco se referiu –, na Amazônia, as pessoas moram em palafitas na beira do rio. Até porque o rio é vida. V. Exª não vai ver nenhuma agricultura familiar na Amazônia provocando desbarrancamento. O que V. Exª vai ver são áreas degradadas e abandonadas, que provocam, lamentavelmente, desbarrancamento, assoreamento e grandes prejuízos ambientais, sem nenhuma reposição.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – *(Intervenção fora do microfone.)*

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – E foram embora. E foram embora...

E foram embora. E foram embora. Portanto, o que eu quero encerrar, até para não abusar da paciência dos senhores...

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – *(Intervenção fora do microfone)* E não usar o território acreano.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – ...e não usar o território acreano, em que pese tenha lá boa parte do sangue amazonense derramado para tornar aquele Estado independente.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – *(Intervenção fora do microfone.)* Não queriam a nossa independência.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – E ainda foram buscar um pedacinho nosso, mas está tudo certo.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – *(Intervenção fora do microfone.)* É verdade.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Está vendo, Jorge, como, às vezes, é melhor a gente aguardar.

Eu gostaria apenas de encerrar...

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – E já tiveram em Galvez um imperador estadual.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Galvez, o imperador do Acre, não é um verdadeiro imperador. É um conquistador de um território importante para o Brasil, que é o território do Acre. Está vendo como eu defendo também o Acre?

Eu queria encerrar dizendo o seguinte: os estabelecimentos agropecuários, sobretudo a pequena propriedade familiar, deveriam ser estimulados a conservar e recuperar suas reservas legais de forma... E não vou fazer como V. Exª fez com o meu Senador João Pedro. Eu vou ficar apenas na posição de aluno, ouvindo o professor, o médico, o químico e o doutor.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – O assunto é com a...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Ainda há pouco, quando o Senador Moka disse que as áreas da Região Norte eram as áreas que estavam

sendo multadas e autuadas, eu gostaria de me referir, simplesmente, às áreas de passivos de reservas legais a serem anistiadas pelo PL nº 1.876/99, no cenário 2. E aqui diz o seguinte: as áreas anistiadas, como V. Exª bem disse, são nada mais nada menos do que 24 milhões em áreas da Amazônia em quatro módulos fiscais menor e, maior que quatro módulos fiscais, 18 milhões de hectares.

Eu gostaria de dizer o seguinte: este incentivo...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Senador, eu só estava dizendo que, quando a Senadora Vanessa referiu-se a isso, ela citou o número de 30 milhões de reais...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Não. De hectares.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – De hectares. E eu ia dizer exatamente isto: que, na verdade, são apenas de 18 milhões de hectares.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Senador, na realidade, é que o senhor teve que atender outro compromisso. Eu iniciei a minha fala exatamente por aí e gostaria de concluir a minha fala, dizendo apenas o seguinte: deveriam ser estimulados a conservar e recuperar as suas reservas legais de forma a auferir rendimentos, mediante o uso sustentável da floresta. Esse incentivo poderia vir por meio de políticas de estímulo ao uso sustentável da reserva legal.

Srªs e Srs. Senadores, Srª Ministra, Presidente da Comissão de Agricultura, relatores do Código Florestal, o Código Florestal brasileiro não pode ser apenas o Código Florestal dos produtores agrícolas. O Código Florestal brasileiro não pode ser apenas o Código Florestal do agronegócio. O Código Florestal brasileiro tem que ser, como foi dito aqui pelos Senadores que me antecederam, o Código Florestal dos brasileiros. Amazônidas são brasileiros. Para este Código Florestal ser para os brasileiros, nós precisamos colocar, no Código Florestal, os aspectos da sustentabilidade econômica, social e ambiental. Desenvolvimento sustentável sem o aspecto social na Amazônia não é desenvolvimento sustentável. E todos os que me conhecem sabem que eu defendo a agricultura brasileira. Agora, defendo uma agricultura inteligente, defendo uma agricultura que possa equilibrar os ganhos e as vantagens comparativas que o Brasil alcançou pela respeitabilidade de ser do G1 na questão do meio ambiente.

E essa questão da sustentabilidade só não emplacou inteiramente na COP15 porque era o momento certo na hora errada. Se a crise econômica não tivesse alcançado os Estados Unidos e a Europa durante a COP15, o Presidente Lula teria saído de lá não apenas como o grande líder da mudança do comportamento do cenário nacional e do cenário internacional com relação à questão da sustentabilidade, mas também como aquele que viabilizou as compensações financeiras dos serviços ambientais. O Congresso Nacional e o Senado da República estão diante desta oportunidade porque, no caso brasileiro, nós estamos no momento certo e na hora certa. O Brasil não vive...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Senador, antes de V. Exª encerrar, só para que eu não fique omisso. Eu só quero dizer a V. Exª que, quando os produtores rurais se organizam e se mobilizam na defesa de um Código Florestal, eles o fazem pensando exatamente neste País – pode ter certeza V. Exª. No meu Estado, o Pantanal – quiçá o bioma de longe mais preservado deste País –,, quem preservou há mais de 250 anos este grande bioma foram exatamente os produtores rurais, os pantaneiros.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Eu não vou aqui estabelecer um debate paralelo nem uma polêmica com V. Exª, até porque V. Exª sabe do bem e do carinho que tenho por V. Exª.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Eu não desejo isso, Senador.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Quero apenas dizer o seguinte: tenho a maior admiração pelo Pantanal, tenho a maior admiração pelo Mato Grosso do Sul, mas quero dizer a V. Exª que não dá para deixar de dizer que, se este Código Florestal é o código dos brasileiros, Ministra, o Governo brasileiro, através da bancada de sustentação do Governo no Senado da República, precisa bancar a inclusão dos incentivos financeiros do serviço ambiental neste Código Florestal e deixar de tratar a reserva legal e a APP como um problema, e, sim, como um ativo do bem, que vai melhorar a renda *per capita* dos pequenos, que vai melhorar a renda *per capita* dos brasileiros que guardam o grande patrimônio ambiental, social, biológico deste País e deste Planeta, que são os amazônidas, que não estão incluídos entre os produtores agrícolas, que não estão incluídos sequer hoje na agricultura familiar. Eles estão incluídos entre os extrativistas que vivem na floresta e dependem da floresta. Muito obrigado pela paciência e pela compreensão de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Eduardo Braga.

Encerrando as inscrições, os inscritos, passo a palavra ao Senador João Pedro.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Como eu sou do Amazonas, é o mesmo tempo. É o mesmo território.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Aliás, eu acho que o Senador Eduardo Braga já usou o tempo do Amazonas inteiro.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Sr. Presidente, Senador Acir, Srªs e Srs. Senadores, primeiro, eu quero registrar a importância de o Senado retomar o debate sobre o Código Florestal, Presidente, Srª Ministra, de o Senado retomar, de forma pública, o debate sobre o Código Florestal, com a presença da Ministra do Meio Ambiente, com a presença do relator. Quero chamar a atenção para a importância da paciência do nosso querido Jorge Viana, que é engenheiro florestal – penso que isso ajuda –, que é de ume Estado importante do ponto de vista do território amazônico.

E quero fazer um parênteses aqui sobre esse debate dos últimos meses, porque a proposta tramita aqui há alguns anos, na pessoa da nossa Ministra Izabella. Eu sei que V. Exª sobre esse debate sempre esteve disponível para o Brasil todo. Esteve na Câmara, no Senado. É mais uma volta ao Senado. É evidente que V. Exª inaugura um processo novo aqui por conta do debate que tramita no Senado. Sei que V. Exª esteve na Avenida Paulista, na Fiesp, debatendo, colocando as ideias de Governo, as ideias de V. Exª. Quero dizer aqui de Parintins, lá no Amazonas, quando V. Exª passou um dia ouvindo populações tradicionais, organizações ribeirinhas, instituições que trabalham a Amazônia, que trabalham a água, a floresta. Enfim, eu quero destacar isso como uma agenda positiva e um esforço de Estado que V. Exª tem tido no sentido de construir o Código Florestal.

Pois bem. Pelo adiantado da hora, Presidente Acir, o que eu espero aqui, no Senado? O Senado é um espaço onde nós podemos melhorar o Código Florestal. Eu guardo uma expectativa de que a Presidenta Dilma não precisa vetar absolutamente nada. Nós temos esse compromisso. Nós temos o dever de pensar pelo Estado brasileiro. Não podemos... É um erro para o Brasil, para o Estado brasileiro, para o Código Florestal se nós fizermos aqui uma divisão entre produtores de grãos e ambientalistas. Eu acho muito pequena essa equação. Não ajuda o Brasil.

Quero chamar a atenção na direção do Senador Jorge Viana. Nós não podemos desprezar contribuições como as do Ipea. Não podemos. Não podemos desprezar a contribuição da sociedade brasileira para o progresso da ciência. Está aqui, na Casa, no Brasil, no debate. Não podemos, Presidente Acir, desprezar as observações da Agência Nacional de Águas, da carta que foi feita para a Nação deste grande brasileiro, deste grande geógrafo que é Ab'Saber. Será que nós não podemos ter calma e ouvir essas contribuições? Será que nós temos que travar aqui uma batalha menor, porque é menor? Então, quero dizer que nós precisamos trabalhar essas contribuições. Eu quero chamar a atenção do Senador Jorge Viana para as contribuições relevantes, profundas dessas instituições. Nós podemos fazer isso e melhorar o Código Florestal. Não tem nenhum desmérito, não desqualifica o Deputado Aldo, não desqualifica o que veio da Câmara dizer que nós temos que melhorar o Código Florestal que tramita no Senado da República. Fazer aqui um diálogo com o Senador Moka. A Emenda nº 164 piorou. Nós tínhamos um acúmulo, porque ela chegou aos 45 minutos do segundo tempo, o acúmulo que o Deputado Aldo conseguiu, no âmbito da comissão especial, com as audiências públicas, percorrendo o Brasil todo. Foi muito ruim você mexer no art. 8º e empurrar, naquela hora da noite, a 164.

Eu gostaria de ouvir da Ministra Izabella – sei que V. Exª já comentou... Hoje nós estávamos simplesmente votando a Unasul, no Senado, na Comissão de Relações Exteriores. E eu deixei de ganhar por não participar do início desta audiência pública meritória e importante para nós fazermos o melhor código para o Brasil. Tive que ficar na Comissão de Relações Exteriores porque era votação da Unasul. E votamos.

As atividades agrossivopastoris, que vieram no texto, justamente na APP. E o Senador Eduardo Braga chamou a atenção para isso. Chamou a atenção para isso.

Então, quero finalizar – e gostaria de ouvir um comentário – no sentido de fazer um substitutivo, uma contribuição concreta nesse debate, no texto, para construirmos esse Código comprometido com a vida.

Mas não pode ser a indignação apenas parcial de um setor do Congresso e da sociedade, em relação ao cidadão que desmata, utilizando correntes na mata da Amazônia, seja no Acre, seja em Mato Grosso. Nós temos de ter indignação. Isso é um bem! Isso é um bem!

Sou daqueles que querem duplicar a produção de grãos do Brasil. Se nós olharmos o mundo, ainda é pequena a produção de grãos de 150 milhões de toneladas. E nós podemos: por que não dobrar isso com tecnologias? Mas sou daqueles que são peremptoriamente contra aquela concepção do século XIX, de sair derrubando a floresta, para crescer, para desenvolver. Então, defendo a floreta em pé.

E podemos ter renda, ganhar dinheiro, ter tanta coisa boa, inclusive para a agricultura, com a floresta em pé.

Então, temos de olhar, de forma estratégica, para a floresta que temos, principalmente para o território amazônico.

Então, Srª Ministra, espero que esta seja a primeira iniciativa das duas Comissões, de Agricultura e do Meio Ambiente. Temos de criar aqui um clima de um bom debate, de um debate profundo, para que o Senado dê uma contribuição ao Brasil, em defesa da

vida, da floresta, da produção. Nós temos de encontrar esse ponto; temos de olhar principalmente o presente, mas comprometidos com o futuro do Brasil e do planeta Terra.

O SR. PRESIDENTE (Acyr Gurgacz.Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado Senador João Pedro.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Senador... Senador Acyr, permita-me, é apenas para que não paire nenhuma dúvida. Quero dizer o seguinte: a emenda nº 164 é do meu partido, o PMDB, que foi aprovada, salvo melhor juízo, pela maioria, com trezentos e tantos votos favoráveis. Então, é no mínimo um texto que merece ser discutido. E será discutido.

E vamos ter de adotar o mesmo critério: aquilo que não for convergente... Quero crer que a Amazônia está satisfeita. São 84% preservados. Agora, quanto aos outros Estados, ao de Mato Grosso do Sul, pelo menos, nós precisamos, sim, das nossas áreas, para que possamos, realmente, produzir, até que o nosso Estado possa passar por um processo de agroindustrialização, que não é o caso do perfil do grande Estado do Amazonas, que tem outros incentivos.

Evidentemente, aí concordo com o Governador: vamos discutir aqui incentivos. Então, para manter floresta em pé, para manter a área da reserva legal, vamos fazer com que o produtor rural receba por isso, porque aí vai haver uma compensação. O que não se pode fazer é simplesmente tentar criminalizar o produtor, até porque – vou encerrar – são 60 bilhões. Isso é o que produz a nossa agricultura, a nossa pecuária, a nossa carne.

Todo o resto produz um déficit de 41 bilhões. Tudo que se produz. O superávit brasileiro, o agronegócio paga tudo isso, os 40 bilhões, e gera um superávit de 20 bilhões. Então, não dá para não levar em conta o que é isso para o País.

O SR. PRESIDENTE (Acyr Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Sem dúvida. Só para esclarecer: não temos mais nenhuma emenda, temos um texto único. E vamos estudar o texto único como um todo; é o texto que vamos debater.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Sr. Presidente, apenas para que fique clara a nossa posição, primeiro, mais uma vez, quero aqui reafirmar a minha admiração, o meu respeito pelo Estado importante do Mato Grosso do Sul, pela representação importante do Mato Grosso do Sul, não só na economia como no Senado da República brasileiro, e, de forma muito especial, pelo Senador Moka. Só gostaria de dizer que, na pauta de importação brasileira, o Brasil importa fertilizantes, o NPK – Nitrogênio, Fósforo e Potássio. Portanto, nós precisamos analisar essas balanças econômicas e esses saldos comerciais, analisando cada um dos nossos segmentos, com a importância e a responsabilidade necessária para os impactos macroeconômicos e para o desenvolvimento sustentável do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Acyr Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Eduardo Braga.

Passo a palavra, agora, para a Ministra Izabella Teixeira, para comentar os assuntos abordados pelos nossos Senadores.

Muito obrigado.

Pode, Ministra. Fique à vontade, por favor.

A SRª IZABELLA TEIXEIRA – Então, vamos lá, pelo adiantado da hora e pela fome, que já foi sinalizada aqui, pelo adiantado da fome, mas na expectativa de uma agricultura sustentável, para resolver esse problema da fome – e orgânica, se possível, não é Senadora Maria Rita? –, vou fazer alguns comentários sobre pontos que destaquei como os mais importantes, até porque foram rebatidos em falas.

Quero, mais uma vez, reiterar o nosso compromisso de estar à disposição desta Casa, para toda e qualquer interlocução de natureza técnica, a respeito do Código Florestal.

É uma matéria, como foi dito por vários Senadores, absolutamente estratégica para o desenvolvimento sustentável deste País e um dos pilares da política ambiental brasileira, que é reconhecida mundialmente como uma política inovadora, que na realidade traduz ganhos para o Brasil.

A primeira questão a que vou fazer referência aqui diz respeito ao que foi citado pelos senhores, ao entendimento sobre a anistia ou sobre a não anistia, enfim. É bom termos esta oportunidade para esclarecer.

Dois aspectos são importantes, e a própria Senadora Vanessa Grazziotin, que está ao telefone, também sinalizou essa preocupação dela. O Decreto nº 7.029, que coloca o Programa Mais Ambiente e que traz a perspectiva de regularização ambiental de quem desmatou ou não cumpriu a lei, enfim, trazendo todos para a legalidade, vincula isso à recuperação.

O art. 33, como saiu na redação – e aí é importante sinalizarmos que não vou avaliar a intenção, porque isso é muito subjetivo. Estou lendo o texto. Na realidade, no § 5º, ao garantir a legitimação para todos os fins, garantindo a manutenção de todo o uso consolidado, ele deixa incoerente o texto sobre o que vai ser recuperado.

Então, essa é a leitura que leva ao entendimento de “anistiou”. Mais uma vez, Senador Moka... Ouço o senhor, e é muito interessante, porque não só o senhor, mas vários Senadores e Deputados ligados à agricultura, nas suas falas, explicitam que não é isso. Correto. Mas, quando o texto diz, quando se escreve...

O texto está escrito, e isso permite leituras, que são derivações daquilo que os senhores discutiram. Então...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Mas, Ministra, a contribuição aqui é fazer um texto que não deixe isso...

A SRª IZABELLA TEIXEIRA – É isso... É isso...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – ... porque essa nunca foi a intenção nossa.

A SRª IZABELLA TEIXEIRA – Por isso estou sinalizando, estou procurando ser objetiva. E não tenho nenhum tom aqui de dizer que está errado. Estou dizendo apenas o seguinte: como Ministra de Estado e como responsável pela formulação e implantação da política ambiental, vejo que isso não só leva à insegurança jurídica, como também a outras janelas. Tenho certeza de que a maioria das pessoas com quem tive interlocução nesta Casa, no Senado e no Congresso – já estive discutindo neste Senado, em outras reuniões, até antes de chegar o Código Florestal aqui, inclusive com o senhor, com a Comissão de Agricultura, e fora daqui, na Câmara e em outras instâncias: não é a intenção.

Então, temos de trabalhar duramente no pente fino, para entender quais são as situações que devem ser reconhecidas e como o texto acolhe essas situações com segurança jurídica. Então, estou aqui dando o esclarecimento de que não podemos legitimar tudo que foi feito antes da data tal, sem critério. É essa objetividade que a lei tem de ter.

Ouvi o Senador Ivo Casso, com os 50% dele: o direito intertemporal tem de estar assegurado para ele, porque ele cumpriu a lei. O senhor casou também lá, porque, para ganhar a terra, tinha de casar e desmatar.

Então, na realidade, temos de assegurar que a redação do direito intertemporal colha todas as situações e não gere as chamadas zonas de sombra, que leva à imperfeição jurídica do texto.

É importante...

Os senhores são impossíveis. O Senador Blairo... É um trio ternura aqui. Mas, enfim...

É importante assegurarmos tanto para a agricultura quanto para a pecuária que possamos melhorar e muito. E devemos continuar a pesquisa, o incentivo à pesquisa, com eficiência, etc.

Eu visitei a Embrapa recentemente. Exatamente na implementação de algumas políticas que estamos fazendo no Ministério, desde um programa de agroecologia até as questões climáticas. E, para minha surpresa, confesso que eu não sabia disto – pena que o Deputado Stephanes saiu –, foi a primeira vez em que um Ministro do Meio Ambiente visitou a Embrapa, segundo declarações da diretoria da Embrapa.

E nós estamos com uma parceria ampla de interlocução com a Embrapa, exatamente para atuar nesse novo quadro jurídico-institucional e de governança ambiental sobre a produção sustentável da agricultura brasileira e da agricultura de baixo carbono.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Ministra, por isso parabenizei a senhora. Pela primeira vez, o Ministério do Meio Ambiente colocou uma técnica para comandar do Ministério. Os outros eram políticos, então só queriam mostrar para a mídia. Ao contrário, a senhora está fazendo para o povo.

A SRª IZABELLA TEIXEIRA – De qualquer maneira, eu acho que ainda temos muita área para produzir, que tem produção ainda em bases arcaicas, com ausência de tecnologia e com baixa eficiência e baixa produtividade. E há a ponta, o extremo, uma produção moderna, que compete no exterior, que exporta tecnologia, que favorece a Cooperação Sul-Sul, que favorece a interlocução política do País, por exemplo, com países africanos e com países da Ásia, etc, que dá competitividade à agricultura brasileira, que dá orgulho para todo brasileiro – a ambientalista e a não ambientalista.

Então, acho que precisamos também construir os caminhos para reduzir ou para ter uma ponte que reduza a distância entre a produção que chamei aqui, perdão, mais arcaica, de baixa eficiência, uma produção que leva a ter, por exemplo, na área da pecuária, uma eficiência, por cabeça de gado, muito baixa em determinadas regiões do País... Pode-se aumentar a eficiência da pecuária, reduzindo-se a área de pastagens e oferecendo-se essas áreas... porque sessenta e tantos milhões de área de pastagens são destinados... São áreas que têm alto índice de produtividade e que estão aptas à produção agrícola com riqueza, mas que estão sendo usadas para boi, com baixa eficiência, com baixa produtividade.

Quer dizer, é ter um olhar inteligente, que a própria agricultura brasileira nos oferece.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – E, Ministra, só uma contribuição: sabe por que acontece isso? Porque é muito mais caro recuperar a área degradada do que abrir uma área nova. Então, se houver um programa de financiamento para recuperar área degradada, não só vamos contribuir com a captura de maior carbono, como também vamos melhorar o índice de produtividade.

A SRª IZABELLA TEIXEIRA – Senador, estamos falando as mesmas coisas. Estou falando, na realidade, duas coisas, e uma são as áreas degradadas. Eu particularmente acho que temos de estimular, de buscar meios, de acabar com esse fantasma. Isso virou mito. Todo mundo fala em área...

O SR. WALDEMAR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – É que estou referindo-me à pastagem degradável.

A SRª IZABELLA TEIXEIRA – E estou falando... Nós temos também pastagens em uso, com baixa produtividade, e que são terras com grande vocação de produção agrícola. Isso quem está dizendo é a Embrapa, não sou eu. São textos...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Ministra, permita-me aditar, apenas dizer o seguinte: o uso de pastagem para a criação de bovino ocupa no Brasil 74% das áreas destinadas à agropecuária. O índice de lotação médio é de 1,08 cabeça por hectare, o que gera valor efetivo por hectare de R$496,00.

A SRª IZABELLA TEIXEIRA – É sempre... Eu tenho o cuidado de ouvir... Tive e tenho tido o cuidado, e alguns Senadores fizeram referência aqui a isso, talvez por ser uma funcionária do Estado brasileiro e por ter sido treinada a ouvir todos. O gestor público tem por obrigação ouvir todos, porque serve à sociedade. Essa é a função de um gestor público.

E, nas minhas audiências, nas minhas conversas – isto aprendi com os senhores políticos: tem-se de conversar muito, tem-se de ouvir muito, mas se tem de ter fundamentação técnica, para não errar e não comprometer, tem-se de ser inovador, e a tecnologia faz parte desse processo.

Uma das situações que vi foi em Minas, um caso no norte de Minas, onde você, 60 anos atrás, tinha produção de pecuária, uma produtividade pecuária na área do Vale do Rio Doce e Mucuri da ordem de 2.8 unidades de animal, de cabeça de gado por hectare. Isso há 50 anos; praticamente a minha idade.

Em 50 anos, ou seja, o tempo da minha vida, essa mesma área hoje tem uma produtividade de 0.6 unidade de cabeça por hectare, isso associado ao custo do desmatamento da mata atlântica e das áreas de outros biomas que lá estão e que, na realidade, é o empobrecimento daquela população. Se a gente fizer a conta, seria mais barato, de fato, manter essa alta produtividade e proteger, como a tecnologia e o conhecimento da agricultura nos possibilitaram ganhar nos últimos 50 anos.

Por outro lado, também aí nos 60 anos, sem ser da agricultura de baixo carbono, nós fomos capazes, pelos avanços tecnológicos, de evitar desmatamentos em mais de 400 milhões de hectares neste País associados à agricultura. Os dois lados da moeda devem ser analisados.

Como gestora pública, tenho que ter o bom senso de olhar todos os segmentos e procurar saídas sólidas permanentes, numa interlocução que assegure a proteção do meio ambiente como um fator de desenvolvimento sustentável deste País.

Obviamente que tem áreas, Senador Moka, que serão intocáveis, porque o valor dessas áreas é pela intocabilidade. São áreas que o Brasil detém. Graças a Deus. O tal do "Deus é brasileiro", dizem alguns ambientalistas. Não quero aqui complicar. Mas, enfim, estou apenas dizendo que nós temos que olhar a questão, mas ele também come. Temos que olhar a questão sob o foco estratégico do desenvolvimento do País e não sob – entendo que o debate é apaixonado – restrições ou sob situações que levaram ao desgaste de ambos os lados ao longo desse processo.

A Senadora Vanessa Grazziotin, que é minha amiga, pessoa por quem tenho o maior respeito e com quem temos outras interlocuções nesta Casa, sinaliza uma questão muito importante. Não só ela. O próprio Senador Braga, o Senador Pedro, os três da Amazônia, me procuraram para resolver e tratar da questão dos pequenos. E isso tem a ver com os programas de regularização ambiental, com os programas de regularização fundiária, ou seja, sobre a capacidade de resposta do Estado do Estado na velocidade e na envergadura institucional que os desafios do desenvolvimento da agricultura familiar, do pequeno proprietário e do agricultor existem. E aí temos um desafio, temos um *gap,* temos uma defasagem entre a capacidade de resposta do Estado na velocidade em que a demanda social e econômica do País se coloca.

Estamos trabalhando duramente para aprimorar isso, Senadora, não só o Ministério do Meio Ambiente como também o Ministério do Desenvolvimento Agrário. No caso do Terra Legal, aí temos um problema, porque não é só federal, parte da regularização passa pelo licenciamento estadual, e o licenciamento estadual é competência dos Estados, que também têm que ter uma capacidade maior de fiscalizar etc. Mas não devemos estar modelados somente pelos instrumentos de comando e controle. Essa é outra questão que tem um desequilíbrio no projeto e que muitos dos senhores fizeram comentários aqui. Temos que ter não só os instrumentos de caráter compulsório, mas os instrumentos também de caráter econômico, de estímulo a novas práticas, que sejam indutores de mudança de comportamento.

As políticas públicas trabalham sempre com base em três instrumentos: os instrumentos de comando de regulação, os instrumentos econômicos, de incentivos, que podem ser tecnológicos, enfim, ou pode ser o contrário, você aumenta os ganhos onde existem ou dá vantagem comparativa, como, por exemplo, no licenciamento – a gente só destaca quem faz errado, a gente não destaca nunca quem faz certo; isso está errado; custa muito fazer e você tem que compartilhar com a sociedade para que ela tenha controle social.

E o terceiro instrumento que é a informação, a comunicação. E aí a importância do controle social, que é outro aspecto muito pouco debatido no Código Floresta. Muito pouco debatido.

É um aspecto para o qual chamo a atenção, que estamos querendo melhorar, estamos melhorando. Temos desafios enormes em relação à estrutura institucional. Quero destacar que conheço os problemas, estou nessa área há 27 anos – sempre digo que não sou velha, sou precoce –, venho do século passado na área ambiental, portanto. Agora, reconheço que é importante ver, no caso do MDA, eles estão finalizando um pregão para contratar os serviços do Terra Legal em 100% no Estado, com vistas às políticas federais, então, para dar uma nova escala de implementação. Ou seja, são inovações no modelo de gestão, e que nós devemos também olhar o arcabouço legal que, às vezes, engessa a maneira de você inovar para gerir. E esta Casa recepcionou vários desses debates.

Os compromissos internacionais que são assumidos com relação à questão climática remetem a uma demanda de trabalho do Estado brasileiro, Estado como Poder Público, imensa de interlocução com a sociedade. Não necessariamente nós temos os fóruns políticos institucionais criados para permitir avançar na velocidade que a demanda internacional nos coloca e que esta Casa vai lá e aprova.

Então, esse debate sobre a modernização da gestão pública ambiental, a estrutura de governança ambiental e a estrutura de governança de desenvolvimento sustentável é um debate tão estratégico que pauta a Conferência Rio+20 no ano que vem. Esse debate não é só aqui, é internacional. Vinte anos depois do paradigma do desenvolvimento sustentável, as Nações Unidas, todos os países concluíram: "Precisamos avançar nisso".

Particularmente, coloco-me à disposição para participar, trazer ideias e ouvir os senhores sobre o que a gente pode inovar e modernizar na gestão pública ambiental neste País. Devemos fazê-lo em nome da sustentabilidade, em nome da qualidade de vida e dos ganhos, e da erradicação da pobreza, porque se agente tem um Estado eficiente eu consigo, por exemplo, fazer com que chegue luz às reservas extrativistas, eu consigo fazer com que eu tenha acesso à infraestrutura de maneira sustentável, eu consigo discutir o desenvolvimento de estrutura deste País em outro patamar, considerando a sustentabilidade.

O Senador Aníbal saiu, mas fez uma questão.

Gravei o seu ali, mas o Eduardo Braga o incorporou, então ele ficou no lugar.

A questão de açude... Primeiro, a questão de piscicultura. Acho importante ter esse debate. Agora, lembro que os açudes, os barramentos em área... Na realidade, você não usa desbarramento de rios, você não vai quebrar o rio. Isso não é objeto do Código Florestal. A gente entra na parte que você faz barramento no rio, você intervém na área de preservação permanente, mas acho que a gente deve discutir e tem uma recomendação do próprio Ministério da Pesca, a Ministra Ideli, enquanto Ministra da Pesca, conversou longamente comigo sobre isso. Acho importante que a gente entenda a extensão de medidas que possam ser adotadas para viabilizar a extensão da apicultura e da piscicultura neste País. É uma riqueza que este País tem e que estamos, na realidade, sobreexplotando os recursos naturais de pesca, estamos com a nossa ictiofauna comprometida em várias espécies chave – estou vendo aqui o Senador Luiz Henrique; Santa Catarina vive esse dilema – e com uma possibilidade infinita de mudar o patamar de piscicultura e da aquicultura neste País, sem que a gente tenha as regras mais objetivas.

Não precisamos degradar mangue, não precisamos comprometer as funções ambientais para poder expandir piscicultura, aquicultura etc. Não é esse o debate.

Mais uma vez, acho que se toca num assunto extremamente estratégico para a alimentação, para a segurança alimentar, para a dieta protéica, para a segurança climática, para erradicação de pobreza, para a agricultura familiar, para a atividade de médio porte e que não tem eventualmente o debate sinalizado e consolidado, em minha opinião, como poderia fazer.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – E de altíssima rentabilidade.

A SRª IZABELLA TEIXEIRA – E de altíssima rentabilidade.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – A proporção de um hectare de pasto para um hectare de lâmina d'água é assustadora a diferença.

A SRª IZABELLA TEIXEIRA – Isso mesmo. Temos que entender e eu sugiro que, se possível, que vocês possam – não sei se em subcomissões – ouvir setores e ouvir a demanda, sem ter que comprometer manguezal, nem apicum nem salgados. Não precisamos fazer isso para avançar com carcinicultura, para avançar com piscicultura. Não é esse o caminho, senhores. Temos experiências acumuladas que mostram a degradação e mostram, na realidade, uma externalidade negativa a um processo que pode ser melhor pensado.

Chamo a atenção para uma experiência que está em curso sobre área degradada no Estado do Pará em torno do óleo de palma e também sobre o dendê, e nós fomos capazes, no governo, no ano passado, o Presidente Lula lançou isso, de estabelecer um programa que

você não derruba uma área de floresta, você conduz tudo para as áreas degradadas e assegura uma produção com agricultura familiar, com financiamento, com crédito e assegura uma produção para dendê e para óleo de palma que vão... Perdão, ela é estratégica para a agricultura brasileira e para o mercado internacional. Há isso graças a uma parceria do Ministério do Meio Ambiente, Ministério da Agricultura, Embrapa, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Banco do Nordeste, Banco da Amazônia, Coordenação da Presidência da República, todos sentaram e fomos capazes de bolar isso para dois milhões de hectares, num projeto modelo. E eu tive o prazer de ir lá e ver a felicidade das pessoas que acessaram o crédito e estão plantando, estão trabalhando e protegendo a Amazônia. Não tem um novo desmatamento naquela área.

Senador Ivo Cassol, quero comentar duas coisas com o senhor. Primeiro, têm, sim, medidas que estão sendo adotadas em relação à não compra de alimentos, a barreiras não tarifárias associadas à questão ambiental. Lembra o senhor o debate da União Européia, que aprovou recentemente diretrizes sobre a importação de biocombustíveis – e as questões ambientais estão lá, como restrição?

Lembra o senhor – não precisa ser internacional, nacional – a própria restrição da sociedade brasileira de comprar carne oriunda de área de desmatamento? E a posição dos supermercados do Brasil de rejeitarem as cadeias e irem para os frigoríficos?

Tem mais discussão. A própria motivação que temos na bem-sucedida parceria com a Abiove – Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais sobre a moratória da soja. Quer dizer, nos antecipamos a situações para evitar críticas e evitar processos que não são sustentáveis e saudáveis para o País.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Só para reforçar, Ministra. Quando me referi ao *status* do ex-ministro, quero dizer que quando a água bater no joelho de toda a humanidade, eles não vão procurar a questão ambiental, eles vão querer o alimento para sustentar o seu povo. E do jeito que a gente está vendo aí, as restrições existentes em cima dos nossos produtos é porque temos capacidade de produzir alimentos com custo baixo.

A SRª IZABELLA TEIXEIRA – Ok. Só chamei o senhor porque essa discussão é interessante. Temos vários fatores hoje que não faziam parte antes da vulnerabilidade da produção agrícola, uma delas é a climática. Vinte, trinta anos atrás não era tão presente o risco à produção agrícola em relação à variável climática. Hoje é. Então, temos outros fatores hoje que estão determinando esse debate, e o que eu defendo e defendo com muita objetividade, Senador, é que não precisamos desmatar floresta para ter a produção de alimentos nem para alimentar os nove bilhões que estarão colocados em 2050.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Até fizemos uma campanha em Rondônia – está aqui o Senador Acir que sabe disso: “Desmatamento zero”. Fizemos essa proposta em 2009 para o Governo Federal e a gente defende isso, que não precisa, é só, como a senhora falou há pouco aqui, aproveitar as áreas degradadas. Para isso, precisamos ter incentivo. Aproveitar esse dinheiro que está aí para liberar para o Pão de Açúcar com o BNDES, para esses produtores, com juros subsidiados para poder produzir com custos menores e recuperar essas áreas degradadas.

A SRª IZABELLA TEIXEIRA – Discutam, porque é muito importante. Está bem, Senador. Muito obrigado por suas considerações.

Sobre o Bom Futuro, vou lembrar ao senhor: foram acertadas uma desafetação e uma modificação do mosaico de unidade de conservação, mas ninguém discutiu anistia para quem tinha descumprido a lei, quem desmatou sem autorização – vou dizer mais objetivamente. Agora, em função das colocações, vou pedir para ver inclusive sobre o seu CPF, porque eu não tinha conhecimento disso, para saber quais situações de fato estão acontecendo – o presidente do IBAMA está aqui. Ontem mesmo, tive conversa com o pessoal do governo de Rondônia, o governador cancelou a ida, mas estive com a secretária, e estabelecemos um processo de interlocução sobre a questão de Bom Futuro. Isso está sendo encaminhado e vou procurar ver esses dados que o senhor apontou aqui sobre ação do IBAMA, eventualmente, associada, na realidade, penalizar quem não deveria ser penalizado.

Sobre a questão dos módulos fiscais, e aqui alguns Senadores fizeram essa diferença, vou fazer antes uma consideração sobre APP (Área de Preservação Permanente) – o Senador do Paraná fez essa colocação.

A gente não discute APP. É o contrário. A natureza não é assim quanto maior mais eu posso então, na realidade, estender a proteção para quanto maior. Ao contrário. Quanto menor o rio mais há vulnerabilidade, maior a vulnerabilidade, inclusive das nascentes, principalmente das nascentes que, na realidade, não deveriam nem estar tendo uso. Uma coisa é fazer barramento, você cavar, fazer tanque, deixa chover; outra coisa é você usar a nascente. Nascente está proibido. Então, acho que tem aí um equívoco de informação, como também tem uma posição – aí discordo dele – de achar que a gente pode reduzir APP. APP com rios menores, com até cinco metros ou até dez metros, trinta metros, por quê? Há dados científicos mostrando

que as funções ecológicas, ou seja, as funções que são mantidas pela natureza, qualidade da água, integridade do solo e os corredores de imigração de fauna dependem dessa APP. E temos estudos que mostram isso até cem metros, rios de maior largura com cem metros. Na realidade, acho que vale aqui – e aí a contribuição da SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência) é ímpar para o processo – termos um olhar que não é fazer progressivamente redução; ao contrário, temos que proteger APP, porque APP é vida. Mais do que vida, ela assegura a produção agrícola deste País.

Então, temos que buscar caminhos e água limpa para resolver o problema da agricultura familiar, para resolver o problema do baixo impacto, que foi o que discutimos na Câmara. E, no meu entendimento, o texto não recepcionou a envergadura do debate. Aí, é um problema, como eu disse antes, Senador Moka, de redação. O espírito foi conduzido, e eu me lembro muito bem, na própria Comissão de Agricultura.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Ministra, a própria Embrapa diz que essa questão da largura dos rios depende do tipo do solo, da declividade do rio; que é muito mais importante... Às vezes, você acaba aumentando desnecessariamente. Há quem diga, por exemplo, que mais de 100 metros de cada lado, independente do tamanho do rio, não vai trazer nenhuma outra contribuição. E nós chegamos a colocar 500 metros.

A SRª IZABELLA TEIXEIRA – Eu acabei de colocar isso. Falei que a referência até 100 metros é um estudo da USP. Tem tese de doutorado que trabalha isso. Sugiro que o debate traga o pessoal da SBPC, que aí os cientistas vão começar a colocar quais são os pontos críticos, e aí a gente aperfeiçoa. Acho que é importante, ainda na incerteza que temos do conhecimento científico, como fiz referência – conhecemos apenas 15% da nossa biodiversidade, conhecemos pouquíssimo das nossas funções ecológicas –, termos também a precaução para evitar as perdas que experimentamos no ano passado.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Srª Ministra, apenas para informar a V. Exª de que, na Comissão de Ciência e Tecnologia, na próxima semana, teremos uma audiência pública com a SBPC, com a ABC, com o Ipea, debatendo exatamente a questão científica, tecnológica e acadêmica das teses e das pesquisas já publicadas sobre o tema.

A SRª MINISTRA IZABELLA TEIXEIRA – Ótimo. Vou pedir ao meu pessoal para acompanhar. Está bom?

Bom, sobre os quatro módulos fiscais, vem aqui o seguinte: primeiro, não são 100 hectares, não são 50 hectares; os quatro módulos fiscais têm uma coerência com a Lei de Agricultura Familiar. Esse é o primeiro ponto. Aí, quero aqui destacar o tratamento diferenciado que nós, do Governo, demos – insistimos e foi reconhecido na Câmara – a respeito da agricultura familiar e do pequeno proprietário. Nós temos de dar solução, sim, para isso. E assim foi construído e assim foi debatido. Então, não é uma questão de arbitrariedade: dizer quatro, dois ou um. Tem-se uma lógica, uma coerência, na própria segurança jurídica do País e na prática de políticas públicas. Isso foi muito bem debatido, recepcionado e reconhecido pela Comissão de Agricultura na Câmara. Eu me lembro do debate no Mapa e no próprio Congresso: discutimos como tínhamos de equacionar, junto com o MDA, a questão da agricultura familiar. Mais do que isso: todo o debate que o Governo acolheu com os movimentos sociais associados à agricultura familiar. E eu conversei com todos mais de uma vez, procurando saídas – o que é a agricultura familiar no Nordeste, no São Francisco, e o que é a agricultura familiar no sul do País, o que é completamente diferente.

Então, nesse processo, existe uma massa crítica imensa sobre isso, Senadores, com textos, etc., que obviamente acho que temos de valorizar, porque houve o reconhecimento da agricultura familiar pelo Deputado Aldo Rebelo e temos de assegurar que o texto traduza todos esses ganhos; ou seja, a Lei nº 11.326 faz menção a esses quatro módulos.

Devemos, na realidade, ter cuidado é em remeter esse tratamento da agricultura familiar e especificar a referência temporal para o valor do módulo fiscal. É aquilo a que fiz referência antes. Estão faltando os cortes temporais, e isso gera um desbalanceamento, mas que, pelo que ouvi aqui dos senhores, de todas as intervenções, saio daqui muito animada, porque há toda uma visão do bom senso político de buscar o diálogo e corrigir as imperfeições. Isso é necessário para podermos avançar com o Código que todo mundo quer, nos aspectos de sustentabilidade social, econômica e ambiental, e valorizar isso que o Brasil é o G-1 em biodiversidade, como foi dito aqui anteriormente.

O Governo avançou muito no debate sobre o pagamento de serviços ambientais, agricultura familiar e de pequenos, e acho que nós devemos ter um debate sobre outras formas de incentivos tecnológicos e licenciamentos. Você vai na realidade estimular que as pessoas dêem celeridade e velocidade à adequação e à regularização ambiental e serem mais competitivos. Acho que a questão da produtividade agrícola é essencial em particular no que diz respeito a essas terras que estão sendo usadas, por exemplo, para pecuária e que poderiam ser destinadas à produção agrícola.

A experiência do zoneamento agroecológico tem sido extremamente positiva. Podemos ter o zoneamento da soja. Já conversei com a Embrapa, e há instrumentos para se fazer isso. Quais são as grandes culturas? Como nós trabalhamos? Como eu sobreponho isso com o planejamento de uso do território, com infraestrutura? Qual é a visão para os próximos 20 anos? Esse é o debate que nós, no Governo, estamos fazendo no âmbito da política de clima, e isso tem que estar traduzido em outras políticas. Foi aquilo de que falei inicialmente: uma coerência entre as políticas públicas; uma ação coordenada entre as políticas públicas, para mudarmos a escala e a velocidade do sucesso.

O relatório do Ipea, Senador Eduardo Braga, é um relatório bom. Eu só lembro o seguinte: ele foi inicialmente feito, com base ainda, no relatório da Comissão que tratava da isenção de reserva legal para até quatro módulos fiscais – primeira leitura, tudo e qualquer propriedade. E hoje é preciso averbar o que existe. Quer dizer, antigamente, quando você dispensava, você sinalizava que poderia desmatar quem preservou a reserva legal. Mudou isso no texto. Então, há uma diferença de números e tem também algo que foi colocado aqui, importante: que a gente evite o desmembramento.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM. *Fora do microfone*.) – É bom dimensionar o tamanho da diferença, senão, daqui a pouco, o Senador...

A SRª IZABELLA TEIXEIRA – É pequena. O senhor não se anime tanto, Senador.

Desculpe, eu não resisti.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – O Senador Eduardo Braga está preocupado comigo. É uma coisa. Vira e mexe ele estabelece uma provocação. Está nervoso. Tem que dar um Lexotan para ele.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Aqui é a Casa do debate. O contraditório é sempre importante.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – V. Exª, como médico, tendo CRM, talvez possa fazer uso da sua prática como médico.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – V. Exª está precisando de um Lexotan, Governador.

A SRª IZABELLA TEIXEIRA – Finalmente, só para eu terminar aqui, o Senador João Pedro fez referência à questão das atividades agrosilvopastoris, do art. 8º, que já citei que isso enseja acabar, pela forma como está redigido, com as APPs. Eu acho que nós temos, sim, de discutir, como se está discutindo nesta Casa, a questão do REED *Plus,* a questão do pagamento de serviços ambientais, o valor da floresta em pé, mas isso em outras políticas, guardando coerência. Eu acho que temos um espaço ímpar para o debate e para o aperfeiçoamento do texto.

No mais, quero falar e agradecer, em nome do Governo, reiterar a oportunidade de estar aqui com os senhores; reiterar o compromisso da Presidenta Dilma, o compromisso do Governo, compromisso pessoal, de termos um Código Florestal sólido, que assegure condições de sustentabilidade da agricultura e de proteção ao meio ambiente; que a agricultura familiar e os pequenos produtores têm um papel estratégico na construção de soluções para o Código Florestal; que nós não podemos perder de vista a necessidade de maior eficiência e assegurar, com instrumentos de planejamento, a gestão pública em relação à agricultura e ao meio ambiente; que o debate não se limita à agricultura e ao meio ambiente; que o debate tem uma envergadura maior e, como sinalizamos aqui, do clima, questão de energia: estamos com biocombustíveis, estamos com a questão dos resíduos sólidos – o potencial de geração de energia, a partir de resíduos sólidos no campo, é importante, e está na agricultura de baixo carbono. Então, temos que olhar, na realidade, o que ainda pode e deve ser feito, e muito, pelo Código Florestal.

Temos uma lei sólida, rica segura e que aponte não só a regularização do uso do solo do passado, mas que aponte para isso que é a nova agenda do País: se nós queremos ser a quinta economia do mundo, sejamos a quinta economia dentro de um contexto de economia verde, com sustentabilidade, erradicação de pobreza e com a competitividade que a agricultura brasileira já alcançou e que tenho certeza de que vai alcançar mais ainda.

Então, a minha última fala é dizer que prefiro discutir isso a discutir um subsídio à agricultura brasileira, com base no uso insustentável do capital natural.

Esse tempo já passou. Não é o tempo que reconheço em várias frentes onde vou visitar a agricultura brasileira, e acho que nós temos de, na realidade, viabilizar os caminhos para compatibilizar meio ambiente com produção sustentável, e tenho plena confiança no trabalho que os relatores terão de fazer duramente – eu sei disso –, mas me coloco à disposição dos senhores, e todo o Ministério do Meio Ambiente.

Mais uma vez, agradeço a atenção, a oportunidade de ter estado com os senhores e estou à disposição para os desdobramentos da Agenda.

Obrigada, boa tarde e bom almoço! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Para as suas considerações, Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Eu só queria, em nome do Senador Rodrigo e de todos da

Comissão de Meio Ambiente, agradecer a presença das Senadoras e dos Senadores, da Ministra, e cumprimentá-la, Ministra, dizendo que não teríamos uma maneira mais eficiente, mais adequada de iniciarmos oficialmente esse debate aqui no Senado do que esta, num clima bom, de colaboração. Todos ouvindo os outros. Penso que assim nós acertamos no tom político na condução desse tema tão difícil.

Queria informar à senhora que, conversando com o Senador Luiz Henrique, ele pretende, ainda agora antes do recesso, ter um parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre essa matéria, para que, no começo de agosto, façamos a discussão do mérito dela, nas comissões de Meio Ambiente e de Agricultura conjuntamente no que for possível. A sua participação aqui, em nome do Governo, foi fundamental. Esse é um debate que está dentro do Congresso. Era importante ouvir o Governo. Vamos ouvir a sociedade também, e estou seguro de que a senhora nos ajudou e facilitou a condução do trabalho a partir de hoje, exatamente pela dedicação que a senhora tem a esse tema, pelo estudo feito, pelas posições consequentes e coerentes que a senhora traz em nome do Governo. Muito obrigado.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente, antes de encerrar...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pois não, Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – ...tive o cuidado... Participamos de uma reunião com o Senador Blairo, Senador Jorge Viana e Luiz Henrique, que aqui não está, e um entendimento nosso, de que a Ministra viria aqui e exporia...

Quero dizer, Ministra, que tive a melhor das impressões. Acho que V. Exª foi perfeita. Eu me sinto realmente muito esclarecido. Achei importante isso. E ficamos de, logo em seguida, ouvir o relator na Câmara dos Deputados, o Deputado Federal Aldo Rebelo. Então, eu queria aqui, até para que possamos realmente cumprir aquilo que foi o nosso encaminhamento, que a audiência pública logo em seguida...até para que a gente dê oportunidade ao próprio Aldo de que tudo aquilo que foi levantado ele também possa dar esclarecimentos. E tenho certeza de que, sobre muitas dessas coisas, o próprio Aldo tem uma visão que certamente precisa de algumas modificações. Eu queria colocar aqui, porque esse foi o nosso intuito.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Sem dúvida. Vamos entrar em contato com o Deputado Rebelo, para que a gente possa marcar para a próxima semana, se possível. Qualquer dia, não precisa ser na quinta-feira exatamente, que é o dia das nossas audiências públicas, mas no dia em que o Deputado estiver à disposição nós faremos essa audiência pública também.

Lembro que, amanhã às 14 horas, continuaremos esta audiência pública com a OCB, a CNA, a Contag, a Unicafes e a Fetrafi, continuando este debate que é muito importante.

Ministra, em nome de todos os Senadores da Comissão de Agricultura, agradecemos a sua presença aqui, a sua paciência em ouvir todos os nossos Senadores. Entendo que sai daqui fortalecido o entendimento, o entendimento a que nos propusemos a partir do primeiro dia, da nossa primeira conversa. Antes de chegar aqui esse texto, nós nos propusemos a buscar o entendimento entre ambientalistas e produtores rurais. Entendo que tivemos um avanço, um passo muito grande, Senador Eduardo Braga, para que isso seja uma realidade, para que possamos levar ao Plenário um texto redondo, no intuito de atender, Senador Moka, a população brasileira. Toda população brasileira deve estar compreendida e contemplada com essa reforma do Código Florestal.

Muito obrigado às Srªs Senadoras e aos Srs. Senadores.

Declaro encerrada esta reunião.

(Levanta-se a reunião às 14 horas e 21 minutos.)

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

ATA DA 25ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE JULHO DE 2011.

Às nove horas e dezenove minutos do dia treze de julho de dois mil e onze, na sala treze da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Gim Argello, Vice– Presidente, no exercício da Presidência, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática com a presença dos Senhores Senadores Walter Pinheiro, Pedro Taques, Valdir Raupp, Vital do Rêgo, Cyro Miranda, Flexa Ribeiro, Paulo Paim, Geovani Borges, Luiz Henrique, Benedito de Lira e Cícero Lucena, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Ângela Portela, Anibal Diniz, Rodrigo Rollemberg, Ciro Nogueira e José Agripino. Justifica a ausência, no período de 12 de maio a 27 de junho, para tratamento de saúde, o Senador Lobão Filho. Justificam as ausências, nesta reunião, os Senadores Eduardo Braga e Eunício Oliveira. O Senhor Vice-

-Presidente, no exercício da Presidência, Senador Gim Argello, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública atendendo ao **Requerimento nº 26, de 2011-CCT**, de autoria dos Senadores Eduardo Braga e Walter Pinheiro, que "nos termos do art. 90, V, c/c art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos a realização de audiência pública na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, no sentido de que sejam ouvidos os representantes do Ministério das Comunicações (MC) e da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), com o propósito de discutir sobre a possível licitação da Faixa de 450 MHz pela Anatel, com vistas a oferecer telefonia rural e Internet às regiões agrícolas do País". Comparecem à reunião os Senhores Maximiliano Salvadori Martinhão, Secretário de Telecomunicações do Ministério das Comunicações – MC e Roberto Pinto Martins, Superintendente de Serviços Públicos da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL. Finda a exposição e uso da palavra pelos convidados, a Presidência franqueia a palavra aos Senhores Senadores. Usam da palavra os Senhores Senadores Walter Pinheiro e Luiz Henrique. Nesse momento, os Senhores Senadores Walter Pinheiro, Cícero Lucena e Luiz Henrique requerem, oralmente, a inclusão extra pauta de Requerimentos, com o que todos concordam. **Extra Pauta, Item 01: Requerimento n.º 30, de 2011 – CCT**, de autoria dos Senadores Eduardo Braga e Walter Pinheiro, que requer "...,nos termos do disposto no art. 40, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para a participação do Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, Senador Eduardo Braga, e do Senador Walter Pinheiro, membro titular da CCT, na abertura da 19ª edição da ABTA 2011 – Feira e Congresso que se realizará no dia 09 de agosto do corrente ano, em São Paulo – SP. Requeremos, ainda, que a Comissão, seja assessorada por um Consultor Legislativo do Senado Federal, que possa auxiliar na preparação de relatórios, estudos e outras tarefas correlatas, assim como, de servidores da Secretaria da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática para prestar assistência a esta Presidência". O requerimento é aprovado. **Extra Pauta, Item 02: Requerimento n.º 31, de 2011 – CCT**, de autoria do Senador Cícero Lucena, que requer "..., nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão, com o objetivo de debater as práticas, preços e condições na venda de softwares e na prestação de serviço de locação de satélites para transmissão de sinais de TV para Administração Pública. Deverão ser convidadas para a Audiência as seguintes autoridades: Sr. Virgílio Almeida, Coordenador do InWeb da Secretaria de Política de Informática (SEPIN) do ministério de Ciência e Tecnologia. Sr. Cyo Diehl, Presidente da Oracle do Brasil Sistemas, Sr. Ricardo Pelegrini, Gerente Geral da IBM Brasil, Sr. Ronaldo Mota Sardenberg, Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações ANATEL; Sr. José Formoso, Presidente da Embratel". O requerimento é aprovado. **Extra Pauta, Item 03: Requerimento n.º 32, de 2011 – CCT**, de autoria do Senador Luiz Henrique que requer "..., nos termos do art. 90, II, combinado com o art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com a finalidade de discutir o desenvolvimento de novas tecnologias, pelo Brasil, para viabilizar a exploração das "terras raras", elementos químicos encontrados em jazidas minerais, essenciais para aparelhos de alta tecnologia". O requerinento é aprovado. Prosseguindo, o Senhor Senador Gim Argello, Vice-Presidente, no exercício da Presidência, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as notas taquigráficas sejam anexadas a esta ata para devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às onze horas e sete minutos, determinando que eu, **Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática** lavrasse a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Gim Argello,** Vice-Presidente, no exercício da Presidência, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. PTB – DF) – Havendo número regimental, declaro aberta a 25ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura, que se realiza nesta data de 13 de julho de 2011, para realização de audiência pública com o objetivo de "discutir sobre a possível licitação da faixa de radiofrequência de 450MHz, com vistas a oferecer cobertura telefônica e de Internet às regiões rurais e menos habitadas do País", em atendimento ao Requerimento nº 26/11, desta Comissão, de autoria dos Exmºs Srs. Senadores Eduardo Braga e Walter Pinheiro.

Antes de iniciar os trabalhos desta reunião, submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e aprovação das Atas da reuniões anteriores .

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovadas.

As Atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado.*

Justifica a ausência no período de 12 de maio a 27 de junho, para tratamento de saúde – e é bom explicar isso, porque foi um acidente de carro que sofreu –, o nobre Senador Lobão filho. Só agora chegou a justificativa de S. Exª.

Justificam também a ausência nestas reuniões os Srs. Senadores Eduardo Braga e Eunício Oliveira.

O requerimento aprovado justifica esta audiência pública e seus ilustres convidados nos seguinte termos: chamou atenção o súbito anúncio pelo Governo sobre a licitação da faixa de 450 MHz, vez que antes era a favor da destinação dessa faixa às concessionárias locais para a prestação de serviços rurais. O Governo afirmou à mídia do interesse internacional na existência de um grande mercado não atendido no País, especialmente nas áreas rurais do País.

A presente audiência, por certo, dará os esclarecimentos necessários sobre se os futuros investimentos em *telecomunicações* para atendimento das vastas áreas de "sombra" do nosso território nacional serão efetivados.

Antes de fazer os comunicados da Presidência, eu pediria que já viessem para a Mesa, por favor, o Dr. Maximiliano Salvadori Martinhão, engenheiro de telecomunicações formado pelo Instituto Nacional de Telecomunicações (Inatel), de Santa Rita do Sapucaí (MG); mestre em gerência de telecomunicações pela Universidade de Strathclyde, no Reino Unido; advogado formado no Instituto de Educação Superior de Brasília (Iesb); Secretário de Telecomunicações do Ministério das Comunicações. Foi Gerente-Geral de Certificação e Engenharia do Espectro da Anatel, ocasião em que foi responsável pela elaboração da proposta de regulamentação da faixa de 450 MHz para aplicações em áreas rurais e remotas. Tem sido representante da Administração Brasileira em diversos fóruns nacionais e internacionais de telecomunicações.

Convido também o Dr. Roberto Pinto Martins, da Anatel. Formado em engenharia elétrica pela UnB, em 1978, conta com mestrado também em engenharia elétrica na área de concentração da computação gráfica (Unicamp). Ocupou a Secretaria de Telecomunicações do Ministério das Comunicações, entre 2005 e 2011. Analista em Ciência e Tecnologia do quadro do Ministério de Ciência e Tecnologia, onde ocupou diversas funções: coordenador-geral de Tecnologia da Informação; coordenador-geral de Informática e Microeletrônica; coordenador-geral de Política de Informática da Secretaria de Política de Informática e Tecnologia; secretário-adjunto de Política de Informática do Ministério da Ciência e Tecnologia. Foi também Secretário de Política de Informática e Automação e chefiou o Departamento de Teleinformática da Subsecretaria de Atividades Estratégicas da Secretaria Especial de Informática. Atualmente é superintendente de Serviços Públicos da Anatel.

Bom dia. Sejam os dois muito bem-vindos.

Passo a ler os expedientes sobre a mesa.

OFÍCIO Nº 69/2011, DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

De 07/07/2011, do Ministro de Estado das Telecomunicações, Ministro Paulo Bernardo, em resposta ao Requerimento de Informações nº 761/2010, de iniciativa desta Comissão.

Esta Presidência esclarece que encaminhará todos os resultados desta consulta a todos os gabinetes.

Vou passar a palavra então, primeiro, ao Dr. Maximiliano, para sua explanação.

Antes, porém, pergunto ao nobre Senador Pedro Taques se tem alguma indagação a fazer. *Pausa*.) Não.

Então, Dr. Maximiliano, V. Sª dispõe de 10 minutos.

O SR. MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO – Muito bom dia, Sr. Senador Gim Argello, Vice-Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática do Senado, Sr. Senador Walter Pinheiro e Sr. Senador Pedro Taques, inicialmente eu gostaria de agradecer, em nome do Ministério das Comunicações, o convite a esta audiência pública. Nós consideramos que esta audiência pública é muito interessante, no momento em que se inicia o processo para discussão do edital de licitação que irá versar sobre a faixa de 450MHz. Eu não tenho dúvida de que as contribuições que receberemos hoje na audiência serão importantes para a discussão entre a Anatel e o Ministério das Comunicações no desenvolvimento desse trabalho de preparação para o edital de licitação dessa faixa de radiofreqüência.

Eu gostaria de dizer que o trabalho em torno dessa faixa de radiofreqüência complementa um grupo de ações que serão desenvolvidas no Ministério das Comunicações para integrar parcelas importantes da população brasileira ao sistema de comunicações. E com isso, a gente teve recentemente um trabalho que foi consubstanciado no plano geral de metas da universalização que prevê um acesso individual de classe especial para a parcela da população que está cadastrada no Cadastro Único do Governo Federal. Também trabalhos na área de acessi-

bilidade ao sistema de comunicações por portadores de necessidades. E, agora, esse trabalho em torno da aglutinação da população rural ao setor de telecomunicações.

Eu fico muito feliz em participar deste debate, porque antes de me juntar ao quadro do Ministério das Comunicações eu atuava na Anatel e lá trabalhei bastante na elaboração da proposta do regulamento que permite a utilização dessa faixa de freqüência para atender às populações rurais. Esse foi um trabalho que levou um período de quase seis anos para ser concluído, dentro da Anatel, em função, primeiro, da necessidade de trazer escala para esse sistema, escala que permitisse trazer uma tecnologia com preço acessível à população rural, e nós fizemos um trabalho grande na Conferência Mundial de Radiocomunicações, em 2007, onde essa faixa de freqüência foi identificada mundialmente para esse tipo de uso e, a partir dessa identificação, inicial o processo, na Anatel, de regulamentação nacional. Nesse processo de regulamentação nacional, à época, nós tivemos que tratar de uma questão relevante, que é a migração de sistemas que operam nessa faixa de freqüência, terão que ser removidos para outras faixas de freqüência para poderem utilizar essa faixa para aplicações em áreas rurais.

Então, fico muito satisfeito de participar destes debates e aí a pauta da minha apresentação.

Primeiro, contextualizar do que se trata o atendimento às áreas rurais, o que já foi feito e o que precisa ser feito e o que se pretende alcançar com a faixa de 450MHz. Depois, falar rapidamente sobre a questão tecnológica. E, por fim, as alternativas que vêm sendo discutidas para a utilização dessa faixa de radiofreqüência.

Iniciando, a questão de qual a demanda das áreas rurais.

Um primeiro aspecto, quando analisamos com dados do IBGE a evolução da população, dos domicílios existentes nas áreas rurais, o que a gente percebe é que está havendo uma erosão dos domicílios existentes nas áreas rurais – é óbvio que a população cresce –, mas, em termos percentuais, o número de domicílios em áreas rurais tem reduzido. E isso pode sinalizar uma invasão da população rural em direção às áreas urbanas; isso pode acontecer, por exemplo, pela inexistência de um sistema de telecomunicação que permita à população rural gozar dos mesmos benefícios que existem e estão disponíveis para a população urbana.

Nesse contexto, o que temos hoje sendo disponibilizado pelo sistema de telecomunicações? A regulamentação e a política de telecomunicações existentes no país estabelecem, têm como meta que 100% das sedes municipais devem ser atendidas pela telefonia fixa e móvel – isso em todos os Municípios do País. E, para isso, nós temos 75% da população brasileira residindo nas sedes dos Municípios, na parte urbana dos Municípios; e os sistemas, tanto fixos quanto móveis, vão chegar a essa área, a essa população.

Além disso, nas áreas urbanas fora das sedes municipais e áreas rurais aglomeradas, está previsto também o atendimento por telefonia fixa. E, para isso, nós temos em torno de 12,75% da população brasileira que também será atendida, nesse caso, pela telefonia fixa.

Agora, o grande problema, o grande desafio é quando falamos em áreas rurais não aglomeradas, às quais hoje não possuem metas de atendimento, tanto do serviço quanto do serviço móvel. Estamos falando aí de 12,75% da população brasileira, em torno de 24,45 milhões de habitantes.

Diante desses dados, a primeira iniciativa que o Ministério das Comunicações teve, tentando formular um programa para o atendimento dessa população, foi a Portaria nº 431, de 2009, do Ministério das Comunicações, que prevê um programa para levar voz e dados às áreas rurais, preferencialmente a utilização da faixa de 450 Megahertz para a realização desse objetivo, em conformidade com a regulamentação da Anatel, que na época não existia, e passou a existir com a edição da Resolução nº 558, de 2010, da Agência.

Também previa esse Programa Nacional de Telecomunicações Rurais que esse sistema de telecomunicações, que fossem implementados, que garantisse banda larga gratuita às escolas públicas rurais, em complemento àquele projeto que já existe e está implementado nas escolas urbanas.

Recentemente, no último dia 30 de junho de 2011, complementando essa ação e dando maior direcionamento, foi editado o Plano Geral de Metas e Universalização, e nesse Plano o Decreto nº 7.512, em que foram estabelecidas metas para as concessionárias dos Serviços Telefônicos Fixos Comutados, específicas para o atendimento do público rural. Que metas são essas?

Primeiro, levar o telefônico de uso público, mediante solicitação dos órgãos responsáveis, a escolas públicas rurais, a postos de saúde rurais, a comunidades remanescentes de quilombos, a assentamentos rurais, a Unidades de Conservação de Uso Sustentável, e a aldeias indígenas. Isso dá por volta de 80 mil telefones públicos em área rurais.

Além disso, nesse Plano, foi também imputada às concessionárias a obrigação de levar telefonia individual rural – e nós não estamos falando de acesso coletivo, estamos falando de acesso individual – aos usuários que estivessem dentro de 30 quilômetros, a partir da localidade sede do Município atendido por telefonia fixa.

E essas metas, tanto de acesso coletivo quanto de acesso rural, ficaram vinculadas à disponibilização da faixa de 450MHz.

Disponibilizado o sistema, operando nessa faixa de radiofrequência, imediatamente as obrigações passam a valer para as concessionárias do serviço telefônico fixo comutado.

Passando ao viés tecnológico, a faixa de 450MHz é a solução tecnológica mais adequada para o atendimento às áreas rurais e urbanas, pouco densas, e é o caminho para expansão das telecomunicações, porque permite a cobertura tanto rural quanto urbana, permite você estender a cobertura do sistema de telecomunicações às áreas rurais, mas também possibilitará um incremento de infraestrutura nas áreas urbanas, possibilita o atendimento fixo, dentro de uma fazenda, por exemplo, onde não há necessidade de mobilidade, levando a banda larga e também permite a mobilidade.

Fazemos uma ressalva com relação à mobilidade pelo fato de que essa mobilidade vai crescer na medida em que o sistema for implementado. Num primeiro momento o Presidente vai ter atendimento fixo, principalmente, mas à medida que o sistema for crescendo a tecnologia permite também a mobilidade.

Em termos de implantação internacional existem inúmeros países que já implementaram essa tecnologia. Cito alguns que conheço que são relevantes para a discussão brasileira. Em primeiro lugar cito a Rússia, pelo tamanho do seu território, semelhante ao tamanho do território brasileiro, foi uma solução utilizada para fazer a cobertura nessa área, essa tecnologia foi utilizada para isso; o Peru é um país com grandes acidentes geográficos, essa tecnologia também foi utilizada para levar a banda larga e a voz às áreas remotas do País, e, por fim, o México que tem um plano de universalização baseado nessa tecnologia.

Qual a vantagem, em essência, da faixa de 450MHz? Ela permite um ganho de cobertura. Nesse *slide* apresentamos uma comparação da cobertura entre o sistema que opera na faixa de 3,5 GHz cuja cobertura máxima é da ordem de 5km, enquanto um sistema de 450MHz faz uma cobertura de 40km. Isso permite maior eficiência e redução dos custos para cobrir toda essa área geográfica dos 40km.

Esse, na essência, é o grande benefício da tecnologia.

O que existe disponível hoje é a tecnologia CDMA 450, sem obviamente dizer que não é uma tecnologia exclusiva, existem outras sendo utilizadas em alguns casos para atendimento em áreas remotas, pode-se utilizar o satélite. O grande problema do satélite é o custo dessa tecnologia e, também, em alguns casos, a cobertura da faixa de 900MHz também possibilita, onde houver cobertura, atendimento de algumas áreas rurais. Mas o 450 é um sistema que permitiria maior abrangência e maior atendimento nas áreas rurais.

Em termos de evolução da tecnologia, existem estudos para evoluir para um sistema de WCDMA450 e LTE450. Qual é o ganho? O ganho é a capacidade de oferta de banda larga em cima dessa faixa de radiofreqüência que aumenta quando você evolui para essa duas tecnologias.

A regulamentação da Anatel estabelece que a implementação de certa tecnologia pode ser utilizada para indução, produção e desenvolvimento tecnológico nacional. A tecnologia disponível tem operado com outras faixas de freqüências. Então, no momento em que se implementar o 450 pode-se ter *roaming* com outras faixas do sistema móvel, por exemplo a faixa de 900MHz, aumentando a abrangência desse sistema. Permite, também, o uso contínuo do terminal na cidade e no campo.

Está também em discussão o estabelecimento de uma política industrial para incentivar fabricantes a implementar essas funcionalidades nos aparelhos. Esse é um aspecto importante, porque a gente poderá ter aqui no Brasil fabricantes desenvolvendo essa tecnologia. A gente está avaliando uma política industrial nessa direção.

Alternativas que estão sendo estudadas para a utilização da faixa.

Primeira, uma licitação exclusiva, tratando só da faixa de 450 MHz. O objetivo aqui é principalmente estender a cobertura do sistema de telecomunicações e poderia eventualmente trazer novos entrantes ao cenário de telecomunicações brasileiras.

Uma segunda alternativa seria fazer uma utilização da faixa de 450 MHz com a faixa de 2,5 GHz, que permite grande capacidade de banda larga, e, assim, poderíamos ter um modelo de negócio que seria uma combinação entre a cobertura disponibilizada pela faixa dos 450 MHz e a capacidade disponibilizada pela faixa de 2,5 GHz, o que pode favorecer e acelerar o desenvolvimento da implementação de solução rural.

As diretrizes que foram estabelecidas no Decreto 7.512, de 30 de junho, para a licitação estabelece que essa tecnologia seja utilizada para a ampliação progressiva da apresentação do serviço de telecomunicação de voz e dados nas áreas rurais e remotas, por meio de critério de seleção previsto em edital, baseados no menor preço do plano de serviços do consumidor final. Então o decreto estabelece que um dos parâmetros da licitação venha a ser exatamente a redução do preço do serviço para o consumidor final.

Também o atendimento para o acesso de banda larga de forma gratuita a todas as escolas públicas rurais, que já vinha daquela política estabelecida na Portaria 431, de 2009.

Estabelecimento de obrigação de fornecer infraestrutura a baixo custo às prestadoras sujeitas a metas de universalização. O que é isso? Se, porventura, quem ganhar a licitação não for uma concessionária do FST, a quem estão imputadas obrigações de atendimento rural, quem ganhar essa licitação recebe também a obrigação também de fornecer infraestrutura a baixo custo para as concessionárias do FST. Por fim, a cobertura geográfica mínima de 30 km a partir das localidades atendidas.

Para concluir, a gente entende que, com tudo isso, está se estabelecendo uma estratégia firme para acelerar as telecomunicações no Brasil rural.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. PTB – DF) – Nós que agradecemos.

Neste momento, pergunto a um dos autores do requerimento se gostaria de fazer algumas indagações agora ou se ouviríamos o outro convidado. (*Pausa.*)

Diante da afirmativa do Senador Walter Pinheiro, concedo a palavra ao Dr. Roberto Pinto Martins, Superintendente de Serviços Públicos da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).

O SR. ROBERTO PINTO MARTINS – Bom dia a todos e a todas, os meus cumprimentos ao Senador Gim Argello, que preside esta reunião, ao Senador Walter Pinheiro, ao Senador Pedro Taques, ao Senador Luiz Henrique. Aliás, lembro-me bem do Senador Luiz Henrique da época em que foi Ministro da Ciência e Tecnologia e eu, como funcionário daquele Ministério, tivemos contato naquela época.

Acho que nós damos agora passos definitivos para o atendimento, por meio de uma política pública efetiva, a um segmento da população, a um setor brasileiro que ficou, não vou dizer que completamente, mas pelo menos 95% desatendido durante praticamente todo esse período em que convivemos com essa mudança da política de telecomunicações no Brasil. Se há um segmento que o Brasil deixou de atender em telecomunicações foi o segmento rural, apesar da importância econômica e social que tem esse segmento. O segmento rural tem características muito específicas. Imaginem um país com as dimensões do Brasil em que menos de 1% do seu território é ocupado por aglomerações urbanas e em que 99% do território são ocupados por 15% da população. Esse é um grande desafio. O atendimento à área rural é um desafio enorme no Brasil e é um desafio também em países muito menores que o Brasil. Acho que, com essas novas diretrizes que emanam do decreto que estabeleceu o Plano Geral de Metas de Universalização, começamos a dar os primeiros passos para solucionar essa questão.

Pode passar ao próximo *slide*, por favor.

Essa figura mostra, em linhas gerais, o atendimento urbano no Brasil. Vamos mostrar, posteriormente, o atendimento rural e vamos perceber que, em termos de telecomunicações ou de comunicações de forma geral – pode passar ao próximo *slide* –, há, na área rural, um atendimento bastante razoável de recepção de sinais de televisão. O restante é bastante precário e deficitário. Mesmo no caso da telefonia móvel, por exemplo – há mais de 50% na área rural –, há dificuldade. Às vezes, a pessoa tem de subir na mangueira ou no mourão da porteira para conseguir falar ao telefone. Mas acredito que, com a alocação dessas novas frequências, teremos uma grande oportunidade de tratar essa questão de forma muito mais racional e efetiva.

Preocupados com essa questão – à época, eu ocupava exatamente o cargo que o Max ocupa hoje no Ministério –, propusemos a instituição de um programa que denominamos de Programa Nacional de Telecomunicações Rurais. O Max já teve oportunidade de tratar dessa questão. Naquela época, vislumbramos o atendimento à área rural, tanto na parte de voz, quanto na parte de dados, com um olhar específico para a frequência de 450MHz, que é uma frequência bastante apropriada para tratar esses casos em que há grande dispersão de pessoas e uma grande área a ser coberta.

Qual o cenário atual do atendimento individual? Chamamos de atendimento individual o telefone na casa das pessoas ou o telefone na empresa. Como tratamos isso hoje no Brasil? Em todas as localidades com mais de trezentos habitantes, as empresas de telecomunicações têm a obrigação de ofertar o Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) em até sete dias. Se alguém pedir um telefone, tem de ser atendido em, no máximo, sete dias. E denominamos isso de Área de Atendimento Básico, que apelidamos – na Anatel, tudo tem sigla – de ATB.

Depois, estendemos isso por quinhentos metros e dissemos o seguinte: a quinhentos metros do final dessa localidade, se houver algum domicílio, ainda é preciso atender dentro dessas mesmas condições, mas se pode atender em noventa dias. E, fora dos quinhentos metros, como isso é feito? É feito por contratos específicos. A empresa precisa atender. Há um rádio específico para atender àquela comunidade, há um atendimento via satélite, e assim sucessivamente. Isso torna o atendimento muito caro. Somente os grandes ruralistas contam com um sistema de telecomunicações, devido, principalmente, à questão do preço. Hoje, parte dessa área rural é atendida por um sistema que denominamos de Ruralcel, que utiliza as franjas das frequências da telefonia móvel para levar essa comunicação, que é uma herança ainda de antes

das privatizações, mas que não têm atendido também as necessidades da área rural.

O próximo, por favor.

O que começa a mudar com a instituição, o que denominamos de terceiro programa geral de metas de universalização, que foi mencionado pelo Max, o Decreto nº 7512, de 30 de junho deste ano, estabeleceu o seguinte: estas concessionárias do serviço de telefonia fixa comutada, que tinham que atender apenas essa área de atendimento básico, passam a ter a obrigação de estender isso por mais 30km de raio. Então, nós saímos daqui, da área de atendimento básico, dos 500 metros para 30 km. Isso está estabelecido no art. 9º do Decreto do PGMU.

Mas ele faz uma vinculação. Qual é essa vinculação? Ele diz o seguinte: "Esta obrigação só será exigida" – que é o §2º desse artigo – "a partir da cobertura da área rural pela faixa de 450MHz". Então, após a licitação e a cobertura, essas empresas que são hoje concessionárias do serviço público de telecomunicações passam a ter a obrigação de também fornecer telecomunicações em toda esta área aqui.

O próximo, por favor. Você poderia voltar um pouco? (*Pausa.*)

O que diz o art. 9º? Ele diz o seguinte: "Isto será definido em regulamentação específica". Que é um instrumento que estamos denominando de atendimento fora da área de tarifa básica. É um instrumento que a Anatel está trabalhando agora, que vai seguir todos os trâmites, consulta pública e assim sucessivamente.

O próximo, por favor.

Mas há algumas questões, obviamente, já postas. Essa prestação fora da área de atendimento básico não pode ser exatamente como a área de atendimento básico, pelas características que tem a área rural.

Então, por exemplo, não está definido isso. Hoje, quando alguém liga de um telefone fixo para um telefone móvel paga uma tarifa. Mas, se você ligar do telefone móvel para o telefone fixo, você não paga necessariamente a mesma tarifa. Podem ser exatamente os mesmos números. Então, nós precisamos discutir isso aqui.

Quando alguém da área urbano ligar para a área rural, ele vai pagar exatamente o mesmo preço de alguém que liga do rural para o urbano. Essas são questões que vamos precisar discutir.

E a organização da oferta por meio de planos e serviços específicos para o atendimento à área rural. Por quê? Exatamente porque essa área rural é uma área diferenciada.

E obviamente que já tratamos deste assunto: a adoção de tecnologias mais apropriadas para o atendimento de áreas geográficas extensas e de população dispersa. E nós estamos aqui, no caso, focando especificamente nessa questão da freqüência dos 450 mega-hertz.

O próximo, por favor.

Há também, dentro desse programa geral de metas e universalização, além do atendimento individual, algumas metas de atendimento coletivo. O que significa isso? No fundo, significa o seguinte: telefones públicos em determinadas localidades. Hoje nós temos cerca de 1 milhão de telefones públicos espalhados pelo País, e nós entendemos que esses telefones podem ser mais bem alocados. Há espaços – o decreto está prevendo isso –, cerca de 90 mil localidades onde esses telefones poderiam ser disponibilizados, por exemplo, na questão das escolas públicas rurais. Nós temos uma série de escolas públicas rurais; o número de escolas públicas rurais é maior, inclusive, do que o número de escolas públicas urbanas, embora sejam bem menores. Há uma série de localidades onde há possibilidade de fazer esse deslocamento e ter uma cobertura mais homogênea para esse acesso coletivo às telecomunicações.

O próximo, por favor.

E assim sucessivamente, unidades de conservação sustentáveis. Detalhe: também esse atendimento está vinculado à cobertura dos 450MHz. Por que foi feito isso? Porque se não fosse feito dessa maneira, certamente, teríamos quase que uma inviabilidade econômica de fazer isso. Então, o uso dessa frequência reduz bastante o preço de prestação do serviço.

Novamente permanece a questão dos 30km. Nas distâncias abaixo de 30km, exatamente aquela figura, a obrigação é daquela concessionária local, que presta o serviço local; e, se estiver acima desses 30km, essa obrigação da concessionária do serviço de longa distância, que nós temos apenas uma no Brasil.

O próximo, por favor.

Essa faixa de 450 a 470MHz é uma faixa que tem uma largura pequena se comparada às outras faixas. Nós chamamos de 7 mais 7MHz; poderíamos entender aquele 7 mais 7 ali como a estrada que vai e a estrada que volta; aquele 7 ali seria uma espécie de largura da estrada. Então, quando mais larga a estrada, mais automóveis passam; quanto mais larga a faixa, mais informação você consegue passar. Nós temos uma largura de faixa relativamente pequena, disponível nessa faixa. Mas o seu potencial de propagação e cobertura reforça o seu emprego para objetivo de universalização do serviço de telecomunicações.

E a definição para outorga deve levar em conta as particularidades da área rural exatamente porque nós queremos dar uma prioridade de atendimento à área rural, que, como eu já mencionei, requer menores investimentos em relação a outras faixas do espectro.

O próximo, por favor.

Para a gente ter uma ideia rápida do que significa isso, se a gente está falando de uma faixa de 450MHz, eu consigo atender, eu consigo cobrir a mesma área com uma torre e uma estação irradiante; se a faixa for de 800 a 900MHz, eu já preciso de três. Se for para 1,8, eu preciso de treze, e assim sucessivamente. Então, quanto maior a frequência, o menor o seu alcance e mais torres se precisa para fazer o mesmo tipo de cobertura. Daí então a importância de se alocar essa faixa, que não é uma faixa muito larga, mas que tem uma capacidade de propagação imensa. Em determinadas localidades, como Brasília, se chegou a coberturas de mais de 70km de distância, porque é plano etc.

O próximo, por favor.

Nós já temos exemplos de vários países usando, com sucesso, essa faixa exatamente para o atendimento à cobertura a essa população que está geograficamente dispersa.

O próximo, por favor.

O Max já teve a oportunidade de mostrar esse *slide*, mas algumas coisas eu gostaria de chamar atenção para alguns pontos.

Quais são as diretrizes que o decreto que estabeleceu o 3º PGMU, o Decreto 1512, para a autorização de uso dessa faixa de 400MHz.

Primeiro, ele diz que isso tem que ser feito, via licitação, até 30 de abril de 2012. Acho que ele introduziu a primeira grande inovação em processos de licitação de espectro de radiofreqüência no Brasil. Exatamente essa última, essa parte sublinhada, essa licitação tem que se basear em menor preço dos planos de serviço ao consumidor final. Porque se todos nós comemoramos, ficamos muito felizes quando fazemos uma licitação de um espectro desse e arrecadamos bilhões, a unidade, quando se faz uma licitação dessas, em geral, é arrecadar bilhões. Mas, isso acaba passando lá para o custo do preço que o usuário vai pagar. Então, isso aqui foi uma indicação muito positiva, no nosso entendimento. Para esse atendimento, para o atendimento à área rural, nessa faixa de frequência, preciso colocar um olhar, não apenas no maior preço que alguém estiver disposto a pagar por esse espectro, mas quero saber qual o preço que ele vai cobrar do usuário final. É isso que quero ponderar.

Além de tratar, vamos dizer assim, da questão também de como se pode passar voz e dados por essa faixa, uma preocupação, também, ao atendimento às escolas rurais. E como as concessionárias locais têm aquela obrigação de fazer o atendimento até os 30Km, até o ano de 2015, então, também, se impõe uma obrigação ao ganhador, vamos dizer assim, dessa licitação, uma obrigação de fornecer essa infraestrutura, porque se não se tem a infraestrutura, não se consegue prestar o serviço. Então, quem ganhar essa licitação passa, também, a ter a obrigação do fornecimento dessa infraestrutura.

Tem um último compromisso que fala da abrangência geográfica mínima de 30km, a partir de localidades atendidas com acessos individuais de STFC. O que significa isso? Os acessos individuais de STFC são obrigatórios em todas as localidades que tenham mais de 300 habitantes. Então, o que ele está dizendo é o seguinte: Você tem que cobrir, com essa faixa de frequência, 30km ao redor de tudo isso aí. Temos um entorno de 21 mil localidades no Brasil que atendem a essa condição.

Então, vi que o sino já tocou, quando o sino toca o aluno tem que voltar para a sala de aula. Encerro essa primeira fase da apresentação, vamos dizer assim, reforçando a nossa grande expectativa de que possamos viver aí um novo momento nas telecomunicações rurais, a partir desses instrumentos que foram fixados recentemente.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. PTB – DF) – Agradecemos ao Dr. Roberto Pinto Martins e vamos abrir para as perguntas, indagações, com o primeiro autor desse requerimento, o nobre Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sr. Presidente, quero, primeiro, dizer da importância desse debate, até porque quando abrimos a discussão disso, o que permitiu a chegada do requerimento para que fizéssemos esta audiência... Havia em curso uma movimentação que eu acho até que era natural: de um lado, era a negociação com as operadoras para resolver o problema do Programa Nacional de Banda Larga; de outro, a possibilidade de, automaticamente, as operadoras de telecomunicação receberem a faixa de 450 MHz, o que, na nossa opinião, levaria, fatalmente, a uma não manutenção da situação atual. Talvez o Roberto conheça isso um pouco ou até mais do que o Max, por conta do fato de esse debate ter se estabelecido exatamente na época em que o Roberto era o que o Max faz hoje.

Por exemplo, Roberto, quando fizemos aquela troca do PST, a partir da chegada do próprio leilão de 3-G, fizemos com as operadoras – e aí eu digo nós, porque, de certa forma, o Congresso Nacional participou desse processo de forma muito ativa – uma proposta que envolveria inclusive essas escolas que aqui estão listadas. Na época, falávamos mais ou menos isto: a zona rural do Brasil tem aproximadamente 80 mil escolas. E não era, de forma alguma, sem motivo para se excluir essa cobertura a partir do próprio esforço que vinha desde o Proinfa. Quando havia o debate da compra de computadores, houve até uma ação feita por mim e pelo então Deputado Sérgio Miranda, em que terminamos por suspender a compra daqueles equipamentos. Se não me falha a

memória, era algo em torno de R$1,5 bilhão de compra de computadores. Se tivéssemos feito isso naquela época, teríamos adquirido 1,5 milhão de computadores que estariam hoje em escolas da zona rural, por exemplo, servindo de máquinas de escrever, ou até já estariam num processo da canibalização, ou seja, quebrou um, monta o outro, e o outro monta um, e um fica sem nada.

Então, eu quero salientar isso, porque, na segunda-feira, eu até conversava com o pessoal do Paquistão sobre a experiência sueca, as duas experiências sobre as quais tive a oportunidade de conversar. O representante do Paquistão eu até tinha encontrado em fevereiro, no fórum de tecnologia móvel, onde estávamos discutindo bancarização. E, na segunda-feira, eu estava conversando com ele a partir exatamente de um ponto: acho que é importante tanto o Ministério quanto a Anatel vincularem esse projeto. Não é possível fazermos o debate do Plano Brasil sem Miséria sem incluir essa questão. Essa cobrança eu, particularmente, tenho feito permanentemente ao Governo, se quisermos resolver o problema de 16 milhões de brasileiros – só que estou acrescentando a esses 16 milhões de brasileiros, se quisermos fazer uma conta de subtrair, mais 14 milhões. Ou, se quisermos colocar em outra ponta, óbvio que não necessariamente os 16 milhões de brasileiros estão na zona rural, os que estão na chamada linha da miséria, mas estou fazendo, grosso modo, essa comparação, para que tenhamos uma ideia, Luiz Henrique, do que temos de cobertura para fazer. Então, por exemplo, esse plano não pode ficar solto. Essa é uma das coisas que tenho cobrado muito do Governo.

Segunda questão, que vale por duas: não tenho como fazer isso se não cravar, de uma vez todas, a história do *unbundling*, Roberto. Acho que é importante o decreto tocar no compartilhamento de infraestrutura.

Agora, eu iria além da infraestrutura de *telecom*: nós estamos discutindo o 116. Na minha opinião, nós deveríamos inserir, nessa infraestrutura, a infraestrutura também de radiodifusão. Por exemplo, como é que a TVE da Bahia pode entrar nesse processo? A partir do compartilhamento da infraestrutura de suas torres.

Ainda na segunda-feira de manhã, quando eu estava nessa relação com a turma do Paquistão, eu fiz uma reunião no mesmo lugar que liguei para o representante do Paquistão, eu estava na Secretaria de Infraestrutura da Bahia; e são 50 torres que nós, por conta própria, resolvemos fazer a vistoria, para saber o que ela podia a mais. Esse é um dado que toda a operadora tem, todo o radiodifusor tem, ninguém tem equipamento em sua torre que esteja por acaso, que alguém foi lá e pendurou, não tem cadastro disso. Óbvio que tem. Disso a gente tinha cadastro na década de 70, na década de 80, imagine hoje, quando todo esse controle é feito à distância.

Eu trabalhei no Centro de TV da Embratel, em 1979. Nós fazíamos controle à distância, com uma diferença, era a Embratel que fazia a transmissão do sinal de TV no Brasil. Não é mais, isso mudou radicalmente. Então, esse processo é um processo que não dá para a gente aceitar, se se configurar esse cenário, e isso ficar relativamente solto. Nós já assistimos esse filme, a troca de PST, o leilão de 3G, a ida do 2G para atender a determinados lugares. Você pode me dizer o seguinte: olhe, dos 417 Municípios da Bahia, todo mundo tem celular. Em Santa Catarina todas as sedes de Municípios têm celular.

Mas eu aposto aqui, com quem quiser, que tem Município em Santa Catarina que só chega uma operadora, e essa operadora, na hora de fazer *roaming* é uma verdadeira romaria.

Eu me lembro que quando a Claro entrou em operação, por interesse da Oi, fazer um overlay, fazer o aproveitamento da infraestrutura... Entre eles, eles se combinam. Então, nada mais do que a gente botar essa carga. Não tem problema nenhum, porque se não a gente vai ficar assistindo, mais uma vez, um nível de promessa e a gente não paga. E o terceiro ponto disso, é vincular isso ao Plano Nacional de Banda Larga. Não tem como. O que está fazendo o Paquistão? O Paquistão... O que está fazendo o Quênia? Eu até fiz uma proposta ao Presidente desta Comissão, Gim Argello... Havia um convite, tenho a impressão de que a Anatel vai, o Ministério vai, até o final do mês, ver uma experiência na Suécia.

Mas estou insistindo para que a gente possa ver, exatamente, como está funcionando no México, que eu não conheço. Eu conheço um pouco da Suécia, conheço um pouco das experiências que estão sendo travadas no Quênia, principalmente com bancarização, que não é uma coisa por si só; não adianta levar 450MHz para a zona rural se a gente não apostar na tecnologia para outras coisas. Levar somente a voz é conversa de índio com português, índio velho! Vai trocar espelho e caixa de fósforo; a aldeia já tem telefone público hoje, já não é mais novidade levar telefone público para a aldeia. Mas alguém pode dizer: Pinheiro, tem uma aldeia aqui, tem um quilombola lá em Alagoas que ainda não tem. Está errado. Nós temos que levar... A discussão de LPE, por exemplo, com 450MHz, está avançadíssima na Suécia. E hoje não há mais...

Quando você fala da Resolução, por exemplo, de 450, quando a UIT discutiu 450, nós tivemos a oportunidade de participar várias vezes desse debate lá na UIT em Genebra. Todo mundo sabia que o debate era exatamente para a gente nivelar do ponto de vista tecnológico. Não se iguala freqüência no mundo só por uma questão numérica, a gente iguala exatamente por

uma escala de tecnologia. Foi esse o embate que nós fizemos em 99, com 1.8, contra 1.9; é esse embate que se faz no mundo, hoje, de 3.5; é esse o debate que os radiodifusores estão tentando provocar agora, no que diz respeito se há ou não queda das parabólicas, interferência etc. em relação a 3.6. Então, esse não é um negócio dissociado, e é essa questão que me tem afligido. Eu até tomo a ousadia de ligar para o Ministro Paulo Bernardo – e até há que se louvar uma coisa importante em Paulo: Paulo não é do ramo. Mas acho que essa virtude dele, de ouvir um pouco mais, ajuda bastante, porque às vezes é melhor você ter alguém que tem uma capacidade de absorver as informações, de buscar, do que alguém que acha que domina tudo ou que se considera até professor de Deus.

Então, na realidade, acho que este debate não pode ficar dissociado.

Eu quero concluir, pelo seguinte aspecto: nós vamos ter o leilão. Depois, nós vamos entrar numa seara em que outros operadores poderão oferecer serviços; eu acho que a gente ganha com isso na medida em que aumentarmos a competitividade, porque tem uma grande quantidade de pessoas que está a fim de entrar nesse negócio que é um mercado de 30 milhões de usuários. Então não é um mercado qualquer. Por exemplo, quantos habitantes tem o Chile? E a Argentina? E lá eles já estão utilizando também 450. Nós estamos falando de 30 milhões de usuários, com um detalhe: além desse mercado de 30 milhões, nós estamos falando de uma gama de serviços importantes. Os Estados podem ser, de imediato, os primeiros a incentivar isso.

Na minha opinião, o leilão deveria permitir uma espécie de consolidação de PPPs ou outras parcerias em que os Estados pudessem entrar, não como operadores – eu não quero o Estado como operador –, mas que os Estados pudessem entrar já com uma carga inicial. Por exemplo: serviços na área de saúde. Não adianta colocar só um orelhão no posto de saúde. O posto de saúde podia ter a possibilidade efetiva de, ainda que com um contorno menor do que é – e todo mundo sabe que a transmissão de imagem requer uma faixa muito mais larga para você conseguir fazer telemedicina –, pelo menos, você poder ter diversos serviços de telemedicina, a partir de um posto de saúde desse; ou então para transmissão de prontuário, senão de imagem, mas inicialmente para transmissão de prontuário; para o acesso a um prontuário médico; para o acesso a uma outra base de informação; para transmissão de resultados de exames clínicos.

A gente podia tranquilamente inserir nisso a obrigação de serviços de educação a distância, o que facilitaria muito, por exemplo, a capacitação dos professores. Diversos dos nossos professores que tiveram que cumprir a Lei de Diretrizes e Base, quando eles estão na zona rural é um suplício para o cara se deslocar. E para onde? Para ele alcançar a graduação.

Terceiro, a questão de segurança: a interligação de nossas delegacias; a possibilidade efetiva de um policial se deslocar para a zona rural e conseguir acessar a base de dados. Então, essas questões são fundamentais.

E, por último, uma das questões que estamos discutindo no Brasil – e até cobrei do Ministro Aloizio Mercadante, na quinta-feira, e lhe perguntei: Mercadante, como é que você negócio está andando e você não participa, meu velho? Nós estamos discutindo a questão do sistema de emergência no Brasil, envolvendo segurança, bombeiro, polícia, prevenção a desastre, ou seja, Defesa Civil, Samu.

Quer dizer, isso vai ficar só onde? Em Alagoas, Maceió, e Florianópolis? Não dá, não resolve. Como é que eu faço a regulação hospitalar, quando o cara sai lá de Chorrochó, na Bahia, ou de Abaré, para se dirigir a um grande hospital em Salvador? Eu regulo como isso se eu não tenho acesso? Essa pessoa quando sai de Abaré não consegue falar com o centro de regulação. Imaginem, eu estou falando da sede de Abaré ou da sede de Chorrochó, quando ele sai de Palmeira dos Índios para ir a Maceió? E isso se ele sair da zona rural. Acabou.

Então a ambulância precisa ser vista, mesmo estando na zona rural.

Essas coisas todas, a que estou me referindo, nós podíamos amarrar como encargo aos Estados de Alagoas, de Santa Catarina, da Bahia, que entram efetivamente como parte disso, pois os centros de emergência terão que ser operados pelos Estados. É importante isso, é importante que essas coisas sejam pensadas.

Então é isso que a Anatel... Por exemplo, nós estamos para ir à Anatel para pedir a identificação de um número único para o centro de emergência da Bahia. Ou seja, pegar estes números todos: 192, 193, 156, e outros para unificar. Que se bote na cabeça... Essa pergunta, Roberto, eu já fiz a gente boa, como diz o outro. Diga-me rapidamente quem é Samu, quem é bombeiro, quem é polícia, rapidamente sem errar, e os números mais fáceis. Na hora em que você bota 156, transporte, defesa civil, o cara dá um nó na cabeça. O cidadão, no orelhão, tem hora em que ele se atrapalha: 192 é o quê? 190 é quem? O centro de emergência, inclusive é isso, é ter um número único. Desde a defesa civil até a ação policial, esse centro faz isso. Agora, como é que esse cara vai fazer isso na zona rural.

É importante a gente pensar na chegada disso, mas chegar já aproveitando o estágio em que já estamos.

No Brasil, a previsão da Anatel e do próprio Ministério é a de que até 2013 a gente tenha efetivamente as

condições para 4G, o que nos levará a utilizar em várias escalas a LTE. Nenhum fabricante, no mundo, estará produzindo equipamentos que utilizamos em 2G até porque não tem mais, tem que aproveitar a escala. É verdade que a LTE ainda não deslanchou em quase lugar nenhum no mundo. Experiência na Argentina, na Suécia, aqui, acolá.

Queria ver com vocês qual é a possibilidade efetiva da gente juntar essas coisas, aproveitar esse debate e fazê-lo em conjunto.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. PTB – DF) – Com a palavra o Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, tendo em vista que nós temos a coincidência da Sessão do Congresso Nacional para aprovação da LDO, gostaria de sugerir que os ilustres convidados respondessem em bloco às perguntas dos Srs. Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. PTB – DF) – A sugestão é mais do que atendida, Senador Luiz Henrique.

Os expositores responderão em bloco. Gostaria de perguntar se mais algum Senador tem perguntas a fazer aos debatedores. *(Pausa.)*

Com a palavra o nobre Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Hoje vi nos jornais uma notícia ao mesmo tempo alvissareira e preocupante. A notícia de que ao implantar o novo sistema aqui apresentado haveria a interdição do sinal de parabólicas.

Isso é muito importante, porque eu calculo que em Santa Catarina que é um pequeno Estado que ocupa apenas 1% do território nacional, pelo menos 40% dos usuários de telecomunicações, principalmente sinal de televisão, captam o sinal por antena parabólica.

Na capital do Estado tem um grande número de pessoas que só acessam a TV com um sinal razoável por meio da parabólica. Por isso entendo ser altamente alvissareiro termos um sistema que permita ao cidadão captar a imagem da emissora do seu Estado, porque a captação da imagem via parabólica está provocando um processo de aculturação. Você capta sinal de TVs de outros Estados, principalmente do Estado de São Paulo que pela sua musculatura econômica já tem um papel dominante no País. Se o fizer ainda pelas telecomunicações, isso agravará o processo de irradiação das culturas locais que são fundamentais para compor esse mosaico que é o nosso País.

Mas eu disse que, se recebo essa notícia de modo alvissareiro, quero dizer também que ela se apresenta de modo preocupante, porque é preciso que haja uma transição nesse processo. É preciso que o processo de eliminação da parabólica seja substituído pela captação da tevê local, da tevê da região ou estadual.

Então a pergunta que quero fazer a respeito desse assunto é: como se processará essa substituição da parabólica pela universalização do sinal das tevês estabelecidas em cada Estado, em cada região.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. PTB – DF) – Mais algum Senador gostaria de fazer perguntas aos nossos debatedores? (*Pausa.*)

Então passo a palavra ao Dr. Roberto Pinto Martins.

O SR. ROBERTO PINTO MARTINS – Vou começar pela última. Senador Luiz Henrique, nós temos, no Brasil, hoje, em termos de sinal aberto, não codificado, portanto, quem instalar o seu receptor recebe o sinal, o que nós denominamos de televisão terrestre...

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – O senhor me permite? Existe inclusive uma parabólica contrabandeada de outros países vizinhos que capta inclusive a tevê fechada.

O SR. ROBERTO PINTO MARTINS – É verdade! Mesmo os sinais codificados... essa força, vamos dizer assim, da pirataria estende seus tentáculos em praticamente quase todos os ângulos. Mas temos essa questão da transmissão da televisão terrestre e da televisão de satélite. Essas duas forças deveriam ser complementares e não excludentes, até porque em um país das dimensões do Brasil seria muito complicado e muito caro nós termos somente a televisão terrestre disponível nessas localidades. Portanto, a transmissão por satélite desempenha um papel muito relevante.

O que esperamos que possa acontecer com essa transição da televisão analógica para a televisão digital? Muitos dos usuários do sistema brasileiro de televisão fazem a opção pelo satélite porque não têm uma recepção terrestre satisfatória. Então quando ele coloca a antena parabólica, ainda que analógica, ele tem uma recepção muito melhor. Um dos efeitos prováveis dessa transição da televisão analógica para a televisão digital será uma mudança de comportamento do próprio usuário, no sentido de passar a ter mais interesse pela tevê local exatamente por uma grande melhoria da qualidade que as transmissões digitais propiciam.

Não sei se o usuário deixará, vamos dizer assim, de sintonizar a parabólica. Eu vejo como uma questão de difícil equacionamento, embora essas transmissões abertas não seja algo regulamentado hoje no País, isso se consolidou de determinada maneira. Imagine que mais de vinte milhões de domicílios brasileiros – ou seja, um terço dos domicílios – recebem o sinal por satélite dessa forma, seja em localidades remotas, seja em localidades não tão remotas. Essa é uma equação que necessitará ser muito trabalhada, exatamente para evitarmos esses pontos que o senhor está mostrando e para colocarmos em marcha todo esse conceito que existe hoje da distribuição dos sinais de televisão local,

exatamente para propiciar programação local, assim sucessivamente. Esse é um tema de grande relevância que propicia uma grande discussão.

Talvez, o Max possa falar um pouco sobre a questão das interferências. Na realidade, é uma interferência numa frequência um pouco distinta dessa que abordamos aqui para o atendimento específico à área rural. É uma frequência bem mais alta que a frequência de 3,5 MHz. Então, está em outra faixa. Algumas emissoras têm levantado essa questão, essa possibilidade da interferência. A Anatel já vem estudando e tratando essa questão com muita seriedade, mas não deixa de ser preocupante o fato de, hoje, haver essa quantidade de parabólicas instaladas no País. Não imagino que se possa lançar um serviço em que haja interferência com essa...

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Esse item foi incluído no último recenseamento? Poderíamos obter o número exato de pessoas...

O SR. ROBERTO PINTO MARTINS – Creio que não, Senador. Creio que não.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Foi uma pena.

O SR. ROBERTO PINTO MARTINS – Mas é muito importante que isso ocorra, porque, hoje, esse é um número estimado, vamos dizer assim.

Acho que o Senador Walter Pinheiro, muito apropriadamente, procura tratar essa questão de forma integrada. Não há melhor maneira de fazê-lo do que tratar isso de forma integrada. Hoje, em algumas coisas, às vezes, precisamos ser muito criativos para delinear as possibilidades do futuro, mas há outras coisas que temos mais é de fazer e implementar. Por exemplo, essa questão da voz e dos dados é razoavelmente óbvia hoje. As pessoas continuarão falando, mas necessitarão cada vez mais de transmissão de dados e de informações que não estão necessariamente vinculadas à questão da voz.

Na época em que eu ainda estava no Ministério das Comunicações, em diálogo que tive com o Ministério da Saúde, não me esqueço de que o Secretário fazia uma ponderação no sentido de haver exatamente essa integração, essas facilidades, em cidades com menos habitantes. Ele me disse o seguinte: "Roberto, às vezes, o que acontece? A pessoa chega a um posto de saúde numa cidade dessa e quer fazer um exame simples, um eletrocardiograma. Tenho o aparelho para fazer o eletrocardiograma, mas não há uma pessoa que consiga interpretar esse eletrocardiograma. Ao enviar esse eletrocardiograma para um centro, o médico pode interpretá-lo em minutos. Mas o que tenho de fazer? Tenho de colocar esse paciente numa ambulância e transportá-lo; às vezes, eu chego lá, ele não consegue fazer isso e eu tenho que pagar o hotel dele. Daqui a pouco, o Ministério da Saúde estará gastando mais em transporte do que com saúde.

Quer dizer, todas essas questões, olhando de uma forma integrada, não estão relacionadas apenas com a infraestrutura, e nós tocamos muito nesse assunto na elaboração do Plano Nacional para Banda Larga. Eu acho que o Plano Nacional para Banda Larga tem que ter também uma visão das aplicações, ou seja, da solução do problema.

Ter a infraestrutura é apenas o primeiro passo. Nós já iniciamos, tempos atrás, esse tema do compartilhamento da infraestrutura. Isso é extremamente relevante, e não é relevante apenas nas regiões mais remotas do País, não. É muito importante também nas localidades onde você tem uma aglomeração muito significativa. Exemplo: isso serve tanto para a parte de telecomunicações quanto para a parte de radiodifusão. Nessa mudança de tecnologia analógica para tecnologia digital, muitos países estão fomentando a construção de torres únicas, em que essas torres únicas agregam todo um conjunto de radiodifusores e, através de uma única antena, transmitem para todo mundo. Quer dizer, é uma questão até ambiental, de economia de recursos de energia e assim sucessivamente.

A questão da tecnologia evolui numa velocidade muito grande, e há um tempo certo para que possamos fazer essas coisas. Se você se adianta muito, se você se atrasa muito, isso é um problema. Hoje, se formos começar a imaginar, se começarmos a ler os novos lançamentos de computadores, de telefones celulares, você acaba não comprando nada, porque, daqui a seis meses, vai aparecer um muito melhor do que você comprou agora. Mas não dá para funcionar assim.

Então, eu acho que, na elaboração desse edital, que levará a essa solução, nós temos que ter muito presente a questão da evolução da tecnologia, mas nós temos que ter presente também o seguinte: se eu tiver que esperar um tempo demasiado para implementar isso, eu posso estar deixando de utilizar determinadas oportunidades que tenho com a tecnologia atual. Eu tenho certeza absoluta de que hoje eu tenho uma tecnologia disponível; amanhã, eu terei outra e, depois de amanhã, uma outra. As empresas vivem com essa perspectiva de que ocorre a evolução.

Se nós pegarmos o caso do telefone celular como exemplo, veremos que começamos com o telefone analógico, mudamos para TDMA, uns foram para CDMA, GSM, 3G e, agora LTE e, daqui a pouquinho, vai aparecer um próximo que nós ainda não sabemos, mas que certamente já está nos laboratórios.

Então, essa visão integrada do contexto da questão para redução de custo, eu acho que os Estados têm um papel fundamental, de trazê-los como parceiros, inclusive até para discutir questões tributárias

vinculadas a esses atendimentos rurais que eu digo. Atendimento rural é um atendimento complexo e, em países com a dimensão do Brasil, ele se torna de uma natureza muito mais relevante do que em outros países. Imaginem atender à área rural da Suécia deve ser uma maravilha; atender à área rural do Paquistão já deve ser um outro negócio; atender à área rural da China deve ser um outro negócio; da Índia, um outro negócio. Eu acho que nós estamos muito mais próximos desses países do que da Suécia, por exemplo.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Se o senhor me permite, Presidente, olha só, Roberto, você fala nisso, mas acho que foi uma época em que foi você que tocou isso lá no Ministério. O Governo, de certa forma, abandonou aquela proposta de utilização de *backhaul*. Essa seria uma forma de darmos continuidade a isso, porque mesmo que eu altere padrões tecnológicos, eu tenho que ter essas redes de transmissão em condições de uso, porque, senão, não adianta levar a telefonia rural e dizer ao cara que, na hora da zona rural, tem que trocar o aparelho. Aí, meu amigo, não funciona. O cara vai ter que ter um aparelho que ele usa para falar com uso doméstico e um aparelho para falar com o resto do mundo. Aí, essa gente não tem condição de ter isso.

Então, por exemplo, essa política agora com as escolas, na minha opinião, devia ser retomada essa questão do *backhaul*. Uma das exigências na época era utilizar esse *backhaul* para fazer a possibilidade de chegar no posto de saúde. Entra pela escola e se consegue chegar em outros cantos. Então, esse é um problema que eu acho que foi se descolando, se descolando. Quando a gente vai discutindo muita coisa de tecnologia, me lembro que, há dois anos, no Congresso de Tecnologia Móvel, a discussão era de que forma íamos consolidar o 3G. No ano seguinte, ninguém mais tinha discussão sobre 3G, todo mundo já tinha solução para LTE. Nós nem saímos de 2G! Eu estou falando aqui e posso dizer tranquilamente que eu existem 187 Municípios na Bahia que têm dificuldade de operar com 2G.

Então, eu já estou discutindo com esses caras como eu vou trabalhar com LTE, ou seja, com a quarta geração, quando eu não consegui sair nem da segunda. Então, é isso que me aflige, como é que o Ministério e a Anatel vão poder amarrar isso. Aí eu volto a insistir*: unbundling* é um negócio que tem que colocar no pescoço desses caras como carga. Não dá para ser de outro jeito. Senão fica todo mundo escorregando.... Eu ganho uma licitação dessas de 450. aí vou lá pedir a infraestrutura da Oi para eu trafegar no interior. Aí eu vou pagar 450 vezes mais para cobrar 450 vezes menos do usuário? Não tem como.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. PTB – DF) – Pergunta ao Dr. Maximiliano Martinhão.

O SR. MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO – Obrigado, Sr. Presidente.

Primeiro, gostaria de comentar a respeito da questão levantada pelo nobre Senador Luiz Henrique sobre a questão do satélite e também de uma aculturação. Tenho um grande apreço pelo Estado de Santa Catarina, Senador, porque parte da minha carreira eu realizei naquele Estado.

O senhor está absolutamente certo porque o comentário que vou fazer a respeito do Estado de Santa Catarina vale para qualquer outro Estado da federação. Não dá para imaginar não ter a cobertura de um festival de dança de Joinville, de uma festa do pinhão de Lages, da neve em Urubici, dos encontros italianos no sul de Santa Catarina. Então, o senhor está absolutamente certo em relação a essa preocupação.

Especificamente sobre a questão da convivência – porque não é um problema de interferência, é um problema de convivência – entre sistemas tecnológicos: um sistema por satélite e um sistema terrestre na faixa de 3,5 gigas. Essa questão está em discussão na Anatel. É uma questão técnica, e os técnicos estão estudando para definir as maneiras técnicas de resolver o problema. E que maneiras são essas? Existem filtros, redução de potências de transmissão, isso tudo está sendo discutido no âmbito da Anatel. A questão não é uma decisão final, trata-se de uma proposta digital importante, porque o objetivo é expandir o acesso banda larga à população. Mas esse edital está em consulta pública e nesse processo de consulta pública vão ser dirimidas todas as questões técnicas para que seja dirimido e reduzido qualquer efeito entre os diferentes sistemas.

E aí gostaria de fazer uns comentários breves sobre as indagações do Senador Walter Pinheiro que, como conhecedor do tema, fez abordagens muito apropriadas e tenho satisfação, Senador, de ter me sentado ao seu lado em uma das visitas que o senhor fez a UIT, e tenho uma grande recordação, pois tenho uma foto ao lado do senhor nessa visita.

Primeiramente, o senhor menciona a questão do compartilhamento. Existe um marco regulatório; esse um marco regulatório tem que ser aperfeiçoado. O senhor menciona, também, a questão do *unbundling* . Existe um marco regulatório preciso e aperfeiçoado para realmente atingir as questões de mérito, para expandir a competição, estimular a entrada de novos prestadores de serviço no setor; beneficiar o consumidor. E, o que existe de concreto nesse ponto, o Ministério está acompanhando uma proposta, e está acompanhando amiúde isso, uma proposta em discussão na Anatel, de um plano chamado Plano Geral de Metas de Competição. Esse plano vai determinar, a proposta que está em discussão vai para consulta pública,

determinar obrigações. Não estamos falando mais de opção de compartilhamento, opção de *unbundling;* estamos falando de obrigação de *unbundling*, obrigação de compartilhamento às prestadoras que detenham poder de mercado significativo. Então, havendo poder de mercado significativo, a essa prestadora vão ser estabelecidas obrigações para cessão de capacidade.

O comentário do senhor é muito apropriado, também, a respeito do Brasil Sem Miséria, muito apropriado. E, nesse contexto, o que existe de concreto, que foi aprovado na proposta de Plano Geral de Metas de Universalização, é o Aice, que é um Acesso Individual de Classe Especial, que vai estar disponível à população ao valor de R$13,00 e se não houver incidência de impostos pode abaixar para o valor de um pouco acima de R$9,00. Então, já com o viés de trazer uma camada de população que não possui muitos recursos a acessar as redes de telecomunicações.

Especificamente, sobre a vinculação do 450 ao PNBL, a orientação a esse respeito veio do mais alto nível do Governo, veio da Presidência da República, em que ao ver a Proposta do 450, determinou aquela obrigação para as escolas que fossem voz e dados e, também, que o atendimento rural considerasse não apenas as obrigações do PGMU, que é levar voz, mas que, na licitação, se colocasse, também, o provimento de dados à comunidade rural.

Então, nessa linha entendo que o PNBL é um conjunto de ações, uma ação concreta é essa de levar dados às áreas rurais.

Do ponto de vista tecnológico, o Projeto do 450, no Brasil, já foi montado;no tempo em que eu trabalhava na Anatel, já montado de maneira a não pensar só em voz; fizemos uma regulamentação, um projeto para o 450 que vai permitir voz e dados. Especificamente, quando se compara a outros projetos internacionais, a quantidade de espectros que foram reservados para aplicação é inferior ao que fizemos no Brasil. Normalmente é metade daquilo que a gente fez no Brasil. Aqui a gente dobrou a capacidade exatamente para levar a banda larga. E esse projeto que a gente desenvolveu aqui no Brasil é uma coisa que foi feita aqui no Brasil e está hoje sendo discutido numa reunião que está acontecendo agora na OIT para inclusão desse modelo brasileiro dentro de uma recomendação da União Internacional de Telecomunicações. Esse modelo brasileiro, realmente, é um diferencial, é um paradigma em relação aos demais.

Para fechar meus comentários, dentro do Ministério, a gente está preocupado com a questão de fomento industrial, tanto do ponto de vista de desenvolver um terminal – e aqui são dois terminais de 450, um para voz e outro para dados –, terminais já costumizados para aplicativos desenvolvidos aqui. Em particular a gente está em conversa com fabricantes para aplicativos, por exemplo, em meteorologia na área rural, para o fazendeiro saber se é hora da colheita, se não é hora da colheita, precisa irrigar, não precisa irrigar; de *Internet banking*, para ele não precisar se deslocar da sua fazenda até o banco, embora a gente saiba que eles gostam disso, é parte da rotina deles se deslocar e ir até a cidade, mas ter a possibilidade de ter aplicativos específicos para a população rural em *e-banking;* questões de escola...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Nessa questão de e-Banking, eu estou insistindo porque já conversei com MDS e MDA...não é só os fazendeiros. Por exemplo, um pequeno agricultor que pega um financiamento do Pronaf, lá no interior da Paraíba, onde é que tem agência do BNB? Não tem agência do BNB em todas as cidades. Não é só sair da zona rural e ir para sede do Município. Eu posso lhe dar dados da Bahia: na Chapada Diamantina, que todo mundo conhece, há Municípios em que o trabalhador rural tem que andar 200km para ir até a sede onde tem um BNB, para ele receber o dinheiro. Ele vai, Max, buscar essa grana...ele tem informação, perde sua safra, entra no programa seguro-safra, R$600,00, em quatro parcelas de R$150,00. Para pegar a primeira parcela ele tem que pegar uma van, andar 200km, se dirigir, sei lá, de Ibiquera até Itaberaba para ir ao Banco do Nordeste; chegando lá é óbvio que ele pega os 150 contos dele e gasta no comércio de Itaberaba e volta com essa tralha toda no ombro na mesma van pagando dois contos para voltar para cidade dele. A ideia do seguro-safra era exatamente movimentar a economia da cidade pelo fato de ter perdido a safra. Não surtiu esse efeito.

Então, a gente pode tranquilamente fazer isso com a bancarização,é o MDS, o MDA, e utilizando isso. E aí faz a rede com a própria rede de comércio local fazendo essa bancarização. Ele saca o dinheiro dele, ele compra o que quiser. Nós não estamos falando de nenhuma odisseia no espaço. O Quênia funciona assim, tem 2 milhões de quenianos bancarizados. Nas Filipinas, idem. Na índia, idem. Não estou falando de nada que não está acontecendo no mundo. E isso não está acontecendo em Wall Street só. Aliás todo mundo já está fornecendo em duas formas esse negócio de bancarização. O que é hoje o *mobile bank* está todo mundo fazendo. Eu, por exemplo, hoje, pelo meu celular opero minha conta do Banco do Brasil. Então, não é uma virtude de Wall Street. Como é que a gente bota esse *mobile bank* para funcionar na mão do peão lá na zona rural, do cara que está cortando a cana, do cara que está no bolsa-família, do cara que está no Brasil Sem Miséria, do cara que está no Pronaf. Essa é que é a verdadeira inclusão. Aí é importante isso.

Eu falei isso com a Ministra do MDS e com o Ministro do MDA; tenho cobrado isso do Governo, estive com o Paulo Bernardo, dizendo que não dá para a gente perder essa oportunidade. A gente cria um ouvidor também de serviços e serve para essa coisa da orientação da agricultura.

Hoje, temos *softwares* de sobra; o que está faltando para nós é exatamente fechar essa infraestrutura para fornecer esse serviço.

O SR. MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO – É isso mesmo, Senador Walter Pinheiro. Concretamente o trabalho que a gente vem discutindo com os fabricantes é exatamente isto: aplicativos voltados para o público rural, na exata linha que V. Exª mencionou.

Só para adensar, já existe, além dessas tecnologias atuais, já se fala muito da tecnologia NFC, que é a tecnologia de próxima geração para a bancarização, pois o próprio terminal já acessa a conta.

Sr. Presidente, eram os comentários que eu gostaria de fazer.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. PTB – DF) – Agradeço ao Dr. Maximiliano.

Passo, agora, a palavra ao nobre Senador... Logo em seguida?

Então, para concluir, para fazer suas considerações finais, com a palavra o Dr. Roberto Pinto Martins.

O SR. ROBERTO PINTO MARTINS – Sr. Presidente, é apenas um comentário sobre a penúltima colocação que o Senador Walter Pinheiro fez.

Hoje, o que nós temos definido? Nós não temos definido a questão da tecnologia. Nós temos definido o seguinte: que vamos levar voz e dados ao campo. E estamos mirando a forma de fazer isso através do uso de radiofrequência de 450MHz. Depois de tudo o que pensado eu digo: é a mais rápida, é a mais barata, e seja com que tecnologia for aplicada ao megahertz 450. Então esse é o resumo dessa questão.

Mas eu queria dar uma palavra sobre a questão do *backhaul*, Senador Walter. O que eu entendo sobre o que nós fizemos nessa troca que foi feita...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Dr. Roberto, só para traduzir, porque nós temos a mania de falar esses termos difíceis, como *backhaul*, por exemplo, e quem está nos ouvindo o quem vai ler depois não sabe. E, lamentavelmente, nessa área é assim, tudo funciona na base de expressões em inglês. Então, o que significa essa rede de transmissão?

O SR. ROBERTO PINTO MARTINS – É, está certo. Isso é um vício.

Então o que é isso? Nós temos as ligações, as informações locais, seja de voz, sejam de dados, e eu preciso transmitir isso para algum lugar. Quer dizer, quando alguém faz uma ligação de Brasília para São Paulo, por exemplo, se essa ligação é feita de Brasília para Brasília, tudo fica aqui em Brasília; mas quando eu levo para São Paulo eu tenho que transmitir isso, eu tenho que sair daqui de Brasília e conectar com uma grande rede.

Quando eu falo de dados, isso fica muito mais complexo. Por quê? Porque é muito mais informação. Então, grosso modo, o *backhaul* e o quê? É a infraestrutura que liga uma cidade à capacidade de transmissão da empresa. Então eu preciso sair com o tráfico da cidade, entregar esse tráfico em algum outro lugar, para alguém carregar isso para mim. Esse é o *backhaul*. Se eu não consigo sair com o tráfico da cidade, não adianta eu ter uma grande infraestrutura na cidade, porque eu não consigo transportar o dado da cidade para fora da cidade.

O que nós detectamos no Ministério há dois anos e pouco? O Brasil estava absolutamente carente, em mais de 3.000 Municípios, de uma infraestrutura para transmissão de dados; ele só conseguia ter essa infraestrutura para a transmissão de voz. Se você quisesse sair dessa cidade e fazer um DDD para qualquer outra cidade, ia bem; mas se você quisesse transmitir dados, não ia bem, porque a capacidade era muito pequena. Existia um negócio chamado posto de serviço de telecomunicações. E digo o seguinte: nós trocamos esses postos pelo aumento dessa capacidade.

Então eu dizia o seguinte: a esse posto de serviço de telecomunicações se juntava o inútil ao desagradável. Por que ele era inútil? Porque ele previa a transmissão de dados através de linhas telefônicas, que já é um negócio do passado. E desagradava, porque era caríssimo!

Então é muito mais interessante levar capacidade de transmissão de dados a todos os Municípios do Brasil. E isso foi feito.

Precisamos aumentar essa capacidade. A vida de dados é assim: aumenta-se hoje três vezes, daqui a dois anos é necessário aumentar dez vezes. O que nós fizemos em conjunto com esse terceiro PGMU? Um acordo com as empresas muito parecido com o acordo que nós fizemos com as empresas para levar *internet* grátis a todas as escolas até 2025. Dissemos: queremos uma oferta no varejo de banda larga. Determinada a oferta de varejo e essa capacidade da oferta de varejo, você tem que dimensionar qual é o tamanho da estrada que você tem para levar essa transmissão de dados. Daí, entendo, nobre Senador, o fato de não ter especificado esse capacidade do *backhaul*. Pela oferta de varejo você define qual é a sua capacidade de *backhaul* que você precisa ter para escoar esse tráfico que está sendo ofertado em todos os Municípios do País.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. PTB – DF) – Agradeço aos dois participantes, Dr. Roberto Martins e Dr. Maximiliano.

O nosso muito obrigado. Foi muito profícuo o nosso debate, pois as explicações, tirando a parte técnica, tirando as siglas, todo mundo entendeu muito bem. Acho que todos vamos entender o que vai acontecer e foi muito importante para a nossa Comissão, pois mostra um tema muito atual. Todos esses processos, relatórios e editais, são recentes, coisa de uma semana atrás. Isso mostra que essa Comissão está muito atualizada, com os termos atualizados e com essa preocupação constante.

Outra observação dentro da mesma linha que o Senador Walter Pinheiro mencionou, foi sobre o aculturamento de Santa Catarina. Tinha que ser o contrário. Só por essa programação que foi colocada em Santa Catarina, da festa do peão, da festa italiana, tinha que passar isso para o Brasil invertidamente, Senador Luiz Henrique.

Por favor, Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Eu solicitaria a V. Exª que colocasse em pauta o requerimento que protocolei nesta Comissão com o objetivo de discutirmos aqui um assunto que entendo crucial para o desenvolvimento do Brasil. Trata-se da questão dos 17 elementos que constituem as terras raras. A China hoje domina 99% do mercado mundial e é um mercado em ascensão. O Brasil, hoje, dispõe de reservas importantes, inclusive do európio que é um elemento que pode eliminar a contaminação radioativa. É o único elemento encontrado nesse Planeta que é capaz de combater a contaminação radioativa.

Estou requerendo, devidamente justificado, uma audiência pública, nesta Comissão, para discutir este assunto com participação do Ministério de Minas e Energia, do MCT e do Diretor de Recursos Minerais das Indústrias Nucleares do Brasil, Sr. Otto Bittencourt. É um requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. PTB – DF) – Muito bem, Senador Governador Luiz Henrique.

Depois da questão de ordem do Senador Cícero Lucena, vou colocar em votação, porque esse tema que o Senador Luiz Henrique coloca é sobre os minerais. São 17 tipos de minerais, terras raras, é um assunto que o mundo todo está discutindo. No nosso País nós temos toda a sequência dele. É um assunto importante. Vou colocar em votação logo depois de escutar o Senador Cícero Lucena.

Com a palavra, Senador Cícero Lucena.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Sr. Presidente, senhores convidados, não é específico da Comissão, mas é também um pedido de requerimento extrapauta, Presidente, tratando de algo que tem a ver com a atribuição que estou tendo hoje como 1º Secretário desta Casa.

Temos nos deparado com alguns serviços que são prestados ao serviço público que, no meu entender, precisam ser debatidos nesta Comissão. Cito, como primeiro exemplo, o serviço prestado por satélite pela Embratel. Eu trago a esta Comissão essa preocupação, pedindo audiência pública não só do serviço de telecomunicação como do serviço de *software* também.

Para V. Exª ter ideia, pelo contrato que a Embratel tem com esta Casa para transmitir a TV Senado, nós pagamos cerca de R$220 mil por mês. O prazo vence agora no final de julho, começo de agosto. A Embratel simplesmente quis reajustar para mais de R$600 mil, porque é a única, tem exclusividade de satélite. Se isso está ocorrendo com o Senado, imagine o que não está ocorrendo com o serviço público e, em alguns casos até, com a iniciativa privada! Depois de muita negociação, baixaram para quatrocentos e poucos mil reais. Já encaminhei à Anatel, para que ela se posicione sobre esse reajuste abusivo.

Neste meu requerimento, também me preocupo, porque estão vencendo contratos do Senado com grandes empresas de *hardware* e *software*, como IBM, Oracle e outras, e quero saber qual é a relação que nós temos nessas prestações de serviço e o que o Governo, através, por exemplo, do Ministério de Ciência e Tecnologia... Eu ouvi aqui o Dr. Maximiliano falando sobre a preocupação em se desenvolver tecnologias, equipamentos para que se possa atingir o maior número possível e a custos mais baratos.

Essa é a razão coincidentemente desta proposta, deste requerimento, no qual convoco representantes do Ministério de Ciência e Tecnologia, para que a gente veja como esta Casa pode ajudar a estimular o desenvolvimento de tecnologia, para cobrir essas áreas; o representante da Oracle no Brasil; o representante da IBM no Brasil; o Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações, a quem já enviei ofício cobrando o posicionamento da Anatel em relação ao reajuste abusivo; e o Presidente da Embratel.

Então, Sr. Presidente, era este o meu pedido: que fosse votado este requerimento, para que a gente pudesse esclarecer essa questão da prestação de serviço e também estimular a transferência de tecnologia, para não estarmos sujeitos apenas a um fornecedor. Eu acho que é dever e obrigação desta Casa defender a Casa e a Nação.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. PTB – DF) – Muito bem, Senador Cícero Lucena.

Com a palavra o Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Se V. Exª puder incluir o requerimento de autorização

para que esta Comissão possa participar no Congresso da Associação Brasileira de TV por Assinatura, que ocorrerá no mês de agosto. Como vamos entrar em recesso, efetivamente, o motivo da solicitação é a autorização. Provavelmente o Presidente desta Comissão e eu participaremos desse Congresso, na abertura, assim como também a presença de um membro da Consultoria da Casa neste evento.

Então se V. Exª puder submeter à apreciação as devidas autorizações para esse deslocamento.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. PTB – DF) – São três assuntos, três requerimentos relevantes. Pela ordem, Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Requeiro a V. Exª que os requerimentos sejam votados em bloco.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. PTB – DF) – Muito bem. Como pede o nobre Senador e esta Presidência defere, vamos, então, colocar em votação em bloco os três requerimentos: o primeiro da lavra dos Senadores Walter Pinheiro e Eduardo Braga, o segundo da lavra do nobre Senador Luiz Henrique e o terceiro da lavra do Senador Cícero Lucena.

ITEM 1

– Não Terminativo -

REQUERIMENTO Nº. 30 DE 2011 – CCT

Requeremos, nos termos do disposto no art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para a participação do Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, Senador Eduardo Braga, e do Senador Walter Pinheiro, membro titular da CCT, na abertura da 19ª edição da ABTA 2011 – Feira e Congresso que se realizará no dia 09 de agosto do corrente ano, em São Paulo (SP). Requeremos, ainda, que a Comissão, seja assessorada por um Consultor Legislativo do Senado Federal, que possa auxiliar na preparação de relatórios, estudos e outras tarefas correlatas, assim como de servidores da Secretaria da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática para prestar assistência a esta Presidência.

Autoria: Senadores **Eduardo Braga e Walter Pinheiro.**

ITEM 2

– Não Terminativo -

REQUERIMENTO Nº 31 DE 2011 – CCT

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão, com o objetivo de debater as práticas, preços e condições na venda de softwares e na prestação de serviço de locação de satélites para transmissão de sinais de TV para a Administração Pública.

Deverão ser convidadas para a Audiência as seguintes autoridades: Sr. Virgílio Almeida, Coordenador do InWeb da Secretaria de Política de Informática (SEPIN) do Ministério de Ciência e Tecnologia; Sr. Cyo Diehl, Presidente da Oracle do Brasil Sistemas; Sr. Ricardo Pelegrini, Gerente Geral da IBM Brasil; Sr. Ronaldo Mota Sardenberg,, Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL); e Sr. José Formoso, Presidente da Embratel.

Autoria: Senador **Cícero Lucena.**

ITEM 3

– Não Terminativo -

REQUERIMENTO Nº 32 DE 2011-CCT

Requeremos nos termos do art. 90, II, combinado com o art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com a finalidade de discutir o desenvolvimento de novas tecnologias, pelo Brasil, para viabilizar a exploração das "terras raras", elementos químicos encontrados em jazidas minerais, essenciais para aparelhos de alta tecnologia.

Autoria: Senador **Luiz Henrique.**

Primeiramente vou colocar cada um dos requerimentos em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação, como pede o Senador Luiz Henrique, em bloco.

As Srªs e os Srs. Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados.

Aprovados os três requerimentos: o de abertura da 19ª edição da ABTA – feira e Congresso –, que se realizará em São Paulo; o requerimento para viabilizar a exploração das "terras raras", do nobre Senador Luiz Henrique; e o requerimento convidando para a discussão sobre *práticas, preços e condições na venda de softwares e na prestação de serviço de locação de*

satélites para transmissão de sinais de TV para Administração Pública, do nobre Senador Cícero Lucena.

Agradeço aos expositores, agradeço a todos e dou por encerrada a presente reunião da Comissão de Ciência e Tecnologia do Senado da República.

Muito obrigado.

ATA DA 26ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 03 DE AGOSTO DE 2011.

Às nove horas e quarenta e três minutos do dia três de agosto de dois mil e onze, na sala treze da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Gim Argello, Vice-Presidente, no exercício da Presidência da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática com a presença dos Senhores Senadores Ângela Portela, Anibal Diniz, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg, Valdir Raupp, Eunício Oliveira, Cyro Miranda, Gim Argello, Paulo Paim, Marcelo Crivella, Ricardo Ferraço Aloysio Nunes Ferreira, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Walter Pinheiro, Eduardo Braga, Vital do Rêgo, Lobão Filho, Ciro Nogueira, José Agripino. Justifica a ausência o Senhor Senador Flexa Ribeiro. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Gim Argello, Vice-Presidente, no exercício da Presidência, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta. **Item 01**: **Projeto de Lei do Câmara nº 5, de 2006**, de caráter não terminativo, de autoria da Deputada Luiza Erundina, que "Dispõe sobre a obrigatoriedade de mensagem estimuladora do exercício da cidadania na publicidade dos serviços e obras realizados pelos órgãos públicos federais.". O relator designado é o Senador Rodrigo Rollemberg e o parecer favorável é aprovado. **Item 04: Requerimento n.º 33, de 2011 – CCT,** de caráter não terminativo, de autoria do Senador Rodrigo Rollemberg, que requer "...a realização, no âmbito da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), do seminário Promovendo Estratégias para o Desenvolvimento Regional Integrado do Centro-Oeste, no período de 22 a 23 de setembro de 2011. O seminário contará com a colaboração das seguintes entidades: Superintendência de Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (**SUDECO**); Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Universidade de Brasília (**CDT/UnB**); Centro Universitário de Brasília (**UniCEUB**); Universidade Católica de Brasília (**UCB**); Rede Candanga de Incubadoras; Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (**SEBRAE**); Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores (**ANPROTEC**); Financiadora de Estudos e Projetos (**FINEP**); Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (**CNPq**); e Fundação de Amparo à Pesquisa e às Redes de Incubadoras de Empresas do Centro-Oeste (**FAP/DF**)". O Requerimento é aprovado. Nesse momento, o Senhor Senador Gim Argello requer, oralmente, a inclusão extra-pauta de Requerimento, com o que todos concordam. **Extra-Pauta Item 01: Requerimento nº 34, de 2011** – **CCT,** de caráter não terminativo, de autoria do Senador Gim Argello, que requer "...nos termos do disposto no art. 40, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para a participação do Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, Senador Eduardo Braga no "Evento do Setor de Comunicações – FUTURECOM 2011" que se realizará no período de 12 a 14 de setembro do corrente ano, em São Paulo – SP. Requeiro, ainda, que a Comissão, seja assessorada por um Consultor Legislativo do Senado Federal, que possa auxiliar na preparação de relatórios, estudos e outras tarefas correlatas, assim como, de servidores da Secretaria da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática para prestar assistência a esta Presidência.". O requerimento é aprovado. Ficam adiadas, as seguintes matérias da pauta: **Item 02: Projeto de Lei do Senado nº. 332, de 2010; Item 03: Projeto de Lei do Sendo nº. 340 de 2008; Item 05: Projeto de Decreto Legislativo nº. 02, de 2011; Item 06: Projeto de Decreto Legislativo nº. 113, de 2011; Item 07: Projeto de Decreto Legislativo nº. 35, de 2011; Item 08: Projeto de Decreto Legislativo nº. 57, de 2011; Item 09: Projeto de Decreto Legislativo nº. 654, de 2009; Item 10: Projeto de Decreto Legislativo nº. 610, de 2010; Item 11: Projeto de Decreto Legislativo nº. 700, de 2010; Item 12: Projeto de Decreto Legislativo nº. 702, de 2010; Item 13: Projeto de Decreto Legislativo nº. 703, de 2010; Item 14: Projeto de Decreto Legislativo nº. 705, de 2010; Item 15: Projeto de Decreto Legislativo nº. 706, de 2010; Item 16: Projeto de Decreto Legislativo nº. 87, de 2011; Item 17: Projeto de Decreto Legislativo nº 69, de 2011; Item 18: Projeto de Decreto Legislativo nº. 110, de 2011; Item 19: Projeto de Decreto Legislativo nº. 563, de 2003; Item 20: Projeto de Decreto Legislativo nº. 52, de 2011; Item 21: Projeto de Decreto Legislativo nº. 264, de 2007; Item 22: Projeto de Decreto Legislativo nº. 32, de 2011; Item 23: Projeto de Decreto Legislativo nº. 318, de 2007 Item 24: Projeto de Decreto Legislativo nº. 114, de 2011; Item 25: Projeto de Decreto Legislativo nº. 20, de 2011 e Item 26: Projeto de Decreto**

Legislativo nº. 64, de 2011. Nada mais havendo a tratar, a presidência encerra a reunião, às dez horas e quatro minutos, determinando que eu, **Otto Luiz Vilela do Nascimento**, **Secretário Adjunto da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática**, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no Diário do Senado Federal. – Senador **Gim Argello,** Vice-Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. PTB – DF) – Havendo número, declaro aberta a 26ª reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal da 1ª Sessão Legislativa ordinária da 54ª Legislatura, que se realiza hoje, dia 3 de agosto de 2011.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior.

As Srªs e Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Dispensada a leitura da Ata, será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Srªs e Srs. Senadores, antes de darmos início à primeira reunião do segundo semestre de 2011, gostaria de fazer um breve balanço das atividades da Comissão no período em que esteve à frente da presidência o nosso Senador Eduardo Braga.

Mas, antes, há alguns avisos, como um requerimento do nobre Senador **Flexa Ribeiro:**

REQUERIMENTO

Nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a V. Exª autorização para ausentar-me dos trabalhos da Casa no dia 03 de agosto de 2011, sem ônus, para representar o Senado Federal no evento "Operação Cidadania Xingu" na cidade de Altamira, Estado do Pará.

Sala das Sessões, Senador ***Flexa Ribeiro***

Há também um relatório a ser lido e distribuído sobre as atividades da CCT no primeiro semestre de 2011, todas as audiências feitas, projetos aqui votados. Está um trabalho muito bonito, muito bem construído pela assessoria da nossa Comissão, a quem gostaria de agradecer.

O Presidente Eduardo pediu que nós distribuíssemos a todos vocês para que vejam o que foi realizado nesse primeiro semestre. Um trabalho realmente muito bem construído mostrando a produtividade desta Comissão, que foi muito produtiva nesse primeiro semestre. É um balanço todo realizado aqui, um discurso preparado, mas não é o caso, porque o material está muito autoexplicativo.

Eu gostaria de perguntar se há alguns outros requerimentos a serem votado.

Requerimento do Senador Rodrigo Rollemberg, que está vindo para cá. Mais alguma coisa na agenda de hoje? Seria só distribuir isso e votar esse relatório?

Enquanto esperamos o Senador Rodrigo Rollemberg por uns minutinhos, vou ler uns comunicados da presidência.

Expedientes recebidos:

Ofício nº 72, de 15/07/2011, do Exmº Ministro das Comunicações, Paulo Bernardo Silva, em resposta ao requerimento de informações nº 720, de 2010, de autoria desta Comissão. Cópia da resposta ao requerimento de informações será encaminhado ao gabinete de todas as Srªs e Srs. Senadores membros desta Comissão.

Convite do Conselho Nacional dos Secretários Estaduais para Assuntos de Ciência e Tecnologia (Consecti), para participar do Fórum Nacional Consecti/Confap com o objetivo de discutir e aperfeiçoar o arcabouço legal em CT&I. O evento se realizará na cidade de João Pessoa, na Paraíba, nos dias 25 e 26 de agosto do corrente ano.

Convite do Futurecom 2011, evento do setor de comunicações que se realizará no período de 12 a 14 de setembro no Transamérica Expo Center, São Paulo, onde esta presidência participará como debatedor no painel Copa do Mundo e Olimpíadas, grandes desafios de infraestrutura a serem vencidos, principalmente na área de tecnologia da informação. O Presidente Eduardo Braga vai estar presente nesse evento como debatedor nesse painel.

Convite da Associação Ibero-americana de Centros de Pesquisas e Empresas de Telecomunicações para participar do II Fórum Ibero-americano para desenvolvimento da banda larga, evento que se realizará no dia 7 e 8 se novembro do ano em curso na Assembleia Legislativa de São Paulo e o tema deste ano será Um Modelo Sustentável de Internet para Todos – Progressos 2011 e Perspectivas 2015/2020.

Esse fórum será realizado no dia 7 e 8 de novembro na Assembleia Legislativa de São Paulo.

As Srªs e os Srs. Senadores que desejavam participar de algum desses eventos, favor informar à Secretaria da Comissão.

Chega a esta presidência notícia de que o Ministério das Comunicações já encaminhou à Casa Civil a proposta de mudança nas licitações de radiodifusão que prevê, por exemplo, o aumento da caução para participar da concorrência e o pagamento da outorga em parcela única. O objetivo é evitar a presença de empresas sem condições econômicas.

Quero lembrar às Srªs e Srs. Senadores que essa proposta é um dos desdobramentos da nossa audiência

pública de 27 de abril cujo tema foi "Discutir as denúncias sobre a utilização de empresas em nome de laranjas para comprar concessões de rádio e televisão nas licitações públicas realizadas pelo Governo Federal" e que resultou no relatório final do grupo de trabalho formado pelos nobres Senadores Valdir Raupp, Aloysio Nunes Ferreira, e o Walter Pinheiro como relator.

Senador Valdir Raupp, chegou a esta presidência um comunicado de que o Ministério das Comunicações já encaminhou à Casa Civil a proposta de mudança nas licitações de radiodifusão que prevê, por exemplo, o aumento da caução para participar da concorrência e o pagamento da outorga em parcela única, para evitar a participação daqueles que não tenham condições, conforme sugestão daquela comissão de que o senhor participou.

Isso mostra que o Ministério está atento às ações desta Comissão.

Eu pergunto aos nobres Senadores aqui presentes se gostariam de fazer algum comentário.

Senador Valdir Raupp, com a palavra.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Senador Gim Argello, vice-Presidente da Comissão, queria apenas parabenizá-lo juntamente com o nosso Presidente Eduardo Braga pelo brilhante trabalho feito nesse primeiro semestre. É a primeira vez que eu vejo um relatório tão bem organizado e elaborado, demonstrando quais Senadores relataram os projetos, de quais Estados e tal.

Então, parabenizo a presidência desta Comissão porque, nesse primeiro semestre, realmente foi produzido muito e acho que o trabalho mais importante foi exatamente esse a que o Ministério das Comunicações se refere e diz que já está cumprindo aquilo que esta Comissão sugeriu naquele relatório para tornar mais transparente as concessões. Tudo bem que tem que passar pelo crivo da Câmara dos Deputados, do Senado, mas ainda havia algumas brechas que deixavam dúvidas. Agora, isso não vai acontecer mais, para tornar essas concessões de rádio e televisão mais trasparentes.

Eu estava comentando há pouco com o Senador Pedro Taques, do Estado de Mato Grosso, que a grande maioria das concessões é justa e que as emissoras prestam um relevantes serviços, inclusive as rádios comunitárias. Eu mesmo relatei inúmeras. E não podemos mais. Até isto nós tiramos: a perrogativa dos Senadores de relatar projetos dos seus Estados, o que dava até uma média política interessante. Convenhamos que isso era muito importante.

Mesmo agora, sem que o Senador possa fazer esses relatórios, nós podemos participar da inauguração, do lançamento dessas emissoras. Há cidades do meu Estado e outras espalhadas por todo o Brasil que só têm uma emissora de rádio comunitária, não existe outra emissora de rádio comercial. Então, essas emissoras de rádio comunitárias prestam relevante serviço à comunidade, principalmente nessas cidades, repito, onde não existe outro veículo de comunicação.

É um trabalho que esta Comissão está fazendo nessa área e está sendo muito importante e eu parabenizo mais uma vez a presidência por ter trabalhado tão bem nesse primeiro semestre.

Espero que se repita nesse segundo semestre, talvez até com mais sucesso, porque aprendemos muito nesse primeiro semestre.

Parabéns e muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. PTB – DF) – Eu é que agradeço ao Senador Valdir Raupp e Senador Pedro Taques. Agora está chegando aqui do nosso lado o nosso querido Senador Rodrigo Rollemberg, que parece que fraturou o pé.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – O Brasil vai ficar desfalcado na Copa agora.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. PTB – DF) – Vai ficar desfalcado, um craque que está em processo de recuperação.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Foram os chineses porque ele estava em Xangai defendendo os interesses do Brasil, mas a China, preocupada com os avanços da economia brasileira, já quis eliminar um dos nossos membros do Parlamento. É brincadeira.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. PTB – DF) – Mas ele é um dos grandes Senadores, um Senador guerreiro...

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – E tenho certeza de que a recuperação vai ser breve.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. PTB – DF) – Senador Rodrigo Rollemberg, este é um relatório da nossa Comissão sobre as atividades no primeiro semestre. Tenho certeza de que o senhor está elaborando um lá na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, onde é presidente.

Este relatório é sobre o trabalho realizado por esta Comissão no primeiro semestre, do nosso atuante Presidente Eduardo Braga.

Estamos todos nós lhe aguardando, Senador, porque parece que o senhor tem um requerimento.

O senhor está com a palavra, Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Gim Argello. É um requerimento que solicita a realização, no âmbito da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, do seminário Promovendo Estratégias para o Desenvolvimento Regional Integrado

do Centro-Oeste, no período de 22 a 23 de setembro, buscando promover o desenvolvimento regional através da inovação tecnológica. Por isso estamos apresentando nesta Comissão.

O seminário contará com a participação das seguintes entidades: Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste; Centro de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico da UnB; Centro Universitário de Brasília; Universidade Católica de Brasília; Rede Candanga de Incubadoras; Sebrae; Associação Nacionais de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores (Anprotec); Finep; CNPq; FAP/DF, com especialistas indicados por essas instituições.

Por isso peço o apoio dos nobres Colegas para a realização desse seminário de desenvolvimento regional através da inovação tecnológica.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. PTB – DF) – Muito bem, Senador Rodrigo Rollemberg.

Eu coloco, então, em discussão.

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Senadores que aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Aprovado o requerimento para realização do seminário. O senhor poderia repetir as datas, Senador Rollemberg, por favor?

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Dias 22 e 23 de setembro de 2011.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. PTB – DF) – Dias 22 e 23 de setembro de 2011.

Então, nós vamos fazer esse seminário muito importante para Brasília e para o Brasil. Vou pedir a secretaria que convide todas as entidades, conforme aprovado por esta Comissão.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Na proposta do requerimento, Sr. Presidente, se V. Exª me permite, existe uma sugestão de nomes dessas entidades. É claro que caberá a essas entidades a palavra final sobre os indicados. Existem sugestões de nomes aqui encaminhados que estão à disposição dos nobres Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. PTB – DF) – Está bem. Eu só peço para deixar em aberto caso o nosso Presidente Eduardo Braga queira sugerir alguma entidade para participar, eu gostaria também que o senhor concordasse, está bem?

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. PTB – DF) – Está aprovado o requerimento.

Peço ao nobre Senador Rodrigo Rollemberg que faça a leitura do item nº 1 da Ordem do Dia de hoje, do qual V. Exª é o relator.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Item nº 1:

ITEM 1
– Não Terminativo -
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 5, DE 2006

Dispõe sobre a obrigatoriedade de mensagem estimuladora do exercício da cidadania na publicidade dos serviços e obras realizados pelos órgãos públicos federais.

Autoria: Deputada **Luiza Erundina**
Relatoria: Senador **Rodrigo Rollemberg**
Relatório: Favorável

Obs.1: A matéria foi apreciada pelas Comissões de Educação, Cultura e Esporte e Constituição, Justiça e Cidadania, com parecer favorável

Obs.2: A matéria constou na pauta da reunião do dia 29/06/2011.

I – Relatório

Inicialmente submetido ao exame das Comissões de Educação, Cultura e Esporte (CE) e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 5, de 2006, ementado à epígrafe, vem à análise da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), por força do Requerimento nº 642, de 2009, do Senador Romero Jucá.

De autoria da Deputada Luiza Erundina, o projeto pretende obrigar o Poder Executivo a veicular mensagens que estimulem o exercício da cidadania em anúncios governamentais publicados em jornais e revistas, nas propagandas em rádio, televisão e internet, bem como em placas afixadas nas ruas, rodovias e obras públicas.

Para os efeitos da proposta, as mensagens deverão conter reprodução de dispositivos constitucionais e legais que versem sobre os direitos humanos, assim como aqueles que proíbam qualquer forma de violência, preconceito ou discriminação de raça, origem, religião, estado civil, sexo, orientação sexual, idade ou condição social. À transcrição dos textos normativos citados deverá seguir-se a afirmação “exerça sua cidadania”.

Arquivada, nos termos do art. 332 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), a matéria volta a tramitar em vista da apresentação do Requerimento nº 239, de 2011, de autoria da Senadora Lídice da Mata e outros Senadores.

II – Análise

Tendo em vista que a matéria já foi examinada pela CCJ e pela CE, esta CCT analisará a medida sob os aspectos constantes do inciso VII do art. 104-C do Regimento Interno do Senado Federal, que trata das matérias de comunicação, imprensa e radiodifusão, aí

englobadas, conquanto de maneira não expressa, as matérias que envolvem publicidade.

A Constituição Federal determina, ao dispor sobre os princípios gerais da Administração Pública (§ 1º do art. 37, CF) que *a publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social (...).*

Conforme entendemos, o projeto em exame, além de reafirmar os princípios contemplados pelo constituinte originário, propõe o estabelecimento de disciplina complementar, que utiliza as peças de publicidade estatal em benefício da sociedade.

A palavra *cidadania* pode ser entendida de maneiras diversas e possui as dimensões civil, política e social. Cidadania pode estar relacionada à questão da *nacionalidade*, direito de pertencer a uma nação. Pode significar, ainda, o direito à proteção legal, à igualdade perante a lei, à liberdade individual. Mas encerra, não apenas direitos, mas também deveres. A rigor, podemos definir cidadania como um complexo de direitos e deveres atribuídos aos indivíduos que integram uma Nação. Assim, o exercício da cidadania é o usufruto dessas liberdades e direitos prometidos ou garantidos, mas também o cumprimento de deveres que visem ao que é justo, lícito e útil para todos os indivíduos.

Do ponto de vista da competência regimental desta Comissão, importa ressaltar a importância da comunicação no processo de conscientização acerca de direitos e deveres que constroem uma participação cidadã. Ao prever a obrigatoriedade da veiculação de mensagens com esse objetivo, a iniciativa contribui para despertar e estimular uma reflexão crítica na população sobre a importância do exercício quotidiano da cidadania como forma de intervenção na vida política, econômica e social do País.

Por essas razões, consideramos que o PLC nº 5, de 2006, merece a melhor acolhida desta Comissão, destacando a louvável preocupação que inspirou sua apresentação pela Deputada Luiza Erundina.

III – Voto

Ante o exposto, e reconhecido o mérito da iniciativa, somos de parecer pela **aprovação** do Projeto de Lei da Câmara nº 5 de 2006.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. PTB – DF) – Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como estão. (*Pausa.*)

Aprovado, então, o Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 2006, nesta Comissão.

Essa matéria, não terminativa, segue agora para o plenário. Ela já foi apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, e Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com parecer favorável e, agora, também foi aprovada na nossa Comissão.

Agradeço ao nobre Senador Rodrigo Rollemberg o seu relatório.

Gostaria, antes de encerrar a reunião, de agradecer a presença do nobre Senador Cyro. Esse é o relatório, de azul, que o senhor está recebendo, como os demais Senadores e assessores receberam. Um trabalho muito bem elaborado pela nossa Comissão, feito pela nossa Secretária Égli e todos os servidores da Secretaria da Comissão e pelo nosso Presidente Eduardo Braga.

Ele não está aqui, mas queria parabenizá-lo porque realmente ficou um trabalho maravilhoso sobre toda a produção feita nesta Comissão no primeiro semestre.

O último item, um item extrapauta, é um requerimento muito simples, mas é importante que seja aprovado hoje.

ITEM EXTRAPAUTA
REQUERIMENTO Nº , DE 2011.

*Nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a V. Exª autorização para participação do Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, o nobre Senador Eduardo Braga, no Futurecom 2011**,** evento do setor de Comunicações, que se realizará no período de 12 a 14 de setembro, no Transamérica Expo Center, São Paulo-SP, onde esta Presidência participará como debatedor no painel: "Copa do Mundo e Olimpíadas: Grandes Desafios de Infraestrutura a serem vencidos".*

Requeiro ainda que a Comissão seja assessorada por um consultor legislativo do Senado Federal que possa auxiliar na preparação de relatórios, estudos e outras tarefas correlatas, assim como servidor da Secretaria da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática para prestar assistência a esta presidência.

Sala das Comissões, 3 de agosto de 2011.

É a autorização para que o nosso Presidente possa participar desse evento em São Paulo.

Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento para que o nosso Presidente possa participar.

Agradeço a presença de todos, mais uma vez parabenizando a nossa Comissão por tão brilhante relatório.

Muito obrigado.

Está encerrada mais uma reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

ATA DA DÉCIMA SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA EM 5 DE JULHO DE 2011.

Aos cinco dias do mês de julho do ano de dois mil e onze, foi convocada ordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, com o objetivo de apreciar as matérias constantes das Pautas nº 8 Alterada, 9,10, 11 e 12. Foi registrado o comparecimento dos membros: **- Deputados titulares**: Ademir Camilo, Andre Vargas, Claudio Cajado, Dilceu Sperafico, Efraim Filho, Fábio Ramalho, Genecias Noronha, Geraldo Simões, Gilmar Machado, Giroto, João Dado, João Magalhães, José Priante, Luciana Santos, Marçal Filho, Márcio Reinaldo Moreira, Raimundo Gomes de Matos, Roberto Britto, Rogério Marinho, Rubens Bueno, Rui Costa, Vitor Penido e Wellington Roberto; **- Senadores titulares:** Anibal Diniz, Francisco Dornelles, João Vicente Claudino, Vital do Rêgo e Walter Pinheiro; **- Deputados suplentes:** Alex Canziani, Alexandre Leite, Ângelo Agnolin, Benjamin Maranhão, Daniel Almeida, Danilo Forte, Domingos Sávio, Geraldo Resende, Gorete Pereira, Heuler Cruvinel, Hugo Leal, José Airton, Pauderney Avelino, Pedro Chaves, Roberto Teixeira, Ronaldo Zulke, Sueli Vidigal, Valmir Assunção e Vaz de Lima; **- Senadores suplentes**: Ataídes Oliveira, Eduardo Braga, Inácio Arruda e Lídice da Mata. O Senador Cyro Miranda teve a sua ausência justificada. Foi registrada a ausência dos membros titulares: **- Deputados**: André Zacharow, Arlindo Chinaglia, Edmar Arruda, George Hilton, Gonzaga Patriota, Nilton Capixaba, Rodrigo de Castro e Valtenir Pereira; **- Senadores**: Acir Gurgacz, Jayme Campos, Magno Malta, Ricardo Ferraço e Sérgio Petecão. Foi registrado o comparecimento do parlamentar não integrante da Comissão o Deputado Vilson Covatti. **ABERTURA:** às quatorze horas e cinquenta e seis minutos, e havendo número regimental conforme estabelecido no *art. 134 da Resolução nº 1, de 2006,* alterada pela *Resolução nº 3, de 2008*, *ambas do Congresso Nacional,* o Presidente, Senador Vital do Rêgo (PMDB/PB), declarou iniciados os trabalhos. O Coordenador do Comitê de Admissibilidade de Emendas – CAE, Deputado Danilo Forte (PMDB/CE), comunicou ao Deputado Márcio Reinaldo Moreira, relator do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2012, que encaminhará o Relatório do Comitê. Fez uso da palavra a Senadora Lídice da Mata (PSB/BA) para solicitar inversão de pauta, no sentido de apreciar inicialmente o item 1 da Pauta 12, Relatório ao Projeto de Lei nº 6/2011-CN. O Presidente informou a Senadora de que tão logo fosse iniciada a ordem do dia, submeteria a solicitação ao Plenário. Tendo sido atingido o *quorum* para deliberação em ambas as Casas, o Presidente anunciou a apreciação das Atas das seguintes reuniões: 1ª Reunião de Audiência Pública, realizada no dia 1º/06/2011; 6ª Reunião Ordinária, realizada nos dias 24 e 25/05/2011; 7ª Reunião ordinária, realizada nos dias 31/05 e 1º/06/2011; 8ª Reunião ordinária, realizada no dia 07/06/2011; 9ª Reunião Ordinária, realizada no dia 14/06/2011; 2ª Reunião de Audiência Pública, realizada no dia 15/06/2011; 10ª Reunião Ordinária, realizada no dia 21/06/2011; 11ª Reunião Ordinária, realizada no dia 28/06/2011; e 3ª Reunião Extraordinária, realizada no dia 29/06/2011. Por solicitação do Deputado Efraim Filho (DEM/PB) para que fosse feita a leitura integral das atas, o Presidente designou o Senador Walter Pinheiro (PT/BA) para fazê-la. Após a leitura, as Atas foram **aprovadas** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. O Deputado Wellington Roberto (PR/PB) solicitou ao Presidente a inclusão na Ordem do Dia de requerimento de realização de reunião de audiência pública para ouvir o Ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento. O Presidente informou que no momento oportuno receberia o pleito do parlamentar. **EXPEDIENTE:** Conforme decidido na 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 17 de abril de 2008, foi dispensada leitura dos expedientes. O Presidente determinou ao Departamento de Taquigrafia a sua inclusão nas notas taquigráficas da reunião. Informou que a lista com os expedientes foi encaminhada, pelo correio eletrônico, aos membros e Lideranças Partidárias nesta data. **ORDEM DO DIA:** Requerimento para inversão de pauta, da Senadora Lídice da Mata, com vistas à apreciação do item 1 da Pauta 12, Relatório ao Projeto de Lei nº 6/2011-CN. Discutiu a matéria o Deputado Rogério Marinho (PSDB/RN). O Presidente encerrou o debate. Em votação, o requerimento para inversão de pauta foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Pauta 12 item **1-** Apreciação do Relatório ao **Projeto de Lei nº 6/2011-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Educação, crédito especial no valor de R$ 88.331.000,00 (oitenta e oito milhões, trezentos e trinta e um mil reais), para o fim que especifica e dá outras providências". Relator: Deputado Ademir Camilo (PDT/MG). Foram apresentadas 60 emendas. Voto: favorável nos termos do Projeto. Foram retiradas as emendas de nºs 45 a 54, pelo

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

autor, Deputado Ademir Camilo (PDT/MG), e rejeitadas as demais. O relator apresentou o Relatório. Os Deputados Rogério Marinho (PSDB/RN) e Wellington Roberto (PR/PB) discutiram o assunto. O relator respondeu aos questionamentos efetuados. O Presidente encerrou o debate. Em votação, o Relatório foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Pauta nº 8 (Alterada). **– 1.** Apreciação do Relatório apresentado à Prestação de Contas do Governo Federal referente ao exercício de 2007, analisada pelo Tribunal de Contas da União, conforme o Aviso nº 18/2008-CN, que "Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do artigo 71, inciso I, da Constituição Federal, documentos físicos, com o Relatório e sua síntese sobre as Contas do Governo da República referentes ao exercício de 2007". **Mensagem nº 24/2008-CN,** que "Encaminha ao Congresso Nacional em cumprimento aos artigos 84, inciso XXIV e 49, inciso IX, da Constituição Federal, e ao art. 56 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, as contas do Poder Executivo Federal, referentes ao período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2007"; **Ofício nº 06/2008-CN,** que "Encaminha ao Congresso Nacional em atendimento ao art. 42 da Lei nº 8.443 de 1992 e ao Aviso nº 6 de 2007 - TCU, de 04 de novembro de 2007, a prestação de Contas da Câmara dos Deputados, referente ao exercício financeiro de 2007"; **Ofício nº 12/2008-CN,** que "Encaminha ao Congresso Nacional nos termos do art. 56 da Lei Complementar nº 101, de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, o Relatório das Contas do Senado Federal, referente ao Exercício Financeiro de 2007"; **Ofício nº 3/2008-CN,** que "Encaminha ao Congresso Nacional em cumprimento ao disposto no artigo 56 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, o Relatório de Contas Anual da Justiça Eleitoral, referente ao exercício financeiro de 2007"; **Ofício nº 04/2008-CN,** que "Encaminha ao Congresso Nacional em atendimento ao que determina a Lei Complementar nº 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal no seu art. 56, bem como ao contido no Aviso nº 9/2007 - TCU, o Relatório de Gestão e a Prestação de Contas do Superior Tribunal de Justiça, referente ao exercício financeiro de 2007"; **Ofício nº 05/2008-CN,** que "Encaminha ao Congresso Nacional em atenção ao disposto no art. 71, inciso I da Constituição Federal, combinado com o art. 56 da Lei Complementar nº 101/2000, denominada Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, e Aviso nº 13/2007 - TCU, o Relatório de Prestação das Contas da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, referente ao exercício financeiro de 2007"; **Ofício nº 07/2008-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional para efeitos do art. 105 da Lei nº 11.514 de 2007, Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2008, e nos termos do art. 56 da Lei Complementar nº 101 de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, a Prestação de Contas da Justiça do Trabalho, relativa ao exercício de 2007"; **Ofício nº 08/2008-CN,** que "Encaminha ao Congresso Nacional nos termos do disposto no inciso IX do art. 49 e no inciso XXIV do art. 84 da Constituição Federal, bem como no art. 56 da Lei Complementar nº 101/2000-LRF, o Relatório de Prestação de Contas do Conselho Nacional de Justiça, relativo ao exercício de 2007"; **Ofício nº 09/2008-CN,** que "Encaminha ao Congresso Nacional em cumprimento ao estabelecido no art. 56 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, elaborado de acordo com as orientações contidas ao Aviso nº 08/2007-TCU, de 4 de novembro de 2007, o Relatório de Prestação de Contas do Conselho e Justiça Federal de 1º e 2º graus referente ao exercício de 2007"; **Ofício nº 11/2008-CN,** que "Encaminha ao Congresso Nacional o Relatório das Contas do Supremo Tribunal Federal, relativas ao exercício de 2007, com os dados e demonstrativos requeridos por meio do Aviso nº 07/2007-TCU"; **Ofício nº 10/2008-CN,** que "Encaminha ao Congresso Nacional cumprindo determinação expressa no art. 56 da Lei Complementar nº 101 de 2000, e no Art. 105 da Lei nº 11.514 de 2007, o Relatório de Prestação de Contas do Ministério Público da União, referente ao exercício de 2007". Relator: Deputado Benjamin Maranhão (PMDB/PB). Não foram apresentadas emendas. Voto: pela aprovação das Contas do Presidente da República relativas ao exercício de 2007 e pelo arquivamento, sem julgamento de mérito, das Contas dos demais Órgãos e Poderes, nos termos dos Projetos de Decreto Legislativo apresentados. Ausente o relator, foi designado o Deputado Gilmar Machado (PT/MG) como relator *ad hoc,* que fez a apresentação do Voto constante no Relatório. Não houve debate. Em votação, o Relatório foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **2 –** Apreciação do Relatório apresentado à Prestação de Contas do Tribunal de Contas da União referente ao exercício de 2007: **Aviso nº 09/2008-CN,** que "Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 56, caput da Lei Complementar nº 101, de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), a prestação de contas dos gestores do Tribunal de Contas da União - exercício 2007". Relator: Deputado Benjamin Maranhão (PMDB/PB). Não foram apresentadas emendas. Voto: no sentido de que a Comissão tome conhecimento da matéria, concluindo por um Projeto de Decreto Legislativo que declara a regularidade e adequação das Contas do Tribunal de Contas da União

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

referente ao exercício de 2007. Ausente o relator, foi designado o Deputado Gilmar Machado (PT/MG) como relator *ad hoc,* que fez a leitura integral do Relatório a pedido dos Deputados Efraim Filho (DEM/PB) e Rogério Marinho (PSDB/RN). Discutiram a matéria os Deputados Rogério Marinho (PSDB/RN) e Efraim Filho (DEM/PB). Finalizada a discussão, os Deputados Efraim Filho, pelo DEM, e Rogério Marinho, pelo PSDB, declararam-se em obstrução. O Presidente anunciou a votação na representação da Câmara dos Deputados. Ao proclamar o resultado nessa Casa, o Deputado Rogério Marinho solicitou verificação de votação, com o apoiamento dos Deputados Efraim Filho, Vaz de Lima (PSDB/SP) e Heuler Cruvinel (DEM/GO), conforme dispõe o *art. 136 da Resolução nº 1/2006, alterada pela de nº 3/2008, ambas do Congresso Nacional*. O Senador Walter Pinheiro (PT/BA) foi designado para fazer a chamada nominal na representação da Câmara dos Deputados. Os Deputados Efraim Filho, Heuler Cruvinel, Vaz de Lima, Raimundo Gomes de Matos (PSDB/CE) e Domingos Sávio (PSDB/MG), ao serem chamados, lembraram que se encontravam em obstrução. Após o término da chamada nominal, o Presidente proclamou o resultado: votos SIM: 16; votos NÃO: 1; número total de votantes: 17. O Presidente informou que o Relatório havia sido **aprovado** na representação da Câmara dos Deputados e, em votação na representação do Senado Federal, foi **aprovado** por unanimidade. **3 -** Apreciação do Relatório apresentado ao Relatório de Gestão Fiscal (RGF) do Governo Federal referente ao exercício de 2008: **Aviso nº 39/2008-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional, cópia do Acórdão nº 2169, de 2008 – TCU (Plenário), relativo ao Relatório de Gestão Fiscal do 1º quadrimestre de 2008 (TC 014.165/2008-8)", que analisa, para a CMO, os RGF encaminhados através das seguintes proposições: **MCN nº 46/2008**–Poder Executivo; **OFN nº 24/2008**–Câmara dos Deputados; **OFN nº 25/2008**–Senado Federal; **OFN nº 26/2008**–Tribunal Superior Eleitoral; **OFN nº 27/2008**–Supremo Tribunal Federal e Conselho Nacional de Justiça; **OFN nº 28/2008**–Tribunal Superior do Trabalho; **OFN nº 29/2008 –** Superior Tribunal de Justiça; **OFN nº 30/2008**– Superior Tribunal Militar; e **OFN nº 23/2008**–Ministério Público da União e Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. **Aviso nº 9/2009-CN** que "Encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 451, de 2009 - TCU - Plenário, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentaram, acerca do processo de acompanhamento para verificar a conformidade dos Relatórios de Gestão do 2º Quadrimestre de 2008 com a Lei de Responsabilidade Fiscal, demais normativos, análise da dívida pública, garantias e contragarantias da União. - TC Nº 026.703/2008-0" que analisa, para a CMO, os RGF encaminhados através das seguintes proposições: **MCN nº 180/2008**–Poder Executivo; **OFN nº 34/2008** – Câmara dos Deputados; **OFN nº 39/2008** – Senado Federal; **OFN nº 35/2008** – Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça; **OFN nº 36/2008** – Tribunal Superior do Trabalho; **OFN nº 37/2008** – Tribunal Superior Eleitoral; **OFN nº 38/2008** – Superior Tribunal de Justiça; e **OFN nº 33/2008** – Ministério Público da União e Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. **Aviso nº 19/2009-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão Nº 1059/2009 - TCU - Plenário, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentaram, relativo aos autos de acompanhamento constituídos para analisar os Relatórios de Gestão Fiscal elaborados pelos órgãos máximos dos Poderes da União Federal, com vistas à verificação do cumprimento dos limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal - TC 003.369/2009-8", que analisa, para a CMO, os RGF encaminhados através das seguintes proposições: **MCN nº 17/2009** – Poder Executivo; **OFN nº 4/2009**–Câmara dos Deputados; **OFN nº 7/2009** –Senado Federal; **OFN nº 2/2009**–Tribunal Superior Eleitoral; **OFN nº 3/2009**–Supremo Tribunal Federal e Conselho Nacional de Justiça; **OFN nº 5/2009**–Tribunal Superior do Trabalho; **OFN nº 6/2009**–Superior Tribunal de Justiça; **OFN nº 8/2009**–Justiça Militar da União; e **OFN nº 1/2009**- Ministério Público da União e Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Relator: Senador Acir Gurgacz. Voto: pelo arquivamento da Matéria. Ausente o relator, foi designado o Senador Walter Pinheiro (PT/MG) como relator *ad hoc,* que fez a leitura do Relatório a pedido do Deputado Efraim Filho. Fez uso da palavra, pela ordem, o Deputado Domingos Sávio para solicitar ao relator maior clareza na leitura. O Deputado Giroto (PR/MS) encaminhou requerimento de inversão de pauta para apreciação do Requerimento 14/2011-CMO. Concluída a leitura do Relatório, deu-se início ao debate. Discutiram a matéria os Deputados Efraim Filho, Rogério Marinho, Domingos Sávio, Giroto e Raimundo Gomes de Matos. Em virtude do início da Ordem do Dia no Plenário do Senado Federal, de acordo com o disposto no *art. 107, Inciso III, § único do Regimento Interno do Senado Federal*, e no *art. 46, § 1º do Regimento Interno da Câmara dos Deputados*, o Presidente suspendeu a reunião, às dezesseis horas e quarenta e oito minutos, e convocou o reinício para logo após o encerramento da Ordem do Dia nos plenários do Senado Federal e da Câmara dos Deputados. Às vinte horas e cinquenta minutos, os trabalhos foram reiniciados. O Deputado Domingos Sávio solicitou ao Presidente maior empenho na busca de entendimento para apreciação das

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

matérias constantes da pauta. O Deputado Gilmar Machado propôs a inversão de pauta no sentido de dar início à apreciação do Relatório ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2012. Foram contrários à proposta os Deputados Rogério Marinho e Pedro Chaves (PMDB/GO). Fez uso da palavra o Deputado Wellington Roberto para pedir a apreciação do Requerimento 14/2011-CMO, de sua autoria. O Presidente informou que não havia acordo para a apreciação da matéria. Em seguida, concedeu a palavra ao deputado Vaz de Lima, último parlamentar inscrito para discutir o Relatório de Gestão Fiscal (RGF) do Governo Federal referente ao exercício de 2008. Nos termos do *art. 29, § 2º do Regimento Comum*, o Deputado Claudio Cajado (DEM/BA) solicitou ao Presidente o encerramento dos trabalhos, tendo sido acompanhado pelo Deputado Rogério Marinho, que reforçou a solicitação citando o *art. 134, § único da Resolução nº 1, de 2006,* alterada pela *Resolução nº 3, de 2008*, *ambas do Congresso Nacional.* Em virtude da Presença de Senadores e Deputados em número inferior ao mínimo fixado no *art. 28 do Regimento Comum*, o Presidente encerrou a reunião. Pelo mesmo motivo, as seguintes matérias constantes das Pautas 8 Alterada, 9, 10, 11 e 12 não foram apreciadas na reunião: **3 -** Relatório apresentado ao **Aviso nº 39/2008-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional, cópia do Acórdão nº 2169, de 2008 – TCU (Plenário), relativo ao Relatório de Gestão Fiscal do 1º quadrimestre de 2008 (TC 014.165/2008-8)", que analisa, para a CMO, os RGF encaminhados através das seguintes proposições: **MCN nº 46/2008**–Poder Executivo; **OFN nº 24/2008**–Câmara dos Deputados; **OFN nº 25/2008**–Senado Federal; **OFN nº 26/2008**–Tribunal Superior Eleitoral; **OFN nº 27/2008**–Supremo Tribunal Federal e Conselho Nacional de Justiça; **OFN nº 28/2008**–Tribunal Superior do Trabalho; **OFN nº 29/2008 –** Superior Tribunal de Justiça; **OFN nº 30/2008**–Superior Tribunal Militar; e **OFN nº 23/2008**–Ministério Público da União e Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. **Aviso nº 9/2009-CN** que "Encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 451, de 2009 - TCU - Plenário, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentaram, acerca de processo de acompanhamento para verificar a conformidade dos Relatórios de Gestão do 2º Quadrimestre de 2008 com a Lei de Responsabilidade Fiscal, demais normativos, análise da dívida pública, garantias e contragarantias da União. - TC Nº 026.703/2008-0" que analisa, para a CMO, os RGF encaminhados através das seguintes proposições: **MCN nº 180/2008**–Poder Executivo; **OFN nº 34/2008** – Câmara dos Deputados; **OFN nº 39/2008** – Senado Federal; **OFN nº 35/2008** – Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça; **OFN nº 36/2008** – Tribunal Superior do Trabalho; **OFN nº 37/2008** – Tribunal Superior Eleitoral; **OFN nº 38/2008** – Superior Tribunal de Justiça; e **OFN nº 33/2008** – Ministério Público da União e Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. **Aviso nº 19/2009-CN,** que "Encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 1059/2009 - TCU - Plenário, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentaram, relativo aos autos de acompanhamento constituídos para analisar os Relatórios de Gestão Fiscal elaborados pelos órgãos máximos dos Poderes da União Federal, com vistas à verificação do cumprimento dos limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal - TC 003.369/2009-8", que analisa, para a CMO, os RGF encaminhados através das seguintes proposições: **MCN nº 17/2009** – Poder Executivo; **OFN nº 04/2009**–Câmara dos Deputados; **OFN nº 7/2009** – Senado Federal; **OFN nº 2/2009**–Tribunal Superior Eleitoral; **OFN nº 3/2009**–Supremo Tribunal Federal e Conselho Nacional de Justiça; **OFN nº 5/2009**–Tribunal Superior do Trabalho; **OFN nº 6/2009**–Superior Tribunal de Justiça; **OFN nº 8/2009**–Justiça Militar da União; e **OFN nº 1/2009**-Ministério Público da União e Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Relator: Senador Acir Gurgacz. Voto: pelo arquivamento da matéria. **4** – Relatório apresentado ao **Aviso nº 17/2008-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 125 da Lei nº 11.514, de 13 de agosto 2007, c/c o art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028 de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal de Contas da União, referente ao 1º quadrimestre do exercício de 2008", **Aviso nº 41/2008-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional o Relatório de Gestão Fiscal referente ao 2º quadrimestre de 2008", **Aviso 5/2009-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional em cumprimento ao art. 125 da Lei nº 11.514, de 13 de agosto de 2007, c/c o art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028/2000, o relatório de Gestão Fiscal deste Tribunal, referente ao 3º quadrimestre do exercício de 2008". Relator: Senador Acir Gurgacz. Voto: pelo arquivamenteo da matéria. **5 -** Relatório apresentado ao **Aviso nº 33/2010-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional, em atendimento ao art. 122 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, c/c art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal de Contas da União, referente ao 1º quadrimestre do exercício de 2010"; **Aviso nº 32/2010-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional, em atendimento ao art. 122 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, c/c art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal de Contas da União, referente ao 2º quadrimestre do exercício de 2010"; **Aviso nº 2/2011-CN**, que

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

"Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 122 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, combinado com o art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal de Contas da União referente ao terceiro quadrimestre de 2010". Relator: Senador João Vicente Claudino. Voto: pelo arquivamento da matéria. **6 –** Relatório apresentado ao **Aviso nº 6/2011-CN,** que "Encaminha, nos termos do § 4º do art. 71 da Constituição Federal, o Relatório de Atividades do Tribunal de Contas da União, referente ao exercício de 2010"; **Aviso nº 23/2010-CN,** que "Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao disposto no § 4º do artigo 71 da Constituição Federal, o Relatório das Atividades do Tribunal de Contas da União referente ao 2º trimestre do exercício de 2010"; **Aviso nº 36/2010-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao disposto no § 4º do art. 71 da Constituição Federal, o Relatório das Atividades do Tribunal de Contas da União referente ao 3º trimestre do exercício de 2010"; **Aviso nº 5/2011-CN,** que "Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao disposto no § 4º do artigo 71 da Constituição Federal, Relatório das Atividades do Tribunal de Contas da União, referente ao 4º trimestre de 2010". Relator: Senador Jayme Campos. Voto: no sentido de que o Congresso Nacional: a) tome ciência do feito; b) solicite ao TCU informações sobre o andamento das representações formalizadas pelo Ministério Público de Contas, enumeradas no item 1.2.6, e que seja enviado o relatório e voto com as conclusões das mesmas; c) solicite ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão informações sobre a implantação de sistema de acompanhamento das obras que envolvem recursos da União, conforme sugere a alínea "f" do item 1.2.5; d) solicite ao Ministério das Cidades e ao Ministério da Integração Nacional informações sobre a integração do Sistema Nacional de Defesa Civil e os órgãos estaduais e municipais, bem como a integração dos ministérios nas ações de prevenção e combate a desastres e ao apoio ao mapeamento de áreas de risco, conforme descrito na alínea "b" do item 1.2.5; e) solicite ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão informações sobre a implantação do sistema integrado de dados relativo a remunerações de servidores federais, conforme sugere a alínea "d" do item 1.2.5; f) solicite ao Ministério da Saúde informações sobre as providências adotadas em resposta às determinações e recomendações do TCU referentes aos programas Saúde da Família, Saúde Bucal e Agente Comunitário de Saúde e ao sistema de atendimento ambulatorial nacional no diagnóstico e combate à gripe A, conforme descrito na alínea "a" e "c" do item 1.2.5; e encaminhe o processado ao arquivo. **7 -** Relatório apresentado ao **Aviso nº 9/2011-CN**, que "Encaminha cópia do Acórdão nº 773, de 2011 - TCU - Plenário, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, relativo à fiscalização nas obras de modernização da malha viária do Distrito Industrial de Manaus - AM (TC 009.008/2009-3)". Relator: Senador Vital do Rêgo. Não foram apresentadas emendas. Voto: pela exclusão do Anexo VI da Lei nº 12.381/2011 (LOA 2011) das Programações de Trabalho 22.661.0392.5086.0101 - Revitalização e Expansão da Infra-Estrutura do Distrito Industrial de Manaus e 22.661.0392.2537.0101/2010 - Manutenção do Distrito Industrial de Manaus, ambos da unidade orçamentária 28233 - Superintendência da Zona Franca de Manaus - Suframa, nos termos do Projeto de Decreto Legislativo apresentado. **8 - Requerimento nº 12/2011-CMO,** que "Solicita a convocação do Ministro-Chefe da Casa Civil, Sr. Antônio Palocci Filho, para explicar a vultosa evolução patrimonial de seus bens – no período de quatro anos – objeto de denúncia veiculada pelo jornal Folha de São Paulo". Autor: Deputado Efraim Filho. **9 - Requerimento nº 14/2011-CMO,** que "Requer a constituição de Grupo de Trabalho para, em caráter preventivo, acompanhar e fiscalizar o planejamento, a execução e o cumprimento dos compromissos financeiros assumidos pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal com vistas à execução dos investimentos necessários à realização da Copa do Mundo de Futebol em 2014 e os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016". Autor: Deputado Wellington Roberto. **10 – Requerimento n° 16/2011-CMO**, que "Requer a constituição de grupo de trabalho para promover o aprimoramento ao ciclo das operações de repasse da Caixa Econômica Federal, visando a eficácia e a efetividade da execução do objeto contratual pelo mandatário, assim como a celeridade na liberação financeira dos contratados". Autor: Deputado Efraim Filho. Pauta nº 9. **1 –** Relatório apresentado ao **Ofício nº 40/2009-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento aos §§ 4º e 5º do art. 20 da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, o relatório do Banco do Brasil S/A sobre as atividades desenvolvidas e os resultados obtidos com as aplicações dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro Oeste (FCO), no ano de 2008". Relator: Deputado Ângelo Agnolin. Voto: pelo arquivamento da matéria. **2 -** Relatório apresentado ao **Aviso 4/2011-CN,** que "Encaminha as Demonstrações Financeiras do Banco Central do Brasil referentes ao exercício de 2010, conforme determina o art. 115 da Lei 12.017 de 12.08.09 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2010)"; **Aviso nº 11/2010-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional as Demonstrações Financeiras do Banco

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Central do Brasil referentes ao 1º trimestre de 2010, conforme determina o art. 115 da Lei 12.017, de 12.08.09 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2010)"; **Aviso nº 27/2010-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional as Demonstrações Financeiras do Banco Central do Brasil referentes ao 1º semestre de 2010, conforme determina o art. 115 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2010)"; e **Aviso 37/2010-CN,** que "Encaminha ao Congresso Nacional conforme determina o art. 115 da Lei 12.017, de 12.08.2009 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2010), as Demonstrações Financeiras do Banco Central do Brasil referentes ao 3º trimestre de 2010". Relator: Senador Anibal Diniz (PT/AC). Voto: pelo arquivamento da matéria. Pauta nº 10. **1-Requerimento nº 17/2011-CMO,** que "Requer a constituição de grupo de trabalho para, em caráter preventivo, acompanhar e fiscalizar o planejamento, a execução e o cumprimento dos compromissos financeiros assumidos pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal com vistas à execução do "Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional". Autores: Deputados Danilo Forte, Benjamin Maranhão e Wellington Roberto. **2 -** Relatório apresentado aos **Ofício nº 21/2010-CN,** que "Encaminha ao Congresso Nacional nos termos do art. 1º, § 6º, da Lei nº 11.948, de 16 de junho de 2009, o Relatório Gerencial Trimestral do BNDES referente ao primeiro trimestre de 2010"; **Ofício nº 34/2010-CN,** que "Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 1º, § 6º, da Lei nº 11.948, de 16 de junho de 2009, o Relatório Gerencial Trimestral do BNDES referente ao segundo trimestre de 2010"; **Ofício nº 46/2010-CN,** que "Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do artigo 1º, § 6º, da Lei nº 11.948, de 16 de junho de 2009, o Relatório Gerencial Trimestral do BNDES referente ao terceiro trimestre de 2010"; e **Ofício 2/2011-CN,** que "Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do artigo 1º, § 6º, da Lei nº 11.948, de 16.06.2009, o Relatório Gerencial do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES referente ao quarto trimestre de 2010". Relator: Senador Fernando Collor. Voto: pelo arquivamento da matéria. **3 -** Relatório apresentado ao **Aviso nº 12/2010-CN,** que "Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 1º, § 6º, da Lei nº 11.882, de 23 de dezembro de 2008, o relatório sobre as operações de redesconto e empréstimo realizadas pelo Banco Central do Brasil referente ao 1º trimestre de 2010"; **Aviso nº 18/2010-CN** que "Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 1º, § 6º, da Lei nº 11.882, de 23 de dezembro de 2008, o relatório sobre as operações de redesconto e empréstimo realizadas pelo Banco Central do Brasil referente ao 2º trimestre de 2010"; **Aviso nº 34/2010-CN,** que "Encaminha ao Congresso Nacional o Relatório trimestral sobre operações de redesconto e empréstimo realizadas nos termos da Lei 11.882, de 23 de dezembro de 2008"; **Aviso nº 3/2011-CN,** que "Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 1º, § 6º, da Lei nº 11.882, de 23 de dezembro de 2008, relatório sobre as operações de redesconto e empréstimo realizadas pelo Banco Central do Brasil, referente ao quarto trimestre de 2010". Relator: Senador Delcídio do Amaral. Voto: pelo arquivamento da matéria e recomendação que a Comissão adote a interpretação constante da Nota Jurídica PGBC- 527/2011, da lavra da Procuradoria-Geral do Banco Central do Brasil e endossada pela Diretoria e pela Presidência daquela Autarquia. **4 -** Relatório apresentado ao **Aviso nº 5/2010-CN,** que "Encaminha ao Congresso Nacional, as Demonstrações Financeiras do Banco Central do Brasil referentes ao exercício de 2009, conforme determina o art. 112 da Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2009)"; **Aviso nº 21/2009-CN,** que "Encaminha ao Congresso Nacional as Demonstrações Financeiras do Banco Central do Brasil referentes ao 1º trimestre de 2009, conforme determina o art. 112 da Lei 11.768, de 14.08.2008 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2009)"; **Aviso nº 40/2009-CN,** que "Encaminha ao Congresso Nacional as Demonstrações Financeiras Sintéticas Intermediárias, referente ao 1º semestre de 2009, conforme determina o art. 112 da Lei nº 11.768 de 14 de agosto de 2008 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2009)"; **Aviso nº 51/2009-CN,** que "Encaminha ao Congresso Nacional as Demonstrações Financeiras deste Banco Central referentes ao 3º trimestre de 2009, conforme determina o art. 112 da Lei 11.768 de 14.08.2008 (LDO para 2009)". Relator: Senador Cyro Miranda. Voto: pelo arquivamento da matéria. **5 -** Relatório apresentado ao **Aviso nº 44/2009-CN,** que "Encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 2354/2007 - TCU - Plenário, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam, realizado pela Secretaria de Macroavaliação Governamental - Semag, referentes ao 3º quadrimestre de 2006, sobre o acompanhamento das publicações e do envio a Corte de Contas pelos titulares dos Poderes e Órgãos da esfera federal. (TC 002.798/2007-0)", que analisa, para a CMO, os RGF encaminhados através das seguintes proposições: **MCN nº 20/2007**–Poder Executivo; **OFN nº 01/2007**–Câmara dos Deputados; **OFN nº 02/2007**– Superior Tribunal de Justiça; **OFN nº 04/2007 -**Tribunal Superior Eleitoral; e **OFN nº 03/2007**–Ministério Público da União. Relator: Deputado Danilo Forte. Voto: pelo arquivamento da matéria. Pauta nº

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

11. **1 –** Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 2/2011-CN,** que “Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2012 e dá outras providências”. - PLDO/2012. Relator: Deputado Márcio Reinaldo Moreira. Foram apresentadas 3.010 emendas. Voto: favorável ao Projeto de Lei, nos termos do Substitutivo apresentado. Das 3.010 emendas apresentadas, o Relator ofereceu voto pela aprovação a 122, pela aprovação parcial a 1276 e pela rejeição das demais 1612. Pauta 12. **2 –** Relatório apresentado ao **Aviso nº 11/2011-CN** que “Encaminha cópia do Acórdão nº 1141, de 2011 - TCU - Plenário, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, relativo a levantamento de auditoria nas obras de Macrodrenagem do Canal do Congo, serviços de drenagem do canal e pavimentação de diversas ruas em Vila Velha/ES (TC 002.604/2011-6).”Relator: Senador Jayme Campos. Não foram apresentadas emendas. Voto: pela inclusão no Anexo VI da Lei nº 12.381/2011 (LOA 2011), os Programas de Trabalho 1451.0310.1D73.1554 e 1451.0310.1D73.0214, Vinculados à Unidade Orçamentária 56.101 - Ministério das Cidades, relativos às obras de Macrodrenagem do Canal do Congo, Edital de Concorrência nº 13/2010, nos termos do Projeto de Decreto Legislativo apresentado. Propõe que a Comissão solicite ao Tribunal de Contas da União a manutenção do acompanhamento da obra. **3 – Requerimento nº 18/2011-CMO**, que “Requer informações adicionais aos Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Fazenda, no âmbito de suas respectivas competências, acerca do Decreto nº 7.445, de 1º/3/2011 (Decreto de Limitação de Movimentação e Empenho)”. Autor: Deputado Vaz de Lima - Coordenador do Comitê de Avaliação, Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária - CFIS. **4 –** Relatório apresentado ao **Aviso nº 15/2011-CN,** que “Encaminha, nos termos do art. 114 da Lei nº 12.309 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2011), de 9 de agosto de 2010, as Demonstrações Financeiras do Banco Central do Brasil referentes ao 1º trimestre de 2011”. Relator: Deputado André Vargas. Voto: pelo arquivamento da matéria. **ENCERRAMENTO:** Em virtude da presença de Deputados e Senadores em número inferior ao mínimo fixado no *art. 28 do Regimento Comum*, o Presidente encerrou a reunião, às vinte e uma horas e dois minutos. Antes, comunicou a realização de reunião extraordinária, dia 6 de julho, às quatorze horas e trinta minutos, no plenário 2 da Câmara dos Deputados, convocada anteriormente. Para constar, eu, Myrna Lopes Pereira, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional – Sessão Conjunta. Os trabalhos foram gravados e, após traduzidos, integrarão esta Ata. Senador **VITAL DO RÊGO. Presidente. xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx**

CÂMARA DOS DEPUTADOS

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Muito boa tarde a todos os Srs. e Sras. Parlamentares, assessores e profissionais da imprensa. São 14h56min. Graças a Deus, há *quorum* no Senado e na Câmara. *(Riso.)*

Há número regimental para a abertura dos trabalhos.

Declaro iniciada a 12ª reunião ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes nas Pautas 8, alterada, 9, 10, 11 e 12 de 2011.

Informo que os avulsos das matérias encontram-se sobre a mesa.

Peço silêncio.

Há *quorum* para deliberação na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

Havendo concordância...

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - O Deputado Danilo Forte está com a palavra.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Eu só queria dar um informe à Comissão. Hoje nós reunimos o Comitê de Admissibilidade de Emendas, na forma regimental, para fazer uma avaliação das emendas à LDO, e na reunião do Comitê de Admissibilidade nós contamos com a boa aceitação do Relator da LDO, Deputado Márcio Reinaldo Moreira, que quero aqui parabenizar. Com muita paciência, em mais de 2 horas conosco, o Deputado Márcio discutiu todos os pontos levantados pelo Comitê de Admissibilidade. Todos os Deputados Federais do Comitê estavam presentes. Estavam ausentes só os Senadores, que não puderam estar presentes, dois por motivo de saúde. O Senador Cyro foi operado e justificou a sua ausência. Ficou só um ponto pendente, que tem relação exatamente com o artigo que trata sobre a questão da mediana da tabela SINAPI e da tabela SICRO, tanto dos orçamentos relativos a edificações quanto aos referentes a estradas.

Então, parabenizo o nosso Relator, Deputado Márcio Reinaldo, que aceitou todas as demandas do Comitê de Admissibilidade. Cumprimos o nosso ritual processual de encaminhar já a admissibilidade da prévia do relatório da LDO.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Comunicação oferecida pelo Sr. Deputado Danilo Forte, Coordenador do Comitê de Admissibilidade de Emendas.

Com a palavra a Senadora Lídice da Mata.

A SRA. SENADORA LÍDICE DA MATA - Sr. Presidente, em função da extensa pauta que nós temos hoje, toda da maior importância, eu gostaria de solicitar a V.Exa. e aos nossos pares que déssemos uma atenção especial, fazendo uma inversão de pauta, ao PL 6/11, que abre crédito adicional para o Ministério da Educação. Esse projeto merece a urgência de ser considerado em primeiro lugar por esta Comissão, diante de toda a importância que tem a educação.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Vamos fazer isso, Senadora Lídice, quando entrarmos na Ordem do Dia. Farei isso assim que for iniciada a Ordem do Dia, havendo concordância dos Srs. Líderes.

A SRA. SENADORA LÍDICE DA MATA - Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Havendo concordância do Plenário, no quesito apreciação das atas, proponho a dispensa da leitura das atas, por terem sido distribuídas antecipadamente...

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Não há concordância, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Não há concordância com a dispensa da leitura das atas.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - De acordo com o art. 63 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, solicitamos a leitura da ata, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - São nove leituras.

Peço ao Senador Walter Pinheiro que inicie o processo de leitura, na forma do art. 63 mencionado.

Solicito à secretaria legislativa que disponibilize as atas para o Senador Walter Pinheiro, que tem a palavra. *(Pausa.)*

O SR. SENADOR WALTER PINHEIRO - Ata da sexta reunião ordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, realizada nos dias 24 e 25 de maio de 2011.

Aos vinte e quatro e vinte e cinco dias do mês de maio do ano de dois mil e onze, foi convocada ordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, com o objetivo de apreciar

CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ COM REDAÇÃO FINAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização
Número: 0933/11 05/07/2011

matérias constantes *(ininteligível)*. Foi registrado o comparecimento dos membros: - Deputados titulares: Ademir Camilo, André Vargas, *(ininteligível)*, Arlindo Chinaglia, Claudio Cajado, Dilceu Sperafico, *(ininteligível),* José Priante, Luciana Santos; - Senadores titulares: *(ininteligível)*, Cyro Miranda, Francisco Dornelles, Gleisi Hoffmann, João Vicente Claudino, Vital do Rêgo; - Deputados suplentes: Alex Canziani; - Senador suplentes: Lídice da Mata. Foi registrada a ausência dos membros titulares: - Deputados: Jorge Pinheiro, Marçal Filho, Rogério Marinho; - Senadores: Jayme Campos, Magno Malta, Ricardo Ferraço e Sérgio Petecão. Foi registrado o comparecimento do Parlamentar não integrante da Comissão. Abertura: às quatorze horas e cinquenta e nove minutos, e havendo número regimental conforme estabelecido no art. 134 da Resolução nº 1, de 2006, alterada pela Resolução nº 3, de 2008, ambas do Congresso Nacional. Expediente: conforme decidido na 4ª reunião extraordinária, realizada em 17 de abril de 2008, ficou dispensada a leitura dos expedientes. O Presidente informou que serão transcritos nas notas taquigráficas da reunião e que a lista com os expedientes será encaminhada, pelo correio eletrônico, *(ininteligível).* Ordem do Dia: Pautas 5 e 6. O Presidente concedeu a palavra ao Deputado Claudio Cajado, que propôs a inversão de pauta, com vistas à apreciação de requerimento. Foram lidos os Requerimentos nº 12, de 2011, da CMO, e também o relatório preliminar com emendas apresentadas ao Projeto de Lei nº 2, de 2011, da CMO, o Aviso 17/2008, o Aviso 41/2008, o Aviso 5/2009, o Aviso 24/2008, o Ofício nº 6/2008, o Ofício nº 3/2008, o Ofício nº 4/2008, o Ofício nº 5/2008, o Ofício nº 7/2008, o Ofício nº 8/2008, o Ofício nº 9/2008, o Ofício nº 11/2008, o Ofício nº 10/2008, o Aviso nº 9/2008, o Aviso nº 39/2008, o Aviso nº 09/2009, o Aviso nº 19/2009, o Aviso nº 32/2010, o Aviso nº 2/2011, e o Requerimento nº 13/2011. Encerramento: em virtude do início da Ordem do Dia no plenário da Câmara dos Deputados, observado o disposto no art. 46, § 1º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o Presidente Vital do Rêgo encerrou a reunião. Antes, convocou reunião ordinária para o dia 31 de maio. Os trabalhos foram gravados e, após *(ininteligível)*, esta ata. Senador Vital do Rêgo. Presidente.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Sr. Presidente, Sr. Senador, é claro que temos de ser céleres, mas, como está sendo gravada a reunião para que depois sejam elaboradas as notas taquigráficas, que podem ser requisitadas *a posteriori*, solicito que a leitura seja um pouco menos dinâmica. Não exigimos que seja *ipsis litteris*, mas que não seja de ruma, como costumamos falar na nossa Paraíba — lê uma e pula duas.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - De acordo com o pedido do Deputado Efraim Filho, o Senador Walter Pinheiro está fazendo um esforço para ler, mas há necessidade de uma comunhão de esforços, principalmente quanto ao silêncio daqueles que devem escutar a extensa leitura do Senador Walter Pinheiro.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Agradeço.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Extensa e importante leitura.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Peço a atenção dos Srs. Parlamentares à leitura de S.Exa.

O Senador está com a palavra.

O SR. SENADOR WALTER PINHEIRO - Ata da sétima reunião ordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, realizada nos dias 31 de maio e 1º de junho de 2011.

Aos trinta e um dias do mês de maio e ao primeiro dia do mês de junho do ano de dois mil e onze, foi convocada ordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, com o objetivo de apreciar matérias constantes das Pautas nºs 5, 6 e 7. Foi registrado o comparecimento dos membros: - Deputados titulares, conforme listados; - Senadores titulares: também listados nesta ata; dos Deputados suplentes; dos Senadores suplentes. Foi registrada a ausência dos membros titulares: - Deputados: André Zacharow, Claudio Cajado e José Priante; - Senadores: Ricardo Ferraço e *(ininteligível).* Foi registrado o comparecimento de Parlamentar não integrante da Comissão: Deputado Holanda Junior. Abertura: às quatorze horas e cinquenta e dois minutos, e havendo número regimental conforme estabelecido no art. 134 da Resolução nº 1, de 2006, alterada pela Resolução nº 3, de 2008, ambas do Congresso Nacional, o Presidente, Senador Vital do Rêgo, declarou iniciados os trabalhos. Avisos: o Presidente comunicou a realização de audiência pública com a presença do Sr. Jorge Hereda, convocada para o dia 1º, no Plenário 2. Na sequência, o Sr. Presidente deu validade ao Requerimento nº 11, de 2011, de autoria... tendo sido aprovado na 4ª reunião, realizada no dia 4 de maio. Expediente: conforme decidido na 4ª reunião extraordinária, realizada no dia 17 de abril de 2008, foi dispensada a leitura dos expedientes. O Presidente determinou ao Departamento de Taquigrafia a sua inclusão na Ordem do Dia, e foi encaminhado, pelo correio eletrônico, aos membros e Lideranças partidárias. Apreciou inicialmente o relatório preliminar de emendas apresentadas ao Projeto de Lei

CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ COM REDAÇÃO FINAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização
Número: 0933/11 05/07/2011

nº 2, de 2011, constante do item 1 da Pauta 5. Sugeriu que a reunião da Comissão fosse suspensa, para dar continuidade à reunião do Colegiado de Líderes. Apoiada a solicitação dos Deputados Gilmar Machado, Rogério Marinho, André Vargas, Pedro Chaves, Roberto Britto, Vaz de Lima, Giroto, Nilton Capixaba e do Senador Walter Pinheiro. O requerimento solicita a convocação do Ministro-Chefe da Casa Civil, Antonio Palocci, para explicar a evolução patrimonial dos seus bens. O assunto foi discutido. O Presidente solicitou que desse início à apreciação do item 1 da pauta. O Presidente reforçou a necessidade de apreciar o relatório preliminar apresentado ao Projeto de Lei nº 2, de 2011, por parte da Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional. Ordem do Dia: apreciação do relatório preliminar com emendas apresentados ao Projeto de Lei nº 2, de 2011. Foi solicitada a retirada de pauta do Requerimento nº 15, de 2011, em que se solicita que o Secretário de Obras do Governo do Distrito Federal, o Presidente da Companhia Urbanizadora da Nova Capital — NOVACAP, o da Companhia Imobiliária de Brasília — TERRACAP e os representantes do Consórcio Brasília 2014... Com o Requerimento nº 14, de 2011, solicita-se a constituição de grupo de trabalho para, em caráter preventivo, acompanhar e fiscalizar o planejamento, a execução e o cumprimento dos compromissos financeiros assumidos pelos órgãos da Administração Pública Federal com vistas à execução de investimentos necessários à realização da Copa do Mundo de 2014. Aviso nº 17: encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 125 da Lei nº 11.514, de 13 de agosto *(ininteligível)*, o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal de Contas da União. Aviso nº 41: encaminha ao Congresso Nacional o Relatório de Gestão Fiscal referente ao segundo quadrimestre. Aviso nº 5, de 2009: encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento do art. 125 da Lei nº 11.514, de 13 agosto de 2007, combinado com o art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028... Mensagem nº 24: encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento do art. 84... Mensagem nº 6. Mensagem nº 12: encaminha ao Congresso Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 101 *(ininteligível)*, o Relatório das Contas do Senado Federal referente ao exercício de 2007. Ofício nº 3, de 2008: apresenta o Relatório de Contas Anual da Justiça Eleitoral. Ofício nº 4: encaminha ao Congresso Nacional o Relatório de Gestão e a Prestação de Contas do Superior Tribunal de Justiça. Ofício nº 5: apresenta o Relatório, junto com o Aviso nº 13, de Prestação de Contas da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios. Ofício nº 7: encaminha ao Congresso Nacional a Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2008, nos termos do art. 56 da Lei Complementar nº 101. Ofício nº 8: remete o Relatório de Prestação de Contas do Conselho Nacional de Justiça relativo ao exercício de 2007. Ofício nº 9: encaminha relatório e orientações envolvendo a prestação de contas do Conselho e Justiça Federal de 1º e 2º graus referente ao exercício de 2007. Ofício nº 11: encaminha ao Congresso Nacional o Relatório das Contas do Supremo Tribunal Federal. Ofício nº 10, referente ao Ministério Público: apreciação adiada em virtude de ausência do Relator. Apreciação do relatório apresentado ao Aviso nº 9. Também adiada a apreciação, em virtude da ausência do Relator. Aviso nº 39: Relatório de Gestão Fiscal do primeiro quadrimestre. Aviso nº 9, de 2009: fundamenta acerca dos processos do TCU. Aviso nº 19: encaminha ao Congresso Nacional acórdão em favor do Deputado Nilton Capixaba. Apreciação do relatório preliminar de emendas apresentadas ao Projeto de Lei nº 2, de 2011, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias. Matéria também prejudicada por ausência do Relator na apreciação da Emenda nº 1 dos Deputados. Diversas emendas apresentadas. Requerimento nº 15, de 2011, que solicita ao Secretário de Obras do Governo do Distrito Federal e ao Presidente da NOVACAP, assim como também ao da TERRACAP... formados pelas empresas Andrade Gutierrez e Via Engenharia, informações sobre o Convênio nº 323, de 2009. Requerimento do Sr. Deputado Wellington Roberto, para o Requerimento nº 14, permitindo a votação do relatório preliminar antes da apreciação do próprio Requerimento nº 14, de 2011. Aviso nº 17/2008, Aviso nº 41/2008, Aviso nº 5/2009, Mensagem nº 24/2008, combinados com o Ofício nº 6/2008, Ofício nº 12/2008, Ofício nº 3/2008, Ofício nº 4/2008, Ofício nº 5/2008, Ofício nº 7/2008, Ofício nº 8/2008, Ofício nº 9/2008, Ofício nº 11/2008, Ofício nº 10/2008, Aviso nº 9/2008, Aviso nº 39/2008, Aviso nº 9/2009 e Aviso nº 19/2009. Avisos nºs 32/2010, 33/2010, 32/2010 e 2/2011. Requerimento nº 12/2011, Requerimento nº 13/2011, além do Aviso nº 9/2011, associados ao Requerimento nº 14/2011, da CMO. Encerramento: em virtude do início da Ordem do Dia no Senado Federal, de acordo com o disposto no art. 107, inciso III, parágrafo único, do Regimento Interno e no art. 46 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o Presidente encerrou a reunião às quatorze horas e cinquenta e seis minutos. Antes, convocou reunião ordinária para o dia sete de junho. Senador Vital do Rêgo.

Ata da primeira reunião de audiência pública, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª legislatura, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, realizada em 1º de junho de 2011.

Às quinze horas e um minuto do dia primeiro de junho do ano de dois mil e onze, reuniu-se a Comissão Mista de Planos, Orçamentos, com a presença do Sr. Jorge Hereda. A Mesa foi presidida pelo Senador Vital do

CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ COM REDAÇÃO FINAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização
Número: 0933/11 05/07/2011

Rêgo. Deputados titulares, Senadores titulares, Deputados suplentes, Senadores suplentes. Feita a abertura, declarada iniciada a reunião, foi passada a palavra ao palestrante e depois aberta para que as intervenções fossem feitas pelas Sras. e Srs. Parlamentares. Encerramento: não havendo mais oradores inscritos, o Presidente agradeceu o comparecimento do Presidente da Caixa e de sua equipe técnica e declarou encerrada a reunião às dezesseis horas e quarenta e dois minutos.

Ata da oitava reunião ordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, convocada para 7 de junho de 2011.

Aos sete dias do mês de junho do ano de dois mil e onze, foi convocada ordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, com o objetivo de apreciar as matérias constantes da pauta. Deputados titulares, Senadores titulares, Deputados suplentes, Senadores suplentes. Foi feita a abertura conforme estabelecido no art. 134 da Resolução nº 1. O Sr. Presidente declarou iniciados os trabalhos. Fizeram uso da palavra vários Sras. e Srs. Deputados. O Presidente sugeriu que o requerimento do Deputado Claudio Cajado prescindisse da presença da Autoridade Olímpica e *(ininteligível)* da reunião. Encerramento: em virtude da inexistência de *quorum* regimental para deliberação na representação do Senado, observado o disposto no Regimento Comum, o Presidente encerrou a reunião, antes convocando reunião ordinária para o dia quatorze de junho, às quatorze horas e trinta minutos.

Ata da primeira reunião de audiência pública, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, realizada em 1º de junho de 2011.

Às quinze horas e um minuto do dia primeiro de junho de dois mil e onze, foi realizada reunião da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no Plenário 2. Deputados titulares, Senadores titulares, Deputados suplentes, Senadores suplentes. Deputados ausentes, Senadores ausentes. O Presidente iniciou a reunião e convidou as seguintes autoridades para compor a Mesa: o Presidente da Caixa Econômica, o Sr. Hereda, e o Superintendente Nacional de Repasses. Tendo sido depois aberta a palavra para os diversos Parlamentares inscritos, o Presidente encerrou a lista de inscrição para o debate. Fez-se uso da réplica. Não havendo mais oradores inscritos, o Presidente agradeceu o comparecimento do Presidente da Caixa e de sua equipe técnica e declarou encerrada a reunião. Para constar, Myrna Lopes, Secretária, lavrou a presente ata, que *(ininteligível)* assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no *Diário do Congresso Nacional*.

Ata da nona reunião ordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, convocada para 14 de junho de 2011.

Aos quatorze dias do mês de junho de dois mil e onze, foi convocada ordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, como objetivo de apreciar as matérias constantes das Pautas nºs 8 e 9. Foi registrado o comparecimento dos Srs. Deputados e Srs. Senadores titulares, dos Deputados e Senadores suplentes e também a ausência de Deputados e Senadores. A reunião foi aberta às quatorze horas e cinquenta e nove minutos. Havendo número regimental, o Presidente leu os avisos, comunicou a realização de audiência pública. Considerou-se o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, a disponibilidade financeira para pagamento dos convênios inclusos em Restos a Pagar, atendendo a requerimento de autoria do Deputado José Priante, aprovado na quarta reunião ordinária, realizada em maio de 2011. Em virtude da inexistência de *quorum* regimental para deliberação, os trabalhos foram finalizados às quinze horas. Esta ata será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no *Diário do Congresso Nacional*.

Ata da segunda reunião de audiência pública, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54 Legislatura, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, realizada em 15 de junho de 2011.

Às quinze horas e dezessete minutos do dia quinze de junho de dois mil e onze, foi realizada reunião da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no Plenário 2, sob a presidência do Deputado Gilmar Machado, com a presença dos Srs. Deputados e Srs. Senadores titulares, dos Srs. Deputados e Srs. Senadores suplentes. Foram registrados nesta ata os Srs. Deputados e Srs. Senadores ausentes. O Presidente em exercício declarou iniciada a reunião e convidou as autoridades para compor a Mesa. Houve a presença do Sr. Arno Hugo Augustin Filho, Secretário do Tesouro Nacional, do Ministério da Fazenda. Logo depois, a palavra foi aberta para os debates. Não havendo mais oradores inscritos, o expositor respondeu os últimos questionamentos proferidos e concluiu a exposição, agradecendo aos presentes. O Presidente em exercício, Deputado Roberto Britto, agradeceu a presença do Sr. Arno Hugo Augustin Filho e de sua equipe técnica. Não havendo mais oradores inscritos, o Presidente em exercício declarou encerrada a reunião às dezesseis horas e cinquenta e oito minutos. Esta ata será encaminhada ao *Diário do Congresso Nacional*. Os trabalhos foram gravados e, após traduzidos, integrarão esta ata.

CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ COM REDAÇÃO FINAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização
Número: 0933/11 05/07/2011

Ata da décima reunião ordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, convocada para o dia 21 de junho de 2011.

Aos vinte e um dias do mês de junho de dois mil e onze, foi convocada ordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, com o objetivo de apreciar as matérias constantes das Pautas nºs 8 e 9. Foi registrado o comparecimento dos Deputados e Senadores titulares, dos Deputados e Senadores suplentes. Também foi registrada a ausência de Deputados e Senadores. A abertura ocorreu às quinze horas e dois minutos. Havendo número regimental, o Sr. Presidente Vital do Rêgo declarou iniciados os trabalhos. O Presidente comunicou a realização de audiência pública com data provável para o dia vinte e oito de junho, às quinze horas, *(ininteligível)* dos Jogos Olímpicos, Paraolímpicos, Militares e da Copa do Mundo, atendendo ao Requerimento nº 1, de 2011, de autoria do Deputado Claudio Cajado. Em virtude da inexistência de *quorum* para deliberação, as representações da Câmara e do Senado observaram o disposto no art. 29, § 1º, do Regimento Comum. O Presidente encerrou a reunião, antes convocando reunião ordinária para o dia vinte e oito e extraordinária para o dia vinte e nove de junho, ambas às quatorze horas. A ata, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no *Diário do Congresso Nacional* — Sessão Conjunta. Os trabalhos foram gravados e, após traduzidos, integrarão esta ata. Senador Vital do Rêgo.

Ata da décima primeira reunião ordinária, da 1ª Sessão Legislativa da 54ª Legislatura, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, convocada para o dia 28 de junho de 2011.

Aos vinte e oito dias do mês de junho do ano de dois mil e onze, foi convocada ordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, com o objetivo de apreciar as matérias constantes. Foi registrado o comparecimento dos Srs. Deputados e Srs. Senadores titulares, Srs. Deputados e Srs. Senadores suplentes. Foram também registrados os membros ausentes, Deputados e Senadores. A abertura ocorreu às quatorze horas e cinquenta e cinco minutos. Havendo número regimental conforme a resolução, o Senador Vital do Rêgo declarou iniciados os trabalhos. O Presidente comunicou haver acordo para deliberação das matérias constantes das pautas, exceto o item 9 da Pauta 8 (alterada), o Requerimento nº 14 de 2011. Em virtude do não comparecimento do Presidente do SINICON, justificado por meio do Ofício nº 82/2011, e da ausência de manifestação por parte da assessoria parlamentar da INFRAERO quanto ao comparecimento do seu presidente ou representante... Em virtude da inexistência de *quorum* regimental para deliberação na representação do Senado, observado o disposto no art. 29, § 1º, do Regimento Comum, o Presidente encerrou a reunião. Antes, comunicou a realização de reunião extraordinária marcada para o dia vinte e nove de junho, às quatorze horas e trinta minutos, convocada anteriormente, a ser realizada no Plenário 2 da Câmara dos Deputados. Os trabalhos foram finalizados e constarão em ata que será assinada pelo Presidente e encaminhada à publicação — Sessão Conjunta. Os trabalhos foram gravados, e após traduzidos, integrarão esta ata.

Ata da terceira reunião extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, convocada para 29 de junho de 2011.

Aos vinte e nove dias do mês de junho do ano de dois mil e onze, foi convocada extraordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Foi registrado o comparecimento dos Srs. Deputados e Srs. Senadores titulares, dos Srs. Deputados e Srs. Senadores suplentes. Foi registrada também a ausência de Srs. Deputados e Srs. Senadores. A abertura ocorreu às quinze horas e três minutos. Havendo número regimental, o Presidente, Senador Vital do Rêgo, declarou iniciados os trabalhos. O Senador Cyro Miranda fez uso da palavra, apoiando a iniciativa do Deputado Claudio Cajado. O representante do PSDB afirmou que deveria ser cumprido o Regimento, uma vez que, no momento em que o Presidente anunciou que encerraria a reunião, não havia *quorum* para deliberação. Encerramento: o Presidente convocou reunião ordinária para o dia cinco de julho, às quatorze horas e trinta minutos, a ser realizada no Plenário 2. Os trabalhos foram finalizados às quinze horas e quatorze minutos. Para constar, Myrna Lopes Pereira, Secretária, lavrou a presente ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no *Diário do Congresso Nacional* — Sessão Conjunta. Os trabalhos foram gravados e, após traduzidos, integrarão esta ata. Senador Vital do Rêgo, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Agradeço ao Senador Walter Pinheiro a leitura das atas.

As atas estão em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.

Em votação na representação do Senado.

CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ COM REDAÇÃO FINAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização
Número: 0933/11 05/07/2011

Os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Wellington Roberto.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Sr. Presidente, há um requerimento de minha autoria sobre a mesa, sobre inclusão, na pauta de hoje, não da convocação, mas do convite ao Ministro Alfredo Nascimento para esclarecer a matéria veiculada na revista *Veja* no último final de semana. Gostaria que V.Exa. submetesse à apreciação deste Plenário o nosso requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Na forma regimental, será acolhido, Sr. Deputado Wellington Roberto.

Expediente.

Conforme decidido na 4ª reunião extraordinária, realizada em abril de 2008, fica dispensada a leitura dos expedientes, já que serão transcritos nas notas taquigráficas desta reunião.

Informo ainda que a lista com os expedientes será enviada, pelo correio eletrônico, aos gabinetes dos senhores membros e às Lideranças partidárias nesta data.

EXPEDIENTE

Correspondência recebida pela Secretaria da Comissão

Conforme decidido na 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 17 de abril de 2008, fica **dispensada a leitura dos expedientes,** que serão transcritos nas notas taquigráficas desta reunião. Informo, ainda, que a lista com os expedientes será enviada através do correio eletrônico aos gabinetes dos membros e às Lideranças Partidárias nesta data.

I) CORRESPONDÊNCIA INTERNA RECEBIDA:

1) Ata da reunião da Bancada do Estado do Espírito Santo, realizada em 16 de fevereiro de 2011, informando que a Deputada Rose de Freitas (PMDB/ES) foi eleita Coordenadora daquela Bancada.

2) Ata da reunião da Bancada do Estado de São Paulo, realizada em 15 de março de 2011, informando que o Deputado Devanir Ribeiro (PT/SP) permanecerá como Coordenador-Geral daquela Bancada.

3) Ata da primeira reunião da Bancada Federal do Estado de Rondônia, realizada em 16 de março de 2011, informando que a Deputada Marinha Raupp (PMDB/RO) foi eleita para o cargo de Coordenadora daquela Bancada.

4) Ata da reunião da Bancada Federal do Estado de Minas Gerais, realizada no dia 22 de março de 2011, informando que o Deputado Reginaldo Lopes (PT/MG) foi eleito Coordenador daquela Bancada e o Deputado Márcio Reinaldo Moreira (PP/MG) para a interlocussão com o governo estadual.

5) Ata da reunião da Bancada do Estado do Amapá, realizada em 13 de abril de 2011, informando que a Deputada Dalva Figueiredo (PT/AP) foi eleita para o cargo de Coordenadora daquela Bancada.

6) Ata da reunião da Bancada Federal do Estado do Amazonas, realizada no dia 4 de maio de 2011, informando que o Senador Eduardo Braga (PMDB/AM) foi eleito Coordenador daquela Bancada.

7) Ata da reunião da Bancada do Estado do Mato Grosso do Sul, realizada no dia 11 de maio de 2011, informando que o Deputado Geraldo Resende (PMDB/MS) foi eleito Coordenador daquela Bancada.

8) OF. Nº 311/2011 – SGM, de 01 de junho, da Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal, Claudia Lyra Nascimento, comunicando que o Senador Itamar Franco (PPS/MG) encontra-se de licença saúde, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, pelo período de 30 dias, com início em 23 de maio.

CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ COM REDAÇÃO FINAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização
Número: 0933/11 05/07/2011

9) Convite, de 01 de junho de 2011, do Presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, Deputado Claudio Puty, convidando para o II Ciclo de Conferências daquela Comissão, a fim de debater "A Liberalização Financeira e o Controle de Capitais", que acontecerá nos dias 7 e 14 de junho, às 14 horas, no Plenário 4 do Anexo II da Câmara dos Deputados. A 1ª Conferência contará com a presença do Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Sr. Márcio Holland e com o Chefe da Gerência-Executiva de Normatização de Câmbio e Capitais Estrangeiros do Banco Central, Sr. Geraldo Magela Siqueira. Na 2ª Conferência, participarão o Professor do Instituto de Economia (IE) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Economista Fernando Cardim de Carvalho e o Chefe do Centro de Crescimento Econômico do Instituto Brasileiro de Economia (IBRE/FVG), Sr. Samuel de Abreu Pessoa.

10) Ata da reunião da Bancada Federal do Estado de Goiás, realizada no dia 7 de junho de 2011, informando que o Deputado Jovair Arantes (PTB /GO) foi eleito Coordenador daquela Bancada.

11) Ata da reunião da Bancada do Estado de Sergipe, realizada no dia 7 de junho de 2011, informando que o Senador Antônio Carlos Valadares (PSB/SE) foi eleito Coordenador daquela Bancada.

12) OF. Nº 331/2011 – SGM, de 8 de junho, da Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal, Claudia Lyra Nascimento, comunicando que a Senadora Gleisi Hoffmann (PT/PR), afastou-se do exercício do mandato de Senadora da República, a partir de 8 de junho do corrente, para assumir o cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

13) OFÍCIO Nº 1.027/2011 – GSAAME, de 17 de junho, da Senadora Ana Amélia (PP/RS), solicitando que seja emitido histórico das exportações de emendas efetuadas pelo seu gabinete à Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal, bem como à Bancada Gaúcha, no prazo regimental de apresentação de emendas ao PLDO para 2012.

14) OF. Nº 367/2011 – SGM, de 28 de junho, da Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal, Claudia Lyra Nascimento, comunicando que a Senadora Marisa Serrano (PSDB/MS) renunciou ao mandato parlamentar de Senadora da República para assumir o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado do Mato Grosso do Sul, e o seu Primeiro Suplente, Sr. Antonio Russo, assumiu o exercício do mandato de Senador da República, a partir do dia 28 de junho do corrente.

15) OF. - Nº 188/11 – Gab-BSB, de 29 de junho, do Deputado Ademir Camilo (PDT/MG), solicitando a retirada das emendas de nºs 45 a 54, de sua autoria, apresentadas ao Projeto de Lei nº 6/2011-CN.

- Expedientes encaminhando justificativas de falta às reuniões da Comissão DEFERIDOS pelo Presidente:

1) OFÍCIO/GDGP/Nº111, de 13 de junho de 2011, do Gabinete da Deputada Gorete Pereira (PR/CE), justificando ausência no período de 13 a 17 de junho.

2) Ofício nº 846/2011/GSVREG, de 15 de junho, do Gabinete do Senador Vital do Rêgo (PMDB/PB), justificando ausência no período de 13 a 17 de junho.

3) Ofício nº 118/2011 - GDHL, de 21 de junho, do Gabinete do Deputado Hugo Leal (PSC/RJ), justificando ausência no período de 21 a 24 de junho.

4) OF. Nº 153/2011/GSIFRA, de 28 de junho, do Gabinete do Senador Itamar Franco (PPS/MG), justificando ausência no período de 30 dias, a partir de 22 de junho.

- Expediente encaminhando justificativa de falta às reuniões da Comissão INDEFERIDO pelo Presidente:

1) Ofício nº 358/2011, de 25 de maio, do Deputado João Dado (PDT/SP), justificando ausência no dia 17 de maio.

CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ COM REDAÇÃO FINAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização
Número: 0933/11 05/07/2011

- Expediente com indicação para integrar o Comitê Permanente de Avaliação, Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária (CFIS):

1) OF nº 091/GAB, de 14 de junho, do Deputado Paulo Teixeira, Líder do PT, indicando o Deputado Gilmar Machado (PT/MG) em substituição ao Deputado Valmir Assunção (PT/BA).

- Expediente com indicação para integrar o Comitê Permanente de Exame da Admissibilidade de Emendas (CAE):

1) OF nº 092/GAB, de 14 de junho, do Deputado Paulo Teixeira, Líder do PT, indicando o Deputado Valmir Assunção (PT/BA) em substituição ao Deputado Gilmar Machado (PT/MG).

- **Expediente com indicação para integrar o Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão:**

1) OF nº 090/GAB, de 14 de junho, do Deputado Paulo Teixeira, Líder do PT, indicando o Deputado André Vargas (PT/PR) em substituição ao Deputado Geraldo Simões (PT/BA).

- Expediente solicitando alteração em emenda apresentada ao PLN 59/2010-CN (PLOA para 2011):

1) OGCC 106/11, de 15 de junho de 2011, do Deputado Claudio Cajado (DEM/BA), solicitando alteração da Modalidade de Aplicação da Emenda individual nº 3166.0001, de sua autoria, apresentada ao Projeto de Lei nº 59/2010-CN (PLOA para 2011).

II) CORRESPONDÊNCIA EXTERNA RECEBIDA:

1) Ofício nº 2.021/2011/DG/DNIT, de 7 de junho, do Diretor Geral do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - Dnit, Luiz Antonio Pagot, indicando a Senhora Nadja Tereza Monteiro de Oliveira, Coordenadora de Licitações de Obras e Serviços de Engenharia e o Senhor José Henrique Coelho Sadok de Sá, Diretor Executivo, para representar aquele Departamento, na reunião de audiência pública, para debater sobre a adoção de regime licitatório diferenciado nas contratações dos Jogos Olímpicos, Paraolímpicos, Militares e da Copa do Mundo, que será realizada em atendimento ao Requerimento 1/2011-CMO, de autoria do Deputado Claudio Cajado.

2) Of. nº 32/2011, de 7 de junho, da Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Veranópolis – RS, Alice Hoffmann Peruffo, comunicando o novo endereço daquela Câmara.

3) Ofício nº 32/2011-ASPAR/GAB/DPF, de 15 de junho, do Assessor Parlamentar, Delegado de Polícia Federal Marcos Leôncio S. Ribeiro, do Departamento de Polícia Federal, solicitando apoio para aprovação da emenda nº 2319.0002, apresentada pelo Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB/RR), de interesse daquela instituição.

4) Ofício GP/CMA/Nº 196, de 16 de junho de 2011, da Presidente da Câmara Municipal de Araruama – RJ, informando o recebimento de documentos que comunicam a transferência de recursos financeiros destinados aquele Município.

5) Ofício SINICON – 082/11, de 27 de junho, do Presidente do Sindicato Nacional da Indústria da Construção Pesada, Luiz Fernando Santos Reis, informando que na reunião de audiência pública, destinada a debater o Regime Diferenciado de Licitação, não poderá comparecer devido a compromissos profissionais inadiáveis no exterior, e nem indicar representantes, pelo fato de estarem presentes no mesmo compromisso. E coloca-se à disposição para comparecer em outra oportunidade.

CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ COM REDAÇÃO FINAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização
Número: 0933/11 05/07/2011

- Relatório de Gestão Fiscal referente ao 3° quadrimestre de 2010 encaminhado em observância ao disposto no art. 55 da Lei de Responsabilidade Fiscal e no art. 122 da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2010, encaminhado pelo seguinte órgão:
- Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região – Ofício GP 44/2011, de 18 de fevereiro de 2011, entregue na Secretaria da CMO em 22.6.2011.

- Relatórios de Gestão Fiscal referentes ao 1° quadrimestre de 2011 encaminhados em observância ao disposto no art. 55 da Lei de Responsabilidade Fiscal e no art. 122 da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2010, encaminhados pelos seguintes órgãos:
- Tribunais Regionais do Trabalho das seguintes Regiões: 1ª, 2ª, 4ª, 6ª, 7ª, 8ª, 9ª, 10ª, 12ª, 13ª, 15ª, 16ª, 19ª, 20ª, 21ª, 22ª, 23ª e 24ª.
- Tribunais Regionais Eleitorais dos seguintes Estados: Acre, Espírito Santo, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe.
- Conselho Nacional de Justiça – Ofício nº 314 (CN), de 4 de julho de 2011, do Presidente do Congresso Nacional, que encaminha à CMO cópia do Ofício nº 1.028/SGM/P/2011, do Presidente da Câmara dos Deputados, que encaminha o Relatório de Gestão Fiscal do Conselho Nacional de Justiça.

- **Precatórios a serem incluídos na Proposta Orçamentária para 2012:**

1) Ofício n° 657/2011-SG/DP-TJ, de 12 de maio, do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte.

2) Ofício n° 702/2011-SG/DP-TJ, de 23 de maio, do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte.

3) Ofício n° 719/2011-SG/DP-TJ, de 25 de maio, do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte.

4) Ofício n° 721/2011-SG/DP-TJ, de 25 de maio, do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte.

5) Ofício n° 724/2011-SG/DP-TJ, de 25 de maio, do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte.

6) Ofício n° 736/2011-SG/DP-TJ, de 26 de maio, do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte.

7) Ofício n° 819/2011-SG/DP-TJ, de 10 de junho, do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte.

- Avisos encaminhados pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Benjamin Zymler, ao Presidente da CMO:

Avisos Seses de 1º de junho:
1) Aviso n° 723/2011 (Acórdão nº 1.443/2011): Atos de gestão relativos aos V jogos Mundiais Militares do Conselho Internacional do Esporte Militar – CISM, a serem realizados na Cidade do Rio de Janeiro, no período de 16 a 24 de julho de 2011.

2) Aviso nº 728/2011 (Acórdão nº 1.472/2011): Obras de construção da ponte sobre o Canal das Laranjeiras, bem como da duplicação e restauração dos seus acessos na BR-101/SC, no Município de Laguna/SC.
3) Aviso nº 734/2011 (Acórdão nº 1.453/2011): Obras de construção da Cadeia Pública Territorial em Estância/SE.

Avisos Seses de 8 de junho:
1) Aviso n° 745/2011 (Acórdão nº 1.513/2011): Obra de ampliação do Presídio Advogado Emanuel Cacho, no município de Areia Branca/SE.
2) Aviso n° 746/2011 (Acórdão nº 1.514/2011): Reforma e ampliação do Presídio Estadual Manoel Barbosa de Sousa no Município de Tobias Barreto, em Sergipe.
3) Aviso n° 752/2011 (Acórdão nº 1.551/2011): Obras de Macrodrenagem no Tabuleiro dos Martins, no Estado de Alagoas, no Município de Maceió.
4) Aviso n° 760/2011 (Acórdão nº 1.569/2011): Encaminha cópia do Acórdão proferido nos autos do processo nº 027.905/2010-1, pelo Plenário do TCU na Sessão Extraordinária de Caráter Reservado de 8/6/2011, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam.

CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ COM REDAÇÃO FINAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização
Número: 0933/11 05/07/2011

5) Aviso n° 769/2011 (Acórdão nº 1.519/2011): Obras de ampliação da pista do Aeroporto Internacional de Porto Alegre/RS.

Avisos Seses de 22 de junho:
1) Aviso n° 862/2011 (Acórdão nº 1.676/2011): Obras públicas de construção e ampliação de penitenciárias.
2) Aviso n° 865/2011 (Acórdão nº 1.678/2011): Obra de construção do módulo de saúde do complexo penitenciário de Campo Grande/MS.
3) Aviso n° 874/2011 (Acórdão nº 1.667/2011): Obras civis, fornecimento, instalação, montagem, testes e comissionamento de equipamentos mecânicos e elétricos dos lotes 5 e 8 do Eixo Norte, e lotes 15, 16, 17 e 18, que configuram o Ramal do Agreste, no Eixo Leste do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional.
4) Aviso n° 876/2011 (Acórdão nº 1.671/2011): Obras e serviços de implantação da Barragem Poço de Varas, no Município de Coronel João Pessoa, no Estado do Rio Grande do Norte.
5) Aviso n° 880/2011 (Acórdão nº 1.693/2011): Obras de construção do sistema de esgotamento sanitário do Município de Parnamirim/RN.

Avisos Seses de 29 de junho:
1) Aviso n° 883/2011 (Acórdão nº 1.744/2011): Obras de implantação do Parque Eólico para Geração de Energia Elétrica, com capacidade de aproximadamente 26 MW, na Região de Guamaré – RN, no Estado do Rio Grande do Norte.
2) Aviso n° 887/2011 (Acórdão nº 1.747/2011): Obra de Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto do Rio de Janeiro/RJ.

Avisos Seses-TCU, de 1º de junho, anexados ao Aviso nº 12/2011-CN:
1) Aviso n° 715/2011 (Acórdão nº 1.451/2011): Obras de manutenção rodoviária (conservação/recuperação) na BR-101/AL, trecho Div. PE/AL – Div. AL/SE, segmento km 0,0 – km 248,4.
2) Aviso n° 737/2011 (Acórdão nº 1.468/2011): Obras de Construção da Barragem do Rio Arraias, em Arraias – no Estado do Tocantins na Região Norte.

Avisos Seses-TCU, de 8 de junho, anexados ao Aviso nº 12/2011-CN:
1) Aviso n° 738/2011 (Acórdão nº 1.531/2011): Obras complementares de duplicação e adequação do Contorno Norte de Maringá/PR, na BR-376/PR.
2) Aviso n° 770/2011 (Acórdão nº 1.541/2011): Obras de restauração, duplicação e melhoramentos da Rodovia BR-050/MG.

Avisos Seses-TCU, de 15 de junho, anexados ao Aviso nº 12/2011-CN:
1) Aviso n° 803/2011 (Acórdão nº 1.596/2011): Obra de melhoria da capacidade da BR 116/RS, incluindo duplicação.
2) Aviso n° 809/2011 (Acórdão nº 1.594/2011): Obras da BR-010/TO – entroncamento TO-030- divisa TO/MA.

- Avisos encaminhados pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Benjamin Zymler, ao Presidente do Congresso Nacional que enviou à CMO:

Aviso GP/TCU, de 8 de junho, anexado ao Aviso nº 12/2011-CN:
1) Aviso n° 731/2011: Obras de Implantação e Pavimentação – subtrecho Medicilândia – Rurópolis – BR-230/PA.

Aviso GP/TCU, de 28 de junho:
1) Aviso n° 1.110/2011 (Acórdão nº 1.546/2011): Foram constatados indícios de irregularidade grave nas seguintes obras: BR-429/RO – Construção Presidente Médici – Costa Marques; BR-487/PR – Construção Porto Camargo – Campo Mourão; e BR-101/RN – Adequação Trecho Natal – Divisa RN/PB. As Obras a seguir indicadas, também apresentam novos indícios de irregularidade grave: Construção da Ferrovia de Integração

Oeste-Leste – Ilhéus – Barreiras – No Estado da Bahia; Construção da Ferrovia de Integração do Centro-Oeste – Uruaçú/GO – Lucas do Rio Verde/MT.

- Aviso Seses-TCU encaminhado ao Presidente do Senado Federal para autuação e posterior tramitação na forma de AVISO do Congresso Nacional:

Aviso Seses de 9 de fevereiro:
1) Aviso n° 136/2011 (Acórdão nº 283/2011): Acompanhamento da publicação dos relatórios de gestão fiscal, referentes ao 2º quadrimestre de 2010, de diversos órgãos dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário da União.

Ordem do Dia.

Há uma solicitação, da Sra. Senadora baiana Lídice da Mata, de inversão da pauta.

Os senhores que concordam com o pedido permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO - Sr. Presidente, desculpe-me, V.Exa. foi rápido demais — The Flash. Qual é o pedido de inversão que a Senadora faz? Qual é o item?

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - É uma inversão, Sr. Deputado Rogério Marinho. É o item 1 da Pauta nº 12, para se votar inicialmente o Projeto de Lei nº 6, de 2011, relativo a crédito ao Ministério da Educação no valor de 88 milhões de reais, para atendimento de custeio. É matéria que V.Exa. conhece muito bem, porque é doutor e professor em educação.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO - Agradeço a V.Exa. a explicação.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Foi aprovado na representação da Câmara e na representação no Senado.

Pauta nº 12.

Apreciação do relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 6, de 2011, que *"abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Educação, crédito especial no valor de R$88.331.000,00 (oitenta e oito milhões e trezentos e trinta e um mil reais), para o fim que especifica e dá outras providências"*.

Relator: Deputado Ademir Camilo.

Foram apresentadas 60 emendas.

O voto do Sr. Relator é favorável nos termos do projeto. Foram retiradas pelo autor as Emendas nºs 45 a 54 e rejeitadas as demais.

O Relator está com a palavra, para a apresentação do relatório.

O SR. DEPUTADO ADEMIR CAMILO - Sr. Presidente, caros colegas, o projeto abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Educação, crédito especial no valor de 88 milhões e 331 mil reais, para o fim que especifica e dá outras providências.

Inicialmente, Sr. Presidente, queria dizer a todos os colegas, Sras. e Srs. Senadores, Sras. e Srs. Deputados, que temos de parabenizar, neste momento, o Governo, porque está em curso a Medida Provisória nº 533. A sensibilidade do Governo mostrou-se principalmente quanto aos reclamos da Oposição. Vem complementar a medida provisória e assim, regimentalmente, corretamente, abrir crédito especial para atender, sobretudo, às creches do País.

O que acontecia anteriormente? Construía-se uma creche, tinha-se lá um número de alunos e só no ano seguinte é que se teria custeio. E esse recurso é para custear todas as creches existentes no País, principalmente no ano em exercício.

Dessa forma, eu passo direito ao voto. Do exame da proposição, verifica-se que a iniciativa do Poder Executivo encontra-se articulada na modalidade apropriada de crédito adicional, isto é, crédito especial, uma vez que objetiva incluir categorias de programações na Lei Orçamentária vigente, Lei 12.381, de 9 de fevereiro de 2011. Observa-se ainda que a proposta está formulada em conformidade com o disposto na Constituição Federal; na Lei 4.320, de 17 de março de 1964; na Lei Complementar 101, de 2000 — a Lei de Responsabilidade Fiscal; na Lei 12.309, de 9 de agosto de 2010, a LDO de 2011; e na Lei 11.653, de 7 de abril de 2011, que é o PPA 2008/2011.

CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ COM REDAÇÃO FINAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização
Número: 0933/11 05/07/2011

Quanto às emendas de 1 a 44 e de 55 a 60, apresentadas ao Projeto de Lei nº 6, de 2011, em que pese o nobre propósito de sua iniciativa, decido rejeitá-las no mérito, por considerar que o acatamento do pleito ensejaria a redução significativa do recurso, com evidente prejuízo ao programa de trabalho objeto do presente crédito especial.

Vale lembrar de novo: todas as creches, inclusive este ano. Esse recurso está assegurado a todas as creches de todo o País.

Dessa mesma forma, considerando que o projeto de crédito especial em exame não colide com os dispositivos legais relativos à alocação de recurso, submeto a este colegiado o meu voto pela aprovação do Projeto de Lei nº 6, de 2011, na forma apresentada pelo Poder Executivo.

Sala da Comissão

Deputado Ademir Camilo

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Parabenizo V.Exa.

O relatório está em discussão.

Com a palavra o Deputado Rogério Marinho.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e Deputadas, Senadores e Senadoras, não há nenhuma dúvida sobre o mérito desse projeto. Quero inclusive parabenizar a Senadora Lídice da Mata, que pede a inversão da pauta. O Governo, infelizmente, tem feito uma série de obras. No bom sentido, é evidente. Felizmente e infelizmente. E essas obras normalmente são colocadas nas costas dos Municípios. Nesse caso, o Governo está, de forma meritória, prevendo o custeio pelo menos por um ano. Não sei o que vai acontecer, Sr. Senador Presidente, no ano subsequente, mas pelo menos no primeiro ano haverá custeio para as creches que estão sendo abertas este ano no País.

Agora, levantamos aqui uma preocupação, porque a Medida Provisória nº 533, de 10 de maio de 2011, prevê para este exercício o impacto financeiro de 176 milhões de reais, diferente do que está previsto no PL: crédito de 88 milhões, 331 mil reais.

O Relator, o Deputado Ademir Camilo, está presente. Peço apenas que o Deputado nos esclareça essa divergência com o valor apresentado na medida provisória. Se for possível, Sr. Presidente, quero questionar o nosso Relator. Há uma disparidade entre o que está previsto na medida provisória que o Governo editou, a Medida Provisória 533, de 10 de maio de 2011, no valor de 176 milhões, 682 mil reais, para a manutenção de 475 novos estabelecimentos, e o PL de crédito de 88 milhões, 331 mil reais.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - O Relator vai posicionar-se a respeito da indagação de V.Exa.

Com a palavra o Relator.

O SR. DEPUTADO ADEMIR CAMILO - Só queria esclarecer ao Deputado Rogério que algumas creches que estão no PAC 2 serão ainda construídas. Portanto, não será necessário ainda, já que as obras vão começar ao longo deste ano. A previsão era que tivessem iniciado no começo do ano e, ao término, já tivéssemos alunos. Não teremos todos os alunos para atender ainda este ano. Esse crédito seria suficiente para atender todas as creches para este ano.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - O crédito é suficiente para as que já existem?

O SR. DEPUTADO ADEMIR CAMILO - Para o exercício de 2011.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - O.k., Rogério?

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO - Estou satisfeito com a explicação do Deputado Ademir. Mais um motivo para verificarmos que o gerenciamento e o planejamento do Governo Federal precisam urgentemente encontrar um rumo. Há um erro de quase 100% na medida provisória. Apresenta-se medida provisória ao Congresso Nacional de 176 milhões, e o Governo só precisa, na verdade, de 88 milhões, descobre isso um pouco depois. E mais de 80 milhões, Sr. Presidente, é um erro bastante apreciável.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Por isso, Sr. Presidente, existe o pedido de Efraim Filho de criação de grupo de trabalho para acompanhar tudo isso.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rego) - É verdade.

Em votação na representação da Câmara dos Deputados o relatório do Deputado Ademir Camilo.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação na representação do Senado Federal.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ COM REDAÇÃO FINAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização
Número: 0933/11 05/07/2011

Aprovado.

Parabenizo o Deputado Ademir Camilo pelo relatório.

Continuamos na nossa pauta originária.

A inversão foi feita, e o pedido, atendido.

Pauta nº 8, alterada.

Item 1. Prestação de contas do Governo Federal relativa ao exercício 2007. Relator: Deputado Benjamin Maranhão.

Cadê S.Exa? Veja se Benjamin está por aí.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - *Ad hoc*, Sr. Presidente. Dá para nomear um *ad hoc*?

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rego) - Vou nomear o Deputado Gilmar Machado, *ad hoc*, para providenciar o relatório da Mensagem nº 24, que encaminha a prestação de contas do Governo Federal referente ao exercício de 2007, já analisada pelo Tribunal de Contas da União, conforme Aviso 18, que encaminha, nos termos do art. 71, I, os documentos físicos, com o relatório. Acompanha a Mensagem nº 24, de 2008, ao Congresso Nacional.

Não foram apresentadas emendas, e o voto do Deputado Benjamin Maranhão é pela aprovação das contas do Presidente da República relativas ao exercício 2007 e pelo arquivamento, sem julgamento de mérito, das contas dos demais órgãos e poderes, nos termos dos projetos de decreto legislativo apresentados.

Com a palavra, para a leitura do voto, o Deputado Gilmar Machado, nomeado *ad hoc* por esta Presidência.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Sr. Presidente, é de parecer que o Balanço Geral da União representa adequadamente a posição financeira, orçamentária e patrimonial de 31 de dezembro de 2007, bem como os resultados das operações, de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade aplicados à Administração Pública Federal, estando, assim, as contas do Poder Executivo de responsabilidade do Exmo. Sr. Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva em condições de ser aprovadas, com ressalvas, pelo Congresso Nacional.

Esse é o nosso voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rego) - Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, em votação na representação da Câmara dos Deputados. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação na representação do Senado Federal. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório do Deputado Benjamin Maranhão.

Item 2. Apreciação do relatório apresentado ao Aviso nº 9, de 2008 que encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 56, *caput*, da Lei Complementar nº 101, a Lei de Responsabilidade Fiscal, a prestação de contas dos gestores do Tribunal de Contas da União, exercício de 2007.

Esse é só do Tribunal de Contas. O Relator também é o Deputado Benjamin Maranhão, e, na mesma toada, o Deputado Gilmar Machado, *ad hoc*, é designado pela Presidência.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Para a leitura...

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rego) - Para a leitura do voto do Deputado Benjamin Maranhão.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO - Pediria, Sr. Presidente, que S.Exa. lesse também o relatório.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - O relatório, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO - Estamos preocupados com a leitura do relatório.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Estamos preocupados. Exato. Gostaríamos, Sr. Presidente. E é regimental.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO - O Relatório e o voto. Fez bem, Gilmar. Não se preocupe, não.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - O Relator de medida provisória tem de ler, enquanto nós...

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rego) - Os Deputados Efraim Filho e Rogério Marinho estão acompanhando vivamente esse relatório, e eu peço ao Deputado Gilmar Machado, em atenção aos Democratas e ao PSDB, que leia o relatório das contas do Tribunal de Contas da União, na forma regimental.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Na forma regimental.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Relatório.

CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ COM REDAÇÃO FINAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização
Número: 0933/11 05/07/2011

1. Trata-se do Aviso nº 9, de 2008, que encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 56 da Lei de Responsabilidade Fiscal, prestação de contas dos gestores do Tribunal de Contas da União no exercício de 2007.

2. A citada prestação de contas é composta pelo Relatório de Gestão e pelos Relatórios Descritivos e Sintéticos dos programas e ações desenvolvidos ao longo do exercício de 2007, por meio dos quais o TCU procura demonstrar a utilização dos recursos orçamentários e financeiros colocados à disposição, bem como os principais resultados das ações por ele empreendidos no exercício sob referência.

3. De acordo com o Relatório apresentado, a Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2007 consignou ao TCU a dotação de 1 bilhão, 69 milhões, 773 mil, 577 reais, dos quais foram liquidados 1 bilhão, 11 milhões, 630 mil, 246 reais, o que representa 94,57% da dotação orçamentária disponível para a execução.

4. As despesas com pessoal, incluídas aquelas relativas a inativos e pensionistas, representaram a maior parte das empresas executadas (91,8%), o que já era esperado diante de natureza das atividades fiscalizatórias desenvolvidas pelo Tribunal, assentada na intensa utilização de mão de obra.

5. No tocante às ações de controle externo, a Corte de Contas registrou que, em 2007, os esforços empreendidos para aperfeiçoar a forma de atuação e assegurar os resultados mais efetivos à ação do Estado têm sido, em parte, ofuscados, ante as constantes práticas ilícitas que são perpetradas contra o Erário Federal.

6. Isso não obstante, ressaltou que tem empreendido esforços no sentido de coibir a ocorrência de irregularidades, bem como atuado para identificar e responsabilizar os agentes que de alguma forma tenham concorrido, direta ou indiretamente, para a dilapidação do patrimônio público.

7. Nessa linha, assinala que apreciou, conclusivamente, 6.273 processo de controle externo no período em exame (ante 6.135 em 2006 e 5.383 em 2005).

8. Em decorrência do julgamento pela irregularidade de contas, foram condenados 1.574 responsáveis ao pagamento de multa e/ou ressarcimento de débito, no momento superior a R$ 518 milhões. A média por responsável foi de cerca de R$ 330 mil.

9. No que diz respeito às cobranças executivas, no exercício de 2007, o TCU encaminhou aos órgãos responsáveis pela execução judicial 1.513 títulos executivos, cujo montante alcançou o valor de R$ 600 milhões, sendo R$ 566 milhões originários de débitos e R$ 34 milhões de multas.

10. Consta do relatório que o TCU tem conferido ênfase significativa para as atividades de treinamento e aperfeiçoamento de seu corpo técnico. Segundo ele, a educação continuada, a profissionalização e o autodesenvolvimento dos servidores públicos são fatores essenciais à promoção de mudanças permanentes da administração pública. Ao final de 2007, as Secretarias do TCU contavam com 2.514 cargos efetivos, dos quais 2.354 estavam ocupados.

11. Consignou o TCU que, no ano de 2007, os benefícios diretos ao Tesouro Nacional e aos cidadãos, gerados pela atuação do Tribunal, superam os R$ 5,5 bilhões, mais de cinco vezes o orçamento do Tribunal no período. Além disso, a atuação prévia do TCU, por meio da adoção de medidas cautelares, para evitar grave lesão ao Erário ou a direito alheio, envolveu a cifra de R$ 7,9 bilhões.

12. É o relatório, Sr. Presidente.

II - Voto

13. Os documentos examinados revelam que o TCU vem desempenhando satisfatoriamente suas funções e atribuições, de acordo com as competências constitucionais e legais a ele estabelecidas.

14. Diante disso, voto no sentido de que esta Comissão:

a) tome conhecimento da prestação de contas dos gestores do TCU, nos termos da "Prestação de Contas e Relatório de Gestão" apresentada, relativa ao exercício de 2007;

b) declare a regularidade e adequação das contas encaminhadas pelo TCU, referentes ao exercício de 2007, conforme art. 56, § 2º, da Lei Complementar nº 101, de 2000, nos termos do projeto de decreto legislativo.

Esse é o nosso voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rego) - Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, em votação.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO - Presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rego) - Deputado Rogério Marinho, para discutir.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Eu me inscrevo em seguida.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO - É porque V.Exa está um The Flash. Está rápido.

CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ COM REDAÇÃO FINAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização
Número: 0933/11 05/07/2011

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Mas atento a V.Exa.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, escutamos atentamente o relatório lido pelo Deputado Gilmar Machado, que mostra o relatório de gestão e a prestação de contas do nosso Tribunal de Contas.

Para nós, é importante escutarmos a leitura do relatório e não apenas votarmos com sofreguidão, apesar de toda a lisura de que certamente o Tribunal de Contas da União é possuidor, porque esse é um órgão que precisa ser protegido por este Legislativo, já que nos auxilia no trabalho de fiscalização do Executivo.

Infelizmente, Sr. Presidente, todos os anos, o Governo tem se notabilizado, pelo menos na apresentação dos projetos originais, dos relatórios originais da Lei de Diretrizes Orçamentárias, em tentar retirar a condição do Tribunal de Contas de fazer o seu trabalho e de auxiliar o nosso Parlamento. Por isso é que fiz questão de iniciar este processo de discussão, para, inclusive, ressaltar o fato de que estamos no limiar de aprovarmos a LDO, que será a peça legislativa que vai propiciar a confecção da Lei Orçamentária deste ano, e temos a oportunidade de reparar uma série de situações que, infelizmente, podaram o poder que o Tribunal de Contas tem de fiscalizar de forma adequada o Executivo.

Vivemos num Estado que cada vez mais se agiganta. O volume de recursos, a complexidade da sua atuação, inclusive com órgãos que necessariamente não são só estatais, mas paraestatais, órgãos do Governo que têm ações na Bolsa de Valores, órgãos do Governo que precisam de um regime especial na contratação dos seus serviços, das suas ações. E, mais do que nunca, é necessária a modernização, o fortalecimento e a estruturação do nosso Tribunal de Contas, para que ele possa contribuir com a nossa democracia.

Também mais do que nunca, Sr. Presidente, é importante ressaltar a necessidade de que a Oposição possa fazer o seu papel no sentido de fiscalizar a correta aplicação dos recursos públicos, que certamente não pertencem a um partido de ocasião, não pertencem a um governo de ocasião, são fruto do esforço coletivo de toda a sociedade brasileira. E, por isso, certamente todos nós aqui, independentemente de posição de Governo ou de Oposição, estamos solidários com a posição do Tribunal de Contas e, por ocasião da votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias, vamos fortalecer e realçar o seu papel a favor da democracia brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Deputado Efraim Morais, V.Exa. tem a palavra por 5 minutos.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Agradeço, Sr. Presidente, iniciando às 15h49.

Qual é o sentido de discutir essa matéria, num tema tão importante quanto as contas do Tribunal de Contas da União? É exatamente o de fazer com que o Tribunal de Contas da União, hoje a grande referência em termos de fiscalização, não possa ter as suas competências usurpadas. Para mostrar como é importante a atuação do Tribunal de Contas da União, estamos querendo fazer um *link* entre a discussão dessa matéria e a LDO, que logo em seguida será apreciada. Um dos temas que nos fazem ficar nessa postura clara de obstrução, por parte da Oposição, diante da LDO, é exatamente preservar muitas das competências, das atribuições que o TCU desempenhava e agora estão sendo pouco a pouco trazidas para o Executivo, que não dispõe, logicamente, da mesma imparcialidade.

Nós, Sr. Presidente, queremos um Tribunal de Contas da União cada vez mais fortalecido, muito diferente da postura que vem adotando o Executivo e dos preceitos que estão sendo esculpidos no próprio relatório da LDO que será, imagino eu, daqui a pouco tempo, apreciado por esta Comissão.

Então, nesse sentido, Sr. Presidente, queremos que no item 2 da Pauta, o Aviso nº 9, de 2008, tenhamos a consciência de que essas competências e essas atribuições do Tribunal de Contas da União não podem ser flexibilizadas ao extremo, para que tenhamos a postura um pouco frouxa que vem sendo adotada quanto à fiscalização.

Um item da LDO, Sr. Presidente, estabelece um *plus* de 20% acima do que se consideraria um preço médio e razoável. Esses 20% a mais dessa mediana começam a causar constrangimentos, haja vista o que a imprensa nacional aborda nos dias de hoje.

Outro ponto da LDO, Sr. Presidente, que conflita com as atribuições do Tribunal de Contas da União é a permissiva que existe na Lei de Diretrizes Orçamentárias de um acréscimo de 25%, que, apesar de já estar previsto na Lei de Licitações, a LDO agora flexibiliza ainda mais, diz que se pode reduzir de um item para acrescer em outro, praticamente alterando o objeto da contratação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ COM REDAÇÃO FINAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização
Número: 0933/11 05/07/2011

Então, é por esses motivos que estamos requerendo a V.Exa. que possamos analisar com mais calma e mais cautela o Aviso nº 9, de 2008, que pode criar algum tipo de conflito com as atribuições e competências do Tribunal de Contas da União, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Concluída a discussão, em votação na representação da Câmara dos Deputados. *(Pausa.)*

Os Srs. Deputados permaneçam como estão...

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Verificação, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO - Sr. Presidente, verificação, e estamos em obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Quem está pedindo? Tem apoiamento?

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO - Tem o apoiamento de mais quatro Deputados, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Quem pediu precisa do apoiamento de dois e já tem quatro. Então, está...

(Não identificado) - Cadê o...

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - A Câmara. Quem pediu foi Rogério Marinho.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO - Conjunta: eu e o Deputado Efraim.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Eu tenho que falar o nome dos Deputados: Heuler Cruvinel, Vaz de Lima, Efraim Filho. Quem mais?

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - A união prevalece aqui, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Verificação concedida, na forma regimental.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Sr. Presidente, só para orientação. Estão contra o relatório do TCU?

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Estão em obstrução ao relatório do TCU.

Verificação. Vamos lá. *(Pausa.)*

A Secretaria da Comissão foi pega de surpresa com o instrumento obstrutivo. Estamos preparando a solução. *(Risos.)*

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Eu fico feliz em saber que a Oposição não está agindo de forma tão previsível assim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - A Secretaria ficou em pânico.

Verificação concedida. Vamos iniciar.

Senador Walter Pinheiro, chamada dos Srs. Deputados. *(Pausa.)*

Vamos votar o relatório. É a votação do relatório.

O SR. SENADOR WALTER PINHEIRO - Deputado Arlindo Chinaglia. *(Pausa.)*

Deputado Geraldo Simões. *(Pausa.)*

Deputado Gilmar Machado.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - "Sim".

O SR. SENADOR WALTER PINHEIRO - Deputado André Vargas.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS - "Sim".

O SR. SENADOR WALTER PINHEIRO - Deputado Rui Costa.

O SR. DEPUTADO RUI COSTA - "Sim".

O SR. SENADOR WALTER PINHEIRO - Deputado André Zacharow. *(Pausa.)*

Deputado André Zacharow.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Peço aos Srs. Parlamentares que se posicionem ao microfone, para efeito de documentação taquigráfica.

O SR. SENADOR WALTER PINHEIRO - Deputado José Priante.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PRIANTE - "Sim".

O SR. SENADOR WALTER PINHEIRO - Deputado Marçal Filho. *(Pausa.)*

Deputado Raimundo Gomes de Matos.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS - "Obstrução".

O SR. SENADOR WALTER PINHEIRO - Rogério Marinho. *(Pausa.)*

Rodrigo de Castro.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Quem pediu tem que votar.

O SR. SENADOR WALTER PINHEIRO - O Deputado Rogério Marinho pediu verificação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ COM REDAÇÃO FINAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização
Número: 0933/11 05/07/2011

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - O Deputado Rogério Marinho não é fantasma.

O SR. SENADOR WALTER PINHEIRO - Os Deputados que pediram verificação e os que apoiaram estão presentes e têm de votar.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Todos os Deputados que pediram e os respectivos apoiadores estão presentes. Então, vão posicionar-se.

O SR. SENADOR WALTER PINHEIRO - Deputado Rogério Marinho.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO - Então, é só um esclarecimento.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Sr. Presidente, é visível a presença dos Parlamentares de oposição.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO - Só um esclarecimento. O Deputado Raimundo Gomes de Matos não estava aqui no apoiamento. Então, ele não votou.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - É visível. Pauderney já estava aqui desde o início da sessão.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO - Pauderney também não apoiou. Pauderney também não apoiou.

O SR. SENADOR WALTER PINHEIRO - A verificação é nominal, Deputado Rogério. Não é por...

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO - Efraim Filho, eu não estou...

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Senador, continue.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO - Nem Pauderney, nem Raimundo. Rogério está em obstrução.

O SR. SENADOR WALTER PINHEIRO - Já votou, Deputado Rogério Marinho?

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Já votou.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. SENADOR WALTER PINHEIRO - Mas vocês quatro apoiaram. São quatro apoiamentos.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - É só quem pediu. É só quem pediu. É o Rogério que tem de votar...

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Rogério e quem apoiou.

O SR. SENADOR WALTER PINHEIRO - Os apoiamentos também.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Senador, continue a votação.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - A verificação nominal, não.

(Não identificado) - Pauderney já está se retirando do recinto.

O SR. SENADOR WALTER PINHEIRO - Como é que o apoiamento está ausente? Isso é apoiamento ou é fantasma?

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Apoiamento é só para o pedido.

O SR. SENADOR WALTER PINHEIRO - Não. Mas apoiamento...

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Eu estou presente, Senador, mas minha postura é de obstrução, e é regimental.

O SR. SENADOR WALTER PINHEIRO - Mas é isto: a obstrução é a não ausência.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Vamos lá.

O SR. SENADOR WALTER PINHEIRO - Deputado Rogério Marinho.

(Não identificado) - Você tem que votar "não".

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO - Não, eu estou em obstrução.

(Não identificado) - Não, você vota "não". Você não pode...

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO - Mas eu não sou contra.

(Não identificado) - Fale grosso e diga "não".

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO - Mas eu não sou contra.

Tem que ter um voto divergente? *(Pausa.)* "Não".

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - "Não".

(Não identificado) - "Não"?

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - "Não".

O SR. SENADOR WALTER PINHEIRO - Deputado Rodrigo de Castro. *(Pausa.)*

Deputado Geraldo Simões.

O SR. DEPUTADO GERALDO SIMÕES - "Sim", Sr. Presidente.

CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ COM REDAÇÃO FINAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização
Número: 0933/11 05/07/2011

O SR. SENADOR WALTER PINHEIRO - Deputado Dilceu Sperafico.
O SR. DEPUTADO DILCEU SPERAFICO - "Sim".
O SR. SENADOR WALTER PINHEIRO - Deputado Márcio Reinaldo Moreira.
O SR. DEPUTADO MÁRCIO REINALDO MOREIRA - "Sim".
O SR. SENADOR WALTER PINHEIRO - Deputado Roberto Britto.
O SR. DEPUTADO ROBERTO BRITTO - "Sim".
O SR. SENADOR WALTER PINHEIRO - Deputado Claudio Cajado. *(Pausa.)*
Deputado Efraim Filho.
O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Em obstrução, Sr. Presidente.
O SR. SENADOR WALTER PINHEIRO - Então, vai cair a verificação. Os apoiadores estão ausentes...
(Não identificado) - Apoiamento tem que votar.
O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Não, senhor.
(Não identificado) - Apoiamento tem que votar.
O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Não, não precisa. O apoiamento é para verificação nominal. Depois, eu posso me colocar em obstrução.
O SR. SENADOR WALTER PINHEIRO - Tem de estar presente. Não, senhor. Não existe isso.
Deputado Vitor Penido. *(Pausa.)*
Deputado Giroto.
O SR. DEPUTADO GIROTO - "Sim", Presidente.
O SR. SENADOR WALTER PINHEIRO - Wellington Roberto.
O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - "Sim".
O SR. SENADOR WALTER PINHEIRO - Gonzaga Patriota. *(Pausa.)*
Deputado Valtenir Pereira. *(Pausa.)*
Deputado Ademir Camilo. *(Pausa.)*
Deputado João Dado.
O SR. DEPUTADO JOÃO DADO - "Sim", Sr. Presidente.
O SR. SENADOR WALTER PINHEIRO - Deputado Fábio Ramalho. *(Pausa.)*
Deputado Rubens Bueno. *(Pausa.)*
Deputado Nilton Capixaba. *(Pausa.)*
Deputado Edmar Arruda. *(Pausa.)*
Deputada Luciana Santos.
A SRA. DEPUTADA LUCIANA SANTOS - Presente.
O SR. SENADOR WALTER PINHEIRO - "Sim" ou "não"?
A SRA. DEPUTADA LUCIANA SANTOS - "Sim".
O SR. SENADOR WALTER PINHEIRO - Deputado George Hilton. *(Pausa.)*
Deputado Ronaldo Zulke.
O SR. DEPUTADO RONALDO ZULKE - "Sim".
O SR. SENADOR WALTER PINHEIRO - Portanto, completou a bancada no PT.
PMDB
Deputado Benjamin Maranhão. *(Pausa.)*
Deputado Danilo Forte.
O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Presente.
O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - O voto.
O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - O voto do Governo, "sim".
O SR. SENADOR WALTER PINHEIRO - Deputado Geraldo Resende. *(Pausa.)*
Deputado Pedro Chaves. *(Pausa.)*
Deputado Carlos Brandão. *(Pausa.)*
Deputado Domingos Sávio. *(Pausa.)*
Deputado Vaz de Lima. *(Pausa.)*
(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)
O SR. SENADOR WALTER PINHEIRO - Tranquilo. *(Pausa.)*
Ele tem de votar. Ele estava presente, e... Não posso votar por ele. Então, ele conta para *quorum*.
O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Deputado Domingos Sávio, em obstrução, Presidente.

CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ COM REDAÇÃO FINAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização
Número: 0933/11 05/07/2011

O SR. SENADOR WALTER PINHEIRO - Deputado Alexandre Leite. *(Pausa.)*
Deputado Heuler Cruvinel.
O SR. DEPUTADO HEULER CRUVINEL - Em obstrução.
O SR. SENADOR WALTER PINHEIRO - Deputado Pauderney Avelino. *(Pausa.)*
Deputado Audifax. *(Pausa.)*
Deputado Edson Silva, do Ceará. *(Pausa.)*
Deputado Marçal...
O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - O Deputado Marçal está presente.
O SR. SENADOR WALTER PINHEIRO - Deputado Marçal Filho.
O SR. DEPUTADO MARÇAL FILHO - "Sim", Sr. Senador Walter Pinheiro, nosso grande colega Deputado Federal, agora na Câmara Alta. "Sim."
O SR. SENADOR WALTER PINHEIRO - Com Luciana, completou, mas aqui... *(Pausa.)*
Deputado Márcio Marinho.
(Não identificada) - Mas ele não pode votar.
O SR. SENADOR WALTER PINHEIRO - Vamos contar aqui?
Há alguma Deputada ou algum Deputado que porventura não foi chamado?
O SR. DEPUTADO ÂNGELO AGNOLIN - Sr. Presidente, PDT, Ângelo Agnolin, "sim."
O SR. SENADOR WALTER PINHEIRO - PDT, Deputado Ângelo Agnolin?
O SR. DEPUTADO ÂNGELO AGNOLIN - Isso.
O SR. SENADOR WALTER PINHEIRO - Completou o PDT.
Há mais alguma Deputado ou algum Deputado? *(Pausa.)*
O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Mais algum Deputado ou Deputada que não votou? *(Pausa.)*
(Não identificada) - Há aqueles ali.
O SR. SENADOR WALTER PINHEIRO - Qual é o Bloco?
O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Identifique-se o Parlamentar que ainda não votou.
O SR. SENADOR WALTER PINHEIRO - O PCdoB está no Bloco aqui com o PSB? Ele está dizendo que está no Bloco, o Deputado Daniel Almeida.
(Não identificada) - Para a Comissão de Orçamento não é Bloco.
O SR. SENADOR WALTER PINHEIRO - Não está no Bloco?
(Não identificada) - Aqui, não. Aqui não é Bloco.
O SR. SENADOR WALTER PINHEIRO - Vamos lá contar para ver se deu número?
O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Já deu o número?
O SR. SENADOR WALTER PINHEIRO - Aqui está completo: 5, 6, 7, 8...
(Não identificada) - Não, aqui.
O SR. SENADOR WALTER PINHEIRO - Cinco, 6, 7, 8, 9...
(Não identificado) - E V.Exa. não vota, não?
O SR. SENADOR WALTER PINHEIRO - Eu voto no Senado. *(Risos.)*
(Não identificada) - É Câmara.
O SR. SENADOR WALTER PINHEIRO - Dez, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17...
O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Está aprovado.
O SR. SENADOR WALTER PINHEIRO - ...18 estão presentes; 19, 20, 21.
O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Vinte e um.
O SR. SENADOR WALTER PINHEIRO - Vinte e um Deputados votaram; 17 votos "sim".
O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Dezessete votos "sim".
O SR. SENADOR WALTER PINHEIRO - Um voto "não", do Deputado Rogério Marinho.
O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Um voto "não".
APROVADO.
O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO - Sr. Presidente, nitidamente, falta representação no Senado, não é?
O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Sr. Presidente, não há apoiamento para pedir recontagem.

CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ COM REDAÇÃO FINAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização
Número: 0933/11 05/07/2011

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Só quem pode pedir no Senado é um Senador, Deputado Rogério Marinho.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO - Bom, pode ser, um dia, não é? *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Bom, o relatório está aprovado.

Vamos definir o horário, para não haver mais verificação no interstício de uma hora.

Bom, na Câmara...

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - São 16h05min, Deputado Danilo, vamos...

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Sr. Presidente, eu quero pedir uma inversão de pauta, se for possível.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Vamos votar esse parecer, porque o Senador Walter Pinheiro vai relatar. Aí V.Exa. pede logo a seguir.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Em homenagem ao povo baiano, que brilhantemente expulsou os portugueses no dia 2 de julho, vou ceder para o Senador Walter Pinheiro.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Bom, a representação no Senado já se posicionou.

Só para efeito de apanhamento pela taquigrafia, a representação do Senado posicione-se.

APROVADO.

Pauta nº 8, item 3: apreciação do relatório de apresentação das matérias do Congresso Nacional sobre os relatórios de gestão fiscal do Governo Federal referentes ao exercício de 2008, Aviso 39, Aviso 9, Aviso 19. O Relator desses três Avisos é o Senador Acir Gurgacz, que votou pelo arquivamento da matéria.

O Relator *ad hoc* nomeado, Senador Walter Pinheiro, está com a palavra, para apresentação do seu relatório.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - E como de costume, Sr. Presidente, e é regimental, que o Senador faça a leitura completa.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Com certeza.

O SR. SENADOR WALTER PINHEIRO - Sr. Presidente, o Aviso nº 39 encaminha ao Congresso Nacional acórdão do Tribunal, e é o seguinte o parecer, que é apresentado pelo nobre Senador Acir Gurgacz, conforme análise feita na Comissão:

> *"Fui designado, pelo nobre Presidente desta Comissão, para examinar e emitir parecer sobre os Relatórios de Gestão Fiscal, exercício de 2008, que os órgãos e entidades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e do Ministério Público da União devem encaminhar ao final de cada quadrimestre ao Congresso Nacional e ao Tribunal de Contas da União — TCU. Neste Parecer adoto o Relatório do terceiro como documento central, por englobar os demais e apresentar informações mais completas.*
>
> *A matéria é disciplinada pela Lei Complementar nº 101, de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - artigos 54 e 55), pelas leis de diretrizes orçamentárias anuais e pela Lei de Crimes Fiscais (inciso I do art. 5º da Lei 10.028/2000).*
>
> *Os Relatórios de Gestão Fiscal — RGF devem ser encaminhados ao final de cada quadrimestre ao Congresso Nacional e ao Tribunal de Contas da União — TCU, a quem compete elaborar relatório contendo análise dos Relatórios de Gestão Fiscal recebidos, de forma a subsidiar a análise da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização — CMO.*
>
> *Dessa forma, o presente documento analisa as matérias em tramitação na CMO relativas aos Relatórios de Gestão Fiscal referentes ao 1º Quadrimestre de 2008: MCN nº 46/2008 (Poder Executivo), OFN nº 23/2008 (Ministério Público da União e do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios), OFN 24/2008 (Câmara dos Deputados), OFN nº 25/2008 (Senado Federal), OFN nº 26/2008 (Tribunal Superior Eleitoral), OFN 27/2008 (Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça), OFN nº 28/2008 (Tribunal Superior do Trabalho), OFN nº 29/2008 (Superior Tribunal de Justiça) e OFN nº 30/2008 (Superior Tribunal Militar)..."*

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS - Sr. Presidente, pela ordem. Sr. Presidente, Sr. Relator, por obséquio.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Não estamos ouvindo nada!

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS - E ele está lendo ainda!

O SR. SENADOR WALTER PINHEIRO - Só se eu gritar.

CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ COM REDAÇÃO FINAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização
Número: 0933/11 05/07/2011

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS - Pelo amor de Deus, Sr. Presidente, vamos ter mais moral aqui na Casa! Nós precisamos acompanhar a leitura, para ver se ele está pulando ou não.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Deputado Raimundo, V.Exa. tem razão. Eu vou pedir silêncio.

O Senador está lendo. Em respeito a S.Exa. e em atenção aos Srs. Senadores, vamos manter um pouco mais de silêncio, para a oitiva do relatório, e a atenção de V.Exas. também.

O SR. SENADOR WALTER PINHEIRO - Prosseguindo:

"...2º Quadrimestre de 2008: MCN nº 180/2008 (Poder Executivo), OFN nº 33/2008 (Ministério Público da União e do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios), OFN 34/2008 (Câmara dos Deputados), OFN nº 35/2008 (Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça), OFN nº 36/2008 (Tribunal Superior do Trabalho), OFN nº 37/2008 (Tribunal Superior Eleitoral), OFN nº 38/2008 (Superior Tribunal de Justiça) e OFN nº 39/2008 (Senado Federal); 3º Quadrimestre de 2008: MCN nº 17/2009 (Poder Executivo), OFN nº 01/2009 (Ministério Público da União e do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios), OFN nº 02/2009 (Tribunal Superior Eleitoral), OFN nº 03/2009 (Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça), OFN nº 04/2009 (Câmara dos Deputados), OFN nº 05/2009 (Tribunal Superior do Trabalho), OFN nº 06/2009 (Superior Tribunal de Justiça), OFN nº 07/2009 (Senado Federal) e OFN nº 08/2009 (Justiça Militar da União).

O TCU examina os RGFs do exercício de 2008 dos órgãos máximos dos Poderes da República, no total de 64, na ordem em que surgem na Constituição Federal: Câmara dos Deputados, Senado Federal, Poder Executivo, Supremo Tribunal Federal, Conselho Nacional de Justiça, Superior Tribunal de Justiça, Conselho da Justiça Federal, Tribunal Superior do Trabalho e mais 24 Tribunais Regionais do Trabalho, Tribunal Superior Eleitoral e mais 27 Tribunais Regionais Eleitorais, Superior Tribunal Militar, Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, Ministério Público da União e Tribunal de Contas da União.

Segundo os relatórios do TCU, os órgãos e entidades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e do Ministério Público da União encaminharam seus respectivos relatórios de gestão fiscal, referentes ao primeiro, ao segundo e ao terceiro quadrimestre de 2008, dentro do prazo legal, bem como efetuaram a devida publicação.

Em atendimento às exigências da LRF e da Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional-STN nº 470/2004, compõem o Relatório de Gestão Fiscal os seguintes demonstrativos:

a) Demonstrativo da Despesa com Pessoal;

b) Demonstrativos da Despesa com Pessoal – Recursos Transferidos da União para o Amapá, Roraima e Distrito Federal;

c) Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida;

d) Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores;

e) Demonstrativo das Operações de Crédito;

f) Demonstrativo dos Limites;

g) Metodologia de Elaboração dos Demonstrativos que compõem o Relatório de Gestão Fiscal.

O relatório do último quadrimestre deverá conter, também, demonstrativo:

- do montante das disponibilidades de caixa em trinta e um de dezembro;

- da inscrição em Restos a Pagar das despesas liquidadas, das empenhadas e não liquidadas, inscritas até o limite do saldo da disponibilidade de caixa e das não inscritas por falta de disponibilidade de caixa e cujos empenhos foram cancelados;

- do cumprimento do disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal, no que se refere à liquidação da operação de crédito por antecipação de receita, com juros e outros encargos incidentes, até o dia dez de dezembro de cada ano..."

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Mas não é possível! Sr. Presidente, pela ordem, é absolutamente impossível! Não estou conseguindo acompanhar nenhuma linha.

O SR. SENADOR WALTER PINHEIRO - *"...além do atendimento à proibição de contratar..."*

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - É para nós votarmos sem saber o que vamos votar?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rego) - Senador Walter Pinheiro, eu estou ouvindo bem daqui.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Eu estou ouvindo, mas não se entende absolutamente nada do que ele está falando! Estou solicitando ao Relator que pelo menos indique...

CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ COM REDAÇÃO FINAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização
Número: 0933/11 05/07/2011

O SR. DEPUTADO RUI COSTA - Sr. Presidente, eu solicito que se distribua uma cópia. Eu estou ouvindo plenamente e entendendo também.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - É falta de respeito com os Parlamentares!

O SR. DEPUTADO RUI COSTA - Então, solicito que se distribua uma cópia para os Parlamentares poderem ler.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rego) - Vamos distribuir as cópias para os Parlamentares que não estejam acompanhando a leitura. Solicito à Secretaria que distribua as cópias.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Solicito a cópia e peço que ele aguarde um segundo para que nós possamos acompanhá-lo. Mantemos uma atitude de respeito ao Relator; agora, é impossível que esta Casa vote algo, e parece que propositadamente, sem que ninguém saiba o que é que está votando. Isso é muito sério!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rego) - Vai chegar a cópia a V.Exa. Vai estar na sua mão.

(Não identificado) - Vamos conter os ânimos. Vai ser resolvido agora.

O SR. SENADOR WALTER PINHEIRO - Deputado sabe ler, não é? Então, pode seguramente acompanhar.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Deputado? E V.Exa deve saber ler muito bem, mas deve saber pronunciar também, e deve saber respeitar os colegas que querem ter conhecimento da matéria de que V.Exa é Relator.

O SR. SENADOR WALTER PINHEIRO - Vamos lá. Continuando o relatório, Sr. Presidente:

"...até o dia dez de dezembro de cada ano, além do atendimento à proibição de contratar tais operações no último ano de mandato do Presidente, Governador ou Prefeito Municipal.

2. Análise

2.1 - Análise da Despesa de Pessoal

A análise efetuada pelo Órgão Técnico do TCU verificou erro no cálculo da RCL do primeiro e segundo quadrimestres, fato que foi solucionado após intervenção do TCU junto aos responsáveis. Observe-se que os gastos são estabelecidos com base no conceito de Receita Corrente Líquida — RCL cuja exatidão de cálculo passa a ser crucial na verificação da regularidade das despesas totais.

Na análise do RGF do Poder Executivo referente ao terceiro quadrimestre de 2008, o TCU verificou que foram computadas indevidamente entre as deduções do cálculo do limite de despesa de pessoal, despesas referentes a benefícios assistenciais, classificadas no elemento 08 — Outros Benefícios Assistenciais, pagas com recursos previdenciários, no item "inativos" com recursos vinculados, ocasionando um aumento indevido das deduções da despesa de pessoal em R$ 5,2 milhões. Além disso, o Poder Executivo, apesar de reiterados Acórdãos daquela Corte, continuou utilizando indevidamente os recursos vinculados ao Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos para pagamento de despesas não previdenciárias. Observou-se também inconsistência no cálculo das despesas de pessoal efetuado no âmbito da Justiça Eleitoral.

Da análise conjunta dos Demonstrativos da Disponibilidade de Caixa e Restos a Pagar concluiu-se que todos os Poderes e Órgãos federais observaram os limites da LRF quando da inscrição de seus respectivos restos a pagar processados e não processados. Da mesma forma, o TCU concluiu que foram cumpridos os limites da despesa de pessoal pelos Poderes e Órgãos federais relacionados no art. 20 da LRF.

2.2 - Análise dos demonstrativos

a) Da Dívida Pública Federal

O controle da dívida pública é requisito para a gestão fiscal responsável. Assim, a LRF prevê a elaboração e publicação de demonstrativos referentes à divida pública consolidada e à divida pública mobiliária.

A Constituição Federal estabelece que compete privativamente ao Senado Federal fixar, por proposta do Presidente da República, os limites globais para o montante da dívida consolidada da União. Observe-se que esse limite não foi regulamentado pelo Senado Federal, apesar de o Presidente da República ter encaminhado proposta no sentido de fixar como limite da dívida consolidada líquida da União trezentos e cinquenta por cento da Receita Corrente Líquida (RCL).

A LRF define no art. 29 o conceito de dívida pública consolidada ou fundada como: "o montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, para

amortização em prazo superior a doze meses". Complementa esse conceito o previsto no art. 29, § 3º, que afirma integrar a dívida pública consolidada as operações de crédito de prazo inferior a doze meses cujas receitas tenham constado do orçamento.

Também deve ser conjugado o disposto no art. 30, § 7º, afirmando que os precatórios judiciais não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos integram a dívida consolidada, para fins de aplicação dos limites. Assim, para fins de apuração dos limites de endividamento, devem ser computados como se dívida fossem os precatórios judiciais não pagos emitidos após a publicação da LRF.

Por outro lado, compete ao Senado Federal estabelecer o limite da dívida pública consolidada de Estados, Distrito Federal e Municípios.

Quanto à dívida mobiliária federal convém destacar que compete ao Congresso Nacional, com sanção do Presidente da República, dispor sobre o montante da dívida mobiliária federal, nos termos do art. 48, XIV, da Constituição Federal. Para atender ao comando constitucional o Presidente da República encaminhou mensagem ao Congresso Nacional propondo o estabelecimento de um limite de seiscentos e cinquenta por cento da RCL para a dívida mobiliária federal, conforme consta do projeto de lei da Câmara dos Deputados nº 3.431, de 2000.

Convém destacar que a dívida mobiliária federal é item da dívida consolidada bruta e, portanto, da divida consolidada liquida. O limite proposto para a divida mobiliária federal auxilia o cumprimento do limite proposto para divida consolidada.

O Relatório do TCU apresenta, de forma resumida, o Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida do Governo Federal constante no RGF do 3º Quadrimestre de 2008", especificada inclusive conforme seus valores fixados na tabela, contendo: especificação; saldo do exercício, principalmente no que diz respeito ao quadrimestre: e a sua variação.

"1. Dívida Consolidada (Bruta) (...)
1.1. Dívida Mobiliária (...)
1.2. Operações de Equalização Cambial (...)
1.3. Dívida Contratual (...)
1.4. Precatórios posteriores (...)
1.5. Dívida Assumida pela União (...)
1.6. Outras Dívidas (...)
2. Deduções (...)
2.1. Ativo Disponível (...)
2.2. Haveres Financeiros (...)
2.2.1. Aplicações Financeiras (...)
2.2.2. Renegociação de Dívidas de Entes da Federação (...).
2.2.3. Demais Ativos Financeiros", também relacionados na tabela, que ainda apresenta:
3. "Dívida Consolidada líquida (DCL) (...)
4. *Dívida Mobiliária (...)"* e apresenta também os itens da
5. "Receita Corrente Líquida (...)
6. % da DCL sobre a RCL (...)
7. Limite da DCL proposto ao Senado Federal (...)
8. Dívida Mobiliária sobre RCL (...)
9. Limite da Dívida mobiliária proposto ao Congresso Nacional (...).

Fonte: Banco Central, constante no RGF do 3º Quadrimestre de 2008 (...).

Observa-se que a dívida consolidada bruta apresentou crescimento de 0,95%, ao passo que a RCL cresceu 10,83%. Assim, a relação dívida consolidada bruta frente à RCL decresceu de 439,34% para 400,16%. Por outro lado, as deduções aumentaram 7,17%, proporcionando uma queda na dívida consolidada líquida de 5,91%. Assim, a relação DCL sobre RCL caiu de 208,98% para 177,41%, representando uma queda de 31,47 pontos percentuais. Esse valor cumpriria com folga o limite de 350% da RCL proposto pelo Poder Executivo ao Senado Federal. Por outro lado, a dívida mobiliária federal cresceu praticamente na mesma velocidade que a RCL no último exercício. Assim, a relação dívida mobiliária sobre RCL ficou praticamente estável, passando de 427,10%, em 2007, para 426,68%,

em 2008. Essa relação está dentro do limite de 650% proposto pelo Poder Executivo para o Congresso Nacional.

b) Das Operações de Crédito

A LRF exige, no art. 55, inciso 1, alínea "d", que o RGF contenha demonstrativo das operações de crédito, inclusive as realizadas por antecipação de receita. Dessa forma, o TCU apresentou, de forma resumida, o Demonstrativo de Operações de Crédito constante do RGF do exercício de 2008. Enquanto o Demonstrativo da Dívida Consolidada trata de valores da dívida acumulada pela União, representando, portanto, valores de estoque, o Demonstrativo das Operações de Crédito trata apenas das operações realizadas pela União durante o exercício sob análise, sendo, dessa forma, valores que se acumulam na dívida da União."

Esses Demonstrativos constam da tabela do Demonstrativo de Crédito relacionados e apresentados pela União.

"Verifica-se que as operações de crédito caíram 23% quando comparadas com o exercício anterior; em valores correntes, a queda corresponde R$ 125,7 bilhões. Dessa queda, as operações de crédito internas foram responsáveis por uma redução de R$ 121,1 bilhões e as externas, por R$ 4,6 bilhões. No entanto, apesar de a queda das operações de crédito externas, em valores nominais, ser bem inferior à verificada nas operações de crédito internas, em valores percentuais representou uma queda de 64%.

As operações de crédito externas caíram em virtude da diminuição da dívida pública externa refinanciada, que caiu de R$ 6,3 bilhões para R$ 950,0 milhões, representando uma queda de 85%. Por outro lado, houve um aumento de 89% nas demais operações de crédito externas, passando de R$ 879 milhões para R$ 1,6 bilhão. Compondo os dois efeitos, verifica-se a redução de 64% da dívida contratual externa.

Em relação à dívida contratual interna, observa-se que a dívida refinanciada diminuiu R$ 129,6 bilhões; o montante da dívida referente a títulos da dívida agrária (TDA) diminuiu R$ 557,0 milhões; e o montante das demais operações da dívida interna aumentou R$ 9,0 bilhões.

O refinanciamento total do principal da dívida caiu R$ 135,0 bilhões, representando uma queda de 36%. Por outro lado, as demais operações de crédito, que são as consideradas para fins de limite, representam uma alta de R$ 5,3 bilhões, ou de 3%. Apesar disso, a Receita Corrente Líquida aumentou 11%. Ou seja, houve um aumento da RCL superior ao verificado no montante das operações de crédito, não computado o refinanciamento da dívida. Com isso, a relação operações de crédito sobre RCL passou de 41,5%, em 2007, para 38,7%, de 2008, o que representa uma queda de 2,8 pontos percentuais. Verifica-se, portanto, que a União atende com sobra o limite de 60% estabelecido pelo Senado Federal, na Resolução nº 48, de 2007.

c) Das Garantias e Contragarantias de Valores

Considera-se concessão de garantia o compromisso de adimplência de obrigação financeira ou contratual assumida por ente da Federação ou entidade a ele vinculada. As garantias concedidas pela União abarcam as categorias: fiança ou aval em operação de crédito interno e externo, aval para operações realizadas no âmbito de fundos, programas e operações especiais, dentre outros.

As contragarantias de maior relevância referem-se à formalização do contrato de garantia de grandes obras e as vinculadas e controladas pelos agentes operadores e financeiros dos fundos e programas especiais.

A LRF exige no art. 55 que o RGF contenha demonstrativo de concessão de garantias, para fins de verificação dos limites estabelecidos pelo Senado Federal, conforme prescreve o art. 52, inciso VIII, da Constituição Federal. O Senado Federal estabeleceu em 60% da RCL os valores das garantias concedidas pela União, nos termos da Resolução do Senado Federal nº 48, de 2007. A LRF também regulou a concessão de garantia e contragarantias no art. 40.

Assim, compõe o RGF o Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores, contendo as garantias concedidas pela União e as respectivas contragarantias. Ressalte-se que as informações e limites de garantias e contragarantias representam o estoque acumulado até o final do período a que se refere o demonstrativo. Não são, portanto, apenas o fluxo de garantias concedidas no exercício.

O estoque das garantias concedidas pela União atingiu, no final do exercício de 2008, o montante de R$ 92,8 bilhões, comparado com o exercício anterior, quando o montante era de R$ 69,3

bilhões, com aumento de 34%. Como a RCL aumentou cerca de 11% no mesmo período, promoveu um aumento da relação entre as garantias concedidas de RCL de 17,93% para 21,65%. Mesmo assim, a relação atende com grande margem ao limite fixado pelo Senado Federal por intermédio da Resolução SF nº 48, de 2007, em 60% da RCL.

O aumento verificado nas garantias de 2007 para 2008 decorre de um aumento das garantias externas, que passou de R$ 24,6 bilhões para R$ 33,9 bilhões, correspondente a 38%; e de um aumento das garantias internas, que passou de R$ 44,7 bilhões para R$ 58,9 bilhões, correspondente a 32%.

Nas garantias internas destacam-se os contratos FGTS-BNDES (contrato nº 433/PGFN/CAF, de 28 de agosto de 2008) e FI/FGTS-BNDES (contrato s/n, de 22 de dezembro de 2008) que representaram garantias nos montantes de R$ 6 bilhões e R$ 7 bilhões, respectivamente, proporcionando um aumento de R$ 13 bilhões nas garantidas dessa rubrica.

O estoque de contragarantias recebidas apresentava, no final do exercício de 2007, o montante de R$ 36,7 bilhões, passando para R$ 41,9 bilhões no final de 2008, o que representa um aumento de 14%. Esse aumento decorre de uma elevação das contragarantias externas, que passaram de R$ 17,0 bilhões, em 2007, para R$ 24,0 bilhões, em 2008, representando um crescimento de 42%. Por outro lado, as contragarantias internas compensaram parte desse aumento, ao passarem de R$ 19,7 bilhões para R$ 17,9 bilhões, representando uma queda de 9%.

Comparando-se as garantias concedidas com as contragarantias recebidas, observa-se que há uma insuficiência de contragarantias no montante de R$ 50,9 bilhões no final de 2008, contra uma insuficiência no montante de R$ 32,6 bilhões no final de 2007, o que representa um aumento de 56% na insuficiência das contragarantias.

Segundo o TCU há razões legais que explicam essa diferença. A LRF, no art. 40, §1º, inciso I, afirma que não se exige contragarantia de órgãos e entidades do próprio ente. Além disso, operações realizadas antes do advento da LRF também podiam ser dispensadas da contragarantia.

O TCU informa que a determinação constante do Acórdão nº 1.051/2007-TCU-Plenário, que exige a publicação de demonstrativo de garantias e contragarantias relacionado aos contratos com garantia concedida pela União com a dispensa de concessão da respectiva contragarantia, foi atendida pela STN.

2.3 - Conteúdo do Acórdão nº 1.059/2009-TCU-Plenário

Os Ministros do TCU, reunidos em sessão plenária, decidiram:

1. *considerar cumpridas as exigências de publicação e envio ao TCU dos Relatório de Gestão Fiscal pelos Poderes e Órgãos relacionados no art. 20 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal — LRF), correspondentes ao 3º quadrimestre do exercício de 2008, em obediência aos seus arts. 54 e 55, bem como ao inciso I do art. 5º da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000;*
2. *considerar atendidos pelos Poderes e Órgãos federais relacionados no art. 20 da LRF os limites previstos no art. 1º, § 1º, da LRF, no 3º quadrimestre do exercício de 2008, em especial, os limites previstos na Resolução do Senado Federal no 48, de 2007, para o montante de operações de crédito e garantias concedidas pela União;*
3. *determinar ao Tribunal Superior Eleitoral, setorial orçamentária e financeira da Justiça Eleitoral, que oriente os demais órgãos daquele ramo da Justiça Federal para que se abstenham de considerar, no cálculo da dedução da despesa bruta de pessoal referente ao pagamento de Inativos com Recursos Vinculados, as despesas custeadas com recursos da Fonte 51 — Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das Pessoas Jurídicas, tendo em vista que tais recursos não figuram entre as deduções previstas no art. 19, § 1º, inciso VI, alíneas "a" a "c", da LRF;*
4. *determinar à SEMAG que, em processos a serem constituídos no futuro sobre a observância dos limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal, proceda à audiência dos responsáveis sempre que for verificado o pagamento de gastos assistenciais com recursos vinculados à previdência dos servidores públicos, diligenciando para que sejam devidamente identificadas as unidades gestoras dos Poderes que incorreram em tal falta;*
5. *encaminhar, para ciência, cópia da presente deliberação, bem como do Relatório e Voto que a fundamentam, aos Órgãos e Poderes responsáveis pelos RGFs analisados no processo, bem*

como à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional e ao Conselho Nacional de Justiça, de acordo com o disposto no § 1º do art. 166 da Constituição Federal, e em cumprimento à determinação contida no § 3º do art. 125 da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2008;

6. arquivar os autos.

Voto do Relator

Compete a esta Comissão, nos termos do art. 2º, III, da Resolução nº 1/2001-CN, examinar e emitir parecer sobre as matérias e documentos pertinentes ao acompanhamento e fiscalização da execução orçamentária e financeira e da gestão fiscal de que tratam os artigos 70 a 72 e 166, § 1º, inciso II, da Constituição Federal.

O Relatório de Gestão Fiscal, instituído pelo art. 54 da LRF, deve ser elaborado e publicado a cada quadrimestre pelos titulares dos Poderes e Órgãos da Administração Pública. Constitui-se em documento fundamental para a transparência das contas públicas, na medida em que permite ao Congresso Nacional, aos órgãos de fiscalização e a toda a sociedade o acompanhamento do cumprimento, pelos gestores públicos, dos limites legais de despesas com pessoal, operação de crédito e concessão de garantia.

No caso em apreciação, a análise procedida pelo Tribunal de Contas da União culminou no Acórdão nº 1.059/2009, aprovado pelo Plenário, que considera atendidas as exigências da LRF.

Assim, com base nessa conclusão, e levando em conta a análise por nós efetuada, voto no sentido de que esta Comissão tome conhecimento do conteúdo do Relatório de Gestão Fiscal referente ao exercício de 2008 e demais documentos que compõem o processo, e, uma vez que não há providências a tomar, determine o seu arquivamento.

Sala da Comissão,

Senador Acir Gurgacz."

O SR. PRESIDENTE (Deputado Senador Vital do Rêgo) - Agradeço novamente ao Senador Walter Pinheiro.

Em discussão o relatório.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO - Sr. Presidente, quero discutir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Senador Vital do Rêgo) - Para discutir o relatório...

O SR. DEPUTADO GIROTO - Sr. Presidente, pela ordem. Pela ordem, Sr. Presidente, pela ordem. Eu gostaria de pedir uma inversão de pauta, do Requerimento nº 14, porque esta é a quinta sessão em que ele está em pauta e nós não votamos. Então, eu gostaria que o senhor...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Senador Vital do Rêgo) - Quando se concluir a votação aqui nós vamos fazer a inversão que V.Exa. está solicitando.

O SR. DEPUTADO GIROTO - Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Senador Vital do Rêgo) - Com a palavra o Deputado Efraim Filho, depois o Deputado Rogério Marinho.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Sr. Presidente, mais uma vez iniciamos este momento de discussão às 16h29min. V.Exa., diligentemente, já olhava também o relógio. Então, Sr. Presidente, nos 5 minutos que me são regimentais, estou certo de que haverá tempo, sem necessidade da tolerância de V.Exa., para podermos expor os nossos argumentos.

Sr. Presidente, mais uma vez está claro que obviamente se trata aqui de um procedimento no qual a Oposição busca ganhar a atenção do Plenário, a atenção da Comissão, porque não é possível que a LDO seja votada hoje. Não houve o tempo necessário para o estudo, a assessoria técnica ainda se debruça sobre o tema, e nós temos ainda pontos divergentes que têm de ser tratados com o Governo.

A Oposição faz diligentemente o seu trabalho, uma Oposição fiscalizadora, uma Oposição que atua com responsabilidade, mas que não pode ser atropelada, sem poder debater aqueles temas que são do interesse não nosso, mas que são do interesse da Nação.

Há pouco tempo eu dizia: um dos temas que nos faz prosseguir nesta estratégia de obstrução é exatamente a busca de preservar competências e atribuições que são do Tribunal de Contas da União.

O Senador Walter Pinheiro leu de forma diligente, com uma dicção que realmente impressiona a todos nós, pela clareza, e seguramente no guia eleitoral também deve ser dessa mesma forma, com essa mesma dicção, que os seus eleitores compreendem, seguramente.

Nós temos, Sr. Presidente, de debater exatamente a necessidade do diálogo. O que a Oposição pede é a oportunidade de debater esses pontos que são críticos, para que não cheguemos no momento da votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias, do seu projeto, que o Deputado Márcio Reinaldo Moreira relata, sem que tenhamos condições de analisá-los de forma profunda. A assessoria técnica que aqui nos auxilia diz que precisa de mais tempo; conversava com o Deputado Gilmar, conversava com o nosso Líder do Governo, com todos, no sentido de tentar buscar essa convergência de opiniões.

Nós não seremos atropelados, nós não seremos "tratorados"; usaremos do Regimento da forma adequada e conveniente, para que possamos ganhar o tempo necessário para que este diálogo ocorra da melhor forma.

V.Exa., como Presidente, sabe que são 16h32min; no último minuto *(risos)* que ainda me resta, então, eu gostaria de concluir este meu pronunciamento dizendo que, apesar da leitura dinâmica do Senador Walter Pinheiro, nós tivemos aqui a oportunidade de analisar e de ver que é preciso que esta Comissão entenda que é hora de encerrar a sessão; que nós temos, sim, de dar mais tempo ao diálogo; que nós temos de avançar nas composições, para que nós possamos realmente chegar a um limite e a um denominador comum, que deve existir, Sr. Presidente.

Como eu disse, há uma grande preocupação no relatório da LDO, que é a de preservar as competências, que é a de não usurpar as competências do Tribunal de Constas da União, não afrouxar as leis de fiscalização. Já tivemos o regime diferenciado da Copa, o regime diferenciado de contratações, e agora, na LDO, vem uma norma estranha; depois de se traçar uma "mediana", que são os "preços razoáveis" para a contratação, traz-se um *plus* de 20%, Sr. Presidente! Um *plus* de 20%, acima do que se consideraria razoável para a contratação!

Isso é inadmissível, e não pode ser votado sem que haja esse diálogo entre a Oposição e a Situação, para preservar, assim, as garantias de um processo que não venha contaminado e viciado, Sr. Presidente. Então, ainda dentro do tempo regimental, obedecendo a V.Exa., sempre no controle estrito do tempo, agradeço a oportunidade que V.Exa. nos concedeu para discutir a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo) - Outro estudioso do assunto, o Deputado Rogério Marinho, tem a palavra.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO - Agradeço a gentileza a V.Exa.

Como eu tenho 1 minuto do tempo do Deputado Efraim...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo) - V.Exa. tem só os seus 5 minutos.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO - *(Risos.)* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, ilustre Relator Márcio Reinaldo, esse relatório certamente para todos nós foi uma aula, um processo didático. Quero agradecer inclusive a eloquência e a clareza com que ele foi lido ao nosso Senador Walter Pinheiro. Walter conseguiu dar-nos aqui uma visão do que acontece com a Administração Pública, já que esse relatório trata do exercício de 2007/2008, do Governo Federal e de outros órgãos correlatos, como o Ministério Público e o próprio Tribunal de Justiça.

E um dado chama-nos a atenção, Sr. Presidente: é o fato de que a dívida consolidada do Governo Federal no último quadrimestre de 2008 estava em R$ 1,714 trilhão. É um valor bastante razoável, com crescimento de 1% em relação ao exercício de 2007. Isso significa, Sr. Presidente, que nós estamos, como País, consignando no Orçamento Geral da União uma parcela nunca inferior a R$ 200 bilhões que são pagos aos rentistas tanto da dívida interna quanto da dívida externa nacional. Esse recurso certamente faz falta, e faz muita falta, na aplicação da qualidade da educação, na melhora da saúde pública, na infraestrutura do Governo Federal, tão necessária para a logística das nossas exportações e para o nosso comércio.

As nossas estradas estão em petição de miséria. As nossas ferrovias não são concluídas. O recurso para investimento nunca é suficiente. O Governo, inclusive, que tem alardeado com pompa e circunstância o Plano de Aceleração do Crescimento, consegue uma nova marca pífia: no dia 30 de junho deste ano, 6 meses após o início desta atual administração, apenas 3,9%, Sr. Presidente, dos investimentos consignados no PAC, a principal ação deste Governo, foram efetivamente concluídos. Menos de 4%! Os senhores hão de convir que é uma marca muito tímida. Isso porque, Sr. Relator, normalmente este Governo está comprimido pelos Restos a Pagar do Governo anterior.

Então, nós temos na verdade um outro Orçamento. E aqui, neste lugar, onde Deputados e Senadores têm uma obrigação para com o País, para com a Nação, independentemente do seu posicionamento, como membro de Situação ou membro de Oposição, precisamos resgatar o papel do Parlamento. Neste momento em

que discutimos esse relatório, nós temos essa possibilidade. E quero aqui elogiar o relatório do Deputado Márcio Reinaldo, que aponta nessa linha, não da maneira que imaginávamos, mas dando alguns passos positivos, no sentido de equacionar esse problema.

Nós propusemos, na Legislatura anterior, um redutor de 75% sobre os Restos a Pagar, mediante critérios, critérios estabelecidos por obras que deixaram de ser importantes, por obras que não foram colocadas em prática, até por improbidade administrativa, por desvio de recurso, mas infelizmente o Governo tem aumentado de forma geométrica os Restos a Pagar, impedindo a correta execução do Orçamento no ano em curso. E nós aqui, que nos debruçamos, que estudamos o Orçamento, que trabalhamos arduamente para construirmos entre nós a realidade, uma média do pensamento da vontade da Nação brasileira, vemo-nos sempre frustrados, porque não conseguimos vê-lo executado em sua plenitude.

O Governo precisa urgentemente equacionar essa situação da taxa de juros. Não é possível, Sr. Presidente, termos aqui no Brasil a jabuticaba que é a nossa taxa de juros.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo) - Agradeço a V.Exa. Seu tempo foi concluído.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO - A taxa de juros... Só quero concluir aqui.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo) - Deixe para o próximo. Deixe para o próximo, Rogério.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO - Está tão bom! *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo) - Mas deixe para o próximo. Parabenizo V.Exa.

Está encerrada a discussão.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Estou aguardando a minha oportunidade, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo) - V.Exa. não se posicionou, mas...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Posicionei-me, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo) - Então, V.Exa. tem a palavra, Deputado Domingos Sávio.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sr. Presidente, nós, em que pese tenhamos, sim, como já foi lembrado pelos nossos colegas, a missão de aprofundar o debate, com a busca de construirmos um diálogo com o Governo, o que não tem havido, nessa condição de tentar, pelo simples fato de haver uma maioria que respeitamos muito, tão significativa, não podemos fazer deste Parlamento um ambiente em que não haja espaço para o debate, em que não haja espaço para construir um entendimento.

E eu já de pronto agradeço a V.Exa., que dirige esta Comissão com o equilíbrio, com a moderação necessária ao bom exercício da democracia, até porque nós estamos discutindo um relatório, Sr. Presidente, que nos dá a oportunidade de fazer reflexões extremamente importantes. O relatório de gestão que ora é apresentado foi lido com muita dinâmica pelo Senador Walter Pinheiro, dinâmica essa que exigiu de todos não só a capacidade acurada de acompanhá-lo pela audição, mas a necessidade de exercitarmos as nossas potencialidades taquigráficas para seguir aquilo que é fundamental, que é saber o que é que estamos votando.

E pode parecer para alguns Parlamentares, ou para alguns que nos acompanham, que querer saber o que estamos votando é querer demais, e quando se chega a esse ponto algo não vai bem no Parlamento. Quando se chega ao ponto de se querer que simplesmente se vote porque há uma orientação para votar nessa ou naquela direção, sem sequer conhecer, e o pedido para conhecer passa a ser entendido como uma atitude de quem atrapalha ou cria algum empecilho ao andamento, isso é algo que merece uma reflexão de início.

Mas, além dessa reflexão, o conteúdo da matéria aponta-nos, por exemplo, que no exercício em questão, no exercício de 2008, houve um acréscimo, Sr. Presidente, significativo, na receita líquida corrente, da ordem de 11%. Isso faz-nos refletir sobre como andam no Brasil as questões tributárias. Por quê? Porque nós não tivemos naquele exercício um crescimento do PIB tão fantástico, o que, aliás, nós desejávamos que houvesse. Nós não tivemos também uma inflação alta, o que é muito bom. No exercício de 2008, eu não tenho os dados precisos, mas seguramente a inflação esteve abaixo de 5%. Tivemos também um crescimento do PIB abaixo dessa monta. No entanto, a arrecadação do Governo cresceu, acima do que cresce o País. Isso mostra — não é? — a voracidade que o nosso País vem experimentando e que não para de sempre querer mais e mais impostos.

Eu aproveito para registrar isso porque nós somos daqueles que vamos sempre insistir que é hora de definirmos e aprovarmos a regulamentação da Emenda 29, de termos a definição clara de que saúde é prioridade — e dinheiro para isso existe —, e nessa hora não cairmos na tentação de querer criar mais impostos, porque toda vez que analisamos qualquer matéria de gestão nós temos a oportunidade de ver, Sr. Presidente, que a arrecadação cresce assustadoramente a cada ano no País, à custa do setor produtivo. O setor produtivo, que tem carregado o País, paga...

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - *O.k.*, agradeço a...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - O meu tempo ainda não se esgotou, Sr. Presidente. V.Exa. tirou-me alguns segundos. Eu quero concluir pelo menos os meus 42 segundos. É preciso que eu pelo menos conclua o meu raciocínio.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Já chegamos ao...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Então, não é justo que nós tenhamos inclusive a falta de oportunidade de analisar uma matéria que trata de gestão financeira do País, na Comissão de Orçamento do País! Quer dizer, nós nem na Comissão de Orçamento vamos poder discutir orçamento, como se o mundo fosse acabar daqui a alguns minutos! Então, acho que a Oposição tem esse direito e, mais do que isso, esse dever.

E nós pedimos que a base do Governo compreenda que debater a matéria não significa atrapalhar o andamento da Comissão; é cumprir a nossa missão.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Obrigado, Deputado.

Há mais duas inscrições: Deputado Raimundo Gomes de Matos e Deputado..

O SR. DEPUTADO GIROTO - Pela ordem, Sr. Presidente, eu gostaria de voltar a insistir na inversão de pauta.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Só depois da votação, Giroto. Só depois dessa votação, entenda.

O SR. DEPUTADO GIROTO - *O.k.*, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - O Deputado Raimundo Gomes de Matos tem a palavra.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS - Sr. Presidente, nós ouvimos a leitura dinâmica do nobre Senador, e inclusive não vou pedir notas taquigráficas, nem vou também buscar as fitas de gravação, porque, na íntegra, V.Exa., na página 5, no quadro de especificação, pulou de dívida consolidada para dívida contratual, para dívida não sei o quê, e não sei o quê, e não sei o quê, e passou por aqui voando, certo? Acho que isso não deve ser feito. Quer dizer, é um Senador que já passou por esta Casa, já passou por esta Comissão. E é ruim para a imagem da Comissão de Orçamento, é ruim para a imagem dos Congressistas.

É por isso que às vezes a imprensa critica os Deputados e Senadores, porque há manobras como essa. Se nós formos buscar as notas taquigráficas, é uma vergonha para a Comissão de Orçamento — desculpem o termo — terem sido pulados aqui itens de uma tabela que é de suma importância, de uma matéria também que, graças, à época, ao Ministro Malan, a Pedro Parente, foi a Lei de Responsabilidade Fiscal. Se não existisse a Lei de Responsabilidade Fiscal, talvez nós não estivéssemos neste momento pelo menos tomando conhecimento de um assunto de tanta importância, que é nós avaliarmos o endividamento do País, os recursos orçamentários, uma parte, como estão sendo utilizados.

E há pouco tempo foi citado também aqui que o Governo fica obstruindo a Emenda Constitucional nº 29/00, colocando urgência numa matéria, porque quer criar mais impostos. Não vamos dizer que não é! A Emenda 29 daria R$ 17 bilhões a mais para a saúde, para os Estados e para os Municípios. Então, no próprio relatório — está aqui — há um aumento da receita de 11%. E nós vemos, está aqui num jornal, está lá: obras da Transnordestina paradas; obras da transposição paradas. É o "Plano de Aceleração do Contingenciamento"! É como está sendo batizado, um jornalista batizou: "Plano de Aceleração do Contingenciamento". A Assembleia Legislativa do Estado está indo lá, às localidades em que está havendo essas obras, porque há o contingenciamento.

E nós abrimos outro jornal, está lá: PAC, a corrupção no Ministério dos Transportes. E daí: PAC, "Plano de Aceleração da Corrupção". *(Risos.)* Quer dizer, é até de achar graça! E o posicionamento do Governo? Tira lá um diretor, dois, três, não sei o quê, e o Ministro permanece. O Ministro é imune! Das duas, uma: ou o Ministro não domina os seus assessores, ou não conhece o que está acontecendo naquela Casa, e com isso, assim sendo, ele não deveria permanecer, porque se ele conhecia é conivente; se ele não conhecia, muito bem, demonstra incompetência gerencial. Se o Ministro diz que não conhecia aquela máquina de promover essa corrupção, ele não está gerenciando; os outros é que estão gerenciando por ele.

Por isso, num jornal do Ceará — não sei se o Deputado viu —, tinha lá, entre aspas, *"Plano de Aceleração da Corrupção"*. E se você for para as obras, está lá: *"Plano de Aceleração do Contingenciamento".*

A Presidente lança um PAC 2, do Minha Casa, Minha Vida — que os Prefeitos estão chamando de "Minha Casa, Meu Tormento", porque está "publicizado", todo mundo atrás de casa, atrás de terreno —, se nem o PAC 1 foi realizado!

Então, de tudo isto precisamos ter clareza, dentro do pacto federativo: da nossa missão, do nosso compromisso, da realidade nua e crua das finanças do País, dos restos a pagar.

Ouvi o Ministro Mantega dizer na CBN: "*Criar um prazo a mais para Estados e Municípios, muito bem. Agora, garantir o pagamento é outra situação"*. Quer dizer, prorroga-se o prazo, e o Ministro Mantega já diz que não tem recursos para pagar. É uma brincadeira! É uma brincadeira com os Congressistas, é uma brincadeira com todos os que fazem a administração pública em nosso País...

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO - Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS - Este nosso posicionamento é no sentido de garantir realmente que possamos ter o debate no Congresso Nacional, uma Casa de diálogo para o processo democrático brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Na forma do art. 107, parágrafo único, do Regimento do Senado Federal, havendo Ordem do Dia no Senado, suspendo a presente reunião e convoco V.Exas. para reiniciá-la a partir do momento em que as Casas liberarem a Ordem do Dia.

Está suspensa a reunião.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Sr. Presidente, o nobre Deputado Raimundo Gomes de Matos, falando há pouco, já condena o Ministro Alfredo Nascimento.

Não faça, nobre Deputado, nenhum prejulgamento. Respeitando o seu Estado do Ceará, as notícias lá estão chegando mais rápido do que em todos os Estados da Federação.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - A reunião está suspensa.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO - Sr. Presidente, só um registro. São 16h48. Só quero alertar que são 16h48, o tempo para *(ininteligível)* interstício.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS - O Governador Cid afirmou. O Governador do Estado afirmou.

Reafirmo, junto com o Governador Cid Gomes.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Declaro reiniciada, às 8h50min, a 12ª Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamento Público e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes das Pautas nºs 8 — alterada —, 9, 10, 11 e 12.

Informo que os avulsos das matérias encontram-se na Mesa dos trabalhos.

Vamos continuar a discussão.

A discussão não foi encerrada antes da suspensão da Pauta nº 8, alterada, no item 3.

Estávamos em um processo de discussão. Eu reproduzi a hora para efeito de interstício.

Portanto, vamos continuar a discussão com o Deputado Vaz de Lima, terceiro e último orador para discutir a matéria. Domingos já discutiu.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO - Pela ordem, Sr. Presidente. Embora V.Exa. tenha falado em interstício, estamos reiniciando uma sessão e verifica-se de plano a inexistência de *quorum*. Como Vice-Líder do PSDB, estou questionando a V.Exa. se nós não teríamos essa impossibilidade, uma vez que se verifica absoluta ausência de *quorum* no plenário.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Mas os Parlamentares estão chegando. Estamos começando agora. Vamos nos entender. Vamos continuar a discussão aqui até a hora do... Vamos continuar...

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO - Estou questionando V.Exa., porque acredito que não é apropriado um reinício de trabalho sem *quorum*.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Sr. Presidente, pela ordem. Eu queria fazer aqui uma ponderação, porque havíamos tentado prosseguir a reunião hoje — e aí um apelo que eu queria fazer —, porque a nossa proposta é que hoje fizéssemos apenas a leitura. Amanhã teríamos, então, apresentação das emendas, discussão e, depois, votação.

Então, meu apelo é para que pudéssemos ter um avanço, para que todos conhecessem exatamente o texto e para facilitar o encaminhamento para amanhã. É apenas isso.

O que foi lido pelo Senador Walter Pinheiro é apenas arquivamento.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - É, tudo é arquivamento.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Então, não temos qualquer projeto. Então, esse é o apelo: vamos ler apenas o texto. E aí a gente faz o debate amanhã. Faremos o debate, a apresentação dos destaques e a votação. Perfeito?

CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ COM REDAÇÃO FINAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização
Número: 0933/11 05/07/2011

A sessão ordinária já está convocada para amanhã a tarde. E para as duas extraordinárias haverá amanhã à tarde e amanhã à noite, ambas convocadas desde a semana passada. Então, não queremos atropelar. Estamos querendo exatamente o diálogo para que a gente possa chegar a um bom termo, porque nos interessa fazer o debate da LDO com tempo. Portanto, para fazermos esse debate na outra semana, vamos fazê-lo de forma atropelada. E todos sabem que a partir do dia 15, caso não votemos a matéria, não podemos entrar de recesso. É a única coisa que nos impede de entrar em recesso.

Então, é lógico que queremos votar com prazo, com tranquilidade. E o Deputado Márcio Reinaldo está aberto para discutir com todas as bancadas.

Essa é a proposta.

O SR. DEPUTADO MARÇAL FILHO - Sr. Presidente, permita-me, como Vice-Líder, apenas trazer um argumento ao nobre Deputado Gilmar Machado: eu estou nessa mesma linha e sinto que também assim está o Deputado Rogério Marinho, que coordena a nossa bancada, no sentido de buscar entendimento. Agora, não se constrói entendimento antes de se conversar.

O que nos preocupa é que tivemos uma sessão que se iniciou com algumas dificuldades, inclusive a forma como foi feita a leitura. E agora a gente fala de uma nova leitura, mas não houve um diálogo. Existem algumas questões.

O Deputado Márcio Reinaldo também é uma pessoa com quem temos uma relação extremamente próxima e de respeito e de entendimento, mas existem alguns itens sobre os quais temos propostas de destaque e alguns assuntos que precisam ser melhores esclarecidos. E, ainda em plenário, o Líder do Governo no Congresso, Deputado Mendes Ribeiro, dizia-nos do desejo de S.Exa. de conversar com o Deputado Rogério Marinho, mas houve um desencontro. Parece-me que o Deputado Rogério estava com V.Exa..

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo) - O Deputado Mendes Ribeiro está chegando.

O SR. DEPUTADO MARÇAL FILHO - Eu estou desejoso de que haja esse entendimento e esse diálogo, que poderá facilitar, e muito, o nosso trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo) - Vai haver. Vamos continuar. Deixem-me dar a palavra a Vaz, porque ele estava inscrito e eu tenho o maior respeito pelo Deputado do PSDB, esse paulistano maravilhoso.

Vaz, V.Exa. tem a palavra, para usar seus cinco minutos. Nesse interregno o Deputado Mendes deve chegar e a gente poderá construir um acordo.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO - Sr. Presidente, apenas uma intervenção.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Deputado Rogério Marinho.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO - Já que estamos em processo de discussão, apenas quero "posicionar" a posição do PSDB — e desculpe-me até a redundância ao falar em "posicionar" a posição, mas ficamos emocionados com o discurso do Deputado Gilmar. É o seguinte: estamos com duas situações e não temos nenhuma dificuldade em publicizá-las.

A primeira é em relação ao questionamento ou à possibilidade de alterarmos a própria resolução que criou esta Comissão, ou que regula esta Comissão, que é a possibilidade de haver uma superposição em relação ao Comitê do qual o Deputado Vaz é Presidente. Esse é o primeiro ponto .

Em relação a LDO, não temos nenhuma dificuldade de discuti-la e votá-la. Mas tivemos hoje, em função inclusive dos nossos desencontros, uma primeira conversa com o Relator — aliás o Relator é extremamente afável e receptivo. O relatório, em linhas gerais, é extremamente consistente e avança muito em relação ao que acreditamos, mas ainda há pontos que necessitam de maior esclarecimento. E como o Relator recebeu esse posicionamento nosso agora à tarde, Deputado Gilmar, certamente S.Exa. vai se debruçar sobre essa situação com a sua assessoria e deve conversar com Governo para verificar se é possível alguma transigência. E entendemos que essa situação tem que ser equacionada dessa forma, pois o Relator, mesmo com toda sua autonomia e com toda a sua condição de Relator, certamente vai conversar com o Governo sobre as ponderações que fizemos.

Por fim, o fato de se ler o relatório agora não vai nem vem, porque, na verdade, eu não sei, Deputado Gilmar, se as posições que colocamos serão aceitas ou não pelo Relator. Então, nada obsta que suspendamos hoje a sessão e amanhã a reiniciemos, à luz da posição do Relator em função dos posicionamentos que colocamos para ele. Caso S.Exa. concorde com nosso posicionamento, eu asseguro a V.Exa. que amanhã mesmo faremos a leitura, votaremos e resolveremos a situação dentro do âmbito da Comissão.

Então, não se trata de lermos o relatório hoje ou amanhã, pois S.Exa. pode regimentalmente ler e votar no mesmo dia.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO - Mas, Gilmar, eu tenho certeza — e pode perguntar ao Relator — que as ponderações que fizemos ainda não foram assimiladas no texto ou mesmo retrucadas. Então, a gente está antecipando uma situação que na verdade ainda não aconteceu. Quer dizer, fizemos 14 ou 15 ponderações diferentes com o Relator.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo)- O Deputado Pedro Chaves está com a palavra, representando o PMDB.

O SR. DEPUTADO PEDRO CHAVES - O PMDB tem alguma contribuição a oferecer ao relatório do Deputado Marcio Reinaldo, pois temos quatro destaques a apresentar em nome do partido. E eu só queria a confirmação de V.Exa. de que, mesmo fazendo a leitura do relatório hoje, o prazo para apresentação dos destaques se estenderia até amanhã?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo) - Vamos trabalhar para que o prazo continue até amanhã. Obedecendo ao Regimento, sem feri-lo, Deputado Pedro, vamos continuar assim, até que o Relator possa assimilar *in totum* as necessidades e reivindicações do plenário.

Deputado Wellington Roberto.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Sr. Presidente, o nobre Deputado Rogério Marinho...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo) - Peço silêncio ao Deputado Cajado, que já chegou mostrando... *(Risos.)*

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - O nobre Deputado Rogério Marinho insiste e persiste na condição das atribuições do Comitê, do qual o nobre Deputado Vaz de Lima é Presidente. Eu já disse por diversas vezes aqui, no âmbito da nossa Comissão, que são coisas distintas a criação desse grupo de trabalho em relação à ação do Comitê, do qual o Deputado Vaz de Lima Presidente.

Então, eu não concordo. O PR também não concorda, assim como alguns partidos da base, acredito eu, estão solidários com a criação do grupo de trabalho.

Essa é a visão do PR.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Essa é a posição de V.Exa.

Continuamos a Ordem do Dia apreciando Item 3 da Pauta nº 8, alterada, que estava em processo de discussão.

A manifestação agora cabe ao Deputado Vaz de Lima, que está com a palavra para usá-la durante cinco minutos.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Está em discussão.

Durante o processo de discussão não pode. O Deputado Vaz de Lima está com a palavra...

(intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO VAZ DE LIMA - Sr. Presidente, nobres Deputados, eu queria fazer uma preliminar e depois...

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senado Vital do Rêgo) - Baseado em que artigo, nobre Deputado Cajado?

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Art. 29 — e tenho ele decorado. E o que diz o art. 29, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) – Tem V.Exa. a palavra *(Risos.)*

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem, com base no art. 29 do Regimento Interno

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Com a palavra V.Exa..

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - É notório, Sr. Presidente, que não podemos continuar com a sessão, por falta da presença do mínimo de 10% dos Senadores. Portanto, sem me de delongar, eu pediria a V.Exa. que encerrasse esta sessão.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON ROBERTO - Eu pediria ao Presidente, inclusive, que consultasse o art. 134.

Convalidando a posição do Deputado Cajado, o art. 134 que diz que só podem ser iniciados os trabalhos com um sexto do número....

CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ COM REDAÇÃO FINAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização
Número: 0933/11 05/07/2011

O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS - Nós não estamos iniciando o trabalho, não, aqui é continuidade...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo) - Para contraditar, concedo a palavra ao Deputado Gilmar Machado e ao Deputado André Vargas. Para contraditar a questão de ordem do Deputado Cajado.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Primeiro, falarei sobre a indagação do Deputado Claudio Cajado, depois falarei sobre os entendimentos.

Primeiro, estamos dando sequência a uma Comissão que já tinha *quorum*, e a verificação vai se dar na hora da votação. Ao Deputado Cajado — e espero que S.Exa. chegue também ao Senado — devo dizer que quem deve pedir a verificação do Senado é Senador. Quando chegar a hora da votação, logicamente vai ser pedido. Na Câmara há *quorum* mais do que suficiente para que a gente possa dar sequência aqui aos nossos trabalhos.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, eu pediria que V.Exa. me permitisse ler o § 2º do art. 29, exatamente para que o Deputado Gilmar Machado possa entender claramente o erro que acabou de cometer aqui. Eu digo "erro", porque eu não diria que S.Exa. desconhece o Regimento, pois, para mim, o Deputado o conhece.

Por isso, digo que S.Exa. errou. O que diz o § 2º:? "*No curso da sessão, verificada a presença de Senadores e Deputados em número inferior ao mínimo fixado no art. 28, o Presidente encerrará os trabalhos ex offício ou por provocação de qualquer Congressista*".

Portanto, na condição de Congressista, peço ao Presidente que, *ex offício*, determine o encerramento desta sessão por falta de *quorum* na presença dos Senadores da República.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Na forma do art. 29, § 2º, determino o encerramento desta sessão.

Tenham todos uma boa noite.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

ATA DA QUARTA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA EM 6 DE JULHO DE 2011.

Aos seis dias do mês de julho do ano de dois mil e onze, foi convocada extraordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, com o objetivo de apreciar as matérias constantes das Pautas nºs 8 Alterada, 9, 10, 11 e 12. Foi registrado o comparecimento dos membros: **- Deputados titulares**: Ademir Camilo, Andre Vargas, André Zacharow, Claudio Cajado, Dilceu Sperafico, Efraim Filho, Fábio Ramalho, Genecias Noronha, Gilmar Machado, Giroto, João Dado, João Magalhães, José Priante, Luciana Santos, Marçal Filho, Márcio Reinaldo Moreira, Nilton Capixaba, Raimundo Gomes de Matos, Roberto Britto, Rodrigo de Castro, Rogério Marinho, Rubens Bueno, Rui Costa, Valtenir Pereira e Wellington Roberto; **- Senadores titulares:** Acir Gurgacz, Anibal Diniz, Cyro Miranda, Francisco Dornelles, Jayme Campos, João Vicente Claudino, Magno Malta, Vital do Rêgo e Walter Pinheiro; **- Deputados suplentes:** Alex Canziani, Alexandre Leite, Ângelo Agnolin, Audifax, Benjamin Maranhão, Carlos Brandão, Danilo Forte, Domingos Sávio, Geraldo Resende, Gorete Pereira, Heuler Cruvinel, Hugo Leal, João Carlos Bacelar, José Airton, Pedro Chaves, Roberto Teixeira, Ronaldo Zulke, Sueli Vidigal, Valmir Assunção, Vaz de Lima, Weliton Prado e Zé Geraldo; **- Senadora suplente**: Lídice da Mata. Foi registrada a ausência dos membros titulares: **- Deputados**: Arlindo Chinaglia, Edmar Arruda, George Hilton, Geraldo Simões, Gonzaga Patriota e Vitor Penido; **- Senadores**: Ricardo Ferraço e Sérgio Petecão. **ABERTURA:** às quatorze e cinquenta e três minutos do dia seis de julho de dois mil e onze, e havendo número regimental conforme estabelecido no *art. 134 da Resolução nº 1, de 2006,* alterada pela *Resolução nº 3, de 2008, ambas do Congresso Nacional,* o Presidente, Senador Vital do Rêgo (PMDB/PB), declarou iniciados os trabalhos, e informou que o *quorum* para deliberação havia sido atingido. O Deputado Claudio Cajado pediu a palavra para informar que não havia acordo para apreciação dos Relatórios aos projetos de lei de créditos adicionais e ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2012 e apresentou proposta no sentido de apreciar os Relatórios a Avisos do Congresso Nacional. O Deputado Rogério Marinho (PSDB/RN) propôs que também fossem apreciados os requerimentos constantes das pautas. **ORDEM DO DIA:** PAUTA 8 Alterada. Os itens 1 e 2 foram apreciados na 12ª Reunião Ordinária, realizada no dia 5 de julho de 2011. **3 -** Apreciação do Relatório apresentado ao **Aviso nº 39/2008-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional, cópia do Acórdão nº 2169, de 2008 – TCU (Plenário), relativo ao Relatório de Gestão Fiscal do 1º quadrimestre de 2008 (TC 014.165/2008-8)", que analisa, para a CMO, os RGF encaminhados através das seguintes proposições: **MCN nº 46/2008**–Poder Executivo; **OFN nº 24/2008**–Câmara dos Deputados; **OFN nº 25/2008**–Senado Federal; **OFN nº 26/2008**–Tribunal Superior Eleitoral; **OFN nº 27/2008**–Supremo Tribunal Federal e Conselho Nacional de Justiça; **OFN nº 28/2008**–Tribunal Superior do Trabalho; **OFN nº 29/2008 –** Superior Tribunal de Justiça; **OFN nº 30/2008**–Superior Tribunal Militar; e **OFN nº 23/2008**–Ministério Público da União e Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. **Aviso nº 09/2009-CN** que "Encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 451, de 2009 - TCU - Plenário, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentaram, acerca de processo de acompanhamento para verificar a conformidade dos Relatórios de Gestão do 2º Quadrimestre de 2008 com a Lei de Responsabilidade Fiscal, demais normativos, análise da dívida pública, garantias e contragarantias da União. - TC Nº 026.703/2008-0" que analisa, para a CMO, os RGF encaminhados através das seguintes proposições: **MCN nº 180/2008**–Poder Executivo; **OFN nº 34/2008** – Câmara dos Deputados; **OFN nº 39/2008** – Senado Federal; **OFN nº 35/2008** – Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça; **OFN nº 36/2008** – Tribunal Superior do Trabalho; **OFN nº 37/2008** – Tribunal Superior Eleitoral; **OFN nº 38/2008** – Superior Tribunal de Justiça; e **OFN nº 33/2008** – Ministério Público da União e Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. **Aviso nº 19/2009-CN** que "Encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão Nº 1059/2009 - TCU - Plenário, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentaram, relativo aos autos de acompanhamento constituídos para analisar os Relatórios de Gestão Fiscal elaborados pelos órgãos máximos dos Poderes da União Federal, com vistas à verificação do cumprimento dos limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal - TC 003.369/2009-8", que analisa, para a CMO, os RGF encaminhados através das seguintes proposições: **MCN nº 17/2009** – Poder Executivo; **OFN nº 04/2009**–Câmara dos Deputados; **OFN nº 07/2009** – Senado Federal; **OFN nº 02/2009**–Tribunal Superior Eleitoral;

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

OFN nº 03/2009–Supremo Tribunal Federal e Conselho Nacional de Justiça; **OFN nº 05/2009**–Tribunal Superior do Trabalho; **OFN nº 06/2009**–Superior Tribunal de Justiça; **OFN nº 08/2009**–Justiça Militar da União; e **OFN nº 01/2009**-Ministério Público da União e Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Relator: Senador Acir Gurgacz. Voto: pelo arquivamento da matéria. O Presidente informou que o início da apreciação da matéria se deu na 12ª Reunião Ordinária, realizada em 5 de julho. Ausente o relator naquela data, foi designado o Senador Walter Pinheiro como relator *ad hoc,* que leu o Relatório na íntegra por solicitação do Deputado Efraim Filho (DEM/PB). Ainda no dia citado, a discussão foi iniciada pelos Deputados Efraim Filho (DEM/PB), Rogério Marinho (PSDB/RN), Domingos Sávio (PSDB/MG) e Raimundo Gomes de Matos (PSDB/CE). O Presidente encerrou a discussão. Em votação, o Relatório foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **4** – Relatório apresentado ao **Aviso nº 17/2008-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 125 da Lei nº 11.514, de 13 de agosto 2007, c/c o art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028 de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal de Contas da União, referente ao 1º quadrimestre do exercício de 2008", **Aviso nº 41/2008-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional o Relatório de Gestão Fiscal referente ao 2º quadrimestre de 2008", **Aviso /2009-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional em cumprimento ao art. 125 da Lei nº 11.514, de 13 de agosto de 2007, c/c o art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028/2000, o relatório de Gestão Fiscal deste Tribunal, referente ao 3º quadrimestre do exercício de 2008". Relator: Senador Acir Gurgacz. Voto: pelo arquivamento da matéria. Ausente o relator, foi designado o Senador Jayme Campos como relator *ad hoc*. Não houve debate. Em votação, o Relatório foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **5 -** Relatório apresentado ao **Aviso nº 33/2010-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional, em atendimento ao art. 122 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, c/c art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal de Contas da União, referente ao 1º quadrimestre do exercício de 2010"; **Aviso nº 32/2010-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional, em atendimento ao art. 122 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, c/c art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal de Contas da União, referente ao 2º quadrimestre do exercício de 2010"; **Aviso nº 2/2011-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 122 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, combinado com o art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal de Contas da União referente ao terceiro quadrimestre de 2010". Relator: Senador João Vicente Claudino. Voto: pelo arquivamento da matéria. Ausente o relator, foi designada a Senadora Lídice da Mata como relatora *ad hoc.* O Deputado Domingos Sávio ressaltou a importância da leitura dos Relatórios integralmente. O Presidente concordou e informou que apenas este teria a leitura do Voto constante do Relatório. A relatora *ad hoc* leu o Voto. Não houve debate. Em votação, o Relatório foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **6 –** Relatório apresentado ao **Aviso nº 6/2011-CN** que "Encaminha, nos termos do § 4º do art. 71 da Constituição Federal, o Relatório de Atividades do Tribunal de Contas da União, referente ao exercício de 2010"; **Aviso nº 23/2010-CN** que "Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao disposto no § 4º do artigo 71 da Constituição Federal, o Relatório das Atividades do Tribunal de Contas da União referente ao 2º trimestre do exercício de 2010"; **Aviso nº 36/2010-CN** que "Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao disposto no § 4º do art. 71 da Constituição Federal, o Relatório das Atividades do Tribunal de Contas da União referente ao 3º trimestre do exercício de 2010"; **Aviso nº 5/2011-CN** que " Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao disposto no § 4º do artigo 71 da Constituição Federal, o Relatório das Atividades do Tribunal de Contas da União, referente ao 4º trimestre de 2010". Relator: Senador Jayme Campos. Voto: no sentido de que o Congresso Nacional: a) tome ciência do feito; b) solicite ao TCU informações sobre o andamento das representações formalizadas pelo Ministério Público de Contas, enumeradas no item 1.2.6, e que seja enviado o relatório e voto com as conclusões das mesmas; c) solicite ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão informações sobre a implantação de sistema de acompanhamento das obras que envolvem recursos da União, conforme sugere a alínea "f" do item 1.2.5; d) solicite ao Ministério das Cidades e ao Ministério da Integração Nacional informações sobre a integração do Sistema Nacional de Defesa Civil e os órgãos estaduais e municipais, bem como a integração dos ministérios nas ações de prevenção e combate a desastres e ao apoio ao mapeamento de áreas de risco, conforme descrito na alínea "b" do item 1.2.5; e) solicite ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão informações sobre a implantação do sistema integrado de dados relativo a remunerações de servidores federais, conforme sugere a alínea "d" do item 1.2.5; f) solicite ao Ministério da Saúde informações sobre

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

as providências adotadas em resposta às determinações e recomendações do TCU referentes aos programas Saúde da Família, Saúde Bucal e Agente Comunitário de Saúde e ao sistema de atendimento ambulatorial nacional no diagnóstico e combate à gripe A, conforme descrito na alínea "a" e "c" do item 1.2.5; e encaminhe o processado ao arquivo. Dada a importância da matéria, o Deputado Domingos Sávio (PSDB/MG) solicitou a leitura integral do Relatório. O Presidente respondeu que após a apreciação dessa matéria, daria início à leitura integral dos Relatórios subsequentes. O relator leu o Voto constante do Relatório. O Deputado Domingos Sávio questionou o relator e foi respondido. Encerrado o debate, o Relatório foi submetido à votação, que foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **7 -** Relatório apresentado ao **Aviso nº 9/2011-CN**, que "Encaminha cópia do Acórdão nº 773, de 2011 - TCU - Plenário, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, relativo à fiscalização nas obras de modernização da malha viária do Distrito Industrial de Manaus - AM (TC 009.008/2009-3)". Relator: Senador Vital do Rêgo. Não foram apresentadas emendas. Voto: pela exclusão do Anexo VI da Lei nº 12.381/2011 (LOA 2011) das Programações de Trabalho 22.661.0392.5086.0101 - Revitalização e Expansão da Infraestrutura do Distrito Industrial de Manaus e 22.661.0392.2537.0101/2010 - Manutenção do Distrito Industrial de Manaus, ambos da unidade orçamentária 28233 - Superintendência da Zona Franca de Manaus - Suframa, nos termos do Projeto de Decreto Legislativo apresentado. O Relatório foi apresentado. Não houve debate. Em votação, o Relatório foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **8 - Requerimento nº 12/2011-CMO,** que "Solicita a convocação do Ministro-Chefe da Casa Civil, Sr. Antônio Palocci Filho, para explicar a vultosa evolução patrimonial de seus bens – no período de quatro anos – objeto de denúncia veiculada pelo jornal Folha de São Paulo". Autor: Deputado Efraim Filho. Na continuação da 6ª Reunião Ordinária, realizada em 25 de maio de 2011, o Requerimento foi apresentado, a discussão e o encaminhamento foram iniciados e encerrados, e a votação foi adiada. O autor apresentou requerimento de retirada da matéria de pauta, nos termos do *art. 42, parágrafo único, do Regimento Comum*. Em votação, o requerimento de retirada foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **9 - Requerimento nº 14/2011-CMO,** que "Requer a constituição de grupo de trabalho para, em caráter preventivo, acompanhar e fiscalizar o planejamento, a execução e o cumprimento dos compromissos financeiros assumidos pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, com vistas à execução dos investimentos necessários à realização da Copa do Mundo de Futebol em 2014 e os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016". Autor: Deputado Wellington Roberto. O Deputado Domingos Sávio manifestou-se contrariamente à apreciação da matéria. O Deputado Danilo Forte informou que apresentará requerimento de inversão de pauta. O Deputado Claudio Cajado propôs a suspensão dos trabalhos para realização de reunião do Colegiado de Líderes da Comissão e, após, que fossem retomados. O Presidente anuiu e interrompeu a reunião, às quinze horas e vinte e dois minutos, reiniciando-a às quinze horas e cinquenta e dois minutos do mesmo dia. Reabertos os trabalhos, o Presidente informou que suspenderia a apreciação das matérias das Pautas 8 Alterada, 9, 10 e 12 e se concentraria na apreciação do Relatório ao Projeto de Lei Diretrizes Orçamentárias 2012 constante da Pauta 11. O Deputado Claudio Cajado informou que o acordo feito no Colegiado de Líderes era somente para a leitura do Relatório. Requerimento de inversão de pauta, de autoria do Deputado Márcio Reinaldo Moreira, no sentido de apreciar o item único da Pauta 11 – Relatório ao Projeto de Lei Diretrizes Orçamentárias 2012. Não houve debate. Em votação, o requerimento de inversão de pauta foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. PAUTA 11. Apreciação do Relatório apresentado ao **Projeto de Lei Nº 2/2011-CN,** que "Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2012 e dá outras providências" - (PLDO/2012). Relator: Deputado Márcio Reinaldo Moreira. Foram apresentadas 3.010 emendas. Voto: favorável ao Projeto de Lei, nos termos do Substitutivo apresentado. Das 3.010 emendas apresentadas, o Relator ofereceu voto pela aprovação a 122, pela aprovação parcial a 1276 e pela rejeição das demais 1612. O relator realizou a leitura do Relatório e informou que havia dois Adendos e uma Errata. O Presidente e o Deputado João Dado parabenizaram o relator pelo texto apresentado. Antes de encerrar a reunião, o Presidente cancelou as reuniões convocadas para aquela data e para 7 de julho. Tendo em vista o acordo realizado no Colegiado de Líderes, foi **adiada** a apreciação das seguintes matérias constantes das Pautas 8 Alterada, 9, 10 e 12: PAUTA 8 Alterada. **10 – Requerimento n° 16/2011-CMO**, que "Requer a constituição de grupo de trabalho para promover o aprimoramento ao ciclo das operações de repasse da Caixa Econômica Federal, visando a eficácia e a efetividade da execução do objeto contratual pelo mandatário, assim como a celeridade na liberação financeira dos

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

contratados". Autor: Deputado Efraim Filho. PAUTA 9. **1 –** Relatório apresentado ao **Ofício nº 40/2009-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento aos §§ 4º e 5º do art. 20 da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, o relatório do Banco do Brasil S/A sobre as atividades desenvolvidas e os resultados obtidos com as aplicações dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro Oeste (FCO), no ano de 2008". Relator: Deputado Ângelo Agnolin. Voto: pelo arquivamento da matéria. **2 -** Relatório apresentado ao **Aviso 4/2011-CN,** que "Encaminha as Demonstrações Financeiras do Banco Central do Brasil referentes ao exercício de 2010, conforme determina o art. 115 da Lei 12.017 de 12.08.09 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2010)"; **Aviso nº 11/2010-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional as Demonstrações Financeiras do Banco Central do Brasil referentes ao 1º trimestre de 2010, conforme determina o art. 115 da Lei 12.017, de 12.08.09 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2010)"; **Aviso nº 27/2010-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional as Demonstrações Financeiras do Banco Central do Brasil referentes ao 1º semestre de 2010, conforme determina o art. 115 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2010)"; e **Aviso 37/2010-CN** ,que "Encaminha ao Congresso Nacional conforme determina o art. 115 da Lei 12.017, de 12.08.2009 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2010), as Demonstrações Financeiras do Banco Central do Brasil referentes ao 3º trimestre de 2010". Relator: Senador Anibal Diniz. Voto: pelo arquivamento da matéria. PAUTA 10. **1 - Requerimento nº 17/2011-CMO,** que "Requer a constituição de grupo de trabalho para, em caráter preventivo, acompanhar e fiscalizar o planejamento, a execução e o cumprimento dos compromissos financeiros assumidos pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal com vistas à execução do "Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional". Autores: Deputados Danilo Forte, Benjamin Maranhão e Wellington Roberto. **2 -** Relatório apresentado ao **Ofício nº 21/2010-CN,** que "Encaminha ao Congresso Nacional nos termos do art. 1º, § 6º, da Lei nº 11.948, de 16 de junho de 2009, o Relatório Gerencial Trimestral do BNDES referente ao primeiro trimestre de 2010"; **Ofício nº 34/2010-CN,** que "Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 1º, § 6º, da Lei nº 11.948, de 16 de junho de 2009, o Relatório Gerencial Trimestral do BNDES referente ao segundo trimestre de 2010"; **Ofício nº 46/2010-CN,** que "Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do artigo 1º, § 6º, da Lei nº 11.948, de 16 de junho de 2009, o Relatório Gerencial Trimestral do BNDES referente ao terceiro trimestre de 2010"; e **Ofício 2/2011-CN,** que "Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do artigo 1º, § 6º, da Lei nº 11.948, de 16.06.2009, o Relatório Gerencial do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES referente ao quarto trimestre de 2010". Relator: Senador Fernando Collor. Voto: pelo arquivamento da matéria. **3 -** Relatório apresentado ao **Aviso nº 12/2010-CN,** que "Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 1º, § 6º, da Lei nº 11.882, de 23 de dezembro de 2008, o relatório sobre as operações de redesconto e empréstimo realizadas pelo Banco Central do Brasil referente ao 1º trimestre de 2010"; **Aviso nº 18/2010-CN,** que "Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 1º, § 6º, da Lei nº 11.882, de 23 de dezembro de 2008, o relatório sobre as operações de redesconto e empréstimo realizadas pelo Banco Central do Brasil referente ao 2º trimestre de 2010"; **Aviso nº 34/2010-CN** que "Encaminha ao Congresso Nacional o Relatório trimestral sobre operações de redesconto e empréstimo realizadas nos termos da Lei 11.882, de 23 de dezembro de 2008"; **Aviso nº 3/2011-CN,** que "Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 1º, § 6º, da Lei nº 11.882, de 23 de dezembro de 2008, relatório sobre as operações de redesconto e empréstimo realizadas pelo Banco Central do Brasil, referente ao quarto trimestre de 2010". Relator: Senador Delcídio do Amaral. Voto: pelo arquivamento da matéria e recomendação que a Comissão adote a interpretação constante da Nota Jurídica PGBC-527/2011, da lavra da Procuradoria-Geral do Banco Central do Brasil e endossada pela Diretoria e pela Presidência daquela Autarquia. **4 -** Relatório apresentado ao **Aviso nº 5/2010-CN,** que "Encaminha ao Congresso Nacional, as Demonstrações Financeiras do Banco Central do Brasil referentes ao exercício de 2009, conforme determina o art. 112 da Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2009)"; **Aviso nº 21/2009-CN,** que "Encaminha ao Congresso Nacional as Demonstrações Financeiras do Banco Central do Brasil referentes ao 1º trimestre de 2009, conforme determina o art. 112 da Lei 11.768, de 14.08.2008 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2009)"; **Aviso nº 40/2009-CN** que "Encaminha ao Congresso Nacional as Demonstrações Financeiras Sintéticas Intermediárias, referente ao 1º semestre de 2009, conforme determina o art. 112 da Lei nº 11.768 de 14 de agosto de 2008 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2009)"; **Aviso nº 51/2009-CN,** que "Encaminha ao Congresso Nacional as Demonstrações Financeiras deste Banco Central referentes ao 3º trimestre de 2009, conforme determina o art. 112 da Lei 11.768 de 14.08.2008 (LDO para 2009)". Relator: Senador Cyro

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Miranda. Voto: pelo arquivamento da matéria. **5 -** Relatório apresentado ao **Aviso nº 44/2009-CN,** que "Encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 2354/2007 - TCU - Plenário, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam, realizado pela Secretaria de Macroavaliação Governamental - Semag, referentes ao 3º quadrimestre de 2006, sobre o acompanhamento das publicações e do envio a Corte de Contas pelos titulares dos Poderes e Órgãos da esfera federal. (TC 002.798/2007-0)", que analisa, para a CMO, os RGF encaminhados através das seguintes proposições: **MCN nº 20/2007**–Poder Executivo; **OFN nº 01/2007**–Câmara dos Deputados; **OFN nº 02/2007**– Superior Tribunal de Justiça; **OFN nº 04/2007 -**Tribunal Superior Eleitoral; e **OFN nº 03/2007**–Ministério Público da União. Relator: Deputado Danilo Forte. Voto: pelo arquivamento da matéria. PAUTA 12. **2 –** Relatório apresentado ao **Aviso nº 11/2011-CN** ,que "Encaminha cópia do Acórdão nº 1141, de 2011 - TCU - Plenário, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, relativo a levantamento de auditoria nas obras de Macrodrenagem do Canal do Congo, serviços de drenagem do canal e pavimentação de diversas ruas em Vila Velha/ES (TC 002.604/2011-6)." Relator: Senador Jayme Campos. Não foram apresentadas emendas. Voto: pela INCLUSÃO no Anexo VI da Lei nº 12.381/2011 (LOA 2011), os Programas de Trabalho 1451.0310.1D73.1554 e 1451.0310.1D73.0214, Vinculados à Unidade Orçamentária 56.101 - Ministério das Cidades, relativos às obras de Macrodrenagem do Canal do Congo, Edital de Concorrência nº 13/2010, nos termos do Projeto de Decreto Legislativo apresentado. Propõe que a Comissão solicite ao Tribunal de Contas da União a manutenção do acompanhamento da obra. **3 – Requerimento nº 18/2011-CMO**, que "Requer informações adicionais aos Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Fazenda, no âmbito de suas respectivas competências, acerca do Decreto nº 7.445, de 1º/3/2011 (Decreto de Limitação de Movimentação e Empenho)". Autor: Deputado Vaz de Lima - Coordenador do Comitê de Avaliação, Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária - CFIS. **4 –** Relatório apresentado ao **Aviso nº 15/2011-CN,** que "Encaminha, nos termos do art. 114 da Lei nº 12.309 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2011), de 9 de agosto de 2010, as Demonstrações Financeiras do Banco Central do Brasil referentes ao 1º trimestre de 2011". Relator: Deputado André Vargas. Voto: pelo arquivamento da matéria. **ENCERRAMENTO:** O Presidente convocou as seguintes reuniões, a serem realizadas no plenário 2 da Câmara dos Deputados: dia 12 de julho, terça-feira, às 10 horas, 14h30min,18, 20 e 22 horas; - dia 13 de julho, quarta-feira, às 14h30min, 18, 20 e 22 horas; e dia 14 de julho, quinta-feira, às 10 e 14 horas. Os trabalhos foram finalizados às quinze horas e quatorze minutos. Para constar, eu, Myrna Lopes Pereira, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional – Sessão Conjunta. Os trabalhos foram gravados e, após traduzidos, integrarão esta Ata. Senador **Vital do Rêgo. Presidente. xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx**

CÂMARA DOS DEPUTADOS

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Boa tarde a todos os Srs. e Sras. Parlamentares.

Solicito à assistência, aos profissionais da imprensa e às assessorias que tomem os seus lugares nas respectivas bancadas, para que possamos iniciar, neste momento, reunião da Comissão Mista de Orçamento.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Pela ordem, Presidente. Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Deixe-me abrir. *(Pausa.)*

São 14h53.

Há número regimental para abertura dos nossos trabalhos.

Declaro iniciada a quarta reunião extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes das Pautas 8, alterada, 9, 10, 11 e 12.

Informo que os avulsos das matérias se encontram na mesa dos trabalhos.

Há *quorum* para deliberação na representação da Câmara dos Deputados e na do Senado Federal.

Pela ordem, Deputado Claudio Cajado.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu queria, Presidente, ouvir de V.Exa. e da Mesa se, antes de mantermos as tratativas para fazermos um entendimento, poderíamos discutir e votar os avisos. Parece-me que não há acordo ainda, neste instante, para votarmos os créditos ou iniciarmos a leitura do relatório da LDO.

Faço uma proposta a V.Exa., no intuito de darmos uma demonstração de boa vontade com a Presidência. E quero referenciar aqui a posição corajosa e legalista de V.Exa. no dia de ontem, quando aceitou a questão de ordem que formulei e, baseado na nossa resolução, encerrou a sessão. Essa é uma atitude, Presidente, que todos temos que reconhecer, porque V.Exa. fica no nível de exercer essa Presidência com o respaldo de todos nós. É isso que nós esperamos do exercício da Presidência e foi isso que V.Exa. bem fielmente demonstrou no dia de ontem.

Portanto, retribuindo a V.Exa. essas decisões corretas, não apenas o faço publicamente, enaltecendo a decisão de V.Exa., como também quero demonstrar que não estamos aqui com radicalismos. Pelo contrário, queremos fazer com que a Comissão trabalhe.

Quero lembrar, Presidente, que, durante mais de um mês — mais de um mês — as oposições aqui estavam e a base do Governo não deu *quorum.* Não deu *quorum*. Portanto, não temos por que falar em açodamento, pressa, urgência "porque o recesso está chegando e temos que votar". Negativo. Esse argumento não me convence, até porque eu tenho certeza de que, assim como eu, outros membros da Comissão, em especial o Deputado Gilmar Machado, não têm nenhum interesse em viajar neste recesso. Nós queremos é trabalhar. Nós queremos é ficar aqui em Brasília, se for o caso, ou nas nossas bases. Quem quiser viajar fale em açodamento, não para mim. Portanto, eu estou aqui para contribuir com os trabalhos da Comissão...

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Agradeço...

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - ...e sugerir a V.Exa. que possamos avançar lendo e votando os avisos que estão nas pautas distribuídas.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Obrigado, Cajado.

O PSDB concorda com a proposta do Cajado, para avançarmos dentro da celeridade necessária?

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO - Se os democratas concordarem, não só os avisos, mas também os requerimentos, com exceção do Requerimento nº 9.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Vamos avançar.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO - O único óbice que colocamos é aos PLs de crédito e ao Requerimento nº 9.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Vamos avançar dentro das convergências. As divergências o tempo vai solucionar.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO - Perfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Gilmar... Vamos lá? Podemos começar?

Apreciação do Relatório de Gestão. Esse relatório já foi votado?

A SRA. SECRETÁRIA (Myrna Lopes Pereira) - Não. Não foi, não.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Não. Nem lido?

A SRA. SECRETÁRIA (Myrna Lopes Pereira) - Esse aqui...

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Não é o que Walter Pinheiro estava...

A SRA. SECRETÁRIA (Myrna Lopes Pereira) - Walter Pinheiro. Está aqui.

CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ COM REDAÇÃO FINAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização
Número: 0966/11 06/07/2011

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - É. A discussão está encerrada.

É o relatório que Walter Pinheiro leu ontem e que estava sendo discutido até o Deputado Raimundo Gomes de Matos. A discussão do relatório foi encerrada.

Item 3 da Pauta 8, alterada. Posso continuar?

A SRA. SECRETÁRIA (Myrna Lopes Pereira) - Essa discussão não foi mesmo encerrada, não.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Estou encerrando agora e ninguém está dizendo nada.

O item 3 da Pauta 8, alterada, relatório do Senador Walter Pinheiro, está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, esse aviso já foi lido?

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Já foi lido e discutido.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Bom, então, nos próximos, eu pediria que V.Exa. pedisse ao Relator que lesse.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Certo.

O relatório está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Está em votação o mesmo relatório na representação do Senado.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

O item seguinte, para acompanhamento de V.Exas., na Pauta 8, alterada, é o 4, apreciação do relatório...

(Não identificado) - Aviso 17.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Avisos 17 e 41, dos anos de 2008 e 2009. Encaminham ao Congresso Nacional, nos termos do art. 125 da Lei nº 11.514, Relatórios de Gestão Fiscal do Tribunal de Contas da União referentes, respectivamente, aos três quadrimestres, primeiro, segundo e terceiro, de 2008.

O Relator é o Senador Acir Gurgacz, que está chegando.

Solicito ao eminente Governador, Senador e extraordinário amigo Jayme Campos que leia o voto do Relator.

O SR. SENADOR JAYME CAMPOS - Sr. Presidente, Senador Vital do Rêgo...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sr. Presidente, pela ordem. Só estou aguardando aqui a pauta, que ainda não nos distribuíram, para acompanharmos a leitura.

O SR. SENADOR JAYME CAMPOS - Consulto o nobre Deputado sobre se posso continuar a leitura. *(Pausa.)*

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, Sras. e Srs. Deputados:

Voto do Relator

Compete a esta Comissão, nos termos do art. 2º, III, da Resolução nº 01/2001-CN, examinar e emitir parecer sobre as matérias e documentos pertinentes ao acompanhamento e fiscalização da execução orçamentária e financeira e da gestão fiscal de que tratam os arts. 70 a 72 e 166, § 1º, inciso II, da Constituição Federal.

O Relatório da Gestão Fiscal, instituído pelo art. 54 da LRF, deve ser elaborado e publicado a cada quadrimestre pelos titulares dos poderes e órgãos da administração pública. Constitui-se em documento fundamental para a transparência das contas públicas, na medida em que permite ao Congresso Nacional, aos órgãos de fiscalização e a toda a sociedade o acompanhamento do cumprimento, pelos gestores públicos, dos limites legais de despesa com pessoal, operação de crédito e concessão de garantia, entre outras.

No caso em apreciação, o relatório do TCU, a análise por nós procedida considera plenamente atendidas as exigências da LRF.

Assim, voto no sentido de que esta Comissão tome conhecimento do conteúdo do Relatório de Gestão Fiscal do exercício de 2008, e demais documentos que compõem o processo, e, uma vez que não há providência a tomar, determine o seu arquivamento.

Sala das Comissões, 10 de maio de 2011

Senador Acir Gurgacz

Relator

Esse é o voto, Sr. Presidente.

CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ COM REDAÇÃO FINAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização
Número: 0966/11 06/07/2011

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Agradeço ao Senador Jayme Campos.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queria discutir, em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação na representação do Senado.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Item 5 da pauta. Apreciação dos Avisos nºs 33, 32 e 2, de 2010 e 2011, encaminhando ao Congresso Nacional, em atendimento ao art. 122 da Lei 12.017, combinado com o art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028, de 19 de outubro, Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal de Contas da União, referente aos respectivos quadrimestres do exercício de 2010.

Agora votamos 2008 e vamos votar 2010, o primeiro, o segundo e o terceiro. O Relator é o eminente Senador João Vicente Claudino.

Convido a querida Senadora baiana Lídice da Mata para ler o voto, como Relatora *ad hoc* desse aviso.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Pois não.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sr. Presidente, eu julgo que seria oportuno — até porque nós ainda temos tempo, nossas Lideranças ainda estão em tratativa com a Liderança do Governo — que fosse lido o relatório e, na sequência, o voto, até porque esse relatório não é tão extenso.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Domingos, deixe-me só lhe pedir: vamos ao voto. Ainda temos tantos avisos, que vai dar tempo de ler... Eu entendo a necessidade de V.Exa., mas me dê só esse crédito, para a Lídice ler esse relatório. Os próximos serão do Jayme Campos, e aí vamos avançar mais ainda.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Está bom, Sr. Presidente. Vamos aguardar pelo próximo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Agradeço a compreensão de V.Exa.

Vamos ao voto.

A SRA. SENADORA LÍDICE DA MATA - Sr. Presidente, eis o voto do Relator:

> *"Compete a esta Comissão, nos temos do art. 2º, § 3º, da Resolução nº 01, de 2001-CN, examinar e emitir parecer sobre as matérias e documentos pertinentes ao acompanhamento e fiscalização da execução orçamentária e financeira e da gestão fiscal de que tratam os arts. 70 a 72 e 166, § 1º, inciso II, da Constituição Federal.*
>
> *O relatório da gestão fiscal, instituído pelo art. 54 da LRF, deve ser elaborado e publicado a cada quadrimestre pelos titulares dos Poderes e órgãos da administração pública. Constitui-se em documento fundamental para a transparência das contas públicas na medida em que permite ao Congresso Nacional, aos órgãos de fiscalização e a toda a sociedade o acompanhamento do cumprimento, pelos gestores públicos, dos limites legais de despesas com pessoal, operação de crédito e concessão de garantia, entre outros.*
>
> *No caso em apreciação, o Relatório do TCU, a análise por nós procedida considera plenamente atendidas as exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal.*
>
> *Assim, voto no sentido de que esta Comissão tome conhecimento do conteúdo do Relatório de Gestão Fiscal do Exercício de 2010 e demais documentos que compõem o processo e, uma vez que não há providências a tomar, determine o seu arquivamento."*

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Esse é o voto.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Representação da Câmara dos Deputados.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ COM REDAÇÃO FINAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização
Número: 0966/11 06/07/2011

Representação do Senado Federal.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Atendendo ao querido Deputado Domingos Sávio, nós vamos, a partir de agora, fazer a leitura do relatório.

Apreciação do Relatório apresentado às matérias do Congresso Nacional sobre as atividades do Tribunal de Contas referente ao exercício de 2010.

Aviso nº 6, Avisos nºs 23 e 36, referentes ao segundo e ao terceiro trimestres, e o Aviso referente ao quarto trimestre do exercício de 2010.

O Senador Jayme Campos votou no sentido de que o Congresso Nacional tome ciência e faça diversas solicitações ao TCU.

O Relator está com a palavra para apresentação do seu relatório.

O SR. SENADOR JAYME CAMPOS - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, com a devida vênia, em que pese o Sr. Presidente estar solicitando brevidade na leitura do voto, eu queria apenas ler, pelo menos, o relatório desta matéria, para depois irmos para o voto definitivo.

Em cumprimento ao disposto no art. 71, § 4º, da Constituição Federal, de 5 de outubro de 1988, o Tribunal de Contas da União remeteu ao Congresso Nacional, em 1º de março de 2011, o relatório de atividades daquela Corte referente ao exercício de 2010, o qual foi registrado como AVN nº 06/2011.

Estão sendo analisados, em conjunto com o aviso em epígrafe, o AVN nº 23/10, referente ao relatório de atividades do Tribunal de Contas da União do segundo trimestre de 2010; o AVN nº 36/10, referente ao relatório de atividades do Tribunal de Contas da União do terceiro trimestre de 2010, e o AVN nº 5/11, referente ao relatório das atividades do Tribunal de Contas do quarto trimestre de 2010.

Mediante a indicação do Exmo. Sr. Presidente da Comissão, de 10 de abril de 2011, fomos designados para relatar esta matéria de forma honrada e procuramos ser o mais zeloso possível diante das explicações, das colocações feitas pelo Tribunal de Contas da União.

Neste caso, meu caro Presidente Vital do Rêgo, imagino que aqui estejam os gastos do Tribunal em situação até 31 de dezembro de 2010.

Feito isso, o relatório informa que os gastos realizados pelo Tribunal no exercício de 2010 alcançaram montante líquido de R$1.324.491.751,00, que representam 98,28% do total de dotação orçamentária da instituição para o corrente exercício. Destaca-se que, desse montante, 1 bilhão e 151 foram colocados em despesa de pessoal.

Feito isso, Sr. Presidente, eis o meu voto.

O presente relatório traz importantes assuntos e, dentre as decisões analisadas, os resultados apresentados.

Ante o exposto, propomos que o Congresso Nacional:

a) tome ciência do feito;
b) solicite ao TCU informações sobre o andamento das representações formalizadas pelo Ministério Público de Contas, enumeradas nos itens nº 1.2.6, e que seja enviado o relatório e voto com as conclusões das mesmas;
c) solicite ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão informações sobre a implantação de sistema de acompanhamento das obras que envolvem recursos da União, conforme sugere a alínea "f" do item 1.2.5;
d) Solicite ao Ministério das Cidades e ao Ministério da Integração Nacional informação sobre a integração do Sistema Nacional de Defesa Civil e os órgãos estaduais e municipais, bem como a integração dos ministérios nas ações de prevenção e combate a desastre e o apoio ao mapeamento de áreas de risco, conforme descrito na alínea linha "b" do item 1.2.5;
e) solicite ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão informação sobre a implantação do sistema integrado de dados relativo a remunerações de servidores federais, conforme sugere a alínea "d" do item 1.2.5;
f) solicite ao Ministério da Saúde informações sobre as providências adotadas em resposta às determinações e recomendações do TCU referentes aos programas de Saúde da Família, Saúde

CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ COM REDAÇÃO FINAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização
Número: 0966/11 06/07/2011

Bucal e Agente Comunitário de Saúde e ao sistema de atendimento ambulatorial nacional no diagnóstico e combate à gripe A, conforme descrito na alínea "a", e "c" do item 1.2.5; e

g) encaminhe o processado ao arquivo.

Desta forma, Sr. Presidente, este é o meu voto em relação a essa matéria, da qual V.Exa. me designou ser Relator. E V.Exa. tem todas as condições para colocar em votação.

Muito obrigado, Senador Vital do Rêgo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Agradeço ao Senador Jayme Campos.

Em discussão.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Deputado Domingos Sávio. **O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO** - Eu vou apenas fazer uma breve observação, com todo o respeito ao relatório brilhante do nobre Senador Jayme Campos. Vou insistir para que, nos próximos, nós possamos ter pelo menos a leitura do parecer, e não só do voto, porque são matérias importantes.

Eu procurei, num gesto também de boa vontade, fazer uma leitura dinâmica, o mais breve possível, mas ainda assim receio não ter tido a oportunidade de conhecer em detalhe o relatório, como é importante que todos os colegas o conheçam.

Mas, num gesto de boa vontade, no espírito de estarmos buscando entendimento, estando em diálogo o coordenador da bancada do PSDB, Deputado Rogério Marinho, e o Líder do Governo no Congresso, e também, obviamente, pela condição de absoluta confiança no nobre Relator, Senador Jayme Campos, nós vamos nos dar por satisfeitos.

No entanto, acredito que é justo o pedido que faço — além de, obviamente, regimental —, no sentido de que no próximo possamos ter a leitura, de fato, do relatório e, na sequência, do voto.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. SENADOR JAYME CAMPOS - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Com a palavra, pela ordem, o Sr. Relator.

O SR. SENADOR JAYME CAMPOS - Eu gostaria de indagar ao ilustre e eminente Deputado... Se for o caso, eu tenho toda disposição para, naturalmente, fazer de forma oral aqui o relatório. Mas se V.Exa. já concorda...

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Mas ele já anuiu. Ele já concorda. O Deputado Domingos já entende o posicionamento de V.Exa.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Deputado Jayme Campos, as atividades de controle externo são elencadas em itens que formam quase um abecedário inteiro. E são atividades de controle externo importantes.

O SR. SENADOR JAYME CAMPOS - Eu concordo com V.Exa.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Na medida em que elas não foram lidas, uma a uma, elas podem não ter sido assimiladas de forma plena por este Plenário, que vai votar agora um parecer. Portanto, é apenas nesse sentido. Mas eu já concordei com o voto de V.Exa.

Vamos, então, colocar num português claro: a Oposição, além de buscar ter conhecimento pleno, tem que se valer dos mecanismos regimentais, porque senão nós acabamos com o papel da Oposição, e não é isso, seguramente, o que o Deputado Jayme Campos quer, e muito menos o Presidente desta Comissão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Não havendo quem queira discutir, em votação.

Representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório.

Parabenizo o Senador Jayme Campos.

Seguinte.

Apreciação do relatório ao Aviso nº 09/2011, que "Encaminha cópia do Acórdão nº 773, de 2011 — TCU — Plenário, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, relativo à fiscalização nas obras de modernização da malha viária do Distrito Industrial de Manaus".

CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ COM REDAÇÃO FINAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização
Número: 0966/11 06/07/2011

A relatoria coube-me, para apresentar o voto pela exclusão do Anexo VI da Lei nº 12.381/2011 (LOA 2011), das Programações de Trabalho (...), tendo em vista a avaliação e o voto e o relatório do Tribunal de Contas.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Na representação do Senado. *(Pausa.)*

Aprovado.

Seguinte.

Deputado Gilmar…

Este requerimento é do Deputado Efraim.

Apreciação do requerimento que solicita a convocação do ex-Ministro Palocci, que à época exercia o cargo de Ministro da Casa Civil…

Tendo em vista que o autor do requerimento, Deputado Efraim Filho, apresentou pedido de retirada da matéria, nos termos do art. 42, coloco em votação o requerimento do Deputado Efraim Filho por perda de objeto.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Sr. Presidente, como sempre, com o intuito, o escopo e o objetivo de contribuir com o Governo, como temos sempre feito, pedimos a retirada, Sr. Presidente, sem nenhuma objeção.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Atesto a sua contribuição, Deputado Efraim.

Em votação o requerimento de retirada na Câmara dos Deputados. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado Federal. *(Pausa.)*

Aprovado.

Que exemplo de contribuição!

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - É a prova da condução de V.Exa., quebrando barreiras e colocando a Comissão no trilho certo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Obrigado a V.Exa.

À pauta.

Requerimento nº 14/2011, que "Requer a constituição de Grupo de Trabalho para, em caráter preventivo, acompanhar e fiscalizar o planejamento, a execução e o cumprimento dos compromissos financeiros assumidos pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal com vistas à execução dos investimentos necessários à realização da Copa do Mundo de Futebol em 2014 e os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016", do Deputado Wellington Roberto.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - O requerimento está em discussão.

(Não identificado) - Sr. Presidente, nós tínhamos um acordo.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO - Nós temos um acordo, Presidente.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - O nosso coordenador da bancada, Deputado Rogério Marinho…

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO - Suspende por 1 minuto, Excelência.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - …destacou que esse requerimento não estava no acordo, e que votaria sem obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Primeiro, vamos organizar.

Domingos com a palavra.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sr. Presidente, estamos procurando colaborar para que os trabalhos andem dentro de um entendimento, sem obstrução, enquanto o nosso coordenador de bancada conversa com a Liderança do Governo no Congresso. Concordamos com a leitura e a votação de alguns avisos que já foram feitos; de todos os avisos, melhor dizendo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Não, ainda há muitos avisos.

CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ COM REDAÇÃO FINAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização
Número: 0966/11 06/07/2011

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - De alguns avisos. V.Exa., no processo de condução da pauta, passou aos requerimentos. E sobre este requerimento, especificamente, o nosso coordenador havia feito um apelo, porque ainda não há um entendimento sobre este requerimento.

Então, eu pediria uma inversão de pauta a V.Exa., deixando este requerimento mais para o final da pauta, para que o nosso coordenador, tendo terminado seus entendimentos, possa estar presente e ocupar inclusive o microfone, a tribuna, para se manifestar.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Para uma questão de esclarecimento, vamos fazer exatamente assim. Estou apenas exaurindo as pautas. Essa é a pauta 8, alterada. Aí vamos para a pauta 9, que tem avisos, a pauta 10. Então, a pauta 8, dentro da programação, tinha esse requerimento, mas, como há este acordo, vamos pular esse requerimento e votar até o momento da...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Danilo Forte, com a palavra.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Em função do mal-estar que foi gerado, eu queria propor uma inversão de ordem, porque eu estive, na semana passada, com o Ministro Fernando Bezerra, da Integração, e percebi ali uma preocupação muito grande com relação à questão das obras da transposição do São Francisco.

Diariamente, na Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, está havendo pronunciamentos de Deputados Estaduais, preocupados com o estado de paralisia que está tomando conta das obras da transposição. E, na conversa que tive com o Ministro, senti que está havendo muita dificuldade no encaminhamento do próprio Ministério junto a resoluções, junto ao Tribunal de Contas da União, para pacificar alguns entendimentos para poder dar continuidade à execução da obra, que é uma obra de vital importância para os Estados do Nordeste Setentrional: Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco.

Diante do caso, queria pedir que o senhor pudesse apresentar para votação, dentro da inversão da pauta, o item 1, que trata do Requerimento nº 17, de 2011, da pauta 10, porque acho que há um consenso entre nós com relação à contribuição que esta Comissão pode dar ao Ministro Fernando Bezerra, para dar agilidade às obras da transposição das águas do São Francisco, que é um marco importante do nosso Governo, do Governo da Presidenta Dilma.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Vamos fazer o requerimento por escrito, Deputado Danilo, para concedermos aqui.

O SR. DANILO FORTE - Já tenho por escrito.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Vamos encaminhar.

(O Sr. Presidente faz soarem as campainhas.)

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO - Há inversão da pauta? Pela ordem. É possível?

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Só 1 minuto. Só 1 minuto.

Temos um dia longo, de muito trabalho, e eu vou pedir, principalmente à assistência e ao assessoramento, que viabilizassem o máximo de silêncio possível, para que não tivéssemos que estar aqui gritando ao microfone. Para o bom encaminhando dos nossos trabalhos, peço o apoio dos companheiros que estão nas nossas galerias.

Com a palavra, pela ordem, o Deputado Rogério Marinho.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Não é pela ordem, Sr. Presidente, é questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Então, questão de ordem tem precedência.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Eu pediria a V.Exa. que suspendesse a sessão por alguns minutos e convocasse uma reunião do Colégio de Líderes para que pudéssemos discutir o procedimento para esta sessão.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Eu vou consultar as demais Lideranças para responder a questão de ordem de V.Exa.

Deputado Gilmar Machado, houve uma solicitação. Não peço nem que o senhor articule, se for comum a todos. Se não for, vamos tocar a sessão.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Eu, particularmente, não vejo nenhum problema, já que o Líder conversou com...

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - O senhor concorda, como Líder do Governo?

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Concordo.

CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ COM REDAÇÃO FINAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização
Número: 0966/11 06/07/2011

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Os outros partidos concordam?

Exprimam suas concordâncias ou não.

Deputado Rogério Marinho, com a palavra.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO - O nosso pela ordem era nesse sentido, era propor que nós tivéssemos uma conversa em função do entendimento com o Líder do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Algum partido discorda da solicitação do Deputado Cajado?

Suspendo os trabalho por exatos 10 minutos. Às 15h40, estaremos votando.

Convido os Srs. Líderes e representantes de bancada para a mesa das Lideranças na Presidência da Comissão.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Peço aos Srs. e Sras Parlamentares que ocupem os seus lugares. Estamos nos preparando para a reabertura dos nossos trabalhos na forma aprazada no momento da interrupção.

Peço a atenção dos Srs. Deputados e Sras. Deputadas, dos Srs. Senadores e Sras. Senadoras.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, V.Exa. já reiniciou a sessão?

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Não. São 15 horas....

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Quando o fizer, eu peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - São 15h52min.

Declaro reiniciada a 4ª Reunião Extraordinária da Comissão Mista de Planos Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes nas Pautas 8, alterada, 9,10,11 e 12.

Notifico e comunico aos Srs. e Sras. Parlamentares que, em virtude dos resultados da reunião de Líderes, ocorrida há pouco no gabinete da Presidência, esta Presidência, na forma que procederá, tendo em vista o Regimento Comum da Casa, vai suspender a leitura das pautas referentes às notas que já foram distribuídas, avisos e requerimentos, e vai concentrar, de acordo com o deliberado pelo Colégio de Líderes, os nossos esforços nesta reunião de hoje, para a leitura do parecer do Sr. Deputado Márcio Reinaldo, que trará os resultados do relatório preliminar e a conclusão após a avaliação de todas as emendas apresentadas. Com isso, fica postergada a apreciação dos avisos e requerimentos nesta reunião.

Este é o comunicado.

Com a palavra o Sr. Deputado Cláudio Cajado.

(Não identificado) - Pela ordem, Sr. Presidente. Os relatórios setoriais serão lidos também?

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Não, só vamos ler hoje a LDO.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, eu queria, em nome do Democratas, já que fiz a solicitação para a suspensão da sessão, para termos uma reunião no Colégio de Líderes, dizer que o Partido Democratas está dando uma demonstração de boa vontade, não apenas com V.Exa., que preside esta Comissão, mas, acima de tudo, com o novo Líder do Governo, Deputado Mendes Ribeiro.

Na verdade nunca foi e nunca será intento nosso não avançar na pauta. Nós queremos é que as Oposições sejam ouvidas, que elas tenham como criticar, aprimorar e melhorar as matérias que aqui chegam. Daí por que não estava havendo entendimento algum na Comissão. Diante disso, eu fico feliz por termos realizado este acordo e darmos esta demonstração.

Eu faço questão de falar, Presidente, para que todos os membros da Comissão e os de fora da Comissão, já que a reunião ficou restrita aos Líderes, tomem conhecimento de que o nosso acordo foi tão-somente para postergar, como V.Exa. bem disse, nesta sessão, os avisos, requerimentos e PLs que estão nas pautas, ler o relatório do Deputado Márcio Reinaldo e encerrar a sessão, para que na próxima semana, terça-feira, V.Exa. convoque a reunião e possamos ou dar continuidade, iniciando a discussão do relatório, ou voltarmos à pauta para discutirmos os avisos e os requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - O requerimento é obrigatório, por força do Regimento Interno.

Requerimento de inversão de pauta.

Requeiro, nos termos do art. 175, inciso IV, do Regimento Interno do Senado, a inversão da apreciação da pauta 11, que é a LDO, no sentido de ver apreciado inicialmente o item único, PLDO para 2012, na reunião extraordinária de agora, ordinária da 12 ª.

Autor: Deputado Márcio Reinaldo.

CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ COM REDAÇÃO FINAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização
Número: 0966/11 06/07/2011

Senador Vital do Rêgo.

Em discussão. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Vai ser discutida apenas nesta sessão?

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Sim. Só nesta.

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Representação da Câmara dos Deputados. *(Pausa.)*

Aprovado.

Representação do Senado Federal. *(Pausa.)*

Aprovado.

Convido o Deputado Márcio Reinaldo Moreira para a leitura do seu relatório, na forma do requerimento recém-aprovado.

O SR. DEPUTADO MÁRCIO REINALDO MOREIRA - Obrigado, Sr. Presidente, meu caro e prezado Presidente Vital do Rêgo, representantes de Líderes do Congresso, demais membros desta Comissão.

Primeiramente, gostaríamos de enfatizar que, nos últimos dois meses e meio, esta Relatoria trabalhou incansavelmente na análise do projeto e de suas emendas, ouviu com atenção cada um dos nobres pares que nos procuraram, atendeu a representantes de órgãos de todos os Poderes da República. De cada um recebeu ponderações e demandas absolutamente pertinentes.

O papel do Relator não é simples, especialmente quando se trata de matéria tão sensível e complexa quanto a de que trata a Lei de Diretrizes Orçamentárias e quando se considera o conjunto de atores e de legítimos interesses envolvidos.

Não posso deixar de registrar meu agradecimento pelo apoio recebido do Sr. Presidente, dos representantes de Líderes, dos demais membros desta Comissão, da Consultoria Técnica desta Casa, de membros do Poder Executivo, que também nos aconselharam, do Tribunal de Contas da União e do Poder Judiciário.

Neste trabalho, fomos conduzidos pela necessidade de aperfeiçoar a disciplina dos gastos públicos, conciliando responsabilidades inerentes aos Poderes, na busca do interesse público e do benefício social.

Informamos que, com base nas conversações mantidas após a edição do substitutivo, já estão distribuídas as erratas e os adendos, sobre os quais também daremos ciência e registro nesta Casa.

O quadro que hoje se constata no processo de elaboração e execução do Orçamento é preocupante. A cada ano aumenta a distância entre valores autorizados na lei e limites financeiros disponíveis durante a execução, o que desvaloriza o sistema criado na Constituição de 1988.

Para se evitar o regresso a práticas do passado, quando o controle fiscal e financeiro era feito exclusivamente na boca do caixa, deve-se procurar reduzir os mecanismos que hoje levam a que orçamentos sejam aprovados de forma inflada, cujo resultado final é a perda de realismo e credibilidade do Orçamento e dos órgãos encarregados da sua elaboração.

O grande montante de autorizações de despesa em relação às reais possibilidades financeiras do Tesouro Nacional aumenta a margem de escolha por parte do Poder Executivo, fragilizando o papel do Congresso Nacional em estabelecer prioridades.

A reversão desse quadro deve se dar a partir da percepção e conscientização acerca dos limites das finanças públicas, bem como do grau de responsabilidade de ambos os Poderes tanto na estimativa da receita como na fixação da despesa.

Incluímos dispositivo determinando que a gestão orçamentária seja conduzida tendo como diretriz o controle das despesas correntes discricionárias conjugada com o aumento real dos investimentos públicos.

Com isso, espera-se que os investimentos cresçam a taxas superiores ao das despesas primárias discricionárias, especialmente aqueles necessárias à superação dos gargalos que emperram o fortalecimento e a competitividade da economia nacional.

O projeto enviado pelo Executivo dispõe no art. 3º que a meta de superávit primário fixada 96,9 bilhões de reais para os Orçamentos Fiscal e da Seguridade pode ser reduzida em até 40,6 bilhões de reais para execução do PAC. Ainda conforme o projeto, esse redutor poderia ser acrescido dos Restos a Pagar do PAC e do excesso de meta apurado no corrente exercício financeiro de 2011. Com isso, a meta de resultado primário para 2012 poderia ser completamente anulada.

Nossa proposta reduz essa possibilidade, limitando o redutor a 40 bilhões e 600 milhões de reais, uma vez que esse montante passa a incluir os Restos a Pagar.

Faço um apelo para que tenhamos silêncio e eu possa ler.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Um minuto, Sr. Relator, não é fácil para quem está lendo ter que proceder à leitura com os ruídos que estamos ouvindo agora. Peço atenção e respeito ao Relator. Aqueles que queiram conversar têm a possibilidade de sair do recinto, mas pelo menos vamos ter respeito e atenção à leitura do trabalho do Deputado Márcio Reinaldo, a quem devolvo a palavra.

O SR. DEPUTADO MÁRCIO REINALDO MOREIRA - Obrigado, Sr. Presidente.

Nossa proposta reduz essa possibilidade, limitando o redutor a 40 bilhões e 600 milhões, uma vez que esse montante passa a incluir os Restos a Pagar. Excluímos da possibilidade de redução o eventual excesso da meta apurada em 2011.

Priorização e Proteção das Iniciativas Parlamentares.

Estamos propondo que as ações decorrentes de emendas parlamentares individuais, com base nos recursos da reserva de contingência primária, prevista no *caput* do art. 13 do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, sejam consideradas prioritárias e tenham preferência na alocação de recursos, além de protegidas do contingenciamento.

O Poder Executivo define um conjunto de programações: o PAC, que goza de garantias e privilégios no processo de elaboração e execução do Orçamento. A proteção fiscal e orçamentária dessas programações definidas pelo Executivo como prioritárias é crescente ao longo do tempo, tendo atingido o montante de 40 bilhões e 600 milhões no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2012. O Poder Legislativo tem concedido a tais programações, quando da aprovação dos textos das leis orçamentárias, enorme flexibilidade durante sua execução, permitindo inclusive remanejamentos significativos entre os respectivos subtítulos.

A definição de programações prioritárias por parte do Poder Executivo é legítima e sempre foi apoiada pelo Congresso Nacional. De modo equivalente, considera-se que, dentro de certos parâmetros, também devem ser protegidas algumas ações selecionadas no âmbito do Poder Legislativo. O substitutivo propõe que essa proteção se situe dentro do limite da reserva de contingência primária.

Tais recursos já integram, há muitos anos, a reserva de contingência das propostas orçamentárias apresentadas pelo Executivo e correspondem a 1% da receita corrente líquida, cerca de 6 bilhões de reais, os quais não vêm sendo executados integralmente. Eu diria que nem a metade.

Propõe-se um tratamento diferenciado para as programações apropriadas com base em tais recursos e que venham a ser selecionadas a partir de critérios que vierem a ser fixados no Parecer Preliminar do Projeto de Lei Orçamentária. Tais iniciativas seriam identificadas na lei orçamentária por meio do Identificador de Resultado Primário, o RP 5.

Os desafios do crescimento econômico não se limitam às Capitais e grandes cidades do Brasil. A prioridade atribuída às grandes obras do PAC deve ser estendida para as ações que contemplem pequenos e médios Municípios.

Do ponto de vista político, a proposta aponta para um maior equilíbrio de poderes na matéria orçamentária. A providência busca atender o anseio da maioria dos membros do Parlamento, no sentido de fazer com que as iniciativas do Congresso possam beneficiar de forma eficaz os Municípios e deixem de ser uma expectativa longínqua. Os investimentos e as programações decorrentes de emendas do Legislativo, de modo geral, tem servido de variável de ajuste às crescentes limitações durante a execução orçamentária.

Além de definir como prioritárias, art. 4º, as programações decorrentes de iniciativa parlamentar até o montante da reserva primária fixado no art. 13 desta Lei, tais programações, no § 1º do art. 67 e no *caput* do art. 68 do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, foram protegidas do contingenciamento.

Metas e Prioridades.

O projeto não contemplou anexo de metas e prioridades. Limitou-se a indicar, no art. 4º, que tais metas e prioridades correspondem às ações do PAC e à superação da extrema pobreza, sem discriminá-las.

Inserimos disposição determinando que o projeto e a lei orçamentária de 2012 devem considerar também, pela sua relevância no âmbito de cada área de Governo, um conjunto de prioridades temáticas elaboradas a partir de uma grande quantidade de emendas que revelam o sentimento de bancadas e Parlamentares. Em qualquer caso, deverá ser observada a compatibilidade das mesmas com as diretrizes, objetivos e metas que vierem a constar do projeto de lei do Plano Plurianual para o período de 2012 a 2015.

Particularmente em relação aos investimentos destinados à Copa do Mundo de Futebol de 2014 e às Olimpíadas e Paraolimpíadas de 2016, eventos que sem dúvida projetarão nosso País ainda mais no cenário exterior, estamos propondo que as ações respectivas tenham tratamento prioritário (art. 4º, § 1º, X).

Paralelamente, estamos propondo que o Poder Executivo publique, na Internet, demonstrativo das ações correspondentes atualizado mensalmente.

5. Despesas Protegidas de Contingenciamento.

O Anexo IV da Lei de Diretrizes Orçamentárias contempla a relação de despesas que não são objeto de limitação de empenho. Tradicionalmente esse anexo era dividido em duas seções: despesas que constituem obrigações constitucionais ou legais da União; e demais despesas ressalvadas.

No Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2012 foi excluída a Seção II, que protegia uma série de ações, tais como aquelas destinadas ao combate à fome, à ciência e tecnologia, combate à violência contra a mulher e enfrentamento ao *crack* e às drogas.

O Poder Executivo justificou a exclusão alegando que o grande aumento de programações ressalvadas faz com que outras áreas sofram maiores limitações orçamentárias.

Nesse ponto, concordamos. Estamos convictos, diante dos enormes compromissos da União, de que não é viável a manutenção da lista de despesas ressalvadas do contingenciamento nos moldes da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2011.

Por isso, estamos promovendo um enxugamento em relação à proposta de 2011 aprovada pelo Congresso Nacional. De acordo com nosso substitutivo, apenas parcela das despesas deverá ser ressalvada do contingenciamento. Nessa linha, depois de analisar mais de 600 emendas, propomos excluir do contingenciamento apenas as programações que consideramos essenciais.

Adicionalmente, estamos propondo que a limitação de contingenciamento fique restrita ao valor correspondente a 1% da receita corrente líquida, cerca de 6 bilhões de reais.

Além disso, em audiência pública, afirmou-se que a exclusão da Seção II não prejudicaria as ações que viessem a ser consideradas pelo Poder Executivo como prioritárias, a exemplo daquelas relacionadas com a ciência e tecnologia, inclusive com atividades da EMBRAPA.

Ocorre que a escolha de programações a serem ressalvadas do contingenciamento é prerrogativa inerente do Poder Legislativo, à luz do § 2º do art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal, devendo fazer parte do texto da LDO.

Transferências Voluntárias.

Simplificações e Padronização de Procedimentos.

Um dos temas de maior preocupação do Congresso Nacional refere-se à necessidade de a União melhorar seu desempenho e operacionalidade na execução de milhares de convênios com Estados e Municípios. A situação atual é o somatório de frustrações, entraves burocráticos, falta crônica de cumprimento de cronograma e ausência de garantia de recursos.

Pretendemos corrigir tais distorções. Nosso substitutivo estabelece prazo de 90 dias para que o Poder Executivo estabeleça procedimentos padronizados e simplificados, § 7º do art. 37, a serem adotados para transferências voluntárias cujo convênio ou contrato de repasse não ultrapasse o valor de 500 mil reais, observadas as seguintes diretrizes:

a) antecipação para o mandatário de parcela dos recursos correspondentes, quando da assinatura do convênio ou contrato de repasse;

b) manutenção do fluxo financeiro da União para o mandatário e beneficiário, até a conclusão do objeto contratado;

c) disponibilização dos recursos em conta vinculada;

d) análise da prestação de contas com fundamento nos itens de maior relevância;

e) acompanhamento da execução por metas, e não por custos unitários, sendo a supervisão a que se refere o *caput* do art. 107 destinada à verificação da entrega, parcial ou integral, do objeto; e

f) planejamento da supervisão pelo concedente ou mandatário visando agilizar a liberação dos recursos.

Além disso, o § 1º do mesmo art. 37 determina que a demonstração, por parte dos entes, do cumprimento das exigências para a realização de transferência voluntária, se dará exclusivamente no momento da assinatura do respectivo convênio ou contrato, ou na assinatura dos correspondentes aditamentos de valor.

Essas regras, a teor do § 8º do mesmo artigo, devem ser aplicadas, no que couber, aos instrumentos já pactuados em anos anteriores, naquilo que não contrariar especificamente suas cláusulas.

Ainda de acordo com nosso substitutivo, o órgão concedente só atuará por meio de mandatário na impossibilidade de atuar diretamente (art. 107). O papel de mandatário, por seu turno, não é exclusivo da Caixa

Econômica Federal. E a mandatária deixa de ter função de fiscalização, passando a ter responsabilidade de supervisão.

Estamos propondo ainda que o banco de projetos do Portal dos Convênios contenha projetos básicos e de engenharia pré-formatados para adesão.

Foram acatadas ainda emendas com o intuito de abrandar as contratações exigidas dos demais entes da Federação quando da realização de transferências voluntárias, art. 36, conforme quadro abaixo.

Então, temos aí uma tabela de transferência voluntária com vários parâmetros da contrapartida da Lei de Diretrizes Orçamentárias e do substitutivo, valores mínimos e máximos, tanto para Município, quanto para Estado e consórcios.

Transferências ao Setor Privado.

No tocante à subvenção social, despesas correntes para entidades privadas, prevista específica e exclusivamente para atendimento e serviços essenciais nas áreas de Assistência Social, Saúde e Educação, art. 16 da Lei nº 4.320/64, mantivemos a redação originalmente encaminhada pelo Executivo, ajustando apenas a menção à lei que passou a regular a certificação de entidades beneficentes de assistência social, a partir do exercício de 2009 (Lei nº 12.101, de 2009).

Tendo em vista a dificuldade apontada por diversos Parlamentares e Comissões para obtenção de certificação prevista na norma, uma vez que foi regulamentada em meados de 2010 pelo Decreto 7.237, também incluímos parágrafo único ao art. 30 da Lei de Diretrizes Orçamentárias, do projeto de lei, que faculta a utilização do pedido de renovação da certificação devidamente protocolizado em substituição à certificação.

Quanto aos auxílios, atendemos a diversas emendas apresentadas com a finalidade de especificar o público alcançado com recursos para a realização de despesas de capital, no âmbito da assistência social.

Nesse sentido, o substitutivo prevê o atendimento de idosos, crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, risco pessoal e social, bem como habilitação, reabilitação e integração de pessoas portadoras de deficiência.

Construção, Ampliação e Conclusão de Obras para Entidades Privadas.

No intuito de viabilizar a adequada prestação do serviço de saúde, assistência social e educação, afastamos limitações à realização de construção, ampliação e conclusão de obras em benefício de entidades privadas certificadas como beneficentes de assistência social (Lei nº 12.010, de 2009).

Disposições Gerais sobre Entidades Privadas.

Acatando propostas constantes de diversos pleitos, suprimimos do inciso V do art. 34 do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias a expressão “pendência de aprovação de, no máximo, duas prestações”.

Entendemos não se justificar a mencionada restituição, por criar obstáculo à realização de transferência de recurso que não depende da atuação da entidade mas apenas no órgão concedente.

Acatamos emendas para inserir dispositivo, inciso XII do art. 34, exigindo “demonstração, por parte da entidade, de que apresenta capacidade gerencial, operacional e técnica para desenvolver as atividades informando a quantidade e a qualificação profissional de seu pessoal”.

Foi inserido ainda o § 10 no art. 34 para viabilizar, no que couber, a aplicação aos convênios e contatos de repasse para entidades privadas disposições relativas a procedimentos simplificados previstos no art. 37 para os entes públicos.

Restos a Pagar.

Um dos problemas identificados no modelo de elaboração e execução do orçamento público da União é o acúmulo de Restos a Pagar decorrente de limites de pagamento em valores inferiores ao fixado para empenho.

Existe um crescente histórico de Restos a Pagar, o que aumenta a dívida flutuante da União, comprometendo as programações do exercício em curso, notadamente investimentos.

Em 31 de dezembro de 2010, os Restos a Pagar atingiram o montante de 128 bilhões e 700 milhões de reais, sendo 56,9 bilhões referentes a investimentos como abaixo ilustrado. Temos umas curvas no gráfico aqui no relatório, demonstrando os Restos a Pagar total, processados e os Restos a Pagar não processados.

Para enfrentar esse problema, ainda de forma gradual, o substitutivo inclui três dispositivos do art. 66.

O § 3º determina que o Poder Executivo deverá constituir, no decreto de programação orçamentária e financeira, reserva para o pagamento, no exercício de 2012, de pelo menos 10% do estoque de Restos a Pagar relativos a convênios e contratos de repasse.

O § 4º estabelece que o estoque dos Restos a Pagar relativos às despesas primárias discricionárias no encerramento de 2012 não poderá ultrapassar, no âmbito de cada Poder e Ministério Público da União, o estoque existente no encerramento do exercício de 2011.

O § 5º prevê que os Restos a Pagar relativos a convênios e contratos de repasse, inclusive os inscritos até o exercício de 2011, somente serão cancelados quando o beneficiário der causa à inexecução.

Remanejamento entre Grupo de Natureza de Despesa.

O Poder Executivo propôs, no art. 52 do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2012, que as mudanças entre os Grupos de Natureza de Despesa, sem alterar o valor total do subtítulo, viessem a ser considerados como meramente acessórias, não mais exigindo crédito adicional.

O tema é antigo e recorrente. Na elaboração da Lei nº 4.320, de 1964, o Congresso Nacional, ao prever que o Orçamento fosse discriminado por elemento de despesa, rejeitou veto oposto pelo Poder Executivo. O mérito da despesa altera-se, sem dúvida, ao se migrar, por exemplo, de outras despesas correntes para investimento e vice-versa.

A Constituição, em várias situações, dá tratamento diferenciado entre despesas correntes e de capital. Nesse contexto, divergimos do argumento de que o GND é um mero elemento acessório e de caráter indicativo.

Por isso, nossa primeira providência foi tratar de forma diferente e apartar as alterações de GND das alterações de elementos que se constituem em meros detalhamentos de classificação de dotações, quais sejam: esfera orçamentária, fonte de recurso, modalidade de aplicação, identificador de uso e identificador de resultado primário.

Tais elementos podem ser alterados de acordo com as necessidades de execução, mantido o valor total do subtítulo, observadas algumas condições de que trata a LDO.

Assim, as alterações de GND foram remetidas ao §14 do art. 53. O dispositivo determina que a abertura de crédito suplementar, a ser autorizado na lei orçamentária anual e que implique remanejamento de GND, no mesmo subtítulo, mantido o valor total do subtítulo, deverá atender as diretrizes a seguir: remanejamento entre os GNDs 3 e 4; remanejamento entre os GNDs 2 e 6.

Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves.

As modificações propostas pelo Poder Executivo na sistemática de controle preventivo de obras e serviços com indícios de irregularidades graves e, ainda que defensáveis em seu objetivo, caso acatadas de forma como propostas, poderiam alterar de forma significativa os procedimentos até então adotados no âmbito do TCU e da Comissão Mista de Orçamento.

Segundo o texto proposto no Projeto de Lei, a caracterização de indício de irregularidade grave passível de levar a paralisação do empreendimento passaria a depender da: decisão do Plenário do Tribunal, por meio de acórdão, ou decisão monocrática de Ministro do TCU; apreciação das razões apresentadas pelos gestores aos quais tiverem sido atribuídas as supostas irregularidades; e apreciação das manifestações das empresas contratadas.

Reconhecemos que a proposta do Poder Executivo de exigir decisão monocrática de Ministro do TCU ou acórdão daquela Corte qualifica a informação encaminhada ao Congresso Nacional e tem o potencial de aperfeiçoar o mecanismo.

Assim, nessa linha, acolhemos a proposta contida no projeto de lei, aperfeiçoando-a, no entanto, com base nas diversas emendas apresentadas para esse dispositivo, mediante a inserção do § 9º ao art. 91 que dá nova redação para a citada alínea "c" do inciso IV do § 1º do mesmo artigo.

Do Controle dos Custos das Obras e Serviços.

O art. 125, que trata dos parâmetros de preços das obras públicas, embora em capítulo diverso, está diretamente relacionado com o tema relativo a obras e serviços com indícios de irregularidades já discutido.

Observamos que o projeto mantém a linha traçada nas LDOs anteriores, deixando claro que existem sistemas de referência idôneos e de uso obrigatório, que devem ser utilizados como padrão de aceitabilidade.

Assim, foi inserido o novo inciso IV ao § 5º do art. 125 para esclarecer que será considerada regular a contratação com valores unitários até 20% superiores à mediana... Esse aqui já foi objeto até de um adendo. Nós estamos excluindo esse artigo por acerto com as bancadas.

Acolhemos parcialmente as emendas que estabelecem que não constitui irregularidade alterações contratuais de obra... Também é outro item... Trata-se do § 8º do art. 125 que estava no nosso relatório, Sr. Presidente. Já assinamos um adendo fazendo a retirada, também em comum acordo com as bancadas da Casa.

O § 9º, incluído no substitutivo, conceitua, para efeito do *caput* do art. 125, o que se entende por composições de custos unitários: aquelas que apresentem descrição semelhante à do serviço a ser executado, com discriminação dos insumos empregados, quantitativos e coeficientes aplicados.

Adequação Orçamentária das Alterações na Legislação.

Sem maiores considerações.

Reserva de Contingência.

Também sem maiores considerações.

Item 15. Transparência.

A administração responsável pressupõe controle e fiscalização constante da aplicação dos recursos públicos. As diversas emendas apresentadas no sentido de aperfeiçoar a transparência da gestão dos recursos federais demonstram a preocupação do Congresso com o tema.

Assim, estamos tornando obrigatória a divulgação pela Internet de novos demonstrativos: demonstrativo bimestral das transferências voluntárias; demonstrativo atualizado trimestralmente; demonstrativo atualizado mensalmente de arrecadação de depósitos judiciais.

Ainda no intuito de aumentar a transparência do gasto público, no Anexo II, Informações Complementares, incluímos demonstrativos julgados relevantes pelos Srs. Parlamentares: relação das ações destinadas à superação da extrema pobreza; demonstrativo atualizado da margem de expansão das despesas obrigatórias; demonstrativo da correspondência entre as ações constantes da Lei Orçamentária para 2011; demonstrativo, por Unidade Orçamentária e ação, contendo o custo total previsto, a execução recente, o valor orçado para 2012 e as projeções para 2013, 2014 e 2015; e relatório discriminando projetos em andamento, constantes ou não da proposta, cuja execução, até 30 de junho de 2011, ultrapasse 20%, acompanhado o seu custo estimado e meta total, data de início e execução física e financeira acumulada, bem como informações dos novos projetos constantes da proposta com seus respectivos custos e metas totais estimados.

Incluímos no art. 86, § 7º, demonstrativo quadrimestral, na Internet, dos financiamentos a partir de 500 mil reais concedidos pelas agências oficiais de fomento aos Estados, Distrito Federal e Municípios, informando ente beneficiário e a execução física e financeira.

Vedações à programação de despesas.

Ressalvamos das vedações à aplicação de recursos federais fixada no art. 20, incluindo em seu § 1º, item I, letra "d", a possibilidade de serem destinados recursos para residências funcionais, em faixas de fronteira, destinados exclusivamente a magistrados da Justiça Federal, quando necessárias à sua segurança no exercício de atividades diretamente relacionadas ao combate ao tráfico e contrabando.

No § 2º do art. 20, resgatamos a exigência existente na LDO de 2011, que estabelece para a contratação de serviços de consultoria, inclusive aquela realizada no âmbito de acordos de cooperação técnica com organismos e entidades internacionais, a necessidade da comprovação da impossibilidade de as atividades serem desempenhadas por servidores ou empregados da administração pública federal, no âmbito do respectivo órgão ou entidade.

Buscamos preservar os eventos culturais do Ministério da Cultura em comum acordo com o Governo Federal.

Reajuste de benefícios a servidores.

O art. 23 da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2012 vedava, no exercício de 2012, o reajuste dos benefícios auxílio-alimentação ou refeição, assistência pré-escolar e assistência médica e odontológica quando o valor unitário vigente do benefício pago pelo órgão ou entidade, no âmbito dos Poderes e do Ministério Público, fosse superior ao valor médio da União, para cada um dos referidos benefícios, praticado no mês de março de 2011.

Em nosso substitutivo mantivemos apenas a vedação proposta pelo Executivo no que tange ao auxílio-alimentação ou refeição. Retiramos a vedação do reajuste dos demais benefícios, tendo em vista que, em muitos casos, o valor é variável em função da contribuição e participação do servidor, bem como de legislação específica ou de acordos trabalhistas.

Ressarcimento aos Estados exportadores — Lei Kandir.

O PLDO 2012 já previa que o projeto e a respectiva lei discriminassem em ações específicas as dotações relativas ao ressarcimento das perdas da tributação relativa ao ICMS aos Estados exportadores.

Avançamos nessa matéria. De acordo como o nosso substitutivo, art. 12, § 5º, tanto o projeto quanto a lei orçamentária deverão, além de discriminar as ações específicas, conter os recursos destinados ao atendimento das programações relativas à Lei Kandir.

Das emendas apresentadas.

O quadro a seguir apresenta os dados referentes ao tratamento dispensado pela Relatoria às emendas...

Dois quadros seguem abaixo.

De acordo com o quadro, foram apresentadas 3.010 emendas. Estamos encaminhando o voto pela aprovação, ainda que parcial, de 1.398 emendas (46,4% do total).

Finalmente, estamos sugerindo a supressão, para efeito de elaboração dos autógrafos e da respectiva lei, dos anexos a seguir, uma vez que têm caráter meramente informativo e instrumental na elaboração da lei e não guardam relação direta com a parte normativa. A Lei Complementar nº 101, de 2000, em seu art. 4º, § 2º, exige apenas que esses demonstrativos constem do projeto, mas não necessariamente da lei. Segue uma lista: Avaliação do Cumprimento das Metas; Evolução do Patrimônio Líquido; Receita de Alienação de Ativos e Aplicação de Recursos, etc.

Assim, propomos façam parte da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2012 somente os anexos relacionados no art. 127-B do nosso substitutivo.

Em razão da aprovação das emendas apresentadas, foram alterados somente o Anexos II – Relação das Informações Complementares ao Projeto de Lei Orçamentária e o Anexo IV – Despesas que não serão Objeto de Limitação do Empenho.

Este é o nosso Relatório, Sr. Presidente, acompanhado, naturalmente, do Adendo nº 1, que está à disposição da Casa, do Adendo nº 2 e de uma errata, que também faz parte desse relatório e já foram distribuídos.

Nesse sentido, propomos a aprovação do Projeto de Lei nº 2, de 2011, e das emendas a ele apresentadas, conforme proposta de parecer em anexo, nos termos do substitutivo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Sr. Deputado Márcio Reinaldo, em nome desta Presidência e expressando, sem dúvida alguma, o sentimento da grande maioria dos Srs. Parlamentares que compõem esta Comissão, faço minhas as palavras de todos, parabenizando V.Exa., sua assessoria, a consultoria de Orçamento da Casa, da Câmara e do Senado pelo extraordinário trabalho que foi feito na apresentação deste relatório.

Estando na Casa ou no Congresso Nacional há pelo menos 5 anos, nunca vi, em nenhuma outra edição, sem demérito para quaisquer dos senhores Relatores, em momentos distintos, um relatório tão festejado como esse que V.Exa. produziu. A sensibilidade que teve, ao longo desses últimos dias, de aperfeiçoá-lo, ouvindo os Srs. Parlamentares, mostra o desprendimento político e o espírito público de V.Exa.

Por isso, queria fazer essas considerações.

Conforme acordo no Colegiado de Representações, ou Colégio de Líderes, cancelo as reuniões que foram convocadas para este plenário para hoje e amanhã. Ao mesmo tempo, convoco as reuniões que se sucederão neste plenário: no dia 12 de julho, terça-feira, às 10h, às 14h30min, às 18h, às 20h e às 22h; no dia 13 de julho, quarta-feira, às 14h30min, às 18h, às 20h e às 22h; no dia 14 de julho, quinta-feira, às 10h e às 14h.

O SR. DEPUTADO JOÃO DADO - Sr. Presidente, essas reuniões estão mantidas, não é?

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Essas são as convocadas.

O SR. DEPUTADO JOÃO DADO - Na terça-feira, às 10h.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Terça-feira, quarta-feira e quinta-feira, das 10h às 22h.

O SR. DEPUTADO JOÃO DADO - Sr. Presidente, é possível fazer uma manifestação em benefício do extraordinário trabalho do nosso Relator?

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Em deferência a V.Exa., vou ouvi-lo.

O SR. DEPUTADO JOÃO DADO - Gostaria de testemunhar aos membros desta Comissão a relevância do trabalho do nosso Relator, Deputado Márcio Reinaldo.

Penso que V.Exa. conseguiu concretizar os anseios de um Congresso Nacional, de um Poder Legislativo que tenha a capacidade de se igualar na força entre Poderes na República do Brasil.

Quero me somar a este relatório de maneira bastante veemente e dizer que V.Exa. prestou um grande serviço. Não se trata, de forma nenhuma, de leniência ou de flexibilização do Orçamento. Ao contrário, trata-se de torná-lo um Orçamento mais concreto, mais realista e, portanto, com um caráter impositivo em alguns temas

que são relevantes não só para este Parlamento, mas, notadamente, para os pequenos Municípios deste País, que têm, nas emendas parlamentares de valores até 500 mil, a substância das obras de investimento que são ali realizadas, através, exclusivamente, ou quase exclusivamente, de recursos federais decorrentes das emendas parlamentares.

Quero me somar à importância do trabalho de V.Exa. e dizer que tem o meu reconhecimento pelo trabalho brilhante que realizou.

O SR. DEPUTADO MÁRCIO REINALDO MOREIRA - Muito obrigado, Deputado João Dado. Agradeço a V.Exa. também pela participação positiva nesse trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Nada mais havendo a tratar, encerro a reunião, fazendo as convocações referidas.

Tenham todos uma boa tarde e fiquem com Deus.

CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Primeira Sessão Legislativa Ordinária
Quinquagésima Quarta Legislatura

TERMO DE REUNIÃO Nº 1, DE 2011

Em virtude da inexistência de *quorum* para abertura dos trabalhos nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, deixou de ser realizada a Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, convocada para ter início às quatorze horas e trinta minutos do dia dois de agosto do ano de dois mil e onze, no plenário 2 da Câmara dos Deputados, conforme disposto no *caput do art. 134, da Resolução nº 1/2006-CN, alterada pela de nº 3/2008-CN*. Foi registrada presença dos membros: - Deputados titulares: Gilmar Machado, Marçal Filho e Márcio Reinaldo Moreira - Senador Titular: Vital do Rêgo; - Deputados Suplentes: Weliton Prado e Zé Geraldo. Foi registrada a ausência dos membros: - Deputados titulares: Ademir Camilo, Andre Vargas, André Zacharow, Arlindo Chinaglia, Claudio Cajado, Dilceu Sperafico, Edmar Arruda, Efraim Filho, Fábio Ramalho, Genecias Noronha, George Hilton, Geraldo Simões, Giroto, Gonzaga Patriota, João Dado, João Magalhães, José Priante, Luciana Santos, Nilton Capixaba, Raimundo Gomes de Matos, Roberto Britto, Rodrigo de Castro, Rogério Marinho, Rubens Bueno, Rui Costa, Valtenir Pereira, Vitor Penido e Wellington Roberto; - Senadores Titulares: Acir Gurgacz, Anibal Diniz, Cyro Miranda, Francisco Dornelles, Jayme Campos, João Vicente Claudino, Magno Malta, Ricardo Ferraço, Sérgio Petecão e Walter Pinheiro. Para constar, eu, Myrna Lopes Pereira, Secretária, lavrei o presente Termo, que será encaminhado para publicação no Diário do Congresso Nacional – Sessão Conjunta.xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

CÂMARA DOS DEPUTADOS

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Muito boa tarde a todos.

Saúdo os assessores e os profissionais da imprensa que nos dão a honra de sua presença. Sejam todos bem-vindos neste primeiro dia útil da Comissão.

Lamentavelmente, começamos a luta de novo com relação ao nosso *quorum*. Não há *quorum* nem para a abertura dos trabalhos.

Convoco então reunião ordinária para o dia 9 de agosto, terça-feira, às 14h30min.

Tenham todos uma boa tarde e fiquem com Deus.

Edição de hoje: 754 páginas

OS: 2011/14109